



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

**Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal
e suas Subcomissões**

ANO LXVIII – SUP. “B” AO Nº 61 – SEXTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28 Líder Eunício Oliveira - Bloco (65,68) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (65,68) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (63) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87) Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85) Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25 Líder Wellington Dias - Bloco (24,70,91) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,69,97) Rodrigo Rollemberg (67,98) Inácio Arruda (89,99) Eduardo Lopes (37,45,64,100,106) Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,70,91) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (103) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,69,97) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (67,98) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,83) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda (89,99) Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,90) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,64,100,106) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16 Líder Mário Couto - Bloco (34,61) Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Ataídes Oliveira (96) Cyro Miranda (31,102) Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,62) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,83) Jorge Viana Vital do Rêgo	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCOMISSÕES	
1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de março de 2013.....	5
Ata da 7ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de março de 2013.....	14
Ata da 8ª Reunião, Conjunta, realizada em 21 de março de 2013.....	47
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de março de 2013.....	77
Ata da 10ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de março de 2013.....	98
Ata da 11ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de abril de 2013.....	124
1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS	
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de março de 2013.....	155
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de abril de 2013.....	164
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de abril de 2013.....	182
1.1.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE	
Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2012.....	226
1.1.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA	
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de março de 2013.....	228
Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de março de 2013.....	245
Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de abril de 2013.....	262
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de abril de 2013.....	275
1.1.5 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	
Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2013.....	299
Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de fevereiro de 2013.....	307
Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de março de 2013.....	310
Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de março de 2013.....	345
Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de março de 2013.....	374
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de abril de 2013.....	401
1.1.6 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI	
Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2013.....	415
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2013.....	422
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de março de 2013.....	449
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de março de 2013.....	465
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de março de 2013.....	493
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de março de 2013.....	504
Ata da 7ª Reunião, Conjunta, realizada em 21 de março de 2013 (Realizada em conjunto com a 8ª Reunião da CAE) (Publicada no item 1.1.1)	
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de março de 2013.....	572
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de abril de 2013.....	610
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de abril de 2013.....	630
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de abril de 2013.....	656
1.1.6.1 – Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil	
Ata da 24ª Reunião, realizada em 11 de dezembro de 2012.....	707
Ata da 25ª Reunião, realizada em 14 de dezembro de 2012.....	722

Ata da 1ª Reunião, realizada em 26 de março
de 2013..... 757

1.1.7 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 11 de abril de 2013..... 759

**1.1.8 – Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática – CCT**

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 9 de abril de 2013..... 779

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada
em 16 de abril de 2013..... 794

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**ATA DA SEXTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2013, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia dezoito de março do ano de dois mil e treze, na sala número dezoito da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Anibal Diniz, Jorge Viana, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Eduardo Braga, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Luiz Henrique, Kátia Abreu, José Agripino, Jayme Campos, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Antonio Russo, tendo falta justificada em virtude de se encontrar licenciado para tratamento de saúde, e João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de se encontrar licenciado para tratamento de saúde. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 4ª Reunião e, ainda, da Ata da 64ª Reunião de 2012, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Ofício nº 019 de 2013, de 12 de março de 2013, da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, encaminhando Moção de apoio ao PLS nº 265/2008, que “insere o art. 72-A na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para, durante a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), excluir do conceito de receita corrente líquida dos entes federados as receitas de transferência do Fundo e, das despesas com pessoal, os gastos com remuneração de trabalhadores da educação básica”. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1**– Projeto de Resolução do Senado nº 3 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que “altera dispositivo da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal”, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles,

que oferece relatório favorável ao Projeto. Em 5/3/2013, foi concedida vista ao Senador Alvaro Dias. Em 11/3/2013 foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Alvaro Dias, contrário ao Projeto. Em 18/3/2013, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Pedro Taques, favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. **Item 2**– Mensagem (SF) nº 11 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, que seja autorizada a formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República do Senegal, no valor equivalente a US\$ 6,569,351.22 (seis milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, trezentos e cinquenta e um dólares dos Estados Unidos da América e vinte e dois centavos), para reescalonamento da dívida oficial senegalesa com o Brasil, conforme Exposição de Motivos do Ministro de Estado da Fazenda”, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. **Item 3**– Mensagem (SF) nº 15 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, que seja autorizada a formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, no valor equivalente a US\$ 4,323,293.85 (quatro milhões, trezentos e vinte e três mil, duzentos e noventa e três dólares dos Estados Unidos da América e oitenta e cinco centavos), para reescalonamento da dívida oficial santomense com o Brasil”, tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. **Item 4**– Mensagem (SF) nº 16 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, e

o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$ 125,000,000.00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do ‘Programa de Transporte Urbano de São Bernardo do Campo – II’, tendo como Relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. **Item 5**– Projeto de Lei do Senado nº 15 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Incentivo Boa-Educação, que visa a entregar quantia monetária ao Distrito Federal e aos Municípios desde que apresentem melhorias na qualidade de ensino ofertado a sua população”, tendo como Relator o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório contrário ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. **Item 6**– Projeto de Lei do Senado nº 314 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Cidinho Santos, que “insere § 7º no art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para incluir desconto em anuidade ou semestralidade escolar de nível superior, por disciplina não cursada ou cursada com aproveitamento”, tendo como Relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece relatório favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. **Item 7**– Projeto de Lei do Senado nº 707 de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que “altera o art. 37 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, para aumentar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido relativa às instituições a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991”, tendo como Relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. **Item 8**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 13 de 2013, de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, que “requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Resolução do Senado nº 1 de 2013, de autoria do Executivo, e a Medida Provisória nº 599/2012, com os seguintes convidados: Governador do Estado do Amazonas, senhor Omar Aziz; Governador do Estado de São Paulo, senhor Geraldo Alckmin; Governador do Estado da Bahia, senhor Jaques Wagner; Governador do Estado do Rio Grande do Sul, senhor Tarso Genro; e Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor André Puccinelli”. Anun-

ciada a Matéria, usa da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, autora da Matéria. Colocado em votação, a Comissão aprova a prejudicialidade do Requerimento nº 13 de 2013. **Item 9**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 14 de 2013, de iniciativa do Senador Humberto Costa e outros, que “requer, nos termos dos artigos 90 e 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 58 da Constituição Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater com a senhora Maria das Graças Foster, Presidenta da Petrobras, as perspectivas para o ano de 2013 no que se refere à produção, ao refino e à redução das importações de petróleo e derivados”. A apreciação da Matéria é adiada. **Item 10**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 15 de 2013, de iniciativa do Senador Humberto Costa, que “requer, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Diretor Presidente (CEO) da Vale S.A., senhor Murilo Ferreira, para, em audiência pública, debater o plano de investimentos da companhia”. A apreciação da Matéria é adiada. **Item 11**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 16 de 2013, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que “requer, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a dívida dos Estados e Municípios, com a presença dos seguintes convidados: senhor Francisco Lopreato, professor do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; senhor Roberto Piscitelli, professor de Economia da Universidade de Brasília – UnB; representante da Frente Nacional de Prefeitos – FNP; e representante do Tribunal de Contas da União – TCU”. Anunciada a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 16 de 2013-CAE. É apreciado, ainda, extrapauta, o **Item 12**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 17 de 2013, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que “requer, em aditamento aos Requerimentos nºs 3, 4, 5 e 9 de 2013-CAE, que a audiência pública com a presença do Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, seja realizada em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI”. Anunciada a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 17 de 2013-CAE. É lido e será apreciado posteriormente o Requerimento nº 18 de 2013, de iniciativa da Senadora Ana Amélia e outros, que requer a realização de audiência pública para debater a política de investimentos, desenvolvimento e fomento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com a presença do presidente do BNDES, Sr. Luciano Coutinho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez

horas e quinze minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 4ª Reunião e da 64ª Reunião, última reunião de 2012.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias, eu conversei, nesse final de semana, com diversos prefeitos, dentre os quais Clodomiro Júnior e também o ex-prefeito de Santo Antônio do Pinhal. Eles estavam muito preocupados com a decisão tomada, na semana passada, pelo Supremo Tribunal Federal.

Ainda ontem, conversei com João Carlos Coser, Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, que, a propósito, encaminhou-me um documento referente a assunto que nós tratamos aqui, em audiências públicas, e votamos sobre a Emenda Constitucional 62.

Permita-me que, dado o interesse disso para a Comissão de Assuntos Econômicos, eu possa aqui, rapidamente, ler o manifesto da Frente Nacional dos Prefeitos, que está solicitando uma audiência com o Presidente do Supremo Tribunal Federal para levar essas preocupações que aqui registro.

O Supremo Tribunal Federal, acolhendo a proposta da Ordem dos Advogados do Brasil, julgou inconstitucionais os principais pontos da Emenda Constitucional nº 62, que estabelecia regras especiais para o pagamento de condenações judiciais proferidas contra as fazendas públicas, os precatórios judiciais.

A emenda foi construída com intensa participação dos representantes dos municípios e dos estados, além de ter acolhido sugestões de ministros do próprio Supremo Tribunal Federal, como o ex-presidente Nelson Jobim, diretamente coordenando as discussões, e o

Ministro Gilmar Mendes, participante de audiência pública no Senado federal em 13 de dezembro de 2006. Naquela ocasião, o Exmo Ministro Gilmar destacou:

“Por outro lado percebe-se também, e isto foi objeto, pelo menos de alguma discussão, quando do debate desta intervenção referida, da Intervenção Federal 2195, que um Instituto de Intervenção Federal é inadequado para solver este quadro de crise já apresentado. Uma vez que, se o Estado demonstra que está fazendo todo o esforço no sentido do pagamento, a intervenção federal resultará praticamente inútil, inócua. [...] Nós vimos também que pela quantidade de créditos acumulados, nos estudos feitos na Assessoria do Supremo Tribunal Federal, assinalava-se que, creio que em 2003, nos Estados e Municípios havia um montante equivalente a 61 bilhões de reais. Portanto, é uma quantia extremamente significativa. E se nós fôssemos exigir o pagamento, pelo menos tendo em vista o estudo de caso de São Paulo, de imediato, desses créditos, não haveria recursos para praticamente as atividades básicas de custeio.”

Ou seja, a emenda constitucional foi fruto de amplo debate entre a sociedade – a Ordem dos Advogados do Brasil também compareceu às audiências públicas no Senado – e buscou conferir concretude ao princípio da reserva financeiramente possível, dotando o Estado brasileiro de capacidade de negociação com seus credores decorrentes de ações judiciais transitadas em julgado, como é dado a qualquer pessoa física ou jurídica proceder.

A quem interessa inviabilizar os acordos para pagamento de débitos judiciais, ao fechar a porta para parcelamentos e descontos concedidos voluntariamente pelos credores? O orçamento público encontra limite na capacidade do povo brasileiro de pagar impostos – capacidade que se encontra esgotada, como se vê diariamente. A declaração de inconstitucionalidade da emenda, ao argumento de que é dever do Estado cumprir com as determinações judiciais, encontra limite na reduzida capacidade de pagamento dos orçamentos públicos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – “Recobre-se o Ministro Gilmar Mendes, ao afirmar que o Estado de São Paulo ficará sem recursos para cus-

teio de suas atividades mais básicas. Isso interessa ao Brasil e aos brasileiros? Atende ao interesse público?”

Sr. Presidente, eu poderia solicitar que seja distribuído a todos esse documento? Faltaria uma página.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador, V. Ex^a faz um pronunciamento importante, tem esse documento da Frente Nacional dos Prefeitos, mas conversei com o Governador do Ceará, Cid Gomes, que está preocupadíssimo. Hoje, os Governadores devem falar disso aqui. Esta Comissão de Assuntos Econômicos tem que debater esse tema. Vou receber esse documento da Frente Nacional dos Prefeitos, distribuir a todos os Srs. Senadores e Senadoras.

Agora, nós alcançamos quórum. Eu queria...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – ... rapidamente ler um comunicado e passar para o primeiro ponto de pauta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Que vai ser um empréstimo do qual V. Ex^a é o Relator.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito bem.

Então, peço a gentileza de que V. Ex^a possa receber o documento assinado pelo Presidente João Carlos Coser, da Frente Nacional de Prefeitos, e que possa ser distribuído a todos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Neste debate federativo este é um fato novo, não é? Ouvi governadores falando em insolvência. Vamos ter oportunidade de entrar...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Há muitas prefeituras no Brasil inteiro cujos prefeitos estão extremamente preocupados com essa decisão do Supremo Tribunal Federal. Daí porque o Presidente João Carlos Coser, ex-prefeito de Vitória, solicitará audiência junto ao Presidente Joaquim Barbosa para que o Supremo Tribunal Federal possa melhor rever a decisão tomada.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento: Ofício nº 019, de 2013, da Federação dos Servidores Públicos do Brasil encaminhando moção de apoio ao PLS nº 265, de 2008, que insere o art. 72-A na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas para respon-

sabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para, durante a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), excluir do conceito de receita corrente líquida os entes federados, as receitas de transferências dos fundos e das despesas com pessoal os gastos com remuneração de trabalhadores da educação básica.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Senhores, vou tratar aqui, primeiro, dos empréstimos. São três empréstimos, os itens 2, 3 e 4, e, depois, votar os requerimentos. Não vou entrar na discussão de projetos porque agora, às 10 horas, vamos começar uma audiência pública com a presença dos Governadores.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, infelizmente, eu tenho um compromisso inadiável dentro de alguns minutos.

Pergunto a V. Ex^a se é possível fazer a inversão da pauta e colocar o empréstimo de São Bernardo do Campo em primeiro lugar, como ponto de pauta, e que tratamento V. Ex^a daria a dois requerimentos que apresentei, um convidando a Presidenta da Petrobras e outro convidando o Presidente da Vale do Rio Doce.

Como V. Ex^a está estabelecendo a prioridade da votação dos projetos sobre empréstimos, qual seria o encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A gente votaria primeiro os empréstimos e deixaria o requerimentos para logo após os empréstimos.

Sobre a Presidenta da Petrobras, já houve um requerimento e posso colocar esse requerimento de informações...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Nada impede que V. Ex^a possa colocar meus requerimentos em votação sem a minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Sem a sua presença. Está bom.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a anuência do Senador Eduardo Suplicy, vamos começar pelo item 4.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 16, DE 2013

– Não Terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil,

entre o Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$125,000,000.00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Transporte Urbano de São Bernardo do Campo – II”.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra o Relator.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, é submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de São Bernardo do Campo, por intermédio da Mensagem nº 16, de 2013, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Transporte Urbano de São Bernardo do Campo – II.

Conforme informações de parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o programa deverá contar com investimentos de US\$250 milhões, sendo que o Município aportará, como contrapartida, recursos da ordem de US\$125 milhões, a serem desembolsados em cinco anos, originalmente previstos para o período de 2013 a 2017.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras do Banco Central do Brasil.

Ela será contratada com base na taxa de juros vinculada à Libor, acrescida de *spread* e, de acordo com cálculos da STN, deverá apresentar custo efetivo de 3,09% ao ano, flutuante conforme a variação da Libor.

Como destacado pela Secretaria do Tesouro Nacional, o Programa de Transporte Urbano de São Bernardo do Campo destina-se a melhorar as condições de mobilidade e acessibilidade da população do Município, com enfoque nos usuários do transporte coletivo.

Análise.

De imediato, constata-se que a atual situação de endividamento do Município de São Bernardo do Campo comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Essa operação implica, para o Município de São Bernardo do Campo, dispêndios médios com os serviços de sua dívida consolidada correspondentes a

2,62% de sua receita corrente líquida, portanto bem inferior ao valor máximo permitido pelo Senado Federal, de 11,5% da referida receita.

O Município apresenta, também, endividamento consolidado não expressivo: dívida consolidada líquida equivalente a 0,62 vezes a sua receita corrente líquida, isto é, 48,3% inferior ao montante global admitido, de 1,2 vezes, nos termos da Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal.

Fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a Secretaria do Tesouro Nacional entendeu que o Município de São Bernardo do Campo apresenta capacidade de pagamento suficiente.

Mais ainda, de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional, em sua Nota nº 959, de 28 de novembro de 2012, os resultados fiscais obtidos na análise demonstram que o Município possui capacidade de pagamento suficiente para fazer frente à totalidade dos encargos da dívida, considerada inclusive os da operação de crédito pleiteada. Possui, portanto, situação fiscal forte e risco de crédito baixo.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Município de São Bernardo do Campo não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos. Não constam informações, entretanto, sobre a verificação de adimplência financeira do Município em face da Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos. Todavia, nos termos da Resolução nº 41, de 2009, do Senado Federal, a adimplência referida deverá ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Em suma, satisfeitas as condições financeiras estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização do Senado ao pleito em exame.

Relativamente à garantia da União, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias por parte do Município de São Bernardo do Campo, conforme os termos da Lei Municipal nº 6.171, de 15 de dezembro de 2011, autorizativa da presente operação de crédito. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Município e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 156, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal. Destaque-se, entretanto, que não há registro de compromissos honrados pela União

em nome do Município de São Bernardo do Campo nos últimos anos.

Portanto, estão sendo observadas as exigências definidas na Resolução nº 48, de 2007, e no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto às exigências e condições para a prestação de garantia por parte da União.

Voto.

O pleito encaminhado pelo Município de São Bernardo do Campo encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte Projeto de Resolução do Senado:

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa.

Quero anunciar às Sr^{as} e Srs. Senadores que acabamos de abrir a lista de inscrição para a audiência pública com os governadores, sobre resolução de ICMS. Está aberta aqui.

De acordo com a Resolução nº 43.1 do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Gaudad, Gerente da Coordenação-Geral de Responsabilidades Financeiras e Haveres do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; e representando o Município de São Bernardo do Campo, o Sr. Alécio Batista, Coordenador do Programa BID, e o Sr. Ivan Luiz de Almeida Viana, Técnico em Transporte.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o Relatório.

Em votação o Relatório do Senador Humberto Costa.

Os Senadores que concordam com o Relatório, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir, como de praxe, urgência para apreciação desta matéria pelo Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Humberto Costa.

Os Srs. Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 11, DE 2013

– Não Terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, que seja autorizada a formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República do Senegal, no valor equivalente a US\$ 6,569,351.22 (seis milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, trezentos e cinquenta e um dólares dos Estados Unidos da América e vinte e dois centavos), para reescalonamento da dívida oficial senegalesa com o Brasil, conforme Exposição de Motivos do Ministro de Estado da Fazenda.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra o Relator.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria dizer a V. Ex^a que nós temos uma série de governadores aguardando e que o parecer do Senador Suplicy, como sempre ocorre, é altamente elogioso, já foi distribuído, e eu proponho que nós pudéssemos considerá-lo aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Se o Senador Suplicy assim concordar, poderíamos colocar logo em votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, dada a relevância do reescalonamento da dívida com o Senegal, pergunto ao Senador Francisco Dornelles se eu posso ler apenas um parágrafo que sintetiza o objetivo do Governo brasileiro, consubstanciado na palavra da Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda Guido Mantega.

A formalização do contrato de reestruturação regulariza uma situação pendente há muito tempo entre os dois países, permite a abertura de novas possibilidades de desenvolvimento nas relações econômicas e comerciais entre ambas as nações. A iniciativa alinha-se com a prioridade que as relações com a África assumem na política externa brasileira e contribui com o momento positivo por que vem passando aquele continente, permitindo que o Senegal avance no caminho do desenvolvimento econômico e social.

A medida integra o apoio brasileiro aos objetivos do desenvolvimento do milênio e da ONU, principal-

mente em relação ao oitavo objetivo, que estabelece uma parcela mundial para o desenvolvimento através da redução da dívida dos países pobres altamente endividados.

O Brasil tem procurado participar do esforço internacional para a solução dos problemas econômicos e sociais dos países pobres altamente endividados de modo que possam retornar suas trajetórias de desenvolvimento e combate à pobreza.

Assim, a proposição que aqui assinalo, Sr. Presidente, está de acordo inclusive com a lei brasileira, que permite apenas que haja um limite naquilo que possa ser perdoado em termos de 45% da dívida do país, conforme a lei brasileira.

Gostaria também de requerer, Sr. Presidente, urgência na apreciação do Plenário para esta proposição, uma vez que as autoridades do Brasil e do Senegal se reúnem neste semana, depois de amanhã, dia 21, para o estabelecimento de convênios e acordos de alta relevância para o desenvolvimento das relações, inclusive de investimentos e comércio internacional entre ambos os países, Brasil e Senegal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Eduardo Suplicy.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do PRS apresentado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E o pedido de urgência, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência, proposto pelo Senador Eduardo Suplicy.

Os Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 15, DE 2013 – Não Terminativo -

Propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, que seja autorizada a formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, no valor equivalente a US\$ 4,323,293.85 (quatro milhões, trezentos e vinte e três mil, duzentos e noventa e três

dólares dos Estados Unidos da América e oitenta e cinco centavos), para reescalonamento da dívida oficial santomense com o Brasil.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra o Relator, a quem agradeço se puder ir direto ao voto.

Antes, porém, concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Considerando que nós já temos vários Governadores de Estado presentes nesta sala, considerando que esse parecer do Senador Pimentel já foi distribuído com antecedência, considerando que os pareceres do Senador Pimentel são altamente positivos e bem elaborados, eu proponho que seja aprovado o parecer do Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu tenho acordo e solicito a V. Ex^a que abra a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador José Pimentel.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável, nos termos do PRS apresentado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Solicito urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Em votação o requerimento de urgência apresentado pelo Senador José Pimentel.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a urgência solicitada pelo Senador José Pimentel permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a urgência para a matéria.

Senador Romero Jucá, na verdade, eu dei início a esta reunião...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem. É que no Item 1 havia uma questão, colocada pelo Senador Alvaro Dias e também pelo Senador Pedro Taques, no sentido de se buscar um entendimento para o texto. Nós construímos esse entendimento. Dessa forma, o §9º seria acrescido do seguinte texto final: “desde que a execução das obras seja iniciada até dezembro de 2014”.

Assim, eu mudaria o meu parecer, acrescentaria essa frase, haveria o acordo com o PSDB e nós poderíamos votar a matéria por acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Se houver acordo, eu coloco em votação a matéria. Se não houver acordo, Senador Romero Jucá, eu prefiro votar os itens...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não; mas eu estou colocando a V. Ex^a exatamente porque há acordo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Então, vamos colocar... *(Pausa.)*

Há acordo?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu tenho um voto em separado. Então, preciso analisar esse texto trazido pelo Senador Romero Jucá. Regimentalmente, o texto foi alterado, e eu quero analisá-lo com a prudência necessária. Prefiro assim proceder.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Romero, assim fica melhor que seja para a semana que vem, porque nós aqui...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu concordo...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – E eu quero começar, daqui a no máximo 10 minutos, a audiência com os Srs. Governadores.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, nós estamos sempre procurando a convergência e o entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro; sei disso.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Assim, concordo com a proposição. Nós votaremos na semana que vem no Item 1; portanto, eu pediria que esse fosse o primeiro item da pauta. Pediria ainda ao Senador Pedro Taques que olhasse com os olhos de quem sabe que esses contratos já foram assinados, que toda a parte burocrática já foi cumprida, algumas obras foram iniciadas e outras estão em licenciamento.

Então, eu pediria a V. Ex^a que tivesse a boa vontade para que nós fechássemos o acordo também com V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, quero dizer ao Senador Romero Jucá que analisarei com a prudência devida e levando em conta a prudência orçamentária e a responsabilidade fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Requerimentos.

Requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin – Item 8.

A Mesa entende que esse requerimento está prejudicado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente, Sr. Presidente. Na semana passada, ele não estaria prejudicado, mas como a competência e a agilidade de V. Ex^a são fenomenais, então, hoje, está prejudicado, uma vez que todos os Governadores que eu sugeri que viessem aqui, através do requerimento apresentado, já estão aqui para a audiência do dia de hoje.

Assim, prejudicado. Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Em votação a prejudicialidade do requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a prejudicialidade permaneçam como estão. *(Pausa.)*
Aprovada.

(É o seguinte o Item prejudicado:

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 13, DE 2013

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Resolução do Senado nº 1 de 2013, de autoria do Executivo, e a Medida Provisória nº 599/2012, com os seguintes convidados: Governador do Estado do Amazonas, senhor Omar Aziz; Governador do Estado de São Paulo, senhor Geraldo Alckmin; Governador do Estado da Bahia, senhor Jaques Wagner; Governador do Estado do Rio Grande do Sul, senhor Tarso Genro; e Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor André Puccinelli.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Observações:

1. Em 12/3/2013, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Itens 9 e 10: requerimentos de autoria do Senador Humberto Costa...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, quanto ao Item 5, nós vamos apreciá-lo?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não; não vamos discutir nada aqui, só a votação desses requerimentos e, em seguida, chamar os Srs. Governadores.

Itens 9 e 10: requerimentos do Senador Humberto Costa.

Retiro-os de pauta, uma vez que o Senador não está presente.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 9**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 14, de 2013**

Requer, nos termos dos artigos 90 e 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 58 da Constituição Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater com a senhora Maria das Graças Foster, Presidenta da Petrobras, as perspectivas para o ano de 2013 no que se refere à produção, ao refino e à redução das importações de petróleo e derivados.

Autoria: Senador Humberto Costa e outros

Observações:

1. Em 12/3/2013, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

ITEM 10**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 15, DE 2013**

Requer, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Diretor Presidente (CEO) da Vale S.A., senhor Murilo Ferreira, para, em audiência pública, debater o plano de investimentos da companhia.

Autoria: Senador Humberto Costa

Observações:

1. Em 12/3/2013, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O Item 11 é um requerimento.

Informo que nós estamos tendo, de quinze em quinze dias, reuniões desta Comissão de Assuntos Econômicos. Na próxima segunda-feira, nós queremos discutir as dívidas dos Estados e Municípios.

Eu havia apresentado um requerimento na semana passada, já lido inclusive...

ITEM 11**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 16, DE 2013**

Requer, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os senhores Francisco Lopreato, professor do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, e Roberto Piscitelli, professor de Economia da Universidade de Brasília – UnB, para, em audiência pública, debater a dívida dos Estados e Municípios.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Observações:

1. Em 12/3/2013, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Há um requerimento de aditamento de mais dois nomes: um representante da Frente Nacional de Prefeitos e um representante do TCU.

Por que queremos fazer a audiência pública de segunda-feira sobre o tema dívidas dos Estados e Municípios? Porque há um esforço de colocarmos esse tema na pauta, visto que há um PLC na Câmara dos Deputados, enviado pelo Governo Federal; há uma discussão dos governadores; e, a nosso ver, é importante e prudente que discutamos reforma de ICMS e, ao mesmo tempo, comecemos a discussão sobre a questão das dívidas. Vários Senadores têm projetos nesta Casa.

Eu vou colocar em discussão e já anuncio aos Srs. Senadores que estaríamos abertos a novas sugestões de indicação de representantes para participarem desse debate da próxima segunda-feira.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento com as alterações propostas.

Em votação o requerimento com alterações.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 16, de 2013, CAE, com as alterações propostas.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 16, de 2013

Requer, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a dívida dos Estados e Municípios, com a presença dos seguintes convidados: senhor Francisco Lopreato, professor do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; senhor Roberto Piscitelli, professor de Economia da Universidade de Brasília – UnB; representante da Frente Nacional de Prefeitos – FNP; e representante do Tribunal de Contas da União – TCU.

Autoria: Senador Lindbergh Farias)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Ape- nas pergunto a V. Ex^a se está confirmada a vinda do Ministro Mantega na próxima quinta-feira ou se houve alteração dessa data.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/ PT – RJ) – Não. Está confirmado: na próxima quinta- -feira, às 10 horas da manhã.

Inclusive eu queria pedir uma permissão aos se- nhores, pois houve uma solicitação do Presidente da Comissão de Infraestrutura, Fernando Collor, porque há um requerimento a respeito também na Comissão de Infraestrutura. Com a permissão dos senhores aqui, eu queria colocar em votação um requerimento para que a audiência pública com a presença do Sr. Guido Mantega seja realizada em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Essa foi uma solicitação do Presidente da Comissão de Infraestrutura, Fernan- do Collor de Mello.

Em discussão. (Pausa.)

Os Senadores que concordam com esse requeri- mento de realização de reunião conjunta com a Comis- são de Infraestrutura permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado esse requerimento.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 17, de 2013

Requer, em aditamento aos Requerimentos nºs 3, 4, 5 e 9 de 2013-CAE, que a audiência pública com a presença do Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, seja realizada em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI.

Autoria: Senador Lindbergh Farias)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Ape- nas pedi a confirmação. Então, está confirmado nesta quinta-feira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador, Senador, Senador.

Dá tempo ainda? Tenho questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/ PT – RJ) – Pode apresentar, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu gostaria de pedir que fosse lido e discutido um requerimento da Senadora Ana Amélia, que eu assino também, junto com o Senador Armando Monteiro, que pede uma audiência para debater a política de investi- mentos, desenvolvimento e fomento do Banco Nacional

de Desenvolvimento Econômico e Social, para o que sugerimos o convite ao seu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/ PT – RJ) – Farei imediatamente:

“Requeremos, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública nesta Comissão de Assuntos Econômicos para debater sobre política de investimentos, desenvolvimento e fomento do BNDES. Para tal, sugerimos seja convidado o seu Presidente, o Sr. Luciano Coutinho.

Senadora Ana Amélia, Senador Armando Mon- teiro, Senador Cristovam Buarque.”

(É o seguinte o requerimento lido:

REQUERIMENTO Nº18, DE 2013

Requer a realização de audiência pública para debater a política de investimentos, desen- volvimento e fomento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BN- DES, com a presença de seu presidente, Sr. Luciano Coutinho.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros.)

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 15 minutos.)

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGIS- LATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2013, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezenove minutos do dia deze- nove de março do ano de dois mil e treze, na sala nú- mero dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Anibal Diniz, Jorge Viana, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ana Amélia, Bene- dito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Armando Monteiro, Gim e Blairo Maggi, e, ainda, das Senadoras Lídice da Mata e Ana Rita e dos Senadores Valdir Raupp, Wellington Dias, Ataídes Oliveira e Zezé Perrella. Deixam de comparecer os Senadores Acir

Gurgacz, Jader Barbalho, Kátia Abreu, Jayme Campos, Antonio Russo, tendo falta justificada em virtude de se encontrar licenciado para tratamento de saúde, e João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de se encontrar licenciado para tratamento de saúde. A Presidência declara aberta a Reunião, esclarecendo que a esta tem como objetivo a realização de Audiência Pública, a fim de instruir o Projeto de Resolução do Senado nº 1 de 2013 e discutir a Medida Provisória nº 599, de 2012, que tratam da unificação do ICMS, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 9 de 2013, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias e outros, tendo como expositores o Sr. Omar Aziz, Governador do Estado do Amazonas; o Sr. Helenilson Pontes, Governador em exercício do Estado do Pará; o Sr. Wilson Martins, Governador do Estado do Piauí; o Sr. André Puccinelli, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul; o Sr. Geraldo Alckmin, Governador do Estado de São Paulo; o Sr. Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo; e o Sr. Tarso Genro, Governador do Estado do Rio Grande do Sul; e, ainda, o Sr. Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Eduardo Braga, Vanessa Grazziotin, Eduardo Suplicy, Sérgio Souza, Pedro Taques, Delcídio do Amaral, Relator do Projeto de Resolução do Senado nº 1 de 2013, Armando Monteiro, Flexa Ribeiro, Luiz Henrique, Ricardo Ferreira, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues e Blairo Maggi. Antes do encerramento da reunião, é apreciado o seguinte **item extrapauta**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 19 de 2013, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, que “requer, em aditamento ao Requerimento nº 16 de 2013-CAE, seja incluído entre os convidados a participar da audiência pública destinada a debater a dívida dos Estados o senhor João Pedro Casarotto, representante da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais – Febrafite”. Anunciada a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 19 de 2013-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) –Imediatamente, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta: audiência pública.

Finalidade: instruir o Projeto de Resolução nº 1, de 2013, e discutir a Medida Provisória nº 599, de 2012, que tratam da unificação do ICMS.

Convidados: Omar Aziz, Governador do Estado do Amazonas; Helenilson Pontes, Governador em exercício do Estado do Pará; Wilson Martins, Governador do Estado do Piauí; André Puccinelli, Governador do Estado do Mato Grosso do Sul; Geraldo Alckmin, Governador do Estado de São Paulo; Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo; Tarso Genro, Governador do Rio Grande do Sul.

Aos convidados que já se encontram no plenário da Comissão peço que tomem seus lugares à mesa.

Eu queria solicitar ao Senador Aloysio Nunes que... *(Pausa.)*

Não precisa mais

Senhores, vamos começar esta audiência.

A ideia original desta audiência pública era ouvir cinco governadores, mas estão aqui sete governadores. Está presente também o Senador Marconi Perillo, que chamo para compor a Mesa. *(Pausa.)*

Pelo número de oito governadores, começaríamos limitando o tempo – o Governador Helenilson vai ser o primeiro a usar da palavra – a dez minutos, embora eu saiba da relevância e da importância do tema.

Com a palavra o Governador em exercício do Estado do Pará, Helenilson Pontes.

O SR. HELENILSON PONTES – Caro Senador Lindbergh, bom dia a todos.

Governador Wilson Martins, Governador Omar Aziz, Governador Geraldo Alckmin, Governador Tarso Genro, Governador André Puccinelli, Governador Marconi Perillo, Srs. Senadores, Srs. Deputados:

Começo a minha breve fala apenas para cumprimentar, Senador Lindbergh, a iniciativa de V. Exª de convidar os governadores a virem a esta Casa e promoverem o bom debate sobre o assunto mais importante da Federação brasileira hoje: a reforma do ICMS.

Todos nós, há muitos anos, vimos discutindo propostas e mais propostas no sentido de reformar o ICMS. O Governo Federal tomou a iniciativa de editar uma medida provisória estabelecendo a sua visão, pela primeira vez, sobre esse assunto, colocando o debate na pauta do Congresso Nacional. Agora, a tarefa de promover o debate e a reflexão sobre esse tema está com o Parlamento e com os governadores.

Eu não vou reproduzir aqui o conjunto de argumentos, de ações no sentido de uma rediscussão séria do assunto do ICMS. Vou-me concentrar apenas num aspecto importante ao qual eu acho que as Srªs e os Srs. Parlamentares devem prestar atenção.

O ICMS, ao contrário da grande maioria dos outros tributos, com exceção do PIS/Cofins, é um tributo não cumulativo. Significa dizer que não se pode discutir o ICMS apenas sob o ponto de vista das alíquotas de saídas dos produtos, das alíquotas incidentes sobre as saídas dos produtos.

Esse me parece o primeiro equívoco da medida provisória editada pelo Governo, porque restringe a discussão a uma questão meramente de alíquota, sem observar a contrapartida disso, que são os créditos. Como posso fazer uma regulamentação de âmbito nacional, estabelecendo alíquotas interestaduais, por exemplo, Senador Lindbergh, se eu não discuto a repercussão disso nos créditos; se eu não discuto como vai ser a sistemática de apuração dos créditos, de aproveitamento dos créditos, de estorno dos créditos? Como posso discutir, por exemplo, a questão do fim dos incentivos fiscais regionais sem discutir que já há um conjunto expressivo de lançamentos lavrados, empresas autuadas; sem discutir a natureza de cada incentivo, se o incentivo é de natureza comercial, se o incentivo é de natureza industrial; sem discutir os créditos que foram tomados, devidamente ou indevidamente, por cada empresa que aceitou a um convite do Estado para se instalar em determinada região do País? Nada disso, Sr^{as} e Srs. Senadores, está previsto na medida provisória. Nada disso está em debate.

O que nos preocupa, Senador Lindbergh é que uma reforma dessa natureza possa traduzir mais complexidade do que simplicidade, mais problemas à Federação do que soluções para a Federação. O ICMS, hoje, é um tributo complicado, que causa, evidentemente, assincronias econômicas, no sistema econômico brasileiro, mas, do jeito que a medida provisória foi editada, nós podemos ter uma avalanche de discussões de créditos judiciais inclusive. Vamos judicializar essa questão no Supremo ou vamos delegar tudo isso ao Confaz? Qual é, efetivamente, a posição do Brasil em relação a essa questão? Isso não está em debate na medida provisória.

Então, este é o primeiro aspecto que eu gostaria de deixar registrado: não basta discutir se serão quatro por quatro, sete por quatro, seis por quatro, enfim, as alíquotas interestaduais; é preciso rediscutir o que fazer com os créditos. E não preciso ir longe para lembrar que o grande problema do sistema brasileiro, desde a Lei Kandir, na exportação, são os créditos acumulados, que ficam nos orçamentos dos Estados e nos balanços das empresas, sem uma resolução, já há mais de dez anos. Por quê? Porque, quando se discutiu a desoneração das exportações, não se pensou em uma sistemática objetiva de ressarcimento dos créditos para as empresas, o que, evidentemente,

onera as exportações brasileiras e prejudica os Estados exportadores, como o Estado do Pará. Mas essa discussão da manutenção dos créditos, dos estornos dos créditos, tem que estar disciplinada em qualquer projeto que esta Casa aprovar.

Segundo, não podemos nos esquecer – e a medida provisória trata de relance – das zonas fiscais privilegiadas. Vou referir-me aqui à Zona Franca, mas temos áreas de livre comércio em toda a Região Amazônica, com exceção do Pará. O Pará é o único Estado da Região Amazônica que não tem uma área de livre comércio. E, evidentemente, a existência de áreas de livre comércio próximas de um Estado como o Pará e de outros Estados gera assincronias, gera dificuldades, gera concorrência desleal.

O Senador Flexa Ribeiro, que está em uma audiência, apresentou uma emenda, inclusive, à medida provisória que traduz um pouco, traduz bastante da nossa visão, Governador Tarso Genro, sobre essa questão. A medida provisória traz um tratamento privilegiado para a Zona Franca de Manaus, definindo uma alíquota de 12% na saída da Zona Franca de Manaus, consagrando um benefício que está na Constituição, que a Zona Franca tem, de tratamento diferenciado com relação ao resto do Brasil. Isso está lá na medida provisória.

Não quero aqui fazer o debate sobre se esse benefício da Constituição contempla o ICMS ou não contempla o ICMS. Quero apenas fazer o registro de que um benefício dado para um Estado da Amazônia contra o Brasil não se pode traduzir em um benefício contra os outros Estados da Amazônia. A dificuldade de produzir na Amazônia, em Manaus ou no Amazonas é tão grande quanto a de produzir no Acre, em Rondônia, em Roraima, no Amapá ou no Pará. Não há vantagem comparativa alguma do Amazonas em relação ao Pará, ou ao Amapá, ou a Roraima, ou ao Acre, ou a Rondônia. Nós não discutimos a existência da Zona Franca de Manaus e muito menos a legitimidade do pleito da Zona Franca de Manaus em relação ao Brasil. O que nós discutimos é a necessidade de nós termos uma alíquota, Senador Lindbergh, igual nas operações dentro da zona da Região Norte.

Então, a emenda e a consideração que o Pará coloca neste debate é se a Zona Franca de Manaus há de ter uma alíquota de 12% em relação ao Brasil, que essa alíquota seja de 12% em relação aos seus parceiros da Região Norte e toda a Amazônia Legal, porque essas condições – as condições de produção, de vida etc., sociais – são iguais no Amazonas como no Acre, no Amapá, em Rondônia, em Roraima e todos os Estados da Amazônia. Se há de haver uma alíquota especial para o Estado do Amazonas, essa alíquota deve contemplar todas as relações do Amazonas com

a Região Norte, tanto as que vão para o Amazonas como as que saem do Amazonas para a Região Norte, mantendo a isonomia dentro da Região Amazônica, a região que contempla 60% do território nacional e que merece sim um tratamento diferenciado nesse aspecto, porque a grande fronteira do desenvolvimento nacional é a grande fronteira da floresta, é tudo aquilo que há de recursos naturais no Brasil.

Então trago, Senador Lindbergh, para concluir, trago estas duas considerações à apreciação dos Srs. parlamentares. Primeiro, não dá para fazer reforma do ICMS sem discutir crédito. Vai manter crédito, não vai manter crédito? Quem mandar para a Zona Franca vai manter crédito, vai estornar crédito, como é que fica?

Segundo, a necessidade de um tratamento isonômico da Região Norte no que tange às trocas entre si, entre si, pelo menos. Se há de haver uma alíquota especial para o Amazonas, essa alíquota deve beneficiar todos os Estados da Região Norte dentro das suas próprias relações econômicas, mantendo evidentemente, se for o caso, a relação privilegiada do Amazonas com o resto do Brasil, mas não com os Estados da Região Norte. Ou seja, se o Amazonas há de ter alguma vantagem em relação ao Brasil, essa vantagem não pode ser em relação aos seus irmãos da Região Norte, que vivem as mesmas dificuldades na atração de investimentos e na geração de emprego e renda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Governador Helenilson Pontes, esclarecendo que, quando eu aperto a campainha, é por causa do barulho. Apertei a campainha por esse motivo.

Passo a palavra imediatamente ao Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli.

O SR. ANDRÉ PUCCINELLI – Bom dia a todos. Cumprimento, através do Senador Lindbergh, a todos os Senadores e Senadora aqui presentes, aos colegas Governadores.

Nós vamos apresentar didaticamente, para que possa ser visualizado na tela.

Não está passando.

O Pacto Federativo tem como princípio básico e pétreo a autonomia administrativa. Não estão nos respeitando nessa questão da autonomia administrativa, ingerindo sobre o nosso ICMS. Vejam a diminuição dada pela CNM de 2000 a 2007, com a centralização das receitas em nível da União, diminuição dos Municípios e principalmente dos Estados.

Aqui... Está muito lento o aparelhinho.

Em relação ao PIB, mesma coisa, concentração dos recursos na União.

Este gráfico é o mais interessante. No início, pós Constituição, o Imposto de Renda e o IPI, que formavam os fundos, eram 76% do total da arrecadação da União. Na época os outros tributos representavam 24%. O não compartilhamento e a criação de contribuições faz com que, no ano de 2010, nós tenhamos 54% de receitas não compartilhadas, e o nosso antigo FPE e FPM, dos Municípios, reduziu-se a 46%. Ou seja, nós estamos tendo cada vez menos recursos.

Os Estados vêm sofrendo perdas significativas. O que eu disse está ali: 76% contra 23%. Hoje é 45% contra 54%. O Fundo de Participação dos Estados, por sua vez, tem o mesmo problema. Ano a ano estamos sendo... Mato Grosso do Sul iguala-se ao Centro-Oeste. Se nós tirarmos a inflação do ano de 2012 de 5,84% pelo IPCA, temos 2,6% a menor.

O que fazem os Estados? O Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso têm que se valer das próprias pernas para arrecadar o seu tributo. Não fosse nós nos valermos, sermos autossuficientes – competimos com São Paulo, o Estado mais industrializado, e os dois Estados que têm portos. Olha a eficiência arrecadatória do ICMS dos nossos três Estados do Centro-Oeste! Se nos valêssemos das transferências correntes, nós estaríamos fuzilados!

Olha a dívida do Estado (*Pausa.*)

Ali está errado. São 7,341 bilhões. Valor nominal: 2.258. Paguei 5,8 bilhões e devo 7,3 bilhões da dívida por causa do indexador, IGP-DI mais 6%, e por causa do comprometimento de 15% da receita líquida.

Então, estou retratando a situação dos Estados, em especial do nosso Centro-Oeste, para depois irmos ao fulcro da questão, à Medida Provisória nº 599.

Como acreditar que teremos um fundo de desenvolvimento se ele não for constitucionalizado? A Kandir é um exemplo disso.

Vamos adiante!

Olhem o que fez a Kandir! Devolveu 77, em 1996; devolveu 38, em 2002; devolveu 24, em 2006, e a devolução dos anos de 2004 para frente é porque nós utilizamos o artifício das Disposições Transitórias, para que toda vez, ano a ano, briguemos pela inserção no Orçamento. E está congelada a inserção no Orçamento em 3,9 bilhões. Na última, nem 3,9 bilhões conseguimos inserir, inserimos 3,4 bilhões. Ou seja, um Estado que produz só produtos primários e semielaborados e que exportasse tudo quanto teria de ICMS? Zero! (*Pausa.*)

Seguinte.

Quanto de desoneração de 2004 a 2009 tivemos pela Lei Kandir em nível da soma dos Estados, em nível nacional? Oitenta e oito bilhões! Garfaram 88 bilhões dos nossos Estados!

Essa é a pergunta: como vamos perder autonomia sobre o nosso tributo, e nós, no Centro-Oeste, nos valem da eficiência arrecadatória das nossas máquinas, se as transferências nem sequer complementam o restante? Eu, nesse ano de 2012, desde que eu assumi em 2007 – e estou no segundo mandato –, foi o único ano em que tive déficit. *(Pausa.)*

Seguinte.

Despesas impostas por decisões judiciais e congressuais.

A PEC 29.

Por exemplo, em nosso Estado, eu apliquei, em 2011, 14,11% da Receita Líquida Corrente. Eu teria de acrescentar mais 198 milhões para descer a 12%. *(Pausa.)*

Piso do magistério e tudo.

Dois pontos desequilibram. Um deles é a unanimidade do Confaz.

A unanimidade do Confaz faz com que nós não convalidemos, bastando que um único Estado se credencie a dizer não. Nós temos uma TPF, e somos *amicus curiae* do DF para derrubar a unanimidade do Confaz, para que possamos, o restante do Brasil, resistir.

O comércio eletrônico faz com que nós tenhamos 43% de redução do ICMS, por esse método, nos Estados do interior do Brasil menos industrializados.

Guerra fiscal. Será que é guerra fiscal? Vejam essa afirmação: regionalmente, ela trouxe vantagens para muitos Estados menos industrializados brasileiros e foi o grande instrumento de desenvolvimento dos Estados, ao longo dos últimos 20 anos.

Vamos ver. Aqui, em 2002, o *per capita*, através do valor adicionado bruto a preços básicos correntes, indústrias de transformação, é o índice que mede o nível de industrialização de cada Estado. Olha o nosso Centro-Oeste. Ele praticamente quadruplicou o seu valor adicionado. “Ah, mais isso tirou dos industrializados.” Negativo. Olha quanto foi o *per capita* de Minas Gerais, olha quanto foi o *per capita* do Rio de Janeiro, olha quanto foi o *per capita* de São Paulo. Continuou crescendo, não no mesmo ritmo que os Estados do *hinterland* brasileiro. Nós crescemos 3,8 vezes, em média, no nosso Centro-Oeste, e os Estados industrializados cresceram, em média, 2,2. É claro, é para tirar as desigualdades regionais. A indústria traz empregos. Nós trocamos o incentivo fiscal de 90% do ICMS para quê? Para gerarmos empregos nos nossos Estados.

Aí vamos à medida provisória. Olha o que ocasiona, pelo estudo da Cotepe, em relação ao ICMS, tomando como base os dados de 2011: Amazonas perde 77%; Bahia perde 9%, 8,88%; Espírito Santo perde 37%; Goiás, 24%; Mato Grosso, 14%; e Mato Grosso

do Sul, 33%. Como é que iremos suportar isso? “Ah, não, mas vamos criar fundo?” Constitucional?

A Kandir... Se eu exportar tudo que eu tenho no meu Estado, que são produtos, carne, grãos e pouquíssima indústria, eu zero o meu ICMS. Neste ano de 2013, estou com zero de investimento – zero. Eu mantenho o custeio no nível bom que estava, pago os salários, mantenho o crescimento vegetativo, mas tenho zero de investimento. É isso a que estarão submetidos os brasileiros do Centro-oeste?

Vamos para frente. Nós nos unimos – Centro-Oeste, Norte e Nordeste – numa proposição intermediária: a redução de 12 por 7, para 7 por 4, que é o que poderíamos suportar desde que os fundos fossem constitucionalizados. E se fosse 7 por 4, olha o que nós perderíamos: Mato Grosso, 5; Mato Grosso do Sul, 17; e Goiás 11. Como é que iremos suportar isso? Aí as preocupações...

Estou terminando, Sr. Presidente.

Como será a compensação? Como a União poderá glosar benefícios concedidos? Créditos, como o paraense amigo falou... O valor de 8 bilhões é insuficiente. Naquela planilha anterior, perdemos 16 bilhões e nos compensam com 8? E, deste fundo ainda, 25% da compensação, ou seja, 2, é OGU. O restante é empréstimo? Se as perdas são 16, tem que ser, no mínimo, 16, e as perdas são de dinheirinho nosso. Os fundos têm que ser de OGU, e fundos constitucionalizados. Senão, o Centro-Oeste é liquidado, o Norte é liquidado e o Nordeste é liquidado, com algumas pequenas particularidades.

Argumentam alguns que, de imediato, alguns Estados do Norte e do Nordeste ainda empatariam ou teriam um pequeno acréscimo. E a desindustrialização que, a médio e longo prazo, vai ocorrer? E o comércio, vai ter menos crédito; e as empresas que comprem internamente e vendem de forma interestadual irão acumular crédito, e como terão obtenção do crédito de retorno?

Portanto, essa Medida nº 599, nós acreditamos que ela veio com boa intenção, mas de boa intenção o inferno está cheio. A boa intenção do Governo Federal, nós acreditamos piamente nela. Mas não se pode salvar alguns e matar outros. O nosso Centro-Oeste, Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul são liquidados. Nós pedimos aos Senadores e à Senadora que não liquidem a sua Amazônia, Senadora; o nosso Pará, o nosso Centro-Oeste, e que não pensem só em Sul e Sudeste. Não se deve fazer uma guerra fratricida.

Temos de nos sentar e, para compensar, temos de discutir: PFE; temos de discutir Kandir; temos de discutir os créditos; temos de discutir o ICMS, no bojo

de um todo. Reforma tributária sim; reforma do nosso ICMS não.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço o Governador André Puccinelli.

Passo, imediatamente, para o Governador do Estado do Piauí, Wilson Martins.

O SR. WILSON MARTINS – Muito bom dia a todos, Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias. Cumprimento os demais Senadores, em nome do nosso companheiro, Senador do Piauí, Wellington Dias, tendo a alegria de cumprimentar também os colegas Governadores presentes nesta audiência pública.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, agradeço o convite para estarmos aqui, falando em nome dos Governadores do Nordeste do Brasil.

Nós já discutimos esse assunto, tanto da Medida Provisória nº 599, de 2012, como do Projeto de Resolução nº 1, de 2013, internamente, com os Governadores do Nordeste do Brasil e ampliada também com os Governadores do Centro-Oeste brasileiro.

Evidentemente que nem todos ganham e evidentemente que alguns perdem, mas é importante que se coloque aqui a grandeza do Governo Federal de ter encaminhado essa medida provisória para o Congresso Nacional e a oportunidade que tem o Senado da República de regulamentar a questão, através de Resolução do nosso ICMS.

Lamentavelmente, com o Confaz não se consegue nada, da forma como o seu Regimento está hoje, pela unanimidade. Nós também concordamos que haja uma alteração no quórum para as decisões do Confaz.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu queria colocar que o Piauí tem sido penalizado sobremaneira pela forma como é regulamentado hoje o ICMS. Nós estamos perdendo hoje – o Estado do Piauí é um Estado ainda consumidor. Infelizmente, no ano de 2012, exportamos em torno de R\$5 bilhões e importamos em torno de R\$10 bilhões. Desses R\$10 bilhões, 67% chegam a nós, de Estados do Nordeste do Brasil, principalmente da Bahia, do Ceará e do Estado de Pernambuco. E a política de ICMS é absolutamente desastrosa para o nosso Estado a curto prazo. Doze por cento do imposto fica nos Estados irmãos do Nordeste; da mesma forma, nos Estados do Centro-Oeste, vindo apenas, para o Piauí, 5%.

Se for votado da forma como está proposto pelo Nordeste do Brasil e pelo Centro-Oeste, nós, já em 2012, teríamos arrecadado R\$140 milhões a mais para o ICMS, para o Piauí.

De forma que concordamos com a decisão da grande maioria dos governadores do Nordeste e do Centro-Oeste em se fazer de forma progressiva; mais ou menos, pelo que foi apresentado aqui pelo nosso

Governador de Mato Grosso do Sul, em que, entre Nordeste, Centro-Oeste, incluindo o Espírito Santo, mais o Norte, sairíamos de 12% para 7% em dez anos. Sendo que, de 12% para 4%, em três anos; de forma progressiva de três pontos a cada ano. Começaríamos, em 2014, com 9%; 2015, a 6%; chegando, em 2016, a 4%.

Da mesma forma, quando você vende do Nordeste, do Centro-Oeste para o Sul e o Sudeste, chegaríamos em três anos também no percentual de 12% para 4%.

De forma que isso daria ao Estado do Piauí, ao final, no ano de 2016, uma arrecadação superior hoje a R\$350 milhões.

Então, é uma decisão que foi acordada pelos governadores do Nordeste do Brasil e do Centro-Oeste brasileiro e que queremos propô-la aqui nesta audiência pública.

Outro aspecto é sobre a medida provisória, sobre a criação do Fundo do Desenvolvimento Regional. Na proposta originária da medida provisória, consta que em torno de 75% dos recursos do Fundo seriam de operação de crédito e apenas 25% da AGU. A nossa proposta é para que seja o inverso, que possa haver uma participação muito maior de compensação por parte do Governo Federal.

E outro aspecto, Sr. Presidente, que não consta dessa discussão, mas gostaria de fazer um apelo ao Senado Federal, é que há, hoje, um crescimento progressivo do comércio não presencial. Isso é arrasador para os Estados brasileiros que são consumidores. Há uma concorrência desleal entre aqueles que são apenas vitrines e que apresentam os mostruários. Compra-se por telefone ou pela Internet.

Apresentando um dado, rapidamente: no Piauí, no ano de 2011, foram 800 mil operações, compras por meio do comércio não presencial. E, em 2012, aumentamos para 1,8 milhão as operações. Pelos cálculos da nossa Fazenda, tivemos um prejuízo – além de gerar desemprego, além de gerar uma crise para o comércio local –, em 2012, de algo em torno de R\$160 milhões.

Então, imagina, havendo aqui um avanço para a votação desse projeto de resolução que possa ser transitório, que possa contemplar aquilo que São Paulo imagina, pelo menos, algo próximo dos 4% de alíquota única, chegando a 7%, e que o Nordeste também possa avançar de forma progressiva para 4%, e, para 7%, o Sul e o Sudeste.

Isso junto daria para o Estado do Piauí, no final de três anos, algo em torno de R\$600 milhões a mais na sua arrecadação, de forma que o Piauí estaria muito mais seguro, muito mais independente, em condições melhores de traçar um projeto importante de desenvol-

vimento não só a curto como também a médio e longo prazo. Então, eu faço um apelo ao Senado Federal, para que a gente possa, o mais rápido possível, votar aqui este Projeto de Resolução nº 1, de 2013, nesta forma, e também possa avançar rapidamente na regulamentação do comércio não presencial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Governador Wilson Martins e passo imediatamente para o Governador do Estado do Amazonas, Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ – Eu queria cumprimentar o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Senador Lindbergh, os colegas Governadores. Quero cumprimentar, em nome da Senadora Vanessa Grazziotin, a Senadora Lúcia Vânia, que nos honra com a sua presença. Em nome do Líder da Presidenta Dilma aqui no Senado, Senador Eduardo Braga, quero cumprimentar todos os outros Senadores que aqui se encontram, cumprimentar também o Presidente da Assembleia Legislativa do nosso Estado, que nos acompanha, juntamente com os Deputados Federais Silas Câmara e Luiz Fernando.

Bem, eu queria colocar para vocês especificamente a Zona Franca de Manaus.

Cada região tem as suas peculiaridades, tem as suas dificuldades, que não foram criadas por mim ou pelos senhores que estão aqui. Isso vem ao longo dos anos e cada vez fica mais diferenciado entre os Estados desta Federação.

Nós fizemos uma apresentação em que nós vamos mostrar aos senhores e senhoras que estão aqui o que é que nós entendemos que é importante para o Brasil.

Nenhum Governador de Estados brasileiros é favorável à guerra fiscal. Ela tem prejudicado os Estados de uma forma muito forte.

A partir dos investimentos que os Estados vêm fazendo ao longo dos anos, o custeio dessa máquina vem crescendo. Isso tem prejudicado os Estados para que os serviços de atividade fim de cada Estado sejam feitos com uma qualidade cada vez melhor. E muito se fala em enxugamento da máquina, em corte de custeio, mas o Estado, pelas leis que são regidas nos Estados brasileiros, cada vez mais tem que estar contratando pessoas, cada vez mais contratando policiais e cada vez mais aumentando os custeios do Estado. E os Estados, para manter empresas, têm que abrir mão de arrecadação. Eles têm feito isso, e isso tem comprometido o investimento e o custeio dos Estados, até porque todas as linhas de crédito que são abertas para os Estados brasileiros, para que se faça investimento e se gere emprego e se dê renda para as

pessoas, depois disso pronto, geram um custeio alto para o Estado, que não é compensado com a geração, com a entrada de novas indústrias. Isso é de Norte a Sul, de Leste a Oeste no País.

Hoje, o que é praticado nas isenções em relação à Zona Franca é: Norte, Nordeste e Centro-Oeste dão uma isenção para a Zona Franca de 12%, e Sul e Sudeste dão uma isenção de 7%. O que propõe essa reforma é 4%. E nós entendemos que, com essa reforma, todos os Estados brasileiros ganharão em relação à Zona Franca de Manaus.

E eu vou dar alguns exemplos. Em termos percentuais, o Norte, Nordeste e Centro-Oeste terão um ganho na venda para a Zona Franca de Manaus de oito pontos percentuais. Isso quer dizer que vão aumentar a sua arrecadação de ICMS em 67% de tudo aquilo que é vendido hoje para a Zona Franca de Manaus. Em relação ao Sul e Sudeste, esse aumento de percentual é de 3%, e haverá um aumento de 43%. Na saída dos produtos da Zona Franca para as unidades federativas brasileiras vai ficar igual, não há perda nem ganho. Nós entraríamos com crédito de 12%, e se manteria o que é mantido hoje, e nenhum Estado brasileiro perderia em relação ao que é praticado hoje. Para dar um exemplo mais simples, vamos pegar aqui o Estado de São Paulo. Hoje a Zona Franca compra em torno de R\$13,8 bilhões anualmente do Estado de São Paulo. Ele dá uma isenção de 7%. Então, essa isenção é de R\$963 milhões, para que os produtos cheguem à Zona Franca. Com 4% de ICMS, seria reduzido de R\$933 milhões para R\$550 milhões. São Paulo teria um ganho de R\$412 milhões por ano, se for aprovada esta lei que está aqui no Senado. Nós fizemos um ensaio para todos os Estados brasileiros. Todos teriam ganhos vendendo para a Zona Franca. Hoje, com a isenção de São Paulo, de R\$963 milhões, o resultado dele, com 4%, é R\$550 milhões. Então é o ganho de São Paulo, especificamente de São Paulo.

Eu vou falar muito em referência a São Paulo, porque o meu amigo Calabi que esteve aqui na semana passada se referiu e a gente vai desmistificar essas questões de isenções que o Brasil pratica com a Zona Franca, e nós vamos mostrar claramente aqui aos Srs. Senadores que algumas regras praticadas não são bem assim.

A Zona de Manaus não é tão “zona” quanto as pessoas acham. E ela não é mais franca. Ela é totalmente diferente. Hoje, se vocês fizerem um estudo, se praticado sem as diferenciações, nós teríamos uma perda de 77%. Não são os 77% do ICMS. É a perda da atividade econômica na cidade de Manaus. É a perda da atividade econômica do Estado do Amazonas, porque quando se fala que diretamente se emprega em

torno de cento e poucas mil pessoas no distrito industrial, se esquece que a atividade econômica que tem a Zona Franca de Manaus hoje gera emprego em vários outros setores, tanto na capital como no interior. Então, nós não podemos dizer que se abre mão de recursos do IPI, do II, para a Zona Franca para apenas 100 mil pessoas. São 4 milhões de brasileiros que moram em um Estado que é maior do que o Nordeste todinho. Se você pegar todos os nove Estados do Nordeste, dá 1,56 milhão de quilômetros quadrados. O Amazonas tem 1,57 milhão de quilômetros quadrados. Governar o Amazonas é como se você estivesse na Bahia e tivesse que governar um Estado do Nordeste, mais longe.

Por isso, a atividade econômica que nós temos hoje... Nenhum fundo vai compensar as nossas atividades econômicas em curto, médio e talvez longo prazo, porque o que se pratica hoje em relação ao que se arrecada no Estado do Amazonas é em torno de R\$8 bilhões. Na Região Norte, é 56% dessa arrecadação. E as transferências que são feitas para o Estado do Amazonas são da ordem de R\$2,535 bilhões. O saldo que nós damos ao Brasil é acima de R\$6 bilhões, para que sejam divididos entre os Estados brasileiros. Isso significa que, de tudo que se arrecada no Estado do Amazonas, apenas 28% fica no próprio Estado. Os outros são distribuídos entre os Estados irmãos da nossa Federação.

Nós temos ainda uma questão que é muito importante. A Zona Franca, quando foi criada, praticamente produzia quase todos os produtos. Hoje nós temos uma dificuldade muito grande, principalmente no polo de duas rodas. Para motos de até 250 cilindradas, hoje não há financiamento no Brasil. E nós temos uma queda acentuada nas vendas dessas motos de até 250 cilindradas. E, por último... Aliás, para dizer sobre o eletroeletrônico, com a guerra fiscal, em todos os Estados brasileiros, todas as indústrias que se instalam no Brasil hoje estão tendo grandes dificuldades.

Falando agora sobre renúncia fiscal. Sobre renúncia fiscal, a Constituição é muito clara: a renúncia fiscal será praticada para que haja desenvolvimento regional, e não pode ser feita apenas para algum setor. A Região Sudeste tem uma renúncia fiscal de R\$70 bilhões por ano. A renúncia fiscal do Brasil é de R\$145 bilhões. Só o Sudeste tem uma renúncia fiscal de R\$70 bilhões. E isso não foi dito aqui em uma reunião do Secretário de Fazenda. Veja bem: as regiões mais pobres do Brasil têm uma renúncia bem menor do que a das regiões que sempre foram beneficiadas historicamente pelos presidentes. E essa realidade começou a mudar agora. Porque, se formos agora pegar o BNDES, que teria que ser um banco de desenvolvimento econômico e social, nós vamos ver que isso

não acontece. Dos 321 bilhões que o BNDES aplicou no Brasil com recursos para se pagar juros menores, nos últimos quatro anos – pasmem os Srs. Senadores e as Srs. Senadoras! –, dos 321 bilhões para se desenvolva o País socialmente e economicamente, 81 bilhões foram para Estados de São Paulo – oitenta e um bilhões para o Estado de São Paulo! Se somar o Estado do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, não chega perto de São Paulo; e, se somar os outros Estados brasileiros, também não chega perto do Estado de São Paulo.

E aí o que nós estamos discutindo não é apenas o ICMS. O que estamos discutindo é a sobrevivência de um Estado que faz parte do Brasil e que tem problemas diferenciados neste País. Quando o Governador do Pará fala sobre o Pará, eu concordo completamente, tem dificuldade. Agora, veja só o Amapá: como é que pode se desenvolver economicamente o Estado do Amapá, que são irmãos lá da nossa região, com 374 milhões, em quatro anos? E aí eu pego aqui o Wilson. Wilson, pega lá o Piauí: 1,25 bilhão. Se houvesse uma inversão de investimento que é feito, os outros Estados não estariam aqui à míngua, pedindo para que a gente arrecadasse um pouquinho de ICMS. Porque essa divisão econômica estaria na federação brasileira, e não apenas numa região brasileira, como hoje é praticado no Brasil. E isso melhorou, porque, se vocês pegarem o BNDES de há oito anos, 90% disso ia só para a Região Sudeste. O Amazonas começou a ter recursos do BNDES a partir de 2003, quando o Eduardo Braga foi Governador do Estado do Amazonas, quando foi feita a primeira transação com o BNDES. Até então, o Amazonas nunca tinha visto acordo com o BNDES.

E aí se fala em renúncia. Não há maior renúncia, não é no Estado do Amazonas. A maior renúncia é aqui na Região Sudeste, que historicamente sempre teve benefícios. Mas isso aí ainda é pouco. Se vocês analisarem os outros números que nós temos, vocês vão ver que o que estamos pedindo hoje é para manter aquilo que a Constituição já nos garante. É a sobrevivência de uma população.

Não é uma guerra entre Estados e entre povos. Nada contra a população do Estado de São Paulo. Mas tudo isso que algumas pessoas tentam dizer que nós temos esses benefícios, somos apenas 1,6 do PIB brasileiro e 1,6 numa região de 1,5 de quilômetros quadrados, onde vivem brasileiros e brasileiras. É muito pouco 1,6 para uma área de 18,45 do Território nacional.

Dito isso, tem algumas coisas que historicamente vem acontecendo em relação a alguns Estados e que as pessoas tentam de uma forma a não discutir e a gente é obrigado a chegar aqui e falar sobre esses assuntos.

O grande ganho ambiental que o Amazonas dá hoje para o Brasil e para o mundo é que nós preservamos 98% das nossas florestas. E a curva é inversamente proporcional. A partir do crescimento econômico e de uma melhor distribuição de renda, de 2003 para cá, a queda é muito grande em relação ao desmatamento que era praticado na nossa região. Se nós pegássemos 1.558 de quilômetros quadrados, que foi praticado em 2003, e, em 2011, só 502, um terço do que era praticado há quase 10 anos, vemos que a Zona Franca de Manaus, o Pólo Industrial de Manaus, tem garantido para o Brasil e para mundo uma preservação importante para a nossa região.

Dizendo isso, eu quero agradecer aos Senadores, quero agradecer o convite da Comissão de Assuntos Econômicos, e dizer a todos os Senadores e Senadoras daqui, do nosso Congresso, que nós estamos com uma esperança muito grande de que aquilo que foi conquistado e que nos foi dado pelo povo brasileiro seja mantido.

Quero dizer que não é uma guerra contra os Estados. Não é acabando com a Zona Franca que Estados pobres hoje vão levar essas indústrias. Essas indústrias não migrarão para os Estados pobres se acabarem com a Zona Franca, se acabarem com o diferencial. Elas migrarão para regiões mais desenvolvidas. O empresário não faz favor. O empresário visa lucro. Ele só vai para uma região como a nossa porque tem benefícios. Ele não está lá para fazer favor e nem assistência social para ninguém. Ele está lá para ter lucro, e essa é a prática.

Falando agora especificamente, para concluir, sobre a questão do ICMS, estou vendo essa guerra dos *royalties*, que não é boa para ninguém. O mais engraçado é que a Constituinte garantiu para os Estados não produtores que o ICMS fosse cobrado no destino. Se, hoje, os Estados produtores cobrassem o ICMS na origem, não estariam brigando por causa dos *royalties*. Engraçado: no maior Estado brasileiro, que é o Estado de São Paulo, na matriz energética dele, daquilo que ele não produz, é cobrado ICMS no destino. Não produz petróleo, o ICMS do petróleo é no destino; não produz energia, é no destino; produz cana-de-açúcar, é na origem.

Essas discussões nós temos que travar aqui nessa Comissão, porque isso é importante. Estão discutindo hoje a questão dos *royalties*. Por uma razão ou por outra, por um momento totalmente diferente, de uma visão de Brasil diferente que era praticada antigamente, nós tínhamos essas distorções, mas a Comissão, aqui do Estado, aqui no Senado, tem condições de rever essas questões, de olhar com mais carinho essas questões. É muito importante não chegar aqui, pura

e simplesmente, e dizer que existe uma desoneração de R\$20 bilhões para que a Zona Franca... Não é só para isso, não é para cem mil pessoas, é para mais de quatro milhões de brasileiros que vivem na região.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e eu espero contar com o apoio de todos vocês para que essa proposta que o Governo Federal encaminhou nessa resolução possa ser votada e apreciada com muito carinho, olhando para as regiões da forma como os Senadores têm olhado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Governador Omar Aziz, e, antes de passar para o Governador Tarso Genro, eu devo dizer, até em cima da fala do Governador Omar Aziz, que nós temos o desafio aqui nestes temas, FPE, Reforma do ICMS e Dívida, de não entrar no caminho daquela radicalização que não foi bom para ninguém em relação aos *royalties*.

Aqui nós temos que construir um equilíbrio em que nenhum Estado saia perdendo, Governador Tarso Genro. Esse é o nosso grande desafio. Eu acho que nós temos prazo, temos condições de fazer uma negociação. Estive conversando com o Ministro Mantega. Há pontos em discussão. O Governo está aberto. Eu acho que nós tínhamos que intensificar esse processo de negociação nesse período. O Presidente Renan quer colocar para votar, no dia de hoje, o Fundo de Participação dos Estados. Estou marcado aqui para ter apresentação do relatório do ICMS no dia 26. Sei que vai haver pedido de vistas. Pode ficar a votação para o dia 2.

Eu só queria alertar aos Senhores o seguinte: se nós não decidirmos sobre esse tema, não tenham dúvidas de que o Supremo vai novamente decidir, e vamos ter uma situação muito grave para todos os Estados.

Então, estou mantendo o prazo de 26, para votar no dia 2, porque eu estou acreditando, tenho participado de algumas rodadas de conversas, que é possível uma negociação para que a gente chegue aqui com um grande consenso em torno dessa matéria.

Queria anunciar aos senhores, também, que eu vou querer colocar no dia 26, vou fazer um esforço... O Senador Luiz Henrique, na discussão da Dívida, tem um projeto muito razoável aqui. Sei que o Governo lançou um projeto de lei complementar que está na Câmara dos Deputados. Mas nada impede que a gente, ao mesmo tempo, faça a discussão aqui. Se votarmos aqui, vai para a Câmara. Então, a minha proposta, e eu estou tentando construir esse caminho, Senador Eduardo Braga, é que, no próximo dia 26, a gente tenha dois pontos principais de pauta: Reforma do ICMS e Dívida dos Estados, em cima do que o Senador Luiz Henrique está construindo. Se a gente fizer isso, nós

facilitamos o caminhar e as negociações. A gente sabe como é importante para os Governadores terem uma folga para novos investimentos, vinculando esses recursos a novos investimentos.

Então, a intenção do Presidente dessa Casa é fazer com que essas duas matérias, Dívida e Reforma do ICMS, caminhem juntas a partir do dia 26, com a tentativa de votar no dia 2 de abril.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senador Lindbergh, só lembrar que, nessa proposta da Dívida, nós temos que incluir também a convalidação dos investimentos feitos, a discussão do universo dos investimentos que estão valendo ainda com os prazos. Então, ainda tem algumas questões. Eu acho que, mesmo que o processo esteja em discussão na Câmara, nós devemos aprovar aqui um projeto que efetivamente marque a posição do Senado e defina um compromisso com os Governadores, porque esse procedimento não é só a Resolução que resolve. A Resolução é um ponto. Nós temos que ter a questão da lei complementar e, talvez, até, uma emenda constitucional. Então, na verdade, eu acho que esse pacote tem que ser votado em conjunto aqui, para dar garantia aos Estados de que, efetivamente, o pacote da negociação será cumprido. Não pode ser algo individual. Tem que ser uma solução coletiva...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Exato.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – ...uma solução mais abrangente e que dê garantia aos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Está bom.

Com a palavra, o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro.

O SR. TARSO GENRO – Presidente Lindbergh, meus colegas Governadores – eu me sinto honrado de participar desse debate com vocês –, Senadores e Senadoras:

Escutei com uma atenção muito especial as exposições que foram feitas e pedi ao Presidente Lindbergh que me deixasse para falar num segundo momento, porque eu queria ouvir as diversas partes do nosso território e as implicações de uma votação dessa natureza, porque, como Governador, eu tenho que compartilhar com os meus colegas Governadores as agruras de uma Federação ainda mal constituída e de um pacto tributário e federativo que se encontra em crise, e isso não é nem responsabilidade do Governo atual, nem do anterior, e nem dos anteriores. Trata-se de um processo de formação de uma federação moderna, que tem os seus marcos em 1930; depois, com o regime autoritário; depois, com a Constituição

de 1988. Ainda não encontramos um termo médio satisfatório de integração econômica e social do País, embora estejamos a caminho disso com os diversos esforços que foram feitos, a seu modo, pelos governos neste período.

Quero dizer que, em relação à alíquota única interestadual, combinada com o Fundo de Desenvolvimento Regional, o mérito que nós vemos nesta proposta, e ela tem que ser efetivamente modulada para que nenhum Estado tenha prejuízo ou, se tiver prejuízo imediato, que possa recuperá-lo a médio e longo prazos, é de ser um bom início para o bloqueio da guerra fiscal. A guerra fiscal a que estamos submetidos hoje não prejudica somente Estados como o meu. Ela prejudica toda a Nação, porque a guerra fiscal é uma tensão, é uma ferrugem permanente no pacto federativo e na integração nacional, que eu tenho convicção de que todos os setores políticos que estão aqui representados e todos os Governadores desejam.

Então, a nossa ideia é que, sim, é positiva a alíquota única, que se busquem os consensos compensatórios para que não ocorram prejuízos. Nós, o Estado do Rio Grande do Sul, com essa proposta que está sendo feita, não ganhamos nada a curto prazo, até perdemos, mas nós achamos que o impulso dado por essa proposta para o combate à guerra fiscal é extraordinariamente positivo, e devemos procurar preservá-lo, constituindo aqui uma concertação política para que cheguemos a uma boa possibilidade de votação.

Acho que é extremamente importante, e quero secundar aqui o Presidente Lindbergh, que tenhamos muita força de vontade política para votarmos a troca dos indexadores da dívida pública, porque essa troca é a que abre realmente uma perspectiva para Estados como o Rio Grande do Sul, para que tenhamos já a vantagem comparativa a oferecer aos investimentos privados e aos públicos e para que, em 2007, não estejamos mais endividados do que estamos hoje, com um resíduo que o sistema atual de pagamento determina, contratado numa época de juros altos, de falta de prestígio total dos títulos brasileiros no mercado financeiro global, de baixos investimentos públicos e de inflação alta.

Então, é necessário que nós nos articulemos para por um fim na estruturação atual para que tenhamos uma perspectiva positiva em direção a 2027 e, assim, tenhamos certa maleabilidade, certa permeabilidade para controlar os nossos recursos financeiros.

O Rio Grande do Sul paga atualmente 13% aproximadamente da sua arrecadação líquida para amortizar a dívida e para pagar os seus juros e serviços.

Mas acho, Presidente Lindbergh, estimados colegas Governadores, Senadores e Senadoras aqui

presentes, que estamos perante um fato de extrema gravidade, hoje, no País, de extremíssima gravidade que deve nos fazer pensar, inclusive, em organizar a hierarquia das votações. Eu me reporto à decisão do Supremo Tribunal Federal que, num só sopro, acaba com a limitação de recursos para o pagamento dos orçamentos, que quebra com os contratos já estruturados para pagamentos fracionados, os precatórios, e que também determina o recálculo dos valores que foram pagos nesse período.

O conteúdo da decisão do Supremo Tribunal Federal leva a todas essas consequências. E se a modulação for feita em sentido contrário, ela pode inclusive ser objeto de contestação judicial, porque a modulação será desconstitutiva da decisão tomada pelo próprio Supremo, a não ser que a modulação seja integrada no próprio acórdão como elemento decisório agora na próxima reunião.

E eu pergunto: com essas consequências desse acórdão, quando o Poder Judiciário determinar o saque direto no caixa dos Estados e no caixa dos Municípios, para valores extraordinariamente superiores àqueles que os Estados podem pagar e que estão pagando hoje, e de maneira fracionada alguns Estados, qual será a consequência disso na Administração Pública dos Estados?

É uma perda completa da autonomia política dos governadores e dos prefeitos e uma perda total da capacidade de gestão orçamentária.

E é de perguntar: nesses saques que o Poder Judiciário poderá fazer sobre o caixa dos Estados, será respeitada a vinculação para a saúde? Será respeitada a vinculação para a educação? Serão respeitados os recursos já vinculados ao pagamento da dívida pública? Serão respeitados os pagamentos feitos para os contratos de financiamento das agências nacionais e internacionais, estabilizados em operação? Serão respeitados os recursos mínimos para o pagamento dos salários dos servidores que constituem também uma obrigação constitucional? Serão respeitadas as políticas públicas de segurança pública, que são políticas de primeira linha de responsabilidade dos governadores?

Nós estamos perante um momento gravíssimo da articulação federativa. E essa decisão do Supremo não mediu as consequências de sua aplicação, porque, se for aplicada de maneira coerente com o debate feito no Supremo, sem avaliação das consequências no Erário público, vai chegar a um determinado momento em que vão ser determinadas intervenções nos Estados e nos Municípios para determinar que a União emita dinheiro para pagar os precatórios?

Onde fica a autonomia dos Estados? A autonomia dos entes federativos? Onde fica a gestão financeira e

orçamentária que nós recebemos, que nós, Governadores atuais, e nem os imediatamente anteriores somos responsáveis por ela e nem os prefeitos?

Portanto, Sr. Presidente, esta Casa, na minha opinião, a Casa da Federação, deveria – e fica aqui a sugestão a V. Ex^a – chamar, a partir da CAE, uma grande discussão de representantes jurídicos e políticos das unidades da Federação para avaliar as consequências dessa decisão do Supremo. Isso porque todas as votações que forem feitas e que se refiram à distribuição de recursos, distribuição de benefícios, compensação para Estados que seriam prejudicados com a alíquota interestadual de 4% estarão subordinadas às requisições do Poder Judiciário. E, portanto, com absoluta ingovernabilidade para Estados e Municípios.

É, sem a menor sombra de dúvida, um momento de crise federativa expressa nessa decisão. Crise federativa que pode abrir a possibilidade de uma grande “concertação” política para a sua solução. Mas a última coisa que contribuirá para a solução é a aplicação, de maneira fechada, de maneira normativa – e sem medir as consequências –, dessa decisão do Supremo Tribunal Federal.

Eu nem sei, Sr. Presidente, e deixo essa indagação, se é positivo fazer essa votação do FPE antes que se tenham claras as consequências dessa decisão do Supremo, porque esta atinge todos os Estados e todos os Municípios indistintamente, porque não se mede pelo maior ou menor grau de desenvolvimento dos Estados Federados e entes da União como os Municípios.

Fica aqui essa observação. Nós do Rio Grande Sul estamos dispostos a compartilhar de todas as articulações e discussões, mesmo que, a curto prazo, nós do Rio Grande do Sul tenhamos algum sacrifício em relação à alíquota interestadual. Mas para que haja uma sinalização efetiva de um rearranjo institucional para o combate à guerra fiscal, porque essa devora a todos nós, e, inclusive, ajuda à própria fragmentação da União.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Governador Tarso Genro e passo imediatamente ao palavra ao Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin.

O SR. GERALDO ALCKMIN – Quero cumprimentar todos os Senadores, saudar o Presidente da CAE, Senador Lindbergh Farias, colegas Governadores e Senadores.

Quero agradecer o convite e esta oportunidade e destacar a importância desse debate. Eu tenho grande receio de correria na discussão legislativa. Acho que

geralmente a correria leva a erros. O processo legislativo exige debate.

Eu fui Deputado Federal Constituinte e me lembro que as Disposições Transitórias da Constituição brasileira davam 120 dias para votar o Código de Defesa do Consumidor. Levou um ano e meio, e a lei saiu muito melhor!

Tenho um certo receio da discussão fatiada, coisas que não se conversam: comércio eletrônico, FPE, petróleo, *royalties*, participação especial, mudança da alíquota interestadual do ICMS. Acho que isso deveria ser visto no seu conjunto, e não de maneira separada.

Há uma terceira colocação em relação ao ICMS. A proposta original do Governo Federal nos parecia correta, porque a guerra fiscal se faz pelo fato de que a alíquota interestadual é elevada e assimétrica. Então, qual é a proposta correta da área econômica do Governo? Torná-la simétrica e baixa. Em vez de 12% e 7%, 4%, tirando a assimetria e não sendo tão alta, diminui a guerra fiscal.

Não vejo que a guerra fiscal seja instrumento de desenvolvimento regional. Eu recebo empresários toda semana, e nunca ninguém me disse: “Olha, se não reduzir, devolver o ICMS para mim, eu vou me instalar num Estado mais pobre da região A, B ou C.” O que 90% diz é: “Eu vou para o Rio de Janeiro.” Então a guerra fiscal não é instrumento de desenvolvimento regional. O sujeito fala: “Ah, não vai me baixar aqui o tributo? Eu vou para o Rio.” No máximo, “Eu vou para Minas ou para o Paraná.” Em noventa por cento dos casos é assim.

E a guerra fiscal é injusta, porque quem paga a renúncia fiscal é o pobre. É menos hospital, é menos escola, é menos saneamento. E faz renúncia fiscal para quem não precisa. Não é para a padaria da esquina, são multinacionais bilionárias, que têm lucros enormes no Brasil, trilhárdários. E pior, no caso dos atacadistas, é passeio de nota, nem emprego gera, fazendo fortunas verdadeiras. É evidente que não é correto.

Então a proposta do Governo Federal é correta. Alíquota final única de 4%, dois fundos, um fundo de compensação para quem perde – São Paulo perde e perde bastante – e um fundo de desenvolvimento regional. Então R\$8 bilhões, 20 anos, R\$160 bilhões para compensação e R\$4 bilhões de orçamento mais R\$8 bilhões de financiamento, R\$12 bilhões para o fundo de desenvolvimento, R\$240 bilhões, que foram aumentados para 296, R\$300 bilhões. Então o Governo Federal se propõe a gastar quase meio trilhão para poder corrigir essas questões e ter um sistema mais lógico e melhor.

A primeira proposta que veio para cá já veio, diferentemente da discussão inicial, com uma carência

de doze anos, e ainda pior, parando no meio do caminho, mantendo uma assimetria, no meio do caminho, por cinco anos. Isso aumentou enormemente os custos. São Paulo perderá, no ano que vem, R\$2,344 bilhões. Em 2015, R\$4,573 bilhões. Em 2016, R\$6,250 bilhões. Então é obvio que o fundo de R\$8 bilhões é insuficiente. Se só São Paulo, num ano, vai perder R\$6,250 bilhões, como é que pode haver um fundo de R\$8 bilhões? Não é razoável.

Veja que nós temos um quarto quase dos brasileiros que moram em São Paulo. Nossa população é maior que a argentina, 42,5 milhões de pessoas, e temos 1% do FPE. E a proposta hoje em discussão é reduzir para 0,6%. Então não é possível fazer uma reforma nesses moldes.

E pior ainda, se for para manter a assimetria de 7% e 4%, não há razão para os brasileiros gastarem meio trilhão para não resolver nada. Não tem sentido. Ou realmente se faz o que se deve fazer, compensa quem perde – e nós perdemos –, faz um Fundo de Desenvolvimento Regional, para o País ter um desenvolvimento mais harmônico, ou não mexe. Porque não tem sentido gastar tanto dinheiro para parar no mesmo lugar, que é manter a alíquota alta e com assimetria. Ou se faz o que deve ser feito ou não se faz.

Então a nossa posição, em relação ao ICMS, embora as perdas sejam muito grandes, é que nós concordamos com essa redução para a alíquota única de 4%, estabelecendo um fundo de compensação com um valor mais alto e Fundo de Desenvolvimento Regional. Caso contrário, nos parece totalmente inadequado gastar tanto dinheiro do povo brasileiro para não resolver nem a assimetria, nem as alíquotas interestaduais altas.

A outra, eu queria trazer uma palavra sobre a questão da dívida. Nós, nesses anos, pagamos de dívida R\$88 bilhões. Uma dívida de 46, pagamos 88 e devemos R\$185 bilhões para o Governo Federal. É inadmissível, não é?, a questão da dívida. E, à medida que muda de IGP-DI mais 9, 7,5 ou 6 para a taxa Selic, que hoje é mais baixa do que IPCA mais 4, não há necessidade de ter um fluxo tão alto. Quer dizer, hoje todo mundo paga aqui 13%, 15% alguns Estados. Pode haver um fluxo menor, na medida em que vai haver um indexador menor e que ela tende a cair.

E, finalmente, eu queria colocar uma questão pela qual eu luto já há mais de 12 anos, que é o seguinte: há um princípio constitucional, Lindbergh, de que um ente federativo não pode tributar o outro. O Estado não pode tributar o Município, o Município não pode tributar o Estado, os entes federativos não podem um tributar o outro.

O Governo Federal tributa todos os Estados brasileiros e todos os Municípios brasileiros em 1% da sua receita corrente líquida. Então os mais pobres, que são os Estados e os Municípios, estão pagando tributo para a União. Nós estamos financiando o BNDES, porque grande parte desse dinheiro vai para o BNDES. Isso não tem sentido, é 1% do Pasep. Sobre isso, inclusive, havia discussão jurídica. Muitos Estados não pagavam, e o Governo Federal não ligava muito. Quando São Paulo parou de pagar, aí foram para o Supremo, que falou: “Não, a legislação está correta.” Mas o fato de haver lei não quer dizer que é adequada sob o ponto de vista da relação entre os entes federados.

Então todo mundo está apertado. Nós estamos, este mês, com uma perda de arrecadação de R\$260 milhões, só no mês de março, abaixo do orçamento. A indústria não reage como deveria. A arrecadação está abaixo do orçamento. De onde eu corto? Tiro de onde? Como é que você faz? FPE não existe, é só praticamente o ICMS.

Então nós entendemos que a questão do Pasep deveria ser discutida. É uma questão não só jurídica, mas também do ponto de vista da relação entre os entes federados.

Quero aqui agradecer esta oportunidade e dizer que, embora São Paulo tenha uma perda significativa, se for para termos uma melhor racionalidade na questão do ICMS, nós somos favoráveis. Mas, se não for para realmente fazer a reforma necessária, é melhor não gastar tanto recurso para se parar no mesmo lugar.

E me permitam aqui reiterar – como quem já foi Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal e Constituinte – que a pressa não é amiga da perfeição. Processo legislativo exige reflexão, exige resultante, entendimento. Então eu acho que um pouco de debate, de maturação nessas coisas se faz necessário. É uma visão de conjunto. Se não alguém perde, perde, perde, perde; o outro ganha, ganha, ganha, ganha; e, ou quem perde vai ficar em situação quase de insolvência, ou o Governo Federal vai ter que pagar tudo isso. Então uma visão de conjunto seria mais razoável em tudo aquilo que envolve a Federação.

Não é fácil. As questões federativas são complexas, mas acho que, com boa vontade, debate, discussão, a gente pode avançar.

Reitero também aqui o nosso agradecimento ao convite aqui da CAE.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Nós que agradecemos a presença do Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin.

Passo agora ao Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo.

O SR. TARSO GENRO – Vou pedir licença ao Presidente, pois tenho uma reunião de trabalho no Ministério. Saio e volto imediatamente, no máximo em meia hora, se a reunião não tiver terminado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu queria convidar o Senador Delcídio do Amaral, Relator desta resolução, para compor a Mesa.

Com a palavra, o Governador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO – Presidente, Senador Lindbergh Farias, Srs. Governadores, Senadores e Senadoras, eu quero agradecer ao Presidente pela oportunidade de falar, apesar de não estar prevista a minha fala, já que nós, da Região Centro-Oeste, escolhemos nosso querido Governador Puccinelli para nos representar, e ele o fez de forma muito competente. Mas esse assunto, Governador Puccinelli, é tão importante para a nossa região e para o nosso Estado, que eu me senti no dever e na obrigação de vir aqui trazer o meu apoio à sua apresentação e afirmar aos Senadores sobre a apreensão a angústia vivida por todos nós, em Goiás, neste momento em que são discutidos temas como a reforma do ICMS.

Eu não vou aqui entrar no detalhe do que foi apresentado pelo Governador Puccinelli, que diz respeito à questão do pacto federativo, cada vez mais fragilizado com a concentração crescente de receitas, especialmente as não compartilhadas em favor da União, mas quero tão somente centrar aqui na questão da reforma do ICMS.

Antes, porém, queria pedir aos Senadores e Senadoras, Deputados aqui presentes, apoio aos quatro temas trazidos pelos Governadores de todos os Estados, dos 27 Estados, aos Senadores e Deputados, aos Presidentes das duas Casas – ao Presidente do Senado, ao Presidente da Câmara –, na semana passada. Aqueles temas são extremamente angustiantes. Os Estados estão praticamente todos falidos, quebrados, pagando uma dívida que cresce em progressão geométrica. Isso foi dito aqui pelo Governador Puccinelli. Nós pagamos R\$10 bilhões e ainda devemos R\$20 bilhões, e assim tem acontecido por conta dos indexadores, que fazem com que as nossas dívidas cresçam a cada dia que passa, apesar do que a gente tem efetivamente pago. Mas quero reafirmar aqui o apelo que é meu e certamente de todos os colegas Governadores no sentido de que apoiem aqueles temas que são consensuais, que não dividem os Governadores.

Mas eu queria dizer uma coisa: nós temos muita desconfiança em relação à questão dos chamados fundos de compensação. Afinal de contas, conforme já foi apresentado aqui por alguns Governadores que me antecederam, as perdas decorrentes da Lei Kandir são enormes: quase R\$100 bilhões de perdas acumu-

ladas ao longo da vigência da Lei Kandir. Se, de um lado, o Governo Federal, a União, começou com ressarcimento superior a 73%, hoje, ou no ano passado, esse ressarcimento não chegou a 10%. São perdas em cima de Estados que estão colaborando enormemente com o volume das exportações do País. Nós estamos deixando de arrecadar ICMS em função das *commodities* que produzíamos e colaborando com a balança comercial do País, sem, no entanto, sermos ressarcidos.

Então, isso nos leva a uma desconfiança enorme. Como é que o Governo Federal vai conseguir recursos para compensar essas perdas todas? Para início de conversa, não serão R\$8 bilhões de perdas. Serão, nos nossos cálculos, R\$16 bilhões de perdas com a vigência dessa proposta do Governo. Em segundo lugar, nós também não cremos na possibilidade de um fundo de desenvolvimento que possa, efetivamente, compensar as perdas, especialmente da atividade econômica. Nós vamos perder muito, e o Governador Puccinelli já apresentou aqui as informações. Nós vamos perder muito com receitas de ICMS. E há uma dúvida em relação a esse Fundo de Compensação. Mas vamos perder muito mais com o fim da atividade econômica.

Eu não tenho dúvidas, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, de que muitas fábricas que hoje, nas regiões chamadas regiões em estágio de desenvolvimento, empregam 10 mil empregados, 15 mil empregados, como é o caso da Grendene, no Ceará, vão fechar as portas. Nós vamos perder os empregos. Em Goiás, nós vamos perder empregos nas áreas de medicamentos, de alimentos, montadoras, porque essas fábricas vão fechar as portas de suas plantas da noite para o dia. Nós vamos perder receita de ICMS, mas vamos perder empregos. Eu estou aqui para defender os empregos do meu Estado e dos outros Estados que, não tendo a oportunidade de contarem com o fundo ou com uma política de desenvolvimento nacional, décadas atrás, lançaram mão de um pedaço do seu ICMS, ou seja, renunciaram a um pedaço da sua receita para garantir prosperidade, emprego, desenvolvimento para suas famílias.

É importante registrar que muito do que aconteceu em relação ao êxodo de regiões mais pobres, à migração de regiões mais pobres para regiões mais ricas, como é o caso de São Paulo, deu-se por conta da falta de uma política de verticalização das nossas *commodities*, dos nossos produtos, deu-se pela falta de uma política de empregos nas regiões mais carentes.

Ora, se nós estamos sendo capazes de gerar dignidade, de gerar empregos para nossas regiões, porque não mantermos uma política que se garanta à custa da renúncia que fazemos? E a nossa é pequena.

A renúncia da Região Centro-Oeste é de 6,1% contra renúncias muito maiores, como é o caso da renúncia da Região Sudeste, informada aqui pelo Governador Aziz, que é de 70,65%. Portanto, nós temos uma renúncia relativamente pequena, mas que garante emprego, renda, prosperidade, verticalização da nossa produção.

Eu coloco de forma bastante enfática que, se essa medida for adotada sem um amplo consenso, sem uma ampla discussão que implique pelo menos um acordo nos moldes do que está sendo proposto pelas Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, nós vamos ver Estados falidos pelas perdas de receitas – no nosso caso, mais de R\$2 bilhões/ano – e, por outro lado, pela perda da atividade econômica. Senador Dornelles, não tenha dúvida, fábricas, plantas que hoje geram milhares de empregos vão fechar suas portas da noite para o dia.

Esse é um assunto muito sério, porque mexe com os nervos daqueles Estados que estão tendo um ótimo desempenho em relação a PIB, exportações, empregos e crescimento da atividade industrial. O meu Estado conseguiu, no ano passado, em que pese o PIB de 0,9% na média brasileira, um desempenho de 3,8% de crescimento. Nós não podemos, em hipótese alguma, admitir perder essa possibilidade de continuarmos crescendo. Nós queremos que todos os Estados cresçam, mas não queremos perder o direito e a oportunidade de continuar gerando dignidade, prosperidade e riquezas, além de emprego, para as nossas populações.

Muito obrigado pela oportunidade.

Mais uma vez reitero, Sr. Presidente, que está aqui representando a Região Centro-Oeste o nosso querido Governador Puccinelli.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Governador Marconi Perillo e, antes de passar para o último governador, o Governador Casagrande, do Espírito Santo, eu queria anunciar a presença do Deputado Silas Câmara, PSD do Amazonas; do Deputado Duarte Nogueira, PSDB de São Paulo; do Deputado Vanderlei Macris, PSDB de São Paulo; da Deputada Rebecca Garcia, do Amazonas; do Deputado Benedito de Sá.

Quero dizer também que já chegou a esta Comissão econômica o projeto de lei do Senador Aloysio Nunes, que reduz a zero a alíquota da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep. Eu vou designar relator, ainda no dia de hoje, e colocar em pauta, o mais rápido possível, Senador Aloysio Nunes.

Com a palavra o Governador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE – Muito obrigado, Presidente, Senador Lindbergh.

Quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras. Quero cumprimentar o Senador Ricardo Ferraço e a Senadora Ana Rita, Senadores do meu Estado, que estão aqui presentes, muito obrigado; Governadores que estão participando aqui junto conosco.

Primeiramente, registro o meu atraso devido às fortes chuvas que estão incidindo sobre o Estado do Espírito Santo, causando dificuldade de levantar voo. Mas agradeço muito o convite feito pela Comissão de Assuntos Econômicos, que tem cumprido, historicamente, um papel importante.

Mais do que nunca, o Brasil começa a debater, com profundidade, o tema federativo, os assuntos federativos, a necessidade de preservação e de resgate do pacto federativo, a construção de um novo pacto federativo.

O tema debatido aqui hoje, o ICMS, é um tema fundamental, porque trata do principal tributo dos Estados. O principal tributo do Brasil é o ICMS, e é bom que possamos discuti-lo.

Também outros temas estão sendo discutidos: a Casa pode votar hoje o assunto do Fundo de Participação dos Estados; a Casa vai começar a debater, como disse aqui o Presidente, a questão do Pasep. E nós, nesses últimos anos – eu tive a honra de ser Senador da República, por quatro anos, e tive a honra de participar desta Comissão –, de fato, temos tomado, tomamos medidas aqui, nesses últimos anos, que têm afetado o funcionamento, a receita dos Estados, a receita dos Municípios. A pressão corporativa é muito forte, a busca por isonomia salarial é muito forte, e muitas vezes o Congresso não consegue suportar e barrar.

É hora, naturalmente, de fazermos um grande movimento, e o Senado pode coordenar esses assuntos federativos. Nós temos uma ausência da coordenação federativa. O Senado pode e deve, é seu dever constitucional liderar os temas federativos para promover e manter o equilíbrio de uma Federação gigantesca, como é o Brasil, com tantos entes federados, com tanta necessidade de haver esse equilíbrio.

Nesse assunto dos tributos, nesse assunto da reforma tributária, todos que passaram por aqui – eu acompanhei parte das audiências que a Comissão está fazendo – alertaram sobre o problema de nós fazermos uma reforma tributária fatiada, ou seja, de discutirmos ponto a ponto. Nós corremos o risco de discutir hoje o ICMS, amanhã FPE, depois de amanhã *royalties* de petróleo, e vamos discutir o Pasep, sem uma coordenação, sem um mecanismo que possa fazer o equilíbrio entre os entes da Federação.

Se nós estamos nessa prática, nessa conduta, é necessário que haja, então, aqui, essa liderança, porque, se vamos votar ponto a ponto, é preciso que se

faça essa avaliação que o Governador Geraldo Alckmin disse aqui, para o Estado não perder, perder, perder, ou o Estado ganhar, ganhar, ganhar.

Infelizmente, tenho que tratar do tema, do assunto relacionado ao meu Estado. Ou, felizmente, tenho que tratar do tema relacionado ao meu Estado. Nós, nesses últimos anos – nós o Espírito Santo, nós os Estados exportadores –, perdemos a Lei Kandir. A compensação da Lei Kandir é uma compensação deficitária, abaixo daquilo que de fato houve de redução da receita decorrente da exportação de produtos semielaborados, de produtos primários. Então, nós perdemos receita com a Lei Kandir.

Meu Estado enfrentou aqui também, nesta Comissão e nesta Casa, no ano passado, o debate sobre ICMS de produtos importados. Também causou para nós, no Espírito Santo, uma redução de receita; causou, para o nosso Governo, uma redução de receita em torno de R\$300 milhões; e causou para os Municípios, diretamente, já agora em fevereiro, uma redução de R\$400 milhões. Foi mais uma decisão que afetou a receita do Estado e dos Municípios.

Nós debatemos aqui, até semana passada, o assunto dos *royalties* de petróleo, agora suspenso por uma decisão da Ministra Cármen Lúcia, mas é um assunto que precisa caminhar para o entendimento. É um assunto que tem que caminhar para o entendimento para evitar que um Estado ou outro possa perder receita com temas como esse.

Nós vamos discutir hoje o FPE, e o Estado do Espírito Santo recolhe, arrecada 1,5% do Fundo de Participação dos Estados. Então, não temos perspectiva de ganhar.

Algumas propostas retiram receita nossa, porque nós temos um produto interno bruto, um produto *per capita* alto, porque somos um Estado exportador. Exportamos minério de ferro, exportamos celulose, a riqueza e o produto passam pelo Espírito Santo, aumentam a nossa renda *per capita*, mas nós não nos apropriamos dessa renda.

Então, nós vamos discutir o FPE, e é bom que possamos levar em consideração não o produto total, por pessoa, mas que possamos levar em consideração a renda domiciliar, porque ela representa muito mais a realidade dos Estados brasileiros do que o Produto Interno Bruto.

Então, temas como esse, que têm causado uma grande instabilidade ao meu Estado, mas têm causado, também, uma grande instabilidade a outros Estados, têm gerado expectativas às vezes frustradas para Estados que pensam ou imaginam que poderão receber e ampliar as suas receitas, e nós ficamos aqui por de-

cidir temas importantes que podem ajudar a distribuir receita no Brasil todo.

Esta Casa votou o comércio eletrônico, Senador Eduardo Braga; esta Casa votou. É bom que a Câmara – e tenho falado com os Deputados da minha bancada – vote esse tema rapidamente. Esta Casa precisa, de fato, dar um ponto final ao tema do Pasep.

Eu tive que fazer uma renegociação com o Governo Federal agora, porque o meu Estado ficou sem pagar Pasep, uma lei estadual, que aplicava esse recurso lá na formação profissional, mas estou tendo que pagar agora R\$500 milhões porque perdemos na Justiça. Quinhentos milhões de reais! Recomeçamos a recolher o atual e temos que fazer agora um pagamento; já estamos pagando R\$500 milhões, porque conseguimos, ainda, um Refis, um refinanciamento do Governo Federal. Mas esse tipo de atitudes podem ajudar a todos nós que hoje estamos governando, todos os representantes.

Eu quero, então, apresentar aqui as propostas que já foram apresentadas na verdade. Como nós estamos discutindo os temas de forma fatiada, considero que, primeiro, nesse tema do ICMS o Espírito Santo perde R\$3,2 bilhões. Se nós unificarmos a alíquota, essa redução até 2025, naturalmente, mas nós, em 2025, em valores de hoje, perderemos R\$3,2 bilhões com relação a essa tomada de decisão de unificação da alíquota.

Então, a proposta que a gente traz é uma proposta no sentido de que o Senado e o Congresso assumam essa liderança, como passou a fazer nesses últimos meses, fez na semana passada uma reunião com os Governadores, assumam a liderança, para discutir de forma concatenada, de forma articulada essas propostas todas.

Segundo, se vai haver uma redução de alíquota, que se mantenha essa diferença de quem hoje recolhe 12%, de quem recolhe 7%, que a gente mantenha essa simetria, essa proporcionalidade para que o Fundo de Compensação, o Fundo de Desenvolvimento Regional, especialmente o Fundo de Compensação, mesmo que não cubra todos os prejuízos e as reduções de receita, mas que numa posição, mantida uma proporcionalidade, nós perderemos menos. Nós perderemos menos, nós teremos condições de caminhar aqui para um entendimento que possa favorecer a todos os Estados e caminharmos na direção de reduzirmos a alíquota, mas mantendo o instrumento de incentivo. Não é somente redução de receita, não é somente abrir mão de receita. Hoje, o incentivo fiscal é o instrumento que nós temos em Estados que não são centrais, para que a gente possa atrair investimentos.

Então, manter uma alíquota diferenciada, para nós, é importante; reduz receita e o número aportado no Fundo de Compensação, mesmo que a gente tenha ainda um prejuízo, não será um prejuízo tão grande, como o que está apontado hoje para essa compensação de R\$8 bilhões.

Também, acho que esta Comissão pode avaliar se caminharmos para a votação – de fato, não precisamos ter pressa – a mudança na constituição do Fundo de Desenvolvimento Regional, excluindo o Produto Interno Bruto e incluindo a renda domiciliar *per capita*. A renda domiciliar *per capita* é um retrato muito mais fiel da realidade da situação econômica e social de um Estado, de uma unidade da Federação. Para que ele possa caminhar, Senador Delcídio, Relator dessa matéria, que a gente possa caminhar nessa direção.

Perdemos, no ano passado, a receita do ICMS de produtos importados. Como eu disse aqui, perdemos. É fundamental que o Governo compreenda que nós vamos ter uma compensação agora que possa incluir nessa compensação a redução de receita que nós tivemos a partir de fevereiro deste ano, com base na decisão tomada no ano passado.

Então, quero agradecer muito a oportunidade de estar aqui junto com vocês e me colocar à disposição para os entendimentos que a Comissão vai coordenar a partir deste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Governador Renato Casagrande.

Nós temos várias Senadoras e Senadores inscritos. Eu acho que, como meta, poderíamos utilizar o tempo de cinco minutos como referência e fazer um bloco de cinco Senadores.

Primeiro inscrito, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Governadores, eu gostaria de cumprimentar todos os Governadores, na pessoa do Governador do Amazonas, Omar Aziz; Srs. Senadores e Sr^{as} Senadores, vejam que este debate de hoje é extremamente importante e pertinente. Louvo a iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado por este debate e louvo também a disposição do nosso Relator, Senador Delcídio do Amaral, que até recentemente presidia esta Comissão, pela abertura para o diálogo e para a compreensão desse diálogo federativo.

Mas esse diálogo federativo, Sr. Presidente, está posto diante da necessidade da construção de um novo Pacto Federativo há anos no Brasil. A reforma tributária conjunta, como eu vi aqui alguns dos Srs. Governadores defendendo, vem sendo tentada há anos neste País, e, lamentavelmente, nós não temos conseguido

avançar na reforma tributária de que a economia brasileira necessita.

Independentemente da situação de arrecadação dos Estados, dos Municípios, da União, que é importante no Pacto Federativo, que financia o Estado brasileiro, é pano central dessa discussão, eu diria mais, núcleo central dessa discussão, a economia brasileira, a geração de emprego e renda, a competitividade da nossa economia, diante do mundo globalizado, a necessidade de fazer com que o PIB industrial brasileiro volte a crescer. E para que o PIB industrial brasileiro volte a crescer, um conjunto de medidas precisa ser adotado. Não é apenas a questão da infraestrutura que está sendo enfrentada, não é apenas a questão dos juros que está sendo enfrentada. É também a questão da reforma tributária, sem o que o nosso produto industrial não será competitivo numa economia global; sem o que agregar valor às *commodities*, agregar valor aos semielaborados, agregar valor a nossa matéria-prima, da natureza, de recursos não renováveis, a nossa agricultura, será uma tarefa hercúlea, quase que impossível.

E aí, Sr. Presidente, quando discutimos a questão da reforma tributária, há anos se discute a tributação do ICMS na origem ou no destino.

Fui governador do Amazonas durante oito anos e, durante oito anos, tive o prazer de ser colega governador de muitos dos que estão aqui, como o Governador Geraldo Alckmin. Durante anos, se discutia a questão da origem ou do destino. Ora, a mensagem encaminhada desta resolução busca não o ideal, mas o possível, diante de uma Federação que discute necessidades de ser competitiva do ponto de vista econômico e, ao mesmo tempo, de ser correta do ponto de vista da arrecadação entre Estados, Municípios e União.

Sr. Presidente, nos dois minutos que me restam, eu gostaria de dizer que é indispensável reconhecer, por exemplo, que, no ano passado, o Estado do Amazonas – e aí falo com Senador do Amazonas – teve a maior queda do PIB industrial brasileiro. O Amazonas teve uma perda de 7% do PIB industrial brasileiro. Em função de quê? Da queda do consumo dos bens produzidos pelo polo industrial? Não. Em função da concorrência desleal. Concorrência desleal essa, via de regra, não contra produtos produzidos em São Paulo, mas contra produtos que entraram no Brasil com benefício fiscal, vindos do exterior, importando empregos de outros países, enquanto o Brasil precisa garantir empregos de qualidade para uma nova geração.

E aí, Sr. Presidente, a guerra fiscal é cruel, porque ela acaba possibilitando conceder-se benefício fiscal para produtos importados, por exemplo, sem critérios de desenvolvimento, sem agregação de valores, sem

uma política industrial de interesse nacional. Portanto, ao olhar o Polo Industrial de Manaus é preciso ter a consciência dessa importância. O Polo Industrial de Manaus não é antagônico ao Polo Industrial de São Paulo, ele não é adversário do polo industrial que deve se instalar em cada um dos Estados; não, ao contrário. Ele precisa ter sinergia, ele precisa interagir e foi isso que o Governo do Estado do Amazonas, através da apresentação do Governador, buscou mostrar.

Quero, portanto, dizer que existem alguns temas que reputo importantes. FPE. Acho que o Senado começa hoje uma discussão terminativa em torno do Fundo de Participação e quero aqui concordar com a posição do Governador Renato Casagrande com relação à renda domiciliar como um dos critérios do compartilhamento do Fundo de Participação. Acho essa uma medida importantíssima para que possamos, nesse diálogo federativo, encontrar caminhos. Creio que quanto à questão da dívida pública, está mais do que na hora de o País encontrar uma resposta para essa questão da dívida pública. O comércio eletrônico foi um compromisso aqui, nesta Comissão, quando da Presidência do nosso Senador Delcídio do Amaral, que nós pudéssemos encontrar uma solução para o comércio eletrônico, votado por unanimidade no Senado da República e que precisa ser pautado e votado na Câmara dos Deputados. Isso trará a justiça fiscal para Estados e Municípios com venda do comércio eletrônico e venda não presencial.

E, finalmente, Sr. Presidente, quero dizer que a questão a ser discutida...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – ... não só com o fundo de desenvolvimento, mas também com a alíquota assimétrica ou simétrica com relação à questão do ICMS, vem fruto de uma discussão longa, duradoura, de que o Brasil começou entre origem e destino e que acaba migrando para aquilo que é possível diante da nossa Federação. Portanto, quero aqui, como Senador, apoiar a resolução, tendo em vista que ele caminha para algo que entendo necessário nesta competitividade da nossa economia, na geração de emprego e renda, visando também à instabilidade entre os entes federativos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O Amazonas foi rápido, hein, Sr. Presidente?, o Amazonas foi muito rápido.

Bom, quero cumprimentar todos os Governadores e, da mesma forma, cumprimento todos cumprimentando o Governador do meu Estado do Amazonas.

Em relação à apresentação feita por ele, acho que não carece nenhum reparo. Agora, o que carece sim, Governador Omar, é que nós devemos insistir, aqui no Congresso Nacional, em todo o Brasil, na discussão sobre os números reais. A Zona Franca é um modelo de 46 anos que tem sido extremamente questionado. Agora, um modelo pouco conhecido pelo Brasil, pouco dominado. A ideia que se tem é de que a Zona Franca é até hoje um grande galpão de montagem e não é uma ideia comum, isso não está no senso comum, porque isso é repetido por pessoas que deveriam dominar – talvez até dominem –, mas por razões de interesses outros procuram divulgar isso. A Zona Franca, há muito tempo, não é mais um balcão ou uma grande linha de montagem. Lá há produção efetiva.

A Moto Honda, por exemplo, instalada no Brasil é a unidade fora do Japão que mais nacionaliza a sua produção. Nós temos alguns modelos de motocicleta cujo índice nacional de produção chega a noventa e poucos por cento. E aí, Governador Geraldo Alckmin, grande parte desses insumos vem exatamente do Estado de São Paulo. Então, os outros Estados brasileiros, mas, principalmente São Paulo, Estado que detém o maior PIB, Estado de maior nível de desenvolvimento, que detém o maior PIB nacional, se beneficiam também com a Zona Franca.

Agora, a Zona Franca não é só um projeto econômico, como mostrou o Governador. Esse foi um projeto geopolítico pensado para assegurar para o Brasil aquilo que é dos brasileiros, que é a Floresta Amazônica. Não por acaso temos hoje o maior índice de preservação ambiental do Brasil, não por acaso, não que o ex-Governador Eduardo Braga tenha sido melhor do que os outros, não porque o Governador Omar seja melhor que outros governadores da Amazônia, mas porque eles contam com instrumentos econômicos e de desenvolvimento alternativo, são instrumentos que não levam uma pressão direta sobre a floresta e que nós dão muito mais condições de trabalhar o nosso desenvolvimento sustentável, diferentemente de outros Estados da Região Amazônica.

Mas eu quero rapidamente falar sobre a guerra fiscal. Acho que contei dois ou três Governadores que citaram guerra fiscal. De fato, ela existe, e o Presidente da nossa Comissão tem repetido isto: ou nós decidimos essa questão ou essa questão será decidida, mais uma vez, pelo Poder Judiciário. Já existem súmulas que dizem que é impossível – e constitucionalmente é impossível mesmo – a concessão de incentivos fiscais sem o aval do Confaz, que, por sua vez só aprova tudo por unanimidade. Então, nós precisamos debater e não só debater, mas aprovar uma nova regra. Agora, que regra nós aprovamos?

Eu aqui não desconheço, mesmo sendo do Estado do Amazonas, único Estado que tenha a garantia da concessão de incentivos fiscais. Não posso deixar de reconhecer que o desenvolvimento de Estados do Nordeste, de Estados do Norte, nos últimos anos, tem ocorrido e só tem ocorrido graças à política de incentivos fiscais locais, Governador Alckmin.

Por que o Ceará tem levado para lá tantos empreendimentos? A Bahia? Por conta disso, porque, no mínimo, o incentivo fiscal tem que cobrir a diferença da desvantagem comparativa que têm as nossas regiões em relação à região centro-sul do País. Então, é necessário.

Só quero, por fim, dizer que acredito que nós precisamos – aqui o nosso relator, tenho certeza de que já está trabalhando nisso – mudar a resolução e a medida provisória também, principalmente no sentido de dar mais força legal aos fundos, porque do jeito que estão propostos não dá. São fundos facilmente manipuláveis, como alguém aqui falou. Isso nos deixa preocupados, porque iniciamos uma Lei Kandir com um percentual de recomposição superior a 70%, e hoje não chegamos nem a 10%. Se não cuidarmos de mudar a forma jurídica desses dois fundos, não chegaremos a lugar nenhum.

Segundo, tem-se que recompor, sim, perdas, mas tem-se que garantir não só do Amazonas, mas de todos os demais Estados, principalmente das regiões menos desenvolvidas, a capacidade de desenvolvimento econômico. Isso nós temos obrigação de fazer. E como fazer? Aí eu não vejo outro caminho: é manter para sempre, não só até 2025, a assimetria, essa diferenciação entre as duas alíquotas, porque tratar diferentes de forma igual é promover uma discriminação, além de uma grande injustiça, que é o que leva à discriminação.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin.

Agora, o Senador Eduardo Suplicy; depois, o Senador Sérgio Souza e, em seguida, o Senador Pedro Taques.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Lindbergh Farias, Senador Delcídio do Amaral, Relator – cumprimento todos os vereadores, em nome do Senador Geraldo Alckmin, Governador de São Paulo –, tivemos aqui a oportunidade de ouvir pontos de vista muito importantes a respeito da reforma do ICMS. E eu gostaria de lhes perguntar: na semana passada, na reunião em que estiveram os secretários de fazenda de diversos Estados, aqueles do Norte, Centro-Oeste e Nordeste colocaram objeções à convergência das alíquotas de ICMS para 4%, demandando uma assi-

metria de alíquotas entre Estados de regiões mais ou menos desenvolvidas, como ainda há pouco a Senadora Vanessa Grazziotin enfatizou.

Esses entes federativos consideram que a concessão de incentivos fiscais, baseados na redução de ICMS, como um dos principais instrumentos para fomentar o desenvolvimento regional, mas que, de alguma forma, perdeu a sua funcionalidade com a chamada guerra fiscal, como diversos especialistas, membros do Governo Federal, inclusive o Secretário Nelson Barbosa, afirmaram ainda recentemente.

A Medida Provisória nº 599, de 2012, propõe sua substituição por outro instrumento, o Fundo de Desenvolvimento Regional. Em que medida consideram que esse fundo será capaz de contribuir para o fomento ao desenvolvimento das regiões mais carentes do Brasil, de maneira a garantir o equilíbrio de Federação?

A Reforma Tributária, da qual fazem parte o PRS nº 1, de 2013, e a Medida Provisória nº 599, de 2012, visa a tornar o sistema tributário brasileiro mais racional, contribuindo, desse modo, para o incremento da competitividade da economia, para elevar os investimentos necessários para que voltemos a ter uma trajetória de crescimento sustentável ao longo dos anos. Aprovar as duas matérias me parece ser do interesse nacional, e é importante o entendimento em torno das alíquotas. Então, o que falta para esse entendimento?

Eu gostaria de perguntar ao prezado Governador Geraldo Alckmin: segundo as estimativas acerca do projeto que o Governo Federal enviou ao Congresso para reduzir e unificar as alíquotas do ICMS, principal tributo para o Estado de São Paulo, isso poderá custar ao Estado de que V. Ex^a é Governador e de que eu sou Senador algo como R\$55,187 bilhões, segundo a estimativa do *Valor Econômico*, de 13 de março, nos próximos 20 anos. Essa estimativa está correta?

Assim, como conciliar essas perdas de receita com uma proposta de unificação das alíquotas do ICMS que não impute perdas arrecadatórias significativas aos Estados brasileiros, mas que, ao mesmo tempo, impulsione a racionalização do nosso sistema tributário, respeitando o equilíbrio federativo e que seja um instrumento de ampliação de nossa competitividade no sentido global?

E, finalmente, Sr. Presidente, o Governador Tarso Genro fez aqui um alerta sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre os precatórios judiciais. Eu agradeceria, Governador Geraldo Alckmin, até porque, ainda no início desta reunião, salientei a preocupação da Frente Nacional dos Prefeitos, manifesta na leitura que fiz de parte de um documento do seu Presidente, o Prefeito João Carlos Coser, em que mostra ser necessário que também cheguemos a um melhor en-

tendimento sobre essa resolução do Supremo Tribunal Federal, porque, de outra forma, serão inviabilizadas as ações dos governos municipais e também dos governos estaduais, nos termos aqui ressaltados pelo Governador Tarso Genro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e parabéns pela audiência aqui realizada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço o poder de síntese do Senador Eduardo Suplicy, o único a falar dentro dos cinco minutos que lhe eram destinados.

Obrigado, Senador.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Governadores, Sr^{as} e Srs. Senadores, Deputados que prestigiam esta audiência pública da CAE, uma audiência concorridíssima, haja vista que já passaram por aqui mais de 30 Senadores e quase uma dezena de Deputados. É realmente um assunto que interessa a todos nós, a todos os Estados. E eu percebo claramente que ninguém quer perder; muito pelo contrário, todos queremos ganhar.

Aqui somos Senadores, representantes das nossas unidades federadas, e nós seremos cobrados lá a respeito da posição que vamos ter aqui. Então, nós temos de encontrar uma solução. Não teremos, não tenho dúvida, unanimidades nessas questões acerca do Pacto Federativo. Temos a questão do FPE logo mais, no Plenário, e, pelo que já percebo, não será possível votar hoje. Temos a questão dos *royalties*, com a liminar ontem concedida pelo Supremo. Não há unanimidade nesses casos, como não vai haver unanimidade na discussão da participação nas contribuições sociais também para os entes federados, como não vai haver também unanimidade, Senador Lindbergh, na questão do PIS/Pasep, colocada pelo Senador Aloysio. Contudo, nós precisamos resolver; nós precisamos encontrar um caminho pelo qual, no tempo e no espaço, com 20 ou 30 anos, ao final, todos sairemos ganhando. Eu entendo, e vi alguns expositores colocarem principalmente esta questão, Senador Delcídio, V. Ex^a que é o Relator dessa resolução, da guerra fiscal, no sentido de que as empresas precisam ir a determinados Estados e só vão com incentivos para gerar emprego, renda e transformação.

Mas eu conheço alguns casos de empresas que ficam mudando de Estados a cada término dos benefícios que recebem naqueles Estados. Conheço empresa que já esteve em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Paraná e hoje está em Santa Catarina, por conta de incentivos que recebeu. Terminado o incentivo fiscal, resta àquele Estado, àquele Município que absorveu aquela demanda toda daquela empresa, sob o manto

de gerar emprego e renda, quando essa empresa sai do Estado, absorver os prejuízos da sociedade. Porque se construíram mais postos de saúde, mais escolas, mais infraestrutura e, de repente, há toda uma população desempregada por conta de que outro Estado ofereceu um benefício maior, e as empresas têm isto – algumas, nem todas – como fato concreto: vou em quem me dá maiores condições. E aí gera também uma insegurança com as outras empresas. Como concorrer no mercado? Eu, uma empresa que fabrica com determinada taxa ou impostos sobre o meu produto, e a outra empresa que tem o mesmo produto com um incentivo diferenciado. Como concorrer? Como sobreviver no mercado? E, ao final, Sr. Presidente, quem é que paga toda essa conta?

Não tenho dúvida de que quem paga essa conta é o povo brasileiro; é o povo brasileiro que paga. Se nós não tivermos incentivos para instalar empresas nos Estados – eu sei, o Paraná fez e faz isso muito –, mas, se nós não tivermos, as empresas multinacionais que vêm para cá instalar suas grandes fábricas, elas vão instalar ou não vão instalar? Vão, claro que vão! Nós temos quase 200 milhões de brasileiros consumidores! Nós somos a galinha de ovos de ouro das Américas! Nós somos. Nós somos a sexta maior economia do Planeta. Nós somos um país em desenvolvimento para onde o mundo olha.

Então, temos que pensar a longo prazo. Nesse sentido, não tem como todos ganharem e não podem todos perder.

Era essa a minha intervenção, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Antes de passar para o Senador Pedro Taques, passo para o Governador Omar Aziz, que tem um compromisso no Ministério.

O SR. OMAR AZIZ – Quero agradecer aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras, ao Presidente Lindbergh, aos colegas Governadores. Tenho uma audiência agora no Ministério do Planejamento e estou atrasado, e é o único lugar para onde a gente vai de que sai alguma coisa para os Estados. Não posso de jeito nenhum deixar de pegar esse recurso para o meu Estado.

Agradeço. Acho que o debate ainda vai ter outros desdobramentos, mas, só para colocar uma questão, finalizando, Presidente. Refiro-me aos encargos que uma indústria tem hoje para ser competitiva com a Ásia, principalmente com a China, se não houver desoneração de alguns, nenhuma empresa... Às vezes, é mais barato trazer um produto da China, pelos navios, pelos grandes cargueiros, do que trazer um produto de Manaus para o Sul do País. O custo de navegação é

mais caro de Manaus para cá, no Sul, do que da China para o Sul, para que tenham uma ideia.

Então, há várias coisas em que a economia não está baseada apenas se vão ser cinco ou quatro; há outras coisas também em que nós temos que ter logística, nas quais temos dificuldades.

Obrigado. Obrigado aos colegas, obrigado aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A gente agradece muito a presença do Governador do Estado do Amazonas, Omar Aziz.

Passo ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Governadores, Sr^{as} e Srs. Senadores, aqui, neste debate, estamos diante de um conflito. Eu sou Senador da República, mas sou representante do Estado de Mato Grosso. Como posso votar favoravelmente, Governador Puccinelli, contra os interesses do Estado de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, os Estados do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste, pensando nos Estados do Sul e Sudeste? Se amar São Paulo é pecado, Governador Geraldo Alckmin, que confessar ao senhor que nós todos somos pecadores, porque nós todos amamos São Paulo. Mas essa medida provisória como se encontra, bem como o projeto de resolução, traz sérios prejuízos para os Estados das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Falar que nós vamos resolver a questão do ICMS somente com a unificação da alíquota, isso aí é um absurdo. Necessário se faz que acabemos com a complexidade desse imposto, com 27 unidades federadas, 27 fiscos, mais a União Federal, temos que tratar deste tema, da complexidade dessa exação tributária. Falar que vai resolver a questão da guerra fiscal somente com a unificação do ICMS, com todo o respeito, isso não é verdadeiro.

A medida provisória cria um fundo R\$8 bilhões em 20 anos. Se os Estados não terão prejuízo, não necessitaria estabelecer-se um limite temporal de 20 anos. Se os Estados não terão prejuízo, R\$8 bilhões como teto é muito pouco; é uma piada somente R\$8 bilhões. E olha que aqui alguém poderia alegar que eu estaria desconfiando dos interesses e das boas intenções da União. E quero dizer que estou desconfiado sim, e temos que ficar desconfiados das chamadas boas intenções da União, uma vez que o fundo ou a compensação criada para os Estados exportadores, notadamente o Mato Grosso, o Mato Grosso do Sul e Goiás, com a Lei Kandir não passou de uma farsa. O nome é este: uma farsa, porque os Estados não têm sido compensados.

A criação também do Fundo de Desenvolvimento Regional, o valor disso, o repasse é muito pequeno,

muito pequeno. Se nós compararmos esses valores com os atuais fundos constitucionais, R\$20 bilhões por ano dos fundos constitucionais, também, mais uma vez, aqui, estamos sendo enganados em razão desse número. Veja que somente o BNDES, como eu disse na reunião passada, emprestou R\$2,5 bilhões para uma empresa, R\$2,5 bilhões para o Sr. Eike Batista; ele captou no BNDES, desde 2005, R\$10 bilhões! E nós estamos falando aqui da criação de um fundo, esse fundo com valores bem menores.

Portanto, eu aqui não estou convencido, ainda, com a envergadura desses debates, que nós estejamos maduros para votar esse tema. O tema não está maduro; o tema ainda não está maduro, e o afogadilho, como disse o ex-Deputado constituinte e hoje Governador do Estado de São Paulo, como disse o Governador Geraldo Alckmin, não é o melhor caminho nesse debate. O ideal seria que nós debatêssemos isso em conjunto com o FPE.

Hoje, nós vamos votar em regime de urgência a questão do FPE lá no plenário do Senado, sem levar em conta a extensão territorial de Estados como Amazonas, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul. Construir uma escola em Mato Grosso...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E sem conhecer o texto, hein, Pedro? Sem conhecer o texto.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sem conhecer o texto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – *(Fazendo soar a campainha.)* Senhores, peço a compreensão, tem um Senador falando. De fato, o barulho está muito intenso e atrapalhando.

V. Ex^a pode retomar.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Votar isso assim, como que passando um trator em cima dos debates, não é o melhor caminho. E este não é o tema, Senador Lindbergh, de oposição ou situação; este é um tema do Pacto Federativo, da maior importância. Aqui os Senadores são representantes dos Estados, e os Estados das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste perderão, sim! Perderão, e nós não podemos votar com a pressa do dia 26.

Então, eu gostaria de parabenizar V. Ex^a, como Presidente desta Comissão, pelos debates, mas votar agora, os Estados a que eu aqui me referi sofrerão prejuízo e diretamente o cidadão ficará com menos escolas, menos hospitais, a infraestrutura básica que nós precisamos nesses Estados, que não são centrais do ponto de vista econômico, não será edificada.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Taques, vou passar a palavra para o Relator da resolução, Senador Delcídio do Amaral, e dizer a V. Ex^a, Senador Pedro Taques, que fique tranquilo, nós não queremos atropelos, queremos discussões.

Agora, estou convencido de outra coisa. Às vezes, nós não temos datas para trabalharmos e as negociações fluem de forma muito lenta. Está havendo um processo de negociação intenso e eu acredito que a gente vá chegar num bom termo para votarmos isso dentro daqueles prazos...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu me inscrevi e pelo que registrei eu era o quinto da lista. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Exatamente. V. Ex^a é o próximo. É que o Relator da matéria, da resolução é que...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – O Relator tem precedência, por todas as razões.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem e pelas mesmas razões: saber minha ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Depois do Senador Delcídio, Senador Armando Monteiro, Senador Cyro Miranda, Senador Luiz Henrique, Senador Ricardo Ferraço, Senador Wellington Dias, Senadora Lúcia Vânia, Senador Randolfe, Senador Blairo – Ana Amélia se inscreveu? – e Senador Rollemberg.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem. É que apresentei um requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu vou ler ao final.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço. É extrapauta. Obrigada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Presidente Lindbergh...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, fico muito feliz em ver V. Ex^a anunciando que os entendimentos vão muito bem. Eu queria pedir a V. Ex^a que me incluísse nesses entendimentos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Porque até agora eu não estou vendo um sentido nem um sinal desses entendimentos. O que estou é correndo contra o relógio e não sei se vem contra mim uma luz na direção de iluminar ou se vem uma locomotiva em direção contrária.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não, não virá.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Porque o tempo vai e esse entendimento não está passando perto de mim. Eu queria pedir a V. Ex^a que me incluísse nessas negociações.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a está sempre incluído.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Presidente, com a devida vênua e inspirado pelo Senador Ferraço, me inclua também nos entendimentos, pois estou preocupado com eles, não desconfiando, em hipótese nenhuma, da conduta e da condução de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a será atendido.

Com a palavra o nosso grande Relator, nosso Presidente, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Eu queria cumprimentar o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; cumprimentar os Governadores, em nome do meu Governador André Puccinelli; cumprimentar os Senadores e Senadoras; cumprimentar, em nome dos Secretários, o Secretário Calabi, que não abandona a Comissão de Assuntos Econômicos nunca; e o nosso Secretário Jader, competente Secretário do meu Estado.

Eu queria só fazer algumas observações, Presidente. Este é um debate complexo. Nós estamos discutindo esse assunto há muitos anos, não só aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, mas também no âmbito do Confaz, do Ministério da Fazenda. Nós chegamos a reunir aqui, praticamente, todos os secretários de Fazenda do Confaz, numa discussão que levou à apresentação, pelo Governo Federal, deste projeto, do projeto de lei que tramita na Câmara, da Medida Provisória 599 e da Resolução nº 1/2013, do Senado Federal.

Não tenho dúvida nenhuma de que nós precisamos nos esforçar para encontrar uma solução que seja boa não só para os Estados, mas, acima de tudo, boa para o Brasil. Eu acompanhei atentamente as exposições dos Governadores. Cada Estado tem a sua especificidade.

E, portanto, quero louvar aqui, Presidente, Senador Lindbergh, a serenidade, o equilíbrio com que V. Ex^a tem conduzido os trabalhos aqui, na Comissão

de Assuntos Econômicos, tratando de um tema fundamental para o País.

Eu acho que, como foi dito aqui, muitas reformas tributárias foram tentadas, mas, talvez até pela abrangência, elas acabaram não saindo do papel. Eu acho que esta é uma oportunidade, mas esse texto precisa ser muito bem trabalhado, respeitando os interesses dos Estados, discutindo a questão da unificação de alíquotas e os prazos que a Medida Provisória e a Resolução determinam até uma eventual futura unificação das alíquotas em 4%.

É importante registrar também que, nessa discussão dos fundos de compensação e do Fundo de Desenvolvimento Regional, há uma preocupação muito grande com relação a esses fundos, porque todos os Estados brasileiros sofrem, especialmente depois da Lei Kandir. Eu fui Relator do Orçamento Geral da União, é uma novela interminável todos os anos a discussão da Lei Kandir. A maneira como é paga a Lei Kandir, através de medida provisória nos quatro meses do ano, e trazendo uma série de inseguranças no que se refere às receitas dos Estados.

Portanto, essa preocupação com o fundo constitucional e com o Fundo de Desenvolvimento Regional, especialmente quanto a esse Fundo de Compensação, melhor dizendo, é de que as regras têm que ser muito claras e nós não podemos cair num cenário sequer assemelhado ao cenário que lamentavelmente nós vivenciamos com a Lei Kandir. Eu não poderia também, meu caro Presidente, aqui como Relator da Resolução nº 1, não poderia deixar de destacar que a medida provisória, a resolução e o projeto de lei complementar que tramita na Câmara, é um pacote fundamental, mas os Estados têm outras carências e, inexoravelmente, essas outras carências serão aqui discutidas. Uma é o serviço da dívida. Como diz aqui o Governador André Puccinelli do meu Estado, nós tínhamos uma dívida de dois, pagamos cinco e devemos sete. O Governador Alckmin aqui partiu de uma dívida, pagou 88 e deve 160. Ou seja, são coisas, Governador Casagrande, absolutamente fora de qualquer contexto.

Então, inexoravelmente numa discussão como esta, numa reforma que, do meu ponto de vista, é uma reforma importante, talvez a mãe das reformas essa questão do ICMS, eu acho que o Brasil avança se o Congresso assim entender e aprovar depois de muita discussão e aperfeiçoamento do texto apresentado. Mas não podemos deixar de lado a discussão da dívida, não podemos deixar de lado a discussão do FPE. O FPE distribui os recursos desigualmente e em função de números que foram arbitrados anteriormente. Há verdadeiros absurdos na distribuição do FPE e nós não podemos manter esse desequilíbrio. Mais do que

nunca, o STF já julgou inconstitucional e o Congresso precisa apresentar uma nova proposta do FPE. Mato Grosso do Sul é 1,88, não é, Governador?

O SR. ANDRÉ PUCCINELLI (*Fora do microfone.*) – É 1,33.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Perdão, 1,33. Como é que convivemos com isso? Estados que foram criados mais recentemente têm números muito maiores, sem falar de Estados como a Bahia e o Maranhão, que têm números absolutamente discrepantes e superiores às demais unidades da Federação.

E, por último, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar também a questão do comércio eletrônico. Surpreendentemente, essa matéria foi votada aqui no Senado, aprovada por unanimidade e dormita na Câmara dos Deputados, está dormindo na Câmara dos Deputados. Nós fizemos um acordo, eu sei das dificuldades que enfrentamos para chegarmos a um acordo, o Senador Aloysio Nunes foi um dos articuladores, legitimamente defendendo o Estado de São Paulo também, e chegamos a um texto adequado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Meu caro Delcídio, só queria lembrar que, estranhamente, naquela pauta mínima dos Governadores, essa questão não foi lembrada. É estranho.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu lamento, porque os ganhos... Estou vendo aqui a apresentação do Governador André. Ele cita, entre outras coisas, a questão do comércio eletrônico. Isso garante efetivamente recursos que vão ser fundamentais para os Estados e cria uma distribuição mais justa, mais compatível com a realidade praticada, especialmente no que se refere às compras eletrônicas.

Para concluir, Sr. Presidente, acho que temos que ter muita calma nessa hora, temos que conversar muito, ouvir os Estados, para que efetivamente venhamos a trazer aqui para a Comissão de Assuntos Econômicos uma proposta que se não reflita aquilo que é o melhor para todos, mas o razoável, o possível, para que efetivamente quem venha a ganhar seja a Federação brasileira.

Tenho absoluta disposição no sentido de conversar com os Estados, com os Senadores e as Senadoras que muito bem representam os seus respectivos Estados e, sem dúvida nenhuma, percebo nitidamente a preocupação do Presidente Lindbergh no sentido de efetivamente preparar, discutir e propor um texto compatível com os anseios e compatível principalmente com um Brasil melhor, mais justo, onde tenhamos condição de desenvolver, de maneira planejada, competente e respeitando as vocações regionais, todo o nosso País.

Muito obrigado, meu caro Presidente, Senador Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço muito ao Senador Delcídio. Acho que ele ser o relator é um reforço nessa linha da construção com conciliação, com equilíbrio, de um texto que atenda a maior parte dos Estados possível.

Senador Armando Monteiro, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar os Governadores e dizer que esta reunião é muito importante para completarmos esse debate. Mas eu queria pedir licença para, mais uma vez, enfatizar os aspectos que me parecem muito importantes nessa questão.

A questão nos remete ao ambiente tributário do País, ou seja, por que o Brasil é um país que tem hoje baixa propensão ao crescimento? Por que nós ficamos enredados e, ao final, a nossa economia tem um mau desempenho? Porque, dentre outras razões, o sistema tributário brasileiro é reconhecidamente um sistema disfuncional para a economia. Não é só uma questão da elevada carga tributária que, de resto, poderia se resolvida com uma redefinição de alíquotas pura e simplesmente. É porque o sistema é disfuncional. E nesse ambiente, meu caro Governador Alckmin, o ICMS é, sem nenhuma dúvida, nisso que alguém já chamou de manicômio tributário, o tributo que mais gera distorções no ambiente econômico.

Vamos lembrar, por exemplo, que esse sistema tributa os insumos básicos fortemente, porque os Estados, à procura de eficiência fiscal e tributária, encontraram essa base, que é cômoda, e começaram a tributar os insumos: energia, telecomunicações e combustível.

Esse sistema tributa o investimento. O Brasil avançou na desoneração do investimento, sobretudo em relação à desoneração de tributos federais, mas, lamentavelmente, no que diz respeito ao ICMS, o sistema ainda tributa os investimentos. O crédito na aquisição de bens de capital é devolvido ao empresário em 48 meses, num país que tem taxas de juro altas.

Produzimos ainda uma distorção. O sistema tem um viés antiexportador, porque o Estado que sedia o empreendimento exportador termina tendo que arcar com o ônus do reconhecimento de créditos que geraram receitas para outros Estados. Então, veja como é um sistema disfuncional.

Não há como melhorar o ambiente tributário no Brasil sem pôr ordem nesse ambiente do ICMS. Vinte e sete bases de cálculo distintas! A competição interempresarial inteiramente distorcida. Distorções nas relações inter-regionais; nas relações intrarregionais. Portanto, ou temos a coragem de assumir que precisamos iniciar uma reforma do ICMS no Brasil ou então

vamos ficar condenados a experimentar uma situação de uma economia que está, por assim dizer, condenada a crescer pouco.

E qual é um dos sintomas que mais ilustram essa disfuncionalidade? O ambiente da indústria. A indústria está perdendo espaços, não só posição relativa no PIB, como ela está perdendo participação no mercado doméstico – e fortemente – por conta dessa tributação irracional que nós temos. Então, a manufatura brasileira está perdendo espaço. Eu acho que é hora de nós iniciarmos essa reforma, e, aí, eu sei que os Governadores são atores fundamentais.

É justo que se possa tentar aqui chamar a atenção para algumas perdas correntes, mas nós temos que pensar no País. É preciso oferecer um seguro de manutenção de receitas aos Estados, e esse fundo de compensação é para isto: estabelecer um mecanismo de caráter vinculatório que assegure efetivamente a manutenção das receitas.

Eu reconheço que esse Fundo de Desenvolvimento Regional está mal concebido. Imaginar que nós vamos receber agora 75% de recursos de empréstimos para os Estados menos desenvolvidos; ora, existem múltiplas fontes! Os fundos constitucionais, o BNDES, isso não tem, por assim dizer, força.

Eu acho que precisamos, nessa discussão – e falo com a autoridade de quem é do Nordeste –, eu acho que nós temos, sim, Governador Alckmin, que buscar uma alíquota uniforme, convergente, ainda que garantindo um prazo de transição mais longo. Contudo, nós devemos buscar a uniformidade das alíquotas ao final. E, para que isso aconteça, é justo que os Estados menos desenvolvidos ainda tenham condições de oferecer incentivos aos investimentos que para lá se transferem.

Eu lembro que, na minha região, o primeiro surto de industrialização se deu com renúncia fiscal da União, com incentivo de Imposto de Renda, de IPI. Ocorre que, depois, a União foi se ausentando e os Estados foram obrigados a ocupar esse espaço de maneira a que hoje, por exemplo, tenham a sua capacidade de investimento comprometida. Existem ali demandas imensas na área de políticas públicas em áreas essenciais que os Estados não conseguem vencer. Então, por que não remontar uma política de desenvolvimento regional que possa se utilizar de incentivos fiscais federais?

Eu lembro, por exemplo, que, para o investimento, meu caro Governador Puccinelli, há um incentivo poderoso que diz respeito à depreciação acelerada dos bens do ativo fixo que uma empresa possa adquirir. Isso poderia ser oferecido às regiões menos desenvolvidas. Ou seja: você poder depreciar os ativos em um prazo mais curto em relação às demais regiões do

País. Esse é um diferencial importante, e seria feito com renúncia fiscal da União.

Então, eu acho que esta é a discussão: como tornar o fundo de desenvolvimento atrativo, inserindo nele instrumentos de incentivo fiscal e de renúncia fiscal da União, para que se possa, efetivamente, se oferecer a esses Estados atratividade nos investimentos.

Só para finalizar, quero lembrar que os Governadores não podem deixar de considerar essa questão da substituição tributária. O alargamento da utilização desse instrumento da substituição tributária penaliza as pequenas empresas. Nós estamos anulando os benefícios do Simples com o emprego dessa substituição tributária.

Assim, queria deixar a sugestão de que duas questões pudessem ser agregadas: a desoneração definitiva dos investimentos e a mitigação desse instrumento da substituição tributária, que tantos danos tem causado especialmente às micro e pequenas empresas do País.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Devo dizer que estão encerradas as inscrições. Os Srs. Governadores têm um teto, e, às vezes, outros Senadores podem chegar... Assim, já estou comunicando que as inscrições estão encerradas.

Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

Em seguida, o Senador Luiz Henrique.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente da CAE, Senador Lindbergh Farias, Sr. Relator do PRS nº 1, de 2013, Senador Delcídio do Amaral, Governador Helenilson Pontes, do meu Estado, o Estado do Pará; Governador Geraldo Alckmin, de São Paulo; Governador Renato Casagrande, do Espírito Santo; Governador André Puccinelli, de Mato Grosso do Sul; quero saudar também os Governadores que aqui estiveram, do Piauí, do Amazonas, de Goiás e do Rio Grande do Sul; os Secretários de Estado da Fazenda, saúdo todos, em nome do Secretário de Estado da Fazenda do meu Estado, José Tostes; Srs. Senadores, Sras. Senadoras, quero aqui parabenizá-lo, Senador Lindbergh Farias, pela pauta da CAE, que V. Ex^a assume e já coloca dando continuidade ao trabalho desenvolvido pelo Senador Delcídio, que foi o Presidente anterior da CAE, e coloca esses temas de importância total para a Federação brasileira.

Eu quero fazer minhas também as palavras do Senador Armando Monteiro. O que acho que falta é uma visão global. Não podemos ficar tratando de assuntos como os que fazendo, do ICMS, do FPE, da dívida dos Estados, dos *royalties* do petróleo de forma isolada. Teríamos que trabalhar como revisão do Pacto Federativo, e isso teria que ser comandado pela

Presidente. Ou seja, é uma vontade política para que seja feita essa reforma, Senador Renato Casagrande, V. Ex^a continua Senador, como Governador continua Senador, então sabe da vontade que o Senado tem de fazer avançar esses projetos, mas, lamentavelmente, o Executivo não deixa que esses projetos avancem no Legislativo.

O que falta, Senador Armando Monteiro, na realidade, é uma política industrial para o nosso País. Porque, se houvesse uma política industrial que definisse como fazer a descentralização da indústria, isso daria oportunidade para que os Estados das regiões ainda em desenvolvimento pudessem avançar. A guerra fiscal que trouxe, através do ICMS, é uma questão de sobrevivência para os Estados, e estamos agora vendo como resolver algo que já vem há décadas.

Quero aqui deixar uns questionamentos para ouvir dos Srs. Governadores, nossos convidados de hoje, importantes para que o nosso Relator, Senador Delcídio, possa ter essa posição.

Com relação à questão dos fundos, já foi dito aqui pelos Governadores que usaram da palavra na audiência que o fundo é insuficiente para atender as necessidades de compensação e que, se não for – o Governador André Puccinelli deixou claro – constitucional o fundo, não tem credibilidade para o atendimento dos Estados, *vis-à-vis* a questão da Lei Kandir, cuja regulamentação estamos para fazer desde a época em que ela foi instituída e que até hoje não o foi, e o quadro aqui demonstrado é claro nisso aí, que veio de setenta e tantos por cento de reposição para 9%.

Então, questiono se esses fundos que não são suficientes, e ainda não sendo suficientes, temos R\$12 bilhões para atender com empréstimos as empresas e temos R\$4 bilhões para investimentos nos Estados, para desenvolvimento, o Fundo de Desenvolvimento Regional. Quer dizer, se dão 12 às empresas, não acho que seja muito, acho até que é insuficiente, como é insuficiente a reposição para os Estados, e também insuficiente para o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas esses 4 bilhões. Portanto, eu gostaria de ouvir os Srs. Governadores a respeito disso.

Outro ponto importante também é que o passivo tributário que vai ficar pela aprovação do projeto fica, pela medida provisória, a ser regulamentado pelo Confaz; não haverá acordo. Então, é preciso que o Relator também coloque já no seu parecer como resolver o problema do passivo tributário.

Com relação ao Confaz, só quero registrar aqui – acho que foi o Governador Puccinelli que falou – que apresentei em 2006, Governador Puccinelli, o PLS nº 240, de 2006, Presidente Lindbergh Farias, que termina com a unanimidade no Confaz, cria um quórum

diferenciado de três quintos para aprovação de medidas no Confaz, e que, lamentavelmente, Senador Lindbergh, desde 2006, está na CAE. Pediria a V. Ex^a que pudesse pelo menos colocar em apreciação. Se vai ser aprovado ou não vai, é uma questão de os membros da CAE decidirem. Mas pelo menos que paute o PLS 240/2006, para que ele comece a andar a partir da Comissão, que é a CAE.

Por último, eu gostaria de ter a opinião dos Srs. Governadores sobre a emenda que apresentei, que já foi muito bem explicitada pelo Governador em exercício do Estado do Pará, Governador Helenilson Pontes, que dá tratamento igualitário aos Estados da Região Norte com relação ao Estado do Amazonas. Nós já vamos ter o prejuízo da relação entre os outros Estados da Federação em relação ao Amazonas. Mas é preciso que, na Região Norte, nós tenhamos o mesmo tratamento que terá o Amazonas, ou seja, nas trocas entre os Estados, que a alíquota seja também de 12%. Essa é a questão.

Por último, Presidente Lindbergh, eu apresentei uma emenda – e essa emenda inclusive é de autoria do Governador Helenilson Pontes – para a Medida Provisória 609. Na Medida Provisória 609, que trata da desoneração da cesta básica do PIS/Cofins e IPI, que possamos também, na mesma linha do Senador Aloysio Nunes... V. Ex^a, ao iniciar a reunião de hoje, anunciou que o Senador Aloysio tinha apresentado um projeto para zerar o Pasep da... Já foi dito que é um absurdo – e realmente o é – os Estados e os Municípios transferirem para a União 1% das suas receitas! Além dos investimentos de capital, quer dizer, os Estados e os Municípios, que já estão sangrados pela União, ainda dão um retorno. E esse número da receita dos Estados parece não ser tão importante, mas o é! Chega a R\$9 bilhões, mais de R\$9 bilhões, só o meu Estado. O Estado do Pará transfere para a União mais de R\$150 milhões.

Então, eu apresentei uma emenda à Medida Provisória 609, para zerar o Pasep. E aí é o caminho mais curto, Governador Geraldo Alckmin. Se o Governo quer atender os governadores, como parece que foi colocado na reunião de quarta-feira passada, é importante que, na medida provisória agora, nós possamos aprová-lo, não necessariamente através de um projeto de lei, que vai ter uma tramitação ainda muito longa.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senhores, nós temos cinco Senadores inscritos, e os Governadores aqui têm horário. Eu ia pedir, na verdade, aos Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues e Blairo Maggi que fizéssemos um esforço mesmo de ficarmos

em cinco minutos, para conseguirmos, às 13h20 mais ou menos, passar a palavra aos Governadores, para encerrarmos. Se não, nós vamos ter ausência de Governadores aqui.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente. Em função disso, eu estava interessado em me inscrever, mas declino da inscrição, então, para colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A Mesa agradece muito a V. Ex^a. Os Governadores também.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – O Senador Luiz Henrique vai falar agora e já incorpora mais ou menos o pensamento catarinense em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Casildo.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, temos agora uma representação pequena dos Srs. Governadores, e eu gostaria de formular estas perguntas a todos os Governadores que estiveram presentes a esta reunião, para que a gente tenha uma resposta objetiva, para que a gente saiba o que é que os Governadores, efetivamente, estão pensando. Até agora, não houve explicitação. E eu vou colocar cinco temas que eu acho fundamentais.

Primeiro, os Governadores entendem que deva haver esse diferencial temporal entre a equiparação dos 4% dos Estados do Nordeste, Norte, Centro-Oeste e Espírito Santo e Estados do Sul e Sudeste? Ou deve haver uma velocidade de equiparação igual para todos os Estados?

Segunda pergunta, se entendem justo que as perdas com a Resolução nº 13 não devam ser incluídas nesse futuro fundo de compensação, e se ele deve efetivamente ser constitucional orçamentário ou não.

Terceiro, se entendem que a redução dos ônus sobre a dívida consolidada deva ser IPCA mais 4%, limitado à Selic, ou IPCA mais 2%, ou outro percentual.

Quarto, os senhores entendem razoável a proposta que fizemos através do Projeto de Lei nº 335, reservando 20% da dívida a ser paga mensalmente para um programa direto de investimentos em educação, em saúde, em transporte, em segurança e em infraestrutura?

E, por último, gostaria de saber se entendem que o Confaz deve continuar com essa deliberação que vem do regime autoritário, baseada na unanimidade, ou se deve adotar o sistema de três quintos da norma constitucional.

Essas eram as cinco perguntas que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço muito ao Senador Luiz Henrique pela síntese. O Senador Ricardo Ferraço, com certeza, seguirá o mesmo caminho.

Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Cumprimento o Sr. Presidente, o querido e estimado Senador Lindbergh.

Srs. Governadores, eu os cumprimento na figura do Governador do meu Estado, o Governador Renato Casagrande.

Desejo, Sr. Presidente, indagar aos Srs. Governadores, com a máxima vênica, com o máximo respeito, com a maior elegância, se S. Ex^{as} não se sentem violados, não se sentem ofendidos na legitimidade dos seus mandatos, todos eles democráticos e alcançados na urna, na medida em que esse tipo de proposta subtrai a autonomia dos Estados federados.

A Constituição Federal, na República brasileira, na Federação brasileira, não estabelece nível de subordinação dos entes federados. A Constituição define solidariedade federativa, define lealdade federativa. E me parece que está havendo uma confusão entre lealdade e subordinação, porque há um extraordinário preconceito com as políticas de desenvolvimento regional que os Estados fazem. Ora, nos últimos anos, essas políticas produziram resultados para os nossos Estados, essas políticas desconcentraram a economia brasileira.

Veio a Lei de Responsabilidade Fiscal e, inclusive, a agiotagem do Governo Federal sobre os Estados, cobrando taxas escorchantes, aqui já denunciadas e cantadas em verso e prosa, inclusive, pelo Governador Alckmin, dando a dimensão do valor da dívida, do quanto foi pago e do quanto falta pagar. A União exerce taxas absolutamente acima do mercado. Ou seja, a União pode continuar praticando incentivos fiscais, a União pode, por medida provisória, estabelecer regimes especiais, como tem feito largamente e acertadamente, porque o mercado, por si só, não regula a desconcentração econômica brasileira.

Para que nós instalemos uma fábrica no interior do Ceará, é preciso que possamos dar algum tipo de atratividade, para compensar o desvio logístico, o custo logístico, porque, no Ceará ou em Mato Grosso, não há mercado de consumo. O consumo está concentrado em poucos Estados da Federação. Mas são vistas pela burocracia federal com extraordinário preconceito as iniciativas que os Estados adotam. E, nos últimos anos, com a Lei de Responsabilidade Fiscal e

com esses incentivos, as contas públicas dos Estados melhoraram muito. Os Estados estão superavitários.

Então, pergunto aos nossos Governadores se eles não se sentem violados, discriminados, porque não há relação de subordinação entre os entes federados. Inclusive, na Constituinte de 1988, o ente Município foi elevado a essa condição.

Outra questão é a seguinte: Governador Alckmin, V. Ex^a está atento às excepcionalidades dessa medida provisória e dessa resolução? Qual é a avaliação que V. Ex^a faz dessas excepcionalidades? Que resultados e consequências elas trarão para esse suposto desejo de se eliminar a guerra fiscal brasileira. Porque a minha impressão é que a guerra fiscal vai mudar de geografia, vai mudar de ambiente, mas vai continuar existindo, e os Estados chamados em desenvolvimento serão fortemente sacrificados, porque há exceções para a Zona Franca de Manaus, há exceções para gás, etc., etc., e assim por diante. Hoje, o gás está em três ou quatro Estados da Federação. Como conciliar, como calibrar, num futuro próximo, essas questões das excepcionalidades que estão na medida provisória, na resolução, enfim, uma coisa tem relação com a outra.

E se V. Ex^{as} Governadores não consideram que as compensações financeiras propostas são uma iniciativa de ficção, como foi a Lei Kandir... Nós passamos, mas as nossas responsabilidades ficarão. Imaginem o nosso papel aqui, no Senado Federal, como a Casa que representa a Federação. Vamos votar essas compensações que não existirão! Como não existe a Lei Kandir, pois todo ano é necessário que se veja e que haja suplementação por medida provisória, porque se quer dotação orçamentária, para justificar. A meu juízo, é acertada a decisão de você desonerar as exportações.

Então, essas são algumas preocupações que quero compartilhar com os nossos governadores, que nos honram aqui no Senado, porque muito mais importante que a medida provisória, muito mais importante que a lei complementar, é o projeto de resolução. Aprovado esse projeto de resolução, nós entregamos a joia do tesouro, porque já teríamos feito a redução das alíquotas...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – ... inclusive com as exceções. E é a nossa responsabilidade, como Senadores dos nossos Estados, olhando para o todo, é verdade, mas olhando para a parte, até porque não há o todo sem as partes, e são as partes que estão construindo este extraordinário desenvolvimento em nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, no tempo, são essas as indagações que eu quero fazer aos nossos governadores, porque temos aqui os Governadores do Espí-

rito Santo, de São Paulo, do Pará e de Mato Grosso do Sul. Portanto, uma visão bastante ampla do grande mosaico que é a realidade socioeconômica brasileira, mas, sobretudo, da questão de como os governadores se sentem sendo violados nas suas autonomias e nos seus mandatos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Com a palavra, a Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Governadores, em nome do Governador Alckmin, cumprimento toda a Mesa.

Sr. Presidente, eu gostaria de reforçar a posição externada aqui pelo Governador do Mato Grosso do Sul. Eu acho que o Ricardo Ferraço fez as colocações que eu gostaria de fazer, porque quando V. Ex^a falou que estávamos perto de um entendimento a respeito desse tema, eu fiquei assustada porque não vi ninguém rebater a proposta feita pelo Governador do Mato Grosso do Sul, que representa aqui os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Eu acredito, quando o Governador do Mato Grosso do Sul coloca, primeiro, que não se deve discutir o ICMS sem uma série de outras ações que estão sendo colocadas aqui; segundo, ele faz uma coisa muito objetiva: ele inverte a proposta da resolução, dizendo que 75% de recursos do Fundo Compensatório terão de ser orçamentários, e 25%, de empréstimo. Então, ele investe. E eu não vi ninguém dizer se aceita esse investimento ou não. Pelo menos o Relator esteve aqui e não fez uma colocação nessa direção.

Outra coisa, eu acho que, tudo bem, é bom para o País a uniformidade de alíquotas, mas ninguém nos dá a segurança de que esse Fundo de Compensação seja constitucional e esteja vinculado a um tributo específico, para que tenhamos clareza de que ele realmente será repassado. Eu acredito que, havendo uma posição clara sobre todos os pontos aqui elencados pelo Governador do Mato Grosso do Sul – renegociação da dívida, recomposição do FPE, vinculação do Fundo, uma série de ações –, e a certeza de que o Fundo de Compensação será constitucional e com um vínculo específico com tributo, aí sim, podemos conversar sobre a uniformidade de alíquota. Fora isso, não há como. Porque nós vamos – já foi colocado aqui – ficar na situação da Lei Kandir. Então, é isso que eu queria colocar, deixar aqui bem claro.

Eu tinha uma dúvida, Governador Puccinelli, se os 75%, sendo orçamentários, teriam que vir com a vinculação. Mas agora já está claro que ele fica fora da vinculação por ser federal.

Portanto, eu quero deixar aqui a minha posição e dizer que, realmente, nós vamos, como representante

da Região Centro-Oeste, bater para que, primeiro, haja clareza no Fundo de Compensação e, segundo, se não houver essa clareza, nós defendermos a alíquota diferenciada como foi proposta: 7% e 4%.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Antes de passar a palavra para o Senador Randolfe, gostaria só de comunicar que passaram, aqui nesta audiência pública, 41 Senadores, mais da metade da Casa.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Cumprimento V. Ex^a pelo sucesso e, ao mesmo tempo, cumprimento os Srs. Governadores presentes, os que aqui estiveram e os que permanecem nesta audiência pública.

Sr. Presidente, há um provérbio chinês que diz que algumas coisas não voltam atrás. Dentre elas, a flecha depois de solta pelo arco e a ocasião depois de perdida.

Sinto que estamos perdendo ocasião, oportunidade. Vejamos: nós temos três temas que iniciaram nesta Legislatura sobre o Pacto Federativo, e a minha impressão é que a condução, que no meu entender deveria ser dada pelo Governo da União a esses três temas, foi dada, no mínimo, equivocadamente. Os três temas são: partilha dos *royalties*, a partilha do FPE e o debate sobre o ICMS.

Sobre os *royalties*, nós envolvemos o País numa inadequada guerra de secessão, debatendo o que não é o todo. Nós estamos debatendo 20% das riquezas do petróleo e de seus derivados. Oitenta por cento é da Petrobras e das demais empresas. Então, estamos debatendo 20% da riqueza e estamos debatendo a partir de uma guerra de secessão, enquanto que o debate dos *royalties* não deveria ser um debate federativo; deveria ser um debate do Brasil e do futuro do Brasil.

O segundo tema, em relação ao FPE, eu pergunto se algum colega Senador tem a proposta de substitutivo que, em tese, nós iremos votar hoje. Em tese, iremos votar hoje porque foi anunciada a votação hoje, embora formalmente não esteja na pauta de hoje. Parece-me, como ainda há pouco reclamou o Senador Aloysio Nunes, que ninguém tem conhecimento dessa proposta de substitutivo da partilha do FPE.

Primeiro, em relação ao FPE, o Congresso Nacional e a União se omitiram do debate, porque nós já descumprimos o prazo previsto pelo Supremo Tribunal Federal, que dizia que era 31 de dezembro último. Até 31 de dezembro último, nós tínhamos que votar a partilha, e nós não votamos, nós nos omitimos, tanto a União quanto o Congresso Nacional, na votação disso. Aí, agora, estamos para votar. Estamos para votar, em

tese, hoje, mas sem termos conhecimento de qual é a fórmula proposta, quais são as regras e se, de fato, ela vai cumprir, vai sanar as inconstitucionalidades detectadas pelo Supremo Tribunal Federal. E eu quero concordar – não sei qual dos governadores destacou – que a atual fórmula de partilha do FPE é uma fraude na Federação brasileira. Na verdade, foi o nosso querido Senador Delcídio que destacou, é uma fraude que foi montada para beneficiar alguns poucos Estados da Federação, em 1989. E nós não estamos, no meu entender, tendo o debate adequado sobre o tema.

Por fim, em relação ao debate sobre o ICMS de origem, sobre a unificação das alíquotas do ICMS, parece-me que esse debate tem que seguir e, aí, Senador Lindbergh, compreendo a preocupação de V. Ex^a ter data marcada. Mas eu espero que a data marcada seja o teto, seja um parâmetro para o debate; tenha isso como referência, seja parâmetro para debate.

Vejam, parece-me que temos que tratar esse tema a partir de duas percepções. A primeira: nós estamos em uma Federação; a segunda: nós estamos em uma Federação assimétrica. Em decorrência disso, um dos princípios de uma federação é a autonomia dos entes federados. Nós temos uma Federação assimétrica, totalmente desigual.

Eu ouvi, na última audiência pública sobre o tema, uma declaração, uma afirmação do tipo: “Concorda-se que Estados mais pobres tenham alíquota diferenciada, desde que o produto seja fabricado nesses entes federados”. Parece-me que estamos diante do dilema da Tostines, aquele dilema que nós ouvíamos na propaganda da nossa infância: “Tostines é fresquinho porque rende mais ou rende mais porque é fresquinho”? Estamos no mesmo dilema em relação a isso.

Ora, para se ter alíquota diferenciada com produtos fabricados em Estados mais pobres, os Estados mais pobres têm que ter a possibilidade de atrair investimentos para fabricar lá os seus produtos. Ou seja, um é decorrente do outro.

É só não conhecer a assimetria da nossa Federação para uma afirmação dessas. Nós temos uma Federação completamente assimétrica.

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Tanto é assimétrica, e, na história do Brasil, reconheceu-se a assimetria desta Federação, que, historicamente, na minha região, foram criadas áreas de livre comércio e a Zona Franca de Manaus, como iniciativa do desenvolvimento regional pelo reconhecimento da assimetria. Aí nós temos, diante da medida provisória, um problema, porque, se partirmos do dispositivo que está no §4º, se não me engano, do art. 8º da medida provisória, nós teremos um prejuízo para as áreas de

livre comércio. Estaremos avançando concretamente nas assimetrias que temos na nossa Federação.

Por fim, Senador Lindbergh, concluindo, de fato, sinceramente, em relação à história da compensação, acho que os governadores não acreditam – e ninguém acredita – em compensação da União. Isso é algo parecido, como dizem na Amazônia, com cabeça de bacalhau: deve existir, mas ninguém nunca viu, e nunca se concretizou. O maior exemplo disso é a Lei Kandir.

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Essa história de compensação me parece que não é um argumento que seja convincente em relação à medida provisória e, em decorrência, à apreciação da Proposta de Resolução nº 1.

Obrigado e desculpe-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – De nada. Agradeço ao Senador Randolfe. O último inscrito.

Tem a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, Srs. Governadores, estou desde cedo aqui. Fiquei ouvindo, ouvindo e acabei me esquecendo de me inscrever. Então, não tenho o direito, aqui, de passar muito do tempo que V. Ex^a estipulou.

Mas eu gostaria de dizer que essa questão da reforma do ICMS já vem de muito tempo. O Governador Alckmin foi governador no mesmo período em que fui também, de 2003 a 2010, e nós já fizemos muitas discussões sobre esse assunto.

Eu acho que há espaço para avançarmos e fazermos a reforma, mas, desde 2013, em todas as reuniões das quais participei, sempre foram colocados pelos Governadores, pelos Deputados, pelos Senadores que, enquanto não houver um fundo que garanta a transição que nós temos que fazer, dificilmente sairá essa reforma.

E, mais uma vez, agora, como Senador, discutindo esta questão, eu quero dizer o seguinte: enquanto nós não chegarmos a um acordo de como funciona esse fundo e de como será acessado esse fundo, nós não devemos votar essa matéria. E, se votarmos essa matéria assim, eu votarei contra, porque não tem como justificar, nos nossos Estados, uma perda de arrecadação que não tenha uma contrapartida.

Mas também quero deixar aqui o meu posicionamento claro, que é o posicionamento do Governo do Estado de Mato Grosso, a exemplo do que o Governador Alckmin colocou aqui: o Estado também está disposto a abrir mão de alguma coisa. Ele não está com um pé na porta, dizendo: “Eu não quero discutir; eu não quero fazer nada”. Não. Ele quer fazer.

Agora, a transição de oito anos que vai ser feita, eu não tenho dúvida nenhuma de que, lá no oitavo ano, tudo estará resolvido com alguns pequenos problemas, talvez. Mas, como nós saímos agora, de 2012, de 2013, e já no ano que vem com as perdas previstas de cento e poucos milhões para o Mato Grosso e, em 2016, até R\$400 milhões, se isso não estiver claro para mim, como Senador da República, e acho que para os meus colegas dos outros Estados, nós não devemos votar essa matéria. Se votarmos, vamos votar contra, porque ainda não achamos o máximo denominador comum dessa matéria, que é o fundo, quanto ele tem, como ele funciona e qual a garantia que temos de que nós teremos o dinheiro em 2014, 2015, 2016 e 2017, que é a preocupação de todos eles.

Portanto, parabéns pela discussão. Já passou o tempo de nós decidirmos isso. Mas o Governo, que defende a ideia, que encampa a ideia e que lidera a ideia, é que tem que liderar também e dizer qual a solução que nós temos para o problema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço a contribuição do Senador Blairo Maggi e passo para o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, para as considerações finais.

O SR. ANDRÉ PUCCINELLI – Senador Lindbergh, Senadora Lúcia Vânia, quero, em seus nomes, cumprimentar os remanescentes.

O Luiz Henrique perguntou de velocidade diferencial temporal de alíquota.

Primeiro, se chegarmos a uma alíquota de 4% por 4%, o Centro-Oeste fecha, o Espírito Santo fecha, o Amazonas fecha, Santa Catarina fecha. Temos que ver a discussão antes disso.

Fundos constitucionais. Todo mundo aqui retratou que a Kandir é o exemplo típico do que não foi posto em lei, e hoje nós temos que recorrer todo ano ao dispositivo das disposições transitórias para, com a condescendência do Relator do Orçamento, inserirmos R\$3,9 bilhões de uma desoneração já estimada em R\$40 bilhões, a metade. De R\$80 bilhões, R\$40 bilhões seriam a estimada metade, o que teria que ser ressarcido porque sociedade boa é sociedade em 50%. Serão ressarcidos este ano para nós R\$3 bilhões ou R\$4 bilhões, e, pela não votação do Orçamento, ainda não dispuseram os meses de janeiro, fevereiro e março de retorno aos Estados.

Vinte por cento da dívida em infraestrutura. A proposição que fizemos aquele dia, na presença dos Governadores, depois eu reportaria o que nós pensamos que haja convergência entre a não secessão do

Brasil, como disse o Randolfe, e, sim, termos 20% não nos compensam. Tem que ser maior.

Unanimidade do Confaz. Nós aderimos, como *amicus curiae*, à DPF 198, do Distrito Federal, porque nós somos intransigentemente contra a unanimidade no Confaz. Na Constituição, qual é o maior quórum qualificado para qualquer votação de qualquer matéria de qualquer Congresso do mundo? Quatro quintos, superior aos três quintos. Não existe unanimidade. Não existe unanimidade.

Claro que nos sentimos violados, Senador Ricardo Ferraço. Claro, Senadora Lúcia Vânia, que, unidos, nós, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, temos que chegar a um denominador comum para que não façamos a guerra da secessão. E deixaremos aqui as proposições para que delas, que são unânimes em relação ao Centro-Oeste, Norte e Nordeste, nós possamos caminhar, com os irmãos do Sul e do Sudeste, a um denominador comum, mas num período de transição, porque o Brasil foi colonizado, desde as capitânicas hereditárias, a termos uma São Paulo mais do que quatrocentona e superindustrializada, para que o nosso Mato Grosso do Sul, o nosso Mato Grosso, o nosso Goiás, o nosso Centro-Oeste, os nossos Estados mais pobres possam ter, através da industrialização, a diversificação da matriz econômica e a geração de empregos.

Passaremos, de própria voz... Então, quando o Carlos Éboli for fazer o levantamento verificará...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O Governador me permite?

Eu fiz uma pergunta que não foi respondida.

O SR. ANDRÉ PUCCINELLI – Qual seria?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O art. 3º, inciso III, do projeto de lei governamental, da resolução, melhor dizendo, estabelece que não serão incluídos, ou melhor, da medida provisória, estabelece que não serão incluídos na compensação... “Incluídas as perdas...”

O SR. ANDRÉ PUCCINELLI – Ah, tem que incluir os portos. Tem que incluir as perdas dos portos.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – ...referentes à resolução.”

O SR. ANDRÉ PUCCINELLI – Não, não podemos só pensar em nós. Tem que incluir o nosso prejuízo do Centro-Oeste, e não incluir o dos portos? Tem que incluir a perda dos portos também.

Nós entendemos que a recomposição... A mãe União, que tem US\$390 bilhões em reservas, que recebe um jurinho mixuruca – desculpe essa expressão –, desonere-nos.

O que, pensamos nós, poderia ter convergência? Os quatro tópicos que os governadores, em sua qua-

se unanimidade, apresentaram para o Renan e para o Henrique Alves.

Diminuição do comprometimento da dívida. Só o indexador não adianta. Tenho o banco que me empresta a no máximo 4% de juro fixo ao ano. A União me cobra IGP-DI mais 6%; hoje, 12,1%. Eu tenho quem me empresta a 4%. Por que a União não deixe-me pegar todo esse dinheiro do banco, quitar a STN e ficar pagando juros de 4% ao ano? Então, só o indexador não resolve.

Diminuição do comprometimento. Havia a proposição do José de Alencar, hoje falecido, para baixar em 9%. O justo é baixar percentualizado, porque quem tem contratos a 11,5%, se baixar para 9%, só baixa 2,5%. Quem tem 15%, como eu tenho, mais IGP-DI, para 9%. Então, um comprometimento diminuído em 30%. Quem tem 11,5% diminui 30%. Quem tem 13% diminui 30%. Quem tem 15% diminui.

Modificação do indexador. IPCA mais 2% e não 4%. O IPCA está em 6,31% hoje, mais 4% são 10,31%. Se for cumulativamente, pior ainda. Ou Selic, o que for menor, desde que o comprometimento seja diminuído. Porque, senão, vamos pagar muito mais juros do que os bancos nos emprestam.

Segundo tópico. PEC da não-oneração, piso salarial, hora-atividade, PEC da Saúde, PEC 300. Onde vamos arrumar dinheiro? PEC da não-oneração seria segundo tópico. Isso, por unanimidade, todos os 27 Estados querem.

Terceiro ponto. Aumento da base de cálculo do FPE com a inclusão dos tributos federais de um percentual deles, da Cofins e da CSLL. Aumenta o FPE e não tem essa briga fratricida de diminuir da Bahia, do Ceará, do Maranhão, que têm 9,5%, 7,32% e 7,20%, para o meu Estado que tem 1,33% e São Paulo que tem 1%. Aumento da base de cálculo do FPE com inclusão neles de percentual da CSLL e da Cofins. Alíquota zero do Pasep aos entes, aos Estados e Municípios. É receita, não é despesa. Essas são coisas da União.

Aí nós vamos discutir a PEC 599. Sem fundo constitucionalizado não dá. E que nesses fundos, ambos, haja: primeiro, a reposição total para os entes federados que perdem, incluindo a dos portos; segundo, aumento de R\$8 bilhões para R\$12 bilhões na 7% por 4%, porque, se for 4% por 4%, são R\$20 bilhões que foram desonerados.

Terceiro tópico na questão dos fundos: 75% do ágio e só 25% de empréstimo. Eu vou me endividar mais ainda? Eu já estou fuzilado. (*Risos.*) Por que riram? Fuzilado. Essas seis propostas... Podem dizer: Ah, não queremos, como disse o Alckmin: de 7% por 4% queremos chegar a 4% por 4%. Está bom, de 2025, num período de transição de mais três anos,

poderíamos, o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste, avançar da sua proposta, porque a nossa proposta é só até 7% por 4%.

Dito isso, quero agradecer ao Presidente da CAE e a todos os componentes da CAE. Pensem que o Brasil é uma Federação de capixabas, cariocas, paulistas, mato-grossenses, piauienses, rio-grandenses-do-norte, alagoanos, amazonenses e sul-mato-grossenses. Tirando o Amazonas, no 4% por 4%, o Estado que mais perde é Mato Grosso do Sul. O Mato Grosso, o pai nosso, perde um pouco menos. Nós perdemos 33,5%, estudo da STN e do Confaz. Não é meu estudo. Goiás perde 27%; Mato Grosso perde 18%. Onde é que vamos arrumar a grana? Tem de pedir para o STF que nos mostre, como mostrou anteontem, onde é que vamos arrumar R\$100 bilhões para em dois anos pagar.

Dito isso, passo às mãos do Presidente e volto ao meu Estado, após a audiência que terei às 14 horas.

Obrigado, Presidente. Obrigado, colegas capixaba, paulista e paraense, que aqui estão.

Vamo-nos unir. O Brasil é de todos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu agradeço ao Governador André Puccinelli e passo para o Governador do Estado do Pará, Helenilson Pontes, que disse que vai falar bem menos que cinco minutos.

O SR. HELENILSON PONTES – Bem menos. Só para agradecer a oportunidade e vou subscrever, Senador, as considerações do Governador Puccinelli quanto aos pontos que foram levantados por V. Ex^a, até porque, na semana passada, tivemos uma reunião muito profícua lá na representação de Santa Catarina, onde conseguimos um entendimento razoável sobre essas questões.

Eu queria levantar e circunscrever a colocação do Senador Ferraço.

A União, não satisfeita por atropelar os Estados seguidamente, ano a ano, nas suas finanças, agora, atropela nas suas competências.

O grande objetivo dessa medida provisória é impedir que Estados possam continuar fazendo o desenvolvimento de políticas de ICMS. É esse o objetivo.

Essa história de alíquota de 4%, de 7%, de fundo é apenas um pano de fundo para um objetivo nacional de impedir que Estados possam dar incentivos fiscais.

Certo ou errado, esse é o objetivo plasmado nessa medida provisória, e não vai ser compensado por fundo algum, porque eu não conheço fundo que não diga a origem.

Como pode ser criado um fundo se não dizem a origem do fundo? E, no Estado de direito, a origem de qualquer receita é tributo.

O Estado do Pará... Nenhum outro Estado sofreu e sofre tanto com a Lei Kandir como o Estado do Pará. Nenhum outro. Nenhum outro.

Trinta e cinco por cento da economia do Pará é desonerada em nome do Brasil.

No ano passado, o Brasil teve um saldo de balança, Senador Suplicy, de US\$19 bilhões. Dezenove bilhões de dólares, 13 gerados no Pará. Repito: o Brasil gerou US\$19 bilhões de saldo, US\$13 bilhões gerados no Estado do Pará, que recebe menos de 10% do que merece pela Lei Kandir. E recebe menos de 10% porque eu ainda venho, aqui, lutar, Senador Flexa Ribeiro, Senador Mário Couto, os Senadores do Pará vêm aqui lutar, no Senado, e os Deputados, a Bancada Federal, Deputado Nilson Pinto e todos os outros Deputados do Pará vêm para cá lutar para que se insira no Orçamento da União algum pedacinho de recurso para os Estados exportadores.

Então, esse registro histórico não pode ser apagado.

Todas as vezes que se discutem fundos, nós temos de lembrar da Lei Kandir, que, ano a ano, solapa as finanças dos Estados que contribuem para o Brasil, como o Pará, em que 35% da sua economia... Só para lembrar, a média nacional é 12%. A média nacional é: 12% das economias estaduais são desonerados, Senadora.

No Pará, são 35%, contribuindo para que a União tenha US\$500 bilhões, no Tesouro, de saldo de reservas.

Então, quando se discute pacto federativo, quando se discutem compensações, fundo, Senador Randolfe, eu não consigo entender como é que existe um fundo sem origem. Eu não consigo entender como existe um fundo que se apoie em operação de crédito.

O Proinveste. Eu conversava com o Governador Puccinelli: “Consegui o seu Proinveste?” “Não.”

Converso com o Governador do Distrito Federal: “Consegui o seu Proinveste?” “Não.”

Ninguém conseguiu o seu Proinveste, porque a burocracia não permite que os Estados acessem. A Presidente determina, e o BNDES, a CTN, os órgãos federais não permitem que a gente caminhe. E nós vamos trabalhar com a ideia de fundo apoiado em operação de crédito, sem vinculação a nenhuma fonte objetiva de receita tributária?

Como o Congresso vai aprovar uma Medida Provisória desse jeito? Para rediscutir depois, para ficar, ano a ano, a rediscussão aqui?

Então, eu queria apenas fazer esse registro, Senador Lindbergh, cumprimentar V. Ex^a por trazer esse debate e lembrar que nós não podemos transformar essa medida provisória em mais um monstro.

E a resolução, como disse o Senador Ferraço, é verdadeiramente o veículo que vai definir as alíquotas. Não é a medida provisória, é a resolução votada pelos Srs. Senadores e pelas Sr^{as} Senadoras que vai definir as alíquotas. E depois ficarmos aqui nos debatendo entre governadores, para saber como é que vamos resolver créditos, autos de infração lavrados com base em créditos glosados de incentivos fiscais concedidos, o debate fratricida no Confaz, na confirmação ou não de um conjunto de incentivos, sem definirmos o marco objetivo de quais são os incentivos que nós vamos manter, como os industriais, ou que nós não vamos manter – e aqui o Pará se associa –, como incentivos comerciais, passeio de nota.

Não contem com o apoio do Estado do Pará. Nós queremos manutenção, sim, de alguns incentivos, mas incentivos industriais, que geram emprego e renda. Os comerciais, passeio de nota, não têm o apoio do Pará.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Governador Helenilson Pontes, do Estado do Pará, e passo ao Governador Renato Casagrande, do Espírito Santo.

O SR. RENATO CASAGRANDE – Muito obrigado, Presidente, Senadores e Senadoras, senhoras e senhores. Rapidamente, para ficar dentro dos cinco minutos.

Discutimos temas aqui fundamentais, Presidente. Há uma questão que não está aqui, a do comércio eletrônico, mas é fundamental que a Câmara possa votar esse tema.

A questão do FPE. Também somos favoráveis à inclusão da Cofins e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) na composição do fundo.

Indexador da dívida é um assunto que já está maduro, passou do ponto de maturação. Aqui já foi dito sobre a prática de agiotagem com relação aos Estados. O Senado pode dar um fim a essa prática da União com os Governos Estaduais.

Pasep. Já foi dito e reafirmo a necessidade de nós não termos que fazer um pagamento de 1% da nossa receita para a União todo ano, todo mês. Isso é um item a mais nas nossas despesas.

Não onerar Estados e Municípios. Aí, Ricardo Ferraço, nosso Senador, violar os Estados é tirar instrumento de desenvolvimento do Estado e é estabelecer itens custosos ao Estado, que onerem o Estado, que aumentem a despesa do Estado. Seja por parte da União, seja por parte do Congresso, acho que essa emenda aqui, de fato, limita, estabelece um ponto final com relação à responsabilidade dos Estados e Municípios, por decisão aqui da União, por decisão do Congresso Nacional. E é muito importante, porque as corporações buscaram um caminho para poder vir

aqui e buscar sua isonomia, seus vínculos de remuneração. E isso causa efeito objetivo no funcionamento dos Estados e dos Municípios.

Nós temos um problema sério, hoje, com o pagamento de pisos nacionais, que tem afetado muitos Municípios. O meu Estado é o que tem capacidade de suportar alguns anos. Alguns Municípios de alguns Estados não terão capacidade de suportar por mais alguns anos. Então, há um problema colocado para a sociedade brasileira e para o Senado tomar também uma decisão junto conosco.

Resolução 13. Senador Luiz Henrique, eu já defendi aqui incorporar as perdas da Resolução 13 na compensação.

Confaz. Nós topamos acabar com a unanimidade, desde que a decisão seja por região. Tem de haver um mínimo de resultado por região, para não ser também uma ditadura da maioria. Acho que você incorporar um resultado por região, manter uma posição de alíquotas diferenciadas, uma simetria das alíquotas de origem dos Estados que hoje têm 12% e têm 7%, é fundamental, para que a gente mantenha instrumentos de desenvolvimento e de respeito à autonomia dos Estados. Se tiver que votar, mantenha essa simetria.

Mudança na composição do Fundo de Desenvolvimento Regional de PIB (Produto Interno Bruto) para Renda Domiciliar *per capita*. Eu disse e repito: é uma fotografia mais justa da realidade econômica e social dos Estados.

E não dá para votar uma compensação sem saber de onde vem a fonte de recursos, como disse aqui o nosso Governador do Pará. Precisamos, Ricardo – V. Ex^a também levantou o tema –, ter clareza de como será essa compensação, para que nós não fiquemos, de novo – já estamos aí vacinados contra a Lei Kandir –, nessa mesma posição da Lei Kandir.

Proponho ao Presidente da CAE que faça um fórum permanente da CAE com os Governadores para a gente ir acompanhando com os Senadores a evolução desses temas. Se puder, Presidente, estabelecer uma discussão permanente, de dois em dois meses, com todos os Governadores. Quem quiser participar... Pode ser numa segunda-feira, para não interferir na ordem da votação dos projetos, para que a gente faça um acompanhamento com os Senadores que gostam desse tema, para que a gente possa dar sequência a esses assuntos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço muito, Senador Renato Casagrande.

Antes de passar ao Governador Geraldo Alckmin, Senadores, quero agradecer a presença de S. Ex^a. Registro que o Governador Geraldo Alckmin, gover-

nador do maior Estado do País, chegou aqui no início da reunião e está ficando até o final. Não que eu não entenda a posição dos outros Governadores. Sei que um dia de vinda a Brasília, são vários compromissos, todos justificaram, mas quero registrar esse gesto de elegância de S. Ex^a.

Passo a palavra ao Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Acompanho V. Ex^a nesse gesto, porque é simbólica a permanência do Governador Geraldo Alckmin do início até o fim. O ideal é que, pela relevância do tema, todos os Governadores pudessem dedicar atenção a esse tema, que é exclusivo para os nossos Estados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Reitero os cumprimentos de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu só quero registrar também que os outros Governadores que saíram já tinham comunicado isso, justificaram.

A gente entende, Governador, mas eu quero registrar o gesto.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu quero agora registrar o seu gesto, Presidente, com esse reconhecimento.

A presença do Governador de São Paulo enriquece a iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, da mesma forma que muitos Senadores aqui também ficaram do começo até o fim. Mas eu queria cumprimentá-lo pela iniciativa do registro. Os demais Senadores têm importância e relevância igual a dos demais Governadores, todos, mas é pelo fato de São Paulo ter esse peso na economia brasileira.

O SR. GERALDO ALCKMIN – *(Falha na gravação.)* ... ao Lindbergh Farias, aos colegas Governadores, às Senadoras, aos Senadores, ao Senador do meu Estado, Eduardo Suplicy, responder que é isso mesmo: até 2033, a perda do Estado será de R\$55 bilhões. Pela proposta que estava em discussão até o mês de novembro, no Ministério da Fazenda, nós perderíamos R\$950 milhões, no ano que vem; R\$1,9 bilhão, em 2015, e R\$2,8 bilhões, em 2016. Aí começava a reduzir: perderíamos R\$2 bilhões, em 2017; R\$1 bilhão, em 2018; R\$200 milhões, em 2019, e aí praticamente zerava essa perda.

Com a proposta enviada, aí mudou tudo. No ano que vem, nós perdemos R\$2,3 bilhões; R\$4,5 bilhões, em 2015, e R\$6,2 bilhões, em 2016, que é o auge, o que é uma perda gigantesca. É por isso que nós sempre defendemos a proposta anterior, e não a que foi encaminhada aqui ao Senado Federal.

Eu queria responder ao Senador Luiz Henrique dizendo que, na questão dos portos, nós somos favo-

ráveis, sim, a que haja um ressarcimento pelo Fundo de Compensação. Somos favoráveis.

Em relação ao indexador da dívida, somos favoráveis à proposta do Governo. Eu acho que IPCA mais 4% ou Selic, sendo a Selic o teto, é uma proposta razoável. Se pudesse ser IPCA mais 2%, melhor, mas acho que é bem melhor que a situação atual de IGP-DI mais 6%, 7,5% ou 9%.

Em relação aos investimentos, acho razoável que uma parte disso possa ter investimentos.

Em relação à unanimidade, permito-me discordar, porque a Federação brasileira é muito frágil. Se a gente pegar os grandes países do mundo – Alemanha, Estados Unidos, Canadá –, a Federação é muito forte. Diz-se que o Presidente dos Estados Unidos manda no mundo inteiro, menos lá. Então, a Federação é muito forte. Na Alemanha, é proibido qualquer tipo de legislação que afete receita de Estado e Município. É proibido. É um princípio constitucional. Você não pode entrar na receita de outro ente federativo, tomar uma medida, a não ser que haja compensação. O último restinho que sobrou de autonomia foi o ICMS, e a unanimidade, que é uma defesa. Até a União Europeia exige unanimidade na discussão do IVA, porque é uma defesa. Então, acho que derrubar a unanimidade é um risco enorme e uma fragilização da Federação muito grande.

Em relação à questão das excepcionalidades, sou muito sincero aqui. Acho que essa questão de ICMS não é o centro da questão. O problema do Brasil é competitividade, é produtividade, é economia de escala, é especialização, é externalidade, não é esse litígio aparente entre os Estados irmãos do Brasil. Isso aqui é artificial, não é isso.

Mas acho que é válido caminharmos para uma alíquota de 4%, que já é o caminho para o destino. Então, os Estados mais populosos vão ser os mais beneficiados. Populosos, que eu digo, e não produtores. O Nordeste vai ser o maior beneficiado com isso. Então, você caminha da origem para o destino. E o fato de ter alíquota única evita uma guerra entre os Estados federados.

Se for para manter 7% e 4%, 8% e 4%, o que for, não tem sentido gastar R\$500 bilhões, desagradar todo mundo e ficar no mesmo lugar. Aí é preciso dar um prêmio. Você conseguir gastar R\$500 bilhões, não agradar ninguém e ainda não mudar nada na economia, ficar no mesmíssimo lugar, mantendo alíquota mais alta e mantendo diferença, com todo o respeito, não faz nenhum sentido. É melhor encerrar o assunto e cuidar de outras áreas, porque acho que podemos avançar em muitas áreas.

Claro que defendemos uma transição mais curta e não haver parada de cinco anos. E, olha, perdendo

tudo isso aqui, porque como São Paulo é um Estado exportador líquido e, na medida em que você caminha para o destino, os exportadores líquidos perdem, São Paulo perde, o Amazonas perde, o Centro-Oeste perde. Vale a pena para o Brasil? Vale. Vamos compensar os Estados que perdem e vamos fazer uma coisa em benefício do Brasil.

Agora, se é para ter o resultado lá na frente igual, mantendo diferença e alíquota mais alta, aí não tem nenhum sentido fazer isso. Aí perde toda a lógica. Então, nós somos favoráveis, embora com perdas muito elevadas, desde que se tenha um objetivo final. Pode elevar. Nós queremos em quatro anos, mas pode ser oito, pode ser doze, mas que se atinja aquele objetivo.

Sei que são temas complexos. A tarefa de vocês não é pequena, mas ela é extremamente importante, que é harmonizar os interesses dessa grande Federação brasileira, procurando evitar a inviabilização financeira e perdas vultosas para os entes mais fracos, que são os Municípios e os Estados, em benefício da eficiência econômica e do País.

Quero agradecer ao Lindbergh Farias pela sua condução aqui deste debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Governador Geraldo Alckmin.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu gostaria de sugerir o envio dos anais desta reunião para todos os Senadores, os que não puderam estar presentes aqui inclusive, que são integrantes desta Comissão, principalmente para o Relator, para que ele tenha condições de avaliar o pensamento dos Srs. Governadores, como tal expresso nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a será atendido.

Antes de encerrar esta reunião, há um requerimento da Senadora Ana Amélia para audiência de segunda-feira, às 18h30, sobre dívida dos Estados e Municípios. Ela convida, em aditamento, João Pedro Casarotto, representando a Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite).

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento da Senadora Ana Amélia.

Antes de encerrar, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito rapidamente, só uma pergunta ao nosso querido Governador Geraldo Alckmin.

Ficou clara a avaliação de V. Ex^a em relação à defesa pela alíquota única, ainda que eu divirja. Mas, enfim, o que V. Ex^a acha das excepcionalidades que constam do texto? V. Ex^a concorda com elas?

O SR. GERALDO ALCKMIN – Não, sou contra. A alíquota única pressupõe não ter excepcionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Senador Ricardo Ferraço.

Antes de encerrar a presente reunião, lembro aos Srs. Senadores e Senadoras que, na quinta-feira, 21 de março, às 10h, teremos a presença do Ministro da Fazenda Guido Mantega.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 47 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE (8ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI (7ª REUNIÃO), DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, EM 21 DE MARÇO DE 2013, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia vinte e um de março do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores Alvaro Dias, Antonio Carlos Rodrigues, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, Fernando Collor, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Humberto Costa, Ivo Cassol, João Capiberibe, José Pimentel, Lúcia Vânia, Luiz Henrique, Pedro Taques, Randolfe Rodrigues, Rodrigo Rollemberg, Romero Jucá, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wellington Dias e Wilder Moraes. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Blairo Maggi, João Costa, Alfredo Nascimento, Vanessa Grazziotin, Jader Barbalho, Roberto Requião, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, José Agripino, Jayme Campos e Gim. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de Audiência Pública, a fim de tratar dos seguintes temas: instrução do Projeto de Resolução nº 1 de 2013 e da Medida Provisória nº 599, de 2012,

que tratam da unificação do ICMS; a economia brasileira e oportunidades de investimento; o panorama da Política Econômica Brasileira e as perspectivas para a próxima década; esclarecimentos sobre o uso de procedimentos contábeis com o propósito de alcançar a meta fiscal no ano de 2012; Parcerias Público-Privadas e as perspectivas de oportunidades de parceria com o setor privado com relação aos projetos de infraestrutura, em atendimento aos Requerimentos da Comissão de Assuntos Econômicos nºs 9 de 2013, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias e outros; 3 de 2013, de iniciativa do Senador Humberto Costa e outros; 4 de 2013, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy e outros; 5 de 2013, de iniciativa do Senador Álvaro Dias; e 17 de 2013, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias; e ao Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 2 de 2013, de iniciativa do Senador Clésio Andrade e outros, tendo como expositor o Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda. A Presidência convida o Sr. Nelson Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, para compor a Mesa. Após a exposição do Sr. Guido Mantega, usam da palavra os Senadores Delcídio do Amaral, Relator do Projeto de Resolução do Senado nº 1 de 2013, Walter Pinheiro, Relator da Medida Provisória nº 599, de 2012, no âmbito da Comissão Mista, Romero Jucá, Humberto Costa, Alvaro Dias, Eduardo Suplicy, Luiz Henrique, Armando Monteiro, Wilder Moraes, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia, José Pimentel e Pedro Taques. Antes de encerrar os trabalhos, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata desta reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Assuntos Econômicos, em conjunto com a 7ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Assunto/Finalidade:

Tratar dos seguintes temas:

– instrução do Projeto de Resolução nº 1, de 2013, e da Medida Provisória nº 599, de 2012, que tratam da unificação do ICMS;

– a economia brasileira e oportunidades de investimento;

– o panorama da Política Econômica Brasileira e as perspectivas para a próxima década;

– esclarecimentos sobre o uso de procedimentos contábeis com o propósito de alcançar a meta fiscal no ano de 2012;

– parcerias público-privadas e as perspectivas de oportunidades de parceria com o setor privado com relação aos projetos de infraestrutura.

Requerimentos de realização de audiência:

– RQE 9/2013, Senador Lindbergh Farias e outros

– RQE 3/2013, Senador Humberto Costa e outros

– RQE 4/2013, Senador Eduardo Suplicy e outros

– RQE 5/2013, Senador Alvaro Dias

– RQI 2/2013, Senador Clésio Andrade e outros

– RQE 17/2013, Senador Lindbergh Farias.

Reunião destinada a instruir as seguintes matérias:

– PRS nº 1, de 2013, Presidente da República

– MPV nº 599, de 2012, Presidente da República

Convidado: o Sr. Ministro de Estado da Fazenda

Guido Mantega

Peço aos Senadores Armando Monteiro e Francisco Dornelles que conduzam o convidado ao plenário da Comissão. *(Pausa.)*

De acordo com os arts. 397 e 398, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas:

S. Ex^a, o Sr. Ministro Guido Mantega, terá 30 minutos para fazer sua exposição, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos.

A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, tendo o prazo máximo de dois minutos para réplica, concedendo-se ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Concedo a palavra ao Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, para fazer sua exposição.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado. Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o Senador Lindbergh Farias, Presidente da CAE; quero cumprimentar o ex-Presidente da CAE, Senador Delcídio Amaral, que é Relator da matéria principal que iremos abordar hoje aqui; quero cumprimentar todas as Senadoras e Senadores presentes; assessores, secretários e a imprensa.

Sempre é uma honra e um prazer vir aqui, a esta Comissão, para ter a oportunidade de falar sobre a política econômica, a situação da economia brasileira e mundial e, particularmente, nesta ocasião, para fa-

larmos de uma importante reforma para o País, que é a reforma do ICMS interestadual.

Vou começar fazendo uma breve análise da situação da economia brasileira, para depois entrarmos nesse tema que é do interesse de todos.

Bom, a economia brasileira começa, em 2013, em condições externas e internas mais favoráveis do que foi em 2012.

Nós vemos ali o crescimento do PIB mundial e podemos perceber que 2012 foi um ano de fraco crescimento da economia mundial, em que o PIB foi de 3,2%, muito inferior ao que costuma ser nos anos anteriores, normalmente de 5%, 6% de PIB mundial.

Portanto, significa que a maioria das economias do mundo não apresentou um bom desempenho econômico. Porém, a perspectiva para 2013 é de que haja uma melhora, é de que haja algum crescimento; não muito, mas algum crescimento em algumas economias.

Por exemplo, no caso dos Estados Unidos, a economia vem se recuperando gradualmente, e espera-se para 2013 um pouco mais de crescimento do que houve no ano passado, irradiando mais comércio, mais negócios para o mundo.

A União Europeia ainda está combatida. Ela não deverá ter uma grande *performance*, um grande desempenho, porém não terá os problemas agudos que teve em 2012, os problemas financeiros que ameaçavam eclodir a qualquer momento. Então, o risco de uma ruptura financeira está afastado, a meu ver, em 2013.

Portanto, há uma tendência a uma normalização.

Mas, passando adiante, o que preocupa é o comércio internacional. O comércio internacional é importante, porque ele irradia crescimento para todos os países. E o crescimento do comércio internacional, em 2012, foi muito pequeno, foi medíocre. Em 2012, o crescimento foi menos de 1%, contrastando com crescimentos de anos anteriores, que os senhores podem ver ali, quando o comércio internacional chegou a crescer 15%, 20%, em relação ao ano anterior. Isso dava a possibilidade de que todos os países pudessem aumentar as suas exportações e estimular o crescimento interno.

Isso significa que, em 2012, não houve praticamente crescimento do mercado de comércio mundial, e todos os países tiveram dificuldades para crescer em função disso. O Brasil um pouco menos, porque nós temos uma abertura comercial menor, mas países como a China e a Alemanha tiveram dificuldades em manter as taxas de crescimento que costumam ter por causa disso.

Em 2013, nós esperamos um quadro um pouco melhor. Eu digo sempre um pouco melhor; não é acen-tuadamente melhor, mas um crescimento de 4%, o que

poderá acomodar um pouco mais as exportações de vários países, inclusive do Brasil.

O setor de *commodities* vai bem, mesmo quando há uma crise, porque há uma escassez de *commodities*. Então, nós temos exportado bem *commodities*. Porém, o setor manufatureiro é o que sofre mais. Sofre uma crise mundial o setor manufatureiro, o que se dá desde 2008, quando começou aquela crise financeira, e até hoje o setor manufatureiro mundial tem capacidade ociosa e dificuldade de se expandir. E o mesmo vale para o setor manufatureiro no Brasil., mas a vantagem no Brasil é que existe um mercado interno que consegue absorver uma parte das exportações do nosso setor manufatureiro.

Passando adiante, nós podemos ver que, no cenário doméstico, aquelas medidas de estímulo que o Governo tomou ao longo de 2011, 2012, começam a surtir efeito. Redução de juros, redução de impostos e redução de custos começam a surtir efeito. Na verdade, começaram no segundo semestre do ano passado, quando a economia começou a ter um crescimento um pouquinho maior. E, no primeiro trimestre deste ano, a economia está caminhando melhor ainda do que no último trimestre do ano passado.

Pode passar adiante.

Então, nós estamos em uma trajetória de gradual aceleração da economia, um crescimento gradual, enfrentando essas dificuldades que continuam na economia internacional. Essa crise, que ainda não foi debelada, exige uma série de providências e iniciativas do País. Exige, por exemplo, que se deem mais estímulos a investimentos. É fundamental que o investimento esteja à testa do crescimento econômico, puxando o crescimento econômico, mas também é imperativo que haja um aumento da produtividade e da competitividade.

A crise internacional gera processos de mudança em todos os países. O que os países costumam fazer durante a crise é reduzir custos, tentar aumentar a eficiência. Essa redução de custos se dá onde eles podem fazê-lo. Por exemplo, na Europa e nos Estados Unidos, houve uma redução de salários, portanto redução do custo da mão de obra. No caso dos Estados Unidos, está havendo uma redução do custo do combustível, com o gás de xisto, que está sendo explorado e tem reduzido o custo. Então, não só lá, como em outros países, todo mundo busca reduzir custos para diminuir seus preços e ser mais competitivo no mercado internacional. E é isso que nós temos de fazer também. Não há alternativa; do contrário, o Brasil ficará para trás na concorrência internacional, que se intensifica neste momento de crise. Nesse momento de crise, os mercados encolhem, e a disputa por eles aumenta.

Então, não há alternativa senão que nós tenhamos de aumentar a nossa produtividade e competitividade. Isso se dá com redução de custos – temos que reduzir todos os custos passíveis de redução – e temos que reduzir também os tributos – fazem parte dos custos, mas com uma ênfase especial –, porque o Brasil ainda tem tributos elevados, apesar das reduções que têm sido feitas.

Passemos adiante.

Nessa linha de estimular investimentos, o Governo tem ampliado o Programa de Aceleração do Crescimento – cada ano ele é um pouco maior do que no ano anterior –, mas nós acabamos de lançar um grande programa de infraestrutura, um programa de R\$470 bilhões que deverá estimular a economia brasileira nos próximos anos. Não é um efeito imediato, porque esses programas estão sendo implantados. Serão todos implantados ao longo de 2013, com desdobramentos para a próxima década, pelo menos. Daqui a pouco explicarei melhor esse programa de infraestrutura, mesmo porque entendo que esta Comissão também é constituída pela Comissão de Infraestrutura, portanto o convite que me foi feito é das duas...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Esta audiência é em conjunto com a Infraestrutura.

O SR. GUIDO MANTEGA – É conjunta, é das duas comissões. Então, daqui a pouco falarei um pouco de infraestrutura.

Mas, nessa linha de estimular o investimento, nós, no ano passado, liberamos uma linha de crédito para investimento para os Estados brasileiros da ordem de R\$20 bilhões, que já está sendo liberada. Deverá terminar de ser liberada no início deste ano. O Programa de Ajuste Fiscal dos Estados é um programa pelo qual o Governo Federal dá um espaço fiscal para que os Estados possam viabilizar projetos de investimento a partir de operações de crédito. Nos últimos dois anos, 2011 e 2012, nós liberamos R\$100 bilhões para todos os Estados brasileiros aumentarem a sua capacidade de investimento. Nunca foi liberado um valor tão alto para os Estados viabilizarem investimentos.

Nós, recentemente, modificamos a legislação das parcerias público-privadas, porque esse é um instrumento importante a ser usado por Estados e Municípios, para que eles possam aumentar os seus investimentos junto com a iniciativa privada. Para isso, aumentamos o limite de comprometimento dos Estados com essa modalidade, que era de 1% da receita corrente líquida. Isso foi aumentado para 5%; ou seja, os Estados poderão celebrar mais contratos e parcerias público-privadas. E também fizemos uma redução dos tributos que incidem sobre as parcerias público-privadas, com

diferimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, Contribuição sobre o Lucro Líquido, PIS e Cofins.

Portanto, é uma facilidade tributária para viabilizar as parcerias público-privadas nos Estados. Eu não vou mencionar os outros itens para podermos passar adiante e chegarmos mais rapidamente à questão tributária.

Esse é o programa de infraestrutura que nós apresentamos; é um programa ambicioso, em que 7.500 quilômetros de rodovias serão oferecidos. São nove lotes. Serão leiloados neste ano. Os leilões vão começar já no próximo mês de abril, e esgotaremos os leilões até o final do ano.

Depois, nós temos 10 mil quilômetros de ferrovias. Temos também vários investimentos nos portos. O trem de alta velocidade também será colocado a leilão. Para os aeroportos, uma parte já foi colocada a leilão e serão colocados outros aeroportos em leilão. Só para esse programa de logística são R\$242 bilhões. É uma soma bastante elevada. Vai melhorar muito o escoamento de safra, o escoamento da produção brasileira, com mais rodovias, com mais portos, com mais aeroportos.

Então, vai facilitar muito o comércio internacional, que cresceu muito nos últimos anos. Vai baratear o custo, portanto. Então, além de estimular investimentos, haverá um benefício de logística, reduzindo-se custos de logística brasileiros, que ainda são elevados.

No caso, também temos nesse programa uma parte importante de energia elétrica. São R\$148 bilhões previstos para as novas concessões de energia elétrica que estarão sendo viabilizadas nos próximos meses. Para petróleo e gás também, nós vamos reabrir as rodadas de concessão, e também esperamos um investimento importante nessa área. O total disso são R\$470 bilhões de investimentos que vão revolucionar a infraestrutura brasileira.

Nós temos de continuar, nos próximos anos e nas próximas décadas, implementando grandes programas de infraestrutura, para que possamos nos equiparar, nesse quesito, a países como a China, por exemplo, que fez muitos investimentos em infraestrutura durante muitos anos. Temos que seguir esse exemplo e avançar nesse ponto.

Vamos passar adiante.

Além disso, o investimento do setor público vem aumentando. Podemos ver a evolução do investimento, seja na área federal, estadual, municipal, como também das empresas estatais. Há um nítido crescimento ao longo dos anos, e a ideia é de que esse item continue crescendo também, porque, principalmente num momento de crise internacional, o melhor estímulo para se fazer a economia crescer é investimento, e investimento em infraestrutura, que é o que o Governo

procura estimular. Mas, de qualquer forma, o grosso dos investimentos que devem aumentar será da área privada. Então, haverá uma complementação da área pública e privada, de modo a atingirmos nosso objetivo.

Passemos adiante.

Bom, medidas para melhorar a competitividade da economia brasileira. A economia brasileira convivia com custos muito elevados. Por exemplo, custos financeiros muito elevados, custos tributários elevados, custos de energia elevados. E nós buscamos enfrentar esses problemas, nos últimos anos, reduzindo o custo dos juros e dos *spreads*. Houve uma redução importante desses custos nos últimos anos, uma redução do custo da energia, com a redução das tarifas a serem pagas, o que recentemente entrou em vigor.

Nós temos hoje um câmbio mais competitivo para os manufaturados brasileiros. O câmbio estava muito valorizado algum tempo atrás; hoje ele não está tão valorizado. Ele melhora a competição principalmente do manufaturado brasileiro.

E, finalmente, um programa muito importante para dinamizar a economia e reduzir custos que é a redução de impostos, a redução de tributos. O Brasil conviveu muitos anos com tributos elevados, e cabe agora reduzi-los, para dar competitividade à economia.

No ano passado, nós fizemos uma desoneração de R\$46 bilhões. Nós estamos num processo de desoneração da folha de pagamentos, que começou, mas ainda não terminou. Os principais setores produtivos da economia estão sendo colocados nesse programa e deixam de pagar o INSS – portanto, o patronal –, de modo que haja uma redução do custo da mão de obra sem prejudicar os trabalhadores.

À diferença do que está sendo feito em outros países, onde se reduziram, de fato, os salários, os vencimentos, aqui no Brasil, esse ajuste é feito mantendo-se os salários e até dando-se condições para que eles venham a aumentar. Esse programa estimula a contratação de mais mão de obra. À medida que a mão de obra fica mais barata para a empresa, a partir dos encargos, a empresa estará estimulada a contratar mais mão de obra e a formalizá-la.

Portanto, esse é um programa muito bom. Já há 40 setores incluídos nele, e outros setores continuarão sendo incluídos.

Além disso, nas desonerações, fizemos também redução de IPI, Cide, PIS/Cofins. Agora, tributo sobre a cesta básica, os que faltavam reduzir, o Simples, etc.

Passe adiante.

O quadro completo das desonerações feitas em 2012 está aí. Não vou tomar o tempo dos senhores detalhando isso, mas eu queria chamar atenção para o valor total: em 2012, R\$46 bilhões. Está previsto que,

em 2013, a redução de tributos será de R\$50 bilhões. E, para 2014, de R\$55 bilhões.

Portanto, essa trajetória de redução de tributos vai continuar nos próximos anos, de modo a tornar a economia brasileira mais competitiva.

Passemos adiante.

A economia brasileira, no ano passado, teve uma trajetória que está ilustrada pelo PIB trimestral. Nós vínhamos desacelerando a economia desde 2011. A economia estava desacelerando até a metade do ano passado, até o primeiro semestre do ano passado. A partir disso, a economia voltou a acelerar gradualmente, e, portanto, o PIB tem sido maior que o anterior a cada trimestre.

Pelos dados que nós já temos, essa trajetória vai ser mantida na economia brasileira. Nós temos os dados não ainda do primeiro trimestre de 2013, mas temos os dados do primeiro mês de 2013, janeiro de 2013. Nós temos ali que a produção industrial cresceu 2,5% no mês – anualmente, isso dá bastante. E, bens de capital, os investimentos que tinham tido um desempenho muito fraco em 2012 dão um sinal de retomada.

Então, nós tivemos ali, em janeiro, 8,2% de crescimento, mostrando que há novamente um crescimento do investimento da formação bruta de capital fixo, que deverá prolongar-se para este ano. Acreditamos, então, que essa trajetória vá prolongar-se por 2013 e 2014, depois que fizermos todos os ajustes, tomarmos todas essas medidas. Portanto, a economia brasileira está numa trajetória de crescimento.

Passemos adiante.

Para que possamos continuar nessa trajetória de crescimento da economia brasileira, é preciso que os fundamentos da economia continuem sólidos. Os fundamentos fiscal e monetário têm que continuar sólidos, têm que estar sempre sólidos para permitir essa trajetória.

Podemos ver ali a curva do primário. O desempenho primário tem sido muito bom nos últimos anos. Podemos dizer que, desde 99, há um bom resultado primário. O resultado nominal tem melhorado, porque ele não era muito bom no passado, mas tem-se aproximado de taxas melhores; em torno de 2,5%, foi a taxa que fechamos o nosso déficit nominal em 2012. Não foi um ano fácil em termos fiscais, porque, com o crescimento baixo da economia, a arrecadação foi fraca, e ainda reduzimos a receita com redução de tributos. Então, fizemos uma redução de tributos num ano em que houve queda de arrecadação. Mesmo assim, conseguimos cumprir um bom resultado fiscal, levando-se em conta que a política fiscal do Governo é anticíclica. Isso significa que, nos momentos de vaca gordas, quando se tem um crescimento maior e uma

arrecadação maior, gasta-se menos, como foi em 2008, por exemplo, quando acumulamos, criamos o Fundo Soberano, com uma reserva fiscal, que deixamos de gastar e colocamos no Fundo Soberano. Em 2012 precisamos desse Fundo Soberano e utilizamos uma parte dos seus recursos para fechar as contas de 2012, de modo a termos aquele resultado: o primário foi de 2,4.

Passe adiante.

Bom, a política fiscal tem resultado na redução da dívida pública brasileira. Podemos ver ali que, mesmo num ano não muito bom, como 2012, tivemos uma redução da dívida pública. Então, continuamos como um dos países com uma das menores dívidas públicas, o que é muito bom e nos dá uma solidez.

Passemos adiante.

O desempenho fiscal do ano passado pode ser ilustrado naquele quadro. A nossa meta fiscal para 2012 era um superávit primário de R\$139,8 bilhões, sendo que o Governo Federal deveria cumprir R\$97 bilhões, e os Estados e Municípios, R\$42,8 bilhões.

Na verdade, não dava para cumprir o primário cheio. Então, nós usamos uma prerrogativa a que somos autorizados pela LDO, pela lei orçamentária: deduzir R\$39... Reduzir o PAC e os gastos com o PAC. Portanto, estávamos autorizados a reduzir R\$39,3 bilhões, de modo que o resultado fiscal líquido seria de R\$105 bilhões – perdão, R\$100,5 bilhões.

Na verdade, fizemos um pouco mais do que isso, fizemos R\$105 bilhões, sendo que a parcela do Governo Federal foi de R\$85 bilhões, e, a esses R\$85 bilhões, foram acrescidos R\$12,4 bilhões, que nós transferimos do Fundo Soberano.

Então, incorporamos o Fundo Soberano no primário e, com isso, conseguimos fazer R\$85 do Governo Federal. Com isso, cobrimos a parcela dos Estados e Municípios, que fizeram a menor, algo como R\$23 bilhões a menor. Tinham que fazer R\$42,8 – é a última linha –, fizeram R\$19,9.

E, pela LDO, o Governo Federal tem que cobrir a posição dos Estados. Nós assim o fizemos e cumprimos o nosso Orçamento.

Passemos adiante.

Outro ponto importante da solidez dos fundamentos é manter a inflação sob controle, a inflação dentro das metas. Temos cumprido nos últimos anos, rigorosamente, os limites estabelecidos pelo nosso sistema de metas e inflação. Nos últimos anos, não houve nenhum ano em que isso tenha sido descumprido, que tenha sido ultrapassado, e assim continuaremos de modo a que a inflação não venha a atrapalhar o consumo da população, o crescimento do País, trazendo, digamos, alguma intranquilidade.

Então, passemos adiante.

Para que nós possamos ter um crescimento sustentável, ou seja, um crescimento que se dê por anos e anos e décadas a fio, que possa repetir-se e não precise ser interrompido, é preciso que continuemos com a desoneração e, mais do que isso, com a reforma dos principais tributos brasileiros.

Nós temos tributos que já estão arcaicos; já cumpriram o seu papel. Eram adequados para o passado, mas não são mais adequados para o presente. Então, nós temos como meta a reforma do ICMS e a reforma do PIS e Cofins, para continuarmos aumentando a competitividade da economia brasileira.

Passemos adiante.

A reforma do ICMS é muito importante, porque hoje ele é o tributo que mais atrapalha a produção, de acordo com a opinião do setor produtivo. Não sou eu que estou dizendo. Todo o setor produtivo, unanimemente, diz que o ICMS é um tributo complicado, que dificulta a produção e a comercialização, em primeiro lugar, porque dificulta a alocação ótima de recursos em território nacional. Então, as empresas tomam decisões de alocação não a partir do que é mais eficiente e mais produtivo, mas a partir das tributações estaduais que têm de pagar e dos créditos de que têm de se apropriar ao longo do caminho. Então, isso reduz a produtividade das empresas.

Além disso, é um tributo que tem grande heterogeneidade, porque são 27 regimes diferentes de tributação. Isso causa uma dificuldade, porque, hoje, as empresas brasileiras ou as estrangeiras que trabalham no Brasil têm um raio de ação nacional – não é local. Então, elas precisam relacionar-se com filiais, com, digamos, complementos que estão espalhados nos Estados, e isso cria uma dificuldade.

Nós temos acumulações de créditos que não são devolvidos às empresas. Portanto, acabam sendo colocados como prejuízo e não como, digamos, uma redução de custos. E, hoje, nós vivemos uma situação de grande incerteza jurídica por causa da guerra fiscal que está sendo questionada no Supremo. Ou seja, o Supremo tem acatado as ADIs contra subsídios que são concedidos pela guerra fiscal e que não são aprovados no Confaz.

Então, eu diria que a guerra fiscal, se teve uma utilidade durante certo período, agora, deixa de ter utilidade para os Estados que a pratica porque está levando a um grande conflito entre os Estados, e um conflito que vai para o Judiciário.

E as perspectivas não são boas. Deixar essa questão ser resolvida no Judiciário não me parece que seja uma boa coisa, porque o Judiciário tende a derrubar a guerra fiscal e invalidar tudo que foi feito

no passado, o que traria sérios prejuízos para todos os Estados que praticaram a guerra fiscal.

Então, existe hoje essa insegurança jurídica para as empresas que fizeram uso dos benefícios fiscais e mesmo para as empresas que querem fazer novos investimentos nos Estados. Elas não sabem qual será o regime fiscal que vão enfrentar.

Então, a pior coisa que existe é você ter insegurança jurídica, porque ela reduz o investimento. Hoje, eu sei de empresas que estão deixando de investir nos mais variados Estados justamente porque elas não têm certeza de como lidar com a guerra fiscal, de quais são os direitos que elas terão, quais são as obrigações e qual é o passivo que elas poderão vir a responder em função disso.

Portanto, eu diria que a guerra fiscal, a essa altura, não traz mais benefícios para os Estados, mesmo porque ela também se generalizou, e, quando todos praticam a guerra fiscal, ela acaba se anulando.

Então, é chegado o momento de substituir a guerra fiscal por um novo instrumento mais eficiente para viabilizar o crescimento dos Estados.

Passemos adiante.

Pode passar adiante.

Foi construída uma proposta, a partir de várias discussões com o Parlamento, com os setores produtivos, que já está consubstanciada aqui numa proposta. Já está com o Relator, o Senador Delcídio, e não sei se eu devo repeti-la, porque nós já realizamos várias audiências públicas aqui, e parece que já há um conhecimento pleno daquilo que está sendo proposto.

Vou passar rapidamente pelos principais itens. O objetivo é reduzir a alíquota interestadual, uma convergência de alíquotas de todos os Estados.

Pode passar adiante.

Uma convergência das alíquotas. Para aqueles que têm alíquotas de 12% e para aqueles que têm alíquotas de 7%, haveria uma convergência num tempo diferenciado – tempo mais rápido para os que têm 7% para 4%; e, para os que têm 12%, um tempo mais longo. Começamos com 8 anos, já estamos em 12 anos, para dar mais tempo para que os Estados possam acomodar-se.

De modo que aquele quadro resume, excetuando a Zona Franca de Manaus, Zona Franca não, o Estado do Amazonas, que seria o Estado que mais perderia com isso. Então, permaneceria com a alíquota de 12%, e também Mato Grosso de Sul, que permaneceria com o gás na origem e não no destino.

Passe adiante.

Nós teríamos a seguinte situação: nas transações do Sul e Centro-Sul com o próprio Sul e Centro-Sul, a alíquota de 12%, que é hoje praticada, cairia para

4% em três anos. No caso da Região Sul e Centro-Sul com o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mais Espírito Santo, a alíquota que hoje é de 7% cairia para 4% em três anos. As transações da Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste com o Sul e Sudeste, que hoje são 12%, cairiam para 4% em 12 anos. E as transações de Norte, Nordeste e Centro-Oeste com o próprio Norte, Nordeste e Centro-Oeste, entre eles mesmos, cairiam de 12% para 4% em três anos.

E, ali em cima, está o volume de transações feito em cada uma dessas relações diárias: Sul e Sudeste consigo mesmos, 48%, e assim por diante.

Então, é isso. A proposta pretende fazer essa tramitação e caminhar para essas alíquotas; ou seja, da origem para o destino. A tributação, fundamentalmente, se daria mais no destino.

Passemos adiante.

Para compensar as perdas que ocorrerão de imediato com alíquota praticada na de ICMS hoje e que sofreria essa redução, então, estamos propondo um Fundo de Compensação que teria o prazo... Na última vez que vim aqui, era de 16 anos, mas vocês já levaram para 20 anos, e, durante 20 anos, haveria essa compensação a ser paga aos Estados, de acordo com o cronograma que está no próximo eslaide.

Por favor.

Na verdade, não. Essas aqui seriam as perdas que os Estados teriam com essa mudança de alíquota. Ela não é imediata, ela se dá ao longo do tempo, é gradual. Então, no primeiro ano, teríamos uma perda estimada de R\$3,4 bilhões e estaríamos cobrindo isso, e assim por diante.

Desse modo, na verdade, aquela parte em preto, corredores de importação, essa perda já está sendo administrada pela Resolução nº 77, que virou Resolução nº 13, que era a da guerra dos portos. Na verdade, isso já está em dissipação. Para os três Estados atingidos por essa medida, foi dada uma grande compensação, para que eles pudessem substituir essa perda por investimentos, créditos, etc.. Os três Estados estão contemplados, e isso está ocorrendo. A Resolução é de nº 72, depois passou para nº 13. Não passou?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Mas o senhor falou 77.

O SR. GUIDO MANTEGA – Eu falei 77? Já aumentei. É que estou no espírito... Vocês estão aumentando tudo aqui, então, aumentei a resolução de 72 para 77. Mas é a Resolução nº 72 que passou para Resolução nº 13.

Bom, essa seria, no máximo, a eventual perda, sendo que uma parte dessa perda já está equacionada.

Passe adiante.

Depois, teremos um Fundo de Desenvolvimento Regional. Esse, a meu ver, é o instrumento mais importante, porque é ele que substitui o instrumento da guerra fiscal. Substitui guerra fiscal por um instrumento melhor, um instrumento mais objetivo, mais eficiente, que é um Fundo de Desenvolvimento Regional. Esse Fundo deverá suprir os recursos para os Estados mais atingidos por essa mudança, de modo que eles possam compensar um subsídio de uma forma por outras formas de incentivo e de estímulo, para que as empresas continuem trabalhando nesses Estados. Também esse Fundo fará uma transferência por 20 anos.

O Fundo será composto por recursos orçamentários e recursos financeiros, sendo que os recursos financeiros são com taxas TJLP, portanto uma taxa muito baixa, financiamentos de até 20 anos; portanto, de longo período de financiamento. Isso é dado para o ente estadual. É ele quem vai administrar isso; não é o Governo Federal. Seja o recurso do Orçamento da União, seja o financiamento, vai para a mão do Estado que vai administrar como achar mais conveniente: ou para fazer projetos de infraestrutura ou para refinaranciar, dar financiamentos subsidiados para as empresas que vão compensar o outro subsídio que eles estavam pagando.

Passemos adiante para olhar o Fundo de Desenvolvimento Regional.

O Fundo de Desenvolvimento será proporcional. Ele vai entrando em vigor no cronograma sintonizado à medida que a alíquota vai caindo, porque ela não cai de uma vez. Então, não é preciso ter todo o Fundo de uma vez. Caindo 1% a alíquota, então, a necessidade é pequena, em 2014. Em 2015, já aumenta, e assim por diante, até chegar em R\$16 bilhões por ano.

Naturalmente, são cumulativos, porque todos os recursos vão ficando lá. Esse fundo não é contingenciável. Portanto, ele vai acumulando, de modo que o seu total, até 2033, será da ordem de R\$296 bilhões. Então, aqui também eram 16 anos, se não me engano, e passou a ser 20 anos, de modo que esse fundo se tornou mais robusto, se tornou maior. É um fundo considerável, de R\$296 milhões, para viabilizar investimentos, subsídios e financiamentos nos Estados.

Passemos adiante.

O encaminhamento já está ocorrendo, a resolução do Senado Federal já está aqui sendo discutida com os Senadores. A medida provisória que cria os dois fundos já foi encaminhada ao Congresso, já está na Câmara para ser apreciada...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUIDO MANTEGA – O Senador Walter Piniheiro é o Relator aqui no Senado da medida provisória.

E faz parte desse grande acordo a convalidação de todos os subsídios da guerra fiscal que foram concedidos até hoje, porque isso vai pacificar o passado, que não está pacificado. Então, todos os projetos que não foram validados pelo Confaz e que, portanto, estão fora da lei e seriam derrubados no Supremo, todos eles serão convalidados e, com isso, haverá uma pacificação; será oferecida tranquilidade jurídica nesse caso. Isso tem de ser feito concomitantemente às demais medidas. Isso é bom para todos os Estados. Eu acredito que todos os Estados desejam que se faça essa convalidação. Daqui para frente, você poderá ter, sim, subsídios, incentivos, mas validados pelo Confaz – portanto, dentro da lei.

Passemos adiante.

Do ponto de vista da reforma do ICMS, era isso o que eu tinha a dizer. É uma reforma muito, muito importante. Ela representa 70% da reforma tributária que tem de ser feita no Brasil. Depois de feito isso, nós vamos abordar o PIS e o Cofins, que também reque-rem uma reforma, uma modernização, e, com isso, nós teremos os principais tributos do País estimulando o crescimento.

Eu queria deixar claro, principalmente para os Estados que temem que essa medida possa tirar-lhes investimentos, que essa medida será favorável a todo mundo, a todos os Estados, porque hoje as empresas e as atividades se alocam em todo o território nacional. Não há mais aquela história de que é só no sul, no centro-sul, etc. O Território nacional é alvo do interesse das empresas para as mais diversas atividades, e, portanto, essa modernização do ICMS vai abrir portas para mais investimentos e para mais arrecadação. Os Estados vão arrecadar mais, porque a melhor maneira de os Estados arrecadarem não é subindo alíquotas e ICMS, mas com um crescimento econômico maior. Com isso, nós estaremos criando as condições para maior investimento, para maior crescimento de todas as regiões do País.

A União não tem nenhum ganho específico com essa mudança do ICMS. Nós não vamos ganhar nada, nós não vamos nos apropriar de nada dessa alíquota; é apenas uma relação entre os Estados. Aliás, é o contrário: nós vamos entrar com os recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional e com a compensação para viabilizar algo que será melhor para todos, inclusive para a União. Então, vale a pena nós despendermos esses recursos que estão nos fundos, porque nós também teremos a recompensa disso sob a forma de um crescimento maior do País e, portanto, no final das contas, com uma maior arrecadação advinda dos tributos que permanecerem.

Acho que podemos encerrar por aqui. Não sei se já ultrapassei o meu tempo. Estou à disposição dos senhores para esclarecer todas as questões que foram aqui suscitadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Ministro.

Quero anunciar a presença do Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa; também a presença do nosso Deputado Henrique Fontana.

Queria começar falando sobre os nossos prazos. Eu tinha aqui falado e insistido que apresentássemos o relatório no próximo dia 26, para colocar em votação essa resolução no próximo dia 2. No entanto, depois das ponderações do nosso Relator, o equilibrado conciliador Senador Delcídio do Amaral, nós estamos hoje encerrando uma fase – a fase das audiências públicas. E o Senador Delcídio do Amaral pediu prazo para apresentar o relatório até o próximo dia 16. É importante que se diga que esse é o último prazo mesmo. Ele vai receber todos os secretários, já está conversando com governadores e quer escutar todas as posições.

Depois do dia 16, da leitura, eu vou usar o Regimento para tentar votar na mesma semana. Se não fizermos isso, vamos prejudicar a medida provisória, que tem o prazo de 6 de junho. E, na verdade, se votarmos nessa semana do dia 16 – vamos pedir vista e chamar sessão para a mesma semana –, ainda há emendas e volta à Comissão. Com esse prazo, daria para votarmos, no plenário do Senado, no começo de maio.

Eu vou insistir nesses prazos, porque eu estou convencido de que, se perdermos esses prazos, nós vamos entrar numa situação pior, porque tenho certeza de que o Supremo Tribunal Federal vai também nesse caso... Se nós não seguirmos esses prazos para deliberar sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal assim o fará. E será pior para todo mundo.

Então, eu queria, inclusive, franquear a palavra, antes das inscrições, para os dois Relatores – o Relator da Medida Provisória nº 599, e o Relator do projeto de resolução –, se quiserem falar agora.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral, Relator do projeto de resolução.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Primeiro, cumprimento mais uma vez o Ministro Guido Mantega, o Secretário Nelson Barbosa, os Senadores e as Senadoras, especialmente o Presidente e o Vice-Presidente aqui da Comissão de Assuntos Econômicos.

Este é um tema extremamente relevante. Eu acho que, talvez, entre as reformas econômicas – no meu ponto de vista –, é a reforma econômica mais importante do Governo da Presidenta Dilma, que se soma às medidas apresentadas, com muita competência,

pelo Ministro Guido Mantega no sentido de promover o desenvolvimento e o crescimento, a despeito de uma situação internacional difícil, como foi aí apresentada.

E eu solicitei ao Presidente, Senador Lindbergh Farias, um tempo a mais para que nós venhamos a, conversando com os governadores de Estado, com os secretários de Estado, também, e com o Governo Federal, buscar uma proposta que, se não for a melhor para os Estados, pelo menos seja uma proposta... Pela complexidade dessa reforma, evidentemente, nós vamos buscar uma solução que mitigue as dificuldades ou mitigue, através de instrumentos de compensação, as perdas que os Estados teriam, criando ao mesmo tempo o Fundo de Desenvolvimento Regional. E esse será efetivamente o grande instrumento para garantir um crescimento homogêneo e um crescimento de todas as regiões do País dentro dessa nova realidade.

Eu não tenho dúvida alguma – e faço coro aqui ao Ministro Guido Mantega – de que essa unificação vai promover uma mudança de paradigmas nos Estados brasileiros. Consequentemente, ela vem ao encontro do tão esperado e propalado crescimento, do aumento da arrecadação com aumento da produção.

Mas eu entendo que é bastante razoável e sensato nós agendarmos a apresentação do relatório para o dia 16 na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. E, ao longo dos próximos dias, uma vez encerradas as audiências públicas, nós agora vamos fazer o trabalho de mesa; quer dizer, conversar com os secretários, fazer reuniões. Passada a Semana Santa, vamos fazer reuniões com os secretários de Fazenda de cada região para, depois, na semana seguinte, burilar o texto final do relatório e apresentá-lo no dia 16, uma data que, inclusive, consideramos, alertados pelo Presidente, Senador Lindbergh Farias – devido a esse compromisso com a medida provisória, que se renova: mais 60 dias a partir do dia 4 de abril.

É importante registrar que esta relatoria, de qualquer maneira, está atrelada à relatoria do Senador Walter Pinheiro, que é o Relator das duas Casas. Pelas novas práticas, Senador Pimentel, Líder do Governo aqui presente, temos uma comissão mista de Deputados e Senadores, e temos, como Relator, o Senador Walter Pinheiro. Portanto, é claro, nós vamos ter que fazer um trabalho muito alinhado com o do Senador Walter Pinheiro, porque a resolução depende da medida provisória e vice-versa. São duas coisas que caminham concomitantemente, como disse o Ministro Guido Mantega.

E não poderia deixar de registrar também outra preocupação grande, que é a questão da dívida dos Estados, sobre a qual o Ministro Guido Mantega falou aqui. Ele fez uma apresentação sobre os avanços

produzidos, e – eu não tenho dúvida – o que o próprio Congresso vai também eventualmente propor. Esses temas naturalmente estão vindo à baila em função da grande reforma tributária que, efetivamente, vai ao seu ponto principal, pelas razões aqui apresentadas, que é o ICMS. Exige-se mais do que nunca a mudança de cenário, a viabilização de um novo cenário tributário no Brasil.

Portanto, eu vou trabalhar para apresentar o relatório no dia 16. Conto com o apoio dos Senadores e Senadoras, das unidades da Federação também, e com o Ministro Guido Mantega e o Secretário Nelson Barbosa, porque nós vamos necessitar de muita interação entre todos esses entes para que apresentemos um relatório bom para os Estados, mas, acima de tudo, bom para a Federação e para o futuro do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito bem, Senador Delcídio do Amaral.

Senador Walter Pinheiro, Relator da Medida Provisória nº 599 na Comissão Mista.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh, Senador Delcídio, Ministro Guido Mantega, meu companheiro Sergio Souza, também Vice-Presidente desta Comissão, Nelson Barbosa, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero falar muito rapidamente, na linha do que Delcídio do Amaral colocou. Esta é uma fase, Ministro, muito mais ainda de fechar a etapa da audição e de iniciar imediatamente as tratativas bilaterais, o nível pelo menos de encaminhamento, para que esse encaminhamento nos leve a fazer a ligação entre a resolução, que eu poderia chamar inclusive de diretriz, e, portanto, caminho, para chegarmos ao contexto da medida provisória, que poderia ganhar, ou poderá ganhar...

Até numa brincadeira que o Senador Dornelles estava fazendo hoje, o Lindbergh Farias não vai ser mais o Farias; vai ser o Lindbergh Fará.

Então, é para tentarmos encontrar a equação que nos permita, através da medida provisória, transformá-la num conjunto de confiança. Essa é uma das questões que todos os Estados vêm buscando aqui, pelo menos no debate, de certezas jurídicas, portanto, ter a condição efetiva da viabilidade e do cumprimento disso, e das garantias e seguranças inclusive do ponto de vista orçamentário, até porque essa é uma das grandes preocupações que já levantamos aqui a partir de intervenções de secretários, de governadores.

Ontem, fizemos mais uma rodada lá na Comissão Mista. Na próxima semana, teremos outra; no dia 3 de abril, a última rodada na Comissão, Senador Lindbergh, também nesse cenário de audição. E aí a ideia é que consigamos construir, exatamente com essas duas peças, o caminho que se ajuste a esse modelo.

De uma coisa, Ministro Mantega, nós já estamos extraíndo... E até é uma provocação que fiz ontem aos secretários, daqueles que defendem o projeto como está, daqueles que defendem modificações no projeto e daqueles que defendem, inclusive, a não votação do projeto. Nas três posições, meu caro Nelson Barbosa, uma coisa que ficou muito clara na minha cabeça é que ninguém concorda com a situação do jeito que está.

Então, se chegamos à identificação, Senador Lindbergh, de que o modelo tem distorções – pode ter havido benefícios; aliás, tivemos benefícios e tivemos malefícios –, mas todo mundo concorda que é necessário encontrar o ponto de equilíbrio para essa guerra. Não sei se é acabar, como muita gente pretende, ou se continuar, como outros pretendem.

Então, na realidade, se a ideia é esse conceito da guerra, todo mundo identificou que as armas utilizadas estão ultrapassadas, e é necessário construir aqui um caminho, se possível, da paz; senão, ainda nessa guerra econômica, mas que usemos novas armas que, primeiro, possam transferir para os Estados uma capacidade de decisão; segundo, que essas novas armas possam transferir, para cada Estado, as condições para que eles continuem no caminho do estímulo ao desenvolvimento regional, desenvolvimento local, criando esse novo ambiente.

Então, acho que esse é o espírito central, Senador Lindbergh. Acredito que, quando V. Ex^a busca essa coisa da definição, não é por agonia nem por antecipação, mas é exatamente para tentar construir esse caminho de como vamos juntar aqui as ideias e tentar produzir uma solução que contemple as 27 unidades. Sei que isso não é fácil, mas não é à toa que a habilidade de Delcídio do Amaral, como o disse V. Ex^a, será fundamental para encontrarmos esse caminho e essa solução.

Então, acredito ser importante que, na medida desse espaço aí, Senador Lindbergh, depois dessa última audiência, a gente também abra um pouquinho aqui para dentro da Comissão esse debate interno para a gente ouvir, principalmente na resolução, as diversas ponderações que aqui vão expressar-se, com representações muito claras e evidentes das posições de cada Estado, até porque há, do ponto de vista regional, divergências dentro das próprias regiões. Ainda que se construa uma unidade ao máximo em cada região, nós vamos encontrar disparidades entre desejos e posições apresentados por cada Estado.

A Região Norte aqui, por exemplo, quando olho para o Senador Romero Jucá... E conversava agora de manhã cedo, Jucá, com Angela Portela, que me dizia de sua preocupação. Faz-se, por exemplo, uma discussão da Região Norte, meu caro Capiberibe,

muito apontada para, na realidade, dois grandes Estados da Região Norte e que têm traços diferenciados. O Amazonas, até por sua natureza, já tem um ponto de diferenciação, enquanto os ex-Territórios, hoje Estados, têm uma posição completamente diferenciada.

Então, é importante buscarmos fazer esse debate, esse alinhamento, essas conversas bilaterais, inclusive com o ator principal nesse debate, o Governo.

No nosso caso, por exemplo, a consagração do fundo, a definição desse tempo. Como é que vamos fazer isso funcionar se, de repente, há um efeito sanfona? O que é possível até antecipa, meu caro Ministro Guido Mantega, nesse final dos 20 anos? Como se pode trabalhar isso? A regra dos percentuais – se são orçamentários ou financiamentos. Como é que se pode ir burilando essas coisas e construindo uma solução capaz de viabilizar, tranquilizar e, ao mesmo tempo, “garantizar”, como diz meu amigo Delcídio, as condições para que os Estados possam continuar fazendo os investimentos locais.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senador Walter Pinheiro, gostaria de um aparte, já que V. Ex^a tratou especificamente de um caso. Na verdade, tenho três pontos rápidos para colocar. Eu vou colocar mais no debate interno, mas, como se tratou da questão do Norte, um dos pontos, Ministro, Secretário-Executivo Nelson Barbosa, que foi levantado pelos outros Secretários da Fazenda, é que, Manaus tendo 12%, os outros Estados, que recebem produtos do Amazonas – inclusive nas áreas de livre comércio cada Estado da Amazônia Ocidental tem uma área de livre comércio –, essas áreas de livre comércio ficariam com apenas 5% do ICMS, já que Manaus ficaria com 12%. Então, na verdade, dentro da Amazônia, para a área de livre comércio, a alíquota de Manaus não deveria ser de 12%, mas de 4%, para que efetivamente se faça justiça a essas outras regiões da Amazônia Ocidental. Esse é um dos pontos que vamos levantar.

Rapidamente, Ministro, para dizer que lutamos muito, nós acabamos com a guerra dos portos. Eu apresentei a resolução, enfrentamos essa questão, viabilizamos politicamente em detrimento da posição aguerrida de São Paulo, do Espírito Santo, de Santa Catarina e de Goiás também. No caso dessa resolução, o processo é muito mais amplo, a construção política vai ser muito mais sofisticada. Vejo aqui dois problemas que na verdade precisam ser equacionados e que não estão na proposta.

O primeiro deles, além da convalidação dos projetos que estão implantados nos Estados, nós temos esses projetos com horizonte temporal de crédito ainda fornecido para o futuro – eu já tinha antecipado essa conversa com o Secretário Nelson Barbosa. Na

verdade, isso tem de ser levado em conta. Nós teremos de ter uma equação que não acabe com esses incentivos já consolidados, implantados, que estão na conta econômica desse projeto, sob pena de desindustrializarmos, de retirarmos projetos dos Estados que estão em desenvolvimento. Nós não queremos nem parar os projetos nem desempregar nos Estados em desenvolvimento, muito menos dar aos governadores um discurso que efetivamente faça com que eles, politicamente, não tenham condição de fechar com essa proposta. Na verdade, cada governador vai defender os projetos que estão implantados nos seus Estados. Então, nós vamos ter que ter uma transição nos incentivos dados, que estão em funcionamento, para que tenhamos a condição efetiva de não barrar os investimentos que estão em andamento.

Outra questão que gostaria de colocar é a análise, o estudo, de uma alíquota, em tese diferenciada, no final, de 4% para Sul e Sudeste e de 7% para os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, desde que houvesse uma lei complementar que proibisse o incentivo fiscal e, efetivamente, a transferência, através de fundos, para as empresas de volta, como faz hoje o Fundap, no Espírito Santo. Por que isso? Porque isso seria redistribuição de renda. Na verdade, teríamos uma arrecadação de 7% nos outros Estados sem ser parte de incentivo. Isso seria uma forma de equilibrar o bolo, seria uma forma de fazer uma transferência, como eu disse, de renda, um equilíbrio regional.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, outros companheiros estão querendo apartear o Senador Walter.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, eu sugiro que V. Ex^a siga a lista das inscrições.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Queria só fazer esse registro. Esse debate ficará para depois. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O Senador Romero Jucá usou uma tática de movimento estudantil, usa um aparte e faz a sua intervenção lá na frente.

Senhores, vamos seguir a lista. Nós temos prioridade sempre para os autores dos requerimentos. Foram autores dos requerimentos o Senador Humberto Costa, Senador Alvaro Dias, Senador Eduardo Suplicy e o Senador Clésio Andrade. Os três estão inscritos. Os Senadores Humberto Costa, Alvaro Dias e, depois, Eduardo Suplicy. Aí entraríamos na lista. A minha ideia é fazer um bloco de cinco Senadores. Em quarto o Senador Luiz Henrique e em quinto o Senador Francisco Dornelles.

Com a palavra, o Senador Humberto Costa, primeiro inscrito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Ministro Guido Mantega, Secretário-Executivo Nelson Barbosa, Senador Sérgio Souza, Senador Delcídio do Amaral, todos os Senadores e Senadoras aqui presentes, inicialmente, queria aqui registrar a forma competente, correta, adequada, com que o Governo e V. Ex^a, na condição de condutor da política econômica, têm enfrentado e enfrentaram, especialmente ao longo desse ano de 2012, as consequências dessa grave crise internacional que se abateram sobre o Brasil.

No ano passado, nós vivemos o ano das predições catastróficas. Ao ver da oposição, nós teríamos inflação fora de controle, País sob um apagão energético, recessão. Enfim, diante de todas as dificuldades, nós chegamos ao final de 2012, é bem verdade, com um crescimento aquém do que desejávamos e esperávamos, mas o País, com a sua população em condição de pleno emprego, sem queda da sua renda. Enfim, eu acho que é importante afirmar isso, o que nos dá também a possibilidade de confiar nas predições, nas avaliações que o Governo faz sobre o ambiente de 2013, porque todas as razões nós temos para pensar que será melhor.

Dentro dessa linha, fugindo um pouco do tema, mas não da apresentação que V. Ex^a fez, eu gostaria de saber, diante desses primeiros movimentos positivos do ano na economia, se V. Ex^a se arriscaria a fazer uma previsão do crescimento do PIB neste ano de 2013.

A segunda questão que eu queria abordar, já dentro do debate propriamente dito, é que nós tivemos a oportunidade aqui de acompanhar governadores que aqui compareceram, os Senadores de cada Estado que se manifestaram, secretários de fazenda, e há um consenso de que realmente é necessário haver toda uma mudança nessa legislação do ICMS.

Há muita divergência ainda sobre como essas alíquotas devem se comportar, ter um processo de unificação, ou um caminho para a unificação, e há também o entendimento de que a instituição desses dois fundos trata-se de uma medida correta, adequada, mas também são manifestadas aqui preocupações. Primeiro, em relação ao Fundo de Compensação, no sentido de que esse fundo não compensa, de fato, as verdadeiras perdas, e nós ficaremos aí com prejuízos importantes para alguns Estados que vão ter naturalmente perda de receita.

O outro diz respeito ao Fundo de Desenvolvimento Regional, que eu acho que é, sem dúvida, uma proposta correta, adequada, tem tudo para ser mais um instrumento de política de desenvolvimento regional

e compensar o fato de que, a partir de então, nós não teríamos mais a possibilidade de ficar fazendo política de desenvolvimento a partir de renúncia fiscal de ICMS, e por aí vai. Mas aqui também houve colocações, com as quais inclusive eu concordo, e me parece que deveriam ser objeto da análise do Relator e também do entendimento com o Governo Federal, porque, afinal de contas, mexe direta e indiretamente com recursos do Governo Federal.

Há um sentimento de que compor esse fundo com uma maioria de recursos financeiros não seria a situação ideal. Afinal de contas, para empréstimos a empresas, para investimentos, e até a Estados e Municípios, existem fontes as mais variadas. Às vezes, quando o investimento é extremamente grande, se faz um *mix*, o BNDES, o banco regional, e se chega a uma solução.

No entanto, muitas vezes, o que pode viabilizar um investimento é uma obra de infraestrutura, é a oferta de determinadas ações que servem como atrativo. Por que razão então... Ou então, para que o Estado pudesse aplicar em qualquer outra coisa, na medida em que ele perde receita, vai perder receita não somente por conta do aspecto da atração, mas também da redução das alíquotas, a liberdade de poder aplicar. Porque esse fundo, ou não é predominantemente de recursos orçamentários, ou, na pior das hipóteses, haveria um *mix* mais equilibrado, pelo menos 50% de recursos para financiamento e 50% de recursos do Orçamento da União.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito bem, Senador Humberto Costa.

Passo, imediatamente, a palavra para o Senador Alvaro Dias, também autor de requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, primeiro, um registro. Não é esse o momento adequado para debate dessa natureza, mas creio que vale o registro: o desequilíbrio da representação popular é perverso para com o País e para com a democracia.

A existência do contraditório é essencial até a favor do Governo e nós verificamos, nessa expressão bem popular, que está tudo dominado. É só olhar para esta Comissão e verificar como está reduzida numericamente, limitada numericamente a oposição, em prejuízo, portanto, do contraditório.

É evidente que é consequência de um modelo que foi adotado, de cooptação, que se constituiu em uma verdadeira fábrica de escândalos no País, mas é uma discussão para outro cenário, para outro palco.

Eu faço essa introdução apenas para pedir ao Ministro a compreensão, já que pretendo questioná-

-lo com absoluta sinceridade e não há nenhum ato de desrespeito nesse questionamento.

Tivemos a oportunidade, há algum tempo, de debater sobre as previsões de V. Ex^a. Afirmar que as previsões de V. Ex^a frustravam sempre e V. Ex^a contestou.

Pois bem, os números do PIB dos dois últimos anos mostram que a bola de cristal de V. Ex^a continua quebrada ou, na melhor das hipóteses, ela continua (*Risos.*) mascarada. V. Ex^a não tem sido bem sucedido como pitonisa. Veja 2011: V. Ex^a previa 5,5% de crescimento; alcançamos 2,73%. Em 2012, de 4,5% a 5% – 0,87%.

As previsões equivocadas ensejam decisões equivocadas. As previsões equivocadas acabam sendo desonestas porque comprometem decisões do setor privado.

Nós não sabemos o que é pior: se é pior a incompetência ou a mentira deliberada.

Nesse caso, nós não estamos concluindo que se trata de incompetência ou que se trata de mentira deliberada. Estamos preocupados com a consequência.

Ainda hoje, V. Ex^a afirma o lançamento de 470 bilhões de investimentos. Eu já vi o lançamento do espetáculo do crescimento. Pois bem, no ano do espetáculo do crescimento, o Brasil cresceu apenas mais do que o Haiti em todo o mundo.

O que eu quero dizer com isso é que esses 470 bilhões de investimentos são, mais uma vez, em razão dos precedentes, em razão dos antecedentes, são mais uma tentativa de vender ilusões e gerar falsa expectativa. E repito: isso não é honesto. Um governo tem de ser, em primeiro lugar, honesto com a Nação.

Eu não creio que essas previsões equivocadas, otimistas em excesso, contribuam para que o País tenha credibilidade internacional.

Eu não estou defendendo que o Ministro faça previsões pessimistas, mas não imagino, também, o Ministro cumprindo o seu dever de respeito à sociedade ao fazer previsões sempre equivocadas, sempre otimistas em excesso. E o Governo promovendo anúncios espetaculosos, lançamentos fantásticos, que frustram na sequência, que não se concretizam.

E nós temos que falar da mágica contábil, da alquimia estatística, do ilusionismo estatístico, da contabilidade criativa, do *kit* maquiagem, dos truques utilizados, segundo especialistas, para escamotear a realidade das finanças públicas brasileiras, especialmente ao final do ano.

Foram cinco os truques, segundo os especialistas. Truques contábeis que permitiram que o Governo atingisse metas e resultados primários. Os truques foram os seguintes:

1) Antecipação de pagamento de dividendos;

2) Venda de receitas futuras de estatais para o BNDES, fazendo com que o Tesouro receba uma receita futura;

3) Triangulação entre Tesouro, BNDES e Petrobras – quando da operação de capitalização da estatal que fez gerar uma receita primária de 32 bilhões;

4) Desconto de despesas do PAC da meta de superávit primário;

5) Postergação de despesas que geraram pelo menos 40 bilhões em restos a pagar para 2013.

A expressão truque é utilizada porque se trata de receitas, ou de redução de despesas, que em verdade não haveria necessidade de serem contabilizadas, caso o Governo optasse por uma operação mais transparente.

O senhor não acredita que tantas manipulações prejudiquem a transparência das contas públicas?

Tomemos o caso da antecipação de dividendos por parte do BNDES e da Caixa. Aliás, é bom dizer que hoje as notas de crédito do BNDES e da Caixa foram rebaixadas pela Moody's. O caso do BNDES. O banco teria recolhido 50 bilhões de dividendos, entre 2008 e 2012, mesmo período em que recebeu 300 bilhões emprestados do Tesouro.

Não teria sido mais transparente o BNDES reter os 50 bilhões, reduzindo a necessidade de crédito junto ao Tesouro e, consequentemente, reduzindo a necessidade de emissão da dívida pública?

Essas são algumas questões que dizem respeito àquilo que se denominou chamar de contabilidade criativa.

Sr. Ministro, V. Ex^a fala, com certo entusiasmo, do desempenho do Governo em matéria de dívida pública. E nós estamos preocupados com o crescimento exorbitante da dívida pública no País e, sobretudo, com o festival de empréstimos que estamos aprovando semanalmente no Congresso Nacional, com autorização do Governo e, em alguns casos, até em caráter de excepcionalidade, como tem ocorrido, para dar um exemplo, com o Estado do nosso Presidente Senador Lindbergh Farias, que de 2008 até esta data de empréstimos externos obteve mais de US\$3 bilhões, boa parte já na condição de excepcionalidade, com o aval da União.

V. Ex^a fala da solidez da nossa situação fiscal e, pelo conceito do FMI de dívida bruta que inclui títulos públicos na carteira do Banco Central, o Brasil tem um elevado endividamento. Dívida pública bruta de 65% do PIB, em 2011.

Pela metodologia do FMI, a nossa dívida bruta, em 2011, era maior do que a do México, da Argentina, da Colômbia, do Equador, do Peru e do Chile, semelhante à dívida bruta dos Estados Unidos e da Espanha, antes de 2008 e 2009.

A pergunta é: quando conseguiremos chegar a uma dívida bruta de menos de 45% do PIB, como o México, como a Colômbia, como o Peru e como o Chile?

Portanto, uma visão um pouco diferente daquela de V. Ex^a em relação à dívida pública do País.

O Governo tem prometido uma forte desoneração do setor produtivo para este e para os próximos anos. Pergunto ao senhor: qual o espaço fiscal que temos para essa redução expressiva da carga tributária?

Os dados fiscais mostram que a despesa primária do Governo Federal continua crescendo como o percentual do PIB e, no ano passado, a despesa primária do Governo Federal cresceu 0,75% do PIB, passando de 17,5%, em 2011, para 18,2%, em 2012.

O senhor acredita que a despesa primária do Governo Federal será reduzida? Se não, de onde vem o espaço fiscal para a redução da carga tributária? Nós verificamos que não há reformas essenciais. Em matéria de estrutura que eleva gastos correntes, o que vemos é reforma às avessas, o Governo sempre criando. Criando estruturas paralelas, com superposição de ações, aumentando as despesas correntes, principalmente em nome do aparelhamento do Estado, tendo em vista a cooptação de forças políticas, tendo à frente o projeto de poder, e não o projeto de Nação. Ou seja, as despesas correntes crescem extraordinariamente e o Governo faz esse esforço de desoneração exatamente para recuperar a capacidade de investir do Estado brasileiro.

Uma indagação que diz respeito à saúde do País, porque esta é uma preocupação recorrente. De acordo com o relatório das contas fiscais do TCU do ano passado, em 2011, o Governo deveria ter gasto na função saúde 72,3 bilhões para cumprir o limite constitucional. Deixou de gastar 8,1 bilhões. O gasto foi empenhado, mas não foi liquidado. Aliás, isso também é recorrente no Governo.

Nós fazemos essa indagação porque há um caos na saúde pública do País. Há um caos. Todos os dias, nós procuramos retratar o drama que vivem os brasileiros em matéria de saúde. E o Governo não cumpre sequer o seu dever constitucional em relação aos recursos que devem ser destinados à saúde pública no País.

Eu vou fazer mais uma indagação, que diz respeito à inflação, Sr. Ministro. Até quando o Governo está disposto a tolerar uma inflação bem acima da meta oficial de 4,5%? Apesar de que o discurso às vezes não é esse. O Governo vem adotando medidas como a redução nas contas de energia e, mais recentemente, a desoneração da cesta básica. Outras desonerações até poderão frear a alta dos índices nos próximos meses, mas sempre de forma temporária e sem mudar as condições propícias à inflação. Alguns preços poderão

cair, mas a tendência geral, sem outras ações, será mantida. O que se pensa no Governo, verdadeiramente, em termos de política anti-inflacionária consistente? O Banco Central reconhece que a inflação piorou e que preocupa? A leitura da última Ata do Copom mostra que essa deterioração se apresenta como mais do que um simples desconforto e aparentemente exige mais ação do Governo Federal.

Para concluir, Sr. Presidente, agradecendo a condescendência de V. Ex^a e até em respeito à limitação numérica da oposição, nós estamos preocupados exatamente em ver o Governo sempre vendendo ilusões. Entendemos serem necessárias mais verdades e menos fantasias. Nós temos que acreditar nas medidas do Governo. E quando digo “nós temos que acreditar nas medidas do Governo” eu não me refiro à oposição, eu me refiro à sociedade brasileira. É preciso recuperar a crença de que as ações do Governo, ou o discurso do Governo é verdadeiro; que o anúncio do Governo pode ser espetaculoso, mas ele guarda alguma relação com a realidade, o que não vem ocorrendo nos últimos tempos no Brasil. Especialmente nesses 10 anos, o que estamos assistindo é uma distância enorme entre a prática e o discurso. O que há de recursos consignados no Orçamento, a consequência é uma execução pífia do Orçamento. Quando se anuncia 470 bilhões em investimentos, ao final, vai se verificar que esses investimentos não ocorreram de verdade. Essa é a nossa principal preocupação, pois um governo sem credibilidade acaba perdendo apoio internacional.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

E agora, com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias, Sr. Relator, Senador Delcídio do Amaral, prezado Secretário-Executivo, Nelson Barbosa, e querido Ministro da Fazenda, Guido Mantega, primeiro quero ressaltar os aspectos positivos da sua exposição relativa à vontade de melhorar muito as coisas, mas com diversos indicadores positivos da economia brasileira, como a diminuição do setor público, da dívida do setor público, as taxas de desemprego das mais baixas já registradas na economia brasileira e os indicadores diversos, que V. Ex^a mostrou, de como a economia começa a crescer. Sobre tudo neste primeiro semestre, os indicadores são bastante positivos.

Mas é importante que possamos ainda avançar mais. E, sobretudo, agradeço se puder nos dizer: tendo em conta que outros países, como a própria República Popular da China, a Índia e outros em desenvolvimento, têm conseguido taxas de crescimento e sobretudo

de investimentos bem mais altas, que fatores, na sua avaliação de comparação com esses países que conseguem taxas de investimento mais altas, que lições teremos ou temos, para que consigamos também aumentar significativamente as nossas taxas de crescimento para o propósito maior, que, sei, é o de V. Ex^a?

Com respeito às reformas do ICMS e a outras que serão, de alguma maneira, compensadas tanto pelo Fundo de Compensação como pelo Fundo de Desenvolvimento Regional, gostaria de perguntar, para que deixe claro, quais são as diferenças que existem do Fundo de Compensação e do Fundo de Desenvolvimento Regional.

Suponhamos que determinada unidade da Federação – pode ser o meu Estado de São Paulo ou outra –, em decorrência dessa evolução da diminuição da alíquota de 4% ao longo destes próximos 15 ou 20 anos, venha a ter uma diminuição da sua receita: como se combina o Fundo de Compensação e o Fundo de Desenvolvimento Regional, para, de alguma forma, fazer-se a compensação?

V. Ex^a mencionou que esses fundos serão formados, sobretudo, com recursos primários do próprio Orçamento Geral da União. No caso do Fundo de Desenvolvimento Regional, gostaria de saber melhor. No Fundo de Compensação, como serão os recursos? Mas como os recursos do Orçamento Geral da União virão para esses Fundos? Qual é a regra segundo a qual as autoridades financeiras irão buscar esses recursos? Será de acordo com as necessidades acumuladas pelas unidades da Federação que precisarão ser compensadas, e então se saberá qual é a quantia, para daí se retirar do Orçamento Geral da União?

Se, porventura, ao se fazer isso, o Orçamento Geral da União ficar eventualmente minguado para a realização das suas responsabilidades nas áreas da educação, da saúde, e assim por diante, como isso vai se dar?

Em especial, acho que hoje, aqui, há a possibilidade de V. Ex^a realizar um grande esforço de persuasão, com respeito aos Senadores das 27 unidades, para convencer-nos de que haverá o suficiente equilíbrio para todas as unidades da Federação em decorrência das medidas que estão sendo propostas, tanto relativas ao ICMS quanto ao Fundo de Participação dos Estados e demais, para que possamos todos nós chegarmos a um consenso. Às vezes há aqui diferenças muito grandes entre Senadores que se sentem na responsabilidade de defender as suas respectivas unidades. Mas eu acho que é justamente, hoje, com o esforço conclusivo do Ministro da Fazenda para nos persuadir aqui de que vai haver uma unidade muito importante para todo o Brasil, se nós votarmos favora-

velmente à medida, ao conjunto de medidas que está o Ministério da Fazenda nos apresentando.

Finalmente, não está, aqui na sua exposição, enfatizado, a não ser no que diz respeito à desoneração da folha de pagamentos com respeito a alguns tributos que já não pesam mais sobre a folha de pagamentos – e isso avalio que seja positivo –, mas eu chamo a atenção para um aspecto importante, sobre o qual já falei em algumas ocasiões, que é a forma com que os países industrializados, desenvolvidos se utilizam das transferências de renda para tornarem as suas economias mais competitivas. Eu só quero alertar que isso é algo que deve ser também considerado pelas autoridades econômicas. Eu me refiro, por exemplo, ao fato de, nos Estados Unidos da América, no Reino Unido, haver instrumentos semelhantes aos que existem em outros países desenvolvidos, como o do crédito fiscal por remuneração recebida ou o crédito fiscal familiar, o assim chamado *Earned Income Tax Credit and Family Credit*. Nos Estados Unidos, por exemplo – eu tenho os dados de 2011 –, foram pagos para mais de 26 milhões de famílias US\$56 bilhões, uma quantia muito considerável e que constitui um acréscimo de remuneração aos trabalhadores que, em sendo remunerados, não conseguem obter o suficiente para saírem da condição de pobreza. Então, eles têm o crédito adicional. Eu avalio que isso é algo que precisaria ser levado em consideração também por nós que temos programas de transferência de renda, mas, conforme V. Ex^a conhece bem, eu tenho advogado isso, porque tenho a convicção de que o dia em que o Brasil instituir uma renda básica incondicional para todos, nós estaremos tendo uma vantagem comparativa ainda melhor do que os países que utilizam esses instrumentos, tais com o *Earned Income Tax Credit* ou o *Family Credit*.

Muito obrigado, Presidente Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra, agora, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias; Sr. Ministro da Fazenda, Prof. Guido Mantega; Sr. Ministro-Adjunto – deveria ser a designação correta –, Secretário Nelson Barbosa; nobre Relator e ex-Presidente desta Comissão, Senador Delcídio do Amaral; Sr^{as} e Srs. Senadores, com o objetivo de acelerar o crescimento do País e melhorar o relacionamento com as unidades da Federação, o Governo Federal está patrocinando, no âmbito do Ministério que V. Ex^a dirige, a Resolução nº 1, deste ano, que reduz as alíquotas do ICMS, em 12 anos, a 4%; a Medida Provisória nº 599, de 2012; o Projeto de Lei Complementar que propicia a unanimidade do Confaz para validar os benefícios fiscais

concedidos pelos Estados e reduz a taxa de juros da dívida consolidada para IPCA mais 4%, limitando a Selic. Junto com esses instrumentos, que criam, inclusive, através da Medida Provisória, o Fundo de Compensação e o Fundo de Desenvolvimento Regional, já foi aprovado nesta Casa – e eu tenho a honra de ter sido o subscritor do primeiro projeto – a consolidação de uma norma que distribui os ganhos do comércio eletrônico entre os Estados.

Eu acrescentaria a esses instrumentos, que visam a acelerar o crescimento econômico do País, uma proposta sobre a qual já falei a V. Ex^a, no sentido de dar aos Estados instrumentos imediatos de investimentos. Estou sugerindo que 20% da parcela mensal da dívida consolidada a ser paga à União sejam retidos pelos Estados para aplicarem num programa aprovado pelo Governo Federal. Por que aprovado pelo Governo Federal? Porque esses 20% pertencem ao Governo Federal, a título de pagamento da dívida. Por que aprovado pelo Governo Federal? Para que os programas a serem executados pelos Estados guardem harmonia com os Programas de Aceleração do Crescimento, que estão em curso pelo Governo Federal.

Qual seria a vantagem dessa sistemática proposta pelo Projeto, de minha autoria, que tomou o nº 335, de 2011? As vantagens seriam muitas, porque se ampliaria a velocidade dos investimentos; se propiciaria um crescimento maior do PIB; se beneficiaria, igualmente, todos os Estados, sem infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque não se trata de um abatimento no valor da dívida. Trata-se de transformação do pagamento em dinheiro para o pagamento em investimentos. E o que nós estamos propondo? Nós estamos propondo que esses investimentos sejam feitos à escolha dos Estados, em consonância com a União, em educação, saúde, segurança e, principalmente, na construção e ampliação de penitenciárias, para combater essa verdadeira Aids social do Brasil, que é a superpopulação carcerária, que transforma o réu primário em PHD do crime.

Infraestrutura e inovação. Cada Estado faria a sua proposta, e o Governo Federal harmonizaria essa proposta com os investimentos que já vinham sendo feitos no Programa de Aceleração do Crescimento e nos demais programas, para que nós tivéssemos um grande projeto de investimentos no nosso País.

Essa proposta, Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Senadores, eu tenho a convicção de que não propiciando passeio de dinheiro, não propiciando os entraves da burocracia, vai efetivamente contribuir, primeiro, para a harmonização do impasse que há com os governadores hoje; segundo, para uma nova realidade de crescimento do PIB do nosso País.

Eu gostaria de ouvir o Ministro a respeito dessa proposta. Se ela for acatada, se ela avançar, o Governo Federal poderia aprimorá-la, transformá-la em medida provisória, para que o País não perca mais tempo na burocracia e possa efetivamente ter um programa de investimento rápido e eficaz, transformando o Brasil num canteiro de obras.

Essa é a proposta que eu gostaria de fazer, e com a qual V. Ex^a, Sr. Presidente, já tem demonstrado grande simpatia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Senhores, fui procurado por alguns Senadores aqui, e há mais cinco inscritos. Se for o caso, poderíamos fazer isso de uma de uma vez para tentarmos encerrar até 13 horas.

Então, o próximo inscrito é o Senador Armando Monteiro.

Eu vou ler a lista só para explicar, Senadora Lúcia Vânia, porque às vezes as pessoas chegam antes, mas há um critério aqui sobre o dia em que há depoimento de autoridades, um critério dos partidos.

Então, estão aqui o Senador Armando Monteiro, o Senador Wilder, o Senador Cristovam, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Pimentel e o Senador Pedro Taques.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro encerradas, depois do Senador Pedro Taques, as inscrições.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu só queria passar ao Ministro Mantega aquilo que já enviei a todos os Srs. Senadores, que é a compatibilização das emendas apresentadas ao texto original da Medida Provisória nº 599, correlacionando as emendas com o texto da medida provisória, para que S. Ex^a e a sua equipe possam apreciar as emendas apresentadas aqui no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Ótimo!

Com a palavra, o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu queria cumprimentar o Ministro Mantega e endereçar-lhe algumas questões, mas muito rapidamente.

É sobre a reforma do ICMS. Eu queria transmitir ao Ministro a minha percepção de que nós vamos ter muita dificuldade para fazer a convergência para a alíquota uniforme. Pela posição que os governadores apresentaram, especialmente os das Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, ficou clara a posição de que

essas regiões não aceitam a uniformização da alíquota ao final do período de transição.

E eu quero dizer a V. Ex^a que eu, particularmente, considero isso ruim. Eu desejo e desejaria que nós tivéssemos, sim, ao final do período de transição, uma alíquota uniforme, porque tenho a convicção de que a manutenção desse diferencial de alíquotas é e será sempre um incentivo para essas distorções que se acumularam nesse ambiente do ICMS. Quer dizer, o Brasil só vai promover uma melhoria no ambiente tributário, se promover uma reforma no ICMS que nos conduza à uniformização das alíquotas interestaduais, até que tenhamos, ao final, um processo em que possamos tributar no consumo, quer dizer, no destino, que é o modelo ideal.

Portanto, eu queria transmitir ao Ministro a minha preocupação com essa questão e queria sugerir ao Ministro, tomar a liberdade de sugerir que o Governo possa oferecer a essas regiões algo que esteja além do escopo da proposta do Fundo de Desenvolvimento Regional. Embora reconhecendo que o Governo faz um esforço com a criação desse Fundo de Desenvolvimento Regional, eu creio que ainda seria necessário oferecer a essas regiões, Ministro – e aí me permita –, algum tipo de incentivo fiscal para os investimentos. Não incentivos como esses que foram dados no ICMS e que produzem distorções flagrantes, como por exemplo, essa coisa de você distorcer preços. Mas incentivos fiscais ao investimento. Eu lembro que nós já tivemos, lá no modelo da Sudene, dos anos 60 e 70, mecanismos de incentivo ao investimento. E muito recentemente, nós nos utilizamos daquele mecanismo da depreciação acelerada, que pode e deve ser oferecida às regiões menos desenvolvidas para compensar a questão das externalidades, de problemas de infraestrutura, etc.

Então, eu acho que nesse esforço que temos que promover para produzir um entendimento que nos conduza à uniformização das alíquotas do ICMS, que é o que nós desejamos, ainda se deve buscar, através desse mecanismo compensatório, o oferecimento de incentivos fiscais ao investimento.

Eu deixaria essa sugestão para V. Ex^a.

E ainda sobre a reforma do ICMS, duas questões que eu considero relevantes: vamos fazer um esforço para que, numa negociação com os Estados, nós já possamos oferecer uma desoneração plena dos investimentos, ou seja, de bens de capital.

Eu sei que, sob a liderança de V. Ex^a, o Brasil avançou muito na desoneração dos investimentos, sobretudo em relação aos tributos federais. Mas temos ainda o ICMS, que é devolvido num prazo longo, 48 meses! Temos que aproveitar essa oportunidade da criação do Fundo, do mecanismo de compensação,

para promovermos, definitivamente, uma desoneração plena dos bens de capital e dos investimentos. Eu creio que essa negociação enseja, permite que se possa produzir um entendimento sobre essa questão e, eventualmente, compensar os Estados que perdem com essa desoneração.

De igual modo, Ministro, há uma questão que nos preocupa muito, hoje, que é o alargamento da utilização do instrumento da substituição tributária. Isso vem-se dando, inclusive, na contramão das políticas do próprio Governo Federal. Por exemplo, nós criamos o Regime Simplificado de Tributação para beneficiar as micro e pequenas empresas, e a substituição tributária está anulando, na prática, todos os benefícios ou quase todos os benefícios que decorrem do Regime Simplificado de Tributação.

Então, teríamos que fazer um esforço também para, de alguma forma, mitigar essa utilização da substituição tributária, que é tão nociva a esse ambiente das micro e pequenas empresas.

Bom, quanto a questões mais gerais, Ministro, eu fiquei preocupado com um estudo que foi divulgado aqui, pelo Conference Board, de Londres, sobre produtividade. Eu não sei se V. Ex^a pôde ver isso. E esse estudo indica um declínio, que é apontado como dramático, da produtividade no Brasil. Nós tivemos, no ano passado, uma queda na produtividade do trabalhador brasileiro de 0,3%. E o Brasil teve uma queda, se considerarmos o uso dos recursos de toda a economia, inclusive de outros fatores, como infraestrutura, tecnologia e inovação, a produtividade total do Brasil caiu 1,8%, no ano passado. Por esse estudo, o trabalhador brasileiro produz menos de 20% do trabalhador americano, porque a base desse estudo é a produtividade nos Estados Unidos.

Então, Ministro, sei que V. Ex^a tem sensibilidade e tem manifestado claramente isso com o desempenho da indústria de transformação, que está muito atingida por esse processo aí de competição em escala global.

O Governo promoveu um esforço, reduziu o custo da energia, faz a desoneração da folha de pagamento, mas o fato é que hoje a produção não alcançou ainda os níveis pré-crise de 2008. A produção industrial ainda é menor, hoje, do que era em 2008, antes da eclosão da crise de setembro de 2008. Estamos na balança comercial de manufaturados, o déficit de manufaturados vem crescendo exponencialmente.

Então, eu queria que V. Ex^a pudesse fazer uma análise dessa questão que é tão preocupante hoje, que é também a questão da produtividade na indústria. Quer dizer, temos custos elevados e temos problemas de produtividade também.

Eram essas as questões que eu gostaria de trazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias/PT – RJ)

– Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Passo a palavra ao Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) –

Sr. Presidente, Sr. Ministro Guido Mantega, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proposta do Governo Federal na Medida nº 599 é de que, até 2025, o ICMS de todos os Estados seja unificado em 4%.

Os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e o Espírito Santo defendem que seja mantida a assimetria mínima, que seria de 7% e 4% para esses Estados, e de 4% para os Estados do Sul e do Sudeste, exceto o Espírito Santo. Não significa uma guerra fiscal, pois diminui consideravelmente a diferença da alíquota do ICMS que hoje é aplicada, porém mantém a possibilidade de os Estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo manterem políticas de desenvolvimento. Só para vocês terem uma ideia, a perda do meu Estado, no último ano, é de quase 25%. Se for mantida essa assimetria, a nossa perda passaria para 13,4%. Isso também aliviaria a compensação que seria feita.

Quanto à compensação das perdas de arrecadação, o Governo Federal calcula que as perdas dos Estados serão de R\$8 bilhões. Existe uma diferença. Para o Confaz, órgão que reúne os secretários de fazenda de todos os Estados, essa perda é de R\$15 bilhões. Num período de 20 anos, estaríamos perdendo R\$100 bilhões. Então, é importante que o Confaz participe ativamente desses debates porque existe uma distorção sobre números.

Com relação ao Fundo de Investimento Regional, os Estados não poderão mais conceder incentivos fiscais. O Governo Federal prevê a criação de um fundo de R\$296 bilhões, dos quais R\$222 bilhões seriam destinados a empréstimos diretamente às empresas e R\$74 bilhões serão entregues aos Estados para custear investimentos.

Sr. Ministro, hoje, o BNDES e um fundo como o FCO já garantem empréstimos com juros baixos às empresas. Então, não seria interessante a gente inverter? Colocar os R\$222 milhões para que sejam entregues aos Estados, para investimento, e colocar os R\$74 bilhões com um financiamento. Essa é a proposta que tenho.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias/PT – RJ)

– Muito obrigado, Senador Wilder Moraes.

Agora, com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT –

DF) – Sr. Ministro, Dr. Nelson Barbosa, eu queria fazer uma pergunta que sai um pouco do foco – não sei se é possível –, mas é o resultado de uma preocupação,

não de uma crítica. É a preocupação, Ministro Mantega, com o fato de que aparentemente, pelo menos, estamos optando pela estratégia de pacotes corretores no lugar de políticas construtoras. Queria saber se essa minha percepção é equivocada. Não estamos de volta a um passado em que administrávamos a economia por pequenos pacotes corretores? Aliás, diga-se de passagem, todos eles no sentido correto. Mas dá a impressão de que não há uma concepção, uma estratégia, uma política econômica de médio e longo prazos e sim pequenos pacotes.

Quero, primeiro, perguntar: o senhor acha que isso é fato?

Segundo: qual é o limite desses pacotes? Quando é que vamos esgotar a possibilidade? Porque sabemos que cada medida gera problemas ao redor dela. Esse é um ponto.

O segundo ponto. Mais uma vez há ações corretas da política econômica, dos pacotes, mas que nos assustam. Por exemplo, as isenções de impostos. Com a carga fiscal que o Brasil tem, só podemos elogiar a política de redução dos impostos sob a forma de isenções fiscais. Mas isso não vai abalar a nossa estabilidade? Não vai chegar a um ponto em que estamos dando mais isenções do que os efeitos das isenções permitem compensar os seus custos? Esse é um dado.

O outro: não estamos criando uma espécie de bolsa empresa, complementando o Bolsa Família, pelo outro lado, uma vez que essas isenções não estão chegando aos preços que os consumidores pagam? Se nós reduzirmos impostos, e os consumidores não recebem essa redução sob a forma de diminuição no preço, na verdade é uma transferência do setor público para o setor empresarial, que pode ter a sua justificativa, sim, claro que pode ter, mas precisa ficar clara.

A recente redução fiscal sobre os bens e serviços da cesta básica é obviamente algo extremamente positivo sob o ponto de vista social. É positivo, sim, como incentivo ao aumento da produção, mas, pelo que temos visto, os 15% de redução de impostos só repercutiram 2,5%, até aqui, nos preços. Então, estaríamos tendo uma transferência de 12,5% da arrecadação do Governo para o setor privado produtor dos bens e serviços da cesta básica.

Fica aqui a minha dúvida. Não estamos fazendo uma transferência cujos resultados, pelo menos, não são sociais. Então, imagino que haja resultado econômico que eu gostaria que o senhor nos apresentasse.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra, a Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário-Executivo, Sr.

Relator, em primeiro lugar, Sr. Ministro, gostaria de cumprimentá-lo por sua exposição e, principalmente, pela sua disposição de estar conosco sempre que convidado.

Ministro, represento aqui a Região Centro-Oeste. V. Ex^a sabe que para atingirmos a infraestrutura social e econômica dos Estados do Sul temos um tempo bem grande, uma vez que essas obras têm sempre um embaraço burocrático. Veja o senhor que há mais ou menos trinta anos estamos esperando a implantação e a conclusão da Ferrovia Norte-Sul, que hoje se encontra parada. Portanto, diante desse quadro e dessa diferenciação dos Estados do Centro-Oeste em relação aos do Sul, temos que ter, realmente, um tratamento diferenciado.

Eu perguntaria a V. Ex^a: há possibilidade de mantermos a alíquota diferenciada, assimétrica, após o período de transição, de 4% para 7%, como já foi colocado aqui? Gostaria de saber de V. Ex^a a viabilidade disso.

O segundo ponto é em relação ao fundo de compensação. Primeiro, gostaria de solicitar a V. Ex^a que os Estados estivessem presentes na checagem da diferença, das perdas. Parece-me que só os organismos federais estão presentes na medida provisória.

Em relação aos fundos, nós precisávamos, também, em função das diferenças, das disparidades, que esse fundo fosse invertido, como foi colocado aqui por vários Senadores que me antecederam. Um quantitativo maior para investimentos e um menor para financiamentos.

O senhor veja que nós temos um organismo de desenvolvimento regional já implantado – a Sudeco, que foi criada pela Presidente Dilma. No entanto, no Fundo de Desenvolvimento Regional nós temos lá cerca de R\$1,4 bilhão, mas para investimento. Isso nos prejudica muito em relação à infraestrutura no Estado por meio de ações do Governo.

Terceiro item. Eu perguntaria a V. Ex^a se os encargos da dívida, que foram acordados, poderiam ser retroativos a janeiro, uma vez que o IGP-DI foi de 11,79%, e a Selic, hoje, está em 8,11%, segundo estudos apresentados por V. Ex^a.

Por fim, gostaríamos de ver constitucionalizados os fundos, tanto o Fundo de Desenvolvimento Regional quanto o fundo que repara as perdas dos Estados. Isso porque, em relação aos fundos, temos uma experiência nada agradável, em relação à Lei Kandir, que nos faz passar horas aqui, às vezes madrugada adentro, quando da discussão da lei orçamentária, todos os anos.

Portanto, eu gostaria que V. Ex^a pudesse olhar com atenção essas questões. Concorro com V. Ex^a no sentido de que precisamos dar um destino adequado

ao ICMS, mas que é preciso que haja esse reparo em relação às regiões menos desenvolvidas.

Eu queria saber – apesar de sido criado o FDCO agora – por que vamos ter um Fundo de Desenvolvimento Regional e um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional? Como é que isso seria operado?

Gostaria de dizer a V. Ex^a que nós temos uma dificuldade muito grande em relação ao FCO. O FCO, hoje, é operado pelo Banco do Brasil. Isso nos traz uma dificuldade enorme, porque é administrado e operado pelo banco. Em geral, ao contrair um empréstimo, o empresário tem de levar, com o financiamento do FCO, um pacote do próprio banco. Então, já temos essa desvantagem em relação ao Norte e ao Nordeste, que já têm os seus bancos de fomento, enquanto a Região Centro-Oeste deles ainda não dispõe.

Por fim, gostaria de falar da consolidação dos incentivos fiscais. Precisamos que os contratos sejam honrados, mesmo após a unificação das alíquotas.

Era só isso, Ministro.

Gostaria de cumprimentá-lo pelo seu esforço, pela sua dedicação e, sobretudo, por nos atender sempre que solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Com a palavra, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Ministro, quero, inicialmente, parabenizar a iniciativa do Ministério da Fazenda ao enfrentar esse debate sobre o ICMS. Já resolvemos a primeira parcela, que foi do ICMS sobre importação, na Resolução nº 13, em que o nosso Senador Delcídio do Amaral foi o Relator, criando um ambiente todo diferenciado e propício com aquela decisão. Agora, estamos enfrentando um diferencial de alíquota no ICMS entre os Estados. Aqui, esse debate, para nós, tem uma clareza muito grande. O objetivo é construir uma saída organizada para esse grave conflito que nós temos: de um lado a guerra fiscal; do outro, a burocracia na carga tributária brasileira.

Na questão da guerra fiscal, o Supremo Tribunal Federal já declarou a inconstitucionalidade. O que nós estamos aguardando – e eles no seu procedimento interno – é exatamente para aplicar uma súmula vinculante do já foi feito para cinco Estados.

Tenho acompanhado de perto as audiências públicas. Dentre os governadores que aqui compareceram, dentre os secretários de fazenda que aqui vieram, nenhum, Ministro, tratou da decisão do Supremo Tribunal Federal que declara inconstitucional a Lei de Incentivo Fiscal, desde que não tenha unanimidade do Confaz, desde 1989. Isso é de uma insegurança jurídica sem precedente, porque vai quebrar todas as empresas que receberam incentivos ao longo desse período, além

de responsabilizar aquele que o concedeu. O que o nosso Executivo, o nosso Governo está propondo é uma saída organizada para enfrentar esse problema.

Parece-me que a participação daqueles que efetivamente se beneficiaram, em termos, e fizeram esse processo, que é ilegal, já declarado, não estão se apercebendo. E, se nós não fizermos nada, o que para o Governo Federal seria a maneira mais cômoda, vai estourar no colo do gestor público estadual de hoje, embora tenha sido feito no dia de ontem. Por isso, eu acho que aquela decisão de quebrar a unanimidade do Confaz leva nesse sentido, para que o Confaz referende parte ou o todo das concessões feitas.

Eu acredito que, para dar uma segurança jurídica maior, nós poderíamos, naquele projeto de lei complementar que trata da unanimidade do Confaz, ratificar, ou seja, confirmar a concessão dos benefícios fiscais e aí discutir quais são esses parâmetros. Evidentemente, não está na Resolução nº 1, que é objeto desta audiência, tampouco na Medida Provisória nº 599; estaria no projeto de lei complementar de renegociação das dívidas, que está tramitando na Câmara Federal, mas aqui no Senado Federal também há um conjunto de projetos sobre essa matéria. Se nós avançarmos para isso, dá uma certa tranquilidade no que diz respeito à insegurança jurídica.

O segundo fator, a unificação é correta, porque diminui a burocracia interna e permite a compensação, por um período de 20 anos, de eventuais perdas. Nesse período, conjugam-se investimentos e subsídios diferenciados para determinadas regiões que precisam do tratamento. Lembro aqui que os fundos constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste se mantêm, e é vinculação direta do Orçamento. Os fundos de desenvolvimento regionais que havia nas Regiões Norte e Nordeste, ampliamos para a Região Centro-Oeste, onde faltava. Um esforço da nossa Senadora Lúcia Vânia, de todos os Senadores que integram e representam essa Região e a sensibilidade do Ministério da Fazenda. Isso também se mantém com aquelas características ali feitas, e cria-se esse novo Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional para dialogar com outras ações além dessas.

Somando esse último desenho do fundo de compensação com o fundo de desenvolvimento nacional, dá quase meio trilhão de reais, que o Tesouro, o Governo Federal está aportando para ajudar a resolver um problema feito ao longo dos últimos 25 anos, de 1989 para cá, e, ao mesmo tempo, permitir dar transparência nesses investimentos, porque passa a transitar pelo Orçamento Geral da União com tudo o que isso representa para cada um dos entes do Pacto Federativo.

Sobre o aspecto republicano, esta é a melhor decisão. Nós precisamos intensificar esses diálogos, esclarecendo essas dúvidas e deixando claro que, se nós não fizermos nada, a insegurança jurídica será o principal problema a ser enfrentado pelos 27 governadores. Isso envolve a Nação, mas não envolve o Governo Federal. Esse debate é o que falta trazer para a agenda, porque o debate está sendo feito nesta Comissão, e na Comissão Mista 599 – eu acompanho as duas –, e não se trata desse tema.

Eu queria, Sr. Ministro, também chamar a atenção de que está tramitando na Casa uma proposta de emenda à Constituição que, além de tudo que está sendo feito, vincula 13% para os Estados e 13,5% para os Municípios da Cofins e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Esse, portanto, é um aporte a mais de recursos, além de tudo que já existe aqui, e o objetivo aqui é caixa, ou seja, é transferência direta para custeio de Estados e Municípios, sem ter qualquer vinculação com investimento, com a diminuição das desigualdades, consequentemente, mantendo todas as dificuldades que a gente tem no Pacto Federativo.

Por último, Sr. Ministro, sou um daqueles que entendo que nós precisávamos, terminada essa fase das audiências públicas – o nosso relator da Resolução nº 1 já se propõe –, fazer um conjunto de conversas com os membros aqui do Senado Federal. Eu proporia também os Líderes da Câmara, porque isso tem um impacto direto na Medida Provisória nº 599. Aliás, ela só pode ser votada após a Resolução nº 1 ser aprovada, para facilitar a tramitação da 599.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador José Pimentel.

O último inscrito é o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Nelson Barbosa, Sr^{as}. e Srs. Senadores, vou ser bem econômico, Sr. Presidente, em razão da dignidade da pessoa humana do Ministro, que está aqui há muito tempo. Nós todos devemos estar com fome.

É a respeito do Pacto Federativo, Ministro. Nós estamos discutindo aqui vários temas de forma fatiada. Discutimos *royalties* do petróleo, *royalties* da mineração também é um tema que deve ser discutido, a questão das pendências do ICMS no comércio eletrônico, a unificação da alíquota do ICMS ou não, o FPE.

O Executivo, como um protagonista, um ator principal nisso, por que essas reformas não são feitas a um só tempo? Por que fatiadas? Nós temos prazo aqui só para discutir a questão do FPE, que o Supremo Tribunal Federal nos ofertou e até hoje nós não cumprimos – esse prazo foi prorrogado. Todos os dias

todos defendem aqui que vamos fazer isso em conjunto, mas nós não fazemos. Por que o Executivo não é um protagonista nesse debate?

Em determinadas situações – eu sou representante do Estado de Mato Grosso –, Mato Grosso perde um uma situação, ganha em outras, mas isso com o tempo. Como eu posso ter uma janela de oportunidades para empresas, para pessoas jurídicas se instalarem no meu Estado, no Estado que aqui represento a minha honra, de quatro anos, se nós acabarmos com os incentivos, de acordo com o art. 3º da Medida Provisória. Por que esse debate não é único? Essa é a primeira indagação.

A segunda: se nós vamos acabar com os incentivos, um Estado como Mato Grosso, que tem uma produção primária, que precisa exportar – para isso precisamos de infraestrutura, de estradas, precisamos verticalizar nossa produção –, se nós formos diminuir a alíquota, as empresas perderão, porque vão ter que arcar com alíquotas maiores, em razão da extinção da isenção. De que forma elas poderão ser competitivas com empresas internacionais, Sr. Ministro, se os custos delas subirão? De que maneira elas poderão ser competitivas?

O Sr. fez referência a que as empresas se instalam em locais onde a tributação é menor e não onde é mais eficiente. Uma pergunta para a qual eu gostaria de ouvir a resposta de V. Exª: não existiria aí uma relação entre menos tributos e mais eficiência? Não existe essa relação?

A respeito das parcerias. Todos nós concordamos com a necessidade de contar com investimento privado na infraestrutura, e eu defendo isso lá no meu Estado, mas, nos últimos tempos, temos acompanhado, nos últimos meses, o Governo Federal resolveu mudar isso, e eu cito alguns exemplos. Se é parceria público-privada, a iniciativa privada tem que contribuir, pela própria natureza do negócio: a Medida Provisória nº 575 autoriza entregar dinheiro público ao concessionário, antes de concluir o investimento, a título de antecipação da sua remuneração, com isenção de tributos. Outro exemplo: a Medida Provisória nº 606 autoriza subvencionar com recursos públicos o crédito a empresas concessionárias rodoviárias e ferroviárias. O Governo anunciou que o Conselho Monetário Nacional autorizaria o uso de recursos do compulsório bancário para financiamentos, com acesso privilegiado e taxa subsidiada, e esses financiamentos poderiam depois ser repassados pelos bancos ao BNDES. E o caso mais notório disso é o chamado trem-bala, 36 bilhões, de acordo com o último número. Inicialmente, ia ser feito pela iniciativa privada. Agora, 50% dos investimentos foram anunciados por parte do Governo,

e fundos de pensão estatais vão subscrever mais 30% – 36 bilhões. De Cuiabá a Santarém, nós precisamos de uma ferrovia que chega a R\$10 bilhões, para escoar nossa produção.

Que tipo de PPP nós estamos defendendo? Aqui, não estaríamos capitalizando lucro, como alguns dizem, e socializando o prejuízo com toda a sociedade brasileira no caso desse trem-bala, aí, Sr. Ministro?

Para mim, e respeitando as posições, isso aqui não passa de uma pseudoconcessão. Nós estamos gastando o dinheiro público no que não interessa.

Eu agradeço a gentileza se o senhor puder me responder.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Ministro, V. Exª tem o tempo de que necessitar. Foram muitas as perguntas.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Presidente.

Vou tentar responder todas as questões que foram levantadas.

O Senador Humberto Costa começou falando de previsões de economia para 2013. Bom, as previsões... Estou olhando para o Senador Alvaro Dias. Então, estou com receio de fazer previsões, porque ele vai ver algum traço de desonestidade. Eu fico preocupado com isso. Vai anotar.

As previsões são de que, em 2013, nós tenhamos um crescimento maior do que em 2012. Tudo aponta nessa direção, e todos os analistas fazem essa previsão.

Aliás, as previsões mais pessimistas do mercado são de crescimento de 3%. Portanto, acredito que é possível continuar essa trajetória que nós já começamos.

Mas vou voltar a essa questão das previsões a seu tempo, Senador. Quero antes responder as demais questões.

O Senador colocou a questão: se, no fundo de compensação, nós estamos avaliando as verdadeiras perdas?

Em relação a essa questão, não há dúvida, porque existe um sistema para detectar essas perdas, que é totalmente preciso. Através da nota fiscal eletrônica, hoje difundida em todo o País, podemos saber exatamente quanto o Estado perde e quanto o Estado ganha. Os cálculos foram feitos junto com o Confaz, portanto com os secretários de Fazenda. Portanto, quanto a isso, não há dúvida. Temos uma tabela, que diz, ano a ano, quais seriam as perdas. Estamos falando de perdas efetivas, porque não é o subsídio que foi dado; é aquilo que deixa de ser arrecadado com a medida. Isso é diferente. Por exemplo, um Estado que tem um ICMS de 12%, se ele deu 9% de subsídio, ele não está arrecadando esses 9%; ele está arrecadando a diferença, os 3%. Então, esses 3% serão pagos, e, para

isso, nós temos como detectar precisamente. Então, não haverá dúvida para o ressarcimento dessa parte.

Em relação ao fundo de desenvolvimento, coloca-se esta questão. Ele é composto de recursos financeiros e é composto de recursos orçamentários. Bom, se fosse um fundo só com recursos orçamentários, ele seria menor, pela simples razão de que a União não dispõe de tantos recursos quanto esses que estão sendo requisitados para esse fundo. Nós chegamos aqui a R\$300 bilhões. É algo de uma magnitude considerável.

Os recursos financeiros que estão sendo ali colocados são de baixa taxa de juros – TJLP. Portanto, os recursos que estão hoje sendo captados pelos Estados pagam taxas maiores do que essas. Só quando fazemos um programa muito especial que a taxa é subsidiada e é menos do que isso. Mas, em geral, os Estados pagam 9%, 10%, 11%, mesmo quando é com o BNDES, e o que estamos falando aqui é de 5%, que é TJLP. E, se um dia, a TJLP cair, será menos ainda.

Então, de fato é um recurso subsidiado, que vai permitir ao Estado pegar esse recurso e reempréstar para o setor privado, dando uma vantagem ao setor privado: ele pode modular como quiser.

Quem, na verdade, gerencia o fundo é o Estado. É um fundo nacional, porém, na verdade, desmembra-se em fundos estaduais a serem administrados por Estado. O Estado tem liberdade de utilizar; faz infraestrutura com o fundo e, portanto, no caso dos Estados que têm necessidade de infraestrutura, oferecerão uma estrutura melhor para as empresas. Isso é um polo de atração para as empresas.

E há uma outra vantagem: ele dá mais durabilidade para esse fundo, porque esse fundo está sendo previsto com recursos orçamentários para 20 anos, mas, se você colocar os financeiros, ele praticamente está num fundo perene. Nós não previmos a extinção do fundo. Ele existirá enquanto existirem recursos lá dentro. Os empréstimos são de 20 anos. Isso significa que, em 2014, o Estado pega empréstimos de 20 anos; em 2015, 20 anos; e, assim, vai. Significa que, ao cabo de 20 anos, daqui a 20 anos, estarão tomando empréstimos com mais 20 anos. O fundo tem pelo menos 40 anos, e ele mantém um fundo financeiro; ou seja, cria-se um fundo financeiro que estará à disposição desses Estados sem prazo definitivo. Portanto, isso é muito interessante.

Repito: se fosse só um fundo orçamentário, não disporíamos dos recursos necessários. Ele seria menor. Um fundo financeiro presta esse serviço porque, como é um fundo de longuíssimo prazo, com taxas muito baixas, ele não atrapalha as finanças dos Estados. Ele dá capacidade de investimento para os Estados e não atrapalha.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) (*Fora do microfone.*) – Operado pelos Estados?

O SR. GUIDO MANTEGA – Operado pelos Estados. Como foi o Proinveste. O Proinveste, que fizemos no ano passado, são 20 bilhões, com condições semelhantes: uma taxa baixa, eu acho que foi TJLP, Nelson? Não me lembro. O Proinveste...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUIDO MANTEGA – TJLP mais um.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUIDO MANTEGA – ...0,8. De 20 anos, com prazo de carência. Então, o Estado praticamente dilui isso. Ele não sente. Todos os Estados querem, porque isso é investimento na veia. Ele consegue investimento. Esse fundo será também semelhante a isso.

Portanto, considero que é uma construção possível, que vai dar uma alavancagem maior às atividades dos Estados. Repito: os Estados resolvem como usam esse recurso.

Certamente, vão usar para melhorar a infraestrutura, porque infraestrutura barateia a atividade das empresas que para lá vão. Então, as empresas, em geral, vão em busca de uma boa infraestrutura para poderem transacionar melhor a sua produção; reduz o custo. Poderão ser usados para programas de financiamento que o Estado fará com as empresas. O Estado pode emprestar para as empresas a TJLP, coisa que as empresas não conseguem. Está certo?

Então, não compete. Acho bastante viável. (*Pausa.*)

Bom, voltando à questão das previsões do PIB, previsões econômicas. Vamos falar das previsões econômicas.

Os economistas e os analistas conseguem fazer melhores previsões econômicas durante um clima de normalidade, quando as economias estão no ciclo de normalidade. Aí, conseguimos fazer uma previsão com mais precisão. Mesmo assim, ninguém acerta 100%.

Quando se dá uma crise econômica como passamos a ter a partir de 2008, os mercados tornam-se muito instáveis, e ninguém consegue fazer projeções adequadas ou corretas da economia. Vou dar um exemplo prático.

Eu assumi o Ministério da Fazenda em março de 2006, sete anos atrás, e eu fiz uma previsão, para o crescimento de 2006, de 4%. Só eu fiz essa previsão. Podem verificar. A maioria dos analistas dizia 2%, 2,5%, 1,5%, sei lá quanto, e o crescimento foi 4%. Então, foi cravado, e isso pode ser recuperado nos anais dos jornalistas.

Para 2007, a nossa previsão foi 5,5% de crescimento. O crescimento foi maior do que nós prevíamos: 6,1 de crescimento, bastante razoável.

Em 2008, a crise começou só no final do ano; a nossa previsão era de 5,5. O crescimento foi de 5,3. Portanto, previsão muito acertada. Eu ganhei muitas apostas naquela época, fazendo previsão. Eu não vou mencionar aqui com quem.

Mas, a partir de 2009, nós entramos no buraco da crise. Bom, aí quero que o Senador Alvaro Dias diga-me quem acertou a previsão para 2009, que eu vou lhe dar o Prêmio Nobel de Economia. Se o senhor fez uma previsão – talvez o senhor tenha feito –, eu desconheço...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Ministro, mas a...

O SR. GUIDO MANTEGA – Permita-me completar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – A minha missão é dizer quem não acertou e não quem acertou.

O SR. GUIDO MANTEGA – Então. Mas seria interessante saber quem que acertou...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Porque V. Ex^a disse aqui que acertaria, e eu disse que iria anotar. E hoje apresentei os números para conferir.

O SR. GUIDO MANTEGA – Em 2011 e 2012... Bom, nós começamos o ano de 2011 com uma pressão inflacionária no Brasil, fruto de um choque de *commodities*, ou seja, elevação do preço das *commodities* e falta de *commodities* de 2010. Então, o Governo teve que tomar medidas para restringir o crescimento da economia, e não alcançamos aquilo que nós prevíamos.

Em 2012, não esperávamos um agravamento da crise europeia, pegou todo o mundo de calça curta. Vou dar alguns exemplos práticos. A previsão da *Focus*, que é a previsão que congrega a opinião de todo o mercado financeiro – todos os analistas financeiros dão opinião na *Focus*. É uma pesquisa feita pelo Banco Central –, dizia o seguinte: em janeiro de 2011, a previsão da *Focus* para o PIB era de 4,5%. Então, todos os analistas financeiros erraram essa previsão. Não sei se todos vão cair no limbo da desonestidade que o Senador mencionou. E eu até não entendi ainda muito claramente o que quer dizer isso. Mas, considerando o ano de 2012, que foi um ano difícil, terceiro semestre de 2012, todos os analistas faziam previsões diferentes daquilo que aconteceu, inclusive este que aqui vos fala. Eu não sou analista, mas tenho que trabalhar com previsões, evidentemente, para inclusive calibrar as ações do Governo. Se a economia não está respondendo, nós temos que fazer mais ações, dar mais estímulos, e isso nós fazemos. Mas, Senador, não houve nenhum... Se o senhor quiser, eu lhe entrego uma lista com 50 previsões feitas para o terceiro trimestre deste ano. Ninguém acertou. Se o senhor trouxe al-

guém, eu dou-lhe o Prêmio Nobel. Não houve. Todo o mundo errou nessa previsão.

Agora, isso não é só uma característica brasileira. Se o senhor olhar previsões feitas no Reino Unido, na Alemanha, na Itália, constatará que todas foram fora de esquadro. Não houve uma previsão. Todos os Governos, todos os Bancos Centrais, revendo as previsões durante esse período, mês a mês: “Não, a previsão mudou. Já não é a mesma”. Portanto, não é um pecado mortal não acertar previsão quando a economia está conturbada. Está certo? Tentar viabilizar uma previsão mais otimista é uma obrigação do Governo. Então, muitas vezes, quando o Governo faz a previsão, também é para estabelecer uma meta a ser perseguida, para que todos o ajudem a buscá-la. Está certo? Portanto, isto acontece em momentos de instabilidade econômica mundial, em que todas as previsões caem por terra, como caíram em 2009, menos em 2010, porque houve uma recuperação, e assim por diante.

Então, a minha bola de cristal pode ter tido alguns defeitos passageiros, em função dessas variáveis, mas ela costuma funcionar.

Ao longo do nosso Governo, nós temos apresentado projetos ousados, sim, Senador, projetos importantes para o País, e nós temos conseguido cumprir esses projetos. Não tem faltado ousadia. Nós temos trabalhado com uma política econômica clara. Essa política não mudou. Ela se adapta a novos tempos. Essa estratégia de política tem sido definida ao longo do tempo. Se os senhores podem lembrar, o PAC foi lançado em 2007 e todas as diretrizes do PAC estão sendo cumpridas até hoje, que era fazer o esforço para aumentar o investimento do País, aumentar o investimento público-privado, aumentar o volume de crédito, reduzir tributos, desonerar tributos para aumentar a competitividade, e assim por diante.

Em 2009, nós lançamos o maior programa habitacional que já se fez nos últimos tempos, que é o Minha Casa, Minha Vida, que já entregou mais de um milhão de casas e, portanto, está trazendo benefícios.

Nós prometemos emprego para a população brasileira. E a população brasileira olha menos o PIB e olha mais para as condições de vida, olha a renda, e a população brasileira tem conseguido emprego. Antigamente, emprego era um dos grandes problemas que nós tínhamos no País. O jovem brasileiro não tinha perspectiva quando entrava no mercado de trabalho. Formava-se, não sabia o que ia fazer. Hoje, são disputados a tapa. Hoje, o trabalhador brasileiro tem várias alternativas. Nós últimos dez anos, criamos 18,7 milhões empregos. Portanto, a população quer saber de emprego e quer saber de renda. E isto tem sido feito em escala monumental, porque 18,7 milhões só na China,

mas a China tem mais de um bilhão e tanto; portanto, 18 milhões lá é fichinha. Mas, nos demais países do mundo, isto é muito importante. E nós entregamos. Inclusive, quando a economia teve um desempenho mais fraco, nós continuamos gerando emprego.

No ano passado, geramos 1,3 milhão de empregos e a massa salarial cresceu 6%. É isto que interessa à população. A população tem cada vez mais renda, tem cada vez mais recursos para atender as suas necessidades.

Então, a economia brasileira, desse ponto de vista, está muito bem. Nós temos cumprido esses grandes projetos, sem falar dos projetos de redução da pobreza etc. Mas falarei mais tarde.

Portanto, há grandes projetos, projetos ambiciosos, é verdade. Nós estamos com um projeto de infraestrutura ambicioso – é verdade –, mas ele foi feito com critérios. E nós entregamos aos senhores uma publicação que lista todos os projetos, os valores dos projetos, a data dos leilões que serão feitos. Então, ele é exequível. É claro que isso depende, inclusive, do mercado. Não estão inscritos no orçamento, Senador. Isso é concessão. É o setor privado que fará esses projetos. Portanto, são concessões e, pelo que temos conversado com os mercados, existe apetite, sim, para fazer esses projetos. E são projetos que resolvem vários problemas que foram citados aqui: problema de ferrovia. São 10 mil km de novas ferrovias a serem feitas no País. Nós sabemos que precisamos de escoamento não só na região Centro-Oeste, mas em outras regiões, que precisam de ferrovias, de rodovias, de portos e tudo o mais. Esse é um grande desafio, e nós temos condições de levá-lo adiante.

Em relação às contas públicas, eu gostaria que alguém me mostrasse onde nós fizemos alguma maquiagem de contas públicas. Nós não costumamos usar maquiagem lá no Ministério da Fazenda, pelo menos que eu saiba, não é Néelson? Não existe maquiagem lá no Ministério. Fazemos tudo de acordo com a lei. Fazemos tudo de acordo com as leis orçamentárias, com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu gostaria que alguém demonstrasse, e não levantasse essa hipótese, mas nós fazemos rigorosamente...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu citei os cinco truques, segundo os especialistas. É uma discussão de especialistas. Alguns especialistas apontaram esses cinco truques que descrevi a V. Ex^a.

O SR. GUIDO MANTEGA – Mas truque ou é uma irregularidade, ou foi algo que fere... Mas alguém tem que demonstrar, porque não há demonstração. Eu posso demonstrar qualquer operação que nós fizemos. O que nós fizemos nesse último orçamento? Nós colocamos o Fundo Soberano para dentro do orçamento.

O Fundo Soberano foi criado por uma lei aqui, no Congresso, para colocar nos recursos primários. Ou seja, o Governo arrecadou, não gastou e pôs nesse fundo uma poupança primária. E ela foi feita para isso: o dia que precisasse, poria ela para dentro. E foi isso que aconteceu: colocou-a para dentro. Está certo? Então, foi isso que se fez. Como esse Fundo Soberano possuía ações da Petrobras, nós não queríamos vender as ações da Petrobras. Então, nós fizemos uma troca de ações com o BNDES. O BNDES nos deu os títulos públicos que ele tinha e ficou com as ações da Petrobras e tudo o mais.

Portanto, todas as transações são transparentes, todas registradas, todas definidas, todas documentadas, e que não ferem em nenhum milímetro um dispositivo das leis orçamentárias etc.

Nós somos fiscalizados pelo Tribunal de Contas, rigorosamente, e não foi apontada nenhuma irregularidade e nenhuma deficiência em relação a isso. E quero dizer: as contas públicas brasileiras estão entre as melhores do mundo. A nossa dívida líquida está caindo ao longo do tempo, enquanto a maioria dos países tem a dívida crescente – bruta e líquida. Podemos considerar a dívida bruta. Agora, significa ignorar as reservas que nós temos.

Então, o Senador mencionou países que não têm reserva, ou que têm muito menos reserva que o Brasil. Hoje, o Brasil tem US\$380 bilhões em reserva. Considerar a dívida bruta é você ignorar que tem reservas: “Não, nós devemos tanto, mas eu tenho meta-de aquilo em caixa”. E você diz: “Não interessa”. Eu penso que a dívida bruta deve ser considerada, mas, mais ainda, a dívida líquida. Em matéria de dívida líquida, nós estamos muito bem em relação aos vários países do mundo. Portanto, eu afirmo que a política fiscal brasileira é responsável, é sólida e vai continuar nesta trajetória: bons resultados fiscais. E nós continuaremos a diminuir a dívida líquida do Estado brasileiro.

O desconto do PAC é aprovado pelo Congresso. É que nós não vínhamos fazendo isso, porque não era necessário. Quando se desconta o PAC, a gente estabelece uma meta de primário – digamos 140 bilhões. E nós temos a faculdade de diminuir os investimentos, os gastos com o PAC. E isso foi autorizado pelo Congresso. Os senhores nós autorizaram, só que nós não tínhamos utilizado, porque não era necessário. Nós sempre procuramos fazer o primário cheio, que é a melhor situação.

Bom, eu não sei por que o BNDES e a Caixa Econômica estão sendo rebaixados pela Mudes, mas eu quero dizer uma coisa aqui: os bancos públicos brasileiros são administrados com transparência e com eficiência. Todos os bancos públicos, não só o BNDES

e a Caixa Econômica. Basta ver os resultados. Vamos ver os resultados. Esses bancos têm aumentado o volume de créditos, mantido a inadimplência mais baixa do que os bancos privados e têm tido lucros mais elevados, têm aumentado a lucratividade. Portanto, eles são eficientes. Aonde vamos questionar a eficiência dos bancos, todos eles, os quatro grandes bancos? A Caixa Econômica, em 2012, foi um dos bancos que mais teve aumento de lucratividade, mesmo emprestando a taxas cada vez mais baixas, e solidez. A taxa de inadimplência é de 2,08%. Está certo?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Ministro, Presidente, só 15 segundos. Gostaria apenas de indagar ao Ministro se ele aceitaria uma audiência pública em que nós convidaríamos alguns dos especialistas para debater com o Ministro e assessoria, sobre a questão da contabilidade criativa. Penso que seria interessante e creio que o Ministro concordaria com este debate.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu tenho uns 14 segundos, não 15, mas 14.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Catorze.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O Ministro fez duas afirmativas que eu anotei. Os recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional de natureza financeira são a taxas muito baixas e a prazos muito longos os empréstimos. E ele disse em seguida: “Se os recursos orçamentários do fundo fossem maiores e os financeiros menores, não haveria recursos suficientes na União”. O senhor disse isso. Mas a captação de um e de outro recurso não tem a mesma fonte, Sr. Ministro?

O SR. GUIDO MANTEGA – Não, não tem a mesma fonte. Um é recurso orçamentário, tem que estar no Orçamento Geral da União.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Certo.

O SR. GUIDO MANTEGA – E o outro é financeiro, é empréstimo. Empréstimo não é...

(Falha na gravação.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – ...não é papel do Ministro de Estado discutir com eventuais consultores as suas posições. O papel do Ministro de Estado é apresentar nos foros próprios o que está sendo feito, para que tenha as suas responsabilidades. Portanto, essa proposta de discutir...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O último, com 13 segundos, Senador Cristovam Buarque.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. GUIDO MANTEGA – Mas, não é melhor eu terminar as minhas...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem.

Eu fiz uma pergunta e é minha atribuição constitucional fazer essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Tudo bem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu peço desculpas...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Veja bem: eu estou deixando aqui o tempo. A Mesa está tendo tolerância.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Presidente, eu só fiz uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu sei disso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – E é minha atribuição constitucional fazer pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, claro. Deixe-me dizer: cada um teve o tempo das falas. A gente está na reta final. É 1h20min da tarde. Se a gente começar um novo debate, nós não acabamos esta audiência.

Só há, Ministro, um Senador que só vai falar por 15 segundos. E eu não vou mais ceder palavra a ninguém...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Mas V. Ex^a cedeu a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – A minha fala é no sentido de uma provocação e desafio do Ministro relacionado à maquiagem.

Diga-me uma coisa Ministro: O senhor não considera que colocar como receita hoje para calcular o superávit, dividindo os que virão no futuro não é uma maquiagem, pois são coisas em tempos diferentes?

Segundo: trazer dividendo para receita fiscal não é reduzir a capacidade de investimento futuro do País?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senhores, tenho sido muito tolerante, mas agora, até o final, a gente vai dar todo o tempo para o Ministro, a fim de encerrarmos esta exposição.

O SR. GUIDO MANTEGA – Quero aproveitar e responder essa pergunta do Senador Cristovam, porque os dividendos são, a todo ano, apropriados pelo governo de suas empresas ou de suas instituições, e isto está previsto no orçamento. Sempre houve pagamento de dividendos dessas instituições. Isto está previsto na peça orçamentária. E todo ano nós procuramos fazer uma previsão. No ano passado, foram R\$29 bilhões; no ano anterior, 19 bilhões; no ano de 2010, foram R\$23 bilhões, e assim por diante. Então, faz parte. Você tem uma instituição que dá lucro e ela

paga dividendos para o controlador. Isto é absolutamente normal. Sempre foi assim. Está certo? E eu repito: isto, mantendo a solidez dessas instituições. Eu quero dizer que nunca o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e o BNDES estiveram tão sólidos quanto estão hoje. Veja o resultado. Veja as suas carteiras. Há menos inadimplência que o setor privado. Portanto, são muito rigorosos na alocação de crédito, cobram taxas de juros menores e dão lucro. Então, o que podemos mais demonstrar – e é claro que uma parte do lucro, quando se trata de entidade 100% do Estado, que ela passe uma parte do lucro e dividendo para o Estado. Isto é absolutamente normal. Está certo? Então, isto entra no orçamento, sempre entrou e é aprovado. Está na peça orçamentária. Quando nós mandamos a peça, os senhores aprovam os dividendos.

Mas continuando...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Ministro, podemos fazer esse debate proposto?

O SR. GUIDO MANTEGA – Olhe, esse debate com consultores não cabe a mim fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias, vamos prosseguir.

O SR. GUIDO MANTEGA – Nada impede que os consultores demonstrem, porque eu não vi ninguém demonstrar, eu não vi ninguém demonstrar. Demonstre, mas faça um artigo num jornal, coloque...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – É de boa-fé, Presidente. É de boa-fé. A proposta é de boa-fé, é para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias, vamos lá!

O SR. GUIDO MANTEGA – Em matéria de transparência das contas públicas, existe uma instituição, cujo nome me escapa – e nós nos esquecemos de pôr ali –, que faz uma avaliação dos 100 países mais importantes; faz uma avaliação da transparência fiscal dos países. E ela dá uma nota. Todo ano ela dá uma nota. Ela avalia a transparência fiscal, e nós estamos entre os países com mais transparência fiscal, ou seja, os nossos atos estão ali, colocados no quadro. A empresa se chama Open Budget Survey. São 100 países, e o Brasil está com a nota 7,3. De zero a 10, está com 7,3. Com menor transparência fiscal que o Brasil: Alemanha, Chile, Espanha, México, Peru, Filipinas. Portanto, o Brasil é considerado um país de grande transparência fiscal. As nossas transações são fiscalizadas, além do Tribunal de Contas, evidentemente, por essa instituição, e nós estamos entre os melhores.

Foi falado aqui de desonerações. Infelizmente, o Senador já foi embora, mas eu não entendi se o Senador tinha uma posição contrária às desonerações que nós estávamos fazendo – não ficou muito claro para

mim – contra a redução da tarifa de energia, redução da cesta básica.

Eu acho que essas reduções de tributos são todas benéficas para a população. Se perguntarmos para a população, 100% dela vai aprovar todas essas medidas, que reduzem o custo para a população, principalmente no caso da cesta básica. Na verdade, nós já havíamos reduzido de outros itens. Nós apenas complementamos e introduzimos itens de higiene e limpeza, que não estavam. Então, isso vai em benefício direto da população, que poderá ou gastar menos com esses itens, ou consumir mais, no caso da desoneração da carne, que é muito importante para a população.

Aliás, aproveito para dizer que a desoneração está ocorrendo; a redução de preço desses produtos está ocorrendo. Ela não é imediata, porque havia uma adequação entre a indústria e o varejo. Eles já estão se adaptando, e isso já está indo para os preços. Portanto, os preços estão sendo reduzidos. Ainda teremos uma ou duas semanas para adaptação de todas as questões. De modo que isso vai ser muito benéfico para a população brasileira.

Em relação a gastos, o Senador mencionou que nós não temos cumprido os gastos com a saúde. Eu quero dizer que eu tenho aqui uma planilha mostrando que os gastos com a saúde são os que mais cresceram. Aliás, o que mais cresceu foi a educação, mas o segundo gasto que mais cresceu foi com a saúde – o primeiro com a educação. E os gastos com a saúde, de 2003 a 2012, cresceram 87% em termos reais. Ou seja, não é valor nominal; é valor deflacionado.

Existe uma legislação que rege os gastos da saúde, e nós temos cumprido rigorosamente essa legislação e até aumentado mais do que as obrigações legais. Isso é verdade no caso da saúde, e é mais verdade ainda no caso da educação, em que nós temos gasto muito mais do que as obrigações legais.

O orçamento tem sido cumprido rigorosamente todo ano.

O Senador Suplicy nos pede uma comparação com a China. Não é fácil fazer essa comparação, porque a China e mesmo a Índia têm características muito distintas da nossa e um nível de desenvolvimento muito distinto.

Por exemplo, em relação à China, ainda há uma parte muito grande da população na zona rural; o país tem um nível de renda muito mais baixo do que o do brasileiro, tem um regime político diferente, uma forma de gestão diferente, mas, claro, tem um grande sucesso econômico. Porém, mesmo a China, nas condições dos últimos dois, três anos, vem desacelerando o seu crescimento.

Uma das virtudes da China que deve ser copiada por outros países é o grande investimento em infraestrutura e em construção, o alto nível de investimento que existe na China. Porém, deixa a desejar o crescimento do mercado interno. A China tem sacrificado o mercado interno criando poupança, que coloca nos investimentos. E seu mercado interno, na verdade, é o externo. Boa parte do que ela produz é para fora, não para a população.

O modelo brasileiro é diferente do modelo chinês. Nós procuramos manter o equilíbrio entre aumentar o investimento e aumentar o mercado consumidor. Hoje, nosso mercado consumidor cresce quase que a taxas chinesas e nós temos que aumentar o investimento. Deveria haver uma troca de posições. A China diminuirá o seu investimento, porque ela não tem o que fazer com parte da infraestrutura que está sendo construída. Ela construiu muitas ferrovias e muitas habitações, que estão vazias etc. Então, a China tem que diminuir um pouco e aumentar o mercado interno, porque ela não conseguirá mais crescer com o mercado externo.

O Brasil já fez uma parte da lição. Hoje, temos um mercado interno muito vigoroso, que foi constituído pela geração de emprego, fundamentalmente. O Brasil é um dos países que mais gerou e continua gerando emprego, com o aumento da renda da população, e há políticas de transferência de renda. Eu não sei se os Estados Unidos fazem mais, mas eu diria que, proporcionalmente ao nosso PIB e às nossas possibilidades, eu acho que nós fazemos mais do que os Estados Unidos. Tanto é verdade que a desigualdade de renda cai no Brasil, e nos Estados Unidos aumenta. Na China também aumenta a concentração de renda. Então, o Brasil, com um crescimento mais equilibrado, equilibra os dois lados da questão: investimento e consumo. Na verdade, nos últimos anos, cresceu o consumo e cresceu o investimento. Agora precisamos fazer crescer um pouco mais o investimento, e o consumo continuará crescendo talvez a taxas menores do que vem crescendo agora. Algumas lições serão utilizadas.

O Senador fala da questão do fundo de compensação. Eu acho que eu já respondi. O fundo de compensação calculará rigorosamente a perda do Estado e, portanto, compensará aquilo que for. E isso é com a OGU, é com recurso orçamentário. Não é contingenciável e é uma obrigação. Nós não podemos, em momento algum, dizer: “Não, isto aqui nós não vamos pagar”. É uma lei que tem que ser cumprida. E 27 Estados estarão zelando para que isso aconteça. Não há qualquer possibilidade de nós não pagarmos, se não, seremos enforcados em praça pública. Então, não há possibilidade.

Em relação... Eu acho que já respondi a parte de transferência de renda, e...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado e meus cumprimentos, Senador... Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Ainda não tenho o privilégio de ser Senador, mas a cadeira aqui é muito confortável. É brincadeira. Mas a cadeira é confortável, porque, quando eu venho aqui, eu sempre faço uma discussão...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a assusta o Senador Suplicy, falando desse jeito.

O SR. GUIDO MANTEGA – Não, não. Sr. Senador, fique tranquilo. Eu prefiro me sentar...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a poderia honrar muito bem o povo paulista aqui no Senado.

O SR. GUIDO MANTEGA – Mas eu prefiro me sentar aqui e ter uma discussão produtiva com os senhores...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E está fazendo muito bem.

O SR. GUIDO MANTEGA – ...e continuar cumprindo as minhas funções.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu vou pedir licença, já que respondi minhas perguntas. Eu tenho uma audiência com a Ministra Gleisi Hoffmann sobre a emenda relativa ao Programa Bolsa Família de Santo Antônio do Pinhal, cuja cópia inclusive enviei a V. Ex^a, mas espero que ela resolva. Então, vou pedir licença.

Muito obrigado por sua atenção.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Meus parabéns.

O SR. GUIDO MANTEGA – Em relação à proposta do Senador Luiz Henrique, de destinar 20% da parcela paga pelos Estados, eu acho que deve entrar na discussão que estamos fazendo de várias propostas nesse sentido, junto com a questão das alterações no art. 14 e do indexador da dívida dos Estados. Isso diz respeito à dívida dos Estados e capacidade de investimento dos Estados. É claro que a União tem trabalhado para aumentar a capacidade de investimento dos Estados, mas não há uma, são várias propostas. Eu preferiria desmembrar, não misturar, caso contrário, será muito difícil avançarmos na questão do ICMS, que deve ser discutida, deve ser amadurecida em outras comissões, e nós estamos à disposição para contribuir com essa discussão e colocar nossas posições.

O Senador Armando Monteiro sugere que se ofereça às regiões menos desenvolvidas do País,

além dos fundos que estão aí, outros incentivos para o investimento. Ele menciona a antiga Sudene, que, de fato, dava incentivos. Na verdade, uma parte desses incentivos ainda permanece na região. Sudene e Sudam ainda permanecem. Mas nós podemos estudar algum outro incentivo para tornar o investimento mais barato nessas regiões. Eu acho que a proposta faz muito sentido, nós vamos avaliar a sua viabilidade.

Ele citou, por exemplo, depreciação acelerada, que é uma maneira de diminuir Imposto de Renda, está certo? No passado, o que a Sudene fazia a mais era diminuir no Imposto de Renda.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Não iria estender para a Região Centro-Oeste?

O SR. GUIDO MANTEGA – Quando eu falo região da Sudene, eu falo Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Estão juntos nisso.

E a desoneração plena de bens de capital. Veja, nós temos trabalhado nessa direção. O que mais temos desonerado é o investimento, porque achamos que o investimento é a mola mestra do crescimento. Então, nós temos feito isso.

Dos tributos federais, a maioria já está desonerada. Já tiramos IPI, falta só o PIS/Cofins. E como está prevista uma reforma do PIS/Cofins, nós deveremos também diminuir o impacto, o peso do PIS/Cofins sobre o investimento. Já não há uma série de outros tributos e temos dado depreciação acelerada em vários programas. Essa é a direção.

Parece que estou sendo avisado de que o meu tempo está se esgotando. Eu vou ser mais rápido.

De fato, o Senador Armando Monteiro aborda uma questão importante, que é a substituição tributária, o avanço da substituição tributária, que nada mais é que aumentar o tributo estadual, muitas vezes na esteira da redução do tributo federal. Isso realmente é preocupante. Tenho ouvido reclamações de empresários. Só que não é uma questão exatamente do Governo Federal. Não sei como poderíamos interferir porque há a questão da autonomia dos governos estaduais. É claro que nós sempre poderemos dialogar com os governadores, dizendo: “Olha, mas se você desonerar também, o crescimento vai ser maior no seu Estado”. É bom lembrar que o objetivo das desonerações não é arrecadar menos. A desoneração, mesmo quando feita pontualmente, acaba recuperando a arrecadação. É isso que é preciso ter em mente.

Só para citar um exemplo aqui, em 2009, nós reduzimos o IPI de carros. Por quê? Porque a indústria automobilística é uma das maiores indústrias, tem um poder multiplicador muito grande. E, aí, alguns reclamaram: “Ah, mas diminuí o Fundo de Participação porque...”. Bom, se nós não tivéssemos feito

aquela desoneração, a produção e a comercialização de carros cairiam e, aí sim, é que diminuiria o bolo a ser dividido. Com a desoneração que fizemos, houve uma recuperação rápida da venda e da produção de carros, de modo que isso foi recuperado, e recuperado em outros tributos, porque você não ganha no Fundo, mas ganha em mais ICMS. E ganhamos mais em PIS/Cofins. Eu tenho as contas, que mostram que há uma vantagem para isso. E quando fazemos as mesmas outras desonerações, qual é o objetivo? É arrecadar mais com o crescimento maior do País. Não é com alíquotas maiores, penalizando o produtor, mas fazer com que o produtor produza mais, arrecade mais, tenha uma lucratividade maior e pague Imposto de Renda, pague IPI, pague ICMS, pela atividade econômica mais forte que ele terá.

Os Estados todos têm exemplos de como é bom arrecadar, e de como arrecadaram mais. Se nós olharmos a arrecadação de 2007, 2008, 2009 e 2010, a arrecadação estadual e municipal cresceu muito, graças ao crescimento maior do País, graças aos lucros e graças à formalização, pois houve um grande processo de formalização. Todos ganham quando o País cresce mais. Desonerar é bom porque ele cresce mais e a arrecadação é maior.

O Senador mencionou o relatório de produtividade. Aqui, é o seguinte fator: quando o PIB cai, a produtividade cai, porque a mensuração de produtividade é produção por homem. Então, se continuam os mesmos trabalhadores e diminui a produção, é claro que a produtividade caiu. É só aumentar o PIB que a produtividade volta. É claro que não podemos descuidar da questão da produtividade, mesmo porque houve, ultimamente, um aumento maior do setor de serviços do que do setor da indústria, e a mão de obra empregada no setor de serviços tem uma produtividade menor do que a da indústria. Ela usa menos equipamentos, menos tecnologia. E nós temos que cuidar disso. A resposta para isso é mais educação, mais qualificação dos trabalhadores, utilização de mais tecnologia, maquinários, investimentos de todo mundo e inovação tecnológica, mas, fundamentalmente, aumentar o crescimento porque aumenta a produtividade.

Acelerando um pouco, o Senador Wilder Moraes, de Goiás, sugere que seria melhor manter duas alíquotas e não uma, 7,4%, ao invés de irmos todos para 4%, que, de fato é o ideal. Seria o melhor, ficaria tudo mais homogêneo, digamos. Eu mostrei uma tabela, aquela com os quadros vermelhos, que mostra que nós podemos, talvez, alterar ritmos. Quando você faz do Nordeste para o Centro-Oeste e para o Nordeste do Centro-Oeste, você pode aumentar o ritmo da queda do tributo. Ou quando você faz entre as várias regiões.

Há várias possibilidades, e nós podemos discutir algum ajustamento. Eu acho que, no final das contas, o ideal é que todos vão para 4%. Agora, existe alguma flexibilidade no encaminhamento disso, a partir das regiões. Essa é uma questão que deverá ser discutida pelos Senadores aqui, na Comissão, para avançar.

A mesma coisa é uma questão levantada pelo Senador Romero Jucá e por outros Senadores, quanto à validade para frente dos benefícios que já foram concedidos e que serão, digamos, anistiados, que serão validados. Eu não sei quais são os detalhes jurídicos, mas se você está aprovando aquele benefício que foi dado lá atrás, você está aprovando até ele se extinguir. Eu não entrei em detalhes na discussão, mas vamos entrar nos detalhes. De modo que vamos discutir essa questão. Parece-me que faz sentido, pois o benefício concedido não é um novo benefício, é aquele que já foi concedido, e que ele permaneça até a extinção.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Ministro, e fixando um prazo de corte.

O SR. GUIDO MANTEGA – Sim, se não, você pereniza. E o caso não é perenizar. Essa também é uma questão a ser negociada aqui na Comissão, com a nossa contribuição.

Acho que já respondi as outras questões.

O Senador Cristovam Buarque fala de pacotes corretores. Mas não se trata disso, Senador. Nós temos uma política econômica muito bem delineada. Eu já estou há dez anos aqui no Governo, e essa política continua e ela implicou em mudanças estruturais da economia brasileira. Então, mudanças na estrutura de financiamento, mudanças na estrutura tributária, mudanças na política monetária, mudanças na política industrial, pois não havia política industrial; mudanças que vieram para ficar.

Claro que, quando se coloca momentos de crise, você tem de também apagar os fogos que se acendem aqui e acolá, está certo? Então, ao lado das medidas estruturais, que podem ser muito bem lidas em nossa política econômica, que já vem de algum tempo – e o senhor bem a conhece, porque até participou da elaboração de uma parte no passado –, nós temos também de fazer medidas pontuais, mas que são em menor número e são para apagar fogueiras pontuais. Por exemplo, as desonerações. Uma desoneração da folha de pagamento é uma medida estrutural. Nós estamos reduzindo o custo do trabalho perenemente, e isso é aplaudido por todos que estão colocando. Ou seja, é bom para os empresários, é bom para os trabalhadores. Então, essa medida veio para ficar. Redução de tributos sobre investimentos também veio para ficar. A redução da cesta básica também veio para ficar. As novas políticas fiscal e monetária estão aí e são as

mesmas que nós estamos fazendo. Agora, IPI e IOF são tributos regulatórios e não arrecadatários. Tributos regulatórios servem exatamente para poder calibrar a economia diante de um excesso ou de uma falta. Então, fazem-se reduções de IPI que podem ser retornadas.

No caso da indústria automobilística, nós criamos um novo regime automobilístico, que é uma política de longo prazo e que premia o investimento, reduz alíquotas, quando se dá um investimento e de tecnologia no Brasil. Então, essa é uma política de longo prazo que está aí colocada. Então, há sim uma diferença muito clara. É claro que nós teríamos de usar uma reunião inteira de Comissão para eu explicar essa política em seus detalhes e não ficar em um resumo muito rápido aqui.

As isenções de impostos obedecem a essa política de forma muito clara. Portanto, nós não estamos dando bolsa empresa. Se há algo que nós não podemos ser criticados é a falta de bolsa para os trabalhadores. Então, as bolsas são para os trabalhadores. Além das bolsas, nós temos um volume grande de transferência de renda. O Estado brasileiro hoje transfere renda para o segmento da maior parte da população de várias maneiras: aposentadorias, programas sociais e tudo o mais. Agora, é claro que se as empresas não crescerem e não investirem, não haverá emprego. Então, não dá para fazer só benefícios para os trabalhadores. É preciso que haja benefícios para as empresas também, porque são elas que geram os empregos necessários para os trabalhadores.

Eu acho que já respondi com relação à questão de ferrovias. Como eu disse, nós temos aqui 10 mil quilômetros de ferrovia. Eu acredito que uma parte dessas rodovias e ferrovias vão beneficiar o Centro-Oeste. Há uma ferrovia importante – eu não sei o nome dela –, ela sai do Centro-Oeste e vai até o litoral...

A SRª LUCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Tem uma que vai para Campos. Sai de Goiás e vai para Campos.

O SR. GUIDO MANTEGA – Não. Uma que vai para o Espírito Santo. E tem outra que pega o Porto de Açu e outros portos que têm ali. Então, existem várias que vão beneficiar esse escoamento. Acho que vão beneficiar todo o País.

A constitucionalização dos fundos, acho que não é necessária, porque a lei não prevê isso. Mas, prevê que esse tipo de fundo seja criado por lei ordinária. Poderia...

A SRª LUCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Ministro, a constitucionalização é mais para uma segurança futura disso.

O SR. GUIDO MANTEGA – Veja. Não sou necessariamente contra. É que a lei diz que o que pode

ser feito pela menor lei pode ser feito pela maior. Mas isso deve ser discutido.

Os fundos são operados pelos Estados – eu já tinha respondido.

A SR^a LUCIA VÂNIA (PSDB – GO) – A assimetria das alíquotas.

O SR. GUIDO MANTEGA – A assimetria das alíquotas aí é uma discussão entre os Senadores para ver como é que ficam as alíquotas. Ali está a proposta e cabe fazer ajustes, alguns ajustes, e nós estaremos colaborando para viabilizar...

A SR^a LUCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Os encargos da dívida retroativos a janeiro?

O SR. GUIDO MANTEGA – Eu não sei se é possível. Mas, se depender de mim, será sim. Se depender de mim, o será. Na verdade, o novo índice de correção da dívida ir para janeiro... Isso é possível. Acho que é possível, não sei. Isso é tranquilo, então. Nosso desejo é esse. Nós já gostaríamos de ter aprovado essa mudança, mas, por motivos alheios à nossa vontade, isso ainda não foi votado.

A SR^a LUCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Ministro, existe um espaço para renegociar essa questão da assimetria das alíquotas? Existe um espaço?

O SR. GUIDO MANTEGA – O espaço é aqui na Comissão...

A SR^a LUCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sim, mas o Governo acha viável isso?

O SR. GUIDO MANTEGA – Nós achamos que é melhor ir para uma alíquota de 4%. Os tempos é que podem ser mexidos. Nós já mexemos uma vez. Pode-se mexer no tempo. Mas acho que, no futuro, nós teremos de dar o tempo necessário para que os Estados em desenvolvimento possam se ajustar. É essa a filosofia. Mas acho que é melhor uma homogeneidade na alíquota para o futuro, para que eles ganhem não nessa alíquota, mas no ICMS que cobram da atividade que se processa ou nas vendas nos Estados.

Bom, eu acho que também já respondi uma parte das colocações do Pimentel sobre a questão do financeiro versus orçamentário.

A SR^a LUCIA VÂNIA (PSDB – GO) (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Lúcia Vânia, é que já são dez para as duas horas. Nós agora teremos de ir para o encerramento da sessão.

O SR. GUIDO MANTEGA – Eu falei que sou favorável, desde que isso seja favorável e com tempo limitado.

Então, em relação a projetos que o Senador Pimentel mencionou, esse do PIS/COFINS etc, são to-

dos projetos que não devem, a meu ver, ser colocados aqui, ou nós não conseguiremos avançar.

Mesmo o Senador Pedro Taques tinha falado: “Vamos colocar todos os projetos em discussão ao mesmo tempo, *royalties*, Fundo de Participação...”. Eu penso que se nós colocarmos todos juntos, nós não vamos sair do lugar, porque cada um deles é mais complexo que o outro. Então, nós vamos juntar todos os conflitos. É melhor resolver um conflito e depois resolver outro conflito, sendo que as matérias já estão aqui.

Então, sugiro que se discuta isso nas outras Comissões.

Em relação às colocações feitas pelo Senador Pedro Taques. A questão que ele coloca, que os Estados que têm melhor infraestrutura vão atrair mais as empresas. Eu estou de acordo, por isso estamos criando esse Fundo de Desenvolvimento Regional e mais os programas de infraestrutura que nós estamos fazendo.

Ele falou de uma ferrovia, Cuiabá-Santarém, não sei se ela está colocada aqui no plano. Ele diz que... O trem-bala não ocupa o lugar de outras ferrovias, tanto que nós estamos apresentando um programa de 10.000km de ferrovia, o que é muito ambicioso e, conjuntamente, o trem-bala, está certo? Então, vem se somar e melhorar o transporte do País em várias regiões.

Eu creio, Senador Lindbergh, que tentei responder a todas as perguntas, mas estou à disposição para novos esclarecimentos quando forem necessários.

Eu agradeço a oportunidade de estar aqui, mais uma vez, para defender este projeto de unificação do ICMS, porque eu o considero muito bom para todo País e muito bom para o desenvolvimento do Brasil e dos brasileiros.

Estou à disposição para continuar trabalhando com a Comissão que deverá trazer esse projeto até a sua solução final. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Ministro, agradeço muito V. Ex^a pela atenção. V. Ex^a respondeu as pergunta de todos os Senadores. Vamos trabalhar com este calendário. Senador Delcídio Amaral vai apresentar seu relatório no próximo dia 16.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta reunião conjunta.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 55 minutos.*)

ATA DA NONA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2013, ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dezenove horas e oito minutos do dia vinte e cinco de março do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Cristovam Buarque, Sérgio Souza, Luiz Henrique e Ana Amélia. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, José Pimentel, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Jader Barbalho, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues. A Presidência declara aberta a Reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de Audiência Pública, a fim de debater a dívida dos Estados e Municípios, tendo como expositores o Sr. Francisco Lopreato, Professor da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; o Sr. Roberto Piscitelli, Professor da Universidade de Brasília – UNB; o Sr. Weder de Oliveira, Ministro do Tribunal de Contas da União; o Sr. Marcos de Barros Cruz, Secretário Municipal de Finanças do Município de São Paulo; e o Sr. João Pedro Casarotto, Membro da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais – Febrafite, em atendimento aos Requerimentos da Comissão de Assuntos Econômicos nºs 4 de 2013, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy e outros, 16 de 2013, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, e 19 de 2013, de iniciativa da Senadora Ana Amélia. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Ana Amélia, Luiz Henrique e Sérgio Souza. É concedida a palavra, ainda, à senhora Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 9ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta: audiência pública.

Finalidade: debater dívida dos Estados e Municípios.

Requerimentos de realização de audiência pública: Requerimento nº 4, de 2013, Senador Eduardo Suplicy e outros; Requerimento nº 16, de 2013, Senador Lindbergh Farias; Requerimento nº 19, de 2013, Senadora Ana Amélia.

Convidados: Francisco Lopreato, Professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Roberto Piscitelli, Professor da Universidade de Brasília; Weder de Oliveira, Ministro do Tribunal de Contas da União; Marcos de Barros Cruz, Secretário Municipal de Finanças do Município de São Paulo; João Pedro Casarotto, membro da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos (Febrafite).

Os convidados já se encontram no plenário da Comissão.

Informo que o outro convidado, Sr. Fernando Rezende Silva, justificou sua ausência em virtude de estar viajando e ter assumido compromisso fora de Brasília.

Chamo todos os convidados a tomarem seus lugares à Mesa. *(Pausa.)*

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições por dez minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelações pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos... Vamos ampliar para cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta ao interpelado.

Com a palavra, o Sr. Francisco Lopreato, Professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O SR. FRANCISCO LUIZ CAZEIRO LOPREATO – Boa noite aos colegas da Mesa, seleta plateia, quero agradecer, em primeiro lugar, o convite bastante honroso de poder discutir esta questão palpitante. A exposição é bastante rápida, mas a ideia é apresentar mais a proposta. Então, vou tentar ser bastante breve.

A primeira questão que quero colocar é sobre a própria Lei nº 9.496, de 1997. A gente deve considerar o momento em que ela foi feita. Naquela época, houve uma crise bastante grande dos governos estaduais, se impôs um programa muito duro de ajuste fiscal, sobre o que talvez eu tenha uma série de críticas, mas talvez, naquele momento, não havia muitas alternativas. E o Brasil precisava passar por uma reforma que se arrastava já há muito tempo, desde os anos 80, e que

foi bastante agravada pelas condições das altas taxas de juros do começo do Plano Real.

Então, acho que, naquele momento, ainda é aceitável até mesmo a ideia do IGP-DI, que foi o índice de correção que, naquela época, era um índice muito usado, dava um grande subsídio aos quatro principais Estados do Brasil, que foram mais beneficiados com essa renegociação. Naquela época, até que se justificava.

O momento agora é outro, nós estamos numa situação, o quadro econômico mudou.

Pode mudar, por favor.

Nós estamos num momento de estabilidade bem maior. A questão, agora, não é simplesmente como era no caso dos anos 90, buscar um ajuste a qualquer custo. Nós temos que pensar que temos que elevar o PIB e crescer. Isso faz parte da nova situação. Agravou-se ainda mais isso com a queda da taxa de juros recente. Isso, do meu ponto de vista, a queda da taxa de juros, tornou esse programa de renegociação da dívida insustentável nos moldes atuais. Não dá mais para pensar em nós mantermos essas condições da mesma forma como foi criada lá em 1997. Nós temos que pensar em mudanças. E mudança eu acho que não é rasgar regras. Aqui há uma situação de que a situação mudou, é um quadro que mudou, e nós temos que nos adaptar a essas mudanças.

Eu pus um quadrinho, mas acho que só para mostrar muito rapidamente que, num começo do período de 1997, 1998, até mesmo em 2006, se pegássemos o IGP, era mais baixo que a Selic. Depois, a maior parte do tempo, depois de 2007, a Selic passou a ser mais baixa na maior parte do tempo, mas o que é importante é que, se nós pegarmos o IPCA – eu pus aí IPCA mais 2% –, nós veremos que, em todos os anos, o IPCA é mais baixo.

Então, eu acho que, como se tornou insustentável, nós temos necessidade de mudança. Nós temos que adaptar os parâmetros de atualização não só do saldo devedor, a uma trajetória sustentável. Não dá mais para...

Agora, a repactuação envolve dois tipos de problemas a que nós temos que estar bem atentos, porque, senão, empaca. Nós temos que pensar: primeiro, há um envolvido, há um problema que se envolve com a questão federativa; a outra questão é de natureza fiscal.

Claramente, na hora em que nós mexermos, o superávit primário dos governos subnacionais vai cair. Se nós mantivermos a questão de algum tipo de meta para superávit, isso vai rebater na União. Então, nós temos um problema fiscal e temos um problema de como é que se distribui a questão de quem paga o quê, como e como se distribui isso. Temos que destacar os Estados e os Municípios, mas também temos que

pensar que há necessidade de não sobrecarregarmos as finanças do Governo Federal.

Por isso, há necessidade de pensarmos essas duas questões. Caso contrário, se tentarmos puxar muito para um lado, isso vai causar dificuldades para o Governo Federal aceitar a negociação e vai emperrar. Aí ficaremos no pior dos mundos. Eu acho que nesse sentido que é a minha proposta.

Bom, partindo... Para não estourar o tempo... O mais importante, eu acho, é a ideia da proposta.

O que nós temos em mão é o projeto complementar do Executivo, que fala em IPCA mais 4% ou em Selic. Eu acho que está meio superado, porque acho que, se nós pegarmos a meta de inflação, o ponto básico e o ponto mais alto, o teto da meta, se nós chegarmos a uma taxa de inflação da ordem de 6% ou 5,5%, nós teremos, com mais 4%, 9,5%, o que está fora de qualquer prognóstico hoje da taxa de juros maior, não atende aos interesses dos governos subnacionais e não resolve muito o problema.

A minha posição no momento seria a seguinte: eu defendo IPCA mais juros de 2%, tendo como teto a Selic – vale da mesma forma que está posto no projeto federal.

Eu acho que o indexador começaria a valer, como também está no projeto, a partir do momento em que for feita essa renegociação.

Em termos de teto de comprometimento, eu acho que é possível negociar algo em torno de 10%, 12%. Hoje, nós temos 13%. Eu acho que poderíamos abaixar isso.

Agora, o que eu gostaria de destacar é que, à medida que se muda o indexador para uma nova taxa, os governos subnacionais vão poupar recursos, vão deixar de gastar com o pagamento de juros da dívida. Eu acho que, aí, nós deveríamos definir que o valor que deixar de ser pago pela mudança do indexador e dos juros – o que deixar de ser pago – os governos subnacionais terão que gastar em recursos de investimento. Onde vão gastar? Eu acho que seria um acordo...

(Soa a campanha.)

O SR. FRANCISCO LUIZ CAZEIRO LOPREATO

– Já estou terminando. Dois minutos.

Seria um acordo com o Governo Federal para estipular onde gastar isso. Não quero fixar, porque cada Estado tem uma especificidade – o que talvez seja infraestrutura de transporte para um talvez; para outro, não sirva. De qualquer forma, o ponto básico é que seja gasto em investimentos.

Só para concluir, poderíamos fazer seria talvez um fundo com os recursos dos governos subnacionais e negociar com a União a devolução de uma parcela dos recursos que ela recebe para compor esse fundo.

Isso é um processo de negociação com a União, mas, de qualquer forma, o que é fundamental, no meu ponto de vista, é que os governos subnacionais se comprometam a poupar esse recurso, que deixa de ser gasto da forma como era antes e passa a ser gasto em investimentos, despesa de capital, acertado em comum acordo com a União.

É isso, por enquanto.

Muito obrigado pela atenção. Desculpem-me por exceder o prazo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu agradeço ao Prof. Francisco Lopreato.

Quero dizer que já chegou Marcos de Barros Cruz, nosso Secretário de Finanças do Município de São Paulo.

Quero anunciar também, Senador Sérgio Souza, a presença aqui do Senador Luiz Henrique, do Senador Eduardo Suplicy e do Senador Pedro Taques.

Com a palavra agora, o Sr. Roberto Piscitelli, Professor da Universidade de Brasília.

O SR. ROBERTO BOCACCIO PISCITELLI – Boa noite. Muito grato pela oportunidade.

Na realidade, eu tinha preparado alguma coisa para falar durante meia hora. Como são 15 minutos só, eu vou entrar direto nas propostas. Havia uma série de antecedentes que eu achava, de qualquer maneira, importante considerar, mas, devido à limitação de tempo, vamos logo para as propostas.

Eu acho que há quatro pontos fundamentais, há quatro aspectos essenciais a serem abordados nessa questão.

Além das propostas que nós temos visto e que têm circulado, a proposta do Governo parece-me, de certa forma, limitada, restrita. Ela é incompleta e não é, eu diria, conclusiva, do ponto de vista da solução para a questão da dívida.

Então, vamos a esses quatro pontos.

O primeiro ponto é a questão – todo mundo sabe – da mudança do indexador. Isso é consensual. A questão é que o indexador não é consensual. A maior parte das propostas sugere o IPCA, e, de modo geral, todo mundo acha que o IPCA é melhor, é muito bom, etc., é o índice oficial de inflação.

Particularmente, do meu ponto de vista, eu preferiria que não ficássemos atrelados a um índice de inflação. Isso, aliás, já é uma crítica recorrente, em razão do caráter inercial que a aplicação desses indexadores provoca na economia, enfim, da resistência à própria queda da inflação em função de tantos contratos e tarifas serem reajustados com base nesses indexadores.

Acho que é preciso que a economia brasileira vá se desvinculando, cada vez mais, dessas amarras. Por outro lado, eles estão sujeitos, ainda que o IPCA

menos que o IGP-DI, a uma razoável variabilidade e, até certo ponto, a uma certa imprevisibilidade.

Alguns também falam na Selic. Eu tenho muitas dúvidas com relação à Selic. Houve momentos em que a Selic esteve na estratosfera. Agora, felizmente, está nos níveis mais baixos. Mas não me parece, de qualquer maneira, muito apropriado a gente utilizar um indicador específico do mercado financeiro, da política monetária, que é um instrumento que o Banco Central utiliza para controle da inflação, entre outras finalidades, entre outras funções, e que também está sujeito a grandes e súbitas variações – e nós vimos isso no passado. Então, eu descartaria essas hipóteses até agora aventadas.

Eu sugeriria – e acho que é muito razoável, não sei se há resistência, logicamente, será maior –, que o índice fosse a TJLP. Afinal de contas, é com a TJLP que o Governo agracia a iniciativa privada, sobretudo as grandes empresas, os grandes empreendimentos, e é compatível com uma perspectiva de longo prazo e de estabilidade, o que é mais compatível, inclusive, com a natureza da própria dívida com os Estados.

A gente sabe que, em muitos casos, o Governo vem subvencionando muitos negócios privados. E é paradoxal que haja uma diferença tão grande, digamos assim, do tratamento que o Governo tem em relação à iniciativa privada e do tratamento que ele mantém com os seus próprios entes, com os outros entes federados.

Acho que o mais razoável, acho que a tentativa deveria ser no sentido exatamente de aplicar a TJLP. A discussão, politicamente falando, ficaria, talvez, para um pouco mais à frente, no momento em que tiver que bater o martelo.

O segundo ponto é a questão da taxa de juros. As taxas de juros hoje praticadas nesses acordos são inconcebíveis. Eu diria que, hoje, o acordo da dívida é uma relação meio colonial. Eu diria que é um pacto colonial, que lembra um pouco aquilo que a gente tanto criticou no passado e denunciou nas relações entre os países e o resto do mundo.

Então, a proposta de 4%, eu ainda acho elevada e, talvez, até certo ponto, extravagante, ainda que limitada à variação do indexador mais a taxa, à Selic, à variação da Selic. Ainda acho muito elevada. Se a gente considerar, por exemplo, o próprio fato de que, hoje, a taxa de juros real no Brasil está em torno de 2,5%, se a gente comparar taxas praticadas no resto do mundo, eu diria que o limite da proposta do Governo ainda é, até certo ponto, extravagante.

Se quisermos ficar mais parecidos com o mercado internacional, eu acho que temos que reduzir essa taxa, se quisermos manter a sistemática de indexador mais taxa. Evidentemente que o primeiro e o segundo

ponto se fundiriam, à medida que, se a gente adotasse a TJLP, fundiria a questão, a discussão do indexador com a taxa de juros num único indicador.

O terceiro ponto é o fato de o comprometimento da receita ter sido pouco discutido nas propostas. De modo geral, as propostas oficiais ou mais ou menos oficiais, digamos assim, não tocam nesse ponto. De qualquer maneira, os 15% que atingem o comprometimento em alguns casos é algo muito elevado, tendo em vista uma série de fatores que a gente deve levar em conta. Quer dizer, o percentual das despesas obrigatórias, que são recorrentes, as despesas fixas; o elevado nível de vinculações, que são crescentes e que têm sido crescentes, no caso da educação e da saúde – 25% na educação, 15% na saúde. Então, a gente vê, com isso, que a margem para investimentos, se houver, é reduzidíssima.

Daí por que se poderia avançar no sentido de propostas na linha da emenda que propõe o nosso ilustre Presidente da Comissão, inclusive uma Emenda à Medida Provisória nº 600, que talvez até não seja acolhida em função do argumento muitas vezes utilizado de que a matéria é estranha. Quer dizer, a matéria estranha muitas vezes não está contida no texto da medida propriamente dita que vem do Executivo, mas as emendas sempre são estranhas às matérias ou à diversidade de matérias que cada medida provisória contém.

Então, acho que se tem que avançar numa proposta nessa linha que permitisse, vamos dizer assim, destinar uma parte ou reverter, como disse o professor, devolver o que talvez dispensasse a lei complementar – a gente precisa examinar melhor isso aí –, de modo que ainda que não se reduzisse o nível de comprometimento, que destinasse uma parte desse percentual ou vinculasse a projetos de investimento. Isso funcionaria como uma espécie de abatimento da prestação.

E aí eu chamo a atenção, professor, para o fato de – a gente talvez tenha tempo de discutir isso mais adiante – que a própria questão do superávit primário deve ser discutida em função de esses investimentos, no caso, os Estados, serem ou não incluídos no conceito, como no âmbito federal. É outra discussão que a gente precisa fazer.

A discussão aqui, ou a polêmica se centra em quanto montaria esse percentual e na caracterização desses investimentos. Quer dizer, não se pode perder de vista que o controle rigoroso deveria ser exigido em relação a essas aplicações, sob pena de que, se as aplicações não fossem feitas, digamos assim, deveria haver um mecanismo de reversão ou, enfim, devolução.

Vários critérios são viáveis. Eu imaginei alguns, a título só de anotação, mas essa é uma discussão muito

ampla. Poderíamos, por exemplo, destinar essas parcelas para funções específicas, como educação, saúde etc., mas sempre como acréscimo, como novidade. O grande risco que a gente tem quando adota esse tipo de medida no Brasil é de que essas diferenças substituam os valores ou as dotações que já estão mantidas – o caso da CPMF – nos orçamentos para aquela função específica. Esse é um cuidado que se deve ter.

Em qualquer caso, esses investimentos deveriam constar dos respectivos PPAs. Uma ideia poderia ser a de que esses projetos fossem complementares ou paralelos aos do PPA federal, ou do PAC, ou de programas de âmbito necessariamente nacional ou regional.

A definição de tais projetos – é outra discussão – teria que passar provavelmente por algum tipo de instância, vamos dizer assim, que os homologasse. Cheguei a imaginar, mas eu precisaria pensar mais, aprofundar essa ideia, que esses projetos passassem por uma espécie de crivo das respectivas bancadas estaduais ou regionais no Congresso Nacional. Há que se ver se isso funcionaria do ponto de vista constitucional e legal.

Aqui há duas questões importantes. Aliás, o quarto ponto, o último que quero abordar e que também quase não tem sido citado, ou tem sido muito pouco, só marginalmente: é a questão do saldo devedor remanescente final, que certamente vai provocar a extensão dos contratos ou de boa parte dos contratos de 30 para 40 anos. É pena que a gente não tenha muito tempo para mostrar essas coisas.

Houve há pouco tempo um trabalho feito por um consultor aqui do Senado, Marcos Mendes, que inclusive cita uma tese de mestrado ou de doutorado mostrando qual seria a situação dos saldos devedores se pagas regularmente as prestações no final de 30 ou 40 anos. Em alguns casos, ainda remanesceria um enorme saldo devedor. Isso aqui lembra um pouco aquela questão folclórica. Parece que, nesse caso, quanto mais se paga mais se deve. Lembro muito aqueles contratos habitacionais que a gente tinha no passado – os mais antigos como eu –, quando se pedia uma informação para a instituição financeira onde se mantinha o financiamento para aquisição da casa própria porque o juro era dedutível do Imposto de Renda àquela época. Era muito curioso porque, nos demonstrativos, vinha muitas vezes a amortização como uma parcela negativa. Isso é muito curioso.

Como o limite mensal para o pagamento das prestações, o que ocorreu ao longo do tempo foi que se avolumaram essas diferenças ao longo dos anos, inclusive com juros sobre juros, porque essa parcela que não é paga mensalmente se incorpora ao saldo devedor, que, por sua vez, vai sofrendo incidência na

capitalização composta. Bom, isso é quanto ao saldo para o futuro, o que fazer com ele lá na frente, ao final do contrato, inclusive para evitar que haja essa extensão de prazo de 30 para 40 anos.

A outra questão é um desdobramento desse quarto ponto, quer dizer, o próprio saldo devedor atual, porque isso envolve uma discussão muito delicada. Se nós deixarmos para resolver o problema lá na frente, ao final de 30 anos – nós estamos na metade do prazo de vigência desses contratos –, ou se recalcularmos os saldos devedores atuais mediante uma revisão retroativa...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO BOCACCIO PISCITELLI – Pela aplicação de um outro indexador e de outra taxa de juros, o que obviamente vai enfrentar uma resistência muito grande por parte do Governo Federal. Então, isso é outro desdobramento. Se isso funcionaria para frente ou só para frente ou se funcionaria para trás. No primeiro caso, trata-se de liquidar os contratos no período original de sua vigência, 30 anos.

O que fazer com os saldos devedores remanescentes, que não deverão ter novos acréscimos, se forem aplicadas novas regras a partir de agora? Essa é uma questão que deve ser discutida. Poder-se-ia simplesmente baixá-los, ainda que como uma espécie de insubsistência de ativo da União, sem impacto formal no resultado desses exercícios futuros. Eu nem sei se a contabilidade da União está registrando isso nos ativos. Ou, então, outra hipótese seria constituir uma espécie de provisão, um fundo para amortização gradual desse saldo devedor remanescente ao final desses 30 anos.

Em tese, essa baixa até poderia ser imediata. E, daqui para frente, nos próximos 15 anos, não mais transferindo ou capitalizando esses excessos mensais provenientes das diferenças entre as prestações devidas e os limites de comprometimento da receita.

No segundo caso, a alternativa seria recalcular os saldos devedores desde o início ou a partir de certo momento de acordo com as novas regras, mais favoráveis. É a proposta, por exemplo, da Febrafite. Vai na linha da proposta da Febrafite. Nesse caso, isso geraria uma espécie de crédito para os devedores pelas diferenças a menor em relação ao que eles já teriam pago, em relação ao que eles já pagaram. O somatório dessas diferenças seria deduzido do saldo devedor dos contratos, não necessariamente do valor das novas prestações. Mas do saldo final.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO BOCACCIO PISCITELLI – Para concluir, a adoção desse conjunto de medidas, eu acho que pode se dizer que não afeta as metas

globais de superávit do setor público como um todo. E é mais do que oportuno, necessário, urgente e indispensável fazer isso, para destravar esse contencioso que envolve as disputas em torno da autonomia dos entes federativos. É uma das questões. Digamos que há muitas outras. Mas essa é a mais urgente e requer uma solução imediata.

É diferente, por exemplo, da situação do Fundo de Participação dos Estados e do próprio ICMS, que pode ter uma solução gradual, que provavelmente terá que ser uma solução gradual, como talvez fosse até a questão dos *royalties* também, né? E acho que, futuramente, o Fundo de Participação dos Municípios, que ainda não foi citado, mas que também é uma questão que vai envolver a rediscussão do pacto federativo.

Enfim, eu acho que essa é a única saída para que se recupere a capacidade efetiva de gerir recursos e de possibilitar aos Estados que voltem a executar, que sejam capazes de executar políticas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Professor Roberto Piscitelli. Fica parecendo aos Senadores que eu sabia da posição de V. Ex^a em relação à TJLT. Mas eu não sabia, professor. Fica parecendo que eu convidei porque eu defendi aqui que fosse TJLP, porque, de fato, eu tinha preocupação com IPCA, com indexação, e a Selic é instrumento de política monetária. Foi uma sugestão, mas apenas eu defendi essa tese aqui.

Mas parabênizo V. S^a pela exposição e passo a palavra ao Sr. João Pedro Casarotto, membro da Federação Brasileira das Associações Fiscais de Tributos Estaduais, Febrafite.

O SR. JOÃO PEDRO CASAROTTO – Muito obrigado pelo convite, Senador Lindbergh Farias, membros da Comissão. Deixo registrado também o agradecimento à Senadora Ana Amélia por ter assinado o requerimento. Cumprimento todos os presentes em nome do nosso Presidente da Febrafite, Roberto Kupski. A nossa tese trata do refazimento do programa e de aspectos inconstitucionais da Lei Federal nº 9.496.

O estudo que vamos apresentar abrange o período de 1999 a 2011. Nesse período, o saldo inicial em 1999 era de R\$93 bilhões, da dívida. Os pagamentos dos Estados foram de 158 bilhões, e o saldo devedor, em dezembro de 2011, R\$369 bilhões. Em fevereiro de 2013, nós já estávamos com um saldo de R\$396 bilhões, portanto, R\$400 bilhões.

Por que isso aconteceu?

Aconteceu porque o contrato menos oneroso, aquele que adotou o IGP-DI mais 6%, teve encargos contratuais nesse período de 589%. Se decomposermos esses 589%, vamos encontrar que a variação do IGP-DI, tida como grande problema do contrato, na

verdade é o menor dos problemas, porque o grande problema foram os juros. Os juros representam 373% dessa variação contratual. Se, dos encargos contratuais desse período, 589%, descontarmos a inflação medida pelo IPCA, que é a perda do valor aquisitivo da moeda brasileira, temos que a União tomou dos Estados 456%. Isso significa uma cobrança de juro real acima da inflação de 14% ao ano!

E, se nós compararmos agora com o que a União pratica... Não estamos criticando os programas da União – por favor; são bons, são ótimos –, mas temos de comparar o que os Estados pagam com o que nós entregamos de dinheiro para a iniciativa privada: 2,5% no PSI/bens de capital fixo, taxa fixa, sem juros, sem correção monetária.

A partir desse contrato, foram-se criando uma série de mitos, e nós nos propusemos, com todo o respeito a quem pensa diferente, a desconstruir esses mitos.

O primeiro mito é de que, na época, havia uma farra financeira dos governadores e de que isso teria gerado a grande dívida que foi renegociada na época. Na verdade, nos anos 90, os Srs. Senadores sabem muito bem que Plano Real, Lei Kandir, desvalorização cambial, restrição ao crédito, aumento de compulsório bancário, tudo isso gerou menos atividade econômica, menos receita nos Estados, e, acompanhado dos juros altos que os Estados tiveram de praticar nos seus títulos, tivemos mais gastos. Isso gerou um descontrole total das finanças estaduais.

Para que tenhamos só um exemplo drástico disso: em novembro de 97, a taxa Selic anual praticada foi de 45,67%, enquanto naquele mês, novembro de 97, a inflação já estava em 0,17%. Portanto, inflação zero. E a União, naquele mês, quando foi impulsionalizada uma série de assinaturas de contratos, estabeleceu uma taxa Selic de 45% anual.

E essas dificuldades econômicas, não somos nós que estamos dizendo, o Governo Federal, nos relatórios encaminhados ao Congresso Nacional, admite que as dificuldades financeiras enfrentadas pelos Estados decorreram de mudanças econômicas ocorridas naqueles anos. Isso está nas prestações de contas enviadas desde 2008 a 2011 ao Congresso Nacional.

Mito nº 2. Os bancos estaduais estavam mal administrados. É importante dizer que, junto com a Lei nº 9.496, temos aqui o saldo devedor do Proes. Os bancos estaduais eram mal administrados. Muito bem. O que nós tivemos naquele período? O sistema bancário brasileiro teve um grande problema de solvência e liquidez, a começar pelo Proer. Os bancos estavam com um problema sério, principalmente, e que aqui não se diga que não há algum tipo de problema de questão ética, mas a base principal foi a queda da inflação, que

reduziu o ganho dos bancos em 50%, o que, segundo estudo publicado pelo Banco Central, eram decorrentes do processo inflacionário. Tivemos, em 1995, o Proer, e os prejuízos dessa reconstrução, desse salvamento ficaram por conta do Banco Central. O Proes veio salvar os bancos estaduais, e, em 2001, tivemos um programa de fortalecimento das instituições financeiras.

Portanto, não podemos admitir aquele mito de que os Estados não sabiam administrar os seus bancos, porque esse foi um problema no sistema bancário brasileiro.

Outro mito era o de que os altos encargos que os Estados têm com a dívida contraída compensam o custo financeiro da União. Examinando os relatórios de gestão da Secretaria do Tesouro Nacional encaminhados ao Tribunal de Contas da União em 2011, temos que o gasto bruto com aquela dívida contraída lá atrás pela União para custear tanto a Lei nº 9.496 quanto o Proes foi de R\$87 milhões, enquanto o total das prestações pagas pelos Estados somente no ano de 2011 foi de R\$22,8 bilhões. Se corretamente descontar-se o Imposto de Renda, no mínimo, de 15% desses R\$87 milhões, reduz-se o custo da União para R\$74 milhões frente a R\$22,8 bilhões. Isso significa 307 vezes. Isso não é 300%, senhores, é 30 mil por cento de lucro só em 2011, segundo dados do relatório de gestão da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, encaminhado ao Tribunal de Contas da União. Peguei 2011; 2010 é um pouco mais, mas a história já vem se acumulando há bastante tempo.

O mito nº 4: a União depende das prestações para sobreviver. Se pegarmos a receita da União, ajustarmos, descontarmos dela as operações de crédito, veremos que as prestações pagas em 2011 representaram apenas 2%.

Outro mito que precisamos destruir: saldo devedor dos Estados é imprescindível. Quatrocentos bilhões é muito dinheiro, não dá para escondê-lo. É verdade, é bastante dinheiro; para mim, então, é uma fortuna que não consigo nem enxergar. No entanto, para a União, se eu for examinar as suas contas, só de provisão para perdas, para cobrança da dívida ativa são R\$600 bilhões, anotados no balanço de 2011.

Portanto, o saldo devedor dos Estados era quase duas vezes menor daquilo que a União colocava de provisão para perdas. E, aí, é recorrente a questão: “isso é crédito podre”. No entanto, se examinarmos a própria prestação de contas da Presidência da República, veremos que lá está dito que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional só inscreve a dívida pública em dívida ativa após a análise de regularidade. Está dito lá textualmente, na prestação de contas encaminha-

da ao Congresso, que só será inscrita em dívida ativa quem tem liquidez, certeza e exigibilidade.

Portanto, para créditos que tenham certeza, liquidez e exigibilidade, criar-se uma provisão para perdas de R\$600 bilhões... Não estamos questionando, não sei o que está acontecendo, mas digo o seguinte: frente a isso, R\$400 bilhões dos Estados é nada.

Conclusão da Febrafite: há uma grande inconstitucionalidade. Os senhores encontram no *site* da Febrafite – já foi distribuído a todos os Senadores – o nosso trabalho uma série de conclusões, mas essa eu coloquei em função do tempo. Desrespeita os princípios da igualdade, da impessoalidade e anula a Federação brasileira. Esse é o grande problema.

A Lei nº 9.496 estabeleceu o mesmo programa para os Estados que tinham o mesmo problema e os colocavam em plena situação de igualdade. Portanto, não havia como fazer contratos já que alguns Estados tiveram sua receita comprometida em 11% e outros em 15%. Não haveria por que cobrar de uns Estados 6% e de outros 7,5%. Ferimos violentamente dois princípios constitucionais: o da igualdade e o da impessoalidade.

A questão da Federação, o nosso pacto federativo, a forma federativa de Estado está sendo derogada por um mero contrato, porque hoje as missões técnicas do que é o FMI dos Estados, que são as missões técnicas da STN, vão aos Estados e estabelecem metas. E, se não forem cumpridas, ameaça-se com a cobrança integral do saldo devedor dos bancos.

No caso do Rio Grande do Sul, no ano passado, por exemplo, foi estabelecida uma meta no sentido de que não se poderia investir mais do que 5%. É meta! Deve ser cumprida! Não pode ser mais do que isso! Portanto, um mero contrato está derogando a cláusula pétrea da fórmula federativa do Estado.

A proposta da Febrafite é o refazimento de tudo isso. Vamos reconhecer que foi mal feito; que não podia ter sido feito; que, na época, se havia críticas, ninguém poderia colocar como certeza; que aquilo era uma aposta do tipo “acho que vai dar certo, acho que não vai dar certo”. Era futuro. Hoje, nós temos certeza. Portanto, nós temos de reconhecer que foi mal feito, temos que recalcular os planos de amortização e proibir terminantemente a cobrança de juros, pois não faz sentido, num momento em que a União me causa o problema, ela, ainda assim, tem lucros extorsivos em cima das finanças dos Estados, contratos totalmente desindexados ou com a aplicação do IPCA. E a cláusula de equilíbrio econômico-financeiro, que, embora obrigatória em qualquer contrato público de longo prazo, nesse contrato casualmente não existe.

Portanto, a nossa frase é esta: nem renegociar, nem repactuar, porque isso traz embutido em si a ideia

de aceitar o que foi feito. E nós entendemos que não pode ser aceito. Nós temos que refazer o processo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço o Sr. João Pedro Casarotto, representante da Febrafite.

Passo agora a palavra ao Secretário de Finanças do Município de São Paulo, Sr. Marcos de Barros Cruz.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Boa noite a todos. Boa noite, Sr. Presidente. Muito obrigado pelo convite.

Eu vou apresentar aqui o caso do Município de São Paulo, que representa bem os desafios que muitos Municípios estão enfrentando, e apresentar as propostas em nome da Frente Nacional dos Prefeitos, que se encontrou com os Presidentes das duas Casas do Parlamento, semana passada.

O que aconteceu com São Paulo? A dívida foi acumulada principalmente no final dos anos 90, como já foi dito em outras apresentações. Ao final de 1999, a dívida totalizava 2,3 vezes o orçamento total da Prefeitura. Nesse momento, foi repactuada. Então, você teve um contrato com a União no valor de R\$11,3 bilhões, com duração prevista de 30 anos, tendo como indexador o IGP-DI com juros de 9% – originalmente 6%, mas, no final, 9%.

Acho que é importante ser ressaltado aqui o espírito dessa renegociação feita em 2000. Esse aqui é um trecho da mensagem presidencial de 2000, enviada no momento da renegociação, para cujas palavras vale a pena atentar: “foi refinanciado por mais de 30 anos com a diminuição dos encargos contratuais de forma a pagarem à União taxas bem menores do que aquelas que pagariam no mercado e mesmo menores do que a taxa pela qual a União se financia no mercado”. Ou seja, taxas menores, o que seria um subsídio explícito da União para os Estados e Municípios.

Em números, isso fica bem refletido nesse quadro, que mostra que, entre 1997 e 2000, enquanto a Selic acumulou 84%, as taxas de correção de contratos de IGP-DI+9 e IGP-DI+6 eram significativamente abaixo, representando um subsídio de 23% ou de 38%.

Agora, o que aconteceu? Como já foi mostrado pelo Professor Lopreato, ao longo dos anos, a situação econômica do Brasil mudou e, com isso, mudaram os indexadores. Esse quadro mostra os encargos acumulados desde a assinatura dos contratos municipais até o final do ano passado.

A gente vê que a Selic, que lá atrás representava um subsídio aos Municípios, totalizou 493%, enquanto o acordo do Município de São Paulo, por exemplo, de IGP-DI+9, chegou a 814%. Ou seja, ocorreu uma inversão completa: de um contrato onde, originalmente,

havia um subsídio da União para os Municípios poderem equilibrar as suas finanças, inverteu-se a lógica e se passou a ter um contrato onde a União tem uma margem de lucro muito grande em cima dos Municípios.

Eu acho muito interessante esse trecho do contrato assinado com os Municípios que fala que, em caso de inadimplência, ou seja, se o Município parasse de pagar a sua dívida ou tivesse alguma inadimplência para com a União, a taxa seria automaticamente corrigida para Selic+1. Ou seja, financeiramente, era muito mais interessante ter parado de pagar, ter caído na inadimplência e pagar a Selic+1, que hoje totalizaria alguma coisa em torno de 8%, *versus* a taxa contratual, que o Município hoje paga, que totaliza 16% quase 17%.

Eu acho que essa discussão é muito pertinente com o intuito de se rever essa mudança de contexto econômico a que chegamos.

Para o caso de São Paulo, o que significou isso? Significou uma dívida contratada de 11 bilhões lá no ano 2000, de que o Município já pagou hoje 19,5 bilhões e ainda tem como um saldo devedor 54 bilhões.

Então, acho que muito bem colocado pelo Prof. Roberto é que se paga, mas a dívida continua sempre aumentando.

Para deixar isso bem explícito, em 2012 – seguindo todos os ritos do contrato, pagando exatamente o que é definido –, o Município pagou R\$3 bilhões e adicionou R\$5 bilhões ao estoque. De forma que a trajetória da dívida que deveria ter sido atingida, que é a linha verde, que deveria atingir até 120% da Receita Líquida até 2016 está muito longe e não deve chegar lá, mesmo nos cenários mais otimistas, como retrata o nesse gráfico.

De fato, se a gente projeta o estoque da dívida a partir de 2012 até 2030, que é o final do contrato – e aqui há dois cenários mudando apenas a premissa de inflação, a premissa do IGP-DI –, o estoque remanescente ao final do contrato vai ser alguma coisa entre R\$150 e R\$250 bilhões. Ou seja, mesmo pagando em dia e conforme o contrato, vai sobrar um estoque remanescente que naquele momento vai exigir uma extensão por mais 10 anos; e, nesses 10 anos, a prefeitura teria que comprometer entre 20% e 36% do seu orçamento para o pagamento, o que é absolutamente impossível. Para se comprometer 1/3 do orçamento a pagamentos de dívida, ter-se-ia que descontinuar até os serviços mais básicos da cidade.

No ano passado, a prestação devida, segundo o contrato da dívida, era de 8 bilhões. Desses, cinco foram incrementados no saldo devedor, três foram pagos, e, a título de comparação, todo investimento da cidade totalizou também 3 bilhões. Então, a prestação

da dívida de 8 bilhões era mais que o dobro da capacidade de investimento da cidade.

Esses 3 bilhões de dívida, se fossem usados em investimentos, só para ilustração, dariam para construir 500 creches, mais três novos hospitais, mais 10km de monotrilho por ano na cidade com esse pagamento só dos juros da dívida. Se incluirmos o aumento do saldo devedor, ainda daria para construir todo ano mais 150km de BRTs, mais dez mil casas populares, e assim vai.

Então, de forma muito sucinta, porque acho que muito já foi dito pelos colegas da Mesa, as propostas discutidas pela Frente Nacional de Prefeitos têm quatro pontos. Primeiro, substituir o indexador para IPCA mais juros de 2% ou Selic, o que for menor. Acho interessante a discussão da TJLP, pode ser pensada. Neste momento, essa era a proposta que os Municípios estavam pensando.

A segunda é recalcular os saldos devedores e dos resíduos dos contratos, retroagindo desde o início da vigência utilizando a Selic como teto mensal. Isso parte do conceito mostrado de que nunca foi a intenção do contrato que os Municípios gerassem um lucro para a União. Então, isso seria só equalizar ao custo de captação da União.

O terceiro ponto, muito importante também, que é uma diferença entre os Municípios e os Estados, é possibilitar aos Municípios realizarem acordos, operações de crédito por meio de um programa de ajuste fiscal que seria firmado com a União, excepcionalizando, portanto, os limites de endividamento que foram impostos. Os Estados já têm isso na Lei dos Estados, aos Municípios não foi dada essa condição, seria muito importante abrir isso.

E, por último, como também já bastante discutido, reduzir o limite de comprometimento das receitas, no caso dos Municípios é hoje de 13%, e a proposta seria reduzir em quatro pontos percentuais. É muito bem-vinda a proposta de que isso seja dedicado a investimentos, numa conta separada.

Com isso, Senador, eu encerro.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço muito ao Secretário de Finanças do Município de São Paulo, Marcos de Barros Cruz.

Nós estamos numa audiência pública com a finalidade de debater a dívida dos Estados e Municípios. Já se pronunciaram o Prof. Francisco Loproto, da Unicamp; o Prof. Roberto Piscitelli, da UnB; João Pedro Casarotto, representante da Febrafite; o Secretário Municipal de Finanças de São Paulo, Marcos de Barros Cruz. E, agora, com a palavra, o Sr. Weder de Oliveira, Ministro do Tribunal de Contas da União.

O SR. WEDER DE OLIVEIRA – Boa noite, Srs. Senadores, demais presentes nesta audiência pública.

Agradeço a V. Ex^a pelo convite que me foi formulado.

Inicialmente, eu gostaria de dizer que a contribuição que vou trazer ao debate se baseia no trabalho mais recente do TCU sobre dívidas estaduais e municipais.

Esse trabalho ainda se encontra no gabinete do Ministro Valmir Campelo, que é o Relator, e não foi apreciado pelo Tribunal. Aqui serão apresentadas algumas análises e conclusões da nossa unidade técnica, nossa Secretaria de Macroavaliação Governamental, mas, por serem informações técnicas e matemáticas, elas já podem ser, de certo modo, trazidas aqui de forma sucinta.

Nós devemos lembrar que essas questões de endividamento público são extremamente complexas, como sempre foram no passado e vão continuar a ser.

O TCU, Tribunal de Contas da União, com esse trabalho, cumpre a sua função de auxiliar o Congresso Nacional, trazendo mais informações para contribuir com que este debate se dê da maneira mais bem informada possível.

Esse trabalho se iniciou no período de 2002/2003. Apenas para dizer da qualidade desse trabalho, foram realizados painéis de referências, que são encontros com especialistas de outras instituições, como Ipea, Banco Central, e também dos Estados, como Rio Grande do Sul, Pará, Goiás e a própria Prefeitura do Estado de São Paulo.

São dois painéis de referência, em que essas questões foram debatidas, e, depois, o relatório da equipe de auditoria foi remetido ao Banco Central e à Secretaria do Tesouro Nacional para validação. Ao final, então, conclui-se esse trabalho.

Devo também enfatizar que a ótica desse trabalho é a ótica do credor, a ótica da União nos aspectos técnicos e financeiros de patrimônio. Esse trabalho teve por finalidade fundamental avaliar se a União, se a Secretaria do Tesouro Nacional avalia bem, faz uma boa gestão dos ativos referentes às dívidas estaduais refinanciadas por meio, principalmente, da Lei 9.647, aqui já mencionada; e avaliar também os subsídios que foram concedidos pela União até o momento com essa mudança no comportamento da Selic, do IGP-DI – isso pode levar a uma reversão dos subsídios favoráveis aos Estados e possivelmente à redução desses subsídios; avaliar o histórico de pagamentos ao longo do tempo; e estimar os valores residuais a pagar após os prazos iniciais, que são de 240 meses, para alguns casos, e de 360 meses para os demais.

O trabalho analisou, no caso da Lei 8.727, de 1993, 24 Estados; na Lei 9.496, de 1997, 25 Estados

e o Distrito Federal – portanto, 100% dos valores refinanciados; e, no caso da MP 2.185, que se refere aos Municípios, os 10 Municípios que são os maiores devedores, equivalendo a 95% do total da dívida.

Eu enfatizo, mais uma vez, que todos os dados aqui coletados foram produzidos pela Secretaria do Tesouro Nacional. O Tribunal de Contas da União fez um escrutínio dessas informações e, a partir desses dados da STN, produz os números que serão apresentados logo na sequência.

O que se observa, desde já, é que a Lei 9.496 é uma certa novidade no nosso modelo federativo, porque ela permaneceu durante 15 anos sem discussões mais acentuadas, que começaram nos últimos quatro, cinco anos.

Observa-se também que, nesse período todo, os Estados responderam por cerca de um terço do esforço fiscal do setor público em matéria de resultado primário para fins de consolidação do esforço fiscal que se realizou nos últimos anos.

Nós podemos ver também uma conclusão diretamente ligada ao trabalho: o processo de gestão que a Secretaria do Tesouro Nacional faz com relação a esses ativos foi considerado compatível com a relevância, com o valor desses valores. Há um sistema de controle, de cálculo e de avaliação de saldos devedores e de resíduos e até mesmo de provável risco sistêmico de inadimplência geral, que é acompanhado pela Secretaria do Tesouro Nacional e se mostram compatíveis até o momento.

Nesse gráfico, nós vemos a evolução do resultado primário dos Estados ao longo de 2000 a 2011; na linha azul, mostrando percentual em relação ao PIB; depois, no ano de 2010, caindo em função da crise econômica e recuperando agora em 2011. O resultado primário está na ordem de R\$20 bilhões por ano, em 2011, mais ou menos, e equivale à média desses últimos dez anos – o resultado primário dessa ordem de R\$20 bilhões por ano.

Nessa tabela, nós vamos ver as estimativas baseadas em cada uma das leis – a Lei nºs 8.727 e 9.496 e a MP nº 2.185 – sobre os valores já pagos de principal e juros em cada uma dessas legislações e o resíduo previsto após o final do prazo original de 360 meses e 240 meses, que deverá ser pago, segundo a lei, no prazo máximo de até dois anos.

Então, observa-se que o valor vincendo ainda dentro do prazo normalizado de contrato seria de R\$258 bilhões, um resíduo que ficaria para ser financiado em mais dez, da ordem de R\$192 bilhões, o que perfaz um total da dívida, com base no dia 30 de junho de 2012, de R\$450 bilhões. Esse é o montante dos ativos da

União com relação a essas dívidas refinanciadas no âmbito dessa legislação.

A Secretaria do Tesouro Nacional calcula que o subsídio até o momento, envolvendo a União e os Estados, esteja na ordem de R\$230 bilhões; R\$94 bilhões seriam o subsídio inicial, no momento em que os contratos foram celebrados; e R\$135 bilhões é o subsídio implícito nesse cotejo das diferentes taxas de juros, que pode ir sendo gradualmente reduzido na medida em que o que os Estados estão pagando em relação à taxa de financiamento da União foi alterado nos últimos anos.

Esse é um trabalho mais recente; o Tribunal de Contas da União já realizou cinco trabalhos envolvendo especificamente a dívida de cada um dos entes, os principais, os Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e o Município de São Paulo. Naquela época, a avaliação a que se chegou foi que havia uma grande probabilidade de insolvência das dívidas dos maiores devedores, com exceção do Estado do Rio de Janeiro. Essas probabilidades, essas projeções vão mudando em relação à mudança das condições econômicas.

Agora, no ano de 2012, as projeções feitas pela Secretaria do Tesouro Nacional e analisadas pelo TCU mostram uma outra ótica, que será indicada logo a seguir nesse próximo eslaide.

Nós estamos vendo aqui, e essa é uma das principais conclusões técnicas e matemáticas até o momento desse trabalho, é que, considerando os principais devedores, e aí colocamos Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Estado e Município, ao final do prazo contratual, ainda sobriam aqueles resíduos, no prazo adicional necessário para quitar toda a dívida, o prazo máximo de 120 meses, mantendo-se o comprometimento da receita líquida real que, atualmente, vem sendo cumprida por esses entes.

Por exemplo, no Estado de Goiás, se mantido o comprometimento de pagamento anual em torno de 11% da receita líquida real, seriam necessários mais 82 meses dos últimos 120 previstos no contrato.

A situação ficaria efetivamente mais complicada e complexa com relação ao Município do Estado de São Paulo, porque a projeção seria para a necessidade de um comprometimento da receita líquida real da ordem de 20%, muito maior do que o esforço atualmente feito, o que se tornaria uma situação, embora estivéssemos falando do ponto de vista de garantias, como se fosse uma instituição financeira ou de um credor, a União poderia se valer das garantias referentes ao Fundo de Participação dos Municípios e outras possibilidades. Mas, evidentemente, é algo absolutamente impossível

do ponto de vista federativo submeter o Município de São Paulo a um esforço extremamente inviável.

Portanto, nessa avaliação, dadas as condições atuais, as projeções feitas pela Secretaria do Tesouro Nacional, nós teríamos que não se verifica, efetivamente, um risco sistêmico. Nós estamos falando apenas – e eu gostaria de enfatizar isso – do ponto de vista patrimonial da União, que é a ótica que cabe ao Tribunal de Contas da União aferir, diante da sua possibilidade de fazer auditorias patrimoniais e auxiliar o Congresso Nacional. Não haveria um risco de um *default*. Agora, evidentemente, nós sabemos do esforço fiscal que isso tem imposto aos Estados, dadas as mudanças das condições de juros e inflação.

A situação mais preocupante, então, nas projeções fica com o Município de São Paulo. Há algumas outras possibilidades para enfrentar essa questão do Estado de São Paulo, que foi colocada em alguma reunião com a nossa equipe técnica, que seria a possibilidade de fazer amortizações extraordinárias, retroativas e redução da taxa de juros, de acordo com o que prevê o contrato.

Esse eslaide mostra algumas das alternativas levantadas pela Prefeitura de São Paulo para enfrentar esse problema, além, evidentemente, das propostas que estão sendo aqui colocadas para redução dos encargos praticados atualmente no âmbito desses contratos.

São várias as propostas. Um ponto importante em relação a todas essas propostas – e nós destacamos em especial a que foi encaminhada pelo Poder Executivo – é que elas não vêm acompanhadas de uma estimativa do impacto financeiro, do custo que isso envolve, das modificações, tanto no âmbito dos Municípios, dos Estados, quanto no âmbito da União; e discussões mais completas, como aqui já foram colocados, sobre qual será a política econômica adotada pela União, após uma nova rodada de refinanciamentos, com relação ao superávit primário, com relação ao crescimento da dívida pública. Então, são todas questões complexas.

O Tribunal de Contas da União, com esse trabalho que, enfatizo mais uma vez, está no seu estágio preliminar, ainda vai ser relatado pelo Ministro Valmir Campelo e ainda vai ser debatido no plenário, todo esse debate deve ser mais bem informado, inclusive com avaliações de impacto financeiro de todas essas propostas, para se decidir qual é a que melhor responde ao interesse do País como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradecemos ao Ministro do Tribunal de Contas da União, Weder de Oliveira.

Passo, agora, aos autores do requerimento. Primeiro, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias, Sr. Vice-Presidente, Senador Sérgio Souza, quero cumprimentar todos os expositores – João Pedro Casarotto, Francisco Lopreato, Weder de Oliveira, Marcos de Barros Cruz e Roberto Piscitelli – pela colaboração e pelos esclarecimentos aqui dados.

O que mostra o conjunto das exposições é que, seja para os Estados, seja para os Municípios, estamos numa situação extremamente difícil. Faz-se necessário, com urgência, uma forma de reescalonar as dívidas dos Municípios e dos Estados, ainda mais, agora, agravadas com a decisão do Supremo Tribunal Federal relativa aos precatórios.

Agradeço se cada um dos senhores puder, também, fazer uma avaliação da decisão do Supremo Tribunal Federal. Pude ouvir do Manifesto da Frente Nacional dos Prefeitos e dos diversos prefeitos que aqui se expressaram, na última reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. O Governador Tarso Genro, sobretudo, ressaltou que essa decisão leva muitos Estados e Municípios a uma impossibilidade, mesmo que, se por acaso então um Município ou um Estado vier a ser forçado a se submeter às obrigações colocadas, isso implicaria até em eventual intervenção. Mas, certamente, o interventor não poderia também saudar a dívida ou a obrigação definida pelo Supremo Tribunal Federal, o que significa que ou o Supremo decide uma forma de reescalonamento, uma forma de modalidade. Ou, então, ainda não sei como será resolvido esse impasse, porque se o Supremo diz que o Congresso Nacional não poderia fazer aquilo que nós decidimos, então, quem vai fazer? Se o Congresso Nacional não pode, se o Supremo Tribunal obriga a algo impossível de ser realizado, o que fazer? Quem sabe os senhores tenham alguma alternativa a propor, e eu gostaria de ouvi-la.

Acho que será entre as diversas propostas alternativas. Eu gostaria também até de aprender um pouco no que diz respeito a qual procedimento, então, que nos, Senadores, vamos realizar. Deveríamos interagir de tal maneira junto às autoridades do Governo Federal, Ministério da Fazenda e outros, interagir com os governadores e com os prefeitos, para então nós, Senadores, tomarmos iniciativa de propor um projeto de resolução para algo que se torne mais viável?

Por aquilo que, por exemplo, o Secretário das Finanças do Município de São Paulo, Marcos de Barros Cruz, expôs, aquilo que foi decidido mais de 10 anos atrás levava em conta um comportamento da Taxa Selic e das diversas taxas de correção. Depois, houve uma inversão de comportamento que levou a uma situação de desequilíbrio crescente. Até pelo artigo que o se-

nhor nos mostrou, que indicava que, se houvesse um procedimento diferente, ter-se-iam taxas que seriam muito mais adequadas. Então, nos parece de bom senso que possa haver uma modificação na resolução que eventualmente nós Senadores vamos definir que implique na viabilidade para a saúde financeira tanto dos Municípios quanto dos Estados.

Realmente, eu pediria aos senhores como que uma nova rodada de exposições, para que se possam definir com a melhor clareza possível quais são as propostas de solução que poderão estar ao nosso alcance para, então, propormos algo que signifique viabilidade para a saúde financeira dos Estados e Municípios.

Nesse estágio, é o que eu gostaria de falar, dispondo-me a falar outra vez.

Eu gostaria apenas, Sr. Presidente, de informar que ainda hoje a Sr^a Maria Lucia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida, informou que gostaria até de contribuir para o debate – se não no dia de hoje, em uma próxima ocasião – e ela encaminhou para mim, e acredito que também para V. Ex^a, um estudo da síntese dos argumentos da Auditoria Cidadã da Dívida sobre o PLP nº 238, de 2013. Então, ela traz aqui essa contribuição, e depois poderemos examinar quando isso poderá ser objeto da nossa reflexão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

A Sr^a Maria Lucia Fattorelli está aqui. É a coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida. Depois que os Srs. Senadores falarem, eu vou, no bloco final, dar a palavra também para ela.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Lindbergh Farias, obrigada pela gentileza. Cumprimentos pela iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, com a participação do Senador Suplicy neste requerimento; e também ao nosso Vice-Presidente Sérgio Souza. Não pude chegar aqui em função da agenda que nós temos no Congresso, mas soube das exposições feitas.

Eu vou direto ao ponto. Para todos, a resposta é curta. Quando o senhor falou, Marcos, sobre a questão de aplicar a Selic, é retroativamente aos contratos? Seria isso? (Pausa.) Está bem. É uma dúvida com a qual eu tinha ficado.

Mas eu queria perguntar também: 90% da dívida dos Estados e Municípios com a União estão concentrados em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e o meu Estado, o Rio Grande do Sul – 90%. Esses Estados, junto com Alagoas, que eu não tinha incluído, são as unidades com pior indicador de endividamento na relação com a União. Essa proposta do

Governo, no PLP nº 238, como está, nessa alteração dos indexadores, resolve? Se não resolve, qual é o indexador adequado e mais justo para ser aplicado? É a primeira pergunta.

Os senhores todos falaram... Eu fiquei contente, porque estou sendo Relatora de um projeto do Senador Luiz Henrique que não se refere especificamente à questão dos indexadores e nem à forma de como deve ser feita a renegociação, mas que quer é autorizar a União a abater do saldo devedor da dívida pública mobiliária dos Estados, Distrito Federal e Municípios um valor equivalente de até 20% para programas de investimento. Na exposição dos senhores, parece que houve um certo consenso quanto a esse, digamos, destino do recurso para os investimentos, porque com essa dívida – todos observaram – não é possível fazer investimentos. E o Senador foi muito feliz estabelecendo as áreas que devem receber os investimentos, como educação, saúde, segurança, infraestrutura, inovação e tecnologia.

A Consultoria Jurídica do Senado fez até um cálculo a respeito do que significaria isso em matéria de disponibilização para os Estados. O saldo das dívidas do projeto do Senador Luiz Henrique, em maio de 2011, chegava a R\$362,3 bilhões relativamente aos Estados e ao Distrito Federal, e R\$58,2 bilhões referentes aos Municípios, o que totaliza R\$420,5 bilhões. Considerando a proposta de abatimento dos 20% do saldo à taxa de juros de 6% ao ano, o prazo restante de aproximadamente 15 anos para o término desses contratos e o sistema de amortização Price, o correspondente fluxo financeiro anual seria da ordem de R\$701 milhões.

Então, para essa proposta eu queria uma opinião dos senhores, porque muitos falaram em usar o recurso decorrente dessa renegociação como investimento para os Estados e Municípios, que foram sufocados nos últimos 20 anos, com aumento de responsabilidades e redução da receita.

O Fundo de Participação que nós estamos discutindo aqui entrava com quase 80% de IPI e Imposto de Renda e hoje ele está com a metade disso. As contribuições entraram muito. Mas esse é outro capítulo. É apenas para dizer da impossibilidade financeira de Estados e Municípios realizarem investimentos em áreas prioritárias como essas que são referidas pelo Senador Luiz Henrique nesse projeto.

Eu queria apenas o comentário dos senhores. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Vou passar agora para o Senador Luiz Henrique, antes dizendo que S. Ex^a é autor de um projeto muito

importante, que já saiu desta Comissão de Assuntos Econômicos. Vou designá-lo Relator de um conjunto de projetos nesta Comissão de Assuntos Econômicos, porque, apesar de o Governo ter lançado o projeto de lei complementar que está na Câmara dos Deputados, que já tem como Relator o Deputado Eduardo Cunha, achamos que pode também partir daqui, no mesmo sentido, tomando como base inicial esse projeto do Governo, mas com algumas alterações, sendo conduzido pelo Senador Luiz Henrique, que virou uma referência neste assunto. Há um certo acordo de que o Senador Luiz Henrique vai estar à frente.

Então, vejam que este debate dos senhores aqui, com a presença do Senador Luiz Henrique, é muito importante. Estamos querendo colocar, em breve, ao mesmo tempo em que fazemos a discussão da reforma do ICMS, em votação esse relatório do Senador Luiz Henrique.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente. Quero saudar os senhores debatedores, as Sr^{as} e os Srs. Senadores.

O Brasil vive um momento de baixo investimento. Não obstante todo o esforço da Presidente Dilma em lançar projetos impactantes nesse sentido, o investimento público, que deveria chegar a 5%, ainda se situa entre 2 e 2,5%. O investimento nacional, que deveria ser, minimamente, de 25%, patina nos 17, 18%. Então, nada é mais importante, neste momento, neste cenário, do que o aceleração do crescimento nacional.

O Governo Federal adotou medidas conhecidas, como o próprio Programa de Aceleração do Crescimento. O Governo Federal fez isenções importantes, temporárias ou não, para estimular o consumo e, daí em diante, estimular o crescimento econômico, mas essas medidas ainda não conseguiram produzir o seu efeito, tanto que o Brasil cresceu 0,9%, no ano passado, e a produção industrial nacional está engasgada, não obstante, inclusive, o grande esforço que o Presidente Luciano Coutinho e a diretoria do BNDES têm feito no sentido de agilizar e facilitar os financiamentos do BNDES.

O projeto que eu apresentei visa a instituir um programa paralelo de aceleração do crescimento, um programa direto, sem burocracia, sem passeio de dinheiro, sem papelório e carimbório, um programa que reservaria, dentro daquilo que o Dr. Francisco Lopreato falou, um conjunto de recursos importantes para os Estados investirem.

Como seria esse programa? Como é a nossa proposta? Nós propusemos que 20% das prestações da dívida pública consolidada sejam transformadas em investimento pelos Estados. E eu identifiquei cinco áreas

prioritárias: educação, saúde, segurança pública – e, aí, com grande ênfase na construção de presídios, já que a superlotação carcerária é a mais grave AIDS social deste País –, infraestrutura e ciência e tecnologia.

Esse programa, como disse o Dr. Lopreato, seria combinado com o Governo Federal. Assim, cada Estado apresentaria um programa, escolhendo as áreas de sua prioridade, e o Governo Federal daria a palavra final, numa combinação com os Estados. Para quê? Para que todo esse programa de investimento a que se referiu a Relatora do projeto, Senadora Ana Amélia, guarde harmonia nacional e para que o Governo Federal chegue ao Estado e diga: “Não; eu já estou atendendo o seu Estado em infraestrutura com esse programa. Então, quem sabe o senhor troca, priorizando a segurança pública ou a educação, ou a saúde”. Quer dizer: seria um programa combinado.

Isso teria uma velocidade espantosa. O Brasil poderia, rapidamente, uma vez aprovado esse programa, apresentar índices de crescimento fantásticos, até porque o que baliza o crescimento econômico é a capacidade de investimento do Estado, tomado, aí, nos três níveis da Federação.

Então, a proposta visa não só a resolver o problema de caixa dos Estados, a incapacidade de investimento dos Estados, mas visa também a promover um rápido crescimento do País.

Muita gente pode pensar que isso altera a Lei de Responsabilidade Fiscal. Não altera! O projeto simplesmente transforma aqueles 20%... Os governadores se reuniram, aprovaram a proposta e acham que deve ser 30%. Está em aberto a discussão, mas esses 20% ou 30%, que sejam – ou se houver uma redução de quatro pontos, como já se fala aqui; seria um índice maior –, não representariam abatimento da dívida, diminuição da dívida ou redução da dívida. Eles simplesmente separariam em duas partes o pagamento mensal: uma parte seria feita em dinheiro, e a outra parte seria feita em investimentos.

Como o programa é federal, seria como se o Governo Federal tivesse recebido aqueles 20% e os repassasse aos Estados para estes investirem, o que criaria burocracia, o que criaria, como já disse, passeio de dinheiro, passeio de papel. O que nós estamos propondo é exatamente isto: os Estados pagariam 100% do que teriam de pagar, de acordo com o novo indexador – e eu também prefiro a TJLP, Sr. Presidente –, só que o pagamento seria feito em duas vertentes, a vertente em dinheiro e a vertente em investimento.

Essa é a proposta a respeito da qual eu gostaria de ouvi-los e cujo mérito, como eu vi, já tem nuances semelhantes na proposição de vários dos senhores que aqui se apresentaram.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Concedo a palavra ao Vice-Presidente desta Comissão, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Boa noite, Sr. Presidente, Sr^a Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, meus caros expositores desta audiência pública de hoje, audiência pública incluída num cronograma de várias audiências para tratar desta questão a que chamamos de Pacto Federativo, bem como da questão da dívida dos Estados.

Até mesmo para que aqueles que nos acompanham pela TV Senado ou que nos ouvem pela Rádio Senado entendam um pouco o que é essa dívida dos Estados e Municípios, eu gostaria que V. S^{as} dissessem aos cidadãos brasileiros qual a origem dessa dívida.

Os números são realmente impressionantes. Nós começamos a perceber que há um engessamento da máquina pública, e o próprio cidadão assiste a debates cotidianos, aqui nesta Comissão e no plenário do Senado, sobre novos empréstimos que são concedidos quase todas as semanas. Recentemente, um deles, para o meu Estado, o Paraná, foi fruto de amplo debate, desde o ano passado, vindo a ser aprovado somente neste ano.

O Estado do Paraná é um dos Estados que sofre um engessamento muito grande, especialmente por uma dívida contraída por conta da securitização do Banco do Estado do Paraná. Aquele banco, que precisou de aproximadamente R\$5 bilhões, na metade da década de 90, para a sua securitização, foi vendido, logo em seguida, por R\$1,2 bilhão, o que causou um evidente prejuízo de R\$3,8 bilhões imediatamente após a securitização. Isso gerou uma dívida, da qual já foram pagos cerca de R\$8 bilhões e ainda se deve mais do que isso atualmente.

Então, é bom que se entenda a origem das dívidas dos Estados e dos Municípios. De onde ela surge? Por que ela surge?

E o aumento das dívidas dos Estados e dos Municípios é em decorrência tão somente dos juros e dos índices inflacionários a ela aplicados ou também advém de novas contratações de novas dívidas nesse período?

E digo isso porque nós falamos constantemente em capacidade de endividamento e, inclusive, na ampliação dessa capacidade de endividamento. Esses são debates recorrentes aqui nesta Comissão e no dia a dia das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores no Senado Federal.

Para concluir, Sr. Presidente, eu entendo que a diminuição dos juros é crucial, é extremamente necessária. Nós vivemos um novo momento no Brasil, um momento pós-redemocratização, pós-estabilização

da moeda, com a inflação caindo daqueles patamares de 60% a 70% ao mês, na década de 80, para um nível de 5% a 6% ao ano. Nós vivemos um momento importante de inclusão social, de valorização do salário mínimo e do poder de compra. Saltamos para a posição de sexta maior economia do Planeta. Nós tínhamos um PIB próximo de US\$500 bilhões no início dos anos 2000, 2002 por aí, e hoje temos um PIB de US\$3,5 trilhões. No entanto, eu vejo a dívida crescendo no mesmo patamar, chegando a um ponto em que a redução dos juros é crucial.

Nós vimos, recentemente, a redução de todos ou de praticamente todos os juros, incluindo a taxa Selic. Nós pegamos, por exemplo, juros agrícolas em torno de 3%, o que propicia ao cidadão brasileiro ser mais barato comprar uma máquina nova do que pagar a manutenção da máquina antiga, uma vez que compensam a carência e o prazo. Nós vimos uma redução de juros nos empréstimos da casa própria, do cartão de crédito, do cheque especial e da poupança, com uma indexação à Selic em queda gradual. Então, os juros das dívidas também são importantes.

Agora, para finalizar, eu pergunto: esses juros não estão vinculados diretamente a um contrato de juros muitas vezes internacional, no qual a União figura como garantidora? Em alguns casos, se assim o for, quem vai pagar a diferença? Eu não tenho dúvida de que, ao final de tudo, é o cidadão que paga, seja ele lá no seu Município, no Estado ou na União, porque todas essas contas são pagas, de certa forma, pelo produto da arrecadação tida nos Municípios e nos Estados.

Então, Sr. Presidente, eram essas indagações que eu tinha a fazer. Parablenizo todos os senhores expositores pela brilhante reflexão sobre os juros e sobre as dívidas dos Estados e dos Municípios.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – A partir das reflexões aqui, eu gostaria de fazer uma indagação aos senhores, mas também ao próprio Senador Luiz Henrique, uma vez que V. Ex^a o designou Relator para examinar essas diversas questões.

Na palavra do Senador Luiz Henrique, ele enfatizou a ideia de propor aos Estados e Municípios que, na hora de pagar a dívida, possam, no entendimento com o Governo Federal, realizar investimentos nas diversas áreas. Mas em que medida nós, Senadores, através de projeto de resolução e eventualmente na proposta que o Senador Luiz Henrique, como Relator... V. Ex^a também é Relatora...

A SR^a. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sou Relatora do projeto dele.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – É Relatora do projeto dele. Então, em que medida poderão estar, por exemplo, contempladas as sugestões que nos formula o Secretário Marcos de Barros Cruz? Por exemplo, essas quatro sugestões para o reequilíbrio das finanças municipais substituírem o indexador atual por IPCA ou TJLP, conforme V. Ex^a mencionou, mais juros de 2% ou Selic, o que for menor; recalcular os saldos devedores e os resíduos dos contratos desde o início da vigência, utilizando a taxa Selic como teto mensal do encargo; possibilitar aos Municípios realizarem operações de crédito através do Programa de Ajuste Fiscal a ser firmado com a União, excepcionando, portanto, a aplicação dos limites de endividamentos impostos pelas MPs citadas e pelo Senado, Resoluções nºs 40 e 43, o que já é permitido aos Estados – o que um dado importante; e, finalmente, reduzir o limite de comprometimento das receitas com os pagamentos das dívidas em quatro pontos percentuais.

Em que medida, Presidente, sugestões tais como essas aqui listadas e as ponderações feitas pelos cinco expositores poderão estar contempladas no parecer de ambos os Relatores designados? Então, também o esclarecimento que eu gostaria de ter, se é o caso eventual de alguns dos Senadores terem novas iniciativas de projetos de resolução. Como ficamos?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Posso responder, Sr. Presidente? Serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pode, Senador Luiz Henrique. Mas, antes, deixe-me fazer uma... Eu nunca, como Presidente, nas audiências, uso da palavra, porque estou como Presidente, mas eu queria fazer algumas observações. Hoje é uma audiência numa segunda-feira.

Sabe, Prof. Piscitelli, que eu também tinha apresentado projeto em cima da TJLP. Mas, Senador Luiz Henrique, que isso agora, já que o Ministro Mantega aqui numa audiência disse para mim que discordava, que achava que era melhor o IPCA... Mas acho que esse não é nem o ponto tão grande em relação à polêmica, porque vale tentar, em cima da proposta do Governo, fazer alterações. Há várias sugestões dos governadores, de que fique 2, e não 4 – IPCA mais 2 em vez de 4 –, mas eu quero registrar que a minha posição inicial era em cima da TJLP porque era aquilo: IPCA, de certa forma, é mais um elemento de indexação. Selic é um instrumento de política monetária. Mas, como foi uma posição do Ministro Mantega, e há outras questões em que temos de avançar, não acho nem que seria o caso de se entrar numa polêmica.

Acho que é muito importante discutir – V. Ex^a tem falado sobre isso e tem projetos – a redução do limite do comprometimento da Receita Corrente Líquida e também a proposta do Município de São Paulo. Eu, sinceramente, acho muito razoável essa proposta de recalcular tomando como base a Selic, a discussão do estoque da dívida. Eu acho que há espaço nessa discussão e nesse diálogo.

Em relação à redução do limite de comprometimento, V. Ex^a apresentou 20%, redução de 20%. Só estou querendo colocar aqui uma ponderação que está sendo feita por vários Estados. Tenho conversado muito sobre reforma do ICMS com secretários e governadores. Uma parte dos Estados, especialmente do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, estão dizendo: “Puxa, mas aí são os cinco maiores Estados que têm grandes dívidas”. E eles argumentam, nesse aspecto, com razão, que 20% de quem compromete 13% significa algo em torno de 2,6% da Receita Corrente Líquida, mas 20% de quem compromete 6% é apenas 1,2%.

É uma reivindicação dos Estados do Norte e do Nordeste que estou colocando para V. Ex^a, porque eu acho que nós tínhamos que tentar envolver o máximo de Estados possíveis neste debate para não parecer – e na verdade não é – uma questão só dos maiores Estados.

E o Prof. Piscitelli também levantou uma questão que eu sinto que pesa no Governo, que é a questão do superávit primário, a questão dos Estados e Municípios. No ano passado, o superávit dos Estados e Municípios sofreu um baque, e eu acho que essa é uma discussão em que podemos enfrentar alguma resistência por parte do Governo. Talvez, como V. Ex^a sempre fala que tem de estar vinculado a investimentos, cria-se aqui alguma coisa deixando claro que esses recursos, por estarem vinculados ao investimento, teriam uma excepcionalidade para serem excluídos do superávit primário...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nenhum tostão para custeio.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não, então, mas além de nenhum tostão para custeio, para facilitar, mostrar que não vai haver a queda do superávit primário, excepcionalizar como se têm excepcionalizado obras do PAC e outras. Deixar claro isso acho que é uma coisa que poderia diminuir uma resistência que pode existir por parte do Governo.

Por fim, só porque vi a entrevista do Relator na Câmara... A nossa ideia aqui é começar com o Senador Luiz Henrique. Está lá na Câmara, eles começam por lá, e a gente começa por aqui também, ao mesmo tempo. Talvez o daqui vá mais rápido; se chegar lá o nosso mais rápido, o Relator de lá vira Relator do pro-

jeto daqui; se o da Câmara vier mais rápido, o Senador Luiz Henrique vira Relator aqui.

Mas o Relator da Câmara fala em exclusão, para os cálculos da Receita Corrente Líquida, de educação e saúde. Argumenta que, ao fazer isso, não entra nem na discussão da Lei de Responsabilidade Fiscal, e isso significa uma redução de algo em torno de 33%. Eu queria também saber a opinião dos senhores sobre isso.

Mas encerro aqui minha contribuição.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – É importante, inclusive para os telespectadores que estão assistindo a esse debate, que se saliente o seguinte: o que está em tramitação hoje no Congresso? Aqui no Senado, o Projeto de Resolução nº 1, dispondo sobre a redução das alíquotas interestaduais de ICMS; a Medida Provisória nº 599, criando o Fundo de Compensação de Perdas e o Fundo de Desenvolvimento Regional – está em tramitação na Câmara Federal; a celebração de convênio no âmbito do Confaz para convalidar todos os benefícios fiscais concedidos à revelia daquele colegiado e a manutenção desses benefícios por mais um determinado tempo; o Projeto de Lei Complementar nº 238, que altera temporariamente o quórum do Confaz e reduz o comprometimento da dívida com uma proposta de IPCA mais 4, limitada à Selic.

Além disso, está em tramitação também um projeto que se consolidou a partir de um projeto meu, que propõe a divisão equitativa do ICMS gerado pelo comércio eletrônico.

A nossa proposta é uma complementação desse conjunto de projetos; é um *plus*. Eu não estou tratando do indexador da dívida, não estou tratando do resíduo. Eu apenas estou fazendo uma proposta, para que aquilo que for abatido se transforme, como disse o Dr. Roberto, num programa de investimentos para acelerar o crescimento deste País.

É isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu peço apenas um esclarecimento. O Senador Luiz Henrique deixou clara a proposição que tem.

Com respeito às sugestões que eu listei há pouco, formuladas pelo Município de São Paulo e também pelos demais expositores, como iríamos aqui proceder para levar em conta, em eventual proposta de resolução, essas sugestões?

Qual é o caminho que V. Ex^a propõe a nós, Senadores, para podermos levar em consideração e contemplar as sugestões formuladas aqui?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a pergunta à Presidência? O que eu vou fazer vai ser o seguinte...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A nós todos, porque eu gostaria de saber.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Então, o que nós vamos fazer? Há vários projetos sobre a dívida que estão agrupados na CAE. Eu vou nomear, designar, nesta semana, o Senador Luiz Henrique como Relator.

Então, eu sugeriria a V. Ex^a procurar o Senador Luiz Henrique e mostrar todos esses pontos. Ele está acompanhando o debate e conhece tudo. A ideia é trazer esse assunto para a discussão junto com a questão da reforma do ICMS e caminhar com os dois temas, iniciarmos aqui.

Eu acho que o Senado pode começar esse debate. Há um projeto de lei complementar que está lá, mas já podemos começar aqui. Se avançar mais, será por aqui.

Então, eu sugeriria a V. Ex^a que procurasse o Relator, que ainda não está designado oficialmente, mas vai ser designado, nesta semana, o Senador Luiz Henrique, que é muito sensível ao tema e às causas apresentadas, pelo que eu já vi de tantos debates, pela Prefeitura e pelo Secretário Municipal de Finanças da cidade de São Paulo. V. Ex^a tem um terreno fértil de discussão com o Senador Luiz Henrique.

Nós vamos encerrar agora a rodada final. Vamos tentar encerrar esta audiência pública até as 21h30min, com um prazo de cinco minutos. Peço desculpas à Maria Lucia Fattorelli, mas nós vamos ter oportunidade de convidá-la para vários outros debates aqui.

Vamos começar com a Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, por cinco minutos. Depois, cada um dos senhores também poderá falar por cinco minutos. Eu sei que é difícil, mas é uma maneira de encerrarmos às 21h30min.

Muito obrigado.

A SR^a MARIA LUCIA FATTORELLI – Eu agradeço imensamente essa deferência de abrir a palavra para a Auditoria Cidadã da Dívida, não só por sermos uma entidade da sociedade civil, uma entidade sem fins lucrativos, mas também pela questão de gênero. Com uma Mesa só de homens, acho importante uma fala feminina. Que as próximas audiências atentem também para esse aspecto em defesa das mulheres.

Nós preparamos uma exposição – por favor, pode passar –, exatamente preocupados com a origem da dívida dos Estados, como levantou o Senador Sérgio Souza.

Nós defendemos a tese de que existe um sistema da dívida. A dívida deixou, há muito tempo, de ser um instrumento de financiamento dos entes públicos. Isso não é uma particularidade só no Brasil nem apenas na... Ela está presente na União, nos Estados,

nos Municípios e no mundo inteiro. A crise na Europa está escancarando como o sistema da dívida opera em todo o mundo, sem contrapartida real, a partir de mecanismos meramente financeiros.

Esse endividamento dos Estados tem esse problema. Ele começa na década de 70, com suspeita, inclusive, de haver financiado a ditadura militar. Nós investigamos, na Auditoria Cidadã, as resoluções do Senado Federal desde a década de 70, e a maioria delas sequer menciona o banco emprestador e a destinação dos recursos. São resoluções lacônicas. Nós não conseguimos levantar esses documentos.

Esse processo da renegociação da Lei nº 9.496, como o Senador Sérgio Souza colocou muito bem, envolveu a assunção de dívidas dos bancos do Proes, dívidas obscuras que não conhecemos. Grande parte das dívidas refinanciadas foram dívidas do Proes.

A União fica com a maior parte dos recursos. A carga tributária é mal distribuída. E esse PLP, tentando contribuir com esse debate, não enfrenta o problema da dívida dos Estados. Ele é um paliativo que mexe apenas na remuneração nominal.

Eu gostei do debate aqui sobre a TJLP, trazido pelo meu caro colega Roberto Piscitelli e por V. Ex^a, Presidente, porque nós temos de conversar, em relação à dívida, sobre remuneração nominal. Só aqui no Brasil se fraciona em atualização e juros, e, com isso, já se garante, automaticamente, uma atualização para a dívida, um ganho que não é garantido a nenhum outro pagamento público. Então, nós precisamos voltar a falar em remuneração nominal sobre a dívida. É uma remuneração inteira, e a atualização faz parte da remuneração nominal, faz parte dos juros nominais.

Dada a questão do tempo, eu distribuo a todos os presentes um texto em que mencionamos diversas ilegalidades nesse processo de renegociação da dívida dos Estados e Municípios. O desrespeito ao federalismo, principalmente pelo ônus excessivo que provocou dano às finanças dos Estados e Municípios. Se mudarmos simplesmente o índice agora ou a remuneração nominal, nós vamos aplicar essa remuneração nominal sobre um estoque inflado, ilegalmente e irregularmente inflado. Um desrespeito à sociedade, porque quem está pagando essa conta? O cidadão mora, ao mesmo tempo, no Município, no Estado e no País. Quando ele paga do Município para a União, do Estado para a União, ele é onerado sem contrapartida alguma, porque o que se paga à União, por lei, pela própria 9.496, tem de servir para pagar a dívida federal. A cobrança de juros sobre juros é ilegal; a capitalização mensal de juros é ilegal; a cobrança de juros superiores aos autorizados pelo Senado. Nos contratos regidos à taxa de 6%, na verdade, há a cobrança de 6,17%; nos de 7,5%, são

cobrados 7,76%. Exigência de garantia absurda que é o próprio repasse aos Estados e Municípios. Então, o risco é zero. Por que aplicar taxas tão grandes em contratos de risco zero?

(*Soa a campanha.*)

A SRª MARIA LUCIA FATTORELLI – O desequilíbrio entre as partes; a desconsideração do valor de mercado dos títulos estaduais e municipais que foram a base da renegociação das dívidas.

No caso do Município de São Paulo, Dr. Marcos, existe a CPI do Pitta e dos títulos. Os títulos eram vendidos a 30% ou até a menos do que isso e foram renegociados pela União a 100%, numa transferência brutal de recursos públicos para os bancos. Isso tem que ser revisto. Então, os antecedentes, etc... Em resumo, um grande dano.

Eu preciso encerrar para respeitar o tempo, mas, hoje, Excelência, está acontecendo um absurdo. Estados federados estão se endividando com o Banco Mundial e outras agências internacionais para pagar à União. Isso é uma aberração. Como pode um organismo internacional oferecer condições mais vantajosas que a própria União? Estamos num abuso total ao federalismo.

Eu encerro, colocando à disposição a Auditoria Cidadã da Dívida, todos os nossos estudos. Temos um caderno, *A Dívida Pública em Debate*, um livro do Seminário Internacional Alternativas de Enfretamento à Crise, à disposição, e, em breve, lançaremos um livro sobre a dívida dos Estados.

Agradeço imensamente a honra de participar deste debate.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Nós é que agradecemos, Srª Maria Lucia Fattorelli.

Passamos, imediatamente, ao Prof. Francisco Lopreato, da Unicamp.

O SR. FRANCISCO LUIZ CAZEIRO LOPREATO – Como tenho somente cinco minutos, não vou poder responder – palpar em todos – a todos os Senadores que fizeram suas questões, mas acho que vou dar uma opinião mais direta ao Senador Luiz Henrique, que talvez contemple as outras questões que foram colocados pelos outros Senadores.

Concordo, acho que é uma questão importante esta de colocar 20% do pagamento que os entes, Estados e Municípios, vão fazer para o Governo Federal – 20% seriam postos de lado – para investimento. O que eu havia proposto é uma complementação a isso, porque nós já estamos fazendo uma redução dos encargos, temos de fazer isso, e a União terá que ceder

por essa parte, e aqui estamos colocando mais um encargo da União para ceder mais 20%.

Qual é a contrapartida dos governos estaduais e municipais? Então, acho que, como contrapartida, nós devemos também figurar nesse projeto, que acho que deveria ser muito bem encaminhado pelos Senadores, Senador Suplicy, para que os recursos que fossem poupados com essa redução dos encargos dos governos subnacionais, esses recursos também fizessem parte de um fundo; então, que se dedicassem os recursos para um fundo que contaria ainda com esses 20% a que o senhor fez referência.

Seriam...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Só queria lhe dizer que os 20% foram uma proposta inicial, entendeu? Ela pode adotar a metodologia que V. Sª está propondo.

O SR. FRANCISCO LUIZ CAZEIRO LOPREATO – É, porque aí nós teríamos recursos que viriam dos governos estaduais e municipais e mais o recurso que deveria ir para a União, mas de que a União abrirá mão. Então, comporiam recursos dos Municípios e Estados e da União. Para quê? Para que os recursos que vão ser poupados pelos Estados e Municípios não corram para despesas que não são do interesse atual do País. É isso. Dentro do prazo, acho que é isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Sª ainda tem mais dois minutos, se quiser falar, Prof. Francisco. Ainda tem mais de...

O SR. FRANCISCO LUIZ CAZEIRO LOPREATO – Acho que o objetivo é esse.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Então, está bom. Ótimo.

Concedo a palavra ao Prof. Roberto Piscitelli.

O SR. ROBERTO BOCACCIO PISCITELLI – Vamos, então, abordar alguns tópicos que foram levantados, a proposta da ilustre Senadora e conterrânea Ana Amélia. A maior preocupação que tenho em relação à destinação de parte dessa prestação ou da parcela da prestação que passará a ser investida – vou repisar esse aspecto aqui – é de que realmente a gente tenha a garantia de que é um investimento adicional ou é um investimento novo. A maior preocupação é de que isso não seja um mecanismo de mera substituição de dotações, digamos assim, de que a União se liberaria. Isso aconteceu muitas vezes. Essa acho que é realmente a grande preocupação. Claro que a questão do limite, do quanto, é uma discussão que está inteiramente em aberto. Acho que, com relação a essa questão, Senadora, tenho outra preocupação. É preciso a gente definir – e não tenho certeza a respeito disso – por que tipo de instância passaria a definição

desse tipo de investimento, quem participaria desse tipo de definição, porque isso não pode ficar, acho eu, exclusivamente a critério de cada governo estadual e nem poderia transformar-se num mecanismo de mais concentração de poder em torno da União.

Achei muito oportuna a intervenção da Maria Lucia, porque, como não tive tempo de apresentar a parte inicial, eu tinha feito menção a esse aspecto inusitado de que alguns Estados estão tentando negociar com bancos privados. Aliás, algumas negociações estão em curso, e já há, inclusive, contratos firmados de refinanciamento. Vejam que coisa paradoxal! O Brasil realmente é um país muito peculiar: Estados estão refinanciando as dívidas com a União através de bancos particulares, inclusive de bancos, instituições estrangeiras. É como se nós invertêssemos a situação que tínhamos à época em que se firmaram os acordos. Ou seja, à época, o Governo Federal socorre os Estados, refinanciando, por assim dizer, a dívida que eles tinham com instituições privadas. Estamos fazendo o contrário, o que mostra que realmente a atual condição dessa dívida, desses acordos, não é sustentável.

Há um último ponto que eu queria destacar – vamos ver se a gente ainda tem tempo para isso. Como a seguir vai falar o Ministro Weder, por quem tenho um grande apreço – sempre tenho como referência todos os trabalhos do Tribunal de Contas da União, e o Ministro sabe disso –, eu gostaria, se fosse possível, que ele esclarecesse esse cálculo feito sobre o que se convencionou chamar de subsídio implícito, porque, em relação a esses valores apontados pelo Tribunal de Contas, como se constituíram num subsídio da União para os Estados, parece-me um cálculo bastante... Talvez... É um valor muito elevado, que me surpreendeu. Porque a própria discussão a respeito do conceito de subsídio – acho eu – é dinâmica, à medida que temos de considerar a cada momento do período referente a esses contratos como se calcula o subsídio ou qual é o parâmetro, a referência para o cálculo desse subsídio. Naturalmente, se a gente considerar a Selic ao longo do tempo, teremos uma situação; se considerarmos o IPCA, teremos outra.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO BOCACCIO PISCITELLI – Ao longo do tempo, às vezes a Selic supera o IGP-DI; em outras circunstâncias, nós temos o inverso. Então, me assusta um pouco esse número que foi calculado aqui pelo TCU.

É pena que não tenhamos tempo de discutir uma outra questão que o Senador Suplicy levantou e que acho muito oportuna, que é a respeito dos precatórios. Isso realmente mereceria até uma outra audiência.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Uma audiência pública exclusiva...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas uma breve palavra sua sobre os precatórios acho que o Senador Lindbergh vai autorizar.

O SR. ROBERTO BOCACCIO PISCITELLI – Sem dúvida, acho que a decisão do Supremo é uma decisão até certo ponto surpreendente, talvez radical. Eu entendo que, de qualquer maneira, seria preciso que houvesse alguma manifestação a respeito dos precatórios, porque o que incomodou mais a sociedade civil e os meios jurídicos...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO BOCACCIO PISCITELLI – ...foi o mecanismo utilizado para quitação desses precatórios. Acho que realmente os leilões são algo que vêm de encontro à nossa própria tradição. Penso que o Estado, em relação aos cidadãos, aos contribuintes, tem que, no mínimo, adotar uma posição paralela à de que ele se reveste na condição de credor. O escalonamento dos prazos para pagamento dos precatórios, de qualquer maneira, terá de ser feito, de uma maneira ou de outra. Agora, acho que é preciso que haja uma disposição efetiva de que essas dívidas sejam quitadas. Quer dizer, causa-me muita espécie que o Governo Federal, enquanto exige um nível de comprometimento das receitas dos Estados de até 15%, assuma com os contribuintes em geral...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO BOCACCIO PISCITELLI – ...um compromisso que chega a 2% ou a 1,5% da sua receita. Acho que essa situação é que realmente não bate. Essa situação é de difícil aceitação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Prof. Roberto Piscitelli.

Quero anunciar a presença também do Senador Rodrigo Rollemberg.

Passo a palavra, imediatamente, ao Sr. João Pedro Casarotto, representante da Febrafite, por cinco minutos.

O SR. JOÃO PEDRO CASAROTTO – *(Fora do microfone.)*...breves comentários, portanto, do Senador Suplicy.

O senhor levanta a questão dos precatórios: “E aí, para onde é que vamos depois disso?” Estou vendo hoje a mesma coisa que aconteceu na década de 90: Estados estrangulados, dinheiro faltando, os Estados deixam de pagar. No caso dos precatórios, inclusive, é grave, fere um dos princípios republicanos, porque precatório é uma determinação judicial para que se

pague. Não se discute; é obrigatório pagar. E não se paga porque não tinha dinheiro.

Portanto, o Poder Judiciário, um dos tripés importantes da República, em nível de Estado, quebrou. Então, o que acho que vai acontecer – é “achômetro” puro, mas eu acho que é o caminho – aconteceu com a dívida: estrangulamento das finanças estaduais, federalização das dívidas dos precatórios. Parece-me que o caminho que está apontando é a federalização de novo. E aí, daqui a 15 anos, vão dizer que os governadores eram irresponsáveis, não sabiam administrar Estados e tal, e aí teve que se refinar precatório. No entanto, a gente sabe que não tinha dinheiro em caixa. E um dos motivos de não se ter dinheiro em caixa é o pagamento desta 9496, que extorquiu os Estados.

Quando o senhor disse, Senador, que houve uma inversão de comportamento do índice, é verdade. Isso era previsível porque o Plano Real foi criado para fazer essa inversão. Por isso, criticamos e dizemos que é necessário rever, porque, quando fizemos o Plano Real, era justamente para fazer essa inversão. Então, a justificativa de que eu tenho que manter alto porque a Selic, na época, estava alta, no meu entendimento não procede porque fizemos o Plano Real para inverter isso tudo. Aliás, o Plano Real, se não me falha a memória, proibiu a indexação, e nós fizemos uma bruta indexação nos contratos dos Estados.

Quanto à questão do comprometimento da saúde financeira dos Estados, eles são absolutamente comprometidos, com certeza. Parece-me que o refazimento que propomos não afeta, de forma muito grande, muito forte, a saúde financeira da União, porque, com uma receita ajustada, nós já chegamos a 2% a contribuição dessas prestações.

A Senadora Ana Amélia indaga qual é o que resolve. “Qual é o indexador mais adequado?” No nosso entendimento, sempre optamos pelo IPCA, não por ser um indexador. O IPCA mede o quê? A perda ou o ganho, mas, normalmente, a perda do valor aquisitivo da moeda. Então, me parece que é justo, é correto que, se eu lhe empresto dez, eu tenho que lhe devolver os mesmo dez, corrigidos não pela correção, mas pela perda do poder aquisitivo da moeda.

Indicando investimentos – aí eu procuro dar uma opinião sobre a colocação do Senador Luiz Henrique –, parece-me que isto que o senhor propõe, que a União combine, é a própria essência do ente federado chamado União, porque ele é realmente um coordenador. Parece-me que a União se presta para coordenar. Portanto, é perfeito, ela tem de fazer esse papel mesmo. O que ela não pode fazer é este papel que está sendo feito hoje, que, no nosso entendimento, é uma extorsão. Então, ela tem que, efetivamente, reto-

mar o papel de coordenadora dos investimentos, até para que o Brasil não fique no samba do crioulo doido, cada uma fazendo uma coisa.

Então, a União existe até com a ideia de fazer uma coordenação. Os governadores vão fazer a gerência desse dinheiro, e aí não precisa ser, necessariamente, com o abatimento da prestação. No nosso entendimento, pode ser feito com o resultado do refazimento que nós propusemos.

A questão que o Senador Sérgio Souza levanta, a origem da dívida, Senador, é isso. Nós tivemos, em 96, a União praticando um juro real de 14,8%; em 97, um juro real, quer dizer, acima da inflação, de 17%; em 98, um juro real de 27%, quase 28%. Isso foi realmente o grande iniciador desse endividamento dos Estados.

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO PEDRO CASAROTTO – Estamos falando da Lei nº 9.496. Portanto, Senador, não é um contrato internacional; é um contrato nosso. Aliás, é um das preocupações que trazemos. Como diz o professor, contrerrâneo, estamos passando de uma dívida com a União para uma dívida com bancos internacionais, e eles são indexados à moeda. E, se o dólar dispara, como é que vão ficar nossas finanças? O Banco Mundial? “Ah, o juro é baixo”, mas vamos examinar quantas comissões são pagas através daqueles contratos, o que é assustador.

E se o dólar dispara? E se o euro dispara? Como é que ficamos? Não há negociação política, como aqui estamos fazendo um debate político, a sociedade reunida, os representantes dos Estados debatendo. Isso acabou, pois contrato assinado com banco internacional tem que ser cumprido

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO PEDRO CASAROTTO – E outra: os contratos do Banco Mundial não podem nem ser admitidos à interferência da Justiça brasileira. Os contratos que o Banco Mundial assina eliminam a possibilidade de se recorrer à Justiça brasileira – no caso do Rio Grande do Sul, foi assinado um contrato de US\$1,1 bilhão para pagar a dívida com a União. Eliminam a interferência da Justiça brasileira, eliminam a interferência da Justiça norte-americana e eliminam a interferência, inclusive, dos estatutos de criação do próprio Banco Mundial. Qualquer pendência será resolvida por uma comissão arbitral de três pessoas. Portanto, passar essa dívida para o exterior, realmente, é um problema muito sério. Eu chego a me arrepiar só de pensar nessa alternativa.

O Senador Lindbergh Farias falou da TJLP. Realmente, é uma taxa bastante mais baixa, mas, como respondi para a Senadora Ana Amélia, eu acho que é o mais justo. No nosso entendimento, não é assim: “Qual

é a negociação mais barata aqui?”. A União sempre me tomou subsídio, eu subsidiei e não quero agora ser subsidiado. Acho que justo é o IPCA.

Algumas coisas que, recorrentemente, se ouve – estudamos esse tema há mais de três anos e sempre dizem isto – é que os grandes Estados são os grandes devedores. São, realmente, mas lá foram feitos os investimentos; lá, é arrecadada grande parte dos impostos federais. Portanto, dizer que São Paulo fez grandes investimentos e está com uma dívida maior, mas lá também se arrecada tributo federal a rodo. Portanto, aqueles investimentos serviram também para a União, sim, senhor.

Então, parece-me que abordei todas as questões. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, João Pedro Casarotto.

Eu passo agora para o Secretário de Finanças da cidade de São Paulo, Marcos de Barros Cruz.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Posso fazer um acréscimo aqui, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Em que medida as proposições formuladas estariam de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal? Solicito uma breve observação.

Mas me permita apenas aqui dar um testemunho de um assessor meu, Carlos Frausino, que se encontra presente, e que foi aluno do Prof. Paulo Roberto Davidoff Chagas Cruz, pai do Marcos de Barros Cruz. No caminho para cá, vinha falando que ele foi o maior, o melhor professor que teve na vida. Inclusive, ele fez uma tese sobre a história do endividamento de nosso País e tantos outros aspectos, que acho que fazem até com que o Secretário Marcos de Barros Cruz, até pelo aprendizado com seu pai, nos brinde com muito boas coisas.

Era a breve informação que eu queria acrescentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito bem.

Concedo a palavra ao Secretário Marcos de Barros Cruz.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Obrigado, Senador, pelas belas palavras.

Vou começar com a pergunta da Senadora Ana Amélia em relação ao PLP nº 238. Nós entendemos que ele é um bom começo. Foi muito positivo a União tê-lo colocado. Eu acho que sempre se pode discutir se o indicador A é melhor do que o indicador B, e vão surgir opiniões por todos os lados. Mas o IPCA nos parece um indicador bom o suficiente.

Entendemos que o PLP precisa ser expandido. Acho que a linha dos juros reais, como foi muito colocado aqui, de 4% nos parecem altos hoje, no Brasil, no contexto econômico. Então, a proposta de IPCA mais 2% com o teto da Selic nos parece mais razoável.

Nós entendemos que a questão de retroagir o estoque da dívida é importante, sim, para resgatar, como foi colocado, o espírito do contrato. Existem, como o Prof. Roberto colocou, muitas formas de se dizer o que é subsídio ou não, mas uma forma de olhar é dizer que a Selic acumulada desde o começo do contrato com os Municípios, de 2000 até hoje, foi mais ou menos 500%, em valores nominais. Os juros dos contratos firmados chegam a mais de 800%.

De fato, o que era para ser uma taxa abaixo da Selic, como apresentada, tornou-se o inverso. Então, retroagir esse indicador e reajustar o estoque seria uma forma de resgatar o espírito anterior e permitiria mais espaço para investimentos.

Com isso, passo para o ponto do senhor, Senador Luiz Henrique: qualquer proposta que aumente investimentos eu acho que é muito boa. Entendemos que o caminho é por aí. Acho que diversas proposições colocadas, como por exemplo, excluir os gastos constitucionais de saúde e educação da base de cálculo também é uma possibilidade. De qualquer forma, liberar investimento, liberar espaço para investimento – e aí podemos discutir qual o mecanismo de garantir que isso não seja custeio –, isso é absolutamente saudável e importante.

Quanto à pergunta do Senador Sérgio Souza, posso falar para o caso do Município de São Paulo. Foi pedido para esclarecer até para quem está assistindo à audiência. Não foi contraída mais nenhuma dívida desde o ano 2000 para o Município de São Paulo. Então, tudo o que está sendo pago ou tudo que o cidadão paulistano paga hoje é dívida contraída na década de 90.

Então, de fato, estamos pagando o passado, de dívidas que foram formadas por diversas razões, como colocado pela Maria Lucia, e por outras razões.

Por último, para encerrar, muito brevemente, o comentário do Senador Eduardo Suplicy. Realmente, a questão dos precatórios, como decidido pelo Supremo, exige bastante atenção para a forma como será discutida a modulação. É claro que os precatórios têm todo um histórico bastante complexo, mas o fato é que, dependendo da discussão, ela pode, de fato, inviabilizar algumas gestões municipais e estaduais.

Falo pelo caso da cidade de São Paulo, que, além da dívida de R\$53 bilhões com a União, que já é muito mais do que a receita, São Paulo tem mais uma dívida de quase R\$20 bilhões de precatórios, também gerada.

Em adição à dívida da União, são mais R\$20 bilhões gerados durante, principalmente, a década de 90. Isso representa mais da metade do Orçamento municipal. Então, dependendo do modelo como for cobrado, isso pode inviabilizar.

Entendemos que, nos últimos anos, pegando os números de São Paulo, o pagamento de precatórios vem crescendo. Então, o nosso objetivo é, dentro do Orçamento, da forma que for viável, pagar o máximo possível, mas sem inviabilizar as finanças municipais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Secretário.

Passo agora para o Sr. Weder de Oliveira, Ministro do Tribunal de Contas da União.

O SR. WEDER DE OLIVEIRA – Primeiramente, a pergunta da Senadora Ana Amélia.

V. Ex^a perguntou se resolve.

Uma questão importante é exatamente isto: todas essas alternativas precisam ser quantificadas e olhadas do ponto de vista dos vários Estados. Por exemplo, o Estado do Piauí já quitou a sua dívida com a União. É um Estado que, para esta discussão, não tem grandes perspectivas. Poderia até se ver prejudicado com a possibilidade de a União liberar recursos para investimento na proposta do Senador Luiz Henrique.

Então, cada Estado tem uma situação individualizada, e isso precisaria ser bem avaliado, para que se pudesse avaliar qual é realmente a proposta que atende a integralidade da Federação, porque uma regra que foi seguida pela LRF e talvez também tenha de ser seguida por esse processo é tratar todos os Estados de uma mesma forma. Por isso, é imprescindível que essas coisas sejam quantificadas e avaliadas na repercussão em cada Estado.

O Senador Suplicy pergunta das várias alternativas.

Todas essas questões podem ser tratadas por projeto de lei complementar, por projeto de lei e por resolução. O que vemos é que são diferentes propostas. Há propostas de refinanciamento das dívidas, com mudanças de taxas de juros e indexadores. Nesse caso, haveria que se mudar realmente a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque há um artigo específico, o art. 35, que veda o refinanciamento das dívidas.

Já se discutiram no passado interpretações que não levassem a modificar a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas o próprio Governo Federal acabou optando, por uma segurança jurídica desse próprio processo, por apresentar um projeto de lei que mude a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Há propostas que visam a reduzir o que os Estados pagam sem fazer o refinanciamento, mas fazendo o quê? Reduzindo o valor da Receita Líquida Real, que é o valor sobre o qual incidem os 10%, 11%, 13%. Uma dessas propostas é tirar da base de cálculo da Receita Líquida Real as receitas referentes à educação, à saúde. Ao diminuir a base de cálculo, diminuir o valor a ser pago. Isso é algo que poderia ser discutido, talvez no projeto de lei, ou em alguma coisa dessa natureza.

Temos a proposta do Senador Luiz Henrique, de reduzir uma parte do que é pago, convertendo-a em investimento. O senhor falou muito bem que seria exatamente isso. É como se fosse um compromisso da União em, recebendo de um Estado o pagamento de sua dívida, devolver ao Estado para investimentos. É uma ideia bastante diferente do refinanciamento da dívida, permite aos Estados terem mais recursos para investimento, mas temos que trabalhar mais em cima para operacionalizar.

Como o Prof. Piscitelli mencionou, o risco, que já aconteceu no passado, é substituir recursos que o Estado já está investindo por recursos federais. A quantidade de investimento permanece a mesma, e os recursos são investidos em outras áreas menos, digamos assim, produtivas, para alavancar o PIB dos Estados e, conseqüentemente, o PIB do País. É uma proposta muito interessante, mas valeria um esforço de operacionalizá-la da melhor maneira possível.

Nós devemos também, eu creio, mencionar que, de certo modo, o ideal seria que nós pudéssemos não pagar essa dívida. O que vamos fazer é transferir a dívida dos Estados para a União, e, como nós temos um modelo federal bastante centralizado, temos que tomar cuidado para que o efeito não seja neutro. Ao mesmo tempo em que a União deixa de receber dos Estados, os Estados têm mais recursos, a União, ao ter que manter certo superávit primário, tenha que reduzir as suas despesas primárias e, conseqüentemente, reduzir o que vai repassar a Estados e Municípios. A médio prazo e longo prazo, o efeito poderia ser, em termos de investimentos, quase neutro. É algo também em que se teria de pensar.

Um ponto importante que nós observamos, desde a Lei de Responsabilidade Fiscal, é que se criou a cultura da responsabilidade fiscal e ela, em todas as avaliações – creio que talvez todos os debatedores aqui não discordem muito –, ajudou a criar uma expectativa mais positiva de equilíbrio fiscal e orçamentário no País. E, todas as vezes que as discussões de refinanciamento voltam, isso leva a discussões sobre as expectativas sobre o País...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Embora essa responsabilidade não valha para a União. Ela é imposta aos Estados e Municípios, mas a União não se autoimpõe.

O SR. WEDER DE OLIVEIRA – Exatamente. São vários estudos que mostram que a União, em alguns aspectos, não cumpre efetivamente a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Talvez seja importante também pensar, na medida em que as propostas possam ser muito mais radicais, sobre o efeito disso nas expectativas, porque nós sabemos que isso tem influência também no nível de investimentos e no crescimento do PIB.

Por fim, a pergunta do Prof. Piscitelli: o que o Tribunal de Contas da União fez foi solicitar à Secretaria do Tesouro Nacional que calculasse e apresentasse a metodologia de cálculo do subsídio.

Basicamente, o cálculo do subsídio feito pela STN leva em consideração o que a União paga para a sua dívida, a Selic, em contraposição ao que os Estados e Municípios pagam – IGP-DI mais 7,5%, 9%. Foi feito esse confronto ao longo do tempo, desde 1997 até 2012. E é dessa forma que se apurou o subsídio.

(Soa a campanha.)

O SR. WEDER DE OLIVEIRA – Mas, evidentemente, há inúmeras complexidades sobre quem ganhou, quem perdeu. De agora em diante, temos de avaliar qual a melhor solução, porque, no fundo, essa é uma via de mão dupla: a União vai arcar com maior esforço, os Estados com menor esforço, mas qual é o equilíbrio ideal para que o País não saia também perdendo nas expectativas de crescimento da economia e dessa cultura da responsabilidade fiscal que já vem de muitos anos?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço a todos os expositores em especial.

Quero agradecer também a todos os Srs. Senadores pela presença: ao Senador Sérgio Souza, à Senadora Ana Amélia, ao Senador Eduardo Suplicy, ao Senador Rodrigo Rollemberg, ao Senador Luiz Henrique, ao Senador Pedro Taques, que esteve presente, e ao Senador Cristovam, que também aqui passou no início desta reunião.

Antes de encerrar a presente reunião, lembro aos Srs. Senadores que amanhã, 26 de março, às 10h, teremos reunião deliberativa ordinária da CAE.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 19 horas e 8 minutos, a reunião é encerrada às 21 horas e 28 minutos.)

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2013, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia vinte e seis de março do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Cristovam Buarque, Randolfe Rodrigues, Sérgio Souza, Romero Jucá, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Kátia Abreu, Waldemir Moka, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi, Antonio Carlos Rodrigues, João Vicente Claudino e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Jader Barbalho, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Francisco Dornelles e Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em compromissos político-partidários no Estado que representa. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das Atas da 6ª, 7ª e 9ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1**– Projeto de Resolução do Senado nº 3 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que “altera dispositivo da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal”, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece relatório favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta. Em 11/3/2013 foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Alvaro Dias, contrário ao Projeto. Em 18/3/2013, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Pedro Taques, favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. O Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, designa o Senador José Pimentel Relator “ad hoc” da Matéria. Durante a leitura do relatório, o Relator “ad hoc”, Senador José Pimentel, apresenta relatório reformulado, favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 2) que apresenta. Após a leitura do relatório pelo Relator “ad hoc”, usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Blairo Maggi, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Pedro Taques e Cristovam Buarque. Os Senadores Pedro Taques e Alvaro Dias retiram seus votos em separado. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório,

que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 2, renumerada como Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para a Matéria. **Item 2**– Projeto de Lei do Senado nº 314 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Cidinho Santos, que “insere § 7º no art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para incluir desconto em anuidade ou semestralidade escolar de nível superior, por disciplina não cursada ou cursada com aproveitamento”, tendo como Relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. **Item 3**– Projeto de Lei do Senado nº 15 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Incentivo Boa-Educação, que visa a entregar quantia monetária ao Distrito Federal e aos Municípios desde que apresentem melhorias na qualidade de ensino ofertado a sua população”, tendo como Relator o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. **Item 4**– Projeto de Lei do Senado nº 406 de 2008, não terminativo, de autoria da Senadora Ada Mello, que “altera a Lei nº 8.630, de 1993, para revigorar a cobrança do Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso – AITP, e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2 apresentadas. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Pedro Taques. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pela prejudicialidade do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2. **Item 5**– Projeto de Lei do Senado nº 36 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego para os trabalhadores, empregados ou profissionais autônomos, com exercício de atividade impedido em razão de calamidade natural, e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo). A Matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório,

encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CRA-CAE (Substitutivo). **Item 6**– Projeto de Lei do Senado nº 340 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Ivo Cassol, que “altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para permitir o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde das despesas médicas e suplementares quando o atendimento da vítima for realizado por serviço próprio, contratado ou conveniado do Sistema Único de Saúde”, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE. **Item 7**– Projeto de Lei da Câmara nº 48 de 2012, não terminativo, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que “obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais”, tendo como Relator o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 2 e 3 que apresenta. A Matéria é retirada de pauta. **Item 8**– Projeto de Lei da Câmara nº 83 de 2012, não terminativo, de autoria do Deputado Celso Russomano, que “obriga a contratação de seguro para os serviços de entrega que se utilizam de motocicletas ou veículos afins”, tendo como Relator o Senador Gim, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A Matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CAE e 2-CAE. **Item 9**– Projeto de Lei do Senado nº 244 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que “altera a Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, para permitir que a Mútua destine parte de sua arrecadação para medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural do engenheiro e do engenheiro-agrônomo e para desenvolvimento de ações fiscalizadoras promovidas pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia”, tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório favorável ao Projeto. A

Matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. **Item 10**– Projeto de Lei do Senado nº 349 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que “altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual”, tendo como Relator o Senador Gim, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 2) que apresenta. A Matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 2, renumerada como Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). **Item 11**– Projeto de Lei do Senado nº 707 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que “altera o art. 37 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, para aumentar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido relativa às instituições a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991”, tendo como Relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. O Presidente da Comissão designa o Senador Cyro Miranda Relator “ad hoc” da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator “ad hoc”, usam da palavra os Senadores Alvaro Dias, autor da Matéria, e Pedro Taques. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Declaração de Prejudicialidade do Projeto por treze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item 12**– Projeto de Lei do Senado nº 146 de 2003, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “altera o § 2º do artigo 16 da Lei nº 7827, de 27 de setembro de 1989 (Dispõe sobre a regulamentação dos recursos do fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCN)”, tendo como Relator o Senador Alvaro Dias, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **Item 13**– Projeto de Lei do Senado nº 22 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que “autoriza a União a conceder isenção fiscal, anistia e remissão, totais ou parciais, bem como a suspensão temporária do prazo para o pagamento de tributos, para pessoas físicas e jurídicas atingidas por desastres, na forma a ser regulamentada pela Receita Federal, e dá outras providências”, tendo como Relator o Se-

nador Alvaro Dias, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, José Agripino, Wellington Dias e Pedro Taques. É solicitada vista pelo Senador Pedro Taques e pela Senadora Ana Amélia. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 14**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 14 de 2013, de iniciativa do Senador Humberto Costa e outros, que “requer, nos termos dos artigos 90 e 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 58 da Constituição Federal, a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de debater com a senhora Maria das Graças Foster, Presidenta da Petrobras, as perspectivas para o ano de 2013 no que se refere à produção, ao refino e à redução das importações de petróleo e derivados”. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 14 de 2013-CAE. **Item 15**– Requerimento nº 18 de 2013, de iniciativa da Senadora Ana Amélia e outros, que “requer a realização de audiência pública para debater a política de investimentos, desenvolvimento e fomento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com a presença do presidente do BNDES, Sr. Luciano Coutinho”. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 18 de 2013-CAE. É apreciado, ainda, o seguinte item extrapauta: **Item 16**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 15 de 2013, de iniciativa do Senador Humberto Costa, que “requer, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Diretor Presidente (CEO) da Vale S.A., senhor Murilo Ferreira, para, em audiência pública, debater o plano de investimentos da companhia”. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 15 de 2013-CAE. É lido e será apreciado posteriormente o Requerimento nº 20 de 2013, de iniciativa do Senador Pedro Taques e outros, que requer seja convidado o Sr. Marcel Souza de Cursi, Secretário de Fazenda de Mato Grosso, para participar de audiência pública a fim de tratar do tema ICMS e discutir o Projeto de Resolução nº 1 de 2013 e a Medida Provisória 599, de 2012. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Há número regimental. Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 6ª, 7ª e 9ª Reuniões.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecerem como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Por solicitação do Senador João Vicente Claudino, que terá de se ausentar, vamos começar pelo item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 340, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para permitir o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde das despesas médicas e suplementares quando o atendimento da vítima for realizado por serviço próprio, contratado ou conveniado ao Sistema Único de Saúde.

Autoria: Senador Ivo Cassol.

Relatoria: Senador João Vicente Claudino.

Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observações:

1. A Matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é submetido a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 340, de 2011, de autoria do Senador Ivo Cassol, que altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para autorizar o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde das despesas médicas e suplementares pelo Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, quando o atendimento da vítima for realizado por serviço próprio, contratado ou conveniado do Sistema Único de Saúde.

A proposição é composta por dois artigos. O primeiro dá a seguinte redação aos §§2º e 3º do art. 3º e à alínea c do §1º do art. 5º da referida lei:

Art. 3º

§2º Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até dois mil e setecentos reais, previsto no inciso III do caput deste artigo, de despesas médico-hospitalares e suplementares, desde que devidamente comprovadas e efetuadas em serviço de saúde em caráter privado, vedada a cessão de direitos.

§3º Quando o atendimento for realizado por serviço próprio, contratado ou conveniado ao Sistema Único de Saúde, as despesas de assistência médica e suplementares serão ressarcidas ao fundo municipal ou estadual de saúde respectivo.

Art. 5º

§1º

c) fatura ou outra forma de comprovação legalmente válida de despesas efetuadas com o atendimento médico da vítima, até o limite de que trata o inciso III do art. 3º, fornecida pelo fundo municipal ou estadual de saúde, nos casos em que a vítima tiver sido atendida em serviço próprio, contratado ou conveniado ao Sistema Único de Saúde.

O art. 2º contém a cláusula de vigência, pela qual a lei entra em vigor após decorridos trezentos e sessenta e cinco dias de sua publicação oficial.

Na justificação do projeto, o autor argumenta que o objetivo é permitir o reembolso ao sistema de saúde municipal ou estadual, conforme o caso, do valor gasto pelo Erário com o atendimento prestado pelo SUS a vítima de acidentes cobertos pelo DPVAT, visto que, no caso de o acidentado ser atendido pelo SUS, é o Erário estadual ou municipal que arca com as despesas de atendimento médico.

Argumenta, também, que, em vista dos graves problemas financeiros que o sistema de saúde enfrenta no país, o ressarcimento dos gastos do SUS com o atendimento das vítimas de acidentes de trânsito, minimiza os problemas que se vive na saúde.

Análise.

Nos termos dos incisos I e III do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente.

Os aspectos relacionados à constitucionalidade e juridicidade serão analisados pela Comissão de Assuntos Sociais, a quem cabe a deliberação em caráter terminativo. Quanto à técnica legislativa, não há reparos a fazer.

A escassez de recursos para a saúde tem sido preocupação constante do governo federal, estadual

e municipal. O Governo Federal chegou a admitir, recentemente, a criação de um imposto para financiar os investimentos necessários, com previsão de arrecadação de mais de R\$45 bilhões por ano, discussão que deve se estender até 2012. Isso porque o projeto já tramita aqui desde 2011 e essa discussão já se passou.

O problema não é de fácil solução, diante do atual comprometimento do Orçamento federal e das dificuldades financeiras enfrentadas por Estados e Municípios. Isso sem falar na crise internacional e seus impactos para a economia interna.

Nesse contexto, no tocante ao mérito, não resta dúvida de que a proposta contribui para reduzir a crise. Além disso, ela não tem impacto no orçamento público visto que os recursos a serem utilizados no ressarcimento têm origem no DPVAT.

A matéria é, portanto, oportuna e merece ser acolhida por esta Casa.

Por considerar muito longo e desnecessário o prazo de vigência da lei estabelecido no art. 2º da proposta, apresentamos uma emenda com o objetivo de reduzi-la à própria publicação.

O voto é pela aprovação do PLS nº 340, com a seguinte emenda que se faz no art. 2º:

Emenda nº 1 – CAE

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2011:

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador João Vicente Claudino.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 – CAE.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Vamos ao item 5, já que o Relator, o Senador Walter Pinheiro, se encontra presente.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 36, DE 2011

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego para os trabalhadores, empregados ou profissionais autônomos, com exercício de

atividade impedido em razão de calamidade natural, e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Com a palavra o Relator.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Comissão de Assuntos Econômicos, o Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2011, do Senador Marcelo Crivella, nosso Ministro da Pesca, que dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego para os trabalhadores, empregados ou profissionais autônomos, com exercício de atividade impedido em razão de calamidade natural, e dá outras providências.

Sr. Presidente, nós fizemos o exame, nesta Comissão, do projeto de autoria do Senador Marcelo Crivella, que foi, originalmente, distribuído à Comissão de Assuntos Sociais. Depois, em função do requerimento do Senador Vital do Rêgo, coube à CAE analisar essa matéria antes da apreciação por parte da CAS – Comissão de Assuntos Sociais.

Sobre a proposição em análise, não há óbice com relação à sua constitucionalidade. Com relação à juridicidade e técnica legislativa, há que se concordar com a avaliação feita na CRA, quando esta Comissão argumenta que a inclusão dos profissionais autônomos e dos empreendedores individuais representa uma impropriedade jurídica, pois não se relaciona com a sistemática adotada no âmbito do programa de seguro-desemprego em vigor, uma vez que nesses casos não se verifica o desemprego, mas, sim, a suspensão da atividade profissional ou econômica.

Portanto, Sr. Presidente, este item retrata exatamente a natureza jurídica do emprego ou da suspensão, ou melhor, da caracterização do desemprego diante da caracterização da suspensão de uma atividade profissional.

O relatório da CRA cita ainda alteração recente da Lei Orgânica da Assistência Social, determinada pela Lei nº 12.435, de 2011, que fixou um novo critério para os benefícios eventuais, promovendo a inclusão das pessoas em situação de calamidade pública, conforme redação atribuída ao art. 22 e respectivo §1º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, *verbis*:

Art. 22. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

O §1º desse artigo, portanto, promove a exploração dessa divergência, ou melhor, faz, de forma incisiva, a classificação dessa divergência.

Diz o §1º:

§1º. A concessão e o valor dos benefícios de que trata este artigo serão definidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e previstos nas respectivas leis orçamentárias anuais, com base em critérios e prazos definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social.

Desse modo, há que se concordar com o relatório da Comissão (CRA), quando esta argui a instituição do benefício eventual no âmbito da assistência social e exige a compatibilização do sistema de socorro emergencial de tal forma que não se incluam duplamente os benefícios ou se deixe de amparar quem realmente necessita do benefício.

Então, Sr. Presidente, a partir dessas questões é que se produziu, então, o substitutivo da CAE em contrapartida a essa restrição do benefício e o nosso voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 36, do Senado, nos termos da Emenda substitutiva aprovada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária desta Casa.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o nosso voto. Aqui no próprio relatório que V. Ex^a tão diligentemente distribuiu a todos os Senadores, inclusive por meio eletrônico, também se encontra a emenda substitutiva apresentada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da nossa Casa.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente, pela aprovação da matéria, com a emenda substitutiva aportada ao Projeto pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Walter Pí涅heiro.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1 – CRA (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Antes de voltar ao item 1, vou passar ao item 9. Senador Romero.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar aqui que nós estamos construindo um entendimento no item 1 exata-

mente para que nós possamos votar uma matéria que é extremamente importante para os Estados.

Já tive oportunidade de esclarecer, junto ao Senador Alvaro Dias, que nós estamos colocando um adendo que foi solicitado definindo que, desde a execução das obras, seja iniciado, até dezembro de 2014, solicitada pelo Senador Alvaro Dias, estamos colocando também na justificativa do Projeto, o enquadramento nas regras da Secretaria do Tesouro Nacional, que foram solicitadas pelo Senador Pedro Taques.

Portanto, acho que haveria acordo. Se nós pudessemos votar o item 1, seria uma forma de resolver rapidamente. O Senador José Pimentel poderia ser o relator *ad hoc*, somente para registrar a nossa concordância, como autor do texto, no acréscimo que foi feito e nós poderíamos votar essa matéria por acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu votarei, então, o item 9 e irei para o item 1. Designarei o Senador José Pimentel como Relator *ad hoc* desse item 1.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 244, de 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, para permitir que a Mútua destine parte de sua arrecadação para medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural do engenheiro e do engenheiro-agrônomo e para desenvolvimento de ações fiscalizadoras promovidas pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

1. A Matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto em tela, de autoria do Senador Eduardo Amorim, permite que se destine parte da arrecadação da Mútua para medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural do engenheiro.

Eu passo, Sr. Presidente, à análise.

A Mútua é uma sociedade civil sem fins lucrativos, criada pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), pela Resolução nº 252, de

17 de dezembro de 1977, conforme autorização legal contida no art. 4º da Lei nº 6.496, de 1977.

O principal objetivo da Mútua é oferecer a seus associados planos de benefícios sociais, previdenciários e assistenciais, de acordo com sua disponibilidade financeira, respeitando o seu equilíbrio econômico-financeiro.

Conforme o art. 11 da Lei nº 6.496, de 1977, constituirão rendas da Mútua:

um quinto da taxa de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), ou seja, todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito, por lei, à ART; uma contribuição dos associados, cobrada anual ou parceladamente e recolhida, simultaneamente, com a devida aos CREAS;

doações, legados e quaisquer valores adventícios, bem como outras fontes de renda eventualmente instituídas em lei;

outros rendimentos patrimoniais.

O PLS nº 244, de 2012, flexibiliza a aplicação desses recursos, permitindo que também sejam oferecidos como benefícios maneiras de aperfeiçoamento técnico e cultural de seus associados e dos profissionais registrados nos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia por meio de instituições de ensino e entidades de classe, desde que cadastradas no Confea.

Além disso, o PLS em pauta também autoriza que a renda da Mútua seja utilizada para o desenvolvimento de ações fiscalizadoras promovidas pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia.

A norma proposta não afronta os princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

No mérito, não há reparos a fazer. A proposta procura dar maior efetividade e qualidade aos serviços prestados pelos profissionais de Engenharia e de Agronomia, essenciais ao esperado crescimento do País. *(Soa a campanha.)*

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – O aumento de recursos para atualizar os profissionais da engenharia, do ponto de vista econômico, é extremamente favorável, pois contribui com o aumento da produtividade dos trabalhadores.

Pelo exposto, votamos favoravelmente ao Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2012.

É esse o nosso entendimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Armando Monteiro.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Quero dizer que, em virtude da ausência do Senador Casildo Maldaner, nós estamos retirando o item 7 da pauta.

Vamos ao item 1.

ITEM 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 3, DE 2013

– Não Terminativo –

Altera dispositivo da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

Autoria: Senador Romero Jucá.

Relatoria: Senador Francisco Dornelles.

Relatório: favorável ao projeto nos termos do substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta.

Observações: 1. Em 11/3/2013, foi apresentado voto em separado, de autoria do Senador Alvaro Dias, contrário ao projeto;

2. Em 18/3/2013, foi apresentado voto em separado, de autoria do Senador Pedro Taques, favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Como o Relator não se encontra presente, designo o Senador José Pimentel como Relator *ad hoc*.

Com a palavra, o Relator, para fazer a leitura do seu novo relatório.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para facilitar o trabalho do Senador José Pimentel...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – É claro! Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Já que eu estava coordenando esse trabalho, quero registrar que apresentamos esse projeto exatamente para ressaltar aquelas obras que estão previstas em cidades que serão sedes da Copa do Mundo e que, em tese, por atraso de licenciamento ambiental, por questionamentos do Ministério Público ou pelos próprios processos de licitação, não ficarão prontos até a Copa do Mundo. Com isso, o que iria ocorrer? Não ficando pronto até a Copa do Mundo, e como seria ex-

cepcionalidade para a Copa do Mundo, esses projetos seriam desenquadrados, sofreriam solução de continuidade, teriam que ser recontratados, haveria uma nova burocracia, talvez nova licitação, e isso geraria um problema grave para as cidades.

O que nós estamos propondo para esses projetos? Que esses projetos, que já estão definidos, que já foram aprovados pela Secretaria do Tesouro, que já estão em trâmite, muitos deles em licitação – alguns, já contratados; outros, em regime de contratação –, sejam mantidos na excepcionalidade, mesmo não ficando prontos para a Copa do Mundo, mas cumprindo o que determina a Secretaria do Tesouro Nacional quanto às suas condicionantes – solicitação do Senador Pedro Taques, que quero registrar para que faça parte da Justificativa – e com acréscimo colocado pelo Senador Alvaro Dias, acordado pela oposição, colocando no final “desde que a execução das obras seja iniciada até dezembro de 2014”.

Então, serve para a Copa do Mundo, e essas obras terão que ser iniciadas. Se não forem iniciadas, serão desenquadradas e, portanto, terão que procurar outro caminho para a sua viabilização.

Quero informar que não estamos abrindo precedentes para novas obras, não estamos abrindo extralimite para novas obras. Estamos apenas, sim, resolvendo um elenco de obras que já estão encaminhadas e definidas dentro dos parâmetros da Secretaria do Tesouro em vários Estados da Federação.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu até liguei, como Presidente, para o Senador Romero Jucá, hoje, pela manhã, Senador Alvaro Dias, com preocupação, porque a exceção foi dada com o objetivo da Copa do Mundo e das Olimpíadas. E a minha preocupação com a redação é que não se abrisse, já que já havia saído a matriz de responsabilidade da Copa, para novos investimentos, que não vão estar prontos para a Copa. E nós estamos excepcionalizando aqui tantos os 16% ao ano quanto os 200% em relação à receita corrente líquida.

Então, é uma grande exceção, no caso. Liguei para o Senador Romero Jucá para falar sobre isso, com a preocupação de que isso não abrisse caminho.

Eu achei, Senador Romero Jucá, que, por exemplo, a lista dessas obras tinha que ser divulgada para todos os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, para sabermos o que de fato é.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, na reunião passada, eu distribuí a lista, mas estou com a lista aqui. Se algum Senador tiver

interesse... Eu posso, inclusive, nomear aqui, para ficar registrado.

No Paraná, obra de infraestrutura prevista no PAC; Rio Grande do Norte, obra de mobilidade urbana no âmbito dos Municípios potiguares de Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, inseridos no programa federal para o transporte/PAC; Distrito Federal, implantação do Trecho 1 da linha do sistema de Metrô Leve; Amazonas, implantação do transporte de alta capacidade da cidade de Manaus; São Paulo, execução da Linha 17–Ouro e obras de entorno do Estádio Cícero Pompeu de Toledo; Natal, Corredor Estruturante; Porto Alegre, Corredor da Avenida Tronco, Corredor da Terceira Perimetral, Corredor Voluntários da Pátria, Avenida Severo Dullius; Curitiba, BRT: Extensão da Linha Verde Sul, BRT: Avenida Cândido de Abreu, Requalificação da Rodoferroviária, Corredor Aeroporto–Rodoferroviária, Requalificação do Corredor Av. Marechal Floriano; Fortaleza, BR – Avenida Dedé Brasil, Eixo Via Expressa–Raul Barbosa; Porto Alegre, Corredor Padre Cacique, BRT: Avenida Bento Gonçalves, BRT: João Pessoa e Terminal Azenha, BRT: Protásio Alves e Terminal Manoel Elias, Complexo Rodoferroviário.

Essas são as obras que estão nesta lista de excepcionalidades que serão preservadas, independentemente de não ficarem prontas para o início da Copa do Mundo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu queria incluir essa relação no processado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu anexarei na justificativa do processado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Antes de passar a palavra ao Relator, Senador José Pimentel, vou passar ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria perguntar ao Senador Romero Jucá, porque, na cidade de Cuiabá, nós temos obras que, embora o Governo garanta que vai ficar pronta até o final da Copa, eu, pela experiência que tenho, acredito que será muito difícil a obra do VLT ficar pronta na cidade de Cuiabá. Já está em obra, e não está na relação. Quer dizer, o que está em obra já está definido. A relação que V. Ex^a apresenta é sobre as que não começaram, irão começar, estarão garantidas, então, não há nexo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Antes do Relator, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a questão está na origem, o equívoco está na origem. Privilégios concedidos a determinados Municípios que o País todo paga. To-

dos os Municípios brasileiros pagam para que alguns Municípios possam fazer a festa da Copa do Mundo. A festa do espetáculo esportivo e também a festa de obras, muitas delas superfaturadas em razão da flexibilização da legislação de licitações. Há inclusive ação direta de inconstitucionalidade proposta pela oposição em relação a essa flexibilização exagerada. Há obras, portanto, superfaturadas e obras que estão sendo realizadas com benefícios que têm como justificativa a necessidade da sua conclusão até a Copa do Mundo. Então, é evidente que se as obras não são concluídas até a Copa do Mundo, os benefícios não são justificáveis, não há justificativa para esses benefícios. Se a razão do benefício é a conclusão até a Copa do Mundo, por que manter benefícios se até a Copa do Mundo as obras não estarão concluídas?

De qualquer maneira, a oposição, o Líder Aloysio Nunes Ferreira, o Líder Agripino, o Senador Pedro Taques, que também tem uma boa posição em relação a essa matéria, é conhecida, todos nós estamos admitindo a aprovação do projeto de resolução do Senador Romero Jucá, minimizando os seus efeitos, ou seja, assegurando que somente as obras iniciadas antes da Copa do Mundo terão esses benefícios. Isso minimiza os efeitos desse favorecimento, que, inevitavelmente, premia em alguns casos, não generalizando, porque até há obras aí da minha cidade de Curitiba, do meu amigo Gustavo Fruet, que é o Prefeito da cidade. Não estou generalizando, mas, certamente, em alguns casos, essa proposta beneficia a incompetência ou o descaso administrativo ou a morosidade conhecida de alguns gestores na realização de obras públicas importantes para o País. Não deixa de ser prêmio a ineficácia.

De qualquer maneira, nós aqui temos que trabalhar para reduzir determinados efeitos que consideramos negativos, sem nos colocarmos também como donos da verdade. Mas nós entendemos serem efeitos negativos. E com essa proposta intermediária nós estamos minimizando esses efeitos negativos, reduzindo o grau de injustiça. E vamos, é claro, aceitar a proposta do Senador Romero Jucá, nessas circunstâncias e com essa justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Só para ordenar os debates, Senador Aloysio Nunes, deixe-me passar a palavra para o Sr. Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu queria apenas um esclarecimento do autor. Qual é a data final que...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – A data final é 31 de dezembro de 2014.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É depois da Copa!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Para começar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois é, mas... Enfim, se vamos fazer uma coisa, uma excepcionalidade para a Copa, como é que nós vamos estabelecer a data de limite para depois da Copa? A Copa é em julho. Nós vamos esticar mais seis meses para começar a obra?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senador...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – É. A data tem que ser em junho, Senador Romero.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Dessa forma eu não concordo, sinceramente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senador Aloysio...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Aí não dá.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Tem que ser antes da Copa, é evidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – O contrato... A obra sendo iniciada no dia 1º de junho de 2014 ou no dia 31 de dezembro de 2014, não ficará pronta para a Copa, independente... Não é que, iniciada antes da Copa, ficará pronta para a Copa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Veja bem...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – PR) – O que nós estamos querendo preservar são as obras que são de interesse da cidade, da população.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não, mas o que eu quero saber é o seguinte, Senador...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Então, nós estamos colocando um exercício, porque...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A data limite é a seguinte... A justificativa do projeto de resolução é que as obras têm que estar iniciadas até a Copa do Mundo. Foi o limite com que a oposição concordou. Agora não é mais até a Copa do Mundo, que é em julho, mas é dezembro. Então, o sujeito começa a obra em novembro, em outubro, e não há por que se beneficiar desse regime excepcional. Então, faço um apelo ao relator para que ajuste essa data, porque senão não dá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Vamos colocar, então, 30 de junho de 2014, Sr. Presidente. Vamos fazer o acordo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Senador Romero, como nós perdemos todas, procuramos reduzir a derrota.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Está acordado, Sr. Presidente, a data fica 30 de junho de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cristovam, pode ser depois da leitura do relator? Nós estamos fazendo uma coisa aqui completamente fora de... Antes de o relator apresentar o seu relatório, nós estamos em processo de discussão. Tenho tido a anuência do relator.

Com a palavra, o relator. Depois eu passo a palavra ao Senador Pedro Taques e Senador Cristovam Buarque.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – É submetida à Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Resolução do Senador nº 3, de 2013, do Senador Romero Jucá.

Convém notar, preliminarmente, que a Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, *dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências*.

Análise.

É atribuição desta Comissão opinar sobre proposições que disponham sobre limites e condições para as operações de crédito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme previsão contida nos art. 99, inciso VI, e 393, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

O PRS nº 3, de 2013, é meritório, pois busca resolver um problema real que os governos estaduais e municipais poderão enfrentar no cumprimento de suas obrigações legais. Com efeito, o *caput* do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, estabelece que as operações de créditos dos entes subnacionais deverão observar os seguintes limites:

a) o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% da receita corrente líquida (RCL);

b) o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada não poderá exceder a 11,5% da RCL;

c) o montante da dívida consolidada não poderá exceder os tetos estabelecidos na Resolução nº 40, de 2001.

Os financiamentos de obras de infraestrutura para a Copa não são, por sua importância estratégica, considerados no cálculo de todas essas restrições. Como, porém, algumas dessas obras não serão concluídas em tempo hábil e precisarão ser excluídas do rol de

compromissos assumidos, tem-se que elas voltariam a se subordinar ao disposto no *caput* do art. 7º, pressionando os limites de endividamento de Estados e Municípios, e expondo-os ao risco de repentina inobservância da norma senatorial.

A exemplo do Senador Romero Jucá, também julgamos impróprio que um financiamento perfeitamente regular no momento da sua contração deixe de sê-lo em função de condições supervenientes. Assim, a presente proposta conta com o nosso pleno apoio, considerando apenas que se deve estabelecer um limite para essa excepcionalidade, qual seja que a execução das obras seja iniciada até 30 de junho de 2014. Portanto, estou alterando aqui a data, que era dezembro de 2014.

Voto.

Em face do exposto, voto favoravelmente ao PRS nº 3, de 2013, nos termos da seguinte emenda substitutiva que apresenta:

EMENDA Nº – CAE (Substitutiva)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03, DE 2013

Altera dispositivo da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

“Art. 7º.....
§9º Os projetos de implantação de infraestrutura nos termos do inciso IV do §3º do art. 7º desta Resolução continuarão a gozar de excepcionalidade, em relação aos limites de endividamento, até sua plena execução, ainda que excluídos da matriz de responsabilidade da Copa do Mundo FIFA 2014 e venham a ser financiados por outras fontes alternativas de financiamento, desde que a execução das obras seja iniciada até 30 de junho de 2014.” (NR)

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É esse, Sr. Presidente, o parecer do nobre Senador Francisco Dornelles, que subscrevo na sua totalidade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador José Pimentel.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques, para fazer a leitura do seu voto em separado, apresentado em 18 de março, favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, não é o voto em separado. Eu retirei o voto em separado. É uma declaração de voto, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – É claro! Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, como no Brasil tudo precisa ficar muito bem explicado, tim-tim por tim-tim, eu entendo por bem fazer esta declaração.

O relatório apresentado pelo Senador Francisco Dornelles aborda, com propriedade, o mérito do tema. Voto, portanto, com o Relator. Devo, porém, Sr. Presidente, acrescentar ao meu voto, de forma expressa, uma fundamentação que, parece-me, deve constar, de forma imprescindível, da deliberação desta Casa. Peço que seja transcrita nas notas taquigráficas e que seja também acolhida pela Comissão como razões de decidir o que se denomina de motivos determinantes do voto. Essa atitude poderá parecer um preciosismo, mas insisto que tem consequências jurídicas muito relevantes para a aplicação da norma.

Refiro-me à consideração expressa dos efeitos da excepcionalidade ora aberta sobre a contratação de novas operações de crédito por parte do ente envolvido, matéria que discuti em profundidade junto ao Relator e à Secretaria do Tesouro Nacional, tendo obtido concordância.

A leitura isolada das cláusulas da Resolução nº 43, de 2001, poderia induzir à interpretação de que essas operações excepcionalizadas do limite representariam um limite paralelo e não se comunicariam com os demais valores da dívida de Estados e de Municípios. Mas a leitura sistemática dessa resolução, à luz dos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, leva a uma conclusão radicalmente diversa. Ainda que excepcionalizada, a operação que recebe essa facilidade soma-se aos demais créditos de responsabilidade do ente para efeitos de avaliação de sua futura capacidade de endividamento, nos termos da mesma resolução. Essa é e sempre foi a interpretação uniformemente adotada pelas autoridades fiscais e é a que também adoto neste voto. Coincide, nesse entendimento, com as normas regulamentares da própria Secretaria do Tesouro Nacional acerca da avaliação da situação fiscal dos Estados e dos Municípios, em especial o Manual para Instrução de Pleitos, Operações de Crédito de Estados, do Distrito Federal e de Municípios, no seu item 7.2.3.3, e também o Manual de Demonstrativos Fiscais, no anexo IV do item 4.4.6.1.

Cheguei a cogitar, Sr. Presidente, a possibilidade de transcrever esse entendimento diretamente no texto da resolução através de um voto em separado, como constou nesse voto em separado que retirei, mas

que tinha sido apresentado na reunião anterior. No entanto, a iniciativa de somente agora registrar essa interpretação poderia levar a um resultado diametralmente oposto ao que sempre preconizou a resolução. O aparecimento dessa ressalva neste momento, lida-se fora do contexto, poderia induzir, a *contrario sensu*, a uma interpretação de que, somente a partir de agora, somente para operações relativas à Copa do Mundo, tais operações passariam a ser consideradas para avaliação de novos créditos. Na realidade, ocorre exatamente o oposto. Sempre essas operações foram consideradas em todas as hipóteses de excepcionalidade e continuarão a sê-lo, Sr. Presidente.

Assim, não há dúvida de que essas operações ora excepcionalizadas foram e continuarão a ser consideradas para contratação de novas operações de crédito pelos entes respectivos. Essa é a interpretação reiterada de tais dispositivos da Resolução nº 43, de 2001, por parte do Legislativo, bem como da Administração Pública Federal, na forma da regulamentação que eu citei.

Esses são os esclarecimentos que entendo serem indispensáveis para reforçar a interpretação que vem sendo aplicada sobre a matéria, explicitando aos operadores jurídicos o entendimento desde a promulgação da Resolução nº 43.

Com tais considerações, eu voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar que está correta a colocação do Senador Pedro Taques, e eu recolho a contribuição do Senador Pedro Taques para agregar as minhas justificativas no projeto de resolução que apresentei.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque. (*Soa a campanha.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu li com muito cuidado o voto em separado do Senador Pedro Taques, que subscrevo, mas tenho uma posição diferente da dele. Eu votaria contra, se eu fosse titular desta Comissão, mas sou um simples e mero suplente.

E farei isso, Senador Jucá, não só por uma questão de tecnicidade, mas por uma questão política. Nós estamos passando um recado a todos nós, ao povo e a ao mundo de que nós fazemos política econômica com base em pequenos pacotes para ajustar as coisas quando é necessário.

Nós estamos perdendo a linha que tivemos nos últimos 20 anos, de uma política econômica a qual as coisas se subordinavam. Agora, a gente colocou abaixo das outras coisas: da venda de automóveis, de construir estádios. Nós estamos passando um recado muito ruim do ponto de vista da credibilidade na economia brasileira.

Por isso, se eu fosse votar, votaria contra, com todo o meu respeito, entendendo o seu interesse – interesse que eu digo correto, positivo –, em função de um fenômeno que vai terminar daqui a dois anos, mas que vai deixar uma marca, a meu ver, negativa na credibilidade em relação à política econômica brasileira, que está deixando de existir.

Nós estamos voltando, inclusive, palavras que tinham morrido: pacote, inflação, jeitinho. Isso é muito ruim para a estabilidade que as economias de hoje precisam para trabalhar, dando confiabilidade aos diversos agentes. Isso ajuda a quebrar um pouquinho mais a confiança que ainda resta na política econômica.

Por isso, se eu fosse votar, baseado inclusive, Senador Pedro Taques, nessa consideração política, eu votaria contra. Mas eu não voto. Então, não atrapalharei, porque não voto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, diante do entendimento feito, eu retiro, então, o meu voto em separado, aprovando a forma final, com 30 de junho.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Apenas, Sr. Presidente, faço votos que essa indulgência da Comissão em relação às obras que não serão concluídas em tempo não se estenda também à preparação da Seleção. Que a Seleção, pelo menos ela, esteja preparada em tempo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O Senador Aloysio tem razão. Se a Seleção ainda não está pronta, fica difícil exigir que as obras estejam!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, CAE.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço urgência da matéria da Comissão para plenário.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Em votação o pedido de urgência feito pelo Senador Romero Jucá.

Os Senadores que concordam com o pedido de urgência permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o pedido de urgência.

Como temos quórum, vamos pular para o item 11, terminativo.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 707, de 2007

– Terminativo –

Altera o art. 37 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, para aumentar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido relativa às instituições a que se refere o §1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Autoria: Senador Alvaro Dias.

Relatoria: Senador Vital do Rêgo.

Com a ausência do Senador Vital do Rêgo, eu designo o Senador Cyro Miranda Relator *ad hoc*.

Com a palavra o Relator.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PLS nº 707/2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, aumenta para 18% a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, incidente sobre bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito e entidades de previdência privada abertas e fechadas.

Análise.

Nos termos do art. 99, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, é competência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) opinar sobre aspectos econômicos e financeiros.

O PLS nº 707, de 2007, não trata de matéria de iniciativa exclusiva do Presidente da República (art. 61, §1º, da Constituição Federal – CF) e é competência da União e do Congresso Nacional legislar sobre a matéria (arts. 24, inciso I; 48, *caput* e inciso I; e 195, I, c, da CF).

A diferenciação de alíquota da CSLL promovida pelo PLS tem base constitucional no §9º do art. 195 da CF, que autoriza a fixação de alíquotas ou bases de cálculo de contribuições sociais de forma diferen-

ciada, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.

Ainda quanto à constitucionalidade, o §6º do art. 195 da CF exige prazo de noventa dias, a partir da publicação da lei que criou ou modificou uma contribuição social, para a sua efetiva cobrança. Assim, a cláusula de vigência do PLS deveria ser modificada para atender a essa exigência constitucional.

Entretanto, após a apresentação do PLS, houve a revogação do art. 37 da Lei nº 10.637, de 2002, pela alínea a do inciso II do art. 42 da Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008, objeto da conversão da Medida Provisória (MPV) nº 413, de 3 de janeiro de 2008. Vale lembrar que o revogado art. 37, de forma assistemática, enunciava a alíquota da CSLL, tributo que foi instituído por outra lei, a de nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988. A revogação do dispositivo foi complementar à alteração promovida pelo art. 17 da mesma Lei nº 11.727, de 2008, que modificou o art. 3º da Lei nº 7.689.

Assim, a Lei nº 11.727, de 2008, aumentou a alíquota da CSLL para as instituições financeiras e assemelhadas e devolveu ao art. 3º da Lei nº 7.689, de 1988, a referência às alíquotas da contribuição, tornando mais clara a legislação.

Portanto, em momento ulterior à apresentação do PLS nº 707, de 2007, foram promovidas mudanças legislativas que, entendemos, atingiram o objetivo do PLS de aumentar a contribuição tributária à sociedade das instituições financeiras, de seguros privados e de capitalização. Por isso, consideramos prejudicado o PLS em análise devido à perda de oportunidade.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 707, de 2007.

Esse é o voto, então, do Senador Vital do Rêgo, que profiro como Relator *ad hoc*.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, esse projeto foi apresentado em 2007. Eu o apresentei quando o governo – o Senador Romero Jucá não está mais presente, mas se lembraria bem disso – descumpriu um acordo celebrado com a oposição, ao final do ano anterior, de que não aumentaria impostos, não instituiria novos impostos, não elevaria alíquotas, e, logo em janeiro desse ano, 2007, o governo elevou as alíquotas do IOF. Apresentei no Senado um decreto legislativo propondo a anulação do decreto da Presidência da República, que estabelecia esse reajuste de alíquota, e apresentei esse projeto, que

tinha por objetivo compensar. Ao invés de o governo propor o aumento da alíquota do IOF, aumentaria as contribuições sociais sobre o lucro dos bancos, que obtinham e continuam a obter lucros estratosféricos em nosso País. Posteriormente, o governo elevou essas alíquotas para 15%. E a nossa proposta é de 18%.

É evidente, o projeto será rejeitado, foi considerado pelo Relator dispensável neste momento, até em função da elevação da alíquota para 15%. Mas me parece que poderíamos, sim, a meu juízo, elevar essas alíquotas para 18%, sem permitir que isso se transferisse aos usuários dos bancos, aos clientes dos bancos. Contudo, certamente, a proposição apresentada pelo Relator, não o Senador Cyro Miranda, que foi Relator *ad hoc*, mas o Senador Vital do Rêgo, pela rejeição, será aprovada, considerando a prejudicialidade do projeto uma vez que as alegações apresentadas pelo Relator dão conta de que o governo já tomou providências, embora, repito, a nosso juízo, essas providências não tenham sido suficientes. Poderiam ser mais adequadas; poderiam alcançar o patamar de 18%.

Portanto, Sr. Presidente, admitindo a derrota antecipadamente, eu me conformo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado. V. Exª é o autor dessa proposição.

Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Só um segundo.

Não havendo mais quem queira discutir, declaro prejudicado o projeto, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Antes de colocar em votação, concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, apenas para concordar com a prejudicialidade e, no mérito, dizer que, nesse caso, as consequências da elevação dos impostos quem vai sofrer são os consumidores, os tomadores do financiamento. O ideal seria que tivéssemos maior competição entre as instituições bancárias; porém, como nós temos no Brasil quase um oligopólio dessas instituições, nós vamos resolver dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques. Fico feliz de ver V. Exª, um estudioso na Comissão de Constituição e Justiça, com o mesmo afincamento aqui nesta Comissão de Assuntos Econômicos discutindo os mais variados temas.

Em votação a declaração de prejudicialidade.

Votação nominal.

Quem vota com o Relator vota “sim” à declaração de prejudicialidade do projeto.

Se estiver presente, o autor do projeto, Senador Alvaro Dias, não vota, computando-se a sua presença apenas para efeito de quórum.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. *Fora do microfone.*) – Eu não tenho direito de votar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vota. V. Ex^a é suplente e vota na ausência do titular.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Ah, sim, o titular não está. Então, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Sim.

Senador Cyro Miranda. Voto conhecido.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o Relator. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Gim Argello.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com 13 votos “sim”, mais a presença do autor, a Comissão aprova a declaração de prejudicialidade do projeto.

O Senador Alvaro Dias solicitou a retirada de pauta do item 2.

Assim, passamos, imediatamente, ao item 13.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, nós estamos retirando de pauta a pedido do Banco do Brasil, que está analisando a hipótese de aprovar as alterações que nós estamos propondo a esse projeto. Assim, retiramos de pauta para aguardar o entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu peço a paciência dos presentes porque nós ainda teremos um item em caráter terminativo para votação. Assim, se os Srs. Senadores puderem permanecer... Nós precisamos de um quórum de 14 membros.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 22, DE 2011

– Terminativo –

Autoriza a União a conceder isenção fiscal, anistia e remissão, totais ou parciais, bem como a suspensão temporária do prazo para o pagamento de tributos, para pessoas físicas e jurídicas atingidas por desastres, na forma a ser regulamentada pela Receita Federal, e dá outras providências.

Autoria: Senador Lindbergh Farias.

Relatoria: Senador Alvaro Dias, a quem concedo a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente. finalmente, eu vou alcançar uma vitória aqui, uma vez que o projeto é do Presidente... (*Risos.*) De forma que ele será aprovado. Como o meu parecer será favorável, nós teremos a oportunidade de comemorar uma vitória no dia de hoje.

A matéria se apresenta em quatro artigos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Quero saber como o Governo reage diante disso.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela constitucionalidade...

Eu vou informar do que se trata o projeto.

O projeto do Senador Lindbergh Farias tem o objetivo de permitir que a União conceda isenção fiscal, anistia e remissão a pessoas físicas e jurídicas atingidas por desastres, quando caracterizada situação de emergência ou estado de calamidade pública.

São quatro artigos.

O art. 1º altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil, de forma a autorizar a União a conceder as isenções citadas em epígrafe. O mesmo artigo proíbe que empresas beneficiadas demitam seus funcionários sem justa causa durante o período em que perdurar o favor fiscal. Atribui, ainda, à Secretaria da Receita Federal do Brasil, o dever de regulamentar as isenções, anistias e remissões decorrentes da futura lei, o que consiste em estabelecer seus critérios de aplicação, percentuais, valores e prazos de vigência. Poderá, segundo o projeto, autorizar a suspensão temporária do prazo para o pagamento dos tributos devidos pelas pessoas físicas e jurídicas atingidas, quando não for o caso de concessão dos demais benefícios contidos no texto.

O art. 2º inclui inciso XXII no art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do imposto de renda da pessoa física os rendimentos das pessoas efetivamente atingidas por desastres, conforme regulamento a ser editado pela Receita Federal do Brasil.

O art. 3º determina que o Poder Executivo estime a renúncia de receita decorrente da aplicação da futura lei, ao passo que o art. 4º é cláusula de vigência.

Ao justificar sua iniciativa, o Senador Lindbergh cita a recorrência de fenômenos climáticos extremos no Brasil, com ênfase nas chuvas que atingiram a Região Serrana do Rio de Janeiro, que geraram uma catástrofe humana e econômica sem precedentes na história do País. Prossegue afirmando que o Governo Federal agiu prontamente nessa calamidade em particular, mas pondera que, em situações de emergência, é preciso ter estruturado um plano de recuperação econômica que vá além da prorrogação de prazos para pagamentos de impostos e inclua outros incentivos.

Apresentada em fevereiro de 2011, a proposição foi distribuída unicamente à CAE e em caráter terminativo.

Foram apresentadas emendas.

Análise da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Quanto ao aspecto constitucional, cabe à União legislar sobre direito tributário, sistema tributário e imposto de renda.

A proposição conflita, parcialmente, com disposto no art. 150, §6º, da Lei Maior, conforme será explicado mais adiante, na análise de mérito.

Com exceção de seu art. 1º, o projeto atende à juridicidade, uma vez que o instrumento legislativo escolhido – normatização por meio de edição de lei – é adequado. A matéria inova o ordenamento jurídico, apresenta alcance geral e é compatível com os princípios que norteiam o direito brasileiro. Tampouco há o que opor em termos de técnica legislativa, conforme a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

A competência da Comissão de Assuntos Econômicos para deliberar sobre a proposição decorre do art. 99, IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto ao mérito, os argumentos utilizados na justificação do projeto são bastante consistentes, ao apelar para a elaboração de uma política permanente de apoio às populações atingidas por desastres naturais com fulcro na diminuição da carga tributária por elas suportada.

O art. 1º, contudo, ao autorizar a União a conceder isenção fiscal, anistia e remissão, está em desacordo com o art. 150, §6º, da Constituição Federal, que preconiza:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é

vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

.....
§6.º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, §2º.

Para se chegar ao mesmo objetivo do art. 1º, será necessário um projeto de lei específico, ou seja, voltado exclusivamente para o benefício fiscal em análise, não se admitindo inserir a modificação pretendida no corpo da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, cujo objetivo é estabelecer as diretrizes do Sistema Nacional de Defesa Civil. O ideal seria uma proposição minudente, apontando o desastre ocorrido, as populações atingidas e potencialmente beneficiadas, condições para que empresas favorecidas mantenham vínculos empregatícios e, principalmente, os tributos federais sobre os quais recairia a renúncia de receita, explicitando eventuais novas alíquotas e bases de cálculo para uma dada situação de emergência.

Quanto à flexibilização dos prazos para o pagamento dos tributos federais devidos, tal providência já

pode ser adotada pela Receita Federal, respeitada a legislação, sem necessidade de nova regra autorizativa.

Na tentativa, portanto, de contribuir para o devido seguimento do projeto, de inegável mérito social, sugerimos emenda substitutiva com o propósito de adequá-lo, na medida do possível, aos ditames da Constituição Federal.

Voto.

Pelas razões apresentadas, votamos pela aprovação do projeto, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CAE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 22, DE 2011

Dispõe sobre a isenção do imposto de renda da pessoa física para os atingidos por desastres, quando caracterizada situação de emergência ou estado de calamidade pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 6º da Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar acrescido do inciso XXIII, com a seguinte redação:

“Art. 6º

XXIII – Os rendimentos auferidos por pessoas efetivamente atingidas por desastres, quando caracterizada situação de emergência ou estado de calamidade pública devidamente reconhecidos pelo Governo Federal, na forma do regulamento.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Portanto, esse é o parecer, Sr. Presidente, com esse ajuste do texto.

O apelo que nós fazemos pela aprovação do projeto é exatamente em razão das circunstâncias, da necessidade de contribuir para reduzir o impacto das enchentes que ocorrem, com prejuízos visíveis às populações, especialmente nessas regiões atingidas, agora ainda no Rio de Janeiro, na região serrana.

O nosso voto, portanto, com essa emenda substitutiva, é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. PEDRO TQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente... Desculpe-me.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador, eu quero felicitar a sua iniciativa com este projeto. Demonstra um grande sentimento humanista,

representando bem o seu Estado, que tem sofrido ultimamente mais problemas desse tipo.

Eu gostaria que nós pudéssemos encontrar uma forma também de levar benefícios como esse às vítimas da seca no Nordeste, que hoje atinge uma população imensa de pessoas não com inundações, mas com o contrário, com a falta de chuva. Mas esse é outro problema, porque nós temos trabalhado bem com isenções fiscais. Nós não estamos sabendo como funcionar para beneficiar aqueles que não pagam impostos, aqueles que são das camadas mais pobres, a não ser ajudando com as bolsas, é verdade, mas que não compensam no momento dessas grandes tragédias.

Parabéns ao senhor!

Eu considero um bom projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, gostaria apenas de cumprimentá-lo pela iniciativa do projeto, assim como o belíssimo relatório apresentado pelo Senador Alvaro Dias, pedindo que possamos votar logo, porque acho que a votação da matéria é nominal.

Obrigada.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, na mesma linha...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Rapidamente, Sr. Presidente.

Ainda ontem, eu falei, no plenário do Senado, sobre coisa semelhante ao que V. Exª propõe, que é a isenção fiscal para os atingidos por desastres ambientais.

Neste momento, o Nordeste vive talvez a pior das secas dos últimos 20 anos. E eu proponha uma série de providências por parte da Presidente da República, inclusive a isenção ou a remissão das dívidas, junto aos bancos oficiais, do pequeno produtor rural, que, em vez de estar tendo esse alento, está tendo um agente da justiça na porta da sua casa procurando tomar o pedaço de terra que ele ainda tem como patrimônio da família.

Então, na mesma linha do que V. Exª propõe, eu propus ontem, como medida emergencial por parte do Governo, uma série de providências, inclusive esta: a liberação dos empréstimos de pequena monta nos bancos oficiais aos duramente atingidos pela seca deste ano, que, repito, é a pior dos últimos 20 anos.

O meu voto será favorável ao projeto de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Agripino.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu também quero parabenizar V. Ex^a e o Relator.

Veja, nós temos situações constantes. Aliás, eu sempre digo que é preciso parar de trabalhar, até para ter a prevenção de forma emergencial. Eu acho que não tem nada mais previsível hoje do que situações decorrentes de mudanças climáticas em regiões em que você tem irregularidade nas chuvas.

O Senador Agripino lembra, e eu acrescento, que nós estamos tendo um fenômeno neste ano, para o qual o Governo precisa ficar atento, e todos nós, que é a forma brusca de rebaixamento do lençol freático nessa região onde houve irregularidade de chuva. Já são muitas as cidades, em vários Estados do Nordeste, em que poços estão secando. Havia ali um lençol freático que era alcançado a uma profundidade de cinquenta metros, e, hoje, poços de cem metros já não têm mais condição de extração de água. Da mesma forma como as enchentes. Enchentes no Norte, enchentes no Rio de Janeiro, enchentes no Sul, enchentes no próprio Nordeste. Recife recentemente passou por situação semelhante; e Alagoas, também.

Eu acredito que o que V. Ex^a coloca já é uma medida mais duradoura, em vez de ficarmos ao sabor de, naquele momento, poder haver algo mais definitivo.

Então, eu quero parabenizar e dizer da importância do projeto aqui apresentado, cuja aprovação nós defendemos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Antes de passar para o Senador Pedro Taques – não é praxe desta Mesa o Presidente ficar discutindo a matéria –, eu só queria colocar aos senhores que este projeto surgiu de uma proposta de um grupo de economistas do Rio de Janeiro preocupados, na região serrana do desastre de dois anos atrás, com o impacto econômico. Senador Cristovam Buarque, é uma recessão violentíssima que se abateu sobre aquela região.

Então, é um projeto autorizativo, mas a lógica é chamar a atenção para a construção de instrumentos à disposição da União para, em casos como esse, termos ferramentas para estimular a economia daquela região. Esse foi o propósito. Não é um projeto que surgiu apenas em cima de um caso em particular. É uma discussão que eu acho que é muito importante, porque, de fato, o impacto econômico naquela região foi violentíssimo, como em outras regiões – V. Ex^a fala da seca.

Eu passo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu concordo inteiramente com o mérito

do projeto. Eu só tenho dúvidas a respeito dos arts. 15-A e 15-B.

Por isso, eu peço vista e me comprometo, na próxima terça-feira, a trazê-lo, porque essa dúvida pode prejudicar o todo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Concedida vista ao Senador Pedro Taques.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Concedida vista coletiva, Senadora Ana Amélia.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, não fui vitorioso hoje. Vitória adiada, eu espero.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mas nossa hora há de chegar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Vitória adiada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Voltemos aos itens não terminativos.

Por solicitação do Senador Gim Argello, nós vamos ao item 8:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 83, de 2012

– Não Terminativo –

Obriga a contratação de seguro para os serviços de entrega que se utilizam de motocicletas ou veículos afins.

Autoria: Deputado Celso Russomanno

Relatoria: Senador Gim

Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta.

Observações:

1. A Matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Com a palavra, o Relator.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria que V. Ex^a colocasse, logo em seguida, o item 2, porque eu tenho que ir à posse da Procuradoria da Mulher.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a será atendida.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Sr. Presidente, agradeço por ter colocado os itens de minha autoria, que são os itens nºs 8 e 10, mas se quiser fazer a votação do item da nobre Senadora Lúcia Vânia, tendo em vista que ela tem de ir à posse da Procuradoria da Mulher, podemos inverter e votar o item 2.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a anuência do Senador Gim Argello, vamos ao item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, de 2012 – Não Terminativo -

Insere §7º no art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para incluir desconto em anuidade ou semestralidade escolar de nível superior, por disciplina não cursada ou cursada com aproveitamento.

Autoria: Senador Cidinho Santos

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

1. A Matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Com a palavra, a Relatora.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2012, de autoria do Senador Cidinho Santos, que estabelece desconto em anuidade ou semestralidade escolar de nível superior, por disciplina não cursada ou já cursada com aproveitamento.

A proposição conta com apenas dois artigos. O art. 1º introduz o §7º ao art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que “dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências”, determinando que as instituições de ensino superior deverão “deduzir, proporcionalmente, do valor total das anuidades ou semestralidades escolares, a parcela referente a disciplina não cursada ou já cursada com aprovação e aproveitada pelo estabelecimento ora contratado”.

O art. 2º traz a cláusula de vigência, que prevê a entrada em vigor da lei na data de publicação da norma.

O principal argumento a justificar a proposição é a constatação, por parte do autor, de que muitas instituições particulares de ensino superior cobram valores fixos, não concedendo os devidos descontos àqueles alunos que não podem ou não querem cursar determinada disciplina no semestre regular. O mesmo se aplica aos alunos que tiveram aproveitamento de disciplinas anteriormente cursadas.

Após a manifestação desta Comissão, a matéria vai à apreciação, em caráter terminativo, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

A análise da proposição confirma que a matéria tratada no PLS nº 314, de 2012, aborda questão referente à educação, que se insere no âmbito das competências legislativas concorrentes da União, dos Estados e dos Municípios, conforme o art. 24, IX, da Constituição Federal.

Nos termos do art. 99, I, do RISF, cabe a esta Comissão opinar sobre os aspectos econômico e financeiro das proposições que lhes são submetidas por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário ou por consulta de outra comissão.

Assim, estritamente do ponto de vista econômico-financeiro não vejo qualquer óbice à aprovação da matéria, visto que, conforme destacado pelo autor, os impactos sobre as receitas das entidades mantenedoras será muito pequeno.

Ressalta-se, ainda, que se trata de questão de justiça econômica, pois os estudantes que se enquadram nos casos previstos na proposição estão, na verdade, pagando duas vezes pelo mesmo serviço.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório da Senadora Lúcia Vânia.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da CAE favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte em decisão terminativa.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Tenho um projeto de lei que foi amplamente discutido nesta Casa que se refere à dívida dos Estados e Municípios. Estou vendo outros projetos tramitarem, que vieram posteriormente. Em vez de utilizar esse projeto e emendá-lo, estão sendo discutidos outros projetos, e o meu ficou perdido. E ele já tramitou pela Comissão de Desenvolvimento Regional e já está pronto para ir embora para a Câmara.

Portanto, gostaria que V. Exª desse um prosseguimento a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Peço que a Mesa comunique depois à Senadora Lúcia Vânia como está o andamento. Sei que há um conjunto de projetos sobre a dívida que foram todos apensados... O da Senadora Lúcia Vânia, não.

Então, vamos verificar como está a situação e informaremos a V. Ex^a.

Senador Gim Argello, na verdade, há quatro projetos não terminativos: o item 3, cujo relator é o Senador Anibal Diniz; o item 4, que é do Senador José Pimentel; e os itens 8 e 10, de que V. Ex^a é relator. Os dois estão aqui. Vamos seguir essa ordem – 3, 4, 8 e 10? Ou V. Ex^a tem...

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a sabe que sempre é atendido por esta Presidência.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 15, de 2010

– Não Terminativo –

Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Incentivo Boa-Educação, que visa a entregar quantia monetária ao Distrito Federal e aos Municípios desde que apresentem melhorias na qualidade de ensino ofertado a sua população.

Autoria: Senador Marconi Perillo

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações:

1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ;

2. A Matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Com a palavra, o relator.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Lindbergh.

Esta proposição (Projeto de Lei nº 15, de 2010), de autoria do Senador Marconi Perillo, tem sete artigos, sendo o primeiro deles o que declara de caráter autorizativo o presente projeto.

Os arts. 2º e 4º dispõem sobre os requisitos a serem atendidos pelos Municípios para a participação no programa e elencam um conjunto de itens, que vão desde a obtenção, em edições anteriores da avaliação, de resultados médios inferiores a 50% da pontuação possível; obtenção, no ano que servirá de base para a distribuição dos recursos, de resultados médios iguais ou superiores a 50% da pontuação máxima possível nas séries iniciais e finais do ensino fundamental, pelo menos em 50% das escolas avaliadas; oferta de ensino em período integral em, no mínimo, 10% de suas

escolas públicas; oferta de merenda escolar em todas as escolas do Município, com três refeições nas escolas de jornada integral; biblioteca ou sala de leitura com acervo didático em todas as escolas de sua rede; realização comprovada de capacitações pedagógicas para os professores da rede municipal; comprovação do cumprimento, para os professores da rede municipal, dos dispositivos da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o Piso Salarial Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica; e comprovação do pagamento da remuneração de seus professores no ano anterior.

O art. 3º dispõe que o programa seja financiado por dotações do Orçamento Geral da União.

O art. 5º prevê que os recursos do programa sejam destinados aos Municípios que atendam aos requisitos acima elencados de forma proporcional ao número de matrículas em sua rede e ao percentual de melhoria do índice oficial de qualidade.

O art. 6º vincula os recursos do programa à aquisição de bens e serviços diretamente ligados à melhoria da qualidade do ensino.

O art. 7º estabelece que a lei na qual se converter o projeto entre em vigor no ano fiscal subsequente ao de sua publicação.

Na justificação, afirma-se que os resultados da avaliação do ensino público no País demonstram a necessidade urgente de medidas que acelerem o ritmo da melhoria de sua qualidade, principalmente no ensino fundamental das escolas municipais. Embora o MEC tenha fixado como meta para 2021 a média 6 para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o resultado, no conjunto das escolas municipais em 2007, foi de 4.

Na visão do autor do projeto, o programa por ele proposto contribuirá para o alcance mais célere da meta, que corresponde à média obtida atualmente pelos países integrantes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Com efeito, Sr. Presidente, os resultados do Ideb relativos a 2011 são bastante animadores. Da média 4 em 2007 para os estudantes de quinto ano do ensino fundamental municipal passou-se para 4,7 – resultado bem acima da meta esperada, que era de 4,2. Registre-se que a maioria das matrículas das redes municipais corresponde a essa faixa de escolarização. Em relação aos concluintes do ensino fundamental, os resultados não foram tão auspiciosos, passando de 3,4 para 3,8; entretanto, ainda assim superou-se a meta para 2011, que era de 3,5.

Importa dizer, Sr. Presidente, que o PLS nº 15, de 2010, ressalvada sua respeitável boa intenção, apresenta mecanismos complexos de concretização, inclusive

quanto à distância temporal entre os instrumentos de avaliação e a liberação de incentivos.

Finalmente, o caráter autorizativo do projeto coloca em dúvida a viabilidade de sua tramitação na Câmara dos Deputados, além de não respeitar o entendimento firmado, em 15 de junho de 2011, pela própria Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, que, ao responder consulta formulada pela Comissão de Educação, decidiu que os projetos com tais características apresentam vício de inconstitucionalidade.

Isso posto, Sr. Presidente, o voto é pela rejeição do PLS nº 15, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Anibal Diniz.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 406, de 2008

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.630, de 1993, para revigorar a cobrança do Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso – AITP, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Ada Mello

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2 apresentadas.

Observações:

- 1. A Matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura e, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais;*
- 2. Em 29/11/2011, foi realizada audiência pública para instruir a Matéria;*
- 3. Em 23/4/2012, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador José Pimentel.*

Com a palavra, o Sr. Relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Em análise, nesta Comissão de Assuntos Econômicos, o Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2008, de autoria da Senadora Ada Mello, que pretende revigorar a

cobrança do Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso.

Análise.

A despeito do indiscutível mérito da matéria, vale lembrar que o Governo editou a Medida Provisória nº 595, de 6 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências, revogando, em seu art. 62, a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, que se pretende alterar com o presente Projeto de Lei sob exame. Em razão disso, o Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2008, perde sua oportunidade, ficando, portanto, prejudicado.

Voto.

Em face das considerações expostas, opinamos, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2008, bem como das Emendas Aditivas nºs 1 e 2.

É esse, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*
Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou votar favoravelmente ao relatório, porque entendo que, realmente, restou prejudicada, em razão da medida provisória.

Aqui existem alguns temas em que o tratamento ainda está meio cinzento. Por isso, solicitei um estudo à Consultoria Legislativa. Por exemplo: como está a gestão dos recursos do Fundo de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso? Quais são os recursos hoje existentes? Quantos trabalhadores portuários ainda devem receber suas indenizações e qual é o valor dessas? A medida provisória, ou outro ato normativo, fala de indenização, recomposição?

Então, fiz um pedido à Consultoria Legislativa para tratar desse tema, mas vou votar favoravelmente ao relatório apresentado pelo Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador José Pimentel.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE pela prejudicialidade do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2.

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 83, de 2012

– Não Terminativo –

Obriga a contratação de seguro para os serviços de entrega que se utilizam de motocicletas ou veículos afins.

Autoria: Deputado Celso Russomanno

Relatoria: Senador Gim

Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta.

Observações:

1. A Matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Com a palavra, o Relator.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

E, já pelo adiantado da hora, é um projeto que não é terminativo na nossa Comissão, mas é muito importante, que obriga a contratação do seguro para serviços de entrega que utilizam motocicletas ou veículos afins.

O cerne desse PLC analisado encontra-se em seu art. 2º, que determina que as pessoas jurídicas que operem frota de motocicletas para entregas, para si mesmas ou para terceiros, deverão contratar, compulsoriamente, seguro de vida para os seus condutores, estipula o valor da indenização a ser paga em caso de sinistros e determina a sequência de beneficiários a ser seguida na eventualidade de pagamento de benefícios.

O objetivo da proposição, segundo seu autor, o nobre Deputado Celso Russomanno, é “proteger esses trabalhadores cuja profissão, sem dúvida, [...] envolve grandes riscos”.

Assim, na eventualidade de um sinistro, a indenização ajudaria a família do motociclista profissional a não se encontrar, subitamente, numa situação de completo desamparo financeiro.

Não foram oferecidas emendas ao projeto. Após manifestação da CAE, o projeto segue para a Comissão de Assuntos Sociais, a quem caberá a decisão terminativa.

Análise.

Como a matéria ainda será analisada terminativamente pela CAS, analisaremos apenas o mérito e a técnica legislativa da proposta, deixando para aquela Comissão o exame de seus aspectos de constitucionalidade e juridicidade.

Em relação ao mérito, compartilhamos a preocupação, com o autor da proposição, dos perigos a

que os *motoboys* estão submetidos. De fato, as estatísticas de acidentes mostram que é essa categoria, cujos índices mais têm crescido ao longo dos últimos anos, que expõe as famílias desses profissionais de forma particularmente mais aguda aos problemas decorrentes de um imprevisto que acarrete falecimento ou invalidez permanente – a par da dor da perda, é relevante a situação de desespero e de desamparo financeiro a que o cônjuge e os filhos ficam submetidos em tão triste momento.

Nesse sentido, acreditamos que o seguro de vida obrigatório, conforme proposto no projeto analisado, vai se constituir em uma forma de alívio às dores que se sucedem às tragédias, e, portanto, tem alcance social bastante significativo, o que entendemos ser merecedor do acolhimento desta Comissão.

Em termos de técnica legislativa, é importante substituir a expressão “o valor do seguro” por “o valor da indenização do seguro” no §1º do art. 2º, de forma a conceder maior rigor terminológico ao projeto analisado. Além disso, é necessário excluir o §3º da proposta, que trata dos beneficiários do seguro, visto que a matéria já se encontra regulamentada no art. 792 do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), Sr. Presidente.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do PLC nº 83, de 2012, com as alterações decorrentes das seguintes emendas.

EMENDA – CAE

Substitua-se a expressão “o valor do seguro” por “o valor da indenização do seguro” no §1º do art. 2º do PLC nº 83, de 2012.

EMENDA – CAE

Exclua-se o §3º do art. 2º do PLC nº 83, de 2012. Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco/PMDB – RR) – Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1-CAE e 2-CAE.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Romero, muito obrigado.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 349, de 2012

– Não Terminativo -

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Gim

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 2) que apresenta.

Observações:

1. A Matéria será apreciada pela Comissão de Diretos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

Com a palavra, o Relator.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Sr. Presidente, é outro projeto bastante importante, que realmente nos dá muito prazer em poder fazer o seu relato.

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012, do nobre Senador Ciro Nogueira, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual.

Relatório.

O Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012, de autoria do nobre Senador Ciro Nogueira, propõe a inclusão do seguinte art. 21-A na Lei nº 10.098, de dezembro de 2000:

Art. 21-A. Para as pessoas com deficiência visual serão garantidos:

I – a leitura do inteiro teor do contrato, seja por funcionário da instituição, em voz alta, seja por meio eletrônico, no momento da adesão ou da assinatura do documento;

II – o recebimento de cartão magnético com porta-cartão, no qual deverá estar inscrito, em Braille e em alto-relevo, o número do cartão, seu código de segurança e sua data de validade;

III – o envio de folheto de boas-vindas em Braille, com as orientações de uso do cartão e as informações relativas a ele;

IV – o fornecimento de extrato mensal de conta corrente em Braille ou em caracteres ampliados, conforme solicitado pela pessoa com deficiência visual.

De acordo com o autor da proposta, o País está empenhado em reduzir os desníveis e as desigualdades

sociais, e uma das mais pronunciadas e terríveis formas de desigualdade é a denegação de oportunidades àquelas pessoas com algum tipo de deficiência física.

Para o autor e para o Relator, as pessoas portadoras de deficiência visual têm direitos iguais às demais no que concerne ao uso dos meios de pagamento modernos, em especial os cartões de crédito e débito.

Embora o Conselho Monetário Nacional (CMN) já tenha determinado a adoção de medidas nesse sentido, a realidade da situação é outra: grande parte das pessoas com deficiência visual ainda não usufrui o direito a um acesso claro e direto aos meios de pagamento eletrônico, como cartão de crédito e de débito. E isso tem consequências negativas para a própria economia nacional, pois exclui, desnecessária e irracionalmente, a participação das pessoas com deficiência visual dos fluxos econômicos normais, tendo em vista as dificuldades que lhes apresentam os processos e procedimentos atuais.

A solução para a situação é, segundo o autor, a inscrição em lei do direito das pessoas com deficiência visual ao uso dos meios de pagamento modernos, mediante condições adequadas de acessibilidade.

A proposta foi despachada para as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), cabendo a esta última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Quanto ao mérito, concordamos com os argumentos do autor. De fato, mais de 16 milhões de pessoas são portadoras de algum tipo de deficiência visual, dos quais cerca de 2,5 milhões necessitam e utilizam o Sistema Braille.

As iniciativas já tomadas pelos bancos não suprem a real necessidade dos clientes portadores de deficiência visual quando o assunto é acesso ao meio mais utilizado para transações comerciais e bancárias, o cartão.

Além disso, sugerimos alguns aperfeiçoamentos na proposta, especialmente a inclusão de um prazo de 180 dias para sua entrada em vigor, a fim de permitir as adequações necessárias, e os consolidamos na forma do substitutivo abaixo, pelo voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 1 – CAE (SUBSTITUTIVO)**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, DE 2012**

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de

crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

Art. 21-A. Para as pessoas com deficiência visual serão garantidos, sem custo adicional, quando por elas solicitados:

I – leitura do inteiro teor do contrato, seja por funcionário da instituição, em voz alta, seja por meio eletrônico, no momento da adesão ou da assinatura do documento;

II – recebimento de cartão de crédito ou débito, com ou sem tarja magnética ou microprocessador, nos quais deverão estar inscritas, também em Braille, as seguintes informações:

a) tipo, se de crédito, de débito ou ambos;
b) bandeira da instituição emissora do cartão;
c) banco emissor;

d) primeiro nome ou abreviatura do nome do portador do cartão;

III – recebimento de porta-cartão plástico, no qual deverão estar inscritas, também em Braille, as seguintes informações:

a) tipo, se de crédito, de débito ou ambos;
b) bandeira da instituição emissora do cartão;
c) banco emissor;

d) nome do portador do cartão;

e) número do cartão;

f) seu código de segurança;

g) data de validade.

IV – recebimento de folheto ou carta de boas-vindas em Braille e fonte ampliada, com as orientações de uso do cartão e as informações relativas a ele;

V – arquivo digital contendo todas as cláusulas do contrato em áudio;

VI – fornecimento de extrato mensal de conta corrente em Braille ou em caracteres ampliados, conforme solicitado pela pessoa com deficiência visual.

Parágrafo único. O cartão e o porta-cartão a que se referem os itens II e III deste artigo deverão ser fornecidos sempre em conjunto.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor em 180 dias após a data de sua publicação.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Quero parabenizar V. Ex^a, Senador Gim Argello, pelo importante relatório, e também o Senador Ciro

Nogueira, pela autoria deste projeto, que vai ser mais uma conquista para a pessoa com deficiência visual.

A matéria está em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação, o relatório do Senador Gim Argello.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2, renomeada como Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

Ainda temos três requerimentos, todos do Senador Humberto Costa.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 14, de 2013

Requer, nos termos dos artigos 90 e 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 58 da Constituição Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater com a senhora Maria das Graças Foster, Presidenta da Petrobras, as perspectivas para o ano de 2013, no que se refere à produção, ao refino e à redução das importações de petróleo e derivados.

Autoria: Senador Humberto Costa e outros

Observações:

1. Em 12/3/2013, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Já foi aprovado um requerimento também, se não me engano, da Senadora Ana Amélia, e foi aprovado um requerimento na Comissão de Infraestrutura.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não, sobre a Presidente da Petrobras, Maria das Graças.

Em discussão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, a sugestão é audiência conjunta com a CI.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Audiência conjunta, audiência conjunta. Por isso que eu vou submeter o requerimento à votação com essas alterações, para que seja conjunta.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, vamos submeter à votação o requerimento.

Em votação, o requerimento com essas alterações, para que seja uma audiência conjunta.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 14, de 2013, com essas alterações para que seja uma audiência conjunta.

Eu me enganei, não eram os três do Senador Humberto Costa.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 18, de 2013

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater a política de investimentos, desenvolvimento e fomento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com a presença do presidente do BNDES, Sr. Luciano Coutinho.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Observações:

1. Em 19/3/2013, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos submeter à votação o requerimento.

Em votação, o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Há um requerimento extrapauta, e foi uma falha minha, que foi lido na semana passada, do Senador Humberto Costa.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 15, de 2013

Requer, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Diretor Presidente (CEO) da Vale S.A., senhor Murilo Ferreira, para, em audiência pública, debater o plano de investimentos da companhia.

Autoria: Senador Humberto Costa

Resultado: A Comissão aprova o Requerimento nº 15 de 2013-CAE.

Em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos submeter à votação o requerimento.

Em votação, o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

A comissão aprova o Requerimento nº 15, de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Leitura de um requerimento do Senador Pedro Taques.

COMPLEMENTAÇÃO DE RESULTADO 10ª Reunião, Ordinária

Em 25 de março de 2013

Foi lido e será apreciado posteriormente o REQUERIMENTO Nº 20/2013, de iniciativa do Senador Pedro Taques e outros, que requer seja convidado o Sr. Marcel Souza de Cursi, Secretário de Fazenda de Mato Grosso, para participar de audiência pública a fim de tratar do tema ICMS e discutir o Projeto de Resolução nº 1 de 2013 e a Medida Provisória 599, de 2012.

Nós encerramos as fases de audiências públicas em relação ao projeto de resolução.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu penso que V. Exª poderia apresentar também – está aqui o Senador Walter Pinheiro, Relator da Medida Provisória 599...

Eu estou dizendo, Senador Walter Pinheiro, que encerramos aqui a parte das audiências em relação ao projeto de resolução, mas a parte das audiências em relação à MP 599 continua em aberto.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, o requerimento foi subscrito pelo Senador Maggi e com a concordância também do Senador Jayme. Ele foi atemporal, só que agora já está a des-tempo. Concordo inteiramente com V. Exª, e faremos isso junto ao Relator nesta discussão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu agradeço a V. Exª.

Antes de encerrar, quero comunicar aos senhores que, no próximo dia dois, nós vamos ter audiência com o Presidente do Banco Central. Será a primeira das quatro visitas que o Presidente do Banco Central fará a esta Comissão. Será no próximo dia 2, às 10 horas.

Senador Cristovam Buarque, pela ordem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente Lindbergh, na semana passada, tivemos a presença do Ministro Mantega que fez uma bela exposição, respeitada. Mas uma coisa me preocupa com a vinda de Ministros aqui: eles falam e falam, e a gente não reflete sobre o que eles falaram.

Eu me debrucei sobre a exposição do Ministro Mantega, nas transparências que ele apresentou e em sua fala. Confesso que tenho muitas dúvidas se, naquela fala, Senador Capiberibe, não haveria um excesso de otimismo, eu diria até que um certo ufanismo em relação às projeções da economia brasileira.

Quando a gente analisa, por exemplo, os 3,1% do PIB, a gente fica em dúvida, porque a poupança é fundamental para esses 3,1% – e a gente não vê essa

poupança. Transformar a poupança em investimento é fundamental, e a gente hoje não vê nichos de investimentos, janelas de oportunidades que atraíam esse investimento, tanto é que a gente está gastando tanto em consumo e pouco em poupança.

O terceiro item, o tripé do crescimento, é o próprio consumo. Nós estamos chegando ao limite do consumo, tanto que a prova disso é a necessidade de financiamento até para as coisas mais simples, e o endividamento crescente da população brasileira. Merecia uma reflexão desta Comissão sobre a previsão de 3,1% de crescimento.

No que se refere ao endividamento, o que a gente viu é que o Ministro mostrou algo verdadeiro: a queda na dívida líquida de 36% para 35%, mas ele não falou, Senador Taques, do aumento do endividamento bruto. E a diferença entre o endividamento bruto e o endividamento líquido, quando a gente analisa, Senador Armando, dá a impressão de que parte disso foi por truques, eu não usaria “manipulação”, mas truques que permitam você colocar essa diferença sob a forma de créditos que não são tão claros que passarão a existir. Ou, como no caso dos dividendos de estatais, trazendo do próximo ano para este ano; aliás, deste ano para o passado. E tudo isso cria um problema porque não se poderá usar isso no próximo ano.

Então, eu creio que...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Senador Cristovam, permita-me só um esclarecimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Diga.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – V. Ex^a tem razão com relação ao superávit primário e às estimativas. Há sim um recurso a essa questão que se chama “contabilidade criativa”. Mas, com relação à diferença entre o endividamento bruto e líquido, não. A rigor, o que se desconta são as reservas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não. Não são só as reservas, por exemplo: os dividendos das estatais entram nisso...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Não, não... Mas aí entram no cálculo do superávit do desempenho anual.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas é usado como se fosse um ativo.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Não, não... Não pode ser ativo porque é uma receita. É uma receita. Ativo é estoque, é reserva.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Deveria ser.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Dos dividendos é a parte que repassa para o Tesouro a que ela faz jus. Entra como receita.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Entra como receita, não como endividamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas a maneira como levamos, Ministro, a redução da dívida bruta, que tem crescido, para chegar a uma dívida líquida, que tem caído, essa brecha, eles têm usado instrumentos que... O senhor usou uma palavra melhor...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Contabilidade criativa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Uma contabilidade criativa.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Há as operações compromissadas do BNDES, que entram aí e que na realidade...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Os créditos da União com os bancos federais.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Então, que entram. Essas e há outras também. Tudo isso merece um estudo cuidadoso.

Outra coisa: balança de pagamento. Todas as tendências têm sido de agravamento, piorando aquilo que é negativo, como os saldos históricos que temos em algumas contas, e a redução dos saldos positivos, que, historicamente, também temos, como a balança comercial, diminuindo o saldo positivo.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Temos déficit comercial este ano.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Este ano vamos ter déficit.

Então, tudo isso merecia um estudo desta Comissão.

A minha proposta é clara, até para ver essa dúvida, por exemplo, entre nós dois, o Senador Armando e eu – e é capaz de ele ter razão: mereceria uma reunião desta Comissão para debater o que o Ministro falou aqui ou, então, aquela nossa subcomissão, que já foi autorizada, de pensar o longo prazo.

Eu queria sugerir que nós nos debruçássemos sobre a apresentação do Ministro não com olhos de oposição, até porque não sou do bloco da oposição, mas com olhos de quem quer alertar sobre se há ou não um ufanismo, um otimismo exagerado, que pode nos trazer problemas muito sérios mais adiante. Minha sugestão é esta: que debatamos o que o Ministro falou aqui e que não fique só nesse caso. Toda vez em que um ministro vier aqui, nós façamos um debate posterior.

E, finalmente, quando vier um ministro aqui, nós gostaríamos de ver as notas técnicas que serviram de base para a sua apresentação, porque trabalhamos

com informações que, talvez, não sejam aquelas que ele utilizou.

Essa é a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Encerrada a pauta, eu acho que este é um espaço interessante neste momento na Comissão. Esta Presidência vai sempre abrir espaço para o debate político sobre a conjuntura econômica.

Passo a palavra, agora, ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Bem rápido, Sr. Presidente, apenas para concordar com o Senador Cristovam e também acrescentar o seguinte: qualquer professor, em qualquer debate que se faça sobre qualquer tema, o tema a ser debatido é enviado antes para aqueles que ouvirão os argumentos do convidado. Seria interessante se a Comissão solicitasse dos ministros, dos convidados que aqui venham, que remetam, na noite anterior, para que possamos checar os dados que estão na apresentação, para que possamos já preparar isso. Seria interessante. E não de afogadilho, na hora. Acho que isso não teria nenhum prejuízo para os trabalhos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu só quero registrar, Sr. Presidente, que o cálculo de dívida líquida não é uma invenção brasileira; vem da OCDE. É a OCDE quem trata dessas regras internacionais em que determina, na apuração da dívida de um país, que ele reduza os créditos e as reservas que possui. É tudo escriturado, é transparente. Todos nós acompanhamos. Aliás, o Banco Central tem a obrigação de vir, quatro vezes por ano, a esta Comissão para fazer exatamente a apresentação das suas reservas, dos seus resultados, onde esses dados são contabilizados.

Quem nós poderíamos também pensar em chamar seria o Secretário do Tesouro, que faz a outra contabilidade: dos dividendos, dos repasses, dos créditos, para que pudéssemos fechar totalmente esses dados em vez de estarmos colocando em dúvida a palestra feita aqui pelo Sr. Ministro.

Portanto, em relação aos dados que permitem a redução no abate da dívida bruta, de um lado, é o Banco Central quem fornece; do outro, é o Tesouro. Eles fazem essas duas grandes contabilidades.

Na Câmara Federal, nós temos o hábito, na Comissão de Finanças e Tributação, de ouvir o Presidente do Banco Central, na reunião regular, e fazer, a cada 15 dias, uma reunião com o Secretário da Receita Federal e, nos dias 15 dias posteriores, com o Secretário do Tesouro. Exatamente para permitir que a Comissão

de Finanças e Tributação da Câmara tenha o conjunto de dados mais aprimorado.

Eu deixaria como sugestão para os nossos pares e o nosso Presidente que também tivéssemos essa iniciativa de, uma vez por mês, ou o tempo que a Comissão achar razoável, também nos reunirmos com o Secretário do Tesouro e com o Secretário da Receita Federal do Brasil, o que nos permitiria uma análise mais acurada desses detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Quero manifestar absoluta concordância com essa proposta do Senador Pimentel, lembrando a experiência da Câmara, que pude também vivenciar, em relação a essa presença regular do Secretário do Tesouro e do Secretário da Receita Federal.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A Presidência acolhe essa sugestão, inclusive vamos encaminhar.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu apoio. E sugiro também do Secretário de Política Econômica (SPE).

Agora, sobre a dívida: claro que dívida bruta e líquida existem desde sempre, desde que se inventou dívida. Agora, nós não sabemos como é calculado, hoje, com clareza. Por exemplo, pelo que tenho a impressão, os créditos que o BNDES faz a empresas entrariam para reduzir o tamanho da dívida bruta, considerando-se como sendo um ativo público nas mãos de outros. Isso é perigoso, porque ninguém sabe se esses empréstimos voltam, até porque tenho minhas dúvidas quanto aos critérios.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – O que se contabiliza é o repasse do Tesouro para o BNDES.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Tudo isso pode ser uma contabilidade criativa, Senador Pimentel. Pode ser uma contabilidade criativa, que é arriscada. É como a pessoa que tem sua dívida pessoal bruta e abate, para fazer a líquida, um aumento de salário que vai ter em algum momento no futuro.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Não é isso, nobre Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Ou a venda de um patrimônio.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – O que é feito ali é que o Tesouro transfere capital para aumento do capital social daquela instituição pública federal. E ele contabiliza, na proporção de seu capital social, naquela empresa. Quando uma operação entre a empresa e o tomador é compensada como prejuízo, abate da lucratividade e abate do capital social desta

instituição e aumenta a dívida pública, se porventura vier abater. De 1997 para cá, os bancos públicos, depois daquele grande enxugamento feito pelo Proer e pelo Proes, felizmente têm compensado. Nenhum banco tem dado prejuízo. Por isso, não há nenhum risco.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Esse debate é bom?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Claro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Porque a teoria é essa de contabilidade nacional. Mas, na prática, tenho dúvida de como foi feito. Na prática, tenho dúvida da redução da bruta para líquida, sabe por quê? Por que uma cresce tanto e a outra diminui?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Primeiro, porque nós reduzimos a taxa Selic, nobre Senador. A taxa Selic, em 2003, era 26,5%. E isso era a maneira mais fácil de remunerar e crescer a dívida pública. Como a taxa Selic hoje é 7,25%, essa dívida capitaliza minimamente.

E a segunda questão: o PIB tem crescido. Na proporção em que o PIB cresce, a dívida pública interna não cresce na mesma proporção.

Portanto, ela hoje tem três grandes fatores de redução: um, a taxa Selic da sua remuneração, que está em 7,25%; o segundo, é o crescimento do Produto Interno Bruto, em que tivemos dois momentos de dificuldades, em 2009 e em 2012; e o terceiro, é exatamente a lucratividade que as estatais voltaram a ter depois de seu enxugamento de 1997/1998.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PR – RJ) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu acho que os dois têm razão ao final. Por quê? Porque eu acho que essa consideração do Senador Cristovam, que considera a hipótese de que haja um risco nas operações ativas, que, ao final, ou de alguma maneira, possam repercutir no Tesouro, embora não seja provável, mas V. Ex^a poderia considerar que, numa classificação, essas operações compromissadas não possam se equiparar às reservas que têm liquidez inquestionável.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Claro. Isso não é reserva.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Então, fazendo uma apropriação mais conservadora, V. Ex^a poderia sim desconsiderar essas operações compromissadas.

De qualquer forma, como eu acho que o BNDES é bem gerido, acho que esse risco é muito pequeno. Mas, rigorosamente, a V. Ex^a cabe distinguir entre reserva, que é algo absolutamente líquido e tangível...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não há dúvida.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – ... com as operações compromissadas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É essa a preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PR – RJ) – Senador Cristovam, nós aprovamos aqui, nesta Comissão, de quinze em quinze dias nós estamos tendo, às segundas-feiras, debates, audiências públicas de debates. Tivemos uma primeira sobre a reforma do ICMS, que contou com a presença de 13 Senadores. Tivemos ontem sobre dívidas de Estados e Municípios, com a presença de sete Senadores. Nós aprovamos um requerimento amplo, com várias sugestões em relação a toda essa programação.

A nossa próxima audiência pública vai acontecer na segunda-feira, dia 8. Eu queria pedir sugestão aos senhores em relação a essa audiência pública do dia 8. Nós poderíamos até apresentar aqui um conjunto de seis, sete, oito audiências públicas, mas eu acho que, deixando em aberto assim, conseguimos discutir temas também mais ligados à conjuntura.

Então eu estou aberto a sugestões dos senhores para construirmos essa agenda do próximo dia 8 também. Aproveito que temos aqui a presença dos senhores que são muito atuantes nesses debates. Então solicito a sugestão para essa audiência do dia 8.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, lembrando a todos que no próximo dia 2, às 10 horas da manhã, pauta única, audiência com o Presidente do Banco Central. Não vai haver nenhuma reunião de votação antes, às 9 horas. Pauta única, às 10 horas, Presidente do Banco Central Alexandre Tombini.

(Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.)

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 2013, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dez minutos do dia dois de abril do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Jorge Viana, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Roberto Requião, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ana Amélia, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Alvaro Dias,

José Agripino, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi, Antonio Carlos Rodrigues e João Costa. Deixam de comparecer os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Jader Barbalho, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Luiz Henrique e Aloysio Nunes Ferreira. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 10ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 13 de 2013 (Aviso nº 192-Seses-TCU-Plenário), de 13 de março de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-021.420/2012-2, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 25 de 2012; e Ofício nº 125/GG, de 11 de março de 2013, do Governo do Estado do Piauí, apresentando proposta de modificação da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, que “dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização”. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à Reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de Audiência Pública, a fim de discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo como expositor o Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil. A Presidência convida o Sr. Altamir Lopes, Diretor de Administração do Banco Central do Brasil, e o Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica, para comporem a Mesa. Após a exposição do Sr. Alexandre Tombini, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Armando Monteiro, Cyro Miranda, Ana Amélia, Blairo Maggi, Rodrigo Rollemberg, José Agripino, Eduardo Braga, Alvaro Dias, Pedro Taques, Eduardo Suplicy, Kátia Abreu e Cristovam Buarque. É concedida a palavra, ainda, ao Sr. Altamir Lopes, Diretor de Administração do Banco Central do Brasil. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 10ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores com concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento:

Aviso do Tribunal de Contas da União:

1. Aviso nº 13, de 2013, de 13 de março de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº 021420/2012-2, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 25, de 2012.

Ofícios diversos:

1. Ofício nº 125-GG, de 11 de março de 2013, do Governo do Estado do Piauí, apresentando proposta de modificação da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização.

Os Expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Pauta: Audiência Pública.

Assunto/finalidade: Discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

Convidado: Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil.

S. Exª o Sr. Ministro Alexandre Tombini já se encontra na Secretaria da Comissão.

Solicito aos Srs. Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda que conduzam o convidado ao plenário da Comissão. (*Pausa.*)

Comunico que se encontram presentes ainda o Sr. Altamir Lopes, Diretor de Administração, e o Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica, a quem convido também a fazer parte da Mesa. (*Pausa.*)

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Exª o Sr. Ministro Alexandre Tombini terá 30 minutos para a sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpegação pelos Senadores inscritos. A palavra aos Senadores será concedida de acordo com a ordem de inscrição, intercalando-se

oradores de cada partido. O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, com o prazo máximo de dois minutos para a réplica, concedendo-se ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Com a palavra, o Sr. Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Lindbergh Farias, Ex^{mos} Senadores e Senadoras aqui presentes, senhoras e senhores, é sempre, para mim, uma grande honra retornar a esta Casa e a esta Comissão de Assuntos Econômicos para prestar os esclarecimentos a V. Ex^{as} e à sociedade brasileira, em atendimento à Resolução nº 32, de 2007, do Senado Federal, que alterou o art. 99 do Regimento Interno desta Casa, para discorrer sobre os fundamentos econômicos, a forma de condução da política monetária, os resultados da economia brasileira e as ações do Banco Central do Brasil.

Eu começo a minha breve apresentação fazendo um sumário rápido do conteúdo dessa apresentação.

Em primeiro lugar, o cenário externo continua sendo caracterizado por uma perspectiva de baixo crescimento econômico ao longo dos próximos anos.

Em relação à economia brasileira, estamos já experimentando um processo de recuperação da atividade econômica. Esse processo tem vindo de forma gradual com a perspectiva de que se intensifique ao longo do ano de 2013.

Em relação ao investimento, um item importante da evolução da economia brasileira, temos que registrar ao longo da apresentação, mas já fazendo isso no sumário desta fala: o crescimento do investimento apareceu no quarto trimestre de 2012, e os indicadores antecedentes de que o Banco Central dispõe apontam também para um crescimento do investimento na economia no primeiro trimestre, nesse trimestre que se encerrou em março.

Em relação à inflação, em boa parte da minha apresentação hoje vou mostrar a evolução da inflação nos últimos tempos e as perspectivas do Banco Central para essa importante variável, registrando aqui o que o Banco Central tem informado, tem dito nos últimos meses que a inflação tem mostrado uma certa resistência ao longo dos últimos meses.

Brevemente, em relação ao cenário externo, repassando economias avançadas, a área do euro, Estados Unidos e economias emergentes, temos esse cenário caracterizado num crescimento baixo por um período prolongado. Quer dizer, a economia global saiu de uma crise fiscal em que houve o crescimento significativo após a crise financeira de 2007/2008, o

crescimento significativo da relação do peso da dívida para várias economias avançadas. E a dissipação desse peso leva, como sabemos aqui no Brasil, um tempo considerável. Isso realmente tem afetado e afetará o crescimento dessas economias no período vindouro.

Em relação à área do euro, além do baixo crescimento, episódios recentes demonstram ainda algumas fragilidades também no campo financeiro, como tem sido o episódio do Chipre, que teve um encaminhamento recente, mas, de certa forma, relembra a todos que vulnerabilidades remanescem em relação à economia internacional.

Em relação à economia americana, talvez a área avançada que tem apresentado desempenho mais promissor, já há sinais consistentes de uma recuperação, tanto em relação à demanda, às vendas, em relação ao mercado imobiliário e ao próprio mercado de trabalho, que vem reagindo de forma mais consistente nos últimos meses.

Nas economias emergentes, o ritmo de atividade tem-se intensificado, amparado principalmente pelo mercado doméstico, uma vez que o crescimento no comércio global ainda é bastante modesto.

Então, esse seria um resumo do cenário externo, como vê o Banco Central neste momento.

Aqui há alguns dados. Expectativa de crescimento: em 2013, houve uma revisão para baixo, mas uma certa estabilização. No mundo, previsão de um crescimento de 2,4. Esse é o dado de uma agência de informações econômicas, para se ter uma mesma base de comparação. Então, nessa base de comparação, a Zona do Euro ainda está com uma contração de 0,2% prevista para 2013; a China, estabilizando sua taxa de crescimento em níveis bastante significativos – 8,1% é a previsão no momento por essa agência de estatísticas. E os Estados Unidos, já no período mais recente, demonstram um crescimento um pouco maior depois de várias revisões, um crescimento em 2013. A expectativa dessa agência é na faixa de quase 2% de crescimento em 2013 para a economia norte-americana.

Em relação ao mercado de trabalho, vemos que essa diferença está ficando marcada no período mais recente. Em relação ao desempenho do mercado de trabalho nos Estados Unidos, há uma queda do nível de desemprego, seu pico no pós-crise. O último dado da economia americana revela um desemprego de 7,7%, em fevereiro de 2013, enquanto a economia da área do euro apresenta um desemprego ainda crescente. Hoje, saiu o dado de fevereiro – não houve tempo de atualizá-lo –, que mostra certa estabilidade em torno de 12% de desemprego na Zona do Euro.

Indo direto para a economia brasileira, faço um resumo da atividade econômica. A recuperação da

atividade econômica tem-se materializado de forma gradual, com a perspectiva de um ritmo mais intenso ao longo do ano de 2013. A indústria mostra alguns sinais de retomada, inclusive com maior nível de disseminação.

Temos o dado, hoje, recém-divulgado, da produção industrial em fevereiro. Houve uma contração – vou mostrar isso em seguida –, porém a tendência permanece de recuperação moderada da indústria no ano de 2013.

O setor de serviços, na nossa avaliação, mantém um crescimento moderado, mas um crescimento acima do crescimento do PIB, como tem sido a realidade dos últimos anos.

Em relação à agropecuária, há a perspectiva de a safra de grãos bater novo recorde em 2013, o que certamente contribuirá para a evolução da economia brasileira neste ano. Não antevemos os problemas que tivemos em 2012 nesse importante segmento da economia brasileira.

E continuam aí presentes fatores de sustentação da demanda, como o emprego, que continua crescendo; a renda real; e o crédito expandindo de forma moderada. Mas esses fatores dão sustentam, propagação para a demanda ao longo deste ano.

O investimento, como eu mencionei, apresentou o primeiro crescimento depois de quatro trimestres de contração; apresentou o primeiro crescimento no quarto trimestre de 2012 de 0,5% – trimestre contra trimestre. E os indicadores antecedentes apontam para um crescimento do investimento nesse primeiro trimestre. Ou seja, seriam dois trimestres de crescimento do investimento depois de um período de contração.

Essa é uma expectativa da pesquisa Focus que o Banco Central recolhe junto a agentes privados e instituições. O corte desse dado é datado de 28 de março, da pesquisa Focus, e mostra essa evolução acumulada do crescimento. Em vermelho, a perspectiva, a projeção da pesquisa Focus, mostrando uma aceleração do crescimento, em relação aos quatro trimestres anteriores, do PIB brasileiro ao longo de 2013, entrando no primeiro trimestre de 2014.

Quero só mencionar que, em relação à dinâmica do nosso crescimento ao longo de 2012, como V. Ex^{as} sabem, a economia brasileira cresceu 0,9%, em 2012. Agora, analisando a dinâmica do crescimento, é interessante se comparar à de outros países selecionados do G20, nós começamos – acompanhando o relógio, lá em cima –, no primeiro trimestre, com 0,1% de crescimento no primeiro trimestre contra o quarto de 2011. É um crescimento baixo em relação ao dos demais países, ficando em posição de crescimento modesto na comparação internacional. No segundo trimestre,

houve um crescimento de 0,3%, já avançando um pouco na comparação internacional. No terceiro trimestre, 0,4%. Ou seja, gradativamente pegando um pouco de velocidade a economia, ainda que de forma bastante moderada; e, no quarto trimestre – encerrando aqui em baixo –, 0,6%, já crescendo em linha com outras economias do G20 que apresentaram um crescimento mais robusto em 2012. Portanto, já no final do ano, o crescimento brasileiro se alinha a essas economias, com um crescimento de 0,6%.

Em relação às perspectivas para o ano, a nossa previsão no Banco Central, divulgada na semana passada, é de 3,10. Essa, de novo, é uma pesquisa de expectativas da Bloomberg, de 29 de março, para fazer a comparação internacional, e mostra, digamos, onde se posiciona o crescimento relativo do Brasil esperado para o ano de 2013: em relação ao mundo, 2,4; e, em relação a outras economias, entre economias avançadas e emergentes, a nossa posição relativa nas perspectivas de crescimento para essas economias.

Em relação à indústria, a indústria cresceu no terceiro e no quarto trimestre de 2012. Há uma perspectiva de crescimento nesse primeiro trimestre: há sinais mais consistentes de recuperação; o nível de utilização da capacidade instalada da indústria vem subindo; o crescimento da produção se difundiu aí no começo do ano por mais setores; houve criação de vagas de trabalho, nós últimos meses, na indústria manufatureira e na indústria em geral. E alguns indicadores antecedentes sugerem também que, no primeiro trimestre de 2013, a indústria tenha expandido, a despeito dos dados divulgados hoje pela manhã de uma contração de 2,5% em fevereiro, em relação ao mês de janeiro.

Na média trimestral, no trimestre encerrado em fevereiro, houve uma estabilidade da indústria, mas a perspectiva para o primeiro trimestre é de uma expansão moderada da produção industrial. Um ambiente potencialmente favorável ao crescimento da produção e do investimento; os estoques em níveis menores do que foi a realidade ao longo de 2012 e também melhores condições de competitividade, entre outros, pela redução do custo de energia, por exemplo, para a indústria.

Aqui há alguns indicadores dos estoques da indústria se ajustando a níveis menores do que foi o caso desde meados de 2011. Temos a confiança na indústria também. O Índice dos Gerentes de Compras, no segundo gráfico à direita, em cima, mostra a confiança da indústria em níveis acima do nível de 100, o que indica o quadrante expansionista da indústria.

Temos também o PMI, que é o indicador dos gerentes de compra do segmento industrial, mostrando uma linha acima da linha pontilhada de 50. Ou seja, também na área expansionista. Hoje vimos os PMIs

da Europa todos abaixo desse nível de indiferença, ou seja, na área de contração ainda. Mas, em relação à economia brasileira, vemos aí uma recuperação da confiança, já em nível mais elevado do que foi o caso ao longo do segundo semestre de 2012.

Utilização da capacidade, embaixo, à esquerda, também vemos aí uma maior utilização da capacidade, ocorrendo de forma gradual. Janeiro é um ponto fora da curva, porque houve um fechamento da expansão. Em fevereiro, isso estabiliza. Mas estamos vendo aí uma tendência de maior utilização da capacidade na indústria. Isso é dado da CNI ou da Fundação Getúlio Vargas.

Por último, o Índice de Difusão, também mostrando a média móvel, com uma certa disseminação dessa gradual recuperação da indústria no Brasil.

Essa é a média móvel de seis meses. Vemos aí que a tendência permanece, uma tendência de recuperação na indústria, a despeito desse dado que saiu hoje, em fevereiro, que já está refletido nesse gráfico que deixei com V. Ex^{as}, em que mostra um recuo na média semestral, mas mantendo essa tendência de ascensão da indústria de recuperação gradual ao longo do ano de 2013.

Mudando agora para o setor de serviços, olhando a economia pelo lado da oferta, indústria, serviços e agricultura, vemos que o setor de serviços está em trajetória de crescimento já há 16 trimestres, e esse desempenho é reflexo de uma mudança estrutural na economia brasileira, com a subida de cerca de 40 milhões de pessoas para a classe média emergente, que tem demandado serviços. E o setor tem respondido com maior oferta.

Então, a nossa expectativa é a de que continue crescendo, talvez de forma um pouco mais moderada do que cresceu no passado, mas que continue crescendo acima do crescimento da economia como um todo.

Vemos os indicadores de confiança. Houve um recuo na margem, mas o indicador está bem acima do nível de indiferença de 100, que seria o nível que entraria já no quadrante do pessimismo. Então, o setor de serviços continua sendo um setor que reúne o otimismo dos seus participantes. Portanto, esse nível de confiança é elevado no setor de serviços.

Também esse indicador PMI, que é dos gerentes de compra do segmento, aponta também para um valor acima da linha de diferença de 50, demonstrando também que, no entendimento dos gerentes de compra do setor de serviço, esse setor se encontra numa área, digamos, de expansão.

Em relação à agropecuária, terceiro e último setor da economia, a produção de grãos deve bater novo recorde em 2013. No ano passado, tivemos fa-

tores climáticos adversos que empataram a produção industrial no primeiro trimestre. V. Ex^a se recorda de que houve uma contração no setor agropecuário da ordem de 9%, no primeiro trimestre de 2012. E nós não estamos vendo esse comportamento no ano de 2013. Ao contrário, as perspectivas são boas para o setor agropecuário.

O Plano de Safra garante oferta de crédito no ciclo 2012/2013. Há uma expansão, ou seja, apoiando a expansão na produção agrícola nesse período. O montante dos recursos programados para o segmento agropecuário cresce em relação à safra anterior em torno de 7,5%.

A perspectiva de crescimento, estimativas de fevereiro de 2013, numa produção de grãos ampliada em relação a 2013, crescimento nominal da ordem de 13%.

Eu mencionava que a expansão dos recursos para a safra 2012/2013 em relação à safra 2011/2012 é da ordem de 7,5%. Aí estão as fontes de recursos, totalizando o montante de R\$115 bilhões para essa safra.

Eu mencionei também, olhando a economia pela ótica da demanda, que há fatores que sustentam a demanda nos meses e trimestres à frente. A ocupação e a renda dos trabalhadores continuam em expansão. Há sinais de moderação na margem, mas continua a expansão da renda. As mudanças estruturais por que tem passado a economia brasileira nos últimos anos levam a taxa de desemprego a um mínimo histórico, como foi registrado no final do ano. Nós continuamos nessa tendência de baixo desemprego na economia brasileira.

A oferta de crédito continua crescendo em ritmo mais moderado. As vendas no varejo, o resultado dessa demanda, os fatores que sustentam a demanda têm-se revelado na evolução das vendas no varejo, que têm apresentado um crescimento bastante expressivo.

Vemos aí os gráficos do mercado de trabalho. Então, a taxa de desemprego caindo para os níveis mínimos históricos, ajustada pela sazonalidade. O que nós vemos, na sazonalidade, é que o desemprego tende a crescer entre o começo e o meio do ano, depois recua na segunda parte do ano. Essa é uma realidade, que tem a ver, inclusive, com a procura por trabalho após as férias de verão. Então, vemos uma tendência sempre e um crescimento do desemprego nesse primeiro semestre, mas, em relação ao ano anterior, o que nós vemos é o desemprego nas mínimas históricas no País.

Geração de emprego: 8,8 milhões de empregos gerados desde 2007, pegando um corte do período da crise financeira internacional, para ver como a economia brasileira vem-se saindo ao longo desse período de recuperação do pós-crise, gerando 8,8 milhões. Em

12 meses, até fevereiro, foram gerados 750 milhões de empregos na economia brasileira.

Em termos de ocupação e renda, apesar da moderação recente, nós temos aí o rendimento real crescendo na faixa de 3,9%. Esse é o dado acumulado de 12 meses, até fevereiro de 2013. Combinado ao crescimento do pessoal ocupado, ou seja, do emprego, de 2,25, essa combinação dá um crescimento da ordem de 6,2% da massa de rendimentos na economia brasileira. Então, esse tipo de crescimento, que é a massa de rendimentos que a economia brasileira vem experimentando é um fator de sustentação da demanda da economia pelos próximos meses e trimestres.

Em relação ao mercado de crédito, também temos aí o desdobramento em pessoa física e pessoa jurídica, há destaque para o crescimento do financiamento imobiliário na pessoa física. Também os repasses externos aumentaram aí nesse período na pessoa jurídica. Vemos um crescimento acumulado em 12 meses, até fevereiro, de 16,2% para a pessoa física, expansão no crédito da pessoa física, e um crescimento acumulado em 12 meses, até fevereiro de 2013, para a pessoa jurídica de 17,3%. Ou seja, o crédito não está crescendo 25%, mas está crescendo 16%, 17%, como foi o caso, em 2012, uma situação um pouco mais moderada, mas um fator de sustentação da demanda agregada em economia.

Como resumo, então, desses fatores que sustentam a demanda, vemos aí o fechamento, em 12 meses, do comércio varejista, comércio ampliado, incluindo aí o setor da construção e o setor de veículos, no ampliado. Vemos nos dois um crescimento em torno de 8% em 12 meses, que é um crescimento bastante importante para a demanda da nossa economia.

Em relação aos investimentos, rapidamente, no quarto trimestre de 2012, a formação bruta de capital fixo, ou seja, o nome técnico para o investimento voltou a crescer; cresceu 0,5% em relação ao trimestre anterior. E os indicadores antecedentes apontam para crescimento no primeiro trimestre. Entre outros indicadores, temos que a produção e as importações de bens de capital no início de 2013 têm mostrado crescimento. É um indicador antecedente para o número do investimento no primeiro trimestre, e já havia apontado para uma perspectiva de expansão no primeiro trimestre de 2013 do investimento.

A participação do Brasil também no fluxo do investimento estrangeiro é elevada. No ano de 2012, segundo relatório das Nações Unidas, da Unctad, os investimentos brasileiros, investimento direto estrangeiro no País alcançou o valor de 65 bilhões. Seria aí a terceira ou quarta economia que mais recebeu investimento estrangeiro direto no mundo. A terceira,

se considerarmos China e Hong Kong a mesma área econômica. Então, seriam China e Hong Kong em primeiro lugar, os Estados Unidos em segundo lugar e o Brasil em terceiro, como maior receptor de investimento estrangeiro direto no mundo em 2012.

Em relação ao investimento, já mencionei 0,5%. Depois de quatro trimestres de contração, há essa primeira retomada do investimento. O primeiro trimestre do ano também indica uma perspectiva positiva para o investimento. Está aí a importação de bens de capital, que mostra uma expansão nesses últimos meses, com um indicador apontando para uma recuperação também do investimento no primeiro trimestre do ano corrente.

Como mencionei, essa pesquisa da Unctad aponta o Brasil, em 2012, na última coluna – a barra amarela –, como a terceira ou quarta economia que mais recebeu investimentos no Planeta, com aqueles 65 bilhões que mencionei. Os dados de investimento estrangeiro direto deste ano estão vindo bem, com um leve recuo em relação ao ano passado, mas, no acumulado, em 12 meses, fevereiro e os dados de março que ainda não foram divulgados, o investimento estrangeiro direto no País fica aí em torno de US\$64 bilhões, no acumulado de 12 meses. Ainda uma cifra bastante expressiva a que vemos nas comparações internacionais, com o Brasil em posição de destaque como país receptor de investimento estrangeiro direto.

A destinação desse investimento é disseminada, acompanha, de certa forma, a mudança estrutural na economia brasileira. E nós vemos aí, em comparação à média de 2008/2012 e o ano 2013, um destaque para o setor de serviços, recebendo uma quantidade expressiva desses investimentos estrangeiros, o que segue a lógica da mudança estrutural por que vem passando a economia brasileira.

Bem, agora vou mudar de tema. Vamos para a inflação, já como a última seção desta breve apresentação.

A inflação de 2012 desviou da meta em função, entre outros fatores, do choque de preços dos alimentos, *commodities* e *in natura*, e do repasse da depreciação cambial observada ao longo do ano.

Nós últimos meses, temos visto, o Banco Central também tem apontado essa resistência da inflação em função de pressão de preços dos alimentos *in natura*, da inflação de serviços que continua pressionada e de uma maior difusão dos aumentos de preços na economia.

Em relação ao ano de 2012, fazendo a decomposição da inflação, a inflação fechou o ano a 5,84%, acima da meta de 4,5%, dentro da margem de tolerância que vai até 6,5%. Quando nós desdobramos a inflação em diversos componentes, vemos a participa-

ção de cada um deles nesse valor de 5,84%. Os dois para o que eu chamei a atenção, o choque de oferta e o repasse cambial, perfazem um total de 1,3% na inflação de 5,8% que nós observamos no ano de 2012. Só para dar uma ideia de como o Banco Central vê o desdobramento, a decomposição da inflação em 2012.

A resistência na inflação mensal que vimos nos últimos meses está retratada neste eslaide: nas barras azuis, a inflação mensal; e, na linha vermelha, o acumulado em 12 meses. O que nós vemos é uma trajetória ainda pressionada no curto prazo em relação à inflação mensal; e, no acumulado em 12 meses, vemos, no primeiro semestre, uma inflação pressionada.

Fazendo uma decomposição da inflação acumulada em 12 meses, com o dado de fevereiro de 2013, o que nós vemos é uma inflação de alimentos acumulada de 13,9%, com alimentação e bebida perfazendo um total em torno de 22%, 23% do nosso índice. Apresenta este comportamento mais recentemente: retirando da inflação do IPCA a inflação de alimentos, o IPCA sem alimentos e bebidas acumularia, em 12 meses, uma inflação de 5%.

Nós vimos uma dinâmica da inflação agrícola, digamos assim, comparada com a inflação de alimentos no preço ao consumidor. O que vemos é um recuo já na inflação no atacado, a inflação do IPA, a inflação agrícola medida no atacado. Há um recuo, e esse recuo ainda não passou para o preço ao consumidor.

Essa defasagem no repasse tem uma série de fatores, e talvez um seja o próprio conteúdo de serviços que há na inflação de alimentação, mesmo na inflação domicílio, como o custo do frete e outros custos de serviços. Então, esse repasse demora mais. Gostaríamos que já estivesse mais clara na inflação ao consumidor. Essa volta aqui se verifica na inflação agrícola medida nos preços no atacado. Então, essa é uma dinâmica que estamos acompanhando com bastante atenção para ver quando essa evolução mais favorável da inflação de alimentos repassa para os preços ao consumidor.

O outro componente importante da inflação é a inflação de serviços. Essa tem se mantido elevada no País, reflexo também das mudanças estruturais. Houve certa elevação no período mais recente, no segundo semestre de 2012. Agora, mais recentemente, na ponta, há uma estabilização, mas ainda é cedo para fazer uma avaliação mais detida da inflação de alimentos recentemente.

Nesse quadro, nós vemos que o IPCA, exceto inflação de serviços, também estaria na faixa de 5%, 5,10%, excetuando serviços.

Esses dois itens da inflação têm um peso importante e têm mostrado uma dinâmica ainda não favorável quando medida no nível do consumidor.

O índice de difusão. Aí há uma média móvel de 12 meses. Vemos uma difusão em torno de 60%, 65%, 66% para o IPCA geral. Mas, mesmo na alimentação domicílio, há também uma difusão de 65%. E o IPCA, tirando alimentos, também está com esse nível acumulado em 12 meses ou na média de 12 meses, que é um nível elevado de difusão da inflação.

Estas são as nossas projeções que foram recentemente divulgadas no relatório de inflação, na semana passada. Estão aí dois cenários, cenário de mercado e de referência. O que vemos é uma volta da inflação ao longo dos próximos semestres, depois de subir no primeiro e no segundo trimestres deste ano. Mas é um quadro de inflação que o Banco Central está olhando, certamente, com cuidado, está acompanhando as condições macroeconômicas de perto para avaliar as suas ações em função desse quadro de inflação, que é uma inflação sob controle, mas que encerra riscos à frente.

E este é um retrato da inflação do Índice de Preços ao Consumidor, a meta, o indicador que serve como balizador do sistema de metas para a inflação no País. Vemos a evolução desse indicador, acumulado em 12 meses, desde o início da adoção do regime de metas para a inflação no País, em 1999. Ou seja, essa é a evolução da inflação, em 12 meses, do indicador que serve de balizador para o regime de metas para a inflação no País.

Na linha vermelha, estão as projeções do relatório de inflação, relatório esse divulgado na semana passada, o relatório trimestral de inflação, referente a março de 2013. Então, essa é a trajetória prevista pelo Banco Central nesse relatório.

Encerrando esta breve apresentação, eu queria só reforçar algumas das mensagens que trago para V. Ex^{as}.

Primeiro, que a recuperação da economia brasileira está se materializando, de forma gradual, e há perspectiva de uma intensificação, como vimos, inclusive, nas projeções dos participantes de mercado ao longo do ano de 2013.

A inflação – acabei de mostrar para V. Ex^{as} – tem, na visão do Banco Central, mostrado essa resistência nos últimos meses. Estamos acompanhando isso com cuidado. O Banco Central, então, acompanha a evolução do cenário econômico para avaliar a necessidade de adoção de outras medidas no combate à inflação no período à frente.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Ex^{as}. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A Mesa agradece ao Presidente Alexandre Tombini.

Passo, imediatamente, a palavra ao primeiro orador inscrito, o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente, meus cumprimentos pela sua exposição.

Os números, Presidente, vêm mostrando que o superávit da balança comercial, que, no ano passado, foi de 20 bilhões, este ano pode ficar em 10 bilhões. Inclusive, existe uma reportagem do jornal *Valor*, hoje, sobre essa matéria.

O déficit da conta de serviços e de rendas tem aumentado consideravelmente. As consequências de um superávit menor na balança comercial e de um déficit maior na conta de serviço e de renda são um déficit maior nas contas correntes. O que pergunto ao Presidente é o seguinte: o Banco Central está seguro de que os investimentos diretos, em 2013, serão suficientes para cobrir o déficit de conta corrente?

Segunda questão: o BNDES, ao apresentar o resultado de 2012, obteve do Banco Central uma autorização excepcional para não computar as perdas com ações que estavam em sua carteira. Isso ajudou a gerar um lucro, que foi distribuído ao Tesouro para influenciar o resultado primário. O auditor externo do BNDES fez uma ressalva no seu balanço, que também acusou uma queda na reserva de lucros e no Índice de Basileia, porque caiu a sua reserva de lucros de capital diante dos dividendos remetidos ao Tesouro.

As questões são as seguintes: essa autorização dada ao BNDES poderá ser um precedente para que outros bancos sigam a mesma diretriz? Qual a posição do BNDES em relação ao Índice de Basileia, inclusive à sua versão III?

Para terminar, Sr. Presidente, eu queria dizer a V. Ex^a que sou Relator nesta Comissão de diversos projetos de aperfeiçoamento do Sistema Financeiro Nacional e estou trabalhando no substitutivo, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do Senador Arthur Virgílio. No modelo de autonomia operacional que proponho, caberá ao Conselho Monetário estabelecer as metas de política monetária e cambial, cuja execução ficará com o Banco Central.

Esse arranjo, combinado com a previsão de mandatos fixos de seis anos para a diretoria e presidente que vierem a ser nomeados a partir de 2015, constitui a essência do conceito de autonomia do Banco Central, hoje presidido por V. Ex^a.

Eu estou entregando este meu relatório ao Presidente, pedindo que ele não ponha em votação, que ele faça uma série de audiências públicas e debata profundamente com esta Comissão sobre esse problema do Banco Central.

Agora, eu entendo extremamente importante que, a partir de 2015, a diretoria do Banco Central tenha um mandato fixo, porque esse mandato fixo dará maior autonomia para operacionalizar as políticas monetárias estabelecidas e fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Eu comunico, Sr. Presidente, para que a gente possa fazer um debate aqui sobre este assunto, que eu considero extremamente importante para ações da política monetária do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradecemos o Senador Francisco Dornelles.

E passo imediatamente para o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador Dornelles, o senhor coloca três questões. A primeira em relação à perspectiva de balança de pagamentos.

Como eu me referi na minha apresentação, o investimento estrangeiro direto tem sido uma fonte de recursos importante; tem sido, digamos, dominante no financiamento da balança de pagamentos, mas, certamente, não a única fonte de financiamento.

Como V. Ex^a bem sabe, as perspectivas, as projeções do Banco Central em relação a este tema do financiamento das projeções de balanço de pagamento são de um superávit comercial da ordem de 15 bilhões, em 2013. No primeiro trimestre, houve esse déficit a que V. Ex^a faz referência, dos resultados em curto prazo, mas a perspectiva continua sendo de um superávit comercial. O nosso número hoje é de 15 bilhões.

Esse superávit comercial, como V. Ex^a mencionou, combinado ao déficit em outras rubricas da conta corrente brasileira, leva a uma perspectiva de déficit da conta corrente da ordem de 67 bilhões para o ano de 2013. Os investimentos estrangeiros previstos, nas nossas projeções, com os dados que temos até o momento, são da ordem de 65, mais ou menos no nível em que estão hoje, 64, 65. Ou seja, pelas projeções no momento, não cobririam integralmente o déficit em conta corrente, mas a necessidade de financiamento adicional é modesta. Pelas taxas de rolagem que temos observado nas linhas de curto prazo e também nas linhas de médio prazo, o balanço de pagamento não apresentará problemas de financiamento no ano de 2013.

Em relação à questão do BNDES, que V. Ex^a mencionou, o Conselho Monetário Nacional permitiu uma valorização de algumas ações a que V. Ex^a fez referência, para o ano de 2013. Isso não abre precedente, como V. Ex^a se referia, em relação a tratamen-

to da matéria. Enfim, essa é uma questão circunscrita ao BNDES, relativo a ações de empresas públicas, empresas de economia mista. Mas essa decisão do Conselho Monetário não é um precedente, como V. Ex^a indagou anteriormente.

O Índice Basileia do BNDES é um Índice razoável. Não tenho número aqui de cabeça. Posso levantar isso ao longo dessa exposição, mas ele tem uma folga em relação ao Basileia. E em relação ao Basileia III, o nosso sistema está preparado. Basileia III foi recentemente anunciado, no início de março. Quanto à adoção de Basileia III no País, essa adoção se dará de forma gradual, como está estabelecido no cronograma de adoção de Basileia III para as diversas jurisdições que aderem aos princípios de Basileia. E o nosso sistema terá condições, com tranquilidade, de atender os novos parâmetros de Basileia III, pois há um processo de convergência que, no limite, vai até 2022. Então, nós não antevemos dificuldades no sistema brasileiro de se ajustar aos novos parâmetros de Basileia III.

Em relação à questão do projeto de regulação que V. Ex^a mencionou, o Banco Central está à disposição para esse debate, no que pudermos contribuir, trazendo também um pouco da experiência internacional. Temos oportunidade de discutir. Em Basileia, na reunião dos banqueiros centrais, há um grupo de governança que trata de questões de governança de bancos centrais. Nós temos participado dessas discussões e podemos trazer também a evidência internacional para esse debate. Ficamos à disposição para isso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Presidente.

Quero dizer ao Senador Francisco Dornelles que, quando esse relatório estiver pronto, nós, de cara, tomamos – esta Presidência – organizar um ciclo de audiências públicas para discutir este tema.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Encaminharei a V. Ex^a na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Francisco Dornelles, V. Ex^a será atendido.

Próximo inscrito, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Presidente Tombini, eu o cumprimento também pela exposição.

E queria focar aqui a minha intervenção, Presidente, nessa questão central que é hoje a inflação, que, sem dúvida nenhuma, vem alcançando um patamar que preocupa à medida que demonstra uma resistência muito forte. Aí, essa questão tem merecido dos analistas econômicos considerações de variada ordem.

Mas, ontem, o ex-Presidente do Banco Central, o ilustre economista Gustavo Loyola, faz um artigo duro,

cujos títulos são *Com inflação não se brinca*, em que ele aponta certa leniência do Governo no enfrentamento desta questão. E aponta ainda certa falta de racionalidade da política econômica, que vem dando mostras de que prefere atuar sobre os índices de preço, com medidas de desoneração pontuais e de controle de preços administrados, e não com os instrumentos, vamos dizer, mais clássicos de controle da demanda agregada, que, pela experiência internacional, têm muito mais efetividade no combate à inflação.

Feita essa consideração inicial, eu queria indagar de V. Ex^a, primeiro, acha o Presidente que a política fiscal está consistente com os objetivos da política monetária? Ou seja, o Brasil vem adotando, de certo modo, políticas fiscais anticíclicas, mas o fato é que elas têm nos conduzido, pelo menos nos anos mais recentes, a resultados mais expressivos do ponto de vista da retomada do crescimento e, ao mesmo tempo, vêm impondo um ônus à política monetária à medida que a expansão dos gastos e esse caráter expansionista da política fiscal sacrificam a política monetária.

Outra questão que eu gostaria de colocar é a preocupação com esse descompasso que está existindo no Brasil entre produtividade e aumento real de salários, o que, efetivamente, pressiona a inflação. Isso vem se agravando, sobretudo se considerarmos um período de 2005 até 2012. Há um descompasso preocupante. Isso está refletido fortemente no índice de inflação do setor de serviços, já que esse setor, por ausência de competição externa, tende a repassar esses aumentos para os preços.

Então, eu gostaria de uma consideração de V. Ex^a sobre isso.

E, finalmente, como atuar sobre as expectativas, considerando que o debate, que a questão sucessória está antecipada e que agora há também elementos que a própria, vamos dizer, antecipação do processo político nos coloca.

E há ainda a preocupação com dois pontos: primeiro, uma certa retomada do crescimento que se espera este ano; e, segundo, também a existência de mecanismos de indexação que ainda estão presentes na economia brasileira.

Então, eu gostaria de ouvir de V. Ex^a seus esclarecimentos sobre esses pontos.

Agradeço pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Presidente, a palavra é sua.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Senador Monteiro, em relação à política fiscal, o que temos tido no Brasil na última década é uma política fiscal que foi desenhada para colocar a nossa relação dívida/PIB numa trajetória declinante, sem ambiguidade. Temos

visto isso, com algumas reversões ao longo do tempo principalmente em reação à crise financeira internacional, mas uma retomada dessa tendência declinante da dívida pública. Várias economias hoje, economias centrais têm se deparado justamente com o contrário: com uma grande elevação da relação dívida/PIB como resultado das próprias intervenções nos sistemas financeiros, como resultado da queda da atividade e da não recuperação dela.

Vemos, no pós-crise, economias da área do euro, por exemplo, de dezembro/2007 a hoje, contraíram aí em torno de 2% e 3%. Os Estados Unidos, que agora começam a crescer, têm um crescimento abaixo de 3% no acumulado desses cinco anos. O Brasil teve um crescimento de 15%. Mais do que outras economias emergentes. Por exemplo: o México cresceu 8% desde então.

O Brasil tem, por meio da adoção de uma política contracíclica, no caso monetária e fiscal no pós-crise de 2007/2008, conseguido revigorar. Tem conseguido manter um crescimento que, na média, é em torno de 3%, três e pouco por cento nesse período pós-crise. Então, a política fiscal mantém uma tendência de entregar a relação dívida/PIB declinante mais baixa do que foi, por exemplo, na década passada.

Por um lado, isso dá tranquilidade em relação ao financiamento do setor público. Não só isso, mas também do financiamento das empresas, pois permitiu uma redução mais estrutural dos juros da economia brasileira. Houve também, ao longo desse período, a administração da política fiscal de forma contracíclica, para fazer com que a economia brasileira saísse da crise financeira internacional bem, em termos comparativos com outras economias.

Em relação à questão da política fiscal neste momento, o que o Banco Central tem dito é que o superávit de 3,1% na íntegra, sem desconto, possivelmente seria contracionista nesse momento. Agora, ajustando para os ajustes previstos na lei orçamentária, o comportamento recente da política fiscal está mais no campo expansionista.

A economia está recuperando, como vimos, de forma gradual. Então, esse processo continua e deve ser materializar.

Neste momento, a nossa visão é essa em relação à contribuição da política fiscal. Sendo adotado o objetivo de R\$155 bilhões para o primário ao longo deste ano sem nenhum ajuste, o lucro líquido fiscal seria contracionista. Na forma como ela vem sendo operada neste momento está num campo expansionista.

Em relação à questão do salário, acho que V. Ex^a tocou em um ponto importante, o Banco Central tem informado sobre isso. Já não é de hoje. Enfim, essa é

uma questão econômica. Sem entrar em juízo de valor, mas sempre que os salários crescem acima da produtividade há um componente de custos que pode ou não ser repassado para a inflação, dependendo das condições econômicas, das condições do próprio mercado de trabalho, de fatores como trabalho e outros fatores como a utilização da capacidade. Isso pode ser ou não repassado para a economia. Nós temos levantado esse ponto nas nossas análises.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– E o setor de serviços?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – O setor de serviços tem apresentado alguma moderação no salário na margem. Vemos isso. O próprio Caged de serviços tem mostrado um comportamento mais moderado também na contratação no setor de serviços. Então, não há uma perspectiva desse item importante que V. Ex^a menciona de intensificar.

Na realidade, no próprio setor de serviços, vemos um crescimento, crescimento mais moderado este ano. Vemos uma contratação um pouco mais moderada também este ano.

Então, acho que este assunto está, digamos, caminhando para uma moderação, e não o contrário.

Em relação às expectativas, o Banco Central já desde janeiro tem mudado a sua política monetária. Parte integrante da política monetária hoje cada vez mais é o próprio processo de comunicação. A comunicação do Banco Central tem sido clara desde janeiro, eu diria. Quando havia a expectativa de vários analistas de mercado influentes sugerindo uma redução adicional de 100 pontos na taxa de juros, o Banco Central, então, naquele momento, explicita a sua maior preocupação com a resistência da inflação. A inflação de janeiro saiu daquele nível que nós vimos de 0,86, meio acima do que se esperava. Então, esse ponto também foi demarcado pelo Banco Central.

Recentemente, na nossa reunião de março, na nossa comunicação, nós alteramos o guia da política monetária. V. Ex^a se recorda. Quando eu estive aqui em dezembro, a estratégia que o Banco Central adotava como uma estratégia adequada para convergência da inflação para as metas era de manter as condições monetárias e financeiras da economia nos níveis então observados por um tempo suficientemente prolongado. Essa definição não faz parte da política monetária neste momento. E o Banco Central tem deixado isso claro. Então, isso é parte do processo de conduzir a política monetária, que opera por múltiplos canais.

Há o efeito de substituição entre consumo e poupança. Nós já vemos que as condições financeiras já se alteraram de alguma desde janeiro. Já houve uma alteração nas taxas de mercado, nos custos de capta-

ção, na remuneração dos papéis financeiros, alguma mudança. Então, há este canal: o canal de substituição consumo/poupança. E pode inclusive afetar a composição da própria demanda de consumo/investimento.

Há o canal das expectativas que V. Ex^a mencionou, que é um canal importante. É um intangível, mas um intangível que faz diferença. Então, a própria postura da autoridade monetária em relação ao processo tem sido nessa direção, na direção não só de identificar resistência, mas também de ajustar a sua política monetária. Esse ajuste já começou a ocorrer, já está ocorrendo, sendo a comunicação parte integrante disso.

E há outros canais, o canal de crédito, que é um canal mais moderado. Enfim, não é um canal de pressão neste momento, mas é um canal que está crescendo de forma moderada. Há o câmbio, que é outro canal de funcionamento das expectativas. E há o canal das expectativas de forma mais geral. Ou seja, aqueles que pensam numa situação de recuperação de economia, numa situação de condições financeiras ainda, digamos, de apoio, que pensam em repassar aumento de custos para o consumidor final começam a pensar duas vezes à medida que as condições financeiras e monetárias começam a se ajustar.

Então, isso faz parte do processo de recuperação desse canal. O mecanismo de indexação que V. Ex^a menciona é o que está aí. Tem havido uma série de esforços por parte do Governo, do Banco Central também em relação a diminuir a indexação do sistema financeiro, a reduzir a indexação dos papéis atrelados a taxa de juros de curto prazo, de um dia. Então, é um processo que está em curso. Mas, naturalmente, o combate à inflação deve-se dar de acordo com o quadro institucional vigente no País.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Cumprimento o Senador Lindbergh, Presidente desta Comissão; o Vice-Presidente, Senador Sérgio Souza; o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini; seus diretores Carlos Araújo e Altamir Lopes.

Parabenizo-o também pela sua apresentação.

Sr. Presidente, as sequenciadas reduções da taxa Selic, que levaram ao nível mais baixo já visto, não surtiram o efeito desejado no crescimento da economia. Sua redução se mostrou inócua, diante do ambiente em que se deu. O movimento contrário seguraria a inflação no patamar mínimo desejado – 4,5% da meta inflacionária –. Manter a inflação sob controle para viabilizar o máximo de crescimento possível não seria o segredo para se alcançar o equilíbrio econômico-financeiro?

Pergunto ainda: a hipótese de convergência para a meta de inflação adotada atualmente pelo Banco Central é a da não linearidade. A aplicação desse princípio de não linearidade leva, necessariamente, à antecipação das decisões pelo Banco Central. Ocorreu uma defasagem entre a mudança da taxa Selic e o impacto na inflação. Afinal, o processo de convergência tem-se dado de forma não linear, como previa o Banco Central? E, se a convergência da inflação para a meta se mostra linear, ao invés de não linear, como dito pelo Bacen, que medidas o banco adotaria?

Pergunto ainda: pela notícia alvissareira que tivemos de que o desemprego vem diminuindo, significa que uma massa maior da economia entra no mercado de consumo. Também temos, hoje, o fato de que a poupança deixou de ser um grande atrativo. O senhor não acha que deveríamos regular o crédito de uma maneira diferente?

E, por último, o Diretor da Política Econômica do Banco Central, que aqui está presente, Dr. Carlos Hamilton Araújo, afirmou que o aumento da taxa básica de juros é o melhor remédio para combater a inflação.

Um dia antes, em encontro dos Chefes de Estado dos BRICS, a Presidente Dilma disse que não...
(*Soa a campanha.*)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Acreditava em políticas de combate à inflação e que olhem a redução do crescimento econômico.

As declarações da Presidente reduziram as apostas de elevação da Selic, a taxa básica de juros da economia. As taxas futuras que já caíam, desde a abertura do mercado, encerraram o dia em queda. As apostas nas curvas de termo da elevação da Selic em abril foram quase zeradas.

Pergunto: sob o ponto de vista político econômico, quem está com a razão? Que influências essas declarações exercerão na próxima reunião do Copom? Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra, o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Excelência, Senador Cyro Miranda. Muito obrigado pelas colocações.

Em relação à eficácia da política monetária, o senhor bem mencionou, houve uma redução da taxa básica de juros, de agosto de 2011 até outubro de 2012, de 525 pontos ou 5,25 pontos percentuais. Essa última perna da redução foi há cinco meses.

A política monetária opera com defasagens. Há defasagem na operação da política monetária, tanto quando ela está sendo distensionada como quando as condições monetárias vão sendo apertadas. Demora

certo período para chegar na economia; e, da economia, passar para a inflação.

Há vários canais, como mencionava, agora há pouco, respondendo às perguntas, o Senador Armando Monteiro. Alguns canais são mais curtos, como o canal do câmbio, o canal, talvez, das expectativas; mas no canal mais forte, que é o canal de substituição entre consumo/poupança e o canal de crédito, há certa defasagem. Então, estamos ainda operando nas condições de extensão da política monetária, esse processo que ocorreu aí, nesse período de mais de um ano, com V. Ex^a mencionou.

Não vejo inocuidade na política monetária. A própria recuperação... Entramos num ciclo, a economia estava crescendo 7,5%, em 2010 – claramente acima do potencial da economia brasileira. Houve um conjunto de políticas para desacelerar a economia, e isso coincidiu, em seguida, com o agravamento da crise financeira internacional.

No verão de 2011, do Hemisfério Norte, revertemos a política naquele momento. Política fiscal também foi, de certa forma, revestida. Algumas das medidas de crédito também foram revertidas naquele momento, e a defasagem do próprio aperto ainda se processou na economia brasileira ao longo de 2012, certamente da primeira metade do ano, como vimos naqueles crescimentos. Se pensar no crescimento de 2012, apesar do número de 0,9 para o ano como um todo, se cresceu muito pouco, quase nada, estabilidade na economia no primeiro semestre; e um crescimento em torno de 2,4, 2,5, anualizado no segundo semestre de 2012. Então, você já vê certo impacto ainda incipiente na política monetária e distensão da política macroeconômica.

Agora, estamos encaminhando para um crescimento em torno de 3% neste ano. Vemos que o Brasil passou por um longo ciclo de desaceleração e, agora, estamos na fase, digamos, de expansão desse ciclo – expansão moderada, diga-se de passagem. Mas de expansão do ciclo.

O Banco Central nunca retirou os seus instrumentos da mesa. Na realidade, o que temos falado – falei várias vezes, inclusive nesta Comissão, aqui, se me recordo bem, no ano passado – é que o ciclo monetário no País não foram abolidos. Há uma série de razões para termos uma taxa de juros mais baixa, hoje, no País – estou falando de taxa de juros em termos gerais da economia –, do que tínhamos no passado.

Houve uma bancarização da população brasileira, numa velocidade grande nos últimos dez anos. Houve um aprofundamento do mercado de crédito. O sistema bancário, que financiava um quarto da economia, em 2012, financia hoje mais da metade da economia. Mais de 50% é o crédito sobre o PIB. Então, houve um

aprofundamento do mercado de crédito. Houve uma contínua redução da relação dívida/PIB, que abriu espaço também para a redução das taxas no País. Houve uma distensão da restrição externa no País, de acumulação de reservas. Acumulamos, desde 2002, 2003, 2004, mais precisamente desde 2004, reservas internacionais. Hoje temos em torno 15% do Produto Interno Bruto nesse colchão de reservas internacionais, da ordem de US\$375 bilhões, US\$378 bilhões de reservas internacionais. Ou seja, uma série de fatores na economia brasileira, o próprio aprofundamento do mercado de capitais também, além do mercado de crédito, fez com que criássemos as condições para termos uma taxa de juros estruturalmente mais baixa no País. Esse é um legado que fica, independentemente de qual seja a política monetária, independentemente dos ciclos monetários que possam ocorrer para, entre outras coisas, combater a inflação.

Então, digamos que o patrimônio, taxa de juros mais baixa, é um legado de longo prazo, é um legado de convergência da economia brasileira para outras economias comparáveis à economia brasileira. Caminhamos nesse processo. Não quer dizer que os ciclos monetários tenham sido abolidos. Certamente, não temos a visão de que a política monetária perdeu sua eficácia, seja para estimular a demanda, seja para controlar a inflação.

Em relação à questão da convergência, divulgamos o relatório de inflação na semana passada, que mostra qual a nossa projeção, hoje, da inflação. Não estamos com esse conceito da não linearidade. Estamos trabalhando com essas projeções que passei para V. Ex^{as}. Projeções que sempre encerram riscos tanto favoráveis quanto negativos para inflação, por isso que estamos acompanhando esse processo com bastante cuidado.

Em relação, o que o senhor mencionou, às declarações da Presidenta, tive oportunidade de, na semana passada, me pronunciar a respeito disso. A Presidenta, em nenhum momento, sugeriu qualquer tolerância do Governo em relação à inflação. Eu falei isso, e ela, em seguida, também mencionou este ponto: não há tolerância no Governo. Certamente, no que cabe ao trabalho do Banco Central, não há qualquer hipótese de tolerância em relação à inflação. Estamos tratando disso, como acabei de mencionar. A nossa própria comunicação já se alterou desde janeiro. Isso é parte integrante da condução da política monetária. Estamos olhando esse processo com cuidado, vamos acompanhar a evolução na macroeconomia para definir os próximos passos nessa matéria, no período à frente.

Acho que é isso, Senador Cyro Miranda.

Em relação à poupança, que V. Ex^a mencionou, houve um crescimento das captações da poupança nos últimos 12 meses de 18,7%. Então, na realidade, os depósitos de poupança vêm aumentando na faixa de quase 20% nos últimos 12 meses no País. A poupança vem crescendo.

E, para responder à sua questão, Senador Dornelles, que ficou pendente, o Índice de Basileia de dezembro de 2012 do BNDES é 16,2%, acima dos 11% mínimos requeridos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Lindbergh Farias, caro Presidente Alexandre Tombini, Diretores do Banco Central Altamir Lopes e Carlos Araújo, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprimentos pela exposição.

Eu já engato no que o Senador Cyro Miranda perguntou: o que aconteceu em relação à declaração da Presidente Dilma? O mercado não interpretou adequadamente a declaração da Presidente sobre esta matéria, controle de inflação e crescimento econômico? Então, por que o mercado é que deu toda a chamada especulação das declarações da Presidente?

O senhor fez uma radiografia positiva, ou pelo menos cautelosa em relação ao desempenho econômico. Todos nós torcemos para que a economia vá bem, porque é bom para o País. Não é uma questão política. Mas os números, Presidente Alexandre Tombini, em relação à balança comercial... Foi o pior desempenho desde 2001, um déficit de US\$5,1 bilhões.

Também em relação à produção industrial, recuo previsto de 2,1. E essa questão da inflação, que parece ter sido a raiz do desentendimento ou da interpretação equivocada do mercado, hoje os especialistas na área econômica trazem matéria sobre isso – o Senador Armando Monteiro já enfocou um pouco isso.

Delfim Netto, hoje, no *Valor Econômico*, diz o seguinte:

Nossa política econômica enfrenta um dilema extremamente sério. Deve elevar, ou não, a taxa de juros real para gerar algum desemprego e, assim, reduzir a perturbadora taxa de inflação, que teima em namorar com o limite superior da meta inflacionária? [Indaga ele.] Por um lado, é claro que se trata de um desequilíbrio entre a oferta e a demanda globais, que poderia ser minorado pela redução da demanda pública. Por outro, não é menos claro que, ainda que estejamos com um baixo grau de desemprego, a economia está crescendo muito pouco e abaixo da sua capacidade.

O próprio Banco Central, no relatório referido por V. Ex^a, lá num detalhe sobre a questão econômica, conclui que:

Reajustes salariais acima dos ganhos de produtividade tendem a gerar pressões inflacionárias, que são mais expressivas no setor de serviços. [mencionado há pouco pelo Senador Armando Monteiro]. Por isso, não escondeu a certeza de que a recente moderação dos aumentos salariais e menores reajustes do salário mínimo tendem a implicar pressões inflacionárias menores do que as identificadas no passado recente.

Também o economista-chefe do Itaú Unibanco, Ilan Goldfajn, em artigo hoje, disse que “As desonerações tributárias, se repassadas aos preços, aliviam a inflação no curto prazo, mas a pioram no longo prazo, já que incentivam o consumo, e não o investimento”.

Aliás, lembro, a propósito, que a redução do IPI para automóveis não teve o efeito da redução do preço do veículo.

(Soa a campanha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ele disse que:

Desonerações focadas nas empresas, financiadas por cortes de gastos públicos, teriam efeito benéfico no longo prazo. Da mesma forma, inúmeras reformas que atacam a complexidade de se produzir no Brasil, com impacto direto na produtividade, poderiam incentivar o crescimento e simultaneamente combater a inflação de forma permanente.

Para terminar, Presidente, rapidamente, o Governo, especialmente a área econômica, tem visto o crédito como importante instrumento de estímulo à economia. Ainda é possível crescer com base na expansão do crédito em um momento em que as famílias comprometem percentual relevante de sua renda com pagamento das dívidas? Se o desemprego crescer por conta da crise externa, não há risco de elevação e inadimplência?

E, finalmente, a taxa de câmbio foi uma grande aliada do Banco Central no combate à inflação até 2011, ela chegou perto de R\$1,50 em alguns momentos, R\$1,50.

(Soa a campanha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nos últimos meses, a taxa parece estar galgando novos patamares: primeiro, R\$1,70; depois, R\$1,90; e, agora, acima de R\$2,00 a cotação do dólar. Quais as implicações da desvalorização do real para o controle da inflação e da preservação da taxa Selic no atual patamar de 7,25%?

Última questão. O senhor falou muito bem sobre o desempenho da agricultura, com uma estimativa de 183 milhões de toneladas este ano. Isso é muito importante para o País. Eu queria saber se o Banco Central, neste momento, realiza algum tipo de estudo para mostrar o impacto que a deficiência na logística

provoca, inclusive, sobre o desempenho da inflação. Eu acho que essa é uma questão estrutural, mas ela tem, realmente, significado uma questão muito relevante.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria de fazer um pequeno adendo à pergunta da Senadora Ana Amélia, porque é a mesma pergunta que eu iria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a anuência do Senador Rollemberg.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Se o Senador Rollemberg permitir.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Como eu posso negar um pedido do Senador Blairo Maggi, Presidente da Comissão de Meio Ambiente?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador. É bem rápido, porque já vamos aproveitar a mesma resposta.

Dentro do que a Senadora Ana Amélia perguntou, eu só gostaria de saber se o Banco Central já capturou o aumento dos preços dos fretes que ocorreu nos últimos meses. É algo em média 30% superior ao que aconteceu no ano passado. E, se não capturou, em que momento isso vai ser capturado? E em quanto o Banco Central acha que isso estará impactando na inflação que será medida no futuro?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra, o Presidente.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Em relação à sua primeira pergunta, Senadora Ana Amélia, eu tive a oportunidade de explicar agora, novamente. Bem o esclarecimento foi no sentido de que nada do que foi dito pela Presidente, na semana passada, implica qualquer tolerância em relação à inflação. Logo, o mercado deve entender que o Governo, por um lado, e o Banco Central, por outro, estão imbuídos da missão de manter a inflação sob controle; e, no caso do Banco Central, de trazê-la para as metas estabelecidas pelo próprio Governo.

Então, em relação a isso, eu tive a oportunidade de fazer declarações – que estão divulgadas no *blog* do Planalto – de esclarecimento em relação ao fato de se, quando o Banco Central achar necessário, usará um instrumento de política monetária para fazer essa convergência da inflação se materializar.

Em relação às questões do crédito, V. Ex^a menciona, entre outras coisas, a questão de como pode o crédito, digamos assim, ser o fator de sustentação da demanda, como coloquei também na apresentação, em que você teria um quadro de comprometimento da renda. O quadro de comprometimento da renda

vem até se ajustando, diminuindo recentemente. V. Ex^a deve ter visto os dados que apontam para um recuo no comprometimento da renda em função dos refinanciamentos, das novas condições de mercado ao longo do segundo semestre, principalmente do segundo semestre de 2012.

O próprio endividamento é um conceito diferente do comprometimento da renda. O comprometimento da renda mexe com o fluxo, com o pagamento de prestação. Então, nós vemos certo recuo na margem. A situação melhora. Ou seja, dá sustentação a uma expansão moderada do crédito. É isso que estamos vendo.

Por outro lado, também vemos certa melhora no endividamento total das famílias ao longo do ano de 2012.

Entre outras coisas, esse cenário fica um pouco melhor se nós levarmos em consideração que uma parte dos novos financiamentos, uma parte do crédito que tem sido estendido às pessoas físicas é tomado pelo empréstimo imobiliário, que são empréstimos de longa maturação para aquisição de bens de mais alto valor, a casa própria. E, certamente, a despesa com a prestação da casa própria, de certa forma, substitui a despesa com o aluguel. Então, ainda que o quadro nominal tenha sido de redução...

(Soa a campanha.)

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Do endividamento das famílias, quando coloca esse fator de uma maior presença do crédito imobiliário, então essa situação fica um pouco mais clara, tem melhorado na economia brasileira. Não tem agravado esse indicador.

Em relação ao câmbio, o que o Banco Central tem dito em relação à política, em relação à moeda estrangeira, primeiro, é que o câmbio no Brasil é flexível. Ele está ali para absorver choques, sejam choques favoráveis, com uma grande elevação, digamos, dos nossos termos de troca, um aumento do valor das nossas exportações em relação às nossas importações, como ocorreu em um período relativamente longo, entre 2004 e 2007. Isso se reflete no câmbio. O câmbio vai refletir essa melhora em termos de troca.

Por outro lado, também como vimos em vários episódios, um aumento da aversão ao risco, com a redução dos fluxos internacionais durante a crise, o câmbio também absorve esses choques. Ele é flexível para absorver esses choques. Então, há uma depreciação do real nessas circunstâncias.

Nós criamos as condições para que o câmbio flutuasse de forma que ajudasse o ajuste da economia brasileira, porque, entre outras coisas, nós temos hoje um valor de reservas que cria uma situação do setor público brasileiro credor líquido em moeda estrangeira.

Então, mesmo diante de um choque desfavorável, quando o câmbio desvaloriza, o impacto sobre as condições das finanças públicas é favorável em um primeiro momento. Então, nós temos condição de entrar com medidas contracíclicas, por estar tendo redução de fluxo internacional, como foi o caso da reação da crise de 2007 e 2008.

Então, ele serve para isso e tem servido bem à economia brasileira.

Agora, além disso, o que nós dissemos? Dissemos que o Banco Central vai estar sempre pronto para entrar no mercado para fazer com que ele funcione em suas diversas dimensões, seja no mercado futuro, seja no mercado, como se chama, o mercado *spot*, o mercado à vista, seja nas linhas de financiamento ao comércio. Em havendo uma dificuldade temporária, o Banco Central tem a capacidade de entrar com as garantias devidas nesse mercado para fazer com que ele funcione de forma adequada.

Nós dissemos também que a nossa política de acumulação de reservas continua, ainda que nós não entremos no mercado desde abril de 2012, porque as condições de mercado não apontaram nessa direção. Então, as condições de mercado permitindo, o Banco Central continuará acumulando reservas, porque a economia cresce a um nível em torno de 15% a 14% de reservas, em relação ao PIB. É um nível moderado e tem funcionado bem para o País. Nós vamos continuar com essa política.

E dissemos também, em relação à política da moeda estrangeira no País, que o Banco Central também entrava no mercado para evitar a volatilidade excessiva, quando o câmbio começa a andar por si só, sem uma relação, digamos, com a realidade econômica.

Com relação à questão do custo do frete, eu mostrei, Senador Blairo, uma transparência em relação ao preço dos alimentos. Nessa transparência, eu ponho o IPA agrícola, que é o preço dos alimentos no atacado, já mostrando um recuo na margem; e o preço dos alimentos no domicílio, no IPCA, no nível do consumidor ainda não refletindo esse recuo. Entre outros fatores, pode estar ali a questão do aumento do frete nesse período.

Nós estamos olhando essa questão. Obviamente, não entramos no detalhe do detalhe, mas certamente a questão que V. Ex^{as} levantam pode estar por trás digamos dessa defasagem entre o preço no atacado, refletindo no consumidor.

Estamos acompanhando isso com atenção.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Presidente.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Presidente Lindbergh Farias.

Quero cumprimentar o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, pela sua apresentação. Quero cumprimentar também os demais diretores do Banco Central aqui presentes, Dr. Carlos Araújo, Dr. Altamir Lopes.

Minha primeira colocação, Sr. Presidente, é em relação às informações trazidas hoje pela imprensa de que tivemos um déficit na balança comercial no primeiro trimestre deste ano e de que há um limite para a utilização da taxa de câmbio para estimular a exportação, porque o que poderia contribuir para, estimulando a exportação, gerar um superávit na nossa balança comercial, por outro lado, poderia ter um impacto na inflação interna, além de outros elementos é claro.

Além disso, nós estamos acompanhando o esforço do Governo, que contou com o apoio do Congresso Nacional, de redução das contas de luz, das taxas para a redução das contas de luz, da retirada dos impostos sobre os produtos da cesta básica, o que acaba penalizando mais o trabalhador de baixa renda, que gasta uma parte maior do seu salário comprando alimentos. Mas, ainda hoje, também assistimos, vimos pelos jornais uma expectativa de aumento no preço dos medicamentos que saem dos laboratórios. Ou seja, apesar de todas as medidas tomadas pelo Governo, a inflação insiste em resistir e se manter elevada.

A minha primeira pergunta é: na opinião do Banco Central, onde está a origem dessa inflação e quais são as medidas que deverão ser tomadas pelo Banco Central para combater a inflação?

A segunda questão: eu gostaria de ouvir a opinião do Presidente do Banco Central. Na exposição apresentada, mostra a necessidade de o Brasil ampliar a taxa de investimentos. Percebe-se, nos últimos anos, que os maiores investimentos, a maior parcela dos investimentos públicos tem sido feita por Estados e Municípios. Na recente reunião de governadores, com os Presidentes do Senado e da Câmara e os Líderes partidários bem como com os Prefeitos de capitais, uma das reivindicações foi a apreciação de um projeto de resolução de minha autoria que, sem modificar o montante de endividamento dos Estados, que permanece com 200% da receita corrente líquida, amplia o fluxo dessa possibilidade de operações de crédito de 16% para 30%, nos anos de 2013 e 2014, com o objetivo de ampliar a taxa de investimentos, especialmente investimentos nas áreas de educação, saúde, segurança, infraestrutura e mobilidade urbana. Eu gostaria de saber, de ouvir a opinião do Presidente do Banco Central a respeito desse projeto de resolução.

Por fim, eu quero comentar que, na apresentação de V. S^a, o senhor mostra os índices de crescimento do Brasil comparado a outras economias, especialmente economias europeias. Mas, segundo dados do Banco Mundial sobre o crescimento acumulado de 2008 a 2012, se compararmos o Brasil com economias parecidas com a nossa – ou regionalmente porque estão localizadas na América do Sul, ou pelo perfil das economias, economias, digamos, emergentes ou de médio porte –, o Brasil tem taxas de crescimento do PIB bastante inferiores a esses países. Argentina, por exemplo, teve 3,9 de taxa acumulada nos últimos quatro anos; a Bolívia, 5,2, segundo dados do Banco Mundial; o Chile, 6; a Colômbia, 5,9; o Equador, 7,8; o Peru, 6,8; e o Uruguai, 5,7. O Brasil teve 2,7.

No que se refere a outras economias, com perfil parecido com o do Brasil, o México teve 3,9; a Turquia, 8,5; África do Sul, 3,1; Rússia, 4,3; Índia, 6,9; China, 9,3. Portanto, comparado com esses países da América do Sul ou comparado com esses países de economias emergentes ou de economias médias, o Brasil foi o que teve a menor taxa de crescimento acumulado nos últimos quatro anos. O que explicaria isso?

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Presidente.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador Rodrigo Rollemberg, V. Ex^a, então, na sua primeira questão indaga sobre as origens da inflação e o que está sendo feito, o que será feito para, enfim, combater a inflação.

Tive oportunidade de mencionar aqui, primeiro quanto ao desdobramento da inflação no ano passado, dois fatores importantes, não os únicos, naturalmente, mas a questão da própria depreciação da taxa de câmbio, por um lado, o choque agrícola. Isso, pelas contas que estão aí no documento, representou 1,3% da inflação no ano passado, inflação total de 5,8 em 2012.

A inflação tem apresentado essa resistência no curto prazo, que nós mencionamos. O Banco Central não somente identificou isso, mas já alterou a sua política monetária no sentido de que a comunicação da própria política é parte integrante da política monetária. Hoje, os Bancos Centrais cada vez mais têm utilizado também a comunicação como uma parte integrante não apenas na preparação, mas faz parte da própria política. Desde janeiro, nós temos alterado; mais recentemente em março uma alteração importante do enfoque do Banco Central em relação ao fato de a política monetária ser um instrumento de controle da inflação.

Nós estamos acompanhando o cenário macroeconômico. Há incertezas que remanescem, tanto internas

quanto externas. Por isso, esse processo deve ser conduzido com cautela, como nós temos feito referência. Mas o Banco Central está atento, está acompanhando e vai definir qual a melhor estratégia nos seus próximos encontros, para que a condução da política monetária ajude nesse processo de convergência da inflação.

Nós temos um efeito estatístico. A inflação no segundo semestre do ano passado foi mais elevada. Então, enquanto esses números estiverem na inflação acumulada em 12 meses, a inflação acumulada em 12 meses tem uma resistência. Mas, a resistência também está no nível mensal, como nós temos feito menção. Então, estamos trabalhando para que a inflação não somente permaneça sob controle, como está, mas também que a convergência para os objetivos do Banco Central, estabelecidos pelo próprio Governo, se materializem à frente.

Então, a mudança da postura da política monetário é um ingrediente, e isso já vem ocorrendo desde janeiro. No País, é esta estratégia: nós vamos acompanhando os indicadores macroeconômicos desse processo de recuperação da economia, por um lado, e da inflação propriamente dita. Teremos aí um número de inflação na próxima semana, a inflação de março, vamos avaliar esse número, para definir qual a melhor estratégia de convergência da inflação para a meta no futuro.

Em relação ao seu projeto de resolução, eu não conheço os detalhes. Pelo que V. Ex^a brevemente expôs em relação a ele, mantendo os parâmetros do endividamento, os 200% da receita corrente líquida, que V. Ex^a mencionou, é uma forma de dar mais, digamos, espaço para o Estado conduzir esse processo de investimento. Trata-se de algo que certamente as áreas econômica, tributária e fiscal devem avaliar com carinho. Eu não tenho detalhes do projeto, mas, enfim, agradeço a V. Ex^a por brevemente mencionar esse detalhe.

Acho que a questão do investimento é uma questão importante. Nós precisamos ter uma taxa de investimento maior no País. A taxa hoje é em torno de 18%, 19%. É um investimento importante em termos absolutos, dado o tamanho da economia brasileira, são R\$800 bilhões, R\$900 bilhões de investimentos anuais. Certamente, aumentando isso aí para a faixa dos 20, 20 e poucos, seria importante. Naturalmente, nós temos que ter poupança para isso. Parte do financiamento desse investimento é via poupança externa. Então, um pequeno déficit em conta corrente é previsível no período à frente, para financiar esse maior investimento na economia brasileira, naturalmente.

Então, agradeço. A minha opinião é de que deve ser avaliado com carinho. Enfim, não é a minha área de responsabilidade, mas certamente é meritório tudo o

que for para contribuir para o aumento do investimento de forma sustentável na economia brasileira.

Em relação ao crescimento, tenho uma continha um pouco diferente, mas o senhor fez o corte em 2008. Eu estava mencionando aqui 2007, que já é um ano de crise, digamos assim, nos últimos cinco anos, fechados em 2012, o que houve, em relação à economia brasileira, foi um crescimento de 15% nesse período. Foi uma média em torno de 3% de crescimento. Há outras economias comparáveis, como eu mencionei, por exemplo, o México, que cresceu nesse mesmo período 8%.

Então, a nossa recuperação foi bem razoável. Desde a crise, nós vimos a Europa contraindo 2%, quase 3%; os Estados Unidos, nesses cinco anos, crescendo ligeiramente abaixo de 3%. Então, a economia brasileira, nesse período, reagiu.

Mas, diferentemente de outras economias emergentes que V. Ex^a mencionou, nós crescemos com aumento da igualdade, redução da desigualdade na economia brasileira. Então, isso é importante, porque várias economias têm crescido por condução de grandes projetos, economias menores, onde grandes projetos têm um peso relativo muito maior na economia, mas em que a população não sente o benefício, como tem sentido no País.

Então, tem de ser olhada a parte da equidade também, para ver que, ao mesmo tempo em que crescemos 15%, desde dezembro de 2007, nós alargamos o nosso mercado doméstico, e esse é um patrimônio que fica como uma redução da nossa fragilidade para o futuro. Não só o crescimento dessa classe de consumo, como a consolidação dela é importante.

Então, o Brasil é uma das poucas economias que cresceu com o aumento da igualdade na distribuição da renda do trabalho nesse período.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Ministro Tombini, eu gostaria de endereçar a V. Ex^a duas preocupações.

A primeira delas é com relação a uma coisa que eu reputo como basilar em qualquer democracia moderna que tenha a economia sob controle, levada na devida responsabilidade, na devida conta, que é a autonomia do Banco Central. Os países de economia desenvolvida, madura, no mundo têm os seus bancos centrais autônomos. Todos eles, os que têm a sua economia sob controle, democratizada, moderna, competitiva, têm um ícone, uma ponta de *iceberg* fora, que é o banco central autônomo.

A minha preocupação: eu acho que a economia do Brasil, dentro do contexto internacional, não vai mal, ela vai bem, até em decorrência da grande vitória que nós tivemos com o Plano Real, que foi a contenção da inflação. Nós ganhamos a guerra contra a inflação. É verdade que – e é a segunda parte da minha pergunta – eu estou temeroso com relação ao que está por vir em matéria de inflação. Mas nós ganhamos esse grande patrimônio.

Qual é a minha preocupação?

No afã de promover investimentos, até para tornar o Brasil competitivo, o Brasil dispõe de um instrumento chamado BNDES, que é um banco de megaproporções, que financia a atividade – é bem verdade que, no Brasil, meio selecionada – e financia até investimentos fora do País, no Paraguai, na Venezuela, etc.

A minha preocupação é com o episódio recente do BNDES, em que não há nenhuma culpa explícita, não há nenhum pecado mortal cometido, mas há uma sinalização perigosa, porque, no sentido de preservar o superávit primário de que a economia brasileira precisava, produziu-se um lucro do BNDES, que, na verdade, foi um lucro, senão maquiado, um lucro não completamente real: manteve-se, num ano, o valor de uma carteira de ações que, no ano seguinte, já não era mais o mesmo, e se sabia que aquele balanço não poderia ser considerado como tal. Mas, de qualquer maneira, o BNDES pôde, ainda que com amparo legal, produzir um lucro que foi oferecido à União, para que ela pudesse exibir um superávit primário conveniente.

Até aí, não há nenhum pecado mortal, porque os dados com os quais o BNDES e a União trabalharam são dados confiáveis. Só que há uma diferença entre o confiável e o que o mercado perceba como factível. E o que há é que o BNDES trabalha com recursos próprios, mas recursos transferidos do Tesouro, captados através de emissões mobiliárias. E não há limite para o Tesouro. O Tesouro pode emitir o quanto quiser – não há limite legal – e tem transferido grande parte dessas captações para o BNDES emprestar.

Enquanto a União puder fazer isso, até que vai prosseguir o modelo de investimentos, mas pode haver um momento em que o mercado não ofereça à União a possibilidade de captação que não seja por juros absolutamente irreais, por juros que não sejam convenientes, e o BNDES precise lançar mão de recursos do plano internacional ou do plano da captação direta.

E aí entra a minha preocupação: como o BNDES concordou em fazer o que a União, que é a sua principal supridora de recursos, precisava para exibir um bom superávit primário, o BNDES ficou visto pelo mercado como um banco leniente, como um banco que fez o jogo do Governo.

De quem é a obrigação de fiscalizar isso tudo? Do Banco Central. E aí entra a minha preocupação com a autonomia do Banco Central. Não é o que houve. É o que está por vir. Eu temo pelo que está para acontecer com a economia brasileira. Por enquanto, a União pode, o Tesouro pode buscar no mercado, porque não há limitação legal, pela emissão de títulos mobiliários, o dinheiro que precisar para jogar no BNDES, à taxa de juros que quiser, mesmo pagando muito caro, como já está pagando, para conseguir a meta do desenvolvimento. E se as coisas se complicarem? E se o BNDES, que é um patrimônio nacional, precisar agir como um banco de fomento real, como ficará esse episódio da geração de um lucro baseado num fato discutível, em que a explicação não é tão fácil?

A minha pergunta a V. Ex^a: com relação a esse assunto, qual é e qual vai ser a atitude do Banco Central em episódios futuros?

A segunda preocupação: o grande patrimônio da economia brasileira, que decorre do Plano Real, é ter ganhado a guerra contra a inflação. Ocorre que, na minha percepção pessoal, Presidente, a luta pela retomada do crescimento está gerando inflação, está produzindo a volta da inflação, por conta de alguns pressupostos básicos em que a economia brasileira vem-se sustentando.

Veja V. Ex^a: o volume de investimentos para aumentar a oferta é muito tímido, é muito modesto. A oferta de produtos em geral no Brasil – basta ver os índices da indústria, etc. – é muito modesta. Como o Brasil tem procurado combater a inflação?

A retomada do crescimento tem sido objeto de uma ação do Governo através da concessão de financiamentos e através do abaixamento da taxa de juros, que produzem a retomada do crescimento, mas aumentam a demanda. E, aumentando a demanda, produziu inflação. Como combater, como inverter esse fato agora? Qual é o limite da taxa de juros, do limite de financiamentos?

É a minha preocupação, porque, no caso de se voltar o mercado interno para o mercado externo, no caso das exportações, volta a ocorrer a mesma coisa. Houve um momento em que o Banco Central puxava o dólar para cima como forma de fomentar as exportações para retomar o crescimento. Isso fez com que se importasse inflação, porque a economia aberta, claro, fez com que o Brasil passasse a ser um país também importador e passasse a importar inflação. Resultado: neste momento, a luta contra a inflação determina que o Banco Central opere no sentido de baixar o câmbio para evitar a importação de inflação, deprimindo, evidentemente, as exportações.

A minha pergunta objetiva: quais são os limites em matéria de dólar e de taxa de juros para o equilíbrio a que V. Ex^a se referiu na pergunta feita pelo Senador Rollemberg? Acho que o mercado precisava aproveitar essa oportunidade e ter uma informação mais tópica, mais objetiva com relação ao que o Banco Central pretende realmente fazer em matéria de câmbio e em matéria de taxa de juros.

São as demandas que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

Presidente.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Obrigado, Senador Agripino Maia.

Em relação ao papel do Banco Central, de fiscalização do sistema financeiro aos bancos nacionais, bancos estrangeiros, bancos públicos e privados, ele não é diferente. A nossa ação de fiscalização é única em relação a essas entidades, independentemente da forma, da natureza, do controle dessas instituições.

Do ponto de vista da regulação prudencial, o Banco Central tem de se assegurar de que os limites prudenciais estão sendo atendidos, de que o controlador tem capacidade financeira para fazer os aportes necessários, quando esses limites são – digamos – afetados. Então, a nossa ação de prevenção, de supervisão, de regulação vale para todo o conjunto dos entes regulados.

Do ponto de vista da estabilidade do sistema financeiro, quer dizer, se o controlador tem a disposição de capitalizar uma instituição financeira, de aportar recursos para que ela opere, nós naturalmente vamos sempre estar olhando as condições dessas operações, ou seja, o cumprimento dos princípios básicos de extensão de crédito, de inversão naquilo que é permitido, enfim, da forma como é feito.

Essa ação de fiscalização existe, e o Banco Central não se furta a isso. Certamente, este Banco Central tem sido extremamente ativo, intrusivo quando tem de ser, em matéria de supervisão e fiscalização das entidades. Não vou mencionar especificamente a entidade, mas se aplica também à entidade pública que V. Ex^a mencionou.

E, assim, vamos agir nos episódios futuros a que V. Ex^a fez referência, ou seja, com a independência necessária de atuação nessa matéria. O Banco Central tem trabalhado, enfim, todos os dias, para aperfeiçoar o seu processo de regulação e supervisão aplicado a todo o universo fiscalizado.

Em relação às duas questões objetivas que V. Ex^a menciona, câmbio e juros, tive oportunidade em dezembro de fazer uma manifestação em relação à evolução do câmbio – não sei se por uma pergunta

de V. Ex^a –, mas dizendo o seguinte: o que interessa do ponto de vista da competitividade numa economia não é o câmbio nominal; é o câmbio real, ou seja, o câmbio, descontadas a inflação doméstica e a inflação externa, a diferencial da inflação doméstica em relação à inflação externa.

Então, respondi a uma pergunta naquela ocasião, sobre se não seria de todo positivo o Banco Central levar o câmbio a um patamar mais desvalorizado – o câmbio nominal –, para, digamos assim, aumentar as condições de competitividade da economia. Primeiro, o nosso câmbio é flexível: o Banco Central não faria isso. Mas acho que, nessa questão, o que interessa é o câmbio real. Não adianta dar câmbio nominal com uma mão e tirar com a inflação na outra. Então, isso foi pontuado em dezembro do ano passado, quando aqui estive. Naturalmente...

Voltando em relação ao câmbio, o que eu falava anteriormente é que o câmbio é flexível no País. O Banco Central tem intervindo no câmbio tanto na ponta da desvalorização do real quanto na ponta da apreciação, porque um dos princípios da nossa atuação é retirar a volatilidade excessiva no mercado. Estamos fazendo isso, continuaremos fazendo isso.

Eu disse também aqui e repito que o câmbio nominal não deve ser uma ferramenta para estimular a economia, como alguns pensaram lá em outubro do ano passado. Tendo o Banco Central parado de reduzir os juros, utilizaria a ferramenta do câmbio para estimular a economia, e isso ganhou uma certa vida na própria dinâmica do mercado. Nós entramos no mercado de uma forma pedagógica, e essa conjectura em relação à política cambial brasileira foi dissipada. Posteriormente, houve outra conjectura, dizendo que, para combater a inflação – o instrumento dos juros não está sobre a mesa –, seria utilizado o câmbio como ferramenta de controle da inflação. Também outra conjectura que foi dissipada. Ou seja, o câmbio vai flutuar, nós interviremos para evitar volatilidade excessiva, para permitir o bom funcionamento do mercado nas suas diversas dimensões, mas ele continua sendo um câmbio flexível, absorvendo choques tanto positivos – o câmbio aprecia – quanto negativos – o câmbio deprecia. Essa é a política que o Banco Central segue em relação ao câmbio.

Em relação à política monetária, tive oportunidade de mencionar anteriormente para V. Ex^{as} que a nossa política vem mudando desde janeiro, e já mudou. V. Ex^a recorda que o Banco Central estava tratando, como uma estratégia adequada para a convergência da inflação à meta, a manutenção das condições financeiras e monetárias na economia por um período suficientemente prolongado. Essa linguagem nós já retiramos, e não estamos fornecendo esse tipo de

orientação para a política monetária. Estamos acompanhando a evolução macroeconômica para definir a nossa política monetária nas reuniões do Comitê de Política Monetária do Banco Central. Estamos olhando a questão da resistência à inflação no curto prazo. Sabemos dos fatores mitigadores ali na frente, mas tem mostrado certa resistência; o repasse nos alimentos tem sido menor para o nível do consumidor, como tive oportunidade de mencionar aqui. Estamos avaliando todas essas questões. Vamos ver como vem a inflação de março – os núcleos da inflação, o nível de disseminação. Vamos avaliar uma série de indicadores econômicos, e, certamente, a inflação será avaliada para a definição não da estratégia, mas da tática no período vindouro.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco/DEM – RN) – Eu queria agradecer, Sr. Presidente, a sempre cavalheiresca manifestação do Presidente Tombini e fazer aqui um registro. V. Ex^a já veio a esta Comissão várias vezes – vem de três em três meses –, o que é sempre uma boa oportunidade de relacionamento com aqueles que representam a sociedade, mas é preciso que fique claro, pela primeira vez, que a presença de V. Ex^a aqui está voltada fundamentalmente para um assunto, o controle da inflação. Já houve momentos em que o assunto básico era a retomada do crescimento, era isso, era aquilo. Agora, não. Acho que ficou claríssimo que o Banco Central neste momento tem uma tarefa precípua, que é o combate à inflação, uma coisa que está nos assustando a todos.

Sabemos que, nos últimos doze meses, a inflação já superou a banda na sua parte superior em muito pouco, mas, se era uma expectativa de 6,5%, ela chegou a 6,6%, 6,7%. O meu receio, como é o de V. Ex^a, é de que se perca o controle da inflação, e, a partir daí, com a perda do controle da inflação, não adianta nada o Bolsa Família nem coisa alguma, porque o pior, o mais perverso dos impostos, é a inflação. Acho que, daqui para frente, vamos ter de nos ater permanentemente ao combate à inflação, com as medidas que o Governo tem adotado. Por exemplo, só para terminar, o Governo anuncia uma boa medida, a desoneração da cesta básica. Os resultados práticos são complicados, não são palpáveis, porque as leis de mercado dificultam que a desoneração produza um abaixamento do preço, mesmo num horizonte de tempo de dois, três, quatro meses. A oferta e a procura podem encarregar-se de zerar, mas a perversidade da liberação do aumento, como o dos medicamentos, na semana seguinte, já produz resultados negativos: os medicamentos já foram para cima.

Então, o mercado é perverso, é complicado. A tarefa de combate à inflação pelos remédios adota-

dos vai ser muito complicada. Então, a necessidade de diálogo do Banco Central, dos agentes do Governo, com a sociedade, com o Congresso, se é que é desejo – o que acho que seja – vai ser cada vez mais importante, porque em encontros como este sempre se lucra alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Braga, Líder do Governo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, nosso caro Senador Lindbergh; nosso Presidente do Banco Central, Dr. Tombini; nossos companheiros, Senadores e Senadoras aqui presentes e aqueles que nos acompanham pela TV Senado e pelos diversos meios de comunicação do Senado.

Primeiro, Sr. Presidente, para dizer da oportunidade deste debate. Acho que a Comissão de Assuntos Econômicos debate, neste momento, algo importante para a opinião pública, para o cenário macroeconômico brasileiro, e nada melhor do que o Presidente do Banco Central para que nós possamos ter essa prestação de informações e esse debate de forma clara.

Segundo, acho que é importante destacar o esforço permanente da Presidenta Dilma e do Governo Federal no controle da inflação e numa política inovadora de estabelecer o controle da inflação com a busca necessária de aumento de investimentos e de aumento do crescimento econômico com geração de emprego e renda. O Brasil tem-se caracterizado, desde o governo do Presidente Lula, exatamente com esta *performance* de buscar o crescimento econômico, mas tendo como topo da agenda, prioridade da agenda do governo a distribuição de renda, a equidade do desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social, o que cria uma mobilidade social e uma mobilidade econômica na população brasileira, que acabou, inclusive, criando o grande mercado consumidor que o Brasil hoje representa.

E aí vai a minha primeira pergunta ao Presidente do Banco Central: o fato de termos criado um grande mercado consumidor pela migração econômica, pela mobilidade econômica, melhor dito, e mobilidade social brasileira, que foi, inclusive, sustentáculo do crescimento econômico com as ações anticíclicas que aconteceram diante da crise de 2008, se esse mercado acabou pressionando e gerando uma inflação de demanda?

Creio não ser o caso. Creio que a grande necessidade brasileira vem exatamente na estruturação do custo Brasil e na estruturação do impacto das infraestruturas nacionais diante da nova realidade do tamanho da economia nacional.

A segunda pergunta é se, no entendimento do Banco Central, o peso da ineficiência da nossa infraestrutura, diante do crescimento econômico da última década, portanto, do novo volume das atividades comerciais e econômicas brasileiras, não criou uma pressão no custo? Isso se observa, inclusive, na curva demonstrada na apresentação do Presidente do Banco Central, que caracteriza que o IPCA, na área de serviços brasileiros, é bem superior ao IPCA geral da nossa economia. Ou seja, os preços de serviços cresceram algo como 8,5%, enquanto que o IPCA, exceto serviços, cresceu 5,1%. Isso não caracteriza exatamente esta questão? Se isso é verdade, o nosso grande desafio, portanto, será o aumento do investimento em relação ao PIB.

Na opinião do Banco Central – em que pese a todos os esforços de expansão da base do crédito, da formação de um novo marco regulatório que permita a relação entre o capital público e o capital privado, e a participação cada vez maior do capital privado para as respostas de investimentos na infraestrutura –, por que o Brasil, mesmo diante de todo esse cenário, ainda vem sofrendo com o percentual de investimento *versus* o nosso PIB? Na visão do Banco Central, que medidas nossa economia deve adotar e que medidas o Banco Central está esperando ver o mercado adotar em função destas necessidades?

Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir um comentário, por parte do Presidente do Banco Central. Antes, quero mais uma vez reforçar a posição do nosso eminente Senador Agripino Maia a respeito do nosso Presidente do Banco Central: não só sempre muito cordato, muito gentil e aberto, mas sempre generoso na prestação das informações com relação ao Brasil. Essa transparência tem sido fundamental, essas rápidas respostas do Governo e do Banco Central têm sido fundamentais para que, diante de um novo cenário mundial, em que a informação é praticamente instantânea e as consequências no mercado também, possam ser rapidamente respondidas. Portanto, quero aqui endossar e reforçar as palavras do eminente Senador Agripino Maia em relação à presteza e à gentileza do Presidente Tombini.

Mas a última pergunta vem no sentido de que a balança comercial brasileira tem sido impactada pelo aumento excessivo de nossas importações *versus* um crescimento lento e gradual da indústria nacional. Esse crescimento de nossas importações para atendimento do mercado nacional seria uma demonstração clara de que o problema de nossa infraestrutura está afetando nossa economia e de que isso, portanto, reforçaria que nossas questões não são no sentido da política fiscal ou da política monetária. Portanto, há uma assertiva,

por parte da afirmação da Presidenta, de que, no caso brasileiro, no modelo brasileiro, combater a inflação não significa necessariamente reduzir a expansão econômica e reduzir a capacidade de investimento e de geração de emprego e renda para o povo brasileiro.

Creio que essas são as questões centrais para a explicação ao mercado e ao Senado da República das consequentes e responsáveis políticas que o Governo da Presidenta Dilma, juntamente com o Banco Central, vêm implementando para o fortalecimento da geração de emprego, de renda, de crescimento econômico e com ênfase no controle da inflação.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Presidente.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Senador Eduardo Braga.

V. Ex^a menciona alguns tópicos extremamente relevantes para entendermos a evolução da economia brasileira, não só hoje, mas, principalmente, no período à frente. Já tive a oportunidade de dizer que o foco, pelo lado da oferta, é importante na economia brasileira. Se nós olharmos o mercado de trabalho, recorde de menor desemprego, próximo do pleno emprego. Obviamente, todo ano, são inseridos novos participantes no mercado, mas, certamente, nós temos aí um mercado de trabalho bastante ocupado, digamos assim, com relação ao fator mão de obra no País.

Nós temos a questão do investimento. Olhando-se o País como uma grande função de produção em que se reúnam trabalho e investimento, capital e investimento físico em máquinas e infraestrutura, nós temos essa combinação que nos vai dar a perspectiva de crescimento para o futuro.

De um lado, investir na produtividade da mão de obra. O Governo tem programas para isso. Por exemplo, o Pronatec, que qualifica até oito milhões de trabalhadores; o Programa Ciência sem Fronteira, para trabalhar um segmento mais qualificado, tecnicamente, da força de trabalho, que é também um programa de 100 mil bolsas de estudos no exterior. Trata-se justamente de aumentar a qualidade do fator trabalho que está sendo utilizado de forma intensa, porque temos recorde de baixa de desemprego na economia brasileira. Então, são programas importantes que olham o lado da oferta da economia.

O programa de investimento em infraestrutura, como V. Ex^a menciona; quer dizer, a participação do setor privado não só no financiamento, mas, sobretudo, também na administração desses ativos públicos que vão ser gerados e vão ser, digamos, atualizados e que serão importantes para deslanchar o potencial de crescimento da economia brasileira.

Há a combinação dessas duas coisas, aumentando a produtividade total da economia, como, por exemplo, redução da carga tributária, que é reconhecidamente elevada e redução dentro de um envelope fiscal sustentável. Essas são políticas que se endereçam justamente ao lado de oferta da economia.

Na questão dos investimentos, além dos investimentos em infraestrutura mediante concessões, há o investimento privado, que foi mencionado aqui há pouco. Hoje, nós investimos 18%, 19% do PIB. É um investimento entre R\$800 bilhões e R\$1 trilhão, quer dizer, uma massa de investimento.

O investimento público tem sobretudo... O de infraestrutura tem uma difusão sobre o restante da economia, mas, em termos absolutos, é uma porção, é uma parte desse investimento. O grosso do investimento é privado. Então, é importante que trabalhem as questões intangíveis; por exemplo, a confiança do empresário em relação às perspectivas da economia brasileira – isso é importante. Quer dizer, o nosso PIB é grande, o crescimento foi baixo, mas o PIB é grande – é a sexta, sétima economia do País, que atrai; foi o terceiro polo de atração de investimentos no mundo, depois de China, Hong Kong e Estados Unidos, em 2012.

Então, temos uma força gravitacional de atração de investimentos. Quer dizer, todo grande investidor tem que se posicionar no mercado brasileiro, porque hoje, como V. Ex^a mencionou, esse legado, esse patrimônio do mercado consumidor ampliado no País torna o Brasil, certamente, muito atraente. Isso está refletido nas estatísticas de investimento. Quer dizer, nós temos aí também que trabalhar a questão da confiança, como vem sendo trabalhada, endereçando questões de oferta, endereçando retorno do capital também, mediante, por exemplo, a desoneração de outro custo que sempre diferenciou o País, o custo da energia, recentemente implantado e que está começando agora a operar na economia brasileira.

Certamente, é mais um elemento pelo lado da oferta da economia que dirá quanto o Brasil poderá crescer de forma sustentável nos próximos anos.

Então, é importante que isso funcione e funcione bem no período à frente. Todas as políticas têm sido direcionadas para isso. São políticas que transcendem o Banco Central, são políticas de oferta. O Banco Central cuida mais da administração, da demanda, com política mais de curto prazo, com políticas que afetam a inflação.

Em última instância, este é o nosso objetivo: afetar a inflação; quer dizer, mantê-la sob controle, fazê-la convergir para a meta. Então, as nossas políticas administram o lado da demanda. São múltiplos os canais que a política monetária afeta. Um canal é

a expectativa, outro canal é a própria confiança, com inflação sob controle, convergindo para a meta. Ajuda a reforçar a confiança na economia.

Outro canal é o efeito substituição entre consumo e poupança. Nós vamos precisar de poupança para financiar esse investimento, além de absorver um pouco mais de poupança externa, refletida num déficit de conta corrente um pouquinho maior do que no passado, mas plenamente financiável. Aumentar a poupança privada.

São esses fatores que influenciam também no processo que V. Ex^a mencionava.

No tocante ao Banco Central, nos cuidamos da coisa mais de curto prazo, da administração do controle da inflação, que opera sobre diversos canais, como falei. Tem um efeito substituição entre consumo e poupança, a questão das expectativas, a confiança, a própria taxa de câmbio, o mercado de crédito. Então, há um sem número de canais em que a política monetária opera.

Aí, a questão é paradoxal.

Perguntava-me um colega de V. Ex^a, no início, como a política monetária deixou de ser eficaz. Reduzimos 500 pontos, e o crescimento não veio? Não, o crescimento está vindo, está certo? Demorou um pouco mais em função da crise internacional, em função da confiança, etc., mas agora estamos pegando. Nós estamos num longo ciclo e entramos na fase de ascensão desse ciclo. Diria, desde o segundo semestre do ano passado mais moderadamente, e agora. Isso está sendo processado. Ainda há estímulo para entrar na engrenagem econômica brasileira. Estímulo monetário.

Em relação à inflação, em que o Banco Central tem enfatizado o seu nível de atenção, ele já mudou a política monetária, porque a comunicação está diferente do que era no final do ano passado e no começo deste ano em relação a essa matéria. Isso, em parte, já se refletiu nas condições financeiras.

Naturalmente, nós estamos acompanhando o cenário macroeconômico de curto e médio prazo dentro do horizonte de metas. Nós temos metas de inflação para este ano, para o ano que vem – especialmente 2014 é um ano importante. Nós temos de preparar, certamente, que essa convergência continue se processando de forma inequívoca na inflação nesse período relevante.

Então, nós cuidamos da administração de curto prazo da política macroeconômica. Certamente, o Banco Central já tem dito, em algumas oportunidades, e vem apoiar a sua visão da necessidade de enfatizar políticas pelo lado da oferta, como tem sido feito nos últimos semestres, e tanto, pelo atual Governo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Quero dizer ao Senador Alvaro Dias que aqui há uma regra de que, em todos os partidos, a segunda fala do partido só pode ocorrer depois da primeira fala dos outros partidos. Então, ainda há o Senador Pedro Taques, pelo PDT, o Senador Eduardo Suplicy, pelo PT. Eu, inclusive, discordo dessa...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu não entendi. Como é que é?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Aqui tem uma regra em audiências públicas que é a seguinte – eu, inclusive, discordo e vou propor, depois, alterações: primeiro, fala um de cada partido; o segundo do partido... Isso é muito injusto, às vezes, com o Senador que chega aqui no primeiro momento. Pode-se chegar ao final e só poder falar...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, me desculpe, mas isso nunca foi levado em conta aqui; sempre foi pela inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias, é o cumprimento do Regimento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Se fosse para cumprir o Regimento, teríamos que ouvir, primeiro, um da situação e outro da oposição. E isso é impossível aqui, porque a proporção é desigual.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a sabe que esta Presidência é totalmente flexível, e o tenho atendido sempre aqui, mas sempre foi essa a regra. Eu, inclusive, sofri...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas é a primeira vez que vejo isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não, não. Eu sofri...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, não quero ser instrumento de discórdia em um tema tão importante. Eu abro mão para o Senador Alvaro e falo depois.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Só quero registrar. Não coloque...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu não tenho nenhum problema em ficar para depois. Apenas temos que deixar essas questões claras. Nunca vi isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a, acreditando neste Presidente que está falando com V. Ex^a...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sei que a regra usual é a de que sempre se faz alternância entre oposição e Governo. Isso também não tem sido feito nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a sabe que este Presidente, na condução deste trabalho, tem sido totalmente democrático. Talvez V. Ex^a não saiba, mas é o art. 398, inciso XI. Como Senador desta Comissão, eu sempre sofria muito isso: ficava nesta CAE, porque o primeiro que se inscrevia, eu passava para o final, apesar de sempre chegar no início. V. Ex^a conta com a...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Só para dar um exemplo. O Senador Dornelles e a Senadora Ana Amélia já falaram e são do mesmo Partido. Portanto, a regra não está sendo cumprida, respeitada. É apenas isso que eu quis registrar; que existe no Regimento isso, mas que esse capítulo do Regimento não tem sido aplicado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O Senador Francisco Dornelles foi o primeiro a chegar aqui, Senador Alvaro Dias.

Vou conceder a palavra a V. Ex^a, se V. Ex^a quiser...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não, não. Eu respeito a decisão de V. Ex^a. Pode seguir...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Só quero que V. Ex^a compreenda. Não coloque pecha de intolerância em cima de mim, porque sempre conduzo os trabalhos nesta Comissão com o máximo de flexibilidade.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas quem está colocando? Estou aceitando a decisão de V. Ex^a. Apenas estou registrando.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a sabe que...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Estou registrando apenas que a regra existe, mas não tem sido aplicada. Mas pode ser aplicada doravante por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Faço questão de passar a palavra para V. Ex^a antes de qualquer outro Senador. V. Ex^a tem a palavra agora.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Agradeço, Presidente. Não era esse o meu objetivo, que era apenas de esclarecer eventuais dúvidas, porque precedentes são estabelecidos. De qualquer maneira, agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente Alexandre Tombini, é possível que os temas já tenham sido alvo de preocupação de meus colegas que me antecederam no questionamento a V. Ex^a, mas creio que há formas e formas, e podemos aprofundar determinadas questões.

O Senador Agripino, por exemplo, enfatizou o tema da autonomia do Banco Central. Acho que V. Ex^a passou ao largo dessa questão em razão do número significativo de perguntas. Eu vou voltar a ele, porque

tivemos um episódio recente no exterior, na presença de V. Ex^a, em que a Presidente Dilma afirmou textualmente – abro aspas: “Geralmente, nas questões específicas sobre inflação, deixo para ser falada pelo Ministro da Fazenda” – fecho aspas. E completou: “Não acredito em políticas de combate à inflação que olhem a redução do crescimento econômico”. Essa declaração da Presidente surpreendeu a muitos, porque estava a menos de um metro de V. Ex^a, e todos nós imaginávamos que caberia, sim, ao Presidente do Banco Central, especialmente ao Banco Central, sobretudo, esta questão de previsões sobre inflação.

Frequentemente ouvimos declarações da Presidente e do Ministro da Fazenda sobre prováveis trajetórias da taxa Selic, do câmbio e de outros instrumentos de controle da inflação. Isso mostra uma clara perda de prestígio do Banco Central na condução da política monetária e evidência, de certa forma, uma subordinação da instituição ao Ministério da Fazenda. Por isso, a indagação do Senador Agripino merece resposta: não é hora de o Brasil ter um Banco Central autônomo?

Também gostaria de saber do senhor, em função das declarações da Presidente Dilma, se concorda que políticas de combate à inflação podem reduzir o crescimento econômico. Portanto, essa é a primeira questão.

A segunda diz respeito às previsões de metas de inflação ou às previsões de inflação para os próximos anos. Desde o evento do Plano Real ou desde a implantação do regime de metas, em 1999, houve períodos em que o Banco Central deixou a inflação elevar-se um pouco acima da meta, mas logo a seguir fazia acomodações atendendo a meta proposta. Agora estamos verificando um descolamento das expectativas, inclusive a médio e longo prazo.

O próprio Banco Central, segundo a pesquisa Focus, estabelece uma expectativa de inflação para 2016 e 2017, ou seja, para daqui a quatro anos, em torno de 5%.

Então, a indagação é: o que justifica isso? Seria falta de compromisso como prioridade em relação à inflação? Seria uma certa leniência em relação à inflação? Esta é uma questão que preocupa especialmente, porque nós estamos na antevéspera do processo eleitoral, e tememos que o Governo, que tem sido acusado de mistificar, de manipular, de introduzir uma contabilidade criativa, de se utilizar da mágica contábil para alcançar metas, estabelecer números que signifiquem o cumprimento de metas definidas... V. Ex^a não teme uma pressão maior agora – como técnico, como Presidente do Banco Central –, não teme a pressão do processo eleitoral sobre o Banco Central para, quem sabe, escamotear a realidade? Quem sabe não apre-

sentar, com a clareza que se exige, os números tendo em vista a repercussão no processo eleitoral?

Mas, Sr. Presidente, as projeções para 2013 aumentaram também de forma absurda, de 4,8% para 5,7% em um único trimestre. Não houve nenhuma catástrofe para que essa elevação se desse tão significativamente. Até o contrário: no primeiro trimestre de 2013, o câmbio ficou mais barato, como mostram as hipóteses que embasaram as projeções da inflação. Além disso, houve queda no preço da energia, e, portanto, essa elevação abusiva surpreende.

A indagação é: o que ocorreu para que as projeções de inflação aumentassem tão fortemente em um único trimestre? E por que o Banco Central vem tomando essa posição, de certa forma passiva, vendo a inflação crescer? Os 4,5% de inflação deixaram de ser meta? Qual é a verdadeira meta de inflação? É 6,5% o teto do intervalo de tolerância?

Essas são as indagações ao Sr. Presidente, e eu concluo com uma indagação que estabelece um parâmetro de comparação.

O Chile, o Peru, a Colômbia e o México tiveram um crescimento quatro vezes superior ao nosso em média no ano passado e uma inflação que ficou pela metade da nossa inflação. O que esses países possuem que nós não possuímos? O que eles têm que nós não temos? Qual a razão dessa diferença de comportamento da economia em países próximos?

Era o que eu tinha a indagar ao Presidente Tombini, Sr. Presidente, mais uma vez destacando que a questão da autonomia do Banco Central, que já foi focalizada pelo Senador Agripino, é prioridade neste momento em função exatamente desse desencontro de opiniões – Ministro da Fazenda, Presidente da República, Presidente do Banco Central – que provocam um certo tumulto no mercado e preocupam o País.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Presidente.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador Alvaro Dias, obrigado pela oportunidade de esclarecer questões como as que V. Ex^a mencionou. Sobre algumas delas, anteriormente levantadas, já tive a oportunidade de falar.

Bem, primeiramente, em relação à primeira questão que V. Ex^a coloca, pela ordem, na semana passada, eu tive a oportunidade de me pronunciar a respeito desse fato que V. Ex^a mencionou, a pedido inclusive da Presidenta da República. Eu esclareci, entre outras coisas, primeiro, que qualquer implicação da fala da Presidenta lá em Durban, na África do Sul, sobre inflação, enfim, que indicasse leniência do Governo em relação à inflação, era uma interpretação totalmente

equivocada. Eu tive a oportunidade de fazer isso. A Presidenta logo em seguida também deu uma declaração. Também naquele momento, o que eu disse foi: “sobre inflação, fala a equipe econômica; sobre juros, fala o Banco Central.”

Uma outra questão que eu coloquei também naquele depoimento, que foi divulgado na quarta-feira passada, foi que o Banco Central, se e quando entender a necessidade de ajustar a taxa de juros, a Selic, a taxa básica da economia, assim o fará. Essas declarações estão todas num *blog* do Planalto, para qualquer um. A sua assessoria pode verificar isso. Então, em relação a esse episódio, o Presidente do Banco Central já se pronunciou. Eu já me pronunciei na semana passada. Está lá no *blog* do Planalto, *ipsis litteris* que eu acabo de mencionar aqui.

Em relação à questão da inflação, V. Ex^a mencionou, de fato, que houve alguns episódios em que a inflação escapou à meta, como nós vemos aí nesse *slide* que eu deixei com V. Ex^{as}. Principalmente naquele período de final de 2002 e início de 2003, houve um surto inflacionário grande. Depois, como V. Ex^a mencionou, a inflação volta ao longo do tempo à trajetória de metas. Há alguns outros episódios, como vemos aqui no final naquele *slide* também, ou seja, no ano de 2011, houve uma elevação acima dos 6,5%; essa inflação voltou, convergiu para o centro, mas tivemos aí outros choques e outras considerações que ocorreram, outros fatores que levaram a inflação agora a estar no nível em que se encontra.

Em relação ao Banco Central, o Banco Central tem compromisso com o controle da inflação, com a convergência da inflação para o centro da meta – 4,5%. E incidentalmente esse centro, dos 14 anos do sistema de metas de inflação, foi atingido em três ou quatro oportunidades – não mais do que isso em 14 anos. Nós temos de consolidar esse processo. O processo de consolidação da inflação, de convergir para a meta de inflação, é um processo contínuo. Nós estamos trabalhando nisso.

Eu tive a oportunidade – não sei se V. Ex^a se encontrava na Comissão –, em resposta a perguntas anteriores, de dizer que a política do Banco Central, em relação à inflação, já se alterou, desde o início do ano. O Banco Central não está passivo, olhando a resistência da inflação. Nós tínhamos uma estratégia, que era a estratégia de manutenção das condições monetárias e financeiras para um período suficientemente prolongado. Essa estratégia foi ajustada. Hoje nós não temos mais esse compromisso.

Essa mudança na comunicação do Banco Central é parte integrante da condução da política monetária. Isso é assim não só no Brasil, mas em várias

outras jurisdições. Nós já tivemos algum impacto nas condições financeiras e monetárias em função dessa alteração na postura. Quer dizer, houve um empate. Se olhar as taxas de um ano, subiram 100 pontos, independentemente do que ocorreu desde janeiro para cá. Mas, enfim, isso é parte do processo de cuidado, no curto prazo, com essa inflação, de fazê-la convergir para a nossa meta de inflação. É um processo. Estamos trabalhando nisso. Então, não há leniência alguma.

Certamente, em relação ao que V. Ex^a mencionou sobre um temor de pressão, o Banco Central não se sujeita a qualquer tipo de pressão. Nunca teve qualquer tipo de pressão para trabalhar com números.

V. Ex^a questionou, na sua última colocação, inclusive, como pode a projeção do Banco Central subir de 4,8% para 5,7% em um trimestre? Isso revela que o Banco Central, certamente, não doura a pílula. O Banco Central apresenta as suas melhores projeções em relação à inflação e ao crescimento, o que fazemos trimestralmente.

Esse choque, essencialmente, decorreu dessa inflação mais agravada num curto prazo. A inflação do primeiro trimestre explica boa parte desse aumento nas projeções de inflação, nas expectativas e na nossa projeção de inflação para o ano. A inflação corrente tem um peso grande. Ou seja, aquilo a que me referi como uma das mensagens que eu trouxe para V. Ex^{as} hoje é dizer que o Banco Central tem detectado uma resistência da inflação nos últimos meses. Isso tem a ver com esse ajuste num prazo de tempo relativamente curto.

Mas estamos trabalhando já. A comunicação é parte integrante da política monetária. Estamos trabalhando no sentido de manter a inflação sob controle, e que ela convirja para a nossa meta, que é de 4,5%.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, só sobre a questão levantada pelo Senador Agripino, que eu reiterei, sobre a autonomia do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Acho que passou despercebido novamente.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Não, não passou. Acho que, no endereçamento da questão, Senador, eu fiz menção ao fato de que o Banco Central disse que, se e quando achar necessário ajustar o seu instrumento de política monetária, assim o fará. Então, isso denota um nível de autonomia operacional de fato

que o Banco Central entende operar na condução da política monetária no País.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Presidente, um aparte só à colocação do Senador Alvaro Dias. É como contribuição.

Eu acho que o que está faltando na questão Banco Central/BNDES, na minha opinião, é regulação, porque fiscalização eu sei que existe, dentro dos padrões existentes, mas há fatos anômalos ocorrendo, ou ocorridos. Então, o que acho que se impõe é uma regulação em cima da constatação de um fato que já ocorreu, para que ele não se repita e não crie embaraços futuros ao BNDES.

É regulação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Sr. Presidente do Banco Central, eu sou bacharel em Direito com as dificuldades de um bacharel em Direito para entender Economia, com as dificuldades e os equívocos do modelo mental de um bacharel em Direito. Mas quero fazer a V. Ex^a algumas perguntas que podem parecer pedestres, mas, para mim, são significativas, notadamente no meu primeiro mandato, porque aqui existem parlamentares que entendem de tudo – de fabricação de bomba atômica à macroeconomia da China. Eu não cheguei a esse ponto, ainda. Então, estou estudando um pouco.

A minha preocupação, Sr. Presidente, é a respeito dos registros da execução fiscal do Governo Federal, para que nós não chamemos aqui de contabilidade criativa. Não vou chamar assim em respeito ao trabalho de V. Ex^a e ao de toda a sua equipe, mas a minha dúvida se localiza nas chamadas transações de aquisição pela União de determinados ativos junto aos bancos oficiais, em que a União repassa dinheiro aos bancos oficiais e, em troca, fica credora desses mesmos bancos por contratos de mútuo.

A minha pergunta é: quais são os critérios para que o Banco Central considere uma despesa financeira a aquisição de ativos junto a esses bancos? Quais são esses critérios? E que tipos de ativos ou direitos da União junto a essas instituições financeiras dão ensejo a essa classificação?

E uma terceira pergunta neste ponto: quais são as normas legais, técnicas, nacionais ou internacionais, que fundamentam essa classificação? Isso para que possamos fugir do termo, da expressão de contabilidade criativa, que eu não acredito que exista diante da competência de V. Ex^a.

A respeito de inflação e juros. Veja que eu fui treinado para falar em infração penal, e aqui estou falando de inflação. A minha dúvida é que a diminuição da taxa de juros é uma política ousada, mas, nos últimos tempos, a inflação tem aumentado. Isso é fato. A concretização dessa realidade é uma audiência como esta, em que só estamos discutindo isso. Como foi dito pelo Senador Agripino, o senhor vinha aqui para discutir temas outros, e agora nós estamos discutindo isso. E essa preocupação se encontra inclusive em discursos, em falas oficiais do próprio Governo. Atas do Copom, por exemplo, e relatórios mensais de inflação do Banco Central demonstram essa preocupação.

De uma forma objetiva, que outras medidas concretas estão no plano do Governo Federal para combater o recrudescimento da inflação?

Eu sei que V. Ex^a, o Banco Central, não tem competência para tudo. Outras políticas são atribuições de outras autoridades. V. Ex^a falou bem de estratégia e tática. Estratégia é diferente de tática. Nós precisamos entender o que V. Ex^a, como condutor de uma das políticas, está pensando, no todo, para que possamos resolver essa questão, pois de audiências públicas para debater especificamente a inflação, só isso, eu não me recordo aqui na Comissão de Assuntos Econômicos nos últimos tempos.

Uma última pergunta, Sr. Presidente, é a respeito do uso do compulsório para financiar concessões. Foi divulgado pela imprensa especializada que o Conselho Monetário Nacional tem autorizado a utilização de recursos do depósito compulsório dos bancos para custear financiamentos ao setor privado. E, mais recentemente, especulou-se que esses recursos poderiam ser utilizados como subsídios de eventuais concessões de ferrovias e rodovias. Essa política com relação aos compulsórios me parece a já utilizada nas décadas de 70 e 80.

Objetivamente, eu gostaria de saber se esses recursos que estão no compulsório não é porque serão necessários à garantia de depósitos? Temos que adotar medidas macroprudenciais, como V. Ex^a tem defendido? Qual é o sentido de tomar uma medida desse tipo neste momento? Qual é o sentido disso? E qual é a lógica econômica desse tipo de política em relação aos compulsórios?

São essas as indagações.

Aqui, na exposição de V. Ex^a, na página 8, quando fala em atividade econômica, no cenário sobre a inflação, está dizendo: “Recuperação da atividade econômica tem-se materializado de forma gradual, e a perspectiva é de ritmo mais intenso”. Aí V. Ex^a justifica: “A indústria mostra sinais de retomada, inclusive com maior nível de disseminação” – está escrito aqui.

“O setor de serviços manterá crescimento. A safra de grãos deve bater novo recorde em 2013.”

Isso é fato. Eu sou representante do Estado de Mato Grosso, que está produzindo mais a cada ano, mas como vamos tirar isso? Falta investimento em infraestrutura. A prova é que contratos internacionais estão sendo rompidos porque nós não temos capacidade de retirar o que estamos produzindo.

V. Ex^a fala “continuam presentes importantes fatores de sustentação da demanda”. Por exemplo, emprego: de fevereiro de 2012 para fevereiro de 2013, 18%; houve uma queda aí na colocação no mercado de trabalho. Renda – esta renda não é só em relação a esses projetos, como bolsa? Crédito – que tipo de crédito é esse aqui? Eu não entendi. São esses os temas.

O número de que falei sobre a colocação no mercado de trabalho, o emprego diminuiu 18%, de fevereiro de 2012 para 2013, salvo engano – o número de pessoas que adentram o mercado de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Taques, eu queria pedir licença e permissão a V. Ex^a, para, neste último bloco – a gente tinha um prazo de encerrar às 13 horas –, passar imediatamente para o Senador Suplicy, para a Senadora Kátia Abreu, para o Senador Cristovam Buarque...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só a questão de crédito aqui.

Nessa política de desoneração, não seria mais interessante nós tratarmos da complexidade do sistema tributário do que dessas questões conjunturais, dessas desonerações que não se firmam como políticas estruturais?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques. Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, Senador Lindbergh Farias; prezados Diretores Altamir Lopes e Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo; prezado Presidente Alexandre Tombini, nas suas apresentações, não houve referência explícita ao balanço de pagamentos, e agradeço se puder fazer uma breve análise dessas contas, nesses últimos semestres, assim como das projeções elaboradas pelo Banco Central para os agregados da balança de pagamentos e os possíveis impactos que poderão ter no crescimento e no controle inflacionário.

Diferentemente das suas últimas apresentações, desta vez não veio a evolução do coeficiente de Gini. E eu pergunto se é porque não saiu o último coeficiente de Gini desde a sua última visita à Comissão de Assuntos Econômicos. Talvez seja essa a explicação. Tenho acompanhado com atenção e, felizmente, tem sempre

havido a diminuição passo a passo, na última década, do coeficiente de Gini de desigualdade, e, de alguma forma, V. Ex^a mencionou este tema na sua explanação.

Mas há uma questão que gostaria que aqui expusesse para nós. Na experiência do Banco Central, além da teoria econômica que é desenvolvida nos livros textos de Economia e, em especial, desde a contribuição de John Maynard Keynes e de todos os grandes economistas que o seguiram até hoje, se puder nos informar: terá o Banco Central, ao longo desses últimos anos, especialmente depois que explicitou melhor as suas metas específicas, em especial para definir as taxas de juros, acumulado alguma experiência sobre o comportamento da função investimento no Brasil? Tendo em conta a teoria, digamos, o investimento, normalmente, é uma função da taxa de juros no mercado e, sobretudo, das expectativas dos empresários. Na medida em que a combinação desses fatores tiver uma expectativa positiva, tendem a aumentar os investimentos, mas, obviamente, eles levam em conta também fatores como o grau de poupança existente na sociedade e também tudo aquilo que possa influenciar as expectativas do conjunto dos empresários – sejam aqueles que realizam grandes investimentos nas grandes empresas, sejam os empresários que realizam um investimento externo direto, ao qual a sua exposição faz referência, sendo o Brasil um dos países que têm recebido um bom fluxo de investimentos externos em anos recentes, além de tudo aquilo que ocorre com as médias e as pequenas empresas. É um conjunto de fatores que, acredito, são levados em consideração pela equipe do Banco Central quando da análise de como está o comportamento da função investimento.

Aqui, peço, portanto, que possa, até como um professor de Economia, nos explicar como o investimento é acompanhado pelo Banco Central levando em conta a teoria econômica e mais toda a experiência acumulada especialmente nesses anos em que a equipe do Banco Central vai aperfeiçoando seu diagnóstico sobre o que acontece na economia brasileira.

Meus cumprimentos pelo seu trabalho e de toda a sua equipe.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente Tombini, pela presença na nossa Comissão, junto com todos os seus diretores, para que nós possamos esclarecer e compreender um pouco mais esse mundo complexo da economia.

Eu gostaria de fazer um agradecimento, em primeiro lugar, pelo relacionamento atual que o Banco Central tem tido com o setor agropecuário; pela sen-

sibilidade com relação aos nossos pleitos, às nossas dificuldades, como ocorreu agora na última reunião do Conselho Monetário, na votação da questão do café. Foi da maior importância que aquelas prorrogações pudessem ter sido votadas novamente. Isso é importante para um dos setores mais importantes da economia. Esse novo relacionamento com o Banco Central tem sido de muita utilidade e tem dado muita segurança a esse setor.

Eu gostaria de fazer duas perguntas e uma consideração, um questionamento.

O economista Edmar Bacha publicou, num determinado relatório a que não tive acesso pessoalmente, mas sobre o qual conversei bastante com alguns economistas, a respeito da capacidade da indústria brasileira. Ela realmente está num patamar elevado, como diz Edmar Bacha? Ou está numa capacidade ainda aquém do seu teto, como consideram algumas instituições, algumas empresas e empresários que declaram que essa capacidade ainda está, relativamente, num nível com grandes condições ainda de crescimento? O Bacha diz que nós já estamos muito além do que está sendo reclamado.

Com relação às desonerações dadas nesse período para minimizar e enfrentar a crise, eu tenho uma curiosidade muito grande a respeito do resultado delas. Claro que, do ponto de vista do consumo, nós sabemos que ela tem motivado o consumo. E, da outra ponta, com relação à produtividade das empresas, essas desonerações também foram motivo e foram indutoras de crescimento dessa produtividade ou apenas do consumo? Porque, de certa forma, é preocupante quando se aumenta o consumo e não a produtividade dessas empresas que foram beneficiadas.

Para a terceira questão, eu não espero uma resposta, porque sei da delicadeza do cargo e das condições para dar aqui uma resposta tão precisa, mas eu fiquei observando o aumento da inflação no trimestre de dezembro de 2012 para março de 2013. Nós tivemos o aumento de um ponto percentual: de 4,9% para 5,8% na inflação, e a taxa de juros continua a 7,25%. Então, é apenas um questionamento. Se puder responder de alguma forma...

Existe essa consideração, essa análise e essa possibilidade de subir a taxa de juros para combater a inflação? Isso para que nós possamos estagná-la, que é a nossa maior preocupação, e poderá ser de muita gravidade o aceleração dela nos próximos meses e até no próximo ano.

Então, há condições, há espaço para uma subida dos juros, mesmo que de forma moderada, mas para conter essa inflação determinada de um ponto percentual, agora, nesses dois últimos trimestres?

Eram só essas as minhas considerações.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

O último inscrito, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Procurarei ser o mais breve possível, Senador, e serei.

Eu quero, primeiro, pedir desculpas por não ter ficado todo o tempo aqui, mas hoje houve um recorde: quatro comissões ao mesmo tempo, porque a de Relações Exteriores marcou mais uma extra para hoje, e ainda houve uma reunião fora daqui para discutir a reforma política.

Mas eu fiquei acompanhando esta reunião, porque me interessa muito. E reconheço que, depois de tantas perguntas, fica pouco a perguntar que não seja redundante. Mas, antes de fazer a pergunta, eu quero dizer que eu prefiro chamá-lo de Presidente Tombini a chamá-lo de Ministro. O Presidente do Banco Central é um cargo muito mais importante que o de Ministro. Ministro é um cargo circunstancial para orientar a política de um certo setor, mas o Presidente do Banco Central zela por algo fundamental, um dos símbolos nacionais, que é a nossa moeda. Então, eu prefiro chamá-lo de Presidente. Inclusive, fui contra quando transformaram o cargo como de Ministro. Eu acho que rebaixou-se a responsabilidade do Presidente do Banco Central, que é um cargo da Nação, e não do Governo.

Presidente, eu li o relatório do Banco Central, e lá está escrito que se prevê uma inflação de 6,7%. A minha pergunta é: o que vai ser feito para que essa previsão que o Banco Central já está fazendo não aconteça? Porque o Banco Central não é apenas uma entidade de estudos – embora o seja também –, não é uma entidade acadêmica. Se ela percebe que o doente vai estar com a temperatura alta, deve ter uma estratégia.

A outra coisa tem a ver com o que a Senadora Kátia falou, sobre desonerações. Eu quero saber se há alguma avaliação do impacto das desonerações nas contas públicas, porque nós temos visto muitas análises, sobretudo da mídia, analisando impactos sobre a inflação, por meio desse uso que é um pouco, de uma forma indireta, de controle dos preços, tirando impostos, mas lícito. Mas a minha pergunta é: isso vai ameaçar de alguma forma o equilíbrio das nossas contas externas ou não?

Finalmente, uma preocupação que eu também não tenho visto muito, que é a inflação dos pobres, que, como o próprio relatório já mostra, está bem acima da meta; está bem acima da média também. O Bolsa Família, no último ano, deve ter perdido 7,5% do seu valor. Se há alguma estratégia, como eu perguntei aqui, sobre a inflação geral, o que fazer, além da

desoneração da cesta básica, para conseguir reduzir o IPC-C1, da Fundação Getúlio Vargas?

Finalmente, eu esqueci um ponto em que sempre eu insisto aqui, que é o problema da nossa baixa poupança. O relatório mostra que, neste ano, nós caímos 4% – do ano anterior para o ano passado –, e agora se prevê um aumento da poupança em 4%. Mesmo subindo 4%, vamos passar de 18,1% do PIB para 18,3% do PIB. Ainda é uma poupança preocupante, que emperra o investimento, que emperra a produção e que, com isso, insufla ainda mais a inflação.

Essas são as considerações, meu caro Presidente, que eu gostaria de lhe fazer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias, Srs. Senadores e Ex^{ma} Sr^a Senadora Kátia.

Começo pelo Senador Pedro Taques, a sua segunda colocação. A primeira é uma colocação extremamente técnica, uma pergunta extremamente técnica. Vou pedir para o Diretor Altamir responder pelo Banco Central. Mas eu vou passar para a segunda e para a terceira pergunta que V. Ex^a fez. V. Ex^a menciona a inflação e a política de juros: o que fazer? Qual é a estratégia e a tática? V. Ex^a colocou muito bem a diferença. Existe uma diferença entre as duas.

Eu mencionei que, do ponto de vista da estratégia, o trabalho do Banco Central tem de ser sempre a perseguição da meta de inflação estabelecida pelo Governo, de 4,5%. Essa meta de inflação é definida para o ano calendário – assim rezou o Decreto nº 3.088, de 1999, quando foi adotado o sistema de metas de inflação. Ou seja, a definição é dada pelo Conselho Monetário Nacional para o ano calendário posterior e subsequente. E ela é medida ao final do ano calendário. Então, tecnicamente, pelo nosso regime, não cabe dizer que a inflação estourou a meta em março ou abril. Ela estoura ou não ao final do ano calendário. Ela tem que ser aferida lá. É nesse regime que opera o Banco Central na sua política monetária.

Enfim, eu tive oportunidade de mencionar, ao longo deste debate hoje, o fato de que o Banco Central já mudou a sua estratégia, já alterou a sua comunicação. Comunicação do Banco Central faz parte do processo de mudança nas condições monetárias e financeiras. De certa forma, uma parte disso já foi refletida nas taxas de mercado, nas condições monetárias e financeiras, no curso de captação das instituições financeiras, na remuneração dos papéis financeiros. De certa forma, isso reflete e é parte integrante do processo.

O Banco Central tem dito que vai avaliar as condições, vai acompanhar as condições macroeconômicas para, nas suas reuniões no Comitê de Política Monetária, ajustar a sua tática ou não, a definição do seu instrumento ou não, nas reuniões à frente.

O Banco Central jamais tirou o seu instrumento de combate. Se preciso for, quando necessário, o Banco Central ajustará a sua política monetária. A sua política monetária está refletida nas declarações do Banco Central, nos documentos, enfim. Inclusive no *blog* do Planalto está assim dito.

Em relação à questão dos compulsórios que V. Ex^a mencionou, de fato, houve uma liberação de compulsórios até o limite de 15 bilhões, salvo engano, para esse programa, o PSI. Esse recurso é dos próprios bancos, só lembrando que é uma parte relevante do depósito compulsório sobre depósitos à vista.

Faço referência aqui ao fato de que, na economia brasileira, nós temos em torno de 340 bilhões de depósitos compulsórios no Banco Central, de maneira que, em relação ao depósito compulsório, na sua função de ajustar a liquidez da economia, nós temos, digamos assim, uma reserva até bem maior que outras jurisdições têm, porque o compulsório sempre foi uma ferramenta que se manteve no Brasil, no Banco Central, para ajustar a liquidez da economia. Então, nós temos lá uma reserva. Certamente, isso foi feito com base nesses cálculos.

Então, a lógica é devolver um pouco dessa liquidez do próprio sistema, que está estacionada no Banco Central, para, dentro dos parâmetros desse programa, para o sistema ter condições de participar. É basicamente isso.

Eu pediria ao Diretor Altamir, brevemente, endereçando a primeira questão do Senador Pedro Taques, se o Presidente me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro.

O SR. ALTAMIR LOPES – Obrigado, Presidente.

Senador Pedro Taques, a pergunta de V. Ex^a refere-se à contabilização de ativos e passivos nas contas públicas brasileiras. A contabilidade que nós efetuamos no Banco Central do Brasil tem como metodologia um padrão metodológico internacional. E é importante frisar que temos como fonte de informação a contabilidade das instituições financeiras. Então, se uma determinada instituição financeira tem na sua contabilidade o registro de um passivo a favor do Governo Federal, essa operação é contabilizada como passivo do sistema financeiro e ativo do Governo Federal. Portanto, tem uma neutralidade do ponto de vista do endividamento líquido e, portanto, não gera reflexos sobre os fluxos primários.

Mas é importante que se diga que uma operação dessa natureza, que reflete um empréstimo do Governo Federal a uma instituição financeira, é necessariamente contabilizado como endividamento bruto do sistema financeiro com todas as decorrências. Ou seja, o cálculo de juros ou a incorporação de juros decorrente desse empréstimo cursa normalmente as contas de financiamento público. Elas estão registradas na conta de juros do setor público.

Portanto, estão registradas como endividamento bruto, mas sem impacto no endividamento líquido. Essa é a contabilidade.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. *Fora do microfone.*) – Qual é o normativo que estabelece o que vai ser classificado como um ativo? Qual é o normativo?

O SR. ALTAMIR LOPES – Na verdade, qualquer operação financeira que esteja contabilizada no passivo de uma instituição financeira vai ser contabilizada dessa forma. E esse é um padrão que não é o padrão brasileiro; é um padrão internacional.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Tendo respondido às questões levantadas pelo Senador Pedro Taques, passo às considerações do Senador Eduardo Suplicy.

Em relação ao balanço de pagamentos – de fato, não tenho a transparência nessa apresentação –, vou dar, em linhas gerais, a nossa projeção.

Nós estamos estimando, para o ano, uma balança comercial com superávit de US\$15 milhões, uma conta financeira na faixa de US\$81 bilhões, incluindo investimentos diretos; e na conta corrente, que inclui a balança comercial, como V. Ex^a bem conhece, um déficit em torno de US\$67 bilhões. O investimento estrangeiro direto, na faixa de US\$65 bilhões. Ou seja, não cobriria integralmente, mas, com as outras rubricas da conta de capitais, a situação do balanço de pagamentos é confortável.

Então, nós trabalhamos com uma projeção, fazemos simulações de cenários, e a situação, no que se refere ao financiamento do balanço de pagamentos, é uma situação confortável para o País.

Nós temos um déficit na transação da conta corrente da ordem de 2,8% do PIB, projetado para este ano, e o investimento estrangeiro direto um pouco menor, de 2,7%.

Então, esse é o quadro.

O SR. EDUARDO SUPlicy (Bloco/PT – SP) – Com o conseqüente aumento possível das reservas, então, ao final do ano?

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Quanto às reservas internacionais, o cenário que nós faze-

mos é de relativa neutralidade. Nós não colocamos uma projeção de acumulação.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Sim. Está bem.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – O que eu disse anteriormente é que, se as condições de mercado assim o permitirem, o Banco Central continua o seu processo de acumulação de reservas, mas o quadro do balanço de pagamentos é este: o investimento direto praticamente cobrindo o déficit em conta-corrente, sobrando um pouquinho financiado por outras rubricas da conta financeira de capitais.

Em relação ao Gini, de fato, o último número que nós temos é o de 2011, da PNAD, que foi 0,501, mostrando aí uma queda, desde 1990, de 0,60 para 0,50, essencialmente. V. Ex^a conhece bem esse número. No próximo trimestre, traremos o gráfico possivelmente com os dados de 2012.

Em relação ao investimento, há vários fatores que o afetam. Nós temos avaliado isso. As condições de financiamento são relevantes. Esse intangível, que V. Ex^a mencionou, referente às expectativas dos empresários, à confiança, é um fator extremamente relevante.

O que nós temos visto – e também tive oportunidade de falar anteriormente – é que, nas políticas do Governo, atacando o lado da oferta, há uma série de fatores de criação de um ambiente institucional para o investimento e operacional mais favorável.

A redução, a desoneração da energia, a desoneração da folha de pagamentos, a qualificação da mão de obra com programas de larga escala, todas essas iniciativas de Governo militam no sentido de criar um ambiente mais favorável para o investimento e de despertar essas expectativas dos empresários em relação ao futuro da economia e, enfim, destravar essa questão do investimento.

A questão da poupança é fundamental. Eu mencionei, aqui, anteriormente, que eu acho que um pouco de poupança externa adicional terá de ser absorvida. Nós estamos vendo o déficit de conta corrente um pouco menor, mas financiável. Iniciativas internas para aumentarem a poupança são positivas, no sentido de apoiarem o investimento, mas, enfim, é uma área de grande complexidade, que depende de comportamento, de expectativa em relação ao futuro.

As condições, hoje, do mercado são favoráveis sob o ponto de vista de demanda, até de utilização da capacidade. Há um pouco de espaço ainda para utilizar na manufatura, mas, enfim, são condições correntes favoráveis.

A expectativa em relação ao futuro, acho que todas essas políticas, fluindo os resultados, criam esse ambiente de melhora para o investimento.

Então, é essa a minha breve colocação a respeito do investimento neste momento.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Em relação às indagações da Senadora Kátia Abreu, a sua primeira questão fazia referência à competitividade na indústria.

Nós tivemos oportunidade de debater, hoje, aqui nesta Comissão, a função de produção da economia, que tem máquinas e equipamentos, tem mão de obra, tem a combinação desses dois fatores com tecnologia; as políticas recentes têm atuado no sentido de tratar do retorno do capital. Por exemplo, a questão da desoneração da energia elétrica, reduzindo o custo de produção; a questão da qualificação da mão de obra, também no sentido de aumentar a produtividade do fator trabalho, que está sendo usado intensamente no País, e estamos com recorde de baixa de desemprego no País; a questão da desoneração da folha.

V. Ex^a perguntava se essas medidas só impactaram o consumo, se não vão impactar as empresas.

Eu acho que são muito recentes as medidas – folha de pagamento, início do ano; desoneração e energia, mais recentemente. Então, demora. Imagino que tenha uma defasagem, aí, até essas reduções de custo afetarem o processo produtivo das empresas.

Enfim, são todas medidas...

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer uma ressalva, porque, quando eu falo da baixa produtividade das empresas, exclui-se daí o agro, que tem investido, nos últimos 40 anos, muito em inovação e tecnologia, e tem superado essas dificuldades e essas crises. Quando digo baixa produtividade é de outros setores.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – OK. Então, eu creio que elas são muito recentes para terem cursado na vida das empresas. Enfim, vamos acompanhar, ao longo deste ano, iniciativas já adotadas e importantes, como desoneração da folha, desoneração da energia elétrica, e as questões de qualificação da mão de obra também.

Em relação à questão da política monetária, a que V. Ex^a se referiu, ao aumento da inflação no período recente – o Banco Central também tem mencionado esse fato –, nós já fizemos um ajuste na política monetária, entendendo que a comunicação da política monetária é parte integrante do processo da própria política em si. Isso já teve reflexos, inclusive, nas condições de financiamento do mercado, na remuneração dos títulos financeiros, no custo de captação; enfim, esse processo está em curso.

O que nós temos dito é que vamos acompanhar o cenário macroeconômico nesse período à frente para, então, nas nossas reuniões de política monetária, decidirmos se e quando tomarmos passos adicionais no sentido de fazer essa convergência acontecer.

Então, eu diria que o Banco Central tem os instrumentos, o Banco Central está avaliando o cenário econômico. Enfim, vamos ver, aí, no período à frente, qual vai ser a estratégia colocada em prática pelo Banco Central.

Bem, já entrando nas questões do Senador Cristovam Buarque, certamente o Banco Central não está só analisando, olhando a paisagem, analisando os dados; ele está atuando. Parte dessa atuação é o próprio enfoque da sua política, o que já reflete nas condições financeiras e monetárias, uma parte disso. Então, já há uma mudança, obviamente, de postura em relação à política monetária.

V. Ex^a deve recordar-se de que, na última vez em que vim a esta Comissão, em dezembro do ano passado, nós tínhamos uma estratégia que seria de manutenção por um período em que seriam suficientemente prolongadas as condições monetárias e financeiras, uma estratégia mais adequada para fazer a convergência. Essa estratégia mudou. Essa mudança na estratégia foi comunicada, e essa mudança na comunicação já tem produzido alguns efeitos sobre as condições financeiras e monetárias da economia.

Em relação às desonerações que V. Ex^a mencionou, usando fontes do Ministério da Fazenda que conduzem esse processo, há uma estimativa de R\$46,7 bilhões, em 2012, por conta das desonerações, e uma previsão de R\$11 bilhões para o ano de 2013, perfazendo um total de R\$57,7 bilhões, estimativas do Ministério da Fazenda no impacto fiscal das desonerações até o momento realizadas.

Em relação à inflação dos pobres, que V. Ex^a mencionou, o IPC-C1, da Fundação Getúlio Vargas, o acumulado em 12 meses inclusive tem caído desde setembro, outubro, do ano passado. O mensal recuou, mas está num nível elevado. Essa é mais uma medida de inflação. Nesse caso, a participação dos alimentos é maior. Naturalmente, a proporção de alimentos nessa cesta de consumo nesse IPC-C1 na baixa renda é maior do que no Índice de Preços ao Consumidor usado como balizador da meta de inflação, salvo engano em torno de 40%, o IPC-C1. Então, essa elevação dos alimentos, que ainda não voltou para o nível de consumidor, tem sido mais sentida nesse indicador do que no IPCA. Mas, como vimos na apresentação, nós vemos a inflação de alimentos no atacado já fazendo uma volta, recentemente. Ainda não passou pelo consumo. Estamos avaliando essa transmissão nos próxi-

mos meses, com cuidado, para ver como se processa isso. Mas, certamente, a mesma lógica que se aplica à inflação ao consumidor, medida pelo IPCA, aplica-se também nesse IPC-C1, dentro dessa estratégia do Banco Central de já ter alterado o seu enfoque em relação à política monetária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu queria agradecer e parabenizar V. Ex^a pela forma equilibrada, sóbria, com que respondeu a todos os questionamentos feitos no dia de hoje. Eu, como Presidente, Senador Cristovam Buarque, tenho de conduzir o debate e sinto-me privado de fazer parte do debate.

Só queria registrar que a fala da Presidenta Dilma na África do Sul não foi nada diferente do que ela tem falado no último período. Acho que ela foi muito firme, Senador Pedro Taques, quando lançou a nota, falando em manipulação, dizendo: “O combate à inflação é um valor em si mesmo e permanente do meu Governo”.

É claro que o instrumento do Banco Central é a política monetária, mas o Governo como um todo... O nosso Líder, Eduardo Braga, é o Relator da MP dos Portos. Tivemos a desoneração da cesta. A luta para diminuir o custo Brasil ajuda nesse caminho.

Para encerrar, Sr. Presidente, queria falar da nossa confiança na capacidade técnica do Banco Central, de todos os senhores. O Banco Central já demonstrou que não está sujeito nem a pressões políticas, nem de setores do mercado, e vai tomar a decisão que tiver de ser tomada. Acho que, em vários outros momentos, como aquele agosto de 2011, esse caráter técnico do Banco Central ficou claro. Queria dizer ao senhor que, como Presidente desta Comissão, nós vamos apoiar qualquer que seja a decisão do Banco Central, porque os senhores conquistaram, ao longo desse tempo, credibilidade; um Banco Central conduzido por servidores públicos com alta capacidade técnica.

Parabéns ao senhor e a toda a equipe do Banco Central.

Lembro que, na próxima segunda-feira, dia 8 de abril, às 18h30min, na sala de reuniões 19 da Ala Senador Alexandre Costa, do Senado Federal, será realizada audiência pública dentro do ciclo de audiências proposto pelo Requerimento nº 4, com a finalidade de debater a substituição tributária e as micro e pequenas empresas. Convidados: Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho, Diretor-Presidente do Sebrae, Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Humberto Luiz Ribeiro da Silva, Secretário de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Cláudio José Trinchão Santos, Coordenador do Confaz; e José Tar-

císio da Silva, Presidente da Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 21 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e oito minutos, do dia vinte e sete de março de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, João Alberto Souza, Paulo Davim, Cícero Lucena, Sodrê Santoro, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Sérgio Souza, Romero Jucá, Cyro Miranda e Armando Monteiro e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Ana Rita. Justifica a ausência o Senador Jayme Campos. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, de 2011 – Não Terminativo – Institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências.** **Autoria:** Deputado Benjamin Maranhão. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011 na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, de 2010 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga e a sua substituição por tratamento especializado, e dá outras providências.** **Autoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2010 na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.

ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 563, de 2011 – Não Terminativo – Altera a legislação tributária federal, para permitir a dedução do imposto de renda de valores doados a programas de saúde previamente aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo. **Autoria:** Senador Paulo Davim. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 563, de 2011. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 4 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de uso de tarja de identificação de medicamentos e produtos de interesse para a saúde utilizados no âmbito dos serviços públicos de saúde.** **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Resultado:** Não foram oferecidas emendas ao Substitutivo durante o Turno Suplementar. O Substitutivo (Emenda nº 1-CAS) oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2012, é dado como definitivamente adotado nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, de 2010 – Terminativo – Acrescenta § 9º e § 10º ao art. 57, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.** **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2010, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. Usam da palavra os Senadores: Paulo Paim, Wellington Dias, Cyro Miranda, Humberto Costa, Romero Jucá, Paulo Davim, e as Senadoras Ana Amélia, Ana Rita e Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quatorze minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador **Waldemir Moka**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa. E passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento de Aviso do Tribunal de Contas da União que ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

Aviso nº 208, que trata de relatório de auditoria operacional para verificar a conformidade na concessão e aplicação de recurso no âmbito do II Plano Nacional de Política para as Mulheres.

A pedido do Relator, Senador Paulo Paim, enquanto ele aguarda algumas consultas, dou a palavra a ele. Senador Paulo Paim, com a palavra V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Waldemir Moka, o Estatuto da Juventude está sendo debatido há mais de dez anos nas duas Casas. A juventude, eu diria, há mais de 30, 40 anos, vem construindo essa proposta.

Nós estávamos caminhando para votar hoje, mediante grande entendimento, mas se criou um impasse quase na reta final. Devido a isso, eu pediria a V. Ex^a, se possível, para tentarmos ainda construir um acordo, que invertêssemos a pauta. Que o projeto da Senadora Ana Amélia fosse o primeiro, é o último, e o nosso fosse o último para efeito de apresentação do relatório com as modificações e, posteriormente, votamos ou não no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Consulto o Plenário se há alguma dificuldade em atender à solicitação que faz o Senador Paulo Paim.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, depois, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Primeiro, quero dizer aqui que nós temos um esforço – há um interesse do Governo – em aprovar o Estatuto da Juventude. Além disso, há um compromisso não só do Bloco do Partido dos Trabalhadores, como também do Bloco que represento na Base de Apoio – e sou grato a todos os outros Partidos pela forma como estamos construindo aqui as condições de votação e a V. Ex^a pela condução. O Senador Paulo Paim tem participado – eu de algumas, mas ele de todas – das reuniões para o entendimento.

Neste instante, usando a linguagem de jovem, o que está pegando? É a interpretação do benefício do desconto e da gratuidade na área do transporte interestadual. Da parte do Governo, foi solicitado, segundo consta, um cálculo, e o Governo aguarda, para ver qual é o real impacto disto, porque envolve o setor público e envolve o setor privado: se vai ter gratuidade, como vai-se dar a compensação em setores em que comprovadamente isso possa refletir nos custos.

No projeto, já houve um avanço no sentido de indicar a faixa de renda beneficiada. Não há almoço de graça. Se alguém está tendo passagem de graça, tem alguém pagando. Então, não seria justo ser para qualquer renda. Nesse ponto, inclusive, as entidades ligadas à juventude já têm um entendimento nessa direção.

Mesmo assim, com base em como foi formulado, na maneira como foi formulado o Estatuto, havia a necessidade de se calcular qual seria esse impacto. Esse eu acho que é um ponto.

Do que nós temos que tratar aqui? É possível o entendimento hoje? Pelo que eu estou vendo, se nesse período todo não se conseguiu chegar até aqui com esse cálculo, eu fico imaginando como chegar hoje. Mas eu acho que é preciso também dar um prazo. É a minha opinião. Vai ser até quarta-feira que vem? A partir daí, teremos condição de votar. Não tendo, nós teremos que fazer um texto que tenha condições de, por maioria, aprovar na Comissão.

Então, basicamente, esse é o apelo que eu faço aqui, porque senão votamos e, daqui a pouco, com a utilização de um veto, perdemos itens que são importantes.

Em relação ao que me colocavam sobre a gratuidade da meia-entrada, eu acho que no texto que elaboramos nós chegamos a um ponto adequado. Já se acerta quem são os beneficiários, coloca-se o conceito de baixa renda. Eu confesso que, nesse item, inclusive em relação ao Governo, nós temos como sustentar a posição aqui.

Esse do transporte envolve mais setores, eu acho que precisa de cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senador Wellington.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não. Ouço o Senador. Eu tenho também uma sugestão, mas ouço o Senador Cyro Miranda.

Quero só dizer que eu havia conversado com os Presidentes das outras Comissões – o Senador Cyro Miranda preside a Comissão de Educação; a Senadora Ana Rita, a de Direitos Humanos; e o Senador Blairo

Maggi – e o único que tem essa afirmativa é o Senador Paulo Paim. Eu ouvi da Senadora Ana Rita e do Senador Cyro Miranda, que dará o seu testemunho aqui, que eles estariam dispostos a abrir mão da tramitação nessas Comissões, para que a gente pudesse votar ainda hoje. E há um requerimento que envolveria os Srs. Líderes e o Senador Renan Calheiros.

Ontem, eu fui chamado à Presidência, onde estava presente a juventude do PMDB, do meu Partido. O Senador Renan fez um compromisso de pedir aos Srs. Líderes que isso fosse levado ao Plenário o mais rápido possível. É claro que nós dependemos das comissões.

Os jovens dizem que, em julho, tem a Marcha da Juventude. E esse projeto terá que voltar à Câmara. Então, eu digo a V. Ex^a que é um projeto cuja tramitação permitirá que essas discussões continuem ocorrendo.

A minha proposta é que votemos o texto do Relator, do Paulo Paim. Eu só marquei esta sessão aqui porque ouvi todo mundo, inclusive não havia ninguém do Governo contestando isso, na última quarta-feira. Tomei a iniciativa de marcar. Fizemos duas audiências: uma em Brasília e outra em Porto Alegre. O Senador Eduardo Suplicy abriu mão de uma audiência em São Paulo para que pudéssemos votar hoje. Mas, na última hora, no apagar das luzes, são muito difíceis essas questões. Há jovens que vieram, se deslocaram de vários Estados.

Então, a minha proposta é que votemos o texto do Senador Paulo Paim. V. Ex^a tem o meu compromisso, embora nós votaremos sabendo que esse texto pode sofrer ainda alteração, porque o Líder do Partido dos Trabalhadores está dizendo que ele ainda precisa dessas informações. Mas eu não vejo como nós não podemos continuar avançando na tramitação em função do prazo dos jovens, que é julho. Reafirmo: esse projeto tem que retornar à Câmara dos Deputados.

Esse é o apelo que eu faço. É claro que a decisão soberana é do Plenário e de V. Ex^{as}.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Ontem nós havíamos conversado e o senhor tem o total apoio e acordo da Comissão de Educação, que presido. É estranho que, num projeto que tramita desde 2004, no dia em que praticamente nós fechamos um acordo para votar, seja suscitada uma dúvida como essa. Isso, para mim, já deveria ter sido esmiuçado, esclarecido. Não é uma coisa nova; não entrou ontem, não é uma medida provisória, como propõe o Governo, que entra em um dia e tem que aprovar no dia seguinte.

Então, sou também dessa mesma linha de V. Ex^a, de que nós aprovemos isso, com a anuência das outras duas Comissões, a não ser a do Senador Blairo Maggi – parece que ele quer que passe pela sua Comissão –, e depois vá ao plenário. Não sei se houve entendimento com o Senador Blairo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu conversei com o Senador Blairo, e ele me falou o seguinte: “Senador, atendendo ao seu apelo, eu não complicarei; se vocês aprovarem a urgência, lá na Comissão de Assuntos Sociais, depois da votação do projeto – naturalmente isso vai ter que passar pela assinatura dos Líderes –, se os Líderes assinarem, por mim, está tranquilo, vai para o plenário”.

Eu queria apenas, aproveitando já a resposta, dizer que o Governo, ainda ontem à noite, fez uma série de adaptações no texto – já questionei os consultores do Senado – que não altera. Eu só pediria, se nós caminhamos para a votação, para manter aquela minha solicitação inicial a V. Ex^a. Se vamos caminhar para a votação, mediante um amplo entendimento... A consultoria, agora, está revisando as últimas mudanças que o Governo propôs.

Sobre os meios de comunicação, só para dar um exemplo, Senadora Ana Amélia – V. Ex^a é da área –, aqui neste texto, ainda engessa... Pelo cálculo que eles fizeram, reunidos comigo, seria preciso, mais ou menos, quase cinco horas somente para a juventude. Então, nós fizemos um entendimento – conversei com a juventude, conversei com os outros relatores, conversei com todos os setores –, e já há uma redação, junto ao Governo, que vai na linha da promoção, do incentivo, da aplicação, mas não engessa os meios de comunicação, porque haveria, naturalmente, uma resistência muito forte. Nós conseguimos, também, resolver, mas não está nesse texto ainda. Mas já há um entendimento, também, com os meios de comunicação; está resolvido.

Por isso, eu pediria, se nós caminhamos para votar hoje, que ele seja o último item da pauta. Há a assinatura do livro; a votação não é nominal, é simbólica; fazemos aqui uma leitura tranquila de como vai ficar a redação final; e, daí, vamos a voto. E, claro, no meu parecer, não tenho como retirar a questão da meia-entrada, em nenhuma hipótese.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Só para ficar claro, o que estou dizendo aqui é que tenho buscado, desde o início... Aliás, pautamos como prioridade esse projeto, que está vindo desde 2004. Agora,

é preciso compreender que não se trata só de uma questão com o Governo; envolve o setor de transporte, envolve o setor de comunicação, envolve o setor relacionado a artes.

Enfim, qual é o meu receio? É de fazermos algo atropelado e perdermos na votação. Aqui na Comissão, acho que podemos ter condições de aprovação; agora, no plenário, podemos ter uma derrota. Eu não quero derrota nesse projeto; eu quero que ele seja aprovado, e o mais avançado possível.

Então, o que se está colocando aqui? O Paulo Paim está mais otimista do que eu; está colocando que é possível organizar um texto e, daqui para as 11 horas, votar. Eu acho, eu avalio que é pouco tempo para o tanto de itens que temos aqui. Segundo, se fizermos a votação, vai começar a haver resistência lá nas Lideranças – começa por aí – para poder obter a urgência que se desejar.

Então, estou colocando aqui, de forma pragmática, que não há nenhum mais interessado que o outro. Também sou interessado, ajudei aqui a pautar, não quero é perder...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Até porque o senhor é muito jovem, não é, Senador?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com certeza.

Eu não quero é perder tudo o que nós construímos até agora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Wellington Dias, eu vou... É porque é o meu estilo mesmo. Eu acho, então, que V. Ex^a, regimentalmente, deveria pedir vista. Pedida a vista, vou colocar isso para quarta-feira, agradecer, e vou pedir, daqui até quarta-feira, a presença da Senadora Ana Rita, que disse a mim que não teria dificuldade em vir, do Senador Cyro e do Senador Blairo. E, na próxima quarta-feira – aí há tempo de sobra –, junto com os outros três Senadores que presidem as Comissões, V. Ex^a vai ajudar, e nós vamos votar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu lamento...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Há mais um detalhe...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Mas V. Ex^a está colocando posições que tornam difícil... Aí o Presidente vai ter que assumir uma posição. O texto não está discutido; o que o Senador Paulo Paim vai ler agora não é o que nós tínhamos conversado quarta-feira.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não é o que está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, regimentalmente, não tenho condições de prosseguir nessa linha. Peço a V. Ex^a ...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Waldemir Moka, questão de encaminhamento antes do pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Estou com a mesma preocupação que V. Ex^a. Pode ver, V. Ex^a percebeu que estou inseguro para votar um texto de que, na verdade, recebi as alterações ontem à noite. E me sentiria, confesso, como está se sentindo V. Ex^a, quase como se fosse um pouco de irresponsabilidade fazermos toda essa adaptação desse texto com o texto que está aqui.

Já conversei com a juventude, grande parte concorda com praticamente tudo que está aqui, as entidades todas concordam, mas também temos que passar o nosso pente fino, passar o crivo.

Qual é o acordo que eu queria propor? Peço a retirada de pauta para revisão do orador e apresento, ainda esta semana, a minha versão final. Hoje? Não, apresento esta semana ainda, hoje ou amanhã, para ser publicada a minha versão final com o compromisso de ninguém pedir vista na semana que vem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, o que o pessoal está lembrando aqui é a importância clara de mantermos o regime de urgência a partir da votação. Agora, o compromisso seria de que ninguém pedisse vista. Eu sempre disse isso, e repeti ontem, no Plenário, que sou do tempo em que se cumpre a palavra empenhada. Acho que todos nós temos essa responsabilidade – sei que isso não é com V. Ex^a –, mas quero fazer um apelo, então, à Base do Governo e também da Oposição: retiro de pauta, apresento a versão final e, essa versão final, votamos na quarta-feira que vem, de qualquer forma. Aí, se houver alguma dúvida ainda, vai ao Plenário para discussão.

Se V. Ex^a concordar, me sentiria contemplado com esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Acho que essa alternativa do Senador Paim é a alternativa que contempla todas as posições, inclusive do Governo, porque ele, como membro do Governo, resolve exatamente aquelas dúvidas dos Parlamentares que estão ainda pendentes, que é a parte mais sensível.

Quería aproveitar para saudar pela presença o Getúlio do PCdoB, que vem acompanhar a matéria. E queria dizer que acredito nisto que disse o Senador Paim: “A palavra empenhada é o que vale”. Respeito muito os acordos políticos. Penso que o entendimento é o melhor caminho para uma matéria complexa como essa, caro Senador Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, com a chegada da Senadora Ana Rita, peço a atenção dos Srs. Senadores, o que o Senador Paulo Paim está propondo é que ele, na condição de Relator, em função de que houve pedido do Governo e ele teve que inserir no seu relatório algumas – é um consenso – modificações que não estavam naquilo que foi discutido na quarta-feira, está pedindo a retirada de pauta.

Senadora Ana Rita, V. Ex^a disse ontem, na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos, junto com o Senador Cyro Miranda, na condição de Presidente da Comissão de Educação, ambos haviam dito para mim que abririam mão da tramitação nessas duas Comissões. O Senador Blairo Maggi, para mim, disse que teria dificuldade, mas, depois, conversando com Paulo Paim, disse que não criaria nenhuma dificuldade, esse é o termo. Então, o Senador Renan, a pedido também da juventude do PMDB, tomou um compromisso de pedir aos Líderes que fizessem um requerimento de urgência.

Se isso tudo acontecer, na quarta-feira que vem, votamos isso, num acordo com as outras Comissões. O texto sai daqui já consensuado, ou costurado, e, logo em seguida, votamos aqui um requerimento de urgência e o Srs. Líderes vão pedir urgência para votação em plenário. Quer dizer, vamos adiar apenas por uma semana a tramitação. Lembrando sempre que os jovens estão preocupados, porque esse projeto volta à Câmara e, depois, ainda, vai à sanção. E eles têm uma preocupação com o calendário do Ano Internacional da Juventude, com a Marcha dos Jovens, enfim.

Ouçó a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente da CCJ, Senador Moka...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Da CAS.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Da CAS, desculpe. É porque estou com a cabeça na CCJ, pois passei lá, Senador Moka.

Ontem eu conversava com o Senador Paim a respeito disso. Tivemos também, anteriormente, uma conversa com a juventude, com os diversos movimentos da juventude. É importante, sim, que o Estatuto da Juventude seja votado logo, porque ele já está tramitando aqui no Congresso há bastante tempo. Já foram feitas diversas audiências públicas. Para aquilo que ainda

não era consenso, já se construíram os consensos. Há algumas questões que ainda precisam ser resolvidas, que o Senador Paim já está resolvendo no seu relatório. Então, não vejo a menor dificuldade para que possamos agilizar a votação do projeto no plenário.

Ontem, conversando com o Senador Paim, dizia que, como ele é o Relator aqui na CAS, poderá também ser o Relator pela CDH, e o parecer da CDH poderá ser dado em plenário. Foi isso que nós conversamos ontem. A CAS aprova o projeto aqui, o encaminhamento é que seja votado na quarta e, em seguida, podemos votar o requerimento de urgência para que ele possa ir ao plenário ainda na semana que vem.

Então, por parte da Comissão de Direitos Humanos, nós não enxergamos nenhuma dificuldade com relação a isso. Muito pelo contrário. Nós queremos contribuir para que o projeto possa tramitar de forma mais acelerada neste momento, considerando que ele já está há bastante tempo aqui no Congresso, que já fizemos diversas audiências públicas, que os movimentos da juventude tiveram oportunidade de se posicionar, de manifestar aqui as suas preocupações. Isso já está sendo sanado. Com certeza, quarta-feira da semana que vem acho que é o melhor dia, um bom dia para que ele possa ser votado também no plenário.

Então, por parte da CDH, Senador Moka, está tranquilo. Podemos encaminhar dessa forma.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, acompanhando o que V. Ex^a propôs, eu peço a retirada para revisão e, com esse acordo que firmamos aqui, entrego rapidamente, para ser publicada, a versão final. E quero mais uma vez afirmar: vou manter a questão da meia-entrada e só vou fazer as adaptações de outras redações que foram já ajustadas, inclusive com o Governo.

Votaríamos aqui o projeto e – quem sabe? –, com o requerimento de urgência, na própria quarta-feira, à tarde, ou na quinta – já aconteceu –, nós votamos no plenário, na semana que vem, já que na semana que vem teremos a Jornada da Juventude, aqui em Brasília. Segundo eles, mais de cinco mil jovens estarão aqui. Depois teremos, como V. Ex^a lembrou muito bem, um encontro mundial da juventude em julho, no Rio de Janeiro.

Então, peço a retirada do projeto para revisão do Relator e apresento meu substitutivo, no mais tardar, entre hoje e amanhã, para ser publicado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, a Presidência vai conceder a retirada da pauta do projeto do Estatuto da Juventude. O compromisso nosso firmado aqui é de que nós vamos votar isso na quarta-feira, já com a aquiescência da Comissão de Educação e de Direitos Humanos.

Vamos ainda ouvir o Senador Blairo Maggi, mas V. Ex^a já tem a garantia de que, por parte...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ele foi muito elegante e disse: “Paim, eu não complicarei. Ajudarei, se os Líderes concordarem. De minha parte, não vai haver problema.”

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, está retirado.

Item 2 da pauta.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu pediria a gentileza, se a Mesa puder, de nos conceder que marquemos a reunião da Subcomissão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para a quinta-feira, não esta, mas na semana que vem, às 16 horas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Dia 4?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Subcomissão do FGTS.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Quinta-feira, não é?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quinta-feira, dia 4 de abril, está bom?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O.k. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Está marcada, Senador.

Na pauta, decisão não terminativa.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 111, DE 2010

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga e a sua substituição por tratamento especializado, e dá outras providências.

Autoria: Senador Demóstenes Torres

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2010 na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– Em 15.09.2011, a Comissão de Assuntos Sociais realiza Audiência Pública para debater a matéria.

– A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para prosseguimento da tramitação.

– Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o seu novo relatório.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente Waldemir Moka, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos trabalhando nesta matéria desde 2012 quando chegou ao Senado. O Senador Humberto Costa, especialista na área de saúde, levantou várias questões relacionadas a esse projeto, que era, eu diria, draconiano, do ponto de vista do tratamento ao dependente químico. Prevvia prisão e multa, inclusive.

O Senado Paulo Davim também teve participação nele e, a partir das ponderações feitas, eu e minha assessoria passamos a trabalhar com o Ministério da Saúde e com o Ministério da Justiça, especialmente o Senad.

Então, eu até vou repetir as ponderações.

O Governo recomenda a rejeição dessa matéria, mas ela saiu do enfoque da área do crime para entrar na área de saúde, que é a questão fundamental.

E espero que a gente não tenha preconceito com a autoria, mas, sim, com a iniciativa, que agora ganha corpo em função do projeto do Deputado Osmar Terra que prevê liminarmente a internação compulsória.

E aqui eu queria que prestassem atenção aos cuidados que o projeto tem em relação ao trato com o dependente químico, que é completamente diferente daquilo que foi abordado originalmente por esse projeto. Eu entendi necessárias algumas modificações, profundas até, na proposição para que ela não fique em total desarmonia com a atual política pública desenvolvida pelo Ministério da Saúde e pela área de assistência social em relação ao uso e à dependência de drogas.

O Senador Wellington Dias, aqui, tem tido, aliás, um papel relevante. Nós comandamos uma subcomissão para dependentes químicos e de crack e trabalhamos muito com a questão social da inserção dos dependentes.

Portanto, reintroduzir – prestem atenção – a imposição de pena privativa de liberdade para o usuário de drogas não é medida que se coadune com os parâmetros estabelecidos pela política nacional de prevenção e atenção ao uso e dependência de drogas. Essa reintrodução rompe com a lógica da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e representa o retorno a um modelo centrado em medidas repressivas, que já se mostrou incapaz de responder adequadamente às necessidades de saúde dos usuários de drogas.

Vale ressaltar que o posicionamento da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), vin-

culada ao Ministério da Justiça, é contrário à punição do usuário com a privação de liberdade. Com efeito, a política oficial do governo brasileiro – expressa na Política Nacional sobre Drogas, de 2005 – inclui entre os seus pressupostos “tratar de forma igualitária, sem discriminação, as pessoas usuárias ou dependentes de drogas lícitas ou ilícitas” e o “direito de receber tratamento adequado a toda pessoa com problemas decorrentes do uso indevido de drogas” – isso está na própria política do Governo e é o que este projeto substitutivo, agora, abriga.

O Ministério da Saúde, por seu turno, notadamente a área técnica de saúde mental, tem-se manifestado reiteradamente contra qualquer proposta de revisão da legislação sobre drogas que tenha por objetivo tornar mais dura a punição aos usuários, entendendo que esse tipo de medida apenas afasta essas pessoas da busca por tratamento junto aos serviços de saúde, por temor de punição com prisão. O medo leva à ocultação e, conseqüentemente, a uma maior dificuldade de as políticas públicas de saúde atingirem as pessoas que delas mais necessitam.

Veja que está claro o entendimento deste substitutivo.

O ex-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, manifestou-se sobre o tema, em seu *blog*, em junho de 2010, nos seguintes termos:

Em 2006, depois de um trabalho conjunto do Governo Federal com o Poder Legislativo, o Congresso aprovou e eu sancionei a Lei 11.343 [...]. A lei não descriminaliza o tráfico, mas acaba com a pena de prisão para os usuários de drogas. Eles passaram a ser julgados pelos juizados especiais criminais, que preveem penas alternativas e medidas socioeducativas. Com isso, procura-se garantir a ressocialização do usuário ou dependente que, ao responder ao processo, será orientado por um juiz e uma equipe especializada e terá a oportunidade de ser encaminhado para tratamento.

Ora, está tudo muito bem esclarecido, Presidente Moka.

A Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia, integrada por dezessete personalidades independentes, entre as quais o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, posicionou-se da seguinte maneira sobre esse tema:

[...] o modelo atual de política de repressão às drogas está firmemente arraigado em preconceitos, temores e visões ideológicas. O tema se transformou em um tabu que inibe o debate público por sua identificação com o crime, blo-

queia a informação e confina os consumidores de drogas em círculos fechados [nós conhecemos as crackolândias], onde se tornam ainda mais vulneráveis à ação do crime organizado.

O posicionamento contrário à prisão dos usuários de drogas também representa a posição majoritária da comunidade científica sobre esta questão. O Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), já se manifestou sobre o assunto em diversas oportunidades, inclusive antes da edição da atual Lei nº 11.343, de 2006, a saber:

Nenhum usuário ou dependente de drogas deve ser preso por simples uso. A prisão não resolve; pelo contrário, só agrava os danos decorrentes do uso de drogas, dificultando a reinserção. [...] [Diz ainda] A criminalização dos usuários prejudica a prevenção da AIDS e o acesso aos cuidados necessários aos dependentes de drogas mais desfavorecidos.

No âmbito das organizações internacionais, o representante do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes para o Brasil e Cone Sul, Bo Mathiasen, também se pronunciou recentemente sobre o tema. Como ele escreveu:

[...] encarcerar usuários que não têm relação direta com o crime organizado não é a solução mais adequada. Quem usa drogas precisa de acesso à saúde e à assistência social, não de sanção criminal. Há uma tendência em alguns países de descriminalizar o consumo, ou seja, tirar a pena de prisão para usuários de drogas e pequenos traficantes, aplicando-lhes sanções alternativas. Essa tendência não afronta as convenções internacionais sobre o controle de drogas, que contam com a adesão universal dos países-membros das Nações Unidas. As convenções apontam quais são as substâncias que são ilegais, mas sua forma de aplicação é questão de decisão soberana de cada país.

Assim, para não se perder aquilo que constitui a principal preocupação do autor da proposição, no que se refere à saúde – garantir o tratamento dos dependentes de drogas –, e que é também a preocupação de amplos setores da sociedade, entendemos ser necessário promover modificações que preservem o espírito original da lei, ou seja, diferenciar usuários e dependentes químicos de traficantes de drogas – apenas a estes últimos seriam aplicadas as penas privativas de liberdade. Concordamos que a lei deva ser mais incisiva em relação à necessidade de encaminhamento dos

dependentes a tratamento especializado, inclusive em regime de internação.

Nesse sentido, entendemos – estou finalizando, Presidente – que a previsão de internação compulsória constante da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001 (art. 6º, parágrafo único, III), que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redirecionam o modelo assistencial em saúde mental, é aplicável aos agentes das condutas previstas no art. 28 da Lei de Drogas, e deve ser explicitada nesse diploma legal.

Nessa direção, apresentamos substitutivo para contemplar a possibilidade de aplicação do instrumento da internação compulsória, nos termos do disposto na Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001 – a Lei da Reforma Psiquiátrica –, e de acordo com a avaliação de comissão técnica específica, expressa em laudo assinado por um médico e para alterar as penalidades impostas aos usuários de drogas.

O voto.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em vista do exposto, sou favorável à aprovação do Projeto, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 – Lei de Drogas –, para acrescentar objetivo ao sistema nacional de políticas públicas sobre drogas, alterar penas impostas aos usuários de drogas e dispor sobre tratamento dos dependentes de drogas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta

Art. 1º A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigor de acordo com as seguintes alterações:

*Art 5º.....
V – combater o tráfico de drogas e os crimes conexos, em todo o território nacional, dando ênfase às áreas de fronteira, com o apoio das Forças Armadas, na forma da lei. (NR)*

*.....
Art. 47. Na sentença condenatória, o juiz, com base em avaliação realizada pela comissão prevista no art. 28-A, que ateste a necessidade de encaminhamento para tratamento do agente dos crimes especificados neste Capítulo, inclusive para internação compulsória, poderá determinar que a tal se proceda, observadas disposições da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.*

Art. 2º A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigor acrescida dos seguintes artigos:

Art. 28-A. O juiz, com base em laudo emitido por comissão técnica, poderá determinar o encaminhamento do agente das condutas previstas no art. 28 para tratamento especializado e, se necessário, para internação compulsória [se necessário], observadas as disposições da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.

§ 1º A comissão de que trata o caput funcionará junto ao tribunal ou juízo competente e será composta por três profissionais de saúde com experiência no tratamento de dependência de drogas, sendo ao menos um deles médico.

§ 2º O juiz poderá, a qualquer momento, encaminhar o dependente químico para tratamento especializado, após ouvida a comissão especificada no § 1º.

§ 3º O juiz determinará ao Poder Público que coloque à disposição do agente das condutas previstas no art. 28, gratuitamente, estabelecimento de saúde para tratamento especializado, inclusive em regime de internação.

Art. 28-B. Para fins do disposto no art. 76 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, o Ministério Público poderá propor o encaminhamento do dependente químico para a aplicação das medidas de que trata o art. 28-A.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o § 7º do art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

Esse é o voto, Sr. Presidente, mostrando exatamente a preocupação de atenuar ao máximo o rigor daquele projeto original apresentado a esta Comissão de Assuntos Sociais. Esse é o voto Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão. (Pausa.)

Para discutir, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, primeiramente eu quero fazer questão de registrar aqui o avanço que o substitutivo apresentado pela Senadora Ana Amélia representa. Sem dúvida, ela manifestou nesse relatório uma maneira de enfrentar todas aquelas questões que foram aqui levantadas quando da discussão inicial do projeto. Então eu tenho absoluto respeito pelo relatório que ela apresentou e, contra ela, principalmente, não há nenhuma prevenção; muito pelo contrário, é uma Senadora que tem sempre demonstrado seu compromisso social. E também muito menos contra o Senador Demóstenes Torres, que é o autor, talvez, dos melhores projetos de leis que existem tramitando nesta Casa.

Mas como eu acho que esse é um tema muito delicado e que exige ainda um aprimoramento, eu gos-

taria de pedir vistas, aqui me penitenciando diante da Senadora Ana Amélia.

Pretendo, na próxima semana, se nós não conseguirmos construir algumas coisas, apresentar um substitutivo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, penitenciar aqui na véspera da Semana Santa é forte, viu!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É verdade.

Regimentalmente eu vou conceder o pedido de vistas.

Eu consulto apenas se mais algum Senador gostaria de pedir vistas também.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Gostaria de pedir também para ser vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vista coletiva, Senador Romero Jucá.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu espero então a colaboração do Senador, porque, olha, Senador Humberto Costa, são dois anos de trabalho. E eu queria agradecer à Consultoria Legislativa do Senado Federal e à Consultoria Técnica, que se debruçou sobre isso intensamente em contatos com o Ministério da Saúde, com o Ministério da Justiça, com o Senad.

Então, até em homenagem ao esforço feito nessa matéria, e eu agradeço, pelo menos, por não ter rejeitado liminarmente o projeto. E fica esse pedido de vista do Senador Humberto Costa, e agradeço as suas referências, e também do Senador Romero Jucá, vista coletiva. Acolho com muito prazer o aperfeiçoamento que, como especialista na matéria, tenho certeza que o Senador Humberto Costa fará, a contribuição válida e necessária. Porque mesmo que nós não façamos isso aqui, a Câmara já está fazendo. Esse debate já está posto na sociedade com grande parecer favorável sobre a questão da internação compulsória e liminarmente, nem tem todos esses aspectos, esses cuidados que nesse projeto nós tivemos na sua elaboração.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pedido de vistas concedido. Vista coletiva dos Senadores Humberto Costa e Romero Jucá.

Nos termos do art. 132, foi concedida vista ao projeto.

ITEM 4

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 55, DE 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde,

a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de uso de tarja de identificação de medicamentos e produtos de interesse para a saúde utilizados no âmbito dos serviços públicos de saúde.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Romero Jucá

Observações:

– Em 20.03.2013, foi aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2012.

– Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.

Em discussão a matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, quero apenas registrar a importância do projeto e louvar novamente a iniciativa da Senadora Vanessa.

Nós complementamos, para colocar, além de na embalagem, também nos rótulos e cartelas, a frase que define e marca esses medicamentos como de uso público e proíbe a venda, exatamente para evitar o desvio de medicamentos de unidades públicas de saúde, algo que infelizmente acontece muito.

Então só quero renovar o parecer, pedindo a aprovação e aplaudindo a proposta da Senadora Vanessa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão a matéria.

Senadora Vanessa, indago se V. Ex^a quer discutir a matéria como autora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu quero dizer que concordo plenamente com o parecer do Senador Jucá, que aprimora esse projeto.

Na realidade, esse é um problema grave. O desvio de medicamentos da rede pública é muito comum. Infelizmente é algo comum. Aliás, a gente viu uma matéria recente de médicos, Presidente, burlando o ponto com dedo de silicone; utilizando uma tecnologia avançada, atual, para burlar ponto eletrônico. E com medicamentos ocorre da mesma forma: medicamentos que deveriam ser distribuídos gratuitamente na rede pública de saúde, muitos são desviados.

Já há uma tarja com “SUS”, enfim, de acordo com a Anvisa. Entretanto, acredito que, como a gente recebe revistas, por exemplo, assinaturas em que vem bem claro: “Proibida a venda” – isso fica mais claro para a população –, às vezes, a população não tem claro o que é um S-U-S – Sistema Único de Saúde; agora, quando está escrito: “Venda proibida, uso exclusivo”, fica claro.

O Senador apresentou um substitutivo, mudando inclusive a lei onde isso está inserido. E eu concordo com ele.

Agradeço a dedicação e o esforço que o Senador Jucá tem feito para aprovar esse projeto de minha iniciativa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o Substitutivo, Emenda nº 1-CAS, ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2012, é dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do *Regimento Interno do Senado Federal*.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 563, DE 2011

– Não Terminativo -

Altera a legislação tributária federal, para permitir a dedução do imposto de renda de valores doados a programas de saúde previamente aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo.

Autoria: Senador Paulo Davim

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 563, de 2011.

Observações:

– *Votação simbólica.*

O Ministério da Saúde não é contra, Senador Paulo Davim, apenas gostaria de fazer uma adição. E eu concordei com isso. Estou retirando de pauta.

Então, a matéria é retirada de pauta a pedido do Relator, para exame do relatório.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 91, DE 2010

– Terminativo -

Acrescenta § 9º e § 10º ao art. 57, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2010, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– *Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.*

– *Votação nominal.*

A matéria, também a pedido do Relator, é retirada de pauta.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Só para justificar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Essa matéria tem a concordância do Ministério da Previdência. Entretanto, a equipe do Ministério da Previdência quer uma reunião conosco, com o Relator e com o autor, que é o Senador Paulo Paim, para acrescentar algumas sugestões pequenas. Nós as entendemos cabíveis, tanto eu quanto o autor da matéria, e resolvemos tirar de pauta, mas, na próxima quarta-feira, essa matéria voltará à pauta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência informa que encerramos a pauta, inicialmente curta, em função de que eu esperava a discussão do Estatuto da Juventude, que acabou sendo adiada para quarta-feira.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente sessão.

Está encerrada.

(Iniciada às 9 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 14 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinco minutos, do dia três de abril de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Roberto Requião, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, Paulo Davim, Jayme Campos, Sodré Santoro, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Sérgio Souza, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Ana Rita e Lídice da Mata. Deixam de

comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, de 2011 – Não Terminativo** – *Institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências.* **Autoria:** Deputado Benjamin Maranhão **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado o Relatório do Senador Paulo Paim, que acata as Emendas oferecidas durante a discussão pelo Senador Wellington Dias, passando a constituir Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 98 de 2011, na forma da Emenda nº 28-CAS (Substitutivo). Aprovado, também, o Requerimento nº 14, de 2013-CAS, de iniciativa do Senador Paulo Paim, solicitando Urgência Regimental nos termos do artigos 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 136, de 2011 – Não Terminativo** – *Estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho no âmbito rural e urbano.* **Autoria:** Senador Inácio Arruda **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, de 2010 – Terminativo** – *Acrescenta § 9º e § 10º ao art. 57, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.* **Autoria:** Senador Paulo Paim **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Resultado:** Aprovada, em turno único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2010. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. Poderão ser oferecidas Emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, de 2010 – Terminativo** – *Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre penalidade administrativa no caso de consignação de mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, sem a autorização de seus filiados.* **Autoria:** Senador Arthur Virgílio **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço (Substituído por *Ad Hoc*) **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** A Presidência designa Relatora “ad hoc” a Senadora Vanessa Grazziotin, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2010. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº**

441, de 2011 – **Terminativo** – *Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências para dispor sobre a exclusão, do salário-de-contribuição, das despesas do empregador com educação de seus empregados e dependentes.* **Autoria:** Senador Pedro Taques **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, de 2012 – Terminativo** – *Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado para admissão de jovens entre 16 a 24 anos de idade que não tenham tido vínculo empregatício anterior, e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Gim **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **EXTRAPAUTA – ITEM 7 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 14, de 2013** – *Nos termos dos artigos 336, inciso II, e 338, inciso IV, combinados com o artigo 92, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011.* **Autoria:** Senador Paulo Paim **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Casildo Maldaner, Paulo Davim, Sodrê Santoro, Cyro Miranda, Armando Monteiro, e as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e o Senador **Waldemir Moka**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à apreciação de seis itens, conforme pauta previamente divulgada, sendo dois não terminativos e quatro projetos terminativos. **ITEM 1**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 98, DE 2011
– Não Terminativo –**

Institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabe-

lecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências.

Autoria: Deputado Benjamin Maranhão

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011, na forma do substitutivo que apresenta.

Observações:

– *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para proferir o seu novo relatório.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, o debate do Estatuto da Juventude está há mais de dez anos na Casa.

Eu quero dizer, com muita alegria, que recebi, eu diria, sem medo de errar, manifesto de todos os partidos, e, simbolicamente, eu digo, do PMDB Juventude porque V. Ex^a é o Presidente da Comissão, pedindo a aprovação do Estatuto urgentemente. O PMDB Juventude V. Ex^a acompanhou, inclusive estiveram com o Senador Renan Calheiros pedindo a aprovação.

O Estatuto foi amplamente debatido em quase uma centena de audiências públicas por todo o País e aqui, também, na Câmara e no Senado.

Quero, de pronto, cumprimentar a Deputada Manuela, que foi a relatora primeira na Câmara dos Deputados; cumprimentar naturalmente o autor do projeto original, que V. Ex^a já leu; e cumprimentar o Senador Randolfe Rodrigues, que fez um excelente trabalho aqui na CCJ.

Presidente, vou direto para a análise. Na hora em que tivermos número suficiente e V. Ex^a entender, eu me submeto à votação. Como acordamos na semana, o importante hoje é aprovação do Estatuto, que é uma expectativa de todo o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a me permite só uma observação?

V. Ex^a quer a palavra, Senador?

Pois não.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Bom dia, Presidente Waldemir Moka, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Só quero me antecipar e dizer que faço parte do acordo com V. Ex^a. A Comissão de Educação está presente, não tendo necessidade de levarmos esse relatório, proferirmos novamente outro relatório, porque essa matéria já está exaurida, e nós temos que ganhar tempo. Então, conforme solicitação de V. Ex^a, a nossa Comissão está de comum acordo. O que for aprovado aqui hoje também está sendo aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero agradecer. (Palmas.)

É um gesto de desprendimento do Senador Cyro Miranda. Gostaria de que vocês noticiassem isso, jovens, em Goiás.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me um aparte. A Senadora Ana Amélia, que é Vice-Presidente da Comissão, também concordou com esse encaminhamento. Quero aqui dar o destaque. Ela poderia dizer: “Não, manda para mim lá, porque eu vou também debater esse assunto.” Mas ambos abriram mão, o Presidente e a Vice-Presidente, em nome do trabalho feito aqui na sua Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu ia chegar até a Senadora Ana Amélia, porque o Brasil inteiro sabe que ela manda em mim, então eu já.... (Risos.)

E a gente que é bem mandado... (Risos.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu me antecipei. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda, quero lhe dizer que é importante esse desprendimento. Os jovens estiveram com a gente e o Senador Paulo Paim se esforçou nesse texto, que, imagino, representa realmente o consenso. Tivemos algumas vezes com esses jovens. Permita-me, a juventude do meu Partido, o PMDB, hoje, com a presença do seu Presidente nacional, o Presidente Marco Cabral, aqui, no Senado, demonstra... Eu não sei os outros partidos, mas certamente ...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Todos os partidos mandaram...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – ...todos os partidos têm...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...moção de apoio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – ...essa representatividade. Então, na verdade, nós estamos votando...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Os jovens do PSDB...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – ...um consenso...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...do PT, do DEM, de todos os partidos, do PT, do PCdoB, do PPS. Se eu não disser todos os nomes, daqui a pouco alguém me cobra “não falou do nosso partido”.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É, não falou. É por isso que...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Então, eu diria que todos os partidos mandaram moção de apoio.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, eu queria sugerir que, enquanto... nós estamos... *(Pausa.)*

Eu acho que está precisando apenas e tão somente de mais um Senador. Então, eu acho que V. Ex^a podia discutir somente aquelas alterações que, realmente, criaram algum tipo de polêmica. Esse tempo que V. Ex^a pediu foi exatamente aquilo que hoje virou um consenso nacional.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, na verdade, foram três questões mais polêmicas. Eu botaria uma quarta, e vou explicar por quê.

A primeira delas é a questão da idade. Havia um debate se deveria ser de 15 a 29 ou de 18 a 29. A legislação internacional, toda ela, vai na linha de 15 a 29, mas aqui no Brasil nós temos o ECA, que diz que é até os 18 anos. Então, havia uma preocupação que uma lei não ficasse se sobrepondo a outra. Então, eu fiz aqui, eu fiz não...

Eu quero dizer que esse Estatuto, Sr. Presidente, e é importante dizer, esse substitutivo foi construído pela sociedade civil, principalmente a juventude, com a participação do Executivo, para evitarmos vetos, e, eu diria, homens e mulheres de todos os partidos.

Foi construída de forma coletiva uma redação que diz que fica de 15 a 29, mas vai prevalecer, sempre, a lei que mais beneficiar o jovem, inclusive aquele de 15 a 17 anos. Prevalece, sempre, o interesse da juventude. Essa redação foi ajustada.

Tínhamos um problema na questão da meia-entrada e ajustamos para que ficasse em lei específica, com uma emenda que vai, inclusive, encaminhar aqui o Senador Wellington. Criava-se uma dúvida: que lei específica é essa? Se no futuro criarem outras tantas leis específicas, também não os atinge? Não! É especificamente para esse período da Copa das Confederações, das Olimpíadas e da Copa do Mundo. Então, ficou especificado, mediante a Emenda, que vai ser apresentada, e eu acatarei.

E a terceira mudança, Sr. Presidente, é... *(Pausa.)*

Deixe-me aqui achar o artigo aqui. *(Pausa.)*

Mudou de “jovens carentes” para “jovens conforme a renda”. Especificamos qual seria essa renda e limitamos em dois salários mínimos quanto ao direito a essa meia-entrada – renda familiar, a renda não é *per capita*. Com isso, demos um corte e resolve esse impasse. É bom dizer que também o Senador Wellington vai apresentar essa emenda. Foi mediante entendimento que fizemos com a Casa Civil, ouvindo, também, o setor empresarial.

Estou comentando rapidamente, depois a gente vai desenvolver,

A quarta mudança é quanto aos meios de comunicação.

Nos procuraram, legitimamente, os meios de comunicação, porque a redação que estava dada engessava de forma tal que, praticamente, somando, segundo eles dizem, teriam que reservar quase cinco horas. Depois de amplo entendimento, ajustamos e ficou uma redação tranquila no art. 29, que dizia o seguinte antes, Senador:

Art. 29. A produção e programação das emissoras de rádio e televisão deverão [aí ficava deverão, terão que] destinar espaços ou horários especiais voltados à realidade social do jovem, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, conforme disposto no art. 221 da Constituição Federal.

Obrigava, e o que nós fizemos? Um amplo acordo. É importante dizer que a juventude concordou, a Casa Civil concordou, todos que eu consultei. As mudanças que eu fiz foram em um grande entendimento. Ficou o seguinte, e mudou a numeração, por isso mudaram os números em relação aos artigos do primeiro substitutivo:

Art. 25. Na consecução dos direitos culturais da juventude, compete ao poder público:

.....
VI – promover programas educativos e culturais voltados para a problemática do jovem nas emissoras de rádio e televisão e demais meios de comunicação de massa;

“Compete promover”, não obriga. Com isso, resolveu-se um grande impasse que nós tínhamos aqui e, com certeza, no plenário também.

Se V. Ex^a permitir, ainda, se faltar um minuto, eu poderia aqui até ler só esse resumo que simplifica tudo que eu falei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sim, eu...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quis improvisar...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – V. Ex^a lê o resumo. Já temos a presença do Senador Wellington...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...que vai apresentar as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – ...e completamos o quórum. O Senador vai apresentar as emendas.

Então, V. Ex^a vai ler, na verdade, a síntese do Estatuto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Onde havia polêmica.

O Estatuto da Juventude trata sobre o direito da juventude em várias dimensões, como cidadania, participação social e política e representação juvenil; educação; profissionalização, trabalho e renda; igualdade; saúde integral; cultura, comunicação e liberdade de expressão; desporto e lazer; meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Também se refere à instituição da Rede e do Sistema Nacionais de Juventude com intuito de fortalecer os Conselhos da Juventude.

O Estatuto da Juventude é para a juventude, estudante ou não, carente ou não, mas é claro que há necessidade de uma atenção especial para aquela parcela comprovadamente carente, que deve ser incluída em todas as propostas do Estatuto.

Devemos voltar os nossos olhos para algumas questões delicadas do projeto: o benefício da meia-entrada passa a corresponder a 50% de todos os eventos culturais e esportivos, cinema, teatro, exceto, como eu dizia antes, devido a uma emenda do Senador Wellington, Copa do Mundo, Copa das Confederações e Olimpíadas; as passagens interestaduais, tal como consta do Estatuto do Idoso; e a grande polêmica, sendo um acordo com o governo, fixando a questão dos dois salários mínimos, que o Senador Wellington encaminhará.

O texto original, o PL 98, de 2011, mantido pela CCJ, bem como o meu parecer, considera jovens as pessoas de 15 a 29 anos, como manda a legislação internacional. A Constituição Federal, por sua vez, impõe-nos limites etários no conceito de juventude, mas determina que as pessoas com até 18 anos de idade recebam proteção integral, que é o caso do ECA, que eu explicava. Esse diploma está em vigência desde 1990. Por isso, seria indesejável sobrepor a juventude à adolescência. O debate aconteceu em torno disso, e construímos esse acordo no sentido de que uma faixa não prejudica a outra, de forma que respeita-se o ECA e assegura-se a idade de 15 a 29 anos. Ficou acertado, portanto, que a idade entre 15 e 29 anos, com a ressalva da Lei ECA – de 15 a 18, prevalece o que está lá.

Art. 29, para a produção das emissoras foi o que expliquei antes.

Esse é o resumo onde constavam os pontos polêmicos. O restante foi ajuste feito pelo corpo técnico do Senado na redação.

Esse é o parecer. Somos pela aprovação.

Repetindo, cumprimento principalmente Manuela D'Ávila e Randolfe Rodrigues pelos relatórios que apresentaram e que nós adaptamos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, quero mais uma vez agradecer à Comissão por termos a oportunidade desse entendimento e parabenizar o Senador Paulo Paim, que, e quero dar um testemunho, neste período, esteve dialogando com todos os setores para que pudéssemos ter as condições de manter aquilo que é a essência, o mais importante do projeto.

Sr. Presidente, estou apresentando, como fruto desse entendimento, quatro emendas para clarificar o que se deseja.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me, Senador Wellington, eu falei em três, mas são quatro, porque a mesma redação tem que ser adaptada em outro artigo. No mérito, são três emendas.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Mas V. Ex^a falou que, na verdade, são quatro. (Risos.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Na verdade, formalmente são quatro, embora, em uma delas, como foi lembrado aqui, houve uma correção. Ela alterou o art. 23.

O primeiro ponto é que nós tínhamos a classificação dos jovens como carentes e se adequou, com base na legislação brasileira, à utilização do termo de baixa renda, porque passa a constar do texto o que é baixa renda. Há uma emenda que faz essa alteração, e outra que já define como sendo de baixa renda quem tenha uma renda abaixo de dois salários mínimos, como já dispõe a legislação.

Outra alteração, e já estava prevista, é apenas a citação dessa nova regra da Copa. Na verdade, assegura, para a mesma idade, todas as condições – vai haver uma regulamentação – da meia e, ao mesmo tempo, faz a definição apenas desse aspecto.

Então, quero agradecer ao Relator, apresentando essas emendas e parabenizando mais uma vez a sua capacidade de entendimento e de negociação, e também pedir a aprovação com as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na verdade, nós temos, então, o relatório à disposição dos Srs. Senadores. Essas quatro modificações já estão no texto novo, que se encontra aí, porque foram acatadas pelo Relator, Senador Paulo Paim. Eu, então, consulto os Srs. Senadores e vou colocar em discussão a matéria.

Está em discussão a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Para discutir, tem a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Antes, quero pedir as minhas desculpas à Senadora Ana Amélia, por ter “passado batido”. É evidente que, em nossa Comissão de Educação, eu não faço nada sem compartilhar com a Vice-Presidente, aliás, não desmerecendo as demais, eu tenho a certeza de que tenho a melhor Vice-Presidente das Comissões do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu, para não levar um pito, já aviso antes, porque sou mandado. *(Risos.)*

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Fui socorrido pelo Senador Paulo Paim e pelo Senador Moka.

Quero parabenizar o Senador Paulo Paim por esse esforço, por esse entendimento. Quero parabenizar o Senador Waldemir Moka pelo seu empenho para que a gente pudesse terminar hoje, como última reunião de Comissão – desde 2004 essa matéria se arrasta –, e que fosse com urgência urgentíssima ao plenário. Quero parabenizar todos os envolvidos nesse relatório, nesse trabalho.

Quero dizer, mais uma vez, em nome da Senadora Ana Amélia, em meu nome e da Comissão Educação, Cultura e Esporte, que nos sentimos plenamente satisfeitos e contemplados. Parabenizo mais uma vez, embora com o pesar de levar quase dez anos para se aprovar um estatuto como esse, mas antes tarde do que nunca! Vamos fazer bom uso desse estatuto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo o Senador Cyro Miranda, continua em discussão.

Com a palavra para discutir a nossa Vice-Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não sei se sou tão competente quanto a Senadora Ana Amélia na Comissão de Educação, mas tenho procurado ajudar V. Ex^a.

Eu gostaria apenas de cumprimentar o Senador Paulo Paim, e esse cumprimento é extensivo aos demais Relatores, a Deputada Manuela, na Câmara, e aqui o Senador Randolfe.

Quero dizer, Sr. Presidente, que considero este momento muito importante. O Estatuto da Juventude, o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Criança e do Adolescente têm sido, sem dúvida, instrumentos importantes de garantia não só de direitos dessas parcelas importantes da sociedade, mas também de inserção dessas parcelas no processo social brasileiro. Com a juventude não pode ser diferente. Eu acho que o País

que cuida da sua juventude, que cuida das suas crianças e adolescentes é, sem dúvida, um país que tem um futuro brilhante.

Quero cumprimentar o Senador Paim pela capacidade de negociação. Nós estamos aqui votando uma matéria muito importante sem qualquer conflito, porque todas as reivindicações da juventude brasileira aqui estão inseridas. Se fosse diferente, Senador Moka, V. Ex^a estaria tendo muito trabalho em dirigir a reunião hoje. Se o que esta aqui não atendesse os anseios da juventude brasileira, o trabalho seria muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Mas nós fizemos um trabalho preventivo. Com trinta e dois anos, eu tinha a obrigação de saber que, se eu não fizesse isso antes, eu teria de fazer aqui.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente. Por isso mesmo, por termos chegado a esse consenso e, com muita tranquilidade, mas, com segurança, votarmos, aqui, hoje, o Estatuto da Juventude do Brasil, cumprimento o Senador Paulo Paim e cumprimento V. Ex^a, Presidente da Comissão. Era isso, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu acho que apenas eu tenho de acatar ou não as emendas do Senador Wellington Dias.

Quero dizer que acato as emendas do Senador Wellington Dias, porque foi, como V. Ex^a disse, acertado antes. Como o substitutivo estava pronto, quanto a essa última redação, eu me reuni ontem com a Marcha da Juventude, em Brasília, com todos os coordenadores, e houve, é claro, a participação da Casa Civil, do setor empresarial, que também tinham interesse nessa redação, e ajustamos. Por isso, acato na íntegra as quatro emendas do Senador Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como nós temos, agora, quórum, portanto havendo número regimental, antes de iniciarmos a votação propriamente dita, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Encerrada a discussão, vou colocar em votação o parecer do Senador Paulo Paim, que, na verdade, aceitou e incorporou no texto as 4 emendas do Senador Wellington Dias, que passam a fazer parte desse relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A fazer parte do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, em votação o parecer, que conclui pela aprovação do PLC nº 98, de 2011, na forma do substitutivo que apresenta, com as 4 emendas oferecidas pelo Senador Wellington Dias.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer... (*Palmas.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011, na forma da Emenda nº 28 da Comissão de Assuntos Sociais – que é o substitutivo – e das Emendas nºs 29, 30, 31 e 32 da Comissão de Assuntos Sociais, de iniciativa do Senador Wellington Dias.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Só um minuto, Senadora.

A matéria, na verdade, deveria ir à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, mas há um acordo com o Senador Cyro Miranda, Senadora Ana Amélia e também com a Senadora Ana Rita, na Comissão de Direitos Humanos, que aqui, de público, abriu mão dessa tramitação, ficando apenas – não ouvi do Senador Blairo Maggi, mas quero...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu falei, ainda ontem, com o Senador Blairo Maggi, eu disse o que eu havia falado aqui, e ele disse: – É isso aí, Paim, tudo bem, toca a bala.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, também um acordo com o Senador Blairo Maggi. Nós estamos querendo, temos a pretensão, num requerimento de urgência, de irmos diretamente para o Plenário, com o requerimento de...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Queremos pedir essa urgência, Sr. Presidente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Era para isso, só para falar que podemos aprovar a urgência para debatermos e aprovarmos a matéria no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, em discussão o requerimento de urgência. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o requerimento de urgência.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência. (*Palmas.*)

Quero aqui cumprimentar a representação dos jovens na pessoa da Secretária Nacional da Juventude, Severina Carmem Macedo, e também todos os jovens

dos demais partidos – e aí me permita a saudação, deixa-me puxar a juventude do meu partido, do PMDB, ao cumprimentar todos os jovens dos demais partidos aqui presentes.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu queria apenas também parabenizar, porque acho que esse trabalho aqui, como foi lembrado pelo Senador Cyro, foi longo e eu não posso deixar de registrar aqui todo o apoio dos mais diferentes partidos, mas em especial das entidades aqui representadas pela juventude – também saudando aqui os do meu partido.

Dizer que é um prazer muito grande reconhecer que é um projeto que tem essa forte participação dos movimentos vinculados à juventude em todo o Brasil, e, certamente, fico muito orgulhoso do que fazemos aqui hoje.

Espero que tenhamos condições de aprovação também no Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – vou passar ao Item nº 2 da pauta.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu sou a relatora desse projeto, que é de 2011, do Senador Inácio Arruda, e, como a Consultoria junto com a minha assessoria técnica encontraram algumas imperfeições de ordem legislativa e até constitucional, prefiro retirá-lo de pauta, para eliminar qualquer dúvida nesses aspectos da legalidade, Senador Moka, para que ele venha aperfeiçoado e, aí, sem nenhum problema de apreciação por esta Comissão de Assuntos Sociais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A pedido da relatora da matéria, Senadora Ana Amélia, a matéria será retirada de pauta, para exame do relatório.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 136, DE 2011

– Não Terminativo –

Estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho no âmbito rural e urbano.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2011, com a Emenda que apresenta.

Observações:

– *A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em Decisão Terminativa.*

– *Votação simbólica.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se V. Ex^a não levar a mal, eu gostaria que nós quebrássemos um pouquinho o protocolo.

Eu acho que este é um momento histórico – e eu havia dito que projeto bom é projeto aprovado e não o discursado. Mas, se nós pudéssemos, poderíamos pegar essa juventude para tirar uma foto com V. Ex^a aí à mesa. V. Ex^a permite?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então, eu vou suspender por 5 minutos a reunião, para que a gente não faça isso durante a reunião. Por 5 minutos, e aí uma confraternização, o que é natural.

Está suspensa por 5 minutos a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 05 minutos, a reunião é suspensa às 09 horas e 32 minutos.)

(A reunião é reaberta às 09 horas e 33 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Está reaberta a presente reunião.

Em continuidade com a pauta, Item 3, lembrando que o item 2 foi retirado da pauta por pedido da relatora.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 91, DE 2010

– **Terminativo** -

Acrescenta §9º e §10º ao art. 57, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2010, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– *Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a turno suplementar.*

– *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim, para proferir seu relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, esta matéria já esteve aqui, conversamos já

bastante sobre ela; de forma que peço permissão a V. Ex^a para passar direto à análise.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar proposições que versem sobre previdência social.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no projeto. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, XXIII, da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF).

A norma proposta não afronta os princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

A matéria, que se pretende regular por lei, garante ao aposentado que continuar trabalhando o direito de renunciar ao benefício previdenciário e aproveitar o tempo de contribuição no cálculo de nova aposentadoria mais vantajosa.

Atualmente, como a legislação previdenciária não prevê a possibilidade de renúncia do benefício, as agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) se recusam a processar os pedidos de renúncia da aposentadoria. Assim, o segurado que, hoje, pretenda renunciar sua aposentadoria para, em seguida, obtê-la de novo, em valor mais alto, deve recorrer à Justiça.

Milhares de ações nesse sentido tramitam nos Estados e muitas já chegaram ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), cujo entendimento tem sido favorável aos aposentados.

A renúncia da aposentadoria, também denominada por muitos de “desaposentadoria” ou “desaposentação”, é buscada tanto pelos segurados que começaram a contribuir cedo e, por isso, se aposentaram mais jovens, quanto por aqueles que optaram pela aposentadoria proporcional, mas continuaram trabalhando. A partir de 1999, a procura pela renúncia da aposentadoria cresceu mais ainda com a implementação do fator previdenciário, criado para inibir as aposentadorias precoces, eis que reduz o valor do benefício para quem se aposenta com menos idade, independentemente do seu tempo de contribuição.

É grande, no STJ, a convicção de que, sendo a aposentadoria um direito patrimonial disponível, é possível a renúncia desse benefício, não havendo, ainda, impedimento para que o segurado que continue a contribuir para o sistema formule requerimento de nova aposentadoria, que lhe seja mais vantajosa.

No mérito, não temos reparos a fazer à proposta. A aposentadoria é um direito patrimonial, de caráter disponível e, portanto, passível de renúncia. Ademais, não nos parece justo obrigar o aposentado que continua a trabalhar a seguir contribuindo para a previdência sem a devida contrapartida.

Já em relação à sua técnica legislativa, verifica-se uma impropriedade ao se alterar o art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que trata especificamente da aposentadoria especial.

Outro aspecto merecedor de nossa atenção, questão polêmica que tem sido enfrentada nos tribunais, refere-se à pretensão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de exigir a restituição, pelo segurado que obteve na Justiça sua “desaposentadoria”, dos valores recebidos enquanto esteve aposentado, o que nos parece inadmissível, eis que ele fez jus aos proventos decorrentes do benefício da aposentadoria. Estamos alterando a proposta então, para que a devolução não seja devida nesses casos.

Por fim, com o intuito de afastar qualquer equívoco em relação ao alcance da lei, estamos explicitando, no texto da proposta, que, na hipótese de concessão de novo benefício, esse benefício e a contagem do tempo de contribuição anterior e posterior à renúncia têm seus efeitos restritos ao âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Voto.

À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2010, na forma da seguinte emenda:

Art. 1º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 18-A.

Art. 18-A. O segurado que tenha se aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, por tempo de contribuição, especial e por idade, pode, a qualquer tempo, renunciar ao benefício da aposentadoria.

§ 1º Ao segurado que tenha renunciado ao benefício da aposentadoria fica assegurado o direito à concessão de nova aposentadoria, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social, utilizando-se a contagem do tempo de contribuição que serviu de base para a concessão do benefício objeto da renúncia e a contagem do tempo de contribuição posterior à renúncia, bem como o direito ao cálculo de nova renda mensal do benefício, na forma do regulamento.

§2º A renúncia do segurado à aposentadoria, para fins de concessão de novo benefício no âmbito do Regime Geral de Previdência Social,

não implica devolução dos valores percebidos enquanto esteve aposentado.

Portanto, Sr. Presidente, essa foi a emenda apresentada ao projeto.

Eu quero, mais uma vez, eu não me canso de elogiar a iniciativa do Senador Paulo Paim. Eu entendo que o direito, como foi dito aqui, a aposentadoria é um bem disponível, e a decisão é unilateral. Então, se o aposentado tiver a possibilidade, uma perspectiva de melhorar a sua condição de vida, a sua renda, através da renúncia de uma aposentadoria, para depois ser inserido no mercado de trabalho ou se inserir no mercado de trabalho e renunciar à aposentadoria, para com isso melhorar os valores do benefício da aposentadoria, eu acho que isso é legítimo, essa é uma postura cidadã.

Tenho absoluta certeza de que o Governo brasileiro, através da Presidente Dilma, seguramente busca melhorar a condição de vida dos brasileiros, e esta matéria, de autoria do Senador Paim, oferece essas condições a milhares e milhares de brasileiros e brasileiras que são aposentados, mas existe uma perspectiva de melhoria, e essa perspectiva não pode ser negada por hipótese alguma.

E esta Casa tem sido e será desta feita, mais uma vez, um instrumento de justiça social. Portanto, eu quero parabenizar a iniciativa do Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, caros Colegas.

Na verdade a proposta do Senador Paulo Paim é uma daquelas que tramitam na Casa, e ela tem seus méritos extraordinários, sem dúvida alguma. E com o relatório do Senador Paulo Davim, vem ao encontro desse objetivo, fazendo com que o assegurado, o aposentado possa renunciar, na perspectiva de melhorar, sempre respeitando o teto da previdência social.

O que me deixou um pouco preocupado, quer dizer, com uma dúvida, que difere um pouco da proposta que nós temos tramitando na Casa, é que ele, para melhorar, tem que abrir mão do que vem ganhando. Vamos supor que ele percebe R\$1.000,00 por mês como aposentado e precisa continuar trabalhando, porque tem condições físicas, está com 65 anos, e que, para melhorar, atender seus netos, os amigos, comprar medicamentos, ajudar a pagar o aluguel, aquela coisa toda, tem que abrir mão e conseguir um emprego de uns R\$500,00 por mês, ou R\$600,00. Ele tem que se “desaposentar”, abrir mão dos seus R\$1.000,00, para tentar ganhar mais R\$500,00 ou R\$600,00 por mês, e ao fim de um ano, dois, três, quatro, cinco anos, ganhando R\$600,00 por mês, ele pode requerer, acres-

centando esse tempo ao que vinha ganhando. Esse aspecto é bom. Só que eu não sei, nesse íterim da “desaposentação” e até esperar quatro, cinco anos, que ele tenha condições de trabalhar para acrescentar, como é que ele vai viver.

A nossa proposta – o Senador Paulo Paim entende bem, é disso, e o Senador José Alencar, que é Líder do Governo no Congresso Nacional, tem assumido o compromisso de tentar buscar um entendimento sobre essa matéria, porque é um apelo nacional – é que para aquele que está recebendo, não chegou ao teto e ainda tem condições físicas de buscar mais um pouco contribuir com a previdência aqueles dois, três, quatro, cinco anos, se fará um cálculo atuarial, pela média de vida, pelo IBGE, e acrescenta-se esse *plus* ao que ele vinha ganhando, sempre se respeitando o teto. Essa é a ideia central que nós apresentamos. No mérito, ela vai ao encontro do que diz o Senador Paulo Davim, mas me parece que ela facilita um pouco. Em todo caso, já é um avanço.

Eu só faço essas observações e, se não me engano, aqui na Casa, nesta uma Comissão, há também, além da minha, uma proposta do Senador Paulo Bauer na mesma linha, e se não estou equivocado o Senador Armando Monteiro é o Relator das duas propostas. E no geral, no Congresso – repito mais uma vez, para encerrar –, o Senador José Pimentel, Líder do Governo, que já foi Ministro da Previdência, diz buscar um entendimento com o Ministro da Previdência e com o Governo, e eu tenho cobrado dele constantemente, para nós buscarmos avançar.

É claro que, de todas elas, eu fico com essa do Senador Paulo Paim, que já é um avanço. Mas se nós pudéssemos acrescentar para fazer com que esses trabalhadores que estão contribuindo possam, sem abrir mão daquele pouquinho que já vêm ganhando, acrescentar algo mais, enquanto tiverem condições físicas, eu acho que é uma grande palpatção nacional.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, um esclarecimento bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim, para um esclarecimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – São dois projetos distintos. O projeto do Senador Casildo Maldaner tem todo o seu mérito, mas ele visa a assegurar um *plus* para quem está em atividade. Aqui, não. Aqui, ele renuncia à aposentadoria dele, encaminha a papelada, continua trabalhando e, de posse do novo benefício, ele teria então uma aposentadoria – eu diria – fugindo do fator previdenciário. Por quê? Esse é o grande mérito desse projeto. Porque ele vai ter uma idade maior e um tempo de contribuição maior. Isso

não prejudica em nada a iniciativa do Senador Casildo Maldaner, que quer um *plus* para quem continuar trabalhando.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Só para eu entender...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ele não estava... Ele não entendeu, estava conversando...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ele apoia esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não, mas a principal diferença do projeto de V. Ex^a para o dele. Eu gostaria que V. Ex^a repetisse. Eu acho que ele não entendeu.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Esse projeto, na verdade, é um instrumento que atenua a situação principalmente daqueles que tiveram redutor em relação ao fator previdenciário. Então, ele continua trabalhando, com o fator em vigência. Ele vai estar com uma idade maior e um tempo de contribuição maior. Isso nós aplicamos na PEC paralela para os servidores públicos. Os servidores públicos já têm esse direito de optar. É só essa a diferença. O dele é um *plus* para o aposentado que está trabalhando com um salário menor, que tem todo o seu mérito, tem todo o nosso apoio, mas são dois projetos distintos. Por isso, eu pediria a aprovação deste, e o debate continuará, claro, na Câmara dos Deputados.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Só uma pergunta, só uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Casildo, só para... Ele não repetiu. A diferença básica, salvo melhor juízo, é que o projeto dele aqui é para quem já está aposentado. O de V. Ex^a não.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Não, também é para quem já está.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Já está?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas ele quer um *plus* para quem já está aposentado. O meu não dá *plus* nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias. Depois...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas só para esclarecer. A tese do Senador Paulo Paim, então, é de que quem está aposentado, também...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voltou a trabalhar.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Voltou a trabalhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está ganhando um salário maior do que a aposentadoria e não menor, que é o seu caso.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Ah bom, já está ganhando mais. Ah, aí tudo bem. Ótimo. Ótimo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senão, não tem razão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Tudo bem. Está ganhando mais, ótimo. Respeitando...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está ganhando mais.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Aí tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Casildo, por favor.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Entendido. Entendido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, primeiro para dizer que sobre esse tema, na verdade, o Governo realmente está estudando os impactos possíveis. Mas eu acho que é louvável, no seguinte aspecto: a Previdência não tem segredo, ela é uma poupança que se faz por um tempo determinado e que tem que ser capaz de lhe sustentar com os rendimentos pelo tempo que você tem de expectativa de vida.

No caso aqui, o que eu acho que tem de louvável é o fato, como lembrou o Senador Paim, de que você hoje se aposenta, há o fator previdenciário e você tem uma redução, e você tem a chance de uma remuneração melhor. Então, o que isso vai implicar? Na média, para efeito de cálculo da aposentadoria, ou seja, quando você vai calcular qual é o salário-base de aposentadoria, ele considera a média por um determinado período.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – São as 80 maiores contribuições.

Então, o que acontece? Se alguém se aposentou e o salário-base era R\$1.000,00, vou pegar esse exemplo, depois ele tem a chance de trabalhar e o salário já será de R\$2.000,00. Então, isso vai influenciar para que, lá na frente, um ano, dois anos, cinco anos, enfim, como lembra o Senador Casildo, pelo tempo em que ele possa suportar fisicamente trabalhando, ele tenha um novo cálculo. Esse novo cálculo leva em conta 80 meses a partir daquele novo encerramento. Então, por isso, ele altera a média de remuneração, colocando uma base salarial maior. Então, eu acho

que é algo sobre o que sempre o segurado vai ter que fazer as contas antes de tomar a decisão.

Então, eu queria aqui dizer que considero louvável e, certamente, esse tema aprovado aqui vai para a Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Casildo, eu indago se V. Ex^a ainda quer fazer alguma colocação, porque, na verdade, eu o interrompi. Está satisfeito com as explicações?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pelo que eu entendi aqui, em conversa com o Paulo Paim, é para aquele que está aposentado e, lá fora, mesmo aposentado, tenha condições físicas de poder exercer um trabalho e ganhar mais do que está aposentado, aí sim, aí é lógico. Aí não tem dúvida. A nossa tese é de que aquele que está ganhando um valor e vai trabalhar fora vai ganhar menos. Aí ficaria...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Santoro, por favor.

O SR. SODRÉ SANTORO (PTB – RR) – Eu acho muito louvável a iniciativa, mas eu queria saber o seguinte: ele pode voltar a qualquer hora? Vamos dizer que ele arrumou um emprego, trabalhou seis meses, não deu certo e não quer, ele pode voltar à situação normal dele?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ele não fará isso, porque ele vai se ferrar. A questão é a opção, porque esse projeto não tutela o aposentado. O aposentado voltou a trabalhar, está ganhando R\$1.000, está ganhando R\$2.000, é claro que ele vai ter um incentivo para ficar, no caso, mais cinco anos trabalhando porque ele já se aposentou...

O SR. SODRÉ SANTORO (PTB – RR) – Tudo bem, mas se ele perdeu esse emprego ou por qualquer motivo ele não pode mais trabalhar?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não tem nada a ver, ele não vai optar, ele vai ficar com a aposentadoria dele.

O SR. SODRÉ SANTORO (PTB – RR) – Mas não vai ter um prazo de ele recuperar?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nada, nada, nada, nada.

O SR. SODRÉ SANTORO (PTB – RR) – É automático?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nada. É automático.

O SR. SODRÉ SANTORO (PTB – RR) – Está ótimo, então. Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O prejuízo é zero.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, só para ficar claro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Wellington, é que há os Senadores inscritos.

Senador Eduardo Suplicy. Não.

Então, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É só para esclarecer. Na verdade, para ficar bem claro aqui. O que ele ganha aqui é que conta o tempo que ele já tinha. Ponto. E o que ele venha a ganhar influencia o novo salário. Ponto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quanto mais tempo ele trabalhar, mais ele vai ganhar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não havendo mais quem queira discutir...

Para discutir, Senador? *(Pausa.)*

Não.

Em votação.

A votação é nominal.

Está encerrada a discussão. A Presidência vai passar à votação.

Em votação o Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2010, que tem preferência regimental.

Votação nominal.

Senador Paim, voto conhecido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Eu voto com o Relator, que melhorou o meu projeto original. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o autor e com o relator, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador João Alberto de Souza?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator e o autor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Paulo Davim, voto conhecido?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Sodrê Santoro?

O SR. SODRÊ SANTORO (Bloco/PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o relator e o autor da matéria da matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Aprovada, em turno único, a Emenda nº 1, da Comissão de Assuntos Sociais, substitutiva, ao Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2010.

A matéria vai ao turno suplementar, nos termos do art. 282, c/c art. 92 do Regimento.

Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 316, DE 2010

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre penalidade administrativa no caso de consignação de mensalidades de associações e demais entidades de aposentados

legalmente reconhecidas, sem a autorização de seus filiados.

Autoria: Senador Arthur Virgílio

Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2010

A Presidência designa Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu apenas faço a leitura. Já li e concordo integralmente com o relatório, muito bem elaborado pela Senadora Lúcia Vânia. Então, passo a ler algumas partes, e, para economia de tempo, Sr. Presidente, irei diretamente à análise.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Segundo a nossa Relatora, que estudou de forma aprofundada a matéria, não se vislumbra nenhum vício no que concerne aos requisitos de constitucionalidade formal e material.

Os termos em que a proposição se formula não violam cláusula pétrea, e, no que se refere à juridicidade, o projeto se acha livre de quaisquer vícios.

Sob a ótica da técnica legislativa, também nada a opor.

Quanto ao mérito, que é o que importa para todos, a iniciativa, segundo a Senadora Lúcia Vânia, é muito bem-vinda, já que proibição, seja ela qual for, Sr. Presidente...

Chegou a Senadora Lúcia Vânia. Como é que a gente faz? Continua?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu sugiro que V. Exª continue e a Senadora Lúcia Vânia, logo após, se quiser fazer uma complementação, é bem-vinda.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeito.

Então, quanto ao mérito, diz com toda razão a Senadora Lúcia Vânia que a proibição sem sanção acaba se tornando inócua. A punição para as entidades, como é o caso do projeto de lei, que se aproveitam da dificuldade de controle e efetivam descontos dos benefícios de aposentados sem autorização destes, alcançando arrecadações milionárias, deve ser severa. O projeto se trata disto: proíbe qualquer tipo de desconto em pensões, aposentadorias, sem que haja autorização tácita daquele que está sendo descontado, no caso o aposentado. Se for descumprido, o projeto prevê sanções rígidas.

Assim, fixar multa, restituição do valor cobrado sem a devida autorização do aposentado e suspensão da consignação até a completa regularização da situação é medida de justiça e deve ser implementada.

Portanto, o voto é pela aprovação do Projeto de lei do Senado nº 316, de 2010, Sr. Presidente.

Lido o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia, V. Exª quer fazer alguma complementação?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu agradeço a V. Exª por me conceder a palavra.

Quero apenas cumprimentar e agradecer a Senadora Vanessa Grazziotin por ter lido o relatório, mas não tenho nada a acrescentar além do que S. Exª já colocou com muita propriedade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, em votação o Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2010.

A votação é nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin foi relatora *ad hoc*, é voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador João Alberto de Souza?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Como vota a Senadora Lúcia Vânia, a relatora?

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Voto conhecido.
Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Sodré Santoro.

O SR. SODRÉ SANTORO (Bloco/PTB – RR) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com as reladoras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2010, será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 441, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências para dispor sobre a exclusão, do salário-de-contribuição, das despesas do empregador com educação de seus empregados e dependentes.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2011 e das Emendas nºs 1 e 2-CE.

Observações:

– Em 22.05.2012, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CE e 2-CE.
– Votação nominal.

O Senador Romero Jucá havia me pedido para que eu retirasse de pauta esta matéria, a pedido do relator.

A matéria será retirada.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, apenas uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É uma pena que o Senador Romero Jucá não se encontre aqui para relatar essa proposta. Ela justamente vem ao encontro de outras duas propostas que tramitam nesta Casa. Aí, sim, eu havia me equivocado antes, quando disse que o Senador Armando Monteiro era o relator de duas propostas idênticas, mas é sobre este tema: as empresas jurídicas podem abater algo sobre o seu lucro real quando ajudam os pais ou filhos de trabalhadores na educação. São projetos extraordinários; o do Senador Paulo Bauer vai na mesma linha, e o nosso também, Sr. Presidente, com o mesmo objetivo. Esses dois, sim, estão com o Senador Armando Monteiro.

Em todo caso, essa proposta do Pedro Taques vem ao encontro disso.

Quero fazer essa observação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Retirado de pauta, a pedido do Senador Relator Romero Jucá.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 324, DE 2012

– Terminativo –

Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado para admissão de jovens entre 16 a 24 anos de idade que não tenham tido vínculo empregatício anterior, e dá outras providências.

Autoria: Senador Gim

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2012, e da Emenda que apresenta.

Observações:

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro para proferir o seu relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu me permito ir direto à análise de mérito do projeto.

Concordamos com o nobre autor da proposição acerca da necessidade de criar mecanismos que incrementem a contratação de jovens para o tão sonhado primeiro emprego. É necessário retirá-los da exclusão perversa da informalidade, criando ambientes que viabilizem a consecução de horizontes profissionais produtivos e sólidos.

De fato, criar uma modalidade de contratação diferenciada e menos onerosa para que as empresas contratem o jovem entre 16 e 24 anos é uma boa alternativa de incentivo dessa parcela do mercado de trabalho.

Discordamos apenas da redução das contribuições destinadas ao FGTS, Incra, salário educação e seguro de acidente do trabalho e ao “Sistema S”. Isso porque medidas que importem em renúncia de receita pública sem a estimativa e a forma de compensação da perda não atendem ao exigido pelo artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000), que reclama a indicação da fonte compensatória à renúncia fiscal decorrente do benefício concedido.

No que tange ao FGTS, é relevante lembrar que os recursos do Fundo têm sido utilizados para incentivar importantes medidas, como, por exemplo, o Programa Minha Casa, Minha Vida. Além disso, o Fundo tem como objetivo primordial garantir recursos ao próprio trabalhador.

Em relação à redução das contribuições destinadas ao “Sistema S”, embora o projeto tenha como mérito a inserção dos jovens no mercado de trabalho, acaba colidindo nessa parte com o instituto da aprendizagem profissional, que resguarda a inserção qualificada dos jovens no mercado de trabalho, favorecendo, portanto, suas perspectivas de ascensão profissional, seja por meio de programas voltados para a elevação da escolaridade, seja pela possibilidade da retomada de seus itinerários de formação profissional.

Cabe destacar que as taxas de desemprego dos jovens estão, em grande parte, relacionadas à falta de qualificação profissional. Assim, considerando que o público da aprendizagem profissional (14 a 24 anos) é praticamente o mesmo público do projeto (16 a 24 anos), a redução de 50% das alíquotas das contribuições destinadas ao Sistema S promoverá, na prática, a redução dos recursos que sustentam os relevantes e competentes serviços de interesse público ofertados pelos Sistemas Nacionais de Aprendizagem às empresas e à sociedade como um todo.

O mercado de trabalho no Brasil vem criando novos empregos, que muitas vezes não são ocupados por falta de qualificação profissional. O problema da empregabilidade, atualmente, deve ser creditado à falta de qualificação profissional, não somente dos jovens que almejam ingressar no mercado de trabalho, como também dos trabalhadores que necessitam de atualização ou complementação de conhecimentos, de acordo com as mudanças tecnológicas e administrativas.

No intuito de resolver o problema da falta de mão de obra qualificada, o a Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011, instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores. Em reconhecimento à excelência dos serviços prestados, o Pronatec conta com a participação dos serviços nacionais de aprendizagem, reunidos no Sistema S, por meio de ações de apoio à educação profissional e tecnológica, para cumprir suas finalidades e metas.

Essa parceria entre Poder Executivo e o Sistema S dá continuidade ao acordo firmado em 2008 com o Ministério da Educação para a ampliação de vagas gratuitas nessas instituições, com incremento progressivo de aplicações de recursos até 2014.

Em que pese o reconhecimento das iniciativas para estimular a empregabilidade de jovens, como a proposta pelo projeto de lei em tela, seria um contrasenso reduzir as contribuições para o Sistema S ao longo desse processo.

As empresas estão exigindo mais investimentos na formação de trabalhadores para, justamente, enfrentar um novo ciclo de desenvolvimento, bem como recuperar e ampliar espaços no acirrado mercado internacional e garantir competitividade do setor produtivo brasileiro. Para tanto, as empresas buscam e contam com profissionais preparados e, nesse sentido, os Serviços Nacionais de Aprendizagem têm contribuído enormemente com o empresariado, governo e sociedade como um todo.

Por esse motivo, entendemos necessária a apresentação de uma emenda supressiva desse dispositivo do projeto de lei.

Voto

Diante do exposto o voto é pela aprovação do PLS 324, de 2012, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº CAS

Suprima-se do PLS nº 324, de 2012 o art. 451-E, que seria inserido na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1974.

É esse o voto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Para discutir?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, tenho, todos sabem, o maior respeito tanto pelo Senador Gim como pelo Senador Armando Monteiro, mas recebi, a pedido do Ministério do Trabalho do Governo, que pedíssemos vista para que o Governo possa apresentar alguma contribuição a esse projeto que permita que a Casa possa votá-lo com mais tranquilidade. Nem vou ler a nota técnica que me encaminharam. Tenho discordância com a nota técnica, mas vou cumprir esse pedido de vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Regimentalmente, nos termos do art. 132, concedo pedido de vista ao Senador Paulo Paim.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda e Senador Casildo Maldaner. Portanto, vista coletiva.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Apenas uma observação, Sr. Presidente.

Diante do pedido de vista, não vamos votar agora essa matéria, mas chamou-me a atenção, no relatório do Senador Armando Monteiro, quando ele considera que não se pode abrir mão das contribuições, fundo de garantia, etc., sem que haja provisionamento ou compensação. Lembrei-me, por acaso, do que está se discutindo hoje, quando o Governo Federal desonera o IPI disso ou daquilo sem provisão, para que se possa não pecar em relação à Lei da Responsabilidade Fiscal. Lembrei-me disso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Preferência ao Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Meu caro Senador Casildo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Queria só comunicar, primeiro, aos Senadores que fazem parte daquela comissão especial sobre financiamento que, amanhã, vamos ter reunião para aprovar o plano de trabalho e, segundo, que tive uma conversa com o Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, e que, nessa conversa, surgiu uma ideia que

achei muito interessante, a de priorizarmos alguns projetos da área da saúde, estabelecermos um nível de discussão rápida sobre esses projetos e fazermos aquelas sessões de plenário temáticas, com votação ao final, e que, além disso, ele me comunicou que está construindo junto com o Presidente da Câmara um processo de tramitação especial para essas propostas que considerarmos prioritárias.

Então, acho que seria interessante que a gente pudesse, talvez o Presidente pudesse apresentar na próxima reunião, uma proposta de projetos prioritários. Imaginei alguns: a emenda constitucional do Senador Paulo Bauer que elimina todo tipo de imposto de medicamentos, a proposta sobre lei de responsabilidade sanitária, as questões relativas ao financiamento, o debate sobre recursos humanos. Então, acho que podíamos pensar outros temas e trabalhar para, em um espaço de tempo curto, colocar essas coisas para andar, para funcionar.

Por último, pedi à Senadora Ana Amélia – e ela me foi muito cortês, muito gentil – que nós não fizéssemos hoje a votação sobre a questão da internação voluntária.

Tive conversas com o Ministério da Justiça, da Saúde, ela teve também, por meio da assessoria, e acho que é perfeitamente possível chegarmos a um consenso. O que está pegando é onde colocar isso: se na Lei de Drogas, que tem uma conotação de punição, ou na Lei da Reforma Psiquiátrica, o que seria a intenção dela, de algo que tivesse mais um aspecto terapêutico.

Então, ela aquiesceu que ficasse para a próxima semana. Mas, na próxima semana, independentemente de eu ter conseguido construir alguma coisa, nós vamos votar.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, só um minuto.

Antes, quero dizer que o Senador Renan Calheiros também me pediu... Porque, qual é a iniciativa? Que pudéssemos, realmente, aqui na Comissão de Assuntos Sociais, pensando os vários projetos, construir um projeto da Comissão. E esse projeto seria debatido em uma daquelas sessões em que é permitido o debate que ele inaugurou. Então, faríamos um grande debate, no plenário do Senado Federal, e, possivelmente, até com participação da Câmara dos Deputados, quer dizer, seria quase que uma articulação do Congresso Nacional. Qual o objetivo? Conseguirmos um texto capaz de dar, realmente, condições para o chamado financiamento da saúde. É nessa linha.

Então, como amanhã teremos a reunião dessa comissão especial, a minha sugestão, consultando o Plenário, é que delegássemos a essa comissão especial que ela já começasse, com o trabalho dessa subcomissão, a pensar esses projetos, tentando chegar a um projeto. Mas, aí, a subcomissão teria como condição apresentar aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, a conclusão a que chegou.

Consulto o Plenário sobre se podemos proceder dessa maneira, porque amanhã teremos a primeira reunião da subcomissão.

Mas ouço a Senadora Ana Amélia, pela ordem, antes.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Em primeiro lugar, eu queria dizer, nessa matéria... O que V. Ex^a explicou... Porque entraram dois assuntos: um é o tema do projeto a que o Senador Humberto Costa fez referência, do qual sou relatora e de que estamos tratando, há dois anos, sobre internação involuntária ou compulsória, como queiram. Essa matéria diz respeito à questão do consumo da droga, da doença, como dependente químico.

Então, o Senador Humberto Costa, prudentemente... Porque, regimentalmente, o pedido de vista coletiva significa dizer, no Regimento, que, se pedido na reunião anterior, nós deveríamos ter incluído na pauta essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Aliás, está incluída, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Extrapauta.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A justificativa do Senador é que, como não estava formalmente e publicamente incluído, ele não percebeu o esgotamento do prazo. Mas penso que o entendimento sempre é o melhor caminho.

Quanto à questão dessa matéria, desse projeto, penso que não há dúvida. Vamos, amanhã, ter uma conversa com a assessoria técnica. Também fomos exaustivamente negociados... O Sebastião Moreira, que é o consultor do Senado, está dando uma consultoria muito dedicada, com exame de todas as áreas, por entendermos que a questão da dependência é uma questão de saúde. Esse é o ponto principal, com que acho que concordamos juntos também.

Eu queria, a propósito disso – depois, volto às questões gerais das prioridades –, dizer que, hoje, a Câmara dos Deputados faz uma audiência pública sobre essa questão. Porque o projeto que está na Câmara é um projeto bem mais radical, eu diria, do ponto de vista do conceito. É possível que esse projeto seja apreciado

diretamente no plenário e não passe nas comissões. Nessa medida, penso que temos também, na próxima reunião, de votar, e daremos, o Senado dá a sua contribuição, independentemente do que a Câmara fizer.

Quanto à pauta, Senador Moka, penso que isto realmente é produtivo: definir prioridades de temas que são de interesse nacional. O Senador Humberto Costa falou sobre a Subcomissão e a questão do debate sobre o financiamento e dos projetos prioritários. Discutimos aqui, e V. Ex^a foi muito prudente e prático, a questão do reajuste dos preços dos laboratórios de análises clínicas. Ficou de haver um contato direto com a área técnica do Ministério da Saúde para examinar esta matéria especificamente nisso. Gostaria de saber se V. Ex^a poderia transmitir à Comissão alguma informação sobre o andamento desses entendimentos e que providências poderemos tomar coletivamente, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vamos por partes. Primeiro, estamos acordados que, na próxima semana, independentemente de consenso ou não, vamos votar o projeto que a Relatora é a Senadora Ana Amélia e que versa sobre a questão da internação. Segundo ponto, está também definido que essa Subcomissão vai se reunir amanhã e terá, de imediato, como prioridade, pesquisar os vários projetos que existem e, a partir desses projetos, pensar um projeto e trazer a essa Comissão. Esse projeto será debatido, já em articulação com o Presidente do Senado, em uma dessas sessões, numa grande sessão, em que faríamos o debate desses projetos, de todas as questões sobre financiamento. Essas duas coisas estão decididas e considero que a Presidência está autorizada a tomar essas providências.

Em relação ao questionamento que faz a Senadora Ana Amélia, recebi, na semana passada, o Conselho Nacional de Farmacêuticos e Bioquímicos, que me deu a informação de que já está no Ministério a demanda deles. Nesta semana, fiquei de marcar uma ida, nós dois, eu e V. Ex^a, ao Ministério da Saúde para que pudéssemos tratar sobre o assunto. Ainda não obtive essa resposta, mas, se não for esta semana, Senadora Ana, na semana que vem, com certeza, estaremos lá, pedindo já resultados e providências sobre aquilo que entendemos que seja o melhor para o sistema SUS.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero, ainda informar que o Conselho Nacional de Saúde, na pessoa do seu Secretário Executivo, Dr. Márcio Florentino Pereira, requer um encontro com os membros da Comissão de Assuntos Sociais, no próximo dia 10 de abril, quarta-feira, às 16h,

no Plenário desse órgão técnico do Senado Federal, para tratarmos do resultado da coleta de assinaturas e atual situação da saúde pública do Brasil.

Há uma grande mobilização. Pediram um contato. Evidentemente, a Presidência, sem ouvi-lo, mas tenho certeza de que a decisão seria essa, porque é a função nossa aqui, vamos recebê-lo, na próxima quarta-feira, dia 10 de abril, às 16h.

Essa é a informação que queria dar ao Plenário desta Casa.

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, quero registrar um fato...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Perdão, Senador. O horário – estão me corrigindo, e está certo aqui – é 15h, não 16h, conforme havia dito. Por favor, tem a palavra.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Quero registrar, Sr. Presidente, um fato que, no Rio Grande do Norte, estamos comemorando: são os 50 anos das 40 horas de Angicos. Não sei se os ilustres Senadores e os presentes já ouviram falar nas 40 horas de Angicos, mas vou explicar exatamente que fato foi esse.

Em 1963, no Município de Angicos, interior do sertão do Rio Grande do Norte, 75% da sua população era analfabeta e o educador Paulo Freire implantou em Angicos uma experiência pioneira no Brasil. Que experiência era essa? Era de alfabetizar adultos em 40 horas. Esse trabalho foi tão exitoso que recebeu subsídios da Sudene e de um organismo internacional americano chamado Usaid. Chamou a atenção do Brasil inteiro. Jornalistas foram lá, naquela época, para testemunhar de perto essa experiência fantástica de alfabetização em 40 horas, professores e até o então Presidente João Goulart, que ficou tão encantado com a experiência que implantou o Plano Nacional da Alfabetização, e a primeira turma de adultos alfabetizados foi de 3000 alunos, que conseguiram ler e escrever em apenas 40 horas.

Infelizmente, essa experiência implantada no sertão do Rio Grande do Norte, em Angicos, pelo Prof. Paulo Freire teve o seu fim em 1964, com o governo militar. Paulo Freire foi preso, exilado, a experiência exitosa teve o seu fim, o governador da época, que era o Governador Aloísio Alves, foi cassado, e todos aqueles que participaram dessa experiência também tiveram os seus direitos políticos, de alguma forma, afetados. Mas essa experiência ficou na memória de todos nós, e, hoje, o Brasil inteiro, sobretudo as autoridades da área de educação, rendem homenagem a essa experiência exitosa de alfabetização em 40 horas.

O método interessante começa a alfabetizar usando palavras do cotidiano do homem do campo, e não

só isso, mas esse método de alfabetizar despertou a consciência da importância do cidadão e da cidadã na sociedade, a importância de saber ler, despertou, inclusive, a consciência política daquelas pessoas.

Então, nesta semana, nós comemoramos, no Estado, os 50 anos das 40 horas de Angicos, um método de alfabetização revolucionário e que ficou na memória de todos nós.

Portanto, eu faço aqui este registro e, mais uma vez, rendendo homenagens justas ao educador Paulo Freire e a todas aquelas pessoas daquela época que acreditavam, os 19 jovens que saíram da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, numa Kombi, levaram algumas horas para chegar ao sertão de Angicos e passaram 40 horas, alguns dias, fazendo o trabalho de convencimento dos adultos para irem à escola, aprenderem a ler, usando lampião e lanternas de querosene – porque não havia luz elétrica, sobretudo na zona rural – para alfabetizar aqueles cidadãos. Então, na primeira turma de 300 pessoas, o cidadão analfabeto de 52 anos não só leu, mas também saudou os presentes! Foi uma experiência muito exitosa que levou para o Rio Grande do Norte e para Angicos e chamou a atenção de olhares dos mais renomados educadores da época, portanto, fica aqui este registro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Senador Paulo Davim. Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente e caro Senador Paulo Davim, eu não conhecia essa história e fiquei meditando cá comigo, pois, há meio século, eu começava a minha primeira campanha de Vereador, em 1962. No meu primeiro mandato, eu ia à Câmara de Vereadores a cavalo. E, em Angicos, no Estado de V. Ex^a, no Rio Grande do Norte, no sertão, Paulo Freire, que é tão conhecido no Brasil no campo da educação, há meio século, ensinava aos adultos. E eu não tinha ideia de que em Angicos, no interior do sertão do Rio do Norte, há meio século, acontecia isso. Foi uma coisa que me chamou a atenção, e eu quero participar deste momento que o Norte vive, nesse modelo que está implantado para nós todos no Brasil, e difundir o nome de Paulo Freire, que é tão renomado no campo, principalmente, da educação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Na verdade, o método é famoso. Eu conheço o método, que ficou conhecido exatamente porque ele ensinava um pedreiro, a partir das suas ferramentas, do seu cotidiano, a escrever a palavra tijolo, por exemplo.

Se você parar para analisar, quarenta horas seriam cinco dias, de oito horas. É realmente um avanço muito grande. É um método que puxava exatamente

pelo sentimento de que o trabalhador gostaria de escrever aquilo do dia a dia dele e o estimulava dessa forma. É, sem dúvida nenhuma, um método conhecido, e lamentavelmente foi cassado.

O então Governador Aluísio é o pai do nosso hoje Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves. Então, eu acho que V. Ex^a lembra e com orgulho. E é importante este registro aqui na Comissão de Saúde porque, exatamente, só a partir da educação, é que nós vamos conseguir um País realmente cada vez mais solidário, desenvolvido.

Eu digo sempre que, nessa busca por recursos, a educação sem dúvida nenhuma é importante – os 100% como quer o Governo –, mas esse recurso teria que ser dividido, pelo menos, entre a saúde e a educação, porque dificilmente uma criança desnutrida, doente vai conseguir aprender. Essas coisas estão muito equilibradas.

Nada mais havendo a tratar, eu quero encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

(Iniciada às 09 horas e 05 minutos, suspensa às 09 horas e 32 minutos, reaberta às 09 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 28 minutos.)

ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE ABRIL DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezesseis minutos, do dia nove de abril de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Jayme Campos, Sodrê Santoro, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Benedito de Lira, Sérgio Petecão, Armando Monteiro, e das Senadoras Angela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Registram presença os Deputados Federais Vieira da Cunha, Policarpo e Assis Melo. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata anterior, que é dada por aprovada. Passa-se ao início da Audiência Pública destinada debater a Convenção 151 da OIT, que “estabelece o princípio da negociação coletiva entre trabalhadores públicos e os governos das três esfe-

ras – municipal, estadual e federal”, em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2013 da CAS, de autoria do Senador Paulo Paim, com a presença dos seguintes oradores: **Deputado Federal Policarpo**; **Deputado Federal Vieira da Cunha**; **Deputado Federal Assis Melo**; **Sebastião Soares da Silva**, Secretário-Geral da União Internacional de Sindicatos de Servidores Públicos – UIS/FSM; **João Domingos Gomes dos Santos**, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil; **Lineu Neves Mazano**, Secretário de Assuntos de Servidores Públicos da União Geral dos Trabalhadores; **João Paulo Ribeiro**, Secretário de Serviços Públicos e do Trabalhador Público da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; **Pedro Armengol**, Secretário-Adjunto de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores – CUT; **Adolfo Grassi de Oliveira**, Secretário Nacional do Serviço Público da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil; **José Maria de Almeida**, Membro da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas; **Aires Ribeiro**, Presidente da Federação dos Sindicatos dos Servidores e Funcionários Públicos das Câmaras de Vereadores, Fundações, Autarquias e Prefeituras Municipais do Estado de São Paulo – FESSPMESP; **Mauro Zica Júnior**, Presidente da Câmara Bipartite Governo / Servidores Públicos; **Max Leno de Almeida**, Especialista em Negociação do Setor Público do DIEESE; **Antonio Augusto Queiroz**, Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP; **Ibrahim Yusef**, Presidente do Sindireta DF; **Mônica Valente**, Diretora do Escritório da Internacional de Serviços Públicos no Brasil; **Luiz Gonzaga de Negreiros**, Diretor da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB; **Antonio Carlos Fernandes Jr.**, Presidente da Confederação dos Servidores do Poder Legislativo e Tribunais de Contas do Brasil – CONFELEGIS; **Nilton Paixão**, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União – SINDILEGIS e Representante da Força Sindical. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Rodrigo Rollemberg, Jayme Campos, Waldemir Moka, Presidente da CAS, e a Senadora Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador **Waldemir Moka**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária, da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir a Convenção nº 151, da OIT, que estabelece o princípio da negociação coletiva entre trabalhadores públicos e os governos das três esferas – municipal, estadual e federal – em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2003, desta Comissão, de iniciativa do eminente Senador Paulo Paim.

Senador Paulo Paim, confesso que fui surpreendido por um número, na minha avaliação, exagerado de expositores. Preciso ser absolutamente direto e franco com os senhores. São 17 expositores. Não temos nem lugar à mesa. Em função disso, estou propondo que a gente faça três rodadas, e vou diminuir os 15 minutos normais, porque senão vai ficar uma audiência interminável e, o pior, os Senadores vão ter dificuldade inclusive para interagir com essa audiência pública, e acho que o objetivo dos senhores é exatamente, ao falar aqui, acelerar o que precisa ser feito aqui na Casa. Então, penso que, diminuindo isso... Acho até que, com 17 expositores, em algum momento os senhores serão repetitivos. Posso até estar enganado, salvo melhor juízo, e gostaria de estar. Mas como a franqueza conserva a amizade, estamos colocando aqui com todas as letras para que amanhã ou depois alguém diga: “O Moka cerceou a palavra.” Não! Ao contrário, para dar oportunidade de todos se expressarem, o que a Presidência vai fazer são três Mesas sucessivas com os expositores, diminuindo, naturalmente... Se considerarmos 15 minutos, só de exposição vamos para 3h30. Na minha avaliação, a audiência começa a ter dificuldade para ter rendimento, e o objetivo é exatamente o contrário: que possamos sensibilizar o conjunto da Casa da Comissão e do Plenário desta Casa para que possamos acelerar esta votação.

Espero que os senhores entendam. Alguns vão estranhar a minha forma de abrir, mas acho a melhor forma, me parece ser.

Ouçó, agora, o Senador Paulo Paim, que é o requerente desta audiência pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Primeiro, Senador Waldemir Moka, quero cumprimentar V. Ex^a. V. Ex^a tem sido um parceiro aqui de primeira hora de todos os segmentos. A ponderação que V. Ex^a faz, para mim, está mais do que correta. V. Ex^a inclusive dialogou comigo, como autor do requerimento, e com os outros Senadores – o Rollemberg está do nosso lado – para diminuirmos de 15 minutos para 5 minutos cada um. Tinha dirigente sindical dizendo que poderia ser 3 minutos, porque cada um quer expressar o seu ponto de vista na visão da sua representação sobre a importância da Convenção nº 151, que era um sonho até pouco tempo, hoje já temos um decreto e, agora,

podemos, a partir daqui, ir para a decisão e a votação final para um tema tão importante.

Só quero cumprimentar V. Ex^a. V. Ex^a tem aberto o espaço para todos os movimentos sociais. Hoje o Presidente Waldemir Moka está abrindo mão inclusive de um princípio, porque aqui é somente uma Mesa com seis convidados. Ele está abrindo para três Mesas, para que cada um de vocês possa usar a palavra.

Então, sejam bem-vindos.

As palmas não são para vocês, mas para o Presidente Waldemir Moka, porque ele abriu mão de algumas coisas que normalmente ele não abre mão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço a intervenção do Senador Paulo Paim e passo a compor a Mesa.

Vou, na sequência que foi aprovado aqui o requerimento, as indicações, chamando, sem nenhum demérito aos que vão ficar na 3ª Mesa. É apenas a sequência natural da ordem dos que aqui estão.

Convido o Sr. Sebastião Soares da Silva, Secretário-Geral da União Internacional de Sindicatos de Servidores Públicos, a UIS/FSM. (*Palmas.*)

Convido o Sr. Antonio Carlos Fernandes Júnior, Presidente da Confederação dos Servidores do Poder Legislativo e Tribunais de Contas do Brasil (Confelegis). (*Palmas.*)

Convido, ainda, o Sr. João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil. (*Palmas.*)

Convido o Sr. Lineu Neves Mazano, Secretário de Assuntos de Servidores Públicos da União Geral dos Trabalhadores. (*Palmas.*)

Convido o Sr. João Paulo Ribeiro, Secretário de Serviços Públicos e do Trabalhador Público da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). (*Palmas.*)

Convido o Sr. Pedro Armengol, Secretário-Adjunto de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores. (*Palmas.*)

Por último, para compor a primeira Mesa, convido o Sr. Adolfo Grassi de Oliveira, Secretário Nacional do Serviço Público da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil. (*Palmas.*)

Senador Paulo Paim, a Presidência vai abrir mão da fala. Solicito a V. Ex^a, autor do projeto, que também o faça, para termos maior objetividade nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já abri, Sr. Presidente, é a minha conduta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vou pedir para que a nossa assessoria marque o tempo de cinco minutos. Ao término de quatro minutos, vai soar uma campainha, quando espero que os senhores possam concluir. Insisto em dizer que o

tempo de minutos, já tratado, é em função da quantidade de expositores, somente para aqueles que estão chegando depois das explicações desta Presidência.

Sem perda de tempo, concedo a palavra ao senhor...

Eu tenho um pedido para que a primeira palavra seja concedida ao Sr. João Domingos Gomes dos Santos, que vou atender. *(Palmas.)*

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS

– Obrigado, Sr. Senador Presidente desta Comissão e desta solenidade, Srs. Senadores presentes, Srs. Deputados, autoridades sindicais, plenária.

Primeiro, quero agradecer ao Senador Paulo Paim que, com a sua costumeira sensibilidade, sempre está afinado com as principais demandas da sociedade em geral, dos trabalhadores, em particular, e, em especial, dos servidores públicos. Muito obrigado, Senador, por mais esta oportunidade de expormos aqui as questões de maior relevância, e, particularmente, no momento da questão da regulamentação da Convenção 151, que reputo ser, depois de regulamentada, a maior conquista da história das relações de trabalho no setor público brasileiro.

A Convenção 151 regulamenta o tripé básico das relações de trabalho no âmbito sindical. Trata da negociação coletiva, do direito de greve e da organização sindical. O tripé é fundamental e está, Sr. Presidente, há mais de 30 anos, exatamente há 35 anos em debate na sociedade brasileira. O Brasil homologou essa Convenção em 1978; somente após 30 anos, em 2008, foi ratificada aqui no Congresso Nacional; em 2010, registrada na OIT, e estamos, desde 2010, tentando regulamentá-la.

Tivemos um salto de qualidade muito grande quando, no dia 6 de março, a Presidenta Dilma assinou um decreto presidencial promulgando o decreto ratificado aqui neste Congresso. Isso quer dizer que agora falta a última parte, porque essas convenções internacionais não são normas, elas são princípios. E, para que elas tenham efeito prático, precisam ser regulamentadas por normas próprias, por leis específicas. E é essa fase.

Quero agora, nesses brevíssimos cinco minutos, tentar chamar a atenção, Sr. Presidente, para o que mais me preocupa no momento, que pode atrapalhar a conclusão desses trabalhos.

Depois de 30 anos perdendo tempo, em dois anos criamos um consenso entre Governo e centrais sindicais, ratificamos, registramos e, desde 2010, estamos numa situação extremamente complicada, em que se desfez o consenso no movimento sindical e se desarticularam os órgãos do Governo que tratavam do tema. Desde então, há uma profusão de instâncias

tratando do mesmo assunto e agora começa a haver profusão de projetos tratando de pontos específicos. Aqui na Casa, há mais de uma dezena de projetos que tratam, por exemplo, de lei de greve, há mais de um projeto que trata de negociação coletiva, há mais de um projeto que trata de organização sindical, mas todos os projetos tratam pontualmente de temas da convenção desarticulados entre si.

Essa convenção é um tripé e, como toda estrutura que se baseia em um tripé, qualquer uma das pernas que faltar a torna insustentável. Então nós não podemos ter a visão equivocada de resumir, como fazem muitas vezes as instituições governamentais, em algum momento, até mesmo o Poder Legislativo, mas principalmente a imprensa e até a sociedade, reduzindo a Convenção nº 151, as relações de trabalho à questão de greve. E não é assim.

Então, nós queríamos dizer o seguinte, Senador: nós temos hoje um grupo de trabalho do Ministério do Trabalho, temos um grupo multiministerial, formado pela Casa Civil, Secretaria Geral da Presidência, Ministério do Planejamento, AGU, Ministério do Trabalho e centrais sindicais, o Conselho Nacional de Relações de Trabalho e a Câmara Nacional Bipartite dos Servidores Públicos tratando do mesmo assunto.

O que nós queremos fazer, o apelo nesses poucos segundos que nos restam é de que esta Casa preste atenção e receba da forma mais eficiente para solucionar o problema os projetos oriundos da Câmara Bipartite Governo e Servidores Públicos. Ali estão todas as centrais e todos os órgãos de governo que articulam as relações de trabalho.

A preocupação é esta: aqui começam a tramitar vários projetos que tratam pontualmente do mesmo assunto, mas de forma desarticulada, o que muitas vezes não reflete o consenso, o acúmulo construído pelas centrais sindicais, pelo governo, pelas instituições nos vários debates. Foram dois anos de debates nacionais com a sociedade, com o movimento sindical, com os usuários do serviço público, através da sociedade civil organizada, então há um acúmulo muito grande. O que falta? Decisão de governo para coordenar o projeto que, agora, com o decreto assinado pela Presidenta Dilma, acreditamos que finalmente estamos a ponto de trazer.

E quero deixar, no final, para todas as centrais sindicais, para o Pedro, o Lineu, enfim, para todas: vamos construir, a partir de hoje, um calendário apertadíssimo, de modo que tenhamos, no dia 1º de maio, um projeto de consenso construído pelas centrais e que, finalmente, em junho, na conferência da OIT, que este ano é temática do serviço público, possamos estar lá para comemorar a Convenção nº 151, e não

para denunciar o Brasil, que hoje está tecnicamente inadimplente junto àquele órgão.

Muito obrigado e desculpem pelo excesso do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Agradecendo a participação, concedo a palavra ao Sr. Sebastião Soares da Silva, Secretário-Geral da União Internacional de Sindicatos de Servidores Públicos.

O SR. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA – Bom dia a todos e a todas.

Inicialmente, agradeço o apoio a esta audiência aos trabalhadores aqui do Senado, na pessoa da Loni e do Adalberto, que foram decisivos para que os processos ocorressem, agradeço mais uma vez ao Senador Paim, que prontamente concordou com esta audiência, agradeço ao Senador Waldemir Moka, que consegue até romper os seus princípios aqui, que de fato são adequados, mas também quero agradecer a todos que aceitaram participar desta audiência. Não vou citar nominalmente, porque todos estão aqui referenciados, mas acredito que a unidade nesta mesa é a maior que já demonstramos em termos de discussão da Convenção nº 151. Pela primeira vez nós conseguimos reunir entidades tão diferenciadas e tão representativas no debate da Convenção 151. Eu acho que só por isso, Senador, já é um grande avanço. E a proposta final do João Domingos, de que nós façamos uma unidade na construção de um projeto único, acho que é o apelo principal e a questão central desta audiência.

Eu queria dizer que a UIS – União Internacional dos Servidores Públicos da Federação Sindical Mundial, é uma entidade que tem mais de 50 anos de existência e que sempre pautou pela luta classista dos servidores públicos em todo o mundo. Nós estamos aqui junto com a CSPB, junto com a Nova Central Sindical, junto com as demais centrais sindicais, CTB, CGTB, as nossas centrais no caso, que são as centrais filiadas à UIS, filiadas à FSM. Então, temos aqui várias entidades que filiadas à FSM aqui no Brasil e nós queremos que esta data seja um marco, porque essa luta é pelo aprofundamento da democratização das relações de trabalho no Brasil, para ver se encerra a enxurrada de judicialização de questões sindicais que existem, referentes ao setor público, e também para ver se se faz justiça ao que nós conquistamos em 88.

Quer dizer, o que não pode acontecer, Senador Moka e Senador Paim e Senador Rollemberg, a quem agradecemos o apoio que temos recebido, é que seja uma nova Lei do Ventre Livre.

Quando foi promulgada a Lei do Ventre Livre, a Nação rejubilou-se: “Que maravilha!” Quem nascesse a partir daquela época não seria mais escravo. Mas

só que a lei dizia: “Ele continua pertencendo ao seu dono até sua maioridade”. Então, com essa lei aprovada agora, da regulamentação da Convenção 151, pode ser uma nova Lei do Ventre Livre. Foi aprovada, foi promulgada, mas não tem efetividade.

E uma questão para a qual eu gostaria da ajuda dos Senadores, Senador Moka, Senador Paulo Paim, Senador Rollemberg, é um princípio em que os prefeitos insistem: como superar a questão da legalidade? Houve a negociação coletiva, realizamos o acordo com o gestor – Executivo Federal, Estadual e Municipal –, como isso tem aplicação imediata sem que haja um impacto de que o Legislativo venha a torpedear, a impedir que o acordo firmado com o Executivo seja plenamente aplicado? Então, essa é uma questão legal e nós precisamos contar com o apoio do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, enfim, do Congresso Nacional, para que essa lei seja, de fato, uma lei que democratize o serviço público brasileiro, que resgate os direitos conquistados na Constituição de 88 e que transforme o Brasil, efetivamente, num país exemplar em relação aos seus trabalhadores do setor público. E que, na reunião da OIT em Genebra, em que o assunto será a Convenção 151, o Brasil se apresente como aquele país que efetivamente está aplicando essa lei, que é a redenção das relações trabalhistas e sindicais no setor público brasileiro.

Muito obrigado a todos e a todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Quero cumprimentar e agradecer ao Sr. Sebastião Soares da Silva, que contribuiu para a economia do tempo, e eu não vou gastar. Então, eu quero chamar agora o Sr. Antonio Carlos Fernandes Júnior, Presidente da Confederação dos Servidores do Poder Legislativo e Tribunais de Contas do Brasil – Confelegis.

O SR. ANTONIO CARLOS FERNANDES JÚNIOR – E que espera contribuir também com o tempo, Sr. Presidente.

Cumprimento toda a Mesa, os Srs. Senadores, todas as entidades presentes.

Pegando carona no pronunciamento do nosso amigo Sebastião, estão presentes, caro João Domingos, nosso líder, todas as entidades representativas do setor público e nós não poderíamos deixar de estar presentes neste momento por delegação da nossa Confederação, por delegação das entidades que compõem o Poder Legislativo: Fenale, das assembleias legislativas; FENASTC, dos 34 tribunais de contas do Brasil; Fenalegis, das câmaras municipais; e o Sindilegis de Brasília, que é Câmara, Senado e Tribunal de Contas da União. Nós nos sentimos, portanto, na

nossa Casa e com a responsabilidade que temos de colaborar nesse processo.

O Sebastião também lembrou bem um dos pontos sobre o que nós conversávamos antes do início desta reunião, que é exatamente a questão de desaguar no Poder Legislativo todas, praticamente, as demandas dos servidores públicos. É no plenário do Poder Legislativo municipal, estadual e federal que se transformam em lei todas as negociações feitas pelos sindicatos. E esta é a nossa preocupação nessa regulamentação da Convenção 151: como se dará, a partir de então, a efetividade do acordo coletivo de trabalho realizado entre o sindicato e a instituição local? Essa é uma grande preocupação nossa.

Quero deixar consignado o nosso apoio pleno e os nossos cumprimentos ao João Domingos, ao Sebastião, a todas as centrais e ao Fórum Nacional de Entidades, ao qual nós temos o prazer e a honra de pertencer. Contem com os servidores do Poder Legislativo nesta luta!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Quero agradecer ao Sr. Antônio Carlos Fernandes Júnior a brevidade. Acho importante que a gente consiga.

Eu quero registrar, a presença do Senador Rodrigo Rollemberg; do Senador do Mato Grosso – eles querem que a gente fale Mato Grosso, mas, na verdade, eles têm vontade de ser do Mato Grosso do Sul, mas...– Sodré Santoro; do Senador Wellington Dias, Líder do PT no Senado; e do nosso eminente Senador Paulo Paim. O Wellington Dias é Senador pelo Piauí. *(Palmas.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Do Mato Grosso. *(Risos.)*

Eu quero chamar o Sr. Lineu Neves Mazano, Secretário de Assuntos de Servidores Públicos da União Geral dos Trabalhadores – UGT, a central.

O SR. LINEU NEVES MAZANO – Quero cumprimentar o Presidente da Mesa, Senador Moka; quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, autor do requerimento e sempre parceiro dos servidores públicos e das causas dos trabalhadores. E, na pessoa do Senador Paulo Paim, cumprimento os demais Senadores.

Quero dizer que para os 11 milhões de servidores públicos do Brasil este é um momento muito importante, Senador Moka, em que esta Casa concede este pequeno tempo para nós podermos aqui apresentar... E, desde o início, o senhor disse da quantidade de entidades que querem aqui falar. Isso acontece dada a importância da matéria, que é a regulamentação da Convenção 151.

Eu falo como Secretário Nacional de Assuntos de Servidores Públicos da União Geral dos Trabalhadores, como Secretário Geral também da CSPB e como Presidente da Federação do Sindicato dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, e aproveito para cumprimentar os representantes das outras centrais e os demais dirigentes sindicais que aqui estão.

Para o Brasil isso é muito importante, porque nós estamos falando, corretamente, da segunda maior categoria de trabalhadores do Brasil. São 11 milhões de servidores públicos de que o Governo Federal, os governos estaduais e os governos municipais dependem do trabalho e da ação, nas três esferas de poder e dentro de todas as ações.

E mais: a importância que é para nós, de acordo com a nossa legislação, de que o governo, ou seja, os governos só podem fazer aquilo que a lei permite. Ou seja, tudo através de lei, no princípio da legalidade. Assim inicia o capítulo da Administração Pública na nossa Constituição.

Então, para esta Casa, o Senado, a Câmara, o Congresso Nacional, discutir a regulamentação da Convenção 151, e para nós, é muito importante no sentido de que é aqui que nós temos que fechar aquilo que se faz necessário para que possamos avançar e atender ao anseio de muitos anos, muitas décadas e muitas centenas de anos na história do servidor público no Brasil.

Nós conquistamos o direito à sindicalização apenas a partir de 88 e precisamos completar a representação sindical dos servidores públicos, completando o direito à garantia da negociação coletiva, a garantia à liberdade do dirigente sindical para exercer o mandato sindical classista, que a Convenção traz e que é um fator muito importante regulamentar o nosso direito de greve já constituído. Enfim, são pontos importantes, Senador Paulo Paim, que nós esperamos – por isso, agradecemos o seu empenho e de todos que aqui estão e desta Casa – nos permitam avançar.

Quero dizer, bem rapidamente, que nós, as centrais, temos uma proposta já acertada, que já foi entregue ao Governo. A Presidenta Dilma já tem uma proposta que as centrais sindicais elaboraram. Nós a entregamos ao Ministro Gilberto Carvalho no dia 21 de novembro passado e, a partir daí, a gente sabe que o Governo está trabalhando, mas precisa ser muito mais rápido. E ser muito mais rápido, por quê? Porque o Brasil está em mora, como falou o João Domingos. O Brasil está em mora.

E quero informar para vocês que, numa oportunidade em que a Presidenta Dilma atendeu a UGT, no dia 28 de fevereiro passado, o Presidente Ricardo Patã levou uma manifestação à Presidenta Dilma de

que, na conferência da OIT, agora em junho, vai se tratar da questão da Convenção 151, e que o Brasil vai ser questionado. E ele, como representante dos trabalhadores brasileiros neste ano, está condicionado a denunciar o Governo brasileiro. E nesse momento, ela disse que fazia parte da marcha das centrais sindicais, que ocorreu no dia 6, e que ela tinha o compromisso de que, na marcha, com a comissão que fosse falar, ela trataria dessa questão. E ela cumpriu. Naquele dia, presente lá, ela assinou o decreto que dá encaminhamento sobre isso.

Mas não basta só isso. É preciso que nós tenhamos, de imediato, aqui no Congresso Nacional, o projeto que trata da regulamentação da Convenção 151.

E, para não estourar meu tempo, quero dizer da importância do tema e agradecer a oportunidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Agradeço ao Sr. Lineu. E para que não fique nenhuma dúvida, Lineu, a brevidade do tempo é em função da quantidade de expositores. O tempo da audiência pública é exatamente o mesmo de todas as audiências públicas. O que nós aqui acordamos foi que diminuiríamos o tempo para que nenhum expositor ficasse sem o tempo, embora pequeno, para poder falar. É só para registrar isso.

Concedo a palavra ao Sr. João Paulo Ribeiro, Secretário de Serviços Públicos e do Trabalhador Público, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Obrigado, Senador Waldemir Moka. E Senador (*falha na gravação*) que, acho que, na nossa militância sindical, nós nos conhecemos desde a época da Central Única dos Trabalhadores – hoje nós construímos outra alternativa para os trabalhadores, a CTB –, nós somos parceiros de lutas e empreitadas. E, em nome dos dois Senadores, cumprimento todos os demais Senadores (*falha na gravação*)... com essa brevidade de tema.

Primeiro, queria dizer que nós da CTB, na mesma linha que o Tião, que é da UIS, falou, talvez não seja nem a Lei do Ventre Livre. Na verdade, nós queremos inserir os trabalhadores do serviço público como trabalhadores. Hoje, os trabalhadores do serviço público não querem ser só servidores. Nós temos que largar de ser servidor público e começar a ingressar no mercado de trabalho. Nós queremos ser trabalhadores. Essa é principal função por que a CTB está aqui.

E hoje nós não temos lei para isso. Inexiste; tudo é concessão, tudo é vontade política de alguns gestores.

Para vocês terem uma ideia, no setor público federal, nós sequer temos direito a liberação sindical. Se quiser, é o sindicato que faz. Isso não acontece em

lugar nenhum. Nós não temos... as pessoas têm que fazer, e têm que fazer acordo. E acordo é com cada chefe, cada diretor, cada gestor, cada presidente, que, da vontade política de nomear alguém, pode conceder ou não. Se você brigar com alguém, acabou; você tem que começar a receber falta ou o sindicato pagar as suas custas. Isso não dá, não é mais permitido.

E aí nós queríamos lembrar: por que nós estamos pedindo para que os servidores que são tratados hoje ingressem no mercado de trabalho, sejam trabalhadores? Porque a própria OIT, embora tenha tido um avanço – nós consideramos isso –, quando no seu nascedouro, era questionável; ela nasceu dois anos depois da Revolução Russa e com um propósito economicista. Nós temos que dizer para que veio nesse primeiro momento. E só em 1978, que o avanço com a progressão e com a pressão também desse setor trabalhista das empresas públicas é que conseguimos esse avanço de colocarmos a Convenção 151 em 1978. E, no Brasil, só dez anos após, na Constituição, com todos os problemas que tivemos, mas com vários avanços, é óbvio, com a Constituição cidadã é que conseguimos a autorização para que nós trabalhadores do serviço público pudéssemos sindicalizar ou construir sindicatos. E, até hoje, nós não conseguimos construir nada. Nós não conseguimos colocar o trabalhador do serviço público em pé de igualdade com os demais trabalhadores regidos pela CLT.

Então, é isto que nós temos de fazer: é um avanço nisto. E só 22 anos depois, com o Presidente Lula, é que conseguimos a ratificação da Convenção 151, e está pairando agora, há dois anos, sem qualquer avanço nisso. A não ser os rompantes que acontecem nesta Casa, seja no Senado, seja na Câmara, com alguns rompantes de alguns Senadores ou de alguns Deputados que aparecem, nas épocas de crise geralmente, nas épocas de greve ou de conflito, com propostas de projetos de lei, todos maravilhosos, para o quê? Não para avançar a organização, mas para restringir a liberdade, restringir o acesso a nós. Então, nós temos de fazer fora do foco, nós temos de começar a trabalhar essa questão do trabalhador do serviço público. Nós temos que começar a ousar apresentar.

E acreditamos também, como os demais companheiros que me antecederam, que o fato da negociação coletiva, só por ela existir, já vai evitar vários movimentos paredistas, vai evitar várias greves, porque hoje, no setor, neste momento do governo Lula e Dilma, negociar até que a gente senta para conversar. Se tem efetividade, é outra coisa. Mas nós temos mais espaço agora. Sequer a gente pode negociar, sequer negociam.

Para se ter ideia, eu sou diretor de uma Federação também, chamada Fasubra, e nós ficamos 68 dias de greve – minto, 116 dias de greve – e não tivemos aceno. Um absurdo isso! E o Secretário de Relações de Trabalho sequer recebeu. Houve apelo do Senado, houve apelo de Congresso, houve apelo de autoridade, e nada! É isso que nós queremos? Não.

Nós aqui da CTB e os demais sindicalistas queremos negociar, nós queremos mostrar a que viemos, e o gestor público tem que ter o respeito com os trabalhadores do serviço público, e precisamos começar a nos sentar em uma mesa de diálogo, para que, sim, efetivamente, possamos fazer e avançar em nosso País.

Então, este breve contato eu acho um avanço. Parabenizo novamente esta Casa por esta iniciativa. E vamos juntos construir a negociação coletiva, e não só restringir o espaço de trabalho, de discussão, querendo só restringir o direito de greve. Acho que a questão da negociação coletiva não é isso. É apenas colocar os trabalhadores em pé de igualdade com os demais trabalhadores do nosso País.

Muito obrigado, Senador. Obrigado por ouvir estas breves palavras. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Concedo a palavra ao Sr. Pedro Armengol, Secretário-Adjunto de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores.

O SR. PEDRO ARMENGOL – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria aqui, em nome do Senador Waldemir Moka – para aproveitar o tempo, este tempo tão importante –, saudar a todos o Senadores, a todas as Senadoras, companheiros das centrais sindicais aqui presentes. E quero até dizer ao Senador Waldemir que é uma das poucas vezes em que não houve nenhum problema com o nome. Realmente, esta é a pronúncia correta, Armengol, e isso às vezes nos traz muitos problemas por aí.

Mas, aproveitando aqui este tempo, quero dizer que, apesar da redução do tempo para cada entidade aqui presente, eu acho que esta audiência está bem qualificada pela representatividade dada aqui, de organizações de todos os níveis, tanto no nível nacional, quanto no nível internacional, e com todas as visões, inclusive com divergências que, com certeza, vão ser expostas durante esta audiência sobre o debate da regulamentação da Convenção 151 da OIT.

E quero registrar aqui as nossas preocupações da Central Única dos Trabalhadores em relação a esse debate. É um debate que envolve hoje 10% da força de trabalho no Brasil, um universo de mais de 11 milhões de trabalhadores e de trabalhadoras do serviço público federal, estadual e municipal.

É um debate que naturalmente tem um nível de conflito muito grande, porque nós temos ainda uma herança de um Estado autoritário, um Estado de relação unilateral, que inclusive tem setores muito resistentes a se qualificar e melhorar as relações de trabalho do setor público, tendo uma relação literalmente bilateral de trabalho, em que os trabalhadores do setor do serviço público sejam reconhecidos inclusive com o direito de pensar e o direito de se organizarem como trabalhadores.

Nós inclusive temos um Estado que, atrasadamente, só permitiu a esses trabalhadores e trabalhadoras se organizarem em sindicatos a partir de 1988, a partir da Constituição de 1988. Nem direito a se organizarem em sindicatos tinham. Mas, mesmo – entre aspas – “concedendo” esse direito dos trabalhadores de se organizarem em sindicatos, ainda foi um direito restritivo no sentido de que permitiu se organizarem em sindicato, permitiu inclusive fazerem greve, mas não permitiu o direito à negociação. Isso, inclusive, é um elemento de divisão desse Estado conservador. E é por isso que se passaram 30 anos, de 1978 a 2008, para o Governo, o Poder Executivo, encaminhar ao Congresso Nacional a proposta de aprovação da Convenção 151 da OIT. Foram 30 anos na história para que houvesse uma decisão política.

E, apesar de a gente ter uma tendência forte, nós sindicalistas, militantes sindicais, de criticar o Poder Legislativo brasileiro – a Câmara e o Senado –, eu queria neste momento elogiar, porque eu diria que, para mim, surpreendeu-me positivamente que, no prazo de dois anos, num debate de tamanha complexidade, pelos interesses e pelas resistências conservadoras existentes, a Câmara e o Senado tenham aprovado a Convenção 151. Isso eu registro como elogio a esta Casa, que cumpriu seu papel parlamentar de, num prazo de dois anos, que considere um tempo rápido, pela complexidade do debate, aprovar a Convenção 151. E, neste momento, quem está em débito é o Poder Executivo. O Poder Executivo é quem está em débito, e quero registrar aqui para vocês, passar a compreensão que temos desse processo de que, de 2010 a 2012, uma das desculpas do Poder Executivo em encaminhar para esta Casa uma proposta de regulamentação é de que havia divergências entre as seis centrais sindicais chamadas legalizadas hoje pelo Ministério do Trabalho: CUT e todas as outras cinco que estão presentes aqui. Quero dizer que superamos essas divergências. No dia 21 de novembro, nós entregamos para a Secretaria-Geral da Presidência da República: “está aqui: nós temos uma posição e uma proposta de regulamentação”. Isso no dia 21 de novembro. Já estamos no mês de abril, e não houve ainda nenhu-

ma decisão. Foi importante a promulgação do Decreto agora no dia 7, mas não resolve o problema.

Só para concluir, Senador, quero dizer o seguinte: é que nos preocupa – e até pegando a fala do companheiro João Domingos, da CSPB – a profusão de propostas de regulamentação que tramitam nesta Casa, descaracterizando os princípios da Convenção, porque, na verdade, grande parte dessas proposições descaracterizam os princípios da Convenção quando priorizam o debate só sobre a regulamentação da greve – que, aliás, do nosso ponto de vista, não é questão de regulamentação do direito de greve, mas de restrição ao exercício do direito de greve.

Então, a gente queria aproveitar este momento aqui para dizer que esta Casa se debruce sobre essas propostas com a participação das organizações dos trabalhadores. E, hoje, ao menos as seis maiores centrais do Brasil de trabalhadores já têm posição acumulada durante os últimos seis anos com relação a esse debate, e inclusive já protocolamos junto ao Poder Executivo.

Assim, é essa preocupação que a gente externa, e queremos registrar aqui que devemos agilizar esse processo porque será uma vergonha política para o Brasil chegar na reunião da OIT, agora no mês de junho/julho, e o Brasil não ter ainda regulamentado a Convenção 151, da OIT. Com certeza, vamos precisar da agilidade também desta Casa mais uma vez, e esperamos que o Poder Executivo cumpra a sua obrigação, saia dessa mora e encaminhe, o mais rápido possível, essa proposição a esta Casa.

Eram essas as posições que a gente queria colocar neste momento, agradecendo, mais uma vez, pela oportunidade de externar aqui nossas preocupações.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Sr. Pedro Armengol, passo a palavra ao último expositor desta primeira Mesa, o Sr. Adolfo Grassi de Oliveira, Secretário Nacional do Serviço Público da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil.

O SR. ADOLFO GRASSI DE OLIVEIRA – Bom dia.

Eu cumprimento o Senador Waldemir Moka pela sua coragem de possibilitar esta audiência pública sobre um tema tão importante, da envergadura que é tratar de um assunto dos servidores públicos de todo o nosso País.

E eu quero cumprimentar também, de forma muito especial, o Senador Paulo Paim, que foi quem fez o requerimento para que nós pudéssemos estar aqui hoje.

Eu vou fazer também ao Senador Jayme Campos, que é lá do meu Estado, um pedido especial: que

incorpore também os nossos Senadores. Nas pessoa do Senador Jayme Campos, eu quero cumprimentar os Srs. Senadores, os Srs. Deputados que aqui se encontram e todo o Plenário, os nossos colegas sindicalistas, tão aguerridos.

Dando continuidade à palavra dos nossos colegas, eu vou procurar ser breve, Senador Waldemir Moka.

Há alguns pontos sobre os quais a Central Geral dos Trabalhadores, em sintonia com as demais centrais, tem uma preocupação: que, nessa regulamentação, muito bem colocada pelo Pedro – e fazemos parte lá na câmara bipartite do Ministério do Trabalho –, isso possa ter agilidade, porque não é possível nós vivermos o quinto Estado brasileiro com a Constituição de 1988... E a maioria dos Srs. Parlamentares teve a oportunidade de participar aqui como constituinte. E essa Constituição de 1988 é o nosso quinto Estado brasileiro. E é preciso aperfeiçoar o seu art. 8º, para que nós possamos colocar isso em prática de maneira uniforme, em todos os Municípios, dos menores aos maiores neste País, que não é pequeno, é de uma extensão territorial muito grande, com diversas situações peculiares de cada região. Na Central Geral dos Trabalhadores, Srs. Parlamentares, nós temos uma preocupação exatamente nesses pontos, para que não tenhamos sindicatos de segunda categoria, para que todos possamos ter o direito de greve garantido.

Falou-se aqui muito em negociação coletiva, em como podemos avançar nesse quinto Estado nessa mora em que o Brasil se encontra, por falta de iniciativa do Poder Executivo, mas que pode ser acelerada por esta Casa de Leis.

Então, é esta a nossa esperança: que lá na organização também nós possamos respeitar o que já existe lá na nossa Constituição, que é exatamente o princípio da unicidade sindical, de modo que não tenhamos sindicatos de grupos de pessoas, mas sindicatos que possam representar toda a categoria econômica.

O financiamento é muito importante. Nós podemos criar todas essas situações, bem como a liberação dos servidores. Eu hoje sou presidente de um sindicato no Estado do Mato Grosso, e da nossa Constituição o nosso Senador que estava aqui na Mesa agora, o Senador Jayme Campos, participou. Lá na nossa Constituição, é prevista a liberação de três servidores para cada entidade: o presidente do sindicato... Senador, eu acho que o senhor conhece, mas o desenvolvimento econômico social é o terceiro maior segmento no nosso Estado, e isso lá está representado na Constituição. Só que não há uniformidade. Quando passa para os Municípios, os presidentes de sindicato têm dificuldade em se verem liberados para desenvolverem essa ati-

vidade. Então, que isso seja bem garantido, de forma uniforme, em todo o território nacional.

Nós temos essas preocupações, e há a questão do financiamento também. Hoje nós temos o financiamento, e por que não aproveitar o que existe, e aperfeiçoarmos aquilo que já está sendo praticado hoje? E, logicamente, muito bem colocado por todos os colegas que estão na Mesa, colegas sindicalistas, aqui está a nata, ou seja, a representação de todas essas entidades, e essa minuta está na mão da Presidenta Dilma, como foi bem colocado aqui; por que não acelerar isso?

Essa é a vontade das centrais, acho que é a vontade que deu para perceber, e alongar-me aqui seriam só repetições. Então, eu fico por aqui.

Meu muito obrigado. E que nós possamos em breve, com a ajuda do Senado e da Câmara dos Deputados, ter essa lei, que, pelo princípio da legalidade, tem que estar regulamentada a aprovada aqui pelo Congresso Nacional, para que nós possamos ter eficácia lá nas nossas unidades, nos nossos Municípios.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero agradecer ao Sr. Adolfo Grassi de Oliveira, e vou pedir que os expositores agora deixem esta primeira Mesa, para que eu possa chamar os expositores da nossa segunda Mesa.

Aproveito para registrar e agradecer a presença do Senador Armando Monteiro, que nos honra como parte da nossa Comissão, que é um homem também acostumado com isso e que, certamente, já participou de alguma mesa de negociação, imagino. (*Palmas.*)

Também agradeço a presença do Deputado Federal Vieira da Cunha, do PDT do Rio Grande do Sul. Muito obrigado. (*Palmas.*)

Senhores, com objetividade, quero, então, chamar para compor a Mesa o Deputado Federal Vieira da Cunha, que é um dos expositores.

Por favor, Deputado Vieira da Cunha, tome assento à Mesa.

Convido ainda a compor a Mesa o Sr. José Maria de Almeida, Coordenador Nacional da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas); o Sr. Aires Ribeiro, Presidente da Federação do Sindicato dos Servidores e Funcionários Públicos das Câmaras de Vereadores, Fundações, Autarquias e Prefeituras Municipais do Estado de São Paulo (FESSPMESP); o Sr. Mauro Zica Júnior, Presidente da Câmara Bipartite Governo/Servidores Públicos; o Sr. Max Leno de Almeida, Especialista em Negociação do Setor Público do Dieese – espero ter pronunciado corretamente o seu nome –; o Sr. Antônio Augusto Queiroz, representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap); e o Sr.

Ibrahim Yusef, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Tribunal de Contas do Distrito Federal (Sindireta/DF).

Informo que ainda falarão mais três expositores. A questão é o espaço na mesa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero só informar que o Paulinho da Força Sindical, que é um líder sindical e presidente, também viria aqui. Mas ele não pôde vir aqui, e quem vai representá-lo, na última Mesa, será o Milton Paixão. Era essa a informação que eu queria dar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero conceder a palavra ao Deputado Federal Vieira da Cunha.

Deputado, aqui, no início, deliberamos que, em função do número de expositores, reduziríamos para cinco minutos o tempo da fala, para que pudéssemos ouvir todos os representantes. Houve concordância. Sei que o tempo é pequeno, mas devo informá-lo disso.

Então, com a palavra, o Deputado Federal Vieira da Cunha.

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT – RS) – Minha saudação a todos os participantes desta audiência pública!

Quero agradecer o honroso convite que recebi do Senador Waldemir Moka, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado da República.

Aqui, também quero reconhecer e elogiar a iniciativa do meu conterrâneo, do Senador da República pelo Rio Grande do Sul Paulo Paim, sempre atento à luta sindical.

Quero dizer que venho aqui muito mais para me colocar à disposição dos colegas Parlamentares e das lideranças sindicais, para que a Convenção nº 151 possa, finalmente, surtir seus efeitos no que diz respeito às suas disposições quanto aos avanços que, inegavelmente, ela significa para a luta dos trabalhadores no setor público no nosso País.

Eu era Presidente da Comissão de Relação Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados quando essa matéria foi objeto de debate. Imediatamente, fiz questão de assumir a relatoria desse assunto, por considerá-lo – e, de fato, ele o é – prioritário para a luta dos trabalhadores do Brasil.

Na época, nós conseguimos obter o apoio dos nossos colegas, para dar ao tema a celeridade que ele necessitava. Cumprimos nossa etapa na Câmara. Aprovamos a Convenção nº 151 e estamos todos na expectativa de que, agora, com sua regulamentação, ela possa surtir seus efeitos no que diz respeito à liberdade da organização sindical e à própria negociação

coletiva que se instaura em todos os níveis da Federação, nos nossos Municípios, nos Estados e na União.

De fato, é um assunto urgente, inadiável. É uma luta de todos aqueles que querem que os direitos dos trabalhadores da iniciativa privada e do setor público sejam respeitados.

Nestes cinco minutos de exposição inicial, eu apenas gostaria de lembrar aos participantes desta audiência pública que, hoje, os mais elementares direitos dos trabalhadores do serviço público são descumpridos, mesmo aqueles que constam na nossa Lei Maior, naquela que é o guia de todas as autoridades públicas, que é exatamente a nossa Constituição Federal.

Eu mesmo, quando era Deputado Estadual no Rio Grande do Sul, tive de ingressar com uma ação no Judiciário para que este dispositivo fosse cumprido, que é o que consta na parte final do inciso X do art. 37. Diz a Lei Maior do País que, aos servidores públicos, é “assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices”. Esse dispositivo simplesmente é ignorado, talvez com raríssimas exceções. Mas ele vem sendo ignorado, por via de regra, pelos Prefeitos municipais, pelos Governadores dos Estados e pela Presidência da República.

Enquanto o servidor público não tiver sequer o direito de ter, como manda a Constituição, seu vencimento reajustado – não é aumentado, mas reajustado – de acordo com as perdas inflacionárias, vamos realmente engatinhar no que diz respeito à observância dos mais elementares direitos dos trabalhadores do serviço público em nosso País.

Concluo, Sr. Presidente.

Eu apenas quis trazer esse exemplo, para dizer da importância dessa regulamentação, para que os trabalhadores do serviço público, finalmente, possam se organizar para estabelecer, nessas negociações coletivas, exatamente o respeito aos seus mais elementares direitos, como o da revisão geral anual dos seus vencimentos.

Quero finalizar, cumprimentado, mais uma vez, pela iniciativa, a Comissão. Quero dizer que nós, da Câmara dos Deputados, lutaremos ombro a ombro, lado a lado, para que essa regulamentação venha logo, a fim de que os nossos trabalhadores do serviço público possam ter os seus direitos respeitados e possam ter a sua boa luta realizada, para que a Constituição e as leis infraconstitucionais sejam respeitadas neste País.

Muito obrigado. Boa audiência a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero lhe dizer, Deputado, que não é o Presidente que toca, não. É que se dá a impressão de que...

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT – RS) – Mas, se tivesse tocado, V. Ex^a teria toda a razão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sim, mas estou dizendo...

Quero agradecer ao Deputado Federal Vieira da Cunha. Acho importante isso. Nós estamos aqui, e a Câmara, através dos Deputados, está sintonizada com isso. E acho que esta audiência pública já se encaminha para um desfecho que vai acelerar o processo.

Confesso que eu estava apreensivo, Senador Paulo Paim, mas acho que a forma pela qual decidimos fazer é, sem dúvida, a melhor saída.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E, com a sua Presidência, tudo dá certo!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero agradecer e dizer aos senhores que nos visitam que a 1^a Vice-Presidente, que manda no Presidente, está presente aqui, que é a Senadora Vanessa Grazziotin. Está aqui a nossa 1^a Vice-Presidente. Quero agradecer a sua presença. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao Sr. José Maria de Almeida, Coordenador Nacional da Central Sindical e Popular.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Bom dia a todos e a todas!

Bom dia, Senador Waldemir Moka e demais Senadores e Senadoras aqui presentes!

Eu queria começar, Senador Moka, ressaltando, como já foi dito anteriormente por alguém que me antecedeu, a representatividade desta audiência. Há aqui a representação dos servidores públicos de vários matizes, com várias opiniões inclusive em relação aos segmentos que se organizam no setor público. São várias as localizações ideológicas de cada uma das organizações que está aqui.

Nesse sentido, temos muitas condições de avançar efetivamente e de superar uma coisa que eu resumiria numa frase: podemos superar uma situação de injustiça em que se coloca, de fato, o servidor público brasileiro como trabalhador de segunda categoria.

A rigor, se tratarmos do ponto de vista da legislação trabalhista, da legislação que deveria proteger os direitos dos trabalhadores brasileiros, o servidor público é prejudicado. A Constituição de 1988 superou parte disso ao autorizar os servidores a organizarem seus sindicatos. Uma das funções mais importantes dos sindicatos é a de, a partir da pressão que fazem os servidores, os representados por esses sindicatos, estabelecer um processo de negociação e contratar condições de trabalho mais favoráveis do que aquilo que está na legislação, fazendo com que o contrato passe a valer a partir da assinatura do gestor da instituição pública onde os servidores trabalham. Mas isso os servidores não têm ainda.

Qual o problema que eu queria trazer à discussão, além daquilo que meus companheiros que me antecederam já colocaram? Nós temos um problema com o decreto que a Presidência da República adotou nesses dias, internalizando no nosso País, depois de aprovação no Congresso, a chamada Convenção nº 151. O decreto, da forma como está, não muda essa situação; ele a mantém da mesma forma como está. É importante que a gente esclareça isso. A própria Convenção nº 151 – é importante que a gente a leia com atenção – diz que a negociação e a contratação coletiva vão depender de regulamentação da legislação do País que aderir à Convenção.

Então, a adesão à Convenção nº 151 – é importante que tenhamos isto claro – não muda a situação em que estamos hoje. Os sindicatos e os servidores vão continuar sem o direito de negociação e de contratação coletiva, pelo menos como é a negociação e a contratação coletiva que conhecemos no nosso País.

Qual é o direito que têm os trabalhadores do setor privado? Estabelece-se um processo de negociação entre o sindicato e a empresa ou entre o sindicato e o sindicato patronal. Acertam-se determinadas condições. Se os dois lados assinam, aquilo passa a ser lei. Se a empresa não cumprir, ela é acionada na Justiça e é obrigada a cumprir.

No Brasil, hoje, eventualmente, um processo de negociação é estabelecido com o ente público. Aqui, foi dado um exemplo dos piores que já tivemos. O companheiro da Fasubra disse aqui que, em 116 dias de greve, não houve sequer uma reunião para negociar. Mas houve, depois de três meses de greve no ano passado, uma greve dos servidores federais, e o Governo acabou sendo obrigado a negociar e a fazer alguma concessão. Mas pergunto a vocês: aquilo que o Governo assinou com as entidades, no final da greve passada, vale? Não, não vale. Há entidades lutando até hoje para que o Governo cumpra o que foi contratado, porque não há o direito de contratação coletiva para o servidor público.

Então, a mudança efetiva que estabeleça no Brasil o direito de negociação e contratação coletiva é uma mudança que implica não só a adoção da Convenção nº 151, mas também a adoção de mecanismos institucionais legais que façam com que o gestor, ao sentar com o sindicato e assinar um contrato, seja obrigado a cumpri-lo. E, se ele não o cumprir, o sindicato tem o direito de acioná-lo na Justiça, e a Justiça o obriga a cumpri-lo. Senão, “é para inglês ver”, gente!

Vejam bem: eu já disse ao Armengol em outro debate que já tivemos – eu queria externar aqui – que a própria proposta de regulamentação que algumas das centrais existentes no Brasil apresentaram ao Go-

verno mantém essa situação. O art. 20 dessa proposta de anteprojeto diz que é obrigação da Administração Pública apresentar o resultado da negociação, para que o Legislativo o analise e o aprove ou não. Esta é a situação de hoje: o Governo negocia e, depois, manda para cá.

Se o Governo brasileiro – vocês vão me desculpar – pode administrar metade do orçamento do País para pagar as chamadas dívidas interna e externa, o serviço da dívida, quase R\$1 trilhão no orçamento do ano passado, por que o Governo Federal não pode administrar 2% ou 3% do orçamento para fazer a concessão aos servidores públicos que ele julgar adequada, assinar e ser obrigado a cumprir? Por que os Estados não podem fazer a mesma coisa, as prefeituras?

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Então, desse ponto de vista, essa é a mudança fundamental que nós precisamos, para que passe a valer no Brasil, para os servidores públicos, aquilo que já vale para os trabalhadores da iniciativa privada.

Agradeço mais uma vez a atenção e parabeno a aqueles que organizaram esta audiência pública, que, de fato, é bastante representativa.

Vamos ver se avançamos.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço ao José Maria de Almeida, que colocou, realmente, um ponto importante.

Passo a palavra ao Sr. Aires Ribeiro, Presidente da Federação do Sindicato dos Servidores e Funcionários Públicos das Câmaras de Vereadores, Fundações, Autarquias e Prefeituras Municipais do Estado de São Paulo.

O SR. AIRES RIBEIRO – Bom dia a todos, bom dia a todas.

Senador Moka, Senadores, Senadora, trago aqui a posição da Força Sindical, da qual sou Coordenador do setor público, e que trabalhou com as demais centrais intensivamente, discutiu, apresentou uma proposta, e hoje essa proposta já está na mão do Governo. Ela resume a posição dos servidores públicos de todo o nosso País.

Mas eu queria falar também especificamente do setor público municipal, o qual represento no Estado de São Paulo. São 500 mil trabalhadores que fazem parte da minha federação.

Nesse momento, Senadores, eu tenho dois Municípios prontos para participarem de uma greve, trazer prejuízos à população. Por quê? Porque simplesmente o prefeito municipal se recusa a se sentar com os representantes dos trabalhadores, com as entidades sindicais, que têm o papel de levar a eles, de conduzir

a eles as reivindicações da categoria. Recusam-se a se sentar e a reconhecer a entidade sindical. Então, os trabalhadores do setor público têm que parar para ser ouvidos; têm que colocar a sociedade numa situação delicada para que ele possa cumprir o seu papel de dirigente sindical e defender não só sua categoria, mas defender a Constituição Federal, que é desrespeitada.

Em 1995, depois de uma greve do setor público de Americana, o Tribunal Regional do Trabalho fez o julgamento da greve. Naquele momento, até me emocionei com o voto de uma desembargadora. Ela disse que assumia, que o tribunal assumia a responsabilidade de julgar a greve. Por quê? Porque os legisladores deste País não cumpriram o seu papel, que era o quê? Regular a Constituição Federal. Desde então, há mais de 15 anos, estamos nessa luta, nessa caminhada, para garantir a negociação, garantir o direito de greve, garantir o direito de se organizar em sindicatos.

Passo importante foi dado pelo governo Lula, quando ratificou a convenção, mas ainda é pouco. Ainda encontramos dificuldades, porque há um vazio legal, e, nesse vazio legal, os administradores, os prefeitos, os governo se justificam para não atender os trabalhadores; justificam-se para tirar direitos, benefícios já conquistados.

Isso é o que enfrentamos no Estado de São Paulo, onde a estrutura sindical é uma das mais fortes e representativas deste País, onde se concentra a maioria das centrais sindicais. Ali enfrentamos essa dificuldade. Imaginem os senhores nesses rincões do nosso País, onde o prefeito, ao sentar-se na cadeira, acha que é Deus! E, para falar com Deus, já viram, não é? Nem o Papa! Então, é difícil. Se continuar esse vazio legal...

Eu queria chamar à responsabilidade Senadores e Deputados para concluir esse projeto. Nós não estamos pedindo. Nós até já oferecemos a nossa contribuição através de um projeto amplamente discutido.

Os senhores acham que há consenso? Não há! Nós rompemos todas as barreiras dentro das centrais, rompemos as barreiras dos interesses pessoais e particulares para construir alguma coisa que atendesse principalmente o trabalhador da base, que é a nossa preocupação. A nossa preocupação é com aquele que está catando lixo, que está varrendo a rua, que está tratando da água, está cuidando do paciente. Esta é a nossa preocupação: que o servidor público seja respeitado, seja valorizado, e que, acima de tudo, a nossa Constituição seja respeitada. É isso o que queremos.

Quero agradecer e parabenizar a iniciativa desta Casa, Senado Paim, por esta abertura de podermos estar aqui nos expressando e trazendo a vontade dos trabalhadores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Agradecendo ao Sr. Aires Ribeiro, passo a palavra ao Sr. Mauro Zica Júnior, Presidente da Câmara Bipartite Governo–Servidores Públicos.

O SR. MAURO ZICA JÚNIOR – Gostaria de cumprimentar o Senador Waldemir Moka, nosso vizinho lá de Goiás; cumprimentar o Senador Paulo Paim, esse eterno lutador das causas dos servidores públicos; Senador Rodrigo Rollemberg, que sempre também esteve à disposição do movimento sindical e dos movimentos sociais do Distrito Federal.

Quero, especialmente, cumprimentar os companheiros sindicalistas, que deixaram seus Estados para estar aqui presentes, participando deste importantíssimo ato proposto pelo Senador Paim.

Que esse ato seja um marco inicial, para que possamos, com a rapidez possível, atender aos anseios dos servidores públicos, especialmente daqueles servidores públicos sobre os quais o companheiro Aires falou, os companheiros servidores públicos municipais dos mais longínquos rincões do nosso País, que, se não tiverem a proteção da lei, emanada desta Casa, não serão respeitados de forma alguma.

Nós, na Câmara Bipartite, governo dos servidores públicos do Ministério do Trabalho, que a maioria aqui conhece e que os Senadores devem conhecer também, é composto por servidores públicos de sindicatos por todas as centrais sindicais e pelo grupo de representantes do Governo.

Há bastante tempo já se vem discutindo a regulamentação da Convenção nº 151. Entendemos que a jurisprudência já pacificou muita coisa, mas os representantes do Governo teimam em não respeitar. Com isso, levam ao caos a organização sindical dos servidores públicos.

Sr. Presidente, a Câmara Bipartite roga a esta Casa de leis que tomem as providências necessárias para que não tenhamos que passar pelas dificuldades – a organização sindical dos servidores públicos – que passamos no início deste ano, em que, pelo humor ou pelo mau humor de um Ministro, toda a organização sindical ficou prejudicada.

Então, nós precisamos que, com a urgência possível, ocorra aquilo que o companheiro João Domingos, da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, representante maior dos nossos servidores públicos, disse, que até 1º de maio tenhamos já um indicativo desta Casa de leis, para que possamos aprovar e regulamentar a Convenção nº 151.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Quero agradecer ao Sr. Mauro Zica

Júnior a contribuição e passo a palavra ao Sr. Max Leno de Almeida, Especialista em Negociação do Setor Público do Dieese.

O SR. MAX LENO DE ALMEIDA – Bom dia a todos.

Gostaria, primeiramente, de agradecer o convite feito ao Dieese, na pessoa do Senador Waldemir Moka e também na do Senador Paulo Paim; agradecer também aos demais Senadores aqui presentes.

Nós, do Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, que é um órgão do movimento sindical, elaboramos vários estudos e acompanhamos vários processos de negociação coletiva no âmbito do setor privado. Queríamos reforçar o fato de que, no âmbito do setor privado, existe uma regulamentação, mesmo sendo falha ou apresentando vários problemas, mas, de certa forma, é estabelecido um canal de diálogo e até mesmo de acordos ou convenções coletivas entre o setor patronal e o setor dos trabalhadores, o que, evidentemente, acaba não acontecendo no caso do setor público. Daí reforça-se a necessidade de que não só a Convenção nº 151, que já foi homologada, ratificada pelo Brasil, mas também o próprio processo de negociação coletiva, no âmbito do setor público, venham a se dar. Claro que também respeitando-se as especificidades do setor público, já que a negociação entre setor público e setor privado é muito diferente, inclusive na própria dinâmica da negociação em si, e é nesse ponto que eu queria abordar algumas questões importantes para o debate a respeito da Convenção nº 151 e da posterior regulamentação do decreto.

A primeira delas é a necessidade de que haja transparência no processo da negociação coletiva no setor público. É claro que legislações recentes reforçaram a importância dessa transparência, mas há muitos dados, muitas informações, seja no âmbito do setor municipal, estadual e também da União, que são extremamente importantes para que haja um fortalecimento desse processo como um todo da negociação coletiva.

É necessário também reforçar a especificidade relativa ao chamado ciclo orçamentário, já que, no caso de todos os entes da Federação, deve-se respeitar não apenas o princípio da chamada legalidade, mas também as próprias questões relacionadas ao âmbito do ciclo orçamentário, composto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, pela Lei Orçamentária Anual, pelo Plano Plurianual e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, também como elemento constituinte desses três elementos anteriores.

Vale lembrar que a própria Lei de Diretrizes Orçamentárias, sob o ponto de vista da União, hoje, limita o prazo para se negociar no âmbito do setor público

federal, pois, em um dos seus artigos, ela estabelece o prazo de até 31 de agosto para que o Governo Federal encaminhe para o Legislativo os projetos ou as questões legais que envolvam novos planos de carreira, por exemplo, no âmbito do setor público federal, o que, de certa forma, já é um certo limitador do processo como um todo.

Vale lembrar também que, recentemente, o Governo Federal, sob o ponto de vista de inibir a greve ocorrida no ano passado, editou um decreto bastante polêmico, diga-se de passagem, que é o Projeto nº 7.777, que estabeleceu novas formas de contratação no setor público como forma de substituição de eventuais trabalhadores que estivessem em momento de greve.

Então, há vários elementos importantes que contribuem para esse debate, no sentido de que se fortaleça esse tão importante momento da história do movimento sindical brasileiro e, mais especificamente, o movimento sindical de servidores públicos, que é não só a Convenção nº 151, mas, sobretudo, a regulamentação dessa convenção, com o propósito de que se fortaleça não só a negociação no âmbito do setor público, não só as relações envolvendo servidores públicos e Governo nos seus mais variados entes, mas que o papel do Estado brasileiro também possa ser discutido no bojo desse processo como um todo.

Quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade de o Dieese estar fazendo parte desta Mesa, importantíssima, na pessoa do Senador Waldemir Moka, e também do Senador Paulo Paim e demais Senadores aqui presentes.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Sr. Max Leno, concedo a palavra ao Sr. Antônio Augusto de Queiroz, representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Bom dia a todos. Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao Presidente da Comissão, Senador Waldemir Moka; ao Senador Paulo Paim; aos companheiros e lideranças sindicais aqui presentes; aos demais Senadores presentes, dizendo da satisfação de participar deste evento.

Acho o tema da maior relevância e importância. O debate a respeito da Convenção 151, da OIT, ganhou corpo e dimensão nos últimos anos, especialmente a partir do segundo mandato do Presidente Lula, que foi quem encaminhou para o Congresso o seu pedido de ratificação. E, na sequência, o decreto de internalização no Brasil, da Presidente Dilma, ainda que com um pouco de atraso.

Houve um problema, lá atrás, que em grande medida é de responsabilidade das lideranças sindicais. É que todos, indistintamente, sabiam que havia restrições de natureza legal com relação à aplicação de uma convenção internacional da OIT no Brasil se essa convenção não tivesse sido votada para ser incorporada ao nosso ordenamento jurídico com o mesmo *status* de emenda à Constituição.

Todos os tratados internacionais que têm alguma dimensão relativa aos direitos humanos podem ser votados, segundo a nossa Constituição, com três quintos, e incorporados ao texto constitucional com *status* de emenda à Constituição. Portanto, se sobrepõem em relação a qualquer restrição que haja em nível constitucional. Infelizmente, isso não foi feito. A convenção foi aprovada, no Brasil, com *status* de lei ordinária e como tal será aplicada.

Portanto, a ideia de que se possa, por intermédio da convenção, garantir a contratação coletiva, ou seja, que no acordo ou convenção o resultado dessa negociação constitua lei das partes é absolutamente improvável, inviável do ponto de vista legal. Por quê? Porque no Brasil nós temos três fontes de direito para os trabalhadores, de um modo geral: a lei em sentido amplo, que inclui a Constituição, as leis complementares, as leis ordinárias, os tratados internacionais de que o Brasil é parte e são incorporados ao seu ordenamento jurídico; a negociação coletiva, os acordos e convenções; e a sentença normativa, ou seja, o poder que a Justiça tem de fixar normas e condições, ainda que o pedido se dê de comum acordo entre as partes.

Para os servidores públicos essas três regras não se aplicam. A fonte de direito única do servidor, mesmo com a convenção, continuará sendo a lei. Ou seja, a justiça não poderá criar obrigações para o Estado, por limitação constitucional, nem a negociação, que terá de respeitar todas aquelas restrições mencionadas aqui pelo Dr. Max, que são a Lei de Responsabilidade Fiscal, que fixa um limite de gastos com pessoal, no caso da União limitada a 50% da receita líquida corrente; o PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o próprio orçamento da União.

Essa questão da negociação depende muito de vontade política. Eu dou o exemplo. Na última negociação feita no serviço público, a convenção ainda não estava em vigor, não tinha sido internalizada no nosso ordenamento político. Foi feita observando todas as etapas, encerrado o processo de negociação no dia 31 de agosto, que era o último prazo para envio dos projetos ao Congresso e também envio do orçamento ao Congresso Nacional. Muito bem. Nessa negociação, porque não estava ritualizada, ou seja, não foi feita dentro dos princípios que a convenção estabelece, de

boa fé, com prazos para apresentar propostas e contrapropostas, argumentações etc., 93% dos servidores foram contemplados com acordos salariais e 7% ficaram fora. Mas quem ficou fora? O núcleo financeiro, o núcleo de segurança, o núcleo de regulação, o núcleo de infraestrutura, ou seja, a essência do serviço público ficou fora. E a Presidente teve que modificar a LDO, para permitir que pelo menos parte desses setores pudessem ser contemplados com o acordo.

Então, depende de vontade política. Se eu pudesse dar um conselho, daria no sentido de que deve ser cobrada, dos governantes estaduais, federais e municipais, a imediata implementação por ato próprio, para se ritualizar esse processo e na sequência se garantir uma alteração no texto constitucional para dar amplitude à aplicação desse princípio da OIT, porque do contrário teremos o mesmo problema que se teve no Regime Jurídico Único, quando o Supremo declarou inconstitucionais as alíneas “d”, que previa negociação coletiva, e “e”, que permitia ajuizamento de dissídio coletivo, por ocasião da lei e do Regime Jurídico Único, de modo que é um desafio a ser implementado e eu recomendaria que os governantes que se recusassem a negociar, os servidores entrassem com mandado de injunção obrigando essa negociação até que se altere o texto constitucional e se faça a lei das partes, como é no setor privado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Sr. Antônio Augusto de Queiroz, o último orador desta Mesa é o Sr. Ibrahim Yusef Mahmud Ali, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Tribunal de Contas do Distrito Federal, a quem concedo a palavra.

O SR. IBRAHIM YUSEF MAHMUD ALI – (*Falha na gravação.*) Senador, nós servidores públicos agradecemos a iniciativa desta Casa, na sua pessoa, dessa discussão, porque há anos nós servidores públicos queremos ver, na nossa Carta Magna, um direito nosso.

Não posso, aqui, também, esquecer de agradecer ao Senador Paulo Paim; ao guerreiro Rodrigo Rollemberg, que subiu várias vezes no nosso carro de som, na luta pelos servidores públicos do Governo do Distrito Federal. E ao Deputado do nosso Estado, Deputado Policarpo, que se faz aqui presente. Às demais centrais.

Infelizmente, nosso Presidente não pôde estar aqui presente, mas deixou um recado, um abraço a todos e a todas as centrais. É o Antonio Neto, atual Presidente da CSB. E também há a nossa Confederação dos Servidores Públicos e o nosso Presidente João Domingos.

Presidente, a gente fica satisfeito com a forma democrática pela qual o senhor conduziu esses trabalhos, porque aqui está toda a representação dos servidores na pirâmide sindical brasileira. (*Palmas.*) Agora, a realidade, Presidente, é que o Estado sempre se omite das discussões sobre a questão dos servidores públicos.

Quando nós ingressamos nos tribunais, em várias matérias importantíssimas para os trabalhadores, os próprios tribunais ficam perguntando entre si sobre qual será a norma que aplicarão aos servidores públicos, porque há uma lacuna muito grande que esta Casa precisa resolver, pois é uma questão da negociação dos trabalhadores.

Aí, Presidente, nós servidores públicos estamos querendo simplesmente buscar isonomia, porque dentro da administração pública o já previsto na Carta Magna, no seu art. 39, dá direitos aos servidores públicos que estão lotados nas empresas, e nas empresas de economia mista e somente os servidores da administração direta não têm essa prerrogativa de sentar com o governo para negociar seus salários.

Há alguns governos neoliberais que passam pelo Estado e querem o desmonte do Estado. E o primeiro desmonte é acabar com os servidores públicos. É acabar com o concurso público. Esse é o primeiro que passam a buscar.

E aí eu faço minhas as palavras do Deputado Vieira, que traz para esta audiência pública a fala de que há, prescrito na nossa Constituição brasileira, um artigo que dá a obrigação de fazer aos governos, aos prefeitos, para sentar com os servidores, os pais de família, e conceder pelo menos a reposição salarial.

Então, estamos querendo aqui ter como base, porque estamos falando como sindicato, essa medida coercitiva, porque o Estado criou medidas coercitivas quando um ente público ultrapassa a Lei de Responsabilidade Fiscal. Aí, ele sofre a maior penalidade, porque passa a não ter o direito público, político; e se cassa o direito dele.

Nós queremos esse mesmo modelo para se praticar somente para os trabalhadores. É esse modelo que queremos. E esta Casa tem a responsabilidade de fazer isso. E também a nossa Presidente Dilma deixaria um grande legado para os trabalhadores.

Aqui, se for feita uma leitura da convenção, que foi criada em 1949, quando eu não era nem nascido, em 1978 se sentou para ver a necessidade dos trabalhadores que estão na função trabalhista pública.

(*Soa a campanha.*)

O SR. IBRAHIM YUSEF MAHMUD ALI – Então, Sr. Presidente, até pelo tempo, vou abreviar aqui, mas digo a vocês que nós servidores públicos pedimos e conclamamos a todos vocês, que têm esse poder da

caneta, a nos ajudarem, porque esse momento é importante para nós, para levarmos aos servidores públicos o tratamento igualitário que têm os trabalhadores na área privada. Que também se dê a isonomia para os servidores públicos de negociar com os governantes, de não precisar fazer uma greve e sacrificar a sociedade; e sofrer uma medida coercitiva daqueles governos que querem desmontar o Estado, que querem acabar com o serviço público. E nós tivemos vários exemplos de outros países que foram nessa mesma linha e estão fadados ao insucesso.

Então, eu queria contar com vocês e agradecer a forma democrática de podermos participar aqui, dizendo para todos os Senadores que podem contar com a gente nessa luta em defesa do serviço e do servidor público. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço ao Sr. Ibrahim Yusef e digo aos componentes da Mesa que nós temos de fazer a 3ª Mesa. Essa foi a decisão.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem... Pois não, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador, Presidente Moka, na verdade é uma consulta que quero fazer a V. Ex^a, pedindo a compreensão de todos os companheiros líderes aqui presentes, lideranças sindicais aqui presentes.

Na terça-feira de manhã temos diversas Comissões. Eu, pessoalmente, tenho que participar da reunião da CAE, que é deliberativa. Eu gostaria de saber se é possível fazer uma breve colocação, neste momento, sobre essa reunião?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador, eu quero apenas dizer que nós só temos mais três expositores. Se a gente considerar que são cinco minutos, eu diria que exatamente em vinte minutos nós vamos... Mas se V. Ex^a quiser...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Não. Eu vou aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu vou abrir essa exceção, só que estou dizendo que estamos terminando essa exposição.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Mas eu sou favorável. Aqui eu quero me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu fiz um acordo de que a gente ouviria e logo em seguida passaríamos a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu estou sugerindo a V. Ex^a, até pelo fato de termos Comissão e os demais também – eu particularmente tenho que ir agora para a Comissão de Assuntos Econômicos –, entretanto, um minuto só. Eu quero apenas dizer aos presidentes aqui, às autoridades sindicais que eu particularmente sou favorável. Já ouvi e já consegui aqui decidir tudo.

Acho que essa é uma matéria... V. Ex^a já antecipou... Por sinal, eu quero cumprimentar sobretudo a sua competência na direção desta Comissão, pelo fato de aqui colocar 15, 20, e a sua Comissão cumprir literalmente horário. Está de parabéns!

Digo aos senhores que conversava com o Senador Paulo Paim aqui, que é meu líder nesta área – eu sou liderado pelo Senador Paulo Paim –, que eu, particularmente, estou extremamente sensibilizado. Confesso, até pela experiência que tenho, porque já fui três vezes prefeito, já fui governador, sou Senador e tenho 30 anos de vida pública e graças a Deus todos os mandatos que disputei eu ganhei, que isso aqui é apenas um assunto que depende da boa vontade do Poder Executivo.

Eu tenho a convicção de que chegando nesta Casa, nós não levaremos 30 dias para aprovar a pauta. Agora, se o Poder Executivo não tiver o mínimo de boa vontade e de compromisso com a categoria, imagino que isso será postergado, como acontece aqui com o fator previdenciário e outros assuntos inerentes à questão dos trabalhadores brasileiros, que vêm se arrastando há cinco, seis, oito, dez anos.

Então, quero aqui manifestar o meu apoio e dizer que no que depender do Senador Jayme Campos, eu sou favorável. Quando fui prefeito, Senador Paulo Paim, o meu primeiro mandato foi em 1982. Com o advento da Constituição de 1988, o Município de Várzea Grande tem três, quatro sindicatos na área da gestão pública municipal. Como Governador, Policarpo, que representa a CUT, sabe perfeitamente do diálogo, do entendimento, do encaminhamento que nós tivemos naquele Estado, pelo bom sucesso não só do Estado, mas sobretudo dos sindicatos.

De maneira que aqui vou deixar muito bem prático, Sebastião. Sou muito pragmático. Eu tenho um defeito, porque sou muito sincero e transparente nas minhas ações. Só depende do Poder Executivo aqui. Se não tiver boa vontade, nós vamos aqui fazer dez audiências públicas, vinte audiências públicas e chegar a lugar nenhum.

Essa é a tese e o entendimento que eu tenho, de maneira que vocês contem comigo aqui. Eu não sou do Partido Aliado da Base do Governo. Eu sou independente. Eu voto conforme minhas convicções. Eu não voto aqui a troco de emenda ou através de favores;

não senhor. Eu voto conforme minha consciência e, particularmente aqui, eu ouço muito o Senador Paulo Paim, que é meu mestre nessa área e todas as vezes que tem me procurado eu tenho acompanhado, porque eu sei que ele vota para o bem do Brasil, sobretudo defendendo os trabalhadores deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Rodrigo Rollemberg, como o Senador Jayme falou, a Presidência não tem como...

Eu imaginei que isso fosse acontecer, Paim, mas eu também não tenho como cercear os Senadores da palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, eu serei muito breve. E lamento não poder ouvir o meu amigo, Deputado Policarpo, meu amigo, um ato falho aqui, o Presidente do Sindilegis, o meu querido amigo, Nilton Paixão, o Luiz Gonzaga de Negreiros e a Mônica Valente.

Realmente, eu comentava com V. Ex^a, no início desta reunião, a dificuldade que a gente tem de compatibilizar tantas comissões neste mesmo horário. Eu faço parte de três comissões que estão reunidas neste momento, mas quero aqui cumprimentar todos os dirigentes sindicais, quero cumprimentar o Senador Paulo Paim pela iniciativa correta, adequada, de trazer esse debate para a Comissão de Assuntos Sociais, que é onde deve acontecer esse debate, e cumprimentar V. Ex^a, Senador Moka, pela condução desses trabalhos.

Eu tive a oportunidade de, na semana passada, participar de um café da manhã com lideranças sindicais na Confederação dos Servidores Públicos do Brasil e ali ter uma conversa mais demorada acerca dessa questão.

Efetivamente, nós da Comissão de Assuntos Sociais, nós Senadores, que temos compromisso com o serviço público, e Deputados também, temos que nos unir em torno dessa bandeira para que possamos resolver definitivamente essa questão, porque essa convenção foi adaptada em 1978, depois foi aprovada aqui no Congresso em 2010 e ela precisa agora ser efetivada através da sua regulamentação.

E as três temáticas, da organização sindical, da negociação coletiva e da regulamentação do direito de greve são fundamentais para dar tranquilidade e segurança jurídica na relação com o serviço público, porque tem um dado que é importante, é que grande parte das greves no serviço público, Sr. Presidente, se dão para abrir a negociação, como pressão para abrir a negociação. Então, se se regulamenta a negociação coletiva, o que efetivamente vai acontecer é melhorar o ambiente no serviço público, que tende a reduzir o número de greves.

Também há uma negociação avançada entre centrais sindicais que em determinados momentos tiveram posições diferentes, mas que construíram uma proposta unificada no âmbito da comissão bipartite.

E eu tenho convicção de que é essa proposta que foi consensuada entre as centrais sindicais que deve ser o ponto de partida a ser enviado pelo Executivo para cá para que o Congresso possa apreciar.

Então, nesse sentido, quero sugerir que os Senadores e os Deputados se unam, se for o caso, vamos fazer uma frente parlamentar em defesa dessa questão, mas vamos manter uma ação contínua junto ao Poder Executivo para que ele possa enviar essa proposta para o Parlamento, que é a proposta de consenso entre as centrais sindicais na comissão bipartite.

Do ponto de vista da liderança do PSB no Senado – e tenho convicção de que posso falar também pela liderança do PSB na Câmara, pelo companheiro Beto Albuquerque –, a proposta terá todo o apoio do Partido Socialista Brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Agradecendo o Senador Rodrigo Rollemberg, eu quero então, a não ser que o Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Estamos aqui para ouvir a moçada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Então vamos lá.

Eu quero convidar o Deputado Policarpo do PT do Distrito Federal, também um dos expositores, a Sr^a Mônica Valente, que é Diretora do Escritório da Internacional de Serviços Públicos do Brasil, o Sr. Luiz Gonzaga de Negreiros, Diretor da Central dos Sindicatos Brasileiros e o Sr. Nilton Paixão, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União, Sindilegis, e representante da Força Sindical. (*Palmas.*)

Eu concedo a palavra inicialmente...

Deputado Policarpo, nós deliberamos aqui que, em função da quantidade de expositores, limitaríamos a cinco minutos a fala dos expositores. Eu estou apenas Parlamentar aqui normalmente...

O SR. POLICARPO (PT – DF) – Gosta de extrapolar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Não, não, é que tem mais tempo mesmo.

Então, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. POLICARPO (PT – DF) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, primeiro, gostaria de parabenizar V. Ex^a e o Senador Paulo Paim por esta iniciativa; saudar todos os presentes nesta audiência pública de hoje; o Senador Rodrigo Rollemberg, que também está

aqui no ambiente; saudar nossa amiga Mônica Valente, representante da ISP (Internacional dos Serviços Públicos); o Nilton Paixão; o nosso amigo Luiz Gonzaga de Negreiros; saudar todas as entidades que estão participando desta reunião de hoje.

Senador, não gastarei nem os cinco minutos. Primeiro, queria fazer essa saudação e dizer ao conjunto de servidores que estão aqui hoje que, infelizmente, este tema vem muito à tona em algum momento quando os servidores se organizam – saudar o Deputado Vieira da Cunha que está aqui também – e fazem um enfrentamento com os governos.

Ao longo desses vinte, vinte e poucos anos sempre foi assim. O Supremo Tribunal Federal, anos atrás, chegou a querer regulamentar a greve no serviço público, fazendo isso por analogia com o setor privado. Isso ocorreu também num momento de enfrentamento dos servidores com os governos. Esse debate, no ano passado, veio à tona não com o caráter da negociação coletiva, mas veio à tona querendo regulamentar e restringir o direito de greve, num momento também em que os servidores público fizeram um enfrentamento. Depois, claro, foi feita a negociação – acho que o Toninho, do Diap, estava falando isso aqui –, que atingiu mais de 90% das categorias.

Infelizmente, muitas vezes nesses momentos eles querem fazer um enfrentamento com o conjunto de servidores e não garantir o direito de lutar e o direito à negociação coletiva.

As greves, em geral – sei que as entidades fizeram isso já aqui, e as outras sempre falam no mesmo sentido –, mais de 90% delas são em função da falta de negociação coletiva no serviço público, em todas as esferas, seja na área federal, seja nos Estados ou nos Municípios, em todos os setores. E os governantes negociam hoje. Quando são mais democráticos, há mais negociação; quando são menos democráticos, há menos negociação. Isso é fato.

E nós não podemos ficar à mercê dos governantes que estão à frente em algum momento. Nós precisamos criar regras que garantam esse poder, essa negociação para o conjunto de servidores de forma geral, em todos... Nós não estamos falando aqui só do Governo Federal, mas nos Estados e nos Municípios. Nos Municípios, eu imagino que seja muito pior o dia a dia dos servidores públicos municipais. Se nos Estados, já é difícil, nos Municípios, imagino como deva ser.

Então, é necessário que a gente tenha essa compreensão; ou seja, que o importante agora, depois de ser ratificada a Convenção nº 151... E eu quero parabenizar as centrais que colocaram isso na pauta, porque muitas vezes as centrais têm uma pauta muito voltada para o setor privado e esquecem um pouco o

setor público. E, neste momento, as centrais se juntaram, estão debatendo e estão levando à frente uma discussão que interessa ao conjunto dos trabalhadores do serviço público.

Então, eu quero parabenizar as centrais sindicais e o conjunto de entidades que tiveram esse entendimento. E a ratificação, inclusive, do decreto pela Presidente Dilma foi fruto dessa mobilização, desse movimento das centrais. E sei também que há toda essa construção para que venha o projeto acordado, para que a gente possa avançar.

No ano passado, Sr. Presidente, apresentei um projeto buscando, acima de tudo, a negociação coletiva para dar um outro enfoque. No momento em que se colocava a restrição do direito de greve, a gente precisava dar uma freada nesse movimento para dizer: “Olha, mais importante do que querer restringir o direito de greve...”. Quando se fala em regulamentar sempre se fala em restrição e não em um direito amplo para que os trabalhadores possam lutar pelos seus direitos. Apresentei um projeto com esse intuito para chamar a atenção para a negociação coletiva. Não estou querendo aqui dizer que foi em função disso que houve todo um debate, mas teve o seu efeito positivo para esse outro entendimento.

Apresentei, já neste ano, o de nº 5621/2013 que traz uma outra questão que precisamos resolver também. É sobre a organização sindical do serviço público e, inclusive, com direito à liberação dos nossos dirigentes sindicais. Aquele pacote, de outubro de 96, que Fernando Henrique baixou, suspendeu a liberação dos nossos dirigentes sindicais. Isso é importante, porque não existe organização sindical sem a participação, sem a possibilidade de liberação e com as restrições que há hoje. Então, espero também que esse projeto... Estive no planejamento e lá se falava que não estava em discussão a parte da liberação dos dirigentes sindicais. Mas também o fiz buscando fosse possível incluir a questão nessa pauta da negociação coletiva. A Convenção nº 151 é muito mais completa e precisa ser tratada no todo para que a gente possa, também, discutir a liberação dos dirigentes sindicais.

Quero agradecer. Quero parabenizar o Senador Paulo Paim por sua luta aqui no Senado. S. Ex^a abraçou também essa causa da negociação coletiva, que é importante. Sei que com ele vamos contar. O senhor já está abraçando também essa causa aqui no Senado. O Deputado Vieira da Cunha também, bem como outros Parlamentares que não estão aqui hoje. Mas a gente sabe que acompanham e podemos contar com eles aqui.

Esse projeto, a discussão da regulamentação da negociação coletiva é fundamental não apenas para os

servidores públicos, mas para o Estado e para a sociedade. Nós vamos ter menos greves, mais negociações e a conquista de mais direitos a partir do momento em que instituímos a negociação coletiva.

Muito obrigado. Estou à disposição de todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Concedo a palavra à Diretora do Escritório da Internacional de Serviços Públicos do Brasil, Sr^a Mônica Valente.

A SR^a MÔNICA VALENTE – Bom dia!

Senador Waldemir Moka, em seu nome, parabenoizo a iniciativa, e cumprimento o Senador Paulo Paim pela iniciativa de trazer esse debate importantíssimo aqui para o Senado. Falo da continuidade, na verdade, do debate, uma vez que a ratificação da Convenção nº 151 também passou aqui pelo Senado como a Casa que trata, principalmente, da adesão a esses tratados internacionais como é o caso desta convenção.

Tenho pouca coisa para acrescentar a tudo o que foi falado, porque muitos dos que nós antecederam – dirigentes sindicais, parlamentares, Senadores, o Deputado Vieira da Cunha, também, que participou ativamente da ratificação da Convenção nº 151 – colocaram o centro do debate e do desafio que está posto agora.

Queria só enfatizar duas questões.

A primeira questão é que, no caso da Convenção nº 151, como alguns falaram aqui, não se trata apenas da negociação coletiva no setor público, que é fundamental, mas também da garantia do livre exercício sindical no âmbito da Administração Pública e também da administração indireta. Isso vale, também, não só para os governos estaduais e para o Governo Federal, mas também para os mais de 5 mil Municípios que nós temos no País. Este é um grande desafio: institucionalizar o direito ao livre exercício sindical no âmbito dos mais de 5 mil Municípios deste País.

A democracia brasileira não é tão antiga; é uma democracia que a gente vem construindo ao longo desses últimos anos, depois do final da famosa ditadura e do advento das eleições diretas, a partir de 1989. Isso significa que o desafio da institucionalização da democratização das relações do trabalho no nosso País, em todos os Municípios, é um desafio que ainda está muito presente. A regulamentação da Convenção nº 151 ajuda muito, é um passo fundamental na democratização das relações de trabalho no âmbito desse imenso território que é o Brasil.

A ratificação da Convenção nº 151 e, agora, o decreto de sua promulgação só foram possível por duas razões: a primeira, pela sensibilidade do Executivo e do Legislativo em relação a isso; a segunda – e mais importante, na minha opinião, pois é onde eu trabalho

– pela unidade das centrais sindicais. A ISP, entidade que eu dirijo no Brasil, desde 2001, vinha batalhando pela ratificação da Convenção nº 151 no Congresso. Só veio a acontecer depois que as centrais sindicais se uniram e conversaram com o Executivo, através do Presidente Lula. Mandou-se a proposta para a Casa, e ela foi aprovada, foi ratificada. E, agora, o decreto de promulgação da Presidenta Dilma também só foi possível pela unidade das centrais sindicais. Tenho convicção de que a regulamentação também vai ser possível porque as centrais sindicais, com ajuda do Dieese e de outras instituições, mesmo a nossa, da ISP, construíram um projeto unitário, base para o debate que vai ser feito – espero eu – no âmbito do Executivo, mas, certamente, também no âmbito do Legislativo.

A última coisa que eu queria colocar, no tempinho que ainda me resta, é a importância da Convenção nº 151 para além dos direitos dos trabalhadores do serviço público, trabalhadores e trabalhadoras, que também têm um papel fundamental na construção do serviço público de qualidade no nosso País. Isso porque, à medida que há uma melhora das condições de trabalho e das condições salariais, começa-se a introduzir, no setor público, princípios que há muito tempo já existem no setor privado, que ajudam a melhorar as condições de trabalho e as condições de atenção à população – na saúde, na educação.

Então, esta Casa Legislativa, ao regulamentar a Convenção nº 151, não está só atendendo uma justíssima reivindicação nossa, de trabalhadores e trabalhadoras públicas, mas ajudando a construir um serviço público de qualidade, a exemplo do que fez a Argentina, em 1987, que ratificou a Convenção nº 151; o Chile, no ano 2000; o Uruguai, em 1989. Quer dizer, do Cone Sul, nós somos o último País a ratificar e a regulamentar essa convenção.

Eu tenho a expectativa – e sou muito otimista – de que a gente consiga, antes da Conferência da OIT deste ano, pelo menos encaminhar para esta Casa um projeto negociado para tramitar no Legislativo brasileiro. Acho que vai ser um grande exemplo que o Brasil vai dar para o mundo, Senador Moka, Senador Paim, a quem agradeço, cumprimento mais uma vez e parabêniz pela iniciativa.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço à Sr^a Mônica.

Passo a palavra ao Sr. Luiz Gonzaga de Negreiros, Diretor da Central dos Sindicatos Brasileiros.

O SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS – Bom dia a todos; ao nosso Senador Waldemir Moka; ao Senador Paulo Paim, nosso patrono do movimento sindical brasileiro; ao Presidente da Confederação dos Servi-

dores Públicos do Brasil, João Domingos; e a todas as autoridades presentes; às centrais sindicais, aos sindicalistas e aos representantes de todas as entidades.

Uma data como esta, Senador, é uma data histórica, para nós, servidores públicos. A Central dos Sindicatos Brasileiros, a CSB, tem mais de um ano de fundação: hoje temos mais de 500 sindicatos, com mais de 400 validades do Ministério do Trabalho.

Trago um abraço ao Senador Paim e ao Senador Waldemir Moka do Presidente Antonio Neto, que não pôde estar presente, mas nos constituiu como representante.

Diante das falas dos nobres pares que já presenciamos, agradeço a Deus, porque Deus é a força maior de todo o conjunto. Deus nos diz que há um momento para todo propósito. Hoje chegou o momento de discutirmos esse propósito. A Convenção nº 151, a organização dos servidores públicos se faz necessária e é um débito que o Executivo tem com os trabalhadores, com os servidores.

Eu gostaria de pedir silêncio ao Plenário, pois está havendo muitas conversas. Senão, vocês não vão tirar proveito das falas, que o tempo é curto. Eu respeitei a todos. Gostaria que me respeitassem. (*Palmas.*)

É um momento histórico que nós estamos vivendo, uma oportunidade ímpar que ainda não tivemos dentro desta Casa do Congresso Nacional, por intermédio do Senador Paim, que tem sido incansavelmente o defensor do movimento sindical brasileiro, o defensor dos servidores públicos.

Gostaria de testemunhar esses fatos sobre os quais ele, Senador Paim, tem-se debruçado horas e mais horas da sua vida, do seu mandato, do seu tempo, para podermos estar hoje, aqui, realizando esta audiência pública.

Parabéns, Senador Paim, pela sua iniciativa e pela sua coragem! (*Palmas*)

O senhor tem feito a diferença aqui no Congresso Nacional. Eu tenho certeza de que os gaúchos, o Brasil e nós temos o orgulho de ter um Senador que tem essa preocupação e esse compromisso.

Vamos mais longe para falar sobre servidores públicos. Os servidores públicos do Brasil são a única categoria que mantém o Estado pagando seus impostos continuamente. Os servidores públicos são os únicos que pagam Imposto de Renda eternamente, porque fazem opção para ser servidores públicos e, quando prestam concurso público, preparam-se e são taxados com Imposto de Renda, no INSS *ad eternum*. E, até então, o Executivo ainda não teve a preocupação de regulamentar, de dar o direito que a lei determina.

Portanto, penso que essa dívida, esse projeto, como o Senador bem ponderou, consolida-se no Exe-

cutivo. O Executivo precisa entender melhor, assimilar melhor esta necessidade nossa para consolidarmos o que sendo feito aqui, hoje.

E nós, servidores, vivemos angustiados. Não poderemos estar sujeitos a, se necessário for, entrarmos em greve, e, de repente, um decreto editado goela abaixo, dizendo como nos devemos comportar. A 151 nos regulamenta, ela nos organiza-nos e nos dá os direitos que temos, mas que não podemos praticar. Ainda estamos vivendo na era da escravidão em relação aos servidores públicos e ao movimento sindical brasileiro.

No advento da Constituição de 1988, nós tivemos o direito de nos sindicalizar, mas não tivemos o direito de praticar o movimento sindical livre, não tivemos o direito de organizar a categoria, porque nós não temos um custeio, nós não temos o direito de greve, nós não temos o direito à negociação coletiva.

Então, era dentro dessa linha que eu queria agradecer a todos os participantes, ao Senador Paim, ao Senador Waldemir Moka e a todas as centrais sindicais que aqui estiverem e à Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, que, a vida inteira também, têm feito uma luta incansável.

Muito obrigado a todos. Vamos à luta! Vamos à vitória!

Obrigado. (Palmas.)

(*Manifestação da plateia: “Convenção 151 já!”*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O último expositor é o Sr. Nilton Paixão, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União – Sindilegis.

Antes, porém, concedo a palavra à Sr^a Mônica Valente, que quer fazer uma comunicação ao Plenário.

A SR^a MÔNICA VALENTE – Eu queria pedir autorização, Presidente, Senador Waldemir Moka – eu me esqueci de fazê-lo na minha fala – para distribuir este pequeno catálogo sobre a Convenção nº151/154, de uma campanha interamericana que nós estamos realizando. É um pequeno catálogo que explica as convenções para divulgação. É só a sua autorização para poderem distribuir.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra, o Sr. Nilton Paixão.

O SR. NILTON PAIXÃO – Ex^{mo} Senador Waldemir Moka, que já pôde perceber claramente que testemunha uma virada histórica num movimento sindical do setor público.

Ouso dizer – corrijam-me os companheiros de luta – que haverá uma data marcante para todos nós: antes e depois desta audiência pública, porque ela não vai resumir-se a este breve encontro. Ela vai surtir frutos,

e frutos rápidos, de colhida rápida, de amadurecimento forçado com nossas articulações e por estes homens que estão aqui na condução dos destinos do Senado e da Câmara dos Deputados.

Saúdo, com muito carinho – o nome dele é muito grande – o Senador: Paulo Paim, trabalhador, servidor público dos aposentados do Brasil, que sempre tem sido realmente um incansável guerreiro em defesa de todos nós.

Eu vou falar especificamente, não sem antes saudar a iniciativa do Senador Rodrigo Rollemberg. Senador Moka, é urgente a formação dessa Frente Parlamentar. Deputado Policarpo, Deputado Vieira da Cunha, aqui presentes, vocês já precisam se articular, também na Câmara dos Deputados, em sintonia com o Senador Moka, que preside esta Comissão, com os Senadores Paulo Paim, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin e todos os que nos dão apoio, como a Senadora Lídice da Mata, que é uma guerreira, lutadora em defesa de todos nós. A nós nos preocupa uma questão fundamental que se chama processo legislativo.

Antes de falar dessa questão – e eu não vou me exceder no tempo – eu preciso fazer registro de alguns companheiros de luta, como João Domingos, da CSPB; Antonio Carlos, da Confelegis; Pedro Armengol, que tem um nome complicado para danar, mas para compensar é um guerreiro em luta dos servidores públicos; o Aires Ribeiro, companheiro de Força; o Ogib, da Associação dos Servidores Aposentados da Câmara dos Deputados; a Fátima Mosqueira, da Associação dos Servidores da Câmara; Toninho, do Diap, que sempre está aí nos apoiando e nos fornecendo toda a estrutura e orientação técnica, e os conselhos de sempre; e o Lineu, da UGT.

O Edison, do Mosap – viu, Senador Paim? – me ligou dizendo que não pôde estar aqui, mas que lhe transmite um abraço fraterno. O Edison é Presidente do Movimento dos Servidores Aposentados do Brasil.

Não tenho como discordar, Senador Moka, do que disse o Senador Jayme Campos, que, neste momento, depende do Executivo. Mas o Executivo não sintetiza a democracia. As Casas da democracia são o Senado Federal e a Câmara dos Deputados. É óbvio que nós precisamos da boa vontade da Presidente Dilma, que já manifestou essa boa vontade no dia 6 de março, ao internalizar a Convenção nº 151 da OIT.

O que nós pedimos aos Parlamentares da base? Que se articulem junto às suas respectivas Lideranças, porque o processo legislativo e o calendário internacional da OIT nos assombram. Seria muito bom que nós pudéssemos chegar a Genebra, em junho, já com a OIT internalizada e regulamentada.

Então, o que é preciso fazer em termos práticos? Que o Executivo imediatamente envie para cá o consenso da Comissão bipartite entre as centrais sindicais. E que, também, a matéria ao chegar – e provavelmente chegará pela Câmara dos Deputados – que haja um acordo de Lideranças para que seja submetida a matéria ao regime de tramitação de urgência, sob pena de não lograr êxito a tramitação. E ainda há mais um agravante, que V. Ex^{as} conhecem, que são as festas juninas e julinas que se aproximam. Por uma questão política tradicional, cultural e respeitável, as bancadas nortista e nordestina têm que estar junto as suas bases neste momento.

Então, fica aqui esse apelo: que nós não sejamos o último país do Mercosul, ou da América, a ratificar a Convenção nº 151 da OIT. Conte com todo o movimento sindical. Vamos turbinar esse processo legislativo e implorar à nossa Presidente Dilma que envie imediatamente o texto acordado.

Fica aqui um abraço fraterno a todos os companheiros de luta. (*Palmas.*)

O SR PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Sr. Nilton Paixão, agora vou conceder, Senador Paulo Paim, a palavra aos Senadores e, depois, aos Deputados Federais que quiserem fazer as colocações.

Quero dizer que aqui foi dito que as centrais já entregaram uma proposta. Quer dizer, o Executivo tem uma proposta. A minha primeira pergunta é se os outros segmentos concordam. Isso é consenso? Porque isso é fundamental, pois, se houver uma proposta e todos os segmentos que aqui se pronunciaram estão de acordo com essa proposta... Porque me pareceu que alguns segmentos não conheciam ou não tinham notícia de que tinha sido entregue. Então, essa é uma preocupação: se representa, é um bom início.

Então, o Governo tem ou teria uma proposta que representa 100%; quer dizer, o consenso é possível, mas está lá. A partir de lá, as duas Casas, o Senado e Câmara, começariam a pedir – se, evidentemente, a Presidente Dilma entendeu, ou os seus ministros da área entenderam – que essa proposta já viesse para cá, para que a gente iniciasse esta discussão em cima dela. Pelo menos para mim, pareceu que as sindicais estão em consenso quanto a isso.

Então, Senador Paulo Paim, V. Ex^a tem a palavra, mas eu gostaria de colocar isso como aquilo que me parece ser a forma mais objetiva de fazer com que esta proposta venha mais rapidamente para esta Casa.

Concedo a palavra ao autor do requerimento que ensejou esta audiência pública, Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu vou ser bem objetivo, senão vou repetir todos os argumentos que eles usaram. Então, eu vou entrar no encaminhamento, de imediato, desta discussão, da Convenção nº 151.

Deu-me a impressão, ao longo do debate, de que não há um consenso fechado; não há, digamos, consenso absoluto aqui. Há alguma divergência entre as falas, entre o que nós poderíamos efetivamente votar aqui no Congresso.

Eu vou dar um exemplo: eu recebi um documento da Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado). Na verdade, quando eles me procuraram, eu disse: “entrem com uma proposta de iniciativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa”. Assim eles fizeram, e eu só vou ler aqui o título. Eles encaminharam Disposições Gerais, Capítulo I; Do Direito à Livre Associação Sindical das Entidades, Capítulo II; Da Negociação Coletiva, Capítulo III; Do Direito de Greve, Capítulo IV; e, depois, vai, ainda, Dos Observatórios da Relação de Trabalho e Serviço Público, Capítulo V; e, Capítulo VI, Das Disposições Finais.

Isso eu recebi da Fonacate e lhes disse: “Olha, eu não quero eu ser o autor. Vocês entram na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, eu posso assumir a relatoria [e assim o fiz] e passo a trabalhar em cima da proposta que veio dos trabalhadores”.

O que eu estaria propondo aqui?

Existe, por movimentação, naturalmente, e vontade até dessa SUG, que é uma proposta de iniciativa que vem do movimento para a Comissão, de que ela fosse votada amanhã. Eu daria o parecer, naturalmente, favorável à iniciativa dos trabalhadores.

O que eu estou pretendendo fazer?

Não votar amanhã. Retiro, digamos, o relatório apresentado. Eu pediria que essa proposta das centrais sindicais e do movimento social fosse apresentada também lá – não é da autoria desse ou daquele Parlamentar –, que fosse encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Eu, então, avoco todas as propostas para um único parecer e apresento um substitutivo que virá de imediato para esta Comissão. Lá só se dá entrada, e aqui é que se vai depois fazer o debate. E, daí, se houver um entendimento, naturalmente, nós votaríamos aqui sob a tutela, no bom sentido, do relator que o Presidente indicar. Eu darei o parecer lá naquela Comissão.

Eu acho que é um projeto sobre o qual nós podemos construir um grande entendimento. Já é instrumento de pressão para que o Executivo mande para cá. O Legislativo estaria construindo uma proposta (*Palmas.*),

e o Executivo mande o dele. Do contrário, nós vamos começar a trabalhar na busca da regulamentação.

Esse seria o meu encaminhamento. Digo já: não se preocupem se virem esse relatório por aí. O relatório não será votado. É uma contribuição ao debate apresentada pela Fonacate. E, a partir dos documentos que eu vou receber das centrais sindicais, que será registrado lá na Comissão de Direitos Humanos, eu faço um substitutivo, aprovo lá e mando para cá.

Aí, V. Ex^a vai indicar o relator da versão final. E podemos chegar a um acordo de que nada será votado sem uma outra audiência pública, porque é um tema, de fato – nós todos sabemos – complexo, que exige muito, muito cuidado com a matéria.

Só isso de encaminhamento, meu amigo e Presidente, Senador Waldemir Moka, e agradeço a V. Ex^a pela forma como tem encaminhado esta Comissão. Quando aqui saiu – permita que eu diga isso, e V. Ex^a também o elogiou – o Senador Jayme Campos, que fez uma bela Presidência, eu dizia: “Ninguém vai superar você, Jayme Campos”. Eu sou obrigado a dizer: “Jayme Campos, tem um aí que está quase o superando já.”

Uma salva de palmas para os dois aí. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, apenas para saudar os representantes dos servidores públicos aqui, do sindicalismo.

Oferto o meu apoio a essa luta pela Convenção nº 151 e pela nº 154, dizendo da nossa disposição de estar ao lado de vocês, especialmente liderada, em tantas batalhas políticas aqui, Senador Moka, pelo Senador Paulo Paim e pelo Senador Jayme Campos que, nesta Comissão, deu uma importante contribuição à luta da sociedade brasileira, especialmente dos trabalhadores brasileiros.

Nosso Senador Paim é um precursor nessa batalha dos funcionários públicos federais, estaduais, municipais na luta pelos seus direitos. Eu tive a oportunidade, no meu Estado da Bahia, de estar sempre ao lado dos servidores públicos estaduais e municipais, até porque fui prefeita. Antes, tive a possibilidade de ajudar os servidores públicos municipais e, depois, de travar com eles um debate democrático que nos permitiu manter uma relação política em todo o período de nosso governo e após a minha administração.

Então, quero dar meus parabéns a esta audiência e a essa iniciativa realizada, como tantas outras, e tão importante para o trabalhador brasileiro, realizada pelo Senador Paulo Paim.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O Senador Paulo Paim fez um encaminhamento. Eu gostaria que, entre os que falaram...

Antes, vou conceder a palavra ao Deputado Federal Assis Melo, do PCdoB do Rio Grande do Sul.

O SR. ASSIS MELO (PCdoB – RS) – Sr. Presidente; debatedores, quero saudar a Mesa na pessoa do Presidente e do nosso conterrâneo, Senador Paulo Paim.

Nós somos do movimento sindical também. Sou Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, licenciado.

Primeiro, nós temos de saudar o esforço das centrais sindicais, de todos os trabalhadores que, ao longo de suas marchas, têm colocado na pauta a 151, a 158, que não é menos importante que a 151.

Nós estamos aqui fazendo este debate, neste momento, sobre a 151. Acho que ela tem sua importância imediata exatamente para que possamos ter o espaço definido para exatamente regulamentar pelo menos a negociação. Parece que estão... Um País que nós... Estamos aqui engatinhando na democracia. São fatos como este que nos fazem crer que estamos longe ainda de uma democracia plena, pois um setor tão importante para o Estado e para a sociedade, como é o funcionalismo público, não tem direito sequer à negociação.

Então, nós temos de compreender que, em um Estado que precisa avançar na democracia – e clama por isso –, isso, por si só, vindo da Presidência, também em conjunto e em negociação com as centrais, é um gesto importante.

Então, ao mesmo tempo em que reconhecemos ainda essa falta de democracia e a importância que é a negociação... Se nós não temos o direito nem de negociar, teremos o direito a quê? Portanto, é importante este momento, em que as categorias estão mobilizadas e, acho, o Parlamento também. Quando o Governo quer e o Parlamento está sempre com essa vontade maior de fazer, eu acho que nós temos condições de andar rapidamente.

O Nilton Paixão aqui falou das festas juninas. Eu acho que se a gente consegue fazer uma versão a mais, até porque já tem um documento das centrais, uma opinião do Governo. Eu acho que nós conseguimos, sim – quem sabe – saudar as festas juninas com a ratificação da Convenção nº 151. Já há um entendimento, há uma vontade política. Assim, eu acho que, se há alguma coisa para ser ajustada, será rapidamente feita, porque há uma vontade do Executivo e da grande maioria dos Parlamentares, o que nos dá a certeza de que avançamos.

Então, era a exposição que eu queria fazer, Sr. Presidente, não sem antes fazer um convite, Senador Paulo Paim. No dia 8 de maio, às 10h, uma quarta-feira, faremos uma sessão solene em homenagem à velha CLT, que muitos querem que acabe. Eu não! Eu saúdo a CLT, exatamente porque quem falou que queria acabar com a CLT não quer construir algo novo na CLT e dar mais direitos aos trabalhadores, mas, sim, para retroceder a Vargas. Infelizmente, é uma luta grande no Parlamento para que os direitos dos trabalhadores continuem avançando e dando cada vez mais um espaço maior àqueles que trabalham.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Deputado Assis Melo, quero conceder a palavra ao Sr. João Domingos Gomes dos Santos, mas peço objetividade.

Há uma proposta – parece-me que é uma forma legítima de pressão do Poder Legislativo – no sentido de começarmos a discutir aqui um projeto que possa ser o consenso de toda a base. A partir daí, o Governo, imagino eu, se preocuparia em mandar. É claro que isso nós vamos ver na prática.

V. S^a tem a palavra.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Obrigado, Sr. Presidente.

É exatamente para informá-los, Sr. Presidente e Senador Paulo Paim, que nós fizemos uma consulta neste ambiente com todas as centrais sindicais aqui presentes. O Pedro Armengol já tinha saído, mas viemos juntos a esta audiência e determinamos que o nosso propósito maior era encontrar uma alternativa que tirasse essa questão da regulamentação do ponto morto em que se encontra lá no Executivo desde o dia 21.

Então, posso assegurar – e espero que o Deputado Policarpo me acompanhe nisso – que a CUT também nos acompanha. A Conlutas já nos autorizou a informar que todas as centrais aqui presentes, as sete centrais aqui presentes, concordam e louvam a solução proposta pelo Senador Paulo Paim que, como sempre, mais uma vez dá uma objetividade muito grande.

Raríssimas vezes entramos numa audiência pública, num assunto tão complexo, tão amplo quanto este, e saímos, objetivamente, praticamente com uma solução, que é esta: avocar para a Comissão de Assuntos Sociais todas as propostas que tratam do mesmo assunto, sob a relatoria do Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Direitos Humanos.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Perdão, dos Direitos Humanos, que poderia, as-

sim, sistematizar todas as propostas. Aqui será a nova instância de debates, de consenso dessa proposta.

Parabéns, Senador Paulo Paim.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador, a experiência mostra que temos um encaminhamento, sugerido pelo Senador Paulo Paim. Imagino que V. S^a falou pelo conjunto, pois invocou todas as centrais.

Então, neste momento, quero dizer que a Comissão de Assuntos Sociais vai aguardar. Há um encaminhamento proposto pelo Senador Paulo Paim, que vai começar na Comissão de Direitos Humanos. Na hora em que chegar aqui à Comissão de Assuntos Sociais, o Presidente tem o compromisso de indicar para relator, aqui na Comissão de Assuntos Sociais – e não poderia ser diferente –, mercê de sua trajetória, de sua luta, e também porque foi o Senador que ensejou esta audiência pública.

Então, aqui na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência indicará também o Senador Paulo Paim como Relator do projeto. (*Palmas.*)

Acho que cumprimos com a nossa finalidade.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Está encerrada.

(*Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Declaro aberta a 9^a Reunião Extraordinária, da 54^a Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir a Convenção nº 151, da OIT, que estabelece o princípio da negociação coletiva entre trabalhadores públicos e os governos das três esferas – municipal, estadual e federal – em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2003, desta Comissão, de iniciativa do eminente Senador Paulo Paim.

Senador Paulo Paim, confesso que fui surpreendido por um número, na minha avaliação, exagerado de expositores. Preciso ser absolutamente direto e franco com os senhores. São 17 expositores. Não temos nem lugar à mesa. Em função disso, estou propondo que a gente faça três rodadas, e vou diminuir os 15 minutos normais, porque senão vai ficar uma audiência interminável e, o pior, os Senadores vão ter dificuldade inclusive para interagir com essa audiência pública, e acho que o objetivo dos senhores é exatamente, ao falar aqui, acelerar o que precisa ser feito aqui na Casa. Então, penso que, diminuindo isso... Acho até que, com 17 expositores, em algum momento os senhores serão repetitivos. Posso até estar enganado, salvo melhor

juízo, e gostaria de estar. Mas como a franqueza conserva a amizade, estamos colocando aqui com todas as letras para que amanhã ou depois alguém diga: “O Moka cerceou a palavra.” Não! Ao contrário, para dar oportunidade de todos se expressarem, o que a Presidência vai fazer são três Mesas sucessivas com os expositores, diminuindo, naturalmente... Se considerarmos 15 minutos, só de exposição vamos para 3h30. Na minha avaliação, a audiência começa a ter dificuldade para ter rendimento, e o objetivo é exatamente o contrário: que possamos sensibilizar o conjunto da Casa da Comissão e do Plenário desta Casa para que possamos acelerar esta votação.

Espero que os senhores entendam. Alguns vão estranhar a minha forma de abrir, mas acho a melhor forma, me parece ser.

Ouçó, agora, o Senador Paulo Paim, que é o requerente desta audiência pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Primeiro, Senador Waldemir Moka, quero cumprimentar V. Ex^a. V. Ex^a tem sido um parceiro aqui de primeira hora de todos os segmentos. A ponderação que V. Ex^a faz, para mim, está mais do que correta. V. Ex^a inclusive dialogou comigo, como autor do requerimento, e com os outros Senadores – o Rollemberg está do nosso lado – para diminuirmos de 15 minutos para 5 minutos cada um. Tinha dirigente sindical dizendo que poderia ser 3 minutos, porque cada um quer expressar o seu ponto de vista na visão da sua representação sobre a importância da Convenção nº 151, que era um sonho até pouco tempo, hoje já temos um decreto e, agora, podemos, a partir daqui, ir para a decisão e a votação final para um tema tão importante.

Só quero cumprimentar V. Ex^a. V. Ex^a tem aberto o espaço para todos os movimentos sociais. Hoje o Presidente Waldemir Moka está abrindo mão inclusive de um princípio, porque aqui é somente uma Mesa com seis convidados. Ele está abrindo para três Mesas, para que cada um de vocês possa usar a palavra.

Então, sejam bem-vindos.

As palmas não são para vocês, mas para o Presidente Waldemir Moka, porque ele abriu mão de algumas coisas que normalmente ele não abre mão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço a intervenção do Senador Paulo Paim e passo a compor a Mesa.

Vou, na sequência que foi aprovado aqui o requerimento, as indicações, chamando, sem nenhum demérito aos que vão ficar na 3ª Mesa. É apenas a sequência natural da ordem dos que aqui estão.

Convido o Sr. Sebastião Soares da Silva, Secretário-Geral da União Internacional de Sindicatos de Servidores Públicos, a UIS/FSM. (*Palmas.*)

Convido o Sr. Antonio Carlos Fernandes Júnior, Presidente da Confederação dos Servidores do Poder Legislativo e Tribunais de Contas do Brasil (Confelegis). (*Palmas.*)

Convido, ainda, o Sr. João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil. (*Palmas.*)

Convido o Sr. Lineu Neves Mazano, Secretário de Assuntos de Servidores Públicos da União Geral dos Trabalhadores. (*Palmas.*)

Convido o Sr. João Paulo Ribeiro, Secretário de Serviços Públicos e do Trabalhador Público da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). (*Palmas.*)

Convido o Sr. Pedro Armengol, Secretário-Adjunto de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores. (*Palmas.*)

Por último, para compor a primeira Mesa, convido o Sr. Adolfo Grassi de Oliveira, Secretário Nacional do Serviço Público da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil. (*Palmas.*)

Senador Paulo Paim, a Presidência vai abrir mão da fala. Solicito a V. Ex^a, autor do projeto, que também o faça, para termos maior objetividade nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já abri, Sr. Presidente, é a minha conduta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vou pedir para que a nossa assessoria marque o tempo de cinco minutos. Ao término de quatro minutos, vai soar uma campainha, quando espero que os senhores possam concluir. Insisto em dizer que o tempo de minutos, já tratado, é em função da quantidade de expositores, somente para aqueles que estão chegando depois das explicações desta Presidência.

Sem perda de tempo, concedo a palavra ao senhor...

Eu tenho um pedido para que a primeira palavra seja concedida ao Sr. João Domingos Gomes dos Santos, que vou atender. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Obrigado, Sr. Senador Presidente desta Comissão e desta solenidade, Srs. Senadores presentes, Srs. Deputados, autoridades sindicais, plenária.

Primeiro, quero agradecer ao Senador Paulo Paim que, com a sua costumeira sensibilidade, sempre está afinado com as principais demandas da sociedade em geral, dos trabalhadores, em particular, e, em especial, dos servidores públicos. Muito obrigado, Senador, por mais esta oportunidade de expormos aqui as questões de maior relevância, e, particularmente, no momento da questão da regulamentação da Convenção 151, que reputo ser, depois de regulamentada, a

maior conquista da história das relações de trabalho no setor público brasileiro.

A Convenção 151 regulamenta o tripé básico das relações de trabalho no âmbito sindical. Trata da negociação coletiva, do direito de greve e da organização sindical. O tripé é fundamental e está, Sr. Presidente, há mais de 30 anos, exatamente há 35 anos em debate na sociedade brasileira. O Brasil homologou essa Convenção em 1978; somente após 30 anos, em 2008, foi ratificada aqui no Congresso Nacional; em 2010, registrada na OIT, e estamos, desde 2010, tentando regulamentá-la.

Tivemos um salto de qualidade muito grande quando, no dia 6 de março, a Presidenta Dilma assinou um decreto presidencial promulgando o decreto ratificado aqui neste Congresso. Isso quer dizer que agora falta a última parte, porque essas convenções internacionais não são normas, elas são princípios. E, para que elas tenham efeito prático, precisam ser regulamentadas por normas próprias, por leis específicas. E é essa fase.

Quero agora, nesses brevíssimos cinco minutos, tentar chamar a atenção, Sr. Presidente, para o que mais me preocupa no momento, que pode atrapalhar a conclusão desses trabalhos.

Depois de 30 anos perdendo tempo, em dois anos criamos um consenso entre Governo e centrais sindicais, ratificamos, registramos e, desde 2010, estamos numa situação extremamente complicada, em que se desfez o consenso no movimento sindical e se desarticularam os órgãos do Governo que tratavam do tema. Desde então, há uma profusão de instâncias tratando do mesmo assunto e agora começa a haver profusão de projetos tratando de pontos específicos. Aqui na Casa, há mais de uma dezena de projetos que tratam, por exemplo, de lei de greve, há mais de um projeto que trata de negociação coletiva, há mais de um projeto que trata de organização sindical, mas todos os projetos tratam pontualmente de temas da convenção desarticulados entre si.

Essa convenção é um tripé e, como toda estrutura que se baseia em um tripé, qualquer uma das pernas que faltar a torna insustentável. Então nós não podemos ter a visão equivocada de resumir, como fazem muitas vezes as instituições governamentais, em algum momento, até mesmo o Poder Legislativo, mas principalmente a imprensa e até a sociedade, reduzindo a Convenção nº 151, as relações de trabalho à questão de greve. E não é assim.

Então, nós queríamos dizer o seguinte, Senador: nós temos hoje um grupo de trabalho do Ministério do Trabalho, temos um grupo multiministerial, formado pela Casa Civil, Secretaria Geral da Presidência, Ministério

do Planejamento, AGU, Ministério do Trabalho e centrais sindicais, o Conselho Nacional de Relações de Trabalho e a Câmara Nacional Bipartite dos Servidores Públicos tratando do mesmo assunto.

O que nós queremos fazer, o apelo nesses poucos segundos que nos restam é de que esta Casa preste atenção e receba da forma mais eficiente para solucionar o problema os projetos oriundos da Câmara Bipartite Governo e Servidores Públicos. Ali estão todas as centrais e todos os órgãos de governo que articulam as relações de trabalho.

A preocupação é esta: aqui começam a tramitar vários projetos que tratam pontualmente do mesmo assunto, mas de forma desarticulada, o que muitas vezes não reflete o consenso, o acúmulo construído pelas centrais sindicais, pelo governo, pelas instituições nos vários debates. Foram dois anos de debates nacionais com a sociedade, com o movimento sindical, com os usuários do serviço público, através da sociedade civil organizada, então há um acúmulo muito grande. O que falta? Decisão de governo para coordenar o projeto que, agora, com o decreto assinado pela Presidenta Dilma, acreditamos que finalmente estamos a ponto de trazer.

E quero deixar, no final, para todas as centrais sindicais, para o Pedro, o Lineu, enfim, para todas: vamos construir, a partir de hoje, um calendário apertadíssimo, de modo que tenhamos, no dia 1º de maio, um projeto de consenso construído pelas centrais e que, finalmente, em junho, na conferência da OIT, que este ano é temática do serviço público, possamos estar lá para comemorar a Convenção nº 151, e não para denunciar o Brasil, que hoje está tecnicamente inadimplente junto àquele órgão.

Muito obrigado e desculpem pelo excesso do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo a participação, concedo a palavra ao Sr. Sebastião Soares da Silva, Secretário-Geral da União Internacional de Sindicatos de Servidores Públicos.

O SR. SEBASTIÃO SOARES DA SILVA – Bom dia a todos e a todas.

Inicialmente, agradeço o apoio a esta audiência aos trabalhadores aqui do Senado, na pessoa da Loni e do Adalberto, que foram decisivos para que os processos ocorressem, agradeço mais uma vez ao Senador Paim, que prontamente concordou com esta audiência, agradeço ao Senador Waldemir Moka, que consegue até romper os seus princípios aqui, que de fato são adequados, mas também quero agradecer a todos que aceitaram participar desta audiência. Não vou citar nominalmente, porque todos estão aqui refe-

renciados, mas acredito que a unidade nesta mesa é a maior que já demonstramos em termos de discussão da Convenção nº 151. Pela primeira vez nós conseguimos reunir entidades tão diferenciadas e tão representativas no debate da Convenção 151. Eu acho que só por isso, Senador, já é um grande avanço. E a proposta final do João Domingos, de que nós façamos uma unidade na construção de um projeto único, acho que é o apelo principal e a questão central desta audiência.

Eu queria dizer que a UIS – União Internacional dos Servidores Públicos da Federação Sindical Mundial, é uma entidade que tem mais de 50 anos de existência e que sempre pautou pela luta classista dos servidores públicos em todo o mundo. Nós estamos aqui junto com a CSPB, junto com a Nova Central Sindical, junto com as demais centrais sindicais, CTB, CGTB, as nossas centrais no caso, que são as centrais filiadas à UIS, filiadas à FSM. Então, temos aqui várias entidades que filiadas à FSM aqui no Brasil e nós queremos que esta data seja um marco, porque essa luta é pelo aprofundamento da democratização das relações de trabalho no Brasil, para ver se encerra a enxurrada de judicialização de questões sindicais que existem, referentes ao setor público, e também para ver se se faz justiça ao que nós conquistamos em 88.

Quer dizer, o que não pode acontecer, Senador Moka e Senador Paim e Senador Rollemberg, a quem agradecemos o apoio que temos recebido, é que seja uma nova Lei do Ventre Livre.

Quando foi promulgada a Lei do Ventre Livre, a Nação rejubilou-se: “Que maravilha!” Quem nascesse a partir daquela época não seria mais escravo. Mas só que a lei dizia: “Ele continua pertencendo ao seu dono até sua maioridade”. Então, com essa lei aprovada agora, da regulamentação da Convenção 151, pode ser uma nova Lei do Ventre Livre. Foi aprovada, foi promulgada, mas não tem efetividade.

E uma questão para a qual eu gostaria da ajuda dos Senadores, Senador Moka, Senador Paulo Paim, Senador Rollemberg, é um princípio em que os prefeitos insistem: como superar a questão da legalidade? Houve a negociação coletiva, realizamos o acordo com o gestor – Executivo Federal, Estadual e Municipal –, como isso tem aplicação imediata sem que haja um impacto de que o Legislativo venha a torpedear, a impedir que o acordo firmado com o Executivo seja plenamente aplicado? Então, essa é uma questão legal e nós precisamos contar com o apoio do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, enfim, do Congresso Nacional, para que essa lei seja, de fato, uma lei que democratize o serviço público brasileiro, que resgate os direitos conquistados na Constituição de 88 e que transforme o Brasil, efetivamente, num país exemplar

em relação aos seus trabalhadores do setor público. E que, na reunião da OIT em Genebra, em que o assunto será a Convenção 151, o Brasil se apresente como aquele país que efetivamente está aplicando essa lei, que é a redenção das relações trabalhistas e sindicais no setor público brasileiro.

Muito obrigado a todos e a todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Quero cumprimentar e agradecer ao Sr. Sebastião Soares da Silva, que contribuiu para a economia do tempo, e eu não vou gastar. Então, eu quero chamar agora o Sr. Antonio Carlos Fernandes Júnior, Presidente da Confederação dos Servidores do Poder Legislativo e Tribunais de Contas do Brasil – Confelegis.

O SR. ANTONIO CARLOS FERNANDES JÚNIOR – E que espera contribuir também com o tempo, Sr. Presidente.

Cumprimento toda a Mesa, os Srs. Senadores, todas as entidades presentes.

Pegando carona no pronunciamento do nosso amigo Sebastião, estão presentes, caro João Domingos, nosso líder, todas as entidades representativas do setor público e nós não poderíamos deixar de estar presentes neste momento por delegação da nossa Confederação, por delegação das entidades que compõem o Poder Legislativo: Fenale, das assembleias legislativas; FENASTC, dos 34 tribunais de contas do Brasil; Fenalegis, das câmaras municipais; e o Sindilegis de Brasília, que é Câmara, Senado e Tribunal de Contas da União. Nós nos sentimos, portanto, na nossa Casa e com a responsabilidade que temos de colaborar nesse processo.

O Sebastião também lembrou bem um dos pontos sobre o que nós conversávamos antes do início desta reunião, que é exatamente a questão de desaguar no Poder Legislativo todas, praticamente, as demandas dos servidores públicos. É no plenário do Poder Legislativo municipal, estadual e federal que se transformam em lei todas as negociações feitas pelos sindicatos. E esta é a nossa preocupação nessa regulamentação da Convenção 151: como se dará, a partir de então, a efetividade do acordo coletivo de trabalho realizado entre o sindicato e a instituição local? Essa é uma grande preocupação nossa.

Quero deixar consignado o nosso apoio pleno e os nossos cumprimentos ao João Domingos, ao Sebastião, a todas as centrais e ao Fórum Nacional de Entidades, ao qual nós temos o prazer e a honra de pertencer. Contem com os servidores do Poder Legislativo nesta luta!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero agradecer ao Sr. Antônio Carlos Fernandes Júnior a brevidade. Acho importante que a gente consiga.

Eu quero registrar, a presença do Senador Rodrigo Rollemberg; do Senador do Mato Grosso – eles querem que a gente fale Mato Grosso, mas, na verdade, eles têm vontade de ser do Mato Grosso do Sul, mas...– Sodré Santoro; do Senador Wellington Dias, Líder do PT no Senado; e do nosso eminente Senador Paulo Paim. O Wellington Dias é Senador pelo Piauí. (Palmas.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Do Mato Grosso. (Risos.)

Eu quero chamar o Sr. Lineu Neves Mazano, Secretário de Assuntos de Servidores Públicos da União Geral dos Trabalhadores – UGT, a central.

O SR. LINEU NEVES MAZANO – Quero cumprimentar o Presidente da Mesa, Senador Moka; quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, autor do requerimento e sempre parceiro dos servidores públicos e das causas dos trabalhadores. E, na pessoa do Senador Paulo Paim, cumprimento os demais Senadores.

Quero dizer que para os 11 milhões de servidores públicos do Brasil este é um momento muito importante, Senador Moka, em que esta Casa concede este pequeno tempo para nós podermos aqui apresentar... E, desde o início, o senhor disse da quantidade de entidades que querem aqui falar. Isso acontece dada a importância da matéria, que é a regulamentação da Convenção 151.

Eu falo como Secretário Nacional de Assuntos de Servidores Públicos da União Geral dos Trabalhadores, como Secretário Geral também da CSPB e como Presidente da Federação do Sindicato dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, e aproveito para cumprimentar os representantes das outras centrais e os demais dirigentes sindicais que aqui estão.

Para o Brasil isso é muito importante, porque nós estamos falando, corretamente, da segunda maior categoria de trabalhadores do Brasil. São 11 milhões de servidores públicos de que o Governo Federal, os governos estaduais e os governos municipais dependem do trabalho e da ação, nas três esferas de poder e dentro de todas as ações.

E mais: a importância que é para nós, de acordo com a nossa legislação, de que o governo, ou seja, os governos só podem fazer aquilo que a lei permite. Ou seja, tudo através de lei, no princípio da legalidade. Assim inicia o capítulo da Administração Pública na nossa Constituição.

Então, para esta Casa, o Senado, a Câmara, o Congresso Nacional, discutir a regulamentação da Convenção 151, e para nós, é muito importante no sentido de que é aqui que nós temos que fechar aquilo que se faz necessário para que possamos avançar e atender ao anseio de muitos anos, muitas décadas e muitas centenas de anos na história do servidor público no Brasil.

Nós conquistamos o direito à sindicalização apenas a partir de 88 e precisamos completar a representação sindical dos servidores públicos, completando o direito à garantia da negociação coletiva, a garantia à liberdade do dirigente sindical para exercer o mandato sindical classista, que a Convenção traz e que é um fator muito importante regulamentar o nosso direito de greve já constituído. Enfim, são pontos importantes, Senador Paulo Paim, que nós esperamos – por isso, agradecemos o seu empenho e de todos que aqui estão e desta Casa – nos permitam avançar.

Quero dizer, bem rapidamente, que nós, as centrais, temos uma proposta já acertada, que já foi entregue ao Governo. A Presidenta Dilma já tem uma proposta que as centrais sindicais elaboraram. Nós a entregamos ao Ministro Gilberto Carvalho no dia 21 de novembro passado e, a partir daí, a gente sabe que o Governo está trabalhando, mas precisa ser muito mais rápido. E ser muito mais rápido, por quê? Porque o Brasil está em mora, como falou o João Domingos. O Brasil está em mora.

E quero informar para vocês que, numa oportunidade em que a Presidenta Dilma atendeu a UGT, no dia 28 de fevereiro passado, o Presidente Ricardo Patah levou uma manifestação à Presidenta Dilma de que, na conferência da OIT, agora em junho, vai se tratar da questão da Convenção 151, e que o Brasil vai ser questionado. E ele, como representante dos trabalhadores brasileiros neste ano, está condicionado a denunciar o Governo brasileiro. E nesse momento, ela disse que fazia parte da marcha das centrais sindicais, que ocorreu no dia 6, e que ela tinha o compromisso de que, na marcha, com a comissão que fosse falar, ela trataria dessa questão. E ela cumpriu. Naquele dia, presente lá, ela assinou o decreto que dá encaminhamento sobre isso.

Mas não basta só isso. É preciso que nós tenhamos, de imediato, aqui no Congresso Nacional, o projeto que trata da regulamentação da Convenção 151.

E, para não estourar meu tempo, quero dizer da importância do tema e agradecer a oportunidade.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço ao Sr. Lineu. E para que não fique nenhuma dúvida, Lineu, a brevidade do tempo

é em função da quantidade de expositores. O tempo da audiência pública é exatamente o mesmo de todas as audiências públicas. O que nós aqui acordamos foi que diminuiríamos o tempo para que nenhum expositor ficasse sem o tempo, embora pequeno, para poder falar. É só para registrar isso.

Concedo a palavra ao Sr. João Paulo Ribeiro, Secretário de Serviços Públicos e do Trabalhador Público, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Obrigado, Senador Waldemir Moka. E Senador (*falha na gravação*) que, acho que, na nossa militância sindical, nós nos conhecemos desde a época da Central Única dos Trabalhadores – hoje nós construímos outra alternativa para os trabalhadores, a CTB –, nós somos parceiros de lutas e empreitadas. E, em nome dos dois Senadores, cumprimento todos os demais Senadores (*falha na gravação*)... com essa brevidade de tema.

Primeiro, queria dizer que nós da CTB, na mesma linha que o Tião, que é da UIS, falou, talvez não seja nem a Lei do Ventre Livre. Na verdade, nós queremos inserir os trabalhadores do serviço público como trabalhadores. Hoje, os trabalhadores do serviço público não querem ser só servidores. Nós temos que largar de ser servidor público e começar a ingressar no mercado de trabalho. Nós queremos ser trabalhadores. Essa é principal função por que a CTB está aqui.

E hoje nós não temos lei para isso. Inexiste; tudo é concessão, tudo é vontade política de alguns gestores.

Para vocês terem uma ideia, no setor público federal, nós sequer temos direito a liberação sindical. Se quiser, é o sindicato que faz. Isso não acontece em lugar nenhum. Nós não temos... as pessoas têm que fazer, e têm que fazer acordo. E acordo é com cada chefe, cada diretor, cada gestor, cada presidente, que, da vontade política de nomear alguém, pode conceder ou não. Se você brigar com alguém, acabou; você tem que começar a receber falta ou o sindicato pagar as suas custas. Isso não dá, não é mais permitido.

E aí nós queríamos lembrar: por que nós estamos pedindo para que os servidores que são tratados hoje ingressem no mercado de trabalho, sejam trabalhadores? Porque a própria OIT, embora tenha tido um avanço – nós consideramos isso –, quando no seu nascedouro, era questionável; ela nasceu dois anos depois da Revolução Russa e com um propósito economicista. Nós temos que dizer para que veio nesse primeiro momento. E só em 1978, que o avanço com a progressão e com a pressão também desse setor trabalhista das empresas públicas é que conseguimos esse avanço de colocarmos a Convenção 151 em 1978. E, no Brasil, só dez anos após, na Constituição, com

todos os problemas que tivemos, mas com vários avanços, é óbvio, com a Constituição cidadã é que conseguimos a autorização para que nós trabalhadores do serviço público pudéssemos sindicalizar ou construir sindicatos. E, até hoje, nós não conseguimos construir nada. Nós não conseguimos colocar o trabalhador do serviço público em pé de igualdade com os demais trabalhadores regidos pela CLT.

Então, é isto que nós temos de fazer: é um avanço. E só 22 anos depois, com o Presidente Lula, é que conseguimos a ratificação da Convenção 151, e está pairando agora, há dois anos, sem qualquer avanço nisso. A não ser os rompantes que acontecem nesta Casa, seja no Senado, seja na Câmara, com alguns rompantes de alguns Senadores ou de alguns Deputados que aparecem, nas épocas de crise geralmente, nas épocas de greve ou de conflito, com propostas de projetos de lei, todos maravilhosos, para o quê? Não para avançar a organização, mas para restringir a liberdade, restringir o acesso a nós. Então, nós temos de fazer fora do foco, nós temos de começar a trabalhar essa questão do trabalhador do serviço público. Nós temos que começar a ousar apresentar.

E acreditamos também, como os demais companheiros que me antecederam, que o fato da negociação coletiva, só por ela existir, já vai evitar vários movimentos paredistas, vai evitar várias greves, porque hoje, no setor, neste momento do governo Lula e Dilma, negociar até que a gente senta para conversar. Se tem efetividade, é outra coisa. Mas nós temos mais espaço agora. Sequer a gente pode negociar, sequer negociam.

Para se ter ideia, eu sou diretor de uma Federação também, chamada Fasubra, e nós ficamos 68 dias de greve – minto, 116 dias de greve – e não tivemos aceno. Um absurdo isso! E o Secretário de Relações de Trabalho sequer recebeu. Houve apelo do Senado, houve apelo de Congresso, houve apelo de autoridade, e nada! É isso que nós queremos? Não.

Nós aqui da CTB e os demais sindicalistas queremos negociar, nós queremos mostrar a que viemos, e o gestor público tem que ter o respeito com os trabalhadores do serviço público, e precisamos começar a nos sentar em uma mesa de diálogo, para que, sim, efetivamente, possamos fazer e avançar em nosso País.

Então, este breve contato eu acho um avanço. Parabenizo novamente esta Casa por esta iniciativa. E vamos juntos construir a negociação coletiva, e não só restringir o espaço de trabalho, de discussão, querendo só restringir o direito de greve. Acho que a questão da negociação coletiva não é isso. É apenas colocar os trabalhadores em pé de igualdade com os demais trabalhadores do nosso País.

Muito obrigado, Senador. Obrigado por ouvir estas breves palavras. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Concedo a palavra ao Sr. Pedro Armengol, Secretário-Adjunto de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores.

O SR. PEDRO ARMENGOL – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria aqui, em nome do Senador Waldemir Moka – para aproveitar o tempo, este tempo tão importante –, saudar a todos o Senadores, a todas as Senadoras, companheiros das centrais sindicais aqui presentes. E quero até dizer ao Senador Waldemir que é uma das poucas vezes em que não houve nenhum problema com o nome. Realmente, esta é a pronúncia correta, Armengol, e isso às vezes nos traz muitos problemas por aí.

Mas, aproveitando aqui este tempo, quero dizer que, apesar da redução do tempo para cada entidade aqui presente, eu acho que esta audiência está bem qualificada pela representatividade dada aqui, de organizações de todos os níveis, tanto no nível nacional, quanto no nível internacional, e com todas as visões, inclusive com divergências que, com certeza, vão ser expostas durante esta audiência sobre o debate da regulamentação da Convenção 151 da OIT.

E quero registrar aqui as nossas preocupações da Central Única dos Trabalhadores em relação a esse debate. É um debate que envolve hoje 10% da força de trabalho no Brasil, um universo de mais de 11 milhões de trabalhadores e de trabalhadoras do serviço público federal, estadual e municipal.

É um debate que naturalmente tem um nível de conflito muito grande, porque nós temos ainda uma herança de um Estado autoritário, um Estado de relação unilateral, que inclusive tem setores muito resistentes a se qualificar e melhorar as relações de trabalho do setor público, tendo uma relação literalmente bilateral de trabalho, em que os trabalhadores do setor do serviço público sejam reconhecidos inclusive com o direito de pensar e o direito de se organizarem como trabalhadores.

Nós inclusive temos um Estado que, atrasadamente, só permitiu a esses trabalhadores e trabalhadoras se organizarem em sindicatos a partir de 1988, a partir da Constituição de 1988. Nem direito a se organizarem em sindicatos tinham. Mas, mesmo – entre aspas – “concedendo” esse direito dos trabalhadores de se organizarem em sindicatos, ainda foi um direito restritivo no sentido de que permitiu se organizarem em sindicato, permitiu inclusive fazerem greve, mas não permitiu o direito à negociação. Isso, inclusive, é um elemento de divisão desse Estado conservador. E

é por isso que se passaram 30 anos, de 1978 a 2008, para o Governo, o Poder Executivo, encaminhar ao Congresso Nacional a proposta de aprovação da Convenção 151 da OIT. Foram 30 anos na história para que houvesse uma decisão política.

E, apesar de a gente ter uma tendência forte, nós sindicalistas, militantes sindicais, de criticar o Poder Legislativo brasileiro – a Câmara e o Senado –, eu queria neste momento elogiar, porque eu diria que, para mim, surpreendeu-me positivamente que, no prazo de dois anos, num debate de tamanha complexidade, pelos interesses e pelas resistências conservadoras existentes, a Câmara e o Senado tenham aprovado a Convenção 151. Isso eu registro como elogio a esta Casa, que cumpriu seu papel parlamentar de, num prazo de dois anos, que considere um tempo rápido, pela complexidade do debate, aprovar a Convenção 151. E, neste momento, quem está em débito é o Poder Executivo. O Poder Executivo é quem está em débito, e quero registrar aqui para vocês, passar a compreensão que temos desse processo de que, de 2010 a 2012, uma das desculpas do Poder Executivo em encaminhar para esta Casa uma proposta de regulamentação é de que havia divergências entre as seis centrais sindicais chamadas legalizadas hoje pelo Ministério do Trabalho: CUT e todas as outras cinco que estão presentes aqui. Quero dizer que superamos essas divergências. No dia 21 de novembro, nós entregamos para a Secretaria-Geral da Presidência da República: “está aqui: nós temos uma posição e uma proposta de regulamentação”. Isso no dia 21 de novembro. Já estamos no mês de abril, e não houve ainda nenhuma decisão. Foi importante a promulgação do Decreto agora no dia 7, mas não resolve o problema.

Só para concluir, Senador, quero dizer o seguinte: é que nos preocupa – e até pegando a fala do companheiro João Domingos, da CSPB – a profusão de propostas de regulamentação que tramitam nesta Casa, descaracterizando os princípios da Convenção, porque, na verdade, grande parte dessa proposições descaracterizam os princípios da Convenção quando priorizam o debate só sobre a regulamentação da greve – que, aliás, do nosso ponto de vista, não é questão de regulamentação do direito de greve, mas de restrição ao exercício do direito de greve.

Então, a gente queria aproveitar este momento aqui para dizer que esta Casa se debruce sobre essas propostas com a participação das organizações dos trabalhadores. E, hoje, ao menos as seis maiores centrais do Brasil de trabalhadores já têm posição acumulada durante os últimos seis anos com relação a esse debate, e inclusive já protocolamos junto ao Poder Executivo.

Assim, é essa preocupação que a gente externa, e queremos registrar aqui que devemos agilizar esse processo porque será uma vergonha política para o Brasil chegar na reunião da OIT, agora no mês de junho/julho, e o Brasil não ter ainda regulamentado a Convenção 151, da OIT. Com certeza, vamos precisar da agilidade também desta Casa mais uma vez, e esperamos que o Poder Executivo cumpra a sua obrigação, saia dessa mora e encaminhe, o mais rápido possível, essa proposição a esta Casa.

Eram essas as posições que a gente queria colocar neste momento, agradecendo, mais uma vez, pela oportunidade de externar aqui nossas preocupações.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Agradecendo ao Sr. Pedro Armengol, passo a palavra ao último expositor desta primeira Mesa, o Sr. Adolfo Grassi de Oliveira, Secretário Nacional do Serviço Público da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil.

O SR. ADOLFO GRASSI DE OLIVEIRA – Bom dia.

Eu cumprimento o Senador Waldemir Moka pela sua coragem de possibilitar esta audiência pública sobre um tema tão importante, da envergadura que é tratar de um assunto dos servidores públicos de todo o nosso País.

E eu quero cumprimentar também, de forma muito especial, o Senador Paulo Paim, que foi quem fez o requerimento para que nós pudéssemos estar aqui hoje.

Eu vou fazer também ao Senador Jayme Campos, que é lá do meu Estado, um pedido especial: que incorpore também os nossos Senadores. Nas pessoa do Senador Jayme Campos, eu quero cumprimentar os Srs. Senadores, os Srs. Deputados que aqui se encontram e todo o Plenário, os nossos colegas sindicalistas, tão aguerridos.

Dando continuidade à palavra dos nossos colegas, eu vou procurar ser breve, Senador Waldemir Moka.

Há alguns pontos sobre os quais a Central Geral dos Trabalhadores, em sintonia com as demais centrais, tem uma preocupação: que, nessa regulamentação, muito bem colocada pelo Pedro – e fazemos parte lá na câmara bipartite do Ministério do Trabalho –, isso possa ter agilidade, porque não é possível nós vivermos o quinto Estado brasileiro com a Constituição de 1988... E a maioria dos Srs. Parlamentares teve a oportunidade de participar aqui como constituinte. E essa Constituição de 1988 é o nosso quinto Estado brasileiro. E é preciso aperfeiçoar o seu art. 8º, para que nós possamos colocar isso em prática de maneira uniforme, em todos os Municípios, dos menores aos maiores neste País, que não é pequeno, é de uma

extensão territorial muito grande, com diversas situações peculiares de cada região. Na Central Geral dos Trabalhadores, Srs. Parlamentares, nós temos uma preocupação exatamente nesses pontos, para que não tenhamos sindicatos de segunda categoria, para que todos possamos ter o direito de greve garantido.

Falou-se aqui muito em negociação coletiva, em como podemos avançar nesse quinto Estado nessa mora em que o Brasil se encontra, por falta de iniciativa do Poder Executivo, mas que pode ser acelerada por esta Casa de Leis.

Então, é esta a nossa esperança: que lá na organização também nós possamos respeitar o que já existe lá na nossa Constituição, que é exatamente o princípio da unicidade sindical, de modo que não tenhamos sindicatos de grupos de pessoas, mas sindicatos que possam representar toda a categoria econômica.

O financiamento é muito importante. Nós podemos criar todas essas situações, bem como a liberação dos servidores. Eu hoje sou presidente de um sindicato no Estado do Mato Grosso, e da nossa Constituição o nosso Senador que estava aqui na Mesa agora, o Senador Jayme Campos, participou. Lá na nossa Constituição, é prevista a liberação de três servidores para cada entidade: o presidente do sindicato... Senador, eu acho que o senhor conhece, mas o desenvolvimento econômico social é o terceiro maior segmento no nosso Estado, e isso lá está representado na Constituição. Só que não há uniformidade. Quando passa para os Municípios, os presidentes de sindicato têm dificuldade em se verem liberados para desenvolverem essa atividade. Então, que isso seja bem garantido, de forma uniforme, em todo o território nacional.

Nós temos essas preocupações, e há a questão do financiamento também. Hoje nós temos o financiamento, e por que não aproveitar o que existe, e aperfeiçoarmos aquilo que já está sendo praticado hoje? E, logicamente, muito bem colocado por todos os colegas que estão na Mesa, colegas sindicalistas, aqui está a nata, ou seja, a representação de todas essas entidades, e essa minuta está na mão da Presidenta Dilma, como foi bem colocado aqui; por que não acelerar isso?

Essa é a vontade das centrais, acho que é a vontade que deu para perceber, e alongar-me aqui seriam só repetições. Então, eu fico por aqui.

Meu muito obrigado. E que nós possamos em breve, com a ajuda do Senado e da Câmara dos Deputados, ter essa lei, que, pelo princípio da legalidade, tem que estar regulamentada a aprovada aqui pelo Congresso Nacional, para que nós possamos ter eficácia lá nas nossas unidades, nos nossos Municípios.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero agradecer ao Sr. Adolfo Grassi de Oliveira, e vou pedir que os expositores agora deixem esta primeira Mesa, para que eu possa chamar os expositores da nossa segunda Mesa.

Aproveito para registrar e agradecer a presença do Senador Armando Monteiro, que nos honra como parte da nossa Comissão, que é um homem também acostumado com isso e que, certamente, já participou de alguma mesa de negociação, imagino. (*Palmas.*)

Também agradeço a presença do Deputado Federal Vieira da Cunha, do PDT do Rio Grande do Sul. Muito obrigado. (*Palmas.*)

Senhores, com objetividade, quero, então, chamar para compor a Mesa o Deputado Federal Vieira da Cunha, que é um dos expositores.

Por favor, Deputado Vieira da Cunha, tome assento à Mesa.

Convido ainda a compor a Mesa o Sr. José Maria de Almeida, Coordenador Nacional da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas); o Sr. Aires Ribeiro, Presidente da Federação do Sindicato dos Servidores e Funcionários Públicos das Câmaras de Vereadores, Fundações, Autarquias e Prefeituras Municipais do Estado de São Paulo (FESSPMESP); o Sr. Mauro Zica Júnior, Presidente da Câmara Bipartite Governo/Servidores Públicos; o Sr. Max Leno de Almeida, Especialista em Negociação do Setor Público do Dieese – espero ter pronunciado corretamente o seu nome –; o Sr. Antônio Augusto Queiroz, representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap); e o Sr. Ibrahim Yusef, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Tribunal de Contas do Distrito Federal (Sindireta/DF).

Informo que ainda falarão mais três expositores. A questão é o espaço na mesa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero só informar que o Paulinho da Força Sindical, que é um líder sindical e presidente, também viria aqui. Mas ele não pôde vir aqui, e quem vai representá-lo, na última Mesa, será o Milton Paixão. Era essa a informação que eu queria dar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero conceder a palavra ao Deputado Federal Vieira da Cunha.

Deputado, aqui, no início, deliberamos que, em função do número de expositores, reduziríamos para cinco minutos o tempo da fala, para que pudéssemos ouvir todos os representantes. Houve concordância. Sei que o tempo é pequeno, mas devo informá-lo disso.

Então, com a palavra, o Deputado Federal Vieira da Cunha.

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT – RS) – Minha saudação a todos os participantes desta audiência pública!

Quero agradecer o honroso convite que recebi do Senador Waldemir Moka, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado da República.

Aqui, também quero reconhecer e elogiar a iniciativa do meu conterrâneo, do Senador da República pelo Rio Grande do Sul Paulo Paim, sempre atento à luta sindical.

Quero dizer que venho aqui muito mais para me colocar à disposição dos colegas Parlamentares e das lideranças sindicais, para que a Convenção nº 151 possa, finalmente, surtir seus efeitos no que diz respeito às suas disposições quanto aos avanços que, inegavelmente, ela significa para a luta dos trabalhadores no setor público no nosso País.

Eu era Presidente da Comissão de Relação Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados quando essa matéria foi objeto de debate. Imediatamente, fiz questão de assumir a relatoria desse assunto, por considerá-lo – e, de fato, ele o é – prioritário para a luta dos trabalhadores do Brasil.

Na época, nós conseguimos obter o apoio dos nossos colegas, para dar ao tema a celeridade que ele necessitava. Cumprimos nossa etapa na Câmara. Aprovamos a Convenção nº 151 e estamos todos na expectativa de que, agora, com sua regulamentação, ela possa surtir seus efeitos no que diz respeito à liberdade da organização sindical e à própria negociação coletiva que se instaura em todos os níveis da Federação, nos nossos Municípios, nos Estados e na União.

De fato, é um assunto urgente, inadiável. É uma luta de todos aqueles que querem que os direitos dos trabalhadores da iniciativa privada e do setor público sejam respeitados.

Nestes cinco minutos de exposição inicial, eu apenas gostaria de lembrar aos participantes desta audiência pública que, hoje, os mais elementares direitos dos trabalhadores do serviço público são descumpridos, mesmo aqueles que constam na nossa Lei Maior, naquela que é o guia de todas as autoridades públicas, que é exatamente a nossa Constituição Federal.

Eu mesmo, quando era Deputado Estadual no Rio Grande do Sul, tive de ingressar com uma ação no Judiciário para que este dispositivo fosse cumprido, que é o que consta na parte final do inciso X do art. 37. Diz a Lei Maior do País que, aos servidores públicos, é “assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices”. Esse dispositivo simplesmente é ignorado, talvez com raríssimas exceções. Mas ele vem sendo ignorado, por via de regra, pelos

Prefeitos municipais, pelos Governadores dos Estados e pela Presidência da República.

Enquanto o servidor público não tiver sequer o direito de ter, como manda a Constituição, seu vencimento reajustado – não é aumentado, mas reajustado – de acordo com as perdas inflacionárias, vamos realmente engatinhar no que diz respeito à observância dos mais elementares direitos dos trabalhadores do serviço público em nosso País.

Concluo, Sr. Presidente.

Eu apenas quis trazer esse exemplo, para dizer da importância dessa regulamentação, para que os trabalhadores do serviço público, finalmente, possam se organizar para estabelecer, nessas negociações coletivas, exatamente o respeito aos seus mais elementares direitos, como o da revisão geral anual dos seus vencimentos.

Quero finalizar, cumprimentado, mais uma vez, pela iniciativa, a Comissão. Quero dizer que nós, da Câmara dos Deputados, lutaremos ombro a ombro, lado a lado, para que essa regulamentação venha logo, a fim de que os nossos trabalhadores do serviço público possam ter os seus direitos respeitados e possam ter a sua boa luta realizada, para que a Constituição e as leis infraconstitucionais sejam respeitadas neste País.

Muito obrigado. Boa audiência a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero lhe dizer, Deputado, que não é o Presidente que toca, não. É que se dá a impressão de que...

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT – RS) – Mas, se tivesse tocado, V. Ex^a teria toda a razão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sim, mas estou dizendo...

Quero agradecer ao Deputado Federal Vieira da Cunha. Acho importante isso. Nós estamos aqui, e a Câmara, através dos Deputados, está sintonizada com isso. E acho que esta audiência pública já se encaminha para um desfecho que vai acelerar o processo.

Confesso que eu estava apreensivo, Senador Paulo Paim, mas acho que a forma pela qual decidimos fazer é, sem dúvida, a melhor saída.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E, com a sua Presidência, tudo dá certo!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero agradecer e dizer aos senhores que nos visitam que a 1^a Vice-Presidente, que manda no Presidente, está presente aqui, que é a Senadora Vanessa Grazziotin. Está aqui a nossa 1^a Vice-Presidente. Quero agradecer a sua presença. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao Sr. José Maria de Almeida, Coordenador Nacional da Central Sindical e Popular.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Bom dia a todos e a todas!

Bom dia, Senador Waldemir Moka e demais Senadores e Senadoras aqui presentes!

Eu queria começar, Senador Moka, ressaltando, como já foi dito anteriormente por alguém que me antecedeu, a representatividade desta audiência. Há aqui a representação dos servidores públicos de vários matizes, com várias opiniões inclusive em relação aos segmentos que se organizam no setor público. São várias as localizações ideológicas de cada uma das organizações que está aqui.

Nesse sentido, temos muitas condições de avançar efetivamente e de superar uma coisa que eu resumiria numa frase: podemos superar uma situação de injustiça em que se coloca, de fato, o servidor público brasileiro como trabalhador de segunda categoria.

A rigor, se tratarmos do ponto de vista da legislação trabalhista, da legislação que deveria proteger os direitos dos trabalhadores brasileiros, o servidor público é prejudicado. A Constituição de 1988 superou parte disso ao autorizar os servidores a organizarem seus sindicatos. Uma das funções mais importantes dos sindicatos é a de, a partir da pressão que fazem os servidores, os representados por esses sindicatos, estabelecer um processo de negociação e contratar condições de trabalho mais favoráveis do que aquilo que está na legislação, fazendo com que o contrato passe a valer a partir da assinatura do gestor da instituição pública onde os servidores trabalham. Mas isso os servidores não têm ainda.

Qual o problema que eu queria trazer à discussão, além daquilo que meus companheiros que me antecederam já colocaram? Nós temos um problema com o decreto que a Presidência da República adotou nesses dias, internalizando no nosso País, depois de aprovação no Congresso, a chamada Convenção nº 151. O decreto, da forma como está, não muda essa situação; ele a mantém da mesma forma como está. É importante que a gente esclareça isso. A própria Convenção nº 151 – é importante que a gente a leia com atenção – diz que a negociação e a contratação coletiva vão depender de regulamentação da legislação do País que aderir à Convenção.

Então, a adesão à Convenção nº 151 – é importante que tenhamos isto claro – não muda a situação em que estamos hoje. Os sindicatos e os servidores vão continuar sem o direito de negociação e de contratação coletiva, pelo menos como é a negociação e a contratação coletiva que conhecemos no nosso País.

Qual é o direito que têm os trabalhadores do setor privado? Estabelece-se um processo de negociação entre o sindicato e a empresa ou entre o sindicato e

o sindicato patronal. Acertam-se determinadas condições. Se os dois lados assinam, aquilo passa a ser lei. Se a empresa não cumprir, ela é acionada na Justiça e é obrigada a cumprir.

No Brasil, hoje, eventualmente, um processo de negociação é estabelecido com o ente público. Aqui, foi dado um exemplo dos piores que já tivemos. O companheiro da Fasubra disse aqui que, em 116 dias de greve, não houve sequer uma reunião para negociar. Mas houve, depois de três meses de greve no ano passado, uma greve dos servidores federais, e o Governo acabou sendo obrigado a negociar e a fazer alguma concessão. Mas pergunto a vocês: aquilo que o Governo assinou com as entidades, no final da greve passada, vale? Não, não vale. Há entidades lutando até hoje para que o Governo cumpra o que foi contratado, porque não há o direito de contratação coletiva para o servidor público.

Então, a mudança efetiva que estabeleça no Brasil o direito de negociação e contratação coletiva é uma mudança que implica não só a adoção da Convenção nº 151, mas também a adoção de mecanismos institucionais legais que façam com que o gestor, ao sentar com o sindicato e assinar um contrato, seja obrigado a cumpri-lo. E, se ele não o cumprir, o sindicato tem o direito de acioná-lo na Justiça, e a Justiça o obriga a cumpri-lo. Senão, “é para inglês ver”, gente!

Vejam bem: eu já disse ao Armengol em outro debate que já tivemos – eu queria externar aqui – que a própria proposta de regulamentação que algumas das centrais existentes no Brasil apresentaram ao Governo mantém essa situação. O art. 20 dessa proposta de anteprojeto diz que é obrigação da Administração Pública apresentar o resultado da negociação, para que o Legislativo o analise e o aprove ou não. Esta é a situação de hoje: o Governo negocia e, depois, manda para cá.

Se o Governo brasileiro – vocês vão me desculpar – pode administrar metade do orçamento do País para pagar as chamadas dívidas interna e externa, o serviço da dívida, quase R\$1 trilhão no orçamento do ano passado, por que o Governo Federal não pode administrar 2% ou 3% do orçamento para fazer a concessão aos servidores públicos que ele julgar adequada, assinar e ser obrigado a cumprir? Por que os Estados não podem fazer a mesma coisa, as prefeituras?

(*Soa a campanha.*)

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Então, desse ponto de vista, essa é a mudança fundamental que nós precisamos, para que passe a valer no Brasil, para os servidores públicos, aquilo que já vale para os trabalhadores da iniciativa privada.

Agradeço mais uma vez a atenção e parabênzinhos aqueles que organizaram esta audiência pública, que, de fato, é bastante representativa.

Vamos ver se avançamos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço ao José Maria de Almeida, que colocou, realmente, um ponto importante.

Passo a palavra ao Sr. Aires Ribeiro, Presidente da Federação do Sindicato dos Servidores e Funcionários Públicos das Câmaras de Vereadores, Fundações, Autarquias e Prefeituras Municipais do Estado de São Paulo.

O SR. AIRES RIBEIRO – Bom dia a todos, bom dia a todas.

Senador Moka, Senadores, Senadora, trago aqui a posição da Força Sindical, da qual sou Coordenador do setor público, e que trabalhou com as demais centrais intensivamente, discutiu, apresentou uma proposta, e hoje essa proposta já está na mão do Governo. Ela resume a posição dos servidores públicos de todo o nosso País.

Mas eu queria falar também especificamente do setor público municipal, o qual represento no Estado de São Paulo. São 500 mil trabalhadores que fazem parte da minha federação.

Nesse momento, Senadores, eu tenho dois Municípios prontos para participarem de uma greve, trazer prejuízos à população. Por quê? Porque simplesmente o prefeito municipal se recusa a se sentar com os representantes dos trabalhadores, com as entidades sindicais, que têm o papel de levar a eles, de conduzir a eles as reivindicações da categoria. Recusam-se a se sentar e a reconhecer a entidade sindical. Então, os trabalhadores do setor público têm que parar para ser ouvidos; têm que colocar a sociedade numa situação delicada para que ele possa cumprir o seu papel de dirigente sindical e defender não só sua categoria, mas defender a Constituição Federal, que é desrespeitada.

Em 1995, depois de uma greve do setor público de Americana, o Tribunal Regional do Trabalho fez o julgamento da greve. Naquele momento, até me emocionei com o voto de uma desembargadora. Ela disse que assumia, que o tribunal assumia a responsabilidade de julgar a greve. Por quê? Porque os legisladores deste País não cumpriram o seu papel, que era o quê? Regular a Constituição Federal. Desde então, há mais de 15 anos, estamos nessa luta, nessa caminhada, para garantir a negociação, garantir o direito de greve, garantir o direito de se organizar em sindicatos.

Passo importante foi dado pelo governo Lula, quando ratificou a convenção, mas ainda é pouco. Ainda encontramos dificuldades, porque há um vazio

legal, e, nesse vazio legal, os administradores, os prefeitos, os governo se justificam para não atender os trabalhadores; justificam-se para tirar direitos, benefícios já conquistados.

Isso é o que enfrentamos no Estado de São Paulo, onde a estrutura sindical é uma das mais fortes e representativas deste País, onde se concentra a maioria das centrais sindicais. Ali enfrentamos essa dificuldade. Imaginem os senhores nesses rincões do nosso País, onde o prefeito, ao sentar-se na cadeira, acha que é Deus! E, para falar com Deus, já viram, não é? Nem o Papa! Então, é difícil. Se continuar esse vazio legal...

Eu queria chamar à responsabilidade Senadores e Deputados para concluir esse projeto. Nós não estamos pedindo. Nós até já oferecemos a nossa contribuição através de um projeto amplamente discutido.

Os senhores acham que há consenso? Não há! Nós rompemos todas as barreiras dentro das centrais, rompemos as barreiras dos interesses pessoais e particulares para construir alguma coisa que atendesse principalmente o trabalhador da base, que é a nossa preocupação. A nossa preocupação é com aquele que está catando lixo, que está varrendo a rua, que está tratando da água, está cuidando do paciente. Esta é a nossa preocupação: que o servidor público seja respeitado, seja valorizado, e que, acima de tudo, a nossa Constituição seja respeitada. É isso o que queremos.

Quero agradecer e parabenizar a iniciativa desta Casa, Senado Paim, por esta abertura de podermos estar aqui nos expressando e trazendo a vontade dos trabalhadores.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Sr. Aires Ribeiro, passo a palavra ao Sr. Mauro Zica Júnior, Presidente da Câmara Bipartite Governo–Servidores Públicos.

O SR. MAURO ZICA JÚNIOR – Gostaria de cumprimentar o Senador Waldemir Moka, nosso vizinho lá de Goiás; cumprimentar o Senador Paulo Paim, esse eterno lutador das causas dos servidores públicos; Senador Rodrigo Rollemberg, que sempre também esteve à disposição do movimento sindical e dos movimentos sociais do Distrito Federal.

Quero, especialmente, cumprimentar os companheiros sindicalistas, que deixaram seus Estados para estar aqui presentes, participando deste importantíssimo ato proposto pelo Senador Paim.

Que esse ato seja um marco inicial, para que possamos, com a rapidez possível, atender aos anseios dos servidores públicos, especialmente daqueles servidores públicos sobre os quais o companheiro Aires falou, os companheiros servidores públicos municipais dos mais longínquos rincões do nosso País, que, se

não tiverem a proteção da lei, emanada desta Casa, não serão respeitados de forma alguma.

Nós, na Câmara Bipartite, governo dos servidores públicos do Ministério do Trabalho, que a maioria aqui conhece e que os Senadores devem conhecer também, é composto por servidores públicos de sindicatos por todas as centrais sindicais e pelo grupo de representantes do Governo.

Há bastante tempo já se vem discutindo a regulamentação da Convenção nº 151. Entendemos que a jurisprudência já pacificou muita coisa, mas os representantes do Governo teimam em não respeitar. Com isso, levam ao caos a organização sindical dos servidores públicos.

Sr. Presidente, a Câmara Bipartite roga a esta Casa de leis que tomem as providências necessárias para que não tenhamos que passar pelas dificuldades – a organização sindical dos servidores públicas – que passamos no início deste ano, em que, pelo humor ou pelo mau humor de um Ministro, toda a organização sindical ficou prejudicada.

Então, nós precisamos que, com a urgência possível, ocorra aquilo que o companheiro João Domingos, da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, representante maior dos nossos servidores públicos, disse, que até 1º de maio tenhamos já um indicativo desta Casa de leis, para que possamos aprovar e regulamentar a Convenção nº 151.

Muito obrigado, Senador. *(Palmas.)*

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero agradecer ao Sr. Mauro Zica Júnior a contribuição e passo a palavra ao Sr. Max Leno de Almeida, Especialista em Negociação do Setor Público do Dieese.

O SR. MAX LENO DE ALMEIDA – Bom dia a todos.

Gostaria, primeiramente, de agradecer o convite feito ao Dieese, na pessoa do Senador Waldemir Moka e também na do Senador Paulo Paim; agradecer também aos demais Senadores aqui presentes.

Nós, do Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, que é um órgão do movimento sindical, elaboramos vários estudos e acompanhamos vários processos de negociação coletiva no âmbito do setor privado. Queríamos reforçar o fato de que, no âmbito do setor privado, existe uma regulamentação, mesmo sendo falha ou apresentando vários problemas, mas, de certa forma, é estabelecido um canal de diálogo e até mesmo de acordos ou convenções coletivas entre o setor patronal e o setor dos trabalhadores, o que, evidentemente, acaba não acontecendo no caso do setor público. Daí reforça-se a

necessidade de que não só a Convenção nº 151, que já foi homologada, ratificada pelo Brasil, mas também o próprio processo de negociação coletiva, no âmbito do setor público, venham a se dar. Claro que também respeitando-se as especificidades do setor público, já que a negociação entre setor público e setor privado é muito diferente, inclusive na própria dinâmica da negociação em si, e é nesse ponto que eu queria abordar algumas questões importantes para o debate a respeito da Convenção nº 151 e da posterior regulamentação do decreto.

A primeira delas é a necessidade de que haja transparência no processo da negociação coletiva no setor público. É claro que legislações recentes reforçaram a importância dessa transparência, mas há muitos dados, muitas informações, seja no âmbito do setor municipal, estadual e também da União, que são extremamente importantes para que haja um fortalecimento desse processo como um todo da negociação coletiva.

É necessário também reforçar a especificidade relativa ao chamado ciclo orçamentário, já que, no caso de todos os entes da Federação, deve-se respeitar não apenas o princípio da chamada legalidade, mas também as próprias questões relacionadas ao âmbito do ciclo orçamentário, composto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, pela Lei Orçamentária Anual, pelo Plano Plurianual e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, também como elemento constituinte desses três elementos anteriores.

Vale lembrar que a própria Lei de Diretrizes Orçamentárias, sob o ponto de vista da União, hoje, limita o prazo para se negociar no âmbito do setor público federal, pois, em um dos seus artigos, ela estabelece o prazo de até 31 de agosto para que o Governo Federal encaminhe para o Legislativo os projetos ou as questões legais que envolvam novos planos de carreira, por exemplo, no âmbito do setor público federal, o que, de certa forma, já é um certo limitador do processo como um todo.

Vale lembrar também que, recentemente, o Governo Federal, sob o ponto de vista de inibir a greve ocorrida no ano passado, editou um decreto bastante polêmico, diga-se de passagem, que é o Projeto nº 7.777, que estabeleceu novas formas de contratação no setor público como forma de substituição de eventuais trabalhadores que estivessem em momento de greve.

Então, há vários elementos importantes que contribuem para esse debate, no sentido de que se fortaleça esse tão importante momento da história do movimento sindical brasileiro e, mais especificamente, o movimento sindical de servidores públicos, que é não só a Convenção nº 151, mas, sobretudo, a regulamentação dessa convenção, com o propósito de que se fortaleça

não só a negociação no âmbito do setor público, não só as relações envolvendo servidores públicos e Governo nos seus mais variados entes, mas que o papel do Estado brasileiro também possa ser discutido no bojo desse processo como um todo.

Quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade de o Dieese estar fazendo parte desta Mesa, importantíssima, na pessoa do Senador Waldemir Moka, e também do Senador Paulo Paim e demais Senadores aqui presentes.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Sr. Max Leno, concedo a palavra ao Sr. Antônio Augusto de Queiroz, representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Bom dia a todos. Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao Presidente da Comissão, Senador Waldemir Moka; ao Senador Paulo Paim; aos companheiros e lideranças sindicais aqui presentes; aos demais Senadores presentes, dizendo da satisfação de participar deste evento.

Acho o tema da maior relevância e importância. O debate a respeito da Convenção 151, da OIT, ganhou corpo e dimensão nos últimos anos, especialmente a partir do segundo mandato do Presidente Lula, que foi quem encaminhou para o Congresso o seu pedido de ratificação. E, na sequência, o decreto de internalização no Brasil, da Presidente Dilma, ainda que com um pouco de atraso.

Houve um problema, lá atrás, que em grande medida é de responsabilidade das lideranças sindicais. É que todos, indistintamente, sabiam que havia restrições de natureza legal com relação à aplicação de uma convenção internacional da OIT no Brasil se essa convenção não tivesse sido votada para ser incorporada ao nosso ordenamento jurídico com o mesmo *status* de emenda à Constituição.

Todos os tratados internacionais que têm alguma dimensão relativa aos direitos humanos podem ser votados, segundo a nossa Constituição, com três quintos, e incorporados ao texto constitucional com *status* de emenda à Constituição. Portanto, se sobrepõem em relação a qualquer restrição que haja em nível constitucional. Infelizmente, isso não foi feito. A convenção foi aprovada, no Brasil, com *status* de lei ordinária e como tal será aplicada.

Portanto, a ideia de que se possa, por intermédio da convenção, garantir a contratação coletiva, ou seja, que no acordo ou convenção o resultado dessa negociação constitua lei das partes é absolutamente improvável, inviável do ponto de vista legal. Por quê?

Porque no Brasil nós temos três fontes de direito para os trabalhadores, de um modo geral: a lei em sentido amplo, que inclui a Constituição, as leis complementares, as leis ordinárias, os tratados internacionais de que o Brasil é parte e são incorporados ao seu ordenamento jurídico; a negociação coletiva, os acordos e convenções; e a sentença normativa, ou seja, o poder que a Justiça tem de fixar normas e condições, ainda que o pedido se dê de comum acordo entre as partes.

Para os servidores públicos essas três regras não se aplicam. A fonte de direito única do servidor, mesmo com a convenção, continuará sendo a lei. Ou seja, a justiça não poderá criar obrigações para o Estado, por limitação constitucional, nem a negociação, que terá de respeitar todas aquelas restrições mencionadas aqui pelo Dr. Max, que são a Lei de Responsabilidade Fiscal, que fixa um limite de gastos com pessoal, no caso da União limitada a 50% da receita líquida corrente; o PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o próprio orçamento da União.

Essa questão da negociação depende muito de vontade política. Eu dou o exemplo. Na última negociação feita no serviço público, a convenção ainda não estava em vigor, não tinha sido internalizada no nosso ordenamento político. Foi feita observando todas as etapas, encerrado o processo de negociação no dia 31 de agosto, que era o último prazo para envio dos projetos ao Congresso e também envio do orçamento ao Congresso Nacional. Muito bem. Nessa negociação, porque não estava ritualizada, ou seja, não foi feita dentro dos princípios que a convenção estabelece, de boa fé, com prazos para apresentar propostas e contrapropostas, argumentações etc., 93% dos servidores foram contemplados com acordos salariais e 7% ficaram fora. Mas quem ficou fora? O núcleo financeiro, o núcleo de segurança, o núcleo de regulação, o núcleo de infraestrutura, ou seja, a essência do serviço público ficou fora. E a Presidente teve que modificar a LDO, para permitir que pelo menos parte desses setores pudessem ser contemplados com o acordo.

Então, depende de vontade política. Se eu pudesse dar um conselho, daria no sentido de que deve ser cobrada, dos governantes estaduais, federais e municipais, a imediata implementação por ato próprio, para se ritualizar esse processo e na sequência se garantir uma alteração no texto constitucional para dar amplitude à aplicação desse princípio da OIT, porque do contrário teremos o mesmo problema que se teve no Regime Jurídico Único, quando o Supremo declarou inconstitucionais as alíneas “d”, que previa negociação coletiva, e “e”, que permitia ajuizamento de dissídio coletivo, por ocasião da lei e do Regime Jurídico Único, de modo que é um desafio a ser implementado e eu

recomendaria que os governantes que se recusassem a negociar, os servidores entrassem com mandado de injunção obrigando essa negociação até que se altere o texto constitucional e se faça a lei das partes, como é no setor privado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Agradecendo ao Sr. Antônio Augusto de Queiroz, o último orador desta Mesa é o Sr. Ibrahim Yusef Mahmud Ali, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Tribunal de Contas do Distrito Federal, a quem concedo a palavra.

O SR. IBRAHIM YUSEF MAHMUD ALI – (*Falha na gravação.*) Senador, nós servidores públicos agradecemos a iniciativa desta Casa, na sua pessoa, dessa discussão, porque há anos nós servidores públicos queremos ver, na nossa Carta Magna, um direito nosso.

Não posso, aqui, também, esquecer de agradecer ao Senador Paulo Paim; ao guerreiro Rodrigo Rollemberg, que subiu várias vezes no nosso carro de som, na luta pelos servidores públicos do Governo do Distrito Federal. E ao Deputado do nosso Estado, Deputado Policarpo, que se faz aqui presente. Às demais centrais.

Infelizmente, nosso Presidente não pôde estar aqui presente, mas deixou um recado, um abraço a todos e a todas as centrais. É o Antonio Neto, atual Presidente da CSB. E também há a nossa Confederação dos Servidores Públicos e o nosso Presidente João Domingos.

Presidente, a gente fica satisfeito com a forma democrática pela qual o senhor conduziu esses trabalhos, porque aqui está toda a representação dos servidores na pirâmide sindical brasileira. (*Palmas.*) Agora, a realidade, Presidente, é que o Estado sempre se omite das discussões sobre a questão dos servidores públicos.

Quando nós ingressamos nos tribunais, em várias matérias importantíssimas para os trabalhadores, os próprios tribunais ficam perguntando entre si sobre qual será a norma que aplicarão aos servidores públicos, porque há uma lacuna muito grande que esta Casa precisa resolver, pois é uma questão da negociação dos trabalhadores.

Aí, Presidente, nós servidores públicos estamos querendo simplesmente buscar isonomia, porque dentro da administração pública o já previsto na Carta Magna, no seu art. 39, dá direitos aos servidores públicos que estão lotados nas empresas, e nas empresas de economia mista. E somente os servidores da administração direta não têm essa prerrogativa de sentar com o governo para negociar seus salários.

Há alguns governos neoliberais que passam pelo Estado e querem o desmonte do Estado. E o primei-

ro desmonte é acabar com os servidores públicos. É acabar com o concurso público. Esse é o primeiro que passam a buscar.

E aí eu faço minhas as palavras do Deputado Vieira, que traz para esta audiência pública a fala de que há, prescrito na nossa Constituição brasileira, um artigo que dá a obrigação de fazer aos governos, aos prefeitos, para sentar com os servidores, os pais de família, e conceder pelo menos a reposição salarial.

Então, estamos querendo aqui ter como base, porque estamos falando como sindicato, essa medida coercitiva, porque o Estado criou medidas coercitivas quando um ente público ultrapassa a Lei de Responsabilidade Fiscal. Aí, ele sofre a maior penalidade, porque passa a não ter o direito público, político; e se cassa o direito dele.

Nós queremos esse mesmo modelo para se praticar somente para os trabalhadores. É esse modelo que queremos. E esta Casa tem a responsabilidade de fazer isso. E também a nossa Presidente Dilma deixaria um grande legado para os trabalhadores.

Aqui, se for feita uma leitura da convenção, que foi criada em 1949, quando eu não era nem nascido, em 1978 se sentou para ver a necessidade dos trabalhadores que estão na função trabalhista pública.

(Soa a campanha.)

O SR. IBRAHIM YUSEF MAHMUD ALI – Então, Sr. Presidente, até pelo tempo, vou abreviar aqui, mas digo a vocês que nós servidores públicos pedimos e conclamamos a todos vocês, que têm esse poder da caneta, a nos ajudarem, porque esse momento é importante para nós, para levarmos aos servidores públicos o tratamento igualitário que têm os trabalhadores na área privada. Que também se dê a isonomia para os servidores públicos de negociar com os governantes, de não precisar fazer uma greve e sacrificar a sociedade; e sofrer uma medida coercitiva daqueles governos que querem desmontar o Estado, que querem acabar com o serviço público. E nós tivemos vários exemplos de outros países que foram nessa mesma linha e estão fadados ao insucesso.

Então, eu queria contar com vocês e agradecer a forma democrática de podermos participar aqui, dizendo para todos os Senadores que podem contar com a gente nessa luta em defesa do serviço e do servidor público. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço ao Sr. Ibrahim Yusef e digo aos componentes da Mesa que nós temos de fazer a 3ª Mesa. Essa foi a decisão.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem... Pois não, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador, Presidente Moka, na verdade é uma consulta que quero fazer a V. Ex^a, pedindo a compreensão de todos os companheiros líderes aqui presentes, lideranças sindicais aqui presentes.

Na terça-feira de manhã temos diversas Comissões. Eu, pessoalmente, tenho que participar da reunião da CAE, que é deliberativa. Eu gostaria de saber se é possível fazer uma breve colocação, neste momento, sobre essa reunião?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador, eu quero apenas dizer que nós só temos mais três expositores. Se a gente considerar que são cinco minutos, eu diria que exatamente em vinte minutos nós vamos... Mas se V. Ex^a quiser...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Não. Eu vou aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu vou abrir essa exceção, só que estou dizendo que estamos terminando essa exposição.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Mas eu sou favorável. Aqui eu quero me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu fiz um acordo de que a gente ouviria e logo em seguida passaríamos a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu estou sugerindo a V. Ex^a, até pelo fato de termos Comissão e os demais também – eu particularmente tenho que ir agora para a Comissão de Assuntos Econômicos –, entretanto, um minuto só. Eu quero apenas dizer aos presidentes aqui, às autoridades sindicais que eu particularmente sou favorável. Já ouvi e já consegui aqui decidir tudo.

Acho que essa é uma matéria... V. Ex^a já antecipou... Por sinal, eu quero cumprimentar sobretudo a sua competência na direção desta Comissão, pelo fato de aqui colocar 15, 20, e a sua Comissão cumprir literalmente horário. Está de parabéns!

Digo aos senhores que conversava com o Senador Paulo Paim aqui, que é meu líder nesta área – eu sou liderado pelo Senador Paulo Paim –, que eu, particularmente, estou extremamente sensibilizado. Confesso, até pela experiência que tenho, porque já fui três vezes prefeito, já fui governador, sou Senador e tenho 30 anos de vida pública e graças a Deus todos os mandatos que disputei eu ganhei, que isso aqui é apenas um assunto que depende da boa vontade do Poder Executivo.

Eu tenho a convicção de que chegando nesta Casa, nós não levaremos 30 dias para aprovar a pauta. Agora, se o Poder Executivo não tiver o mínimo de boa vontade e de compromisso com a categoria, imagino que isso será postergado, como acontece aqui com o fator previdenciário e outros assuntos inerentes à questão dos trabalhadores brasileiros, que vêm se arrastando há cinco, seis, oito, dez anos.

Então, quero aqui manifestar o meu apoio e dizer que no que depender do Senador Jayme Campos, eu sou favorável. Quando fui prefeito, Senador Paulo Paim, o meu primeiro mandato foi em 1982. Com o advento da Constituição de 1988, o Município de Várzea Grande tem três, quatro sindicatos na área da gestão pública municipal. Como Governador, Policarpo, que representa a CUT, sabe perfeitamente do diálogo, do entendimento, do encaminhamento que nós tivemos naquele Estado, pelo bom sucesso não só do Estado, mas sobretudo dos sindicatos.

De maneira que aqui vou deixar muito bem prático, Sebastião. Sou muito pragmático. Eu tenho um defeito, porque sou muito sincero e transparente nas minhas ações. Só depende do Poder Executivo aqui. Se não tiver boa vontade, nós vamos aqui fazer dez audiências públicas, vinte audiências públicas e chegar a lugar nenhum.

Essa é a tese e o entendimento que eu tenho, de maneira que vocês contem comigo aqui. Eu não sou do Partido Aliado da Base do Governo. Eu sou independente. Eu voto conforme minhas convicções. Eu não voto aqui a troco de emenda ou através de favores; não senhor. Eu voto conforme minha consciência e, particularmente aqui, eu ouço muito o Senador Paulo Paim, que é meu mestre nessa área e todas as vezes que tem me procurado eu tenho acompanhado, porque eu sei que ele vota para o bem do Brasil, sobretudo defendendo os trabalhadores deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Rodrigo Rollemberg, como o Senador Jayme falou, a Presidência não tem como...

Eu imaginei que isso fosse acontecer, Paim, mas eu também não tenho como cercear os Senadores da palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, eu serei muito breve. E lamento não poder ouvir o meu amigo, Deputado Policarpo, meu amigo, um ato falho aqui, o Presidente do Sindilegis, o meu querido amigo, Nilton Paixão, o Luiz Gonzaga de Negreiros e a Mônica Valente.

Realmente, eu comentava com V. Ex^a, no início desta reunião, a dificuldade que a gente tem de compatibilizar tantas comissões neste mesmo horário. Eu

faço parte de três comissões que estão reunidas neste momento, mas quero aqui cumprimentar todos os dirigentes sindicais, quero cumprimentar o Senador Paulo Paim pela iniciativa correta, adequada, de trazer esse debate para a Comissão de Assuntos Sociais, que é onde deve acontecer esse debate, e cumprimentar V. Ex^a, Senador Moka, pela condução desses trabalhos.

Eu tive a oportunidade de, na semana passada, participar de um café da manhã com lideranças sindicais na Confederação dos Servidores Públicos do Brasil e ali ter uma conversa mais demorada acerca dessa questão.

Efetivamente, nós da Comissão de Assuntos Sociais, nós Senadores, que temos compromisso com o serviço público, e Deputados também, temos que nos unir em torno dessa bandeira para que possamos resolver definitivamente essa questão, porque essa convenção foi adaptada em 1978, depois foi aprovada aqui no Congresso em 2010 e ela precisa agora ser efetivada através da sua regulamentação.

E as três temáticas, da organização sindical, da negociação coletiva e da regulamentação do direito de greve são fundamentais para dar tranquilidade e segurança jurídica na relação com o serviço público, porque tem um dado que é importante, é que grande parte das greves no serviço público, Sr. Presidente, se dão para abrir a negociação, como pressão para abrir a negociação. Então, se se regulamenta a negociação coletiva, o que efetivamente vai acontecer é melhorar o ambiente no serviço público, que tende a reduzir o número de greves.

Também há uma negociação avançada entre centrais sindicais que em determinados momentos tiveram posições diferentes, mas que construíram uma proposta unificada no âmbito da comissão bipartite.

E eu tenho convicção de que é essa proposta que foi consensuada entre as centrais sindicais que deve ser o ponto de partida a ser enviado pelo Executivo para cá para que o Congresso possa apreciar.

Então, nesse sentido, quero sugerir que os Senadores e os Deputados se unam, se for o caso, vamos fazer uma frente parlamentar em defesa dessa questão, mas vamos manter uma ação contínua junto ao Poder Executivo para que ele possa enviar essa proposta para o Parlamento, que é a proposta de consenso entre as centrais sindicais na comissão bipartite.

Do ponto de vista da liderança do PSB no Senado – e tenho convicção de que posso falar também pela liderança do PSB na Câmara, pelo companheiro Beto Albuquerque –, a proposta terá todo o apoio do Partido Socialista Brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo o Senador Rodrigo Rollemberg, eu quero então, a não ser que o Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Estamos aqui para ouvir a moçada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Então vamos lá.

Eu quero convidar o Deputado Policarpo do PT do Distrito Federal, também um dos expositores, a Sr^a Mônica Valente, que é Diretora do Escritório da Internacional de Serviços Públicos do Brasil, o Sr. Luiz Gonzaga de Negreiros, Diretor da Central dos Sindicatos Brasileiros e o Sr. Nilton Paixão, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União, Sindilegis, e representante da Força Sindical. (*Palmas.*)

Eu concedo a palavra inicialmente...

Deputado Policarpo, nós deliberamos aqui que, em função da quantidade de expositores, limitaríamos a cinco minutos a fala dos expositores. Eu estou apenas Parlamentar aqui normalmente...

O SR. POLICARPO (PT – DF) – Gosta de extrapolar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não, não, é que tem mais tempo mesmo. Então, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. POLICARPO (PT – DF) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, primeiro, gostaria de parabenizar V. Ex^a e o Senador Paulo Paim por esta iniciativa; saudar todos os presentes nesta audiência pública de hoje; o Senador Rodrigo Rollemberg, que também está aqui no ambiente; saudar nossa amiga Mônica Valente, representante da ISP (Internacional dos Serviços Públicos); o Nilton Paixão; o nosso amigo Luiz Gonzaga de Negreiros; saudar todas as entidades que estão participando desta reunião de hoje.

Senador, não gastarei nem os cinco minutos. Primeiro, queria fazer essa saudação e dizer ao conjunto de servidores que estão aqui hoje que, infelizmente, este tema vem muito à tona em algum momento quando os servidores se organizam – saudar o Deputado Vieira da Cunha que está aqui também – e fazem um enfrentamento com os governos.

Ao longo desses vinte, vinte e poucos anos sempre foi assim. O Supremo Tribunal Federal, anos atrás, chegou a querer regulamentar a greve no serviço público, fazendo isso por analogia com o setor privado. Isso ocorreu também num momento de enfrentamento dos servidores com os governos. Esse debate, no ano passado, veio à tona não com o caráter da negociação coletiva, mas veio à tona querendo regulamentar e restringir o direito de greve, num momento também em

que os servidores público fizeram um enfrentamento. Depois, claro, foi feita a negociação – acho que o Toninho, do Diap, estava falando isso aqui –, que atingiu mais de 90% das categorias.

Infelizmente, muitas vezes nesses momentos eles querem fazer um enfrentamento com o conjunto de servidores e não garantir o direito de lutar e o direito à negociação coletiva.

As greves, em geral – sei que as entidades fizeram isso já aqui, e as outras sempre falam no mesmo sentido –, mais de 90% delas são em função da falta de negociação coletiva no serviço público, em todas as esferas, seja na área federal, seja nos Estados ou nos Municípios, em todos os setores. E os governantes negociam hoje. Quando são mais democráticos, há mais negociação; quando são menos democráticos, há menos negociação. Isso é fato.

E nós não podemos ficar à mercê dos governantes que estão à frente em algum momento. Nós precisamos criar regras que garantam esse poder, essa negociação para o conjunto de servidores de forma geral, em todos... Nós não estamos falando aqui só do Governo Federal, mas nos Estados e nos Municípios. Nos Municípios, eu imagino que seja muito pior o dia a dia dos servidores públicos municipais. Se nos Estados, já é difícil, nos Municípios, imagino como deva ser.

Então, é necessário que a gente tenha essa compreensão; ou seja, que o importante agora, depois de ser ratificada a Convenção nº 151... E eu quero parabenizar as centrais que colocaram isso na pauta, porque muitas vezes as centrais têm uma pauta muito voltada para o setor privado e esquecem um pouco o setor público. E, neste momento, as centrais se juntaram, estão debatendo e estão levando à frente uma discussão que interessa ao conjunto dos trabalhadores do serviço público.

Então, eu quero parabenizar as centrais sindicais e o conjunto de entidades que tiveram esse entendimento. E a ratificação, inclusive, do decreto pela Presidente Dilma foi fruto dessa mobilização, desse movimento das centrais. E sei também que há toda essa construção para que venha o projeto acordado, para que a gente possa avançar.

No ano passado, Sr. Presidente, apresentei um projeto buscando, acima de tudo, a negociação coletiva para dar um outro enfoque. No momento em que se colocava a restrição do direito de greve, a gente precisava dar uma freada nesse movimento para dizer: “Olha, mais importante do que querer restringir o direito de greve...”. Quando se fala em regulamentar sempre se fala em restrição e não em um direito amplo para que os trabalhadores possam lutar pelos seus direitos. Apresentei um projeto com esse intuito para

chamar a atenção para a negociação coletiva. Não estou querendo aqui dizer que foi em função disso que houve todo um debate, mas teve o seu efeito positivo para esse outro entendimento.

Apresentei, já neste ano, o de nº 5621/2013 que traz uma outra questão que precisamos resolver também. É sobre a organização sindical do serviço público e, inclusive, com direito à liberação dos nossos dirigentes sindicais. Aquele pacote, de outubro de 96, que Fernando Henrique baixou, suspendeu a liberação dos nossos dirigentes sindicais. Isso é importante, porque não existe organização sindical sem a participação, sem a possibilidade de liberação e com as restrições que há hoje. Então, espero também que esse projeto... Estive no planejamento e lá se falava que não estava em discussão a parte da liberação dos dirigentes sindicais. Mas também o fiz buscando fosse possível incluir a questão nessa pauta da negociação coletiva. A Convenção nº 151 é muito mais completa e precisa ser tratada no todo para que a gente possa, também, discutir a liberação dos dirigentes sindicais.

Quero agradecer. Quero parabenizar o Senador Paulo Paim por sua luta aqui no Senado. S. Ex^a abraçou também essa causa da negociação coletiva, que é importante. Sei que com ele vamos contar. O senhor já está abraçando também essa causa aqui no Senado. O Deputado Vieira da Cunha também, bem como outros Parlamentares que não estão aqui hoje. Mas a gente sabe que acompanham e podemos contar com eles aqui.

Esse projeto, a discussão da regulamentação da negociação coletiva é fundamental não apenas para os servidores públicos, mas para o Estado e para a sociedade. Nós vamos ter menos greves, mais negociações e a conquista de mais direitos a partir do momento em que instituímos a negociação coletiva.

Muito obrigado. Estou à disposição de todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Concedo a palavra à Diretora do Escritório da Internacional de Serviços Públicos do Brasil, Sr^a Mônica Valente.

A SR^a MÔNICA VALENTE – Bom dia!

Senador Waldemir Moka, em seu nome, parabenoizo a iniciativa, e cumprimento o Senador Paulo Paim pela iniciativa de trazer esse debate importantíssimo aqui para o Senado. Falo da continuidade, na verdade, do debate, uma vez que a ratificação da Convenção nº 151 também passou aqui pelo Senado como a Casa que trata, principalmente, da adesão a esses tratados internacionais como é o caso desta convenção.

Tenho pouca coisa para acrescentar a tudo o que foi falado, porque muitos dos que nós antecederam –

dirigentes sindicais, parlamentares, Senadores, o Deputado Vieira da Cunha, também, que participou ativamente da ratificação da Convenção nº 151 – colocaram o centro do debate e do desafio que está posto agora.

Queria só enfatizar duas questões.

A primeira questão é que, no caso da Convenção nº 151, como alguns falaram aqui, não se trata apenas da negociação coletiva no setor público, que é fundamental, mas também da garantia do livre exercício sindical no âmbito da Administração Pública e também da administração indireta. Isso vale, também, não só para os governos estaduais e para o Governo Federal, mas também para os mais de 5 mil Municípios que nós temos no País. Este é um grande desafio: institucionalizar o direito ao livre exercício sindical no âmbito dos mais de 5 mil Municípios deste País.

A democracia brasileira não é tão antiga; é uma democracia que a gente vem construindo ao longo desses últimos anos, depois do final da famosa ditadura e do advento das eleições diretas, a partir de 1989. Isso significa que o desafio da institucionalização da democratização das relações do trabalho no nosso País, em todos os Municípios, é um desafio que ainda está muito presente. A regulamentação da Convenção nº 151 ajuda muito, é um passo fundamental na democratização das relações de trabalho no âmbito desse imenso território que é o Brasil.

A ratificação da Convenção nº 151 e, agora, o decreto de sua promulgação só foram possíveis por duas razões: a primeira, pela sensibilidade do Executivo e do Legislativo em relação a isso; a segunda – e mais importante, na minha opinião, pois é onde eu trabalho – pela unidade das centrais sindicais. A ISP, entidade que eu dirijo no Brasil, desde 2001, vinha batalhando pela ratificação da Convenção nº 151 no Congresso. Só veio a acontecer depois que as centrais sindicais se uniram e conversaram com o Executivo, através do Presidente Lula. Mandou-se a proposta para a Casa, e ela foi aprovada, foi ratificada. E, agora, o decreto de promulgação da Presidenta Dilma também só foi possível pela unidade das centrais sindicais. Tenho convicção de que a regulamentação também vai ser possível porque as centrais sindicais, com ajuda do Dieese e de outras instituições, mesmo a nossa, da ISP, construíram um projeto unitário, base para o debate que vai ser feito – espero eu – no âmbito do Executivo, mas, certamente, também no âmbito do Legislativo.

A última coisa que eu queria colocar, no tempinho que ainda me resta, é a importância da Convenção nº 151 para além dos direitos dos trabalhadores do serviço público, trabalhadores e trabalhadoras, que também têm um papel fundamental na construção do serviço público de qualidade no nosso País. Isso por-

que, à medida que há uma melhora das condições de trabalho e das condições salariais, começa-se a introduzir, no setor público, princípios que há muito tempo já existem no setor privado, que ajudam a melhorar as condições de trabalho e as condições de atenção à população – na saúde, na educação.

Então, esta Casa Legislativa, ao regulamentar a Convenção nº 151, não está só atendendo uma justíssima reivindicação nossa, de trabalhadores e trabalhadoras públicas, mas ajudando a construir um serviço público de qualidade, a exemplo do que fez a Argentina, em 1987, que ratificou a Convenção nº 151; o Chile, no ano 2000; o Uruguai, em 1989. Quer dizer, do Cone Sul, nós somos o último País a ratificar e a regulamentar essa convenção.

Eu tenho a expectativa – e sou muito otimista – de que a gente consiga, antes da Conferência da OIT deste ano, pelo menos encaminhar para esta Casa um projeto negociado para tramitar no Legislativo brasileiro. Acho que vai ser um grande exemplo que o Brasil vai dar para o mundo, Senador Moka, Senador Paim, a quem agradeço, cumprimento mais uma vez e parabênz pela iniciativa.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço à Sr^a Mônica.

Passo a palavra ao Sr. Luiz Gonzaga de Negreiros, Diretor da Central dos Sindicatos Brasileiros.

O SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS – Bom dia a todos; ao nosso Senador Waldemir Moka; ao Senador Paulo Paim, nosso patrono do movimento sindical brasileiro; ao Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, João Domingos; e a todas as autoridades presentes; às centrais sindicais, aos sindicalistas e aos representantes de todas as entidades.

Uma data como esta, Senador, é uma data histórica, para nós, servidores públicos. A Central dos Sindicatos Brasileiros, a CSB, tem mais de um ano de fundação: hoje temos mais de 500 sindicatos, com mais de 400 validades do Ministério do Trabalho.

Trago um abraço ao Senador Paim e ao Senador Waldemir Moka do Presidente Antonio Neto, que não pôde estar presente, mas nos constituiu como representante.

Diante das falas dos nobres pares que já presenciamos, agradeço a Deus, porque Deus é a força maior de todo o conjunto. Deus nos diz que há um momento para todo propósito. Hoje chegou o momento de discutirmos esse propósito. A Convenção nº 151, a organização dos servidores públicos se faz necessária e é um débito que o Executivo tem com os trabalhadores, com os servidores.

Eu gostaria de pedir silêncio ao Plenário, pois está havendo muitas conversas. Senão, vocês não vão tirar proveito das falas, que o tempo é curto. Eu respeitei a todos. Gostaria que me respeitassem. (*Palmas.*)

É um momento histórico que nós estamos vivendo, uma oportunidade ímpar que ainda não tivemos dentro desta Casa do Congresso Nacional, por intermédio do Senador Paim, que tem sido incansavelmente o defensor do movimento sindical brasileiro, o defensor dos servidores públicos.

Gostaria de testemunhar esses fatos sobre os quais ele, Senador Paim, tem-se debruçado horas e mais horas da sua vida, do seu mandato, do seu tempo, para podermos estar hoje, aqui, realizando esta audiência pública.

Parabéns, Senador Paim, pela sua iniciativa e pela sua coragem! (*Palmas*)

O senhor tem feito a diferença aqui no Congresso Nacional. Eu tenho certeza de que os gaúchos, o Brasil e nós temos o orgulho de ter um Senador que tem essa preocupação e esse compromisso.

Vamos mais longe para falar sobre servidores públicos. Os servidores públicos do Brasil são a única categoria que mantém o Estado pagando seus impostos continuamente. Os servidores públicos são os únicos que pagam Imposto de Renda eternamente, porque fazem opção para ser servidores públicos e, quando prestam concurso público, preparam-se e são taxados com Imposto de Renda, no INSS *ad eternum*. E, até então, o Executivo ainda não teve a preocupação de regulamentar, de dar o direito que a lei determina.

Portanto, penso que essa dívida, esse projeto, como o Senador bem ponderou, consolida-se no Executivo. O Executivo precisa entender melhor, assimilar melhor esta necessidade nossa para consolidarmos o que sendo feito aqui, hoje.

E nós, servidores, vivemos angustiados. Não podermos estar sujeitos a, se necessário for, entrarmos em greve, e, de repente, um decreto editado goela abaixo, dizendo como nos devemos comportar. A 151 nos regulamenta, ela nos organiza-nos e nos dá os direitos que temos, mas que não podemos praticar. Ainda estamos vivendo na era da escravidão em relação aos servidores públicos e ao movimento sindical brasileiro.

No advento da Constituição de 1988, nós tivemos o direito de nos sindicalizar, mas não tivemos o direito de praticar o movimento sindical livre, não tivemos o direito de organizar a categoria, porque nós não temos um custeio, nós não temos o direito de greve, nós não temos o direito à negociação coletiva.

Então, era dentro dessa linha que eu queria agradecer a todos os participantes, ao Senador Paim, ao Senador Waldemir Moka e a todas as centrais sindicais

que aqui estiverem e à Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, que, a vida inteira também, têm feito uma luta incansável.

Muito obrigado a todos. Vamos à luta! Vamos à vitória!

Obrigado. (Palmas.)

(*Manifestação da plateia: “Convenção 151 já!”*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – O último expositor é o Sr. Nilton Paixão, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União – Sindilegis.

Antes, porém, concedo a palavra à Sr^a Mônica Valente, que quer fazer uma comunicação ao Plenário.

A SR^a MÔNICA VALENTE – Eu queria pedir autorização, Presidente, Senador Waldemir Moka – eu me esqueci de fazê-lo na minha fala – para distribuir este pequeno catálogo sobre a Convenção nº151/154, de uma campanha interamericana que nós estamos realizando. É um pequeno catálogo que explica as convenções para divulgação. É só a sua autorização para poderem distribuir.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Com a palavra, o Sr. Nilton Paixão.

O SR. NILTON PAIXÃO – Ex^{mo} Senador Waldemir Moka, que já pôde perceber claramente que testemunha uma virada histórica num movimento sindical do setor público.

Ouso dizer – corrijam-me os companheiros de luta – que haverá uma data marcante para todos nós: antes e depois desta audiência pública, porque ela não vai resumir-se a este breve encontro. Ela vai surtir frutos, e frutos rápidos, de colhida rápida, de amadurecimento forçado com nossas articulações e por estes homens que estão aqui na condução dos destinos do Senado e da Câmara dos Deputados.

Saúdo, com muito carinho – o nome dele é muito grande – o Senador: Paulo Paim, trabalhador, servidor público dos aposentados do Brasil, que sempre tem sido realmente um incansável guerreiro em defesa de todos nós.

Eu vou falar especificamente, não sem antes saudar a iniciativa do Senador Rodrigo Rollemberg. Senador Moka, é urgente a formação dessa Frente Parlamentar. Deputado Policarpo, Deputado Vieira da Cunha, aqui presentes, vocês já precisam se articular, também na Câmara dos Deputados, em sintonia com o Senador Moka, que preside esta Comissão, com os Senadores Paulo Paim, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin e todos os que nos dão apoio, como a Senadora Lídice da Mata, que é uma guerreira, lutadora em

defesa de todos nós. A nós nos preocupa uma questão fundamental que se chama processo legislativo.

Antes de falar dessa questão – e eu não vou me exceder no tempo – eu preciso fazer registro de alguns companheiros de luta, como João Domingos, da CSPB; Antonio Carlos, da Confelegis; Pedro Armengol, que tem um nome complicado para danar, mas para compensar é um guerreiro em luta dos servidores públicos; o Aires Ribeiro, companheiro de Força; o Ogib, da Associação dos Servidores Aposentados da Câmara dos Deputados; a Fátima Mosqueira, da Associação dos Servidores da Câmara; Toninho, do Diap, que sempre está aí nos apoiando e nos fornecendo toda a estrutura e orientação técnica, e os conselhos de sempre; e o Lineu, da UGT.

O Edison, do Mosap – viu, Senador Paim? – me ligou dizendo que não pôde estar aqui, mas que lhe transmite um abraço fraterno. O Edison é Presidente do Movimento dos Servidores Aposentados do Brasil.

Não tenho como discordar, Senador Moka, do que disse o Senador Jayme Campos, que, neste momento, depende do Executivo. Mas o Executivo não sintetiza a democracia. As Casas da democracia são o Senado Federal e a Câmara dos Deputados. É óbvio que nós precisamos da boa vontade da Presidente Dilma, que já manifestou essa boa vontade no dia 6 de março, ao internalizar a Convenção nº 151 da OIT.

O que nós pedimos aos Parlamentares da base? Que se articulem junto às suas respectivas Lideranças, porque o processo legislativo e o calendário internacional da OIT nos assombram. Seria muito bom que nós pudéssemos chegar a Genebra, em junho, já com a OIT internalizada e regulamentada.

Então, o que é preciso fazer em termos práticos? Que o Executivo imediatamente envie para cá o consenso da Comissão bipartite entre as centrais sindicais. E que, também, a matéria ao chegar – e provavelmente chegará pela Câmara dos Deputados – que haja um acordo de Lideranças para que seja submetida a matéria ao regime de tramitação de urgência, sob pena de não lograr êxito a tramitação. E ainda há mais um agravante, que V. Ex^{as} conhecem, que são as festas juninas e julinas que se aproximam. Por uma questão política tradicional, cultural e respeitável, as bancadas nortista e nordestina têm que estar junto as suas bases neste momento.

Então, fica aqui esse apelo: que nós não sejamos o último país do Mercosul, ou da América, a ratificar a Convenção nº 151 da OIT. Conte com todo o movimento sindical. Vamos turbinar esse processo legislativo e implorar à nossa Presidente Dilma que envie imediatamente o texto acordado.

Fica aqui um abraço fraterno a todos os companheiros de luta. (*Palmas.*)

O SR PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Sr. Nilton Paixão, agora vou conceder, Senador Paulo Paim, a palavra aos Senadores e, depois, aos Deputados Federais que quiserem fazer as colocações.

Quero dizer que aqui foi dito que as centrais já entregaram uma proposta. Quer dizer, o Executivo tem uma proposta. A minha primeira pergunta é se os outros segmentos concordam. Isso é consenso? Porque isso é fundamental, pois, se houver uma proposta e todos os segmentos que aqui se pronunciaram estão de acordo com essa proposta... Porque me pareceu que alguns segmentos não conheciam ou não tinham notícia de que tinha sido entregue. Então, essa é uma preocupação: se representa, é um bom início.

Então, o Governo tem ou teria uma proposta que representa 100%; quer dizer, o consenso é possível, mas está lá. A partir de lá, as duas Casas, o Senado e Câmara, começariam a pedir – se, evidentemente, a Presidente Dilma entendeu, ou os seus ministros da área entenderam – que essa proposta já viesse para cá, para que a gente iniciasse esta discussão em cima dela. Pelo menos para mim, pareceu que as sindicais estão em consenso quanto a isso.

Então, Senador Paulo Paim, V. Ex^a tem a palavra, mas eu gostaria de colocar isso como aquilo que me parece ser a forma mais objetiva de fazer com que esta proposta venha mais rapidamente para esta Casa.

Concedo a palavra ao autor do requerimento que ensejou esta audiência pública, Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu vou ser bem objetivo, senão vou repetir todos os argumentos que eles usaram. Então, eu vou entrar no encaminhamento, de imediato, desta discussão, da Convenção nº 151.

Deu-me a impressão, ao longo do debate, de que não há um consenso fechado; não há, digamos, consenso absoluto aqui. Há alguma divergência entre as falas, entre o que nós poderíamos efetivamente votar aqui no Congresso.

Eu vou dar um exemplo: eu recebi um documento da Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado). Na verdade, quando eles me procuraram, eu disse: “entrem com uma proposta de iniciativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa”. Assim eles fizeram, e eu só vou ler aqui o título. Eles encaminharam Disposições Gerais, Capítulo I; Do Direito à Livre Associação Sindical das Entidades, Capítulo II; Da Negociação Coletiva, Capítulo III; Do Direito de Greve, Capítulo IV; e, depois,

vai, ainda, Dos Observatórios da Relação de Trabalho e Serviço Público, Capítulo V; e, Capítulo VI, Das Disposições Finais.

Isso eu recebi da Fonacate e lhes disse: “Olha, eu não quero eu ser o autor. Vocês entram na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, eu posso assumir a relatoria [e assim o fiz] e passo a trabalhar em cima da proposta que veio dos trabalhadores”.

O que eu estaria propondo aqui?

Existe, por movimentação, naturalmente, e vontade até dessa SUG, que é uma proposta de iniciativa que vem do movimento para a Comissão, de que ela fosse votada amanhã. Eu daria o parecer, naturalmente, favorável à iniciativa dos trabalhadores.

O que eu estou pretendendo fazer?

Não votar amanhã. Retiro, digamos, o relatório apresentado. Eu pediria que essa proposta das centrais sindicais e do movimento social fosse apresentada também lá – não é da autoria desse ou daquele Parlamentar –, que fosse encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Eu, então, avoco todas as propostas para um único parecer e apresento um substitutivo que virá de imediato para esta Comissão. Lá só se dá entrada, e aqui é que se vai depois fazer o debate. E, daí, se houver um entendimento, naturalmente, nós votaríamos aqui sob a tutela, no bom sentido, do relator que o Presidente indicar. Eu darei o parecer lá naquela Comissão.

Eu acho que é um projeto sobre o qual nós podemos construir um grande entendimento. Já é instrumento de pressão para que o Executivo mande para cá. O Legislativo estaria construindo uma proposta (*Palmas.*), e o Executivo mande o dele. Do contrário, nós vamos começar a trabalhar na busca da regulamentação.

Esse seria o meu encaminhamento. Digo já: não se preocupem se virem esse relatório por aí. O relatório não será votado. É uma contribuição ao debate apresentada pela Fonacate. E, a partir dos documentos que eu vou receber das centrais sindicais, que será registrado lá na Comissão de Direitos Humanos, eu faço um substitutivo, aprovo lá e mando para cá.

Aí, V. Ex^a vai indicar o relator da versão final. E podemos chegar a um acordo de que nada será votado sem uma outra audiência pública, porque é um tema, de fato – nós todos sabemos – complexo, que exige muito, muito cuidado com a matéria.

Só isso de encaminhamento, meu amigo e Presidente, Senador Waldemir Moka, e agradeço a V. Ex^a pela forma como tem encaminhado esta Comissão. Quando aqui saiu – permita que eu diga isso, e V. Ex^a também o elogiou – o Senador Jayme Campos, que fez uma bela Presidência, eu dizia: “Ninguém vai superar

você, Jayme Campos”. Eu sou obrigado a dizer: “Jayme Campos, tem um aí que está quase o superando já.”

Uma salva de palmas para os dois aí. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, apenas para saudar os representantes dos servidores públicos aqui, do sindicalismo.

Oferto o meu apoio a essa luta pela Convenção nº 151 e pela nº 154, dizendo da nossa disposição de estar ao lado de vocês, especialmente liderada, em tantas batalhas políticas aqui, Senador Moka, pelo Senador Paulo Paim e pelo Senador Jayme Campos que, nesta Comissão, deu uma importante contribuição à luta da sociedade brasileira, especialmente dos trabalhadores brasileiros.

Nosso Senador Paim é um precursor nessa batalha dos funcionários públicos federais, estaduais, municipais na luta pelos seus direitos. Eu tive a oportunidade, no meu Estado da Bahia, de estar sempre ao lado dos servidores públicos estaduais e municipais, até porque fui prefeita. Antes, tive a possibilidade de ajudar os servidores públicos municipais e, depois, de travar com eles um debate democrático que nos permitiu manter uma relação política em todo o período de nosso governo e após a minha administração.

Então, quero dar meus parabéns a esta audiência e a essa iniciativa realizada, como tantas outras, e tão importante para o trabalhador brasileiro, realizada pelo Senador Paulo Paim.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O Senador Paulo Paim fez um encaaminhamento. Eu gostaria que, entre os que falaram...

Antes, vou conceder a palavra ao Deputado Federal Assis Melo, do PCdoB do Rio Grande do Sul.

O SR. ASSIS MELO (PCdoB – RS) – Sr. Presidente; debatedores, quero saudar a Mesa na pessoa do Presidente e do nosso conterrâneo, Senador Paulo Paim.

Nós somos do movimento sindical também. Sou Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, licenciado.

Primeiro, nós temos de saudar o esforço das centrais sindicais, de todos os trabalhadores que, ao longo de suas marchas, têm colocado na pauta a 151, a 158, que não é menos importante que a 151.

Nós estamos aqui fazendo este debate, neste momento, sobre a 151. Acho que ela tem sua importância imediata exatamente para que possamos ter o espaço definido para exatamente regulamentar pelo menos a negociação. Parece que estão... Um País que

nós... Estamos aqui engatinhando na democracia. São fatos como este que nos fazem crer que estamos longe ainda de uma democracia plena, pois um setor tão importante para o Estado e para a sociedade, como é o funcionalismo público, não tem direito sequer à negociação.

Então, nós temos de compreender que, em um Estado que precisa avançar na democracia – e clama por isso –, isso, por si só, vindo da Presidência, também em conjunto e em negociação com as centrais, é um gesto importante.

Então, ao mesmo tempo em que reconhecemos ainda essa falta de democracia e a importância que é a negociação... Se nós não temos o direito nem de negociar, teremos o direito a quê? Portanto, é importante este momento, em que as categorias estão mobilizadas e, acho, o Parlamento também. Quando o Governo quer e o Parlamento está sempre com essa vontade maior de fazer, eu acho que nós temos condições de andar rapidamente.

O Nilton Paixão aqui falou das festas juninas. Eu acho que se a gente consegue fazer uma versão a mais, até porque já tem um documento das centrais, uma opinião do Governo. Eu acho que nós conseguimos, sim – quem sabe – saudar as festas juninas com a ratificação da Convenção nº 151. Já há um entendimento, há uma vontade política. Assim, eu acho que, se há alguma coisa para ser ajeitada, será rapidamente feita, porque há uma vontade do Executivo e da grande maioria dos Parlamentares, o que nos dá a certeza de que avançamos.

Então, era a exposição que eu queria fazer, Sr. Presidente, não sem antes fazer um convite, Senador Paulo Paim. No dia 8 de maio, às 10h, uma quarta-feira, faremos uma sessão solene em homenagem à velha CLT, que muitos querem que acabe. Eu não! Eu saúdo a CLT, exatamente porque quem falou que queria acabar com a CLT não quer construir algo novo na CLT e dar mais direitos aos trabalhadores, mas, sim, para retroceder a Vargas. Infelizmente, é uma luta grande no Parlamento para que os direitos dos trabalhadores continuem avançando e dando cada vez mais um espaço maior àqueles que trabalham.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Deputado Assis Melo, quero conceder a palavra ao Sr. João Domingos Gomes dos Santos, mas peço objetividade.

Há uma proposta – parece-me que é uma forma legítima de pressão do Poder Legislativo – no sentido de começarmos a discutir aqui um projeto que possa ser o consenso de toda a base. A partir daí, o Governo,

imagino eu, se preocuparia em mandar. É claro que isso nós vamos ver na prática.

V. S^a tem a palavra.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Obrigado, Sr. Presidente.

É exatamente para informá-los, Sr. Presidente e Senador Paulo Paim, que nós fizemos uma consulta neste ambiente com todas as centrais sindicais aqui presentes. O Pedro Armengol já tinha saído, mas viemos juntos a esta audiência e determinamos que o nosso propósito maior era encontrar uma alternativa que tirasse essa questão da regulamentação do ponto morto em que se encontra lá no Executivo desde o dia 21.

Então, posso assegurar – e espero que o Deputado Policarpo me acompanhe nisso – que a CUT também nos acompanha. A Conlutas já nos autorizou a informar que todas as centrais aqui presentes, as sete centrais aqui presentes, concordam e louvam a solução proposta pelo Senador Paulo Paim que, como sempre, mais uma vez dá uma objetividade muito grande.

Raríssimas vezes entramos numa audiência pública, num assunto tão complexo, tão amplo quanto este, e saímos, objetivamente, praticamente com uma solução, que é esta: avocar para a Comissão de Assuntos Sociais todas as propostas que tratam do mesmo assunto, sob a relatoria do Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Direitos Humanos.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Perdão, dos Direitos Humanos, que poderia, assim, sistematizar todas as propostas. Aqui será a nova instância de debates, de consenso dessa proposta.

Parabéns, Senador Paulo Paim.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador, a experiência mostra que temos um encaminhamento, sugerido pelo Senador Paulo Paim. Imagino que V. S^a falou pelo conjunto, pois invocou todas as centrais.

Então, neste momento, quero dizer que a Comissão de Assuntos Sociais vai aguardar. Há um encaminhamento proposto pelo Senador Paulo Paim, que vai começar na Comissão de Direitos Humanos. Na hora em que chegar aqui à Comissão de Assuntos Sociais, o Presidente tem o compromisso de indicar para relator, aqui na Comissão de Assuntos Sociais – e não poderia ser diferente –, mercê de sua trajetória, de sua luta, e também porque foi o Senador que ensejou esta audiência pública.

Então, aqui na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência indicará também o Senador Paulo Paim como Relator do projeto. (*Palmas.*)

Acho que cumprimos com a nossa finalidade.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Está encerrada.

(Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 62^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2012.

Às onze horas e quarenta e oito minutos do dia doze de dezembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Amélia, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Roberto Requião, Waldemir Moka, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, João Capiberibe, Vital do Rêgo, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e João Costa, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Walter Pinheiro, Lídice da Mata, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Romero Jucá, João Alberto Souza, Ciro Nogueira, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Magno Malta, João Ribeiro e Kátia Abreu. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item Único: Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Benício Sampaio, que “Dispõe sobre o exercício da Medicina”. O relator designado é o Senador Cássio Cunha Lima e o parecer é favorável, rejeitando os incisos VII e VIII do caput do art. 4º; os parágrafos 2º, 7º e 8º do art. 4º; o inciso VII do parágrafo 5º do art. 4º; e a supressão da cláusula de vigência (art. 8º do PLS nº 268, de 2002). O parecer é aprovado. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a **Senhora Presidente Eventual, Senadora Ana Amélia**, encerra a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor

Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.
– Senadora **Ana Amélia**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Srs. Senadores.

(Soa a campanha.)

Havendo número regimental, declaro aberta a 62ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a sua aprovação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O item único desta reunião é o seguinte:

ITEM 1

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2002 – Não Terminativo -

Dispõe sobre o exercício da Medicina.

Autoria: Senador Benício Sampaio

Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatório: Favorável, rejeitando os incisos VII e VIII do caput do art. 4º; os parágrafos 2º, 7º e 8º do art. 4º; o inciso VII do parágrafo 5º do art. 4º; e a supressão da cláusula de vigência (art. 8º do PLS nº 268, de 2002)

Observações:

1 – *A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais e, posteriormente, ao Plenário para deliberação em caráter terminativo*
2 – *Na reunião do dia 29/11/2006, o PLS 268, de 2002, foi aprovado, na forma do substitutivo, na Comissão de Assuntos Sociais em caráter terminativo*

3 – *Na reunião de 04/12/12, foi aprovado Requerimento de autoria dos Senadores Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Aloyzio Nunes e João Capiberibe propondo a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais*

4 – *No dia de hoje, foi realizada Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, para instrução da matéria, com a presença dos seguintes convidados:*

Senhora Miraci Mendes da Silva Astun, Coordenadora Geral do Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde – DEGERTS/MS; Senhor Amaro Henrique de Pessoa Lins, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação e Senhor Luiz Roberto Liza Curi, Conselheiro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação – CNE

(Soa a campanha.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Está em votação o relatório do Senador Cássio...

Antes de submeter à votação, passo a palavra ao Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Senadora Ana Amélia, Presidente desta Comissão, a Comissão está apta para votar. Já fiz o relatório, já fizemos as discussões e a Comissão está apta a votar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço a V. Exª. Devido ao adiantado da hora, muitos Senadores têm de fazer registro na Câmara dos Deputados para a sessão do Congresso Nacional. Em discussão a matéria.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Quero, Srª Presidenta, dizer, falar e reafirmar nossa posição aqui.

Estamos realizando esta audiência em conjunto, conforme acertado semana passada, Comissão de Educação e Comissão de Assuntos Sociais, e, semana que vem, vamos apreciar a matéria. Agora, estou sugerindo que façamos um grupo, Senadora, para promovermos as mudanças necessárias, e não é nada de novo, é resgatar alguma coisa que foi retirada em relação à nosologia e à citopatologia. Um projeto que fala do ato médico tirou completamente a citopatologia, quando elencava essa matéria como não privativa de médico.

Então, nessa condição, Srª Presidente, de formar uma comissão para resgatar pontos polêmicos – ainda que sejam poucos –, para que possamos votar este ano ainda, votarei a favor, deixando claro que esse é um compromisso nosso, Senador Cristovam, do Senado.

Ah, não! Não há um compromisso? Compromisso meu? Não existe compromisso de uma pessoa, nem existe acordo de uma pessoa. O que não há? O que estamos discutindo é isto aqui: que as mudanças ficassem para lá e o diálogo para lá.

(Tumulto no recinto.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senadora Vanessa Grazziotin! Peço uma atenção à Presidência da Mesa, Senadores. Senadora Vanessa, por gentileza.

Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas estou colocando a proposta da Senadora Vanessa em votação. Quem concorda permaneça como está; quem discorda levante a mão. *(Pausa.)*

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Qual é a proposta, por favor?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A proposta que ela quer é de prorrogar a votação de hoje.

(Tumulto no recinto.)

Na verdade, Senadora Vanessa, a proposta é adiar a votação para outra reunião.

(Tumulto no recinto.)

Eu estou resumindo, Senadora Vanessa! Eu estou resumindo o que V. Ex^a pretende, que é criar um grupo de trabalho, se for aprovado, e aí não será votada hoje a matéria.

(Tumulto no recinto.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, Sr^a Presidente, vota-se hoje aqui na Comissão de Educação, e, a partir de agora, teremos esse diálogo, continuaremos esse diálogo para promover as mudanças na CAS. É isso.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senadora, essa decisão, então, será da CAS. Será da CAS.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, eu apenas estou deixando registrado, para que depois...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Isso é regimental, Presidente, está na CAS.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ...quer fazer e quer passar o trator. Projeto não se passa com trator, não, passa-se com diálogo. *(Palmas.)*

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr^a Presidente, a manifestação, Sr^a Presidente...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senadora Vanessa! Senador Moka, por gentileza!

Nem tomo isso, Senadora Vanessa, como qualquer advertência ou admoestação a esta Presidência. Não tomo isso. Estamos discutindo com democracia, estamos discutindo com a presença dos representantes das partes envolvidas nesse assunto com todo respeito. Então, o que vamos decidir agora é votar, porque V. Ex^a poderá, na CAS, fazer a sua solicitação, democraticamente, como convém a esta Casa.

Coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação e o parecer do Senador Cássio Cunha Lima permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Muito obrigada.

(Palmas.)

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às oito horas e trinta minutos do dia dezoito de março de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JORGE VIANA, ANA RITA, VALDIR RAUPP, IVO CASSOL, VANESSA GRAZZIOTIN, CRISTOVAM BUARQUE, JOÃO CAPIBERIBE, ALOYSIO NUNES FERREIRA, FLEXA RIBEIRO** e **FERNANDO COLLOR**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, ACIR GURGACZ, RODRIGO ROLLEMBERG, ROMERO JUCÁ, LUIZ HENRIQUE, KÁTIA ABREU, ATAÍDES OLIVEIRA, CÍCERO LUCENA, JOSÉ AGRIPINO, EDUARDO AMORIM** e **RANDOLFE RODRIGUES**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA. AUDIÊNCIA PÚBLICA**, destinada a apresentar o Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas. Comparecem os seguintes convidados: Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA; e Ney Maranhão, Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas – ANA. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senhor Senador **JORGE VIANA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e sete minutos, lavrando eu, Estevão Hagel Ledur, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 19-3-2013

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Am-

biente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião tem por finalidade a realização de audiência pública em comemoração ao Dia Mundial da Água e a apresentação do Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas, em atendimento ao Requerimento nº 4, de 2013, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de autoria do Senador Jorge Viana.

Convido para compor a Mesa o Dr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA).

Também convido o Dr. Ney Maranhão, Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas (ANA).

Já agradecendo sua presença, com a palavra nosso convidado, Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA).

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Bom dia. Eu queria agradecer o convite, Senador Blairo Maggi, para estar aqui hoje, durante esta Semana Mundial da Água, em que temos, no dia 22 de março, o Dia Mundial da Água. E temos aqui a oportunidade de apresentar um instrumento de planejamento que eu considero extremamente importante e relevante para o País, que são os planos de recursos hídricos e, particularmente, o chamado Plano de Recursos Hídricos da Margem Direita do Rio Amazonas, que, na verdade, congrega sete sub-bacias e um plano que talvez seja o maior plano de recursos hídricos elaborado no mundo.

Fiz uma programação junto com o Dr. Ney, Senador. Se o senhor me permite, eu queria fazer uma pequena contextualização, muito rápida, e depois eu passaria para o Dr. Ney Maranhão fazer a apresentação do plano, que, eu tenho certeza, vai encantá-lo. Na sequência, eu gostaria de fazer algum comentário, ao final, sobre as dificuldades que nós estamos tendo no sistema de água, e aí buscar a colaboração desta Casa, importante também, no sentido de que, se entendermos que esse plano tem a relevância que nós entendemos que têm os planos de recursos de hídricos, buscar fazer com que eles sejam incorporados na agenda pública de uma maneira mais efetiva, porque, muito embora os planos contenham um diagnóstico

bastante profundo e propostas significativas no seu sentido, nós ainda carecemos, como eu pretendo falar em seguida, de uma incorporação, de uma adequação, de uma articulação mais precisa entre esses planos e o Orçamento público.

O que eu gostaria de contextualizar antes de passar ao Dr. Ney Maranhão é que os planos de recursos hídricos estão previstos na Lei nº 9.433, a chamada Lei das Águas, como um instrumento da política nacional, e grande parte do Território nacional já conta, através dos planos de recursos hídricos elaborados pelos comitês, com instrumentos dessa natureza, por meio de decisões do Conselho Nacional – onde não existem comitês, a Agência Nacional tem produzido esses planos –, que são aprovados pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Então, já foram elaborados o Plano do Araguaia e Tocantins, e agora, mais recentemente, o plano dessas sete sub-bacias da margem direita do Amazonas. Então, elas foram elaboradas pela Agência Nacional de Águas e aprovadas pela instância máxima do sistema de água, que é o Conselho Nacional. O que eu gostaria de destacar? É que, quando nós pensamos num planejamento setorial de qualquer setor, seja da navegação, da energia, da própria irrigação, Senador, muitas vezes, o que se tem? Se há um determinado objetivo a ser atingido, uma contextualização em relação àquele planejamento setorial e quais são os desafios e os instrumentos colocados à disposição para que aquele planejamento seja contemplado.

No caso dos recursos hídricos, existem algumas diferenças fundamentais. A primeira delas é que o sistema, o planejamento de recursos hídricos que adota não a divisão administrativa como unidade de planejamento, nem tampouco os biomas, mas a bacia hidrográfica, incorpora para sua elaboração os planejamentos setoriais existentes no âmbito daquela bacia. Essa é uma primeira característica que considero importante, porque não se trata de buscar, exclusivamente sob a lógica de recursos hídricos, um planejamento de uma dada região. Trata-se de incorporar, no âmbito da bacia hidrográfica, quais são os planejamentos setoriais, quais os usos pretendidos pela água por esses planejamentos setoriais e, aí, uma conclusão: se aqueles usos pretendidos pelos planejamentos setoriais podem ser atendidos ou não em razão das disponibilidades de água seja em quantidade, seja em qualidade. Então, ele não é, como muitas vezes se imagina, um planejamento setorial verticalizado. Ele é um planejamento que incorpora o conjunto das ações previstas num dado território sob a lógica da água.

É importante ressaltar, e aí eu já passo a palavra para o Dr. Ney, que, no caso do sistema de águas bra-

sileiras previsto na lei, na Constituição, como o senhor bem conhece, o fundamento do sistema de água é o uso sustentável. Então, a perspectiva de um plano de recursos hídricos não é a lógica de como preservá-los, claro que se pensa na preservação, mas, sim, como dar-lhes um uso sustentável que garanta as condições dos diversos planejamentos setoriais existentes na sua bacia.

Eu acredito inclusive que, por essa natureza, Senador, o sistema de água pode ser uma ponte virtuosa entre um debate que a sociedade brasileira tem e continua tendo a respeito da justa necessidade de se ter a produção na propriedade agrícola particular e, de outro lado, também as demandas da sociedade no sentido da preservação ambiental. Eu penso que a água pode ser uma ponte virtuosa entre a necessária produção, a justa produção e também a justa e a necessária preservação ambiental daquela região.

Então, com essa breve introdução, passo a palavra ao Dr. Ney Maranhão, Superintendente responsável pela área de planejamento da Agência Nacional de Águas, para que ele possa fazer a apresentação.

Como mencionei, tenho certeza, Senador, de que o senhor vai ficar impressionado com a qualidade que os planos de recursos hídricos apresentam hoje para a sociedade brasileira.

Posso passar a palavra a ele, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Vicente. Agradeço a sua introdução e, mais uma vez, a presença de V. S^a aqui na nossa Comissão.

Havia dito ao Dr. Ney que ele teria 20 minutos. Ele já me pediu um pouco mais. Fique à vontade para explanar o plano de águas da margem direita do Rio Amazonas pelo tempo que for necessário.

O SR. NEY MARANHÃO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Se o senhor quiser ir até ao meio-dia, não vou poder deixar. Aí vamos dar um toque de campainha. Mas, por favor, fique à vontade.

O SR. NEY MARANHÃO – Eu não acredito que vou levar tanto tempo, mas gostaria realmente de desenvolver um raciocínio, porque se trata de uma região bastante grande do Brasil e bastante complexa. Na verdade, a condução do próprio estudo sempre mostra surpresas no conhecimento da Amazônia.

Eu queria primeiro fazer uma rápida introdução e a contextualização do Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas dentro do trabalho que a ANA vem fazendo.

A ANA tem hoje 4,3 milhões de quilômetros quadrados do Território Nacional com planos de recursos hídricos elaborados. Isso equivale a 51% do nosso

Território. E o Plano da Margem Direita, assim nós chamamos o plano mais intimamente, foi elaborado entre 2007 e 2010, quando V. Ex^a era Governador de Mato Grosso. Tivemos um bom contato, naquela oportunidade, com os órgãos do Estado e foi aprovado posteriormente, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, no ano de 2011, através da Resolução nº 128, de 2011, e teve a participação de todos os conselhos estaduais de recursos hídricos.

A nossa margem direita do Amazonas é formada por sete bacias hidrográficas que reúnem 224 Municípios, sendo que 195 têm sede na margem direita; os restantes, na margem esquerda do Rio Amazonas. Ela corresponde a 2,54 milhões de km² do território nacional, e nela vivem cinco milhões de habitantes, *grossa modo*.

É interessante notar que dois Estados da Federação possuem 100% do seu território contido na margem direita: o Acre e Rondônia, mas, em termos de área contribuição, de área para a margem direita, o Amazonas lidera, e Mato Grosso e Pará têm quase a mesma proporção da margem direita.

Aqui estão as sete bacias, de leste para oeste: Xingu, Tapajós, Madeira, Purus, Juruá, Jutai e o Javari. Entre essas bacias, existe um conjunto de pequenos rios que demandam o Rio Amazonas diretamente, que chamados de interbacias. Temos, portanto, sete bacias, seis interbacias. Dividimos essas bacias em seus afluentes principais ou em trechos médio, baixo e alto do curso do rio. Dessa forma, criamos 49 unidades de planejamento para agregar as informações – hoje normalmente agregadas na forma municipal –, dando a elas uma leitura de gestão de recursos hídricos. A maior UPH é a do Rio Iriri, essa região aqui, que margeia a BR-163; e a menor é o baixo Aripuanã, essa pequena unidade, que tem características muito próprias e, por isso, constituiu uma unidade específica.

O plano foi dividido em três etapas: o diagnóstico, os cenários de futuro e as intervenções e diretrizes. Destaco a contribuição de todos os Estados incluídos na margem direita, através de reuniões públicas que fizemos e através da participação dos seus órgãos gestores, que colaboraram com muitas informações, até para que fosse possível fazer as leituras contextualizadas dos Estados.

O diagnóstico trata principalmente de colocar a margem direita dentro do Brasil, para situá-la dentro do panorama brasileiro, definir as bacias que a constituem, fazer uma descrição dos rios principais bem como uma análise do clima; da geologia; a situação da planície amazônica a as áreas úmidas *versus* os terraços e os planaltos dos altos afluentes do Amazonas; o papel da Cordilheira dos Andes na produção de

água e sedimentos; a análise da geodiversidade da Amazônia; o solo; e as aptidões agrícolas.

A geologia da Amazônia já define muita coisa que vamos ver adiante. Os livros e especialistas definem uma depressão na Amazônia ocidental, um planalto da Amazônia oriental, uma região intermediária formada por rochas cristalinas, onde houve muita atividade garimpeira ligada ao ouro no Mato Grosso e no Pará. Há também uma bacia, chamada Bacia do Alto Tapajós, onde a Petrobras espera encontrar gás. Aqui temos a nossa Chapada dos Parecis, que tem uma função estratégica na produção de água para todos os afluentes do Tapajós, do Teles Pires, do Juruena, Xingu e seus afluentes de cabeceira e mais o Rio Madeira.

Quando fazemos uma análise comparativa da geologia, da fisiografia, das fitofisionomias presentes, dos solos dessa região, vemos que há uma lógica que une todas essas feições. Por exemplo, se observarmos essa região aqui, caracterizada por essas partes amarelas listradas de roxo, vemos que são solos característicos de regiões alagadas. Formam-se onde o lençol freático está à superfície ou um pouco acima dela, ou seja, zonas úmidas bem caracterizadas até pela natureza do solo. Essas mesmas zonas úmidas se rebatem na floresta ombrófila densa, essa região toda que está aqui, juntamente com o aquífero que há aqui nessa região, que é o Aquífero Alter do Chão, pintado aqui de verde.

Essa mesma região de áreas úmidas coincide com a formação içá, colocada aqui acima, um conjunto de areias e argilas, que corresponde exatamente às terras mais baixas da região. Bordejando essas terras mais baixas, temos aqui uma região de planalto e relevo arrasado, que corresponde às rochas cristalinas do pré-cambriano, que corresponde à floresta ombrófila aberta e ao latossolos, que são solos bastante produtivos nessa região.

E, aqui em cima, temos uma região de solos com características de luvisolos e solos novos, portanto, associados nitidamente a uma vegetação de Cerrado e de tensão ecológica entre Cerrado e floresta ombrófila aberta; e a Chapada dos Parecis, que são os arenitos e que estão exatamente nos terraços. Vejam uma lógica bastante coerente de geologia, vegetação e de solos.

Com relação aos aspectos bióticos, o plano se dedicou profundamente a estudar questões da vegetação, da distribuição das formas dos grandes maciços vegetais na região, da ictiofauna que se revelou riquíssima, a ponto de nós encontrarmos mais de três mil espécies de peixes na Amazônia. É a maior quantidade de espécies no mundo, e uma diversidade muito grande de ambientes aquáticos, como adiante vamos ter oportunidade de ver.

Com relação à vegetação, as florestas tropicais formam um terço das florestas tropicais do mundo, e elas se dividem em duas categorias, como já antecipei: as florestas ombrófilas densas, que constituem o que a Dr^a Bertha Becker chamou de “o coração da floresta”, esta bastante preservada – 96% delas estão ainda inteiramente preservados, intactos na margem direita. Em seguida, uma floresta ombrófila aberta, com alguns núcleos de zona de tensão ecológica entre Cerrado e a floresta ombrófila aberta, e algumas manchas de floresta ombrófila densa aqui também. Essa mancha azul são as vegetações pioneiras ligadas, inclusive, a regiões de áreas alagadas, aqui na cabeceira do Xingu e aqui no Rio Guaporé. Por fim, o Cerrado, essa mancha cor-de-rosa que está aqui.

Existem pequenas manchas de floresta semidecidual aqui, mas essas não são significativas para o conjunto da obra. São 40 mil espécies de plantas vasculares, 10% de todas as espécies do Planeta, mais de três mil espécies de peixes, como eu disse.

Quando olhamos a distribuição dessa vegetação no território, verificamos que apenas 14% do território estão destinados hoje a usos antrópicos. A maior parte corresponde à floresta ombrófila densa, àquele coração de que falamos, e à floresta ombrófila aberta, um pouquinho menos, totalizando as duas juntas quase 65% do território – uma pequena parcela para o Cerrado, uma parcela maior para a zona de tensão ecológica e, por fim, as duas florestas de que falei, a semidecidual e a decidual, com pouquíssima representação. A região está cheia de áreas protegidas. Há bastante quantidade de áreas protegidas.

Reconhecemos três tipos principais, que são exatamente as terras indígenas, essas manchas marrons que estão aqui. Aqui é o Parque do Xingu. Aqui, são unidades de conservação de uso sustentável, essa mancha mais marrom. E essas mais arroxeadas são unidades de conservação de proteção integral.

Desse total que aí está, 54% correspondem a terras indígenas, e mais ou menos a mesma coisa – 23% e 22% – corresponde às unidades de conservação.

Bom, aqui temos a distribuição pelos tipos de unidade de conservação. Vários estudos foram feitos nessa região. A ocupação humana – temos um conjunto grande de cidades. As cidades – adiante eu vou falar – podem ser agrupadas em dois tipos quanto à idade média delas. A principal cidade da região ainda é Porto Velho, seguida de Rio Branco, a capital do Acre, mas, depois, nós temos um conjunto de cidades, principalmente nos Estados de Mato Grosso e Rondônia, que se desenvolveram muito rapidamente, cresceram nos últimos 30 anos, e já aparecem entre as dez maiores cidades da região. Eu destacaria Sinop, creio que

também Ji-Paraná e Vilhena, em Rondônia, e também algumas outras: Sorriso e Lucas do Rio Verde, lá em Mato Grosso.

Um fato que chama muito a atenção é uma diferença notável entre duas regiões da margem direita. A primeira é esta região do Estado de Mato Grosso, dentro da margem direita do Amazonas, correspondente à parte da Bacia do Xingu, à parte da Bacia do Tapajós. Essa região apresenta um nível de progresso social, um nível de condições sociais bastante avançados. Também aqui na região de Porto Velho, a gente verifica a mesma situação.

E toda essa região correspondente à Bacia do Xingu, à Bacia do Tapajós e um pouco da Bacia do Madeira, corresponde a uma região verde em relação ao desenvolvimento social, principalmente o IDH, que nós pintamos aqui de cores, para poder ver.

Em compensação, o extremo oeste da bacia corresponde aos IDHs mais baixos, o que coincide também com aquela região de floresta ombrófila densa.

Também a mesma coisa com a mortalidade infantil e os domicílios particulares em situação permanente, mas em situação inadequada, segundo o IBGE.

A região de Mato Grosso, do alto Mato Grosso apresenta indicadores bem elevados, de boa qualidade, enquanto aquela região do oeste da nossa margem direita apresenta os indicadores de pior qualidade.

Há, nitidamente, uma distinção entre o lado leste – e a Bacia do Rio Madeira representa exatamente essa linha de fronteira – e o lado oeste, ficando esse trecho aqui de Rio Branco e Porto Velho como uma espécie de enclave ligado ao lado de cá. Mas eles também fazem parte da bacia, de modo que fica valendo a distinção.

Outro aspecto muito importante nessa região é a vibrante atividade econômica e potencial econômico que a região possui. Nos últimos 30 anos, houve um desenvolvimento fantástico do agronegócio, principalmente a soja, mas não só a soja, como o milho e outros produtos agrícolas na região da Bacia do Tapajós, da Bacia do Teles Pires, o Juruena, os dois formadores do Tapajós, mais a bacia do Rio Ji-Paraná, um afluente do Rio Madeira. Essa região recebeu uma colonização muito forte, com grandes propriedades que foram sendo instaladas com agricultura altamente tecnificada, produção de sementes. E ela apresenta hoje aquele IDH, aquele PIB elevado na região.

Mas não só agronegócio em Mato Grosso, mas há uma presença crescente de gás e petróleo na região do Rio Amazonas, lá no Urucu e no Juruá. Além disso, existem outras jazidas minerais, como o calcário, que gera fábrica de cimento em Itaituba. E existem grandes reservas de potássio e, agora mais recentemente, de fósforo na região, o que permite pensar numa produ-

ção de fertilizante no futuro integrada entre as várias regiões da margem direita.

Sobre o PIB, a contribuição dessas bacias para o PIB, eu já tinha antecipado que as bacias do oeste contribuíam pouco. E aqui, então, fica evidente que as Bacias do Tapajós, do Madeira e do Xingu representam praticamente a parte mais importante. O Madeira é essa aqui; o Tapajós, a de cá, a segunda bacia em importância; e a terceira bacia é a Bacia do Rio Xingu, que está aqui, e a Bacia do Rio Purus, por causa de Rio Branco. As demais têm uma participação muito pequena na produção do PIB.

Outro aspecto que mostra essa divisão entre leste e oeste dentro da margem direita do Amazonas é a atividade agrícola. Aqui estão pintados os principais produtos de agricultura a partir de cada bacia. Quando nós caminhamos do leste para o oeste do Xingu, Tapajós, até chegar ao Rio Javari, nós saímos da soja e do milho e caímos na mandioca. É uma gradação progressiva, até chegar ao predomínio da mandioca, lá no extremo oeste. Ou seja, uma agricultura mais de subsistência no extremo oeste; uma agricultura de agronegócio, de exportação de grãos, de produção de excedente para exportação na extremidade leste da bacia.

Da mesma maneira, a pecuária está presente na região, muito presente, inclusive naquela região que eu falei das rochas cristalinas. E ali a pecuária também se alinha com os grandes eixos rodoviários. Os frigoríficos estão todos colocados ao longo das principais rodovias. Aqui é a rodovia que liga Cuiabá a Porto Velho; e aqui é a rodovia que liga Cuiabá a Santarém. Há os postos da Transamazônica. E aqui é aquela região do Rio Xingu, que tem também um frigorífico lá.

O mais notável são as ocorrências minerais. Tudo o que é amarelo aí é ouro, ocorrência mineral de ouro, garimpo, área pesquisada por ouro. Mas aqui está o potássio de Nova Olinda, de que falei. E aqui já há umas manchas de fósforo encontradas aqui nessa região pela CPRM, em recente prospecção. E há também, em Mato Grosso, nessa região aqui, em Rosário Oeste, também uma nova jazida de fósforo, que foi encontrada. Se nós pensamos que, enfim, essa área vai precisar de muito fertilizante para continuar sua produção no futuro, ter potássio aqui embaixo e ter fósforo aqui em cima, e ter o gás, que pode trazer para nós amônia, e isso representa para nós, realmente, um contexto de produção de fertilizante farto nessa região. E se pensarmos que temos uma hidrovia do Madeira aqui e, possivelmente, que teremos algum tipo de conexão para exportação de toda essa produção aqui via Santarém, podemos imaginar que há claramente um desenho de um triângulo de desenvolvimento que precisa ser bem planejado para o futuro.

Quanto ao petróleo e ao gás, vou dar mais um detalhe. Isso aqui é desde a Ilha do Marajó até o interior. Aqui é que está concentrada a pesquisa da Petrobras. Aqui são os campos de petróleo e gás que a Petrobras encontrou e, depois que fechamos o plano, foram encontrados novos campos um pouco para oeste aqui, e a Petrobras já começava a pesquisar também na margem esquerda. Portanto, há um futuro bastante interessante em termos de óleo e gás, já estão abastecendo Manaus com gás. Enfim, há uma grande perspectiva de crescimento dessa região.

Quando nós olhamos recursos hídricos, fizemos uma análise a partir desses vetores de avaliação: disponibilidades hídricas, qualidade das águas, usos e demandas, principais riscos e vulnerabilidades e a maneira como a gestão deveria ter lugar nessa região.

Disponibilidade de recursos hídricos. Destacaremos rapidamente a região da Chapada dos Parecis e da formação Ronuro aqui, na coroa do Xingu, que contém uma capacidade de geração de água muito grande, portanto, a vazão específica é muito alta. Em compensação, a região do Rio Iriri, que está em terrenos cristalinos, e mais a região de Belo Monte apresentam uma vazão específica muito baixa.

Inclusive se observa que a região do Rio Jurueña e do Rio Teles Pires têm relações entre vazões médias e vazões de estiagem da ordem de um para dois, enquanto que aqui, em Belo Monte, essa relação é de um para oito. Isso explica, inclusive, porque Belo Monte tem uma relação entre vazão máxima e vazão mínima bastante grande, enquanto usinas que vierem a ser construídas aqui poderão ser feitas até a fio d'água, dado que a vazão de estiagem é só a metade da vazão da temporada de chuvas.

E aqui também temos o detalhe da precipitação, e vejam o paradoxo: essa região que mais produz água é onde chove menos na bacia, portanto, ela tem um rendimento de aproveitamento da água das chuvas muito grande, o que nos leva a pensar que essa região precisa de um tratamento muito carinhoso para que ela não perca essas qualidades e ainda consiga produzir tudo o que produz hoje aqui, ou seja, uma gestão dos recursos hídricos, uma gestão do território aí é bastante importante, porque é uma região muito valiosa para o País, onde há perspectivas muito grandes.

Em termos de distribuição de vazão média, esses gráficos aqui ilustram exatamente o que falei. Quando nós olhamos a distribuição da vazão média no Rio Tapajós... Daqui não consigo ver bem o número, acho que é 14% aqui, e ali, na estiagem, é 19%. Ganha 5% às custas do Xingu, que encolhe, passa de 10% para 5%, e a proporção do Tapajós sobe de 14% para 19%, exatamente por essas relações, dentro das bacias, de

vazões médias e vazões de estiagem, propriedades típicas do terreno e da geologia da região, como expliquei no início.

Aqui estão mapeados os principais aquíferos da região. Eu destacaria, novamente, os nossos Aquíferos do Parecis e Ronuro; aqui, a Formação Alter do Chão, como os principais aquíferos em termos de qualidade e pujança, potência, enquanto que essa região aqui da Bacia do Alto Tapajós contribui significativamente para as vazões no Rio Tapajós.

Aqui está a Serra do Cachimbo, que também é uma grande produtora de água da região, alimenta a Bacia do Xingu um pouco, mas principalmente a Bacia do Tapajós. Quem conhece o Rio Teles Pires vê que ele engrossa bastante seu caudal quando começa a atravessar aquela região de Paranatinga e de Apicás.

Qualidade da água. Foi muito prejudicada no passado por uma atividade muito forte dos garimpos. Aqui é o Rio Tapajós, um pouco a jusante da chegada do Rio Crepori. Esse azul-claro é uma região de águas turvas. Quer dizer, o Rio Crepori chega carregando uma grande quantidade de material sólido em suspensão, e ele não se mistura, ele se arrasta por quase 100km até conseguir uma mistura melhor de águas com o Rio Tapajós, que é essa parte mais azul-escura, que vem lá da altura de Barra de São Manuel.

Aqui é uma fotografia exatamente dessa região. Fica à margem do Rio Tapajós.

Aqui são garimpos, são as atividades deles que geram exatamente esse material, que aparece na imagem dessa forma. E aqui estão os principais pontos de garimpo que foram verificados no ano de 2005 na região. No ano passado, já houve muito mais garimpo, principalmente na Bacia do Tapajós.

Também a descarga sólida é importante. Grande parte da descarga sólida que atravessa o Rio Amazonas ou vem do próprio Rio Amazonas e dos Andes ou do Rio Madeira, grande contribuidor de descarga sólida e que tem um papel muito importante no transporte de sedimentos na Bacia Amazônica.

Também temos aqui uma rápida avaliação da qualidade da água em termos de demanda biológica de oxigênio. Vemos que principalmente Rio Branco, no Acre, e Porto Velho são os principais problemas da região em matéria de produção e lançamento de esgotos *in natura*, afetando a qualidade da água.

Merúrio é também algo que está sempre presente nos rios da Amazônia, principalmente no Rio Tapajós, por conta da atividade garimpeira do passado. O Rio Madeira também foi palco da atividade garimpeira. E o mais surpreendente é o Rio Purus também apresentar elevados índices de mercúrio sem jamais ter assistido a nenhum surto garimpeiro na região. Portanto, há mais

mercúrio na Amazônia de origem natural, dos solos ou trazidos em suspensão na atmosfera, o que também precisa ser avaliado e analisado.

A Amazônia também é muito rica em ambientes aquáticos. Em várias situações, nós temos rios, temos corredeiras, temos lagos, temos igapós, igarapés. E todos eles trabalham diferentemente do ponto de vista de serem reatores biogeoquímicos, ou seja, eles têm uma atividade biogeoquímica muito específica e ainda de todo não conhecida. Há muito que se conhecer a respeito disso. E também funcionam como *habitats* muito especializados e berçários de vidas. São verdadeiros laboratórios naturais e se pode pensar também que eles serão muito úteis na prestação de serviços ambientais quando nós entendermos o funcionamento deles.

Aqui temos algumas imagens mostrando exatamente uma situação natural: é o Rio Chandless, lá no Acre, totalmente eutrofizado, porque quando chega a cheia, esse canal inunda toda essa região e renova essas águas. Depois as águas baixam e a atividade biológica começa a produzir nutrientes que são transformados pelas algas em alimentos e vão gerando uma cadeia eutrófica que vai chegar até essa eutrofização completa do lago.

Aqui se mostra uma atividade de garimpo. Vejam como ela fica: um monte de poças d'água com matéria orgânica e pode até mesmo estar com mercúrio. Essa imagem é do Rio Tapajós, de um igarapé do Rio Tapajós afluente dele.

Aqui é a lagoa lá no Rio Xingu, no alto Xingu, lagoas naturais. O lençol freático é interceptado, é uma pequena depressão no terreno que enche de água e forma nascentes de cursos d'água.

Com relação às demandas, nós fizemos um estudo detalhado da situação do abastecimento de água em todas essas sedes municipais na região. E também sobre cobertura de coletas e tratamento de esgotos e destinação de lixo familiar. Fizemos um diagnóstico completo, uma radiografia bem completa e analisamos todos os projetos do setor elétrico integrantes do Plano Decenal de Expansão de Energia e do Plano Nacional de Energia e aí está o quadro de todas as usinas da margem direita programadas à época, em 2008, pelo setor elétrico. E aí já antecipo o destaque dado pelo setor elétrico, a importância que a Bacia do Tapajós terá no futuro por ter uma capacidade de geração de energia muito grande também. Nós vamos dar um pouco mais de atenção a isso adiante, mas já antecipo o papel importante que a Bacia do Tapajós virá a desempenhar.

A expansão hidrelétrica, segundo o PDE 2019. Em 2010, a participação da margem direita é muito pe-

quena no cenário nacional. Cresce significativamente exatamente nessa década de 2010 a 2020 e toda a Região Norte, em 2030, passa a ter grande importância na geração de energia. Também ela será capaz de produzir compensação financeira que reverterá para a região.

Aqui vemos a Bacia do Tapajós com um pouquinho mais de detalhe. No Rio Teles Pires e no Rio Tapajós estão previstos cerca de sete aproveitamentos que gerariam 17,9GW de energia. O Rio Juruena também acabou de ser inventariado depois que o plano ficou concluído. E ele também tem uma previsão de algo próximo a 8GW de energia. Portanto, uma bacia só estaria gerando 25GW. O Brasil está na faixa de 70GW a 80GW, conforme a época em que analisamos. Ou seja: uma bacia como a Tapajós teria um potencial hidrelétrico equivalente a qualquer coisa como um terço do potencial brasileiro instalado hoje. O principal uso da região continua sendo a dessedentação de animais, mas, de novo, a Bacia do Tapajós e a Bacia do Xingu já têm uma atividade de irrigação significativa, sendo que, na Bacia do Tapajós, a irrigação passa a ser o uso preponderante; comparado com o animal, já fica maior. Nas demais bacias, a dessedentação dos rebanhos que existem lá tem papel principal. O segundo uso é o uso urbano em cidades, abastecimento doméstico urbano.

Nós produzimos, para cada bacia dessas, um mapa específico da situação socioeconômica da bacia e um mapa específico também das características dos recursos hídricos em disponibilidade e usos da água. Fizemos um balanço de demanda/disponibilidade e vimos que a situação é muito confortável em toda a Amazônia. Há um pequeno problema aqui, nesta região, pois há uma possibilidade de aqui haver um pouco mais de demanda, mas nada que signifique uma questão mais extensa.

Fizemos uma análise de todos os planos e programas previstos na área de infraestrutura e desenvolvimento regional. Tudo isso foi trazido, como o Dr. Vicente expôs, o plano de recursos hídricos é um receptor de todos os planos setoriais, um desagudouro e um interpretador desses planos à luz da disponibilidade e dos usos da água. Avaliamos todos os atores, os aspectos institucionais, os programas do quadro geopolítico e chegamos, então, a um diagnóstico integrado da Bacia, segundo o qual aquela região da floresta ombrófila densa é uma área caracterizada por grande extrativismo vegetal, alicerçado em arranjos produtivos e comerciais ainda incipientes, com a presença de grandes áreas de exploração mineral de grandes atores regionais.

Além disso, essa região aqui contorna a floresta ombrófila densa como se fosse um delimitador natu-

ral de um tipo de atividade econômica que existe aqui, contrapondo-se a outra atividade, que está conectada pelos rios da região, que são a principal via de acesso e penetração nessa região e a um conjunto de cidades, já que há também aqui a questão dos recursos hidrelétricos da região. Contrapõem-se também à atividade mineral espalhada por toda a bacia e a um conjunto de cidades mais novas que se situam ao longo das estradas principais da região, que são exatamente a BR-163 e a BR-463, que é a Porto Velho-Cuiabá. Ali estão cidades com menos de 30 anos de idade, ligadas ao apoio ou ao agronegócio, que se contrapõem exatamente às cidades mais antigas, cidades das calhas dos rios, que vieram sendo fundadas e se desenvolvendo por conta da colonização do passado. Então, elas precisam, hoje, serem trazidas novamente para a atividade econômica do País.

Resumindo a nossa avaliação, foi feita uma análise de potencialidades em que se viu grande abundância de recursos hídricos, grande biodiversidade, um conjunto de recursos naturais também bastante grande, um potencial piscícola elevado e uma agricultura que já se estabeleceu na região irreversivelmente com elevado grau de tecnologia adaptada às condições locais.

De outro lado, há uma dificuldade de governança, de presença de Estado. Há áreas ambientalmente sensíveis ou ameaçadas, há situações já verificadas de eventos extremos, as cheias e secas, como a famosa seca de 2005 na Amazônia. Há uma baixa cobertura de saneamento básico e populações tradicionais que estão à margem do processo de desenvolvimento da região, ou seja, desassistidas.

As principais ameaças decorrem dessa articulação institucional incipiente, de uma visão segmentada da região, do ingresso de grandes empreendimentos desvinculados de um projeto nacional de desenvolvimento para a margem direita, de conflitos já instalados principalmente entre garimpeiros e hidrelétricas e índios – esses três atores têm um potencial e um passivo de conflitos bastante grande – movimentos especulatórios e desmatamento, que, parece, estamos conseguindo conter.

Então, com tudo isso ponderado e pesado, podemos concluir que a Amazônia poderia ser dividida em quatro tratamentos distintos: um primeiro tratamento, aqui, porque é uma região que precisa ser conservada, região da floresta ombrófila densa, das áreas úmidas. Há uma relação muito forte entre floresta ombrófila densa, área úmida, preservação da Floresta Amazônica, produção de água, também. Então, precisaríamos ter algum tipo de fortalecimento do controle dessa região, ao mesmo tempo em que tínhamos de oferecer para os que aqui vivem oportunidades de arranjos produ-

tivos, para que pudessem inserir-se no processo de desenvolvimento da Amazônia.

Um segundo grupo, num outro extremo. Temos uma região aqui de áreas que já têm uma atividade antrópica muito forte e sofrem uma transformação acelerada; ou seja, cada dia cresce a atividade econômica, expande-se a atividade na região antrópica. É preciso, então, iniciar a gestão de recursos hídricos, de maneira a antecipar, prevenir e evitar problemas que afetem a qualidade ou a distribuição da disponibilidade de água pelos diferentes usos.

Fizemos uma análise de cenários, de como a Amazônia poderia ficar. Esse é um cenário crítico, é o pior dos cenários, e a gente vê que essas manchas vermelhas são as situações indesejadas para a relação de quantidade/qualidade de água *versus* a oferta. Então, na região do Ji-Paraná, na região de Porto Velho e aqui na borda de São Félix do Xingu, há pouca geração de água e, aqui, por um uso mais intensivo, podem oferecer preocupações no futuro localizadas, nada que pudesse dizer que nós teríamos grandes problemas na Amazônia. Mas é preciso, então, começar a estabelecer algum tipo de gestão dos recursos hídricos aqui, para organizar e prevenir.

O plano, então, chega ao seu final, identificando três condições diferentes na Amazônia; quer dizer, o que já está hoje como área protegida é proteger, manter essa proteção, monitorar, acompanhar a evolução; conservar e criar novas áreas de proteção naquela região mais sensível, onde há menor atividade antrópica hoje. Essa região daqui precisa ter uma complementação de proteção para ela e, ao mesmo tempo, encontrar maneira de as populações que ali estão instaladas hoje poderem viver dignamente e exercer sua cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT. *Fora do microfone.*) – Dá para o senhor voltar um eslaide?

O SR. NEY MARANHÃO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT. *Fora do microfone.*) – ...na região a que você se refere para aumentar a proteção tem pouca área de proteção?

O SR. NEY MARANHÃO – Isso, exatamente. Bem observado, Senador.

Ali, é uma região onde será muito difícil uma atividade econômica, visto que são áreas úmidas. É a floresta ombrófila densa, que o Brasil, cuja proteção, inclusive, o Brasil deve ter como ponto de honra. É uma região onde a densidade demográfica é muito rarefeita, e há populações ribeirinhas desassistidas. O senhor lembra que nós mostramos o IDH baixo, as más condições de vida que essa população tem lá. Então, algum tipo de *trade-off* tem de ser estabelecido entre o desenvolvimento irreversível e inevitável, na Bacia do Tapajós, por exemplo, que para mim é a

bacia-chave. Nela se joga o futuro da Amazônia todo hoje. Para onde a Bacia do Tapajós for irá o Xingu e irá o Madeira também. Então, essa fronteira tenderia a migrar nessa direção, ameaçando perigosamente essa região que o Brasil precisava proteger.

Então, nós precisamos ter uma política pública para essa região, envolvendo o aumento da proteção das áreas desprotegidas e envolvendo também uma relação nova com os habitantes que aí vivem.

Então, aqui é essa a terceira região, que é essa de que falávamos, a região mais desenvolvida e sua área natural de expansão. Essas setas indicam para onde vai essa expansão antrópica. Então, precisamos trabalhar exatamente como ela vai-se dar e como vamos gerir os recursos hídricos em toda essa região que está aqui. Ela já apresenta sinais de que precisa de uma gestão. Falo sempre de gestão de recursos hídricos.

Então, fizemos o desenvolvimento de um conjunto de intervenções, propusemos um conjunto de intervenções, e gostaria de salientar o fato de que tudo isso foi discutido com os diversos setores econômicos que atuam e com os diversos Estados também e que estariam organizados segundo três grandes componentes: um componente de ações não estruturais, que estão voltadas exatamente para gestão, articulação interinstitucional, fortalecimento dos órgãos gestores da região, o estabelecimento de bases técnicas – e aí estou falando de rede de monitoramento, rede de qualidade de água, todos esses fatores. Também ações estruturais. A região vai ser palco de um conjunto de obras, como Belo Monte, Santo Antônio, Jirau e outras que virão. São Luiz do Tapajós, possivelmente. Então, nós precisamos também ter essas ações e mais o saneamento.

Por último, nós criamos um componente de ciência e tecnologia exatamente para preencher lacunas que possam existir no conhecimento e que tenham interferência com a gestão dos recursos hídricos. Entre elas, aquelas questões dos ciclos biogeoquímicos de que nós falamos, a explicação da presença do mercúrio e a caracterização desse mercúrio.

Então, foi feito um conjunto de programas que cobre toda essa gama de situações. E, então, nós chegamos à nossa conclusão geral do plano. Ou seja, o que o plano propôs em termos de conjunto de ações. Ele reconhece que a água e a floresta na Amazônia produzem múltiplas cominações, estabelecem uma notável diversidade e são modeladoras da apropriação do território.

A gestão dos recursos hídricos e a gestão ambiental devem estar articuladas na Amazônia. Não devem se contrapor.

Há dois grandes grupos de bacias que nós vimos: o Xingu, o Tapajós, o Madeira, de um lado; e as outras quatro, Purus, Juruá, Javari e Jutai, do outro. E o Tapajós, por força de tudo o que já aconteceu e vai acontecer na Bacia do Tapajós, eu estou pensando exatamente nesse desenvolvimento dos recursos hidroelétricos, será a Bacia chave da margem direita. Ela vai determinar os rumos da margem direita.

Há uma confortável situação de disponibilidade *versus* demandas consultivas.

As mudanças climáticas, nós analisamos também à luz dos modelos do IPCC. Vimos que não alteram significativamente o quadro no horizonte do plano que vai até 2030, mas, como esses modelos do IPCC são ainda muito frágeis hoje, elas devem continuar a serem monitoradas, e devem ser delineadas estratégias que permitam a adaptação segundo aquela lógica do ‘*no regrets*’, sem lamentações, sem lamentar as decisões tomadas no futuro.

A qualidade das águas é boa, mas ressalte-se que há muitas incertezas e um desconhecimento de muitas regiões, de muitos pontos da Amazônia, principalmente sobre os processos biogeoquímicos. O que uma ação pode implicar em catalização de processos.

Depois, medidas de saneamento ambiental com certeza contribuirão para melhorar as condições de saúde e reduzir os índices de mortalidade infantil. Por isso, elas são propostas, de maneira até de também trazer, dar a cidadania, que é merecida, para essas pessoas.

Três bacias juntas possuem inventariadas mais de 40% do potencial hidroelétrico instalado no Brasil – o Xingu, o Tapajós e o Madeira.

E as estratégias para implementação de grandes projetos hidroelétricos na Amazônia deveriam levar em consideração três tipos de integração. A integração setorial, ou seja, aquela que envolve a gestão de recursos hídricos; a gestão ambiental, mais os planejamentos setoriais. A integração temporal, em que se possa, desde o nascedouro desses projetos, serem acompanhados, segundo essa perspectiva de integração setorial. E uma inserção regional efetiva, que se traduziria numa integração especial. Os empreendedores estariam comprometidos com o desenvolvimento regional e com a qualidade ambiental.

Os grandes projetos deveriam também levar em consideração usos múltiplos. Quando nós falamos de usos múltiplos, nós estamos falando de alocação de parte da água para outras finalidades ou mesmo a conjugação de hidrovias com usinas hidroelétricas, por meio de eclusas e projetos sincronizados no tempo.

A tônica do plano é fundamentalmente antecipar, prevenir, orientar e intervir. Pretende-se um acompanhamento e um controle crescente do uso dos recur-

sos hídricos na margem direita de modo a privilegiar sempre o uso múltiplo e racional. E destacar que a articulação intersetorial é absolutamente fundamental,

Lembro as três condutas. Quer dizer, para as regiões que não apresentem criticidade, a conduta é observar monitorar; e, nas áreas vulneráveis, proteger, conservar. Nas áreas tidas como críticas, implantar e incrementar progressivamente a gestão dos recursos hídricos por meio desse conjunto de programas de que falamos, monitorando e racionalizando o uso ou recuperando onde couber a recuperação.

Por fim, consolidar o uso múltiplo e sustentável, abrir a possibilidade de uma análise de empreendimento por bacia e não apenas isoladamente de *per si* o empreendimento. A gente perde a visão de conjunto muitas vezes. Há possibilidade de *trade-off* e compensações. E, por fim, gostaria de lembrá-los dos nossos três componentes de intervenção voltados para a gestão, para a infraestrutura e para a ciência, tecnologia e inovação.

Era isso, Senador, que eu desejava apresentar. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Para comemorar...

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – ... o Dia Mundial da Água...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Eu te batizo.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Um banho.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Desculpe. Para você ver que a água está presente na nossa reunião.

Desculpe, Dr. Vicente.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Não foi nada.

O SR. NEY MARANHÃO – Eu agradeço sua atenção...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Peço um socorro aqui para nós, um pano, um guardanapo, uma toalha.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Não, estou preocupado com o vidro, que pode machucar alguém.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Mas já vamos... (Pausa.)

Muito obrigado, Dr. Ney Maranhão, por sua exposição.

Eu gostaria de dizer aos colegas Senadores que chegaram um pouco atrasados, devido à demora dos voos – aliás, está normal atrasar voo, anormal é chegar no horário certo – que a apresentação feita pelo Dr. Ney Maranhão foi muito interessante. O Dr. Vicente havia me alertado: eu ficaria surpreso com a apresentação, e, de fato, fiquei, porque os dados mostraram um tra-

balho bastante amplo sobre a água da Amazônia e o porquê da água da Amazônia.

A gente percebe claramente, e isso vem só reforçar o que muita gente entende, e eu também entendo, que a Amazônia não é algo heterogêneo... não é algo homogêneo, aliás, ela é heterogênea, ela não é igual nas suas várias regiões, e a própria formação de solo, a formação de vegetação resulta na qualidade e na quantidade de água. Isso está presente nesse trabalho que a ANA acaba de realizar, um trabalho importante. Cabe a nós nos debruçarmos sobre ele para entender um pouco melhor o que acontece.

Eu moro na Amazônia Legal, o Senador Jorge mora na Amazônia, o Senador Ivo mora na Amazônia. Portanto, somos três Senadores...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Três Amazonas diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Três Amazonas diferentes, e bem diferentes. E conheço, da minha parte, a região em que atuo empresarialmente, entendo e conheço bem, e os dados que foram aqui trazidos refletem exatamente aquilo que acontece na região de Mato Grosso. Você tem uma bacia, a Bacia do Xingu, com um tipo de comportamento de água, com vazões diferentes durante o ano; quando chega nos períodos de seca, a recarga, de fato, cai, e cai muito – a gente vê isso pelos pequenos rios que cortam as propriedades ou as usinas hidrelétricas que existem na região. Quando você compara com a do Tapajós e – não sei se é bacia ou sub-bacia – a do Juruena, e também a do Teles Pires, é impressionante a quantidade de água que você tem o ano inteiro.

O Senador Ivo Cassol tem um empreendimento de usina hidrelétrica talvez a 200km de distância do que eu tenho na região do Sapezal, e os comportamentos são completamente diferentes. Então, para cada bacia, para cada sub-bacia – e você pode até fechar mais – você vai encontrar resultados diferentes e que precisam de atenção diferenciada.

Uma coisa, Dr. Ney, eu gostaria de perguntar ao senhor. Quando se fala em Bacia do Madeira, todo mundo que está naquela região se considera membro e entende onde ela está. Quando se fala do Xingu, a mesma coisa. Mas quando se fala da Bacia do Tapajós, o mato-grossense não se vê dentro dessa bacia, porque é um rio que não está dentro do Estado do Mato Grosso. Só depois da divisa onde o Teles Pires e o Juruena se encontram, bem naquele bico do Estado do Mato Grosso, dali para baixo é que ele passa a ser o Tapajós. Não sei como poderíamos fazer para chamar a atenção do mato-grossense, porque cada vez que se fala de bacias, se falar na do Tapajós, ele não vai dar bola, ele não vai dar importância, ele não se

sente inserido, ele não se identifica com aquilo. E eu sei que é a Bacia do Tapajós, mas sempre que a ANA for trabalhar no Tapajós e depois no Teles Pires e no Juruena, acho que teria que fazer uma referência um pouco diferente para que o mato-grossense e todos naquela região pudessem se ver ali dentro, pudessem ver os problemas e as vantagens de estar ali também. E lhe digo isso porque demorei um pouco também, como mato-grossense, para entender isso.

E também a importância dessas águas todas que são produzidas nessa região, onde 51% do território está aí colocado, é de suma relevância não só para o dia a dia das pessoas, dos animais que ali vivem, mas para o sistema de transportes que está sendo colocado, montado na região, e a ANA acompanha muito bem o que passa nessa região. Cada ano mais novas cargas estão colocadas, cada ano novos projetos são ali implementados, a exemplo agora dos projetos que estão sendo montados e instalados em Itaituba e Miratuba para navegação até Santana, no Macapá, ou até Belém, duas opções de transporte hidroviário que serão feitos, uma vez que a BR-163 estará pronta em 2014, indo de Cuiabá até Santarém. Mas as cargas não deverão ir a Santarém, e, sim, ficar em Miratuba, aproveitando o Rio Tapajós e o Rio Amazonas para navegação interior. Então, são projetos grandes que estão surgindo na região e, claro, necessitam o tempo inteiro de volume de água para poderem navegar durante o ano todo.

Percebemos no Rio Madeira que o que aconteceu agora com a instalação das duas Usinas de Jirau e Santo Antônio afetou diretamente a navegação embaixo. Tenho certeza de que V. S^{as} foram muitas vezes consultados para mediar, inclusive, a vazão da usina, porque enquanto se está fazendo o comissionamento de uma usina não se tem a certeza de quanta água se está liberando ou deixará de liberar. E aqueles que navegam pelo lado de baixo da usina acabam tendo problema. Uma coisa sempre tem relação com a outra. E a ANA tem estado atenta a esse tipo de atividade, não só pela qualidade, mas pela quantidade de água que produzimos nessa região.

Eu quero agradecer a presença de V. Ex^a e dizer que foi muito positiva, muito interessante a apresentação feita.

Gostaria de passar a palavra ao Senador Jorge Viana, que é o autor desse requerimento, para que nós pudéssemos ter esta audiência pública que realizamos no dia de hoje.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu queria agradecer a V. Ex^a, Senador Blairo Maggi, Presidente da Comissão; cumprimentar nossos convidados, o querido amigo Vicente e o Ney Maranhão; e pedir descul-

pas. Saí do Acre às 3 horas, estava marcado para vir ontem, e só passei em casa, pus o paletó e vim para cá. Então, essa foi mais uma daquelas noites em que vimos direto ao trabalho.

Dia 22 é o Dia Mundial da Água. Queria parabenizar o Presidente da Comissão, Senador Blairo Maggi, por esta audiência. Independente de qualquer coisa, esta audiência será reproduzida na TV Senado e disponibilizada através das mídias da Casa para a sociedade.

Acho que a contribuição de trabalhar um plano estratégico de recursos hídricos para os afluentes do Amazonas, no caso, da margem direita, que incluem Acre, Rondônia, Mato Grosso e uma parte importante do Amazonas, acho que é uma espécie de primeiro passo que nós estamos dando.

A ocupação da Amazônia, tenho lido alguns livros a respeito – eu sou acreano, meus pais e meus avós também – se deu pelas bacias, pelos rios. Aliás, o apogeu de geração de riqueza na Amazônia também se deu através dos rios. Depois é que, numa opção equivocada e numa infeliz concepção política, o Brasil tentou trabalhar a Amazônia por outros caminhos, e deu muito errado.

Ouvi aqui, na época do Código Florestal, o Alisson Paulinelli, que foi um dos responsáveis pelo surgimento da Embrapa, órgão tão importante para o que o Brasil está alcançando – este ano, provavelmente, com a ajuda dos Maggi e de outros produtores, o Brasil, depois de dez anos, deverá estar dobrando a produção de grãos e a Embrapa tem uma parcela enorme nessa conquista e segue tendo – falar algo nessa audiência: que, na década de 70, quando estava como Ministro, propuseram a ele uns planos mirabolantes para a Amazônia e ele falou: “Esperem aí, isso não conhecemos, não vou adiante; vamos conhecer primeiro.” E ele fala que tem muito orgulho dessa atitude de dizer que não entraria nada lá até que se pudesse ver e conhecer.

Quem conhece muito a Amazônia são os que vivem lá. As populações tradicionais conhecem a Amazônia: os índios, os não índios que moram lá há séculos. O lamentável de tudo isso é que, se a ocupação da Amazônia se deu a partir dos rios e das bacias hidrográficas, depois elas foram completamente desprezadas pelas políticas públicas. E aí começaram os grandes equívocos.

O Acre tem pelo menos nove rios, paralelos. Estamos nas cabeceiras, em situação bastante complicada. Eles cortam o Acre sentido transversal. O Acre tem, mais ou menos, 700km de extensão e aproximadamente 150km de largura, e os rios estão sempre no sentido transversal ao Estado. Eu, quando assumi lá no Acre, fiz questão de andar cada um desses rios.

Há algo na Amazônia, nas cabeceiras: as pessoas não dizem o Município em que moram. Se você pergunta: “Onde você mora?” Eles respondem: “Moro no Tarauacá” – é lá no Rio Tarauacá. Ou, então, falam: “Moro no Envira, no Purus, no Iaco, no Acre, no Juruá”. Para eles, o posicionamento geográfico está diretamente vinculado ao rio.

Agora, o problema é que as nossas políticas desprezam exatamente essa lógica. Na divisão territorial do Acre, as coisas mais absurdas, Presidente Blairo, acontecem e não levam em conta, na hora de organizar a divisão geográfica de um município para o outro, nenhuma das características naturais de relevo, solo. É simplesmente aquela divisão burra, daqui para cá, por outros interesses, enfim. Acho, inclusive, que deveríamos ter, na Amazônia, um rearranjo. Não é para um Estado ficar com mais ou menos terras, mas, com o conhecimento que acumulamos hoje, conhecimento técnico e científico, com a vivência, com os erros cometidos na Amazônia, está passando da hora de revisarmos as divisas dos Estados. Isso seria um passo adiante em um plano como esse. Quer dizer, a partir das bacias hidrográficas, fazer a divisão entre um Município e outro, para que se leve em conta isso. Então, saio de Sena Madureira pelo Rio Purus para ir a Manoel Urbano, próximo Município depois de Santa Rosa. Só que, quando saio de Sena Madureira pelo Rio Purus – os moradores dizem que moram no Purus, e não falam que moram em Sena ou Manoel Urbano ou em Santa Rosa – o rio faz umas curvas meio grandes, e esse pessoal está dentro do Estado do Amazonas. É no mesmo rio, a linha divisória está lá, embora ninguém veja porque é imaginária, mas com um limite natural excepcional, que é o próprio rio. Aí, todos os conjuntos de escolas, de unidades de saúde estão todas clandestinas. São do Acre, porque a população é acriana, dentro do Estado do Amazonas. Isso é uma confusão! Hoje em dia, que se tem que ir ao Tribunal de Contas da União, no TCE, mostrar que o terreno, vira um negócio que não tem solução fácil.

Então, cumprimento a ANA, a Agência Nacional de Águas. Acho que, como o nosso Governo Federal está com um déficit para com a Amazônia, falta de um olhar, falta de política mais adequada, sinceramente, a Amazônia está deixada de lado aqui. A Amazônia estava no centro das atenções quando o desmatamento crescia. Agora, graças ao trabalho do próprio Governo, um trabalho muito eficiente conduzido pela Ministra Izabella, houve um esforço do Brasil de redução do desmatamento, dos proprietários também. Trabalhamos o novo Código que, certamente, porá fim ao desmatamento ilegal. Certamente, vai crescer o desmatamento legal, mas o importante é que o Brasil se livre do

desmatamento ilegal, que era o grande responsável pela destruição que tínhamos. Mas a Amazônia deixou de receber a atenção que vinha recebendo tendo em vista que ela estava visível por conta dos problemas.

Entendo que o Brasil não compreendeu ainda o quanto é estratégico, o quanto é uma vantagem comparativa ter a Amazônia. Fico contente em ver que aqui, no Senado, na Comissão do Meio Ambiente, tenhamos essa apresentação, mas eu queria alguns comentários, se possível. Eu não peguei uma parte da exposição. Não vi, por exemplo, o Vicente, nem uma parte do Ney Maranhão.

Para mim, todo e qualquer conhecimento que a gente possa ter da região é fundamental para definir melhor a ocupação e dar melhor suporte para que se possa ter uma economia realmente sustentável na Amazônia e que leve em conta uma boa convivência ou um uso inteligente dos recursos naturais.

Agora, eu queria um comentário, porque acho que é uma primeira etapa que está sendo feita de um trabalho extraordinário. Isso, certamente, para as políticas públicas é um belo instrumento que a gente começa a ter. Mas, vejam bem, estamos discutindo a questão de mudança climática. Cheguei e não vi uma parte. Fala-se muito dos rios aéreos, que é uma maneira que se tem dessa água indo... Agora mesmo, estamos tendo dilúvios no Rio de Janeiro, com vítimas, e seca no Nordeste. O meu Estado do Acre, por exemplo, teve a maior cheia da história no ano passado, e, no estudo feito, não se tenta trabalhar um pouco desse fluxo das águas, inclusive pela parte aérea, porque há hoje teorias e cientistas trabalhando com isso.

Para que a gente possa ter uma melhor e maior compreensão desse conjunto que é essa natureza, essa perfeição que a gente tem, de águas evaporando num lugar, alcançando outro e virando chuva em outro lugar, esse ciclo em que, às vezes, de forma muito equivocada e perigosa, o homem faz uma intervenção através de um modelo de produção e consumo insustentável.

Outro aspecto era no sentido de como está sendo feito, como a ANA pensa em fazer a relação com Estados e Municípios, para que isso não vire um documento em prateleiras, nas bibliotecas. Já seria importante estar nas bibliotecas, mas estou me referindo a termos a possibilidade do uso disso. No passado, no apogeu das riquezas da Amazônia, os rios eram as melhores estradas que nós tínhamos. Com um estudo como este e tendo em vista a tentativa do Brasil de agora retomar o aproveitamento hidrelétrico de bacias com grande potencial – como está sendo com o Madeira; depois, há toda uma discussão no Xingu –, como vocês pensam em trabalhar isso com as três esferas da Federação? No próprio Governo Federal, já

que estamos aqui com uma agência; e nos governos dos Estados e nos Municípios.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Passo a palavra ao Dr. Vicente, para que ele possa fazer as considerações sobre o seu questionamento.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Bem, eu queria começar principalmente pela questão da integração, que era também uma das questões que levantei no início como uma necessidade de apresentar alguns limites que estamos vivenciando a respeito dos planos de recursos hídricos.

Como pudemos ver aqui, temos um instrumento de planejamento integrado. É evidente que o conhecimento é permanente, mas ele representa, em certa medida, o melhor conhecimento disponível dos diversos setores sobre a Amazônia. Em sendo um planejamento, e de natureza integrada, qual a dificuldade que temos encontrado aí, para que ele não se transforme apenas em um documento de prateleira, com o senhor mencionou?

É que, em primeiro lugar, produz-se um certo acordo sobre ele. Se há um acordo com relação a esse diagnóstico e se há um acordo entre os diversos atores, sobre as perspectivas de aproveitamento desse território, sobre a lógica setorial e também sobre a lógica de recursos hídricos. Em se produzindo esse acordo, como você faz com que as ações setoriais, sejam dos órgãos do Governo Federal, sejam estaduais e municipais, respeitem em grande medida esse acordo que pode ser produzido através de um instrumento de planejamento que tem essa qualidade? Porque a grande contradição que a gente está vivendo em relação ao planejamento é que, primeiro, o Brasil está retomando o planejamento, ainda com uma grande dificuldade dessa integração. Então, antes não tínhamos planejamento, era o mercado; agora, há um novo papel de planejamento, mas uma necessidade de integração.

Então, a questão que se coloca é: depois de feito esse arranjo em relação a esse planejamento, as intervenções vão ser acordadas ou as intervenções vão ser aleatórias e fragmentadas? Porque, se for dessa maneira, o instrumento de planejamento se perde completamente, e você passa a ter a intervenção a partir de outro nível de interesse, totalmente fragmentada, produzindo efeitos que não são, vamos dizer assim, sinergicamente positivos, como avaliados no âmbito do Plano de Recursos Hídricos.

Então, para nós o grande dificultador é: como fazer com que os planejamentos setoriais que estão contemplados nos planos de recursos hídricos depois respeitem esse planejamento setorial. Na nossa opi-

nião, isso só pode ser feito se os planos de recursos hídricos – porque não se imagine que a Agência Nacional de Águas terá condições de implementar todas as questões relativas a saneamento, a desenvolvimento da mineração, do aproveitamento energético, da agricultura – pode ser um indutor do orçamento público, principalmente do orçamento público, no sentido de que aquelas perspectivas apontadas no plano sejam efetivamente materializadas.

Então, de maneira bastante sintética é: como dar efetividade ao Plano de Recursos Hídricos de tal maneira que ele oriente, que ele induza o planejamento do orçamento público naquelas regiões de tal maneira que ele produza um efeito de modo sinérgico. Se isso não acontecer, você tem um diagnóstico para o momento e, evidentemente, um prognóstico para o futuro. Mas você tem um diagnóstico que, na verdade, quando você for olhar daqui a algum tempo, ele aconteceu, ele se materializou de forma totalmente desorganizada e fragmentada.

Para isso, nós temos tentado fazer com que os Estados, principalmente os Estados, procurem também se integrar no planejamento do Plano de Recursos Hídricos. Mas a questão principal, Senadores, é: de que maneira o orçamento público federal, setorialmente, se enxerga dentro de um planejamento com essa natureza e passe a utilizá-lo como uma perspectiva de desenvolvimento?

Um exemplo simples: você planeja questões de saneamento no âmbito de um plano, os impactos do saneamento em determinada região. Dentro disso, você tem uma lógica de quais são as intervenções necessárias em termos de saneamento. Essas intervenções são, em princípio, definidas pelos órgãos responsáveis por saneamento. Porém, na hora de isso se materializar, ele se materializa a partir do balcão. Ou seja, quem chegar leva, não necessariamente fazendo com que aquele conjunto de intervenções tenha uma visão sinérgica sobre o território.

Então, a questão principal do nosso ponto de vista está ligado a reconhecer o plano pelos diversos setores, termos um acordo sobre o futuro apontado em relação a esse plano e fazer com que ele tenha algum nível de indução sobre o orçamento, principalmente o orçamento público, que tem um papel muito grande no Estado brasileiro; e que ele tenha um papel indutor orientando as ações que estão previstas, porque, se não for assim, daqui a três anos, a gente vai ter uma realidade na Amazônia completamente diferente na margem direita, completamente diferente da daqui apontada.

Com relação à questão da mudança do clima, o grande problema que é apontado em relação à ques-

tão climática é a validade dos modelos globais aplicados territorialmente em territórios menores. Então, os modelos, de uma maneira geral, eles rodam quando enxergam a totalidade do clima no planeta. E, a partir desses modelos, apresentam algumas soluções gerais para o planeta. Então, é possível dizer, por esses modelos, se vai aumentar a temperatura, se os eventos críticos podem aumentar ou não. Agora, esses modelos não têm a capacidade de dizer onde vai acontecer. Então, essa é a grande dificuldade de adaptação dos modelos a essas regiões.

O que nós estamos fazendo nessa perspectiva? Nós entramos em contato com um grupo de cientistas brasileiros que têm trabalhado a questão climática principalmente por meio da Universidade Federal do Ceará. Então, o que nós estamos tentando construir, como um patrimônio científico para o Brasil, é uma tentativa de, adotadas as escalas de grandes bacias hidrográficas brasileiras, rodar esses modelos – o famoso *downscaling* – de maneira a apontar algumas previsões a respeito desses impactos globais em bacias de grande extensão. Nós estamos falando aqui de bacias com mais de um milhão de quilômetros quadrados, porque, abaixo disso, é absolutamente impossível, segundo os próprios cientistas, qualquer predição, qualquer previsão a respeito de onde podem acontecer aqueles impactos.

Isso é apenas um orientador. Por quê? Em grande medida, esses modelos apresentam, mesmo rodados em escala global, um grande nível de imprecisão. Então, em que medida é possível tomar uma decisão de política pública em função de um modelo com grande nível de incerteza, Senador? Então, o grande problema que se apresenta é esse também.

Se há a perspectiva de redução de vazão numa determinada bacia, você confiaria que essa perspectiva, rodada no modelo, tem tal segurança a ponto de fazer inversões de bilhões e bilhões de reais em torno disso, sendo que existe um grande nível de incerteza?

Então, o momento que nós estamos vivendo hoje ainda é este de propiciar, em relação aos modelos, um nível de segurança.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Dr. Vicente, só para colocarmos no terreno isso. O senhor falou em bacias com mais de um milhão de quilômetros quadrados.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – É a perspectiva que nós estamos tentando adotar junto com o Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Ou seja, são cem milhões de hectares, o que equivale ao tamanho de Mato Grosso, que tem 906

mil. Então, qualquer previsão que se venha a fazer, o território será daí para cima. Não tem...

O SR. NEY MARANHÃO – Por enquanto.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Por enquanto. Não tem como focar e dizer: “Olha, no Município tal, na região tal, nós teremos esse efeito, com certeza.”

O SR. NEY MARANHÃO – Ainda não.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – E, mesmo em escala mundial, segundo os informes desses cientistas, essa experiência que nós pretendemos fazer nessa escala ainda é inédita em nível global.

Então, os próprios cientistas têm dificuldade de interpretar se aquele modelo que roda globalmente pode ser validado quando roda em territórios dessa natureza.

Mas nós entendemos que, pelas características do nosso País, de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, esse é um esforço que vale a pena fazer. Agora, abaixo disso, como o senhor mencionou, a perspectiva de saber que vai haver um período de chuva e vai chover exatamente sobre o Município de Campinas é absolutamente zero, do ponto de vista de um modelo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Vicente.

Passo a palavra ao Dr. Ney Maranhão, se quiser fazer alguma consideração.

O SR. NEY MARANHÃO – Há duas considerações que eu queria fazer, complementando aquilo que o Dr. Vicente falou e com que eu concordo inteiramente.

A primeira é com relação à análise de eventuais mudanças climáticas globais dentro do Plano Estratégico de Recursos Hídricos.

Nós não deixamos passar essa oportunidade de fazer alguns tipos de prospecção.

Nós pedimos a colaboração do Prof. Eneas Salati, que foi Diretor do Inpa e é um pesquisador notável no Brasil. Ele inclusive é autor de um trabalho dos mais engenhosos para explicar o movimento da chuva na Amazônia, que caminha sucessivamente do leste para o oeste, até chegar aos Andes – um pouquinho antes ela faz a curva e vem descendo na direção sudeste, como o Senador Viana falou. Então, nós pedimos a ele que fizesse simulações com os modelos existentes no IPCC. Os resultados foram aleatórios. Havia modelo que dizia que ia chover mais e modelo que dizia que ia chover menos. Ou seja, eles ainda não são suficientemente confiáveis em bases quantitativas.

Ainda assim, só para efeito de simular uma situação crítica, nós analisamos a pior das situações que o modelo Y ou X indicasse, dentre os 18 modelos que nós usamos, e aquele que indicou os piores resultados nós utilizamos para reduzir a disponibilidade hídrica da Amazônia no cenário de 2030. E esse foi o nosso

cenário crítico. Quer dizer, um cenário com o máximo de demandas e com essa redução de disponibilidade para ver o quanto a Amazônia seria capaz de resistir. É claro que isso não fala de estiagens. Para a agricultura, um veranico ou uma estiagem mais prolongada afeta a agricultura de uma maneira que ainda nós não conseguimos enxergar com esses modelos.

De qualquer modo, foi um primeiro ensaio, e nós deixamos inscrito, como um programa do, o acompanhamento desses progressos na modelagem, e, periodicamente, a revisita a esses modelos para ver o que eles podem nos ensinar ou indicar quanto às variações do clima na Amazônia.

Também eu gostaria de me solidarizar com as suas observações sobre os rios como estradas na Amazônia. Até hoje, muitas cidades sobrevivem na Amazônia – e nós as chamamos, no nosso trabalho, de cidades das calhas –, porque há navegação. E essa navegação não tem evoluído ao longo do tempo. Apesar de se construírem novos barcos, existe muita fragilidade ainda no controle dessas embarcações. Há um risco envolvido, muitos naufrágios acontecem na Amazônia, apesar de todo esforço de nossa Marinha. Não existem avanços como, por exemplo, na hidrovía do Madeira, onde se colocaram estações de rádio posicionamento, para dar segurança ao tráfego 24 horas por dia. Isso acelera o tempo de viagem. Quando alguém sai da boca do Juruá e chega ao alto do Juruá, são quase 28 dias de viagem de navio, ou seja, isso é um pouco incompatível com os tempos modernos.

Então, precisávamos melhorar bastante essa navegação. O plano também fala disso. Ele fala em melhorar as condições de navegação globalmente na Amazônia, inclusive com treinamento de quadros de recursos humanos e apoio à construção de estaleiros que produzam barcos mais adequados. Enfim, o mundo mudou bastante e precisávamos trazer essa tecnologia nova para dentro da navegação na Amazônia.

Meu comentário era esse.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Ney.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu queria agradecer os comentários.

Nós estamos vivendo uma fase em que estamos aumentando o número de perguntas, e, por mais conhecimento que tenhamos, muitas delas ficam sem resposta. A impressão que eu tenho é a de que, na parte do clima, estamos ampliando as perguntas e as respostas não estão vindo. Os comentários mesmo colocam que não se tem ainda uma formulação.

Falando com os antigos, com um conjunto de pessoas que observam, índios ou pessoas mais idosas –

coisa que eu gosto muito de fazer –, no Acre mesmo, eles observam que não se sabe se é um ciclo, porque o ciclo de vida humana é curtíssimo comparado com a natureza, mas que há quase que uma tradição de que as cheias, que eram naturais na Amazônia, tinham um ciclo. No caso do Rio Acre, não passava de dez anos e havia uma cheia. Agora, não há mais esse interstício de dez anos, pelo menos, pela percepção que temos.

Por isso, eu fiz a pergunta, que tem muito a ver com a produção, mas que tem também a ver com essas situações que vivemos, porque a ocupação na Amazônia segue sendo de maneira também desordenada. Ela passou a ser, como no resto do Brasil, muito mais urbana. Então, as pessoas estão saindo do que chamamos de centro – centro, lá, é o meio da floresta – e indo para as margens dos rios, para as beiras das estradas e para os centros urbanos. Está crescendo muito a população urbana. Como, normalmente, há o crescimento sem planejamento, há ocupação de áreas baixas – é a população que está agredindo os rios e não o contrário. E, quando há cheias agora, os danos materiais são muito maiores agora que antes.

Há uma última questão de que eu gostaria de falar. Tendo em vista esse crescimento e essa mudança da ocupação da Amazônia, com maior concentração nos perímetros urbanos, praticamente todas as cidades da Amazônia de beira de rio, como é o caso de quase todas as cidades do Acre... O abastecimento de água é feito a partir das águas desses rios. Eu vi comentários sobre a qualidade de água.

Quando estávamos cuidando do desmatamento, foi identificado o arco do desmatamento. Identificaram-se os 50 Municípios que tinham mais problemas com o desmatamento. Aí, fez-se uma ação ali e a situação começou a se reverter.

É óbvio, tendo em vista o volume, o tamanho e as circunstâncias, querer discutir qualidade da água na Amazônia, no conjunto, é perda de tempo, pelo volume de água que há. Também temos grandes concentrações urbanas nas margens dos rios e há uma mudança muito intensa de nível da água. No Rio Acre, quando quase não tem água nenhuma, quando chega a um metro a lâmina d'água ou a menos – está chegando a menos, há um assoreamento também que acontece. Todo abastecimento de água de Rio Branco sai do Rio Acre. O que houve, nos últimos anos, eu que fiz a última grande estação de captação e tratamento de água, quando fui governador, é que tem que mudar as bombas, porque está assoreando e a lâmina está ficando mais difícil. Mas quando o rio está baixo, vemos bem o impacto que a ocupação indevida causa na qualidade da água. Quando o rio está cheio, esse

problema desaparece completamente, ele fica diluído completamente.

Mas acho que esse é um aspecto muito importante de ser trabalhado, porque envolve a grande maioria da população da Amazônia, da margem direita dos afluentes todos, que moram nas margens dos rios e que têm essa diferenciação muito grande. Tem período que não há risco algum, é água demais e aquela água certamente é boa, mas tem um período que é completamente diferente, com água de menos, e certamente estamos tendo sérios problemas com a qualidade da água.

Acho que esse é um passo que talvez o plano deva puxar para priorizar e identificar, próximo das cidades. Se puder, ainda há mais algum comentário sobre isso, mas é a observação que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Jorge.

Com a palavra o Dr. Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO – Fizemos um levantamento rigoroso de todas estas cidades: Rio Branco, às margens do Rio Acre, é um ponto vermelho; Porto Velho é outro ponto vermelho; a região do Rio Ji-Paraná, dada a grande ocupação e o uso das águas das margens, é outra situação delicada também na bacia, merece atenção. Mas Rio Branco, achamos que é absolutamente prioritária uma intervenção no sentido de melhorar a qualidade das águas do Rio Acre, em Rio Branco. Isso vale até um pouco mais para cima, até Senador Guimard, até Xapuri. Acho que vale à pena, aquela região onde tem a cana plantada agora, tem muita atividade de poluição difusa devido a uso de fertilizantes naquela região do rio Acre. O rio tem realmente uma descida de nível de quase dez metros, se não me engano, entre as cheias e as vazantes. Acho que, nos demais lugares, existe este problema de desmatamento, desbarrancamento, mas a ação natural dos rios da Amazônia constroem e destroem o tempo todo. Eles estão sempre mudando a paisagem. O Rio Juruá, com aquela sequência enorme de meandros. Recentemente, no Rio Acre, tivemos um pequeno problema porque o rio Acre está erodindo muito as margens, vai romper, vai furar um meandro e vai tornar peruano um conjunto de casas brasileiras no Rio Acre, em Brasi-leia. Até isso, temos um problema geopolítico que vai se formando com o processo erosivo.

Acho que existem dois tipos de ação e existem duas relações. Para captar água, vejo muito ribeirão usar aquelas bombas flutuantes para poder captar. O rio sobe e desce e a bomba dele segue acompanhando o nível do rio. Do ponto de vista de grandes aglomerados urbanos, o problema é o lançamento direto de

afluentes e a captação da água logo à jusante para consumo humano também é um problema.

Propusemos uma programação ambiciosa com relação ao tratamento de esgotos e ao abastecimento de água, universalizar o abastecimento de água dentro da Amazônia. A proposta do plano é essa.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Ney Maranhão.

Passo a palavra ao Dr. Vicente.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – É um comentário, Senador, porque é evidente, o senhor apresenta muito bem esse diagnóstico particularmente sobre o Acre, mas sobre a Amazônia, que o problema de ausência de tratamento de esgoto é o grande problema ambiental brasileiro. Aí me permitam insistir na ideia da integração, de transformar o planejamento em ações articuladas.

O que tem acontecido hoje? No último período, nos últimos dez anos, nunca se investiu tanto em saneamento ou em tratamento de esgoto no Brasil. No entanto, esses indicadores de qualidade têm avançado muito lentamente e, no nosso ponto de vista, um dos aspectos que leva a esse avanço lento dos indicadores é que não há uma integração em relação ao planejamento. Por quê? Porque, de certa maneira, o que acontece ainda hoje é assim: o Governo disponibiliza uma quantidade de recursos para saneamento, vamos falar de tratamento de esgoto, e os Municípios, que são os detentores, os Municípios ou as empresas estaduais, se habilitam para acessar aqueles recursos.

O que tem acontecido? Quem acaba se habilitando para esses recursos são os Municípios ou as empresas mais eficientes. E não necessariamente consegue-se atingir o Município que é pobre ou ineficiente, pois não tem uma grande estrutura técnica para acessar esses recursos, e que acaba produzindo um grande impacto sobre a bacia hidrográfica. Eu tenho chamado isso, se vocês me permitem, de 'darwinismo administrativo', ou seja, acabamos financiando os mais eficientes e não necessariamente aquela intervenção que precisa ser feita.

Uma das questões centrais que nós gostaríamos que o plano também pudesse orientar é que o investimento público em torno do tratamento de esgoto, em particular, pudesse seguir a racionalidade de produzir o melhor efeito e não seguir a racionalidade de quem pode, naquele momento, construir ou não a estação de tratamento de esgoto. E dar mais garantias, porque, às vezes, consegue-se fazer uma estação de tratamento de esgoto, só que se está fazendo essa estação de tratamento de esgoto na ponta, onde não há mais nenhum Município para captar água, quando, do ponto de vista do impacto ambiental, seria muito

mais importante fazer essa estação de tratamento à montante no rio, para que se tivesse uma qualidade de água nos Municípios que vão captar a jusante. Porém, esse Município não tem condições, por várias razões, de acessar recursos, e acaba não se produzindo o efeito de benefício sinérgico.

Eu queria acrescentar aos comentários que o senhor...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só para não complicar, mas assim... Nós perdemos completamente o povoamento de peixes nos nossos rios. Óbvio, por conta do tipo de instrumento que usamos, como redes e tudo mais.

Na prefeitura ainda, eu fui à Boca do Acre, por exemplo, e as piracemas não passam de Boca do Acre, porque o pessoal vive da pesca, e ali é um bloqueio. E o rio perdeu a vida. Esse é um problema gravíssimo que estamos tendo.

Num plano como este, tendo em vista o nível de ocupação e as diferentes situações que temos, com muitos casos parecidos com os do Acre, com rios que têm essa diferenciação – chegam a 18 metros de desnível: ficam a quase um metro de água e depois vão para 18 metros de altura, rios estreitos –, esse lado do repovoamento dos rios é importante.

Eu fui fazer um trabalho em Boca do Acre e aí começou a haver. Em Cruzeiro do Sul, ainda há piracema, assim como em alguns outros Municípios, mas já há uma parcela em que não há mais, por conta desse tipo de ação. E aí o rio perde a vida. Aí não é só isso.

Quanto à parte do esgotamento, normalmente, eles põem a montante a captação; a jusante... Mas o problema é que a qualidade da água, na parte das cidades, cai muito. Aí toda fauna marinha vai embora e o rio fica sem vida, que é o que experimentamos em muitos lugares.

No Governo do Acre, agora mesmo, estamos fazendo um esforço muito grande – o Governador Tião Viana – e, certamente, vamos ter uma ampliação enorme do esgotamento sanitário com tratamento. Eu fiz a primeira grande estação de tratamento na Cadeia Velha, para o esgoto de Rio Branco. Eu acho que essa é uma solução também que vai ajudar muito a dar vida aos rios.

Isso me preocupa. Eu acho que tem de haver uma ação conjunta do Ibama e do Ministério da Pesca, pensando no repovoamento desses rios da Amazônia, para que eles voltem a ter vida.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PT – MT) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Eu também só quero fazer um comentário aqui final, saindo um pouquinho do que eu queria falar, mas que vale a pena ainda. Foi uma das perguntas que o

Senador Jorge fez sobre a questão dos rios aéreos, o que transporta água de um lado para outro.

Eu sou agricultor e todo agricultor tem de estar preocupado com a água. Ele precisa estar olhando o que está acontecendo. Então, tem de se observar o tempo. Os mais antigos que viviam na roça sabiam exatamente quando ia chover ou quando deixava de chover. Eu já sou um agricultor mais moderno e não tão ligado diretamente à fazenda, mas eu consigo entender um pouco dessas coisas também. Aliados à tecnologia que nós temos, é só observarmos, todos os dias, quando o Jornal Nacional dá a previsão do tempo e abre o mapa brasileiro, que há uma corrente sempre de nuvens entrando pelo norte...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PT – MT) – Isso, a zona de convergência.

Ela entra pelo norte, chega à influência da Cordilheira dos Andes e volta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PT – MT) – Onde o vento faz a curva.

Ela volta e aí passa por Rondônia, pelo Estado de Mato Grosso, por São Paulo e chega ao Rio de Janeiro.

O interessante – como agricultor, observamos essas coisas – é que há anos em que essa zona é mais para o norte, mais para a zona nordeste de Mato Grosso. E aí há menos chuvas no norte de Mato Grosso do Sul e no sul do Mato Grosso. Em compensação, há mais chuvas no nordeste de Mato Grosso, subindo para a região de Tocantins e por aí.

Quer dizer, essa mudança de 300 quilômetros, mais ou menos, que sobe e desce, tem relação com alguma coisa ou é absolutamente do tempo normal e assim será sempre?

O SR. NEY MARANHÃO – Eu não sou um meteorologista, mas fenômenos naturais eu acompanho também um pouquinho; também não sou agricultor para poder olhar o tempo, mas acompanho um pouquinho. Acho que essa faixa de 300 quilômetros é uma variabilidade natural do fenômeno. Não tenho dúvida disso, não.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado.

Eu quero agradecer, então, a presença do Dr. Ney Maranhão, do Dr. Vicente Andreu Guillo, Presidente da Agência Nacional de Águas. Agradeço também aos colegas Senadores que participaram desta audiência pública e cumprimento a Agência Nacional e todos pelo Dia Mundial da Água, que está se aproximando.

Nada mais havendo a tratar neste momento, declaro encerrada a reunião e convoco a nossa próxima reunião deliberativa para o horário normal, às 11h30.

Como há a presença de governadores na CAE, os colegas estão lá agora, e nós não temos um quórum suficiente para deliberar na nossa reunião.

Então, muito obrigado aos senhores e parabéns!

(Iniciada às 8 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 07 minutos.)

PRONUNCIAMENTO DO SENHOR SENADOR BLAIRO MAGGI PROFERIDO NA REUNIÃO DO DIA 26 DE MARÇO DE 2013, EM COMEMORAÇÃO AO DIA MUNDIAL DA ÁGUA, TENDO SUA INCLUSÃO DETERMINADA PELO PRESIDENTE NA PRESENTE ATA

Sr. Presidente, Dr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Sr. Dr. Ney Maranhão, Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas (ANA), Sr^{as} e Srs. Senadores, na sexta-feira passada, no dia 22 de março, comemoramos o Dia Mundial da Água em audiência pública realizada em 19 de março. Estiveram presentes nessa Comissão os nossos ilustres Drs. Vicente Andreu Guillo, Ney Maranhão, respectivamente, Diretor-Presidente e Superintendente de Planejamento e Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas, para a apresentação do Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas. O Dia Mundial da Água foi criado pela ONU – Organização das Nações Unidas, no dia 22 de março de 1992, e é destinado à discussão sobre os diversos temas relacionados a esse importante bem natural. Mas por que a ONU se preocupa com a água se sabemos que dois terços do Planeta são formados por esse precioso líquido? A razão é que há pouca quantidade, cerca de 0,008% do total da água do nosso Planeta é potável, própria para o consumo e, como sabemos, grande parte das fontes desta água – rios, lagos, represas – está sendo contaminada, poluída e degradada pelas ações predatórias do homem. Pensando nisso, foi instituído, então, o Dia Mundial da Água, cujo objetivo principal é criar um momento de reflexão, análise, conscientização, elaboração de medidas práticas para resolver tal problema. Mas como devemos comemorar essa data importante não só nesse dia, mas também nos 364 dias do ano, precisamos tomar atitudes, no nosso dia a dia, que colaborem para a preservação, a economia desse bem natural. O Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas, que será a pauta dessa audiência elaborada pela Agência Nacional de Águas (ANA), vem contribuir substancialmente com importantes conquistas para a gestão sustentável da Região Amazônica. O Brasil é um país privilegiado, pois cerca de 12% da água doce

da superfície do Planeta corre em nossos rios. Segundo a FAO, esse potencial representa o dobro de todos os rios da Austrália e da Oceania, é 42% superior aos da Europa, 25 maior que o continente africano e 90% do território recebem chuvas abundantes durante o ano, o que favorece a formação de uma extensa e densa rede de rios. A água no Brasil apresenta-se abundante, mas o potencial hídrico está mal distribuído. A Amazônia, por exemplo, detém a maior bacia fluvial do mundo, mas é a região com menos habitantes. Em contrapartida, as maiores concentrações populacionais encontram-se nas capitais distantes dos grandes rios brasileiros, como o Amazonas, o São Francisco e o Paraná. O principal problema da escassez ainda é no Nordeste, onde a falta de água tem contribuído para o abandono das terras e para a migração aos centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro, agravando ainda mais os problemas de escassez de água nessas cidades. Temos ainda a Bacia do Tocantins-Araguaia, que abriga a maior ilha fluvial do mundo, a Ilha do Bananal; a Bacia Hidrográfica do Paraná, que ocupa o primeiro lugar em produção hidrelétrica do País; o Rio São Francisco, conhecido como o Rio da Integração Nacional, que liga o Centro-Oeste ao Nordeste. Além disso, temos também o Complexo Pantanal, ou simplesmente o Pantanal, que é o bioma constituído principalmente por uma savana estépica, alargada em sua maior parte, com 250 mil quilômetros quadrados de extensão, considerado pela Unesco como patrimônio natural mundial e reserva da biosfera. Muito obrigado.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 11H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, ACIR GURGACZ, VALDIR RAUPP, IVO CASSOL, KÁTIA ABREU, ATAÍDES OLIVEIRA, JOSÉ AGRIPINO, BLAIRO MAGGI, EDUARDO AMORIM, FERNANDO COLLOR, VANESSA GRAZZIOTIN, CRISTOVAM BUARQUE, JOÃO CAPIBERIBE, SÉRGIO SOUZA, ALOY-SIO NUNES FERREIRA, FLEXA RIBEIRO e JOÃO COSTA**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **JORGE VIANA, ANA RITA, RODRIGO ROLLEMBERG, ROMERO JUCÁ, LUIZ HENRIQUE, GA-**

RIBALDI ALVES e CÍCERO LUCENA. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação das Atas da reunião anterior e da 55ª reunião de 2012, que são dadas como aprovadas. A seguir, submete a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 3ª reunião da Subcomissão Permanente da Água, realizada em 24 de agosto de 2011, e da 6ª reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 24 de agosto de 2011. **LEITURA DE AVISOS**, em conformidade ao Ato nº 02, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Conforme análise prévia, os seguintes avisos serão distribuídos para relatoria: Aviso TCU nº 106, de 27 de fevereiro de 2013. Trata de auditoria nas obras de adequação do Aeroporto Internacional de Salvador – incluídas na matriz de responsabilidades para a copa do mundo de 2014. Enquadrado no inciso III do Ato nº 2/2009-CMA; Aviso TCU nº 399, de 6 de março de 2013. Trata de relatório de acompanhamento com o objetivo de acompanhar a operação de crédito relativa às obras de construção da Arena Pantanal, formulada entre o BNDES e o Estado do Mato Grosso, relativas à copa do mundo. Enquadrado no inciso III do Ato nº 2/2009-CMA. Passa-se à **PAUTA. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 8, de 2013**, que “Nos termos do art. 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, e do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos seja convidado o Exmº Sr. Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel Santos, para prestar esclarecimentos acerca de supostas irregularidades e ilegalidades no processo licitatório – pregão eletrônico de 31/12/12 – para aquisição de 1.226 tablets pelo Ministério Público da União”. Autoria: Senador Fernando Collor. Resultado: Aprovado. Fica registrado o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **ITEM 5) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 16, de 2012 – Não Terminativo**, que “Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle cópia do Acórdão nº 1931/2012 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam (TC 028.289/2011-0), referente à Auditoria realizada no MME, na Aneel e na Eletrobrás, cujo escopo é a regulação e a fiscalização da RGR pela Aneel, a gestão do fundo pela Eletrobrás e a sustentabilidade relacionada aos fins a que se destina”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da

CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2012 – Não Terminativo**, que “Estabelece condições para implantação de microgeração e minigeração distribuídas no sistema de distribuição de energia elétrica e dá outras providências”. Autoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação com quatro emendas. Resultado: Concedida vista coletiva do projeto aos Senadores Anibal Diniz e Ataídes Oliveira, nos termos do art. 132 do RISF. **ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, de 2012 – Não Terminativo**, que “Altera os arts. 5º, 13 e 15 da Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, para promover a concorrência de preços e condições de atendimento pós-venda na comercialização de veículos automotores de via terrestre”. Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Senador Ivo Cassol. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela rejeição do projeto. **ITEM 9) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, de 2011 – Terminativo.** Ementa do Projeto: Acrescenta o art. 10-A na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, para determinar que os postos de combustíveis informem seus preços na página eletrônica da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Autoria do Projeto: Senador Ivo Cassol. Relatoria do Projeto: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Não foram oferecidas emendas. O substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, de 2011 – Terminativo**, que “Acrescenta novo inciso ao art. 6º da Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, criando o Selo Verde “Preservação da Amazônia” para produtos oriundos da Zona Franca de Manaus, e dá outras providências”. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Retirado de Pauta pela Autora. **É aprovada a inclusão EXTRAPAUTA das seguintes matérias: ITEM 14) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 9, de 2013**, que “Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito desta comissão com o objetivo de discutir as denúncias veiculadas pelo programa Fantástico da TV Globo, no dia 10 de março do corrente ano, sobre as condições dos abatedouros bovinos no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: – Luiz Fernando Mainardi, Secretário de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul; – Sra. Moni-

ka Bergamaschi, Secretária de Agricultura do Estado de São Paulo; – Sra. Tereza Cristina Côrrea da Costa Dias, Secretária de Agricultura do Estado do Mato Grosso do Sul; – Meraldo Figueiredo Sá, Secretário de Agricultura do Estado do Mato Grosso; – Antônio Flávio Camilo de Lima, Secretário de Agricultura do Estado do Goiás; – Lúcio Taveira Valadão, Secretário de Agricultura do Distrito Federal; – Roberto Smeraldi, Presidente da ONG Amigos da Terra; e – Benedito Fortes de Arruda, Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária. É aditado o convidado: Ênio Antonio Marques Pereira, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura. Autoria: Senador Blairo Maggi. Resultado: Aprovado. **ITEM 15) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 10, de 2013**, que “Requeiro, nos termos regimentais, seja promovido no dia 29 de abril do corrente ano, no auditório Antônio Carlos Magalhães – Interlegis, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, um Seminário para avaliar e discutir o Projeto de Lei do Senado nº 649, de 2011, que “Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as entidades privadas sem fins lucrativos para consecução de finalidades de interesse público”. O evento, que contará com a participação de instituições públicas e de representantes da sociedade civil, será transmitido ao vivo para todo o país”. Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg e Aloysio Nunes Ferreira. Observações: O Requerimento foi subscrito pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. Resultado: Aprovado. **ITEM 16) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 11, de 2013**, que “Requeiro nos termos dos Incisos V do art. 90 e I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a presença das autoridades abaixo relacionadas, sem prejuízo de outras que possam enriquecer o debate: Excelentíssimo Senhor João Augusto Ribeiro Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU; Excelentíssimo Senhor Jorge Hage Sobrinho, Ministro Chefe da Controladoria Geral da União – CGU; Excelentíssimo Senhor Carlos Alberto de Freitas Barreto, Secretário da Receita Federal do Brasil – SRFB; e Excelentíssimo Senhor Luis Inácio Lucena Adams, Ministro Chefe da Advocacia Geral da União – AGU. Com objetivo de discutir os resultados apresentados pelo Tribunal de Contas da União em seus acórdãos nos 2172 e 3183 de 2011; 2527 e 2605 de 2012; o conteúdo dos relatórios de auditoria e gestão da CGU, encaminhados por intermédio da Nota Técnica nº 2275/20112/DPSES/DP/SFC/CGU-PR; bem como o

teor do Memorando RFB/GAB nº 886/2011 elaborado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. E, referente à falta de publicidade e arrecadação feita diretamente com as indústrias pelo SESI e SENAI, apresentar o Projeto de Lei do Senado 72, de 2013, que “Dispõe sobre as normas aplicáveis aos serviços sociais autônomos instituídos pela União e dá outras providências”. Autoria: Senador Ataídes Oliveira. Resultado: Aprovado. **As demais matérias ficam adiadas.** O Senhor Senador Blairo Maggi profere discurso referente ao Dia Mundial da Água e determina sua inclusão na Ata da 4ª Reunião Extraordinária da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, Estevão Hagel Ledur, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DA TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 26-3-2013

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, e da Ata nº 55, da 55ª Reunião de 2012.

Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Aproveito para colocar em votação a dispensa da leitura e a aprovação da 3ª reunião da Subcomissão Permanente da Água, realizada no dia 24 de agosto de 2011, e da Ata da 6ª reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no dia 24 de agosto de 2011.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas das subcomissões estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunicados da Presidência.

Leitura de avisos.

Em conformidade com o Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor

e Fiscalização e Controle do Senado Federal, informo que todos os avisos estão relacionados na pauta da reunião.

Conforme análise prévia, os seguintes avisos serão distribuídos para a relatoria:

– Aviso do TCU nº 106, de 27 de fevereiro de 2013. Trata de auditoria nas obras de adequação do Aeroporto Internacional de Salvador, incluídas na matriz de responsabilidade para a Copa do Mundo de 2014, enquadrada no inciso III do Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização.

– Aviso do TCU nº 399, de 06 de março de 2013, que trata de relatório de acompanhamento, com o objetivo de acompanhar a operação de crédito relativa às obras de construção da Arena Pantanal, formulada entre o BNDES e o Estado de Mato Grosso, relativos à Copa do Mundo, enquadrado no inciso III, do Ato nº 2, de 2009, da CMA.

Passamos a nossa pauta, que foi distribuída.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 8, DE 2013

Nos termos do Art. 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, e do Art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos que seja convidado o Ex^{mo} Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Gurgel Santos, para prestar esclarecimentos acerca de supostas irregularidades e ilegalidades no processo licitatório – pregão eletrônico de 31/12/12 – para a aquisição de 1.226 tablets pelo Ministério Público da União.

Autoria: Senador Fernando Collor.

Em votação o requerimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com a palavra o Sr. Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, recentemente, foi aprovado pelo Plenário do Senado um requerimento de autoria do ilustre Senador Fernando Collor, em que se solicitava ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria ou inspeção para apurar o cometimento de ilegalidades em licitação para aquisição de *tablets* pela PGR. Esse foi o requerimento aprovado pelo Plenário desta Casa.

E agora nós vamos examinar o requerimento em que S. Ex^a convida o Procurador-Geral da República

para vir a esta Comissão para prestar esclarecimentos sobre essa mesma matéria.

Eu gostaria de ponderar à Comissão, especialmente ao Senador Fernando Collor, que nós deveríamos esperar a conclusão da providência requerida por ele, e deferida pelo Plenário, ou seja, a auditoria do Tribunal de Contas da União, para, em seguida, deliberar sobre essa matéria. Se houver, depois de realizada essa auditoria, ainda pontos obscuros, pontos que exigiriam a presença do Procurador-Geral para serem esclarecidos, aí, então, creio que seria oportuna a deliberação e o convite eventual do Procurador-Geral da República. Mas, enquanto não se conclui uma diligência, que foi aprovada pelo Plenário desta Casa, eu penso que não seria oportuno a aprovação e deliberação, neste momento, desse requerimento.

Então, a minha sugestão, Sr. Presidente, é que esse requerimento fique ainda à espera da conclusão das diligências aprovadas pelo Plenário, para, depois, a vista delas, deliberarmos sobre a sua conveniência ou não.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – O Senador Collor quer se manifestar, ou vamos à votação do requerimento? (*Pausa.*)

Então, vamos à votação do requerimento...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, requeiro uma votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – O senhor precisa de apoio de três Senador para a gente proceder.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ninguém me apoia?

Não. Então...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Então, vamos à votação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Então, V. Ex^a registre, por favor, o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Será registrado.

Os Senadores que aprovam o requerimento, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O Senador Aloysio já se manifestou contrariamente.

Aqueles que rejeitam o requerimento, levantem a mão. (*Pausa.*)

Senador Aloysio rejeitou.

Aprovado o requerimento.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pela ordem, Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Em respeito a S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira, à Presidência desta Comissão e a todos os que dela fazem parte, eu gostaria de fazer a seguinte colocação: é verdade que foi aprovado o requerimento, pelo Plenário do Senado da República, solicitando ao Tribunal de Contas da União diligências junto à Procuradoria Geral da República, para apurar as irregularidades havidas no processo licitatório dos *tablets* a que V. Ex^a se referiu.

Foi também solicitado ao Conselho Nacional do Ministério Público a mesma providência. E essa resposta já chegou e diz o parecer do Conselheiro Alessandro Tramuja, Relator da minha solicitação feita ao Conselho Nacional do Ministério Público, para averiguação de possíveis irregularidades naquele feito.

Diz ele:

Em caso, a revelação de que a licitação fora conduzida exclusivamente pela Secretária-Geral do MPF, não afasta de plano a responsabilidade da Chefia do Ministério Público Federal por sua execução e desfecho, afinal, é o Procurador da República quem responde como gestor do órgão isoladamente, ou em conjunto, tanto ao Conselho Nacional do Ministério Público como ao próprio Tribunal de Contas da União.

Isso, coloca o Procurador Alessandro Tramuja, em função de, na sua defesa, quando solicitado pelo Relator no Conselho Nacional do Ministério Público, S. Ex^a o Sr. Procurador-Geral da República quis jogar nas costas do Sr. Secretário-Geral do Ministério Público Federal toda a culpa por eventuais irregularidades havidas no processo licitatório. E aqui o Relator, de uma forma muito clara, diz que não, que a responsabilidade recai sobre os ombros do Procurador-Geral da República e que ele não pode fugir a essa responsabilidade.

Em função disso, julgo que esta Comissão e esta Presidência agiram no sentido correto de trazer, a convite, o Procurador-Geral da República a esta Comissão que tem dentre suas atribuições precípuas a de fiscalizar e controlar o Poder Executivo. E o Ministério Público Federal é vinculado, por questão orçamentária, ao Poder Executivo da União.

Daí a necessidade de cumprirmos com as nossas atribuições e ouvirmos de S. Ex^a as explicações que ele, porventura, tenha, ou que ele possua, para justificar essa licitação que foi realizada no dia 31 de dezembro do ano que passou, às 16 horas.

Fico me perguntando se essa licitação, ou uma licitação parecida, ocorresse aqui no âmbito do Senado da República, ou de qualquer governo estadual, ou de

qualquer prefeitura do interior, o que não estaria fazendo o Ministério Público em relação a essa licitação? É preciso, sim, que ele venha dar as explicações – e o Tribunal de Contas da União também faça, como fez o Conselho Nacional do Ministério Público – às investigações devidas. Ou seja, a investigação feita pelo Tribunal de Contas da União não invalida a tese de que cabe a esta Comissão também fazer a sua fiscalização e o seu controle.

Era isso que eu gostaria de colocar, pedindo desculpas a V. Ex^a, Senador Aloysio Nunes Ferreira, por discordar, neste momento, de V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Fernando Collor.

O item nº 2 da nossa pauta é um requerimento do Senador Jorge Viana, que não se encontra presente. Será deixado para outra oportunidade.

O item nº 3 é um requerimento do Senador Rodrigo Rollemberg, que também não se encontra. Será adiada a sua leitura.

O item nº 4 também é do Senador Rodrigo Rollemberg, que não se encontra.

O item nº 5 é uma relatoria do Senador Flexa Ribeiro, que não se encontra presente. Será também postergado.

O item nº 6 tem como Relator o Senador Flexa Ribeiro. Também será postergado.

O item nº 7 é do Senador Cícero Lucena, que também não se encontra presente.

O item nº 8 é uma relatoria do Senador Ivo Cassol, que passaremos a apreciar.

Gostaria de informar à Comissão que faremos um controle de três chamadas para a votação do projeto. Se o Relator não estiver presente, na quarta chamada eu convidarei um relator *ad hoc* para que possamos levar adiante as discussões.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 402, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera os arts. 5º, 13 e 15 da Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, para promover a concorrência de preços e condições de atendimento pós-venda na comercialização de veículos automotores de via terrestre.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatório: Pela rejeição

Observações:

-A matéria será apreciada pela CAE, em decisão terminativa.

Com a palavra, o Relator, Senador Ivo Cassol.

Item nº 8, página 110, Senador Ivo, sendo o relatório pela rejeição.

Com a palavra, Senador Ivo Cassol, ex-Governador de Rondônia, para apresentação do seu relatório.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Nós vamos direto ao relatório, uma vez que o relatório é extenso e, ao mesmo tempo, haja vista o exposto manifestando-se pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2012 que altera o art. 5º, 13 e 15, da Lei 6.729, de 28 de dezembro de 1979, para promover a concorrência de preços e condições de entendimento pós-venda na comercialização de veículos automotores em via terrestre.

Então, portanto, venho propondo a rejeição, uma vez que se colocou no projeto como se os vendedores fossem os que tinham a maior fatia do lucro nesse comércio e, ao mesmo tempo, ele vem em desencontro. Se há hoje alguém com prejuízo, são as concessionárias de veículos, são os vendedores de veículos, porque hoje nós temos via Internet, temos a fábrica que vende e fornece veículos, máquinas e tudo diretamente de fábrica.

Assim, proponho aos nobres colegas, em vista do exposto, a rejeição do Projeto de Lei do Senado 402, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Em discussão o Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2012. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam como relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da CMA pela rejeição do projeto.

ITEM 9

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 353, DE 2011

– Terminativo –

Ementa do Projeto: Acrescenta o art. 10-A na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, para determinar que os postos de combustíveis informem seus preços na página eletrônica da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Autoria do Projeto: Senador Ivo Cassol

Relatoria do Projeto: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

– Em reunião realizada no dia 12/3/2013, foi aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2011 nos termos da Emenda nº2-CMA (Substitutivo), apresentado pela Senador Flexa Ribeiro, por unanimidade.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, não tendo sido apresentada emenda à discussão suplementar, o Substitutivo é definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284, do Regimento Interno.

O item nº 10, também do Senador Flexa Ribeiro, que não se encontra presente.

O item nº 11, Relator é o Senador Cícero Lucena, que não se encontra presente.

O item nº 12 é também do Senador Cícero Lucena.

O item nº 13 é do Senador Luiz Henrique, que não se encontra presente.

Eu vou incluir, extrapauta, um requerimento de minha autoria que diz o seguinte: “Submeto à deliberação do Plenário a inclusão de requerimento extrapauta de minha autoria.”

Aqueles que aprovam a inclusão do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 9, de 2013

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito desta comissão com o objetivo de discutir as denúncias veiculadas pelo programa Fantástico da TV Globo, no dia 10 de março do corrente ano, sobre as condições dos abatedouros bovinos no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Luiz Fernando Mainardi, Secretário de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul; Srª Monika Bergamaschi, Secretária de Agricultura do Estado de São Paulo; Srª Tereza Cristina Côrrea da Costa Dias, Secretária de Agricultura do Estado do Mato Grosso do Sul; Meraldo Figueiredo Sá, Secretário de Agricultura do Estado do Mato Grosso; Antônio Flávio Camilo de Lima, Secretário de Agricultura do Estado do Goiás; Lúcio Taveira Valadão, Secretário de Agricultura do Distrito Federal; Roberto Smeraldi, Presidente da ONG Amigos da Terra; e Benedito Fortes de Arruda, Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, ninguém do Ministério da Agricultura?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Não, nesse convite, não, porque foi uma matéria vinculada aos Estados, que diz respeito à fiscalização estadual e não ao CIF. Por isso, a presença dos secretários e ninguém do Ministério da Agricultura, mas, se V. Ex^a entender que é necessário e que é importante, nós podemos incluir – aceito a sua sugestão – alguém do Ministério da Agricultura ligado à defesa animal e vegetal.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Porque, afinal de contas, o Ministério da Agricultura também é corresponsável, no meu entender, por tudo isso. Então, o secretário correspondente da área, Ênio Marques...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Ênio Marques é o Secretário Nacional de Defesa Animal e Vegetal.

Então, fica incluído nesse requerimento o convite ao Secretário Ênio Marques para estar presente. Vamos à votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Também extrapauta, há aqui um requerimento de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, subscrito pelo Senador Aloysio Nunes.

Submeto à deliberação do Plenário a inclusão do requerimento extrapauta de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Aloysio Nunes.

Aqueles que aprovam a inclusão do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 10, de 2013

Requeiro, nos termos regimentais, seja promovido no dia 29 de abril do corrente ano, no auditório Antônio Carlos Magalhães – Interlegis, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, um Seminário para avaliar e discutir o Projeto de Lei do Senado nº 649, de 2011, que “Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as entidades privadas sem fins lucrativos para consecução de finalidades de interesse público”. O evento, que contará com a participação de instituições

públicas e de representantes da sociedade civil, será transmitido ao vivo para todo o país.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, então, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Aloysio Nunes.

Antes de encerrar a reunião, quero ler um pequeno pronunciamento, um documento que eu deveria ter lido no dia em que houve, aqui, a audiência pública da água, e, depois, também no Dia da Água, não consegui lê-lo. Vou ler esse pequeno documento e gostaria que a nossa secretaria incluísse esse pronunciamento na nossa ata da reunião anterior. Ele está um pouco vencido, mas vamos lá.

Sr. Presidente, Dr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Sr. Dr. Ney Maranhão, Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas (ANA), Sr^{as} e Srs. Senadores, na sexta-feira passada, no dia 22 de março, comemoramos o Dia Mundial da Água em audiência pública realizada em 19 de março. Estiveram presentes nessa Comissão os nossos ilustres Drs. Vicente Andreu Guillo, Ney Maranhão, respectivamente, Diretor-Presidente e Superintendente de Planejamento e Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas, para a apresentação do Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas.

O Dia Mundial da Água foi criado pela ONU – Organização das Nações Unidas, no dia 22 de março de 1992, e é destinado à discussão sobre os diversos temas relacionados a esse importante bem natural. Mas por que a ONU se preocupa com a água se sabemos que dois terços do Planeta são formados por esse precioso líquido? A razão é que há pouca quantidade, cerca de 0,008% do total da água do nosso Planeta é potável, própria para o consumo e, como sabemos, grande parte das fontes desta água – rios, lagos, represas – está sendo contaminada, poluída e degradada pelas ações predatórias do homem. Pensando nisso, foi instituído, então, o Dia Mundial da Água, cujo objetivo principal é criar um momento de reflexão, análise, conscientização, elaboração de medidas práticas para resolver tal problema.

Mas como devemos comemorar essa data importante não só nesse dia, mas também nos 364 dias do ano, precisamos tomar atitudes, no nosso dia a dia, que colaborem para a preservação, a economia desse bem natural.

O Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas, que

será a pauta dessa audiência elaborada pela Agência Nacional de Águas (ANA), vem contribuir substancialmente com importantes conquistas para a gestão sustentável da Região Amazônica.

O Brasil é um país privilegiado, pois cerca de 12% da água doce da superfície do Planeta corre em nossos rios. Segundo a FAO, esse potencial representa o dobro de todos os rios da Austrália e da Oceania, é 42% superior aos da Europa, 25 maior que o continente africano e 90% do território recebem chuvas abundantes durante o ano, o que favorece a formação de uma extensa e densa rede de rios.

A água no Brasil apresenta-se abundante, mas o potencial hídrico está mal distribuído. A Amazônia, por exemplo, detém a maior bacia fluvial do mundo, mas é a região com menos habitantes. Em contrapartida, as maiores concentrações populacionais encontram-se nas capitais distantes dos grandes rios brasileiros, como o Amazonas, o São Francisco e o Paraná.

O principal problema da escassez ainda é no Nordeste, onde a falta de água tem contribuído para o abandono das terras e para a migração aos centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro, agravando ainda mais os problemas de escassez de água nessas cidades.

Temos ainda a Bacia do Tocantins-Araguaia, que abriga a maior ilha fluvial do mundo, a Ilha do Bananal; a Bacia Hidrográfica do Paraná, que ocupa o primeiro lugar em produção hidrelétrica do País; o Rio São Francisco, conhecido como o Rio da Integração Nacional, que liga o Centro-Oeste ao Nordeste.

Além disso, temos também o Complexo Pantanal, ou simplesmente o Pantanal, que é o bioma constituído principalmente por uma savana estépica, alargada em sua maior parte, com 250 mil quilômetros quadrados de extensão, considerado pela Unesco como patrimônio natural mundial e reserva da biosfera.

Muito obrigado.

Então, eu vou pedir para...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Presidente. Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Presidente, agora pela manhã, apresentei a esta douta Comissão um requerimento de audiência. Eu gostaria, Presidente, que, como extrapauta, ele fosse colocado em votação.

Inclusive, já contatei os convidados aqui, que são o nosso Presidente do TCU, o Presidente da CGU, o Presidente da AGU e o Secretário da Receita Federal, só falta o Tribunal de Contas da União, estão disponíveis e aceitaram o convite de V. Ex^a. Então, eu pediria

ao Presidente que colocasse extrapauta em votação o nosso requerimento.

Eu fico grato, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – V. Ex^a será atendido, Senador Ataídes Oliveira.

Eu passarei então a submeter à deliberação do Plenário a inclusão do requerimento extrapauta de autoria do Senador Ataídes Oliveira.

Aqueles que aprovam a inclusão do requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 11, de 2013

Requeiro nos termos dos incisos V do art. 90 e I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a presença das autoridades abaixo relacionadas, sem prejuízo de outras que possam enriquecer o debate: Excelentíssimo Senhor João Augusto Ribeiro Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU); Excelentíssimo Senhor Jorge Hage Sobrinho, Ministro Chefe da Controladoria Geral da União (CGU); Excelentíssimo Senhor Carlos Alberto de Freitas Barreto, Secretário da Receita Federal do Brasil (SRFB); e Excelentíssimo Senhor Luis Inácio Lucena Adams, Ministro Chefe da Advocacia Geral da União (AGU), com objetivo de discutir os resultados apresentados pelo Tribunal de Contas da União em seus acórdãos nºs 2.172 e 3.183 de 2011; 2.527 e 2.605 de 2012; o conteúdo dos relatórios de auditoria e gestão da CGU, encaminhados por intermédio da Nota Técnica nº 2275/20112/DPSES/DP/SFC/CGU-PR; bem como o teor do Memorando RFB/GAB nº 886/2011 elaborado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. E, referente à falta de publicidade e arrecadação feita diretamente com as indústrias pelo SESI e SENAI, apresentar o Projeto de Lei do Senado 72, de 2013, que “Dispõe sobre as normas aplicáveis aos serviços sociais autônomos instituídos pela União e dá outras providências”.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento do Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com a presença do nosso caríssimo Senador Flexa Ribeiro, vamos voltar então ao item 5 da pauta.

ITEM 5

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE

Nº 16, DE 2012

– Não Terminativo –

Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle cópia do Acórdão nº 1931/2012 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam (TC 028.289/2011-0), referente à Auditoria realizada no MME, na Aneel e na Eletrobras, cujo escopo é a regulação e a fiscalização da RGR pela Aneel, a gestão do fundo pela Eletrobras e a sustentabilidade relacionada aos fins a que se destina.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Blairo Maggi, Vice-Presidente, Senador Eduardo Amorim, Srs. Senadores, encaminhados pelo Tribunal de Contas da União ao Senado Federal, pelo Aviso nº 893-Seses-TCU-Plenário, vêm ao exame desta Comissão cópia do Acórdão nº 1931, de 2012, e dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referentes à auditoria operacional da Reserva Global de Reversão (RGR).

A partir da identificação, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), de irregularidades na administração da RGR, a mencionada auditoria teve como objetivo examinar como essa Reserva é regulada e fiscalizada e avaliar a aderência de sua gestão às normas existentes e à finalidade para a qual foi criada.

Buscou-se, também, conhecer sua estratégia de gestão, visando, entre outros, à utilização dos recursos da reserva durante eventual processo de reversão das concessões vincendas, a partir de 2015.

A matéria foi distribuída a esta Comissão em agosto de 2012.

Análise, Sr. Presidente.

A citada auditoria observou que, embora a RGR tenha sido criada para capitalizar um fundo para garantir recursos em casos de eventuais indenizações dos ativos vinculados às concessões de serviços públicos de energia elétrica, ao longo dos anos, os recursos foram ganhando novas destinações, como expansão

e melhoria dos serviços de energia e subvenção econômica para consumidores de baixa renda.

Além disso, a Aneel, em procedimento de fiscalização, verificou indícios de irregularidades na gestão desse encargo pela Eletrobras. Consequentemente, o Tribunal entendeu que a RGR deveria ser fiscalizada sob a ótica do controle externo.

Assim, o foco da fiscalização abordou análises sobre: regulação e fiscalização do fundo pela Aneel, gestão pela Eletrobras e observância da sustentabilidade do fundo para os fins aos quais se destina.

Em relação à gestão da RGR, o Tribunal constatou algumas irregularidades como, por exemplo:

a) os recursos da RGR não são movimentados exclusivamente em conta específica;

b) são feitas cobranças, sem previsão legal, de encargos financeiros (comissão de reserva de crédito, multa por atraso e juros de mora) sobre os empréstimos e os valores arrecadados desses encargos são apropriados exclusivamente pela Eletrobras;

c) há indícios de não reversão, para a conta da RGR, dos recursos recebidos como amortização do saldo devedor pelos agentes;

d) há sucessivas renovações de dívidas, de empresas do grupo Eletrobras, que alcançam 18% dos recursos aplicados, sem que haja contabilização com os registros das ressalvas pertinentes; e

e) ausência de contabilização dos ativos relativos aos Bens de Uso da União adquiridos com recursos da RGR.

No que diz respeito à sustentabilidade do fundo RGR, verificou-se que seu saldo sofreu reduções significativas ao longo dos últimos quinze anos porque seus recursos foram utilizados para custear programas do setor elétrico, até mesmo a fundo perdido, afastando-se do propósito de sua constituição.

Houve, portanto, uma clara descaracterização dos propósitos esperados no momento da arrecadação do encargo.

O saldo do fundo, quando da auditoria, era de R\$17,5 bilhões.

Não se conhece ainda o valor necessário para eventuais indenizações das concessões que vencerão em 2015, mas a sustentabilidade da RGR ficou comprometida.

Ao final do relatório, o Tribunal fez uma série de propostas de encaminhamento, entre as quais, destacamos:

1. Determinou à Aneel, entre outros, que exija da Eletrobras a divulgação, no seu sítio na Internet, com periodicidade adequada, dados sobre a arrecadação e sobre as aplicações dos recursos da RGR, detalhando, entre outros aspectos, todos os projetos que recebe-

ram recursos provenientes deste encargo e a situação atualizada de cada operação, em estrita observância ao princípio constitucional da publicidade, previsto no *caput* do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

2. Recomendou ao Ministério de Minas e Energia que faça uma avaliação dos encargos tarifários de forma a explicitar possíveis sobreposições de objetos e finalidades de outros encargos com a RGR.

3. Recomendou à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), na qualidade de órgão central do sistema de administração financeira federal, que elabore análise periódica sobre a gestão da reserva, em especial no tocante às renegociações de dívidas e retenções de amortizações, pois a RGR representa um fluxo de caixa financeiro cujas operações refletem, em última análise, um passivo com a União.

4. Recomendou dar ciência do relatório à Comissão de Minas e Energia (CME) e à Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, uma vez que em tais comissões tramita o Projeto de Lei 3.173/2012 (que propõe a extinção da RGR em 2012), bem como à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado Federal, onde tramita o Projeto de Lei do Senado nº 355/2011 (que propõe afastar da Eletrobras a gestão da RGR).

5. Recomendou também o encaminhamento do teor da decisão à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Finalmente, não poderia deixar de registrar a oportuna iniciativa da Senadora Lúcia Vânia, trazendo para esta Casa a discussão da matéria, ao apresentar o mencionado PLS nº 355, de 2011.

A proposição se reveste da maior importância, quando se colhe na imprensa a notícia de que o Governo estaria cogitando extinguir a Eletrobras e suas subsidiárias e criar três *holdings* para a área elétrica: uma de geração, outra de transmissão, e a terceira, de distribuição.

É verdade que a Eletrobras desmentiu a cisão em nota publicada em seu *site* oficial, no dia 25 de janeiro de 2013, informando, contudo, que recebeu a “incumbência do Governo, seu sócio majoritário, de estudar opções para racionalizar os custos do sistema Eletrobras e de propor uma estrutura para a gestão dos ativos de geração, transmissão e distribuição que seja compatível com o novo cenário regulatório”.

Voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, concluímos pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo arquivamento da matéria.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Flexa. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, uma indagação só ao Senador Flexa.

Há uma emenda, Senador Flexa, do Deputado Betinho Rosado, que trata da assunção pela concessionária do curto do medidor para a energia elétrica fornecida para irrigantes.

Eu não vi menção – desculpe-me se não percebi – sobre se V. Ex^a acolheu ou não essa emenda, que é muito importante para a nossa Região Nordeste, como também para a sua.

Onde há irrigação com tarifa verde, através da energia elétrica da madrugada, é importante para o pequeno irrigante que o medidor – e esta é a emenda do Deputado Betinho Rosado – tenha o seu custo, o seu valor, assumido pela concessionária.

Eu gostaria da informação de V. Ex^a sobre essa matéria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a tem toda a razão, Senador José Agripino, quanto à importância do tema, mas não cabe fazer referência a ela nesse aviso do TCU. Ela é objeto de um PLC que tem o nº 42, de 2010, do Deputado Betinho Rosado, que é o item nº 10 da pauta de hoje. E, com parecer favorável à aprovação em face dos benefícios que, como V. Ex^a já colocou, traz a todos os usuários do setor elétrico, principalmente das regiões menos favorecidas, como é o caso do Nordeste, de V. Ex^a, e da Amazônia, que tenho aqui a honra de representar pelo Estado do Pará.

O parecer, como eu disse, a esse projeto que trata da questão que V. Ex^a tão bem levantou é favorável, pela aprovação. Mas é o item 10, que é terminativo.

Eu comentava, há pouco – Senador Blairo Maggi, nosso Presidente –, com o Senador Aloysio Nunes que ele vai ter de apresentar um requerimento, a cada sessão da CMA, de convite ao Sr. Marcos Valério, para que venha aqui, a fim de apresentar as razões que o levou a fazer a delação premiada em dezembro do ano passado. Aí, com certeza absoluta, vamos ter quórum permanente aqui para aprovar os projetos terminativos, porque, senão, ficam aqui só... Com exceção do Senador Anibal e do Senador Eduardo Amorim, os outros todos são da base de oposição ao Governo, não ao Brasil. Mas estamos aqui trabalhando. E incluo nessa base V. Ex^a, Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Flexa.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco/DEM – RN) – Eu queria agradecer ao Senador Flexa. A minha observação foi inoportuna, mas foi muito oportuna a observação dele sobre o parecer, que ele já antecipou, ao item 10. É que imaginei que essa matéria tivesse sido incluída na matéria que V. Ex^a teria relatado.

Obrigado a V. Ex^a de toda forma.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador.

Não havendo quem queira mais discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Vamos ao item nº 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 393, DE 2012

– Não Terminativo –

Estabelece condições para implantação de microgeração e minigeração distribuídas no sistema de distribuição de energia elétrica e dá outras providências.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação com quatro emendas

Observações:

– A matéria será apreciada pela CI, em decisão terminativa.

Com a palavra, o Relator, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Blairo Maggi, Vice-Presidente, Senador Eduardo Amorim, Srs. Senadores, submeto-se a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 393, de 2012, do Senador Cícero Lucena, que estabelece condições para a implantação de microgeração e minigeração distribuídas no sistema de distribuição de energia elétrica e dá outras providências.

O art. 1º faculta ao consumidor de energia elétrica implantar microgeração ou minigeração distribuída em sua unidade consumidora, para consumo próprio ou para fornecimento à concessionária ou permissionária de serviço de distribuição de energia elétrica, definindo microgeração, minigeração e sistema de compensação de energia elétrica.

Nos termos do art. 2º, as concessionárias e permissionárias deverão adequar seus sistemas comerciais

e suas normas técnicas para garantirem a implantação do sistema de que trata o art. 1º, em prazo não superior a 150 dias, conforme regulamento.

O art. 3º determina que, no faturamento de unidade consumidora integrante do sistema de compensação de energia elétrica, a concessionária ou permissionária deverá observar os procedimentos que enumera, dos quais destaco:

a) cobrar, no mínimo, o valor referente ao custo de disponibilidade, para o consumidor do grupo B, ou da demanda contratada, para o consumidor do grupo A, conforme o caso;

b) o consumo a ser faturado é a diferença entre a energia consumida e a fornecida à rede;

c) caso a energia fornecida à rede elétrica em um determinado posto horário seja superior à energia consumida, a diferença deverá ser utilizada, preferencialmente, para compensação;

d) os montantes de energia fornecida à rede elétrica que não tenham sido compensados na própria unidade consumidora poderão ser utilizados para compensar o consumo de outras unidades previamente cadastradas para este fim;

e) os créditos de energia gerada por meio do sistema de compensação de energia elétrica expirarão 36 meses após a data do faturamento, não fazendo jus o consumidor a qualquer forma de compensação após o seu vencimento, e serão revertidos em prol da modicidade tarifária;

O art. 4º dispõe que os custos referentes à adequação do sistema de medição, necessário para implantar o sistema de compensação de energia elétrica, são de responsabilidade do interessado.

Estabelece, ainda, que o Poder Concedente definirá o padrão dos equipamentos de medição do sistema de compensação de energia elétrica, que deverão ser cedidos sem ônus à concessionária ou permissionária.

Na justificativa do projeto, seu autor argumenta que a democratização do direito de investir em geração de energia elétrica é um processo irreversível e que a tecnologia já permite que também os pequenos consumidores – residenciais e comerciais – produzam sua própria energia, a preços competitivos com aqueles praticados pelas concessionárias e permissionárias de serviços de distribuição de energia elétrica.

Destaca, também, a importância da medida proposta na criação de fontes alternativas de energia elétrica, que contribui para a substituição de fontes fósseis por fontes ambientalmente aceitáveis.

Afirma o autor do projeto que, embora a Aneel já tenha estabelecido condições gerais para o acesso de microgeração e minigeração distribuída à rede

elétrica, é importante o tratamento da matéria em lei, com o fim de conferir mais estabilidade para as regras.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Após a análise desta Comissão, a matéria será encaminhada à Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

A análise, Sr. Presidente.

A proposição trata de matéria inserida na competência da União, conforme dispõe o art. 22, inciso IV, da Constituição.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria e a iniciativa Parlamentar é legítima, nos termos do disposto nos arts. 48 e 61 da Carta Magna.

Não há vícios de juridicidade.

No mérito, entendemos que a proposição merece prosperar. Primeiro, porque viabiliza a participação do consumidor na geração de energia elétrica, o que tende a resultar em redução de despesas no orçamento.

Esse projeto, Sr. Presidente, é da maior importância. O Governo, como já foi dito anteriormente, através da Aneel, está já iniciando estudos para implementação do que seria o gerador de energia individual, seja na habitação ou na sua empresa, de tal forma que, através da implantação do sistema, ele possa ser um gerador, por exemplo, de energia solar, através de painéis solares, e que ele possa, então, entrar na rede, fornecendo a energia quando tiver excesso de produção, ou consumindo a própria energia que gerar, e fazer o pagamento pelo balanço entre o consumo e a geração. Esse é o projeto que propõe, neste projeto de lei, o Senador Cícero Lucena.

Desde que o consumidor tenha condições de gerar energia, não há por que lhe negar autorização para tanto.

Segundo, porque é benéfica ao meio ambiente, na medida em que a energia gerada no sistema de microgeração ou minigeração distribuída será energia limpa, advinda de fontes ambientalmente aceitáveis, o que contribui para a redução da poluição ambiental – tanto a energia solar como a energia eólica se prestam para essa proposta.

Sob o ponto de vista dos aspectos técnicos da proposição, entendemos que compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura, para a qual o projeto será encaminhado em seguida, analisá-los.

Embora redigida, em sua maior parte, em conformidade com a boa técnica legislativa, entendemos necessárias algumas alterações na proposição para adequação de sua redação, as quais são objeto das emendas que apresentamos ao final.

É preciso alterar o preâmbulo da proposição, de modo a indicar corretamente a instituição competente

para a prática do ato legal (“Congresso Nacional” em lugar de “Senado Federal”).

Os incisos do art. 3º devem ser renumerados a partir do inciso VI, já que foi omitido o inciso V.

Propomos, ainda, a inclusão das definições de “consumidor do grupo A” e de “consumidor do grupo B” no parágrafo único do art. 1º, com o fim de facilitar a compreensão do enunciado do inciso I do art. 3º.

Finalmente, propomos a alteração da redação do inciso VIII do art. 3º, também com a finalidade de tornar a norma mais clara.

Voto.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2012, com as seguintes emendas.

EMENDA Nº 1 – CMA

Dê-se ao preâmbulo do PLS nº 393, de 2012, a seguinte redação:

“O Congresso Nacional decreta:”

EMENDA Nº 2 – CMA

Renumerem-se os incisos VI, VII e VIII do art. 3º do PLS nº 393, de 2012, como incisos V, VI e VII, respectivamente.

EMENDA Nº 3 – CMA

Incluam-se no parágrafo único do art. 1º do PLS nº 393, de 2012, os seguintes incisos:

“Art. 1º

Parágrafo único.

.....

V – grupo A: grupamento composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão igual ou superior a 2,3 kV, ou atendidas a partir de sistema subterrâneo de distribuição em tensão secundária;

VI – grupo B: grupamento composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão inferior a 2,3 kV.”

EMENDA Nº 4 – CMA

Dê-se ao inciso VIII do art. 3º do PLS nº 393, de 2012, a seguinte redação:

“Art. 3º

.....

VIII – os montantes líquidos apurados no sistema de compensação de energia serão considerados no cálculo do limite para repasse do custo de aquisição de energia de que trata o inciso V do art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004.”

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Em discussão o projeto.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Para discutir, o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Sr. Senador Relator Flexa Ribeiro, a matéria relatada por V. Ex^a tem grande importância e me parece que tem um mérito todo especial. Precisamos, portanto, aprofundar sua discussão.

Este PLS nº 393, de 2012, tem uma relação direta com o PLS nº 35, de 2008, que é objeto de um requerimento apresentado aqui pelo Senador Rodrigo Rollemberg, e que passa a me ter também como signatário, no sentido de que seja aprofundada essa discussão aqui na Comissão com uma audiência pública para tratar dessa matéria.

E qual é o encaminhamento que eu gostaria de sugerir aqui? Que pudéssemos também realizar essa audiência pública conjunta para tratar do PLS nº 35, de 2008, e do PLS nº 393, de 2012, porque ambos têm relação direta com o sistema de distribuição de energia. Assim, teríamos a possibilidade de trazer todas as autoridades envolvidas do sistema, inclusive a Aneel, para fazer um debate amplo aqui para, se for o caso, emendar a matéria com a instrução desses atores que estão diretamente envolvidos. Eu proporia, então, que fizéssemos uma audiência conjunta para tratar dos dois PLSs, o nº 35, de 2008, e nº 393, de 2012. Assim, daríamos um encaminhamento com muito mais subsídios a esse antes da deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Bem, Senador Anibal Diniz, há duas alternativas aqui: ou nós votamos o projeto, ou V. Ex^a pede vista para...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Peço vista, então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – ...até para que a gente possa fazer audiência.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Peço vista para que a gente possa...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vista do projeto ao Senador...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vista coletivas, Senador Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – E, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, gostaria que colocasse em votação o requerimento do item 3.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Farei em seguida, Senador.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Porque eu já faria o aditamento para que a gente pudesse ter essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Farei, em seguida, a leitura do item 3.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com a palavra, o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Quero parabenizar a iniciativa do nosso Senador Cícero Lucena e do nosso nobre, insigne, sábio, Flexa Ribeiro.

É sabido, Senador Flexa, que a energia limpa, hoje, é a grande preocupação do mundo. Eu, inclusive, tenho estudado um pouquinho sobre esse tema, Presidente. Mas, por força maior, eu nem sabia que hoje encontraria em pauta esse tema de tamanha relevância.

A Resolução nº 482, da Aneel, Senador Anibal, já contempla – eu não tenho o teor dela aqui no momento –, já contempla, eu percebo, vários pontos desse projeto, Senador Flexa. Vários.

É sabido que essa energia, Presidente, fotovoltaica, como a termoelétrica, é a bola da vez. E no Brasil, por ser um país tropical, principalmente o Norte e o Nordeste, essa matéria-prima nós temos com extrema abundância.

Eu vou me aprofundar mais nessa matéria, portanto, eu quero vista também desse projeto. Eu peço vista também desse projeto.

E quero até fazer aqui um registro do grande problema hoje do Brasil em relação à implantação dessa energia limpa, essa fotovoltaica. A partir de janeiro deste ano, esta Resolução nº 482, da Aneel, já dá o direito a esse produtor a fazer a sua devida compensação – viu, Senador Flexa –, já dá esse direito, e já há muita gente no Brasil fazendo isso. Ele produz, ele compra um relógio, faz um contrato, um convênio com a companhia e ele então produz e joga na rede. O que ele produz é deduzido da conta dele. Isso já está sendo feito no Brasil. Não sei se era do conhecimento de V. Ex^a.

Agora, o grande problema para que o nosso País seja o maior, ou um dos maiores, fornecedor desta energia limpa é: nós temos o produto que se faz essas placas, que se chama silício – silício, se não me falha a memória – e nós temos com abundância essa matéria-prima no Brasil, só que nós não temos tecnologia. Nós exportamos essa matéria-prima para a Europa; a Europa, então, fabrica essas placas e manda para o Brasil, e aqui nós montamos. E com impostos pesadíssimos. Então, Presidente, eu pretendo entrar com

o projeto em breve pedindo a redução dos impostos ou fabricar essas placas aqui no Brasil. Porque o que onera, Senador Flexa, são os impostos.

E está já em estudo no Rio Grande Sul. Eu tive a informação que, em uma universidade do Rio Grande do Sul, está em estudo, já há alguns anos, a produção dessas placas. Uma vez produzidas essas placas, aí sim nós vamos ter uma energia limpa e extremamente barata.

Então esse projeto é magnífico, conta com a minha inteira solidariedade. Vou estudar mais essa matéria. Agora, quanto a essa Resolução nº 482, da Aneel, vale à pena a gente dar uma estudada nela.

Presidente, era isso que eu queria colocar.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ataídes.

Para discutir, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, o Senador Anibal coloca, com bastante inteligência, a sua posição, e eu concordo, são dois projetos que têm o mesmo objetivo, o de nº 35, de 2008 e este agora apresentado pelo Senador Cícero Lucena, que acabei de relatar.

Agora, Senador Anibal, estou lendo aqui parecer favorável do Senador Rodrigo Rollemberg pela aprovação do nº 35, de 2008, também. E estou verificando, aqui, que, em 13 de maio de 2009, Senador, pelo parecer do Senador Rodrigo Rollemberg, foi aprovado o Requerimento nº 551, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando o adiamento da discussão do projeto, para que fosse realizada audiência sobre o assunto nesta Comissão. Isso, vou repetir, em 13 de maio de 2009. Estamos no dia 26 de março de 2013, Senador Anibal, e esse projeto é tão importante para resolver...

O Senador Ataíde fez referência de que esse sistema já está implantado, eu desconheço. Porque estamos tratando, aqui, Senador Anibal, sei que se pode ser cogerador de energia, uma grande usina de açúcar e álcool pode gerar energia ou uma grande empresa gerar energia e colocar na rede o excedente. Isso, sim! O projeto, tanto da Comissão – porque esse projeto é originário da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas –, quanto o projeto do Senador Cícero Lucena, os dois abrem a possibilidade do microgerador, ou seja, o individual, aquele numa residência que, em vez de colocar seu vidro, sua janela, com vidro comum, pode colocar um painel fotoelétrico, de geração fotoelétrica, e, com isso, ser um microgerador e parte do que ele gerar abater o seu consumo. Ele está ajudando

o Brasil, inclusive, a ter maior quantidade de energia gerada, que o Brasil, hoje, não entrou em colapso de energia, porque não cresceu. Esta é a verdade: porque não cresceu. E estamos pagando um valor que a imprensa tem veiculado da ordem, parece-me, de R\$1,5 bilhão por mês, pela geração térmica, em função da baixa dos reservatórios nas hidrelétricas. Quer dizer, quanto custa isso e quanto polui isso? Estamos na Comissão de Meio Ambiente.

Propus, lá na Comissão de Infraestrutura, uma audiência que podíamos fazer em conjunto com a CMA, Senador Blairo Maggi, para rediscutir, de uma forma consciente, técnica, a questão do modelo que o nosso País adotou de geração hídrica a fio d'água; ou seja, adotou, lá atrás, um modelo que é irreversível, irreversível, quer dizer, no momento em que se adota um modelo a fio d'água, ou seja, não fazendo reservatório, tudo bem, haverá uma área inundada menor – é verdade –, mas terá uma geração de energia menor, e o País precisa de energia. Depois que adotado o modelo não tem como mais fazer, não estamos usando de forma “diminutiva” – entre aspas – o nosso potencial de geração hídrica.

Então, o Senado Federal, o Congresso Nacional, tem que se debruçar sobre esse tema. Esse é o modelo que temos que seguir à frente? Não quero aqui fazer juízo de valor, vamos discuti-lo; ou se o passivo ambiental que geramos pela perda dessa energia, por deixar de fazer o reservatório, é menor ou maior que a poluição ambiental que geramos pela geração térmica, como agora estão todas as térmicas em funcionamento, e estamos sujeitos, lamentavelmente.... São Pedro parece que é até brasileiro também; o Papa é argentino, mas São Pedro ajuda o Brasil, vai fazer chover para que não precisemos, mesmo com as térmicas... Então, esse projeto vai trazer não só o gerador individual – quer dizer, na sua residência –, como num prédio. Hoje, estão se usando esses painéis todos de espelho a fachada. Isso tudo poderia ser painéis de geração fotovoltaica e, com isso, estaríamos gerando energia.

Então, são dois projetos que têm o mesmo objeto. O do Senador Cícero está detalhado; o que não está, o 35, apenas tem a proposta da ideia, e poderiam até ser juntados. Eu acho que deveriam ser juntados. Agora, nós não podemos mais segurar o projeto, Senador Anibal, esperando uma audiência que está proposta e aprovada desde 2009! Desde 2009! Essa é a responsabilidade nossa.

Eu proporia – se o Senador Anibal aceitar – que nós aprovássemos os dois, porque ambos terão sequência, eles não são terminativos aqui; e, lá na Comissão de Infraestrutura, nós faríamos uma audiência conjunta da CMA com a CI, mas daríamos andamento

aos projetos, porque a discussão de mérito será feita na... E a questão ambiental faríamos nessa reunião conjunta da CMA com a CI.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Só para entrar um pouco na discussão, de fato, o País vive, neste momento, uma discussão sobre os reservatórios, e, no futuro, essa discussão não acontecerá, pois nós estamos abrindo mão dos reservatórios. Então, talvez o momento difícil que vivemos hoje na energia poderá ter consequências de racionamento no futuro e poderá se agravar, porque nós não temos... O reservatório de uma usina é guardar energia para o futuro. E nós, como sociedade, fizemos a opção de não fazer mais usinas com reservatórios grandes. Aliás, até as PCHs têm limites também dos reservatórios.

Então, essa discussão vem em boa hora, deve ser feita, porque nós estamos jogando com o futuro das nossas gerações, o futuro da geração de energia. E a gente sabe que, se não guardarmos água, vamos ter de guardar gás, vamos ter de guardar carvão, vamos ter de guardar biomassa, e tudo isso é muito mais poluente do que reservatórios de água.

Com a palavra, o Senador Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu reafirmo a oportunidade do debate desta matéria e concordo com o Senador Flexa Ribeiro no sentido de que a gente precisa dar uma resposta ao Brasil em relação a novas possibilidades de geração de energia elétrica. Nesse sentido, há todo um esforço acontecendo, um debate sobre as pequenas centrais hidrelétricas, e outras fontes renováveis de energia alternativa também estão sendo trabalhadas. E eu não vejo possibilidade alguma de esses atores todos envolvidos não quererem fazer esse debate, inclusive no sentido de acelerar a aprovação dessas matérias.

Eu acabei de pedir vistas e reafirmo: a gente vai ter agora a Semana Santa e, na terça-feira próxima, a gente pode fazer o debate dessa matéria; aí, sim, com um posicionamento já definido inclusive, porque eu preciso estudar essa matéria, juntamente com a nossa equipe, e a gente se comprometeria de trazê-la de volta na próxima terça-feira.

Agora, em relação ao debate, eu insisto em que seria muito importante que fizéssemos essa audiência para que esses atores diretamente envolvidos, principalmente aqueles que são responsáveis pela execução do objeto que está sendo deliberado como proposição legislativa, pudessem emitir seu parecer a respeito.

E, diante da ausência do Senador Rodrigo Rollemberg, eu acho por bem, inclusive, que a gente

retire esse requerimento proposto por ele, e eu fico responsável por trazer essa matéria para o debate e aprovação na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – V. Ex^a, então, retira a subscrição do requerimento do item 3?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Então, retirada a subscrição, cai o requerimento. Bem, não tendo...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente, ainda pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Obrigado, Presidente.

Fico contente com a decisão do nosso nobre Senador Anibal Diniz em retirar, porque também não vejo por que a necessidade dessa audiência, uma vez que nosso Senador Flexa colocou que, em 2009, foi requerida essa audiência, que até hoje não aconteceu.

Mas eu quero parabenizar aqui, Presidente, a Aneel. Acabei de receber agora um *e-mail*. A Aneel, através da Resolução 482, que acabei de citar, estabelece as condições gerais para o acesso de microgeração e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição de energia elétrica, o sistema de compensação de energia elétrica, e dá outras providências.

Eu li alguns artigos, Presidente, e percebo que os aludidos projetos vão realmente no mesmo caminho dessa resolução.

Agora, surpreende-me, Senador Flexa, porque é sabido, por todos nós brasileiros, que o sistema energético no Brasil é caótico. Em questão de dias, vamos ter problemas gravíssimos. E as nossas indústrias já estão reclamando. O nosso PIB está em queda vertiginosa. E nós temos essa matéria-prima, repito, com extrema abundância, principalmente no Norte e no Nordeste do nosso País. Eu chego a dizer que Deus fez um sol para cada nordestino e para o nosso pessoal do Norte.

Então, eu gostaria aqui, Senador Flexa, de sugerir que façamos uma análise melhor dessa resolução com esses projetos de lei. E vou imediatamente buscar.

Eu estou de pleno acordo com o Projeto 393, e nós temos que melhorar ainda mais esse assunto.

Então, parabéns, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Ataídes.

Senador Flexa, eu sugiro a V. Ex^a que apresente um requerimento no plenário para a tramitação conjunta do 393...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E do 35.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – ... e do 35. Na nossa próxima reunião, com a devolução do parecer, já poderemos votar isso.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi, eu queria pedir a V. Ex^a que pudesse... Eu não sei aqui de cabeça qual é o número do projeto de minha autoria que trata da permissão para o plantio de cana-de-açúcar nas áreas em que há restrições por decreto do ex-Presidente Lula na Amazônia e no Centro-Oeste.

O meu projeto permite o plantio em áreas de campo natural, em áreas já antropizadas, em que não há nenhuma agressão ao meio ambiente; pelo contrário. Isso é da maior importância. O Brasil, hoje, é importador de etanol e precisa ampliar a sua produção de etanol através do plantio de cana-de-açúcar.

Eu pediria ao Relator, Senador Jorge Viana, que pudesse encaminhar o seu parecer para pautá-lo na próxima reunião.

Eu argumento e justifico o porquê.

No último dia 20, o Presidente da Câmara Federal, Deputado Henrique Eduardo Alves, assinou um ato criando uma comissão especial para debater a implantação do zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar em todo o Território nacional. Então, a Câmara Federal está tratando desse assunto. Acho que o Brasil inteiro trata deste assunto, da necessidade de se abrir essa possibilidade para a utilização dessas áreas: umas naturais, como é o caso dos campos...

Senador Blairo, V. Ex^a, como amazônida, tem a certeza de que, em Brasília, quando se legisla sobre a região, aqueles pseudoconhecedores da nossa região entendem que a Amazônia é uma só. Na realidade, há vários biomas, diversos biomas na Amazônia.

A maior parte do território de Roraima está coberta por pasto natural. Existem, no Pará, no seu Mato Grosso, áreas de Cerrado, áreas de campo. Quer dizer, não há por que não serem utilizadas para a produção dessas áreas em que não existe floresta. E o Brasil precisa produzir, seja cana, seja grão, seja proteína; o Brasil precisa produzir. São áreas que estão subaproveitadas, muitas delas abandonadas.

Então, nós não estamos aqui, em hipótese nenhuma, nunca faríamos uma proposta dessa de derrubar floresta para plantar cana ou para produzir grãos ou para produzir proteína, de maneira alguma. Não é preciso mais derrubar uma única árvore na nossa Amazônia, nenhuma árvore. Agora, nós temos que utilizar com inteligência, com tecnologia aquelas áreas que já

estão abertas pela natureza ou que foram feitas por ação do homem, antropizadas. pudesse,

Então, para ir ao encontro do que a Câmara Federal, por meio de seu Presidente, está instalando desde o dia 20, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que pudéssemos encaminhar esse projeto para a Câmara Federal – e a decisão é terminativa aqui na CMA –, de tal forma que essa comissão que foi implantada pelo Presidente já pudesse ter um objeto de discussão, para que lá, salvo juízo dos Srs. Deputados e aqui dos Srs. Senadores, possam se colocar pela aprovação ou não do projeto. Mas não podemos deixar de discuti-lo.

Esse é o apelo que faço a V. Ex^a para que nós possamos solicitar que o Projeto – estou recebendo a numeração – nº 626, de 2011, seja pautado para que, definitivamente, possa ser discutido e votado pelo Plenário da CMA.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Flexa, o Senador Jorge Viana devolveu já para a Comissão o projeto, ele não o relatou e já foi...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Estou vendo aqui que está o Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Já foi distribuído, novamente, para o Senador Acir Gurgacz.

E, na semana passada, eu li o projeto de V. Ex^a. Acho que ele merece – talvez o Relator possa fazer isso – uma mexida...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Um ajuste, mas ele está aberto a discussão...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Mas, pelo seguinte, no projeto de V. Ex^a, fala-se da proibição de plantio de cana no bioma amazônico. Na realidade, na Amazônia Legal, onde tem Cerrados e campos, não há uma proibição de plantio de cana.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É, não há uma “proibição” – entre aspas –, de fato.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Não há, exatamente. Há uma proibição...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – De financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – É, há uma proibição de financiamento e uma proibição de áreas já antropizadas. Então, requer esse projeto, talvez o Senador Acir possa ver um ajuste...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Um ajuste; possa fazer um substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – ... para deixar bem claro que aí, sim, irá ao encontro daquilo que a Câmara está fazendo, porque a Câmara está discutindo o zoneamento do plantio de cana, e aí ele poderá ser incluído, mas o Senador Jorge Viana devolveu o projeto e eu o redistribuí e o

Senador Acir Gurgacz está responsável por apresentar o relatório desse 626.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, agradeço a V. Ex^a e peço ao Senador Acir que faça os ajustes. V. Ex^a tem toda a razão, não há uma proibição, mas há uma...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Não há financiamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não há financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ou seja, é o mesmo que estar proibido. Então, que se faça esse zoneamento... Aliás, o zoneamento já está feito, em grande parte. É só adotar, por exemplo, o Estado do Pará tem um zoneamento feito em todo o Estado; acho que, no Mato Grosso, também já o tem. Então, a maioria dos Estados já tem isso. Então, utilizar esses zoneamentos que já foram aprovados por aqueles que têm a obrigação de zelar pela área do território de cada Estado.

Acho que está correto o raciocínio de V. Ex^a sobre a necessidade de se fazer um ajuste ou até um substitutivo, mas que o projeto possa andar, que o projeto possa avançar no sentido de vir ao encontro daquilo que todo o Brasil espera, que é a maior possibilidade de produzir para que possa não só atender a população do nosso País, como também atender o resto do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Flexa, na época em que esse projeto foi feito e que aconteceu o decreto, eu era governador do Estado de Mato Grosso, e Mato Grosso ficou fora. Obviamente, eu, como governador, não poderia concordar em deixar o Estado de Mato Grosso fora principalmente da BAP, que é a Bacia do Alto Paraguai, e também dessas áreas da Amazônia, uma vez que já temos lá atividades de usinas tanto na BAP quanto na Região Amazônica. À época, o Presidente Lula acabou tomando uma decisão mais política do que técnica porque a própria Embrapa em seus pareceres é de acordo, não há risco de poluição, tanto que as usinas de Mato Grosso que estão na Bacia do Alto Paraguai já funcionam há mais de 30 anos e nós nunca tivemos nenhum tipo de problema de meio ambiente nessas áreas. Então, o Presidente Lula, à época, tomou uma decisão política de não comprometer ou não trazer uma discussão de permitir cana-de-açúcar na Amazônia, para não contaminar o Sul e o Sudeste, principalmente São Paulo, que estava fazendo uma expansão enorme

de cana naquele instante. Então, optou-se por uma decisão, ou melhor, tomou-se uma decisão política e não se tomou uma decisão técnica.

Acho que as discussões que virão da Câmara e do Senado devem ir muito mais pela questão técnica do que pelas questões políticas neste momento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador, sobre o assunto, permanece com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a tem toda a razão. Àquela altura, quando o então Presidente Lula baixou o decreto, o Brasil era exportador de etanol. E aí, dizem, não sei se esse foi o objetivo do decreto, que alegavam que, se houvesse plantio na Amazônia de forma equivocada – repito, equivocada –, poderia haver problema de exportação do etanol para o resto do mundo, porque aí teria aquele discurso midiático com relação à Amazônia. Mas hoje é diferente. Hoje, o Brasil é importador de etanol. Primeiro, já não era correto quando foi feito e, hoje, muito mais incorreta está a utilização do decreto.

V. Ex^a tem toda a razão. Lá no meu Estado do Pará, nós temos uma usina produtora de álcool e açúcar, em Ulianópolis, que está produzindo e atendendo sem nenhum problema. Tínhamos outra, bem mais antiga do que essa, que, lamentavelmente fechou porque era uma usina do Incra, em Pacal, lá na Transamazônica, a Usina Pacal.

Então, é preciso ter outras oportunidades de negócio. Em Santana do Araguaia, quase limite com o Estado de V. Ex^{as}, Senador João Costa e Senador Ataídes, há uma área pronta para ser feito o plantio e, depois, a instalação da indústria. E não é feita porque, como Senador Blairo Maggi diz, de forma correta, não está proibida, mas está proibida porque falta financiamento para que possa avançar no projeto.

Mas vamos colocar em discussão, Senador Blairo Maggi. Essa é a pretensão que eu faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Com a palavra o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente, eu só quero retornar ao assunto da energia fotovoltaica. Sobre esse PLS 393, eu gostaria de perguntar ao meu nobre par e amigo, Senador Flexa, sobre uma emenda a este projeto pedindo isenção desses impostos de importação, porque esse é o grande gargalo que inviabiliza o crescimento dessa energia limpa no nosso País. Eu pergunto a V. Ex^a: uma emen-

da a este projeto, pedindo a isenção desses impostos, será bem-vinda?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Ataídes, V. Ex^a está fazendo a pergunta a quem? Ao Presidente da Comissão, Senador Blairo Maggi, a mim ou ao Governo? Se for ao Governo, eu não tenho como responder. Posso até antecipar a resposta, mas não posso colocar aqui um juízo de valor que é meu, não da Comissão.

Muito mais importante, eu acredito, do que isentar a importação é induzir a fabricação das placas fotovoltaicas no Brasil. Isto é que é mais importante, dar essas condições, não de isenção para importação, mas dar as condições de ter aqui plantas que possam vir a produzir esses equipamentos no Brasil. Essa é a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Para finalizar, Senador Ataídes

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Para finalizar, também estendo, então, ao nosso Presidente e concordo plenamente, Senador Flexa, que esse é o caminho. É o grande problema do Brasil a capacitação da nossa mão de obra, principalmente essa mais evoluída, essa parte técnica.

Há uma faculdade no Rio Grande do Sul que já está fazendo um estudo. Agora, o investimento nessa área, para fabricar essas placas aqui, pegar o silício e transformar em placa, o custo é enorme. Aí então, sim, o Governo teria que ter uma participação grande, porque hoje tanto a Bosch como a outra fábrica instalada em Minas Gerais compram e montam essas placas aqui. Por isso que se torna inviável. Uma placa custa de R\$1.500 a R\$3.000. Então, não dá para o povo inclusive mais pobre do nosso País adquirir.

Então, Sr. Presidente, dirijo até a V. Ex^a essa emenda, pedindo a isenção desses impostos. Seria de bom alvitre?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador, V. Ex^a pode encaminhar a emenda; ou converse com o relator, porque temos aqui um pedido de vista. Certamente virá um substitutivo ou alguma coisa. V. Ex^a mesmo pode apresentar, já que nós temos um pedido de vistas coletivas e ele será apreciado na próxima reunião de terça-feira que vem, às 11h30.

Meus senhores, muito obrigado pela presença.

Não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 56 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 11H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às onze horas e quarenta e oito minutos do dia dois de abril de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, JORGE VIANA, ANA RITA, RODRIGO ROLLEMBERG, LUIZ HENRIQUE, VALDIR RAUPP, IVO CASSOL, ATAÍDES OLIVEIRA, CÍCERO LUCENA, BLAIRO MAGGI, EDUARDO AMORIM, JOÃO CAPIBERIBE, SÉRGIO SOUZA, JOÃO ALBERTO SOUZA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, FLEXA RIBEIRO e JOÃO COSTA**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, ROMERO JUCÁ, GARIBALDI ALVES, KÁTIA ABREU, JOSÉ AGRIPINO e FERNANDO COLLOR**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Após, faz a leitura de um resumo das matérias deliberadas na última reunião da comissão. **COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA**. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes documentos, que se encontram à disposição para consulta na secretaria da comissão: – Ofício CGU nº 8943/2013. Encaminha informação de que se encontram disponibilizados no sítio eletrônico da CGU os relatórios de fiscalização contendo os resultados das ações de controle correspondentes à 37ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos. O ofício também possui alguns esclarecimentos sobre os relatórios de fiscalização. – Convite da Frente Parlamentar Ambientalista e da Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres – RENCITAS – para um café da manhã, a se realizar no dia 3 de abril, às 8 horas, no Auditório Freitas Nobre, anexo IV da Câmara dos Deputados, quando será debatido o tema “o uso e o manejo da fauna silvestre brasileira”. **LEITURA DE AVISOS**, em conformidade ao Ato nº 02, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Conforme análise prévia, os seguintes avisos serão distribuídos para relatoria: Aviso TCU nº 255, de 20 de março de 2013. Trata de operação de crédito relativa à demolição e reconstrução do estádio mangabeira, em Salvador/BA, celebrada entre o BNDES e o Governo do Estado da Bahia. A ação se

insere no esforço para realização da copa do mundo de 2014. Enquadrado no inciso v do ato nº 2/2009-CMA. Aviso TCU nº 288, de 20 de março de 2013. Trata de operação de crédito relativa ao projeto de reforma e adequação do estádio maracanã, celebrada entre o BNDES e o Estado do Rio de Janeiro. A obra se insere no esforço para realização da copa do mundo de futebol de 2014. Enquadrado no inciso v do ato nº 2/2009-CMA. Aviso TCU nº 249, de 20 de março de 2013. Trata de acompanhamento da concessão de crédito relativa ao financiamento do projeto BRT Transcarioca, corredor 5, celebrada entre o BNDES e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A obra se insere no esforço para realização da copa do mundo de futebol de 2014. Enquadrado no inciso v do ato nº 2/2009-CMA. Passa-se à **PAUTA. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 12, de 2013**, que “Requer, com amparo no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de autoria da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica. A título de sugestão, serão convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e os representantes da sociedade civil a seguir: – representante do Ministério de Minas e Energia (MME); – representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA); – representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); – representante da Itaipu Binacional; – representante da Companhia Paranaense de Energia (COPEL); – representante da Granja Colombari, em São Miguel do Iguaçu, no Paraná”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. O Requerimento foi subscrito pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. Resultado: Aprovado. **ITEM 2) OFÍCIO “S” Nº 10, de 2012 – Não Terminativo**, que “Encaminha, nos termos do artigo 12 da Lei nº 12.438, de 6 de julho de 2011, cópia da documentação de apresentação da Plenária de Prestação de Contas dos recursos do Fundo Municipal de Saúde, no âmbito do Município de São Bernardo do Campo (SP), referente ao 1º quadrimestre de 2012”. Autoria: Secretário de Saúde do Governo Municipal de São Bernardo do Campo (SP). Relatoria: Senador Ivo Cassol (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pelo arquivamento do projeto e pela comunicação dessa decisão à Secretaria de Governo do Município de São Bernardo do Campo (SP). Resultado: Aprovado o relatório,

que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento da matéria e pela comunicação dessa decisão à Secretaria do Município de São Bernardo do Campo (SP). **ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 612, de 2007 – Não Terminativo**, que “Dispõe sobre a utilização de papel reciclado nos livros dos programas de distribuição de material didático do Ministério da Educação”. Autoria: Senador Renato Casagrande. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CMA. **ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, de 2008 – Não Terminativo**, que “Altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica”. Autoria: CMESP – Mudanças Climáticas – 2007 (CMESP). Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Retirado de Pauta devido à aprovação do Requerimento nº 12, de 2013 – CMA (item 1). Ficam adiadas a discussão e a votação da matéria até a realização da Audiência Pública para instrução do projeto. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2012 – Não Terminativo**, que “Estabelece condições para implantação de microgeração e minigeração distribuídas no sistema de distribuição de energia elétrica e dá outras providências”. Autoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação com quatro emendas. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto com as emendas nº 1, 2, 3 e 4-CMA. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **ITEM 10) OFÍCIO “S” Nº 1, de 2013 – Não Terminativo**, que “Encaminha o Relatório de Gestão do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, referente aos Biênios 2009-2010 e 2011-2012”. Autoria: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pelo arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento da matéria. **ITEM 11) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 13, de 2013**, que “requer, nos termos regimentais, a realização de diligências ao estado de Minas Gerais, destinada a coletar subsídios para instruir os Projetos de Lei da Câmara (PLC) nº 147 e nº 148, ambos de 2010, cuja relatoria nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle está sob minha responsabilidade”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Resultado: aprovado. **ITEM 12) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO**

AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 14, de 2013, que “Requeremos nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 102-A, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para debater a suspensão e a extinção de vãos nos Estados de Mato Grosso do Sul, Acre e Espírito Santos. Para tanto, solicitamos a convocação das autoridades e dirigentes nominados abaixo: – Dr. Marcelo Pacheco dos Guarany – Diretor – Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; – Dr. Marco Antônio Bologna – Presidente da TAM Airlines; – Dr. Paulo Sérgio Kakinoff – Presidente da GOL Linhas Aéreas Inteligentes”. A autoria: Senador Jorge Viana e outros. São também autores do Requerimento os Senadores Waldemir Moka e Ricardo Ferraço (não membros). Resultado: O Requerimento foi lido e teve sua votação adiada. **ITEM 13) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 15, de 2013**, que “REQUEIRO, nos termos do art. 71, incisos IV e VII, da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Tribunal de Contas da União informações constantes dos quesitos abaixo relacionados, relativamente a cada uma das seguintes entidades: a) Confederação Nacional da Indústria (CNI); b) Confederação Nacional do Comércio (CNC); c) Confederação Nacional da Agricultura (CNA); d) Confederação Nacional do Transporte (CNT); e e) Organização das Cooperativas Brasileiras. Os quesitos são os seguintes: 1) Arrecadação dos exercícios de 2010, 2011 e 2012; 2) Disponibilidade financeira dos exercícios findos, 2010, 2011 e 2012; 3) Valor total da folha de pagamento, exercício 2012; 4) Total de gastos com publicidade e eventos, exercício de 2012; e 5) Relação dos 10 (dez) maiores fornecedores”. A autoria: Senador Ataídes Oliveira. Resultado: O Requerimento foi lido e teve sua votação adiada. **ITEM 14) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 16, de 2013**, que “Com base no art. 71, VII, da Constituição Federal combinado com o art. 215, I, a, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito as seguintes informações ao Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União: – salário mensal fixo, gratificações, ajuda de custo e outros proventos, em novembro e dezembro de 2012 e janeiro de 2013, dos presidentes e diretores das seguintes entidades: (1) Confederação Nacional da Indústria – CNI; (2) Confederação Nacional do Comércio – CNC; (3) Confederação Nacional do Transporte – CNT; (4) Confederação Nacional da Agricultura – CNA;

(5) Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB”. A autoria: Senador Ataídes Oliveira. Resultado: O Requerimento foi lido e teve sua votação adiada. **ITEM 15) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR N° 17, de 2013**, que “Com fulcro nos art. 71, IV, da Constituição Federal (CF), e nos termos do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU) pedido de realização de auditoria de natureza contábil e financeira nas seguintes entidades que recebem contribuições parafiscais de interesse de categorias econômicas, conforme estabelecido no art. 149 da CF, e que, por força do disposto no art. 71, II, da CF, estão sob a jurisdição daquela Corte de Contas: a) Confederação Nacional da Indústria (CNI); b) Confederação Nacional do Comércio (CNC); c) Confederação Nacional da Agricultura (CNA); d) Confederação Nacional do Transporte (CNT); e e) Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). As auditorias devem abranger a análise dos seguintes itens: 1) balanços patrimoniais, em âmbito nacional e regional; 2) disponibilidades financeiras dos anos findos, 2010, 2011 e 2012; 3) receitas efetivamente arrecadadas nos anos de 2010, 2011 e 2012; 4) despesas, principalmente as classificadas nas rubrica publicidade e eventos, no ano de 2012; 5) folha de pagamento do exercício de 2012; e 6) contratos dos dez maiores fornecedores, no que se refere a licitações e contratos”. A autoria: Senador Ataídes Oliveira. Resultado: O Requerimento foi lido e teve sua votação adiada. **As demais matérias ficam adiadas.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, Estevão Hagedur, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DA TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 2-4-2013

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto às Srªs e aos Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Antes de fazê-lo, só vou relembrar os itens que aprovamos ou rejeitamos na reunião anterior. Resumo da reunião do dia 23/03/2013:

I – foram aprovados os requerimentos de convite ao Sr. Roberto Gurgel, Procurador-Geral da República, de autoria do Senador Fernando Collor;

II – também foi feito o requerimento de audiência pública sobre a situação dos abatedouros no Brasil, de autoria do Senador Blairo Maggi;

III – requerimento para a realização de seminário para avaliar e discutir o Projeto de Lei do Senado nº 649, de 2011, que estabelece o Regime Jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as entidades privadas sem fins lucrativos para a consecução de finalidades de interesse público;

IV – foi também apresentado um requerimento para realização de audiência pública sobre resultados apresentados pelo Tribunal de Contas da União e seus acórdãos;

V – aprovado também o parecer pelo arquivamento do aviso do TCU sobre auditoria do Ministério de Minas e Energia, a Aneel e Eletrobras;

VI – foi concedida vista aos Senadores Aníbal Diniz e Ataídes Oliveira do Projeto sobre mini e microgeração de energia elétrica (PLS nº 393, de 2012);

VII – também foi aprovado parecer pela rejeição do parecer do PLS nº 402/2012, de autoria do Senador Ivo Cassol, sobre a concorrência de preços e pós-venda de combustíveis;

VIII – também a aprovação do Substitutivo do PLS nº 353, que obriga postos de combustíveis a informar preços no site da Agência Nacional de Petróleo (ANP);

IX – e também foi retirado de pauta o PLS nº 185, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, com a relatoria do Senador Cícero Lucena, que cria o Selo Verde “A Preservação da Amazônia”, para produtos da Zona Franca de Manaus.

Então, submeto às Sr^{as} e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos, que se encontram à disposição dos membros na Secretaria da Comissão:

I – Ofício da CGU nº 8.943/2013, que encaminha informação de que se encontram disponibilizados, no site eletrônico da CGU, os relatórios de fiscalização, contendo resultados das ações de controle, correspondentes à 37ª etapa do Programa de Fiscalização,

a partir de sorteios publicados. O ofício também possui alguns esclarecimentos sobre relatórios de fiscalização.

II – Também um convite da Frente Parlamentar Ambientalista e da Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (RENTAS) para um café da manhã, a ser realizado no dia 3 de abril, às 8 horas, no Auditório Freitas Nobre, Anexo IV, da Câmara dos Deputados, quando será debatido o tema “O Uso e o Manejo da Fauna Silvestre Brasileira”.

Leitura de Avisos.

Em conformidade com o nº 02, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, informo que todos os avisos estarão relacionados na pauta da reunião.

Conforme análise prévia, os seguintes avisos serão distribuídos para relatoria:

– Aviso do TCU nº 25, de 20 de março de 2013, que trata da operação de crédito relativa à demolição e à reconstrução do Estádio Mangabeira, em Salvador, na Bahia. Celebrado entre o BNDES e o Governo do Estado da Bahia, a ação se insere em esforço para a realização da Copa do mundo de 2014, enquadrado no inciso V do Ato nº 02/2009 da CMA.

– Aviso do TCU nº 288, de 20 de março de 2013, que trata de operação de crédito relativa a projetos de reforma e adequação do Estádio do Maracanã, celebrados entre o BNDES e o Estado do Rio de Janeiro. A obra se insere num esforço para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, enquadrados no inciso V do Ato nº 02/2009 da CMA.

– Aviso do TCU nº 249, de 20 de março de 2013, que trata de acompanhamento da concessão de crédito relativa ao financiamento do Projeto BRT Transcarioca Corredor T5, celebrado entre o BNDES e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A obra se insere no esforço para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, enquadrado no inciso V do Ato nº 02/2009 da CMA.

Passo, então, à nossa pauta, ao Item nº 2. Convido o Senador Aloysio Nunes Ferreira, para que possa fazer *ad hoc* a leitura da relatoria, que é do Senador Ivo Cassol.

ITEM 2

OFÍCIO “S” Nº 10, de 2012

– Não Terminativo -

Encaminha, nos termos do artigo 12 da Lei nº 12.438, de 6 de julho de 2011, cópia da documentação de apresentação da Plenária de Prestação de Contas dos recursos do Fundo Municipal de Saúde, no âmbito do Município

de São Bernardo do Campo (SP), referente ao 1º quadrimestre de 2012.

Autoria: Secretário de Saúde do Governo Municipal de São Bernardo do Campo (SP)

Relatoria: Senador Ivo Cassol (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pelo arquivamento do projeto e pela comunicação dessa decisão à Secretaria de Governo do Município de São Bernardo do Campo (SP)

Com a palavra, então, o Sr. Relator Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, ratifico os termos do parecer elaborado pelo Senador Ivo Cassol. Esse Ofício “S” não tem o menor cabimento. Imagine V. Exª a Prefeitura de São Bernardo do Campo enviar ao Senado um relatório da sua gestão na área da saúde.

Não é competência do Senado acompanhar a gestão de saúde de cada Município brasileiro. Isso não tem o menor cabimento, mesmo porque a lei atual, a Lei Complementar nº 141, no art. 36, §5º, de 2012, diz claramente que:

O gestor do SUS apresentará, até o final do mês de maio, setembro e fevereiro, em audiência pública, na Casa Legislativa do respectivo ente da Federação o relatório de que trata o caput.

É exatamente o relatório enviado indevidamente pela Prefeitura de São Bernardo do Campo a esta Casa.

Então, endereçou para o lugar errado; bateu na porta errada; obturou o dente que não estava careado. Enfim, que se devolva, sugerindo à Secretaria que tome conhecimento da legislação que rege a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

É como se fala no interior: “Ouviru o galo cantar, mas não sabe onde”.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É uma cidade grande. Se fosse outro lugar. Sei lá.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Em discussão, então, a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

Está aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento da matéria e pela

comunicação dessa decisão à Secretaria de Governo do Município de São Bernardo do Campo.

Temos uma pauta bastante pequena, com poucos Senadores que estão relatando as matérias, e eles não se encontram presentes. Desde que assumi a Comissão, tenho distribuído muito bem essas matérias, procurando colocar todos os Senadores em posição de fazer a relatoria dos projetos.

Portanto, nas próximas reuniões, assim que os Srs. Senadores começarem a devolver os projetos encaminhados, teremos, então, na pauta, um número maior de Senadores com trabalho para fazer a relatoria. Não teremos a concentração, como está neste momento.

Por exemplo, hoje, tenho o Senador Cícero Lucena, com duas relatorias; o Senador Flexa Ribeiro, com mais duas; e o Senador Rollemberg, com uma relatoria.

Comunicam-me aqui aos meus universitários que chegou um projeto do Senador Aloysio Nunes, já relatado, que é o Projeto nº 1/2013.

Consulto o Senador Aloysio Nunes se ele já quer proferir o parecer. Eu o submeto extrapauta, para que possamos incluí-lo.

Se todos estiverem de acordo, então, está incluído na pauta o item que o Senador Aloysio Nunes fará a leitura do seu parecer.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Temos aqui um requerimento, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que trata de um tema muito interessante, que, aliás, é objeto de uma proposição da Comissão de Mudanças Climáticas, que trata de tornar viável o acesso ao sistema elétrico interligado dos autoprodutores de energia elétrica.

O Senador Rodrigo Rollemberg propõe uma audiência pública sobre esse tema. Como o Senador está ausente, eu subscreveria o seu requerimento, para que pudéssemos deliberar sobre essa audiência pública, se V. Exª não tiver objeção quanto a isso.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Não. De forma alguma, Senador Aloysio. Inclusive, depois vou ler, então, o requerimento.

Aliás, vou lê-lo agora e colocá-lo em apreciação. Até se refere aqui ao Município de São Miguel do Iguaçu, que é a cidade em que eu nasci. Quer dizer, um lugarzinho onde nasci que virou um Município. Estou vendo que ele tem uma granja chamada Granja Colombari, cujos donos deverão estar aqui presentes. Certamente, devo conhecer toda a família, porque lá nasci e me criei.

Vamos, então, ao requerimento, que será subscrito pelo Senador Aloysio Nunes.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 12, DE 2013

Requeiro, com amparo no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de autoria da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica. A título de sugestão, serão convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e os representantes da sociedade civil a seguir: – representante do Ministério de Minas e Energia (MME); – representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA); – representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); – representante da Itaipu Binacional; – representante da Companhia Paranaense de Energia (COPEL); – representante da Granja Colombari, em São Miguel do Iguaçu, no Paraná.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Observações: O Requerimento foi subscrito pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira

Em votação, o requerimento.

Aqueles que aprovam o requerimento permanecem como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em razão da aprovação do requerimento do Senador Rodrigo Rollemberg e também do Senador Aloysio Nunes, fica, então, adiada a discussão e a votação do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, até a realização da audiência pública, para a instrução da matéria.

Portanto, está retirado de pauta o Item nº 4.

Então, com a palavra, o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, confesso a minha frustração pela relatoria dos dois primeiros itens da reunião porque, em ambos os casos, não se trata de matéria de competência do Senado. Veja V. Exª: foi despachado para esta Comissão um relatório de gestão do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Esse relatório de gestão vem na forma de uma revista, uma

publicação fartamente ilustrada, um papel da melhor qualidade. Seguramente não deve ter sido barata a publicação, com fotografias, inclusive de festas, onde há, realmente, uma prestação de contas sobre as diferentes atividades do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, sobre sua estrutura, seu pessoal. Temos aqui uma foto do Procurador-Geral com o Presidente Sarney, temos fotos de atividades lúdicas, de confraternizações, seminários, etc. Só que isso não tem nada a ver com a competência do Senado, então, eu, simplesmente, despachei.

Meu parecer é singelo.

À Comissão de Meio Ambiente. Ciente. Não se trata de matéria de competência do Senado. Ao arquivo. É o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Aloysio.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (Pausa.)

Aprovado o parecer do Senador Aloysio Nunes, que está hoje irritado com as coisas que estão chegando ao Senado, que não dizem respeito a nós.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, irritado não, Sr. Presidente. Isso pode ser sinal do prestígio do Senado também, as pessoas querem se dirigir ao Senado para expor suas realizações.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Eu diria, Senador Aloysio, que é a tática do “ao, ao”, “ao fulano”, “ao sicrano”; não há para quem mandar, manda para a comissão que eles discutem lá.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Parece que é uma gestão profícua, não há dúvida nenhuma, mas não é da nossa competência.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Vamos ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 612, DE 2007 – Não Terminativo –

Dispõe sobre a utilização de papel reciclado nos livros dos programas de distribuição de material didático do Ministério da Educação.

Autoria: Senador Renato Casagrande

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação com uma emenda.

Observação:

– O relatório foi lido na reunião de 05/03/2013, sendo concedida vista coletiva do projeto aos Senadores Jorge Viana e Rodrigo Rollemberg.

Nos termos do art. 132, §1º, do RISF, não cabe novo pedido de vista.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA, pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1, da CMA.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 393, DE 2012

– Não Terminativo -

Estabelece condições para implantação de microgeração e minigeração distribuídas no sistema de distribuição de energia elétrica e dá outras providências.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação com quatro emendas.

Observação:

– O relatório foi lido na reunião de 26/03/2013, sendo concedida vista coletiva do projeto aos Senadores Anibal Diniz e Ataídes Oliveira. Nos termos do art. 132, §1º, do RISF, não cabe novo pedido de vista.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CMA, pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 da CMA.

Os demais itens são terminativos, e nós não temos quórum suficiente para sobre eles deliberar.

Consulto os Srs. Senadores da Comissão se algum dos senhores deseja fazer algum comunicado, alguma fala. Está aberta a tribuna para isso.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Desejo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Ataídes com a palavra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, tenho tido muita dificuldade em colher algumas informações junto ao nosso Plenário do Senado.

Requeri informações com relação às confederações do Sistema S. São três requerimentos: 168, em que peço informações sobre os proventos recebidos

pelos diretores dessas entidades; o 201, em que peço auditoria; e o 090, em que peço informações sobre os recursos dessas entidades, o volume disponível dessas entidades, a disponibilidade delas.

Pois bem, Sr. Presidente. No mundo jurídico, há várias formas de se procrastinarem os processos. Mas percebo que esta Casa é campeã. É muito mais fácil você jogar... Nós estamos aqui com um doutor, um causídico, Senador João Costa. Percebo que essas minhas indagações, Sr. Presidente, não vão avante. E observando, ontem à noite, o regulamento interno do TCU, percebi que o art. 232 estabelece que os presidentes de comissão do Congresso, do Senado e da Câmara, também possuem legitimidade para provocar o TCU sobre informações.

Portanto, Sr. Presidente, indago de V. Ex^a, sob a égide desse artigo do TCU, tratando-se esta nossa Comissão de meio ambiente e fiscalização, se V. Ex^a se dispõe a buscar essas informações junto ao TCU. Esta é minha indagação.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Ataídes, eu estive, na segunda-feira ou na terça-feira, fazendo uma visita ao Presidente do Tribunal de Contas da União, ao nosso querido ex-Deputado Nardes, e ele levou àquela reunião, convidou àquela reunião todos os técnicos relacionados a esta Comissão e às demais comissões, e colocou o Tribunal à disposição desta Comissão para trazer qualquer informação que for aqui pedida por qualquer um dos Senadores.

Então, não vejo, por parte do Tribunal de Contas, qualquer empecilho, qualquer óbice para informar aquilo que o Senador está pedindo. E por parte deste Presidente não haverá nenhuma restrição, nenhum adiamento, procrastinação ou qualquer coisa que seja para que não tenhamos as informações.

Assim como V. Ex^a deseja informações, eu, como Senador, também desejo informações. Pedi aqui, nesta Comissão, já informações sobre questões indígenas, sobre questões de Funai, e também estou esperando. Temos um prazo regimental para isso, que é de 30 dias, e, no 30º dia, se não chegarem as informações, esta Comissão tomará as providências cabíveis.

Portanto, solicito a V. Ex^a que faça o encaminhamento ou o reencaminhamento para que esta Comissão seja lembrada dos seus pleitos, e tomaremos as devidas providências.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente, fico muito contente com essas informações. Então, dirijo esses requerimentos à nossa Comissão, então, e ela toma as providências? Ou posso fazer diretamente ao TCU, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Não, o senhor encaminha para a Comissão, e nós vamos fazer pela Comissão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Maravilha.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – É claro que V. Ex^a tem todo o direito de fazer diretamente, mas, conforme a minha reunião com o Presidente do TCU, que se colocou à disposição para atender os Senadores e esta Comissão, não vejo qualquer problema de fazermos pela Comissão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Muito bem. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Com a palavra, o Senador Rodrigo Rollemberg, Senador por Brasília, do PSB.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi, eu quero cumprimentar V. Ex^a e cumprimentar os demais colegas Senadores e Senadoras e fazer uma consulta a V. Ex^a e aos demais colegas sobre a possibilidade de apresentar um requerimento oral, para ser incluído extrapauta e apreciado – em seguida, eu o formalizarei –, para solicitar autorização para fazer uma nova diligência desta Comissão à Serra da Canastra.

Eu fui designado Relator – me autodesignei, na verdade, Relator – de um projeto de altera os limites do Parque Nacional da Serra da Canastra. É uma questão que perdura há mais de 40 anos. Houve um decreto criando uma área aproximada de parque de 200 mil hectares. Mas, nesse mesmo decreto, havia um artigo que dizia que poderiam ser excluídas da área do parque as áreas aptas à agricultura. Isso efetivamente aconteceu.

Posteriormente, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal fez o plano de manejo desse parque considerando apenas uma área de 70 mil hectares, 72 mil hectares, que foi a área que foi efetivamente desapropriada e implementada como parque. No entanto, alguns anos depois, o próprio Ministério Público Federal e o ICMBio passaram a entender que a área do parque era a área maior, e passou a haver um conflito com as populações tradicionais que moram ali há muitos anos, produzindo o queijo da Canastra, desenvolvendo atividades de turismo rural.

Nós estivemos lá, fizemos seis audiências públicas em dois dias, reunimos mais de duas mil pessoas, ouvimos prefeitos, ouvimos os produtores, ouvimos os trabalhadores que trabalham na exploração de quartzito. Naquela ocasião, nós propusemos que toda aquela área permanecesse como uma área de proteção integral, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), apenas com a diferença de

que uma parte como parque nacional e outra parte como monumento natural, permitindo algumas atividades privadas de baixo impacto e criando, além de várias restrições de uso, também a prioridade para o Poder Público adquirir aquelas terras, caso houvesse o objetivo de venda pelo produtor ou caso o produtor não concordasse com as condições estabelecidas.

Como é uma questão extremamente complexa, Sr. Presidente, e até para dar legitimidade a este trabalho, eu gostaria de, antes de apresentar formalmente este trabalho à Comissão, voltar e, por meio de audiência pública, reapresentar esse trabalho.

Tenho notícia de que a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados já também definiu uma comissão da Comissão para acompanhar, porque esse projeto voltará para a Câmara dos Deputados.

Sinto também que seria conveniente ouvir o Governador do Estado de Minas Gerais sobre a questão.

Nesse sentido, eu proponho a autorização para uma diligência da Comissão de Meio Ambiente com o objetivo de rediscutir, de reapresentar um relatório, digamos parcial, sobre essa questão, para, aí sim, depois, ouvir mais uma vez a população e as autoridades locais. Entendo que também é importante ouvir, mais uma vez, a Procuradora do Ministério Público naquela região, Dr^a Ludmila, com quem já nos reunimos depois de ter ido lá. E acolhemos algumas sugestões também do Ministério Público.

Como é uma questão extremamente complexa e como a gente quer construir um amplo entendimento sobre o tema da maior importância, eu gostaria de sugerir a esta Comissão a aprovação de uma diligência para esse fim.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Rollemberg. Eu estive dando uma olhada nos materiais que nós temos, nos projetos que estão na Comissão, e V. Ex^a tem toda razão. Este é um dos mais polêmicos que nós temos e talvez um dos mais antigos que estejam na Casa. Eu sou sempre de opinião, Senador Rodrigo Rollemberg, de que a pior decisão é não decidir, é deixar as pessoas à espera, deixar as pessoas na esperança de que podem ter uma solução A ou uma solução B.

Portanto, eu parabeno V. Ex^a pela decisão de fazer mais uma visita ao local, de discutir com as pessoas que lá moram, de discutir, enfim, com as autoridades.

Não há, enfim, qualquer objeção. Vou colocar, então, em pauta aqui, extrapauta, esse seu pleito. Depois, V. Ex^a apresentará oficialmente, então, um requerimento para que possamos fazer isso.

Então, está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, então, o pedido do Senador Rodrigo Rollemberg.

Com a palavra, o Senador Jorge Viana, Senador pelo Acre.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Presidente Blairo Maggi. Eu queria cumprimentar também o Senador Eduardo Amorim e os demais colegas da Comissão e todos os que nos acompanham também, nos dão o privilégio de acompanharem esta Comissão.

Sr. Presidente, eu havia apresentado um requerimento, assinado por vários colegas, entre eles o Senador Moka. Na opinião S. Ex^a – eu não estava aqui –, o objeto do requerimento estava prejudicado. Mas eu quero retomar o tema e estou informando a V. Ex^a que vou reapresentar o requerimento, fazendo algumas pequenas alterações, que trata especificamente do serviço prestado pelas companhias aéreas no nosso País.

Esta é a Comissão de Defesa do Consumidor. Este é um tema de que eu trato há dois anos no Senado. Felizmente, o nosso País vive hoje um período de inclusão social, de milhões de brasileiros conseguindo acessar o que nós conceituamos de cidadania.

Felizmente, há um crescimento enorme também no uso desse serviço que é o transporte aéreo. Há dez anos, 30 milhões de passageiros usavam o serviço de transporte aéreo por ano. Agora, são mais de 100 milhões. O crescimento é exponencial, mas ainda é pouco. Há casos nos Estados Unidos ou na Europa de um único aeroporto ter uma movimentação maior que a de todos os aeroportos do nosso País.

Senadores, Deputados, pessoas que ocupam cargos importantes em empresas viajam, conseguem visualizar a diferença do tratamento que passageiro recebe fora do País e que passageiro recebe dentro do nosso País.

Não posso, tendo uma das prerrogativas do mandato a da fiscalização e estando como membro titular da Comissão de Fiscalização e Controle, deixar de colaborar para que esta Comissão cumpra bem o seu papel.

Acho, Sr. Presidente Blairo Maggi, que nós precisamos e devemos – eu queria contar com a compreensão de V. Ex^a – fazer uma audiência este ano, que traga aqui o Diretor-Presidente da Anac, que traga aqui representantes de empresas, para que a gente possa conversar. Não é só inquirir, não. É conversar sobre quando é que os passageiros, os usuários de serviço aéreos no Brasil vão ser tratados com o respeito devido.

Eu posso dar vários exemplos. Você compra uma passagem na Internet hoje. Se, à tarde, você precisar fazer alguma alteração, já vai vir a informação dizendo

que não. “Você não pode alterar, você vai perder, você tem de pagar tanto”. É algo sobre o que não temos domínio algum e que, ao mesmo tempo, a grande maioria dos brasileiros está começando a acessar.

Eu não me sinto excluído. Ao contrário, sinto-me uma pessoa incluída. Já tive oportunidade de viajar esse mundo, já ocupei algumas funções importantes, tenho algum contato, sei manusear razoavelmente bem esses instrumentos disponíveis e me sinto lesado quando quero fazer a alteração de um horário de voo, quando, por uma questão grave, tenho de trocar de uma semana para outra o período de uma viagem. O que se tem do outro lado são todas as dificuldades e perdas. Não há como fazer isso sem perder dinheiro. Você paga por aquilo que é um direito seu. Você já comprou. Estamos vivendo num país em que os juros foram diminuídos, em que a inflação, por mais que se reclame, está dentro da meta. Por que essa ganância, esse desrespeito de qualquer cidadão que vai lá fazer uma compra?

Agora, imaginem a quantidade de pessoas que conseguiram recentemente acessar esse serviço de transporte aéreo como estão sendo lesadas, sem saber que estão.

Eu acho que deveríamos fazer essa audiência; principalmente eu quero cobrar da Anac. A Anac tem de criar regulamentos que defendam o usuário, que regulamentem aquilo que é direito do usuário. Não tem sentido.

Eu não sei quem é o Senador que não passa por dificuldades semanais, como qualquer cidadão. Pode ser que alguns cruzem os braços, digam que isso é dinheiro público... Eu sou um daqueles que não viaja por conta do Senado sem brigar pela menor tarifa, pelo melhor custo/benefício, porque é dinheiro público. Fiz isso quando era governador. Eu nunca paguei meia hora de jatinho para, como governador, voar, e fiquei oito anos como governador de um Estado. Eu não sei quantos milhões de dólares eu economizei, mas foram dezenas de milhões de dólares que economizei em oito anos, para o Acre, e procurei aplicar bem esses recursos.

Como Senador, faço o mesmo. Se tenho uma viagem internacional para fazer, não mando secretária falar com agência, para sair R\$15 mil, R\$16 mil, R\$ 20 mil uma passagem para a Europa ou para qualquer lugar, como diariamente o Senado paga. Eu entro na Internet, vou atrás do menor custo. E tenho uma viagem para a Europa, e estou pagando R\$3.700,00 na classe executiva, ida e volta. O Senado vai pagar isso, em vez dos R\$18 mil que normalmente paga. É dinheiro público, mas eu estou fazendo esse esforço, eu estou indo atrás. Mas isso não funciona aqui. O que

funciona aqui é que a passagem é comprada de última hora, tarifa cheia, preço absurdo, escandalosamente absurdo. Viagens nas madrugadas para o Acre, e dizem que boa parte dos cabelos brancos que ganhei são por causa das noites acordado. Estou fazendo isso, agora como Senador, para tentar ver se fico em paz com minha consciência, de não estar lesando o patrimônio público no uso do mandato.

Agora, eu acho que não tem nenhum sentido a maneira como o usuário é tratado hoje num serviço que cresce. Os aeroportos estão mal estruturados. Estou depositando muitas esperanças nas concessões. Há serviços que governo não tem de fazer: limpar chão de um aeroporto não é coisa para governo. Organizar minimamente um serviço que não é de luxo; é de primeira necessidade o transporte aéreo, para tudo. Não é tarefa de governo regular o setor; trabalhar estratégia do setor é coisa de governo, mas cuidar de banheiro de aeroporto não é para governo fazer. Não é para governo fazer.

Então, sou amplamente favorável, não a privatizar os aeroportos, mas a fazer concessões. É um serviço.

Outro dia, falei na Comissão de Infraestrutura que não aceito comparar a nossa rodoviária de Rio Branco com aeroportos no Brasil, porque a nossa rodoviária não merece ser comparada com aeroporto. Ela é muito melhor. Foi construída pelo Prefeito Raimundo Angelim, em parceria com o Governo Federal. Já o aeroporto de Rio Branco é uma vergonha, uma eterna reforma. A Infraero tem-se demonstrado uma incompetência só, faz anos. A Infraero não tem condição, não tinha, de organizar o serviço quando tínhamos 30 milhões de usuários. É uma vergonha, gente. A maioria dos aeroportos por onde viajamos têm seis pistas. Ao mesmo tempo, têm operação de sete, oito aviões, entre decolagens e aterrissagens. Aqui, mal e mal, temos duas no aeroporto de Brasília.

Aconteceu outro dia no de Campinas, que é uma referência, um problema com um avião, e foi um blecaute aéreo. E o pior é que estão mexendo nos aeroportos, mas não nas pistas. Qual é o crescimento que vamos ter?

O Brasil cresceu 9% no ano passado; vai crescer 3%. Eu estava ali na audiência com o Presidente do Banco Central. Se Deus quiser, mais de 3%. E, se crescer mais de 3%, quanto vai crescer o transporte aéreo, o uso desses serviços quanto vai ser? De 25%. De um ano para outro, mais de 25 milhões de usuários, e aí, de novo, o contribuinte é que vai pagar isso?

Agora, eu estou vendo. As companhias aéreas têm razão, num aspecto. Estão tomando um baita prejuízo, porque nós, simplesmente, pagamos o maior preço de combustível para transporte aéreo do mundo! E sabe

onde, do mundo, é o lugar mais caro para abastecer um avião? Em Cruzeiro do Sul, no Acre, Presidente Blairo Maggi.

E isso é feito de uma maneira disfarçada. Ninguém discute. Eu sou favorável a que se mexa nesse item. Ele chega a 40% do custo de uma passagem aérea. Mexendo nesse item, vamos ter condição até de, quem sabe, resolver o lucro das empresas, preservando um preço de passagem aérea acessível ao usuário.

Então, não estou me colocando contra as empresas. Estou me colocando a favor do usuário, que precisa ser respeitado, que tem de parar de ser enganado. Os usuários de transporte aéreo neste País, Senador Eduardo Amorim, estão sendo enganados. Estão mettendo a mão no bolso do usuário a toda hora, a todo momento, por meio do computador. Isso é mais caro do que as taxas de juros bancárias, do que os juros bancários que tínhamos baixado. Compra-se uma passagem de R\$400,00 e, daqui a pouco, é preciso pagar uma multa de R\$100,00 – 25% –, para fazer uma pequena alteração. Quer dizer, o usuário não tem direito algum, e os órgãos reguladores e as empresas têm todos os direitos.

Então, eu gostaria de solicitar ao Presidente – parece-me que o Senador Moka fez uma reformulação...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Queria fazer um comentário.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas eu queria apresentar um requerimento e, com muita satisfação, ouço o comentário, se possível, do Senador Eduardo Amorim.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. PR – MT) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim, meu Vice-Presidente da Comissão.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sendo breve, pelo adiantado da hora, acho que V. Ex^a está de parabéns, Senador Jorge Viana, pela expressão, pela fala, pelo desabafo. Somo-me ao seu desabafo. Neste País, saída de emergência virou artigo de luxo, virou conforto, quando, na verdade, deveriam estar ali os habilitados para manipular aquela janela, o que nem todos têm condições de fazer.

Então, virou um artigo de luxo pelo espaço, que chamam de espaço conforto, o que é lamentável.

Além disso, tantas e tantas outras mazelas.

O aeroporto de Aracaju não é tão diferente. Quando chove, vemos distribuídos, Sr. Presidente, pelos cantos, os baldes para colher a água das goteiras.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – O de Rio Branco está nessas condições também.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Então, é lamentável que tenhamos as passagens aéreas mais caras do mundo e tenhamos um serviço, como

diz V. Ex^a, não dos melhores. Isso é muito lamentável e precisa ser passado a limpo.

Quanto à nossa Casa, eu acho que precisa mudar, sim, porque quando estava na Câmara o sistema era muito mais prático: comprava-se pela Internet, pesquisava-se, e conseguíamos, em um ano, devolver, com certeza, com toda a justiça, ao Erário público, pela economia feita, mais de R\$100 mil. Comprava-se com antecedência. Então, é incompreensível também que, dentro de um mesmo voo, ocupando-se assentos parecidos, haja tanta discrepância de preços de passagens aéreas.

Certa vez, perguntei a um conselheiro do Tribunal de Contas como se compreendia essa lógica, como se fazia essa contabilidade ao Erário. Viajamos por um preço, por outra passagem um funcionário público está pagando quatro, cinco vezes mais. Como é feita essa compreensão? É uma lógica, infelizmente, surreal e que precisamos passar a limpo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Um último comentário. Incorporo esses comentários e peço ao Presidente que dê atenção a esse item. Vamos priorizar isso. Outro dia, viajando com Ministros em avião do Estado, reclamei dizendo que, se eu fosse da Presidência da República, pediria aos Ministros, todos, que, pelo menos uma vez por mês, andassem de avião de carreira, entrassem nos aeroportos, nas filas e saíssem, assim como nós fazemos. Isso é importante para pôr os pés no chão, porque quando estamos com os pés em um lugar, a cabeça também está ali, mas, quando estão em outro lugar, a cabeça também está em outro lugar.

Então, eu concluiria, Sr. Presidente, dando um último exemplo. Nesta semana que passou, fui a uma missão com outros colegas Parlamentares, missão paga, não houve custos, mas, mesmo assim, me preocupei com os custos. A passagem toda ficou em torno de R\$8 mil, não foi comprada por mim e nem pelo Senado. Pedi para a companhia aérea, a Delta – eu, Vice-Presidente do Senado –, dizendo: “olha, há vaga, já olhei, estou indo em um dia, no mesmo voo, mesmo endereço, mesmo local, apenas um trecho de ida, quero trocar o dia. Em vez de embarcar no sábado, quero mudar para sexta-feira ou quinta-feira.” Responderam: “tem vaga, mas o senhor tem que pagar mais R\$4 mil.” É assim que o usuário está sendo tratado. Vem a empresa que ninguém sabe como chegou ao País – isso é assalto, gente, isso não é tarifa aérea – e diz: “O senhor tem que pagar R\$4 mil para trocar o voo.” Mas isso é porque sou o usuário. Eles podem trocar a nossa data, podem atrasar o voo, podem passar para a semana que vem, podem te deixar jogado durante três dias no aeroporto. Tudo isso pode. Mas se você

quiser trocar de data, mesmo havendo vaga, e eles dizem: “tem a vaga, mas essa vaga é de outra tarifa, então, o senhor tem que pagar mais R\$4 mil.” Eu disse: “mas está vago, o avião vai sair com essa cadeira vazia, quero só trocar.” Ainda assim, disseram: “não, não pode, mais R\$4 mil.”

Então, essa vergonha que vivemos é culpa da Anac. A Anac está “anarc”. Sinto muito, mas quero ver o Presidente da Anac aqui porque vou falar isso para ele. Já fui lá, eles não tomam providência. Eles passam aqui – e eu sou um dos signatários –, eles, das agências reguladoras, para a tal sabatina. Depois, desaparecem. Agora, não. A Mesa Diretora aprovou – é uma iniciativa do Senador Walter Pinheiro –, e essas pessoas vão vir uma vez por ano, sentar na cadeirinha e se justificarem diante de Senadores se estão cumprindo bem a missão do mandato que o próprio Senado lhe deu. Aí as coisas vão mudar um pouco.

A regulação desses serviços é feita pelas agências, que não estão fazendo, e quem está pagando isso é o usuário, o cidadão. E estou dizendo que me sinto razoavelmente incluído porque tenho preocupação com aqueles que, tenho certeza, não estão incluídos, que não sabem manusear a Internet, que aceitam e são obrigados a aceitar qualquer coisa que o outro lado do balcão lhes impõe.

Era isso que eu queria passar. Estou apresentando requerimento. Peço muito que priorizemos isso. V. Ex^a vai ver, talvez seja um dos assuntos, Sr. Presidente, que vai gerar mais interesse do cidadão, quando começarmos a debater uma, duas, três sessões sobre a melhoria do serviço aéreo do Brasil.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente. Apenas uma sugestão.

V. Ex^a, como membro da Mesa, poderia levar essa sugestão à Mesa para modificar o sistema mediante o qual os Parlamentares compram passagens? Que se adote o sistema da Casa vizinha, que acho muito melhor.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu lhe respondo. Não só já discutimos isso com o Presidente Renan, na Mesa, como já me foi delegada a missão de encontrar soluções. Já me reuni com representantes da Gol e da TAM no meu gabinete, e temos que procurar uma maneira de fazer com que a compra de passagens, que é feita com dinheiro público, não seja esse absurdo da tarifa cheia permanente, com a qual só quem ganha é a agência. A agência ganha pelo volume que vende. Quanto mais caro, melhor para a agência, pior para o Senado. Então, vamos encontrar uma solução de voltar a comprar direto das companhias, de ter alguma margem para que não compremos a tarifa cheia.

Estou, inclusive, com essa responsabilidade e, por isso, só vou sossegar quando resolver isso ou, pelo menos, amenizar.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – O Senador João Costa vai ficando para trás.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Se o Presidente permitir, quero fortalecer as palavras do Senador Jorge Viana. Na noite passada praticamente não dormi nada porque o meu voo, Senador Jorge Viana, era de Cacoal para Cuiabá e de Cuiabá para Brasília. O avião chegou a Cacoal uma hora e meia atrasado. E, quando chegamos em Cuiabá, não havia acordo de uma companhia com a outra. Se você aceitar, tem que ser do jeito que eles colocam. Tanto é que cheguei na frente, minha esposa chegou mais tarde. Pude chegar na frente porque – vou ser ressarcido – comprei outra passagem na TAM, enquanto minha esposa está saindo, pela Azul, de Cuiabá agora, no voo das 11h30 para chegar aqui. Infelizmente, houve um desencontro que acabou deslocando todo mundo.

Nós, aqui, no Senado, temos a nossa programação, temos a nossa agenda e, muitas vezes, somos obrigados a adiá-la. Chega ao final, há a Ordem do Dia, votações, e acabamos ficando em situação difícil. No Estado do Acre a situação é pior porque a passagem custa mais caro ainda.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Ivo Cassol. A rede hoteleira de Cuiabá agradece à TAM e à Gol por terem deixado V. Ex^a dormir essa noite.

Com a palavra, o Senador João Costa.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Senador Jorge Viana, no início do ano passado criamos a Subcomissão da Aviação Civil na Comissão de Infraestrutura.

Eu tive a oportunidade de presidir essa Subcomissão. Mais recentemente, fizemos uma nova eleição, em que fui eleito Vice-Presidente, o Senador Flexa Ribeiro foi eleito Presidente e o Senador Vital do Rêgo foi eleito Relator dos nossos trabalhos. Já estamos praticamente apresentando o relatório, até o final deste mês. Nesse relatório, vamos identificar todos esses problemas trazidos aqui e as soluções que a Subcomissão encontrou.

Todos os Srs. Senadores devem saber que fizemos mais de 25 audiências públicas, envolvendo agentes da aviação regular e não regular, inclusive até a aviação da agricultura, passando por agentes do Governo, Anac, Infraero. Todos foram ouvidos. Isso está registrado em vídeos, em filmagens. Então, nada do que foi trazido aqui não é do conhecimento dos agentes do Governo, dos representantes dos Governos que estiveram na Subcomissão. Precisamos é de encon-

trar um instrumento, um mecanismo de mudar esse quadro. No relatório que vamos apresentar, subscrito pelo Senador Vital do Rêgo, vamos trazer as soluções que entendemos que vão resolver esse problema de vez. Apenas isso.

Diante disso, acho que talvez seja interessante avaliar se essa audiência que seria feita aqui não foi feita lá, para que não haja sobreposição de audiências, até porque os protagonistas são os mesmos e todos eles foram ouvidos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador João Costa.

Eu passarei a ler os requerimentos extrapauta e farei o seguinte encaminhamento: vou ler os requerimentos extrapauta e deixarei para votar na reunião seguinte, como todos os requerimentos que entraram daqui para frente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Pois não, Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, ratifico a minha felicidade e o meu contentamento por essa reunião que V. Ex^a teve com o Ministro Nardes. Isso é muito importante para o País e, principalmente, para o andamento dos serviços desta Casa.

Sr. Presidente, esses três requerimentos tratam, segundo disse V. Ex^a, de um tema delicado. Sr. Presidente, de um desses três requerimentos, peço auditoria: as confederações do Sistema S. Mas os outros dois, não. Acerca dos outros dois estou querendo saber, e o povo brasileiro também, qual é o ganho desses diretores e presidentes dessas entidades. Estou querendo saber ainda, e o povo brasileiro também, qual é a arrecadação dessas entidades.

Há um requerimento do Plenário, Excelência, que achei absurdo, em que um representante dessas entidades disse que elas não podem ser fiscalizadas nem pelo Congresso, nem pelo TCU. De acordo com a lei que criou essas confederações, que determina o percentual de arrecadação de sua categoria, chego à conclusão de que se trata de uma arrecadação de CNI, CNC, CNA, em torno de R\$1 bilhão.

Então, Presidente, eu gostaria muito, se possível, sendo um pouco exigente e até chato com V. Ex^a, da aprovação extrapauta pelo menos destes dois requerimentos: um em que eu peço informação sobre salário desses diretores, outro sobre essa arrecadação.

Quanto à auditoria, Requerimento nº 201, deixaríamos para a próxima pauta, Presidente, se possível. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador Ataídes, cabe ao Presidente da Comissão conduzir e aceitar ou não esse tipo de situação. Eu já tomei a decisão de ler os requerimentos e serão votados, então, na próxima reunião, porque são assuntos que requerem a atenção de muitos Senadores da Casa.

V. Ex^a fez um pedido, na semana passada, de uma audiência pública sobre esse assunto. Eu deliberei na hora, colocamos em votação, fizemos a aprovação e depois vários Senadores colegas me interpelaram sobre essa situação.

Então, para evitar um descontentamento maior, V. Ex^a terá todo o direito de defender esses requerimentos na semana que vem, na terça-feira, e os colegas Senadores que estarão aqui presentes votarão pelo sim ou pelo não, mas será feito, então, na semana que vem.

Passo a ler, então, os requerimentos aqui apresentados.

Antes, porém, digo que, pela nova forma do Regimento Interno, nós podemos fazer discussões amplas também lá no plenário do Senado. E eu estou requerendo, passarei a pedir a assinatura e o apoio dos colegas Senadores para isso, que façamos uma reunião de discussão sobre infraestrutura, sobre logística, no plenário do Senado Federal, que será marcada pelo Presidente.

Então, esse pedido do Senador Jorge Viana, assinado pelo Senador Moka e pelo Senador Ricardo Ferraço, será encaminhado aqui na Comissão, mas, posteriormente, nós poderemos ampliar essa discussão lá no nosso plenário.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 14, de 2013

Requeremos nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 102-A, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para debater a suspensão e a extinção de voos nos Estados de Mato Grosso do Sul, Acre e Espírito Santos. Para tanto, solicitamos a convocação das autoridades e dirigentes nominados abaixo: – Dr. Marcelo Pacheco dos Guarany – Diretor – Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; – Dr. Marco Antônio Bologna – Presidente da TAM Airlines;

– Dr. Paulo Sérgio Kakinoff – Presidente da GOL Linhas Aéreas Inteligentes.

Autoria: Senador Jorge Viana e outros

Observações:

São também autores do Requerimento os Senadores Waldemir Moka e Ricardo Ferraço (não membros)

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 15, de 2013

REQUEIRO, nos termos do art. 71, incisos IV e VII, da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Tribunal de Contas da União informações constantes dos quesitos abaixo relacionados, relativamente a cada uma das seguintes entidades: a) Confederação Nacional da Indústria (CNI); b) Confederação Nacional do Comércio (CNC); c) Confederação Nacional da Agricultura (CNA); d) Confederação Nacional do Transporte (CNT); e e) Organização das Cooperativas Brasileiras. Os quesitos são os seguintes: 1) Arrecadação dos exercícios de 2010, 2011 e 2012; 2) Disponibilidade financeira dos exercícios findos, 2010, 2011 e 2012; 3) Valor total da folha de pagamento, exercício 2012; 4) Total de gastos com publicidade e eventos, exercício de 2012; e 5) Relação dos 10 (dez) maiores fornecedores.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Justificativa.

As confederações nacionais da indústria, do comércio, da agricultura e dos transportes, assim como a organização das cooperativas brasileiras, são entidades que prestam relevantes serviços ao País, em suas respectivas áreas de atuação.

As informações ora requeridas ao Tribunal de Contas da União referem-se a dados orçamentário-financeiros das mencionadas instituições, especificamente quanto à arrecadação, disponibilidade financeira, folha de pagamento, gastos com publicidade e eventos. Adicionalmente, solicito a relação dos principais fornecedores das mencionadas instituições.

Embora as confederações sejam pessoas jurídicas de direito privado, a elas são destinadas parcelas das contribuições compulsórias atribuídas às entidades do Sistema S e arrecadadas pela Receita Federal.

Não há dúvida, portanto, de que as confederações administram também recursos públicos oriundos dessas contribuições, dotadas, portanto, de natureza tributária. Assim, elas estão sujeitas a normas aplicáveis à Administração Pública e, no caso, à competên-

cia fiscalizadora do Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas da União, consoante o disposto no art. 71, incisos IV e VII, da Constituição Federal.

A solicitação tem por objetivo subsidiar estudos, com vistas à possível elaboração de proposições legislativas para o aprimoramento do marco regulatório. Como visto, as informações solicitadas estão inseridas nas atividades de fiscalização e de controle externo do Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, consoante a determinação contida na Constituição Federal.

Pelos motivos e fundamentos expostos, submeto o presente requerimento à deliberação desta Casa.

Senador Ataídes Oliveira.

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO
MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS.,
FISC. E CONTR N° 16, de 2013**

Com base no art. 71, VII, da Constituição Federal combinado com o art. 215, I, a, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito as seguintes informações ao Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União: – salário mensal fixo, gratificações, ajuda de custo e outros proventos, em novembro e dezembro de 2012 e janeiro de 2013, dos presidentes e diretores das seguintes entidades: (1) Confederação Nacional da Indústria – CNI; (2) Confederação Nacional do Comércio – CNC; (3) Confederação Nacional do Transporte – CNT; (4) Confederação Nacional da Agricultura – CNA; (5) Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO
MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS.,
FISC. E CONTR N° 17, de 2013**

Com fulcro nos art. 71, IV, da Constituição Federal (CF), e nos termos do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU) pedido de realização de auditoria de natureza contábil e financeira nas seguintes entidades que recebem contribuições para-fiscais de interesse de categorias econômicas, conforme estabelecido no art. 149 da CF, e que, por força do disposto no art. 71, II, da CF, estão sob a jurisdição daquela Corte de Contas: a) Confederação Nacional da Indústria (CNI); b) Confederação Nacional do Comércio (CNC); c) Confederação Nacional da Agricultura (CNA); d) Confederação Nacional do Transporte (CNT); e e) Organização das Coope-

rativas Brasileiras (OCB). As auditorias devem abranger a análise dos seguintes itens: 1) balanços patrimoniais, em âmbito nacional e regional; 2) disponibilidades financeiras dos anos findos, 2010, 2011 e 2012; 3) receitas efetivamente arrecadadas nos anos de 2010, 2011 e 2012; 4) despesas, principalmente as classificadas nas rubrica publicidade e eventos, no ano de 2012; 5) folha de pagamento do exercício de 2012; e 6) contratos dos dez maiores fornecedores, no que se refere a licitações e contratos.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Justificativa.

A CNI, a CNC, a CNA, a CNT, a OCB, entidades integrantes do chamado Sistema S, são mantidas com contribuições para-fiscais de interesse de categorias econômicas, conforme estabelecido no art. 149 da Constituição Federal, por força do dispositivo do art. 71, inciso II, da Constituição Federal, estando sob jurisdição do TCU.

A presente solicitação de auditoria financeira e contábil se insere nas atividades de fiscalização e controle externo do Congresso Nacional, com auxílio do TCU, como determina a Constituição Federal, e tem por objetivo subsidiar a elaboração de proposição legislativa para o aprimoramento do marco regulatório dessas entidades em suas respectivas áreas de atuação e que prestam relevantes serviços ao Brasil.

Pelos motivos e fundamentos expostos, submeto o presente requerimento à deliberação desta Comissão.

Senador Ataídes Oliveira.

Os três requerimentos serão colocados em votação na próxima reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 55 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE ABRIL DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às oito horas e quarenta e um minutos do dia nove de abril de dois mil e treze, na sala de reuniões n° 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência

do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, JORGE VIANA, RODRIGO ROLLEMBERG, IVO CASSOL, JOSÉ AGRIPINO, BLAIRO MAGGI, EDUARDO AMORIM, FERNANDO COLLOR, VANESSA GRAZZIOTIN, JOÃO CAPIBERIBE, FLEXA RIBEIRO e ARMANDO MONTEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, ANA RITA, ROMERO JUCÁ, LUIZ HENRIQUE, GARIBALDI ALVES, VALDIR RAUPP, KÁTIA ABREU, ATAÍDES OLIVEIRA e CÍCERO LUCENA**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à **PAUTA. AUDIÊNCIA PÚBLICA**, destinada a discutir as denúncias veiculadas pelo programa Fantástico da TV Globo, no dia 10 de março do corrente ano, sobre as condições dos abatedouros bovinos no Brasil. Comparecem os seguintes convidados: Luiz Fernando Mainardi, Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Estado do Rio Grande do Sul; Mônica Bergamaschi, Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo; Meraldo Figueiredo Sá, Secretário de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar do Estado do Mato Grosso; Antônio Flávio Camilo de Lima, Secretário de Agricultura, Pecuária e Irrigação do Estado de Goiás; Cristyanne Barbosa Taques, Diretora de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal – DIPOVA – da Secretaria de Estado de Agricultura do DF; Roberto Smeraldi, Presidente da Amigos da Terra – Amazônia Brasileira; Benedito Fortes de Arruda, Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV; e Enio Antonio Marques Pereira, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SDA/MAPA. Também utilizam da palavra o Senhor Heinz Otto Hellig, Coordenador de Defesa Agropecuária da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, e a Senhora Maria Auxiliadora Diniz, Presidente do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado do Mato Grosso – INDEA – MT. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senhor Senador **JORGE VIANA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Estevão Hagel Ledur, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 9-4-2013

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Bom dia a todas as senhoras e a todos os senhores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e às Srs. Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião tem como finalidade a realização de uma audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 9/2013, de minha autoria, que visa a discutir um pouco a questão do abate ou dos abatedouros nos Estados brasileiros, principalmente naqueles que foram motivo de matéria em nível nacional, o que, de certa forma, mexeu um pouco com o fornecimento e com muitas atividades nessa área.

Então, nós, logo depois, fizemos uma reunião e convidamos para fazer parte da nossa Mesa nesta reunião o Sr. Luiz Fernando Mainardi, Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Estado do Rio Grande do Sul; a Sra. Mônica Bergamaschi, Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo; o Sr. Meraldo Figueiredo Sá, Secretário de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar do Estado do Mato Grosso; Antônio Flávio Camilo de Lima, Secretário de Agricultura, Pecuária e Irrigação do Estado de Goiás; Dr. Enio Antonio Marques Pereira, Secretário de Defesa Agropecuária – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/Mapa); Maria Cristina Galvão Rosa Carrijo, Diretora-Presidente da Agência de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Iagro) do Estado do Mato Grosso do Sul; Cristyanne Barbosa Taques, Diretora de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal (Dipova) da Secretaria de Estado de Agricultura do DF; Sr. Roberto Smeraldi, Presidente da ONG Amigos da Terra – Amazônia Brasileira; Benedito Fortes de Arruda, Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV).

Então, nós vamos, inicialmente, assistir a um pequeno vídeo – acho que são oito minutos. Enquanto isso, os outros convidados nossos deverão estar aqui, e iniciaremos, então, a nossa reunião de debates.

Por favor, podem apresentar o vídeo.

(*Procede-se à exibição do vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado pela apresentação.

Eu quero também registrar a presença aqui do Francisco Saraiva da Silva Júnior, Presidente da União Nacional dos Fiscais Agropecuários.

Começo passando a palavra ao Secretário de Agricultura do meu Estado, o Estado de Mato Grosso, Sr. Meraldo Figueiredo Sá, que também já foi prefeito na cidade, e foi prefeito no mesmo período em que eu fui governador do Estado do Mato Grosso. Portanto, Meraldo, sintase em casa.

Eu lhe darei dez minutos. Naquele relógio lá do fundo, será marcado o tempo e, um minuto antes de chegar aos dez minutos, vai tocar a campainha automaticamente, não serei eu que apertarei o dedo, portanto, não fique chateado, mas é para seguirmos o nosso cronograma, caso contrário, vamos até muito tarde hoje, porque há várias pessoas para se posicionarem aqui.

Então, com a palavra, o Secretário de Agricultura do Estado de Mato Grosso, Meraldo Sá.

O SR. MERALDO FIGUEIREDO SÁ – Bom dia a todos. Eu queria cumprimentar a Mesa, na pessoa do nosso eterno governador e hoje Senador Blairo Maggi, e também cumprimentar todos... *(Falha na gravação.)*

Em especial, cumprimento também a nossa Presidente do Indea/MT – Instituto de Defesa Agropecuária do Estado do Mato Grosso. Vamos dividir o tempo aqui com a nossa companheira Maria Auxiliadora.

A realidade é que todos vocês puderam assistir a esse pequeno vídeo do Brasil que se passou aí.

O nosso Estado também tem muita dificuldade principalmente quando se fala de abatedouros municipais, o que acho que deve ser um dos maiores gargalos do Brasil.

Senador Blairo Maggi, nós somos divididos hoje em 15 consórcios, em Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Regional. O nosso pensamento, para que possamos tentar melhorar e equacionar a questão dos abatedouros municipais, é o de trabalhar via consórcio. Somos 141 Municípios no Estado, e esses 15 consórcios são divididos não em números iguais de Municípios, uns Municípios mais, outros menos. Mas nós entendemos que temos condições de melhor trabalhar isso, de facilitar o trabalho com o grupo técnico, envolvendo todos os Municípios, na busca, consequentemente, de soluções.

Eu queria, neste momento, passar a palavra para a nossa Presidente do Indea, para que ela pudesse fazer algumas explanações, respeitando também o tempo.

Obrigado.

A SRª MARIA AUXILIADORA PEREIRA ROCHA DINIZ – Na pessoa do Senador Blairo Maggi, cumprimos

mentamos a Mesa e todos os presentes e ratificamos a fala do nosso Secretário.

Apenas para marcar o início da nossa fala – e sei que isto já de é conhecimento de todos –, quero dizer que a Lei Federal nº 7.889, de 1989, atribui a competência no que diz respeito aos serviços de inspeção no País: o comércio internacional é de competência do Ministério da Agricultura, o comércio interestadual é de competência dos Estados, e o comércio municipal é de competência dos Municípios.

O Indea é o órgão responsável no Estado do Mato Grosso por trabalhar com serviço de inspeção em nível estadual. Hoje, no Estado de Mato Grosso, há 47 estabelecimentos com serviço de inspeção estadual. No serviço de inspeção municipal, há 28 estabelecimentos. E, no serviço do Ministério da Agricultura, que é o SIF, há 41 estabelecimentos. Isso dá um total, uma média de 110 estabelecimentos envolvendo os três segmentos de que aqui já falamos.

O Estado de Mato Grosso é um Estado grande, tem grande extensão, mas, em relação à quantidade de Municípios, tem apenas 141 Municípios. Observa-se que, entre esses 141 Municípios, há uma média de 31 Municípios que não possuem serviço de inspeção. É certo que há Municípios-polos com até três indústrias. Mas como isso é distribuído? Sempre o Município-polo distribui o produto inspecionado para os Municípios circunvizinhos.

Esta é a situação que detectamos e observamos no Estado em relação a esses níveis de competência: nos Municípios, ainda não temos um sistema de vigilância sanitária e um serviço de inspeção devidamente estruturados, nós temos essa carência. Também no nível estadual, a gente observa a demanda a cada dia em relação ao número de solicitação para essas indústrias e o número de servidores para atender a essa demanda. Essa é uma das deficiências que a gente observa no Estado. Outra questão diz respeito à própria população, que, com uma conscientização, poderia muito bem não utilizar o produto que não fosse inspecionado. Em quinto lugar, por último, a gente observa a falta de aporte, de apoio e de investimento para melhorar a estrutura desses estabelecimentos.

Nós percebemos, a cada dia, que ocorre uma demanda em nível da Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal de solicitação de empresas para implantação desses serviços em nível de Estado. O Estado de Mato Grosso já fez adesão ao Sisbi, que é o Sistema Brasileiro de Inspeção. A maior deficiência que nós temos foi a que nós já colocamos aqui, que é, realmente, a questão de servidores públicos, porque a exigência é que seja servidor público para trabalhar no Sisbi.

Como estamos desenvolvendo hoje o Serviço de Inspeção em nível de Estado em Mato Grosso? Nós temos um convênio, um termo de cooperação técnica junto com a Cooperativa de Médicos Veterinários, que contrata os médicos veterinários e os coloca à disposição do Instituto de Defesa Agropecuária, sob o monitoramento e a chancela do Governo do Estado, que é o Indea, no acompanhamento da execução desses trabalhos. Foi a forma que nós encontramos para termos condição de atender à demanda dos empresários em nível de Estado. É uma atividade que surge a todo momento. É muito difícil a gente fazer uma programação, porque, à medida que os empresários têm necessidades, nós temos que atender. Então, a forma viável que nós encontramos foi essa. É um trabalho que passa por várias auditorias. Só para os senhores terem uma ideia, hoje nós estamos com 11 indústrias em nível de Estado suspensas em função de parte operacional, em função da questão de os resultados microbiológicos não atenderem à demanda do proposto em relação às exigências.

Então, nossa atividade é feita dentro dos critérios exigidos e é uma das nossas áreas mais auditáveis em relação ao Sistema de Defesa Agropecuária em nível de Estado em Mato Grosso, tanto pelos médicos veterinários disponibilizados por essa cooperativa que são credenciados para prestar serviço junto ao Instituto, como pelos monitores do Indea e pela nossa própria Coordenadoria de Administração Central.

Então, o trabalho que nós realizamos no âmbito estadual é feito com todos os critérios necessários e a gente entende que é desenvolvido um bom trabalho no Estado.

Além dessa atividade, nós trabalhamos também na parte de defesa sanitária animal e vegetal e pretendemos, sim... Como nós dissemos anteriormente que fizemos adesão ao Sisbi, nós já fizemos reuniões com os empresários, que têm interesse em implantar esse sistema em nível de Estado, e o nosso próximo pleito é realmente dar continuidade à implantação desse trabalho no Estado de Mato Grosso.

É esta a nossa fala.

Nosso muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Dr^a Maria Auxiliadora, que é Presidente do Indea de Mato Grosso, o Instituto de Defesa Agropecuária, que, junto com o Secretário Meraldo Figueiredo Sá, fez a fala pelo Estado de Mato Grosso.

Convido para, neste momento, fazer suas considerações a Sr^a Cristyanne Barbosa Taques, Diretora de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal (Dipova), da Secretaria de Estado de Agricultura do Distrito Federal.

A senhora tem dez minutos para suas considerações.

A SR^a CRISTYANNE BARBOSA TAQUES – Bom dia a todos.

Estou aqui representando a Secretaria de Agricultura do Distrito Federal. Falo em nome do Dr. Lúcio, que é o Secretário de Agricultura, e venho falar especificamente do nosso serviço aqui no Distrito Federal.

Eu sou Diretora da Dipova, que é responsável pela inspeção de produtos de origem vegetal e animal aqui do Distrito Federal, e a nossa missão é zelar pela produção de alimentos seguros e pela segurança alimentar da população.

Nossa área de atuação abrange o trânsito, as agroindústrias, dentro das quais estão os frigoríficos de todas as espécies, e os entrepostos de produtos de origem vegetal e animal instalados no Distrito Federal.

Senhores, percebam que existe certa diferenciação na nossa legislação porque nós fiscalizamos os produtos de origem vegetal também. Isso é um tanto quanto diferente aqui. É a única unidade da Federação que faz essa fiscalização. O nosso universo de trabalho hoje: abatedouros de bovinos em atividade nós temos dois – o próximo vai reiniciar suas atividades agora, ainda este mês –, abatedouros de suínos são treze, de aves, três, de ovinos e caprinos, um; outras espécies, um; entrepostos de pescados, ovos, mel, carnes, somam aquele total que vocês viram; fábricas de conservas, 10.

Realizamos fiscalização também em supermercados, no que diz respeito ao armazenamento desses produtos, que são 81; usinas e laticínios são 17; agroindústria e produtos de origem vegetal: 18; agroindústria de produção artesanal: 22, totalizando 206 estabelecimentos por nós fiscalizados.

Partindo especificamente na área de frigorífico de bovinos, em 2011 foram abatidos 53.815 animais, perfazendo 14,5 mil toneladas; em 2012 foram abatidos 56.874, mais ou menos o mesmo peso em tonelada, diminui um pouquinho, e agora, até março, foram 13.607 animais abatidos, com o peso de 3.673 toneladas.

O nosso foco também é sempre a fiscalização de trânsito. Realizamos 123 *blitze* em 2011; 149 em 2012 e 39 este ano, até agora, perfazendo um total de 3.110 veículos fiscalizados, em 2011; 3.080, em 2012 e 550, em 2013. As infrações constatadas em 2011: 67; em 2012: 50, e até agora, março: 09.

As quantidades de produtos apreendidos, tanto os de origem clandestina quanto os que estão irregular sanitariamente falando, que a documentação não está adequada, não está correta, em 2011, foram 46 toneladas, das quais 40 toneladas foram de carne bovina. Em 2012, foram 30 toneladas, sendo 25 de carne

bovina. E agora, até março, praticamente foram 6 toneladas de produtos de origem animal e 3,6 toneladas de carne bovina.

Vou passar algumas imagens das plantas dos nossos frigoríficos aqui.

Os nossos frigoríficos têm inspeção permanente.

Eu quero deixar claro que houve mesmo problema no Nippo Bras, já apresentado ali no filme anterior. Houve mesmo. Realizamos uma ação conjunta com o Ibram, que é um órgão ambiental, e essa irregularidade já foi sanada.

A fim de nos precaver, para que todos os nossos estabelecimentos estejam em ordem com a questão ambiental, foi encaminhada para o órgão uma relação de todos os estabelecimentos com as suas referidas licenças de funcionamento, licenças de operação, seus prazos de validade, as que estão em via de vencer, a fim de realizarmos uma ação conjunta com o Ibram.

Aqui são as linhas de inspeção.

Essas são as instalações do novo frigorífico. Aliás, não é novo, ele foi reformado e vai começar a funcionar semana que vem. Começará o abate experimental já essa semana... *(Falha na gravação.)*

Aqui algumas imagens dos produtos apreendidos nas nossas fiscalizações de rotina.

Aqui a gente... *(Falha na gravação.)* ... realiza também operações conjuntas com o Polícia Civil e com a Decon.

Temos um disque-denúncia, que fica à disposição dos senhores para qualquer eventualidade.

A nossa grande preocupação é, principalmente, a carne que vem dos locais limítrofes. Porque os frigoríficos aqui... *(Falha na gravação.)* ... inspecionados por nós, eu garanto a qualidade. Todos os dias temos veterinários. Todas as verificações são feitas. As condenações necessárias são feitas. A fiscalização é realizada. Isso porque temos dois frigoríficos de abate de bovinos. Então, o Distrito Federal é *sui generis*, ele nos proporciona essa condição. Porém, o aporte de carne ilegal e clandestina vindo de outros locais é muito grande. E as nossas fronteiras são secas, o que dificulta um pouco a nossa fiscalização, isso para não dizer bastante. As nossas equipes trabalham arduamente, mas, realmente, o que vem oriundo de outros locais é mais difícil de controlar.

Então, essas são as dificuldades que sentimos. Nos frigoríficos aqui não existem maiores dificuldades, a não ser no que diz respeito à GTA, aí envolve até questão tarifária do gado que vem de Goiás para ser abatido aqui, existe o Tare, que exige que haja o acordo, são essas as reclamações que há. Mas não existem maiores problemas nos nossos frigoríficos, até porque temos dois; de bovinos, temos dois. Aí, temos

outra gama de frigoríficos e estabelecimentos que inspecionamos. A dificuldade, acho que é de todos, é comum a todos: a carência de pessoal, equipes de fiscalização, tudo isso é a realidade que enfrentamos.

O Distrito Federal, por ser um mercado muito atraente, recebe muita coisa de fora, e não só carne, mas laticínios... principalmente carne e laticínios, mas peixe, pescado vem muito também. Então, a nossa fiscalização de trânsito tem que ser muito intensa e muito bem estruturada para coibir esse trânsito de produto clandestino ilegal. Esse é o meu maior problema aqui no Distrito Federal.

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Sr^a Cristyanne Barbosa Taques, que é aqui do Distrito Federal.

Para fazer a sequência das mulheres, primeiro, que têm a preferência aqui na nossa Comissão, vou convidar a Mônica Bergamaschi, que é Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

A senhora tem dez minutos para a sua apresentação.

A SR^a MÔNICA BERGAMASCHI – Muito bom dia a todos.

Permitam-me, também, cumprimentá-los na pessoa do Senador Blairo Maggi, que nos fez o convite para que possamos esclarecer. É uma tristeza quando vemos, de fato, essas imagens e temos uma grande missão de mostrar que temos um outro lado também que funciona, e funciona bem.

Então, da mesma maneira, temos uma Coordenadoria de Defesa Agropecuária em São Paulo, o Coordenador é o Heinz Otto Hellwig, que aqui está, e também fazemos um trabalho de orientação, de registro de estabelecimento, DE fiscalização, inspeção, monitoramento, qualidade, auditorias, enfim, esse trabalho que dividimos em São Paulo em 40 regiões. Então, temos 40 unidades, que chamamos de Escritórios de Defesa Agropecuária, temos Casas de Agricultura em 594 dos 645 Municípios paulistas, e esses nossos técnicos se dividem em todas essas regiões justamente na tentativa de estar cada vez mais próximos para trabalhar com a ajuda, para que façam da maneira correta, orientando, como também inspecionando, fiscalizando, autuando e, se for o caso, também fechando esses estabelecimentos.

Dentro dessa categoria que temos de Sisp, que é a inspeção paulista, são 621 estabelecimentos, sendo aqueles de carnes e derivados, que é o objeto maior desta nossa reunião, são 304 os estabelecimentos que ficam sob a nossa inspeção e fiscalização. Fizemos, no ano de 2012, mais de 2 mil inspeções e fiscalizações, e temos, só de abate de bovino sobre o Sisp, 67 esta-

belecimentos. Em 2012, abatidos pelo nosso Sistema Sisp, foram 735.344 cabeças. Então, esses foram os animais inspecionados.

Sobre esse desdobramento que tivemos de abate clandestino, também recebemos denúncias, que são objeto de uma ação imediata. Então, foram seis autos de infração, seis apreensões e condenações, seis fechamentos locais também. Da mesma forma, a produção clandestina, aquela que é feita também sem nenhum controle, sem registro, sem que nos comuniquem, também foram outros cinco autos de infração, apreensões, condenações sem também fechamento de todos esses locais.

Fiscalizações volantes, também fazemos, também emitindo, da mesma maneira, apreensão. E instalamos, em São Paulo, a partir do ano passado, a e-GTA, GTA eletrônica, que também tem permitido um controle muito maior. Já era feito tudo isso, mas de uma forma ainda manual, agora, temos um sistema eletrônico que facilita bastante toda essa movimentação – sabemos de onde vem, para onde vai –, para que possamos ter também um controle sanitário maior.

Em vista do convite que recebi do Senador, ativemo-nos muito à matéria que foi exibida no Fantástico. Parece que esse material que para cá veio é um material bruto.

A matéria que foi exibida fazia referência a três Municípios paulistas, que são: Jeriquara, Braúna e Parapuã. Da mesma maneira como já foi colocado pelos colegas do Estado do Mato Grosso, são três frigoríficos sob inspeção municipal.

No caso de Jeriquara, o frigorífico foi interditado, depois da reportagem, pela Prefeitura e o delegado municipal solicitou que a nossa Coordenadoria de Defesa Agropecuária fizesse uma ação local. Nós, então, estamos atuando ali a pedido do delegado municipal.

Em Braúna, o abate também foi interditado pela Prefeitura, também o frigorífico sob serviço de inspeção municipal, e a CDA fará a fiscalização, dessa vez solicitada pela própria promotoria pública, que a nós pediu a intervenção lá.

Em Parapuã, também foi interditado pela Prefeitura, mas ainda não houve, por parte de nenhum outro órgão, uma solicitação para que pudéssemos fazer uma atuação ali mais direta, uma vez que somos vedados pelo art. 6º da Lei nº 1.283, de 1950, depois modificada pela lei de 1989.

Acho que mais importante do que isso, isso também já foi muito bem colocado pela Cristyanne, é que esse nosso trabalho é também de orientação, é um trabalho de educação, é um trabalho que fazemos para conscientizar as pessoas também para que não adquiram esse tipo de mercadoria. A gente sabe que

isto acontece: é um trabalho insano; você parece que pega um e aparecem dois. Então, a gente vive vendo queijinho vendido na sacola, leitinho puro, forte, que vem na garrafinha PET de coca-cola; alguém deu uma lavadinha nela e vende. Tem quem compre. Isso é o pior. E só acontece porque falta, de fato, um trabalho muito maior de educação mesmo. Então, as pessoas precisam ser mais bem informadas do risco que correm a partir do momento em que ingerem um leite cru ou um queijo cuja origem não se sabe. Ele pode ser muito gostosinho. É cheio de buraquinho. Depois os nossos veterinários podem dizer exatamente o que há dentro desses buraquinhos. É uma coisa bastante delicada.

Com vistas a isso também, Senador, eu gostaria de dizer de um passo que demos em São Paulo. Nós montamos um projeto, no ano passado ele funcionou muito bem e já está explodindo este ano, estamos até sem condição de trabalhar, que nós denominamos Sanitarista Mirim. Ele foi todo engendrado pelo nosso pessoal da Coordenadoria de Defesa Agropecuária. Nós estamos trabalhando com crianças das escolas. Pegamos três Municípios onde existem laticínios, onde existem matadouros e estamos mostrando para as crianças, de uma maneira não tão brutal, porque essas imagens são muito fortes, tudo o que está envolvido, porque sabemos da importância que têm também as crianças e os jovens na hora de convencer os pais. Então, esse projeto está sendo muito legal. Já estamos com mais de 5 mil alunos este ano. Começamos no ano passado, só para fazer um teste, e como isso é bem recebido! Como essa questão da educação, da conscientização é importante e como ela é bem recebida! Então, está aí uma ideia que temos praticado bastante.

Nós temos tentado, na medida do possível, conscientizar, mostrar a importância. Temos feito essa atuação com os nossos técnicos. Agora, é preciso que trabalhe também uma conscientização dos Municípios. Isso acontece, é corriqueiro e não temos como ir lá e intervir. Então, esse é um dos maiores problemas que temos.

Passo a palavra para o Heinz, se quiser complementar alguma coisa.

O SR. HEINZ OTTO HELLWIG – Obrigado, Secretária.

Bom dia a todos. Bom dia, Senadores.

Só colocando mais uma ajuda que se deve ter acerca do abate clandestino: se existe abate clandestino, é porque existe comércio clandestino, existe alguém que intermedeia essa clandestinidade.

Em São Paulo, nós temos outra legislação para ajuda e apoio aos Municípios que não têm médicos veterinários, para trabalharem e fazerem as inspeções ou as fiscalizações efetivamente no varejo, porque o

varejo é da vigilância sanitária. Não cabe a nós, Defesa Agropecuária, fazermos varejo, porque somos proibidos pela legislação. E o veterinário é o profissional que pode sumariamente determinar a eliminação das carnes ou das carcaças apresentadas, sem uma análise microbiológica, qualquer coisa, desde que não apresente a origem.

Então, não só o trabalho de coibição do abate clandestino que foi colocado aqui, como a forma como são feitos devem ter um trabalho conjunto nas prefeituras municipais por meio das vigilâncias sanitárias, para que possam coibir – já que a educação talvez não seja tanta para o consumidor – a comercialização. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Satisfeita?

A SR^a MÔNICA BERGAMASCHI – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Dr^a Mônica Bergamaschi, Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

Eu convido agora para fazer uso da palavra o Sr. Antônio Flávio Camilo de Lima, Secretário de Agricultura, Pecuária e Irrigação do Estado de Goiás.

O senhor tem dez minutos para sua apresentação.

O SR. ANTÔNIO FLÁVIO CAMILO DE LIMA – Primeiro, quero agradecer ao Senador Blairo Maggi pelo convite. Acho que esta é uma oportunidade que os secretários e também os agentes de defesa aqui presentes têm para apresentar o seu trabalho, mas principalmente para dirimir as eventuais dúvidas que possam ocorrer num tema tão importante como este.

Alguns dados sobre Goiás. Nós temos um Estado produtor de carne, grande produtor de carne, umas das referências nacionais, com mais de 21 milhões de cabeças, um dos grandes exportadores brasileiros de carne. Essa posição realmente chama a atenção, em especial do Governo do Estado, das entidades de produtores no que diz respeito à sanidade do nosso rebanho, à qualidade da carne que é produzida, uma vez que, de certa forma, a nossa economia depende muito dessa atividade para o desenvolvimento, em especial dos 246 Municípios que compõem o nosso Estado. Quem cuida desses abates na inspeção estadual é a Agência de Defesa Agropecuária, Agrodefesa, da qual nós vamos apresentar os trabalhos em seguida.

Nós temos 236 agentes trabalhando diuturnamente nesse serviço de inspeção estadual. É importante destacar também que temos hoje uma Agrodefesa estruturada e, desde janeiro de 2011, nós temos 236 Municípios já ligados *on-line*. São 246. Desses 246, 236 estão ligados à Agrodefesa via Internet. E a emissão

de GTA é totalmente eletrônica em todo o Estado de Goiás desde janeiro de 2011.

E, nessa Agrodefesa, nós temos 238 unidades operacionais. Ou seja, apenas oito Municípios não têm escritório da Agrodefesa, mas, por estarem próximos a escritórios maiores, muitas vezes não justifica a instalação de unidades menores. Temos 18 postos fixos e, ao todo, 470 médicos veterinários trabalhando na sanidade animal.

Como eu disse anteriormente, dos 246 Municípios, 238 estão ligados diretamente à Agrodefesa. O sistema de informática hoje permite à direção da Agrodefesa acompanhar *on-line* todos os abates, todas as ações sanitárias, todos os eventos que estão ocorrendo. Isso é instantâneo. Temos lá uma mesa de monitoramento, uma central de monitoramento, que permite não apenas o presidente da entidade, da agência, mas também a direção da área de fiscalização acompanhar cada movimento em cada Município do Estado de Goiás. É um sistema bastante avançado de acompanhamento *on-line* de informações. Isso nos dá uma segurança muito grande, porque a defesa, quanto mais ágil é, mais eficiente se torna. E, com essa agilidade de informações, certamente nós temos uma defesa cada dia melhor, que proporciona não apenas ao produtor, mas ao cidadão que consome a carne inspecionada em Goiás uma absoluta segurança.

Além disso, naturalmente há todo um trabalho dedicado a análises laboratoriais dos produtos que são inspecionados.

Temos uma ação específica de inspeção estadual, uma vez que a legislação permite que Municípios façam também a fiscalização daquelas unidades que são municipalizadas, e os exemplos apresentados são, naturalmente, em Goiás, daqueles frigoríficos e unidades que não estão sob a inspeção da Agrodefesa (Agência Goiana de Defesa Agropecuária), do serviço estadual.

Inclusive, numa das falas, o dono de um pequeno frigorífico disse que transferiu a jurisdição para o Município exatamente para fugir à ação da Agrodefesa, uma vez que ele havia sido fechado ou autuado algumas vezes, e, com as ações da própria Agrodefesa, seria impossível a continuidade do seu trabalho e do seu estabelecimento.

Então, essa distância que muitas vezes acontece entre a ação estadual e a ação municipal é que proporciona uma condição favorável, uma vez que os Municípios não têm essa estrutura que todos nós estamos apresentando aqui.

É natural que esse trabalho não fique apenas na carne bovina. Estende-se a todos os demais segmentos da alimentação – pescados, lácteos –, enfim,

a todos os produtos que dizem respeito à fiscalização de defesa agropecuária. E também, naturalmente, nas agroindústrias da agricultura familiar, que é uma preocupação não apenas econômica, mas social, que temos de ter, uma maneira de viabilizar essa atividade, porque Goiás tem mais de 80 mil agricultores nessa condição e que precisam de renda. Então, vamos ter de conciliar não apenas a questão da fiscalização da sanidade, da segurança alimentar e também nutricional, mas também, a sobrevivência desses agricultores que são importantes em aspectos econômicos, mas muito importantes de forma social.

Aqui, são algumas características do Estado: Estado ainda grande, com 340 mil quilômetros quadrados, faz divisa com inúmeros Estados brasileiros, cada um com características distintas. Mas, exatamente por termos muitas divisas, precisamos estruturar, como fizemos e está aí apresentado, uma Agrodefesa forte e segura. Como eu disse, 238 Municípios estando presentes, 3 laboratórios, 18 postos de fiscalização fixos, 16 volantes, 259 agrônomos ou florestais, 470 médicos veterinários, 26 zootecnistas, um engenheiro de alimentos, 236 agentes de fiscalização e mais de 500 pessoas envolvidas, dando suporte administrativo, apoio logístico a todas essas ações.

Essas regiões que foram divididas do Estado demonstram as unidades da Agrodefesa, que são as regionais da Agrodefesa. Cada regional tem um grupo de Municípios jurisdicionados a ela – não vou entrar nesse detalhe. Como eu já tinha dito, há ligação direta que permite esse acompanhamento, e essa ação de inspeção e fiscalização atinge 264 estabelecimentos que são inspecionados por esse trabalho da Agrodefesa. Então, é quase um ou mais de um por Município em média.

Aí, o número de inspeções periódicas identificadas da forma técnica de se fazer isso, e a coleta de amostras, feita exatamente para assegurar, de fato, a qualidade do produto. Por fim, os dados da fiscalização. Aqueles 264 são estabelecimentos ligados à produção e transformação de carne. Aí, nós temos, no total, 418 estabelecimentos, porque envolve outras atividades.

Goiás abate em torno de 3,5 milhões de bovinos por ano. Desses, 510 mil foram inspecionados pelo serviço estadual, pela Agrodefesa; 360 mil suínos, 24 milhões de aves, 800 mil peixes, 132 toneladas de pescado e derivados, 18 mil toneladas de produtos, entre carne e derivados, também inspecionados; 127 milhões de litros de leite, 51 mil toneladas de produtos lácteos, 3,6 toneladas de mel e uma quantidade enorme de ovos inspecionados – 2,8 milhões de dúzias de ovos inspecionados pelo serviço estadual – natu-

ralmente, temos os serviços municipais e o serviço federal de inspeção.

E atua de maneira muito séria e muito, eu diria, competente com outras entidades, porque, talvez, um dos grandes problemas que precisamos enfrentar é a questão de educação sanitária, que vai envolver, inclusive, não apenas quem fiscaliza, mas quem consome o produto. Talvez o melhor fiscal, quem vai atestar a qualidade dos produtos é exatamente aquele que compra, aquele que adquire, que precisa ter consciência em recusar-se a comprar determinados produtos, ou comprar de determinados estabelecimentos.

(Soa a campainha.)

ANTÔNIO FLÁVIO CAMILO DE LIMA – E aí as parcerias que são feitas com as entidades.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Antônio Flávio Camilo de Lima, Secretário de Agricultura, Pecuária e Irrigação do Estado de Goiás.

Convido, para fazer sua apresentação, o seu pronunciamento e o seu posicionamento, o Sr. Luiz Fernando Mainardi, Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. LUIZ FERNANDO MAINARDI – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi, cumprimento V. Ex^a e, acho que não posso dizer a todos os Srs. Senadores, mas a V. Ex^a pela iniciativa. Cumprimento os demais convidados, Dr. Enio Marques, árduo defensor da defesa. Vou fazer algumas considerações para, ao final, apresentar a minha modesta opinião e dizer o que acho que está acontecendo e o que deveríamos fazer.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, vivemos um momento de crescente concentração de recursos nas mãos da União. Os Estados e Municípios estão permanentemente a reclamar. No caso específico, defesa é o conjunto de ações em que todos nós temos que atuar. Amanhã o Grêmio joga com o Fluminense; outro dia, o Grêmio ganhou de três a zero porque a defesa do Fluminense não funcionou. Quando não funciona, é isso que dá. Se amanhã isso se repetir, vamos ganhar de novo.

A defesa é feita pelo Município, pelo Estado e pelo Governo Federal, pelos três entes federados. Vivemos esse processo de concentração de forma crescente. E se formos verificar, se perguntarmos aos Municípios o porquê de eles não estarem aderidos ao Sisbi/Suasa, eles dirão que não têm dinheiro para contratar profissionais. Bem, há o problema de conscientização, de participação nos problemas e na busca de soluções. Mas a questão mais comumente alegada é essa. En-

tão, penso que o nosso principal problema é, de fato, a questão do financiamento das ações de defesa.

O Ministério tem feito um esforço muito grande, mas acho que está meio sozinho nessa luta por recursos. E recursos existem. Como existe o problema, somos nós que temos que extensionar, e V. Ex^a está de parabéns por essa iniciativa, para que o Governo brasileiro faça os aportes de recursos nessas áreas. Estamos, por exemplo, assistindo agora, recentemente, ao Governo fazer desonerações que chegam a R\$50 bilhões, inclusive comprometendo recursos de Estados e Municípios. Estamos novamente participando de um conjunto de políticas nacionais sem termos oportunidade sequer de escolher se essas são as melhores políticas ou não. Acho que parte desse dinheiro poderia ser jogado na defesa. E, na defesa, é para que possamos nos preparar para o mundo que vem. Se aumentamos em 300% – creio que foi isso – nos últimos dez, doze anos, a nossa exportação brasileira de carne, vamos continuar ampliando as exportações. Aliás, o debate é saber como vai comportar-se a pecuária nesse cenário de consumo mundial crescente de proteína animal, em que o frango está ultrapassando o consumo mundial de suínos, em que o frango precisa de cada vez mais área de agricultura para ser produzido. E as áreas de pecuária vão se restringindo cada vez mais. Como vamos trabalhar para que essa carne que cada vez mais vai agregar valor e cada vez mais será, no mercado mundial, um produto de excelência. Como o Brasil vai portar-se em relação a isso? Qual o nosso projeto estratégico como país?

As coisas não funcionam. O Rio Grande do Sul tem um rebanho de 14 milhões, perto do rebanho nacional de 220 milhões. Aliás, qual é o rebanho brasileiro efetivo? Essa é outra pergunta cuja resposta gostaríamos de saber. Trabalhamos o ano de 2011 para colocar no Orçamento da União uma emenda. Fechamos 100% da Bancada do Rio Grande do Sul; ao final do ano, incluímos uma emenda para desenvolver a rastreabilidade, a identificação individual bovina e bubalina dali para frente.

Passamos o segundo ano, 2012, correndo atrás, para chegarmos ao final do ano com o seguinte: “as emendas não serão pagas.” É um jogo de faz de conta, um absurdo! Nós perdemos dois anos e, quando chegou a hora, veio uma política do Governo dizendo que as emendas não serão pagas.

A Bancada havia se comprometido de fechar, durante cinco anos, R\$20 milhões para implantar um sistema eficiente, moderno, para que a gente pudesse concluir o trabalho que estamos fazendo de modernização da defesa como um todo, criando produtor *on-line*, criando condições para que a gente pudesse se

apresentar perante os consumidores mais exigentes do mundo inteiro com a rastreabilidade. Porque essa é uma condição para que a gente possa ter um trabalho de gestão nas propriedades, para que a gente possa mostrar o que nós estamos produzindo a partir da sua história, da sua origem, de onde, por onde passou, que raça, como é que foi o abate, que sistema foi criado, produzido e assim por diante.

E, terceiro, para que a gente possa efetivamente ter um trabalho sanitário eficiente, com uma capacidade de resposta também muito rápida, como o mundo inteiro tem feito. Aliás, visitamos meia dúzia de países exatamente para conhecer o sistema de rastreabilidade.

Infelizmente, vamos ter que trabalhar com recursos próprios para implementar no Rio Grande do Sul. E aí são as dificuldades, é a falta de recursos. Sempre há coisas que são muito importantes, talvez mais importantes do que rastreabilidade, como a educação, pagar o salário, o piso do magistério, e assim por diante.

Então, estamos, no meu entendimento, diante de uma ideia em que nós, ou assumimos essa questão da defesa como estratégica para o Brasil – e é por isso que o Senado está de parabéns, o senhor, especialmente, Senador Blairo, por trazer este tema –, ou nós não vamos nos preparar adequadamente para o futuro da pecuária brasileira.

Eu penso que a rastreabilidade é o único caminho que pode nos levar à diminuição, senão praticamente à exclusão, ao fim do abate clandestino.

Isso que nós vimos nas reportagens ocorre porque nós não temos adequadamente fiscalização municipal, porque temos limitações estaduais e porque não conseguimos interagir com as três esferas de forma correta.

O Suasa/Sisbi, na prática, não se implementa. Se ele estivesse implementado e as equivalências tivessem sido estabelecidas, nós não teríamos visto aquilo ali. E nós não conseguimos fazer isso porque nós não conseguimos dar um apoio para o Município, trazer o Município. Ele é o touro, ele é independente, ele adere se quiser.

Agora, se nós tivermos não só uma capacidade de persuasão, de convencimento, mas também de convencimento a partir de doarmos, de darmos, de patrocinarmos, de viabilizarmos iniciativas municipais, nós traríamos os Municípios.

A rastreabilidade é condição, no meu entendimento, que é a segunda medida, porque não há como um animal sumir de um sistema de informação. E ele some; hoje some.

No Rio Grande do Sul, nós temos um abate de 2,5 milhões de animais, porque, se nascem 2,5 milhões por ano, e o nosso rebanho continua estável... Não vai para o Uruguai porque lá existe rastreabilidade. Se pegar

um animal não identificado, alguém vai para a cadeia, e o animal vai para o abate sanitário. Para a Argentina não vai. Quando nós corremos e nos preocupamos e nos somamos à União, foi no sentido de nos proteger quando do problema da aftosa com o Paraguai.

Temos problema em relação à venda de gado. Mas aí sai a venda para outros Estados com as raças produzidas, com raças europeias, britânicas, lá no Rio Grande do Sul, com animais de qualidade que estão indo para confinamento em outros Estados. Mas isso está dentro das normas.

Temos problema com a exportação – e o senhor, que é Presidente da ONG Amigos da Terra – quando nós exportamos gado, e só de uma vez morreram 300 terneiros de fome e, dizem alguns, mais de mil dentro de um navio, de fome.

Isso acontece. E nós nos tornamos impotentes porque essa exportação ajuda a regular o preço do mercado, o que é um absurdo, porque exportar gado em pé é exportar emprego, ICMS, e deixar de alimentar toda a cadeia. Aliás, o Rio Grande do Sul, hoje, deve estar com 40%, 45% da capacidade ociosa dos nossos frigoríficos, por falta de animais. E estamos exportando.

Não temos uma política nacional que a gente pudesse segurar a exportação da nossa riqueza. E exportar nessas condições absolutamente comprometedoras sob o ponto de vista do bem-estar animal.

Então, a sugestão, Presidente, que eu deixo é de que, em primeiro lugar, a gente comece a trabalhar o caminho da rastreabilidade, como condição de se fazer um trabalho sanitário de qualidade, de dar respostas, de trabalhar a gestão da propriedade e de estarmos atentos às exigências do mercado mundial; segundo: que a gente rediscuta o Sisbi/Suasa, no sentido de trazer os Municípios para o debate, levando recursos até os Municípios, convencendo a partir exatamente do apoio que eles precisam. Pelas dificuldades, contratar mais um veterinário, dois, um técnico, um funcionário, eles não farão, não estão fazendo. Repito: o Rio Grande do Sul tem cinco Municípios que aderiram. Nós precisamos fazer com que essa adesão seja total, que os nossos trabalhos sejam efetivamente integrados, que haja equivalência, portanto. Quando nós atingirmos isso, tenho certeza de que não veremos mais cenas como essas que vimos no Fantástico e outras, quem sabe piores, que os Amigos da Terra ainda não divulgaram.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Luiz Fernando Mainardi, Secretário de Estado, de Agricultura, Pecuária e Agro-negócios do Estado do Rio Grande do Sul.

Eu passo a palavra agora para o Presidente da Amigos da Terra, Sr. Roberto Smeraldi. Ele tem a apre-

sentação de um vídeo e também fará comentários em seguida. Com a palavra, então, o Dr. Roberto Smeraldi.

O SR. ROBERTO SMERALDI – Obrigado Senador.

Pelo que soube pela assessoria, é possível mostrar o vídeo, talvez a parte final, eu vou sinalizar para cortarmos para sermos um pouco mais rápidos, e, em seguida, vou repassar os dados da pesquisa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Eu só quero anunciar aqui, também, a presença do Sr. João Ferreira Caldas, que é Diretor de Política Profissional do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários, a Anffa Sindical.

Muito obrigado.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Então, com a palavra o Dr. Roberto.

O SR. ROBERTO SMERALDI – Obrigado, Senador, Secretários e todos os presentes.

Acho que as imagens ajudam a formar uma opinião a respeito daquilo que encontramos rodando o País de Norte a Sul. Então, acho que essa parte dispensa comentários.

Vou direto para as conclusões.

O que nós observamos em primeiro lugar? Não apenas desvios individuais, como às vezes podem aparecer pelos depoimentos desses veterinários ou desses fiscais, como a gente viu. A gente observou uma situação em que temos um problema sistêmico; em que há uma convenção de que simplesmente não se realiza a inspeção; que há um triplo padrão e esse triplo padrão, na realidade, como a gente viu, não está previsto pela lei. Não existem diferentes padrões sanitários. Só há um; porém, há uma convenção atrás de uma hipocrisia, senhores. A hipocrisia foi criada pela lei de 1989, pela qual, como a circulação do produto é restrita a uma área geográfica, na realidade não se aplica o padrão. É como se eu, passando por aquele Município, comesse aquele produto, e a minha saúde fosse diferente daquela que é afetada se eu comesse aquilo em outro Município. Isso tem implicações culturais, sociais, que não cabe nem comentar aqui. É evidente que temos preconceitos em relação... Quer dizer, se uma situação desse tipo afetasse nossas exportações, eu acho que vocês, no dia seguinte, iriam tomar medidas para eliminar essa hipocrisia. Mas toleram essa hipocrisia, sendo que isso apenas é consumido em áreas restritas do País por brasileiros. Essa é a realidade.

Então, a primeira conclusão é que nós precisamos eliminar esse triplo padrão que a lei de 1989 criou. Não importa se é uma convenção, uma convenção que une

veterinários, que une políticos locais, que une gestores de empreendimentos. Então, um sistema único. Não interessa quem o realiza.

Sr. Presidente, V. Ex^a conhece o nosso trabalho, quando era governador: trabalhamos para transferir para os Estados na Amazônia, contra a resistência do Governo Federal, um monte de funções que hoje os Estados, inclusive na área ambiental, aprenderam a exercer. Não é uma questão de centralizar, mas independentemente de quem for que fiscalize aquela carne, tem que se poder comê-la em qualquer lugar: no Município, na capital ou no exterior. Tem que ser a mesma carne. Esta é a primeira constatação.

A segunda é que também nós precisamos... E é bom que aqui tenhamos representantes dos profissionais, dos veterinários, porque sabemos que há muitos bons veterinários, mas há muitos que aprenderam a trabalhar apenas carimbando, ausentes na inspeção, sem nem olhar, não há inspeção *ante e post mortem*. Não há inspeção. Não há presença física. E isso é aceito como prática normal, mas uma convenção. Carimba-se, assina-se. Então, das duas, uma: ou o conselho repassa uma clara...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO SMERALDI – ... orientação a seus filiados ou tem que se defender a dignidade dos bons veterinários, expulsando aqueles que agem dessa forma, porque, se não houver carimbo... Observem que nosso trabalho não é sobre o clandestino. Vão fazer outro sobre o clandestino. Este é sobre o legal. Este é sobre aquele supostamente com inspeção, ou melhor, com carimbo; com carimbo, mas sem inspeção. Esta que é a realidade.

Se os veterinários se recusassem a assinar aquilo, eles se transformariam em clandestinos. Então, não haveria papelada que encobrisse o trânsito no Município dentro do Estado daquele produto e ficaria claro: aí seria caso de polícia, aí seria outra coisa. É muito mais fácil.

Onde temos uma grande dificuldade, inclusive nas apresentações vimos: “Ah, a gente checa os documentos!” Os documentos estão lá. Agora as instalações, conforme falamos com o Presidente da Ordem dos Veterinários de São Paulo, semana passada, Dr. Francisco, que me confirmou, inclusive gravou em vídeo – temos aqui: “Olhe, têm que ser fechados todos! Não têm condições! A própria instalação física não permite que o veterinário possa assinar qualquer coisa que saia de lá, por definição, a própria instalação!” Ele que disse. Então, por que isso não acontece? Porque há esse faz de conta. Há essa realidade paralela.

Então, essa é uma conclusão do nosso trabalho que leva, portanto, a dois interlocutores. Um é o Con-

gresso Nacional, em relação a eliminar essa situação que a lei de 1989 criou: o triplo padrão, os que têm um só. Não interessa a origem do executor. Se o executor for municipal, ótimo; estadual, ótimo. Tem que transferir os meios para fazer isso, a capacidade. Na medida em que transferir, faz. Mas aquilo, uma vez fiscalizado, é fiscalizado para qualquer lugar do País. É como um remédio. Se você vai ao médico e ele prescreve uma receita, aquilo é válido dentro do seu Município, é válido. O médico se responsabiliza, assina. E nem olhamos a parte da fazenda, o gado que chega em condições, por exemplo, por remédios que ele próprio toma sem condição para o abate. Esse é outro lado. Vamos explorar isto aqui: a falta de inspeção antes que leva lá animais que, por exemplo, tomaram remédio antes do abate, etc.

Então, é muito simples. A gente sempre diz: “Olhe, o problema é complexo. Parece que leva...” Não, o problema é simples. É grave, mas é simples. Se nós eliminarmos o triplo padrão, do ponto de vista normativo, eliminarmos a hipocrisia, e os veterinários passarem a assinar apenas com a presença física e os demais perderem a carteirinha, essa situação vai ser superada.

Temos outros desafios: a educação, a conscientização, o repasse de informação, tudo isso; mas esses são estruturais ao longo do tempo. Hoje nós podemos sair dessa situação que representa uma ameaça.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Roberto Smeraldi, que é Presidente da ONG Amigos da Terra – Amazônia Brasileira.

Passo a palavra então ao Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, Benedito Fortes de Arruda, várzea-grandense e cuiabano. Tem dez minutos para a sua exposição.

O SR. BENEDITO FORTES DE ARRUDA – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, por esta oportunidade que nos abre de, nesta Casa do povo, discutirmos um assunto que persiste no nosso País desde o Brasil colônia. Isso não é um assunto que surgiu agora, há dez anos, há um século. Já perdura por longos anos.

O Conselho Federal de Medicina Veterinária completa este ano 45 anos de existência e, como esta instituição, tem primado pela fiscalização, em todos os Estados, em todos os Municípios, da atuação do médico veterinário, exigindo das pessoas jurídicas que cumpram as determinações legais.

Mas vejamos, a partir de 1950, com o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, nós passamos para outro patamar, um patamar que nos deu uma credibilidade, sobretudo do

ponto de vista internacional. Por isso, o Serviço de Inspeção Federal é reconhecido internacionalmente como um dos melhores serviços que há no mundo. Mas isso não foi suficiente, porque essa regulamentação sofreu transformações desde 1950. Ela foi alterada em 1962, em 1971, 1973, 1976, 1989 e a última vez em 1994, evidentemente que adequando às condições da evolução, não só do parque tecnológico do nosso País, mas das exigências que a própria população, que é a mais interessada, tem nesse sentido.

Isso não resolveu ainda toda essa sistemática. Por quê? Porque com o advento da Lei nº 7.889, houve delegação de competência para os Estados e para os Municípios. Ora, os Estados ficaram de fiscalizar e inspecionar aqueles produtos que eram comercializados intermunicipalmente, um Município no seu Município, e a Inspeção Federal, os produtos comercializados entre os Estados e o comércio internacional.

É bem verdade que também nós defendemos que devemos ter carne para o consumidor brasileiro. Por que nós podemos exportar uma carne de melhor qualidade, idônea do ponto de vista higiênico-sanitário, e nós próprios brasileiros não podemos consumir esse produto que é produzido aqui no nosso País?

Nós não podemos nos ater a essa proposta de triplo padrão, porque nós estamos inseridos no mundo globalizado. E nessa globalização, nós temos que atender os mercados internacionais. Cada qual tem a sua exigência de forma diferenciada.

Então nós não podemos fazer, de uma forma sistêmica, que tudo seja de uma horizontalidade. Mesmo porque, ainda do outro lado, existe também uma outra condição. Quem é que vai ter condições de atender a esses padrões se muitas vezes, hoje, o Município, ou o produtor, ou o consumidor, ou aquele que abate os animais e os comercializa não recebe nenhum financiamento? De onde ele vai retirar o dinheiro para atender a essas exigências? Muitas vezes há um comércio muito pequeno, com abates de quatro, cinco bovinos por semana, o que não dá condição de recompor seu investimento.

Então, esses entraves existem. Daí por que a Dra Maria Auxiliadora colocou aqui uma coisa essencial e que começa a se difundir em nosso País: o consórcio intermunicipal. Essa é uma solução que podemos idealizar. Que possa também, efetivamente, ter um financiamento por parte do Governo. Não é possível deixar só às prefeituras essa responsabilidade, embora todos nós saibamos que os prefeitos, os vereadores, os deputados também têm responsabilidade nesse processo.

Aqui não se mostra e não se mostrou o outro lado da moeda: as pressões que os veterinários sofrem. Podem ser demitidos porque condenaram uma carcaça

de determinado produtor, que é amigo do prefeito, que é amigo do vereador. Há colegas nossos que estão, inclusive, paraplégicos por terem levado tiros de pessoas descontentes e outros já morreram, mas ainda temos colegas que vivem essa situação, passam por essas circunstâncias.

Muito se falou – e eu também entendo – que é necessário que possamos estabelecer uma educação sanitária. Aqui, alguém falou dessa educação sanitária, no aspecto mirim, apenas nos Municípios em que existem laticínios e matadouros. Mas elas deveriam ser desenvolvidas em todos os Municípios, porque todos eles são consumidores de carne, são consumidores de leite. Então, esse aspecto é de fundamental importância para que todos nós possamos entender esse assunto que é complexo, não tão fácil de resolver.

Além da população, do prefeito, dos vereadores e dos deputados, nós ainda temos uma parcela de contribuição significativa: os juízes das comarcas. Eles tripudiam e atentam... E aqui não foi mostrado! Por exemplo: o matadouro de Itajá foi fechado pela Agrodefesa de Goiás, porque não possuía nenhuma condição do ponto de vista higiênico e sanitário. No entanto, buscou-se um mecanismo que nós desconhecemos, mas temos conhecimento do caso, pois vimos a liminar que foi concedida pelo juiz, para que aquele matadouro fosse reaberto e se procedesse à matança e à distribuição de carne.

Deve-se incluir dentro desse processo também esses juízes que têm esse tipo de procedimento. Por que eles não estão aqui? Por que eles também não são denunciados? Será, juiz, que o senhor conhece aquilo que o senhor liberou? O senhor terá coragem de consumir aquela carne?

Então, não são os profissionais somente os responsáveis. Em todas as profissões existem pessoas ruins, nem todas as organizações são cem por cento boas. Ou achamos que todas as ONGs são cem por cento? Existem organizações que também são desonestas e partícipes de processos de corrupção. Se existem esses profissionais que estão com esse tipo de procedimento, eles devem ser denunciados aos conselhos, e estes nunca se omitiram em punir esses colegas.

Para o colega que teve o problema com o leite em Minas Gerais e no caso do problema da carne nos matadouros de Rondônia houve punição pelos conselhos. Mas muitos recorrem à Justiça, que devolve a eles o diploma, dando-lhes a possibilidade de continuar a desenvolver suas atividades.

O que nós precisamos é buscar uma forma de resolvermos essa situação. Inclusive, nós temos também uma sugestão, não só a do financiamento, a da

educação sanitária, não só a da responsabilidade desses agentes políticos, mas também e sobretudo que nós pudéssemos reduzir a exigência...

(Soa a campainha.)

O SR. BENEDITO FORTES DE ARRUDA – ... para os matadores, em nível de Município, em nível de Estado, para que possam atender o mínimo necessário para defender a população de alimentos não adequados para o seu consumo.

Essa clandestinidade leva a um prejuízo do ponto de vista tributário e a falta da higiene e da sanidade desses produtos leva a uma questão de saúde pública, sem contar também os prejuízos que são causados ao meio ambiente.

Essa, Sr. Presidente desta Comissão, era a colocação do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Nós queremos, mais uma vez, agradecê-lo pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Benedito Fortes de Arruda, Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, pelo seu posicionamento e sua explicação.

Eu vi aqui que o Dr. Roberto ficou um pouco agitado com as suas ponderações, mas nós vamos ter depois outra rodada de considerações finais, e aqueles que acharem que devem fazer outras colocações terão a oportunidade.

Passo agora a palavra ao Dr. Enio Antonio Marques Pereira, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/Mapa). O senhor tem dez minutos prorrogáveis por mais dez, se for o caso.

O SR. ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA – Obrigado, Senador.

É uma satisfação muito grande participar deste encontro na presença e na participação bastante contundente dos Srs. Secretários, do Presidente do Conselho, do Presidente dessa Organização não Governamental que está trazendo esse tema a uma nova discussão.

O Brasil é uma potência agrícola mundial e tem que trabalhar com políticas de qualidade mundial. A inspeção, no nosso País, tem procedimentos, tem métodos que são universais. Por acaso, vai completar, agora em 2015, cem anos.

A nossa legislação é uma legislação que vem acompanhando o dinamismo da organização da sociedade, especialmente nas respostas às questões urbanas, da complexidade urbana.

Esse nosso serviço de inspeção foi formalizado, em 1915, mas funcionou, por quase dez anos, como um serviço de apoio às grandes empresas americanas e inglesas que se estabeleceram aqui no Brasil. So-

mente em 1950, quando terminou a Segunda Guerra Mundial e iniciou todo um clamor pela necessidade de um controle mais austero, um controle mais consistente, com a aplicação de conhecimentos mais adequados, é que se criou uma lei obrigando a prévia fiscalização, a prévia inspeção de produtos de origem animal. Até então, o serviço de inspeção federal funcionou, por quase 50 anos, exclusivamente para atender exportações.

Essa legislação caminhou no pós-guerra e já foi um avanço muito grande, porque o serviço de inspeção, quando foi criado, trabalhava exclusivamente com carne. Ele só passou a trabalhar nessa visão de controle de todos os produtos de origem animal no pós Segunda Guerra Mundial.

Na mudança da Constituição de 1988, a União perdeu a exclusividade de uma série de matérias, inclusive da parte sanitária e fitossanitária. Isso passou a ser uma responsabilidade de todos.

Por acaso, a legislação dos anos 50 facultou essa figura das três inspeções e existe um artigo da Lei nº 1.883, que poucos conhecem, o nono, que estabeleceu a obrigatoriedade do regulamento da inspeção de produtos de origem animal. Então, ao se olhar o regulamento da inspeção federal, tem-se a sensação de que ela é a regra brasileira. Não é verdade. A regra brasileira não existe. O que existe é que quem solicita – a empresa ou o agente econômico que quiser ter inspeção federal – é obrigado a cumprir o regulamento da inspeção federal, da mesma maneira que existem regulamentos das inspeções estaduais, da mesma maneira que existem regulamentos das inspeções municipais.

Então, a situação colocada de uma forma muito emblemática, muito interessante, pelo presidente da ONG, na verdade, não são três níveis, são n níveis. Nós não sabemos quantos são os regulamentos. Se todos os Estados têm um Serviço de Inspeção Estadual, não o federal, os 26 ou 27 Estados, e mais os Municípios, nós temos uma quantidade muito grande de regras. E todas elas válidas.

O que há de se fazer? O diagnóstico está feito, a realidade é essa. Como enfrentar essa situação? A resposta foi dada. Logo após o término da Constituição, houve uma decisão muito importante de criar uma lei para a agricultura. Essa lei da agricultura tem um capítulo que é: Da Defesa Agropecuária. Por acaso, naquele período – eu fiquei um tempo fora do Ministério e fui o primeiro assessor técnico da Comissão de Agricultura, trabalhei lá três anos –, se organizou a proposta, o enchimento da lei agrícola, no capítulo Da Defesa Agropecuária.

Esse capítulo tem três chamadas – são três artigos com três ações, podemos assim dizer –, uma explicando o que é a defesa; uma segunda criando

um sistema único de saúde para animais e plantas, na mesma abordagem que existe hoje para a saúde humana. Em decorrência dessa providência, se estimulou, anos após, a organização das agências de defesa. Hoje cada Estado tem uma agência ou um serviço próprio, exclusivo, que permite atender aos cinco mil e tantos Municípios do País. E a terceira chamada desse capítulo Da Defesa Agropecuária, da lei agrícola, diz respeito ao sistema brasileiro para insumos e para produtos de animais e plantas transformados em alguma utilidade.

O Sisbi-POA, que é o Sistema de Inspeção de Produtos de Origem Animal, foi lançado em 2006. Ele não conseguiu avançar na velocidade que se imaginava, porque houve provavelmente uma tensão política menor do que se precisava. E agora, com toda essa comoção, com toda a repercussão que tem a tomada desse assunto, ele volta com uma carga muito maior. Então, o Sisbi, que é o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal e que é parte do Suasa é o caminho para começarmos a diminuir essas diferenças e a forma pela qual o Governo Federal, obrigatoriamente, passa a olhar para esse tema.

Até algum tempo atrás, em todos esses momentos em que nós éramos convocados, nós iríamos dizer: o Ministério da Agricultura cuida do SIF. O Ministério da Agricultura não tem alcance sobre os Estados e não tem alcance sobre os Municípios. Mas existe uma remissão da lei agrícola que nos obriga a construir um sistema. E agora, decididamente, a partir de um bom acordo com os Governos Estaduais, tanto pelo foro dos secretários da agricultura como pelo foro das agências de defesa, todos nós estamos convictos de que a administração do Sisbi é fundamental para que isso avance.

Nós estamos imaginando, para este período de 2013 – o quadro de detalhamento de despesas está para ser publicado –, em torno de uns R\$40 milhões para trabalhar o Suasa/Sisbi.

Nós estamos criando uma coordenadoria geral. O Dipoa, lá no Ministério, que é o departamento que cuida do SIF, na verdade, tem que assumir o papel de administrar o Brasil, de coordenar o Brasil. O SIF é uma das ferramentas que ele tem que gerenciar. Mas o Dipoa passa a ter agora, no futuro próximo, uma coordenadoria geral, no maior nível possível que se tenha na administração, para cuidar desse sistema.

A equipe de trabalho desse sistema será composta por colegas do Ministério da Agricultura e por colaboradores cedidos pelos Governos Estaduais. Nós precisamos ter uma equipe que trate o Sisbi como um reinício de atenção, para que o Brasil comece a ter regras brasileiras. Nós não temos uma regra brasileira.

Outro detalhe também que acabou fugindo nesses anos todos é que a Lei nº 1.283 nunca foi, vamos dizer assim, regulamentada. A sensação de um regulamento de inspeção para o SIF substituiu a regulamentação. Nunca foi regulamentada, mas ela é praticada, então, regulamentada está. Agora, há necessidade de começarmos a criar as regras do Sisbi e de fazermos essa aproximação de interesses.

O Grupo Fernando, por acaso, está aqui. Tem o nome de um colega fiscal que está trabalhando nesse desafio do Sisbi. Existe um programa piloto que está sendo desenvolvido lá com o Luiz Fernando Mainardi, no Rio Grande do Sul...

(Soa a campainha.)

O SR. ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

– ...num objetivo de criar algumas facilidades, por ser um piloto, que permitam maior adesão ao sistema. A nossa ideia, e a Presidente da República deve assinar nos próximos dias, é uma alteração da regra do Sisbi para facilitar a adesão ao sistema.

Hoje nós concentramos uma tensão muito grande na verificação prévia das documentações para que os governos estaduais façam adesão ao Sisbi. Nós queremos diminuir essa tensão, permitir que todos aqueles governos que tenham suas legislações e seus planos de trabalho possam depositar esses documentos no nosso sistema e a adesão estaria automaticamente concedida.

Depois, esses serviços estaduais passariam a ter a responsabilidade de apresentar estabelecimentos sob seu registro que queiram entrar no sistema. Para isso esses estabelecimentos têm que fazer um requerimento de adesão ao sistema, têm que demonstrar que seus produtos estão alinhados às especificações de limites de contaminantes, essas coisas todas, o governo do Estado tem que encaminhar isso e esses estabelecimentos passariam a fazer parte do Sisbi e, com isso, a ter maior amplitude de comercialização.

O Sisbi fará, por essa proposta, anualmente, uma auditoria nesses serviços, com um pré-questionário, com as equipes formadas por esses colaboradores do Governo Federal e dos governos estaduais, sendo esse resultado da auditoria publicado. O serviço terá, em 30 dias, um prazo para manifestar suas considerações e apresentar um plano de ação corretiva. E esse plano de ação corretiva passaria a fazer parte do convênio de apoio e suporte para aprimoramento daquele serviço.

Também nós achamos que temos que criar um apoio ainda maior para os serviços estaduais, para que eles possam melhorar a condição de apoio aos Governos Municipais, com serviços municipais, ou consórcios – especialmente no Sul, isso já está sen-

do uma realidade –, para que eles possam começar a trabalhar todos dentro de uma regra.

A parte em que eu insisto bastante e sobre a qual, nestes últimos anos, eu tenho procurado, sempre que surge oportunidade, falar é em relação a procedimentos profissionais. Se eu cair duro aqui e me levarem para um hospital, seja ele público ou privado, se tiver um ataque cardíaco, o procedimento de ataque cardíaco está lá definido, os profissionais são treinados e, quando no exercício de suas funções, aqueles protocolos são aplicados. Na parte de protocolos profissionais, tanto a Engenharia Agrônômica como a Medicina Veterinária têm uma carência muito grande desses protocolos.

Então, uma das preocupações que nós temos, em todo modelo de capacitação, de definição dos papéis, de governança desse nosso processo todo, é que é fundamental que os nossos conselhos, que as nossas sociedades comecem a trabalhar a questão de protocolo.

Se existe uma parte da responsabilidade profissional que tem protocolo é a inspeção. Talvez seja uma das raras atividades que está toda regulada, meticulosamente, detalhe a detalhe, em relação à tomada de decisão – como fazer um diagnóstico, como fazer as pesquisas, como fazer a inspeção *ante mortem*, como fazer a inspeção *a post mortem*.

Então, não existe, independente da condição da instalação de um estabelecimento ou da tecnologia que esse estabelecimento trabalhe, diferença da aplicação da responsabilidade do profissional. Ela é a mesma. Ela está toda dentro de um protocolo. Então, é importante considerar que, independente de quem venha a ser ou seja o agente controlador responsável pela aplicação dos critérios de inspeção, ela é única, é indivisível, não pode ser diferente.

Para encerrar aqui as minhas palavras, eu quero tornar claro que o Sisbi passa, este ano, a ter outro tipo de atenção. O PPA 2012-2015 já assinala essa direção. Então, isso aqui já é uma providência que foi trabalhada a partir de 2010. Existe uma coordenadoria-geral que vai cuidar desse assunto e existe a predisposição dos governos estaduais, através das secretarias, através dos seus órgãos de inspeção, em aumentar o escopo das suas agências de defesa, alcançando, de uma forma mais célere e mais organizada, essa responsabilidade da inspeção nos Estados em apoio à inspeção nos Municípios.

Era isso que tinha a observar. Estamos à disposição para os debates.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Enio.

Eu agradeço a participação de todos.

Já que não há Senadores para fazer o debate, os questionamentos, vou fazer uma única pergunta e, depois, passar a palavra para cada um dos senhores e senhoras para as considerações finais e também, se possível, para que falem um pouco sobre a pergunta que farei.

Também quero dizer que esta audiência pública é transmitida pela TV Senado e, ao longo da semana ou das próximas semanas, é repetida em horários diferentes. Então, a população pode participar, quer dizer, ouvindo, sentido a impressão que cada um tem nesta reunião.

A nossa Comissão tem o nome de Comissão de Meio Ambiente, mas, na realidade, ela é de meio ambiente, de defesa do consumidor, que é o que estamos tratando hoje aqui, e de fiscalização das atividades do Executivo. Então, é uma Comissão bastante ampla. Ela tem o nome de Comissão de Meio Ambiente e, muitas vezes, as pessoas acham que ela só trata de meio ambiente. Não. Aqui nós tratamos de vários assuntos, e assuntos importantes, como a questão da defesa do consumidor, que é a pauta que estamos tratando hoje aqui.

A pergunta que faço não é complicada, é bem simples, e tenho certeza de que aqueles que estão nos assistindo ou nos ouvindo, pela Rádio Senado, gostariam de saber também: em relação aos abatedores municipais que não têm condições de cumprir as regras, por que lhes são concedidas licenças ou por que eles não são fechados imediatamente? Uma coisa que se discutiu aqui é a estrutura de operação daquele abatedouro, se ele tem condições de higiene, se ele tem condições de logística, etc. e tal, mas a prefeitura ou o Estado têm autoridade de chegar lá e falar: “Você não está de acordo; eu fecho você”. É claro que foi dito aqui, pelo Presidente do Conselho, que há outros fatores, mas eu creio sempre que, enquanto não arrumarem uma grande confusão, não se resolverão os problemas. Enquanto fica uma confusão pontual aqui, outra ali, vai passando. Mas no momento em que jogam tudo na mesa – a prefeitura foi lá, ou o Estado foi lá e fechou; o juiz autorizou; o Ministério Público entra no meio, tem que ir lá e falar também; falta carne na mesa do pessoal, não é, Enio? –, quando se estabelece uma grande confusão, se acha uma solução para o problema. Então, fica essa minha consideração.

Pela lista de convocação, vou chamar cada um e dar cinco minutos para fazerem as suas considerações.

Começo pelo Dr. Luiz Fernando Mainardi, Secretário de Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Estado do Rio Grande do Sul. O senhor tem cinco minutos, por favor.

O SR. LUIZ FERNANDO MAINARDI – Na minha manifestação, eu sugeri que tomassem essas duas medidas. E eu aqui reforço: acho que o Congresso tem de voltar a tratar do tema rastreabilidade. A legislação atual – penso – é equivocada, porque estabelece a rastreabilidade como uma possibilidade apenas, portanto, voluntária, e temos de trabalhar no tempo, no sentido de fazê-la obrigatória.

Como disse, no nosso caso, o do Rio Grande do Sul, temos 2,5 milhões de nascimentos e contabilizamos menos de 2 milhões de abates nos três sistemas. Para onde vão os outros 500 mil animais? Para onde vão 20% dos bovinos do Rio Grande do Sul? Ninguém sabe. Quer dizer, sabe-se: vão para o abate informal, para o abate clandestino e para o abigeato.

A forma que temos – não há outra, já fizemos todos os debates – é criar, em cada animal, uma identificação, registrar e ser extremamente rigorosos quanto à gestão desse negócio.

Uma propriedade rural não é o velho “bolicho” – a gente aqui diz “bolicho”, bodega ou coisa assim, de campanha, armazém –, em que se vai anotando o estoque como se acha, mais ou menos, que é. Não. É uma propriedade, um negócio sobre o qual se tem que saber se está dando lucro ou não.

Bem, se, em alguns lugares, há vaca que dá três crias por ano – quem sabe se vão investigar o que está acontecendo, porque a não rastreabilidade permite outra coisa nos campos do Brasil –, acho que isso, no Rio Grande do Sul, não acontece.

Portanto, no médio prazo temos de trabalhar isto: essa identificação, porque, com ela... Se criarmos uma legislação cada vez mais rigorosa, não vai haver mais abate clandestino. E é no abate clandestino que vemos isso.

Segundo, acho que temos de reforçar aqui os recursos, a política do Mapa, que não é de hoje. Há um esforço grande dos técnicos, no sentido de que se tenham, cada vez mais, condições financeiras, estruturais, de implementar a defesa. Que se crie esse sistema mais ágil de unificação das nossas responsabilidades, de fazer com que os Municípios efetivamente possam aderir ao Sisbi/Suasa. Há uma enorme dificuldade. Isso tem levado a que não se faça a fiscalização.

Lá no Rio Grande do Sul, nós estamos dialogando muito com os frigoríficos, com os Municípios, com os profissionais. Já fizemos cursos; agora estamos preparando um novo curso de capacitação dos profissionais, mas há Município, por exemplo, que contrata veterinário via CC, não faz concurso. Se ele desobedecer, como o senhor disse, à ordem superior de fechar os olhos, vai para a rua; então procurar salvar o emprego.

Fiscal tem de ser fiscal, e não técnico veterinário. Ele é fiscal e está lá para fiscalizar. Fiscal entra por concurso, não por contrato, não por preferência, não por indicação política. Então, essa é outra regra que poderíamos modificar. Deve-se dizer o seguinte: fiscal veterinário tem de entrar por concurso, e os Municípios têm de fazer. Agora nós estamos...

O senhor me permite concluir o raciocínio? O que aconteceu com as nossas feiras? Há muitas feiras. Nós estamos estimulando, no Rio Grande do Sul, as agroindústrias familiares. E um produtor, para vender um produto em outra feira, tem de ter uma autorização da Secretaria, mas aí se tem de excepcionalizar. E a exceção virou regra. Então, como todo mundo vai lá e consegue vender os produtos em outros lugares, porque a Secretaria da Agricultura excepcionaliza, não pressionam mais os Municípios.

Nós, até agosto deste ano, vamos excepcionalizar – até a realização da nossa maior feira, que é a Expointer, maior feira agropecuária da América Latina, de que centenas e centenas de agroindústrias participam. De agosto até o final do ano, só vamos excepcionalizar para agroindústrias em que, em seu Município, foi aberto processo de adesão ao Sisbi/Suasa. Fora isso, vamos comprar uma briga muito grande. Mas a única forma, neste momento, enquanto não se fizerem outras alterações nessa legislação, de estimular os Municípios é fazer com que nossas agroindústrias pressionem de baixo para cima.

Então, essas são as contribuições que eu gostaria de dar.

Que as ONGs e a imprensa permaneçam atentas.

Penso que é possível essa legislação também tratar da vigilância sanitária. Temos de incorporar... Desenvolvemos, quando fui prefeito no Município de Varjão, um trabalho de combate ao abigeato. E só conseguimos resultados, porque incorporamos todos os setores, chamamos ao debate, em uma mesma mesa, trabalhamos com inteligência, de um lado, para descobrir as quadrilhas, porque abigeato é feito por quadrilheiros, por uma organização criminosa. Conseguimos colocar em uma mesma mesa todo trabalho especialmente de fiscalização e de vigilância, de ICMS, da Polícia Militar. Fomos aos pontos de venda, porque o abate clandestino de abigeato só se sustenta porque tem alguém que vende, e vende porque ninguém fiscaliza. Na verdade, é uma ação conjunta transversal que precisamos também estabelecer em um sentido ainda mais amplo de controle efetivo. E aí não vale somente para carne bovina, vale para outras carnes e outros produtos de origem animal.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado pela participação, Dr. Luiz

Fernando Mainardi, Secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul.

Passo a palavra à Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Sr^a Mônica Bergamaschi, para suas considerações finais.

A SR^a MÔNICA BERGAMASCHI – Senador, quero me ater à questão que o senhor fez. Temos estabelecido em lei que a seção do registro é municipal e a fiscalização, portanto, também é municipal. Então, ainda que haja um pedido externo para que possamos fazer algum tipo de apoio ou intervenção, não há meios de fiscalizar isso. Precisa-se, de fato, de seriedade.

Por exemplo, no Estado de São Paulo – imagino que é assim em todos os Estados –, a partir do momento em que é dada essa concessão, o nosso Sisbi, por exemplo, na próxima fiscalização, não havendo a conformidade com aquilo que foi estabelecido, é obrigação do Estado autuar, fazer um TAC, dar um prazo para que se enquadre ou então fecha, condena, multa.

Agora, se é o próprio Município que concede a licença e é ele também o fiscalizador... Ali vimos no vídeo apresentado pelo Smeraldi que a própria pessoa fez um pedido ao prefeito denunciando o lugar onde trabalha e, mesmo assim, não aconteceu nada. Então, esse tipo de ação também fica coibido.

Talvez devamos pensar uma maneira melhor – não é, Dr. Enio? – de definir quem fiscaliza quem. Talvez seja este o problema: eu mesmo concedo e, depois, eu mesmo fiscalizo. Se for do meu interesse a seriedade e a retidão, fecho; se não for, não fecho. Então, é isso que fica difícil.

Acho que essa é a resposta à sua pergunta. Talvez tenhamos que pensar alguma coisa mais especificamente em termos desse sistema maior que está sendo avaliado pelo nosso Ministério da Agricultura.

Vejo, como um problema que temos aqui, que é desnecessário tentar tapar o sol com a peneira. Ele está colocado, ele está posto, ele existe, e não vejo uma solução única, mas um conjunto de soluções.

Queria apenas dizer ao Presidente do Conselho que eu não disse que fazemos as ações exclusivamente onde já existem. Nós levamos as pessoas, as crianças, os jovens para conhecer esses estabelecimentos. Nosso objetivo é fazer isso de um tamanho muito maior. Apenas disse que começamos, no ano passado, um projeto, o sanitarista mirim, e que, de um ano para o outro, passamos – no boca a boca, não fizemos nenhum tipo de divulgação –, para mais de cinco mil alunos. E vamos crescer. Nosso objetivo é conseguir o maior número possível, trabalhar com as escolas municipais, com as estaduais, sem fronteiras.

Como foi bem colocado pelo Smeraldi, esse é um problema de todos. A partir do momento em que você

passa por algum lugar, é a saúde que está em jogo, é o meio ambiente que está em jogo. Esse é um trabalho coordenado dos técnicos, dos médicos veterinários, é um trabalho do Município, do Estado, da Federação, do consumidor, que também tem sua parcela. A partir do momento em que ele dá o voto monetário, quando ele compra um produto, ele está permitindo que aquela cadeia exista ou não. Isso vale para animais silvestres, isso vale para produtos, isso vale para tudo.

Então, é um conjunto de ações e acho que é hora de focarmos isso, porque o que está em jogo, conforme a primeira frase que eu aqui disse nesta manhã, é o Brasil, este importante produtor que tem possibilidades, potencial produtivo de alimentar o mundo, de fornecer energia, de fornecer fibra, de fornecer proteína animal para essa demanda, que é crescente. É preciso mostrar e fazer isso; não só mostrar, mas fazer de uma maneira que consigamos respeitar todas as questões sociais, que consigamos conservar recursos, preservar o que tem de ser preservado, e tudo isso da maneira mais econômica e eficiente possível.

Tudo isso está em jogo. Nós temos um potencial grande. Inútil dizer que nada existe, mas nós temos que trabalhar isso de uma maneira mais séria...

(Soa a campanha.)

A SR^a MÔNICA BERGAMASCHI – Aprendi já a não dar bola para a campanha também, viu, Senador?

E para podermos fazer isso de uma maneira conjunta, precisamos caminhar numa só direção. O que está em jogo é esse grande potencial que temos. E temos o dever, como gestores e como consumidores, de fazer isso da melhor maneira possível. É isso que está em jogo aqui.

Parabenizo o senhor pela iniciativa. Que possamos continuar trabalhando juntos por isso.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Dr^a Mônica Bergamaschi, Secretária de Agricultura e Abastecimento de São Paulo.

A Secretária falou que não se assusta mais com a campanha tocando. É que no início ela perguntou: “Como é que vocês não se assustam com essa campanha tocando?”. Respondi que nós não nos assustamos mais e, pior, já não damos mais bola para ela. O problema é só no plenário, porque lá cortam o som e, então, temos que ficar pedindo mais um minuto, mais dois minutos, pela ordem e assim por diante.

Convido agora, para suas considerações finais, Meraldo Figueiredo Sá, Secretário de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar do Estado de Mato Grosso, o meu Estado.

O SR. MERALDO FIGUEIREDO SÁ – O nosso Estado!

Queria, mais uma vez, cumprimentar os colegas já que, quando começamos, alguns colegas secretários de Estado não haviam chegado.

A realidade do nosso Estado não é muito diferente da dos outros. Conforme eu estava conversando com o Enio, eu queria aproveitar que aqui se encontra a nossa Presidente do Instituto de Defesa Agropecuária para solicitar que possamos, Ângela, organizar uma agenda à tarde.

Eu saí do mandato de prefeito agora em dezembro. O Blairo conhece: eu sou de uma leva de Municípios paupérrimos do Estado de Mato Grosso, de Municípios com muitas deficiências financeiras para se administrar.

Nós estamos vendo aqui que um dos maiores problemas está nos Municípios, é o abatedouro municipal. Se o prefeito não quer que feche, não fecha. E é assim mesmo que funciona. A maioria dos veterinários não é concursada, em sua grande maioria ocupam cargos comissionados. Eu quero ver o cargo comissionado que não respeita o poder de uma caneta: ele que não faça o que o prefeito quer para ver se não vaza no outro dia; ele sai no outro dia.

No Estado do Mato Grosso, Maria Auxiliadora, acho que nós temos até uma situação melhor. Nós conseguimos agregar e resolver alguma coisa com relação ao lixo – aí quero colocar o paralelo do abatedouro junto –, quando nós nos juntamos em consórcio. Lá nós estamos organizados estruturalmente, com CNPJ. Os 141 Municípios do Estado se agrupam em 15 consórcios de desenvolvimento regional.

Estou há muito pouco tempo à frente da pasta – vou para 90 dias – e tive a felicidade de ser Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios (AMM), por sinal, uma das mais fortes do Brasil do ponto de vista estrutural e organizacional. Eu estava discutindo com o nosso Presidente, o Chiquinho, que nós temos que trabalhar essa situação. Se nós quisermos resolver, não de forma imediata, mas a médio prazo, a solução é via consórcio.

Eu estava dizendo para o Enio da necessidade de se criar uma linha de incentivo. O Benedito foi muito feliz em perguntar: “Quem faz investimento” – vamos citar um exemplo da minha região – “em pequenos Municípios, onde se mata de 15 a 20 bovinos por semana?” Eu acredito que, no nosso Estado, e o exemplo pode ser seguido em outros Estados, nós precisamos trabalhar de forma consorciada, com o abatedouro atendendo regionalmente, viabilizando os investimentos, tornando-os rentáveis e, com certeza, tirando esse grande entrave que é a clandestinidade, que existe. Se nós não nos conscientizarmos e trabalharmos de forma organizada, não vamos conseguir

chegar a lugar nenhum. Eu me coloco à disposição. Nosso Estado está à disposição.

Mais uma vez quero agradecer ao nosso Senador Blairo Maggi, Presidente da CMA, e dizer que nós estamos, Senador, à disposição no Estado do Mato Grosso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Secretário Meraldo.

Eu passo a palavra ao Secretário de Agricultura do Estado de Goiás, Sr. Antônio Flávio Camilo de Lima.

O SR. ANTÔNIO FLÁVIO CAMILO DE LIMA – Senador, respondendo à pergunta, eu acho que a Secretária de São Paulo já falou que a legislação federal individualiza. Portanto, aquilo que diz respeito aos Municípios não está ao alcance dos Estados. É um problema que nós precisamos tratar para identificar, como foi dito, a situação.

Acho que é importante dizer que nenhuma pessoa de bem concorda com o que nós vimos aqui, o que temos acompanhado. Mas qualquer pessoa de bem é a favor da transparência e da verdade. Por isso, a nossa preocupação é que esse trabalho seja aprofundado e que, inclusive, as agências de defesa e as secretarias estaduais sejam ouvidas.

Qual é o programa que Goiás tem feito? Quais as ações que a Agrodefesa de Goiás tem feito? Onde é que estão os problemas? Eu estou me referindo a Goiás porque, naturalmente, eu sou daquele Estado. Quais os problemas encontrados em Goiás? Foram nos Municípios ou foram na inspeção estadual ou federal?

Na medida em que nós tornamos um problema genérico, generalizamos um problema, nós corremos o risco de cometer injustiças e, principalmente, colocar em risco uma cadeia extremamente importante na economia do nosso País. Não é dos nossos Estados, não. É de todo o Brasil.

Então, é preciso muita responsabilidade. Eu acho que a etapa do alerta já foi feita. Agora, competem a nós estudos mais aprofundados para chegarmos a conclusões concretas, porque se não tivermos algo que seja bem feito neste momento, esse assunto, daqui a alguns meses, vai sair de cena, e nós vamos esquecer, e o problema continuará ocorrendo, o que não é interesse de ninguém aqui presente.

Eu quero chamar atenção para o fato de que, no Brasil, nós tínhamos, no passado, uma quantidade grande de pequenos frigoríficos, que eram viáveis e que, por inúmeras medidas, inclusive de governos estaduais e do Governo Federal, perderam a sua viabilidade. O que nós vimos aí, certamente, é essa situação. O frigorífico pequeno começou a entrar em decadência. Existe no País hoje uma concentração: poucos frigoríficos abatem grande parte do rebanho, porque rece-

beram incentivos para isso, inclusive do BNDES. E eu proponho aqui que se estude algo a ser feito com os pequenos frigoríficos na mesma medida em que foi feito com os grandes. Não se trata de prejudicar ninguém, nem o pequeno nem o grande, mas exatamente de dar condições àquele que emprega no Município, àquele que vai abater uma vaca de descarte, às vezes, o que não é interesse do grande, àquele que compra um ou dois animais que tenha as mesmas condições, no mercado, de acesso ao crédito, e também de dar à população local um produto de qualidade, um produto sadio, saudável e seguro. Então, é preciso que tenhamos a responsabilidade para que esse estudo seja aprofundado, não se limite a isso.

Eu digo aqui ao Sr. Roberto Smeraldi que é um trabalho muito bem feito. Que se dê continuidade ouvindo as partes, inclusive considerando o que foi dito pelo Presidente do Conselho de Medicina Veterinária, identificando que o problema, muitas vezes, não está nas ações do Estado, e, sim, em outras ações que fogem à nossa responsabilidade e ao nosso controle.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Secretário Antônio Flávio Camilo de Lima, Secretário de Agricultura do Estado de Goiás. Muito obrigado pela sua participação.

Passo agora a palavra à Sr^a Cristyanne Barbosa Taques, Diretora de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal do Distrito Federal.

A SR^a CRISTYANNE BARBOSA TAQUES – Primeiro eu gostaria de cumprimentá-lo, Senador, pela brilhante atitude, porque esse assunto de longa data é discutido, e merece toda a atenção. Parabeno também o Antônio Flávio, Secretário de Goiás, pelas brilhantes palavras que acabou de dizer.

Eu acho que isso merece um estudo bem aprofundado, não se limitando a só um lado. Ambos os lados ou todos os lados têm que ser ouvidos.

Digo que estou numa situação privilegiada, porque o Distrito Federal não tem Municípios, tem as regiões administrativas – são 32 ou 33 regiões administrativas – e esse território de aproximadamente 6.000km² é a minha área de atuação. Quando comecei, aqui, na direção da inspeção, no início de 2011, eram quatro os abatedouros de bovinos. Sempre brinquei, chamando de: os quatro grandes. Desses, um pediu a suspensão das atividades, tendo em vista que não consegue atender às nossas orientações; tentamos fazer um termo de ajustamento, não foi possível, ele não cumpriu o prazo e, por si mesmo, pediu a suspensão das atividades. Esse é no PADF. O outro pediu a suspensão da atividade para fazer a reforma, e é o que está retornando às atividades agora, até o final do mês, que pretendo incluir no Sisbi. Há o terceiro, que ficou

também um tempo interditado, em função de uma ação conjunta nossa com o Ibama, passou por reformas e se adequou. Esse é lá no Gama. E tem o Nippo Bras, em Planaltina, que, como todos viram, teve um problema ambiental que foi corrigido. Então, acho que me sinto, posso dizer assim, privilegiada, porque tenho pequenos problemas a serem resolvidos.

A nossa atenção, aqui, é muito voltada, também, para frigoríficos suínos – temos 13 –, e a questão ambiental aqui é muito delicada. Existe uma morosidade no licenciamento ambiental – não vou entrar no mérito da questão – que dificulta o nosso trabalho também.

Gostaria, também, de falar, Dr. Enio, que precisamos de convênio para a área de inspeção. Porque, com dinheiro, conseguimos trabalhar melhor. Estamos tentando... Ano passado, encaminhamos proposta e esperamos que, este ano, haja alguma coisa para a área de inspeção, porque a área de defesa sempre foi agraciada, mas a área de inspeção ainda precisa muito de dinheiro para trabalhar. Temos envidado esforços para aprimorar sempre essa inspeção aqui, no Distrito Federal.

A nossa maior preocupação, como falei, é o trânsito dos clandestinos. Acontece, não há como dizer que não acontece. Mostrei algumas imagens para vocês. Tenho as imagens de apreensões que fizemos, e sei que isso é uma gota no oceano. Só isso nós pegamos. Imaginem o que passou sem vermos! Enfim, é a nossa dificuldade.

Acho que é um assunto que tem que ser aprofundado. Todos, todos nós médicos veterinários, nós que trabalhamos com a inspeção... Trabalho com inspeção há 22 anos, venho do Paraná, já trabalhei em inspeção municipal e, infelizmente, é esta a realidade: prefeito pressiona; você não entra por concurso, mas por carta-convite e, se não fizer o que o prefeito quer, leva a conta. E isso é comum, é prática comum no País. Então acho que merece o assunto ser aprofundado por todas as categorias aqui envolvidas.

É isso que tenho a dizer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Dr^a Cristyanne Barbosa Taques, daqui do Distrito Federal.

Passo a palavra ao Dr. Roberto Smeraldi, para suas considerações finais, por cinco minutos.

O SR. ROBERTO SMERALDI – Obrigado, Senador.

Estamos aqui para buscar soluções.

O senhor sabe, o senhor foi político, foi governador de Estado, mas tem um lado empreendedor também e lembra que, em 2002, 2003, 2004, nós ficamos atrás da empresa que o senhor tem na área de agronegócio.

cio. E depois que essa empresa investiu na cadeia, construiu uma cadeia, uma base de fornecedor, uma transparência, fomos os primeiros – ano passado, tive o prazer, em Londres, de fazer isso – a premiá-la como melhor relatório, no mundo, de transparência. Então o senhor tirou do nosso discurso. Muito bem.

A Mônika, à época, estava também no agronegócio, acompanhando temas como soja, etc. Há coisas que a indústria tem feito, às vezes, em prazos muito mais rápidos do que achamos possível fazer. Para outras coisas dizem: “Oh, isso aqui vai demorar 20 anos, 30 anos, mas, na realidade, às vezes, no próprio setor do agronegócio, vimos, em muitas áreas, a indústria dar passos rápidos. E nós achamos isso aqui também. Podemos citar o caso do café brasileiro que, em uma década, mudou completamente.

Então, por que não é possível também nessa área construir, como o Secretário Mainardi explicou, aquela transparência, aquela situação de rastreabilidade, que não só ajuda na sanidade, mas em todos os outros aspectos, desde o ambiental, a origem?

Como começamos, Senadora, a fazer esse trabalho? Chegamos com algumas coisas lá no seu Estado, que não estão nem aqui no nosso vídeo, porque estão no Ministério Público, para investigar, na área de origem, de compras, em áreas embargadas, etc., começamos a observar e perguntar para onde vai esse boi e começamos a ver o mundo paralelo, que aceitava qualquer coisa. E aí deparamos com a questão sanitária, que nos chamou a atenção.

Veja, estamos aqui para construir soluções. Entendemos que, hoje, as soluções passam pela superação dessa situação do triplo padrão e pela importante ação que, reforçamos, os conselhos veterinários podem tomar.

O que eu queria dizer antes, quando o senhor achou que eu estava nervoso com as frases do Presidente do Conselho, eu só queria explicar que concordava que a ação do juiz que faz aquilo é execrável. Agora, o juiz não obriga o veterinário a assinar. O juiz pode até manter o empreendimento aberto, mas, se o veterinário não assinar, ninguém o obrigará. Então, pode estar o empreendimento aberto, mas não ter carne, não ter produto.

Então, precisamos defender o bom veterinário do mau veterinário, a dignidade, a credibilidade, como vocês mesmos falaram. Há pessoas que estão lá e não são concursadas, que estão sujeitas a outro tipo de demanda, que devem atender a outras prioridades que não são aquelas da saúde pública. O problema é sistêmico, não só de desvio individual. Quando a gente defende que seja um sistema único, não quer dizer

que não haja espaço para os Estados, que não haja espaço para os Municípios.

Então, novamente – e não vai haver tempo para mostrar isso –, quando o Presidente do Conselho de Veterinários, em São Paulo, declara, e temos aqui as imagens para quem tiver interesse: “Não, eles têm que fechar, porque a infraestrutura não permite”, informamos que os nossos profissionais não poderiam estar lá assinando uma coisa que está numa estrutura condenada, independentemente de o boi individualmente ser condenado. São palavras claras.

Parece-me que esse é o caminho, e não relaxar as normas municipais, se eu bem entendi, como foi aventado aqui, porque se relaxarmos, em vez de irmos em direção da articulação, do avanço da cadeia, estaremos indo numa direção de repassar ainda menos segurança e menos credibilidade ao consumidor, especialmente àquele que se tornou consumidor de carne recentemente, graças até a mudanças na situação social, que normalmente é o mais vulnerável, porque é o menos informado, é aquele que não lê rótulo. Então existe aí uma questão muito complicada também com relação a quem é o público alvo. O público alvo, que chegou a esse produto mais recentemente, tem menos hábitos de consumo consciente, tem menos chance de ler um rótulo, pautar-se, às vezes, até pela cor da embalagem apenas.

Então, essa é uma situação em que não podemos dizer: ah, nós vamos resolver. Temos que realmente dar uma resposta à preocupação que temos com saúde pública.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Roberto Smeraldi, Presidente da ONG Amigos da Terra – Amazônia Brasileira.

Passo a palavra ao Dr. Benedito Fortes de Arruda, Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

O SR. BENEDITO FORTES DE ARRUDA – Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria de dizer aos senhores que, mais importante do que tudo isso – e a população brasileira e muitos organismos desconhecem a questão – é saber qual é o papel do médico veterinário. Nós, que atuamos na atividade primária, o veterinário, o zootecnista, o agrônomo, o engenheiro florestal, muitas vezes somos vilipendiados por parte de todos porque desconhecem a profissão. É importante que passem a ter esse conhecimento, porque o País sobrevive graças ao setor primário. Somos nós que mantemos as exportações em nível alto; somos nós que damos aos governos a possibilidade de fazerem investimentos nas políticas sociais. E o veterinário, com a preocupação não só com a segurança alimentar no sentido de aumentar sempre

a produção e a produtividade com sustentabilidade, tem, ao mesmo tempo, preocupação em colocar, na mesa do consumidor brasileiro, um produto de origem animal que seja inócuo; ou seja, aquele que não tem a mínima condição de produzir qualquer efeito deletério no organismo humano.

Ora, evidentemente nós estamos falando de saúde. Se nós colocamos esse produto que não vai provocar uma tóxico-infecção alimentar, que não vai provocar uma antroponose, ou seja, aquelas doenças que são transmitidas do ser humano para os animais e dos animais para o ser humano, evidentemente, nós estamos dando uma contribuição extremamente significativa para que haja diminuição das filas nos hospitais, da presença de pessoas nas farmácias, da ausência desses trabalhadores dentro da indústria, porque poderiam estar lá produzindo, mas, infelizmente, consumiram um produto não confiável ou um produto que veio provocar-lhes uma adversidade. Tudo isso e também esse papel de fundamental importância do veterinário, com certeza, minimizam o que nós chamamos de custo Brasil.

Por outro lado, além desses aspectos e da preocupação que o profissional tem, evidentemente, dizer que todo cesto de laranja só tem laranjas boas, desculpem-me, nisso eu não posso acreditar. Há, sim, profissionais que têm esse tipo de comportamento, como em outras áreas também há outro tipo de profissionais. Temos visto agora cassarem desembargadores, juízes, e por que eles eram santinhos? Não eram. A Casa já cassou Senador, Deputado.

Então, nós não trabalhamos com a pureza, mas é importante que, diante de todas essas propostas aqui elencadas, não se esqueça do pequeno produtor; não se esqueça dos pequenos Municípios. É esse conjunto de pequenos produtores e pequenos Municípios que deu em, 2012, mais de um milhão de empregos para o nosso País; enquanto os chamados grandes conglomerados não ultrapassaram 300 mil empregos abertos durante o ano de 2012.

Com relação à pergunta do Senador, já respondida por alguns colegas, e fruto dessa Lei 7.889, que delegou essa competência ao Município – e disse aqui um advogado que ele tem que cumprir a legislação federal, então, essa responsabilidade é do Município –, como nós temos procurado revolver essa situação? Nós temos um grande aliado, que são os procuradores, o Ministério Público. Com esses, sim, os nossos conselhos têm conseguido fechar muitos matadouros por este Brasil afora. Com a ajuda do Ministério Público, nós temos lacrado esses matadouros. E eles só são autorizados a abrir após uma auditoria feita pelo Conselho, demonstrando que ali se pode fazer o aba-

te e que aquela carne pode ser colocada no mercado consumidor.

No mais, senhoras e senhores, Sr. Senador, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Benedito Fortes de Aruda, Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Para finalizar, passo a palavra ao Dr. Enio Antonio Marques Pereira, que é Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura.

O SR. ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA – Senador, parabéns pela iniciativa. Realmente é importante fazer com que este assunto volte a ter evidência, ainda mais agora, quando existem encaminhamentos mais concretos que nós temos condições de levar à frente.

A saída para essa questão toda é o Sisbi. O Sisbi foi aprovado pela Lei Agrícola, no capítulo Da Defesa Agropecuária. O Congresso – o Senado e a Câmara – determinou ao Executivo que ele fosse organizado. Desde 2006, o Executivo está tentando levar isso para frente, mas agora, com a aprovação do PPA 2012-2015, isso está muito mais claro. E a maneira pela qual, a governança pela qual se pretende levar o Sisbi à frente me parece bastante adequada e muito bem conversada com os governos estaduais.

O Orçamento deste ano de 2013, graças a uma intervenção do Relator, o Senador Jucá, que fez um acréscimo de um volume bastante significativo de recursos, nos permite colocar, de saída, em torno de R\$40 milhões a R\$50 milhões para fortalecer as agências dos governos estaduais, no sentido de melhorar a capacidade de se fazerem os levantamentos, capacitação de pessoal, enfim.

Ao mesmo tempo, achei muito interessante este livrinho aqui da radiografia da carne. Eu não tinha ideia do número de estabelecimentos que existem no Brasil. Pelo menos vocês aplicaram uma metodologia que permitiu chegar a esses 1.512 estabelecimentos de abate de bovinos.

Eu vou pedir ao pessoal do Dipoa que converse mais com os senhores, para que nós possamos passar a utilizar estas informações, pelo menos, em uma direção razoável.

Por fim, é importante esclarecer que a inspeção médico-veterinária, a inspeção da carne, é um requisito básico. Ela é fundamental. Em hipótese alguma nós podemos deixar de usá-la.

Colocar o Estado de Goiás, o pessoal da agro-defesa... Acredito que Goiás seja hoje o Estado que tem melhor relação entre equipe, escritórios, Municípios e número de estabelecimentos rurais atendidos.

O parâmetro, a referência que nós estamos estabelecendo é essa de Goiás. Então, parabéns ao Antônio Flávio e ao Antenor pelo que eles conseguiram fazer nesses últimos anos.

Por fim, quero deixar claro a todos que o nível de proteção adequada ao Brasil vive numa curva de crescimento bastante razoável. Há 20 anos nós tínhamos uma cobertura que não chegava ou que mal chegava a 50% de toda a oferta de animais. Hoje essa cobertura subiu significativamente.

A contribuição das grandes empresas foi fundamental nisso, mas a incorporação das empresas menores, dos empreendedores de pequeno porte, todo esse projeto do Governo de inclusão social, atingindo inclusive Municípios, Estados tradicionalmente de produtores maiores, não pode deixar de ser considerada.

Então, a situação do Brasil é melhor do que antes, e esse espaço dos próximos quatro anos é de tentar ter uma equação mais definitiva para diminuir mais ainda a oportunidade de produtos que possam causar risco à saúde pública.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Enio.

Eu passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Antes de mais nada, gostaria de pedir desculpas por ter chegado no final da audiência, que, para mim, é uma das mais importantes que nós estamos fazendo este ano aqui na Comissão. Sou membro titular. Mas, por problemas nossos – a gente se divide no dia de hoje, terça-feira, em três ou quatro –, estava o Ministro Paulo Bernardo em outra Comissão e eu tinha que estar lá, porque também sou titular. E aí fui para outra Comissão e não há o que fazer. Daqui a pouco, nós começamos o nosso trabalho oficial aqui na Comissão também e eu não posso estar em todos os lugares.

Este, lamentavelmente, é um trabalho que pouca gente identifica como importante que os Senadores e Senadoras façam nesta Casa.

Cumprimento todos os convidados e convidadas e todos os que estão aqui, secretários, secretárias e representantes de órgão.

Eu não tenho dúvida, eu assisti à reportagem, de que é pertinente a convocação. Nós estamos aqui, na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, este é um lugar apropriado, a porta de entrada para este debate.

Segundo o que eu pude ouvir, parece-me que há uma convergência de que temos que encontrar solução para o problema. Eu ouvi desde o representante do Amigos da Terra até representantes do Governo e dos Estados dizerem isso.

Eu lidei com esse problema muito fortemente no Acre. Penso que ele é do maior interesse, porque diz respeito à vida do cidadão, principalmente do mais pobre, que compra o que é mais barato e mais acessível a ele. Então, é com esse cidadão, que é a maioria, que deve haver preocupação. Quem tem muito escolhe, vai aos lugares com todas as certificações do mundo, mas o pobre, não. O pobre não pode perguntar de onde vem, quem é. Ele pergunta o preço. E, a partir do preço, estabelece se ele vai comer, comprar ou não.

Quando eu assumi o Governo do Acre, eu me reuni com o setor da agropecuária especificamente e eles me pediram duas coisas. A terceira era ouvir o setor da agropecuária, que era o zoneamento. Mas, para eles, pediram duas coisas: que eu pudesse ter uma política direta para a questão da aftosa, porque o Acre era risco desconhecido; e a segunda foi para criar um instituto de defesa. Eu julguei aquilo um primor: olhem, isso é música; é tudo que alguém que assume um governo tem que fazer; é bom para todo o mundo: para os profissionais, para os produtores, para o consumidor, para o Estado. Eu disse isso em 1998, quando eu ganhei o Governo e depois assumi em 1999. Nós implantamos o Idaf em pouco tempo e eu fui receber lá em Paris, fiz questão de ir com os pecuaristas, graças à ação – o Dr. Enio sabe muito bem do que eu estou falando – do Governo Federal também, que foi um grande parceiro nosso, nós conseguimos sair de risco desconhecido para área livre de aftosa. E, mais ainda, pegamos o Estado do Amazonas, boca do Acre, Bolívia e fizemos uma parceria, porque de que adianta a gente estar ali resolvendo? Os profissionais foram fundamentais no trabalho. Os produtores foram determinantes no trabalho, mas houve uma decisão política.

Bem, eu não tenho dúvida de que um problema como esse não pode ser tratado obviamente só pela imprensa. Às vezes, ajuda uma reportagem, uma denúncia. Mas eu penso que tem que ser tratado com o envolvimento de todos os atores. Esse é o melhor caminho. É o caminho que deu certo e que dá certo.

Nós trabalhamos no Código Florestal nesses últimos dois anos – o Senador Blairo, que preside esta Comissão, foi também muito importante na condução – sabendo que 40% da produção brasileira, antes do novo Código Florestal, estava sob suspeita de estar sendo produzida em área ilegal, em área que não estava em acordo com a lei.

Com o novo Código, por mais que alguns desavisados tenham concepções das quais não abrem mão – e com eles não nos interessa muito o diálogo, porque são pessoas que não estão abertas ao debate; elas têm as posições dela e pronto –, o certo é que nós criamos um mecanismo para tirar da ilegalidade

isso, fazendo com que o meio ambiente saia ganhando: recomposição de floresta, uma série de trabalhos com a implantação do CAR, no qual o Governo está trabalhando agora, e do PRA – Programa de Regularização Ambiental e com as regras que fizemos. Eu, particularmente, tenho muita satisfação de ter trabalhado no novo Código. Acho que ele é bom para os produtores, é bom para o meio ambiente e é bom para o nosso País.

Então, se 40% – e aí estou falando de algo só para abrir aqui – da produção agropecuária do Brasil estava sendo questionada do ponto de vista de se vinha de área legal ou ilegal, estou falando de um passivo ambiental de 80 milhões de hectares, já se vê o tamanho do problema.

Bem, se nós tínhamos o boi que o Minc chamou de boi pirata, ou a madeira pirata, ou a soja pirata, ou não sei o quê pirata, nós estamos tentando ter essa solução e acho que essa solução está dada, está bem colocada. Mas nós seguimos a cadeia produtiva.

Dizem: “Sim, mas agora regularizei o lugar onde se cria, onde se planta, mas e o resto? Como está sendo a produção?” Com o CAR – Cadastro Ambiental Rural, o Brasil está adquirindo imagens de satélite de todo o território, com resolução de um metro. Com isso, nós vamos poder ver o boi no pasto – repito: um metro. Com isso, nós vamos chegar às propriedades. Vai haver uma declaração do que eu tenho na minha propriedade, o que eu crio, o que eu tenho, o que eu planto, o que eu tenho de reserva e tal.

Então, eu acho que são instrumentos poderosos que o Brasil começa a ter e acho muito oportuna uma audiência como esta, Senador Blairo, porque ela diz respeito diretamente a duas coisas: a primeira, ao cidadão, como eu falei; a outra é um assunto estratégico.

Ontem, eu estava na Comissão de Relações Exteriores, à noite, aqui, debatendo comércio exterior. A carne é estratégica para o País. Mas eu não gosto de ver as coisas como um produto, eu gosto de ver as coisas... Sempre, atrás de um produto, há um produtor. Então, com política para produto eu fico mais cismado. Eu prefiro fazer política para o produtor, porque terá como resultado uma política para o produto, e não o contrário. Quando fazemos o contrário, normalmente não dá muito certo.

A carne é estratégica para o nosso País. Foi um dos setores que mais cresceu. A Presidenta viaja para pôr carne na Rússia, para dialogar com os russos a compra da nossa carne. Essa é a dimensão que o tema tem. Mas, atrás de quem importa carne, existe o consumidor, do outro lado, que também precisa ser respeitado. Agora, esses lá que comprem nossa carne, com certeza, estão sendo respeitados, porque

o processo, a cadeia de exigências para essa carne chegar lá é enorme. E, às vezes, não atende. Aí entram outras coisas no meio para tentar evitar o consumo da nossa carne.

Mas e nós com nós mesmos? Eu fui prefeito. Eu tinha que lidar com isso. Então, nós criamos o Idaf no Acre, fomos mediando. Às vezes, não há a compreensão adequada e também não pode ficar *ad aeternum*, mas nós temos que estabelecer uma relação para que tenhamos um padrão onde não haja risco para o cidadão que compra. Isso que não pode, que chega.

Eu, quando ando pela Amazônia, pelos rios do Acre, chego à casa de alguém, às vezes, sem ter marcado, porque estou na beira do rio e tenho que escolher uma casa para dormir ou ver onde parar e pedir uma dormida, chegando à noite, sempre pego a minha lanterninha e vou para a cozinha, para a parte de trás da casa. Eu sempre faço isso. Vou lá e meto a lanterna como se eu estivesse errando a entrada da casa. Dou uma focadinha assim na cozinha. Quando eu vejo as painéis brilhando, eu imploro para dormir naquela casa, porque é pobre, mas está limpinha. É uma paxiúba, em que a gente deita no chão, que dói até nas costas, mas está limpinha. Foi passado um pano e está limpinha.

Então, pobreza não significa dizer que tem que ser sujo e correr risco, não. Um pequeno abatedouro pode ser limpinho, organizado. E essa diferenciação nós temos que fazer. Senão, cometemos um erro grave. “Ah, não; é um pessoal muito pobre, o Município é muito pobre e não tem...” Agora também não dá para o membro do Ministério Público ou, com todo respeito, algum profissional chegar lá, porque a gente exige isso, e fazer a mesma exigência no Acre que se faz numa cidade que tem todas as condições para estar sendo uma referência para o mundo. Não significa que essa diferença ponha em risco a saúde pública. Ao contrário, não há risco, gente. Senão, casa de pobre estaria matando gente.

Então, nesse aspecto, temos que encontrar uma mediação urgente – e eu concluo, Sr. Presidente –, para que possamos, focados nas pessoas e pensando que, por outro lado, há um produtor...

A grande maioria da carne do Acre – por maiores pecuaristas que existam, o Acre tem uma referência – vem dos pequenos. Os pequenos vendem o bezerro, o grande engorda e vende. Então, há uma cadeia produtiva, sim.

O Roberto Smeraldi conhece bem isso, trabalhou muito com a Embrapa lá, ajudando a aproximar essas cadeias produtivas, o pequeno com o grande e tal. Pelo menos no Acre, a experiência que temos é muito interessante com algumas entidades não governamentais.

De um lado cobram, mas, de outro lado, colaboram apontando alguns caminhos.

E aí eu queria concluir dizendo que nós temos uma situação em que estão envolvidos os próprios profissionais que foram questionados na matéria. E aí, obviamente, as exceções não podem virar regra, porque não é por isso que vamos chamar veterinário de irresponsável, como médico de irresponsável. Há que se punir um ou outro que está fazendo isso. Como também não são prefeitos irresponsáveis, nem produtores irresponsáveis. Eu acho que aqui a gente pode fazer.

Mas há um problema seriíssimo nessa cadeia produtiva, que me preocupa: ficarmos reféns. Por exemplo, hoje o Ministério Público do Acre praticamente proibiu a produção de queijo, porque estão pegando uma regra nacional para produzir queijo e querendo que implantemos no Acre. Eu criei o Idaf. Eu sou favorável a que a Anvisa e todos os órgãos de defesa sanitária defendam a saúde e a vida das pessoas. Mas, pelo amor de Deus, não sabem o que é uma produção artesanal? Se não sabem, não exijam. Não sabem o que é um abatedouro? Pode ser um abatedouro artesanal, mas está limpinho, está atendendo às condições, que são condições para algo artesanal. E a gente vai ficar muito satisfeito com isso.

Então, acho que temos que trabalhar, Presidente – V. Ex^a que está presidindo uma mesa que nos dá a oportunidade de tratar – mas, ao mesmo tempo, há uma lógica no Brasil hoje, que tem que ser trabalhada. Nós não estamos tendo competitividade porque há uma confusão danada.

Para disputar o mundo, nós vamos ter que ter plantas maiores, abatendo mais gado, senão nós não vamos disputar o mundo, mesmo sendo um dos grandes produtores de carne. Nós não vamos. Nós vamos ter que ter isso. Mas também, junto com isso, nós vamos ter que ter uma política de trabalhar o consumidor nosso. Nos 5500 Municípios, nós temos que ter uma política de ter também uma possibilidade de haver abatedouros com supervisão técnica que possam funcionar, licenciados, e que cumpram as exigências necessárias. Não são mínimas, são as necessárias para a gente não ter risco.

Agora, me parece que às vezes não se faz isso. Ou é oito, ou é oitenta e oito. E, na política do oito ou oitenta e oito, a gente sai perdendo. Eu sou da Amazônia e tenho muito orgulho de ser da Amazônia. Aí, a pessoa aqui em Brasília, no Sul maravilha, no Sudeste maravilha, faz uma regra para todo mundo cumprir. Não vai pegar, não vai funcionar. Então, a gente tem que ir dosando as coisas.

E nesse aspecto, eu quero ajudar nesse tema. Tomara que a gente consiga fazer uma boa formula-

ção aqui, no sentido de pôr no caminho a condução de um tema desse, que é da maior importância para o consumidor, para a vida do brasileiro, para o funcionamento dos Municípios. Imagine o caos que é se for feito um passo errado nisso, trancando tudo de maneira desconexa. E também para a estratégia do País, para a estratégia do Brasil de disputar o mundo, de se firmar no mundo.

Então dá para trabalhar nisso tudo, em toda essa cadeia, onde a gente possa conjuntamente fazer a defesa de tudo mais. Mas temos que tomar uma mudança, temos que mudar. Nós temos que tomar atitudes. Se nós não tomarmos atitudes, uma situação real põe em risco o cidadão e põe em risco o País, porque nós estamos envolvendo a estratégia de exportação e a vida do cidadão. Então é esse o tema que a gente está trazendo aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Eu finalizo esta audiência pública cumprimentando principalmente aqui o Roberto Smeraldi por ter, como uma ONG, levantado esse assunto. Nós sabemos que ele existe e sabemos que há mais coisas pelo Brasil. Sabemos que a nossa atividade de exportadores de carne, através dos grandes frigoríficos ou daqueles frigoríficos em que há um controle, através do SIF, nós não podemos comparar o que vimos nessas imagens com aquilo que realmente acontece onde existe uma fiscalização e existe uma responsabilidade do empresário brasileiro, dos produtores brasileiros de fazerem um produto que seja aceito no mundo inteiro e que tenha respeito no mundo inteiro.

A cadeia produtiva da carne brasileira é de extrema importância para a economia brasileira, para os consumidores brasileiros e também para os consumidores fora do Brasil. Poucos países no mundo têm a condição que o Brasil tem de alimentar os mais de 180 ou 190 milhões de habitantes e ainda fornecer alimentos mundo afora, para mais de 150 países. Se não me engano, o Brasil comercializa a sua carne. Então, queremos deixar bem claro que existem aqui dois momentos da pecuária e, depois, momentos da comercialização, do abate da carne. Aquilo que é de ponta, aquilo que é de primeira no País, aquilo que fizemos para vender para qualquer país do mundo sem ter medo e vergonha de defender isso com unhas e dentes, tanto que nossa Presidenta viaja, como já foi dito pelo Senador Jorge Viana, pelo mundo inteiro vendendo o produto brasileiro que é bem aceito.

Então, nós temos uma grande parte disso, a maioria, que é muito bem feita e que é respeitada no mundo inteiro. Não fosse assim, o Ênio que, de vez em quando, tem de viajar correndo para a Rússia, para um

lugar e para outro, porque tentam nos colocar sempre barreiras fitossanitárias, barreiras ambientais, barreiras trabalhistas, até religiosas, para evitar que inundemos o mundo com nosso produto e venhamos a ter a condição de primeiro produtor, primeiro fornecedor. Então, a gente sabe que existem essas barreiras.

Nas barreiras ambientais, por exemplo, como foi dito aqui também pelo meu colega, Senador Jorge Viana, quando discutimos o Código Florestal, discutimos aqui em duas partes: os ambientalistas de um lado; os produtores de outro, mas chegamos a um entendimento que foi bom para o País. Mas a reflexão que fizemos aqui nesta Comissão foi a seguinte – até propusemos uma emenda que está no Código –: para o Brasil importar qualquer tipo de alimento, seja vegetal ou animal, o país fornecedor desse alimento para o Brasil terá de ter as mesmas condições ambientais e os mesmos cuidados que nós exigimos em nossa legislação.

Eu tenho certeza absoluta de que, se nós levarmos adiante isso, o Brasil não importará um grama de carne nem um quilo de feijão e arroz de um lugar no mundo, porque não existe lugar no mundo que tenha as condições e as exigências que nós temos aqui. E mais: mais que as exigências, o que nós temos implantado nessa situação.

E aqui quero fazer o reconhecimento à ONG que está hoje conosco e a todas as outras que também trabalham nesse segmento. É por pressão e é por companheirismo, posso dizer assim. Eu fui Governador de um Estado e fui – estão aqui a Maria Auxiliadora e o Meraldo – de certa forma, massacrado no início de meu mandato, mas chamei esse pessoal que me criticava e que achava que as coisas estavam em um caminho totalmente errado, e disse-lhes: “Muito bem! Meraldo, venha cá, vem cá todo o mundo. Como é que vamos resolver isso? Por que caminho nós vamos?” E resolvemos as coisas no Estado de Mato Grosso em uma mesa onde todos estavam sentados: aqueles que queriam as mudanças, aqueles que poderiam fazer as mudanças, os produtores, e o Poder Público para regular. Sentamo-nos todos nós em uma mesa com o Ministério Público Estadual, Federal, os produtores, o Governo, as ONGs e escrevemos uma legislação, à época, que contemplava e dava oportunidade a que os produtores saíssem da ilegalidade e viessem para a legalidade. Hoje nós podemos dizer que esse foi o embrião e, talvez, a maior parte do que se escreveu no Mato Grosso naquele momento virou o novo Código Florestal Brasileiro.

Então, tem espaço, sim, a partir, vejam bem, do reconhecimento de que existe um problema. A partir desse reconhecimento, há espaço para melhorar e criar

as situações diferentes de que precisamos. Então, a mensagem que eu gostaria de deixar aqui e agradecer a presença de todos é a de que, se há o reconhecimento de que temos um problema, nós temos a oportunidade de consertá-lo e arrumá-lo. Isso não depende de uma única pessoa, não vai depender só do Ministério da Agricultura, não vai depender só das Secretarias Estaduais e dos Institutos de Defesa Estadual, mas de um grande acordo entre todos. Aqui foi dito – e eu não me lembro por quem – o seguinte: se há a clandestinidade no abate, há também... Porque as pessoas compram. E aí vem uma boa parte da educação, uma boa parte da informação às pessoas para que elas evitem esse tipo de produto que chega à prateleira.

Eu tenho uma experiência própria em uma de nossas fazendas no Araguaia. Nós tínhamos lá um abate – acho que o Meraldo conhece a Fazenda Tanguro – próprio. Começamos a fazer as contas, deixamos de fazer o abate próprio na fazenda e compramos de um grande frigorífico. Eu não vou fazer propaganda dele aqui agora, mas ele coloca dentro da fazenda a carne embalada com toda a higiene possível – porque eles são muito bons no que fazem – a preço mais barato do que me custava para fazer toda a operação, pelo pequeno abate que eu tenho. Talvez, aí, Meraldo, esteja a resposta para uma das perguntas que você colocou aqui. Quer dizer, quando não é viável você trabalhar legalmente, é melhor não fazê-lo, e alguém que tenha condições de fornecer essa carne de forma barata, de forma consistente e permanente, possa assumir e fazer as coisas, e nós termos mudanças importantes e significativas.

Então, mais uma vez, quero agradecer a presença de todos e dizer que, hoje, a nossa audiência, Senador Jorge Viana, não tem nada de meio ambiente. Hoje, é defesa do consumidor, e o nosso trabalho foi nesse sentido.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 31 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às nove horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Pedro Simon**, reúne-se a Comissão de Re-

lações Exteriores e Defesa Nacional, com a Presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Francisco Dornelles, José Agripino, Blairo Maggi, Jorge Viana, Eduardo Lopes, Sérgio Souza, Romero Jucá, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião informando que a mesma destina-se à instalação dos trabalhos e à eleição de Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para o biênio 2013/2014. O Senador Aloysio Nunes Ferreira informa que o Senador Jarbas Vasconcelos é o indicado do Bloco Parlamentar para ocupar a Vice-Presidência da Comissão. Usa a palavra o Senador Ricardo Ferraço, explanando seu plano de trabalho para a Comissão. O Presidente inicia o processo de votação, chamando nominalmente os Senadores para exercerem o direito ao voto. Usam da palavra os Senadores **Aloysio Nunes Ferreira, Jarbas Vasconcelos, Ana Amélia, Francisco Dornelles, Jorge Viana, Sérgio Souza, José Agripino e Eduardo Suplicy**. O Presidente designa os Senadores **Blairo Maggi e Ana Amélia** para, como escrutinadores, procederem à apuração dos votos. O Presidente encerra o processo de votação e proclama o resultado, que elege o Senador **Ricardo Ferraço** como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e o Senador **Jarbas Vasconcelos** como Vice-Presidente, com quatorze votos, sendo os quatorze favoráveis. O Senador **Ricardo Ferraço** assume a Presidência e faz seu pronunciamento. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e trinta e seis minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas da presente reunião. – Senador **Pedro Simon**, Presidente (art. 88, § 1º do RISF).

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – O Sr. Secretário informa que podemos abrir a reunião e, no seu decorrer, deverão chegar os três parlamentares que faltam para completar o quórum.

Talvez nós pudéssemos, antes de iniciar a votação, até eles chegarem, dar a palavra ao companheiro Ferraço, para que S. Ex^a apresente sua plataforma como candidato à Presidência desta Comissão, para votarmos tranquilamente – vamos votar, mas aí votáramos com mais tranquilidade ainda.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Se V. Ex^a me permitir, posso fazer isso daqui ou ao lado de V. Ex^a, porque preparei, de fato, um plano de trabalho, uma exposição de sentimentos e reflexões. Poderia fazer a apresentação daqui.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Não, não, faça-o daqui. Chega a questão do Papa, que está uma confusão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem. Sr. Presidente Simon, posso dar só uma palavrinha, um informe?

Eu queria, primeiro, cumprimentar V. Ex^a. V. Ex^a fica muito bem aí, apesar de já termos a indicação do Ferraço assegurada. Mas o senhor está muito bem na Presidência da Comissão. Não sei por que o PMDB não aproveita o senhor para presidir uma comissão?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – V. Ex^a chegou há pouco tempo, não está a par de nada que acontece aqui. Eu fico nesse lugar por meia hora a cada dois anos porque sou o mais velho e, depois, me retiro para meu anonimato.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não, V. Ex^a, independente da função que ocupa, é uma autoridade, e das maiores, dentro desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – E olhe que tenho me esforçado para me identificar com o Renan, mas não consigo, não tenho competência, estou muitos graus atrasado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Presidente, apenas para informar a V. Ex^a que o meu Partido está me indicando como titular. Fui suplente nesta Comissão, e o Partido dos Trabalhadores me indica como titular. Eu já estava informando à Secretaria. Devemos formalizar ainda hoje minha indicação.

Quero cumprimentar, de pronto, a indicação do Senador Ferraço e dizer aos colegas e a V. Ex^a, que preside esta reunião neste momento, que tenho muita honra de ter sido indicado como titular desta Comissão, que é tão importante para o funcionamento do Senado e para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Como membro ou como Líder?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Como membro e Líder também, nas duas condições.

Sr. Presidente, como membro, quero cumprimentá-lo por essa fugaz interinidade, mas V. Ex^a é sempre uma pessoa absolutamente indispensável em todos os grandes debates que se travam aqui no Senado.

Como Líder da Bancada do PSDB, nós teríamos a prerrogativa, pela ordem de escolha que a proporcionalidade nos confere, na escolha do Vice-Presidente. Quero dizer a V. Ex^a e à Comissão que o PSDB aponta como candidato à Vice-Presidência alguém que não é membro do nosso Partido, mas é um dos grandes nomes da política brasileira, que honra este Senado e esta Comissão, que é o Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Estava prevista a votação apenas do Presidente hoje, porque ainda não havia indicação.

Está vendo? V. Ex^a me passou a perna. Chegou bem depois de mim, dizia que ia ser meu colega o tempo todo, e nada, está aí na Vice-Presidência. Mas foi uma boa escolha.

Então, nós alteraremos a chapa. Colocaremos na chapa para Vice-Presidente o Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Meu caro Presidente em exercício desta Comissão, Senador Pedro Simon, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita alegria e com sentimento de responsabilidade que, designado pelo meu Partido, estou me submetendo a este Colegiado com o propósito de presidir, mas de presidir de forma compartilhada, não apenas com nossos Senadores, mas com todos os movimentos da sociedade civil organizada, de nossas representações formais, não governamentais, os trabalhos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República.

Também, evidentemente, agradeço a designação feita pelo Líder do meu Partido, Senador Eunício Oliveira.

Nos últimos dois anos, esta Comissão, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, desenvolveu um trabalho – a meu juízo – muito dinâmico, colocando esta Comissão como protagonista de elevados e relevantes temas que estão presentes na sociedade brasileira e na sociedade global.

Então, nosso primeiro propósito é manter o dinamismo, manter esta Comissão como protagonista, dando a ela plena atividade, não apenas nas questões de rotina, nas deliberações que fazem parte das suas atribuições e prerrogativas que estão consolidadas na Constituição Federal, assim como em nosso Regimento Interno, mas ir para além; ir para além e fazer desta Comissão, por sua relevância e importância, um centro e uma referência no debate de tudo aquilo que estiver no radar, no GPS das prerrogativas e das preocupações da política internacional brasileira, da defesa nacional, das relações internacionais, e assim por diante.

E quando, Sr. Presidente, nós olhamos para uma galeria como essa, composta por eminentes brasilei-

ros que deram tanta contribuição a esse processo, lembrando aqui do sempre mestre, jurista, Chanceler Afonso Arinos, é com essa responsabilidade que a gente assume esta Comissão.

Assumir uma Comissão por onde passaram pessoas do quilate de um Afonso Arinos é, de fato, uma responsabilidade e uma honra muito grande para mim.

Na prática, Sr. Presidente, a prerrogativa presidencial de formular e executar a política externa e a política de defesa encontra e precisa continuar encontrando, no Congresso Nacional e particularmente no Senado Federal, um coadjuvante imprescindível. Contudo, é de um protagonismo compartilhado com o Poder Executivo que se foge ao papel destinado ao Congresso Nacional na reflexão sobre a ampla temática que mais ainda em nossos tempos perpassa todas as dimensões das relações exteriores e defesa nacional.

De fato, no pluralismo que caracteriza a democracia brasileira, o Parlamento há de ter protagonismo como caixa de ressonância a concretizar sua sagrada vocação – e o Senado, de maneira especial, dada a sua índole, propícia à equanimidade federativa – para servir de antena de captação de anseios, de instrumento de ordenação de debates e de priorização de agendas nas mais diversas áreas temáticas dos desafios que estão relacionados às relações externas do nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, longe vão os tempos em que alguns imaginavam existir um fosso entre o externo e o doméstico, entre o interno e o internacional, quando ainda se acreditava na ilusão da insularidade e da autarquização.

Vivemos em um mundo absolutamente plano, como definiu Thomas Friedman, a partir da percepção deste extraordinário cidadão do mundo, o indiano Nandan Nilekani, fundador do Infosys: expandem-se e avançam processos múltiplos, simultâneos e profundos de nivelamento entre distintos campos de competição.

Graças às tecnologias da informação e das comunicações e a outros desenvolvimentos igualmente revolucionários e inovadores nas mais diversas dimensões do conhecimento e das atividades humanas, nosso velho mundo redondo tornou-se plano, o que requer mudança também épica de países, empresas e indivíduos no seu plano pessoal, coletivo, individual, etc.

As implicações dessas mudanças são avassaladoras e seu alcance ainda não é plenamente projetável. Com ou sem arautos e detratores, o que se convencionou a chamar de globalização é realidade que hoje se impõe por si mesma, nos obrigando a rever e revisitar marcos divisórios que se vão embaralhando, se superpondo em combinações cujas consequências ainda não conseguimos antever pela velocidade desses fatos.

Nesse mundo, a chamada agenda nacional para um País como Brasil tende a confundir-se com a agenda internacional ou global. Não se trata mais de ser contra ou a favor desse *tsunami* de transformações, senão de adequar nosso foco para, em meio à dinâmica incessante das mudanças, jamais perder de vista o interesse nacional e a nossa capacidade de manter atualizado um projeto de nação que vise ao efetivo desenvolvimento e à promoção de condições de vida de pelo menos da maioria da nossa gente e do nosso povo.

Embora se possa falar de uma comunidade de interessados e de agentes que movimentam as engrenagens das relações exteriores do Brasil – aí incluída a sua dimensão evidentemente de defesa nacional –, é inegável que esse conjunto de atores e especialistas na diplomacia e nas Forças Armadas, no empresariado e no sindicalismo que interage com trabalhadores estrangeiros, precisa ser alargado para incluir outras vozes e outras perspectivas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o fato é que hoje a vertente internacional ultrapassa e até ignora fronteiras outrora estanques. Em ciência e tecnologia, em pesquisa e desenvolvimento, em inovação, cultura, educação, turismo, lazer, moda, culinária, esportes, por exemplo, onde se limitam as linhas entre o nacional e o internacional, entre o campo doméstico e o campo externo.

Milhões de brasileiros vivem hoje no exterior; outros milhões viajam regularmente como turistas, ao mesmo tempo em que nos afirmamos como destino para crescentes fluxos de turistas, em antecipação, é verdade, dos megaeventos dos megaeventos desportivos previstos para 2014 e 2016; empresas e investimentos brasileiros se multiplicam nos quatro cantos do planeta, ao mesmo tempo em que o Brasil atrai investimentos e empresas; milhares de jovens brasileiros complementam sua formação acadêmica no estrangeiro se preparando para um mundo cada vez mais competitivo. Até os mais remotos países do mundo têm, por exemplo, jogadores e técnicos brasileiros em atuação, sobretudo no futebol, cuja excelência, por sua vez, magnetiza profissionais que vêm aperfeiçoar-se no Brasil.

Também em sua contraface cresce a agenda negativa, é verdade, que teima em atravessar fronteiras: o narcotráfico, o terrorismo, a corrupção internacional com a lavagem de dinheiro, o tráfico de pessoas, fraudes e golpes de vários tipos, para não mencionar episódios como badernas promovidas por torcidas organizadas em partidas realizadas no exterior.

Aludo, como o objetivo de ilustra, apenas alguns dos diversos temas que hoje inviabilizam que o debate sobre a temática da Comissão de Relações Exterio-

res e Defesa Nacional fique restrita à participação de especialistas e profissionais do ramo, como se deu historicamente.

Neste mundo em permanente transformação, que perfil desejamos para o nosso País, para o Brasil?

Temos aproveitado ao máximo o nosso potencial de *soft power*, definido como potencial de boa-vontade e simpatia que o Brasil, os brasileiros, nossas características e marcas evocam mundo afora?

Passadas mais de duas décadas, desde a abertura da economia brasileira, quase dois decênios de estabilidade macroeconômica, meu caro Senador Aloysio Nunes Ferreira, vários anos de importantes êxitos no combate à fome e na expansão das camadas médias da sociedade, como nos vemos no mundo do futuro que nos atropela no dia a dia?

Temos nos preparado adequadamente para uma inserção cada vez mais competitiva e soberanamente integrada nesse novo mundo o plano de globalização?

Face às impressionantes mudanças em curso na arquitetura das relações internacionais, tem o Brasil logrado inserir-se de maneira mais promissora?

No debate internacional sobre a atualização e legitimação, tem o Brasil adotado parcerias e construído alianças mais vantajosas, tendo em vista o interesse nacional?

As principais instituições governamentais em atuação nos temas sob a responsabilidade desta Comissão: o Itamaraty, o Ministério da Defesa e os demais ministérios com atuação, que se projetam no campo das relações exteriores, estão suficientemente aparelhadas e preparadas para os desafios que se lhe apresentam nesse mundo em transformação permanente e continua?

A sociedade civil e os movimentos sociais, as organizações não governamentais com atuação em segmentos temáticos altamente globalizados, como direitos humanos e meio ambiente, por exemplo, se sentem devidamente ouvidas nas etapas de reflexão e formulação de nossa política externa?

Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros que nos acompanham pela TV Senado, essas são algumas das importantes questões que esta Comissão precisará enfrentar no biênio que estamos iniciando se, obviamente, merecermos o voto e a confiança dos meus queridos Pares que compõem a Comissão de Relações Exteriores.

Durante a gestão do Presidente Collor, que nos antecedeu nesta Comissão, realizou-se estimulante e ambicioso ciclo de debates sobre alguns dos principais temas da realidade mundial e da inserção internacional do Brasil.

Com base na experiência acumulada com essa iniciativa, pretendo dar continuidade a esse exercício que enseja a reflexão crítica e proposituras de ações. Para tanto, tenciono identificar e fortalecer rede de contatos que mobilizem corações e mentes de especialistas e de leigos para quem a dimensão internacional de nossas vidas já é um dado e um fato da nossa realidade.

Meu objetivo é submeter à apreciação dos membros desta Comissão, já nas próximas reuniões, um programa de trabalho que tenha como foco a promoção de um debate que tenha ampla participação, que possa ser e seja plural e tenha consequências efetivas no campo prático.

O Brasil de hoje é importante demais, é grande demais, é respeitado demais para não cultivar, como melhor das nossas energias, nossas interações com o mundo.

Por isso, convido meus eminentes pares e colegas Senadores para que possamos fazer uma construção coletiva nessa direção, tendo – todos – a dimensão e a responsabilidade da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Acredito que esta Comissão estará cumprindo o seu dever e se credenciando perante a sociedade brasileira ao afirmar-se cada vez mais como protagonista em nossa reflexão sobre o papel que queremos para o Brasil no mundo, como referência nessa interlocução, para dentro, com a sociedade brasileira líder de um mundo plano, e para fora, como veículo e vitrine de uma pluralidade democrática que merece a admiração da comunidade internacional, mas que, para merecer, precisa construir e se justificar.

No mundo multipolar que se desenha diante de todos nós, a algaravia de uma sociedade plural e democrática haverá de saber contribuir para a execução de uma política externa que reflita necessários consensos internos que sejam verdadeiramente uma política de Estado dentro da melhor tradição da democracia e da diplomacia brasileira.

São esses, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os sentimentos que me movem, que me presidem na direção de aceitar o desafio do meu Partido, caso mereça o voto de V. Ex^{as}, para que nós possamos dar a esta Comissão o protagonismo que ela merece e que ela tem tido nos últimos anos.

É como me apresento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na condição de candidato a Presidente, tendo a honra, a satisfação e o orgulho de compartilhar com este excepcional homem público, Senador Jarbas Vasconcelos, meu colega e meu companheiro, como Vice-Presidente.

Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Acho que podemos abrir a votação, porque há quórum.

Enquanto isso, os oradores que quiserem poderão falar.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Antes de V. Ex^a falar pela ordem, eu gostaria de lhe dar a palavra para também fazer a sua manifestação como Vice-Presidente.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Presidente, eu queria apenas agradecer ao Senador Aloysio Nunes a sua indicação, que representa, no fundo, uma prova de confiança dele. Eu não pertenço ao PSDB...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permita-me, Senador?

Eu quero dizer a V. Ex^a que consultei o Líder do Democratas, que integra conosco o Bloco da Minoria, que tenho, nessa indicação, pleno endosso do Senador José Agripino.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Enfim, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – V. Ex^a me consultou também, e eu disse a V. Ex^a que tinha total solidariedade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Foi uma consulta telepática, como geralmente costumamos nos comunicar.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Enfim, Sr. Presidente, eu quero agradecer ao Bloco a que eu pertenço de fato e não de direito. Pertencço ao bloco da oposição, porque sou um dissidente do meu Partido e quero agradecer a prova de confiança demonstrada, evidenciada pelo Líder Aloysio Nunes, e também, se possível, a confiança de todos os integrantes da Comissão de Relações Exteriores, e saudar essa grande figura que, eu tenho certeza, vai ter um grande desempenho pela sua desenvoltura e pelo seu desembaraço, o companheiro Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – O Senador Jarbas terminou aceitando, com muita alegria, a indicação para Vice-Presidente.

A palavra continua à disposição. Quem quiser votar já pode fazê-lo.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Pois não.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente desta reunião, Senador Pedro Simon, eu queria apresentar ao nosso novo Presidente, Ricardo Ferraço, e ao seu Vice, talentoso e nosso mestre aqui, Jarbas Vasconcelos, os cumprimentos e o desejo de muito sucesso.

Esta é uma Comissão muito importante nesta Casa, como todas são, mas ganha relevo pelo cenário internacional, que está nebuloso. Estamos acompanhando aí a Europa, a velha Europa; a situação na América Latina, também de alguma forma inquietante, e particularmente, como Senadora do Rio Grande do Sul, tanto quanto os Senadores Pedro Simon e Paulo Paim, tenho interesse particular nas questões relacionadas à região e ao Mercosul.

Então, eu queria também do Presidente, ao anunciar uma pauta de trabalhos para essa gestão, um foco nas questões relacionadas à região, não só ao nosso Estado, mas porque a parte sul do Brasil tem impacto com as assimetrias econômicas e, de alguma forma, políticas nessa região.

Então, parabéns, Presidente Ricardo Ferraço!

Eu queria cumprimentar nosso querido Aloysio Nunes Ferreira pela indicação do Vice, que vai dar uma relevante contribuição aos trabalhos nessa legislatura.

E ao nosso brilhante Senador Pedro Simon pela condução da reunião que faz essa sucessão aqui, na Comissão de Relações Exteriores.

De novo, agradeço ao Itamaraty, que tem sido exemplarmente eficaz, atento, pronto para todo o apoio necessário.

Como o novo Presidente tem relações muito boas com a diplomacia, inclusive no seu Estado, o Espírito Santo, não terá nenhuma dificuldade de continuar dispondo desse apoio insubstituível que a carreira diplomática brasileira vai continuar oferecendo a V. Ex^a e a esta Comissão.

Muito obrigada.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, pela ordem? (*Pausa.*)

Por favor, V. Ex^a primeiro.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senador Pedro Simon, quero cumprimentar a Comissão de Relações Exteriores pela já garantida eleição do Senador Ferraço e do Senador Jarbas Vasconcelos para a Presidência e Vice-Presidência da Comissão.

Competência, tirocínio, capacidade de trabalho são características dos dois Senadores. No momento de um mundo de economia globalizada, em que o Brasil participa de importantes decisões, como também sofre consequências de decisões tomadas no exterior,

esta Comissão adquire importância muito grande no contexto da vida e da administração pública do País.

Muito sucesso para o novo Presidente e para o Vice-Presidente, Jarbas Vasconcelos!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Pois não, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu agradeço, Sr. Presidente Pedro Simon, e queria aqui, como meus colegas, cumprimentar o Senador Ferraço. V. Ex^a chegou a esta Casa com independência singular e conquistou o respeito de todos nós, sempre comprometido com os temas nacionais, com a valorização do Congresso, especialmente do Senado, e não tenho dúvida de que a chegada à Presidência da Comissão de Relações Exteriores é uma oportunidade que V. Ex^a aproveitará muito bem, certamente, para nos ajudar a fazer com que nosso País possa melhor enfrentar esse desafio, que é global hoje. O Brasil hoje disputa o mundo, é uma liderança importante no cenário internacional. É um mundo, como disse a Senadora Ana Amélia, de conflitos, com grandes temas abertos, e a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal é um espaço de debates importantes para que assim possamos ter maior conhecimento do papel que o País está desempenhando, mas, também, para estabelecer aqui caminhos que o Brasil possa trilhar no sentido de se impor cada vez mais como Nação independente e colaborando para um mundo melhor.

E queria, por fim, cumprimentar o Senador Aloysio Nunes Ferreira, Líder do PSDB nesta Casa, pela indicação, a surpreendente e boa indicação do Senador Jarbas Vasconcelos, que é um patrimônio, como o Senador Pedro Simon, desta Casa, de quem todos nos orgulhamos muito de ser colegas. Eu, particularmente, fico me dizendo: eu agora sou colega do Senador Pedro Simon! Mas um colega recém-chegado na escola, onde ele é professor. E o mesmo posso falar do Senador Jarbas: sou colega do Senador Jarbas! Tive privilégio de ser prefeito junto com ele, paralelamente, eu em Rio Branco, ele em Recife, depois ele governador por oito anos, e eu também, no Acre. Mas o Senado é uma Casa que ele já frequentava durante muito tempo. E acho que vamos ter aqui, inclusive nós, do PT, todos sabemos que há um processo de indicação, eu fiz até questão de consultar, para ver se não havia nenhuma problema; e nada obsta no sentido de haver dois Senadores de mesmo partido, desde que a indicação mantenha a proporcionalidade. Então, eu queria muito cumprimentar o Senador Jarbas pela indicação, que é muito merecida.

Estou seguro, Senador Ferraço, de que V. Ex^a, com o apoio de todos nós, vai fazer uma boa Presi-

dência e, mais do que isso, vai nos ajudar a fazer bom uso desta instituição, que é a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Vamos fazer juntos!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB

– RS) – Pois não.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, meu caro colega de partido e meu amigo Ricardo Ferraço, temos grandes desafios. Aqui, no Senado Federal, participamos de inúmeras comissões juntos, inclusive na do Código de Defesa do Consumidor, onde estamos fazendo um trabalho em favor dos nossos consumidores e do Brasil. Eu conheço e reconheço a sua competência e não tenho dúvidas que vai engrandecer o nosso Partido, o PMDB, e vai engrandecer esta Casa na condução dos trabalhos da Comissão de Relações Exteriores.

Agora, sabendo também que vai compor esta Mesa o Senador Jarbas, acho que nós vamos dar a grandeza, Senador Jarbas, necessária que esta Comissão tem. Em minha opinião, é esta a Comissão que ecoa para o Brasil e para o mundo a opinião do Brasil com relação às questões internacionais, com relação às questões da defesa nacional. Em eventos internacional, como a Rio+20, foi esta Comissão que participou dos principais debates.

Quero parabenizar o Ricardo Ferraço por sua eleição, com o nosso apoio aqui – não sou mais titular, mas 1ª suplente nesta Comissão – e com meu apoio também, Senador Jarbas, no dia a dia da Comissão, para que nós possamos realmente fazer ainda mais, aqui no Senado Federal, em favor das decisões e das discussões das políticas internacionais que afetam diretamente o povo brasileiro.

Parabéns a cada um de vocês!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB

– RS) – Mais alguém deseja...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Pois não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Eu fiz questão de vir aqui para votar na chapa apresentada: o Senador Ricardo Ferraço e o Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Nós fomos alongando o tempo, esperando V. Ex^a chegar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Gesto de delicadeza de V. Ex^a, como lhe é característico.

O Senador Ricardo Ferraço é um dos mais jovens da Casa, mas é um dos mais vontadeiros. Senador Ricardo Ferraço, fui Presidente da CCJ e da Comissão de Infraestrutura desta Casa, mas guardo uma frustração: a de nunca ter presidido esta Comissão, que é, em termos de informação geral, de consciência internacional, a mais importante para um senador que queira desempenhar a função de fazer do Senado um instrumento de influência efetiva do Brasil no contexto internacional, nas nações.

É uma Comissão que, se for como V. Ex^a o fará e como outros o fizeram, levada a sério tem um papel fundamental na inserção do Brasil de forma correta no contexto internacional das nações, em todas as ações: no plano econômico, no plano político, no plano diplomático. Ela é uma Comissão multifacetada; ela tem influências diversas e ela exige dedicação e estudo, porque os assuntos envolvidos tem a ver com conhecimento de causa e aprofundamento no conhecimento dos assuntos, matéria apropriada para um Senador com o perfil de V. Ex^a.

Para completar, V. Ex^a contará com a parceria do Senador Jarbas Vasconcelos, que é um dos ícones da Casa, um Senador acima de qualquer suspeita e homem que poderá, com V. Ex^a, estabelecer um plano de trabalho patriótico, profundo, em que a Comissão de Relações Exteriores poderá desempenhar seu papel correto na devida colocação do Senado nas questões econômicas internacionais, políticas internacionais e sociais no plano internacional. Questões que atraem a atenção do mundo vêm para cá. Repito: assuntos que atraem a atenção do mundo, quando chegam ao Brasil, passam, necessariamente, por esta Comissão.

Eu tenho a certeza de que V. Ex^a dará a dinâmica devida a esta Comissão.

E, e por esta razão, fiz questão de vir aqui para depositar o meu voto no nome de V. Ex^a e no do nome do Senador Jarbas Vasconcelos.

Desejo-lhes pleno êxito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Há alguém que ainda não votou? (*Pausa.*)

Todos já votaram? (*Pausa.*)

Senador Eduardo.

Declaro encerrada a votação.

Peço ao Senador Maggi e à Senadora Ana Amélia para fazerem a apuração.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Fui informada pela Secretaria, Senador Pedro Simon, que, embora sendo suplente, não posso votar, porque são seis Senadores do bloco e um votou na minha frente. Pela ordem aqui da suplência, eu não poderei votar, la-

mentavelmente. Mas gostaria muito. Mesmo assim, dou o meu voto aberto e claro para os dois queridos amigos, Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Votaram 14 Srs. Senadores. Portanto, a chapa Presidente e Vice tiveram 14 votos. *(Palmas.)*

Os declaro empossados.

Passo a Presidência a V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Eu peço licença para sair, porque sou o mais velho e vou abrir outra Comissão agora.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Ricardo Ferraço, como não pude estar aqui no começo, quero cumprimentar o Senador Pedro Simon, que presidiu esta reunião, sempre um exemplo para todos nós; cumprimentar o Senador Fernando Collor pela atuação que teve como Presidente nesses últimos dois anos; e desejar a V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço, e ao Vice-Presidente, Senador Jarbas Vasconcelos, toda a energia mais positiva.

Dizer que estou à disposição de colaborar com V. Ex^{as} para que esta Comissão, uma das mais importantes do Senado Federal, possa continuar realizando um trabalho o mais produtivo possível.

Certamente, aqui, vamos prosseguir com diálogos, que têm nos trazido grande aprendizado junto ao corpo diplomático brasileiro.

Assim, desejo, a ambos, grande sucesso na Presidência e na Vice-Presidência desta nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Consulto o Senador Jarbas Vasconcelos se deseja fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Bem, não havendo mais nada a tratar, nós vamos encerrar a presente reunião. Antes, eu gostaria de convidar os nossos pares para que, na quinta-feira, às 10 horas, nós já possamos fazer a nossa primeira reunião, tendo em vista a necessidade inclusive de recuperarmos o tempo perdido. Então, exatamente amanhã, às 10 horas, convoco V. Ex^{as} para fazermos aqui um primeiro exercício coletivo relacionado a um plano de trabalho, que nós queremos construir de forma compartilhada e coletiva com os pares da Comissão.

Então, amanhã, às 10 horas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Gostaria de fazer uma indagação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Eu tive notícia de que a Senadora Ana Amélia vai apresentar um requerimento de informações a respeito do projeto, acho que do Senador Requião, relativo ao reconhecimento de diplomas de formados no exterior. Eu queria sugerir que talvez ela pudesse compartilhar, para que eventualmente possamos apresentar sugestões de nomes adicionais, porque o requerimento será lido amanhã, para depois ser apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo, então, a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu, de fato, apresentei um requerimento para esta audiência, para instruir o projeto do Senador Roberto Requião. Como esta era uma reunião apenas de escolha da Presidência, não haveria despacho administrativo, pelo menos foi o que aconteceu na CAE ontem, então, se V. Ex^a desejar, eu tenho aqui a cópia do requerimento, que foi protocolado em dezembro do ano passado.

Sr. Presidente, eu quero saber de V. Ex^a se poderemos, administrativamente, já fazer a solicitação para a leitura desse requerimento ou se deixaremos para a próxima reunião da CRE.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Eu consulto aqui a Secretaria, porque esta reunião foi convocada especificamente para a instalação da Comissão. Portanto, amanhã, às 10 horas, efetivamente, nós daremos início aos nossos trabalhos ordinários da Comissão, para debatermos e discutirmos, oportunidade em que inclusive tomarei conhecimento de toda a pauta existente na Comissão. Somente agora fui empossado como Presidente, então, a minha primeira providência será conhecer tudo que está tramitando, para que nós possamos dar celeridade a esse e eventualmente a outros tantos processos.

Então, amanhã, às 10 horas, estaremos para darmos sequência a nossa pauta.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada. Sucesso, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Agradeço muito o apoio das nossas Senadoras e Senadores.

Damos por encerrada a reunião. Antes, porém, convoco a todos para que estejamos aqui amanhã, quinta-feira, às 10 horas, para darmos início aos nossos trabalhos.

Muito obrigado.

Bom dia a todos.

(Iniciada às 9 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 36 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO 7.

Às dez horas e três minutos do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Jorge Viana, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara Aberta a Reunião e, a seguir, são lidos Comunicados da Presidência. E, não havendo quorum, no início da deliberação de matérias, ficam adiados os itens da pauta. Em pauta: **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, de 2012**, de autoria do Deputado Paes Landim, que “Revoga dispositivo da Lei nº 7.738, de 9 de março de 1989, e a Lei nº 9.813, de 23 de agosto de 1999, extinguindo a cobrança de encargo financeiro relativo ao cancelamento ou baixa de contratos de câmbio de exportação de mercadorias e serviços e de transferência financeira ao exterior. Adiado. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 117, de 2012**, de autoria da Presidente da República, que “Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008.” Adiado. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2010**, de autoria do Senador Pedro Simon, que “Dispõe sobre o transporte aéreo de autoridades e seus acompanhantes em aeronave de propriedade, arrendada ou locada pela Administração Pública Federal.” Adiado. **ITEM 4 – REQUERIMENTO Nº 45, de 2013**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “Requer, fundamentado no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no período de 4 a 9 de março de 2013, para participar de missão oficial, a ser organizada pela embaixada Suíça no Brasil e pelo Grupo Parlamentar Suíça América-Latina, naquele País. Comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País, período de 28 de fevereiro a 11 de março de 2013.” Adiado. **ITEM 5 – REQUERIMENTO Nº , DE 2013**, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, assinado, também, pelo Senador Alvaro Dias, que “Senhor Presidente, Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado o embaixador cubano no Brasil, CARLOS ZAMORA

RODRÍGUEZ, para prestar os devidos esclarecimentos acerca da presença de agentes cubanos designados para acompanhar os passos da Srª Yoani Sánchez no Brasil, bem como a participação de servidores do governo brasileiro no referido esquema. Adiado. **ITEM 6 – REQUERIMENTO Nº , DE 2013**, de autoria do Senador Alvaro Dias, que “Senhor Presidente, Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, o comparecimento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, ANTÔNIO DE AGUIAR PATRIOTA, para prestar os devidos esclarecimentos acerca da presença de agentes cubanos designados para acompanhar os passos da Srª Yoani Sánchez no Brasil, bem como a participação de servidores do governo brasileiro no referido esquema. Adiado. **ITEM 7 – REQUERIMENTO Nº , DE 2013**, de autoria do Senador Alvaro Dias, que “Senhor Presidente, Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, o comparecimento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, ANTÔNIO DE AGUIAR PATRIOTA, para, prestar os devidos esclarecimentos acerca da presença do embaixador da Venezuela no Brasil no evento em favor de correligionários do Partido dos Trabalhadores condenados pelo STF. Adiado. **ITEM 8 – REQUERIMENTO Nº , DE 2013**, de autoria do Senador Alvaro Dias, que “Senhor Presidente, Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, o comparecimento do Secretário Geral da Presidência da República, GILBERTO CARVALHO, para prestar os devidos esclarecimentos acerca da presença de agentes cubanos designados para acompanhar os passos da Srª Yoani Sánchez no Brasil, bem como a participação de servidores do governo brasileiro no referido esquema. Adiado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e vinte e dois minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ PMDB – ES) – Declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Compartilho com o conjunto das Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores alguns comunicados.

O Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 108, determina que a pauta dos trabalhos das Comissões, salvo em caso de urgência, será distribuída com antecedência mínima de dois dias úteis aos titulares e suplentes da respectiva Comissão. Entretanto, tendo em vista que a reunião de instalação dos trabalhos desta Comissão bem como a eleição do Presidente ocorreram ontem, dia 27, não foi possível cumprir esse prazo. Desse modo, vamos adiante, consultando as Sr^{as} e Srs. Senadores sobre se há ambiente e decisão dos senhores e senhoras para que possamos, excepcionalmente, fazer constar alguns itens de nossa pauta.

Sr^{as} e Srs. Senadores, ao assumirmos a Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na companhia do eminente Senador Jarbas Vasconcelos, sinalizamos o desejo e a determinação de dar sequência ao esforço empreendido no último biênio na discussão de temas de relevância para os trabalhos desta Comissão. Para que melhor possamos cumprir nossa missão constitucional e regimental e, ao mesmo tempo, acompanhar as políticas externas e de defesa do País, temos que estar preparados. Para tanto, o aporte de informações e análises especializadas em muito contribuirá para que atendamos o que se passa no mundo em veloz e constante transformação.

Na certeza de que as Sr^{as} e os Srs. Senadores membros desta Comissão compartilham o interesse em ampliar nosso conhecimento por meio de debates com especialistas que nos trarão suas experiências, especialistas no campo da academia, especialistas que desempenham importantes atividades à frente da diplomacia brasileira e dos nossos organismos e estruturas vinculadas à defesa nacional, eu gostaria de propor a realização de audiências públicas regulares para temas de interesse desta Comissão. São temas escolhidos coletivamente, eventualmente atendendo à necessidade conjuntural, eventualmente à necessidade estrutural. Portanto, vamos apresentar uma primeira reflexão sobre alguns desses temas.

Passados mais de 20 anos da abertura comercial da economia brasileira, entendo mais que oportuno discutirmos o comércio internacional do Brasil e sua evolução desde então, à luz, inclusive, de fatos da maior emergência para o nosso País. Mudou o Brasil, mudou o mundo, e assistimos, nesse período, a uma proliferação de acordos regionais de comércio cujo número aumentou de 70, em 1990, para 300 acordos comerciais que temos atualmente.

A rodada Doha, lançada pela Organização Mundial do Comércio, em 2001, com o objetivo de promover

acordos multilaterais, com padrões comuns e remoção de barreiras, encontra-se paralisada.

A proposta de um acordo de livre comércio entre os Estados Unidos da América e a União Europeia, a chamada Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, acaba de ser lançada pelo Presidente Barack Obama, assim como o fortalecimento das negociações da Parceria Transpacífico entre países da América do Norte, América Latina e Ásia, a qual já inclui, pelo menos, 11 países até este momento.

Nesse contexto, qual seria o impacto desses acordos para o Brasil e suas alianças preferenciais, como Mercosul e Unasul? O mundo de hoje requer visão e metas definidas de longo prazo e alcance.

A propósito, por que não introduzirmos no Brasil o hábito do Presidente da República dirigir-se pessoalmente ao Congresso Nacional, no início da Sessão Legislativa, para relatar a situação do País, fazer um balanço do ano que se findou e expor o estabelecimento das suas novas metas e diretrizes para o ano que se inicia? O tradicional dia do Estado da União, quando o Presidente da República dos Estados Unidos, recentemente o Presidente Barack Obama, se dirige ao país e ao mundo para falar sobre o interesse em constituir um bloco comercial entre os Estados Unidos e a União Europeia.

Portanto, eu acho que o Congresso brasileiro, a política brasileira precisa trabalhar nessa direção. Parece-me ser esse um bom exemplo: a presença, anualmente, da Presidência da República no Congresso Nacional para apresentar à democracia representativa as suas metas, os seus objetivos e suas diretrizes.

A política externa de um país abrange diplomacia, comércio e também defesa. Para o cumprimento da sua missão constitucional de defesa da Pátria e garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, dispõem as nossas Forças Armadas dos meios e preparos necessários para os novos e continuados desafios?

Preocupa-nos o recrudescimento dos delitos transnacionais na faixa fronteiriça, o que requer o desenvolvimento do sistema de vigilância necessário. Urge, portanto, o reaparelhamento das nossas Forças Armadas, em especial para a proteção de nossos recursos naturais, dos nossos direitos humanos, à luz daquilo que há de mais moderno em termos de tecnologia.

Qual deve ser o papel do Brasil nessa nova ordem mundial e no contexto da segurança internacional? Que visão de mundo nos interessa? Quais são as metas de longo prazo do País e nosso projeto estratégico para alcançá-las? É imperativo pensar no amanhã e não apenas reagir conforme os acontecimentos. Se não formos o nosso futuro e nosso papel no mundo

agora, eles não serão impostos e, portanto, não serão admitidos. Esta é a contribuição da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado para o desenvolvimento do Brasil que queremos.

Portanto, quero solicitar aos colegas Senadores e Senadoras que encaminhem à Mesa sugestões para que possamos conversar sobre a construção de um ciclo de debates, definindo temas, definindo pessoas.

Nós estamos compartilhando com os Srs. e as Sras Senadoras um ofício que faremos encaminhar ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, na direção de manter aquilo que foi estabelecido em 2011 e 2012. A nossa proposta é a de que, às segundas-feiras, às 18h, se esse for o entendimento dos Senadores, nós possamos aqui definir, semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente, temas e convidados que possam fazer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional uma referência nesses debates.

Assim, comunico aos nobres Pares que estou encaminhando ofício ao Senador Renan Calheiros, nosso Presidente, para que S. Ex^a possa garantir a manutenção desse espaço, que foi um espaço conquistado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Oportunamente, já a partir dessa deliberação, vamos trabalhar para que nós possamos, ainda no mês de março, fazer a primeira reunião. Nós gostaríamos de ouvir os nossos Senadores e Senadoras com relação às suas sugestões e contribuições, para que pudéssemos caminhar nessa direção.

Como ainda não temos quórum suficiente, quero me valer deste espaço, aguardando a chegada dos nossos Senadores para iniciarmos a nossa reunião deliberativa, para fazer um comunicado relacionado às eleições na Itália.

Na última segunda-feira, dia 25 de fevereiro, foram realizadas eleições gerais na Itália para substituir o governo de Mario Monti, conhecido como tecnocrático, que liderou a Itália por 15 meses. A eleição, que conferiria legitimidade democrática a políticos eleitos para um mandato legislativo de cinco anos, revelou uma Itália profundamente fragmentada, a existência de três polos de poder equiparados em número de votos e um impasse político de difícil solução.

As primeiras análises indicam que os eleitores italianos sinalizaram, de certa forma, um repúdio às medidas de austeridade adotadas durante o período do governo técnico de Mario Monti, quanto um distanciamento preocupante da população em relação aos grupos tradicionais da política italiana, como demonstrado pelo alto grau de abstenção, um quarto dos eleitores, o mais alto grau de abstenção desde a Segunda Grande Guerra, portanto desde o pós-guerra. O fraco desempenho da economia, resultado das dificuldades

em adotar reformas nas leis trabalhistas e no sistema previdenciário, potenciado pelos efeitos destrutivos da crise econômica e financeira de 2008, contribuiu fortemente para esse sentimento de distanciamento dos eleitores italianos.

Numa perspectiva europeia, o resultado da eleição indica uma reversão de expectativas após a realização de pleitos na Irlanda e em Portugal, em que foram escolhidos governos com uma clara mensagem de reforma, de austeridade fiscal e de alinhamento com o Banco Central europeu e com a zona do euro. Nesse clima de incertezas, a Rai News, o canal de notícias 24 horas da principal TV italiana, levou ao ar um programa sobre a Bélgica, país que ficou por 468 dias sem governo. Depois de uma eleição indefinida como a italiana nessa semana, finalmente foi eleito um governo de tendência pró-europeia, derrotando partidos com discurso populista tanto antiausteridade, como anti-islamita.

Os resultados divulgados na terça-feira passada revelam o comparecimento ao voto de 75,2% dos eleitores, com o Movimento 5 Estrelas, de Beppe Grillo, angariando 25,55% dos votos, resultado surpreendente para um partido que se apresenta, pela primeira vez, em eleições nacionais, com a contundente evidência do humor do eleitor.

A coligação de centro-esquerda, liderada pelo Partido Democrático, de Pier Luigi Bersani, conquistou 29,18% dos votos, com 340 assentos na Câmara dos Deputados, número significativamente inferior ao indicado nas últimas sondagens, numa redução em relação ao número de assentos da Legislatura anterior.

A coligação de centro-direita, liderada por Silvio Berlusconi, alcançou a cifra de 29,18% dos votos e 124 assentos na Câmara dos Deputados. Se não conseguiu impor-se como força dominante e hegemônica no cenário político italiano, Berlusconi logrou um triunfo pessoal, soterrando previsões de que essa eleição seria o derradeiro ato da longa carreira política do veterano político.

Mario Monti, que liderou o governo técnico e responsável pelas medidas de estabilização e austeridade fiscal que sustentaram a vida econômica italiana nos últimos 15 meses, com o seu partido, Escolha Cívica, teve desempenho pouco relevante, com 10,56% dos votos e 45 assentos na Câmara dos Deputados.

Note-se, contudo, ter sido esta a primeira experiência eleitoral do respeitado economista, com vasta carreira europeia, e, segundo alguns analistas, o franco-favorito da burocracia de Bruxelas.

Uma Itália fragmentada oferece pouca segurança a seus parceiros europeus de um novo governo que persista nas trilhas das reformas econômicas alinhadas

pelo governo Monti desde 2011. A Europa necessita de uma Itália – recorde-se: é a terceira economia da Zona do Euro – alinhada com o esforço de superação da grave crise financeira e da dívida soberana, de molde a incentivar o crescimento econômico numa região cujo prognóstico é de permanecer em recessão por pelo menos mais um ano.

O impasse político em Roma poderá, em caso de impossibilidade de consenso entre os seus três principais grupos, levar à convocação de novas eleições. Seria uma receita perigosa, pois paralisaria o país por diversos meses, uma triste lembrança da crise belga.

O primeiro movimento de aproximação foi lançado pela centro-esquerda em direção ao Movimento 5 Estrelas. Contudo, não teve aceitação. O partido criado por Beppe Grillo, em 2009, foi o mais votado individualmente e dá sinais de que deseja governar. Acresce que, na Itália, à diferença de outros países com sistema parlamentar, Câmara e Senado têm idênticos poderes, e, assim, a formação de um governo estável exige maioria em ambos.

O Brasil assiste, naturalmente, com real interesse, ao desenvolvimento político da Itália, pelos laços históricos e pessoais que nos ligam. O Brasil abriga enorme contingente de italianos e seus descendentes. De igual forma, temos contabilizado a existência de pelo menos 60 mil brasileiros que vivem na Itália, país amigo. Foram esses homens e mulheres que muito contribuíram para o progresso econômico e a formação cultural brasileira, pela forte presença da imigração italiana em diversos Estados, como São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e o meu Estado do Espírito Santo, com forte presença de italianos, sobretudo da região do Vêneto, ao norte da Itália.

Nossos Códigos de Direito Civil e Penal são fortemente influenciados pela herança do Direito Latino.

Por todas essas razões, interessa-nos uma Itália politicamente estável, economicamente próspera e socialmente justa. Creio aqui traduzir o pensamento desta Comissão em desejar uma rápida solução ao cenário político ora observado e a mais breve instalação de um governo sólido que conduza esse país amigo ao caminho do crescimento e do bem-estar de sua população pelos laços históricos que unem a Itália ao nosso País.

Bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, não contabilizamos quórum até este momento.

Se algum Sr. Senador deseja se manifestar, eu coloco a palavra à disposição. Se não, vou encerrar a presente reunião.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 22 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE MARÇO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas do dia sete de março de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Jorge Viana, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Álvaro Dias, Fernando Collor, Blairo Maggi, Aníbal Diniz, João Capiberibe, Sérgio Souza, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião da Comissão e concede a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique e Fernando Collor. Solicitada inversão de pauta, pelo Senador Fernando Collor, de apreciação dos itens 10, 11, 12, 13 (com votação em bloco); e 15; que, aprovada, passa-se à deliberação desses itens. **1ª PARTE: ITEM 10 – REQUERIMENTO Nº 1, DE 2013**, de autoria do Senador Alvaro Dias, que “Senhor Presidente, Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, o comparecimento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, para prestar os devidos esclarecimentos acerca da presença de agentes cubanos designados para acompanhar os passos da Sr^a Yoani Sánchez no Brasil, bem como a participação de servidores do governo brasileiro no referido esquema.” **ITEM 11 – REQUERIMENTO Nº 2, DE 2013**, de autoria do Senador Alvaro Dias, que “Senhor Presidente, Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, o comparecimento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, para, prestar os devidos esclarecimentos acerca da presença do embaixador da Venezuela no Brasil no evento em favor de correligionários do Partido dos Trabalhadores condenados pelo STF.” **ITEM 12 – REQUERIMENTO Nº 3, DE 2013**, de autoria do Senador Alvaro Dias, que “Senhor Presidente, Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, o comparecimento do Secretário Geral da Presidência da República, GILBERTO CARVALHO, para prestar os devidos esclarecimentos acerca da presença de

agentes cubanos designados para acompanhar os passos da Sr^a Yoani Sánchez no Brasil, bem como a participação de servidores do governo brasileiro no referido esquema.” **ITEM 13 – REQUERIMENTO Nº 4, DE 2013**, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que “Senhor Presidente, Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado o embaixador cubano no Brasil, CARLOS ZAMORA RODRÍGUEZ, para prestar os devidos esclarecimentos acerca da presença de agentes cubanos designados para acompanhar os passos da Sr^a Yoani Sánchez no Brasil, bem como a participação de servidores do governo brasileiro no referido esquema.” **ITEM 15 – REQUERIMENTO Nº 5, DE 2013**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, na forma do disposto no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e no art. 90, V, IX, e X, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Defesa, a comparecerem a esta Comissão, em ocasiões separadas, para prestarem informações sobre suas respectivas pastas, em data a ser acordada com essas autoridades.” Ocorrendo a votação em bloco, os itens 10, 11, 12 e 13 são rejeitados. O item 15 é aprovado. Usaram a palavra os Senadores Fernando Collor, Aloysio Nunes Ferreira, Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, Alvaro Dias, Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, João Capiberibe e Inácio Arruda. Solicitada inversão de pauta, pelo Senador Jorge Viana, de apreciação do item 19, aprovada, passa-se à deliberação desse item **EXTRAPAUTA: ITEM 19 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 30, de 2010**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos, celebrado em Brasília, em 20 de março de 2007.” O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Jorge Viana, para proferir o Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria, com um voto contrário do Senador Francisco Dornelles. Em seguida passa-se à deliberação do **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 110, de 2012**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOSÉ AMIR DA COSTA DORNELLES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de Timor-Leste.” O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Jarbas Vasconcelos, para proferir

o Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 01, de 2011 – CRE. Solicitada inversão de pauta, pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, de apreciação do item 4, aprovada, passa-se à deliberação desse **ITEM 4 – MENSAGEM (SF) Nº 7, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor VALTER PECLY MOREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Hungria.” O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, para proferir o Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 01, de 2011 – CRE. **ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 111, de 2012**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a República da Armênia.” O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Eduardo Suplicy, para proferir o Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 01, de 2011 – CRE. **ITEM 3 – MENSAGEM (SF) Nº 3, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina.” O Presidente concede a palavra à relatora, Senadora Ana Amélia, para proferir o Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 01, de 2011 – CRE. **ITEM 5 – MENSAGEM (SF) Nº 9, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Colômbia.” Adiado. Às onze horas e cinquenta e nove minutos assume a Presidência o Senador Eduardo Suplicy. **ITEM 6 – MENSAGEM (SF) Nº 10, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China e, cumula-

tivamente, junto à Mongólia.” O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Ricardo Ferraço, para proferir o Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 01, de 2011 – CRE. Às doze horas e dezesseis minutos reassume a Presidência o Senador Ricardo Ferraço.

ITEM 7 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, de 2012, de autoria do Deputado Paes Landim, que “Revoga dispositivo da Lei nº 7.738, de 9 de março de 1989, e a Lei nº 9.813, de 23 de agosto de 1999, extinguindo a cobrança de encargo financeiro relativo ao cancelamento ou baixa de contratos de câmbio de exportação de mercadorias e serviços e de transferência financeira ao exterior.” Adiado. Solicitada inversão de pauta, pelo Senador Aníbal Diniz, de apreciação do item 9, aprovada, passa-se à deliberação desse

ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2010, de autoria do Senador Pedro Simon, que “Dispõe sobre o transporte aéreo de autoridades e seus acompanhantes em aeronave de propriedade, arrendada ou locada pela Administração Pública Federal.”

O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Aníbal Diniz, para proferir o Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria.

ITEM 8 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 117, de 2012, de autoria da Presidente da República, que “Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008.” O Presidente designa Relator *ad hoc* o Senador Eduardo Suplicy, para proferir o Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria.

ITEM 14 – REQUERIMENTO Nº 6, DE 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com os art. 90, incisos II e V, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizado, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclo de Audiências Públicas sobre política externa, de defesa e do comércio exterior do Brasil, com periodicidade mensal e uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com a participação de autoridades e especialistas em temas do interesse desta Comissão. Na primeira Audiência Pública, abordaremos o tema do comércio internacional do Brasil, analisando a evolução da economia brasileira, a partir de sua abertura comercial, em 1990, e o mundo de então; como nos conduzimos até aqui, com as variáveis que se nos apresentaram e os desafios que enfrentamos, hoje, em termos de competitividade, com a nova realidade comercial. Na segunda Audiência, debateremos a Estratégia Nacional de Defesa, analisaremos o recrudescimento dos delitos transnacionais na faixa de frontei-

ra e o sistema de vigilância da mesma, assim como o aparelhamento dos órgãos do sistema de defesa nacional, a segurança e o estado da indústria bélica no país. O papel do Brasil na nova ordem mundial e sua inserção no mundo serão objeto do terceiro debate. Urge definir que futuro queremos para o nosso país, nossa visão de mundo, nossas metas de longo prazo e nosso projeto estratégico. A quarta Audiência Pública será dedicada à Política Externa Brasileira – suas perspectivas, balanço da situação atual, alianças preferenciais e estratégicas do Brasil e metas futuras.”

Usa da palavra para discutir a matéria o Senador Eduardo Suplicy. Aprovado.

ITEM 16 – REQUERIMENTO Nº 7, DE 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Nos termos do inciso IV, artigo 71 da Constituição Federal, requeiro sejam solicitadas ao Tribunal de Contas da União informações sobre o processo que trata de remuneração dos servidores brasileiros que estão no exterior.” Aprovado.

ITEM 17 – REQUERIMENTO Nº 8, DE 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre a sobre a Rio+20 e a Biodiversidade: Resultados e Perspectivas, a ter lugar no Auditório do Interlegis, no dia 26 de abril de 2013 (sexta-feira).”

Aprovado. **ITEM 18 – REQUERIMENTO Nº 9, DE 2013**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional os senhores Representantes do Itamaraty, do Ministério da Justiça, dos Direitos Humanos e da Secretaria de Mulheres que integram missão brasileira que investiga o tráfico internacional de pessoas na Europa.” Aprovado.

EXTRA-PAUTA: ITEM 20 – REQUERIMENTO Nº 10, DE 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, informações sobre os critérios utilizados pelo Exército para aluguel/arrendamento de seus espaços bem como quais são e onde estão localizados estes locais.” Aprovado.

2ª PARTE – Reunião de Trabalho – Finalidade: Apreciação do ATO Nº 006, DE 2013–CRE, o qual disciplina o processo de apresentação e votação de requerimentos de audiência pública, convocação ou convite de ministros e autoridades e de criação de subcomissões no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **RESULTADO:** Aprovado. O Presidente tece considerações de pesar sobre o passamento do Presidente

Hugo Chaves. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às treze horas e três minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – O Senador Luiz Henrique pede a palavra, o Senador Collor também.

Eu gostaria de convidar o Senador Jarbas Vasconcelos para que, na condição de nosso Vice-Presidente, estivesse à mesa conosco. V. Exª me daria grande alegria e grande prazer.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Eu sou o Relator do item nº 1 da pauta, mas eu não gosto de relatar daí. Aí é um lugar privilegiado. Eu relato a matéria e vou para aí.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – V. Exª é sempre muito bem-vindo, pela elevada reputação e credibilidade de que goza não apenas nesta Casa, não apenas em Pernambuco, mas em todo o País.

Vou conceder a palavra ao Senador Luiz Henrique e, em seguida, a S. Exª o Senador Collor.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero aproveitar aqui a presença do 1º Vice-Presidente, nosso companheiro Senador Jorge Viana, para que leve à Mesa uma sugestão. Todos os dias, imprime-se um maço relativo aos projetos em tramitação nas comissões. Isso representa um desperdício de dinheiro extraordinário. O Senado distribuiu a cada Senador um *tablet*, para que se substitua a impressão do avulso pela publicação eletrônica do avulso. E cada um de nós, trazendo os nossos *tablets*, temos total condição de acessar todos os dados dos projetos que estão em tramitação.

Então, essa era a sugestão que eu gostaria de fazer. Já que se fala, hoje, em um processo de economia – e acredito que a nova Mesa tem o desejo de fazê-lo, inclusive, implementando o projeto de resolução

do qual V. Exª foi Relator –, que se substitua o avulso impresso pelo avulso eletrônico.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – A sugestão do Senador Luiz Henrique não me parece adequada apenas sob o ponto de vista da austeridade, mas também da sustentabilidade.

Concedo a palavra ao Senador Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Ricardo Ferraço, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de solicitar a V. Exª, Sr. Presidente, a inversão da pauta, passando logo para o início da reunião a análise dos itens 10, 11, 12, 13 e 15, porque são assuntos afins, assuntos que vão precisar da avaliação dos Senadores. E, pelo que estou vendo, alguns têm viagem já marcada.

Assim, eu pediria a V. Exª que, por gentileza, colocasse à deliberação do Plenário a inversão da pauta, passando os itens 10, 11, 12, 13 e 15 a serem analisados, sendo que os itens 10, 11, 12 e 13 poderiam ser analisados em bloco porque têm objetivo comum. E também o item 15, que me parece extremamente relevante e tem correlação com esses quatro itens aqui referidos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Submeto à deliberação do Plenário desta Comissão o requerimento para alteração da ordem da pauta, feita pelo Senador Collor.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permanecem como estão. (*Pausa.*)

A Secretaria me informa que os autores dos respectivos requerimentos não se encontram presentes.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Mas, acredito que, se houver algum Senador que se disponha a subscrever esses requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Designo V. Exª, então, como Relator *ad hoc*.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Está muito bem. Subscrevo esses requerimentos, embora eu vá encaminhar a votação contrária a esses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Perfeito.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Foi, então, aprovada a inversão de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Sim, está aprovada, de acordo com manifestação do conjunto do Plenário.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – O senhor vai abrir para discussão?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Algum Senador deseja fazer a discussão?

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Eu gostaria de discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Tem V. Ex^a a palavra, item 10.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Sr. Presidente, eu gostaria também de colocar o que já foi me parece também deliberado quando da sua colocação, que os itens 10, 11, 12 e 13 fossem considerados em conjunto.

Chegou S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes, autor do requerimento.

E aqueles cujos autores não estiverem presentes eu aceito também fazer.

Então, a solicitação seria para que nós pudéssemos analisar os itens 10, 11, 12 e 13 em conjunto.

É a solicitação que eu faço a V. Ex^a, porque têm o mesmo objeto, e poderemos discutir em conjunto esses quatro itens.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Está perfeito.

Com a chegada do Senador Aloysio Nunes Ferreira, nós submetemos, então, à discussão e votação o item 12.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a poderia me lembrar, pois estou aqui sem o material, sem o avulso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – V. Ex^a está requerendo o comparecimento do Secretário Geral da Presidência da República Gilberto Carvalho, para prestar os devidos esclarecimentos acerca da presença de agentes cubanos designados para acompanhar os passos da Sr^a Yoani Sánchez no Brasil, bem como a participação de servidores do Governo brasileiro no referido esquema.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a sabe que ontem o Congresso se transformou em uma casa noturna, de modo que eu estou ainda um pouco influenciado pelos vapores da madrugada.

Na reunião passada, Sr. Presidente, eu me entendi com o Líder do Governo, Senador Jorge Viana, que aqui representava a maioria, no sentido de não votarmos agora esse requerimento a respeito do Ministro Gilberto Carvalho, uma vez que havia sido acordado que o Ministro Patriota compareceria. Ele poderia dar os esclarecimentos que fossem da conta do Governo. Se porventura essas explicações não fossem satisfatórias, aí, sim, se poderia programar a votação do requerimento. Porque eu imagino que não haja uma muralha da China entre a Secretaria Geral da Presi-

dência e o Ministério de Relações Exteriores. O Ministro de Relações Exteriores pode muito bem colher informações junto ao seu colega Gilberto Carvalho e trazê-las à Comissão. Se porventura não forem satisfatórias as informações, nós pediríamos a votação do requerimento; senão, pediríamos o seu arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – O Senador Collor pede a palavra.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Eu gostaria de ponderar, Sr. Presidente, junto a S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira que um desses itens para os quais pedi preferência para apreciação pelo Plenário na reunião de hoje refere-se exatamente a um ato de V. Ex^a, como Presidente desta Comissão, que estabelece como rotina e praxe, a partir da deliberação desse seu requerimento, a presença do Sr. Ministro de Relações Exteriores e do Sr. Ministro da Defesa, para que eles, todo início de Sessão Legislativa, compareçam aqui à Comissão de Relações Exteriores para prestar contas das suas atividades e das ações que vêm empreendendo nas suas respectivas pastas. Então, acho que isso já contempla a questão da vinda aqui de S. Ex^a o Ministro Patriota. Mas, se V. Ex^a permitir, podemos iniciar a discussão desses cinco primeiros itens da pauta, respectivamente, 10, 11, 12, 13 e 15.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Na prática, nós estamos propondo a esta comissão o item 15 da pauta, o convite aos nossos Ministros de Relações Exteriores, o Ministro Patriota, assim como o Ministro de Defesa Nacional.

A ideia é que nós pudéssemos submeter este requerimento à Comissão nesta data e pudéssemos marcar com os Srs. Ministros a sua vinda. Mas estamos propondo também, como ato adicional, um projeto de resolução. A sugestão é que todos nós pudéssemos subscrever um projeto de resolução que seria aprovado pelo Plenário do Senado para tornar rotina a presença dos Srs. Ministros que estão afeitos às prerrogativas desta Comissão todo ano, como ato de rotina para que os Srs. Ministros pudessem prestar contas do ano que se encerrou e pudessem apresentar as suas principais diretrizes nesta Comissão.

A ideia e a proposta é que esse requerimento não fosse apenas uma presença ocasional de Suas Excelências, mas que nós pudéssemos ter como rotina em nosso calendário, em nosso programa de trabalho, todo início de Sessão Legislativa, a presença dos Srs. Ministros para um debate amplo, acerca das principais questões, diretrizes que envolvem os Ministérios.

O Senador Jorge Viana pediu a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu queria me manifestar exclusivamente sobre esse ponto que envolve o Ministro de Relações Exteriores, até porque eu tenho que relatar, ao Plenário desta Comissão, conversas que tive com o Senador Aloysio Nunes e com o Senador Alvaro Dias, ainda Líder do PSDB. Nós tínhamos, na Mesa Diretora do Senado, requerimento convocando o Ministro das Relações Exteriores para ir ao Plenário. Eu fiz o entendimento, lá na Mesa, com o Líder do PSDB, à época o Senador Alvaro Dias, e depois com o Senador Aloysio Nunes e outros, no sentido de que, como a CRE estava sendo instalada, com a nova direção, em vez de convocação, pudéssemos ter um convite, que certamente seria atendido pelo Ministro Patriota, para que ele viesse aqui falar dos assuntos pertinentes à política de relações exteriores do País e, inclusive – obviamente, está aqui –, estaria se sujeitando a todo e qualquer questionamento que as Sras Senadoras e os Srs. Senadores viessem a fazer.

V. Ex^a apresentou essa resolução, que acho que vem em boa hora, porque termina que ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Apresentamos um requerimento a ser votado hoje.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Exatamente. Vem em boa hora, porque aí, do ponto de vista do Ministério das Relações Exteriores, acho que se resolve bem. Ele virá aqui, vai tratar dos assuntos que foram objeto de outros requerimentos, mas – inclusive o Presidente está propondo que seja uma rotina desta Comissão no começo...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Essa rotina já existe.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Não, não existe.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Incluindo o Ministro da Defesa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Essa rotina existe a partir de requerimentos ocasionais.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pois não, Senador Aloysio.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu só queria concluir.

Obviamente, esse foi o entendimento que nós tivemos. O assunto já está aqui, está sendo tratado no foro adequado e, obviamente, eu só queria fazer o relato para os colegas desse entendimento que nós tivemos. E foi esse o entendimento. Como disse o Senador Aloysio, o requerimento de um eventual convite ou convocatória – que também não seria mais convo-

catória, seria convite – ao Ministro Gilberto Carvalho ficaria, caso algum Senador entendesse que não foi plenamente atendido alguns questionamentos com a vinda do Ministro de Relações Exteriores. E eu entendia que estava prejudicado também, na época, essa convocatória do Ministro Gilberto Carvalho.

Só estou aqui relatando para V. Ex^a no sentido de ajudar na condução desses itens que estão na pauta agora, relatados pelo Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senadora Vanessa Grazziotin, V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigado, pela preferência inclusive, porque o Senador Aloysio havia pedido antes.

Eu apenas quero dizer que, infelizmente, tenho que me retirar porque tenho voo. Infelizmente porque os temas que nós vamos debater e votar são temas muito caros para mim. Mas faço questão de registrar, com muita satisfação, que se aqui estivesse, acompanharia as propostas, os encaminhamentos feitos pelo Senador Fernando Collor de Mello.

E tenho certeza de que prevalecerá, como sempre, nesta Comissão, o bom senso e o equilíbrio.

Então, muito obrigada a V. Ex^a, agradeço a todos os meus pares.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu não quero ser do porta-voz do desequilíbrio ou da insensatez, mas, de outro ponto de vista, ponto de vista diferente do que vem sendo expresso até agora.

Veja bem, se V. Ex^a quiser submeter à votação um requerimento que discipline as nossas atividades, em entendimento com o Executivo, que torne rotineira a presença do Ministro Patriota, Ministro de Relações Exteriores, e do Ministro da Defesa nesta Comissão, com regularidade, eu acho ótimo.

Aliás, durante o biênio passado, sob a gestão do Presidente Collor, os Ministros compareceram aqui, foram reuniões excelentes, memoráveis, de debates com o Ministro das Relações Exteriores e o Ministro da Defesa. Se a Comissão entende que essa deva ser uma rotina, acho perfeito.

No entanto, não confundamos as duas coisas. Porque o requerimento do Senador Alvaro Dias, que consta da pauta, no item 10, não trata de um assunto de rotina, trata de um assunto excepcional, duas notícias que surgiram na imprensa e que dão conta de violações à Convenção de Viena, cometidas no Brasil

por representantes de países com os quais nós temos relações diplomáticas.

O Embaixador cubano negou, já publicamente, que tivesse havido qualquer tentativa por parte da Embaixada cubana de organizar uma tropa de choque para impedir que a Sr^a Yoani Sánchez fizesse as suas palestras no Brasil. Aliás, nem precisaria. Esse pessoal, Juventude do PCdoB, PCO, esses “pseudoesquerdistas” – “pseudoesquerdistas” –, e uso esquerdista como Lênin usava o termo, entre aspas, não precisam de ordem de ninguém para impedir manifestação de pensamento contrário. Eles são assim mesmo. É gente que não gosta de democracia.

Bem, mas o Embaixador cubano negou publicamente, numa nota à imprensa. Não seria nada mal se ele viesse aqui e dissesse, ocasião, inclusive, para falar sobre outros assuntos cubanos, porque a representação diplomática cubana, a bem da verdade, tem se conduzido, sempre, desde que a conheço e a acompanho – e já fui Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade – sempre se conduziu com extrema sobriedade, com grande abertura de espírito, com contato com todas as correntes políticas.

De modo que, quando a notícia surgiu, achei estranho. Por isso acho bom que o Embaixador ou venha ou mande uma nota esclarecendo definitivamente a questão. Já o Embaixador da Venezuela, Sr. Presidente, compareceu publicamente, participou de uma festa de desagravo a militantes condenados no mensalão, compareceu e assumiu: “Não, estou aqui mesmo, solidariedade política.” Não pode!

Então, o meu requerimento, o requerimento do Senador Alvaro Dias é para pedir ao Ministro Patriota que venha aqui para dizer como ele pretende tratar esse tipo de episódio. Nada impede que seja aprovado outro também. Mas eu não quero, não gostaria de afogar o peixe na água do mar. Essa é uma técnica conhecida. Olha, vamos afogar o peixe. Dissolve tudo numa grande coisa e tal, aí fala sobre o episódio da Venezuela aqui, de Cuba como se fosse uma nota de rodapé, e vamos falar sobre a União Europeia e coisas que o valham.

Então sou favorável à aprovação do requerimento, da audiência regular, mas que se aprove também esse, para que seja um ponto de interrogação específico para o qual nós pedimos que o Ministro prepare-se para responder.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pois bem, vou dar a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O Senador Collor submeteu a esta Comissão a proposta de alteração de pauta, inversão de pauta. Parece-me que há, inclusive, um consenso em relação

ao requerimento para o convite aos Srs. Ministros de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o convite aos Srs. Ministros, permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Eu estou entendendo que a gente está com vários itens incluídos aí, e, nesse caso, gerou uma confusão, porque, a partir dessa defesa do Senador Aloysio Nunes Ferreira, eu acho que o entendimento está confuso, porque...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – O que propôs o Senador Collor? O Senador Collor propôs que nós votássemos, em bloco, do item 10 ao item 14.

O item 15 seria...

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Ao item 13, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Ao item 13.

No item 15, com a convocação dos Srs. Ministros, nós teríamos oportunidade de fazermos um debate em torno de um todo, com a presença aqui dos Srs. Ministros.

Então, fica aprovado o requerimento de convite aos Srs. Ministros. E nós, agora, vamos votar em bloco, como encaminhou o Senador Collor, os outros requerimentos, que tratam dos convites especificamente ao Sr. Gilberto Carvalho e ao Ministro Patriota.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu acho que é meu dever justificar a apresentação desses requerimentos, em que pese o fato de o Senador Aloysio ter feito muito bem a justificativa, que eu subscrevo.

Trata-se de uma prioridade para a instituição que representamos, especialmente para esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Do que se trata? Trata-se de debater se houve dois episódios na sequência: se houve afronta à soberania nacional e se houve a prática de ilegalidade – se houve uma afronta à Convenção de Viena.

A mim me parece claro que, em poucos dias, dois embaixadores rasgaram a Convenção de Viena, que, no seu art. 9º, estipula que, nesses casos, cabe ao Governo decretar *personae non gratae*. E, obviamente, a consequência seria o afastamento dos embaixadores.

Senador Aloysio, já disse e repito que, primeiro, o Embaixador da Venezuela veio ao Brasil, participou de

um ato político público de solidariedade a mensaleiros condenados pelo Supremo Tribunal Federal.

Imiscuiu-se, portanto, em assuntos da política interna do Brasil e, mais grave, afrontou o Poder Judiciário, a Suprema Corte do nosso País, repudiando, nesse gesto, nesse ato público, a postura adotada pelo Supremo Tribunal Federal de intransigência em relação à corrupção no nosso País, um marco na nossa história.

Portanto, são dois fatos.

O Embaixador da Venezuela imiscuiu-se em assuntos internos da política do Brasil. E a Convenção de Viena é clara: proíbe que, nas relações diplomáticas, o servidor que as exerça imiscua-se em assuntos internos da política do outro país. E, neste caso, imiscuiu-se, inclusive, em assuntos do Poder Judiciário brasileiro. No meu ponto de vista, há aí uma afronta à soberania nacional.

No outro caso, o Embaixador de Cuba organiza, mobiliza, formata dossiê – é o que se divulgou – e orienta a sua veiculação através das redes sociais, de forma apócrifa. Eu creio que se trata, da mesma forma, não apenas de uma tentativa de impedir a liberdade de expressão, não apenas uma espécie de censura pré-estabelecida, não somente o achincalhe à honra da pessoa que nos visita, e é recebida e deve ser recebida civilizadamente no nosso País. Mas me parece também que rasga a Convenção de Viena, porque se trata, de certa forma, de imiscuir-se em assuntos da nossa política interna, que dizem respeito apenas às autoridades brasileiras.

Portanto, Sr. Presidente, parecem-me ser algo da maior gravidade esses dois fatos. E não vejo por que esta Comissão não possa ouvir o Ministro Patriota. Até, pelo que eu entendi da manifestação do Senador Jorge Viana, presidindo a sessão plenária do Senado Federal, quando esse requerimento era submetido, o próprio Ministro aceitou vir tratar deste assunto. Obviamente, poderemos tratar de outros. Por exemplo, o Senador boliviano que está na Embaixada do Brasil há algum tempo, o Ministro certamente terá o que dizer a esta Comissão, e tantos outros assuntos que nós poderemos debater. Mas este é prioritário, esse está na Ordem do Dia, esse não pode ser adiado, não pode ser ignorado. Seria abdicar da nossa responsabilidade de não tratar dele como prioridade, pontualmente, de forma específica.

Por isso, nós continuamos insistindo na aprovação desse requerimento, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Nos termos, aliás, do acordo, se me permite, Sr. Presidente, que fizemos com o Senador Jorge Viana na sessão passada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, eu quero crer que o assunto em relação ao convite ao Ministro Patriota está equacionado, porque o requerimento já foi aprovado. É só uma questão de definirmos data.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Com licença, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Isso é que precisa ficar claro.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Collor.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Porque houve uma indagação do...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – O requerimento, o item 15 da pauta, de minha autoria inclusive...

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Nós vamos discuti-lo agora, Sr. Presidente. Com a permissão de V. Ex^a, eu sugeri que houvesse inversão de pauta para os itens 10, 11, 12, 13 e 15. O 15 trata exatamente do ato que V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Perfeito.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – ... submete à deliberação deste Plenário, criando a sistemática da oitiva dos Ministros da Defesa e das Relações Exteriores a cada início de Sessão Legislativa. E isso nós iremos deliberar após os quatro itens, que serão em bloco, o 10, o 11, o 12 e o 13, e, em seguida, o 15. E, aí sim...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – V.

Ex^a, então, tem a palavra para discussão.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente. Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, bom, evidentemente, como aqui já foi dito, os requerimentos constantes dos itens 10, 11, 12 e 13 têm como objetivo e teor a discussão do mesmo tema, e, por isso, Sr. Presidente, gostaria, de antemão, de solicitar a discussão em bloco desses quatro itens, o que já foi feito, aprovado por este Plenário, juntamente com o item 15, que trata da convocação do Sr. Ministro, melhor dizendo, do convite, que será uma sistemática a cada início de Sessão Legislativa, de S. Ex^{as} os Srs. Ministros das Relações Exteriores e da Defesa Nacional, e isso, também, houve aprovação para inversão de pauta, e nós iremos deliberar em seguida.

No caso, Sr. Presidente, o meu encaminhamento é conjunto pelo voto contrário aos quatro requeri-

mentos dos itens 10, 11, 12 e 13, pelos motivos que eu passo a expor.

Em primeiro lugar, e isso é muito importante que todos nós tenhamos claro, os requerimentos partem de uma premissa falsa, absolutamente falsa, de uma notícia inverídica para a qual não há nenhuma prova e que, só por isso, já justifica a sua rejeição. Afirmar, categoricamente, que houve – abro aspas: “a presença de agentes cubanos designados para acompanhar os passos da Sr^a Sánchez no Brasil, bem como a participação de servidores do Governo brasileiro no referido esquema [esquema?]” – fecho aspas é dar como líquido e certo que os fatos realmente aconteceram daquela forma.

O mesmo pode-se dizer em relação a um suposto objetivo da presença do Embaixador da Venezuela no Brasil para participar de um determinado evento de um partido brasileiro. Eu mesmo, como Presidente desta Comissão, que tive a honra de aí estar, no lugar que, hoje, V. Ex^a, com muita alegria para todos nós, preside, e mesmo fora da Comissão, fora da Presidência da Comissão, em várias oportunidades fui convidado e atendi chamamento de embaixadores para tratar de assuntos políticos, assuntos comerciais, mas que sempre derivavam para questões políticas, para posições partidárias da agremiação A, B ou C, e nem por isso eu achei ou senti que houvesse qualquer tipo de ingerência e interferência do Sr. Embaixador em tela em questões internas do Brasil.

O mesmo, então, pode-se dizer em relação, como dizia, ao suposto objetivo da presença do Embaixador da Venezuela no Brasil, para participar de um determinado evento de um partido brasileiro. Ora, não podemos esquecer, acima de tudo, que são versões dissimuladas e fatos dissimulados pela revista *Veja*, onde prevalece um comportamento duvidoso. É uma revista que se negou a prestar depoimentos sobre graves acusações que sobre ela pesaram e sobre seus integrantes, na CPMI do Sr. Cachoeira. Está lá transcrito. As transcrições demonstram claramente o envolvimento da revista *Veja*, do Sr. Policarpo Junior, do Sr. Lauro suricato Jardim e de vários outros chumbetas da revista *Veja* no esquema criminoso do Sr. Carlos Cachoeira. E eles se negaram a vir prestar depoimento para esclarecer.

Que autoridade moral tem essa revista hoje para sacar inverdades, como ela sacou? Porque não ficou em nada comprovado o que ela afirma.

Pois muito bem, assim não há e nem pode haver credibilidade alguma em notícias panfletosas, a ponto de servirem como pretexto, como razão e verdades absolutas que justifiquem o comparecimento a esta Comissão do Senado Federal de uma autoridade estrangeira, de Ministros de Estado brasileiros e, por

vias transversais, outros chefes de representações diplomáticas.

Sinceramente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esses supostos fatos, essas versões dissimuladas, repito, não podem ser objeto sequer de preocupação ou atenção desta Comissão. Afinal, o que temos a ver com passeatas e manifestações de pequenos grupos, como aqui foi dito por S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira, em virtude da presença de uma senhora de outro país, que aqui veio para participar de palestras e eventos?

Assim, qualquer um que chegue aqui, que haja uma manifestação contrária, será objeto de ilações de que haja participação de interesses estrangeiros por trás disso, de que agentes estão infiltrados, enfim, tudo isso faz parte do imaginário popular, mas não pode fazer parte da consideração desta Comissão.

Não é esse o nosso papel, muito menos o nosso dever institucional.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional não pode se prestar a ser palco de discussões tão pequenas e nem de embate político-partidário, ainda mais envolvendo embaixadores de outros países e, conseqüentemente, nossas relações diplomáticas.

Nosso foco são as questões de Estado. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional trata de questões de Estado, e não de questiúnculas político-partidárias.

Essas questões de Estado dizem respeito às relações internacionais, à política de defesa nacional, e não a demandas partidárias ou de governo.

E aqui gostaria de deixar claro que, de forma alguma, não entro – não entro – no mérito político e ideológico desse ou daquele país, muito menos em relação ao pensamento e atuação da Sr^a Sánchez. Não se trata de defender ou ser contrário às ideias postas ou aos debates promovidos. A minha preocupação vai muito além disso. Trata-se de respeitar a soberania de um país, de cumprir uma convenção internacional e, acima de tudo, manter esta Comissão de Relações Exteriores voltada para questões que de fato lhe competem e que estão no plano de sua importância.

Explico, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Por força da Convenção de Viena sobre relações diplomáticas, ratificada pelo Brasil em 1965, os chefes de missão diplomática gozam de absoluta imunidade. E, sendo eles representantes da soberania de outro país, torna-se dever do Estado brasileiro ou do Estado receptor da missão, no caso o Brasil, proteger os agentes diplomáticos. O art. 29 da Convenção de Viena reza que – abro aspas:

A pessoa do agente diplomático é inviolável. Não poderá ser objeto de nenhuma forma de detenção ou

prisão. O Estado acreditado tratá-lo-á com o devido respeito e adotará todas as medidas adequadas para impedir qualquer ofensa à sua pessoa, liberdade ou dignidade.

Fecho aspas e passo a explicar agora esse artigo.

Vale destacar que, devido a esse claro dispositivo da Convenção de Viena, a Câmara dos Deputados, de acordo com o que dispõe o art. 257 de seu Regimento Interno, já veda a presença de representantes de missões diplomáticas em audiências públicas. E, aqui, vale reproduzir, com clareza, o referido dispositivo daquele Regimento Interno da Casa ao lado: “Art. 257. Não poderão ser convidados a depor em reunião de audiência pública os membros de representação diplomática estrangeira.”

Reparem que se trata de regra regimental de outra Casa do Congresso Nacional. Ainda que o Regimento Interno do Senado não seja tão explícito ou, quando muito, omissivo, não é de bom alvitre à imagem do Parlamento brasileiro, aos olhos internacionais, conter regras tão distintas, agir de forma desequilibrada e com tamanha disparidade de interpretação de suas duas Casas; ou seja, o exemplo de uma não pode contrastar, ou não deve contrastar, com a mácula da outra.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trazer aqui o Embaixador cubano para constrangê-lo, alegando a suposta – a suposta, não há nenhuma prova quanto a isso –, a suposta presença de agentes cubanos no País, é algo que, evidentemente, viola a dignidade desse agente diplomático, é algo que viola também, por óbvio, a Convenção de Viena, em particular o seu art. 29, aqui lido. Ainda que o requerimento se refira a um convite, a própria natureza e os conceitos da atividade diplomática não recomendam a recusa. Assim, um convite para tratar de assuntos que podem gerar conflitos diplomáticos e, até mesmo, políticos, por si só, já denota a provocação de um constrangimento desnecessário ao diplomata estrangeiro e, por consequência, ao próprio país que ele representa.

O mesmo se refere ao comparecimento de ministros brasileiros, tão ocupados com temas da maior relevância para o País. Ainda mais no momento em que a nossa política externa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trabalha em aprimorar e ampliar as suas relações multilaterais, principalmente com países vizinhos ou próximos de nós por razões históricas. Não vamos interromper essa prática diplomática que somente traz benefícios aos que dela participam; vamos, nesta Comissão, construir, coletivamente, uma agenda prioritária, positiva e empreendedora, para enfrentarmos os grandes desafios com que o mundo de hoje nos faz deparar.

Isto só será possível com parcerias sólidas, baseadas no respeito mútuo, na solidariedade, na cooperação, como, aliás, a nossa própria Constituição preconiza, em seus princípios fundamentais, em relação à América Latina. Ademais, ainda que se queira pormenorizar o tema, questionando fatos e versões, temos que considerar que é absolutamente natural que funcionários da Embaixada cubana acompanhem qualquer assunto que diga respeito aos interesses de Cuba, como a qualquer outro país é dado a ele esse direito, é claro. No Brasil, quando qualquer pessoa de notoriedade chega a outro país, é natural que os nossos funcionários estejam acompanhando o que está sendo feito, o que está sendo realizado, o que está sendo dito, porque isso faz parte da atividade nesses casos.

Então, ainda mais quando se trata, como nesse caso aqui referido, de questão delicada, de cunho eminentemente político – foi de cunho eminentemente político essa visita da Sr^a Sánchez –, mas que diz respeito somente ao governo daquele país. Os funcionários, e não agentes – como quer fazer crer a reportagem maliciosa dessa revista referida, a revista *Veja* –, de todas as embaixadas, no mundo, assim o fazem. E o respaldo para tanto é a própria Convenção de Viena, que oferece, ao versar, em seu art. 3º – abro aspas: “As funções de uma missão diplomática consistem, entre outras, em: [...] d) inteirar-se...” Isso é da Convenção de Viena, vou repetir:

“As funções de uma missão diplomática consistem, entre outras, em:

[...]

d) inteirar-se, por todos os meios lícitos, das condições existentes e da evolução dos acontecimentos no Estado acreditado e informar a esse respeito o Governo do Estado acreditante [...] – [fecho aspas].”

Convenção de Viena.

Por fim, há de se questionar se o disposto no art. 58, §2º, Inciso V, da nossa Constituição Federal, pode-se aplicar a autoridades estrangeiras, que, por motivos óbvios, não se submetem ao poder fiscalizador do Congresso Nacional.

Em suma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há qualquer sentido em trazer à baila desta Comissão ou mesmo ao Parlamento brasileiro tema de tão menor importância para nossas relações externas, ainda mais contrariando as normas internacionais da diplomacia e, pior, criando constrangimentos de toda ordem, que podem se transformar até mesmo em conflito entre nações irmãs.

Não podemos, assim, verter uma demanda menor de política partidária em uma questão de Estado. Em absoluto! Sinceramente, não é para isso que estamos

aqui. Não é para isso que temos o poder de convocar Ministros de Estado.

Nesse sentido, rogo aos integrantes desta Comissão uma reflexão ponderada, imparcial e madura, como recomenda a boa diplomacia e a nossa responsabilidade perante os Estados estrangeiros, perante a nossa política externa e até mesmo perante o Governo brasileiro.

Do mesmo modo que encaminho, nessa discussão, a votação contrária aos Requerimentos dos itens 10, 11, 12 e 13, quero também recomendar voto favorável ao item 15 da pauta, requerimento de autoria de V. Ex^a, que torna agora não mais uma praxe, mas torna uma sistemática o convite, a cada início de Sessão Legislativa, de S. Ex^{as} os Ministros da Defesa e das Relações Exteriores, para aqui prestarem conta das suas ações quanto à política externa brasileira e quanto à política de defesa nacional.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente, já adiantando, como adiantei, o meu voto contrário aos Requerimentos dos itens 10, 11, 12 e 13 da pauta e favorável ao item 15 da pauta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Continua em discussão o requerimento do Senador Collor, que propõe a votação em globo, de forma conjunta, dos itens 10, 11, 12 e 13.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – A matéria continua em discussão e eu concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Com licença, e favorável ao item 15, com a permissão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – E favorável ao item 15.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Isso, obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, tenho procurado exercer a tarefa de opositorista, às vezes, com certa dureza, mas sempre respeitosamente, sobretudo em relação aos meus colegas Senadores. Por isso, não posso aceitar do Relator dessa matéria a acusação de que estaria eu tratando aqui de assunto pequeno.

É uma questão de opinião. Assunto pequeno, do meu ponto de vista, é achincalhar a revista *Veja* na Comissão de Relações Exteriores, que não é palco para esse tipo de julgamento. Estou tratando de um assunto de grandiosidade ímpar, que diz respeito à soberania do nosso País. Não estou tratando de assuntos que dizem respeito a questões partidárias.

E sei que o Ministro Patriota não entendeu como assunto pequeno, não entendeu também como uma questão de interesse partidário, porque, pelo comunicado do Senador Jorge Viana, ele concordou em aceitar o convite e vir a esta Comissão tratar desse assunto.

E fui informado também, Senador Jorge Viana, por um alto funcionário do Itamaraty que o Ministro Patriota ficou muito satisfeito com o entendimento havido no plenário do Senado Federal, liderado por V. Ex^a.

Portanto, não é assunto pequeno. É assunto de grandiosidade ímpar. Trata-se da soberania do nosso País, não podemos abdicar desta responsabilidade. Se nós estivéssemos afirmando taxativamente que houve afronta à soberania do Brasil, não estaríamos convidando o Ministro, não estaríamos convidando os Embaixadores, estaríamos invocando a responsabilidade da Presidência da República para que adotasse as providências.

Portanto, nós não estamos nos antecipando. Nós estamos propondo o debate para concluirmos se houve afronta à soberania do Brasil ou se houve alguma ilegalidade praticada, ou se não houve. Não se trata de versão veiculada pela revista *Veja*.

O *Correio Braziliense* noticiou no primeiro momento o encontro havido em Brasília com a presença do Embaixador da Venezuela. Não se trata de uma versão de que houve participação de membro do Poder Executivo. Não! O Governo, a Presidência da República, o Ministro, Secretário da Presidência da República assumiu que o funcionário Ricardo Poppi Martins esteve presente nesta reunião. E de lá saiu com um disquete, com uma orientação para veicular um dossiê contra a jornalista cubana que visitava o Brasil.

Eu não creio que ela tenha vindo – e, se veio, não creio que exista qualquer inconveniente – com objetivos políticos. Por que seríamos contra alguém que venha ao Brasil com objetivos políticos? Ou ter objetivo político impõe condenação? Creio que não! Mesmo que ela tenha vindo com objetivos políticos, receber civilizadamente é dever do nosso País. Mas isso não está em discussão. O que está em discussão é: houve ou não uma afronta à soberania do Brasil? Os Embaixadores imiscuíram-se em assunto da nossa política interna? Houve afronta ao Supremo Tribunal Federal? Isso é que está em discussão. Eu não estou dizendo que houve, eu quero saber se houve. E por isso eu proponho este debate aqui. Esta é a Casa do debate. Ou debatemos ou fechamos as portas da instituição e assumamos que queremos um regime autoritário no Brasil.

Esse não é, certamente, o propósito de alguém que conquista o voto do eleitor e aqui está para repre-

sentá-lo, de nenhum dos nossos pares, e eu não faria esse tipo de ilação.

O que nós fizemos aos Embaixadores é um convite que pode ser recusado. O que nós estamos querendo oferecer a eles é a oportunidade de defesa, porque foram acusados. Eu próprio os acusei. A imprensa nacional, setores da imprensa nacional, não só a revista *Veja*, também manifestaram, publicaram acusações, acusações várias, editoriais de jornais brasileiros, enfim, há uma acusação no ar. E nós estamos aqui, democraticamente, oferecendo ao Embaixadores a oportunidade para que se defendam.

Eu próprio os acusei: inclusive rasgaram a Convenção de Viena. E democraticamente quero ouvi-los, para, se for o caso, dizer: eu estava equivocado, Embaixador.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero, sobretudo, destacar o acordo havido no plenário do Senado. E foi um acordo celebrado pelo Presidente do Senado Federal em exercício no ato.

É preciso saber se acordo é para ser cumprido, é para ser respeitado ou é para ser ignorado. Está é a indagação que eu faço e peço humildemente aos meus colegas Senadores que ponderem sobre a importância desta Comissão, deste debate. Não se trata de assunto pequeno, não é uma questiúncula partidária. Nós não estamos tratando disso partidariamente. Nós queremos o debate. Nós queremos o debate, sobretudo, no sentido de oferecer oportunidades a que se defendam os que são acusados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Sr. Presidente...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Me pego no art. 14. Fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Jorge Viana, pelo art. 14; em seguida, ao Senador Collor. Pelo art. 14 também?

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PT – AL) – Pode ser. Obrigado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Logo depois, o Senador Inácio Arruda, que não pediu pelo art. 14, porque não foi citado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco PCdoB – CE) – Eu fui citado indiretamente, mas não...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Indiretamente, mas não ficou claro. Mas nós vamos considerar sua manifestação.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senador Ferraço, eu gostaria de estar inscrito também.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Também inscrevo o Senador Anibal.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu retomo e peço a compreensão dos colegas, para mais uma vez fazer uso da palavra – vou ser breve –, só para deixar o mais claro possível, principalmente para os demais colegas que compõem esta tão importante Comissão, sobre o que se chama de um entendimento que eu ratifico aqui, com o Senador Alvaro Dias, na condição de presidindo uma sessão do Senado, e também mantendo contatos, o que é o meu papel quando ocupo aquela função, com o próprio Ministro Patriota, em que conversei com os colegas Aloysio e Alvaro. Eu só quero deixar bem claro. Tínhamos lá, na mesa do Senado Federal, requerimentos convocando, inclusive para o Plenário, o Ministro de Relações Exteriores, para tratar de alguns assuntos específicos.

Conversei com o Senador Alvaro que a Comissão estava se instalando – a Mesa Diretora dos trabalhos da Comissão, V. Ex^a na Presidência –, e que, se haveria um entendimento de trazermos para cá esses assuntos, e que transformássemos o requerimento de convocação em convite, que o Ministro Patriota estaria disposto a vir.

Faço referência a dois requerimentos que estão aqui e agora têm a Relatoria do Senador Collor: o Requerimento do item 10, o Requerimento do item 11 e o Requerimento do item 15, de autoria de V. Ex^a. Tratam do mesmo assunto.

O desentendimento que aparentemente estamos tendo aqui, eu acho que pode ser sanado, até com o requerimento de V. Ex^a. É a minha compreensão aqui.

Ora, não estou tergiversando, Senador Aloysio. O Ministro Patriota virá aqui, numa data o mais breve possível, para responder a todo e qualquer questionamento das Sr^{as} e Srs. Senadores. Esta Comissão sempre funcionou assim.

Certamente, já que temos dois requerimentos tratando do assunto, ele terá que responder aqui sobre a situação da Sr^a Yoani Sánchez, do gesto do Embaixador da Venezuela e de todos os outros assuntos pertinentes.

O requerimento de V. Ex^a diz – eu tomo a liberdade aqui, já que o Relator é o Senador Collor:

Requeiro, na forma do [...] do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Defesa, a comparecerem a esta Comissão, em ocasiões separadas, para prestarem informações [...].

Então, eu acho que esse termo significa que vai prestar informação sobre todo e qualquer assunto relacionado ao interesse de quem compõe esta Comissão.

Eu entendo – e queria pedir a compreensão dos colegas – que aqui não está dizendo que não pode tratar do problema da Srª Yoani, não pode tratar... Nós vamos tratar, está explícito que é para ele prestar informação.

Como há outros dois requerimentos que ficariam prejudicados hoje, até porque o de V. Ex^a é mais abrangente, porque estabelece uma rotina, eu peço a compreensão, endossando que houve o entendimento de que estarão cumprindo o acordo.

O Ministro virá o quanto antes, e eu proponho que seja o quanto antes, mesmo, para esclarecer esses dois assuntos e outros assuntos ligados, e de uma maneira rotineira.

Eu acho que isso atende. Está aqui: “prestar informação.” Aqui não é para falar de como é que está a relação Brasil/Estados Unidos. É prestar informação sobre os assuntos que envolvem o Ministério das Relações Exteriores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pelo art. 14, Senador Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Inicialmente, eu gostaria de manifestar a esta Comissão e a todos os que estão aqui presentes o meu respeito e admiração pelo Senador Avaro Dias.

Reconheço na figura do Senador Avaro Dias um valoroso Parlamentar, um homem que tem uma história política das mais bonitas escritas dentro aqui deste Parlamento. E, em nenhum momento, em nenhum instante, pairou na minha mente querer criar qualquer tipo de constrangimento em relação a S. Ex^a.

Eu o admiro, eu lhe tenho muito respeito e esse termo que eu utilizei – questões pequenas – foi mais relacionado ao que colocou aqui a revista *Veja*. Porque a revista *Veja*... E eu acredito que tenha sido induzido a erro ou a equívoco. O Requerimento do item 10, quando se dirige ao Sr. Presidente, diz:

Requeiro, nos termos [...] [tais] o comparecimento [...] [de fulano de tal], para prestar os devidos esclarecimentos acerca da presença de agentes cubanos designados para acompanhar os passos da Srª [...] Sánchez no Brasil, bem como a participação de servidores do governo brasileiro no referido esquema.

Isso aqui é exatamente o que a Revista *Veja* citou.

Então, foi tomado isso como uma verdade e, talvez, tenha-se incorrido involuntariamente num equívoco. E foi a isso que eu quis me referir como pequeno. Em momento nenhum, foi em relação ao ato em si, legítimo, que qualquer um de nós, Senadores, têm de apresentar os requerimentos que deseja.

Em relação à revista *Veja*, não é uma questão de achincalhe. Em relação à revista *Veja* é o que ela fez, na CPML, em relação a todos nós, que daquela Comissão participamos, ao se negar a prestar exatamente esclarecimentos quando, aí sim, havia provas cabais de que os seus repórteres estavam traficando informações com o chefe do grupo criminoso do Sr. Carlos Cachoeira.

Neste caso aqui, não há nenhuma prova de que agentes cubanos foram designados. Então, se foram designados, é por alguém superior – onde é que está a prova disso? –, para acompanhar os passos da Srª Sánchez no Brasil, bem como a participação de servidores do Governo brasileiro no referido esquema. Mas a que esquema a revista se refere?

Então, em função disso, e novamente voltando a invocar a Convenção de Viena, é que solicito a V. Ex^{as}, senhores integrantes da Comissão de Relações Exteriores, para o que aqui ficou explicitado. Solicito a V. Ex^{as} o voto contrário aos requerimentos dos itens 10, 11, 12 e 13 da pauta do dia de hoje, e favorável ao item 15, da mesma forma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Finalmente, ouço o Senador Inácio Arruda.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, depois, se houver possibilidade, pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pois não.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Foi invocado já, duas vezes, o art. 14. Eu não pude falar por ele. Então, parece que não existe mais espaço para o art. 14. Existe?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – A palavra é de V. Ex^a.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Então, Sr. Presidente, eu vou buscar uma frase muito simples de um poeta, compositor, também cantor e escritor brasileiro e, se é brasileiro, então, deve ter alguma parte com o nosso Estado, o Ceará.

Mas se trata de uma frase muito simples do Chico Buarque: fala fino com os poderosos e grosso com aqueles que são pequenos. Parece-me uma ideia sempre presente entre elites muito conservadoras do Brasil, que teimam em não aceitar a ascensão de setores importantes, no Brasil e fora do Brasil.

Cuba é um país pequeno, submetido a um bloqueio de mais de 50 anos, criminosamente. Em um de seus municípios, de seus distritos, existe uma base americana chamada Guantánamo. É no seu território. É um país ocupado militarmente até hoje. Muitas ve-

zes, princípios ativos para a produção de determinados medicamentos na Ilha de Cuba são negados de entrar.

E eu digo: acho que exerceu muito corretamente o Senador Collor, que presidiu esta Comissão e que conhece muito bem, porque presidiu o País, as relações entre as nações e os povos, o papel de estadista que devem exercer as pessoas que compreendem essa realidade do mundo em desenvolvimento.

Hoje, o Brasil trata de ter relações amistosas que ajudam aquele país. O Brasil realiza investimentos em Cuba de grande monta, que estão contribuindo para que aquela Ilha possa prosperar.

Eu estive recentemente em visita, com o Senador Anibal, vindo do Haiti, indo até Cuba, juntamente com o Senador Luiz Henrique, examinando essa nova realidade de Cuba, em função das relações que ela estabelece com vários países do mundo.

O Brasil tem uma empresa que constrói, ao mesmo tempo, nos Estados Unidos e em Cuba. São relações mais elevadas, que não entram nessa picuinha insana, aí sim, de um pensamento menor, tacaño, que resta da famosa Guerra Fria, de querer criar uma guerra psicológica, ideológica por meios de comunicação normalmente de muitos conservadores no Brasil, alguns de extrema direita, que dão fôlego a esse tipo de debate.

A nossa relação com Cuba deve ser neste patamar elevado, como o Brasil vem fazendo. E o Ministro deve vir aqui para tratar disso prioritariamente. Mas, claro, se houve um episódio qualquer, vamos examinar; o Ministro vai responder. O nosso povo manifestou-se aqui legitimamente bem como a nossa juventude. Foi a juventude que enfrentou a ditadura. Essa “pseudo-esquerda”, acusada aqui sujamente, porque não pôde se defender, também não pôde se defender no período da ditadura militar, mas teve a coragem de enfrentar. É essa turma que está aqui e que também teve a coragem de enfrentar o debate, pública e abertamente, não só com a blogueira cubana, mas com qualquer um. É esse o debate que fazemos, é uma batalha de ideias. Aqui, há quem tenha opinião contrária, e vai dar. Esse é o jogo político da democracia no Brasil, e o Brasil tem contribuído, Sr. Presidente.

É tradição no Brasil. Tirando um período tortuoso da ditadura militar, é tradição no Brasil a cooperação. E isso estamos fazendo não só com Cuba; estamos fazendo com o Haiti, com El Salvador, com a Nicarágua, com a Colômbia. Foram os aviões brasileiros que estiveram com as Farcs para libertar prisioneiros; aviões do Brasil, da Força Aérea Brasileira. Então, trata-se de um trabalho de contribuição. Houve também com a Venezuela, com a Bolívia – alguns queriam que botássemos os tanques lá, porque é um país pequeno.

Quando a Quarta Frota desfilou no Atlântico, ninguém disse nada, mas queriam que botássemos os tanques na Bolívia. Imaginem!

Então, acho que precisamos ter, na nossa Comissão, essa tranquilidade de debater em patamar elevadíssimo. Respeito as opiniões políticas de todos, divergentes da minha, mas acho que a nossa Comissão, com todo respeito aos nossos colegas Senadores, deve discutir em patamar elevado. Acho que o nosso Ministro tem que vir aqui para discutir a política de relações exteriores do Brasil: com Cuba, com a Venezuela, com os Estados Unidos, com a China, com a Colômbia, com a Argentina. É assim que devemos tratar. E, acerca de cada episódio, cada Senador vai perguntar ao Ministro o que quiser, dar a opinião que quiser sobre o assunto que quiser. É assim que devemos tratar. Estou de acordo com o encaminhamento do Senador Fernando Collor, muito bem sustentado aqui, nesta Comissão.

Acho que devemos ter sempre essa tranquilidade de falar grosso com os grandes, não afinar com eles. Vamos deixar a fala mais fina para os pequenos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço Bloco/ PMDB – ES) – Pelo art. 14, Senador Alvaro Dias e, sem seguida, o Senador Anibal Diniz.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço Bloco/ PMDB – ES) – O Senador Alvaro Dias foi citado pelo Senado Collor. Portanto, S. Ex^a está se valendo do Regimento para pedir a palavra. Sou escravo do Regimento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Oportunamente V. Ex^a aguardou o pronunciamento do Senador Inácio Arruda. Permita-me até esquecer a intervenção do Senador Collor para não tomar muito o tempo desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço Bloco/ PMDB – ES) – Então, o art. 14 não faz sentido.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Faz sentido, sim, Sr. Presidente.

Estamos acostumados, no Brasil, a aceitar a inversão de valores, mas temos de combater a inversão de valores. O Senador que me antecedeu procurou tratar dessa ação que estamos desenvolvendo aqui, propondo um debate, como se fosse um ato ideológico. Longe de mim qualquer componente ideológico nessa atitude.

Tenho certeza de que o Senador Inácio Arruda não conhece a minha história, porque, se conhecesse, não faria as ilações que fez.

Absolutamente nada contra Cuba. Eu estive em Cuba. Fui convidado. Tive oportunidade de discursar

na Assembleia Nacional de Cuba e de conversar com Fidel Castro frente a frente e, inclusive, de assistir a algo que me decepcionou: o Presidente Fidel Castro arrancar, com suas próprias mãos, um gravador das mãos de um jornalista porque estava gravando a conversa de um grupo de parlamentares com o líder cubano.

Portanto, nada de ideológico. A nossa atitude aqui de convocar, educadamente, de convidar, educadamente, um Ministro e Embaixadores não afeta relações diplomáticas. Longe disso! Ao contrário, aprimora as relações diplomáticas. O que pode afetar relações diplomáticas são atitudes pontuais, individuais, de embaixadores ou servidores públicos que, de certa forma – é uma questão de opinião –, afrontam a soberania de um país, imiscuindo-se em assuntos de política interna. Não vamos trabalhar com a inversão de valores. Não vamos distorcer os fatos. Não estamos aqui discutindo ideologia.

Olha, eu não sei a quem o Senador se referiu, mas, certamente, não a mim, porque eu gosto de engrossar a voz com os grandes; com os pequenos, não gosto de engrossar a voz. Eu não creio que eu tenha aqui procurado engrossar a voz com os pequenos. O Senador pode considerar Cuba pequena, eu não considero Cuba pequena.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito bem, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu creio que, engrossou a voz...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ... uma senhora frágil...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O Senador Aloysio lembra bem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – O Senador Alvaro Dias está com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ah, que é isso?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O Senador Aloysio lembra bem: quem engrossou a voz com a fraqueza não fomos nós; foram aqueles que tentaram impedir...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Claro.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ... uma jovem fragilizada, inclusive até pelo sofrimento na sua história de vida, de luta contra a ditadura, fragilizada ao extremo... Ela, sim, foi afrontada por aqueles que deveriam recebê-la democraticamente.

Mas esta é a questão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Vamos lá.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Longe, longe – isto eu repudio, rechaço de pronto – qualquer componente ideológico nessa nossa postura. Isso eu rechaço até com certa indignação. E longe também qualquer propósito de vantagem de natureza política. Não há nenhum propósito de vantagem de natureza política. O que preside a nossa ação aqui é a responsabilidade pública, é o dever de cumprir missão, de exercer este mandato com dignidade, respeitando as divergências. É evidente que nós respeitamos. Ninguém mais do que nós sabe respeitar divergência. Essa nossa formação é a nossa história. Nós gostamos do debate, gostamos da democracia. Há os que não gostam. Há os que não gostam de democracia. Não somos nós. Nós queremos o debate, queremos a democracia, respeitamos ideologias, e, por isso, estamos propondo o debate nesta Comissão. Se esta Comissão é palco para o debate, ótimo; se não é palco para o debate, eu não sei palco do que ela é.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Bom, em primeiro lugar, esta Comissão tanto é palco para debate, que nós estamos há uma hora debatendo sobre um requerimento, uma proposição de requerimento. Eu acho que prova maior de que este ambiente é palco para debate não existe.

Eu acho que a gente pode levantar essa questão por vários aspectos. O primeiro deles é que a Yoani Sánchez teve autorização do seu visto pelo Brasil pelo menos um ano antes da sua vinda ao Brasil. As autoridades brasileiras em nenhum momento criaram dificuldade para sua vinda ao Brasil. Se ela teve problema interno, do governo cubano, para ter sua autorização, não é problema nosso. E uma vez a Yoani Sánchez no Brasil, ela se submeteu a um ambiente político que é próprio do Brasil. Qualquer um de nós que adote uma posição polêmica em determinado ambiente está sujeito a levar vaia, porque a vaia ou aplauso é atributo da democracia. Onde quer que estejamos praticando política, estamos expostos à possibilidade de receber vaia ou receber aplausos.

Nós não podemos trazer para nós a responsabilidade de manifestações espontâneas. Todo dia discursar-se aqui, no Senado, sobre o direito à liberdade de expressão, e, no dia em que um grupo de jovens resolve exercer a sua liberdade de expressão, seja com uma jornalista cubana, seja se contrapondo à privatização dos portos ou a qualquer assunto que esteja em pauta na política nacional, é apenas o exercício do direito à liberdade de expressão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Inclusive impedir a pessoa de falar, ir lá gritar, não deixar a pessoa ser ouvida? O Senador Suplicy foi lá para defendê-la. V. Ex^a está se contrapondo ao seu colega Suplicy, que foi lá e foi enxovalhado por esses jovens liberticidas a que o senhor se refere.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senador Aloysio Nunes, tenho o maior respeito por V. Ex^a, gosto muito da convivência democrática que temos aqui, tenho no senhor um dos exemplos de melhor valor da democracia brasileira por suas posições.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – A presença do Senador Suplicy é a expressão pronta e acabada do quanto praticamos a democracia. O Senador Suplicy não recebeu nenhuma reprimenda, não recebeu nenhum tipo de repreensão por parte do Partido dos Trabalhadores por ter participado desses atos. Isso é exatamente, porque nós respeitamos o direito à opinião de cada um. Discordamos, mas respeitamos o direito de opinião.

O Senador Collor aqui, ao encaminhar contra os requerimentos dos itens nºs 10, 11, 12 e 13, foi muito preciso...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – E a favor do 15.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – E a favor do 15.

Ele foi muito preciso na especificação do art. 29 da Convenção de Viena e também do art. 257 do Regimento da Câmara, que deixam bem claro que não podemos praticar nenhum tipo de constrangimento a autoridades diplomáticas de países aqui, no Brasil. Nós estamos simplesmente tentando encaminhar dessa forma.

Por último, o Senador Aloysio Nunes Ferreira conseguiu deixar bem claro por que o entendimento havido com o Senador Jorge Viana não se fazia valer aprovando os requerimentos dos itens nºs 10, 11, 12 e 13. Por quê? Porque, no entendimento do Senador Jorge Viana, era transformar um convite que foi convertido de maneira muito mais clara na proposição do item 15, que é fazer o grande debate sobre as relações externas do Brasil e não apenas se ater a um episódio envolvendo uma jornalista cubana ou o Embaixador de Venezuela ou o Embaixador de Cuba.

Eu acho que essa discussão tem de continuar acontecendo. Vamos, na medida do possível, procurar combater, sim, a inversão de valores, Senador Alvaro Dias, porque não se trata de inversão de valores. Estamos tentando estabelecer esse debate, que é ideológico, sim, que é político, sim, porque nós estamos

tratando de uma relação com um país que tem um regime diferenciado e também temos de ter um esforço todo para entender como as coisas acontecem, como sobrevive um país do tamanho de Cuba sofrendo toda sorte de dificuldades e um bloqueio desumano e inaceitável há 50 anos.

Nesse sentido, eu quero aqui reafirmar a posição de rejeitarmos os requerimentos dos itens 10, 11, 12 e 13 e aprovarmos o requerimento do item 15, para fazer o grande debate da política externa brasileira, aqui, na Comissão de Relações Exteriores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, ao Senador Capiberibe.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Querido Presidente, Senador Ricardo Ferraço, primeiro, eu quero aqui fazer uma observação. Cumprimento V. Ex^a e todos os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, porque nós fomos dormir ontem depois das 2 horas da manhã e fiquei impressionado com a disciplina de todos que chegaram pontualmente à reunião. Eu até atrasei-me um pouco, mas pude ouvir pelo rádio, no caminho, as manifestações logo no início, inclusive a do Senador Fernando Collor, que ouvi praticamente na íntegra.

Eu queria aqui chamar a atenção para o porquê de esta reunião estar tão repleta, com enorme interesse.

Há um ponto em comum entre todos nós da Base de Governo, da oposição: os rapazes e as moças realizaram protestos de forma exagerada, muitas vezes ofensiva, inclusive a mim. Nós todos estamos de acordo. Precisamos canalizar a energia para um dos objetivos principais da visita da Sr^a Yoani Sánchez ao Brasil, que, no meu entender, tem um significado muito especial, Presidente Ricardo Ferraço.

A visita da Sr^a Yoani Sánchez finalmente se deu ao Brasil, primeiro país que ela escolheu, para atender ao convite de inúmeros países – mais de 20 convites. Isso significa que Cuba, as autoridades cubanas estão dando um sinal, como aquele que foi solicitado pela Secretária de Estado, Hillary Clinton, e pelo próprio Presidente Barack Obama quando disseram, em algumas ocasiões, que, na medida em que Cuba der sinais de que está havendo uma maior abertura política, isso poderá contribuir para acabar com o embargo existente há mais de 50 anos dos Estados Unidos em relação a Cuba.

A posição do Governo brasileiro, desde que houve a democratização do Brasil, portanto dos governos Fernando Henrique Cardoso, Fernando Collor, Itamar Franco, José Sarney e todos os demais – temos manifestado isto inclusive na OEA, na ONU, na Assembleia

Geral da ONU – é de que o Brasil é favorável a que os Estados Unidos restabeleçam relações normais com Cuba, e essa pode ser a grande questão, objeto do diálogo com o Embaixador Antonio Patriota. O que o Governo brasileiro está fazendo para que os Estados Unidos percebam que é hora de acabar com esse embargo ou esse bloqueio?

O maior ideólogo da revolução americana, Thomas Paine, escreveu, em janeiro de 1776, *Common Sense* – Senso Comum –, em que ele observou que contraria o bom senso que uma ilha domine um continente. Mais de 150 mil exemplares de *Common Sense* foram publicados e distribuídos nas ruas da Filadélfia e das 13 colônias norte-americanas em janeiro de 1776. Seis meses depois, os americanos proclamaram a sua independência, em 4 de julho de 1776. Ora, fosse vivo Thomas Paine hoje, ele escreveria que contraria o bom senso que uma nação continental não tenha relações diplomáticas, comerciais, financeiras e culturas de toda a natureza com uma nação ilha que está a apenas 100 milhas de sua costa. E o Brasil pode contribuir muito para isso.

Aqueles jovens que chegaram a me chamar de traidor porque eu queria assegurar o que está nos estatutos de fundação do Partido dos Trabalhadores manifesto que o PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem efetivamente os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os seus níveis.

E eu quero aqui reafirmar e dizer a todos aqueles jovens que agi em consonância com o que própria Presidenta Dilma tem reiterado em algumas situações, quando diz: “Eu prefiro o ruído da imprensa livre ao silêncio tumular das ditaduras”.

Ora, eu tenho a convicção de esses jovens exageram nas suas ofensas, na tentativa de impedir... E nisso, quando o Senador Aloysio Nunes e o Senador Alvaro Dias aqui afirmaram que eles agiram de maneira inadequada, é claro, eu estou de acordo e percebi que eles estavam agindo de forma inadequada. Mas é preciso que eles vejam que há um propósito comum que pode unir todos. E, por esta razão, eu estou de acordo com a sua proposição de aqui ouvirmos o Ministro Antonio Patriota e de aqui fazermos, do nosso diálogo com ele, um passo formidável para fazermos ver às autoridades norte-americanas que é preciso acabar com o bloqueio e com o embargo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Observando o mapa do mundo que temos diante

de nós, fiquei aqui acompanhando este debate, um debate que relaciona o Brasil à soberania, a Cuba, à Venezuela. Olhando a configuração desse mapa, fiquei imaginando: há 500 anos, como seria a divisão do mundo? Evidente que não seria nada disso, que estaria completamente diferente do que nós estamos vivendo hoje. E eu tenho a convicção de que, dentro de alguns anos, essa configuração vai estar completamente modificada, em função de uma razão quase óbvia para mim: a necessidade da sobrevivência no Planeta, e não há como sobreviver no Planeta preservando as fronteiras que estão aí.

Portanto, eu diria que o momento é de inflexão, o momento é de cooperação. Até porque nós temos já alguns exemplos de integração, temos a União Europeia, temos o Mercosul. Os países estão procurando reduzir a importância das suas fronteiras. E eu acho que o Brasil caminha nessa direção. Eu creio que nós, no futuro, não teremos essas fronteiras, até porque essas fronteiras que estão aí são resultado de conquistas, de muitas guerras, enfim, de genocídios, como é o caso da nossa configuração na América do Sul.

Lembrando o que disse o Senador Suplicy, eu tenho também uma enorme admiração pela revolução americana e pela sociedade que eles conseguiram construir. E eles pautaram as suas condutas pela absoluta autodeterminação, estabelecendo relações com quem eles bem entenderam – foram assim no passado e continuam assim no presente – e dominando aqueles que não conseguem estabelecer uma relação pacífica.

Eu acho que a gente ganharia muito se nos dedicássemos a descobrir maneiras de cooperar com todos os nossos vizinhos em busca dessa integração, em busca do intercâmbio, não só econômica – acho que a economia é muito importante –, mas também cultural, da integração entre os nossos países.

Portanto, eu vejo que, como no futuro nós não teremos fronteira, não há nenhuma razão para considerarmos como ofensas o que acabou de se relatar.

Portanto, acho que o relator, o Senador Collor, foi feliz em colocar com clareza que nós precisamos ouvir as nossas autoridades. Eu concordo plenamente com que está proposto: que a gente convide aqui o Ministro das Relações Exteriores para nos falar de como ampliar a cooperação; que ele venha aqui para nos dizer que nós precisamos cooperar mais, porque, cada vez que a gente amplia a nossa cooperação, nós estamos gerando empregos para o nosso povo, estamos gerando empregos para os nossos vizinhos. Eu acho que o caminho do mundo é esse, e não mais do confronto, não mais do litígio. O caminho do mundo é discutir como suspender essas fronteiras que já nos provocaram danos quase irreparáveis.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em votação o encaminhamento feito pelo Senador Collor, contrariamente aos itens 10, 11, 12, 13, e favoravelmente ao requerimento constante no item 15, que convida os Srs. Ministros das Relações Exteriores e Defesa Nacional para comparecerem a esta Comissão.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que votarem favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) (*Manifestação fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço Bloco/PMDB – ES) – Claro, favorável ao relatório. É o relatório que está em votação, com encaminhamento do Senador Collor.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, nós, conscientes da nossa impossibilidade de derrotar a maioria, temos que nos conformar com essa realidade. Apenas peço a V. Ex^a que priorize, ao convidar o Ministro Patriota, o tema que debatemos aqui hoje, que diz respeito a esses dois episódios referidos.

Já peço a V. Ex^a que me inscreva para inquirir o Ministro (*Risos.*) quando S. Ex^a vier a esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Nesse caso, peço inscrição pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço Bloco/PMDB – ES) – V. Ex^a fique seguro de que ultimaremos esse convite ao nosso Ministro das Relações Exteriores para uma data tão logo possível, para que ele possa apresentar as suas diretrizes, os principais desafios da nossa política internacional e, eventualmente, ficar disponível para nossos questionamentos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, ficou votado o requerimento então?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço Bloco/PMDB – ES) – Está votado e aprovado o encaminhamento feito pelo Senador Collor contrário aos requerimentos constantes nos itens 10, 11, 12, 13 e favorável ao requerimento referente ao item 15.

(São as seguintes as matérias rejeitadas:

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 1, DE 2013

Senhor Presidente, Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, o comparecimento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, ANTÔNIO DE AGUIAR PATRIOTA, para prestar os devidos esclarecimentos acerca da presença de agentes cubanos designados para

acompanhar os passos da Sr^a Yoani Sánchez no Brasil, bem como a participação de servidores do governo brasileiro no referido esquema.

Autoria: Senador Alvaro Dias

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 2, DE 2013

Senhor Presidente, Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, o comparecimento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, ANTÔNIO DE AGUIAR PATRIOTA, para, prestar os devidos esclarecimentos acerca da presença do embaixador da Venezuela no Brasil no evento em favor de correligionários do Partido dos Trabalhadores condenados pelo STF.

Autoria: Senador Alvaro Dias

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 3, DE 2013

Senhor Presidente, Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, o comparecimento do Secretário Geral da Presidência da República, GILBERTO CARVALHO, para prestar os devidos esclarecimentos acerca da presença de agentes cubanos designados para acompanhar os passos da Sr^a Yoani Sánchez no Brasil, bem como a participação de servidores do governo brasileiro no referido esquema.

Autoria: Senador Alvaro Dias

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 4, DE 2013

Senhor Presidente, Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado o embaixador cubano no Brasil, CARLOS ZAMORA RODRÍGUEZ, para prestar os devidos esclarecimentos acerca da presença de agentes cubanos designados para acompanhar os passos da Sr^a Yoani Sánchez no Brasil, bem

como a participação de servidores do governo brasileiro no referido esquema.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros.)

(É a seguinte a matéria aprovada:

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 5, DE 2013

Requeiro, na forma do disposto no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e no art. 90, V, IX, e X, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Defesa, a comparecerem a esta Comissão, em ocasiões separadas, para prestarem informações sobre suas respectivas pastas, em data a ser acordada com essas autoridades.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.)

Voltamos, agora, ao item 1 da Ordem do Dia.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Jorge Viana e, depois, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Como havia solicitado a V. Ex^a, solicito, com base no art. 175, inciso IV, que apreciemos o item de nº 19, tendo em vista a importância do tema. Estou com o relatório concluído para tratarmos do item 19, mediante inversão de pauta, com base no art. 175, inciso IV.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço Bloco/PMDB – ES) – O Senador Jorge Viana propõe inversão de pauta.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que votarem favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 30, DE 2010 – Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos, celebrado em Brasília, em 20 de março de 2007.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Jorge Viana

A palavra está com o Senador Jorge Viana para relatar a matéria.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de pedir a atenção dos colegas, Senadoras e Senadores, para apreciação, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2010, (nº 413, de 2007, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos, celebrado em Brasília – vejam os senhores – em 20 de março de 2007.

Relatório:

É submetida ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 30, de 2010, cuja ementa foi lida acima.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, todos da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido.

Acompanha o acordo a Mensagem nº 741, de 9 de outubro de 2007, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 216, de 10 de agosto de 2007, do Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores.

A mensagem foi recebida na Câmara dos Deputados e designada para ser apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senhores, há um Senador relatando matéria da maior gravidade, da maior importância. Peço atenção, sobretudo das assessorias.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Nesse primeiro órgão, ela deu origem ao Projeto de Decreto Legislativo ora analisado, que, na sequência, passou pelo crivo das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e de Finanças e Tributação. O ato internacional foi, por fim, aprovado pelo Plenário daquela Casa em 11 de fevereiro de 2010.

São os famosos acordos que causam prejuízo ao Brasil, ao contribuinte brasileiro quando não ratificado. Estou falando de um acordo de 2007, que só agora temos a oportunidade de apreciar na CCJ.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. A relatoria do Senador Dornelles, que está aqui, mas, recentemente, S. Ex^a abriu mão da relatoria e a passou a mim, para que eu pudesse fazer, a partir de

uma solicitação de V. Ex^a, Sr. Presidente. Fico muito honrado, tendo em vista a importância da matéria.

Finda a legislatura, o projeto foi encaminhado à Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado federal, em atenção ao que prescreve o art. 332, do Regimento Interno desta Casa. Em 5 de janeiro de 2011, o projeto continuou a tramitar, nos termos do incisos I e V, do art. 332 do Regimento Interno desta Casa, e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa do Senado Federal. Em continuidade, ele retorna à Comissão e foi a mim distribuída para relatar.

Da análise, Sr. Presidente:

O Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos visa a estabelecer, em seus 13 artigos, termos e condições destinados a regular o intercâmbio de informações relativas a tributos. Em relação ao assunto, é oportuno recordar, de início, o que dispõe o Código Tributário Nacional em seu art. 199, parágrafo único: “A Fazenda Pública da União, na forma estabelecida em tratados, acordos ou convênios, poderá permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos”.

Essa possibilidade se encontra em acordo para evitar dupla tributação e perspectivas de sua realização. É usual que os referidos atos internacionais contemplem dispositivos versando sobre a troca de informação.

Assim sendo, parece correto afirmar que o intercâmbio de informações fiscais entre o Brasil e outras soberanias tem prática consolidada. Há, portanto, convergência do marco jurídico disciplinador dessa forma de cooperação, tanto na esfera doméstica quanto internacional.

O acordo em análise, no entanto, está vocacionado a disciplinar, de maneira exclusiva, a troca de informação entre autoridades fiscais de ambos os países envolvidos. Nesse sentido, cuida-se do primeiro tratado dessa natureza celebrado pelo Brasil. A iniciativa, no entanto, não é isolada. Ela se inspira no modelo produzido – chamo a atenção dos Senadores e Senadoras – no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Então, nós estamos adotando a jurisprudência que rege a OCDE.

O assunto que resultou no acordo para a Organização sobre a matéria entrou na agenda política internacional por conta, sobretudo, da crise financeira, mas também por conta de evasão fiscal, de crimes praticados nessas transações comerciais. A aplicação de níveis mais elevados de transparência e a troca de informações fiscais seguem sendo itens de primeira grandeza nas considerações de fóruns multilaterais.

O modelo indicado amplia o disposto no art. 26 do tratado modelo da OCDE sobre bitributação, que

versa sobre troca de informações fiscais. Ele trata tão só dessa matéria. Importa registrar, entretanto, que o artigo referido não contou com a aprovação inicial de países como o próprio Brasil, Chile, Costa Rica, Filipinas, Malásia, Mônaco, Tailândia, Uruguai. As reservas formuladas ao modelo foram, no entanto, afastadas recentemente por todos esses países, que questionaram no primeiro momento. Verifica-se, desse modo, orientação convergente a uma posição unânime no sentido da assinatura desse acordo no cenário internacional, no sentido de efetivar a troca de informações entre soberanias como forma de combate ao crime organizado, à lavagem de dinheiro e à evasão fiscal. Essa é a essência desse tratado assinado.

Mas também quero dizer que fiz questão de fazer contato formal com a Receita Federal e as salvaguardas, do ponto de vista do sigilo fiscal, todas elas estão estabelecidas.

Entendo, dessa forma, não existir nada fora do razoável no ato internacional em análise.

Assim, concluo, tendo em vista que as garantias estabelecidas no acordo afastam possíveis afrontas ao nosso ordenamento e ao direito do contribuinte – está bem explícita essa garantia –, queria pedir a compreensão dos colegas Senadores e Senadoras no sentido de que pudéssemos aprovar meu voto.

Então, Sr. Presidente, pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão o relatório do eminente Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra o voto do Senador Francisco Dornelles.

Voltamos ao item 1 da pauta, finalmente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu gostaria de solicitar urgência na tramitação desse tratado, para que pudesse o quanto antes chegar ao plenário do Senado Federal, por favor.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Determinaremos que esse acordo vá para o plenário, para que o Plenário do Senado possa apreciá-lo, incluído na pauta, naturalmente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado. Eu queria pedir preferência para o item 4, de minha relatoria, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Eu já tinha concedido a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Claro, ele tem precedência. Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) –

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 110, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. José Amir da Costa Dornelles, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de Timor-Leste.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 – CRE.

Concedo a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Sr. Presidente, nobre Senador Ricardo Ferraço, eu havia solicitado, pela ordem, a palavra a V. Ex^a, quando da votação, mas a reunião estava tumultuada, e V. Ex^a, com toda certeza, não ouviu.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Peço desculpas a V. Ex^a. Com certeza...

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Pois não. É que quero que V. Ex^a deixe registrado nos Anais, por conta do aspecto ideológico que tomou conta dos debates, que voto favoravelmente aos requerimentos do Senador Alvaro Dias, que foram aqui apresentados, para que não se possa imaginar que voto com as razões apresentadas pelo Relator, o Senador Fernando Collor, e voto, evidentemente, com a sua proposta, que é mais abrangente, que é a proposta para que o Ministro das Relações Exteriores aqui compareça e fale sobre a política externa do Brasil.

Queria só deixar em ata constatado isto: de que, se a votação fosse nominal, eu votaria nominalmente em todos os requerimentos de autoria do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Serão designados e confirmados em ata a manifestação e o voto de V. Ex^a.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – A mim foi distribuída, Sr. Presidente, para relatar, a Mensagem nº 110, de 2012, da Senhora Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. José Amir da Costa Dornelles, Ministro de Segunda Classe, do Quadro Permanente da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Timor-Leste.

Consta no documento que o Ministro José Amir da Costa Dornelles ingressou no Curso Preparatório para a Carreira Diplomática, do Instituto Rio Branco em 1976, tornando-se, no ano subsequente, Terceiro-Secretário. Em 1983, ingressou no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e, em 2001, defendeu a tese, junto ao Curso de Altos Estudos, *A Venezuela sob Chávez e suas Relações com o Brasil*.

Dentre as relevantes funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, o Ministro exerceu a assistência na Divisão de África II (1977), no Cerimonial (1979 e 2008), na Divisão de Política Comercial (1989), na Divisão de Agricultura e Produtos de Base (1991), na Secretaria de Relações com o Congresso (1992). Ademais, destacam-se a chefia da Divisão da América Central e Setentrional (2001), da Divisão dos Estados Unidos e Canadá (2003); a subchefia do Cerimonial (2009); e a Chefia de Gabinete da Subsecretaria-Geral Política-I (2011).

No Exterior, integrou os quadros diplomáticos brasileiros em Argel (1978), Viena (1982), Nairobi (1986), Caracas (1997) e Montevidéu (2006). Foi, ainda, membro da Representação brasileira junto aos Organismos Internacionais em Viena (1984) e da Missão junto à Comunidade Econômica Europeia, Bruxelas (1993).

O país para o qual o Ministro de Carreira é indicado para assumir a função de Embaixador situa-se perto da Indonésia e possui território de magnitude equivalente à metade do Estado de Alagoas. Com efeito, seu território integra uma ilha cuja metade pertence efetivamente à Indonésia. São idiomas oficiais o português e o tétum; cabe ressaltar que é o único país da Ásia e Oceania que tem o português como língua oficial. A principal religião é o catolicismo; sua unidade monetária, o dólar americano. Possui um dos índices mais altos de pobreza do mundo e sua posição no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é 147ª entre os 187 países listados; o índice de analfabetismo é de 51%. A comunidade brasileira estimada é de 300 pessoas.

O Brasil possui ampla linha de cooperação com Timor-Leste, amparada pelo Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica. Timor é um dos países que mais recebem recursos da cooperação externa brasileira: o orçamento de 2012 contempla o investimento de US\$ 8 milhões, quase US\$ 6 milhões provenientes da Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores. As principais áreas pelas quais se espalham a cooperação são a formação profissional e mercado de trabalho, a educação, a justiça, a parlamentar, a segurança nacional, cultura, esportes, meio ambiente e saúde.

Quanto às relações comerciais, elas ainda são muito modestas. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial com o país cresceu cerca de 380%, e passou de US\$ 196 mil para US\$ 942 mil. Segundo o relatório da Chancelaria, há oportunidades inexploradas para o Brasil no campo da engenharia civil.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse Relatório. Dessa forma, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão o parecer do eminente Senador Jarbas Vasconcelos. *(Pausa.)*

Peço perdão, mais uma vez, a V. Ex^a por não ter, tempestivamente, atendido V. Ex^a anteriormente quando solicitou a palavra pela ordem.

Não havendo mais quem queira discutir, nós vamos conceder vista coletiva, nos termos do §2º do art. 3º, do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira solicita inversão de pauta.

Se todos os Srs. e Sr^{as} Senadoras estiverem de acordo, eu vou conceder a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira para que ele possa relatar e, em seguida, voltamos à pauta.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A palavra é de V. Ex^a, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu fui honrado com a relatoria da indicação da Senhora Presidente da República do Sr. Valter Pely Moreira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Hungria.

Fico honrado por vários motivos, especialmente porque conheço pessoalmente o embaixador, tive oca-

sião de trabalhar com ele, ser seu colega de trabalho no governo Fernando Henrique; é um dos melhores quadros, um dos mais qualificados do Itamaraty

O currículo do referido diplomata contém as informações que relato rapidamente.

Ele é filho de Walter Moreira da Silva e Jaine Pely Moreira, nasceu no Rio de Janeiro, 1948.

Formou-se em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara em 1971, ingressou no Instituto Rio Branco em 1970. Foi nomeado Terceiro-Secretário, em 1972, e, depois, promovido a Segundo-Secretário, em 1976, a Primeiro-Secretário, em 1980, Conselheiro, em 1986, Ministro de Segunda Classe, em 1993 e a Ministro de Primeira Classe em 1998, sempre por merecimento.

Dentre os cargos que assumiu no âmbito da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, destaco: Chefe substituto da Divisão de Sistematização de Informação, em 1983; Chefe da Divisão de Visitas do Cerimonial, em 1993; e Chefe do Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, em 2010. Em 1995, ocupou o cargo de Chefe do Cerimonial da Presidência da República.

No exterior, atuou na Delegação Permanente em Genebra, em 1987; na Missão Permanente junto à OEA, em Washington, em 2000; na Embaixada em Assunção, como Embaixador, em 2004; e no Consulado-Geral em Londres, como Cônsul-Geral, em 2008, entre outras.

Entre as missões que desempenhou no exterior, cabe ressaltar a presidência do Conselho Permanente da OEA, em 2000; a chefia da delegação brasileira em várias Reuniões de Consulta do Grupo de Revisão e Implementação das Cúpulas das Américas em Washington, entre 2001 a 2003; a chefia da delegação brasileira à II Conferência Ministerial da Comunidade de Democracias, Seul, em 2002; a chefia da Missão de Observação Eleitoral da OEA para o Referendo Presidencial na Venezuela, em 2004.

Em 1993, defendeu a tese *Da Cláusula Social no Comércio Internacional*, aprovada no âmbito do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

Recebeu várias condecorações, entre elas, a Ordem da Rainha Vitória, Grã-Bretanha, comendador, em 1997; a Ordem de Isabel, a Católica, Espanha, Grande Oficial, em 1998; a Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grã-Cruz, em 2000; a Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz, em 2001 e a Ordem do Mérito Nacional, Paraguai, Grã-Cruz, em 2008, entre outras.

Sobre as relações com a Hungria, elas foram interrompidas em 1942, quando os dois países se encontravam em campos opostos na Segunda Guerra Mundial. As relações foram restabelecidas apenas em 1961, na gestão do Presidente Jânio Quadros.

As relações bilaterais oferecem perspectivas positivas na área econômica, com a abertura de escritórios de companhias brasileiras em Budapeste, bem como de cooperação em ciência, tecnologia e inovação.

Ademais, a Hungria apoia o pleito brasileiro a um assento permanente no Conselho de Segurança ONU.

O relacionamento econômico apresenta sinais promissores, tendo o intercâmbio comercial crescido mais de 90% entre 2007 e 2011. Em 2011, este intercâmbio alcançou US\$417,3 milhões, registrando um crescimento de 6,2% em relação ao ano anterior.

A pauta exportadora brasileira mostra a prevalência de bens industrializados sendo que peles e couros representam 32% das vendas, seguidos de máquinas e aparelhos mecânicos, pastas de madeira e café solúvel.

Na pauta de importações originárias da Hungria predominam os bens manufaturados, entre máquinas e aparelhos mecânicos e elétricos, veículos automóveis, produtos químicos e farmacêuticos.

Desde o fim do regime socialista na Hungria, o saldo da balança tem sido desfavorável ao Brasil. A recente abertura pela Brasil Foods e pela Fibria de escritório em Budapeste indica o potencial húngaro de atração de investimentos e de formação de parcerias comerciais. Por outro lado, a subsidiária suíça EcoSolifer anunciou início da construção, em Florianópolis, da primeira fábrica de painéis solares fotovoltaicos de película fina.

Graças ao custo de produção mais barato, de mão de obra qualificada e da localização geográfica e da infraestrutura de transporte, a Hungria tornou-se importante centro de produção da indústria automobilística.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 3º do Ato nº 1 desta Comissão.

(É a seguinte a matéria relatada:

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 7, DE 2013 – Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor VALTER PECLY MOREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Hungria.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) **Nº 111, DE 2012**

– Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Armênia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 – CRE

Passo a palavra ao eminente Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, é com satisfação que aqui coloca as informações sobre o Embaixador Edson Marinho Duarte Monteiro, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente de Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Armênia.

O Ministro Edson Marinho Duarte Monteiro graduou-se em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro no mesmo ano de ingresso no Curso Preparatório para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, em 1973. Três anos depois, ingressou no mestrado em Administração Pública pela Universidade do Sul da Califórnia. Em 1996, defendeu junto ao Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco tese intitulada *As Relações Econômicas entre os Países do Centro e Leste Europeu e a União Europeia: os Acor-dos de Associação*.

Dentre as funções exercidas no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, destacam-se a assistência no Departamento Econômico (1974); na Divisão de Transportes e Comunicação (1975); na Divisão de Ásia e Oceania (1978); na Divisão de Operações de Promoção Comercial (1987); a adidância e a chefia da Divisão de Feiras e Turismo (1988); a chefia da Divisão

de Fronteiras (1990); da Divisão da América Central e Setentrional (1991); a assessoria do Departamento de Promoção Comercial (1996); a chefia de Divisão de Ásia e Oceania-I (2004); a Coordenadoria-Geral de Cooperação com Países em Desenvolvimento da Agência Brasileira de Cooperação (2006).

No Exterior, integrou os quadros diplomáticos brasileiros em Manila (1976), Camberra (1983), Bruxelas (1992), Pequim (1998) e Díli (2008).

Em reconhecimento pela excelência de seus serviços, foram-lhe laureadas as comendas Ordem do Mérito do Trabalho, Brasil, grau de Oficial (1987) e Ordem da Coroa, Bélgica, grau de Comendador (1996).

O país para o qual o Ministro é indicado situa-se entre o Azerbaijão e a Turquia, possui uma área equivalente à do Estado de Alagoas e uma população equivalente à do Estado do Mato Grosso do Sul. Trata-se de uma república semipresidencialista com uma assembleia nacional unicameral; um país apenas duas posições atrás do Brasil no ranking mundial de 2011 do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A expectativa de vida é de 72 anos, o índice de alfabetização, quase 100% e a comunidade brasileira estimada no local é de apenas 20 pessoas.

As relações bilaterais foram estabelecidas em 1992, tendo a missão permanente brasileira sido aberta em 2006, ao que se seguiu uma série de mútuas visitas de alto nível.

Desde 2010, vem sendo desenvolvido programa de cooperação técnica, na área de defesa civil, entre o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e o Ministério de Situações de Emergência da Armênia. O Brasil tem oferecido cursos de capacitação e treinamento. Os Ministérios da Saúde e da Agricultura da Armênia acenam interesses em estabelecer linhas de cooperação semelhantes.

Em 2011, o Brasil fez doação no valor de US\$ 50 mil, por meio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, em conferência de doadores para o assentamento de refugiados da região separatista de Nagorno-Karabakh (Azerbaijão), organizada pela Armênia. Posteriormente, realizou uma doação no valor de US\$ 100 mil para a construção de laboratório para controle de substâncias químicas, em função de situação de emergência ambiental enfrentada naquele país.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, essas são as considerações no âmbito do relatório.

É o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1.

Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

ITEM 3

MENSAGEM (SF)

Nº 3, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 – CRE

Concedo à Senadora Ana Amélia a palavra na condição de relatora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Ricardo Ferraço.

Srªs e Srs. Senadores, é com muita alegria, satisfação e honra que faço a relatoria da indicação do Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Itamaraty para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina, meu conterrâneo Everton Vieira Vargas.

Eu o conheço pessoalmente pelo desempenho exemplar nas funções que teve no Ministério das Relações Exteriores.

Filho de João Domingos da Luz Vargas e de Iná Vieira Vargas, Everton Vieira Vargas nasceu em Santo Ângelo, na região das Missões, no Rio Grande do Sul, em 23 de janeiro de 1955.

Formou-se em Direito na Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal em 1977, tendo obtido o título de Master of Arts in International Relations pela Universidade de Boston, nos Estados Unidos. É doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília em 2001. Em 1976, ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco.

Percorreu uma longa e exitosa carreira dentro da sua atividade, não só aqui no Brasil, mas também no exterior. Publicou vários relatórios e documentos na sua especialidade, e o próprio Ministério das Relações Exteriores, no informativo que envia a respeito das relações bilaterais – e aí está o grande desafio que terá o nosso novo Embaixador, nosso representante na Argentina, mais precisamente em Buenos Aires, que tem uma das mais bonitas embaixadas, cujo prédio foi comprado por um diplomata gaúcho – destaca que a

Argentina é o principal parceiro político e comercial, e deu origem ao eixo binacional Brasil–Argentina, ao Mercosul, hoje estabelecido.

Para se ter uma idéia dessa relevância, basta informar que o volume de comércio bilateral chega a quase US\$40 bilhões, em 2011, sofrendo uma retração, no ano passado, devido à desaceleração do crescimento nos dois países por influência da crise internacional.

Chamo a atenção exatamente para dois pontos que, aparentemente, são conflitantes, que serão um grande trabalho para o nosso embaixador. No caso das exportações brasileiras, houve redução importante das vendas do nosso País para a Argentina, sobretudo determinada pelo controle maior das importações implementado pela Argentina, diante da necessidade de alcançar superávit na balança comercial, de modo a poder pagar compromissos externos. Consequentemente, as exportações somaram US\$16,7 bilhões, um valor 20,5% menor do que o acumulado no mesmo período em 2011. Mesmo assim, a Argentina segue como terceiro principal destino das nossas exportações.

Mas, coincidentemente, ao passo em que tivemos uma queda nas exportações, nesse período, por essas medidas restritivas da Argentina, em relação aos investimentos brasileiros naquele país, eles já ultrapassam a cifra de US\$16 bilhões previstos em 2014.

O capital brasileiro está presente em vários setores da economia argentina, como petróleo, siderurgia, mineração, bancário, automotivo, têxtil, calçadista, máquinas agrícolas e de construção civil. O documento fornecido pelo Itamaraty registra que as empresas brasileiras na Argentina, detêm um terço do mercado de combustíveis, mais da metade – e agora está se discutindo a venda dos ativos da Petrobras naquele país, um tema de que vamos tratar na Comissão de Assuntos Econômicos – da produção de cimento, 60% da produção de aço e 70% da fabricação de *denim*. Concentram-se os investimentos brasileiros nas províncias de Buenos Aires, Córdoba, Neuquén e Mendoza.

Vale ressaltar também que houve recentemente um entendimento sobre a termelétrica de Uruguaiana, que foi extremamente relevante para o fornecimento de energia, de gás natural da Argentina, acertando-se um ciclo: quando a Argentina consome mais e quando nós consumimos mais, faz-se a reversão.

O Brasil tem atendido, também, pedidos de financiamento para obras de infraestrutura na Argentina, a carteira desses financiamentos, aprovados pelo BNDES, está em torno de US\$7,4 bilhões; desse total, R\$4,5 bilhões referem-se a operações ainda não concretizadas. Entre as mais recentes operações apro-

vadas figuram o gasoduto Bahia Blanca, de US\$978 milhões; a Central Termoelétrica Guillermo Brown, de US\$233,13 milhões; e Emissário Subterrâneo de Berazategui – é um nome meio complicado – de US\$122 milhões.

Já temos algumas informações de que, o Itamaraty confirma, para a política externa argentina, no segundo mandato da Presidente Cristina Kirchner, a principal prioridade foi a questão das Ilhas Malvinas, o que propiciou denúncia, pela Argentina, de exploração indevida de recursos naturais nas ilhas e, também, de militarização no Atlântico Sul.

Também digna de nota foi a retenção da fragata argentina Libertad, no porto ganense de Tema, por ordem judicial, que acatou pedido do fundo NML Capital, credor de títulos vencidos da dívida externa argentina.

Houve redução da atividade industrial, naquele País, em 2012, da ordem de 1,3%, nos primeiros nove meses do ano, esperando-se crescimento moderado do PIB no ano corrente de 2013, tendo como pressupostos principais uma safra abundante, negociada a preços internacionais, historicamente elevados, e o possível maior dinamismo da economia brasileira, uma vez que o Brasil ocupa o primeiro lugar entre os parceiros comerciais da Argentina, tanto para as importações como para as exportações.

Meu Estado, Rio Grande do Sul, foi bastante penalizado com a retração nas exportações, porque existem muitas assimetrias na relação e a presença do nosso Embaixador, lá, Everton Vieira Vargas, seguramente, Presidente Eduardo Suplicy, vai dar um bom diálogo na fronteira e, também, permitir uma ampliação dos nossos entendimentos, não só diplomáticos e políticos, mas também na área comercial, já que esse é o forte, também, nas nossas relações.

Este é o meu relatório e o voto, a favor dessa indicação da Presidente Dilma Rousseff, ao Senado Federal.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senadora Ana Amélia, pelo excelente parecer.

Em discussão, a matéria.

Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º, do art. 3º, do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão.

Teríamos agora o item nº 5, que é a indicação da Srª Maria Elisa de Bittencourt Berenguer, para exercer o cargo de Embaixadora junto à Colômbia, mas, como a Relatora Vanessa Grazziotin não está presente, fica adiada essa matéria.

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 10, DE 2013**– Não Terminativo –**

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO, pela Presidência da República, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China e, cumulativamente, junto à Mongólia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Como Relator, convido o Senador Ricardo Ferraço para apresentar o seu relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Sr. Presidente, é com muita alegria, com muita honra e com muita satisfação que passo a relatar a indicação de S. Ex^a, a Senhora Presidente da República, a indicação de um dos mais competentes, destacados e experientes quadros da diplomacia brasileira, o Sr. Valdemar Carneiro Leão, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial, designado para ser o nosso Embaixador, o Embaixador do Brasil junto à República Popular da China, assim como à Mongólia.

O Sr. Valdemar Carneiro Leão nasceu em 28 de setembro de 1945, em Santos. É filho de Sílvio Leão e Alair de Andrade Leão.

Concluiu, em 1967, o Curso de Relações Internacionais no Instituto de Estudos Políticos (*Sciences-Po*), na Universidade de Paris, na França. No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática (1970) e, ainda, o Curso de Altos Estudos (1987), tendo defendido a tese intitulada “A Crise da Imigração Japonesa no Brasil, 1930-1934, Contornos Diplomáticos.”

Em 1972, foi nomeado 3º Secretário na carreira diplomática. Tornou-se 2º Secretário em 1976, 1º Secretário em 1979, Conselheiro em 1983, Ministro de Segunda Classe em 1989 e Ministro de Primeira Classe em 1998, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas pelo Diplomata, destacam-se as de Chefe de Delegação da Reunião da Aliança de Produtores de Cacau, na Costa do Marfim (1978); 1º Secretário na Embaixada de Tóquio (1979-1983); Chefe da Divisão da Agricultura e Produtos de Base (1983-1988); Chefe de Delegação da I Sessão do Conselho da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), em Genebra (1985); Chefe

da Delegação na Reunião de Altos Funcionários dos Países Exportadores de Produtos Agrícolas, na Tailândia (1986); Coordenador-Executivo da Secretaria Geral (1988-1990); Ministro-Conselheiro nas Embaixadas em Londres (1990-1993) e Washington (1993-1995); Coordenador do Projeto MRE-BID (1995-1998); Diretor-Geral do Departamento Econômico (1998-2005); Chefe de Delegação da Reunião Ministerial do G-15 sobre Negociações Multilaterais, em Bangalore, Índia (1999); Chefe da Delegação do Comitê de Agricultura da Organização Mundial do Comércio (2001); Embaixador em Ottawa (2003-2007) e em Bogotá (2008-2011); e Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros (2011 até o presente).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à Mensagem Presidencial sumário executivo sobre a República Popular da China e a Mongólia. O documento, além de elaborar relações bilaterais com o Brasil, dá notícia sobre dados básicos dos países, sua política interna e externa e sua economia.

Como é sabido, a República Popular da China é o terceiro país com maior extensão territorial e conta com a maior população do mundo, ultrapassando 1,3 bilhão de habitantes. Trata-se de república parlamentarista, sendo que seu poder legislativo é unicameral e representado pela Assembleia Nacional Popular, composta por deputados eleitos indiretamente.

A presidência é ocupada pelo Sr. Hu Jintao; porém, deverá ser sucedido, neste mês de março, por Xi Jinping, atual Vice-Presidente.

No início da década passada, a China tornou-se o maior credor de títulos do tesouro norte-americano e assumiu, em 2011, o posto de segunda maior economia e maior exportadora do mundo. No entanto, em seu discurso diplomático, a China continua a se reafirmar como país em desenvolvimento, que se orienta pelos princípios de desenvolvimento pacífico e sem pretensões hegemônicas. Sua projeção de poder mundial, porém, é um fato, tendo-se mostrado mais evidente a partir da crise financeira internacional de 2008, seguida pela crise do Euro de 2011. Também se nota a projeção de seu *soft power* não apenas em seu entorno imediato, mas também na África e na América Latina.

As relações bilaterais entre Brasil e China tiveram início em 15 de agosto de 1974 e têm, desde então, evoluído de forma intensa e apresentado crescente complexidade. Exemplo disso foi o Programa Satélites de Recursos Terrestres Brasil-China, voltado para a construção e lançamento de satélites de monitoramento terrestre, que foi um projeto pioneiro, na área de alta tecnologia, entre países em desenvolvimento.

Em 1993, as relações bilaterais Brasil-China foram elevadas à condição de “Parceria Estratégica” e,

em 2004, foi criada, como mais alta instância permanente de diálogo político, a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban).

O Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2010-2014 foi assinado em 2010 e definiu metas e orientações para a cooperação bilateral em diversos setores. Além disso, com a visita do Sr. Primeiro-Ministro chinês, Wen Jiabao, em 2012, as relações bilaterais foram alçadas à condição de “Parceria Estratégica Global” e foi assinado o Plano Decenal de Cooperação (2012-2021).

Importante registrar que, desde 2009, a China é o principal parceiro comercial do Brasil, sendo principal destino de nossas exportações e, desde 2012, também principal origem das importações brasileiras. Neste ano, Sr. Presidente, o superávit do Brasil com a China foi o segundo maior, chegando a US\$ 7 bilhões, correspondendo a aproximadamente 36% do superávit total brasileiro. Tem-se notado a valorização dos produtos básicos, em especial complexos de soja, minérios e petróleo. Vale aqui destacar que a exportação de petróleo passou de US\$ 840 milhões, em 2007, para US\$ 4,8 bilhões em 2012.

As importações de produtos chineses, nos últimos anos, têm preocupado alguns setores da indústria nacional, tais como os setores têxtil, calçadista, automobilístico e eletroeletrônico.

Há, ainda, que se destacar a crescente atuação da Embraer na China: iniciou-se recentemente a produção de jatos executivos naquele país, o que poderá criar novas oportunidades de negócios.

Já a Mongólia é também uma república parlamentarista, com parlamento unicameral (Grande Hural). Seu território tem área equivalente ao estado do Amazonas e conta com uma população de 2,8 milhões de habitantes.

Circundada por China e Rússia, a Mongólia tem relações tênues com países de fora da região e seus interesses econômicos concentram-se no setor mineral.

As relações diplomáticas entre Brasil e Mongólia se estabeleceram em 1987, quando houve a crise do comunismo. A Mongólia tem, assim, buscado consolidar-se como uma economia de mercado e, politicamente, como uma democracia, na linha das democracias ocidentais.

A projeção brasileira no plano regional e internacional, sendo um país dotado de setores industriais e tecnológicos de vanguarda, é percebida pela Mongólia, que vê o Brasil como potencial investidor em seu território, sobretudo no campo da mineração. Note-se que o comércio entre os dois países revela dinamismo, apesar de reduzido: passou de US\$128,7 mil para US\$4,2 milhões em 2012, com saldo sempre favorável ao Brasil.

Tendo em vista, Sr. Presidente, a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Portanto, Sr. Presidente, está de parabéns a Senhora Presidente, por indicar um diplomata, por indicar um profissional, um servidor público desta capacidade e com um vasto currículo para representar o nosso País, para chefiar a missão diplomática na China.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Cumprimento V. Ex^a, caro Presidente, Senador Ricardo Ferraço, que, ao relatar a indicação do Sr. Valdemar Carneiro Leão Neto para ser Embaixador na China, destacou que a China constitui, desde 2009, o principal parceiro comercial do Brasil e o principal destino de nossas exportações. Até então, eram os Estados Unidos. Em terceiro, está a Argentina. É um dado de grande relevância e que mostra o quão importante, embora distante, é a nossa relação com a República Popular da China, que tem melhorado muito em qualidade ao longo desses últimos anos.

Em discussão a matéria, o parecer do Senador Ricardo Ferraço.

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do §2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Convido o Senador Ricardo Ferraço para reassumir a Presidência. Muito me honra que tenha me convidado para aqui estar.

É para continuar?

Bem, com respeito ao próximo item, o Relator solicita que seja adiado para a próxima reunião, o Senador Francisco Dornelles. É o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2012. Então, fica adiado.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 46, DE 2012

– Não Terminativo –

Revoga dispositivo da Lei nº 7.738, de 9 de março de 1989, e a Lei nº 9.813, de 23 de agosto de 1999, extinguindo a cobrança de encargo financeiro relativo ao cancelamento ou baixa de contratos de câmbio de exportação de mercadorias e serviços e de transferência financeira ao exterior.

Autoria: Deputado Paes Landim

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Pela aprovação do Projeto.)

O Senador Anibal Diniz tem a palavra, pela ordem.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Considerando que esse item nº 9 não é terminativo e que eu já estou com o seu relatório pronto, solicito a possibilidade de fazermos logo a apreciação do item nº 9.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os que estiverem de acordo com sugestão permaneçam como estão.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 138, DE 2010

– Não Terminativo –

Dispõe sobre o transporte aéreo de autoridades e seus acompanhantes em aeronave de propriedade, arrendada ou locada pela Administração Pública Federal.

Autoria: Senador Pedro Simon

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nº 1 e 2, da CMA.

Tem a palavra o Senador Anibal Diniz, para ler o seu Parecer.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Suplicy.

Encontra-se sob exame o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 138, de 2010, de autoria do Senador Pedro Simon, com vistas a determinar que a utilização de aeronaves oficiais, no âmbito da Administração Pública Federal, somente se dará em aeronaves sob sua administração, especificamente destinadas para esse fim e para as autoridades definidas nesta Lei (art. 1º). O parágrafo único do dispositivo confia a posterior regulamentação os critérios para extensão do transporte a acompanhante da autoridade (cônjuge, dependente ou pessoa indicada em viagem a serviço), e também as hipóteses de sua utilização por autoridades estrangeiras.

De acordo com o art. 2º, a utilização das referidas aeronaves deverá ser feita apenas para desempenho de atividades próprias dos serviços públicos e de missões oficiais.

O art. 3º obriga a Administração Pública a promover sindicância e instaurar processo disciplinar sempre que receber comunicação de uso irregular de suas aeronaves.

O art. 4º versa sobre as informações que deverão estar contidas no registro documental que precederá a utilização do transporte aéreo, e o art. 5º menciona quais as autoridades que, em missões oficiais, poderão ser transportadas pelas aeronaves. Seu parágrafo único ressalva que o Ministro da Defesa poderá autorizar o transporte aéreo de outras autoridades, sendo-lhe

permitido delegar essa prerrogativa ao Comandante da Aeronáutica.

O art. 6º determina, em atenção ao princípio da economicidade, que a aeronave deverá ser compartilhada por mais de uma das autoridades, sempre que possível.

Pelo art. 7º, as solicitações de transportes somente deverão ser atendidas em viagens a serviço ou, excepcionalmente, por motivo de segurança e emergência médica. Seu parágrafo único estabelece a ordem de prioridade em iguais situações, no caso de não haver possibilidade de compartilhamento.

O art. 8º determina que as aeronaves pertencentes aos Comandos Militares e às Polícias Federais destinadas aos serviços de natureza militar, e aquelas vinculadas aos serviços inerentes às suas atividades terão regime de utilização estabelecido em regulamento próprio.

O art. 9º impõe que toda aeronave oficial possua identificação relacionada ao órgão ou entidade a que estiver vinculada e a logomarca da República, e o art. 10 obriga a Administração Pública a disponibilizar o relatório dos voos oficiais a cada trimestre, encaminhando os referidos relatórios ao Tribunal de Contas da União.

Finalmente, o art. 11 dispõe que o transporte de autoridades, usuários e cargas em desrespeito ao estabelecido nesta lei configura infração administrativa grave, sujeitando o agente público infrator às penalidades administrativas, civis e penais aplicáveis, sem prejuízo do imediato ressarcimento das despesas irregulares ao Erário.

A justificativa do projeto assinala que a opinião pública é muitas vezes surpreendida por notícias de utilização de aeronaves que transportam pessoas fora da relação de dependência das autoridades, ou de cidadãos que nem sequer viajam em função do serviço. Geram-se, assim, despesas ao Erário sem consequente punição ou imposição de ressarcimento.

A iniciativa tem, dessa forma, o objetivo de disciplinar o uso dos transportes aéreos oficiais, deixando clara a relação de pessoas que poderão ser transportadas, e explicitando a punição administrativa bem como o ressarcimento da despesa no caso de desatendimento aos termos da lei.

A proposição, que não recebeu emendas no prazo regimental, foi também distribuída ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. Naquela Comissão, recebeu emendas, sobre as quais trataremos a seguir, e teve Relatório, de autoria do Senador Pedro Taques, pela aprovação.

A Emenda nº 1 – CMA acrescenta um parágrafo único ao art. 4º do PLS, segundo o qual compete ao

órgão beneficiário da missão a responsabilidade pelo fornecimento das informações constantes nos itens I a IV, que devem ser prestadas quando da solicitação do serviço e atualizadas, se necessário, antes da decolagem da aeronave.

Já a Emenda nº 2 – CMA estabelece nova redação ao art. 11 do PLS:

Art. 11. O transporte de autoridades, usuários e cargas em desrespeito ao estabelecido nesta Lei configura infração administrativa grave, sujeitando o agente público infrator às penalidades administrativas, civis e penais aplicáveis, sem prejuízo do imediato ressarcimento das despesas irregulares ao erário de acordo com os custos de mercado compatíveis com a aeronave utilizada e com o trajeto realizado.”

Além da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, o projeto foi distribuído a esta Comissão de Relações Exteriores e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a essa última analisá-la em caráter terminativo.

Análise.

O Projeto encerra preocupação louvável, que tem por fundamento a busca de economia e maior seriedade nos gastos públicos. Os meios de comunicação, de fato, frequentemente noticiam a realização de viagens oficiais com inclusão de um número excessivo de pessoas, resultando em grande volume de despesa ao Erário. As emendas da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, harmonizam o referido projeto e o adéquam às necessidades da boa administração da coisa pública.

Sob a perspectiva das atribuições regimentais desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, não vemos óbices à aprovação do projeto.

Voto.

Ante o exposto, Sr. Presidente, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2010, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. PMDB – ES) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Aníbal Diniz, por ter assumido a relatoria deste projeto.

Coloco em discussão o relatório de S. Ex^a.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada, a matéria segue à Comissão de Constituição e Justiça para decisão terminativa.

Item 8 da nossa pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 117, DE 2012

– Não Terminativo –

Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Francisco Dornelles (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Inicialmente, foi designada a relatoria ao Senador Francisco Dornelles, que não se encontra presente, mas justificou a sua ausência.

Desejo também justificar a ausência do Senador Luiz Henrique, que me pediu fizesse esse registro. Está ausente em razão de uma consulta médica.

O Senador Eduardo Suplicy assume de forma *ad hoc* a relatoria deste projeto.

A palavra é de S. Ex^a Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, vem a esta Comissão, para análise, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 117, de 2012 (Projeto de Lei nº 7.330, de 2010, na Casa de origem, de iniciativa da Presidência da República) que altera a Lei nº 11.803, de 2008, para alterar os limites da margem de contingência reciprocamente concedida no âmbito do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML). Para tanto, o PLC altera o art. 9º da referida Lei, que, atualmente, autoriza o Banco Central do Brasil (BCB) a abrir crédito somente ao Banco Central da Argentina (BCA) até o limite de US\$120 milhões.

De acordo com a redação proposta pelo PLC, o limite de crédito para com o BCA seria mantido em US\$120 milhões, e seria criado um limite de crédito ao Banco Central do Uruguai (BCU) até o montante de US\$40 milhões. O funcionamento da margem de contingência deverá obedecer ao disposto em convênios bilaterais firmados entre o Banco Central do Brasil e os respectivos bancos centrais da Argentina e Uruguai.

O PLC prevê vigência da lei na data de sua publicação.

De acordo com a Exposição de Motivos, desde o início do funcionamento do SML, em 2008, tem-se verificado o aumento do acesso comércio bilateral por pequenos e médios exportadores e importadores do Brasil e Argentina, único país com o qual temos convênio em operação. Ao possibilitar o comércio exterior nas moedas locais, prescindindo do uso do dólar norte-americano, o SML aumentou o mercado do Real com o Peso Argentino e reduziu os custos das transações comerciais. Tendo em vista as tratativas de

convênio semelhante com o Banco Central do Uruguai, a área técnica do Banco Central do Brasil indicou a necessidade de estabelecimento de linhas de crédito em moldes semelhantes às concedidas para o Banco Central da Argentina, mas com limite mais baixo, de até US\$40 milhões.

O PLC117, de 2012, será inicialmente analisado por esta Comissão sendo, posteriormente, colocado para deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos.

Não foram apresentadas emendas.

Antes de discutir o mérito da proposta, destacamos que não vemos óbices do ponto de vista legal ou constitucional à matéria. Em particular, trata-se de matéria de competência da União, em que a iniciativa da Presidência da República é legítima, nos termos do art. 61 da Constituição.

A proposta de desenvolver o Sistema de Pagamentos em Moeda Local, o SML, era bastante ambiciosa. Contudo, o único convênio que temos em pleno funcionamento é com a Argentina, desde 2008. Há uma carta de intenções, de 2009, firmada com o Banco Central do Uruguai, mas o sistema ainda não foi implantado, em grande parte, devido à ausência de uma linha de crédito de contingência, justamente o que este PLC pretende estabelecer. Para se compreender a importância dessa linha de crédito, é necessário entender o funcionamento do SML, multilateral, que descreveremos a seguir.

Suponhamos um importador argentino. Ele vai a uma instituição financeira e fará o pagamento em pesos (correspondente ao valor em reais do produto comparado) para a instituição conveniada. Essa instituição comunica ao BCA que houve a operação e tem o valor debitado em sua conta reserva. O BCA, por sua vez, comunica ao BCB a operação, que então credita o valor da operação na conta reserva do banco que irá pagar, em reais, para o exportador brasileiro. Quando o importador é brasileiro, ocorre a mesma operação, mas em caminho inverso: o importador paga, em reais (o valor correspondente ao valor em pesos do produto comprado) para a instituição conveniada, que comunicará a operação ao BCB e terá o valor debitado em sua conta reserva. O BCB comunicará a operação ao BCA, que creditará o valor na conta reserva da instituição financeira que pagará, em pesos, para o exportador argentino.

Os bancos centrais, conhecendo os valores transacionados, fazem a compensação dos fluxos. Digamos que, ao final do dia, constatou-se que houve um saldo positivo para com o Brasil, ou seja, as importações argentinas foram maiores que as brasileiras. O

BCA então manda seu correspondente em Nova York depositar o saldo, em dólares, na conta do BCB.

Ocorre que, nem sempre, esse depósito pode ser feito. Por exemplo, o SML funciona em dias úteis do Brasil e Argentina, mas pode coincidir de, em alguns desses dias, ser feriado em Nova York. Nesse caso, não haveria como a Argentina pagar ao Brasil o saldo devedor, o qual só ocorreria no dia útil seguinte em Nova York. É também possível que a Argentina dê ordem ao seu correspondente em Nova York para depositar o valor na conta do BCB, mas o correspondente, por falha operacional, deixar de fazê-lo. Por fim, normas internas do BCA impedem o pagamento de quantias consideradas de pequena monta. Nesse caso, o saldo é acumulado até que se atinja um valor suficiente para processar o pagamento.

Devido à possibilidade de não pagamento do saldo devedor por problemas operacionais, é necessário estabelecer a linha de crédito de contingência. Reconhecemos, é claro, a possibilidade de a Argentina ou o Uruguai não vierem a honrar os seus compromissos. Mas, embora possível, é uma probabilidade muitíssimo baixa, pois se trata de empréstimos de curtíssimo prazo e com parceiros com os quais temos tradição de bom relacionamento de longa data, especialmente no âmbito do Mercosul.

Portanto, reconhecemos a necessidade de se autorizar a abertura de crédito para a margem de contingência, se quiséssemos ampliar o SML. Questiona-se, então: é conveniente ampliar o SML, formalizando convênios com outros países, como com o Uruguai?

Pela experiência que vimos tendo com a Argentina desde 2008, único convênio atualmente existente, podemos concluir inequivocamente que sim! De acordo com o Banco Central, cerca de 800 operações de exportações são realizadas mensalmente pelo sistema, movimentando aproximadamente R\$200 milhões. Para nossos exportadores, principalmente os pequenos e médios, o SML significa redução de custos operacionais e de risco cambial. Os custos operacionais caem, porque, em uma operação convencional de exportação, o exportador, bem como o importador, precisa fechar um contrato de câmbio com a instituição financeira. No SML, Sistema de Pagamentos em Moeda Local, o procedimento é simplificado, o que permite reduzir as tarifas cobradas pelos bancos. Ainda mais importante, no âmbito do SML, o valor das exportações é fixado em reais. Já nas exportações convencionais, o valor do contrato é fixado em dólares, transferindo para o exportador todo o risco decorrente de eventual apreciação do real entre o momento em que se firma o contrato e o momento em que se recebe o pagamento.

Dessa forma, diante da experiência positiva que vimos tendo com a Argentina, pode-se concluir que é desejável que o acordo de Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) seja estendido para outros países, como, no caso, o Uruguai. Conforme explicamos, para que o acordo seja viável, é necessário autorizar a criação da linha de crédito de contingência. O limite estipulado, de até US\$40 milhões, nos parece adequado, conforme recomendam estudos da área técnica do Banco Central.

Diante do exposto, votamos pela aprovação da matéria.

É o relatório, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que tive a honra de ler como Relator *ad hoc*, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ PMDB – ES) – Agradeço a V. Ex^a relatar na condição de Relator *ad hoc*.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria segue à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.

O próximo item seria o item 9, que já foi deliberado. O item 10 de igual forma. Item 11 também. Item 12, item 13.

O item 14.

Nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, incisos II e V, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que seja realizado, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclo de Audiências Públicas sobre política externa, de defesa e do comércio exterior do Brasil, com periodicidade mensal e uma agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com a participação de autoridades e especialistas nos mais diversos temas do interesse de nossa Comissão.

Na primeira audiência pública, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos propondo a abordagem do tema do comércio internacional do Brasil, analisando a evolução da economia brasileira, a partir de sua abertura comercial, em 1990, e o mundo de então; como nos conduzimos até aqui, com as variáveis que se nos apresentaram e os desafios que se apresentam, hoje, em termos de competitividade, em face da nova realidade comercial. Enfim, onde estávamos, onde estamos e onde queremos chegar; com que alianças, com que

critérios e de que maneira estamos preparados para esse novo e veloz ambiente, com muitas mudanças a cada momento.

Nessa primeira reunião, nós teríamos a oportunidade de fazer uma avaliação, inclusive das novas alianças que estão se firmando na direção do Pacífico. Na segunda audiência, a proposta é de que possamos debater a Estratégia Nacional de Defesa, analisando o recrudescimento dos delitos transnacionais, na faixa de fronteira, e o sistema de vigilância da mesma, assim como o necessário aparelhamento dos órgãos do Sistema de Defesa Nacional, a segurança e o estado da indústria bélica em nosso País.

Julgo isso da maior importância, porque a política de fronteiras tem, na prática, um enorme impacto no tema da segurança pública, um dos temas mais reclamados pela sociedade brasileira, sobretudo em razão dos elevados indicadores de criminalidade e a sua relação com o tráfico de drogas e de armas. Portanto, esse é um tema que tem impacto no dia-a-dia e no cotidiano da sociedade brasileira. E o sentido é de esta Comissão fazer um debate, um ciclo de audiências, para que possamos conhecer as estratégias não apenas do Ministério da Defesa, mas também as estratégias do Ministério da Justiça, em função da relação direta das prerrogativas da Política Federal.

O papel do Brasil na nova ordem mundial e sua inserção no mundo, proponho que possa ser objeto de um terceiro debate. Urge definir que futuro queremos para o nosso país, nossa visão de mundo, nossas metas de longo prazo; e que nosso projeto estratégico de Nação e de Estado possam ser debatidos por esta Comissão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quanto à quarta audiência pública, a proposta é que se dedique à Política Externa Brasileira – suas perspectivas, balanço da situação atual, alianças preferenciais e estratégicas do Brasil e metas futuras.

Esses são os temas que nós estamos propondo para deliberação, sugestão, críticas que possam nos levar ao seu aprimoramento e ao seu aperfeiçoamento, assim como o nome de especialistas e autoridades que pudessem comparecer a esta Comissão, para que aprofundemos esses temas que são do absoluto interesse da nossa Comissão.

Portanto, nós estamos submetendo à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional esse ciclo de debates, e a partir da aprovação das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, vamos incluí-los, às segundas-feiras, numa programação com a TV Senado, para recebermos autoridades e especialistas e aprofundarmos essa agenda.

Em discussão esse requerimento. (*Pausa.*)

Ouçõ, com prazer e privilégio, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, Senador Ricardo Ferraço, cumprimento-o pela iniciativa que acho muito positiva, que está na linha daquilo que se tornou uma tradição, porque no biênio passado tivemos uma sequência muito intensa de reuniões de natureza semelhante ao que V. Ex^a propõe. Os temas que coloca são altamente relevantes. Acho que poderão os membros da Comissão sugerir nomes, assim como V. Ex^a, para essas audiências.

Eu sugiro que como a Comissão de Assuntos Econômicos, como a Comissão de Infraestrutura, presididas pelo Senador Lindbergh Farias e Fernando Collor, atualmente, também propuseram uma sequência de audiências dessa natureza, também para as segundas-feiras, neste horário, seria interessante que houvesse um entendimento entre V. Ex^a e os dois outros Presidentes que também assim estão propondo.

Não sei se há isso em outras Comissões, mas eu, por exemplo, sou membro das três e gostaria de poder participar de todas as audiências. Então, na medida em que for possível uma coordenação, inclusive com a TV Senado, para viabilizar que a Comissão de Relações Exteriores também tenha essa sequência uma vez por mês, conforme V. Ex^a propõe, acho que será muito adequado. É a sugestão que eu formulo.

Muito obrigado e meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Eu que agradeço as contribuições de V. Ex^a. E assim como V. Ex^a, eu também faço parte da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Infraestrutura.

O que nós estamos propondo, como convergência...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Aliás, da Infraestrutura eu não sou parte, mas sou sempre interessado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – A sugestão que nós estamos encaminhando ao nosso Presidente, e não apenas ao Presidente mas também aos Presidentes Collor e Lindbergh, é que considerando que o mês tem pelo menos quatro segundas-feiras, possamos revezar: uma segunda-feira da Comissão de Assuntos Econômicos; outra segunda-feira da Comissão de Infraestrutura; uma terceira segunda-feira da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e ainda caberia outra segunda-feira para que outra Comissão pudesse representar toda diversidade dos temas de que o Senado da República trata, de modo que oferecêssemos às pessoas que nos acompanham pela TV Senado uma diversidade

de temas que são alvo e merecem a atenção aqui nos debates do Senado.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Eventualmente, quando os temas interagirem, como no caso da evolução do comércio exterior brasileiro, que é o primeiro item da pauta, isso também é de grande relevância para a Comissão de Assuntos Econômicos. Eventualmente, poderia ser até uma reunião conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Claro. Perfeito.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Então, isso poderia até harmonizar os interesses de todos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Com certeza, nós encontraremos um ponto de conciliação para que as Comissões possam justificar esses ciclos, esses debates e essas audiências públicas, que são da maior importância e da maior relevância.

Em votação, portanto, o requerimento que apresento à Comissão para que possamos iniciar um ciclo de audiências públicas com os temas que estamos apresentando e submetendo à Comissão.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos receber, portanto, sugestões e contribuições para que esse ciclo de debates possa se iniciar o mais rápido possível.

(É a seguinte a matéria aprovada:

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Nº 6, DE 2013

Nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com os art. 90, incisos II e V, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizado, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclo de Audiências Públicas sobre política externa, de defesa e do comércio exterior do Brasil, com periodicidade mensal e uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com a participação de autoridades e especialistas em temas do interesse desta Comissão.

Na primeira Audiência Pública, abordaremos o tema do comércio internacional do Brasil, analisando a evolução da economia brasileira, a partir de sua abertura comercial, em 1990, e o mundo de então; como nos conduzimos até aqui, com as variáveis que se nos apresentaram e os desafios que enfrentamos, hoje, em

termos de competitividade, com a nova realidade comercial.

Na segunda Audiência, debateremos a Estratégia Nacional de Defesa, analisaremos o recrudescimento dos delitos transnacionais na faixa de fronteira e o sistema de vigilância da mesma, assim como o aparelhamento dos órgãos do sistema de defesa nacional, a segurança e o estado da indústria bélica no país. O papel do Brasil na nova ordem mundial e sua inserção no mundo serão objeto do terceiro debate. Urge definir que futuro queremos para o nosso país, nossa visão de mundo, nossas metas de longo prazo e nosso projeto estratégico.

A quarta Audiência Pública será dedicada à Política Externa Brasileira – suas perspectivas, balanço da situação atual, alianças preferenciais e estratégicas do Brasil e metas futuras.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Item 16.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 7, DE 2013

Nos termos do inciso IV, artigo 71 da Constituição Federal, requeiro sejam solicitadas ao Tribunal de Contas da União informações sobre o processo que trata de remuneração dos servidores brasileiros que estão no exterior.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 8, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre a sobre a Rio+20 e a Biodiversidade: Resultados

e Perspectivas, a ter lugar no Auditório do Interlegis, no dia 26 de abril de 2013 (sexta-feira)

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 9, DE 2013

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional os senhores Representantes do Itamaraty, do Ministério da Justiça, dos Direitos Humanos e da Secretaria de Mulheres que integram missão brasileira que investiga o tráfico internacional de pessoas na Europa.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 10, DE 2013

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, informações sobre os critérios utilizados pelo Exército para aluguel/arrendamento de seus espaços bem como quais são e onde estão localizados estes locais.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há também sobre a mesa, Sr^{as} e Srs. Senadores, ato que disciplina o processo de apresentação e vota-

ção de requerimento de audiência pública, convocação ou convite de Ministros e autoridades e de criação de subcomissões, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O sentido, o principal objetivo desse ato é a leitura do requerimento em uma reunião e sua apreciação na reunião seguinte. Assim, não estaremos aprovando o requerimento sem o prévio conhecimento do conjunto dos Srs. Senadores, dando condição a esta Comissão de melhor organizar e de melhor planejar a sua pauta e a sua agenda.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

(É o seguinte o ato aprovado:

ATO Nº , DE 2013

Apreciação do Ato Nº ,DE 2013, o qual disciplina o processo de apresentação e votação de requerimentos de audiência pública, convocação ou convite de ministros e autoridades e de criação de subcomissões no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

Encerrando os nossos trabalhos, meu caro Senador Eduardo Suplicy, socializo e compartilho com os nossos Senadores que, acompanhando a imprensa internacional esta semana, sobretudo a imprensa inglesa, fiquei preocupado com manifestação da Secretária do Interior do Reino Unido, que intenciona propor o fim de acordo bilateral segundo o qual cidadãos dos dois países estão isentos de visto de turista para permanência de até seis meses. A Secretária do Interior alega a presença de grande parcela de nacionais brasileiros que excedem o prazo de permanência e inflam os números de estrangeiros ilegais no Reino Unido, mas não apresenta estatísticas que comprovem essa acusação.

Houve forte reação por parte dos colegas de Ministério da Sr^a May, que concordou em sustar seus planos e verificar a situação de brasileiros no Reino Unido. Houve também um conjunto de manifestações contrárias a esse desejo de interromper uma prática entre o nosso País e o Reino Unido.

A proposta de mudança radical dessa política se coloca de maneira discrepante, em um bom momento vivido por nossas relações bilaterais, inclusive conflita com a decisão do Primeiro Ministro do Reino Unido de

criar todo um ambiente favorável para essa condição. Trata-se de um óbvio absurdo, e como tal foi tratado pela imprensa e pelo empresariado, assim como pelo Governo britânico, mas é indicativo de uma visão míope, a meu juízo, que acomete políticos menos sagazes em momento de crise econômica e, triste lembrança, xenofobia.

Queremos, concluiu o Itamaraty, permanecer atentos aos interesses da população brasileira e a fazer frente, como sempre temos feito, a iniciativas contrárias ao interesse nacional.

Portanto, a nossa comunicação é na direção da manutenção do acordo bilateral entre o nosso País e o Reino Unido, que estão isentos de visto de turista por permanência de até seis meses.

Me parece uma coisa absolutamente contraditória, em um momento em que nós estabelecemos com o Reino Unido uma relação de amplo fortalecimento, que possamos interromper esse acordo que já é uma tradição no nosso País.

Ouçó com prazer o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Estou de pleno acordo com as suas observações. Acho que é muito importante que possamos manter o melhor relacionamento com o Reino Unido, inclusive para facilitar mais e mais tanto a vinda de pessoas da Inglaterra e de todos os países do Reino Unido, para visitar e estar aqui no Brasil e vice-versa, brasileiros estarem lá. Então, acredito que esse assunto poderá inclusive ser objeto das indagações que serão formuladas ao Ministro das Relações Exteriores. Certamente, acredito, S. Ex^a terá um ponto de vista semelhante ao que V. Ex^a aqui expressa.

Meus cumprimentos.

Obrigado.

Sr. Presidente, tenho um voo marcado daqui a 60 minutos. Tenho que me ausentar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Eduardo Suplicy, meu caro Senador.

Comunicação da Comissão de Relações Exteriores, pelo menos do seu Presidente, em razão do falecimento do Presidente da Venezuela.

Hugo Rafael Chávez Frías, após dois anos de luta contra o câncer, sucumbiu no último dia 5 de março.

Nascido em 28 de julho de 1954, de uma família pobre, nas planícies do Estado de Barinas, ao sudoeste da Venezuela, Hugo Chávez era o segundo de seis irmãos. Como a família carecia de recursos, ele e seu irmão mais velho foram criados pela avó. Aos 17 anos, transferiu-se para Caracas, onde ingressou na Academia Militar e, quatro anos depois, ingressou no Exército.

Em 1992, ingressou, de maneira insólita no cenário político venezuelano ao liderar tentativa de golpe contra o então desacreditado e incompetente governo da época, que, seguramente, não satisfazia as expectativas da população.

Perdoado dois anos depois, engajou-se na política alcançando uma esmagadora vitória nas eleições presidenciais de dezembro de 1998, com 56% dos votos. Com isso, Hugo Chávez dava fim a 40 anos de dominação da política venezuelana por dois Partidos, o AD e o Copei, que se alternava periodicamente na condução do país.

A Venezuela, nessas quatro décadas, havia se transformado num simulacro de democracia, absolutamente dependente do petróleo, sem qualquer atividade industrial, importadora de vasta gama de produtos dos mais básicos, como alimentares ao consumo suntuário.

Apesar de ser um país nominalmente rico, sua população era miserável em grande parte. E foi exatamente a essa massa despossuída que a mensagem de transformação de Chávez seduziu.

Começava, então, a revolução bolivariana sonhada por Hugo Chávez desde seus tempos de jovem militar. Com programas de redistribuição de renda, saúde popular, atenção às necessidades da população mais carente, como habitação e escola, além de subsídios a compra de cestas básicas e gás, conseguiu elevar o padrão de vida de grande parte da sua população.

Assim, com uma base eleitoral consolidada, conseguiu nova vitória eleitoral em 2000, alcançando, naquela oportunidade, 60% dos votos. Com uma sólida liderança interna, Chávez sentia-se confortável para expandir suas ambições para além das fronteiras.

Seu discurso anti-imperialista, de integração latino-americana, e de um novo – aspas – “socialismo bolivariano”, encontrou ressonância em diversos países da região e produziu seguidores, especialmente Nicarágua, Bolívia e Equador.

Com Cuba, seu comandante Fidel Castro, Hugo Chávez desenvolveu uma relação quase filial. Tinha no exemplo da ilha, um modelo de desenvolvimento e aproveitando-se de um momento especialmente positivo para as economias petroleiras, foi extremamente generoso com o seu mentor, fornecendo combustível a preços significativamente inferiores ao praticado no mercado internacional, dando um necessário e bem-vindo alívio à economia cubana, solapada por anos de embargo norte-americano e sofrendo assim o chamado período especial quando faltou ajuda econômica da antiga União Soviética.

No campo interno, contudo, e apesar de sua maioria acachapante, o Governo Chávez começava a dar sinais de impaciência com a oposição que se

fazia mais vocal. Grupos influentes se faziam ouvir. Descontentes com as políticas socialistas do líder, em 2002, tentam um golpe de Estado e chegam a prender Hugo Chávez. A falta de consistência interna do movimento golpista, aliado a um decidido rechaço da comunidade internacional, liderado, inclusive, pelo Brasil, fizeram com que a tentativa de quebra da ordem constitucional fosse prontamente debelada e Chávez restituído ao poder.

A partir de então, acirraram-se os ânimos no confronto político interno, com acusações mútuas de intolerância. A popularidade de Hugo Chávez, respaldada pelo alto preço do petróleo e pelo sucesso de seus programas sociais, levou-o a uma retumbante vitória nas eleições de 2006, com 63% dos votos, em meio a um impensado boicote eleitoral promovido pela oposição.

Chávez tinha, assim, completo controle do Executivo, do Legislativo e avançava na influência sobre o Judiciário. Esse período marcou o pico do seu poder. Com o preço do barril do petróleo em US\$60 e com ascendência, a Venezuela era capazes de financiar países amigos, no que foi chamado de “petrodiplomacia” estendendo sua influência pela América do Sul, Caribe e países mais distantes, como Líbia e Irã.

Mas o manejo econômico estava sofrendo importantes reformas macroeconômicas que estavam relegadas à vontade do Presidente. O cenário tenderia a piorar com a estabilização do preço internacional do petróleo e o surgimento de desabastecimento de bens alimentares e o recrudescimento da inflação.

O estilo do governo Chávez tornava-se mais impulsivo e autoritário. A liberdade de imprensa sofreu. As garantias individuais, de igual forma. O enfrentamento político saudável e democrático cedeu lugar a confrontos pessoais. O país estava dividido. O mote era “se não estava comigo, estava contra mim.”

O momento melindroso e volátil que encontra Chávez abalado por um câncer, 2011 marcou o início do fim. Numa aparição na televisão, o Presidente anuncia a sua doença a partir de Cuba. Operado, volta a Caracas com mensagem de triunfo e enfrenta seu último pleito eleitoral. Vencedor, recolhe-se novamente em Cuba para sua última e definitiva batalha.

Deixa como legado um país mais igualitário, porém politicamente dividido e rancoroso. Economicamente dependente do petróleo e grande importador, como de resto recebera o país. Constituições fragilizadas, mas mais abertas à população.

Foi seguramente um grande sonhador da integração latino-americana. Conduziu o país a aderir ao Mercosul. Afastou-se dos Estados Unidos e da Europa e aproximou-se da África e do Oriente Médio. Tudo que fez, fez com paixão, generosidade e doação.

O Brasil perde um amigo e, seguramente, o país perde um pouco da sua alma. Sem Chávez, a Venezuela enfrentará dias difíceis por sua força política e por seu carisma pessoal não mais presente.

O nosso desejo é que esse processo de sucessão e transição se dê em clima de estabilidade política, institucional e democracia.

É a manifestação que faço na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores em razão do passamento do Presidente Hugo Chávez.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

Muito obrigado às Sr^{as} e aos Srs. Senadores.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 03 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas do dia catorze de março de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Jorge Viana, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Paulo Bauer, Gim, Blairo Maggi, João Capiberibe, Sérgio Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Sodrê Santoro e Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência o Senador **Cristovam Buarque**. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente comunica o recebimento do ofício nº 009, de 2012, do Chefe da Assessoria Parlamentar do Exército, Coronel Francisco Humberto Montenegro Júnior, convidando essa Presidência a participar de uma viagem institucional ao Comando Militar da Amazônia, a realizar-se no período de 25 a 27 de abril de 2013. O Presidente comunica, também, o recebimento do Ofício nº 124/13, da Assessoria Parlamentar do Ministério da Justiça, encaminhando exemplares do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. O Presidente tece considerações sobre a escolha do Papa Francisco. O Presidente comunica envio de correspondência ao Ministro das Relações Exteriores referente relato de Sua Excelência o Governador do Estado do Espírito Santo, Renato Casagrande, sobre a atuação do

Embaixador brasileiro em Cingapura, Senhor Luiz Fernando Serra. O Presidente faz pronunciamento sobre as eleições gerais no Paraguai. Passa-se aos itens 1 e 2 da Pauta: **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 110, de 2012**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JOSÉ AMIR DA COSTA DORNELLES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de Timor-Leste.” Relator Senador Jarbas Vasconcelos. Sabatina realizada. **ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 10, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China e, cumulativamente, junto à Mongólia.” Relator Senador Ricardo Ferraço. Os diplomatas indicados **José Amir Da Costa Dornelles e Valdemar Carneiro Leão Neto** são convidados a compor a Mesa. A Senadora Ana Amélia propõe abertura do processo de votação. Aprovada. Os diplomatas indicados fazem suas exposições. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Luiz Henrique, Eduardo Suplicy, Jarbas Vasconcelos e Jorge Viana**, e as Senhoras Senadoras **Ana Amélia e Vanessa Grazziotin**. Os diplomatas indicados respondem aos questionamentos das Senhoras e dos Senhores Senadores. Às doze horas e trinta e cinco minutos assume a Presidência o Senador **Luiz Henrique**. A reunião é tornada secreta às doze horas e quarenta e sete minutos e reaberta às doze horas e cinquenta e um minutos. Atua como secretária a Senadora **Ana Amélia** e como escrutinadores os Senadores **Jorge Viana e Vanessa Grazziotin**. O Presidente comunica a aprovação, pela Comissão, dos diplomatas indicados. Sabatina realizada. **ITEM 3 – MENSAGEM (SF) Nº 109, de 2012**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LÚCIO PIRES DE AMORIM, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize.” O Presidente concede a palavra ao relator, Senador **Eduardo Suplicy**, para proferir o Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 01, de 2011 – CRE. **ITEM 4 – REQUERIMENTO Nº 125, de 2013**, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como desempenho de missão no exterior sua

participação na 128ª Assembleia da União Interparlamentar, a realizar-se em Quito, Equador, no período de 21 a 24 de março de 2013, e comunica, para efeito do disposto no art. 39 de referido Regimento, que estará ausente do País no período de 20 a 25 de março de 2013.” O Presidente designa Relator “Ad hoc” Senador **Eduardo Suplicy**, para proferir o Relatório. Aprovado.

ITEM 5 – REQUERIMENTO Nº 126, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, seja considerada como desempenho de missão no exterior sua participação, no período de 25 a 30 de março de 2013, nas reuniões do Parlamento Eslovaco e no Parlamento Tcheco, a realizarem-se nas capitais da República Eslovaca e da República Tcheca, e comunica, para efeito do disposto no art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 22 a 31 de março de 2013.” Retirado de pauta a pedido da Autora. **ITEM 6 – REQUERIMENTO Nº 145, de 2013**, de autoria do Senador Humberto Costa, que “Requer, com fundamento no artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, indicação e licença para representar esta Casa, em missão no exterior, na Terceira Missão de Estudos sobre Inovação, que se realizará no período de 22 a 29 de março de 2013, nas cidades de San Diego, São Francisco e Los Angeles, Califórnia, Estados Unidos. Comunica ainda, nos termos do artigo 39, a ausência do país do Senador Humberto Costa, neste mesmo período.” O Presidente concede a palavra à Relatora, Senadora **Ana Amélia**, para proferir o Relatório. Aprovado. **ITEM 7 – REQUERIMENTO Nº 146, de 2013**, de autoria do Senador Sérgio Petecão, que “Requer, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 21 a 27 de março de 2013, para integrar a delegação brasileira, como representante do Senado Federal, na 128ª Assembleia da União Interparlamentar, a realizar-se em Quito, Equador, conforme designação do Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar. Comunica ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do país entre os dias 21 a 27 de março de 2013.” O Presidente concede a palavra à Relatora, Senadora **Ana Amélia**, para proferir o Relatório. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às treze horas e nove minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunicados.

Comunico o recebimento do ofício nº 009, de 2012, do Chefe da Assessoria Parlamentar do Exército, Coronel Francisco Humberto Montenegro Júnior, convidando esta Presidência a participar de uma viagem institucional ao Comando Militar da Amazônia, a realizar-se no período de 25 a 27 de abril de 2013.

Infelizmente, devido a compromissos anteriores, estaremos inclusive realizando uma audiência pública com a Comissão de Meio Ambiente, não terei a oportunidade de estar presente. Entretanto, compartilho do convite com as Sr^{as} Senadoras e com os Srs. Senadores que tiverem interesse eventual em participar deste convite feito a esta Comissão pelo Comando Militar da Amazônica.

Recebido Ofício nº 124/13, da Assessoria Parlamentar do Ministério da Justiça, encaminhando exemplares do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Os exemplares serão distribuídos para os Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional se associa a milhões de católicos do mundo todo para expressar a Sua Santidade o Papa Francisco os nossos mais calorosos desejos de um pontificado abençoado e com muitas realizações. Ao mesmo tempo, ressalta a sua satisfação pelo significado da presença do primeiro latino-americano no comando da grande nação católica mundial.

A escolha do nome Francisco por Sua Santidade e sua longa trajetória em favor da justiça e da inclusão social simbolizam a necessidade de que todos tenhamos, independentemente do nosso credo, mas como cristãos, os nossos olhos voltados para os menos favorecidos e carentes em nosso País e em todo o mundo.

A preocupação do Cardeal Jorge Mario Bergoglio com as enormes desigualdades encontradas em nossa região do mundo inspira-nos todos a continuar no combate à pobreza e na busca de uma vida melhor para os nossos semelhantes.

Manifestamos aqui a nossa certeza de que Sua Santidade será capaz de enfrentar os desafios à sua frente assim como de trazer aos católicos a renovação necessária à Igreja.

Foi uma escolha feliz que nos enche de júbilo, especialmente porque seremos o primeiro País a ser visitado por Sua Santidade por ocasião da Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro. Merece registro igualmente o ineditismo e a importância histórica da eleição de um Santo Padre oriundo do Novo Mundo, da nossa vizinha e amiga Argentina, motivo de satisfação ainda maior para o nosso País.

Também dou conhecimento e compartilho com as Srs e os Srs. Senadores correspondência que estou formalizando ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores com o seguinte teor:

Senhor Ministro,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, trago ao seu conhecimento relato de Sua Excelência o Governador do Estado do Espírito Santo, Renato Casagrande, sobre a atuação do Embaixador brasileiro em Cingapura, Sr. Luís Fernando Serra.

O Governador tomou conhecimento de que houve indícios de gestão desfavorável aos interesses do Estado do Espírito Santo por parte do referido embaixador, que se teria apresentado como representante do Governo Brasileiro, em nome dos Ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, e teria atuado no sentido de retirar o projeto do Estaleiro Jurong Aracruz do Espírito Santo, a fim de transferi-lo para o estado do Rio de Janeiro, precisamente para o Porto do Açu, cujo dono é o empresário Eike Batista.

A notícia nos causa estranheza, uma vez que o estaleiro Jurong Aracruz já está em processo de implantação tendo concluída a terra-planagem e construído quase 300 metros de quebra mar. Ressalto que o empreendimento é de iniciativa da própria empresa, sem participação governamental, mas de significativa importância ao desenvolvimento socioeconômico do Estado do Espírito Santo.

Tendo em vista o exposto, solicito a V. Ex^a se proceda à cabal apuração acerca da participação do referido embaixador no episódio relatado.

Certo da melhor atenção de V. Ex^a, renovo meus protestos de estima e consideração.

O comunicado derradeiro que fazemos, Srs e Srs. Senadores, tem a ver com a proximidade das eleições gerais no Paraguai, marcadas para o dia 21 de abril.

A Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional partilha, creio eu, e submete à avaliação dos Srs. Senadores, considerações sobre a situação daquele país vizinho, amigo, por acreditar ser do interesse do Brasil apoiar, o mais rápido possível, a volta do Paraguai à condição de membro pleno do Mercosul e da Unasul. Há quase nove meses, o Paraguai encontra-se suspenso dos dois referidos blocos, uma vez que os presidentes sul-americanos interpretaram como rompimento da ordem democrática naquele país a forma como foi conduzido o processo de *impeachment* do então Presidente Fernando Lugo, em junho do ano passado, e a substituição pelo então Vice-Presidente Federico Franco.

Preocupa-nos, porém, a falta de definição clara quanto ao fim da suspensão daquele país do Mercosul. Segundo a decisão de Mendonça, quando houve a cúpula dos chefes de Estado do Mercosul na Argentina, adotada pelos presidentes do Mercosul, em 29 de junho passado, Assunção não terá direito de participar dos organismos e de liberações do Mercosul até o pleno restabelecimento da ordem democrática no Paraguai. Essa foi a conclusão dos chefes de Estado em Mendonça.

Por sua vez, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, declarou, por ocasião da Cúpula de Chefes de Estado realizada em dezembro último, em Brasília, que a suspensão do Paraguai do Mercosul será mantida até as eleições gerais no País.

Ocorre que, no Paraguai, o Presidente da República e os novos governadores, a serem eleitos em abril, tomarão posse apenas no dia 15 de agosto, ao passo que deputados e senadores assumem suas cadeiras em 1º de julho.

Não está claro, a nosso ver, como os chefes de Estado interpretarão o pleno restabelecimento da ordem democrática no Paraguai: após a apuração dos votos ou somente após a posse do novo Presidente. E quando os chefes de Estado dos países-membros decidirão sobre o retorno do Paraguai? A próxima reunião de cúpula do Mercosul está prevista para julho, em Montevidéu, oportunidade em que o Uruguai passaria ao Paraguai a presidência *pro tempore* do Bloco, caso a suspensão desse país tivesse sido revogada.

Ao depender do marco escolhido para o retorno do Paraguai como membro pleno, a transmissão da presidência do Bloco ou pode ser adiada para depois de 15 de agosto, ou uma eventual reunião extraordinária dos chefes de Estado, após o pleito de abril, poderia decidir por antecipar a volta do Paraguai ao Mercosul mesmo com o Presidente Federico Franco

ainda no poder. O que seria menos plausível, no nosso entender, uma vez que o governo Franco não obteve o reconhecimento dos demais membros. Vale ressaltar que, nas eleições paraguaias, além do presidente da República, para cuja escolha os nacionais daquele país residentes no exterior terão, pela primeira vez, o direito de votar. Estará também em jogo a renovação total do Senado, da Câmara, portanto do Congresso, dos governos e assembleias regionais e da bancada do Paraguai no Parlamento do Mercosul.

O Paraguai, Sr^{as} e Srs. Senadores, abriga a segunda maior colônia brasileira no exterior, os chamados brasiguaios, com mais de 400 mil pessoas. Divide conosco a usina de Itaipu, que abastece um quinto, portanto 20%, das famílias brasileiras, de relevante importância para nossa economia inclusive. Exporta trigo e milho para o Brasil. São conhecidos os inúmeros e graves problemas existentes na faixa de fronteira entre o Paraguai e o Brasil, como o contrabando de dinheiro e de produtos ilícitos os mais variados. A fronteira seca também serve de refúgio para organizações criminosas, daí a importância, julgo eu, da volta do diálogo e das relações políticas entre o Brasil e o Paraguai.

Contudo, cinco meses após a suspensão do Mercosul, o Paraguai exportou para os países do Bloco 30% a mais do que no mesmo período do ano anterior, quando ainda fazia parte do grupo. Esse crescimento foi liderado principalmente pelo Brasil, que importou 35% a mais do Paraguai do que em 2011.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a exportação de grãos do Paraguai ao Brasil registrou um aumento de 61% entre julho e novembro em comparação a 2011, enquanto a venda de carne mais do que triplicou.

Constatamos, com satisfação, que o Governo brasileiro em momento algum deixou de cumprir a determinação da Presidente Dilma de não tomar medidas suscetíveis de prejudicar o povo irmão do Paraguai enquanto durar a suspensão e que aquelas medidas tiveram um caráter apenas político.

Por outro lado, é nosso dever, julgo eu, insistir junto ao Executivo brasileiro para que tome a decisão de buscar uma solução rápida para essa situação, lembrando que os chanceleres do Bloco reiteraram, em dezembro, que não imaginam o Mercosul sem o Paraguai e que o interesse comum é ter o país de volta como membro pleno o quanto antes possível.

ITEM 1

MENSAGEM (SF)

Nº 110, DE 2012

– Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. José AMIR DA COSTA DORNELLES, Ministro de Segunda Classe da Car-

reira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de Timor-Leste.

Autoria: Excelentíssima Senhora Presidente da República

Relator: eminente Senador Jarbas Vasconcelos.

Relatório: os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

– Em 07/03/2013, foi lido o relatório e concedida vista coletiva aos Senadores, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE

ITEM 2

MENSAGEM (SF)

Nº 10, DE 2013

– Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China e, cumulativamente, junto à Mongólia.

Autoria: Excelentíssima Senhora Presidente da República

Relator: este processo foi relatado por este Presidente.

Relatório: os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

– Em 07/03/2013, foi lido o relatório e concedida vista coletiva aos Senadores, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE

Convido a eminente Senadora Ana Amélia e o Senador Aloysio Nunes Ferreira para que possam acompanhar os Srs. Embaixadores, a fim de que tenham assento à nossa reunião, para que possamos começar a sabatina aos Srs. Embaixadores. (Pausa.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria sugerir, Presidente, dada a relevância das matérias que estamos examinando aqui, a sabatina para a nossa representação em importantes países, e pelo fato

de termos na CCJ uma audiência pública conjunta de três comissões, para tratar da questão da distribuição do FPE, o Fundo de Participação dos Estados, que, se possível, se abrisse a votação, a despeito da exposição que os embaixadores farão para os parlamentares que integram a Comissão de Relações Exteriores.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Sr^a Senadora, eu, na condição de Presidente, não me oponho. Eu vou submeter à apreciação das Sr^{as} e dos Srs. Senadores. Mas quero crer que são duas sabatinas da maior importância e quero crer que o processo de sabatina não é um processo de homologação.

Nós temos as exposições dos Srs. Embaixadores, temos os questionamentos e, só após, a deliberação da votação. Mas, se for o desejo dos Srs. Senadores, eu vou submeter o requerimento de V. Ex^a para que a Comissão decida.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu fiz a proposta, Sr. Presidente, por conhecer a carreira e a biografia dos dois candidatos a essas embaixadas. Não faria uma solicitação dessa natureza não fosse o prévio conhecimento da qualidade profissional dessa representação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Submeto à apreciação dos Srs. Senadores o requerimento da eminente Senadora Ana Amélia.

Se todos estiverem favoráveis, nós dirigiremos os trabalhos à sabatina dos Srs. Embaixadores.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Com a palavra, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – ... a intervenção da Senadora Ana Amélia me faz reforçar, mais uma vez, a convicção de que precisamos aprovar, com urgência, na reforma do Regimento, o estabelecimento de sessões alternativas das comissões e do plenário: numa semana, comissões e, na outra, plenário. Para não haver essa coincidência, já que só Deus tem o dom a ubiquidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Convergente com a manifestação do Senador Luiz Henrique, nós só teremos condição de atender essa preocupação de V. Ex^a no dia em que o Senado funcionar de segunda a sexta, que é o que nós precisamos resolver, nós Senadores. Essa é uma deliberação que compete a nós, porque hoje é dia de reunião permanente da Comissão de Relações Exteriores. A Comissão de Constituição e Justiça e demais estão fazendo reuniões extraordinárias. Então...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Mas, mesmo de segunda a sexta, nós precisamos estabelecer essa alternância.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Não há discordância em relação.

O processo de sabatina precisa ser repensado pelo Senado Federal, não apenas sabatina dos Srs. Embaixadores, porque sabatina não é homologação. Da mesma forma, sabatina de autoridades para o Supremo Tribunal Federal e para os demais tribunais.

Esse é um momento muito nobre para os Srs. Senadores e para esta Comissão, porque nós aqui decidimos aqueles ou aquelas que chefiarão as nossas missões diplomáticas em países com os quais nós temos estratégicas e relevantes relações.

Mas eu me curvo diante, naturalmente, da maioria, e vamos proceder dessa forma.

Concedo, portanto, a palavra ao Ex^{mo} Sr. Embaixador José Amir da Costa Dornelles, dando-lhe as mais efusivas boas-vindas a esta Comissão, indicado para a República Democrática do Timor-Leste.

A palavra é de V. Ex^a, Sr. Embaixador.

O SR. JOSÉ AMIR DA COSTA DORNELLES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria dizer aos senhores membros da Comissão que estou muito honrado em poder comparecer à Comissão e expor, de maneira sucinta e objetiva, o que entendo deve ser a missão do Embaixador brasileiro em Díli.

Antes de oferecer considerações sobre a minha missão, eu gostaria de reconhecer aqui, dentre os membros da Comissão, o Senador Eduardo Suplicy, que é amigo do Timor, que já esteve em Díli, inclusive, foi um dos anfitriões principais do então presidente do parlamento timorense em 2008 e 2009, aqui em Brasília. Também o Senador Cristovam Buarque, que no momento não se encontra entre nós, é um grande amigo do Timor. Recebeu do Presidente Ramos-Horta, em janeiro de 2008, se não me engano, o reconhecimento, um agradecimento público pelo apoio prestado pelo então governador do Distrito Federal à luta do Timor pela independência.

Eu gostaria, Sr. Presidente, com sua permissão, de iniciar minhas breves palavras – aliás, quanto tempo eu tenho?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – V. Ex^a dispõe, regimentalmente, de 15, 20 minutos, mas naturalmente...

O SR. JOSÉ AMIR DA COSTA DORNELLES – Não, mas eu vou ser objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – O tempo necessário para que V. Ex^a possa submeter a esta Comissão suas diretrizes, suas

reflexões, suas preocupações em relação à importante missão que V. Ex^a está se submetendo.

O SR. JOSÉ AMIR DA COSTA DORNELLES –

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de iniciar minha exposição com uma citação, Sr. Presidente, que eu considero importante para ilustrar uma das premissas básicas da minha exposição.

O Dr. José Ramos-Horta, juntamente com o bispo de Díli, foi agraciado, como V. Ex^{as} sabem, em 1996, com o Prêmio Nobel da Paz. Quando ele foi receber o prêmio, em Oslo, ele começou o discurso em português, em 1996. Foram alguns parágrafos em português, em bom português. E o primeiro parágrafo, depois dos vocativos de praxe, foi o seguinte: “Com vossa permissão, as minhas primeiras palavras serão na língua de Camões, Fernando Pessoa, Agostinho Neto, Jorge Amado e Xanana Gusmão.”

Ora, Sr. Presidente, eu não creio que uma personalidade agraciada com o Prêmio Nobel jamais tenha se referido a um brasileiro e se referido com essa ênfase e com esse carinho com que ele se referiu a Jorge Amado em meio à companhia como Camões, Fernando Pessoa e outros. De maneira que o que acontece é que o Timor-Leste lutou pela sua independência em função de duas características principais, além de outras. Porque sempre é difícil definir a nacionalidade, definir o caráter, o que identifica um povo. Às vezes já é difícil definir o próprio indivíduo, o que dirá uma nação.

Mas há dois traços muito fortes na nação timorense que se aproximam do Brasil, que é a língua portuguesa e a Igreja Católica, ambas reconhecidas reiteradamente na própria Constituição. O português como língua oficial, juntamente com o tétum, e a Igreja católica como tendo exercido um papel preponderante na luta pela independência.

Então, este país está em formação. Eu poderia discorrer brevemente sobre a luta pela independência. Eu queria dizer sobre isso o seguinte: uma coisa que me impressionou muito, ao estudar com mais detalhe a questão do Timor-Leste – vejam, Srs. Senadores –, foi que, com a Revolução dos Cravos, em Portugal, Portugal, a potência colonial que já era um tanto negligente, tornou-se aí definitivamente desinteressada e mesmo incapacitada de lidar com essa questão das ex-colônias, sobretudo o longínquo Timor-Leste. E o país, durante uma semana, foi independente, porque já havia forças políticas que lutavam por isso, sobretudo a então Fretilin, de cujos quadros havia alguns elementos de ideologia marxista, outros sociais-democratas, outros cristãos. Havia toda uma... O próprio nome do partido, a Frente.

Mas, naquela época, no auge da guerra fria, eles sofreram um grande abandono, um grande revés, porque havia, por parte das grandes potências ocidentais, aquela desconfiança permanente contra um movimento de liberação num longínquo e obscuro país. Então, era melhor que o país fosse dominado pelo regime do Suharto, na Indonésia, do que permitir que ele se tornasse, eventualmente, um país marxista. E, com isso, o Timor ficou abandonado, durante um quarto de século, sob uma violenta ocupação do regime do Suharto. E aqui eu reitero essa expressão regime do Suharto, porque a Indonésia como país, como povo, não merece ser estigmatizado aqui. Tanto que hoje os países cooperam, são muito amigos. A Indonésia é um dos principais apoiadores do Timor, no comércio, nos investimentos, inclusive no pleito timorense para ser membro da Asean, que é uma associação de muita importância naquela região da Ásia.

Então, o que queria dizer que o país ficou abandonado durante um quarto de século sob uma ocupação violenta indonésia, que, inclusive, o uso e o ensino do português podiam ser punidos com a própria morte, até porque os prepostos da ditadura indonésia e das milícias timorenses pró-Indonésia se sentiam no direito de eliminar pessoas. Dizem, em várias fontes, que foram mortas ou desapareceram mais ou menos 20% da população à época timorense, que equivale a quase 200 mil pessoas. Foi uma coisa muito sofrida.

Vejam os senhores o que leva um povo a insistir em ser independente, o que leva um povo a lutar pela independência a esse custo. Eles poderiam, talvez, aceitar a dominação indonésia. Vejam os senhores, por exemplo, a pergunta que lhes foi feita no referendo pela independência, em 1999, com a queda do Suharto, na Indonésia, a luta pela independência ganhou importância, as Nações Unidas organizariam, em 1999, um referendo. Vejam V. Ex^{as} a formulação da pergunta: aceita você a proposta autonomia especial para o Timor-Leste sob a unidade do Estado indonésio? Quer dizer, a pergunta é um tanto capciosa porque não era assim preto no branco: quer ser independente ou não? A esta pergunta quase dava vontade de responder sim, porque diz assim: “aceita a autonomia sob a unidade da Indonésia?” Aceito, melhor do que isso. Mas eles disseram que não. Não aceitam a autonomia e mais não disseram, porque não lhes foi perguntado, mas eles teriam dito: não aceito autonomia e quero a independência.

Então, os senhores dirão: bom, mas os cabras são valentes, está bem, ótimo. O que nós temos a ver com isso? E aí que eu queria entrar mais objetivamente no que eu acho que deve ser uma atuação brasileira no Timor-Leste para o benefício de ambos os países.

Nesse sentido quero dizer o seguinte: o país está em formação, o país está sendo moldado. O país, apesar de muito pequeno, são 15 mil km², 1,1 milhão habitantes, está situado em uma área importante da Ásia, do sudeste asiático, inclusive numa zona de ligação entre os Oceanos Índico e Pacífico. Dizem, inclusive, que aqueles estreitos daquelas ilhas indonésias, aqueles estreitos ao norte, ao sul, sobretudo ao norte do Timor, ao norte de Díli, capital do Timor, são particularmente profundos e se prestam à navegação, por exemplo, de submarinos nucleares. Então, tem essa coisa. Eles estão numa situação geoestratégica importante.

E, vejam os senhores, dez países daquela região conformam a Associação das Nações do Sudeste Asiático. É uma associação das economias mais dinâmicas daquela região. É uma associação dos países politicamente mais importantes. E o Timor é candidato natural, porque se situa no coração daquela área. É claro que há, no momento, oposição de Cingapura, porque alegam, não sem razão, que o país não dispõe ainda de quadros profissionais que lhe permitam acompanhar todas as reuniões, são mais de mil por ano, das Asean de vários assuntos.

Mas o que queria dizer é que o país está sendo moldado, está sendo construído do zero praticamente. É um país que tem demonstrado, como citei, desde o discurso de José Ramos-Horta, até tantas outras manifestações de carinho e simpatia para com o Brasil, tem demonstrado estar particularmente aberto para receber cooperação brasileira e influência do Brasil. Quer dizer, naturalmente seria, já é, na verdade, porque temos mais de 25 programas de cooperação técnica em andamento no Timor, um investimento de longo prazo.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ AMIR DA COSTA DORNELLES –

A Senadora Ana Amélia deve-se lembrar, em 1969, quando da inauguração do Estádio Beira-Rio, fui – apesar de gremista, tinha meus 13 anos –, e me lembro de que, a exemplo do Maracanã, existia um anel, em torno do campo, para que as pessoas de menor poder aquisitivo, as pessoas mais pobres, pudessem assistir ao jogo, pagando muito barato, mas ficavam em pé, olhando as canelas dos jogadores. E como é que a gauchada chamava aquela área toda? Coreia, Coreia. Ora, a Coreia, hoje, tem uma renda *per capita* de US\$50 mil, e não faz tanto tempo assim, faz quarenta e poucos anos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Era a Coreia do Norte.

O SR. JOSÉ AMIR DA COSTA DORNELLES –

Talvez fosse a Coreia do Norte, estava me referindo à Coreia do Norte – o pior é que não é. O que quero

dizer com isso, com essa analogia jocosa que estou fazendo, é o seguinte: hoje, o Timor é um país pequeno, longínquo, obscuro, mas tem condições, inclusive contrariamente à própria Coreia, da ordem de recursos naturais, porque tem petróleo abundante. Daqui a algumas décadas, pode se tornar um país muito relevante naquela área e, se for um país muito relevante naquela área, que fala português, for particularmente amigo do Brasil e tiver instituições tanto no governo, quanto na sociedade privada, moldadas pelo Brasil, a exemplo de instituições brasileiras, tanto melhor para nós. Isso tem sido feito, tem sido feito, e acho que deve ser aprofundado.

Aliás, queria comentar com os Srs. Senadores que, quando me refiro a certos recursos naturais do Timor, eles dispõem hoje, em março de 2013, de um fundo petrolífero de quase US\$12 bilhões, administrado de maneira muito severa, muito conservadora, até sob certo aspecto, porque aplicam, basicamente, em títulos do tesouro americano – mas estão procurando ampliar esse leque de opções de investimento, para ver se, inclusive, rendem um pouquinho mais. Mas eles têm US\$12 bilhões para uma população de 1,1 milhão. Quer dizer, é muito dinheiro, mas eles usam de maneira muito sóbria, muito limitada, porque, justamente, é como aquela pequena prefeitura do interior que precisa de tudo, que não tem projetos, não tem quadros, não tem como implementar, conhecemos isso no Brasil, é o problema do Timor, no momento – quer dizer, não é tanto de dinheiro, não é tanto de recurso financeiro, mas de quadros de pessoal no Governo e no setor privado.

Então, acho que é aí que entra o Brasil. Aliás, temos feito isso, temos feito isso, desde o Senai, na preparação e no treinamento de mão de obra profissional – como padeiros, cabeleireiros, eletricitas, encanadores –, até quadros do Governo. Ainda ontem, estive, por exemplo, com o Diretor da Abin, Dr. Trezza, que me contou que – nem sabia que era tão profundo e tão amplo –, desde 2009, tem havido um programa muito intenso de troca de informações e de treinamento entre pessoal brasileiro que vai a Díli e de timorenses que vêm ao Brasil. Quer dizer, todo o serviço de inteligência do governo timorense está sendo moldado essencialmente à imagem da nossa Abin. A exemplo também, no Poder Judiciário, os professores universitários têm sido treinados pelo pessoal da Capes; inclusive, agora, em março, embarcaram 20 professores da Universidade Federal de Santa Catarina para dar seguimento a esse programa. É um treinamento de múltipla serventia, vamos dizer, porque é da própria língua portuguesa, da própria profissão ou atividade

de docente universitária e de nível médio, e sempre aquele contato com o Brasil, o que é importante.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Embaixador, e a língua portuguesa é falada pelo povo, é difundida?

O SR. JOSÉ AMIR DA COSTA DORNELLES – A língua portuguesa, Senador Aloysio, de fato, ela é falada por pouco mais de 10% da população. Por quê? Porque ela é, hoje, uma característica das pessoas mais velhas ou mais cultas. Quer dizer, eles também têm uma língua franca, e eu faço analogia com o Quênia, onde eu servi, o tétum é o swahili do Timor. A diferença é que o swahili, na África, é falado por vários países. O tétum é uma língua apenas deles, mas eles têm dezenas de línguas tribais, mas têm também o tétum que, aliás, sofreu muita influência do português. Mas é intenção do governo ...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ AMIR DA COSTA DORNELLES – É. A língua que, vamos dizer, em que o povo se comunica diariamente é o tétum. Mas o português é falado por pouco mais de 10% da população.

Agora, o que diz o governo timorense? O que é que disse Ramos-Horta, inclusive, ao responder às críticas de um professor universitário de Cingapura, que lamentou que o Timor tenha essa obsessão, essa teimosia pela língua portuguesa, quando a língua de gente avançada, quando a língua de gente civilizada é o inglês? O que disse o Ramos-Horta? Eu vou citar aqui brevemente porque é de uma ironia bem cortante, e esse professor de Cingapura deve ter tido dificuldade em aceitar isso.

Disse o Ramos-Horta:

Querá aquele acadêmico querer fazer crer que foi o inglês que catapultou nações como o Japão, Coreia, Alemanha, Itália, França para o estatuto de grandes potências industriais? [Ele disse isso um ano atrás, pouco mais de um ano atrás.] “Como explicar a emergência do Brasil [disse o Ramos-Horta], falando do português, como potência econômica global, tomando a velha Inglaterra [alguns meses atrás. Depois já houve uma evolução], o lugar de sexta economia mundial?”

Quer dizer, então, há países que não falam português e que avançaram muitíssimo, dentre eles, o próprio Brasil.

E segue o Ramos-Horta, em outra parte, dizendo que, por outro lado, também há países que falam o inglês e que, infelizmente, não avançaram.

E ele diz:

Atrevo-me a desafiar visões anglo-saxônicas centradas na ideia, de que o mundo seria um lugar melhor se nos rendêssemos todos ao inglês. Os nossos irmãos da Papua, Nova Guiné, da Libéria, do Zimbáb-

ue, da Suazilândia, para referir apenas um pequeno grupo da Comunidade Britânica, poderiam, inclusive, rejeitar o pressuposto de que falar inglês é meio caminho para o paraíso.

Mas isso é mais para provocar os detratores. A verdade é que há uma traço da nacionalidade. É uma coisa que os levou a lutar e morrer pela independência. Quer dizer, não é um capricho de uma meia dúzia de governantes. É uma decisão que brotou do mais profundo da alma da nação timorense, não é? E é nisso que nós temos que investir. Se Portugal, eventualmente, se beneficiar disso também, bom, tanto melhor para os portugueses. Mas nós temos, portanto, talvez esse objetivo comum, essa vantagem comum. Vamos aproveitá-la, não é?

Para não cansar os senhores, eu me proponho a concluir, Sr. Presidente, senhores membros da Comissão, com uma pequena referência ao que eu considero deveriam ser os objetivos da minha missão, caso eu mereça a honra de ser aprovado por esta Casa.

Eu acho que nós devemos, o Brasil deve ampliar e aprofundar a cooperação técnica em todos os níveis, no Timor, de modo a moldar e influenciar, na medida do possível, a formação daquele país, a formação da nacionalidade das instituições timorenses, moldar à semelhança brasileira e aos interesses brasileiros. Eu acho que esse é, inclusive, o objetivo primordial da cooperação técnica. Embora seja verdade que a cooperação técnica e a cooperação humanitária sejam um gesto de compaixão e devam ser objeto de elogio, eu acho que o que quer a gente faça, o que quer que nós façamos com o dinheiro público deve ser feito de maneira muito cuidadosa e com objetivo muito definido. No caso do Timor seria este: ampliar e aprofundar a cooperação para moldar o país à nossa imagem e semelhança. Nós asseguraríamos com isso, num curto prazo, um apoio do Timor nos fóruns internacionais. E, no longo prazo, deveríamos pensar em promover investimentos brasileiros, inclusive na construção de infraestruturas, porque eles estão precisando de estradas, de tudo; favorecer o crescimento paulatino do comércio; e assegurar, portanto, em última instância, um relacionamento especial com o futuro membro da Asean, que é um organismo intergovernamental tão importante.

Acho que, com isso, encerro, Sr. Presidente, a minha apresentação e evidentemente fico à disposição dos senhores membros da Comissão para quaisquer perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Embaixador José

Amir da Costa Dornelles, Embaixador indicado para a República Democrática do Timor-Leste.

Concedo agora a palavra ao Ex^{mo} Sr. Embaixador Valdemar Carneiro Leão Neto, indicado para a República Popular da China e cumulativamente à Mongólia.

V. Ex^a dispõe de pelo menos 20 minutos, mas, se desejar ir além, o amigo tempo estará à disposição de V. Ex^a.

O SR. VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO –

Obrigado, Sr. Senador. Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, antes de mais nada, manifestar que me senti muito honrado pela escolha da Presidenta Dilma, a de escolher meu nome para representar o Brasil, dirigir a missão do Brasil num país da dimensão e da importância da China.

Queria dizer também que estou profundamente honrado em vir aqui, em estar aqui perante os senhores para poder ser examinado e discutir o que fazer dessa nossa relação com esse país.

Tive o cuidado de olhar nos Anais desta Comissão e verifiquei que, em 5 de junho de 2008, esta Comissão sabatinou o anterior embaixador do Brasil na China. E tomei esse dado como referência, porque acho que ele representa um marco interessante para a nossa reflexão. Nessa ocasião, então, portanto, em 2008, meados de 2008, o PIB da China era de US\$4,5 trilhões; hoje, passados cinco anos, o PIB é de US\$8,2 trilhões. Nós estamos falando de um salto de 80%. Nós últimos 30 anos, a taxa de crescimento da China foi de 10% ao ano.

Há duas semanas, aproximadamente, participei de um seminário, em São Paulo, com acadêmicos, sobre o BRICS. E comecei minha exposição, dizendo que, no meu entendimento, esse início de século 21 tem um panorama econômico dominado por quatro grandes fatos: o primeiro foi a crise econômica de 2008; o segundo, o surgimento do G20 como grande diretório da economia mundial; o terceiro foi o surgimento do BRICS; e o quarto, a ascensão da China.

É importante ter presente que este último componente, que é a ascensão da China, está diretamente vinculado aos três anteriores. Está vinculado ao G20 como um sustentáculo, porque grande parte da economia mundial poderia ter entrado em colapso em 2008; está também na origem da criação do G20, no momento em que os países ricos se convenceram de que não mais era possível dirigir a economia mundial com sete; está também vinculado ao BRICS – a China é uma das estrelas do BRICS –; por fim, ela própria é uma estrela e um país de tal dimensão, que é um fenômeno que merece ser estudado à parte.

Eu queria, se o senhor me permitir, falar brevemente da China – falar um pouco da China ou do

impacto da China no mundo – e falar, por fim, das relações Brasil e China.

Eu não creio que haja nada que eu possa dizer aqui que não seja do conhecimento dos senhores. A China está na mídia todos os dias, com fatos às vezes *fait-diver*, às vezes fatos importantes, de modo que a familiarização nossa com a China passou a ser cotidiana.

Mas eu queria só recapitular alguns números. A China se tornou a segunda economia do mundo, a maior exportadora do mundo, a maior importadora do mundo, a maior produtora agrícola do mundo, a maior detentora da indústria de transformação do mundo, o maior receptor de investimentos estrangeiros e o maior detentor de reservas em moeda estrangeira.

O que impressiona, na China, não são esses números que são superlativos, mas o que impressiona é a velocidade com que eles se produziam, que é sem precedentes. E os números vão além do meramente econômico. A China, segundo cálculos do Banco Mundial, entre 1978 e 2008, ou seja, em 30 anos, retirou da pobreza algo próximo de 600 milhões de pessoas. Para os senhores terem uma ideia da velocidade desse processo, apenas no ano passado, apenas em 2012, calcula-se que 23 milhões de pessoas subiram acima da linha de pobreza na China.

Eu não tenho dúvida de que nossa geração está realmente testemunhando o surgimento de uma nova superpotência, um fenômeno, talvez, econômico e social sem precedentes, pela velocidade com que ele se produziu e com que surpreendeu o mundo.

É claro que esse quadro não é róseo. Nós vamos notar, ao olhar e verificar, que a China padece de vários desequilíbrios típicos de países em desenvolvimento. A renda *per capita* da China ainda fica abaixo da renda *per capita* mundial – estamos falando de US\$6 mil. A desigualdade medida pelo Índice de Gini, dizem as fontes chinesas, é de 0,43 – para os senhores terem uma ideia, o Brasil é de 0,51. Em tese, o Brasil estaria pior, em termos de desigualdade social que a China, mas fontes chinesas acadêmicas consideram que, na verdade, o Gini chinês é de 0,61. Portanto, pior que o do Brasil. Treze por cento da população chinesa ainda vive abaixo da linha de pobreza, ou seja, com menos de US\$1,25 por dia. Isso significa aproximadamente um Brasil. Significa que estamos falando de 170, 180 milhões de habitantes.

E, para espanto, pelo menos meu, apenas 51% da população chinesa vive nas cidades, 49% da população chinesa ainda vive no campo, com tudo que isso que possa representar em termos de migração constante do campo para a cidade. Para os senhores terem uma ideia, a migração é de aproximadamente 10 a 12 milhões de chineses que se deslocam para os

centros urbanos ao ano. Ou seja, é como se a China estivesse criando uma nova cidade de 10 milhões de habitantes ao ano.

A nova liderança chinesa terá que enfrentar quatro grandes desafios. Ela acaba de ser juramentada no dia de ontem. O primeiro desafio será o econômico. A China terá que remodelar o seu modelo, saindo de um modelo basicamente de investimentos e exportações para um modelo de consumo interno e aumento de renda. Terá um desafio social, porque vai ter que reduzir a desigualdade, sobretudo as que surpreendentemente cresceram no país a partir de 1978. Terceiro, um desafio ambiental. É sabido que o passivo ambiental da China atingiu grandes proporções e, finalmente – *last but not least* –, o desafio político, o desafio da reforma política, ao qual está estreitamente vinculado o problema da corrupção, na China, que é matéria diária na mídia. Não é uma tarefa trivial para uma população de 1,3 bilhão de habitantes.

A ascensão da China produz – e vou me deter rapidamente nesta questão – um impacto global. Ela redefine o comércio mundial; ela redefine os polos de tração da economia mundial; ela cria ao seu redor, em seu entorno, em toda a Asean – Ásia e Pacífico –, uma dinâmica de comércio em cadeias de valor, que abarca toda a Asean, que foi mencionada pelo meu colega, mas leva consigo também Japão e Coreia, criando uma dinâmica que, comparada com a dinâmica hoje do Atlântico Norte, é realmente extraordinária.

Finalmente, ela obriga os Estados Unidos, pela primeira vez em muitos anos, reverem estratégias geopolíticas e militares na Ásia e no Pacífico especificamente. Nós estamos assistindo, portanto, em função da China, mas também claro de outros emergentes, a um verdadeiro reordenamento de distribuição do poder econômico e político e de uma redefinição de hipóteses, de hipóteses de conflito e de convívio pacífico.

Diante desse gigante, como está a nossa relação? Nós completaremos, no ano que vem, em 2014, 40 anos de relações diplomáticas com a China. A evolução dessa relação foi boa, foi positiva, acelerou-se nos últimos anos um pouco em compasso com a própria aceleração do crescimento da China, isso se verificou, especialmente, no comércio e nos investimentos, embora tenhamos hoje com a China um amplo espectro de cooperação, na parte científica, tecnológica e outras, social, lembramos que o Brasil colocou satélites no espaço em cooperação com a China, mas é claro que foi, realmente, no aspecto econômico e comercial que essa relação se adensou.

Também são dados que os senhores conhecem e sobre os quais eu não vou insistir, mas, apenas para lembrar, a China tornou-se, em conceito de fluxo, o

maior fundo de investimentos do Brasil. Ela investiu, tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil em 2009, o maior importador e o maior exportador. O Brasil é hoje o sétimo fornecedor da China e representa hoje o décimo mercado para produtos chineses.

Os investimentos chineses no Brasil começaram com mineração e petróleo, mas hoje estão se expandindo para a área de manufaturas, e até de serviços. Lembro, por exemplo, a presença da Huawei, da ZTE, da Chery no setor automotivo, State Grid na distribuição de energia elétrica e etc. etc. Ou seja, há realmente uma diversificação crescente dos investimentos.

Da outra ponta, nos investimentos brasileiros na China, que começam a se manifestar, nós temos, sim, empresas de grande porte presentes, presentes efetivamente, nem todas tendo encontrado um ambiente tão receptivo – isso tem que ser dito – quanto as empresas chinesas encontraram no Brasil. Estão presentes na China a Embraer, a Marcopolo, a Maxion, para automotivos, a Weg, para motores, e algumas outras.

A Marcopolo enfrentou, e enfrenta, problemas para fabricação de carrocerias e chassis na China. E a Embraer, depois de um período exitoso de fabricação do ERJ 145, quando tentou dar o salto para o 190, encontrou grandes obstáculos e não conseguiu. Na verdade, houve, finalmente, um acordo, durante a visita que a Presidenta Dilma fez lá, e que, finalmente, permitiu que a Avic e a Embraer comesçassem, e começaram agora, a produzir o Legacy, Legacy 650, pelo menos é um desdobramento.

Quais são os problemas, além desses que eu mencionei? Bom, o que verificamos é que, na área de investimentos, o Brasil enfrenta problemas de natureza regulatória, essencialmente. O que significa isso? A China publica um catálogo de investimentos para investimento estrangeiro. Há investimentos que ela considera proibidos, há investimentos que ela considera permitidos, e há, finalmente, os investimentos que ela estimula. Naturalmente que ela proíbe aqueles investimentos em áreas que ela considera sensíveis à segurança nacional e desestimula – desestimula, não proíbe – aqueles que se façam em áreas, em setores em que ela já considera que detêm tecnologia e detêm escala para não mais necessitar da presença do capital estrangeiro.

É muito difícil se a empresa brasileira, no caso, ou outra qualquer, decide entrar e explorar um segmento em que a China já tem uma base industrial muito bem estabelecida. Ela vai encontrar dificuldades, ou digamos assim, não vai encontrar boa vontade. Isso é pior num país onde claramente temos uma burocracia que não prima pela transparência. Essa é uma queixa generalizada de todo empresariado internacional, embora as

legislações e regulamentos sejam públicos, sua aplicação fica sujeita a discricionariedades, até porque é muito difícil, nos meandros do poder e da burocracia, saber em que momento, e que pessoas, e em que estágio as decisões são tomadas. Não é fácil, requer insistentes pedidos e gestões dos governos até que se desbloqueiem determinadas situações.

Então, aí nós temos que refletir. Não há uma maneira milagrosa de enfrentarmos esses problemas. Os outros países aprenderam, e nós vamos aprender. Tanto aprenderam, que há um dado absolutamente surpreendente: 50% das exportações chinesas de produtos manufaturados – 50% – são de empresas estrangeiras instaladas na China.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E qual é o caminho das pedras, embaixador?

O SR. VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO – Eu acho que o caminho das pedras é um longo aprendizado, que significa um pouco de inteligência de mercado, significa procurar sempre a *joint venture*, sempre que possível. Eu acho que entrar sozinho na China será sempre uma tarefa muito mais árdua e significa, evidentemente, ir aos poucos tomando pé em um mercado que é imenso. Significa também não fixar-se apenas nas duas, três, quatro, grandes cidades: Pequim, Xangai, Chunquim e Cantão. Para que os senhores tenham um dado importante, a China tem hoje 14 cidades com mais de 5 milhões de habitantes; 41 cidades com mais de 2 milhões de habitantes. Portanto, há toda uma China que está muito além dessas grandes megalópoles e que deveria e deve ser explorada pelos nossos investidores e exportadores. Não sei se eu respondi às suas perguntas.

Na área de comércio, qual é a queixa? A nossa queixa, essencialmente, é a de que, embora nós tenhamos um superávit com a China, que é coisa rara hoje em dia... Para que os senhores tenham uma ideia, o déficit americano com a China se aproxima de US\$300 bilhões – o déficit americano com a China. Ao ter um superávit com a China, portanto, nesse mundo, já estamos no lucro, se pudermos dizer assim. Mas a nossa queixa é que essa pauta não nos agrada. É uma pauta essencialmente norte-sul. É uma pauta em que nós vendemos matérias-primas, produtos primários em geral, e compramos produtos manufaturados, produtos industriais. O que fazer nessa questão?

Eu acho que isso não pode ser examinado de maneira emocional, primeiro porque essa primarização da pauta brasileira não é uma exclusividade do Brasil. Nós fizemos um estudo no Itamaraty comparando o Brasil com países que têm grandes exportações de produtos primários: Estados Unidos, Canadá e Aus-

trália. Ao longo dos últimos dez anos, nós verificamos que todos – todos! – baixaram suas exportações de produtos industrializados para a China e aumentaram suas vendas de produtos primários. A Austrália foi a que mais sofreu. Hoje, a Austrália exporta apenas 4% de produtos manufaturados para a China. Então, nós estamos diante de uma situação que não é exclusividade nossa.

Nós estamos diante de uma escala e uma competitividade, em determinados setores, que é de superação muito difícil no momento. Eu digo “no momento” porque os salários na China estão crescendo, a China já está começando a realocar indústrias para o Camboja, para o Vietnã, para Bangladesh, o que significa que eles já estão começando a sentir o custo da mão de obra como um custo que pesa no produto final. Portanto, não é nosso unicamente o problema. Há um problema de competitividade que atinge a todos, e temos que esperar para ver como as coisas evoluem. Também, por outro lado, é bom lembrar que essa importação maciça de produtos primários deve-se a uma voracidade da indústria chinesa, para dar conta de uma indústria manufatureira em processo acelerado de mudança.

Há também a questão cambial. Nós sabemos perfeitamente que, durante um bom tempo, nossos produtos ficaram praticamente inacessíveis, a um preço que colocava-nos fora do mercado. Felizmente esse problema está, em grande parte – parcialmente, pelo menos –, resolvido. Não só o dólar se valorizou no Brasil como a China está gradualmente valorizando o renminbi. Ou seja, é possível que nós tenhamos também um impacto no preço dos produtos chineses, pela valorização do renminbi. Ela vem valorizando gradualmente, basicamente 5% ao ano, desde 2005. Parou durante a crise e retomou agora. Pode-se dizer que, de 2005 até hoje, o renminbi se valorizou em torno de 25%. É pouco, segundo os analistas.

É preciso também que trabalhemos com preços justos. Um comércio leal tem que ser absolutamente respeitado. O *dumping* tem que ser punido. E é isso que nós estamos fazendo. Dos sessenta e poucos casos em que nós estamos aplicando direitos *antidumping*, 22 são da China. A China realmente representa, e não só no Brasil, um terço de todas as medidas de *antidumping* que nós aplicamos. Portanto, exigimos que o comércio seja real.

Há que reconhecer também que não há grandes barreiras para a penetração do produto brasileiro na China. A tarifa chinesa média fica em torno de 9%. A China se tornou o maior importador mundial. Dessas importações, apenas 30% são de produtos primários; o resto é de produtos manufaturados. Então, as grandes barreiras que nós procuramos identificar e encontramos

na China são de natureza sanitária e fitossanitária. Elas impactam, sobretudo, o agronegócio e, muito especialmente, os produtos caros. É aí que nós encontramos dificuldades maiores.

(Soa a campanha.)

O SR. VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO –

E, por fim, nós temos que reconhecer – porque isso é matéria diária da grande imprensa – que há um problema de competitividade do produto manufaturado brasileiro. Isso é matéria do conhecimento de todos, é matéria debatida amplamente não só no Congresso, mas também na mídia, nos meios acadêmicos. É importante verificar que o Governo está procurando atacar as causas, mas isso provavelmente vai levar algum tempo.

Eu queria concluir simplesmente, de forma muito abreviada, dizendo que o mundo convive hoje com um novo gigante e um gigante ainda em fase de crescimento. Em relação à China, o Brasil encontrou um parceiro afinado em termos políticos, sobretudo em certos temas que têm a ver com a redistribuição de poder mundial, a multipolaridade, em certos temas de mudança do clima, em certos temas de mudança da governança global. Mas temos também encontrado pontos de divergência, temos encontrado áreas de competição. E é nesses e nessas que nós temos que trabalhar.

Eu espero ter a confiança dos senhores para ajudar neste trabalho. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – MS) – Obrigado, Sr. Embaixador Valdemar Carneiro Leão Neto, indicado para ser nosso Embaixador na República Popular da China e Mongólia. Não ouvi observação de V. Ex^a em relação à Mongólia, mas quero crer que, no debate, isso poderá ocorrer.

Nós vamos abrir a palavra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores. Antes, porém, eu gostaria de comunicar-lhes que, na reunião anterior, nós aprovamos um requerimento convidando o Sr. Ministro Antonio Patriota para se fazer presente a esta Comissão, tendo em vista apresentar suas diretrizes, desafios desse Ministério a esta Comissão. E recebemos comunicado do Sr. Ministro que ele estará conosco aqui, na reunião do dia 4 de abril. Portanto, compartilho com as Sr^{as} e os Srs. Senadores já esta notícia e, nos próximos dias – quero crer que até segunda-feira –, também o Ministro Celso Amorim, da Defesa, deverá comunicar a sua vinda a esta Comissão, aceitando o convite das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – É uma quinta-feira, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – MS) – É uma quinta-feira.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

Por ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Tem que ser?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – MS) – Pode ser. Como os Srs. Senadores decidirem. O Presidente é um cumpridor das ordens dos Srs. Embaixadores. Nós temos quatro inscritos. Se os Srs. Senadores quiserem em bloco, será em bloco. Se quiserem individual, para aprofundarmos e fazermos um enfrentamento das questões, também poderá ser.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PT – AM) – E nós podemos iniciar a votação, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – MS) – Já está iniciada...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PT – AM) – Ah, já está iniciada?!

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – MS) – ...por deliberação da reunião.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PT – AM) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra S. Ex^a o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobre Senador Ricardo Ferraço, Sr^{as} e Srs. Senadores, caros embaixadores que ora são sabatinados nesta Comissão, eu quero exaltar a decisão do Embaixador José Amir da Costa Dornelles de assumir a representação brasileira no Timor-Leste. Essa é, sobretudo, uma missão patriótica do nosso País, já que o Timor-Leste é um país que acaba de nascer, fruto de uma luta por independência, e um país em constituição, onde o papel do Brasil pode ser muito importante para que aquela nação caminhe para o desenvolvimento.

E faria uma pergunta a S. Ex^a: no Paraguai, 90% dos habitantes falam o guarani e igualmente falam o espanhol. O senhor acha que é possível, no futuro, termos situação idêntica no Timor-Leste, envolvendo a principal língua local e o português?

O governo timorense estimula essa equação bilíngue?

Ao nobre Embaixador Valdemar Carneiro Leão Neto, com quem tive o prazer de estar no Canadá, entre os dias 5 e 8 de junho do ano de 2005, em visita na qual obtivemos importantes subsídios para que Santa Catarina tenha, hoje, dois portos moderníssimos, o de Navegantes e o de Itapoá, bem como para que o governo pudesse ter implantado o sistema de e-gov (*eletronic*

government), o governo eletrônico, mais transparente e interconectado com a população. Quero, desde já, agradecer ao Embaixador por ter viabilizado, já naquela época, os contatos sobre investimentos canadenses em Santa Catarina, com a Ontario Investments Service, e o contato que tivemos, em Toronto, com a Câmara de Comércio Brasil-Canadá, que foram fundamentais para o processo de desenvolvimento que atingimos em Santa Catarina.

Eu faria a S. Ex^a três perguntas. Diferentemente do que se pensa, já que a China tem um governo de partido único, um governo forte, o nível de descentralização é absoluto na China. Isso explica o desenvolvimento chinês. Em sentido contrário, o Brasil continua insistindo na centralização, negando autonomia político-administrativa e financeira aos governos municipais e regionais. Por sua vez, a China concentra toda a força nas regiões e nos municípios.

Há o caso de uma empresa brasileira, pioneira a se estabelecer na China, que é a única empresa brasileira líder mundial no seu setor, que, fabricando compressores para refrigeração, detém 25% do mercado mundial e 50% do mercado norte-americano. Significa dizer que de todas as geladeiras ou freezers produzidos no mundo, um quarto tem compressores da Embraco, essa empresa brasileira, e que de cada duas geladeiras norte-americanas, uma tem compressor da brasileira Embraco.

E quando estive visitando aquela planta, numa das minhas visitas à China, eu constatei um fato curioso: toda empresa estrangeira que se instala lá tem 49% de capital chinês. Esse capital é de quem? É da prefeitura do município ou da empresa que está estabelecida. E as prefeituras fazem um programa para, quando as ações sobem, vender parte desse capital e investir em educação, saúde, infraestrutura, mobilidade urbana etc.

Eu gostaria de perguntar se esse modelo, que eu verifiquei lá com a Embraco, é um modelo chinês para as empresas estrangeiras lá instaladas.

A outra pergunta que eu gostaria de fazer refere-se aos satélites de observação terrestre. Eu tive a honra de, como Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, ter elaborado, junto com meu colega chinês Bao Qemig, esse processo, que resultou na fabricação dos satélites, parte em São José dos Campos e parte em Xangai.

Com um detalhe: na época, nos países em desenvolvimento, o único que tinha – não sei se esta realidade mudou de lá para cá – o Laboratório de Integração e Testes, que é capaz de testar peça por peça e o satélite como um todo... Se, como está esse projeto, ele está evoluindo – na época foram construídos dois satélites

–, eu entendo que esse projeto é fundamental não só para que nós tenhamos absoluto controle ambiental do nosso território, absoluto sistema de informação para nossa agricultura e para monitoramento urbano, para que as prefeituras possam ter as imagens que lhes permitam atualização permanente de seus cadastros territoriais, que são a base para um planejamento e para um governo municipal.

E a terceira pergunta que lhes faço é relativa a um programa que nós fizemos quando Prefeito de Joinville, no Município, se não me engano, de Guanguzhou, em que nós enviamos, a cada ano, 20 estudantes universitários para aprender mandarim, e eles enviavam 20 universitários para aprender português. Esse programa já colocou, nas empresas brasileiras que atuam na China, centenas de jovens preparados para orientar essas empresas, já que, para negociar com a China, é preciso conhecer a China; e só conhece bem a China quem passa lá um bom período estudando chinês, estudando a história da China, a geografia, a economia chinesa.

Por último, quero manifestar a V. Ex^a a satisfação por ver que, substituindo uma figura extraordinária, que foi o Embaixador Clodoaldo, V. Ex^a vai para a China com a mesma característica do Embaixador Clodoaldo. Todo mundo quer trabalhar com o Embaixador Clodoaldo e todo mundo quer trabalhar com V. Ex^a, que é um grande especialista em Economia do Itamaraty.

De modo que eu quero elogiar a visão do Chanceler Patriota e da Presidente Dilma por designarem V. Ex^a para esse posto, que é efetivamente prioritário nas relações internacionais para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Sr. Embaixador Valdemar Carneiro Leão, na linha daquilo que expressa o Senador Luiz Henrique, até por sua longa experiência não apenas como Prefeito, mas como Governador do Estado de Santa Catarina por dois mandatos, a negociação comercial com a China exige um conhecimento muito específico da milenar cultura chinesa. E, olhando o mundo afora, nós observamos que estamos um pouco atrasados na implantação de centros de estudos especializados na cultura e no entendimento desse país.

Nos Estados Unidos, há, por exemplo, 120 centros de estudos especializados da milenar cultura chinesa para o entendimento de como estabelecer relações.

Eu gostaria que V. Ex^a, na linha do que perguntou o Senador Luiz Henrique, pudesse falar um pouco sobre o esforço que o Ministério das Relações Exteriores pode desenvolver internamente, na linha de construir pontes, tendo em vista o caráter irreversível das relações comerciais do Brasil com a China.

Passo a palavra ao ilustre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Prezado Presidente, Senador Ricardo Ferraço, cumprimento ambos os Embaixadores, Valdemar Carneiro Leão Neto e José Amir da Costa Dornelles, desejando-lhes todo o sucesso, para que possam exercer suas missões na China e na Mongólia e também no Timor-Leste.

Eu tive a oportunidade de visitar a República Popular da China em duas ocasiões, em 1976 e em 2007, e vi uma extraordinária transformação, modificação. Na primeira vez, pude acompanhar, seis meses antes da morte de Mao Tsé-Tung, as últimas grandes caminhadas da Revolução Cultural. Naquela época, as pessoas, onde estávamos, criticavam severamente – pelo menos, o guia nos mostrava – os revisionistas, liderados por Deng Xiaoping. Acontece que, pouco tempo depois, houve uma virada muito grande.

O nosso tradutor à época – éramos três jornalistas, Dirceu Brizola, da *Gazeta Mercantil*; Roberto Mulyaert, da *Visão*; e eu, que escrevia pela *Folha* –, o nosso intérprete era aquele que, depois, se tornou o Embaixador Chen, no Brasil, em anos recentes.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Chen Duqing.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Chen Duqing, exatamente. Já naquela oportunidade, ele falava muito bem o português, embora tivesse estado relativamente pouco tempo no Brasil. Ele foi uma pessoa muito amiga. E foi ele que muito insistiu para que eu voltasse à China em 2007. Na ocasião, tive ali uma oportunidade de aprendizado.

O senhor mencionou que nós, hoje, temos muita informação sobre a China pela imprensa aqui publicada, mas, realmente, na China, as coisas são de tal complexidade, que eu, embora acompanhe a leitura dos fatos chineses, não me sinto um especialista na China.

Então, eu gostaria de lhe fazer uma pergunta. Os jornais de hoje praticamente só falam do novo Papa, o Papa Francisco, mas, hoje cedo, ouvi na rádio CBN que foi substituído o chefe de Estado da China. Eu agradeço se o senhor puder nos informar um pouco a respeito da trajetória desse novo chefe de Estado. Em que medida ele poderá realizar modificações? Como é que, na sua avaliação, hoje, há um aumento da liberdade de expressão e de imprensa, sobretudo na Internet, na China?

Fico pensando que tal é o número de chineses que, hoje, visitam países no exterior, inclusive o Brasil, e que tal é o número de turistas estrangeiros que visitam a China, que os chineses, hoje, têm um conhecimento da vida em outros países, a qual ainda dife-

re bastante daquilo que acontece na China, onde há praticamente um partido, o Partido Comunista Chinês. As liberdades de expressão, de comunicação, eu acho, estão avançando, até pelos mecanismos modernos de transmissão, sejam os celulares – porque, ali, todos usam os celulares –, os computadores, a Internet, tudo. Mas, ainda assim, ali existem algumas restrições que são diferentes das existentes, por exemplo, no Brasil.

Agradeço, se puder nos informar, como está hoje esse aspecto e como é que, no seu conhecimento, poderá haver modificações nessa área.

O Embaixador José Amir da Costa Dornelles mencionou a minha visita também ao Timor-Leste – acho que foi em 2008. Eu tinha acabado de chegar do Iraque e encontrei, aqui, no Rio de Janeiro, o Presidente José Ramos-Horta. Tive um diálogo com ele sobre a minha visita ao Iraque para propor a renda básica de cidadania para todos os habitantes, até como uma forma de pacificar o Iraque, que ainda tem dificuldades. E, felizmente, fui lá, e soube que, recentemente, até por um embaixador do Iraque, muito avançou a discussão relativamente à proposição que fiz e está por ser apreciada e promulgada uma nova lei de exploração do petróleo; mas, ali – já está explicitado no projeto de lei que li, ainda não completamente sancionado –, que as reservas de petróleo, por exemplo, pertencem ao povo iraquiano e assim por diante. Mas ainda estou pedindo ao embaixador do Iraque, inclusive ao nosso embaixador brasileiro, lá, que me conte mais detalhes de como será o procedimento.

Mas, quando relatei pessoalmente ao Presidente José Ramos-Horta, que estava no encontro no Rio de Janeiro, ele falou: “Você precisa ir ao Iraque nos explicar isso”. Então, atendi ao convite e ali fiz exposições tanto para o Presidente, para diversos Ministros, o próprio Xanana Gusmão, a Ministra de Finanças, o Ministro do Planejamento e outros. Fui à Assembleia Nacional, fui à universidade, e fiz exposições que foram bem recebidas.

Mas gostaria de lhe perguntar, porque, naquela oportunidade, eles estavam considerando qual seria a forma de benefício que seria utilizado a partir da exploração de petróleo que se dava na região oceânica, entre o Timor-Leste e a Indonésia. Então gostaria de saber – porque ainda não estava definido qual seria a participação exatamente do Timor-Leste – se isso está mais bem definido.

Noto, aqui, nas observações, nos dados sobre o Timor-Leste, que, nesses últimos anos, houve um crescimento bastante acentuado do PIB *per capita*. E pergunto: isso, em grande parte, decorre das receitas de exploração de petróleo? Como é que está a distribuição disso?

E, voltando um pouco à República Popular da China, gostaria de transmitir ao Embaixador Valdemar Carneiro Leão Neto que tive a oportunidade de conversar com diversas autoridades chinesas, inclusive com alguém que acho que era uma espécie de Ministro do Trabalho, mas era também o presidente de uma instituição de estudos sobre o trabalho, a renda e a erradicação da pobreza, que me explicou os instrumentos de política de transferência de renda que estavam, então, desenvolvendo-se na China, em especial nas regiões rurais, mas gradualmente mais nas regiões urbanas.

Expliquei a ele o que seria a proposta de uma renda básica incondicional para todos. Mencionei que sabia perfeitamente que para um dia se chegar a pagar uma renda básica igual para 1,35 bilhão de habitantes, como praticamente é a população hoje, não daria para fazer de uma hora para outra e, tal como no Brasil, vamos implementar aquilo que hoje é lei por etapas. Quando terminei de explicar fiquei feliz porque ele me disse o seguinte: essa proposta está em harmonia com os ensinamentos de Confúcio, de harmonia, de solidariedade, assim como também os propósitos do Partido Comunista Chinês.

Então, é possível que isso venha se tornar realidade depois de dois planos quinquenais. Então, disse a ele que fico muito contente de saber, porque, para uma nação com mais de 5.000 anos de história, o tempo de dois planos quinquenais é como que instituir a renda básica depois de amanhã. Fico muito feliz e meus cumprimentos a ambos e muita boa sorte em suas missões.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra a S. Ex^a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, caro Embaixador José Amir da Costa Dornelles e caro Embaixador Valdemar Carneiro Leão Neto, no início desta reunião, quando solicitei que fosse aberta a votação, independente da exposição dos Srs. Embaixadores e da sabatina que estamos procedendo, revelei confiança na biografia e na competência dos dois candidatos e a exposição apenas confirmou aquilo que eu havia dito.

Queria cumprimentar o Embaixador José Amir, que não fez rodeios. Nessa preocupação do politicamente correto às vezes deixamos de dizer coisas simples que são da compreensão das questões quando V. Ex^a falou da Coreia, daquilo que aconteceu. O Papa ontem disse: eu vim do fim do mundo. Para quem é politicamente correto não entenderia bem essa expressão, uma expressão absolutamente corriqueira que é a realidade, pois do hemisfério norte pode ser mesmo

o fim do mundo e se estivermos lá a Argentina, pode ser o fim do mundo o hemisfério norte.

Dito isso, estive, em 2001, no Timor-Leste, na condição de jornalista, acompanhando uma visita oficial do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e ainda havia os resquícios da questão da reconstrução e da redemocratização. Quero dizer ao senhor como gremista, Embaixador, que o Xanana Gusmão vestiu uma camiseta do Internacional. Ele talvez não tenha imaginado bem, mas foi uma brincadeira que nós, jornalistas do Rio Grande, fizemos com ele.

Queria lhe perguntar hoje se o país não corre nenhum risco em função da relação com a Indonésia, se os desafios que o país tem de uma jovem democracia serão superados e em que tempo se imagina que esse país, muito distante do Brasil, mas com muitas afinidades com o nosso País, pode ter essa condição de consolidação da sua jovem democracia.

É um país estratégico, como disse V. Ex^a, e nessa cooperação o Brasil tem que fazer mais pelo Timor do que esperarmos alguma coisa, especialmente na área do petróleo que, se não me falha a memória, a Petrobras já tinha alguns entendimentos lá.

Para o Embaixador Carneiro Leão, especificamente sobre a China, também queria concordar com V. Ex^a sobre os saltos que a China dá muito rápido. Eu estive em 1984 na China e, em Pequim, todos – todos! – vestiam uniformes. Todos estavam de túnica, ou azul marinho ou cinza. E eu me imaginei... Eu disse: “Eu gostaria de voltar aqui daqui a dez anos”, porque recém tinha começado a abertura econômica do Deng Xiaoping pela zona rural, que era mais problemática, onde era permitido mais de um filho e onde havia mais liberdade das famílias para o seu bem-estar.

Tive a sorte de, quatro anos depois, ter chegado à China, em 1988, em uma visita oficial do ex-Presidente José Sarney. E, para minha surpresa, em Pequim, a capital, que tem uma população um pouco menor do que Xangai, que é a maior cidade, apenas uma pessoa estava vestindo a túnica, que era exatamente Deng Xiaoping. Eu tive, digamos, a honra – é uma honra – de conhecer essa figura, que é uma das figuras mais notáveis do século XXI. Então, isso confirma realmente essas modificações muito rápidas na China.

Mas eu queria pegar apenas duas questões, porque elas interessam muito ao Rio Grande do Sul: a questão que V. Ex^a levantou das barreiras sanitárias – o que fazer para superar isso, porque o Brasil tem um protagonismo relevante na questão de alimentos – e a questão das dificuldades, porque também a maior empresa que está lá é a Marcopolo, que é de Caxias do Sul, e que está também na Índia, está em vários países, é a maior empresa produtora de ônibus

do mundo. Como se imagina essas dificuldades, com um ambiente empresarial que não é o mesmo, como disse V. Ex^a, aqui no Brasil?

São essas questões, caros embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu gostaria de cumprimentar os nossos embaixadores, o Embaixador Valdemar e o Embaixador José, e desejar, desde já, muito sucesso nessa nova etapa do trabalho que os senhores iniciarão em breve.

Eu tive a oportunidade – e me dirijo ao Dr. Valdemar – de, com um grupo de Senadores, visitarmos recentemente a China. Chegamos lá, Senador Suplicy, alguns dias após o encerramento do congresso do Partido Comunista da China, que elegeu o seu novo dirigente, que agora passa a ser o Presidente da China. Salvo engano, é Xi Jinping.

Jornal de hoje, *O Estado de S. Paulo*, traz uma matéria engraçada: de um lado, a sucessão na China, o último dia, que será hoje, da reunião anual do congresso popular da China, com mais de 2.500 membros – o Senador Jarbas estava também na mesma comitiva. Estávamos juntos nessa comitiva, não é, Senador? E hoje é o último dia da sessão do congresso lá. E ele deverá ser eleito pelos quase 3.000 integrantes, são 2.987 integrantes, como novo presidente do país.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E V. Ex^a conheceu o novo Presidente?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, nós não conhecemos o novo presidente, infelizmente. Teremos que voltar lá para conhecer o novo presidente. Mas o Embaixador Valdemar vai articular uma reunião dos Senadores e Senadoras do Brasil com o novo presidente chinês.

E, de um lado, a matéria traz isto: a sucessão naquele país e, de outro lado, o Presidente americano acusando a China por “ciberataques” que eles têm sofrido. Segundo o governo americano, esses ataques cibernéticos têm partido da China. É claro que os Estados Unidos, nesse caso, foram muito amáveis. Essa possível acusação é feita com muito cuidado. Seria diferente se fosse uma Venezuela, se fosse uma Bolívia. Seria muito diferente o tipo e forma como a acusação estaria sendo encaminhada. Mas é a China. É a China, esse país que é emergente, mas é essa grande potência.

É interessante aqui a matéria, Senador Jarbas, dizer o seguinte: que das decisões que o Congresso está tomando, uma delas é de mudar a formatação do ministério dos transportes, criando uma empresa,

ou seja, o ministério dos transportes continua com a responsabilidade do investimento e há uma empresa, uma estatal, para a operação. E dizendo que não se preocupe não, porque essa divisão não vai afetar o programa de investimentos de R\$369 bilhões – R\$369 bilhões! –, para o período de 2011 a 2015, isso só para ferrovias, Senador Ferraço. Só para ferrovias, trens de altas velocidades.

Nós fizemos um trecho, acho que foi de Pequim a Xangai, fizemos essa viagem num trem de alta velocidade, porque o projeto deles é, nesses próximos anos, até 2015, dobrar a malha ferroviária do trem de alta velocidade, de 9.000km para 18.000km, e a gente não consegue fazer os pouco mais de 500 entre Rio e São Paulo aqui no Brasil.

Bom, a gente visitou um porto, o senhor falou na Companhia Energética, nós estivemos nessa distribuidora de energia, e o porto que nós visitamos, a ponte tinha mais de 30km, a ponte que nos levou ao porto. É, a gente volta para o Brasil, assim, muito decepcionado. Eu voltei muito decepcionada, porque a gente acha grande, inclusive este Congresso, e é tudo tão pequeno aqui, os nossos investimentos são tão acanhados, não é?

Mas, enfim, eu acho que o que a gente sente é que essa relação entre Brasil e China é hoje, talvez, a relação estrategicamente mais importante, mais importante. E a preocupação que nós temos no Brasil, e é, de fato, uma preocupação, e muito forte, que a China é um país que copia e vende, e vende, porque copiou e vende mais barato, e aí tem o problema da concorrência com os nossos produtos.

Eu queria que o senhor falasse um pouco daquilo que nós ouvimos muito lá, não do embaixador, o embaixador do Brasil lá não estava presente, estava fora da China, mas todos os membros da Embaixada que nos acompanharam, todos muito gentis, todos muito atenciosos, nos falavam, com muita atenção, da mudança na economia e no processo produtivo chinês. Na economia, porque eles passam a olhar mais o mercado interno, e, do processo produtivo, é que eles passam a investir mais em inovação, ciência e tecnologia, e que, hoje, a mão de obra chinesa já está mais cara do que em muitos países próximos asiáticos, o que muda muito essa configuração e o relacionamento que tem a China com os outros países.

Se é isso mesmo, Embaixador Valdemar, se é impressão, se é isso que ocorre, em que velocidade ocorre, porque nós nos preocupamos muito, o Brasil, com a questão da competitividade. E, no mais, desejar ao senhor um belíssimo trabalho lá, naquele país maravilhoso. É longe, mas eu já fui três vezes lá, e a gente, a cada vez que vai, já não conhece mais, por-

que está tudo muito diferente, tudo muito diferente, é muito rápida a transformação lá. E, repito, acho que, do ponto de vista comercial, a nossa relação com a China é fundamental.

E ao Embaixador José Amir, que vai para um país bem diferente da China, não é? Nós temos aqui dois lados. E é aquilo, um país sofrido, eu mesma tive um primeiro contato com o Timor-Leste, contato de ouvir falar, pela luta daquele povo e daquela gente pela sua libertação. O Timor é uma ilha próxima a várias outras ilhas. Eu faria apenas uma pergunta ao senhor, que eu ouvi na sua explanação, quais as formas que nós teríamos para melhorar o nosso relacionamento e ter o Timor como país aliado do Brasil, principalmente, nos fóruns internacionais. Pela posição geográfica do Timor, ele está muito próximo a países que têm problemas muitos sérios com as mudanças climáticas, problemas de tsunamis, enfim. Como o país, como o Timor-Leste trata essa questão climática, Embaixador José Amir, e qual é a proximidade entre o Timor e o Brasil nessa questão também?

Era isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Passo a palavra aos senhores candidatos às Embaixadas.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Presidente, por favor, eu queria, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Com muita honra, concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Jarbas Vasconcelos, que, inclusive, foi relator do encaminhamento à Missão Diplomática do Timor-Leste.

A palavra é de V. Ex^a.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Obrigado, Presidente. Eu fiquei satisfeito com as explicações, a narração, a exposição feita pelo experiente Ministro Valdemar Carneiro Leão. Acho que o Itamaraty acertou em mandar uma pessoa da sua dimensão, da sua responsabilidade, do seu conhecimento para um país importante hoje como é a China.

E concordar com a nossa Senadora Vanessa. Nós tivemos já uma complexidade de muitas diferenças entre Brasil e China. A gente tem uma democracia plena, e a China não tem. Em comum a gente tem a corrupção. A corrupção do Brasil hoje é muito parecida com a corrupção que se vive hoje dentro da China. No mais é o Brasil.

O brasileiro tem a dimensão de que as coisas na China funcionam em função disso, da democracia plena que não existe. Lá não há Tribunal de Contas da União, lá não há Ministério Público, e lá a sociedade

ainda não tem o nível de acompanhamento, de informação e de divulgação que a sociedade brasileira tem.

Esse conjunto de fatores faz com que a ousadia do governo, a coragem do governo impulse as obras e as decisões. Essa é uma diferença fundamental. Enquanto a gente aqui às vezes se perde, fica perdido na burocracia, nas indagações, nas discussões sem fim, eles são objetivos, e objetivos por isso, porque não existe uma série de obstáculos, que eles tenham que fazer uma corrida de obstáculos como no Brasil, como um governo municipal, um governo federal, ou o governo da União tem que fazer.

Mas fiquei muito satisfeito de saber que V. Ex^a vai para a China.

Fiquei também muito satisfeito com o desempenho do Ministro José Amir, que eu tive a honra de relatar, que vai para um país pequeno, completamente ao avesso, completamente ao contrário da China. Um país pequeno, novo, que S. Ex^a aqui ressaltou a sua população, em torno de um milhão de habitantes, a sua relação comercial com o Brasil, em torno também de US\$1 milhão, por aí se tira.

Mas a sua disposição, a sua garra de ir para um país desse, ir para ajudar a sua formação, o seu crescimento, é muito importante.

Fiquei preocupado – e não faz mal nenhum que se diga de público – com uma frase que V. Ex^a cunhou no final da sua fala, quando disse que iria se empenhar para que esse crescimento do Timor Leste, que é um país que todo o mundo democrático tem uma profunda simpatia por ele, tivesse sempre a sua imagem, que fosse moldada na imagem do Brasil. Essa é uma frase dúbia, que pode trazer uma interpretação de interferência do Brasil na questão da soberania do Timor Leste. E para quem fez a exposição que V. Ex^a fez e para quem conhece a sua carreira e viu aqui as suas exposições, sabe que isso não é verdade. Essa frase foi uma frase mal colocada, ou uma frase que V. Ex^a talvez não tenha atribuído a ela essa questão. Mas ela serve para isso, ela serve para que se possa ter uma outra leitura, que o Brasil vai interferir nessa relação, para que, se o Timor Leste tiver um crescimento e se desenvolver, tiver desenvoltura, tudo isso tem que ser dentro da imagem do Brasil. E quem disse isso foi o novo Embaixador do País. Então eu acho que V. Ex^a pode esclarecer quando for falar. Com toda certeza, esse não foi o objetivo que V. Ex^a colocou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Indago...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pois não, Senador Jorge Viana. A palavra é de V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Era só para, primeiro, pedir desculpa a V. Ex^a e aos nossos convidados que estão aqui na sabatina.

Embaixador José Amir, com todo o respeito ao Embaixador José Amir, com quem não tenho uma relação, mas, querido amigo Valdemar Carneiro Leão, eu tive que sair para uma Comissão, outra audiência, mas cheguei a tempo de pelo menos fazer aqui uma saudação e dizer que os comentários são sempre pertinentes. É obvio que temos aí uma pequena divergência com o querido amigo Senador Jarbas, em relação a alguns aspectos, mas tenho toda a convergência no sentido da análise que ele fez da importância de os Srs. estarem sendo indicados, e até para essa coisa completamente diferente, não é? A Mesa até fica meio desequilibrada: o Timor, um país tão pequeno, como foi colocado pelo Senador Jarbas, e a China, hoje, o grande dragão do mundo, e vou usar esse termo, o grande dragão do mundo, no sentido mesmo do dragão que amedronta, ameaça e é capaz de engolir tudo. Mas acho bom quando a gente faz isso por dar igual importância para um país que tem as características do Timor. Então, queria desejar sucesso.

Espero que, tendo em vista a relação até de língua, cultural que nós temos, quem sabe a chegada de V. S^a lá, Embaixador, possa ser uma nova era da relação do Brasil com o Timor.

Agora, queria me prender aqui ao querido e bom amigo, um grande quadro da diplomacia brasileira, o Embaixador Valdemar Carneiro Leão, que nos ajudou muito a fazer valer em vários organismos internacionais essa agenda que agora o Brasil experimenta, uma agenda que foi invertida. O Brasil hoje começa a ser uma referência no aspecto ambiental, no aspecto socioambiental, eu diria, para o mundo.

E ali está o Senador Luiz Henrique. Trabalhamos aqui juntos com vários colegas. Agora, eu, ele e o Senador Rodrigo Rollemberg estamos sendo convidados para irmos a Bruxelas, Paris e Londres, ainda este ano, para falarmos um pouco sobre as mudanças que a legislação brasileira, especificamente, o Código Florestal, está experimentando e o que significa essa nova agenda brasileira para as relações que o Brasil segue estabelecendo, seja com os Estados Unidos, especialmente com Europa e Ásia. Lembro que o Embaixador Valdemar Carneiro Leão nos ajudou muito.

Está aqui o Embaixador Pedro Borio também. À época, o Acre dependia de uma relação com a OIMT – Organização Internacional de Madeiras Tropicais, ele dirigia o Departamento de Produtos de Base do Itama-

raty, e nos ajudou. Foi determinante. Hoje o Acre é um Estado com economia florestal crescendo, resgatou-se o respeito.

Foram atitudes como essas em que a gente contou com profissionais do Itamaraty que deram oportunidade de termos isso.

Mas eu queria aproveitar aqui, já que estou só fazendo uma breve saudação, se pudesse, contar com um comentário de V. S^a.

A relação China/Estados Unidos e China/Europa é de grande para grande, mas me preocupa um pouco a relação China/África – e aí eu ponho o continente como um todo –, porque me parece, pelo menos nós aqui conhecemos pouco disso, que a presença chinesa na África é algo muito forte há alguns anos. Tive a oportunidade de ir há 4 ou 5 anos, e já era uma preocupação com os interlocutores que eu tinha. Isso certamente cresceu. Como é essa relação China/África e China, aqui, América do Sul, especificamente? Como o senhor vê?

O problema que eu identifico, como amazônida, é que já uma tendência desses países aqui, nós, da América do Sul, e da África, de serem fornecedores de matéria-prima. E eu entendo que o pior negócio do mundo é alguém hoje querer ser fornecedor de matéria-prima para a China. O nosso País já foi fornecedor de ouro para o mundo, não deu certo; teimaram em ser fornecedor de ferro, acho um equívoco; de madeira... Não tem fim. A gente ganha pouquíssimo e perde muito, Senador Jarbas. A China está vendendo para o mundo inteiro, mas ela não compra do mundo inteiro. Ela compra dos países que são fornecedores de matéria-prima. E aqui vejo, o Brasil cria regra, mas se... No Peru, por exemplo, a venda de madeiras é uma coisa absurda, na Bolívia.

Eu queria que V. S^a, então, se puder, comentar como fazer para sair dessa armadilha. O que África e América do Sul podem fazer para estabelecer outro nível de relação que não seja de um fornecendo matéria-prima e recebendo produtos com alto valor agregado, que a gente não consegue ter explicação? Eu não consigo ter explicação para alguns produtos que chegam tão baratos a Rio Branco, a qualquer cidade do interior do Acre ou a qualquer cidade do Brasil ou da América do Sul. “Como pode esse produto ter vindo da China?” É uma complexa relação de matéria-prima que sai daqui, vai para lá e volta. Talvez na escala em que produzem, eles conseguem ser competitivos como ninguém.

Queria que V. Ex^a falasse um pouco dessa coisa: como sair de uma armadilha de 500 anos em que o Brasil está metido de ser fornecedor de matéria-prima? Qual a probabilidade hoje de a África virar um forne-

cedor de matéria-prima para essa revolução industrial e comercial, principalmente comercial, que a China vive? Não estou desmerecendo nada, porque acho que a China está fazendo muito na área ambiental. Ela vai surpreender lá na frente, mas, por enquanto, é um dragão, consumindo matéria-prima e vendendo para o mundo inteiro produtos industrializados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ PMDB – ES) – Sr. Embaixador Valdemar Carneiro Leão, ainda na linha das preocupações, indo, adicionalmente, àquilo que manifestou o Senador Jorge Viana, V. Ex^a afirmou, com dados robustos, que não é apenas exclusividade do Brasil esse perfil de transações comerciais com a China e que outros tantos países importantes, assim como o Brasil, estão enviando matéria-prima, *commodity*, e trazendo bens manufaturados, e assim por diante – as palavras de V. Ex^a são, mais ou menos, essas, me perdoe.

Esse não é um problema exclusivo do Brasil. Precisamos esperar para ver como as coisas ficam, mas quero crer que é preciso ter estratégia, é preciso que tenhamos metas que possam nos fazer encarar esse que é um definitivo desafio da política externa brasileira, que também não será resolvido só pela política externa brasileira. Temos, Senador Jorge Viana, que estruturar esse problema de competitividade na economia brasileira. Não somos competitivos e, sendo assim, por mais competente que o Embaixador Valdemar seja, e é, ele não faz mágica. Existe um dever de casa que é da República brasileira.

Temos que esperar, mas é preciso ter uma estratégia para isso, e, indo além daquilo que colocou o Senador Jorge Viana, não é apenas a questão China/África. O Presidente norte-americano Barack Obama, no dia do Estado da União sinaliza, com clareza, a formação de outro bloco comercial formado pelos Estados Unidos e pela União Europeia, com enorme capacidade de impactar as relações comerciais globais. Ao mesmo tempo, Chile, Colômbia, México estão aliançando a formalização de um bloco pró-pacífico. Qual é o impacto disso para as nossas relações? Qual é o impacto disso para o Mercosul? Como anda o Mercosul?

V. Ex^a está indo para o país mais importante no relacionamento comercial do Brasil com a China e vai encontrar, na China, salvo melhor juízo, em sua estrutura, 17 diplomatas, na Embaixada, em Beijing; 4, no Consulado Geral de Xangai; 3, no Consulado Geral, em Cantão; e 2, no Consulado Geral de Hong Kong. Essa é uma estrutura necessária, compatível com aquilo que necessitamos, em face dos desafios da nossa relação com a China? A Espanha tem 600 empresas, atuando na China; o Brasil, 40. Essa estrutura que V. Ex^a vai encarar é uma estrutura compatível para esse

desafio? Além disso, estamos em um momento em que me parece que se consolida a mudança política na China, se consolidou, nessa madrugada, no Brasil. Há mudança na Liderança do Partido Comunista do governo. Qual é a avaliação, qual é a reflexão que V. Ex^a faz sobre essas mudanças e a capacidade de alterar algum desses nossos desafios com a China, Sr. Embaixador Valdemar Carneiro Leão?

Há também uma outra questão: a China, a par do seu impressionante crescimento econômico, tem igualmente experimentado um notável aumento em seu poderio militar e em sua influência política, o que a liderança chinesa chamou de emergência pacífica. Eventos recentes, contudo, vêm, de certa forma, colocando sob aspas essa afirmação da índole pacífica da China como potência global e gerando impactos na estabilidade de áreas marítimas, por exemplo, no Mar do Sul da China. Há conflitos pelas Ilhas Senkaku ou Diaoyu, como são chamadas pelos chineses. Quer dizer, há confrontação sobre fronteiras marítimas com os países da bacia do Mar do Sul da China, especialmente Vietnã e Filipinas.

Qual é a avaliação do Governo brasileiro? Qual é a avaliação do Itamaraty? Qual é a avaliação de V. Ex^a em relação a essa questão e às questões anteriores?

Passo a palavra, então, se não houver mais nenhum dos Srs. Senadores que queira se manifestar, ao Sr. José Amir da Costa Dornelles e, em seguida, ao Sr. Valdemar Carneiro Leão para suas considerações.

O SR. JOSÉ AMIR DA COSTA DORNELLES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço ao Senador Luiz Henrique a sua pergunta sobre a predominância do português no Timor. Tenho a dizer sobre isso que existem dois aspectos. Primeiro, é o aspecto de fato: é um país poliglota por definição, porque o timorense médio fala, no mínimo, duas línguas: o tétum e sua língua tribal materna. Há timorenses que falam até quatro, cinco, incluindo o português, o inglês e o indonésio, muito comum entre os jovens, principalmente, depois de 25 anos de ocupação indonésia, inclusive com a proibição de falar o português. Mas acho que a nós brasileiros, evidentemente, interessa que eles falem português, façam uso do português.

A matéria está regulada pela própria Constituição. O art. 13 reza que o português e o tétum são as línguas oficiais. O art. 159 determina que a língua inglesa e indonésia são línguas de trabalho e em uso na administração pública enquanto tal se mostrar necessário – a Constituição ainda faz esse...

Mas, de fato, como eu disse, são 10% que falam, efetivamente, português, mas é língua oficial, e a nós,

ao Brasil interessa que o uso da língua portuguesa se expanda no país.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O português é a língua corrente na educação dos timorenses?

O SR. JOSÉ AMIR DA COSTA DORNELLES – Sim, em alguma medida, mas também o tétum. São ambas as línguas. Inclusive a própria Constituição, como acabo de referir, considera ambas as línguas oficiais, mas, de fato...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – A alfabetização não se faz em português?

O SR. JOSÉ AMIR DA COSTA DORNELLES – Eu acho que é simultâneo, paralelo, mas, até por facilidade de ordem prática, quer dizer, disponibilidade efetiva de professores em nível de escola primária, ainda é mais fácil de encontrar o professor que fale tétum do que português.

Mas a nossa meta, nesses programas todos de cooperação, é incentivar o uso do português. O próprio Governo reconhece que o português, uma língua muito rica, se presta mais ao entendimento e ao trato com os assuntos de alta tecnologia e da modernidade do que o tétum, que é uma língua ainda basicamente oral e que não tem a mesma riqueza de vocábulos.

(Interrupção do som.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – ...espaço para um programa de alfabetizadores brasileiros executarem uma missão temporário no Timor?

O SR. JOSÉ AMIR DA COSTA DORNELLES – Com certeza. Tem havido, de fato, Senador, já há algum tempo, e está em plena execução. Eu me referi, inclusive, a esse grupo de aproximadamente vinte professores da Universidade Federal de Santa Catarina, que, sob o abrigo do acordo de cooperação técnica com o Timor e coordenação com a Capes, acaba de partir para o Timor. Já foram vários nos últimos anos. São professores universitários que treinam docentes timorenses para o ensino em diversos graus e, ao fazê-lo, não apenas trabalham a língua portuguesa como também as próprias técnicas de ensino. Isso tem havido de maneira sistemática. Há concorrentes, vamos dizer assim, os australianos, os próprios indonésios. Mas eu penso que, inclusive para os timorenses, o fato de ser um povo poliglota é uma vantagem. Eu creio que é uma vantagem eles falarem indonésio, português, inglês. É uma vantagem para eles.

Espero ter respondido a sua pergunta. Obrigado.

Com relação às observações do Senador Suplicy sobre o nível da renda *per capita* e a importância do petróleo na economia do Timor, de fato, o petróleo hoje representa 90% das receitas orçamentárias. O petróleo é muito importante. Eu estava relendo aqui um papel

que eu tenho do FMI segundo o qual, em 2010, por exemplo, a renda *per capita* do Timor, se considera toda a economia, inclusive o petróleo, é de quase US\$3 mil e, se excluído o petróleo, cai para US\$821. Cai muitíssimo se excluir o petróleo. De fato, o país é muito dependente do petróleo, da renda do petróleo. Eu estava dizendo, Senador, que 90% do orçamento do Timor é financiado pelas receitas petrolíferas. De fato, há essa grande dependência. Por isso, o Programa Estratégico de Desenvolvimento 2011/2030 enfatiza muito a necessidade de desenvolver o setor não petrolífero, sobretudo o turismo, pequenas e médias empresas e agricultura, com a criação de empregos. É um projeto muito ambicioso, talvez demasiado otimista. Mas eu digo que, sem certo grau de otimismo e ambição, também não se vai a lugar nenhum. Está aqui, está previsto o desenvolvimento acelerado da agricultura, do turismo e das pequenas e médias empresas para compensar esse tremendo desequilíbrio causado pela dependência do petróleo.

Eu espero que isso tenha sido esclarecido.

Com relação às preocupações manifestadas pela Senadora Ana Amélia quanto ao risco de recaída, com a insegurança e com as lutas que houve no passado, eu digo que o Governo do Timor Leste, sabiamente, se compôs com a Indonésia desde o primeiro momento, com a queda do Suharto, em 1998, para assegurar uma transição pacífica da ocupação indonésia para a independência, inclusive, nos primeiros dois anos, entre 2000 e 2002, sob a égide da ONU e sob a chefia do grande brasileiro Sérgio Vieira de Mello.

Houve, em 2006, certos distúrbios internos, em função de insatisfações com a situação de militares veteranos da guerra de independência, mas nada que tenha durado mais do que alguns poucos meses, e hoje o País vive plena democracia. Aliás, considerando-se o fato de o país ter apenas 10 ou 12 anos de vida independente, é até admirável que tenham sido realizadas três eleições presidenciais, que o Parlamento esteja em pleno funcionamento e não haja nenhum tipo de contestação. Fora o embate político normal, a democracia está em vigor. Inclusive, por determinação do Conselho de Segurança da ONU, a pedido do Governo do Timor Leste, em 31 de dezembro, retiraram-se as tropas da ONU que ainda estava lá para efeitos de manutenção da paz. Retiraram-se as tropas australianas. Eram mais de 500 homens. O país está agora inteiramente sob responsabilidade da polícia nacional do Timor Leste e das suas forças armadas.

Aliás, temos colaborado muito na formação de sargentos, da polícia do exército – PE, e de policiais timorenses, com a colaboração da polícia militar de

várias unidades da Federação. Então, há essa colaboração para a segurança e a paz no Timor Leste.

Não tem havido nos últimos anos, desde 2006, nenhum distúrbio mais importante. O país está numa normalidade institucional e política muito favorável ao desenvolvimento. E temos que aproveitar essa oportunidade.

Pena que a Senadora não está mais aqui, mas que fique registrado. Quando ela se referiu a Xanana Gusmão, Primeiro-Ministro do Timor Leste, ter recebido uma camisa do Internacional, quero dizer que vou entregar para ele, pessoalmente, uma camisa da Seleção Brasileira para acabar com esse tipo de rivalidade.

A Senadora Vanessa Grazziotin mencionou o fato de o Timor estar em uma determinada posição geográfica em que haveria *tsunamis* e outras alterações climáticas.

De fato, não é tão grave sob esse ponto de vista. O que eles, sim, se ressentem é de um desflorestamento histórico tradicional, porque os portugueses exploraram muito o sândalo no Timor Leste. E, ao fazê-lo, praticamente desflorestaram grande parte do país. Essa é uma preocupação deles.

Também nesse caso o programa estratégico de desenvolvimento prevê algumas metas na área de meio ambiente em linha com as grandes decisões da ONU, de maneira que eles estão em grande medida afinados conosco com relação à questão ambiental. Mas não é um país vulnerável do ponto de vista de *tsunamis*. Espero que não ocorra nada lá. Mas não tem havido nada. Não há registro disso até agora, embora tenha havido naquele grande anel do sudeste asiático.

Com relação às observações do Relator, Senador Jarbas Vasconcelos, em primeiro lugar, queria me desculpar pelo fato de ter dado uma impressão equivocada de que, como Embaixador do Brasil, procuraria impor alguma coisa ao Timor, ao seu povo ou ao seu governo. Duas coisas, qualquer cooperação técnica que se faça obedecerá aos critérios já predeterminados da cooperação técnica brasileira aplicável a todos os países e cujo fundamento essencial é o atendimento das demandas do país favorecido, do país recipiendário.

Então, qualquer coisa que façamos lá será produto de uma demanda timorense e de um acordo mútuo entre o Brasil e o Timor sobre a relevância e a possibilidade de se trabalhar naquele campo. Não vamos impor nada. Mas insisto e dessa vez espero ser menos dubio e mais claro. Insisto que, para qualquer coisa que a gente faça na área de cooperação técnica, obedecido ao princípio fundamental de atendimento do interesse do Timor Leste ou de qualquer que seja o país recipiendário, temos que considerar que estamos exportando, de fato, o que temos de melhor, seja na

área técnica, na área humana, na área de agricultura, da Embrapa, enfim, estamos exportando o que temos de melhor. E, ao fazê-lo, temos que procurar moldar aquele setor da maneira mais ampla possível aos nossos interesses, a nossa maneira de ser.

Se não acreditarmos naquilo que estamos exportando como *know-how*, como experiência positiva já testada no Brasil, se não acreditarmos nisso, o programa específico de cooperação pode estar fadado ao fracasso. Se nós, sim, acreditarmos – como acreditamos –, então que ele sirva para moldar o país aos nossos interesses.

Acho que respondi a todas as perguntas dos senhores membros da Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado.

Passamos a palavra, de imediato, ao Sr. Valdemar Carneiro Leão.

O SR. VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, antes de tudo, dizer que fiquei muito sensibilizado e desvanecido com as palavras generosas de vários Senadores que se pronunciaram aqui, como a Senadora Ana Amélia, o Senador Luiz Henrique, o Senador Jarbas Vasconcelos, o Senador Jorge Viana, a Senadora Vanessa. E queria lembrar que, além das nossas lides madeireiras e florestais, que tivemos ainda com o Senador Jorge Viana, tivemos as nossas lides cafeeiras em Londres, em 2011, quando, enfim, após uma eleição difícil, um pouco mais lenta que a do Papa, que tomou um pouco mais de tempo, afinal, pelo menos, elegemos um brasileiro. Então, dessa forma, fomos bem-sucedidos. E me recorro de que o apoio parlamentar, naquele momento, foi muito importante, eu diria mesmo decisivo.

Eu queria, rapidamente, tentar recuperar as perguntas e atender às indagações dos Srs. Senadores.

Quanto às colocações do Senador Luiz Henrique, eu queria dizer que efetivamente há um processo de descentralização importante na China. Inclusive, as grandes cinco municipalidades têm autonomia. Há regiões administrativas especiais, como é o caso de Hong Kong e Macau. Os municípios, de modo geral, também têm um alto grau de autonomia. Há uma cobrança por desempenho que vem de cima; e essa cobrança geralmente produz efeitos muito positivos.

Eu não entro na parte legal, porque se trata de um ordenamento jurídico muito diferenciado do nosso, mas eu digo que, enfim, do ponto de vista de cadeia de comando partido/estado, essas municipalidades operam com autonomia, mas também com pressão por desempenho. O que se lê na mídia – e aqui estou

repetindo apenas o que se lê na mídia – é que essas pressões por desempenho têm, não raro, levado prefeitos a adotarem medidas que possam ser vistas como, digamos, desfavoráveis à população local – e estou repetindo o que diz a mídia. Ou seja: desapropriações de terrenos, de áreas habitadas para que se construam complexos de edifícios novos e, com isso, dar a impressão de grande desempenho. E a prefeitura, com isso, naturalmente auferir os benefícios das construtoras.

Eu não tenho dúvida de que a descentralização é, efetivamente, um traço do sistema, com as grandes vantagens e, talvez, algumas desvantagens que possa representar.

Sobre satélites de observação, eu queria dizer ao senhor que realmente devemos lançar o quarto este ano, e a decisão de prorrogar o programa já foi tomada.

Quanto a intercâmbio de estudantes, realmente é um ponto que, no momento, eu desconheço; porém, o que sei – e isso é muito auspicioso – é que a China está desejosa de participar do Programa Ciências Sem Fronteiras, está interessada em oferecer certo número de vagas a estudantes brasileiros. Acho que seria uma oportunidade extraordinária, mas encontramos sempre um pouco a barreira da língua, que sabemos não ser uma barreira de simples transposição. A China tem cursos em universidades que são ministrados em inglês hoje em dia. Isso talvez possa facilitar esse intercâmbio.

O Senador Presidente levantou a questão de estudar chinês em meio à discussão. Eu quero dizer que acho sim. V. Ex^a mencionou o caso dos Estados Unidos, onde há um grande número de centros de estudo da língua chinesa. Eu acho que realmente nós estamos muito atrás. É preciso avançar nesse campo. Não é simples. Nós temos até, eu diria, mesmo a barreira do inglês a vencer. Essa é uma preocupação que eu penso que também deve ser priorizada.

Eu tenho um amigo – e vou contar isso quase como uma anedota –, um grande colega que serviu na China como diplomata e que se desligou do Itamaraty, pedindo a sua aposentadoria, para, hoje, atuar como um grande consultor na China. Perguntando a ele – e ele já falava um pouco de mandarim, que estudou com muito afinco quando estive na China – se ele estava cada vez melhor no Mandarim, se ele continuava estudando, ele disse: “Não. Eu desisti de estudar Mandarim, porque os homens de negócios chineses só querem falar Inglês”.

Mas, do ponto de vista de medidas concretas, eu acho que a própria China se encarrega, hoje em dia, de montar Institutos Confúcio em várias universidades, e, do ponto de vista do Itamaraty, o que eu quero dizer

ao senhor é o seguinte: em geral, nós estamos mandando, hoje em dia, de dois a três novos diplomatas, recém-saídos do Instituto Rio Branco, para Pequim, exclusivamente para estudar chinês, exclusivamente para estudar Mandarim. Eles ficam normalmente um ano, e os resultados têm sido muito bons. Eu acho que, daqui a uns quatro ou cinco anos, nós já teremos um número razoável de diplomatas. Eu não sei quando teremos um embaixador que fale Mandarim corretamente. Talvez ainda vá levar algum tempo.

O Senador Suplicy levantou a questão da complexidade da China. Eu acho que a dificuldade que nós temos de entender a China, acho que um pouco também na linha do que disse o Senador Ferraço, o quanto estamos fazendo para isso, eu, com toda humildade, Senador, devo dizer que a complexidade da China não é um desafio apenas para nós. Eu acho que é um desafio para o mundo; eu acho que é um desafio inclusive para as grandes potências, inclusive para aquelas, como os Estados Unidos, por exemplo, que podem, que têm excedentes de recursos para poder investir num melhor entendimento da China.

Também acho que, na medida em que a China interage cada vez mais com o Ocidente, muitas das nossas práticas também têm que ser entendidas e serão assimiladas. Acho que é um movimento nos dois sentidos.

Sim, nós estamos atrás. É preciso reconhecer. Devemos estimular melhor conhecimento da China, mas é uma complexidade que, francamente, é o que tenho visto pelo mundo afora. Há muita dificuldade de compreender, muito esforço para compreendê-la.

Efetivamente confirmo que o Sr. Xi Jinping foi eleito Presidente. Será um quinquenato. Provavelmente serão dois quinquenatos. Tem sido a tradição. Nós já sabíamos, o mundo já sabia que seria ele, porque esse foi um anúncio feito quando se reuniu o Partido Comunista chinês. E já se sabia há mais tempo ainda, porque se via que ele estava sendo mais ou menos preparado para assumir essa função.

O que também os analistas mais experientes dizem é que se trata de um homem que, no jargão dos sinólogos e mesmo no dos chineses, é considerado um príncipe, ou seja, é descendente dos fundadores, dos revolucionários, dos pais da pátria. E, como tal, como ele, outros também que hoje ascendem têm ascendido à alta hierarquia chinesa. Ele, portanto, herda um pouco essa influência do seu pai.

Espera-se que ele, enfim, tenha um papel um pouco diferenciado em relação ao que foi o papel do Presidente Hu Jintao. Nós temos que esperar para ver.

Os desafios, como procurei apontar, não são pequenos. São econômicos, social, ambiental e político.

Não são poucos, e ele terá que enfrentar, portanto, esses desafios com o cuidado que tem que ser num país que tem 1,3 bilhão de habitantes, cujas transições têm que ser pensadas, sobretudo aquelas que impactam a vida política.

Sobre a renda básica, Senador, o que eu tenho observado – e isto é parte do discurso oficial chinês – é que a China está absolutamente comprometida com a elevação dos salários. Isso está se dando já. Recentemente anunciou-se mais uma elevação de salários, da ordem de 20%. Eles estão entrando nesse processo de maneira acelerada.

Eu entendo que é um programa, é um processo e é um objetivo que levará algum tempo, mas é um objetivo que já se faz sentir, cujos efeitos já se fazem sentir. Um programa cujos efeitos já se fazem sentir. É sabido que o salário do trabalhador na China está encarecendo rapidamente, razão pela qual a China já está relocando algumas de suas unidades de produção em países de custo de obra mais baixo, como mencionei, no Camboja, no Vietnã e em Bangladesh.

Eu penso que esse é um movimento irreversível. A China fatalmente terá um custo de mão de obra crescente, e isso fará com que, de alguma maneira, o seu custo de produção comece a equiparar-se, a aproximar-se dos nossos.

Sobre renda básica, não tenho conhecimento de que exista o programa, mas tem havido um discurso oficial, que vem sendo cumprido, de elevação do salário.

A Senadora Ana Amélia mencionou as grandes mudanças. Levantou também, digamos, sua surpresa e perplexidade diante do que é a China e da velocidade com que essas mudanças se dão. E levantou a questão das nossas barreiras sanitárias e fitossanitárias. Se há uma área em que o Governo e, especialmente, o Itamaraty e o Ministério da Agricultura trabalham em bases quase cotidianas, é a questão sanitária e fitossanitária, porque, primeiro, são produtos em que o Brasil tem um potencial extraordinário. Já é um País gigante na exportação, no comércio da agroindústria, e tem o potencial de se agigantar ainda mais.

Mas, precisamente na área de carnes, há maior sensibilidade e delicadeza, primeiro porque sempre há protecionismo do outro lado. É muito difícil encontrar um país em que a entrada desses produtos seja facilitada, a menos que haja um déficit alimentício muito grande. Esse não é propriamente o caso da China. Por incrível que pareça, a China alimenta 95% de sua população com sua própria produção. Mas é que, com o tamanho da China, qualquer variação na safra é uma oportunidade para o mundo inteiro.

No caso de carnes, o que está ocorrendo? Como a senhora bem sabe, com o aumento de renda, é mui-

to provável que a população comece a consumir cada vez mais proteínas nobres, e a carne será, fatalmente, um produto de maior penetração na China.

Os chineses nos têm dado habilitação um pouco a conta-gotas, tanto na área de frangos, quanto na área de bovinos, quanto na área de suínos, e nós insistimos que há sempre um processo de inspeção nos frigoríficos, nas nossas unidades, antes da habilitação. Essa habilitação pode demorar mais, pode demorar menos, mas acaba vindo, e estou seguro de que esse processo pode se acelerar.

Eu diria que a grande expectativa, pelo que observo, está no setor de suínos. A China consome 50 milhões de toneladas de carne de porco por ano. Qualquer variação de produção interna pode representar 1 milhão ou 1,5 milhão de toneladas disponíveis para quem queira exportar. Nós estamos com duas plantas de Santa Catarina habilitadas; a terceira está a caminho. É um produto no qual nós precisamos apostar, porque acho que tem grande futuro.

Sobre a Marcopolo, nós entramos numa daquelas situações de área cinzenta. Da maneira como entendo o problema, a Marcopolo deseja operar numa área de incentivos, deseja operar numa área de fiscalização, numa área de fisco incentivado. Há, aparentemente, uma preocupação. Primeiro, está numa área importante, está num setor que não é propriamente um setor que a China incentive. A China já tem seu parque industrial montado e não vê nenhuma necessidade de estimular esse setor. Segundo, devo ser muito franco, acho que há uma preocupação da China, fundada ou não, de que a Marcopolo – provavelmente, é um bom pretexto – pode não se valer dessa situação apenas para vender externamente, mas também para vender no mercado interno.

Creio que são questões que podem ser esclarecidas, e nelas nós estamos trabalhando. É preciso que ambas as partes estejam perfeitamente confiantes, que uma confie na outra. É preciso que tenham uma relação de confiança, para que possam prosperar.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Embaixador, estou satisfeita, mas só queria acrescentar que houve muitas notícias de que grupos chineses estariam interessados na compra de terras aqui, no Brasil, para, a partir daqui, fazer plataformas para exportação, já que somos uma grande fronteira agrícola. Então, eu queria saber se, de fato, esse interesse se confirma, se há algum tipo de entendimento.

Imagino que tudo também aconteça por uma economia ainda centralizada, por uma economia de Estado, que é aberta, mas na qual o Estado é o controlador. Penso que essas informações ou esses contatos passem também pelo âmbito de governos.

O SR. VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO –

Muito obrigado, Senadora.

Interesse dos chineses existe. Não existe interesse do Governo brasileiro. A aquisição de propriedade rural por parte de estrangeiros, hoje, é uma questão estritamente regulamentada. Acho que sim, que essa mais recente regulamentação... Como a senhora talvez saiba, houve um parecer recente da AGU que modificou a interpretação que se tinha da lei. Essa interpretação gerou insatisfação, evidentemente, naqueles que tinham intenções de adquirir, inclusive em interesses chineses, e em outros também, gerou um pouquinho de preocupação nos que já haviam adquirido, porque pode ter passado, eu acho que erroneamente, uma mensagem de insegurança jurídica. Mas, hoje, eu diria que, da parte do Governo brasileiro, não há qualquer interesse em vender ou promover a aquisição de terras por parte de empresários estrangeiros. Não existe isso.

A Senadora Vanessa mencionou a sucessão na China, que ocorreu ontem, mencionou também a questão de ataques cibernéticos, que foi depois retomada pelo Senador Ferraço, e vou recuperar isso um pouquinho mais adiante, mencionou o caso do Ministério dos Transportes, da criação de uma nova empresa, e creio que, especialmente para ressaltar, digamos, a magnitude das cifras de investimento em ferrovias, de 367 bilhões.

A China tem vivido, nos últimos 30 anos, de investimento e exportação. Esse é o modelo que ela quer tentar mudar para renda e consumo interno. Até por pressão do resto do mundo. Até pelas dificuldades crescentes que ela está tendo em vender. Na crise atual, ela não pode continuar exportando como exportava. Mas há a pressão dos outros de que ela é um país superavitário que tem que corrigir esse desequilíbrio. E também por necessidades internas. Eu acho que todos os fatores convergem, mas investimento, a meu ver, foi e continuará sendo o principal. É muito difícil a China abandonar esse vetor. E ela tem poupança. A poupança na China é de 45% do PIB. Quarenta e cinco por cento do PIB. Como é possível ter essa poupança é algo que é estudado, examinado, discutido, mas chega a esse ponto. O que fazer com esse volume de recursos? E mais as reservas externas que a China tem e que servem para dar, digamos, suporte às grandes empresas chinesas no exterior.

De modo que, a meu ver, o declínio no investimento – é uma opinião pessoal – não vai ser rápido. Eles vão continuar avançando, avançando, avançando.

Eu estive, logo que cheguei, em 2011, numa reunião de cúpula dos BRICS, que foi no sul da China, em Sanya, uma ilha quase tropical ao sul da China. Eu não imaginava que na China houvesse uma ilha tropical,

com praias bonitas. E o que eu notei é que, embora estivéssemos no extremo sul da China, muito longe, portanto, dos grandes centros, dos grandes eixos, as estradas eram absolutamente impecáveis. Era como se estivéssemos transitando – embora estreitas, porque não cabiam duas pistas – em estradas que pareciam ter sido construídas na véspera, o dá a noção e a medida do quanto se tem investido em infraestrutura na China. É uma coisa absolutamente colossal.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Embaixador, V. S^a me permite?

O SR. VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO – Pois não.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Precisamos nos lembrar, como assinalou o chanceler Henry Kissinger, em seu livro sobre a China, que a China só não foi a maior potência mundial no século passado e que na metade do século XIX o PIB chinês era maior do que o de toda a Europa Ocidental e Oriental. De modo que o gigantismo chinês não é uma coisa nova, é secular.

O SR. VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO – Muito obrigado, Senador, por esse aporte, porque é isso mesmo. Aliás, nesse livro, Henry Kissinger defende também outra ideia, com a qual eu respondo um pouco as preocupações do Senador Ferraço, de que a China nunca teve preocupações expansionistas. Ela sempre procurou conter-se no seu território. O receio, a preocupação de defesa dela é de seu próprio território por ter sido, como se sabe, humilhada no século XIX, com os enclaves todos e tratados desiguais.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu lembraria sobre isso o episódio do diálogo de Henry Kissinger com Mao Tsé-Tung, na Primeira Crise do Estreito de Taiwan, quando Mao diz a ele: “Diga ao seu presidente que não vai haver um conflito armado porque Taiwan é nossa. Vai durar cem anos, mas é nossa.” Na Segunda Crise do Estreito de Taiwan, Kissinger volta à China e fala com o presidente, se não me engano, Jiang Zemin, que disse a mesma coisa: “Olha, Taiwan é nossa; é questão de tempo.” Mas o Kissinger disse: “Mas o Presidente Mao disse que ia durar cem anos.” E ele lembrou: “Já se passaram 28.”

O SR. VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO – (Risos.)

Muito obrigado.

(Soa a campanha.)

O SR. VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO – Eu vou acelerar aqui, Presidente.

Passando, em seguida, às observações do Senador Jarbas Vasconcelos – foi mais ou menos em resposta à Senadora Vanessa –, sobre a questão, vamos dizer assim, das diferenças de modelo político e

como essas diferenças de modelo político impactam na capacidade de realização e de investimentos. Digamos que, entre a formulação e a execução, nós temos grandes problemas. A China não parece ter esses problemas: uma vez formulado, executa-se. E entendo que as observações do Senador Vasconcelos foram essencialmente para responder a V. Ex^a.

Quanto às observações levantadas pelo Senador Jorge Viana – eu queria, mais uma vez, agradecer as generosas palavras que teve para comigo –: China e África; China e América do Sul.

Não há nenhum analista, pelo menos no Ocidente, que põe em dúvida que a China, na sua aproximação com a África, o que deseja é garantir abastecimento com matérias-primas. Também acho que, de certa forma, é o impulso que eles têm em relação à América do Sul. E mais ainda, eu diria, que é o impulso que eles têm em relação ao Brasil. O Brasil, pela sua posição, pelo seu gigantismo, pelo seu potencial, ainda inexplorado na área agrícola e na área mineral, é naturalmente um foco de atenção.

Entre, digamos, o desejo chinês de garantir o seu abastecimento e o que é são os interesses brasileiros, cabe a nós definir; não cabe à China. Nós somos os detentores das matérias-primas.

A nossa relação com a China é uma relação que, de certa forma, na medida em que o interesse maior é por abastecimento, cabe ao Governo estabelecer que condições, que políticas devem ser perseguidas para atender.

Acho que é, por um lado, importante, que o Brasil tenha na China um comprador desse porte. Eu acho que nossa transição pela crise atual, seguramente, não teria sido tão suave se nós não tivéssemos a China como grande comprador, e mais ainda, não só a China como grande comprador, mas como comprador a preços elevados, porque a demanda da China fez com que os preços das *commodities* se elevassem. Então, nós tivemos dois efeitos: o efeito de termos um comprador e termos um comprador em situação de preços elevados.

Permita-me, Senador, eu vejo que, em si, a ideia de exportar produtos agrícolas e matérias-primas, *commodities* industriais, não deve ser estigmatizada. Nós temos é que não exportar apenas isso. Nós temos é que encontrar meios de agregar valores. Enquanto não agregamos valor ou não tivermos capacidade de agregar valor, exportar a matéria-prima, a meu ver... Os Estados Unidos fazem isso; a Austrália faz isso; o Canadá faz isso, e fazem de uma maneira, digamos assim, sem terem ou passarem a impressão de que estão se sentindo, de alguma maneira, lesados nas suas exportações.

Eu estive, recentemente, no Canadá, para outra reunião e fui ter com o Diretor de Assuntos de China dentro da chancelaria canadense. Ele me disse, com muita candura, que o Canadá não via o fato de a China estar adquirindo matérias-primas – mais do que isso, a China adquiriu agora a Nexxen, que é uma grande canadense de petróleo e gás –, que não via nisso nenhum mal. Havia algumas resistências internas, mas que eles não viam mal. O que eles viam, sim, é que, apesar de eles estarem exportando em quantidades crescentes matérias-primas, ainda tinham com a China um extraordinário déficit comercial, da ordem de US\$30 bilhões. Eles viam, preocupavam a eles muito mais o tamanho do déficit do que propriamente o fato de estarem exportando. Por quê? Porque evidentemente também eles podiam exportar manufaturados, como fazem com a fronteira, a fronteira sul, com os Estados Unidos.

Então, a meu ver, o que importa é vermos o problema da China como um parceiro que hoje compra esmagadoramente produtos primários e para o qual nós queremos, devemos ganhar competitividade, mais cedo ou mais tarde, para mudar a pauta. Mas eu acho que é realmente uma reação que temos que ter diante de um interesse deste. Nós não estamos vendendo recursos naturais, não estamos vendendo minas em quantidades que possam ser de alguma maneira preocupante. A Vale continua sendo uma força dominante no mundo. Outros minérios podem também vir, crescer também na sua exportação.

Permitam-me expressar essa opinião, o que temos que fazer é nos preocuparmos, sim, em diversificar a pauta, mas não necessariamente reduzir as nossas exportações de matérias-primas. Se é mais vantajoso ainda para o estrangeiro levar minério de ferro, transportar minério a um preço que não é baixo e que tenderá a aumentar, para chegar do outro lado e transformar, então é porque nós estamos tendo capacidade de transformação aquém do que nós deveríamos ter. É preciso investir sim, investir em competitividade, em inovação. Mas acho que está faltando competitividade, e acho que o Governo está atacando isso em várias frentes e nós esperamos que isso tenha um resultado rápido.

Finalmente, Sr. Presidente, Senador Ferraço, sobre a questão da primalização da pauta, é um pouco na mesma linha do Senador Jorge Viana.

Realmente nós fizemos um estudo com três países, Estados Unidos, Canadá e Austrália, nos últimos dez anos. O que verificamos foi que, de 2001 a 2011, todos esses três reduziram suas exportações de manufaturados, quer dizer, a proporção de manufaturados caiu em relação à proporção de produtos básicos, que subiu.

O caso do Brasil se situa um pouco no meio entre os quatro. O caso mais favorável ainda é o dos Estados Unidos, que ainda predominam as exportações de manufaturados. O caso mais dramático é o da Austrália, que reduziu, hoje, em torno de 4% ou 5% apenas as exportações de produtos manufaturados para a China.

Eu insisto que vejo isso muito mais como uma voracidade da indústria chinesa por matérias-primas e com uma competitividade em determinados setores que ainda, neste momento, está difícil de superar, não só pelos custos, mas, como o senhor assinalou, pela escala. Há um problema de escala, que é difícil de igualar, mas que acho que, aos poucos, com a elevação de custos na China, também vai se atenuar bastante. Essa é a minha impressão.

Quero dizer também, Senador, respondendo um pouco a sua preocupação sobre o fato de a China só comprar matéria-prima, mas só exportar manufaturado, que eu estava olhando as cifras chinesas. Eles têm realmente superávits extraordinários com países dos quais eles compram matérias-primas e vendem produtos manufaturados. Não é o nosso caso. Mas eles têm déficits incríveis com países que só exportam produtos manufaturados. O déficit deles com o Japão, hoje, é de US\$20 bilhões, o déficit da China. O déficit com a Coreia chega a US\$80 bilhões. Eles têm um déficit com a Ásia tomada como um todo da ordem de US\$20 bilhões. O que se vê, e parece ser um fenômeno essencialmente da região Ásia/Pacífico, é que a China, sim, honra, mas também é carente de produtos de *high tech*, e geralmente são *high tech*. E, com esses países, ela absolutamente ainda tem gerado um déficit bastante acentuado.

Portanto, ela também tem esse lado, e 30% apenas do que ela importa, em termos de valor, são produtos primários. O resto são produtos manufaturados. Podem ser, em grande parte, insumos – a história da Barbie, Barbie exportada pela China, cujas peças se espaçam pelo mundo; cabelo é produzido aqui, acolá... Mas muita coisa também é produto de maior sofisticação.

A China – isso é importante para finalizar –, ao contrário do que se pensa, não é um mercado fechado; é um mercado muito competitivo. O superávit comercial da China está-se reduzindo. As empresas estrangeiras estão na China, estão produzindo na China, estão exportando a partir da China.

Esse caminho nós temos de encontrar.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Senador Luiz Henrique, como o Embaixador Valdemar Carneiro Leão Neto disse que ainda não conhece bem a Renda Básica de Cidadania, e acaba de sair a 7ª edição do meu livro *Renda de Cidadania – A Saída é pela Porta*, eu aqui quero dar um exemplar tanto a um quanto a outro – também ao Embaixador José Amir da Costa Dornelles, para que bem possam compreender as sugestões que fiz tanto na República Popular da China quanto ali no Timor Leste.

Até aproveito a oportunidade para convidar todos os amigos e Senadores e Senadoras para, sábado próximo, a partir das 14h30min. No primeiro Município que aprovou uma lei para instituir uma renda básica de cidadania para todos os seus habitantes, 7 mil, haverá um festival como contribuição ao Fundo Municipal da Renda Básica de Cidadania, e com a participação voluntária, porque doaram seus cachês, dos Racionais MC's, Chaminho do Acordeon, Chico César, de meus filhos Brothers of Brazil, Supla e João Suplicy e de um conjunto local, Tempo Verde, do cantor Branco; além disso, um grupo de jovens vai ali apresentar uma peça sob a direção de Asdrúbal Serrano, dramaturgo, e aluno dos autores do Teatro do Oprimido, que vão mostrar como ali, no meio rural, a instituição da Renda Básica de Cidadania proverá muito maior dignidade e liberdade a todos.

Então, são todos convidados, e passo às mãos dos embaixadores a 7ª edição deste meu livro, e logo também vou-lhes dar a cartilha que o Ziraldo fez sobre o tema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – O Senador Suplicy, mais uma vez, confirma a minha tese de que ele vem da renda mínima para a competência máxima.

Quero salientar que, não obstante os dois sabatinandos estejam sendo designados para países tão diferentes, um tão grande e outro tão pequeno, ambos revelam uma questão linear do Itamaraty: que, no Itamaraty, vá o embaixador para Londres ou para o Haiti, para o Timor Leste ou para a China, há uma regularidade espantosa na qualidade de seus profissionais, o que me faz aqui manifestar, mais uma vez, que o Itamaraty continua sendo a melhor massa crítica deste País.

Tenho que seguir o que dispõe o inciso IV do art. 52 da Constituição Federal. Por isso quero pedir escusas aos demais presentes pela circunstância de que, a partir deste momento, esta reunião será transformada em secreta.

Designo a Senadora Ana Amélia para atuar como Secretária e os Senadores Jorge Viana e Vanessa

Grazziotin como escrutinadores, a fim de apurarmos o resultado da votação.

Peço a S. Ex^{as} Senador Jorge Viana e Senadora Vanessa Grazziotin que procedam à escrutinação dos votos.

(A reunião se torna secreta.)

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – ...Amir da Costa Dornelles, indicado para a República Democrática do Timor Leste, e Valdemar Carneiro Leão Neto, indicado para a República Popular da China cumulativamente com a Mongólia.

Quero agradecer a presença dos Srs. Embaixadores. Tenho certeza de que ambos terão uma missão muito exitosa nos países nos quais vão representar o nosso País.

Os Srs. Embaixadores estão autorizados a se retirar da mesa, para darmos prosseguimento à reunião.

Muito obrigado a ambos. *(Pausa.)*

ITEM 3

MENSAGEM (SF)

Nº 109, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LÚCIO PIRES DE AMORIM, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 – CRE

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para proferir seu relatório.

O SR. EDUARDO SUPlicy (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Luiz Henrique, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Sr. Lúcio Pires de Amorim, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do diplomata indicado, do qual se extraem as informações que se seguem.

Nascido no Rio de Janeiro em 1946, filho de Leopoldo Cunha Pires de Amorim e de Maria Raymunda Costa de Amorim, o Sr. Lúcio Pires de Amori iniciou sua carreira no Ministério das Relações Exteriores como criptólogo, em 1966. Concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco em 1968 e ingressou na Chancelaria no posto de Terceiro Secretário no ano seguinte. Ascendeu a Conselheiro, em 1980; a Ministro de Segunda Classe, em 1984; e a Ministro de Primeira Classe, em 1996, sempre por merecimento. Em 2011, passou para o Quadro Especial.

Na Chancelaria e na Administração pública federal, desempenhou, entre outras, as funções de Chefe da Divisão de Transmissões Internacionais, em 1982; Chefe da Divisão do Pessoal, em 1983; Chefe da Secretaria de Imprensa, em 1991; Diretor-Geral da Diretoria-Geral de Administração da Presidência da República, em 1991; Chefe do Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência da República, em 1992; Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral do Serviço Exterior, em 1992; Chefe da Secretaria de Planejamento Diplomático, em 1996; Diretor-Geral do Departamento de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior, em 1997; e Coordenador do Grupo de Trabalho da Copa-2014, em 2010.

No Exterior, ocupou, entre outros, os cargos de Ministro-Conselheiro (Madri, 1985); Cônsul-Geral (Montevideu, 1988); Cônsul-Geral (Vancouver, 1993); Cônsul-Geral (Miami, 2000); Embaixador (Pretória, 2004), cargo que cumulou com a missão permanente em Botsuana e Maurício, no ano seguinte.

Quanto a Belize, importa registrar nesse relatório, para subsidiar acessoriamente a sabatina pela Comissão, algumas informações básicas sobre aquele país e ressaltar alguns aspectos sobre o relacionamento bilateral com o Brasil.

Belize tem cerca de 23 mil km² (área equivalente à do estado de Sergipe) e população estimada 2012 de 328 mil habitantes. Seu Produto Interno Bruto em valores calculados pelo poder de compra (PPP), em 2011, foi de 2,16 bilhões de dólares, o que propicia PIB per capita de US\$ 6.070.

A segurança pública é um dos principais problemas internos de Belize. Relatório emitido pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) aponta uma taxa de 41,7 assassinatos por cem mil habitantes no país, 31% superior à taxa registrada em 2010 e 122% superior à registrada dez anos antes. Autoridades daquele país consideram que a segurança

e a estabilidade da nação estariam sendo ameaçadas pelas quadrilhas associadas ao tráfico transnacional de drogas entre a América do Sul e os Estados Unidos.

Segundo informe do Ministério das Relações Exteriores, o relacionamento bilateral e amigável, mas pouco denso, recebeu impulso adicional, a partir da instalação da Embaixada do Brasil em Belmopan, em abril de 2006. Constitui dado importante a existência de significativo número de brasileiros de ascendência libanesa em Belize, gerando potencial necessidade de atenção consular.

A economia brasileira belizenha caracteriza-se por seu reduzido porte e elevado grau de abertura, dependência do setor externo, especialmente quanto à empréstimos de organismos financeiros internacionais. Esses dados, aliados ao reduzido número de volume de exportações, torna a economia de Belize particularmente vulnerável a problemas exógenos. Belize foi duramente atingida pela crise econômica mundial. No início de 2010, estima-se que o fluxo de turistas estrangeiros declinou 10%, contribuindo para a taxa de desemprego, já que o setor emprega, direta ou indiretamente, um quarto da população economicamente ativa.

Os números do turismo voltaram a crescer significativamente nos anos subsequentes. A partir de 2006, a instalação de petróleo passou a ser um fator importante para o crescimento econômico do País, passando a responder por 5% do PIB belizenho em 2008. Não há registro de investimento brasileiro de caráter comercial ou industrial em Belize. Nesse campo, merece destaque recente visita de representantes da Eletrobrás à Belize City, à convite da estatal *Belize Truste Limitad*. Foi a primeira missão brasileira com objetivos econômicos com possibilidades de investimentos da Eletrobras em projetos nas áreas energia eólica, biomassa, linhas de transmissão.

Anteriormente, havia sido registrada a perspectiva de formação de *joinventures* em dois importantes setores para Belize, a fabricação de etanol e a produção de mamão papaia com vista à exportação para os Estados Unidos que admitem livremente tais produtos quando originários de Belize.

O intercâmbio comercial entre Brasil e Belize ainda é modesto, mas centrado em produtos manufaturados, 80,7% da pauta. Em 2011, o Brasil exportou para Belize US\$4,74 milhões e importou apenas US\$188 mil. Houve crescimento de 15,1% em relação ao ano anterior. Alguns fatores que limitam as possibilidades de comércio bilateral mais expressivo, a começar pelo reduzido mercado belizenho.

Julgamos, portanto, que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para

deliberar sobre a indicação da Presidenta Dilma Rousseff sobre o indicado para Embaixador Lúcio Pires de Amorim em Belize. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Agradeço ao Senador Suplicy. Coloco a matéria em discussão.

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva nos termos do §2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Próximo item.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 125, DE 2013

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como desempenho de missão no exterior sua participação na 128ª Assembleia da União Interparlamentar, a realizar-se em Quito, Equador, no período de 21 a 24 de março de 2013, e comunica, para efeito do disposto no art. 39 de referido Regimento, que estará ausente do País no período de 20 a 25 de março de 2013.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Pendente de relatório

Designo Relator *ad hoc*, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com prazer, Presidente, Senador Luiz Henrique. Aqui relato o parecer do Senador Alvaro Dias sobre a missão importante que a Senadora Ana Amélia realizará junto à 128ª Assembleia da União Interparlamentar, em Quito, Equador, de 21 a 24 de março próximo, impondo-lhe a ausência do País, no período de 20 a 25 de março próximo, para ser considerado como desempenho de missão no exterior.

Na forma do art. 13 do Regimento, é necessário que esteja em licença ou representando a Casa em missão política ou cultural de interesse parlamentar. Esses afastamentos devem, ainda, ser autorizados pelo Plenário quando houver ônus para o Senado, ouvida a Comissão de Relações Exteriores.

A importância da participação senatorial a essa sessão é inequívoca. A União Interparlamentar é o organismo de cooperação congressional mais longo e abrangente do sistema internacional, cuja importância e consistência têm inspirado até mesmo estudos analíticos sobre a viabilidade de sua incorporação à ONU, seguida da expansão de suas competências para a criação de uma Assembleia Parlamentar das Nações Unidas ou Assembleia Parlamentar Mundial. Esse pro-

jeto revolucionário faz parte de uma das muitas linhas de pesquisa e estudo deslançadas por força da atuação da comissão sobre reforma da ONU, instituída pelo então Secretário-Geral, Kofi Annan.

Segundo seus idealizadores e a partir de uma das visões possíveis sobre as finalidades de dito órgão, a Assembleia Parlamentar das Nações Unidas contribuiria para a “democratização” da diplomacia mundial, uma vez que daria chance ao Poder Legislativo dos países integrantes do sistema internacional para manifestar sua opinião sobre temas complexos a respeito dos quais os Poderes Executivos, talvez por força de seus baldrames e compromissos de política externa, não têm conseguido fidedignamente vocalizar a opinião nacional e criar a coesão e a adesão necessárias aos compromissos de ordem internacional.

A par de todos os desdobramentos possíveis quanto ao futuro desenho institucional da União Interparlamentar, com sua crescente importância no cenário internacional, torna-se imperioso o acompanhamento de seus trabalhos por representantes do Parlamento brasileiro.

Assim, acrescento aqui, como *ad hoc*, que a presença da Senadora Ana Amélia nessa conferência da União Interparlamentar em Quito a tornará uma Senadora ainda mais brilhante nos trabalhos que todos realizamos em cooperação com ela aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Suplicy e coloco em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

O Item 5 está retirado da pauta.

(É o seguinte o item retirado da pauta:

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 126, DE 2013

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, seja considerada como desempenho de missão no exterior sua participação, no período de 25 a 30 de março de 2013, nas reuniões do Parlamento Eslovaco e no Parlamento Tcheco, a realizarem-se nas capitais da República

Eslovaca e da República Tcheca, e comunica, para efeito do disposto no art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 22 a 31 de março de 2013.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Pendente de relatório)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Próximo item.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 145, DE 2013

Requer, com fundamento no artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, indicação e licença para representar esta Casa, em missão no exterior, na Terceira Missão de Estudos sobre Inovação, que se realizará no período de 22 a 29 de março de 2013, nas cidades de San Diego, São Francisco e Los Angeles, Califórnia, Estados Unidos. Comunica ainda, nos termos do artigo 39, a ausência do país do Senador Humberto Costa, neste mesmo período.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pendente de relatório

Observações:

Nos termos do art. 2º do Ato nº 4, de 2011.

Designo para relatar a matéria a Senadora Ana Amélia e concedo-lhe a palavra para proferir seu relatório.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, muito obrigada.

É com prazer que faço a apresentação deste relatório, que, aliás, já está expresso no próprio fundamento do requerimento do Senador Humberto Costa. S. Ex^a está pedindo licença para representar o Senado numa missão no exterior, na Terceira Missão de Estudos sobre Inovação, que vai ser realizar de 22 a 29 de março de 2013 na cidade de San Diego, São Francisco e Los Angeles, Califórnia, Estados Unidos. Comunica ainda, nos termos do art. 39, sua ausência do País e das atividades do Congresso Nacional nesse mesmo período.

Por isso, o meu voto é favorável ao requerimento do Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Agradecendo à Senadora Ana Amélia, coloco em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação. *(Pausa.)*

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Último item da pauta.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 146, DE 2013

Requer, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 21 a 27 de março de 2013, para integrar a delegação brasileira, como representante do Senado Federal, na 128ª Assembleia da União Interparlamentar, a realizar-se em Quito, Equador, conforme designação do Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar. Comunica ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do país entre os dias 21 a 27 de março de 2013.

Autoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pendente do relatório

Observações:

Nos termos do art. 2º do Ato nº 4, de 2011

Designo Relator *ad hoc* a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PT – RS) – Senador-Presidente, Luiz Henrique, é com prazer que também relato, com voto favorável, o requerimento do Senador Sérgio Petecão que, pelas mesmas razões minhas, com requerimento já aprovado por esta Comissão de Relações Exteriores, a se ausentar do País no período de 21 a 27 de março deste ano para participar, como representante do Senado, da 128ª Assembleia da União Interparlamentar que se realizará na capital do Equador, Quito, conforme designação do Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar. Comunico ainda, nos termos do art. 39, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente no País neste período: 21 a 27 de março de 2013. Meu voto, portanto, é favorável ao requerimento do Senador Sérgio Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a Senadora Ana Amélia e coloco em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Não havendo mais matéria sobre a mesa a tratar, encerro esta reunião e agradeço a todos os Senadores e Senadoras que dela participaram.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 09 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas do dia vinte e um de março de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Jorge Viana, Eduardo Suplicy, Anibal Diniz, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Álvaro Dias, Paulo Bauer, José Agripino, Fernando Collor, Delcídio do Amaral, João Capiberibe, Sérgio Souza, Roberto Requião, Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência a Senadora **Ana Amélia**. O Presidente declara aberta a Reunião, realiza leitura de comunicados e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente, nos termos do art. 89, inciso VIII, combinado com o art. 201, do Regimento Interno do Senado Federal, submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 1ª Reunião da Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, realizada em 11 de agosto de 2011, e da 1ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, realizada em 10 de julho de 2012, uma vez que o Regimento Interno exige a aprovação da ata para a publicação no Diário do Senado Federal, que são dadas como lidas e aprovadas. O Presidente registra a presença do Embaixador da Argentina no Brasil, Senhor Luis Maria Kreckler e do Embaixador Denis Fontes de Souza Pinto. Tem início a apreciação dos itens 1 e 2 da Pauta: **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 109, de 2012**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LÚCIO PIRES DE AMORIM, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto

a Belize.” Relator Senador Eduardo Suplicy. Sabatina realizada. **ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 3, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina.” Relatora Senadora Ana Amélia. Os diplomatas indicados **Lúcio Pires de Amorim e Everton Vieira Vargas** são convidados a compor a Mesa e fazem suas exposições. O Senador Eduardo Suplicy propõe abertura do processo de votação. Usam a palavra os Senhores Senadores Luiz Henrique, Eduardo Suplicy, Jorge Viana, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino, Roberto Requião, Pedro Simon e Cristovam Buarque. Os expositores respondem os questionamentos. A reunião é tornada secreta às doze horas e quarenta e um minutos e reaberta às doze horas e quarenta e quatro minutos. Atua como secretário o Senador **Aloysio Nunes Ferreira** e como escrutinadores os Senadores **Aloysio Nunes Ferreira e Roberto Requião**. O Presidente comunica a aprovação, pela Comissão, dos Embaixadores indicados. Sabatina realizada. **ITEM 3 – MENSAGEM (SF) Nº 6, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.” O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Luiz Henrique, para proferir o Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 01, de 2011 – CRE. **ITEM 4 – MENSAGEM (SF) Nº 8, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão. O Presidente designa relator “ad hoc” Senador Aloysio Nunes Ferreira, para proferir o Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 01, de 2011 – CRE. **ITEM 5 – MENSAGEM (SF) Nº 9, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Colômbia.” O Presidente designa relator “ad hoc” Se-

nador Luiz Henrique. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 01, de 2011 – CRE. **ITEM 6 – REQUERIMENTO Nº 11, DE 2013**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, o comparecimento do Embaixador brasileiro em Cingapura, Embaixador Luís Fernando Serra, para prestar depoimento e esclarecimentos sobre a sua participação no episódio, amplamente relatado na imprensa nacional, de realização de gestões para que a empresa JURONG, com sede em Cingapura, transferisse seus investimentos do projeto Estaleiro Jurong Aracruz, no Estado do Espírito Santo, para o projeto Porto Açu, em São João da Barra, no litoral do Estado do Rio de Janeiro.” Aprovado. **ITEM 7 – REQUERIMENTO Nº , DE 2013**, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “Requeiro, nos termos dos arts. 67 e 68 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de representação externa do Senado Federal, composta por três senadores, designados pelo Presidente, para representar a Casa como observadores nas eleições da República da Venezuela, que ocorrerá na data provável de 14 de abril de 2013.” RESULTADO: Adiado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ PMDB – ES) – Declaro aberta a 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunico a aprovação de emenda de nossa autoria à Resolução de nº 4, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, incluindo nas competências desta Comissão a vinda dos Srs. Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Defesa no início de cada Sessão Legislativa, para prestarem informações no âmbito das suas competências.

Comunico também correspondência de S. Exª, o Sr. Secretário-Geral e Ministro de Estado interino das Relações Exteriores, Ministro interino Eduardo Santos.

Sr. Presidente, incumbiu-me o Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, que, como sabe V. Exª, se encontra ausente do País em viagem

de Sua Excelência a Senhora Presidente da República de, em minha qualidade nesta data, de Ministro de Estado interino das Relações Exteriores, acusar o recebimento do Ofício nº 18, de 2013, de 14 de março corrente, bem como de informar a V. Ex^a de que determinou imediatamente a apuração do relatado no referido Ofício.

Nesse sentido, cumpre-me informar a V. Ex^a que o Sr. Ministro de Estado determinou prontamente a chamada a serviço a Brasília do Embaixador do Brasil em Cingapura, o Sr. Luiz Fernando de Andrade Serra.

O Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores pediu-me igualmente informar a V. Ex^a, assim como ao conjunto dos Srs. Senadores da Comissão, que responderá em breve ao seu Ofício de nº 18/2013, com os esclarecimentos pertinentes à questão.

Cordialmente,

Eduardo dos Santos, Ministro de Estado interino das Relações Exteriores.

Comunicado nº 01:

Comunico ainda o recebimento da carta do chefe da Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro do Ar Rui Chagas Mesquita, convidando os membros desta Comissão para participar de uma viagem institucional ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial e à Empresa Brasileira Aeronáutica, Embraer, na cidade de São José dos Campos.

A visita tem o objetivo de apresentar uma visão do trabalho desenvolvido na área de ciência e tecnologia aeronáutica e do programa de desenvolvimento da construção da nova aeronave de transporte tático militar, do denominado Projeto KC-390.

Comunicado nº 02:

O Ministério das Relações Exteriores informa por Nota à Imprensa de nº 87 que os Governos do Brasil e do México decidiram retomar o acordo para isenção de vistos de curta duração em passaportes comuns assinado em 23 de novembro de 2000.

O acordo permite o ingresso de cidadãos de um país no território do outro país sem necessidade de visto por períodos de até 90 dias, contados a partir da data de entrada, renováveis desde que a permanência total não exceda a 180 dias, no período de um ano.

A aplicação do acordo havia sido suspensa em 2005. A medida será implementada em data a ser ainda divulgada no mais breve prazo possível.

Na nota, foram realçados os aspectos positivos da retomada do acordo de isenção de vistos, em especial para cidadãos mexicanos que poderão viajar ao Brasil sem a necessidade de obterem previamente o

visto de entrada para assistir aos grandes eventos de 2013 a 2016.

Acredito falar em nome das Sr^{as} e dos Srs. Senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ao saudar essa iniciativa que caminha na direção da liberalização dos regimes de circulação internacional de pessoas – que vem tarde, décadas após a liberalização do comércio internacional de bens e, mais recentemente, de serviços financeiros.

Outro desenvolvimento positivo na área da facilitação do trânsito de pessoas é a possibilidade de o Brasil e os Estados Unidos assinarem o acordo chamado de Global Entry. Esse programa do Governo americano facilita a entrada de viajantes frequentes. Não se trata, evidentemente, da almejada isenção de vistos.

Uma vez concretizado, o programa será um passo importante para que nossos países ultrapassem uma fase de desconfiança e visões retrógradas, que em nada se coadunam com o excelente estágio das relações bilaterais do nosso País com os Estados Unidos da América.

COMUNICADO Nº 04

Na semana passada, este Colegiado sabatinou o Embaixador Valdemar Carneiro Leão, indicado pela Presidente da República para representar o Brasil junto à República Popular da China e Mongólia.

Anteontem, o Plenário desta Casa referendou esta indicação. A chegada do Embaixador Valdemar Carneiro Leão a Beijing coincide com a mudança de governo que se processa a cada dez anos na China e também com a eleição, na semana passada, do novo Presidente Xi Jinping, que já havia assumido a liderança do Partido Comunista Chinês e do Primeiro-Ministro Li Keqiang.

Amanhã o Presidente Xi Jinping inicia a sua primeira viagem ao exterior, com uma visita à Rússia, depois à Tanzânia, de onde seguirá para Durban, na África do Sul, onde participa da 5ª Cúpula dos BRICS, nos dias 26 e 27 da próxima semana, ocasião em que estará ao lado da Presidente Dilma.

Há grande expectativa em relação ao encontro bilateral que a Presidente manterá com o novo Presidente Chinês, uma vez que a China é o maior parceiro comercial do Brasil, enquanto o Brasil é o 10º maior parceiro comercial da China.

Xi Jinping assume a liderança de uma Nação em visível enriquecimento, porém, cada vez mais descontente quanto ao aumento da desigualdade, aos danos ao meio ambiente e à segurança alimentar.

Ele também terá de encarar a preocupação reinante entre os vizinhos da região quanto à maneira pela qual a China exercerá seu poder com relação a

temas espinhosos como as disputas territoriais com o Japão e os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático.

Em discurso após assumir a liderança do Partido, ele prometeu atacar o problema da corrupção e do recebimento de propinas por parte de membros e outros funcionários cujo comportamento definiu como fora de contato com o formal e burocrata.

A nova liderança do País terá de confrontar-se com distúrbios sociais generalizados, com a diminuição do crescimento econômico, divisões da opinião pública interna quanto à trajetória política do País e o aumento da corrupção, como revelado por recentes escândalos envolvendo altas autoridades.

Em entrevista a jornalistas dos países BRICS, publicada pelo jornal *Valor Econômico* esta semana, Xi Jinping destacou que a cooperação econômico-comercial é a base material do relacionamento sino-brasileiro. Ele afirmou que os chineses estão dispostos a trabalhar com os brasileiros para explorar o potencial de complementaridade das duas economias, otimizar a pauta comercial e ampliar as áreas de cooperação. Além disso, no seu entender, as duas partes poderão fazer valer as suas respectivas vantagens, estimular a conexão industrial, inovar o modelo de cooperação e elevar o nível de cooperação econômico-comercial, em geral, entre os nossos países.

Ele disse, ainda, estar convencido de que, com esforços conjuntos, a cooperação econômico-comercial entre os dois países obterá avanços substanciais, tanto na escala como na qualidade, o que contribuirá para que Brasil e China consigam o desenvolvimento sustentável e também fortalecer a capacidade de se adequar melhor à nova situação do aprofundamento da globalização econômica e resistir aos eventuais riscos da economia internacional.

A eleição para o cargo de Presidente foi o estágio final na transição de poder para Xi Jinping e sua equipe do Comitê Permanente, reduzido de nove para sete membros.

O predominantemente simbólico papel de Vice-Presidente ficou com o Sr. Li, visto como um próximo aliado do ex-Presidente Hu Jintao e, possivelmente, um reformista. Li, que não faz parte do Comitê Permanente, no passado, defendeu reformas de maneira pela qual o Partido Comunista promove as autoridades e consulta o público sobre as suas políticas.

Filho de um revolucionário veterano e casado com famosa cantora, general do exército chinês, Xi Jinping, de 59 anos, esteve à frente dos altos postos na China, antes de ser nomeado para o Comitê Permanente, o mais alto colegiado de decisões na China, em 2007.

Desde que assumiu a presidência do Partido, em novembro, Xi tem sido mostrado pela imprensa chinesa como um homem do povo, apesar de sua posição, além de defensor do fim das regalias oficiais, em uma tentativa de combater o crescente ressentimento público quanto à vida luxuosa de líderes chineses e a corrupção em todos os níveis, tendo advertido, diversas vezes, quanto à ameaça de levante por parte da população se os privilégios do Partido não forem atacados.

Nos últimos cinco anos, Xi Jinping dedicou boa parte do tempo aprofundando seus conhecimentos sobre assuntos internacionais, particularmente a relação da China com os Estados Unidos. Espera-se dele a continuidade da modernização da China, enquanto mantém a estabilidade estratégica na Ásia Oriental.

Xi Jinping revelou ser um líder com um sonho, o sonho chinês. Esse sonho, segundo explicou, é a grande revitalização da nação chinesa. Trata-se de um antigo desejo dos chineses, desde o início da história moderna. Após a Guerra do Ópio, em 1940, e durante um século, a nação chinesa foi sujeita a invasões externas e guerras civis que causaram enormes misérias e sofrimentos ao povo do país. Portanto, nas palavras de Xi Jinping, os chineses apoiam, do fundo do coração, a realização desse sonho da China.

A coincidência da posse do novo governo chinês, o encontro da Presidente Dilma com Xi Jinping e a próxima investidura do embaixador Valdemar Carneiro Leão na representação brasileira em Pequim prenunciavam, no entender desta Presidência, sinais prováveis de novos tempos nas relações entre o Brasil e a China.

Durante sua arguição nesta Comissão, o embaixador Carneiro Leão afirmou que o primeiro grande desafio da nova liderança chinesa será o econômico, pois a China terá que remodelar o seu atual modelo baseado em investimentos e exportações para um modelo de consumo interno e de aumento de renda.

O desafio social será o de reduzir as desigualdades, seguido do ambiental, uma vez que o passivo ambiental da China atingiu grandes proporções.

Por fim, tão importante quanto os demais, o novo Presidente, na avaliação do Embaixador Carneiro Leão, deverá enfrentar o desafio das reformas políticas, ao qual está estreitamente vinculado o problema de corrupção na China, que é matéria diária na mídia internacional.

O Embaixador reconheceu que, embora o Brasil tenha superávit comercial com a China, essa é uma pauta essencialmente norte-sul, em que vendemos matérias-primas e compramos produtos manufaturados.

Os investimentos chineses no Brasil começaram com mineração e petróleo, mas, hoje, estão se expandindo para a área de manufaturas e até de serviços.

Quanto aos investimentos brasileiros na China, apesar da presença de algumas empresas brasileiras de grande porte, nem todas têm encontrado um ambiente tão receptivo quanto ao que as empresas chinesas encontram em nosso País.

Na área de investimentos, revelou o Sr. Embaixador, o Brasil enfrenta problemas de natureza regulatória na China. Segundo ainda o Embaixador, num país cuja burocracia não prima pela transparência, a aplicação das leis e regulamentos, fica sujeito à discricionariedade, pois é muito difícil, nos meandros do poder e da burocracia, saber em que momento, por que pessoas e em que estágios as decisões são tomadas. Revelou ele que essa é uma queixa generalizada de todo o empresariado internacional, concluindo não haver maneira milagrosa de enfrentamento desses problemas, mas salientou que, se outros países aprenderam, nós também vamos aprender. Ainda ilustrou essa afirmação com dados, segundo os quais 50% das exportações chinesas de produtos manufaturados são provenientes de empresas estrangeiras instaladas na China.

Entende o Embaixador Carneiro Leão que o caminho das pedras na China é um longo aprendizado por parte do Governo e dos empreendedores brasileiros, aliado à mais inteligência de mercado e à busca de *joint ventures*, sempre que possível.

Ele sugere ainda que as empresas brasileiras evitem instalar-se apenas nas grandes cidades como Pequim, Xangai, Cantão, entre outras, pois a China tem hoje 14 cidades com mais de cinco milhões de habitantes e 41 cidades com mais de dois milhões de habitantes que deveriam ser exploradas pelos investidores e exportadores.

Para o Embaixador, o Brasil encontrou na China um parceiro afinado em termos políticos, sobretudo em certos temas relacionados à redistribuição do poder mundial e à multipolaridade, em alguns temas de mudança do clima e em certos temas referentes a mudanças de governança global. Mas temos também encontrado pontos de divergência e áreas de concorrência. E é nesses que ele espera poder trabalhar.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, queria fazer uma recomendação (*Fora do microfone.*), tendo em conta...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pois não. Concedo a palavra ao Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – ... tendo em conta a arguição do Ministro Guido Mantega que, daqui a pouco, logo mais, vai se iniciar. Muitos de nós também precisaremos estar lá. Se pudermos começar as arguições dos embaixadores com a maior presteza, seria ótimo, Sr. Presidente.

É a sugestão que formulo, embora V. Ex^a esteja já completando seu relatório de grande relevância. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Agradeço a contribuição tempestiva de V. Ex^a.

Eu precisava de quórum, para que pudéssemos dar início aqui às nossas tarefas.

Enfim, começando e declarando aberta a reunião, havendo número regimental, submeto aos nossos colegas Senadores a proposta de dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Desejo consultar os Srs. Senadores, pois, em razão da semana seguinte ser a Semana Santa e a nossa reunião ser na quinta-feira, sobre se os Srs. Senadores avaliam como positiva e adequada a realização da nossa reunião na terça-feira, às 9 horas, tendo em vista um conjunto de atribuições e sabatinas que precisamos fazer, de missões diplomáticas.

Se contarmos com o apoio dos Srs. Senadores, faremos a nossa reunião na terça-feira. Caso contrário, há possibilidade de, na próxima semana, não termos reunião, porque tudo indica, à luz da realidade, que na quinta-feira não teremos quórum no Senado, e eu vou trabalhar de acordo com a deliberação dos Srs. Senadores.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu queria sugerir que a fizesse na quarta-feira, e marcasse para as 8h30, porque teríamos segurança maior de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Quarta-feira, 8h30 da manhã.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Posso dar uma sugestão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pode e deve meu estimado Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Terça-feira, às 2h da tarde, porque não colide com nenhuma Comissão, é uma hora que não temos Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Está perfeito. Vamos fazer, então, a nossa reunião da próxima semana, terça-feira, às 14 h aqui na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

Terça, dia 28?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – terça, dia 28.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC)

– Aliás, sobre esse tema, eu gostaria de sugerir a V. Ex^a que, em reunião com os outros Presidentes de Comissão, principalmente da Constituição e Justiça e Assuntos Econômicos, decidam por não fazer mais coincidir reuniões tão importantes como as que temos hoje – sabatinas importantes – na mesma hora. O baixo quórum aqui é resultado disso. Quer dizer, o Ministro Mantega está sendo objeto de uma sabatina aqui na CAE, e temos a sabatina de um aspirante ao Conselho do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Ao Conselho Nacional de Justiça...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – CNJ.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – CNJ.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Então não é possível funcionarmos assim, até porque nenhum de nós tem o dom da ubiquidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Ainda não!

Então a nossa reunião será terça-feira, dia 26, às 14h.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Dia 28? Não, dia 26, é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Nos termos do art. 89, inciso VIII, combinado com o art. 201, do Regimento Interno do Senado Federal, coloco em votação a dispensa da leitura e aprovação das atas da 1^a reunião da Subcomissão Permanente para Modernização e Reparelhamento das Forças Armadas, realizada em 11 de agosto de 2011, e da 1^a reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, realizada em 10 de julho de 2012, uma vez que o Regimento exige a aprovação da ata para a publicação no Diário do Senado Federal.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

Comunico, com prazer e alegria, a presença entre nós, aqui no plenário desta comissão, do Sr Embaixador da Argentina no País, o Sr Luis Maria Kreckler. Seja muito bem-vindo Sr. Embaixador.

Comunicamos também, com satisfação, a presença entre nós do Sr. Embaixador Denis Fontes de Souza Pinto, Subsecretário-Geral de Serviços do Exterior, do Ministério das Relações Exteriores.

ITEM 1

MENSAGEM (SF)

Nº 109, DE 2012

– Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LÚCIO PIRES DE AMORIM, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

ITEM 2

MENSAGEM (SF)

Nº 3, DE 2013

– Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Convido, para que tomem assento à Mesa, o Sr. Embaixador Lúcio Pires de Amorim, indicado para Belize, e o Sr. Embaixador Everton Vieira Vargas, indicado para a República da Argentina.

Comunico aos Srs. Embaixadores que V. Ex^{as} dispõem de 20 minutos para a apresentação de suas diretrizes.

Passo a palavra ao Sr. Embaixador Lúcio Pires de Amorim, indicado para Belize. Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. LÚCIO PIRES DE AMORIM – Ex^{mo} Sr. Senador Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Ex^{mos} Srs. Senadores integrantes desta Comissão, senhoras e senhores, a Constituição Federal reserva a alguns poucos cargos da administração pública, entre eles o de chefe de missão diplomática de caráter permanente, o privilégio da aprovação prévia pelo Senado Federal do nome de seus titulares. Ao fazê-lo, esta Casa confere ao embaixador a indispensável legitimidade para representar o Brasil junto a outro Estado ou organismo internacional.

Eu tive a honra de ser indicado pela Presidenta Dilma Rousseff para representar o Brasil como embaixador junto à República de Belize.

Trata-se de um país de história e de identidade singulares. Obviamente não me estenderei sobre ela, mas gostaria de rapidamente mencionar que, na História Antiga, Belize foi parte importante da Civilização Maia, desde 600 a.C. até o século X.

Nos séculos XVII, XVIII e início do século XIX, foi um povoamento britânico sob soberania espanhola e, posteriormente, em 1840, tornou-se colônia britânica, cujo território passou a ser reivindicado por um vizinho, a Guatemala.

Desde 1981 – e apenas desde 1981 –, é país independente, membro da Commonwealth, e reconhece a rainha como chefe de Estado.

A singularidade do país numa região de vizinhos hispânicos deriva igualmente do fato de ser o único país de língua inglesa e de aplicar a *common law*. É um país de reduzidas dimensões territoriais. Tem uma área equivalente a do Estado de Sergipe e 328 mil habitantes apenas, o que corresponde à população da cidade de Anápolis, em Goiás. É país pobre. Seu Produto Interno Bruto é de cerca de 0,1% do PIB brasileiro. Tomado individualmente, é menor do que o PIB do Município de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro.

O ano de 2012 foi, contudo, um bom ano para aquele país. Houve um crescimento do PIB muito superior ao da média dos países latino-americanos e do Caribe, 5,7% – a média dos países latino-americanos foi de 3% – e acumulou o maior nível de reserva em moeda estrangeira de sua história, meio bilhão de dólares, o que lhe permite manter uma taxa fixa de câmbio que vem praticamente desde a sua independência.

Conseguiu ainda, e isso foi extraordinário para um país pequeno e pobre, renegociar a sua dívida externa, o *superbond*, com credores privados, conseguindo redução das taxas, alongamento do serviço e mesmo uma redução da própria dívida de mais de US\$50 milhões. Registre-se, nesse particular, nessa operação, o apoio discreto, porém efetivo, do Brasil junto ao FMI e ao BID. Em duas ocasiões, o primeiro-ministro de Belize agradeceu ao embaixador brasileiro por essa atuação nossa nesses dois organismos.

Os Srs. Senadores receberam informações sobre dados do país, de comércio exterior, e creio que não devo me estender sobre isso. Apenas registraria que não é expressivo o intercâmbio comercial com o Brasil. Nossas exportações foram da ordem de pouco mais de US\$4 milhões no ano passado, e as importações não chegaram a US\$1 milhão, embora tenham crescido 300% em relação ao ano anterior.

Por suas limitadas possibilidades financeiras, Belize costuma beneficiar-se de esquemas puramente concessionais em matéria de cooperação. Taiwan, por exemplo, preserva seu relacionamento bilateral mediante generosas doações e empréstimos a fundo perdido. A Venezuela, que doara, em 2008, US\$20 milhões a Belize, assinou, no ano passado, um acordo com aquele país pelo qual as compras de produtos petrolíferos, por parte de Belize, seriam pagas apenas à razão de 40% de seu valor; os 60% restantes seriam destinados a uma companhia estatal de capital misto, então formada, em que a PDVSA deteria 51% das ações. E essa empresa de capital misto concederá empréstimos em condições favorecidas para projetos de desenvolvimento econômico-sociais aprovados por ambas as partes.

Ora, o Brasil não costuma prestar cooperação técnica em bases puramente concessionais. Portanto, não é fácil concorrer com países tais como Estados Unidos, Taiwan, Venezuela, Cuba e México, os quais, além da transferência de *know-how*, enviam seus quadros para executar os projetos, doam equipamentos e até mesmo financiam alguns custos locais.

Julgo que, nessas condições, devamos explorar algumas soluções ou tentativas mais imaginativas e menos onerosas tais como, por exemplo, cursos a distância, em matéria de capacitação de recursos humanos, sobretudo na área de produção agrícola.

Sou também otimista quanto a um projeto atualmente em desenvolvimento, juntamente com o Japão, de cooperação triangular, envolvendo gestão na área de turismo.

Em matéria de política externa, o diferendo fronteiro com a Venezuela constitui, certamente, a questão de maior importância e complexidade para Belize. Após muitos anos de confrontações e negociações diplomáticas, Belize e Guatemala, tendo presente recomendação do Secretário-Geral da OEA, decidiram submeter o seu contencioso à decisão da Corte Internacional de Justiça, na Haia. Essa decisão será, contudo, submetida a referendo popular inicialmente previsto para se realizar em 6 de outubro próximo, simultaneamente na Guatemala e em Belize.

Sucedo que a imprensa guatemalteca divulgou, na semana passada, declarações do Presidente Perez Molina, no sentido de que seu país solicitaria formalmente o adiamento do referido referendo para o próximo ano. O argumento é o do patamar de 60% de participação dos eleitores belizenhos, o que de resto é uma exigência da lei belizenha do código eleitoral, que inviabilizaria o projeto de consultas. A chancelaria belizenha reagiu imediatamente com comentários de que cada país deve cumprir com sua própria legislação.

E disse que não é pertinente à Guatemala ocupar-se dos processos internos de Belize.

Devo dizer, Srs. Senadores, que o Brasil participa, desde sua constituição, do Grupo de Amigos de Belize e Guatemala. No plano financeiro, chegamos a contribuir, desde 2002, 2003, para o Subfundo Belize-Guatemala, do Fundo de Paz da OEA. Nossa última contribuição foi em 2009, com o montante de US\$25 mil.

Eu aqui quero chamar a atenção para o fato de que existem, na verdade, dois processos complementares e igualmente relevantes. O primeiro diz respeito à implementação do acordo especial, com vistas à submissão do contencioso à jurisdição da Corte da Haia. O segundo, tão importante quanto o primeiro, refere-se à manutenção do *status quo* e à prevenção de uma escalada de tensões, de ilícitos internacionais e de devastação ambiental na zona de adjacência. A zona de adjacência é uma faixa de um quilômetro de largura por 215 quilômetros de comprimento já em território belizenho.

A problemática que aflige a zona fronteira entre os dois países consiste fundamentalmente em invasões dessa zona de adjacência, controlada por Belize, e do próprio território belizenho, com vistas à extração ilegal de madeiras nobres, sobretudo o mogno, e de uma folhagem altamente demandada nos países do norte, uma folhagem decorativa e que já está exaurida tanto no México quanto na Guatemala.

E observa-se, obviamente e preocupantemente, na zona fronteira, uma atividade denominada *narco-ganadería*, na qual terras supostamente destinadas à criação de gado são usadas para produção ou tráfico de drogas e para a instalação de pistas de pouso.

Na lista dos ilícitos internacionais, cometidos na região, obviamente existe ainda o tráfico de pessoas, o tráfico de animais silvestres, o roubo e o contrabando de peças arqueológicas. Para essa situação, que se tem agravado nos últimos anos, especialmente nos últimos doze anos, contribuem muito os altos níveis de pobreza extrema verificados sobretudo no departamento guatemalteco de Petén, na fronteira com Belize.

Belize, além de ser membro pleno da Caricom, integra o Sistema da Integração Centro-Americana. Faz parte do grupo dos ACPs, Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico, e também é membro do sistema da Comunidade Britânica.

O bloco dos países caribenhos, com 14 membros, representa um importante contingente de votos a serem conquistados pelo Brasil em votações em organismos internacionais.

Eu quero aqui fazer uma referência ao início de 2011. Recém-empossado, o Ministro Antonio Patriota dirigiu-se aos Chefes de Estado e de governo dos

países da Caricom, então reunidos em Granada, para fazer o lançamento da candidatura do Dr. José Graziano, candidato brasileiro ao cargo de diretor-geral da FAO. Naquela oportunidade, conseguimos o apoio dos membros da Caricom, apoio esse que foi decisivo. O Dr. Graziano foi eleito por uma margem de apenas três votos.

É de se notar que, desde 2005, abrimos embaixadas em oito países da Caricom, o que torna o Brasil um dos poucos países do mundo a possuir missões diplomáticas em todos os países-membros dessa comunidade. Agora mesmo, nesse momento em que se trabalha a candidatura do Embaixador Roberto Azevedo para o cargo de diretor da Organização Mundial do Comércio, já há um alto grau de simpatia em favor da candidatura brasileira por parte da grande maioria dos países da Caricom, a despeito de haver uma candidata costarricense e de um candidato mexicano àquele posto.

Vou, rapidamente, Sr. Presidente, resumir dizendo que um marco importante na nossa relação com o Caribe foi a primeira Cúpula Brasil-Caricom, realizada em Brasília em 2010. A declaração de Brasília adotada naquele encontro consagrou nosso compromisso com a integração da América Latina e do Caribe.

Além do relacionamento Brasil-Caribe, a nossa parceria tem se fortalecido por intermédio das cúpulas da América latina e do Caribe, a primeira das quais, realizada na Bahia em dezembro de 2008. Essa iniciativa levou posteriormente à criação, em 2010, da Celac – Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos. Em janeiro último, houve, em Santiago do Chile, o lançamento, em uma reunião, em uma cúpula de Chefes de Estado e de Governo, desses países da Celac.

Para concluir, Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de uma relação nova com um país jovem que se pretende, que se define como uma ponte entre a América Central e o Caribe. No plano bilateral devemos estar preparados para exercer uma diplomacia de solidariedade, seja em relação às condições e vidas em Belize, seja para favorecer o reforço da confiança recíproca com a Guatemala, com vistas a encontrar a solução para o seu diferendo territorial mais do que centenário.

No plano multinacional, graças a uma presença ativa em Belmopan, esperamos continuar a contar com o apoio de Belize às candidaturas, posições e pleitos do Brasil nos diversos organismos internacionais de que faça parte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Passamos a palavra ao Sr. Embaixador

Evertton Vieira Vargas, indicado por Sua Excelência, a Presidenta, para chefiar a missão diplomática na República Argentina.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. EVERTON VIEIRA VARGAS – Muito obrigado.

Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Ricardo Ferrado; Ex^{mo} Sr. Senador Jarbas Vasconcelos, Vice-Presidente da Comissão, desejo registrar aqui também a Senadora Ana Amélia, Relatora da minha indicação, Exm^{as} Sr^{as} Senadoras, Exm^{os} Srs. Senadores, Ex^{mo} Embaixador da República Argentina em Brasília, Sr. Luis María Kreckler, meus caros colegas do Itamaraty aqui presentes, senhoras e senhores, agradeço a confiança em mim depositada pela Senhora Presidenta da República ao submeter meu nome à apreciação do Senado Federal para exercer a função de Embaixador do Brasil na República Argentina.

Registro igualmente a minha gratidão ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores por haver recomendado o meu nome à Senhora Presidenta. Agradeço ainda a acolhida pela Comissão da mensagem que indica o meu nome e à convocação para essa sabatina.

É um prazer reencontrar as Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores que me arguíram quando da minha indicação para Embaixador na Alemanha há pouco mais de quatro anos, bem como algumas Senadoras e Senadores que tive o prazer de receber em Berlim e de visitar nesses últimos dias aqui em Brasília.

Coloco-me, desde já, à disposição para o caso de desejarem abordar, inclusive fora da sabatina, temas afetos ao meu atual posto já que sei que vários dos Srs. Senadores têm interesses também nas relações com a Alemanha.

Sr^{as} e Srs. Senadores, se aprovado por esta Casa, será para mim uma honra representar o Brasil na República Argentina, país que faz parte das minhas memórias de infância no Rio Grande do Sul e com o qual, nós gaúchos, temos e compartilhamos tradições que nos aproximam e integram. Os vínculos culturais identitários da sociedade brasileira e argentina são o nosso maior patrimônio e ferramenta privilegiada para mitigar diferenças e encurtar distâncias.

A Argentina é o principal sócio comercial e parceiro político do Brasil na América Latina e Caribe. Foi a partir da associação entre Brasil e Argentina que se chegou à conformação do Mercosul. Talvez com nenhum outro país tenhamos uma integração tão íntima e interesses tão complexos quanto com a Argentina.

A aliança Brasil-Argentina é fundamental para os objetivos maiores da política externa brasileira, bem como para a promoção do desenvolvimento econômico

e social e da integração latino-americana. A integração regional é a carta mais importante que ambos os países têm no jogo internacional. Ela requer capacidade de desempenho, abre oportunidades econômicas e sociais únicas. Trata-se de uma construção de longo prazo, capaz de articular identidades e interesses.

Um Brasil e uma Argentina economicamente fortes terão um poder de imantação na promoção da prosperidade no Mercosul e na própria América Latina. Uma inserção mais favorável da Argentina no cenário internacional passa pelo aprofundamento da integração produtiva com o Brasil.

É fundamental reforçar a percepção do Brasil como solução positiva, fonte de investimentos, principal cliente para os manufaturados e grande mercado para bens e serviços argentinos, bem como transmitir a mensagem do caráter estratégico da relação bilateral, capaz de oferecer soluções duradouras para os desafios do desenvolvimento.

Como os Srs. sabem, a Argentina é um país com o qual temos uma fronteira de mais de 1.200km de extensão. É um país com quase 2,8 milhões de km², o oitavo país do mundo em extensão. É um terço do Brasil. Tem uma população de 41 milhões de habitantes, que é a terceira maior população da América do Sul, depois do Brasil e da Colômbia.

Nós temos uma corrente de comércio com a Argentina de US\$34,4 bilhões, que foi o resultado de 2012. E é interessante reter que, dez anos antes, em 2002, a nossa corrente de comércio foi de US\$7,1 bilhões – cresceu o comércio quase cinco vezes. É o terceiro parceiro comercial do Brasil em importações e exportações. Em 2012, 5.129 empresas brasileiras exportaram para a Argentina, e 4.660 empresas importaram da Argentina.

Temos um intenso diálogo político. As primeiras visitas ao exterior da Senhora Presidenta da República e do Sr. Ministro de Estado, pouco depois de empossados, foram à Argentina. Mais recentemente, a Presidenta da República visitou a Argentina, em novembro, por ocasião do encontro organizado pela União Industrial Argentina, perto de Buenos Aires, em Los Cardales, e a Presidente Cristina Kirchner esteve em Brasília em dezembro de 2012, para a reunião do Mercosul e uma visita bilateral. Ambas as Presidentas se reencontraram em Santiago por ocasião da cúpula da Celac. Há contatos telefônicos frequentes, portanto existe um diálogo permanente entre os dois países.

O Chanceler Héctor Timerman esteve no Brasil para um encontro com o Chanceler Antonio Patriota no dia 18 de fevereiro, o que se insere também em encontros regulares entre os chanceleres do Brasil e da Argentina para examinar os principais temas da

agenda bilateral. O diálogo de integração estratégica Brasil-Argentina, entre os vice-chanceleres dos dois países – no caso do Brasil, o Secretário-Geral das Relações Exteriores –, teve a primeira reunião em novembro de 2012. Esse é o foro para exame e acompanhamento regular de projetos prioritários em setores estratégicos, como cooperação nuclear, cooperação espacial, empreendimentos hidrelétricos conjuntos no Rio Uruguai – em particular Garabi e Panambi –, cooperação aeronáutica e cooperação em matérias de defesa. Ministros de diferentes pastas do Governo brasileiro e do governo argentino mantêm encontros frequentes aqui e lá.

A Argentina vive um momento importante para a sua futura inserção política e econômica num mundo em rápida mutação. Mutação essa cujos aspectos globais, regionais e locais se mesclam e condicionam as decisões. Vale recordar, a propósito, que a Argentina foi eleita, com amplo apoio do grupo de países da América Latina e do Caribe, como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o mandato de 2013/2014.

O governo argentino anunciou que defenderá no Conselho – e eu cito – “a paz e a vigência dos direitos humanos, seja qual for o país em que eles se vejam ameaçados” – fim de citação. A Argentina também foi reeleita para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

O Brasil, pela sua condição de país fronteiro, pelos vínculos históricos e humanos que o unem à Argentina, e pela sua presença econômica lá, não pode ficar alheio a essa situação. Nossa parceria é estratégica e é ainda mais valorizada na atual quadra atravessada pela ordem internacional. A relação bilateral no campo econômico e comercial deve ser vista na sua totalidade. E abarca o comércio entre ambos os países, os investimentos recíprocos e o financiamento a projetos de infraestrutura.

O crescimento econômico no Brasil e na Argentina é a chave para a superação dos gargalos existentes no intercâmbio bilateral. Prevê-se para 2013 um crescimento de 3,1% do PIB argentino, contra 1,9% em 2012. Essa perspectiva favorável está associada a um superávit comercial propiciado pelo aumento nas exportações, sobretudo uma safra recorde de soja, bem como pela recuperação da economia brasileira, que é fundamental para a economia argentina, quanto, ainda que em grau menor, por uma retomada das importações na Argentina.

Há uma percepção crescente em diferentes setores da sociedade argentina de que uma inserção mais favorável do país no cenário internacional passa pelo aprofundamento de integração produtiva com o

Brasil. Os investimentos brasileiros alcançam mais de US\$15 bilhões na Argentina. Estão anunciados novos investimentos da ordem de US\$5,3 bilhões no período 2014/2015. Prevê-se que o estoque total de investimentos supere US\$17 bilhões em 2014.

Ao Brasil interessa ressaltar os aspectos mutuamente benéficos da relação e evitar que as dificuldades pontuais e a pressão por resultados imediatos na Argentina ditem o ritmo do relacionamento bilateral e impeçam avanços na agenda positiva, que precisa ser fortalecida com o aprofundamento da integração econômica e comercial e a concretização dos projetos conjuntos de caráter estratégico em áreas como infraestrutura, mineração, energia, cooperação nos campos nuclear e espacial, integração de cadeias produtivas em setores de alta tecnologia.

Ressalte-se que o intercâmbio econômico, composto majoritariamente de manufaturados, tem efeito direto nas dinâmicas industriais dos dois países. Assim, o volume e a qualidade do comércio bilateral são dados centrais para o relacionamento com a Argentina. O Brasil é o principal destino das exportações argentinas e a principal origem das suas importações, seguido pela China – 91,2% das exportações são de manufaturados, metade do comércio é de produtos automotivos. Em 2012, nossas exportações foram de US\$18 bilhões. Houve uma redução aí de 20,7% em relação a 2011.

As exportações argentinas para o Brasil foram de US\$16,5. Como disse já, a corrente de comércio é de US\$34 bilhões, e, como todos sabem, o superávit reduziu-se a US\$1,5 bilhão, em 2012. Mas é importante sublinhar que a Argentina absorveu, de janeiro a novembro de 2012, 7,5% das exportações brasileiras e foi origem de 7,2% das importações brasileiras.

É óbvio que nos preocupa a forte queda nas exportações brasileiras, em 2012, mas, diga-se de passagem, a participação do Brasil no comércio exterior argentino vem caindo desde 2009, quando foi de US\$33 bilhões. Em 2011, foi de US\$32,8 bilhões, e, em 2012, de US\$30,7 bilhões.

Em 2012, as importações totais da Argentina caíram 7%, e as importações procedentes do Brasil caíram 20%. Em comparação com as importações totais do Brasil, em 2012, caíram 4,5%, e as importações procedentes da Argentina caíram 5%. As razões para isso são de diversas ordens: parte delas em função de medidas administrativas adotadas pelo Governo argentino, mas a maior parte talvez se deva a uma diminuição do consumo e da atividade industrial na Argentina, que determinou a menor importação de insumos e bens intermediários e de capital do Brasil.

O equilíbrio comercial deve ser buscado na ampliação do intercâmbio. O aprofundamento da integração bilateral e o fortalecimento de nossos vínculos econômicos e comerciais devem compor uma estratégia comum, para enfrentar os desafios da economia mundial. O capital brasileiro está presente em praticamente todos os setores da economia argentina e é a principal força produtiva em vários deles.

É importante sublinhar, também, que a Argentina é importante investidor no Brasil, em setores como alimentos, indústria pesada, produção agrícola e infraestrutura. Nos últimos dias, destacou-se a situação criada pela suspensão do projeto de Potássio Rio Colorado, operado pela Vale, que seria a maior unidade de produção de cloreto de potássio do mundo, com capacidade de 4,3 milhões de toneladas por ano. Seria também o principal investimento brasileiro na Argentina e o maior projeto existente de mineração na Argentina.

O fato de a Vale ter investido US\$2 bilhões demonstra o compromisso da companhia com o êxito do projeto. A solução para o problema dependerá de uma união de esforços e da persistência do diálogo entre todas as partes envolvidas. Trata-se de um projeto de alto interesse econômico social pelos investimentos que requer, pela infraestrutura de que necessita, pelos dividendos comerciais que geraria, pelo progresso que traria às províncias que dele se beneficiariam e pelos milhares de empregos criados.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o desenvolvimento econômico social é o fulcro das decisões e orientações dos Governos e da sociedade em ambos os países. Essa identidade proposta implica ações profundas para a cooperação industrial, tecnológica e comercial, entre as múltiplas dimensões que fazem a relação bilateral ser particularmente ampla, complexa e delicada. A nossa relação requer diálogo político permanente, estreito e respeitoso, em todos os níveis.

Os interesses econômicos bilaterais demandam a busca de soluções que aprofundem a integração e repartam os frutos da prosperidade entre ambas as populações. Essa percepção, acredito, é compartilhada em diversos setores da sociedade e do Governo argentinos. E estou convencido de que não é distinta daquela que nos une a todos no Brasil, em todos os Poderes da República e em toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Embaixador.

Passamos a palavra aos senhores oradores inscritos.

Por ordem de inscrição, o Senador Luiz Henrique e, em seguida, o Senador Eduardo Suplicy.

A palavra é de V. Ex^a, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, quero repetir, mais uma vez, a excelência dos quadros que o Itamaraty nos envia para sabatinar.

Ambos os ilustres diplomatas que se apresentam hoje perante esta Comissão integram o núcleo dos melhores quadros do Ministério das Relações Exteriores.

Lamentavelmente, a presença do nosso Embaixador designado para Belize sofre o mesmo prejuízo que sofreu o seu colega designado para Timor Leste quando sabatinado junto com o Embaixador designado para a China.

Mas eu quero salientar que, não obstante o nível de importância de ambos os países, o Itamaraty cuidou de oferecer qualidade igual para sua representação diplomática nesses países.

Quero saudar o Embaixador Lúcio Pires de Amorim por sua designação e pedir escusas se vou me referir mais diretamente ao Embaixador Vargas, pela importância que tem esse posto para o conjunto das relações multilaterais do Brasil.

Eu vivi uma infância muito influenciada pela cultura argentina. Na época, em Florianópolis, quando era difícil sintonizar as emissoras cariocas e paulistas, que chegavam com um som muito difuso, nós ouvíamos, todo dia e toda hora, a LRX-UNO Rádio El Mundo, de Buenos Aires.

Nós tínhamos verdadeira adoração pelo trio excelente do River, Pedernera, Labruna e Loustau, que, quando jogava contra o Brasil, era um horror. Já que o Brasil sempre perdia de goleada!

Naquela época, Carlos Gardel dividia com Francisco Alves e Orlando Silva o auge da popularidade no nosso País. Era época do rádio em que ouvíamos, a toda hora e todo instante, as típicas de Anibal Troilo, de Francisco Canaro e a voz inconfundível de Gardel e de Libertad Lamarque.

Eu me lembro de ver muitas vezes minha mãe cozinhando e cantando Caminito, que era a sua música preferida.

E me chamou muito a atenção a observação que o Embaixador Vargas fez de que a superação da crise argentina é fundamental para a melhoria das relações bilaterais com o Brasil. Eu também entendo assim. Penso que a Argentina é fundamental não apenas para as relações econômicas e culturais com o nosso País, mas é fundamental como um novo processo de integração entre as Américas portuguesa e espanhola.

Nós vivemos de costas para os irmãos da América espanhola por muitos anos, principalmente com a Argentina, quando se decidiu, em uma geopolítica e estratégia militar, concentrar no Rio Grande do Sul – em parte em Santa Catarina – dispositivo militar, como se estivessemos sempre na iminência de uma guerra.

A redemocratização de ambos os países propiciou um novo patamar de relação. Só que ainda carece de uma implementação mais intensa. O Brasil precisa da Argentina, como a Argentina precisa do Brasil para o fortalecimento, a consolidação do Mercosul. Acho que são os dois agentes principais nessa relação.

Eu quero dar meus parabéns à Presidente Dilma e ao Chanceler Patriota por terem designado V. Ex^a para aquele posto. O Itamaraty coloca o que tem de melhor no posto que é mais importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

Então a nossa reunião será terça-feira, dia 26, às 14h.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, quero desejar o maior sucesso nas missões diplomáticas dos Embaixadores Lúcio Pires de Amorim, em Belize, e do Embaixador Everton Vieira Vargas, na república Argentina.

É muito importante que o Brasil, conforme V. Ex^a mencionou, tenha representações mesmo em países menores como Belize. Isso faz com que tenhamos a possibilidade de aumentar muito mais as nossas relações financeiras, comerciais, culturais e ter maior presença em todos os órgãos internacionais, inclusive contando com a simpatia por parte dos respectivos governos aos pleitos brasileiros significativos, como o que mencionou.

Tenho a convicção do seu preparo, por sua história e por tudo aquilo que mencionou, de que irá realizar um excelente trabalho entre Belize e o Brasil. Eu indagaria quais são aqueles setores e empresas que mais têm potencial para desenvolver as suas relações de investimento e comércio com Belize.

Eu gostaria de ressaltar ao Embaixador Everton Vieira Vargas da relevância de podermos estreitar ainda mais as relações com a Argentina, que está sempre entre os três países de maior intercâmbio comercial e de investimentos financeiros com o nosso País. Acho que, da mesma maneira que a França e a Alemanha, na Europa, conseguiram constituir-se em uma parceria extraordinária para a paz na Europa, que levou a União Européia a ganhar o Prêmio Nobel da Paz por aquilo que realizou nos últimos 60 anos, é alvissareiro que a Argentina e o Brasil estejam se empenhando para realizar uma integração cada vez mais forte que, acredito, deva ser não apenas no âmbito do comércio e dos investimentos, da interação de movimentos de capitais, mas, sobretudo, na liberdade dos seres humanos, de viverem cá e lá, estudando aqui e na

Argentina, e realizando trabalhos profissionais com a maior liberdade.

Isso tem sido uma das características do desenvolvimento da integração dos países do Mercosul. Gostaria que o senhor ressaltasse esse aspecto e nos falasse acerca do conhecimento que tem a respeito da evolução nessa área.

Para ambos os embaixadores, em Belize e na Argentina, gostaria de dizer que eu tenho visitado diversos países – não Belize ainda – do Caribe.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Além disso, diversas vezes eu estive na Argentina em conferências sobre a evolução dos programas de transferência de renda em nossos países comuns, trocando ideias sobre programas, tais como o Bolsa Família no Brasil, correspondentes existentes na Argentina e outros países das Américas, mas, inclusive, a perspectiva da transição para a renda básica de cidadania. E sobre esse tema me coloco à disposição de continuar interagindo e visitando esses países.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu pediria, Sr. Presidente, que tivéssemos a possibilidade de já votarmos, no momento que V. Ex^a considerar adequado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu queria cumprimentar V. Ex^a, Presidente desta Comissão, Senador Ricardo Ferraço, e os demais colegas.

Em primeiro lugar, antes de tudo, cumprimento os dois embaixadores aqui presentes e agradeço pela boa acolhida e pela eficiência que sempre praticaram nos postos que eu tive o privilégio de visitar.

Faço minhas as palavras do Senador Luiz Henrique. Acho que, se tem algo de que devemos todos nos orgulhar, é o profissionalismo que temos nos quadros do Itamaraty, e que talvez o tenha por conta desse histórico que vem do patrono, o Barão do Rio Branco, que tem uma relação tão grande com o Estado. Talvez o barão tenha sido um precursor dessa história do Itamaraty, acho que já estava preparado para este novo Brasil que vivemos hoje.

Está aqui o meu colega Senador Aloysio Nunes, que, apesar dos enfrentamentos políticos dos nossos partidos, sou um daqueles que reconheço que, do Governo do Presidente Fernando Henrique para cá e, depois, com o Presidente Lula, o Brasil começou a assumir uma posição diferenciada no mundo e também passou a ser considerado como tal por outros países importantes.

Então, o Brasil passou a ser um endereço dos empreendimentos no mundo, quando estabilizou a moeda, quando começou a fazer políticas. E, nesses 10 anos, 15 anos, o Brasil multiplicou exponencialmente seus números. O investimento estrangeiro aqui no País – o Embaixador Everton acabou de falar –, aumentou cinco vezes na relação comercial com a Argentina, que é o nosso mais importante parceiro entre os vizinhos. Dobramos a produção agrícola do nosso País este ano, com a safra recorde, e nosso PIB nosso, de R\$500 bilhões agora passou para R\$2,6 trilhões.

Eu estou falando isso porque V. S^a está indo para a Argentina, que é um dos postos mais importantes da nossa diplomacia no mundo, Embaixador Everton. E o Embaixador Lúcio Pires está indo para um país da América Central. Eu entendo, talvez olhando para este mapa-múndi, que o continente onde tivemos mais visível e melhor percepção de mudança política no comando de países talvez seja aqui na América do Sul, nos últimos anos. Então, a América do Sul talvez seja o continente, nesses últimos anos, onde é mais perceptível uma mudança do conteúdo político dos governos, real. Não estou dizendo que é bom ou que é ruim, eu só queria fazer o registro.

A Venezuela continua tendo a mesma fronteira conosco; o nome foi alterado para República Bolivariana; temos a Colômbia, o Equador, o Peru, a Bolívia, o Uruguai, o Paraguai – houve uma mudança de governo. Vemos que a geopolítica, essencialmente a política no entorno do Brasil, mudou fortemente. A orientação política dos governos tem certa sintonia entre alguns dos nossos vizinhos.

E o Brasil, que sempre teve esse gigantismo territorial – e isso, de alguma maneira, sempre nos coloca numa posição quase imperial do ponto de vista do nosso gigantismo –, agora, tem um gigantismo econômico, que é de fato, real.

Eu queria um comentário mais vinculado, obviamente, à relação comercial, mas também a esta parte que eu sei que é mais delicada. V. S^{as} vão representar o nosso Governo, o nosso País em Belize, na América Central, e na Argentina. Nós sempre tivemos uma relação amistosa, de grande parceria, mas sempre com algum tensionamento com a Argentina. Agora, já que o nosso continente tem uma nova geopolítica, do ponto de vista até ideológico em alguns países, e há a soma do nosso gigantismo, eu gostaria que V. S^a comentasse como é que vamos lidar com este novo cenário, primeiro, da ampliação do gigantismo do Brasil, do gigantismo territorial para um gigantismo econômico, real, concreto, e do ponto de vista dessa mudança também, das opções políticas que se colocam. Eu não vou adjetivar, mas é fato que, até bem pouco

tempo, tínhamos no Paraguai um Presidente que tinha uma sintonia política muito forte com o Presidente do Uruguai, que, por sua vez, tinha uma sintonia muito forte com o Presidente da Bolívia, que, por sua vez, tem uma sintonia bastante forte com o Presidente do Equador, e ambos, com o Presidente da Venezuela, sem falar da Argentina, criando um novo desafio nas relações políticas aqui, no continente. Como o Brasil lida com seu gigantismo, para estar mais presente na América Central e também para conseguir estar mais presente, do ponto de vista econômico sempre, aqui, na América do Sul, especialmente na Argentina?

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – A Argentina está saindo de uma crise profunda, o nosso País sofre as consequências de uma crise mundial, mas, no fundo, é muito provável que boas relações comerciais possam ampliar ainda mais, até de maneira exponencial, a relação Brasil e Argentina. Eu acredito.

E eu queria um comentário de como é que, por fim, Embaixador Everton Vargas, V. S^a vê o Mercosul daqui para a frente, diante deste cenário, pois todos nós sabemos quanto foi conflituoso a entrada da Venezuela, envolvendo o Uruguai. Como é que V. S^a vê o que o Brasil pode fazer para que haja um maior fortalecimento do Mercosul, aumentando e ampliando as relações comerciais e econômicas, para que se possa seguir em frente, independentemente das opções políticas e ideológicas que os nossos parceiros comerciais venham a ter?

Obrigado.

Mais uma vez, eu cumprimento V. S^{as}. Estou certo de que receberão o aval da nossa Comissão para bem cumprir a missão delegada pela Presidenta, pelo Ministro-Chefe do Itamaraty, o Chanceler, e, certamente, pelo Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, em primeiro lugar, quero cumprimentá-los pela excelência das exposições que aqui fizeram, perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado, e pela indicação, que faz jus ao merecimento de ambos.

Eu queria dirigir, em primeiro lugar, a minha pergunta ao futuro Embaixador em Belize. O senhor ressaltou, com muita propriedade, com muita precisão, o conteúdo político da sua missão: estreitar e manter as relações políticas que nos levam a ter posições comuns, Brasil e Belize, em várias instâncias internacionais, e, ao mesmo tempo, contribuir como fator de amortecimento das tensões com a Guatemala.

E o senhor também, por outro lado, aludiu, muito rapidamente, ao incremento da presença brasileira, não digo em matéria econômica ou de investimentos – é um país de pequena dimensão – mas à presença brasileira para apoiar o povo de Belize e o governo de Belize na superação dos problemas que enfrentam, por exemplo, altíssima taxa de criminalidade, desigualdade e outras questões. Então, como é que nós poderíamos, nessa cooperação tornada mais efetiva, solidificar esses laços políticos que temos com Belize?

Em relação à Argentina, Embaixador, o senhor ressaltou os lados positivos, aquilo que nos une, e aí poderíamos falar indefinidamente sobre as nossas relações de afinidade com a Argentina. Meu tango predileto é *El Dia que me Quieras*, em todo caso, e não *Caminito*. Eu queria também tocar em alguns problemas. O governo argentino, recentemente, admitiu a possibilidade de não dar continuidade ao processo de redução de tarifas sobre o setor automotivo, pretendia eliminar as barreiras até o final do ano. Eu gostaria de ouvir um comentário do senhor a esse respeito. O senhor imagina que isso possa acontecer? Qual será a consequência dessa medida?

A Argentina faz hoje um esforço importante para a sua industrialização. O programa de substituição de importações é contestado na OMC, mas eu o considero um esforço válido, importante, sobretudo quando se olha a desindustrialização em curso no Brasil, mas comenta-se que está no horizonte a imposição de cotas para a importação de produtos brasileiros. Eu queria perguntar ao senhor se essa informação procede.

O senhor falou das medidas administrativas que embarçam o comércio entre o Brasil e a Argentina, principalmente as exportações do Brasil para a Argentina, as barreiras não tarifárias. Por exemplo, a demora na concessão de licenças, depois de cumpridas as exigências formais. Há um descompasso entre, digamos, o tempo exigido pela República Argentina, tempo que beira 60 dias, e o desembaraço muito mais rápido no caso brasileiro.

Eu faço essas perguntas, Embaixador, querendo também estimulá-lo a falar um pouco mais sobre o Mercosul, tema abordado no final da intervenção do Senador Jorge Viana. O Mercosul se transformou num dogma da política externa brasileira – um dogma. Não se pode contestar, é um dogma, é um dado. Agora, o Mercosul, hoje, na minha opinião, vive problemas sérios. É visto por muitos setores políticos, por setores de empresariado, por analistas, como algo um pouco emperrado. Como fazer para que o conteúdo do Mercosul vá além, digamos, da tarifa externa comum?

Há hoje uma percepção muito difundida de que a exigência de concordância de todos os países do

Mercosul, para que um dos seus membros possa fazer acordos bilaterais...

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ... sobre comércio, seja um embaraço para o desenvolvimento de relações bilaterais do Brasil.

Aponta-se a pobreza de acordos bilaterais celebrados pelo Governo brasileiro nos últimos anos – Palestina, Grécia e Israel –, enquanto, cada vez mais, outros países da América do Sul, o Chile por exemplo, se movimentam com muita desenvoltura no cenário econômico mundial, sem que isso prejudique a sua relação com o Brasil. Eu penso que a relação econômica entre a Argentina e o Brasil é muito resultado, digamos assim, de fatores objetivos, aos quais V. Ex^a aludiu durante a sua exposição.

Eu pergunto se hoje o Mercosul é mais um entrave ou é algo a ser desenvolvido. Que mudanças o senhor consideraria importantes – se tem alguma ideia sobre isso, e seguramente tem – para tornar o Mercosul uma realidade mais dinâmica do que é hoje?

São essas as perguntas, desejando a ambos muito sucesso nas missões que vão desempenhar agora.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador José Agripino, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Obrigado, Presidente.

Eu queria cumprimentar o Embaixador Lúcio Pires de Amorim, indicado para o Belize; e o Ministro Everton Vieira, atualmente Embaixador na Alemanha e designado para a República Argentina. Quero, desde já, pedir desculpas a V. Ex^{as} pelo fato de eu não ter estado presente nas exposições. Eu ouvi, estava num contato partidário, mas com a TV ligada, e assisti às exposições de ambos e, pelas exposições, quero cumprimentá-los.

Desejo muito bom êxito ao Embaixador Lúcio, no Belize. Espero poder visitá-lo. O Presidente deve saber: o Belize tem praia do Caribe, com mar cristalino, uma maravilha, entre outras coisas.

Aproveitando a oportunidade da presença dos dois, eu queria fazer uma constatação que acho é óbvia, mas é bom que seja dita: o Ministro Everton, por exemplo, Embaixador da Alemanha, onde fazia um ótimo trabalho, no país líder da Europa em crise, vive os problemas do Brasil no dia a dia, mas não tem a oportunidade que está tendo agora de ter o contato com a classe política, que, nessas sabatinas, revela preocupações, faz indagações e induz a, de certa forma, abalizamento de comportamentos. Até porque, revelando preocupações, de certa forma, pelas preocupações reveladas, recomenda procedimentos.

O Embaixador Everton vai para a Argentina, com certeza, que é o nosso principal parceiro econômico na América do Sul. A Argentina, ao lado de Washington, é um dos dois postos mais importantes da diplomacia brasileira, pela vizinhança, pela relação de anos e anos, e pela robustez do mercado.

A minha preocupação, Embaixador Everton, é que, em razão de nós estarmos no Mercosul, como colocou o Senador Aloysio Nunes – e o Brasil é país líder no Mercosul –, nós estamos contingenciados a uma relação – me permita a dureza da colocação –, a uma relação comercial com os antiquados na América do Sul. Os modernos na América do Sul – me permita a franqueza – são Chile, Colômbia, Peru. Essas são as novidades boas, é quem está crescendo mais, é quem está com a política econômica mais avançada, mais ousada, é quem está fazendo acordos bilaterais favoráveis à economia de seus países, é quem está crescendo.

Nós somos parceiros da Venezuela, que, até pouco tempo, teve um governo beligerante com o mundo e parceiro do mundo antiquado – me permita, mais uma vez, a declaração franca. Eu não acho que seja moderna a relação com Ahmadinejad – não creio nisso – e também com o próprio governo de Cuba. Mas é quem a Venezuela privilegia nas suas relações políticas e as remete às comerciais.

O Equador é governado, entendo eu, por um homem preparado, formado em boas universidades internacionais, mas com uma visão de mundo muito assemelhada à visão de mundo que, por exemplo, Evo Morales tem na Bolívia. E, lamentavelmente, eles formam, junto com a Argentina, um bloco de países que eu não diria modernos e que atrelam o Brasil a comportamentos.

Vejam V. Ex^{as}: a relação comercial do Brasil com a Argentina é robusta, é claro, pois há bem mais de US\$15 bilhões, perto de US\$20 bilhões, de investimentos de brasileiros na Argentina e de argentinos no Brasil. Além de haver uma relação comercial robusta, há um volume de interesses também muito robusto entre os dois países. Basta um painel na porta da Casa Rosada para que a importação pela Argentina de produtos da linha branca seja afetada, formando filas de caminhões na fronteira. Enquanto isso, o Chile, a Colômbia e o Peru, com seus acordos bilaterais com a União Europeia, com o Japão, com a Coreia e com os Estados Unidos, nadam de braçada.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Há acordos de tarifas favorecidos, que favorecem a relação comercial dos dois.

A minha preocupação é com a tarefa que o Ministro e Embaixador Everton vai ter na Argentina, de Cristina Kirchner. A Argentina é um país cuja economia está comprometida. Troca-se um dólar oficial no Banco de La Nación por 4,5 mil pesos. Se se vai à esquina onde está o doleiro, o dólar é trocado por 8 mil pesos. Isso é uma loucura! Essa economia é artificial. Qual é a inflação real desse país? Qual é a condição de sustentação da economia desse país, que é um grande parceiro econômico nosso? E qual é a influência do chavismo, do evomoralismo e do rafaelcorrealismo sobre a Argentina de Cristina Kirchner, que remete para a influência sobre o Brasil de Dilma Rousseff?

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – A preocupação que tenho é com a capacidade que o Brasil possa ter de se libertar de uma coisa que entendo como uma âncora puxando o Brasil para baixo, segurando e contendo um país de economia extremamente vigorosa, como é a nossa, vocacionada para a modernidade, enfrentando, é verdade, grandes desafios no momento, mas com trunfos que a remeterão a, se soubermos conduzir o País pela via da competitividade, ser uma economia competitiva no mundo e situada entre as dez maiores do mundo. Mas, ancorados nesse perfil ideológico, dificilmente vamos chegar lá.

Eu gostaria de colocar essas preocupações e de ouvir do Embaixador Everton, principalmente – peço desculpas por não indagar diretamente do Ministro e Embaixador Lúcio –, explicações sobre essas preocupações. Eu as coloco na Comissão de Relações Exteriores como preocupações de um segmento da política do Brasil que tem a obrigação de colocá-las para alguém com a qualificação do Embaixador Everton, de quem se espera muito em matéria de desempenho profissional na Argentina, que é um país importante para nós, mas que, neste momento, significa o comando de uma âncora que nos puxa para uma situação de dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Em primeiro lugar, meus cumprimentos, pela segurança da exposição, aos dois Embaixadores que são candidatos ao cargo no Belize e na Argentina e que, com certeza, serão aprovados pela nossa Comissão.

Mas, como em tudo, há uma diferença entre o fato e a versão. Eu abordaria, inicialmente, meio fora da sabatina, a versão, por exemplo, sobre a visita da nossa Presidenta Dilma a Roma. Vejo, na Internet, na mídia, considerações sobre o absurdo, o exagero das 52 pessoas da comitiva da nossa Presidenta. Na verdade, a nossa Presidenta da República levou a Roma

três ministros, não mais do que três ministros; o resto é o esquema de segurança, que, cá entre nós, Presidente Ricardo Ferraço, deveria ser reestudado, pelo menos numa viagem à Itália.

Mas a Presidenta se fez acompanhar de três ministros, não mais que três ministros. E a versão passa a ser irônica, tentando levar a necessária visita da Presidenta do Brasil, Presidenta de um país de maioria católica, à assunção do novo Papa. Mas foram três pessoas que acompanharam a Presidenta e o esquema de segurança normal estabelecido há décadas pelo sistema de segurança brasileiro.

Entre a versão e o fato, sempre existe uma diferença muito grande.

No caso, por exemplo, da Argentina, nós deveríamos destacar que é o principal parceiro comercial do Brasil, e eu gostaria de trazer alguns dados à consideração da Comissão e para os nossos embaixadores também.

Uma tonelada de mercadoria brasileira exportada para a Argentina deve estar valendo hoje mais ou menos US\$1.582. Uma tonelada de exportação brasileira para a China deve estar valendo US\$211,00. Para o decantado Mercado Comum Europeu, que sobre nós estende os seus acordos bilaterais, todos semelhantes, Senador Agripino, ao Tratado de Methuen, o Tratado de Panos e Vinhos, feito entre Portugal e a Inglaterra, lá no passado, e que comprometeu o desenvolvimento de Portugal para sempre e drenou toda a possibilidade de utilização do ouro brasileiro por cem anos, até que o ouro acabasse, para o Mercado Comum Europeu, US\$582,00. Para os Estados Unidos, pouco mais de US\$900,00. A Argentina é a compradora dos nossos manufaturados.

Por que o Mercado Comum do Sul? Porque, no Sul, o comércio brasileiro chegou, no último ano, a US\$46 bilhões; com os Estados Unidos, US\$45 bilhões; com a Europa, US\$44 bilhões. Mas US\$46 bilhões, quando, por exemplo, para a região andina, nós chegamos a US\$1.782 por tonelada. Então, é um mercado extraordinariamente significativo. E quando, na condição de Presidente do Parlasul, visitei esses países todos, e como membro da Eurolat também participei dos debates, eu vejo só o desejo de transformar o Brasil em Colômbia, em Peru, em países que se submetem aos tratados bilaterais, que dão a ilusão momentânea de progresso extraordinário. São tratados de Methuen.

A Europa está desesperadamente procurando tratados bilaterais com o Brasil, para exportar desemprego. Abertura absoluta para imigração e para exportação de seus produtos.

Toda a política europeia hoje comandada pela Goldman Sachs é uma política de redução de bene-

fícios sociais, cortes na educação, na saúde e de exportação. Quando todos pretendem exportar e nenhum pretende exportar coisa alguma, os tratados bilaterais simplesmente se dissolvem na sua impossibilidade; não há possibilidade de esse modelo chegar a algum lugar. E nós, que já temos US\$46 bilhões de comércio com os países da América do Sul, não podemos nos submeter a uma bilateralidade que significa simplesmente a abertura da nossa economia e a reprodução dos tratados do famoso John Methuen, o diplomata inglês que deu o nome ao Tratado dos Panos e Vinhos.

Eu, voltando ao passado, lembro que, em determinado momento, nós abrimos os nossos portos a todos os países do mundo. Na verdade, abrimos à Inglaterra no mesmo tempo em que o Brasil era proibido de produzir vela e tecido, para dar preferência absoluta aos tecidos ingleses. Portugal comprometeu o seu desenvolvimento, o Brasil perdeu a oportunidade de um crescimento em cima de uma *commodity*, do ouro, extraído praticamente do aluvião, naquela época. Nós não podemos reproduzir isso.

O que eu desejo, e é a observação que eu gostaria dos Embaixadores – dos dois, porque os dois são Embaixadores do Itamaraty –, é uma consideração sobre, a meu ver, a necessidade absoluta de termos um projeto de desenvolvimento do Mercosul, em vez dessa tola abertura do Peru, da Colômbia, que os leva a assumir o processo imposto pela política dos banqueiros na Europa e que não dará, a médio prazo, possibilidade alguma de desenvolvimento.

Nós estamos exportando o ouro do momento: as nossas *commodities*. Nós estamos exportando soja, nós estamos exportando ferro, nós estamos exportando petróleo, carne, milho, madeira menos, mas madeira também. E, nesse momento, o que nós precisamos é de consolidar uma economia regional com os países que comprem produtos industrializados brasileiros.

Nós tivemos o último encontro aqui, dos Presidentes da República, com muito pouco sucesso. Nós não chegamos a formatar um modelo de desenvolvimento para o Mercosul inteiro, suportado nesse apoio mútuo e no impedimento dos tratados predadores bilaterais. Tratados, eu insisto, semelhantes ao Tratado de Panos e Vinhos, que só interessam aos países falidos e ao capital financeiro, que tomou conta da economia do mundo e que levou à crise norte-americana e, por via de consequência, à crise europeia.

Qual é a perspectiva dos nossos Embaixadores para, de uma vez por todas, com a entrada dos US\$450 bilhões do produto interno venezuelano, somado a um produto interno quase igual ao da Argentina, um processo comum de desenvolvimento e para seu prosseguimento? Que, tenho certeza, não será afetado,

pela firmeza com que a Presidenta Dilma tem tratado do caso, evitando tratados bilaterais predatórios que nos eliminem a possibilidade de uma arrancada, nesse momento e por enquanto, quando ainda estamos exportando o ouro moderno das *commodities* que vendemos para a Europa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Senador Pedro Simon, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, eu queria apenas perguntar ao Sr. Embaixador se vai haver um relacionamento mais positivo com a Argentina e se a presença da nossa Presidente vai ter maior destaque com a morte do Presidente da Venezuela.

Eu acho que o falecimento do Sr. Chávez deixou a Venezuela numa comoção interna. Eles vão precisar se acertar muito para ter uma continuidade. Mas creio que, quem ganhar, a começar pelo indicado pelo próprio Chávez, não tem a personalidade, a firmeza, a liderança que o outro tem.

A Presidente da Argentina tinha quase que uma situação de respeito exagerado ao Presidente Chávez, e parecia que o Presidente Chávez ditava certas normas. Na sua vitória, na última eleição, até um avião com dólares teria sido encontrado, e muita discussão foi feita em torno do gasto de dinheiro que o Chávez teria colocado na eleição e na vitória dela.

Eu vejo aqui os pronunciamentos, fundamentalmente do nosso Requião e do nosso ilustre Líder do PFL, cuja argumentação eu acho correta, citando o Chile e que o americano queria evitar, de todas as maneiras, uma unificação latino-americana conjunta, porque, desde o início, a tese dos Estados Unidos eram os acordos bilaterais: os Estados Unidos com a Venezuela; os Estados Unidos com o Chile. E o Chile foi o primeiro que se adaptou a isso. Vivia um bom momento e fez um acordo muito positivo com o americano, enquanto o relacionamento do Chile com o Mercosul é muito difícil, até porque o Chile conseguiu um avanço na produção, na racionalidade dos meios de produção que está muito acima e muito superior ao resto da América Latina, principalmente do Brasil.

Então, eu vejo isso... A Presidente argentina vive um momento muito difícil. E a situação da economia argentina também é uma situação difícil. Eu não sei, mas acho que essa nova realidade poderá ser um estímulo positivo ao Mercosul. Eu vejo aqui como, de certa forma, eu acho que nós acertamos, porque alguns Parlamentares lutaram com força e até com garra para a Venezuela não entrar no Mercosul. E todos os argumentos eram a figura do Chávez.

Eu me lembro, Deus me perdoe, mas eu me lembro de que, na tribuna, no dia da votação, na hora de encaminhar, eu dizia que a Venezuela era a Venezuela, e o Chávez, amanhã ou depois, não seria mais o Presidente ou até poderia morrer. A verdade é que ele desapareceu. Se nós tivéssemos... E ficaria uma posição muito ruim para o Brasil e para nós Senado, porque ele tinha sido aprovado por todos, inclusive pela Câmara, e nós iríamos votar contra. Eu acho que nós acertamos. Houve a questão do Paraguai, que vai ser resolvida, e agora, então, com mais tranquilidade, e eu acho que o senhor, Embaixador, vai ter um papel muito importante...

A nossa Presidente, na conversa ontem com o Papa, já colocou como é que fica a situação com o novo Papa. Quando os argentinos estavam felizes e eram felicitados porque o Papa era argentino, ela disse: “Não, nós felicitamos vocês, está consolidado que o Papa é argentino; mas todos sabemos que Deus é brasileiro.” (Risos.)

Eu acho que pode aparecer um momento realmente novo e importante nesse relacionamento. O Paraguai vai acertar, eu acho que o Brasil não foi muito firme como devia, mas, de qualquer maneira, é a segunda vez que... Na primeira, quando não queriam deixar o Vice assumir, o Brasil disse que não reconheceria. E, na verdade, o Vice assumiu pela posição do Lula, que foi firme. Depois, a Argentina e o Uruguai seguiram a orientação do Lula.

Digo que é muito importante para nós esse relacionamento agora, principalmente quando a Argentina vive o problema, o Brasil vive o problema, o Mercosul vive o problema. Eu acho que um melhor diálogo entre o Brasil e a Argentina seria importante. Acho que a Presidente da Argentina terminou a fase de lua de mel com superioridade. Hoje, ela, como o mundo inteiro, respeita a Presidente do Brasil.

Mas acho, Sr. Embaixador, que o senhor é o grande personagem neste momento, embora a Presidente da Argentina passe por momentos... Uma manchete enorme de capa dizia que ela estava namorando. Quem era mesmo? Era um mexicano, não é? Não sei.

Mas acredito e confio nesse diálogo com a Argentina. Ao contrário dos nossos amigos que pensam que esse diálogo é negativo, eu ainda acredito que a América Latina integrada, com um mercado comum interno positivo, é a grande fórmula através da qual a América Latina ocupará a sua posição no mundo.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao eminente Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Srs. Embaixadores, Senador Simon, em primeiro lugar, quero dizer que, quando ontem ouvi a Presidenta Dilma dizer que Deus era brasileiro, a impressão que eu tive foi a de que ela queria dizer que Lula é que é esse deus, que Lula é que é o deus brasileiro. A impressão que eu tive...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É pernambucano.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E é pernambucano.

Mas tirando esse lado da presença de espírito dela...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Ex^a está dizendo, então... Acho que peguei tudo errado. Eu disse uma bobagem. (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não, o senhor disse o certo.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu entendi que ela disse que, se o Papa era argentino, Deus era brasileiro. O senhor acha que o deus de que ela fala é o Lula, ou seja, que Lula é deus?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É. Era isso que ela estava pensando. (*Risos.*)

Tirando essas ironias delas e estas nossas ironias, Sr. Presidente, quero fazer uma pergunta aos Embaixadores, mas não sei se eles terão condição de respondê-las numa sessão aberta. Não sei se este é o momento de fazê-lo. Talvez, o momento de fazê-lo fosse quando da chamada aqui do Ministro.

Tenho analisado a política externa brasileira há muito tempo, desde meu tempo de professor do Rio Branco.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Permita-me, Senador Cristovam, informá-lo que o Ministro Antonio Patriota estará conosco aqui, em audiência pública, no dia 4.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Perfeito! Ótimo! Até porque não seria coisa sobre a qual deveríamos exigir que os nossos Embaixadores tomassem posição.

O que tenho observado, na história do Brasil recente, é a presença internacional que o Brasil adquiriu a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, a qual o Presidente Lula, de fato, levou ao máximo. Com seu carisma, com seu brilhantismo, ele deu um salto adiante muito grande. Mas a sensação que tenho hoje é que essa presença do Brasil no exterior, no cenário internacional, está diminuindo. Creio que nós nos estamos apequenando nesses últimos anos, desde que o Presidente Lula deixou de ser nosso grande representante no mundo.

A minha pergunta seria a seguinte – vou guardá-la para o Ministro: como é que nós vamos recuperar essa presença que, a meu ver, estamos perdendo? A pergunta é se estamos perdendo ou não essa presença? É uma visão pessoal equivocada, ou, de fato, está havendo essa redução?

Tenho conversado com muita gente no próprio Itamaraty, com pessoas que cuidam do assunto fora do Brasil. Essa não é uma posição somente minha. Há uma posição mais ou menos constante de que estamos diminuindo nossa presença no exterior.

Mas, de qualquer maneira, sem querer comprometê-los, se isso é fato ou não, a minha pergunta é: como é que a gente vai usar o trabalho de cada um dos senhores, nas respectivas embaixadas, para aumentar a nossa presença internacional? O que a gente pode fazer na Argentina e em Belize para mostrar que o Brasil não é apenas um país qualquer; é um país que tem o direito de usar sua vocação para ter uma presença firme?

No caso de Belize, o simples fato de ter uma embaixada já amplia a nossa presença; disso, eu não tenho a menor dúvida. E eu parabeno o Governo brasileiro pela decisão.

Alguns dizem que não deve haver embaixador em país pequeno. Não existe país pequeno; existe país com população pequena.

Lá nas Nações Unidas, nos fóruns internacionais, o valor é o mesmo na hora do voto, para estarmos presente. Então, no caso de Belize, a embaixada já é uma presença. Mesmo assim, eu gostaria de ouvir como é que o trabalho será feito para aumentar essa presença.

No caso da Argentina, nós precisamos fazer um esforço para a presença do Brasil ficar maior no cenário mundial, através da Argentina. E no caso da Argentina, primeiro, é o papel no Mercosul. Depende muito da nossa presença internacional cuidar bem do Mercosul. E não estamos cuidando.

Quando digo que nós não estamos cuidando não é o Brasil. Nenhum dos quatro mais um, nenhum de nós está cuidando bem do Mercosul. O Mercosul dá a impressão de uma nave à deriva. Não apenas pela maneira como o Paraguai saiu, pela maneira como a Venezuela entrou, pela falta de políticas claras de como fazer para ampliar a integração.

Então, na Argentina é que eu acho que está o desafio maior de como aumentar a nossa presença, através do papel de uma embaixada na Argentina no cenário mundial, primeiro no Mercosul; depois, na integração dos países da América do Sul; depois da América Latina inteira, incluindo o México; depois, da América do Norte incluída e, depois, do mundo inteiro.

E aí eu queria sugerir, do ponto de vista da relação bilateral, que déssemos mais ênfase às cooperações culturais. Toda vez em que a gente fala em relação do Brasil com o exterior a gente só fala em economia, economia, economia. A Argentina tem condições de oferecer muitas coisas ao Brasil no mundo cultural, e nós à Argentina. E somos complementares. Na economia, não somos tão complementares; somos con-correntes em muitas coisas.

Então, eu gostaria de sugerir e ouvir do embaixador como é que a gente faz para aumentar ao máximo a cooperação entre universidades, por exemplo, quebrando a necessidade de regulamentação de diploma – e aqui estou diante do Senador Requião, que é o autor de um projeto de lei para termos esses diplomas reconhecidos automaticamente. Como é que a gente aumenta o reconhecimento dos diplomas? Como é que a gente aumenta o intercâmbio de bolsa.

O Programa Ciência Sem Fronteiras, por exemplo, poderia usar muito a Argentina e, aparentemente, não estamos usando, por falta de uma orientação interna no Brasil, por falta de um desejo dos nossos bolsistas de irem para outras áreas – áreas não do conhecimento, mas áreas geográficas – e não para a Argentina.

Como é que a gente pode fazer com que haja mais intercâmbio de grupos artísticos? Inclusive, facilita muito para a Argentina, porque se pode ir até de ônibus. É fácil o intercâmbio na Argentina; é fácil orquestras irem e virem daqui para lá. As passagens não são tão caras, Senador.

Então, fica aqui a minha pergunta. Esqueçam a pergunta da presença do Brasil. Agora quem vai ser o diplomata sou eu. Esqueçam isso; a gente guarda isso para o Ministro Patriota.

Como é que vocês poderão ajudar para que a presença internacional do Brasil cresça através do trabalho como embaixador, especificamente, em cada um dos dois países?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Sr. Embaixador, de forma derradeira, eu também, naturalmente, tenho aqui algumas reflexões relacionadas à importância histórica e cada vez mais expressiva das nossas relações com a Argentina e das relações da Argentina com o nosso País, porque vejo nisso também um campo absolutamente fértil para essa integração, que já é muito grande, mas que tem perspectivas, ambiente e oportunidade para um crescimento ainda muito maior. Em todo caso, é preciso que consideremos a quadra e a conjuntura que estamos enfrentando.

Evidentemente que eu assisto, com enorme entusiasmo, a esse debate de duas inteligências do Senado: a do Senador José Agripino e a do Senador Roberto

Requião, que com muita civilidade, com muita franqueza, expõem as suas posições e as suas convicções. Esses antagonismos são absolutamente necessários numa Casa parlamentar. Deveriam ser cada vez mais.

Preocupa-me, entretanto, de certa forma, uma determinada demonização que se faz das nossas matérias-primas e das nossas *commodities*. Por que eu digo isso? Porque se nós não exportamos mais manufaturas é por incompetência nossa, é por ausência de eficiência do nosso País. Eu fico a imaginar se, nesse momento, se nós não tivéssemos em nossa balança comercial as nossas matérias-primas e as nossas *commodities*, o que seria da nossa balança comercial.

Eu acho que as coisas não são excludentes. Eu acho que elas são complementares. Eu acho que o nosso País poderia exportar menos soja em grão e poderia exportar mais soja industrializada, por exemplo, mas a política tributária brasileira estimula, motiva e induz que façamos a exportação de matéria-prima.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Ou seja, uma política de governo, a famosa Lei Kandir, que teve no plenário do Senado um único voto contra, à época, que foi o meu.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Então, eu acho que essas duas vocações do nosso País não são excludentes. Elas são complementares. Eu acho que nós precisamos continuar a exportar *commodities*, mas nós precisamos ampliar a nossa participação no mercado internacional de manufaturas, como fazemos, por exemplo, com a Argentina, que tem um peso específico, como aqui apresentado pelo Senador Requião. O preço em dólar, por tonelada, é muito superior àquilo que operamos e que fazemos com a China, por exemplo.

Em todo caso, preocupa-nos a conjuntura da Argentina, onde V. Ex^a estará muito mais do que chefiando a missão do Governo brasileiro; estará chefiando a missão do Estado brasileiro, porque os governos passam, e os interesses do Estado se mantêm *ad eternum* para as gerações.

Há uma conjuntura extremamente preocupante entre o nosso País e a Argentina nesse momento.

Vejam: o *Estado de S. Paulo* registrou ontem medidas administrativas que retardam ou impedem a entrada de produtos importados na Argentina, que têm sido contestados por diversos países exportadores, mas tolerados pelo Governo brasileiro.

Conclui o *Estado de S. Paulo* que o protecionismo de Buenos Aires prejudica direta e duramente o Brasil e preserva os demais países.

Os números citados da reportagem são impressionantes. Julgo merecer registro ao nosso candidato à Embaixada, à missão diplomática da Argentina.

Em julho do ano passado, as importações argentinas de produtos brasileiros tinham sido 67% menores do que as registradas em julho de 2011 e o superávit comercial acumulado pelo Brasil nos sete primeiros meses do ano tinha diminuído 52% em relação ao período janeiro-julho do ano anterior.

Em todo o ano passado, as exportações brasileiras para a Argentina somaram US\$18 bilhões, 21% menos do que os US\$22,7 bilhões exportados em 2011. As importações brasileiras de produtos argentinos, de sua parte, de US\$16,8 bilhões, mantiveram-se praticamente no mesmo nível de 2011, de US\$16,4 bilhões. Com isso, o saldo [do nosso País, que já foi de aproximadamente US\$6 bilhões] caiu de US\$5,9 bilhões para US\$1,6 bilhão, uma redução de 73%.

O nosso superávit, portanto, em 2011, era aproximadamente de US\$6 bilhões, chegando a US\$1,55, em 2012.

Mas, no momento em que as exportações brasileiras caíam, as dos outros principais países fornecedores da Argentina cresciam. E em ritmo intenso. As da Holanda aumentaram 160%; as dos Estados Unidos, 9%; as do Japão, 7%; as da Alemanha, 2%, como noticiou o jornal *Valor Econômico* no dia 18. O superávit – que, no caso do Brasil, teve fortíssima contração – aumentou 52% para a Alemanha; 29% para os Estados Unidos e 14% para a China!

Ao mesmo tempo, a Fiesp indica intrigante desvio de comércio em nosso prejuízo. Assim, segundo os dados coligidos pela Federação e constante de documento intitulado Panorama do Comércio Bilateral, as importações totais da Argentina contraíram 7,3% entre janeiro e novembro de 2012. No mesmo período, Sr. Embaixador, as importações originárias do Brasil apresentaram queda de 17,9%, enquanto as provenientes da China reduziram apenas 6,5%, ou seja, há um evidente desvio nas relações comerciais entre o Brasil e a Argentina quando comparadas *vis-à-vis* com outros países.

As exportações brasileiras para a Argentina perderam participação em 14 setores. Em 10 setores – entre os quais, químico, automotivo, autopeças, plástico, couro, calçados e bens de capital – isso ocorreu de forma paralela ao aumento das importações originárias da China!

Os setores de máquinas e dispositivos eletrônicos, químicos, automotivos e autopeças e bens de capital respondem pela contração de aproximadamente 70% das importações argentinas originárias do Brasil nos primeiros 11 meses de 2012.

No mesmo período, o Brasil teve um aumento de participação nas importações argentinas em sete setores, incluindo madeira, material de transporte,

máquina agrícola, papel, bens de informática e telecomunicações.

Como as duas mais importantes economias do Mercosul, entendo que seria e é nossa responsabilidade fazer desse mecanismo de integração regional um espaço de crescimento e prosperidade mútua, inlenso a instrumentos protecionistas como o controle administrativo das importações.

Por isso mesmo, Sr. Embaixador, indago a V. Ex^a, primeiro, quais as perspectivas das nossas empresas brasileiras interessadas em investimento produtivo no país vizinho, à luz dessa conjuntura, à luz dos fatos que estão presidindo as relações do Brasil com a Argentina.

Concretamente, pergunto qual reação deve ter o nosso Governo em face das informações quanto à inviabilização dos projetos de exploração de potássio da Companhia Vale do Rio Doce na mina Rio Colorado, iniciativa que estaria sendo inviabilizada, segundo palavras do nosso Presidente da Vale, Murilo Ferreira, pela política cambial do Governo de Cristina Kirchner.

Indago ainda se é possível verificar algumas resistências específicas a investimentos brasileiros na Argentina, já que também a Petrobras estaria enfrentando dificuldades para conduzir suas atividades no mercado do país vizinho.

Agradeceria conhecer a opinião de V. Ex^a, de modo mais geral, sobre a receptividade ao claro interesse brasileiro em colaborar com a retomada da economia argentina. É importante para o Brasil que a Argentina vá bem, vá muito bem.

Por outro lado, gostaria de saber em que medida a derrocada dos esforços por um intercâmbio bilateral mais aberto, mais condizente com o espírito e os propósitos originais dos seus criadores, pode pôr em risco a própria essência do Mercosul. Ou seja, o crescente protecionismo argentino, que, por sua vez, é também consequência de políticas que afugentam o investimento produtivo – vejam a retirada da Vale da exploração de potássio da mina Rio Colorado...

Uma segunda indagação que faço, Sr. Embaixador, tem a ver com recente artigo na imprensa do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, nosso ex-Ministro das Relações Exteriores, afirmando que, “a cada dia que passa, fico mais convencido de que a Argentina está em marcha batida para o abismo”. É assim que declara o nosso ex-Chanceler. Menciona, nesse sentido, a ofensiva contra instituições basilares do regime democrático, como as manobras contra os grupos Clarín e La Nación, bastiões da imprensa livre; o comportamento, por vezes, confrontante em face do Judiciário; e a controvertida Lei dos Meios, promulgada em 10 de outubro de 2009. Em síntese, a lei significou uma mudança radical no sistema público e privado dos meios

de comunicação audiovisuais, abrindo e garantindo a participação de instituições públicas, de organizações sociais e da cidadania, em seu conjunto, como produtores ativos da comunicação social.

Assim, faço uma pergunta a V. Ex^a, em vista do Protocolo de Ushuaia sobre o Compromisso Democrático, firmado na cidade argentina de que empresta o nome, na cidade de Ushuaia, em 24 de julho de 1998, que, em seu preâmbulo, reitera que “a plena vigência das instituições democráticas é condição indispensável para a existência e o desenvolvimento do Mercosul”. Em seu Artigo 3, dispõe: “Toda ruptura da ordem democrática em um dos Estados Partes do presente Protocolo implicará a imposição dos procedimentos previstos nos artigos seguintes”.

Na opinião de V. Ex^a, estaria o governo da Argentina se arriscando a infringir os princípios dos direitos fundamentais, em especial do direito de opinião e de livre expressão? Que consequências isso poderia trazer às nossas relações com a Argentina?

São as indagações que faço a V. Ex^a, cumprimentando V. Ex^a naturalmente pela indicação, pelo currículo vasto e experiente de V. Ex^a diante da Alemanha. V. Ex^a tem a oportunidade, por indicação presidencial, de assumir uma das mais importantes missões diplomáticas do nosso País, na Embaixada do Brasil na Argentina, Sr. Embaixador Everton.

De igual forma, cumprimento o Embaixador Lúcio, repetindo aqui as palavras do nosso queridíssimo Senador Cristovam: não há país pequeno, há país com população pequena. E, seguramente, a presença do Brasil em Belize é estratégica e importante. Teremos presença nessa região, que é das mais relevantes para o nosso País.

Então, para que façam suas considerações, passo a palavra aos Srs. Embaixadores, aos senhores candidatos ao cargo de embaixador.

Tem a palavra o Embaixador Lúcio Pires de Amorim.

Em seguida, falará o Embaixador Everton Vieira Vargas.

O SR. LÚCIO PIRES DE AMORIM – Sr. Presidente, muito obrigado. Serei bastante breve.

Apenas quero dizer que a satisfação profissional e o orgulho de um embaixador brasileiro no exercício de suas funções são dados pela grandeza do país que representamos, não necessariamente pelo representado. Desse modo, o meu querido amigo Everton e eu aqui nos sentamos na mesma condição, com o mesmo orgulho.

Como disse V. Ex^a – o Senador Cristovam também se referiu a isso, bem como o Senador Aloysio Nunes –, encaro minha missão como uma missão fundamental-

mente diplomática. Esta Casa, mais do que nenhuma, entende que a comunidade das nações é formada por nações pequenas e grandes, como aqui, nesta Casa, a representação unitária de São Paulo é idêntica à de Roraima, apesar das diferenças de população, de renda, de produto. Desse modo, na comunidade internacional, também os Estados grandes e pequenos têm o mesmo valor, tanto é que a organização máxima internacional se chama Organização das Nações Unidas. Não é uma organização das regiões unidas.

Por um lado, tenho consciência de que, ao abrir missões diplomáticas em todos os países do Caribe, assim também da África, o Governo brasileiro procurou aquilo a que o Senador Cristovam Buarque aqui se referiu: ampliar sua presença em regiões. E, aqui, eu me referi à Caricom, eu me referi à Celac, mas, na verdade, o que importa fundamentalmente é mantermos relações com cada país individualmente, marcamos presença, darmos a conhecer o Brasil e buscarmos nossos interesses.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Embaixador.

Passo a palavra ao Sr. Embaixador Everton Vieira Vargas.

O SR. EVERTON VIEIRA VARGAS – Sr. Presidente, não poderei ser tão sintético quanto o meu colega e amigo Lúcio Amorim, mas eu devo dizer, em primeiro lugar, que compartilho em gênero, número e grau o que ele recentemente falou sobre a honra que nós temos de representar o Brasil. Nós não valemos pelo país para aonde vamos; nós valemos pelo País que representamos. E o Brasil, como já foi dito aqui, é, hoje em dia, sem dúvida, um dos grandes atores na cena internacional, e nós, hoje, estamos nessa condição.

Se me permite uma breve digressão, eu sinto isso muito no posto em que estou, porque servi na Alemanha entre 1981 e 1985, momento ainda final do regime militar brasileiro. Eu me lembro das dificuldades que havia para que nós chegássemos ao governo alemão, chegássemos à sociedade alemã, por motivos vários – que tínhamos violações de direitos humanos, etc. –, e devo lhe dizer que a Alemanha foi meu primeiro posto como Embaixador. E uma das coisas que eu vejo na Alemanha hoje é uma ampla abertura e um amplo interesse brasileiro, exatamente em função disso que nós conseguimos construir desde a redemocratização do Brasil, e nos últimos anos, em particular, essa verdadeira revolução de retirar pessoas da pobreza. Essa eu acho que é a grande revolução brasileira que nós temos e que hoje nos dá uma nova perspectiva e uma nova presença no mundo.

Eu vou procurar, Sr. Presidente, se V. Ex^a me autoriza, tentar abordar cada um dos pontos levantados por cada um dos Srs. Senadores, porque me parece que cada um aqui fez abordagens que, sem dúvida, instigam e requerem a minha reação, como é de praxe nesta Comissão.

Eu concordo com o Senador Luiz Henrique. Sem dúvida, é necessário, nesse momento, trazermos um novo patamar na relação com a Argentina, e esse patamar, nessa relação, passa necessariamente por mitigar as dificuldades que temos nos mais diferentes setores, mas, sobretudo – e aqui foi abordado de maneira muito profunda por todos os Senadores –, na questão econômico-comercial. Nós temos um desafio. Eu acho que esse é um desafio que mobiliza vários lados nos diferentes governos, nos diferentes setores, nas diferentes sociedades, e isso evidentemente nos leva, em termos de Mercosul, a uma visão política. Nós temos que ter ambição política no âmbito do Mercosul. O Mercosul é, talvez, o mais ambicioso projeto de política externa ao qual o Brasil se lançou desde a consolidação das fronteiras pelo Barão do Rio Branco.

Agora, é um projeto difícil. É um projeto difícil! Não vamos tapar o sol com a peneira. Porém, isso é, digamos assim, o que está acontecendo na União Europeia. Eu estou na Alemanha há quatro anos e digo-lhes com toda a sinceridade: a crise europeia hoje enfrenta também as dores do parto de criarmos uma nova União Europeia, de criarmos novos instrumentos, novas fórmulas que possam levar a União a melhorar a sua *performance* no sentido de responder à crise que hoje existe.

Sem dúvida, nós precisamos olhar para frente, em termos de Mercosul, e aí eu me refiro um pouco ao que comentou o ilustre Senador Jorge Viana. Ele perguntava especificamente como ampliar o comércio, como ver o Mercosul daqui para frente.

Eu acho que o Mercosul, hoje... a própria entrada da Venezuela dá ao Mercosul uma nova dimensão. Não nos esqueçamos de que a Venezuela é também um grande consumidor de manufaturados e de serviços brasileiros. Então, eu comparto o que foi dito aqui até pelo Senador Pedro Simon de que a entrada da Venezuela não é a entrada do seu presidente de então, ou é uma questão de personalidades, é uma questão de Estado.

E é nessa questão de Estado que se coloca a nossa cooperação.

O Mercosul, com a entrada da Venezuela, passa a ter 70% do PIB da América do Sul, passa a ser um dos maiores exportadores de petróleo do mundo, tem talvez as maiores reservas de petróleo, se contarmos o pré-sal.

Então, isso nos coloca em uma situação importante, mas também desafiadora. É desafio! Não vamos nos enganar. Mas esse é um desafio político e que tem que ser, e muito, compreendido, não apenas pelo Parlamento, pelo Governo, pelos ministérios setoriais, mas algo que tem que ser compreendido pela nossa sociedade. É a sociedade brasileira como um todo que vai ganhar com isto. Dezesseis bilhões de investimentos na Argentina significam empregos no Brasil; significam tecnologia que nós vamos desenvolver e vamos exportar; significam ampliar o comércio de manufaturas.

Então, eu acho que esse é o caminho para o futuro, em termos de olharmos a nossa relação com a Argentina e com os demais parceiros do Mercosul.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira me fez uma pergunta muito específica em relação ao acordo automotivo. Senador, agradeço muito a sua pergunta e as suas colocações. E devo lhe dizer que, em relação ao acordo automotivo, o que nós temos é um processo negociador que está em curso.

Ele entrou em vigor, como V. Ex^a sabe, em 2008, e o comércio deveria ser liberalizado a partir de julho de 2013; a informação que eu tenho é que se está, neste momento, trabalhando para uma renegociação do acordo automotivo, no qual a Argentina deseja, sobretudo, uma diferenciação do coeficiente de regras para compensação pelo desvio de comércio – o chamado *flex* – e deseja monitoramento por empresa e um aumento da tarifa externa comum para autopeças com produção local para 35%.

Houve uma reunião em Buenos Aires no dia 3 de março corrente; o interesse da Argentina também é buscar vantagens do programa de inovação, o Inovar Auto, que foi estabelecido pelo Governo brasileiro. Evidentemente que isso está sob negociação. Eu, neste momento, não posso dar a V. Ex^a uma resposta definitiva em relação ao tema automotivo. Agora, o que eu posso lhe assegurar é que este é, sem dúvida, um dos temas centrais para nós, até mesmo porque, como eu disse à Comissão na minha exposição inicial, nós temos a parte da indústria automotiva como metade do comércio de manufaturados com a Argentina.

E isso é algo importante, cada vez mais; o Brasil, hoje, é o quarto maior produtor de automóveis do mundo e precisamos ir a frente disso. A verdade é que mais empresas estão se instalando no Brasil.

Isso, certamente, aumentará a necessidade de termos uma relação com a Argentina nessa questão.

V. Ex^a falou sobre a questão do Mercosul e problemas sérios do Mercosul...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EVERTON VIEIRA VARGAS – Eu acho que nós vamos ter que olhar o Mercosul... Vou primeiro fazer

uma observação: eu não sou um especialista em Mercosul. Eu não trabalhei na minha carreira decididamente na parte comercial do Mercosul, que, devo-lhe dizer, transformou-se, dentro do Itamaraty, numa das áreas de especializações, ainda que informais, – dos meus colegas. Mas devo-lhe dizer que, obviamente, como Embaixador na Argentina e candidato a Embaixador na Argentina, tive que me debruçar sobre esse tema, e devo-lhe dizer o seguinte: nós temos um acordo, o Tratado de Assunção. Nós teremos que trabalhar com base nessa regra, porque mudar o Tratado de Assunção é um custo político elevadíssimo.

(Soa a campanha.)

O SR. EVERTON VIEIRA VARGAS – Então, nós vamos ter que ver isso de maneira equilibrada, teremos que, evidentemente, ter um diálogo político com os nossos parceiros todos, em particular com a Argentina, por ser o país onde vou estar. E, nesse ponto, se V. Ex^a me permite fazer essa observação, eu acho que o papel do Parlamento é muito importante. O contato, o diálogo dos Srs. Senadores, dos Srs. Deputados, das Sras Senadoras, das Sras Deputadas com seus homólogos é extremamente importante, porque um debate rico como o que vimos hoje aqui é algo que estou seguro que seria extremamente interessante do ponto de vista de buscarmos fórmulas para frente. Então, acho que essa é uma questão importante, mas comparto da preocupação de V. Ex^a. Saiba que, certamente, esse será um dos temas centrais da agenda que terei à minha frente como Embaixador em Buenos Aires.

No que se refere às questões colocadas, aos pontos colocados pelo Senador José Agripino, eu devo dizer que a Argentina é um país que tem sua política externa, que faz suas preferências. Mas, por outro lado, o governo argentino – e posso ver isso nas declarações e nas informações que me chegam – sabe a importância que o Brasil tem. O fato de termos US\$16 bilhões investidos na Argentina não é pouco, não é uma relação qualquer. Então, quero dizer que nós não devemos deixar nos impressionar pelo calor do debate público que se coloca. Evidentemente, outros países fizeram outras opções, mas nós estamos com o Mercosul há mais de 20 anos e, diga-se de passagem, Mercosul que surgiu muito da integração entre o Brasil e a Argentina começada nos anos 80. É uma questão importante a ser levada em conta.

O Senador Requião colocou, eu acho que de maneira muito cabal, a questão da importância do Mercosul. Eu vou aproveitar a intervenção do Senador Suplicy, quando falou sobre a questão social também na Argentina. Nós temos hoje não apenas a questão econômica, a questão comercial, que, evidentemente,

é o que soa na imprensa. Nós temos também hoje opções no sentido da maior cooperação transfronteiriça. Ontem, aqui no Senado, nas visitas que procurei fazer aos Srs. Senadores, o Senador Requião me apresentou um prefeito da fronteira com a Argentina. É exatamente essa relação entre os prefeitos da fronteira que vai, inclusive, fortalecer a própria consciência do Mercosul. Vamos ser muito francos, o cidadão não vive na União; o cidadão vive no Estado e, mais especificamente, no Município. A União e o Mercosul são entes de razão que nós temos como cidadãos, a partir dos quais nos move todo um sentido de identidade. Mas, muitas vezes, a integração verdadeira vem daquele contato da fronteira, daquela cooperação que se estabelece.

Eu registrei aqui também os comentários do Senador Pedro Simon. Eu acho que, sem dúvida, a eleição do Papa Francisco será um fator importante para o futuro não apenas da Argentina, mas, eu diria, da América do Sul. É algo que vai influenciar. Ele é um religioso com grande sensibilidade social e isso não passará despercebido da sua ação pastoral e certamente será muito importante para o diálogo entre a Argentina e o Papa e entre a própria América do Sul e o Papa. E a visita do Papa ao Brasil, em julho próximo, não tenho dúvida de que será um fato marcante, sobretudo por acontecer a poucos meses do início do Pontificado.

O Senador Cristovam Buarque me abordou sobre a questão da cooperação cultural. Eu devo dizer, com muita satisfação, duas coisas. Nós temos um acordo na área de coprodução de filmes na Argentina. E, neste ano, fiquei extremamente feliz em ver no Festival de Cinema de Berlim, que é um dos grandes festivais de cinema do mundo, uma coprodução argentino-brasileira, que foi apresentada em uma das mostras paralelas.

Recentemente, no começo deste mês, nós assinamos um novo acordo para ampliar as coproduções entre Brasil e Argentina. Acredito que essa área de audiovisual é extremamente importante. Temos toda uma cooperação. Estamos hoje trabalhando na área de banda larga, na área de TV digital, e isso deve-nos levar inclusive a conteúdos que possam nos aproximar em termos de compreensão das nossas identidades. Então, acho que essa é uma questão que vai ser importante.

Concordo que devemos ampliar esse intercâmbio artístico, orquestras, a questão das universidades é importantíssima, e certamente me empenharei muito nessa área, que, enfim, já existe. Nós temos um intercâmbio entre professores universitários, nas mais diversas áreas, muito intenso, e entre cientistas. Eu mesmo tenho a honra de ter, em anos pretéritos da minha carreira, contribuído, junto com o Embaixador Celso Amorim, na época em que ele era assessor in-

ternacional do Ministério de Ciência e Tecnologia, para a criação do Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia, que foi uma iniciativa no sentido de formação de quadros e de preparação da relação entre indústria e universidade nessa área crucial para o conhecimento que é a biotecnologia. Acredito que em várias outras áreas podemos fazer isso e certamente vamos ter novas oportunidades.

Sr. Presidente, anotei plenamente aqui as suas colocações. Como eu disse na minha exposição inicial, preocupa-nos, sem dúvida, essa redução do superávit brasileiro; preocupam-nos as dificuldades de acesso de produtos brasileiros na Argentina; preocupa-nos a adoção de medidas administrativas. Agora, devo dizer, algumas dessas medidas administrativas inclusive vêm sendo relaxadas. Por exemplo, sei que a licença exigida para importação, em janeiro passado, já foi reduzida para vários produtos e estaria já em vias de ser reduzida significativamente. O mesmo estaria em torno das declarações juramentadas de antecipação das importações. E esse é um tema que, devo-lhe dizer, está no cerne das nossas preocupações.

V. Ex^a me pergunta sobre perspectivas das empresas brasileiras à luz da conjuntura argentina. Sr. Presidente, até agora acho que a Argentina tem sido um mercado muito favorável às empresas brasileiras. V. Ex^a certamente sabe, mas eu me permito aqui repetir, por exemplo: uma empresa brasileira responde por 60% da produção de cimento na Argentina. Em várias outras áreas, na área alimentícia, na área de produção de máquinas, etc., estamos na Argentina de maneira muito presente, muito forte. Eu vejo esses investimentos que temos na Argentina como resultado de uma opção que certamente foi colocada pelas empresas como uma opção favorável para os seus negócios. E eu acredito que certamente as empresas desejam, cada vez mais, ter um ambiente de negócios favorável. Evidentemente, como embaixador em Buenos Aires, eu também estarei atento a essas necessidades que as empresas brasileiras vão ter mais à frente.

(Soa a campanha.)

O SR. EVERTON VIEIRA VARGAS – Então, esse diálogo com o empresariado é essencial para que nós possamos buscar pelo diálogo, pelo trabalho e pela conciliação uma solução para eventuais dificuldades que venham a surgir. Mas são, em alguns casos, questões que vão exigir negociações que não serão fáceis. Não serão fáceis! Eu não tenho ilusões em relação ao desafio que me foi confiado pela Senhora Presidenta da República e pelo Sr. Ministro de Estado. Mas o que eu posso prometer aqui é que eu estarei muito atento a essa questão.

V. Ex^a me perguntou sobre a questão da Vale. Em primeiro lugar, devo dizer que o anúncio da Vale foi de uma suspensão do projeto nesse momento. O tema está em negociação entre o governo argentino e a empresa. Há uma preocupação muito grande tanto do governo federal na Argentina, quanto dos governos provinciais em relação aos empregos. Como sabem, estão em jogo 6 mil empregos. Então, há uma questão no sentido de se verificar como a coisa vai evoluir. O Presidente da Vale, em declarações que deu anteontem, em Hong Kong, manifestou o seu, claro, desaponto com o desenlace que aconteceu para essa questão do projeto Colorado, do Rio Colorado, que é uma coisa que vem já de alguns meses, mas não fechou as portas ao diálogo. Eu sei que o diálogo continua e eu acho que... Veja, a Vale já investiu US\$2,2 bilhões no projeto. Eu acredito que essa quantia também pode pavimentar o caminho para se buscar uma solução. São soluções que vão demandar concessões, mas eu acredito que também é do interesse do governo argentino a permanência da Vale lá. Eu acho que até agora pode ter havido uma palavra um pouco mais forte aqui, uma palavra um pouco mais forte ali, mas eu acho que, em essência, é do interesse nacional argentino que a Vale lá permaneça, porque esse seria o maior projeto de potássio que eles teriam, que geraria US\$1,7 bilhão de exportações apenas para o Brasil, o que, evidentemente, representa um saldo significativo para o comércio exterior da Argentina. A Vale, evidentemente, tem as suas demandas. As demandas foram, em princípio, rejeitadas pelo governo argentino, notoriamente na questão cambial que é, sobretudo, onde pega. Mas nós teremos que aguardar como a negociação irá. E não nos esqueçamos, é uma empresa privada, é uma empresa que tem seus interesses globais e é uma empresa da qual nós brasileiros nos orgulhamos muito, e esperamos que a situação se resolva.

V. Ex^a mencionou a questão da Petrobras. Devo-lhe dizer que havia uma ideia da Petrobras de vender alguns ativos na Argentina. E essa venda era um pouco maior, prevista no plano de negócios deles para, se não estou enganado, até 2016. Mas, anteontem, se não estou enganado, a Presidenta da Petrobras, Graça Foster, informou que não só reduziu a perspectiva de venda de ativos, como colocou num plano de negócios para mais à frente.

Eu acho que a presença da Petrobras na Argentina é muito importante, até porque – e esse é um fator importante termos presente – um dos grandes desafios da Argentina é a questão energética. E essa questão energética, não tenhamos dúvida, abrirá também oportunidades de negócios para o Brasil. Inclusive, dois consórcios dos quais participam empresas brasileiras

estariam entre aqueles selecionados para a construção das usinas Presidente Nestor Kirchner e Governador Jorge Cepernic, na Província do Rio Negro.

(Soa a campainha.)

O SR. EVERTON VIEIRA VARGAS – Sei que estou me alongando, Sr. Presidente, mas espero terminar em breve. Não quero retê-lo mais do que o necessário.

Sr. Presidente, quero terminar com a sua referência ao artigo do ex-Chanceler Lampreia. Devo dizer que discordo frontalmente. Não acho que a Argentina esteja em marcha batida para o abismo. Não acho. Acho, além do mais, o seguinte: sim, existe a Lei de Meios, mas há uma discussão na Justiça. Há uma discussão na Justiça, e essa discussão é uma discussão viva dentro da sociedade argentina. Então, eu acho que é uma temeridade, no mínimo, se colocar a questão da Argentina no contexto do Protocolo de Ushuaia. Parece-me muito mais que isso faz parte do momento que a Argentina atravessa. Não nos esqueçamos de que a Argentina, dentro de pouco mais de seis meses, terá eleições parlamentares que serão cruciais para o Governo da Presidenta Cristina Kirchner. Evidentemente, nessas eleições, em qualquer clima eleitoral, em qualquer país do mundo, as coisas se colocam sempre um pouco mais vivas, digamos assim. Devo-lhe dizer que até mesmo na Alemanha, um país onde tudo é mais ou menos previsível, já sinto um pouquinho mais de acidez no debate político dentro da sociedade. Então, não queiramos que a Argentina seja um pouco diferente do que os humanos são. Afinal de contas, as nossas relações são, antes de tudo, relações humanas. Depois elas se institucionalizam e ganham foros governamentais e políticos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Obrigado, Sr. Embaixador.

De acordo com o disposto no inciso IV do artigo... Eu gostaria de pedir ao nosso Senador Roberto Requião, que colaborou conosco até poucos instantes, que continuasse conosco mais um pouco para o escrutínio, exatamente, dos nossos Embaixadores. Agradeço a V. Ex^a se puder nos dar o prazer e o privilégio de continuar conosco.

De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno do Senado, a reunião da Comissão será transformada em reunião secreta, por determinação constitucional. Solicito aos nossos estimados Senadores Roberto Requião e Aloysio Nunes Ferreira que atuem, respectivamente, como secretário e como escrutinador do processo de votação.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é tornada secreta às 12 horas e 40 minutos e é reaberta às 12 horas e 45 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – A reunião está reaberta. Comunico a aprovação dos embaixadores: Lúcio Pires de Amorim, indicado para o cargo de Embaixador junto a Belize, e o Sr. Everton Vieira Vargas, indicado para o cargo de Embaixador junto à República Argentina.

Comunico ainda que enviaremos todo o processado, Srs. Embaixadores, para a Mesa Diretora do Senado e enviaremos esforços para que, na próxima terça-feira, possamos deliberar em plenário, tendo em vista a necessidade das nossas presenças e de V. Ex^{as} à frente na coordenação de nossas missões diplomáticas em Belize e em Buenos Aires, Argentina.

Agradeço. Fiquem V. Ex^{as} à vontade para continuarem conosco, se desejarem, ou para se retirarem, se essa for a opção.

Temos mais alguns itens de pauta da nossa agenda ordinária.

Muito obrigado a V. Ex^{as}.

ITEM 3

MENSAGEM (SF)

Nº 6, DE 2013

– Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Passo a palavra ao eminente Senador Luiz Henrique, na condição de Relator da indicação da Sr^a Regina Maria Cordeiro Dunlop.

A palavra é de V. Ex^a, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, trata-se de uma indicação muito importante para um cargo muito importante. A Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à aprovação deste Senado a indicação da Sr^a Regina Maria Cordeiro Dunlop para o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

A Embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop nasceu em 9 de julho de 1950, no Rio de Janeiro. É filha de José Joaquim Cordeiro e Felismina Maia Cordeiro.

Graduou-se em Língua Inglesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Possui cursos de pós-graduação no Reino Unido nesse campo de estudos, com destaque para mestrado, Mestre em Artes e Linguística, na Universidade de Reading. Frequentou, também, o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em

2003, quando defendeu a tese intitulada *Conhecimentos tradicionais: o interesse brasileiro na OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual)*.

Em 1982, titulou-se como Terceira-Secretária na carreira diplomática. Tornou-se Segunda-Secretária em 1987 e Primeira-Secretária em 1993. Conselheira, por merecimento, em 1999. Na sequência, também por merecimento, alcançou a promoção para Ministra de Segunda Classe em 2003, e Ministra de Primeira Classe em 2007.

Entre as funções desempenhadas pela Embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop, destacam-se a de Assessora no Gabinete do Ministro de Estado, em 1993; Assessora na Secretaria de Relações com o Congresso, neste mesmo ano; Primeira-Secretária na Embaixada em Pequim, de 1994 a 1996; Assessora da Presidência da República, de 1999 a 2002; Assessora da Secretaria-Geral, de 2003 a 2004; Diretora do Departamento de Ásia e Oceania, de 2005 a 2008, e Representante Permanente Alternata junto às Nações Unidas em 2009.

Trata-se, portanto, de uma diplomata de primeiro nível entre essa excelente massa crítica que é o nosso Itamaraty e segue para uma missão muito importante.

A Missão brasileira em Genebra tem atrás de si longa tradição que condiz com a exata importância dessa cidade no conceito internacional.

Nos dias de hoje, Genebra hospeda a segunda maior sede da ONU, depois de Nova York. Nessa cidade, estão sediados o Conselho de Direitos Humanos, o Alto Comissariado para Refugiados, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização Mundial de Saúde, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Un aids), e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, entre outros órgãos.

A Missão Permanente tem, como se pode imaginar, enorme responsabilidade. Nossos interesses nos temas objeto de preocupação de cada organização mencionada são muitos, assim como o são os desafios a eles vinculados. Não sem motivos, a chefia desse posto foi entregue, desde sempre, a diplomatas de notória responsabilidade. Assim, por exemplo, em termos mais próximos, Paulo Nogueira Batista, Rubens Ricúpero, Celso Amorim, Luiz Felipe Lampreia, Luiz Felipe de Seixas Corrêa e, desde 2008, a Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, emito o meu parecer favorável à aprovação da ilustre diplomata para exercício desse cargo. Salvo melhor juízo, é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ PMDB – ES) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do art. 3º, §2º, do Ato nº 1 desta Comissão.

ITEM 4

MENSAGEM (SF)

Nº 8, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Consulto o Senador Aloysio Nunes Ferreira, na ausência da Senadora Lídice da Mata, se V. Ex^a poderia relatar *ad hoc* a indicação do Sr. Santiago Luiz Bento Fernandes Alcazar para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

O SR. ALOYZIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – Perfeitamente, com muito prazer, Sr. Presidente.

O indicado graduou-se em Filosofia pela PUC do Rio de Janeiro. Ingressou no Itamaraty em 1992. Sua carreira está relatada no anexo que recebemos. Entre as funções desempenhadas pelo diplomata, destaca-se a de Primeiro-Secretário da Delegação junto à OEA, Primeiro-Secretário da Embaixada em Assunção, Assessor e Subchefe da Divisão de Temas Sociais, Embaixador na Embaixada de Uagadugu, Burkina Faso.

O nosso relacionamento com a República do Azerbaijão ainda está em fase de consolidação e adquiriu ímpeto com a visita do Ministro de Relações Exteriores do Azerbaijão no Brasil, em 2006, quando foi assinado o Protocolo de Consultas Políticas entre as Chancelarias. Em consequência disso, foram abertas as Embaixadas nos nossos respectivos países.

Creio que foram fornecidas à nossa Comissão informações, como sempre muito detalhadas e precisas do Ministério das Relações Exteriores para que possamos deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes. Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do Ato nº 1 desta Comissão.

ITEM 5

MENSAGEM (SF)

Nº 9, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora MARIA ELISA DE

BITTENCOURT BERENGUER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Colômbia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Solicito avaliação do Senador Luiz Henrique se S. Ex^a poderia fazer a relatoria *ad hoc* da indicação da Sr^a Maria Elisa de Bittencourt Berenguer para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Colômbia.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com prazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Trata-se de indicação da Senhora Presidenta da República, submetendo à apreciação do Senado o nome da Ministra de 1^a Classe, Maria Elisa de Bittencourt Berenguer para o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Colômbia. É um cargo da maior importância.

A Colômbia é a segunda nação em população da América do Sul. É um país que tem grande importância no relacionamento político, econômico e diplomático do nosso País. O avulso distribuído e de conhecimento de todos os Srs. Senadores já ressalta as qualidades da indicada, que é dos quadros mais competentes do Itamaraty, e o país para o qual a Ministra de carreira é indicada é um parceiro sabidamente de peso nas relações internacionais com o Brasil.

As exportações brasileiras para a Colômbia são compostas por produtos diversificados, sobretudo manufaturados, mantendo-se o País, na última meia década, entre os dez principais fornecedores em nove capítulos tarifários dos dez de maior volume de importação para a Colômbia.

Salientando a importância desse país e o assento na indicação da ilustre diplomata, opino pela aprovação deste projeto.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Senador Luiz Henrique. Em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 3º do Ato nº 1 da Comissão de Relações Exteriores.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) –

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 11, DE 2013

Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, o comparecimento do Embaixador brasileiro em Cingapura, Embaixador Luís Fernando Serra, para prestar depoimento e esclarecimentos sobre a sua participação no episódio, amplamente relatado na imprensa nacional, de realização de gestões para que a empresa JURONG, com sede em Cingapura, transferisse seus investimentos do projeto Estaleiro Jurong Aracruz, no Estado do Espírito Santo, para o projeto Porto Açu, em São João da Barra, no litoral do Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Item 7. O item 7 fica adiado em razão da ausência dos autores.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº DE 2013

Requeiro, nos termos dos arts. 67 e 68 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de representação externa do Senado Federal, composta por três senadores, designados pelo Presidente, para representar a Casa como observadores nas eleições da República da Venezuela, que ocorrerá na data provável de 14 de abril de 2013.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Não havendo nada mais a tratar, vamos encerrar a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 58 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 09:30 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e cinquenta e três minutos do dia dois de abril de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Jorge Viana, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Anibal Diniz, Cristovam Buarque, Pedro Simon, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Delcídio do Amaral, Sérgio Souza, João Alberto Souza, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Eduardo Amorim**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação dos itens 1 e 2 da Pauta: **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 111, de 2012**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a República da Armênia.” Relator Senador Eduardo Suplicy. Sabatina realizada. **ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 7, de 2013**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor VALTER PECLY MOREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Hungria.” Relator Senador Aloysio Nunes Ferreira. Sabatina realizada. Os diplomatas indicados **Edson Marinho Duarte Monteiro e Valter Pecly Moreira** são convidados a compor a Mesa e fazem suas exposições. O Presidente declara aberto o processo de votação. Usam a palavra os Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Aloysio Nunes Ferreira e Sérgio Petecão. A reunião é tornada secreta às onze horas e nove minutos e reaberta às onze horas e catorze minutos. Atua como secretário e escrutinador o Senador Sérgio Petecão. O Presidente comunica a aprovação, pela Comissão, dos diplomatas indicados. O Senador Aloysio Nunes Ferreira apresentou os Requerimentos nº 12 e 13, de 2013-CRE, que tratam da urgência na tramitação das Mensagens, que constam como item um e dois da pauta. Aprovados.

O Presidente faz a leitura do Requerimento nº 14, de 2013 – CRE, que “em aditamento ao Requerimento de nº 42 /2012 – CRE, que trata da realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, destinada a instruir o PLS 399, de 2011, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica, requeiro que seja incluído o nome do Senhor Paulo Cesar Duque Estrada – Presidente do Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa – FOPROP,” de autoria da Senadora Ana Amélia, e o Requerimento nº 15, de 2013 – CRE, que “requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Relações Exteriores, para discutir a regulamentação para o uso civil, comercial e militar dos chamados “drones” ou Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT). Segundo informações levantadas pela imprensa existem mais de 200 equipamentos em operação no Brasil sem que exista regulamentação, por parte dos órgãos competentes, para sua utilização. Para tanto sugiro sejam convidados: Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito – Comandante da Aeronáutica; Senhor José Eduardo Cardozo – Ministro de Estado da Justiça; Senhor Marcelo Pacheco dos Guarany – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil; Senhor Sami Youssef Hassuani – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança,” de autoria da Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e vinte e sete minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Ricardo Ferraço**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ PMDB – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

ITEM 1

MENSAGEM (SF)**Nº 111, de 2012****– Não Terminativo –**

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Armênia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1) Em 07/03/2013, foi lido o relatório e concedida vista coletiva aos Senadores, conforme o art. 3º do Ato nº1, de 2011-CRE.

ITEM 2

MENSAGEM (SF)**Nº 7, DE 2013****– Não Terminativo –**

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor VALTER PECLY MOREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Hungria.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1) Em 07/03/2013, foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria aos Senadores, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE.

Convido para que tomem assento à mesa S. Ex^{as} os Srs. Embaixadores Edson Marinho Duarte Monteiro e Valter Pecly Moreira.

Concedo a palavra ao Sr. Edson Marinho Duarte Monteiro para a sua exposição.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO

– Muito obrigado.

Ex^{mo} Sr. Senador Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, muito obrigado por nos acolher hoje, neste plenário, a mim e ao meu colega Valter Pecly.

Srs. Senadores e demais presentes, muito bom dia.

Primeiramente, eu gostaria de deixar constância da minha satisfação e do meu orgulho por ter sido indicado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, por ter o meu nome sido referendado e apresentado a esta Casa pela Ex^{ma} Sr^a Presidenta Dilma Rousseff e por esta Comissão nos ter acolhido e por ter, enfim, aceito examinar hoje a nossa indicação.

Sobre as relações entre o Brasil e a República da Armênia, eu gostaria inicialmente de fazer um pleito de homenagem ao povo armênio, que tem uma existência de quase três milênios e teve o seu apogeu ainda antes do advento da Era Cristã, quando se estendia por boa parte do que é hoje território da Turquia, da Síria, do próprio Irã, do Líbano. Era um grande império, uma grande nação, mas numa localização geopolítica extremamente difícil, convivendo com outros impérios – à época, o Império de Bizâncio, o Império Otomano, árabe e persa.

Ao final de muitos séculos de luta contra esses outros impérios, a nação armênia muito perdeu de seu território. Acabou desaparecendo no século XIV. Desapareceu, mas se manteve, por seu povo, por sua cultura, por sua religião. A Armênia foi o primeiro país a adotar a religião cristã e este é até hoje um dos elementos que formam a sua nacionalidade.

Mas o fato é que a nação Armênia sobreviveu mais como diáspora, por sua presença em muitas outras áreas do globo, como no Brasil, hoje, na Rússia, na França, nos Estados Unidos, diversos países latino-americanos. Veio a reemergir como nação ao término da Primeira Guerra Mundial, por três anos, três anos apenas. Em seguida, foi integrada na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, juntamente com a Geórgia e o Azerbaijão, que são os três países da região do Cáucaso, e, finalmente, logrou sua independência e é hoje uma nação independente desde apenas 1991. Ou seja, uma trajetória que só se pode qualificar de extraordinária.

Perdeu muito a Armênia, ganhou muito o mundo, porque a diáspora armênia tem sido uma presença de grande valor, traz grande contribuição ao desenvolvimento econômico e social dos países onde se instalou e nós podemos, aqui, citar a comunidade armênia do Brasil, que teria em torno de 40 mil pessoas, já deu exemplos de cidadãos atuantes em várias esferas da vida nacional.

Nesta Casa, certamente, os senhores já terão tido a experiência de conviver com brasileiros de ascendência armênia. No Itamaraty, ao longo de minha carreira, eu convivi com, pelo menos, quatro embaixa-

dores, excelentes embaixadores, não precisaria qualificar, um deles foi meu professor no Instituto Rio Branco, Embaixador Adhemar Bahadian, e a todos eu sempre tratei com grande respeito por ver neles profissionais que muito me poderiam inspirar.

A Armênia independente que hoje existe é um país de pequenas dimensões, cerca de 30 mil quilômetros quadrados, não é muito maior do que a Bélgica, por exemplo, uma população de três milhões de habitantes, uma economia dependente de poucos recursos, recursos minerais na grande maioria, alguma agricultura, mas que já desenvolve, também, um setor industrial, um setor de serviços e que conta, isto sim, com um grande apoio de sua diáspora.

A Armênia recebe, Sr. Senador, de remessas do exterior de divisas de seus nacionais que vão trabalhar ou que já residiram em outros países, recebe o equivalente a quase 18% do Produto Nacional Bruto, o que é absolutamente excepcional. São remessas, realmente, de... Os trabalhadores... Por exemplo, na Rússia, 90% disso vêm da Rússia, e ali está a maioria dos trabalhadores armênios no exterior, mandam, regularmente, de seus salários. Essa é a forma de poupança. E isso vem, obviamente, alimentar o desenvolvimento de um mercado interno de consumo, de um mercado de construção, que hoje são as áreas mais ativas da economia da Armênia, sobretudo da Rússia, 90%. A segunda maior contribuição vem dos Estados Unidos, mas é muito inferior. Da Rússia vem US\$1,2 bilhão; dos Estados Unidos, US\$40 milhões.

Mas, de toda maneira, é essa contribuição que explica, devemos lembrar, que a Armênia tem um grande déficit de balança comercial. Ela não dispõe de muitos produtos para exportar. Basicamente minérios e alguns produtos industrializados, motores mecânicos, alguns produtos de informática, agricultura – produz frutas e vegetais que exporta para a Rússia –; mas isso não passa de US\$1,5 bilhão, e eles importam mais de US\$4 bilhões. Então, há um déficit de quase US\$3 bilhões, que é coberto, em grande parte, pelas remessas da diáspora, mas também por contribuições de organismos internacionais. Eles são beneficiados com doações do Fundo Monetário, do Banco Mundial, do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento.

Enfim, é uma economia pequena, mas é uma economia que tem tido um grande dinamismo. Depois, obviamente, da independência, a Armênia sai do regime de economia centralmente planejada, que era a característica das repúblicas soviéticas, e então procura se ajustar mais à condição de economia de mercado. E teve índices de crescimento muito bons. Durante 12 anos, praticamente, ela conseguiu índices quase que de dois dígitos, na média, até 2007.

Em 2008, veio a crise mundial, e em 2009 ela perdeu 14% do seu PIB em um ano, o que demonstrou uma realidade: que ela é extremamente dependente do mundo em volta. A Rússia teve uma crise, comprou menos, empregou menos pessoas, houve menos remessas e eles não pararam de importar – as importações são essenciais. Aí, houve uma grande queda do produto. Mas, imediatamente, houve uma recuperação, e em 2012 eles voltam a crescer 7%, o que demonstra que têm também capacidade de reação.

O governo adotou medidas econômicas que buscaram enfatizar aquilo que eles tinham de mais vantajoso, estimulou pequenas e médias empresas, o que aumentou o emprego, fez algumas melhorias na área social, dobrou o valor das aposentadorias, para garantir renda, e também ampliou os programas de assistência às famílias mais pobres. Ao mesmo tempo, buscou, claro, dar continuidade à melhoria de sua capacidade de atuação na economia, melhorando o sistema tributário, dando incentivos que pudessem fazer com que as empresas funcionassem melhor. Então, é um país que tem futuro. A gente fala muito do passado da Armênia, precisa também falar do futuro.

E o Brasil, na vida da Armênia, obviamente, somente entrou em 1992, depois da independência. Estabelecemos relações diplomáticas em 1992. Somente viemos a criar Embaixada em 2002 e abrimos a Embaixada em 2006. O Brasil tem Embaixada residente, então, já há sete anos, praticamente e, caso aprovado por esta Casa, eu seria então o terceiro embaixador brasileiro lá.

Nossas relações são de comércio. O Brasil busca ser uma presença global em comércio. Praticamente só vendemos. Os últimos números de 2011 e 2012 mostram que, dos cerca de US\$32 milhões do comércio, a absoluta maior parte é exportação brasileira – alimentos, basicamente. Carnes suínas e frango chegam a mais de 90% da nossa pauta. E, do lado da Armênia, importamos algumas máquinas. Não há, realmente, uma importação expressiva. O Ministro de Negócios Estrangeiros da Armênia, que aqui esteve para a posse da Senhora Presidenta, em 2011, declarou, em alto e bom som, que quer criar condições, fazer os acordos necessários, enfim, para que o nosso comércio possa se multiplicar. Deu uma cifra muito ambiciosa, uma dimensão muito ambiciosa: disse que quer multiplicar por dez o nosso comércio. Quem sabe? Mas poderia ser aumentado, sim, e acho que, para isso, se realmente nomeado embaixador, eu pretenderia trabalhar.

Nós temos, obviamente, ainda muito que aprender sobre a Armênia; eles também sobre nós. E um aumento do comércio terá que passar, certamente, por atividades de pesquisa, visitas comerciais, enfim,

assinatura de algum acordo, se necessário. Na área de tributação, por exemplo, já há negociações.

Mas eu tendo a acreditar que, como em outros países já tive a oportunidade de ver, no momento em que há a vontade dos dois lados e há o esforço de pesquisa, o esforço de conhecimento, descobrem-se as oportunidades. Eu espero poder, enfim, aprovado, contribuir para isso.

A outra dimensão da nossa relação é cooperação. A Armênia ainda é um país que precisa de ajuda para seu desenvolvimento e já identificou, no Brasil, aquelas áreas de excelência em que nós estamos cooperando com muitos outros países. Na agricultura, na saúde, já há pedidos de apoio, e certamente encontraremos outras áreas, na medida em que o nosso relacionamento venha a se intensificar, como, acredito, acontecerá.

Já temos em negociação um acordo de cooperação técnica, que poderá abrir mais oportunidade de cooperação, assim como temos um acordo de cooperação educacional.

Do lado da Armênia, há capacidades que também nos interessam. O povo tem acesso a bom nível de educação. Existe uma universidade americana, existe uma universidade francesa, e há um grande relacionamento, como já mencionei, impulsionado pela diáspora na França, pela diáspora nos Estados Unidos – nos Estados Unidos, destaque para a Califórnia. Então, já há capacidade tecnológica na Armênia, por exemplo, na área de informática, e já sabemos que poderia haver algum tipo de cooperação de um nível tecnológico maior, quem sabe até cooperação industrial.

A Armênia sonha com investimentos brasileiros. Eles estão em uma posição geográfica muito interessante...

(Soa a campainha.)

O SR. EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO

– ... e poderiam ser, quem sabe, até uma plataforma para associações entre indústrias dos dois países, em que parte da produção fosse do Brasil e fosse terminada lá e reexportada para os países da região, com os quais eles já têm acordos, sobretudo países da antiga União Soviética.

Meu tempo já está encerrado, Sr. Senador?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – V. Ex^a dispõe de mais algum tempo para concluir sua apresentação.

O SR. EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO

– Muito obrigado.

Apenas para dizer e lembrar que, na área de política externa, lamentavelmente, há duas questões que condicionam a existência atual da Armênia: primeiro, com a Turquia, a vizinha Turquia, essa discussão, que já dura quase um século, entre os dois países, sobre

as trágicas mortes de muitos milhares, certamente, de cidadãos armênios, na fase de conflitos, de 1915 a 1917, e o pedido da Armênia de que isso seja reconhecido como uma forma de genocídio, ao que a Turquia, obviamente, se recusa. Então, os dois países não têm relações diplomáticas. E é lamentável, porque há uma grande fronteira entre os dois países, e há um potencial de relacionamento muito grande na área comercial, na área econômica, entre outras. Mas há conversas em andamento para se resolver isso, e os dois países – é a nossa opinião sempre – devem encontrar a solução entre si.

Também com o Azerbaijão, uma situação de guerra, na realidade. Houve uma guerra entre os dois países, entre 1992 e 1994, por causa da presença, dentro do território do Azerbaijão, de um enclave de maioria armênia, Nagorno-Karabakh. Essa luta causou a morte de 30 mil pessoas e gerou um milhão de deslocados dos dois países e um problema que – esse realmente – é muito candente entre os dois países. E há um grande esforço, a mediação de muitos países, França, Rússia, Estados Unidos à frente, para que se encontre uma solução. E a própria Turquia já disse que o seu entendimento com a Armênia vai depender da solução desse problema, e isso ela disse por solidariedade ao Azerbaijão.

Essas duas questões, se eu pudesse exprimir um desejo – eu acho que é o desejo de todos os amigos da Armênia, da Turquia e do Azerbaijão –, é o desejo de que encontrem uma solução, porque a situação atual é grandemente prejudicial aos interesses de todos. Juntos poderiam cooperar. Há grandes recursos energéticos na região. A Armênia seria o caminho natural de passagem para esses recursos do Azerbaijão para a Turquia, para a Europa. No entanto, na situação atual, está-se fazendo um grande desvio, na realidade, um desvio pela Geórgia, e onera-se a atividade, dificulta-se a atividade, e a Armênia fica à margem e deixa de se beneficiar do que seria uma natural relação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – A Armênia apoia o movimento separatista ... *(ininteligível)* ...?

O SR. EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO – Sim, a maioria é armênia, e a posição armênia é de que... Naturalmente, Senador, há pelo menos dez princípios que precisam ser obedecidos concomitantemente para que se encontre uma solução aceitável para os dois lados. Então, se a gente menciona um dos princípios, normalmente causa constrangimentos ao outro lado. Mas certamente um dos princípios é a autodeterminação, e uma das atividades que seriam necessárias para que se chegasse a uma solução seria o retorno dos refugiados, dos deslocados aos seus

locais de origem, pacificação, presença de forças de paz e um dia um referendo em que se manifestasse livremente a vontade dos povos. Mas certamente a solidariedade da Armênia para com os armênios de Nagorno-Karabakh é um fato sim.

Muito obrigado. Desculpem por ter tomado um pouco mais de tempo do que me foi concedido. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Valter Pecly Moreira, indicado para a Embaixada da Hungria.

O SR. VALTER PECLY MOREIRA – Ex^{mo} Sr. Senador Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Srs. Senadores, esta é a terceira vez que me apresento, com muita honra, diante desta Comissão ao longo da minha carreira. Queria agradecer em especial à Presidente Dilma Rousseff pela indicação do meu nome e pela acolhida que teve, feita pelo chanceler Antonio Patriota.

Não posso deixar também de fazer uma referência muito honrosa pelo fato de a relatoria da minha mensagem ter cabido ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, com quem tive a oportunidade de conviver durante um período da minha vida profissional e que é uma pessoa que muito admiro.

Não é minha intenção estender-me em muitos pormenores sobre a Hungria, mas sim resgatar alguns dados e algumas ideias que, de certa forma, ilustrem a gradual intensificação das relações entre o Brasil e a Hungria nos últimos dois ou três anos, porque fica muito claro para mim que o relacionamento bilateral, tradicionalmente amistoso, vem passando por fase especialmente positiva, que pode e deve ser estimulada em benefício recíproco. Na verdade, eu mesmo me surpreendi com a intensidade e a qualidade dessa aproximação recente.

A Hungria é um país, como os senhores sabem, mediterrâneo, de dimensões relativamente reduzidas e com uma população de 10 milhões de habitantes. Mas nem sempre foi assim.

Nas leituras que tive fazer para minha preparação, deparei-me com uma frase que me impressionou muito e que dizia: “a história da Hungria foi escrita por seus inimigos”. A frase pode conter algum exagero retórico, naturalmente, mas a verdade é que o território húngaro, depois da consolidação do Estado no ano 1000, foi alvo de inúmeras invasões. Primeira pelos mongóis, depois pelos turcos, depois o domínio dos habsburgos da Áustria. E, em 1867, os húngaros aceitaram o chamado grande compromisso que esta-

beleceu uma monarquia dual sob o nome de Império Austro-Húngaro.

Nessa condição, foi o país envolvido na Primeira Guerra Mundial. E, ao final, em 1920, o Tratado de Trianon reduziu o território húngaro em dois terços em benefício de seus vizinhos. E, com essa situação, também várias populações de origem magiar foram incorporadas aos Estados vizinhos que ali se criaram.

Mas não parou aí. Na Segunda Guerra Mundial, a Hungria aliou-se à Alemanha nazista, com a promessa de que receberia de volta os territórios da Eslováquia e da Transilvânia. Em 1945, o Exército Vermelho ocupou o país. Em 1949, o Partido Comunista Húngaro, de orientação pró-soviética, assumiu o poder. Com a queda do Muro de Berlim, a era comunista terminou. E, já em 1990, houve as primeiras eleições livres.

Com esse pano de fundo histórico, fica fácil entender o porquê das principais linhas da ação diplomática húngara depois da democratização: naturalmente integrar-se à Europa. O que aconteceu em 2004, quando aderiu à União Europeia. Depois fazer parte de uma maneira ativa das estruturas euro-atlânticas. E aí se integrou paulatinamente ao Conselho da Europa, ao CDE e à Otan. Naturalmente também priorizar as relações com seus vizinhos da Europa centro-oriental e adotar práticas específicas em relação às comunidades húngaras no exterior.

Por outro lado, livre das amarras com a União Soviética, a Hungria passou a ter também uma ação bastante atuante nas Nações Unidas em todo o sistema das Nações Unidas.

Em 2011, a presidência húngara da União Europeia e a crise econômico-financeira internacional deram à Hungria consciência de que era preciso promover um *aggiornamento* de sua política externa.

No final daquele ano, 2011, portanto, é lançado um documento denominado *A Política Externa da Hungria após a Presidência da União Europeia*, pelo qual o governo se compromete em priorizar as suas relações com outras áreas do mundo que não só exclusivamente o seu entorno. E, nisso, a América Latina e o Brasil, naturalmente, são apontados como novos parceiros preferenciais.

O atual governo húngaro, chefiado pelo Primeiro-Ministro Viktor Orbán, foi eleito em 2010 pela segunda vez, já tendo exercido o poder de 1998 a 2002. O seu partido, o Fidesz, alcançou ampla maioria. E a coligação que constituiu lhe dar mais de dois terços na Assembleia Nacional, ou seja, uma maioria qualificada que o governo tem aproveitado para promover diversas reformas, algumas delas polêmicas, e também lhe possibilitou votar uma nova Constituição que entrou em

vigor em 1º de janeiro do ano passado. Novas eleições gerais estão previstas para o ano que vem, em 2014.

No âmbito econômico, a crise internacional, a partir de 2008, e a do euro, que ainda perdura, não passaram ao largo da Hungria. Em 2009, a economia húngara teve uma contração 6,8% – menos 6,8%. No momento, a Hungria enfrenta sua segunda recessão, tendo o PIB, em 2012, registrado decréscimo de 1,7%.

O Primeiro-Ministro Orbán defende a necessidade de a Hungria manter uma postura própria para superar a crise econômica, por meio de fortalecimento da classe média e de benefícios fiscais por parte do governo, para evitar redução drástica da demanda. E é curioso notar que, de certa forma, é uma política muito semelhante à que nós adotamos aqui, no Brasil.

Ele espera também que a Hungria volte a crescer pela recuperação da agricultura, que, no ano passado, foi vítima de uma grande seca, e também pela retomada intensa das exportações de automóveis em função do aumento do parque industrial nesse setor.

Por outro lado, o governo está comprometido com o controle do déficit fiscal, que, no ano passado e no início deste ano, está próximo de 3%, o que é aceitável para os padrões e normas da União Europeia, e com a redução da dívida pública, que está em 82%, uma cifra bastante elevada.

O comércio exterior da Hungria é altamente integrado com outros países europeus. A União Europeia é o principal destino das suas exportações, sendo que a Alemanha absorve um quarto, 25% das exportações húngaras. A Alemanha e a Rússia atendem à grande parte da demanda externa húngara, sendo que a Rússia é o principal fornecedor de energia.

Como já mencionei, as relações entre o Brasil e a Hungria sempre foram amistosas, mas o seu real potencial vem se revelando em anos recentes. Isso fica muito evidente ao examinarmos o número crescente de contatos bilaterais em alto nível e os resultados concretos que já trouxeram.

O Ministro Aloizio Mercadante, então em frente da pasta de Ciência, Tecnologia, Inovação, visitou Budapeste em novembro de 2011, e a visita foi muito proveitosa. Além da assinatura de acordos que houve, foi tratada, pela primeira vez, a questão da participação das universidades húngaras no Programa Ciência sem Fronteira. Em novembro último, 15 instituições de ensino superior da Hungria foram incluídas no programa e, no início deste ano, 104 estudantes brasileiros foram selecionados para o ano letivo, que começa em setembro próximo.

O então Ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro, visitou também a Hungria em março de 2012 e, em junho, o Ministro de Desen-

volvimento Rural, que é o seu colega, visitou o Brasil para participar da Rio+20 e foi ao Rio Grande do Sul, onde iniciou uma série de entendimentos, que depois resultaram em acordos e memorandos de entendimento entre a Embrapa e o Centro de Biotecnologia da Universidade de Santo Estevão.

O Presidente húngaro, János Áder, participou, como chefe da delegação da Hungria, na Conferência Rio+20 e, nessa conferência, apresentou uma proposta de realização de uma Conferência Mundial da Água e Saneamento, que vai se realizar ainda este ano, em 2013, em outubro, em Budapeste. E a Ministra Izabella Teixeira foi convidada a presidir um dos painéis e a encerrar a Conferência.

No outro patamar, existe, desde 2010, um mecanismo de consultas políticas entre o Brasil e a Hungria, entre as duas chancelarias, que se reuniram, em março de 2012, pela primeira vez, e agora em março de 2013, pela segunda vez. Esses mecanismos são muito importantes para intercambiar posições sobre os principais temas afetos à área externa.

O Chanceler húngaro, János Martonyi, também visitou Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, em maio de 2012. Manteve vários contatos, evidentemente, em Brasília, com o Ministro Patriota e, nesta ocasião, assinou um protocolo ou um memorando de entendimento para cooperação das duas academias diplomáticas. No Rio de Janeiro, foi assinado um memorando de entendimento entre o BNDES e o Eximbank da Hungria.

Também em consequência da vinda do chanceler húngaro, em novembro do ano passado, realizou-se em Brasília a primeira reunião da Comissão Mista Econômica entre os dois países, uma comissão que havia sido criada em 2006. Foram assinados, na ocasião, três atos, memorandos de entendimento para cooperação na área de agricultura orgânica, outro na área de promoção comercial e investimentos entre a Apex e a Agência Húngara de Comércio e Investimento e um acordo de serviços administrativos no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, o que possibilitou a oferta de vagas a brasileiros nas universidades húngaras. A segunda reunião deve se realizar este ano, em Budapeste, em princípio, no mês de setembro.

O chefe do lado húngaro na Comissão Mista visitou também o Rio de Janeiro e São Paulo, onde manteve contatos, sobretudo na área empresarial, na Fiesp, na Firjan, no Rio de Janeiro, na Associação Comercial do Rio de Janeiro. Na Fiesp, foi assinado também um acordo entre a própria Fiesp e a sua congênere húngara. É curioso notar que o Dr. Paulo Skaf, Presidente da Fiesp, já tinha visitado a Hungria dois meses antes, de maneira que essa área empresarial também está se aproximando.

Agora no início de março, também o Senador Marcelo Crivella, Ministro da Pesca e Agricultura, visitou Budapeste. A Hungria já manteve, no passado, entre os anos 80 e 90, uma cooperação interessante com o Brasil nessa área. Então, essa cooperação deve ser renovada, evidentemente, em bases atualizadas. Numa outra área, o Ministro **Benjamin** Zymler, do Tribunal de Contas da União, também agora em março, esteve em Budapeste, quando assinou...

(*Soa a campanha.*)

O SR. VALTER PECLY MOREIRA – ... o acordo de cooperação técnica com o escritório estatal de auditoria da Hungria, restabelecendo e renovando uma cooperação que já existiu no passado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não posso deixar de apontar um lado importante: a falta de contatos que se nota mais estreitos entre o Senado Federal e a Câmara dos Deputados do Brasil com a Assembleia Nacional da Hungria. Eu os convido a intensificar as relações também nessa área tão fundamental.

Por fim, uma palavra sobre comércio e investimento. O intercâmbio comercial Brasil/Hungria alcançou, em 2012, a marca histórica de US\$484 milhões. Não é muito, mas é importante registrar que isso representa um aumento de 16% em relação ao ano anterior e, se for verificado o período, o quinquênio 2008/2012, houve uma expansão de 176%.

Esses resultados ainda são naturalmente modestos tendo em vista que representam apenas 0,5% do comércio brasileiro com a União Europeia, mas não deixa de ser promissor que a Fiesp e a Firjan, portanto, a área empresarial, estejam ativamente engajadas nesse esforço de aumentar a cooperação. A julgar pelos números dos dois primeiros meses deste ano, cerca de US\$96 milhões, um terço a mais do que foi registrado no mesmo período no ano passado, a tendência de alta está mantida e novo recorde deverá ser alcançado este ano.

A pauta exportadora nos dois sentidos é, basicamente, de produtos industrializados, mas, enquanto a Hungria exporta, sobretudo, produtos mecânicos de alto valor agregado, o Brasil apresenta uma pauta de produtos derivados de *commodities*. É fundamental, portanto, para atenuar essa diferença, que se organizem missões comerciais brasileiras à Hungria com vistas a identificar novos produtos.

Acessei, por minha conta, porque a área de investimentos é muito regular, se vamos assim olhar, dependendo da origem da fonte, os dados são muito díspares. No lado do Brasil, praticamente, não há registro sobre os investimentos brasileiros na Hungria. Portanto, assim, se, depois, os senhores quiserem se aprofundar, posso entrar nisso, mas prefiro deixar de

lado porque a discrepância é enorme. Vou citar apenas um exemplo, do lado brasileiro, um documento do MDIC que acessei, US\$8 milhões, US\$9 milhões, US\$10 milhões cada ano que o Brasil teria investido. E, aí, entro no FMI e vejo que lá consta, em 2010, US\$1,2 bilhão, que é o que também registra, mais ou menos, o Banco Central da Hungria.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VALTER PECLY MOREIRA – Pois é, as áreas mais promissoras são na área de serviço e de ciência, tecnologia da informação, em que são realmente muito bons. Não sei se os senhores sabem, mas a Hungria tem 11, surpreendeu-me isso, Prêmios Nobel, todos nessas áreas de ciência, matemática. Então, é um país que se dedica muito a isso.

Os investimentos húngaros no Brasil já são mais contabilizados e têm, assim, US\$106 milhões, em 2008, US\$61, em 2009, US\$186, em 2010, em 2011, ainda não temos nossos dados próprios, mas o FMI indica US\$161 milhões.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é com entusiasmo que encaro a tarefa de representar o Brasil na Hungria. Trata-se de fase muito positiva, estimulante das relações bilaterais, que precisa ser levada adiante. Podem estar seguros de contar com o meu empenho pessoal para isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Declaro aberto o processo de votação, para que os Srs. Senadores possam expressar o seu voto e abro a palavra para os Srs. Senadores, por ordem de inscrição, ao Senador Eduardo Suplicy. A palavra é de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Senador Ricardo Ferraço, prezados Embaixadores Edson Marinho Duarte Monteiro, indicado para representar o Brasil na Armênia, e Embaixador Valter Pecly Moreira, para representar o Brasil na Hungria. Desejo a ambos todo sucesso, sobretudo, porque têm honrado o Brasil nas respectivas missões diplomáticas.

Quero agradecer a atenção do Embaixador Edson Marinho Duarte Monteiro. Quando visitei o Timor Leste, acompanhou-me nas diversas audiências que mantive ali com as autoridades daquele governo, que se interessaram muito pela proposta de uma renda básica de cidadania. Eu queria encaminhar a ambos o exemplar atualizado, a 7ª edição do livro *Renda de Cidadania – A Saída é Pela Porta*, como também da cartilha que o Ziraldo fez explicando de maneira muito didática a proposição.

Eu gostaria de dizer que, ainda recentemente, recebi do Embaixador do Azerbaijão, que é perto da Armênia e não longe da Hungria, um convite para

que eu possa até fazer uma exposição lá a respeito do assunto. Então, é capaz de eu seguir em missão diplomática nesse sentido para a região.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade, o Senador Aloysio Nunes já tocou um pouco nesse assunto no diálogo com o Embaixador Edson Marinho Duarte Monteiro, como a Armênia está situada na conflituosa região do Cáucaso, comprimido entre o Irã e a Rússia, e, com a dissolução da União Soviética, região estratégica que foi dividida em vários países que não têm, em geral, boas relações diplomáticas – e esse é o caso, o senhor já mencionou, do Azerbaijão e da Armênia, que lutam pela posse da localidade Nagorno-Karabakh, cerca de 20% do Azerbaijão está ocupado por tropas armênicas – e a Armênia não tem, assim, tão boas relações com a Turquia, em função do papel desempenhado pelo Império Otomano, no genocídio armênio, no qual teriam sido mortos, entre 1915 e 1923, cerca de 1,5 milhão de armênios... Como está o desenvolvimento de uma relação de melhor entendimento da Armênia com os seus vizinhos, tendo em conta essa situação no passado?

Em que pese a Armênia ter uma população relativamente pequena, é interessante que haja um número tão significativo de armênios no Brasil, uma população de quase 3 milhões de habitantes. Muitos armênios vieram ao Brasil e essa relação da colônia armênia com o Brasil é bastante interessante, inclusive em São Paulo moram muitas pessoas de origem armênia. Eu agradeceria se pudesse nos explicar as razões dessa relação muito forte da colônia armênia com o Brasil e como isso poderá colaborar para um melhor desenvolvimento com a Armênia.

O que noto é que, na balança comercial, as importações do Brasil em relação à Armênia são muito menores do que as nossas exportações, que, ainda, conforme salientou, não são tão significativas, mas, certamente, poderão crescer mais. Para que isso ocorra, faz-se necessário que o Brasil também importe mais da Armênia. Que espaço haveria para isso e com quais tipos de produtos?

O Embaixador Valter Pecly Moreira nos informou que, em que pese a economia húngara ter um período de recessão forte nesses últimos dois anos, ainda assim, do ponto de vista da relação bilateral Brasil e Hungria, houve um acréscimo, uma dinamicidade muito positiva. Agradeço se puder nos informar quais são os produtos responsáveis, as áreas de produção responsáveis por esse dinamismo, que pode inclusive ser aumentado, pelo que o senhor nos colocou.

Eu tive oportunidade de conhecer a Hungria em 1972. Passei pouco tempo lá. Era uma época de curiosidade, nos meus 21 anos, para saber o que eram os

países do Leste Europeu, a organização dos países socialistas e quais eram também as características dos países que tanto progrediam no Mercado Comum Europeu. Ali cheguei à conclusão de que era importante caminharmos na direção de termos instituições mais justas, mas por meios democráticos. Então, ter passado pela Hungria também colaborou para que eu pudesse ter essa visão.

Mas eu desejo a ambos todo o sucesso nas suas respectivas missões diplomáticas e me coloco à disposição, inclusive, no diálogo a respeito das transferências de renda dos programas brasileiros. Em ambos os países, sei que há um interesse grande no assunto mais e mais debatido nos mais diversos países do planeta Terra: a renda básica de cidadania.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/ PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, eu quero apenas fazer uma saudação muito respeitosa e carregada de votos de felicidades aos dois Embaixadores que se preparam para assumir a nossa representação diplomática na República da Armênia e na Hungria.

Foram duas exposições que, no estágio atual de informações que nós temos, me pareceram amplamente satisfatórias e que poderão ser completadas com as respostas às perguntas feitas pelo Senador Eduardo Suplicy.

Em relação à comunidade armênia, em São Paulo, realmente V. Ex^a deve saber, Senador, que nós temos uma comunidade muito ativa, muito importante e muito influente não apenas na capital, mas também no interior do Estado de São Paulo. É uma comunidade armênia que nos orgulha e nos honra.

Tivemos representantes importantes dela aqui, no Congresso. O senhor fez alusão a isso, ao nosso querido e saudoso Fernando Gasparian e, ainda recentemente, ao Antonio Kandir, que foi nosso colega e Ministro, e são dois expoentes da comunidade armênia em São Paulo. Ela está em todos os campos, até mesmo na gastronomia. Nós temos lá a Casa Garabed, que o senhor talvez pudesse visitar antes de ir para a Armênia, e fica ali em Santana.

Quanto ao Embaixador Valter Pecly, foi uma alegria e uma coincidência muito feliz o fato de eu ter sido designado pelo Presidente para relatar a sua indicação.

Nós convivemos realmente um período da nossa vida profissional – a minha vida política e a sua vida profissional – do qual tenho a melhor das lembranças. O senhor é um embaixador, um funcionário que honra

o serviço público brasileiro e tenho certeza de que será um grande Embaixador na Hungria.

A minha palavra é apenas de congratulações com a Presidente Dilma, com o Ministro Patriota e com V. Ex^{as}, que seguramente serão aprovados por esta Comissão e o mais cedo possível pelo Plenário do Senado.

Até acho que podemos – não sei se é usual, Sr. Presidente –, logo em seguida, votarmos um requerimento de urgência para que os nomes sejam submetidos ao Plenário o quanto antes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – A palavra é de S. Ex^a, o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Presidente, a minha fala também é muito breve.

Eu me sinto contemplado nas explicações já dadas aqui pelos nobres Embaixadores. Apenas meus votos para que tenham sucesso.

Como foi dito aqui pelos dois Senadores, nós temos uma colônia grande em São Paulo. É preciso que esse intercâmbio, essas ligações sejam feitas com a nossa região – eu sou do Acre – e que possamos trabalhar essa ligação entre a nossa Amazônia e esses dois países, para que possamos fazer uma divulgação maior da região.

Então, o meus votos são no sentido de que vocês possam representar nosso País, com certeza, com a competência que os senhores têm e nos colocamos à disposição, tanto aqui na Comissão como no plenário, para apoiar os dois pleitos dos senhores à frente dessas duas embaixadas.

Parabéns e sucesso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permita-me, Sr. Presidente, um *post scriptum*.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pois não, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu só tenho uma curiosidade, mas que seguramente não poderá ser satisfeita aqui no âmbito dessa exposição.

O que teria sobrado do período em que esses dois países viveram no regime socialista? Qual teria sido a herança? Será que acabou tudo? Sobrou alguma coisa?

Quando se olha para trás na história política ocidental, depois da Revolução Francesa e do período napoleônico, veio a restauração, inclusive dos Bourbon. Mas sobreviveram o Código Civil, instituições criadas durante a Revolução. Não foi restabelecido o regime feudal, a igualdade civil foi mantida.

O que teria sobrado do regime socialista, depois da restauração do capitalismo nesses países? É o que me pergunto. Será que houve a volta de velhos nacionalismos? Na Hungria, eu sinto que há algo nessa linha na atual política húngara. Eu não sei na Armênia. Parece-me que os quadros que dirigem a Armênia hoje são quadros saídos, até recentemente, do aparelho do Partido Comunista da União Soviética.

Mas essa é uma curiosidade que seguramente não poderá ser respondida agora, mas que, ao longo da permanência dos senhores nos países onde irão nos representar, se puderem me dar notícias depois. Eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Com a palavras S. Ex^{as} Edson Marinho e, em seguida, o Valter Pecly, em para responder as indagações dos Srs. Senadores.

O SR. EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu iniciaria, fazendo o que já devia ter feito: uma saudação especial ao Exm^o Sr. Senador Eduardo Suplicy, Relator da minha indicação. Eu fiquei muito feliz quando o vi indicado, lembrando-me de bons momentos que passamos em Díli, quando V. Ex^a teve ocasião de apresentar o seu programa de renda mínima básica, quando foi recebido pelo Primeiro-Ministro Xanana Gusmão, pela Ministra das Finanças e também teve ocasião de falar no Parlamento Nacional e na universidade. Em suma, teve oportunidade de bem transmitir o seu pensamento nessa área.

Timor-Leste ainda não avançou, infelizmente. Nós todos sabemos que lá há um problema muito grande, o índice de pobreza ainda é alto, o índice de desnutrição é um dos mais altos do mundo. Ainda há muito por fazer. Mas estão sendo adotadas naturalmente algumas iniciativas. Uma que gosto de lembrar é que lá já existe o Bolsa Mãe. Qualquer semelhança com o Bolsa Família brasileiro é mera imitação. Não é coincidência. O Brasil é, certamente, um exemplo nesta área, tem sido já desde há muitos anos e Timor-Leste olha para o Brasil nesta área. Eles têm um fundo do petróleo. V. Ex^a lembrou muito pertinentemente que isso dá um paralelo com o Alaska, que lá aplicou esse programa de renda mínima, utilizando os recursos do petróleo. Então, ainda está em evolução, Senador.

Mas, eu gostaria de retomar, então, as perguntas que me foram feitas pelo Senador Suplicy. A situação efetivamente das relações entre a Turquia e Armênia e entre Azerbaijão e Armênia são muito preocupantes, claro, muito prejudiciais, eu acredito, algo que poderia ser o destino melhor de todos esses países. Eu acho que eles poderiam certamente interagir mais, ter mais intercâmbio, ajudarem-se mais e, com isso, realizarem

o que nós entendemos seja os anseios de todos, qual seja, oferecerem melhores condições de vida aos seus cidadãos e alcançarem maior desenvolvimento.

O Brasil, como é tradicional na nossa diplomacia, mantém uma política de neutralidade e certamente não procura influenciar um lado ou outro, não procura, enfim, induzir a busca de soluções por entender, primeiro, no caso da Turquia e da Armênia especificamente, que já há entendimentos ocorrendo.

Sr. Presidente, em 2008 e 2009, ocorreu entre a Turquia e Armênia o que se chama diplomacia do futebol. Jogos eliminatórios para a Copa do Mundo, em que as duas seleções tiveram que se confrontar. Houve um jogo na Armênia, houve um jogo na Turquia e os presidentes dos dois países foram assistir. O que abriu ... *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO – Senador, a equipe turca é melhor do que da Armênia. Em futebol, a gente não tem tanta dúvida. *(Risos.)*

Então, dessa interação surgiu uma proposta de entendimento. E foram assinados dois memorando de entendimento definindo um mapa do caminho. O que se objetivaria, segundo esses papéis, primeiro, abertura das fronteiras, estabelecimento e relações diplomáticas, abandonava-se qualquer reivindicação territorial, e quanto à questão mais difícil, a questão vinda de reconhecimento ou não de ter havido genocídio se criaria um grupo de comissão binacionais de notáveis que iriam se discutir. Que formula se encontraria – tem que ser encontrada uma fórmula – que atenda aos dois países? A Turquia não vai fazer uma declaração em aberto de reconhecimento de um fato, a Armênia quer que seja feita algum tipo de reconhecimento, então seria preciso encontrar uma fórmula.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO – Não, não. É simplesmente o efeito moral, a reparação moral, enfim, de reconhecer que houve uma arbitrariedade.

Lamentavelmente, esse papéis não foram ratificados, eles continuam válidos, a assinatura dos dois presidentes aí está. Mas eles ficaram no Parlamento para a discussão e aí por injunções de políticas interna, porque a questão provoca realmente radicalismos internos também e ao que parece também por influência de algum componente da diáspora mais radical, o Parlamento armênio não deu continuidade ao exame da questão. E lá está, mas não foi anulado o que foi feito. Então, há esperança sempre de que um momento de menos radicalismo de parte e outra se possa retomar esses entendimentos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O senhor dá um exemplo muito positivo do potencial da diplomacia do futebol. Acredito muito no esporte, especialmente no futebol. E nós vamos ter aqui a Copa do Mundo, que já teve um papel tão importante na África do Sul, e o beisebol, que, na África do Sul, foi fantástico para a democratização do próprio país.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Às vezes, dá errado, quando um juiz ladrão anula um gol, mais um pênalti que não existiu, e é guerra outra vez.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É, e a torcida de certos times, às vezes, age de uma maneira inadequada. Então, acho que todos nós....

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, tem havido torcidas dos mais diversos times, às vezes, agindo com violência. É nossa responsabilidade sugerir a todas as torcidas, especialmente ao recebermos os times de todos os demais países, inclusive de países fronteiriços de grande rivalidade conosco... Mas que possamos tratá-los com toda a civilidade e alegria do futebol.

O SR. EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO – Muito bem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu acho importante o exemplo que o senhor dá da diplomacia do futebol.

Mas, Sr. Presidente, Sr. Senador, volto então à outra questão.

A Turquia, naturalmente, tem com o Azerbaijão uma relação mais forte. E quando esse radicalismo se manifestou pelo lado armênio, a Turquia resolveu introduzir um novo componente: dizer que somente se entenderia com a Armênia depois de resolvida a questão de Nagorno-Karabakh, o que é uma pena.

E a questão de Nagorno-Karabakh, evidentemente, está sendo tratada desde que se encerrou o conflito, em 2004, antes mesmo. Quer dizer, o conflito foi encerrado, houve um cessar-fogo mediado pelo grupo de países – Rússia, França, Estados Unidos, países vizinhos –, que até hoje está no contexto de um chamado Grupo de Minsk – Organização para a Segurança e Cooperação Europeia. Esse é o cenário em que vêm se realizando conversações para se buscar uma solução para essa questão.

Já se chegou, como eu mencionei, a uma dezena de princípios que aplicados poderiam permitir que se encontrasse uma solução negociada. Começa-se com princípios que já estavam em vigor desde 1975, quando se começou a negociar com o então Bloco Soviético uma aproximação, enfim, com a Europa Ocidental: não

uso da força, não ameaça do uso da força, respeito à integridade territorial.

(Soa a campanha.)

O SR. EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO – Mas foram acrescentados princípios específicos para essa questão, como eu mencionei: permissão de retorno dos refugiados, segurança garantida, força de paz e, em um determinado momento, um plebiscito.

Muito bem, esses princípios estão aceitos. Os dois lados têm conversado. Em 2012, no início do ano, os dois Presidentes trazidos pelo Presidente da Rússia se sentaram e disseram: “Vamos encontrar uma solução.” Mas isso internamente não evoluiu. Mas isso tudo me deixa a esperança – acho que temos de viver com esperanças, não é? Já vimos tantas mudanças; a própria mudança na Europa, enfim, como a própria queda do muro, como se diz. Quem a previu? Ninguém. Mas ela aconteceu, porque era uma evolução que, ao final – todos entendemos –, seria natural.

Então, eu iria para a Armênia, nomeado com a esperança de que pudesse, quem sabe, até ver uma mudança nessas duas áreas.

Há uma data: 2015 é o centenário do que se convencionou chamar ou do que se chama o genocídio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO – Sim, sim, sim. Mas 2015, Senador, eu imagino que poderia ser o momento – quem sabe? – para se encontrar essa solução. Mas, como sabemos, tenho deixado claro, são questões que realmente geram muito sentimento, muito radicalismo dos dois lados.

Bom, eu gostaria de voltar a falar da presença da colônia armênia, dos descendentes de armênios do Brasil e, efetivamente, são inúmeros os exemplos de contribuições trazidas, enfim, à vida do País.

Eu gostaria só de lembrar que a única missão que ocorreu a Armênia... A única missão de prospecção, de oportunidade que realizou a Armênia até hoje levou empresários, Pedro Grendene, por exemplo, que é um dos grandes industriais da área de calçados, que lá encontrou, enfim, viu algumas possibilidades de negociação, mas também foram da área bancária, da área de comércio exterior. Então, é preciso, realmente pensar nessa contribuição potencial que pode ser prestada pela colônia.

Mas o Sr. Senador Sérgio Petecão também mencionou a importância de não se esquecer da Amazônia, não é? Eu tenho que sempre lembrar, nós todos temos que sempre lembrar que o embaixador representa todo o Brasil, não é?

(Soa a campanha.)

O SR. EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO

– O embaixador representa todos os interesses, e lá estaremos, então, nesse propósito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Embaixador Valter Pecly Moreira

O SR. VALTER PECLY MOREIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Reagindo à pergunta e aos comentários do Senador Eduardo Suplicy – em primeiro lugar, muito obrigado pelo livro –, eu disse aqui que, na pauta comercial, que o senhor perguntou especificamente como se caracteriza, as importações brasileiras são de produtos industrializados com alto valor agregado e as exportações basicamente também, mas com menor valor agregado.

A explicação muito simples e rápida é que há um parque industrial na área automobilística muito grande na Hungria, há Mercedes, Volkswagen, Audi, GM, enfim, vários que enviam peças aqui para suas congêneres no Brasil e isso aumenta muito as exportações húngaras. Só para o senhor saber, eu tenho aqui a pauta. Basicamente, os principais produtos são motores de explosão, telefonia, resinas amínicas – o que eu não sei o que é –, eixos de transmissão, congeladores, *freezers*, partes de outras turbinas a gás, misturas, engrenagens e rodas. O senhor vê, então, que a indústria automobilística está muito presente.

Do lado brasileiro também são produtos industrializados, em geral, mas assim semimanufaturados, como chamamos. O ponto número um é fumo; dois, couros e peles; depois temos molas helicoidais; outras partes de refrigeradores; papel cartão autoadesivo; facas de cozinha; e por aí vai.

O animador que existe nesse relacionamento é que está crescendo, embora não seja de grande dimensão. E o que se nota muito facilmente é o interesse que desperta, no tempo recente, na Fiesp, por exemplo, na Firjan, na Associação Comercial do Rio. O Dr. Paulo Skaf visitou a Hungria, uma missão da Firjan também foi lá, no final do ano passado, e haverá uma mesa de negócios prevista para maio, voltada para negócios no Rio de Janeiro. Então, a perspectiva é que melhore.

V. Ex^a também disse que visitou a Hungria em 1962. É hora de voltar. Deve ter havido grandes mudanças, e eu estarei lá, se aprovado por esta Casa, com maior prazer em recebê-lo.

Quanto ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, agradeço as suas referências a mim. É difícil, para mim que nunca estive na Hungria... Aliás, deparei-me com esse convite que aceitei, e meu conhecimento, devo confessar, era muito pequeno a respeito da Hungria

três, quatro meses atrás. De maneira que é difícil sentir assim o quanto a herança socialista permanece.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É assunto para depois.

O SR. VALTER PECLY MOREIRA – Eu sei, mas não se deve esquecer de que a Hungria de certa maneira nunca se conformou, tanto que, em 1956, houve aquela revolta importante contra o regime; eles, democratizados, imediatamente procuraram se integrar à União Europeia. A Hungria fez parte da primeira leva de países que aderiram à União Europeia – dessa área, evidentemente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Aliás – me perdoe –, nos antecedentes imediatos à queda do muro de Berlim, nós tivemos um enorme afluxo de refugiados que vinham pela Hungria para tentar entrar na Áustria. Era uma rota de fuga de refugiados quando o colapso do regime soviético ficou evidente.

O SR. VALTER PECLY MOREIRA – Pois é. Queria fazer apenas um comentário, porque aqui muito se falou da comunidade armênia no Brasil, mas tem uma relativamente importante comunidade húngara, descendentes húngaros, sobretudo em São Paulo, terra dos dois Senadores, que talvez possam até me ajudar, quem sabe, daqui a umas semanas, a manter um contato com essa comunidade. Pretendo visitá-los, se aprovado aqui.

Para responder ao Senador Sérgio Petecão, queria dizer que é importante ouvir... porque nós ficamos muito concentrados em Rio e São Paulo – no caso da Hungria, um pouquinho no Rio Grande do Sul – em ter essa visão do Amazonas, que pode talvez enriquecer até o intercâmbio comercial no futuro, quando começarmos a ver como exportar mais para a Hungria.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Srs. Embaixadores.

De acordo com o disposto no inciso IV, do art. 52, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno do Senado, esta reunião da Comissão será transformada em secreta e gostaria de solicitar ao Senador Sérgio Petecão para que atuasse como secretário no processo de escrutínio.

(A reunião torna-se secreta às 11 horas e 09 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – A reunião está reaberta.

Comunico a aprovação dos Srs. Embaixadores Edson Marinho Duarte Monteiro e Valter Pecly Moreira.

Cumprimento a V. Ex^{as} e desejo todo êxito à frente das embaixadas a que V. Ex^{as} foram designados.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Antes mesmo de dispensar os dois Embaixadores, queria sugerir a V. Ex^a que possa nos fazer um breve relato, Presidente Ricardo Ferraço, da missão diplomática que V. Ex^a realizou junto à Bolívia, na semana passada, para a qual V. Ex^a me convidou – me senti honrado, mas estava impossibilitado. Portanto, eu agradeço se puder nos dar um breve relato da missão tão importante que, em nosso nome, V. Ex^a realizou. Acho que o Senador Petecão também tem grande interesse, assim como todos nós, obviamente, vez que V. Ex^a ali desempenhou um papel muito relevante, tendo em conta o apelo de tantas famílias daqueles torcedores do Corinthians que estão ainda detido. V. Ex^a pôde ali tratar desse assunto, bem como de outros.

Agradeço se puder nos dar um breve relato. Acho que é do interesse até dos Embaixadores Valter Pecly Moreira e Edson Marinho Duarte Monteiro, porque V. Ex^a falou em nome do Brasil ali.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Presidente, pela ordem também, depois do Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem o Senador Aloysio Nunes; em seguida, o Senador Sérgio Petecão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a já proclamou o resultado da nossa deliberação, então, queria requerer urgência para o projeto de resolução.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Consulto os Srs. Senadores a respeito do requerimento de urgência do Senador Aloysio Nunes Ferreira para que o processado possa ir para a Mesa e possamos deliberar em plenário o mais rápido possível.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram *(Pausa.)*

Aprovado, Senador Aloysio Nunes.

(São os seguintes os requerimentos apreciados:

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 12, DE 2013

Nos termos do art. 336 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência na tramitação da Mensagem do Senado Federal

MSF nº 111, de 2012, para que seja devidamente encaminhado ao Plenário desta Casa.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 13, DE 2013

Nos termos do art. 336 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência na tramitação da Mensagem do Senado Federal MSF nº 7, de 2013, para que seja devidamente encaminhado ao Plenário desta Casa.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.)

Com a palavra o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Presidente Ferraço, a minha fala é só para reforçar a fala do Senador Suplicy.

Na verdade, assisti à matéria do Fantástico, queria lhe parabenizar, fiquei muito orgulhoso da sua atitude de visitar em Oruro aqueles brasileiros que estão presos. Estou acompanhando a situação da Bolívia, que já vem se arrastando por muitos anos. Lá em La Paz, na embaixada brasileira, tem-se criado uma situação muito difícil, principalmente para o Embaixador Marcel Biato. Há trezentos dias um senador boliviano está lá na embaixada e o governo boliviano não libera o salvo-conduto para que ele se dirija da embaixada até o aeroporto para vir ao Brasil. O Brasil já concedeu asilo político. Eu vi o seu relato, o senhor fez uma visita ao senador e nós precisamos... Eu tive a informação de que, na semana que vem, o Chanceler Antonio Patriota vai estar nesta Comissão e acho que vamos ter uma grande oportunidade, Senador Suplicy, de tratar desse assunto. É inadmissível uma pessoa há 300 dias numa embaixada, isso é uma afronta ao Governo brasileiro.

Estive recentemente na Assembleia da União Interparlamentar, onde estavam reunidos mais de 126 países, mais de 1.300 delegados, e fiz questão de fazer um relato na Comissão de Direitos Humanos a respeito desse caso do Senador Roger Pinto. Pedi que o Parlamento tomasse algumas providências. Fiz um relato na frente dos parlamentares bolivianos que estavam ali, os senadores e deputados federais. Penso que está passando da hora de resolvermos aquela situação.

Eu queria fazer aqui um registro especial, Presidente, Embaixadores e colegas Senadores, da presença do Deputado Federal Omar González, da Venezuela. Um colega me procurou, indicado por outro amigo, para que fosse formado um grupo de fiscalização e fortalecimento da democracia na América Latina. Ele está preocupado, porque dia 14 de abril haverá eleição

na Venezuela. Ele já encaminhou um documento, que vou passar às suas mãos, Presidente, que conta com o apoio do Parlamento peruano, em que pede que o Parlamento brasileiro, esta Comissão principalmente, apoie, crie uma comissão – não sei o termo técnico –, para que possamos estar lá como observadores, para que possamos dar maior transparência e maior tranquilidade para esse pleito.

Ele também encaminhou um documento, que ele já encaminhou à autoridade competente, que lá é o Conselho Nacional Eleitoral. De forma que eu queria chamar a atenção dos colegas aqui para que possamos tratar essa situação da Venezuela com o carinho que ela merece. É uma forma até de legitimarmos essas eleições.

Então, fica aqui o nosso registro e, mais uma vez, quero parabenizá-lo pela sua coragem. Eu, pelo menos, moro na fronteira da Bolívia, o Estado do Acre faz fronteira com Pando, e hoje não tenho coragem de transitar em território boliviano por conta das denúncias que já fiz aqui, tanto na tribuna do Senado quanto nas comissões a respeito da situação desse Senador boliviano que está há mais de 300 dias na embaixada brasileira. Espero que os nobres Embaixadores não se deparem com uma situação dessas. Eu ouvi um depoimento do embaixador, é uma coisa muito difícil para ele.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Agradeço ao eminente Senador Sérgio Petecão e, de igual forma, ao Senador Eduardo Suplicy.

Se não houver discordância de S. Ex^{as}, na próxima quinta-feira, estaremos recebendo aqui o Ministro Antonio Patriota. E eu estarei fazendo um relato, de viva voz, na presença do nosso Ministro e de um conjunto de mais Senadores, aqui na Comissão, sobre a nossa ida à Bolívia, não apenas pelo caso dos brasileiros que estão detidos em Oruro, mas também pelo caso do Senador Roger Pinto, assim como por nossas relações com a Bolívia.

Portanto, se não houver da parte de V. Ex^{as}, eu farei...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Acredito que V. Ex^a, mesmo como Presidente da Comissão, poderá eventualmente tomar medidas de acompanhamento, porque, afinal de contas, os 12 brasileiros estão lá aguardando a possibilidade de serem libertados, uma vez que já ficou evidente quem foi a pessoa que cometeu, mesmo que involuntariamente, o assassinato daquele menor. E os demais estão lá detidos sem que haja efetivamente a demonstração de que eles tiveram participação no episódio. E também há uma evolução, até a próxima semana, do próprio

Senador na Embaixada da Bolívia. Mas estejamos todos atentos.

Então, estou de pleno acordo que V. Ex^a faça o relato pormenorizado perante o nosso Ministro Antonio Patriota com respeito ao requerimento que agora o Senador Petecão menciona, que já foi lido e não sei se aprovado. É o requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin para que o Senado esteja representado ali nas eleições da Venezuela. Acho que contempla o que o Senador Petecão menciona. Já foi apresentado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – O que nós precisamos observar é a melhor tradição diplomática. O ideal é que o governo da Venezuela nos convide para ser observador de um processo eleitoral e não que nós nos ofereçamos.

A tradição diplomática recomenda que o maior dos interessados seja o próprio governo da Venezuela, o Estado venezuelano, e que nós possamos acompanhar a litude, enfim, do quadro eleitoral, do processo eleitoral da Venezuela. Portanto, estamos observando o melhor caminho para que isso não seja interpretado de uma forma equivocada.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Pois não, Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – O Ministro estaria vindo na próxima quinta? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Depois de amanhã, quinta-feira, no dia 4.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – É porque quinta-feira é um dia...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Quinta-feira é o dia normal das nossas reuniões ordinárias.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Eu moro no Acre e de lá a gente não voa na hora que quer, mas na hora que pode. Mas tudo bem. Está correto. Vou estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Seria muito importante que V. Ex^a pudesse estar presente conosco, tendo em vista a relevância dos temas que V. Ex^a, inclusive, tem tratado há algum tempo, nesta Casa.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Às 10 horas, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Às 10 horas, Sr. Senador.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) –

REQUERIMENTO

Nº 14, DE 2013 – CRE

(Aditamento ao RRE 42 de 2012 – CRE)

Em aditamento ao Requerimento de nº 42 /2012 – CRE, que trata da realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, destinada a instruir o PLS 399, de 2011, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica, requeiro que seja incluído o nome do Sr. Paulo Cesar Duque Estrada – Presidente do Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa (FOPROP).

Requerimento da Senadora Ana Amélia.

REQUERIMENTO

Nº 15, DE 2013 – CRE

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Relações Exteriores, para discutir a regulamentação para o uso civil, comercial e militar dos chamados “drones” ou Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT). Segundo informações levantadas pela imprensa existem mais de 200 equipamentos em operação no Brasil sem que exista regulamentação, por parte dos órgãos competentes, para sua utilização. Para tanto sugiro sejam convidados:

- Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito – Comandante da Aeronáutica;
- Sr. José Eduardo Cardozo – Ministro de Estado da Justiça;
- Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranyes – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil;
- Sr. Sami Youssef Hassuani – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança.

É como requerem os Srs. Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ana Amélia.

Lidos os requerimentos nesta reunião, na próxima, estaremos deliberando sobre os mesmos.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião reiterando os meus mais sinceros votos de êxito aos nossos Embaixadores que passam a coordenar as nossas missões diplomáticas na Armênia e na Hungria. Muito obrigado e sucesso a V. Ex^{as}.

(Iniciada às 9 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 27 minutos.)

**COMISSÃO DE SERVIÇOS
DE INFRAESTRUTURA – CI****ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS E TRINTA MINUTOS.**

Às quatorze horas e quarenta e um minutos do dia vinte e seis de dois mil e treze, no Plenário nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em exercício da Senadora **Lúcia Vânia**, nos termos do artigo 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes **Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Wilder Moraes, Fernando Collor, Gim, Blairo Maggi, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Ivo Cassol, Alvaro Dias e Cyro Miranda**. Registra-se a presença do Senador não-membro **Sodré Santoro**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores. Havendo número regimental, a Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Senhora Presidente encaminha a deliberação da pauta, destinada à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Usam da palavra os Senadores **Waldemir Moka, Gim, Blairo Maggi, Fernando Collor, Flexa Ribeiro, Delcídio Amaral e Vanessa Grazziotin**. A Presidente comunica que o Senador **Fernando Collor** e o Senador **Sérgio Petecão**, foram indicados pelas Lideranças Partidárias para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. A Presidente inicia o processo de votação, convidando os Senadores para exercerem o direito ao voto. Após a votação, são designados escrutinadores os Senadores **Flexa Ribeiro e Vanessa Grazziotin**. Em seguida, a Presidente comunica que, em escrutínio secreto, são eleitos para o biênio 2013/2014, como Presidente o Senador **Fernando Collor**, e para Vice-Presidente o Senador **Sérgio Petecão**, com 15 votos, sendo 15 favoráveis. Às quinze horas e dezoito minutos, a Senhora Presidente em exercício, Senadora **Lúcia Vânia**, transfere a direção dos trabalhos ao Presidente eleito, Senador **Fernando Collor**. Assumindo a Presidência, o Presidente discursa acerca dos trabalhos da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2013/2014.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: para Presidente, Senador Fernando Collor; para Vice-Presidente, Senador Sérgio Petecão.

Declaro aberto o processo de votação, que será feito em escrutínio secreto, informando às Srªs e aos Srs. Senadores que já encontram sobre a mesa as cédulas de votação, devidamente rubricadas, para serem preenchidas pelo votante após a chamada nominal, obedecidas as composições partidárias.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Enquanto V. Exª procede à votação, eu gostaria de dizer a V. Exª que, nos últimos dois anos, eu tive o prazer e o privilégio de conviver com a Presidência de V. Exª, que conduziu com muita eficiência, com altivez e, sobretudo, com muita isenção os trabalhos desta Comissão, cuja importância é fundamental para a vida do nosso País: grandes debates, audiências públicas, projetos importantes.

Eu queria – no momento em que vamos eleger uma nova Mesa Diretora, e com certeza vamos eleger o Presidente Fernando Collor – parabenizar V. Exª pelo trabalho nesses dois anos e dizer a V. Exª que pode ter a certeza de que dificilmente alguém poderia ter feito um trabalho melhor do que o que V. Exª fez nos últimos dois anos.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço a V. Exª, Senador Waldemir Moka.

Quero dizer, Senador, que se pudemos exercer um bom trabalho aqui é porque contamos com a colaboração do nosso Vice-Presidente, Senador Blairo Maggi, e a colaboração de V. Exªs, que se fizeram presentes, atuantes, tornando o debate rico, sem dúvida nenhuma, porque pudemos discutir, aqui, na ocasião,

a medida provisória do setor elétrico, que foi amplamente debatida nesta Comissão; fizemos também alguns debates sobre portos, rodovias; enfim, pudemos abranger uma gama grande de temas, com os quais V. Ex^{as} colaboraram enormemente para o sucesso desta Comissão.

Com a palavra o Senador Gim Argello.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Obrigado, Sr^a Presidente, Lúcia Vânia.

No mesmo sentido, na mesma toada, na mesma forma do exposto pelo Senador Moka, eu também gostaria de registrar que, durante esses dois anos em que V. Ex^a foi Presidente desta Comissão, a senhora iluminou muito esta Comissão com os seus conhecimentos, com o seu preparo, com o seu dinamismo.

Realmente, esta foi uma das comissões que mais trabalhou no Senado sob a sua condução, Presidente Lúcia Vânia. V. Ex^a é um exemplo de política neste País, tendo conduzido tão bem a criação da Sudeco – talvez muitos não saibam, mas, se existe a Sudeco hoje, foi criação da Senadora Lúcia Vânia; se existe o Fundo do Centro-Oeste hoje participando e ajudando o desenvolvimento do Centro-Oeste, V. Ex^a participou muito disso.

Por isso que V. Ex^a, à frente desta Comissão, a mim não me espantou a sua belíssima condução. Sob a sua Presidência, juntamente com o seu Vice-Presidente, Senador Blairo Maggi, ditando o ritmo da infraestrutura neste País. Se não houve um ritmo mais acelerado na infraestrutura deste País não foi por falta desta Comissão, porque todos os assuntos importantes foram aqui debatidos e com soluções apontadas.

Gostaria de parabenizar a senhora, Senadora Lúcia Vânia, e dizer que realmente V. Ex^a fez um grande trabalho.

Da mesma forma, acredito que o Presidente Fernando Collor e seu Vice, o Senador Petecão, darão continuidade ao brilhante trabalho desta tão importante Comissão de Infraestrutura do Senado, que neste momento fará a eleição do novo Presidente

Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Gim Argello.

Quero dizer, Senador, que as palavras de V. Ex^a são generosas. V. Ex^a oferece a esta Comissão, sem dúvida alguma, um dos melhores quadros do seu partido. Eu tenho certeza de que o Senador Collor, pela sua experiência, pela sua vivência poderá fazer desta Comissão um fórum adequado para os temas atuais que temos de debater. Temos de fazer a afirmação do Congresso no sentido de valorizar esse debate, valorizar principalmente as opiniões que são mostradas aqui, para que o Governo possa mais efetivamente acertar.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Infraestrutura, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, passou muito rápido, não é Senadora Lúcia Vânia? Foram dois anos...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não passou tão rápido assim não! (*Risos.*)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu queria, ao cumprimentá-la pela brilhante forma como conduziu esta Comissão nesse período de dois anos, fazer um registro de que houve muitos dias, eu sou testemunha, em que a Senadora Lúcia Vânia aqui esteve presente fazendo grande sacrifício, tendo em vista problemas de locomoção, que culminou em uma cirurgia feita no início deste ano. Eu percebi bem o esforço que a senhora fez para cumprir com o seu papel, o de Senadora e o de Presidente desta Comissão, onde foram feitos grandes e memoráveis debates.

A Senadora Lúcia Vânia sempre conduziu esta Comissão com muita tranquilidade, deixando que todos se manifestassem; não deixou nenhum dos atores envolvidos sem se manifestar, sem que pudesse deixar o seu ponto de vista, a sua opinião aqui nesta Comissão.

Portanto, Senadora, eu quero cumprimentá-la mais uma vez pelo brilhante trabalho na Presidência desta Comissão. Dizer também que aprendi muito com a senhora. Aprendi muito no sentido de saber ouvir mais do que falar. Esta é uma característica que poucas pessoas têm. E V. Ex^a tem essa característica também.

Agora vem o Presidente Collor novamente assumir esta Comissão. Tenho certeza absoluta que S. Ex^a continuará dando à Comissão o dinamismo necessário para que a gente possa discutir aqui, Presidente Collor, o momento importante que vive o País nessa hora em que novas concessões são realizadas tanto para o transporte ferroviário como para o rodoviário. Enfim, tudo relacionado à infraestrutura passa por esta Comissão. Por isso ela é uma das mais importantes comissões do Senado Federal.

Parabéns, Senadora Lúcia Vânia!

Nós estaremos aqui na bancada, juntamente com V. Ex^a, dando continuidade ao trabalho.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Blairo.

Quero dizer da minha satisfação em tê-lo tido como Vice-Presidente. Pela sua experiência, eu tenho a certeza de que muitos debates foram enriquecidos com a sua atuação ao meu lado. Quero dizer da minha satisfação de poder ter contado com a presença de V. Ex^a.

Quero dizer também aos Srs. Senadores que procurei, durante o período em que assumi a Presidência, manter a isenção, embora seja uma Parlamentar

de oposição, eu nunca permiti que a Comissão fosse palanque deste ou daquele partido. A Comissão procurou trabalhar com a maior isenção possível, sempre abordando os temas de forma técnica e respeitando a opinião dos diversos atores que aqui estiveram.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr^a Presidente, eu só queria fazer um registro: como V. Ex^a conduziu os trabalhos com larga experiência política, com muita isenção, e teve como Vice-Presidente um empresário que já governou Mato Grosso e que trouxe uma contribuição enorme, falando com muita propriedade sobretudo nessa questão de portos, na questão dos grandes usuários de transporte, enfim, eu queria também fazer o registro de que a dupla Lúcia Vânia e Blairo Maggi, sem dúvida alguma, contribuiu muito para que o debate fosse de excelente qualidade, principalmente galgado na experiência desse extraordinário homem público que é o ex-Governador de Mato Grosso, o grande empresário e Senador Blairo Maggi.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Moka.

Senador Moka, quero dizer que o Senador Blairo Maggi, sem dúvida alguma, apresentou aqui, nos debates, a sua experiência, a sua visão prática dos assuntos. Eu tenho a certeza de que muitos que aqui estiveram ficaram admirados em ver a forma como S. Ex^a colocada os temas, além da experiência e do conhecimento relativos a esses temas todos. Eu não tenho dúvida de que o Senador Blairo, aqui nesta Comissão, vai continuar ajudando, com sua experiência, os trabalhos.

Tem a palavra o Senador Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Infraestrutura, eu gostaria de trazer a V. Ex^a os meus cumprimentos pela forma como a senhora conduziu os trabalhos desta Comissão ao longo do biênio 2011/2012.

Esta é uma das comissões temáticas mais importantes da nossa Casa e uma das comissões que tem sido, de alguma forma, vilipendiada pela maneira como vem sendo tratada nas suas atribuições regimentais.

Tenho motivos para acreditar que a partir de agora não mais se estabeleça no trabalho, não somente desta, mas de outras comissões, a chamada ditadura das lideranças, quando retiram da pauta de discussão das diversas comissões assuntos que têm celeridade – celeridade no entender dessas lideranças – para tramitar e, com isso, retiram, dessas comissões, a oportunidade de poder debater em profundidade esses temas.

Uma outra questão em que também se tem de pôr um ponto final refere-se às tais comissões especiais. No momento em que estamos falando em valorização

do Poder Legislativo, nós temos de entender que valorizar o Poder Legislativo começa por valorizar o trabalho das suas comissões temáticas e não por retirar das comissões temáticas a oportunidade de oferecer o debate e, em função do debate, talvez melhores soluções, melhores caminhos para que possa haver uma deliberação final por parte do Plenário.

Eu espero que essas comissões especiais não sejam mais uma prática dentro desta Casa. Aqui nós discutimos a questão do setor elétrico, houve também a comissão especial, depois de audiências públicas que V. Ex^a promoveu no âmbito desta Comissão, que foram da maior importância; informações, aqui, foram prestadas pelos diversos setores governamentais, não governamentais, pelo mundo acadêmico e que poderiam ser de grande valia para o aprimoramento da medida provisória do setor elétrico. Da mesma forma em relação à medida provisória dos portos, questão que é uma atribuição básica desta Comissão, assim como discutir a questão da energia, discutir a questão dos transportes, aeroportos, enfim.

Então, eu acredito, Sr^a Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Sr^{as} e Srs. Senadores, que é um trabalho de cada um de nós, Senadoras e Senadores, trabalhando em conjunto para evitarmos que essas distorções na condução dos trabalhos legislativos se verifiquem daqui por diante. Porque, a continuar assim, seria melhor encerrar os trabalhos das Comissões e deixar que as lideranças decidissem em nosso nome.

Isso não obedece às regras mais simplórias de um processo que se diz democrático na tomada de decisões em favor do nosso País.

Mas meus parabéns a V. Ex^a pelas audiências públicas que realizou, pela divulgação que deu a essas audiências públicas, que serviram e vêm servindo, e muito, para o esclarecimento melhor de questões cruciais para o nosso desenvolvimento, como a questão da energia e a questão dos portos.

Felicidades pessoais a V. Ex^a e parabéns pela condução dos trabalhos desta Comissão, Sr^a Presidente, Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Presidente Collor, agradeço a V. Ex^a e quero aqui reafirmar o que nós conversamos aqui e que V. Ex^a coloca agora de público. É muito importante que esta Comissão saiba que as comissões especiais praticamente ignoram o que foi feito aqui dentro desta Comissão. Até sugeri ao Presidente da Casa que, ao escolher os presidentes dessas comissões, o fizesse levando em conta a Presidência das comissões temáticas, porque é impossível que todo o debate do setor elétrico tenha se dado nesta Comissão e que, posteriormente, ao ser criada a comissão especial, te-

nhamos começado novamente a fazer o debate e as audiências públicas e que os membros da comissão especial não tivessem vínculo nenhum com a Comissão de Infraestrutura.

Então, isso é realmente uma coisa deplorável. Para se ter uma ideia, a medida provisória dos portos chega aqui agora no Senado e vai para uma comissão especial. Ela não vem para a Comissão de Infraestrutura. E depois, logo em seguida, ela vai ao plenário. Nós debatemos aqui, em audiência pública, a questão dos portos, levantamos e discutimos em profundidade o projeto da Senadora Kátia Abreu, que foi aproveitado nessa medida provisória, em grande parte.

Discutimos a questão da privatização dos aeroportos e nos aprofundamos nisso, e as comissões especiais se deram sem que a Comissão de Infraestrutura ou de Assuntos Econômicos – que está bem ligada a esta Comissão – se fizessem presentes na comissão especial.

Então, nós precisamos discutir realmente isso. Não é uma coisa boa para esta Casa, não é uma coisa boa para as comissões temáticas, onde temos um tempo muito maior para discutir e aprofundar os temas. E nós temos que achar um caminho. Se é preciso que haja a comissão especial, então que os membros da Comissão de Infraestrutura estejam presentes, através de seus Partidos, nessas comissões. Acho que é fundamental.

Portanto, agradeço a V. Ex^a. Outra coisa em que acho que temos que ter muita atenção – aí a Secretaria da Comissão precisa estar atenta – porque muitos dos projetos vão direto para a Comissão de Assuntos Econômicos sem passar pela Comissão de Infraestrutura. Então, nós temos que fazer já um procedimento no sentido de avocar esses projetos para cá. E tem uma outra questão: mesmo que o projeto seja de infraestrutura, muitas vezes, ele é terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos.

Então, há uma zona cinzenta entre a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos, que precisa ser dirimida para que a gente possa ter a força que esta Comissão precisa ter.

V. Ex^a contará com a nossa presença aqui nesta Comissão, vou estar sempre a seu lado durante esse período da sua gestão, para que possamos, juntos com os demais membros da Comissão, fortalecer cada vez mais esta Comissão e fazer com que ela tenha a importância que tem no contexto das obras e do momento que o País exige.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senadora Lúcia Vânia, Senador Blairo Maggi, quero deixar aqui meu testemunho e parabenizá-los pela

gestão nesse biênio à frente da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

O trabalho que V. Ex^a fez de parceria com os membros da Comissão engrandece esta Comissão, que é, sem sombra de dúvida, uma das mais importantes. Todas são importantes, mas uma das mais importantes do Senado Federal. E V. Ex^a, à frente desta Comissão, teve desempenho louvável por todos nós, não só no conteúdo como na forma com que V. Ex^a desempenhou a Presidência.

Quero também saudar o Presidente que vai ser eleito, com certeza por unanimidade, agora, o Senador Fernando Collor, e o Senador Sérgio Petecão, que assumirão para o próximo biênio, 2013 e 2014, a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O Senador Fernando Collor já presidiu esta Comissão no biênio anterior ao de V. Ex^a e volta, depois de uma passagem majestosa à frente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Eu tinha aqui o testemunho do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Não tive a honra de participar com V. Ex^a na Comissão de Relações Exteriores, mas fui membro e Presidido por V. Ex^a nos dois anos que presidiu a Comissão de Serviços de Infraestrutura e estarei aqui para ajudá-lo naquilo que for possível, dentro da minha competência, na gestão deste biênio que se inicia.

Então, quero deixar o registro parabenizando a Senadora Lúcia e o Senador Blairo Maggi pela gestão que fizeram e parabenizando V. Ex^a e o Senador Sérgio Petecão pela assunção à Presidência e à Vice-Presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que, como disse e repito, tenho certeza de que serão eleitos pela unanimidade de todos os seus pares.

Parabéns! Vamos trabalhar em conjunto. E quero me solidarizar com V. Ex^a e me acostar a observação que V. Ex^a fez com relação às comissões especiais das medidas provisórias, que tiram das comissões temáticas do Senado Federal a oportunidade de debater esses assuntos da maior importância para o nosso País. Agora, Senador Collor, isso se deve não a uma questão interna do Senado Federal, mas, lamentavelmente, à profusão de medidas provisórias que o Executivo impõe à Casa, ao Parlamento brasileiro, em especial essas medidas provisórias que tiram a segurança jurídica para investimento em nosso País.

Nós estamos sentindo agora um desaquecimento dos investimentos tanto na área de energia como na área dos portos. E nós não somos, muitas vezes, contra o mérito do que se quer mudar, mas contra a forma. E acho que V. Ex^a comunga comigo, pelo que eu observei de suas palavras, da necessidade de que o Executivo, em vez de mandar medidas provisórias, encaminhe projeto de lei com regime de urgência, que

tem, seguramente, o apoio do Parlamento, para, dentro dos prazos exequíveis e necessários para a Nação evoluir ou se desenvolver como todos nós queremos, se ter ajustes necessários. E será atendido pelo Senado e pela Câmara, ou seja, pelo Parlamento brasileiro.

Parabéns à Senadora Lúcia Vânia e ao Senador Blairo Maggi. Parabéns a V. Ex^a, Senador Fernando Collor, e ao Senador Sérgio Petecão.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Flexa. Quero dizer, Senador, que V. Ex^a me deu total apoio aqui, através do nosso Partido, o PSDB. Quero agradecer a presença constante de V. Ex^a, questionador, mas que foi sem dúvida nenhuma um grande apoio com que contei aqui nesta Comissão.

Quero dizer a V. Ex^a que em relação às medidas provisórias, concordo inteiramente. O ideal seria os projetos de lei, porque a gente poderia enriquecê-los e enriquecer o debate. No entanto, as medidas provisórias estão aí e já são 14 com comissão especial concorrendo com as comissões temáticas. Essa é uma realidade que está aí e deve ser discutida. E precisamos achar um caminho para conciliar as comissões temáticas com as comissões especiais.

Obrigada, Senador.

Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Minha querida Senadora Lúcia Vânia, primeiro quero parabenizá-la pelo excelente trabalho que V. Ex^a fez à frente da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Fui seu liderado aqui nos últimos dois anos, e a Comissão de Infraestrutura foi mais do que nunca palco de grandes debates, onde também tratamos de temas fundamentais para o maior desafio que o Brasil ainda enfrenta: o da logística na infraestrutura. E V. Ex^a foi extremamente competente e serena, qualificando muito o debate aqui na Comissão de Infraestrutura.

Eu, que hoje também passei o bastão para o Senador Lindbergh na Comissão de Assuntos Econômicos, onde fizemos audiências públicas extremamente úteis no esclarecimento aos Senadores e às Senadoras no que se refere a vários temas importantes que transitam no Senado ainda e também na Câmara dos Deputados, no Congresso, não podia deixar de registrar o trabalho que V. Ex^a desempenhou ao longo desses dois anos. V. Ex^a, que tem um mandato de muitas realizações, como digna representante Senadora do nosso vizinho e irmão Estado de Goiás.

Não poderia deixar de destacar também que possivelmente hoje se vote a medida provisória do Centro-Oeste, que cria o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste. V. Ex^a foi uma das grandes, talvez a grande artífice do mérito dessa medida provisória,

desse projeto de conversão. Já fui cumprimentar o Senador Blairo Maggi também, que é um homem que conhece infraestrutura e logística como poucos no Brasil.

Ao mesmo tempo, quero cumprimentar o futuro Presidente da Comissão de Infraestrutura, nosso querido Presidente, Senador Collor. Já fui liderado do Presidente Collor aqui na Comissão de Infraestrutura também. Fez um excelente trabalho, promoveu grandes debates às segundas-feiras, às 18 horas.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL. Fora do microfone.) – Por sua sugestão.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Agora, parece que a moda pegou, Presidente. O Senador Lindbergh parece que vai fazer reunião da CAE às 18 horas também, às 18 horas, às 18h30.

Também normatizou uma série de procedimentos aqui na Comissão de Infraestrutura com relação ao funcionamento, à aprovação de requerimentos, à aprovação de matérias, com relação às sabatinas aqui realizadas, especialmente das agências reguladoras. Sem dúvida alguma, essa mudança de rito aperfeiçoou e tornou mais eficiente ainda a Comissão de Infraestrutura, que V. Ex^a tão bem comandou com o Senador Blairo Maggi.

Por isso, eu quero cumprimentar o futuro Presidente, o Presidente Collor, também o nosso Vice-Presidente, Sérgio Petecão, desejando um grande trabalho. Temos bons desafios nesses próximos dois anos à frente da Comissão de Infraestrutura.

Era esse o registro que eu queria fazer, Presidenta, Senadora Lúcia Vânia. É um prazer enorme trabalhar com V. Ex^a, não só aqui na Comissão de Infraestrutura, mas aqui no Senado Federal.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Delcídio. Quero dizer, Senador, que, se grande sucesso nós tivemos nos grandes debates aqui, deveu-se a V. Ex^a, ao papel de V. Ex^a, à aplicação de V. Ex^a. Se nós fizemos os mais importantes debates do setor elétrico, V. Ex^a esteve à frente, orientou os debates e colaborou enormemente para que esses debates fossem enriquecidos com a experiência de V. Ex^a.

Quero aproveitar esta oportunidade e dizer que esta Comissão trabalhou rente à Comissão de Assuntos Econômicos pela afinidade que temos e também pela responsabilidade que tínhamos em relação às duas Comissões. Nunca foram comissões concorrentes, mas comissões que se completavam e que tivemos a compreensão muitas vezes de fazer as audiências públicas em conjunto para enriquecer o maior número de parlamentares com o debate.

Portanto, eu gostaria, neste momento, de reconhecer o papel de V. Ex^a na Comissão de Infraestrutura

e reconhecer, acima de tudo, o papel que V. Ex^a exerceu no comando dos temas mais importantes desta Comissão durante o período em que tive a honra de presidi-la. Portanto, os meus agradecimentos. Que continuemos trabalhando em prol do nosso Centro-Oeste e em prol do Brasil. Muito obrigada.

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Senadora Lúcia Vânia, V. Ex^a conclui um biênio de grande realização parlamentar. V. Ex^a sai da Presidência da Comissão, depois de cumpridos esses dois anos, sendo objeto de elogios unânimes dos seus colegas. Eu quero também somar a minha a dos Senadores que me antecederam, talvez agora com uma visão um pouco particular.

V. Ex^a representou o nosso Partido, o PSDB, na Presidência desta Comissão e o fez de maneira exemplar, porque V. Ex^a conduziu a Comissão com espírito democrático, seriedade, aplicação, competência. V. Ex^a é uma Senadora estudiosa, séria, que vai fundo em todos os temas que enfrenta. Especialmente, no que diz respeito à infraestrutura, esse tema que é o verdadeiro nó górdio no nosso desenvolvimento, V. Ex^a colocou esta Comissão na vanguarda dos debates no Senado a respeito das soluções para os problemas que nosso País enfrenta nessa área.

Quero cumprimentar V. Ex^a. Quero também desejar muito sucesso ao Presidente Collor.

Tive a alegria, digo mesmo alegria, de ser seu colega na Comissão de Relações Exteriores. Alegria porque S. Ex^a criou ali um clima de tal cooperação entre nós, o que é necessário para uma comissão que trata de temas de Estado, temas permanentes, de interesse permanente de nosso País... S. Ex^a se conduziu com muito cavalheirismo, com muita disciplina. Pessoalmente, sou devedor de muitas atenções do Presidente Collor na distribuição de relatorias, o que, aliás, ele fez sem olhar a filiação partidária ou o alinhamento em relação ao Governo, ao distribuir, ao dar oportunidade aos Parlamentares, aos seus colegas.

Então, meus parabéns, Senadora! É um orgulho tê-la como companheira de Bancada. Parabéns, Senador Collor! Parabéns também ao Senador Petecão, Vice-Presidente da Comissão!

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Aloysio, Senador Alvaro Dias, aproveite essa oportunidade para cumprimentá-los, Senador Alvaro Dias, Líder que me indicou para esta Comissão, e Senador Aloysio Nunes, hoje Líder do meu Partido. Gostaria de agradecê-los pela confiança.

Procurei exercer, aqui, da melhor maneira possível, a conduta que é normal no nosso Partido – tratar temas com seriedade e com profundidade –, acima de

tudo, sem levar em consideração a questão partidária dentro desta Comissão. Portanto...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ao lado do Senador Blairo, que foi o seu Vice-Presidente e que teve um papel muito importante na Comissão.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Então, gostaria de aproveitar essa oportunidade para agradecer o meu Partido, o PSDB, por essa grande oportunidade que me deu de estar à frente de uma comissão tão importante.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senadora Lúcia Vânia?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não poderia, Senadora Lúcia Vânia, nesse momento em que V. Ex^a passa a Presidência para o Presidente Collor, que, certamente, deverá ser eleito Presidente, deixar de falar, porque a vejo agradecendo ao seu Partido, falando da imparcialidade. Penso que quem deve falar sobre isso somos nós, porque fomos testemunhas do dia a dia. Sou suplente nesta Comissão, mas talvez a suplente mais assídua que esta Comissão já teve. Nas quintas-feiras, estava eu aqui para que fizéssemos as nossas reuniões.

V. Ex^a, Senadora Lúcia Vânia, recebe de todos nós somente aplausos neste momento. V. Ex^a dirigiu a Comissão da forma mais imparcial com que deve um presidente dirigir uma comissão. Trouxe para cá os grandes debates, debates de grandes temas, enfrentando muitas vezes uma oposição que já conhecemos. Procuramos juntos, a senhora e todos nós, votarmos não de acordo com os pareceres, mas de acordo com a consciência de cada um.

Penso que esta Comissão só se engrandeceu tendo a senhora à frente, que será muito bem sucedida pelo Presidente Collor, com quem também tenho a grata satisfação de participar na Comissão de Relações Exteriores. Com toda sua experiência, dedicação, brasilidade, foi lá um grande Presidente e aqui também certamente voltará a ser um grande Presidente. Então, recebam meus aplausos, Senadores, meu grande abraço fraterno.

Único problema é que gostaríamos de ter outra mulher aqui na Presidência. Não sendo possível, excelente escolha do Senador Fernando Collor de Mello.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senadora Vanessa.

Quero dizer da minha satisfação, Senadora, de tê-la aqui conosco como suplente, talvez uma das mais assíduas Parlamentares aqui. Portanto, V. Ex^a colabo-

rou enormemente com a minha gestão e de Blairo, e quero aproveitar essa oportunidade para agradecê-la.

Pela primeira vez esta Comissão teve duas mulheres assíduas. Nós somos apenas duas aqui neste universo masculino, mas de qualquer forma foi uma convivência extremamente agradável e com resultado feliz. Portanto, muito obrigada.

Está encerrada a votação.

Quinze Srs. Senadores já votaram. Convido o Senador Flexa e a Senadora Vanessa para a contagem dos votos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente Collor, quantas eleições, com esta, o senhor já disputou? Porque esta eleição aqui vai ser difícil, não é?, disputada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Esta é disputada. O Gim lá, vigiando.

O resultado.

Votaram 15 Srs. Senadores e 15 votos SIM.

Portanto, o Presidente e o Vice-Presidente foram eleitos por unanimidade.

Convido os Senadores eleitos a ocuparem seus lugares à mesa e, em seguida, usarem a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Srª Senadora Lúcia Vânia, Sr. Senador Blairo Maggi, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, gostaria de me dirigir à Senadora Lúcia Vânia e ao Senador Blairo Maggi, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura nesse biênio que se encerra, para agradecer pela condução desta reunião e também parabenizar pelo exitoso trabalho desenvolvido em sua gestão, o que certamente facilitará a continuidade de nossas atividades pelos próximos dois anos.

Parabenizo o Senador Sérgio Petecão pela eleição à Vice-Presidência da Comissão, convicto, desde já, que poderei contar com sua experiência e sua ajuda na condução dos trabalhos.

Agradeço a todas Srªs e Srs. Senadores integrantes desta Comissão pela confiança depositada em meu nome para assumir esta Presidência, também com a certeza de que neste biênio terei de cada um e de cada uma de V. Exªs o aconselhamento e a ativa colaboração no exercício de nossas atribuições.

Agradeço ao Líder do meu Partido, o PTB, Senador Gim Argello; ao Senador Alfredo Nascimento, Líder do PR; ao Senador Eduardo Amorim, do PSC; ao Senador João Costa, do PPL; e a todos os integrantes do Bloco União e Força pela minha indicação para assumir o comando desta importante Comissão Permanente do Senado Federal.

Agradeço, ainda, aos Senadores Cyro Miranda e Ricardo Ferraço, aos Líderes Aloysio Nunes Ferreira e

Eunício Oliveira e ao Presidente Renan Calheiros por todo o apoio empreendido.

Para mim, é mais um desafio e, ao mesmo tempo, uma honra poder ter a oportunidade de presidir pela segunda vez uma instância do porte, da relevância e da responsabilidade como é a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Espero, com a disposição de V. Exªs, não só dar continuidade aos trabalhos já desenvolvidos nos últimos anos, mas também poder trazer novos desafios, novos debates e sugerir novas diretrizes capazes de ajudar o adequado e necessário desenvolvimento do setor de infraestrutura no Brasil.

Durante todo o biênio 2009/2010, promovemos aqui uma série de audiências públicas exatamente com o objetivo de discutir e encontrar soluções para os gargalos do setor. Ao todo, foram 28 painéis de debates, com a participação de 103 palestrantes, entre autoridades governamentais, especialistas do setor privado e do mundo acadêmico, tudo dentro de um ciclo denominado Agenda 2009-2015: desafios estratégicos setoriais.

Na oportunidade, antecipamos a discussão sobre o marco regulatório do pré-sal e abordamos profundamente temas como: infraestrutura para inovação e desenvolvimento; infraestrutura e políticas públicas; e recursos humanos para inovação e competitividade. O resultado desses debates e as publicações que promovemos constituem uma autêntica radiografia dos problemas e um excelente conjunto de recomendações para superarmos os gargalos que atrasam o nosso crescimento.

Como relatei, esse trabalho visava à formatação de uma agenda para o País fixada em seis anos, de 2009 a 2015, portanto, o trabalho continua. Daremos continuidade a essas discussões quinzenalmente às segundas-feiras, às 18 horas, aqui na sala de reunião da Comissão, além, é claro, das oportunidades que teremos de fazê-las em nossas reuniões regulares toda quarta-feira às 8h30 da manhã. Essas discussões terão sempre o foco direcionado para o diagnóstico dos problemas e também para as soluções politicamente viáveis e tecnicamente recomendáveis. Afinal, passou da hora de o Brasil, a sexta economia do mundo, ver-se impedido de crescer a níveis maiores e sustentáveis por problema de logística, por carências básicas em segmentos tão fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do País.

Problema crônico do País, os gargalos em infraestrutura colocam em evidência um dos desafios do Governo: aumentar a competitividade e a capacidade de crescimento da economia nacional atrelado ao bem-estar dos brasileiros.

Para muitos analistas e empresários, investimento e gestão são as chaves para desatar o nó logístico do País, que inclui estradas sem condições de tráfego, aeroportos saturados, malhas de ferrovias e hidrovias insuficientes e portos sem dragagem. Tarefa que se torna ainda mais urgente em um cenário de real valorizado, que aumenta os preços dos produtos brasileiros no exterior e reduz a competitividade brasileira.

Assim, temos, todos nós, integrantes desta Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, a oportunidade e, mais do que isso, a responsabilidade de colaborar dentro de nossas prerrogativas constitucionais e atribuições regimentais com a gestão governamental para o crescimento do País e o desenvolvimento de nossa sociedade.

Além disso, no cumprimento da competência da Comissão de Serviços de Infraestrutura quanto à deliberação de indicações de diretores para as agências reguladoras ligadas à infraestrutura, seremos rigorosos na análise das mensagens do Executivo, cujos nomes não estejam inteiramente compatíveis com as exigências da legislação respectiva de cada agência. Complementa esse maior rigor a recente decisão da Mesa do Senado de implantar a obrigatoriedade da vinda periódica ao Senado Federal dos presidentes das agências reguladoras. Trata-se de justa e importante medida de prestação de contas e esclarecimentos por parte de diversas autoridades ao Poder Legislativo, dentro de nossas atribuições de fiscalização e controle externo, e ainda de acompanhamento das políticas públicas e da regulação de setores estratégicos. No caso, o comparecimento dar-se-á em reuniões desta Comissão em conjunto com as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos. Assim, a Comissão de Infraestrutura terá oportunidade de periodicamente acompanhar de perto a gestão e as demandas da Anatel, da Aneel, da ANP, da ANTT, da Antaq, da Anac e do DNIT.

No mais, conto com a imprescindível e efetiva de V. Ex^{as} para o sucesso dos trabalhos da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Por fim, convoco para amanhã, dia 27, às 8h30 da manhã, nesta sala da Comissão de Serviços de Infraestrutura, reunião extraordinária com pauta deliberativa.

Muito obrigado à Sr^a Senadora Lúcia Vânia, muito obrigado ao Sr. Senador Blairo Maggi pela condução desta reunião!

Muito obrigado a todas as Sr^{as} e Srs. Senadores que aqui compareceram.

Está encerrada, com a vênica de V. Ex^{as}, a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 27 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 08 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e trinta minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Inácio Arruda, Clésio Andrade, Lobão Filho, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Wilder Moraes, Blairo Maggi, Vanessa Grazziotin, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Cyro Miranda e Jayme Campos**. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e aprova a ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. São lidos os Comunicados da Presidência e os Requerimentos a serem pautados na próxima reunião deliberativa. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Flexa Ribeiro, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Sérgio Petecão, Valdir Raupp, Wilder Moraes, Blairo Maggi e Jayme Campos**. Tem início a apreciação da Pauta.

2ª PARTE. Item 1 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 1, de 2013, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que “*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeira sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país. As referidas audiências deverão ser realizadas com periodicidade quinzenal, às Segundas-Feiras, às 18h, na sala desta Comissão.*”. **Resultado:** Aprovado. **1ª PARTE. Ato nº 4, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que “*altera o Ato nº 1, de 2009 – CI, para dispor sobre a análise preliminar da admissibilidade da indicação, e o Ato nº 2, de 2009 – CI, para dispor sobre o horário das reuniões ordinárias da Comissão de Serviços de Infraestrutura.*”. **Resultado:** Aprovado. **2ª PARTE. Item 2 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de 2013**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que “*nos termos*

do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a extinção da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, criada no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura pelo requerimento nº 68, de 2011 – CI e, em substituição a esta, a criação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento das Obras de Transposição e Revitalização do Rio São Francisco, composta de cinco membros titulares e igual número de suplentes”. Resultado: retirado de pauta pelo autor. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e um minuto, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª sessão legislativa ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados.

Sr^{as} e Srs. Senadores, na área de infraestrutura, no segundo semestre de 2012, o Governo brasileiro lançou um pacote de concessões para o setor de logística, com investimentos de R\$133 bilhões, em 15.700 quilômetros de rodovias e ferrovias para o setor elétrico, que vão resultar na redução de tarifas de energia para os consumidores. Também foram divulgadas medidas para modernização de portos e aeroportos.

Além do pacote de concessões, em 2012, segundo números do Governo, 38,5% das obras e ações de grande complexidade, da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC 2, foram concluídos com R\$272,7 bilhões executados até agora.

Portanto, conforme tive oportunidade de falar, na reunião de posse, ocorrida ontem, o problema crônico do País são os gargalos em infraestrutura, que colocam em evidência um dos desafios do Governo, que é exatamente o de aumentar a competitividade e a capacidade de crescimento da economia nacional, atrelado tudo isso ao bem-estar dos brasileiros.

Para muitos analistas e empresários, investimento e gestão são as chaves para desatar o nó logístico do País, que inclui estradas sem condições de tráfego, aeroportos saturados, malhas de ferrovias e hidrovias insuficientes e portos sem dragagem – tarefa ainda mais urgente em um cenário de real valorizado, da moeda real valorizada, o que causa o aumento de preço dos produtos brasileiros no exterior, diminuindo a nossa competitividade e, conseqüentemente, na indústria.

Segundo a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), na comparação com 2009/2010, o País registrou alta no consumo de energia. Houve uma alta de 7,5% no consumo de energia; alta no consumo de gás natural, 13,4%; de passageiros em aeroportos – aumentou o número de passageiros em aeroportos, de 2009/2010 –, em 24,4%; estradas pedagiadas, houve um aumento de 6,1%; cargas em aeroportos, 13,5%, e, em portos, um aumento de 14,2%.

As carências em infraestrutura impactam o cotidiano de todos nós, brasileiros. Apenas 41% de rodovias estão em estado considerado ótimo ou bom, segundo a Confederação Nacional do Transporte (CNT), e isso em um país dependente do modal rodoviário – 60% do transporte de cargas se dá nas estradas, índice que atinge 26% nos Estados Unidos da América, e apenas 8%, na China. Vejam aí já uma diferença brutal na competitividade dos nossos produtos em função do setor transportes.

A estatística sobre má conservação viária alimenta números como os das 397 mortes registradas entre 2007 e 2009 nos 315 quilômetros da BR-381, que liga Belo Horizonte a Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais.

Estudo do Coppead, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cita os acidentes de trânsito como o segundo problema de saúde pública no País, atrás apenas da desnutrição. Isso é um dado alarmante! Os acidentes de trânsito constituem-se no segundo problema de saúde pública do País, atrás apenas da desnutrição – daí ser muito bem-vinda essa campanha que vem sendo feita agora, e de forma rigorosa, sobre a não condução por motoristas que não estejam devidamente habilitados fisicamente, a chamada Lei Seca.

O Brasil deve especial atenção aos aeroportos, outra necessidade urgente diante do aumento da demanda interna e da realização no País dos maiores eventos esportivos do Planeta: a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016. Segundo relatório da McKinsey & Company, 13, dos 20 principais aeroportos nacionais, apresentam gargalos nos terminais de passageiros com prejuízo aos usuários. O caso mais crítico é o de São Paulo – aeroportos de Congonhas e Guarulhos, responsáveis, os dois, por 25% do tráfego aéreo nacional. Comuns no passado recente do País, cenas de atrasos e filas nos terminais se repetiram nos últimos dias de 2010.

Para acompanhar o ritmo da demanda – a aviação civil brasileira cresceu 10% ao ano, de 2003 a 2008, um crescimento vertiginoso –, prevê-se a necessidade de o País aumentar a capacidade atual dos aeroportos em 2.4 vezes, quase duas vezes e meia, de 130 mi-

lhões para 310 milhões de passageiros/ano até 2030, o que consumiria até R\$34 bilhões em investimentos.

Como medida para acelerar esse processo, o Governo abriu a participação privada na construção e operação de aeroportos, prometendo a criação de sistemas de gestão de desempenho para os aeroportos atuais.

Um caminho para ampliar a participação do capital privado em obras de infraestrutura no País é aprimorar a atuação do Estado em planejamento, com estudos prévios que ajudem a mostrar o potencial dos empreendimentos.

No caso das Usinas do Madeira, Jirau e Santo Antônio, e de Belo Monte, por exemplo, foi o setor privado quem tomou a iniciativa de fazer esses estudos, como é o caso das futuras megaelétricas em Rondônia e no Pará, que preveem R\$28 bilhões de investimentos até 2013.

Com uma das tarifas mais caras do mundo, o setor elétrico tem o desafio de expandir a geração e a distribuição. Com uma das contas de luz também mais caras do mundo, por fatores como carga tributária e características do modelo adotado no País, o sistema elétrico brasileiro enfrenta o desafio de expandir a geração e as redes de transmissão e distribuição.

A construção das Usinas do Madeira e de Belo Monte mostra também o aumento da dependência, dos centros de consumo do eixo Sul/Sudeste, da energia da Amazônia, situação que motiva forte resistência dos defensores do meio ambiente.

O atraso brasileiro em relação aos países desenvolvidos aparece ainda, por exemplo, nas condições de escoamento da safra de grãos. Em 2009, custou – estes dados são realmente de chamar a atenção e de nos causar preocupação – R\$127 a mais por tonelada exportar soja de Sorriso, no Mato Grosso, a Xangai, na China, do que de Davenport, nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, a soja chega ao Porto de Nova Orleans por hidrovia, enquanto, no Brasil, o percurso até o Porto de Santos é feito por caminhões.

Portanto, a continuidade de um ciclo de crescimento como o que ocorreu entre 2004 e 2008 precisaria do reforço de instrumentos de política fiscal e monetária de apoio à atividade produtiva muito mais robustos que os presentemente utilizados no quadro atual da economia brasileira.

Alguns desses elementos estão postos na mesa, uns mais adiantados que outros. Em particular, destaca-se a fronteira de investimentos representada pela oportunidade do pré-sal na costa marítima brasileira, e, nesse sentido, o Governo vem dando elevada atenção para que a Petrobras leve adiante o maior plano de investimentos que qualquer empresa brasileira jamais fez.

Em outras frentes, o Governo Federal vem operando a ampliação de gastos em infraestrutura de transportes – rodoviário, aeroportuário e ferroviário – e de energia – hidroelétricas –, de maneira a recuperar déficits de infraestrutura e aumentar a competitividade da economia nacional.

Segundo o mapeamento... Vou aguardar a moça terminar de falar. Obrigado.

Segundo o mapeamento do BNDES para os investimentos a realizarem-se no Território nacional, até 2014, está planejada, pelas empresas brasileiras, a inversão do montante de R\$1,6 trilhão, sendo que R\$602 bilhões destinam-se à indústria – petróleo e gás, mineração, siderurgia, química, automotiva, eletroeletrônica e papel e celulose –; outros R\$380 bilhões para infraestrutura – energia elétrica, telecomunicações, saneamento, ferrovias, transporte rodoviário e portos –; e, finalmente, R\$607 bilhões para edificações.

Eis que o debate recente, em função até mesmo dessas enormes oportunidades para investimentos no País, orienta-se para a discussão das necessidades atuais e futuras de recursos para financiamento do desenvolvimento brasileiro.

Identificados alguns dos importantes desafios postos ao Brasil, estruturar uma visão prospectiva para a atuação consequente do Governo brasileiro nos próximos anos é tarefa crucial para esta Comissão.

De um lado, busca-se a consolidação democrática, com as necessidades de atendimento de demandas sociais crescentes, principalmente para questões ainda não inteiramente resolvidas, como a universalização e a melhoria da qualidade dos sistemas nacionais de educação e saúde, apenas para citar esses dois mais urgentes; de outro, os recursos necessários para continuar operando as expansões produtivas e do mercado interno.

A democracia brasileira neste atual cenário da vida nacional exige, das políticas de Estado, muito mais do que o caráter simplesmente representativo, no sentido de uma democracia procedimental, fundada em eleições multipartidárias, mais em favor de uma democracia substantiva que produza redistribuição econômica e atenda às demandas por mais participação política, enfim, que entregue à população benefícios reais em prol de garantia de acesso e bens e serviços geradores de maior igualdade econômica e social.

É sobre essa relevante agenda, premente no debate recente sobre políticas públicas, que as ações da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, salvo melhor juízo, resolvem colocar à deliberação de V. Ex^{as} o foco nas atuais necessidades do desenvolvimento brasileiro e nas correspondentes estruturas capazes de lhes prover financiamento.

As atividades sugeridas para a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal para o ano de 2013 deverão levar em conta propostas setoriais em discussão e em debate, organizadas e trabalhadas com o auxílio de especialistas renomados em cada setor. Dessa forma, iremos organizar as discussões e debates a partir de proposições construídas que possam representar uma contribuição concreta desta Casa ao Governo brasileiro.

Substituiremos, assim, os debates abertos e amplos sobre os diversos setores essenciais à infraestrutura de suporte ao desenvolvimento nacional, que já tivemos a iniciativa de organizar em 2010, por apresentações e debates mais aprofundados por setor, de forma a conduzirmos o nosso trabalho a documentos que devem ter ampla divulgação junto ao setor privado e à sociedade, para que então sejam entregues, como contribuição desta Comissão de Serviços em Infraestrutura do Senado da República, ao Governo Federal. Será a nossa maneira de mobilizarmos competências em torno de produtos e propostas e, assim, mobilizarmos também a sociedade, os empresários e outras lideranças, para que apoiem a adoção de medidas de interesse urgente da Nação brasileira.

Além dos setores, serão objeto de estudos e debates da Comissão de Infraestrutura os chamados temas transversais, que tratam de questões relacionadas às políticas públicas da área, como conjuntura, recursos humanos, indústria, saúde e educação.

Proponho iniciarmos a nossa agenda com o setor de energia. Para tanto, poderemos convidar o experiente e renomado físico brasileiro, professor emérito da Unicamp, diversas vezes premiado por seu trabalho científico no Brasil e no exterior, o Prof. Rogério Cesar de Cerqueira Leite, para que ele venha apresentar sugestões das linhas gerais do trabalho ou do setor a ser estudado.

Além da organização de estudos que analisem e proponham ações para a área, o Prof. Rogério, eventualmente, seria convidado para, em conjunto com outros especialistas, apresentar o documento a esta Comissão, e aqui nós debatermos aprofundadamente o assunto.

Algumas sugestões passo a fazer a V. Ex^{as}, Srs. Senadores, independentemente de outras sugestões poderem ser feitas por V. Ex^{as} e acolhidas pela Mesa, de nomes de pessoas que possam participar desses debates.

Cito aqui a relação de algumas dessas pessoas para discutir o tema energia: Dr. Adriano Pires, Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialista em economia do petróleo; Dr. Marcio Luiz Pompermeyer, da Aneel; Dr. Joaquim de Carvalho, consultor especialista

em gestão em recursos hídricos; Maurício Tomalsquim, Presidente da Empresa de Planejamento em Energia, especialista em planejamento e matriz energética; Paulo Emílio de Miranda, da Coppe, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Luis Claudio Silva Frade, da Eletronorte; Isaías de Carvalho Macedo, da Unicamp; Jaílson Bittencourt, professor titular da Universidade Federal da Bahia, especialista em petroquímica e petrofármacos, membro do Conselho Diretor do CNPq e do CTC da Capes; Luis Pinguelli Rosa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; além do empresário José Simões Neto, como convidados a comparecer como debatedores sobre o setor de energia.

Essas são algumas sugestões, e volto a frisar que cada uma das Sr^{as} e dos Srs. Senadores pode sugerir outros nomes que serão acolhidos prazerosamente pela mesa para que participem desse debate. O que nós desejamos é que seja estabelecido sempre um contraponto, para que, desse contraponto – diferentes pontos de vista –, possa sair um resultado mais consentâneo com a nossa realidade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– V. Ex^a entende como oportuno que nós possamos ir contribuindo modestamente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Sem dúvida!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – ...com o plano de trabalho nesse instante ou mais adiante?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Como V. Ex^a desejar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Muito bem!

O campo da energia é um campo muito amplo e muito vasto. E V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, deu um protagonismo efetivo àquela Comissão e já dá o tom de que esta Comissão de Infraestrutura terá esse mesmo protagonismo nesse ambiente de maior relevância para o presente e o futuro do nosso País.

No caso da energia, a sugestão que eu gostaria de apresentar é se não seria necessário e possível nós especificarmos um pouco mais esse debate. Porque a problemática ou os desafios do pré-sal não são desafios ou as potencialidades da geração de energia renovável – a eólica, por exemplo – de grande potencial no Brasil.

Então a sugestão que ora apresento é na direção de eventualmente nós estarmos especificando um pouco mais esses debates.

Eu gostaria muito que o Dr. Adriano Pires, por exemplo, viesse aqui falar sobre a conjuntura da Petrobras. Aonde chegaremos se a Petrobras continuar no rumo em que as coisas vão. Eu tenho muita preocupação com o marco regulatório do Brasil, porque o pré-sal até hoje não disse a que veio, apesar da grande expertise da Petrobras e dos brasileiros. Estamos perdendo muito tempo, as matérias se multiplicam no dia a dia com informações que saltam aos olhos dos brasileiros pelo potencial da Petrobras que nós não estamos vendo se realizar no dia a dia.

Então a sugestão que dou é que nós pudéssemos trabalhar o campo da energia, mas com questões mais pontuais, para que pudéssemos fazer um debate mais aprofundado em relação a essas questões que estão assombrando a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço. A sugestão de V. Ex^a é absolutamente pertinente e está contemplada na ideia da agenda sugerida para a Comissão de Infraestrutura.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Só concluindo, com a permissão do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pois não!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – A sugestão é nós tratarmos nesses debates por setor. Então, quando começarmos com a questão de energia – no caso de energia especificamente –, a sugestão é de que o Prof. Rogério Cerqueira Leite, caso haja deliberação de acordo com a deliberação do Plenário, possa vir aqui e apresente um plano de trabalho de acordo com o que o mundo acadêmico e o mundo empresarial estejam percebendo. E isso vai ser dividido. Então vamos tratar especificamente da questão do pré-sal, da questão da Petrobras – na questão da Petrobras um subitem é a questão do pré-sal, sem dúvida nenhuma –, como também da questão das hidrelétricas que estão sendo construídas.

Então ele apresentará essa sugestão de pauta das discussões sobre o setor energético. E aí as contribuições chegarão. Ou seja, alguma coisa que ele sugira, a Comissão diga: “Não, esse item não fica bem aí, fica bem em outra área de infraestrutura.” E os Srs. Senadores: “Olha, eu quero sugerir a inclusão disso ou de “a”, de “b” ou de “c” em termos de temas e/ou de pessoas.” E, aprovada essa agenda do setor

elétrico com base numa sugestão apresentada pelo Prof. Rogério Cerqueira Leite, nós, então, daremos inícios às nossas audiências públicas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Estou contemplado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador.

Pela ordem, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente Fernando Collor, Srs. Senadores, eu quero fazer minhas as palavras do Senador Ferraço. Novamente parabenizá-lo por assumir pela segunda vez a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal. Tenho absoluta certeza do êxito de V. Ex^a à frente da Comissão. V. Ex^a tem as características que levam sempre ao sucesso: V. Ex^a é competente, preparado, disciplinado e determinado. Então, V. Ex^a dá o exemplo para todos nós, quando define a pauta e determina o horário e o cumpre. Quero parabenizá-lo por isso.

E, mais uma vez, dizer que estamos participando como membro da Comissão para que possamos ajudá-lo naquilo que for possível na nossa competência para o êxito dos trabalhos da Comissão.

V. Ex^a está tratando de pontos que são de fundamental importância para o desenvolvimento do nosso País. Esta área e esta Comissão, acredito que, se não for a mais importante, é, sem sombra de dúvida, uma das mais importantes do Senado Federal, porque trata daquilo que é necessário para que o Brasil tenha competitividade em relação ao resto do mundo. E, lamentavelmente, assistimos hoje a uma deterioração daquilo que já não era bom. Isso é que é fundamental, Senador Ferraço, aquilo que já não era bom para o nosso País está se deteriorando a olhos vistos, em todos os pontos para onde se foca a visão nossa.

O Senador Ferraço falou agora no pré-sal. As ações midiáticas desses governos levam a sociedade brasileira a ter uma noção distorcida da realidade. São feitos lançamentos, programas e, se formos, ao final, fazer um balanço daquilo que foi efetivamente realizado, é nada, é nada, e V. Ex^a tem uma tarefa agora árdua para avançar. O PAC em todo o Brasil está, como sempre digo, empacado. Se formos ver o que há de contrato e o que foi efetivamente realizado é mínimo em relação a isso. O Senador Ferraço perguntou a V. Ex^a se poderíamos fazer os comentários à medida que V. Ex^a fosse fazendo a sua exposição, mas isso vai poder quebrar o raciocínio de V. Ex^a. Então, vou deixar ao final para que possamos fazê-lo.

Mas, com relação à energia, o meu Estado do Pará será, no futuro próximo, o maior produtor de energia do Brasil, pelo que já tem instalado, pelo que

está sendo instalado e pelo que será instalado. Então, ele tem um papel fundamental em relação a ajudar o Brasil na geração de energia que é o sangue para o desenvolvimento.

Eu queria fazer uma sugestão – V. Ex^a foi preciso, quando listou os convidados, todos eles de excelência e reconhecidos nacionalmente – a V. Ex^a e aos meus pares: que acatassem o aditamento do nome do Dr. Claudio Sales, que é o Secretário-Executivo do Acende Brasil. O Acende Brasil é uma instituição que congrega todos os investidores privados na área de energia. Então, como V. Ex^a pretende, e tenho absoluta certeza de que terá êxito para fazer o contraponto, é importante que tenha uma visão dos investidores, porque o que se vê é que estão fugindo desses investimentos por falta do que se chama de segurança jurídica, as regras estão mudando no meio do jogo. Então isso não é bom. E, ontem, V. Ex^a fez uma referência às medidas provisórias. Quer dizer, as mudanças, além de não serem boas – e não entro no mérito, pois, no mérito, elas seriam até aprovadas por nós com algumas correções –, elas, em vez de virem para cá como projetos de lei, com regime de urgência, vêm por medida provisória, com a determinação do Executivo de que não pode alterar nada. Então, não sabemos que papel estamos exercendo no Parlamento brasileiro.

E também queria fazer um convite a V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Infraestrutura, e aos membros da Comissão. Presido, na Comissão de Meio Ambiente, uma subcomissão de acompanhamento da implantação da usina de Belo Monte, e vou requerer ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que será instalada hoje, que marquemos uma visita à usina de Belo Monte, já para os primeiros 15 dias da segunda semana de março ou da terceira, dependendo da agenda de V. Ex^a, pois eu gostaria muito que V. Ex^a e outros Senadores, além daqueles que fazem parte dessa subcomissão, conhecessem esse projeto que, hoje, é a maior obra do PAC em andamento em nosso País.

Então, já deixo aqui o convite a V. Ex^a, e vamos ajustar agendas, para que todos possamos conhecer, *in loco*, esse grande projeto que está sendo desenvolvido, para o Brasil, no Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro, inicialmente pelas suas palavras generosas.

Quero dizer a V. Ex^a que o nome sugerido, do Dr. Claudio Sales, já fica, então, incluído no rol das pessoas que acabei de citar como um dos debatedores sobre a questão do setor elétrico.

Minha saudação especial ao Vice-Presidente desta Comissão, Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Então, já fica incluído, além dos nomes que foram aqui citados, para debater sobre a questão do setor energético no Brasil, o nome do Dr. Claudio Sales, do Acende Brasil, por sugestão do Senador Flexa Ribeiro.

Pela ordem, Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Sr. Presidente, primeiro queria cumprimentá-lo. As primeiras palavras que ouvi, exatamente, mostram a importância que esta Comissão vai ter sob a presidência de V. Ex^a, e isso é muito importante para nós.

O Brasil, hoje, padece de problemas gravíssimos de infraestrutura, e eu acho que o Senado pode dar uma contribuição muito forte para que o Governo siga esses debates que faremos aqui.

Ouvi atentamente a questão da energia. Acho que é uma prioridade também, e nós devemos caminhar nessa direção. Nós estamos de acordo com todas as colocações que V. Ex^a faz e as apoiamos.

Mas eu gostaria que, paralelamente, nós considerássemos atuar na questão dos transportes. A questão de transportes no Brasil é grave. Ontem mesmo, nós vimos nosso Ministro Mantega procurando investidores estrangeiros, porque há uma desconfiança geral sobre o programa que o Governo apresenta, de PPP. O empresário brasileiro demonstra que não vai entrar nessas parcerias público-privadas, porque há uma espécie de – é o que eles dizem – taxação de lucro. Eu nunca ouvi falar que se vai fazer uma licitação de PPP e taxa lucro. Já começa por aí. Há uma certa dificuldade.

E aí foi a Nova York. Eu acho importante que venham os investidores americanos, os chineses também estão dispostos a investir no Brasil, mas há uma questão que precisa ser, realmente, colocada. O que eu proporia aqui, se os nossos pares estiverem de acordo: que pudéssemos chamar o Ministro Mantega e o Bernardo Figueiredo, convidá-los para vir a esta Comissão, para dar uma geral para a Comissão do que pretende o Governo. Nós, com certeza, nós que somos governistas, podemos parabenizar o Governo, porque ele superou a questão ideológica, porque, até então, nós sabemos que temos aí praticamente seis anos que poderia ter sido feito isso, porque o Brasil não tem dinheiro para investir em infraestrutura, precisa investir mais de 500 bilhões e não tem. Então, ele precisa realmente da iniciativa privada.

Mas é preciso ajustar esse projeto do Governo dentro da realidade do mundo e da realidade do Brasil. Para V. Ex^a ter uma ideia, por exemplo, o sistema rodoviário brasileiro é um verdadeiro caos desde a extinção

do Fundo Rodoviário Nacional em 1988. Chegamos, hoje, a uma consequência de 9.500 mortes por ano no Brasil. Isso é equivalente, Presidente Collor, a cada cinco dias, à queda de um Boeing, com as pessoas todas morrendo. Na hora em que cai um Boeing, é uma comoção geral. E é mesmo, não é? As pessoas morrerem é a pior coisa do mundo, principalmente quando perdemos amigos. Mas nas rodovias brasileiras, a cada cinco dias um Boeing está caindo. Então, é uma situação muito grave.

A questão dos portos agora. Todos nós estamos apoiando a MP, e é preciso melhorar a eficiência dos nossos portos. Uma movimentação de contêiner nos nossos portos equivale a US\$200,00, enquanto que no mundo inteiro a média é de US\$100,00 a movimentação. Em Roterdã, que é um porto dos mais avançados, é US\$60,00.

Nós precisamos trabalhar todo esse conceito. O Brasil, há muitos anos, perdeu a visão sistêmica de transportes. Foram-se criando órgãos, criando estruturas, mas as estruturas não conseguiram se alinhar num processo de integração da visão sistêmica de transportes. A Comissão pode ajudar o Governo nisso.

Então, eu queria parabenizar V. Ex^a e, ao mesmo tempo, pedir que incluísse a pauta de transportes, pela importância, pela gravidade e pela necessidade que tem esse segmento tão importante. E num momento em que o Governo também se alinha a esse pensamento de que é preciso realmente investir forte no transporte.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Clésio Andrade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, mais uma vez, não tem jeito, eu preciso interrompê-lo de novo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Por gentileza, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Para sugerir a V. Ex^a, veja a ansiedade e o estoque de temas que esta Comissão precisa enfrentar. O Senador Flexa, o Senador Clésio trazendo aqui contribuições, e tenho convicção de que também o Senador Moka. Então, a sugestão que dou a V. Ex^a é a possibilidade, eventualmente, de nós fazermos uma reunião administrativa com V. Ex^a e com os membros da Comissão, para que nós pudéssemos detalhar por item, subitem, por classificação, porque vamos ter uma agenda intensa em 2013 e 2014 aqui nesta Comissão.

Então, a sugestão que dou a V. Ex^a, na condição de nosso Presidente, é que possamos marcar uma reunião administrativa para podermos detalhar todo esse estoque de temas represados nesta Comissão, pela importância e relevância que tem para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Eu pediria apenas um pouco de paciência a V. Ex^{as}, pois tudo isso que aqui foi falado já consta das sugestões apresentadas hoje. Então, eu pediria licença...

Em relação ao que disse o Senador Clésio Andrade, ele não havia ainda chegado, mas aqui estão os dados da ABDIB, que V. Ex^a conhece melhor do que qualquer um de nós, que demonstram, por exemplo, a situação das rodovias brasileiras. Apenas 41% das rodovias estão em estado considerado ótimo ou bom, dado da CNT. Este é um País que depende do modal rodoviário em 60% do transporte de cargas, que se dá nas estradas, índice que atinge 26% nos Estados Unidos e apenas 8% na China. E lá no seu Estado, na nossa querida Minas Gerais, a estatística sobre a má conservação viária alimenta os números, como os das 397 mortes registradas entre 2007 e 2009, nos 315 quilômetros da BR-381, entre Belo Horizonte e Valadares, que precisa urgentemente ser recuperada.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Desculpe-me, Sr. Presidente, pois eu não tinha acompanhado a primeira parte. Eu tinha certeza de que V. Ex^a iria contemplar, mas quis só reforçar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – No setor de energia.

Então, seriam esses os convidados a debatedores para o tema Energia. Naturalmente incluído, além dos nomes que citei originalmente, o nome do Dr. Claudio Sales, por solicitação do Senador Flexa Ribeiro, que é do grupo Acende Brasil.

Na mesma direção, serão organizados os temas Transporte – que é bem amplo, abrange, inclusive, a aviação civil –, Água e Telecomunicações.

Para o setor de transportes, a sugestão é que seja convidado para nos apresentar sugestões, em linhas gerais, relativas ao tema o Dr. Álvaro Tube Prata, que é da Universidade Federal de Santa Catarina e também do Ministério da Ciência e Tecnologia. Como debatedores foram sugeridos os seguintes nomes: Dr. Fernando Regis dos Reis, da ANTT; Ronaldo Cabral Magalhães, também da ANTT; Bruno Batista, da CNT; Carlos Davi Nassi, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Ivaldo Dario da Silva Fontes Filho, da Universidade Federal de Pernambuco; Paulo Augusto Rocha Vasconcellos, da Antaq; Segen Farid Estefen, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Rui Carlos Botter, da Universidade de São Paulo; o Almirante Ney Zanella, do Ministério da Defesa; Hugo Borelli Resende, da Embraer; José Carlos Argolo, do ITA; Brigadeiro Venâncio Alvarenga, do Ministério da Defesa; e o Dr. Walter Bartels, da AIAB. São esses os que estariam sugeridos como convidados. Naturalmente, volto a frisar,

que, qualquer outro nome que V. Ex^{as} desejem, podem apresentar que a Mesa acolherá com muita satisfação. Esse é um setor muito específico do Senador Clésio.

Para o setor de água, para apresentar as sugestões das linhas gerais do tema proposto, o nome sugerido para trazer aqui seria o do Dr. José Galizia Tundisi, da Universidade de São Paulo. Como convidados para debater com esta Comissão a questão da água nos seus mais diversos aspectos: Dr. Jaime Joaquim da Silva Pereira Cabral, da Universidade Federal de Pernambuco; Dr. Benedito Braga, da Agência Nacional de Águas; Dr. Carlos Eduardo Moreli Tucci, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Dr. Carlos Afonso Nobre; e a Dr^a Virgínia Sampaio Teixeira Ciminelli.

Para o setor de telecomunicações, para apresentar sugestões das linhas gerais do tema proposto, a sugestão é convidarmos o Dr. Luiz Schymura, da Fundação Getúlio Vargas. Nomes sugeridos, dentre outros que, volto a frisar, V. Ex^{as} poderão apresentar a qualquer instante no decorrer das nossas reuniões, mesmo depois de iniciados os nossos debates: Dr^a Emília Maria Silva Ribeiro Curi; Dr. Mário Girasoli; Dr. João Alberto de Negri, da Finep; e Dr. Nelson Akio Fugimoto.

Há poucos nomes ainda porque o tempo foi curto para entrarmos em contato com todos esses. Em relação ao setor de energia, V. Ex^{as} percebem que já há um número maior de pessoas porque é o setor que acredito ser o mais importante para debatermos no momento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, V. Ex^a disse que era importante estabelecer o contraditório, que é o debate, e eu penso exatamente dessa forma, porque é importante que tenhamos debatedores que possam fazer o contraditório do outro.

Nessa questão do transporte, eu, assim como o Senador Clésio, acho que, talvez pela minha atuação e o meu Estado do Mato Grosso do Sul, nós dependemos muito do escoamento da nossa produção e estamos percebendo essa questão dos nossos produtos. Eles perdem muito na competitividade porque nós pagamos um preço muito caro nessa questão do transporte. Mas eu penso que, ao trazer debatedores – aí é uma indagação –, não seria importante que pudessemos trazer setores do Governo?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Claro, claro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Porque, na minha avaliação, em relação a essa questão do transporte, por exemplo, eu tenho comigo que foi feita uma mudança e toda uma expectativa – não quero entrar nesse mérito –, mas a verdade é que, nesses dois anos, as coisas estão completamente emperradas. Eu acho que há um problema de gestão. Eu falo especificamente em relação ao DNIT, por exemplo. Porque, às vezes, você pode ter a pessoa mais bem intencionada do mundo, mais séria do mundo, mas não consegue operacionalizar, e aí o País começa a sofrer com isso, porque, às vezes, centraliza tanto, você exige tanto que as coisas não conseguem fluir porque é um País continental. E aí nós ficamos sofrendo.

Eu vou lhe dar um exemplo. Nós temos, no meu Estado, uma ligação com Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a BR-163. Eu, Presidente Fernando Collor, já fui umas três ou quatro vezes falar com o Ministro Paulo Sérgio. Há até um bispo... E eu costumo dizer que ainda vou ser excomungado da Igreja católica por causa do nosso querido Bispo Dom Antonino, mas é verdade. É a única ligação do Mato Grosso com o Mato Grosso do Sul, que precisa ser duplicada, todo mundo sabe, o Ministério dos Transportes sabe, e não conseguimos. Agora eles falam: “Não, nós vamos fazer a chamada concessão onerosa.”, ou seja, vão licitar, vão colocar, mas isso não sai do papel.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Não se decide.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É um negócio que incomoda porque você percebe que há dinheiro. E aí, quando nós trouxemos aqui, nos últimos dias desta Comissão de Infraestrutura, alguém do Ministério dos Transportes, mandaram, nem me lembro o nome, com todo respeito, um homem preparado e tal, mas um teórico, não conseguia responder minimamente aquilo que... A ponto de os membros da Comissão, no meio, começarem até a se irritar, porque ele falava de tudo menos daquilo que você estava indagando.

Então, eu acho que esta Comissão precisa, mais do que nunca, trazer para esta realidade: o que está acontecendo? Por que não anda? O que precisa fazer para andar? E aqui nós nos comportamos como alguém que fiscaliza, mas que quer dar solução. Não é aquela questão de trazer alguém aqui para desgastar o Governo, ou para fazer algum tipo de política partidária. Mas para que a Comissão possa ser um instrumento de destravar, de destrancar aquilo que não anda neste País. Eu acho que aí a Comissão estaria dando uma grande contribuição.

V. Ex^a tem esse perfil. E aqui, pelo que eu vejo, temos uma composição de pessoas que podem ajudá-lo. Eu acho que devemos ir para esse lado, querendo

resolver, ajudando o País, ajudando os Ministros. Às vezes o Ministro tem um problema político; não consegue destrancar porque há uma coisa aqui, há outra ali. Nós sabemos como são. Então a Comissão tem que ir lá clarear, botar luz. O que está acontecendo aqui? Por que isso não anda? E o que a Comissão pode fazer para contribuir para que possamos realmente... Aí, eu acho que é esse debate.

Eu traria, nesse debate aqui, alguém do Ministério dos Transportes, para que possa ouvir, por que isso não anda, por que... mas alguém que consiga responder. Porque é comum também: você convoca um ministro, aí o ministro manda um representante.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – É.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – E aí...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Permita-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Isso é um desprestígio para a Comissão. Quando nós iniciarmos, esta é uma outra questão que eu gostaria de trazer aos senhores: quando a Comissão de Infraestrutura convidar o Ministro, ou vem o Ministro ou não vem ninguém.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito bem, Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Representante, não aceitamos. O convite é para a pessoa do Ministro. Então, solicitaremos, sempre, o empenho dos Srs. Ministros para que aqui compareçam quando convidados ou quando, eventualmente, convocados. Mas é fundamental que isso aconteça.

Em relação ao que disse o Senador Waldemir Moka, V. Ex^a está coberto de razão. Eu acho que tantos quantos nomes do Governo V. Ex^as., que conhecem melhor a área, por exemplo, de transporte, no caso específico do tema que V. Ex^a trouxe, puderem trazer, nós faremos o convite a essas pessoas para que venham aqui debater. Está inteiramente aberto, e o que nós desejamos é estabelecer esse contraponto, para, desse contraponto, nascerem a verdade e os caminhos melhores que nós deveremos trilhar para resolver esse gargalo da infraestrutura.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu tinha, inclusive, encaminhado essa sugestão no biênio anterior. O Senado é uma estru-

tura, sejamos aqui sinceros, gigantesca, gigantesca. Não pode a Comissão de Infraestrutura do Senado da República não ter mecanismos, instrumentos de monitoramento, dessas metas a que o Senador Moka fez menção. Nós precisamos equipar esta Comissão com recursos humanos, com *softwares* que nos deem condição de entrar *on-line* com essas metas do Governo Federal, para que nós possamos avaliar aqui, em tempo real, o que está acontecendo Brasil afora.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – A execução orçamentária, a execução físico-financeira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Físico-financeira.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – O cronograma físico-financeiro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Porque o Senador Moka traz aqui o exemplo da realidade do Estado, eu trago o do meu. O aeroporto de Vitória ficou de ser inaugurado em 2008. Está há cinco anos parado, sem qualquer definição por parte da Infraero. Um aeroporto com capacidade para 2 milhões de pessoas, com quase 6 milhões de usuários anualmente, e nós não conseguimos uma informação do Governo Federal, não conseguimos uma resposta efetiva com relação a esse clamor. Não apenas em meu Estado, como Brasil afora.

Então, nós precisamos colocar um ponto final nesta Comissão e nós precisamos que esta Comissão tenha voz, tenha protagonismo e seja respeitada, porque no biênio anterior não foi. Quantas foram as vezes em que nós convidamos aqui Ministros e autoridades e eles aqui não vieram? Com todo o respeito, mandaram pessoas da sua estrutura que não tinham qualquer condição de decidir coisa alguma.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – É lamentável.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Então, a minha expectativa, e sei que compartilhava com as dos outros colegas, é de que esta Comissão vai se afirmar no debate.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito bem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Cumprindo com sua responsabilidade e com sua prerrogativa constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito bem.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Agradeço a palavra de V. Ex^a e a sugestão do Senador Ricardo Ferraço, que é muito boa.

Eu peço à Secretaria da Comissão que faça instalar aqui, no gabinete, na sala da Secretaria da Comissão, um monitor com esses dados *on-line*, os dados do Governo, que acho que já estão disponíveis pela Internet. Mas instalar um monitor aqui para que os Srs. Senadores e nós todos possamos acompanhar a evolução das obras do PAC e de outras obras que não estejam incluídas no PAC e a execução, o cronograma de execução físico-financeira para conhecimento dos Srs. Senadores e das Srs. Senadoras.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) –

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Fernando Collor, primeiro, desculpe nós estarmos interrompendo a sua fala, ...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Não, não interrompe, não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ... mas V. Ex^a instigando todos nós. V. Ex^a trata de assuntos que dizem respeito diretamente à responsabilidade de cada um dos Srs. Senadores de representar o seu Estado.

Falar de estrada, V. Ex^a começou, e eu ia fazer uma observação, mas falei de energia, não interrompendo a estrada. O meu Estado, o Estado do Pará, tem a menor malha rodoviária federal do Brasil e, talvez, lamentavelmente, a pior. Isso que o Senador Moka colocou aqui é preciso. V. Ex^a, à frente da Comissão de Infraestrutura, como integrante da base do Governo, tem o papel fundamental de ajudar o Governo. Ajudar o Governo! Todos nós queremos que essas obras saiam, que o Brasil avance. Nós somos oposição ao Governo, não ao Brasil. Nós estamos aqui para ajudar. Então, quando nós fazemos uma crítica, é uma crítica construtiva, que aponte onde está o entrave, vá lá e desate aquele nó. Mas o Governo entende diferente. Entende que são ações político-partidárias e que nós não estamos querendo ajudar.

Então, V. Ex^a, como ex-Presidente da República, tem de fazer essa ajuda ao Governo, no sentido de que essas obras andem. Não é possível! Dizem que o maior perigo do trapezista é acreditar que pode voar. Aí, ele larga o trapézio e, sem rede, cai no chão. É o que está acontecendo com o Governo. Ele acredita que tudo que ele fala é verdade, então que ele pode voar. Ele vai cair, lamentavelmente. Vai cair.

Então é preciso que V. Ex^a, com toda a experiência política, de Executivo, possa orientar a Presidenta de plantão, para que ela possa ajudar o Brasil, aceitando

que o Congresso, o Senado brasileiro e a Comissão de Infraestrutura possam fazer esse contraponto.

Lá no meu Estado, há uma rodovia, a PA-150, que é a espinha dorsal. Ela cruza o Estado do Pará de ponta a ponta. Uma parte, no governo anterior do meu Estado, foi federalizada, porque achavam que o Estado não tinha capacidade de fazer a restauração. São mais de 1.000 quilômetros de rodovia. A parte federalizada está intrafegável. A parte do Estado está toda reconstituída, com asfalto de primeira qualidade. Ou seja, na hora que fazem uma ação... Eu acredito que a ação dos Parlamentares à época, de federalizar a rodovia estadual, foi no sentido de ajudar. Mas, lamentavelmente, a emenda saiu pior do que o soneto. Agora, está intrafegável, e a do Estado está recuperada.

Lá em Itaituba, que vai ser palco de investimentos maciços do Governo na área de energia, como está sendo na área de portos, agora, com o escoamento da soja de Mato Grosso, o trecho urbano da Rodovia 230 está intrafegável. Eu quis falar com o Superintendente do DNIT e não consegui. Nem resposta eu tive do superintendente. A estrada...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Isso é uma falha grave.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É. Os caminhões, quando passam na área urbana – na área urbana! – ficam com a água no meio da roda. Então, carro de passeio não trafega. Não é possível um negócio desses.

Eu acredito que V. Ex^a vai fazer um trabalho aqui de auxiliar o Governo, que é a intenção de todos nós. Vamos trabalhar nesse sentido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. E, sobretudo, de fortalecer o Poder Legislativo. E, para fortalecer o Poder Legislativo, nós temos que começar fortalecendo o trabalho das comissões temáticas do Senado da República. Isso é de fundamental importância. E a participação de V. Ex^{as}, com a experiência, com a capacidade, com a visão que V. Ex^{as} têm de Brasil, vai colaborar decisivamente para que nós possamos alcançar essa nossa meta.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG)

– Sr. Presidente, só para complementar...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Desculpe. Pela ordem, Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Eu queria fazer uma colocação de que eu estou muito feliz com a Presidência de V. Ex^a. Eu digo isso porque, na última Comissão, inclusive, eu não participei. Estava aguardando, estava acompanhando essa. Eu fiz

questão quando tomei conhecimento que V. Ex^a seria o Presidente.

No Congresso americano, a gente sabe o peso que tem uma comissão de infraestrutura, e como ela interfere e até influencia os governos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Claro.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – É isso que nós precisamos aqui. E quando a gente está colocando o tema transporte, não é porque o de energia é menos importante, não. Mas na energia, pelo menos, há soluções. Deu uma seca forte no Sudeste, todo mundo falou que haveria paralisação, que haveria racionamento; acionaram-se as termoelétricas. Existem soluções. No transporte, não há alternativa. Para tudo isso, essa angústia de que nós estamos falando aqui, não há alternativa se o Governo não agir.

Então, há pouco tempo, nós estivemos com uns 20 parlamentares, conversando com a Ministra Gleisi. E foi quando nós, inclusive, falamos que precisa melhorar a Lei de Licitações. Por que não faz um RDC na área de transporte do PAC? Ela, na hora, falou: “Mas o Congresso aprova?”. Eu falei: “O Congresso aprova tudo que o Governo pede quando é de interesse do povo brasileiro”. E aprovou! Aprovou o RDC e não consegue fazer uma obra. O senhor acabou de dizer agora, Presidente: a BR-381. No dia que eu assumi o Senado, começamos a trabalhar forte nessa obra. A resposta que se dava era que no mês seguinte o projeto ficaria pronto; no outro mês, o projeto ficaria pronto. E, finalmente, ficou pronto em agosto. Em agosto, falaram: “Agora vai licitar”. Três tentativas de licitação, o Governo suspende a licitação um mês antes; suspendeu, agora, dia 16 de dezembro; suspendeu em janeiro novamente. Quer dizer, há um problema sério dentro da gestão do Governo e esta Comissão pode facilitar a vida do Governo. O que nós precisamos é contribuir – esse é o nosso objetivo. Precisamos contribuir, mas de uma forma...Acho que o Senador Ricardo Ferraço falou muito bem, tem que haver uma forma de acompanhamento aqui que possa orientar o Governo e até dar um sentido de as coisas funcionarem.

Por isso que a gente está angustiado com o transporte, mais pelo aspecto, realmente, de não haver alternativa, não haver substituição. Não se substitui rodovia de um dia para o outro.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – V. Ex^a tem toda razão, Senador Clésio Andrade.

Com a palavra, o Vice-Presidente desta Comissão, Senador Sérgio Petecão. Em seguida, S. Ex^a, Senador Valdir Raupp.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Presidente Collor, primeiramente, queria parabenizá-lo pela eleição.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Nossa.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – E agradecer também aos colegas pelo apoio ao meu nome, como Vice-Presidente. Para mim, é um prazer muito grande estar junto com o senhor nesta nova empreitada.

Queria me colocar à disposição para, dentro das minhas possibilidades, ajudá-lo no que for preciso e a todos da Comissão.

Ouvindo atentamente os colegas Senadores – lógico, todos com intuito de defender o Brasil –, cada um levantando questões do seu Estado. Vou levantar aqui uma questão do Estado de Rondônia – e o Senador Raupp tem sido um parceiro nessa discussão. É um problema que está dentro do Estado de Rondônia, mas que atinge diretamente o Estado do Acre, que é a ponte sobre o Rio Madeira, a BR-364. Até hoje não consigo entender, Presidente Collor, fui Deputado Federal – estive quatro anos, lá na Câmara, como Deputado Federal –, e coloquei como uma das bandeiras do meu mandato a discussão a respeito dessa ponte sobre o Rio Madeira.

Já se fala na construção dessa ponte há muitos anos e acho que vamos ter aqui, nesta Comissão, a grande oportunidade de trazer, Senador Raupp, mais uma vez, esse debate, porque não existe justificativa para que essa ponte...Usa-se muito argumento: uma hora é a licitação, outra hora foi o projeto que ficou inadequado; mas, na verdade, a informação que temos é que há interesses para que essa ponte não saia.

E, hoje, lá no Acre, pagamos um preço muito grande, muito grande mesmo, por conta do atraso, por conta do prejuízo que os empresários têm; e o mais importante: essa ponte liga o nosso País ao Pacífico. Todos sabemos que foram gastos milhões, bilhões de reais, pelo Governo brasileiro, na ajuda ao governo peruano, para construção da Transoceânica, que liga os portos de Ilo e Matarani e os portos do Oceano Pacífico, que seriam uma alternativa, uma saída para o nosso País e, até hoje, não entendemos por que essa ponte sobre o Rio Madeira não sai.

Então, queria pedir o apoio de todos os colegas Senadores para que nos ajude. Tenho certeza que esse é o mesmo sentimento do Senador Raupp, até porque já participei de algumas audiências no Ministério dos Transportes, no DNIT, e a verdade é que, até hoje, não temos uma resposta concreta. Ouvi alguns Senadores aqui falando exatamente nessa linha: são audiências, reuniões e, na verdade, não há uma justificativa. Eles não conseguem dar explicações convincentes para

que você possa sair dali.... Sempre empurrando com a barriga. Mas um dos fatores que me motivaram a vir, junto com meus colegas, pedir o apoio para que tivéssemos participando desta Comissão, é exatamente para que possamos, de uma vez por todas, resolver essa situação da ponte sobre o Rio Madeira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Sérgio Petecão.

Com a palavra S. Ex^a, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Fernando Collor; Vice-Presidente Sérgio Petecão, tenho certeza que esta Comissão sempre esteve e, agora, um pouco melhor, estará em boas mãos ...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) –... sendo bem comandada. O Presidente Collor assim como o Petecão são madrugadores. Quando eu cheguei aqui para assinar, hoje, às oito e pouco da manhã, o Collor já tinha assinado já. E eu falei: às 8h30 vão abrir a Comissão? Mas isso é bom.

Então, eu quero parabenizá-los pela ascensão ao cargo de Presidente e Vice-Presidente desta Comissão, e podem contar comigo.

Com relação a essas questões da área de infraestrutura, realmente houve – ainda está um pouco, mas já esteve pior – um travamento. Dois anos atrás, a coisa ficou um pouco travada. Agora, começou a destravar. Mas como as coisas são muito grandes, pois estamos falando de milhares de quilômetros de rodovias, de 60 mil quilômetros de rodovias federais; a malha ferroviária completamente sucateada ao longo do tempo. Então, não dá para culpar apenas este Governo. É aquela velha história: como é que você dá um cavalo de pau num transatlântico? Não tem como. O Brasil é um gigante. Então, tudo é grande.

Com relação a essa questão da infraestrutura no Norte, realmente o Senador Flexa tem razão, assim como o Petecão, pois ela, ao longo do tempo, ficou muito abandonada. E, agora, começa a dar sinais de avanço. A ponte lá do Abunã já está sendo licitada. Nesse momento, a ponte da BR-364, que vai para o Acre, e, por consequência, à rodovia do Pacífico, está sendo licitada. A ponte da BR-319 está ...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – ... está de novo, de novo. Ele tem razão, porque ela foi licitada uma vez, mas com um projeto básico. O erro do Brasil não é só a execução. São ...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Esse é o projeto executivo, não é?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – ... os projetos. Ela foi licitada 4, 5 anos atrás, com um projeto básico, sem as sondagens. Então, não havia como executar aquele projeto. Então, tiveram que refazer todo esse projeto. Agora ele já está em fase de licitação, com um projeto realmente executivo, um projeto executivo bem feito; a exemplo da ponte da 319, que já está sendo concluída, uma ponte do mesmo tamanho dessa que vai para o Acre, em frente Porto Velho, no sentido Manaus, já está sendo encabeçada; toda ela está pronta já. Eu passei por lá sobrevoando; saí do aeroporto e fui para Guajará-Mirim, a um seminário binacional, na semana passada, e a ponte já está sendo concluída, a do Rio Madeira, que vai para Manaus. E essa que vai para o Acre também já está sendo licitada. Assim como a ponte binacional Brasil/Bolívia, que foi um compromisso do Presidente Lula e ratificado pela Presidente Dilma, também já está com o projeto em fase de conclusão para ser licitado também, que é outro corredor que vai para a Bolívia e Chile.

Então, eu vejo que, aos poucos, a coisa está andando, mas não é com aquela velocidade que a gente gostaria que andasse. Está em curso também essa licitação dos leilões das ferrovias, no mesmo modelo das hidrelétricas. Por que na área de energia está dando certo? Foi o modelo encontrado, com a parceria público-privada, as duas usinas do Rio Madeira, em Rondônia, Santo Antônio e Jirau, assim como Belo Monte, com alguns problemas, uma grande obra, mas estão avançando mais rapidamente. Por quê? Porque lá está a iniciativa privada, lá estão os bancos financiando, porque a energia é uma coisa rentável. E o que está acontecendo na área de transportes? A falta de recursos às vezes. Por isso é que eu sou favorável aos pedágios. Se você vai ao Rio Grande do Sul, a melhor estrada do Brasil está no Rio Grande do Sul – é o trecho de Osório a Porto Alegre. São três faixas de rolamento de cada lado; não há uma rachadura; nenhum buraco; há dois pedágios; num trecho de cem quilômetros há dois pedágios, baratos. Acho que um deles é R\$6,00; o outro acho que é até um pouco menos. Assim como a rodovia 101, em Santa Catarina, também perto de Curitiba; Florianópolis já está pedagiada também; está boa. As rodovias de São Paulo, você passa num trecho de 500, 600 quilômetros, há cinco, seis pedágios, mas as rodovias estão boas.

Se você for a qualquer país do mundo, à China, inclusive, há pedágios nas rodovias.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Na Coreia, em qualquer lugar.

Então, eu sou favorável a que as rodovias sejam pedagiadas, que sejam duplicadas, porque as rodovias duplicadas.... Eu lancei um desafio, Presidente Collor, à Presidente Dilma, no início do seu mandato, porque eu sou membro do Conselho, como Presidente do PMDB. Eu disse: “Presidente, quero lançar um desafio – dobrar a malha rodoviária duplicada”. Porque é uma vergonha a nossa malha rodoviária de rodovias duplicadas. E ela lançou, agora, então, um pacote, de cinco mil quilômetros de duplicação. Mas não avança. Uma hora é falta de projeto; outra hora é... Nós temos também a burocracia dos órgãos de controle. Eu não vou dizer que não tenha que ter, mas quantas licitações são canceladas, depois de o contrato feito, manda cancelar tudo para refazer. É o TCU, é a CGU, não sei o que mais...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Polícia Federal, Ministério Público...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Ministério Público! Então, os órgãos de controle também estão dificultando muito. Eu falo do Plano Nacional, mas isso acontece lá no menor Município do Brasil. O Ministério Público quer controlar tudo, desde a licitação da obra, a contratação da obra, a execução da obra. Há os Tribunais de Contas Estaduais, o Ministério Público, a AGU, a CGU, o TCU... Hoje está difícil fazer obra no País. É claro que a falta de bons projetos também é um problema. Falta de técnicos. Eu visitei uma empresa na China, há uns dois anos, numa delegação aqui do Congresso e do Governo; ficamos dez dias na China visitando obras de ferrovias. A China construiu uma ferrovia de 1.300km entre Xangai e Pequim, em três anos, trem-bala, trem de alta velocidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – É verdade.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Nós estamos há cinco anos discutindo para construir uma ferrovia de São Paulo ao Rio de Janeiro, que são 400km. Lá, eles fazem em dois, três anos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E aprovamos uma medida provisória para ser feito de imediato aquilo.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Exatamente, e até agora... Então, o Brasil tem que encontrar esse caminho de tocar obras mais rápido, de fazer os projetos mais rápido, de licitar mais rápido, de executar mais rápido, porque, neste momento, o dinheiro também não está sendo um problema. Há dinheiro do PAC – há obras do PAC que não andam, e o dinheiro é garantido; mediu, recebeu –, mas as obras não andam.

Queria deixar aqui essa contribuição e sugerir, se não está na lista, convidar – acho que ele está até

fazendo um bom trabalho – o General Fraxe, o Diretor-Geral do DNIT, para falar sobre essa questão da infraestrutura na área de transporte. E o Presidente da Antaq também, para falar sobre as nossas hidrovias.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – A sugestão de V. Ex^a, Senador, é para que seja convidado o General?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – General Fraxe, Diretor-Geral do DNIT. Perfeitamente, já está aqui incluído.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente, já está aqui incluído. Por gentileza, V. Ex^{as} tenham como, na relação lida, a inclusão também do General Fraxe, Diretor do DNIT

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com a palavra, o Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, é uma honra estar aqui, participando desta Comissão. Queria colocar à disposição de V. Ex^a a experiência talvez empresarial e técnica, porque sou engenheiro, e fui, por 18 meses, Secretário de Infraestrutura do Estado de Goiás. Conseguimos ter uma velocidade muito grande com relação a esses acontecimentos de infraestrutura no Estado. Conseguimos fazer o levantamento de 6.000km da malha viária e colocar isso em prática em muito pouco tempo, logicamente, num Governo que tinha determinação de fazer isso, e onde se reconstruíram 2.081km da malha do Estado de Goiás, por ano. Há um projeto em que, nos próximos três anos, vão-se reconstruir 6.000km em Goiás.

Também dentro desse conceito está a questão que o nosso Senador Ferraço já mencionou sobre o aeroporto de Goiânia. É um absurdo que uma cidade no centro do País ter, desde 2007, o pior aeroporto do País. Para se ter uma ideia, um Estado que cresce acima da média nacional, com investimentos pesadíssimos, agora, para completar, começa uma reforma na nossa pista, paralisando os voos noturnos na nossa capital.

Então, gostaria de me colocar à disposição para a gente fazer esse debate, acompanhando o que o Ferraço disse, fazer um levantamento desses pontos, elencando as obras mais importantes e fazer uma avaliação do Senado. Como disse o Senador Ferraço, temos uma estrutura muito grande e condições de dar uma boa contribuição, ponto a ponto, e dizer o que o nosso Senador Moka diz: “Talvez o Governo tenha pessoas de confiança, mas não pessoas de competência para tocar e fazer isso ter velocidade”.

Essa é a minha contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Wilder, pela sua grande colaboração com as suas palavras.

Com a palavra, S. Ex^a, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos os colegas. Primeiro, quero cumprimentá-lo pelo início dos trabalhos e pela pontualidade britânica. Eu cheguei hoje um pouco antes das 8h30 à Casa e liguei a televisão e o Presidente Collor já estava às 8h30, pontualmente, abrindo a reunião. Quer dizer, está trazendo a questão do horário da Comissão de Relações Exteriores para a Comissão de Infraestrutura.

Mas, Presidente, eu infelizmente tinha alguns compromissos agora, pela manhã, de audiências no meu gabinete e não pude participar de todo o debate. Contudo, o Senador Moka já me colocou a par do que nós estamos discutindo.

Com respeito às obras e com respeito à demora, vi o Senador Raupp fazer a sua manifestação, o Senador Wilder também. E gostaria de colocar mais um ingrediente nessas discussões. De fato, todos nós sabemos que as obras no Brasil são muito demoradas e que as condições de infraestrutura no País são muito ruins. Mas, na realidade, se nós formos ver hoje, estamos gastando mais tempo, Senador Valdir Raupp, na confecção dos editais, nas licenças do que propriamente em obras. Eu darei um exemplo em relação ao que aconteceu na ferrovia que liga Santos a Mato Grosso. Quando o Presidente Lula assumiu o governo, eu estive com ele. Em 2013, eu era Governador e ele recebeu praticamente prontos 100km de ferrovia, ligando o Alto Taquari a Alto Araguaia, e ele inaugurou esse trecho.

Passaram-se os dois mandatos do Presidente Lula e mais metade do Governo da Presidente Dilma e agora, março ou maio, deve chegar aos próximos 200km lá em Rondonópolis.

Então, nós estamos falando de dez anos aproximadamente de uma obra. Se formos olhar cronologicamente o que aconteceu, foram seis a sete anos de discussão de traçado, de licenciamento ambiental, passagem por APPs, contornos. Foram sete anos de discussão de documentos, de papéis, a guerra do papel, e foram dois anos de obra. Quer dizer, não tem como nós levarmos adiante, se quisermos ter um País que tenha infraestrutura necessária para o desenvolvimento que nós queremos.

E um dos grandes culpados... Não sei se é nesta Comissão que nós poderemos chamar ou sugerir, ou será lá na Comissão de Fiscalização, que irei presidir se for eleito hoje, ao meio-dia. Mas o TCU e a CGU têm um papel fundamental nesse processo. Uma coisa é fazer no escritório, é exigir a burocracia dentro de um

ambiente de uma sala fechada como esta, onde tudo é previsto, onde tudo acontece, onde tudo é previsível. Outra coisa é fazer exatamente as mesmas coisas e as mesmas exigências lá no campo, onde as dificuldades são imensas, as coisas projetadas não são iguais.

E o TCU tem sido, nos últimos anos, um cobrador de regras milimétricas das coisas. Não tem sido um órgão que consegue entender que a dificuldade que aquele empreiteiro, aquela obra está tendo não é inerente à obra. São coisas que apareceram no meio do caminho. E já imediatamente eles colocam esses empreiteiros numa lista negra por desvio de finalidade, desvio de preço ou coisa assim.

Vou dar um exemplo claro aos Srs. Senadores: se, numa determinada obra, o material betuminoso está previsto ser pego em São Paulo para levá-lo para Mato Grosso e, por qualquer motivo, esse material não pode ser pego ali, ele pode ser pego em Belo Horizonte, vai ficar mais caro. Aí o TCU aceita. Se ele pegar em Curitiba ou num lugar que é mais barato, o órgão não aceita, diz que é sobrepreço e coloca você numa *black list*.

Então, nós precisamos também conversar com o TCU – e sei que esse é um papel desta Casa, é um papel do Congresso. Talvez nós tenhamos apertado tanto nos últimos anos que está na hora de pegarmos uma chave para afrouxar um pouco essas questões, buscar meios de facilitar. Ninguém quer que haja corrupção. Todo o mundo tem que combater, saber que há os preços certos. Mas não é possível levar milimetricamente essas questões nas obras existentes.

Eu estou vendo isso lá na BR-163, que liga Mato Grosso ao Estado do Pará, do Senador Flexa. Nós temos uma dificuldade enorme por questão de cascalheira, pelo fato de uma cascalheira estar a 10km, outra está a 5km. Se pegou no lugar de cinco, e era para pegar de dez, você está lesando o patrimônio público. Não são assim as coisas.

Então, eu gostaria de deixar esta sugestão a V. Ex^a, porque, de fato, na questão logística do País, nós estamos, Presidente Collor, clinchados. Aquilo que nós vimos que ia acontecer no País daqui a dez anos aconteceu agora.

As safras do Centro-Oeste e do Brasil, neste momento, estão com os preços dos fretes inflados em mais de 60%, 70%, inviabilizando todo o setor. Trechos de rodovias nossas, que deveriam ser feitos em uma, duas horas, levam oito, dez horas para serem feitos. Não há mais como fazer, está tudo trancado.

Como falavam lá na minha terra, onde eu nasci, Senador Jayme, em baile de alemão, quando dá confusão, tem que haver um alemão mais corajoso que dá um tiro para cima, para a música, para tudo e fala:

“Para o gaita, vamos arrumar o baile”. Quer dizer, nós estamos assim no País. Precisamos parar tudo e reorganizar as nossas forças, se não nós não vamos a lugar nenhum.

Muito obrigado.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Senador, pela ordem, até para fazer um complemento aqui ao meu Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Blairo Maggi. Com a palavra S. Ex^a o Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Para termos um exemplo disso, Blairo, em Goiás, a duplicação da BR que liga Goiânia a Jataí só foi possível porque a Fieg doou um projeto ao DNIT, que foi feito em menos de um ano e, hoje, é a principal obra do PAC que o Governo tem construído, porque é iniciativa privada.

Para se fazer o projeto ia demorar tanto que um grupo de empresários e de entidades de Goiás doou esse projeto, e por isso uma obra que tem dois anos e pouquinho tem 87%, e está em andamento. Talvez, eu acho, seja a principal obra do Governo Federal.

E um segundo, complementando também a questão do pedágio, é um absurdo – quem anda aqui em Goiás conhece – o fato de que se gastaram 20 anos para fazer a duplicação de Brasília/Goiânia, Goiânia/Itumbiara.

As rodovias hoje já são um ponto de uso, já consecutivos, de manutenções do DNIT e já poderiam estar simplesmente com pedágio, facilitando esses recursos da manutenção, pois o Governo não tem capacidade de fazer isso. Poderiam estar na mão da iniciativa privada, e, com isso, poderiam se fazer outros investimentos em outras regiões.

Para se ter uma ideia, nós não temos nenhum ponto de pedágio em Goiás, enquanto o Estado de São Paulo tem 156 pontos. A única coisa que os paulistas têm de preocupação lá são os radares. E, para nós aqui, a preocupação são os buracos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Wilder.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente Collor, demais Senadores e Senadoras, eu quero antes de mais nada cumprimentar V. Ex^a pelo seu retorno à Presidência desta Comissão de Infraestrutura, da qual eu tive o privilégio de participar, quando da sua passagem nesta Comissão como membro titular, e aqui retorno como membro

desta Comissão novamente, e dizer da minha alegria e do meu contentamento.

Sei perfeitamente que V. Ex^a vai fazer um trabalho extraordinário, como não só fez na Comissão de Infraestrutura, como na Comissão de Relações Exteriores, e certamente nos cargos que V. Ex^a exerceu neste País.

Todavia vi os ilustres Senadores, cada um abordando um assunto, sobretudo fazendo comentários em relação às obras de infraestrutura em nosso País, que, lamentavelmente, estão sucateadas.

Ontem mesmo, Senador Wilder, eu fiz uma pequena fala na tribuna do Senado em relação às rodovias federais e, por conseguinte, também as nossas rodovias estaduais em Mato Grosso. Estão totalmente sucateadas e deterioradas, haja vista entrarem até em matérias em nível nacional, no Jornal Nacional, nos jornais não só televisivos, mas também em jornais escritos, em relação à precariedade das nossas rodovias federais e estaduais.

Entretanto, Presidente Collor, o Senador Wilder aqui disse que Goiás tem um dos piores aeroportos do País. Eu discordo de S. Ex^a. Deve ser o segundo, porque o primeiro é o de Mato Grosso. Lamentavelmente é o de Mato Grosso. É muito ruim. É uma vergonha. Eu me sinto envergonhado, não só pelo fato de ter sido Prefeito de onde está o aeroporto internacional – e fui Prefeito por três mandatos, fui Governador do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – O aeroporto é em Várzea Grande.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Várzea Grande. O único aeroporto internacional do Estado é na minha cidade, Várzea Grande, de que tive a honra de ser Prefeito por três mandatos, depois Governador e hoje Senador.

É uma vergonha, pelo fato de que o Mato Grosso, a cidade de Cuiabá será uma das subsedes da Copa do Mundo.

E eu tenho feito algumas reflexões e, naturalmente, meditado como é que numa cidade como aquela, num Estado como aquele, que vai ser uma subsele da Copa do Mundo, que vai receber milhares de pessoas, não só brasileiros, mas sobretudo pessoas que virão de outros países, um aeroporto pode funcionar naquele situação.

Para terem uma noção, fizeram um puxadinho e as pessoas ficam na fila para ir ao banheiro – comporta no máximo quatro pessoas, Presidente Collor, para entrar no toalete. Então é uma vergonha.

Quando o Blairo se refere aqui a estradas, Mato Grosso é um dos piores estados em relação as rodovias federais. Hoje nós temos uma safra prevista, gigantesca, ou seja, Mato Grosso será o Estado que dará a maior

contribuição em relação à produção nacional. Os fretes aqui estão todos inflados, 60ª a 70%, chegando a 80%. Se não bastasse isso, o que o Governo Federal tem que ter a consciência – eu digo consciência na boa expressão da palavra – é a de que ele tem que viabilizar um transporte intermodal, não é só rodovia. Nós precisamos de ferrovias, hidrovias. Nós temos alguns potenciais. O que me chama mais a atenção e fico até indignado, é que o Governo, já há duas eleições presidenciais, esteve por lá em grandes comitivas, em grandes caravanas dizendo que ia melhorar a logística do Estado, sobretudo lançando já em audiências públicas a tão sonhada ferrovia Centro-Leste, que vai sair aqui do Estado de Goiás passando por Tocantins, Mato Grosso, o que seria uma solução para o escoamento da produção ao longo das cidades da BR-163, Lucas, Sorriso, Mutum, Sinop, etc. E nada de concreto.

Eu estive na Comissão de Infraestrutura uma audiência junto com os demais pares, e lá disseram: “Olha, daqui 90 dias nós vamos conseguir contratar o projeto, e daqui mais 18 meses nós vamos lançar a obra.” Nem projeto, nem obra nem coisa alguma. E o Governo tem que tomar providência, sobretudo quando, hoje o Brasil, com esse custo Brasil altíssimo, uma carga tributária pesada nós não vamos chegar a lugar nenhum. Esta aí a vergonha: PIB, 1% e tenho certeza que a economia está de mal a pior, estão fazendo um remendo tentando tapar buracos. Isso vai explodir daqui a pouco, não tenho dúvida alguma. Esse negócio é engabelação, sobretudo por causa de período eleitoral que já está acontecendo para o ano que vem.

Então, a Comissão de Infraestrutura, Presidente Collor, tem um papel preponderante, sobretudo, como bem disse o ex-Governador e Senador Blairo Maggi, nós temos que tomar algumas providências. É verdade o que o TCU está falando? É verdade. E não é só o Tribunal de Contas, tem a tal da famosa CGU. Basta ter um parecer contrário do técnico do Tribunal de Contas da União para a CGU também entrar de cacete e vem por detrás o Ministério Público. Então, ser homem público nesse país aqui precisa ter muita coragem. Se sujeitar, realmente a Tribunal de Contas, CGU e mais o Ministério Público, vou falar para o senhor, é muito difícil.

De maneira que são trabalhos que nós temos que fazer aqui e, sobretudo, na medida em que o Tribunal de Contas é órgão auxiliar. De fato, a Comissão de Infraestrutura tem um papel preponderante.

E eu quero, em nome do povo do Mato Grosso e do povo brasileiro, porque eu sou Senador pelo Brasil, eu vi ontem uma matéria nos jornais dizendo que o Governo Federal vai lançar um programa de rodovias e ferrovias de R\$ 500 milhões. Eu conversava até com o

Senador Flexa Ribeiro e outros Senadores ontem num evento que tivemos ontem aqui em Brasília. Serão R\$ 500 bilhões em recursos federais e PPPs em parceria com o empresariado brasileiro. Gente, o brasileiro não pode acreditar em tantas mentiras todos os dias e em todas as horas. Eu vou fazer alguns pronunciamentos cobrando. Tirei lá fotocópia do jornal, peguei o jornal e guardei para cobrar do Governo daqui a seis meses. Quero ver se, de fato, pelo menos desses R\$ 500 bilhões, pelo menos R\$ 100 milhões – não é R\$1 bilhão – eu quero só R\$ 100 milhões dessas obras, de fato, sejam concretizadas. Não tem nada.

Eu conversava com o Senador Clésio Andrade e outros lá... É uma vergonha! E o Governo todos os dias indo na mídia dizer que está explodindo, lançando PAC I, PAC II, PAC III... Mas não vejo nada. Pelo menos no Mato Grosso, Flexa, nada! O que tem lá são estradas da morte, se escolhe, eu quero morrer no trecho Rondonópolis/Cuiabá. Beleza! Você vai para lá e vem num caixão. Ah, eu quero morrer na estrada que liga Posto Gil a Sinop. Você marca dia e hora, você vai para lá e está morto. Só essa semana aqui foram 18.. morreu lá sua mãe? Oh, a mãe dele morreu lá. Para você ver como é que é, numa plateia tão pequena a mãe do Senador Clésio morreu lá.

Então, você escolhe as estradas em que você quer morrer. Nós estamos dispostos a pagar, vamos privatizar, vamos duplicar. São estradas que se tem medo de andar. Eu fui numa propriedade rural minha, distante de Cuiabá 150km, não vou e vou proibir a minha família, nem filho, nem mulher, nem neto, ninguém vai mais. É uma coisa incrível! Num trecho de 60km, seis acidentes com morte, com vítimas fatais.

Então, acho que V. Exª tem uma missão nobre aqui: fazer prevalecer naturalmente essa prerrogativa que esta Comissão tem de exigir que o Ministro dos Transportes, o Diretor do DNIT, os responsáveis pela Valec, que é responsável pela questão da ferrovia, hidrovias, venham aqui, mas venham com verdade, não com mentira, com tapeação, para que, de fato, nossa fala lá nossos Estados onde representamos, realmente a pessoa acredite. Ninguém acredita em mais nada, ninguém acredita em mais nada. O que o Blairo disse aqui em relação à BR-163 é verdade, não acredito, não acredito que a BR-163, que liga Mato Grosso ao Pará, esteja concluída nem no ano que vem, pelos entraves burocráticos, questão das intempéries, do tempo, é uma rodovia importante para o escoamento da produção.

Eu disse em meu pronunciamento, Presidente Collor, e V. Exª conhece a nossa região, já esteve lá na região do norte do Estado, em Alta Floresta, Cuiabá, V. Exª já esteve, é um Estado que não precisa derrubar uma árvore, e temos capacidade de dobrar

a nossa produção, mas não há um estímulo. Além de estarmos pagando um preço inflado no transporte, o Governo não tem contribuído com coisa alguma, não dá um incentivo. E temos áreas que já foram abertas num passado bem recente, áreas degradadas, que estão prontas para fazermos a sua revitalização, através da agricultura sustentável, com alta tecnologia, tecnicizada, permitindo que, com certeza, aquele Estado possa contribuir, como tem contribuído para a nossa balança comercial.

De maneira que trago a minha mensagem aqui de fé, de esperança, de confiança em V. Ex^a e nos demais pares, para fazermos valer naturalmente a Comissão de Infraestrutura, exigindo do Governo Federal, do Poder Executivo, um mínimo de respeito com a sociedade brasileira e, sobretudo, com o meu querido povo do Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado, Sr. Presidente, sucesso, que Deus abençoe V. Ex^a na Presidência desta Comissão. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Jayme Campos, pelas suas palavras, aditando e pedindo, em seguida, permissão a V. Ex^{as} para continuar a leitura da sugestão do nosso programa de trabalho, gostaria de dar a V. Ex^a, Senador Jayme Campos, um dado que foi aqui oferecido quando do início da nossa reunião: em 2009, custou R\$127,00 a mais por tonelada exportar soja de Sorriso até Xangai na China do que de Davenport, nos Estados Unidos. Isso está no custo Brasil, que faz com que haja uma perda enorme de competitividade por parte do Brasil.

E o fundamental, acredito, com tudo isso que falamos e ouvimos aqui de V. Ex^{as}, é que a nossa infraestrutura tem dois problemas que são fundamentais: a questão de investimento e a questão de gestão, quer dizer, a falta de investimento e a gestão deficiente. E deficiente não somente, vamos dizer, por um modelo extremamente centralizador do Governo Federal, que poderia ser menos centralizador, mas os maiores problemas ocorrem em função do que aqui foi dito. É uma má, talvez uma falta de interlocução melhor com esses órgãos fiscalizadores: Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União, Ministério Público. Porque agora mesmo, V. Ex^{as} citaram exemplos dos seus Estados, temos lá no nosso Estado de Alagoas a duplicação da BR-101, que é o único trecho da BR-101 no Nordeste que falta ser duplicada, temos lá cinco trechos. Foi dividida a obra completa em cinco trechos, destes, três estão parados, porque o TCU entendeu que, sobre a extração da brita, o Governo Federal não poderia pagar *royalty*, quando é exigido daqueles que têm a pedreira, o pagamento de *royalty*. Então, é um

impasse bobo, uma coisa pequena que, com um bom diálogo, tudo isso terminaria.

Vemos muito falar em termos de ajuste de conduta. Acho que é o caso de o Governo Federal tomar a iniciativa de estabelecer um termo de ajuste de conduta com esses órgãos para que essas obras não parem, porque, se há dificuldade de recursos, se há dificuldade de conseguir novos investimentos e, adicionado a isso, nós tivermos esses problemas, nós não vamos sair da situação em que hoje nós nos encontramos.

Então, na última vez em que eu aqui estive tendo a honra e o privilégio de presidir esta Comissão, nós tivemos contatos com o Tribunal de Contas da União, e vários desses problemas foram equacionados e resolvidos. Acho que faz parte também do nosso trabalho, além da cobrança, da fiscalização, estabelecer um diálogo mais fluido com esses órgãos e com essas entidades, com o fito de fazer com que essas obras aconteçam, que essas obras sejam realizadas, porque, da maneira em que nos encontramos, fica muito difícil.

Aqui foi falado da questão das estradas, e eu gostaria de apresentar, acho que em nome da Comissão, os nossos sentimentos pelo falecimento da Sr^a mãe do Senador Clésio Andrade.

Mas a segunda *causa mortis* hoje no País, depois da desnutrição, são exatamente as pessoas vitimadas pela má conservação das nossas estradas. É a segunda *causa mortis* no Brasil. Então, esse é um investimento prioritário, além do que isso significa de impacto no setor de saúde, porque aqueles que têm a sorte de não serem vitimados fatalmente num acidente como esses vão para os hospitais públicos e estão pressionando também a saúde pública, os dispêndios da saúde pública em relação a esse atendimento.

Enfim, acredito que esse debate tenha sido de muita valia para o início dos nossos trabalhos, porque já temos, também, uma direção a ser tomada em relação a esses órgãos que estão hoje trabalhando. Entendo que eles têm todo o intuito de ajudar, mas, quando há um excesso no cumprimento dessas atribuições e não há um diálogo mais fluido, isso acaba atravancando os nossos processos de desenvolvimento e, consequentemente, de crescimento econômico.

Bem, então, voltando aqui, com a permissão de V. Ex^{as}, nós estávamos na questão da água. Então, terminamos a questão da água. Vem agora um outro setor que seria analisado: o setor de telecomunicações. Para apresentar sugestões das linhas gerais do tema proposto, a sugestão é de convidar o Dr. Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, da Fundação Getúlio Vargas, e como debatedores sugeridos, o Dr. Mário Girasoli, a Dr^a Emília Maria Silva Ribeiro Curi, o Dr. João Alberto de Negri, da Finep, e Nelson Akio Fugimoto.

Voltando a frisar que nomes que V. Ex^{as} tenham para sugerir serão imediatamente colocados aqui para que nós façamos o convite, de modo que eles venham debater essas questões.

Como temas transversais da infraestrutura, porque a infraestrutura, como nós todos sabemos, não é somente o setor A, B, C e D, e n setores, mas temos os temas transversais, que transitam e que tratam de questões relacionadas às políticas públicas da área de infraestrutura, como recursos humanos, indústria, saúde e educação. Como debatedores sugeridos, temos aqui o nome do Dr. Mario Luis Possas, economista, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialista em teoria econômica, economia antitruste e regulação; o Dr. Luiz Gonzaga de Melo Belluzzo, da Unicamp e da Facamp; o Dr. Pedro Wongtschowski, Diretor-Presidente do Grupo Ultra, que é doutor em engenharia química; o Senador Cristovam Buarque; o Dr. Wilson Suzigan, economista, professor da Unicamp, especialista em economia industrial e inovação; o Dr. Evandro Mirra de Paula e Silva, da Universidade Federal de Minas Gerais, é engenheiro, ex-Presidente do CNPq e do CGEE; o Dr. Glauco Arbix, da USP, sociólogo, Presidente da FINEP; o Dr. Adalberto Fazzio, do Ministério da Ciência e Tecnologia; o Dr. Eliezer Barreiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; o Dr. Fernando Galembeck, da Unicamp e do Conselho Nacional de Pesquisa de Minerais; o Dr. Hernan Chaimovick, da USP/FAPESP; o Ministro Alexandre Padilha; o Dr. Dante Alário Júnior, Presidente da Biolab Sanus Farmacêutica; Dr. José Fernando Perez, da USP, ex-diretor científico da Fapesp, Diretor da Receita Biopharma; Dr. Isis Raw, ex-presidente do Instituto Butantan; Dr. Jarbas Barbosa, da OPAS; Dr. Joaquim de Carvalho, Consultor Especialista em Gestão de Recursos Hídricos; Dr. Maurício Tomalsquim, Presidente da Empresa de Planejamento e Energia, Especialista em Planejamento e Matriz Energética; Dr. Paulo Emílio de Miranda, da Coppe/Universidade Federal do Rio de Janeiro; Dr. Luis Claudio Silva Frade, da Eletronorte; Dr. Glauco Arbix, Presidente da FINEP; Dr. Carlos Nogueira Costa Júnior, Especialista em Recursos Minerais, do Ministério das Minas e Energia; Dr. Sergio Augusto Damaso de Souza, do Departamento Nacional de Pesquisas Minerais.

Com isso, teríamos esses setores para este semestre, para concluirmos neste semestre essa primeira análise, começando com o setor de energia, passando pelo da água, pelo dos transportes e pelo das telecomunicações. Serão esses quatro grandes temas. Naturalmente, em cada um desses setores, diversos temas serão estabelecidos. No de transportes, como aqui já foi dito, o transporte rodoviário, o transporte

ferroviário, o transporte da aviação civil, enfim, todo tipo de transporte. O mesmo em relação à água, às telecomunicações e assim por diante. Esses seriam os setores a serem debatidos e analisados.

Os temas que seriam trazidos por esses nomes que seriam convidados formam o anexo do Requerimento que passo agora a ler para deliberação do plenário:

REQUERIMENTO

Nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam realizados por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura ciclos de audiências públicas dentro de uma agenda específica de debates, ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e à expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia, tudo isso atrelado ao bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país. As referidas audiências deverão ser realizadas com periodicidade quinzenal, às segundas-feiras, às 18 horas, na sala desta Comissão.

Naturalmente, outras audiências públicas serão realizadas nas nossas reuniões regulares. Agora, o novo nome dado pela administração do Senado, em vez de reunião ordinária ou extraordinária, será reunião regular da Comissão de Infraestrutura. Isso não impede que, havendo um problema que surja, que necessite uma avaliação de imediato dos integrantes da Comissão de Infraestrutura, que possamos convidar ou convocar para uma audiência pública, nas quartas-feiras, que será o dia das nossas reuniões, qualquer autoridade que V. Ex^{as} entenderem por bem convidar.

Então, gostaria de colocar em votação este requerimento, que tem como anexo isso que aqui foi lido para V. Ex^{as}.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Passando ao Item nº 1 da nossa pauta.

ITEM 1

O Ato nº 4, de 2013, da Comissão de Infraestrutura, altera o Ato nº 1, de 2009, também da Comissão de Infraestrutura, o qual disciplina o processo de

aprovação de autoridades no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Vou passar a ler esse Ato nº 4, de 2013.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal resolve:

Art. 1º. Dê-se ao art. 1º do Ato nº 1, de 2009, a seguinte redação:

§ 3º A Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal fará preliminar da admissibilidade do indicado considerando a documentação apresentada por ele, os princípios contidos no art. 37 da Constituição Federal e o disposto no art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000.

§4º Em caso de não observância dos princípios contidos no art. 37 da Constituição Federal e do disposto na Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o Presidente da Comissão dos Serviços de Infraestrutura devolverá a Mensagem ao Presidente do Senado Federal, que tomará as devidas providências.

Art. 2º Dê-se ao art. 2º do Ato nº1 de 2009 desta Comissão a seguinte redação:

Art. 2º A avaliação do indicado será feita em três etapas:

1º) Na primeira etapa, a Comissão de Serviços de Infraestrutura fará uma análise prévia da admissibilidade do indicado, considerando a documentação apresentada, os princípios contidos no art. 37 da Constituição Federal e o disposto no art. 5º da Lei nº 9.986, de 2000.

2º) Na segunda etapa, o relator apresentará o relatório à comissão.

3º) Ainda na segunda etapa, o relator poderá discutir com os membros da comissão o conteúdo das questões que serão formuladas ao indicado.

4º) Na terceira etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da comissão e, em seguida, o relatório será votado.

§1º Não será exigida a presença do candidato na primeira e na segunda etapas.

§2º Será concedida automaticamente vista coletiva após apresentação e discussão do relatório na segunda etapa.

§3º Haverá um intervalo máximo de duas sessões entre a segunda e a terceira etapa.

Art. 3º. Dê-se ao art. 1º do Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura a seguinte redação:

Art. 1º. Até que seja alterado por resolução o art. 107, I, b, do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Serviços de Infraestrutura reunir-se-á semanalmente durante a sessão legislativa ordinária para fins deliberativos e de mais atividades regimen-

tais e ordinárias que lhe competem às quartas-feiras, às 8 horas e 30 minutos.

Art. 4º. Este ato entra vigor na data da sua publicação.

Coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que se estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Ato nº 4, de 2013, desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – O Item nº 2 da pauta do dia de hoje é um requerimento.

ITEM 2

REQUERIMENTO

Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, c.c. art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requero sejam realizadas por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura ciclos de audiências públicas dentro de uma agenda específica.

Isso aqui já foi aprovado. Desculpem.

Item 3.

Antes de iniciarmos a deliberação do Item nº 3, observe as Sr^{as} e os Srs. Senadores que ocorreu um equívoco na divulgação da pauta que foi distribuída no dia de ontem. O requerimento que apreciaremos a seguir requer a extinção da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, que, na realidade, nunca funcionou, nunca teve sequer uma reunião e não da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil. Ou seja, a Subcomissão Temporária da Aviação Civil permanece.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O Senador Vicentinho se licenciou, o Senador João Costa assumiu a Presidência, e os trabalhos foram concluídos nas audiências ao longo desta Sessão Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Falta apresentar o relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Falta apresentar o relatório e ser aprovado pela comissão e vir ao Plenário da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado. Então já está ao final dos trabalhos dessa Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Flexa Ribeiro.

Muito obrigado a V. Exª pelas informações. Então, a subcomissão, diferentemente do que, de forma equivocada, foi divulgado na pauta que foi distribuída no dia de ontem, a Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil permanece hígida.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Então, as pautas...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pela ordem. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, Senador, S. Exª o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É que essa questão urbana, eu lamento que não tenha conseguido funcionar a subcomissão. Acho que, talvez, a gente devesse persistir um pouco, porque a questão urbana no Brasil, hoje, ela é absolutamente central.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Inclusive, pela mobilidade, a questão da mobilidade.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É impressionante, qual a razão de ela não ter conseguido se constituir? Houve, na Legislatura passada, da Presidência da Comissão e de outras Comissões temáticas aqui da Casa, a ideia de que as subcomissões estavam invertendo o papel da comissão, e, por isso, algumas deixaram de ser instaladas, com essa ideia de que há muitas subcomissões.

Então, as subcomissões estariam atropelando o próprio teor central da comissão. E isso ocorreu em várias e várias comissões deixaram de constituir as suas subcomissões. Mas eu olho para a Comissão de Infraestrutura e olho para a questão urbana, e penso: vai ser algo absolutamente impressionante, num País, em que 82% da população mora nas cidades, em que nós temos conglomerados urbanos enormes, regiões metropolitanas, onde os serviços, hoje, absolutamente, estão interligados, não há o que discutir, não existe legislação que ampare os serviços das regiões metropolitanas. É um debate absolutamente aceso e eu, talvez, pondere a V. Exª que a gente persista. Eu me coloco à disposição para fazer parte da subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – V. Exª já vai estar nessa outra comissão a que eu vou me referir daqui a pouco.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Então, eu estou querendo que a gente sustente a Subcomissão de Desenvolvimento Urbano. Eu estou impressionado, realmente, por que nós não conseguimos instalar essa subcomissão, que é tão importante para o debate do desenvolvimento do País, porque

está estrangulada a questão urbana no Brasil. A questão de transportes que V. Exª levantou, de mobilidade, está absolutamente estrangulada. Basta ver que nós vamos ter Copa do Mundo em 12 cidades, os estádios todos vão ficar prontos, todos, e vão ficar absolutamente prontos, a parte esportiva vai ficar absolutamente pronta, e nós estamos enganchados na mobilidade.

Então, talvez, a gente tivesse que... eu pediria a V. Exª para a gente persistir, e, se tiver a concordância dos nossos pares, fazer, mais uma vez, uma insistência para que a gente possa manter a Subcomissão de Desenvolvimento Urbano, que seria muito, eu acho que é muito interessante se a gente conseguir instalá-la.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Inácio Arruda. Eu gostaria de colocar para V. Exª, da sua reflexão, o seguinte: a sugestão seria de, porque nós temos um número limitado de subcomissões, como V. Exª conhece bem, funcionamento, e nós temos agora um assunto que está muito na pauta, no dia a dia de cada um de nós, que é a questão da transposição das águas do Rio São Francisco.

Então, a sugestão que eu faço é de que a Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, dentro em breve, só falta apresentar o relatório, em março ela conclui, e nós poderíamos, então, fazer a Subcomissão Permanente de Desenvolvimento Urbano em substituição à da Aviação Civil. Ou, poderemos, como V. Exª sugere, manter a Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano e aguardarmos até março para, quando for apresentado o relatório final desta subcomissão, aí, criaríamos, ouvido o Plenário, naturalmente, a Subcomissão Temporária para o acompanhamento das obras de transposição das águas do Rio São Francisco.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Fernando Collor, eu quero aqui dizer que estou de acordo com a questão da Subcomissão Permanente de Acompanhamento das Obras de Transposição do Rio São Francisco. Mas eu queria pedir a V. Exª, dentro daquilo que estamos debatendo aqui, ao longo desta reunião, que essa subcomissão fosse mais ampla. Acredito que essa obra é importante para o Brasil, mas...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Ela é temporária, Senador. Ela vai até o momento em que...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Temporária, temporária.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Certo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É temporária. Há 4 anos, eu fiz um requerimento, e o encaminhei aqui à Comissão de Serviços de Infraestrutura, para que pudéssemos criar uma subcomissão temporária de acompanhamento das obras do PAC, que engloba a transposição do Rio São Francisco. Ou seja, é muito mais ampla do que o que V. Ex^a está propondo agora, focando na transposição do Rio São Francisco. Então, acho que a oportunidade é agora. V. Ex^a vem propondo que se crie uma comissão para acompanhamento de uma obra. A minha sugestão a V. Ex^a e aos meus pares é que se faça uma comissão para acompanhar todas as obras.

O Senador Ferraço já sugeriu que se mantenha aqui um apoio aos membros da comissão de acompanhamento, através da internet, físico e financeiro, das obras do PAC. V. Ex^a pode presidir essa comissão. Eu não almejo a presidência. Acho que é importante para o Brasil que o Senado, através desta Comissão, foque o acompanhamento das obras do PAC. Aí, nós poderemos fazer não só o acompanhamento ao vivo, ou em tempo real, melhor dizendo, do físico e financeiro, mas *in loco*, através de diligências, que cada Senador vai poder sugerir as obras dos seus Estados que não estão avançando. Quais os motivos pelos quais elas não avançam. E naquele objetivo que o Senador Moka colocou e que V. Ex^a tenha condição de absorver, ou seja, de ajudar o Governo. Ajudar o Governo. Desatar os nós. O que tem nesse Brasil é muito nó, e nó cego. Não é nó fácil de desatar. E só V. Ex^a pode ajudar o Brasil a tirar esses nós que estão aí pelo País todo.

Então, eu sugeriria, e coloco à avaliação de V. Ex^a e dos meus pares, que essa subcomissão que V. Ex^a propõe seja ampliada, e não só focando a questão da transposição do Rio São Francisco, mas, de uma maneira geral, de todas as obras do PAC. Tenho absoluta certeza de que V. Ex^a será não só um parceiro, mas um aliado, como V. Ex^a é, do Governo Federal, para ajudar o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro, pela sua sugestão. Em relação à subcomissão que eu sugiro, sobre a transposição das águas do Rio São Francisco, objetivamente é em função da grande seca que hoje vive o Nordeste. É a mais grave seca, estiagem, que a Região Nordeste sofre nos últimos anos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Se Rachel estivesse viva, faria “a seca do doze”.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – “A seca do doze”, exatamente.

Então, por isso, eu acredito que esta Comissão de Infraestrutura poderia sinalizar fortemente para a região, e consequentemente para o Governo Federal, a necessidade urgente, urgentíssima, que há de se prosseguir aquela obra em ritmo acelerado e também para chamar a atenção ao sofrimento de milhares e milhares de pessoas que estão morrendo de sede no Nordeste. Sem falar no nosso plantel, dos animais que estão morrendo, da palma, que já não existe, enfim, da absoluta calamidade que assola a Região Nordeste neste momento.

Então, a intenção é exatamente essa, de criarmos uma comissão. Concordo com S. Ex^a, o Senador Inácio Arruda, nós poderíamos esperar até março, até a conclusão dos trabalhos da Comissão Temporária de Aviação Civil, que vai apresentar o seu relatório. Poderíamos deixar a criação dessa subcomissão para o acompanhamento das obras da transposição de águas do Rio São Francisco lá para adiante.

E, atendendo à solicitação e ponderação feita pelo Senador Inácio Arruda, manteríamos, então, a Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, e já o convido para fazer parte desta Comissão e fazê-la funcionar, para que possamos ter, rapidamente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Exatamente.

Em relação à sugestão de S. Ex^a, o Senador Flexa Ribeiro, em relação às obras do PAC. A questão que eu estava colocando, Senador Flexa Ribeiro, é que, na questão da transposição das águas do São Francisco, dessa Subcomissão Temporária, é em função da gravíssima seca que assola o Nordeste brasileiro. É a mais grave seca dos últimos 50 anos. Então, pessoas estão morrendo de sede. fora o plantel, o gado, os animais. Algumas reportagens foram mostradas nas televisões, os senhores devem ter percebido o drama por que passa a Região Nordeste. Seria uma maneira que os integrantes da Comissão de Infraestrutura teriam de chamar a atenção para um problema como esse, da necessidade de que essa obra seja concluída o quanto antes e de que recursos sejam destinados para o atendimento dessa população que está literalmente morrendo de sede, não é nem mais de fome, é de sede. Então, seria esse o intuito.

Mas o Senador Inácio Arruda ponderou sobre a importância da Comissão Permanente de Desenvolvimento Urbano e de Infraestrutura, acho que nós concordamos, já que, no próximo mês de março, conforme V. Ex^a informa, a Subcomissão Temporária de Aviação Civil estará apresentando o seu relatório final, retiro esse requerimento, aguardo a apresentação do rela-

tório de V. Ex^{as}, para apresentar, então, novamente, o requerimento da criação dessa Comissão Temporária de acompanhamento das obras de transposição das águas do Rio São Francisco, mantendo a Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano. E, especificamente...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com a palavra, o Senador Edison Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, antes de mais nada, gostaria de parabenizar V. Ex^a e ao Senador Petecão, pela assunção do comando desta Comissão.

Particularmente, sou contra as subcomissões permanentes, porque acho que elas conflituam com o verdadeiro objetivo das comissões permanentes. Sou a favor de Comissões...

O SR. FLEXA RIBEIRO – Subcomissões temporárias, V. Ex^a não é contra?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Temporárias, não.

O SR. FLEXA RIBEIRO – Essa é temporária.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – As Subcomissões permanentes, sou contra.

Acho que deveríamos fazer uma discussão mais ampla, no início dos trabalhos dessa Comissão, sobre as que estão implantadas, as que os outros Senadores desejam implantar e sobre essa metodologia, na presença de um número maior de Senadores. Acho que isso é tão importante para esta Comissão, a definição exata de quais são as comissões.

A Senadora Vanessa Grazziotin, por exemplo, não sabe nem quais são as subcomissões aqui presentes, como eu também não sei. As permanentes, as temporárias. Acho que devíamos fazer uma análise macro, analisando as que já estão implantadas, cada Senador tem o desejo de implantar uma diferente, de acordo com as necessidades, as carências que vislumbram nos seus próprios Estados, e essa discussão é premente, urgente e necessária, fazendo essa análise, Senador Flexa Ribeiro, do conjunto de subcomissões que já estão criadas aí e das que se acha que deva criar a maior, mas isso sempre com a presença, acho, na composição plena desta Comissão.

Particpei de várias Comissões, ao longo desses últimos quatro anos que aqui estou, e vejo uma coisa que nós, aqui, podemos inovar e tenho essa esperança de acordo com a sua proatividade. V. Ex^a é um Senador diferenciado, acho que pode fazer uma diferença muito grande aqui nessa Comissão, que é uma das Comissões mais importantes para o nosso País. A diferença que vejo é a seguinte: há, hoje, um em-

bate entre o Poder Executivo, na execução das suas obras, e poderes como o Ministério Público, Tribunal de Contas, entidades de proteção ao meio ambiente, e que acabam trazendo um grande prejuízo à sociedade brasileira. Por exemplo, com a suspensão ou a sustação de determinadas obras, aumentando, de forma absurda, o custo dessas próprias obras.

Acho que esta Comissão tem a responsabilidade de criar regras, normas, como o Poder Legislativo que é, para nortear esta relação, hoje, conturbada. Podemos, como resultado das audiências públicas, o levantamento dos problemas, propor soluções e implantá-las, o que é nosso dever cívico, como legisladores.

E vejo pouca ação aqui, no Senado Federal, em relação a isso. Discutimos muito, mas, na hora de propor e implantar soluções, nós nos furtamos, devido ao Processo Legislativo lento que temos. Acho que V. Ex^a tem, nesta Comissão, a chance de resolver esses gargalos de infraestrutura do País. Juntamente com o corpo de Senadores dessa Comissão, poderemos, sim, estabelecer as regras para acabar com essa disputa inclemente entre o Executivo e os órgãos que aqui citei.

Quero dizer a V. Ex^a neste momento e quero que fique registrada a minha esperança no sentido de que, dessa vez, façamos a diferença para o nosso País, resolvendo esse problema tão grave que é a paralisação quase que permanente das obras públicas de infraestrutura do nosso País. Então, essa é a sugestão que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Edison Lobão Filho. O que V. Ex^a acaba de dizer é a resultante daquilo que aqui discutimos com a sua decisiva participação.

Sem dúvida...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Nesse caso, vou propor a criação da Comissão Temporária Permanente de Desenvolvimento Urbano.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – Há uma necessidade urgente de estabelecermos canais de diálogo, de interlocução, de comunicação com essas áreas. Utilizei um termo que está muito na moda, que é o “termo de ajuste de conduta”. Qualquer conflito que haja, reúnem-se as partes para estabelecerem um “termo de ajuste de conduta”. Enfim, seria algo parecido com isso. Hoje, que seja isso estabelecido neste País, para que a Nação brasileira não sofra os prejuízos por essa falta de interlocução. Muitas obras são paralisadas porque faltou uma explicação melhor da autuação que foi feita; se a explicação chegasse a tempo, não teria sido feita a autuação, e a obra não seria paralisada, enfim. O que diz o Senador Edison Lobão Filho é a pura realidade, todos sabemos disso.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Presidente, um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – Pois não, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Tenho a impressão de que a nossa Comissão pode atuar nesse sentido. A Comissão Mista de Planos e Orçamentos tem uma, digamos assim, divisão de tarefas e atribuições – na verdade, funciona quase que como uma subcomissão – que examina as obras que estão sendo questionadas ou pelo Tribunal de Contas, ou pelo Ministério Público, ou pela Controladoria-Geral da União ou por um órgão ambiental local, estadual, digamos assim, que pode questionar uma obra que é do plano federal, mas tem interface com o Estado. E qual o papel dessas comissões na Comissão de Orçamento? Seria encontrar maneira de destravar aquela obra. O objetivo principal é que ela seja concluída, porque, imaginem: há o recurso, você está vendo o recurso, você está vendo a necessidade absoluta da população e do País, e você não consegue materializar. Talvez, deva haver mais uma comissão temporária para a nossa Comissão de Infraestrutura. Ou, então, a Comissão, diretamente, a Mesa da Comissão, deva agir no sentido de perguntar: essa obra está parada por quê? Qual o problema dela? Somos nós que aprovamos os recursos! É aqui, é no Congresso Nacional. Somos nós que aprovamos a legislação, também o Congresso Nacional. O Executivo tem a obrigação de fazer a parte que lhe cabe, mas nós podemos ajudar e contribuir, porque interessa, e muito, para nós: interessa para o senhor no Estado de Alagoas, interessa para o senhor no Nordeste brasileiro e interessa no Brasil. Portanto, penso que podemos atuar também no sentido de destravar, porque vai ser algo surreal termos as condições financeiras e não termos condições de realizar a obra devido a entraves que vão surgindo de forma quase que permanente no nosso País.

Acho que esse tema é da maior relevância. Não sei se cabe alguma coisa temporária. Parece-me que isso não é temporário, não; isto é mais do que permanente, e a Comissão, talvez a Mesa diretamente, possa – V. Ex^a examinar – atuar nesse sentido.

Não queremos parar a obra de ninguém. Queremos é que ela seja realizada, concluída. Não se pode ter essa morosidade terrível no Brasil. Isso gera um custo e um tributo que vai ser pago pelo povo. É a população que vai pagar. Cada dia que uma obra – está ali o recurso, está ali o dinheiro – deixa de ser feita, mais cara ela fica. Fica cara para empresa e fica cara para quem paga a obra, que é o povo brasileiro através dos tributos.

Acho que a nossa Comissão tem grande responsabilidade nessa questão. Até vejo uma atuação conjunta entre a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos, posto que se trata de uma questão econômica do Brasil.

Eu olho aquele território ali – e ouvi o Senador Jayme fazendo um pronunciamento apocalíptico sobre a situação e a realidade de Mato Grosso – e vejo como é impressionante termos uma safra gigantesca e não conseguirmos escoá-la, transportá-la. Então, é um problema!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – E, quando transportada, a um custo elevadíssimo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sim; com fretes a preços terríveis. Então, é uma barbaridade! E o pior é que, às vezes, os recursos estão ali para serem empregados e a obra não sai do lugar. E, enquanto os carros continuam atolados, quebrando, faltando milho no Ceará, em Alagoas, em toda a Região Nordeste.

Eu não sei se é uma ação da Mesa diretamente ou se é por meio de uma ação conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura e da Comissão de Assuntos Econômicos...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – A observação de V. Ex^a, Senador Inácio Arruda, é altamente pertinente. A nossa ideia seria estabelecer um diálogo para evitar que a obra fosse paralisada; a ideia seria agirmos em função de que a obra não seja paralisada; não esperarmos até que ela seja paralisada para, só então, iniciarmos o diálogo com os órgãos A, B ou C que tenham sido os causadores da paralisação daquela obra em função de algum questionamento que tenham sobre ela.

Na vez anterior em que estive a frente da Comissão de Infraestrutura, nós, em relação ao Tribunal de Contas da União, estabelecemos um diálogo muito bom, muito fluido. Desse modo, não havia nenhuma iniciativa que o Tribunal de Contas tomasse no campo da infraestrutura. fosse de paralisar, fosse de suspender, que antes não conversasse com a Comissão. O Presidente à época, o Ministro Benjamin Zymler, foi realmente muito colaborativo, muito cooperativo.

Então, é mais ou menos isso que eu acredito talvez seja interessante: a Mesa, em conjunto com aqueles Senadores que assim o desejem, irmos fazer essa peregrinação por esses órgãos, colocando-nos à disposição e solicitando que as obras não sejam, de inopinado, suspensas sem que antes haja uma conversa, uma interlocução com a Comissão de Infraestrutura. O prejuízo para o País é enorme! Para cada obra dessas que é suspensão, como eu dizia, para ela ser

reiniciada, o custo é enorme. Se a construtora desativa o seu canteiro de obras, dispensa o seu pessoal; depois, quando vai reativar, tem que recontratar. De modo que tudo isso é custo; aumenta-se o custo da obra.

Agora mesmo eu estava também comentando, vejam V. Ex^{as}, uma coisa boba que aconteceu e que poderia ter sido evitada. O Tribunal de Contas da União suspendeu a construção de trechos da BR-101 em território alagoano porque se está discutindo se a União tem que pagar os *royalties* da pedreira ou não. Mas já foi feita a licitação, já foi estabelecido o valor, o preço, já foi tudo aprovado; agora é que se vai discutir se a União teria que pagar *royalties*? Ocorre que, sendo uma reserva mineral, a União não teria que pagar *royalties*. Enfim, é uma coisa extremamente simples, daquelas que se poderia dizer assim: “Olha, muito bem; mas deixem a obra continuar e vamos levar essa discussão para outro ambiente; vamos tratar disso de outra forma”. E isso, Srs. Senadores, sem prejudicar, hoje, aquela que, em relação ao Estado de Alagoas, é a maior obra em execução, além da necessidade que verificamos aqui, no setor de transportes, de criarmos estradas, como é o caso dessa duplicação da BR-101 que vem sendo executada pelo Governo Federal.

Em relação ao que colocou o Senador Flexa Ribeiro, ou seja, o acompanhamento das obras do PAC por meio da criação de uma subcomissão, eu acredito, Senador, que esse é o coração da atribuição da própria Comissão. Ou seja: se estamos aqui e se entendermos que as obras do PAC constituem o maior investimento que o Governo Federal vem realizando no campo da infraestrutura, então, é uma atribuição inerente à Comissão como um todo fiscalizar e acompanhar essas obras.

V. Ex^a falou em termos de diligências. Então, eu gostaria de ponderar a V. Ex^a que, em vez de uma subcomissão para acompanhar as obras do PAC, havendo algum problema, se surgisse agora um problema na obra do PAC no Estado x, nós fizéssemos diligências. E, imediatamente, essa diligência sendo solicitada, nós constituiremos um grupo de Senadores comandado, chefiado pelo Senador que propuser essa diligência, que vai, em nome da Comissão, fazer essa fiscalização *in loco* e nos trazer esse relatório.

Acho que essa é uma maneira mais ágil de nós trabalharmos, de nós funcionarmos, porque me parece, salvo melhor juízo, que criarmos uma subcomissão para acompanhamento das obras do PAC seria uma redundância, seria trazer para dentro da Comissão aquilo que já é atribuição inerente das atividades da Comissão de Infraestrutura.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Concordo em parte com V. Ex^a. Acredito que uma atribuição da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal seja, entre outras atribuições, a de acompanhar as obras do PAC. Mas há uma amplitude muito maior. V. Ex^a fez, agora, um relato a todos nós do seu plano inicial. V. Ex^a não se estendeu a todo o espectro da Comissão, mas pontuou alguns pontos, todos eles da maior importância.

Aqui, quero dizer algo ao Senador Edison Lobão Filho. V. Ex^a está propondo aqui a Subcomissão Permanente de Acompanhamento das Obras de Transposição, que é uma comissão temporária, que funcionará enquanto a obra for executada. Na hora em que a obra for concluída – e já deveria ter sido concluída; espero que isso aconteça em breve –, ela será extinta.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Senador Flexa, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – MA) – Fique à vontade! Com muita honra, ouvirei V. Ex^a, se o Presidente permitir. Eu não permito, quem permite é o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Por favor!

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Primeiro, o fato de o Senador Flexa Ribeiro concordar com V. Ex^a em parte já é uma grande vitória.

Quero dizer que estou promovendo a alteração do Regimento do Senado, estou terminando. E, nessa alteração do Regimento, estou acabando com a figura da subcomissão permanente. Mas não sou o dono da verdade. Quero fazer este registro, que é importante: estou mandando essa minuta para todos os Senadores, e apenas três ou quatro já retornaram com suas sugestões, com seus óbices. Estou fazendo isso para que, depois de apresentado esse projeto de reformulação do Regimento, o Senador Flexa Ribeiro não possa dizer: “Olha, sou contra a extinção das subcomissões permanentes”.

Então, eu gostaria que houvesse a manifestação de todos, para que eu pudesse saber pelo menos o desejo da maioria, para que eu pudesse apresentar um relatório já muito estudado e discutido, nem que seja *interna corporis*, dentro do gabinete de cada Senador.

Então, eu gostaria, Sr. Senador Flexa, que V. Ex^a pudesse olhar atentamente a modificação, porque eu abordo esse tema das subcomissões permanentes e temporárias. Eu a encaminhei também para V. Ex^a, para que pudesse ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Eu já a devolvi com algumas sugestões a V. Ex^a.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Ótimo! V. Ex^a faz parte daquele minúsculo universo de três ou quatro Senadores que já me responderam.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Edison Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Retorno a palavra a S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Edison Lobão Filho, quero agradecer a intervenção de V. Ex^a, que enriquece o meu “pela ordem”, mas lhe quero dizer que concordo com o Senador Collor, com o Senador Jucá, com V. Ex^a e com todos os Senadores em todas as proposições que são a favor do Brasil. Tenho votado e insistido nisto: o que é a favor do Brasil tem meu voto. Todos nós queremos que o Brasil se desenvolva. Agora, as coisas que são partidárias e são midiáticas precisam ser corrigidas. Esse era o registro que eu queria fazer sobre o aparte de V. Ex^a.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sou seu fã!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Conte com o apoio do Senador Flexa Ribeiro em todas essas ocasiões!

Como eu dizia, Senador Collor, essas comissões são temporárias, ou seja, vão existir enquanto as obras tiverem andamento.

Com relação à sugestão da subcomissão maior, como V. Ex^a disse, a amplitude da Comissão é muito maior. V. Ex^a vai ter de tratar de outros assuntos dos Ministérios que dizem respeito à infraestrutura do País e que não estão no PAC. Aí V. Ex^a poderia raciocinar, e o raciocínio de V. Ex^a, pela inteligência que Deus lhe concedeu, é superior e é de convencimento a todos nós. Mas eu quero dizer que, pontualmente, esta Subcomissão – e aí eu queria lhe fazer uma sugestão – independente de... Eu repito, eu acho que ela é da maior importância e eu insisto nisso há 4 anos. Há 4 anos, eu insisto nisso. Cada Senador membro da Comissão poderia ficar – é uma sugestão que quero fazer a V. Ex^a, e V. Ex^a definiria isto – responsável pelo acompanhamento de determinada obra do PAC. Nem sei se há Senadores que possam responder pelas obras que existem. Eu acho que há mais obras, obras todas empacadas. É bom que o Senador Jucá registre isto: todas elas empacadas, lamentavelmente.

Então, é uma sugestão. Pense e, depois, se V. Ex^a me der permissão, eu vou procurá-lo, numa audiência em seu gabinete, para nós podermos conversar

a respeito. Eu acho que a Comissão vai ter momentos importantes de contribuição para a nossa Nação.

Eu mesmo já fiz o convite com relação à Belo Monte, e gostaria de ter V. Ex^a e os outros membros aqui nessa visita que faremos, agora em março, ao canteiro das obras da Usina de Belo Monte.

Como V. Ex^a está suspendendo aqui a avaliação do seu requerimento, nós teremos tempo mais à frente para interagir, no sentido de chegarmos a um entendimento, de tal forma, que o Brasil saia ganhando.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, Senador. Agradeço a V. Ex^a a compreensão, e a posição de V. Ex^a é sempre, como disse muito bem, a de ver o Brasil, os interesses do Brasil em primeiro lugar.

E também fiquei lhe devendo uma resposta a respeito do convite que V. Ex^a formulou para a visita à Belo Monte. Quero dizer a V. Ex^a que, com muito prazer, aceito e estarei, juntamente com os senhores, nessa visita, na data aprazada. Eu gostaria apenas que o senhor me informasse uns 3 dias antes, para que nós...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a escolherá a data melhor na sua agenda.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Vamos, então, escolher a data em conjunto. Mas agradeço, mais uma vez a V. Ex^a, o seu espírito público e a sua compreensão.

De modo que estava dizendo que, antes de iniciarmos a deliberação do item 3, observo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que ocorreu um equívoco na divulgação da pauta distribuída no dia de ontem. O requerimento que apreciaríamos a seguir fica suspenso e fica feito o registro apenas de que, na pauta distribuída ontem, embora esteja suspenso esse requerimento, sobretudo, onde está escrito “a supressão da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil”, entenda-se “Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano”. Mas, de qualquer maneira, retiro o item 3 de pauta e faço o seu sobrestamento.

O outro requerimento... Não, isto aqui é a justificação do requerimento a que já me referi.

Enfim, só nos resta agora fazermos o encerramento. Mas não antes de agradecer a...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu tive que me ausentar por alguns minutos, para ir até a Comissão de Relações Exteriores, tão bem presidida por V. Ex^a na Sessão Legislativa passada,...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ... para votar no Senador Ferraço para Presidente e no Senador Jarbas Vasconcelos, por indicação do PSDB, à vice-presidência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito bem. muito bem escolhido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas eu queria pedir a V. Ex^a, e vou fazer um requerimento e encaminhá-lo à Presidência da Comissão, sobre algo que interessa ao Brasil como um todo, que é a discussão do novo código da mineração para o nosso País.

O Senador Lobão Filho é um companheiro nosso nessa busca de fazermos um estudo de tal forma que o País e a sociedade brasileira, principalmente, possam ter o retorno da exploração dessas riquezas minerais em nosso País. Hoje elas não dão esse retorno, principalmente aos Estados que têm a sua economia, como é o meu Estado do Pará... Quarenta por cento da economia do meu Estado é desonerada por legislação federal, e o Governador Simão Jatene e os outros governadores que exerceram o mandato têm que atender às demandas da sociedade por 60% só da sua base econômica tributada, quer dizer, 100% com 60%. E o retorno da exploração mineral é nenhum. Eu diria a V. Ex^a: nenhum.

Vou me referir novamente à Companhia Vale por ser a maior mineradora do Brasil e a segunda ou terceira do mundo. Ela teve um lucro, em 2011, da ordem de R\$40 bilhões e transferiu para o Estado, através das CFEMs, cento e poucos milhões. Foi o que o Estado arrecadou.

Quando comparamos a CFEM, que é o *royalty* da mineração, com o *royalty* do petróleo, há uma discrepância de algo de vinte e tantos bilhões para um bilhão e meio para o Brasil todo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – O que Minas Gerais recebe...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Também!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – ...se V. Ex^a me permitir, é ridículo. A soma é irrisória do que recebe de *royalties* de exploração do minério.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E hoje não é só Pará e Minas. Hoje há outros Estados mineradores: Goiás, Bahia, Amapá, acho que Roraima também tem alguma coisa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Terá. Minério é inteligência lá em Roraima, que é mais importante até do que minerar ferro ou níquel.

Então, Presidente Collor, eu gostaria que V. Ex^a pudesse inaugurar, ainda no mês de março, uma audiência para discutirmos um novo Código de Mineração. Estamos aguardando há três anos que o Executivo encaminhe para o Congresso Nacional...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Está sendo encaminhado agora, não está? É o que eu soube. Ainda não?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Collor!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pior do que o Código de Mineração é o derrocamento do Pedral do Lourenço, no meu Estado. Há um ano que o Ministro Passos, a Ministra Miriam Belchior dizem que vai sair, vai sair, vai sair. Isso está impedindo um polo metal metalúrgico em Marabá. O Governador Simão Jatene já se propôs a fazer a obra. Já que o Governo Federal não tem condições, ou não tem capacidade, ou não tem vontade política de fazê-la, que ele o faça. Que ela dê um empréstimo, e os paraenses vão pagar essa obra, que é federal. Não tem problema. O Pará já contribuiu tanto para o Brasil que mais um ou menos outro não tem problema. Os paraenses vão assumir um financiamento, e o Estado vai fazer a obra, delegada pela União.

Acho que essa é a solução. Quero até pedir à Presidenta Dilma que conceda isso ao Governador Simão Jatene, o que demonstra a vontade de ajudar do Governo Federal. Agora, não dá é para o Governo não fazer e não deixar que façam. Aí não dá. Você tem uma hidrovia, que foi inaugurada com todas as pompas e circunstâncias e que só funciona oito meses por ano. Por quê? Porque não há o derrocamento. Uma obra de 400 milhões! Foi licitada, foi cancelada, havia desvios. Nós não somos contra qualquer desvio. Cancela, mas faça outra! Há um ano que o Ministro Passos diz: “Daqui a um mês, daqui a dois meses, daqui a três meses”. Já nasceram vários brasileiros ao longo da espera dessa obra.

Esse é outro ponto para o qual vou pedir o apoio de V. Ex^a, porque isso é de interesse do Brasil. V. Ex^a deu agora um dado da maior importância: R\$127,00 de acréscimo de preço por tonelada de escoamento da soja, de Sorriso até os portos de Roterdã.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – De Xangai.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – De Xangai.

Agora, imaginem: você tem uma hidrovia que não tem custo de manutenção, não tem nada, e eu já disse isto em vários pronunciamentos: a Presidenta Dil-

ma poderia, sim, entrar para a história do Brasil como sendo a Presidenta ou a Presidente que implantou o modal hidroviário no nosso País. As nossas estradas são os nossos rios. Então, nós poderíamos interligar as bacias: a do Amazonas com a Bacia do São Francisco, com a Bacia do Prata, sei lá! Ligar isso num projeto.

O Senador Inácio Arruda falou que o Senador Jayme Campos foi apocalíptico, foi catastrófico. Ele só se esqueceu de adjetivar como realista. O que o Senador Jayme Campos falou aqui é uma realidade do Brasil.

Então, eu queria pedir a V. Ex^a – e tenho certeza de que tenho o apoio do Senador Edison Lobão Filho – que nós possamos discutir aqui, porque é aqui que nós temos que discutir, no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Claro!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Até antecipando a vinda desse Código de Mineração, que vai ser proposto pelo Governo, para que nós tenhamos já um encaminhamento, junto aos Senadores, da discussão de um tema que é da maior importância para o Brasil.

Então, vou fazer um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vou pedir o apoio de V. Ex^a, o apoio do Senador Edison Lobão Filho, o apoio do Senador Jucá e de todos os Senadores da Comissão, para que possamos antecipar, já que estamos aguardando há algum tempo, a discussão do novo Código de Mineração, que é importante para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Flexa Ribeiro. A Mesa acolhe a sua colocação, e aguardo apresentação do requerimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, na mesma direção do Senador Flexa Ribeiro,...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – ... dizer que temos cobrado do Governo essa questão do Código de Mineração, não só por conta do pagamento dos *royalties*. O código precisa ser modernizado inclusive no processo de concessão de alvará, de licitação, para evitar aquilo que ocorre hoje, o congelamento de reservas minerais por empresas que não têm interesse em explorar, mas, na verdade, querem sustar, querem ter a reserva lá, para especular e não deixar baratear o preço ou nós termos outro tipo de opção. O País, às vezes, importa determinados produtos quando tem condições de explorar aqui, de minerar aqui.

Então, tenho conversado com o Ministro Edison Lobão, tenho conversado com a Casa Civil, e há um compromisso do Governo, de, até o final de março, enviar esse Código de Mineração para a Câmara dos Deputados.

Acho que, independente do envio à Câmara dos Deputados, deveríamos aqui começar a discutir também com esta peça, para antecipar, na verdade, esta discussão. Esta não é uma matéria simples. É uma matéria complexa, é uma matéria em que a Câmara vai demorar algum tempo. Então, na verdade, poderíamos efetivamente avançar e, na discussão, enquanto a Câmara discute, poderíamos discutir também e evoluir em alguns instrumentos legislativos, para ir modernizando esse processo, e não esperar o Código todo de uma vez só... Por exemplo, se a questão de *royalties* tiver o modelo definido, já tratar isso e outras questões. É, sem dúvida alguma, um passo importante.

Eu queria somar minha voz à de todos aqui para dizer que o Código de Mineração efetivamente é um instrumento que precisa urgentemente ser modernizado no Brasil e fazer o registro de que, nas terras indígenas, a regulamentação da mineração já foi aprovada no Senado – projeto da minha autoria, aprovado por unanimidade no Senado e que está na Câmara. Nós estamos cobrando que a Câmara dos Deputados o vote ainda neste ano. Eles deverão fazer algumas modificações, o projeto voltará para o Senado, mas deveremos votar também esse projeto rapidamente, porque é outro potencial minerário tremendo que hoje está congelado efetivamente por conta de uma regulamentação da Constituição, porque a Constituição exige essa regulamentação.

Então, era esse o registro que queria fazer.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senador Romero Jucá. Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Queria pedir a palavra porque fui citado pelo Senador Flexa Ribeiro e gostaria de responder a ele.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Positivamente.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Quero dizer que apoio integralmente as palavras de V. Ex^a! V. Ex^a tem um Estado onde não há exploração econômica da mineração; há espoliação. O nome é exploração espoliativa. São colônias da Vale do Rio Doce. Temos de corrigir definitivamente essa situação para o Brasil inteiro.

Queria dar um esclarecimento, porque conheço o Ministro Edison Lobão mais ou menos, de vista (*Risos.*), e dizer que o Ministro já encaminhou o marco regulatório da mineração para a Casa Civil há séculos e aguarda o retorno da Casa Civil, para então apresentá-lo ao Congresso Nacional para sua apreciação. Então, o Ministério fez a parte dele. Aguardamos, então, posição da Casa Civil.

E muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro, pelas citações positivas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Positivas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Flexa, por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Collor, eu quero concordar com o Senador Edison Lobão Filho: o Ministro Edison Lobão, nosso colega aqui no Senado Federal, Senador, cumpriu a parte que cabia ao Ministério das Minas e Energia. Ele fez o anteprojeto do novo código e o encaminhou à Casa Civil. Agora, a coisa não anda lá. Nós temos de ajudar o Ministro a ajudar o Brasil.

Acho que V. Ex^a, na Presidência da Comissão de Infraestrutura, tem todos os instrumentos para fazer isto: ajudar o Ministro Edison Lobão a ajudar o Brasil, porque a parte dele, ele já fez, e o fez bem. Agora, precisamos fazer esse código chegar aqui, encaminhado pelo Executivo.

Aí, ponho as minhas dúvidas realmente, porque, como disse o Senador Jucá, as coisas andam para trás. Não andam para frente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a não falou isso?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ah, eu escutei isso.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a não falou, mas eu entendi assim. Está entendendo.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas pensou. V. Ex^a não falou, mas pensou.

Muito obrigado, Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

E eu gostaria de solicitar, então, ao Senador Flexa Ribeiro e ao Senador Romero Jucá – proposta apresentada inicialmente por S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro – que, na apresentação do requerimento para nós realizarmos a audiência pública tratando especificamente do Código de Mineração, apresentassem

também um plano de trabalho, com quantas reuniões seriam necessárias, sugestões de nomes para cada uma das reuniões e que tema seria especificamente discutido em cada reunião, porque facilitaria bastante o trabalho de todos nós.

Uma informação final que faltou transmitir, passar a V. Ex^{as}, é que esse ciclo de audiências públicas hoje aprovadas terá início no dia 18 de março, segunda-feira. Será a primeira audiência pública, cujo setor a ser analisado é o de energia, com a participação, nesta primeira reunião, do Dr. Ronaldo Cerqueira Leite, que apresentará como sugestão aos integrantes da Comissão de Infraestrutura uma pauta a ser eventualmente seguida por nós ou não, ou acrescentada com outros itens pela Comissão, para ser tratada nas reuniões subsequentes.

Agradecendo, mais uma vez, a solicitação de V. Ex^{as}, e antes de encerrarmos a presente reunião, convoco a nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 2 de março de 2013, quarta-feira, às 8h30, neste plenário.

Muito obrigado a V. Ex^{as}.

(Iniciada às 8 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 59 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 08 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e trinta minutos do dia seis de março de dois mil e trezes, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor** reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Capiberibe, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Wilder Moraes, Gim, Blairo Maggi, Humberto Costa, José Pimentel, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Cyro Miranda e Jayme Campos**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 2ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. São lidos os requerimentos para inclusão em pauta na próxima Reunião Deliberativa. A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 218/2012, de autoria do Sr. Paulo Fernando Mohn e Souza, Consultor-Geral do Senado Federal, que encaminha Nota Informativa nº 3.126, de 2012, referente ao Aviso nº 1601-Seses-TCU-Plenário. É realizada a leitura dos Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da Pauta. **Item 1 – PROJETO**

DE LEI DA CÂMARA Nº 84, DE 2012, de Deputado Leonardo Vilela, que “*altera o art. 42 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro 2003, que institui o Estatuto do Idoso, para dispor sobre a prioridade e a segurança do idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos de transporte coletivo.*” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Wilder Moraes, para proferir o Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer desta Comissão, pela aprovação do Projeto. **Item 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2008**, de autoria do Senador Paulo Paim, que “*acrescenta § 4º ao art. 23 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a participação dos sindicatos de trabalhadores na Comissão Paritária, no âmbito do órgão de gestão de mão-de-obra do trabalho portuário, e dá outras providências.*” O Presidente concede a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Flexa Ribeiro, para proferir o Relatório. Usa a palavra o Senador José Pimentel. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer desta Comissão, pela rejeição do projeto. **Item 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, de 2012**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “*dispõe sobre vigência e forma de financiamento de subsídios, descontos, isenções e encargos setoriais incidentes sobre o preço da energia elétrica, objetivando reduzir o custo da energia elétrica e ampliar a competitividade do produto nacional.*” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Eduardo Lopes, que sugere a retirada de pauta do projeto. Usam a palavra os Senadores Ricardo Ferraço e José Pimentel. Retirado de pauta. **Item 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 407, de 2012**, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que “*altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para tornar obrigatória a avaliação anual de saúde para os transportadores autônomos de cargas.*” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Gim, para proferir o Relatório. Usam a palavra os Senadores Blairo Maggi, Ricardo Ferraço e Jorge Viana, para solicitar vista da matéria. Concedida vista coletiva. **Item 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2011**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que “*altera disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para incluir os Estados que integram a SU-DENE e o prazo de vigência do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera– REPENEC.*” O Presidente concede a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Inácio Arruda, para proferir o Relatório. Usa a palavra o Senador Flexa Ribeiro. Aprovado o Substitutivo, a matéria vai a turno complementar. **Item 6 – PROJETO DE LEI**

DO SENADO Nº 113, de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que “*altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar o embarque gratuito de bagagem que se enquadre em determinados parâmetros, no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.*” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Cyro Miranda, para proferir o Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto, com as Emendas nº 01, 02, 03 e 04-CI. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às nove horas e cinquenta e três minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Requerimentos.

Conforme os atos normativos que dirigem os nossos trabalhos, os requerimentos são lidos numa reunião e colocados em votação na reunião posterior:

REQUERIMENTO Nº – CI

De acordo com o art. 50 da Constituição da República Federativa do Brasil e o art. 397 e art. 104, Item 01 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal convoque em caráter de urgência em sessão de audiência pública, para comparecimento e informações, a Ex^{ma} Sr^a Ministra do Planejamento Miriam Belchior, o Ex^{ma} Sr. Ministro dos Transportes Paulo Sérgio Passos, o Sr. Diretor Geral do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) Jorge Ernesto Pinto Fraxe, bem assim, convide o Ex^{mo} Sr. Dr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará, como também os Ex^{mos} Sr^{as} e Srs. Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, convite extensivo da mesma forma aos Prefeitos dos Municípios de Marabá e

Tucuruí e respectivos Presidentes das Câmaras Municipais dos referidos Municípios, além dos presidentes ou representantes das Federações das Indústrias do Estado do Pará, do Comércio, da Agricultura e da Associação Comercial do Pará.

A referida convocação de audiência pública objetiva, em caráter de urgência, que sejam esclarecidas pelos Srs. Ministros de Estado e Diretor Geral do DNIT quais medidas efetivas estão programadas e suas respectivas e concretas providências, com objetivo de implementar o “derrocamento” do Pedral do Lourenço ou Corredeiras do Rio Tocantins, a montante de barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que estavam priorizadas e foram retiradas do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) desde 2010, com explicações das razões da exclusão do referido programa, inclusive os recursos para as referidas obras. A não implementação de tão importantes obras inviabiliza a navegabilidade do Rio Tocantins no trecho Marabá/Tucuruí, isto é, até as Eclusas construídas e inauguradas há cerca de 3 anos, tornada em um “elefante branco” sua utilização, até o momento em menos de 2% de sua capacidade, tendo como consequência o gasto inútil de mais de 1 bilhão de reais de dinheiro público, a continuidade do impedimento de navegabilidade durante mais de 4 meses ao ano do Rio Tocantins, bem assim, a não ampliação e investimento do Porto de Marabá e o Porto de Vila do Conde em Barcarena, em frente a Belém, ponto final de escoamento da produção do Centro-Oeste.

A ausência de tal obra inviabiliza também a implantação industrial da verticalização mineral do Pará, com a implantação da Alpa (Aços Laminados do Pará) divulgada com festa pelo Governo Federal e Estadual há cerca de três anos em Marabá, como investimento da maior repercussão para o desenvolvimento do Pará e o retirando da condição de mero exportador de ferro em bruto, através do Porto de Itaquí, no Maranhão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Pará e o povo paraense aturaram e aturam, por toda uma geração, assistir à Usina de Tucuruí fornecer energia para o Brasil e, somente após três décadas, ver construída a Eclusa, que permitiria a utilização do Rio Tocantins e após tanto tempo e tanta luta verificar a sua utilização impedindo o transporte fluvial e o

nosso desenvolvimento regional e de modo específico a possibilidade de implantação da Indústria de Aço no Pará.

Certo estou, Sr. Presidente, de que V. Ex^a haverá de ser sensível à solicitação ora requerida em caráter de urgência urgentíssima para encerrar o ciclo de postergação de obras tão importantes para o Pará, seu povo e o Brasil.
Senador Jader Barbalho.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – O segundo...

Senador Flexa Ribeiro, muito bom dia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – De acordo com os atos normativos, esses requerimentos são meramente lidos e colocados na pauta seguinte para, aí, sim, discussão, deliberação e votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Faremos isso na próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Na próxima quarta; está bem?

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Essa obra é da maior importância para o Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado, Sr. Senador.

Outro requerimento. São dois requerimentos, na realidade, do Sr. Senador Clésio Andrade... Aliás, é um requerimento somente de S. Ex^a, o Senador Clésio Andrade:

REQUERIMENTO Nº – CI

Requeiro, nos termos de art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir sobre as parcerias público-privadas e as perspectivas de oportunidade de parceria com o setor privado com relação aos projetos de infraestrutura, convidando os Srs. Sr. Guido Mantega, Ministro da Fazenda, e Bernardo de Figueiredo, presidente da Empresa Brasileira de Planejamento Logístico, para exposição sobre o assunto.
Justificação

O Brasil passa por situação ímpar de desenvolvimento econômico, e as oportunidades criadas em função das legislações das parcerias público-privadas e regime diferenciado de contratação oferecem a possibilidade de desenvolver o setor de infraestrutura de maneira única.

O Senado, através da Comissão de Infraestrutura, não pode deixar de examinar o assunto, trazendo as autoridades competentes para expor sobre as políticas que estão executadas e discutir o assunto, oferecendo contribuição ao setor.

Sala das Sessões.

Senador Clésio Andrade.

O presente requerimento entrará, juntamente com o requerimento lido anteriormente, na pauta para deliberação na próxima reunião regular desta Comissão.

O outro requerimento é de autoria de S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira:

REQUERIMENTO Nº – CI

Requeiro, nos termos do inciso V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c com o art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, o comparecimento do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Jorge Ernesto Pinto Fraxe, para prestar os devidos esclarecimentos acerca dos problemas estruturais existentes em rodovias concluídas pela estatal nos últimos dois anos. Justificativa.

Em matéria publicada pelo jornal Folha de S. Paulo de 01/03/2013, intitulada “Estrada federal já tem defeito um mês após entrega, afirma TCU”, é denunciado que diversas obras em rodovias federais por todo o País são feitas com má qualidade e apresentam defeitos até um mês depois de entregues pelas construtoras. De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), de 11 obras entregues entre 2011 e 2012, 10 apresentaram problemas como afundamentos, trincas, desgaste, deslocamento de pistas e buracos.

Além desses problemas, o órgão de controle constatou que o DNIT não realiza testes quando as construtoras entregam a obra. Para os técnicos, tais vícios reduzem a vida útil da estrada e causam prejuízo aos cofres públicos. Diante dos fatos acima relatados, proponho que o Diretor-Geral do DNIT compareça à Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, para prestar os devidos esclarecimen-

tos sobre as irregularidades constatadas pelo Tribunal de Contas da União.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Do mesmo modo como ocorreu com os requerimentos anteriores, eles estarão incluídos na pauta da nossa próxima reunião regular para deliberação de S. Ex^{as}, os senhores integrantes desta Comissão.

A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 218/2012, de autoria do Sr. Paulo Fernando Mohn e Souza, Consultor-Geral do Senado Federal, que encaminha Nota Informativa nº 3.126, de 2012, referente ao Aviso nº 1601-Seses-TCU-Plenário, auditoria operacional sobre o setor hidroviário, constatando que procedimentos assecuratórios da navegabilidade dos rios brasileiros não estão sendo cumpridos pelas autoridades do setor elétrico.

Sugere ainda a esta Comissão promover o debate da matéria, na forma de audiência pública, com vistas a promover a atualização normativa sugerida pelo TCU.

A íntegra destes documentos encontra-se à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Esta Mesa irá analisar a solicitação que é feita pelo Consultor desta Casa para ver a oportunidade e o momento de podermos, se for o caso, realizar essa audiência pública, de acordo com o que parecer conveniente ao Plenário desta Comissão.

Também foi recebido por esta Mesa o Aviso nº 164, do Tribunal de Contas da União, de autoria de S. Ex^a, o Sr. Ministro Aroldo Cedraz, Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União (TCU), encaminhando cópia do Acórdão nº 73/2013 proferido nos autos do processo nº TC 041.249/2012-7, que trata do relatório de monitoramento com o objetivo de examinar os procedimentos adotados pelos órgãos auditados quanto ao cumprimento das determinações e recomendações constantes do Acórdão nº 3.137/2011-TCU-Plenário.

A íntegra destes documentos, da mesma forma, encontra-se à disposição das Sr^{as} e Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Também do TCU, outro aviso recebido pela Mesa.

Aviso nº 1704-Seses-TCU-Plenário, de autoria do Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 032.446/2011-0, que trata de auditoria operacional na gestão das obras do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, o DNIT. Acompanham o acórdão Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam.

Na forma do Ato nº3-CI, de 2012, o Aviso será encaminhado à Consultoria Legislativa para análise e,

caso cabível, sugestão de iniciativa ou providência a ser adotada no âmbito desta Comissão.

Cópia destes documentos, da mesma forma, encontra-se à disposição de S. Ex^{as}, as Sr^{as} e os Srs Senadores integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

Comunicados.

Entendo importante e necessário, com a vênua de V. Ex^{as}, sempre trazermos também, nos comunicados que fazemos no início de cada uma das nossas reuniões, um panorama da economia internacional, que tem muito a ver com a questão da infraestrutura. Agora, o exemplo mais recente, a viagem de diversos ministros brasileiros ao exterior em busca de novos investimentos. Esses investimentos naturalmente dependem muito de como se encontra a economia no momento em que são feitos.

Por isso, com a aquiescência de V. Ex^{as}, eu me permiti fazer um rápido apanhado de como está o cenário internacional e, dentro desse cenário internacional, qual a *performance* dos senhores ministros e da Sr^a Ministra Gleisi Hoffmann que foram ao exterior nessas duas últimas semanas.

Possível novo cenário internacional.

O recente anúncio de conversações entre os Estados Unidos e a União Europeia para a formação de um mercado comum interatlântico mostra a possibilidade de uma nova configuração de forças econômicas, cujo alcance pode extravasar a dimensão econômica e até mesmo moldar novo cenário geopolítico internacional.

As negociações entre os EUA e a UE, que dizem respeito à aproximadamente metade da economia global e um terço do comércio mundial, enfrentarão várias dificuldades, mas poderão contribuir para a recuperação de economias que ainda sentem os efeitos da crise de 2008. Embora as tarifas, com exceção das agrícolas, já sejam relativamente baixas, há problemas como as barreiras não tarifárias, a adequação das regulamentações de saúde pública e ambientais. Nos EUA, as compras governamentais são protegidas e as regras são frequentemente estaduais, com pouca possibilidade de interferência federal, o que contraria interesses europeus. O mercado aéreo interno norte-americano é fechado, assim como o de cabotagem. Os europeus insistirão na rígida proteção às denominações de origem para bebidas e produtos alimentícios. A questão dos transgênicos e a da utilização de hormônios, com a legislação americana muito mais liberal do que a europeia, terão que ser vistas com cuidado. Outro tema de importância será o protecionismo agrícola europeu, com a França e a Itália na linha de frente. Se as negociações para a harmonização e convergência das legislações serão árduas, cabe lembrar que serão

enormes as recompensas em termos de dinamização econômica e possibilidade de criação de empregos para ambas as partes. Serão significativos também os ganhos a serem obtidos com mais fluida circulação de capitais e tecnologia.

Em outra vertente, os Estados Unidos procuram impulsionar a chamada Trans-Pacific Partnership, parceria econômica na área do Pacífico, que procura também a formação de uma zona de livre comércio. Essa área deverá englobar os Estados Unidos, o Chile, a Austrália, a Nova Zelândia, o Brunei, Singapura, o Peru, e poderá ter a participação do Japão. A entrada do Japão nas negociações foi objeto de conversas do Primeiro-Ministro Shinzo Abe em sua visita ao Presidente Obama em fevereiro deste ano, em Washington. Essas negociações também apresentam diversos obstáculos como, no caso japonês, o radical protecionismo em relação à produção de arroz (tarifas de até mais de 700%). A complexidade das conversações para a Trans-Pacific Partnership aumentará com a participação do Japão, país que, embora com problemas na luta para se recuperar da estagnação, é a terceira maior economia mundial. A Trans-Pacific Partnership, se chegar a bom termo, será, além de espaço econômico, polo tecnológico equivalente ao representado pela possível área de livre comércio União Europeia-Estados Unidos.

A construção dessas enormes áreas de liberdade comercial terá o efeito de uma política de “*containment*” em relação à China, em analogia com a política de contenção da antiga URSS, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, empreendida pelas potências ocidentais nos primórdios da Guerra Fria. Guardadas as diferenças, pois a Guerra Fria corresponde a um período histórico definido, podemos estar assistindo a uma ação de isolamento da China e a uma reafirmação da hegemonia das potências ocidentais.

Por outro lado, as negociações para o estabelecimento dessas áreas de livre comércio mostram que as análises que consideravam a construção de uma nova ordem econômica liderada pelos chamados BRICS – Brasil, Rússia, Índia, África do Sul, China – eram pelo menos açodadas. Esses países tiveram seu crescimento diminuído, perdendo o dinamismo que, aparentemente, lhes daria liderança global. Exceto, naturalmente, o caso da China, que já adquiriu a dimensão de segunda economia mundial e, mesmo crescendo menos, tem capacidade própria de influenciar a economia global. Ademais, a formação dos megablocos econômicos colocará em posição secundária a capacidade de atuação da OMC e diminuirá a importância da Rodada Doha, que ainda se encontra paralisada.

No que diz respeito ao Brasil, o foco na Rodada Doha, bem como a concentração de esforços comer-

ciais na linha sul-sul, fizeram com que não avançássemos na direção de acordos de livre comércio, e nos deixam em relativo isolamento, que se pode agravar. O Mercosul coloca travas à negociação individual de tratados comerciais, e nem acordos do nosso Mercado Comum, como o em negociação com a União Europeia, estão conseguindo caminhar. A ideologização do Mercosul pode contribuir para nosso provável isolamento na economia mundial.

Grave, também, é a falta de competitividade da economia brasileira, com seus problemas de infraestrutura, fraco ensino, excesso de burocracia a travar iniciativas empresariais, pesada e complexa estrutura fiscal, custos trabalhistas crescentes, câmbio defasado, a que se soma um estado pesado e ineficiente. Esses são fatores que deverão dificultar o desenvolvimento do País, se se caracterizar o surgimento de um novo cenário econômico internacional.

O segundo comunicado é sobre a atração de investimentos privados.

Foi lançado, sob a coordenação da Senadora Gleisi Hoffmann, Ministra-Chefe da Casa Civil, programa de atração de investimentos privados em projetos brasileiros na área de infraestrutura. Organizado sob o formato de “Road-shows”, esses seminários reúnem altas autoridades do Executivo, bem como líderes do empresariado nacional, que apresentam as perspectivas de crescimento da economia brasileira e os diferentes projetos de infraestrutura abertos ao investimento privado. O público alvo é composto por empresários, grandes investidores e representantes do setor financeiro, tanto nacionais como estrangeiros.

O primeiro desses seminários aconteceu em São Paulo, no dia 5 de fevereiro passado, e outros dois aconteceram em Nova York, no dia 26 de fevereiro, e Londres no dia 1º de março deste ano.

Em suas apresentações, a Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, ressalta o bom momento vivido pela economia brasileira nos últimos anos. Nesse sentido, elenca a expansão do crédito ao consumidor e do consumo, o baixo nível de desemprego, a diminuição dos juros e a inclusão de milhões de brasileiros à classe média como exemplos de prosperidade da economia nacional.

A Ministra-Chefe enfatiza que, entre os principais desafios do Brasil, consta a ampliação e renovação da infraestrutura, de forma a possibilitar o contínuo desenvolvimento do País. Com esse objetivo, o Governo Federal lançou o Programa de Investimento em Logística (PIL) em 2012. Destaca que, nessa nova fase de concessões à iniciativa privada, os contratos incluem novos mecanismos e exigências, os quais foram sendo

incorporados como resultado das experiências adquiridas em rodadas prévias.

O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, enfatizou, em São Paulo, as condições atuais da economia que possibilitam um crescimento sustentável. Nesse contexto, expôs que as três principais despesas do Governo, previdência, gastos com pessoal e com juros, segundo ele, estão sob controle. Além disso, mencionou que o mercado consumidor brasileiro será o quinto maior do mundo em 2020. Segundo o Ministro, o País está em processo de redução de custos, incluindo o financeiro, tributário e o recente corte nas tarifas de energia.

Com referência aos investimentos estrangeiros diretos (IED), explicou que as cidades brasileiras estão entre os principais destinos do IED na América Latina. Ademais, o Brasil teria sido o 4º maior recipiendário entre todos os países dessa modalidade de investimento, em 2012. Enumerou recentes mudanças para tornar as concessões mais atrativas, entre elas, a título de exemplo na área de rodovias, o aumento do prazo de concessão de 25 para 30 anos e de carência de 3 para 5 anos, além da redução das taxas de juros.

O Presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Bernardo Figueiredo, esclareceu que, após duas décadas de baixo investimento, o PAC havia sido a primeira iniciativa estruturada para dotar o País de um sistema de transporte adequado. Em 2012, com a criação da EPL, houve a ampliação da capacidade de planejamento integrado do sistema de transportes. Em relação ao PIL, que inclui os setores de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, prevê-se o investimento total de R\$253 bilhões em 30 anos.

Do investimento total estão previstas a concessão dos aeroportos do Galeão e de Confins e investimentos na rede de aviação regional. Também faz parte do programa o projeto de trem de alta velocidade entre Campinas e Rio de Janeiro. Além dos projetos no âmbito do programa de investimento e logística, foram apresentadas também oportunidades de negócios nos setores de petróleo, gás e energia elétrica.

Na área de petróleo e gás, em apresentação do Secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, Marco Antônio Martins Almeida, foram consideradas as concessões previstas na primeira rodada do pré-sal, no regime de partilha da produção e nas concessões da 12ª rodada de licitações e com foco em recursos não convencionais.

O Presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Dr. Maurício Tolmasquim, em sua exposição, mencionou que estão previstos diversos leilões, entre 2013 e 2017, de hidrelétricas com 21,5 mil MW; termoeletricas, 1,5 MW; e fontes renováveis, cerca de 10 mil MW.

Além disso, estão previstos igualmente investimentos na área de transmissão de energia elétrica.

Vale registrar que, na etapa de São Paulo, o Ministro da Fazenda anunciou um programa de investimentos em infraestrutura que soma US\$235 bilhões, incluindo portos, ferrovias, aeroportos e os negócios na área de óleo e gás e energia elétrica: “O Brasil tem uma grande agenda de investimentos para os próximos anos. Não é de agora que o Brasil está preocupado em aumentar os investimentos”, disse ele, complementando que “o Brasil possui condições sólidas para crescimento de longo prazo”.

Os US\$235 bilhões a que o Ministro se referiu estão divididos em vários setores da economia, conforme ele explicou. Em logística, serão US\$121 bilhões aplicados. Em energia, serão aplicados US\$74 bilhões e em óleo e gás, US\$40 bilhões. Reconheceu o papel fundamental da iniciativa privada na retomada do crescimento da economia nacional, principalmente na reconstrução da infraestrutura do País. Alvíssaras.

É com satisfação que faço esse registro, pois entendendo que iniciativas proativas são necessárias para sanar o enorme déficit de investimentos que o Brasil, infelizmente, registra no setor de logística, de energia, de transportes, de portos, enfim, da intrincada malha de vetores da infraestrutura que possibilitarão ao nosso País dar um salto de qualidade, caso tudo isso seja complementado.

Lembro, finalmente, que exatamente essa reconstrução da infraestrutura é a intenção do nosso ciclo de palestras, que anunciei na semana passada, aprovado por V. Ex^{as}. Será a contribuição da nossa Comissão ao trabalho que em boa hora S. Ex^a, a Senadora Gleisi Hoffmann, Ministra-Chefe da Casa Civil, decidiu enviar.

Ainda sobre o tema de infraestrutura, enquanto a Ministra da Casa Civil garantia, em Londres, que o Governo está aberto ao crescimento do papel da iniciativa privada – e eu pediria particular atenção a essa leitura que agora inicio, em função dos depoimentos que passarei a ler – no setor de infraestrutura, gostaria de citar a opinião de especialistas de renome, divulgadas logo após a apresentação de concessões brasileiras a investidores estrangeiros.

O economista José Roberto Mendonça de Barros, ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, declarou que:

A crescente piora da infraestrutura do País é outro fator que desestimula o investimento. Nações que investem menos de 5% do PIB em infraestrutura não crescem, [isso é histórico]. O Brasil investe 2%.

Quanto aos leilões de concessões de ferrovias e rodovias que o Governo pretende fazer este ano, Men-

donça de Barros alega que “esse investimento só terá reflexo em 2014”. Na sua avaliação, ele conclui que:

O Governo caiu na armadilha do baixo crescimento. Apostou que o investimento público, através das obras do PAC, puxaria o crescimento. Mas não conseguiu executar essas obras. Depois, baixou o juro e melhorou o câmbio e achou que o crescimento vinha por gravidade. Não veio, por causa da falta de infraestrutura, do aumento do custo da mão de obra e do custo Brasil.

Essa é a opinião do economista Roberto Mendonça de Barros.

O diretor do Departamento de Pesquisas e estudos Econômicos do Bradesco, Octávio de Barros, publicou artigo no qual afirma que:

Em um ambiente de menores surpresas externas e internas, desde que acompanhado de mensagens contundentes na mobilização do setor privado nos investimentos de infraestrutura, 2013 poderá se revelar um efetivo ano de transição a favor de um ciclo mais normal de investimentos e de crescimento.

O Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base (Abdib), Dr. Paulo Godoy, ressaltou que “ganha urgência a concessão em infraestrutura, para melhorar a nossa produtividade”.

Por sua vez, Roberto Rodrigues, ex-Ministro da Agricultura e Coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas, manifestou incerteza quanto à possibilidade de o Brasil se tornar líder na produção de alimentos até 2020:

Estou um pouco menos seguro graças à persistência no horizonte de velhos problemas, como a infraestrutura. A continuidade do sucesso da agropecuária brasileira depende cada vez mais de terceiros do que dela própria. Tenho grande preocupação com os gargalos logísticos, pois haverá dificuldade explícita para escoar a safra recorde de grãos deste ano. O valor médio do frete rodoviário de cargas deve subir 50% em 2013, em razão de reajuste de combustíveis e das novas regras para os caminhoneiros, com paradas obrigatórias após guiar por oito horas. A movimentação portuária é outro transtorno, ilustrado com navios parados há um mês [no porto] em Paranaguá, para descarregar fertilizantes. As Parcerias Público-Privadas propostas pelo governo para construir rodovias, ferrovias e portos podem ser uma saída, mas ainda há incerteza em torno desses empreendimentos e seus calendários.

Por fim, lembro que, para além do fato de nossas estradas, hidrovias e ferrovias encontrarem-se em situação mais do que precária, falta ao País estrutura e logística para a estocagem das safras antes de chegarem aos portos. Além disso, com os portos estrangulados, os caminhões ficam à espera em filas intermináveis, comprometendo as exportações.

Iniciamos a nossa pauta do dia de hoje.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 84, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera o art. 42 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro 2003, que institui o Estatuto do Idoso, para dispor sobre a prioridade e a segurança do idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos de transporte coletivo.

Autoria: Deputado Leonardo Vilela

Relatoria: Senador Wilder Moraes

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Wilder Moraes para proferir o seu relatório.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Presidente, obrigado pela oportunidade de ser o Relator do Projeto de Lei do Deputado goiano Leonardo Vilela referente ao Estatuto do Idoso.

Vamos ao relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 84, de 2012 (PL nº 4.057, de 2008, na Casa de origem), de autoria do Deputado Leonardo Vilela.

O projeto visa a alterar o Estatuto do Idoso, de modo a substituir a atual redação do art. 42, que garante “a prioridade do idoso no embarque no sistema de transporte coletivo”, pela seguinte:

Art. 42. São asseguradas a prioridade e a segurança do idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos do sistema de transporte coletivo.

O autor fundamenta a iniciativa afirmando que a segurança do idoso fica comprometida quando seu desembarque é realizado pela porta por onde embarcam os passageiros em geral – prática adotada na maioria das cidades brasileiras, que dispensa o idoso da passagem obrigatória pela catraca do veículo.

Na Câmara dos Deputados, a proposição tramitou nas Comissões de Viação e Transportes, de Seguridade Social e Família, e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, a matéria foi aprovada com uma emenda

supressiva. O dispositivo excluído buscava garantir ao idoso o direito de escolher a porta de desembarque, o que não é compatível com as características operacionais do transporte de todas as cidades.

No Senado, a proposição foi distribuída à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), cabendo a esta decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar, entre outros temas, sobre “transportes de terra, mar e ar”.

No que se refere aos assuntos desta Comissão, a matéria insere-se na competência da União para legislar privativamente sobre transportes, como prevê o inciso XI do art. 22 da Constituição Federal, não havendo reserva de iniciativa em favor do Poder Executivo.

Não há reparos a fazer quanto à técnica legislativa: o texto está de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998.

O mérito da proposição é inegável, já que supre uma importante lacuna do Estatuto do Idoso, que deixou sem proteção o desembarque das pessoas com mais de 60 anos.

Trata-se, é claro, de regra elementar de civilidade: quem entra em qualquer lugar deve ceder a vez a quem sai. Infelizmente, o caos que impera no transporte coletivo das nossas cidades faz com que prevaleça a lei do mais forte em busca de um assento ou, muitas vezes, apenas de embarcar no veículo antes que sua lotação se esgote ou que as portas se fechem.

Não deixa de ser triste que o Brasil ainda precise legislar sobre algo que deveria ser um parâmetro mínimo de educação. Contudo, é imperioso aprovar o projeto em análise, já que a segurança dos idosos é, de fato, ameaçada diuturnamente.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Wilder Moraes pela leitura de seu relatório, que coloco agora em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo que o queira discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para seguimento de sua tramitação.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 214, DE 2008

– Não Terminativo -

Acrescenta §4º ao art. 23 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a participação dos sindicatos de trabalhadores na Comissão Paritária, no âmbito do órgão de gestão de mão-de-obra do trabalho portuário, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim**Relatoria:** Senador Inácio Arruda (Substituído por *ad hoc*)**Relatoria ad hoc:** Senador Flexa Ribeiro**Relatório:** Pela rejeição.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro para proferir o seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente Fernando Collor, Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta § 4º ao art. 23 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a participação dos sindicatos de trabalhadores na Comissão Paritária, no âmbito do órgão de gestão de mão-de-obra do trabalho portuário e dá outras providências.

O relatório, como V. Exª já anunciou, é pela rejeição.

O Senador Paulo Paim propõe, em seu projeto de lei, acrescentar um parágrafo 4º ao art. 23 da Lei nº 8.630, e na redação desse §4º acrescenta que, na Comissão Paritária, cada sindicato de trabalhadores terá direito a um voto.

Na análise que procedemos, fizemos uma revisão do voto que tínhamos preparado anteriormente e já tínhamos feito uma emenda, porque, apesar de a proposta do Senador Paim ser no sentido de fortalecer a representação dos trabalhadores, o que viria trazer para a gestão do sistema portuário – e V. Exª acabou de fazer uma exposição que merece a reflexão de todos os brasileiros com relação aos nós que o Brasil apresenta em relação à logística e os portos se enquadram nisso –, nós temos que facilitar, diminuir os custos das operações portuárias para que o Brasil aumente a sua competitividade.

V. Exª fez citações de pessoas ilustres, ex-ministro da agricultura, economistas, que fazem referência a isso.

Sabendo que a proposta do Senador Paulo Paim era no sentido de fortalecer a representação dos trabalhadores, a Comissão Paritária, ao colocar cada sindicato de trabalhadores com direito a um voto, traria uma dificuldade maior de gestão, porque nós temos

que entender que essa Comissão Paritária não vai envolver necessariamente relação de trabalho. Ela é para analisar e facilitar a gestão, como eu disse, da operação portuária. E o bloco é formado por um representante dos operadores, um representante dos trabalhadores portuários e um representante dos usuários dos portos. Essa é a questão paritária.

O nosso voto é pela rejeição do projeto, mas, agora, recentemente, depois do parecer pronto, com a edição, pela Presidente Dilma Rousseff, da MP 595, a MP dos Portos, a lei que o Senador Paim pede seja alterada para fazer o acréscimo da representação dos trabalhadores por sindicato (Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993) foi extinta pela medida provisória.

Então, não seria nem pela rejeição o parecer. Deveria ser pela prejudicialidade, em função da MP 595, que, a partir da sua edição, tem força de lei.

Já houve alteração da lei que o Senador Paulo Paim pretende alterar, acrescentando o §4º no art. 23.

Talvez seria mais correto mudar o voto: em vez de pela rejeição, pela prejudicialidade, em função da MP 595 que tramita na comissão especial neste momento no Congresso Nacional.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

Eu gostaria apenas de ponderar a V. Exª – já que isso precede a apresentação desse projeto de lei e o consequente relatório à edição da medida provisória – que nós mantivéssemos a rejeição e que fosse acrescentada à rejeição a prejudicialidade da matéria. Além do mais, como V. Exª disse, tendo sido recentemente editada a Medida Provisória nº 585...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – 595.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – ... Medida Provisória 595, que trata da questão dos portos, e tendo sido, por essa medida provisória, extinta a lei a que se refere, a lei colocada aqui, ou seja, a matéria é também considerada prejudicada, ou seja, ela foi rejeitada e está prejudicada no momento da sua votação.

Se V. Exª concordar, nós poderemos colocar assim em votação...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Na íntegra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – ...dessa maneira como V. Exª disse: acrescentando ao seu relatório...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A prejudicialidade pela edição da medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – ... a rejeição. Em função da recente edi-

ção da Medida Provisória nº 595, fica também a matéria prejudicada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – De acordo, Presidente.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado.

Esse é voto de S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro, que coloco agora em discussão.

Em discussão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Para discutir, o Sr. Ministro, por favor.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente Fernando Collor, Srs. Ministros, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, eu quero começar registrando que o parecer aqui apresentado pelo nosso Senador Flexa Ribeiro está corretíssimo. Além de que a paridade que existia na Lei 8.630 era tripartite, porque só as três partes atuam nos portos – os operadores, os usuários e os trabalhadores –, ao trazer apenas para os operadores e para os trabalhadores, estaremos excluindo dessa relação uma parte importantíssima, que são os usuários. Portanto, o parecer do nobre Senador está corretíssimo.

No entanto, foi editada a Medida Provisória 595, como muito bem lembra aqui o nosso Relator e o nosso Presidente Fernando Collor, revogando integralmente a Lei 8.630. E, como todos nós sabemos, no Direito brasileiro, não há o princípio da repristinação, ou seja, mesmo que a medida provisória venha a cair, essa lei está revogada. Precisaria de uma nova legislação.

Portanto, a prejudicialidade está presente, e essa forma de declarar que foi rejeitada e que, em seguida, por conta da lei, está declarada prejudicada está correta, até para que, na próxima Comissão, a gente não tenha a necessidade de apreciar a mesma matéria.

A segunda coisa é que estamos na fase do ciclo de audiências públicas nessa Medida Provisória 595. Iniciamos ontem, ouvindo os trabalhadores; vamos continuar hoje; na próxima semana, vamos ouvir os operadores dos portos e os usuários; e, na terceira semana de março, vamos ouvir todos os órgãos do Governo; ao término, queremos produzir uma legislação no Congresso Nacional para dar conta, em parte, desse artigo a que o nobre Senador Fernando Collor fazia referência, que é a questão dos portos.

Se nós voltarmos aos portos em 2002, nós exportávamos, em média, 100 milhões de toneladas por nossos portos; em 2012, foi para 540 milhões de toneladas, e o planejamento dos usuários dos portos e também dos operadores e daqueles que tratam da

produção nacional é que, em 2030, nós deveremos estar exportando algo em torno de 2,4 bilhões de toneladas. E nossos portos hoje já trabalham com sua capacidade máxima, particularmente Paranaguá e Santos. Se nós não fizermos nada, o Brasil não poderá continuar crescendo.

Por isso, é uma demanda em que não se trata nem de Governo, nem de oposição. É uma demanda do Estado nacional, e é com esse olhar que os membros da Comissão Mista estão trabalhando.

Por isso, há uma unidade muito forte no sentido de que a gente venha a criar as condições de destravar uma das partes da infraestrutura na logística que são os nossos portos.

Por isso, parabeno o Relator pelo parecer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Ministro José Pimentel, pela sua intervenção.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco agora a matéria em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o parecer de S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro, pela rejeição e, em seguida, pela prejudicialidade, em função da edição da Medida Provisória nº 595, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, para seguimento da sua tramitação.

Eu só gostaria de perguntar: neste caso, mesmo com a rejeição, segue para a Comissão?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Porque não é terminativa.

Então, vai à Comissão de Assuntos Sociais, para seguimento da sua tramitação.

Segue o item 3, de autoria de S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 255, DE 2012

– Não Terminativo –

Dispõe sobre vigência e forma de financiamento de subsídios, descontos, isenções e encargos setoriais incidentes sobre o preço da energia elétrica, objetivando reduzir o custo da energia elétrica e ampliar a competitividade do produto nacional.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Pela aprovação

Eu consulto S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço se teria algum comentário a fazer sobre o presente Projeto de Lei nº 255, de sua autoria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, sou informado de que o Senador Relator Eduardo Lopes teria solicitado retirada da pauta desse projeto para uma reavaliação, com a qual não tenho nenhum tipo de objeção.

Na prática, esse nosso projeto foi apresentado em um período anterior, em que o debate se dava, com muita intensidade, sobre a necessidade de desonerarmos um conjunto muito grande, por assim dizer, de penduricalhos na tarifa de energia elétrica. Houve, em seguida, uma medida provisória editada por Sua Excelência a Presidente da República que, em parte, acolhe um conjunto dessas contribuições.

De modo que o projeto perdeu, de certa forma, em algum item, o escopo, o objeto. E me parece ser este o desejo do Senador Eduardo Lopes: fazer uma adequação, considerando tudo aquilo que já foi incorporado à medida provisória que reduziu os encargos da tarifa de energia elétrica do nosso País, uma das mais caras do mundo.

Assim, parece-me oportuna e tempestiva a solicitação de S. Ex^a o Senador Eduardo Lopes, sobre a qual não manifesto nenhuma objeção, para que possamos fazer o aperfeiçoamento dessa medida. Parece-me que ele formalizou à Mesa – fui informado pelo secretário – a retirada desse projeto para fazer um aperfeiçoamento. Parece-me adequado, oportuno, tempestivo, mas esse é um debate que vamos ter de fazer. Em que pese a redução da tarifa ter sido importante para elevar a competitividade da nossa indústria, dos arranjos econômicos que são altamente, largamente intensivos na utilização da energia, ainda assim a nossa tarifa de energia continua uma das mais caras do mundo, *vis-à-vis* se comparada com os países que competem com o Brasil, os BRICS, por exemplo. A nossa tarifa tem, de certa forma, subtraído incentivo e motivação dos empreendedores brasileiros.

Então, eu concordo plenamente com a proposta do Senador, e vamos rediscutir a matéria para fazermos uma adequação do seu objeto.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado a S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço.

E, pela ordem, S. Ex^a o Senador Ministro José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu queria também concordar com a retirada de pauta e fazer uma sugestão – dialoguei com o

nosso Relator –, pois foram editadas as Medidas Provisórias 579 e 591, já votadas – são leis posteriores ao projeto –, e veio mais a Medida Provisória 601, que traz uma série de adequações àquilo que surgiu após a desoneração da conta de energia. Estamos inclusive hoje, a partir das 10 horas, fazendo uma audiência pública sobre essa Medida Provisória 601, que trata do mesmo tema.

Eu sou daqueles que entendem que esse projeto de lei, meritório na época, hoje está totalmente atendido pelas medidas tomadas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Parcialmente, mas, enfim, grande parte está acolhida. É verdade.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu acho que nós poderíamos trabalhar no sentido de também declarar prejudicado esse projeto e canalizar as demandas que, porventura, ficaram remanescentes para a MP nº 601 – a Senadora Ana Amélia é a Presidenta –, dialogando com o Relator, nobre Senador Ricardo Ferraço, porque aceleraríamos o processo. E o prazo é até 12 de maio para concluirmos. Ao mesmo tempo, atenderíamos à demanda que V. Ex^a aqui apresenta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Tendo V. Ex^a...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – É evidente que há itens aqui que nós não poderíamos atender de imediato, como propõe, mas dialogar para ver certo prazo em que pudéssemos transferir para o Tesouro boa parte.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Tendo V. Ex^a como mediador nessa interlocução, tendo em vista a credibilidade de V. Ex^a, concordo com o encaminhamento, para que possamos fazer esse diálogo no interior da medida provisória, até porque isso poderá representar maior velocidade aos resultados desse entendimento.

Então, concordo e acompanho o posicionamento do eminente Ministro e colega, Senador José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^{as}, Senador Ministro José Pimentel, Senador Ricardo Ferraço.

S. Ex^a, o Sr. Ricardo Ferraço, é o autor do projeto de lei que tem como Relator o Senador Eduardo Lopes. O Relator tem a palavra primeira sobre esse projeto, e chega agora à mesa, por parte de S. Ex^a, o Senador Eduardo Lopes, um requerimento solicitando seja retirado de pauta o item 3, de caráter não terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2012.

Então, se V. Ex^{as} concordarem, fica retirado de pauta esse item, e voltamos a tratar dele na presença do Relator, sobre o que V. Ex^{as} acordaram nesta reunião.

Se todos estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a retirada de pauta pedida nesse requerimento pelo Relator.

Item 4, não terminativo:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 407, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para tornar obrigatória a avaliação anual de saúde para os transportadores autônomos de cargas.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Gim

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra a S. Ex^a, o Senador Gim Argello, Líder do Bloco União e Força, para proferir o seu relatório.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Gim.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente Fernando Collor; Sr. Presidente Valdir Raupp, que se encontra à mesa também, meus cumprimentos; Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o parecer sobre esse projeto, de autoria do nobre Senador Eduardo Amorim, Líder do PSC nesta Casa, vou pedir a V. Ex^a para ir direto ao relatório, porque é uma matéria muito interessante.

Vem ao exame desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 407, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Amorim.

O projeto visa a alterar a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração, de modo a tornar obrigatória a avaliação anual de saúde para os transportadores autônomos de cargas.

O autor fundamenta a iniciativa afirmando que os trabalhadores autônomos de cargas sujeitam-se a condições de trabalho que provocam riscos à saúde, com destaque para a carga horária excessiva e a falta de repouso, a alimentação irregular, a postura inadequada e o estresse psicológico devido ao trânsito. Propõe, portanto, que a manutenção da inscrição dos trabalhadores no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTR-C) esteja condicionada ao controle da saúde física e psicológica desses profissionais.

A proposição foi distribuída à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), cabendo a esta decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas, Sr. Presidente.

O Senador que propõe esta matéria é médico, então, tem conhecimento e vê a dificuldade por que estão passando os caminhoneiros País afora. Eu acho este projeto muito interessante. E, depois, conversando com o Sindicato dos Caminhoneiros, com que a minha assessoria fez contato, eles acharam este projeto bastante viável.

Então, ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Gim pela leitura de seu relatório, que conclui pela aprovação da matéria.

Coloco em discussão o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que queiram discutir apresentem-se. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação do relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, por favor, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Ainda para discutir, S. Ex^a o Senador Blairo Maggi com a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de pedir uma informação ao Relator, porque eu não entendi bem o espírito dessa proposição e eu ando um pouco preocupado com as coisas que nós votamos aqui nesta Casa. Pensamos sempre que isso é bom para aquilo, é bom para aquilo outro, mas, quando chega à operação lá fora, ninguém mais se entende e as coisas ficam muito complicadas. E o nosso País vem parando ultimamente. Ele para porque nós colocamos uma regra aqui, outra regra ali e não damos mais conta.

Para V. Ex^a ter uma noção das complicações que são essas coisas, no dia de ontem, eu estive na ANTT para, junto com a Associação de Transportadores de Carga do Mato Grosso, solicitar uma mudança, uma explicação numa lei que diz que, nos caminhões que têm mais de 25 metros, deve ser colocada, na traseira, uma placa indicando que o veículo é longo, que tem mais de 25 metros. A lei fala uma placa. Bom, a placa pode ser de madeira, pode ser de metal e deve ser afixada na tampa traseira.

Todos nós sabemos que as nossas estradas são muito boas, não é? Quer dizer, trepida-se tanto, que os parafusos vão caindo no meio do caminho e essas

placas se soltam e, ainda por cima, provocam acidentes nas rodovias.

O fabricante do caminhão, considerando isso, Sr. Presidente, tomou uma decisão: a tampa traseira das carretas, dos caminhões foi feita de forma plana, limpa e colocaram um adesivo. Em vez de uma placa, colocaram um adesivo que tem a mesma função: indicar que o caminhão é longo, que tem mais de 25 metros.

A Polícia Rodoviária Federal, na interpretação da lei, ao pé da letra, depois da vírgula, entende que placa é placa, que não pode ser substituída por um adesivo e começa a multar os caminhoneiros pelo Brasil afora.

Esse é só um exemplo do formalismo que vivemos no País. E nós, aqui nesta Casa, somos responsáveis por isso. Fazemos as coisas, largamos para lá e, depois, todo mundo, na operação, acaba se complicando. São dezenas de coisas como essa que existem por aí afora.

Então, gostaria que o nobre Relator, meu Líder, o Senador Gim, pudesse me explicar um pouco melhor do que se trata isso, onde nós vamos parar com isso. Quer dizer, isso aqui é o quê? É mais um exame que será exigido de todo caminhoneiro? Olha a complicação que vai ser colocar milhares e milhares de pessoas nos consultórios, fazendo exame para que possam ter um certificado de que estão bem!

Eu gostaria de entender isso e de pedir à Casa que passemos a observar um pouco melhor as coisas que estamos fazendo aqui. Não podemos agradar a todos a todo instante. Quem quiser agradar a todos não vai chegar a lugar nenhum. Temos que ser um pouco críticos nessas funções aqui na nossa Casa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Um aparte, Senador Gim...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Continua em discussão a matéria relatada por S. Ex^a o Senador Gim, que é o Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2012, que torna obrigatória a avaliação anual de saúde para os transportadores autônomos de cargas.

Está aberta a discussão.

S. Ex^a o Senador Blairo Maggi ofereceu a sua opinião e faz algumas questões a S. Ex^a o Senador Gim.

Com a palavra, pela ordem, S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Acho que o meu encaminhamento pode resolver, na medida em que desejo pedir vista para que possamos estudar melhor o tema e, inclusive, esclarecer as dúvidas e os questionamentos, que me parecem muito apropriados, feitos por S. Ex^a o Senador Blairo Maggi.

Então, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço pede vista do Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2012, com o questionamento feito por S. Ex^a o Senador Blairo Maggi.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Peço vista coletiva, para que este projeto possa voltar o quanto antes e ser aprovado pelo que ele tem de mérito, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – E também com a opinião de S. Ex^a na discussão, o Senador Jorge Viana, fica concedida, portanto, vista coletiva do Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2012, de autoria de S. Ex^a o Senador Eduardo Amorim, que tem como Relator S. Ex^a o Senador Gim:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 68, DE 2011

– Terminativo –

Altera disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para incluir os Estados que integram a SUDENE e o prazo de vigência do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera – REPENEC.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Armando Monteiro (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador João Capiberibe

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Estando ausente o Senador João Capiberibe, designo como Senador *ad hoc* desta matéria S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço.

Desculpe, não pode porque ele próprio é o autor.

Designo, então, S. Ex^a o Senador Inácio Arruda como Relator *ad hoc* do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2011, que altera disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para incluir os Estados que integram a Sudene e para estabelecer novo prazo de vigência do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera – Repenec.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, reputo dos mais importantes projetos apreciados por esta Comissão e sigo o Relator, Senador Armando Monteiro, que apresentou o substitutivo, e já em acordo com o autor da matéria.

Então, o meu voto é favorável, pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – O Relator *ad hoc*, S. Ex^a o Senador Inácio Arruda, vota pela aprovação da matéria.

Tenho, antes de colocar em votação, de fazer as seguintes observações:

1) em 31/05/2012, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ofereceu Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 01-CDR (Substitutiva);

2) em 05/07/2012, o Relator Ricardo Ferraço apresentou nova minuta de Parecer;

3) em 31/10/12, sendo designado Relator *ad hoc* o Senador João Capiberibe, foi lido o relatório e adiad a discussão e a votação da matéria;

4) em 14/11/12, a discussão foi encerrada e a votação da matéria foi adiada;

5) a matéria constou também da pauta da reunião dos dias 29 de agosto, 17 de outubro, 22 e 28 de novembro e 6 de dezembro de 2012.

Constou da pauta e não foi votada por falta de quórum tão somente.

Lembro às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Algum Sr. Senador ou Sr^a Senadora deseja continuar discutindo a matéria, o relatório apresentado pelo Senador Inácio Arruda? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos passar à votação do substitutivo ao Projeto de Lei 68, de 2011, do Senado Federal.

Procede-se à votação nominal.

Como vota S. Ex^a o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com o Relator. Vota “sim”.

O Senador Acir está presente?

Como vota o Senador Inácio Arruda?

Voto já conhecido. “Sim”.

Como vota o Senador Valdir Raupp?

Ele está na Comissão ao lado. Eu pediria que fosse chamado o Senador Valdir Raupp. (*Pausa.*)

Chega o Senador.

Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com o Relator, “sim”.

Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com o Relator.

Como vota o Senador Wilder Moraes?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com o Relator.

Como vota o Senador Gim?

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com o Relator.

Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com o Relator.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Como vota...

O Senador Ricardo Ferraço é o autor. Vota “sim”.

Como vota S. Ex^a o Senador Valdir Raupp?

Onde é que está o Senador Raupp?

Senador Valdir Raupp vota “sim”.

Como vota o Senador Waldemir Moka?

Ele estava aqui há pouco.

Aguardamos S. Ex^a o Senador Waldemir Moka.

Por gentileza...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Concluída a votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Ah, desculpe.

S. Ex^a O Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Senador Cyro Miranda, V. Ex^a tem inclusive um projeto de lei que hoje foi retirado de pauta a seu pedido, mas, se quiser, nós podemos fazer voltar a pauta.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Gostaria sim.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Gostaria?

E vota V. Ex^a com o Relator, não é isso?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente.

Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Cyro Miranda, que vota com o Relator.

Indago como vota o Senador Jayme Miranda...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Jayme Campos. Não cheguei a tanto, ao sobrenome do nosso querido amigo aqui... (*Risos.*)

Voto com o Relator, Presidente Collor. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com o Relator, S. Ex^a o Senador Jayme Campos. (*Risos.*)

E o Senador Inácio Arruda?

Sabe, fui cometer um ato falho em relação ao nosso saudoso Jayme Miranda.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Jayme Miranda Campos. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – S. Ex^a o Senador Jayme Campos vota também com o Relator.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – E S. Ex^a o Senador Cyro Miranda, também vota com o Relator.

Portanto, encerrada...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Até o Senador Clésio vota também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – S. Ex^a o Senador Clésio Andrade, que acaba de chegar, também vota com o Relator.

Mais algum Sr. Senador, alguma Sr^a Senadora deixou de votar?

Todos já votaram.

Está encerrada a votação.

Aprovado o substitutivo ao Projeto de Lei nº 68, de autoria de S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço e que teve como Relator *ad hoc* S. Ex^a o Senador Inácio Arruda.

Aprovado o substitutivo por 13 votos.

Fica prejudicado, portanto, o projeto no seu art. 300, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Será feita a comunicação ao Presidente do Senado Federal, nos termos do §2º, do art. 91, do Regimento Interno.

A matéria vai a turno suplementar, de acordo com o art. 282.

Eu pergunto ao secretário se é necessário designar o Relator sobre o vencido. Não é necessário, não é? (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Não é necessário, somente na próxima reunião.

Vamos fazer voltar à pauta o projeto cujo Relator é S. Ex^a o Senador Cyro Nogueira, Cyro Miranda – hoje estou trocando os nomes.

Item 6, terminativo.

S. Ex^a o Senador Cyro Miranda havia solicitado, antes do início da reunião, que esse projeto fosse retirado de pauta hoje, porque fazia questão de ler o seu relatório. Mas S. Ex^a chegou a tempo, então passamos ao item 6...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, tenho uma reunião administrativa com o Presidente Renan Calheiros e tenho que me ausentar.

V. Ex^a colocou na reunião anterior a sua proposta de criar uma Subcomissão de Acompanhamento das Obras de Transposição do Rio São Francisco. Essa subcomissão aguardaria a conclusão da Subcomissão de Aviação Civil. Já conversei com o Senador João Costa, que é o Presidente daquela Subcomissão, e logo que o relatório seja concluído e aprovado, até o final do mês de março, como disse a V. Ex^a, ele poderá vir para a aprovação nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura e, com isso, sendo extinta essa subcomissão, abriria espaço para uma nova subcomissão.

Também queria informar a V. Ex^a que já existe no âmbito do Senado Federal uma comissão externa para acompanhar os programas de transposição e revitalização do Rio São Francisco

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – É verdade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, acho que ela já atende à sua preocupação, que também é de todos nós, mesmo daqueles que não são nordestinos, são nortistas e têm excesso de água, e não falta. Todos estão apoiando, porque é necessário que seja resolvido o problema de água no Nordeste brasileiro. Mas vou encaminhar a V. Ex^a. Até tenho um plano de trabalho. Esse projeto me foi entregue ontem.

Assim, volto a pedir a V. Ex^a que, numa próxima reunião, possamos instalar aquela subcomissão de acompanhamento das obras do PAC, pois já estaria incluído o São Francisco. E V. Ex^a poderia presidi-la também.

Vou fazer chegar à Secretaria o referido documento.

Peço licença a V. Ex^a, pois vou à reunião administrativa com o Presidente Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

A Mesa recebe o documento que V. Ex^a passa agora às nossas mãos.

Item 6, de caráter terminativo:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 113, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar o embarque gratuito e bagagem que se enquadre em determinados parâmetros, no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação com emendas

O relatório é pela aprovação com emendas e com as seguintes observações:

- 1) em 11/09/2012, o Relator encaminha novo relatório;
- 2) no dia 31/10/2012, foi lido o relatório e adiadada a discussão e votação da matéria;
- 3) no dia 14/11/12, a discussão foi encerrada – portanto, já houve discussão sobre este projeto de lei – e a votação da matéria foi adiada;
- 4) a matéria constou também na Pauta da Reunião do dia 24/05/2012, 31/05/2012, 28/06/2012, 05/07/2012, 29/08/2012, 12/09/2012, 17/10/2012, 31/10/2012, 22/11/2012, 28/11/2012 e 06/12/2012.

Lembro a V. Ex^{as} que o projeto é terminativo e exige quorum qualificado.

Como já foi encerrada a discussão, vamos à votação da matéria, com a concordância de S. Ex^a o Relator. V. Ex^a concorda, Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Totalmente, Presidente Fernando Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Só quero lembrar que essa proposição visa permitir o transporte de bicicletas desmontáveis, sem que haja cobrança adicional para isso. Esse é o escopo do projeto, que já foi lido e discutido.

Então, agora, em votação, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com a sua aquiescência, passamos agora à votação nominal, com quórum qualificado.

Vamos dar início à votação.

Como vota S. Ex^a o Senador Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com o Relator, Senador Jayme Campos. Como vota S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com o Relator.

Como vota o S. Ex^a o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com o Relator.

Senador Wilder Moraes, como vota?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com o Relator.

Como vota S. Ex^a o Senador Ministro José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Como vota S. Ex^a o Senador Jorge?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com o Relator.

Como vota S. Ex^a o Senador Clésio Andrade?

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Como vota S. Ex^a o Senador Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Como vota S. Ex^a o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com o Relator.

Como vota S. Ex^a o Senador Gim?

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Como vota S. Ex^a o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – O voto de S. Ex^a o Senador Cyro Miranda é conhecido.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2011, de autoria de S. Ex^a o Senador Rodrigo Rol-

lemberg, tendo como Relator S. Ex^a o Senador Cyro Miranda, por 12 votos.

Esse projeto altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar o embarque gratuito de bagagem que se enquadre em determinados parâmetros, no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Foi aprovado o projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Será feita a comunicação ao Presidente do Senado Federal, nos termos do §2º do art. 91 do Regimento Interno.

Eu gostaria de consultar S. Ex^{as} as Sr^{as} e os Srs. Senadores se querem repetir a votação do projeto para as emendas oferecidas pelo Relator ou se podemos considerá-las todas aprovadas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que consideram as emendas já aprovadas e ratificam essa posição permanecem como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Passamos agora à leitura do requerimento apresentado por S. Ex^a o Senador Blairo Maggi:

REQUERIMENTO Nº –CI

Requeiro, nos termos regimentais, seja convidado o Sr. Adão Magnus Marcondes Proença, Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Mato Grosso, para a apresentação dos investimentos previstos na área de hidrovias e portos fluviais.

Autor: Senador Blairo Maggi.

Está lido o requerimento e automaticamente será incluído na pauta da nossa próxima reunião regular para deliberação.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todas as Sr^{as} e dos Srs. Senadores, convoco nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 13 de março de 2013, quarta-feira, às 8h30, neste plenário.

Ao mesmo tempo, eu gostaria de lembrar que o nosso ciclo de audiências, aprovado por V. Ex^{as}, se iniciará no próximo dia 18 de março, neste plenário, às 18 horas, com a apresentação, por parte do Dr. Rogério Cerqueira Leite, das sugestões que trará para orientar a discussão que será realizada neste semestre sobre o tema Energia.

Muito obrigado a V. Ex^{as} pela presença.

Está encerrada a nossa reunião.

(Iniciada às 8 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 53 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 45 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e quarenta e cinco minutos do dia treze de março de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Jorge Viana, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Lobão Filho, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Wilder Moraes, Blairo Maggi, José Pimentel, Wellington Dias, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ivo Cassol e Cyro Miranda**. Justifica a ausência o Senador João Capiberibe. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e aprova a ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. São lidos os Comunicados da Presidência e os Requerimentos a serem pautados na próxima reunião deliberativa. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Flexa Ribeiro, Ricardo Ferraço, José Pimentel, Walter Pinheiro, Wilder Moraes, Lobão Filho e Jorge Viana**. Tem início a apreciação da Pauta. **Item 1 – Apreciação, em turno suplementar, do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2011, terminativo na Comissão**, de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**, que “*altera disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para incluir os Estados que integram a SUDENE e o prazo de vigência do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera – REPENEC*”. **Relatoria ad hoc:** Senador **Inácio Arruda**. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2012**, de autoria do Senador **Eduardo Amorim**, que “*altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980, para tornar obrigatória a avaliação anual de saúde para os transportadores autônomos de cargas*”. **Relatoria ad hoc:** Senador **Lobão Filho**. Fazem uso da palavra os Senadores **Flexa Ribeiro e Wilder Moraes**. **Resultado:** aprovado. **Item 3 – Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2012**, de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**, que “*dispõe sobre vigência e forma de financiamento de subsídios, descontos, isenções e encargos setoriais incidentes sobre o preço da energia elétrica, objetivando reduzir*

o custo da energia elétrica e ampliar a competitividade do produto nacional”. **Relatoria:** Senador **Eduardo Lopes**. **Resultado:** retirado de pauta a pedido do relator, para reexame. **Item 4 – Requerimento da CI nº 02, de 2013**, de autoria dos Senadores **Clésio Andrade** e **Lobão Filho**, que “*requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, para discutir sobre as Parcerias Público-Privadas e as perspectivas de oportunidades de parceria com o setor privado com relação aos projetos de infraestrutura, convidando o Excelentíssimo Senhor Guido Mantega, Ministro da Fazenda, para exposição sobre o assunto*”. Fazem uso da palavra os Senadores **Flexa Ribeiro**, **Wilder Moraes** e **Lobão Filho**. **Resultado:** aprovada a realização de Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE. **Item 5 – Requerimento da CI nº 03, de 2013**, de autoria do Senador **Clésio Andrade**, que “*requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, para discutir sobre as Parcerias Público-Privadas e as perspectivas de oportunidades de parceria com o setor privado com relação aos projetos de infraestrutura, convidando o Senhor Bernardo Figueiredo, Presidente da Empresa Brasileira de Planejamento Logístico, para exposição sobre o assunto*”. **Resultado:** aprovado. **Item 6 – Requerimento da CI nº 04, de 2013**, de autoria do Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, que “*requer, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, o comparecimento do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), JORGE ERNESTO PINTO FRAXE, para prestar os devidos esclarecimentos acerca dos problemas estruturais existentes em rodovias concluídas pela estatal nos últimos dois anos*”. O Senador **Flexa Ribeiro** faz uso da palavra. **Resultado:** aprovado. **Item 7 – Requerimento da CI nº 05, de 2013**, de autoria do Senador **Blairo Maggi**, que “*requer, nos termos regimentais, que seja convidado o Senhor Adão Magnus Marcondes Proença, Diretor de Infraestrutura Aquaviária, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT/MT para apresentação dos investimentos previstos na área de hidrovias e portos fluviais*”. **Resultado:** aprovado. O Senador **Lobão Filho** faz uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e trinta e oito minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e coloco à deliberação do Plenário a sua aprovação.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam permanecem como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Comunicado da Presidência.

Mudança no horário da reunião.

Informo aos senhores membros desta Comissão e a todos que nos acompanham em nossas atividades, e considerando apelos recebidos por parte de integrantes deste Colegiado em função de um dia, hoje, particularmente, repleto de atividades nas Comissões Permanentes e Temporárias, esta Presidência decidiu, em comum acordo com os integrantes da reunião, antecipar a presente reunião, buscando, assim, dar maior conveniência na condução dos nossos trabalhos.

Dessa forma, e dando continuidade à reunião regular da Comissão de Serviços de Infraestrutura, passamos aos nossos comunicados.

Inauguração do canal do sertão no Estado de Alagoas.

Esta Presidência esteve presente ontem, dia 12 de março, no Município de Água Branca, no povoado Alto dos Coelho, em Alagoas, juntamente com Sua Excelência a Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff; S. Exª o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros; S. Exª o Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra; S. Exª o Governador do Estado, Teotônio Vilela Filho; demais parlamentares de Alagoas, praticamente na sua totalidade, deputados estaduais, prefeitos, autoridades, para a inauguração dos dois primeiros trechos de 65 quilômetros do Canal do Sertão, além de S. Exª o Senador Benedito de Lira, que também se fez presente ao ato com grande entusiasmo.

O Canal Adutor do Sertão Alagoano é uma das mais importantes obras federais de infraestrutura hídrica no Nordeste brasileiro. Sua finalidade é aumentar a disponibilidade de água para as regiões do Sertão e do Agreste de Alagoas, recorrentemente assolados pela seca. Em sua extensão total de 250 quilômetros, ligando o Alto Sertão de Alagoas, às margens do São Francisco, até o Agreste, no centro geográfico do Estado, especificamente no Município de Arapiraca – no Agreste do Estado –, ou seja, indo desde o Município de Delmiro Gouveia até o canal de Arapiraca, atenderá 42 Municípios do Estado, beneficiando um milhão

de alagoanos na fase plena de operação, por meio da oferta de água aos núcleos urbanos e rurais que o margeiam. O terceiro trecho – que vai do km 65 ao km 93 – já está em construção, sendo que a presidenta Dilma Rousseff já autorizou o quarto trecho, que vai do km 93 ao km 123.

O empreendimento tem por objetivo maior desenvolver a economia regional pela melhoria das condições de abastecimento humano e dos perímetros de irrigação, pelo desenvolvimento da piscicultura e do agronegócio, bem como pelo remanejamento das adutoras coletivas existentes. Isso permitirá também reduzir custos de operação e manutenção para a companhia de abastecimento do estado.

O evento de ontem foi uma oportunidade para o povo alagoano manifestar seu sentimento de gratidão ao Governo Federal pelo incondicional apoio empenhado à obra de vital importância ao Estado de Alagoas. E a explicação a esse reconhecimento encontra-se na própria trajetória do empreendimento. É hoje, de longe, essa obra a maior já realizada no Estado de Alagoas.

A origem do Canal do Sertão se deu em 1991 e continuou em 1992. Como Presidente da República, dei os primeiros passos, os passos iniciais na concepção do projeto e ainda na implementação do projeto propriamente dito, na elaboração do projeto executivo, com o entusiasmo à época, também muito presente, do Governador de então Geraldo Bulhões, Governador de Alagoas.

O primeiro desembolso realizado para essa obra foi em 1993. Infelizmente, a partir de 1993 e durante nove anos, a obra esteve praticamente paralisada. Somente em 2001, o então Governador Ronaldo Lessa reabriu o canteiro por meio de um aporte, a título de contrapartida do Estado, de R\$15 milhões até o ano de 2005.

No final do governo anterior ao do Presidente Lula, a União repassou à obra R\$20 milhões, o que àquela altura era um valor relativamente baixo para a dimensão e as demandas do empreendimento.

Já em 2007, na condição de Senador da República, consegui, junto ao Governo Federal e com o apoio incondicional da bancada alagoana no Congresso Nacional, a inclusão do Canal do Sertão no Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, o que veio a se concretizar com a sua inclusão do PAC 2, tanto que, em 2008, o aporte financeiro pulou de R\$1,4 milhão, em 2007, para mais de R\$46 milhões, como disse, em 2008. Ou seja, em 2007, o aporte feito foi de R\$1,4 milhão e, em 2008, com a decisão do Presidente Lula, por minha solicitação e com o apoio – volto a frisar – incondicional da bancada alagoana no Congresso Nacional, pulou para mais de R\$46 milhões.

Em 2009, já na Presidência desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, voltei a falar com S. Ex^a o Presidente Lula e, naquele mesmo ano, o repasse das obras do canal passou para quase R\$112 milhões. Ou seja, em 2007, R\$1,4 milhão de desembolso para a obra; em 2008, pulou já para R\$46 milhões; e, em 2009, graças à decisão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, atendendo à nossa solicitação, com o apoio sempre – gosto de frisar – de toda a bancada alagoana no Congresso Nacional, passou para R\$112 milhões. Com isso, o ritmo dos acontecimentos mudou substancialmente, chegando ao valor repassado de mais de R\$385 milhões entre 2010 e 2012.

Assim, por meio do PAC, as obras do Canal do Sertão avançaram e mais nenhum centavo do Tesouro do Estado precisou ser investido no empreendimento. Ou seja, a partir daí o Estado não teve que desembolsar um só centavo para a realização e concretização dessa obra, o que já foi também um grande benefício que o Governo Federal, por intermédio do Presidente Lula e da Presidente Dilma, fizeram a Alagoas. Ou seja, não exigiu mais nenhum tipo de contrapartida. Todos os recursos integralmente investidos no Canal do Sertão a partir dessa data foram recursos integralmente oriundos do Governo Federal. É uma obra, portanto, do Governo Federal, embora seja uma obra que, como a gente costuma dizer lá, pertença aos alagoanos, e nós temos muito orgulho disso, naturalmente com a devida gratidão ao Governo Federal, nas pessoas de Sua Excelência o Presidente Lula e de Sua Excelência a Presidenta Dilma, por esse gesto de colaboração e de parceria com a população alagoana.

Então, não precisou ser investido, por parte do Estado, nem mais um centavo, e, nesses últimos nove anos, mais de R\$500 milhões foram destinados ao Canal, garantindo, com isso, a conclusão, ontem ocorrida, dos seus primeiros 65 quilômetros. Em suma, a obra, estimada em R\$1,8 bilhão para sua conclusão, constitui, como disse há pouco, um investimento totalmente federal.

E é muito interessante porque, na concepção do projeto, foram levados em consideração possíveis e eventuais atrasos. Então, nós não tínhamos a ideia de fazermos como hoje, em algumas obras, é regularmente feito, de dividir em diversos trechos – começando aqui, no caso do Canal do Sertão, pela tomada da água do São Francisco e outro trecho iniciando no final do canal, onde teoricamente será o final do canal, que será finalizado no Agreste –, porque nós não teríamos condições de ajudar a população na medida em que a obra fosse avançando, porque, como é um canal onde corre água, se começarmos por aqui e lá

pelo seu final, nesse meio nós não teremos como fazer com que a água percorra esse trecho.

Então, os trechos são divididos, mas são contínuos, de modo a que, por exemplo, ontem, dos primeiros 65 quilômetros que foram completados, nesses 65 quilômetros, já esteja correndo água, que está servindo, nessa seca terrível que se abate sobre o Semiárido nordestino, para o abastecimento da população via carros-pipa, que antes demandavam longo tempo para saírem de determinado local do Semiárido para buscar água no São Francisco e voltar para a localidade que estaria precisando dessa água. Esses carros-pipa agora não precisam fazer essa longa viagem, porque, como o canal serpenteia pelo Semiárido de Alagoas, essa água já é buscada no próprio canal, pelos carros-pipa que ali chegam.

Do mesmo modo, o canal terá, como veremos mais adiante, um processo de irrigação extremamente interessante e extremamente abrangente para atender a população e os pequenos agricultores daquela região.

Sem dúvida, trata-se de um importante empreendimento de infraestrutura, cujo primeiro trecho, portanto, inaugurado ontem, beneficiará a economia do Sertão alagoano e, principalmente, sua população mais necessitada, seja no abastecimento de água, seja na irrigação de extensas áreas.

Um breve histórico do Canal Adutor do Sertão Alagoano – esse é seu nome oficial; nós encurtamos para Canal do Sertão, mas o seu nome oficial é Canal Adutor do Sertão Alagoano.

Os projetos dos canais do Sertão alagoano foram elaborados no início dos anos 90 do século passado – é interessante falarmos do século passado, parecem-nos uma coisa tão distante, mas não é –, no início dos anos 90 do século XX, e iniciados em 1992. Eu era Presidente da República, e as suas execuções, como foi dito aqui, depois da elaboração e concepção dos projetos, em 1991 e 1992, foram iniciadas em 1993, com a licitação da primeira etapa de sua construção.

A obra foi mantida em ritmo lento em toda a década de 90, até a consolidação do PAC – Plano de Aceleração do Crescimento, quando, a partir de 2009, com forte gestão realizada junto a Sua Excelência o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a obra foi definitivamente incluída no PAC 2 e obteve um avanço expressivo. O canal inicia assim uma estrutura de tomada d'água associada a uma estação elevatória implantada em um dos braços do reservatório de Moxotó, próxima à usina de Apolônio Sales.

A fração final de projeto será de 32 metros cúbicos por segundo. A estação elevatória estará equipada com um total de 12 conjuntos de motobomba, com capacidade de bombeamento de 2,67 metros cúbicos por

segundo, por unidade – dois conjuntos ou até mais já estão instalados –, totalizando 32 metros cúbicos por segundo, elevando a água a uma altura de aproximadamente 44 metros, através de quatro linhas adutoras em aço carbono, com diâmetro de 2,1 metros e extensão de 1,7 mil metros, até uma estrutura de transição com nível d'água máximo na cota de 288 metros.

Dessa transição, a água é conduzida por gravidade – esse é outro detalhe extremamente importante –, a única utilização de bombas para sucção da água é feita nessa elevatória na beira do Rio São Francisco e essa água é trazida nesse nível de 280 metros e, em seguida, todo o canal, todo o percurso do canal é feito por declive, sem necessidade de qualquer utilização de equipamentos elétricos para que a água percorra toda a extensão do canal.

Foi um projeto muito bem elaborado, graças à capacitação técnica de nossos profissionais alagoanos e também das empresas de outros Estados que participaram da elaboração desse projeto.

Dessa transição, a água é conduzida, como dizia, por gravidade através de quatro tubulações, em sifão de 2 mil metros de extensão e 2,30 metros de diâmetro, até o início do canal propriamente dito, situado na cota de fundo igual a 282,65 metros.

O Canal Adutor do Sertão Alagoano tem como objetivo aumentar a disponibilidade hídrica das regiões do Sertão e do Agreste alagoanos, recorrentemente assolados pela seca. Em sua extensão total de 250km, desde o Município de Delmiro Gouveia até o Município de Arapiraca, o canal deverá beneficiar 42 Municípios, propiciando oferta de água aos núcleos urbanos e rurais ao longo de toda a extensão do canal. O empreendimento tem por finalidade desenvolver a economia regional pela melhoria das condições de abastecimento humano e dos perímetros de irrigação. Volto a frisar que esse é um detalhe extraordinário do projeto porque, além de levar água de beber, como chamamos, para a população e eventualmente também para os animais, essa água servirá para irrigar extensas áreas no Semiárido alagoano, o que vai dar aos pequenos agricultores condições de desenvolver a sua economia, a sua chamada agricultura familiar e, naturalmente, o desenvolvimento da região, além de fixar o homem no campo.

Algo interessante de se notar é que, neste período de longa estiagem que estamos vivenciando em todo o Nordeste, não estamos assistindo, como anteriormente havia em outros momentos de longa estiagem, àquele êxodo rural do homem, de suas famílias, saindo do local onde moram, indo em busca de cidades maiores, de maiores núcleos habitacionais, para tentarem sobreviver àquela gravíssima intempérie. Quando

não, víamos também muitas pessoas indo em busca nas cidades de alimentos, e havia até casos de invasões de pequenos armazéns, eu diria supermercados, quando a cidade era um pouco maior, e a isso nós não estamos assistindo nesta estiagem que é considerada, hoje, por basicamente todos os que vivenciam naquela região, a pior estiagem em 80 anos.

Isso não está acontecendo em função da extensa e consistente rede social criada pelo governo Lula e continuada pelo Governo Dilma. Se não fosse essa rede social, constituída basicamente e inicialmente pelo Bolsa Família, e depois pelo Crédito Safra e diversos outros programas que foram revisados para atendimento, e agora, recentemente, no Brasil Sem Miséria, com a destinação de R\$70,00 para cada integrante da família – e a Presidenta dizia, ontem, isso com muita clareza, que uma família, por exemplo, com cinco integrantes, ela passa a receber, a partir do momento em que ela divulgou essa sua decisão, na semana passada, passará a receber R\$70,00 por integrante da família. No caso, uma família com cinco membros receberá, ao final do mês, R\$350,00. Então, é exatamente essa rede social, concebida, estabelecida e instituída pelo Presidente Lula, e continuada e ampliada pela Presidenta Dilma, é que nós não estamos presenciando mais esses êxodos que tanto nos deixavam entristecidos, como também cenas dos chamados saques que havia na justa decisão daqueles que estavam morrendo de fome e precisavam de algo para alimentar a si, a sua família e sobreviver. Isso não está acontecendo graças a essa rede social estabelecida pelos governos Lula e Dilma.

Então, o empreendimento tem no total, como também volto a frisar, 250 quilômetros de extensão; vai do Município de Delmiro Gouveia, que fica no Alto Sertão de Alagoas, até o Município de Arapiraca, que fica no Agreste alagoano, e esse canal vai beneficiar 42 Municípios, propiciando oferta de água aos núcleos urbanos e rurais ao longo da extensão do canal.

O empreendimento tem por finalidade desenvolver a economia regional pela melhoria das condições de abastecimento humano e dos perímetros de irrigação, pelo desenvolvimento da piscicultura e do agronegócio, e pelo remanejamento das adutoras – as adutoras coletivas que hoje existem – o que irá permitir reduzir os custos de operação e manutenção para a companhia de abastecimento do Estado. A piscicultura vai ser também uma das grandes... Pelos eslaides os senhores podem ver a dimensão dessa obra, a sua importância e o que significará para toda essa região.

Essas curvas que os senhores e as senhoras percebem, na elaboração do projeto do canal, elas seguem exatamente para ganhar a maior velocidade,

utilizando o nível, o declive para que a água corra, sem necessidade de se utilizar motobombas ou qualquer tipo de equipamento elétrico, o que também acaba beneficiando ainda mais, porque se fosse em linha reta, mesmo para aproveitar o declive, talvez não beneficiasse tanta gente e tantas áreas como com essa configuração, que não foi ideia do projetista, de tirar partido, vamos dizer assim, da engenharia do projeto, pela sua configuração, mas sim obedecendo à necessidade de se diminuir ao máximo o custo do trânsito da água pelo canal, obedecendo às curvas de nível.

Para execução do trecho 1, encontra-se vigente o Convênio 964, de 2001, está no Siafi nº 447/151, assinado entre o Ministério da Integração Regional e o Governo do Estado de Alagoas, com o objetivo específico de construir as obras da tomada d'água e do primeiro trecho do canal, situado entre o km 0 e o km 45.

O segundo e terceiro trechos contam com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que foram repassados por meio dos Termos de Compromisso 118/2009 (Siafi 663932) e 207/2011 (Siafi 668823), respectivamente. Cabe ressaltar que, apesar de o Trecho 3 estar situado entre o km 64 e o km 92, o termo de compromisso correspondente tem por objeto somente o trecho compreendido entre o km 64,7 e o km 77,82, para ser mais preciso, parte dele já ontem inaugurada.

De acordo com o TCU, a execução atual do canal encontra-se dividida em cinco trechos sempre contínuos (Acórdão nº 1.622/2012, do Tribunal de Contas da União).

Trecho 1 (km 0 ao km 45): execução por meio do Contrato 1/1993 com a Construtora Queiroz Galvão.

Trecho 2 (km 45 ao km 64,7): execução por meio do Contrato 10/2007 com a Construtora Queiroz Galvão. Esses foram os trechos inaugurados ontem.

O trecho 3 (km 64,7 ao km 92,93) está sendo executado por meio do Contrato 18/2010 com a Construtora OAS.

O trecho 4, para o qual ontem foi dada a ordem de serviço por determinação da Excelentíssima Senhora Presidenta Dilma Rousseff, vai do km 92 ao km 123,4: execução por meio do Contrato 19/2010 com a empresa Odebrecht Serviços de Engenharia e Construção.

Essa foi a ordem de serviço dada ontem.

O trecho 5 (km 123,4 ao km 150): execução por meio do contrato 58/2010 com a Construtora Queiroz Galvão.

Com isso, concluir-se-ia o projeto como um todo.

Quanto à execução financeira, pagamentos efetuados e estudos.

Em 1991, execução financeira, pagamentos efetuados e concepção do Canal Adutor do Sertão.

Em 1991 e em 1992, concepção e projeto.

Em 1993, a liberação de 82,924 milhões de cruzeiros trazidos para o valor real de hoje, não da moeda.

Em 1994, sem registro de pagamentos.

Em 1995, 12,7 milhões; em 1996, 11,5 milhões; em 1997, 16,413 milhões; em 1998, 18,12 milhões; em 1999, 1,1 milhão; em 2000, 1,1 milhão; em 2001, 5,6 milhões; 2002, sem registro de pagamentos; em 2003, sem registro de pagamentos; em 2004, R\$8.581.555; em 2005, 13.485.144; em 2006, 1.846.496; em 2007, 1.414.269.

Aí, foi o primeiro ano de meu mandato como Senador, em que solicitei ao Presidente Lula apoio para o nosso querido Canal Adutor do Sertão, e aí pulou de 2007 para 2008 com a decisão de S. Ex^a, o Presidente Lula, de 1,414 milhão para 46,336 milhões.

Em 2009, já foi para 111.994,659 milhões.

Em 2010, 15,187 milhões.

Em 2010, 2011 e 2012, para não me alongar muito, foram R\$380 milhões desembolsados pelo Governo Federal.

Por meio Acórdão nº 3.146, de 2010, o Plenário do Tribunal de Contas da União autorizou – esses aqui são os últimos posicionamentos em relação aos órgãos de controle – a Cecob 1, a: primeiro, “compor grupo de trabalho, em conjunto com a Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas, com vistas a dirimir as questões apontadas pela unidade técnica como ‘serviços com sobrepreço’ nas obras comuns dos Trechos 2 a 5 do Canal do Sertão alagoano, ratificando o entendimento manifestado pelo relator dos autos à fl. 284; realizar inspeção *in loco* nas obras do Canal do Sertão alagoano ou em empreendimentos assemelhados;”

Essa é uma decisão extremamente importante, porque nós sabemos que muitas obras hoje realizadas são interrompidas em função... – e acredito com a maior e melhor boa vontade, claro, e a melhor das intenções. Esses órgãos de controle e fiscalização procuram fazer com que as obras – e é do interesse da Nação brasileira – corram de acordo com o programado, sem haver qualquer tipo de desvio.

Mas, muitas vezes o excesso de cúria sobre a fiscalização das obras faz com que excessos sejam cometidos; e obras são paralisadas por motivos, às vezes, banais, que podem ser dirimidos com facilidade, impedindo que a obra fosse paralisada até que técnicos do TCU, em contato, no caso, com a Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas, pudessem dirimir toda e qualquer dúvida.

Então, foi esse o acordo, que entendo acertado, que o Tribunal de Contas da União adotou para que a obra pudesse prosseguir sem maiores problemas.

Então, vem a questão dos diversos acórdãos do TCU sobre Contrato 1/93, 10/2007, o Edital nº 40/2009, que deu origem ao Contrato 18/2010, relativos aos serviços das obras dos Trechos 1, 2 e 3 do canal adutor compreendidos entre o km 0 e o km 92. Foi firmado acordo entre as partes para haver essa fiscalização conjunta e dirimir qualquer dúvida que existisse no decorrer da execução da obra, o que estabeleceu apresentação de garantias suficientes à cobertura integral dos valores que estavam sendo discutidos. Ou seja, não havia possibilidade nenhuma de o Tesouro Nacional ter qualquer tipo de prejuízo, tendo em vista que foi estabelecido esse seguro para que as empresas contratantes, no caso de haver alguma dúvida, elas destinavam a integralidade desses recursos sobre os quais havia dúvida sobre a sua aplicação, numa conta separada, como um seguro para que a obra continuasse e depois de todos os estudos e análises, não se encontrando nenhum tipo de irregularidade, esse seguro seria devolvido ao contratado.

Em relação às obras de construção dos Trechos 4 e 5 do Canal Adutor do Sertão Alagoano, foi apontada a possibilidade de haver dúvidas, porém naquela data não haviam sido apresentadas nenhuma informação por parte dos contratados. E aí vêm os outros acórdãos – Acórdão nº 2.814, de 2012 –, também sempre com o mesmo intuito de poder fazer com que a obra prosseguisse, nesse entendimento inteligente havido entre o Tribunal de Contas da União e os contratantes e os executores da obra.

O Congresso Nacional, numa das últimas reuniões da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, referendou o relatório do Comitê de Obras, que autorizou a execução da obra tendo em vista que entendeu que a exigência feita pelo TCU de garantias para os trechos 4 e 5 seria válida para a execução daqueles contratos, e não no final da licitação, o que é uma coisa lógica.

Então, como comentários finais, a obra, desde a sua concepção e projeto, vem se arrastando há mais de vinte anos. Já consumiu mais de R\$400 milhões. Esse atraso aumenta, naturalmente, o custo da obra e retarda os benefícios à população da região afetada.

Em relação à inauguração de ontem, de que participou a Senhora Presidenta da República, nós tivemos motivos suficientes para reanimarmos as nossas esperanças de que as obras agora estarão prosseguindo em ritmo acelerado, porque esse é o desejo... A Presidenta ficou muito impressionada, no sobrevoio que fizemos sobre o Canal do Sertão, e ficou muito feliz de ver a obra no estágio em que se encontra. E isso é o que nos dá a certeza de que, a partir de agora, o Canal Adutor do Sertão Alagoano, concebido e

projetado em 1990 e 1991, finalmente vai chegar à sua conclusão por essa decisão tomada pela Presidenta Dilma Rousseff, a quem, particularmente, peço licença às Sr^{as} e aos Srs. Senadores para agradecer em meu nome pessoal e em nome da população do meu Estado, Alagoas.

O segundo comunicado: Panorama da Infraestrutura.

O pacote governamental de socorro financeiro às 65 distribuidoras de eletricidade do País para ajudá-las a suportar o alto custo da geração térmica nesse período de escassez da geração nas hidrelétricas será financiado por duas fontes: os repasses feitos por Itaipu à União e a Conta de Desenvolvimento Energético, CDE, encargo cobrado nas contas de luz e gerido pelo Governo, que funciona como uma espécie de fundo para bancar os gastos extras do sistema elétrico.

A esse respeito, foi divulgada a informação do Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, segundo a qual estabeleceu-se um mecanismo para a CDE, que é a Conta do Desenvolvimento Energético, funcione como uma câmara de compensação, evitando que a tarifa oscile por causa do custo das térmicas.

Ele destacou que esse sistema não prevê recursos do Tesouro. Segundo Augustin, este ano a CDE tem cerca de R\$11 bilhões, aos quais se juntam mais R\$4 bilhões por ano, do financiamento de Itaipu ao Paraguai, para construção da usina, até 2023.

Os recursos da CDE nos anos de chuva intensa, quando a energia é mais barata, segundo o Secretário vão compensar essa ajuda.

Segundo o especialista Agnaldo Brito, a intervenção do Governo no setor elétrico vai provocar uma profunda mudança na forma de contratação de energia no chamado mercado livre, segmento formado por grandes consumidores que escolhem o próprio fornecedor de eletricidade.

Prevê o Sr. Agnaldo Brito que os contratos tenham prazos mais longos. Hoje, diz ele, o setor elétrico estima que 25% da demanda de energia elétrica transacionada no mercado livre sejam negociadas em contratos de curto prazo, o que atrapalha o planejamento de expansão do setor elétrico. Como o preço de liquidação das diferenças, principal balizador desses contratos, passará a incorporar o custo de segurança para o abastecimento do País, por meio das térmicas, há uma expectativa de que contratos mais longos, com preços mais estáveis, sejam valorizados, conclui ele.

No último final de semana, o Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Adriano Pires, opina que:

No setor de energia elétrica, o Governo abandonou a preocupação com a garantia de abastecimento e passou a ter uma política dedicada, exclusivamente,

à modicidade ou, melhor [segundo ele], ao populismo tarifário. O clímax dessa política foi a publicação no ano passado da Medida Provisória 579, que ignorou a necessidade de novos investimentos e promoveu um subsídio nas tarifas num momento de escassez de energia. Essa escassez, causada pela falta de chuvas, tem obrigado o Governo a ligar as térmicas a gás, a carvão e a óleo, todas mais caras que as hidrelétricas.

Isso me parece claro, porque as termelétricas existem para isto: no momento em que haja uma estiagem, uma baixa dos reservatórios, as termelétricas têm de ser acionadas. Daí a existência delas. Isso não depende de nenhum de nós, depende de quem comanda o nível pluviométrico.

Isso deverá anular a maior parte da redução de energia, principalmente no setor industrial. E, o que é pior [segundo ele], deverá obrigar o Governo a dar soluções mais atrapalhadas e completamente fora da lógica de mercado para preservar a artificialidade da redução dos preços vindos por lei.

A atual política energética [segundo ele, continuando] confunde energia barata com energia competitiva e isso, no curto prazo [ainda segundo ele], destruiu a Petrobras e a Eletrobras e, no longo prazo, promoverá apagões [o que me parece algo um pouco distante de acontecer].

Aí finaliza a parte do Sr. Adriano Pires.

E continua o comunicado.

No que diz respeito particularmente à Petrobras, os meios vêm alertando que o controle do preço dos combustíveis limita a capacidade da empresa de tirar do papel projetos de cerca de US\$240 bilhões. Vários especialistas, porém, manifestaram a opinião de que a situação da empresa não é tão sombria quanto a imagem mostrada pelos analistas de mercado.

Aliás, hoje, vai ser lido, para ser votado na próxima reunião, o convite a Sr^a Maria das Graças Foster, Presidenta da Petrobras, para que venha aqui, à Comissão de Infraestrutura, dar informações sobre a situação da Petrobras.

O Vice-Presidente da Associação de Engenheiros da Petrobras (Aepet), Fernando Siqueira, defendeu uma redução de cerca de 20% no montante de investimentos previstos. Para o engenheiro, a opção deve ser “garantir que nossas reservas abasteçam o mercado interno por um período longo, nos próximos 30 anos, pelo menos, enquanto poderemos encontrar substitutos para o petróleo”.

Por sua vez, o analista da XP Investimentos Rosano Oltramari declarou que a redução de investimentos deve ser feita o quanto antes – abro aspas: “É uma questão de transparência em relação aos investidores. A Vale reduziu a meta de investimentos e a Rio

Tinto também, devido à redução do preço do minério de ferro”. E indaga: “Por que a Petrobras não pode fazer?” – fecho aspas.

E continuo.

Ocorre que Petrobras tem também obrigações para com o desenvolvimento do País, encontrando sob sua responsabilidade a maior parte dos investimentos do PAC. Segundo informações divulgadas, o Diretor de Engenharia da Petrobras, Dr. José Figueiredo, garantiu que a produção vai-se manter no mesmo patamar de 2012, pois a estatal terá novas plataformas em funcionamento, o que compensará os campos já com produção em queda e a manutenção em algumas plataformas.

Quanto ao setor sucroalcooleiro, um conjunto de desonerações e incentivos preparados pelo Governo Federal para o setor pode ampliar a produção de etanol. Trata-se da redução praticamente total do PIS/Cofins sobre o etanol, hoje com 9,25%, assim como novas desonerações sobre a folha de pagamentos ainda em discussão e a entrada em vigor, em maio, da participação do álcool hidratado na mistura da gasolina de 20% para 25%.

Foi a própria Presidenta Dilma Rousseff quem anunciou a intenção do Governo de dar uma importância estratégica para o setor do etanol neste ano. O Governo espera que o setor sucroalcooleiro aproveite os incentivos e a atual conjuntura para reduzir custos e aumentar a produtividade da área plantada.

O Ministro Edison Lobão afirmou que tudo que o Governo pode fazer no sentido de ajudar a indústria está fazendo e acrescentou que o Governo está avaliando estímulos à produção de energia elétrica a partir do bagaço de cana, a biomassa. O bagaço, cuja queima gera poluição, pode, ao invés de ser queimado, gerar energia.

Já a Ministra Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, em artigo neste último final de semana, alertou para o fato de que, até 2015, a capacidade instalada dos portos organizados brasileiros estará completamente esgotada. Por isso, segundo a Ministra, superar as deficiências da estrutura logística e aumentar nossas exportações são tarefas essenciais para responder às dificuldades do presente e encarar com esperanças os desafios do futuro.

Ao defender a Medida Provisória 595, que altera regras de exploração dos portos, entende a Ministra Gleisi Hoffmann que não se trata de privatização, porque a operação do sistema portuário no Brasil já é privada. Segundo ela, o objetivo da medida é melhorar a competitividade do setor, levando em conta a necessidade, por consequência, do desenvolvimento do País.

Outro comunicado.

A situação na zona do euro e sua relação com o plano de investimentos em infraestrutura.

A melhora dos dados relativos à criação de empregos nos Estados Unidos, na semana de 3 a 10 de março, fez com que os mercados internacionais reagissem com otimismo, mas contrastou com informações vindas da Europa. Embora a crise que, no ano passado, ameaçou a própria existência da moeda única tenha amainado sobre o prisma financeiro, persistem algumas feições extremamente preocupantes, como a falta de crescimento, a estagnação, a queda de produção e o aumento do desemprego.

O maior desemprego é ainda mais grave, porque ele se concentra na população mais jovem, que se vê desesperançada.

A crise europeia estava aparentemente dominada desde que, em 2012, o Banco Central Europeu dispôs-se a utilizar todo o seu poder para garantir os títulos públicos dos governos da zona do euro.

O Presidente do Banco Central Europeu, Mario Draghi, declarou e reiterou, no ano passado, que as possibilidades de intervenção da autoridade monetária eram ilimitadas. Assim, deixou de existir o cenário de os estados-membros verem os seus *bonds* com falta de liquidez no mercado internacional ou mesmo de se verem obrigados a pagar juros impraticáveis que os poderia levar até mesmo a *default* da dívida pública e a necessidade de pedirem socorro, o chamado *bail out*, para evitar uma quebra desastrosa para o próprio sistema internacional. Essa situação viveram, em maior ou menor grau, como nós sabemos, Irlanda, Portugal, Grécia e Itália.

Se o risco de colapso foi afastado, principalmente pela ação dos organismos financeiros internacionais, como o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, subsistem elementos negativos estruturais que terão de ser enfrentados para que a Europa volte a crescer e a cumprir o seu papel de indutor importante do desenvolvimento mundial.

Continuam presentes no continente o peso imobilizador da máquina estatal, um sistema previdenciário de custo cada vez mais insuportável, uma legislação trabalhista rígida, que imobiliza a iniciativa empresarial e a própria criatividade. Ao alongar a proteção ao emprego, a legislação não permite a renovação e tem aumentado de forma constante o desemprego nos segmentos mais jovens da população.

A regulamentação estatal excessiva também desestimula a inovação tecnológica.

A esses fatores soma-se uma carga impositiva tornada ainda mais dura por causa das políticas chamadas anticrises. A população europeia acostumada

com os benefícios e com a proteção vitalícia que o Estado provê recusa-se a aceitar medidas de austeridade.

As manifestações de protesto que têm tido lugar na Espanha, em Portugal, na Grécia demonstram bem esse sentimento.

A crise financeira, que passou a ser de caráter cada vez mais econômico, vai adquirindo feições políticas as eleições italianas do último mês mostram o reflexo da situação de insatisfação com as medidas de ajuste fiscal empreendidas pelo Governo tecnocrático de Mario Monti. Criou-se uma situação de impasse com a centro-esquerda, liderada pelo ex-comunista Bersani, que obteve aproximadamente 30% dos votos, a centro-direita, liderada por Berlusconi, com outros 30%, e o Movimento 5 Stelle, liderado pelo ex-comediante Beppe Grillo, 25%.

Esse movimento, que fez campanha em praça pública e usou a Internet intensamente como fator de mobilização de seus membros, procura representar a insatisfação com a política tradicional, que catalisou o voto de protesto.

O surpreendente resultado das urnas, principalmente pelo surgimento de uma nova força política, pode impossibilitar a formação de um governo estável. A instabilidade política levou a agência de classificação de risco Fitch a rebaixar a posição da dívida pública italiana. Devido à possibilidade de atuação do Banco Central Europeu, esse fato não chegou a afetar de modo dramático o Mercado Financeiro Internacional, como ocorreria anteriormente. O Presidente do Banco Central, Mario Draghi, declarou que a situação política não afeta a economia e que as medidas de severidade fiscal já tomadas pelo atual governo italiano continuarão, o que é preocupante.

No entanto, é inegável o recado das urnas contra as medidas de rígida ortodoxia econômica, como o aumento de impostos e o corte de despesas públicas, que têm agravado a recessão e o desemprego na Itália. No ano passado, verificou-se a média de mil fechamentos italianos por dia, mil estabelecimentos por dia, principalmente pequenos e médios empreendimentos que constituem a espinha dorsal da economia do país, não só da Itália, mas acredito de qualquer um outro. Brasil, por exemplo.

Duas conclusões, portanto, se impõem. De uma parte, há grande possibilidade que a atividade política na Europa tenda a ser crescentemente contaminada pelo repúdio a medidas recessivas, que afetam o nível de bem-estar e de emprego. Há o risco de que a estagnação da economia europeia seja duradoura.

De outra parte, no que diz respeito ao Brasil, deve-se considerar que não poderemos contar, enquanto durar a estagnação da Europa, com um dos nossos

mais importantes e tradicionais mercados. Com o mercado norte-americano em recuperação lenta e o chinês com menores taxas de crescimento, é imperativo que o Brasil busque aumentar a sua competitividade.

Essa competitividade a gente conquistará com base em maiores investimentos e com uma eficiente gestão. Então, é fundamental e imperativo que o Brasil busque aumentar a sua competitividade, domínio no qual o estabelecimento de infraestrutura adequada é essencial.

Leitura de documentos.

O primeiro é um requerimento assinado por S. Ex^a o Senador Wellington Dias. Vou fazer a leitura na reunião de hoje e vamos colocar na pauta da reunião ordinária da semana seguinte.

Nos termos dos arts. 90 e 93, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, da Constituição Federal, requeiro a realização de audiência pública desta Comissão de Infraestrutura em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos com o objetivo de debater com a Sr^a Maria das Graças Foster, Presidente da Petrobras, as perspectivas para o ano de 2013, no que se refere à produção, ao refino e à redução das importações de petróleo e derivados.

Diz S. Ex^a o Senador Wellington Dias na sua justificativa:

O lucro líquido da Petrobras foi de R\$21,182 bilhões em 2012 e de R\$7,747 bilhões no quarto trimestre, o que representa um aumento de 39% em relação ao trimestre anterior, especialmente em virtude de ganhos financeiros e maiores benefícios fiscais. Em 2012, o lucro líquido, embora expressivo, foi, em média, 36% inferior ao valor apurado em 2011, refletindo os efeitos adversos da depreciação cambial, além de um aumento na importação de derivados nas despesas operacionais da companhia. Apesar disso, a meta de produção estabelecida para o ano foi alcançada, totalizando 1,980 milhão barris no Brasil, sendo que a produção total de petróleo e gás natural da Petrobras foi de 2,598 milhões barris de óleo equivalente por dia.

A entrada em operação da unidade flutuante Cidade de Anchieta, no campo de Baleia Azul, no pré-sal da Bacia de Campos, e o início do Programa de Aumento da Eficiência Operacional na Bacia de Campos, o Proef, elevaram a eficiência operacional da UO-BC de 66% em abril de 2012 para 78% em dezembro de

2012. Ainda em 2012, a produção no pré-sal atingiu o recorde diário de 214 mil barris em 27 de dezembro. Esse montante representou 7% da produção de petróleo no Brasil na média do ano. Atingimos também este ano um recorde de processamento de petróleo, entre 9 e 12 de agosto, 2.101 milhões/barris/dia, sendo que, para o ano de 2013, o orçamento de investimentos de capital atinge valores da ordem de R\$97 bilhões.

Diante dos números apresentados, cabe ao Senado Federal [continua em sua justificativa o Senador Wellington Dias], em especial às Comissões de Serviço de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos, ampliar o debate acerca dos temas propostos, permitindo aos Senadores e a toda a sociedade brasileira os domínios dos fatos que ora se apresentam.

Solicito à Secretaria da Comissão que inclua este requerimento de S. Ex^a o Senador Wellington Dias na pauta de nossa próxima reunião.

Outros comunicados.

Convite da Agência Nacional de Transporte Terrestres.

A Presidência comunica o recebimento de convite aos membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura para participação nas discussões acerca das Minutas de Edital e de Contrato, assim como sobre os Estudos Preliminares, que se prestarão a disciplinar a concessão, à iniciativa privada, do trecho ferroviário Açailândia, Maranhão, a Porto de Vila do Conde, no Pará, projeto integrante do Programa de Investimentos em Logística (PIL), do Governo Federal.

As reuniões realizar-se-ão em Belém, Pará, entre 14 e 18 horas do dia 14 de março do corrente, portanto, amanhã, no Hangar – Centro de Convenções e Feiras da Amazônia; e em Brasília, Distrito Federal, no mesmo horário do dia 26 de março, desta vez no Auditório do Edifício Sede da ANTT.

Solicita-se confirmação de presença até o dia 11 de março, caso haja interesse na reunião em Belém, e dia 22 de março para o evento na cidade de Brasília.

Maiores informações, S. Ex^{as} as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores poderão obter junto à Secretaria desta Comissão.

Também aqui um ofício do Sr. Diretor-Geral da Aneel, que me parece está para ter o seu mandado concluído proximamente, em que se coloca à disposição tendo em vista a decisão que tomou a Mesa Diretora da Casa, o Senado Federal, e também objeto da preocupação de S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro, que apresentou um projeto de emenda à Constituição, que já está na sua quarta ou quinta leitura, obrigando todos

os Diretores das Agências que tenham seus nomes sabatinados nesta Comissão e aprovados no plenário do Senado a virem à Comissão de Infraestrutura para prestarem esclarecimentos sobre suas atividades.

Então, o Sr. Diretor-Geral da Aneel se coloca à disposição para vir aqui à Comissão de Infraestrutura para dizer das ações encetadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, que ele, na qualidade de diretor-geral, encetou.

Peço à Comissão, já que isso é uma decisão da Mesa Diretora, que a Secretaria desta Comissão entre em contato com o Sr. Diretor-Geral da Aneel para saber da oportunidade em que ele possa vir aqui à Comissão em conformidade também com a agenda que a comissão do Serviço de Infraestrutura tem.

Passando a nossa pauta, item 1, de caráter terminativo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Gostaria, se V. Ex^a me permitir e os membros da Comissão, de fazer alguns comentários sobre os comunicados que V. Ex^a hoje repassou, na abertura da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Por favor, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Primeiro, eu quero dizer que esses comunicados são importantes, porque dão a todos nós uma ampla visão das questões referentes não só à infraestrutura do nosso País, mas também adentra nas questões da economia. Para nós, é importante que tenhamos a cada semana, pelos comunicados de V. Ex^a, um panorama da situação dessas duas áreas importantes para o desenvolvimento do nosso País.

À medida que somos informados pelos comunicados, a preocupação aumenta. Aumenta porque vemos, a cada semana, que o Governo toma ações midiáticas; a cada semana há lançamentos de programas, seja de PAC, seja na área social, pelo Governo Federal. E, a cada semana também, uma ação de socorro, através do atendimento de necessidades que se mostram debilitadas na economia.

Eu diria que, lamentavelmente, a economia do nosso País está fazendo uma ligação com a área de infraestrutura com uma barragem que tem fissuras. E estão querendo tapar as fissuras com o dedo. Só que as mãos só têm dez dedos. Acho que está chegando, lamentavelmente, o momento em que vai faltar dedo para tapar as fissuras.

V. Ex^a nos deu algumas informações, como eu disse, preocupantes. V. Ex^a fez a leitura dos seus co-

municados de que o Diretor de Engenharia da Petrobras, salvo engano, dá como alvissareira a notícia de que a Petrobras em 2013 vai manter a mesma produção de 2012.

Isso é terrível para o nosso País! Isso é terrível! Assim, desde 2008, a Petrobras não aumenta a sua produção.

Diz também mais adiante, no requerimento do Senador Wellington Dias, na justificativa ao convite para a Dr^a Graça Foster vir aqui, que houve um incremento de 39% no lucro da Petrobras no último trimestre de 2012, no último quadrimestre de 2012, e que esse incremento de resultado se deveu a ganhos financeiros e benefícios fiscais.

Como? E V. Ex^a, que também atua na área empresarial, sabe que nenhuma empresa, e a Petrobras é uma empresa de todas os brasileiros, vai se manter com ganho financeiro e benefícios fiscais. Quer dizer, onde está a produtividade? E a operação da Petrobras, que é que deve gerar esses lucros, e não ganhos financeiros e benefícios fiscais?

Então isso tudo preocupa os brasileiros. Nós queremos uma Petrobras forte. Eu tive oportunidade, há duas semanas, de fazer um pronunciamento no plenário do Senado Federal, a respeito da situação da Petrobras, que se mostra debilitada. Estão aí as refinarias.

O Governo midiaticamente, triunfalisticamente, pretendeu fazer três mega refinarias e estão as três capengando, uma delas por falta de aporte do “sócio” – entre aspas –, que é a Venezuela, na refinaria. Então ter um sócio que não aporta recursos, aí acho que todos os países vão querer ser sócios do Brasil em empreendimentos aqui no nosso País.

V. Ex^a fez referência também à questão – que é preocupante, ainda na área da energia – do setor sucroalcooleiro. E nós estamos vendo o Brasil importando álcool, importando etanol. Quer dizer, um país que tem, pelas bênçãos de Deus, área agricultável, para produzir etanol, tem um clima que beneficia todos, ou seja, tem todas as condições para ser uma plêiade de evidência no mundo todo como o é, está perdendo espaço para isso.

Aí eu não entendo, Senador, Presidente Fernando Collor. Eu apresentei um projeto, Senador Pimentel, pedindo até o apoio de V. Ex^a como Líder do Governo no Congresso. Apresentei um projeto para permitir o plantio de cana nas regiões da Amazônia e do Centro-Oeste, em áreas já alteradas ou em campos naturais. E, lamentavelmente, o Governo do Presidente Lula impediu, proibiu, o plantio de cana.

Ou seja, nós temos áreas enormes, já alteradas, degradadas, mas não só essas, temos campos naturais, porque a Amazônia não é uma só; na Amazônia,

temos vários biomas. No meu Estado há campos naturais ou cerrados no Marajó, no sul do Pará; em Roraima, a maioria do seu território é formado por campos naturais. Então nessas áreas, onde não há floresta... Derrubar árvore para plantar cana, ninguém pode imaginar uma ação desse tipo, ninguém vai defender isso. Agora, onde, pela natureza, não existe floresta, são campos, ou então em pastagens degradadas, não existe mais a floresta, você pode muito bem permitir o plantio de cana, e o Brasil voltar a ser autossuficiente na produção de etanol.

Então essas ações do Governo, do Executivo, é que precisam ser atendidas, e V. Ex^a coloca aqui, a cada semana, no seu comunicado, essa preocupação a todos nós.

Então quero parabenizá-lo e dizer que somos alunos atentos aqui aos seus comunicados. Mas quero também deixar aqui a minha preocupação. Nós da oposição queremos que o Brasil cresça, que o Brasil se desenvolva para melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros, todos os brasileiros.

Uma notícia auspiciosa que V. Ex^a nos deu, e quero aqui festejar. Estou indo amanhã, pela manhã, para Belém, participar da audiência pública que vai discutir a primeira de duas – a segunda como V. Ex^a comunicou aqui –, na próxima semana, aqui em Brasília, a concessão do trecho ferroviário que vai ligar Açailândia, no Maranhão, a Barcarena, o Porto de Vila do Conde, no meu Estado, o Estado do Pará.

Presidente Collor, esse trecho ferroviário se deve a uma emenda que, lá em 2008, eu tive a honra e a alegria de fazer no Plano Nacional de Viação e que inclui esse trecho, porque a Norte-Sul terminava em Açailândia, não penetrava no Estado do Pará. E nós temos 40% da nossa economia baseada, ainda, lamentavelmente, na exportação de produtos primários, que são desonerados, mas precisamos ter o meio de transporte que dê competitividade aos produtos brasileiros.

Enquanto o Governo não assume o compromisso de implantar o sistema hidroviário, que é complementar ao ferroviário, que, por sua vez, é complementar ao rodoviário, mas os três modais têm que interagir, enquanto não implantam o hidroviário, que é o mais barato de todos, que pelo menos, que possamos ter acesso às ferrovias.

E esse é o primeiro trecho de uma sequência, que também está na emenda que propus, de levar essa ferrovia de Barcarena, ou seja, do Porto de Vila do Conde, até o Porto de Espadarte, em Curuçá, no meu Estado, que será, sem sombra de dúvida, senão o maior, o mais competitivo porto do nosso País. Isso, no futuro, que eu espero que não esteja tão distante.

E, por último, Presidente, estou encaminhando à Secretaria da Comissão o requerimento para que possamos abrir uma discussão, uma audiência pública sobre o modelo de geração de energia hídrica, porque lá atrás o Executivo fez uma opção para geração de energia hídrica com o sistema de geração a fio d'água, não mais com reservatórios, em função do impacto ambiental, o que é justificado.

Mas V. Ex^a colocou aí que o Governo hoje tira recurso. Ah, não são recursos do Tesouro. São, sim. Como não são? São recursos da sociedade brasileira na CDE, do Fundo de Compensação de energia, que está cobrado na tarifa. Quer dizer, quem alimenta esse Fundo são os contribuintes, que pagam a sua energia. E na sua energia está lá o valor da tarifa desse Fundo. Então, na realidade, é dinheiro da Nação, dos brasileiros, que vai fechar, e esse é um dos dedos que tapa a fissura na barragem.

Há coisa de um mês, um mês atrás, midiaticamente, foi feita a redução da tarifa de energia, com o que todos nós concordamos, todos nós concordamos. Reduziu-se a tarifa de energia. Mas de que forma? De forma impositiva, a mídia, os técnicos, nós vimos, nas audiências públicas da medida provisória que por aqui passou, que íamos ter essa consequência, íamos ter essa consequência. Reduziu-se e em seguida vai aumentar.

Está aí a questão da geração térmica com furo de 1,5 bilhão por mês, são vinte e tantos bilhões previstos de furo, que vão ser cobertos pela sociedade. Não há dúvida nisso. Porque senão vai ter que aumentar a conta de energia ou então aumentar o diesel, pela segunda vez. Não adianta a Presidente ter pedido aos governadores que não fizessem o aumento do transporte urbano, para evitar a inflação. Só que segura, novamente, a fissura da barragem com o dedo; não sustenta por muito tempo.

Então, Senador Pimentel, não é melhor fazer essa discussão de forma a privilegiar o nosso País ao invés de se fazer a fio d'água, porque no momento em que se toma a opção pela geração a fio d'água não há como retornar mais?

Então nós estamos fazendo a barragem de Belo Monte, a hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, a fio d'água. Poderíamos gerar uma quantidade de energia muito maior se fosse feito o reservatório, mas não se tomou essa decisão, que é uma decisão de País, lá atrás. E essa audiência pode ser discutida pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Ministério de Minas e Energia, com os técnicos, para sabermos se isso é melhor para o País, ao invés de se voltar ao sistema de reservatório, para que possamos continuar gerando, nos momentos de baixo índice pluviométrico, em função

da reservação de água, ou senão, se vamos manter só a fio d'água. Essa é uma discussão de País, de Estado, para que possamos realmente tomar uma decisão.

Então vou propor, Senador, Presidente Fernando Collor, que nós façamos uma audiência para discutir, aqui na Comissão de Serviços de Infraestrutura, qual é a melhor opção. Podemos fazer até em conjunto, se V. Ex^a assim achar por bem e meus pares, com a Comissão de Meio Ambiente, já que há uma ligação total entre o assunto. Que dizer, não se faz reservatório pelo impacto ambiental, agora, ao se fazer fio d'água, nós temos uma diminuição da geração de energia, e o Brasil precisa de energia como nós precisamos de sangue para viver.

Então eram essas as considerações, parabenizando V. Ex^a de novo pelos comunicados que nos dão uma visão das dificuldades por que passa o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a, o Senador Ministro. Mas antes a palavra tinha sido solicitada por S. Ex^a, o Senador Ricardo Ferraço.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, na linha das preocupações com a intensidade, ou com a ausência dela e da velocidade nas realizações dos necessários investimentos na infraestrutura brasileira, que têm sido cantados em verso e prosa como gargalos que estão subtraindo a competitividade da economia brasileira, fazendo com que, a cada momento, possamos estar perdendo posições numa competição que hoje se dá em nível global – o que acontece exatamente agora em Nova Déli tem enorme repercussão, impacto, na nossa realidade local –, há uma questão que estarei requerendo, mas que quero antecipar e submeter ao Sr. Presidente, aos Srs. Senadores: é a preocupação de que possamos discutir nesta Comissão – pois esta me parece ser a Comissão adequada – esse debate, que é absolutamente inadiável, Sr. Presidente, e que tem a ver com o sistema regulatório brasileiro.

Recente edição da revista The Economist cita as agências como um dos fatores que contribuem para a queda recente do aporte de investimentos estrangeiros. Além da forte intervenção estatal do Governo Federal, o abandono do modelo institucional de agências reguladoras está perto de comprometer o ambiente de negócios.

Agências não podem ser ferramentas de governo, precisam ser ferramentas de Estado, numa conjuntura em que, a meu juízo, a Presidente Dilma toma a decisão acertada de ampliar as concessões em nosso País. Lançou o PAC das concessões, dando ao Estado, cada vez mais, a tarefa e a função de Estado regulador porque o modelo anterior, o modelo lá de trás, que V. Ex^a, quando teve o prazer e a honra de presidir a República brasileira, tomou como direção era no sentido da reestruturação do funcionamento do Estado brasileiro.

O assunto, [Sr. Presidente], é relevante. As agências estão presentes em setores de peso: telecomunicações, energia elétrica, infraestrutura aeroportuária e portuária, aviação civil etc, [para citar algumas]. Foram criadas para serem autônomas e independentes. Estruturadas para contribuir na estabilização do mercado e dar segurança jurídica na atração e manutenção de investimentos privados, sobretudo estrangeiros, [contra os quais não podemos e não devermos ter preconceitos].

O governo tem agido na contramão. Contingência recursos e reparte o comando das agências entre partidos políticos e da base governamental.

É hora de mudar, [Sr. Presidente]. Se é certo que devemos olhar para o modelo original, também é justo concluir que está na hora de aplicarmos uma dose de inovação ao sistema regulatório nacional.

Recentemente aprovamos uma resolução em plenário, pasmem, pela qual o Presidente do Banco Central brasileiro, por determinação, tem que vir a esta Casa, de três em três meses, prestar contas de suas ações. Os diretores das agências reguladoras sequer tinham essa obrigação e são sabatinados, Sr. Presidente, por nós. São estas as Comissões que sabatinam as indicações, para não falar nos casos mais recentes em que as agências reguladoras, em lugar de constarem das agendas de infraestrutura, estão constando das páginas policiais.

Portanto, Sr. Presidente, vou apresentar um requerimento a V. Ex^a e aos demais Senadores, meu colegas que compartilham conosco desta Comissão, para que nós possamos olhar e analisar, e não apenas analisar, que possamos ir além do discurso, possamos ir para uma ação prática, tendo em vista a ampliação das concessões, tendo em vista a necessidade de ampliação do Estado regulador e a necessidade, a meu juízo, inadiável de as agências reguladoras estarem acompanhando esse processo, sob pena de submetermos os usuários brasileiros às mesmas condições.

Portanto, vou formalizar esse requerimento, mas desde já quero chamar a atenção de V. Ex^a para que nós possamos ter um olhar especialíssimo para essa questão, que tem a ver, Sr. Presidente, com a capaci-

dade do Estado brasileiro de monitorar aquilo que está acontecendo nas concessões dos vários campos da infraestrutura brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Ricardo Ferraço, pelas suas intervenções, sempre muito apropriadas.

Passo a palavra a S. Ex^a, o Senador Ministro José Pimentel.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, nosso Senador Fernando Collor, nossos pares, quero fazer um registro aqui sobre essas reflexões que V. Ex^a nos trouxe no início da nossa reunião, pois elas são fundamentais para que nós possamos comparar o que uma série de países com economia consolidada está fazendo com as ações que os chamados BRICS, em especial o nosso Brasil, vêm tomando.

Se nós voltarmos a 1998, veremos que o receituário que os conservadores nos apresentavam era exatamente deixar de investir, reduzir o crédito, reduzir o poder de compra da massa salarial, para enfrentar, pelo receituário comum. O nosso Presidente Lula, com a sua visão de estadista, de clareza do que representa um país que tem a quinta população do Planeta, um fantástico mercado nacional, um parque industrial consolidado e um espaço para crescer a sua economia, resolveu trilhar outro caminho: exatamente fortalecendo a micro e a pequena empresa.

Já no final do seu primeiro Governo, nós aprovamos o Simples Nacional: em 2006, nós tínhamos 1,337 milhão de micro e pequenas empresas formais no Brasil; nesse dezembro de 2012, chegamos a 7,2 milhões de micro e pequenas empresas formais no Brasil. E foi esse movimento, Sr. Presidente, que permitiu que mais de 40 milhões de pessoas ascendessem na pirâmide social: a chamada nova classe média.

O Sebrae e a Fundação Getúlio Vargas, que acompanham de perto essas questões, demonstram que essa nova classe média, de um modo geral, está vinculada às micro e pequenas empresas do Brasil.

E esse processo só foi possível porque nós tivemos o cuidado de reduzir a taxa de juros básica, a Selic. Quando nós chegamos ao Governo, lá em 2003, V. Ex^a e todos nós sabemos que a taxa Selic era de 26,5% para uma inflação de 12% a 13%, à época. Era uma maneira de premiar o chamado capital especulativo, que vinha de fora para cá, simplesmente para sangrar as nossas economias.

Tomamos uma decisão: de reduzir a taxa básica de juros – a taxa Selic, hoje, é 7,25%. Dessa forma, boa parte daqueles aplicadores, aqui, particularmente

o mercado inglês, deixou de ter uma lucratividade fácil, e aí esse capital especulativo deixou de vir. Mas o bom capital, aquele que veio para investimento, continua crescendo, basta acompanharmos os números da nossa economia, os números do Banco Central, que lá estão, que veremos que o dinheiro internacional que vem para investimento não está tendo queda, muito pelo contrário, está tendo um crescimento significativo, ano a ano, em face dessa política de investimento com clareza que o nosso Brasil, o nosso Governo, tem tomado. Se nós formos para o mundo da massa salarial – você pega a Espanha, Portugal, a própria Itália –, veremos que essas e tantas outras economias consolidadas implantaram uma política de arrocho salarial. Nós fomos por um outro caminho: recuperamos o poder de compra do salário mínimo, da massa salarial. Hoje, podemos notar – eu, inclusive, que venho do mundo sindical – que a data base de todos os trabalhadores não discute mais inflação, o que se discute é a produtividade, a participação nos lucros e o ganho real. E é esse processo que está permitindo criar esse mercado fantástico. Quando analisamos a inflação que nós temos hoje, notamos que ela é de demanda, ou seja, a sociedade brasileira está comprando mais, e a nossa indústria não dá conta disso. É por isso que, no Plano Brasil Maior, todo o nosso olhar é voltado exatamente para destravar a nossa indústria, destravar a nossa economia e tirar uma série de gargalos que passam, um dos quais são os portos. Nós exportávamos, em média – transitavam pelo nossos portos –, em 2003, em torno de 100 milhões de toneladas/ano; chegamos a 2012 a 540 milhões de toneladas; e o planejamento do setor produtivo e do Governo é de que, em 2030, devamos estar em torno de 2,4 bilhões de toneladas transitando pelos nossos portos.

Estamos com a Comissão Mista instalada, e será uma verdadeira batalha, porque aqueles que não acreditam no crescimento do Brasil têm posições muito atrasadas para olhar a questão dos portos. Estamos fazendo investimento, estamos recuperando a nossa malha ferroviária porque, em face de uma decisão tomada nos anos 50, quando o Brasil optou para ter aqui grandes indústrias automotivas, foi feita também a decisão de diminuir a melhoria e a oferta de transporte ferroviário, que o Brasil está retomando.

Fico feliz que o nosso Flexa vá participar de uma integração lá no Pará. Isso é fundamental. É um processo que se faz, que se toma e que tem muitas dificuldades. A nossa Transnordestina impacta exatamente nestes dois grandes problemas: as desapropriações e as questões ambientais. Ou seja, temos recursos, o desenho financeiro foi feito e termina a obra não andando no patamar de que precisamos. Primeiro, porque a

produção dos trilhos, até a produção de trilhos, é feita na China, uma vez que a nossa indústria, ao longo dos anos 70, 80, não tinha demanda e terminou sendo desativada. E nós estamos nesse processo tentando recuperá-la para que efetivamente possamos dar conta.

Temos problema? Claro que temos. O Brasil não é uma ilha. As crises econômicas dos outros países repercutem aqui, até porque somos a sexta economia do Planeta, reflexão essa que V. Ex^a fez com muita propriedade para que pudéssemos olhar.

Se nós vamos para o mundo do emprego, enquanto a Espanha, até 2004, 2005, era considerada um dos países mais pujantes do mundo do emprego e, hoje, está com um desemprego na ordem de 25% e de 50% para a juventude, o Brasil, hoje, trabalha com pleno emprego e tem necessidade de continuar gerando emprego e fortalecendo o setor. Ano passado, tivemos o maior crescimento econômico do nosso ciclo, depois de 2009: geramos 1,3 milhão de empregos novos, com carteira assinada, comparando com o que havia em 2011, e temos um gargalo grave na mão de obra, que é a sua qualificação.

Se V. Ex^a acompanhar de perto, verá que a quantidade de institutos federais que tínhamos era diminuta para a realidade brasileira. Nesse sentido, está sendo feito um esforço muito grande entre os Governos Estaduais e o Governo federal para se ampliarem os institutos. Nós, no Governo Lula, construímos 280 institutos; a Presidenta Dilma está fazendo agora mais 120; o nosso Estado, o Estado do Ceará, que tinha cinco institutos, hoje está com 29, e estamos fazendo mais seis nesse processo. Portanto, estamos enfrentando os problemas.

É evidente que se não tivéssemos tido os graves problemas dos anos 80 e 90, após a crise do petróleo, a realidade era outra.

Se nós vamos para o mundo dos estaleiros, o Brasil, que já foi um dos países que tinha os melhores estaleiros, quando resolvemos retomar essa política de portos, no segundo Governo Lula, veremos que os nossos estaleiros estavam todos desativados. Tivemos que recuperá-los, tivemos que pegar os trabalhadores com a idade já bastante avançada para que pudessem ali trabalhar. Agora, não, estamos formando mão de obra. Portanto, nós, que assistimos, em 2011, à aceleração da redução da taxa de juros, presenciamos muitos discursos aqui nesta Casa dizendo que iríamos quebrar o Brasil, porque não havia mais quem aplicasse recursos aqui. A taxa de juros está em 7,25%, e a nossa dívida pública interna continua no processo de redução.

Eu assisti novamente a um conjunto de outras discussões, voltando a 2008, dizendo que aquelas

políticas econômicas que o Brasil estava tomando eram insustentáveis. Hoje, os números mostram que nós trilhamos o caminho mais correto. Temos problemas, e acredito que V. Ex^a, com a sua experiência de Presidente da República, com a sua experiência de Parlamentar presidindo esta reunião, com os nossos pares, construiremos boas audiências públicas, profundos debates para que possamos enfrentar os graves problemas do nosso País.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Ministro José Pimentel, pelas suas palavras e pela sua análise tão abrangente e tão percuciente com que nos brindou.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Pela ordem, S. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente Fernando Collor, eu tenho a honra e a alegria de ter sempre o Senador Pimentel ao meu lado para fazer o contraponto. Isso é importante, é importante para esclarecer todos os brasileiros.

O Senador Pimentel, por dever de ofício – e entendemos isso –, tem que dourar a pílula. Não há dúvida. Ele coloca aqui questões – e isto já foi repetido, aqui, várias vezes – como se o Brasil tivesse sido descoberto em 2003 e o ex-Presidente Lula seja a reencarnação de Pedro Álvares Cabral.

Eu acho que é nessa linha que o PT quer incutir na cabeça dos brasileiros um fato que não dá para reconhecer: desconhecem tudo aquilo que foi feito antes; desconhecem a ação de V. Ex^a, quando presidiu o Brasil, que a história vai fazer reconhecimento. V. Ex^a foi quem rompeu com a redoma que fazia a economia do Brasil não avançar com a proteção. O Brasil todo lembra-se de quando V. Ex^a chamou os veículos produzidos aqui de carroças, e está aí o Brasil hoje exportando automóveis, estando com veículos na ponta da tecnologia. Foi preciso que houvesse a coragem de tomar a atitude. Quer dizer, o Brasil não foi descoberto em 2003. O ex-Presidente Lula não é a reencarnação de Pedro Álvares Cabral. É preciso que se reconheça que há uma história e que, quando o Senador Pimentel faz um raciocínio, ele não quer fazê-lo no contexto da economia mundial e do nosso País.

Houve avanço? Ninguém nega avanços, só que avançamos menos do que deveríamos ter avançado. O Brasil podia ter, pela base que foi construída com o esforço de todos os brasileiros, de todos, repito, condições de ter avançado muito mais. Lamentavelmente, estamos em condições de avançar, e todos os articulistas internacionais fazem referência a isso. Agora, o Senador Pimentel talvez não leia os artigos

de quando o Brasil deixou de ser, ou melhor, passou a ter algumas preocupações em nível de investimento do mercado internacional. Por quê? Porque não tem segurança jurídica. As regras são mudadas, Senador Pimentel, no meio do jogo.

Agora mesmo, estamos discutindo a questão da MP dos Portos. Lamentavelmente, a MP vem para o Congresso como prato feito. A orientação da Base do Governo aqui é de que não possa ser feito nada. O Congresso não pode contribuir com nada porque o que vem do Executivo é a verdade, é a verdade absoluta. Todos os outros brasileiros são incapazes de acrescentar – e em especial o Congresso Nacional – algo que possa vir a mostrar a realidade do fato. Então, a Medida Provisória dos Portos, que está aí, traz uma mudança radical naqueles investimentos que estão em andamento, inclusive naqueles que foram induzidos a serem feitos pelo Governo que aí está. Aí muda-se a regra. É a melhor coisa? Vamos discutir; se for, vamos aprovar, vamos aprovar. O homem inteligente é suscetível a mudanças. Você está aqui, Senador Pimentel, para aprender e, no aprendizado, fazer essas mudanças.

V. Ex^a fala em micro e pequena empresa. Que finalidade tem um governo que cria o 39º Ministério para cedê-lo, para fazer barganha política, para trazer para a Base de Apoio mais um partido, num momento de crise, num momento em que é preciso reduzir gastos, e se aumenta o custeio? Para atender à micro e pequena empresa? Não. V. Ex^a, por mais competente que seja, por mais inteligente que seja, não vai colocar aos brasileiros que a criação da Secretaria, com status de ministério, da Micro e Pequena Empresa foi para fortalecer a micro e pequena empresa, porque não é verdadeiro, e V. Ex^a sabe disso. Foi para atender a uma barganha política de colocar mais um partido na Base tão extensa do Governo em nível de apoio.

Então, são essas ações que nós, aqui, não queremos. E é bom que fique claro o seguinte: não somos contra o crescimento do Brasil, pelo contrário, nós queremos contribuir para que o Brasil avance, mas que avance em uma velocidade muito maior porque tem condições para isso, tem potencial para isso, mas precisa ter gestão. O que o Brasil precisa é de gestão, de mudar e fazer ações. Não pode, como tenho dito aqui, querer curar câncer com cibalena porque é isso que estamos fazendo em nível da economia brasileira.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, pelo art. 14 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Flexa Ribeiro.

Pelo art. 14, com a palavra S. Ex^a o Senador Ministro José Pimentel e, em seguida, S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Ministro José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, uma coisa que sempre aprendi, nestes 19 anos que estou aqui no Congresso Nacional, aonde cheguei pela vontade democrática das famílias cearenses, é respeitar as pessoas. Jamais eu disse a V. Ex^a que, em seu Governo, foi feita uma série de coisas, até porque, se eu for resgatar a história de 1500 para cá, vai dar um seminário talvez de dois, três anos. Portanto, o Senador Flexa deve ter um pouco mais de cuidado para não tentar jogar um Senador contra outro porque eu não faço isso.

A segunda coisa, Sr. Presidente: eu tenho o hábito de ler. Talvez não leio mais por falta de tempo, mas, graças a Deus, tenho uma boa memória. O Professor Flexa Ribeiro não precisa me chamar a atenção de que eu preciso ler até porque é minha obrigação.

A terceira coisa, Sr. Presidente, é que o projeto da micro e pequena empresa veio para cá em abril de 2011. Quem não fez o dever de votação da criação da Secretaria fomos nós do Congresso Nacional, em especial a Câmara Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado mais uma vez a S. Ex^a, o Senador Ministro José Pimentel.

Com a palavra S. Ex^a, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, primeiro, quero dizer a V. Ex^a da nossa alegria de retomarmos os trabalhos desta Comissão às quartas-feiras. Acho que é importante, em um período em que o Congresso Nacional – inclusive a partir dessa, acalorada discussão na manhã de hoje – vai discutir os pontos principais para o desenvolvimento de um setor que é vital para a economia, e me refiro a essa área de logística e infraestrutura, até porque, mesmo em relação ao projeto que nós debatemos ontem durante toda a manhã, chegando até às 14 horas, sobre a questão do ICMS, o ponto central dessa intervenção, do ponto de vista ainda que econômico ou fiscal, é exatamente o poder de investimento ou a recuperação da capacidade de investimento de cada Estado e de cada Município, que é um reconhecimento de uma lacuna que provocou diversos prejuízos pelo Brasil afora. Talvez os Senadores aqui que tenham uma atividade empresarial mais intensa, e até em algumas áreas dessas da infraestrutura, possam falar com mais propriedade do que nós. Mas há ausência de infraestrutura no País. Uma política voltada para a reestrutur-

ração de todo o nosso parque logístico, para a nossa estrutura aeroportuária, talvez seja responsável por a gente não estar respondendo mais, do ponto de vista positivo, tão incisivamente quanto nós respondemos nessa questão da crise internacional.

Eu acho que esse é o momento ideal para tratarmos dessa questão de como prover isso, de como envolver, inclusive, a iniciativa privada, que é fundamental.

Estamos tendo experiências. Estive, na sexta-feira passada, visitando o estádio da Fonte Nova, uma obra magnífica que não deve nada a nenhuma grande obra de estádio, ou dos estádios arenas como são conhecidos agora, Senador, pelo mundo afora. Devem absolutamente nada. Os Senadores estiveram visitando, Senador Pimentel, a obra do São Francisco. Temos diversas outras obras em curso.

Sobre essa política de reestruturação dos nossos aeroportos eu até brinco muito, Senador Collor, porque digo o seguinte: os aeroportos brasileiros foram imaginados, Senador Flexa, como se fosse algo do tipo, do *check in* para a rua. Nossos aeroportos sempre foram bem generosos, mas era correto, com aquela área imensa. Sabe por quê? Porque, quando um sujeito viajava, era motivo de festa na família. A família inteira ia para o aeroporto levar o sujeito para viajar. Viajar de avião era uma ascensão. Viajar de avião era uma conquista. A primeira vez que eu viajei de avião, por exemplo, meus irmãos e não sei quem, minha mulher, todo mundo foi para o aeroporto. Viajar de avião! A primeira vez que saí do País com minha mulher, então, foi a família toda; como não crio cachorro, mas sogra e sogro criam, até os cachorros foram para o aeroporto fazer festa. Hoje é o contrário. A reestruturação dos nossos aeroportos, Pimentel, é para permitir que a família inteira viaje e não que a família inteira leve um dos seus parentes para viajar. E essa mudança é uma mudança na economia. Então, precisamos reestruturar esses nossos aeroportos para esse novo momento, para o momento, inclusive, que estamos discutindo agora aqui, Senador Collor: aeroportos regionais em Estados pequenos. O Espírito Santo, por exemplo, entrou nessa reestruturação. O aeroporto de Vitória, com todo respeito a Vitória, parecia uma rodoviária.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ainda parece.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Ainda parece. Pelo amor de Deus, o povo de Vitória, do Espírito Santo, não fique achando que estou fazendo nenhuma... Mas é isso. Hoje é impraticável! Aquela estrutura do Espírito Santo, da cidade de Vitória, não é mais condizente com as necessidades, tanto do ponto de vista do turismo quanto principalmente da economia.

Então, essa reestruturação se faz urgente. É por isso que, quando conversei com V. Ex^a, disse: esta é uma das comissões mais importantes. A gente discute lá a questão do fiscal, a questão da economia na CAE, mas para colocar o guiso no rabo do gato é aqui, é na infraestrutura, tem que mexer nisso. Quando a gente fala: ah, a guerra fiscal, deslocar, trair buscar e tal... Como é que eu levo empresa para alagoas? Qual é a primeira pergunta que um empresário faz ao Governo do Estado de Alagoas?: “Que infra eu vou poder usar? Por onde eu vou escoar minha produção? E a matriz energética? E a matriz de comunicação? Como vou me instalar? Só com o benefício?”. Dizemos: olha, você vai ficar com isenção de 500 anos luz. “E daí? Como é que eu me instalo? Por onde eu saio? Por onde entra a matéria-prima? De que forma nós vamos trabalhar isso?”.

Então, este setor é vital. Por isso que a história da guerra fiscal, ou a conhecida lógica de benefício, teve percalços porque a outra parte não foi pensada, Senador Collor. Estamos falando de um tempo em que tecnologia... Todo mundo fala em inovação. Inovação é um elemento fundamental para a competitividade. Agora que estamos discutindo, por exemplo, capacitação, Pimentel, do nosso povo para esse setor de inovação, o Ciência sem Fronteiras... Quantas empresas se instalaram no Nordeste, José Pimentel, nos parques tecnológicos, quando a maior reclamação era não haver mão de obra sequer que falasse inglês. E, diziam: “Mas a nossa língua é a portuguesa!”. Sim, meu amigo, mas o que falam no mundo inteiro é esse idioma, como unificação das relações.

Então, a preparação é, não só no idioma, mas na capacitação técnica para isso. Essas foram lacunas que foram decisivas para que não conseguíssemos dar um passo tão largo.

Então acho que essa reestruturação é importante, é fundamental; e mais ainda quando começamos a trabalhar uma política que não é só para os grandes. Porque quem gera o maior número de empregos no Nordeste é a agricultura familiar e a pequena e micro-empresa, Senador Pimentel.

Na Bahia há 600 mil agricultores familiares – 600 mil! A política de incentivo para a agricultura familiar saltou de R\$2 bilhões, em 2002, José Pimentel, para R\$16 bilhões, em 2012. Então, é o incentivo, é o Crédito Habitação, é o Pronaf, é o Garantia Safra. É a política, inclusive, que tem agora, Senador Collor, conseguido ajustar um pouquinho as dificuldades que nós estamos enfrentando com a seca. Porque, se fosse em outro tempo, nós estaríamos assistindo, inclusive, a saques. Nós estamos tendo dificuldades, nós estamos perdendo rebanhos.

A Presidenta Dilma autorizou ontem, Senador Pimentel, mais recursos para enfrentarmos essa questão da perda de rebanho. Porque, quando a chuva voltar, o rebanho não vai ressuscitar. Então nós precisamos da alimentação, do milho, de uma política voltada... E agora, até vai sair dinheiro para comprar as crias. E aí? Onde é que eu acho?

Portanto, eu acho que é importante nós termos um olhar com um pouquinho mais, eu diria até, de acuidade, para entendermos que o cenário de reestruturação de toda essa nossa capacidade de prover as condições para o desenvolvimento, essa nossa acuidade tem que estar voltada para o pequeno lugar e para o grande lugar. Aos grandes centros, de certa forma, as coisas já chegaram, mas eu preciso cuidar, inclusive, do todo, precisamos cuidar das áreas remotas. Não adianta só desenvolver a Região Metropolitana de Salvador – aliás essa foi a política adotada ao longo dos anos, a concentração na Região Metropolitana. Na Bahia nós temos 270 Municípios no Semiárido; ou no nosso Sertão produtivo, como nós chamamos. São 270!

Agora, Senador Collor, na segunda-feira retratada nós assinamos com a Alston a construção de uma unidade de aerogeradores na cidade de Caetité com investimento de R\$1 bilhão. Vamos construir uma unidade de fabricação de aerogeradores no local onde nós estamos construindo o maior parque eólico da América Latina.

Então, portanto, é nessa linha. Esse setor, esse vetor, melhor dizendo, é o vetor preponderante se quisermos tratar dessas questões. E aí nós temos outras questões que se ajustam a isso aqui; a própria forma de como é que nós vamos trabalhar com as agências reguladoras. Nós não podemos constituir agências reguladoras como um mero instrumento de cobrança. Vá lá: agências multadoras. Quando dá a multa, é porque ela já chegou depois do serviço que não foi fornecido. Não resolve! Isso não é caixa registradora; é agência reguladora!

Então não adianta dizer: “Ah, Walter, você está contra a multa?”. Não. Tem que multar, agora tem que chegar é antes para não precisar multar, para garantir que o serviço chegue. Porque, se eu deixei de falar, não há multa que devolva essa minha ligação. Se eu deixei de falar com minha mãe no Dia das Mães, acabou. Não há multa alguma que me recomponha isso. Não há multa alguma que, se eu fiquei no escuro durante um momento decisivo em que eu precisava fazer algo, que vai repor aquilo que eu perdi. E eu estou falando isso do ponto de vista pessoal; imagine isso do ponto de vista da produção. Não há multa alguma que resolva depois de um desastre ambiental já consolidado.

Então, nós precisamos de agência reguladora que interfira no mercado, que ajuste as condições para a competitividade, mas o fundamental papel dela é este: garantir o serviço para o cidadão; portanto, que ela regule e cumpra o seu papel. Então, se é estrutura para as agências, então vamos discutir estrutura para as agências, mas nós precisamos ter agências que efetivamente funcionem. Agência não tem que se meter na elaboração de políticas; agência tem que se meter é na regulação.

Assim, eu acho importante que retomemos esse tema. Fico feliz. Eu li hoje que o Governo vai voltar a debater o velho projeto de 2004 que foi mandado para o Congresso Nacional e que não andou aqui dentro. Espero que aproveemos a nossa PEC para chamarmos aqui os sabatinados de volta, para fazermos uma cobrança, meu caro Senador Ferraço, porque nós sabatinamos os caras aqui, nós sabatinamos o sujeito aqui, e, no dia aqui, ele fica até na saia justa, escorrega, promete o mundo, mas depois o cara vai embora e diz: “Até logo, os Senadores me deram quatro anos de mandato, um abraço.” E nós não temos poder sequer de convocar. Eu convoco um Ministro e não convoco um dirigente de agência. Convoco o Presidente do Banco Central e não convoco um dirigente de agência.

Então a ideia nossa é exatamente essa com a PEC: é você ganhar aqui as condições para fazer a discussão e, de certa maneira, criar já todo um ambiente para que a cada ano os dirigentes de agências possam voltar à comissão, voltar à comissão da sabatina, para apresentar um balanço, para apresentar uma prestação de contas, para se submeter aqui, para nos dizer o que efetivamente está sendo feito, o que não foi feito e o porquê de não ter sido feito para permitir inclusive que possamos contribuir. E não aparecer aqui só no dia do Orçamento, Senador Collor, para dizer: “Olha, bota umas emendinhas aí para as agências; desloca um dinheiro daqui para ali e para acolá e tal.”

Se fizer esse debate, facilita até a vida da gente para discutir uma melhor estruturação e até mais orçamento para essas agências. Então, a ideia nossa no projeto é nesse sentido: é de contribuir para que verdadeiramente as agências regulem e funcionem.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Senador Walter Pinheiro, permita-me um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Espere aí, com licença, Senador Edison Lobão Filho. Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar o Senador Walter Pinheiro pela sua colocação. Seja bem-vindo à Comissão nesta nova fase de trabalhos.

Eu julgo que essa sua proposta de emenda à Constituição seja extremamente importante porque valoriza o trabalho do legislador a partir das comis-

sões temáticas do Senado da República. E isso fará também com que as agências reguladoras cumpram com as suas atividades fins. Eu acho que todos nós concordamos aqui com o que falou o Senador Walter Pinheiro no sentido de que a função precípua da agência reguladora não é multar, mas, sim, precaver para que não haja multa; orientar melhor e fazer com que haja um diálogo mais fluido com base na boa prestação de serviços entre aqueles que estão recebendo os serviços e aqueles que estão fornecendo os serviços.

Muito obrigado a V. Ex^a. Mas antes, Senador Edison Lobão Filho, havia pedido a palavra S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço e, em seguida, V. Ex^a.

Por favor, V. Ex^a tem a palavra, Senador Ferraço
O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)
– Sr. Presidente, as palavras do Senador Walter Pinheiro, sempre muito adequadas, apropriadas, tempestivas, me fazem reforçar, Senador Walter Pinheiro, uma manifestação que fiz aqui relacionada a um requerimento que estarei formalizando para que esta Comissão possa rediscutir o sistema regulatório brasileiro.

E aí nós precisamos fazer uma autocrítica. O sistema regulatório brasileiro, a meu juízo, está falido, colapsado. E nós temos responsabilidade com isso porque nós não temos exercido o papel que nos cabe. As nossas sabatinas precisam ser feitas com o enfrentamento das questões reais; as nossas sabatinas precisam ser relevantes; as nossas sabatinas não podem e não devem continuar sendo um movimento de homologação.

Portanto, Sr. Presidente, eu reforço aqui a tese de que estarei formalizando requerimento nessa direção, mas julgo que esta seja uma tarefa fundamental, porque o programa de expansão aeroportuário brasileiro, como bem disse aqui o Senador Walter Pinheiro, dá a possibilidade à família brasileira, que nunca viajou de ônibus, de, hoje, viajar de avião.

E nós precisamos homenagear o ex-presidente Lula, que ampliou o acesso ao crédito, que melhorou as condições e os meios de vida da população brasileira, sobretudo a de mais baixa renda.

Mas, escuta: como fazer isso com Infraero? Não há compatibilidade, não há dimensão entre as duas coisas; é completamente adverso esse padrão. Como fazer isso com essas agências reguladoras que são ridículas no Brasil?

Há uma legislação, não aqui no Senado, mas na Câmara Federal, desde 2004, repensando o funcionamento de agências reguladoras, que precisam ser agências de Estado, e não de governos; elas precisam representar o usuário, o cidadão brasileiro que paga impostos – aliás, no Brasil, paga-se imposto demais da conta, são quase 37% do Produto Interno Bruto.

Então, os usuários brasileiros que usam as rodovias, as ferrovias, os aeroportos necessitam de agências reguladoras, Senador Walter, para dar conta desta que é uma demanda irreversível. Porque, Sr. Presidente, permita-me, Senador Walter Pinheiro, isto é uma ofensa; chamar o aeroporto de Vitória de rodoviária é uma ofensa à maioria das nossas rodoviárias.

Senador Walter Pinheiro, o aeroporto de Vitória foi prometido ser inaugurado em 2008. Nós estamos em 2013, e a obra está há cinco anos paralisada por incompetência da Infraero! Um aeroporto que recebe quase 7 milhões de usuários por ano, com capacidade para 1,5 milhão, Sr. Presidente, não tem como ser chamado de rodoviária, porque isso ofende a maioria das nossas rodoviárias.

Por isso, Sr. Presidente, urge que nós possamos discutir aqui um sistema regulatório nacional, brasileiro, e em muito bom tempo o Senador Walter Pinheiro tomou a iniciativa de fazer sentar aqui nesta sala os senhores diretores das agências para que eles possam ser enfrentados francamente com relação às questões das suas agências reguladoras que, se não têm estrutura, nós precisamos ser aliados para que a tenham para funcionar com autonomia e com soberania.

Ouçõ com prazer o Senador Wilder.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – V. Ex^a concedeu um aparte ao Senador? (Risos.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Se for possível, Presidente, por delicadeza e alegria. Mas se não for regimental, eu vou devolver a palavra a V. Ex^a, agradecendo muito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Eu gostaria apenas que S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço dissesse se concluiu a sua fala.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sim, Presidente, eu concluí a fala.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Eu queria só um adendo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Só um minutinho, Senador Wilder, por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu concluí a minha fala na linha de que, mais uma vez, estou em linha com o Senador Walter Pinheiro, e a sua presença nesta Comissão seguramente vai trazer luz e vai trazer qualidade aos debates que vamos fazer aqui sob a coordenação de V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço.

A palavra agora será dada a S. Ex^a o Senador Edison Lobão Filho, mas vamos conceder a palavra,

com a aquiescência de S. Ex^a o Senador Edison Lobão Filho, para complementar o que falou o Senador Ricardo Ferraço, ao Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Obrigado, Presidente.

Ricardo Ferraço, é um aparte comum a este assunto. O seu aeroporto só perde para o de Goiânia, que também está parado desde 2007. E para V. Ex^a não ficar triste, a rodoviária de Goiânia é uma das referências de rodoviária do Brasil, que é muitas vezes melhor que o nosso aeroporto. E V. Ex^a sabe por qual motivo, Senador? É porque lá é a iniciativa privada; era uma rodoviária jogada e entrou um grupo de empresários que fez da rodoviária de Goiânia, com certeza, um dos melhores aeroportos do Brasil porque a iniciativa privada estava presente. Isso foi questionado muito tempo atrás pelos empresários, e hoje eu acho que deveria haver uma estátua deles de cada 30 em 30 cm até chegar à rodoviária que é hoje referência, para quem conhece: a rodoviária de Goiânia.

Você pode chegar à rodoviária de Goiânia, despachar a bagagem, ainda comer um McDonald's e fazer compras, porque é um dos maiores *shoppings* de Goiás.

O que está faltando, Presidente, na verdade – conforme o que disse aqui Walter Pinheiro –, é que haja regras claras. O aeroporto de Goiânia, como o de Vitória, não precisa do Governo. Se o Governo for regulador, o que não falta é empresário para entrar no negócio. Por quê? Está no centro da cidade, pode ser o maior centro de compras do País e até de Goiás. Se deixar a iniciativa privada e houver regras claras, não vai faltar ninguém. Hoje há, com certeza, empresas querendo fazer uma PMI em todos os aeroportos.

Por que o Governo fica com isso na mão? Se ele tem dificuldade, o processo é burocrático, tem dificuldade para licitação, tem dificuldade para compra... Na iniciativa privada não há nada disso: só coloca regras que vai ter certeza. Em relação a isso, eu vou dizer aqui com o meu Flexa, eu, na época em que V. Ex^a foi presidente, eu tive a honra de acompanhar quando V. Ex^a chamou os carros de carroça, e hoje temos uma oportunidade de ter os veículos que temos no Brasil, fábricas em Goiás, e nunca imaginávamos isso. Precisa hoje o Governo fazer e ser regulador, passar as dificuldades que ele tem pelo processo de competitividade, deixar a iniciativa privada avançar e criar regras, criar agências reguladoras que acompanhem verdadeiramente os projetos desde o início, e não no meio do caminho, ou até chegar depois com uma multa depois que tudo aconteceu.

Eu acho que esta oportunidade aqui na Infraestrutura é trazer para a discussão para tirar as coisas

que o Governo tem dificuldade e chamar os parceiros público-privados para entrar nisso.

Então, essa é a minha colocação, colocando, na oportunidade, a rodoviária de Goiás, que é uma referência para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S.Ex^a, o Senador Wilder Moraes, pelas suas explicações a respeito do processo de parceria público-privada em relação à rodoviária do seu querido Estado de Goiás.

Tem a palavra S. Ex^a o Senador Edison Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu, antes de mais nada, queria parabenizar pela brilhante colocação o Senador Walter Pinheiro, que, sempre muito atento, fez colocações importantes.

Mas eu queria registrar que o que angustia a mim, que tenho a mesma alma de empresário e empreendedor que o Senador Wilder, o que me angustia tremendamente neste Congresso é que, em primeiro lugar, nós somos corresponsáveis por todas estas mazelas. Aqui se discute muito e se faz pouco. É preciso que essa coisa do debate excessivo dê consequência a atitudes.

Uma das coisas que mais me angustia nesta Casa é esta questão homologatória das sabatinas. Vimos aqui com uma indicação de Governo, fazemos meia dúzia de perguntas ridículas e depois disso damos ao indivíduo, seja o caminho da justiça, o cargo de Ministro do Supremo, do Superior Tribunal de Justiça, seja o cargo de agências.

Eu acho, Senador Walter Pinheiro, que na sua PEC deveria haver, além do poder de convocar a agência, o poder de demitirmos também. Ou seja, pedirmos a substituição daquele membro da agência reguladora que, conforme disse o Senador Ricardo Ferraço, não é de Governo, e, sim, de Estado. Deveríamos ter o poder também de pedir a substituição imediata; de pedir, não, de comandar a substituição imediata,...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – De destituição!

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – ... de destituição daquele membro, seja da diretoria, seja do diretor-geral da agência que estivesse sob avaliação.

Então, eu concordo plenamente.

Sr. Presidente – e aí remeto à memória de sua participação no Executivo –, as coisas precisam ser feitas com autoridade, com firmeza, e eu acho que chegou a hora de o Congresso ser uma Casa de discussões para participar ativamente do processo de governança do nosso País.

Eu vejo todos os Poderes da República se imiscuindo dos nossos assuntos. O Judiciário se intromete fundamentalmente aqui no Legislativo; o Executivo não preciso nem dizer, somos apenas servos, às vezes, do Executivo. Chegou a hora de o Legislativo ter a sua altivez e participar de forma ativa.

Eu tenho procurado, nessa reforma do Regimento que estou fazendo, diminuir o processo legislativo, que é muito moroso, muito lento e muito ineficiente. Acho que vou conseguir reduzir o processo de tramitação das ideias das proposições que aqui ingressam, mas é preciso que o Congresso levante a cabeça, que comece a participar, comece a fazer, comece a ditar regras novas e comece realmente a legislar e a participar do processo de governo do nosso País.

Então, é uma sugestão que faço a V. Ex^a porque está em uma comissão extremamente importante. Eu acho que o grande problema nacional hoje é de infraestrutura e nós temos uma oportunidade aqui de mudarmos inclusive alguns paradigmas de exercício nosso de Parlamentar, de Congresso, no ato de participar do Governo, no ato de, já que nós somos a grande Casa de debates, que esses debates tenham consequência.

Se nós debatemos tanto, perdemos tanto tempo fazendo audiências públicas, perdemos tanto tempo ouvindo cabeças primorosas aqui nesta Casa, inclusive de membros desta Casa, acho que isso tudo tem que redundar em uma atitude executável, participativa.

Então, confio em V. Ex^a para que possa dar, com a sua energia, consequência a todas as palavras e ideias que forem aqui levantadas e debatidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S.Ex^a, o Senador Edison Lobão Filho, pelas suas palavras. Gostaria de dizer que comungo integralmente das suas preocupações em relação ao papel que desempenha no regime democrático o Poder Legislativo.

E acredito também que V. Ex^a, como Presidente da Comissão que trata da mudança do nosso Regimento, irá também dar uma grande contribuição para que os nossos trabalhos possam ser mais bem organizados e possam também... Com essa questão das agências, V. Ex^a colocou um ponto que julgo importante ser discutido, aquele que faz a admissão, no caso de agências reguladoras, especificamente tratando de agências reguladoras, que seja também a Comissão que sugira a substituição de determinado integrante de alguma comissão que eventualmente não esteja atendendo aos requisitos para os quais ele foi indicado ou nomeado. É um ponto, acredito, a ser discutido, que, seguramente, merecerá a atenção de S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro, que é o autor dessa Propos-

ta de Emenda à Constituição, que exige que aquele que esteja na direção, não sei se somente o diretor da agência ou qualquer um de seus integrantes, Senador Pinheiro,... São Todos? Que todos os que tenham sido sabatinados por esta Comissão possam vir, por solicitação e deliberação do Plenário, aliás, por obrigação da Proposta de Emenda à Constituição, venham aqui pelo menos uma vez por ano para prestar esclarecimentos sobre suas atividades na agência considerada.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, eu preciso sair para uma questão de caráter pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Eu passaria a palavra ao Senador Jorge Viana, mas, como o Senador Walter Pinheiro precisa falar antes, com a aquiescência de S. Ex^a, o Senador Jorge Viana, eu passo a palavra, para um rápido comentário, a S. Ex^a, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – A Anvisa proíbe a comercialização do medicamento no Brasil, medicamento que todos os hospitais que têm UTI neonatal usam.

Estou vivendo isso na pele, estou com o meu netinho na UTI e desde ontem estou no sufoco atrás desse medicamento. Consegui localizar fora do país, mas aqui é proibido. Eu não entendo por quê, se ele é utilizado nas principais UTIs neonatais no Brasil. Por que a proibição? Graças a Deus eu consegui! O meu netinho precisava desse medicamento ontem. Sou avô de trigêmeos, que nasceram no sábado, prematuros. Um de meus netinhos está precisando desse medicamento. Recebi agora a informação de que o pessoal localizou o medicamento e estou saindo exatamente para ver isso. E isso tem a ver exatamente com a Anvisa. Ontem, para mim, foi um sufoco. Para ser sincero, foi um dia – o Jorge Viana até foi testemunha – muito tenso. Deu para ver como está frágil esse negócio. E olhe que, de certa forma, é um sujeito até que tem acesso às coisas, imagine a maioria da população... Então, estou agoniado para ver chegar à UTI onde está o meu netinho, na cidade de Salvador, o medicamento. Então, espero que consigamos fazer isso. E espero que consigamos dar uma contribuição para que os netos e os filhos de todos os cidadãos brasileiros possam ter acesso a serviços e principalmente a um bom atendimento e a medicamento quando precisarem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – A Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senador Walter Pinheiro, deseja a V. Ex^a uma pronta re-

cuperação para o seu neto e que esses medicamentos não falem mais, como disse o próprio Senador Walter Pinheiro, a quem deles precisa.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, desde que cheguei a esta Casa, e mesmo antes de chegar aqui, vinha com um propósito, o de colaborar com o meu Estado, com a Amazônia e com o Brasil, trazendo nenhuma experiência do Legislativo, a não ser a relação política com Parlamentares, que tive, com muito prazer e gosto, quando Prefeito e Governador. E eu mirei esta Comissão de Serviços de Infraestrutura porque percebi que aqui teria algum senso de praticidade no Parlamento, já imaginando, Senador Ferraço, que eu teria uma dificuldade de adaptação, porque venho do Executivo, como alguns colegas também vêm. Mas confesso que sinto a mesma angústia. Incorporo plenamente o que foi dito pelos que me antecederam porque é inacreditável como tudo está passando por mudanças e transformações para melhor no nosso País, essa é a minha visão geral, não sou pessimista, e, mesmo somando a minha observação de antes de estar aqui com a de hoje, se há um importante espaço de poder no Brasil que está perdendo prestígio, importância, tempo e respeito é o Parlamento. Não consigo pensar de outro jeito desde que aqui cheguei.

Os colegas já colocaram que essa PEC é fundamental! Assim que assumimos a Mesa Diretora, e está aqui o 1º Secretário, o Presidente Renan trouxe esse assunto, que foi endossado por todos nós, de imediato. Logo em seguida, descobrimos que havia uma PEC tramitando, do Senador Walter, que já tinha recebido um parecer, inclusive do meu colega o Senador Aníbal, que trata do mesmo objeto, do mesmo propósito. Eu, na Mesa, pedi à Dr^a Claudia que encontrasse a PEC e a coloquei na Ordem do Dia. Está lá, correndo prazo para ser deliberada pelo Plenário – já é a quarta ou quinta leitura, ontem foi a quarta leitura, eu acho –, porque entendo que são deliberações como essas que podem resgatar pelo menos o espaço, senão do Parlamento como um todo, mas desta Comissão.

Esses senhores e senhoras das agências vão vir a esta Comissão. A proposta é de que venham às comissões onde tramitam as indicações deles numa reunião conjunta, pelo menos três comissões. No caso de quem é vinculado à Comissão de Serviços de Infraestrutura, que é a Comissão-mãe, uma vez por ano, deve dar contas daquilo que aconteceu.

Não quero falar mal, porque temos grandes profissionais nas agências, é fato. Também acho que da maneira como vamos parece que vamos satanizando o Brasil, já que essa palavra está em voga no discurso

político. Eu não concordo muito com isso. Aliás, sou daqueles que acham que só temos de fazer um encontro do papel que temos de desempenhar neste Brasil de hoje, porque o Brasil hoje é outro. Nós temos 40 milhões de cidadãos que agora ascenderam à classe social mais acima, o que trouxe desafios novos, mas temos instituições velhas. Não tenho nenhuma dúvida de que a criação das agências foi fundamental para o País, mas elas estão com a validade vencida, Sr. Presidente, elas já não respondem ao Brasil de hoje. E, se não respondem ao Brasil de hoje, quem paga é o consumidor, é o próprio País. Elas não dão conta dos leilões, elas não dão conta da regulação que tem de fazer, elas não dão conta de destravar para que o setor privado possa avançar, para que o serviço melhore em qualidade.

Acho que a Comissão de Infraestrutura do Senado, que faz as sabatinas, que indica os seus membros, tem um papel extraordinário a cumprir hoje em defesa do cidadão, em defesa do País. Acho que esse assunto, vindo para cá, sabendo da determinação de V. Ex^a e da decisão de começar a colocar a Comissão para trabalhar bem cedo, para ter um quórum pleno... Acho que V. Ex^a tem um papel importante a cumprir pela autoridade que carrega, pelo respeito que tem de todos nós desta Casa.

Então eu posso dar um exemplo, como o meu Colega Ferraço fez muito bem, e também não aceito comparação de aeroporto com a rodoviária de Rio Branco. A rodoviária de Rio Branco, internacional, foi feita pelo Prefeito Raimundo Angelim, que recém entregou o mandato, e ela não pode ser comparada com o aeroporto de Rio Branco e com outros do País; ela é muitas vezes melhor. Agora, não faz sentido, neste Brasil que incluiu, neste Brasil que multiplicou os seus bilionários, os seus milionários, os seus consumidores, o Brasil, hoje, é outro.

Por isso que acho que até o debate político, sexta-feira eu vou estar no *Valor Econômico*, vou dar uns pitacos, mas acho que o debate político está meio desencontrado. Até vi o meu querido colega Senador Aécio – o colega Aécio não pode citar o art. 14 aqui, mas, certamente, fará algum comentário – discutindo reestatizar a Petrobras. Meu Deus, estão sempre com o sinal contrário. Quando queriam privatizar estava errado, porque o Brasil não estava pronto, e nem está ainda para trabalhar a privatização da Petrobras, mas para a concessão de muitos serviços o Brasil está pronto hoje.

Trinta milhões de brasileiros andavam de avião há dez anos, era um serviço mais do que precário. Hoje, são 100 milhões. Não cabe mais à Infraero ficar administrando aeroporto neste País. Não faz nenhum

sentido, não dá conta. Deixou de ser algo que dava prejuízo, que tinha de ser bancado. V. Ex^a foi Presidente e sabe que em muitas situações o Estado tem de bancar. O Brasil é outro hoje. O Estado tem de se retirar de alguns serviços em que ele é incompetente, e onde há pessoas competentes, *expertises*, para conduzir, no nosso País. Agora, se isso fosse feito no tempo errado, o que teríamos hoje? Nós seríamos uma republiqueta com grandes corporações internacionais conduzindo as coisas. Óbvio que eu era contra! Hoje, a *expertise* do setor produtivo, empresarial, empreendedor brasileiro, disputa o mundo. Não tenho nenhuma dúvida de que hoje temos *expertises* de grupos brasileiros para administrar e tocar serviços de aeroportos, portos, estradas, ferrovias, rodovias e muitos serviços sem os quais o custo Brasil não vai diminuir. Muitos serviços, se não ganharem eficiência...

A Presidenta Dilma criou uma empresa de logística. A criação dessa empresa de logística, para mim, é importante hoje, mas ela é um atestado de que as agências não estão funcionando da maneira que deveriam. E aí não culpo a criação das agências, eu acho que elas são fundamentais, foram criadas ainda no Governo do PSDB e vieram em boa hora, mas acho que temos de ter uma atualização do papel delas. Elas estão com a validade vencida, foram criadas para um país diferente, não o que temos hoje.

Então, sinceramente, concluo dizendo que acho que, quem sabe, nessa vinda aqui, a partir agora de uma PEC, de uma decisão da Mesa Diretora do Senado, são as duas coisas juntas, o Presidente Renan, assim como a Mesa Diretora toda – é bom que constatem isso –, somando-se ao esforço do Senador Walter, quem sabe não tenhamos um início da repaginação do papel das agências reguladoras do nosso País, começando cumprindo essa PEC, que será aprovada aqui na Comissão de Infraestrutura do Senado. Eu ficaria muito feliz se isso começasse a acontecer. V. Ex^a tem a autoridade, tem a visão, tem a compreensão de, quem sabe, liderar esse processo a partir dessa PEC aprovada.

Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Jorge Viana.

Darei a palavra, pela ordem, em seguida ao Senador Flexa Ribeiro.

Gostaria de lembrar também que, na primeira reunião desta Comissão, um dos atos aprovados foi o de dar maior rigor à análise da documentação dos senhores que estejam indicados para as agências reguladoras. Isso poderá, inclusive, fazer com que, even-

tualmente, um nome ou outro não seja preliminarmente aceito pela Comissão, mais ou menos nos moldes que estão sendo adotados quando as medidas provisórias chegam aqui, que têm de passar por um crivo do próprio Parlamento. Essa medida vem se somar à PEC de S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro, com o apoio, como bem lembrou S. Ex^a o Senador Jorge Viana, que faz parte da Mesa presidida por S. Ex^a, o Senador Renan Calheiros, da exigência de que integrantes das diversas agências possam aqui comparecer para prestar os esclarecimentos necessários ao alvitre desta Comissão. Parabéns a V. Ex^a, Senador Jorge Viana.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro. Em seguida, com a aquiescência de V. Ex^a, passaremos a abordar a nossa pauta. Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente Fernando Collor, quero mais uma vez parabenizá-lo. V. Ex^a, ao trazer as comunicações, abre um debate da maior importância na Comissão de Infraestrutura, até porque os brasileiros que nos assistem pela *TV Senado* e que nos ouvem pela *Rádio Senado* precisam das informações para fazer valor de juízo. Quem tem de fazer são os brasileiros, nós apenas mostramos aqui a realidade do nosso País para que todos os brasileiros possam avaliar o caminho que o nosso País deve trilhar. Quero parabenizá-lo por isso. Isso faz com que todos nós possamos e devamos participar desse debate.

Eu quero aqui me associar ao Senador Jorge Viana e até agradecer, porque as palavras iniciais dele foram concordando com tudo aquilo que os Senadores que o antecederam disseram. Quero agradecer pela parte que me cabe, por V. Ex^a concordar com os comentários que fiz. Com relação às agências reguladoras, é perfeito o que foi dito pelo Senador Ferraço, pelo Senador Walter Pinheiro. Quero aqui também aproveitar para desejar saúde aos netos do Senador e a todos os brasileiros, porque isso realmente é importante para todos nós.

As agências reguladoras foram criadas exatamente para regular um sistema em que a iniciativa privada era chamada a ajudar o Brasil nos investimentos.

Lamentavelmente, Senador Jorge, no primeiro Governo do Presidente Collor, até a metade do seu segundo Governo, houve um esvaziamento das agências reguladoras. Até um patrulhamento político, ideológico, que entendia, naquela altura, Presidente, que as agências reguladoras competiam com os Ministérios, o que não tem nada a ver. Um faz políticas de Estado, e o outro regula e fiscaliza aquilo que o Estado decidiu fazer. Então, havia um entendimento errado, naquela altura, e houve um esvaziamento na qualidade dos in-

dicados e esvaziamento na condição de as agências cumprirem seus papéis.

Acho que essa discussão que estamos fazendo é perfeita. Acho que os indicados têm que prestar contas para o Congresso e, se não atenderem às necessidades do País, e não do Congresso, eles devem ser realmente substituídos.

Agora, isso é importante. Como disse, a PEC do Senador Walter Pinheiro é perfeita. Vamos ver, a decisão da Mesa Diretora, em atendimento à PEC do Senador Walter Pinheiro, vai nessa direção. Talvez, Senador Jorge, o Governo possa acelerar um pouco isso, liberando os recursos das agências reguladoras. Esses recursos são colocados pela sociedade. Repito, novamente, dinheiro não brota de árvore, são os brasileiros que contribuem com os seus impostos, com as suas taxas para esses recursos. Então, a Anatel, a Antaq, a Aneel, todas elas têm recursos definidos nas tarifas, para que sejam colocados à disposição para as agências cumprirem suas obrigações.

O que se vê é que o Governo se apropria, indevidamente, de 80% desses recursos para pagar os juros da dívida. Então, o Governo poderia dar o primeiro passo fazendo com que esses recursos não sejam utilizados como recursos do Tesouro, e, sim, para que as agências possam cumprir. Aí vamos ter, Senador Edison Lobão Filho, condições de cobrar, porque, todas as vezes que se cobra uma ação da agência, a resposta que vem de lá é que não tem pessoal, não tem recursos, não tem isso, porque o Governo se apropria desses recursos.

Quanto à EPL, Senador Jorge Viana, também não vem colocar conflito com as agências reguladoras. A EPL vem, sim, para atrair os investidores privados para resolver problema de infraestrutura do nosso País.

Agência reguladora tem outro papel, diferente da EPL.

Então, mais uma vez, que possamos manter esse debate, aqui na Comissão, que antecede a pauta.

Como V. Ex^a bem disse, vamos à pauta, porque daqui a pouco temos a reunião dos governadores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro. Dando início agora à nossa pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 68, DE 2011

– Terminativo –

Altera disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para incluir os Estados que integram a SUDENE e o prazo de vigência do Regime Especial de Incentivos para o De-

envolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera-REPENEC.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Armando Monteiro (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Inácio Arruda

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1) Em 31/05/2011 a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ofereceu parecer favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 01-CDR (Substitutivo);

2) Em 05/07/2012 o relator apresentou nova minuta de parecer;

3) Em 31/10/2012, sendo designado relator *ad hoc* o Senador João Capiberibe, foi lido o relatório e adiadas a discussão e votação da matéria;

4) Em 14/11/2012, a discussão foi encerrada e a votação da matéria adiada;

5) A matéria constou da pauta da reunião de 29/08, 12/09, 17/10, 22/11, 28/11 e 06/12 de 2012;

6) Em 06/03/2013, sendo designado relator *ad hoc* o Senador Inácio Arruda, a Comissão aprovou o Substitutivo, ficando prejudicado o projeto;

7) A matéria poderá receber emendas até o término da discussão em turno suplementar (Art. 282, §2º do RISF)

A matéria continua em discussão, em turno suplementar.

Está em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido apresentadas emendas na discussão suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado.

Nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal, será feita a devida comunicação ao Presidente do Senado Federal, nos termos do §2º, do art. 91, do Regimento Interno.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 407, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de

julho de 1980, para tornar obrigatória a avaliação anual de saúde para os transportadores autônomos de cargas.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Gim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) Na reunião de 06/03/2013 foi concedida vista coletiva da matéria;

2) A matéria vai ainda à Comissão de Assuntos Sociais para prosseguimento de sua tramitação

Consulto se o Relator da matéria – e designo S. Exª o Senador Edison Lobão Filho como Relator *ad hoc* – gostaria de fazer algum comentário ou modificação ao seu relatório.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Excelência, nenhuma modificação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Em discussão, o relatório.

Para discutir, S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O Senador Eduardo Amorim, Presidente, por meio do seu Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2012, propõe que se torne obrigatória a avaliação anual de saúde para os transportadores autônomos de carga.

Eu acho que a proposta é meritória. Teve parecer favorável do Senador Relator Gim Argello. Parece que houve uma discussão sobre a capacidade de atender a essa demanda que seria criada, mas acho que isso tem que ser resolvido lá na frente. Porque o transportador de carga... Eu queria aqui fazer, não sei se cabe ainda uma emenda, mas que isso seja também estendido aos motoristas de transporte coletivo, porque eles têm a mesma responsabilidade que tem um piloto de avião. O piloto de avião passa por uma avaliação da sua saúde a cada seis meses, para que ele, Senador Edison Lobão Filho, não apresente problema de saúde quando da sua ação profissional. Então, eu acho que o transportador de carga também, em função da sua responsabilidade ao volante. Ele pode colocar em risco a vida de outros motoristas, de pessoas. E, com muito mais razão, os motoristas de transporte interurbano ou mesmo interestadual ou mesmo urbano.

Então, eu farei aqui uma emenda, ele não é terminativo, vai a outra comissão, para que possamos acrescentar também os motoristas de transporte coletivo.

Quero parabenizar aqui o Senador Eduardo Amorim e o Senador Gim, como Relator, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado a S. Exª Senador Flexa Ribeiro.

Passo a palavra a S. Exª Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Na reunião passada... Fui até alertado aqui pelo Senador

Blairo Maggi que hoje temos uma frota de um milhão e meio de caminhões no Brasil. Tendo a ideia de que um caminhão pode ser conduzido por vários motoristas, a minha preocupação – e é uma lei importante – é que isso pode ocasionar um prejuízo ainda maior no processo logístico.

Para se ter uma ideia do que se diz sobre a aviação, nem sempre isso acontece. Hoje há dificuldade para fazer renovação, checagem, isso demora. Às vezes, muitos aviões ficam em solo por conta da burocracia e da falta de atendimento.

Então, fica o alerta. É uma lei importante, mas tem que dar condições para que isso aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Wilder Moraes.

Continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais para seguimento da sua tramitação.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 255, DE 2012

– Não Terminativo -

Dispõe sobre vigência e forma de financiamento de subsídios, descontos, isenções e encargos setoriais incidentes sobre o preço da energia elétrica, objetivando reduzir o custo da energia elétrica e ampliar a competitividade do produto nacional.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1) A matéria constou das pautas das reuniões de 19/12/2012 e 06/03/2013;

2) A matéria vai ainda à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento de sua tramitação

Informo a S. Ex^{as} Senadoras e Senadores que o Relator da matéria, Senador Eduardo Lopes, encaminhou a esta Presidência pedido de retirada de pauta da matéria, para reexame.

Atendendo à solicitação do Relator, a matéria é retirada de pauta da presente reunião e será encaminhada ao seu gabinete, ao gabinete de S. Ex^a o Senador Eduardo Lopes, Relator da mesma, para reexame.

ITEM 4

REQUERIMENTO

Nº 2, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, para discutir sobre as Parcerias Público-Privadas e as perspectivas de oportunidades de parceria com o setor privado com relação aos projetos de infraestrutura, convidando o Excelentíssimo Senhor Guido Mantega, Ministro da Fazenda, para exposição sobre o assunto.

Autoria: Senador Clésio Andrade

Observação:

O requerimento foi lido na reunião do dia 6 de março de 2013.

Em discussão o requerimento.

Para discutir o requerimento, S. Ex^a o Senador Edison Lobão Filho.

O SR. EDISON LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, a CAE – Comissão de Assuntos Econômicos convocou, convidou o Ex^{mo} Ministro Guido Mantega para o dia 21 de março. Poderíamos fazer uma reunião conjunta. Acho que seria mais eficiente. Fica posta a ideia da junção das duas Comissões, no sentido de ouvirmos o Ministro Guido Mantega no dia 21 de março.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Bom, acho a sugestão de S. Ex^a o Senador Edison Lobão Filho perfeita e correta. Esta Presidência não tem nada a opor. Mas acho que teríamos que pelo menos ouvir e ter a aquiescência de S. Ex^a o Senador Clésio Andrade. Talvez se alguém pudesse fazer um telefonema, nós passaríamos para o item seguinte, enquanto, por favor, alguém liga para o gabinete do Senador Clésio e verifica se ele aceita que o requerimento dele seja votado em conjunto com o requerimento do Senador Jorge Viana, que tem como Relator *ad hoc* S. Ex^a o Senador Edison Lobão Filho.

O SR. EDISON LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, só ajudando a esclarecer uma preocupação do Senador Wilder, que é importante.

Os assuntos abordados na CAE diferem dos assuntos abordados na Comissão de Infraestrutura. Lá vai-se falar dos aspectos econômicos do Governo; aqui desejamos falar sobre participação público-privada, entre outros aspectos de infraestrutura. Eu acho que deveríamos estabelecer uma regra de convivência nas duas comissões. Deveria ser, sim, juntamente, porque senão o Ministro não vai vir a nenhuma das duas, porque tenho certeza, eu o conheço. Ele vai vir em uma e não vai vir na outra. Mas é importante ocuparmos o

nosso espaço nessa junção das duas Comissões, tendo o nosso passo bem determinado, para que possamos ter a oportunidade, do ponto de vista de infraestrutura, de interpelarmos o Ministro.

É apenas uma sugestão. Não sei como fazer regimentalmente, mas seria interessante se pudéssemos determinar, de forma mais clara, a participação da Comissão de Infraestrutura, porque os assuntos não são correlatos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeito, eu acredito que isso dependeria apenas de um entendimento entre os Presidentes das duas Comissões. Acredito que não haverá nenhuma dificuldade nós estabelecermos uma divisão de tempo, uma divisão de temas, para que S. Ex^a o Ministro possa atender ao convite das duas Comissões, caso S. Ex^a o Senador Clésio Andrade, que já deve ter sido contatado, aceite a ponderação de fazer com que o seu requerimento seja votado em conjunto ou conjuntamente com o requerimento de S. Ex^a o Senador Jorge Viana, que tem como Relator S. Ex^a o Senador Edison Lobão Filho.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Para discutir...

Apenas uma questão, Senador Edison Lobão Filho, que também me preocupa algumas vezes, dentro desse processo em que nós estamos trabalhando, de valorização dos trabalhos das comissões temáticas e do próprio plenário e do Congresso Nacional, do Poder Legislativo em última instância, que essa questão do Ministro comparecer a uma e não comparecer a outra, que não seja, dentro até dessa questão do Regimento também, que não seja uma coisa que nós possamos aceitar.

Talvez, se não houvesse, eu não diria o bom senso, mas uma boa vontade de nós fazermos a junção dessa oitiva em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, pelos motivos que V. Ex^a e o Senador Wilder Moraes nos trouxeram, o Ministro teria, sim, que comparecer lá e comparecer aqui.

A ele não é dado o direito de fugir a uma convocação. Mas não é esse o nosso interesse. Nós todos sabemos que o Ministro tem as suas tarefas, tem os seus afazeres, como nós também temos, mas é preciso que fique claro. Como também, aqui já ficou votado, que nós não iremos aceitar que, quando votada a convocação de uma autoridade, que essa autoridade mande um representante ou mande A, B ou C. Tem que ser ele próprio que compareça aqui à Comissão. Não aceitaremos mais isso.

Enfim, continuando a discussão, S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, o Senador Edison Lobão Filho, por conhecer o Ministro Guido Mantega, eu disse aqui, por conhecê-lo...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Olha a maldade!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, não tem maldade. Eu vou fazer só um comentário à fala de V. Ex^a. Por conhecê-lo, deveria orientar o Ministro para que ele atenda os convites, como V. Ex^a colocou, de diversas comissões do Senado Federal.

A audiência já agendada para o dia 21 na CAE é para discutir a economia de um modo geral. Quer dizer, aqui é pontual, aqui é para tratar de um aspecto da maior importância para o País, que são as PPPs, para destravar a questão da infraestrutura.

Em seguida, nós temos aqui no item 5, Presidente, um outro requerimento do Senador Clésio Andrade também convidando o Presidente da EPL, Sr. Bernardo Figueiredo, para tratar das PPPs.

Eu acho que aí, sim, poderíamos sugerir ao Senador Clésio que pudesse juntar os dois requerimentos, porque faríamos uma audiência para discutir a importância que é a viabilização das PPPs para o destravamento da infraestrutura.

Quero novamente parabenizar V. Ex^a pela determinação que adotou de que não vai aceitar que as autoridades que sejam convidadas, eu não diria nem convocadas, fossem convidadas pela Comissão de Serviço de Infraestrutura do Senado não viessem até aqui.

Quero também parabenizá-lo por isso.

V. Ex^a, no comando desta Comissão, diz que convidou, tem que vir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Eu apenas reflito, Senador Flexa Ribeiro, a vontade da maioria desta Comissão que deseja, como todos nós já percebemos, nas reuniões anteriores, a valorização dos trabalhos realizados pelas comissões no Senado Federal e consequentemente do próprio poder em que estamos investidos, que é o Poder Legislativo.

Foi feito o contato com o Senador Clésio Andrade e com sua assessoria e ele disse que não vê nenhum problema de fazer a votação em conjunto.

Agora a questão que se coloca é a seguinte: O que V. Ex^{as} desejam? Que nós votemos em conjunto e que seja feito um contato dos dois Presidentes, das duas comissões, para estabelecermos como operacionalizar a comissão, ou vamos votar o requerimento para que o Ministro compareça aqui à Comissão de Infraestrutura, independentemente do comparecimento dele à Comissão de Assuntos Econômicos?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Nós vamos delongar isso.

Estou sendo realista. Ele pode até ser compelido a vir, mas não vai vir nessa proximidade da outra.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Continua em discussão.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Senador, eu acho que nós podemos ter a flexibilidade de agenda. Então seria muito importante, como esse assunto – e o País precisa de investimento em parcerias público-privadas – é um assunto diferente, eu acharia importante e, com certeza, ganharíamos muito nessa visita.

Quanto à questão da agenda, é uma questão de flexibilizar aí as datas dele, sabemos do trabalho efetivo que tem o Ministro, mas seria importante que viesse à Comissão, porque isso, com certeza, iria ter um resultado muito positivo.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Eu tenho uma sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Senador Edison Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Poderíamos aproveitar a oportunidade de fazermos em conjunto. Caso os integrantes desta Comissão não se sintam satisfeitos com as explicações ou com o tempo dado específico a esta Comissão, nós poderíamos convocá-lo novamente, numa oportunidade adiante.

Eu acho que dessa forma agimos de forma mais inteligente, sem perder uma oportunidade que se está abrindo na CAE para que possamos fazer, de forma rápida, esse debate com ele sobre os temas desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Bom. Continua em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento, com a aquiescência do Senador Clésio Andrade, por proposição de S. Ex^a o Senador Edison Lobão Filho, juntando o do item 2 da pauta de hoje com este que seria apresentado agora pelo Senador Edison Lobão Filho, para que seja, em votação, aprovado o convite a S. Ex^a o Senador Guido Mantega, ratificando o convite já feito pela Comissão de Assuntos Econômicos, dizendo que a Comissão de Serviços de Infraestrutura fará a reunião em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos no próximo dia 21 de março.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado então o requerimento, nos termos em que foi colocado.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 3, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, para discutir sobre as Parcerias Público-Privadas e as perspectivas de oportunidades de parceria com o setor privado com relação aos projetos de infraestrutura, convidando o Senhor Bernardo Figueiredo, Presidente da Empresa Brasileira de Planejamento Logístico, para exposição sobre o assunto.

Autoria: Senador Clésio Andrade

Observação: O requerimento foi lido na reunião do dia 06 de março de 2013.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 4, DE 2013

Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, o comparecimento do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), JORGE ERNESTO PINTO FRAXE, para prestar os devidos esclarecimentos acerca dos problemas estruturais existentes em rodovias concluídas pela estatal nos últimos dois anos.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Observação: O requerimento foi lido na reunião do dia 6 de março de 2013.

Coloco em discussão o requerimento.

Para discutir o requerimento, S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Totalmente de acordo com o requerimento do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Gostaria de fazer um adendo aqui. O Senador Aloysio propõe que o Diretor-Geral do DNIT, Sr. Jorge Ernesto Fraxe, venha aqui para dar os devidos esclarecimentos acerca dos problemas estruturais existentes nas rodovias concluídas pela estatal.

Eu gostaria de acrescentar, de abrir o universo da audiência e dizer: as concluídas e as em construção.

Aí nós vamos tratar de problema em todo o País e, em especial, no meu Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Eu acho que é uma questão aí da interpretação que acredito os integrantes da comissão estarão dando a esse requerimento de que o Sr. General Jorge Pinto Fraxe, Diretor-Geral do DNIT, ele virá aqui prestar esclarecimentos sobre as rodovias federais concluídas e não concluídas, de um modo geral.

Esse é o nosso entendimento, não é isso?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Então, passa a ser esse o entendimento da Comissão, em relação ao requerimento apresentado por S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Continua a discussão.

Com a palavra, S. Ex^a o Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, o requerimento seguinte é a mesma coisa, é um Diretor do DNIT também, de autoria do Senador Blairo Maggi. Não vejo por que não poderíamos fazê-lo conjuntamente também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – É outro.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Mas é do DNIT também, ele é Diretor do DNIT.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Mas é uma questão aquaviária.

SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É da maior importância para a Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Está bem?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Continua em discussão. (Pausa.)

Encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 4, de 2013, desta Comissão de Infraestrutura.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado o Senhor Adão Magnus Marcondes Proença, Diretor de Infraestrutura Aquaviária, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT/MT para apresentação dos

investimentos previstos na área de hidrovias e portos fluviais.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Observação: o requerimento foi lido na reunião do dia 6 março de 2013.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 5, de 2013, desta Comissão.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradecendo a presença de todas as Sr^{as} e Srs. Senadores, pela ordem, com palavra S. Ex^a o Senador Edison Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, gostaria de saber se seria possível dar como lido um requerimento que vou apresentar, agora, verbalmente, no sentido também de fazermos uma audiência pública. Eu percebi, hoje, o tema concentrado na questão de aeroportos, e é importante registrar que os aeroportos estão parados, em função de ações do Tribunal de Contas da União, que paralisou as obras de todos esses aeroportos que foram aqui criticados.

Acho que seria interessante esta Comissão escutar o Presidente do Tribunal de Contas, porque, hoje, ele é o responsável pela paralisação das grandes obras do Governo, que são de grande interesse social, interesse dos Estados, interesse dos cidadãos brasileiros.

Seria uma contribuição desta Comissão se pudessemos tirar esse gargalo da gestão pública, pelo menos torná-lo mais eficiente do que simplesmente paralisar uma obra por um ano, dois anos, três anos, com aumento extraordinário do custo desta obra pela paralisação, nem sempre por conta do motivo que gerou a paralisação.

Então, apresento o requerimento para fazermos uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, S. Ex^a o Senador Edison Lobão Filho.

A Mesa receberá o requerimento de V. Ex^a, na reunião de hoje, e, de acordo com os atos todos que já votamos aqui, para não quebrar esta regra, vamos lê-lo na próxima reunião e, depois, em seguida, na outra reunião, daqui a 15 dias, faremos a votação desse requerimento que V. Ex^a, verbalmente, já nos antecipou e irá fazer por escrito.

Antes de encerrarmos, portanto, a presente reunião, agradecendo a presença de todas as Sr^{as} e Srs. Senadores, convoco a nossa próxima reunião a ser

realizada no dia 18 de março. É o início, Sr^{as} e Srs. Senadores, do ciclo das audiências públicas da Comissão de Infraestrutura, com a presença do Dr. Rogério Cerqueira Leite, que vai apresentar a sugestão da pauta que será debatida aqui com todos nós, sobre o tema Energia e Desenvolvimento do Brasil.

Então, inicialmente, seria no campo da eletricidade, energia convencional; depois, outra audiência sobre energias alternativas; depois, entraríamos na questão dos combustíveis, petróleo e gás natural; e, depois, na questão de combustíveis, biomassa. Será feita uma explanação pelo Dr. Rogério Cerqueira Leite e, então, convido a todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores, devido à importância desta primeira reunião, que irá pautar todos os nossos trabalhos de audiências públicas, daí por diante, que, por favor, colaborem com as suas presenças para que essa primeira reunião possa ser densa e possa orientar os nossos trabalhos. Ela será realizada no próximo dia 18 de março, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, quando, como já afirmei, iniciaremos o nosso ciclo de audiências públicas, discutindo o tema energia, com a presença do Sr. Professor Rogério Cerqueira Leite, Professor emérito da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Contando com a presença de V. Ex^{as}, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 7 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 38 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezoito horas do dia dezoito de março de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Valdir Raupp** e **José Pimentel**, além do Senador **Eduardo Suplicy**, não-membro da Comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e realiza a leitura de comunicados. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que, “*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de au-*

diências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país”. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Professor **Rogério César de Cerqueira Leite**, Professor Emérito da Universidade Estadual de Campinas, e o Professor **Luiz Curi**, Conselheiro do Conselho Nacional de Educação. O Senador **Eduardo Suplicy** faz uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dezenove horas e dezenove minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados.

Antes de dar início aos nossos trabalhos e como forma de introdução às atividades que hoje começamos a promover, gostaria de trazer a opinião do especialista de economia Odail Figueiredo sobre o panorama da infraestrutura no Brasil.

A análise feita é bem marcante, a começar pelo título *O nó da Infraestrutura*.

Passo a ler o texto, com atualizações por mim inseridas, em função da data em que ele divulgado.

O Governo fez mais um movimento para tentar destravar os investimentos em infraestrutura, considerados essenciais para a recuperação do crescimento econômico em 2013. Conforme o Ministério da Fazenda anunciou, a Presidenta Dilma Rousseff editou uma medida provisória para permitir que empresas interessadas em assumir concessões de ferrovias e rodovias recebam financiamentos por meio do Programa de Sustentação de Investimentos (PSI). O que está sendo oferecido aos investidores é um forte subsídio de crédito. Os juros do programa se limitam a 3% anuais, e o prazo dos empréstimos pode chegar a 20 anos.

Os recursos disponíveis para essa finalidade são do sistema bancário e podem alcançar R\$15 bilhões. Esse montante corresponde à parcela dos recolhi-

mentos compulsórios sobre depósitos à vista que as instituições já foram autorizadas a aportar ao PSI, em vez de mantê-los congelados no Banco Central. Mesmo que seja integralmente utilizado, o valor não será suficiente para cobrir todas as necessidades de investimento nas duas modalidades de transporte, mas, somado a outras linhas de financiamento disponíveis, é significativo e vai ajudar a reduzir o custo dos projetos.

Até agora, o PSI financiava somente a compra de máquinas, equipamentos e planos de modernização tecnológica e de inovação das empresas. Criado em 2009, na órbita do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o programa não vinha conseguindo, mesmo com condições extremamente favorecidas para os tomadores de crédito, sustentar a taxa de investimentos da economia, até que, em setembro do ano passado, registrava queda por cinco trimestres consecutivos.

A falta de confiança na condução da economia e o temor do excesso de intervencionismo estatal já foram apontados como causas do pouco apetite dos empresários. Será diferente com a infraestrutura?

Ao mesmo tempo em que criou uma alternativa de financiamento para projetos de logística, o Governo suspendeu o leilão de concessões de trechos das BR-040 e BR-116, que estava marcado para 30 de janeiro último. O Ministério dos Transportes explicou que o adiamento atendeu a um pedido dos investidores, que, agora, com a nova linha de crédito, poderão refazer os cálculos sobre a engenharia econômica daqueles projetos. Não foi marcada uma nova data para a licitação.

O adiamento é uma notícia ruim, pois mostra que os empresários não estavam convencidos de que tinham pela frente uma boa oportunidade de negócio. Na verdade, há tempos eles vêm se queixando, nos bastidores, das condições estabelecidas nos editais de concessão – e não apenas de rodovias e ferrovias. A principal reclamação é que as taxas de retorno, entre 6% e 7%, em média, são baixas para dar segurança em investimentos que podem se prolongar por até 30 anos.

O Governo resiste a elevar as margens. Argumenta que o retorno é compatível com o cenário desenhado no País pela queda dos juros e dos rendimentos financeiros. Quer também garantir a chamada modicidade tarifária nos contratos. No caso das rodovias, a cobrança de baixas taxas de pedágio sempre foi um dos principais argumentos usados pelas administrações do Partido dos Trabalhadores, desde a era Lula, para justificar sua conversão às privatizações na área da infraestrutura. Além disso, uma alteração nos editais de licitação teria que passar por análise do Tribunal de Contas da União, o que poderia atrasar ainda mais o programa de concessões, visto como indispensável

para o objetivo oficial de fazer a economia crescer 3,5% ao ano.

A visão dos investidores, porém, é diferente. Eles alertam que, se quer impulsionar os investimentos, o Governo deve começar por garantir bons projetos. E isso quer dizer negócios que ofereçam perspectiva de retorno financeiro maior do que a prevista nos editais já publicados. Foi o que disse o economista-chefe do Itaú Unibanco, Ilan Goldfajn, em conversa com o Sr. Deco Bancillon. O economista, que já foi diretor do Banco Central no governo Fernando Henrique Cardoso e no início também da gestão Lula, acha que é preciso ter uma postura pragmática nessa questão.

O Planalto acredita que conseguirá contornar as resistências aumentando as possibilidades de financiamento das obras, como está fazendo agora ao entender o alcance do PSI. Para isso, tem procurado convencer os bancos privados a participar com mais apetite de projetos de ampliação e modernização de portos, aeroportos, ferrovias, rodovias e energia – exatamente os temas constantes do Ciclo de Audiências desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, que hoje estamos dando início e que tem como título “Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País”.

Continuando o texto.

A Presidente Dilma Rousseff já discutiu esse assunto com os presidentes do Itaú, Roberto Setubal, do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, e com o presidente mundial do Santander, Emilio Botín.

Fora as promessas de colaboração de praxe, no entanto, nada garante que os recursos começarão a fluir na medida em que o Governo pretende, pois se uma empresa candidata a assumir uma concessão considera que terá um retorno baixo e pouco compensador, a mesma lógica vale para o banco que for chamado a financiar o empreendimento.

O presidente da Empresa de Planejamento e Logística, Bernardo Figueiredo, deverá ter sentido a reação dos investidores, quando de sua viagem ao exterior para apresentar a carteira de projetos do Governo brasileiro na área de infraestrutura. Em maio, depois de cinco anos de paralisia, voltarão a ser leiloadas áreas de exploração de petróleo fora do pré-sal. Para junho, estão previstas novas licitações de rodovias. Em agosto, serão as concessões dos aeroportos do Galeão e de Confins. Em setembro, será a vez do trem-bala. A aposta é alta.

Segundo comunicado.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura dá início, no dia de hoje, ao Ciclo de Audiências Públicas intitulado, como já foi dito, “Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País”, que se estenderá por todo o biênio 2013-2014.

A iniciativa foi aprovada em 27 de fevereiro deste ano, por meio do Requerimento nº 1, de 2013, de autoria desta Presidência. O objetivo é coletar depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, tendo o investimento e a gestão como chaves para desatar o nó logístico do País.

Para tanto, estão convidados renomados especialistas para proferirem suas palestras, dentro do modelo de uma série de painéis para cada ciclo de debates envolvendo os principais temas do setor de infraestrutura, quais sejam: Energia; Transporte; Aviação Civil; Água; Telecomunicações; e Temas Transversais de Infraestrutura.

Além dos depoimentos de cada palestrante, as Sr^{as} e os Srs. Senadores poderão, ao término das apresentações, fazer as indagações e perguntas aos especialistas, por dez minutos, sempre no sistema de posterior réplica e tréplica, no prazo de cinco minutos cada.

Observo também que, ao fim de cada ciclo de audiências, ou seja, esgotado cada tema separadamente, a Comissão de Serviços de Infraestrutura publicará, em formato de separata, um compêndio de todas as apresentações por painéis, bem como dos debates ocorridos e das propostas sugeridas.

Finalmente, concluídos todos os painéis e ciclos programados, essas separatas serão unificadas numa só publicação final para serem divulgadas e distribuídas a todos os Parlamentares, às autoridades e órgãos públicos, às universidades e demais instituições de ensino técnico e ainda às entidades privadas representantes dos segmentos envolvidos com a infraestrutura em geral.

Ao todo, serão seis ciclos setoriais de debates, cada qual com uma série de painéis específicos, realizados quinzenalmente e, eventualmente, para adaptação de agenda, às quartas-feiras, no horário regular da nossa Comissão, de acordo com a seguinte programação – e já está toda definida a do primeiro ciclo:

O primeiro ciclo abordaria o tema: Energia e Desenvolvimento no Brasil. Apresentação de assuntos e palestrantes para Energia: Palestrante e Prof. Rogério Cerqueira Leite, no dia de hoje.

No dia 27, Eletricidade Convencional. Assuntos:

1) Hidroeletricidade. Palestrante: Dr. Albert C. G. Melo, da Cepel.

2) Termoeletricidade. Palestrante: Prof. Sergio Bajay, da Unicamp.

3) Energia Nuclear. Palestrante: Prof. Luiz Pinguelli Rosa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No dia 1º de abril de 2013, o tema também é Eletricidade Convencional. Assuntos:

1) Hidroeletricidade e o Meio Ambiente. Palestrante: Prof. Mauro Arce, da Cesp.

2) Setor Elétrico. Oportunidades e Ameaças. Palestrante: Dr. Cláudio Sales, do Instituto Acende Brasil.

3) Competitividade e Eficiência. Palestrante: Dr. Paulo Pedrosa, do Abrace.

Esses dois primeiros ciclos, esses dois primeiros painéis que acabo de ler terão como debatedor o Prof. Secundino Soares Filho, da Unicamp. Isso nós modificamos um pouco, como as senhoras e os senhores podem perceber, da última reunião de debates que realizamos em 2009, 2010, na Comissão de Infraestrutura. Naquela oportunidade, analisávamos os principais nós da questão do desenvolvimento do Brasil, baseados na infraestrutura. Neste, agora, nós estamos analisando e encerrando em temas para tentarmos desatar os nós que estejamos encontrando nesses setores.

Então, o primeiro setor é o de Energia, dividido por esses ciclos e por esses painéis. E também a novidade é que estaremos introduzindo um debatedor, sempre um acadêmico para que ele possa, do ponto de vista técnico, decodificar algumas questões que eventualmente não estejam ao alcance de nós Parlamentares. E nós ficaremos apenas, ou se quisermos, com a questão da visão política e da visão estratégica dos assuntos que estarão sendo tratados.

O terceiro painel será sobre Eletricidade Alternativa, no dia 15 de abril de 2003, com os seguintes assuntos:

1) Bioeletricidade, tendo como palestrante o Prof. Isaías Macedo, da Unicamp.

2) Energia Eólica, que terá como palestrante a Dr^a Élbis Melo, Presidente da ABEEólica.

3) Energia Solar, Veículos Elétricos e Redes Inteligentes, que terá como palestrante o Dr. Prof. Ricardo Ruther, da Universidade Federal de Santa Catarina, tendo como debatedor o Dr. Prof. Luiz A. Horta Nogueira, que é da Unifei – Universidade Federal de Itajubá.

O quarto painel será sobre Combustíveis Líquidos e Gases: Petróleo e Gás Natural. Os assuntos serão:

1) Combustível convencional. Palestrante: Prof. Ildo Sauer, da USP.

2) Combustível não convencional. Palestrante: Dr. Joaquim Francisco de Carvalho.

3) Pré-sal. Palestrante: Dr. Adriano Pires.

Como Coordenador desse painel, teremos o Dr. Maurício Tolmasquim, da EPE.

Depois, no dia 20 de maio de 2013, o assunto será Combustíveis Líquidos e Gases: Biomassa, com os seguintes assuntos:

1) Etanol Fermentação, com base na cana, terá como palestrante o Dr. Manoel Regis Leal (CTBE).

2) Etanol, segunda geração, também baseado na cana. Palestrante: Dr. Jaime Fingerut.

3) Outras Tecnologias (Pirólise, Gaseificação, etc.). Palestrante: Prof. Luís Cortez, da Unicamp.

Esse painel terá como debatedor o Prof. Dr. Rubens Maciel, da Unicamp.

Com esse, nós terminamos o primeiro ciclo, cujo tema é Energia.

O segundo ciclo terá como tema: Transportes.

O terceiro ciclo terá como tema: Aviação Civil.

O quarto ciclo terá como Tema: Água.

O quinto ciclo terá como tema: Telecomunicações.

O sexto ciclo terá como tema: Temas Transversais de Infraestrutura.

Então, o primeiro ciclo, cujo tema é: Energia e Desenvolvimento no Brasil já está devidamente fechado, com os palestrantes convidados e os assuntos já estabelecidos juntamente com os debatedores.

A programação completa desse ciclo será definida à medida que formos recebendo sugestões de subtemas e nomes de palestrantes, por parte de integrantes da Comissão, como já aconteceu neste primeiro ciclo que acabo de ler. Houve a participação de Srs. Senadores e Sras. Senadoras na sugestão de temas e de nomes para comparecerem como palestrantes, bem como em função das propostas dos especialistas que atuarão como relatores de cada tema ou debatedores.

Hoje teremos a audiência preparatória, portanto, do primeiro ciclo, cujo tema é Energia e Desenvolvimento no Brasil, com a presença do Dr. Rogério Cerqueira Leite, Professor Emérito da Universidade de Campinas (Unicamp), a quem caberá sugerir os assuntos e a quantidade de painéis desse tema, bem como a definição dos especialistas.

Lembro, contudo, que cada Senadora e cada Senador integrante desta Comissão poderá também sugerir outros subtemas e outros nomes para serem incluídos como palestrantes e debatedores.

Ao final desse ciclo de painéis sobre energia, o Prof. Rogério Cerqueira Leite apresentará um relatório do conteúdo de cada um dos painéis, das propostas apresentadas pelos palestrantes e pelos Senadores participantes das audiências, além da conclusão final que ele achar por bem expor e que será, em seguida, levada à deliberação deste Plenário.

Aproveito a oportunidade para fazer chegar aos senhores um breve currículo do Dr. Rogério Cerqueira Leite.

O Dr. Rogério Cerqueira Leite é engenheiro eletrônico pelo ITA, doutorado em Física pela Universidade de Paris. Trabalhou como pesquisador nos laboratórios da Bell de 1962 a 1970. Lecionou no ITA, na Universidade de Campinas (Unicamp) e na Universidade de Paris. Foi agraciado com a Comenda da Ordem Nacional do Mérito da França; com a Cátedra da Universidade de Montreal, Canadá; com a Ordem Nacional do Mérito Científico no Grau de Grã-Cruz; e com o título de Pesquisador Emérito do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Foi diretor dos institutos de Física e Artes e Coordenador-Geral das Faculdades da Unicamp. É Professor Emérito dessa mesma Universidade, da qual foi professor titular de 1970 a 1987. Publicou 80 trabalhos em revistas especializadas. Foi editor da *Solid State Communications*, editada em Oxford, na Inglaterra, de 1974 a 1988, e *referee* de cerca de vinte revistas internacionais. Obteve cerca de três mil citações em revistas científicas de impacto. Foi Presidente e criador da Codetec – Companhia de Desenvolvimento Tecnológico –, da Ciatec – Companhia de Desenvolvimento do Polo de Alta Tecnologia de Campinas – e de outras empresas que atuam em setores intensivos em tecnologia.

Foi Vice-Presidente Executivo da Companhia Paulista de Força e Luz de 1982 a 1986. É membro do Conselho Editorial da *Folha de S. Paulo* desde 1978 e escreveu, além de textos técnicos, vários livros sobre assuntos polêmicos, tais como a atuação das multinacionais, o programa nuclear, o nacionalismo, o ensino superior, a transferência de tecnologia. Publicou também livros sobre Física dos Sólidos, sobre Música, sobre riquezas naturais (quartzo, nióbio, álcool etc.) e, mais recentemente, sobre energia.

Além disso, coordena agora três projetos sobre biocombustíveis, com cerca de 200 pesquisadores. É membro do Grupo de Trabalho de Energia da União Internacional de Física Pura e Aplicada do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e Presidente do Conselho de Administração da ABTLuS – Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron –, gestora do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, do Centro de Ciência e Tecnologia do Bioetanol e do Centro de Biologia Molecular Estrutural.

Feitos esses registros, gostaria de convidar, inicialmente, o Prof. Luiz Curi, do Conselho Nacional de Educação, convidado desta Comissão para comparecer a esta nossa primeira reunião inaugural deste ciclo em que trataremos do tema “Energia, Desenvolvimento para o Brasil”, e também o Professor Emérito da Unicamp Dr. Rogério Cerqueira Leite, para que ambos façam parte desta Mesa.

Sejam V. S^{as} muito bem-vindos à Comissão de Serviços de Infraestrutura! (*Pausa.*)

Eu gostaria, portanto, de passar a palavra agora ao Professor Emérito da Unicamp Dr. Rogério Cerqueira Leite, para fazer sua explanação.

Tem V. S^a a palavra.

O SR. ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE – Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Estamos.

O SR. ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE – Muito bem!

Nós vamos falar hoje sobre energia. Uma série de 16 especialistas em energia vai detalhar, cada um na sua especialidade, a questão da energia especificamente para o caso brasileiro. Estou aqui simplesmente para dar aos senhores uma pequena introdução sobre o caso e para levantar algumas lebres, para sabermos onde deverão ser atiradas as pedras.

Começo, perguntando: o que é energia? Se alguém perguntar o que é energia para um físico, como eu – sou um físico –, ele vai dizer que não sabe. Se ele disser que sabe, ele não sabe o que é energia, ele não é um bom físico. Está certo? Se vocês perguntarem isso para um engenheiro, ele vai dizer: energia é algo que é capaz de executar trabalho. Aí vocês perguntam: o que é trabalho? E ele não vai saber dizer o que é trabalho. Então, essa definição também não é aceitável. Na realidade, nós não sabemos, na sua intimidade, o que é energia, mas nós sabemos como ela se comporta, como ela se apresenta, e sabemos utilizá-la. Também não sabemos produzi-la. Toda a energia que existe na Terra vem do sol, e sabemos transformar essa energia em outras formas de energia, nas várias formas de energia. A própria natureza transforma a energia que vem do sol, e sabemos transformá-la.

Para despertar um pouquinho da atenção dos senhores para a questão da energia, fiz esse pequeno gráfico inicial. Logo no começo, como vocês vão ver, está marcada – não sei se dá para ler, acho que não, mas vou dizer para vocês – aquela primeira coluna, que mostra o gasto de energia por habitante, que é a energia total, global, no Brasil. A segunda coluna se refere ao Produto Interno Bruto do Brasil, à riqueza do brasileiro *per capita* também. E a terceira coluna representa a população brasileira.

Então, vemos uma coisa muito interessante: enquanto a população brasileira passou a ser duas vezes e meia maior, vimos que o Produto Interno Bruto, em primeiro lugar, cresceu enormemente – é aquela segunda coluna – e que o consumo de energia também cresceu bastante, isto é, de 1950 até o ano 2000, o brasileiro passou a gastar quase oito vezes mais de

energia, na média. Essa é uma coisa realmente impressionante! A natureza do homem não mudou, mas mudou completamente a sua maneira de viver.

Isso aconteceu, digamos, quando houve duas transformações importantes no Brasil. Uma delas foi o aumento enorme da riqueza *per capita*. E aí quem não tem geladeira compra geladeira, quem não tem automóvel compra automóvel etc. Foram aumentados os gastos com energia por causa do aumento da riqueza. Outro acontecimento importante foi a urbanização. As estatísticas variam um pouco, mas, no começo de 1950, cerca de 60% dos brasileiros viviam no campo; hoje, esse percentual é de 15%, é de qualquer coisa entre 15% e 20% – depende de quem faz a contabilidade. Mas, de qualquer maneira, o Brasil se urbanizou, e o homem na cidade gasta mais energia do que o homem do campo, mesmo porque o homem do campo é mais pobre e não tem tantos recursos para comprar todas as coisas que o homem da cidade tem, como televisão, geladeira etc.

Então, houve uma mudança radical no Brasil. Felizmente, foi possível acompanhar essa mudança, fornecendo certa quantidade de energia, uma energia relativamente satisfatória para o brasileiro.

Pode passar à próxima transparência.

Para vocês terem uma ideia, os Estados Unidos e o Canadá gastam mais ou menos isto aqui. Estou falando agora de energia elétrica, porque não havia os dados, mas eles acompanham, mais ou menos, paralelamente.

Estados Unidos e Canadá – cada americano, cada canadense – gastam, mais ou menos, 1.600kWh por ano; o Japão gasta menos do que 8.000kWh por ano; a Espanha gasta 4.000kWh por ano; e o Brasil, 2.000kWh por ano.

Muito bem. O IDH dos Estados Unidos é muito mais elevado do que o do Brasil. O IDH do Canadá é muito mais elevado do que o do Brasil também. O do Japão também é mais elevado, sendo maior ou idêntico ao dos Estados Unidos – é o mesmo IDH. A Espanha, que só utiliza 4.000kWh por ano, tem um IDH muito próximo ao daqueles países.

O que a gente vê é o seguinte: é importante... O gasto de energia é um indício de desenvolvimento. O IDH cresce, digamos, com os gastos de energia, mas só até certo ponto, até o ponto da Espanha. Então, o que a gente vê é que, para ter um IDH máximo hoje, uma medida de felicidade, uma medida de bem-estar, basta chegar a 4.000kWh.

Quer dizer, bastaria ao Brasil – esses dados estão um pouco atrasados porque são de alguns anos atrás – gastar 4.000kWh para ter o mesmo IDH que têm os países civilizados. Eles são sempre os países

mais avançados, industrialmente avançados, e têm um gasto de quilowatt-hora por ano que está entre 4.000 e 5.000kWh por ano.

Nós vemos, então, que é importante ter energia, mas os excessos de energia não são necessários. É claro que vão dizer: “Não. O Canadá gasta mais energia porque o frio é muito grande, há outros problemas, etc.” Mas isso não seria suficiente para justificar esses excessos de gastos do IDH.

Então, nós sabemos hoje que o Brasil, com o aumento de energia, com o dobro da energia – basta dobrar a energia, o que normalmente tem acontecido a cada 15, 20 anos; e é possível perfeitamente dobrá-la – vai ter um IDH bem maior. Talvez o País não seja tão eficiente em usar a sua energia, como faz a Espanha e alguns outros países europeus, como França, por exemplo. De qualquer maneira, para chegarmos a um ponto de desenvolvimento ideal do Brasil, não precisamos mais do que dobrar os gastos de energia, mas ainda precisamos avançar muito.

Próximo, por favor.

Isto aqui é uma tentativa de mostrar como acontece o fluxo de energia na terra, porque nós falamos muito de energia disso e daquilo, mas é preciso entender que toda energia que nós temos veio do sol – ou vem ou já veio. No caso do petróleo, ela foi acumulada em forma de vários tipos de microorganismos até chegar, digamos, milhões de anos depois, a ser utilizada, mas também veio do sol.

No dia a dia, o sol, digamos, entra com os seus 173 milhões de quilowatts. Uma parte é refletida; outra parte vira calor, que volta em forma de irradiação infravermelha, porque a Terra está sempre emitindo irradiação infravermelha; e outra parte é acumulada – uma parte pequena – em ventos e ondas, com aquelas energias que conhecemos: energia da maré, energia eólica, etc.

Então, nós não temos tanta escolha assim com as energias. Ou temos as energias que foram acumuladas no passado, ou temos essas formas que vêm das marés – essa energia de movimento; vento, maré, etc. e tal – ou temos biomassa, que é uma forma de acumulação de energia também. Esse é o nosso problema básico.

Em seguida, quais são as formas de energia que nós utilizamos e conhecemos hoje? Os fósseis. Damos muita importância aos vetores de energia. Falamos de combustível, de eletricidade e de hidrogênio. São as três formas de energia de que falamos continuamente. Na realidade, o fóssil não dá diretamente uma energia aproveitável. O que ele faz? Uma transformação para dar calor; para dar calor há uma transformação direta. Ou, depois, há alguns intermediários – sempre

há intermediários – para dar energia elétrica, energia mecânica ou coisa parecida.

Sempre que o calor estiver envolvido, há perdas de energia. Sempre que houver calor, existem algumas leis da termodinâmica que dizem que vamos perder energia. Não há eficiência quando houver calor. É por isso que os motores a combustão não conseguem aumentar a eficiência muito além dos 30%, 35%.

Qualquer máquina que seja um conversor de energia – e isso é o que nós sabemos fazer – e envolva calor vai ser de baixo rendimento.

Então, temos os fósseis.

A biomassa é uma conversão direta, mas também pode dar eletricidade e um combustível fácil. Para dar eletricidade, essa é uma conversão muito complicada que envolve muito calor. A hidráulica é extremamente eficiente justamente porque não envolve calor. Há imediatamente a conversão da mecânica para energia elétrica, o que é muito, digamos, eficiente.

A nuclear tem um problema grave, porque tem que fazer calor. É por isso que as usinas nucleares não têm um rendimento, uma eficiência maior que 30%. É muito difícil. Há esquemas para aumentar essa eficiência, mas isso é muito difícil. É preciso conformar-se não somente com o problema de perder a eficiência, mas também, antes de tudo, com o problema de se livrar desse calor. Pode ser extremamente difícil lidar com esse calor. Aliás, o maior problema das usinas nucleares é livrar-se desse calor.

Em seguida, nós vemos a biomassa. A energia eólica é uma energia muito eficiente por quê? A energia vai diretamente para a eletricidade. Os geradores são bastante eficientes.

A energia solar vai ser um dia muito eficiente. Hoje não é eficiente por questões tecnológicas. A energia solar ainda é hoje muito cara. Aliás, é bom dizer aqui que houve uma redução de custos na energia solar nos últimos dez anos, devido muito mais a uma razão comercial. A China quis dominar o mercado e entrou com um grande, digamos, sistema de *dumping*. Hoje, as empresas chinesas que estavam envolvidas estão todas indo à falência. Realmente não estão conseguindo manter os preços, mesmo em contratos já assinados.

Então, eu tenho grande esperança na energia solar, mas ela não vai ser uma solução para daqui a dez anos ou vinte anos. Há problemas tecnológicos ainda extremamente difíceis.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Há a questão do preço também, não é? O custo.

O SR. ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE – Por causa do preço. O preço é caro por causa dos problemas tecnológicos. O preço é bastante caro,

e a eficiência é baixa na conversão quântica e, depois, continua cada vez mais baixa, com as dificuldades todas do material. O material é um material que se deteriora, semicondutor, etc. A manutenção é cara, não é fácil.

Então, todas essas coisas fazem da energia solar uma energia promissora, mas daqui a 20 anos ou coisa parecida, como grande massa. É claro que a energia solar vai servir para pequenas aplicações, em lugares muito distantes, satélite artificial. Não há outra maneira de se fazer isso se não for usada a energia solar, mas, para as grandes massas, as grandes aplicações, a energia solar ainda não chegou.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEI-

TE – Tem uma biomassa que vai gerar calor, tem uma massa que produz eletricidade diretamente e biomassa que... Depois vamos entrar em detalhes.

A biomassa que vai gerar calor, que é muito utilizada ainda hoje e que serve para produzir eletricidade, serve, por exemplo, na cogeração nas usinas de açúcar para produção de álcool, etc. Essa forma de geração de calor é muito conveniente e é muito barata. Infelizmente, o Brasil nunca deu muita atenção a isso. A primeira tentativa foi feita já há 30 anos, mas tem sido sempre uma ida e vinda que não tem tido muita sorte, embora hoje o Governo, inclusive o BNDES tem programas específicos para cogeração; apesar disso, ainda a biomassa que é usada para isso, a palha da cana ou o bagaço, não tem sido muito bem aproveitada.

A questão do hidrogênio. Fala-se muito no uso do hidrogênio. Lembrar sempre que o hidrogênio não existe na natureza; não é, portanto, uma fonte de energia. O hidrogênio é apenas um vetor, tem que haver alguma energia para produzi-lo. Ou usa a eletricidade, ou pode usar a biomassa, pode usar o gás natural, por exemplo, alguns fósseis, para produzir o hidrogênio e, depois, ele vai ser convertido numa forma de ser utilizado. Ou você usa para produzir eletricidade e aí usa a energia mecânica, etc. Lembrem-se de que a eletricidade não tem também muita aplicação direta, é usada para fazer calor ou para produzir energia mecânica, mas a eletricidade nunca é utilizada por si só, diretamente. A não ser nas cadeiras elétricas lá, nos Estados Unidos, aí tem uma utilidade. O que a gente usa, na realidade, é a luz e não a eletricidade, normalmente.

Próximo, por favor.

Aqui tem já uma questão de custos. A questão do custo de qualquer fonte de energia tem que ser olhada de duas maneiras: uma como custo de investimento inicial, que pode ser determinante, e outra como os custos de produção daquele tipo de energia. Portanto, os investimentos estão ali, mostram e comparam os preços do investimento para vários tipos de energia.

Ainda há o número médio, que é muito vago porque, na realidade, vai depender da morfologia completa do local em que foi feito o aproveitamento. Há lugares em que se pode fazer uma barreira muito barata. Lembro que a maior parte dos custos de uma hidrelétrica está na barreira e não na máquina. Então, vai depender muito da morfologia, mas um número que é boa referência, uma referência mundial, para o grande porte é mil... O Brasil tem muito pouca, digamos, reserva na área de pequeno porte, muito menos do que a China ou a Índia, por exemplo.

Mas o Brasil tem grande quantidade de reserva de grande porte. Então, as vantagens estão lá, são todas renováveis. A energia eólica hoje está a um preço mais ou menos entre mil e dois mil; portanto, já compete com a hidroelétrica. A cogeração ainda é mais barata de todas as formas de produzir eletricidade, que são essas aí, que podem ser comparadas diretamente.

Próximo, por favor.

A biomassa ainda está um pouco cara, mas acho que vai ser, exceto na cogeração, digamos, a cogeração compete bem; a biomassa, por outros mecanismos, não compete muito bem.

O gás natural tem um investimento barato, pequeno, mas é muito cara a produção. O investimento é barato, é comparável ao da hidroelétrica, mas o custo depois é muito caro por causa do preço do próprio gás.

Solar, geração direta, está lá cinco mil a dez mil. E os custos da operação também são elevados porque você tem que pagar pelo investimento inicial. E isso, mesmo que você pague em dez anos, acontece que, como as placas têm que ser renovadas a cada 10 anos, 20 anos, no máximo, então, fica-se permanentemente pagando investimento, praticamente. E por isso que não é uma coisa muito aceitável hoje.

O nuclear tem um preço absurdamente elevado no investimento; os custos posteriores não são tão elevados, mas são ainda difíceis, não competem ainda com a hidroeletricidade, etc. É bom lembrar que as idas e vindas do nuclear têm chegado a uma condição hoje que é bastante negativa. O único país que está ainda fazendo reatores nucleares é a China. Nenhum país do mundo hoje tem um programa de... – a não ser o Brasil, o Brasil tem, mas não está levando muito a sério, parece –, só a China que está fazendo um programa importante de construção de reatores nucleares.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – A Coreia do Norte...

O SR. ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEI-
TE – A Coreia do Norte parou seu programa nuclear, já não está mais, e tem programa de produção de artefatos nucleares, mas usina nuclear mesmo já pararam.

Enfim, o nuclear acho que está condenado. É muito pouco provável que algum país do mundo o retome novamente de maneira significativa. Mesmo os Estados Unidos, depois de um certo período de retomada, recuaram hoje, porque é inviável. Lá, nos Estados Unidos, principalmente, porque quem paga os custos é o setor privado, e o setor privado não quer entrar com esses custos de investimento, que são muito elevados. Então, é muito pouco provável hoje que qualquer empresário do mundo queira fazer isso e governos estão também recuando.

A França, que insistiu durante muito tempo com seu programa nuclear, apesar de grande competência, está hoje já reduzindo seu programa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – A Alemanha parou, não é?

O SR. ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE – A Alemanha interrompeu completamente. Depois, retomou um pouquinho e agora parou novamente o seu sistema. O sistema nuclear não tem muita... E, para o Brasil, não tem sentido porque não compete, nós ainda temos quantidades de reservas hidráulicas extremamente elevadas, devem ser suficientes para chegarmos àqueles números mágicos dos cinco mil quilowatt-hora por ano. Deve dar, é suficiente para a gente chegar até lá.

Próximo, por favor.

Fontes de geração. Hidro, pequena, o que é... Impacto na... Como todo sabe, há um grande problema com a hidroeletricidade, a pequena... A pequena, não, mas a grande, por causa dos movimentos ambientalistas, que acho que são equivocados. Eu me lembro da última vez da Belo Monte, em que vieram inclusive grandes artistas do exterior, cada um com seu jatinho, gastando um bocado de combustível fóssil. Se a opção é fóssil, os ambientalistas deviam estar mais preocupados com os fósseis justamente, porque o efeito estufa está aí, não há hoje mais nenhum cientista... Hoje, há um cientista sério no mundo inteiro, Ziman, um suíço, o único, reconhecido pela academia científica como um bom cientista, que faz oposição, que não acredita, digamos, no efeito estufa. Mas o resto dos cientistas do mundo deve ser suficiente para convencer todo o mundo de que a evidência, hoje, é esmagadora da existência do efeito estufa e da sua relação com o aumento do CO₂ e outros gases na atmosfera. Acho que deveríamos ter certeza disso e fazer nossos projetos, levando sempre isso em consideração.

É por isso que acho que o Governo fez um equívoco ao incentivar o pré-sal, em detrimento do álcool. Um grupo de cientistas da Unicamp fez um estudo bastante consequente, de que até hoje ninguém contestou uma linha, que prova que nós podemos forne-

cer a mesma coisa, a mesma quantidade de energia que poderia vir do pré-sal, e não só por 40 anos – se o pré-sal entrar em produção natural, vai durar 40 anos –, mas para o resto da vida, usando apenas um terço do que existe hoje com o pasto. Lembrem-se do que se usa hoje com o pasto. É um absurdo! Nós temos, mais ou menos, um hectare por vaca. Isso é vaca demais, quer dizer, é vaca de menos para tanta coisa. É muita terra.

Hoje, as técnicas mais econômicas envolvem certo nível de confinamento. O Brasil usa 200 milhões de hectares só para pasto. Se fizermos uma redução, se usarmos esses pastos – há outras terras que podem ser utilizadas –, se usarmos só o pasto, um terço disso, nós substituímos 10% do petróleo do mundo inteiro. O Brasil vira uma Arábia Saudita em biomassa com álcool.

São dados incontestáveis. Apresentei duas vezes para o Presidente Lula, para a Presidente Dilma, mas o pré-sal virou uma fixação, digamos, um sonho. É claro que é um grande sonho, mas é um sonho inatingível. É muito caro aquilo lá. E depois é passageiro, são 40 anos só de produção.

Eu acho que temos que voltar a pensar no álcool como a grande solução para o País. A tecnologia está aí. Há coisas novas acontecendo. Mas com a tecnologia, a eficiência, hoje, de produção é maior do que a eficiência da energia solar e é muito mais barato e inteiramente renovável. Não há problema nenhum. E não precisa invadir a Amazônia. Nunca invadiram a Amazônia. Isso tudo foi conversa. Isso nasceu na Europa, com interesses particulares dos plantadores de alguns produtos que eram competitivos com a cana.

De qualquer maneira, eu acho que o Brasil tem que rever duas coisas. Em primeiro lugar, rever a questão: o que é pior para a natureza? O aumento do efeito estufa devido a fósseis, que vai ser a solução alternativa, ou hidrelétricas na Amazônia? Nós vamos ter que aproveitar aquelas hidrelétricas na Amazônia.

Não há nada provado cientificamente que há prejuízos para a natureza quando se aumentam as áreas alagadas. Área alagada é sempre fértil de vida, fértil de novas espécies e podem servir para a produção de peixes etc. Quer dizer, a área alagada não é um malefício enorme. Claro que, se alagar todo o Brasil, aí, sim.

Eu me lembro de uma visita que fiz às Três Gargantas, lá na China, no momento em que todo o mundo estava reclamando de que iria ter que mudar de lugar, deslocar uma população de mais de 1 milhão de pessoas. O governo chinês fala em 1 milhão, outras entidades falam em 1,5 milhão, 2 milhões, ou seja lá o que for. Dez anos depois de estabelecido, mais de 1 milhão de chineses deixaram de morrer porque

todas as enchentes que costumava haver no Yangtzé deixaram de existir.

A regulação dos rios é uma coisa extremamente desejável. A natureza não é assim tão perfeita e que tenha feito rios perfeitos. Os rios inundam, derrubam casas e fazem o diabo, atrapalham a vida. Mas estamos acostumados e, então, ficamos com medo de fazer represas que vão matar dois ou três peixinhos lá, ou coisa parecida.

Eu acho que é uma coisa que tem que ser estudada com seriedade, cientificamente, quais serão os prejuízos e os ganhos com as hidrelétricas na Amazônia. Eu acho que isso e o Proálcool são soluções que o Brasil deveria retomar, quer dizer, as hidrelétricas com represas, hidrelétricas que não sejam fio d'água, como estão fazendo, em que se perde muito. A grande vantagem da hidroeletricidade, da represa, é você poder acumular energia. Depois que se faz eletricidade, não tem como acumular mais. É muito caro acumular eletricidade. Então, tem que acumular água lá em cima. Se você tem represas grandes, você tem certeza de que não faltar eletricidade por uns três meses, sei lá, dependendo, obviamente, do tipo de uso que se faz.

De qualquer maneira, temos que voltar a pensar com mais seriedade e não ficar cedendo aos ambientalistas. Lembrem-se de que os ambientalistas não são a sociedade. Tudo bem, eles têm que existir, é ótimo que existam, mas eles não são a sociedade. As políticas públicas têm que levar em conta o ambientalismo, mas não pode ser só isso.

Eu sei que o Senador Suplicy vai me chamar à atenção, vai brigar comigo. Mas, de qualquer maneira, são dois casos que eu acho que deixo aqui para reflexão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu fiz questão de vir aqui pelo respeito que há tantos anos tenho pelo senhor. Embora esteja se iniciando uma sessão importante sobre o Senador Ronaldo Cunha Lima, depois quero ir, eu vim aqui para aprender, Prof. Rogério de Cerqueira Leite. Há muito que o respeito. Quero ouvir o seu diagnóstico.

O SR. ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE – Veja bem. Então, como resumo das coisas que eu queria dizer aqui aos senhores, queria deixar claro que há dois pontos, hoje, em todas as decisões que têm que ser reavaliados. Eu nunca entendi muito bem por que este Governo deu tal preferência para o pré-sal. O pré-sal vai ser caro, é poluente. Todo mundo briga por aí por causa do pré-sal. Nada vai acalmar mais o ambiente do que fazer uma opção pelo Proálcool, pelo álcool novamente. Tenho certeza de que nós vamos ter muito mais paz no Brasil, retomando o álcool.

Era só isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Prof. Dr. Rogério de Cerqueira Leite, pela sua explanação, que dá uma visão global desse ciclo de audiências públicas que hoje estamos iniciando, que tem como tema energia.

Passo a palavra agora, com satisfação, ao Prof. Dr. Luiz Curi, representando o Conselho Nacional de Educação.

O SR. LUIZ CURI – Boa noite, Presidente, boa noite, Senadores, boa noite, Prof. Rogério, é um prazer muito grande estar aqui.

Quero reforçar a cooperação entre o Conselho Nacional de Educação e o Senado Federal, no sentido de apoiar iniciativas da Comissão de Infraestrutura, do Presidente Collor, mobilizar conhecimento, mobilizar conteúdos, mobilizar, enfim, o esforço dos intelectuais, das universidades brasileiras para atualizar as políticas públicas, para colocá-las numa perspectiva de agenda contextualizada, interpondo experiências recentes nacionais e internacionais. De fato, é uma função necessária dos órgãos que trabalham com educação, que mobilizam educação, propiciar o contato entre a produção do conhecimento e as experiências de pesquisadores junto a empresas e, como agente de outras políticas, a iniciativas de relevância, como as que o Senado Federal hoje inicia.

Muito obrigado pelo convite, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado pela presença do Prof. Dr. Luiz Curi, representando o Conselho Nacional de Educação nesta sessão de abertura desse ciclo de audiências, em que o tema será, como eu já disse, energia.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todos, em especial do nosso convidado Prof. Rogério Cerqueira Leite, não sem antes indagar se S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy gostaria de fazer alguma indagação ao nosso palestrante na noite de hoje.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Querido Prof. Rogério Cerqueira Leite, prezado Prof. Luiz Curi, muito boa noite!

Cumprimento o Presidente Fernando Collor, pela iniciativa de iniciar este debate sobre as fontes de energia.

O Prof. Rogério Cerqueira Leite nos colocou como é importante para o Brasil, que tem reservas extraordinárias de energia, por causa das nossas águas, de nossos rios, podermos aproveitar da maneira mais adequada e eficiente a forma de energia relativamente não tão cara. Há que se ter os cuidados com o ambiente, com a população ribeirinha que porventura possa ser, seja em Belo Monte ou em outros lugares, afetada, mas, na medida em que se tiverem esses cuidados,

com os quais tenho certeza de que V. Ex^a, como professor também, está de acordo que sejam observados os direitos e garantias da população afetada, mas também chama a atenção para o extraordinário potencial que nós temos de utilizar mais a cana-de-açúcar como fonte de energia, sobretudo com a qualidade de ser renovável, e aponta que ela pode ser mais econômica do que, por exemplo, a exploração do petróleo.

Eu gostaria de perguntar em que medida, em seus conhecimentos acumulados, inclusive em experiências internacionais, considera que qualquer que seja a fonte de energia aproveitável, sejam recursos naturais, tais como petróleo, hidrelétrica, cana-de-açúcar, eólica, solar, nuclear, e assim por diante, se nós quisermos também utilizar essas fontes de riqueza para realizar justiça no País, na sua avaliação, que modelo considera o mais adequado das experiências internacionais e que poderiam ser objeto de nossa reflexão, quando temos um Governo como o da Presidenta Dilma, que tem o propósito de erradicar a pobreza extrema, a pobreza absoluta, de construir uma sociedade justa.

Então, na medida em que há diversos modelos, onde os responsáveis por estes países pensaram em aliar a geração da riqueza criada com a melhor distribuição da riqueza, da renda, se considera que algum modelo deveria ser levado em consideração por nós, brasileiros.

Essa é a minha pergunta.

O SR. ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE – Se entendi bem: o capitalismo é inevitável. Pode ser um mal, mas não tem outro jeito. Estamos aí e o nosso mundo é um mundo capitalista. É mais ou menos a natureza humana que impõe isso. Não temos muita escolha.

Acho que, claro, as medidas que estão sendo adotadas pela Presidente são absolutamente saudáveis e necessárias – não tenho dúvida sobre isso – e vêm desde o governo Lula, numa desconcentração da riqueza que vem acontecendo já e que deve prosseguir nessa direção. Mas, essa ideia de serem distribuídos os *royalties* em educação, ciência e tecnologia e tal – é saudável – mesmo que o pré-sal venha a acontecer, ele ainda não está certo. As tecnologias não estão aí; estão sendo desenvolvidas. Mesmo que ele venha a acontecer, esses *royalties* vão cessar daqui a pouco; o petróleo acaba. Não há como pensar que o petróleo brasileiro vai ser... É claro que outros países do mundo, como os Estados Unidos, por exemplo, estão comprando petróleo vindo daquelas areias que contêm um pouco de óleo dentro, mas é cada vez mais caro o petróleo, cada vez mais inatingível.

Hoje ainda temos um trilhão de barris, o que é muito, é bastante, mas isso vai acabando. Estamos

usando aí 70, 80 bilhões de barris por ano. Então, vai acabar logo esse petróleo.

Não há outro jeito. Acho que, tudo bem, fazer isso pela educação nesse momento, mas temos de saber que daqui a pouco acaba esse dinheiro, e como fica a educação sem a adição desse dinheiro? Vão abandoná-la a outro jeito? Porque não é só um investimento inicial, exige uma continuidade. Acho isso um perigo, digamos, de irem desaparecendo aos poucos os *royalties* e a educação ficar na mão. Mas, tudo bem, vamos ser pragmáticos e imediatistas; usar isso. Mas, em minha opinião, creio que não há muitas soluções.

Essa é uma boa coisa, mas, e daí? Isso vai trazer uma distribuição de renda, porque os Estados vão aplicar mais etc. Vamos ver se isso vai funcionar mesmo, embora eu não tenha muita confiança nisso.

Agora, se o senhor está pensando em usar a coletividade etc. e tal na hora de produção de cana-de-açúcar, eu tenho dúvidas, está certo? A nossa própria experiência com esses coletivos, com essas formas avançadas de socialismo não funcionaram; funcionam talvez em Israel, porque lá não tem outro jeito. Mas, no Brasil, ainda precisamos de “capitães de indústria”, ainda precisamos de gente agressiva – são inevitáveis.

Não existe país no mundo que tenha crescido significativamente a não ser dentro dessa fórmula, da fórmula que está aí.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) –

Se o senhor me permite que, humildemente, possa lhe dizer como combinar até o sistema de mercado com uma renda igual para todos, vou lhe contar brevemente.

O Presidente Collor conhece bem, porque já me ouviu muitas vezes contar esta história.

O prefeito de pequena vila de pescadores em Bristol Bay observou que de lá saía uma grande riqueza na forma da pesca. Como muitos continuavam pobres, ele sugeriu 3% de imposto sobre o valor do pescado. “Mais um imposto! Sou contra” – muitos protestaram. Demorou 5 anos para persuadir a comunidade.

Uma vez instituído, deu tão certo que 10 anos depois, aquele Prefeito Jay Hammond tornou-se governador em 1974, do Estado do Alasca, que havia, tal como nós agora, no Oceano Atlântico, na camada de pré-sal, encontrado, ao norte do Alasca, na Baía de Prudhoe, enorme reserva petrolífera.

Em 1976, disse esse governador aos seus 300 mil habitantes: “Nós precisamos pensar não apenas na geração presente, mas na vindoura, porque o petróleo [como o senhor salientou] é não renovável. Vamos separar 25% pelo menos dos *royalties* para formar um fundo que a todos pertencerá”. E quis que todos votassem e debatessem. Setenta e seis mil a trinta e oito mil, dois para um, venceu. E, desde então, formaram

um Fundo Permanente do Alasca, investindo aqueles *royalties* em títulos de renda fixa, US Bonds, ações de empresas do Alasca, diversificando a sua economia, dos Estados Unidos, internacionais, como as trinta mais rentáveis do Brasil, como a Petrobras, a Vale do Rio Doce, Itaú, Bradesco, empreendimentos imobiliários. O fundo passou de US\$1 bilhão dólares, no início dos anos 80, para US\$44 bilhões hoje.

Cada pessoa residente no Alasca, se entre 1ª de janeiro e 31 de março, preencheu um formulário de uma página somente, escrevendo, por exemplo, sou o Prof. Rogério Cerqueira Leite, trabalho na Unicamp, resido em tal lugar, não precisa declarar seu rendimento ou patrimônio, apenas um ano ou mais residindo ali. Vamos supor que o prefeito de Campinas já abraçasse a ideia e colocasse lá, em vigência, o senhor poderia dizer: no ano passado, eu fui até ao Alasca verificar se o que o Senador Suplicy me contou funcionava. Funciona mesmo. Agora, já indiquei ao prefeito, já é lei no Brasil, e o senhor pode recomendar à Presidenta Dilma que siga o exemplo e está funcionando. Se o senhor estivesse lá residindo, então, na última semana de setembro ou 1º de outubro, por transferência eletrônica na sua conta bancária ou, se preferir, por cheque enviado a sua residência, teria recebido, primeiro, 300, depois 400, quinhentos e pouco, no ano 2008, porque o petróleo havia subido muito. No último ano da então candidata à vice-presidência, mas então governadora do Alasca, Sarah Palin, ela acrescentou mais 1.200 do orçamento do Alasca para melhorar o dividendo, que foi, então, de 3.269 por habitante. Pai, mãe e três crianças teriam recebido, cinco pessoas na família, porque é igual para todos, US\$ 16 mil ou um pouco mais pelo direito de participar da riqueza do estado do Alasca.

Qual foi a consequência para um estado dos Estados Unidos, com economia de mercado e funcionando com esse sistema? Tornou-se o mais igualitário dos 50 estados norte-americanos. No ano passado, o coeficiente Gini dos Estados Unidos foi 0,47. O distrito de Columbia, 0,533, lá onde fica Washington, um pouco mais do que nós temos agora, 0,519, depois do decréscimo na última década; e no Alasca, 0,40. E até para Sarah Palin, qualquer liderança política no Alasca, hoje, propor o fim desse sistema é considerado suicídio político. Se o senhor quiser ler *Real Freedom for All: What (if Anything) Can Justify Capitalism?*, o Prof. Philippe Van Parijs lhe dirá porque é até possível se compatibilizar um sistema de mercado com um sistema onde se proverá uma renda básica para todos, conforme, aliás, o Congresso Nacional já aprovou, falta apenas instituir.

Mas é com alegria que eu gostaria de lhe dar a 7ª edição do meu livro – vou mandar buscar – que trata deste assunto. Mas o que eu fiquei pensando é que

para, e não precisa ser o petróleo, qualquer forma de riqueza gerada, inclusive da eventual riqueza proporcionada pela cana de açúcar, seja para a produção do açúcar, seja para a produção do álcool, do etanol, sempre poderemos separar uma parcela do rendimento para formar um fundo que a todos pertencerá, tal como proposto, em 1795, pelo maior ideólogo da revolução americana e francesa, Thomas Paine, cujas ideias estão se implantando agora no século XXI.

Então, sugiro ao senhor que a Unicamp, quem sabe até um dia, convide o Prof. Philippe Van Parijs, a maior autoridade sobre esse tema, para falar a respeito.

Na sexta-feira passada, eu fui convidado pelo Prefeito de Campinas para expor a ele como seria possível, talvez em Campinas, fazer do Município, que já foi pioneiro do que hoje é o Bolsa Família, com Magalhães Teixeira, um exemplo pioneiro também da renda básica de cidadania

Muito obrigado e os meus parabéns ao senhor.

Vim aqui pelo respeito para com V. Sª, inclusive porque fui seu colega-colaborador na *Folha de S. Paulo*, também, de 1976 a 1980. Muitas vezes ali nós nos encontrávamos. Conheço menos o Prof. Luiz Curi.

Muito obrigado por essa oportunidade de reencontrar o Prof. Rogério Cerqueira Leite e o Prof. Luiz Curi.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Sr. Senador Eduardo Suplicy.

Eu perguntaria ao Prof. Rogério Cerqueira Leite se teria mais um comentário a fazer sobre o que colocou o Senador Suplicy.

O SR. ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE – Eu só acho que é muito claro. O Alasca tinha uma quantidade de petróleo muito grande e tinha uma população de... Quantos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE – Naquele tempo era 300 mil. O Brasil já está com 180 milhões...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE – Cento e noventa e quatro. Pois é, mas o senhor acha que é fácil fazer? Cento e noventa e quatro milhões é muita gente para esse tipo de coisa. O senhor não acha? Hoje já existe uma renda básica que é o Bolsa Família.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Uma renda mínima é o Bolsa Família. Eram 3,5 milhões de famílias, em 203. Hoje, já são 13,58 milhões. Já são mais de 50 milhões, um quarto da população brasileira em 10 anos! Um pouco mais, chegaremos aos 200 milhões que seremos em breve.

O SR. ROGÉRIO CERQUEIRA LEITE – Isso!

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Vai ser possível. Depende da vontade...

O SR. ROGÉRIO CERQUEIRA LEITE – Espero.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – ...e de chegarmos à conclusão de que é uma boa ideia. Eu estou persuadido e quero persuadi-lo também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Sr. Senador Eduardo Suplicy, que sempre com a sua presença abrilhanta os nossos debates e as nossas audiências públicas.

Portanto, antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todos, em especial o nosso convidado, Prof. Dr. Rogério Cerqueira Leite, Professor Emérito da Universidade Estadual de Campinas. Gostaria de agradecer a ele pela importante contribuição que aqui ofereceu para este ciclo de audiências que hoje estamos dando início.

Por fim, agradecer também ao Prof. Dr. Luiz Curi, representante, aqui nesta nossa reunião, do Conselho Nacional de Educação, pela sua participação efetiva para que este ciclo de audiências pudesse ser realizado.

Muito obrigado ao Sr. Prof. Luiz Curi.

E por fim, convoco as Sr^{as} e Srs. Senadores para a nossa próxima reunião a ser realizada no dia 20 de março, quarta-feira, às 8h30, neste plenário, com pauta deliberativa e audiência pública, com a presença do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Gen. Jorge Ernesto Fraxe.

Informo, ainda, que realizaremos, nessa quinta-feira próxima, dia 21, reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença do Ex^{mo} Sr. Ministro Guido Mantega, para discutir sobre as Parcerias Público Privadas e as perspectivas de oportunidades de parcerias com o setor privado, com relação aos projetos de infraestrutura.

Da mesma forma, convoco os senhores membros desta Comissão para a nossa próxima primeira audiência pública do ciclo Energia e Desenvolvimento do Brasil, a ser realizada no dia 27 de março deste ano, tratando de eletricidade convencional, tendo como assuntos a serem debatidos hidroeletricidade, que terá como palestrante o Dr. Albert G. Melo, da Cepel; termoeletricidade, segundo assunto, tendo como palestrante o Prof. Sergio Bajay, da Unicamp; e, terceiro assunto, energia nuclear, tendo como palestrante o Prof. Luiz Pinguelli Rosa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esta audiência pública terá como debatedor o Prof. Secundino Soares Filho, da Unicamp.

Dizendo isso, agradecendo mais uma vez a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado.

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 19 horas e 19 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e trinta minutos do dia vinte de março de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, João Capiberibe, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Lobão Filho, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Wilder Moraes, Alfredo Nascimento, Blairo Maggi, José Pimentel, Wellington Dias, Pedro Taques, Vanessa Grazziotin, Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Cyro Miranda, Jayme Campos, Armando Monteiro e João Vicente Claudino**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e aprova as atas das 4ª e 5ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os Comunicados da Presidência. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Flexa Ribeiro, Wilder Moraes, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo e Alfredo Nascimento**. Tem início a apreciação da Pauta. **PRIMEIRA PARTE: Audiência Pública**, em atendimento ao **Requerimento da CI nº 04, de 2013**, de autoria do Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, que “*requer, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, o comparecimento do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), JORGE ERNESTO PINTO FRAXE, para prestar os devidos esclarecimentos acerca dos problemas estruturais existentes em rodovias concluídas pela estatal nos últimos dois anos*”, aprovado em 13 de março de 2013. O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), General **Jorge Ernesto Pinto Fraxe**, faz sua exposição. Fazem uso da palavra os Senadores **Aloysio Nunes Ferreira, Valdir Raupp, Alfredo Nascimento, Vanessa Grazziotin, Sérgio Petecão, Lobão Filho, Walter Pinheiro, Jayme Campos, Blairo Maggi, Flexa Ribeiro, Acir Gurgacz, Pedro Taques e Jorge Viana**. **SEGUNDA PARTE: Item 1 – Requerimento da CI nº 06, de 2013**, de autoria do Senador **Wellington Dias**, que “*nos termos dos Artigos 90 e 93, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Artigo 58, da Constituição Federal, requeiro a realização de Audiência Pública desta Comissão de Infraestrutura, em conjunto com*

a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater com a Senhora Maria das Graças Foster, Presidente da Petrobrás, as perspectivas para o ano de 2013, no que se refere à produção, ao refino e à redução das importações de petróleo e derivados”. Resultado: aprovado. Incluídos os seguintes itens extra-pauta: **Item 1 – Requerimento da CI nº 07, de 2013**, de autoria do Senador **Lobão Filho**, que “*requer nos termos regimentais, que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Augusto Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União, para prestar esclarecimentos sobre a metodologia de paralisação de obras e suas respectivas consequências*”. Resultado: aprovado. **Item 2 – Requerimento da CI nº 08, de 2013**, de autoria do Senador **Vital do Rêgo**, que “*requer, nos termos do § 1º, artigo 76, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação por dois meses, dos trabalhos da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC, criada no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura desta Casa*”. Resultado: aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às catorze horas e dezoito minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 4ª e 5ª Reuniões.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Aproveito para colocar em votação, de acordo com o art. 89, inciso VIII, combinado com o art. 201 do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião da Subcomissão Permanente da Eletrobras, que foi realizada em 16 de maio de 2012, ano passado. Não chegou a ser apreciada no ano que passou e precisamos, então, passar a fazer este registro e a consequente deliberação e eventual aprovação, uma vez que o Regimento exige a aprovação da ata para publicação no *Diário do Senado Federal*.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.
Comunicados:

Comunicado da Presidência: novo horário.

Informo às Srs. e Srs. Senadores integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura que, a partir de hoje, nossas reuniões regulares de quarta-feira começarão às 7h30 da manhã.

A medida tem por objetivo dar um melhor ordenamento nos trabalhos das comissões permanentes do Senado Federal, enquanto não for aprovado o novo Regimento Interno da Casa, em elaboração por uma comissão temporária, cuja relatoria está a cargo do Senador Lobão Filho.

Hoje, teremos audiência pública, com a presença do Sr. Diretor-Geral do DNIT, General Jorge Ernesto Fraxe.

Eu gostaria de informar a todas as Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores que, a partir de hoje e de forma pioneira, a população poderá participar das audiências públicas desta Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, enviando perguntas e comentários aos nossos convidados e palestrantes. Então, será uma audiência realmente pública, com a participação de todos aqueles que assistem à Rádio e à TV Senado, que poderão fazer perguntas ao convidado para a audiência pública, seja pelo 0800, cujo número darei aqui, seja por acesso via Internet. Para participar, então, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado, no telefone 0800-612211, ou enviar sua contribuição pela Internet no endereço www.senado.gov.br/alosenado. Ou ainda nos perfis do Alô Senado no Facebook, ou pelo Twitter, no @alosenado.

Portanto, qualquer ouvinte, qualquer cidadão ou telespectador de nossas audiências pode, agora, já a partir desta audiência pública de hoje, que começaremos em seguida, em que será ouvido, como já disse, o Sr. Diretor-Geral do DNIT, General Jorge Ernesto Fraxe, enviar a sua pergunta, ou suas perguntas, e o comentário, se quiser, acerca da discussão que está sendo levada a cabo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, quero parabenizá-lo mais uma vez. V. Ex^a inova ao dar a todos os brasileiros oportunidade de participar das audiências públicas do Senado Federal, utilizando o sistema de comunicação da Casa.

Quero aqui até pedir a todos os paraenses que nos veem pela TV Senado e que nos ouvem pela Rádio Senado para que possamos, juntos, participar desta audiência da maior importância para todo Brasil, em

especial para o nosso Pará. Vamos ter aqui o General Fraxe, Diretor-Geral do DNIT, e vamos poder questioná-lo sobre as condições precárias das rodovias federais do meu Estado.

O Estado do Pará, Presidente Collor, é o Estado que tem a menor malha rodoviária federal da União. Essa malha pequena, por si só, está em condições quase que intrafegáveis.

Vou poder me dirigir ao General Fraxe. Tenho ido várias vezes ao DNIT falar com ele não só das rodovias, mas em especial do derrocamento do Pedral do Lourenço. É uma obra, como a gente diz, mais demorada do que a construção de uma igreja. O Governo terminou em 2010 as eclusas de Tucuruí, e a eclusa lá é um bibelô, não tem utilidade nenhuma, porque o Rio Tocantins, para se tornar navegável, precisa do derrocamento do Pedral, que foi retirado sem nenhuma explicação, até hoje, pela Presidente Dilma, do PAC. Não há nenhuma explicação, como eu disse, para os paraenses.

Quero parabenizá-lo, não só pela inovação, como pela pontualidade de V. Ex^a, como sempre.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, o Senadora Flexa Ribeiro, pela sua sempre valiosa colaboração para o andamento dos nossos trabalhos.

Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a, Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO. *Fora do microfone.*) – Presidente, também quero parabenizá-lo por esse ato. Acho que transforma a nossa Comissão de Infraestrutura talvez em uma das mais transparentes no Senado. Tenho orgulho de participar com V. Ex^a e dizer que a população que está presente nos seus Estados vai nos ajudar muito, porque é a velocidade de que a gente precisa.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, S. Ex^a o Senador Wilder Moraes.

Mais uma vez, fica aqui colocado para todos os ouvintes da Rádio e TV Senado que qualquer um pode participar das audiências públicas, enviando as suas perguntas ao entrevistado, à personalidade que esteja sendo ouvida em audiência pública, utilizando-se do 0800-612211, ou, então, pela Internet, no www.senado.gov.br/alosenado, ou pelo Twitter, no @alosenado.

Então, como dizia, a Comissão de Serviços de Infraestrutura deu início, na segunda-feira passada, dia 18 de março, ao Ciclo de Audiências Públicas intitulado “Investimento e Gestão: dasatando o nó logístico do País”, que se estenderá por todo o biênio 2013/2014.

Para tanto, estão convidados renomados especialistas para proferirem suas palestras. Diferentemen-

te das audiências que foram promovidas no biênio 2009/2010, desta feita trataremos o ciclo de audiências de forma setorial, ou seja, por temas específicos, quais sejam: 1) Energia; 2) Transporte; 3) Aviação Civil; 4) Água; 5) Telecomunicações; e 6) Temas Transversais de Infraestrutura ou do setor de infraestrutura. Assim, para cada um desses temas, teremos uma série de painéis contemplando os diversos subtemas dos respectivos setores da infraestrutura.

Outra novidade desta formatação é que, para cada painel, ou seja, para cada subtema, vamos ter, além dos palestrantes, um debatedor especialmente convidado – sempre oriundo do mundo acadêmico –, para extrair, ao máximo, informações de cunho mais técnico, além daquelas, evidentemente, demandadas pelas Senadoras e Senadores integrantes da Comissão.

Da mesma forma, na primeira audiência de cada tema, contaremos com a presença de um palestrante, como uma espécie de coordenador, que apresentará as sugestões de nomes de especialistas e de subtemas que serão debatidos para aquele assunto.

Assim, para cada tema, teremos uma audiência de introdução. Ao final das audiências daquele tema, esse convidado apresentará um relatório final do conteúdo de cada um dos painéis e as propostas apresentadas pelos palestrantes e pelos Senadores participantes das audiências, além da conclusão final que ele achar por bem expor e que será, em seguida, levada à deliberação deste Plenário.

Assim, ao todo, serão seis temas setoriais de debates, cada qual com uma série de painéis específicos, realizados quinzenalmente e eventualmente, para adaptação de agenda, às quartas-feiras, no horário regular de nossa Comissão. Como eu já disse logo no início da nossa reunião de hoje, as nossas reuniões passarão a ser realizadas todas as quartas-feiras, às 7h30 da manhã.

O primeiro tema, portanto, dos ciclos de audiências públicas das segundas-feiras será Energia e Desenvolvimento do Brasil, que conterà, além da audiência preparatória, já ocorrida na segunda-feira, dia 18, mais cinco painéis de debates, com a seguinte programação:

– No dia 27 de março, próxima quarta-feira, para o subtema Eletricidade Convencional, com os especialistas: o Dr. Albert de Melo, da Cepel, para falar sobre hidroeletricidade; o Prof. Sergio Bajay, da Unicamp, para falar sobre termoeletricidade; e o Prof. Luiz Pinguelli Rosa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para falar sobre energia nuclear.

– No dia 1º de abril, ainda no subtema Eletricidade Convencional, com os seguintes especialistas: o Prof. Mauro Arce, da Cesp, para falar sobre hidroeletricida-

de e o meio ambiente; o Dr. Cláudio Sales, Instituto Acende Brasil, indicação de S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro, para falar sobre setor elétrico, oportunidades e ameaças; e o Dr. Paulo Pedrosa, da Abrace, para falar sobre competitividade e eficiência.

– No dia 15 de abril, para o subtema Eletricidade Alternativa, já estão convidados: o Prof. Isaías Macedo, da Unicamp, para falar sobre bioeletricidade; a Dr^a Elbia Melo, da ABEEólica, para falar sobre energia eólica; o Prof. Ricardo Rüther, da Universidade Federal de Santa Catarina, para falar sobre energia solar, veículos elétricos e redes inteligentes. Como debatedor desse painel, teremos o Prof. Luiz Horta Nogueira, da Universidade Federal de Itajubá.

– No dia 6 de maio, para o subtema Combustíveis Líquidos e Gases, Petróleo e Gás Natural, são convidados os palestrantes: o Prof. Ildo Sauer, da Universidade de São Paulo (USP), para falar sobre transformação convencional; o Dr. Joaquim Francisco de Carvalho, também da USP, para falar sobre transformação não convencional; o Dr. Adriano Pires, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para falar sobre o pré-sal. Como debatedor, teremos o Dr. Maurício Tolmasquim, da EPE.

– No dia 20 de maio, para o subtema Combustíveis Líquidos e Gases de Biomassa, os senhores palestrantes convidados são: o Dr. Manoel Regis Leal, da CTBE, para falar sobre etanol fermentação; o Dr. Jaime Fingerut, da CTC, para falar sobre etanol, segunda geração; o Prof. Luís Cortez, da Unicamp, para falar sobre outras tecnologias, pirólise e gaseificação etc. Para esse painel, atuará como debatedor o Prof. Rubens Maciel, da Unicamp.

Ao fim dessas audiências sobre o tema energia, teremos, na sequência, mais cinco temas, conforme aqui já dito, cujas programações serão definidas, inclusive, com a participação indispensável das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores, que queiram sugerir subtemas e nomes de especialistas para debaterem esses assuntos.

Então, teremos, sempre precedidos de uma audiência de introdução, os seguintes temas, depois do tema energia, que aqui já está devidamente explicitado:

2º) Transporte; o segundo tema, aviação civil

3º) Aviação Civil;

4º) Água;

5º) Telecomunicações;

6º) Temas Transversais de Infraestrutura.

Observe, por fim, que, ao fim de cada tema debatido, a Comissão de Serviços de Infraestrutura publicará, no formato de separata, um compêndio de todas as apresentações por painéis, bem como dos debates ocorridos e das propostas sugeridas.

Finalmente, concluídos todos os painéis e temas programados, essas separatas serão unificadas numa só publicação final, para ser divulgada e distribuída a todos os Parlamentares, às autoridades e aos órgãos públicos, às universidades e demais instituições de ensino técnico e ainda às entidades privadas representantes dos segmentos envolvidos com a infraestrutura em geral.

Dando prosseguimento, e como já foi dito, na última segunda-feira, dia 18 de março, tivemos a audiência de introdução do primeiro tema, Energia e Desenvolvimento no Brasil, com a presença do Dr. Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Professor Emérito da Universidade de Campinas (Unicamp), que é engenheiro eletrônico formado pelo ITA, onde já lecionou, e é Doutor em Física pela Universidade de Paris (Sorbonne). É agraciado com a Comenda da Ordem Nacional do Mérito da França e com a Cátedra da Universidade de Montreal, Canadá. É também Pesquisador Emérito do CNPq, já publicou 80 trabalhos em revistas especializadas e foi editor da *Solid State Communications*, editada em Oxford, Inglaterra, além de *referee* de cerca de 20 revistas internacionais. É, ainda, membro da Comissão de Energia da União Internacional de Física Pura e Aplicada e Presidente do Conselho de Administração da ABTLuS.

Também fez parte da Mesa, a convite desta Presidência, o Prof. Luiz Curi, Conselheiro do Conselho Nacional de Educação, que agradeceu o convite e expressou a satisfação e a necessidade dos órgãos de educação em cooperar e apoiar iniciativas como esse ciclo de audiências da Comissão de Serviços de Infraestrutura, pois elas permitem a mobilização de conhecimentos e conteúdos para dar condições de atualizar as políticas públicas.

Sobre essa audiência, na sessão de abertura, o Prof. Rogério de Cerqueira Leite apresentou um quadro comparativo da evolução da população, do Produto Interno Bruto e da oferta de energia, no período de 1950 a 2000. Ele demonstrou que, enquanto a população, nesse período, aumentou 2,5 vezes, o consumo de energia foi multiplicado por oito, em decorrência do aumento da riqueza nacional e do processo de urbanização da população.

Ainda, segundo o Professor, o consumo de energia no Brasil se encontra na faixa de 2.000 quilowatt-hora por habitante por ano, quando, para atingir um Índice de Desenvolvimento Humano, o conhecido IDH, comparável ao dos países mais desenvolvidos, são necessários de 4.000 a 5.000 quilowatt-hora por habitante no nosso País.

Frisou o palestrante que toda energia vem ou veio do sol e que, embora não conheçamos sua es-

sência nem saibamos produzi-la, sabemos como se comporta e como transformá-la em outras formas e utilizá-la. Sempre que o processo de transformação envolver calor, o rendimento será baixo devido a inevitáveis perdas.

Nesse sentido, diz ele, a energia hidráulica é eficiente, pois não envolve calor, enquanto os motores à combustão tem limitações ao seu rendimento, assim como a energia nuclear, que não supera 30% de eficiência e tem, na eliminação do calor gerado, um grande problema técnico. Já a energia eólica, segundo ele, é eficiente, assim como a energia solar, que, embora eficaz e de futuro promissor, apresenta, no entanto, questões tecnológicas que não permitem vislumbrar em torná-la competitiva num prazo inferior a 20 anos.

O Professor citou, ainda, que parte da recente queda dos custos da energia solar decorreu de uma tentativa da China de dominar esse mercado, utilizando processos de *dumping*, que redundaram na falência de diversas empresas chinesas do ramo. Devido aos altos custos de materiais e de manutenção, entende que atualmente a energia solar só oferece solução para pequenas aplicações em condições específicas.

Em termos de preços, considerando o investimento inicial na instalação e o custo de produção, na avaliação do palestrante, a energia hidroelétrica se mostra muito competitiva, assim como a energia eólica. Já a biomassa se mostra cara, assim como a energia solar, que apresenta elevados custos de investimento e operação, enquanto o gás natural, embora exija baixo investimento, tem produção cara. A energia nuclear, a par do elevado investimento, encontra restrições de outra natureza, tendendo a ser abandonada.

Segundo o Professor, com exceção do Brasil, que conduz seu programa sem muita convicção, atualmente, só a China desenvolve um programa de energia nuclear, pois até os Estados Unidos, a França e a Alemanha recuaram em seus programas, sinalizando, muito provavelmente, uma retomada. Frisou, ainda, que o Brasil não necessita dessa fonte para atender à necessidade projetada de 5.000 quilowatts/hora por habitante por ano.

Declarou o Prof. Rogério de Cerqueira Leite que considera equivocada a posição dos ambientalistas que combatem o aproveitamento hidroelétrico, em especial na Amazônia, posição que entende não é a da sociedade. Nessa direção, citou a presença em manifestação em Belo Monte de artistas estrangeiros com seus jatos, todos movidos a combustível fóssil, causadores de efeito estufa. Segundo ele, a existência e as consequências do efeito estufa são unanimidade mundial, existindo, segundo ele, apenas um cientista no mundo, reconhecido internacionalmente, com posição

discordante, o que indica a necessidade de considerar o fenômeno em todos os projetos.

Entende o Professor que devem ser desenvolvidos estudos científicos para avaliar as perdas e ganhos com o aproveitamento hidroelétrico na Amazônia com represas, pois a eletricidade não é acumulável, mas a energia, sim. Os alegados prejuízos à natureza com o aumento das áreas alagadas não são comprovados, havendo que considerar que áreas alagadas são, na prática, fonte de vida, podendo ser aproveitadas de diversas formas, inclusive no desenvolvimento da piscicultura.

A prioridade estabelecida pelo Governo brasileiro para o pré-sal, em detrimento do álcool de cana-de-açúcar, na opinião do palestrante, é equivocada. Nesse sentido, citou estudo desenvolvido na Unicamp, não contestado por nenhum órgão, que concluiu que a mesma energia que poderá ser produzida pelo pré-sal, que tem uma previsão de esgotamento em 40 anos, pode ser produzida indefinidamente com a utilização de apenas um terço da área atualmente ocupada por pastagens para a produção de álcool de cana-de-açúcar. Energia renovável, menos poluente, eficiente e sem necessidade de destruir nada, correspondente a 10% – um número que realmente nos impressiona – de todo petróleo consumido no mundo.

Concluindo, disse o Professor que, em sua opinião, hidroelétricas e álcool representam a solução para os problemas de energia do Brasil, devendo ser revista a opção pelo pré-sal poluente, caro e gerador de conflitos. Essa é a opinião do Prof. Rogério de Cerqueira Leite, que inaugurou o nosso ciclo de audiências públicas às segundas-feiras.

Segundo comunicado: Relatório do PNUD.

A divulgação, na semana passada, do Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento com a classificação de países em termos de Índice de Desenvolvimento Humano ocasionou protestos do Governo brasileiro.

O relatório da agência da Organização das Nações Unidas especializada em desenvolvimento utiliza como ferramenta o IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, que tem como parâmetros a saúde, a educação e a renda da população – o IDH procura ser um índice que extrapola uma visão excessivamente concentrada na economia, como a do Produto Interno Bruto, como nós sabemos, que é a soma de bens e serviços produzidos por um país, ou seja, o IDH procura ir além do PIB. No entanto, o IDH é também quantificado por dados estatísticos levantados por órgãos governamentais ou agências internacionais, o que pode levar a algumas distorções.

No atual relatório referente ao ano de 2012, o Brasil ficou no 85º lugar, posição bastante precária, pois foram analisados 187 países. Ademais, é enorme a defasagem entre o Brasil e os países desenvolvidos. A posição mais alta é da Noruega e a posição mais baixa é do Níger.

A mensuração do IDH, no caso da saúde, destaca a expectativa de vida da população, e no que diz respeito à educação, centra-se no número de estudantes matriculados. O índice renda refere-se à renda *per capita*.

O Governo brasileiro, por meio dos Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social, protestou com veemência contra a metodologia utilizada pelo PNUD, argumentando que houve emprego de dados defasados, bem como a omissão de informações, apesar de o relatório elogiar políticas brasileiras como a concessão direta de ajuda à população carente e o papel do Estado como indutor econômico.

No que diz respeito à educação, os dados relativos ao número de matrículas estariam ultrapassados, e, quanto à saúde, também estariam ultrapassadas as informações sobre a expectativa de vida dos brasileiros.

A Agência da ONU replicou que a escolha das estatísticas visa a equalizar a formação do *ranking* do desenvolvimento humano, pois nem todos os países possuem capacidade de fornecer informações a um tempo confiáveis e atualizadas.

Evidentemente, são cabíveis discussões metodológicas, mas o relatório tem o mérito de realçar deficiências brasileiras que são visíveis a qualquer observador, mesmo sem serem quantificados.

O relatório deve ser usado como um motivo de reflexão para a sociedade brasileira e para os responsáveis políticos, tanto no Poder Executivo, quanto aqui no Congresso Nacional.

Ademais, cabe a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura a análise e o acompanhamento de temas que afetam diretamente a capacidade de competição da economia brasileira.

Na educação, a abordagem numérica da quantidade de matrículas deixa de lado o aspecto qualitativo e é sabido que, exceto em algumas instituições de excelência, o ensino tem-se deteriorado. Além disso, é grave a complacência com a aceitação de menores patamares para a qualificação de estudantes. É o que tem ocorrido com uma instituição respeitada internacionalmente como o Instituto Rio Branco, e agora com os candidatos ao programa Ciência Sem Fronteiras. Nas duas situações, diminuem-se as exigências de conhecimento de línguas estrangeiras, que são instrumentos de trabalho essenciais tanto para os diplomatas quanto para aqueles que a sociedade brasileira, com sacrifício,

envia ao exterior para adquirir maiores conhecimentos. Não conseguirão eles cumprir as suas missões de representar e defender o País, ou de buscar o aperfeiçoamento acadêmico se não tiverem conhecimento linguístico adequado.

Os problemas da saúde, que se refletem na expectativa de vida, estão visíveis a olho nu nas periferias das grandes cidades. Os meios de comunicação os retratam cotidianamente. Não há necessidade de quantificação.

O outro parâmetro essencial para o Índice de Desenvolvimento Humano, a renda, somente pode ser melhorado com o desenvolvimento econômico, para o qual é essencial a construção de uma infraestrutura adequada.

Assistimos agora na colheita da safra de grãos as dificuldades logísticas do transporte rodoviário ineficiente; do transporte ferroviário defasado; e dos portos sobrecarregados.

A nossa capacidade energética tem que ser incrementada, para que nova fase de desenvolvimento não a sobrecarregue.

Vários desses problemas estiveram encobertos pelo manto de uma fase de crescimento da economia mundial que aumentou o preço das *commodities* exportadas pelo Brasil. Mas, agora, devemos ter em conta que existem deficiências estruturais graves que devem ser sanadas para que o País possa crescer. Há urgência na resolução desses problemas no momento em que a economia internacional se reorganiza em novos patamares, em novos espaços e demanda maior capacidade de competir. Por isso, a Comissão de Serviços de Infraestrutura tem como sua tarefa mais nobre participar da busca de soluções de dificuldades que afetam diretamente a construção do futuro do País.

Aliás, sobre essa questão de adoção de índices como o IDH e o PIB, gostaria de aproveitar para trazer a notícia a V. Ex^{as} – muitos já devem ter tido conhecimento – sobre a instituição de um novo índice no Brasil: Índice de Bem-Estar Brasil. Quanto a esse Índice, consta no *site*.

Foi lançado no último dia 13 pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas e já tem um *site*, é o primeiro indicador de bem-estar e felicidade no Brasil. Esse *site* e essa iniciativa foram realizados em conjunto com a FGV, São Paulo, em parceria com o Movimento Mais Feliz e a rede social MyFunCity.

O Well Being Brazil (WBB), como será chamado, índice do bem-estar Brasil vai medir o nível de satisfação do brasileiro.

O primeiro índice, segundo informou Mauro Mourtoryn, Presidente do Movimento Mais Feliz, deverá sair no final de dezembro.

Segundo ele, o indicador será formado por um tripé: cidadão, Poder Público (que inclui também as políticas públicas de empresas privadas que interferem na vida do cidadão) e a percepção do cidadão, sobretudo o que o rodeia.

Outro comunicado: Panorama da Infraestrutura na palavra de especialistas.

O lançamento do Inova Empresa, pelo Governo Federal, que prevê investimentos da ordem de R\$32 bilhões para a pesquisa no Brasil, foi elogiado pelo presidente da Trevisan Escola de Negócios, membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, auditor e consultor de empresas Antoninho Marmo Trevisan, para quem “a medida é oportuna no âmbito das metas de aceleração da produção de novas tecnologias e da ampliação do apoio a projetos de risco e da promoção de assistência à modernização de pequenas e médias empresas”.

Esse plano, a ser aplicado em dois anos, destina-se aos setores da agroindústria e agropecuária; energia; petróleo e gás; saúde; defesa; tecnologia da informação e sustentabilidade socioambiental. Um bilhão de reais será destinado à Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) – que o Governo pretende que represente, para a indústria, o que a Embrapa foi para a agricultura, através de pesquisas que tornaram o Brasil uma potência mundial do agronegócio.

Trevisan adverte, porém, sobre a necessidade de se evitar a repetição de erros históricos e de assegurar o sucesso do programa, evitando-se a superposição de recursos e ações, garantindo a produtividade e a aplicação do dinheiro com foco. Ele admite que precisamos ampliar a pesquisa e o desenvolvimento, desde que “no contexto da produção e da tecnologia a ela aplicada, incrementando conhecimento e recursos humanos competentes”.

Para ele, avançamos sensivelmente na pesquisa acadêmica, mas continuamos muito atrás nos *rankings* mundiais de registro de patentes, e isto significa que permanecemos dependentes quanto a tecnologias e processos. Na sua opinião, o Inova Empresa deve focar a pesquisa nos gargalos tecnológicos do Brasil, pois só assim poderá ajudar o Brasil e seu parque empresarial a dar um salto de qualidade, produtividade, tecnologia e competitividade”.

O especialista em tecnologia Renato Cruz, autor do livro O Desafio da Inovação: a Revolução do Conhecimento nas Empresas Brasileiras, publicado em 2011, diz que:

Uma boa maneira de verificar em que áreas o Brasil é inovador, é analisar a lista dos [produtos] mais exportados. A empresa que tem sucesso em transformar conhecimento em dinheiro é capaz de competir no mercado internacional. Em 2012, os primeiros da lista foram minério de ferro, petróleo, soja, açúcar e carne de frango.

Muita gente diz que o país exporta commodities, e nas commodities não há tecnologia. Existe, sim. São empresas desses setores as que mais registraram patentes no País e mais investem em pesquisa e desenvolvimento. [Interessante esse registro dele.]

É preciso ter muita tecnologia para ser competitivo num mercado de produtos padronizados. Contudo, levando-se em conta esse critério de exportação, a indústria brasileira vai mal. Entre os dez produtos mais exportados, o único de alta tecnologia são os aviões da Embraer. Entre os 20, aparecem automóveis e autopeças. Produtos que normalmente associamos com alta tecnologia – como componentes eletrônicos, celulares, computadores e fármacos – não têm destaque. Apesar de o Brasil ter conseguido atrair da China a produção de iPhones e videogames Xbox, ela é para consumo interno.

Conclui o especialista que “os eletrônicos brasileiros não são competitivos no mercado mundial”.

Com relação à distribuição dos investimentos públicos e sua queda, registrada no ano passado, em recente comentário, o economista e consultor Armínio Fraga, ex-Presidente do Banco Central, disse que “as condições para o investimento não estão dadas: há problemas na infraestrutura, na mão de obra qualificada, na estrutura tributária, na burocracia e na qualidade da regulação”. Este é um tema que vai exigir muito de todos nós, integrantes desta Comissão: melhorar a qualidade das nossas agências reguladoras.

O economista acredita haver uma crise na infraestrutura, para a qual estamos buscando respostas, mas ainda encontramos-nos longe de resolvê-la.

Por sua vez, o economista Edmar Bacha, diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica Casa das Garças, ressaltou, em debate naquela instituição, que “as empresas estão reticentes em investir; primeiro, pela incerteza em relação ao futuro; depois, porque as exigências de conteúdo local encarecem os produtos e enfraquecem o poder de competição”.

O economista atribui duas razões como responsáveis pela falta de crescimento da economia brasileira [frase cunhada por ele]: “Na infraestrutura, o governo está na direção certa, mas andando de costas – não

olha para onde vai, não enxerga o futuro, não consegue fazer política de concessões; e, na política industrial, segue em frente, mas na direção errada, espalhando desindustrialização”.

Nas últimas semanas, o País assistiu ao caos que se instalou nas vias de acesso ao Porto de Santos, com intermináveis filas de caminhões parados na rodovia Cônego Domênico Rangoni, para escoar a safra agrícola. Dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) revelam que não há rotas alternativas para esse escoamento, pois, além de as ferrovias e hidrovias serem insuficientes e das péssimas condições das estradas, criou-se uma forte concentração no sistema portuário: quase dois terços dos grãos exportados vão para os portos de Santos e de Paranaguá.

O gerente de economia da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais, Daniel Furlan Amaral, comentou que “a taxa recorde de produção de soja e milho, que deveria ser festejada, tem tirado do sono de todo mundo, já que todos os elos da cadeia logística se esgotaram”. A safra de grãos saltou, em cinco anos, de 135 para 185 milhões de toneladas. Outro agravante reside no fato de que 55% da soja produzida no Brasil são movimentados em caminhões; 35% em transporte ferroviário; e apenas 10% por meio de hidrovias.

O Diretor de Desenvolvimento Comercial da Companhia Docas, do Estado de São Paulo, Carlos Kopittke, explicou que vários terminais estão operando abaixo de sua capacidade, porque os caminhões não conseguem chegar até o local de descarregamento. Segundo ele, a combinação de safra recorde, rodovias deficientes e a nova regra que limita o tempo de trabalho do caminhoneiro provocou grande concentração de caminhões chegando ao mesmo tempo no porto e atrapalhando o agendamento feito pelos terminais.

No seu entender, a rodovia não está preparada para suportar esse tráfego de caminhões e de veículos comuns. Já o Coordenador do Movimento Pró-logística de Mato Grosso, Edeon Vaz Ferreira, ressalta limitação da capacidade da hidrovia que leva os grãos até Itacoatiara e Santarém e as péssimas condições da BR-158. Para chegar até o Porto de Itaquí, via ferrovia Norte-Sul, a partir de Palmas, no Tocantins, os caminhões provenientes de Mato Grosso enfrentam sérios problemas na BR-158, até chegarem à ferrovia.

Tudo indica que as cenas de caos nos portos tendem a continuar. Alternativas para o acesso a Santos ou a criação de um sistema mais eficiente para o recebimento da carga, semelhante ao adotado no Porto de Paranaguá, foram sugeridos pela Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) Sérgio Mendes. Outras medidas também podem ajudar se-

gundo o Diretor da Anec, citando como o exemplo o terminal de Tubarão, no Espírito Santo, onde apenas um fiscal para emitir todos os certificados, sendo que um navio que carrega milho, cuja exportação também foi recorde este ano, exige cinco ou seis vezes mais certificados do que a de outros grãos – não se sabe exatamente por que ou o porquê.

Como se não bastassem essas deficiências estudos de um consórcio de consultorias, a pedido de um BNDES, diagnosticou que o Brasil precisará de 106 novos terminais portuários para atender ao transporte de cargas para importação, exportação e cabotagem, previsto para 2031.

O diagnóstico tinha como objetivo orientar o desenvolvimento de políticas públicas para o setor, mas o Governo planeja construir apenas 46 novos terminais nessa primeira fase.

O consórcio de consultorias constatou, também, que a falta de planejamento encarece o serviço, gera filas de navios para atracagem em alguns portos e ociosidade em outros.

Dos 40 portos públicos existentes, quatro – Santos, Vitória, Itaquí e Itaguaí – respondem por 55% do tráfego. Segundo o estudo, dos 106 novos portos, 19 terminais são necessários para movimentação de contêineres; 13 para minério de ferro; oito para grãos; quatro para açúcar; três para fertilizantes; e oito para veículos. O restante deve ser destinado ao transporte de outras cargas.

Atualmente cerca de 60% da movimentação dos portos brasileiros deve-se a graneis como minério de ferro e soja – sempre associei alguma coisa provindo da agricultura, mas é considerado também o granel ao minério de ferro.

A navegação entre portos no País, cabotagem, representa cerca de 23% e dedica-se em especial a petróleo e derivados.

O Governo acredita que a implementação da MP dos portos alterando o marco regulatório do setor, atenderá às necessidades apontadas no estudo encomendado pelo BNDES.

O presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários, William Mantelli, acredita que o novo marco regulatório atrairá mais investimentos, além de proporcionar mais segurança jurídica aos investidores. Segundo ele precisamos de mais terminais e garantia de logística para baixar os nossos custos, mas tudo dependerá do marco regulatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PDSB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, V. Ex^a, o Sr. Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, essas informações que V. Ex^a nos repassa no início das reuniões da Comissão de Serviços de Infraestrutura são da maior importância. Ainda agora, sobre a questão dos portos, para o escoamento da produção brasileira, isto é de conhecimento de todos: há um estrangulamento da logística e, com isso, retira-se a competitividade do Brasil. Agora mesmo, os jornais de hoje, tanto a Folha como o *site* exame.com trazem o cancelamento da importação de dois milhões de toneladas de soja pelo maior grupo chinês importador de soja, o Grupo Sunrise, em função dos atrasos nas entregas. Inclusive, a matéria fala até em *default* por parte do fornecedor, porque já teria de ter sido entregue grande parte disso. Dos dez a doze navios Panamax, com carregamento que deveria ter sido enviado entre janeiro e fevereiro, apenas dois chegaram ao destino.

Isso se deve exatamente ao que V. Ex^a acabou de transmitir a todos nós e volto a tocar no mesmo assunto.

Lamentavelmente, o Governo brasileiro ainda não acordou para o modal hidroviário. Lá pelo meu Estado do Pará, pela hidrovía Araguaia-Tocantins, se tivesse já sido iniciada sua implantação ou pelo menos o trecho de Tocantins, em função do derrocamento do Pedral do Lourenço, já poderíamos ter auxiliado o Brasil – porque é isto que o Pará faz ao longo de toda a sua história: auxiliar o nosso País –, dando oportunidade para facilitar o escoamento da produção. E V. Ex^a tocou, na sua comunicação, a respeito da questão da Santarém-Cuiabá também, para escoar seis milhões de toneladas de soja, que são produzidas no norte do Mato Grosso e que, lamentavelmente, tem que ir a Paranaguá para poder sair para o mercado consumidor.

Era só para fazer o registro das notícias dos jornais de hoje sobre o cancelamento pelo importador chinês de dois milhões de toneladas de soja.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Flexa Ribeiro.

E, antes de iniciarmos a nossa audiência pública, com a presença do Diretor-Geral do DNIT, General Fraxe, eu gostaria de terminar a leitura dos comunicados. São dois, um em relação à subcomissão temporária de Aviação Civil.

A Presidência, nos termos do art. 89, inciso IV, designa os Srs. Senadores João Costa (PPL) e Vital do Rêgo (PMDB), insigne Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para integrarem, como membros titulares, a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, criada pelo Requerimento nº 68, de 2011, com a finalidade de proceder a levantamento e análise sobre a situação de todos os segmentos da aviação nacional.

Vale transmitir informação trazida por S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro, integrante da subcomissão, na penúltima reunião desta Comissão, no último dia 6 de março, de que o relatório final deverá ser entregue no final deste mês de março, e a Presidência da Comissão aguarda a deliberação da subcomissão para depois levar à deliberação do Plenário.

O último comunicado, que tem a ver com a nossa audiência pública de hoje, diz o seguinte:

Tem sido um procedimento usual do Tribunal de Contas da União, para – aspas – “driblar” a pecha de que seria o responsável pela paralisação de obras de infraestrutura, editar um acórdão em que determina ao DNIT que, embora aquele tribunal tenha encontrado irregularidades, a obra em pauta pode prosseguir.

Vejam que jogo de palavras: o TCU publica um acórdão dizendo que, embora tenha detectado irregularidades – que estão tentando sanar –, mas que o Tribunal autoriza que as obras tenham prosseguimento. E aí vem: desde que não se pague qualquer serviço acima do preço do referencial previsto no Acórdão já citado.

E aí é que vem o busílis da história. Ocorre que o inciso V do art. 91 da LDO estabelece:

V – indício de irregularidade grave com recomendação de retenção parcial de valores – IGR, aquela que, embora atenda à conceituação contida no inciso IV do caput deste artigo, permite a continuidade da obra desde que haja autorização do contratado para retenção de valores a serem pagos, ou a apresentação de garantias suficientes para prevenir o possível dano ao erário, até a decisão de mérito sobre o indício relatado.

Isso é o que diz o inciso V do art. 91 da LDO.

Parece que o Tribunal de Contas da União descobriu um novo formato de atingir o mesmo objetivo – vale dizer, interromper obras –, sem uma análise mais profunda. Sem uma análise mais profunda. Realizada essa análise por uma equipe inexperiente, imatura, orgulhosa e prepotente – isso para dizer o mínimo – e que não pensa no Brasil e na sua gente, porque infensa de qualquer responsabilidade, o que é um absurdo que necessita ser corrigido.

Ou seja, quando há a paralisação de uma obra como essa e eles usam essa semântica para dizer que pode continuar, tem aqui o inciso V do art. 91 da LDO, que demonstra claramente que a obra não pode ser, porque necessita do “de acordo” do contratado, e o contratado não tem obrigação de arcar com qualquer tipo de prejuízo, até porque foge à sua atribuição e do próprio sistema de que a empresa, para sobreviver, tem que buscar a sua rentabilidade, para poder empregar e investir.

Eles paralisam a obra e, depois, é visto que, do diagnóstico feito, que não, que a irregularidade havi-

da era uma irregularidade boba, que poderia ter sido a obra continuada ou, eventualmente, que a irregularidade detectada não foi comprovada. E isso causa um prejuízo, pela paralisação da obra: os canteiros são desmobilizados, os trabalhadores são demitidos, e depois, para essa obra ser retomada, há um custo. E aí vem a pergunta: quem arca com essa responsabilidade? Quem paga esse custo? São esses jovens inexperientes, imaturos e prepotentes, que ficam aqui e acolá paralisando obras por todo este País, sem a devida atenção aos critérios que os estão levando a fazer isso?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Presidente, um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Não, porque eles não têm essa responsabilidade – só concluindo, Senador Wilder, com a licença de V. Ex^a, com a permissão de V. Ex^a –, eles não são chamados a essa responsabilidade.

Portanto, a contratada que concordar com as opções contidas na LDO estará tacitamente admitindo que houve dolo ou incompetência gerencial, além da descapitalização decorrente da apresentação de garantias. Dessa forma, será muito difícil qualquer contratada concordar com esses procedimentos, e a obra será paralisada.

E aqui vem mais ou menos uma repetição do que acabei de dizer. Pergunta-se: a que custo? E no caso de os motivos pelos quais a obra foi paralisada não se confirmarem no futuro, o que acontecerá? Qual será a responsabilidade imputada ao técnico responsável pela paralisação? Nenhuma. E isso tem que mudar. Não pode continuar como está.

Vê-se assim o DNIT obrigado a interromper o processo licitatório em curso e iniciar outro, que seguramente será mais caro e demandará um prazo ainda maior. Assim, repito, o Tribunal de Contas da União atinge o mesmo objetivo sem o ônus do desgaste de ser responsável por mandar paralisar obras, o que, além de onerar fortemente o Erário, dificulta o progresso e o bem-estar de todos. Quem pagará a conta? Novamente a desgastada gente brasileira.

Pela ordem, S. Ex^a, Wilder Moraes e, em seguida, ouviremos o Sr. General Fraxe, Diretor-Geral do DNIT. Ouço V. Ex^a, Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Presidente, não é a hora, então, de a gente criar um projeto e responsabilizar essas pessoas pessoalmente e não só a instituição? Porque isso acontece em todos os Estados, no País inteiro. E temos recentes acontecimentos simplesmente com denúncia, em que colocam em xeque todo o processo licitatório e sem responsabilizar ninguém, como V. Ex^a disse. Para-se a

obra, desmobiliza-se, e aí perde todo o serviço porque parou no meio do caminho, e sem contar o custo para remobilização e retorno da obra, e, depois de algum tempo, descobre-se que não houve falha. Como se sabe, o ex-Ministro dos Transportes, Alfredo, sofreu em relação a vários trechos de obra, que hoje, depois de certo tempo, retornam.

Então, acho que é hora de a Casa fazer uma lei responsabilizando os profissionais que tomam essa atitude sem nenhum custo adicional ou sem nenhuma responsabilidade pelo ato.

Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Eu pediria a V. Ex^a, Senador Wilder, com a sua aquiescência àquilo que aqui já foi dito, se V. Ex^a poderia elaborar esse projeto de lei para que pudéssemos trazer aqui, submetendo-o à deliberação do Plenário, transformá-lo em um projeto de lei da própria Comissão de Infraestrutura, para corrigirmos esse equívoco, esse viés, que atrasa demais, sobretudo em relação às obras específicas do PAC, várias delas, as reclamações que nós ouvimos, porque a obra está paralisada. E acham que a culpa eventualmente é do DNIT, do órgão, e não é. Não é questão também, não quero dizer culpa, mas é sempre tem interferência do Tribunal de Contas da União, naquele afã de querer mostrar serviço, e que coloca na mão de inexperientes jovens, quase que imberbes, mal saídos dos cueiros, para que façam esse tipo de investigação – eles que não conhecem o Brasil. Acho que esses técnicos, para chegarem a analisar uma obra, a fiscalizar uma obra, tem que ser gente com experiência, engenheiros seniores, pessoas que conheçam, que tenham colocado pé na lama, tenham andado por essas estradas, conheçam a nossa realidade, conheçam o nosso País, e não jovens saindo da universidade, querendo a luz dos holofotes, acham que é muito interessante paralisar uma obra, porque está em discussão se devem pagar *royalties* por exploração de jazida mineral à União ou não – jazida mineral, entenda-se pedreiras.

Desde que aqui a primeira estrada asfaltada foi construída com a brita vinda de jazida mineral, nunca se colocou isso em discussão. Agora, temos obras paralisadas no Brasil, porque os técnicos querem discutir, depois da licitação feita, se a União deve pagar ou não *royalties* pela exploração que está sendo feita de jazidas minerais – entenda-se pedreiras de onde se retira brita para se construir as estradas de que tanto precisamos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Presidente Collor, uma questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Uma questão de ordem, S. Ex^a o Sr. Vice-Pre-

sidente desta Comissão, Senador Petecão e, em seguida, S. Ex^a o Senador Ministro Alfredo Nascimento.

E quando os senhores desejarem, podemos iniciar a audiência pública. O General Fraxe já chegou.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Presidente Collor, estou acompanhando atentamente este debate entre V. Ex^a e o Senador Wilder, e eu acho que nós precisamos fazer algumas correções, é verdade, mas não podemos generalizar.

Acho que o Tribunal de Contas da União cumpre um papel importante, sim. Eu posso dar o exemplo lá do meu Estado. Temos uma obra que sequer foi terminada e ela já se encontra completamente intrafegável na sua grande parte. Então, nós temos que ter muita prudência nesta discussão porque cada caso é um caso.

Eu acho que tem de ser feita alguma coisa. O senhor está correto, o Senador Wilder está correto, mas eu fico pensando se não houvesse o Tribunal de Contas da União para fiscalizar algumas obras, e eu dou exemplo no meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Eu concordo com V. Ex^a, Senador Petecão, de que são as exceções que confirmam a regra; são as exceções confirmam a regra.

O fato é que no Tribunal de Contas da União há uma grande distorção, a começar da sua atuação hoje. O Tribunal de Contas da União foi criado para ser um órgão assessor do Congresso Nacional, do Poder Legislativo. É um órgão assessor. E de órgão assessor, o Tribunal de Contas da União passou a ser quase considerado um tribunal superior.

Então, nós precisamos fazer voltar as coisas aos seus devidos lugares. E não podemos ficar esperando, como agora, por exemplo, que uma análise técnica demande uma coisa simples – como essa, por exemplo, da pedreira que eu aqui citei, que é um caso específico e real que está acontecendo – demore 40 dias para se discutir, ou essa questão dos *royalties*, ou seja lá o que for. Isso é um absurdo!

E depois, das obras aqui, nós dividimos os diversos problemas que nós temos na questão de infraestrutura, e, se nós formos ver, várias dessas obras que estão sendo realizadas, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento, são obras que encontram dificuldades, paralisação, em função desse excesso de “zelo” – aspeado – de um grupo de pessoas que não tem ainda experiência devida para poder aferir; olhar uma determinada obra e saber que tipo de gravidade ou que tipo de problema ela está vivenciando, até porque nós temos o período seco e o período de chuvas. Então, se demora isso, todo o trabalho que foi realizado no período de estiagem, quando chega o período de chuvas, tudo aquilo que foi feito, se a obra foi

paralisada, vai por água abaixo, literalmente por água abaixo. E o custo disso?

Eu peço licença a V. Ex^{as} para convidar, para fazer parte da Mesa...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente, só para uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, V. Ex^a o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Pela ordem.) – É só para uma questão rápida de informação a V. Ex^a e à Comissão.

Tanto eu quanto o Senador Flexa Ribeiro, na condição de Vice-Presidente da Subcomissão de Aviação, e este Senador, na condição de Relator, já concluímos o relatório da Subcomissão de Aviação, promovida por iniciativa do Senador Vicentinho Alves, que está voltando, para nosso júbilo, ao convívio da Casa no próximo dia 14 de abril. Como a Secretaria de Aviação Civil trocou o seu Ministro Secretário, já ontem, estivemos com o Ministro Moreira Franco, para que a Comissão possa ouvi-lo.

Então, há um requerimento de nossa autoria, com o apoio do Senador Flexa e do Senador João, para uma extensão de 15 dias na conclusão do relatório, em atenção ao novo Ministro que pediu para se posicionar a respeito dos estudos e das diversas audiências públicas que nós fizemos acerca desse tema tão palpitante e que foi priorizado, na administração desta Comissão, e que respeitosamente V. Ex^a o manteve, até a aprovação do seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Vital do Rêgo.

A solicitação de V. Ex^a é absolutamente procedente. Então, nós iremos postergar a apresentação do relatório da Subcomissão de Aviação Civil para a segunda quinzena do mês de abril, na primeira quarta-feira, depois da primeira quinzena do mês de abril.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Fica confirmado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Vital do Rêgo.

E convido, para fazer parte da Mesa, como convidado desta Comissão, para prestar esclarecimentos...

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – ...sobre as obras que estão sendo executadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre, baseado no requerimento de autoria de S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira, o General Fraxe.

Mas antes da entrada de S. Ex^a, por favor, pela ordem, o Senador Ministro Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM)

– Presidente, V. Ex^a já se antecipou ao que eu diria, que seria a função que tem o TCU para o País. Ela é extremamente importante, mas é um órgão assessor do Parlamento. Há que se preparar algum instrumento no sentido de que o Tribunal de Contas tenha também responsabilidades. É fundamental, é essencial a participação do Tribunal de Contas no acompanhamento e na fiscalização de todas as obras que são realizadas no País, mas é também muito importante que esse órgão responsabilize as pessoas que fazem essas verificações pelos prejuízos, que são inúmeros, dados ao País.

Então, se alguém vai lá e para uma obra sem fundamentação, que seja responsabilizado pelo prejuízo que aquela paralisação pode causar ao País e aos brasileiros. Acho que esse instrumento é fundamental, nós precisamos dele para que o Tribunal de Contas tenha o cuidado no sentido de que a obra, ao ser paralisada, seja o responsável pela obra também responsabilizado pelo prejuízo.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Ministro Alfredo Nascimento.

Agora, sim, por gentileza, peço que dê entrada ao recinto o General Jorge Pinto Fraxe, Diretor-Geral do DNIT.

Apenas lembrando que, a partir de hoje, e numa iniciativa pioneira da Comissão de Serviços de Infraestrutura, nós estamos abrindo a audiência pública realmente ao público. Então, todos aqueles que estejam ouvindo a Rádio Senado e assistindo à TV Senado e que queiram participar fazendo perguntas ao convidado, no dia de hoje e nos outros dias também, da mesma maneira, podem ligar para o telefone 0800-612211 (ligação gratuita) e fazer as perguntas e os comentários que desejarem e que serão feitos aqui ao convidado, ou enviar a sua contribuição pela Internet, no www.senado.gov.br/alosenado, ou no Facebook, ou Twitter, no @alosenado.

Seja muito bem-vindo, General Fraxe. É com satisfação que a Comissão de Serviços de Infraestrutura recebe V. S^a na nossa reunião regular, e, como V. S^a sabe, todos nós temos interesse muito grande em conhecer a real situação do setor rodoviário no nosso País, das obras que estão em andamento e dos problemas que, eventualmente, estejam sendo enfrentados, que entendendo sejam vários.

Gostaria de passar a palavra a V. S^a para fazer a sua explanação. V. S^a tem dez minutos para fazê-la, e, em seguida, S. Ex^{as} as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores farão as perguntas a V. S^a.

Por favor.

O SR. JORGE PINTO FRAXE – Ex^{mo} Sr. Presidente

da Comissão de Infraestrutura, Presidente Collor. Na sua pessoa, saúdo, respeitosamente, todos os Senhores Senadores aqui presentes e quero dizer da minha satisfação de rever o Senador Alfredo Nascimento, com quem tive o privilégio de trabalhar na posição de construtor do Exército na Amazônia e no Nordeste. E dou um testemunho de um homem determinado em querer fazer as coisas para o bem do Brasil, muito engajado, brigão, porque queria fazer as coisas avançarem. Nunca tinha dito isso e digo aqui de público, Senador, é uma questão de justiça. (*Palmas.*)

Vejo o Senador Raupp, que é outro brigão por Rondônia e que segue no meu pé, cobrando as coisas do seu povo. Quero dizer que uma das coisas mais bonitas que aprendi, como Diretor-Geral do DNIT, foi o jogo democrático. Todos os Parlamentares que me visitaram foram buscar, com toda a honestidade, com todo o anseio, representando as bases que os elegeram, fazendo seu trabalho de cobrar uma melhor infraestrutura para a sua região.

Então, isso eu não sabia que existia. Eu fui aprender no DNIT e, desde que eu estou lá, setembro de 2011, passei a valorizar, a respeitar e admirar os Srs. Deputados, Senadores, Prefeitos, Vereadores que me visitam. Nunca, neste um ano e meio em que eu estou lá, escutei nenhum pedido que não fosse o bem-estar do seu povo pelo qual foi eleito. Esse registro eu faço aqui, porque eu acho que merece ser feito.

Vou entrar direto na questão do DNIT. Assumimos um órgão da maior importância para o Brasil, porque é um dos responsáveis por parte da infraestrutura brasileira. E, antes de abrir ali uma exposição, procurei preparar alguma coisa para apresentar aos senhores.

Eu quero dizer que, antes da auditoria do Tribunal de Contas, que faz o seu trabalho como órgão de controle, nós já estávamos desenhando o mapa estratégico do DNIT. Tivemos a Symnetics como uma consultora do Movimento Brasil Competitivo, da Câmara de Gestão, e ali desenhamos o mapa estratégico, onde constam ações estratégicas, entre elas medidas importantes como o sistema de gestão do pavimento, que inclui algumas falhas que foram detectadas pelo TCU, na sua auditoria, que redundou na minha presença aqui.

Então, é interessante dizer que parte das informações que o Tribunal utilizou para o seu acórdão sobre as 11 obras de restauração, que foi a parte da estrutura do pavimento, foi levantada pelo próprio DNIT, dentro do sistema de gestão de pavimento do DNIT. Nós já estávamos fazendo isso, porque é obrigação nossa. Apenas o Tribunal se antecipou a uma análise e já foi para um acórdão, buscando nos dar orientação, que nós recebemos muito bem como orientação.

E eu estou aqui para uma prestação de conta à Comissão de Infraestrutura, pelo fato de que é a segunda vez que eu venho aqui. A primeira foi no dia da sabatina, que foi um momento também de rara felicidade. E, por uma questão de respeito e apreço aos Srs. Senadores, eu trouxe o balanço do ano passado. Eu trouxe apenas três exemplares, eu não sabia que ia precisar de mais. Se faltou, eu vou mandar distribuir mais, porque esse é o balanço do que nós fizemos o ano passado.

E qual foi o cenário que eu encontrei no DNIT, no ano passado, quando cheguei? O mais importante de tudo está ali. Eu só pincei aquilo que é por demais importante e que tem ligação com a minha presença aqui, que é a questão da manutenção. Eu encontrei 105 contratos de projetos de engenharia para manutenção estruturada com gestão deficiente lá dentro. Nenhum dos contratos que foram licitados para projetos de engenharia e de manutenção estruturada tinham sido concluídos durante três anos. Os projetos não haviam sido concluídos durante três anos. Então, qual foi a primeira providência que nós tomamos, um mês depois de assumir, ao descobrir esse problema? Foi correr atrás desse passivo. O resultado eu vou apresentar em seguida.

Só para os senhores terem uma ideia, esses contratos foram buscados lá dentro da CGDesp, a Coordenadoria Geral de Projetos do DNIT. Fomos buscar lá. Chamamos as projetistas, todas elas. E, para os senhores terem uma ideia, eu trouxe aqui, está aqui para consulta, as notificações com multas, que já chegam a R\$1,2 milhão por projetos errados.

Então, nós assumimos uma postura no DNIT: projetos de engenharia não podem ter erro, porque, senão, há erro na construção. Tudo nasce do projeto de engenharia.

Então, passamos a tomar uma atitude rigorosa sobre isso. Para não ficar no discurso, dei ordem à equipe de projetos que compilasse todas as notificações com os valores das multas. E o resumo está aqui: R\$1,235 milhão multas aplicadas. Está aqui para consulta daqueles que desejarem.

Acho que isso é uma prestação de contas importante que estou fazendo aqui, nessa parte de projeto, Presidente. E, logicamente, isso está mudando. Isso está mudando. Nós vamos para essa ação corretiva que estou citando.

Outra ação corretiva, além dessa, está aqui também: foram devolvidos aos cofres da União R\$21 milhões de medições feitas com equívoco. Aqui estão as guias de recolhimento à União do dinheiro que foi devolvido. Obras de apenas um lote de duplicação. Aqui estão as guias, resultado de uma auditoria técnica

ca realizada na nossa gestão. Está aqui a comprovação: as guias com os valores. Então, é o que chamo de ação corretiva.

Ainda como ação corretiva, resultado do acórdão do Tribunal de Contas da União sobre aquelas obras de restauração: as notificações estão aqui. As empresas que executaram a restauração já estão notificadas. Aquelas que não realizarem o retrabalho, sem custo ao Erário, serão devidamente multadas na discussão técnica que couber a cada caso.

Então, o mais importante de tudo o que quero dizer com isso é que o DNIT que está hoje aí não aceita o malfeito. O que passou eu não conheço, por uma questão de ética e respeito pelos companheiros que passaram pelo DNIT. Cada um tem seu momento, suas dificuldades, sua realidade, e cabe a nós respeitar. Eu só posso e só tenho autoridade de comentar sobre o que nós estamos vivenciando no DNIT. E a nossa postura é essa.

Eu gostaria de ir para o próximo eslaide.

Quais são as ações preventivas? Isso é outra ação.

Estou fazendo aqui uma rápida prestação de contas aos senhores, porque eu prometi que voltaria aqui na sabatina – acho que alguns dos Srs. Senadores lembram que eu disse que gostaria de voltar para prestar contas. Então, a convocação de V. Ex^a eu agradeço, porque é uma oportunidade que tenho de prestar contas do que estamos fazendo, até para ser conhecido o que estamos fazendo. Senão, como é que nos conhecem?

Eu notei que o DNIT carecia – e ainda carece – de credibilidade. Em um país democrático, em um Estado de direito, como o nosso, de total liberdade, só existe um capital que nos faz avançar: a credibilidade. Sem credibilidade, não há apoio do Congresso, não há apoio da população. Daí, imaginei: como vou conquistar a credibilidade junto aos Srs. Senadores, aos Srs. Deputados, ao povo brasileiro? Primeira medida: transparência. Mas tem que ser transparência de verdade, não pode ser de faz-de-conta.

Então, eu criei o BEM – é proposital a sigla, Presidente. O BEM (B, E, M), uma sigla de Boletim Eletrônico de Medição. Então, hoje, qualquer um dos senhores, qualquer brasileiro, se estiver morando na Finlândia, no Canadá, no Japão, e desejar saber sobre uma obra do DNIT importante que está acontecendo na terra dele, ele acessa o www.DNIT.gov.br e vai ver a sigla do BEM. Ele clica no BEM, e aí vai ver as unidades da Federação. Ele escolhe a unidade da Federação, escolhe a BR, o lote, e vai ver todos os boletins de medição feitos, mensalmente, daquela obra.

O boletim de medição é físico, financeiro. Então, no boletim de medição, temos ali a quantidade física que foi executada e quanto foi pago. Aquilo é para ser contestado por qualquer brasileiro, para facilitar os nossos órgãos de controle.

Então, vejam os senhores que foi uma primeira medida de ação preventiva contra desvios.

E a segunda: as atas de reunião da diretoria colegiada, onde se tomam as grandes decisões do DNIT, também estão na Internet.

Mas nós descobrimos no DNIT onde é que está uma das grandes vulnerabilidades: na supervisão das obras. Então, vejam os senhores: o DNIT, com mais de mil contratos de empreendimentos, não têm topógrafo. O DNIT não tem topógrafo; o DNIT não tem laboratorista de solos. Ele não tem. É tudo terceirizado. É assim que ele foi concebido.

Então, o ponto vulnerável do DNIT está na fiscalização das obras. É uma vulnerabilidade. E dentro da transparência, eu não tenho de esconder isso. Eu tenho de chegar e dizer isso aqui com toda a honestidade de um soldado, de um brasileiro que está no DNIT. Não tem outra maneira de falar. É essa.

Então, o que nós estamos fazendo? Nós estamos mudando o modelo de contratação e de gestão das empresas supervisoras, pois até hoje elas não foram nem supervisoras nem fiscais, elas foram consultoras.

Então, no nosso modelo novo, estou dizendo o seguinte: se der erro na obra, a supervisora vai dividir o prejuízo com a construtora. Ela, supervisora, passa a ser responsável pela qualidade e quantidade de todos os serviços. Nós não vamos pagar mais por homem/hora; nós vamos pagar a supervisora por produto.

Quanto custa um ensaio de CBR? Quanto custa um ensaio de resistência de concreto? Como é que se paga topografia? Qual é o volume de terraplanagem que eu vou pagar na obra? A empresa supervisora mensalmente vai ter de apresentar o arquivo eletrônico, seja em Topograph, sejam em civil 3D, qualquer que seja o *software*. Ela vai ter de me entregar um arquivo eletrônico da geometria, do volume que foi trabalhado, porque, no dia em que o próprio DNIT ou o Tribunal de Contas da União ou a Controladoria Geral da União ou o inquérito da Polícia Federal desejar saber como é que foi pago aquele serviço, existe um suporte documental, onde haverá um arquivo eletrônico dos volumes que a topografia registrou.

Então, esse novo modelo de seleção de gestão está em pleno desenvolvimento.

Eu mobilizei todos os técnicos do DNIT. E aqui eu quero fazer justiça àqueles homens e àquelas mulheres do DNIT. Temos inúmeros doutores, PHDs, mestres, formados no Brasil e no exterior, que compõem o corpo

técnico do DNIT. São engenheiros de primeira linha. Tem um sentado ali atrás, que é PHD em pavimento, o Dr. Luiz Guilherme. Eu o trouxe aqui para mostrar aos senhores.

Então, não trabalhamos com amadores nem com neófitos. São pessoas da mais alta qualidade que o DNIT tem. E me orgulha muito estar ali como, vamos dizer, comandante deles. É um orgulho para mim, uma honra.

Mas uma coisa está mudando no DNIT também. Eu sei que estou passando da hora e, se for preciso, eu me calo aqui e pronto. Estou tentando prestar conta aos senhores do que estamos fazendo. Aí eu me entusiasmo, porque comecei a criar amor pelo DNIT. Eu reconheço. É apaixonante o trabalho, sabe? É uma coisa bonita, porque começamos a ver resultado. Ainda existem muitas dificuldades, há muito que corrigir, mas é apaixonante o trabalho, sinceramente apaixonante.

Bom, eu pedi muito e o Governo atendeu: estendeu o sistema de RDC da Copa para o PAC. Por quê? Por que nós pedimos para pegar o regime diferenciado de contratação, o RDC, e sair da Copa para o PAC? Por uma razão simples: o RDC tem uma modalidade chamada contratação integrada, em que eu divido a gestão de risco com o mercado. Eu divido essa gestão de risco com o mercado. No RDC, eu posso colocar apenas o anteprojeto e quem ganha a licitação vai desenvolver o projeto executivo e vai fazer a obra, com aditivo zero – preço global, aditivo zero.

Um único aditivo que nós vamos conceber é aquele em que o trabalho é do Estado brasileiro. Qual? Questões ambientais, desapropriações e realocação. Eu não vou pedir para uma construtora realocar pessoas pobres que estão numa faixa de domínio. O Estado brasileiro tem que fazer isso, para não haver distorções, para não haver abusos, para respeitar a dignidade da pessoa. Então, tirando isso, na obra em si, não haverá aditivo, zero de aditivo.

O que está acontecendo com isso? O mercado começou agora a entender isso aí. E o que ele faz? Quando eu solto o edital do RDC, ele corre para o terreno, ele vai conferir, ele vai lá olhar. “Será que realmente eu vou conseguir fazer?”

Então, vejam os senhores que o RDC traz duas virtudes. Uma é esta: eu estou pegando o risco que era todo do Estado brasileiro e estou passando parte considerável dele ao construtor. Então, ele tem que se preparar para isso. Dois: nós temos que fazer uma matriz de gerenciamento de risco, em que parte desse risco eu tenho que remunerar também. Eu não posso deixar o consórcio construtor no sal completamente. Dependendo do nível de informação que eu tenho na licitação... Essa curva é um modelo matemático que

nós já estamos desenvolvendo, e ela será usada no edital. Eu posso, digamos assim, além do orçamento que eu imaginei para a obra, aumentar 5%, 6%, 7% de risco, porque o empresário precisa disso.

Nós temos que acabar com esse pensamento de que lucro é pecado. Pelo amor de Deus, lucro não é pecado. Lucro impulsiona inovação, impulsiona pesquisa, impulsiona desenvolvimento. Quem disser que isso não existe, para mim, no mínimo, é cara de pau – perdoe-me a expressão – ou hipócrita. O lucro faz parte de qualquer país livre que quer trabalhar com o mercado.

Bem, pela primeira vez, nós estamos lançando, e já existe o contrato, um Plano Nacional de Controle de Tráfego, porque é o feijão com arroz do planejamento. Meus senhores, se eu não tenho contagem de tráfego, eu não posso planejar nada. É o volume de tráfego que vai dizer para mim que estrutura de pavimento eu tenho que colocar na rodovia. Eu não tinha isso.

Então, já há duas empresas que venceram dois lotes. Estamos fazendo a aferição dos equipamentos, porque não é contratar pessoa para ir para a beira da estrada, com papel, ficar contando carro que passa. Isso eu não quero. Por quê? Porque eu não sei se está contando mesmo. Eu não estou lá. Eu sei lá o que vai apresentar. Então, o fator humano disso eu estou afastando. São equipamentos eletrônicos instalados, porque aí não tem jeito. Isso nos auxilia e auxilia o órgão de controle a receber os relatórios, a analisar o volume de tráfego e a dizer: “Para esse volume de tráfego...” E tem mais, não é só de quantidade. Esse projeto faz pesos estatísticos. Olhem só a evolução a que nós estamos chegando. É o Plano Nacional de Controle de Tráfego. Aquele que desejar ver isso mais de perto pode ir ao DNIT, e eu tenho a satisfação de mostrar. Vamos começar agora. Então, isso é uma ação importantíssima.

Nós estamos fazendo, via concorrência internacional, com regras do Banco Mundial, o monitoramento de 50 trechos para calibrar o modelo matemático do HDM-4 adaptado à realidade brasileira. É o sistema de gestão de pavimento. Como fazer a gestão desse pavimento? Dentro desse modelo, com essa calibração, é que houve o acórdão do TCU sobre o FWD. De certa forma, meus técnicos têm algumas discordâncias sobre aquela avaliação que foi feita, e é normal haver. São os engenheiros de um lado do Tribunal e são os engenheiros do outro lado do DNIT discutindo, numa mesa redonda, de igual para igual. E da discussão nasce a luz, nasce a melhor solução. O que é que eu fiz como resultado disso? Eu mandei chamar a Diretora do Instituto de Pesquisa Rodoviária do DNIT, do IPR, que é o berço das normas técnicas do rodoviário brasileiro, que tem mais de 50 anos de existência, trouxe aqui para dentro do DNIT Brasília, compus um

grupo para rever as normas de recebimento de todos esses serviços das obras contratadas.

Então, as duas falhas sobre obras: uma é a supervisão, porque eu não tenho topógrafo nem laboratorista, então tenho que terceirizar. Aí o que é que acontece? O mercado fiscaliza o mercado. E precisa ter muita sabedoria para fazer isto – mercado fiscalizando mercado. Não estou dizendo que não serve; eu estou dizendo que precisa ter sabedoria. Daí o modelo de gestão da supervisora ser muito preciso, e só pagar supervisão por produto. E eu disse lá, eu escrevi fora dos horários normais de expediente, porque os senhores sabem que durante o dia nós não temos tempo para nada, tudo é corrido. Então, aos sábados, domingos, feriados e à noite, na minha residência, eu escrevi o primeiro termo de referência para licitar a supervisão de obra, no qual eu digo, como primeira responsabilidade, que a supervisora tem que paralisar qualquer serviço feito fora das normas do DNIT. Porque, se não fizer isso, ela vai arcar com o prejuízo junto com a construtora.

Hoje, o que é que acontece? Você pega um contrato do DNIT, ela é consultora. Consultor é consultor. Eu chego e pergunto: o que é que você acha desse problema? Ele diz: “Pode ser feito de um jeito, pode ser feito do outro”. Eu não quero isso. Eu quero uma empresa que vá para o terreno, coloque durante todos os turnos da construtora o topógrafo medindo todos os volumes de movimento de terra, que instale lá laboratório de solo, de asfalto e de concreto e me faça todo o escopo de prova que o projeto exige. Senão, não está fazendo supervisão de obra. Não está. Eu não vou receber um trecho e aprovar com os ensaios da construtora. A construtora tem que fazer por controle dela, mas o DNIT só pode receber e pagar um serviço com o aval da supervisora, porque é para isso que foi delegada competência a ela através de uma licitação, já que eu não tenho estrutura para isso.

Eu estou também desenvolvendo o Programa BR Legal. As licitações já foram realizadas. O que é que é isso? Eu fiz duas viagens bem longas propositalmente. Eu saí daqui, passei pelo Rio de Janeiro, São Paulo, fui a Mato Grosso do Sul, subi para o Mato Grosso, voltei e me perdi no caminho. Não há placa. Eu tive que perguntar a vaqueiro, a um bando de gente como é que eu fazia para chegar aqui e acolá. Por que isso? Porque tem que fazer investimento. O brasileiro, com sua família, vai fazer uma viagem e ele tem que saber como é que ele está indo, por onde ele está indo, quantos quilômetros faltam para a próxima cidade que tem hotel para ele dormir com a família dele, onde há restaurante. Ele tem que saber. Quem vai dizer para ele isso nas rodovias federais? Nós, através de placas de indicação.

Estamos investindo R\$4 bilhões só nisso. É o Programa BR Legal, que será desenvolvido em cinco anos. As licitações já começaram, já temos vencedores para os primeiros lotes, até porque vai haver a Copa das Confederações, e eu tenho que ter sinalização para um evento importante como a Copa das Confederações.

Na minha sabatina, aqui, há um ano e meio, alguém me perguntou assim: “O senhor é contra a Lei de Licitações e Contratos?” E não sou doido, daí eu disse: eu não! Claro que eu concordo. E continuo concordando, porque a lei harmoniza os conflitos, ela socializa, ela nivela, ela dá igualdade de oportunidade. Só que aí eu fui ao DNIT e, depois de um ano e meio, eu estou aqui agora com autoridade de um ano e meio de gestão no DNIT. Sabe quanto tempo nós levamos no DNIT com uma licitação pela Lei 8.666? Duzentos e trinta dias, duzentos dias. Porque a quantidade de recursos que a lei proporciona, para o cara entrar aqui com recurso, entrar aqui e ali, o aspecto comercial prevalece sobre o bem público, sobre o bem comum da população. Não pode!

Aí nós implantamos, eu levei para dentro do DNIT o prego eletrônico. Aí começou a discussão: “Mas pregão, não pode fazer obra com pregão”. Mas serviço de manutenção não é obra, é serviço. Então, começou a mudar.

Aquela dificuldade de quilômetro de manutenção que não tinha, hoje, nós estamos aqui – e eu vou mostrar logo em seguida –, com uma quantidade que já passa de 40 mil quilômetros de licitação de manutenção, para quem não tinha nada quando EU assumi, 40 mil quilômetros. Tinha qual? Tinha os contratos anteriores, do Crema 1, que eles estavam terminando o prazo e não havia o recobrimento de novos contratos.

Muito bem. O pregão eletrônico reduziu os serviços de Crema 1 e de Conserva de 200 dias para 33 dias, 35 dias. Meus senhores, isso, em termos de resposta à população não tem nada igual. E o pregão está na lei. Inclusive, não tem contato físico, é eletrônico. O pregão eletrônico simplesmente roda o sistema informatizado no Siafi e ninguém sabe a hora que termina. O pregoeiro não determina o fim do pregão, quem termina o pregão é o sistema. É uma excelente modalidade de licitação. Ele mesmo termina, ele diz: “Está terminando, parou.” Sem controle.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE PINTO FRAXE – Pelo Ministério do Planejamento, isso é um programa direto do MPOG.

Quer dizer, é a impessoalidade, que é um dos princípios constitucionais da administração, você vê nitidamente no pregão eletrônico.

Mas aí veio o RDC. Da mesma maneira, nós trocamos para as concorrências das obras, para as

grandes obras, nós trocamos 237 dias, 300 dias por 30 dias úteis, por 60 dias ou até 90 dias. Então, vejam os senhores que diferença nós estamos conseguindo com a RDC.

Eu queria passar para próxima.

Este gráfico aqui já é o gráfico em que nós, do DNIT, fazemos a nossa avaliação. E eu procurei de 2001 a 2011, dez anos. O azul é o bom, o amarelo, o regular e o vermelho, o mau. Meus senhores, nesses últimos dez anos, houve uma evolução muito positiva do pavimento, houve uma melhora.

Eu queria ir para o próximo gráfico, por favor.

Este é da Confederação Nacional dos Transportes, a sua avaliação do DNIT. Então, vejam, o ótimo, terminamos em 56%; começamos, em 2007, com 42% e chegamos a 56%. O bom já está 5,6%, caiu um pouquinho de 11 para 12, o regular caiu pouquinho. Por quê? Porque aumentou o ótimo. Resumindo, deste gráfico, digo que de regular a ótimo, 91% da malha, não sou que estou dizendo isso, é a CNT. Este é relatório da Confederação Nacional do Transporte.

Aí, às vezes, alguém comenta assim: “Dos 90 e poucos mil quilômetros de malha, está uma porcaria.” O DNIT não administra 90 mil km de malha. A malha federal não é essa. É porque ali está incluída a malha estadual. A malha federal é 54 mil km. Então, existe uma diferença muito grande aí.

Ações concretizadas desde 2012. Vejam: estamos com 48 mil km de manutenção contratados e em licitação. Evoluiu. Nesse ano e meio, nós evoluímos muito, melhoramos muito. Isso é uma renovação da manutenção que já vinha acontecendo, que o Ministro Alfredo Nascimento investiu muito na manutenção. Ele mudou a cara das rodovias brasileiras. É só aquele gráfico que mostrei lá, a evolução começou com ele, ele investiu e o azul do bom começou a subir.

Quando eu falei dos 105 contratos, foi uma questão interna da Coordenadoria de Projeto dentro do DNIT que muita gente não sabia. Agora, vejam, 48 mil km em manutenção e está em curso 6.200 de projeto. Com isso, fechamos 100% da nossa malha até meio do ano. Quando chegarmos em junho, vamos ter 100% da malha e, assim esperamos, com projetos concluídos e com os editais na rua. Então, o que é que vai acontecer? Em dois anos, a gente vai conseguir cobrir 100% da malha em manutenção, da malha pavimentada.

Como informação, para finalizar –, não vou entrar em mais discussões –, a nossa carteira de contratos – peço que passe ao próximo eslaide – aquele é interessante ali. Nós queremos chegar a R\$42 bilhões até dezembro deste ano na carteira de contratos. Essa é a nossa meta até o final de 2013, R\$42 bilhões em contratos, somando manutenção e novas obras. É meta.

Não estou dizendo que vai ser atingida. É meta, é um desafio que estou impondo ao DNIT, sendo R\$24 bilhões de investimento e R\$17 bilhões de manutenção e sinalização. Até o momento, estou com R\$16,7 bilhões de carteira de contrato.

Como o prazo está terminando, eu vou encerrar – pode apagar o meu eslaide, vou entrar para os debates –, a conclusão é que, das deficiências detectadas nas obras de restauração, eu formei um grupo de trabalho para poder fazer a atualização das normas de recebimento dos serviços para que não haja mais... Inclusive o Tribunal de Contas da União vai participar da redação final dessa norma, de modo que não haja uma discussão: “Ah, porque o Tribunal adotou uma metodologia e o DNIT adotou outra metodologia.”

Para não haver essa discussão, quando tivermos o modelo pronto, como sempre fazemos, chamaremos o tribunal. Dia desses convidei, foram mais ou menos uns 30 auditores do TCU para dentro do DNIT para discutirmos o RDC, contratação integrada. Fomos lá discutir, um time de engenheiros do Tribunal e do DNIT. E essa nova norma será feita da mesma maneira.

Assim, como primeira apresentação e primeiras palavras, agradeço a paciência de todos, pois eu passei do tempo. Estou à disposição. Se eu souber das perguntas, respondo de imediato. O que eu não souber, anto e mandarei por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o General Jorge Pinto Fraxe, Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes pela sua explanação.

Lista de Senadores inscritos, iniciando por S. Ex^a, o autor do requerimento do convite feito a S. Ex^a o General Fraxe, o Senador Aloysio Nunes Ferreira com a palavra.

Em seguida, Senador Valdir Raupp e, em terceiro, a Senadora Vanessa Grazziotin; em quarto, o Senador Lobão Filho; em quinto, o Senador Jayme Campos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Senador Sérgio Petecão.

Gostaria que o senhor me inscrevesse, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – O senhor está inscrito, Senador Sérgio Petecão.

Com a palavra S. Ex^a, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, General Fraxe, bom dia.

Fico feliz, General, que esse meu requerimento tenha fornecido ao senhor ocasião de fazer uma prestação de contas do seu trabalho à frente do DNIT depois da sua sabatina, em setembro de 2011, se não me engano.

Eu não tinha tido o privilégio de conhecê-lo pessoalmente, conhecia-o de nome, e fiquei muito bem impressionado – quero começar a dizer isso –, com a sua disposição, com o seu conhecimento, com seus propósitos e com as ações que já estão em curso. Quero dizer isso ao senhor. Mas eu não poderia deixar, em primeiro lugar, de abordar uma questão que me intrigou ao ouvir a sua exposição, o geral da sua exposição.

O senhor faz, com toda a razão, um justo elogio do trabalho do Ministro Alfredo Nascimento. Eu mesmo, quando fui procurá-lo, certa vez, para tratar de um assunto de uma rodovia lá da minha região, em São José do Rio Preto, fui recebido com toda a atenção por S. Ex^a, e as providências que solicitei foram tomadas de imediato, sem nenhuma postergação. O mal foi que ele, logo depois, se desincompatibilizou, e as coisas não tiveram seguimento.

Mas o Ministro saiu do cargo debaixo de um processo em que ele não teve sequer direito de defesa. A Presidente reuniu auxiliares, inclusive o Ministro, o Secretário-Adjunto – não sei se esse é o nome –, o Secretário-Executivo, na ausência, estranhamente, do Ministro para fazer críticas muito sérias à gestão. V. Ex^a, hoje, ao fazer o seu depoimento, restabelece as coisas: faz um justo elogio do trabalho do Ministro Alfredo Nascimento.

Por outro lado, ao falar da sua gestão, o senhor elenca uma série de providências, desde a contratação de manutenção; a renovação e novos contratos de manutenção, uma vez que os anteriores estavam já em vias de se esgotar; a adoção de um novo sistema de supervisão para evitar a confusão entre supervisão e aconselhamento, assessoria; o enfrentamento do que o senhor chama de “arroz com feijão” do planejamento, que é um sistema de determinação do volume de tráfego, essencial para a determinação do tipo de pavimento, eventualmente obras de terceira faixa, de duplicação; o Programa BR Legal, para orientar as pessoas que usam as rodovias federais; a adoção dessa providência que é elementar, o pregão eletrônico, que já está prevista na Lei de Licitações e que levou à redução do tempo para as contratações; o contrato pela modalidade do preço global, que evita, em muito, os sucessivos aditivos, que acabam por encarecer muito a obra além de propiciar, digamos assim, ações indelicadas das pessoas encarregadas das medições.

Mas tudo isso parece que é uma nova gestão. Quer dizer, o senhor adota mudanças bastante radicais. Nada disso havia antes? Em um sistema de transporte que é responsável... É bem verdade que não são todas rodovias federais, como o senhor mesmo lembra, mas uma boa parte do tráfego de cargas no Brasil e de passageiros se faz por rodovias. Então,

depois de tantos anos, só agora, sob a sua gestão, essas providências, que me parecem absolutamente corretas, são tomadas? Fica essa primeira... É claro, o senhor disse que não está aqui para fazer a crítica do passado, mas fica esta constatação da minha parte: por que só agora? Será que nada disso havia antes?

Eu me considero bastante satisfeito com a resposta que o senhor deu a respeito da notícia que foi objeto do meu requerimento de convite: aquelas obras que foram apontadas por reportagens da imprensa, onde foi necessário praticamente refazer trechos importantes de obras entregues há seis, sete meses.

O senhor já nos disse que as empresas estão notificadas, serão multadas – foram multadas, evidentemente que, se não apresentarem uma defesa convincente – e serão, inclusive, obrigadas a refazer a obra sem nenhum custo para o Erário público. Apenas pergunto se é o caso, se o senhor já detectou hipóteses de inabilitação dessas empresas para novas contratações?

Vou fazer algumas perguntas relativas ao TCU, mas, antes, faço um parêntese, Presidente. Está tramitando, na Comissão de Constituição e Justiça – aliás, já foi aprovado –, um projeto de lei de autoria do nosso pranteado Senador Itamar Franco, que determina a presença periódica, no início da sessão legislativa, do Presidente do TCU, para falar sobre o relatório de gestão anual, que é apresentado pelo Poder Executivo.

Esse projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e fui o Relator. Mas é outra providência que considero muito útil para estreitar as relações entre o TCU e o Senado. É que recebemos, periodicamente, relatórios parciais do TCU sobre setores do Governo. As Comissões temáticas recebem relatórios do TCU de avaliação sobre a área do tema daquela Comissão. Frequentemente, a regra é simplesmente a leitura e o arquivamento desses relatórios.

Começamos com uma prática nova: a cada relatório, pedir ao ministro responsável pelo relatório que venha, aqui, ao Senado, para explicar, para dar maiores esclarecimentos sobre o seu relatório e, em seguida, acompanharmos, mediante requerimentos de informação, as providências que o Executivo for instado a tomar pelo Tribunal de Contas, isto é algo muito simples de se fazer e que poderia obviar muitos mal-entendidos e ajudar o Tribunal de Contas no exercício da sua função. Mas, quando falo TCU, não significa necessariamente o Tribunal, mas pode ser uma equipe técnica que é chamada a se pronunciar.

O TCU apontou indícios de superfaturamento em obras da BR-101 e da 280, e o Ministério Público abriu investigações para apurar atrasos inexplicáveis a aditivos nos contratos de ampliação de várias rodovias, sob

a responsabilidade do DNIT: BR-101, 163, 292, 156 e 470. Esses relatórios foram já objeto de análise por parte do DNIT? Houve providências? Que providências foram tomadas em relação a esses casos específicos?

Ainda de acordo com a auditoria realizada pelo Tribunal de Contas, os problemas estruturais, os defeitos nos trechos analisados, que apareceram logo depois de concluídas as obras, apontam uma quantia de cerca de R\$150 milhões, quantia necessária para corrigir os problemas. O senhor confirma esse número, confirma essa estimativa?

Há uma rodovia que foi objeto, também, de muito noticiário, que é a BR-316, no Maranhão. Uma rodovia de 320km que teria custado R\$107 milhões à União e defeitos estruturais apareceram em 82% dessa rodovia. Esse dado aponta para a exigência de um maior rigor na análise da assinatura dos contratos, na análise dos contratos, da sua assinatura, na análise da documentação, e um projeto executivo detalhado da obra.

V. Ex^a fala que uma parte dessas obras incluídas no PAC são objeto do regime diferenciado, mas as outras não, as que não estão no PAC, não. Que providências tomou o DNIT, ou tomará o DNIT, para que haja maior rigor nessas contratações?

Eu queria saber como é hoje, General Fraxe, o senhor disse que está trabalhando para estabelecer normas mais rigorosas para o recebimento da obra, atestar o recebimento da obra. Pergunto ao senhor como é hoje esse sistema, que tipo de controle existe? V. Ex^a quer aprimorá-lo. Ótimo, a gente está sempre procurando evoluir e melhorar, mas como é hoje o sistema, que falhas ele aponta?

Em relação a muitas dessas questões que eu tinha para fazer ao senhor, a sua exposição inicial já me esclareceu. Eu agradeço o seu esclarecimento sobre obras.

Agora, eu queria falar também sobre uma “não obra”. Uma “não obra”. Falamos de obra e agora vamos falar de “não obra”, que foi exatamente o objeto da minha audiência, anos atrás, com o Ministro Alfredo Nascimento.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE (*Fora do microfone.*) – Travessia de São José do Rio Preto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Exatamente. A BR-153, o senhor sabe, todos sabemos aqui, é uma das rodovias mais movimentadas no País.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE (*Fora do microfone.*) – Eu estive lá.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O senhor esteve lá. No trecho paulista, ela foi entregue a uma concessionária, e, no meu entender, por erro, o trecho da Travessia de Rio Preto não foi

incluído na concessão, talvez para baratear o pedágio. E a Prefeitura de Rio Preto ficou encarregada de fazer o projeto e o DNIT, de fazer a obra. Pois é, essa é a “não obra” sobre a qual eu queria falar com o senhor.

Eu sei que há atrasos, eu sei que há mil problemas que podem ser evocados, mas o fato é que a Presidente Dilma esteve em Rio Preto, há três anos, numa grande festa. Rio Preto, o Presidente conhece, tem amigos lá, inclusive amigos que integraram o seu governo. Três anos, a Presidente esteve lá e disse: “Olha, nós vamos duplicar esse trecho.” São 17km.

Depois de três anos, General, eu quero saber quando é que essa obra vai começar. A Prefeitura apresentou projeto com problemas e tal, mas o DNIT tem condição de ajudar a Prefeitura a fazer um projeto. Não acredito que seja algo do outro mundo, se até aquela nave *Curiosity*, que os Estados Unidos mandaram para Marte, pode ser consertada a distância, um projeto de duplicação de 17km, que, aliás, já estava feito, precisava ser corrigido apenas, não demoraria tanto tempo.

Então, eu gostaria que V. Ex^a me dissesse o que vai acontecer lá e que V. Ex^a já fixasse uma data para que eu pudesse ir ao seu gabinete pagar a visita, retribuir a visita que o senhor nos faz para ter boas notícias dessa obra, porque continuam morrendo pessoas, continua havendo acidentes dramáticos, graves, e são vidas humanas, não é só um problema de tráfego, de escoamento de produção. São vidas humanas que se perdem em razão desse atraso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Antes de passar a palavra a S. Ex^a o Senador Valdir Raupp, agradecendo a participação de S. Ex^a o autor do requerimento de convite ao General Fraxe, para que comparecesse, Senador Aloysio Nunes Ferreira, eu gostaria de passar às mãos de S. Ex^a o General Fraxe perguntas que nos estão chegando aqui pelo 0800 612211 e pela Internet, no *site* www.senado.gov.br/alosenado ou pelo Twitter, @alosenado, nessa iniciativa da Comissão de Infraestrutura, que é pioneira aqui no Senado, nas Comissões.

A primeira pergunta que recebemos da senhorita Ana Carrilho, de Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul: “O que explica a diferença na qualidade do asfalto entre as rodovias nas quais pagamos os pedágios e as rodovias do governo, em que não se paga pedágio?”.

A outra pergunta é de Osni Roberto Araújo, de Saquarema, Rio de Janeiro: “Tem sido divulgado pelo Facebook que a construção de estradas pelo Exército brasileiro gera grande economia para o País. Por que essa opção não é mais utilizada, já que o senhor inclusive tem origem nesta instituição?”.

Do Sr. Manuel Aragão, do Rio de Janeiro: “Por que o DNIT usa asfalto nas estradas, que dura três anos, em vez de concreto, que dura 30 anos? Quando finalmente teremos balanças em todas as estradas para que caminhões superlotados deixem de esburacar as estradas, especialmente na época de chuva?”.

Passo às mãos de S. Ex^a.

Do cidadão Roberto Marcelino de Castro, de Vila Santa Catarina, São Paulo: “Por que a União não obriga a prefeitura de todos os Municípios que são beneficiados com rodovias estaduais e federais a zelar por essas rodovias e a trabalhar para que esses trechos sejam ampliados?”. Comenta que os Municípios são abastecidos e beneficiados graças a essas rodovias, por isso necessitam ser preservadas. Diante disso, sugere que não haja cobrança de pedágio, mas sim o recolhimento de IPVA e das multas de trânsito e que esse dinheiro seja aplicado entre os Municípios para a real melhoria da infraestrutura.

E, por fim, Maurício Antônio Buffon, de Linhares, Espírito Santo afirma que a rodovia BR-101, no Estado do Espírito Santo, está abandonada. Dessa forma, solicita que a referida rodovia seja duplicada com urgência.

Passo a palavra à S. Ex^a o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Sr^s e Srs. Senadores, Sr. General Fraxe, Diretor-Geral do DNIT, inicialmente gostaria de parabenizá-lo pelo trabalho. Está no caminho certo. Tenho certeza de que as mudanças estão sendo feitas apesar do pouco tempo. Todos que passaram por lá, assim como o Diretor Pagot fez um trabalho determinado, dinâmico para melhorar as rodovias brasileiras, assim como o nosso Ministro Alfredo Nascimento, já elogiado por V. Ex^a...

Sob fortes expectativas de mudanças, V. S^a assumiu a Direção-Geral do DNIT, em setembro de 2011. No ano seguinte, auditoria realizada pelo TCU, instância máxima de controle da União, voltou a constatar a baixa qualidade de obras rodoviárias executadas sob a responsabilidade do DNIT. Diante disso, indago: qual a natureza dos principais problemas identificados por V. S^a ao assumir a direção do DNIT e quais as prioridades então estabelecidas?

Sei que muitas dessas perguntas que vou fazer já foram parcialmente respondidas por V. S^a.

Sabemos que o DNIT tem problemas crônicos e que os efeitos decorrentes de quaisquer mudanças introduzidas dificilmente apareceriam de imediato. Que resultado se pode esperar das ações empreendidas até o momento?

Segunda: é paradoxal que, em um país com acentuada dependência de transporte rodoviário para escoamento de sua produção, persistam os gargalos

logísticos e os elevados custos operacionais associados ao estado precário das nossas rodovias, que já melhoraram, de acordo com o MAPA.

A situação torna-se ainda mais crítica quando se constata que, além de limitados, os investimentos governamentais ainda têm seus efeitos corroídos pelo alto custo e pela baixa qualidade das intervenções realizadas na malha rodoviária. V. S^a já explicou que está melhorando também.

V. S^a confirma que deficiências técnicas ligadas ao planejamento e ao desenvolvimento de projetos estariam na base das enormes dificuldades enfrentadas pelo DNIT nas contratações realizadas, as quais, não raro, deságuam na necessidade de aditamento de prazos e de recursos, além de produzirem obras de baixo padrão. V. S^a também já afirmou que não há praticamente mais aditivos em obras e que, daqui para frente, isso tudo vai mudar.

Terceiro: por outro modo, qual é a porcentagem de obras geridas pelo DNIT que demanda aditivos, em relação ao valor acordado nas estações? Essa constante necessidade de aditamentos revela apenas falta de competência na elaboração dos orçamentos das obras ou existem outros motivos que a justifiquem? Também sou contra as empresas, às vezes, mergulharem no preço de uma licitação, ficarem com o preço defasado e, logo em seguida, pedirem aditivo de reajustamento de obra – isso é a pior coisa que pode acontecer nas nossas obras.

Quarto: a sistematização de procedimento e o estabelecimento de parâmetros, a preparação, a contratação, a execução e o acompanhamento de obras e serviços pelo DNIT é um caminho obrigatório rumo ao aperfeiçoamento da gestão rodoviária. Nesse sentido, Sr. Diretor, como V. S^a avalia o atual estágio de desenvolvimento e de capacitação técnica e institucional do DNIT, em face dos desafios inerentes à tarefa de administrar a malha rodoviária sob sua responsabilidade?

Por último, gostaria, entrando, agora, na nossa Região Amazônica – até foram pedidos que me fizeram aqui, para saber como anda o projeto tão defendido, tão trabalhado, e que não teve sucesso, por causa da questão ambiental, pelo Ministro Alfredo Nascimento, pela Senadora Vanessa Grazziotin, pelo Senador Eduardo Braga, ex-Governador, e por tantos outros daquela região, e nós, lá de Rondônia, da BR-319. Nessa BR, já existe a Ponte do Rio Negro, que é a maior ponte de água doce do Brasil, construída, inaugurada; a Ponte de Porto Velho, no Rio Madeira, de 1km, de mais de mil metros, que, também, já está sendo encabeçada, já está praticamente pronta, mas a rodovia, o meio dela, em torno de 400km, está, ainda, sem licença ambiental, sem condições de restauração; sendo restaurados,

apenas, dois trechos: um, de Manaus a Porto Velho; e outro, de Porto Velho a Manaus, nas duas pontas.

Indago, ainda, também sobre o andamento da BR-364, as contratações dos trechos que, ainda, não foram contratados para restauração, reconstrução da BR-364.

Na BR-429, faltam, apenas, em torno de 15% e 20%, para serem concluídos, e as pontes estão sendo licitadas.

A BR-425, que é, hoje, a pior rodovia do Brasil – a pior rodovia federal do Brasil é um trecho da BR-425, de Abunã a Guajará-Mirim. Porque uma empresa, a Delta, parece que tinha pegado o contrato, no início do ano passado, abandonou a obra. Foi necessário refazerem-se projetos, licitação, e houve o problema sobre o qual o Presidente Collor falou, da tal de pedreira – a empresa abandonou a obra, porque houve um impasse tão grande sobre essa questão de pedreira, de brita, que ela acabou abandonando a obra, e foi necessário refazer de novo.

Da mesma forma, em um trecho da BR-364, na restauração, também entre Ariquemes e Porto Velho, houve problema de pedreira. Está atrasando, lote 3, está atrasando a licitação, a contratação, pela questão de pedreira – isso é um problema grave, hoje, no nosso País.

Quanto à BR-174, de Vilhena a Juína, o Governador Silval Barbosa e o Governador Confúcio Moura – porque ela tem trechos em Rondônia e trechos no Mato Grosso – estão trabalhando no que se refere à questão ambiental, para poder fazer o projeto e colocar no PAC, tendo em vista que, de Castanheira a Colniza, no Mato Grosso, já entrou no PAC essa mesma rodovia.

A BR-421, que poderá ser a BR-080, sai daqui, do Planalto Central, passa por Mato Grosso, Rondônia, e chega a Guajará-Mirim, interligando a Bolívia, na BR-425, e sobrepondo a BR-425, lá em Guajará-Mirim.

Por último, gostaria de propor o mesmo desafio que propus à Presidente Dilma, na primeira reunião do Conselho, há dois anos – porque, como Presidente do PMDB, faço parte do Conselho –, quando lancei um desafio para ela: em um país que tem quase 60 mil quilômetros de rodovias federais, se não me falha a memória, só temos cinco mil quilômetros duplicados. E as melhores rodovias do Brasil estão no Rio Grande do Sul, que é um trecho da BR-101, de Porto Alegre a Osório, que para mim é a melhor rodovia do Brasil; pedagiada com um pedágio barato, com dois pedágios, nas duas pontas, mas muito... – custa coisa, acho, de R\$5,00, R\$6,00, o pedágio, e é a melhor rodovia do Brasil. Depois, São Paulo, que é o Estado mais rico da Federação, tem também algumas rodovias estaduais

duplicadas, como a Castello Branco e outras de muito boa qualidade.

O restante das nossas rodovias possui pistas simples, que são perigosas, causam muitos acidentes – muitas famílias já perderam as vidas ou a dos seus entes queridos, nas rodovias brasileiras. A duplicação melhora tudo, melhora a segurança, melhora até a conservação, porque divide, distribui o trânsito dos caminhões em pistas de quatro ou seis faixas de rolamento. Então, tudo melhora com as rodovias duplicadas. E o Brasil, um país deste tamanho, com dimensões continentais, sendo a sexta economia do mundo tem apenas cinco mil quilômetros de rodovias duplicadas! Acho isso uma vergonha que o Brasil precisa enfrentar de imediato.

Não vou aqui sequer entrar nas questões das ferrovias, das nossas hidrovias e portos. Vou parar por aqui.

Obrigado.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Valdir Raupp.

Pela ordem, com a palavra S. Ex^a Senador Ministro Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Eu queria apenas fazer uma observação em cima do que eu ouvi até pela experiência lá no Ministério dos Transportes, aproveitando o que disse o Senador Valdir Raupp.

Voltando no tempo, quando fui convidado pelo Presidente Lula para ser Ministro dos Transportes pela primeira vez, fui convidado pela minha história política, pela minha história pregressa...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Desculpe, Ministro.

Por favor.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Como eu dizia, fui convidado pela minha história de vida e pela história que fiz em meu Estado, o Amazonas, como político, há quase 30 anos de vida pública.

Mas o principal objetivo ao assumir o Ministério dos Transportes, era, pela minha história, retirar o Ministério dos Transportes das páginas policiais. Esse era o principal objetivo.

Pedi ao Presidente um tempo e, após um mês, o diagnóstico de homem vivido e experiente como gestor público era o pior possível sobre o Ministério dos Transportes e o DNIT. E eu lembro que eu dizia para o Presidente Lula que era melhor às vezes a gente destruir uma construção velha e estragada, construir uma nova do que tentar reconstruí-la.

Mas o País atravessava um momento muito difícil na sua infraestrutura. E nós resolvemos tentar organizar um órgão que havia sido transformado do antigo DER para DNIT, que tinha, na origem, a função exclusiva de rodovias e absorveu ferrovias e hidrovias, que tinha mais de seis mil funcionários e teve seu quadro reduzido para pouco mais de três mil funcionários. Não tinha estrutura e a estrutura que havia sido preparada era de meter medo! E resolvi... E a função de ministro não é executar obra, não é ordenar, não é pagar, não é assinar cheque para empreiteiro. É, sim, ordenar, é orientar, é ser o mentor de uma política de infraestrutura para o País.

Resolvemos trabalhar em paralelo e fizemos, tenho a consciência, um grande trabalho no Ministério dos Transportes. O DNIT evoluiu muito, e deve-se isso aos profissionais que lá existem, que são bons profissionais.

Mas, infelizmente, pouco andou esse órgão e pouco vai andar, desculpe-me o General, porque ele não tem os instrumentos necessários para que isso funcione. Ele não tem o topógrafo, ele não tem a infraestrutura necessária para ser um órgão executor. O DNIT foi transformado, e continua assim, em um gerente de projetos, de maus projetos até.

Então, enquanto o Governo não resolver investir o suficiente na infraestrutura brasileira e dar estrutura necessária para que esse órgão executor de rodovias possa executar essas obras, vamos voltar aqui e, com toda a boa vontade do General, com toda a competência e eficiência que ele tem, nós pouco vamos andar, porque não vai depender muito dele.

Ele tem aqui um programa de Internet belíssimo, mas se a gente for olhar, de fato, a realidade que está aqui sendo mostrada, não é a realidade do campo, porque infelizmente as coisas não funcionam dessa forma. A boa vontade dele para nele. Ele vai depender de um fiscal de uma obra que vai estar lá na Amazônia, na BR-319, convivendo com a floresta, com os índios, que vai dizer o seguinte: “Executaram 5km de rodovias. Ela está asfaltada!”. Manda para ele, que atesta e manda pagar! E a obra não existe!

Então, é preciso que se dê estrutura para que esse órgão funcione bem. Se não existir isso, dificilmente teremos as respostas que precisamos ter. Sem dinheiro não se faz obra. A gente até faz política com saliva, com conversa, mas obra tem que ter investimento, dinheiro, recursos.

Infelizmente, apesar do crescimento que aconteceu, e eu lembro que quando assumi o Ministério dos Transportes, nós tínhamos cerca de R\$2,5 bilhões para investir no ano. Hoje, são mais de R\$20 bilhões. Nós

crescemos dez vezes, mas ainda não é o suficiente para que essas obras deem respostas ao País.

Está tramitando aqui nesta Casa uma medida provisória que trata dos portos. E, apesar das críticas que fazem aos portos brasileiros, os portos brasileiros são responsáveis por 95% das nossas exportações. Apesar das críticas, nós tivemos um crescimento de cerca de 2 milhões de contêineres/ano para 5,8 milhões de contêineres/ano.

Mesmo com esse crescimento, mesmo com os problemas, nós tivemos a participação dos portos brasileiros no crescimento das exportações brasileiras. O problema é de infraestrutura. O acesso aos portos não existe. Na safra, o que se vê? A falta de infraestrutura para chegar aos portos. Adianta fazer a privatização, se colocar nas mãos da iniciativa privada? Não. Porque o acesso aos portos tem um problema que é histórico: dragagem. Os grandes navios têm que ter acesso, tem que ter uma infraestrutura melhor. A burocracia, a Receita e uma série de coisas que atravancam o desenvolvimento vão continuar acontecendo.

Então, assim, eu quero primeiro agradecer ao General pelas palavras elogiosas. Tenho consciência do meu dever cumprido. Saí, como disse o Senador Aloysio, numa situação extremamente difícil, sem direito de defesa, sem respostas às acusações que me foram feitas. Mas, graças a Deus, Senador, terminadas as investigações, não existe uma linha contra mim. Aliás – V. Ex^a participou da CPI e viu isso –, o que existe de citação de meu nome é um diálogo entre o editor da revista *Veja*, um tal de Policarpo, falando com o Cachoeira para montar minha derrubada no Ministério dos Transportes porque – e eu não sabia disso –, ao reassumir o Ministério, acabei interferindo nos interesses menores que eles tinham lá no Ministério dos Transportes.

Então, General, que Deus te ajude! Boa sorte!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador e Ministro Alfredo Nascimento. Acho que V. Ex^a – e todos aqui já disseram e aqueles que não disseram, acredito que concordam – foi vítima das circunstâncias, das circunstâncias criadas por um veículo que abriga em seus quadros um personagem como esse a que o senhor se referiu e que não merece a menor credibilidade, e que agora já ficou desmascarado. Foi uma armação que foi feita, porque a sua atuação estava interferindo nos interesses exclusivos de uma quadrilha montada, com a participação inclusive deste folheto chamado *Veja*.

Mais uma mensagem do Alô Senado – que, como eu disse, pioneiramente a Comissão de Infraestrutura está adotando –, do Sr. Antonio Gonçalves da Costa, parabenizando o Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor

-Geral do DNIT, pela transparência e honestidade no trabalho que desempenha.

Agora, finalizando o primeiro bloco de perguntas, passo a palavra a S. Ex^a a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentar o Senador Aloysio, que é o autor do requerimento, propiciando a todos nós esse momento importante, e cumprimentar o General Jorge Fraxe.

Ele não falou, mas ele vem lá do Estado do Amazonas, de uma família de profissionais extremamente competentes que atuam no Poder Judiciário e como professores da universidade. E, melhor, são todos minhas amigas e meus amigos. Então, a competência e a dedicação do General todos nós conhecemos.

O que nos deixa mais animados, General Fraxe e Presidente Collor, é que nós percebemos, durante toda a exposição, que, apesar de ser técnica, foi uma exposição carregada de muita paixão. Acho que na vida não basta a gente ter habilidade, não basta a gente ter conhecimento nem ter o domínio. É preciso ter o compromisso. O compromisso antes de mais nada, porque tendo o compromisso, tudo o mais a gente consegue desenvolver. Então, o importante é isto: o compromisso com o Brasil.

E quando nós falamos em Ministério dos Transportes – e o Ministro Alfredo, do Amazonas, ficou lá tanto tempo –, falamos imediatamente de DNIT, que é a parte, é o braço de operação do Ministério dos Transportes. Nós precisamos entender que isso é um ponto fundamental para o desenvolvimento nacional, e desenvolvimento com inclusão social, porque é isso que todos nós queremos.

O Senador Aloysio, eu, o Senador Flexa, o Senador Lobão, que aqui está, tivemos a oportunidade de visitar recentemente, no final do ano passado, a China. E voltei de lá com a impressão – eu que sei que o nosso País é um dos maiores do Planeta, 8,5km², a maior floresta tropical –, achando o Brasil pequeno, tudo pequeno. As rodovias estreitas, dos portos nem se fala, é como comparar um rio a um igarapé. Então, nós temos tudo a ser feito; tudo, absolutamente tudo. E acredito que o Governo tem feito um grande esforço em buscar as condições para que tudo possa ser feito, e da melhor forma.

Então, eu quero dizer, General, que está lá há um ano e pouco, que é muito importante nós vamos olhar para frente, vamos discutir o futuro. Com o passado, a gente deve aprender, principalmente com relação aos desacertos, aos erros, para que não mais os pratiquemos no presente e no futuro. Algumas medidas que o

senhor vem adotando parecem medidas simples, porém são muito importantes.

A informatização, nós estamos na era da informatização. Não se justifica, em absoluto, mesmo lá na Região Amazônica, que os dados de obras desenvolvidas pelo Governo Federal, ou em parceria, não estejam, em tempo real, disponibilizados para todo o Brasil. Essa tecnologia está disponibilizada não somente nas regiões centrais, mas, inclusive, na nossa Região Amazônica, que é a de mais difícil acesso. Então, o BEM – Boletim Eletrônico de Medição e todos os demais dados que o DNIT vem colocando na Internet são fundamentais. Eu mesma, hoje, imprimir a situação toda da BR-319, trecho por trecho, ponte por ponte.

Há um tempo, e não é muito tempo atrás, Presidente Collor, há pouquíssimo tempo, era uma novela a gente obter essas informações. E sou daquelas que acham que a melhor forma de fiscalizar é a transparência, porque não teremos os fiscais do Tribunal de Contas, nós vamos ter o próprio povo brasileiro como o seu próprio fiscal, o fiscal dos seus recursos, o fiscal do seu dinheiro. Isso é muito importante para nós, os Senadores, e para a população como um todo, para os parlamentares e para a população.

Também me impressionei com o Programa BR Legal. O Brasil não aprendeu a trabalhar com a sinalização ainda; nós precisamos aprender a trabalhar com a sinalização e outros programas que o senhor levanta.

É óbvio que sentimos muita falta, ainda...

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ...de um programa mais vigoroso, por exemplo, de ferrovias, mas está crescendo. Até a gente estava lendo aqui num *site* a situação da ferrovia, porque essa foi uma decisão política que aconteceu lá atrás, para favorecer determinados segmentos do setor industrial mundial. Deixaram de lado as ferrovias, e vamos para as rodovias; e dá-lhe automóveis! E dá-lhe automóveis, um meio de transporte mais caro e de mais manutenção.

Então, cumprimentando o senhor, eu quero fazer algumas perguntas.

A primeira delas. Eu não entendo por que pedágio em rodovia só pode ser praticado depois dela privatizada. Por que o Governo brasileiro não adota, nas suas rodovias, o pedágio? Se não tivesse viabilidade econômica, o setor privado não queria. É um absurdo o que a gente paga. Eu faço um tratamento de saúde em um Município de São Paulo, e para eu ir àquele Município eu pago de pedágio R\$10,00 para ir e R\$10,00 para voltar. Então, há pedágios caros, pedágios mais baratos. Por que o Governo Federal não experimenta, pelo menos, num plano piloto, ele próprio estabelecer em uma rodovia sua um pedágio, porque mecanismos

de controle hoje existem. Hoje o pedágio não é mais aquele: passa na catraca e depois o fiscal atesta. Não. É tudo eletrônico. Então, o desvio dos recursos, hoje, está quase que impossibilitado nesse aspecto, tamanho o avanço tecnológico. Essa seria uma pergunta.

A segunda pergunta: fale-nos mais da BR-319, General, porque como o Ministro, o Senador Alfredo e o Senador Valdir Raupp já falaram, eu fico feliz quando vejo o Diretor-Geral do DNIT dizer que é impossível uma parcela importante da população não estar ligada ao restante do País pela modal mais popular no Brasil, que é a rodovia. Nós não estamos ligados. É muito mais fácil a gente ir para a Venezuela de carro do que vir para Brasília. Aliás, não se vem quase. E aí me chamou a atenção uma frase sua, viu Senador Alfredo, quando falava dos pregões. Os pregões vão acontecer por quê? Para serviço. Manutenção é serviço, não é obra. A BR-319 já existe, nós queremos é recuperá-la. Mas não, entendem como obra e não como serviço de manutenção. E aí exigiram todos os procedimentos novamente. O cuidado com a Amazônia nós temos que ter, principalmente com a nossa região ocidental, que é a mais preservada. Agora, o cuidado com o meio ambiente, com a Amazônia não significa manter o povo no isolamento, privar uma população e uma região da possibilidade de ir e vir. Não significa isso.

Então nos fale, General, como é que estão... A última notícia que tivemos foi que o licenciamento ambiental deveria ocorrer. Uma BR que completa 40 anos este ano. Aliás, a gente podia fazer uma grande manifestação para comemorar o aniversário de 40 anos da BR-319, que foi aproveitada no máximo cinco anos consecutivos e, depois disso, não houve mais essa integração e essa possibilidade.

E a última pergunta que lhe faço é se há algum projeto, dentro do DNIT, para trabalhar também com as estradas chamadas vicinais; principalmente com as vicinais que alimentam as BRs. E o senhor sabe por causa do quê. Eu já estive falando com General Fraxe sobre isso e nós temos uma carência muito grande no meu Estado, Amazonas, em relação às vicinais. Mesmo porque, e todas elas vinculadas às BRs federais em áreas federais. Então seria importante também que o senhor nos falasse um pouco sobre isso.

Muito obrigada.

O SR PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a a Senadora Vanessa Grazziotin.

Passo a palavra ao Sr General Jorge Pinto Fraxe para oferecer as respostas a S. Ex^{as}.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Presidente Collor, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem S. Ex^a o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Eu queria só, se fosse possível, por favor, esse primeiro bloco de Senadores fez perguntas ao General Jorge. O segundo bloco, eu gostaria de saber qual é a ordem que está aí, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – A ordem é: depois da Sr^a Senadora Vanessa Grazziotin tem S. Ex^{as}: Senador Lobão Filho, Jayme Campos, Sérgio Petecão, Blairo Maggi, Flexa Ribeiro, Acir Gurgacz e Ricardo Ferraço.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – E agora o Senador Walter Pinheiro.

Passo a palavra a S. Ex^a o General Jorge Fraxe. Por favor.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Começando as respostas do nosso Senador Aloysio.

Vinte e três superintendentes do DNIT estão, desde terça-feira, reunidos no DNIT com todos os diretores. Eu abri o encontro com duas horas de explanação, Senador, dizendo o seguinte: O DNIT não é serviço de assistência social de empresa que quebra ou de aventureiro. Empresa que trabalhar mal para o DNIT tem que sofrer uma restrição no Siafi através do Sicaf. Tem que ser lançada a restrição dela e dizer por que ela está sendo restrita – porque ela não acompanhou o seu cronograma da obra –, enfim, ser claro, transparente e duro. Porque se o superintendente não for duro nesse acompanhamento eu serei duro com ele. A omissão é um pecado tão grave como qualquer outro. E como dizia Austregésilo de Athayde, é a conspiração da indiferença. Não podemos ser indiferentes aos erros. Então, já temos empresas sendo punidas e severamente punidas, e continuaremos assim. E o mercado vai se ajustar. Ele vai se ajustar.

Com relação ao que o TCU... O TCU é o seguinte, quando ele emite um acórdão, nós partimos para a discussão normal, natural, técnica, buscando respostas e ações que deixem o TCU com toda a clarividência do problema e das causas daquilo. E aí é uma discussão técnica. Vamos até onde podemos ir. E onde o TCU diz “com isso aqui eu não concordo mais”, parou tudo, começa tudo de novo.

Um exemplo de discussão que acontece quando diz superfaturamento. O projeto dizia que o aço das obras da BR-448, no Rio Grande do Sul, tinha que ser dobrado no canteiro. O que é que a empresa fez? Comprou dobrado da Gerdau. A auditoria foi e disse que teve superfaturamento, porque como comprou dobrado da Gerdau, ficou mais barato. Aí começa o

conflito. O senhor entendeu? Então, o TCU faz o seu trabalho, nós fazemos o nosso, e sentamos para discutir. E vamos até onde podemos ir.

O senhor citou a BR-316, no Maranhão, como a mais grave daquela auditoria do TCU. Muito bem. O contrato de manutenção é do ano de 2001 – 2001! O último serviço feito de restauração foi em 2007, com garantia para cinco anos. De 2007 para 2012, são cinco anos. Quando chegou a auditoria, já estava no final do limite. O que vinham fazendo depois não era mais restauração, era manutenção.

É por isso que nós estamos desenvolvendo o sistema de gestão de pavimento. Qual é o ideal, Senador? Eu terminei uma duplicação, eu terminei uma reabilitação, o sistema de gestão de pavimento tem que dizer para mim: com esse VMD que está aí, com essa obra que o senhor terminou, daqui a tantos anos o senhor tem que começar um Crema – ou Crema I ou Crema II. É isto que o sistema de gestão tem que fazer para mim: ele analisa o volume, ele analisa as curvas de deflexão do pavimento, seja através do FWD, seja através da Viga Benkelman. São recursos.

Para o senhor ter uma ideia, o Brasil não tem um centro de calibragem desse equipamento chamado FWD. Os Estados Unidos têm 12 centros. *(Pausa.)*

Eu estou conversando com o senhor em um nível técnico que é do doutor que está ali sentado, lá atrás, do PhD. Eu sou um soldado, mas eu fui aprender com eles, até para que eu possa tomar decisões acertadas. Então, nós vamos colocar um centro de calibragem por região do País e comprar FWD para o DNIT. E é ele que vai passar. Não vou comer na mão de ninguém. Eu acho que com isso eu respondo ao seu questionamento.

Quanto à sua visita, a qualquer hora que o senhor quiser. Eu tenho a obrigação de receber qualquer um dos senhores no DNIT se eu estiver lá. Eu tenho a obrigação, porque eu sou um gestor público que trabalha com dinheiro público. Devo satisfação ao senhor, a todos os Srs. Senadores e ao povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito bem, muito bem.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Não estou fazendo favor. É obrigação minha. Se eu não fizer, eu estou errado.

Senador Raupp...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Apenas, General, sobre a 153, que o senhor visitou, esteve lá em Rio Preto.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Essa eu vou fazer o seguinte...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Vamos lá.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – O senhor disse da visita?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Isso. O que vai ser feito? A solução.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu trouxe para o senhor porque eu sabia que o senhor ia me cobrar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É claro. Como todos nós aqui.

Aliás, eu quero cumprimentar o Senador Collor, porque a nossa audiência pública está sendo seguida por estações de rádio, jornais do Brasil inteiro, no interior. Só no Estado de São Paulo tem uma infinidade.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu procurei me preparar da melhor maneira possível porque, se eu chego despreparado aqui, é o primeiro sinal de falta de apreço e de respeito aos senhores. Então, eu procurei estudar, me preparar, para poder atender da melhor maneira os senhores. Se eu não for capaz disso, fica o compromisso de eu pesquisar mais.

Mas eu convoquei a minha engenheira, doutora, desse projeto, quando estive lá em Bady Bassitt, para inaugurar o viaduto, eu percorri o trecho e fiquei preocupado. É uma avenida de caminhões, é uma avenida de caminhões.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Isso é para ser entregue ao Senador Aloysio?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É, para entregar a ele.

Isso aqui é o processo do projeto. A conclusão é que preciso que a projetista sente-se na mesma mesa com a minha doutora, para se entenderem sobre isso.

Eu vou explicar uma coisa aqui. Um projeto de engenharia tem normalmente de 20 a 40 volumes. Um projeto de engenharia tem mais ou menos quase um metro de trabalho. As matérias são multidisciplinares, tem contagem de tráfego, estudo hidrológico, estudo geotécnico, estudo geométrico, estudo volumétrico, estudo orçamentário, estudo de drenagem, eu vou parar por aqui para não cansar os Srs. Senadores.

O que acontece com esse projeto? A minha doutora lá, uma delas, chama-se Luciana Dellabianca, chamou a equipe dela, fizeram um estudo hidrológico, consideraram pobre, tem que melhorar. Por quê? Para essa ponte não cair mais tarde.

Nós somos muito cuidadosos, Senadores, com o projeto, muito cuidadosos. Então a empresa contratada pela prefeitura não conseguiu dar boas respostas. O pobre do prefeito, coitado, preocupado, engajado, pagando a projetista, mas a projetista, infelizmente, não conseguiu dar todas as respostas que queremos. A proposta minha, convide a projetista a ir ao DNIT,

se sentar conosco, eu o senhor, a projetista e a engenheira. Está bom assim?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Só uma pergunta, General. Em que S. Ex^a o Senador Aloysio, poderia participar disso? Não seria melhor V. Ex^a chamar os dois, reunirem-se com o senhor e V. Ex^a dar a resposta ao Senador Aloysio?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Não, se ele quiser. Mas a presença dele era para ele testemunhar o nível de comprometimento da qualidade que os meus engenheiros têm no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Todos nós temos confiança.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Para ele ser uma testemunha. Só isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Se ele confiar, não precisa ir.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Está bem, Senador?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Confio plenamente no senhor.

E quero apenas pedir licença, Presidente, General. Eu sou relator de três matérias na Comissão de Constituição e Justiça e infelizmente tenho que me retirar para atender outro compromisso na Comissão que começa agora.

Quero agradecer mais uma vez a sua presença, cumprimentá-lo pelo seu trabalho, pelo seu depoimento e desejar sucesso ao senhor. Boa sorte.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Com a palavra S. Ex^a o General Jorge Fraxe.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – As respostas do meu dileto Senador Raupp: qual a natureza dos principais problemas? Eu vou resumir para o senhor a questão do DNIT. Não é técnica. Nós temos excelentes técnicos. A palavra mágica lá se chama gestão; é gestão.

Nós temos que fazer um projeto de inclusão digital do DNIT no século XXI. Começa por aí. Segundo, a análise de um projeto tem que ser toda informatizada. Ela demora... Sessenta por cento do tempo para analisar e aprovar um projeto é de vai papel e vem papel, vai papel e vem papel, quando não se precisa mais disso.

Então nós desenvolvemos um sistema informatizado chamado Sigtec, em que a relação do analista com o projetista vai ser direta, aliás, já está sendo, di-

reta. E com isso, nós vamos reduzir em mais de 50% o tempo de análise. E, segundo, a questão da gestão. Antigamente, como é que acontecia? O analista fazia uma correção no projeto e devolvia para a projetista, mas não dava um prazo para ele devolver o projeto corrigido. Se não dava um prazo, tanto ele poderia devolver em um dia como em um ano.

Qualquer gerenciamento de projeto, qualquer gerenciamento de obra tem uma tríplice restrição, é um tripé: prazo, escopo e custo. Então, para resolver essa questão, nós estamos firmando um contrato de curso de MBA de Gestão Pública com 200 alunos do DNIT. Será ministrado pela Fundação Getúlio Vargas, 200 alunos. Firmei segunda-feira esse propósito com a FGV, consegui com um preço que não tem no mercado. É MBA, são 436 horas de curso durante dois anos, em que os nossos engenheiros e os nossos administradores de estação vão ter uma preparação de MBA, nível mestrado de Gestão Pública. Isso estava faltando no DNIT. O curso será a distancia, mas com algumas horas presenciais. Por quê? Porque aquilo que o Senador Alfredo Nascimento agora falou – ele não está mais aqui –, em alguma coisa, discordo dele. Dizer que a medição é mentira, eu não concordo.

Eu já disse ao meu superintendente: “No dia em que houver uma medição de fraude, fraude não é problema de engenharia. É problema policial.” Eu coloco a Polícia Federal para correr atrás desses bandidos. Só isso. Uma coisa é fraude, outra coisa é erro de engenharia. Eu não misturo as coisas. Então, a questão é de gestão.

O aditivo que o senhor comentou. O projeto é uma amostragem do terreno. Por si só é assim, senão, ele ficaria caríssimo, inviável. Então, o projeto é uma amostragem. Quando o senhor rasga o terreno, coloca as máquinas e começa a dilacerar o terreno, começam a aparecer detalhes que no projeto não existiam. A literatura mundial diz que até 15% do valor planejado pode ser aumentado normalmente. A lei brasileira configura 25%.

Com o RDC, contratação integrada, não vai ter aditivo. Por quê? Porque o construtor é o dono do projeto. Ele não pode reclamar para mim que pintou um quadro e não gostou, o problema é dele. Aditivo zero. Onde é que vai haver aditivo? Nas ações que são do Estado, não são dele. Realocação, desapropriação e questões ambientais que estão fora da governança até do DNIT.

A BR-319 o senhor abordou e, a amazonense, a Senadora, por quem tenho respeito e apreciação, também abordou. A BR-319 começou já faz um bom tempo. A ligação permanente de Porto Velho com Manaus. Então, Manaus é uma capital que chega a dois

milhões de habitantes e não tem o direito, até agora, de ter uma ligação permanente com Porto Velho e depende fundamentalmente ou do Rio Madeira ou de aeronaves.

As condições climáticas andam se asseverando no Planeta. As secas são mais secas do que antes e as cheias são mais cheias do que antes. Consequentemente, o desabastecimento via hidrovía do Madeira começa a preocupar. Eu consegui um plano de dragagem para o Rio Madeira, está aprovado pelo Ibama, para diminuir o sofrimento do povo do Acre, do povo de Rondônia com relação a isso aí. E este ano vamos dragar no rio Madeira, graças a Deus, assim como já lancei a ponte do Abunã, a licitação, que é uma dívida do DNIT com o povo de Rondônia e do Acre.

O que é que acontece com a BR-319? Há brasileiros e, vou chamar assim, “não brasileiros”, que brigam por conta da BR-319. Vou dizer uma coisa muito simples. Em 1974, num Fusca 1.200, eu saí de Agulhas Negras e cheguei a Manaus. Em 1974, passei de fusquinha pela 364 e cheguei na 319; ao chegar no Careiro da Várzea, atravessei de balsa.

De repente, estão dizendo que tem que fazer um EIA-RIMA novo, não se aceitou o EIA-RIMA, eu tive, agora mesmo, que lançar um pregão em Manaus para completar os estudos de levantamento de fauna e flora do EIA-RIMA da 319 que foi uma exigência do Ibama. Então, eu acredito que agora, com essa última medida, preenchemos todas as exigências e o DNIT já investiu R\$90 milhões na demarcação de 12 milhões de hectares de unidade de conservação na área da 319 entre o Rio Purus e o Rio Madeira.

Não existe, no Planeta, um país que tenha feito demarcação em floresta de 12 milhões de hectares que o DNIT fez. Como é que ele conseguiu fazer isso? Foi ao Exército e pediu para o Exército fazer. Os guerreiros de selva, os batalhões de infantaria de selva, embarcados e até de helicóptero, saíram colocando placa dizendo que era unidade de conservação na copa das árvores!

E como pré-requisito dessa rodovia já se vão R\$90 milhões. Então, não é que o Governo brasileiro, ou o DNIT, ou o Ministério dos Transportes, não queira fazer a rodovia. Quer! As exigências externas é que são muito grandes. Mas nós entendemos que, daqui por diante, nós vamos atender a todas.

E por que acontecem essas exigências? Porque há várias pessoas que também não são brasileiras... Aliás, há uma pérola de um senhor, que foi dizer em Manaus que seria melhor, em vez de concluir a BR-319, evacuar a população que está na rodovia. Imaginem os senhores! Imaginem os senhores que arrogância

desse senhor! São 500 mil brasileiros que vivem às margens da BR-319.

Como diz a Dr^a Teca, o cidadão não conhece a floresta e não sabe quem mora lá. E qual é a solução para a BR-319 ou para qualquer rodovia da Floresta Amazônica? Eu vou dizer qual é: o empoderamento da população local com o recurso da floresta, para viver de forma harmônica com ela. É isso aí.

Então, o caboclo, aquele ribeirinho, toma poder do recurso natural para a sua sobrevivência, tanto é que, no programa de portos fluviais da Amazônia, nós estamos construindo 20 dos portos com câmara frigorífica, para dar capacidade de armazenagem de peixe, de 20 toneladas. Para quê? Para que o ribeirinho, quando vem a fartura, fazer a sua pesca e ter onde guardar no frigorífico dos pequenos portos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Só não esqueça da fabricação de gelo.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – O terminal pesqueiro está pronto em Manaus, Senadora. É outra grande vitória nossa.

A BR-364 é um passivo. Eu não sei se é uma herança ou um carma que eu recebi, Senador. Mas é uma questão de honra; vai ficar uma belíssima rodovia, isso eu lhe garanto.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – De onde para onde?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – De Rondônia e do Acre, eu estou numa conversa com o Governador Tião, porque nós temos problemas lá. Temos problemas. É isso aí.

A BR-429 foi alvo de uma operação da Polícia Federal. Então, nós agora entendemos que temos que dar uma solução radical para terminar as travessias urbanas que estão faltando e relançar os editais das pontes. Não há problema nenhum.

A BR-425 já está com tudo pronto, já está saindo, agora em abril, a nova licitação. Deixará de ser a pior rodovia do Brasil. É um compromisso nosso. Vai ser via RDC.

Eu quero dizer aqui que, com relação à questão de Guajará-Mirim, nós mudamos o projeto, Senador. Nós tornamos o projeto mais barato. Aliás, eu vou um exemplo aqui do que é...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Projeto da ponte binacional, não é?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Da ponte binacional. Isso.

Eu vou dar um testemunho aqui. Durante quatro meses, nós discutimos o projeto de engenharia da segunda ponte em Foz do Iguaçu.

Qual é o valor de um engenheiro analista de estrutura do DNIT? A ponte orçada pela projetista, na discussão técnica, nós diminuimos o orçamento da ponte em R\$100 milhões. Cem milhões de reais! Esse foi o saldo do trabalho dos meus engenheiros na análise de um projeto de uma ponte grande. Então, às vezes, há uma discussão, há uma pressa natural, mas nós temos obrigação de oferecer uma obra de arte de primeira categoria, segura e num custo justo. Essa é a questão.

E eu quero lembrar que o DNIT é tão somente o braço executivo do Ministério dos Transportes. O DNIT não faz política de transporte. Ele executa a política.

Não sei se deixei de responder a alguma pergunta do senhor.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Só a expectativa para as duplicações de rodovias. Qual o programa do DNIT?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Essa questão da expectativa da duplicação das rodovias, como vai acontecer isso? Vou explicar para que todos entendam.

Em relação a esse Plano Nacional de Contagem de Tráfego, cuja licitação nós fizemos – e já assinamos o contrato –, vamos subsidiar o estudo técnico ao Ministério dos Transportes e ao Ministério do Planejamento do volume de tráfego por eixo, para dizer assim: aqui se faz necessária uma duplicação urgente. Normalmente, a partir de oito mil veículos/dia, já é questão de duplicação. E, se forem oito mil veículos/dia com caminhões de carga, então já está atrasada a duplicação. Portanto, são esses os parâmetros básicos que são necessários para subsidiar o órgão político, que são os ministérios, a tomar a decisão de duplicação.

Então, eu tenho muita crença que, dentro de seis meses, nós vamos ter um diagnóstico, porque nós temos 320 pontos que serão colocados estrategicamente para essa contagem permanente de tráfego, Senador.

Agora, vou à Senadora Vanessa, que foi a última do bloco.

Quanto à ferrovia, Senadora, o que aconteceu quando se criou o DNIT e quando se criou a Valec? Os eixos ferroviários grandes são com a Valec. O DNIT cuida apenas de contornos. Trata-se de eliminar conflitos urbanos da ferrovia com a cidade, mas os grandes empreendimentos são o Ministério do Transporte com a Valec. E aí não tenho competência neste momento e, como homem disciplinado que sou, fico no meu canto com o DNIT.

Quero dizer para a senhora que, em relação à ferrovia, a Valec pode lhe dar melhores respostas de como está acontecendo a coisa.

Sobre pedágio, eu diria à senhora que é uma política de governo. Mas o que eu discuti muito com

a minha equipe é o seguinte: eu quero chegar a um nível em que as rodovias mantidas pelo DNIT não vão deixar a desejar nenhuma concessão. E quero até colocar telefone público, serviços de facilidade na rodovia, mesmo sem estar concessionada e sem pedir pedágio. Nós temos que chegar a esse nível. Temos que fazer isso.

Então, este é um desafio da nossa gestão, dos meus diretores e de todo mundo; temos que dizer: “Nós temos que competir com a concessionária.” E mostrar até ao Brasil que o DNIT tem que ser uma referência de mercado para a própria concessionária. Tem que ser. Esse é o nosso objetivo de futuro.

Com relação às vicinais, realmente eu não tenho como aplicar recurso em vicinal, pela simples razão, Senadora, de que as vicinais não estão registradas no Sistema Nacional de Viação. Elas são locais. São ou do Estado, ou da prefeitura, e eu estou impedido, legalmente, de aplicar recurso onde não é rodovia federal. Eu não posso aplicar recurso. O máximo que eu posso fazer, segundo a lei, é: se houver uma rodovia, se houver uma localidade, uma colônia de pescadores, uma colônia de agricultores até cinco quilômetros da rodovia, esse acesso de até cinco quilômetros da rodovia pode ser incluído no Sistema de Viação, e eu posso investir nesse acesso. É o máximo que a lei permite.

Sobre a pergunta que eu anotei: qual é a diferença entre o asfalto do pedágio e o do não pedágio? Não existe diferença de asfalto. A diferença está no projeto. Se o projeto de engenharia, que é elaborado por uma rodovia, que é em função do volume de tráfego, prevê um tipo de massa asfáltica para durar dois anos, ela vai durar dois anos. Tem que durar. Se for para cinco, para cinco; se for para dez anos, para dez anos, independentemente de ser concessionária ou obra pública. Não há diferença nisso.

O Exército Brasileiro gera economia? É relativo. Por quê? Porque o Exército é uma arma de guerra. Então, o Exército ele não tem a produtividade da empreiteira. Ele não tem. E o Exército tem uma outra coisa, ele tem um *turnover*. Todos os anos os batalhões transferem oficiais e sargentos. Então, todos os anos há oficiais e sargentos aprendendo. Todos os anos há um continente considerável de cabo e soldado que dá baixa, vai embora, porque não faz carreira, ele não é de escola. Aí, os novos vão aprender a operar máquina. Ora, isso tem um custo. É o custo social de formar a mão de obra do Brasil. Em compensação, as empreiteiras depois recebem aquele soldado, aquele cabo, operador da máquina e motorista prontinho para ela, e ela o coloca para terminar o aprendizado.

Os senhores jamais encontrarão no Exército Brasileiro, vou dar um exemplo aqui, para encerrar essa

pergunta do cidadão, um operador de patrol com 40 anos. Não encontrarão. O operador de patrol do Exército Brasileiro, o que ele tem de idade o da empreiteira tem muito mais de máquina. Não sei se eu estou me fazendo entender. Um operador de patrol de uma empreiteira tem 30 anos de patrol. O operador de patrol do Exército tem 20 anos de idade. De patrol mesmo ele tem quatro, cinco anos. Quem tem mais produtividade? Então, essa produtividade ela mexe no custo.

Então alguém disse, um dia, assim: “Não, mas o Exército não paga imposto, a empresa privada paga imposto, isso não é...”. Meus senhores, o imposto do Exército é a escolaridade, a qualificação, a formação da mão de obra que é para a Nação brasileira, para ele entregar para o mercado. Ele tem um papel social nisso. O Exército, na verdade, é construtor de cidadania, porque eu entendo que cidadania são duas vertentes: acesso e consciência. Acesso à escola, ao trabalho, à moradia, à educação, à saúde e à cidadania. Isso é uma vertente. E o Exército faz parte disso, pegando o jovem e dando a ele uma qualificação. E a consciência? Consciência do meu papel, de cada um de nós, na nossa comunidade e no nosso País. Do que é que eu sou capaz para melhorar o meu Brasil? O que nós somos capazes de fazer para melhorar o nosso bairro, a nossa cidade e o nosso Estado?

Então, essas são as duas vertentes que eu entendo como cidadania. Daí eu dizer, e por isso que eu me justifico, dizendo que o Exército é um construtor de cidadania. Ele participa desse esforço de Governo, junto com o esforço de Governo.

A discussão do pedágio está fora do meu alcance, porque o DNIT não faz política, o DNIT executa política.

A BR-101 Espírito Santo não está abandonada. Ela está em obras e brevemente, inclusive o contorno de Vitória, em junho, será concluído. E estamos agora com uma equipe de auditoria para conferir a manutenção das rodovias no Espírito Santo, para saber exatamente como é que está o trecho. E aí, sim, eu direi, com detalhe, essa questão do Espírito Santo como um todo.

Então, com isso eu tenho a impressão de que o primeiro bloco, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, General.

Essas últimas três questões que o Sr. General respondeu foram perguntas enviadas pelos ouvintes e telespectadores da Rádio e TV Senado, que continuam à disposição dos cidadãos, da sociedade brasileira, pelo telefone 0800 612211 e www.senado.gov.br/alosenado, Twitter, @alosenado, numa iniciativa pioneira da Comissão de Infraestrutura para que a sociedade

participe também dos debates que são realizados no âmbito desta Comissão.

Passo a palavra à S. Ex^a o Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, General Fraxe, eu serei muito breve porque tem muitos inscritos ainda e o tempo urge.

Eu queria fazer, Sr. Presidente, um registro e duas perguntas.

No final de 2011, tive a oportunidade de conhecer o General Fraxe numa visita que fez ao Maranhão. Nós tínhamos uma demanda muito antiga, um contrato antigo lá, e esse é o registro que faço de um problema gravíssimo na cidade de São Luís, que era a 135, que dá acesso à cidade, a duplicação dessa via de acesso a São Luís. É um anseio muito grande da população, muito longo, havia sido feita uma tomada de preços e estava em vias de contratação. O General Fraxe cancelou o edital, gerando um distúrbio político e social na minha região e ele foi lá dar as explicações que eram devidas a falhas no processo do projeto.

E eu tive um entreviro com o nosso General, fomos quase às armas, e o General tem o tanque, não é? Mas eu queria fazer o registro que o General, naquela oportunidade, Sr. Presidente, usou um termo que ficou gravado na minha memória. Ele estabeleceu uma data e usou como garantia a sua honra de soldado e estabeleceu a data. Vou fazer o próximo edital no mês tal. E todo mundo ouviu, aquietaram-se os ânimos e eu quero registrar que o General cumpriu a palavra dele, coisa que eu não acreditava naquela data, mas cumpriu realmente. No mês que prometeu, ele fez a licitação.

Então esse é o registro que eu queria fazer.

A partir dali, Sr. General, saiba que tens um fã aqui no Senado.

A pergunta que faço é: há uma preocupação aqui no Senado muito grande de que o TCU anda paralisando as obras e isso está gerando custos adicionais tremendos para o Governo. Eu perguntaria ao General: qual é o percentual de paralisação de obras feitas pelo TCU no DNIT e o que isso gerou efetivamente de prejuízos ao órgão e ao País consequentemente?

A segunda pergunta é em relação à BR-135. Como é que fica o trecho que liga o Nordeste brasileiro a Minas Gerais? O trecho de Minas foi feito. Como é a previsão do DNIT em relação à 135?

E, para finalizar, Sr. Presidente, se o General cansar do DNIT, eu o convido para tomar conta de todas as minhas empresas e vou descansar na praia. Sr. General, está convidado para ser meu executivo-mor.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Que maravilha, hein, General!

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Lobão Filho.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, eu vou precisar sair aqui para a relatoria da 599, pois lamentavelmente encaixaram, no mesmo horário da comissão temática, e V. Ex^a saiba que eu sou um árduo batalhador para evitar esses horários que colidem com as comissões temáticas e atrapalham o nosso trabalho. Mas, paciência, eu sou o relator lá do fundo do ICMS.

Como o Lobão Filho tocou na 135, eu vou deixar aqui três perguntas para o General responder aí nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Senador, por gentileza...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Só para isso, ele fala da 135, no trecho Bahia, a 235 e os contornos ferroviários da Bahia lá em Camaçari, São Félix e Cachoeira.

Só para ele responder e depois eu pego...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Você quer que marque a data antes de V. Ex^a sair?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Lobão Filho e passo a palavra agora a S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Collor, prezado General Jorge, tive a honra de participar de uma reunião com V. Ex^a nesta mesma Comissão e, *a posteriori*, tive a satisfação também de visitá-lo lá no DNIT.

Mas, General, deixa-me bastante feliz aqui as observações que V. Ex^a fez aqui em relação aos avanços que está tendo o DNIT, ou seja, o próprio Ministério dos Transportes.

Eu confesso a V. Ex^a, aqui de público, e aos demais pares, que se V. Ex^a conseguir de fato concretizar tudo o que foi exposto aqui o senhor merece ter um busto na praça dos Três Poderes ou em frente ao DNIT...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. *Fora do microfone.*) – De bronze.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – De bronze, por recomendação do Senador Ferraço. Eu acho que merece e eu quero ser um dos signatários desse projeto de lei aqui no Senado Federal. De fato, V. Ex^a aqui tem o domínio total, me parece, pela sua fala, em relação ao DNIT, conhecimento de causa, conhece as problemáticas que nós temos em todos os setores, sobretudo em todo o País, o que é muito importante. Digo isso pelo fato de que já estive aqui algum diretor de órgão que, confesso, acho que nunca tinha tocado um carrinho de pipoca. Colocaram-no como diretor de

determinados órgãos governamentais e, lamentavelmente, quem vai pagar o pato é a sociedade brasileira.

Todavia, a discussão maior aqui é em relação ao TCU, esse desencontro que há não somente com o DNIT, mas com outros órgãos governamentais, o que, lamentavelmente, tem trazido uma paralisia em relação à consecução de obras tão importantes para o nosso País. Falo isso particularmente porque já exerci, por quatro vezes, mandato no Executivo e sei das dificuldades que hoje há. Num passado bem recente talvez, poderíamos ter andado com maior velocidade, mas hoje, infelizmente, há esse desencontro, pelo qual temos pago muito caro. Acho que tínhamos de sentar à mesa, o Presidente Collor vai, imagino, convocar ou convidar o Presidente do TCU para dar uma melhor explicação, sobretudo, para que tenhamos um bom entendimento para o bem do Brasil.

Mas, para ser bem objetivo, General, quero falar particularmente em relação ao meu Estado. Em relação à questão nacional, sabemos que há milhares de problemas, está aí a nossa economia. Eu venho de um Estado como o Mato Grosso, que só tem dado alegria, contribuindo com a balança comercial. Um Estado que é, indiscutivelmente, hoje um modelo para o Brasil, para o mundo, com a transformação da sua produção, sobretudo na produção sustentável, o que tem permitido ao Brasil, hoje, ter essa balança comercial, graças ao agronegócio brasileiro. O Mato Grosso, hoje, todo mundo sabe, é referência nessa área, nessa atividade econômica no nosso País. Mas temos uma série de problemas.

Estou com um membro desta Comissão, o ex-Governador Blairo Maggi, que também conhece profundamente as necessidades, até pelo fato de ser um homem do agronegócio e também por ter sido governador por dois mandatos e hoje ser Senador. É um Estado de dimensões continentais, temos inúmeros problemas. Até hoje não conseguimos atender as nossas demandas, que hoje são reprimidas.

Tenho de fazer justiça, não podemos desconhecer, em hipótese alguma, que as grandes obras de Mato Grosso, Presidente Collor, que nos interligaram aos grandes centros brasileiros foram na década de 1980, na construção da rodovia 364, indo até a cidade de Porto Velho. A abertura da BR-163 foi no governo militar. Nós temos de fazer justiça, pois as grandes obras foram realizadas nessa época, na época do ex-Presidente João Figueiredo, do próprio Médici, que ligou até Campo Grande, depois até Cuiabá, levando o asfalto, passando pela Serra de São Vicente, e depois a inauguração da BR-163, indo até Santarém, indo para algumas cidades que hoje, indiscutivelmente, têm inveja, pela questão do desenvolvimento, so-

bretudo a questão de IDH, como é o caso de Sinop, Lucas, Mutum, em síntese, toda aquela terra nova. Já Alta Floresta fica numa rodovia estadual, que permitiu naturalmente que, com a abertura da Cuiabá/Santarém, nós fôssemos chegar até Alta Floresta e assim por diante, Paranaíta, Apiacás, Monte Verde, Bandeirantes, enfim, no fim do nosso Estado e na divisa com o Pará.

Aqui temos de falar naqueles que de fato contribuíram com o Brasil. Não podemos esquecer que, se hoje estamos integrados ao Sistema Nacional de Energia, foi graças ao meu Governo. De lá para cá, com todo o respeito que tenho pelos ex-presidentes, pouco foi feito em termos de investimentos que permitiria uma melhor logística, um transporte intermodal.

O que mais me chamou a atenção, que me faz feliz, é que o DNIT e o próprio Ministério dos Transportes deixaram de ser um feudo político. Lá era um feudo político que atrasou o Brasil. Espero que a Presidente Dilma Rousseff não dê essa nova abertura. Vamos colocar pessoas que tenham capacidade, mas acima de tudo, que tenham compromisso com o Brasil. Não podemos pagar tão caro, como já pagamos até um passado bem recente. Nós precisamos de políticas públicas que possam atender não somente às atividades comerciais e empresariais, mas, sobretudo, aqueles que trafegam nas rodovias federais deste país.

Eu disse e repito aqui, Sr. Presidente Collor, Sr. General, que, em Mato Grosso, hoje, nós temos as rodovias da morte. O senhor escolhe ou dá preferência a qual delas quer morrer: se no trecho Rondonópolis/Cuiabá, se no trecho do posto do Trevo do Lagarto até Jangada. É questão de preferência. Só trafegar, marcar dia e hora e se vai em direção ao suicídio.

Temos, realmente, Presidente, meu caro, ex-governador, Senador Blairo Maggi, uma série de problemas. Nós precisamos melhorar a questão das rodovias, mas também a questão logística. Vou dar um dado para o senhor, General. Tem a Ferrovia Centro-Leste. Cheguei ao Senado e já estavam falando dela. Só de audiências públicas, já fizeram umas seis ou sete. Não tem mais onde mais fazer. Às vésperas das eleições para prefeito, foi feita uma audiência pública sobre a Ferrovia Centro-Leste na região do Araguaia, ao longo da 163. Reeleição de governador e Presidente da República. Ninguém mais aguenta falar em audiência pública em relação a essa ferrovia. É uma vergonha!

A nossa produção, hoje, é transportada praticamente em cima de pneus. Agora que a ALL, uma ferrovia que nós temos, iniciada lá atrás, no governo do Fernando Henrique Cardoso, quem era detentor era Dr. Olacyr de Moraes hoje é ALL, que está chegando a Rondonópolis. Parece-me que vai minimizar. Melhorar? Nada. Por incrível que pareça, Presidente

Collor, o mesmo preço do transporte rodoviário está sendo praticado no transporte ferroviário. No mínimo, tinha de ser 25%, 30%. Conversei com um técnico, no sábado, que me disse que a diferença hoje é de 6%, 7%, no máximo. Palavras de um engenheiro-chefe da ALL. Ora, isso é uma vergonha!

Precisamos concretizar a ferrovia. Sei que é da área da Valec. Todavia, já estão há algum tempo comentando. Tivemos uma audiência lá, junto com a Presidente Lúcia Vânia, no ano passado, quando me disseram que o projeto ia ser contratado. Não sei se foi contratado ou não. É um projeto que, se tudo correr bem, de 18 a 20 meses, depois de licitação e etc..

Pois bem, o que me chama a atenção, e quero aqui pedir que o senhor esclareça de fato a verdade. O senhor é um homem sério, aqui recebeu um elogio, até convite de contrato pelo grupo do Edison Lobão, virou aqui praticamente um *pop star* não só do Edison, mas de todos nós. O senhor melhorou 100% do dia em que veio aqui pela primeira vez. Hoje, o senhor está com o órgão dominado.

Faço três perguntas ao senhor: quando vai sair de fato a duplicação da pista Rondonópolis/Cuiabá, Cuiabá/Posto Gil, se possível até Sinop? Já está uma enrolação, tem um trecho sendo executado entre Rosário Oeste e o Posto Gil. Parece-me que há uma companhia trabalhando, parece-me que é Saches Tripoloni, e está indo bem a obra. Quero saber quando vai ser a licitação, se de fato vai acontecer e quando.

Segundo, em relação à BR-158, quando fui governador do Estado, e já faz 20 anos, já havia esse comentário de que se ia pavimentar. Tive a primazia de, com recursos próprios do Estado, puxar até Cascalheira. Fizemos a ponte, alguma obra lá, mas não é o suficiente. Até hoje está paralisado pela questão indígena, da reserva indígena que está lá. Se, de fato, vai circular a reserva ou se vai-se conseguir negociar com a Funai para passar no trecho existente da rodovia, porque já tem uma rodovia lá e agora não pode asfaltar. Ou seja, trafegaram a vida toda pela BR-158 nessa direção e agora não podem? Pode de terra, mas não pode de asfalto? Não é possível!

Outro problema, meu caro General, é em relação ao Contorno Sul. Eu ouvi falar, já propus, encaminhei um projeto de lei para que seja federalizado o Contorno Sul. Passam por cima do Contorno Sul três rodovias federais: a BR-163, a 364 e a 070. Aquilo causou um verdadeiro transtorno não só para Várzea Grande, mas para Cuiabá, pelo fato de que estão trafegando/dia algo em torno de 18 mil carretas. Gasta-se, num trecho de 27km, algo em torno de quatro a cinco horas. Até mandei uma pessoa da minha assessoria para ver quanto demora. Essa obra vai ser, de fato, encampada

pelo DNIT? Já estão vendendo essa possibilidade. Eu, particularmente, já apresentei um projeto de lei para ver se conseguimos, de fato, que ela seja encampada pelo DNIT, e nós a duplicamos. É inconcebível pelo fato de que ali são transportadas riquezas do nosso Estado e, acima de tudo, passam três BR federais, tanto por Cuiabá quanto pela cidade de Várzea Grande.

Concluindo, para não tomar muito tempo, foi federalizada, está no Plano Nacional, a antiga estrada MT-170. Hoje, ela foi federalizada, já está no Plano, saindo de Vilhena, passando por Juína, Castanheira, Juruena, Cotriguaçu, Aripuanã indo até Machadinho d'Oeste. Essa obra tem de ser executada, fazendo justiça ao ex-Governador Blairo Maggi, que fez chegar a obra até Castanheira, ela era MT. Todavia, fez uma superposição pelo fato de que agora ela é federalizada, teríamos de tocar de Castanheira para frente. Eu pergunto a V. Ex^a se de fato ela está incluída no PAC. Essa obra é federalizada, foi um dos poucos projetos que apresentei aqui, que o próprio Presidente Lula sancionou. Ou seja, a federalização da MT-170, hoje BR-174 é um clamor, General.

Para que V. Ex^a tenha conhecimento, este ano ela já sofreu mais de 30 interrupções, ou seja, Presidente Collor, milhares de caminhões, centenas de ônibus, dezenas de ambulâncias, motos e Cia. Ltda., criança padecendo, e nada foi feito para melhorar as condições daquela rodovia. Todo ano, não é um ano só, e passam por cima dali seis cidades... Tenho uma propriedade às margens dessa rodovia. Este ano precisei colocar todo o meu equipamento mecânico, com pena do povo. De pá a carregadeira, esteira, tudo o que tenho coloquei à disposição para tentar minimizar o sofrimento, General, porque aquilo é um absurdo! São brasileiros que produzem, que geram riqueza, que pagam os seus tributos e, lamentavelmente, o Governo Federal, para eu conseguir ter um governo do Estado, não tem dado uma resposta a essa população. Mais de 100 mil brasileiros estão ali, Presidente Collor. Se o senhor for lá, terá pena de ver o que esse pessoal tem perecido não apenas por um ano, mas ao longo de mais de dez, quinze anos.

Então, o apelo que faço a V. Ex^a aqui, aproveitando este momento singular da reunião desta Comissão, é que, por favor, tome as devidas providências em relação também à BR-174, uma obra que, tenho certeza, na medida em que sair, fará daquela região a mais próspera do Brasil. Inclusive, está prevista a construção de uma mineração do Grupo Votorantim, em Aripuanã, para extrair minério, ou seja, cobre, etc., o que vai servir de alavanca naquela região, que vai de fato crescer.

De maneira que quero cumprimentar o senhor. O Edinho já é seu fã de carteirinha. Eu também sou, porque o senhor é um homem que está demonstrando seriedade, sobretudo compromisso com o Brasil. É de homens públicos como o senhor que o Brasil precisa. O senhor precisa tirar do dicionário do DNIT as palavras tapear, mentir. Tem de ser verdadeiro; se vai fazer, faça, se não vai fazer, não pode continuar com aquela mentirada que havia antes. O povo fica naquela expectativa, porque, aí de nós, General, se não existissem os sonhadores, como sonharam Rui Barbosa e outras pessoas, como Juscelino Kubitschek, com a construção de Brasília. Tem de ter o sonhador, mas não pode ser ludibriado, pagar tão caro como está pagando essa vasta região do Brasil que, sobretudo, está produzindo. Se o senhor vir a nossa produção, é de encher os olhos.

O frete no Mato Grosso subiu, está em quase 60%, está inflado por causa da rodovia, não tem ferrovia, não tem hidrovía, que é outra vergonha, Presidente Collor. Tem-se que fazer um projeto de lei aqui exigindo que todas as usinas hidrelétricas construídas em rios com capacidade de explorar o transporte aquaviário têm de ser feito, caso contrário, explorar como está hoje é uma vergonha, estamos sofridos. Rios potentes, o Flexa conhece, o Maggi conhece, o Teles Pires-Tapajós, o Juruena, e não é explorado esse potencial do transporte aquaviário, que eles poderiam explorar, pelo fato de que o Governo Federal não tem essa responsabilidade.

De maneira que quero cumprimentá-lo e dizer que essas questões do TCU, essas questões de impacto, nós temos de resolver. A missão do senhor é nobre, Presidente Collor. O senhor tem de ser o grande intermediário nessa negociação para facilitar, não facilitar para permitir roubalheira, corrupção, desmando, ninguém quer isso, mas facilitar para que as coisas aconteçam.

Concluindo, General, quanto de fato o DNIT aplicou, em 2012, do seu orçamento? Falaram em R\$18 bilhões, R\$20 bilhões. Esta é a pergunta mais objetiva: quanto, de fato, foi desembolsado, se 10%, 20%, 30%, porque, infelizmente, os orçamentos do Brasil hoje, dos órgãos governamentais, as emendas parlamentares, tudo não passa de conversa fiada. Não adianta se colocar emenda aqui que não é liberada. Enquanto não tivermos orçamento impositivo, nós estaremos aprovando aqui uma peça fictícia, que não chega a lugar nenhum. Quero perguntar ao Senhor quanto, de fato, foi aplicado, do orçamento do DNIT, neste ano de 2012?

Muito obrigado, Presidente Collor.

Sucesso, felicidades e boa sorte para V. Ex^a à frente do DNIT.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senador Jayme Campos. Parabéns pela forma vigorosa com que colocou as suas opiniões.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento o nosso Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura e também o General Fraxe, nosso convidado no dia de hoje.

General, eu me associo aqui aos elogios que o senhor recebeu. Tenho frequentado o DNIT não muitas vezes, mas, nas poucas vezes em que estive lá, as respostas sempre foram prontas e francas, e é isso o que todos nós desejamos.

Tenho aqui uma pergunta que se divide em vários itens e que acompanha mais ou menos o que o Senador Jayme Campos colocou com respeito às nossas obras de infraestrutura no Estado do Mato Grosso, até porque esta sessão está sendo televisionada, transmitida pelo rádio, depois estará nos jornais, e os nossos irmãos mato-grossenses desejam saber em que pé andam essas obras. Então, até para aproveitar a televisão e a forma como essa informação chega aos lares dos mato-grossenses, eu gostaria que o senhor falasse sobre a posição de governo do DNIT, sobre como se encontram as tratativas para se fazer de fato a duplicação, como já disse aqui o Senador Jayme Campos, desde Rondonópolis até Cuiabá, de Cuiabá a Posto Gil e depois a manutenção e o programa de duplicação até a cidade de Sinop.

A segunda observação é também sobre a BR-163, a divisa de Mato Grosso até Santarém, no Estado do Pará, do Senador Flexa, uma rodovia extremamente importante para o Mato Grosso. A nossa prioridade é ir até Miritituba, neste momento, uma vez que, daí para frente, as cargas de Mato Grosso deverão seguir por barcas até Macapá e até Belém do Pará, onde serão embarcadas para navios que levarão essas mercadorias para o Oriente ou para a Europa.

Também com respeito à BR-158, no leste mato-grossense, na região do Araguaia, a rodovia se encontra em obras, depois de muitos e muitos anos, e nós temos um problema com uma reserva indígena, a *Marãiwatsédé*, que foi recentemente ocupada pelos índios, retirados de lá, uma comunidade, uma vila grande que havia lá. Há um projeto, e a gente não sabe se essa rodovia, hoje, passa pela reserva indígena ou se fará o contorno, como é conhecido nessa região.

Também sobre a BR-242, que liga desde a cidade de Sorriso, passando por Gaúcha do Norte, Santiago, Nova Ubiratã, chegando a Querência, ligando na BR-

158, temos outro pleito, que estamos trabalhando, para chegar até o Estado de Goiás.

Então, sobre as rodovias federais aqui, que são importantes, obviamente, não esquecendo a BR-174 – o Senador Jayme citou aqui a posição dele, que avalizo e endosso, dizendo da importância dessa ferrovia –, com respeito às nossas rodovias, são esses os questionamentos. Gostaria que o senhor fizesse referência a como se encontra cada um desses projetos.

Uma pergunta que eu ainda não entendi direito – nós todos estamos falando com o TCU, eu sou Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e também lá na Comissão estamos discutindo isto, vamos convidar o Presidente do TCU para vir aqui, já estou conversando com técnicos –, gostaria de entender como o DNIT está se posicionando hoje com respeito às fiscalizações dentro do RDC.

Confesso para o senhor que quando eu fui eleito Governador do Estado do Mato Grosso, eu não entendia muito como funcionavam as coisas públicas. Sempre entendi que de uma obra, uma estrada, por exemplo, contratada por R\$500 mil por quilômetro, não me interessa de onde veio o cimento, não me interessa de onde vem a pedra, não me interessa se o ferro é dobrado no canteiro, na Gerdau ou fora. Eu quero receber a obra dentro das especificações que estão determinadas no projeto. São R\$500 mil por quilômetro, e pronto; mas não é assim que funciona.

O leigo tem uma dificuldade enorme, e eu também tinha essa dificuldade, Senador, de entender que o TCU, ou o tribunal estadual, adentram um contrato e verificam item por item, Presidente Collor. Se o cimento está previsto para ser pego na cidade A e ele foi pego na B, se A é mais perto que B, ele quer a diferença, mas, se for mais longe, você paga do bolso, com o empreiteiro. Então, cria-se um problema muito sério de fiscalização, criam-se momentos em que se diz que houve superfaturamento, corrupção nas obras, quando, na realidade, optou-se por fazer uma coisa diferente.

Então, a minha pergunta é bem clara para o senhor: no RDC, o Tribunal de Contas da União vai fiscalizar preços unitários, item por item, ou isso deixa de existir e, se a obra foi contratada por X, não há direito a aditivos e também não há direito de fazer a obra de forma diferente? Isso já é um ponto pacificado dentro do Governo?

Se deixarmos para o TCU, ele vai querer fazer isto, não tenha dúvidas, Presidente Collor: ele vai querer adentrar item por item, olhar item, embora o preço seja de obra global, preço total. Se é total, não interessa a ninguém mais de onde está vindo o cimento, o ferro, essas coisas. O DNIT e o próprio TCU têm a

obrigação da fiscalização, mas a fiscalização que eu entendo deve ser feita é da qualidade da obra.

Ora, se o senhor comprou, dentro das especificações, um automóvel, uma caminhonete qualquer, uma Toyota Hilux – em Mato Grosso há muitas, é o carro mais utilizado lá –, se pagou por ela e vai receber outra marca, de qualidade inferior, não vai querer. Eu quero receber aquilo que eu comprei. Então, é assim que eu entendo a fiscalização. Gostaria de saber como o DNIT está vendo isso e como o TCU está vendo.

No mais, parabéns pelo seu trabalho. Cuide bem do nosso Estado do Mato Grosso. Acho que metade dos buracos do Brasil está no Mato Grosso, nas nossas rodovias. É um caos. São 7 horas, 6 horas para fazer 200 quilômetros de caminhão entre Rondonópolis e Cuiabá. Enfim, como disse o Senador Jayme aqui em forma até de brincadeira, mas no fundo é verdade: se você quiser morrer, pode escolher uma das rodovias federais que cortam o Estado do Mato Grosso. A chance de conseguir é bastante grande.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Blairo Maggi. Passo a palavra agora a S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Fernando Collor; General Jorge Fraxe, Diretor-Geral do DNIT, é uma alegria revê-lo, General.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE (*Fora do microfone.*) – O prazer é nosso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Seu entusiasmo contagia a todos nós.

Quero fazer minhas também todas as palavras elogiosas que os Senadores que me antecederam disseram a respeito de V. S^a. Eu sou testemunha da forma como, primeiro, atende às solicitações, Presidente Collor, de audiência dos Srs. Senadores e, ao atendê-las – talvez a palavra que quero usar seja meio forte, mas aspeio e grifo –, “não enrola”. Então, V. S^a diz, olhando no olho do interlocutor, o que, às vezes, a gente não gostaria de ouvir, mas é a realidade e precisa ser dita. É melhor falar de uma forma clara, transparente, que é como V. S^a trata as questões públicas, do que ficar fantasiando, com ações midiáticas.

E o Governo aqui, esse Governo que está de plantão, é pródigo em ações midiáticas, pirotecnias, fica a cada semana lançando planos e projetos, dos quais, ao final de alguns meses ou de um ano, quem faz uma avaliação, Senador Collor, vê que o que se apura de realizado é muito pouco, muito pouco.

Mas o General Fraxe, não. Eu já sou frequentador assíduo do gabinete do General, até porque os problemas no meu Estado do Pará, infelizmente, são

inúmeros, com relação às rodovias, às hidrovias – e o Senador Jayme Campos tão bem falou aqui das ferrovias, e por aí vai –, o Estado é o segundo maior em extensão territorial do Brasil, e, como o País também tem logística insuficiente, o Pará é mais insuficiente do que já são os outros. O General, quando trata com os Senadores, chama os seus subordinados e – também aspeado e grifado – “enquadra-os” para dar uma resposta efetiva. Eu quero até parabenizá-lo.

Falei isso já me preparando para a audiência, pois estamos aqui desde as 7h30. O Presidente Collor, além de competente, determinado e reconhecido por todos nós, às 7h30, abre a reunião. Cheguei aqui às 7h32 e já tinha o Presidente iniciado a reunião de hoje. Um dia, eu ainda vou chegar às 7h28 para poder assistir à abertura da sessão. E olha que eu me esforço, Presidente. É espartano e está certo. O Presidente Collor está correto. Nós temos que entender que às 7h30 vamos abrir e temos que chegar aqui às 7h28. Parabéns, Presidente Collor. Presidente, parabéns.

General Fraxe, eu quero, primeiro, agradecer a V. Ex^a. A última vez em que estive lá no seu gabinete, em companhia da Prefeita Eliene, de Itaituba, e do Deputado Paxiúba, mostramos a V. S^a o estado do trecho urbano da BR-230, totalmente intrafegável. Também falamos sobre a alça de acesso ao Porto de Mirirituba, e V. S^a chamou o diretor da área e disse: “Quero esta semana a equipe em Itaituba.” Essa equipe foi. A Prefeita manda agradecer e disse a mim que o compromisso é de que, em seis meses, o trecho da rodovia urbana de Itaituba, que vai sofrer um impacto grande com as hidrelétricas que lá serão instaladas, vai estar concluído. Então, eu tenho certeza absoluta de que, daqui a seis meses, eu vou lhe agradecer, não eu, mas o povo do Pará, em especial daquela região do oeste de Itaituba, por haver condições de trafegabilidade num trecho de rodovia que é urbano, onde se perdem vidas de brasileiros desnecessariamente.

Eu não posso perder esta oportunidade, General – eu tenho aqui vários assuntos para falar; nós estamos sendo transmitidos pela TV Senado e pela Rádio Senado, ou seja, ao vivo e em cores –, esta é a oportunidade que o povo do Pará não vai perder de ter V. S^a falando para o Pará. Todas as vezes que a Bancada do Pará, de forma suprapartidária, Presidente Collor, vai até o gabinete do General, a reunião é fechada. Nós, depois, transmitimos ao povo aquilo que o General nos disse. Agora, esta é uma oportunidade ímpar, porque o General vai falar para o povo, o General vai falar para os paraenses aquilo que os paraenses precisam e querem ouvir, sobre vários assuntos. E o principal V. S^a já sabe qual é, já vamos chegar lá: o derrocamento do Pedral de Lourenço.

Eu queria perguntar a V. S^a: primeiro, tivemos a oportunidade também, na ocasião da última visita que fizemos, de falar da BR-155, a PA-150, que foi federalizada no trecho de Marabá até o limite com o Estado de Tocantins. V. S^a viu o estado da rodovia, totalmente intrafegável. É uma rodovia que é a espinha dorsal do Estado. Ela corta o Estado de norte a sul. E V. S^a, o DNIT fez uma licitação. Há uma empresa lá que... E lamentavelmente há dúvidas de se a obra será feita, pelo resultado, mas eu espero que V. S^a, com essa determinação, possa trazer aqui tranquilidade a todos os paraenses que trafegam naquela rodovia e que precisam escoar a produção do Estado do Pará.

Também gostaria que V. S^a pudesse dizer... Eu vou ter a gravação desta audiência e essa gravação vai andar comigo para todos os lugares a que eu for. Quando eu estiver na reunião lá no sul do Pará, ou no oeste, ou no sudeste, eu vou levar a gravação; não vou falar, eu vou colocar o General Fraxe, Presidente Collor, a gravação, e dizer: olha, não fui eu que falei, não; foi o General Fraxe; está aqui; ouçam, vejam, depois cobrem do General. Darei endereço e telefone para depois cobrarem do General se as coisas não andarem. Mas eu tenho certeza de que andarão, porque, se não andarem, o General enquadra. Isso pela forma como ele foi preparado. Como disse, o Exército é uma escola de cidadania, para formar homens não só com conteúdo, mas com caráter também. Então, tenho certeza absoluta de que, se as coisas não andarem, alguém vai responder por que não andou. O superintendente do DNIT do Pará já disse: “Olha, já tirei um e tiro o segundo se as coisas não funcionarem.” Então, é dessa forma que as coisas têm que realmente ser feitas.

Então, gostaria também que V. S^a pudesse dizer a todos os paraenses da conclusão da BR-163, para o Senador Blairo Maggi e todos nós do Brasil, porque essa estrada não é só para o Pará e para o Mato Grosso, não; faz o escoamento de toda essa produção e dá competitividade. Hoje pela manhã, Senador Blairo, o Presidente Collor, nas suas comunicações, fez referência à questão do escoamento da safra de grãos, e eu pude fazer um adendo sobre uma notícia que saiu nos jornais de hoje: o maior grupo importador de soja da China quer cancelar uma compra de dois milhões de toneladas de soja porque os navios não chegam a tempo lá no porto de consumo. Então, essa BR-163 eu acredito que possamos ter concluída até o próximo ano.

E sobre a BR-230 também, que atravessa o nosso Estado de leste a oeste, o que V. S^a pode dizer a todo o Brasil?

Gostaria também de pedir para V. S^a dizer aos paraenses que nós temos a BR-316, que era uma rodovia. Hoje, o trecho de saída de Belém é urbano.

Então, eu queria saber de V. S^a: primeiro, como está o projeto de duplicação dessa rodovia. Ela está duplicada até Castanhal e, do jeito que está o volume de tráfego, já tem que ser triplicada, porque a duplicação já não dá vazão ao tráfego. Como está a duplicação de Castanhal até Santa Maria, para que possa haver uma saída da capital e da área metropolitana com melhor tráfego? E, no trecho que eu diria já urbano, na região metropolitana, que vai de Belém até Marituba, há uma possibilidade de se fazer um projeto, de tal forma que possa transformar aquilo numa avenida, e não mais numa rodovia, com toda a modernidade, pela necessidade de uma avenida? Agora colocaram sinalização eletrônica lá, reduzindo a velocidade para 40km/h. Aí que não anda mesmo. Leva-se, para sair de Belém e chegar a Marituba, que deve ser algo em torno de dez quilômetros, quase duas horas, Presidente Collor. Duas horas para poder sair, e na região metropolitana. Ou seja, leva mais tempo do que de avião de Belém a Brasília.

Então, é preciso dar uma solução de engenharia para esse trecho da BR-316, não sei se mudando o marco zero da Belém-Brasília, porque o marco zero da Belém-Brasília é dentro da cidade, dentro de Belém, ou talvez mudando, transformando numa avenida. Eu gostaria que V. Ex^a pudesse explicitar isso melhor a todos os paraenses.

E o nosso calcanhar de aquiles, General Fraxe, é a nossa hidrovia. Eu não entendo, Presidente Collor, como o Brasil ainda não se voltou para isso. Eu tenho dito em pronunciamentos que a Presidenta Dilma poderia ser a presidenta que implantou o sistema hidroviário no nosso País. Nós podemos, com engenharia é possível, mas é preciso uma imaginação fértil, navegar da Bacia do Amazonas ao Prata, navegar interiormente por este nosso País. A engenharia pode fazer isso, mas já que não queremos sonhar tanto, vamos navegar pelos rios que existem aqui, os já possíveis. São dezenas de quilômetros de rios, e talvez só um terço deles navegável em parte, porque é preciso fazer obras de engenharia.

No caso específico, eu quero que o General Fraxe possa dizer aos paraenses – e eu vou andar, nas regiões a que eu for, em todo o tempo, com um CD aqui no paletó para colocar o General falando para os paraenses – quando nós vamos ter, General Fraxe, a hidrovia do Tocantins, no trecho de Marabá até Belém.

Foi-nos dada pelo Presidente Collor, depois de 25 anos de espera, pelo ex-Presidente Lula, a eclusa de Tucuruí. Na ocasião, antes da inauguração, eu alertava: não adianta inaugurar a eclusa se não for feita a derrocagem do Pedral de Lourenço, senão será uma obra de enfeite, como está sendo. Foi colocado R\$1,5

bilhão, Presidente Collor, dos brasileiros naquela eclusa, e é uma peça de ficção. Não passa nem barquinho daqueles de miriti, que temos lá no Pará. Não passa, porque não navega. Então, é preciso fazer uma obra de derrocagem lá em Itupiranga, de 45km, para que a hidrovia possa ser navegável ao longo dos 12 meses, dos 365 dias do ano.

Como se vai escoar durante 7 meses e não se escoar durante 5 meses? Ninguém vai se instalar ali. O Município, a região do sul do meu Estado, com polo em Marabá, é uma região dinâmica, talvez uma das mais dinâmicas do Brasil, e está perdendo investimento, General Fraxe. A Vale está lá – com licença da palavra – embromando os paraenses, como sempre fez. Só tira as riquezas do nosso Estado. Mas é incapaz de oferecer algo que possa levar ao desenvolvimento do Pará, com a questão da implantação da Alpa, que é uma siderúrgica.

Nós exportamos minério para o mundo e para o Brasil, para ser verticalizado em outros Estados e em outros países, e não conseguimos ter uma siderúrgica no Estado do Pará. Está lá a obra parada, e a Vale diz que não faz a Alpa porque não há hidrovia, e não sai a hidrovia porque não existe a Alpa. Peço para o General nos explicar isso. O General já me disse, na última vez, e peço para repetir aqui, vou deixar gravado, que a Vale deu mais um prazo. É o terceiro ou quarto prazo que a Vale dá para concluir o estudo, e eu sou reticente em relação a isso, porque a Vale não tem interesse na hidrovia. Quer a ferrovia, achando, de uma forma incorreta, que a hidrovia é concorrente da ferrovia privada deles, o que não é; é complementar, assim como a ferrovia é complementar da rodovia.

O Senador Jayme Campos colocou aqui um dado. Eu vi as feições de V. Ex^a, Presidente Collor, vi que estranhou quando disseram que o preço do transporte ferroviário estava 6%, 7% abaixo do rodoviário. Isso, Senador Jayme Campos, é um absurdo tão grande, que depois eu vou conversar com V. Ex^a para que me diga como pode isso. Tinha que ser muito mais barato, como a hidrovia é muito mais barata. A relação é um para quatro, para oito entre os modais de transporte.

Gostaria que V. Ex^a pudesse, General Fraxe, explicar para todos os paraenses, detalhadamente, quando o DNIT vai retomar as obras, porque essa obra foi licitada, seria iniciada, foi cancelada por incorreções. Concordo: se houve incorreção, cancela, mas, estranhamente, a Presidenta tirou a obra do PAC – isso, em 2010 – e, até hoje, não foi novamente licitada e não retornou ao PAC. Então, gostaria que V. S^a pudesse dar essas explicações, porque aí não será o Senador Flexa Ribeiro, não serão os Deputados e os Senadores do Estado do Pará, da Bancada do Estado

do Pará que estão dizendo, mas diretamente V. S^a, a todos os paraenses.

Última questão: como está a construção da ponte sobre o Rio Araguaia, que liga o Pará ao Tocantins? Também esse é um anseio de todo o sul do meu Estado, para poder interligar, não mais com balsas, o Pará ao resto do Brasil.

Eram essas as questões, General Fraxe, parabenizando V. Ex^a.

Continue com essa forma como V. S^a está dirigindo o DNIT – franca, leal, transparente e honrada –, que terá o apoio de todos nós aqui. Espero que V. S^a tenha – disposição eu sei que tem – saúde também, para aguentar as dificuldades que eu sei que tem enfrentado lá no DNIT.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Flexa Ribeiro, pela minúcia das questões que foram colocadas.

Passo, agora, a palavra a S. S^a o General Jorge Fraxe, para oferecer as respostas às perguntas formuladas.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Antes de iniciar as minhas respostas, quero dizer que o Senador Jayme também tem sido um lutador, um lutador mesmo, pela sua causa do seu Estado.

O Senador Flexa Ribeiro, por diversas vezes, já entrou até como pacificador num conflito lá, de funcionário, de empresa com rodovia.

O Senador Blairo Maggi é um homem que tem me ajudado muito, inclusive com a Aprosoja, o Pró-Logística, buscando melhorar a performance do Mato Grosso.

Eu acho que a última grande fronteira agrícola do País, do agronegócio, vamos dizer melhor assim, pega o nortão, onde entra Rondônia, Mato Grosso e Tocantins. Quer dizer, isso aí tem um percentual no PIB considerável, que gera riqueza para poder distribuir para o Brasil. Então, não dá para conversar com esse nortão se não for por rodovia, hidrovias e ferrovias, esses três modais. Ainda sobra carga, porque quando é que o empresário investe? Quando ele vê que tem condição de escoar sua produção.

Eu estou falando de política e eu sou disciplinado: isso não é da minha competência.

A última resposta que eu fiquei devendo a um telespectador, a um ouvinte de rádio é sobre a diferença: por que não se faz de concreto a estrada, por que asfalto? É o volume médio diário de tráfego que vai dizer isso. A solicitação de esforço do pavimento é que diz, no estudo de custo/benefício, se é melhor o pavimento flexível ou se é melhor o pavimento rígido, além de outra consideração sobre o tipo do terreno.

Se eu estou trabalhando em cima de solos considerados solos moles, solo pantanoso, é desaconse-

lhável o pavimento rígido, porque o solo pantanoso trabalha. Temos trecho que há 50 anos trabalham e começam a trincar o concreto. Onde se deve buscar aplicar o pavimento rígido? Onde o solo é firme. Essa é uma condição básica. Tem de ser firme o solo. O pantanoso, no flexível e onde há um volume muito alto de tráfego, que é onde vai justificar, porque ele é muito mais caro.

A vida útil do pavimento rígido vai para 50 anos. E tem um detalhe interessante: a estrutura molecular do pavimento rígido se adensa ao longo do tempo, então, a dureza dele aumenta a resistência. Quanto mais velho, melhor – isso devia valer para nós também, Presidente. (Risos.) É só para sair um pouco dessa sinuez. O pavimento rígido, quanto mais antigo, mais resistente fica, porque as moléculas se adensam mais. Mas o que justifica, para o ouvinte ou o telespectador que está participando, é o estudo da viabilidade técnica e econômica daquele eixo.

Senador Edison Lobão, obrigado pelo carinho, pelo tratamento e pela honestidade de o senhor ter dito: “Não gostei do senhor, mas, agora, somos bons companheiros.” O senhor foi muito firme naquela reunião e eu acho que estava no seu direito, no seu papel. É isso que tem de ser feito mesmo, tem de ir para o confronto, na luta pelos interesses da sua região. O senhor estava certíssimo e eu estava ali cumprindo a minha obrigação de esclarecer por que a saída de São Luís do Maranhão tem 20km de pântano.

O projetista me apresentou, em 20km, 15 furos de sondagem. Sabe o que ia acontecer ali? A obra ia ser embargada, porque não havia conhecimento do perfil de geotecnia desse solo, que profundidade tinha de lama, de turfa, que suporte de carga poderiam colocar ali. Então, eu chamei o projetista e disse: meu filho, a cada 150m, uma sondagem. “Ah, mas o projeto terminou.” O problema é seu. Fez malfeito. Você, como projetista, tinha de conhecer a norma do DNIT. Vá e refaça. Ele foi para o terreno, instalou todos os equipamentos e foi fazer a sondagem que tinha de ser feita para refazer o projeto. E conseguimos cumprir o prazo, logicamente, com muita briga e muita chicotada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Essa discussão sobre o Tribunal de Contas, que tanto o senhor abordou, como os demais Srs. Senadores, eu vou colocar, aqui, a minha visão.

No meu entender, humildemente – quem sou eu? não sou o dono da verdade –, primeiro, tem de ter o controle. Tudo tem de ser controlado. Não existe o Conselho de Justiça, que controla o Poder Judiciário?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL. *Fora do microfone.*) – CNJ.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – O CNJ. Então, tudo tem de ter controle, tem de ter sempre alguém para arbitrar. Onde há duas ou três partes envolvidas, deve haver um controle para arbitrar, senão o que acontece? O lado mais fraco quebra. Então, controle tem de ter.

O TCU faz o seu trabalho, mas qual é a minha visão desse controle? Ele tem de ser de duas maneiras: primeiro, preventivo. Nós temos de discutir no projeto, no planejamento. Ali é a hora da discussão, porque eu não licitei, não contratei e não coloquei mil pais de famílias no terreno como uma empresa juridicamente obrigada a pagar aqueles homens, e nem desembolsei mobilização. Então, tem de ser preventiva a auditoria, antes disso, na fase lá do DNIT ainda, do projeto, da montagem do edital, porque eu discuto ali. Eu não mobilizei empresas, eu não mobilizei pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL. *Fora do microfone.*) – Não se gastou dinheiro.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Não se gastaram recursos para aquilo, está na fase do planejamento. Esse é o momento sábio, importante, necessário, em que deve ser valorizada a auditoria. Esta é a discussão, discussão técnica: por que é isso, por que não é isso.

Está bem, ótimo. Acho que é muito bem-vindo isso, e já sugeri isso, e a auditoria durante a obra tem de ser por resultado. É auditoria por resultado.

Eu me lembro da primeira vez em que fui auditado. Eu era coronel, comandava um batalhão de engenharia de construção no sertão do Rio Grande do Norte, num lugar chamado Caicó. Houve uma seca braba, acabou a água. Entrou o Governador Garibaldi e disse assim: “Coronel, o senhor vai fazer uma adutora aqui, porque o Exército não pode ficar de costas para a cidade.” Eu nunca tinha feito adutora na minha vida, mas disse: vamos aprender e vamos fazer. É dever do Exército não ficar de costas para o seu povo. Encarei a missão e fui lá fazer a adutora, para tirar água do rio Piranhas e colocar dentro das cidades de Caicó, São Fernando e Timbaúba dos Batistas. Quarenta e sete quilômetros de adutora. Fizemos. Uma dupla de auditores chegou para auditar a obra e eu achei impressionante. O auditor disse assim: “Eu vou começar pelo resultado da sua obra. Eu quero ver a água.” Excelente. Naquele dia, eu vi uma auditoria por resultado. Ele foi na Caern, que é a companhia de água e esgoto, olhou a água, estava jorrando água na companhia de água, pediu o exame da água e viu que era potável. Cumpri a missão.

Então, uma auditoria tem de ser assim: num primeiro momento, preventiva, num segundo momento, por resultado, porque na hora em que for preventiva, eu já combinei a regra do jogo, eu já olhei o orçamento.

Cito o exemplo do RDC, cujo orçamento é confidencial. Ele não aparece; é contratação integrada. Quem pode conhecer o orçamento? O Tribunal de Contas, porque ele é o órgão de controle. Então, nesse momento, podemos discutir, é salutar, deve ser discutido. Terminado isso, a segunda fase da auditoria é por resultado. Vê-se também se houve desvios, se está havendo alguma mudança do projeto, mas por resultado. Aí, sim. Aí, nós teremos bastante eficácia nesse processo.

Essa é uma ideia, uma percepção que eu tenho. É uma percepção. Não quero dizer que é a melhor, mas é uma ideia que eu deixo aqui para a Comissão, está certo? Porque percentual de obra paralisada, Senador... Primeiro que o Congresso, aqui, que tem a comissão de obras irregulares, sabe que não paralisou obra nenhuma do DNIT. Não paralisou.

O que nós temos? Temos alguns conflitos de conceitos sobre orçamentos de obra, porque o tribunal determinou, através de um acórdão, que só fosse pago ao contratado o preço que o tribunal considerava justo, o que ele arbitrou. Ocorre que houve uma licitação antes e houve um contrato com outro preço, diferente, e diz a LDO, num artigo seu, o 91, que tudo isso pode funcionar desde que haja anuência do contratado. Se o contratado não concordar, ele não será obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL. *Fora do microfone.*) – Aí é que está o problema.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Aí, ele entrega a obra, ele vai embora e eu não posso puni-lo porque quebramos um pacto contratual.

Então, essa é a questão que, uma vez ou outra, ocorre, como está ocorrendo agora em Alagoas, como ocorreu em Pernambuco e eu tive de licitar novamente, porque o consórcio entregou a obra e disse: “Eu não quero, não. Está aí sua obra. Licite de novo.” Então, é esse o conflito.

Para evitar isso, o que considero que seria um bom caminho? Preventivamente, na fase de planejamento, haver essa discussão TCU/DNIT, e, depois, auditar por resultado e não mais por preço: “Aqui está caro. Aqui...” Não, essa coisa tem de ser feita lá no planejamento, no momento do orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL. *Fora do microfone.*) – Um melhor treinamento desse pessoal que vai auditar, não é?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu considero assim.

Deixe-me ver o que eu estou devendo para o Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA. *Fora do microfone.*) – A BR-135.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – A BR-135. Na nossa discussão da BR-135, nós quere-

mos chegar até Miranda do Norte, e logo. Tem uma dificuldadezinha ali, de questão ambiental, porque o órgão ambiental estadual quer um EIA/RIMA. E eu não acho que é necessário.

Então, as forças políticas do Maranhão podem nos ajudar, ali, a contornar isso, fazer um estudo mais simplificado, para não demorar tanto. Com isso, fazemos com que o Maranhão respire melhor, com tudo duplicado até Miranda do Norte, assim como também já estamos tratando com o Ministério do Planejamento do asfaltamento daqueles primeiros cem quilômetros da BR-226, que sai de Timon em direção a Presidente Dutra, e da travessia de Imperatriz, também na BR-010. Inclusive, solicitei até filmagem aérea para mostrar como é que está o fluxo do tráfego em Imperatriz.

Eu acho que com o senhor foi isso aqui, não é?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA. *Fora do microfone.*) – Foi.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Senador Jayme Campos, eu vou começar dizendo para o senhor o seguinte: nós temos uma parceria grande com o Mato Grosso. (*Pausa.*)

Ele já saiu? Cadê?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. *Fora do microfone.*) – Estou aqui. Estou aqui.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Ah, está ali. Eu estava procurando ali, o lugar estava vago. Eu disse: puxa vida, eu ia conversar com o Senador e ...

Quando falo de Mato Grosso, eu não posso falar só para o senhor, não é? Eu sou obrigado a olhar para o Senador Blairo Maggi. Não tem jeito, eu tenho de falar com os dois juntos, não é?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. *Fora do microfone.*) – Até porque as perguntas são muito parecidas.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – São parecidas, não é?

Sobre aquele trecho da morte, de 282km, de Rondonópolis até Posto Gil, eu trouxe, propositadamente, o presidente da comissão de licitação, que é o Dr. Luiz Guilherme, ele está sentado ali atrás...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL. *Fora do microfone.*) – Pode levantar.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Levanta, por favor, Luiz Guilherme.

Realmente, eu sou transparente, não é? Eu não estou aqui para... Eu sou transparente. Então, está ali: eu trouxe o Presidente da Comissão de Licitação de RDC.

Só um lote teve um problema. Os outros lotes já estão vitoriosos. O investimento lá é de 1,4 bilhão, só na duplicação de que eu estou lhe falando. E o lote que já está em obra, da Sanches Tripoloni... É porque eu

não sabia que... Eu ia trazer um filme de uma inovação que eu trouxe do Peru. É o seguinte: nós estamos duplicando, lá, com o túnel da chuva. Eu chamei de túnel da chuva. O que é isso? É um túnel com um encerado especial, que é mantido na sua estrutura através de compressores. Então, a pista, o pavimento rígido da duplicação da BR-163/364, lá em Nobres, está sendo feito debaixo de chuva. Debaixo de chuva!

Então, essa inovação eu quero levar para toda a Amazônia, para trabalhar na chuva e na estiagem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL. *Fora do microfone.*) – Funciona.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – E provou que funciona, com uma diferença: quando é duplicação, funciona porque eu tenho uma pista aberta ao tráfego. Eu estou fazendo uma nova e esse sistema que a empresa colocou fica fechado. Só abre para caçamba de concreto entrar. Entrou, fecha. Quando estou fazendo uma restauração, eu não posso fazer isso, que é o caso, por exemplo, da BR-364, que está aberta ao tráfego, como é o caso de manutenção no Mato Grosso, no Pará, no Acre. Então, como é? A empresa está pesquisando no terreno um tipo de estrutura sobre roda, o mesmo túnel, mas com uma estrutura metálica leve, que fique aberto. Não precisa fechar, fica aberto. Tanto as pessoas usam a rodovia, como nós trabalhamos na restauração.

O que eu quero com isso? Que os meses de chuva não impeçam de trabalhar nas rodovias. Não vão impedir, vamos acabar com isso. Nós vamos diminuir o tempo de espera e de sofrimento da população, principalmente na Amazônia. E logicamente não só na pista. Aí, tem de ter o toldo para cobrir as jazidas, porque a piçarra não pode estar encharcada; tem de ter a proteção no pátio de insumos para a brita e a areia, senão, quando entrar para o silo de usinagem do CBUQ, vai ter de secar o material com combustível – vai ficar mais caro. Bom, isso já não é detalhe para os senhores, já estou entrando em detalhes demais.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – General, e qual é o trecho da 364 que não foi licitado, desse trecho de Rondonópolis – Posto Gil?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É, tem um lote...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Não, um lote.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Todos foram licitados. Um lote deu um problema, porque as empresas não chegaram no preço de referência e elas se induziram ao erro, por quê? Eu vou dizer isto aqui de uma forma muito tranquila: havia um projeto antigo desse lote que girava em torno de R\$180 milhões. O tribunal foi lá, olhou e disse: “Não, ele não vale tudo

isso, não. Ele vale 90.” Aí, o DNIT foi, estudou e disse: “Não, não é 90 e nem 180; é outro preço.” E esse preço não posso dizer, porque vai ser relançado o edital, e como é confidencial, eu estou proibido de dizer agora.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Mas é entre um e outro?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – (Risos.) Aí, o que aconteceu com os concorrentes? Os caras ficaram com 180 milhões na cabeça, foram para a licitação e não baixaram de 180, porque disseram que era inviável fazer. Chegou uma empresa ao cúmulo de dizer para nós que o lote vizinho que ganhou era mais difícil, quando era mais fácil que esse, o contrário.

Eu pediria ao Dr. Luiz Guilherme que me diga sobre o que estou dizendo: foi isso ou não foi isso o que aconteceu?

O SR. LUIZ GUILHERME (Fora do microfone.) – Foi sim, senhor.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Foi. Está vendo aí?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – E qual é o trecho, General?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – (Risos.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – O senhor pode me dizer qual é o lote?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Qual é o lote, Luiz Guilherme?

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. LUIZ GUILHERME – Serra de São Vicente a Cuiabá.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Então, esse foi o único lote que deu problema, mas que nós já estamos relançando. Luiz Guilherme?

O SR. LUIZ GUILHERME (Fora do microfone.) – Senhor?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Estamos relançando o lote, não é?

O SR. LUIZ GUILHERME (Fora do microfone.) – Sim, vamos relançar.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Imediatamente.

Então, essa primeira questão aí eu acho que está respondida e nós não vamos deixar de fazer...

Agora, ainda sobre a matriz de risco, se tudo for aprovado no Ministério do Planejamento e numa discussão com o Tribunal de Contas da União também, lógico, nós chegaremos a um bom termo, porque, quando nós estamos fazendo uma licitação cujo orçamento é confidencial, temos de ter alguma coisa de gestão de risco. É lógico que temos de ter. Mas é claro que toda empresa que tem musculatura de mercado para

viver no mercado e fazer boas obras tem que ter, no mínimo, um engenheiro de custo. Porque, se ela não tiver um bom engenheiro de custo, como é que ela vai orçar obra para entrar para a competição? Como aventureiro? Vai entrar numa aventura? Eu vou puni-la. Eu vou desterrá-la. Porque ninguém pode brincar com dinheiro público e nem com os anseios do povo brasileiro. Então, a empresa que chega lá para uma licitação e demonstra que não está preparada já é um mau sinal! Volte e vá fazer o seu dever de casa, meu filho. Vá estudar o Orçamento.

Embora o custo seja confidencial, existe um sistema de custo chamado Sicro – é um dos mais antigos do Brasil –, em que há o custo por serviço unitário. Esse Sicro nasceu com o DNER. Então, o que o orçamentista faz? Eu lanço o edital, coloco lá um quadro de serviços. O que ele tem que fazer? Ele pega aquilo e joga na tabela do Sicro. Vai para o terreno, coloca os seus parâmetros de segurança e faz o orçamento dele para disputar a obra.

E aqui há uma inovação que até hoje eu não contei – e esta eu me orgulho de contar, viu, Presidente? –: nós contratamos a Fundação Getúlio Vargas para desenvolver o novo sistema de custos para o DNIT. Um sistema atual, moderno, inclusive com o acompanhamento do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União. Porque, hoje, o Sicro que nós temos tem catalogados 2 mil serviços. O DNIT trabalha com mais de 25 mil tipos de serviços. Então, todas as vezes que eu tenho um projeto, eu tenho um serviço que está fora do Sicro. Aí tem que fazer pesquisa de mercado, tem que fazer composição do serviço, e isso tudo demanda tempo para aprovar o projeto. É um detalhe que eu não tinha contado aqui.

Bom, e o restante da BR de Mato Grosso que vai chegar até lá embaixo? Eu tenho hoje meia dúzia de empresas com Crema. Não é tapa-buraco! Quando eu falo Crema é manutenção estruturada. São R\$140 milhões de contratos já firmados. Estou esperando a janela hídrica se abrir e nós vamos lá conferir a mobilização, para ver a manutenção estruturada começar a acontecer na rodovia BR-163 desde Sinop.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – A janela hídrica é...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É o verão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – É acabar a chuva.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É acabar a chuva.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Já está acabando, General. Pode mobilizar o pessoal.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Está acabando e estou preparando a minha mochila.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Outro dia eu fui lá com o senhor e o senhor disse que iria pendurar o pessoal pelo pescoço. O senhor fez isso lá?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Já pendurei. Já pendurei.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Já? Então está bem.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Inclusive, eu reuni todas as empresas da BR-163 – é outra pergunta aqui –, inclusive pegando no Pará, fiz notificação e dei o prazo de 15 de abril para estar mobilizado. Ai da empresa que, quando eu chegar lá, não estiver mobilizada! Eu já vou com meu talão de multa.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu vou até anotar.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Pode anotar: 15 de abril. Eu vou levar meu talãozinho de multa. Não é possível! Não é possível!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Presidente Collor, permite-me fazer um questionamento aqui, uma observação relacionada ao tema?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Por favor, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – General, o senhor falou sobre o trecho Rondonópolis-Posto Gil, R\$1,4 bilhão. Eu pergunto: é apenas um trecho, da Serra de São Vicente a Cuiabá, que tem problema na ordem de execução?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Isso. Os outros todos foram um sucesso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Tudo pronto?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Tudo, tudo, licitação feita, estamos trabalhando no contrato.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu pergunto a V. Ex^a: em quanto tempo o senhor acha que há condições de o senhor dar a ordem de serviço para iniciar, de fato, esta obra?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – No máximo 60 dias.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Que bom!

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu vou lhe explicar por que estou falando 60 dias. Hoje à tarde, eu vou ter uma reunião com o Serpro. Eu aqui estou abrindo tudo, não tenho que esconder nada. O senhor acredita que, para fazer um contrato de uma obra, depois que licito, tenho que digitar de novo todos os preços no sistema do Siac?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Por quê?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É porque um sistema não fala com o outro, e eu descobri isso. Eu liguei para o Serpro e falei: rapaz, eu estou na Idade da Pedra, para com isso! Então, o Serpro me atendeu, com toda a elegância, como sempre faz, e hoje, às 14h30, eu tenho uma reunião de integração, para que o sistema da licitação fale com o sistema de contrato, de modo que, terminada a licitação, migra-se eletronicamente, através de um *software*. Ele vai migrar e levar isso para dentro do sistema de contratos. Então, o tempo que se gasta para fazer o contrato vai resumir para uma operação. Está bem? Daí eu dizer 60 dias, o que pode parecer estranho, não é? Como é que eu consegui reduzir de 230 dias para 30 dias úteis, 60 dias a licitação e estou morrendo com 60, 90 dias em um contrato?

Então, quando eu tiro um gargalo do outro, ele caminha para ali. Aí eu mato o gargalo aqui e ele caminha para ali. E assim nós vamos andando na gestão.

Mato Grosso, na sua BR-174, na sua BR-158...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – E a BR-163?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Na BR-163, são nove lotes. Eu tenho três empresas que precisam de muita atenção: Trimec, CBEMI e Três Irmãos. Dessas, a que mais me preocupa é a Trimec. Por quê? Porque ficou discutindo com o DNIT o preço do asfalto. O que ela fez? Ela atacou a terraplanagem e agora que começou o pavimento. O Vitória, que esteve na reunião conjunta de todas as empresas, me prometeu que agora começa com tudo, que já está com as usinas mobilizadas, com tudo o mais. E isso resultou de uma decisão, lá atrás, de que em relação aos ligantes derivados de petróleo – o cimento asfáltico de petróleo, conhecido como CAP, o CM, o RR, todos aqueles ligantes – eu só poderia colocar no projeto o preço dado pela ANP – Agência Nacional do Petróleo. Mas a Agência Nacional do Petróleo não tabela. Isso é livre mercado!

O que faz a Agência Nacional do Petróleo? Ela faz, por região, uma média ponderada. A distribuidora mais próxima da refinaria vende mais. Como a distância é menor, vende mais barato. Isso distorce, porque as obras do DNIT nem sempre são as mais próximas das refinarias. Ora bolas!

Então, o que aconteceu agora? O Tribunal de Contas publicou novo acórdão modificando isso, estadualizando o preço das emulsões. Então, agora, não é mais regional, é estadual, mas ainda não estou satisfeito. Eu determinei à Fundação Getúlio Vargas que, dentro daquele contrato de novo sistema de custo, faça um trabalho acadêmico, com modelo matemático, para nós, DNIT, darmos o preço do CAP dentro da relação

custo-benefício com relação a custo na refinaria, custo na distribuidora e logística de transporte. Os senhores vejam que estamos evoluindo. É uma evolução permanente. É um diálogo permanente entre o Tribunal de Contas e o DNIT. É um diálogo permanente!

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – General, uma sugestão: o preço do CAP ou dos ligantes deve ser dado na usina onde se compra, e um X por quilômetro rodado até onde está a obra. Estadualização desse preço não resolve nada. Da entrada de Mato Grosso, no Itiquira, até chegar a Matupá, lá em cima, são mil quilômetros.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Mas não fui eu que disse isso. Foi o Tribunal.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Não, eu sei, só estou deixando como sugestão, para o senhor levar ao Tribunal, porque não se justifica. E são esses probleminhas que o senhor está citando que acabam embargando a obra.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Atrasando até.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – São eles que atrasam a obra. E é tão simples entender que não pode um material desse andar mil quilômetros sem ninguém pagar nada.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É simples.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Na minha atividade de agricultura de soja, General, um quilômetro para frente tem um preço melhor e um quilômetro para trás tem um preço pior. É por quilômetro que você transporta as coisas. Não consigo entender como é que nós do Governo não conseguimos fazer isso ainda. Tem GPS, tem tudo. É tão fácil resolver esse assunto.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É o seguinte: eu tenho que provar para o órgão de controle qual é o modelo melhor para o Erário. É por isso que determinei à Fundação Getúlio Vargas que me apresente esse modelo, considerando isso que o senhor está dizendo aí. Porque a logística tem o momento da produção e o momento da distribuição. Tudo é custo. E numa obra, qualquer obra rodoviária, o que muito pesa é o custo das áreas fontes, onde entra pedra e areia – são os chamados “agregados” –, quanto custa lá e quanto custa transportá-los. Isto tem um peso na curva ABC muito grande.

Então, eu acredito que no prazo que a Fundação Getúlio Vargas me pediu, nos próximos 40 dias, eu estarei apresentando ao Tribunal de Contas um novo modelo de precificação para as emulsões. Um modelo justo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Uma fórmula, não é, general?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É! Um modelo matemático.

A Fundação Getúlio Vargas pegou os cabeças do Brasil para estudar esse assunto.

Nós estamos aqui, ainda...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Está comigo.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – ... com o Senador Jayme.

Rondonópolis. Não, BR-158, é desvio! É desvio! Já está decidido; é desvio! Estamos fechando os projetos básicos para, por RDC, contratar o que falta. Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Falta alguma coisa?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. *Fora do microfone.*) – Só um, sobre o Contorno, se de fato vai ser federalizado.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Bom, Contorno Sul. O Governador Silval fez uma apresentação a mim e ao Ministro, mostrou o desenho direitinho de tudo. Eu acho que – acho, não, tenho certeza disso – Cuiabá precisa urgentemente completar o seu Anel Viário. Porque Cuiabá é um polo em torno do qual gira uma fronteira do agronegócio importantíssima. Então, não pode ficar daquele jeito que está ali.

Nós temos dois caminhos: um é contratar um estudo com projeto de um contorno mais distante, que vai levar mais tempo; o outro é um prazo mais curto, para diminuir o sofrimento, federalizar aquele traçado mais curto ali.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Vinte e sete quilômetros.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É. Como é que se faz isso? Através do Governo de Mato Grosso. A Assembleia ratifica o pedido do Governador, aquilo vai ao Ministro, vira uma portaria ministerial, fica federalizado como contorno, para que eu possa entrar com um RDC urgente e fazer, de cara, uma adequação de capacidade, aumentando faixas, para dar trefabilidade melhor. Até que façamos realmente um “contorno” digno de Mato Grosso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Quero fazer uma observação para o senhor. Por sinal, já existe um projeto do Rodoanel de Cuiabá, com um total de 44 ou 45 quilômetros, que já sai bem diante desse problema que nós temos hoje de tráfego em ambas as cidades. Por sinal, parte dos recursos foi liberada e aplicada. Se foi bem, se foi mal, também não sei. Há um problema, parece-me, de má aplicação. Entretanto, o que precisa é dar consecução ao projeto. Ele inicia lá em frente ao Distrito Industrial de Cuiabá,

corta Cuiabá, praticamente, bem na paralela, pelo lado direito, passa pelo Município de Várzea Grande, com apenas uma ponte sobre o Rio Cuiabá. E já saímos mais ou menos distantes desse local onde eu disse que é o Trevo do Lagarto, algo parecido entre 15 e 20 quilômetros. Com isso, nós vamos desafogar.

Este Contorno a que me referi, o Contorno Sul, foi construído no ano de 1985 por Júlio Campos, meu irmão, que era o governador naquela oportunidade. Uma obra magnífica, exuberante, pela época. E o Contorno Norte fui eu que fiz quando governador, também, do outro lado da cidade. Entretanto, as cidades cresceram e essas áreas passaram a ser urbanas, sufocando tanto Cuiabá quanto Várzea Grande. Para o senhor ter noção, esse Contorno Sul dividiu a cidade de Várzea Grande. Existem alguns bairros que estão à margem da rodovia. E hoje, para o senhor ter noção, Presidente Collor, o cidadão que está nesse bairro, para vir ao centro da cidade, fica 45 minutos esperando até ter uma vaguinha para passar ali. Quarenta e cinco minutos. Eu já cheguei ao absurdo de marcar lá! Onde já se viu isso?

Então, uma solução mais rápida, General, seria, neste caso, o DNIT assumir e fazer melhorias, naturalmente, nesse Contorno Sul. Fazer a recuperação, sobretudo, do pavimento.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É a solução emergencial, Senador. Federalize, para que eu possa investir.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Correto.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu fui estudar o caso já. Eu não posso investir.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Já resolve, em princípio.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Então, federalize que eu faço o investimento imediato ali. Eu faço uma melhoria.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – E o senhor consulte direito o seu diretor do DNIT lá em Mato Grosso, porque existe um projeto bem definido em relação ao Rodoanel que corta as duas cidades: Cuiabá e Várzea Grande. Já foi feito até algum investimento lá, parece-me que quase cinco quilômetros, ali no trecho Estrada da Guia e estrada da Chapada. Entretanto, precisa da sequência, da continuidade, porque aí resolveríamos o problema definitivamente.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Definitivamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – É uma obra federal, com recursos federais.

Estou satisfeito, Presidente.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Senador Blairo Maggi, BR-163, acesso a Meritituba, que é importante.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Exato.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Nós concluímos, na semana passada, o diálogo com aquela equipe do Aprosoja. Já temos o traçado do acesso ao Tapajós por fora da cidade de Meritituba. Por quê? Porque há uma coisa que é preciso em acesso a porto, fundamental. Eu estava na sala ali atrás quando o senhor estava discutindo a questão de porto aqui, o acesso ao porto, com vários Senadores falando. O acesso a qualquer porto, seja fluvial, seja marítimo, tem que ter o que se chama de “praça de espera”. Ele tem que ter uma praça de espera. Essa praça de espera, dependendo do potencial de produção da área, pode ter mil metros quadrados como pode ter 200 mil metros quadrados. O que vai dizer isso é o potencial e o tipo de bitrem ou de carreta, que volume transporta, enfim, é um estudo de logística. Isso se faz através de simulação.

Eu descobri uma empresa de simulação, em São Paulo, de modelos matemáticos de engenheiros. Eu fiz o planejamento da terraplanagem do Terminal de Guarulhos. Terminou três meses antes do cronograma porque eu simulei a obra antes. Existe modelo que recebe mais de um milhão de variáveis. O senhor coloca a variável que quiser na simulação. Portanto, o senhor tem o domínio de cada escavadeira que trabalha e de cada caçamba que entra e sai da obra.

O que está precisando ser feito nessa questão do agronegócio? Simulação.

Uma empresa brasileira – o maior cliente dela é o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, só para o senhor ter uma ideia – ganhou agora a licitação para simular a expansão do Canal do Panamá. Eu fiz isso em Guarulhos, foi um sucesso. Então, nós temos que fazer a simulação. Onde há complexidade, onde há vetores de diversas configurações e naturezas é preciso simular.

O agronegócio tem o vetor, primeiro, da meteorologia; segundo, da ação de plantar; terceiro, da ação de colher; quarto, da ação de carregar; quinto, de transportar; sexto, para onde, por onde, como – como descarregar para exportar. Isso tudo tem que entrar numa simulação. Tem que entrar numa simulação! E aí, com a simulação, nós teremos...

A simulação que eu fiz de Guarulhos dizia até o tamanho da fila de caçambas, quantas caçambas estavam na fila. Aí se criou uma coisa chamada “bota espera”, para diminuir a fila da caçamba. Com isso, diminuiu o tempo de construção, diminuiu o custo da obra. Comecei projetando 450 caçambas, terminei com

250 caçambas fazendo a mesma coisa. Otimiza-se a utilização dos recursos.

É uma sugestão que deixo aqui para quem trabalha no agronegócio: faça a simulação, invista em simulação, assim como em engenharia também.

Houve um problema. Disseram assim: “Não, mas Meritituba quer que passe dentro da cidade o acesso ao Tapajós, para levar os grãos”. Eu falei: não vai passar. Primeiro, eu vou levar insegurança para a cidade, vou levar poluição para a cidade, vou levar intranquilidade. Segundo, vai ser uma fila interminável. Então, o acesso a Tapajós é por fora de Meritituba, da cidade, e tem que ter um pátio do tamanho da fila de carreta que precisa descarregar para esperar.

Quanto tempo leva para carregar uma balsa? Tem que cronometrar. Tem que simular o tempo de carreta e o tempo de chegada. Aí eu vou saber qual é o volume da espera. Esse volume da espera vai dizer para mim qual é a área que tenho que ter de espera de carreta, para acabar com essa coisa de fila de carreta no meio da rua, no meio das estradas. É só isso. Isso é científico! Não pode ser feito na intuição, mas através de uma coisa chamada simulação.

Bom, sobre a BR-158, Senador, eu acho que está o.k.

A BR-242 eu acho que vai alavancar o escoamento daquela parte de oeste para leste, em Mato Grosso, e realmente tem que chegar à ferrovia. Estamos num trabalho de cooperação com a Aprosoja. Queremos, eu acho que, no máximo, em 120 dias, concluir a revisão de todos os projetos, de todos os lotes e lançar o RDC. A única pendenzinha que está faltando fechar é a questão ambiental, porque isso aqui começou com um licenciamento estadual, mas o Ibama disse: “Negativo, é federal, passem para cá”. Então está no Ibama, mas está indo muito bem, porque o Ibama considerou todos os estudos ambientais feitos para o licenciamento estadual, ele está aproveitando. Portanto, não considero que vai haver um atraso nessa parte, não, Senador. O nó górdio aqui é o quê? É fechar a revisão dos projetos. Fechados, o compromisso nosso é iniciar a licitação por RDC da 242.

Quanto à BR-174, eu disse ao Governador do Mato Grosso, Governador Silval, o seguinte: com termo de cooperação vamos fazer. Vamos embora. A Presidência apoiou e mandou botar no PAC. Então, estamos com sinal verde, estamos para fechar um anteprojeto. Nesse de agora, já está dentro...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – No PAC 2?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Já está dentro do PAC 2. Então, eu acho que essa é uma boa notícia, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Agora vamos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – O senhor acha que essa obra é possível para o ano que vem? E este ano? Pode dar uma esperança? Eu estou na região e lá há um sentimento: “O que o senhor faz, Senador? Não aguento mais sofrer. Quando eu vou parar de sofrer aqui?”

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Vamos falar o seguinte para o senhor: aquilo que o Governo do Mato Grosso desenvolveu como projeto, dentro de 180 dias, espero estar com a licitação na rua.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Quer dizer que isso depende apenas, exclusivamente do Governador?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É, de fechar os projetos comigo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Os projetos executivos das obras quem estava fazendo era o Governo do Estado?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Inclusive, eu particularmente decidi lá um pedaço da área...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É. Isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – ... um pedaço da área, porque tinha problemas de desapropriação. Como eu, todos os demais proprietários...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Fechado isso aí. Com 180 dias, estaremos com ele na praça.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Só depende do Governador.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Pode anotar a data aí, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Notícia alvissareira, maravilhosa. Já estou satisfeito.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Geral.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Geral, por favor, vou perturbar o Governador no bom sentido, exigir dele, falar: olha, está gravado, vou pegar a cópia da fita aqui que diz que só depende do senhor, que pode ser feito em 180 dias. Vou botar no alto-falante da cidade, em todos os carros de som, no cornetão, para o Governador: se não sair, você é o responsável; vou detonar você na região todinha, em alto-falante.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – O Governador quer, ele é brigão, ele vai atrás. O Gover-

nador Silval corre atrás, ele é brigão. Justiça seja feita, eu gosto do jeitão dele, ele é empreendedor.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Nós estamos igual o índio Juruna, que gravava tudo.

General, só para finalizar, faltou falar da BR-163. Qual o prazo de conclusão dela, que hoje está previsto no DNIT? Até Miritituba. Esquece até Santarém; até Miritituba.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não esqueça até Santarém, General.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Não, não, vai numa segunda etapa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Espera aí, Senador Blairo, vamos até Santarém.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – General, deixa eu corrigir para não ficar mal com meu colega: primeiro até Miritituba, depois até Santarém.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Está bem. Quero, em dezembro, até o final dessa janela hídrica, ter todos os lotes até Miritituba prontos. Esse é o meu plano. Em Rurópolis-Santarém, para ser mais preciso, nós temos quarenta quilômetros por fazer, abertos dentro de oitenta. Eu já estudei aquele assunto ali. Na Serra do Inajá, não estava bem dimensionado o corte de pedra, o material era de terceira. Então, nós vamos fazer um RDC urgente, para ver se, até na virada do ano que vem, entrego aquilo pronto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Entrega toda?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Toda. Eu acho que é um empreendimento que tem que sair de Cuiabá, e chegar ao Porto de Santarém.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – O meu nobre colega, Senador Flexa, vai ...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Até o início de 2014.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – O Senador Flexa vai na Comitiva, com a Presidente Dilma Rousseff, inaugurar essa estrada.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Espero fazer isso até o primeiro semestre de 2014.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com licença, Presidente Collor. A data foi 2014, não é?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É. O primeiro semestre.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O primeiro semestre é de chuva.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Mas, com a tecnologia do túnel, vai funcionar direto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O General já me mostrou o túnel.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu mostrei a V. Ex^a. Estou com a foto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vou mostrar ao Governador para implantarmos nas rodovias estaduais também.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – General, vou dar uma entrevista agora à Rádio, e já vou colocar isso. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Indago aos Senadores Blairo Maggi e Jayme Campos se está faltando alguma coisa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Qual o orçamento?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu paguei R\$10 bilhões.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Quanto isso representa?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu tinha ali, mais ou menos, R\$15 bilhões e paguei R\$10 bilhões.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – O senhor desembolsou... Bom demais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para a *performance* do Governo, está muito bom. O Governo não gasta nem R\$10 bilhões.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – E é o seguinte: os contratos foram acabando. Nós otimizamos os contratos que existiam.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para *performance* do Governo, está muito bom gastar dois terços, não é Presidente Collor? O Governo não gasta nem os 10% do PAC. Acho que o DNIT está acima. É o desvio da curva.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente Collor, peço desculpas aos colegas, mas faltou uma resposta sobre a questão da fiscalização do RDC.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Está escrito aqui.

Conforme havia dito, estamos num diálogo muito estreito com o Tribunal de Contas da União sobre a RDC. Já fizemos reuniões grandiosas. Um dia desses, passamos praticamente oito horas dentro do DNIT, com cerca de 30 auditores ou mais do TCU e toda a nossa equipe técnica, discutindo os critérios do RDC. Acho que é isso que deve ser feito. E tem de ser feita, com muita força, na sua plenitude, essa discussão técnica, na busca de um bom planejamento. Em engenharia, em qualquer empreendimento, em qualquer projeto, considero a fase mais importante o planejamento, inclusive com a simulação.

Quanto à execução, o importante é o controle, ou seja, o controle de quem está executando, para que se chegue a um bom resultado com qualidade.

Então, o que vai acontecer com a RDC com relação à fiscalização? Como disse no começo, estou mudando – trata-se de um esforço pessoal –, apoiado por toda a minha diretoria, a maneira de fiscalizar a obra. Tenho que fiscalizar por resultado. Tenho que pagar a fiscalização da obra por produto. Não tenho que pagar por consultoria. Não vou pagar por consultoria; consultoria eu pago por hora. Quanto é que custa a hora de um consultor? Quatrocentas horas, duzentas horas? A pessoa chega para dizer o quê? “Não! Essa solução não é boa. Tem uma melhor agora. Apliquem essa solução.” Mas eu não preciso de consultoria no DNIT. Eu preciso de controle de tudo o que se faz dentro de uma obra, de todos os serviços.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Feito pelo DNIT.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Que o DNIT faça isso. Se ele terceiriza, ele precisa ter instrumento para que o fiscal daquele contrato, que é um funcionário do DNIT, cobre daquela empresa que está sendo paga para apresentar os seus ensaios, as suas memórias de topografia.

Então, estamos mudando um paradigma muito sério no DNIT. Essa questão de supervisão de obra é uma quebra de paradigma. O meu coordenador de custo viajou para o Rio de Janeiro e foi verificar quanto é que custa fazer um ensaio de resistência de um corpo de prova de concreto de uma viga de um viaduto. Aí ele vai pegar o cronômetro e começar a medir quantas batidas o socador dá, quanto tempo a prensa leva para fazer, qual o salário-hora do funcionário que está ali, enfim, vamos ter que precificar isso. Não basta eu perguntar no mercado quanto a pessoa cobra. O DNIT precisa ter o seu custo. Ele, o DNIT, tem de ter o seu custo.

Então, tudo nasce da composição do custo. E essa supervisão, que até hoje se fez no DNIT, não é por aí. É consultoria.

Então, temos uma vulnerabilidade. Toda vulnerabilidade é oportunidade de melhoria. Eu vejo dessa forma. Aliás, vou contar rapidamente a história de uma empresa que decidiu duplicar sua fábrica de calçados e mandou dois executivos para a Índia, a fim de pesquisar o mercado. Eles foram. Com uma semana, o primeiro executivo mandou um fax: “Cancele o projeto. Aqui não se usa sapato.” No dia seguinte, o outro executivo disse assim: “Dobre o projeto. Aqui, ainda não se usa sapato.” É uma questão de atitude.

O recurso humano, profissional de qualquer instituição, seja privada, seja pública, tem três componentes fundamentais: o conhecimento, quer dizer, o preparo, a formação acadêmica, a experiência de vida; a habilidade, ser capaz de resolver problemas; e, por

último, tão importante ou mais do que os outros, a atitude – ou ele tem engajamento para fazer as coisas, para resolver, ou ele tem compromisso, ou ele não tem. Essa é a questão.

Estamos buscando isto no DNIT: quebrar esses paradigmas. E as empresas às quais for delegada a competência de fiscalizar a obra, através de uma licitação, vão ter de fazê-lo através da apresentação de produtos, tudo isso sob a égide do TCU.

Assim, já disse ao TCU que vou mandar a ele a minha primeira minuta de termo de referência sobre supervisão de obra, para que eles contribuam conosco também, porque essa via tem duas mãos: o controle e o DNIT – sempre nessa discussão saudável, na busca da melhor solução.

Eu respondi a sua pergunta, Senador Blairo Maggi? Ou usei de “*embromation*”?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Não, General. A minha pergunta é bem específica: se o TCU, no RDC, vai fiscalizar a obra por preço unitário – onde está a pedra, onde está o cimento –, ou o pacote.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Não. Não. É o pacote.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Maravilha. Então a coisa vai andar agora.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Digo que não, porque tanto no DNIT, quanto no Ministério do Planejamento estão finalizando um normativo, no âmbito do Poder Executivo, dizendo exatamente como vamos conduzir isso. Esse é um jogo aberto. Essa é a regra do jogo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito bem. Porque, se for por esse caminho, vamos eliminar um monte de problemas pequenos, mas graves, no final de uma obra, que trazem intranquilidade para todos.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Sem dúvida alguma. Temos de encarar a obra no seu custo global.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Estou satisfeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Senador Flexa Ribeiro, com relação ao Pará, com relação à BR-155, eu disse a V. Ex^a que estava mandando uma equipe lá, e ela já foi. O primeiro trabalho já está em curso. V. Ex^a pode anotar: em 30 dias sai o primeiro lote de projeto pronto, e vamos lançar a licitação, porque vou jogar fora aquela malfadada licitação, está bem? Aquilo não resolve o problema da BR-155.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vai reliciar em 30 dias.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Em 30 dias. Daqui a 30 dias, vai vir o primeiro lote. Em seguida, vai vir o segundo; depois, o terceiro; depois, o quarto, porque não existe milagre em engenharia, Senador. A coisa é progressiva.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A minha formação é em engenharia também, General. Então, entendo também como é a dificuldade.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Mas já estou com o primeiro lote de levantamento de campo, trabalhando para licitar a primeira obra, com base nisso daí.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E o início efetivo de execução?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Olha, 30 dias; concluída essa parte, vamos colocar mais 60 dias; em 90 dias, estamos trabalhando.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Em pleno verão, então?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É. Então, é a resposta que eu vou dar ao Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Está anotado. Não só eu, mas todos estão anotando também.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Já falei da BR-163.

A BR-230, bem, esse é um eixo importantíssimo. Ele inclui Belo Monte. Sai de Marabá e vai articular-se em Rurópolis, com a BR-163. Então, vejam que coisa bonita! Sai de Marabá e vai chegar em Rurópolis. A BR-163 deixa o Pará todo articulado, não é isso? Já licitamos lotes. Já temos empresas. Inclusive há as que sucumbiram e já existem novas licitadas. Qual é o nosso problema na BR-230? Terras indígenas. São 27 terras indígenas. Não estão na governança do DNIT.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Tribos diferentes.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – São tribos diferentes. Então, o que acontece? Em que fase está isso aí? Contratamos a COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para fazer o Plano Básico Ambiental indígena.

Como é que a coisa acontece? Vamos às terras indígenas e apresentamos aos índios o PBA. Os índios assistem à apresentação e são feitas as modificações daquilo com que os índios dizem não concordar. A partir disso, contratamos empresa para executar aquilo ali.

Então, estamos em fase de apresentação de PBA nas 27 terras indígenas. Só para apresentar, custa mais de R\$1 milhão, porque até helicóptero temos de alugar para ir às terras indígenas.

Então, vou resumir a V. Ex^a que, se dependesse do DNIT, já tinha começado, todos os lotes da BR-230 estariam a mil, mas não depende só do DNIT. A Funai dará anuência ao Ibama, dizendo assim para mim: “Está aqui a Licença de Instalação (LI)”. O Ibama só me dá LI, se houver anuência da Funai. Não estou jogando o problema para a Funai, estou dizendo a V. Ex^a qual é o quadro, porque não posso criar expectativa falsa no Pará sobre isso. Dependo fundamentalmente da anuência da Funai ao Ibama para este me conceder LI, e eu fechar a BR-230. Aí acabou. E não está na minha governança.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Nem de nenhum brasileiro. Lamentavelmente, a Funai não é parceira.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Bem, Senador, esse comentário é de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Senador Flexa Ribeiro, algum outro ponto?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Ainda temos um ponto importante aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pois não, General.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – BR-316. Já convidei uma equipe do Governo do Estado do Pará para fazer uma parceria com o DNIT e assumi tudo o que for área urbana. Eu passo. Eu delego. Há problema de VLT, há projetos do Governo lá. Então, queria sentar com o Governo do Pará e desenhar uma solução boa para aquela saída.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – General, quanto à parceria, vou até falar aqui em nome do Governador, tenho certeza de que ele vai aceitar, mas V. Ex^a vai providenciar os recursos para isso seja transferido também.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Claro!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Está ótimo.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Temos que dialogar para saber como é que vamos fazer isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vou conversar com o Governador, para que possamos fazer um projeto que transforme aquele trecho urbano numa avenida.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Precisamos sentar e conversar. Inclusive pela questão dos parciais eletrônicos. Faz parte desse projeto urbano.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Exatamente.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Estamos falando, Senador, de mobilidade urbana. Aí entra PDOT, engenharia de trânsito, urbanismo. Entra tanta coisa, que não é uma solução só do DNIT. Essa questão da mobilidade urbana envolve o dono da casa, assim como aconteceu em Minas Gerais, no Anel Viário que está lá, com 160 mil veículos/dia. Eu convidei. Estamos trabalhando juntos. Vamos embora.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – General, o Governo está implantando o projeto de BRT nesse trecho da rodovia.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Por isso, eu digo que temos de sentar na mesma mesa urgentemente.

Permita-me falar sobre a questão que V. Ex^a abordou com muita ênfase: o Pedral do Lourenço, não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, com licença.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vou rufar os tambores porque essa parte da fala do General vai ter de ser bem editada.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – O Pedral do Lourenço é um projeto para o qual, quando chegamos ao DNIT, havia uma licitação. A licitação era de 500 milhões para fazer o derrocamento. O que é isso? Explodir pedra para construir um canal. Lá pelas tantas, diziam: “Está muito caro isso, analisem”. A *clamshell*, máquina que tira as pedras, que explode, era um décimo da produtividade do mercado. Consequentemente, na composição de custo daquele projeto licitado, a produtividade encarecia quase cinco ou seis vezes o valor da obra. Então, nós dissemos que não aceitávamos aquele custo. Aí a empresa disse: “Não, não tem problema não; a gente baixa para 300 milhões”. Eu disse: está faltando seriedade aqui. Como tenho uma obra de 500 e agora baixa para 300? É o seguinte: anulem a licitação, vamos rever o projeto e fazer uma coisa profissional.

Muito bem. Aí a Vale entrou para ajudar no projeto. Pela primeira vez...

Quando foi que o senhor esteve lá comigo, Senador?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Há duas semanas.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Há duas semanas. Quando o Senador esteve lá comigo, há duas semanas, cobrando-me Pedral do Lourenço, indignado – e com toda a razão –, eu lhe disse: pela primeira vez, sentei com toda a diretoria de siderurgia da Vale. Eu fui ao Rio de Janeiro, sentei à mesma mesa e disse: onde está o projeto? “Não, o projeto está sendo

finalizado no escritório. Todo o levantamento de campo do projeto básico já foi feito.” E qual é o problema? “Não, é porque há restrição de operacionalidade.” Qual é a restrição? “Nas águas cheias, a velocidade do rio chega a nove nós, e aí o comboio não tem controle.” E daí? Reveja o comboio, eu falei. “Não, mas se se revir o comboio, não se vai atender à siderurgia.” Eu falei: isso é um problema dos senhores, não é meu, não. Eu quero o projeto do canal. O canal, de 70 metros de largura, foi para 140, e a profundidade, para três metros. A Vale disse: “Não há problema. Nós damos ao senhor o projeto assim mesmo.” Eu falei: é o que eu quero. Queria 90 dias. Eu disse: quero 60. Daqui a 60 dias quero receber o projeto. Vou fazer um RDC e contratar. A obra vai entrar de volta no PAC. Por quê? Porque a nossa Presidente e a Ministra Miriam dão prioridade a essa hidrovía.

Por que saiu do PAC? Saiu, porque ficou sem horizonte, não tinha horizonte. Então, a obra sai temporariamente e, no momento em que tem solução, entra no PAC, porque, se está no PAC e não tem solução, fica todo mundo dando explicação amarela. Então, está certo: tira-se do PAC. Na hora em que eu tiver a solução, coloca-se no PAC, executa-se a licitação, e faz-se a obra.

Então, o senhor não tenha dúvida: no que depender de nós, estaremos licitando o Pedral de Lourenço, aquele derrocamento ali, até porque já fiz um termo de cooperação com a Marinha do Brasil, para fazer a carta náutica até Belém. Por quê? Porque se vai contribuir para a navegação. Então, já está em execução pela Marinha do Brasil a elaboração da carta náutica, desde Tucuruí até o final. Isso o senhor não sabia. Essa é a novidade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É verdade. Uma novidade auspiciosa, para frente...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Auspiciosa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ... até onde se puder navegar.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Isso.

Então, já estou pensando lá na frente, porque não adianta fazer o derrocamento e não haver uma carta náutica, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É verdade.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Está certo? Então, fui longe logo. Por quê? Porque acredito no que faço. E não há cabimento em fazer uma eclusa daquele tamanho e não ter o derrocamento, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É isso mesmo.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Não tem cabimento isso. Digamos assim, onde foi isso? O próprio DNIT deslizou, ficou ali. Não é culpa do Governo brasileiro, não é culpa... É do DNIT. O DNIT ficou ali, naquele negócio e...

Então, acabou, há decisão com Vale ou sem Vale. Eu tenho um projeto antigo: ou com a Vale ou sem a Vale, com 60 dias – eu dei o prazo –, lanço o RDC. Anote na sua agenda e pode me cobrar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não sou eu que estou anotando, são todos os paraenses, General. Nós estamos aqui e está havendo transmissão pela TV Senado.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – E vamos lá tomar um tacacá ainda, hein?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E um açai também. O tacacá e o açai.

Agora, General – Presidente, com licença –, os 60 dias terminam...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – No final de abril.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – No final de abril.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Em maio, eu tenho de estar com esse projeto na mão e já mandei preparar a minuta do RDC. Chegando o projeto, vai entrando e colocando no mercado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – No dia 1º de maio, apesar de ser feriado, Dia do Trabalho...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Mês de maio. Não vou dizer dia primeiro, não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Já vou pedir uma audiência a V. Ex^a, para estarmos juntos no dia 1º de maio, lá no DNIT, a Bancada do Pará, os representantes da sociedade...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Vamos colocar no final de primeira quinzena de maio.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – De maio. Então...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – No final da primeira quinzena.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, vou agendar...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Compromisso. Agende aí, por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Final da primeira quinzena de maio.

E com relação à licença ambiental, General, sem a qual não há obra?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – O senhor me prometeu que estaria no Ibama, dando força, junto comigo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Estamos juntos.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Então, está bem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O Presidente do Ibama já disse que...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – O senhor já foi lá de novo?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, depois que estive com V. Ex^a, não.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Então, vou fazer o seguinte: vou marcar a reunião para a semana que vem. E o senhor vai comigo?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vou junto.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Está bem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Estaremos juntos lá.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Beleza. Perfeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vou espalhar essa fita por todo o Pará.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Pode espalhar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Senador Flexa, por favor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Falta só um ponto, General, a duplicação do trecho da BR-316, de Castanhal a Santa Maria, e a ponte sobre o Rio Araguaia.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – A ponte do Rio. A ponte tinha problema de projeto. Eu mandei refazer, inclusive a sondagem. E tivemos que, inclusive, anular a licitação. No mês de maio, estará tudo resolvido. Tudo resolvido no mês de maio.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Esse mês de maio vai ser pródigo para o Estado do Pará.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Vai ser bom para o Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pródigo para o Estado do Pará.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Pródigo não vai ser. Vai ser bom.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com certeza.

E a duplicação da BR de Castanhal a Santa Maria? É um projeto que está no DNIT também há vários meses.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Sobre esse projeto vou me reservar o direito de não me posicionar ainda, está certo, Senador? Esse projeto,

há muita discussão sobre ele. Peço um prazo ao senhor, um prazo de pelo menos 20 dias, para lhe dar uma posição definitiva sobre ele.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vamos conversar em maio, para que maio seja realmente um mês pródigo? Falamos da duplicação em maio?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Está bem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – V. Ex^a está satisfeito, Senador Flexa? Satisfeito?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mais do que satisfeito. Só quero estar satisfeito em maio também, Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Sim, sem dúvida. Sem dúvida. Eu pergunto se faltou alguma explicação do General Diretor do DNIT.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Quero novamente parabenizar o General pela forma como coloca...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – É verdade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ... e pelo conhecimento dos assuntos do Brasil todo, de memória.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – É verdade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Quer dizer, ele fala das localidades, dos Municípios, dos trechos de memória, porque se preparou, como disse, para vir à audiência com conhecimento. General, meus parabéns.

Parabéns ao Presidente Collor pela audiência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Acho que a Comissão de Infraestrutura cumpre o seu papel junto à sociedade brasileira, na relação de desatar o nó da logística do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Acir Gurgacz e, em seguida, a S. Ex^a o Senador Sérgio Petecão, Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Presidente Collor, uma questão de ordem.

Eu queria, se o Senador me permite, registrar a presença da Deputada Federal Antônia Lúcia, acreana.

Quando a comuniquei dessa pérola que estava aqui, ela veio lá da Câmara para participar desta audiência pública. É só para registrar isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Esta Presidência registra a presença entre nós de S. Ex^a a Deputada Antônia Lúcia, do PSC do Acre, que veio acompanhada por S. Ex^a o Senador Sérgio Petecão. Seja V. Ex^a muito bem-vinda à Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal!

Com a palavra, S. Ex^a o Senador Acir Gurgacz e, em seguida, o Senador Sérgio Petecão. Logo após, S. Ex^a o Senador Pedro Taques.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Eu o cumprimento, Senador Fernando Collor, e o parabeno pela audiência pública hoje realizada, especialmente por aproximar a nossa Comissão, Sr. Presidente, da população brasileira através das redes sociais do Senado. É um trabalho importantíssimo. Precisamos, realmente, usar as redes sociais do Senado, que estão à disposição, e aproximar, cada vez mais, o Senado da população brasileira. Meus cumprimentos por mais essa ação importante que V. Ex^a faz na Comissão de Infraestrutura.

Saúdo o General Fraxe. Eu o cumprimento, General, pela maneira objetiva da sua fala e das suas respostas, dadas aqui a todos nós, Senadores. Cada um fala da sua região, dos seus problemas, e o senhor sempre tem, na ponta da língua, todas as respostas. E não é por preparação, não; a atuação no dia a dia, lá no DNIT, é que lhe dá essa condição. Então, eu o cumprimento pela atuação lá no DNIT.

Os assuntos que tenho para falar já foram ditos aqui. Quanto à BR-319, nós todos sabemos da importância dela para o País, para a nossa Região Amazônica e, em especial, para o Estado de Rondônia. Rondônia precisa da BR-319 para escoar a sua produção. Rondônia produz, o Amazonas consome, e nós precisamos ter essa rodovia.

Aliás, já falamos sobre isso e sobre o grande problema das questões ambientais, lembrando que há aqui a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2012, Sr. Presidente Collor, que diz que o art. 225 da Constituição passa a vigorar acrescido do seguinte inciso: a apresentação do estudo prévio de impacto ambiental importa autorização para a execução da obra, que não poderá ser suspensa ou cancelada pelas mesmas razões, a não ser em face de fato superveniente. Essa PEC está tramitando na CCJ, e pedimos aos amigos, colegas Senadores que possamos avançar.

É o caso da BR-319. Já foi dada a ordem de serviço, já foi dada a licença ambiental, não poderia paralisar novamente. É uma rodovia que já existe. Se já existe, Presidente Collor, por que não vamos deixar que ela

seja novamente pavimentada? Não se está construindo uma nova rodovia, está-se refazendo uma rodovia que já foi feita. E, se houve um impacto ambiental, ele já foi compensado.

Portanto, realmente temos de fazer as mudanças necessárias para que as obras brasileiras não parem, para que não paralise obras importantes como essa.

Quanto à aproximação do DNIT com o TCU, como já foi dito aqui, esperamos que realmente continue dessa forma. Há uma necessidade muito grande dessa aproximação de pensamento, de atuação, para que também não haja paralisação das obras.

Sobre a BR-425, Porto Velho a Guajará-Mirim, o senhor já comentou. Mas preciso reforçar a importância para nós, de Rondônia, dessa rodovia que liga Porto Velho a Guajará-Mirim, assim como da ponte binacional, que já é motivo de várias reuniões, de várias audiências públicas feitas.

A BR-421, da mesma forma.

A BR-429, Presidente Collor, liga a BR-364 a Costa Marques, divisa com a Bolívia. Foi executada a obra de asfaltamento, mas não foram contempladas na licitação as pontes, ou seja, há o asfalto, mas não há as pontes. Na época da chuva, como agora, houve interdições, foram interditados alguns trechos, porque se tem de desviar. Algumas pontes caíram, foi feito um trabalho provisório. Não compensa fazer um trabalho maior, porque se tem de licitar as pontes da BR-429. Então, é um dos problemas que o senhor herdou, mas é problema do DNIT, e tem de ser resolvido.

A BR-174, que liga Vilhena a Juína, também é uma reivindicação antiga da população de Vilhena. É importante, muito importante para a população do Estado de Rondônia.

Quanto à BR-364, General, no dia 1º de março de 2012, nós tivemos aqui uma audiência pública na Comissão de Agricultura. Eu passei um filme, mostrando como estava a BR-364 e pedi que o senhor me desse uma posição. Vou repetir o que o senhor disse naquele momento. Duas palavras: “verdadeira porcária”.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Exatamente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Foi esse o termo que o senhor usou sobre a situação em que estava a BR-364 em março de 2009.

Pois nós estamos em março de 2013, e ela continua da mesma forma. Foi dada a ordem de serviço para a restauração principalmente do trecho que compreende Pimenta Bueno – Lote 2 – a Ouro Preto, e a empresa ainda não se mobilizou para começar a obra. Realmente, está um caos. Vou repetir as suas palavras aqui: está uma “verdadeira porcária”. Desculpe-me o termo, mas estou usando as suas palavras, ditas no

ano passado. Nós sabemos que há problema com as empreiteiras, mas alguma coisa tem de ser feita para essas pessoas começarem a trabalhar. Estive com o senhor, que me deu uma cópia do ofício dado a essa empresa com prazo até 31 de março para que haja uma mobilização. Então, estou colocando o problema. Eu o tenho incomodado semanalmente lá, porque a BR-364 também é um problema sério para todos nós.

E, com relação às travessias urbanas de Ji-Paraná, o primeiro trecho, General, está um sucesso. O DNIT está de parabéns pela execução da obra. E esperamos que o segundo trecho, que compreende cinco quilômetros e meio de um lado e um quilômetro do outro – ficou faltando o projeto, o senhor herdou dessa forma, mas está tentando resolver...

E, por falar em simulação, fiz uma simulação. O senhor falou em simulação de planejamento de estrada. Pela simulação que fiz aqui, General, essa segunda parte, essa segunda etapa das travessias urbanas de Ji-Paraná, se correr tudo bem, vamos contratar em dezembro, porque está lá na CGDESP.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – CG-DESP.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Os nomes mudam um pouco, e a gente tem de se acostumar.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É a Coordenadoria-Geral, para a qual o Renan me ligava, para eu falar com ele.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Isso.

Finalizado, o termo de referência para contratar o anteprojeto. Então, é o mesmo caso de Vilhena. Vilhena também está na CGDESP. Já terminou a análise. O projeto foi doado pela Prefeitura Municipal ao DNIT, mas há solicitações de correções. Já conversei com o Prefeito, que já está entrando em contato com a equipe do DNIT, para ver se conseguimos resolver isso o mais rápido possível. Os dois projetos estão com André Kuhn.

Eu lhe pergunto: tem como antecipar essa minha simulação aqui, General? Porque é uma simulação, de um lado, positiva, lembrando que nós começamos a discutir a BR-364 em 2009 e que a ordem de serviço foi dada no ano passado, mas a obra ainda não começou. E ela é negativa pelo fato de estarmos em março e de a projeção ser para dezembro, o contrato. Aí se iniciaria a obra em 2014, e a empresa está lá... Se se pudesse acelerar o RDC, a mobilização diminuiria o custo da obra. É uma questão importante para nós.

No mais, General, quero só, realmente, cumprimentá-lo por sua atuação à frente do DNIT. Tem trazido grandes resultados positivos às rodovias brasileiras, e às hidrovias também.

Sobre a questão do Madeira já foi falado aqui, a hidrovia do Madeira, não quero ser repetitivo. Mas essas questões da 421, 425, 364 e as travessias urbanas...

Outra coisa: as travessias urbanas da 364 continuam no DNIT, não é, General? Sob a responsabilidade... Houve um comentário de que as travessias urbanas da 364 nas cidades iriam ser transferidas para o DER. Isso não existe, não é? Porque está indo bem assim, tem de continuar dessa forma.

Então, General, agradeço por sempre nos acolher lá no DNIT. Eu o tenho perturbado praticamente toda semana, mas os problemas em Rondônia com relação à BR-364 e às demais realmente são sérios. O senhor conhece muito bem, sabe que temos responsabilidade com a nossa população e que queremos ver a 364, que foi inaugurada em 1984 para um tipo de tráfego. Passados esses anos todos, hoje a 364 é um dos maiores corredores da exportação da soja que é produzida no Mato Grosso e no sul do Estado de Rondônia e que vai a Porto Velho pela hidrovia e ganha o oceano em Itacoatiara. Portanto, nós só temos essa rodovia. E esperamos, claro, que aconteça, o mais rápido possível, a ferrovia, chegando em Porto Velho. Aliás, não chegando em Porto Velho, mas iniciando-se em Porto Velho, porque, iniciando-se em Porto Velho, a cada cem quilômetros pode ser usada, e, se for chegar lá, só quando inaugurar pode-se usar a ferrovia. Mas é uma questão da Valec.

Digo isso só para registrar a nossa preocupação com a ferrovia no Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Acir Gurgacz.

Eu gostaria, antes de passar a palavra a S. Ex^a o Senador Sérgio Petecão, de ler algumas das mensagens enviadas pelos telespectadores, ouvintes da Rádio Senado, que estão fazendo as suas manifestações pelo telefone 0800 – 612211 – é gratuita a chamada –, ou estão enviando pelo endereço eletrônico www.senado.gov.br/alosenado, ou pelo Facebook, ou pelo Twitter @alosenado.

Agradeço e volto a frisar que esta é uma iniciativa pioneira dos integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura, dando oportunidade de haver a participação da sociedade brasileira nas audiências públicas que aqui vamos realizar.

Vindo do Sr. Fernando Mendes Ribeiro, melhor dizendo, Sr. Maurílio Santos, de Jucuri, Rio Grande do Norte: ele deseja informações detalhadas sobre a BR-437, Estrada do Cajueiro.

Do Sr. Daniel, de Brasília: “Bela iniciativa ter permitido boas perguntas à Comissão de Infraestrutura.

Pena que não posso seguir toda a audiência”. Bom, isto aqui é só um cumprimento.

Aqui, Dâni Santana, 22: Sr. Gen. Fraxe, a população de Sobradinho e Planaltina, no Distrito Federal, aguarda a duplicação do acesso a Brasília pelo Colorado, na descida do Torto.

Uma outra mensagem é uma mensagem elogiosa à atuação de V. Ex^a, Gen. Fraxe, vinda de Guido Chiniara Batuta, de Valinhos, em São Paulo.

São essas as perguntas, que passo agora a suas mãos.

Em seguida, ouviremos S. Ex^a o Senador Sérgio Petecão, Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Boa tarde, Presidente Collor, Presidente desta nossa Comissão, da qual tenho muito orgulho de ser Vice-Presidente.

Quero já agradecer ao Gen. Jorge Pinto Fraxe.

Quem foi o autor do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Senador Aloysio.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Quero parabenizar o Senador Aloysio pela autoria do requerimento. Quero agradecer aos Senadores que ainda estão presentes.

Senador Collor, ontem nós estávamos numa partida de futebol com alguns colegas Deputados Federais. Todas as terças-feiras, nós realizamos um futebol aqui em Brasília. E lá eu disse que, às 7h30 da manhã, nós teríamos uma audiência pública na Comissão de Infraestrutura. E eles não acreditaram. (Risos.)

General, é difícil. É por isso que eu tenho de lhe agradecer e parabenizar ao Presidente Collor. Eu cheguei aqui às 7h40. Cheguei dez minutos atrasado. E o Presidente Collor me cobra muito. O Presidente Collor pede que o horário seja britânico: 7h30. Eu perguntava aqui ao Senador Raupp se isso é de praxe. Eu estou chegando agora no Senado. Tenho apenas dois anos. Ele disse que isso nunca tinha acontecido. (Risos.)

Então, mais uma vez, Presidente Collor, parabéns.

Quero parabenizar aqui a Deputada Antônia Lúcia. Quando o senhor começou os seus esclarecimentos, eu liguei à Deputada Antônia Lúcia e pedi a ela que se dirigisse aqui à Comissão, para que ela visse e ouvisse o que eu estava ouvindo. O senhor me transmitiu uma segurança tão grande, tão grande mesmo, que o senhor não imagina a confiança que, a partir de hoje, eu tenho no senhor.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Obrigado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC)

– Muito grande mesmo. O senhor me transmitiu uma segurança e uma confiança muito grande.

Eu sou do Acre. Sou Senador pelo Acre. Inclui-se o senhor já tocou no assunto. Eu não vou abordar muitos assuntos, porque eu sei que a nossa audiência já está com mais de cinco horas e já está se tornando cansativa, mas há dois assuntos que eu não poderia deixar de abordar, de forma alguma, até porque eu iria aqui, com certeza, frustrar a nossa Deputada.

É o assunto da ponte sobre o Rio Madeira – o senhor sabe que aquilo é o sonho de todo rondoniense, de todo acriano; aquilo é a veia que corre, é a entrada do nosso Estado – e também a nossa BR-364.

O senhor conhece – não sei se o senhor conhece, mas quero lhe fazer esta pergunta – a BR-317, que liga...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Boca do Acre.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Não, mas começa em Boca do Acre e vai até o Peru; até Assis Brasil e, de lá, adentra o Peru.

O senhor conhece essa estrada?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Conheço.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Conhece.

General, eu sei das dificuldades da Amazônia como um todo. E o senhor, como amazônida... eu não sabia e fiquei muito feliz de saber que o senhor é de Roraima, não é isso, General?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Sou roraimense

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Roraimense. Então, o senhor conhece muito mais do que eu a nossa região.

E, lá no Acre, quem ousa falar sobre essa BR, de imediato é lhe colocada a pecha de que é contra a BR. Contra a BR! E eu não conheço nenhum cidadão neste País, nem no meu Estado, que seja contra essa estrada. Ninguém é contra essa estrada. Eu não conheço ninguém que seja contra. Agora, o que não se aceita é que até hoje – e o senhor, com certeza, tem muito mais informações do que eu sobre essa estrada – a estrada se encontre na situação em que está, praticamente fechada.

Hoje, a estrada está liberada, salvo engano – se eu estiver errado, o senhor me corrija, General, e já peço desculpa –, para transporte de carga até 6 mil quilos ou até 7 mil quilos. O Governo do Estado proibiu o tráfego de caminhões pesados. Então, é de 6 mil quilos a 7 mil quilos. E, lá em Cruzeiro do Sul, o grande objetivo dessa estrada é atender o Vale do Juruá.

O senhor sabe disso. As pessoas, com a expectativa de que a estrada chegaria, até porque essa estrada já foi inaugurada duas vezes... Os empresários desmobilizaram suas estruturas de transporte fluvial. E hoje Cruzeiro do Sul está ameaçada de passar uma situação muito difícil de abastecimento.

E aqui, General, vão minhas perguntas.

Quanto foi gasto já nessa estrada? Se o senhor não tiver condições de me dizer agora, gostaria que o senhor me encaminhasse...

Quanto custou cada quilômetro daquela estrada, da BR... Estou falando do trecho Sena Madureira até Cruzeiro do Sul, até porque foi o trecho novo. É a BR-364.

Eu sei das dificuldades da logística do transporte. Fui Deputado estadual por três mandatos. Depois fui Deputado Federal e estou aqui no Senado agora. Nasci e me criei no Acre. Sou acriano do pé rachado. Nasci e me criei no Acre. E, lá no Acre, como já lhe disse, quem ousar pelo menos falar... As pessoas nos perguntam, as pessoas nos questionam, as pessoas nos criticam para que a gente possa dar informações sobre a estrada; e quem dá informações sobre aquela estrada, é contra a estrada, porque as informações que às vezes eu dou – e eu dei lá em Cruzeiro do Sul – não são as melhores. E, quando tem que elogiar, eu elogio. Há pontes maravilhosas naquela estrada, belíssimas, o senhor conhece e tem informação. Mas a estrada está praticamente intratável.

Então, eu queria saber... Nós temos exemplo aí do lado. Eu tenho certeza, General, que a BR-364, com todas as dificuldades que nós temos na região... Porque nós temos a Região Amazônica peruana, do lado peruano, e a BR, ali do lado do território peruano, foi feita. E está lá construída. E cruzou a Cordilheira dos Andes! Eu conheço a estrada, fui lá várias vezes, é uma das estradas mais difíceis que já vi, eu penso, de engenharia – não entendo, é a sua área; eu acho que aquela estrada foi uma das estradas mais difíceis que já foi construída no mundo, porque ali é muito alta aquela região. E a nossa estrada está lá, e não sai.

Eu queria que o senhor me dissesse também, General, se aquela estrada... Eu não sei se o termo é esse, porque não é da minha área. Se foi delegada ao Estado a construção dela, uma coisa mais ou menos assim. E se o DNIT – aí vem uma pergunta para o senhor – já recebeu essa estrada; se a estrada já está pronta e se o DNIT já a recebeu; se a estrada está concluída? Digo isso porque a estrada já foi inaugurada várias vezes. Já foi inaugurada!

Fiquei feliz com essa informação que o senhor deu dessa tecnologia, desse túnel da chuva. Eu acho que isso ajuda muito na nossa região, a Região Amazônica.

E recebi a informação de que o edital da ponte sobre o Rio Madeira já foi publicado. E o senhor me transmitiu uma segurança tão grande que o senhor vai desenterrar aquela cabeça de jumento que há naquele negócio daquela ponte, porque não justifica. Nós temos de saber o que está por trás da não construção da ponte sobre o Rio Madeira, porque, lá em território boliviano, construíram uma ponte tão grande quanto a nossa, no Rio Madre de Deus! O senhor conhece. Lá em Puerto Maldonado. Num breve espaço de tempo! E a nossa ponte sobre o Rio Madeira não sai.

Então, era isso, por enquanto. Eu tenho tantas perguntas aqui, eu fiquei tão animado com o senhor, eu tinha tantas perguntas aqui, mas o horário aqui... e eu tive de me ausentar um pouquinho para ir lá na CCJ...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Fique à vontade, Senador, se tem mais perguntas.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Agora, eu quero lhe fazer um desafio. O senhor me transmitiu uma segurança muito grande, e o senhor sabe como é feita a política no Acre. Eu quero lhe convidar – já estou lhe fazendo este convite aqui, verbalmente, e vou fazê-lo por escrito – a ir a Cruzeiro do Sul. O senhor tem que ir a Cruzeiro do Sul e dizer tudo isso, com a segurança com que o senhor consegue dizer, para a população de Cruzeiro do Sul, porque as pessoas estão num descrédito tão grande, General, mas num descrédito tão grande! E a Deputada Antônia Lúcia é autora desta ideia aqui. Nós temos de levar o senhor a Cruzeiro do Sul para o senhor dizer para aquela população, com a urgência que o caso merece, se nós vamos fazer a estrada.

Sabe por que, General? A Presidenta Dilma não pode pagar esse desgaste. Ela não pode! Ela não pode pagar esse desgaste por conta do erro dos outros. E ela pagou. Ela está pagando. A Presidenta Dilma perdeu a eleição no Acre. O Presidente Lula perdeu a eleição no Acre. E nós sabemos os investimentos que o Presidente Lula... que a Presidenta Dilma está fazendo no Acre. E ela não pode pagar, mais uma vez, o preço por conta de algumas irregularidades, de alguns erros que são cometidos no meu Estado.

Sei que não vou agradar alguns, mas eu não estou aqui para agradar. Eu estou aqui para fazer o meu papel como Senador: fiscalizar e reivindicar em prol do meu humilde Estado, que é o Estado do Acre, que precisa, e muito, dessa ponte sobre o Rio Madeira e também da conclusão da BR-364 até Cruzeiro do Sul; e da sua visita, para a qual já fica o convite.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Sérgio Petecão, Vice-Presidente desta Comissão.

Passo a palavra agora a S. Ex^a o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Gen. Jorge Pinto Fraxe, eu quero cumprimentá-lo. O senhor está aqui desde as 7h30, e nós transitando, fazendo um Cooper legislativo entre várias Comissões. Eu quero cumprimentá-lo por sua fala, pelo seu trabalho pretérito, pelo seu trabalho passado. O senhor é um homem de bem, e eu quero expressar a V. Ex^a os meus respeitos.

Eu tenho algumas indagações a fazer a V. Ex^a.

A primeira delas, de forma objetiva, refere-se a uma obra específica. Eu tenho recebido, por parte de eleitores do Estado de Mato Grosso, cidadãos, reclamações, denúncias sobre a obra do contorno rodoviário de Rondonópolis, na BR-364. São questionamentos sobre inexecução de partes da obra, erros graves de projeto, deterioração de parcelas já executadas. Tenho procurado levantar informações sobre isso – aliás, essa é uma função de um Senador da República.

Só que eu oficieei a V. S^a no dia 21 de dezembro, e até hoje V. S^a não respondeu. Eu gostaria de solicitar, se fosse possível, responder-me esse Ofício 635/2012, de 21 de dezembro de 2012.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Número 635?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu tenho uma cópia aqui, e eu lhe passarei a cópia do ofício, porque o cidadão mato-grossense tem o direito constitucional de saber o que está a ocorrer, e eu, como Senador, tenho o dever de fazer isso e perguntar a V. S^a. O senhor fez referência a omissão – e eu gostei muito da definição que o senhor deu para omissão –, e eu quero essas informações, se fosse possível, porque é um direito constitucional do povo do meu Estado. A primeira pergunta é essa, porque muitas pessoas, General, vivem daquela estrada. Isso me faz lembrar uma piada – se o Presidente me permitir – de um jovem advogado, filho de um advogado. Assim que ele se forma, ele pergunta ao pai: “Pai, o senhor está há 30 anos mexendo com esse inventário”. E o pai diz a ele: “Olha, eu formei você com esse inventário; então, você não será mais inteligente se resolver o inventário.”

Muitas pessoas vivem daquela estrada. Vivem fazendo politicalha com aquela estrada, com a duplicação daquela estrada de Rondonópolis a Posto Gil. E muitas pessoas morrem naquela estrada. Morreram mais brasileiros naquela estrada, no ano passado, do que naquele trágico evento de Santa Maria da Boca do Monte. Mais brasileiros ali morreram. Então, essas

informações são importantes para que nós possamos tomar providências.

Objetivamente, eu gostaria de saber informações do DNIT sobre a passagem urbana da cidade de Nova Mutum, depois, antes de Lucas do Rio Verde. Ali nunca termina aquela obra.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Nova Mutum?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nova Mutum.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – E qual era a outra?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Na 364.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Não, não. O senhor falou outra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, Nova Mutum fica antes de Lucas do Rio Verde, Sorriso, Sinop. Estou dando a trajetória...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Nova Mutum?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nova Mutum. Sim, senhor.

A terceira pergunta é mais complexa, Sr. Presidente, e, apesar do adiantado da hora, eu faço questão de fazê-la. Refiro-me, Sr. General, às obras realizadas pelo DNIT em ferrovias submetidas a regime de concessão ou arrendamento.

De 2007 a 2011, o DNIT gastou pelo menos R\$623 milhões com obras em ferrovias, que foram concedidas ou arrendadas. São relatórios do Tribunal de Contas. Essas obras são custeadas com recursos federais. Melhoram, de forma significativa, as condições de operação e lucratividade dessas empresas que são privadas. No entanto, não consta ter havido nenhuma devolução à União.

A minha indagação a V. Ex^a é a seguinte: quem decide? Quem autoriza? Quem ordena fazer obras com recursos públicos em ferrovias concedidas a empresas privadas? Qual é o fundamento legal para que o DNIT faça isso? Qual é o fundamento legal?

Nós sabemos, Sr. General, da competência do senhor, da honestidade de propósito do senhor. Eu venho de um Estado que está aí atrás do senhor e que é o terceiro em extensão territorial. Infelizmente, no Brasil, fez-se a opção pelo modal rodoviário. Muito bem. Mato Grosso é traçado... E pode ser traçado por hidrovias. Eu fui procurador da República durante 15 anos e, por determinação do Procurador-Geral da República, ajuiizei ações relativas à Hidrovia Paraguai-Paraná, que sai do Porto de Morrinhos ou Santo Antônio das Lendas e vai até a foz do Rio Apa, na divisa com a Bolívia, chegando até Nova Palmira, no Uruguai, em razão da

violação da Constituição, porque estavam a tratar ali de um estudo de impacto ambiental feito por um órgão estadual, quando a Constituição diz que obra em rios nacionais ou internacionais deve ser analisada por um órgão ambiental federal, como V. S^a bem sabe. As hidrovias interiores e navegação de cabotagem eram atribuições do DNIT – hoje não mais, não é? Parece-me que saiu da diretoria, saiu do DNIT.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Dos portos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Dos portos. O.k.

Nós sabemos que precisamos, em Mato Grosso, dessas hidrovias, mas respeitada a lei. Como a um General, a um soldado – como V. S^a gosta de ser chamado – não se pode pedir que viole a hierarquia e a disciplina, a um Senador não se pode pedir que viole a Constituição.

Mato Grosso precisa de hidrovia, respeitada a lei; precisamos tratar da Teles Pires-Tapajós, levando-se em conta a cidade de Jacareacanga, no Estado do Pará; a questão dos índios mundurukus; a questão Araguaia-Tocantins. Precisamos da Ferrovia de Integração Centro-Oeste – eu já fiz uma visita ao senhor para tratar disso, para tratar da Fico –, que cortará Água Boa até Lucas do Rio Verde, chegando a Rondônia, com a necessidade daquela ponte rodoferroviária no Rio das Mortes, que o senhor bem conhece. E também precisamos da Feronorte, chegando a Rondonópolis hoje já, até Cuiabá, traçando, quem sabe, por Rondônia, para que esses modais de transporte possam competir. Um só modal de transporte não é suficiente para dar conta do volume da produção de *commodities* no Estado de Mato Grosso.

Assim, Sr. Presidente, objetivamente, se fosse possível, gostaria que essas perguntas fossem respondidas.

Parabenizo a Comissão por este importante ato.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Pedro Taques.

Passo a palavra a S. Ex^a, o Gen. Jorge Fraxe, Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Vou começar pelo nosso Senador Acir Gurgacz, que também tem sido um grande guerreiro por Rondônia. Devo fazer justiça e dizer isso, porque o senhor também briga muito por Rondônia.

BR-319: não está pronta em razão da discussão de questões ambientais. E eu tenho uma posição clara sobre isso. Faz 39 anos que essa rodovia foi aberta e a floresta não foi destruída. Então, por que esse temor? Faz 39 anos que ela foi asfaltada, eu andei nela. Em

1974, eu percorri toda a rodovia e sei que não está destruída a floresta nessa área. Há um temor muito grande. Acho que existem opiniões alienígenas ao País sobre ela. Nós precisamos de brasilidade para concluir esse projeto. Esta é a minha posição: precisamos de brasilidade.

O senhor não tenha dúvida de que a 425 agora sai. Eu trouxe o André, o superintendente, que entregou aqui todo o projeto de atualização já concluído. Estamos neste momento elaborando o edital. Então, agora vai.

A 429: nós vamos tomar uma posição. Eu mandei o procurador do DNIT a Ji-Paraná para dirigir-se ao juiz e saber o que acontecia.

Rondônia é uma herança do tipo carma – paciência, eu não tenho que esconder isso não. A Polícia Federal entrou, fez uma operação, afastou meia dúzia que estava fazendo besteira, e está aí o estrago feito: as obras estão todas aí, pendentes. Esse foi o carma que eu recebi.

Mas o senhor é testemunha do esforço que nós estamos fazendo para fazer com que uma porcaria vire estrada. E vai virar, Senador, vai virar, eu estou indo para lá com meu talão de multa depois do dia 30 de março. Eu lhe dei a cópia da notificação que eu exigi. Levei a empresa à minha sala, pessoalmente entreguei a notificação a ela e falei: Estarei lá.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Permitam-me, General e Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Por favor.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – O que prevê o regulamento no caso de essa empresa não começar no prazo que o senhor determinou, General? Só para eu entender.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu vou multá-la.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – É multa?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É multa, até que ela comece.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Qual é o valor?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Está lá no contrato, tem que ver o percentual.

A punição pode chegar à suspensão na participação em licitações e à declaração de inidoneidade da empresa. Tudo é possível, mas depende da gravidade da situação.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Infelizmente, isso só atrasa a obra.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É, e não queremos isso.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Ninguém quer uma situação dessas, mas...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Não queremos.

A empresa disse para mim assim: “Eu estarei lá, é um compromisso”. Respondi: “Vamos ver, estaremos juntos”.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – É um dos grandes problemas que nós temos. Há empresas que mergulham no preço para ganhar e depois não iniciam a obra ou a iniciam e depois a abandonam, como foi o caso da 425. Infelizmente é um problema nacional.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu dei uma aula ontem aos meus superintendentes e a todos no DNIT sobre isso. Porque a lei não diz... O senhor já viu o que diz a Lei nº 8.666 sobre essa questão da inexecutabilidade de execução? É uma gracinha! O senhor, que foi Procurador, sabe disso.

Tinha que estar expresso na lei que, quando o preço for realmente inexequível, a empresa tem que ser inabilitada. Então, eu criei um mecanismo de proteção, eu criei uma vacina no DNIT, vacina contra mergulho. Vou explicar qual é.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – No RDC não há essa penalidade, General?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu vou lhe explicar como é a vacina.

É o seguinte: o camarada chega... Isso aconteceu no Pará agora, recentemente, na 155. A obra custa R\$120 milhões. Aí, o cara chega e dá 40% de desconto. Das duas, uma: ou o projeto é superfaturado ou a empresa mergulhou no preço. Eu não tenho uma terceira alternativa.

O que o gestor é obrigado a fazer? – e eu listei e agora vira norma no DNIT. Ele diz o seguinte: “Ah, quer dizer que o senhor deu 40% de desconto? Abra os custos”. Aí ele vai abrir os custos. “Onde foi o desconto? De onde é que o senhor está tirando esse dinheiro?” “Ah, não, eu vou comprar uma brita de R\$1,99, eu vou comprar o asfalto da metade da Petrobras...” Eu digo: “Então me dê o contrato por favor. O senhor tem que me apresentar o contrato de fornecimento”. E o gestor vai diligenciar junto àquele fornecedor, porque essas coisas são armadas, essas aventuras são boladas como em um filme do Indiana Jones: o cara bola de tudo. Aí, ele tem que chegar ao fornecedor, o gestor tem que ir ao fornecedor. Aí ele diz assim: “O senhor assinou esse contrato, vai fornecer por esse preço?” “Vou.” “Então o senhor me mostra as notas fiscais em que o senhor fornece por esse preço.” Normalmente é o mercado. Ele vai ter que provar que vai fazer a obra com aquele desconto. Aí eu vou chegar a uma con-

clusão: o projeto era superfaturado. O que vem acontecendo normalmente? Não é não, ele mergulha. Ele mergulha imaginando que vai fazer um arrumadinho depois; vai fazer um arrumadinho para tirar a diferença.

Isso não é mais possível, a diferença é essa. Só que ainda há aventureiros, ainda há, mas eu estou em cima, eu vou para cima. Eu já mandei levantar as licitações e os percentuais de desconto – passaram a ser alvo, alvo meu, é meu alvo. Vamos para cima dessas empresas.

Assim, nós vamos depurando o mercado. Chegará o momento em que ele vai entender que não é mais de brincadeira o negócio e ele vai ser severamente punido se mergulhar no preço, se ele atrasar a obra. Então...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Se não me falha a memória, a ordem de serviço para o trecho 2 foi dada em agosto, dia 22 de agosto de 2012. Já estamos em março e não houve ainda uma mobilização da empresa.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Então, o senhor veja: foi dada a ordem de serviço, ele começou, instalou usina, fez tudo – isso segundo ele. Aí, quando era para ir para a pista, chegaram as chuvas. Eu disse: “Está aqui a sua notificação, em 30 de março o senhor vai estar lá, sem mais conversa, sem mais discussão. Se não estiver, vai ser punido”.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – General, uma pergunta: essa punição, será que seria uma solução? Anular a licitação e fazer outra não tornaria mais rápido e mais eficiente esse processo?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Ele fica mais sofrido, Presidente, porque eu tenho que começar tudo de novo, e a empresa pode entrar na Justiça. E aí, quando vai para o Judiciário, sai da minha governança. Então, eu muito ao ponto...

O que eu notei? Só existe má empresa onde há mau gestor, essa é a questão. Então, havia, sim, a cultura de certa leniência, certa compreensão exagerada dos problemas da empresa. Isso não pode acontecer.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Por favor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Essa leniência é por parte de quem? Onde? Quando?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Do cara que está na ponta da linha do DNIT aceitando a desculpa, em razão até de desconhecimento.

Por exemplo: os meus superintendentes não sabiam como era o processo para notificar e multar a empresa, não sabiam. Nesse encontro que começou ontem, dos meus superintendentes, nós estamos dando uma aula sobre isso. Eu levei um especialista

nesse campo para dentro do DNIT e mostrei: estão aqui os processos: 40 notificações e R\$1,2 milhão de multa em processos errados.

Pela primeira vez isso acontece, nós estamos quebrando um paradigma e criando a cultura correta da gestão pública. Essa é que tem de ser a gestão pública, a gestão da não complacência. Eu não tenho que perseguir a empresa; a empresa não é inimiga, ela é parceira; o mercado é patrimônio brasileiro. Agora, nós temos que tratar de forma diferente os desiguais. Eu não posso tratar igualmente os desiguais. Há boas empresas e há más empresas, essa é a questão. Nós não temos é que ter medo de aplicar penas, de apenas alguém, não temos que ter medo disso. Esta é que é a questão: temos de ser severos, mas justos.

E muitas vezes o erro começa no edital de licitação. O que eu coloquei no edital? Não havia um plano de metas no edital. Se não há um plano de metas com um cronograma bem definido, como eu vou multar a empresa? Eu digo assim: “O senhor tem 355 dias para fazer o serviço”. Mas se eu não tenho um cronograma definindo a cada mês qual é a meta, como vou dizer que ela está atrasada? Ela pode dizer: “Não, nos últimos noventa dias eu vou executar tudo”. Aí, começa a briga judicial.

Então, as falhas e as deficiências de gestão vêm do nascedouro, que é o próprio edital de licitação, ali é que nasce o problema. E não estão anexos ao edital o termo de contrato e o cronograma. Resultado: ele ganha a licitação e o gestor público se torna refém dele. Por quê? Porque não existem o cronograma nem as condições de execução do contrato.

Então, quando se licita uma obra, tem que ter o contrato, tem que ter o cronograma. Por quê? Porque o gestor público é que diz o que ele quer, como é que tem de ser feito e em que tempo tem de ser feito. Quem tem que dizer é o gestor público, e isso tem que estar claro no edital, porque, se não estiver no edital, abre-se um flanco vulnerável à reclamação judicial, abre-se a possibilidade de o cara ir para a Justiça e dizer: “Não, ele não definiu isso. Se ele não definiu, ele abriu para a negociação e, na negociação, eu faço da melhor maneira que eu quiser”. E aí?

Então, o senhor veja que são erros, deficiências e até falta de conhecimento de gestão. Daí eu ter feito o contrato para 200 alunos num curso de gestão pública para a nossa turma. Para quê? Para que o pessoal aprenda essas coisas, aprenda a ser fiscal de um contrato, a fiscalizar uma obra. E o pessoal de licitações e contratos vai montar o edital corretamente. É o que nós temos feito.

A história das 15 pontes é um carma, não é uma herança. Como é que eu lanço edital de uma rodovia que não tem...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sem as pontes. Não dá para acreditar que isso acontece no Brasil.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Pois aconteceu, é um carma que está comigo. Mas esse carma vai acabar, nós vamos resolver isso. Então, o edital está aí para ser lançado, será resolvido.

Eu quero dizer aqui algo sobre as travessias.

O senhor falou da sua simulação. O André Kuhn é muito cuidadoso, ele coloca prazos conservadores para evitar desculpas para o não cumprimento, mas eu o convido a revermos juntos e, juntos, discutirmos o assunto, Senador, de uma forma muito transparente. Nós estamos licitando pregões para fazer anteprojetos, para ganhar tempo – esta é a grande deixa da coisa: ganhar tempo.

Agora, eu quero dizer aqui que, sensível à dificuldade do DNIT... Porque quando morreu – ou mataram – o DNER para nascer o DNIT, ele nasceu numa visão de Estado mínimo, pequenininho, e aí veio o PAC, grandioso. Senhores, a história não dá saltos, é um processo; é preciso conhecer a história.

Eu não respondi ao senhor de igual maneira... Eu fui surpreendido na minha residência com um documento do TCU. Eu acho que ele desconfiou: “Esse cara não está sabendo que eu estou cobrando isso do DNIT não, não disseram para ele”. E mandaram para minha casa: uma audiência para explicar porque eu não tinha aberto tomada de conta especial sobre a Medida Provisória nº 82, de 2002, que descentralizou R\$1,8 bilhão para 15 Estados da Federação para delegar, para estadualizar pedaços de rodovia. Ficou uma solução pendente.

Bom, o que aconteceu ali? Foi parar na minha residência – eu sendo quase que condenado porque eu não tinha tomado providências. E eu sem saber de nada! Então, diante do seu requerimento, eu estou pasmado, porque não é do meu perfil nem do meu cargo funcional deixar de informar o que o senhor perguntar, eu tenho obrigação de fazer isso. Eu tenho obrigação! E vou fazê-lo.

Eu já vou chegar lá, porque eu atravessei, me perdoe, Senador.

Vendo a dificuldade do DNIT, que nasceu nanico – o DNIT nasceu nanico para o tamanho do PAC –, o Ministério do Planejamento me autorizou um concurso para 1,2 mil vagas. Eu escolhi a Esaf para montar o concurso porque é uma escola de referência, e ele será feito em duas fases, uma fase objetiva e uma dissertativa.

Entraram 117 mil candidatos na primeira fase e apenas 1% foi aprovado. Com alguns recursos, melhorou um pouquinho e, de 1,1 mil aprovados, chegamos agora a 3,5 mil aprovados e entramos na segunda fase. Não sei como vai ser o resultado desse concurso ainda, mas ele chega em função do seguinte. O que acontece no DNIT hoje? Pouco mais de 50% da força de trabalho é terceirizada, para dar conta dos compromissos. Com isto aqui, nós vamos melhorar, e muito, o desempenho na elaboração de projetos ou de anteprojetos, no controle de obras, na fiscalização de obras.

Eu imaginei um técnico para cada 100 quilômetros de rodovia. Por quê? Porque com um técnico a cada 100 quilômetros vai ser possível o técnico dominar os 100 quilômetros dele, ele vai conhecer cada bueiro, cada descida d’água, cada valeta, cada sarjeta, cada cortina de ponte, cada ponte, e nós vamos ter rodovias muito bem conservadas e mantidas no Brasil – se eu tiver um técnico a cada 100 quilômetros.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Permita-me, Sr. Presidente, usar da palavra para contribuir com o General.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pois não.

(Interrupção no som.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Com relação a projetos: o prefeito de Vilhena, entendendo esse problema do DNIT, fez a doação ao DNIT do projeto da travessia urbana de Vilhena. Ji-Paraná não teve o mesmo *timing*, até porque, realmente, o tempo era diferente. Peço que, se possível, coloque nesse pregão eletrônico, General, a travessia urbana de Ji-Paraná, para que nós possamos... Depois nós vamos continuar lá, mas anote aí – sei que, quando o senhor anota, acontece. Coloque, se possível, nesse pregão eletrônico próximo, o anteprojeto da travessia de Ji-Paraná, são 5 quilômetros para um lado e 1,5 quilômetro para o outro.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Está bem, eu sei.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Bom, o senhor conhece o projeto...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Já conversamos...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Várias vezes.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Aliás, eu gostaria que pelo menos o senhor elogiasse, porque a obra foi um sucesso.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – A obra está sendo maravilhosamente bem aplicada. Veja bem: o contraste da BR-364 é exatamente o que está acontecendo na travessia urbana de Ji-Paraná.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Exatamente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – É a obra mais rápida, Presidente Collor, que já aconteceu na história do País, pelo menos nos últimos anos: em menos de um ano 8,5 quilômetros de travessia urbana na cidade de Ji-Paraná, com viaduto e tudo mais, vão ser inaugurados – agora, com nove meses de execução. E é uma obra de excelente qualidade, cujo preço era estimado em R\$83 milhões. A licitação foi ganha por R\$67 milhões e está sendo concluída... Há os aditivos com relação a projetos e não a preço de insumos...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Isso.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Então, realmente, temos que dar a César o que é de César, não é, General? É uma obra excelente e nós queríamos é que continuasse...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Nós vamos equacionar Ji-Paraná, vamos ver.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Seria bom que continuasse essa mesma empresa lá.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Vamos estudar e apresentar essa proposta para frente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Está bem. Agradeço-lhe, General.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Posso passar para o Senador Sérgio Petecão?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – O senhor está satisfeito, Senador Acir Gurgacz?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Por gentileza, General.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Senador Sérgio, Deputada Antônia Lúcia, é uma satisfação estar com o Acre presente. Sou roraimense da gema, filho de imigrante árabe. Nascido e criado no lampião. Lampião a querosene. Então conheço muito bem o que é a história do Norte.

A ponte sobre o Rio Madeira demorou muito, porque as empresas alegavam que não conseguiram fazer sondagem no meio do rio. Eu digo: Então, não há empresa brasileira que consiga fazer sondagem. Que conversa é essa? Resultado de tudo isso: a licitação está na praça e nós vamos fazer a ponte. Não tenha dúvida disso.

Quanto à BR-364, Senador, eu já me reuni, mais ou menos – vamos colocar um número conservador aqui, para não exagerar –, umas dez vezes com o Governador. E nós temos problema de execução naquela rodovia. Tivemos problema de execução ali. Inclusive, o Governador pediu mais uma audiência sexta-feira para tratar do assunto. Eu já tomei uma decisão junto

ao diretor de obras. Uma decisão definitiva mesmo, para acabar com a história da BR-364, porque há trecho dela que realmente não é trafegável. “Ah, mas foi feita há mais tempo, foi antes do atual Governo.” Eu disse: Bom, o DNIT não recebeu. Ok, Senador? Ele não recebeu. Os motivos eu também não sei, porque foram anteriores a mim. Mas não recebeu. Trechos problemáticos... Então, aquilo que está bem feito... Eu fiz uma auditoria técnica agora. Eu mandei o meu coordenador geral de manutenção, um dos engenheiros mais experientes que eu tenho. Mandei-o percorrer todo o trecho. E ele está elaborando um relatório para mim, para que nós, então, tomemos as medidas certas para cada pedaço da rodovia. Para dar uma solução definitiva para a BR-364.

Eu acredito que, no máximo dentro de 15 dias – o senhor pode anotar isso e pode me visitar com a Deputada, se ela desejar –, eu lhe direi qual será a solução. Daqui a 15 dias. É, sim, senhor. Porque essa solução envolve o Governo do Acre. E, por uma questão de respeito e de ética, eu espero os 15 dias para tratar com ele, para, depois, divulgar ao senhor. Pode ser assim?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – V. Ex^a me permite, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Por favor, Senador.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – General, eu pergunto: qual foi o montante que já foi investido? Se o senhor pode me dar essa informação. E quanto saiu cada quilômetro daquela estrada?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Primeiro, eu estou falando sobre essa questão da decisão que um gestor como eu, Diretor Geral do DNIT, está tomando com o diretor de obras para a BR-364 no Acre. O que nós vamos fazer? Isso é uma coisa.

Quanto a essa pergunta de V. Ex^a, eu vou mandar levantar isso, porque isso começou lá pra trás. V. Ex^a entendeu? Isso começou lá atrás. Então, eu não vim para cá com os dados, porque eu não sabia que haveria essa pergunta, senão eu já teria trazido essa resposta. Mas eu vou levantar isso, em todos os processos, para que eu lhe dê o número certo de quanto foi investido até hoje na BR-364.

Esses serviços, a princípio, foram feitos mediante termo de cooperação, porque existe uma particularidade interessante que relaciona Rondônia com o Acre. A Superintendência é uma só: é a de Rondônia. Agora é que a Presidenta publicou o decreto criando os cargos para haver uma Superintendência do DNIT no Acre, outra no Amapá e outra em Roraima. Porque não havia. Não havia Superintendência. Então o Pará gerenciava o Amapá também. Não dá certo, não é?

Rondônia gerenciando também o Acre. Não dá certo. O que se fazia então? Delegava tudo para o Acre fazer. Delegava através de termo de cooperação. Faz o termo de cooperação; passa o recurso para fazer as obras. Isso era assim, historicamente.

Então, não estou desfazendo de nenhuma gestão, de nenhum governo, porque não cabe a mim isso. O que eu estou dizendo aqui para V. Ex^a é que nós temos alguns problemas na BR-364 e nós vamos dar solução a isso. Não tenha dúvida disso. Quando? Dentro de 15 dias. Aí V. Ex^a vai nos visitar – quero ter a honra de recebê-lo no DNIT –, e vou lhe dizer qual é a solução para V. Ex^a acompanhá-la. Quanto aos custos, eu vou mandar levantar o histórico todo do Acre, inclusive do Siafi, e buscar todos os recursos que foram investidos na obra. Respondi, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Mais alguma dúvida, Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Não. Eu estou satisfeito. No começo dessa audiência, o senhor disse aqui que não receberá obra mal feita na sua gestão. O senhor disse, não é?

Eu só queria lhe agradecer e colocar o nosso mandato à sua disposição para, dentro das minhas possibilidades, o que eu puder ajudar, eu estou à disposição.

Muito obrigado, Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Sérgio Petecão.

E, agora, o General... Pela ordem, S. Ex^a o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Mas eu ainda não respondi ao Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Mas foi uma solicitação pela ordem.

Falta ainda a resposta ao Pedro Taques. V. Ex^a tem urgência no pela ordem ou não?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não, mas o General pode, no comentário...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem S. Ex^a o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – ... responder já, primeiramente, à pendência do Senador Pedro Taques, que é muito importante.

Primeiro, quero mais uma vez pedir desculpas, porque tive de, como o colega Pedro, ir a outras Comissões, para relatar matérias terminativas. Não foi nenhuma descortesia com V. S^a eu não estar aqui presente.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu só disse isso porque pensei que era seguido. Não era nada de... Se a vez é do Senador, eu aguardo as perguntas do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Não. Não. A voz de comando fica com a Presidência. O senhor como um bom soldado atende.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Então diga aí o que eu faço agora.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Agora o senhor aguarda. Ouça o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu queria, antes de mais nada, Sr. Jorge Fraxe, cumprimentar V. S^a, agradecer a maneira cortês com que V. S^a tem tratado os interesses do Estado do Acre.

E, como ex-Governador do Acre por oito anos, por ter sido pioneiro... Houve o Governador Orleir, que começou e fez uma etapa importante à moda dele, à maneira dele, na tentativa de fazer a execução da BR-364 no Acre, que é um sonho de 100 anos do povo acriano. Exatamente por ter feito à maneira dele, o ex-Governador também está lá, com os seus percalços, tendo que se justificar. Enfim... Depois dele, eu tive o privilégio de, tendo apoio do Governo Federal – com o então Presidente Fernando Henrique –, iniciar um processo que depois ganhou muita força com o governo do Presidente Lula.

Mas, em respeito aos colegas e a essa audiência, que eu acho da maior importância, que o Presidente da Comissão, Fernando Collor, traz de realmente debatermos aqui aquilo que é do interesse público do cidadão brasileiro e até da estratégia de desenvolvimento do nosso País, que é a infraestrutura... Eu acho que essa audiência cumpre bem esse papel, Presidente, Senador Fernando Collor, e começou tão cedo pela importância que esse departamento tem para o País.

Mas devo dizer, com todo respeito ao DNIT de hoje, e sem querer desmerecer o DNIT de ontem, que não foi só porque a Superintendência era em Rondônia – não tinha como fiscalizar o Acre – que se passou para o Governo do Acre a execução da BR-364. É porque, se nós estivéssemos esperando o DNIT e o Governo Federal para executar a BR-364 e a BR-317, elas não teriam sido executadas. Essa é a realidade. Não foi por conta de burocracia, de endereço. Acho muito importante, vai marcar a gestão de V. S^a, a chegada do DNIT no Acre.

Nós executamos, sem sombra de dúvida, a maior obra na Amazônia brasileira nos últimos anos. Há obra, Sr. Presidente, lá, que tem 10 anos que o Governo entrou com pedido para fazer a entrega e, até hoje, a burocracia não encaminhou, sequer, a recepção da obra.

Uma obra feita, depois de 10 anos tem gravíssimos problemas. Até porque ela não foi entregue. Entregue para quem? Para quem é de direito. Quem está resolvendo o problema é V. S^a. Estou certo ou estou

errado? Estou certo. Ouso dizer que estou certo. Quem começou as obras da BR-364 fui eu, como Governador, na parte que cabe final. Já expliquei que o pioneirismo é do ex-Governador Orleir Cameli.

Quanto à BR-317, só falta um trecho para ser feito. É exatamente o trecho que está dependendo da condição do Governo Federal. Também não é sua responsabilidade, mas V. S^a está tentando resolver. Nós fizemos a BR-317, todinha, dentro do trecho do Acre, até porque pegamos a delegação. E com os recursos, o trabalho, e a nossa dedicação, ela ficou pronta. E hoje é conhecida como a estrada do pacífico. Fomos trabalhar do outro lado da fronteira, para que o Peru também pudesse fazer. Porque não existiria obra do lado peruano se não fosse o Acre, que trabalhou no arranjo com o Governo peruano, fazendo encontros do Governo brasileiro com empresas, para que pudessem participar das concorrências.

Agora é fácil, é muito fácil pôr defeito; principalmente para quem não faz nada, pôr defeito naquilo que os outros fazem. O Acre hoje tem duas BRs só. E elas estão quase concluídas, Sr. Presidente. Quase concluídas. Agora, é duro! Na Amazônia e no Brasil, nós estamos com um gravíssimo problema chamado: manutenção de rodovia. Esse talvez seja o maior problema que V. S^a tem. Não é nem fazer mais. É como manter o que nós temos. Atrasaram-se as concessões, atrasaram-se os programas de manutenção. E o certo é que, principalmente na Amazônia, é muito difícil fazer manutenção de rodovia. O exemplo é a BR-319. Exemplo clássico. Foi feita e é uma estrada que não existe. E agora vai voltar a existir a partir do trabalho que o Governo Federal tem feito.

Então, eu só queria dizer que no Acre, muito provavelmente, proporcionalmente se deve ter um custo muito elevado se comparado com qualquer outra Região do País. Provamos, mostramos. Está ali no mapa.

Quando eu estudei a escola primária, no começo, eu reclamava, porque me mostravam só esse mapa do Brasil, e colocavam o Acre onde estava, e mostravam onde estava a capital, no Rio de Janeiro. E eu falei: “Meu Deus, eu moro no fim do mundo.” Depois eu me revoltei um pouco com isso e fui olhar um pouco o mapa da América do Sul e o mapa-múndi. E eu vi que nós estamos em uma posição até bastante boa, desde que se tenha o mínimo de visão do nosso País. Que é o que se tem hoje. Hoje, o Acre não é mais onde o Brasil termina. É onde começa. Isso está acontecendo.

Eu não queria me alongar, mas devo, em respeito à verdade, aos acrianos, às parcerias que foram feitas com o Governo Federal, dizer que eu gostaria que alguém pudesse justificar a epopeia que foi para nós. Você sabe o que é trazer brita, pedra da Colômbia

para pavimentar estrada no Acre? Fazendo viagem de 60 dias de balsa para levar pedra? Sabe o que é fazer uma estrada carregando areia em saco para fazer a estrada? Sabe o que é fazer uma estrada esparramando milhões de toneladas de cimento junto ao chão para dar alguma rigidez ao solo? Sabe o que é fazer uma estrada, quando nosso Estado não tem pedra? E o solo da região de Sena Madureira para frente é um dos piores solos, do ponto de vista físico, para se fazer qualquer construção nele. Imagine uma rodovia.

Agora, para quem é parasita, vive à custa dos outros, porque foi assim que forjaram as denúncias que hoje estão sendo feitas e foram feitas à época... Pessoas parasitas, que não fazem nada. Parasita na parte agrônômica e florestal é fácil de entender: é aquele que se escora nos outros para viver. E, sugando os outros, vai vivendo. O Acre tem parasitas também. O povo é trabalhador; a grande maioria do povo fez uma revolução. E hoje a gente tem muito orgulho da nossa história. Agora, todas as denúncias que foram feitas tiveram como origem questões, questões políticas locais envolvendo parasitas. Obviamente, é obrigação – e têm cumprido bem – do Ministério Público Federal e Estadual, que sempre nos ajudaram a conduzir o Acre, investigar. Tudo o que é denunciado e levantado tem de ser investigado. Isso tem de ser feito; tem de ser levado a cabo. E é bom que se espere o final.

Agora, posso afirmar: se há uma referência de tentativa e efetivação de usar bem os recursos públicos para pavimentar uma rodovia é aquela. Foi uma verdadeira epopeia. Ela teve de ser feita de trás para frente. Sabe por quê? Por conta dos rios que só têm água... Imagine, Sr. Presidente, que, para piorar um pouco mais, tem-se Cruzeiro do Sul. As balsas, que levam as pedras, só podem passar por ali quatro, cinco meses, no máximo, por ano. No restante não se pode chegar lá. Aí, imagine, Sr. Diretor Geral do DNIT, você fazer uma rodovia em que você tem de comprar os insumos em um ano, para usar no outro? E se não fizer isso... Agora, a lei de licitação permite isso? Então todo tipo de dificuldade nós enfrentamos. Inclusive essas, das pessoas.

Cobrar, exigir – como fazem alguns colegas – explicação, isso é parte do processo político e da essência que nós temos de ter na transparência da aplicação de recursos públicos. Mas eu posso afirmar aqui em relação ao custo que é sempre levantado: é uma obra caríssima. E digo mais ainda: com todo dinheiro gasto não há como fazer uma obra ótima, pelo solo, pelas condições que nós temos. É a obra que vai nos tirar de uma situação de isolamento, como aconteceu.

É uma BR de muito difícil conclusão, porque ela vai ter de estar sempre em obras. Na BR-364 todo ano

tem de ter obra. Para o resto da vida. Porque lá nós temos um erro de origem. As estradas deveriam ser os rios, bom transporte aéreo e ferrovia na Amazônia. Aliás, estamos debatendo aqui.

Eu estou colocando como a questão central – estive agora com o Dr. Bernardo, da empresa de logística – que saia a intercontinental, cruzando o Mato Grosso, cruzando Rondônia, cruzando o Acre. Essa sim. Porque ela mesma leva os insumos para seguir sendo feita, ela não causa problema ambiental, ela não causa graves problemas sociais, como a rodovia, não causa especulação. Mas no nosso Brasil não funciona; foi guiado pelas rodovias.

Então, paralelo a BR-364, felizmente, nós vamos ter uma ferrovia. Isso é uma questão de tempo. Com isso, vai ficar mais fácil manter viva a BR-364, e, essencialmente, a gente ter carga pesada e uma integração definitiva com o lado peruano. Esse é o trabalho que nós estamos fazendo. Mas eu sei do esforço do Governador Tião Viana atualmente está fazendo e que o Governador Binho fez.

Eu só posso afirmar uma coisa, sem medo de errar: se há uma estrada em que não houve desvio de recurso público, se há uma estrada que foi feita a partir de um esforço monumental para que pudesse se tornar realidade, essa estrada é a BR-364 no Acre. O mesmo com a BR-317.

Quanto à situação precária que elas estão vivendo hoje, eu sei que o DNIT agora está assumindo. É muito bom, porque o Governo do Acre não aguentou ficar todo ano fazendo reparo e manutenção de uma rodovia federal. Eu fiz isso durante 8 anos, como Governador. Gastava dinheiro público. E, se prevariquei, foi nessa hora, ao pegar dinheiro público do Estado e aplicar na manutenção de uma obra federal. Mas aquela era a essência, a vida do povo acriano, a ligação com Rondônia.

Nós fizemos nove pontes no Acre. Nove! Iniciamos um processo de ponte estaiada e não foi por luxo. Era a maneira mais eficiente de se construir na sazonalidade climática que nós temos. A única que não ficou a cargo nosso – ficou a cargo do DNIT – até hoje não foi feita: a ponte no Rio Madeira, que liga o Abunã com o Acre. A única ponte, nos 700km da BR-364 e nos mais de 350km da BR-317, entre as que nós fizemos, a única ponte – ficou uma só –, nesses 15 anos, a cargo do DNIT. A única que não foi feita. Essa licitação foi feita várias vezes. E agora também está na reta final. O Ministro Paulo Passos e V. S^a estão trabalhando com zelo para atender às bancadas do Acre e de Rondônia. Não é possível que a gente não tenha aquela ligação que é tão necessária.

Então, as minhas observações são no sentido de cumprimentar V. S^a e de agradecer pelo respeito que V. S^a está tendo. Certamente, com o zeloso TCU, que está lá com uma série de processos que têm origem em denúncias vinculadas a parasitas, e o Tribunal, o próprio Ministério Público Federal que, cumprindo a sua parte, também se manifestou, certamente é uma questão de tempo, porque não tem como fazer trabalho desviando dinheiro. Ou se desvia o dinheiro, ou se executam as obras e as fazem bem feitas.

Agora, do ponto de vista da qualidade do serviço, do recurso que tem que ser mantido para dar manutenção, V. S^a sabe quanto custa a manutenção da 364 no trecho de Rondônia. Quantas vidas foram perdidas por problema de manutenção. Perdemos o Deputado Valverde, que se desviava de buracos. E esse é um eterno drama que a Amazônia vive. Começou com a 319, que foi feita e desapareceu, e a BR-364 segue sendo...

Basta um governador incompetente por três anos no Acre, com descaso, para que a BR desapareça. Três anos. Porque ela tem que ter manutenção anual. E eu sei da parceria que o DNIT e o Governo do Estado estão fazendo para sanar isso. Agora, isso custa muito caro.

Mas acho que a dívida do Brasil com o povo do Acre é tão grande, que tudo que for investido no Acre ainda é pouco; e somos agradecidos pelo que está indo, mas temos orgulho também da nossa história.

Pedindo a compreensão do Presidente Collor, peço desculpa pela demora.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Por favor.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas, no fundo, no fundo, eu sei que isso aqui está gravado, é público, e eu tenho obrigação de dar o meu testemunho. Não sou dono da verdade, nem quero ser, mas eu sou capaz de afirmar que as estradas feitas no Acre são exemplo de sacrifício, de superação de dificuldades, e essencialmente de cumprir a lei.

Quem se pegar em picuinhas nessas histórias tentando distorcer a história de sacrifício que nós tivemos certamente vai se decepcionar. É uma questão de tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Jorge Viana.

Antes de voltar a palavra a S. Ex^a o Gen. Fraxe para ele responder às perguntas formuladas por S. Ex^a o Senador Pedro Taques, eu gostaria de aditar, por fim, já que não há mais quem queira fazer perguntas, duas perguntas minhas referentes ao meu Estado.

Em relação à paralisação das obras da BR-101, no território alagoano, o que houve, o que está acon-

tecendo, qual a previsão de retomada dessas obras e onde se localiza o problema da paralisação? E, em segundo lugar, um compromisso assumido pela Presidente Dilma Rousseff, de fazer a cobertura asfáltica da BR-316, no trecho que vai do Carié a Inajá. É o único trecho não asfaltado da BR-316. São cerca de 49 quilômetros, de 50 quilômetros.

São essas duas perguntas que eu gostaria de aditar. Tem V. Ex^a a palavra para responder às perguntas.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem S. Ex^a o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – V. Ex^a me permite só aditar mais duas perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Por favor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado.

Em uma parte da fala de V. S^a, General, houve elogio ao RDC, salvo equívoco do meu entendimento. O RDC está sendo questionado no Supremo, mas é constitucional, não há o que se dizer do ponto de vista jurídico. Não vou questionar juridicamente o RDC, porque o Supremo não concedeu a liminar, portanto é constitucional.

Do ponto de vista técnico, o RDC. Qual é o grau de detalhamento do projeto, lançada a licitação, no caso do RDC? Se não existe um projeto com grau de detalhamento ao menos igual ao chamado atual projeto básico, como é que o DNIT pode saber o que está sendo contratado? Tecnicamente. Não juridicamente, que esse é outro debate. Como é que o DNIT pode exigir do empreiteiro a construção do objeto que foi licitado, sem o projeto básico? Os aditivos não são simplesmente transferidos para a mudança desse objeto, com a realização de aditivos? A realização de aditivos, como isso se dá na prática, na experiência do senhor como Diretor Geral do DNIT? Na prática, isso. O DNIT contrata, mas o que está sendo contratado, como isso está se dando na prática?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Gen. Fraxe com a palavra.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Nós vamos começar nossas respostas com o Senador Pedro Taques. O contorno rodoviário de Rondonópolis, o senhor vai me fazer a gentileza de me entregar a cópia depois, mas eu já lhe adianto o seguinte. Num primeiro contato de informações que eu tive sobre isso, aqui foi um termo de cooperação com a prefeitura. E não me agradou nem um pouco o nível de informações que eu recebi sobre a execução dessa obra. Não me agradou.

Eu acredito que haverá problemas com o gestor dessa obra da prefeitura. Ele vai ter alguns problemas comigo. Não vou detalhar, porque não terminei a investigação, mas nós temos problemas de execução aqui.

Vou lhe responder em seguida, depois, sobre Nova Mutum, com muito cuidado. Vou estudar direitinho para lhe dar essa resposta por escrito. A questão do DNIT fazer obra em vias arrendadas ou concessionadas: ele não pode fazer. A não ser que haja uma ordem de governo justificando por quê. Amparo legal de alguma coisa.

Na minha gestão, até agora eu não fiz nada em cima de... Porque quem é que faz a concessão? É o Ministério dos Transportes, através da ANTT. Quem gerencia o contrato de concessão? A ANTT. O DNIT está completamente fora do processo. Não participamos desse processo.

Então, a sua pergunta realmente eu...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Me permite, Sr. Presidente?

Se nós formos ao Siafi, de 2007 a 2011 o DNIT gastou pelo menos R\$623 milhões com obras em ferrovias que foram concedidas ou arrendadas a empresas operadoras privadas. O senhor tem razão no tocante ao amparo legal. Eu pensei que eu estivesse equivocado. V. S^a não encontra nenhum amparo legal para isso. Qual seria o amparo legal para que o DNIT realizasse esse tipo de intervenção em obras de arte em ferrovias?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – As obras de arte em ferrovias que nós estamos fazendo não são em trechos concedidos, são nos contornos ferroviários. Em contornos ferroviários.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – As obras de arte?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É, em contorno. Naquela obra de arte, por exemplo, para eliminar um conflito urbano. Não é em benefício da operação ferroviária de quem tem a concessão.

Não sei se eu percebi bem... O senhor entendeu?

Sobre a questão do RDC, eu vou dizer o seguinte para o senhor. Eu entendo como uma evolução para melhor. O RDC tem basicamente para nós, do DNIT, duas modalidades: por preço global ou por contratação integrada. Por preço global, obrigatoriamente, ele tem que ter um projeto executivo. Por contratação integrada, eu posso ter o projeto executivo, eu posso ter um projeto básico ou eu posso ter apenas um anteprojeto.

O que significa um anteprojeto? É um trabalho de engenharia que eu tenho que oferecer ao construtor que pretende participar de um certame, um estudo de geotecnia. Quer dizer, eu tenho que fazer sondagens no solo para ele saber o que ele vai enfrentar, e

de necessidade de suporte de fundação tanto para a parte do leito estradal como para as obras de arte. Se ele vai fazer uma ponte, um viaduto, qual é o tamanho da dificuldade que ele vai ter para fazer a fundação dessa ponte.

Então, essa sondagem, obrigatoriamente, no anteprojeto nós temos que ter. Nós temos que ter dados da geometria dessa obra. Nós temos que ter dados topográficos dessa obra. Volumes. Dados topográficos.

Nós, no DNIT, elaboramos uma instrução de serviço dizendo exatamente quais são as informações necessárias para que o anteprojeto possa entrar numa licitação, de modo que o competidor vá dar um preço para desenvolver um projeto executivo a ser aprovado pelo DNIT.

Olhe o que eu estou dizendo ao senhor. Então, ele vai desenvolver um projeto executivo, que o DNIT vai aprovar, para em seguida ele executar a obra.

Qual é a grande vantagem desse modelo? Primeiro, o consórcio construtor faz a engenharia. Ele vai buscar, ao desenvolver o projeto executivo, soluções de engenharia que são eficazes, em custo ótimo e em prazo otimizado. Exemplo: de repente ele vai fazer uma ponte e descobre que uma estrutura mista é a melhor solução. É aço e concreto. Ou ele descobre que uma ponte montada, sobretudo com pré-moldados, é melhor ainda. Então ele vai propor um projeto, justificando para nós, e nós analisamos e aprovamos esse projeto executivo para que ele possa executar.

Então não é uma coisa completamente solta, sob o critério único do construtor. Não. Nós mantemos o controle do empreendimento o tempo todo. Isso é fundamental, é importante.

Mas e que preço? Como é esse preço? É aquilo que eu disse ainda há pouco aqui, não sei se o senhor estava presente. As construtoras brasileiras, e nós temos aí uma boa quantidade delas que têm musculatura suficiente para participar de grandes empreendimentos, têm que ter engenheiros de custo. A engenharia de custo o senhor sabe que é uma ciência à parte. Tem que ter bons engenheiros de custo para, com base no Sicro, que é o sistema de custos do DNIT, orçar essa obra em cima de um anteprojeto, através de custos médios gerenciais que o DNIT tem e que as próprias construtoras têm. Então, não é uma aventura.

Por outro lado, nós estamos colocando agora dentro do RDC duas ações importantíssimas. Uma delas diz respeito à matriz de risco, à gestão de risco. Quanto menos informação eu ofereço a quem quer fazer a obra, mais eu tenho que colocar alguma coisa de risco ali, um percentual de valor de risco. Natural. É fundamental que isso aconteça para que essa matriz de risco dê ao empreendedor o conforto de que ele

precisa para poder se apresentar com uma proposta. Então, essa ação é uma ação que, no nosso entender, tem que fazer parte do planejamento do RDC contratação integrada.

Além do anteprojeto, eu posso ter só um projeto básico. Continua a regra do risco. Continua a regra de ele ter que fazer o executivo, nós analisamos e aprovamos o projeto executivo. Ou eu posso ter, nas melhores das situações, o projeto executivo completo e colocar como sugestão e ele analisar; e ele, como construtor, dizer que aquela solução realmente ele encontrou no terreno. Que ele estudou o terreno. Porque aí ele é obrigado a estudar o terreno. Se ele não for ao terreno, vai quebrar a cara.

E o que vem acontecendo? Qual é a reação que o mercado está dando a essa modalidade de seleção nossa? É a melhor possível. Nós já ultrapassamos a casa das 90 licitações de RDC. O DNIT está na vanguarda do RDC, e o mercado está reagindo muito bem a isso.

Então as nossas esperanças são realmente de que é o futuro da licitação. Ele vai ajudar muito. O aditivo será zero. Não haverá aditivo. Com a exceção daqueles serviços que são deveres do Estado. Quais são? Realocação, desapropriação, e a questão ambiental indígena. Essas questões eu não posso jogar num RDC como encargo de uma construtora. Eu não posso fazer isso. Tem que ser dever do Estado.

E assim nós estamos fazendo, vou lhe dar o exemplo agora. BR 381, Governador Valadares, Belo Horizonte. São 303 quilômetros, com 99 obras de arte especiais, túneis. Vamos fazer um RDC contratação integrada, com projeto executivo. Então, estou dizendo assim: consórcio, eu lhe dou o projeto executivo como sugestão. O risco é seu. Não vai ter aditivo. Estude direitinho esse projeto. Ele vai fazer engenharia em cima disso. Porque nós descobrimos, Senador, que quanto aos grandes engenheiros brasileiros, hoje, tirando o *freelancer*, que não é de empresa projetista, as construtoras detêm esses homens, porque pagam muito bem.

Então, esse sistema que está aí nos parece um bom sistema. Estamos discutindo com profundidade com o Tribunal de Contas da União esse processo de RDC, estamos interagindo profundamente com o TCU; as discussões são muito boas, são construtivas. Estamos elaborando normativos inclusive para enriquecer esse processo.

Não sei se consegui atender às suas expectativas nas suas perguntas ou se ainda tenho que esclarecer mais alguma coisa.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim.

Sr. Presidente, permita-me dizer que eu conheço as discussões sobre o RDC – na Europa, a OCDE

recomenda procedimentos como o RDC – e também as críticas do Tribunal de Contas da União que foram feitas aqui por ocasião do debate da MP que resultou na lei de conversão do RDC. Esse projeto executivo, o anteprojeto, tem o mesmo detalhamento do atual projeto básico na opinião técnica do senhor? Eu digo o detalhamento que pode assegurar a entrega do que foi contratado, a adjudicação do que foi contratado na experiência prática do senhor?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – O que assegura a entrega do que foi contratado é um excelente projeto executivo com uma licitação muito bem feita, com um cronograma muito bem estabelecido e com um termo de contrato muito bem estabelecido, tudo isso no edital. No momento em que, dentro do edital, não houver um cronograma de metas bem estabelecido, com um termo de contrato estabelecido no próprio edital, o gestor público já começará refém do consórcio. Por melhor que seja o projeto, mais difícil do que o projeto é a gestão do contrato. A minha experiência me mostrou isto: mais difícil do que fazer um projeto é a gestão do contrato. E a boa gestão do contrato começa numa boa seleção do construtor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pergunto a S. Ex^a o Senador Pedro Taques se está satisfeito.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu vou tentar responder ao Sr. Presidente, que fez aqui perguntas. Quero dizer o seguinte para o senhor, a questão da BR-101, em Alagoas, é que há dois lotes em conflito por questão de orçamento. São dois lotes do consórcio liderado pela Barbosa Melo. Isso está sob a análise do Tribunal de Contas da União, neste momento, na área técnica.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Há quanto tempo, General?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Desde setembro do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Está em análise desde setembro do ano passado até agora, março. Quer dizer, são 3 meses, 6 meses, e as obras estão paradas. Agora tem início o período de chuvas...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Praticamente temos aí a perda de uma janela hídrica com esses lotes em Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Há um grande prejuízo para o Tesouro com essa paralisação.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Nós temos um problema para resolver aqui e eu acho... Estive no Tribunal, conversei com a área técnica. Eles estão analisando, mas ainda não têm uma resposta para nós. Então, estamos aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Em relação a essa discussão sobre a questão de jazidas, acho que o ponto central da paralisação dessa obra é uma discussão bizantina em torno da jazida mineral, se devem ser pagos *royalties* pela utilização – por jazida mineral entenda-se a brita utilizada para a construção da estrada –, não seria o caso de essa discussão ficar um pouco mais para adiante e deixar que a obra prosseguisse?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – O que nós fizemos, Presidente? Nós descobrimos, no DNIT, que havia, e continua havendo, duas discussões centrais sobre a condução dos orçamentos das obras. São os agregados e as emulsões dos ligantes do asfalto. Nos agregados, incluem-se a pedra, o solo laterítico e a areia. O solo faz parte da terraplanagem, da base, do reforço da base; a pedra faz parte de tudo – sem pedra, não há estrada –; e quanto à areia, se não tem areia, também não tem massa asfáltica, também não tem ponte, não tem bueiro, não tem nada. Concreto é o seguinte: cimento, pedra, areia e água. Concreto é isto: cimento, areia, pedra e água. Se ele for armado, tem o aço. Aí colocam ali um acelerador de cura ou um acelerador de pega, mas basicamente é isso aí.

O que vem acontecendo? As boas jazidas de solo laterítico não estão na faixa de domínio da estrada. Se estivessem, seriam terra da União e terra da União não se paga a ninguém. Mas onde está a jazida? Está dentro de uma propriedade privada. Eu vou lá com a máquina escavucar, vou cavar, vou dar uma bagunçada na terra do cara. E aí? Fica por isso mesmo? Será que aquele proprietário não tem direito a uma indenização? Aí está a discussão. A discussão é essa.

O que aconteceu?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Mas isso não estava no edital, General, o custo da extração dessa brita, seja na beira da estrada ou longe dela? Não estaria incluído como custo dentro da licitação que foi lançada?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – O orçamento que entra para nós no projeto é o volume da brita. Ou a brita é comercial, quer dizer, eu compro a brita – eu a empresa –, quer dizer, eu pago por uma brita entregue no canteiro, chamada brita comercial; ou a brita é produzida. O que significa isso? Existe a

pedreira e o construtor tem que ir lá, instalar britador, instalar todo um processo, produzir essa brita e transportá-la. Só que normalmente isso acontece dentro da terra dos outros.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – E em função dessa discussão a obra está paralisada há seis meses?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Esse é um dos motivos. Há outros itens de discussão dessa obra também. E nós estamos torcendo, Senador, para que, no mais curto prazo, tenhamos uma resposta do Tribunal sobre essa obra.

O que aconteceu? O Tribunal emitiu um acórdão dizendo que o DNIT não pagasse nenhum preço acima do que foi estabelecido no acórdão para alguns tipos de serviços. Por outro lado, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece no seu art. 91 que isso poderá acontecer desde que haja anuência do contratado. Se o contratado disser: “Eu não concordo em mexer no preço que eu ganhei em licitação”, eu não posso obrigá-lo a continuar no serviço. Se não posso obrigar, conseqüentemente, paro. Foi o que aconteceu. Chamei a Barbosa Melo, ela já veio por seu assessor jurídico, e disse: “Está aqui a LDO, não sou obrigado, quero aguardar a resposta final do TCU”. Então, foi isso que aconteceu nesse lote.

E a Inajá? A nossa presidenta determinou que incluísse no PAC e executasse. Dada a ordem, missão cumprida. Nós vamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Quando, General?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Desde já. Já mandei o superintendente...

O que aconteceu aqui? Vou contar rapidamente essa história. Isso foi no meio daquele escândalo do Ministério com DNIT, quando rolou a cabeça da governança do DNIT. Senhores, eu não recebi o DNIT de ninguém. Eu cheguei e encontrei a sala vazia. Ninguém me passou nada. Nós fomos descobrindo o DNIT, tanto eu como os outros diretores. Por isso nós levamos um tempo, de seis a oito meses, para reagir, para começar a produzir os projetos e contratar a manutenção. Hoje nós podemos, com muita honra, dizer que estamos nos 40 mil quilômetros. Os editais estão bombando, através de pregão eletrônico e de RDC. E o DNIT será o vanguardeiro do RDC eletrônico, que já virá aí também.

Então, o que aconteceu aqui com essa obra? Ela estava naquela licitação. No meio da confusão, tomou-se uma decisão lá, na hora dos conflitos, vamos chamar assim, de suspender todas as licitações. E ela foi suspensa.

Houve também aqui alguns questionamentos do Tribunal de Contas da União, dizendo que algumas distâncias de transportes estavam encarecendo a obra e fez algumas considerações. Então, mandaram arquivar a obra...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Que coisa!

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – ...naquele momento lá atrás. Com a reclamação da população, com a ação parlamentar dos senhores, que chegou até a Presidenta, a Presidenta concordou...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pessoalmente falamos com ela.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Pois é. Quando ela soube, disse: “Não, o que é isso?” Determinou imediatamente que se retomassem as obras.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – É verdade.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Então, já dei ordem para irem atrás do projeto e fazerem uma RDC, Senador, no mais curto prazo, para cumprir a missão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Em termos de prazo, general?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu quero crer que, com 90 dias, eu vou ter tudo pronto para lançar no mercado essa licitação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Em 90 dias, então, será lançada no mercado a licitação para complementação do trecho da BR-316...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Por que 90 dias, Senador? Porque a empresa que fez o projeto faliu.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Não, está muito bem. Noventa dias, só para ter essa data.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem, sem querer ser impertinente, tendo em conta o adiantado da hora.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só o número da instrução de serviço que define o conteúdo do anteprojeto. O DNIT deve ter uma instrução de serviço...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu vou lhe mandar a cópia desse serviço.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Porque, se for o caso, o senhor – com todo o respeito digo isso – pode estar se assemelhando a Marco Polo, descobrindo o caminho para a China e resolvendo a questão do RDC. E eu já mudaria até o meu conceito sobre o RDC se essa instrução normativa resolvesse isso.

Eu gostaria da cópia para dar uma analisada, se fosse possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, S. Ex^a o Senador Pedro Taques.

Somos agradecidos, todos os integrantes desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, pela presença do Gen. Jorge Fraxe, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Nós recebemos várias indagações ao General. Como disse, a Comissão inova, de forma pioneira, suas audiências públicas, recebendo telefonemas e, por intermédio da Internet, pelo Twitter, perguntas. Nós já passamos várias às mãos do Gen. Fraxe, que já as respondeu. Mas agora chegaram outras. E, pelo adiantado da hora, vou apenas ler, porque eles serão realmente atendidos. A assessoria do General poderá atendê-los, porque há aqui o nome e o endereço da pessoa.

O Sr. Cláudio Augusto Barbosa Vieira Renan, de Recife, PE.

O cidadão pergunta por que tantos debates sobre infraestrutura das rodovias se, na prática, nenhuma atitude é tomada. Ressalta a má utilização do dinheiro arrecadado na cobrança do IPVA, pois não há investimento suficiente na reestruturação das estradas brasileiras.

O Sr. Darcy Andrade, de Montes Claros – MG, questiona sobre a obra do Anel Rodoviário Norte, localizado na cidade de Montes Claros, que está parado há mais de seis anos, enquanto os caminhões circulam pelo centro da cidade.

O Sr. Carlos Alberto Raposo, do Parque Vilas Flores, em Sumaré – SP, pergunta ao Gen. Fraxe se S. Ex^a é favorável ao retorno da Polícia Ferroviária Federal.

A Sr^a Zuleide Freire da Silva Pontes, de Fortaleza – CE, pergunta sobre a BR-222, que faz ligação entre as cidades de Fortaleza e Sobral, no Ceará. Afirma que a estrada citada apresenta grandes perigos e ainda encontra-se em péssimas condições, pois a obra iniciou-se há dez anos, mas não houve a conclusão da mesma. Diante de tal problema, pergunta o que será providenciado.

Da Sr^a Maria de Fátima Soares de Oliveira, do bairro Parque Arariba, São Paulo. Ela comenta que se deve iniciar imediatamente a construção de mais rodovias no Brasil. Segundo ela, o País está sem infraestrutura, necessitando, assim, de muitas melhorias.

E o Sr. Miguel José Alves está acompanhando os debates a respeito das rodovias – no caso, o debate que está sendo realizado agora e já finalizando – e, diante disso, informa que a BR-154, em Ituiutaba – MG, não tem asfalto. Há 40 anos que os políticos

prometem fazer, mas não sai do papel. Pergunta se o DNIT tem conhecimento desse fato e se tal problema será solucionado ainda no ano corrente.

Eu gostaria de saber do Gen. Fraxe se podemos assumir o compromisso com essas pessoas que a sua assessoria responderá as indagações feitas por elas.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Pessoalmente, responderei a todas, porque aqui há problemas de percepção.

Existem afirmativas aqui que não considero justas com o DNIT.

A BR-222, por exemplo, eu estou pessoalmente acompanhando. Nós estamos conseguindo mudar o cenário disso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Basta responder por escrito.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Mas vou responder por escrito a todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Por favor, General.

Gostaria de agradecer, em nome de toda a Comissão de Serviços de Infraestrutura, ao Gen. Jorge Pinto Fraxe a sua presença, a sua disponibilidade em responder todas as perguntas que foram formuladas. Cumprimento V. Ex^a pelo profundo conhecimento que demonstrou ter da área em que está hoje atuando. E desejo a V. Ex^a, General, muito sucesso, êxito nessa sua nova fase de atividade profissional, V. Ex^a que é um Oficial General do Exército brasileiro e que tem, no cumprimento do dever, a sua maior meta.

Muito obrigado pela sua presença. Seja sempre bem-vindo.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, se o senhor me permite.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Por gentileza, questão de ordem, S. Ex^a o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Trinta segundos, não mais.

Eu já me sinto agradecido pelas suas palavras. Mas eu gostaria de fazer um agradecimento pessoal.

Eu disse, no começo da minha fala, que saio daqui com uma esperança muito grande no senhor.

O senhor me trouxe uma segurança muito grande.

Eu gostaria, se pudesse, Presidente, diante das palavras ditas pelo Senador Jorge Viana, gostaria que o senhor, com toda a sua competente equipe, colocasse no papel – e eu posso encaminhar-lhe um expediente pedindo isso – informações sobre a viabilidade técnica de se começar uma estrada de trás para frente. Eu sou leigo, não sou da área e não tenho conhecimento. Então, eu gostaria que o senhor me provasse, tecnicamente, como se começa uma estrada de trás para

frente e, se possível, colocasse isso no papel, para que eu possa até defender, porque, como eu estou dizendo, eu sou leigo.

Se nós temos uma estrada aqui, nós vamos dar continuidade a uma outra estrada; eu não consigo entender como você vai lá para o final da estrada e vem com ela. Eu sou leigo e gostaria que o senhor me ajudasse com essa informação.

Com certeza, as informações que eu já lhe pedi aqui, eu terei a resposta. E queria só mais uma vez reforçar, se for possível, a sua ida ao Município de Cruzeiro do Sul. E gostaria de ser convidado para participar dessa audiência, para que nós possamos dar uma satisfação para a população daquele Município, daquela região, daquele vale, que espera, e muito, por essa epopeia.

O senhor pode ter certeza de que me transmitiu uma segurança muito grande e que vai ver quem são os verdadeiros parasitas dessa epopeia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Sérgio Petecão.

Nós nos despedimos agora do Sr. Gen. Jorge Fraxe, para darmos início à segunda parte da nossa audiência pública, agradecendo, mais uma vez, a V. Ex^a pela sua presença.

Ficamos muito honrados com a sua presença aqui em nossa Comissão, General. (Pausa.)

Dando prosseguimento à nossa reunião, na sua segunda fase, agradeço a presença aqui da Deputada Antônia Lúcia, do PSC do Acre. Seja V. Ex^a sempre muito bem-vinda.

Vou fazer a leitura de requerimentos.

Este requerimento já pode ir para votação.

Requerimento de S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço.

“Requeiro, nos termos do §2º do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com objetivo de permitir exposições de informações e debates sobre as atribuições e desempenhos das agências reguladoras brasileiras, bem como as evoluções que se tornaram necessárias na legislação brasileira sobre regulação.

Considerando o tema da audiência pública requerida, recomendo a presença das personalidades a seguir relacionadas:

– Senhor Maurício de Albuquerque Wanderley – Secretário-Geral, da Secretaria-Geral de

Controle Externo – Segecex – do Tribunal de Contas da União – TCU;

– Senhor Luiz Alberto dos Santos – Subchefe de Análise de Acompanhamento de Políticas Governamentais e Coordenador do Comitê Executivo do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação – PRO-REG – da Casa Civil da Presidência da República;

– Senhor Sérgio Antônio Silva Guerra – Doutor e Mestre em Direito e pós-Doutor em Administração Pública; Professor da Fundação Getúlio Vargas;

– Senhor Rodrigo Loureiro Medeiros – Doutor em Engenharia de Produção, Professor do Instituto Federal do Espírito Santo;

– Senhor Carlos Jacques Vieira Gomes – Consultor do Núcleo de Direito Comercial e Econômico da Consultoria Legislativa do Senado Federal.”

Autoria, como já disse, de S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço.

O requerimento lido constará da pauta da próxima reunião, para deliberação.

Outro requerimento de S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço.

“Requeiro nos termos do § 2º do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com objetivo de permitir exposições de informações e debates sobre o planejamento rodoviário brasileiro e as concessões de rodovias federais à gestão da iniciativa privada. Considerando o tema da audiência pública requerida, recomendo a presença das personalidades a seguir relacionadas:

– Senhor Paulo Sérgio Passos – Ministro de Estado dos Transportes;

– Senhor Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira – Diretor presidente da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade (ETAV);

– Senhor Jorge Luiz Macedo Bastos – Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.”

O requerimento lido irá à deliberação do Plenário desta Comissão na próxima reunião.

Requerimento de autoria de S. Ex^a o Senador Delcídio do Amaral.

“Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II, III e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, incisos II e III, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública conjunta, no âmbito das Comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE), para discutir aspectos relacionados com a aplicação da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, que, entre outras providências, “dispõe sobre o exercício da profissão de motorista”. Para fornecer informações, expor opiniões e responder aos questionamentos dos senhores parlamentares, sugiro que, para a mencionada audiência, sejam convidadas as seguintes autoridades e representantes:

1. Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos, Diretor-Geral em exercício da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);
2. Sr. Adélio Justino Lucas, Procurador do Ministério Público do Trabalho no Distrito do Trabalho e no Estado do Tocantins (PRT da 10ª Região);
3. Sra. Maria Alice Nascimento Souza, Diretora-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Justiça;
4. Sr. Newton Jerônimo Gibson Duarte Rodrigues, Presidente da Associação Brasileira de Logística e Transporte de Carga (ABTC);
5. Sr. Diumar Cunha Bueno, Presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA);
6. Sr. Renan Chieppe, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (ABRATI).”

Este requerimento lido nesta reunião irá à deliberação deste Plenário na próxima reunião.

Há mais um requerimento, apresentado pelo Senador Armando Monteiro e por mim.

“Nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinados com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, por esta Comissão, audiência pública para debater os modelos, os instrumentos e as fontes de financiamento, inclusive as não convencionais, para a Infraestrutura, dentro da visão do setor público e da iniciativa privada, com a presença das seguintes autoridades:

– Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dra. MIRIAM BELCHIOR;

– Presidente do BNDES, Dr. LUCIANO COU-TINHO;

– Presidente da ABDIB (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base), Dr. PAULO GODOY; e

– Diretor da CNI e Coordenador da Área de Infraestrutura, Dr. JOSÉ DE FREITAS MASCARENHAS.”

Este requerimento lido irá à deliberação na nossa próxima reunião.

Agora, a leitura de requerimentos para deliberação.

Foi apresentado oralmente na reunião passada por S. Exª o Senador Lobão Filho.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 7, DE 2013

Requeiro nos termos regimentais, que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Augusto Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União, para prestar esclarecimentos sobre a metodologia de paralisação de obras e suas respectivas consequências.

Autoria: Senador Lobão Filho

Em discussão o presente requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O outro requerimento é de S. Exª o Senador Vital do Rego.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 8, DE 2013

Requeiro, nos termos do § 1º, artigo 76, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação, por dois meses, dos trabalhos da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC, criada no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura desta Casa.

Autoria: Senador Vital do Rego

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 6, DE 2013

Nos termos dos Artigos 90 e 93, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Artigo 58, da Constituição Federal, requeiro a realização de Audiência Pública desta Comissão de Infraestrutura, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater com a Senhora Maria das Graças Foster, Presidente da Petrobrás, as perspectivas para o ano de 2013, no que se refere à produção, ao refino e à redução das importações de petróleo e derivados.

Autoria: Senador Wellington Dias

O requerimento foi lido na reunião do dia 13 de março de 2013.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento de S. Ex^a o Senador Wellington Dias.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todas as Sr^{as} e Srs. Senadores, convoco nossa próxima reunião, conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, a ser realizada amanhã, dia 21 de março, às 10 horas, no plenário nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, com a presença de S. Ex^a o Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, para discutir sobre as parcerias público-privadas e as perspectivas de oportunidades de parceria com o setor privado, com relação aos projetos de infraestrutura.

Além disso, convoco reunião para o dia 27 de março, quarta-feira da próxima semana, quando daremos continuidade ao nosso ciclo de audiências públicas. E, nessa ocasião, discutiremos o tema Energia Convencional dentro do Ciclo Energia e Desenvolvimento do Brasil do Programa Investimento e Gestão: Desatando o nó logístico do País.

Nessa audiência pública, teremos a presença do Dr. Albert Cordeiro Geber de Melo, do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – Cepel, para falar sobre hidroeletricidade; do Prof. Sérgio Bajay, da Universidade de Campinas – Unicamp, para versar sobre termoeletricidade; e do Prof. Luiz Pinguelli Rosa, do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Coppe – UFRJ, para discutir energia nuclear.

Esperamos contar com a presença de V. Ex^{as}, Sr^{as} e Srs. Senadores, para engrandecer a discussão, ao tempo em que, mais uma vez, agradeço a presença de todas as Sr^{as} e Srs. Senadores à nossa reunião do dia de hoje.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 7 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 18 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e trinta minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, João Capiberibe, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Flexa Ribeiro, Wilder Moraes, Blairo Maggi, João Costa, Alfredo Nascimento, José Pimentel, Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Romero Jucá, Sérgio Souza, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Gim e Eduardo Amorim**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e aprova as atas das 6ª e 7ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os Comunicados da Presidência. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Blairo Maggi, Alfredo Nascimento, Wilder Moraes, e Sérgio Souza**. Tem início a apreciação da Pauta. **PRIMEIRA PARTE: Audiência Pública**, em atendimento ao **Requerimento da CI nº 01, de 2013**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que “*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país.*”, aprovado em 27 de fevereiro de 2013. Os senhores **Joaquim Francisco de Carvalho**, Pesquisador do Instituto de

Eletrônica e Energia da Universidade de São Paulo, e **Sérgio Bajay**, Professor da Universidade Estadual de Campinas, fazem suas exposições. Fazem uso da palavra os Senadores **Flexa Ribeiro** e **Inácio Arruda**. Assume a Presidência o Senador **Flexa Ribeiro**.

SEGUNDA PARTE: Item 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2012, de autoria do Senador **Rodrigo Rollemberg**, que “altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias” O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador João Capiberibe, que sugere a retirada de pauta do projeto.. Retirado de pauta. São lidos os requerimentos para inclusão em pauta na próxima Reunião Deliberativa.

Item 2 – REQUERIMENTO DA CI Nº 09, de 2013, de autoria do Senador **Delcídio do Amaral**, que “com amparo no art. 58, § 2º, incisos II, III e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, incisos II e III, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública conjunta, no âmbito das Comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE), para discutir aspectos relacionados com a aplicação da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, que, entre outras providências, “dispõe sobre o exercício da profissão de motorista”. Para fornecer informações, expor opiniões e responder aos questionamentos dos senhores parlamentares, sugiro que, para a mencionada audiência, sejam convidadas as seguintes autoridades e representantes: 1. Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos Diretor-Geral em exercício da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); 2. Sr. Adélio Justino Lucas Procurador do Ministério Público do Trabalho no Distrito do Trabalho e no Estado do Tocantins (PRT da 10ª Região); 3. Sra. Maria Alice Nascimento Souza Diretora-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Justiça; 4. Sr. Newton Jerônimo Gibson Duarte Rodrigues Presidente da Associação Brasileira de Logística e Transporte de Carga (ABTC); 5. Sr. Diumar Cunha Bueno Presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA); 6. Sr. Renan Chieppe Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (ABRATI).”. **Resultado:** aprovado.

Item 3 – REQUERIMENTO DA CI Nº 10, de 2013, de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**, que “requeiro nos termos do § 2º do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com objetivo de permitir exposições de informações e debates sobre as

atribuições e desempenhos das agências reguladoras brasileiras, bem como as evoluções que se tornaram necessárias na legislação brasileira sobre regulação. Considerando o tema da audiência pública requerida, recomendo a presença das personalidades a seguir relacionadas: – Senhor Maurício de Albuquerque Wanderley – Secretário-Geral, da Secretaria– Geral de Controle Externo – Segecex – do Tribunal de Contas da União – TCU; – Senhor Luiz Alberto dos Santos – Subchefe de Análise de Acompanhamento de Políticas Governamentais e Coordenador do Comitê Executivo do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação – PRO-REG – da Casa Civil da Presidência da República; – Senhor Sérgio Antônio Silva Guerra – Doutor e Mestre em Direito e pós-Doutorem Administração Pública; Professor da Fundação Getulio Vargas; – Senhor Rodrigo Loureiro Medeiros – Doutor em Engenharia de Produção, Professor do Instituto Federal do Espírito Santo; – Senhor Carlos Jacques Vieira Gomes – Consultor do Núcleo de Direito Comercial e Econômico da Consultoria Legislativa do Senado Federal.”. **Resultado:** aprovado.

Item 4 – REQUERIMENTO DA CI Nº 11, de 2013, de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**, que “requeiro nos termos do § 2º do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com objetivo de permitir exposições de informações e debates sobre o planejamento rodoviário brasileiro e as concessões de rodovias federais à gestão da iniciativa privada. Considerando o tema da audiência pública requerida, recomendo a presença das personalidades a seguir relacionadas: – Senhor Paulo Sérgio Passos – Ministro de Estado dos Transportes; – Senhor Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira – Diretor presidente da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade (ETAV); – Senhor Jorge Luiz Macedo Bastos – Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.”. **Resultado:** aprovado.

Item 5 – REQUERIMENTO DA CI Nº 12, de 2013, de autoria do Senador **Armando Monteiro**, que “Nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinados com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, por esta Comissão, audiência pública para debater os modelos, os instrumentos e as fontes de financiamento, inclusive as não convencionais, para a Infraestrutura, dentro da visão do setor público e da iniciativa privada, com a presença das seguintes autoridades: – Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dra. MIRIAM BELCHIOR; – Presidente do BNDES, Dr. LUCIANO COUTINHO; – Presidente da

ABDIB (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base), Dr. PAULO GODOY; e – Diretor da CNI e Coordenador da Área de Infraestrutura, Dr. JOSÉ DE FREITAS MASCARENHAS.”. Resultado: aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e vinte e oito minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 6ª e da 7ª Reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permanecem como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Comunicados.

Na última segunda-feira, dia 18 de março, a Comissão de Serviços de Infraestrutura deu início ao Ciclo de Audiências Públicas intitulado “Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País”, que se estenderá por todo o biênio 2013-2014.

A audiência pública de introdução do primeiro tema – Energia e Desenvolvimento no Brasil – contou com a presença do Dr. Rogério Cerqueira Leite, Professor Emérito da Universidade de Campinas (Unicamp). O Dr. Rogério Cerqueira Leite é engenheiro eletrônico pelo ITA, onde já lecionou, e Doutor em Física pela Universidade de Paris (Sorbonne), além de Pesquisador Emérito do CNPq. O ilustre Professor já publicou 80 trabalhos em revistas especializadas e foi editor da *Solid State Communications*, editada em Oxford, Inglaterra, além de *referee* de cerca de 20 revistas internacionais. É, ainda, membro da Comissão de Energia da União Internacional de Física Pura e Aplicada e Presidente do Conselho de Administração da ABTLuS.

Também fez parte da mesa, a convite desta Presidência, o Prof. Luiz Curi, Conselheiro do Conselho Nacional de Educação, que agradeceu o convite e expressou a satisfação e a necessidade dos órgãos de educação em cooperar e apoiar iniciativas como esse ciclo de audiências da Comissão de Serviços de Infraestrutura, pois elas permitem a mobilização de conhecimentos e conteúdos para dar condições de atualizar as políticas públicas.

O Prof. Rogério Cezar de Cerqueira Leite apresentou um quadro comparativo da evolução da população, do Produto Interno Bruto e da oferta de energia, no período de 1950 a 2000, demonstrando que, enquanto a população aumentou 2,5 vezes nesse período, o consumo de energia foi multiplicado por oito, em decorrência do aumento da riqueza nacional e do processo de urbanização da população.

Ainda, segundo o Professor, o consumo de energia no Brasil se encontra na faixa de 2.000kWh por habitante por ano, quando, para atingir um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) compatível com os países mais desenvolvidos, são necessários de 4.000 a 5.000kWh de consumo por habitante, ao ano.

Frisou o palestrante que toda energia vem ou veio do Sol e que, embora não conheçamos sua essência nem saibamos produzi-la, sabemos como se comporta e como transformá-la em outras formas e utilizá-la. Sempre que o processo de transformação envolver calor, o rendimento será baixo devido a inevitáveis perdas.

O Professor citou que parte da recente queda dos custos da energia solar decorreu de uma tentativa da China de dominar esse mercado, utilizando processos de *dumping* que redundaram na falência de diversas empresas chinesas do ramo. Devido aos altos custos de materiais e de manutenção, entende que atualmente a energia solar só oferece solução para pequenas aplicações em condições específicas.

Em termos de preços, considerando o investimento inicial na instalação e o custo de produção, na avaliação do palestrante, a energia hidroelétrica se mostra muito competitiva, assim como a energia eólica. Já a biomassa se mostra cara, assim como a energia solar que apresenta elevados custos de investimento e operação, enquanto o gás natural, embora exija baixo investimento, tem produção cara. A energia nuclear, a par do elevado investimento, encontra restrições de outra natureza, tendendo a ser abandonada.

Segundo o professor, com exceção do Brasil, que conduz seu programa sem muita convicção, atualmente, só a China desenvolve um programa de energia nuclear, pois até os Estados Unidos, a França e a Alemanha recuaram em seus programas, sinalizando muito provavelmente uma retomada.

Frisou, ainda, que o Brasil não necessita dessa fonte para atender à necessidade projetada de 5 mil quilowatts/hora por habitante/ano.

Entende o professor que devem ser desenvolvidos estudos científicos para avaliar as perdas e ganhos com o aproveitamento hidrelétrico na Amazônia com represas, pois a eletricidade não é acumulável, mas a energia, sim.

A prioridade estabelecida pelo Governo brasileiro para o pré-sal, em detrimento do álcool de cana-de-açúcar, na opinião do palestrante, é equivocada.

Nesse sentido, citou o estudo desenvolvido na Unicamp, não contestado por nenhum órgão, que concluiu que a mesma energia que poderá ser produzida pelo pré-sal, que tem uma previsão de esgotamento em 40 anos, pode ser produzida indefinidamente com a utilização de apenas um terço da área atualmente ocupada por pastagens para a produção de álcool de cana-de-açúcar. Energia renovável, menos poluente, eficiente e sem necessidade de destruir nada, correspondente a 10% de todo o petróleo consumido no mundo. Informações do Prof. Rogério de Cerqueira Leite.

Concluindo, disse o professor que, em sua opinião, hidrelétricas e álcool representam a solução para os problemas de energia do Brasil, devendo ser revista a opção pelo pré-sal poluente, caro e gerador de conflitos.

Dentro, ainda, da questão de energia, o programa Luz para Todos em Alagoas.

Mais de 17 mil lares alagoanos estão ameaçados de continuar a viver sem eletricidade devido a problemas de comunicação entre a Aneel e a Eletrobras Distribuição Alagoas.

Segundo resolução da Aneel, quando a cobertura de ligações à rede elétrica atinge 95% – e o nome do programa é Luz para Todos –, o programa é encerrado no Estado. No caso, de acordo com a Agência, a área rural hoje coberta representa 96,06%.

A estimativa da Aneel da porcentagem de residências não conectadas pode levar à exclusão da zona rural de Alagoas do programa de universalização Luz para Todos. O Conselho Estadual de Política Energética de Alagoas, contudo, contesta a base de cálculo utilizada pela Aneel. Segundo o órgão, baseado em estudos da Eletrobras Distribuição Alagoas, existem mais de 17 mil domicílios desatendidos – não atendidos –, o que reduziria o índice de atendimento para 91,68% da área rural do Estado.

Sabe-se que o sistema elétrico brasileiro é baseado em três princípios: a qualidade, a modicidade tarifária e a universalização. Ora, universalização implica o atendimento de todos, não de apenas 91%, 95% ou 96%.

Além disso, o Governo Federal, sob a liderança da Presidenta Dilma Rousseff, está firmemente empenhado na erradicação da miséria.

Como é possível atingir tal resultado se nem o acesso à eletricidade é garantido a tantos alagoanos pela Aneel e pela Eletrobras setor Alagoas?

Não é cabível aceitar que a frieza de uma resolução tecnocrática possa afastar a principal política

social do Governo e um dos princípios do sistema elétrico brasileiro.

Exige-se, então, de todos os envolvidos, a começar pela Aneel, que vençam os seus pruridos burocráticos, que venham a público e expliquem o porquê da decisão tão danosa e que, com a rapidez que a situação requer, encontrem a solução que a estenderá aos cidadãos da área rural de Alagoas o direito básico de ter luz em casa.

Essa é uma questão que trago de Alagoas porque chegou ao meu conhecimento na semana passada, mas imagino que esse mesmo problema possa estar existindo em outros Estados. Então, deixo aqui a lembrança e um alerta para que os outros Estados da Federação brasileira que tenham situações parecidas ou análogas que possam enviar aqui para a Comissão de Infraestrutura para que possamos tomar as providências cabíveis.

Terceiro comunicado sobre a audiência pública do Dnit. Na 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, ocorrida no dia 20 de março, foi realizada uma audiência pública com a presença do general Fraxe, Diretor Geral do Dnit, contando pela primeira vez na história do Senado Federal com a participação de ouvintes e telespectadores da Rádio Senado e TV Senado, que encaminharam seus questionamentos ao convidado em tempo real, por telefone ou pela Internet.

Convidado por requerimento de iniciativa... E voltando aqui sobre a participação da sociedade brasileira, de ouvintes e telespectadores da Rádio Senado e TV Senado, essa é uma prática inovadora, iniciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal e que estaremos dando continuidade em todas as nossas audiências públicas. Inclusive hoje temos uma audiência pública e também já estará aberto a todos aqueles que queiram participar os canais por telefone do Alô Senado e também da Internet. E aqueles que não saibam o endereço correto, em seguida eu informarei.

Convidado por requerimento de iniciativa do Exm^o Sr. Senador Aloysio Nunes Ferreira para prestar esclarecimentos acerca de problemas em obras de restauração de rodovias, o general Fraxe, após colocar à disposição da Comissão exemplares do balanço de 2012 do Dnit, frisou que, por questões lógicas e éticas, abster-se-ia de analisar fatos anteriores a sua gestão, a qual teve início em setembro de 2011.

Esclareceu que como o órgão não lhe foi passado por ninguém teve que assumir e tomar pé da situação, que, em função da dimensão dos encargos e do número de contratos do Dnit, exigiu praticamente seis meses de trabalho.

Visando dar maior transparência ao órgão, disse o convidado, foi adotada a prática de disponibilizar na Internet as atas das reuniões da diretoria colegiada do Dnit e foi criado o Boletim Eletrônico de Medição, sigla BEM, através do qual qualquer cidadão em qualquer lugar do mundo pode acompanhar o desenvolvimento físico e financeiro das obras sob a responsabilidade do Dnit.

Segundo o general Fraxe, o grande problema do órgão residia na supervisão das obras, pois o órgão não dispõe de estrutura para realizar essa operação, uma vez que não tem topógrafos nem laboratoristas de solo, sendo obrigado a terceirizar a fiscalização.

Verificando que as empresas contratadas agiam, na realidade, como consultoras e não como supervisoras, foi introduzido um novo modelo de contratação e gestão da empresa supervisora de obras e serviços de engenharia, com responsabilidades definidas, controle quantitativo e qualitativo diário e pagamento por produto.

Nesse modelo, a supervisora precisa apresentar arquivos eletrônicos de todos os trabalhos realizados e dividirá com a construtora os eventuais prejuízos decorrentes de erros ocorridos na obra. Também na contratação da construtora foi introduzida alteração importante com a extensão do regime diferenciado de contratação, o chamado RDC, para obras do PAC, pois essa modalidade, ao permitir a contratação integrada da obra ou por preço global, permite transferir grande parte do risco, que antes era ainda assumido integralmente pelo Dnit, para a construtora. Dessa forma, a obra pode ser licitada só com o anteprojeto, o que obriga o contratado a realizar estudos mais cuidadosos para elaborar o projeto executivo e evita, assim, os aditivos.

Só serão admitidos aditivos no que respeita a questões ambientais, desapropriações e realocações de pessoas, responsabilidades do Estado que não podem, claro, ser transferidas à empresa.

O DNIT está na vanguarda no RDC, já tendo ultrapassado a casa das 90 licitações e o mercado está reagindo muito bem a isso.

Afirmou o General que essa divisão da gestão do risco com o mercado exige uma matriz de gerenciamento de risco, modelo matemático que já está sendo desenvolvido e que vai indicar o nível adequado de remuneração desse risco, pois a empresa precisa ser vista como parceira e o lucro como lícito e necessário, pois é ele que impulsiona a pesquisa, a inovação e o desenvolvimento.

Com a adoção do RDC, afirmou o convidado, além das vantagens já citadas, o processo se torna muito mais ágil, reduzindo-se o prazo de contratação de uma obra, que era de 250 a 300 dias, para 60 a 90

dias. Da mesma forma, para os contratos de manutenção, que na realidade é um serviço e não uma obra, passa-se a adotar o pregão eletrônico, já previsto na Lei 8.666/93, e que permite reduzir o prazo que anteriormente era da ordem de 200 dias para 33, 35 dias com ganho na impessoalidade, pois não há contato físico entre as partes. Com isso, passa-se de zero para 48 mil km cobertos por contratos de manutenção, e até junho teremos toda a malha (54 mil km) coberta. A carteira de contratos do DNIT está atualmente em 16,7 bilhões, e a meta é chegar a 42 bilhões até o final de 2013, deste ano, disse o convidado.

Para dar sustentabilidade ao planejamento das ações do DNIT, disse ele que está sendo implantado o Plano Nacional de Controle de Tráfego, encarregado de medir eletronicamente os dados de volume qualitativo e quantitativo do tráfego, a partir dos quais poderão ser avaliadas e quantificadas as condições exigidas das rodovias, tanto no que diz respeito à quantidade de pistas como à estrutura dos pavimentos. Outro programa cuja implantação está sendo iniciada é o Programa BR Legal, que, a um custo orçado em R\$4 bilhões, pretende contemplar toda a malha de rodovias federais com placas de sinalização em um prazo de cinco anos.

A palavra mágica no DNIT é gestão, afirmou o General. Disse ele que há que se fazer um projeto de inclusão digital do DNIT no século XXI, pois a análise de um projeto deve ser toda informatizada. Para isso, ele está desenvolvendo um sistema informatizado chamado Sigtec, em que a relação do analista com o projeto é direta, pois 60% do tempo de análise de um projeto era gasto em idas e vindas de papel.

Em outra frente, estão firmando um contrato de curso de MBA de gestão pública para 200 alunos do DNIT, que será ministrado pela Fundação Getúlio Vargas e que pretende capacitar os recursos humanos na gestão de obras e contratos.

Em resposta a questionamentos de Senadores e de populares por meio do Alô Senado, o General Fraxe apresentou a situação de diversas obras e rodovias, assumindo, inclusive, importantes compromissos quanto a medidas e prazos. Nesse sentido, afirmou que “a BR-425 deixará de ser a pior rodovia do Brasil, pois já está tudo pronto, e a nova licitação sairá agora em abril, via RDC”.

Sobre pedágio, esclareceu que é uma política de governo, mas que pretende chegar a um nível em que as rodovias mantidas pelo DNIT não vão deixar a desejar diante de nenhuma concessão. A intenção é colocar telefone público, serviços de facilidade na rodovia, mesmo sem estar concessionada e sem pedir pedágio. “Nós temos que chegar a esse nível”, afirmou o General Fraxe textualmente.

A BR-101 no Espírito Santo não está abandonada, disse ele, respondendo a uma pergunta de um telespectador. Ela está em obras a BR-101, segundo ele, e, brevemente, em junho, o contorno de Vitória será concluído. Disse ele que está a equipe do DNIT, de auditoria, em campo, para conferir a manutenção das rodovias no Espírito Santo e para saber exatamente como está o trecho. Aí sim, segundo ele, poderá dizer com detalhes como irá proceder em relação ao Estado do Espírito Santo como um todo.

Com relação à fiscalização realizada pelo TCU, que muitas vezes redundava na paralisação de obras, entende o convidado que ela é necessária, pois o controle é fundamental. Em sua visão, é necessária a fiscalização, não a paralisação.

Em sua visão, entretanto, diferentemente do que é feito, esse controle deve ocorrer de duas maneiras: primeiro, preventivo; e num segundo momento, por resultado. Diz ele que tem que se discutir no projeto, no planejamento, ali é a hora da discussão, porque se não foi licitado, se não foi contratado e se não foram colocados mil pais de família no terreno com empresa juridicamente obrigada a pagar esses homens e nem houve desembolsos nessa mobilização, esse é o momento de se fazer o planejamento.

A auditoria deve ser, portanto, preventiva, ainda no Dnit, na fase do projeto, da montagem, do edital, porque se discute ali os problemas eventualmente existentes. Esse é o momento, segundo ele, importante e necessário, em que deve ser valorizada a auditoria, a discussão técnica, e não posteriormente paralisando obras.

A auditoria durante a obra tem que ser por resultados. Segundo ele, há alguns conflitos de conceitos sobre orçamentos de obras, porque o TCU determinou através de um acórdão que só fosse pago ao contratado o preço que o Tribunal considerava como justo, o que ele arbitrou, o que no caso o TCU arbitrou.

Parece-me que aí nós temos outro monstro surgindo na burocracia brasileira, que é esse Tribunal de Contas da União.

Ocorre que houve uma licitação antes e houve um contrato com outro preço diferente. E diz o art. 91 da LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que isso pode funcionar desde que haja anuência do contratado. E aí vejam como se manipula semanticamente essa questão. Mas diz o art. 91 da LDO: se o contratado não concordar, ele não é obrigado. Aí ele entrega a obra, vai embora, e ninguém pode puni-lo porque foi quebrado um pacto contratual. E diz o TCU que não mandou paralisar obra nenhuma. É um jogo de palavras. Isso é uma coisa feita.

Essa é a questão que uma vez ou outra ocorre, segundo ele, general Fraxe, como está ocorrendo agora em Alagoas, como ocorreu em Pernambuco e em outros lugares do Brasil.

Quanto à BR-135, na saída de São Luís, no Maranhão, diz ele que pretende ter logo tudo duplicado até Miranda do Norte. Tem uma dificuldade ali de cunho ambiental, segundo ele, porque o órgão estadual quer um Rima que ele não acha necessário, mas as forças políticas do Maranhão, segundo ele, poderão ajudar a contornar essa questão e fazer um estudo mais simplificado para que não se demore tanto.

Também já se está tratando com o Ministério do Planejamento sobre o asfaltamento dos primeiros cem quilômetros da BR-226, que sai de Timon em direção a Presidente Dutra, e da travessia de Imperatriz, na BR-010.

Os 282 quilômetros da BR-163 de Rondonópolis ao Posto Gil já estão resolvidos, afirmou o general Fraxe. Só um lote que teve um problema e será re-licitado. O investimento lá só da duplicação é de R\$1,4 bilhão. A licitação foi feita e se está trabalhando no contrato. Segundo ele, em no máximo 60 dias ele dará a ordem de início da obra, inclusive, disse ele, reuniu todas as empresas envolvidas em contratos de manutenção da BR-163, pegando desde o Pará, fez a notificação e deu o prazo de 15 de abril para estar tudo mobilizado para a retomada da BR-163. E, segundo ele, aí da empresa que não estiver mobilizada quando ele chegar lá. Diz ele que já irá com um talão de multa na mão e que quer, em dezembro, até o final dessa janela hídrica – janela hídrica a que ele se refere é a estiagem, período sem chuvas –, todos os lotes até Mirituba prontos. E, no primeiro semestre de 2014, até Santarém.

A pista, o pavimento rígido da duplicação da BR-163/364, lá em Nobres, está sendo feita debaixo de chuva, uma inovação que ele disse que trouxe do Peru. Ele disse que estão duplicando, lá, com o túnel da chuva. É um túnel com um encerado especial, que é mantido na sua estrutura através de compressores.

Essa inovação, segundo afirmou, o Diretor-Geral do DNIT quer levar para toda a Amazônia, para trabalhar na chuva e na estiagem. Quando à duplicação, funciona porque ele tem uma pista aberta ao tráfego, e, quando está fazendo uma restauração, não pode fazer isso. Ele está fazendo uma nova que possa ser usada inclusive em trabalhos de restauração, que vai tirá-los da dependência desse período de chuvas, impedindo, assim, a continuação de obras.

O túnel, na realidade, é uma coberta. Tem o formato de um túnel. Mas é uma coberta que tem 500m de extensão e que, na medida em que vão prosseguindo

os trabalhos de pavimentação, terminam ali, colocam o túnel mais adiante, essa coberta, e assim por diante

Quanto ao Contorno Sul de Cuiabá, segundo o General, a solução é federalizar aquele traçado mais curto a pedido do Governo de Mato Grosso. A Assembleia ratifica o pedido do Governador, aquilo vai ao Ministro, vira uma portaria ministerial, fica federalizado como contorno, para que, então, ele, como Diretor-Geral do DNIT possa entrar com um RDC urgente e fazer uma adequação de capacidade, aumentando faixas, para dar trafegabilidade melhor. Até que se faça realmente um “contornão” digno de Mato Grosso. Que se federalize a obra, e ele fará o investimento imediato ali, disse o convidado.

A BR-242 vai alavancar o escoamento daquela parte de oeste para leste, em Mato Grosso, e realmente tem que chegar à ferrovia. Segundo ele, está se realizando um trabalho de cooperação com a Prosoja e, no máximo em 120 dias, será concluída a revisão de todos os projetos, de todos os lotes e lançado o RDC

A única pendência é a questão ambiental, segundo ele, porque começou com um licenciamento estadual, e o Ibama disse negativo, é federal. Está no Ibama, mas está indo muito bem, segundo ele, porque o Ibama considera que todos os estudos ambientais feitos para o licenciamento estadual podem ser aproveitados.

Na BR-174, diz ele, vai ser feito um termo de cooperação com o Estado e vai ser executado. A Presidenta Dilma Rousseff apoiou e mandou botar no PAC 2. Então, ele está com sinal verde para fechar o anteprojeto. Aquilo que o Governo do Mato Grosso desenvolveu como projetos dentro de 180 dias ele espera estar com a licitação na rua. Só depende do Governador de Mato Grosso, afirmou ele.

No Pará, com relação à BR-155, diz ele, já mandou uma equipe lá, e o primeiro trabalho já está em curso. Em 30 dias, segundo ele, sai o primeiro lote de projeto pronto. E vai lançar a licitação, porque vai jogar fora aquela malfadada licitação anterior. Concluída essa parte, vai colocar mais 60 dias para contratar e, em 90 dias, estará trabalhando.

O que chama a atenção no depoimento do Diretor-Geral do DNIT é a precisão das datas e dos prazos que ele estabeleceu, naturalmente obrigando a si próprio e ao seu departamento a cumprir esses prazos, de acordo com o que ficou aqui assumido diante das Sr^{as} e dos Srs. Senadores e de toda a população, de todos aqueles que assistiram pela TV Senado ou ouviram pela Rádio Senado a sua audiência pública.

O Pedral do Lourenço é um projeto para o qual – ele afirmando – quando chegou ao DNIT, havia uma licitação de 500 milhões para fazer o derrocamento – isso é no Estado do Pará –, a qual ele disse que teve

que anular. Aí disse que a Vale do Rio Doce entrou para ajudar no projeto. Pela primeira vez queriam 90 dias – a Vale do Rio Doce. Ele disse que precisava que fossem 60 dias. Disse ele que queria receber o projeto dali a 60 dias e que ia fazer um RDC e contratar. A obra vai entrar de volta para o PAC. Então, há decisão, com Vale ou sem Vale, segundo ele. Ele tem um projeto antigo: ou com a Vale ou sem a Vale, com 60 dias – mais um prazo que ele deu –, com 60 dias, ele lança o RDC do derrocamento do Pedral do Lourenço. Disse que vai colocar o final da primeira quinzena de maio como prazo para o lançamento do edital.

A BR-319 não está pronta em razão da discussão de questões ambientais, e ele tem uma posição clara sobre isso. Segundo ele, faz 39 anos que essa rodovia foi aberta e a floresta não foi destruída. “Então, por que esse temor?”, indaga ele. Faz 39 anos que ela foi asfaltada e que ele andou nela. Em 1974, ele percorreu toda a rodovia e sabe que não está destruída a floresta nessa área. Diz ele que há um temor muito grande e acha que existem opiniões alienígenas ao País sobre ela. Diz ele que nós precisamos de brasilidade para concluir esse projeto. Esta é a posição dele: precisamos de brasilidade.

A ponte sobre o Rio Madeira demorou muito, segundo o Diretor Geral do DNIT, porque as empresas alegavam que não conseguiram fazer sondagem no meio do rio. Ele disse: “Então não há empresa baleeira, que consegue sondagem.” Textualmente ele afirma. “Que conversa é essa?” Resultado de tudo isso: a licitação está na praça e ele vai fazer a ponte, não tenhamos nós nenhuma dúvida disso, ele afirma.

Quanto à BR-364, diz ele que já se reuniu mais ou menos umas dez vezes com o Governador. Nós temos problema de execução naquela rodovia, que o DNIT não recebeu. Diz que já tomou uma decisão definitiva junto ao diretor de obras do DNIT, porque há trecho dela que realmente não é trafegável. Os motivos por que não recebeu, também ele ainda não sabe, porque foi num período anterior ao dele. Ele disse que fez uma auditoria técnica agora e que pediu ao seu coordenador geral de manutenção, um dos engenheiros mais experientes que ele tem, para percorrer todo o trecho. Ele está elaborando um relatório, esse assessor, esse coordenador geral, para que, então, ele tome as medidas certas para cada trecho da rodovia. Para dar uma solução definitiva para a BR-364, ele acredita que, no máximo dentro de 15 dias, ele dirá qual a solução – outro prazo que ele estabeleceu. Essa solução envolve o Governo do Acre e, por uma questão de respeito e de ética, ele disse que espera os 15 dias para tratar com ele, o Governador, para, depois, divulgar. Na questão

da BR-364, quando ele se refere ao Governador, naturalmente é o Governador do Acre.

Quanto à questão da BR-101, em Alagoas, é que há dois lotes em conflito por questão de orçamento. Isso está sob a análise da área técnica do Tribunal de Contas da União desde setembro do ano passado. Segundo me informaram, há mais 40 dias para que a equipe técnica dê seu parecer final. Aí temos o início do período de chuvas em Alagoas, então essa obra, que foi paralisada em setembro do ano passado, ficará paralisada durante um ano e três meses, com prejuízo incomensurável para o Tesouro Nacional. Praticamente temos aí a perda de uma janela hídrica – sempre esse termo, janela hídrica – com esses lotes em Alagoas.

O que vem acontecendo é que as boas jazidas de solo laterítico não estão na faixa de domínio da estrada; se estivessem, seriam terra da União, e terra da União não se paga a ninguém. Mas onde está a jazida? Está dentro de uma propriedade privada.

Há uma grande dúvida levantada pelos técnicos muito pouco experientes do TCU. É que, no meio da obra já licitada e encaminhada, eles, realmente, pararam e pensaram: “Bom, jazida mineral entenda-se pedreira. Estão tirando pedras dali para fazer a base do pavimento”. E aí ocorreu a um deles a brilhante ideia de saber a quem devem ser pagos os *royalties* pela exploração da jazida mineral. Em função dessa discussão bizantina – este é um dos motivos, é o principal motivo –, a obra foi paralisada. Então, eles estão lá discutindo essa questão, e, enquanto isso, recursos do Tesouro Nacional estão sendo jogados no ralo.

Então, ele disse: “Mas onde está a jazida?” “Está dentro de uma propriedade privada.” São palavras dele: “Vou lá com a máquina, vou cavucar, vou cavar, vou dar uma bagunçada na terra da pessoa”. E aí fica por isso mesmo? Será que aquele proprietário não tem direito a uma indenização? Essa é a discussão.

O trecho que vai de Carié, em Alagoas, a Inajá, em Pernambuco, com cerca de 49km, é o único trecho não asfaltado da BR-316, como informou o General, dizendo também que a Presidenta Dilma Rousseff determinou que incluísse no PAC essa obra e a executasse. Então, disse ele que já deu ordem para pegarem o projeto e fazerem um RDC. E diz ele que, com 90 dias – mais uma vez, ele estabelece um prazo –, vai estar tudo pronto para se lançar no mercado a licitação.

Qual é a situação dos portos? Há outro comunicado.

A separação do tráfego de carretas na rodovia de acesso ao Porto de Santos, em operação desde o início desta semana, tem conseguido diminuir o congestionamento e as enormes filas de caminhões à espera de descarregar a safra recorde de soja registrada neste

ano. A operação permitiu que caminhões graneleiros trafegassem pelo acostamento e que as carretas com contêineres seguissem pela faixa da direita, liberando as outras pistas para o tráfego de veículos leves.

Na segunda-feira passada, o Governador de São Paulo disse que o Estado está estudando um sistema de agendamento pela Internet dos caminhões de carga que descarregam no Porto de Santos, a exemplo do que foi implantado no Porto de Paranaguá. O objetivo é acabar com as filas de carretas nas estradas de acesso ao porto. Em Paranaguá, adotou-se um sistema de senhas pela Internet, cuja introdução acabou com as filas às margens das rodovias. As senhas são liberadas de acordo com a capacidade de armazenamento dos silos do porto.

A Prefeita do Guarujá informou que as empresas portuárias se comprometeram a reduzir a quantidade de caminhões nos pátios, que a Companhia Docas de Santos deve apresentar em 30 dias um sistema de controle da operação das empresas dentro do porto, que está em estudo a construção de mais três pátios para estacionamento com capacidade para 80 caminhões e que o Conselho de Autoridade Portuária responsável pela administração do Porto de Santos ficou de entregar, até o dia 30 de abril, um viaduto e uma via lateral para melhorar o acesso dos terminais portuários.

Tais medidas de emergência, porém, não foram capazes de evitar o primeiro cancelamento de embarque de soja, devido aos atrasos nos fornecimentos. A empresa Sunrise, maior *trading* da China, surpreendeu – melhor dizendo, não deixou de surpreender também – ao suspender a compra de dois milhões de toneladas da mercadoria, o equivalente a quase 5% da exportação total brasileira do produto. Ou seja, deixaram de ser comprados pela China 5% da exportação total da soja, por problemas de infraestrutura. Segundo informou a empresa, ela deveria ter recebido seis navios em fevereiro e outros seis em março. A dificuldade para o escoamento de grãos nos portos brasileiros neste ano já provocou o cancelamento do embarque de 33 navios de soja comprados por empresas chinesas.

O Vice-Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil, José Augusto de Castro, acredita que os problemas que os produtores de soja estão enfrentando venham a atrapalhar o desenvolvimento do setor. Para ele, o apagão da soja mostra que o Brasil não está preparado para crescer. A fila em Santos, que durava de 10 a 15 dias para o embarque da soja, subiu para mais de 30 dias este ano, enquanto que, em Paranaguá, subiu de 40 para 60 dias.

Segundo o Presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso, Carlos Fávaro, “nós estamos perdendo credibilidade

na pontualidade dos embarques, e isso será levado em conta também na formação de preços no futuro”.

Ele ressalta que, nos últimos 5 anos, a produção nacional de grãos saltou de 135 milhões para os atuais 183 milhões de toneladas, e quase nada foi feito em infraestrutura. Por sua vez, Daniel Latorraca, do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária, o preço do frete entre a cidade de Sorriso e o Porto de Santos subiu 46% entre março de 2012 e março deste ano, enquanto o preço para os produtores de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul caiu 4%. Ele atribui esse salto no custo com transporte ao forte aumento da demanda por caminhões, devido à safra recorde de soja aos recentes reajustes do diesel e ao tempo maior nas filas dos portos.

O Gerente de Economia da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais, Daniel Furlan Amaral, observa que a demora nos portos eleva ainda mais o preço dos fretes, além de significar um custo adicional ao exportador de US\$20 mil a US\$25 mil por dia, em que o navio fica parado, esperando para embarcar os grãos. Para ele, quem acaba perdendo com esses problemas é o produtor rural e também o exportador, que havia comprado a soja antecipadamente.

Apesar da safra recorde, o volume da soja embarcada nos dois principais portos do País, Santos e Paranaguá, caiu, em média, 40% no primeiro bimestre deste ano, comparado a igual período de 2012. O Porto de Paranaguá pode despachar 80 mil toneladas de grãos por dia, mas está com quase metade de sua capacidade ociosa.

Em Santos, o Diretor de Desenvolvimento Comercial da Companhia Docas de São Paulo, Carlos Kopittke, afirmou que alguns terminais estavam operando abaixo da capacidade devido à dificuldade dos caminhões de chegar até o local de desembarque. Isso é um nonsense absoluto!

Por outro lado, teme-se que o engarrafamento dos caminhões a caminho de Santos e Paranaguá piore nos próximos meses, com a estimativa de safra recorde de grão de 83 milhões de toneladas. O pico da comercialização da soja é em abril e em maio, quando a safra de açúcar começa a ser escoada. Logo a seguir, as safras de milho e algodão passam a disputar os mesmos caminhoneiros, provocando, inevitavelmente, mais congestionamentos.

O Presidente do Sindicato das Agências de Navegação Marítima de São Paulo, José Roque, ressalta que o tempo parado nas estradas é prejuízo para os caminhoneiros, para os produtores e para os exportadores. Estimativa do sindicato avalia que o prejuízo com a manutenção dos navios que aguardam carregamento de grãos é de US\$150 milhões por dia e que os

exportadores arcam com essa despesa. Para José Roque, não adianta ter supersafra, se as empresas estão perdendo na ponta, sem conseguir escoar a produção.

Há muita retórica no Governo e pouca ação. Estamos no fundo do poço da infraestrutura.

A Companhia Docas de São Paulo alega que o problema se deve à falta de infraestrutura das estradas e que as condições climáticas atrapalharam muito nos últimos dias.

O Ministro da Secretaria de Portos acredita que, para amenizar o problema no Porto de Santos, é preciso aumentar a quantidade de terminais, adotar equipamentos mais modernos e cobrir os terminais. Segundo o Ministro, a fila de caminhões revela a falta de capacidade dos portos; e muita chuva e safra recorde agravam o problema.

Já o Presidente da Empresa de Planejamento e Logística diz que as grandes filas dos caminhões ocorrem porque faltam armazéns e silos nos portos. Diz ele: “Os portos brasileiros são muito fatiados em pequenos terminais e não operam em escala. Só no Brasil, a carga sai do caminhão e entra no navio. Caminhão foi feito, segundo ele, para rodar; parado é sinal de ineficiência.

Por sua vez, o Ministro dos Transportes informou que, ainda este ano, será concluída a pavimentação da BR-163 (Cuiabá-Santarém) até o porto de Miritituba, no Pará. Assim, a soja produzida no Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul terá uma opção de escoamento pelo norte do País – um trajeto cerca de 700km mais curto do que o percorrido hoje, quando os grãos são exportados a partir de Santos ou Paranaguá.

E o diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Pedro Brito, afirma que “não há solução de curto prazo”. Na sua avaliação, o apagão portuário deve-se à baixa capacidade de armazenamento dos grãos no Brasil. Na falta de locais para estocar a produção, os caminhões são convertidos em depósitos improvisados, enquanto os estados Unidos, por exemplo, têm capacidade de silagem para praticamente duas safras.

O interessante é que todos eles falaram aqui sobre a mesma coisa e todos eles são os responsáveis pelo que está acontecendo. Mas e qual é a solução? O que eles estão fazendo para desatar esse nó, esse estrangulamento na nossa infraestrutura? É preciso logística já, imediatamente, e alguma coisa de prático para evitar esse dano enorme causado no escoamento da nossa safra.

Por fim, o último comunicado.

É sobre o problema do Chipre, na zona do euro. Trata-se de uma situação extremamente grave, que vai

ter, sem dúvida, reflexos pesados em todo o mundo e também no Brasil.

Comunicado:

No momento em que a zona do euro vivia uma fase de calma financeira, apesar da continuada perspectiva de estagnação econômica, a situação do Chipre veio causar novos sobressaltos. A tranquilidade dos mercados vinha do empenho do Banco Central Europeu em usar todos os seus recursos para proteger a moeda comum, e do seu compromisso em manter a liquidez e taxas razoáveis, para os títulos da dívida pública dos países que compõem a eurozona. Assim, desde 2012, o Banco Central Europeu vinha atuando no sentido de evitar os chamados “ataques especulativos” contra os títulos governamentais, e de manter a credibilidade do sistema bancário.

No entanto, na semana passada, 18 a 24 de março, aflorou para o conhecimento público o grave problema do Chipre, que vinha sendo acompanhado, discretamente, pelos mercados. O sistema bancário cipriota deu sinais de esgotamento, acossado por iliquidez que obrigou o governo, também em dificuldades financeiras, a negociar um *bail out* ou seja, resgate financeiro, com o Banco Central Europeu, com a Comissão da União Europeia e com o FMI, ao mesmo tempo em que decretava feriado bancário, que se tem estendido, para evitar corrida às instituições bancárias.

O sistema financeiro cipriota está com problemas gravíssimos por causa dos amplos empréstimos feitos durante a fase de acelerado crescimento que terminou com a crise internacional de 2008, e também por estar sobrecarregado com títulos do Governo da Grécia, país que, à beira da insolvência, foi objeto de operações de socorro em 2010 e também no ano passado, e vive uma recessão que já dura mais de quatro anos. Durante os anos de desenvolvimento o sistema bancário cipriota cresceu desmesuradamente (é bem maior do que o PIB cipriota), para o que contribuíram os depósitos de empresas e de membros da elite econômica russos, que poderiam atingir mais de €30 bilhões. Os fundos russos foram atraídos por facilidades fiscais e as transações pessoais teriam o objetivo de aproveitar as possibilidades de lavagem de dinheiro supostamente proporcionadas pelas entidades financeiras do Chipre. O Governo russo foi sondado para socorrer o Chipre, por causa da exposição de seus cidadãos aos riscos do sistema bancário do país, mas manifestou a intenção de auxiliar o país após o *bail out* da União Europeia.

O conjunto de medidas previstas para a ajuda de provavelmente €10 bilhões prevê uma contrapartida de aproximadamente €6 bilhões a €7 bilhões, a serem levantados por meio da cobrança de um imposto (comenta-se o valor de 40%), em uma única vez,

sobre os depósitos bancários. O Governo russo tem protestado contra essa possibilidade, e a população cipriota revolta-se contra a medida. Outra opção aventada, a nacionalização dos fundos de pensão, contou com firme oposição alemã. Recorde-se que a Chanceler alemã tem adotado uma postura extremamente rígida em todas as tratativas relativas à crise do euro. Ademais, o eleitorado alemão, bem como o dos países estáveis do Norte da Europa, não vê com bons olhos a ajuda a países que consideram irresponsáveis do ponto de vista fiscal. Dissemina-se ainda mais a imagem de que os europeus do sul são perdulários e pouco dedicados ao trabalho.

Apesar da pequena dimensão do Chipre, sua perigosa situação financeira e política constitui ameaça à própria zona do euro, por afetar a confiança no sistema financeiro. Na segunda-feira última, dia 25 de março, prazo dado pelo Banco Central Europeu para a manutenção da liquidez no Chipre, anunciou-se acordo pelo qual, além de reorganização do sistema bancário, os depósitos menores de 100 mil euros permanecerão incólumes, e os maiores de 100 mil euros estarão congelados e deles serão retiradas as quantias necessárias para cobrir a contrapartida cipriota ao socorro. Os mercados internacionais, que inicialmente reagiram bem à notícia, passaram a cair acentuadamente, mostrando insatisfação com o novo modelo de *bail-out* que pune depositantes e investidores. Nas operações de socorro anteriores, o ônus foi, em última análise, assumido pelos governos.

Finalizando, da situação de quase colapso pela qual passa o Chipre, pode-se concluir que a zona do euro continua a conter elementos de instabilidade que podem ressurgir abalando a economia internacional. O Brasil deve precaver-se contra ênfase excessiva no crédito e no sistema financeiro e dedicar-se prioritariamente à economia real, à produção – área na qual a Comissão de Infraestrutura deve atuar decisivamente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – V. Ex^a já concluiu a leitura dos avisos?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento V. Ex^a e também os colegas Senadores.

Acompanhei atentamente a leitura dos avisos e as considerações que o Presidente Collor fez sobre a visita do General Fraxe à nossa reunião semana passada, aliás, uma reunião bastante longa, com muitos

detalhes, como V. Ex^a mencionou, com muitas datas, muitos prognósticos e muitas coisas que devem acontecer exatamente nos dias previstos. Sugiro à Comissão que nosso secretário tome nota e, a cada data anunciada, pedimos que seja verificado se efetivamente aconteceu aquela ação aqui prometida, coisa que acho bastante difícil, mas vamos cobrar, que é nossa obrigação.

Com respeito a todas as questões colocadas das dificuldades das rodovias, dos portos, dos trens e tudo o mais, é claro que a coisa não ia mudar da semana passada para cá, não ia mudar para melhor, porque tudo que for para melhor demora muito tempo, necessita de obras, ações, intervenções. Mas, para piorar, elas pioram muito e em muito pouco tempo. E, da semana passada para cá, as coisas ficaram muito piores do que estão ou estavam naquele momento.

Esta semana, tínhamos filas enormes nos portos, quer sejam nos portos marítimos, quer sejam nos portos de hidrovias, quer sejam nos retroportos dos trens, onde se carrega carga. No Estado de Mato Grosso, na cidade de Alto Araguaia, nós tínhamos uma fila, esta semana, que passava de 100km de caminhões, desde a cidade de Alto Araguaia, indo em direção à cidade de Rondonópolis. Um caos absoluto. Conversei na segunda-feira com o Prefeito Maia Neto, da cidade de Alto Araguaia, e ele me disse que duas pessoas já haviam morrido, entre motoqueiros e transeuntes, porque virou, como já disse, um caos. Ninguém sabe como desatar o nó que está dentro da cidade e ao redor da cidade. Imaginem uma fila de 100km, os caminhoneiros todos já com alto grau de irritação e também as companhias todas muito irritadas. O pessoal que mexe na logística já não sabe mais o que fazer. Os preços dos fretes, como foi dito aqui, subiram assustadoramente, 45%, 50%, nesse último período, e os prejuízos, Presidente, só não são maiores para os produtores, para aqueles que estão no campo, porque grande parte da safra que está sendo escoada agora foi comercializada com muita antecedência.

A soja brasileira, o produtor brasileiro e as *trades* que trabalham no Brasil têm uma tradição de comercializar com muita antecedência essas mercadorias, com quase um ano de antecedência. A safra que será plantada este ano, em setembro e outubro, já deveria ter sido comercializada em mais de 50%. No ano passado, isso aconteceu com cerca de 70%. Isso significa que os prejuízos dos aumentos dos fretes muito pouco afetaram os produtores, muito pouco afetaram o ânimo do produtor. Mas as *trades*, as indústrias que compraram e fecharam o seu pacote, desde o frete rodoviário, marítimo ou ferroviário, estão pagando a conta. Quer dizer, os resultados das companhias este ano serão

muito ruins em comparação aos do ano passado. E isso traz uma preocupação para o ano seguinte. Nenhuma das companhias que conheço tem, neste momento, um pacote a oferecer aos produtores de um aproveitamento do mercado internacional de Chicago, que ainda se encontra em patamares elevados e há uma previsão de que caia em função do tamanho da safra americana. Portanto, os negócios no Brasil estão parados porque ninguém quer assumir o risco, ninguém sabe o que vai acontecer no ano que vem.

A questão da logística no País, os caminhões parados, os trens, as *demurrages* que se pagam, os bilhões jogados fora fazem parte do presente, mas já estamos plantando as mesmas desgraças para o futuro, no ano que vem.

Quando o General Fraxe vem aqui e fala dos prazos, isso muito nos anima, porque quem estabelece prazo dá a impressão de que, naquela data, naquele período, um pouquinho mais, um pouquinho menos, as coisas estarão resolvidas. Mas a prática mostra que o serviço público brasileiro e a burocracia do serviço público brasileiro vão nos atrapalhar. E, muito provavelmente, no ano que vem, daqui a 365 dias – nós podemos até marcar a data aqui na Comissão –, estaremos falando as mesmas coisas novamente. Eu não consigo visualizar, no quadro que está aí, uma mudança significativa para o ano que vem. Pelo contrário, eu acho, Senador Wilder, que nós teremos, no ano que vem, uma situação mais complicada. Mais complicada.

Então, é urgente, é premente, eu nem sei que palavra dizer, mas passa de urgente uma atitude firme do Governo. E quando falo de Governo não é só da Presidente Dilma, não é só do Ministro, mas do Governo como sociedade. Aí vem a CGU, vem o TCU, vem o Congresso, quase como se fosse um momento de tomada de decisão, Senador Alfredo, em guerra. Nas guerras, passa-se por muita coisa e deixa-se para trás muitas regras porque existe um único objetivo, que é vencer. Não se olha os custos. É preciso vencer. Com relação à logística brasileira é uma questão de querermos vencer. Nós precisamos vencer, nós não temos o direito de atrasar o País mais do que já fizemos.

E o pior, Presidente, Collor, V. Ex^a que já foi Presidente desta Comissão de Infraestrutura, já foi Presidente da República e foi Presidente da Comissão de Relações Exteriores, é um Senador atuante e conhece muito do assunto, já ouviu muita gente a esse respeito, sabe que o que estou dizendo neste momento já poderia ter sido dito há dois, quatro, seis anos. Há muito tempo se diz que o Brasil vai chegar a um apagão logístico. E chegamos. Estamos em uma situação, Presidente Collor, que é igual à de dois lutadores de boxe, quando há o *clinch*, e nenhum deles quer sol-

tar. Aí tem que ir lá o juiz, Senador Alfredo, o árbitro, separá-los, e vão de novo.

É este o momento em que o Governo... Mais uma vez, quando falo de Governo, estou falando de todos nós. Não é papel de uma pessoa só, porque uma pessoa não vai conseguir fazer com que haja celeridade nesse processo.

O que V. Ex^a citou aqui como exemplo, sobre a questão das cascalheiras, sobre a questão dos *royalties*, quem paga os *royalties* ou não, é um absurdo esse tipo de preocupação. Até porque, na prática mesmo, quando um construtor vai construir uma estrada, o Senador Alfredo foi Ministro dos Transportes e sabe que a fazenda, o terreno, o proprietário de uma área, quando vai ceder o cascalho... Porque não há como se pegar o cascalho na faixa de domínio. É preciso pegar fora. Portanto, vai-se buscar na propriedade de alguém, propriedade privada. Esse empreiteiro acerta, ele compra, ele indeniza, ele já paga ou através de um serviço que ele vai fazer nessa propriedade, ou em dinheiro, em espécie mesmo, e ele paga ao proprietário pelo dano, pela quantidade de produto que ele está tirando. Está aqui o que foi Secretário de Infraestrutura do Estado de Goiás. Conhece muito bem.

Então, era uma coisa na qual não se tinha que mexer. Mas o preciosismo do Tribunal de Contas da União é uma coisa louca! Eu até tenho hoje, pela minha Comissão de Fiscalização, uma audiência com o Presidente do TCU. Agora, às 9h30, vou lá para dizer para ele isto: se for para continuar da forma como está, e se nós não nos reunirmos para buscar uma solução, azeitar esse processo, infelizmente, nós não vamos a lugar nenhum.

O Brasil, Presidente Collor, está perdendo a guerra para o papel. Está perdendo a guerra para a burocracia. Faz tempo que existe, mas agora esse pessoal está se arvorando no direito de fazer alguma coisa. Depois das licenças ambientais, das licenças indígenas, das licenças dos Municípios, das 50 mais licenças que se precisa para fazer uma obra, agora, antes de começar a escavar, é preciso ir ao Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Depois de três, quatro meses, ele manda um técnico à sua área. Ele olha, vai embora, e aí você tem que contratar um cidadão para fazer um levantamento arqueológico da sua área. Ai de você, como empreendedor, se achar um ossinho de cachorro! Porque até definir se é de cachorro, ou se é de gente, ou se foi de índio, são mais de seis meses. É de três a cinco anos de confusão para ganhar uma licença para construir um porto na beira de um rio da Amazônia.

Um negócio louco! Um negócio que, como empresário, dá vontade de vender tudo, pegar o dinheiro

e não fazer mais nada. Ir embora; ir embora porque está sendo impossível trabalhar no País da forma como estamos. Vale muito mais uma regrinha burocrática do que o resultado e o benefício para a sociedade da geração de emprego, da geração de renda, do bem-estar, de fazer este País crescer, de fazer este País se desenvolver.

A burocracia tomou conta do nosso País, e, claro, quem está me ouvindo, quem está me vendo na TV deve estar pensando: “Mas, vocês, do Congresso Nacional, é que têm o papel de mudar isso”. E nós temos. É nossa obrigação, mas nós não conseguimos sensibilizar ninguém! Aqui, nesta Casa, só se cria regra todo dia. Aqui, nas nossas comissões, que não é lá no plenário, onde a maioria das pessoas nos assiste, aqui, nesses plenários, todo santo dia, qualquer Senador aqui, ligado à sua área de trabalho, de onde ele veio, ele abre nossas planilhas, ele vê nossas pautas, e ele fala: “Poxa, esse projeto aqui vai criar uma baita confusão na vida de tal segmento”. E ele vem aqui, conversa com os colegas, argumenta, vota, rejeita o projeto, e a coisa fica por aqui.

Então, nós temos uma fábrica de fazer complicação no Senado Federal.

A imprensa, a sociedade nos julga no final do nosso mandato, no final do nosso ano, Senador Collor, pela quantidade de projetos que nós fizemos até o final do ano. É um absurdo isso! Nós deveríamos ser premiados por menos projetos que nós fizéssemos, porque nós temos que fazer projetos, dada a autonomia que nós temos, só para criar confusão para a sociedade! Ficamos inventando isso, inventando aquilo, para quê? Para chegar ao final do ano e não passar na imprensa, pelo ridículo de dizer que você, como Senador, não apresentou nenhum projeto? Apresentar projeto para quê? Para criar confusão, para criar mais burocracia? Acho que, depois dessa audiência que tivemos com o General Fraxe e pelas explicações que V. Ex^a colocou hoje aqui, passa da hora de fazermos uma reflexão profunda dos nossos papéis de Senadores da República, dos nossos papéis como Congresso Nacional. Vamos parar de jogar para a plateia. Aqui, parece-me, todo mundo quer jogar para a plateia, estão preocupados com a próxima eleição e não estão preocupados com a próxima geração. Temos que nos preocupar é com a próxima geração, com a infraestrutura, com as coisas que fazem este País andar.

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a colocasse, na nossa Comissão, como meta, na média das promessas do General Fraxe, a possibilidade de, quando completar o período em que ele diz que as coisas acontecerão, nós o convidarmos novamente para vir à Comissão e, item por item, já que V. Ex^a teve o cui-

dado e o carinho de anotar tudo o que foi dito, na data em que foi dito, verificarmos se as coisas efetivamente estão acontecendo.

Várias das coisas passaram por Mato Grosso, e não é porque Mato Grosso é mais importante ou menos importante, mas é porque, neste momento, ele é o Estado que mais produz grãos no País e, portanto, é o mais sacrificado em tudo o que está acontecendo. Infelizmente, se o senhor olhar o mapa do Mato Grosso, verá que estamos longe de qualquer porto do sul do Brasil, da Amazônia e até o Pacífico, se quisermos sair. Então, trata-se de infraestrutura, são as rodovias, são as hidrovias.

Na semana passada, eu me encontrei com o movimento pró-logística, que é um movimento bancado pelos produtores rurais de mato Grosso, através da Prosoja, da Ampa, que colocam recursos para que técnicos façam os levantamentos, para que técnicos venham ao Governo. Assisti deles a uma apresentação muito interessante. Mais tarde vou pedir uma audiência pública para que essa comissão pró-logística venha aqui a esta Comissão de Infraestrutura, dê sua opinião e mostre as consequências, em cada ano que teremos pela frente, das ampliações de produção, quer seja em Mato Grosso, quer seja em outras regiões, com a entrada de novas rodovias e ferrovias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Blairo Maggi, por suas considerações. Não podemos nos esquecer de que teremos hoje uma audiência pública para tratarmos da questão da energia. Como comentário, eu gostaria apenas de dizer a V. Ex^a, Senador Blairo, que é esse exatamente o objetivo dessa série de audiências públicas que a Comissão de Serviços de Infraestrutura tem realizado, ou seja, investimento e gestão, desatando o nó logístico do País.

Concordo integralmente com o que disse V. Ex^a. E, em relação especificamente ao Tribunal de Contas da União, há uma série de questões que precisamos levantar, a começar pela vitaliciedade dos seus membros. Se estamos discutindo o fim da vitaliciedade dos poderes dos membros do Judiciário, por que não se discutir o fim da vitaliciedade dos excelentíssimos senhores ministros do egrégio Tribunal de Contas da união? Por que serem vitalícios? E para ter um Tribunal de Contas absolutamente anacrônico – absolutamente anacrônico! – que dificulta a vida da Administração Pública, sempre com a aparência de que está fazendo o correto, e não está? Não está fazendo o correto, e oportunamente eu colocarei isso mais à frente.

Pela ordem, com a palavra ao Senador Ministro Alfredo Nascimento, e, em seguida, daremos início à nossa audiência pública. Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

Peço a palavra basicamente para concordar com o meu companheiro Senador Blairo. O cenário que ele tentou mostrar, da infraestrutura do País – quero dizer que V. Ex^a foi até ameno em relação aos problemas que vivemos – é verdadeiro. É verdadeiro em função de alguns pontos. O primeiro deles é que, ao longo das últimas décadas, o Brasil cresceu, no seu aparato de fiscalização, de controle, de verificação, muito. Modernizou-se, contratou bons profissionais, paga bons salários, mas, na execução, lá na ponta, em vez de crescer, o País regrediu. Falando especificamente do que disse aqui o General Fraxe, o órgão que ele dirige foi extremamente reduzido em sua capacidade de produção e de acompanhamento da infraestrutura do País. Era um órgão que, inicialmente, cuidava das rodovias do País, o antigo Departamento de Estradas e Rodagens, e foi transformado em um órgão que passou a cuidar das estradas, das rodovias e das ferrovias.

Infelizmente, a boa vontade do General Fraxe não vai resolver os problemas da infraestrutura do País, porque dificilmente, Senador Blairo, esses prazos serão cumpridos, em função de todos esses percalços que se encontram pelo caminho: Ibama, Ifam e uma série de outros órgãos que atravancam o crescimento e o desenvolvimento do País, além, naturalmente, do Tribunal de Contas da União, que breca mais ainda a execução dessas obras.

O cenário traçado por V. Ex^a, que é um cenário estarrecedor, é o que se vai verificar a partir do próximo ano, e pode ter certeza de que nós vamos voltar, daqui a um ano, para discutir as mesmas coisas, dizendo que ele se agravou.

Eu quero dar um testemunho, eu falei isso para dar um testemunho: o Senador Blairo, por ser um empresário, o maior empresário do País nesse segmento, tanto acredita no que disse, que o que ele disse, aqui, não serve para ele, serve para os empresários do Mato Grosso e do resto do País, porque ele já está buscando, visionário como é, uma solução para resolver os problemas da empresa dele. Ele está encontrando dificuldades, ele vai construir um novo porto na cidade de Porto Velho, vai duplicar a capacidade do porto de Itacoatiara, no Estado do Amazonas, e vai promover, até o ano que vem, o crescimento do transporte de 300 mil toneladas de grãos para 5 milhões de toneladas de grãos, ou seja, está buscando uma saída, em função do cenário que aí está, para ele, empresário, resolver o problema dele, mas nem todas as empre-

sas do País têm a capacidade e têm a visão que tem a empresa que ele dirige.

Então, meu caro Presidente, Senador Collor, nós precisamos, realmente, tomar alguma providência nesta Comissão, como Senadores que somos, para resolver os problemas do País.

Sem investimentos pesados em infraestrutura, nós não chegaremos a lugar nenhum.

Ao longo dos anos, o que se observou foram investimentos em crescimento dos empresários, do lado empresarial, sem que o Governo, infelizmente, acompanhasse o crescimento dos investimentos que deveria fazer em infraestrutura para que o custo Brasil seja reduzido e os nossos produtos ganhem competitividade lá fora.

Acho que a sugestão, dada na reunião passada, para que se tenha um novo projeto em relação ao Tribunal de Contas da União, dá responsabilidades a essa gente que vai lá e para uma obra e, depois, o prejuízo ocorre em função dessa paralisação e ninguém paga a despesa. Nós devemos, também, estender essas responsabilidades para outros órgãos que atravancam o crescimento e o desenvolvimento do País, como os órgãos de meio ambiente, entre tantos.

Então, Presidente, eu acho que a gente tem de aproveitar a oportunidade do problema que nós estamos vivendo para, com base na sua eficiência, na sua inteligência, nós, juntos, buscarmos uma solução para o País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Ministro Alfredo Nascimento.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Presidente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, com a palavra, S. Ex^a o Senador Wilder Moraes. Em seguida, S. Ex^a, o Senador Sérgio Souza. Não nos esqueçamos de que temos a nossa audiência pública.

Com a palavra, V. Ex^a, Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Um breve comentário.

Presidente, para se ter uma ideia, como diz o Senador Blairo Maggi, hoje, custa em torno de US\$25 mil por dia cada navio atracado no porto. Imagine quanto é o prejuízo disso. Para se ter uma ideia, no ano passado, para os portos brasileiros e americanos, houve 180 bilhões de prejuízo em relação a um país e o outro.

Isso insere no nosso custo/produto em torno de 30% a mais. Então, se não tiver uma ação imediata, é

o que diz o meu amigo Senador e também empresário, está difícil continuar no País competindo dessa maneira.

Então, é urgente e, como disse ele aqui, e é verdade, a imprensa cobra, hoje, o excessivo número de projetos dos Senadores, sem, talvez, entender que essa não é a necessidade e, sim, a qualidade dos projetos, como, na semana passada, passou, aqui, a questão da obrigação de fazer o exame médico dos caminhoneiros.

No Brasil, hoje, tem 1,5 milhão de caminhões. Sabendo que três ou até quatro motoristas passam por cada caminhão, imagine a confusão que vai acontecer.

Infelizmente, a maioria vai pela plateia, dizendo que isso é verdadeiro.

Então, esse é o meu comentário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Wilder Moraes.

Por fim, com a palavra S. Ex^a o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, para contribuir com o debate, essa questão da infraestrutura está no noticiário da manhã, do meio-dia, da noite, está nos debates do Congresso Nacional, do Senado Federal, e é esta Comissão o palco para nós travarmos os debates que dizem respeito à infraestrutura.

Nós estamos assistindo a algumas filas nos portos para descarregamento da supersafra que o Brasil está produzindo, nós assistimos, de ontem para hoje, ao encahlamento de uma das chatas que transportam a produção de soja do Centro-Oeste pela hidrovía do Tietê, nós estamos vendo as filas de navios atracados, sendo que alguns estão deixando as baías, os portos brasileiros rumo a outros países para carregar, dada a demora que está ocorrendo aqui, e não tenho dúvida de que tudo isso impacta diretamente no chamado custo Brasil. O Brasil, segundo a gente tem visto, paga quase R\$200 bilhões ao ano por ineficiência nos modais de transportes e também por crise de armazenagem, porque nós também temos esse problema. Muitas vezes o armazém é o caminhão que fica na rodovia por dias, até chegar ao porto para escoamento da safra.

E ontem nós assistimos, aqui, na Comissão Mista que analisa a Medida Provisória que trata dos portos, a uma audiência bastante interessante de Governadores ou seus representantes e também da Ministra-Chefe da Casa Civil, Ministra Gleisi Hoffmann, que é a responsável escalada pela Presidente Dilma para cuidar dessas ações pontuais do Governo dentro da infraestrutura brasileira.

E eu percebo, às vezes, Sr. Presidente, que há muita politização. Há uma discussão muito de que “eu não quero deixar de perder o controle”. Mas, no que diz

respeito especificamente aos portos – e sou membro daquela comissão que analisa essa Medida Provisória dos portos –, eu não vi, em nenhum momento, que os Estados vão perder autonomia. Muito pelo contrário, o que o Governo está tentando é dar um dinamismo necessário para nós conseguirmos escoar a nossa produção de hoje e a quantidade que virá amanhã. Nós temos aqui, nesta reunião, Senadores como o Senador Blairo Maggi, que é um produtor e que vive esse dilema na pele. Eu ouvi o seu desabafo aqui perante a sociedade brasileira, perante esta Comissão, falando da ineficiência dos modais de transporte.

Mas eu penso assim: estamos começando tarde? Talvez. Mas estamos começando. A questão é que não estamos dando velocidade. Sou da base do Governo, estou no Senado Federal por ocasião da ida da Senadora Gleisi Hoffmann, Senadora, para a Casa Civil, porque sou suplente dela, mas eu vejo que está muito no papel. Eu vejo que está faltando um pouco mais de agilidade. Você vê um plano de governo lançado, mas ele demora, às vezes, um ou dois anos para ele acontecer.

Senador Alfredo Nascimento, que foi Ministro dos Transportes deste País, nós precisamos de um pouco mais de velocidade, porque, ao final de tudo isso, quem paga a conta, não tenho dúvida nenhuma, é o cidadão brasileiro, produtor ou consumidor. Eu não admito um veículo, um automóvel custar, no Brasil, o dobro do preço do que custa na Europa ou nos Estados Unidos. Eu não admito um aparelho celular fabricado na China ser vendido na Europa ou nos Estados Unidos mais barato do que no Brasil. A Esalq fez uma pesquisa recentemente mostrando que o produtor agrícola brasileiro gasta com transporte três ou quatro vezes mais do que se gasta nos Estados Unidos e na Argentina, para a mesma distância. Nós não podemos chegar a esse ponto. Se pegarmos uma cidade como Sorriso, em Mato Grosso, e Iowa, nos Estados Unidos, levando em consideração a distância até os portos... Lógico que nós sabemos que lá tem uma hidrovía que facilita muito, mas aqui nós precisamos de ferrovias. Temos, sim, um projeto que está em estudo e vai haver agora, até o meio do ano, segundo informações, audiências públicas abertas para continuidade da construção da ferrovia Norte-Sul, que passa por Mato Grosso, por Mato Grosso do Sul, corta o oeste paranaense e uma nova ferrovia que vai do oeste paranaense até o porto de Paranaguá. Quantos anos? Nós estamos falando aí em pelo menos seis, sete, dez anos, se formos rápidos.

Então, eu gostaria só de contribuir para este debate, tendo em vista, ontem, aqui, a presença da Ministra Gleisi, que, bilhantemente, defendeu a posição do Governo, que não é fácil, que é árdua, porque ela

é, às vezes, até mesmo antipopular, levando-se em consideração as classes de trabalhadores que estão hoje nos portos sob gestão dos Estados.

O que o Governo está falando não é que vai passar a gerir os portos que estão sob administração dos Estados. Muito pelo contrário, continuará sob a gestão dos Estados. Agora, o que ele quer é um dinamismo em novos leilões e sem, necessariamente, auferir lucro para esses novos leilões, que esse lucro fique lá no porto para dar maior eficiência e rapidez à otimização de que nós precisamos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Presidente, pela ordem, só para complementar o que disse o Senador Sérgio.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Sérgio Souza.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Uma coisa que acontece muito no Brasil – o Ministro Alfredo sabe disso – e que o Brasil precisa fazer na frente, para ter velocidade, já que temos que cumprir os métodos de licitação que exigem o projeto executivo, é que o Governo precisa fazer projeto com antecedência. Então, quando se decide fazer uma obra no Brasil, só para tirar as licenças e fazer o projeto executivo, gastam-se um, dois, três anos. Então, é preciso investir em projetos. Tem que ter projetos prontos para, quando decidir, mesmo que não tenha condição financeira, o projeto estar pronto, porque aí a decisão é imediata. Hoje, decide-se fazer um projeto e gastam-se dois anos só com o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – É verdade.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Então, isso não sai por conta disso, viu, Senador Sérgio? Isso é o que deveria fazer, principalmente no nosso segmento, que é de infraestrutura. São projetos demorados, que exigem várias licenças... Então, isso tem que acontecer com antecedência.

Então, se todo mundo sabe que existe a necessidade de infraestrutura, porque não começa um grande trabalho para desenvolver projetos de infraestrutura e colocar isso na frente? Quando tiver decisão de executá-las, os projetos estão prontos. É por isso que não sai do papel. A decisão que toma hoje vai acontecer daqui a quatro ou cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Wilder Moraes.

Eu gostaria de informar a V. Ex^{as} que S. Ex^a a Ministra-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Senadora Gleisi Hoffmann, entrou em contato com esta Presidência colocando-se à disposição para vir aqui, no momento apazado entre ela e a Comissão, para tratar da questão do programa chamado PIL, Plano de Investimento em Logística, que abrange investimentos de cerca de R\$300 bilhões nas áreas de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.

Oportunamente, estarei trazendo com mais detalhes a conversa que tive oportunidade de ter com S. Ex^a a Sr^a Ministra Gleisi Hoffmann e já com um agendamento, a tentativa para a presença dela na Comissão de Infraestrutura, e todos esses problemas que agora foram levantados.

Mais uma vez, alerta a cada um de nós, Sr^{as} e Srs. Senadores integrantes desta Comissão, para a enorme responsabilidade que nós temos de fazer com que esses projetos andem para frente, para que esses investimentos sejam feitos a tempo e a hora e para que esses órgãos que deveriam estar colaborando e ajudando para a aceleração dessas obras não sejam o freio de mão impedindo o desenvolvimento brasileiro.

Antes de iniciarmos a nossa audiência pública, eu gostaria de informar que o Sr. Albert Cordeiro Geber de Melo, Diretor Geral do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica, Cepel, convidado para esta audiência pública, não pôde comparecer por estar acompanhando Sua Excelência a Senhora Presidenta da República em viagem a Durban, África do Sul, para participar da 5ª Cúpula dos BRICS.

Nesta audiência pública, estaremos contando com a presença do Sr. Professor Joaquim Francisco de Carvalho, do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo, e do Professor Sérgio Bajay, da Universidade de Campinas, Unicamp.

Eu gostaria de informar a todos os ouvintes e telespectadores da TV e da Rádio Senado que estamos dando seguimento à iniciativa pioneira desta Comissão, iniciada na semana passada, através da qual a população pode participar dessas audiências públicas enviando perguntas e comentários aos nossos convidados e palestrantes e também fazendo seus comentários sobre os assuntos que aqui são discutidos, independentemente de estarmos em audiência pública.

Para participar, basta ligar, gratuitamente, para o Alô Senado, pelo telefone 0800612211, enviar sua contribuição pela Internet, no endereço www.senado.gov.br/alosenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado no Facebook ou pelo Twitter no @alosenado.

Portanto, qualquer cidadão ouvinte telespectador de nossas audiências pode agora participar dessas audiências e dessas reuniões e vamos começar...

Assim que enviarem, nós começaremos, logo em seguida, a fazer essas perguntas e esses comentários sobre o assunto em questão ao palestrante do dia.

A primeira parte desta reunião, portanto, destina-se à realização da audiência pública Eletricidade Convencional, primeiro painel do 1º Ciclo de audiências públicas, intitulado “Energia e desenvolvimento do Brasil”, parte integrante da “Agenda 2013/2014 – Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País”, da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado da República.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades, que aproveito e convido para que tomem assento à mesa: Professor Sérgio Bajay, professor e pesquisador sênior da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, e Professor Joaquim Francisco de Carvalho, pesquisador associado do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo, USP.

Sejam V. Ex^{as} muito bem-vindos a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – Dando início, portanto, à nossa audiência pública da reunião de hoje, passo a palavra ao Sr. Professor Sérgio Bajay, da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.

O SR. SÉRGIO VALDIR BAJAY – Bom dia a todos.

É um grande prazer retornar a uma audiência pública desta Comissão, de que tive o prazer de participar anteriormente, acho que em 2009 ou 2010, num conjunto de audiências públicas ligadas à área de energia. É um prazer estar de volta aqui.

Este painel, então, trata de eletricidade convencional e me foi pedido para dar certo foco à termoeletricidade com combustíveis fósseis. Como a minha área de especialização é planejamento energético, é claro que vou colocar um pano de fundo geral para poder situar esse tema da termoeletricidade com combustíveis fósseis. Então, primeiro, eu queria colocar o problema que é posto, até para se discutir qual o espaço que pode haver para a termoeletricidade com combustíveis fósseis.

Nós não temos mais construído usinas hidroelétricas com reservatório de regularização no Brasil já há alguns anos, o que tem implicado a redução, a capacidade de regularização do sistema interligado nacional, o que, de um lado, provoca uma queda na eficiência no uso dos recursos hídricos e, por outro lado, causa um despacho frequente de usinas termoeletricas com elevados custos operacionais, o que, por seu turno, de um lado, causa um aumento nas emissões dos gases de efeito estufa e, de outro lado, causa uma elevação no custo de geração. Neste ano, inclusive, por conta desse

despacho – praticamente, a previsão é feita para o ano inteiro –, isso está causando uma elevação grande no custo de geração, o que, de certa forma, ameaça, se não houver intervenção do Tesouro, contrabalançar a redução de tarifas, o que tem sido motivo de grandes discussões nos últimos dois anos, pelo menos.

Para falar do papel das fontes termelétricas com combustíveis fósseis, é importante, primeiro, a gente ter uma ideia do conjunto, de quais são as alternativas disponíveis e, antes disso até, de quais são os principais fatores que delimitam essas alternativas de expansão do sistema elétrico brasileiro no futuro.

Do ponto de vista de usinas hidrelétricas, nós temos uma política forte de incentivo à implantação de médias e grandes centrais, e isso se dá não só no atual Governo, mas também ocorreu em governos anteriores. Nós acompanhamos as resistências de caráter socioambiental à construção de novas usinas hidrelétricas de médio e grande porte. Essas resistências têm aumentado a cada ano que passa.

Vou falar um pouco sobre usinas a gás natural, que fazem parte desse bloco das termelétricas de fontes fósseis. Uma questão chave é a disponibilidade e o preço do gás natural. Se não houver gás suficiente, não adianta querer instalar esse tipo de usina. Não se trata só de disponibilidade, mas também do preço. A principal variável econômica, no caso das usinas a gás, é o preço do gás.

Muito se fala também, como alternativa, da cogeração com bagaço de cana. Agora, evidentemente, a cogeração com bagaço de cana está completamente atrelada à evolução da produção de álcool e de açúcar no País. Como todos nós temos acompanhado, existe hoje o que poderíamos chamar quase de uma crise no setor sucroalcooleiro, motivada pelos preços relativamente baixos da gasolina no País, o que tem inviabilizado a concorrência do etanol nos veículos *flex fuel*.

Carvão mineral é outra coisa de que vou falar um pouco. Existem, hoje, tecnologias que permitem diminuir o impacto ambiental desse tipo de usina, mas são tecnologias que ainda são relativamente caras. Algumas ainda estão em caráter experimental em usinas de demonstração. Então, a adoção dessas usinas no Brasil implica apostas tecnológicas que envolvem decisões estratégicas.

No caso de usinas nucleares, das quais o meu colega vai falar com mais detalhe, na realidade, se quisermos no futuro construir novas usinas nucleares, fora Angra III, que está em construção, vamos ter de fazer apostas nas chamadas terceira e quarta gerações de usinas nucleares. Inclusive, alguns projetos de cooperação internacional estão em desenvolvimento. Então, novamente, neste caso, tal qual no caso do

carvão, terão de ser feitas apostas tecnológicas em vertentes. Então, não se pode querer sair por aí, fazer um *shopping* e comprar uma usina nuclear prontinha. Há investimentos estratégicos a serem feitos, caso se queira, no País, continuar com o desenvolvimento de geração de energia nuclear.

No Brasil, nós ainda aproveitamos muito pouco os resíduos urbanos, industriais, agrícolas e florestais para gerar energia elétrica. Ao compararmos nossas estatísticas com as de outros países, realmente vemos que há aí um potencial bastante interessante a ser desenvolvido.

Finalmente, a geração distribuída de energia elétrica, que é o futuro a médio e longo prazo do setor elétrico em qualquer país, ainda apresenta custos unitários de geração elevados. A geração solar fotovoltaica é um bom exemplo desse tipo de tecnologia.

Quando a gente fala de usinas termelétricas com combustíveis fósseis, há essencialmente três tipos de usinas: usinas que queimam óleo combustível, usinas a carvão e usinas a gás natural. As usinas que queimam óleo combustível, além de poluentes, normalmente, não são econômicas, principalmente para operar na base da curva de carga, que é uma das mensagens importantes que eu vou querer deixar aqui na finalização da minha apresentação. Então, eu nem vou falar das usinas queimando óleo combustível porque elas não se aplicam, tanto por razões ambientais como econômicas, à realidade brasileira.

Vou falar um pouco das usinas a carvão e das usinas a gás natural.

No caso do carvão, na realidade, há dois tipos de carvão, o carvão vapor e o chamado carvão metalúrgico. No Brasil, o carvão vapor é utilizado quase completamente em usinas termelétricas, muito pouco em outros ramos da economia. E o carvão metalúrgico é usado como agente redutor, o coque de carvão, na metalurgia de metais primários, como o ferro gusa. O principal uso do carvão vapor no Brasil, como acabei de mencionar, é na geração termelétrica. E, no Brasil, essa geração termelétrica é feita em usinas, empregando ciclo a vapor, e nos Estados da Região Sul. Essencialmente Santa Catarina e principalmente Rio Grande do Sul, que possui as maiores reservas de carvão.

Um problema do carvão brasileiro é o elevado teor de cinzas, o que faz com que seja inviável o seu uso longe das bocas das minas, que ficam, como mencionei, em Santa Catarina e principalmente no Rio Grande do Sul, que tem mais de 90% das reservas.

E outro problema é que o transporte do carvão, normalmente em países que usam muito carvão, é por ferrovias. E não existe uma infraestrutura ferroviária adequada para transportar o nosso carvão. Então, se

for para usar o nosso carvão, tem que ser em usinas próximas às minas.

Atualmente, algumas usinas termelétricas em projeto ou em construção nas Regiões Norte, Nordeste e Sudeste, que irão consumir carvão mineral importado. No passado, não se falava de carvão importado, porque era uma questão estratégica. Se fosse para desenvolver usinas a carvão, teria que ser o carvão nacional, para fomentar, enfim, a indústria de mineração do carvão. Mas, de uns dez anos para cá, digamos, começou-se a discutir e a abrir as portas para se construir usinas termelétricas com carvão importado.

O grupo do empresário Eike Batista, muito conhecido, está sempre na imprensa, conseguiu fazer passar algumas usinas termelétricas a carvão importado em leilões que aconteceram na década passada. Então, existem algumas usinas com carvão mineral importado em construção do grupo empresarial do Eike Batista.

Usinas termelétricas a carvão mineral venceram leilões de energia nova em 2005, 2007 e 2008, totalizando 1.752 megawatts. Essas usinas estão em construção. E o Governo decidiu, após 2009, não mais permitir a participação desse tipo de usina nos leilões, porque, pela sistemática atual, o Ministério de Minas e Energia pode definir as condições do leilão, inclusive o tipo de usina que pode participar ou não. Então, após 2009, não se permitiu mais a participação de usinas a carvão, essencialmente por razões ambientais. Como o Brasil assumiu compromissos voluntários de redução de emissão de gases de efeito estufa, uma das medidas associadas a isso foi não permitir mais a participação desse tipo de usina nos leilões. E essa decisão está para ser modificada agora. Recentemente, o Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia deu declarações de que, em leilões previstos para este ano, novamente as usinas a carvão poderiam participar.

Quando se discute a conveniência ou não de haver novas usinas a carvão mineral no Brasil, uma das razões a favor dessa opção tecnológica é que o Brasil detém a décima maior reserva de carvão mineral. Então, do ponto de vista de quantidade, realmente, nós temos reservas e faz sentido pensarmos na sua utilização. Infelizmente, a má qualidade do carvão é algo que conta contra essa alternativa. Mas a quantidade das reservas é bastante significativa.

Essas reservas estão localizadas, majoritariamente, no Rio Grande do Sul – cerca de 90% –, onde a mineração é a céu aberto. Essa mineração é muito mais barata e se conseguem custos do carvão menores no Rio Grande do Sul.

Em Santa Catarina, também há reservas significativas, digamos, mas a maioria das minas é subterrânea, o que encarece a lavra. E há pequenas reservas

no Paraná, mas, por enquanto, não tem compensado o seu aproveitamento.

Se o Brasil quiser, para o futuro, apostar novamente nessa vertente de usinas termelétricas a carvão mineral, nós vamos ter que apostar em novas tecnologias, porque usinas como as que estão instaladas no Brasil, usando tecnologias convencionais ou maduras, têm um rendimento que varia de 33% a 35%. Quer dizer, é um rendimento hoje considerado baixo para uma usina termelétrica.

Usando ciclos de vapor supercrítico e ultrasupercrítico, se pode elevar essa eficiência para entre 44% e 50%, uma elevação bastante significativa.

A utilização de caldeiras de combustão e leito fluidizado também permite elevações de eficiência para se atingir entre 40% e 44%.

E finalmente, a gaseificação de carvão integrada num ciclo combinado – e já há algumas usinas de demonstração no exterior, na China, por exemplo – pode elevar a eficiência desse tipo de termelétrica para até 52%. Ou seja, se quisermos incentivar novas usinas a carvão, temos que apostar nessas novas tecnologias, inclusive, fazer opção entre essas alternativas – essas três coisas que menciono aí são alternativas. Nós não temos condições de implementar as três; vamos ter que fazer escolha de uma delas, e aí vai entrar, inclusive, decisão governamental, estudos, por parte dos Ministérios de Minas e Energia, Ciência e Tecnologia, Indústria e Comércio e assim por diante.

A poluição causada por usinas a carvão pode ser classificada em duas categorias. A poluição local, em termos de material particular, de chuva ácida causada por óxidos de enxofre ou de nitrogênio, essa está sendo relativamente controlada através de tecnologias que vêm se desenvolvendo ao longo do tempo. Ou seja, hoje há tecnologias que permitem manter esses níveis de poluição chamada – entre aspas – “local” em níveis aceitáveis, tanto é que há usinas a carvão funcionando na Alemanha, Estados Unidos, na China, em vários lugares. Agora, o problema maior é a emissão de CO₂ realmente e, dos combustíveis fósseis, o carvão é o que mais emite. Então, está sendo feita uma aposta tecnológica de captura e armazenamento de carbono e, se isso se tornar viável economicamente, em algum momento, vai tornar a usina a carvão novamente interessante, mesmo do ponto de vista ambiental de emissões de CO₂. Só que, por enquanto, isso não se mostrou economicamente viável em nenhum lugar do mundo. Então, os países que têm mais geração a carvão, como os Estados Unidos, como a Alemanha, a China, enfim, têm já plantas de demonstração, mas que, por enquanto, não se mostraram economicamente viáveis.

Sobre termoeletricas a gás natural, queria colocar alguns elementos. Existem dois ciclos para se operar uma usina termoeletrica a gás natural: o ciclo simples, que é adequado para atendimentos de rampas e picos de carga, e o ciclo combinado, que é para atender a base da curva de carga. Atender a base da curva de carga significa operar quase que o tempo todo, só parar para manutenção de vez em quando.

Essas usinas possibilitam flexibilidade e outra vantagem é que elas podem, normalmente, ser localizadas próximas do centro de consumo, o que alivia o sistema de transmissão existente e requer uma menor extensão do sistema de transmissão, quer dizer, menos linhas de transmissão ou linhas mais curtas a serem construídas, o que, obviamente também influi em termos de redução dos impactos ambientais na instalação.

Atualmente, o gás requer, para o seu fornecimento às usinas, contratos do tipo *take or pay*, que envolve riscos, dada a forma como as usinas têm sido despachadas no Brasil. Então, é o que destaco aqui: isso implica risco elevado. Para diminuir esse risco, a solução que tem sido discutida é a criação de um mercado secundário.

Eu fui emprestado pela Unicamp ao Ministério de Minas e Energia, em 2001/2002, quando fui um dos “bombeiros” que tentou ajudar a apagar o incêndio do apagão da época. Já àquela altura, a gente discutia essa questão de formação do mercado secundário para reduzir riscos. Contudo, formar esse mercado, do ponto de vista institucional, é um desafio muito grande para o governo, haja vista que implicaria mudar várias das regras atuais de funcionamento.

O que se decidiu nos últimos anos é que a Petrobras internalizaria esse mercado secundário. Como a Petrobras domina praticamente toda a cadeia, pois ela produz o gás, transporta o gás, ela passou a ser proprietária de quase todas as usinas térmicas a gás no País. Assim, quando sobra gás, eventualmente, por causa de certas usinas ou mesmo de nenhuma delas estar em operação num dado momento, ela própria tenta vender. Então, ela criou, internamente, um mercado secundário. Esta é uma solução que, no curto prazo, na minha opinião, tem funcionado bem; todavia, em médio e longo prazo, isso não é uma solução.

Nós lemos na imprensa, recentemente, declarações de que a Petrobras pretende vender parte das usinas térmicas, como parte do seu processo de reajuste financeiro, o que está sendo requerido por conta das dificuldades internas de caixa da Petrobras que a gente tem acompanhado. Então, essa solução de internalizar o mercado secundário na Petrobras não vai mais ser adequada num futuro próximo.

As usinas a gás natural têm vantagens em relação a outras fontes fósseis porque emitem menos CO₂, menos NOx e CO; requerem uma área pequena, o que hoje em dia, diante da dificuldade em se conseguir autorizações para áreas... Bom; então, das fontes fósseis, a alternativa a gás, realmente, é a mais atraente. O único problema que existe para a usina a gás é que ela necessita da captação de água para o condensador, o que, de resto, é um problema para toda usina termoeletrica.

Eu listei algumas características das usinas do ponto de vista de confiabilidade e flexibilidade.

A usina hidrelétrica com reservatório possui uma elevada confiabilidade e uma elevada flexibilidade, o mesmo acontece com a usina termoeletrica a *diesel*. A usina termoeletrica a gás, ciclo simples, possui uma elevada confiabilidade, uma média flexibilidade e pode atender – qualquer uma dessas usinas – tanto a base da curva de carga, como picos e variações de carga. A usina termoeletrica a óleo combustível, ciclo simples, tem uma elevada confiabilidade, uma média flexibilidade e pode atender essencialmente a picos e variações de carga; não sendo adequada para a base. Para atuar na base da curva de carga, um dos grandes desafios para o setor elétrico, nós temos ou uma usina elétrica a fio d’água, que é o que tem sido construído recentemente; usina termoeletrica a biomassa, desde que a gente equacione os problemas do Pró-álcool; usina termoeletrica nuclear, que vai ser objeto de discussão na próxima apresentação; usina termoeletrica a gás natural de ciclo combinado; usina termoeletrica a carvão mineral, sobre a qual rapidamente eu passei alguns elementos; e, em princípio, usina termoeletrica a óleo em ciclo combinado também.

As chamadas gerações alternativas, como eólica e solar fotovoltaica, são fontes intermitentes que necessitam *back-up*. Então, no mundo inteiro está sendo fomentado esse tipo de geração, eu acho que no Brasil também. Todos nós desejamos ver uma maior participação de eólica e solar, mas nós temos esse requisito técnico de precisar de *backup*. Quando não há sol ou não há vento, tem que haver outra usina que substitua. Isso é o que nós chamamos de *backup*.

Opções para se aumentar o suprimento futuro de eletricidade no Brasil: a conclusão a que a gente chega, por causa das dificuldades ambientais, com novas usinas de médio e grande porte hidrelétricas, não é possível manter a expansão somente com fontes renováveis complementares. Vamos continuar construindo, com certeza, ainda algumas hidrelétricas e nós vamos precisar ou de usinas nucleares – nós vamos discutir isso na próxima apresentação –, ou usinas termoele-

tricas a gás natural, ou usinas a carvão para atender à base da curva de carga.

Se as usinas hidrelétricas novas possuírem reservatório, isso propicia o *backup*, porque a única maneira econômica que nós temos hoje de armazenar energia elétrica indiretamente é através de reservatórios de acumulação. Eu acumulo água e uso essa água para gerar energia quando eu preciso. As outras formas de armazenamento eu só consigo usar em pequena escala; por enquanto, eu não consigo usar em grande escala.

Mas, se as usinas hidrelétricas forem a fio d'água, como têm sido as últimas construídas, há mais de década, eu vou requerer fontes renováveis complementares, mas eu vou precisar de um *backup*. Essas fontes renováveis complementares seriam a eólica – inclusive, tivemos um *boom* aí de penetração de eólica nos últimos dois, três anos – e, futuramente, a própria solar fotovoltaica.

A pergunta que estou trazendo aqui para tentar ajudar os senhores a responder: deve-se ampliar ou não a complementação térmica a combustíveis fósseis?

É importante lembrar que já existe uma certa complementação entre geração hidrelétrica e cogeração com bagaço de cana na Região Sudeste. Ou seja, quando há menos chuva é o período em que eu tenho a safra. Então, a usina a bagaço já dá uma certa complementação para geração hidrelétrica.

E no caso da Região Nordeste, a mesma coisa acontece entre geração hidrelétrica e geração eólica. Esse tipo de complementação é prioritário, porque é tudo fonte renovável, então, devemos privilegiar isso, como, aliás, tem sido feito nos últimos anos. Só que para firmar – esse é o termo técnico que a gente usa – boa parte da energia produzida por novas usinas hidrelétricas a fio d'água – se a gente olhar nos planos do Ministério de Minas e Energia, a maior parte da nova capacidade de geração é na forma de hidrelétricas a fio d'água –, só a complementação através de eólica e bagaço não vai ser suficiente. Ou seja, nós precisamos de novas usinas termoeletricas consumindo combustíveis fósseis ou usinas nucleares – aí não há para onde correr, é uma coisa ou outra –, operando na base da curva de carga. Então, isso vai implicar novos tipos de leilões; leilões agora voltados para a geração de base.

Eu queria lembrar também que essas fontes intermitentes como solar e eólica também requerem essa complementação térmica. Então, quando falta o vento, tem que haver uma usina que possa operar o tempo todo, que são essas usinas operando na base.

Eu queria terminar a minha apresentação com duas observações, vamos dizer, duas colocações.

Uma é a respeito de política energética. Eu acho que um avanço grande que nós conseguimos no pas-

sado foi a criação, através de lei do Conselho Nacional de Política Energética, que é um fórum que envolve os principais ministérios ligados ao assunto energia... E eu sempre digo que energia é tão importante, tão complexa que o Ministério de Minas e Energia não é suficiente para discutir isso aí. Outros ministérios também têm que ter voz ativa e participação importante, e esse conselho permitiria essa participação importante dos outros ministérios, só que, infelizmente, o CNPE não tem sido usado como esse fórum de debates entre os ministros do próprio Governo, e o CNPE tem representantes também da sociedade civil.

Então, como eu mencionei, esse assunto, que é um dos grandes desafios que eu vejo hoje para o setor elétrico, ou seja, incentivar, a partir de agora, até com certo atraso, a geração na base da curva de carga, levando em conta que as novas hidrelétricas não têm mais reservatório de acumulação, isso envolve decisões estratégicas.

O carvão vai precisar apostar em certas tecnologias. Para a nuclear, se quiserem seguir essa linha, também terão de ser feitas opções tecnológicas. E o CNPE tem um perfil adequado para discutir essas questões estratégicas; ele foi criado exatamente para isso.

Outra coisa: o CNPE tem comitês técnicos e grupos de trabalho – e, inclusive, nesse período curto do apagão, quando eu auxiliei o Ministério de Minas e Energia, nós usamos muito esses comitês técnicos – que estão sendo subutilizados hoje. Eles poderiam prover o embasamento técnico necessário para as decisões do Conselho.

E uma coisa que eu tenho defendido há muito tempo em vários fóruns. A Europa tem uma prática muito interessante: a de lançar novas políticas para serem discutidas em audiências públicas. Aliás, essa é uma prática interessante que existe já nos órgãos reguladores, como a Aneel e a ANP, que já têm uma tradição razoável nesse sentido de promover audiências públicas. O próprio Legislativo, aqui, tem uma tradição nesse sentido. Contudo, infelizmente, o nosso Executivo avançou pouco nesse sentido.

O ideal seria, por exemplo, lançar documentos preliminares relativos ao carvão ou ao gás natural, eventualmente até à nuclear, receber contribuições e, depois, publicar formalmente essas políticas para conhecimento de todos. Seria algo que a gente poderia adquirir em uma livraria do governo, uma publicação sobre quais as posições oficiais em relação a questões estratégicas.

O planejamento energético vem, num segundo momento, após as políticas estarem bem definidas. Eu acho que, nos últimos anos, a gente tem feito um pouco de inversão: nós supervalorizamos o planejamento,

que, aliás, é a minha área de atuação, e deixamos em segundo plano as políticas. Se não tivermos políticas bem embasadas, o planejamento perde muito do seu significado e do seu conteúdo.

Então, apesar de termos tido um progresso inegável na área de planejamento energético, ainda existem muitos desafios. Por exemplo, os procedimentos usados – e não quero entrar aqui nos detalhes, até porque o meu tempo já estourou – pela EPE, que auxilia o Ministério de Minas e Energia no dimensionamento dos leilões, o modelo *new wave*, o principal modelo usado para simular os parâmetros operacionais do modelo, não leva em conta o longo prazo que essas usinas operam. As simulações são feitas normalmente em torno de 10 anos para frente, quando essas usinas vão operar por 15 anos ou mais. E isso, então, tem criado distorções que não favorecem usinas que atuam mais na base da curva de carga, como é o caso das usinas a carvão, as nucleares ou mesmo as a gás em ciclo combinado.

Assim, o tal do índice de custo/benefício, um dos principais parâmetros dos leilões hoje, está distorcido, parte por essa razão de as simulações serem mais para o curto prazo e parte porque as bases de dados utilizadas para calcular os parâmetros são diferentes, o que também causa distorções.

Eu fui membro do Conselho Consultivo da EPE durante uns dois anos e tive a oportunidade de levantar esses pontos em reuniões internas do Conselho, mas, ao que eu saiba, isso ainda não foi corrigido.

Enfim, isso causa um viés que tem favorecido usinas termoeletricas que são mais baratas, com as atuais regras do leilão, mas que são muito caras de operar. Então, essa alta conta que nós vamos ter da operação, praticamente o ano inteiro, das termoeletricas é porque boa parte das termoeletricas desse pacote de termoeletricas tem um custo operacional elevado. Então, nós temos um desafio de, num futuro bem próximo, pensar e elaborar novos leilões voltados realmente para usinas operando na base da curva de carga.

Então, essa era a principal mensagem que eu queria deixar nesta minha breve apresentação.

Agradeço a atenção dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Prof. Sérgio Bajay, professor e pesquisador sênior da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Presidente da Sociedade Brasileira de Planejamento Energético (SBPE) e membro do Conselho Estadual de Política Energética de São Paulo (Cepe).

Agora, passo a palavra ao Sr. Prof. Joaquim Francisco de Carvalho, pesquisador associado ao Instituto

de Eletrotécnica e Energia (IEE) da Universidade de São Paulo (USP).

O SR. JOAQUIM FRANCISCO DE CARVALHO

– Bom dia a todos!

Vou tentar mostrar aqui, de maneira bem simplificada – e devo dizer que o IBGE fez uma revisão da projeção da população brasileira e estima que, por volta do ano 2050, a população brasileira estará estabilizada em torno de 215 milhões de habitantes –, que, é claro, o objetivo que devemos procurar no tocante à energia é fazer com que essa energia seja efetivamente importante para a qualidade de vida da população. É isso o que nós procuramos. Em função disso é que têm de ser escolhidas as fontes de energia.

Também nessa direção, temos de considerar que as melhores linhas a serem procuradas estão no caminho das energias renováveis, o que está sendo objeto de grandes investimentos nos países desenvolvidos, como Alemanha, França e também Estados Unidos, onde, há pouco tempo, assumiu a Secretaria de Energia, que seria o Ministério de Energia de lá, um professor do MIT, um professor de Física, que trabalha na área de Física Aplicada à Energia. Então, as perspectivas de grande desenvolvimento nessas áreas – inclusive, algumas delas foram mencionadas pelo Bajay aqui – são reais.

Nós devemos imaginar que a tecnologia evolui, que não podemos fazer planejamento energético na base das tecnologias atualmente empregadas e econômicas. Algumas ainda são econômicas. Mas serão, certamente, econômicas no futuro? Basta ver, por exemplo, o recente caso... O petróleo é a causa de inúmeras guerras no Oriente Médio. E o petróleo vai acabar. A fonte da energia nuclear, que é o urânio, também segue a mesma direção. A recente invasão da França no Mali teve, é claro, um objetivo estratégico que não é muito mencionado na imprensa: o de assegurar o controle das reservas de urânio nos países vizinhos à Namíbia, ou melhor, nos países vizinhos ao Mali. Então, no momento em que há uma desestabilização política lá, isso tende a se propagar para outros países. Aliás, já se propaga, já há indícios disso.

Então, cabe também pensar, em longo prazo, estrategicamente, com o objetivo de evitar que, futuramente, haja problemas políticos e geopolíticos graves que impliquem até intervenção militar. A maneira de se contornar esse tipo de coisa é usar energias renováveis disponíveis no País.

Vou tentar mostrar aqui que nós temos a possibilidade de gerar toda a energia necessária à população, para que esta alcance um elevado padrão de qualidade de vida, apenas com energias renováveis. Agora, é preciso definir o que é elevada qualidade de

vida. É uma coisa subjetiva. Então, eu admiti que os países da Europa Ocidental, que os países da União Europeia têm uma elevada qualidade de vida – isso me parece claro –, e que o consumo de energia por habitante nesses países, talvez, pudesse ser um bom indicador do nível de consumo de energia *per capita* que nós deveríamos adotar como uma das condições, uma condição necessária, mas é claro que não é uma condição suficiente, porque muitas outras coisas também são indispensáveis para a qualidade da vida: a educação, a saúde pública, os transportes etc.. Aliás, muitas dessas coisas são objeto do trabalho desta Comissão: transportes e a organização do território, a urbanização. Tudo isso é fundamental. Não é só a energia, mas a energia é indispensável também. É uma das condições.

Energia nuclear. Isso não quer dizer que a energia nuclear é uma coisa dispensável. Não é dispensável. Ela é absolutamente indispensável à vida moderna. Podemos citar, por exemplo, as aplicações biomédicas, as aplicações em diagnósticos, etc.. Todos aqui já conhecem isso. Na indústria são usados em detecção, em controle de qualidade; detecção de falhas, controle de qualidade, controle de produção das indústrias metalúrgicas e de construção mecânica.

Na agricultura e na pecuária também empregam isso. O Brasil já faz isso há muito tempo, no Centro de Energia Nuclear na Agricultura, em Piracicaba, que é o uso de radioisótopos para diversas finalidades. Uma delas é a investigação de fenômenos metabólicos de plantas e animais. Outra, terceirização de determinados produtos de exportação, por exemplo, que podem ser esterilizados para evitar que proliferem. Por exemplo, as maçãs. Elas podem ser esterilizadas passando por tubos de irradiação e, com isso, podem durar muito mais tempo armazenadas. São usadas também nos processos de esterilização, esse que eu disse, e também, por fim, como disse o Prof. Bajay, na geração de energia elétrica, que é um uso atual e indispensável para muitos países, como a França, por exemplo, que não dispõe do potencial renovável que o Brasil tem. Então, eles tiveram que apelar para essa alternativa.

Hoje, 75% da eletricidade consumida na França vêm de centrais nucleares, mas o atual Presidente, François Hollande, já manifestou o plano de longo prazo de, até 2025, a energia nuclear ter reduzido a sua participação à metade; e, a mais longo prazo, 11%, se não me engano; e, a mais longo prazo ainda, nenhum. Serão só energias renováveis, inclusive porque o urânio vai acabar. Queiramos ou não, um dia vão acabar as reservas de urânio, de petróleo e de tudo. Então, parece claro que a procura por fontes renováveis é o caminho do futuro. Em prazo maior ou menor, teremos

que fazer esforço. Então, melhor adaptar às tecnologias de utilização de energia desde já, gradativamente, a usar energias de modo mais racional, etc., porque, se usarmos energia da maneira que se usa hoje, toda a tecnologia industrial estará congelada naquele patamar de conhecimento tecnológico e não terá evoluído para outros tipos. Então, nós temos que, gradativamente, ir adaptando tudo, o consumo e a geração.

O outro, por favor.

As alternativas – o Prof. Bajay mencionou – para a geração de energia elétrica em larga escala. São as termelétricas; são as hidrelétricas, que, claro, no Brasil, são as principais; depois, temos os parques eólicos, que é outra coisa extremamente interessante no Brasil. O potencial eólico hoje, já inventariado, é da ordem de grandeza do hidráulico. As termelétricas combustíveis fósseis, sobre as quais o Prof. Bajay discutiu; a biomassa, que também é uma coisa interessante para o Brasil; e as termelétricas nucleares, sobre as quais vou falar um pouco aqui.

A escolha da alternativa mais adequada, da alternativa ótima, deve basear-se num arranjo que conduza a mínimos custos de geração de eletricidade, máxima eficiência da fonte primária disponível, mínimos impactos ambientais provocados pela operação da usina geradora e, se for o caso, como é o caso das nucleares, deposição final dos rejeitos radioativos.

O potencial hidrelétrico brasileiro, recentemente levantado pelo Cepel e pela EPE é este: 267 gigawatts, dos quais, 83 já estão em operação, basicamente na Região Sul, no centro sul, um pouco na Região Nordeste e, agora, começando a Amazônia. Mas a grande parte, talvez 60%, do que ainda resta por aproveitar está na Amazônia, em que – o senhor e todos veem, na imprensa – há enormes problemas criados pelas populações locais. Quer dizer, uma coisa que antes não implicava problemas sociais, políticos, etc., hoje provoca, que é a construção de grandes reservatórios de acumulação. Nós poderíamos ainda construir na Amazônia muitas hidrelétricas com reservatórios de acumulação, e isso é, a meu ver, indispensável. Então, uma coisa que é importante que se equacione, que se procure solucionar pelo Governo, pelo Congresso, talvez e principalmente pelo Congresso, é uma maneira de tratar politicamente isso, voltada para evitar conflitos desse tipo.

Em primeiro lugar, as populações locais indígenas e outras têm que ser respeitadas. No momento de inundar uma área antes habitada por essa população, previamente o Governo terá que investir na identificação e na implantação de uma região urbanizada e dotá-la de todos os serviços de saneamento básico, abastecimento de água e energia, rede educacional,

etc., para que essas populações que hoje vivem em condições muito primitivas, evoluam, melhorem a sua qualidade de vida.

Tenho visto fotografias e filmes de crianças indígenas que moram na região de Belo Monte, por exemplo. São crianças claramente prejudicadas por todo tipo de verminose, etc., com barrigas enormes. E certamente a expectativa de vida dessas pessoas é muito baixa, com qualidade baixa. Não é possível que isso seja desejável.

Eu acho até que – esta é a minha opinião – isso é muito instrumentalizado por pessoas, não sei por que tipo de interesse. Não sei como é que uma população de indígenas embarga uma obra. Esse é um poder governamental, estatal, e não de uma população. Eles são tão brasileiros como nós e têm que se adaptar ao planejamento e à construção da infraestrutura do País.

No momento em que a companhia do metrô de São Paulo, por exemplo, desapropria uma região para construir uma estação ou uma linha de metrô, os moradores aceitam. Recebem indenizações e se mudam. Então, as populações locais têm que compreender e aceitar isso. Agora, não podem ser desrespeitados. Seus direitos têm que ser respeitados, e tudo tem que ser feito para que a mudança de região signifique uma evolução na qualidade de vida. Isso é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Sem dúvida.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO DE CARVALHO – Então, o potencial é esse.

Uma possível estratégia para o aproveitamento disso seria deixar 20% do potencial amazônico intocável, principalmente para evitar a destruição de pequenos ecossistemas que efetivamente só possam proliferar naquela bacia especificamente. Então, essas seriam preservadas. E se aproveitariam 80% da Bacia Amazônica. Mesmo assim, ainda sobriam 76%. Gigawatts – eu pus megawatts, mas está errado; são gigawatts – a serem instalados na Amazônia. Nesse caso, a soma das áreas ocupadas pelos reservatórios amazônicos – reparem bem nisso – é inferior a 6% da área da Amazônia brasileira. Seis por cento é perfeitamente assimilável pelo ecossistema regional – 0,6%. É 0,6%.

Isso aí é feito assim: é só pegar as áreas inundadas pelas grandes hidrelétricas hoje de acumulação, que são, por exemplo, Três Marias, Ilha Solteira etc. inundam menos de 0,3 kilowatt por megawatt. Então, admitindo que as hidrelétricas novas na Amazônia também inundem isso – não será o caso; acontecerá isto: só 0,6%, e isso é perfeitamente assimilável –, se podem construir muitos reservatórios de acumulação grandes, para contornar aquele problema da acumu-

lação das energias intermitentes – eólica etc. Além disso, os estudos das mudanças climáticas preveem que talvez haja uma diminuição de 15% na energia afluyente dos rios, por causa de mudanças climáticas e, aproximadamente, 10% das demais regiões ficariam – isso na região centro-sul – também intocados, pela mesma razão.

Nessas condições, ainda será possível acrescentar 126 gigawatts aos 83 já instalados. Então, o Brasil poderia ter um potencial, uma potência, uma capacidade hidrelétrica instalada de 209 gigawatts. Isso pode gerar 787 mil gigawatts-hora por ano, considerando um fator de capacidade de 0,43%, que é muito conservador. Depois eu vou explicar por quê. Na verdade, isso pode ir a mais de 0,5 com a integração dos parques eólicos.

Potencial eólico agora.

Em 2001, o Cepel realizou um estudo e estimou esse potencial em 143 gigawatts. Estudos mais recentes, considerando novas tecnologias, torres mais altas etc.... Naquele estudo anterior, foi considerada a velocidade de ventos de 7km/h e parques eólicos com a densidade máxima de 2 megawatts/km², quer dizer, relativamente rarefeito. Não são torres uma atrás da outra. E não foram ocupadas áreas de florestas nem sobre lagos nem na costa, nem na plataforma continental, como se faz na Europa. Na Alemanha, por exemplo, na Inglaterra e, agora na França, estão começando a fazer parques eólicos no mar, para não ocupar espaço etc. Foram consideradas curvas médias de desempenho de turbinas que já existem atualmente.

Estudos mais recentes apontam para um potencial de 300 gigawatts. Quer dizer, já é um potencial da ordem de grandeza do hidrelétrico, que pode ser atingido com desenvolvimento tecnológico, a curva de aprendizado e o aumento da escala e a nacionalização das cadeias produtivas. Já há grandes investimentos aqui de empresas europeias e também de uma grande argentina, que estão investindo no Rio Grande do Norte e, parece-me, no Ceará e em São Paulo também, de turbinas eólicas e etc.

Bom; agora, então, vamos ver aquela questão do fator de capacidade.

Nós temos esse quadro aí. A capacidade hidrelétrica de 209; a eólica de 300; e temos as térmicas a biomassa, que, embora eu não tenha citado muito, têm um potencial instalável de 15GW, às vezes até mais. Eu acho que a Unica (União Industrial de Cana-de-Açúcar) já tem um número muito maior. Eu calculei como sendo 15GW, com esse fator de capacidade. Muito baixos! Com o sistema interligado, é claro que isso vai aumentar muitíssimo.

E por quê? Agora, eu vou explicar a questão da eólica. Com o sistema interligado por meio de *smart*

grids, uma rede inteligente, as eólicas funcionarão permanentemente injetando energia na rede. E, nesses momentos, economiza-se a água dos reservatórios hidrelétricos. Além disso, a energia eólica é intermitente em parques individuais. Se os parques forem todos interligados, parece claro que não há um momento de calmaria, sem nenhum vento, no País inteiro. Um ou outro parque estará funcionando e o fator de capacidade dos parques interligados é muito maior do que 0,22. A EPE calcula 0,30; eu calculei como sendo 0,22 para chegar àqueles números.

Então, essa é outra ponta importante de investimentos em infraestrutura: as redes inteligentes. As pessoas que são um pouco céticas em relação à eólica dizem: “Não, mas tem que fazer grandes investimentos...” Sim, temos que fazer grandes investimentos! Se não fizermos, vamos ficar na idade da pedra. Temos de fazer grandes investimentos no desenvolvimento tecnológico das redes inteligentes e temos que investir na construção dessas redes para interligar todos os parques com o sistema hidrelétrico também. E, futuramente, como já se faz na Alemanha, com o sistema fotovoltaico.

Só em 2010, foram instalados na Alemanha 1,2GW em painéis fotovoltaicos. Isso equivale à central nuclear de Angra III, que está sendo construída, Isso apenas em painéis fotovoltaicos! Como o fator de capacidade lá é muito menor que o daqui, visto que temos muito mais horas de insolação durante o ano... O fator de capacidade do sistema eólico lá é de 0,1, ou seja, 10%. Então, esse 1GW, na Alemanha, equivale a 100MW, que é a potência de uma ótima ou de uma termelétrica razoável.

É nesse tipo de tecnologia que nós temos de procurar evoluir, para aproveitar com mais eficiência as renováveis.

Então, é isso que digo: o sistema hidro poderá operar também em sinergia com as termelétricas a bagaço de cana, a biomassa, pois a frota automotiva é, em grande parte, movida a etanol, o que, forçosamente, resulta numa quantidade de bagaço que, queiramos ou não, é produzida. Então, a melhor maneira de aproveitar esse bagaço é gerar energia elétrica, que é renovável.

Com isso, nós podíamos, então, gerar 39.500GW/hora/ano. Então, o sistema interligado permitiria gerar tudo aquilo: 1.405.300GW/hora/ano. A reserva de segurança seria, então, representada pelas termelétricas a gás já existentes. Como disse o Professor Bajay, é a maneira de usar combustível fóssil de forma menos impactante sobre o meio ambiente e mais econômico. Então, essas ficariam como reserva de segurança para momentos hidroeólicos absolutamente excepcionais.

Então, elas entrariam em linha, inclusive porque permitem essa flexibilidade de entrar em linha. É claro que o ideal seria usá-las na base, mas o gasto vai acabar um dia, daqui a 30 anos vamos ter que resolver esse problema; é melhor ir resolvendo aos poucos, desde já.

Bom, aquilo que eu disse, porque imagino que um bom nível de qualidade de vida – não tem outro referencial e adotei esse – seria um consumo de energia elétrica por habitante comparável a esses países que são de alta qualidade de vida. A média dá 5.600, por aí. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – E o Brasil?

O SR. JOAQUIM FRANCISCO DE CARVALHO – Aí, multiplicando... Pois é, a do Brasil, para ficar parecida, próxima daquela, o Brasil consumiria 5.600.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Mas hoje?

O SR. JOAQUIM FRANCISCO DE CARVALHO – Hoje é dois mil e poucos.

Aí, multiplicando por aquela população de 215 milhões, nós precisaríamos gerar 1,215 milhão. Mas eu mostrei no eslaide anterior que nós podemos gerar muito mais, um quatrocentos e tantos, não é? E nós precisaríamos só de 1,215, para resolver só com renováveis.

Uso racional da energia. É isso. A partir de um determinado patamar, razoável é aquilo que eu disse, é aquele patamar dos países europeus. Por que exagerar no consumo? O bem-estar de uma sociedade não depende mais de produção, de crescimento da produção e sim de bom uso das coisas disponíveis, o uso racional.

Então, a produção física de energia não é indispensável, depois que se tem um nível adequado. Quer dizer, quem se alimenta com 4 ou 5 mil quilocalorias por dia não vai querer comer 10 mil, porque ficará obeso e doente. Tem que se satisfazer com o nível ótimo, acima do ótimo não precisa.

Então, países como Alemanha, Suíça, por exemplo, têm economias praticamente estabilizadas e o crescimento é relativamente pequeno. Em termos *per capita* eles consomem três vezes menos energia do que os Estados Unidos, no entanto a qualidade de vida na Suíça e na Alemanha é comparável – se não for melhor – a dos Estados Unidos e eles consomem três vezes menos energia por habitante. Em outras palavras, o desenvolvimento deve ser buscado através do aprimoramento da educação e da saúde pública, do aperfeiçoamento dos processos de produção e da qualidade dos produtos, da racionalização da infraestrutura, de telecomunicações e transportes e assim por diante, e do uso racional da energia para essas finalidades.

Conclusões. Então, tomando-se por base aquela população, nós vimos que o Brasil tem condições de satisfazer toda sua demanda por energia elétrica só com fontes renováveis. É claro que não é amanhã. Nós temos que investir nisso.

Um sistema integrado hidroeólico é um nome, uma expressão que nós estamos empregando na USP. Até hoje só se fala em hidrotérmico, mas essa é uma vocação de países europeus, ou na realidade é termoeólico. A Holanda tem um sistema termoeólico. Eles têm grande potencial eólico que exploram, pois há parques eólicos inclusive sob o mar, e têm óleo do Mar do Norte. Então, eles têm um sistema interligado com *Smart Grid* termoeólico, quando tem o vento suficiente eles economizam óleo.

Agora, o nosso tem de ser visto pelo nosso enfoque, tem que ser termohidráulico. Nós visamos a economizar água dos reservatórios usando a eólica. Então, esse sistema é hidroeólico e biotérmico, porque tem também o bagaço de cana; termoeólico e biotérmico, planejado para aproveitar racionalmente o potencial, que poderá gerar um milhão quatrocentos e tantos gigawatts por ano, tornando desnecessárias as termoeletricas nucleares e as convencionais a combustível fóssil, com exceção das de gás natural, que manteríamos como reserva técnica.

A construção de centrais nucleares de potência deslocará recursos. Esse é um problema de planejamento estratégico, porque é caríssima. A energia gerada em uma central nuclear custa hoje R\$200,00 por MW/h, enquanto a hidrelétrica custa R\$83,00 e a eólica tem sido negociada em leilões em torno de R\$100,00, R\$105,00. Além disso, o investimento nuclear é pesadíssimo, sem falar na problemática dos rejeitos radiativos. Então, a construção de centrais nucleares deslocará recursos que deveriam ir para o desenvolvimento das tecnologias energéticas efetivamente renováveis e limpas, que deverão prevalecer no futuro, temos que pensar em longo prazo, ainda que apenas nos países mais avançados.

O Ministério da Ciência e Tecnologia deveria criar uma linha específica para incentivar o desenvolvimento tecnológico na área das energias renováveis, caso contrário, continuaremos sempre na retaguarda dos países industrializados, que já estão investindo importantes recursos nessa área.

No Brasil, como eu tinha mostrado antes, o espaço da energia nuclear encontra-se na pesquisa científica, nos reatores de pesquisa, nas aplicações biomédicas, industriais e agrícolas e, eventualmente – esse ponto é interessante, porque são reatores de potência de 20MW –, na propulsão naval. O Brasil tem oito mil quilômetros de costa atlântica e a Marinha Brasileira não precisa

de equipamento de grande autonomia, enfim, que é o submarino nuclear. Esse é um projeto interessante, um bom projeto, um projeto da área militar e com orçamento específico.

Aqui tem mais alguma coisa, se tiverem paciência de ouvir isso...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – O tempo está esgotado.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO DE CARVALHO – Está esgotado. Está bem. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Depois na parte das perguntas, o senhor...

O SR. JOAQUIM FRANCISCO DE CARVALHO – Ah, está bem. Era só para explicar por que são renováveis.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Agradeço o Prof. Joaquim Francisco de Carvalho, do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo (USP) pela sua exposição.

Passaremos agora às indagações de S. Ex^{as} os Srs. Senadores, mas antes, entre as perguntas que já foram recebidas, há duas que a Mesa Diretora dos trabalhos podem adiantar porque são temas um pouco mais genéricos.

O cidadão pergunta por que o excesso de energia produzido pela Usina Hidrelétrica de Itaipu não é utilizado no Brasil, já que o país sofre com os apagões, além do alto preço da energia. Comenta que, em vez de vender o excesso de energia ao país vizinho, dever-se-ia utilizá-la internamente. Essa é do Sr. Sérgio Macedo, de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

Há algumas distorções nas informações que o Sr. Sérgio possui, porque a energia produzida por Itaipu é fundamentalmente consumida pelo Brasil e uma parcela pequena pelo Paraguai e alguma coisa para a Argentina, mas fundamentalmente pelo Brasil; ou seja, o Brasil utiliza toda a capacidade que é disponível, de acordo com o Tratado de Itaipu.

Os apagões. Quanto ao forte apagão que houve, o Brasil não sofre mais. Temos hoje problemas com o nível dos reservatórios, mas esperamos que as chuvas estejam chegando, que as chuvas estejam de acordo com o que a meteorologia prevê, e a questão de apagão está afastada.

O alto preço da energia. Sobre o alto preço da energia, a Presidenta da República recentemente baixou uma medida reduzindo o preço da energia no domicílio. Então, acho que isso responde. Se não responde, coloca as perguntas nos termos do que realmente existe hoje.

A outra é do Sr. Luiz Eduardo Salve, de Campinas, São Paulo. Ele diz que recebeu um *e-mail* informativo revelando que, segundo ele, o Brasil precisa investir em

infraestrutura para se acabar com os apagões elétricos e para melhorar a qualidade das rodovias no Brasil, dentre outros investimentos que o Brasil precisa fazer em infraestrutura, sem dúvida.

Este é o tema da nossa audiência pública, que tem exatamente o título: “Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País”. É isso que a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado da República está tratando de discutir e vai levar as suas conclusões ao Governo Federal para que ele dessas informações possa se valer para nós equacionarmos os gargalos que existem hoje na nossa infraestrutura.

Dando início às indagações dos Srs. Senadores, passo a palavra ao primeiro inscrito, S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro, e, em seguida, a S. Ex^a o Senador Inácio Arruda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Fernando Collor, senhores convidados, Prof. Sergio Bajay, Dr. Francisco Carvalho, ouvi com atenção a exposição de V. S^{as} e tenho aqui procurado aprofundar o conhecimento nessa área, até porque eu represento aqui o Estado do Pará, a Região Amazônica e tenho certeza de que a Amazônia pode contribuir para dar ao nosso País as condições de energia necessárias ao seu desenvolvimento.

Presidente Collor, quero parabenizá-lo mais uma vez. Os brasileiros estão acompanhando o trabalho de V. Ex^a à frente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, inclusive pelas redes sociais. O brasileiro que se manifestou através da rede, se preocupa com razão, ele que acompanhou lá do Rio de Janeiro. Ele fez referência a dois pontos: primeiro, à questão do preço da energia.

Nós temos que lamentar, porque entre todos nós, não há um brasileiro sequer que se ponha contrário à redução do custo de energia – é necessário baixar esse custo, é necessário buscar os meios –, mas já tenho dito aqui por diversas vezes: lamento não o mérito da redução, mas a forma como foi feita, impositivamente pelo Governo Federal, trazendo desequilíbrio no sistema. Tanto é verdade que, na forma inclusive midiática, através de pirotécnica, que é feita pelo Governo Federal, pelo Executivo, não é dito em seguida que a sociedade brasileira, todos nós estamos subsidiando agora o custo da energia térmica. São dezenas de bilhões de reais que estão sendo repassados às distribuidoras para poder não anular o efeito imposto pela redução, porque, se fosse feito através de reposição de tarifa, teriam anulado toda aquela forma impositiva da medida provisória para reduzir o custo. É uma pena.

A outra questão que ele fez, Presidente, a primeira delas, também tinha um comentário a fazer sobre isso...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – A primeira foi sobre a hidrelétrica de Itaipu, daquele cidadão do Rio de Janeiro. O País sofre...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A energia gerada em Itaipu. Ele diz que o Brasil não deveria vender energia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – É. Ele diz que a usina produzida pela usina hidrelétrica de Itaipu não é utilizada no Brasil. É a informação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É incorreto o questionamento dele porque a energia gerada é usada pelo Brasil. Num acordo, lá atrás, há vinte e tantos anos...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Em 1973.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Em 1973, trinta anos atrás, metade da energia gerada era de propriedade do Paraguai. O Brasil comprava essa energia, porque o Paraguai não tem consumo para isso. Foi o Brasil, e V. Ex^a, como Presidente da República que foi, sabe disso, todos nós sabemos. O Brasil bancou Itaipu. O Brasil financiou Itaipu para o Paraguai. Mas, como é binacional, ele tinha que fazer um acordo de compra. Lamentavelmente, novamente, esses países se colocaram – e isso virou rotina –, de forma político-eleitoral, contra o Brasil. Isso aconteceu na Bolívia, aconteceu no Paraguai. Todo mundo que é candidato a presidente de um país vizinho bate no Brasil, tem como mote de campanha atacar o Brasil. E aí foi na Bolívia na questão do gás; foi no Paraguai na questão da energia, e, lamentavelmente, de novo, o Brasil, apesar de ter sido dito pelo Presidente Lula que não cederia, cedeu. Reajustou a energia, quer dizer, rompeu um contrato. E mais, ainda deu um linhão de não sei quantos milhões de dólares para o Paraguai.

Não sou contra ajudar os países irmãos e vizinhos, sou contra o Brasil se colocar “*sob pressão*” – entre aspas e grifado – num problema político-eleitoral. Fica muito difícil. Eu gostaria de passar essas informações ao telespectador e seguidores da rede social.

Com relação à audiência pública de hoje, acho que a Comissão de Serviços de Infraestrutura cumpre o seu papel que é aprofundar o debate sobre temas da maior importância para o desenvolvimento do nosso País. E a geração de energia elétrica é um deles, porque é sangue na veia. Sem energia o país não se desenvolve, não cresce.

O Prof. Joaquim Carvalho colocou aqui os dados, e V. Ex^a na hora também questionou: e o Brasil? Eu também quis saber: e o Brasil? Metade ou menos da metade de consumo dos países desenvolvidos e quatro vezes menos... Se os Estados Unidos são três

vezes mais que esses países que foram colocados aí da Europa, e o Brasil é metade da Europa, estamos seis vezes a menos que os Estados Unidos. Ou seja, temos muito a crescer. Talvez, como o professor colocou, não seja necessário na relação diretamente proporcional da melhoria da qualidade de vida com o aumento de consumo, concordo.

Mas eu quero colocar aqui, Presidente Collor, alguns pontos importantes. Eu não tenho dúvida, quando vi os nossos convidados de hoje, até imaginei – e erroneamente, graças a Deus – que o Prof. Joaquim Carvalho vinha defender energia nuclear, eu imaginei isso. Inclusive tenho um requerimento aprovado aqui na Comissão de Serviços de Infraestrutura, à época da Senadora Lúcia Vânia, em que discutimos a questão da retomada de Angra 3. E, naquela ocasião, tive a oportunidade de colocar que deveríamos fazer, pela Comissão de Infraestrutura, uma audiência pública para discutir. O Senado tem que se colocar, ter uma posição firmada sobre o assunto. Não é só deixar as coisas acontecerem pelo Executivo e nós, no Legislativo, não estudarmos a questão. Àquela altura, inclusive, tinha acontecido, um tempo antes, aquele acidente lá no Japão, e, em seguida, os países da Europa decidiram suspender a execução de novas usinas nucleares e, mais que isso, rever todas as que estavam em utilização. Aí, naquele mesmo momento, o governo brasileiro toma a decisão de retomar Angra 3, ou seja, no sentido inverso do resto do mundo.

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Se V. Ex^a me permite, Senador Flexa Ribeiro, a propósito do questionamento de V. Ex^a, tenho aqui uma pergunta de um internauta sobre esse assunto, dirigida ao Prof. Joaquim Carvalho: “O Brasil investiu recursos vultosos para o desenvolvimento da tecnologia de mão de obra especializada na área de geração nuclear de energia elétrica. Se depois da conclusão de Angra 3 não for iniciada a construção de novas usinas nucleares, corre-se o risco de que boa parte do esforço até aqui realizado seja perdido. Já foi definido se, de fato, serão construídas novas usinas nucleares no Brasil? Quantas seriam? Quantas entrariam em operação? Na sua avaliação, quais são as oportunidades e os riscos da atividades nucleoeletrônicas no Brasil. As tecnologias de última geração preveem segurança suficiente para tranquilizar a sociedade? O que fazer rejeitos nucleares ao final de vida útil dessas usinas?”

Por favor, V. Ex^a tem a palavra, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Essa preocupação, esse questionamento, é de todos nós.

Então, como dizia, àquela altura, aprovamos aqui fazer uma audiência, que não foi feita até agora, inclusive convidando – não me lembro, porque, naquela altura, ficou de ser identificado – um especialista, um técnico da comunidade europeia que definiu a suspensão, para que ele pudesse vir até aqui e dizer as razões por que a Comunidade Europeia estava tomando as decisões de uma forma, e nós, Brasil, tomando num sentido inverso.

Questionamos também que, à época, e lamentavelmente, quando ocorre uma tragédia, todos têm uma preocupação momentânea. Passada a emoção do momento, aquilo é esquecido. Estamos vendo isso agora, de novo, na região serrana do Rio de Janeiro. Todos os anos essa tragédia se repete, morrendo dezenas, centenas, de brasileiros, em deslizamentos por chuvas.

Acaba a tragédia. Passa a emoção. Um ano depois, os jornais televisivos mostram que aquilo que deveria ter sido feito, à época da tragédia do ano passado, até hoje não foi feito. As habitações não foram construídas para tirar as pessoas das áreas de risco.

Ou seja, é só mídia. Lamentavelmente, é só mídia. Aí, as pessoas comparecem à missa por perda de vidas, mas a efetiva ação, no sentido de resolver o problema não existe, mas não somos contra o Brasil deter a tecnologia de geração. Pelo contrário, acho que essa é uma questão de soberania do nosso País. Precisamos deter a tecnologia nuclear em nosso País.

Determos o controle tecnológico não quer dizer que a gente vá utilizar esse caminho para a geração de energia. É apenas para se ter o meio de geração nuclear que achamos que o Brasil deva ter, até para outras disponibilidades.

Mas no questionamento ou na indagação, na angústia que me toma quando discuto esses assuntos, gostaria de perguntar os professores, Sr. Presidente: Quem decidiu que as usinas hidrelétricas têm de gerar fio d’água? Quem? Baseado em quê? Tecnicamente, cientificamente, o que levou o Conselho Nacional de Política Energética a tomar uma decisão como essa?

Comparo essa decisão com aquela, também, de forma incorreta, tomada, para impedir, através do não financiamento da produção de cana na Amazônia e no Centro-Oeste brasileiro. É a mesma motivação – motivação política. Por que impedir plantar cana no Centro-Oeste e na Amazônia, em áreas de campo natural, em áreas de cerrado, em áreas antropizadas? Qual é a razão? Não vamos apoiar derrubar florestas para plantar cana. Ninguém vai apoiar uma coisa dessa aí.

Agora, há áreas que se destinam a isso. Por que não se planta cana na Amazônia? E o Brasil está importando etanol. O Brasil precisa do bagaço da cana para gerar energia. Quer dizer: não dá. É o mesmo motivo,

e eu gostaria que aprofundássemos isso. Acho que V. Ex^a faz um trabalho exemplar na CI e pode trazer à reflexão do Senado Federal, através desta Comissão, esse debate, focando, cirurgicamente.

Estamos olhando a questão da energia como um todo, mas, cirurgicamente, vamos decidir ou definir, através do Legislativo, o que é melhor para o nosso País. Se for a geração a fio d'água, vamos continuar dessa forma, mas foi mostrado, aqui, pelos professores, que o grande problema da energia é a sua acumulação, é guardar a energia, hoje feita por bateria, que é muito cara. Então, a única forma de gerar energia com reserva própria é a geração hidrelétrica com reservatório em que se pode equilibrar períodos de seca, períodos de enchente – e há como se equilibrar isso –, para, no período de escassez, haver água para poder gerar energia. Agora, sem isso, vamos ter que ficar, para ter que compensar com energias que não têm como reservar, que é o caso da eólica, em que é preciso gerar e consumir, senão vai perder-se, e da solar, que também não tem como reservar.

Então, gostaria que os professores pudessem dar a sua opinião com relação à motivação. E essa decisão não tem retorno. Estamos fazendo Belo Monte agora. O professor colocou a questão do fator de 43% naquele quadro que o senhor mostrou aí, mas aquele fator é para fio d'água, porque, se fosse por reservatório, o fator de Itaipu seria de 83%. Quer dizer, nós estamos jogando energia fora. Estamos perder a oportunidade de gerar energia para o Brasil.

É evidente que não vamos praticar absurdos com relação ao meio ambiente. Agora, o que é mais penoso para o País? Deixar de ter reservatórios, alagando áreas maiores – é evidente, e tem de ser feito um estudo a respeito disso, pois a tecnologia já avançou, e não se faz mais barbaridades, como foi feito em Balbina, onde a área alagada, para efeito de geração, é um absurdo, que nunca mais se pode fazer algo desse tipo, mas você hoje pode reduzir o reservatório, gerando mais energia em função do avanço tecnológico.

Agora, como é que nós podemos ficar gerando 43%, quando nós podemos gerar 80% e precisamos de energia com o mesmo investimento? Então, esse fator de capacidade é baixo, porque esse é o modelo que o Brasil adotou.

Então, Sr. Presidente, repito. Vamos fazer uma reflexão aqui na Comissão de Infraestrutura, chamando os cientistas, os técnicos, em meio ambiente, vamos fazer uma discussão ampla, para que se chegue a um denominador. O Ministério da Justiça, através da Funai, o professor colocou aqui a questão dos índios. Acho que todos nós temos de preservar a nossa cultura, agora não há condições de você ter, como tem no

meu Estado, 750 mil hectares para 141 índios. Quer dizer, é algo que os brasileiros não podem assistir. Nesse caso, quem é o responsável? A Funai, que usa o índio contra o Brasil. Ela faz isso no meu Pará a todo momento. Há áreas de assentamento feitas pelo Incra que a Funai coloca, porque basta ter vestígio de que o índio passou por lá, que vira reserva indígena.

Então, ampliaram essa área de Apyterewa, lá no sul do meu Estado, para 750 mil hectares com 3 mil famílias e, agora, estão querendo – e até não conseguiram – retirar essas famílias.

Assim, acho que nós temos que fazer uma reflexão pontualmente sobre esse modelo, no sentido de ele ser correto ou não, porque, lá no futuro, as gerações que virão vão-nos cobrar a decisão que foi tomada. Se esta foi incorreta, nós vamos responder por ela, para o futuro do nosso País.

Eram esses os questionamentos. Mais do que questionamentos, é a angústia que toma a nós, brasileiros, principalmente a nós, Parlamentares, que temos de discutir e colocar as soluções que sejam melhores para o Brasil, para o País, e não determinadas questões pontuais ou mediais que aqui sejam tomadas.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Flexa Ribeiro.

Passo agora a palavra a S. Ex^a, o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, senhores convidados, professores, professor da nossa Escola Eletrotécnica da Universidade de São Paulo, também sou oriundo de uma Escola Eletrotécnica, da Escola Técnica Federal do Ceará, esse tema, Senador Collor, é fascinante, porque é a questão principal da sobrevivência do homem em todos os tempos.

Em todos os tempos, o homem sobreviveu da energia. Inicialmente, apenas caçando, pescando e aproveitando a energia gerada, a partir da caça e da pesca. Depois, como sedentário, tendo que produzir a própria energia.

Então, sem debater e discutir como usar essa energia disponível – o fato é este: a energia está disponível. Como utilizá-la? Qual a melhor? Como trabalhar com as diversas fontes? – tenho impressão que vencemos já alguns obstáculos, embora os países colonizadores, desde os descobrimentos – entre aspas, evidentemente, porque não houve descobrimento de nada; tudo já estava aí –, desde que os colonizadores avançaram, na busca do caminho das Índias – retornar às Índias, à China, ao Oriente –, que eles são basicamente os mesmos, de 200, 300 anos para cá: os

ingleses, os americanos, os franceses. Eles invadem, roubam, saqueiam, matam, assassinam e usam diversos meios para fazer isso.

Qual a razão central? Controle de fontes de produção de energia. Então, ficamos com essa coisa midiática, anunciando que no Mali tinha um bando de terroristas. O que tem lá é urânio, que estaria vindo da Líbia. O que tinha na Líbia são petróleo e gás. É o controle dessas fontes que patrocinou, e patrocina, guerras de atrocidades, de barbaridades, até hoje, até agora.

No Oriente Médio, são 100 anos de guerra, de saque, de assassinato, de crueldade, praticados por estes colonizadores – ingleses, franceses e americanos especialmente –, além das invasões anteriores.

O mesmo se deu na nossa região. Quer dizer, a colonização da nossa região, especialmente da África, é uma colonização de barbaridades e atrocidades, para suprir de energia as nações colonizadoras. Isso permitiu que elas acumulassem bastante, pudessem ter condições, hoje, de vida com qualidade superior, mais fruto, evidentemente, desse tipo de barbaridade, com exércitos colossais de grande potencial tecnológico, permitindo com que eles continuem, até hoje, saqueando grande parte do mundo.

Tenho a impressão de que vencemos uma parte do debate no Brasil. A hidro tem mais de 100 anos no Brasil. Nós dominamos a hidro. Quanto ao petróleo e ao gás, digamos que avançamos significativamente e dominamos, do ponto de vista da tecnologia, a capacidade de extrair, de refinar e colocar no mercado o nosso produto, e temos de avançar nos renováveis.

Estou plenamente de acordo com essa questão da ação nossa na inovação e na tecnologia. Vejo que na questão da eólica, através do Ministério da Ciência e da Tecnologia, investimos para desenvolver uma placa fotovoltaica nossa, nas nossas universidades. Um caso específico é o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde se investiu, desenvolveu uma placa fotovoltaica de altíssima, comparada com o que compramos hoje da Europa, da Ásia, seja da Coreia, seja da China, seja do Japão, comparado com o que tem nos Estados Unidos, mas não conseguimos produzir a nossa placa fotovoltaica.

Não é que você não tenha desenvolvido a tecnologia. Você alcançou a tecnologia, mas não basta. Você tem de desenvolver a tecnologia e tem de convencer o setor produtivo de que há mercado para aquele seu produto e de que você vai disputar esse mercado, porque, se ele não sentir segurança de que vai disputar o mercado, por que ele vai enfrentar a China, os Estados Unidos e a Europa? Esse é um problema crucial.

Vamos investir e a questão-chave, estratégica: tecnologia. Se você não fizer isso, você deixa de aproveitar

a riqueza da energia de que você dispõe. No Brasil, há gás, petróleo, vento, água, urânio, carvão e – a principal fonte que temos, com incidência bastante larga na nossa região – sol. Então, há potencial gigantesco. Só na energia eólica, os senhores destacaram aqui que o potencial é igual ou até superior ao das hidrelétricas, porque as bases de mapeamento que temos estavam com torres de 50m. Hoje, há torres de 100m sendo implantadas no Rio Grande do Norte e no Ceará. Então, o potencial de produção aumentou significativamente. Isso só em relação a ventos.

Em relação ao sol, temos uma primeira geração comercial em Tauá, no Ceará. É a primeira planta de produção comercial, ou seja, está se vendendo energia solar para o sistema. E os resultados alcançados ali são magníficos. É uma região de muita insolação, evidentemente, e demonstrou que temos uma capacidade gigantesca.

Onde está o nosso problema? O nosso problema é que, na energia eólica, compramos a pá e todos os geradores e ainda estamos comprando as torres de aço, mas só havia um fornecedor no Brasil, que era a Companhia Siderúrgica Usiminas. Como único fornecedor, ela impôs um preço impraticável para se levantar uma torre de energia eólica. O Brasil teve de zerar o imposto de importação para garantir que pudessemos receber placas para fabricar as torres, porque tínhamos de trazer até as torres inteiras do exterior. Vejam a barbaridade. Mas não era um problema de tecnologia. Era um problema de que teria de se ter um número maior, dentro da política industrial, para permitir o fornecimento.

Acho que há aqui dois problemas. Eu quero ouvir, mais uma vez, sua opinião. O senhor já levantou no texto final e levantaram aqui, no debate, a questão tecnológica, o investimento em tecnologia. Eu acho que, aqui, temos de ir fundo. Não podemos estar aqui só com geradores de eólicas... Nós estamos importando os geradores de eólicas – o mais potente que se instalou no meu Estado, no caso, o Ceará, é de 2,4 mega – da Índia. Barbaridade! Por que não fazemos isso aqui? Nós chegamos a nos reunir, aqui, no Senado, com a Suzlon, que é a terceira maior fabricante do mundo, e dizer: “Olha, a produção vai ser aqui. Tem de botar a fábrica aqui, de preferência, evidentemente, no Estado do Ceará, mas a produção tem de ser feita na nossa região, no nosso País”.

Eu examino que temos fontes boas, importantes. Não devemos nos intimidar em aproveitar as nossas fontes, todas elas; aproveitar a fonte do petróleo, do sol, dos ventos, da água, do urânio, do carvão. Nós temos é que desenvolver a tecnologia para fazer uso mais adequado, com menor prejuízo ao meio ambien-

te, mas o que não pode faltar é energia para o nosso desenvolvimento, e um desenvolvimento de qualidade. Eu acho que é aqui que temos de dar segurança ao nosso País e a todos que querem investir aqui, no Brasil, de que temos energia, e energia boa, para produzir na nossa Nação. Eu acho que esse é o caminho que devemos seguir.

Para isso, a minha opinião também é a de que devemos investir fortemente na área de tecnologia e olhar a nossa região. Vamos olhar a América do Sul, que é uma riqueza. Na América do Sul, em toda essa nossa região, é uma riqueza de potencial de produção de energia. Então, eu acho que temos de examinar aqui o pedaço onde estamos localizados no mundo. Quanto mais investirmos para que os nossos vizinhos se desenvolvam, melhor ainda.

Vejam o caso de Itaipu. É um caso absoluto de sucesso. Uma binacional, em que 50% são do Paraguai. Se o Paraguai usar 50%, está ótimo, não há problema. Para nós, é bom. Eu queria que o Paraguai usasse todos os 50%, porque isso significaria que eles estavam se desenvolvendo a uma velocidade maior. Como eles não usam, nós estamos comprando e temos de negociar, a cada hora, o preço, porque é uma questão de correção, de justiça que temos de fazer.

Com a Bolívia, usamos o gás da Bolívia. Ter um empreendimento dessa natureza é importantíssimo para o Brasil e para as relações do Brasil com a Bolívia.

A mesma coisa existe entre Paraguai e Argentina e entre Uruguai e Argentina. Salto está ali, combinando Uruguai com Argentina, e **Yacyretá está ali, combinando** Paraguai com a Argentina; nós e o Paraguai, com Itaipu; Bolívia e Brasil.

Olhem a riqueza de interligação energética do nosso continente. Se tivermos sabedoria e desenvolvermos muita tecnologia, as interligações, esse uso inteligente da transmissão que podemos fazer da nossa energia, da energia eólica... É isto mesmo: se houver vento o ano inteiro, usamos todo o vento, não há problema nenhum, e reservamos a água. Deixa a água lá, paradinha, esperando a hora em que faltar vento.

Acho que nós temos um potencial extraordinário, muito significativo. Os preços estão melhorando bastante, porque, se der escala, melhoram. No caso da eólica, quando começamos a discutir eólica, Professor, Ministro que era contra dava murro na mesa: “Aqui, não há eólica que esse preço é impraticável” etc e tal. Hoje, amigo, os leilões demonstram que nós temos um potencial extraordinário e que os preços são compatíveis com a nova geração de hidrelétrica.

Sinceramente, acho que temos de ir para a nossa área de ciência, tecnologia, investir bastante – há recursos para isso –, para que possamos utilizar ade-

quadamente todas as fontes que estão na nossa mão, algumas fartamente.

Eu queria dar os parabéns aos nossos dois colegas que vieram nos ajudar a discernir como desatar o nó, porque este é que era o tema do debate: desatar os nós. Eu acho que é aí: ciência e tecnologia e convencer os empresários brasileiros de que, se eles tomarem isso em suas mãos, eles vão ajudar o desenvolvimento e não vão perder. Eles não precisam se preocupar se vão perder para a China, para os Estados Unidos, para a Europa. Damos uma ajustada nesse câmbio miserável e ajudamos esses brasileiros a produzirem para o bem da nossa região e do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Eu quero agradecer ao Senador Inácio Arruda.

Antes de passar aos nossos convidados, para que eles possam responder aos questionamentos, eu gostaria de acrescentar uma indagação aqui que eu não fiz quando usei da palavra.

Eu gostaria de ouvir a opinião dos senhores professores sobre o microgerador de energia, muito mais da fotovoltaica, mas também da eólica. Temos um potencial de insolação no Brasil... O Brasil, graças a Deus, é abençoado em todos os aspectos. Há condições que o diferenciam de alguns países, até dos de Primeiro Mundo. Nesse caso, por que não o Governo fazer um programa...? E, ontem, discutíamos isto, Senador Inácio Arruda, na Comissão de Meio Ambiente, com dois projetos, um de 2009, tratando da microgeração de energia fotovoltaica, de tal forma que – e, hoje, há tecnologia suficiente para isso – cada cidadão possa ser um microgerador de energia na sua residência. Em vez de usar um painel de vidro na sua janela, ele poderia usar um painel fotovoltaico. Nós temos tecnologia já, por medição inteligente, em que se pode medir a energia que está gerando e a energia que está consumindo e ou receber se houver excesso de geração ou pagar se houver excesso de consumo. É um encontro de contas, vamos dizer assim. Então, eu gostaria de ouvir também a opinião dos senhores professores a respeito do assunto.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Nessa mesma direção, na medida provisória que trata da questão da energia que está tramitando agora, aqui, no Congresso Nacional, há duas emendas de minha autoria. Uma garante financiamento, porque o microgerador não pode ser só a classe média abastada, pois uma pessoa pobre que tem acesso ao crédito pode comprar esse gerador. Uma garante que ele vai vender a energia excedente. Uma emenda garante o crédito e a outra, que as empresas concessionárias estão obrigadas a comprar o excedente, porque isso pode ajudá-lo a pagar o equipamento que ele adquiriu

para gerar. No futuro, ele vai ter uma geração própria, e o excedente pode virar uma renda adicional, o que é o que alguns países da Europa já fazem, os americanos fazem, os chineses fazem. Praticamente toda aquela região da Ásia, hoje, incentiva o seu consumidor.

Eu acho que a questão que V. Ex^a levanta é chave para que possamos estimular o pequeno e o microgerador, que pode ter um apoio do Governo, um apoio estatal: “eu pago o seu equipamento e, depois, você me paga com a geração”. É assim que se faz. Itaipu foi feita assim ou está sendo feita assim...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – É verdade. Senador Inácio Arruda, V. Ex^a tem toda razão.

A dificuldade dessas fontes renováveis é, como disseram os professores, armazenar energia. Tem de se jogar a energia diretamente na rede. Daí a eólica ser mais difícil, porque tem de se haver ligação direta com a rede. Mas a geração...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É que, no caso da micro, facilita.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Liga diretamente na rede e vai poder ter...

O Governo brasileiro, há um tempo, quando houve a crise de geração de energia, fez um financiamento para que houvesse a substituição das lâmpadas, àquela altura, incandescentes, para fluorescentes. Temos agora de dar um passo à frente, que é fazer o aumento de geração e a diminuição de consumo, usando a tecnologia existente.

Eu passo a palavra ao nosso primeiro convidado, o Prof. Sérgio Bajay, para que ele possa colocar as suas posições em relação aos questionamentos que foram feitos não só pelos Senadores, mas também pelos brasileiros que nos acompanham pelas redes sociais e pela TV Senado.

O SR. SÉRGIO VALDIR BAJAY – Os assuntos de que estamos tratando aqui são bastante complexos. O tempo que temos disponível para a discussão, neste momento, é limitado. Então, eu me preocupei em deixar uma mensagem relativamente simples e clara de que nós temos algumas decisões importantes...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Professor, permita-me, por favor?

O SR. SÉRGIO VALDIR BAJAY – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – V. S^a já pode até registrar. Chegou, agora, mais uma mensagem do Sr. Francisco José Abreu Macedo, de Fortaleza, Ceará, Senador Inácio Arruda, da Praia de Iracema. Olha que maravilha, não é? O Francisco pergunta como estão as pesquisas de combustível hidrogênio no Brasil e quais as expectativas de serem utilizados ônibus no transporte público movidos a esse

tipo de energia. Então, os senhores já podem também responder ao nosso Francisco Macedo, contrerrâneo do Senador Inácio Arruda.

O SR. SÉRGIO VALDIR BAJAY – Eu estava mencionando, então, que, dentro da área de planejamento, não só energético, evidentemente, há desafios de curto, médio e longo prazo. É importante sempre haver metas de longo prazo para nos balizar nas decisões e nas nossas estratégias de curto e médio prazo. Então, desenvolver fontes renováveis de energia, hoje, é quase uma unanimidade no mundo inteiro, a longo prazo. A longo prazo, não se sabe quando, o urânio e o petróleo, como o Prof. Joaquim colocou bem, vão acabar. Então, praticamente quase todos os países do mundo estão preocupados em desenvolver fontes renováveis a longo prazo, e o Brasil também, claro. Agora, há alguns problemas de curto e médio prazo, com impactos, evidentemente, a longo prazo, a respeito de que eu tentei trazer algumas informações.

Um dos eslaides que eu apresentei mostra que o Brasil, até uns dez anos atrás, talvez quinze anos atrás, ainda construía usinas com reservatório. Se continuássemos fazendo isso, construindo usinas com reservatório, o papel da geração termoeletrica de forma geral, e, particularmente, atuando na base, seria minimizado. Esse é o nosso histórico até algum tempo atrás, mas, a partir do momento em que a gente deixou de construir reservatórios, o problema da complementação térmica, que foi o foco da minha apresentação, passa a ser uma necessidade. Então, a primeira decisão que se tem que tomar é: ou voltar a construir usinas com reservatórios até certo grau, evidentemente, ou se ter termoeletricas como *backup* para essas fontes, sejam hidrelétricas, eólica ou solar, que são intermitentes, o que seria inevitável.

Voltar a construir usinas hidrelétricas com reservatórios não é uma panaceia. A gente sabe que, na Região Norte, a topografia local não favorece muito a construção de reservatórios, e isso tem sido reiterado várias vezes pelo Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, mas, mesmo na Região Norte, existem ainda sítios em que reservatórios poderiam ser construídos. Então, tenho defendido, junto com vários outros especialistas, que o Governo estabelecesse uma política de priorização de locais onde reservatórios teriam impactos ambientais, sociais os menores possíveis e voltassem a nos trazer os benefícios da regularização, ou seja, que os reservatórios das usinas que construíamos nas décadas de 70, 80, 90 voltassem a existir.

O Senador Flexa Ribeiro fez uma pergunta interessante: por que se decidiu não construir reservatórios de regularização nas usinas hidrelétricas?

Que eu saiba, não existe nenhuma decisão oficial a esse respeito, tipo uma resolução do CNPE. O que acontece é que o movimento ambientalista no Brasil, pela nossa tradição de construir usinas hidrelétricas, é fortemente focado contra a construção dessas usinas hidrelétricas de médio e grande porte, e o poder de fogo desse pessoal a gente consegue medir facilmente com a oposição recente – que, aliás, continua forte – em relação à usina de Belo Monte. Então, para minimizar os problemas de licenciamento ambiental, e esta é uma decisão pessoal de alguns ministros e do Presidente do EPE, decidiu-se, nos últimos anos – e isso não está escrito em lugar nenhum, não existe nenhuma resolução – desistir de construir reservatórios, porque o impacto ambiental dessas grandes hidrelétricas se reflete principalmente no tamanho do reservatório...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Professor, com licença.

O SR. SÉRGIO VALDIR BAJAY – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Nós precisamos comparar qual o impacto maior, se é a construção do reservatório ou se é a poluição permanente com geração termoeletrica através de combustível fóssil, que é o que está sendo feito agora.

O SR. SÉRGIO VALDIR BAJAY – Com certeza. O senhor levantou novamente outro ponto importante.

A oposição ambientalista em relação a usinas termoeletricas convencionais, a carvão, a óleo combustível ou ao que sejam, e a usinas nucleares é muito menor aqui no Brasil porque nós construímos relativamente pouco dessas outras usinas térmicas convencionais ou nucleares, mas ela é muito forte em relação às usinas hidrelétricas, ou seja, existe um desbalanceamento dessa oposição à construção de usinas. Há um foco muito forte em relação às hidrelétricas. Então, meio que para facilitar o licenciamento ambiental que se tomou essa decisão, meio que pessoal de alguns dirigentes do setor elétrico, de não privilegiar mais a construção de hidrelétricas com reservatório, inclusive, recentemente, decidiu-se construir essas novas usinas que ainda estão nas pranchetas com o conceito de usina-plataforma – a usina seria construída, mas as estradas de acesso, depois, seriam desfeitas, e ficaria isolada no meio da floresta amazônica, como fica uma plataforma de exploração de petróleo. Até em algumas situações, isso talvez se justifique.

Eu não questionaria completamente o conceito, mas o que tenho definido há muitos anos, e o Prof. Joaquim também mencionou na sua apresentação...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu questiono porque, em todo lugar do mundo, uma geração nesse porte hidrelétrico também é uma ques-

tão de segurança do País. Em nenhum lugar do mundo se deixa uma usina dessa isolada. Seria uma loucura e uma estupidez.

O SR. SÉRGIO VALDIR BAJAY – Sim. Mas o que tenho defendido, pessoalmente, há muito tempo, e que o Prof. Joaquim, aparentemente, também corrobora, é que um projeto de uma grande hidrelétrica é um projeto estratégico, inclusive, e na época eu estava no Ministério, defendi que certos projetos fossem considerados estratégicos, por decisões do CNPE. Ele é estratégico não só do ponto de vista energético.

O que garante inclusive essa complementaridade eólica, hidroelétrica é o reservatório. A partir do momento em que não vou tendo mais reservatórios, essa complementação começa a ficar comprometida, que é uma das mensagens que quis deixar aqui.

É estratégico não só do ponto de vista energético, mas do ponto de vista social. Se a gente for olhar a implantação de grandes hidroelétricas nos Estados Unidos e em vários países europeus, esses projetos foram considerados, na década de 30, 40 e 50, como projetos de desenvolvimento local, qualquer que tenha sido a linha de desenvolvimento aderente às especificidade daquela região. Então, tem que ter, como o Prof. Joaquim colocou, um projeto urbanístico adequado de saneamento. Até fiquei contente de ver que, em Belo Monte, aparentemente, no papel, se pretendia fazer isso. Não sei se isso está tendo o impacto esperado por conta dessas manifestações que quase todas as semanas estamos vendo em Belo Monte.

Enfim, eu acho que deveria haver, em relação à retomada de construção de usinas hidrelétricas com reservatório, um planejamento, e isso inclusive tem sido defendido até por grandes consumidores industriais. Da mesma forma como temos áreas de preservação ambiental, que não podem ser tocadas ou que têm restrições ao tipo de atividade econômica, deveria haver, em minha opinião e de alguns outros especialistas, uma política de se escolher certos sítios que são tecnicamente favoráveis à construção de hidrelétricas, pela topografia, geologia, enfim, e que tenham impactos mínimos e aceitáveis, e de se fomentar projetos nessa região.

Quando vim aqui em 2009, falei do uso múltiplo dos reservatórios. Se no Brasil a gente tivesse priorizado, ao longo do tempo, que um determinado reservatório, além de servir para armazenar água, e, indiretamente, energia elétrica, também serviria para fomentar projetos de irrigação, navegação, controle de cheias, piscicultura, a oposição local a essas obras seria muito menor, porque esses outros usos da água têm muitos benefícios para as populações ribeirinhas.

Então acho que a retomada de construção de usinas hidrelétricas com reservatório passa por esses pontos que acabei de mencionar.

Voltando à questão das térmicas, combustíveis fósseis, na realidade, o problema técnico que se coloca, que vai exigir a realização de leilões para usinas operando na base da curva de carga, e essa decisão tem que ser rápida, para esse ano, a meu ver, é quais são as opções tecnológicas para usinas operando na base, exceto, obviamente, voltar a construir usinas hidrelétricas com reservatório, que é o que já mencionei. Do ponto de vista ambiental, por exemplo, uma solução que é interessantíssima e que vai inclusive ao encontro da defesa do Prof. Joaquim em relação às renováveis, seria as termoeletricas a biomassa que operassem na base. Hoje, por exemplo, a cogeração com bagaço só opera no período de safra. Então, não consegue atender o tempo todo, ou seja, não consegue operar na base. É claro que existem soluções técnicas para isso, várias, e não vem ao caso entrar em detalhes agora. Fomentar a geração com biomassa na base, ou seja, no ano inteiro, é um belo desafio na linha dos renováveis. Há também os combustíveis fósseis, conforme foi dito tanto por mim quanto pelo Prof. Joaquim, a opção do gás ciclo combinado, que é a opção menos poluente de forma geral e uma fórmula eficiente. Eu tenho eficiência da ordem de 60% para usinas termelétricas a gás operando em ciclo combinado. Temos essas outras opções mais polêmicas, porque há impactos ambientais mais fortes, que é o caso da usina a carvão. Existe obviamente um *lobby* batalhando para a retomada da construção dessas usinas por causa da indústria de mineração de carvão no Sul. A gente sabe muito bem sobre, no próprio Congresso, o *lobby* dos Estados do Sul nesse sentido. Mais polemica ainda é a nuclear, e o Professor Joaquim levantou muito bem.

Queria deixar como recado é que decisões têm que ser tomadas rapidamente, inclusive sobre a questão de se voltar a construir usinas com reservatórios com uma política que dê, digamos, uma salvaguarda adequada para isso, porque temos problemas em anos de risco hidrológico. Neste ano, que é um ano hidrológico ruim, mas não dos piores, nós já estamos no fim do período úmido e o nível dos reservatórios, o reservatório equivalente, que é o que a ONS usa, está em torno de 51%, que é baixíssimo. Se tivermos algum ano hidrológico como esse ou pior, o nosso risco de racionamento vai ser bastante grande. Então, ter leilões para usinas operando na base não é um problema para amanhã, é um problema para hoje. São decisões até de opção tecnológica de fomentar a biomassa operando na base ou da questão do gás natural.

Outra coisa que comentei na minha vinda aqui em 2009/2010 foi que estamos carentes de uma política mais ampla para o gás natural, para o seu uso em termoeletrica e para outros usos possíveis, há muito tempo. Eu acho que um dos grandes desafios do Legislativo é ajudar a formar uma política para o gás natural em seus vários usos, inclusive na termoeletricidade.

Finalizando, para poder dar mais oportunidade a meu colega e também aos debates, em relação à geração distribuída, que contempla fotovoltaica, células de combustível e a própria eólica em pequena escala, é quase que uma unanimidade no mundo inteiro que a tendência do setor elétrico é fortalecer essa geração distribuída em pequena escala. Vai ser cada vez mais comum no futuro a médio e longo prazo que empresas e residências gerem se não toda, mas parte da energia de que precisam, só que isso não vai acontecer da noite para o dia. É um processo que é relativamente lento e que vai passar por redes inteligentes. Esse é outro desafio. Decisões precisam ser tomadas desde já, principalmente nesse campo do financiamento, para fomentar, digamos, acelerar esse desenvolvimento.

Eu finalizaria dizendo que, embora a fotovoltaica hoje ainda seja cara no Brasil, porque não há escala em termos de difusão, é a tecnologia que está mais próxima de se tornar madura. A geração eólica de pequena escala ainda é cara, tem algumas aplicações pontuais, mas eu não sou muito otimista, pelo que conheço dessa tecnologia, pelo menos a curto e médio prazo. Com relação a células eletroquímicas ou células de combustível, como são mais conhecidas, a tecnologia ainda está em fase de desenvolvimento, comparando-se em muitos projetos alternativos, que é onde entra fortemente a utilização do hidrogênio. Temos, no Brasil, uma rede de hidrogênio envolvendo várias universidades, o Cepel. Está avançando bastante – a Unicamp tem um laboratório de hidrogênio e também tem feito trabalhos bastante interessantes –, mas lentamente, pelo menos aqui no Brasil. No Japão, esse assunto evoluiu muito, até pela dependência fortíssima que os Japão tem de importações de energia de tudo quanto é tipo.

A longo prazo, realmente, o futuro está aí. A geração distribuída só tende a crescer, e temos, aos poucos, que estabelecer políticas de fomento para a gente tentar acelerar esse processo.

Na fotovoltaica estamos extremamente atrasados. Esse aí é um dos pontos que também sempre tenho destacado muito, e nós temos que recuperar um pouco o tempo perdido.

Minhas observações são essas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Prof. Sérgio Bajay, da Unicamp,

e passo a palavra ao Prof. Joaquim Carvalho, do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO DE CARVALHO

– Vou tentar falar rapidamente sobre cada um dos pontos levantados aqui.

O primeiro ponto, trazido pelo Senador Flexa Ribeiro, foi sobre a questão de por que o Brasil não consome toda a energia de Itaipu. Simplesmente, porque assinou um contrato internacional: metade é do Paraguai. E, como o Paraguai não consumia, nós comprávamos do Paraguai.

Depois, falou-se no fator de capacidade muito baixo. Foi um ponto que procurei mostrar em um daqueles gráficos. O fator de capacidade do sistema interligado hidroelétrico, no momento em os parques eólicos forem interligados, através de uma *smart grid*, uma rede inteligente, eles não serão mais intermitentes; eles terão um fator de capacidade baixo, mas haverá sempre regime de ventos em algum ponto. Então, com um sistema interligado, há um sistema de vasos comunicantes, como é o sistema hidrelétrico, aliás: há reservatórios que estão vazios e outros que estão em bom nível; e os vazios podem até deixar de operar, mas os outros garantem o suprimento, garantem a estabilidade da rede.

Então, esse é um conceito interessante; começar a pensar em termos de sistema hidroelétrico, que é um sistema que não sei por que ninguém ainda usa esse termo, mas é o que nós devíamos usar. Os holandeses usam termoeólico, porque eles combinam as térmicas a óleo ou a carvão com as eólicas. Nós não temos por que usar isso; temos que usar hidroelétrico.

Depois, falou-se nas reservas. Por que só se fazem hoje reservatórios a fio d'água? É uma questão... O Senador colocou a dúvida: por que, qual a razão técnica disso? Eu acho que não há razão técnica; é um motivo emocional. São pessoas que querem agitar populações, talvez para ter algum ganho político em cima daquilo. Não sei qual é a razão. Não há razão claramente identificável, inclusive porque, se aproveitarmos tudo que for aproveitável, deixando aqueles 20% intocados, o que inundaria da Região Amazônica, da Amazônia brasileira seria 0,6%. Então, isso é um absurdo, não há impacto ambiental que seja...

Além disso, a ideia de que existem sistemas ou biomas em estado primevo, quer dizer, primordial é uma coisa que não tem cabimento, não tem sentido, porque a terra, a superfície da terra se modifica há milhões de anos. A Amazônia já foi diferente. Como o homem também faz parte do bioma terrestre, é um elemento que também modifica. Se um vulcão explodir no Equador, o dano ambiental é muito maior, provavelmente, mas a natureza reabsorve aquele dano e se readapta e tudo.

Então, é uma discussão um pouco... Tenho a impressão de que é um pouco emocional, muito emocional.

Quanto à armazenagem, como eu disse, com um sistema interligado hidroelétrico, os reservatórios hidrelétricos permitem a armazenagem da energia eólica, mas é preciso haver reservatórios. Se não se construir reservatório, não é possível armazenar.

Quanto aos consumidores individuais interligados no sistema, isso já é usual na Alemanha, como eu disse aqui no começo. Em 2010, os alemães instalaram 1,2GB em painéis solares, em cima de casas. Quando a família está no trabalho e as crianças na escola, estão fornecendo energia para a rede e usam energia de noite, e há o encontro de contas, como disse o Senador. Isso já é uma realidade. Estive em Dresden, no ano passado, e fui até uma grande empresa de painéis fotovoltaicos que tem muito interesse em investir no Brasil. Eles têm a tecnologia. São painéis flexíveis e translúcidos – pode-se colocar na janela. Eles geram energia e permitem a passagem da luz. Isso já uma coisa corriqueira.

Falou-se no hidrogênio, que é a pergunta desse Sr. Francisco José.

O hidrogênio também é uma maneira de se economizar energia elétrica. Como? Por exemplo, aproveitando a energia excedente vertida de Itaipu. Itaipu verte cerca de 3% – que é muito para uma usina da potência de Itaipu –, que são jogados fora. A água vertida não é turbinada. Fizemos um estudo em conjunto com o LACTEC, que é um instituto de pesquisa de Curitiba ligado à Copel, que é a companhia de energia elétrica do Paraná. A ideia seria turbinar aqueles 3% e transmitir em rede elétrica para Curitiba, onde a companhia de ônibus instalaria os eletrolisadores para gerar hidrogênio. O hidrogênio seria, então, usado...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Existe algum impedimento contratual?

O SR. JOAQUIM FRANCISCO DE CARVALHO – De quê?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – No caso de Itaipu.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO DE CARVALHO – Não. Que eu saiba, não. Acho que não. É vertida. Pode ser que haja um problema com a Argentina, com a vazão do rio. Não sei. Isso tem que ser estudado. Se diminuiria muito a jusante. Isso teria que ser discutido com os argentinos e ver quais são as razões. É um projeto a ser estudado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E, agora, depois do Papa Francisco, pode ser que tenhamos mais dificuldades.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO DE CARVALHO

– Então, a companhia de ônibus geraria o hidrogênio e usaria nos ônibus.

O grande problema do hidrogênio é armazená-lo. É complicado. As dimensões atuais são as menores. Ele se introduz nas redes que estão dentro de aços, por exemplo, e tornam o aço muito frágil. É um problema sério a armazenagem de hidrogênio, mas não fazer o hidrogênio para, imediatamente, colocar nos ônibus e usá-los, ou colocar numa célula combustível a hidrogênio, que geraria energia elétrica e colocaria na rede. Pode-se usar o hidrogênio individualmente em cada ônibus ou na rede. No próprio LACTEC, a energia gerada lá é numa célula a combustível.

A outra maneira de economizar, de poupar energia, de acumular energia elétrica, seria fazer hidrogênio, não com excedentes de hidrelétrica a fio d'água, mas pela reforma de etanol. O Brasil domina há 30 anos toda a tecnologia da produção de etanol, toda a agroindústria canavieira, todo o sistema de transportes de etanol – agora se fala até em construir *pipelines* para etanol. O etanol pode ser reformado e gerar os componentes, pois o C_2H_5OH tem bastante hidrogênio. São cinco átomos. O que tem mais hidrogênio, é claro, é o metano. O peso atômico do hidrogênio é 1. É CH_4 . Então, são quatro em um átomo de metano. O peso atômico do carbono é 12. Então, o total é 16. O hidrogênio entrou com 4. São 25%. No caso, do etanol, acho que dá 12% ou 15%. É fácil calcular. Mas o mais barato é fazer hidrogênio de gás natural. É o hidrogênio mais barato, que é o que se faz, e é por essa razão que se faz assim. Mas, no Brasil, nós poderíamos fazer a parceria etanol. Nos Estados Unidos, se faz de carvão mineral ou de hidrogênio; na Europa, de gás natural. Nós poderíamos fazer de etanol, e aí se transporta o etanol, se acumula o etanol e, no momento do uso, se reforma. Isso é uma coisa muito boa em grandes cargas. Por exemplo, todo um supermercado poderia ter o seu tanque de etanol e um eletrolisador; depois, toda a energia elétrica do supermercado ou do centro de compras poderia ser gerada em célula a combustível.

Bom, é isso. Tenho a impressão de que toquei nos pontos principais.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Múltiplas oportunidades.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO DE CARVALHO

– Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Quero agradecer ao Prof. Joaquim Francisco de Carvalho, do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP.

Dessa forma, quero encerrar a primeira parte da nossa reunião de hoje da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal e dar início à segunda

parte, que é deliberativa, Senador Inácio Arruda. Eu pediria a V. Ex^a que permanecesse mais um pouco para relatar aqui alguns projetos da parte administrativa.

Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, retiro de pauta o Item 1, que é o Projeto de Lei do Senado nº 408.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) –

ITEM 1**PROJETO DE LEI DO SENADO**

Nº 408, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pela aprovação

Por solicitação do Senador Capiberibe, que é o Relator do Item 1 da pauta de hoje, fica retirado de pauta.

Vou fazer agora a leitura dos requerimentos que foram encaminhados à Secretaria da Comissão para discussão e votação na próxima reunião, conforme os termos já aprovados pela Comissão.

Nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal e do art. 90, inc. IX e X, c/c 104, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas pelo Tribunal de Contas da União as seguintes informações relativas sobre as fiscalizações que estão sendo exercidas nos procedimentos dos Planos de Fiscalização de Obras Federais FISCOBRAS, principalmente exercícios de 2012 e 2013:

a) se é calculado o custo econômico da paralisação frente ao prejuízo estimado na continuidade da obra nos casos de indicativo de paralisação (IG-P) e indicativo de retenção (IG-R) – cálculo de “dano reverso” no caso de descontinuidade da obra;

b) caso seja calculado, descrever a metodologia utilizada (pelo menos os principais fatores considerados);

c) quais são os critérios utilizados para avaliar a materialidade dos achados que ensejam a paralisação das obras;

d) quantos contratos foram enviados ao Congresso Nacional na relação de obras e serviços

com indícios de irregularidades graves, para efeitos de elaboração da lei orçamentária anual, em cumprimento ao disposto nos incisos IV e V do § 1º do artigo 93 da Lei no 12.708, de 17 de agosto de 2012 (LDO/2013) e dispositivos correspondentes nos 5 exercícios anteriores;

e) quantos dos contratos mencionados na alínea “a” do inciso IV continham indícios de sobrepreço ou superfaturamento, e qual o montante envolvido;

f) quantos dos contratos mencionados na alínea “b” do inciso IV foram objeto de solução considerada adequada para o sobrepreço até a votação pelo Congresso Nacional da lei orçamentária anual do respectivo ano (incluindo, se ocorridas, a redução parcial dos montantes impugnados e a prestação de garantias consideradas suficientes pelo Tribunal), e quais os montantes envolvidos nesta solução;

g) houve contratos encaminhados nos processos orçamentários das Leis Orçamentárias de 2008 a 2013 em que os indícios de irregularidades graves com indicativo de paralisação foram afastados somente com os elementos de defesa apresentados pelos responsáveis ou empreitas, caso afirmativo quantos e quais;

h) informar se existem estudos atualizados sobre obras paralisadas que sejam financiadas com recursos federais e com suas causas principais, caso afirmativo, encaminhá-los ao Congresso Nacional.

Esse é o requerimento subscrito pelo Presidente da CI, Senador Fernando Collor, que tem justificativa em seguida.

Apenas para leitura. Discussão e votação na próxima reunião.

Segundo requerimento.

Requeiro, nos termos do artigo 90, incisos II e III, e do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas Audiências Públicas perante esta Douta Comissão com a finalidade de discutir a reforma do marco regulatório do setor mineral.

À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para tratar do Título Minerário e da promoção da atividade mineral:

- Dr. Luciano Coutinho – Presidente do BNDES;
- Dr. William Freire – advogado, especialista em Direito Minerário;
- Dr. Jomar Silva Feitosa – Diretor de Gestão de Títulos Minerais do

Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM);

• Dr. José Fernando Coura, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM).
Outra audiência:

Para tratar da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais:

- Dr. Carlos Alberto Barreto, Secretário da Receita Federal do Brasil;
- Dr. Marco Antonio Valadares, Diretor de Procedimentos Arrecadatários do DNPM;
- Dr. José Tavares de Araujo Jr., Diretor do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento;
- Dr. José Fernando Coura, Diretor-Presidente do IBRAM.

Outra audiência:

Para tratar da exploração em casos especiais – terras indígenas, fronteira e alto mar:

- Dr. Celso Amorim, Ministro da Defesa;
- Dr. Antonio Patriota, Ministro das Relações Exteriores;
- Dra. Marta Maria do Amaral Azevedo, Presidente da Funai;
- Dr. Paulo Guilherme Galvão, Diretor de Planejamento e de Desenvolvimento da Mineração do DNPM;
- Dr. José Fernando Coura, Diretor-Presidente do IBRAM.
- Dr. Adriano Drummond Trindade, advogado, professor de direito

E em uma última audiência, para tratar do novo marco regulatório do setor mineral, os convidados seriam: Dr. Edson Lobão, Ministro de Minas e Energia; Dr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará; Dr. Antonio Anastasia, Governador do Estado de Minas Gerais; e Dr. Jaques Wagner, Governador do Estado da Bahia.

Esse é o requerimento de minha autoria, Senador Flexa Ribeiro.

Apenas para leitura também. Discussão e votação na próxima reunião.

Último requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para discutir a Resolução nº 03 de 2013 do CNPE, com a presença dos seguintes convidados:

1. Sr. Márcio Zimmermann – Secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia;

2. *Sr. Hermes Chip – Diretor Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico;*
3. *Representante do Ministério da Fazenda;*
4. *Sr. Luiz Fernando L. Vianna – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE;*
5. *Sr. Flávio Neiva – Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia;*
6. *Felipe Mattar – Goldman Sahas – Analista Setorial de notório saber; e, José Roberto Oliveira – Pinheiro Neto Advogados*

Esse também é o teor do requerimento, subscrito pelo Senador Delcídio do Amaral. Em seguida a justificativa.

Apenas para leitura. Discussão e votação na próxima reunião.

Vamos à parte deliberativa dos projetos.

O Item 1 foi retirado de pauta.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Com a palavra, o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Há um requerimento aqui que pretende discutir aspectos relacionados com a aplicação da Lei nº 12.619, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista. Está aqui na pauta. Ele foi lido?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Há mais dois requerimentos para leitura. (Pausa.)

Mais três. (Pausa.)

Para apreciação. Vamos deliberar agora. Vamos discutir e votar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Eu queria sugerir, Sr. Presidente, a inclusão do Sr. Abel Paré.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Farei isso. Acho que é o próximo aqui, não é?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Eu vou colocar em discussão e V. Ex^a pode acrescentar o outro nome.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Porque começou com requerimento e depois...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Aqueles três que eu fiz foi para fazer a leitura. Dentro da forma que foi aprovada pela Comissão, em uma primeira reunião, é feita a leitura tão somente do requerimento e, na reunião seguinte, então, é colocado em discussão e em votação. Esses três primeiros, só leitura. Agora vamos entrar em deliberação dos re-

querimentos que foram lidos na reunião anterior. V. Ex^a quer fazer o adendo para o item em seguida, agora.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 9, DE 2013

Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II, III e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, incisos II e III, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública conjunta, no âmbito das Comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE), para discutir aspectos relacionados com a aplicação da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, que, entre outras providências, “dispõe sobre o exercício da profissão de motorista”.

Para fornecer informações, expor opiniões e responder aos questionamentos dos Srs. Parlamentares, sugiro que, para a mencionada audiência, sejam convidadas as seguintes autoridades e representantes:

1. *Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos, Diretor-Geral em exercício da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);*
2. *Sr. Adélio Justino Lucas, Procurador do Ministério Público do Trabalho no Distrito do Trabalho e no Estado do Tocantins (PRT da 10ª Região);*
3. *Srª Maria Alice Nascimento Souza, Diretora-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Justiça;*
4. *Sr. Newton Jerônimo Gibson Duarte Rodrigues, Presidente da Associação Brasileira de Logística e Transporte de Carga (ABTC);*
5. *Sr. Diumar Cunha Bueno, Presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA);*
6. *Sr. Renan Chieppe, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (ABRATI).*

Autoria: Senador Delcídio do Amaral e outros

Esse Requerimento foi lido na reunião do dia 20 de março passado.

Coloco, agora, em discussão. (Pausa.)

Senador Capiberibe, para discutir.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, é apenas para incluir o nome do Sr. Abel Paré, coordenador nacional do ramo de transportes do sistema OCB. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a será atendido, com a inclusão do nome

indicado por V. Ex^a para compor os convidados à audiência.

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 10, DE 2013

Requeiro nos termos do § 2º do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com objetivo de permitir exposições de informações e debates sobre as atribuições e desempenhos das agências reguladoras brasileiras, bem como as evoluções que se tornaram necessárias na legislação brasileira sobre regulação.

Considerando o tema da audiência pública requerida, recomendo a presença das personalidades a seguir relacionadas:

– Sr. Maurício de Albuquerque Wanderley – Secretário-Geral, da Secretaria-Geral de Controle Externo – Segecex – do Tribunal de Contas da União – TCU;

– Sr. Luiz Alberto dos Santos – Subchefe de Análise de Acompanhamento de Políticas Governamentais e Coordenador do Comitê Executivo do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação – PRO-REG – da Casa Civil da Presidência da República;

– Sr. Sérgio Antônio Silva Guerra – Doutor e Mestre em Direito e pós-Doutor em Administração Pública; Professor da Fundação Getúlio Vargas;

– Sr. Rodrigo Loureiro Medeiros – Doutor em Engenharia de Produção, Professor do Instituto Federal do Espírito Santo;

– Sr. Carlos Jacques Vieira Gomes – Consultor do Núcleo de Direito Comercial e Econômico da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

O requerimento foi lido na reunião do dia 20/03/2013.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 11, DE 2013

Requeiro nos termos do § 2º do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com objetivo de permitir exposições de informações e debates sobre o planejamento rodoviário brasileiro e as concessões de rodovias federais à gestão da iniciativa privada. Considerando o tema da audiência pública requerida, recomendo a presença das personalidades a seguir relacionadas:

– Sr. Paulo Sérgio Passos – Ministro de Estado dos Transportes;

– Sr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira – Diretor presidente da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade (ETAV);

– Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos – Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

O requerimento foi lido na reunião do dia 20 de março próximo passado.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 12, DE 2013

Nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinados com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, por esta Comissão, audiência pública para debater os modelos, os instrumentos e as fontes de financiamento, inclusive as não convencionais, para a Infraestrutura, dentro da visão do setor público e da iniciativa privada, com a presença das seguintes autoridades:

– Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr^a Miriam Belchior;

– *Presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho;*
– *Presidente da ABDIB (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base), Dr. Paulo Godoy; e*

– *Diretor da CNI e Coordenador da Área de Infraestrutura, Dr. José de Freitas Mascarenhas.*

Autoria: Senador Armando Monteiro

O requerimento foi lido na reunião do último dia 20 de março.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todas Sr^{as} e Srs. Senadores e, em especial, dos convidados que participaram da primeira parte da reunião, Prof. Sérgio Bajay e Prof. Joaquim Francisco de Carvalho.

Por fim, convoco as Sr^{as} e Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, a ser realizada segunda-feira, dia 1º de abril, às 18h, neste plenário, dando continuidade à série de audiências públicas Investimento e Gestão – Desatando o nó Logístico do País, com a apresentação do segundo painel, Eletricidade Convencional, que integra o primeiro ciclo de audiências intitulado Energia e Desenvolvimento do Brasil.

Nessa reunião, contaremos com os seguintes convidados: Eng. Mauro Arce, Presidente da Companhia Energia de São Paulo (CESP); Dr. Claudio Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil; e Dr. Paulo Pedrosa, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace).

Não havendo mais nenhum assunto a tratar e desejando a todos os brasileiros e, em especial, aos paraenses uma feliz Páscoa, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 07 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 27 minutos.)

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezoito horas e treze minutos do dia primeiro de abril de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Jorge Viana**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **João Ca-**

piberibe, João Costa e José Pimentel. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e comunica o recebimento do Aviso nº 273-Seses-TCU-Plenário, de autoria do Ministro Augusto Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que, “*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país*”. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Engenheiro **Mauro Arce**, Presidente da Companhia Energética de São Paulo, Doutor **Claudio Sales**, Presidente da Instituto Acende Brasil, e o Senhor **Paulo Pedrosa**, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres. Os Senadores **João Capiberibe** e **João Costa** fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte horas e vinte minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Jorge Viana**, Presidente em Exercício da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Na qualidade de Presidente em exercício da Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Tenho um comunicado sobre a Mesa que gostaria de fazer.

Documento recebido pela Presidência da CI.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 273, do TCU/Plenário, de autoria do Ministro Augusto Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos

do Processo nº Tribunal de Contas 014206/2012-9, que trata de auditoria operacional efetivada no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, com o objetivo de avaliar o sistema de pesagem de veículos adotada nas rodovias federais brasileiras, examinando desde as competências dos órgãos e entidades responsáveis, passando pelo seu processo de planejamento e monitoramento até a efetividade das ações realizadas.

Na forma do Ato nº 3 da CI, de 2012, o Aviso será encaminhado à Consultoria Legislativa para análise e, caso cabível, sugestão de iniciativas ou providências a serem adotadas no âmbito desta Comissão.

Cópias deste documento encontram-se à disposição das Sr^{as} e Srs. Senadores.

Vamos à pauta desta reunião extraordinária.

A presente reunião destina-se à realização da audiência pública com o tema: “Eletricidade Convencional”, segundo painel do primeiro ciclo de audiências públicas intitulado “Energia e Desenvolvimento do Brasil”, parte integrante da agenda 2013/2014, “Investimento e Gestão: Desatando o Nó Logístico do País”, da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Essa programação foi feita pelo Presidente desta Comissão, Senador Fernando Collor, com a complacência de todos os demais colegas Senadores, e agora está em curso.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades, a quem aproveito e convido para que tomem junto assento junto conosco: o engenheiro Mauro Arce, Presidente da Companhia Energética de São Paulo, Cesp; Dr. Cláudio Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil; e o Sr. Paulo Pedrosa, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres – Abrace.

Por gentileza, sejam bem-vindos.

Mais uma vez, queria informar que esta reunião está sendo transmitida pela TV Senado e pela Rádio Senado e tem como objetivo dar sequência a uma programação feita por esta Comissão que é parte da agenda de trabalho para 2013/2014.

Queria, mais uma vez, agradecer ao Dr. Mauro Arce, Presidente da Companhia Energética de São Paulo, Cesp, ao Dr. Cláudio Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil, e ao Dr. Paulo Pedrosa, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres – Abrace.

Gostaria de informar que daremos seguimento à iniciativa pioneira, começada na semana passada, através da qual a população participa das audiências públicas desta Comissão de Serviços de Infraestrutur-

ra do Senado Federal enviando perguntas e comentários aos nossos convidados e palestrantes. Essa é uma iniciativa que procura aproximar os trabalhos que desenvolvemos aqui da opinião pública.

Também temos a intenção de fazer sessões temáticas, mas essa é uma iniciativa da Comissão que considero da maior importância. Para participar, basta ligar, gratuitamente, para o *Alô Senado* pelo telefone: 0800-61-2211 ou enviar sua contribuição pela Internet no endereço: www.senado.gov.br/alosenado ou ainda nos perfis do *Alô Senado* no *facebook* ou pelo *Twitter@alosenado*. Portanto, qualquer cidadão, ouvinte ou telespectador de nossa audiência poderá agora, pois passarei a palavra para os convidados, a partir desta audiência pública, que começará em seguida, enviar suas perguntas aos palestrantes ou mesmo um comentário de seu interesse.

Mais uma vez, agradeço a presença dos convidados. Quero dizer que, a princípio, tínhamos pensado em 20 minutos para cada exposição, o que, creio, seria um tempo razoável. Obviamente, após a exposição, veremos que pergunta teremos para novamente haver a possibilidade de comentários que dependerão das perguntas que nos chegarem.

Passo, então, para o Dr. Mauro Arce, Presidente da Companhia Energética de São Paulo, a quem mais uma vez agradeço o privilégio que a Comissão de Infraestrutura do Senado tem com sua presença. Repito: a intenção aqui é tratar um pouco desse nó da logística que o Brasil vive. Agora mesmo, até por posição da Presidenta Dilma, nós discutimos a influência dos raios nos desligamentos, enfim. Ao mesmo tempo, o País cresceu menos de 1% no ano passado, e muitos afirmam que, se tivéssemos crescido os sonhados 3%, 3,5%, nós teríamos entrado em uma crise por conta do esgotamento de nossa capacidade logística. Há um custo nisso. Então, nada como...

Mais uma vez, parabeno o Presidente desta Comissão, Fernando Collor, pela iniciativa de fazer este debate. O tema debate é “Investimento e Gestão: Desatando o Nó Logístico do País.”

Com a palavra, V. S^a.

O SR. MAURO ARCE – Agradeço o convite feito pelo Presidente desta Comissão, Senador Fernando Collor de Mello, e, em particular, a indicação do Professor Rogério Cerqueira, grande amigo, técnico renomado que poderia estar aqui conosco debatendo, seguramente.

O assunto colocado foi: Hidreletricidade e Meio Ambiente.

Queria começar dizendo o seguinte: não existem meios de se produzir energia sem afetar, de alguma forma, o meio ambiente, seja proveniente da eólica,

da solar – não falarei do carvão –, do gás e da própria energia hidrelétrica. Há que se ter um cuidado especial e preservar, de alguma forma, o meio ambiente.

Em particular, a hidroenergia existe mesmo antes da eletricidade. No Brasil, na época de sua colonização, a hidroenergia (não a hidroeletricidade) sempre foi usada nas rodas d'água dos engenhos e nas casas de farinha onde se produz a farinha a partir da mandioca. Então, existe uma utilização da hidroenergia de longa data. O Brasil, particularmente, tem um dos maiores potenciais hidrelétricos do mundo e nós o usamos desde a colonização.

No final do Séc. XIX, quando da Revolução Industrial (na Europa), começou-se a fazer uso da energia elétrica como fator de transferência de energia, talvez o mais eficiente e barato até hoje. É um fator de energia, um transferidor de energia.

Aqui no Brasil, em particular no final do Séc. XIX, começaram a construir as pequenas centrais hidrelétricas. A mais antiga é a de Marmelo, em Minas Gerais. Mas a partir do Séc. XX, nós tivemos um desenvolvimento muito grande da hidroeletricidade; não só da hidroenergia –, mas da hidroeletricidade.

Quero até citar um fato. Apesar de estar em São Paulo há muito tempo, sou pernambucano e vivi em uma cidade onde havia uma central hidrelétrica. A cidade fica na divisa de Pernambuco com Alagoas, no Rio Mundaú. Para minha alegria, ela foi construída pelo pai de um colega meu que está aqui. Ele era engenheiro agrônomo e foi depois veio para o Senado, Senador Apolônio Sales, pai do Cláudio Sales e de Mauro Sales.

Meu pai era comerciante, mas muito ligado a essa parte de energia. Ele gostava de tudo que fosse elétrico. Correntes era uma área de fomento agrícola, e o Dr. Apolônio Sales, à época, era chefe dessa unidade do Ministério da Agricultura. A cidade ainda é pequena hoje. Para vocês terem uma ideia, o prefeito vitorioso ganhou por um voto. Vejam o tamanho de minha cidade, de que eu gosto muito.

Assim comecei a me ligar a essa parte. Diria que minha carreira nesse setor de energia, particularmente no setor hidrelétrico, partiu dessa história. Eu conheci o Senador, que já era candidato ao Senado. Ele me encontrou, perguntou meu nome e disse que tinha um filho com o mesmo nome. Ele gostava do nome. Mas era uma pessoa, um pernambucano e brasileiro muito importante.

Outro é Delmiro Gouveia, cearense que foi coureiro – tratava o couro para vender – e se instalou na divisa de Pernambuco, Bahia e Alagoas, onde construiu uma fábrica de linha. Isso em 1910. Imaginem o que era aquele lugar naquela ocasião. Ele construiu uma usina que eu diria que, do ponto de vista técnico,

é um espetáculo. Era uma usina encravada na pedra, pequena, evidentemente, e mais: com efeito zero sobre a cachoeira de Paulo Afonso, que é uma das coisas que valem a pena para aqueles que não a conhecem. Não quero discutir a Foz do Iguaçu, mas a cachoeira de Paulo Afonso é um negócio fantástico!

O ponto fundamental: eu fui a esse lugar quando tinha sete anos. Na minha cidade, apesar de o Ministério de Minas e Energia fornecer energia no período em que não funcionavam as máquinas de café e de algodão, a gente não tinha energia por 24 horas. Nessa vila operária de Delmiro Gouveia, ele tinha água e luz. Imaginem que, em 1910... Ele foi, evidentemente, assassinado. Alguns acham que foi um problema passionai; outros acham que foi um problema político-econômico. Ele era fabricante de linha e concorria com alguns grandes produtores.

É um caso raro e muito bonito de alguém que investiu na hidroeletricidade e transformou aquela região. Hoje é a maior fonte de energia lá do nosso Nordeste. Não só como fonte de energia, mas também com a transposição do Rio São Francisco, existe a possibilidade de levar água para aqueles rios que não são perenes. Muita gente aqui no Sul nem sabe o que é um rio não perene, desses que a gente anda no rio e, às vezes, à noite, vem a chuva, e você não pode atravessar.

Então, havia uma preocupação de Delmiro Gouveia com as pessoas que trabalhavam lá e com o ambiente em que ele iria instalar sua indústria. Já na década de 20, no século passado, grandes usinas foram construídas em São Paulo e no Rio. Isso é algo fantástico do ponto de vista de engenharia. O engenheiro Asa Billings foi, do ponto de vista de engenharia, um gênio. Ele construiu dois complexos: o de Cubatão e o de Nilo Peçanha, onde existiam concessões importantes com relação ao meio ambiente. Cito o sistema de Cubatão, que é um reservatório artificial. Já havia o controle de enchentes em São Paulo e, evidentemente, usava-se o excesso de água para bombear essa queda de 800m, pois São Paulo fica a essa altura e a usina de Cubatão fica a zero, ou seja, ao nível do mar.

Há *ferryboat* de graça, porque, de repente, ao se construir aquele lago impediu-se o deslocamento da população. Até hoje esse *ferryboat* funciona lá para quem quiser ver. Havia um projeto de navegação. As usinas elevatórias... Onde é bombeada a água há eclusas. Até fui Secretário de Energia de São Paulo na penúltima gestão. Uma das coisas que a gente imaginou – e é possível fazer – foi o hidroanel de São Paulo que transportaria... O pessoal fala sobre o calado. Mas não há necessidade de grande calado. Uma cidade como

Paris, a parte de material de construção, lixo, tudo é transportado por intermédio da hidronavegação.

Abastecimento d'água, que é o caso lá da... Hoje, a represa, construída artificialmente, de Guarapiranga, é responsável por 20% de toda água consumida não na cidade de São Paulo, mas na região metropolitana de São Paulo, onde vivem 21 milhões de pessoas. Então já havia uma preocupação muito grande com relação ao meio ambiente e sua inserção quando se construía um empreendimento desse tipo.

Na década de 50, começaram as estatais: Chesf, Furnas, Cemig, Cooper, Cesp... Existe uma preocupação grande com a fauna, também a aquática. Lembro que tivemos várias estações de piscicultura. A primeira experiência não foi muito boa, porque a gente achava que não poderia haver naqueles lagos os peixes nativos. Importamos peixes da Amazônia e a coisa não se deu muito bem. Hoje já se descobriu que os peixes, mesmo aqueles que precisam de correnteza para fazer a desova, estão bem ambientados.

Outro ponto importante é também com relação à flora. Imaginem a Amazônia. Seria um horror plantar de forma aleatória, como se plantava eucalipto e pinus. Devem-se plantar principalmente plantas nativas, o que a gente vem fazendo, não só a Cesp, mas todas as empresas que operam esses reservatórios na Região Sudeste. E, evidentemente, esse conhecimento já está em todas as hidroelétricas do País.

Então, eu acho isso... Eclusas, por exemplo, vão ser, de repente... Aí o rio não é mais navegável. Só lá em São Paulo nós temos 23 eclusas. No começo eram muito pouco usadas. O Vice-Presidente da República era um almirante e alguém teve a ideia de levá-lo para ver uma eclusa. Ele gostou muito da eclusa e perguntou para o operador: "E tem muito movimento aqui?" O operador lhe disse: "Olha, quando há inauguração, existe bastante movimento." Isso foi na década de 70, por aí. Ou seja, já eram 20 anos de eclusa.

Hoje, agora mesmo, tivemos um acidente lá na hidrovía do Tietê, quando uma barcaça abalroou uma linha de transmissão e houve o impedimento. Aí começa a haver o efeito positivo desse caminho de água, porque é muito barato e transporta cargas com o mínimo impacto ambiental possível. Cada barcaça dessa equivale a centenas de caminhões. Então é realmente uma coisa que está muito ligada.

Na realidade, um conceito mais técnico do meio ambiente só ocorreu na década de 70. Estamos estudando mais uma revisão do setor elétrico, mudar o modelo e tal. Uma das coisas que aconteceram foi um Departamento de Meio Ambiente na Eletrobras, que foi um avanço. O que se fazia? Construía-se um grande empreendimento, projetava-se esse grande

empreendimento, e ninguém ligava para o problema ambiental. O ambiental não entrava no começo. Era importante mitigar, evitar que o problema ocorresse. Desde então, houve um avanço no sentido de que os projetos de construção civil e mecânica tivessem uma conotação muito ligada à parte ambiental. Isso ocorre nos anos 70.

Os primeiros estudos de impacto ambiental foram feitos na Cesp, na usina de Porto Primavera, uma usina complicada. Agora mesmo me perguntaram por que não se eleva o lago para... Primeiro, é uma usina fio-d'água: ela não tem reservatório. Se eu elevar o lago de Porto Primavera, vou afogar a saída de Jupia e não vou ganhar energia nenhuma, mas, em compensação, eu avanço no Estado de Mato Grosso do Sul. Por quê? Porque lá é uma planície, diferentemente do lago de São Paulo. E, para cada metro que se sobe no lago, você avança... É o que aconteceria no Amazonas. Muita gente pergunta: por que não se faz reservatório lá? Porque ia se transformar aquilo em uma grande... Haja vista o caso de Balbina, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Caso clássico.

O SR. MAURO ARCE – Clássico.

Então, esse é o grande... O desmatamento que se fazia... É interessante. Eu tinha uma pessoa lá, um engenheiro muito ativo que começava o desmatamento. Ele começava a encher o reservatório e a tirar nas bordas. Na hora em que empatava, acabou! Não dava mais para tirar. Hoje, existem os reservatórios. É o caso de Tucuruí, em que muita madeira ficou debaixo d'água. Em Porto Primavera, agora mesmo, nós acertamos com o pessoal da universidade que está tirando a madeira já depois de o lago cheio. É uma quantidade enorme de madeira que está sendo tirada. Não é só o fato de ela ser perdida, o que já é um pecado. Mais do que isso: ela produz, ela tem um processo de transformação. Há um reservatório aqui em Paraíba, no Rio Paraíba, em sua cabeceira, que leva água para o Vale do Paraíba inteiro e para o Rio de Janeiro também, onde a produção de gás H₂S é enorme por causa da decomposição da madeira. Então, são necessários esses cuidados todos.

Só para completar. Evidentemente, fico à disposição. Tenho dois colegas que mais do que colegas são amigos. Quero salientar alguns projetos complexos que foram construídos e que hoje seriam muito complicados para ser feitos com as exigências atuais. Primeiro, Tucuruí que, evidentemente... O Porto Primavera da Cesp, acho que também é um reservatório... Quer dizer, se alguém chegasse agora e dissesse: "Vou construir Itaipu e cobrir Sete Quedas." Seria uma coisa terrível! E São Simão... Havia um canal que era uma

maravilha. Na véspera do enchimento, houve um passeio para se conhecer o Canal de São Simão, que era algo da natureza que, de alguma forma, foi impactado pela construção desses aproveitamentos.

Evidentemente, o desenvolvimento do Brasil, ao longo de todo esse período, dependeu muito da hidroeletricidade, da hidroenergia de um modo geral. As cerâmicas lá eram tocadas por roda d'água, por engenhos e coisas desse tipo. Então, houve uma utilização extremamente grande.

Hoje a gente tem ainda um potencial grande de hidroeletricidade que precisa ser aproveitado, mas, dificilmente... Eu não teria muita coragem de defender a criação de um grande lago lá em Belo Monte ou alguma coisa desse tipo. Gostaria muito de ter reservatórios enormes e tal, mas não existem mais sítios adequados para isso. Fazer um reservatório desse tipo em uma planície... Por exemplo, a Usina de Cubatão, que está à disposição de quem a queira visitar, tem 800m de queda. Um metro cúbico de água produz 7MW/médio de energia. É uma coisa fantástica! É uma queda de 800 metros.

A eletricidade é Q (vazão) $\times$ H (altura). Então, precisa-se de uma altura grande. As usinas do Amazonas, por exemplo, principalmente as do Madeira, são bulbos, quase como se tivessem uma espécie de submarino parado, com sua hélice rodando, porque por lá passa água com correnteza. É uma outra forma de se construir e aproveitar a hidroeletricidade com o menor impacto possível para o meio ambiente. Mas volto a dizer que não dá para produzir energia sem se afetar de alguma forma. O que a gente tem de fazer é minimizar. É a mesma coisa que tentar fazer uma omelete sem quebrar ovos. Eu mesmo fui à Espanha, perto de Gibraltar, e estava cheio de faixas: *No más eólicas!* Imaginei que era pelo fato de os espanhóis serem contra tudo. Conversei com um espanhol que me disse que aquilo é muito feio, que mata pássaros que migram, que faz barulho. E eu perguntei a ele: mas vocês tinham os Molinos. E ele me disse: não tem nada a ver Molinos com isso. Ele era contra a energia eólica. Sempre vai aparecer alguém que é contra qualquer tipo de energia, seja pelo ruído... Algum impacto vai acontecer.

Outro dia fui à Inglaterra, numa praça em Londres, na *Berkeley Square*. A praça tem até música sobre o assunto e tem um monte de tomadas elétricas para carros elétricos. Depois fui à Alemanha e conversei sobre o fato de que no futuro os carros vão ser todos elétricos. Os alemães não querem mais nuclear, apesar de comprar energia nuclear da França. Se houver um acidente na França, na fronteira... Mas, de qualquer forma, eu falei: imagine se toda a frota de veículos

dos Estados Unidos fosse transformada para energia elétrica. Eles precisariam de um setor de energia elétrica só para atender aos veículos. É claro que tem uma série de vantagens de emissões, de redução de custos, mas precisariam de uma grande quantidade de energia sendo produzida. Essa pessoa me perguntou: mas não é só ligar na tomada? E eu disse a ela: não, é que atrás da tomada tem um monte de coisas, como subestações, linhas de transmissão, lagos, populações que de alguma forma são afetadas por isso.

Então, eu diria que o Brasil, até agora, desde o final do Século XIX até agora, aproveitou muito bem o que havia, evoluiu muito na parte ambiental. Agora temos de fazer um esforço muito grande para continuar explorando esse potencial, causando o menor problema possível para o meio ambiente.

Queria agradecer mais uma vez a oportunidade de ter me manifestado. Estou à disposição para eventuais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço e o cumprimento pela exposição, até por que vem acompanhada de um histórico que só quem tem o privilégio da vida que V. S^a tem pode compartilhar conosco.

Eu vou, em seguida, passar a palavra ao Paulo Pedrosa para que ele possa também fazer a sua exposição. Logo em seguida, ao Dr. Cláudio.

O SR. PAULO PEDROSA – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Quero começar pedindo licença para cumprimentar a Comissão, na figura do seu Presidente, Senador Fernando Collor, pela organização do evento. Estou há muitos anos circulando nesta Casa, no Congresso, em eventos em geral, e a preocupação da Comissão com os apresentadores, com a apresentação, com a qualidade dos debates certamente é um incentivo para que procuremos nos desafiar e trazer informações no dia de hoje.

Quero cumprimentar os presentes. Vejo aqui vários assessores da Consultoria Legislativa do Senado, vários jornalistas e assessores das equipes dos Senadores. Em se tratando de um debate tão técnico, esse apoio das assessorias é fundamental para que as decisões possam acontecer no Congresso com a riqueza de informações que a energia exige.

Quero apresentar rapidamente a Abrace. Nós representamos a base das cadeias produtivas nacionais (o aço, o alumínio, o vidro, o cimento, a borracha, o plástico). Costumo dizer que o sonho do brasileiro, o carro e a casa própria são a combinação e a recombinação dos nossos produtos.

Vou tentar trazer uma visão geral do cenário do setor elétrico, falar um pouco da agenda geral de ener-

gia e desenvolvimento, mas procurar, Senador Jorge Viana, fazer referências à agenda do Congresso, porque, afinal, essa reunião não é apenas mais um seminário. Muitos seminários importantes acontecem a cada dia no País, mas esta é uma audiência pública muito especial, uma vez que o País está vivendo um momento em que toma decisões sobre o seu setor de energia, e outras mais estão se impondo, o que enriquece o debate de hoje.

E mais ainda: eu vou procurar trazer para um tema ainda mais específico da Comissão, que é a questão das atribuições, por exemplo, da aprovação de autoridades. Cabe a esta Comissão, por exemplo, aprovar os diretores das agências reguladoras, e o ambiente de confiança do setor elétrico não se faz apenas com regras e com leis, mas também com comportamentos, e esses comportamentos são definidos por pessoas. Então, essa é a agenda que eu vou procurar trazer como uma contribuição à reunião de hoje.

Começo fazendo aquela reflexão sobre o porquê um país como o Brasil, que tem um potencial único, talvez no mundo, em termos de energia e, agora, no gás e no óleo, podendo produzir uma energia barata, competitiva, majoritariamente renovável, nacional... E são essas as forças motivadoras das políticas energéticas do mundo: a segurança do abastecimento nacional, a competitividade e o uso de renováveis, que aqui não são problemas. Temos, além disso, uma engenharia muito competente, mas, ao mesmo tempo, conseguimos produzir uma das energias mais caras do mundo e menos competitivas.

Assim, onde no nosso ambiente setorial – já que nós não vamos mudar a geografia do Brasil, até porque ela já é muito boa para energia –, no marco legal e regulatório, onde nas questões que incidem sobre a energia nós, País e, particularmente, o Congresso, podemos trabalhar para melhorar e devolver à energia a competitividade que ela teve e poderá ter no futuro?

Quero começar com uns comentários sobre cenário.

Energia sempre foi um fator definidor do desenvolvimento dos países, da geopolítica global. Hoje ela o é. O movimento do *shale gas* nos Estados Unidos está atraindo indústrias brasileiras para lá; nossos principais competidores têm reservas importantes de *shale gas* e poderão alavancar a sua presença na economia global com essas reservas; e nós precisamos atuar para potencializar as nossas.

Eu vou falar um pouco sobre o diagnóstico convergente desse cenário. Quer dizer, o governo percebeu e liderou uma discussão sobre energia e devolveu a competitividade à energia. O governo, de uma maneira corajosa, eu diria histórica, retirou da energia o peso

de políticas públicas e de ser um instrumento de arrecadação e avançou num caminho de aperfeiçoamento de regras. E o diagnóstico parece convergente. Talvez haja dificuldades ou diferenças em relação ao processo, mas o diagnóstico é convergente.

Vou procurar falar um pouco sobre o cenário complexo. Ao mesmo tempo em que promovemos mudanças estruturais importantíssimas no setor elétrico, há uma questão conjuntural, a falta de chuvas, que impõe custos ao setor, aos consumidores, aos agentes do setor. E como é que nós podemos separar a discussão estrutural sobre o papel da energia para o País de questões conjunturais que não devem atrapalhar o mérito do processo que precisa ser conduzido e aperfeiçoado?

E, aí, a questão do último ponto: procurar trazer oportunidades de aperfeiçoamento. E são oportunidades, Senador Jorge Viana, que reforçam as premissas em relação às quais há convergência. Quer dizer: a energia é um elemento de desenvolvimento do País, não é um fator de condução de políticas públicas e de arrecadação. E, com base nessas premissas, onde o processo pode ser acelerado em favor do País, focando nos resultados que ele pode trazer?

Quando eu digo que há uma convergência de diagnóstico, eu me permito trazer um conjunto de matérias de jornal – e aqui eu não preciso me deter sobre elas, que são do conhecimento de todos – que falam do problema da energia cara no Brasil e dos seus efeitos na perda de competitividade, perda de empregos, perda de resultados na balança comercial, perda de arrecadação para o País, perda de indústrias, com indústrias nacionais se deslocando para produzir no exterior a fim de atender o mercado nacional. E parece ter sido este o grande motivador das mudanças encaminhadas no ano passado.

Estou trazendo também um gráfico que, obviamente, é do conhecimento dos Srs. Senadores, das suas assessorias, que traça as perspectivas em relação ao nosso PIB, particularmente em relação ao PIB industrial.

Aqui, Senador, estou trazendo um pouco da nossa intimidade, mas da intimidade públicas das empresas, porque, afinal, as grandes indústrias estão na Bolsa, têm obrigações de publicar os seus balanços. E os resultados dos balanços de alguns dos principais associados da Abrace evidenciam prejuízos ou, quando ainda apresentam situações positivas, são situações positivas muito inferiores às médias dos últimos anos. No geral, resultados inferiores a 30% dos resultados médios dos últimos 30 anos, o que espelha a situação das indústrias. E, quando afeta a base das cadeias produtivas, aquilo se propaga por toda a indústria nacional.

E dizer de um fenômeno, que, claro, não é novidade, um processo em que nós temos a produção de bens de capital caindo quase 12%; a produção de bens de consumo duráveis caindo mais de 3%; a produção de bens de consumo semiduráveis caindo 0,3%; o Produtor Interno subindo 0,9%; o consumo das famílias crescendo 3,1%; e o consumo nos *shopping centers* crescendo talvez 9%. Quer dizer, o movimento de uma onda muito negativa para a economia brasileira, que precisa ser revertida. Nós estamos atendendo o crescimento da demanda com produtos importados: 21,6% do consumo das famílias brasileiras, hoje, é atendido por bens importados que poderiam ser produzidos aqui.

E, para pautar a importância da energia, Senador, eu trago esse eslaide feito pela Fipe, numa análise feita a pedido da Abrace, que mostra que as famílias brasileiras consomem três vezes mais energia nos produtos e serviços que utilizam do que propriamente na conta de luz que pagam nas suas residências. Ou seja, isso mostra que a redução do custo da energia para a produção chega ao consumidor no corte de cabelo mais barato, porque o secador é mais barato, no vidro mais barato, no plástico, na borracha, no cimento, no alumínio, no aço, de uma maneira propagada.

E, nesse outro eslaide, digo também que a sociedade, às vezes, não percebe a importância da energia. Um pequeno exemplo: no Índice da Construção Civil, quando se observa o dado frio, verifica-se que o peso da energia é da ordem de 0,5%. Ou seja: a energia é irrelevante para a construção civil? Não. A energia considerada no Índice da Construção Civil é a energia da furadeira, da betoneira e, talvez, do guindaste em uma obra mais sofisticada; porém, quando se considera o custo da energia embutido indiretamente nos produtos, na cerâmica, no cimento, esse valor se multiplica por 46 vezes. A energia embutida nos produtos que formam a construção civil.

Esses números ajudam a pautar a discussão no Senado, que não é uma discussão de detalhes técnicos, mas uma discussão estratégica, de destinos do País, sobre a importância da energia para a sociedade como um todo e da importância de reduzir particularmente o custo da energia para a base das cadeias produtivas. Quando ela incide no minério, do minério no aço, do aço na chapa de aço e da chapa de aço no automóvel, ela vai, a cada etapa da cadeia produtiva, acumulando margens, impostos e sobrecustos que se somam no processo.

Quero reconhecer méritos nas mudanças implementadas pelo governo. Essa é uma leitura clara: o governo abriu mão de um processo que, ao longo de 50 anos, se consolidou no setor e deformou o que era energia elétrica no Brasil. Quer dizer: na medida em

que a energia passou a ser um veículo para políticas de arrecadação, as decisões sobre energia eram tomadas com base nos efeitos colaterais, e as próprias decisões do setor de energia passavam a ser contaminadas, ou seja, quem é competitivo é quem consegue se livrar de um determinado encargo. E as discussões, no próprio Legislativo, terminaram se tornando muito pontuais, quase que um salve-se quem puder para ver quem consegue obter o seu bem localizado, mesmo quando aquilo corresponderia a um mal distribuído. E essa história de empilhar um conjunto de bens localizados levou a esse mal distribuído do custo não competitivo na energia no Brasil.

A MP nº 12.783, que desonerou a energia e trouxe, na visão dos consumidores, de forma, no mérito, adequada em relação ao benefício das concessões, reconhecendo que os consumidores haviam pagado por esse benefício e teriam direito aos resultados do processo, quer dizer, foi um sinal importante que não resolveu o problema da competitividade da energia, mas sinalizou de uma maneira positiva.

Essa lei foi aperfeiçoada pelo Congresso, o que mostra que esta Casa tem o papel de melhorar as propostas do Executivo. Quer dizer, foi o Congresso que introduziu na lei – é claro, com o de acordo do Governo, que participou das discussões, até porque senão poderia ter havido um veto – a venda de sobra de contratos.

Senador, no passado, uma indústria que comprava contratos grandes de energia e não os utilizava não podia revendê-los a outra indústria que precisasse de contratos. Era obrigada a liquidá-los no chamado preço *spot*, em curto prazo, em operações mês a mês, sem a previsibilidade de longo prazo que é necessária ao processo.

Então, o Congresso aperfeiçoou a proposta do Legislativo e, agora, na MP nº 605, em discussão no Congresso, não só novos aperfeiçoamentos foram propostos pelo Executivo, mas novos aperfeiçoamentos também poderão ser incorporados ao processo legislativo. Por isso, em nome da indústria, nós aproveitamos este seminário – que não é um debate isolado no cenário do que está acontecendo no setor elétrico, é o que acontece aqui quando o Congresso vai se posicionar sobre essas medidas – para trazer as nossas considerações.

Então, uma visão dos consumidores em relação ao ambiente setorial e uma visão, no geral, positiva, Senador. Há questões que estão trazendo algum trauma ao setor elétrico, há a fricção natural de uma mudança tão grande quanto essa que está sendo conduzida, há interesses que, naturalmente, se sentem prejudicados aqui e ali e, muitas vezes, com razão na sua visão es-

pecífica, que devem ter suas ponderações acolhidas, apreciadas pelo Legislativo e pelo Executivo, mas que não diminuem o mérito do processo que está sendo conduzido.

É claro, a gente tem de dizer o seguinte: infelizmente, as mudanças estruturais apresentadas no ano passado terminaram ocorrendo no momento em que, conjunturalmente, houve pouca chuva e os reservatórios estão baixos. Então, há um problema, há uma grande transformação estrutural que tem elementos positivos, e há uma questão conjuntural, da pouca chuva e dos reservatórios baixos, que se sobrepõe ao primeiro tema, mas a mudança geral, estrutural do País não pode ser definida em função do que está acontecendo em curto prazo, até porque o setor elétrico, que é um setor hidrotérmico, é projetado para conviver com situações de relativo *stress*.

É uma pena que ela esteja acontecendo agora, é uma pena que isso esteja exacerbando, multiplicando efeitos que talvez fossem pequenos se tudo estivesse acontecendo num cenário de normalidade, mas não muda o mérito do movimento geral. E não é só nas propostas do Executivo que há mérito. Há sinais, por exemplo, em decisões da agência reguladora, que têm sido bons para o setor elétrico, como a questão da condução das revisões tarifárias pela Aneel, por exemplo, na distribuição dos vários custos do processo de distribuição entre os níveis de tensão. Os técnicos aqui acompanham e reconhecem que havia um subsídio cruzado, quer dizer, grandes consumidores industriais pagavam, nas suas tarifas de transporte, um adicional para subsidiar consumidores de baixa tensão.

Esse é um efeito que foi corrigido no processo tarifário, importante para a competitividade do País, mas não só nisso: no tratamento do custo de capital, das margens de remunerações.

Há um movimento importante de responsabilidade da Aneel, que, recentemente, foi testada, provocada a interromper a contabilização de janeiro, em função de um problema específico do setor elétrico. Na semana passada, a diretoria da Aneel tomou uma decisão que me parece histórica e que fortalece o papel da agência no que respeita as regras do setor. Também há decisões gerais, tomadas pelo Conselho Nacional de Política Energética, sobre a alocação do custo da segurança do setor, que, na visão do grande consumidor industrial de energia, são decisões estruturais em favor da maior eficiência do setor elétrico brasileiro. Havia um mecanismo que fazia com que consumidores, geradores e comercializadores contratados em longo prazo, portanto, com uma visão de garantir a segurança futura do setor, terminassem subsidiando aqueles agentes do setor que se expunham a um mo-

vimento que favorecia preços em curto prazo menores na média. Então houve a correção de uma decisão do CNPE, estrutural, que vai dar maior clareza.

É até curioso, Senador, um representante do consumidor e da indústria falar bem de algo que fez o preço da energia subir, mas ele fez o preço da energia se tornar mais racional e, ao se tornar mais racional, distribuiu esse preço de uma maneira mais equilibrada.

O consumidor industrial que não especula na energia e que se contrata em longo prazo não deve pagar pela segurança daqueles agentes que optam por se expor ao preço de curto prazo. Eu não estou negando que os agentes tenham o direito de se expor ao curto prazo, mas quem cria um risco para o sistema deve arcar com os custos associados àquele risco. E houve decisões do Congresso, por exemplo, sobre a venda de sobras.

Portanto, uma visão geral positiva, mas um apelo para que as medidas tomadas sejam aprofundadas. Elas foram, infelizmente, insuficientes para devolver a competitividade da energia à produção nacional.

Então, nós fazemos um apelo. E a Medida Provisória nº 605, que está aqui no Congresso sendo apreciada, é um veículo para que isso possa acontecer, por exemplo, no atendimento. Aqui, eu digo: as mudanças previam desonerações de encargos, tratamento das concessões e aumento da eficiência do setor elétrico.

Em relação ao potencial de recuperação da competitividade da energia, que poderia nos levar a uma energia semelhante à que as indústrias que competem conosco pagam, por exemplo, na França, nos Estados Unidos e em outros países que disputam conosco o mercado aqui no Brasil e no cenário global, quer dizer, esse movimento que poderia ter acontecido, de certa forma aconteceu menos do que o esperado e a redução do custo da energia foi insuficiente para garantir a competitividade.

Portanto, o material fica na minha apresentação, mas faço um apelo à Comissão de Infraestrutura e ao Congresso para que preservem e fortaleçam o espírito das propostas apresentadas pelo Governo, mas aprofundem esse movimento no sentido de devolver a competitividade à produção nacional, porque é aí que os efeitos da energia mais resultados trarão para a sociedade e para os consumidores em geral.

Essa é a conclusão que eu trago e a proposta, portanto, de que a Comissão amplie os efeitos das mudanças, aprofunde as discussões sobre uma política pública de energia, acelere o desenvolvimento do gás natural, que é outro desafio fundamental, apesar de não ser o tema da nossa audiência pública de hoje, mas tem uma correlação enorme com o setor elétrico, e cada vez maior, e promova a qualidade e a confiança

do ambiente regulatório, para que ele seja atrativo para investimentos eficientes e, ao mesmo tempo, promova a competitividade.

No caso da Comissão, trago aquela lembrança da sua obrigação específica em relação às agências reguladoras.

Muito obrigado. Desculpe se passei um minuto do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Não, é compreensível.

Eu queria agradecer ao Paulo Pedrosa, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace).

Quero agora informar que nós temos transmissão ao vivo desta audiência pública para todo o Brasil, pela TV Senado e Rádio Senado.

Agradeço a presença do Senador Capiberibe e do Senador João Costa.

Vou passar a palavra para o último convidado e, em seguida, haverá possibilidade de intervenção dos Senadores que acompanham esta audiência.

Só quero, mais uma vez, rapidamente, dizer a todos que estão nos acompanhando pela Rádio, pela TV ou pela Internet que, por iniciativa desta Presidência em exercício na Comissão de Infraestrutura do Senado, se inovou, desde a sessão passada, a participação das pessoas. Basta ligar, gratuitamente, para o Alô Senado, pelo telefone 0800 612211 – vou repetir: 0800 612211 –, ou enviar uma contribuição, pela Internet, ao endereço www.senado.gov.br/alosenado. Ou ainda pelo Facebook do Alô Senado ou o Twitter @alosenado.

Já temos perguntas chegando. Mais uma vez agradecendo a presença, passo a palavra para o Dr. Cláudio Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil.

Com a palavra V. S^a.

O SR. CLÁUDIO SALES – Muito obrigado, Senador Jorge Viana, Presidente em exercício da Comissão. O meu agradecimento também ao Senador Fernando Collor de Mello, que formulou o convite.

Ex^{mos} Senadores João Costa e João Capiberibe, aqui presentes, demais Senadores, senhoras e senhores, antes, se me permitem, faço um agradecimento pelas amistosas e carinhosas palavras do Mauro Arce, que lembrou a história de família, antecedendo a sua brilhante fala aqui.

Mas foi-me dado o tema, para falar nesses 20 minutos, sobre oportunidades e ameaças por que passa atualmente o nosso setor elétrico brasileiro. Ao discorrer sobre esse tema, eu trago, para primeira reflexão, esse eslaide que mostra que a atividade do setor elétrico como um todo requer uma forte participação do Governo na forma de regulação.

Isso tem uma razão objetiva. Os economistas descrevem isso com clareza, porque, na atividade do setor elétrico, ao longo de toda a cadeia de produção de energia elétrica até chegar a nossas casas, quer dizer, na geração de energia, na transmissão de energia, na distribuição de energia, assim como na comercialização, enfim, você tem, em algumas dessas etapas, características de monopólio natural, que requer uma regulação, que requer tarifas reguladas, por exemplo.

Além disso, você tem um ambiente que gera externalidades. É o palavrão que os economistas usam para descrever situações do seguinte tipo. Num ambiente de energia elétrica, é comum que, ao construir uma usina, você afete a vida de outros e a vida de outras usinas. Enfim, qualquer empreendimento não pode ser visto isoladamente, porque ele provoca externalidades que têm que ser, portanto, reguladas.

E também esse setor se caracteriza por uma forte integração. Ele requer um planejamento integrado; a sua operação é integrada. Nós temos o operador nacional de sistemas que é quem faz isso.

Enfim, por todas essas características – há outras, mas principalmente por essas três –, a atividade requer uma regulação e uma forte presença do Estado.

Por causa disso, ou somando-se a isso, há ainda três características que são relevantes para entender o setor elétrico. A primeira delas é que ele é extremamente intensivo em capital, ou seja, os empreendimentos de energia elétrica requerem muito capital, investido em curto espaço de tempo, que só será amortizado em longo espaço de tempo, medido, muitas vezes, em décadas.

Outra coisa são os ativos de alta especificidade. O que quero dizer com isso? É um ativo específico. Uma usina hidrelétrica, por exemplo, é aquela usina, ela não pode ser tirada dali.

Terceiro, são ativos que têm uma longa vida útil. É comum até, quando se fala em hidrelétricas, que essa vida útil se prolongue muito além de 50 anos, enfim, décadas e décadas.

Enfim, somando essas três características com aquelas três anteriores, que demonstram a necessidade de uma forte presença do Estado na forma de regulação, nós concluímos que confiança é a palavra-chave. Para que a gente possa imaginar que, quanto maior o nível de confiança que o setor elétrico tenha na formulação, na estabilidade de regras, e quanto mais eficientes essas regras, tanto mais eficiente pode ser o resultado desses investimentos. Ou seja, mais energia, melhor energia, a custos menores possíveis. Confiança é a palavra-chave.

Isso, Senadores, é o que me permite descrever uma situação atual, e eu farei isso em quatro eslaides.

Eu acho que nós vivemos hoje uma crise de confiança. E trago aqui, dada a exiguidade do tempo, quatro elementos que caracterizam essa crise. O primeiro se reporta ao que aconteceu em 2011, quando, depois de um longo processo – este, sim, transparente, amplamente discutido com toda a sociedade, agentes do setor, mas o público em geral também –, chegou a um ponto em que a Aneel formulou as novas regras para a revisão tarifária.

Essas regras passaram a ser implementadas desde 2012. E a análise que se faz hoje – nem todas as distribuidoras passaram por esse processo, mas já se têm elementos suficientes para concluir – é que possivelmente a Aneel errou na dose – é a brincadeira que faço aqui! –, impondo um rigor muito grande na diminuição do caixa das distribuidoras. Hoje, a redução da capacidade de caixa das distribuidoras, em média, aproxima-se de 30%. Ou seja, as empresas passam a ter 30% menos caixa para a sua atividade. E já é comum o caso de empresas até ranqueadas como das mais eficientes, dentre as 63 distribuidoras que nós temos no Brasil, terem que se defrontar com o risco de rebaixamento de crédito sob a vista dos seus financiadores. Então, uma consequência que se pode depreender disso é que o efeito no curto prazo já é sentido, mas o efeito maior vem no longo prazo. E ele é de difícil correção.

Este é o primeiro elemento que eu trago para esse retrato que tiro hoje de um abalo na crise de confiança em relação ao setor elétrico brasileiro. As empresas distribuidoras estão, neste momento, com seus caixas “deplecionados” – para usar mesmo a palavra que se aplica em relação aos reservatórios – e, portanto, com uma dificuldade econômico-financeira bastante elevada.

Soma-se a isso um conjunto de dificuldades decorrentes da Medida Provisória nº 579 – aquela que tratou da prorrogação antecipada de concessões. E aí cabe uma palavra que é o seguinte. Primeiro devemos entender que estava para acontecer, em torno de 2015, o que eu chamo de “tempestade perfeita do bem”. O que é essa tempestade perfeita do bem? Essa tempestade perfeita do bem, do ponto de vista do potencial de redução de tarifas, foi plantada 20, 30 anos atrás – às vezes até mais, em alguns casos –, quando as concessões foram estabelecidas. E na sua origem, no seu próprio conceito, foi entendido que o período da concessão, em alguma medida, seria necessário para amortizar aqueles investimentos.

Portanto, os investimentos já amortizados não precisariam mais ser remunerados na concessão dali para frente. Ou seja, o potencial de redução vigorosa de tarifa era intrínseco a esse fato, que foi estabelecido na legislação e nos contratos de concessão an-

teriormente. E a tempestade perfeita do bem é o fato de que um grande volume dessas concessões estaria vencendo nesse mesmo período.

Então, o que caberia ao Governo definir é a maneira de tratar isso. Haveria várias maneiras adequadas de tratar isso. A sociedade toda se mobilizou para isso. Nós mesmos, no Instituto Acende Brasil, fizemos um estudo sobre concessões do setor elétrico, mostrando que o Governo tinha várias maneiras que poderiam ser adequadas para tratar isso. Todas elas – não vou discorrer sobre elas – primavam, dentre outras coisas, pela transparência com que as coisas seriam discutidas.

O que aconteceu? O Governo lançou essa medida provisória, até inaugurando um padrão que eu julgava fortuitamente esquecido no setor elétrico, que é o padrão da falta de transparência.

Desde que me lembro, nos períodos recentes, e até medidos em décadas, todas as decisões regulatórias importantes do setor elétrico foram precedidas por discussões transparentes, legislativas, aqui no Congresso, apreciando medidas provisórias com tempo hábil para isso. O melhor exemplo é a legislação de 2004, que introduziu o novo modelo do setor elétrico, foi amplamente discutida aqui no Congresso e aprimorada por uma sucessão de emendas que os Srs. Parlamentares introduziram e que depois foram acolhidas pelo Governo, que tinha maioria em relação a isso, e entendida, portanto, como aprimoramento mesmo, até que se promulgasse a lei.

Na Aneel, há todo um rito. Toda e qualquer resolução passa por audiências públicas, e eu ousou dizer que não tenho em conta nenhuma resolução que não tenha sofrido algum tipo de aprimoramento por conta disso.

A razão dessa necessidade de transparência é trivial, porque, dada a complexidade das coisas do setor, dado o caráter de externalidade de todas as ações do setor, ou seja, qualquer medida provoca efeitos em outros, é quase que uma missão impossível achar que uma pessoa ou um grupo de pessoas, por mais competentes que possam ser, tenha capacidade de antever com clareza, medir e ele mesmo sopesar todas as consequências e alternativas ao que ele mesmo propõe.

Portanto, o mecanismo de transparência não é uma coisa caridosa, ou dadivosa, ou eminentemente política. Não. É uma coisa operacional, complexa e necessária em um setor tão intrincado, tão complexo como esse. E faltou nessa medida provisória.

E a prova desses problemas em cadeia é que, uma vez promulgada a medida provisória, o próprio Governo passou a promulgar outras medidas, meio que corrigindo ou complementando essa medida provisória, mas de uma forma bastante atabalhoada. E aí estão alguns exemplos listados.

Quer dizer, houve uma exposição involuntária de distribuidoras. Não aconteceu o leilão que era para ter acontecido, o leilão de energia, que é a única forma que as distribuidoras têm de comprar energia, o que era para ter acontecido em 2012. Ele não aconteceu. Então as distribuidoras ficaram expostas, vale dizer, sem energia suficiente para atender aos seus mercados. Isso em paralelo com a situação em que o preço da energia no mercado estava excessivamente alto por causa da crise dos nossos reservatórios. Enfim, uma sucessão de problemas. Os geradores descontratados concentraram a sua oferta nesse primeiro período. Houve uma sucessão de problemas que resultou inclusive na paralisação do mercado. Quer dizer, vejam que absurdo!

Até agora, recentemente, o mercado de energia elétrica, que é liquidado na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) – é lá que todas as transações de compra e venda de energia se realizam de fato, o dinheiro circula a partir dali –, foi interrompido. Então, hoje, as empresas do setor elétrico não estão recebendo dinheiro pela energia que entregaram. Não têm recursos para inclusive fazer o pagamento do combustível das usinas termoeletricas que estão sendo demandas para ser acionadas.

Enfim, são alguns exemplos desse problema causado pela intemperividade, pela falta de transparência e pela precariedade do texto, na medida em que não anteviam esses problemas que, seguramente, se discutidos com transparência, em tempo hábil, poderiam ter sido resolvidos.

E não vale dizer que não houve tempo. Estou citando o exemplo da nossa contribuição feita ao Governo há mais de um ano. Mas esse tema da renovação de concessões já foi publicamente tratado em vários cenários, inclusive nesta Casa. E o próprio Governo constituiu, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, um grupo de trabalho – teoricamente para estudar isso – há, ousou dizer, aproximadamente dois anos. Então, tempo houve. O que houve também foi a precariedade nessa decisão.

O que se pode concluir disso é que, paralelamente a essa situação, a partir da promulgação da Medida Provisória nº 579, foi dada larga publicidade, por parte inclusive da nossa autoridade maior no País, a Presidente da República, para a redução na conta de luz de 20%. Eu me lembro desse número. Eu me lembro dessas palavras. Coisa que a realidade dos fatos impunha como impossível. E qual foi a solução? Em vez de enfrentar a realidade dos fatos, um conjunto de artificialidades, para tentar fazer valer aquilo momentaneamente, mesmo que isso venha a custar muito mais caro depois.

Aí estão listadas algumas dessas artificialidades: a antecipação de recebíveis referentes a Itaipu – quer dizer, o dinheiro que teoricamente deveria ir para a Eletrobrás e depois para o Tesouro teria sido antecipado; a postergação do recolhimento de cotas de conta de desenvolvimento energético, que as distribuidoras deveriam fazer; a limitação da cobertura de alguns custos pela CDE apenas ao ano de 2013, não proporcionando soluções permanentes – quer dizer, CDE é um encargo que já existia e que agora se transformou em um “superencargo”, entre aspas, na medida em que ele englobou funções que antes eram de terceiros encargos; por último, a expropriação de receita dos geradores de cobertura dos gastos de acionamento termoeletrico por segurança energética. Quanto a essa, cabe até uma explicação mais detalhada.

O operador nacional do sistema tem a prerrogativa de, na medida em que seus modelos de operação indiquem que os reservatórios de acumulação de água estariam chegando a um volume crítico, mandar acionar as usinas termoeletricas. E isso é feito a critério do que ele chama de segurança energética.

O custo desse acionamento transforma-se num encargo, que é um encargo de serviço de sistemas, que, obviamente, é repassado depois para as distribuidoras, que cobrarão dos consumidores, os que se beneficiam desse seguro.

Pois bem, agora, por uma medida, no meu entender, totalmente arbitrária, inclusive na forma como foi tomada, o Governo determinou que metade desse custo deve ser pago pelas próprias geradoras, que não teriam absolutamente nada a ver com isso. As geradoras cumprem seu papel de gerar e não colhem o benefício desse seguro.

Enfim, essas são algumas arbitrariedades para tentar – desculpe o português simplista – forçar a barra, no sentido de alguma maneira, pelo menos momentaneamente, fazer com que a redução na conta de luz se aproxime daquela assertiva feita, a meu ver, de forma descabida pela nossa Presidente da República.

Aqui nesse eslaide, eu mostro graficamente um pouco do que chamo de desarranjo institucional. No canto da direita, aquelas setinhas mostram a sucessão de decretos e medidas provisórias depois transformadas em leis, a sucessão que aconteceu de fato: primeiro a Medida Provisória nº 579; depois o decreto, que saiu antes de os Srs. Parlamentares terem o prazo para se manifestar em relação àquela medida provisória; depois um decreto que se seguiu corrigindo ou complementando, dias depois, o que havia sido promulgado no primeiro decreto; depois uma nova Medida Provisória, de nº 591, que em alguma medida complementou ou corrigiu o que estava na 579 com

intervalo de menos de dois meses; depois a Medida Provisória nº 600, para viabilizar a questão de Itaipu. Seguiu-se a Medida Provisória nº 605, que corrigiu até um erro já apontado aqui, da Medida Provisória nº 579, com propriedade. Enfim, o que eu quero mostrar aqui é a intempestividade e a precariedade com que isso foi conduzido. E depois houve dois decretos, um revisando aquele primeiro decreto e o segundo revisando este último.

Então, esse desarranjo institucional é o quarto eslaide que eu mostro para configurar o que chamo de meio que um atentado à iniciativa de estabelecer, no setor elétrico, um setor em que a confiança venha em favorecimento de investimentos mais eficientes de energia melhor e mais barata no Brasil.

A confiança foi fortemente abalada.

E aqui eu tenho, Srs. Senadores, dois conjuntos de recomendações, para ficar no prazo que me cabe. O primeiro conjunto diz respeito ao que fazer desde agora para restaurar essa confiança; o segundo, porque eu não quero aproveitar a chance, dado que estou neste ambiente legislativo, para falar de tributação, já que, como foi apontado por alguns de nossos antecessores aqui, tributos e encargos têm um peso muito grande na tarifa e podem ser melhorados no que diz respeito ao tratamento que se dá a eles, melhorando a eficiência do País como um todo.

Primeiro, para restaurar a confiança, eu acho que, com serenidade, cabe examinar esse estado de coisas. Um ambiente em que investidores do mundo inteiro que participavam ativamente do setor elétrico estão sendo eloqüentes em dizer que estão retirando seus investimentos e que não mais vão investir, dada a instabilidade regulatória, enfim, esse ambiente precisa ser corrigido.

Eu quero lembrar uma palavra adicional talvez de todos os setores de infraestrutura no Brasil: todos têm problemas, o setor elétrico, também. Mas ousar dizer que aquele que era mais sustentável, no sentido de que tinha regras mais claras, mais transparentes, que estavam em constante evolução com a visão de longo prazo, se formos olhar, era o setor elétrico. Do início da década de 90 para cá, evoluiu constantemente, com marcos importantes, como a introdução dos leilões de energia, em 2004, enfim, um setor que estava melhorando em todos os aspectos, sempre podendo melhorar, mas melhorando em todos os aspectos e, principalmente, sustentável, agora estaria deixando de ser.

Então, para restaurar a confiança com serenidade, corrigir os erros do passado e estabelecer governança para resguardar o futuro, há algumas correções que vou me permitir ler: primeiro, revogar a alteração das regras do rateio do encargo de serviços de sistemas.

Não se pode bater a carteira de geradores de energia, sob pena, enfim, com um argumento que não se justifica e sob pena de se afastarem investimentos nesse setor.

Submeter a uma nova metodologia do PLD. O PLD – desculpem o jargão muito técnico – é o preço de liquidação de diferenças e foi também apelidado de preço no mercado *spot* de energia, que teve uma proposta de modificação, mas submeter essa proposta ao rito de transparência, para que ele seja discutido e aprimorado e possa ser implementado a partir do próximo ciclo econômico, que começa em janeiro do ano que vem; proporcionar solução permanente para o descasamento de custos e receitas, ou seja, aquilo que a Medida Provisória nº 605 trata, e corretamente este ano, deixa muito em aberto em relação aos anos seguintes. E isso pode ser uma bomba-relógio em termos de encarecimento de energia, porque, se todos esses novos encargos ali colocados sobram no colo das empresas distribuidoras, isso caberá, no final, ao bolso dos consumidores, o que deveria ser evitado.

Para isso é importante restaurar a “governança institucional”, que eu coloquei entre aspas, ou seja, cabe a casas como o Congresso, à própria Presidência, ao Conselho Nacional de Política Energética e ao Ministério formular as políticas, através de leis ou do que seja, mas cabe imputar à agência a implementação disso, cumprir essas leis emanadas daqui, obedecendo ao seu rito de elaboração de minuta com embasamento técnico, audiências públicas e implementação de eventuais modificações que sejam acolhidas pela agência, para que isso seja então deliberado e promulgado.

Com isso o Brasil avança e restaura a confiança. (*Soa a campanha.*)

Eu sei, Sr. Senador, que os senhores já foram tolerantes em um minuto e trinta e cinco no meu tempo, mas se o senhor me der mais um minuto e meio eu deixo a mensagem também em relação aos impostos.

Energia elétrica e tributação.

Em primeiro lugar, reconhecer o que já foi dito: o quão essencial é a energia elétrica para todos os setores da economia, para a vida do cidadão e para a economia como um todo. O custo tem um impacto sistêmico sobre a competitividade do nosso País, porém é altamente regressivo o imposto de energia elétrica, ou seja, ele penaliza muito mais as camadas de menor renda de nossa sociedade.

E aí trago considerações sobre dois impostos: o PIS/PASEP e o PIS/COFINS e o ICMS.

O PIS/COFINS, há algum tempo, no setor elétrico, como em vários outros setores, passou por transformação que no setor elétrico implicou, na realidade, o aumento de cerca de 4% na conta de luz, o impacto das mudanças mais recentes do PIS/COFINS.

O que se propõe é reverter essa tendência. E quero me valer até de promessa feita pela Presidente da República que, em campanha eleitoral, chegou a dizer que iria eliminar o PIS/COFINS do setor elétrico. Mesmo que não elimine, eu acho que seria um avanço muito grande se, mesmo adotando a não cumulatividade, o que, do ponto de vista econômico, como já é hoje, é muito mais racional, mas seguramente mudar a alíquota, para que pelo menos ela retorne aos patamares de tributação que o setor elétrico tinha antigamente. O benefício disso é extraordinário. E eu vou comentar quando falar também do ICMS.

O ICMS está tramitando no Senado, o Projeto de Resolução nº 1, que traz uma série de benefícios potenciais para a sociedade, enfim, aquelas modificações que estão sendo propostas em relação ao ICMS, principalmente o deslocamento da maior parte da receita para o Estado destinatário. Isso traz um efeito espetacular.

Há economistas de renome, que por disciplina não vou citar aqui, inclusive emanados do próprio Governo, pessoas que publicam suas análises, que avaliam que o potencial dessa mudança traria o benefício enorme de ampliar a base arrecadatória dos Estados, fazendo com que eles arrecadassem mais, permitindo que haja maior prioridade de critérios de eficiência nas decisões de localização dos novos empreendimentos e principalmente desonerando setores de infraestrutura como energia elétrica, telefonia e transporte, que hoje, perversamente, são responsáveis por praticamente 50% da arrecadação dos Estados. Ou seja, desoneraria a infraestrutura com todos os benefícios que a sociedade tem, ampliaria a arrecadação dos Estados e ganharia o País em potencial de crescimento da sua economia pelo benefício que inclusive a indústria teria disso.

São esses os comentários.

Mais uma vez, Senador, muito grato pela tolerância e, aos senhores, muito grato pela audiência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu que agradeço. Cumprimento os expositores.

Não sei se os colegas Senadores querem fazer algum comentário.

O Senador Capiberibe faz sinal de que quer. Eu já o inscrevo.

Antes, quero dizer que é um tema da maior importância, porque a Comissão de Infraestrutura, que tenho a honra de presidir nesta reunião, estabeleceu um programa para discutirmos: “Desatando o Nó Logístico do País”. Quer dizer, como é que faremos?

Sinto-me aqui na obrigação, sem nenhum desrespeito aos convidados, porque tivemos aqui o Paulo Pedrosa, que falou do ponto de vista dos consumidores, tivemos o Dr. Mauro Arce, que deu uma panorâ-

mica geral, muito mais vinculada às dificuldades, ao uso de tecnologia, como fazer o aproveitamento, que achei muito oportuno. E, por último, o Dr. Cláudio, que veio com uma posição muito firme dos produtores, dos geradores de energia.

Obviamente dá para comentar, mas eu queria me prender um pouco e fazer um comentário.

Eu penso, Dr. Cláudio, que não é essa ação da Presidenta Dilma... Está longe de ser algo que tem origem eleitoral; ela tem origem na opinião pública do País. O preço de energia no Brasil é insuportável para a população. O custo é muito elevado para as empresas e para o cidadão comum. E a Presidenta adotou essa ação no momento em que, depois de o País ter construído as grandes hidrelétricas, de ter feito linhas de transmissão que agora já estão seguindo com uma política de interligação do sistema, inclusive trazendo problemas novos, chegou o fim das concessões, quer dizer, o prazo de amortização dos pagamentos desses grandes investimentos findou. Ora, em que momento... Não foi um calendário eleitoral; foram as circunstâncias: venceu a concessão exatamente nesse período.

Não estou aqui nem poderia... Eu acho que tivemos situações. Conversei com alguns representantes de empresas geradoras. O problema poderia ter sido melhor conduzido, essa discussão, mas não posso vincular isso a calendário eleitoral. Não foi. Não é verdade isso, em hipótese nenhuma.

Findas as concessões, 30 anos. Vamos fazer o que agora? As empresas não têm mais que amortizar os investimentos que fizeram. Elas põem no cofre e a energia continua cara? Ou vai se compartilhar isso? A Presidenta Dilma propôs compartilhar. Os Estados começaram a mexer... Esses eslaides de V. S^a são importantes. Os impostos são muito elevados, mas os Estados também deram uma contribuição, começaram a fazer um movimento também no sentido de alterar. Eu acho que foi a primeira vez que fizemos um movimento no País nesse sentido.

É óbvio que essa situação não pode tirar do Brasil os investidores. Salvo engano, alcançamos agora, somos o terceiro País, o terceiro endereço do capital internacional, com mais de US\$66 bilhões de investimentos estrangeiros diretos no Brasil. A área de energia é um polo atrativo, mas a equação que eu proponho para concluir e passar para o meu colega, Senador Capiberibe: vamos analisar um pouco mais, olhando o cenário do Brasil.

Nós temos uma matriz energética invejável pelas diversas fontes que nos possibilitam oferecer energia e explorar. É invejável. Se analisarmos o potencial eólico é elevadíssimo, o potencial da hidroeletricidade também é algo... Geração com biomassa e agora estamos

discutindo o Pré-sal, que novamente coloca a geração de energia. E, de certa forma, do ponto de vista ambiental, surgem algumas matrizes de alguns países, a matriz energética e de transporte especificamente.

Aí nós temos um mercado consumidor mais do que atrativo, porque estamos fazendo inclusão social. O cidadão que era classe “e”, classe “d” passa a ser agora classe “c” e passa a consumir.

Nós temos um porto seguro no Brasil, porque, comparando com Europa e Estados Unidos, por exemplo, o consumo é baixíssimo de energia *per capita* no Brasil, ou seja, vai crescer fortemente. Então, é um grande mercado que nós temos.

Diante de tudo isso, disputamos os primeiros lugares em termos de preço de energia no mundo. Então nós temos que resolver isso. Isso trava para as empresas e para o cidadão. O cidadão comum, hoje, no Brasil, boa parte do seu sacrifício de trabalho do mês inteiro vai para a conta de luz. Isso é fato. A classe média paga horrores de conta. Ganha R\$3.000,00 e tem gente que paga R\$700,00 de conta de luz, com dois ares-condicionados. Dependendo da região é algo que passou a ser... Não é luxo, mas uma necessidade. São mais alguns eletrodomésticos adquiridos. Para muita gente de classe média, mais de 20% do que ganha vão para a conta de luz.

E há uma base para a construção, para que todos possam ter uma casa, a morada: que não se comprometa com a habitação mais de 30% do ganho da família. Mas, se você já incluir a energia também, não sobra.

Então, não estou tirando os atrapalhos que ocorreram, mas sinceramente acho que os produtores e os geradores de energia estão completamente equivocados quando vinculam esse movimento da Presidenta Dilma, do Governo da Presidenta Dilma, com o período eleitoral. Está longe da eleição. Ainda está... Estava e está. E ele vem por conta de um fato concreto. Se as pessoas que estão nos assistindo não sabem, estão chegando ao fim essas concessões todas de linhas de transmissão e geração. Para pegar as duas, são R\$30 bilhões por ano. Estamos falando que, em 10 anos, chega-se a quase R\$1 trilhão. Esse dinheiro vai para onde? O que se discutiu é que uma parte dele vai ficar no bolso do consumidor, seja empresa e tal.

Obviamente há uma situação que pode trazer uma ampla discussão. Mas só queria fazer, na minha percepção como Senador, como colega que por acaso hoje preside a Comissão de Infraestrutura, esse comentário, até traduzindo um pouco o momento que o País está vivendo, em que precisa diminuir o custo Brasil.

Hoje, um forte custo que nos atrapalha é o custo da energia. Agora, onde está o problema a gente pode debater. Mas certamente não está o problema

no consumidor. “O consumidor do Brasil está pagando pouco.” Parece-me que esse... Não sei se é um consenso, mas há uma ampla maioria que... O preço da energia no nosso País, apesar de todas as vantagens comparativas, é caríssimo.

Senador Capi. Depois ouço os Senadores. Depois cada um poderá fazer um comentário final. Certamente há aqui uma pergunta de um internauta que a fez através do Facebook. Eu a lerei no final.

Por favor, Senador Capi.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Meu caro Presidente em exercício, Senador Jorge Viana, senhores expositores, é claro que toda a linguagem é muito intrincada, muito complicada, difícil para o telespectador entender. Não só para ele, para mim também.

Quando se explicam lucros, enfim, custos e lucros do ponto de vista da empresa, para o consumidor é quase impossível entender. Infelizmente não tive a chance de ouvir o Dr. Paulo, que falou em nome dos consumidores.

Na verdade, falo aqui um tanto como consumidor, mas também como agente público interessado na questão da energia.

Mas eu queria um esclarecimento: o Dr. Cláudio disse que a Aneel exagerou na medida. A pergunta é a seguinte: se a redução da tarifa fosse menor, ela seria tranquilamente aceita pelos produtores? E qual seria o tamanho disso? Qual seria o percentual de redução ideal para os produtores, digamos?

O SR. CLÁUDIO SALES – Pois não. Se me permite, Senador, só uma pequena ressalva. O senhor teria mencionado que falo em nome de geradores de energia. Esta é uma correção importante: não falo em nome de geradores de energia nem em nome de distribuidores de energia ou de transmissores de energia.

O Instituto Acende Brasil é um centro de estudos, faz treinamentos e estudos sobre o setor elétrico como um todo, e nós não representamos nenhum setor especificamente. Então essas opiniões são emanadas dos estudos que fazemos e publicamos. A maior parte delas são minhas opiniões com base nesses estudos. Só essa ressalva, para não onerar geradores, como se eles estivessem se manifestando aqui, porque não estão.

Agora, a resposta objetiva em relação a isso é a seguinte: o processo de estabelecimento de tarifa, com a disciplina da ressalva que o senhor fez com relação à complexidade, é bastante complexo, envolve tecnologias de modelos e coisas desse tipo estabelecidas pela Aneel. Mas a tarifa é dividida em dois pedaços, dois grandes pedaços. Um pedaço é chamado de parcela A, com a qual a empresa distribuidora não tem nada a ver. Ela é apenas um coletor e repassador de

recursos. Mais fácil de entender, por exemplo, a energia que a distribuidora compra nos leilões organizados pelo Governo para entregar aos nossos consumidores. Ela simplesmente repassa pelo mesmo custo que compra. E a outra parcela, a parcela B, trata dos custos operacionais da empresa distribuidora como um todo.

A regulação a esse terceiro ciclo estabeleceu nova regra para tratar esse conjunto de coisas, mas o que vai para a empresa distribuidora cobrir seus custos, enfim, pagar o financiamento que toma e remunerar o capital dos acionistas é uma parcela disso que, na média brasileira hoje, já é menor do que 24% da tarifa.

Então, quando digo que possivelmente a Aneel errou a mão é que ela, na tentativa de baratear a energia como um todo – o que é justo e correto e é o que se deseja, quer dizer, o setor tem de ser tão mais eficiente quanto dele resulte uma energia mais barata possível –, terá forçado a mão em cima da parcela que cabe às distribuidoras, fazendo com que elas fiquem com seus caixas vulneráveis. Por exemplo, agora, elas não tiveram a menor condição de contribuir no enfrentamento dessa situação conjuntural que aconteceu aqui, porque não tinham caixa para fazer isso. Elas já estão com dificuldade.

Aquele número é um dado objetivo. É como uma empresa – o senhor imagine –, qualquer que seja, que está atuando no mercado e que, de um ano para outro, tem uma redução de sua capacidade de caixa da ordem de 30%. É um impacto que, se se acertar na dose, há de requerer um esforço, uma inventiva espetacular para fazer até o mesmo ou mais com menos recurso.

Esse é o desafio do regulador, que é extremamente complexo. O que resultou daquilo e foi, como disse, processo de audiências públicas que se prolongaram por mais de um ano, enfim, o que resultou foi essa regra final estabelecida. E a realidade está mostrando que possivelmente houve um exagero e que as distribuidoras ficaram num caminho crítico. Prova disso é que distribuidoras até então reconhecidas como excelentes em todos os aspectos, inclusive com índices e indicadores da própria Aneel, hoje estão com dificuldades para a obtenção de seus financiamentos, o que é extremamente grave, porque o custo de capital é preponderante, é um dos custos preponderantes nessa atividade.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – É sempre muito difícil, porque no Brasil há situações de difícil explicação, até o custo elevado da energia como um todo, da gasolina, do óleo *diesel*. Nós pagamos preços, se comparados com os de outros países, absurdos.

Nós temos uma carga tributária... Eu tenho uma preocupação enorme com a carga tributária. A carga

tributária do Brasil situa-se entre a do Canadá e a da Alemanha. A minha preocupação é com a aplicação desse dinheiro. Eu trabalho muito na ponta da aplicação dos recursos públicos, que me parece que chegam pouco ao conjunto da sociedade. Essa é a grande dificuldade. E o Brasil, nos últimos anos, abriu as caixas-pretas de aplicação dos recursos com algumas leis fundamentais, inclusive uma de minha autoria.

Eu sou autor de uma lei, a Lei Complementar nº 131, que tornou obrigatória a exposição em tempo real de todas as receitas e despesas públicas, o que deu oportunidade para tomarmos conhecimento de como são aplicados esses recursos. Inclusive as pessoas começam a se interessar pelo acompanhamento.

Agora, nas concessões de serviço público ainda há muita coisa a ser desvendada. E não é só na área de energia elétrica. Eu gostaria até... V. S^a trabalha numa instituição que se dedica ao estudo. Talvez tivesse aí um percentual que equilibrasse as coisas. E quem tinha de perder, digamos, nessa primeira chance dada ao consumidor pela primeira vez na história do País?

E, quando me diz que é uma atitude eleitoreira, para mim o que fica claro é que é uma coisa histórica. Como pode? O Brasil nunca baixa preço, só faz subir. De repente caem 20% para o consumidor. O sujeito olha...

Tenho uma filha que mora em São Paulo e está feliz da vida. Ela é funcionária, professora. Imagine, uma professora não tem esses salários todos. E aquilo fez um bem enorme para o orçamento do casal. Ela me pediu explicações: “Como chegaram a isso?” Eu disse: olha, não sei. Não sei. Não consegui lhe explicar, e agora estou também... Cada vez menos entendo por que os produtores reclamam de um lado. E o Senador Jorge Viana me diz que pagamos a tarifa mais cara do mundo.

Enfim, acho que precisamos realmente jogar luz nessa questão do setor energético do País, não nesse setor apenas ou no da comunicação, mas em todos os setores de concessão. Eu trabalhei muito em função da transparência nos impostos e acho que vou dar uma mergulhada nas concessões. Temos que nadar de braçada para ver se tornamos isso cada vez mais transparente. Nisto concordo plenamente: falta muita transparência. E temos dificuldade para entender esses processos.

O SR. CLÁUDIO SALES – Uma ressalva, só uma questão: são duas coisas separadas. O ciclo de revisão tarifária é um assunto, outra coisa é o tratamento das concessões, que é esse segundo a que o senhor se referiu.

Essa oportunidade de redução recente no tratamento das concessões existe, como disse, e é in-

trínseca ao fato de que essas concessões estavam vencendo ali.

Acho, para conforto, para que o tema não se alastre em relação a isso, que talvez eu tenha sido mal interpretado quando falei no apelo eleitoral. Talvez eu devesse dizer junto disso que acho legítimo que políticos, quer no Congresso, quer no Executivo, submetam-se a apelos eleitorais, porque, enfim, é o que lhes dá sustentação política e a posição que ocupam.

Agora, dito isso, traz-nos a complexidade do setor elétrico uma situação em que, por ser um setor de infraestrutura, ele deve ter regras claras e as decisões devem ser tomadas ao arrepio desses apelos eleitorais imediatos, que são legítimos por parte do Governo, assim como os apelos imediatos por parte de consumidores e os apelos imediatos por parte de agentes, quaisquer que sejam eles. E para isso a instituição é importante, Senador. O senhor, com essa sua disposição de se debruçar sobre essas questões, propondo e propugnando pela transparência, acho que isso é muito importante, é um avanço que podemos ter.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O Senador João Costa, com a palavra.

Em seguida, peço a compreensão dos expositores. Vou passar igualmente a palavra, para que todos possam fazer comentários. E tenho duas perguntas dos cidadãos que nos assistem neste momento.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, boa noite. Agradeço a presença de todos.

A minha pergunta é para o Dr. Cláudio Sales.

O Brasil tem encontrado sempre alguns primeiros lugares, alguns muito bons e outros péssimos. Somos o primeiro lugar nos juros mais altos do mundo, temos os juros mais altos, temos o *spread* bancário mais alto e agora temos também a energia mais alta.

A pergunta que faço ao senhor é: como diminuir essa energia? De maneira objetiva, onde está o erro nessa engrenagem, no sentido de que temos uma energia tão cara para os consumidores e às vezes prejudicial para os transmissores e produtores? Essa é a pergunta que todos gostariam de fazer. Onde deveríamos cortar e qual providência poderíamos tomar para equacionar uma energia mais barata, considerando a nossa riqueza em termos de fonte energética?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Os expositores anotaram inclusive o questionamento do Senador Capiberibe e do Senador João. E eu queria passar mais. Aqui há duas questões, uma através do Alô Senado, do Aurélio de Oliveira, que questiona quando o cidadão no meio rural vai ter energia plena. Pergunta qual a maneira que o Governo pode encontrar para atender à demanda dos produtores

rurais, não apenas usando o sistema monofásico. Ele fala, de fato, em energia que permita o trabalho com irrigação, uma energia trifásica. Vou deixar a pergunta para os expositores.

Outro cidadão faz uma pergunta via Facebook: “Gostaria de saber quantas contas de energia elétrica, digo, qual é o número de relógios marcadores de consumo”. Ele pergunta: “Quanto as empresas arrecadam na parte de energia, porque se fala muito, e não se sabe o número, os números reais. Quanto de dinheiro está envolvido no consumo de energia no País?” Eu posso entender a pergunta do Venilton Toledo, do Rio de Janeiro.

Passo para os expositores e vou inverter um pouco. Vou passar primeiro para o Paulo, para que ele possa também fazer algum comentário sobre o que foi levantado; depois passo para o Cláudio Sales. E, por último, o Dr. Mauro Arce poderá também fazer seus comentários sobre as várias perguntas e questionamentos que tivemos. Por favor, para as considerações finais, além desse comentário.

O SR. PAULO PEDROSA – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Acho que o senhor, quando comentou aqui, nesta reunião, as apresentações, trouxe uma visão semelhante à que quero complementar agora.

Na verdade, estamos passando por um momento histórico em que decisões que buscaram devolver à energia brasileira um potencial competitivo que já teve foram tomadas. E justamente num momento em que infelizmente houve um índice baixo de chuvas, o que nos pegou com os reservatórios das usinas hidrelétricas acumulando pouca energia. Então é óbvio que um momento como este é traumático.

As mudanças que foram implementadas no setor trouxeram problemas que se propagaram na cadeia produtiva da energia. Uma mudança histórica e estrutural como a que foi feita naturalmente traz problemas de ajuste. Poderia ter sido feita de uma forma mais antecipada? Poderia ter sido feita com um pouco mais de transparência? Poderia ter sido feita com um pouco mais de previsibilidade? Sim, poderia. Mas isso não impede que se olhe o mérito do que aconteceu.

Entendo que não deve ter sido fácil avançar no conjunto de decisões que foram tomadas. As ações e reações ao processo tornam difícil que o Governo encaminhe as soluções que foram propostas. Então, é claro que aconteceram traumas, incidentes de percurso, mas eles não mudam o mérito das mudanças que foram apresentadas. Mas as mudanças foram positivas.

Até nós, como consumidores – e particularmente como consumidores industriais intensivos em energia –, entendemos que esse foi um primeiro passo. Não

foi suficiente para devolver a competitividade da energia no Brasil, não foi nem sequer isonômico com as grandes indústrias. Aquelas grandes indústrias que investiram em alta produção e que consomem energia no mercado livre entenderam que não tiveram aquela parcela que lhes caberia, que não tiveram, por exemplo, nas concessões, aquele direito ao que pagaram pela energia ao longo do tempo, ao que contribuíram até para a depreciação das usinas cujas concessões venceram. Mas no mérito as decisões foram positivas e dão um alento, a expectativa de que, reconhecido o fato de que a energia é um fator de competitividade para a economia, reconhecido o fato de que é um instrumento para devolver ao País competitividade no momento em que isso é necessário, novos passos possam acontecer.

Inclusive, o Congresso, agora, nas medidas provisórias em discussão, tem condição de aperfeiçoar o que foi feito, como já fez na Medida Provisória nº 759. Então, vemos o movimento como positivo.

Na questão da atuação do regulador, é claro, é uma situação sempre traumática, quer dizer, o regulador tem por missão promover o equilíbrio entre consumidores, investidores e Governo. A missão de equilíbrio é dura, naturalmente tende, quando bem cumprida, a desagradar a todos. Esse é o papel do regulador e por isso é protegido por mandatos aprovados por esta Casa.

A nossa visão é que o momento atual reflete um equilíbrio mais positivo do que o que tínhamos no passado e o regulador capturou para os consumidores ganhos da economia geral, como a redução do custo de capital. Foi perfeito? Também não.

Com um país em construção como o nosso, há muito o que ganhar em termos de previsibilidade, mas o movimento geral é bom. Estamos avançando, de maneira que, em cada ciclo tarifário, o processo é mais transparente, oferece mais espaço para a participação dos consumidores.

Então, nossa visão final é positiva, no sentido de que estamos evoluindo. Há desafios enormes, há questões a serem resolvidas, possíveis prejuízos podem ter sido provocados, mas não diminuem o mérito do processo como um todo nem devem diminuir o nosso ímpeto de tentar ampliá-lo nos benefícios que ele pode trazer para a sociedade.

Eram essas as considerações finais. Como não falo em nome dos consumidores de baixa tensão ou rurais ou produtores rurais, não me sinto à vontade para comentar esses aspectos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Muito bem. Agradeço o Dr. Paulo Pedrosa pela exposição, pelos comentários, pela colaboração que deu a nosso trabalho.

Antes de passar a palavra para o Dr. Cláudio Sales, queria, já que estamos ao vivo presidindo a Comissão de Infraestrutura do Senado, informar que acaba de ser divulgado que o novo Ministro dos Transportes será César Borges, ex-Governador da Bahia e ex-Senador. Ele entra no lugar do Paulo Sérgio Passos, que estava como Ministro. A Presidência da República publicou nota agradecendo ao Ministro Paulo Sérgio Passos e, ao mesmo tempo, desejando sorte ao novo Ministro César Borges. É importante informar para quem nos acompanha, porque em breve, certamente, ele estará aqui nesta Comissão, ajudando-nos a desatar o nó dessa outra parte tão importante de nosso País que é a área de transporte, toda essa logística que é cara e cheia de dificuldades para quem investe, para o cidadão.

Passo, mais uma vez, a palavra ao Dr. Cláudio Sales, agradecendo-lhe a sua vinda aqui. V. S^a já deu uma grande contribuição quando trouxe para cá uma visão do Instituto que dirige, mas, ao mesmo tempo, trouxe o debate, a discussão sobre um tema que diz respeito diretamente ao cidadão brasileiro e à atividade empresarial no Brasil, que é a energia elétrica, o consumo de energia.

O SR. CLÁUDIO SALES – Com certeza, Senador Jorge Viana, mais uma vez sou grato por isso.

Respondo diretamente ao Senador João Costa sobre como tornar a energia mais barata. Cabe aí uma reflexão. Vamos nos abstrair da complexidade da regulação e pensar no mundo real. A energia elétrica é geração de energia produzida nas usinas, é o transporte, as linhas de transmissão que trazem essa energia até onde é consumida e atividade de distribuição, fundamentalmente esses três elos da cadeia.

O que acontece no mundo real por força da regulação? Hoje, o custo da geração e da transmissão é definido em um ambiente de competição bastante evoluído, que foi introduzido pela legislação de 2004, no chamado novo modelo do setor elétrico. São os leilões de energia e os leilões de transmissão. É claro que há imperfeições, vale dizer, potencial de aprimoramento. Há sim, nós mesmos temos estudo sobre isso. Mas, grosso modo, ali existe um ambiente de competição pela menor tarifa de geração, pela menor tarifa de transmissão. E a realidade mostra que tem havido forte competição. Para uma demanda, por exemplo, da ordem de mil ou dois mil megawatts a serem contratados, o número de competidores chega a somar um total de 10, 12, 14 mil megawatts, mostrando que há uma forte competição. Daí se pode depreender que a tendência é que se tenha o menor custo possível de geração.

O mesmo ocorre em relação à transmissão, leilões também. No que diz respeito ao elo de distribuição de energia, é mais complexo, porque é aquele caso de monopólio natural que impõe uma tarifa regulada pela Aneel, que tem todos esses modelos complexos e chatos de se analisar, mas tem por objetivo estabelecer a tarifa ideal para, ao mesmo tempo, dar um incentivo de aprimoramento para o concessionário e transferir para o consumidor os ganhos de produtividade sob a forma de redução de tarifa.

Visão de longo prazo. Isso tem funcionado? Tem funcionado sim. Há pouco mais de 10 anos, essa parcela da distribuição era de 36% da tarifa, ou seja, de R\$100,00 que se pagava na conta de luz, R\$36,00 tinham que ir para a atividade de distribuição. Hoje não chega a R\$ 24,00.

Como se chegou a isso? Por força da regulação: o primeiro ciclo de revisão tarifária, o segundo ciclo de revisão tarifária, agora o terceiro ciclo de revisão tarifária. Nada mais fazem do que tentar acertar essa dose. Olhando para trás, isso significou – e é dado da própria Aneel – um aumento médio de produtividade da ordem de 1,1% ao ano, o que é muita coisa. Ou seja, a cada ano você fazia mais com 1,1% menos, posso dizer assim. Isso tem revertido em modicidade tarifária, porque é transferido para o consumidor.

Qual foi, na minha visão, o principal fator para justificar o efeito apontado aqui, de encarecimento da energia no Brasil, olhando historicamente? Foram tributos e encargos, que cresceram muito.

Há um estudo da PriceWaterhouse que mostra que, até pouco tempo atrás, antes da redução dos encargos que houve por conta dessa medida provisória, tributos e encargos eram cerca de 45% da conta de luz, e se chegou lá de forma crescente. Eu mesmo dei o exemplo do PIS/Cofins, que subiu, só ele, em torno de 4% na conta de luz. Enfim, foi isso que aconteceu.

Srs. Senadores, é importante notar que isso acontece em doses homeopáticas. Casa aumento desses teve uma causa suficientemente forte para justificá-lo. Quando visto isoladamente – às vezes um subsídio importante ou a necessidade de arrecadação... Mas ninguém olhou o conjunto, e essas doses homeopáticas nos trouxeram a essa situação.

Então, uma visão otimista de tudo isso, ressalvados esses fatos que aconteceram, que poderiam não ter acontecido a partir da Medida Provisória nº 579, que nos empurrou, que empurrou o setor de energia elétrica para uma crise de confiança que tem um custo a longo prazo que vai ser sentido por nós, consumidores de energia de todas as categorias... Mas, ressalvado esse aspecto, o setor vinha melhorando. Tributos e encargos representaram, nesse conjunto, pressão maior

no sentido da alta da energia. Se isso fosse corrigido, a melhora poderia ser contínua.

É esse o curso que eu quero tomar e, aí, eu louvo muito, Senador Jorge Viana, indiretamente o Presidente desta Comissão, Senador Collor de Mello, Senadores aqui presentes, João Costa e João Capiberibe, o interesse dos Srs. Senadores em se debruçar sobre esse setor, que é complexo sim, às vezes chato por causa disso, mas fascinante diante do potencial para o nosso País. O Brasil está, sim, perdendo competitividade por causa de uma energia desnecessariamente mais cara do que poderia ser. Ele pode avançar mais se tomar as medidas corretas.

E a ressalva é importante, porque, enfim, o tratamento que foi dado a essa medida provisória, a falta de transparência, a maneira intempestiva como foi colocada, uma sucessão de erros que tiveram que ser, e ainda estão sendo, corrigidos *pari passu*, abalando a crise de confiança, ele aponta para um vetor na direção contrária a esse aumento de eficiência. Isso é que pode ser corrigido de maneira virtuosa para que continuemos avançando. E o setor elétrico, diferentemente de outros setores de infraestrutura, pode sim, já hoje, dar uma resposta importante para o nosso País.

O encarecimento e a perda de competitividade de nossa indústria têm, seguramente, como já foi apontado, como um de seus componentes, o custo elevado da energia aqui no Brasil. Mas há outros componentes – ousar dizer, de igual força – na falha de infraestrutura de transporte, de comunicações, de aeroportos, de portos, de rodovias. Tudo isso atrapalha a realização de um potencial espetacular que o Brasil tem e que não está conseguindo realizar no ritmo que bem poderia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. S^a e agradeço mais uma vez a sua vinda que nos fez, a todos, refletir sobre o tamanho do desafio nessa área que é tão estratégica para o crescimento do País. O Brasil tem que encontrar um novo modelo de produção e consumo e, ao mesmo tempo, tem que destravar áreas como a geração de energia e o fornecimento de energia.

Há mais duas perguntas. Eu peço já ao Dr. Mauro que também faça comentários acerca de duas colocações que foram feitas por pessoas que nos procuram, atendendo a essa sugestão da Presidência da Comissão, do Senador Fernando Collor de Mello.

A primeira delas diz respeito à utilização das usinas termelétricas no País. O cidadão Francisco Coutinho de Medeiros, da Fazenda Timorante, zona rural, Piracuruca, Piauí, gostaria de saber se o valor da tarifa de energia elétrica para o consumidor continuará o mesmo ou se será reajustado com o uso de

termelétricas. Ele está ligado, sabe que é mais caro, está olhando para o bolso.

Outro cidadão, Gilberto Lima dos Santos, de Retirolândia, Bahia, quer saber o que se pode fazer para cobrar do próprio Governo Federal que a energia rural chegue onde ele mora, no interior da Bahia, porque ainda não chegou. Eles estão esperando, na expectativa de que a energia chegue.

Então, ficam as perguntas do Gilberto Lima e do Francisco Coutinho de Medeiros, feitas nessa abertura que a Comissão de Infraestrutura do Senado faz para contar com a participação do cidadão nas audiências públicas.

Com a palavra V. S^a.

O SR. MAURO ARCE – Queria aproveitar para cumprimentar os dois Senadores que não havia cumprimentado antes, o Senador João Costa e o Senador Capiberibe.

O nosso Presidente fez um comentário extremamente importante no sentido de que o consumo no Brasil é baixo. É verdade. Na região Sudeste, cada residência consome em média 200 kWh/mês. Por incrível que pareça, esse é um dos motivos pelos quais a energia pode ser mais cara. Um consumidor americano consome 1000 kWh, e o número de empregados que a empresa distribuidora e geradora precisa é semelhante ou quase o mesmo. Esse é um lado.

O outro diz respeito à eficiência e ao uso racional de energia. Eu acho que ainda continuamos usando mal, desperdiçando energia. E quando falo isso, não me refiro apenas às residências, mas às indústrias.

Tive oportunidade de participar do comitê da crise da... Chamaram depois – para mim, é racionamento de 2001 – de apagão, quando houve realmente uma redução sensível, quer dizer, houve uma contribuição muito grande do consumidor. Lembro que saí de Brasília e, quando tinha que cortar mesmo... Em São Paulo havia uma rua que naquela época vendia lâmpadas frias, o que não era muito comum, a Rua Santa Efigênia, e as pessoas estavam lá, todo mundo xingando todo mundo, mas comprando lâmpadas. Esse é um ponto que deve ser ressaltado.

Outra coisa: vimos muitas contas sendo feitas para estabelecer uma comparação entre o custo da energia no Brasil – aí respondo ao Senador Capiberibe – e em outros países. Quero só lembrar o seguinte: o estudo mais divulgado, do pessoal de São Paulo mesmo, fez a conta em julho de 2011: o dólar estava R\$1,56 e agora está R\$2,00. Eu só fiz conta com a minha empresa. Eles comparavam o custo da energia hidrelétrica da geradora canadense com o da nossa e era mais alto. Agora, com essa variação do câmbio, já não é mais. Então, há algumas coisas que dependem da forma

como são apresentadas. Acho que a variação cambial tinha que ser atualizada – estava R\$1,56 e agora está R\$2,02: há uma diferença de 36%.

Para quem quis saber o número de consumidores, vou dar uma dica para calcular: São Paulo tem 15 milhões de consumidores residenciais, que representam algo em torno de 25% do consumo total do País; quarenta e poucos por cento. Eram 45%, mas diminuiu um pouco na indústria. Como São Paulo deve ter 20% da população, multiplica-se esse número por 5. E cada um desses consumidores tem um relóginho...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Estamos falando de...

O SR. MAURO ARCE – Consumidores residenciais. Ele perguntou...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Setenta e cinco milhões de relóginhos?

O SR. MAURO ARCE – Sim, que têm de ser lidos todo mês etc. O pior é para quem paga e quando vem a conta, não é, Senador? Isso é natural.

Com relação ao uso da termelétrica, este ponto é importante. No ano passado, o tal de PLD, o preço de liquidação, chegou a 23, deu em média 40. Por quê? Porque não se gerou térmica, as térmicas estavam paralisadas e, evidentemente, foi usado o reservatório. Quando há água, isso é...

O que aconteceu este ano? Foi preciso gerar a térmica, e quanto a esse preço não há saída, tem que ser pago de alguma forma. É mais caro, depende muito da termelétrica; a gás é um pouco mais barata. O problema do gás é sempre muito complicado. Quer dizer, já discutimos um pouco o fato de ter... Devia haver um mercado para as indústrias, porque, na hora em que é preciso gerar a térmica, a indústria não pode funcionar, não recebe gás. Ou bem há gás para as termelétricas ou bem há gás para a indústria, essa é outra coisa perversa. Mas seria possível chegar a preços diferentes: “Olha, você vai ter um contrato que pode ser reduzido, mas você vai pagar durante um período uma tarifa menor por esse gás”. O fornecimento de gás poderia ser interrompido quando fosse preciso usar a termelétrica.

E a outra é... Acho que essa decisão do Conselho Nacional de Energia sobre o preço... Eu acho muito ruim quando há essas variações grandes, um ano é 23, outro ano... Hoje está em torno de 300, esta semana, mas já chegou a 400. Por quê? Porque depende da geração térmica que é colocada. Então, uma vez que não temos mais condições – isso eu procurei deixar claro – de construir reservatórios grandes, dependemos muito da chuva, e a chuva pode vir e pode não vir. Quando isso não acontece, o preço sobe. En-

tão, seria interessante incluir, e acho que é isso que o Conselho está recomendando, uma parcela de energia termelétrica permanentemente para não haver essas variações. Isso é importante.

Acho que dois falaram sobre energia rural, não é? O Governo fez um esforço grande no sentido da universalização etc. Falar nisso me faz sentir saudade. Meu pai era produtor rural lá da região. Viemos de Pernambuco para São Paulo e, realmente, a alimentação é monofásica. O que isso significa? Muitas máquinas não funcionam com a monofásica e aí, de repente, a rural virou um pouco o caso de você ter iluminação nas casas, poder ver televisão, usar geladeiras e coisas assim, mas a utilização específica no desenvolvimento da energia rural no Brasil ainda acho um pouco... Precisa não só haver energia, mas orientação para usá-la. Às vezes a pessoa não pode comprar o equipamento que permitiria esse uso e continua tendo iluminação, banho quente, chuveiro elétrico. Do ponto de vista do sistema, é uma coisa horrorosa, porque todo mundo toma banho na hora do pico. O único país que tem chuveiro elétrico é o Brasil, é interessante isso, que também diz respeito àquilo de que falei: a eficiência e o uso racional da energia.

Então, acho que temos um desafio muito grande aqui, cada um de nós. Por exemplo, sempre que para de chover, o sistema entra em desequilíbrio. Isso aconteceu em 2001. Havia o tal Anexo 5, que dizia o seguinte – uma coisa que foi ressaltada aqui: a possibilidade de o distribuidor devolver a energia que ele contratou ou vendê-la para outro. Naquela oportunidade, dizia-se o seguinte: se sobrar energia, o distribuidor pode devolver para a geradora. Perfeito, se não fosse pelo preço da energia naquele momento. E só para lembrar: não estou falando de preços de agora. Lá por volta de abril de 2001, o custo do déficit, o tal PLD, estava em R\$600,00. Então, eu devia estar vendendo energia a R\$43,00 e tinha que recomprar da distribuidora a R\$600,00. Evidentemente que isso não aconteceu, não fecha, não é? Uma vez eu fui à Espanha e a conta não fechava. Aí, eu perguntei: “Mas quem paga a diferença?”. Responderam: “O Juanito espanhol” – somos nós aqui, os João da Silva, os Zé Mané do povão ou alguma coisa desse tipo. Essa é uma realidade também da qual precisamos.

E só para responder rapidamente – sou presidente de uma geradora – por que nós não aderimos à medida provisória e à lei?

Primeiro: foi uma antecipação. Eu tenho a concessão até o dia 7 de julho de 2015. Eu vendi energia,

eu vendi essa energia a cento e poucos reais, em torno de 700 megawatts médios de energia. Eu teria que entregar a minha energia ao preço que eles me propuseram lá, que era o custo de operação e manutenção, comprar essa energia e, por incrível que pareça... Não é que eu gostaria, mas, se estivesse a R\$23,00 o PLD, eualaria: “Eu errei”. Mas nós acertamos, porque está R\$300,00 ou R\$400,00. Então, a empresa quebraria – tenho dívidas para pagar etc.

Outro ponto é que a indenização que nos foi apresentada... Não tivemos oportunidade de ver os cálculos e só pedíamos isso. Queríamos verificar: por que, usando a mesma metodologia, chegamos a resultados tão diversos? Uma das explicações que ouvi é que havia sido considerada a eclusa, que é onde os barcos sobem e descem. Puxa, mas eu posso parar a eclusa? Esse custo não é meu?

Negócio de meio ambiente. Não é negócio de meio ambiente, eu tenho uma licença operacional que eu tenho que cumprir. Eu tenho que criar lá... Eu tenho uma fazenda onde crio o Cervo do Pantanal, um animal em extinção. Tudo isso tem custos. Então, foi isso. Agora a pergunta: bom, e quando chegar lá em 7 de julho de 2015? O governo vai fazer um leilão...

Em primeiro lugar, no dia 7 de julho de 2015, eu não vou ter mais esses contratos, porque não vendi energia para a frente e, dependendo do preço que... Vamos discutir. Agora, é uma decisão...

A outra é a seguinte: por que alguns aceitaram e outros, não? Nós – estou falando do Estado de São Paulo –, como acionistas... O Estado de São Paulo tem 35% das ações da empresa e não se dispõe a colocar dinheiro lá para cobrir essa... Além do que, só para se ter uma idéia, este ano nós vamos pagar uma parte da dívida, que é R\$1,1 bilhão, valor que vamos pagar com recursos próprios da empresa. Então, foi esse o motivo. Foi um motivo puramente técnico, econômico.

Agora, o que vai acontecer... Quando me perguntam lá na frente. É bom lembrar que a reversão existe desde o Código de Águas, que começou a ser escrito em 1910, foi promulgado pelo Governo Provisório em 1934, um decreto de 1957. É um decreto fantástico. Toda vez que queriam mudar um modelo, eu falava: “Leia aí o decreto”. Se cumprissem o decreto já estava de bom tamanho. Nunca foi usado. Falaram: “Então vocês estavam esperando que fosse prorrogado sem custo nenhum?” Não, se não eu tinha vendido a energia além de 7 de julho de 2015, mas nós paramos nessa data.

Não sei se respondo ao... Eu fiz a conta, a minha conta: baixou 22,34%. É a minha conta particular, de consumidor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO ARCE – Não, é que ele falou da filha dele, que mora em São Paulo. Estou dando um número, mas, dependendo de quanto se gasta, pode até ser mais. É o caso do consumidor residencial, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu agradeço ao Dr. Mauro Arce.

Chegou mais uma perguntinha de um internauta, do Edson Antonio Batista. A pergunta veio para mim de Chapecó, Santa Catarina.

O cidadão pergunta ao Senador Jorge Viana que projetos a Comissão de Infraestrutura apresentará ao País em relação a incentivos ao desenvolvimento de pequenas centrais hidrelétricas e usinas eólicas.

A Consultoria já me ajudou: primeiro, está tramitando aqui o PLS nº 379, de 2008, sob a relatoria do Senador Walter Pinheiro, que trata de energia eólica, e também um outro que trata de pequenas centrais hidroelétricas, da Câmara dos Deputados, e o PL aqui também do Senado. Mas a informação para o Edson Antonio Batista Nunes, de Chapecó, é que estes dois temas vão fazer parte deste ciclo de debates que a Comissão de Infraestrutura do Senado está promovendo. O Presidente Collor de Mello, com quem eu converso sempre, disse que o Brasil deveria retomar, por conta também de uma regulação equivocada, fazendo leilões exclusivos para PCH's, por exemplo, e para eólicas, como tem feito, para que se possa fazer o melhor aproveitamento regional dessa geração.

Antes de encerrar eu queria, mais uma vez, agradecer a presença do Dr. Mauro Arce, do Dr. Cláudio Sales e do Dr. Paulo Pedrosa.

Por fim, convoco as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores para a próxima reunião, a ser realizada no dia 3 de abril, quarta-feira, às 7h30min da manhã.

O Presidente Fernando Collor está estabelecendo uma nova rotina aqui no Senado. Nós, da Comissão, temos de chegar às 7h30min para algumas das reuniões, além das reuniões noturnas, como agora que aqui estamos ao vivo na Comissão de Infraestrutura do Senado. Certamente o Senador Collor, que é o Presidente da Comissão, irá presidir a reunião, e eu estarei sentado na bancada como um colega Senador.

Agradeço a todos que nos acompanharam pela TV Senado, pela Rádio Senado, pela Internet, Facebook, Twitter, e, mais uma vez, agradecer aos Senadores João Costa, Capiberibe e aos nossos convidados.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

Boa noite.

(Iniciada às 18 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 20 minutos.)

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e trinta minutos do dia três de abril de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Lobão Filho, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Wilder Moraes, Blairo Maggi, José Pimentel, Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza e Jayme Campos**. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e aprova as atas das 8ª e 9ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os Comunicados da Presidência. São lidos os Comunicados da Presidência e os Requerimentos a serem pautados na próxima reunião deliberativa. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Sérgio Souza** e **Wilder Moraes**. Tem início a apreciação da Pauta: **Item 1 – Mensagem nº 13, de 2013**, de autoria da **Presidenta da República**, que “*submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor JOSÉ GUTMAN para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP*”. **Relatoria:** Senador **Valdir Raupp**. Resultado: Lido o Relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 01, de 2009-CI (redação dada pelo Ato nº 4, de 2013-CI). **Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2012**, de autoria do Senador **Sérgio Souza**, que “*Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência*”. **Relatoria ad hoc:** Senador **Flexa Ribeiro**. Fazem uso da palavra os Senadores **Wilder Moraes** e **Jayme Campos**, solicitando vista da matéria. **Resultado:** Concedida vista coletiva. **Item 3 – Requerimento da CI nº 13, de 2013**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que “*nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal e do art. 90, inc. IX e X, c/c 104, do Regimento Interno do Senado Federal, requeira sejam prestadas pelo Tribunal de Contas da União as seguintes informações relativas sobre as fiscalizações que estão sendo exercidas nos*

procedimentos dos Planos de Fiscalização de Obras Federais FISCOBRAS, principalmente exercícios de 2012 e 2013: a) se é calculado o custo econômico da paralisação frente ao prejuízo estimado na continuidade da obra nos casos de indicativo de paralisação (IG-P) e indicativo de retenção (IG-R) – cálculo de “dano reverso” no caso de descontinuidade da obra; b) caso seja calculado, descrever a metodologia utilizada (pelo menos os principais fatores considerados); c) quais são os critérios utilizados para avaliar a materialidade dos achados que ensejam a paralisação das obras; d) quantos contratos foram enviados ao Congresso Nacional na relação de obras e serviços com indícios de irregularidades graves, para efeitos de elaboração da lei orçamentária anual, em cumprimento ao disposto nos incisos IV e V do § 1º do artigo 93 da Lei no 12.708, de 17 de agosto de 2012 (LDO/2013) e dispositivos correspondentes nos 5 exercícios anteriores; e) quantos dos contratos mencionados na alínea “a” do inciso IV continham indícios de sobrepreço ou superfaturamento, e qual o montante envolvido; f) quantos dos contratos mencionados na alínea “b” do inciso IV foram objeto de solução considerada adequada para o sobrepreço até a votação pelo Congresso Nacional da lei orçamentária anual do respectivo ano (incluindo, se ocorridas, a redução parcial dos montantes impugnados e a prestação de garantias consideradas suficientes pelo Tribunal), e quais os montantes envolvidos nesta solução; g) houve contratos encaminhados nos processos orçamentários das Leis Orçamentárias de 2008 a 2013 em que os indícios de irregularidades graves com indicativo de paralisação foram afastados somente com os elementos de defesa apresentados pelos responsáveis ou empreitadas, caso afirmativo quantos e quais; informar se existem estudos atualizados sobre obras paralisadas que sejam financiadas com recursos federais e com suas causas principais, caso afirmativo, encaminhá-los ao Congresso Nacional.”. Fazem uso da palavra os Senadores **Jayme Campos, Walter Pinheiro, Blairo Maggi e Flexa Ribeiro**. **Resultado:** aprovado. **Item 4 – Requerimento da CI nº 14, de 2013**, de autoria do Senador **Flexa Ribeiro**, que “requeiro, nos termos do artigo 90, incisos II e III, e do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas Audiências Públicas perante esta Douta Comissão com a finalidade de discutir a reforma do marco regulatório do setor mineral. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para tratar do Título Minerário e da promoção da atividade mineral: • Dr. Luciano Coutinho – Presidente do BNDES; • Dr. William Freire – advogado, especialista em Direito Minerário; • Dr. Jomar Silva Feitosa – Diretor de Gestão de Títulos Minerais do De-

partamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); • Dr. José Fernando Coura, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). Para tratar da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais: • Dr. Carlos Alberto Barreto, Secretário da Receita Federal do Brasil; • Dr. Marco Antonio Valadares, Diretor de Procedimentos Arrecadatários do DNPM; • Dr. José Tavares de Araujo Jr., Diretor do Centro de Estudos de Integração e

Desenvolvimento; • Dr. José Fernando Coura, Diretor-Presidente do IBRAM. Para tratar da exploração em casos especiais – terras indígenas, fronteira e alto mar: • Dr. Celso Amorim, Ministro da Defesa; • Dr. Antonio Patriota, Ministro das Relações Exteriores; • Dra. Marta Maria do Amaral Azevedo, Presidente da Funai; • Dr. Paulo Guilherme Galvão, Diretor de Planejamento e de Desenvolvimento da Mineração do DNPM; • Dr. José Fernando Coura, Diretor-Presidente do IBRAM. • Dr. Adriano Drummond Trindade, advogado, professor de direito E para a última audiência pública: • Dr. Edson Lobão, Ministro de Minas e Energia; • Dr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará; • Dr. Antônio Anastasia, Governador do Estado de Minas Gerais; • Dr. Jaques Wagner, Governador do Estado da Bahia”. Fazem uso da palavra os Senadores **Jayme Campos, Walter Pinheiro, Lobão Filho e Flexa Ribeiro**. **Resultado:** aprovado. **Item 5 – Requerimento da CI nº, de 2013**, de autoria do Senador **Dalcídio do Amaral**, que “Requeiro, nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para discutir a Resolução nº 03 de 2013 do CNPE, com a presença dos seguintes convidados: 1. Sr. Márcio Zimmermann – Secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia; 2. Sr. Hermes Chip – Diretor Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico; 3. Representante do Ministério da Fazenda; 4. Sr. Luiz Fernando L. Vianna – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE; 5. Sr. Flávio Neiva – Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia; 6. Felipe Mattar – Goldman Sahas – Analista Setorial de notório saber; e, José Roberto Oliva – Pinheiro Neto Advogados”. Os Senadores **Lobão Filho, Flexa Ribeiro e Wellington Dias** fazem uso da palavra. O Senador **Dalcídio do Amaral** solicita a retirada de pauta do requerimento. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do autor. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do

Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a consequente aprovação das Atas das 8ª e 9ª Reuniões.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Comunicados

Sobre o 1º Ciclo de Audiências – 2º painel

A Comissão de Serviços de Infraestrutura deu prosseguimento, na última quarta-feira, dia 27 de março, à sua agenda de audiências públicas intitulada “Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País”. O segundo painel sobre “Eletricidade Convencional” contou com a participação dos Prof. Sérgio Bajay, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Presidente da Sociedade Brasileira de Planejamento Energético (SBPE); e do Dr. Joaquim Francisco de Carvalho, pesquisador associado ao Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE) da Universidade de São Paulo (USP).

O Prof. Sérgio Bajay abordou o subtema “Termoeletricidade com combustíveis fósseis”, enfatizando que a discussão se torna relevante uma vez que, ao deixar de construir hidrelétricas com reservatório, o Brasil vê reduzida sua capacidade de regularização do Sistema Integrado Nacional (SIN), requerendo despachos frequentes de usinas termoeletricas, com elevados custos operacionais, o que causa aumento nas emissões dos gases de efeito estufa e elevação no custo de geração.

Segundo o Professor, os principais fatores que delimitam as alternativas de expansão do sistema elétrico brasileiro no futuro dizem respeito a: primeiro, resistências de caráter socioambiental à construção de novas usinas hidrelétricas de médio e grande porte; segundo, disponibilidade e preço do gás natural; terceiro, evolução da produção de álcool e açúcar no País (cogeração com bagaço da cana); quarto, redução dos custos das tecnologias que permitem a geração de energia elétrica a partir do carvão mineral com baixo impacto ambiental; quinto, sucesso no desenvolvimento da terceira e quarta gerações de usinas nucleares; sexto, maior aproveitamento, para geração de energia elétrica, de resíduos urbanos, industriais, agrícolas e florestais, e; sétimo, redução dos custos unitários de geração de diversas formas de geração distribuída.

Quanto a usinas a gás natural, disse o palestrante, a questão-chave é a disponibilidade e o preço do gás natural. Se não houver gás suficiente, não adianta querer instalar esse tipo de usina, o que nos parece óbvio, mas também o preço do gás, principal variável econômica no caso dessas usinas, é fundamental.

A cogeração com bagaço de cana está completamente atrelada à evolução da produção de álcool e de açúcar no País. Como todos nós temos acompanhado, afirmou o Prof. Bajay, existe hoje o que poderíamos chamar quase de uma crise no setor sucroalcooleiro, motivada pelos preços relativamente baixos da gasolina no País, o que tem inviabilizado a concorrência do etanol nos veículos *flex fuel*.

Quanto ao carvão mineral, existem, hoje, tecnologias que permitem diminuir o impacto ambiental desse tipo de usina, mas são tecnologias ainda relativamente caras. Algumas ainda estão em caráter experimental em usinas de demonstração. Então, a adoção dessas usinas no Brasil implica apostas tecnológicas que envolvem decisões estratégicas.

Se quisermos construir novas usinas nucleares, além de Angra III, que está em construção, vamos ter de fazer apostas nas chamadas terceira e quarta gerações dessas usinas. Existem alguns projetos de cooperação internacional em desenvolvimento, mas também neste caso, a exemplo do carvão, terão de ser feitas apostas tecnológicas em vertentes, afirmou o palestrante.

No Brasil, disse o Professor, nós ainda aproveitamos muito pouco os resíduos urbanos, industriais, agrícolas e florestais para gerar energia elétrica. Ao compararmos nossas estatísticas com as de outros países, vemos que há aí um potencial bastante interessante a ser desenvolvido.

Finalmente, disse o palestrante, a geração distribuída de energia elétrica, que é o futuro do setor elétrico a médio e longo prazos em qualquer país, e que tem na geração solar fotovoltaica o melhor exemplo desse tipo de tecnologia, ainda apresenta custos unitários de geração elevados.

As chamadas gerações alternativas – segundo o Prof. Bajay –, como eólica e solar fotovoltaica, que estão sendo fomentadas no mundo todo, são fontes intermitentes que necessitam *backup*, enfatizou, pois quando não há sol ou não há vento, tem que haver outra usina que substitua. Se as usinas hidrelétricas novas possuírem reservatório, isso propicia o *backup*, porque a única maneira econômica que temos hoje de armazenar energia elétrica indiretamente é através de reservatórios de acumulação de água. Mas, se as novas usinas hidrelétricas forem a fio d’água, vamos precisar ou de usinas nucleares, ou usinas termoeletricas

a gás natural, ou usinas a carvão para atender à base da curva de carga, concluiu o Prof. Bajay.

De acordo com o Prof. Joaquim Francisco de Carvalho, segundo palestrante do dia, a energia nuclear é absolutamente indispensável à vida moderna. Assim é em aplicações biomédicas, em diagnósticos, em aplicações industriais na detecção de falhas, controle de qualidade, controle de produção das indústrias metalúrgicas e de construção mecânica, etc. Também na agricultura e na pecuária são empregados radioisótopos para diversas finalidades, como processos de esterilização e outros, esterilização de alimentos para evitar que eles apodreçam. No Brasil, opina o palestrante, o espaço da energia nuclear encontra-se na pesquisa científica, nos reatores de pesquisa, nas aplicações biomédicas, industriais e agrícolas e, eventualmente, por se tratar de reatores de potência até 20 megawatts, na propulsão naval.

O objetivo que devemos procurar no tocante à energia, enfatizou o Professor, é fazer com que seja efetivamente importante para a qualidade de vida da população e, em função disso, escolher suas fontes de geração. O IBGE fez uma projeção da população brasileira e estima que, por volta do ano 2050, esta estará estabilizada em torno de 215 milhões de habitantes. Nessa direção, explicou ele, temos de considerar que as melhores linhas a serem procuradas estão no caminho das energias renováveis, o que está sendo objeto de grandes investimentos nos países desenvolvidos, como Alemanha, França e também Estados Unidos.

Não podemos fazer planejamento energético na base das tecnologias atualmente empregadas e econômicas, afirmou o Professor, pois a tecnologia evolui. O petróleo, assim como o urânio, fonte da energia nuclear, vão acabar. Nós temos a possibilidade de gerar toda a energia necessária, para que nossa população alcance um elevado padrão de qualidade de vida, apenas com energias renováveis. Admitindo que os países da Europa Ocidental têm uma elevada qualidade de vida, o consumo de energia por habitante nesses países, que apresenta uma média de 5,6 mil gigawatts hora por ano por habitante, pode ser um bom indicador do nível de consumo de energia *per capita* que nós deveríamos adotar como condição necessária e suficiente. Atualmente, o Brasil consome dois mil gigawatts hora por ano por habitante

As principais alternativas para a geração de energia elétrica em larga escala, no Brasil, são as hidrelétricas e termelétricas nucleares e a combustíveis fósseis, vindo depois os parques eólicos. Também a biomassa é alternativa interessante. A escolha da alternativa mais adequada deve basear-se num arranjo que conduza a mínimos custos de geração, máxima

eficiência da fonte primária disponível e mínimos impactos ambientais provocados pela operação da usina geradora, segundo o palestrante.

O potencial hidrelétrico brasileiro, recentemente levantado pelo Cepel e pela EPE, é de 267 gigawatts, dos quais 83 já estão em operação, sendo que 60% do que ainda resta por aproveitar está na Amazônia. Na opinião do Professor, ainda podemos – e é indispensável – construir na Amazônia muitas hidrelétricas com reservatórios de acumulação. As populações locais e outras têm que ser respeitadas, mas estas hoje vivem em condições muito primitivas, com expectativa e qualidade de vida muito baixas, o que não pode ser desejável manter. É necessário que essas populações evoluam e melhorem a sua qualidade de vida, disse o Prof. Joaquim Francisco de Carvalho.

Continuando, informou-nos que, em 2001, o Cepel realizou um estudo e estimou o potencial eólico em 143 gigawatts, mas estudos mais recentes apontam para um potencial de 300 gigawatts. A capacidade hidrelétrica de 209; a eólica de 300; e mais as térmicas e a biomassa, que têm um potencial instalável de 15 gigawatts, somam, portanto, 524 gigawatts de fontes renováveis.

Com o sistema interligado por meio de *smart grids*, uma rede inteligente, as eólicas funcionarão permanentemente injetando energia na rede, e, nesses momentos, economiza-se a água dos reservatórios hidrelétricos. Além disso, a energia eólica é intermitente em parques individuais, mas parece claro que não há um momento de calmaria, sem nenhum vento, no País inteiro. Se os parques forem todos interligados, um ou outro estará sempre funcionando, e o fator de capacidade dos parques interligados é muito maior do que o fator usado nos cálculos apresentados, que foi de 0,22, asseverou o palestrante.

Temos que fazer grandes investimentos no desenvolvimento tecnológico das redes inteligentes e temos que investir na construção dessas redes para interligar todos os parques com o sistema hidrelétrico e também com o sistema fotovoltaico. Só em 2010, afirmou o Professor Joaquim Francisco de Carvalho, na Alemanha, onde o fator de capacidade dessa fonte é de 0,1, ou seja, 10%, foram instalados 1,2 gigawatts em painéis fotovoltaicos, o que equivale à central nuclear de Angra III, que está sendo construída.

O sistema hidro poderá operar também em sinergia com as termoelétricas a bagaço de cana, pois a frota automotiva é, em grande parte, movida a etanol, o que, forçosamente, resulta numa grande quantidade de bagaço produzida. A melhor maneira de aproveitar esse bagaço, que é uma fonte renovável, é gerar energia elétrica, o que poderá acrescentar mais 39,5

mil gigawatts-hora/ano ao sistema. Assim, afirmou o palestrante, o sistema interligado contaria com a geração de 1.405.300 gigawatts-hora/ano. A reserva de segurança seria representada, portanto, pelas já existentes termoeletricas a gás.

Multiplicando a população de 215 milhões – essa é a estimativa dele para a população brasileira em 2050 – por 5.600 (consumo médio anual dos europeus), nós precisaríamos gerar 1,215 milhão de gigawatts-hora/ano. Portanto, afirmou o professor, só com fontes renováveis o Brasil tem condições de satisfazer toda sua demanda por energia elétrica com sobras.

Concluindo, disse o palestrante, “o nosso sistema deve ser visto sob o enfoque de nossas necessidades e possibilidades, planejado para aproveitar racionalmente e com sustentabilidade o potencial. Esse sistema é hidroelétrico e biotérmico, porque nós visamos economizar água dos reservatórios usando a energia eólica e temos também o bagaço de cana. Assim, podemos gerar mais de 1,4 milhão gigawatts-hora por ano, tornando desnecessárias as termoeletricas nucleares e as convencionais a combustíveis fósseis, com exceção das de gás natural, que manteríamos como reserva técnica”, encerrou o Prof. Joaquim de Carvalho.

Segundo Comunicado

Reunião de Cúpula dos BRICS, em Durban.

Realizou-se em Durban, na África do Sul, nos dias 26 e 27 de março, a 5ª Reunião de Cúpula dos BRICS, grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que foi fundado em 2009. A origem desse acrônimo, BRIC, remonta a 2001, quando o economista do Goldman Sachs, Jim O'Neill, o criou para designar um conjunto de países em desenvolvimento que prometia rápido crescimento e a possibilidade de vir a liderar a economia mundial. A África do Sul entrou para o grupo, posteriormente, em 2010.

A Cúpula de Durban apresentou dois resultados, que, apesar de ainda não serem concretos, mostram a intenção de se atingir objetivos práticos. O primeiro, que interessa de perto a esta Comissão, é um acordo de princípios para a criação de um banco de desenvolvimento do grupo, que terá a função de financiar obras de infraestrutura nos países membros. As necessidades de financiamento atingiriam US\$4,5 bilhões nos próximos cinco anos. Embora se concordasse com a ideia de fundação do banco, não houve consenso quanto ao local de sua sede e tampouco quanto à distribuição dos aportes de capital.

Essa discussão em relação à sede nos parece sempre algo inteiramente desnecessário; em vez de discutir o montante do valor a ser aplicado, onde vai ficar a sede do banco, com tanta coisa para ser realizada e ser discutida...

Essas decisões ficaram para a próxima reunião de cúpula, a realizar-se no Brasil, em 2014. Portanto, em 2014 é que vão decidir onde será a sede do banco e aí ver o total do valor a ser investido, sabendo que esse valor já foi estimado inicialmente em US\$4,5 bilhões.

Outro compromisso assumido foi a criação de um fundo de reserva financeira de US\$100 bilhões – muito importante essa decisão –, que deverá funcionar como um *safety*, Safety Net, que é uma rede de proteção para eventuais crises dos países membros. Na verdade, seria um compromisso dos membros de possível dispêndio em caso de necessidade e não desembolso real na composição do fundo. Os detalhes também deverão ser discutidos em nível técnico, com provável desfecho em 2014.

No plano bilateral, o Brasil avançou com a China entendimentos para um acordo de *swap* cambial de US\$30 bilhões, que permitirá o uso de suas moedas para pagamentos recíprocos. Essa iniciativa tem caráter estritamente bilateral e poderia prescindir da moldura de uma reunião de grupo.

O grupo engloba cerca de 43% da população mundial, ou seja, os BRICS reunidos representam 43% da população mundial, de 20% a 25% do PIB global e aproximadamente 17% do comércio mundial. No entanto, a crise internacional de 2008, as dificuldades de recuperação da economia norte-americana, a persistência de problemas na zona do euro, bem como dificuldades internas dos membros, mostram que as análises que previam um cenário no qual os BRICS seriam um motor da recuperação econômica mundial foram apressadas. Com exceção da China, que ainda atinge taxas de crescimento acima de 7% ao ano, houve uma desaceleração forte nos países do grupo. Ainda mais açodadas foram as previsões de que o grupo levaria a uma nova configuração econômica e de poder internacional.

Duas iniciativas de formação de áreas de livre comércio, as negociações Estados Unidos, União Europeia e a Trans-Pacific Partnership apresentam maior possibilidade de funcionarem como indutores do crescimento internacional. Por outro lado, deverão consolidar o *status quo*, deixando de lado a China, que, por sua dimensão econômica e crescente importância estratégica, tem posição que a faz rivalizar com os Estados Unidos. Os outros países do BRICS não devem adquirir estatura que os levem a alterar significativamente o cenário internacional.

No âmbito do grupo, destacam-se a heterogeneidade de seus componentes e os interesses conflitantes, fatores que limitam seu funcionamento como foco de influência individualizado. A China deve cada vez mais destacar-se pela pujança e não subordinará

seus interesses aos desígnios do BRICS. Coloca-se em patamar no qual sua relação, a um tempo de disputa e simbiose (no caso dos investimentos americanos em seu território, e sua maciça aquisição de *bonds* dos Estados Unidos com suas reservas) com os Estados Unidos é prioritária. Não se coloca a possibilidade uma liderança chinesa terceiro-mundista contra os EUA – a China de hoje é um ator conservador e não revolucionário no concerto mundial, e é interessada direta na sua estabilidade.

Do ponto de vista econômico, verifica-se importante divisão entre os participantes do BRICS: a China e a Índia, importadores de *commodities*, interessam-se por uma queda dos preços de mercadorias, ao passo que o Brasil, a Rússia e a África do Sul, exportadores de *commodities*, lutam por preços mais altos. Essas posições são exemplo das diferenças, a que se somam fatores geopolíticos como as disputas entre China e Índia e China e Rússia, que impedem uma atuação mais orgânica dos BRICS e colocam dúvidas sobre o acerto de o Brasil depositar esperanças na atuação do grupo em mudanças da ordem internacional.

Prazos apresentados pelo Diretor-Geral do DNIT:

Atendendo à solicitação, formulada em nossa reunião de 27 de março passado – já que tivemos outra reunião na segunda-feira que passou – por S. Ex^a o Senador Blairo Maggi, a Secretaria desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, chefiada pelo Dr. Álvaro Araújo Souza, coligiu as datas e os prazos estabelecidos pelo General Jorge Fraxe, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), para a conclusão de algumas obras ou procedimentos que estão sob o encargo daquele Departamento. Em resposta a questionamentos apresentados pelas Sr^{as} e Srs. Senadores presentes à audiência pública realizada pela Comissão no dia 20 de março de 2013, foram as seguintes as palavras do Diretor-Geral:

Respondendo a uma das perguntas enviadas pelo Alô Senado, o General afirmou que, em relação à BR-101, no Espírito Santo, o contorno de Vitória será concluído em junho, portanto daqui a 102 dias.

Em resposta aos questionamentos de S. Ex^{as} os Srs. Senadores, ele afirmou que, em relação à BR-163, Rodovia Cuiabá-Santarém, especificamente citando três trechos. O primeiro, o trecho de 282 quilômetros entre Rondonópolis e o Posto Gil, em Mato Grosso, ele disse que existe um lote problemático, mas que será relicitado e, em no máximo 60 dias, a obra terá reinício. Ou seja, ele assumiu o compromisso com esta Comissão de que a obra da BR-164, referente ao trecho de 282 quilômetros entre Rondonópolis e o Posto Gil, estará licitada e colocada na rua, como se costuma dizer, até o dia 20 de maio deste ano.

O segundo trecho da BR-163, de Mirituba, disse ele que estará pronto até o final de dezembro, ou seja, até o dia 31 de dezembro deste ano de 2013.

Em relação ao trecho de Santarém, no Pará, afirmou o Sr. Diretor-Geral do DNIT que estará pronto até o dia 30 de junho de 2014.

Então, são os três trechos que foram demandados em relação à BR-163, e nós temos aí as datas, para podermos acompanhar a evolução dessas obras.

Em relação à BR-242, Rodovia Salvador-Brasília, Rodovia Transbananal ou Rodovia da Soja, ele deu um prazo de 120 dias, ou seja, até o dia 20 de julho deste ano, para a conclusão de todos os lotes e para lançar o Regime Diferenciado de Contratações (RDC).

Em relação à BR-174, trecho do Estado do Mato Grosso, disse ele que estão para fechar o anteprojeto, que espera licitar a parte que o Governo do Mato Grosso já desenvolveu como projetos em 180 dias, ou seja, até o dia 20 de setembro.

É importante assinalar que neste caso aqui não vai depender somente do Diretor-Geral do DNIT, mas também do Governo do Estado do Mato Grosso.

Em relação à BR-155, no Pará, o primeiro lote de projeto pronto, assumiu ele o compromisso de que sairá em 30 dias, ou seja, até o dia 19 de abril sairá o primeiro lote de projeto da BR-155 no Pará. Após isso, será lançada licitação e, em mais 60 dias, a partir do dia 19 de abril, ou seja, no dia 20 de maio, será feita a contratação e, em 90 dias, portanto em 20 de junho, as obras terão início – as obras da BR-155 no Pará.

Em relação à BR-364, que vai de São Paul até o Acre, trecho do Estado do Acre, como disse, ele afirmou que dirá em 15 dias, a partir do momento em que aqui esteve, qual será a solução encontrada.

Então, esse prazo, Senador Sérgio Petecão, expira-se amanhã, 4 de abril. Amanhã, talvez fosse o caso de saber do Sr. Diretor-Geral do DNIT, General Fraxe, se esse trecho da BR-364, que vai de São Paulo ao Acre, já foi encontrada a solução para o problema.

Em relação à derrocagem do Pedral do Lourenço, no Pará, que vai viabilizar a hidrovía Tocantins/Araguaia, disse ele que recebe o projeto até o dia 20 de maio, em 60 dias – prazo que ele deu para receber o projeto – e que o lançamento do Regime Diferenciado de Contratação (RDC), se dará em mais 60 dias, portanto, no dia 19 de julho. Será, segundo o General Fraxe, lançado pelo Regime Diferenciado de Contratação. Isso em relação à derrocagem do Pedral do Lourenço no Estado do Pará.

A BR-316, trecho entre o povoado de Carié, em Alagoas, e Inajá, em Pernambuco, ele afirmou que a licitação, via RDC, de acordo com determinação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, se dará em

90 dias, ou seja, até o dia 18 de junho, quando haverá a licitação, via RDC, colocada para a conclusão do trecho da BR-316, entre Carié, Alagoas, e Inajá, Pernambuco.

Em relação à BR-425, Abunã, em Rondônia, e Guajará-Mirim, também no Estado de Rondônia, ele disse que fará nova licitação até o dia 30 de abril, Senador Valdir Raupp, via RDC. Quer dizer, até o dia 30 de abril, segundo o Diretor-Geral, será feita a nova licitação para a BR-425.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. *Fora do microfone.*) – Já foi aberta na segunda-feira passada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Já foi aberta? Então, uma boa notícia nos traz S. Ex^a o Senador Valdir Raupp, dizendo que já foi aberta a licitação. Ou seja, o General Fraxe se antecipou em quase 30 dias.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. *Fora do microfone.*) – Foi lançada a licitação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Foi lançada a licitação? Foi na segunda-feira passada.

Ele assumiu o compromisso de que a BR-425, Abunã, Rondônia, a Guajará-Mirim, também no Estado de Rondônia, teria nova licitação, via RDC, que seria lançada até o dia 30 de abril.

Aí, se V. Ex^a pudesse informar se foi na segunda-feira.

Esse foi o compromisso do Diretor-Geral do DNIT, General Fraxe. Ele também assumiu outros compromissos, sem, contudo, estabelecer prazos explícitos para sua conclusão, a saber:

- Em relação à BR-135, trecho entre São Luís, no Maranhão, e Miranda do Norte, também naquele Estado, informa que será duplicado em breve, mas apresenta dificuldade, porque o órgão ambiental estadual quer um EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental);

- Em relação à BR-226, Rodovia Belém-Brasília, Rodovia Transbrasiliana, informa que o asfaltamento dos 100 primeiros quilômetros está sendo tratada com o Ministério do Planejamento;

- Em relação à BR-319, que liga Manaus, no Amazonas, a Porto Velho, em Rondônia, alega que não está pronta em razão da discussão de questões ambientais;

- Em relação à BR-101, Rodovia Translitorânea, no trecho do Estado de Alagoas, informa que está sob a análise da área técnica do Tribunal de Contas da União desde setembro do ano passado.

Outro comunicado: Paralisação de obras pelo Tribunal de Contas da União.

Desde o início dos trabalhos da Comissão de Serviços de Infraestrutura, esta Presidência tem abor-

dado e demonstrado preocupação com a paralisação de obras por parte do Tribunal de Contas da União, especialmente em grandes e importantes empreendimentos voltados para a melhoria e, em alguns casos, para a efetiva solução dos problemas que o País enfrenta nos diversos segmentos de sua infraestrutura.

A tônica das críticas não se volta para a necessidade ou não da fiscalização – não é esse o caso –, muito menos para a relevância dessa imprescindível atividade de controle exercida por vários órgãos e setores públicos, e até mesmo pela própria sociedade por meio de suas entidades representativas. A verdade é que, pelos fatos e notícias que nos chegam, vê-se que está havendo um excesso de rigor e, sobretudo, uma ausência de sensibilidade e entendimento maior quando se trata de fiscalizar obras públicas.

Não bastassem exigências, burocracias e licenciamentos de toda ordem, inclusive licenciamentos até mesmo arqueológicos, como bem frisou na última reunião o Senador Blairo Maggi, o Brasil enfrenta agora um verdadeiro novelo de exigências técnicas e morosidade na solução de problemas encontrados pelo TCU. São iniciativas que, ao fim, demonstram apenas um preciosismo de zelos muitas vezes infundados ou de fácil superação, mas que retardam o andamento de obras essenciais ao desenvolvimento do País e ao bem estar da população. E o pior: o atraso e a consequente retomada dos empreendimentos sempre acabam saindo mais caros aos cofres públicos do que os valores que supostamente se tentaram preservar. Quantas vezes não ouvimos falar em sobrepreços e aditivos de contratos, mas que, na verdade, na prática das construções, tornaram-se necessários simplesmente pelos prejuízos e deterioração das obras paralisadas inadequada ou inoportunamente?

O que se pede, simplesmente, é uma maior consciência dos Tribunais de Contas da grande responsabilidade que têm ao paralisar uma obra por critérios e parâmetros facilmente contornáveis e muitas vezes desnecessários. A própria tese da demonstração de produtividade precisa ser revista. Ou seja, os técnicos ganharem por produtividade, ganharem pelo número de embargos que fazem às obras que são realizadas.

Essa, definitivamente, não é a melhor maneira nem a maneira mais inteligente de se remunerar no serviço público alguém que trabalhe, sobretudo em áreas como essa. Não é deste tipo de produtividade e contabilização de feitos meramente fiscalizatórios que o Brasil necessita. Não tem sentido paralisar, por exemplo, oito trechos de uma obra de rodovia para depois verificar que somente dois trechos apresentavam de fato problemas sérios.

O caso da BR-101 em Alagoas – e me permitam citar especificamente este caso, porque ocorre neste momento – é também simbólico desta letargia administrativa e burocrática do Tribunal de Contas da União. Não é admissível, em qualquer país desenvolvido ou sério, embargar uma obra por meses a fio para discutir se cabe ou não, ou a quem cabe, o pagamento de *royalties* pela exploração de uma pedreira fornecedora de brita. Ora, a obra tem que continuar, o empreendimento e os contratos devem ser respeitados sob pena de prejuízos, aí sim, incalculáveis. A discussão dos *royalties*, à parte da construção, pode perfeitamente ser feita em paralelo, ou mesmo mais adiante, em outras esferas e instâncias do Poder Público. O que não se admite, neste caso, é que essa questão seja motivo de paralisação de uma obra daquele porte, ainda mais por um período longo como é o caso. Parada desde setembro e prestes a acabar a estiagem lá na região, teremos ao fim um atraso de um ano e três meses, isso, se até lá, o assunto tiver sido resolvido. E os prejuízos gerados? A quem caberá reparar os danos causados? Quem vai reparar os danos causados? Quem? Quem será o responsável? O Tribunal de Contas da União? Os seus técnicos? Certamente que não... Por isso, é o caso até de se discutir a punição por ações danosas e irresponsabilidades como essa. Por que não podemos cobrar dos responsáveis pelos seus atos levianos e por suas decisões burocráticas e danosas ao País? Não seria então o caso de perguntar, afinal, quem fiscaliza o fiscal?

Não bastasse esse cenário tecnocrático, essas discussões bizantinas e essa postura de fiscais querendo ser mais realistas do que o rei, constatamos agora desmandos e regras absurdas dentro dos procedimentos administrativos e da sistemática de fiscalização e decisão do Tribunal de Contas da União. De um próprio ministro do Tribunal de Contas da União – vejam as Sr^{as} e os Srs. Senadores – ouvi que a ele, ministro do TCU, não é permitido estabelecer prazo à sua equipe técnica para devolução de processos. Ou seja, o ministro, o cargo mais alto na hierarquia do Tribunal, fica na dependência da vontade, do ritmo e do tempo de seus subalternos. A eles, técnicos e fiscais, muitas vezes recém-saídos das universidades, cabe ditar a celeridade, ou a falta dela, da análise técnica, sem nenhuma interferência da conveniência socioeconômica e de políticas públicas que deveria ser ditada ou imposta pelos ministros, os verdadeiros agentes decisórios. Ou seja, o andamento das obras do País está nas mãos de técnicos funcionalmente impúberes – talvez até em estágio probatório – e que, pelo visto, não têm o menor compromisso e o necessário

conhecimento da realidade brasileira e da urgência que nossa infraestrutura requer.

Por tudo isso, precisamos até mesmo questionar o alcance do poder do Tribunal de Contas da União, a começar pelo que dispõe nossa Lei Maior, a Constituição Federal. Diz ela em seu art. 71:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

.....
IX – assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;
X – sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

.....
§1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

Chama-se a atenção para os §§1º e 2º. O §1º atribui ao Congresso Nacional a adoção do ato de sustação, que será comunicado ao Poder Executivo para que sejam tomadas as “medidas cabíveis” – textualmente, é isso que diz o §1º. Só este encadeamento, Tribunal de Contas da União, Congresso Nacional e Poder Executivo, já daria muito o que falar, mas o importante é registrar que o Constituinte considerou por bem dar tratamento diferenciado para a sustação de contrato administrativo quando comparado com a sustação de ato administrativo “genérico”, inciso X, conforme já lido, do art. 71. Enquanto a sustação de ato administrativo pode ser realizada diretamente pelo TCU e posteriormente comunicada à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, a sustação de contrato administrativo é um ato complexo do qual participam TCU, Congresso Nacional e Poder Executivo.

Se o art. 71 terminasse no §1º, não restaria dúvida de que o TCU não pode sustar contrato administrativo. O problema todo deriva do §2º, que determina, vencido prazo de noventa dias sem que Congresso Nacional ou o Poder Executivo efetivem “as medidas previstas no §1º”, o “Tribunal decidirá a respeito”. Decidir a respeito implica o quê? Decidir a respeito implica o quê? Essa é a pergunta que se coloca.

Em respeito à integridade e à coerência da Constituição Federal, a reposta certa deve se harmonizar

com o §1º. Ou seja, o TCU não pode decidir e realizar a sustação do contrato administrativo por conta própria. Não pode! Não pode! Não pode haver sustação à revelia do Congresso Nacional e do Poder Executivo. Não pode! O §2º não é alternativa ao §1º, mas, sim, complemento. Outra conclusão geraria situações absurdas. Por exemplo, se o Congresso Nacional, diferentemente do que considera o TCU, decidir que não é caso de sustação do contrato, ainda assim deveria encaminhar o ato de sustação ao Poder Executivo? Ora, isso seria transformar o Congresso Nacional em ‘garoto de recados’ do Tribunal de Contas da União, o que não é absolutamente o caso nem é um papel que possamos aceitar, em hipótese alguma.

É digno de destaque, também – e aqui peço a atenção das Sr^{as} e dos Srs. Senadores –, a forma como a sustação de contrato administrativo – ou seja, a paralisação de obras – é regida no campo infraconstitucional. Vejam como a Lei nº 8.443, de 1992, a Lei Orgânica do TCU, trata do tema:

Art. 45. Verificada a ilegalidade de ato ou contrato, o Tribunal, na forma estabelecida no Regimento Interno, assinará prazo para que o responsável adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, fazendo indicação expressa dos dispositivos a serem observados.

§ 1º No caso de ato administrativo, o Tribunal, se não atendido:

- I – sustará a execução do ato impugnado;*
- II – comunicará a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;*
- III – aplicará ao responsável a multa prevista no inciso II do art. 58 desta lei.*

E vêm agora §§2º e 3º, que são importantes. Prestar atenção, se me permitem:

§ 2º No caso de contrato, o Tribunal, se não atendido, comunicará o fato ao Congresso Nacional, a quem compete adotar o ato de sustação e solicitar, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 3º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito da sustação do contrato.

Notem como o legislador, no § 3º, foi além do constituinte. Por determinação da Lei nº 8.443, de 1992, o TCU decidirá a respeito da sustação do contrato. Bem, talvez decidir a respeito da sustação do contrato não signifique poder sustar o contrato de moto-próprio. O Regimento Interno do TCU, porém –

vejam agora, Sr^{as} e Srs. Senadores, que absurdo! –, fulmina qualquer dúvida quanto aos poderes do órgão auxiliar do Poder Legislativo, que é o próprio Tribunal de Contas da União.

Diz no seu art. 251:

Art. 251. Verificada a ilegalidade de ato ou contrato em execução, o Tribunal assinará prazo de até quinze dias para que o responsável adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, com indicação expressa dos dispositivos a serem observados, sem prejuízo do disposto no inciso IV do caput e nos §§ 1º e 2º do artigo anterior.

§ 1º No caso de ato administrativo, o Tribunal, se não atendido:

- I – sustará a execução do ato impugnado;*
- II – comunicará a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;*
- III – aplicará ao responsável, no próprio processo de fiscalização, a multa prevista no inciso VII do art. 268.*

§ 2º No caso de contrato, o Tribunal, se não atendido, adotará a providência prevista no inciso III do parágrafo anterior e comunicará o fato ao Congresso Nacional, a quem compete adotar o ato de sustação e solicitar, de imediato, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis.

E aqui vem o principal:

§ 3º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito da sustação do contrato. [como aqui já foi lido]

§ 4º Verificada a hipótese do parágrafo anterior, e se decidir sustar o contrato, o Tribunal:

- I – determinará ao responsável que, no prazo de quinze dias, adote as medidas necessárias ao cumprimento da decisão;*
- II – comunicará o decidido ao Congresso Nacional e à autoridade de nível ministerial competente.*

De fato, é de se impressionar com o empoderamento – palavra hoje muito utilizada – do Tribunal de Contas da União no trajeto da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 até o Regimento Interno do Tribunal.

É impressionante o que nesse caminho houve de agregação de poder a um tribunal que é órgão auxiliar; é um órgão, não é poder, e é órgão auxiliar do Poder Legislativo.

O que se depreende desse quadro normativo? O TCU decide sozinho sobre a sustação de contrato administrativo. Se o Congresso Nacional e o Poder Executivo não tomarem as “medidas cabíveis”, não faz mal, o TCU as tomará, mas, pelo menos, como consolo, não deixará de comunicar o decidido ao Congresso Nacional e às autoridades competentes. E aqui há de se perguntar: é possível e correto isso? Foi esta a intenção do constituinte? Até que ponto pode uma lei orgânica de um órgão auxiliar do Poder Legislativo e, pior, um regimento interno desse mesmo órgão exorbitar da Constituição Federal? Como é que nós poderemos continuar permitindo isso? Desrespeito à nossa Constituição!

É cabível aceitarmos isso, enquanto o País vê suas obras sendo paralisadas, na maioria das vezes, por questiúnculas tecnocráticas?

Enfim, esta Presidência, mais uma vez, deixa seu registro com o intuito de que os integrantes desta Comissão possam refletir e debater o assunto e chegar a um bom termo de como resolver este que está se tornando um dos maiores nós logísticos do País. Mais uma vez, lembro não se tratar de questionar a necessidade de fiscalização, mas tão somente os seus critérios, os seus métodos, a sua rigidez e, mais do que isso, a sua frieza e insensibilidade do que, na prática, realmente importa ao País.

Lembro, por fim, que um início para o aprofundamento deste debate está no requerimento de informações que vamos apreciar hoje, tratando exatamente das atividades do Tribunal de Contas da União quanto aos procedimentos dos Planos de Fiscalização de Obras Federais (Fiscobras), que é o item 3 de nossa pauta.

Último comunicado: Panorama da Infraestrutura na palavra de especialistas.

A redução do preço da energia já registrou os primeiros efeitos negativos: a Eletrobras teve o maior prejuízo de sua história, equivalente a R\$6,8 bilhões no ano passado. O Presidente da estatal, Dr. José da Costa Carvalho Neto, afirmou que a única causa do prejuízo foi a medida provisória que reduziu a tarifa da energia elétrica em 2013. Essa foi a maior perda nominal de empresa de capital aberto desde 1996. Sem os efeitos da medida, a Eletrobras teria um lucro de R\$5,9 bilhões.

Neste ano, a estatal deve ter perdas de receita da ordem de R\$8,7 bilhões. Para compensar, anunciou plano de reestruturação, que prevê a demissão voluntária de 20% de seus 27 mil funcionários e o corte de 30% nas despesas operacionais. A empresa precisará obter R\$19 bilhões para cumprir seu programa de investimentos até 2017, estimado em R\$52 bilhões, e parte desses recursos deverá sair dos cofres do Governo.

Quanto ao gargalo no setor do agronegócio, representado pela infraestrutura e logística, o ex-Ministro da Agricultura e Coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas, Roberto Rodrigues, acredita que, depois de anos de incisivas reclamações de técnicos e exportadores, o Governo tomou decisões importantes quanto às concessões na área de rodovias e ferrovias, abrindo ao setor privado uma oportunidade de investir com lucro. Isso vai demorar, e o ex-ministro atribui o fato à burocracia, que nós já conhecemos bem, principalmente no que diz respeito às licenças ambientais. Roberto Rodrigues espera que, em três ou quatro anos, as filas intermináveis sejam coisa do passado e que todos os brasileiros possam se beneficiar do aumento das exportações.

Por sua vez, o Ministro da Agricultura, Antônio Andrade, afirmou que os gargalos logísticos para escoamento da safra de grãos somente serão superados quando a exportação for feita pelos portos das Regiões Norte e Nordeste, que estão muito mais próximos da China. Ele disse que a Presidenta Dilma Rousseff garantiu prioridade nos investimentos em rodovias e ferrovias para resolver os problemas e atender à expectativa de produção de 300 milhões de toneladas de grãos em 2020. Segundo o Ministro, o Governo deve anunciar medidas para diminuir as filas dos caminhões e agilizar o embarque nos portos, como operar sete dias por semana, a exemplo do que ocorre no campo.

A pedido de empresários do setor, o Governo já admite rediscutir a taxa interna de retorno dos investimentos nos programas de concessão de rodovias e ferrovias ao setor privado, de 5,5% e 6,5%, respectivamente. S. Ex^a, a Ministra-Chefe da Casa Civil, Senadora Gleisi Hoffmann, confirmou que o assunto está sendo estudado pelo Governo e afirmou não haver intransigência, tendo garantido que esses pedidos serão analisados e que – ela afirmou textualmente – “ninguém vai perder dinheiro investindo no Brasil”.

O Presidente da estatal Empresa de Projetos e Logística, Bernardo Figueiredo, disse que, se o aumento da taxa interna de retorno (TIR) for importante para melhorar a competitividade, o Governo atuará nesse sentido. Ele informou que o Ministério da Fazenda já está refazendo os cálculos de eventuais mudanças de taxas, mas que ainda não há uma decisão final a respeito.

Já o Ministério do Desenvolvimento, que trabalhava no cálculo de uma meta para as exportações brasileiras neste ano, teve que desistir de fazê-lo, devido às incertezas do cenário atual, provocadas pelo caos logístico. Técnicos do Ministério relatam que a dificuldade para embarcar os grãos da safra recorde, que ajudaria a atenuar o descompasso entre importações

e exportações, tornou impossível estimar qual será o real resultado comercial do ano. A intenção é retomar este cálculo em maio.

Por outro lado, a falta de silos e armazéns agrava o caos logístico no País. A capacidade de estocagem no Brasil é de 80% da safra, o que representa 67% do recomendado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que é de 1,2 vez a produção anual. Para atender ao total da safra, especialistas acreditam serem necessários R\$15 bilhões. Na falta de armazéns, os caminhões transformam-se em silos ambulantes e comprometem a competitividade do País. O gerente de Planejamento da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja), Cid Sanchez, avalia que, com mais armazéns, a produção poderá ficar mais tempo na mão dos produtores ou cooperativas, evitando prejuízos com a padronização da qualidade do produto. O sócio da Agroconsult, André Debastiani, ressalta que parte significativa dos armazéns encontra-se nos portos e zonas urbanas: apenas 14% da capacidade encontram-se nas fazendas. Na sua opinião, o único investimento para eliminar o caos logístico capaz de surtir efeito já no próximo ano é a construção de armazéns, pois o produtor poderá controlar melhor o escoamento dos grãos e organizar sua exportação.

Quanto aos efeitos da construção de silos para o armazenamento dos grãos, o Prof. Paulo Rezende, da Fundação Dom Cabral, acredita que o produtor ganhará mais poder na formação de preço. Ele lembra que, nos Estados Unidos, a armazenagem de grãos é tratada de forma estratégica, já que os produtores daquele país regulam o preço no mercado mundial. No Brasil, esse conceito não existe e o Professor atribui o problema à falta de informação conceitual por parte dos planejadores e órgãos públicos. Até hoje, as linhas de crédito criadas para elevar a capacidade de armazenamento eram limitadas e poucos olhavam com mais atenção para toda a cadeia, enquanto que, na China e na Europa, a indústria trabalha há anos com logística integrada.

Um dos maiores obstáculos ao crescimento da economia brasileira é sua baixa competitividade – algo que vem sendo muito debatido nesta Comissão. Essa é a opinião do ex-Ministro do Trabalho e do Planejamento e Orçamento, Prof. Paulo Paiva, hoje na Fundação Dom Cabral. Recorda o Professor que, segundo índice do World Economic Forum, o Brasil ocupa, no biênio 2012-2013, o 48º lugar no conjunto de todas as economias do mundo e, melhorar nesse aspecto é condição necessária para garantir o crescimento e a inclusão.

Embora o Brasil tenha obtido ganhos nos últimos anos, os principais obstáculos estão relacionados

com o setor público: deficiência em infraestrutura, na oferta e qualidade da educação primária e na saúde, elevada carga tributária e ineficiência no mercado de trabalho. Esse parece ser o principal obstáculo para o crescimento sustentado nas próximas décadas. Romper a ineficiência do governo, superar os gargalos da infraestrutura e estimular investimentos privados são o caminho para o sucesso, na avaliação do ex-Ministro.

Cumprе ainda destacar, que foi publicado no *Diário Oficial da União* do dia de ontem, 02 de abril de 2013, o Decreto nº 7.975, que teve como objetivo tornar mais competitivo o crédito para investimentos de longo prazo e o financiamento de bens de capital.

A medida está em linha com a liberação de compulsórios para bancos destinarem recursos para a infraestrutura.

O Decreto reduz a zero a taxa de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para operações de financiamento de itens como bens de capital, energia, investimento tecnológico e infraestrutura.

O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, em entrevista no dia de ontem, afirmou: “A retirada do IOF foi para tornar mais competitivo o crédito dos bancos para bens de capital, para investimentos, principalmente naquela modalidade de compulsório. Liberamos o compulsório para os bancos com esta finalidade: emprestar para investimentos de longo prazo. Nós tiramos o IOF para o crédito ficar mais barato”.

Encerra-se, assim, a declaração do Ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Passamos, em seguida, à leitura de requerimentos. O primeiro deles é de autoria de S. Ex^a o Senador Sérgio Souza:

Requerimento:

Em aditamento ao requerimento aprovado nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura para a realização de audiência pública para discutir aspectos relacionados com a aplicação da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista, requeiro, na forma regimental, seja convidado o Sr. Jaime Bueno de Aguiar, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres para, igualmente aos demais convidados, expor opiniões e responder aos questionamentos dos Srs. Parlamentares.

Feita a leitura, será colocada para deliberação da Comissão na nossa próxima reunião.

Segundo requerimento, do Sr. Senador Wilder Moraes.

Requerimento:

Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal a inclusão do nome do Sr. Luiz Antonio Faye, Consultor da Área de Infraestrutura e Logística da Confederação Nacional da Agricultura entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 09, de 2013.

Da mesma forma, dá-se como lido o requerimento e se inclui para deliberação na nossa próxima reunião.

Dando início a nossa pauta, o item 1.

ITEM 1

MENSAGEM (SF)

Nº 13, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Sr. José Gutman para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pronto para deliberação

Observações: *Será concedida, automaticamente, vista coletiva após apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, nos termos do Ato nº 01, de 2009 desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, redação dada pelo Ato nº 04, de 2013 também desta Comissão.*

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Valdir Raupp para proceder à leitura do relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Senhora Presidente da República, por meio da Mensagem nº 13, de 2013 (Mensagem nº 70, de 25 de fevereiro de 2013, na origem), submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. José Gutman para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Criada pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a ANP é entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida à regime autárquico especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Carta Magna atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar previamente, por maioria absoluta e voto secreto, após arguição em sessão pública, a escolha de titulares de cargos que a lei determinar.

Desse modo, a iniciativa da Chefe do Poder Executivo atende ao disposto no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o art. 11, § 2º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

O art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) atribui a esta Comissão a competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito previsto no art. 383, também do Regimento Interno.

Anexo à presente Mensagem, consta o currículo do indicado, em atendimento à prescrição regimental do art. 383 do RISF.

O senhor José Gutman é cidadão brasileiro, nasceu em 29 de dezembro de 1973, na cidade do Rio de Janeiro. Sua formação acadêmica inclui os cursos de graduação em engenharia elétrica, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e em direito, pela Universidade Cândido Mendes (UCAM).

O indicado especializou-se em Regulação, Concorrência e Reestruturação de Setores de Infraestrutura, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1998, concluiu o Mestrado em Planejamento Estratégico, também pela UFRJ, onde o título da monografia apresentada foi “Emissões de Gases de Efeito Estufa no Setor Siderúrgico no Período 1980-1995 e Cenários Futuros”.

No currículo do indicado constam diversos cursos de aperfeiçoamento profissional, entre eles o Programa de Gestão Avançada e outros.

Seu currículo registra, ainda, diversas publicações de sua autoria, dentre as quais ressaltamos: Aspectos Relevantes da Função Fiscalizatória da ANP; Tributação e Outras Obrigações na Indústria do Petróleo; e Matriz Energética Brasileira na Virada do Milênio.

A experiência profissional do indicado compreende atividades tanto no setor público como na iniciativa privada. Indica experiência na BRR Assessoria de Cobrança e Administração de Crediário, tendo desempenhado a função de gerente de cobrança. Posteriormente, foi gerente nacional de cobrança da Santander Promotora de Vendas, financeira do grupo espanhol Santander. De junho de 1999 ao corrente ano de 2013, tem desenvolvido intensa atuação profissional na Agência Nacional de Petróleo e Gás Natural (ANP). Em 2005, tomou posse como especialista em regulação da ANP e atuou como Superintendente Adjunto de Participações Governamentais até 2008.

Atualmente, é Superintendente de Participações Governamentais, cargo que ocupa desde março de 2008.

A análise do currículo anexado à Mensagem nº 13, de 2013, mostra que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam plenamente para o desempenho das atividades inerentes

ao cargo de Diretor da ANP, para o qual foi escolhido pela Ex^{ma} Senhora Presidente da República.

O indicado, ademais, apresentou as declarações e as informações exigidas pelo Ato nº 1, de 2009, desta Comissão, que “disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura” do Senado Federal.

Em vista do exposto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entendemos que esta Comissão está em condições de deliberar sobre a indicação do nome do Senhor José Gutman, para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Valdir Raupp pela leitura de seu relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 1, de 2009, desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, redação dada pelo Ato nº 4, de 2013, também desta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 12, DE 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Sérgio Souza

Relatoria: Senador José Pimentel.

Relatório: Pela aprovação com emendas.

Indico S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro, como relator *ad hoc*, para a leitura do referido relatório, a quem concedo para fazer a leitura do respectivo relatório do Projeto de Lei nº 12, do Senado Federal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Srs. Senadores.

Passo à leitura do Parecer do Senador José Pimentel:

Submete-se ao exame da Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2012, de iniciativa do Senador Sérgio Souza, que pretende determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o embarque e desembarque de cadeirantes, sem necessidade de que deixem suas cadeiras.

Para tanto, a proposição introduz comando específico na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que trata, entre outras providências, do estabelecimento de normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Justifica a proposição o argumento de que as pessoas com deficiência motora preferem fazer seus deslocamentos, sempre que possível, “sem a necessidade de ajuda externa ou de que sejam obrigados a ser retirados de suas cadeiras de rodas”, uma vez que pretendem se sentir – aspas – “capazes de gerir suas vidas sozinhos” – fecho aspas –, sem depender da ajuda de terceiros.

A proposição foi distribuída às Comissões de Serviços de Infraestrutura (CI); e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Análise

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre a matéria em pauta.

O projeto atende aos requisitos estabelecidos nos arts. 48 e 61, da Constituição Federal, não incidindo no campo normativo reservado ao Presidente da República; sendo lícita, portanto, a iniciativa parlamentar.

Ainda, no aspecto constitucional, importa destacar a competência comum, atribuída à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no sentido de cuidarem da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência – art. 23, II, da Constituição Federal –; a competência da União para legislar, concorrentemente com os estados e o Distrito Federal, sobre – aspas – “proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência” – fecho aspas –, art. 24, XIV; e a determinação de que a lei disponha sobre normas de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, art. 227, § 2º, complementada pelo disposto no art. 244, que trata da adaptação dos veículos atualmente existentes.

Os mencionados ditames constitucionais ensejaram a edição da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a denominada Lei da Acessibilidade, norma que a proposição em pauta pretende aprimorar.

No mérito, merece relevo o sentido social da proposição. De fato, como alega o autor do projeto, parece-nos plenamente justificável que os serviços públicos de transporte – não apenas os sistemas coletivos, atendidos por ônibus ou trens, mas também um percentual razoável dos veículos que compõem

as frotas de táxis – permitam que os deslocamentos das pessoas com deficiência motora ocorram sem a necessidade de que sejam retiradas de suas cadeiras de rodas.

Impõe-se apenas um pequeno reparo no texto da proposição para que não se percam seus elevados propósitos. Na prática, a prestação dos serviços de táxis nos Municípios ocorre não apenas por meio de empresas permissionárias ou concessionárias, mas também pela interveniência de cooperativas formadas por condutores autônomos.

Em razão dessa circunstância, convém estender a abrangência da medida proposta às cooperativas, o que ocorre na forma das emendas adiante formuladas.

Voto

Ante as razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2012, com as emendas seguintes:

EMENDA Nº – CI

Dê-se à ementa do PLS nº 12, de 2012, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas e cooperativas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência.”

EMENDA Nº 2 – CI

Dê-se a seguinte redação ao texto proposto pelo art. 1º do PLS nº 12, de 2012, para o art. 16-A da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000:

“Art. 16-A. As empresas e cooperativas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos deverão ter, no mínimo, cinco por cento da frota adaptada para o embarque e desembarque de pessoas com deficiência motora sem a necessidade de serem retiradas de suas cadeiras de rodas.”

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª O Senador Fleixa Ribeiro, Relator *ad hoc* do Projeto de Lei nº 12, do Senado, pela leitura do relatório que coloco agora em discussão.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Em discussão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Para discutir, S. Exª, o Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, primeiro, gostaria de parabenizar o autor do projeto, Senador Sérgio Souza, e o Relator, José Pimentel, por trazer esse tema para o Senado.

A inclusão é uma necessidade. Gostaria, porém, de pedir vista do processo para pedir a análise em algumas questões. Fiz estudos e vi que o custo médio para adaptar esse projeto nos táxis custa R\$15 mil. Temos que estudar isso e ver como viabilizar isso, tendo em vista que o Brasil, hoje, tem um volume muito aquém do que é necessário. Cito a minha capital, que tem hoje um táxi para 1.300 habitantes, enquanto, no mundo, seria em torno de 300. Portanto, gostaria de fazer uma análise e contribuir com o projeto. Sou a favor do projeto, mas gostaria de fazer uma análise para ver, com verdade, o custo adaptado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Fica concedida, então, vista do Projeto de Lei do Senado nº 12 a S. Exª, o Senador Wilder Moraes.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente. Por solicitação de S. Exª, o Senador Jayme Campos, fica concedida vista coletiva do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2012, de autoria de S. Exª, o Senador Sérgio Souza, que teve como Relator, S. Exª, o Senador José Pimentel, sem prejuízo de conceder a palavra, pela ordem, ao autor do projeto, S. Exª, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, acho importante o aprofundamento do tema. O Senador Wilder, tenho certeza, vai promover o aprimoramento do texto, no entanto, gostaria de fazer um breve comentário. A sugestão é para que somente os frotistas que tenham além de 20 veículos, 5% sejam adaptados, ou seja, vai dar 1 veículo a cada 20, na verdade. Então, é só para frotistas e não para todos os taxistas. Só colocar isso, e acredito, meu caro Senador Wilder, que quem tenha 20 táxis talvez não tenha dificuldades em fazer a adaptação em 1 deles, mas tenho certeza de que V. Exª vai aprimorar ainda melhor o texto, atendendo ainda mais o cidadão brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Sérgio Souza.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal e do art. 90, inc. IX e X, c/c 104, do Regimento Interno do Senado Federal, requeira sejam prestadas pelo Tribunal de Contas da União as seguintes informações relativas às

fiscalizações que estão sendo exercidas nos procedimentos dos Planos de Fiscalização de Obras Federais FISCOBRAS, principalmente exercícios de 2012 e 2013:

a) se é calculado o custo econômico da paralisação frente ao prejuízo estimado na continuidade da obra nos casos de indicativo de paralisação (IG-P) e indicativo de retenção (IG-R) – cálculo de “dano reverso” no caso de descontinuidade da obra;

b) caso seja calculado, descrever a metodologia utilizada (pelo menos os principais fatores considerados);

c) quais são os critérios utilizados para avaliar a materialidade dos achados que ensejam a paralisação das obras;

d) quantos contratos foram enviados ao Congresso Nacional na relação de obras e serviços com indícios de irregularidades graves, para efeitos de elaboração da lei orçamentária anual, em cumprimento ao disposto nos incisos IV e V do §1º do artigo 93 da Lei no 12.708, de 17 de agosto de 2012 (LDO/2013) e dispositivos correspondentes nos 5 exercícios anteriores;

e) quantos dos contratos mencionados na alínea “a” do inciso IV continham indícios de sobrepreço ou superfaturamento, e qual o montante envolvido;

f) quantos dos contratos mencionados na alínea “b” do inciso IV foram objeto de solução considerada adequada para o sobrepreço até a votação pelo Congresso Nacional da lei orçamentária anual do respectivo ano (incluindo, se ocorridas, a redução parcial dos montantes impugnados e a prestação de garantias consideradas suficientes pelo Tribunal), e quais os montantes envolvidos nesta solução;

g) houve contratos encaminhados nos processos orçamentários das Leis Orçamentárias de 2008 a 2013 em que os indícios de irregularidades graves com indicativo de paralisação foram afastados somente com os elementos de defesa apresentados pelos responsáveis ou empreitas, caso afirmativo quantos e quais; informar se existem estudos atualizados sobre obras paralisadas que sejam financiadas com recursos federais e com suas causas principais, caso afirmativo, encaminhá-los ao Congresso Nacional.

Autoria: Senador Fernando Collor

Observações: Lido em 27/03/2013.

Coloco em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero dizer que V. Ex^a hoje prestou aqui um belo esclarecimento em relação ao relatório das audiências que já houve aqui com algumas autoridades, sobretudo do DNIT, do setor elétrico, e mostrou a dificuldade que nós vamos ter, não só agora, como no futuro.

Entretanto, eu queria propor a esta Comissão, e sobretudo me dirigir de forma direta a V. Ex^a, que, com fundamento no inciso IX e no art. 90, cabe a esta Comissão não só criar subcomissões, mas também promover diligências para naturalmente buscarmos soluções de alguns problemas de infraestrutura em nosso País. Um exemplo disso é a questão do apagão em relação aos nossos portos, às nossas estradas.

O que eu sugeriria a V. Ex^a? Que promovesse aqui, através desta Comissão, uma visita até mesmo aos portos brasileiros, como é o caso do de Paranaguá, do de Santos, que estão com seus sistemas totalmente estrangulados. Isso está causando sérios prejuízos não só para a produção, mas para a indústria.

Então, eu queria propor a V. Ex^a – é óbvio que isso será estudado e levado até o Plenário desta Comissão – essa possibilidade, lógico que presidida e liderada por V. Ex^a, de fazer algumas visitas para *in loco* nós podermos constatar de fato quais as dificuldades, quais os problemas.

Se V. Ex^a me permitir e com a sua orientação, evidentemente, eu posso até propor um requerimento para ser apreciado na próxima reunião desta Comissão. Se for aprovado pelos demais pares, nós realizaremos até mesmo alguma visita, se for o caso, alguma diligência. Com base no inciso IX e no art. 90, isto nos é permitido: que esta Comissão tome as devidas providências, que é o seu papel.

Eu sugiro e espero que, naturalmente, os demais Senadores aqui aprovelem esse requerimento, para que nós façamos algumas visitas em relação aos portos e a algumas estradas que estão com seus sistemas totalmente estrangulados e sucateados.

É a título de sugestão. E, conforme sua orientação, nós vamos propor aqui um requerimento nesta Comissão.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Jayme Campos.

A Mesa aguarda o ingresso do seu requerimento para que possamos colocá-lo para a próxima reunião, já que o requerimento foi feito agora, oralmente, por V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Passo a palavra agora, pela ordem, ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, acho muito oportuna a intervenção do Senador Jayme Campos. Esse tema tem sido bastante tocado aqui, nesta Casa.

O Senador Blairo Maggi está propondo uma reunião temática sobre essa questão de logística, pois o momento é decisivo para isso. Esses elementos, informações e fatos colocados pelo Senador Jayme Campos se somam, Senador Jayme, a um conjunto de coisas que se processam agora, principalmente neste momento difícil por que passa o Nordeste.

Além dos portos, Senador Jayme, até porque tem muito a ver com a região de V. Ex^a e do Senador Blairo Maggi – até isto foi motivo de aparte e discussão nossa no plenário; o Senador Blairo Maggi abriu este debate na segunda-feira –, eu acrescentaria uma coisa importante, Senador Collor, que é a questão dos portos secos. Principalmente com a seca agora, no que diz respeito à distribuição do milho, à relação com os portos, à forma como isso é armazenado e a como isso não sai, precisamos discutir, até porque há tanto interesse em segurar tanta mercadoria ali, parada nos portos. Na realidade, cada vez que essa mercadoria fica parada, alguém está ganhando e muita gente, perdendo, porque ela não chega à ponta. Então, é importante discutir o gargalo, a gestão e também outras formas de operação disso.

Eu estou citando os portos secos, porque, no dia de ontem, a Presidenta Dilma anunciou uma série de medidas para distribuir o milho, para trabalhar todas as frentes, para que o milho possa chegar, efetivamente, ao Nordeste brasileiro, Senador Collor, inclusive ao Estado de V. Ex^a, com a situação que estamos vivendo lá, com os rebanhos sendo dizimados. Os portos secos no Brasil não armazenam grãos. Quando vamos ver o mapa dos portos secos no Brasil, as Regiões Centro-Oeste e Nordeste têm quase nada. Então, é importante estimularmos.

Há um projeto aqui, na Casa, discutindo isso, para mudança de autorização para licitação, que é outra

coisa importante: moralizar, dar transparência, criar um ambiente mais seguro e, principalmente, integrar essa estrutura de logística, para buscarmos resolver gargalos que têm influenciado de forma negativa a nossa economia.

Eu acho que é importante essa indicação do Senador Jayme Campos, até no que diz respeito à própria visita, para que tenhamos a oportunidade de, *in loco*, poder identificar o que, efetivamente, está acontecendo: se é um problema só estrutural ou se é um problema – entre aspas – “conjuntural” ou se temos outro encaminhamento, para saber como podemos contribuir nesse debate, já que houve um processo de indicação do Governo no sentido de ampliar malha ferroviária, malha rodoviária, a questão dos portos. Há uma MP aqui com um amplo debate sobre a questão dos portos brasileiros.

Se o gargalo de infraestrutura na economia, Senador Jayme, tinha uma incidência brutal, quem está no Nordeste hoje está sentindo na pele como isso está matando a economia e, principalmente, matando a nossa gente, porque é um sofrimento. Eu, por diversas vezes, na tribuna, até já alterei um pouquinho o meu tom em relação a essa cobrança, porque ficamos na ansiedade de ver chegando os alimentos, principalmente, e de se utilizar essa infra para atender ao sofrimento da nossa gente. Isso vale tanto para a seca quanto para a enchente, para as catástrofes, para a distribuição do dia a dia.

Nós tivemos aqui, Senador Collor, recentemente, um debate na CI sobre a questão do que estava acontecendo em relação ao etanol: como é que se deslocava, como é que se produzia mais açúcar, como é que se jogava isso para os portos. Isso terminou, depois, influenciando no preço do etanol, com o custo da carga, o deslocamento de uma carga. O Senador Blairo Maggi talvez tenha muito mais condição de falar sobre esse tema com propriedade, por conta da sua vida consolidada nesse segmento, mas é importante lembrar que isso cada dia mais é recorrente. Você vai, vira, mexe, volta, esse é o tema, e a gente vai sabendo que isso influencia, é decisivo, determina o preço, determina, inclusive, como é que cada segmento desse vai-se instalando, é o centro do debate dessa guerra fiscal, porque quem tem melhor infra atrai muito mais, e é um dos elementos cruciais para o desenvolvimento econômico, principalmente das regiões do País. Portanto, é uma forma de desconcentrar a economia. É um gargalo com repercussões em diversas frentes.

Portanto, eu queria não só aplaudir a iniciativa do Senador Jayme Campos como dizer que é importante que todos nós possamos assumir de imediato a consagração desse debate e a consequente, inclusive, ou

os encaminhamentos consequentes, para que possamos tocar adiante e botar o dedo na ferida nesse setor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro.

Solicito a S. Ex^{as}, Senador Jayme Campos e Walter Pinheiro, então, que formulem o requerimento talvez em conjunto, para que possamos colocar na pauta da nossa próxima reunião.

Gostaria de fazer uma correção – Senadora Vanessa, Senador Lobão, sejam bem-vindos – quando da leitura que fiz do comunicado relacionado à audiência pública a que compareceram os Srs. Profs. Sérgio Bajay e Luiz José Carvalho. Quando citei o consumo médio por ano/habitantes em diversos países, inclusive no Brasil, por erro de digitação, foi colocado aqui que o consumo nos países desenvolvidos era uma média de 5,6 mil gigawatts-hora/ano por habitante. E, naturalmente, não é gigawatt, mas 5,6 mil quilowatts por hora/ano por habitante. Então, onde citei gigawatts em relação ao consumo *per capita* de energia elétrica nos países desenvolvidos e no Brasil, onde foi dito gigawatts, por favor, leiam e entendam quilowatts-hora/ano por habitante.

Pela ordem, S. Ex^a o Senador Blairo Maggi com a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento nossas Senadoras e Senadores aqui presentes. Quero me associar ao Senador Jayme Campos que propôs aqui um cronograma de visitas a ser discutido na Comissão e em algumas obras importantes de infraestrutura que o País está fazendo neste momento e também em locais de grandes gargalos, onde as condições de trabalho e de recepcionamento das mercadorias de exportação, de trânsito, não têm conseguido fluir no País nos últimos tempos. O Senador Jayme está absolutamente correto.

Esta Comissão, Presidente Collor, tem muita credibilidade. Temos acompanhado, tenho certeza de que os colegas Senadores e Senadoras também, e recebido um *feedback* das pessoas que assistem, que acompanham a TV Senado e esta Comissão, a importância desta Comissão e o quanto as pessoas envolvidas e que precisam dessas mudanças depositam esperança nesta Comissão. Então, esta Comissão não deve ficar simplesmente na palavra, mas também agir. Devemos, sim, fazer algumas visitas, ter a sensibilidade de conversar com as pessoas que estão envolvidas nesses processos e trazer para esta Comissão, então, alguma coisa concreta, real do cheiro da terra, do cheiro da graxa do caminhoneiro e da turma que está com a

mão na massa, que está operando. Então, quero me associar a esse requerimento.

Vamos, posteriormente, discutir quais são as visitas que nós faremos, porque serão muitas – se começarmos a pensar só nos gargalos que estarão, nos próximos anos, sendo trabalhados –, para que não tenhamos esse problema daqui a cinco, dez anos.

Como exemplo, há a BR-163, que liga o Mato Grosso ao Pará, no Estado do Senador Flexa Ribeiro, e deve ficar pronta em 2014. O General Fraxe veio aqui e deu prazo, deu datas. Se esse caminho realmente ficar pronto – e todos nós esperamos que sim –, nós vamos tirar 5,6 milhões de toneladas do corredor que hoje é um dos maiores corredores, um dos maiores problemas que nós temos, que é o corredor de Santos e de Paranaguá. Então, nós devemos, sim, trabalhar isso; fazer as visitas, enfim, fazer as coisas andarem.

Eu gostaria de fazer outra sugestão, Presidente Collor.

Na semana passada, eu fiz aqui um pronunciamento – e o fiz também no plenário – sobre isso. Tenho dito que nós, o País, estamos perdendo a guerra do papel. É muita gente envolvida, são muitos órgãos de fiscalização, todo mundo com preciosismo grande demais. Se a vírgula estiver fora do lugar, as coisas não andam. Eu sou uma pessoa bem mais prática. Sou daqueles que aprendeu na escola que a ordem dos fatores não altera o produto, a ordem dos tratores não altera o viaduto, como o professor gostava de brincar. Mas há pessoas que acham que não; que a ordem tem de ser aquela e não pode ser mudada, embora o resultado seja o mesmo. Então, nós, da Comissão, temos aqui a obrigação de ajudar aqueles que estão fazendo a operação final, que estão tentando colocar de pé as obras que são definidas pelos Orçamentos, pelo Congresso Nacional e pelo Executivo.

De modo que eu queria deixar mais uma sugestão.

A exemplo do que aconteceu com o General Fraxe, que aqui esteve e eu voltei a conversar com ele depois da sua visita a esta Comissão, acho que esta Comissão deveria fazer um comunicado ao General Fraxe ou a todos aqueles que aqui vierem e se comprometerem com datas, se comprometerem com metas, nesta Comissão, que esta Comissão encaminhe um documento a ele antes da data prevista de conclusão, perguntando se algum outro órgão, algum outro instituto, algum outro órgão auxiliar da administração direta ou indireta está atrapalhando ou está impedindo que ele consiga fazer, naquele cronograma, o que ele se comprometeu conosco.

Caso afirmativo, nós, da Comissão, poderemos chamar essa entidade ou esses órgãos de Governo para também pedir a eles, também ouvir deles qual é

o problema que eles têm para conceder esse licenciamento, conceder uma autorização ou coisa parecida.

Acho que, dessa forma, a Comissão de Serviços de Infraestrutura estaria dando uma ajuda muito grande ao próprio Executivo e à sociedade brasileira, porque as coisas não andam, muitas vezes, porque não se sabe quem vem primeiro, o ovo ou a galinha. Muitas vezes, setores pedem uma determinada autorização, pedem uma determinada licença, e o órgão nem sabe se é de responsabilidade dele, fica com medo de tomar decisão e vai ficando.

Então, a minha sugestão é que, nesse grande problema nacional que nós temos, nós possamos monitorar um a um, obra a obra, e tentar ajudar aqueles que estão tomando a decisão de efetivamente colocar as obras em campo.

Por exemplo, no dia de ontem, o DNIT fez uma reunião com os empreiteiros, Senador Flexa, que estão na BR-163. Há três empreiteiros que não conseguem concluir a obra, e, se a obra na ficar pronta, dentro do Pará, será por responsabilidade desses três empreiteiros. Nós sabemos disso. Eu, particularmente, sei, porque estou ali cobrando todos os dias, mas a Comissão não sabe.

Se o DNIT nos diz isso, nós devemos convocar para esta Comissão as três empreiteiras, para que elas venham aqui, a esta Comissão, e nos digam: olhe, eu não estou conseguindo fazer essa obra no prazo que eu quero fazer, porque o TCU não quer me dar o reajuste no material betuminoso. A minha planilha era X e hoje o custo é X + Y. Vamos nós chamar aqui o TCU e tentar desenrolar esse assunto. Só assim acho que nós poderemos ajudar o País e o Executivo a desenrolar as coisas.

Então, quero deixar essa sugestão à Comissão de Serviços de Infraestrutura para que possamos fazer esse trabalho de rastreamento e de acompanhamento dos problemas que nós temos. E, mais uma vez, desejo me associar ao Senador Jayme Campos para que nós possamos fazer a visita.

Presidente Collor, nós temos falado muito, até porque é a minha área, de *commodities*, de grãos, produtos de grande volume e, de repente, de pouco valor, mas é o que tem incomodado bastante. Todavia, outro dia, conversando com um fabricante de cerveja, percebi que a logística, para ele, está incomodando do mesmo jeito que para o pessoal que quer o milho na Bahia. O dia que tem a latinha não tem a tampa; o dia que tem a tampa não tem o filme para fazer o rótulo da latinha, e assim vai: outro dia não tem o malte, outro dia não tem o arroz ou o milho que eles usam. Isso porque nós não conseguimos mais, como país, programar as nossas indústrias...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sem contar que, com a seca... V. Ex^a sabe que, para as cervejarias, o grande problema é a água. Então, quando a seca bate, os mananciais também...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – É esse o problema.

Então, a indústria brasileira, não só o agronegócio, não consegue mais se organizar para ter as coisas no lugar certo e na hora certa conforme as nossas necessidades.

Os fabricantes de tratores, de caminhões ou de colheitadeiras no Rio Grande do Sul, por exemplo, não conseguem montar as máquinas porque não chegam os diferenciais, não chegam as caixas, não chegam as cabines; enfim, está tudo atrapalhado no nosso negócio.

Então, quero deixar aqui a sugestão de esta Comissão acompanhar um pouco mais de perto essa situação, e tenho certeza absoluta de que, com a sua capacidade de conduzir esta Comissão e de conduzir as pessoas que aqui trabalham, nós poderemos montar um cronograma de acompanhamento disso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Blairo Maggi.

Antes de passar a palavra a S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro, eu gostaria de comunicar ao Senador Blairo Maggi, que, por solicitação de V. Ex^a, na reunião do último dia 27 de março, a Mesa Diretora desta Comissão fez um cronograma acerca do que aqui assumiu como compromisso S. Ex^a o General Fraxe – tanto os compromissos assumidos, quanto outros para os quais ele não pôde estabelecer prazos.

Em relação à BR-163 (Cuiabá-Santarém), ele estabeleceu os seguintes prazos: no trecho de 282km entre Rondonópolis e Posto Gil, no Mato Grosso, existe um lote problemático, que, segundo ele, será relicitado, e, em no máximo 60 dias, a obra terá reinício. Ou seja: no dia 20 de maio deste ano, segundo compromisso do Diretor-Geral do DNIT, esse trecho inicial de 282km estará reiniciado. Em relação ao trecho de Miritituba, ele assumiu o compromisso de que estará pronto até o final de dezembro deste ano, isto é, até o dia 31 estará pronta. E ainda assumiu o compromisso, em relação ao trecho de Santarém, de que estará pronto até o dia 30 de junho de 2014. Em relação a este trecho, ele não colocou nenhum óbice, mas tão somente neste primeiro, de Rondonópolis a Posto Gil, especificamente em relação a um lote que teve problemas e que está sendo relicitado.

Entre as obras cujas datas ele não pôde explicitar, estão a BR-135 – trecho entre São Luís (MA) e Miranda do Norte (MA) –, que será duplicado em breve, embora apresente dificuldade, visto que o órgão ambiental esta-

dual quer um EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental); a BR-226 (Rodovia Belém-Brasília), a respeito da qual ele informa que o asfaltamento dos 100 primeiros quilômetros está sendo tratado com o Ministério do Planejamento. Imagino que tratando da liberação de recursos para tal. Em relação à BR-319, que liga Manaus (AM) a Porto Velho (RO), S. Ex^a alega que não estar pronta em razão da discussão de questões ambientais. E, em relação à BR-101, trecho do Estado de Alagoas, S. Ex^a informa que está sob a análise da área técnica do Tribunal de Contas da União desde setembro do ano passado, em função daquela discussão que deveria merecer estar nos *Anais do Tribunal de Contas da União* com todo realce com que estão discutindo a questão dos *royalties* de uma pedreira de onde é retirada a brita para fazer a base da rodovia.

Mas, enfim, foi isso que ele nos disse, mas a sua sugestão... Isso aqui foi fruto de uma sugestão que V. Ex^a fez na reunião passada e nós estaremos atentos a isso, aguardando aqui tão somente a chegada do requerimento para que nós possamos estabelecer essas diligências a que se referiram S. Ex^a o Senador Jayme Campos acompanhado de S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra, pela ordem, S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, quero somar com as palavras dos Senadores que me antecederam, em especial o Senador Blairo Maggi. Acho que é importante, Senador Blairo, que a Comissão de Serviços de Infraestrutura possa compartilhar e ajudar o País no sentido de desatar esses nós que impedem que as obras de todo País avancem. Pelo que temos visto e se formos fazer uma análise dos cronogramas, acho que não há nenhum cronograma que esteja em dia, nenhum. As obras do PAC estão empacadas, como digo sempre. Isso é ruim para o País.

A sugestão do Senador Blairo Maggi, com a visão empresarial que ele tem, é perfeita. Não adianta ficarmos aqui aguardando que chegue dezembro de 2013 ou julho de 2014 para se ver que a obra não ficou pronta, aí não se terá mais como remediar. A sugestão do Senador Blairo é de acompanhamento *pari passu* do cronograma, de tal forma que a gente possa identificar nos prazos intermediários se está acontecendo ou não. Se o General Fraxe colocou aqui com uma ênfase muito firme que vai cumprir esses prazos especificados por V. Ex^a, sugiro, Presidente Collor, que, assim como na Comissão de Assuntos Econômicos o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central – que ainda ontem esteve na Comissão – fazem

uma avaliação da área econômica de forma ordinária a cada seis meses, na Comissão fazendo uma exposição, nós poderíamos fazer isso aqui na Comissão de Infraestrutura ou no plenário.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Tenho uma PEC no plenário para ser votada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Diz o Senador Walter Pinheiro, se V. Ex^a me permitir, Senador Flexa Ribeiro...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – ... que há uma PEC de autoria de S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro que já completou as cinco leituras e está para ser colocada na Ordem do Dia para ser votada. Essa PEC dele exatamente estabelece a obrigação – no caso daqui da Comissão de Infraestrutura – de todos aqueles que passaram por sabatina têm a obrigação de vir aqui fazer os seus relatórios sempre que a Comissão entender necessário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Isso é importante, quero parabenizar o Senador Walter Pinheiro pela PEC que define a obrigatoriedade de virem.

Mas, enquanto não tivermos a PEC, podemos fazer os convites. Vamos imaginar, no início do segundo semestre, lá em agosto, podemos iniciar os trabalhos da Comissão com a vinda de novo do General Fraxe, para que ele possa nos repassar aqueles prazos que colocou, para saber se estão dentro, se não estão. Farei o requerimento, Presidente Collor, para que possamos já definir: Em agosto, vamos avaliar se aquilo que ele disse em fevereiro ou em março está ainda valendo para agosto ou se há alguma correção a ser feita, para acompanharmos.

Aí, insisto, Presidente Collor, naquela sugestão de fazermos aquela subcomissão de acompanhamento das obras do PAC e cada Senador, sob a Presidência de V. Ex^a, poderia ficar encarregado das obras do seu Estado ou de alguma outra obra. Por exemplo, o Senador Blairo Maggi acompanha diariamente a questão do corredor de exportação da Santarém-Cuiabá, está atento a isso e é parceiro. Mato Grosso e Pará lutam por essa obra há décadas e é uma obra que não é para os dois Estados, é para o Brasil desatar essa questão do nó logístico. É uma questão de a CI isso efetivamente.

Era a sugestão que eu queria deixar, Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, mais uma vez, a S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro pelas suas importantes contribuições aos trabalhos desta Comissão.

Passo ao item 4.

Requerimento desta Comissão.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 90, incisos II e III, e do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas Audiências Públicas perante esta Douta Comissão com a finalidade de discutir a reforma do marco regulatório do setor mineral.

À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para tratar do Título Minerário e da promoção da atividade mineral os senhores:

- Dr. Luciano Coutinho – Presidente do BNDES;
- Dr. William Freire – advogado, especialista em Direito Minerário;
- Dr. Jomar Silva Feitosa – Diretor de Gestão de Títulos Minerais do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM);
- Dr. José Fernando Coura, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). *Para tratar da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais...* [Melhor dizendo, esses nomes a que me referi vão tratar do título minerário e da promoção da atividade mineral. Essa é a primeira parte do requerimento. A segunda parte do requerimento solicita a presença, para discutir a compensação financeira pela exploração dos recursos minerais, dos senhores:]
- Dr. Carlos Alberto Barreto, *Secretário da Receita Federal do Brasil*;
- Dr. Marco Antonio Valadares, *Diretor de Procedimentos Arrecadatários do DNPM*;
- Dr. José Tavares de Araujo Jr., *Diretor do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento*;
- Dr. José Fernando Coura, *Diretor-Presidente do IBRAM*.

[Terceiro ponto do requerimento:]

Para tratar da exploração em casos especiais – terras indígenas, fronteira e alto mar:

- Dr. Celso Amorim, *Ministro da Defesa*;
- Dr. Antonio Patriota, *Ministro das Relações Exteriores*;
- Dr^a Marta Maria do Amaral Azevedo, *Presidente da Funai*;
- Dr. Paulo Guilherme Galvão, *Diretor de Planejamento e de Desenvolvimento da Mineração do DNPM*;

• Dr. José Fernando Coura, *Diretor-Presidente do IBRAM*;

• Dr. Adriano Drummond Trindade, *advogado, professor de direito*

E para a última audiência pública [de encerramento]:

• S. Ex^a o Sr. Ministro de Minas e Energia, Senador Edson Lobão;

• Dr. Simão Jatene, *Governador do Estado do Pará*;

• Dr. Antônio Anastasia, *Governador do Estado de Minas Gerais*;

• Dr. Jaques Wagner, *Governador do Estado da Bahia*.

Autoria: S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro

Observações:

O requerimento foi lido na reunião do dia 27 de março de 2013.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir,...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Desculpem-me.

Para discutir, S. Ex^a o Senador Jayme Campos e, em seguida, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Quero indagar a V. Ex^a se essas autoridades aqui referidas virão todas no mesmo dia ou se faremos, duas, três, quatro audiências? Isso seria muito oportuno, até para termos mais tempo para nos dirigirmos aos convidados e fazermos as nossas indagações.

Eu acho que será muito oportuno discutirmos, nesta Comissão, a questão do marco regulatório, mas, sobretudo, o mais importante, Senador Flexa Ribeiro, que faz aqui esse alerta, é analisarmos a questão das lavras das concessões, porque muitas já estão assentadas no Brasil há alguns anos, o que traz sérios transtornos e problemas para nós em todos os rincões deste País.

Então, é muito oportuno o requerimento de V. Ex^a, com o qual quero me solidarizar, e já quero dizer que sou favorável ao requerimento. Vamos discutir essa matéria aqui. Isso virou uma máfia no Brasil, e nós temos que desatar esse nó. Isso é uma máfia.

Estou vendo problemas em Mato Grosso de gente que tem só o papel, ou seja, que ficou com a lavra e agora está ficando bilionário à custa do coitado do miserável. V. Ex^a tem conhecimento disso também no seu Estado do Pará. E, no Mato Grosso, a mesma coisa está acontecendo.

Parabéns, Senador Flexa.

Estarei presente aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

Passo a palavra, pela ordem, a S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro e, em seguida, a S. Ex^a o Senador Edison Lobão Filho.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu acho importante, Senador Flexa, a gente discutir esse projeto.

O Ministro Lobão, na última oportunidade em que nós discutimos esse tema com ele, quando estivemos lá e também aqui... Aqui, inclusive, foram feitas duas audiências públicas com a presença de governadores e até de prefeitos – parece-me, se não me falha a memória, que um prefeito de Minas participou, meu caro Senador Edinho. Então, acho que seria importante a gente fazer o debate. O Ministro já, por diversas vezes, verbalizou a oportunidade inclusive de envio, é uma questão só das tratativas. Acho que está maduro, até porque a informação que a gente tinha era de que esse envio dar-se-á agora neste mês de abril, e o mês já abriu, literalmente. Então, para a gente tocar esse tema.

Eu só queria lhe dar oportunidade – é óbvio que essa é uma condução que compete ao Ministério de Minas e Energia –, mas, em todo momento, Senador Jayme, deste debate, nós fizemos a conversa sempre em conjunto com o Ministério de Minas e Energia e a Casa Civil, que me parece tinha avocado parte desse contexto aí de infra, setor mineral e tal, então, tem uma participação sempre conjunta. O Ministério dos Transportes, com a questão dos portos... Com a Secretaria de Portos – perdão –, com a questão dos portos, mais a Casa Civil, setor mineral. E até o próprio Ministro Lobão, na última vez em que conversei com ele sobre esse tema, numa viagem que fiz com ele, meu caro Edison Lobão Filho, para o lançamento do estaleiro na Bahia, ele chegou a me dizer que estava aguardando o retorno da Casa Civil. Portanto, o Ministério cumpriu a parte dele. São, pelo menos, os ajustes, que poderíamos chamar assim, Senador Flexa, não de conteúdo específico que esta tarefa tem no Ministério de Minas e Energia, mas das próprias questões que envolvem taxas, estruturação, regulação e aspectos outros da técnica legislativa.

Então, penso que seria importante que um membro da Casa Civil pudesse vir. Seria importante isso. E a gente poderia até, nessa sugestão que o Senador Jayme deu, fazer um debate com, por exemplo, a estrutura de governo, os órgãos dessa área toda, desde DNPM, e o bloco de interessados ou pelo menos dos

Estados que têm uma base razoável nessa questão mineral e tal. Até porque nós vamos, seguramente, para o próximo passo, depois desse negócio da regulação dos *royalties* e setor mineral.

Não tenho a menor dúvida de que esse vai ser o caminho natural desse debate. Seria importante que a gente pudesse fazer, talvez, meu Presidente Collor, essa divisão que o Senador Jayme mencionou; podíamos ver como a gente organizaria por blocos e faríamos um debate, talvez nessa linha ou os Ministérios apresentando suas propostas, debatendo com os órgãos que atuam nessa área e com os interessados, para já iniciarmos uma espécie de apreciação da matéria.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigada a S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro.

Pela ordem, antes de S. Ex^a o Senador Vital do Rêgo, pois antes havia solicitado a palavra, S. Ex^a o Senador Edison Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Mas o Senador Vital pediu pela ordem. Deseja fazer uso da palavra?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sim, mas depois de V. Ex^a; V. Ex^a tem precedência sempre.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Apenas pediu por inscrição.

Presidente Collor, acho a iniciativa do Senador Flexa, e tenho discutido com ele fora do âmbito desta Comissão, a preocupação do Senador Flexa em relação ao setor mineral, fundamental. E queria fazer uma sugestão a esta Comissão. O Ministério finalizou o trabalho do marco regulatório já há alguns meses; encaminhou à Presidência da República, através do Gabinete da Casa Civil, para que fosse dado formato final, jurídico, de compatibilidade de números e tal.

Nós podíamos ter acesso a esse trabalho, porque vejo que qualquer discussão sobre estratégias políticas que entre no mérito ficam inócuas porque já existe um trabalho pronto a ser deliberado por esta Casa e entregue ao Palácio. Se nós tivéssemos acesso a esse trabalho, poderíamos, de forma mais concreta, deliberar, discutir, analisar as coisas que estão sendo propostas, talvez até melhorá-las. Já nos prepararmos para receber esse marco regulatório aqui.

Julgo que a questão mineral no Brasil é fundamental, um dos setores econômicos mais importantes do País. E o Brasil vem, ao longo dos anos, menos-prezando o setor mineral. A única empresa brasileira que realmente se preocupou com isso é a Vale, que está entre as três maiores do País. Hoje, praticamente,

a exploração mineral no Brasil é sinônimo de Vale do Rio Doce, e isso tem que acabar.

O Senador Jayme Campos está corretíssimo. O setor mineral virou um setor especulativo de papel, onde pessoas físicas e pessoas jurídicas detêm, às vezes, duas mil outorgas, Senador Walter Pinheiro, na sua pasta e sequer têm sede para negociar esse papel ou esse título com empresas que, realmente, desejam produzir.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Um celular e uma Kombi.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – É. Um celular e uma Kombi. Então, este eu sei que é um dos temas prioritariamente abordados dentro desse marco regulatório: acabar com essa farra especulativa de proprietários de direitos minerários.

Mas, Sr. Presidente, para concluir, sugiro que esta Comissão se posicione, no mínimo, requerendo ao Ministério ou à Casa Civil, ou a quem de direito, que encaminhe, para que possamos avaliar, e, juntamente com o Governo, analisar e dar nossas opiniões, nossas ponderações, nossas contribuições, para que esse marco regulatório, efetivamente, contribua para a riqueza e o progresso do Brasil.

Então, parabenizo, por último, novamente, o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Jayme Campos, e faço este pedido a V. Ex^a: que pense nessa possibilidade, que acho que irá contribuir em muito no trabalho desta Comissão e no trabalho do Senado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Collor...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Edison Lobão Filho.

Temos também a questão do Programa de Investimentos em Logística (PIL), que trata de portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, enfim, e essa questão da mineração, que acho que poderia se inserir aí. Eu perguntaria se V. Ex^{as} aceitariam uma reunião com a Ministra Gleisi Hoffmann, já que ela está coordenando tanto o Programa de Logística quanto essa questão do carvão mineral, do Marco Regulatório da Mineração, se V. Ex^{as} aceitariam ir à Casa Civil para termos lá uma explanação geral de S. Ex^a a Sr^a Ministra Gleisi Hoffmann sobre esse assunto específico da mineração e também do Programa de Logística. É possível isso?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Numa terça-feira, à tarde, pode ser?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Vamos, então, terça-feira à tarde, dia 9, fazer a tentativa de conseguirmos esse encontro, e aí eu comunicarei a V. Ex^{as} a data e a hora.

Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a é o autor do requerimento, mas S. Ex^a o Senador Vital do Rêgo havia solicitado antes, ele que vai presidir, daqui a alguns instantes, a Comissão de Constituição e Justiça.

Com a palavra S. Ex^a, o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, somente para me posicionar a respeito da necessidade de convergência desta Comissão no assunto relativo ao Marco Regulatório da Mineração. Todos nós estamos acordes no que diz respeito à necessidade de uma atuação vigorosa do Congresso Nacional nessa matéria. A visita à Casa Civil propiciaria isso, não no teor e no conteúdo, já tão explicitados aqui por V. Ex^{as}, que entendem melhor do que eu desta matéria – o Senador Lobão, que falou agora há pouco, o Senador Jayme, o Senador Flexa suscitou a matéria, o Senador Blairo –, mas na forma.

Eu já pude me pronunciar, na tribuna do Senado, duas vezes, já fiz duas visitas, principalmente ao setor jurídico da Casa Civil, porque estou questionando publicamente o Governo com relação à forma do envio, para esta, Casa, do marco regulatório.

Não pode o Governo passar quatro anos com essa matéria, fazendo debates internos, discutindo essa matéria no Ministério e mandar para cá como medida provisória, sem dar chance a esta Casa, o Congresso Nacional, de discutir e debater.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com a permissão de V. Ex^a, Senador Vital do Rêgo, acho que, em relação ao Ministério das Minas e Energia, já concluiu há muito tempo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Está na Casa Civil.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Está na Casa Civil há muito tempo.

Com relação à forma, e eu já coloquei isso para a Ministra, já coloquei isso para a coordenação jurídica da Casa Civil, entendo que deve ser dado ao Congresso Nacional o direito de discutir a matéria. Então se passa o tempo inteiro de forma aleatória, sem prazo para discutir o marco regulatório, depois apresenta, fecha o pacote e entrega ao Congresso Nacional, com um prazo fixo de medida provisória?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – E ainda passando por cima das comissões temáticas.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – E ainda passando por cima das comissões temáticas? É um desrespeito a esta Casa, ao Congresso Nacional – já coloquei publicamente isso que estou dizendo na tribuna –, ao Poder Legislativo.

Por isso que a visita de terça-feira que V. Ex^a está propondo deve ser uma visita muito mais do Senado do que da Comissão de Infraestrutura. V. Ex^a pode nos representar muito bem, com todos nós ao seu lado, e dizer que a posição do Congresso, Senador Lobão, dizer que o Congresso espera do Governo uma chance para exercer o que lhe é devido, o direito de legislar nessa causa que é fundamental para o Brasil.

Esse era o primeiro ponto que eu tinha a posicionar, dizendo a V. Ex^a que ontem, usando a representatividade que me foi outorgada pelo Presidente Flexa Ribeiro, Presidente da Subcomissão de Aviação Civil, fui ao Ministro Moreira Franco e definimos para terça-feira próxima, às 9 horas da manhã, a presença de S. Ex^a aqui para que, formalmente, de forma solene, concluamos o nosso trabalho e a Comissão possa entregar ao novo Ministro da Secretaria de Aviação Civil, junto com o Presidente da Infraero, a ser convidado, junto com o Sr. Gestor da Anac e órgãos correlatos, Ministério e comando da Aeronáutica e órgãos correlatos, numa reunião da Subcomissão, presidida agora pelo Senador Flexa.

E aí gostaria que a Comissão convidasse, em homenagem ao idealizador da Comissão, Senador Vicentinho Alves, que ainda está em regime de licença, para que na terça-feira, dia 9, às 9 horas da manhã, o Ministro Moreira Franco possa receber oficialmente o resultado do nosso trabalho. E aí possamos concluir aquilo que combinamos com V. Ex^a, dentro do limite do prazo, para que outra subcomissão possa ser instalada dentro de uma Comissão tão importante como a de Infraestrutura e que precisa estar na dinâmica dos relatórios sendo oferecidos nos prazos regimentais.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria de convidar V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Infraestrutura e todos os nossos pares que compõem esta Comissão, para prestigiar o trabalho que foi feito pelo Senador Flexa, pelo Senador Eduardo Braga, principalmente pelo Senador Vicentinho Alves, pelo Senador João Costa, por todos os companheiros que mergulharam nesse setor da Aviação Civil. É um relatório que nos orgulha, porque dissecou, faz um diagnóstico profundo sobre a matéria e apresenta soluções para esse gargalo, que não está apenas nos portos, não está apenas nas rodovias, mas também está nos aeroportos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Vital do Rêgo.

Em relação ao primeiro ponto de que V. Ex^a tratou, nós iremos aqui senão todos os integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura, mas pelo menos um grupo que represente bem os partidos com seus integrantes, para que possamos ir à Ministra Gleisi, e tenho certeza de que isso será entendido como uma posição que reflete os anseios do Congresso Nacional.

O que queremos é o fortalecimento do Poder Legislativo, o que desejamos é um tratamento de acordo com as atribuições que nos confere a Constituição da República, e, dentre essas atribuições, está o nosso direito e o nosso dever de discutir todos esses projetos de lei, sobretudo projetos importantes, como os do marco regulatório, não somente dentro da camisa de força de uma medida provisória que nos concede 30 ou alguns dias mais, mas nas comissões temáticas.

Esse caso, o caso do marco regulatório da mineração, desde 2010, está na Casa Civil. Foi enviado pelo Ministério das Minas e Energia à Casa Civil.

Então, realmente, concordo plenamente com V. Ex^a e acredito que faço eco também ao que todos os integrantes desta Comissão percebem de que realmente precisamos resgatar esse direito e o dever que temos de analisar com cuidado e vagar matérias desse porte.

Em relação ao convite que V. Ex^a faz como Relator da Subcomissão da Aviação Civil, que tem como Presidente S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro e como Vice-Presidente S. Ex^a o Senador João Costa, me sinto honrado com o convite que V. Ex^a está fazendo a toda a Comissão, a mim, pessoalmente. Estarei presente aqui, na próxima terça-feira, dia 9, às 9 horas... Se puder ser um pouco mais cedo... *(Pausa.)* Enfim, vamos deixar, então, estabelecido 9 horas do próximo dia 9, terça-feira, de acordo com o convite que V. Ex^a fez, estendido a todos os integrantes da Comissão, para prestigiarmos a entrega a S. Ex^a o Ministro Moreira Franco desse relatório da lavra de S. Ex^a Senador Vital do Rêgo que trata deste grande gargalo, como ele próprio afirmou, da logística do País que é o setor aeroportuário.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro.

Muito obrigado pelo seu convite, Senador Vital.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Collor, Srs. Senadores, sobre a questão do relatório do Senador Vital do Rêgo sobre a aviação civil, quero dizer que a presença de V. Ex^a nessa entrega ao Ministro da Secretaria de Aviação Civil é da maior importância, como dos membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O relatório do Senador Vital do Rêgo, pela competência já demonstrada em todas as matérias que tem relatado, dissecou e coloca toda problemática da aviação civil, não só a questão da logística, como da

segurança também, do nosso País. É fruto de dezenas de audiências públicas que ocorreram, 14 audiências públicas, ao longo do ano de 2012, por esforço, como S. Ex^a bem disse, do Presidente, e eu diria atual e sempre, Senador Vicentinho, que foi o autor do requerimento e presidiu essa Subcomissão ao longo do tempo até a sua licença.

Então, é importante que possamos, no próximo dia 9, efetivamente, ter o relatório do Senador Vital do Rêgo aprovado e entregue ao Ministro e ao Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Com relação ao requerimento de minha autoria para que possamos debater o Marco Regulatório da Mineração no País, é da maior importância, Presidente. Já foi dito aqui pelos Senadores que me antecederam, e quero aqui destacar o Senador Edison Lobão Filho, que é necessária essa discussão.

O Ministro Edison Lobão, desde meados do ano passado, de 2012, disse a mim, em audiência que me foi concedida por ele, que já tinha encaminhado ao Gabinete Civil da Presidência da República o trabalho desenvolvido pelo Ministério. Essa iniciativa, essa proposta do Senador Lobão Filho é da maior importância. Se está entregue, que a Comissão possa solicitar que seja encaminhado para cá para que a gente sirva de partida para esse debate, porque parece cabeça de bacalhau: a gente sabe que existe, mas ninguém vê. Ninguém tem acesso.

O jornal *Valor Econômico* tem colocado matérias ao longo desses últimos dias, dessas últimas semanas, e o fez ontem, chamando a atenção para a necessidade de o Brasil acordar para esse problema. O Brasil está perdendo investimento. O setor da mineração está paralisado. Por falta de segurança jurídica, os investidores não estão mais fazendo os investimentos porque não sabem o que vai vir pela proposta que vai surgir.

O meu Estado é hoje o segundo Estado minerador do Brasil, ainda atrás de Minas Gerais, mas será em um futuro próximo o maior produtor de minérios do nosso País. Gostaria que não fosse exportado de forma primária, mas que houvesse a verticalização, por que lutamos tanto. É preciso que se faça o reestudo. Estamos com um código de décadas passadas, que não reflete hoje a necessidade de Estados e Municípios mineradores. Vamos debater isso.

O Senador Vital do Rêgo tem toda a razão. Fico feliz quando o Senador Vital do Rêgo, como Presidente da CCJ, e V. Ex^a, Senador Collor, como Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, colocam que não há mais como o Congresso Nacional aceitar a enxurrada de medidas provisórias que são encaminhadas para cá. Os Parlamentares não têm o direito de discutir e aperfeiçoar, porque vêm do Executivo, Sena-

dor Lobão Filho, como prato feito: tem que ser engolido da forma como está, porque não há como discutir. Que não ocorra isso! Sei que essa não é a vontade do Ministro. Muito pelo contrário, o Ministro quer abrir ao debate, porque esta é sua Casa de origem. Então, ele quer que haja esse debate.

A proposta, Presidente Collor, de se fazer essas audiências pública é para se abrir a discussão. Todas as questões levantadas aqui pelo Senador Edison Filho, pelo Senador Jayme Campos são corretas. Quando se propõe aqui, é para se discutir no âmbito geral. Não é só a CFEM. É a questão dos títulos minerários. É a questão se vai ser ou não criada uma agência reguladora para a mineração. Existe uma proposta do Governo no sentido de transformar o DNPM em uma agência reguladora. São ações que vão fortalecer o setor da mineração no nosso País, mas temos que avançar. Não há mais como ficar aguardando por isso.

Então, a proposta é exatamente de se fazerem várias audiências para serem discutidos esses temas todos. É impossível, hoje, permanecer a guarda do direito de lavra indefinidamente. As pessoas conseguem esse direito de lavra, não exercem o direito de exploração, mas ficam guardando para uma maior valia na frente, transformando-se muitas vezes em milionários. Eles têm esse papel, montam o projeto e transferem o direito de lavra para terceiros, vendendo a preços exorbitantes. Os Estados e a sociedade brasileira perdem com isso.

Queria agradecer e realmente, através da Comissão de Infraestrutura, que é a de mérito, abrir de uma vez por todas a discussão no Congresso Nacional sobre a revisão do Código de Mineração do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro.

Continua em discussão o requerimento de S. Ex^a. (Pausa.)

Para discutir, S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Primeiro, quero cumprimentar não só o Senador Flexa, mas, sobretudo, a participação do Senador Vital do Rêgo quando se manifestou. Um assunto tão importante quanto esse tem que ser discutido aqui no Congresso Nacional.

Lamentavelmente, o Congresso tem se curvado diante das medidas provisórias que tem feito aqui. Quase nenhuma discussão em relação aos projetos tem acontecido, praticamente zero. Aqui se aprova medida provisória. Temos naturalmente que buscar nossas prerrogativas, discutir os projetos interessantes, sobretudo o projeto de lei que mexe com a vida das

pessoas, principalmente com a economia de algumas regiões do Brasil.

Aproveitando o gancho, quando se fala aqui da entrega do relatório da Subcomissão da Aviação Civil, ele precisa ser mais discutido, e não só, naturalmente, essa discussão que houve. Fala-se que são discutidos em salas com ar condicionado. Aqui, Senador Flexa, está prevista para o Mato Grosso a ampliação e pavimentação e a melhoria dos aeroportos regionais, mas não foram ouvidas nem as autoridades do Estado. Aqui definiram a bel-prazer. Foi um pacote fechado, e nós nem ficamos sabendo. Às vezes, não é essa, de fato, a necessidade! Claro que nós temos de ampliar e melhorar todos os aeroportos, o que, obviamente, não será possível, mas o pouco que está sendo destinado a Mato Grosso em termos de recursos para a aviação regional deveria ser discutido com as autoridades do Estado, a fim de saber se aquele realmente é o ideal, se realmente é aquele o local melhor. Em síntese, é feito sob encomenda aqui, nos gabinetes, sem discussão com as autoridades do Estado, e, sobretudo, como V. Ex^a disse, por tecnocratas fechados em gabinetes com ar-condicionado. O marco regulatório é uma matéria que tem de ser debatida aqui, no Congresso Nacional, exaustivamente.

Desse modo, eu acho importante esse ciclo de debates que V. Ex^a propõe, com quatro ou cinco audiências públicas, em quatro semanas ou mais, se for o caso, mas que dê de fato a sequência necessária à discussão do tema e que, logicamente, permita que tenhamos um marco regulatório que represente as aspirações da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, Senador Collor, como o Senador Flexa disse aqui, de fato, isso é um escárnio. E dou um exemplo a V. Ex^a, Senador Flexa: um cidadão da minha região, na minha cidade, requereu toda a área. Assim, se o Presidente Collor tivesse um terreno na Várzea Grande e quisesse retirar 50 caminhões de cascalho da sua área, tirando daqui para colocar aqui, na mesma área, para encascalhar um terreno da sua chácara ou da sua casa, teria que pagar a esse cidadão, porque a concessão da lavra é dele. O senhor tem que pagar! Ele ficou bilionário da noite para o dia! Vejam só: você tem de pagar R\$50,00 ou R\$60,00 por caminhão de cascalho para tirar daqui e colocar aqui. Ele vai lá e cobra, com poder de polícia. Eu não sei se o senhor sabia, mas a concessão faculta a ele o direito de cobrar.

Então, o cidadão pega, requer as áreas, senta nelas, faz um projetinho meia boca e, depois, vai negociar milhões, bilhões de reais. Isso é um escárnio! Nós temos que acabar com isso aqui. Não é possível o cidadão transformar isso em um grande negócio

hoje. Você vai, requer e sai, depois, negociando: fulano comprou essa concessão por tanto etc.

Então, é fundamental, quando discutirmos o marco regulatório aqui, fazermos algumas mudanças na legislação, que, lamentavelmente, é perniciosa para o Brasil.

Queria fazer esse adendo e dizer a V. Ex^a que, relativamente a esse requerimento que eu propus, na próxima quarta-feira, nós vamos encaminhá-lo com a antecedência para possa ser colocado na pauta. Se lida aqui e, naturalmente, acatada por V. Ex^a e os demais pares essa sugestão que fiz aqui, procederemos às diligências e às visitas aos portos ou rodovias, que, hoje, são impeditivas para o crescimento econômico e, principalmente, para a segurança dos usuários das nossas rodovias e portos brasileiros.

Era isso que eu queria manifestar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR, PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

Continua em discussão o requerimento de S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em relação a esse debate mais amplo sobre a questão da infraestrutura, por resolução da nova Mesa Diretora, será possível nós realizarmos debates temáticos no plenário do Senado e isso se transformar em uma decisão da Mesa e, posteriormente, do próprio Senado.

Há alguns outros itens que estabelecem como deve funcionar esse debate temático. Contudo, nós já estamos aqui conversando com S. Ex^a o Senador Blairo Maggi a fim de fazermos um amplo debate, no plenário do Senado Federal, sobre a questão da infraestrutura e dos nós logísticos que emperram o desenvolvimento do País.

Então, proximamente, nós realizaremos esse debate no plenário do Senado federal, de acordo com as novas normas exaradas pela Mesa Diretora recém-eleita, e, com isso, acredito, poderemos, com a presença de todos os Srs. Senadores, não somente os integrantes desta Comissão, mas de tantos quantos queiram comparecer a esse debate, aprofundar essa discussão, inclusive realçando esse ponto que é o do respeito que se deve ter ao Poder Legislativo como um Poder da República que precisa e merece ser prestigiado de acordo com o que determina a Constituição da nossa República.

Gostaria também de fazer um... Passou-me, quando da discussão da aviação civil e da presença na próxima terça-feira, dia 9, às 9 horas da manhã de S. Ex^a o Sr. Ministro da Aviação Civil, Moreira Franco, para receber das mãos do Presidente da Subcomissão de Aviação Civil Flexa Ribeiro, do Vice Presidente, S. Ex^a Senador João Ribeiro e do Relator, S. Ex^a o Senador Vital do Rêgo, do relatório final da Subcomissão, esqueci-me de falar do nome do Senador Vicentinho Alves, que está hoje com licença médica, afastado dos trabalhos no Senado, voltará dia 14. Mas eu gostaria de ter a permissão de V. Ex^{as} para fazer a ele um convite especial em nome da Comissão para que ele aqui esteja presente, caso suas condições assim o permitam, para que ele possa receber as devidas homenagens, ele que foi o iniciador e o incentivador da criação dessa Subcomissão que chegará a bom termo na próxima terça-feira, dia 9, com a entrega desse relatório final ao Sr. Ministro da Aviação Civil. Então, eu gostaria de, obtendo a permissão de V. Ex^{as}, fazer esse convite especial para a presença do Senador Vicentinho Alves na solenidade do próximo dia 9, às 9 horas da manhã, aqui neste plenário da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a o Senador Edison Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Eu até nem compreendi, gostaria até de ter esclarecimento do Senador Flexa Ribeiro, em sendo o Senador Vicentinho o criador, o idealizador, o antigo Presidente que retorna ao Senado dia 14, por que estão apresentando o relatório dia 9, cinco dias antes do retorno dele, se poderíamos aguardar cinco dias e ter a presença fundamental dele na entrega desse relatório formalmente, como Senador da República?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Collor, Senador Edison Lobão Filho, o convite ao secretário foi feito pelo Relator, Senador Vital do Rêgo. Foi ele que passou a informação de que tinha ido à audiência com o Ministro e lá combinaram a data do dia 9. Se combinado com o Senador Vital do Rêgo, acho que V. Ex^a tem razão. Já que a informação que o Presidente está nos passando de que o Senador Vicentinho retorna ao seu mandato no dia 14 e desde que haja concordância do Secretário da Aviação Civil, do Ministro, acho que podemos aguardá-lo para fazermos na outra semana. É questão só de conversar com o Senador Vital e com o Ministro.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA. *Fora do microfone.*) – Se ele vem dia 9.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É isso. Acho que se ele vem dia 9, a preocupação está.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA. *Fora do microfone.*) – ... Não há data para a saúde.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Exatamente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – V. Ex^a tem toda a razão no sentido de que o prazo é pequeno. Mas acho que se já há uma combinação, se há uma agenda acertada, o fato de termos a presença dele aqui já demonstra o entusiasmo que ele tem pelo resultado desse trabalho. Acompanhei aqui, mesmo não sendo membro, estive em vários momentos. É um belíssimo trabalho e eu de pronto já parablenizo a Comissão, por intermédio do Senador Flexa, por esse brilhante trabalho com o Senador Vital.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Wellington Dias e a S. Ex^a o Senador Edison Lobão Filho. Então, de acordo com o que ficou aqui combinado, mantém-se a data do próximo dia 9, às 9 horas da manhã para essa reunião com S. Ex^a o Sr. Ministro da Aviação Civil para essa audiência que redundará na entrega do relatório final, com a presença – estimamos que ele possa vir, com convite muito especial por parte da Comissão de Infraestrutura – do Senador Vicentinho Alves.

O próximo item da pauta é o item 5, mas a Mesa recebe um *e-mail*. Também pessoalmente aqui esteve S. Ex^a o Senador Delcídio Amaral, *e-mail* de sua autoria em que pede: “Com os meus cordiais cumprimentos, solicito a gentileza de V. Ex^a no sentido de retirar de pauta o requerimento de minha autoria, item 5, para reanálise.”

Então, fica retirado, a pedido do autor, o requerimento do item 5 da pauta do dia de hoje.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para discutir a Resolução nº03 de 2013 do CNPE, com a presença dos seguintes convidados:
1. Sr. Márcio Zimmermann – Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia;

2. Sr. Hermes Chip – Diretor Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico;
3. Representante do Ministério da Fazenda;
4. Sr. Luiz Fernando L. Vianna – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE;
5. Sr. Flávio Neiva – Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia;
6. Felipe Mattar – Goldman Sahas – Analista Setorial de notório saber; e,
7. José Roberto Oliva – Pinheiro Neto Advogados.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral

Observações: Lido em 27/03/2013.)

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo mais uma vez a presença de todas as Sras e os Srs. Senadores, convoco nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 10 de abril, quarta-feira, às 7h30 da manhã, neste plenário, com pauta deliberativa e audiência pública, quando daremos continuidade ao nosso ciclo de audiências. Nessa ocasião, discutiremos o tema Eletricidade e Energia, dentro do ciclo “Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País”.

A audiência pública contará com a presença do Dr. Albert Cordeiro Gerber de Melo, Diretor-Geral do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), para falar sobre hidroeletricidade; e do Sr. Paulo Kev, especialista em recursos energéticos, para versar sobre desenvolvimento sinérgico.

Esperando contar com a presença das Sras e dos Srs. Senadores integrantes desta Comissão, para, sem dúvida, enriquecerem e engrandecerem esta discussão, encerro a presente reunião.

Muito obrigado pela presença de todos.

(Iniciada às 7 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas.)

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e trinta minutos do dia dez de abril de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Jorge Viana, **Acir Gurgacz**, **Inácio Arruda**, **Clésio Andrade**, **Valdir Raupp**, **Vital do Rêgo**, **Eunício Oliveira**, **Sérgio Petecão**, **Flexa Ribeiro**, **Wilder Moraes**, **Blairo Maggi**, **Alfredo Nascimento**, **José Pimentel**, **Rodrigo Rollemberg**, **Vanessa Grazziotin**,

Romero Jucá, **Sérgio Souza**, **Ricardo Ferraço**, **Waldemir Moka**, **Ivo Cassol**, **Kátia Abreu**, **Jayme Campos**, **Gim**, **Armando Monteiro**, **Eduardo Amorim** e **Antonio Carlos Rodrigues**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e aprova a ata da 10ª reunião, que é dada como lida e aprovada. São lidos os Comunicados da Presidência e os Requerimentos a serem incluídos na próxima Reunião deliberativa. Tem início a apreciação da Pauta. **PRIMEIRA PARTE: Audiência Pública**, em atendimento ao **Requerimento da CI nº 01, de 2013**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que “nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país.”, aprovado em 27 de fevereiro de 2013. O senhor **Altino Ventura Filho**, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia faz sua exposição. Fazem uso da palavra os Senadores **Valdir Raupp** e **Alfredo Nascimento**. O senhor **Paulo Kev**, Sócio Gerente da Kev Line Administração Empresarial faz sua exposição. Fazem uso da palavra os Senadores **Flexa Ribeiro**, **Jayme Campos**, **Valdir Raupp**, **Sérgio Petecão**, **Alfredo Nascimento** e **Wilder Moraes**. Assume a Presidência o Senador **Flexa Ribeiro**. **SEGUNDA PARTE: Item 1 – MENSAGEM Nº 13, de 2013**, de autoria da Presidenta da República, que “submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor **JOSÉ GUTMAN** para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.” **Relatoria:** Senador **Valdir Raupp**. O Senhor **José Gutman** faz sua exposição. O Senador **Jayme Campos** solicita abertura do processo de votação. O Presidente submete ao Plenário e é aprovada a solicitação. O Senhor **José Gutman** retoma sua exposição. Fazem uso da palavra a Senadora **Vanessa Grazziotin**, os Senadores **Ivo Cassol**, **Jayme Campos**, **Wilder Moraes**, **Ricardo Ferraço**, **Valdir Raupp** e **Inácio Arruda**. É encerrado o processo de votação. Aprovado o indicado com 20

votos favoráveis, 1 contrário e nenhuma abstenção. Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada. **Item 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, DE 2012**, de autoria do Senador **Sérgio Souza**, que “*altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência*”. Relatoria ad hoc: Senador **Flexa Ribeiro**.

Faz uso da palavra o Senador **Wilder Morais**. Resultado: Retirado de Pauta. O Senador **Jayme Campos** solicita inversão de pauta. Após consulta ao Plenário, o Presidente aprova a inversão de pauta.

Item 5 – REQUERIMENTO DA CI Nº 17, de 2013, de autoria do Senador **Jayme Campos**, que diz: “*Requeremos, de conformidade com o disposto no inciso XI do art. 90, combinado com o art. 104 e com o art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências nas áreas de entorno dos portos, rodovias e ferrovias federais utilizadas para escoamento de produtos agrícolas em grande escala, com a finalidade de ouvir profissionais do transporte, empresários e moradores, no sentido de colher sugestões e apresentar propostas de melhorias logísticas, ficando a critério do Colegiado a especificação das localidades, assim como a agenda de trabalhos e a designação dos participantes*”. Resultado: aprovado. **Item 3 – REQUERIMENTO DA CI Nº 15, de 2013**, de autoria do Senador **Wilder Morais**, que “*Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome do Sr. Luis Antônio Fayet, Consultor da área da infraestrutura e logística da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 9 de 2013 – CI*”. Resultado: aprovado.

Item 4 – REQUERIMENTO DA CI Nº 16, de 2013, de autoria do Senador **Sérgio Souza** e outros, que diz: “*Em aditamento ao requerimento aprovado nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para realização de audiência pública para discutir aspectos relacionados com a aplicação da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista, requeiro, na forma regimental, seja convidado o Senhor JAIME BUENO DE AGUIAR, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT), para, igualmente aos demais convidados, expor opiniões e responder aos questionamentos dos senhores parlamentares*”. Resultado: aprovado. **TERCEIRA PARTE: ATO Nº 5, de 2013**, que “*altera o Ato nº 2, de 2009 – CI, para dispor sobre o horário das reuniões ordinárias da Comissão de Serviços de Infraestrutura*.” Autoria: Senador Fernando Collor. Resultado: aprovado. Nada mais havendo a

tratar, a reunião é encerrada às doze horas e quarenta e dois minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 10ª reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam, por favor, como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunicados.

Relatório final da Subcomissão de Aviação Civil. Na última terça-feira, ontem, dia 9 de abril, a Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil – Cistac, realizou audiência pública presidida por S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro, que contou com a presença de S. Ex^a, o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Ministro Wellington Moreira Franco, além de S. Ex^{as} os Srs. Senadores Vital do Rêgo, Ivo Cassol, Walter Pinheiro, Wellington Dias e Fernando Collor.

Na ocasião, foi lido e aprovado o relatório final apresentado por S. Ex^a o Senador Vital do Rêgo, Relator da Subcomissão, que concluiu, em linhas gerais, pelas seguintes sugestões:

1 – Marco regulatório geral, o Código Brasileiro de Aeronáutica – CBA: constituição, no âmbito do Senado Federal, de uma comissão de especialistas para proceder a uma revisão completa do Código Brasileiro de Aeronáutica e preparar um anteprojeto de lei a ser apreciado por comissão temporária de Senadores, designada pela Presidência da Casa, nos termos do art. 374 do Regimento Interno.

2 – Planejamento e coordenação do Sistema de Aviação Civil, Revisão da PNAC – Política Nacional de Aviação Civil, elaboração do Plano Geral de Outorgas e do Plano Aeroviário Nacional; elaboração do Plano Plurianual de Investimentos; integração do transporte aéreo à política nacional de transportes; efetiva incorporação do transporte aéreo na atuação da EPL, revisão de papel do Conac, avaliando-se, inclusive, a conveniência de sua extinção.

3 – Estrutura da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), revisão do Plano de Cargos e Salários da Anac;

realização de concurso público para preenchimento de todos os cargos autorizados por lei, alteração da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, para incluir a fiscalização aeronáutica entre as hipóteses de necessidade temporária de excepcional interesse público, tudo isso de modo a viabilizar a contratação temporária imediata de profissionais até o preenchimento definitivo do quadro por concurso público; celebração de convênio entre a Anac e o Comando da Aeronáutica, para a cessão temporária de profissionais; instituição de programa de capacitação continuada dos servidores da Anac; transferência para a SAC das funções de fomento e de negociação internacional, atualmente atribuídas à Anac; instalação de escritórios da Anac em todas as regiões e de postos de atendimento aos usuários nos principais aeroportos do País; maior rigor por parte da Presidência da República e do Senado Federal na indicação e aprovação dos diretores; revisão dos fatos geradores e valores da TFAC.

4 – Infraestruturas aeronáutica e aeroportuária: incorporação ao Código Brasileiro de Aeronáutica – CBA, de normas básicas para o marco regulatório das concessões aeroportuárias; adoção de uma política tarifária única para os aeroportos sob gestão da Infraero e concedidos à iniciativa privada; revisão da exigência de participação da Infraero no capital das sociedades de propósito específico concessionárias de aeroportos; revisão do número de *slots* autorizados nos aeroportos congestionados e levantamento das providências necessárias para ampliá-los – número de *slots*; autorização e incentivo à construção de aeródromos privados ao atendimento da aviação geral; regulação e fiscalização técnica e econômica da infraestrutura aeronáutica por órgão distinto do prestador; avaliação da conveniência de se transferir o controle do tráfego aéreo para a Infraero e sua regulação para a Anac.

5 – Articulação entre aeroportos e cidades: incorporação dos planos de uso do solo aeronáutico aos planos diretores de desenvolvimento urbano; fiscalização pelo Decea das edificações irregulares nas rampas de aproximação de aeronaves com aplicação das sanções pertinentes; articulação com o Ministério do Meio Ambiente para que programas de manejo de resíduos sólidos sejam oferecidos aos Municípios em que os lixões criam risco aeronáutico e, com o Ministério das Cidades, para que programas de mobilidade urbana priorizem o atendimento à demanda dos aeroportos; e, finalmente, a eliminação das restrições à oferta de serviços de táxi nos aeroportos.

6 – Interiorização do acesso à aviação: assessoria técnica e financeira da SAC aos Municípios que administram aeródromos; transferência para a Infraero ou para órgão estadual dos aeródromos situados em

Municípios que não apresentam condições gerenciais de administrá-los; adequação das normas da Anac à realidade de cada localidade e ao porte de cada aeródromo, evitando-se a imposição de medidas desnecessariamente onerosas; alocação de recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC, para recuperação e ampliação de aeródromos e aeroportos deteriorados; implementação do Acordo de Fortaleza; ampliação do limite de participação do capital externo nas empresas aéreas brasileiras.

7 – Investigação e prevenção de acidentes: garantia, em lei, da imunidade das informações coletadas no âmbito da investigação aeronáutica e da publicidade dos relatórios parciais e final; criação de uma agência civil especializada na investigação de acidentes em todos os modais de transporte, dotada de autonomia institucional com relação à administração direta e às respectivas agências reguladoras.

8 – Abastecimento de combustíveis: exclusão definitiva da incidência da Cide-combustíveis sobre o querosene de aviação; aprovação pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), de resolução disciplinando as alíquotas de ICMS incidentes sobre o querosene de aviação ou edição de lei complementar que o inclua entre os casos de incidência monofásica de ICMS; regulação pela ANP dos preços cobrados pela Petrobras pelo querosene de aviação, a fim de que esses reflitam a real estrutura de custos de produção; regulação pela Anac do valor cobrado das distribuidoras pelos operadores aeroportuários; substituição do transporte rodoviário pelo dutoviário no abastecimento dos principais aeroportos e das aeronaves neles situadas; fomento à pesquisa e ao desenvolvimento da tecnologia de biocombustíveis aeronáuticos.

9 – Formação de recursos humanos: instituição de programa de fomento aos aeroclubes e aos cursos de ciências aeronáuticas, engenharia aeronáutica e cursos técnicos correlatos; transferência dessa responsabilidade da Anac para a SAC; criação de um programa oficial de formação de mão de obra para aviação civil com recursos do FNAC, do FAT e do Pronatec, inclusive com oferecimento de bolsas; determinação às empresas aéreas que estabeleçam programas de gerenciamento de risco de fadiga de tripulantes, a ser disciplinado e fiscalizado pela Anac; revisão pela Anac da tripulação mínima exigida nos voos comerciais; revisão da Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, que regula o exercício da profissão de aeronauta; permissão para contratação de pilotos estrangeiros, agilização pela Anac dos processos de homologação de profissionais.

10 – indústria aeronáutica: abertura de linhas de financiamento para aquisição por empresas brasileiras de aeronaves de porte médio, produzidas pela Embra-

er; implementação e ampliação do Retaero; redução da carga tributária incidente sobre a cadeia produtiva.

11 – Aviação geral – seguem subitens em relação à aviação geral.

11.1) Interlocução com o setor: criação na SAC de uma secretaria específica para aviação geral e de um comitê permanente de interlocução com todos os segmentos da aviação civil; incorporação à PNAC de diretrizes para aviação geral.

11.2) Acesso a aeroportos: tratamento isonômico da aviação geral com relação à aviação comercial no acesso aos aeroportos; alteração do instrumento de outorga de serviços aéreos regulares, de concessão para autorização; revisão das tarifas aeroportuárias praticadas pela Infraero (caso seja necessária uma majoração, que ela seja gradual); regulação pela Anac das tarifas da Infraero para impedir sua majoração abusiva; ampliação do prazo de vigência dos contratos de concessão de hangares.

11.3) Regulação e fiscalização técnica: revisão da regulação técnica, visando equilibrar a busca de segurança operacional com o fomento à indústria e ao mercado nacionais; alteração do CBA para permitir a comercialização de aeronaves ultraleves acabadas; intensificação da fiscalização sobre a prestação clandestina de serviços de táxi aéreo.

São essas fundamentalmente as sugestões oferecidas pelo relatório ontem entregue a S. Ex^a, o Ministro Moreira Franco, pela Subcomissão Temporária da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Durante o debate acerca dos problemas do setor, ontem realizado, como já aqui colocamos, o Ministro de Estado, Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Wellington Moreira Franco, afirmou que a atualização do Código Aeronáutico Brasileiro é uma contribuição complementar importante para a modernização do setor aéreo. Disse que, em alguns pontos, a legislação ficou não somente ultrapassada como inócua. Citou como exemplo a limitação à participação do capital estrangeiro em menos de 50% do capital das companhias aéreas. Hoje, independentemente de percentuais, ele disse que uma ação diferenciada pode assegurar a qualquer acionista o poder de gestão.

Ainda para o Ministro, há grandes desafios na aviação civil, não apenas para o Governo e para os legisladores, mas para todos os envolvidos nas atividades. A seu ver, há necessidade de profunda mudança cultural, pois os usuários necessitam receber o tratamento de clientes, com oferta de segurança, qualidade e preços. “Ainda não temos isso, lamentavelmente”, admitiu o Ministro. S. Ex^a observou que o mercado de aviação incorporou mais de 40 milhões de pessoas.

Disse que o Governo está empenhado na construção e melhoria de 270 aeroportos. Para que seja possível integrar ao sistema cidades médias e regiões afastadas, deverá ser adotado o mecanismo de subsídios.

Além da aprovação no âmbito da Subcomissão, o relatório foi oficialmente, também ontem, entregue ao Ministro da Secretaria de Aviação Civil, S. Ex^a, o Ministro Wellington Moreira Franco, e também, no final da tarde, pessoalmente, por uma comissão de Senadores integrantes desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, a S. Ex^a, a Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Gleisi Hoffmann, que é a Coordenadora do Programa de Investimento em Logística, que abrange os setores rodoviário, ferroviário, portuário e aeroportuário.

Por fim, informo que esse relatório será apreciado por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura em sua próxima reunião deliberativa, encerrando, assim, os trabalhos da Subcomissão de Aviação Civil, a cujos membros, nas pessoas de S. Ex^a, o Senador Flexa Ribeiro, Presidente, e de S. Ex^a, o Senador Vital do Rêgo, Relator, parabeno, em nome de todos os integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura, pelo excelente resultado alcançado.

O segundo comunicado da Presidência.

Quantitative easing no Japão.

Embora tenha recebido escassa cobertura da imprensa, em função de acontecimentos supervenientes, a flexibilização monetária que teve início no Japão poderá ter consequências abrangentes para a economia internacional e especificamente para o Brasil.

No dia 4 de abril, o Banco Central do Japão anunciou ambiciosíssimo programa de afrouxamento monetário que buscará dobrar a base monetária do país em dois anos, e fazer com que a economia japonesa passe da deflação crônica a uma meta de inflação de 2%, o mais rápido possível.

É interessante como as economias diferem!

Além de provocar a retomada de uma economia que há aproximadamente 15 anos vem se arrastando na falta de dinamismo, o *quantitative easing* deve propiciar o controle da enorme dívida pública de mais de 200% do PIB, que será desvalorizada. A moeda japonesa já caiu ao simples anúncio das medidas de flexibilização pelo Banco Central, e, na medida em que o programa tenha êxito, deve aumentar sua desvalorização, a exemplo de outras moedas ligadas a processos de *quantitative easing*, como o dólar e o yuan, a moeda chinesa.

Simultaneamente, o Primeiro-Ministro Shinzo Abe deve tomar a iniciativa de reformar o setor elétrico no sentido de diminuir o custo da energia por meio da quebra dos monopólios regionais, além de desregu-

lamentar vários outros setores econômicos. Uma das medidas de relançamento da economia previstas, a participação na *Trans-Pacific Partnership*, deverá, no entanto, contar com a firme oposição do setor rural, basicamente dos produtores de arroz.

As medidas de afrouxamento monetário são bastante difíceis de serem dosadas, ou seja, não se sabe exatamente a quantidade de moeda a ser injetada na economia sem provocar inflação descontrolada. Ademais, o efeito do *quantitative easing* não é garantido, pois outros fatores influem na recuperação econômica, como, no caso do Japão, o excesso de regulamentação que engessa as empresas e o perfil de envelhecimento da população.

A desvalorização do iene, no entanto, deverá, mesmo a curto prazo, estimular as exportações japonesas. País com tradição exportadora, o Japão, com moeda valorizada, estava se fiando no mercado interno que, com a deflação, preferia poupar a consumir. Agora, a autoridade monetária japonesa espera não só algum grau de retomada do consumo interno, como também a volta do ímpeto exportador – facilitado também pelo alto desenvolvimento tecnológico do Japão.

As medidas japonesas de flexibilização monetária seguem-se aos programas de afrouxamento financeiro dos Estados Unidos e da União Europeia. Essas iniciativas têm conseguido a sobrevivência econômica, apesar da lentidão da recuperação. Os governos, ao patrocinarem medidas de *quantitative easing*, não admitem que busquem desvalorizar suas moedas, mas a desvalorização é um claro efeito colateral, que é bem-vindo, ao levar ao aumento das exportações.

Se levarmos em conta que a China, embora já tenha desvalorizado levemente sua moeda, é acusada pelas grandes economias mundiais de mantê-la artificialmente fraca para continuar com sua pujança exportadora, fica claro que a economia mundial está em meio a uma guerra cambial não declarada.

País em desenvolvimento, exportador de *commodities* e que vem experimentando fracos índices de crescimento, o Brasil se vê diretamente prejudicado pela disputa cambial, pois tem problemas que se agravam com o atual cenário internacional. O real encontra-se visivelmente valorizado em relação às principais moedas de curso internacional, ou seja, o dólar, o euro e, agora, o iene, o que vem prejudicando nossas exportações, principalmente as exportações de produtos industrializados de maior valor agregado e de menor vulnerabilidade às oscilações de mercado.

Além de regulamentação sufocante para os empreendedores, temos deficiência no ensino e uma infraestrutura cada vez mais defasada em relação às nossas necessidades. Para poder competir com eco-

nomias mais avançadas, com tecnologia mais sofisticada e que se utilizam da desvalorização cambial como instrumento para conquistar mercados, temos que necessariamente combater a inflação, investir em conhecimento, colocar o real em patamar adequado e, como prioridade nacional, relançar a nossa infraestrutura.

Terceiro comunicado.

Cenário incerto destrava usinas a carvão.

A decisão do Governo de incluir projetos de usinas alimentadas a carvão mineral no próximo leilão de energia levou os empresários do setor a revisar detalhes de seus projetos. O redesenho de cada proposta tem a missão de garantir o sucesso no leilão das questionadas usinas térmicas, empreendimentos que estão paralisados há quase quatro anos por conta da fatura pesada que impõem ao meio ambiente.

O chamado Leilão A-5, por meio do qual o Governo contratará parte da geração de energia que irá abastecer o País daqui a cinco anos, está previsto para acontecer entre setembro e novembro. A estimativa é de que cerca de R\$10 bilhões em negócios sejam gerados a partir da construção de três usinas térmicas. Apesar de serem questionadas pela alta geração de gás carbônico, de CO₂, que lançam no ar, essas térmicas já cumpriram todo o ritual de licenciamento ambiental, e hoje já têm autorização para entrar em operação.

Há 1.700 megawatts (MW) de geração baseada em carvão, aptos a entrar no leilão deste ano, segundo a Associação Brasileira do Carvão Mineral. A perspectiva de investimento é de R\$6 mil por cada quilowatt produzido ou gerado.

Existem dois projetos no Rio Grande do Sul prontos para entrar no leilão. Em Santa Catarina, a Usina Termelétrica Sul Catarinense possui um projeto com capacidade de 440MW e também quer entrar na disputa com um empreendimento avaliado em R\$1,6 bilhão, podendo gerar cerca de 5 mil empregos entre diretos e indiretos.

Independentemente de controvérsias ambientais, a questão que se coloca é o prazo para que as térmicas fiquem prontas e entrem em operação, estimado entre três e quatro anos.

A ampliação da geração de energia no Brasil se baseia em leilões feitos para contratar a chamada “energia nova” – nem tão nova assim –, em que o Governo garante a compra da energia futura de empreendimentos, dando segurança aos investidores para que toquem seus projetos. Hoje, a capacidade instalada das usinas térmicas a carvão do País é de 3.205MW, geração que tem sido utilizada a plena carga. Na matriz energética, isso equivale a apenas 2,5% da geração nacional.

O cenário, no entanto, tende a mudar em virtude da ausência de grandes projetos de hidrelétricas. Prevê-se, entretanto, uma disputa forte com pequenas centrais hidrelétricas – as chamadas PCH, que geram até 30MW –, além de usinas de biomassa e gás. Para as eólicas, discute-se a possibilidade de um leilão exclusivo. Hoje, 68,9% da geração total do País (121,8 mil megawatts) são baseados em hidrelétricas. Até 2021, projeta-se que essa participação caia para 65,1%.

Outro comunicado.

Panorama da infraestrutura na palavra de especialistas

Apesar de um certo alívio observado no congestionamento causado pelas filas de caminhões graneleiros a caminho do Porto de Santos registrado no mês passado, consequências mais graves dos gargalos na infraestrutura brasileira já se prenunciam. O Presidente da SLC Agrícola – uma das maiores proprietárias de terras e uma das maiores produtoras agrícolas do País, em área cultivada, disse que o caos logístico do Brasil está dando lucro aos Estados Unidos. Para Aurélio Pavinato, “hoje, a logística está gerando uma perda para toda a cadeia produtiva no Brasil: o produtor está ganhando menos, a *trading* está perdendo, e o consumidor vai pagar mais pelo produto”.

Segundo o Presidente da SLC Agrícola, tal situação contribui para o aumento dos ganhos dos países produtores que competem com o Brasil. Segundo ele, com os atuais custos logísticos, o Brasil não tem condições de competir no mercado de milho com os Estados Unidos, com a Argentina e com a Europa. Como exemplo, recordou que o custo para transportar o milho do Mato Grosso até o porto custa entre 50% e 60% do valor do produto, sendo de 30% o percentual para a soja.

Por sua vez, o Secretário de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Célio Porto, advertiu que “o Brasil precisa correr para aproveitar o período de entressafra nos Estados Unidos – que vai até agosto – pois a safra norte-americana baterá recorde com uma produção de 329 milhões de toneladas de milho e 86 milhões de toneladas de soja”. Por isso, ele avalia que “caso os gargalos não sejam resolvidos neste primeiro semestre, o atraso nos embarques de produtos do complexo de soja e milho, provocado pelo despreparo do Brasil para escoar e exportar uma safra recorde de quase 200 milhões de toneladas de grãos, causará estragos enormes à balança comercial brasileira”.

Por outro lado, o economista Fabio Silveira, da RC Consultores concorda que os problemas logísticos nos portos encarecerão os custos dos exportadores, mas esse entrave, na sua avaliação, não se vai refletir no resultado da balança comercial. Já o consultor de

logística da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA – Luiz Antônio Fayet, acredita que falta um programa de gestão para organizar a estrutura portuária. Segundo ele, essa advertência vem sendo feita desde 2005, e a Presidenta Dilma Rousseff, segundo ele, está “pagando uma conta que não é dela”. O economista da CNA reclama da falta de apoio e do limitado horário de funcionamento das instituições públicas no Porto de Santos. Funcionam como uma repartição pública, o que, me parece, não seja muito adequado para a operação de um porto qualquer, sobretudo da magnitude de Santos ou Paranaguá.

Para o Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, além dos gargalos de infraestrutura e logística, que dificultam o escoamento e a exportação de grãos, o sistema é burocratizado e ineficiente, e o que está ocorrendo agora é “uma crônica anunciada”.

O diretor executivo da Santos Brasil, maior operadora de contêineres brasileira, Antônio Carlos Duarte Sepúlveda, acredita que a solução para esses gargalos passa por mudanças na legislação, capazes de destravar centenas de milhões de reais em investimentos. Para ele, a falta de acesso é o principal gargalo dos portos, pois a maior parte das cargas chega ao terminal de caminhão, o que ele considera um erro estratégico.

A logística brasileira, segundo ele, está de cabeça para baixo. “Usamos, principalmente, o transporte rodoviário e não usamos ferrovias e hidrovias”. No seu entender, uma solução seria levar o grão à Região Norte, pela Ferrovia Norte-Sul, para os portos de Vila do Conde, no Pará, e para o novo terminal de grãos de Itaquí, no Maranhão.

Ele também acredita que deveríamos investir mais no transporte hidroviário: há projetos para construção de duasclusas no Rio Tocantins a partir de 2014, e, quando concluídas, o Tocantins pode se transformar num novo corredor para soja, desafogando os portos do Sudeste.

O diretor executivo aponta ainda a ausência de silos, pois o Brasil tem capacidade para armazenar cerca de 60% de sua safra, ao passo que os países desenvolvidos detêm mais do dobro dessa capacidade. Ou seja, os países desenvolvidos têm capacidade de armazenar o dobro da safra produzida. E o Brasil tem capacidade de armazenar apenas 60% de sua safra.

Quanto à gestão dos portos, ele acredita que o melhor modelo deve dividir a responsabilidade entre a Autoridade Portuária, que arrecada o dinheiro, e os órgãos reguladores. À Autoridade caberia administrar o porto, cuidar da segurança e fiscalizar o cumprimento dos contratos de arrendamento, enquanto que o administrador cuidaria da melhoria do porto, reduzindo

assim os custos administrativos e aumentando a velocidade nas decisões.

Quanto à necessidade de adequação, ampliação e modernização dos aeroportos brasileiros, tendo em vista os grandes eventos previstos no País nos próximos anos –, a partir da Jornada Mundial da Juventude, ainda neste semestre, e a Copa das Confederações –, o novo Ministro da Secretaria Nacional de Aviação Civil, Moreira Franco, solicitou estudos ao BNDES e à Anac para ajuda às companhias aéreas, pois, segundo afirmou, “além de aeroportos eficientes, o setor precisa de companhias fortes”.

Vale ressaltar que, entre as inúmeras deficiências dos aeroportos brasileiros, estão a falta ou a obsolescência de instrumentos de pouso e decolagem sob condições meteorológicas adversas. Dados da Infraero revelam que os aeroportos brasileiros foram fechados 1.804 vezes no ano passado, situação que provoca prejuízos financeiros e riscos à segurança de voo. E as reformas previstas para fazer face aos grandes eventos programados, considerados urgentes, continuam em ritmo lento.

Passamos agora à leitura de requerimentos.

O requerimento que passarei a ler em seguida foi apresentado por S. Ex^a, o Senador Delcídio do Amaral, foi lido na reunião do dia 27 de março e constou da pauta de nossa reunião do dia 3 de abril para deliberação. Nesse dia em que estava pronto para ser levado à deliberação, foi retirado de pauta a pedido do autor, S. Ex^a, o Senador Delcídio do Amaral. O requerimento, então, recebeu uma nova redação, razão pela qual é agora novamente lido, para constar da pauta de nossa próxima reunião.

Passo a ler, então, o requerimento de S. Ex^a, o Senador Delcídio do Amaral, numa nova versão daquela inicialmente apresentada.

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de duas audiências públicas no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, para discutir a Resolução nº 3, de 2013, do CNPE, com a presença dos seguintes convidados: na primeira audiência, Sr. Hermes Chipp, Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); representante do Ministério da Fazenda; Sr. Luiz Fernando L. Vianna, da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine); Sr. Flávio Neiva, da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia (Abrage); Sr. Felipe Mattar, da Goldman Sachs, analista setorial de notório saber; Dr. José Roberto Oliva, do escritório Pinheiro Neto Advogados; Dr. Reginaldo Almeida de Medeiros, Presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia

(Abraceel). A segunda audiência teria como convidado S. Ex^a, o Sr. Secretário-Geral do Ministério de Minas e Energia, Dr. Márcio Zimmermann.

Justificação

É entendimento do mercado gerador de energia que a geração fora de ordem do mérito das usinas termelétricas, com a finalidade de manter ou incrementar a confiabilidade do suprimento de energia elétrica ao sistema interligado, funciona como um seguro que o consumidor paga para não ser submetido ao indesejável racionamento.

Alternativamente a essa política, o Governo, através do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), poderia requerer do setor elétrico um menor risco de racionamento, de modo a reduzir a vulnerabilidade do sistema. Essa política, entretanto, pode não ser a mais apropriada, pois a redução estrutural do risco de racionamento exigiria uma expansão mais intensa de oferta, onerando mais o consumidor. Portanto, o acionamento dessas termelétricas durante condições adversas se mostra uma política pública inteligente na medida em que aloca aos beneficiários da confiabilidade, no caso de consumidores, somente temporariamente, o custo do despacho dessas usinas, em vez de requerer um seguro permanente [...]

Eu vou me permitir reler este trecho, que me pareceu um pouco confuso:

Portanto, o acionamento dessas termelétricas durante condições adversas se mostra uma política pública inteligente à medida em que aloca aos beneficiários da confiabilidade, no caso os consumidores, somente temporariamente, o custo do despacho dessas usinas, em vez de requerer um seguro permanente, que é o que ocorre quando se faz expansão mais intensa da oferta.

Ipsis verbis, é o que está aqui colocado.

A Resolução do CNPE nº 3, de 2013, ao contrário do exposto neste requerimento, aloca aos geradores de energia parte do custo dessa geração térmica para a segurança do sistema. Nessa discussão, é importante que se tenha clareza dos papéis dos agentes do setor. Os geradores cumprem com o papel de produzir energia elétrica para o sistema. Por outro lado, o Governo, por meio de suas instituições e em nome do consumidor, define o grau de confiabilidade do suprimento.

Entendemos como indevida a alocação do sobrecusto oriundo da geração fora de ordem de mérito para os geradores de energia elétrica que estão cumprindo com seu papel de entregar a energia elétrica a que se comprometeram com o consumidor.

A propósito, devido às baixas afluições, as hidrelétricas não estão gerando na plenitude e, por isso, compram a energia faltante a um preço bastante elevado, para cumprir seus contratos. Para se ter ideia, em novembro de 2012, a geração hidrelétrica ficou 10% abaixo do total de seus compromissos contratuais, uma vez que foram deslocadas pela geração termelétrica, para poupar os reservatórios. Assim, os geradores adquiriram a energia faltante no mercado de curto prazo ao preço médio de R\$375,00 o megawatt, o que representou cerca de R\$1,2 bilhão, valor expressivo e que corresponde à participação aos geradores hidrelétricos no custeio da geração termelétrica em benefício da segurança do Sistema.

Portanto, os geradores hidrelétricos estão pagando exatamente a parte que lhes cabe em decorrência das condições climáticas adversas. No que se refere à questão da internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais, contida na Resolução CNPE nº 3, de 2013, vimos como um avanço para o setor elétrico uma ação consistente e estrutural na questão da formação de preços da energia elétrica.

Idealmente, o consumidor, a cada instante de tempo, precisa saber exatamente o preço da energia que deve refletir a escassez ou não do produto. Apenas dessa forma, o consumidor poderá reduzir o consumo em momentos de escassez ou consumir mais em momentos de excesso de oferta.

Com a Resolução nº 3, de 2013, em vez de se formar o preço sem considerar as restrições de aversão ao risco de racionamento, como se faz na atualidade, passar-se-á a incorporar tais restrições nos modelos computacionais que calculam o preço.

Dessa forma, os despachos das termelétricas realizados fora da ordem do mérito econômico passarão a ser titulados como “despacho por mérito”, minimizando o surgimento de sobrecustos como os que temos hoje.

Assina o requerimento S. Ex^a, o Senador Delcídio do Amaral.

Esse requerimento será incluído na pauta para deliberação na nossa próxima reunião.

Segundo requerimento, de S. Ex^a, o Senador Flexa Ribeiro, que diz:

Requeiro, nos termos regimentais, que seja aditado ao Requerimento nº 12, de 2013, de audiência pública para debater os modelos, os instrumentos e as fontes de financiamento para infraestrutura, o Dr. Rodolpho Tourinho Neto, Presidente Executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – Sinicon.

Assina, como disse, S. Ex^a, o Senador Flexa Ribeiro.

Esse requerimento será colocado à deliberação na próxima reunião.

Outro requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome do Sr. Rodolpho Tourinho, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada/Infraestrutura – Sinicon, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 12, de 2013, desta Comissão de Infraestrutura.

O requerimento é assinado por S. Ex^a, o Senador Delcídio do Amaral, que coincide integralmente com o requerimento apresentado também por S. Ex^a, o Senador Flexa Ribeiro, ambos indo à pauta da nossa próxima reunião para deliberação.

Encerrando a leitura dos requerimentos, passamos para a nossa pauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Fernando Collor, eu encaminhei à Secretaria da Comissão um requerimento propondo uma audiência pública para que nós possamos, aqui, na CI, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, fazer uma análise e uma reflexão sobre a geração hídrica com modelo a fio d'água, não com reservatório.

Se fosse possível, eu pediria que V. Ex^a fizesse a leitura na reunião de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – O pedido de V. Ex^a será atendido, Senador Flexa Ribeiro.

Há a apresentação de mais um requerimento, de S. Ex^a, o Senador Flexa Ribeiro.

Com amparo no art. 58, §2º, incisos II, III e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, incisos

II e III, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública conjunta desta douta Comissão de Serviços de Infraestrutura e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para que sejam prestadas informações a respeito da opção pela construção de usinas hidrelétricas a fio d'água como opção preferencial para a expansão da geração hidrelétrica no Brasil.

Tendo em vista o tema a ser abordado, sugiro que, para a mencionada audiência, sejam convidadas as seguintes personalidades: a Dr^a Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente; o Sr. Ministro Edison Lobão, das Minas e Energia; o Dr. Francisco Luiz Sibut Gomide, engenheiro civil, economista, PhD pela Colorado State University nos Estados Unidos e ex-ministro de Estado de Minas de Energia; o Professor Sérgio Bajay, do Departamento de Energia da Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp, em São Paulo, especialista em planejamento estratégico.

Justificação.

Não restam dúvidas de que, considerando todas as opções técnicas e economicamente viáveis, a utilização da energia hidráulica para a obtenção de energia elétrica apresenta grandes vantagens relativas, especialmente pelos múltiplos usos que os reservatórios desse tipo de usina podem proporcionar.

A opção pela hidroeletricidade fez com que a matriz elétrica brasileira – e, diga-se também, a matriz energética – se tornasse uma das mais ambientalmente sustentáveis do mundo. Os impactos socioambientais negativos dos projetos hidroelétricos são identificados no processo de licenciamento ambiental e, a partir daí, mitigados ou compensados. Os impactos socioambientais positivos podem ser maximizados, tais como a criação de unidades de conservação, a demarcação de terras indígenas, a proteção de mananciais, o controle de enchentes e o desenvolvimento da piscicultura, dentre outros.

Todavia, há algumas décadas, alguns grupos de pressão decidiram agir intensamente contra a opção hidroelétrica em nosso País, nomeadamente contra os sistemas hidroelétricos dotados de armazenamento de água. Além da diminuição do fator da capacidade e a própria potência instalada da usina, a redução

dos volumes úteis dos reservatórios impacta severamente a capacidade de regularização das vazões, o que faz com que o sistema hidroelétrico brasileiro se torne subaproveitado. Note-se que o consumo per capita de eletricidade no Brasil não chega à terça parte do consumo dos países mais desenvolvidos nem corresponde, tampouco, a dois terços do consumo médio efetivo do Planeta.

Ora, o aumento projetado da demanda de eletricidade para as próximas duas décadas, numa estimativa conservadora, aponta para a necessidade de um acréscimo na oferta de energia equivalente a oito usinas do porte de Itaipu. Nesse caso, devemos perguntar se essa é a melhor opção para o País às autoridades responsáveis e também a especialistas e representantes legítimos da sociedade, pois o incremento da capacidade instalada, considerando o cenário atual, terá de ser feito à base de geração térmica.

Pelas razões expostas e visando aprofundar o debate sobre o assunto, apresento o presente requerimento.

Assina S. Ex^a, o Senador Flexa Ribeiro.

O requerimento de S. Ex^a será incluído na pauta para deliberação na nossa próxima reunião.

Agora, daremos início à pauta do dia de hoje, na sua primeira parte: audiência pública para debater o tema Eletricidade e Energia, que faz parte do 3º Painel do Ciclo Investimento e Gestão: Desatando o nó logístico do País, desta Comissão.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas, a quem aproveito para convidar a tomarem assento à mesa: Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; e o Sr. Paulo Kev, especialista em recursos energéticos.

Antes de iniciarmos a nossa audiência pública, gostaria de informar aos ouvintes e telespectadores que podem participar do nosso debate enviando perguntas e comentários aos nossos convidados. Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado, cujo telefone é o 0800-612211, ligação gratuita, ou enviar a sua contribuição pela internet, no endereço www.senado.gov.br/alosenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado no Facebook ou pelo Twitter @alosenado.

Portanto, qualquer cidadão ouvinte ou telespectador de nossas audiências pode enviar a sua pergunta ou o seu comentário aos nossos convidados acerca do assunto em discussão.

Dito isso, em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura, dou as melhores boas-vindas aos palestrantes do dia de hoje: Dr. Altino Ventura Filho e Dr. Paulo Kev.

Sejam V. Ex^{as} muito bem-vindos à nossa Comissão. (Pausa.)

Começarei dando a palavra a um dos nossos palestrantes e pediria a V. S^{as} que dessem atenção ao tempo por aquele relógio digital na frente dos senhores.

O tempo será de 20 minutos para cada um dos senhores fazerem a sua exposição, e, em seguida, abriremos para as perguntas que S. Ex^{as}, os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras, tenham a dirigir a V. S^{as}.

Passo a palavra ao Sr. Prof. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME).

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Bom, quero cumprimentar o Presidente Collor, da Comissão de Infraestrutura; os demais Parlamentares, Senadores aqui presentes; meu companheiro, debatedor também nesta audiência; e todos os presentes.

Vou iniciar minha apresentação. Vou utilizar aqui um conjunto de transparências, em PowerPoint, e, atendendo à demanda que foi colocada junto ao Ministério de Minas e Energia, vou falar sobre a questão do Painel 3, que é a parte de Eletricidade e Energia.

Bom, para falar de eletricidade e energia no Brasil, o enfoque principal da nossa intervenção será a questão da hidroeletricidade no Brasil. Todos sabemos da importância da hidroeletricidade. Então, eu vou fazer aqui uma série de reflexões sobre a hidroeletricidade no Brasil e mostrar os aspectos positivos, que são conhecidos, mas mostrar também as dificuldades que o Brasil está enfrentando para levar à frente o seu programa hidroelétrico, fundamental para o atendimento da energia elétrica no Brasil.

Bom, vou fazer uma pequena introdução sobre hidroeletricidade no mundo, mostrando o papel dela no mundo, e também a questão do Brasil. Depois, particularizar a questão da hidroeletricidade no Brasil.

Esta transparência apresenta o que chamamos de a matriz de oferta de energia, que seria, digamos, a oferta de todas as fontes primárias; as fontes de energia existentes na natureza: petróleo, carvão, gás nuclear. E, na parte de cima, a participação desses energéticos na oferta total de energia, em percentagem. Na parte de baixo, o Brasil; em cima, o mundo e o Brasil.

Só para fazer uma comparação: nós vemos aí que o mundo usa fundamentalmente os combustíveis fósseis: petróleo, carvão e gás – petróleo, 32%; carvão, 28%; e gás natural, 21%. O Brasil usa pouco combustível fóssil – o petróleo até usa um pouco mais que a média mundial –, e destacamos ali a hidroeletricidade.

Da energia que o mundo usa, apenas 2% vêm da hidroeletricidade, e, no caso brasileiro, da energia que os brasileiros usam, 14% vêm da hidroeletricidade.

É interessante destacar aquela última fonte no Brasil. Só existe no Brasil, é a nossa segunda fonte, que são os derivados energéticos da cana-de-açúcar: o etanol e o bagaço, na produção de calor e de energia elétrica.

Bom, feito isso, vou entrar agora na segunda matriz de energia, que aí já é a matriz de energia elétrica, em que se destaca, com mais cuidado, a questão da hidroeletricidade.

Essas são todas as fontes energéticas. Uma parte dessas fontes energéticas se transforma em energia elétrica – é a segunda transparência –, em que novamente o Brasil se destaca em relação à média mundial.

Nós vemos aí a participação de todas as fontes primárias do mundo que produzem energia elétrica. Ali estão as percentagens. Por exemplo, o carvão mineral. O carvão mineral aparece aqui com 41%. Vemos que 41% da energia elétrica que o mundo usa vêm do carvão; 22%, do gás, e a hidroeletricidade aparece apenas com 16% da hidroeletricidade do mundo, e o Brasil com 74%. Quer dizer, temos uma matriz muito favorável em relação à média mundial e usamos muito poucos combustíveis fósseis para produção de energia elétrica. Observamos que o Brasil já tem uma situação mais favorável no que diz respeito à utilização da hidroeletricidade.

A fonte hidroelétrica é uma fonte de pequeno porte em termos mundiais. Essa transparência procura sintetizar esse aspecto.

Aqui aparece o total de produção de energia elétrica no mundo, 20.180tWh – a unidade não é relevante nesse número –, e aqui aparece o total da energia elétrica que poderia ser produzida se todo potencial hidroelétrico do mundo fosse desenvolvido. Então, a gente observa que é uma fonte de pequeno porte, na medida em que não seria capaz de atender às necessidades de energia elétrica existentes no mundo atual.

Então, a hidroeletricidade se caracteriza como uma fonte, em termos internacionais, de pequeno porte. Ela está localizada em poucos países do mundo. Quer dizer, se olharmos aqui como se distribui o potencial hidroelétrico do mundo, vemos que ele se distribui nesses dez maiores países que têm potencial hidroelétrico, sendo o maior potencial o da China, seguida da Rússia, Estados Unidos e o Brasil em quarto lugar, muito próximo dos Estados Unidos.

Então, o quarto potencial hidroelétrico do mundo está localizado no Brasil, e esses dez países representam 64% do potencial hidroelétrico.

Em termos de produção de energia, o Brasil se situa em segundo lugar. Quer dizer, a China em primeiro, o Brasil em segundo, Canadá e assim por diante. Então, a gente observa que, de fato, o Brasil tem uma posição muito favorável. Esses países que têm esse potencial têm este privilégio de ter um recurso natural, uma fonte de energia – que é a hidroeletricidade – renovável, de baixo custo, ambientalmente bastante viável. Portanto, esses países, evidentemente, estão desenvolvendo esses seus recursos para atendimento das suas necessidades de energia elétrica.

Aqui, aparece alguma comparação da América do Sul, que vou pular por uma questão de tempo.

Aqui, aparece o potencial da hidroeletricidade na América do Sul. É importante olhar esse aspecto, porque o Brasil tem um projeto de integração elétrico-energética da América do Sul. Aqui, mostra-se que representamos cerca de quase metade do potencial hidroelétrico sul-americano; o Peru, segundo país com potencial bem significativo, e aqui os demais, com potenciais menores.

A importância da hidroeletricidade na América do Sul é pelo fato de que, através dela, pode-se promover uma integração elétrica, como tem ocorrido em vários empreendimentos de fronteira, como Itaipu e várias interligações elétricas entre os países sul-americanos.

Bom, aqui vou passar por questão de tempo.

Aqui, mostra a América do Sul e as participações em hidroeletricidade, mas eu resumiria essa situação mundial dizendo que a hidroeletricidade é uma fonte de pequeno porte no conjunto das fontes no mundo. Poucos países têm potenciais hidroelétricos significativos. Para que um país tenha esse potencial é preciso ter montanhas e chuva nos locais das montanhas. Essa fonte é a mais adequada entre as disponíveis para atendimento da energia elétrica. Tanto que os países que dispõem de recursos hidroelétricos os têm desenvolvido intensamente, inclusive o Brasil.

Vamos agora particularizar a questão da hidroeletricidade no Brasil.

Aqui, apenas mostrando a oferta de energia de que o País vai precisar nos próximos dez anos. Aqui, o valor de energia total e aqui de energia elétrica. Ou seja, temos um desafio no nosso País muito grande quando observamos a oferta de 2011, de 272, e a necessidade de ir para 441, representando um crescimento de 4,9%. Isso representa aproximadamente dobrar o nosso sistema energético. Aqui, inclui todas as formas de energia em mais ou menos 15 anos. Esse é um desafio muito grande, para permitir que a economia do País possa crescer num ritmo semelhante ao crescimento da economia, entre 4% e 5%.

E, de energia elétrica, também a situação é semelhante. Quer dizer, aqui é uma parte da energia total, aquela que é transformada em energia elétrica. O desafio também é muito grande. Para atingirmos este objetivo de fazer com que a nossa economia tenha esse crescimento sustentável entre 4% e 5%, é preciso que o setor energético tenha essa expansão.

Aqui, vou falar rapidamente sobre a matriz de oferta. Todas as fontes energéticas estão aqui colocadas e aqui se podem concluir algumas coisas interessantes em relação às políticas energéticas que estão sendo adotadas pelo Ministério de Minas e Energia.

Nós temos aqui a participação das fontes no ano de 2011 e a participação em 2021. Ou seja, nesses dez anos, por exemplo, o petróleo tinha uma participação de 38% e cai para 31,9%. Portanto, nós estamos, digamos, nos preparando para ter uma economia com menor uso de carbono; menos carbono na economia.

Nós vemos que a segunda fonte energética brasileira – e é só no Brasil que existe isso – são os derivados energéticos da cana, de que temos uma participação crescente ao longo desses dez anos, de 15% para 21%.

E as demais fontes aqui têm um papel complementar, com um pequeno destaque para o gás natural.

Essa matriz energética brasileira é uma matriz que tem uma participação intensa de fontes renováveis. Quando nós olhamos aqui, vemos que o Brasil tem cerca de 45% de participação das fontes renováveis quando o mundo tem apenas 13%, e uma utilização baixa de combustíveis fósseis quando se compara com o cenário internacional. O Brasil está na faixa de pouco mais de 50% de uso de combustíveis fósseis, dos três combustíveis fósseis, que são os emissores de gases de efeito estufa, enquanto o mundo utiliza 81%. O mundo atualmente usa, fundamentalmente, os combustíveis fósseis para atender as suas necessidades energéticas.

Quando nós olhamos agora a matriz de eletricidade, a situação brasileira também se apresenta extremamente favorável na medida em que nós temos a hidroeletricidade com uma participação muito elevada; nesses dez anos, caindo de 81% para 70%, com a política de desenvolvimento da diversificação na nossa matriz. Observamos uma elevação da participação do gás natural, a biomassa aqui do bagaço de cana, em função da indústria do açúcar e do álcool, e portanto, a existência do bagaço, que permite a produção de energia elétrica; e as demais fontes aqui tendo uma participação importante, com destaque para energia eólica, que é a nova fonte que o Brasil está desenvolvendo intensamente, que, de uma participação, em

2011, de 0,5% vai para 5%, portanto, aumentando em dez vezes a sua participação.

É evidente que aqui está destacada a hidroeletricidade, que é a grande fonte responsável, pelo fato de o Brasil usar, no setor de energia elétrica, uma participação das fontes renováveis muito elevada, acima de 80%, quando o mundo utiliza apenas 18%. E uma utilização muito baixa de combustíveis fósseis. Quer dizer, o Brasil quase não usa os combustíveis fósseis para produção de energia elétrica em função das fontes de que nós dispomos para atender vantajosamente a nossa matriz energética...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Dr. Altino, naquele quadro anterior, está a queima de combustíveis com automóveis também, caminhões...?

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – No outro, aparecem todas as fontes que não energia elétrica; inclui, na casa dos derivados de petróleo, o uso do petróleo em caminhões, usando *diesel*, e combustível também na indústria. Está certo? Aquela outra é matriz de energia global; esta aqui é de energia elétrica em particular.

E, fazendo uma comparação, o Brasil está usando na faixa de 9% a 12% de combustíveis fósseis. Essa elevação aqui está muito ligada à questão do gás natural, e o mundo utiliza cerca de 68%, que é uma parcela relativamente elevada, para produzir energia elétrica.

Aqui mostra uma informação interessante que complementa aquela da matriz, que é o seguinte: o Brasil hoje é praticamente autossuficiente em energia. Poucos países do mundo têm uma situação similar a esta. Quer dizer, nós atendemos as nossas necessidades de energia no ano de 2011, com uma importação de apenas 8% da energia que os brasileiros usam. Portanto, nós atendemos 92%, em parte por causa da hidroeletricidade e por causa das opções que o País tem de fontes energéticas.

E essa importação está localizada em três segmentos muito particulares, que são energia elétrica de Itaipu, da parcela paraguaia que o Brasil adquire, o gás natural da Bolívia e um pouco de carvão mineral para a nossa siderurgia.

Ao longo desses dez anos, nós vamos ter uma mudança significativa no que diz respeito ao comércio internacional de energia. O Brasil sempre foi um importador. Há 20, 30 anos, era um grande importador de energia. Nós importávamos praticamente quase todo o petróleo de que precisávamos; produzíamos 20% do petróleo, e isso nos levou a um endividamento muito grande na década de 80. O Brasil teve de captar recursos externos para financiar a compra de petróleo, e essa situação se inverteu completamente, chegando a esse nível que nós estamos em 2011.

E, dentro desse horizonte de dez anos, com o desenvolvimento do pré-sal, o Brasil se tornará autosuficiente e terá a possibilidade de ser exportador de petróleo e de gás natural.

Aqui, há uma informação interessante no que diz respeito à competitividade das fontes primárias para produzir energia elétrica no Brasil. A hidrelétrica se apresenta como a mais econômica de todas, seguida da eólica, a energia dos ventos, e, depois, da biomassa, com o bagaço de cana. E as demais fontes – carvão mineral, energia nuclear, gás e derivados de petróleo – apresentam-se com custos mais elevados. Então, essas são as três fontes principais para atendimento do mercado brasileiro no que diz respeito à competitividade, ao custo da energia elétrica produzida. Observamos logo que a hidroeletricidade se apresenta como a mais vantajosa no que diz respeito a esse índice.

Há um dado importante também sobre as fontes primárias para produção de energia elétrica, que é a questão da emissão de gases de efeito estufa. Ou seja, há quantos equivalentes-gramas de carbono, de CO₂, por unidade de energia elétrica produzida por quilowatt-hora? A gente observa que a nuclear se apresenta como a mais vantajosa, com uma emissão de gases de efeito estufa muito reduzida. A nuclear, a eólica, a biomassa e a hidrelétrica são as quatro fontes mais favoráveis. A solar fotovoltaica também se apresenta vantajosamente, um pouquinho acima da hidrelétrica. E as demais fontes de combustíveis fósseis geram uma emissão muito superior.

Então, novamente, aqui, a hidroeletricidade se apresenta em situação vantajosa no que diz respeito a esse índice.

Essa transparência saiu um pouco do formato, mas procura mostrar o nosso programa de expansão da capacidade instalada no País nos próximos dez anos, de 2011 a 2021. Nós temos de instalar considerando, inclusive, a autoprodução na indústria, cerca de 80 mil megawatts, em cima do valor de 2011, de 117 mil megawatts. Isso já mostra o desafio que o País tem. Isso nós fizemos nos últimos 100 anos, 150 anos. E temos de, em dez anos, fazer cerca de 80 mil megawatts. Desses 80 mil megawatts de que necessitamos nos próximos dez anos, 76% estão baseados nestas três fontes que são as prioridades da política energética do Ministério de Minas e Energia: a hidrelétrica, a eólica e a biomassa. Elas representam 76%, com destaque para a hidroeletricidade, que atinge 45% da expansão nos próximos dez anos.

Por que essas três fontes?

Porque elas têm algumas características que justificam essa prioridade. Primeiro, elas são fontes renováveis; segundo, são as fontes mais competitivas

no que diz respeito ao custo da energia produzida; terceiro, elas são tecnologia nacional; quarto, elas têm, do ponto de vista ambiental, as condições mais favoráveis, seja quanto ao local em que esses empreendimentos se encontram, seja quanto à emissão de gases de efeito estufa.

As demais fontes têm papel complementar, o que diversifica a nossa matriz de energia elétrica, de eletricidade. Há uma previsão de gás natural significativa, em função do potencial de novas descobertas no Brasil. Existe aqui a nuclear, Angra 3, assim por diante.

Vou falar agora sobre os investimentos no setor energético, que representam um grande desafio. Nos próximos dez anos, o Brasil vai fazer o maior investimento no setor energético de toda a sua história. Temos de investir cerca de 2,3% do PIB. Ou seja, ao longo de dez anos, 2,3% do PIB terão de ser alocados em investimentos no setor energético, e de 10% a 11% terão de ser investidos na formação bruta de capital fixo.

Isso representa um desafio muito grande, porque o País tem muitas necessidades de infraestrutura e necessidades relacionadas à área social, à educação, à segurança, ao resgate da dívida social. Vários outros aspectos necessitam de investimentos oriundos da poupança nacional. E o setor energético, para ter aquele crescimento e viabilizar o desenvolvimento do nosso PIB naquele ritmo a que me referi anteriormente, vai demandar esse tipo de investimento.

Eu queria agora falar uma coisa que acho muito importante, porque é um aspecto que envolve uma dificuldade. Esse ponto aqui é o seguinte. O Brasil tem o quarto potencial hidroelétrico do mundo. Há cerca de 260 mil megawatts possíveis de serem aproveitados; ou seja, tecnicamente, nós poderíamos construir usinas hidrelétricas que, no seu conjunto, atingiriam esse montante. Na época do Plano 2030, que foi desenvolvido e concluído em fevereiro de 2008 pelo Ministério de Minas e Energia, desses 260 mil megawatts, nós só consideramos 180 mil megawatts. Ou seja, 80 mil megawatts, dos 260 mil megawatts, não foram considerados no planejamento, pelas dificuldades no seu aproveitamento. Esses 80 mil megawatts se encontram em terras indígenas demarcadas, em parques nacionais, em reservas florestais, onde, em algumas circunstâncias, não é nem permitido pela legislação o estudo desse potencial.

Então, nesse sentido, o Brasil, aqui, nesse ponto, abriu mão de cerca de 80 mil megawatts – dos 180 mil para 260 mil, 80 mil megawatts. Quer dizer, só consideramos esse valor, que é 69% do total.

Atualmente, desse número, 180 mil, em função de novas restrições ambientais, de dificuldade para aproveitamento, nós estamos imaginando que vamos

obter, talvez, no máximo, 150 mil ou 160 mil, que representa esse valor aqui.

(Soa a campainha.)

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – É evidente que isso dificulta o atendimento no mercado futuro com a grande fonte que o Brasil tem. Se nós dispuséssemos de todo o potencial, o que seria difícil, porque uma parte dele realmente não tem viabilidade ambiental, nós poderíamos atender o nosso mercado com usinas hidrelétricas por cerca de 10 ou 15 anos adicionais em relação ao horizonte que nós imaginamos que o potencial hidrelétrico se esgota, que é entre 2025 e 2030.

Aqui, eu queria falar da questão dos reservatórios. Meu tempo está se encerrando. Eu ia conceituar aqui a questão dos reservatórios de regularização e de fio d'água. Posso? *(Pausa.)*

Esse é um ponto importante, sobre o qual tem havido uma ampla discussão.

Eu queria aqui caracterizar a diferença, do ponto de vista do reservatório, entre a usina a fio d'água, que é aquela que nós estamos planejando na Região Norte brasileira, e a usina de reservatório de regularização plurianual.

Aqui, um exemplo desse reservatório de regularização plurianual. Que reservatório é esse? É um reservatório que tem a capacidade de guardar uma grande quantidade de água. Ele guarda a cheia do rio e permite que essa água guardada nos reservatórios possa ser usada nos próximos dois ou três anos. Então, o reservatório desse tipo tem um nível mínimo e um nível máximo.

Aqui está a barragem, aqui está a queda do local do reservatório, e esse é o nível máximo. E esse estoque de água é armazenado exatamente neste local que está aqui representado.

Olhando de cima, quando o reservatório está no nível máximo, ele tem esta área aqui inundada, uma área muito grande inundada. Quando ele está no nível mínimo, o lago se reduz e vem para essa pequena área aqui, inundada.

O maior reservatório do Brasil é o reservatório de Sobradinho. Esse nível máximo aqui que tem uma área de cerca de 4.200 quilômetros quadrados. Esse nível mínimo vai para 1.300 quilômetros quadrados. Então, com um reservatório desse tipo, a população que mora na margem do lago... Quando ele está cheio, na medida em que o sistema elétrico opera o reservatório para produzir mais energia elétrica nas usinas de jusante, o lago vai embora desse local. Pode ir a distâncias de 20 ou mais quilômetros.

Então, esse tipo de reservatório tem um papel muito importante para regularizar as vazões do rio, aumentar a produção de energia elétrica, permitir o controle de cheia, permitir a navegação, porque se tem

um controle da água que circula no rio. Ou seja, todos os benefícios do recurso hídrico se tornam maximizados com a existência desse tipo de reservatório, mas a população que mora nas proximidades dele tem uma maior dificuldade de utilizar esse reservatório como um suprimento de água, como abastecimento, para navegação, porque ele tem essa flutuação.

A usina a fio d'água mantém o nível constante. Então, tem um nível constante aqui do reservatório, e, quando nós olhamos de cima, em geral, a área inundada é pequena. Esse tipo de usina não tem uma ação do homem mudando o regime do rio. Toda água que chega ao rio passa pela usina e continua. Portanto, o rio continua tendo cheias e secas conforme a natureza proporciona.

Então, o planejamento desse tipo de usina tem uma viabilidade ambiental maior, porque as áreas inundadas são menores, e a comunidade que vive nas proximidades aqui do lago com nível constante pode utilizar o lago para outros benefícios.

O exemplo de Itaipu é extremamente feliz, com praias, com abastecimento d'água, com criação de peixes, navegação, lazer e assim por diante, e outros empreendimentos também a fio d'água no Brasil. Estamos fazendo o de Belo Monte, que vai mudar a região de Altamira. Na medida em que houver esse lago constante, a comunidade local se beneficia com o uso dele.

Por outro lado, esse tipo de usina não permite uma ação do homem no sentido de viabilizar uma gestão mais otimizada do recurso hídrico. Por exemplo, no Rio Tapajós, nós estamos fazendo usinas a fio d'água – e, depois, eu vou dizer por que nós temos dificuldades de fazer usinas com reservatório.

Então, o Rio Tapajós é um dos rios que tem de ser navegável. Já há uma produção de grãos a montante muito intensa, o que torna desejável que o Rio Tapajós seja navegável. Porém, para que um rio seja navegável, temos de ter reservatórios de regularização, porque, no período seco do ano, quando se navega também, é preciso soltar água desse reservatório para possibilitar a navegação. E como nós estamos planejando usinas a fio d'água – depois eu vou dizer as razões –, nós teremos dificuldades de navegar, mas não é que seja impossível fazê-lo.

As populações que residirão nas proximidades do Tapajós – e isso vai ocorrer, porque, em toda a história da humanidade, a civilização sempre se desenvolveu às margens dos rios – não poderão ter o controle das cheias do Tapajós, uma vez que as usinas a fio d'água operam de acordo com o que a natureza proporciona. Então, essas populações terão de conviver com as cheias, ao contrário das populações que vivem às margens do São Francisco, onde temos Sobradinho,

que permite o controle das cheias e outros benefícios do recurso hídrico.

Então, para concluir, eu queria fazer um comentário sobre a questão de planejar as usinas com reservatórios de regularização plurianual, que são os reservatórios de maior porte.

Quando nós examinamos os históricos aqui, vemos o caso da Bacia do São Francisco, onde nós temos um grande reservatório, o de Sobradinho. É o maior do Brasil. O Rio São Francisco tem uma regularização de praticamente quase 100%; ou seja, a ação do homem permite fazer com que o rio tenha um comportamento hidrológico, ao longo dos 12 meses do ano, em que os maiores benefícios são obtidos daquele recurso hídrico, inclusive a questão do controle de cheias, a produção de energia elétrica, irrigação, entre outros.

Quando olhamos a Bacia do Paraná, observamos também que temos os reservatórios de regularização de Furnas, Itumbiara e Nova Ponte, e a Bacia do Paraná também é regularizada. Portanto, é uma bacia da qual a sociedade brasileira usufrui das maiores vantagens no aproveitamento dos recursos hídricos respectivos.

Quando nós vamos para a Bacia do Iguaçu e do Uruguai, vemos que ali não há reservatório de regularização plurianual. Na ocasião em que construímos as usinas, não havia as restrições ambientais de hoje. Contudo, não foram feitos reservatórios nas bacias do Iguaçu e do Uruguai porque ali não existem locais adequados para a construção desse reservatório.

Para que o reservatório de regularização plurianual exista num rio, é preciso atender a determinadas condições topográficas: um local que tenha a possibilidade de acomodar um lago para armazenar aquela quantidade de água; o reservatório tem de estar em uma situação no rio em que seja possível colher a maior parte da chuva que ocorre na bacia. Então, todos esses condicionantes levaram a não termos uma regularização plurianual no Rio Iguaçu e no Rio Uruguai.

No Tocantins, há o Reservatório de Serra da Mesa, que é grande, mas está muito a montante do Tocantins. Dessa forma, o Tocantins também não é um rio regularizado, pois, com exceção do local de Serra da Mesa, não existem locais para construir reservatórios de regularização plurianual, haja vista a necessidade de atender aquelas condicionantes que indiquei.

Quando vamos para o futuro, para a Bacia do Rio Amazonas, na sua margem direita, que são os Rios Madeira, Tapajós e o Xingu, vemos que a respeito desses três rios, onde estamos fazendo as hidrelétricas na Região Norte do Brasil, tem havido uma grande discussão na sociedade sobre fazermos os reservatórios de regularização, a exemplo do que fizemos nas Bacias dos Rios São Francisco e Paraná. Ocorre que esses

rios da margem direita, que são os rios mais favoráveis na Região Norte para o aproveitamento hidrelétrico, são rios de planície.

Vejam que um rio de planície tem vocação para usinas sem reservatório de regularização plurianual; ou seja, tem vocação para usinas a fio d'água. Num rio de planície, quando se faz um reservatório de regularização plurianual, este tem uma profundidade média pequena, pelas características topográficas daquele local. Além disso, a área inundada tem que ser enorme para permitir uma regularização.

No caso do Madeira, não existem essas condições adequadas; no Tapajós, também não existem; e, no Xingu, onde nós estamos fazendo a Usina de Belo Monte, existe um local, a montante, que é área de preservação – terras indígenas, preservação florestal – em que se poderia fazer um reservatório de regularização. Mas são rios de planície. Para dar ideia da dimensão desse reservatório, foram feitos os estudos e inventário na década de 70. Sobradinho, como me referi, é o maior do Brasil com 4.200 quilômetros quadrados. Então, o reservatório que permitiria a regularização do Xingu exigiria cerca de 6.000 quilômetros quadrados de área inundada. Então, a viabilidade ambiental de um empreendimento desse tipo é baixa.

Volto a dizer que esse reservatório, com dificuldades ambientais, permitiria melhor uso do recurso hídrico do Rio Xingu, mas nós temos que respeitar o aspecto ambiental desses empreendimentos.

Então, esta é uma discussão que a sociedade brasileira está tendo em relação ao aproveitamento dessas usinas a fio d'água e com reservatórios. É uma discussão muito importante, porque, na medida em que nós definimos a não existência de reservatório, a sociedade brasileira está fazendo uma opção por menor uso daquele recurso hídrico no que diz respeito à produção de energia, navegação, controle de cheia e outros benefícios que um rio proporciona à sociedade que mora ali e àquela que mora afastada também através dos benefícios indiretos, como a energia elétrica.

Esta é uma discussão que devemos ter, mas o Ministério de Minas e Energia tem conduzido o assunto com muita prudência, com muito equilíbrio, olhando o aspecto técnico e o aspecto ambiental, o que é muito importante para viabilizarmos a continuação do programa hidrelétrico brasileiro.

Eu peço desculpas porque passei do meu tempo, mas eu tinha de trazer essas informações, em que mostrei a importância da hidroeletricidade, as dificuldades e a prioridade que temos de aproveitar os recursos hídricos do Brasil. É a melhor solução para atender o mercado de energia elétrica do nosso País. Não quer dizer que as outras não sejam boas também e que nós

não necessitemos delas, mas a hidroeletricidade é o carro-chefe, e nós temos de batalhar para conseguir isso aí. É um privilégio o Brasil ter esse potencial e poder explorar esses recursos hídricos para a produção de energia elétrica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, com a palavra S. Ex^a, o Sr. Senador e Ministro Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Eu gostaria de um esclarecimento.

Como o senhor bem encerrou, todos nós sabemos que a energia hidroelétrica é a mais barata, é a que tem mais viabilidade ambiental, e nós temos uma boa capacidade de produção.

Mas, na sua exposição, Dr. Altino, eu fiquei preocupado com os dados que observei. O senhor mostra que, nos últimos dez anos, nós caímos dez pontos por unidade de produção na oferta de energia hidroelétrica. O senhor mostra também que nós temos uma capacidade de 280 mil unidades de produção e só utilizamos 180 mil dessa capacidade que nós temos de produzir.

Quais são os caminhos que nós temos para promover essa correção, apesar de entendermos que o Brasil é praticamente autossustentável em produção de energia? Eu entendo que nós corremos um sério risco se não encontrarmos os caminhos para os investimentos de produção em energia hidroelétrica.

Quais são os caminhos que nós teríamos para viabilizar isso? Dar viabilidade a essas áreas? Desobstruí-las?

Que caminhos nós temos para que o Brasil seja verdadeiramente autossustentável em produção de energia hidroelétrica, que é, como bem disse o senhor no encerramento de sua exposição, a energia mais correta e mais barata para o nosso País e para o mundo?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Ministro Alfredo Nascimento.

As respostas serão oferecidas posteriormente, Sr. Senador, em função das regras das nossas audiências públicas.

Passo, com a permissão dos Srs. Senadores, a palavra, agora, ao Sr. Paulo Kev, que é um especialista na área de energia, para fazer a sua exposição.

V. S^a dispõe dos 20 minutos habituais.

O SR. PAULO KEV – Obrigado, Presidente Collor.

Agradeço a oportunidade de colocar uma proposta de solução, que tem como resumo o nome de desenvolvimento sinérgico.

Então, partindo praticamente da pergunta do nobre Senador, o foco do meu trabalho está mais voltado para a solução: propostas de soluções em cima de uma abordagem de tudo o que o Dr. Altino acabou de colocar em termos de constatação do que já foi feito no Brasil nos últimos, praticamente, 100 anos de história, principalmente da matriz energética com base hídrica.

Essa tentativa de dar um enfoque sistêmico a tudo o que foi dito agora pelo Dr. Altino é uma proposta de busca de soluções sistêmicas que venham a atender o problema de logística, problema de energia, de geração, transmissão e distribuição.

O nome desenvolvimento sinérgico não entra em conflito com o que está em moda no mundo, que é o desenvolvimento sustentável. Esse desenvolvimento sinérgico vem agregar valores de forma mais objetiva e pragmática em termos de conseguir resultados práticos dentro do setor energético propriamente dito, envolvendo toda a área elétrica e de combustíveis, e, obviamente, o impacto econômico. Qualquer movimento em energias normalmente vai afetar a economia diretamente. Então, a proposta de desenvolvimento sinérgico nasce dentro dessa visão sistêmica.

O termo sinérgico para alguns, principalmente os que estão em casa assistindo a esta reunião e não têm um nível de formação suficiente para entender... Nós usamos isso diariamente em nossas vidas. A questão sinérgica é a maneira de se conseguir dar um valor maior à soma das parcelas de um determinado processo qualquer de solução de problema. Simplificando, o resultado do trabalho de três, quatro ou cinco pessoas tem que ser maior do que simplesmente a soma de cada uma trabalhando individualmente.

O que vamos propor daqui para frente, em termos genéricos, não traz nenhuma novidade física, nenhuma modalidade nova de abordagem que possa criar uma preocupação quanto à sua viabilidade tanto técnica como econômica, Presidente. Então, apesar de o termo ser bastante de cunho técnico, ele não traz ruptura alguma com o que já existe no sistema e seria muito bem absorvível por tudo o que já está aí em prática, tanto pela indústria como pelo comércio e pelo modo de vida das pessoas.

Assim, é uma sugestão de práticas operacionais pela indústria, pelo comércio e pela própria natureza humana.

Eu vou pedir licença para começar a abordagem praticamente pela conclusão do trabalho, como resolvi.

Nós temos aqui hoje uma matriz energética, Dr. Altino, com todos os seus problemas, que vão desde

a logística até a parte de geração de combustíveis e geração de energia elétrica de todas as fontes primárias. O modelo atual está aqui, neste resumo.

O desenvolvimento sinérgico se propõe a entrar exatamente onde o modelo atual não está conseguindo resolver.

Hoje, literalmente, em termos de Brasil, a grande discussão é o custo Brasil, que pega também, dentro dessa posição de custo, a questão da perda. E existe uma diferença muito grande entre o que é perda e custo.

Então, nos próximos eslaides, vamos passar algumas coisas que são realmente bastante pesadas em termos de constatação do que está aí acontecendo. Eu vou passar por essa parte técnica de maneira muito rápida, porque o nosso trabalho é mais conceitual do que, necessariamente, uma discussão técnica. E fico à disposição do Dr. Altino e demais para discutir isso em outros fóruns, mais objetivamente na questão técnica.

O primeiro passo na nossa abordagem, no desenvolvimento sinérgico, seria criar duas condições: uma, de infraestrutura e, outra, de impacto econômico. A infraestrutura hoje vigente já tem as suas consequências bastante analisadas por esta Comissão. Então, não vale a pena ficar voltando ao que está acontecendo em termos de energia elétrica, combustíveis e assim por diante.

A nossa sugestão seria criar um sistema integrador de geração universal com armazenamento de carga energética. O Dr. Altino colocou, agora há pouco, que o armazenamento na hidrelétrica é uma das maiores vantagens das barragens. Só que, pela nossa proposta, o conceito de infraestrutura envolve todas as formas de geração e armazenamento de energia. Ocorre que tudo no mundo, hoje, funciona como um tipo de armazenador de energia. Então, ao planejar sempre em cima de barragem ou hidrelétrica, não necessariamente se está explorando todas as outras formas de armazenamento de energia, que têm a disponibilidade de serem tratadas ou gerenciadas com muito mais agilidade do que o gerenciamento do armazenamento elétrico.

Então, temos esse sistema integrador de geração universal. Qualquer tipo de gerador de energia, no caso elétrica, que é o nosso principal assunto hoje, é o que pesa no custo Brasil – custo energético e não necessariamente o custo financeiro. Qualquer forma de gerador de energia (carvão, óleo, diesel, hidrelétricas, PCH, fonte fotovoltaica) hoje conta com a tecnologia, que está muito presente. Há coisas novas, importantíssimas que devem ser analisadas em um conceito de rede de integração. Ou seja, posso colocar todos os resultados em um único modelo de rede.

O armazenamento passa a ser uma coisa gerenciável, passa a ser uma parte do sistema cuja gestão

técnica pode ser feita, pode se fazer gestão técnica do despacho da energia armazenada, sem as limitações das barragens das hidrelétricas. Então, essa é a parte do conceito de infraestrutura. Vou voltar já, já, detalhando o que seria isso, esse sistema bem como o impacto econômico desse sistema de geração. No momento em que consigo fazer a gestão, a governança dos pacotes de energia – vamos tratar dessa forma –, dou uma dinâmica à rede, que vai impactar na economia de uma maneira muito mais dinâmica. Obviamente, com recursos técnicos, poderíamos baixar o custo Brasil de forma muito significativa.

As duas próximas apresentações são muito pesadas em termos de informações técnicas. Não é necessariamente uma fórmula, é simplesmente um roteiro, que resume principalmente o custo energético das duas principais formas de geração de energia que temos no Brasil: a hidroeletricidade e a parte de combustíveis. São dois roteiros que procuram colocar em uma única apresentação o custo energético de cada uma dessas fontes. No caso, a energia elétrica e a parte de combustíveis.

Potência hídrica nominal de uma barragem. Vou passar isso bem rapidamente. A potência hídrica nominal não é o que sai do transformador da hidrelétrica ou do gerador. É o que é segurado na barragem, a quantidade de água.

Temos aqui: a eficiência do transformador; a posição da hidrelétrica em relação à Linha do Equador, cosseno ϕ , que eu chamo do sobe e desce na movimentação de volumes de água, que tem um custo energético altíssimo; a quantidade de curvas ou de desvios que se colocam em uma adutora ou coisa semelhante – porque, aqui, água e energia elétrica são exatamente a mesma coisa; a distância que está do ponto de consumo para o ponto de geração; a qualidade do meio em que propaga essa energia.

Aqui, uma relação direta com o custo Brasil, que é o quanto se gasta para produzir alguma coisa no Brasil; a velocidade da água turbinada; a massa de água na represa, na barragem, como o Dr. Altino colocou, vantagens e desvantagens; a área perdida em todo o percurso tanto das linhas de transmissão como nos lagos das barragens, que chega a quatro mil e poucos quilômetros quadrados; o furto ou desvio de energia e, finalmente, a perda patrimonial dentro do sistema. Isso foi analisado como perdas energéticas ou custo energético.

O custo energético vai nos deixar uma potência disponível na tomada em um valor que precisa calculado, e é muito acima do que normalmente escutamos, de 12%, 14%, 17% da potência nominal da transmissão.

Então, essa é a abordagem da matriz da energia elétrica.

E, nos combustíveis, nós teríamos os mesmos problemas, aqui envolvendo toda a parte de logística, Presidente. Nós temos o barril equivalente de petróleo, a qualidade das vias de transportes. Ou seja, quanto pior a estrada, pior vai ser o resultado útil para a geração de riqueza pelo total da energia originária; vai se chegar a muito pouco. A mesma coisa: o sobe e desce por conta de erros de logística; e os desvios por conta de qualquer problema no sistema de transporte. A distância, obviamente, onera energeticamente todo o resultado útil da energia originária.

A quantidade de para e anda de qualquer tipo de transporte. À medida que se para um trem, um caminhão de 30, 40, 50 toneladas de transportes, para se retomar essa velocidade, existe uma perda que responde a essa fórmula aqui – aqui não é fórmula, é uma relação. E os técnicos, depois, ficam à disposição para discutir esses detalhes.

A área perdida, também, por conta de ineficiência de logística; os erros e os desvios do processo; e a perda patrimonial também.

Então, estamos representando aqui praticamente 90% de toda a matriz energética brasileira. E, em se tratando de custo Brasil e perdas no sistema, nós já temos, Sr. Presidente, a quantificação disso e o resultado na economia do que existe de problema. Aqui uma relação de variáveis para que a gente possa colocar isso num roteiro de tomada de decisões.

Sem gastar muito tempo nessa parte, vamos passar. Aqui é só o descritivo de cada uma daquelas variáveis de que já falei.

O que nós poderemos propor como solução? A solução passa por um sistema de valoração de todas as partes de geração – e aí já puxando a logística também, porque no momento em que se começa a economizar energia por conta da melhoria de todas as formas de transporte, obviamente, haverá uma recuperação da energia primária, seja de qual fonte for.

A proposta de solução para a matriz energética com um todo passa pelo sistema de integração de geração universal.

Aqui é um desenho artístico – não é um desenho técnico, obviamente, porque a palestra não é técnica – em que a ideia principal está na microgeração de energia. Microgeração, que são essas máquinas que podem ser fotovoltaicas, eólicas, em nível residencial, não comercial. O.k.?

No momento em que se começa a colocar um equipamento que seja capaz de integrar essas microgerações e armazenar a energia que por um determinado período de tempo – Dr. Altino, não é um arma-

zenamento por seis, doze meses, aqui nós estamos falando de horas ou dias – suficiente para que seja feita uma gestão do tráfego do pacote energético.

Então, essa microgeração, em âmbito residencial, aqui no âmbito condomínio local, de um condomínio residencial, vai se integrando e somando na rede básica – conhecida como nossa rede elétrica, nossa matriz elétrica, sistema interligado nacional. Esse conceito está dentro do que hoje se discute muito – inclusive nesta Comissão já ouvi várias vezes –, a rede inteligente, ou Smart Grid, *top* em termos de inteligência para que se faça a gestão, a governança das disponibilidades energéticas.

Bom, uma vez que eu consiga realmente armar o pacote de três a seis horas, que é o principal problema da rede atual elétrica principalmente, que são os horários de pico, horários de ponta, eu armazeno durante a madrugada, e, durante o dia, há umas pequenas vagas na curva de carga, e despacho no horário de ponta ou no horário de pico, normalmente das 6 horas às 9 horas da noite ou 10 horas da noite, dependendo da região.

Com isso, o que sobra eu posso mandar para um equipamento na concessionária, que faz a gestão em larga escala, em nível público, dentro do domínio das concessionárias. Com isso, se está integrando um microgeração local com um sistema convencional de geração de larga escala, que são as concessionárias de energias e as hidroelétricas já existentes.

Quando você consegue essa integração, começa-se a tirar uma série de vantagens. Uma delas é você conseguir despachar os pacotes de energia entre esses agentes. Então, tem-se uma capacidade de gestão do pacote energético, de forma que não importa se ele vem de uma térmica fóssil, de uma solar, de uma PCH, até mesmo de uma nuclear – aqui embaixo –, ele, estando disponibilizado em pacotes de energia, eu posso fazer o despacho entre os agentes, aqui, no caso, entre os armazenadores físicos. São equipamentos grandes. Um equipamento desse aqui praticamente ele toma um espaço de uma pequena hidrelétrica. Então, são máquinas complexas, sofisticadas. Não existe nada, tecnologicamente, nessa máquina que não esteja já de domínio público, na atual rede de ciência e tecnologia. Então, é só uma questão de agregar ou combinar os equipamentos para que se atinja o objetivo principal.

Então, o princípio: gera-se em qualquer escala; armazena-se em forma de condomínio local e, depois, numa concessionária e, com isso, estabelece-se uma forma de gestão e transações energéticas entre os agentes.

Obviamente, já deu para perceber que aqui é praticamente o sistema nacional inteiro, onde estaria-

mos, aqui na divisa com o Peru, Tabatinga e região, e aqui nos estaríamos *offshore* nas praias.

Seria necessário um *backbone*, que são as linhas de transmissão de alta potência, que nós já temos hoje. Basta colocar essa técnica em cima do que já existe. Não precisa se desenvolver uma nova forma de transmissão de energia. Pode melhorar? Pode. Mas o que já existe pode ser usado. Então, eu consigo transmitir a energia pelo sistema existente e ainda agregar valor com novos equipamentos.

Bom, uma vez que essa transmissão de energia que veio de Tabatinga e chega até o mar, nós teríamos uma disponibilidade energética por microgerações e gerações distribuídas de qualquer fonte – cana-de-açúcar, PCHs –, nós conseguimos criar uma condição de que essa disponibilidade energética possa atingir a cadeia de combustíveis. De que forma? O excesso de energia pode ser gerado hidrogênio. E aí já começa um novo estudo, que nós deixaremos para os técnicos depois, porque já é muito além do que nós estamos tratando neste momento.

Então, em síntese, nós teremos condições de gestão, de governança de todas as formas de geração de energia, desde o carvão, o carvão mineral, hidrelétrica, dentro de uma concepção agregadora de valor ao que já existe dentro do conceito de rede inteligente, Dr. Altino.

Então, essa proposta aqui, como circuito integrador de geração e o sistema é quando se coloca o *software* que faz a gestão da rede a esse ponto.

(*Soa a campanha.*)

O SR. PAULO KEV – Isso aqui é um resumo daquilo quando eu trato numa aplicação prática de uma topologia de rede capaz de garantir a segurança energética de qualquer Município, conhecido como eletroanel.

Então, são capazes de criar um anel em um Município, em uma cidade, e armazenar energia com as microgerações internas e as megagerações externas, e, com isso, eu crio uma condição de segurança energética para qualquer tipo de Município.

No caso de Brasília, essa é uma proposta que já está em curso, nós teríamos, aqui, o Plano Piloto com um eletroanel, tendo várias formas de gerações internas no Plano Piloto. Qualquer telhado dos blocos pode ser um gerador de energia fotovoltaica, e vai agregando energia ao sistema e repotencializando o eletroanel, e o que faltar ele busca em Samambaia, que é a principal estação aqui de Brasília.

(*Soa a campanha.*)

O SR. PAULO KEV – Só para concluir, aqui tem o eletroanel maior, que pega as cidades-satélites.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Paulo Kev, especialista em especialista em recursos energéticos, pela sua exposição, e, mais adiante, com as perguntas de S. Ex^{as}, poderíamos aprofundar mais o tema aqui trazido por V. Ex^a em relação à sinergia.

Gostaria de lembrar, mais uma vez, a todos os ouvintes e telespectadores da TV Senado que nós estamos recebendo perguntas pelo telefone 0800-612211, ligação gratuita, o Alô Senado; e também pela Internet, www.senado.gov.br/alosenado; ou ainda pelos perfis do Alô Senado no Facebook ou, pelo Twitter @alosenado. Aqueles cidadãos e cidadãs que desejarem participar, por favor, podem enviar suas perguntas, suas indagações por esses meios.

Vamos passar a palavra, agora, a S. Ex^s os Srs. Senadores para as perguntas aos nossos palestrantes, e vou passar logo à mão dos senhores perguntas que já nos chegaram aqui, pela Internet.

Uma delas, dirigida ao Sr. Secretário Aldino Ventura Filho, pergunta: “O que o Governo pretende fazer, num curto período de tempo, em relação à energia sustentável?”. Passo aqui à sua mão.

Outra pergunta: “Nos últimos empreendimentos hidrelétricos, foi feita opção por usinas a fio d’água, isto é, usinas sem reservatórios capazes de garantir o patamar de geração nos períodos secos. Como V. S^a avalia essa opção, considerando, principalmente, o custo econômico e ambiental das usinas termelétricas necessárias para afirmar a geração de energia elétrica”? Também dirigida ao Secretário Altino Ventura Filho.

Outra pergunta: “O que pode ser feito para melhorar a imagem que a sociedade tem dos grandes empreendimentos hidrelétricos? As políticas de compensação estão sendo bem planejadas e executadas? Os casos de sucesso, como o do aproveitamento multiuso do Lago de Itaipu, estão sendo adequadamente divulgados”?

Outra pergunta: “A substituição dos sistemas turbogeradores das hidrelétricas construídas a partir da década de 70 por equipamentos mais modernos e eficientes poderia trazer aumento da geração de energia elétrica? Como V. S^a avalia essa questão, do ponto de vista técnico e econômico”? Passo aqui também à sua mão.

Pergunta para o Sr. Paulo Kev: “Há grande demanda de bens e serviços pela população que ascende economicamente no Brasil e no mundo, pressionando, cada vez mais, os estoques de matérias-primas, inclusive energéticas. V. S^a considera possível compatibilizar as aspirações legítimas da população com a disponibilidade limitada de recursos naturais? Quais

medidas, na direção dessa compatibilização, V. S^a recomendaria para o Brasil”?

Ainda para o Sr. Secretário Altino: “V. S^a afirmou que a sociedade decidiu que a construção de hidrelétricas com grandes reservatórios não deveria ser feita no Brasil. Gostaria de saber que instância se manifestou contra esses reservatórios. Essa instância foi o Congresso Nacional”?

Outra pergunta: “A Coreia do Sul está investindo fortemente na reserva de água. Por que o Brasil segue o caminho inverso”?

Outra pergunta: “V. S^a não acredita que, em um cenário descrito pelos climatologistas que apresenta um recrudescimento da ocorrência de fenômenos extremos tais como cheias, secas e mudanças do regime de ventos, o Brasil não deveria investir mais na construção de barragens”? Também para o Sr. Secretário Altino Ventura Filho.

E agora passo a palavra a S. Ex^a o Sr. Senador Flexa Ribeiro, como primeiro Senador inscrito para fazer perguntas aos nossos palestrantes.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Fernando Collor, Srs. Senadores, Dr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Dr. Paulo Kev, da Kev Line Administração Empresarial, Senador Fernando Collor, eu quero, novamente, parabenizá-lo. Estas audiências feitas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura propiciam a todos nós tomarmos e aprofundarmos a discussão sobre pontos da maior importância para o desenvolvimento do nosso País na infraestrutura e, no caso, aqui, na infraestrutura energética. Não há como desenvolver o País se não tivermos energia. Energia para o desenvolvimento é o sangue para a nossa vida, e as duas exposições de hoje foram bastante provocativas, eu diria.

O Dr. Kev, tecnicamente, é difícil de entender, apesar da deformação acadêmica minha de engenharia. Eu, quando vi as fórmulas, me lembrei dos bancos escolares, daquelas fórmulas parecidas com as integrais. Não chegou a tanto ali, apesar de dizer que não seria uma fórmula. Mas foi importante, até para lembrar aqueles bons tempos passados.

Eu, a propósito, apresentei – foi lido hoje – um requerimento. Tenho conversado bastante com o Presidente Fernando Collor e discutido isso.

Ainda agora, um telespectador fez uma pergunta que vem na direção: qual o apoio científico que foi dado para que o País tomasse uma decisão de definir a geração hídrica não pelo próprio sistema de reservação de água, mas, sim, a fio d’água. Quem deu suporte científico para isso?

Para essa pergunta, que eu também faço, eu não tenho resposta. E propus que, por meio da Comissão de Infraestrutura e da de Meio Ambiente, nós possamos discuti-la aqui, no Senado Federal, porque as gerações futuras vão nos cobrar.

Daqui a 20, 30 anos – Deus queira que isso não venha a acontecer: que haja a necessidade de mais energia para o desenvolvimento do nosso País –, nós vamos ser cobrados por uma decisão que, hipoteticamente, foi tomada por nós, pelo Congresso, de não fazermos a geração com reservação de água.

Quem tomou essa decisão? Com que base científica? Então, é isso que nós temos que avaliar aqui, no Senado Federal, e faremos, se os meus pares assim concordarem, aprofundando isso em audiências públicas – já fiz a apresentação do requerimento para a realização da primeira.

Não sei, essa é uma questão que temos que ver, Presidente Collor. O que é mais pernicioso – vamos colocar entre aspas – para o meio ambiente: fazer a reservação com reservatórios maiores ou, na falta de energia que possa vir a acontecer, fazer, como estão fazendo hoje, a geração térmica com combustível fóssil para atender à demanda, com um custo elevadíssimo e com uma agressão ao meio ambiente. Guardadas as proporções, não sei o que seria, ao longo do tempo, mais difícil para a sociedade brasileira.

Eu queria perguntar ao Dr. Altino a sua posição. V. S^a discorreu aqui sobre os dois sistemas, mas não colocou um juízo de valor, não colocou a sua opinião técnica a respeito dos dois sistemas.

O sistema, como eu disse, é irreversível. Na hora em que se toma uma decisão de fazer a fio d'água, não há mais como se fazer a reservação.

Na quinta e na sexta-feira passadas, o Senador Raupp esteve nos acompanhando. Nós temos, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, uma subcomissão do Senado Federal, que é presidida pelo Senador Delcídio do Amaral, de acompanhamento da implantação da Usina de Belo Monte, não só na questão propriamente de geração de energia, como também na de atendimento das condicionantes, para atender ao impacto que as populações vizinhas da barragem sofrerão. Então, lá nós estivemos com o Senador Raupp, o Senador Blairo Maggi, o Senador Ivo Cassol.

E faremos outra, Presidente Collor. V. Ex^a lamentavelmente não pôde nos acompanhar, mas vamos programar outra visita, no segundo semestre, e eu gostaria muito de contar com a presença de V. Ex^a.

É o maior projeto em andamento no Brasil, quiçá no mundo, e é importante aquilo tudo que nós tivemos a oportunidade de acompanhar.

Lá, nós e os técnicos da Norte Energia estávamos no canal que vai conduzir a água para o reservatório, um canal de 20 quilômetros, com 400 metros de largura em cima e cerca de 200 metros na sua base, quer dizer, um canal maior que o Canal do Panamá, muito maior, que está sendo feito lá para atender essas questões ambientais, para levar água para o reservatório. Lá nos foi dito que, se houvesse um afastamento dos diques de contenção de água, abrindo um pouco mais, sem atingir área de reserva indígena nenhuma, apenas ampliando um pouco o canal, o lago lá, que tem em torno de 500km², bem menor do que os que aqui foram identificados, haveria um acréscimo de geração de energia da ordem de 3 mil mega, quer dizer, passaria de onze mil e poucos mega previstos de geração para quase 15 mil mega.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Uma Santo Antônio a mais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Exatamente, Senador Raupp. E isso, segundo dados dos técnicos da Norte Energia, que é o consórcio empreendedor, sem custo adicional na obra, a não ser a desapropriação, a questão fundiária.

Então, essa é uma questão, Senador Fernando Collor, que temos de trazer à discussão imediata, por meio da Comissão de Infraestrutura, da Subcomissão de Acompanhamento das Obras de Belo Monte, porque é uma decisão que tem de ser tomada. Segundo os técnicos, sem agressão, sem entrar na questão indígena, de reserva.

Mas eu gostaria de ouvir de V. S^a Dr. Altino qual sua posição, como técnico e secretário de planejamento, com relação aos dois sistemas.

Com relação ao Dr. Paulo, acompanhei bastante atento as posições de V. S^a e não entendi. Acho que o desenvolvimento sinérgico é aquilo que precisa ser feito, quer dizer, da forma de se maximizar a utilização daquilo que hoje já é gerado. Inclusive, uma pergunta que aqui foi feita, e também é importante que o Senado esteja aberto à sociedade, e os nossos cidadãos possam participar das audiências, com perguntas, com questionamentos, que é isso que faz interagir toda a sua sociedade com o trabalho do Senado Federal.

Eu acho que a exposição de V. S^a foi muito clara, mas eu não consegui compreender que o grande problema na geração da energia eólica ou fotovoltaica é o armazenamento. Quer dizer, a hídrica nos dá essa possibilidade de fazer o armazenamento para ser utilizado na necessidade à frente. V. S^a falou em equipamentos que já são de domínio público, a tecnologia, no sentido de fazer esse armazenamento para utilização à frente. Quer dizer, a fotovoltaica, em que acho que o

Brasil ainda avança a passos lentos, a microgeração de energia é importante, o Smart Grid.

É importante que cada brasileiro possa ser, Presidente Collor, um microgerador de energia. Em vez de se usar em casa uma janela com um vidro comum, coloca uma placa fotovoltaica e aí se passa a gerar energia. Ligada à rede, à medida que gerar, vai-se consumir a própria energia gerada e faz um balanço da energia gerada e a consumida. E a conta será feita, ao final, pelo excesso ou pela falta da energia gerada, porque vai pagar só pela diferença ou receber por essa diferença.

Isso aí, como disse o Dr. Paulo, é a utilização inteligente do sistema, e qualquer um pode ser. Nesse sentido, o Governo deve ter um programa para financiar esses painéis, que, evidentemente, não são baratos na atualidade. Com o avanço da tecnologia, podem vir a baratear, mas, com financiamento público, é possível que cada cidadão possa ser um microgerador.

A energia eólica também é outro problema de armazenamento. Então, gostaria de entender melhor como é que pode ser feito esse armazenamento.

Eram esses os questionamentos, Sr. Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro.

Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, S. Ex^a o Senador Valdir Raupp, concedo a palavra, pela ordem, a S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – É só uma questão de ordem. Eu queria propor a V. Ex^a que estabelecêssemos aqui três a quatro perguntas, no máximo. Isso pelo fato de termos aqui uma pauta grande e uma indicação da ANP para ser sabatinada ainda no dia de hoje. Inclusive o Relator, Senador Valdir Raupp, quer se deslocar para outro compromisso e ele é o relator da matéria.

Por outro lado, quero só lembrar aqui ao Professor e Mestre Flexa Ribeiro que ele não entendeu o que o Paulo Kev estava dizendo aqui. Eu disse a ele para convocarmos o Oswald de Souza para vir aqui interpretar os números, a questão do raio x do Paulo. Oswald de Souza interpretaria muito bem os números aqui, o matemático, as contrapropostas.

De maneira, Sr. Presidente, que é só isso que queria observar. Também ainda quero fazer duas perguntinhas, mas serei rápido. Então, nós temos que dar bom andamento aqui, para nós termos condições de sabatar.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – *(Fora do microfone.)*

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Não. Há outro na minha frente. Vou respeitar a ordem de inscrição.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

Então, por solicitação de S. Ex^a o Senador Jayme, eu solicitaria a V. Ex^{as}, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, que fossem breves nas indagações formuladas agora aos nossos palestrantes.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srs. convidados, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou resumir ao máximo. Tinha até preparado aqui umas quatro, cinco perguntas escritas, vou fazer direto, até porque, na fala deles, já foram esclarecidas e nas perguntas do Senador Flexa Ribeiro vamos estar contemplados.

Mas nós estivemos, realmente, em Belo Monte, recentemente, na semana passada, com a Subcomissão de Acompanhamento da de Fiscalização e Controle, e pudemos constatar algumas irregularidades lá. É, sem dúvida, uma das melhores usinas do Brasil. Em custo e benefício, as do Madeira são boas, Santo Antônio e Jirau. Alfredo disse que eu falo sempre dessas usinas do Madeira. São usinas a fio d'água, com turbinas bulbo, que vão gerar em torno de sete mil megawatts de energia em duas barragens, mas com lagos muito pequenos, com impacto ambiental mínimo.

Mas Belo Monte, pela quantidade de geração, é a terceira maior usina do mundo; é a segunda do Brasil e a terceira do mundo, com um lago pequeno, com desvio de canal, aproveitando uma queda de 49 metros para gerar 11 mil megawatts, com impacto muito pequeno.

Mas eu vi lá alguns desperdícios. Eu fiquei preocupado, o Flexa, o Senador Ivo Cassol, o Blairo Maggi.

A madeira. Lá no Rio Madeira, e até o nome é Rio Madeira, nas duas usinas, aconteceu a mesma coisa. Foi perdida 99% da madeira extraída da supressão vegetal das usinas. Está apodrecendo. Muito foi enterrado.

E eu já falei ao Ibama que estavam enterrando madeira. Enterraram, estou falando isso aqui publicamente, muita madeira, e o que não enterraram está apodrecendo lá no sol e na chuva, sem nenhuma destinação para aproveitar milhões de metros cúbicos de madeira e bilhões de reais.

A avaliação de Belo Monte, onde a madeira está apodrecendo também, e o Ibama não tem dado licença para a destinação dessa madeira, estima-se em milhões de metros cúbicos e uma cifra de R\$2 bilhões sendo perdida de madeira, podendo gerar emprego e renda para aquela população.

Essa é uma advertência, uma reclamação que eu faço.

Segundo, as compensações. A mesma coisa que aconteceu lá em Rondônia. Até hoje, lá na usina de Jirau, a grande maioria das compensações não aconteceu. Santo Antônio andou um pouquinho melhor, Jirau está um pouco mais difícil.

E lá em Belo Monte foi constatado que hospital não foi iniciado ainda, os índios estão tendo problema, a cidade está completamente arrasada nesse período de chuva, sem infraestrutura, sem saneamento básico, sem asfalto. É uma loucura, 20 mil trabalhadores circulando dentro de uma cidade. Altamira tem 150 mil habitantes, mas a sede urbana deve ter uns 60, 70 mil.

Então, veja bem a situação dessa população. Há um descompasso, não há sintonia entre o andamento da obra e a execução das condicionantes das compensações.

Então eram essas as perguntas que queria fazer, e aqui acho que está mais do que esclarecido pelo Paulo Kev sobre essas novas tecnologias. Nós temos dificuldade de armazenar energia. Energia solar só se gera de dia. E à noite, como é que se vai fazer? A do vento é só na hora em que há vento. Passam-se semanas sem dar vento. Então, há essas dificuldades de armazenamento.

Se existe essa tecnologia, acho que vai melhorar muito a questão das novas energias alternativas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Valdir Raupp. Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Obrigado, Sr. Presidente Fernando Collor.

Srs. convidados, vou me dirigir ao Dr. Altino e indagar de S. S^a se por acaso assistiu, há poucos dias, uma série de matérias que estão sendo feitas pela Rede Globo de Televisão, na Globo News. Eu acompanhei nesta semana, por duas vezes, e vi lá fatos que têm acontecido no setor elétrico que são preocupantes.

Para me dirigir bem objetivamente, as eólicas que estão sendo construídas, implantadas no Nordeste, pelo que consta na reportagem, 90% delas, ou mais, estão sendo inutilizados. Ou seja, não há linha de transmissão. É aquela velha história: está jogando dinheiro fora; alguém está pagando a conta. Não há linha de transmissão. O que adianta fazer uma energia renovável maravilhosa, em que pese termos deficiência até para armazenamento, como o Senador Raupp disse? Ela gera durante o dia; à noite, com certeza, tinha que haver algo, um armazém, um reservatório, para armazenar essa energia. E não está funcionando,

Presidente Collor. São bilhões de reais, milhões de reais investidos lá. Não sei se são privados ou públicos, mas deve haver dinheiro do BNDES e companhia limitada, e está lá sendo inutilizado. Não gera nada.

Segundo, meu caro Dr. Altino, um questionamento que quero fazer para o senhor aqui: por que nós estamos construindo essas usinas hidrelétricas no Brasil, e, lamentavelmente, o Governo não tem se preocupado também com a questão da navegabilidade, sobretudo construindo eclusas? Nós temos um potencial fantástico no Brasil para ser explorado. Eu imagino que nenhuma usina hidrelétrica neste País, sobretudo aquelas que possibilitam a navegabilidade dos rios, tenha uma eclusa.

Há um questionamento por parte do Ministério de Minas e Energia dizendo: olha, você vai onerar a construção da usina e, por isso, consequentemente, teria que onerar a questão tarifária. Eu não acho que é verdade isso aí. Nós tínhamos que fazer o quê? A questão das eclusas, nós lançaríamos editais, para até empresas privadas fazerem a exploração. Não é isso? Lamentavelmente, o Governo não tem mostrado nenhuma boa vontade no sentido de nós iniciarmos esses lagos.

Naturalmente, nessas hidroviárias, como o senhor falou, Tapajós. Nós temos Juruena e Tapajós, que dariam uma bela navegabilidade, maravilhosa. Evidentemente, há alguns problemas de ordem de reservas indígenas nas margens desses rios. Todavia, é possível ser equalizado, até porque depende apenas e exclusivamente do Governo Federal.

Então, eu acho que nós temos que nos preocupar com a exploração desse manancial fantástico que são os nossos rios, com um transporte bem mais barato, que seria o transporte hidroviário, permitindo que o Brasil fizesse um transporte intermodal, transporte rodoviário, ferroviário etc. Com isso, diminuiria o custo Brasil, até pela diferenciação de preços que, certamente, nós teríamos para transportar a nossa riqueza, sobretudo, em regiões como a nossa de Mato Grosso, Presidente Collor, onde temos milhões e milhões de toneladas de grãos para serem transportadas. Lamentavelmente, estão sendo construídas lá no Rio Juruena, agora, quatro usinas hidrelétricas. Quer dizer, nós teríamos tudo para ser explorado. Eu fico indignado. A sociedade fica indignada, e nenhuma providência é tomada.

Eu não sei a opinião do senhor em relação a isso. Eu imagino que não vá responder a mesma coisa que o Ministro Lobão respondeu aqui, que vai aumentar a questão tarifária. Ora, vamos caçar meios, parcerias, sei lá. Deve ser feita alguma coisa para que possamos explorar esse potencial fantástico.

Concluindo, Presidente Collor, eu quero cumprimentar V. Ex^a. Primeiro, pelas audiências e eventos que vem realizando nesta Comissão. Segundo, o fato de o senhor ter ontem nos permitido ouvir a palestra do Bernardo Figueiredo com a Ministra Gleisi em relação à possível logística do nosso Brasil, à possibilidade de o transporte melhorar, a questão, principalmente, ferroviária. Eu saí dali encantado.

Entretanto, eu tinha uma preocupação. Eu estou propondo aqui um requerimento para que esta Comissão, pontualmente, possa fazer algumas diligências em algumas obras e situações que hoje nós temos muito no Brasil. Trata-se do apagão principalmente nos portos brasileiros.

Eu acho que esse nosso requerimento vai ser acertado, pelo fato que eu registrei na minha memória de algumas datas que o Bernardo Figueiredo disse lá em relação ao início e conclusão de algumas obras. E me chamou muita atenção quando ele disse da Fico, que é uma ferrovia gigante, sobretudo, grande, que eu falo, que vai atender também o Estado de Rondônia, que sai daqui de cima, passa por Lucas do Rio Verde e, depois, com uma variante.

Pelo que eu percebi, a coisa está encaminhada. Todavia, eu estive lá no Ministério dos Transportes, junto com a ex-Presidente desta Comissão, Lúcia Vânia, e vários Senadores. Lá, não existe nem projeto, nem diagnóstico, nem levantamento.

Então, eu acho que, de 90 dias para cá, se ele conseguiu fazer tudo isso, nós temos também que colocar um busto para ele aqui na Praça dos Três Poderes ou em algum lugar parecido aqui.

Então, eu acho que esta Comissão tem o papel também de fiscalizar. Lá, ele mostrou um Brasil diferente. V. Ex^a também viu, não é? Aquilo lá resolve, num prazo de... Vai investir R\$600 bilhões, e resolveria.

Então, esse requerimento é oportuno, para nós, pontualmente, fazermos essas diligências, em relação não só ao transporte rodoviário, conforme promessa, palavra do General Jorge Fraxe, mas sobretudo, também, do Dr. Bernardo Figueiredo.

Essa é a minha participação, minha intervenção. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Jayme Campos.

A Mesa espera receber da mão de V. Ex^a o requerimento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Já está indo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Já está aqui. Já recebido, então, pela Mesa o requerimento a que se referiu o Senador Jay-

me Campos e que colocaremos para leitura na nossa próxima reunião.

Com a palavra, S. Ex^a o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC)

– Sr. Presidente, vou ser bem objetivo. Foi levantado aqui pelos nossos amigos Senadores a respeito desse desperdício de madeira nas hidrelétricas, as que já foram construídas e as que estão em construção. Eu ouvi aqui o Senador Raupp, que falava do desperdício de Belo Monte. Não foi diferente no Jirau, nem em Samuel, nem em Balbina. O que nós, da Comissão, podemos fazer, para que não aconteça o que já vem acontecendo, na construção de outras hidrelétricas, para que não aconteça esse desperdício como foi dito aqui pelo Senador Valdir Raupp lá em Belo Monte?

Nós precisamos fazer alguma coisa, porque é muita riqueza sendo desperdiçada. Quantos milhares de pessoas neste País precisam de uma casa de madeira? E madeira é dinheiro, é riqueza. Então, eu penso: o que é que esta Comissão poderia fazer? Eu gostaria aqui de ouvir uma sugestão dos dois convidados e, depois, do senhor, Presidente, para que possamos fazer alguma coisa de concreto, porque se levanta o problema, se identifica o problema, e o que é que vamos fazer? O que esta Comissão vai fazer? Vamos procurar quem para tentar evitar, mais uma vez, esse desperdício?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Sérgio Petecão.

Apenas fazendo uma correção em relação ao requerimento a que se referiu S. Ex^a o Senador Jayme Campos, ele já havia dado entrada nesse requerimento, já havia sido lido e faz parte hoje para deliberação. Trata-se do item nº 5 da pauta de nossa reunião.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Antes de passar a palavra aos palestrantes para as respostas, agradecendo a S. Ex^a o Senador Sérgio Petecão, Vice-Presidente desta comissão, eu gostaria de ler aqui alguns trechos do Prof. Rogério Cerqueira Leite, da Unicamp, coordenador de diversos cursos, sobre a questão de energia mundo afora.

Ele vem e fala do consumo de energia no Brasil, a que se referiu já S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro, do Brasil de 2.000kWh por habitante por ano, que é o do Brasil, quando, nos países desenvolvidos, esse consumo é de 4.000 a 5.000kWh por habitante por ano.

Ele fala sobre a energia solar e ele diz o seguinte:

A energia hidráulica é eficiente, pois não envolve calor. Enquanto os motores a combustão têm limitações no seu rendimento, assim como a energia nuclear, que não supera 30% de eficiência e tem na

eliminação do calor gerado um grande problema técnico. Já a energia eólica [segundo ele] é eficiente, assim como a energia solar, que, embora eficaz e de futuro promissor, apresenta questões tecnológicas que não permitem vislumbrar em torná-la competitiva em prazo inferior a 20 anos.

Ou seja, ratifica a questão da importância da energia hidráulica.

Ele diz mais adiante:

Parte da nascente queda dos custos da energia solar decorreu de uma tentativa da China de dominar esse mercado, utilizando processos de dumping, que redundaram na falência de diversas empresas chinesas do ramo. Devido aos altos custos de materiais de manutenção [entende ele que] atualmente a energia solar só oferece solução para pequenas aplicações em condições específicas.

Em termos de preços, considerando o investimento inicial na instalação e o custo de produção, na avaliação dele a energia hidrelétrica se mostra muito mais competitiva. Enfim, trata também da questão da biomassa. Ou seja, ratifica o que aqui é o entendimento, também, de S. Ex^{as} os Srs. Senadores que tiveram oportunidade de emitir suas opiniões a esse respeito ainda há pouco.

Passo a palavra para a resposta de S. Ex^{as} os Srs. Senadores ao Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético e um dos nossos palestrantes de hoje, Secretário Altino Ventura Filho.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Muito bem. Tenho um conjunto grande de perguntas, algumas delas, de alguma maneira, se relacionam, há uma pequena superposição. Vou procurar responder da forma mais sintética possível, tentando abordar aqui, sem direcionar cada pergunta, mas olhando o conjunto.

A primeira que anotei aqui é uma que diz respeito à questão da redução da hidroeletricidade. De fato, foi apresentado que, em 2011, nós tínhamos 82% de hidrelétricas, o que cai para 71% em 2021. Ora, se essa fonte é a mais adequada para atender energia elétrica no Brasil, por que nós estamos diminuindo a participação dela?

Se nós olharmos a partir da década de 70, quando a Eletrobrás iniciou os grandes empreendimentos, Itaipu, Tucuruí e outros que vieram em sequência até o ano 2000, o Brasil só usava energia hidrelétrica para produzir energia elétrica. Esses índices que estão aqui chegaram a 95%, talvez até mais. E só usávamos energia hidrelétrica por quê? Porque, naquele momento, nós tínhamos hidrelétricas extremamente econômicas, próximas ao centro de carga e grandes usinas, como Tucuruí, Itaipu, depois Xingó, as usinas do Sul e assim por diante. E não tínhamos alternativas como temos

hoje. Naquela época, não tínhamos o gás natural. A biomassa do bagaço de cana ainda não era competitiva para produzir energia elétrica, porque a pressão de vapor nas caldeiras não era baixa, precisava avançar, de avanço tecnológico. Então, essa fonte não existia. Eólica também não era uma fonte com que se podia contar naquela ocasião.

Em suma, o Brasil escolheu 100% hidrelétrica porque esse era o caminho no contexto da época.

Ocorre que, no momento atual, temos essa política de diversificar a matriz elétrica brasileira. O que significa isso? Incorporar outras fontes, que são vantajosas e que têm potencial em regiões brasileiras.

Por exemplo, a Região Nordeste tem uma vocação para a eólica; o Estado de São Paulo tem vocação para uso da biomassa do bagaço de cana; a Região Sul tem eólica e tem também o carvão mineral. Então, dentro dessa política, no nosso País continental, essa diversidade, o aproveitamento dessas fontes, complementando a hidrelétrica, tem a sua justificativa.

Veja, hoje nós produzimos energia elétrica a partir da eólica, a partir do gás natural – desde que exista o gás em quantidade e preços compatíveis – e da biomassa. É uma solução adequada, a que complementa a hidrelétrica. A biomassa e a eólica geram mais no período seco dos nossos rios, o que, de alguma maneira, ajuda.

Uma das perguntas aqui é como vamos operar o sistema com usinas a fio d'água, que, no período seco, geram menos.

Uma pergunta aqui diz: é preciso térmica? É precisa, e nós temos térmica. Vamos ter térmica a gás, temos a biomassa. E temos a oportunidade de gerar energia do vento e da biomassa, mais nos períodos secos dos rios. E temos a possibilidade de usar os nossos reservatórios já existentes, são muito grandes, para permitir essa regularização. Então, nesse sentido, essa política de diversidade está correta.

Outro item que foi colocado é o seguinte... Esse já respondi, que é a necessidade de, se faço só usinas a fio d'água, térmica. Em parte, isso é correto, mas não na intensidade que foi colocada, porque nós podemos usar os nossos reservatórios para isso e temos possibilidade de colocar uma complementação térmica, a gás natural, que é uma solução que vamos adotar nos próximos anos, e o uso da eólica e da biomassa, que permite fazermos esse ajustamento.

Bom, outro ponto aqui é o seguinte: em relação aos grandes empreendimentos, se as políticas de compensação são bem planejadas, por que não está havendo uma divulgação disso para a sociedade? Veja, eu sempre trabalhei em hidroeletricidade, durante quase toda a minha vida. Fui diretor técnico

de Itaipu, tive o privilégio de viver cinco anos morando dentro da usina, fui diretor técnico durante cinco anos e tive uma vivência muito grande de uma usina como Itaipu e sei do impacto dela na sociedade. Não tenho nenhuma dúvida de dizer que é pena que o Lago de Itaipu não seja maior, o impacto é positivo. O fato de existir uma usina com lago constante permite que a sociedade local se beneficie daquele recurso hídrico de uma maneira significativa.

Morei cinco anos lá, convivi com a comunidade, e o Brasil devia divulgar essa experiência para a sociedade, mostrar o que é isso. Um País que tem mais de 1.000 usinas hidrelétricas...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Permite, Presidente Collor?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Por favor, S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Dr. Altino, V. S^a falou na sua exposição de Itaipu como sendo uma Usina a fio d'água.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – A fio d'água.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A fio d'água. Mas as barragens, a montante da Usina, que são mais de 40, que fazem a reservação para que ela possa manter a geração constante, não a tornaria uma usina também com reservação de água?

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Não, veja, a usina a fio d'água não tem capacidade de estocar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, não, pelas barragens a montante.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – As barragens a montante regularizam o Rio Paraná, e essa é uma das vantagens de nós fazermos armazenamento de água a montante.

Por exemplo, a Usina de Itaipu são 14 mil *megawatts*, instalado. A Usina de Três Gargantas, que é maior do mundo em capacidade instalada, 22 mil *megawatts*, gerará, no máximo, 83, 85 milhões de metros de *megawatt*/hora. Itaipu já gerou 98 milhões, com muito menos capacidade instalada por conta das barragens a montante de regularização.

Ou seja, um dos benefícios de nós armazenarmos água e construirmos barragens é permitir uma maior geração de energia elétrica em todas as usinas que se situam depois dessas barragens.

Então, é verdade. Então Itaipu, como Xingó, lá no São Francisco, e outras usinas a fio d'água se beneficiam dos armazenamentos existentes a montante da usina. Então, isso aí está perfeito e é um dos benefícios dos reservatórios.

Aí, eu estava comentando o seguinte: um País que tem mais de 1.000 usinas hidrelétricas, em que várias delas, numa percentagem muito pequena são

projetos que não foram muito felizes no que diz respeito ao seu dimensionamento e ao seu impacto ambiental. Podemos citar Balbina. Balbina tem 2.400 quilômetros de área inundada. Em alguns locais, a profundidade média é muito pequena, o nível da água fica no meio das árvores. Quer dizer, se nós reavaliássemos aquela Usina, eu estava na Eletrobrás na época e me lembro, quando se tomou a decisão, não se sabia fazer um estudo de topografia da área inundada por causa de floresta. Então, estimaram, naquela ocasião, os estudos de engenharia que eram 1.800 quilômetros quadrados; e deu 2.400.

Em suma, esse é um exemplo, e temos outros também.

Agora, a grande maioria das usinas hidrelétricas deste País, as vantagens, os benefícios são muito maiores do que os impactos que produzem. Então, é difícil compreender, Presidente, como um País que tem essa experiência de usinas hidrelétricas seja contra a construção de usinas hidrelétricas. Nós deveríamos ser o País que mais defendesse as hidrelétricas.

Como é que se é contra a Usina de Belo Monte, que é um exemplo como é Itaipu. Uma usina a fio d'água, com lago constante, junto de uma área urbana, que é exatamente Itaipu.

A história da região de Altamira, em torno de Belo Monte, vai mudar depois da construção da Usina. Claro que há problema durante a construção pela imigração de população, dos trabalhadores. E todos esses problemas que foram citados aqui existem, porque é muito difícil uma região que multiplica por três vezes a sua população ter condições de atender plenamente questões de hospital, segurança, saúde.

Então, os problemas existem durante a construção. Depois, é completamente diferente. Vai acontecer na região do Pará o que aconteceu no Paraná, no oeste do Paraná, nos municípios lindeiros. Eu costumava chamar aquela área de Califórnia brasileira. Quem tiver dúvida vá lá ver, converse com a comunidade, com os prefeitos, veja o benefício dos *royalties*, veja a cidade tendo abastecimento d'água, veja a qualidade de vida das crianças, lá, indo para as escolas, com o orçamento municipal às vezes dobrado com os recursos dos *royalties*; as crianças com transporte escolar, com alimentação, a cidade com saneamento, uma qualidade de vida diferente pela presença de uma usina hidrelétrica a fio d'água com os *royalties* que paga.

É claro que, veja bem, isso tudo é previsto nos nossos estudos no EIA/Rima, que são os estudos que fazem avaliação no impacto ambiental, de acordo com a nossa legislação. Nenhum empreendimento hidroelétrico é construído sem passar por esse processo. É um processo de discussão com a comunidade. Ele

pode ser melhorado? Pode, mas é o que é possível. Então, há um diálogo, inclusive com as comunidades indígenas, com a sociedade etc., seguindo toda a nossa legislação. Agora, esse processo é perfeito 100%? Talvez não, pode ser melhorado, mas é o que é feito.

Então, esses benefícios para a sociedade, para mitigar os empreendimentos hidroelétricos, são adotados em todos os projetos, até porque nossa legislação obriga nesse sentido.

Um ponto relevante que foi colocado aqui é a questão da navegação, desse ponto da navegação. Veja bem, a visão do setor elétrico é de que o recurso hídrico deve ter um aproveitamento de uso múltiplo. Quer dizer, não se quer só produzir energia elétrica. Isso ocorria num passado muito distante. Atualmente, inclusive, a aprovação do recurso da água para produção de energia elétrica vem da ANA, que define quanto é o montante para cada uso. Saem os usos consultivos: parte para a irrigação, parte para a navegação e parte para produção de energia elétrica.

O que acontece é que a necessidade do setor de energia elétrica, em termos temporais, é antecipada. Então, precisamos fazer as usinas do Tapajós antes das outras necessidades daquele uso do recurso hídrico, até porque não há comunidade vivendo nas proximidades. Inclusive, a navegação, a demanda dela aparece bem depois da necessidade do setor elétrico. Posso dar o exemplo de Tucuruí. Tucuruí foi construída, entrou em operação em 1984 e a eclusa entrou só recentemente. O que o setor elétrico faz?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Permite, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com a palavra S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Só para discordar do Dr. Altino com relação à Tucuruí. Em Tucuruí, o rio era navegável e foi tamponado com a barragem, lamentavelmente. O Pará e os paraenses passaram de 25 a 30 anos para terem as eclusas completadas, e, lamentavelmente, ainda até hoje não há navegabilidade ao longo dos 12 meses, porque o trecho da hidrovía entre Marabá e Belém, passando pela eclusa de Tucuruí, que, repito, era navegável no passado, não pode ser aproveitado hoje porque o Derrocamento do Pedral do Lourenço – 45 quilômetros que precisam ser corrigidos em frente a Itupiranga –, foi retirado do PAC. Esse é um assunto que nós repetidamente, paraenses, cobramos do Governo Federal.

Não é que não houvesse navegação, havia navegação, ela apenas foi suspensa em função da barragem.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a o Senador Ministro Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Sr. Altino, eu gostaria de aproveitar a explicação feita pelo nosso expositor, Senador Flexa Ribeiro, para fazer uma sugestão a esta Comissão.

Essa integração entre construção de usinas hidroelétricas e a navegação não existe por um motivo. A construção de eclusas, que deveria constar do projeto elétrico original, fica para depois e acontece o que aconteceu em relação ao Norte do País, ao Pará. Acho que deveríamos aproveitar esta oportunidade e originarmos aqui, nesta Comissão, um projeto de lei que obrigue que, na construção dessas usinas hidroelétricas, haja a correção do rio com a construção de eclusas. Sei que existe essa separação, para que se evite ocorrer o prejuízo desse meio de transporte, desse modal de transporte, que é tão barato, e a nossa capacidade é tão grande nesse tipo de transporte, especialmente da Região Norte do País.

Então, Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão de que nós tomássemos a iniciativa nesta Comissão de obrigarmos por lei a que todo projeto elétrico já observasse e já colocasse nessa construção as eclusas que são necessárias nessa hidrovía onde a hidroelétrica vai ser construída. Isso vai resolver em grande parte os problemas de navegação por hidrovias no País.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Perfeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Só para completar o Senador Alfredo Nascimento. Existem vários projetos, Senador Alfredo, já tramitando no Congresso a respeito dessa obrigatoriedade. Apenas precisamos aprová-los, o que é um dever nosso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Senador Wilder, V. Ex^a pediu a palavra?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Não pediu.

Passo a palavra, para concluir, ao Secretário Altino Ventura Filho.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Em todas as usinas hidroelétricas que estão sendo planejadas, inclusive nos formadores do Tapajós, que são os Rios Juruena e Teles Pires, existe a previsão de, no futuro, fazer a eclusa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Em conjunto?

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Não em conjunto, porque as demandas são temporalmente. Pode ser feito em conjunto. O setor elétrico não é contra a utilização do recurso hídrico no sentido amplo, até...

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Dr. Altino, só um aparte, por gentileza, só para compreender melhor.

A construção dessa eclusa em separado, Sr. Presidente, vai significar um novo EIA/Rima, um novo Estudo de Impacto Ambiental, ou seja, 10 anos, 20 anos de atraso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Mas as eclusas, pelo que eu entendo, elas ficariam não sob responsabilidade, no caso, do Ministério de Minas e Energia, mas, sim, do Ministério dos Transportes.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Não, em qualquer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Mas seria necessário esse entrosamento entre o Ministério dos Transportes e o Ministério de Minas e Energia quando da construção de uma hidrelétrica, fazendo um trabalho concomitante e engajado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – O Dr. Altino foi claro, prioritariamente vem a questão da geração de energia, depois a eclusa. Então, é fatura consumada. Tucuruí custou 300% a mais – eu era membro da Comissão de Orçamento – do valor real inicial. Se tivesse sido construída na época da usina, um exemplo, Presidente Collor, custaria R\$800 milhões. Sabe quanto ela custou, Presidente Collor? R\$2,7 bilhões! Eu estava na Comissão de Orçamento, e foi obrigatoriamente suplementada, por sinal tirando dinheiro de outras fontes, de alguns Estados, inclusive do meu Estado, para suplementar as eclusas de Tucuruí.

É um escândalo isso aí, Dr. Altino.

Já entendi a senha do senhor, a ficha dizendo o seguinte: prioritariamente é energia; depois... Vai sair coisa alguma. Difícil, Dr. Altino. Vamos ser pragmáticos aqui. Claros.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Se for entender dessa maneira, eu queria esclarecer...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Não, o senhor está correto. Não é prioridade do Ministério. O senhor está correto.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – O que eu disse é que não é a questão de ser prioritário. O que eu disse foi o seguinte...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Até porque nós precisamos de energia; não havia necessidade maior. Não tem problema no setor energético – colapso.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Não. O recurso hídrico tem muitos usos: energia elétrica, controle de cheias, navegação e assim por diante. A primeira necessidade é a produção de energia elétrica. Ou seja, o setor elétrico brasileiro precisa, nos próximos 15 anos, concluir o potencial hidrelétrico. Em alguns desses locais, não há a demanda ainda para outros usos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Precisa ser feito.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Precisa ser feito.

O que o setor elétrico tem defendido?

Não temos nada contra fazer juntos. Não queremos – aquilo que o Ministro Lobão falou – o seguinte: não podemos colocar esses outros custos de outros usos na tarifa de energia elétrica. Isso que é o correto. Senão, a tarifa de energia elétrica brasileira vai representar custos que não são os custos da energia, mas de outros itens.

Então, veja, não temos nada contra fazer junto, desde que se separem os custos, e cada setor assumo os seus custos. Está certo?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – E o setor elétrico – veja bem o seguinte – não se sente dono dos nossos rios. Não achamos que os nossos rios devam produzir só energia elétrica. Temos que ter o conceito do uso múltiplo. Agora, esse conceito de uso múltiplo tem até um aspecto importante: a maneira de viabilizar o aproveitamento da hidrelétrica, porque, se nós quisermos levar um aproveitamento só de uma hidrelétrica, as dificuldades ambientais, os benefícios daquele empreendimento serão menores.

Então, a forma de nós viabilizarmos, inclusive introduzindo benefícios para a comunidade local é a questão dos outros usos da água.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, com a palavra o Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Secretário, o comentário nosso aqui, dos colegas Senadores, não é colocar o custo na energia elétrica e, sim, aproveitar o momento, tendo em vista que tudo o que acontece no Brasil, até tomar uma decisão e

construir uma eclusa e até utilizar essas barragens para outras atividades, isso leva muito tempo.

Então, você imagine fazer um projeto de uma hidrelétrica e conseguir contemplar pelo menos os projetos para que, depois, a iniciativa privada, em outro momento, possa vir a assumir isso aí, já que o governo não tem condição.

O que os Senadores estão dizendo é que não se pode perder esse tempo, tendo em vista que, só com a licença e com a tomada de decisão de fazer isso, se gastam 10 anos. Então, a gente não pode perder esse momento.

Essa é a discussão. Não queremos passar essa responsabilidade para o setor energético e, sim, aproveitar o momento na fase de execução dos projetos.

Esse é o nosso comentário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Wilerder Moraes.

Volto a palavra a S. S^a o Secretário Altino Ventura Filho.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Veja, estamos construindo as usinas nos formadores do Tapajós, no Juruena e no Teles Pires. Há previsão de eclusa nessas usinas. Se o Ministério dos Transportes deseja implantar as usinas, será muito bem-vindo. Vamos lá e faremos as eclusas. Estão previstas lá. Então, vamos viabilizar os recursos e instalar as eclusas. Veja, não inviabilizamos a navegação do Rio Tapajós.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Dr. Altino, me permita, com a aquiescência do Sr. Presidente.

Não vai sair coisa alguma. Estou vivenciando lá. Tanto no Teles Pires quanto no Juruena. Não está saindo coisa alguma. Inclusive, na parte de cima, já há quatro usinas hidrelétricas praticamente prontas. Não saiu coisa alguma. Falar que vão construir depois é conversa para boi dormir. Desculpe-me o termo chulo.

Entretanto, Presidente, meu caro Dr. Altino – o senhor tem uma cabeça genial, estou admirado de sua competência –, na prática não está funcionando. O senhor fala que poderá onerar as tarifas. Por que não pega o dinheiro da renovação das novas concessões – algo em torno de R\$30 bilhões, R\$40 bilhões – que será arrecadado e coloca nos projetos das eclusas? É a única saída que tem. Vão renovar, Presidente Collor, V. Ex^a sabe disso mais do que eu. Vão entrar no caixa do Governo R\$40 bilhões, R\$50 bilhões. Por que parte desses recursos, Dr. Altino, não são destinados para fazer as nossas eclusas? Depois, para sair... Vai acontecer o que aconteceu com Tucuruí. Não há fundamento em dizer: o.k., está previsto, mas depende do Ministério dos Transportes. O Ministério dos Transportes, muito

mal e porcamemente, está dando conta de fazer alguns tapa-buracos em nossas rodovias federais e algumas melhorias em termos de duplicação.

Na prática, vamos ser bem objetivos. Não sou muito técnico, sou mais político e, acima de tudo, conhecedor das necessidades. Falo não só pelo meu Estado, o Mato Grosso, mas conheço outras regiões do Brasil. Inclusive, em alguns lugares, tenho alguns negócios. Tenho andado e tenho visto essas situações precárias. São situações de se lamentar. Essa é minha opinião. Desculpe-me fazer esta intervenção, mas é no bom sentido, sem nenhuma crítica à sua pessoa. Muito ao contrário, longe de mim.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado S. Ex^a o Senador Jayme Campos, mais uma vez, por sua intervenção.

Pediria a V.S^a, Secretário Altino, que concluísse, porque são várias perguntas.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Vou focar aqui. Não vai dar tempo. Bom, mas escolhi aqui. Essa das eólicas, que não têm transmissão.

Veja, a geração eólica é uma experiência nova que o Brasil está tendo e muito bem sucedida. Temos uma fonte grande que vai desenvolver aí um parque importante de suprimento de energia elétrica. O que aconteceu nessas eólicas que licitamos há três anos, três e cinco anos – são os dois leilões que nós fazemos, o A-3 e o A-5 –, foi o seguinte: criou-se uma figura que é chamada de ICG. É uma concepção de transmissão para integrar essas usinas no sistema interligado. A usina eólica, como outras usinas de menor porte no sistema, tem um conceito de geração distribuída. Então, a maneira de viabilizar e ampliar a utilização delas foi essa concepção de fazer as chamadas ICGs, que são uma linha de transmissão entre a eólica e o sistema interligado brasileiro.

Bom, esses empreendimentos são construídos por agentes distintos. Então, existe um agente que constrói a eólica, e outro que constrói a transmissão. Ocorre que o período de construção da usina eólica é menor do que o período de construção da transmissão. Mais ainda: quando nós fazemos a licitação de um parque eólico, não sabemos quais são aquelas usinas que serão construídas. Só depois do leilão é que sabemos quais são as usinas e é possível planejar o sistema elétrico. Então, o sistema elétrico já perde, já tem uma desvantagem em relação a isso.

Além disso, as nossas linhas de transmissão no Brasil estão enfrentando dificuldades para ter os licenciamentos ambientais, dificuldades muito intensas. Quer dizer, o processo de licenciamento dessas linhas de transmissão é um processo que demanda um tempo maior.

Qual a função disso aí? Aconteceu que algumas dessas eólicas que exigiam um sistema de transmissão mais complexo, inclusive do ponto de vista ambiental, tiveram um descompasso: as usinas entraram em operação, e não existia uma linha de transmissão para conectá-las.

O que é que o Ministério fez em relação a isso aí? Nós tomamos a decisão de que todas as licitações de eólica no leilão A-3, para fornecimento daqui a três anos, somente serão habilitadas as usinas eólicas que não tenham necessidade de transmissão. Portanto, corrigimos o problema, ou seja, dentro de um processo de aprendizado. Isso implica reduzir as opções de construção de eólicas, porque algumas eólicas que são vantajosas e vão exigir um grande sistema de transmissão não poderão ser habilitadas para o leilão.

Então, o evento que aconteceu, que foi pequeno, porque a maior parte das eólicas tem transmissão, o evento ficou localizado em João Câmara, em Igaporã, lá na Bahia, que são pontos localizados, quer dizer, não vai se repetir. Nós corrigimos o processo dentro desse aprendizado em relação à nova fonte que o Brasil está utilizando, que eu diria com sucesso.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Só um minuto.

Eu gostaria, com a permissão de V. Ex^a, Senador Wilder. Enfim, as perguntas foram sendo feitas no decorrer das respostas oferecidas pelo Dr. Altino, mas há algumas perguntas feitas pelos nossos telespectadores para as quais gostaríamos de dar certa prioridade, até para fazermos com que essa interação continue.

Há esta pergunta, por exemplo: a substituição dos sistemas turbogeradores das hidrelétricas construídas na década de 70 por equipamentos mais modernos e eficientes poderia trazer aumento da geração de energia elétrica? Como V. S^a avalia essa questão do ponto de vista técnico e econômico?

E a Coreia do Sul está investindo fortemente na reservação de água. Por que o Brasil segue o caminho inverso?

V. S^a acredita num cenário descrito pelos climatologistas em que apresenta um recrudescimento de ocorrências de fenômenos extremos, tais como cheias, secas e mudanças no regime de ventos? O Brasil não deveria investir mais na construção de barragens?

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Perfeito.

Eu vou responder bem rápido aqui, por uma questão de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – E, aditando essas perguntas, eu gostaria

que V. S^a ouvisse a pergunta feita agora por S. Ex^a o Senador Wilder Moraes, que tem a palavra.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Secretário, com relação ao que o senhor acabou de relatar, do descompasso entre a execução da usina eólica em relação à linha de transmissão... Presidente, acho que para esta Comissão é importante entrar neste detalhe: por que há um investimento e não há a linha de transmissão? Que impacto é esse, já que se decidiu fazer uma usina, que não tem relação simultânea com a construção dessa linha de transmissão?

Então, acho que é importante esta Comissão participar disso, porque o valor investido, o custo financeiro que isso tem colocado no nosso custo de produção é muito grande. Acho que esta Comissão tem que achar esse entrave, porque se decide fazer uma usina e depois esperar outra licença para fazer uma linha de transmissão?

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Não, não. Veja, eu respondo essa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado a S. Ex^a o Senador Wilder Moraes.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Bom, quanto a essa pergunta sobre a questão de tornar os equipamentos mais modernos e eficientes, de fato, veja bem, o setor elétrico tem utilizado o que é a chamada repotencialização de usinas. Ou seja, é substituir alguns rotores, alguns equipamentos. E as nossas empresas, Furnas, Chesf têm feito investimentos nessa área.

Ocorre que os ganhos tecnológicos desde 1970 para cá, nos equipamentos de uma usina hidrelétrica, não foram tão significativos, como ocorreu na geração térmica com turbinas a gás, que tiveram um aumento de rendimento muito significativo.

A energia hidrelétrica é uma energia de movimento mecânico e já tem uma eficiência muito grande. Quer dizer, mesmo as usinas instaladas na década de 70 têm um rendimento do gerador turbina muito eficiente, e se aproveita quase toda a energia.

Claro que a tecnologia evoluiu um pouco e pode haver uma produção maior, só que essa repotencialização não leva a um incremento muito grande da geração de energia. Ela é marginal. E, apesar disso, está sendo feita e é um caminho correto fazermos com que as nossas usinas se tornem mais modernas. Então, isso aqui é utilizado.

Outra pergunta é sobre a Coreia do Sul, que está investindo fortemente na reservação de água. Veja, o mundo todo está fazendo isso. A água é um bem fundamental. Provavelmente, o séc. XXI será reconhecido como o século do meio ambiente e da água, está certo? E hoje já existe uma escassez de água. Então, esse caminho de aumentar o estoque e o armazenamento

é um caminho que todos os países estão perseguindo, inclusive o Brasil naquilo que foi possível fazer.

Nós temos grandes reservatórios no Brasil. O Reservatório de Sobradinho é muito grande, Furnas também. Onde foi possível fazer reservatório de acumulação, nós o fizemos. Em outros rios em que não é possível, por razões diversas – questões técnicas da topografia e da posição do reservatório no rio e também ambientais, que se somam a essas questões –, torna-se difícil realizar grandes reservatórios. Quanto aos rios da Região Sul brasileira, como eu disse na minha apresentação, o Iguaçu e o Uruguai não têm reservatório, porque não têm locais para isso.

Ou seja, aumentar o armazenamento de água é extremamente importante, até diante dessa outra pergunta, que é a questão das mudanças climáticas. Nós estamos vivendo um momento de incerteza no cenário internacional com as mudanças climáticas, que vão influenciar os nossos rios. Então, diante de uma incerteza de nós termos secas muito severas ou períodos de cheia muito grandes, que afetam a comunidade que vive nas proximidades do rio, o ideal é que nós tivéssemos um grande reservatório para podermos controlar essas mudanças que a natureza provavelmente vai proporcionar nos próximos anos.

Bom, há a pergunta do descompasso. O que acontece é o seguinte: quando foi planejada a usina eólica e o sistema de transmissão, os cronogramas foram estabelecidos para que as duas coisas acontecessem simultaneamente, tanto que vários empreendimentos eólicos entraram em operação com transmissão associada e estão produzindo energia.

Tivemos algumas poucas exceções, que a mídia divulga como sendo algo que – digamos –, de alguma maneira, descredencia a fonte eólica. São pontos localizados lá no Rio Grande do Norte. Por que no Rio Grande do Norte? Porque a região de João Câmara é a região mais favorável para a implantação de eólica no Brasil. Os melhores ventos provavelmente do mundo, depois da Patagônia, Argentina, estão lá no Rio Grande do Norte.

Então, a quantidade de eólicas que teve vitória nos leilões é imensa. Então, foi necessário fazer um sistema de transmissão de 500 kV, não foi nem um sistema de GG. Nós estamos fazendo isso e vamos eliminar esse gargalo, de maneira que possa entrar, e localizado na Bahia.

Por que aconteceu isso? Um pouco a gestão das empresas que foram responsáveis. Não quero entrar no mérito disso. Mas um motivo muito forte é a questão do licenciamento ambiental. O licenciamento ambiental das nossas linhas de transmissão está exigindo um tempo muito longo em alguns casos: o IPHAN, a

questão do Conama. Em suma, o licenciamento ambiental com uma série de exigências. Um empreendimento de uma linha de transmissão tem um impacto muito pequeno, mas há áreas de Mata Atlântica, há uma série de coisas com que nós temos que conviver.

Então, eu diria que o que aconteceu nesse descompasso são exceções em relação à regra, tanto que a maior parte das eólicas está gerando, entregando energia. Nós aprendemos nesse equívoco – digamos assim – e tomamos uma atitude de que somente vamos habilitar os projetos eólicos no Leilão A-3 aqueles que não demandem um sistema de transmissão em que possa ocorrer isso aí.

Então, nós estamos seguros de que isso que aconteceu não vai acontecer novamente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu pergunto a V. Ex^{as}...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, só para concluir o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – S. Ex^a o Senador Wilder Moraes, por favor.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Secretário, eu penso que esta Comissão de Infraestrutura é muito importante. E, quanto ao que foi relatado pelos colegas Senadores, eu creio que, no tocante a esses entraves em que os Ministérios se encontram, Presidente, seria importante que nós Senadores pudéssemos observar isso de perto, porque tanto a licença ambiental como o custo disso são da alçada do Governo.

Então, nesse caso do Rio Grande do Norte, imagine: está pronto. Hoje, o Governo está pagando por essa energia. Concorde, Secretário?

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – É na Bahia. Esse caso é na Bahia.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Na Bahia, está pagando pelo consumo...

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Está pagando energia porque o investimento...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Fez o investimento, e não há hoje a linha de transmissão. Eu penso que o Governo, num caso desses, deve ser mais duro com a solução dessas licenças ambientais, para que o País não perca mais ainda com investimento e com a falta de energia, de que hoje o mercado necessita.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – O licenciamento é federal e estadual também. Então, não há essa questão de dualidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Wilder Moraes.

Muito obrigado ao Sr. Secretário Dr. Altino Ventura Filho.

Passo a palavra agora ao Sr. Paulo Kev, especialista em recursos energéticos, para oferecer a sua resposta às indagações feitas.

O SR. PAULO KEV – Mais uma vez obrigado pela oportunidade de colocar alguns fatos novos nesta análise da questão energética. Na minha preparação para esta reunião importantíssima, eu busquei o foco em cima do custo, principalmente o custo energético e a perda do sistema. Então, sem desmerecer o trabalho e a defesa do Dr. Altino, com todo o respeito à história profissional dele, eu diria, bem resumidamente, que todo modelo energético hidrelétrico brasileiro tem 130 anos de história. Não é uma coisa que foi desenvolvida na semana passada nem no ano passado. O modelo elétrico e hidroelétrico tem 130 anos de história.

Então, falar que estão ainda buscando algumas soluções é um pouco de falta de história, porque o momento brasileiro é crítico em questões de energia, e não podemos ficar discutindo coisas de 130 anos atrás, que é o que ocorre no modelo elétrico.

Se nós colocarmos logística, vamos a questões de 140, 200 anos atrás. Então, o planejamento, com todo respeito, Dr. Altino, que está sendo feito hoje no Brasil reporta há quase 200 anos, com todo o respeito aos planejadores. Acredito que o momento seja muito sério para se voltar 200 anos na história.

No caso do petróleo também, cento e poucos anos atrás. Nós estamos investindo R\$700 bilhões em petróleo. O mundo, praticamente, já está fugindo dessa fonte, e nós vamos investir em petróleo. Hidroeletricidade, as reservas, como foi perguntado para o eminente Senador, a água é um custo altíssimo, a sazonalidade em todas as formas de geração já é explícita. Ou seja, os reservatórios das hidroelétricas não mais correspondem à expectativa de armazenamento prevista. O que ocorreu recentemente, em janeiro – com uma série de acertos para que a coisa se realinhasse em termos de planejamento, de consumo, não é nem de planejamento, já estamos direto no consumo – foi bastante explícito quanto à vulnerabilidade do sistema.

As barragens não conseguem mais guardar energia por três, quatro anos; no máximo um ano, seis meses. Com isso, vai-se perder o ciclo hídrico, pluvial. Com isso, vamos ficar tremendamente vulneráveis. Então, esse otimismo do Dr. Altino eu corroboro, gostaria de ser bastante otimista nesse sentido também.

A questão da água, a Coreia colocou muito bem, é o produto do futuro, é o produto principal que tem a civilização; não é do Brasil, mas do mundo. Nós não podemos colocar água à disposição para gerar energia. Não é uma questão de sim nem não. Não sou pró nem contra barragem ou hidrelétrica.

Existe um cálculo que o eminente Senador também questionou. A fórmula não é uma fórmula, é um roteiro de palestras. Tentei simplificar. Ali, colocamos a condição da eletricidade disponível na tomada em torno de menos de 20% em relação à potência hídrica nominal no pé direito da barragem. Não é uma perda de 5%, de 15%. É uma perda de quase 80% ou mais, porque a análise deve ser feita em cima do custo energético. Nós não podemos fazer um planejamento energético em cima de um custo financeiro. E o pior: não é nem custo, é perda.

Em 2002, houve uma autorização do Congresso em se apropriar a perda do sistema transformando em custo, na questão da tarifa. Isso onera de tal forma o consumidor final que inviabiliza a sobrevivência num país como ser humano. Empresarialmente, então, é impossível, porque o que era perda se tornou custo. Com isso, novamente, o custo Brasil.

Há um trabalho extremamente sofisticado que fiz, protocolei na consulta pública de eficiência energética. Lá, sim, tentei colocar em termos de fórmula, bem explícito, porque, sem a fórmula... V. Ex^a há de entender que é engenharia. Sou administrador e estou tratando da coisa aqui pelo lado do administrador, mas também há a parte da instrumentação nuclear, que conheço muito bem. Qualquer processo deve ter um *in* e um *out* que sejam plausíveis em termos de eficiência energética, ou que haja uma sinergia capaz de qualquer resultado ser maior do que a perda do sistema, porque qualquer processo energético tem a perda. O Dr. Altino colocou a perda pelo calor. Em qualquer sistema, existe isso, senão a primeira lei da mecânica e a segunda não estariam vigentes.

Então, tratarmos a questão da hidrelétrica como sendo a panaceia de solução energética do Brasil, com todo o respeito, já passaram 130 anos, e nós chegamos ao que chegamos e estamos literalmente, como se diz no mercado, Presidente, se o senhor me permite, vendidos energeticamente. E precisamos tomar providências urgentes. Essas providências partem pela rede inteligente, necessariamente, com muita inteligência, e não voltarmos aos processos de 130 anos.

Então, essa é uma questão que está bem clara.

E, para resumir a questão da fórmula, do roteiro que eu coloquei ali, a ideia é bem simples. Eu tenho uma potência hídrica nominal no pé da barragem. Eu tenho de derrubar aquela água, passar por uma turbina, gerar energia. Essa turbina vai gerar tantos *megawatts*. Ela vai percorrer dois mil, três mil quilômetros, e, ao chegar aqui, em Águas Claras, ela tem de fazer a quantidade de água subir para a caixa d'água dos prédios que estão aqui em Águas Claras, aqui do lado, que é um problema energético para o GDF.

A quantidade de energia que ela gera na queda ela não consegue praticamente transformar em riqueza, porque o que transforma alguma coisa em riqueza é a energia. O dinheiro ou o sistema financeiro é um representador da riqueza, é uma das fases da representação. Ele não é a riqueza em si, ele representa a riqueza, uma das formas de representar a riqueza.

Se não houver geração de energia não tem como o parque industrial brasileiro se remunerar suficientemente.

Coloca-se um produto aqui, no Goiás, e tenta-se colocar no porto, com a estrada, com todo o óleo diesel, que é queimado no caminhão, até chegar lá, gasta-se mais no transporte do que energeticamente se exporta. Existe a possibilidade, o estudo ou já estão praticamente implantando, do alcoolduto, etanolduto, que sai do Mato Grosso praticamente e corre até de São Sebastião.

Quanto se gasta de energia, em *megawatt*, para bombear esse álcool para milhares de quilômetros? Será que o álcool que vai ser exportado no navio tanque vai ser energeticamente correspondente a tudo o que nos pagamos, em termos hidrelétricos, para bombear esse álcool, até chegar lá?

Como sugestão, foi colocado por um dos Senadores... Qual é a sugestão que o Senado poderia dar neste momento? Qual é a ação prática, efetiva, para se chegar a resultados efetivos, energeticamente? Colocar uma análise energética dos processos de geração, transmissão e distribuição de energia. E não uma análise puramente financeira. Aí, sim, nós seremos capazes de dizer: bom, essa usina vai gerar 11 mil *megawatts*, mais ou menos o nominal de Belo Monte, mas, efetivamente, na tomada de qualquer residência no Brasil, vai chegar a quê? A 20% dessa energia? Primeiro, pela sazonalidade. Todas as fontes hoje estão caminhando para a sazonalidade. O sistema de armazenamento de longo prazo já existe, de certa forma. Carvão é um sistema de armazenamento; petróleo é um sistema de armazenamento. São todos clássicos. Não existe novidade nisso.

O que importa é transformar em um vetor chamado energia elétrica. E esse vetor energia elétrica tem de transitar de forma, como chamamos no mercado, *spot*, à vista. Eu preciso da energia agora. E não adianta eu economizar para três, quatro anos à frente, quando ele não dura seis meses.

Então, a questão é uma mudança de paradigma, é uma mudança de forma de planejamento, que não desmerece nenhum planejamento anterior, não desmonta o que está aí, mas agrega um valor significativo, por conta das mudanças de tecnologias em todas as instâncias, desde as formas de consumo residencial –

e também da microgeração – até as Itaipus, Tucuruís e assim por diante, porque desmontar uma hidrelétrica é tão danoso quanto montá-la. E aí é uma questão energética; não é uma questão de meio ambiente, do Ibama ou indígena.

Então, a sugestão, como solução – foi-me perguntado aqui pelo pessoal da Internet –, o que isso vai impactar na vida do ser humano, nas famílias. Vai se cortar o custo de 805 que o Brasil paga. Todas as empresas concessionárias de energia estão, literalmente, vendidas pelo seu patrimônio, não é mais nem financeiramente, porque o financeiro é uma das partes do patrimônio.

Obrigado.

Bom, a pergunta, então, do internauta é como o mundo, como o Brasil vai se ver com restrição de matérias-primas de todas as ordens e se essas aspirações das famílias, que é o grande problema de sobrevivência hoje, vão se atender por conta do planejamento energético. Ou seja, temos que buscar a solução via análise energética do processo pela engenharia, pelos sistemas convencionais. Existem processos extremamente consolidados de análise desse tipo. E, com isso, obviamente, o impacto econômico vai ser a grande sustentabilidade das pessoas, das famílias e, por consequência, da sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Dr. Paulo Kev, especialista em recursos energéticos, pelas suas respostas.

Temos aqui mais perguntas de internautas, também dirigidas ao Dr. Altino: “O que o Governo pretende fazer num curto período de tempo em relação à energia sustentável?” Se não seria melhor privatizar o sistema hidrelétrico no País. Pergunta se, assim, o atendimento não seria melhor. Segundo ele, no Estado de Pernambuco, o sistema elétrico é privatizado e funciona muito bem.

Eu gostaria que o Dr. Altino confirmasse essa informação.

Essa pergunta é do Sr. Antônio da Silva Cavalcanti, da Fazenda Juá, em Cabrobó, Pernambuco.

Outra pergunta: “Qual o potencial hidrelétrico dos rios que causam enchentes anuais?”

Talvez essa seja uma pergunta difícil de ser respondida. Não sei.

O cidadão, no caso, Digno Campos Filho, de Barreiras, Bahia, aponta a necessidade de se respeitar o meio ambiente na construção de hidrelétricas. Segundo relata, as empresas responsáveis pela construção das hidrelétricas interferem na desova dos peixes. Assim, acredita que deveria ser obrigatória a construção de

escada no leito do rio para que os peixes consigam subir para a desova.

Enfim, fundamentalmente, essa questão em relação à energia sustentável, que passa por essa questão dos peixes, e a outra em relação a essa privatização do sistema elétrico no Estado de Pernambuco.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Bom, em relação à questão da energia sustentável, as políticas do Ministério de Minas e Energia enfoca dois aspectos distintos.

Pelo lado da demanda, os nossos programas de eficiência energética. Quer dizer, um uso mais eficiente da energia em nível dos consumidores, com rendimentos mais favoráveis, etc. Isto pelo lado da demanda.

Pelo lado da oferta, é a priorização das chamadas energias renováveis, em que o Brasil tem uma grande quantidade de opções de fontes renováveis, e essas fontes renováveis planejadas e projetadas de uma maneira ambientalmente bem inseridas nos locais em que elas se encontram. No caso das hidrelétricas, já discutimos bastante esse aspecto.

Isso tudo dentro do conceito de um melhor uso dos recursos naturais do Planeta, no caso do Brasil, no que diz respeito aos usos energéticos, dentro do conceito do desenvolvimento sustentável.

Então, essas seriam as políticas adotadas para nós termos uma energia sustentada.

Em relação à questão da privatização, eu diria que a pergunta fez referência à privatização do sistema hidrelétrico, das usinas hidrelétricas.

Bom, o Brasil tem grandes usinas hidrelétricas, assim como tem usinas médias e usinas pequenas. No mundo inteiro não existe nenhuma experiência de privatização de grandes hidrelétricas, inclusive nos Estados Unidos. Os Estados Unidos têm grandes hidrelétricas no Vale do Tennessee, que são empreendimentos de uso múltiplo dos recursos hídricos. Pois bem, essas grandes hidroelétricas pertencem ao Estado, nem se fala em privatizar. Elas são mantidas e administradas pelo Governo, na medida em que o uso do recurso hídrico é mais do que o uso da hidroelétrica. Então, não existe experiência de privatização. Isso não quer dizer que as usinas hidroelétricas que estamos construindo não possam ter uma participação privada importante e, de fato, isso está ocorrendo através das chamadas SPEs, as Sociedades de Projetos Específicos, não só para a geração hidroelétrica, como geração térmica, como transmissão.

A privatização a que ele se referiu, no Estado de Pernambuco, é a privatização da distribuição de energia. Não temos nada contra isso. A experiência brasileira mostrou que em vários locais essa privatização teve resultados extremamente positivos, mas essa privati-

zação está voltada para a questão da distribuição da energia elétrica.

No que diz respeito à geração e transmissão, volto a dizer, a experiência brasileira com a associação do setor estatal ao setor privado tem tido um sucesso muito grande. A viabilização das Usinas do Madeira, do Xingu e futuramente do Tapajós – são grandes hidroelétricas – passa por essa Parceria Público-Privada, onde o Estado e o setor privado entram com as suas competências. O resultado tem sido extremamente positivo. Isso não quer dizer uma privatização das grandes hidroelétricas existentes no nosso sistema, porque elas pertencem às empresas do Grupo Eletrobras, da Cemig, de Furnas e outras empresas, que são empresas de controle estatal. Em relação à questão dos peixes...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Em relação à questão de Pernambuco, ele diz especificamente, desculpe-me, se não seria melhor privatizar o sistema hidroelétrico no país. V. S^a respondeu à pergunta. Ele continua: se o atendimento não seria melhor, porque no Estado de Pernambuco, o sistema elétrico é privatizado. Ele é de Cabrobó. Eventualmente, não seria possível que tivesse um pequeno CPH ali e ele esteja confundindo hidroelétrica com CPH?

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Não, porque no Estado de Pernambuco não tem pequenas centrais. O que ele está referindo aí é o sistema de distribuição, que é a Celpe, que foi privatizada. Na experiência de privatização na distribuição, nós temos empresas estatais muito eficientes na distribuição e temos empresas privadas também eficientes. Então, é um processo, uma decisão...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Está bem explicado.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – E tem a questão dos peixes...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Na questão dos peixes, em relação a esse sistema, que seria obrigatório... Senador Jayme Campos, eu gostaria que V. Ex^a, por gentileza, ouvisse a pergunta de um internauta de Barreiras, na Bahia. Ele aponta a necessidade de se respeitar o meio ambiente nas construções de hidroelétricas. Segundo ele relata, as empresas responsáveis pela construção das hidroelétricas interfere na desova dos peixes. Assim, acredita que deveria ser obrigatória a construção, no leito dos rios, para que os peixes consigam subir para a desova. O Sr. Secretário vai responder.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Veja, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/Rima) de uma hidroelétrica, porque a hidroelétrica introduz uma barragem no rio e ela cria uma dificuldade para a questão da migração de peixes. Essa é uma discussão que está sempre

presente no estudo de viabilidade ambiental. A experiência brasileira mostra que praticamente em quase todas as usinas têm a escada de peixe, ela se torna necessária. Por exemplo, a experiência de Itaipu é muito positiva, porque Itaipu tem uma queda de 120 metros, provavelmente a maior escada de peixe que o mundo construiu até agora. Inclusive, antes da construção de Itaipu, tínhamos a de Sete Quedas, que era uma impossibilidade de os peixes subirem, porque os peixes, para fazerem a desova, eles têm de se exercitar, eles têm de migrar no rio, a fêmea precisa se exercitar para que o processo da natureza se produza da maneira mais eficiente. Antes de Itaipu os peixes chegavam à Sete Quedas e não podiam continuar subindo. A escada de peixes de Itaipu está permitindo que os peixes subam os 120 metros e consigam passar além de Foz do Iguaçu, criando uma condição até mais favorável para isso. Em todas as barragens em que existe o problema do peixe – no rio Madeira, foi uma das grandes discussões que ocorreram –, a escada de peixe é um instrumento importante para permitir esse equilíbrio da natureza no processo de reprodução dos peixes daquele rio. Então, esse é um projeto que faz parte das usinas hidrelétricas, chamado Escada de Peixe”.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Altino.

O interessante é que essa pergunta veio de Barreiras, na Bahia. Lá há uma colonização gaúcha grande, e também de paranaenses.

Bom, gostaria de, em nome de todos os integrantes desta Comissão, das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, agradecer a participação do Dr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia; e do Dr. Paulo Kev, especialista em recursos energéticos, pela importante contribuição aqui oferecida neste ciclo de debates que estamos realizando, tentando – pelo menos, vamos ver se a partir de agora ainda mais objetivamente – levar aos nossos debates sobre a questão “Investimento e Gestão: Desatando o Nó Logístico do País” os gargalos que aqui existem.

Vamos procurar ser mais específicos nas nossas audiências.

Agradecemos a participação de V. S^{as}, que foi de muita valia para todos nós e nos abriu outros horizontes em relação ao debate, em relação à utilização do uso da água com racionalidade para a produção de energia elétrica. Muito obrigado a V. S^{as}. Sejam sempre muito bem-vindos a esta Comissão.

A segunda parte da reunião trata da Mensagem nº 13, de 2013, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. José Gutman para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo.

Não está presente o Relator e é praxe que este sempre esteja presente nesse momento.

Pergunto a V. Ex^{as} se nós suspendemos essa segunda parte da reunião de hoje e passamos essa sabatina para outro dia ou se posso indicar um Relator *ad hoc* para que façamos ainda hoje essa oitiva. Indago a V. Ex^{as}.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Vamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Vamos fazer.

Então, indico S. Ex^a o Senador Jayme Campos como Relator *ad hoc* da indicação do Sr. José Gutman para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo.

Por deliberação tomada por este plenário, passamos à parte segunda de nossa reunião deliberativa.

ITEM 1

MENSAGEM (SF)

Nº 13, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor JOSÉ GUTMAN para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria Ad Hoc: Senador Jayme Campos

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. *Arguição do indicado, conforme art. 2º, IV do Ato nº 1, de 2009-CI (Redação dada pelo Ato nº 4, de 2013-CI)*

2. *No dia 03/04/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme art. 2º, §2º do ato supracitado*

Gostaria, antes de convidar o indicado para tomar assento à Mesa, de registrar a presença, aqui no plenário, da Sr^a Diretora-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), da Dr^a Magda Maria de Regina Chambriard, do Diretor Florival Rodrigues Carvalho e do Diretor Helder Queiroz Pinto Júnior.

Desejamos a V. S^{as} as boas-vindas a esta Comissão e convido agora que tome assento à Mesa o Dr. José Gutman, indicado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Seja V. S^a bem-vindo a esta Comissão.

Convido agora o Sr. José Gutman, indicado para a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, para fazer a sua exposição.

V. S^a tem o tempo de 15 minutos para fazê-la.

O SR. JOSÉ GUTMAN – Ex^{mo} Sr. Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Ex^{mos} Srs. Senadores, Diretores da ANP aqui presentes, senhoras e senhores, muito bom dia, quero iniciar, dizendo que, para mim, é uma honra muito grande comparecer perante esta Comissão, como parte no processo democrático de obter do Senado Federal a anuência para uma indicação, vinda do Poder Executivo. Para qualquer cidadão, especialmente para quem chega até aqui, é motivo de orgulho ver de perto o funcionamento da nossa democracia.

Buscarei, nos próximos minutos, transmitir a V. Ex^{as} um apanhado da minha trajetória profissional, bem como abordar alguns pontos que julgo importantes, relacionados à ANP e ao seu papel na sociedade e na economia brasileiras.

Sou graduado em Engenharia Elétrica, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e também em Direito, pela Universidade Cândido Mendes. Tenho mestrado em Planejamento Energético, pela Coppe-UFRJ e especialização em Economia da Regulação, pelo Instituto de Economia, também da UFRJ.

Em 2005, fui aprovado no primeiro concurso da ANP, no cargo de especialista em regulação, mas antes já trabalhava como temporário desde 1999. Portanto, estou próximo de trabalhar 14 anos de casa. Ao longo desse período, fui Superintendente Adjunto de Participações Governamentais e, nos últimos cinco anos, tenho chefiado essa área.

Na Superintendência de Participações Governamentais, gerencio uma equipe composta de 17 pessoas, cujas atividades essenciais são voltadas para o cálculo, controle, auditoria e distribuição das participações governamentais na produção do petróleo e gás natural.

Em 2012, a produção de petróleo e gás no Brasil rendeu aos cofres do Tesouro o montante de R\$31.7 bilhões...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com a licença do Sr. José Gutman, pela ordem S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, tendo em vista que este relatório já foi feito pelo ilustre companheiro Senador Valdir Raupp, entretanto, por força regimental, obrigatoriamente, V. Ex^a tem que designar um relator *ad hoc*, tendo em vis-

ta que está sendo sabatinado o Sr. José Gutman, mas solicito a V. Ex^a que já, com a devida vênua, abrimos também o processo de votação para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão.

Solicito aos demais companheiros que esse processo já comece a ser votado, pelo fato de que a Comissão já esteja esvaziada daqui a pouco, e não teremos número suficiente, para apurarmos aqui e darmos condições ao sabatinado de ser votado. Então, faço esse pleito a V. Ex^a, para que possamos abrir a fim de deflagrarmos o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Senador Jayme Campos. Consulto às Sr^{as} e aos Srs. Senadores sobre a possibilidade de darmos início ao processo de votação, conforme a solicitação de S. Ex^a, o Senador Jayme Campos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está aberto o processo de votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que fazer uso do voto podem começar a fazê-lo a partir de agora, buscando a cédula aqui na Mesa. (*Pausa.*)

Retomando a palavra o Sr. José Gutman, indicado para a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O SR. JOSÉ GUTMAN – Em 2012, o produção de petróleo e gás no Brasil rendeu aos cofres do Tesouro o montante de R\$31.7 bilhões, assim distribuídos os 15.6 bilhões de *royalties*, 15.9 bilhões de participação especial, que, como sabem V. Ex^{as}, é a modalidade de *royalty* aplicável a campos com grandes produção.

Além disso, foram arrecadados R\$198 milhões, a título de pagamento pela ocupação ou retenção de área, com exploração e produção de petróleo e gás.

Permitam-me recordar aqui que o modo como esses recursos são repartidos entre municípios, Estados e União é – e digo isso com grande alívio – a tarefa de V. Ex^{as} juntamente com a Câmara dos Deputados. À ANP compete o trabalho estritamente técnico de calcular, monitorar, controlar e auditar os montantes pagos pelas empresas produtoras a título de *royalties* e participações especiais.

Dentro da minha experiência na SPG, na Superintendência, coordenei ainda a atualização de diversas normas, como a de proprietário de terra em 2007, a do preço de referência do gás natural em 2009, a de volume de gás para participação especial em 2010 e a de preço mínimo do petróleo em 2011.

Sendo o petróleo e o gás setor com certo grau de sensibilidade e de impacto para a nossa sociedade brasileira, procuro sempre pautar-me a conduta pro-

fissional pela transparência, característica, aliás, que tem sido uma linha mestra na atuação da ANP. Assim, a Superintendência que chefiou já vem divulgando há bastante tempo, periodicamente, no sítio de Internet da ANP os resultados dos cálculos e distribuição das participações governamentais e os principais dados relevantes para a sua apuração.

A indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis é, como todos sabem, muito ampla, envolvendo inúmeras atividades e milhares de agentes. Só para citar alguns números: são mais de 70 empresas, atuando na exploração e produção, 17 refinarias, mais de 200 distribuidores e cerca de 40 mil revendedores varejistas de combustíveis líquidos.

A amplitude do trabalho da ANP engloba áreas tão diferentes quanto estudar a geologia e a geofísica das bacias sedimentares brasileiras e alimentar bancos de dados, licitar blocos para exploração e produção, aplicar as regras de conteúdo local e de investimento em pesquisa e desenvolvimento, zelar pela segurança operacional nas plataformas e também nos pontos de revenda de combustível, determinar e fiscalizar padrões de qualidade de combustíveis, assegurar o abastecimento nacional de combustíveis, calcular e fiscalizar o pagamento de todos os tipos de *royalties*.

As atribuições legais da ANP cobrem esse universo de atividades do ponto de vista de regulação e da fiscalização, como bem conhecem V. Ex^{as}, o escopo do trabalho da Agência pode ser dividido em duas vertentes principais: uma, abrangendo as áreas de pesquisa, exploração e produção, chamado *Upstream*; e a outra, cobrindo o refino, abastecimento e transporte de combustíveis, o que a indústria chama de *Downstream*. Em ambas vertentes, a ANP atua por meio de estabelecimento de normas e padrões amplamente divulgados.

Sempre que cabível, a ANP promove consultas e audiências públicas, análises técnicas e jurídicas, iniciativas que permitem a elaboração de regras claras, justas e estáveis, propiciando um ambiente saudável de investimento.

Por outro lado, a ANP busca aplicar com rigor tanto as normativas aprovadas com cuidadosa imparcialidade por sua diretoria colegiada quanto a legislação federal vigente.

A Agência se esforça para ouvir empresas e consumidores e mantém abertos os canais de comunicação com a sociedade brasileira, tais como um centro de relação com consumidores e sítios de Internet constantemente atualizados. E não poderia atuar de outra forma, mas a Agência tem sempre como diretriz máxima o cumprimento fiel do que lhe é determinado no ordenamento jurídico do País.

Nesse contexto, quero adiantar a V. Ex^{as} que, nas próximas semanas, será publicada a agenda regulatória da ANP, documento que indica as atividades de regulamentação que ANP intenciona regularizar em 2013/2014. Isso permitirá maior previsibilidade na ação regulatória e, conseqüentemente, maior efetividade na participação do mercado e da sociedade desses temas, concorrendo para o aumento da transparência, da qualidade e da eficiência do processo regulatório, além de representar um passo significativo na direção de um modelo de gestão estratégica.

O aprimoramento das tarefas de regulação e fiscalização da ANP é uma boa meta por si só, mas adquire importância crucial, quando se examina o cenário do petróleo e do gás no Brasil nos próximos anos. Conforme tive a oportunidade de ressaltar em duas audiências públicas de que participei no Senado Federal, em março passado, relativas à Medida Provisória nº 592, de 2012, nossos estudos indicam que a produção brasileira saltará de 2.2 milhões barris por dia, em 2013, para o dobro desse patamar, em 2020.

O pré-sal já é uma realidade. A produção atual do pré-sal já está no patamar de 300 mil barris por dia, oriunda de campos de Lula, Baleia Azul, Sapihoá, entre outros. Estima-se que, nos próximos dez anos, a demanda por bens e serviços relacionados a petróleo e gás seja de aproximadamente 400 bilhões de dólares, em boa parte decorrente da nossa política de conteúdo local. Em relação a esta, inclusive, analisando os últimos 10 anos, verifica-se a presença de estaleiros desde o Nordeste até o Sul, trabalhando para a indústria de petróleo e gás natural.

Esse futuro promissor começa a ganhar mais força, agora, em maio. Nos dias 14 e 15 de maio, será realizada a 11ª Rodada de Licitação. Serão ofertados 289 blocos em 23 setores, totalizando cerca de 156 mil km², distribuídos em 13 bacias sedimentares. Dos 289 blocos, 166 estão localizados no mar, sendo 94 em águas profundas, 72 em águas rasas e 123 em terra.

Por determinação da Senhora Presidenta da República, essa rodada focaliza 10 Estados do Norte e do Nordeste e o Espírito Santo. O objetivo dessa rodada é promover o conhecimento das bacias sedimentares, desenvolver a pequena petrolífera e fixar empresas nacionais e estrangeiras no País, dando continuidade à demanda por bens e serviços locais, geração de empregos e distribuição de renda.

Para alcançar esses objetivos, a ANP mantém aplicação de regras de conteúdo local que possibilitam o fortalecimento de fornecedores de bens e de serviços. A oferta de ares, no Norte e Nordeste, contribuirá ainda para a redução das desigualdades a partir da descentralização da produção de petróleo e gás no

País, incentivando o crescimento da indústria petrolífera em regiões em que este segmento é inexistente ou incipiente.

Em final de outubro, há previsão de ocorrer a 22ª Rodada de licitações, que enfocará a exploração de gás em terra, e, em novembro, há a previsão de acontecer a 1ª Rodada do Pré-Sal.

Em suma, o aumento da produção, a retomada das rodadas, a fiscalização decorrente também do contrato de partida em adição ao de concessão, entre outros motivos, tudo isso amplia o papel da ANP, no que tange à sua finalidade de promover a contratação, regulação e fiscalização das atividades integrantes da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis.

Nesse contexto, é importante fortalecer a capacitação e o desenvolvimento das competências dos servidores da ANP. Somente com o fortalecimento do quadro de servidores da ANP, esta poderá atuar num nível de excelência que a sociedade espera.

Procurei, nesta breve apresentação, transmitir um pouco da minha experiência profissional, fortemente baseada no chamado *Upstream* e também abordar alguns aspectos relevantes à atuação da ANP.

Estou plenamente consciente dos desafios que o exercício que um cargo de diretoria na ANP traz a qualquer cidadão. Quero crer, no meu caso, que V. Ex^{as} possam levar em conta não somente algum mérito acadêmico nos 12 anos de universidade – duas graduações e mestrado – e profissional, nos quase 14 anos de carreira na Agência, mas espero que tenham presentes a minha inabalável confiança no potencial do Brasil e, principalmente, o meu integral empenho em corresponder à confiança que V. Ex^{as} ajam por bem depositar, ao apreciarem a honrosa indicação que recebi da Senhora Presidenta da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. José Gutman, pela exposição que faz à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Passo a palavra à primeira Senadora inscrita para os nossos debates, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar o Dr. Gutman e a Presidenta da ANP, que está conosco, a Sr^a Magda Chambriard, assim como todos os diretores aqui presentes. Recebam todos os meus cumprimentos.

Sr. Presidente, quero dizer o quanto estávamos todos esperando pela 11ª Rodada. É importante para um setor, que é fundamental para a economia brasileira, não só por conta do pré-sal, mas pela capacidade de ajudar no desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas do País.

No primeiro momento, no primeiro edital, o Estado do Amazonas, por exemplo, não estava incluído nessa 11ª Rodada e agora está. O que me preocupa são as inúmeras críticas que tenho ouvido recentemente em relação não só à postura da Petrobras, que é a empresa, de todas, a mais importante, um símbolo do nosso País, e que tem ajudado muito no nosso próprio processo de desenvolvimento. São críticas muito fortes em relação à saúde financeira da empresa, ao seu futuro e ao próprio segmento de petróleo.

Li com muita atenção num dos periódicos – acho que foi no jornal *O Globo* –, que divulgou, quase na íntegra, o resultado de um seminário importante, que aconteceu recentemente, no Rio de Janeiro, na Fundação Getúlio Vargas, com a participação da Fundação Getúlio Vargas e da Petrobras, mostrando um cenário muito diferente daquelas críticas que temos ouvido no dia a dia.

Uma das críticas que me preocupa muito está relacionada a essa 11ª Rodada, no sentido de que em torno de 30 bilhões de barris, ou seja, a Petrobras não teria condições de ter uma participação tão importante e significativa como teve nas rodadas anteriores. Isso representaria algo muito ruim para o Brasil.

Aqui no Senado, tem havido alguns discursos que repetem isso, utilizando inclusive críticas feitas pelo próprio movimento sindical do setor. Já vejo de forma diferente. Há pouco tempo, a Dr^a Magda fez uma apresentação e mostrou que 7% da nossa capacidade ou do território brasileiro foi estudado e é conhecido. Sete por cento, Presidente Collor!

Então, é óbvio que, quando se faz uma rodada de leilão é para se fazer estudos, é para se propiciar que estudos em relação ao território, em relação à oportunidade ou não de ter petróleo possa ser desenvolvida e realizada por empresas públicas e parcerias entre empresas públicas e outras.

Vejo essa rodada como algo muito importante. Queria ouvir algo a respeito. Sei que o senhor falou muito a respeito disso, mas que abordasse sob o aspecto de quanto isso pode contribuir para o desenvolvimento do nosso País, porque quanto mais desenvolvida for a atividade de petróleo, mais recursos públicos teremos para o País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senadora Vanessa Grazziotin.

Gostaria de fazer uma pergunta, antes de dar a palavra a S. Ex^a, o Senador Wilder, ou o Senador Jayme, ou o Senador Ivo, V. Ex^{as} estão aqui inscritos. Gostaria que o Sr. José Gutman nos colocasse, sobretudo para aqueles que estão nos assistindo, o que

é exatamente uma agência reguladora, qual a finalidade para a qual ela foi criada e as suas atribuições específicas, no caso da ANP.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente. É com alegria que quero aqui deixar meu abraço. Não pude estar presente antes porque tinha compromisso fora, mas eu quero aproveitar esta oportunidade, já que estamos aqui votando, escolhendo o Sr. José Gutman para a Agência Nacional do Petróleo, para dizer que tenho uma preocupação, Sr. José.

Infelizmente, hoje, a nossa Petrobras, eu não sei se foi propaganda falsa que fizeram no passado, porque enganaram a população, criaram uma expectativa, compraram empresa falida, quebrada, a exemplo dos Estados Unidos. Nós tivemos um prejuízo de US\$1 bilhão. Uma empresa que foi comprada por 46 milhões, e, por incrível que pareça, ainda tem diretores que fazem parte da Petrobras, que eram responsáveis pela negociação no exterior.

Não é diferente, lendo matérias agora e acompanhando, a situação da Petrobras na Argentina. Quer dizer, o Brasil investe milhões, milhões e milhões para ser independente na produção de petróleo e, infelizmente, estamos com o pires na mão pedindo esmola para bacaninha de outros países. É triste isso, e a gente vê a propaganda de que a produção aumentou tantos barris, aumentou tanto isso, tanto aquilo... Preocuparam-se os responsáveis por essa área em investir em outros países, quando, lógico, no pré-sal é caro para poder investir, para poder ter o resultado, mas está tendo resultado. Mas, ao mesmo tempo, a nossa maior preocupação é quanto ao nosso patrimônio, são os acionistas que acreditaram na propaganda de uma Petrobras saudável. Por mais que ela seja saudável hoje, os acionistas todos estão no prejuízo e estão vendendo a preço de banana ou algum acordo no exterior. Tanto que, no final do ano, na Comissão de Fiscalização e Meio Ambiente, fiz requerimento solicitando a presença do ex-Presidente da Petrobras, o Gabrielli; fiz também a solicitação em audiência para a presença do diretor que cuidava no exterior. Vou refazer esses requerimentos na próxima semana para que eles venham dar explicação ao povo brasileiro, uma vez que nós, Senadores, representamos o povo.

Portanto, eu já votei. Estou favorável a sua indicação; votei “sim” – não tenho problema nenhum, não tenho por que esconder o voto; mesmo que seja secreto, mas já fui provocado pelo nobre colega –, esperando que o senhor consiga colocar ordem na casa lá, para pelo menos fiscalizar e impor, porque ninguém quer que se faça CPI, ninguém quer que fiscalize. Até parece que estão acobertando alguma coisa. Parece

que todo esquema podre que existe está dentro desse sistema da Petrobras, e isso é inaceitável. Como brasileiro e como Senador da República, é inaceitável aquilo a que estou assistindo, o que estou vendo fazerem com a Petrobras.

Era isso que eu queria falar. Desculpe-me a franqueza, mas eu sou muito prático e objetivo. A nossa Petrobras, infelizmente, está virando frangalho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Ivo Cassol.

Indago se há mais algum Senador que gostaria de fazer alguma pergunta. (*Pausa.*)

S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, o Ivo está aqui me induzindo para falar mal da Petrobras também.

Mas, Sr. Presidente, quero solicitar a V. Ex^a, tendo em vista que imagino não ter mais ninguém para fazer alguma indagação ao sabatinado, se for possível, encaminharmos ainda hoje ao Plenário da Casa o nome do Dr. José Gutman, para ser votado pelo colegiado. Se V. Ex^a encaminhar para a Mesa Diretora do Senado, a Presidência vai definir a data. Imagino que, se houver boa vontade também, na semana que vem podemos quebrar o interstício e o nome dele ser votado, naturalmente, por aquele Colegiado.

É o apelo que faço a V. Ex^a, pelo fato de que quase é uma praxe aqui nas comissões temáticas desta Casa encaminhar os nomes dos sabatinados. Se for possível, V. Ex^a encaminharia os nomes para a Mesa Diretora, na parte da tarde, e ali seria pautado pela Presidência.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Jayme Campos, eu lhe responderei em seguida. Antes ouvirei S. Ex^a o Senador Ivo Cassol, pela ordem.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só para retificar aqui uma posição do meu colega, Senador Jayme Campos. Na verdade, eu não falei mal da Petrobras. Eu falei mal dos gestores da Petrobras, incompetentes, desonestos, corruptos, malandros, sem-vergonha, que passaram por aí e sangraram os cofres da Petrobras. Em nome dessas pessoas, quero que seja apurado. A Petrobras é nossa. Infelizmente, são alguns incompetentes e desonestos que passam por ela.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado, Senador Ivo Cassol, pela sua contundência, pela sua sempre objetividade. Muito obrigado a V. Ex^a pela sua participação, Senador Ivo Cassol.

Em relação à solicitação feita por S. Ex^a o Senador Jayme Campos, teríamos que esperar primeiro

a apuração dos lotes para, depois, tomarmos alguma posição, mas, muito obrigado a V. Ex^a, Senador Jayme.

Passo agora a palavra ao Sr. José Gutman, para oferecer respostas às alegações formuladas pela Sr^a Senadora Vanessa Grazziotin e pelos Srs. Senadores.

O SR. JOSÉ GUTMAN – Em relação à pergunta da Ex^{ma} Sr^a Senadora Vanessa Grazziotin, a 11^a rodada de licitação também foi muito esperada pela ANP, e vai se realizar. Setenta e uma empresas já manifestaram interesse em participar. O processo encontra-se na fase de credenciamento delas, efetivamente, de aprovação, de qualificação. Então, a expectativa é grande.

Como falei, são 13 bacias sedimentares e 11 Estados para descentralizar o quadro de produção. O Brasil é muito grande. Menos de 5% das áreas de bacias sedimentares brasileiras estão contratadas. Então, existe um potencial grande em relação a isso.

Em relação, especificamente, à Petrobras, é importante dizer que o cargo para o qual sou indicado, diretor da ANP, não me permite, digamos, avançar em determinados temas, como a saúde da empresa ou se ela teria condições ou não de participar da 11^a rodada. Eventualmente, ela vai participar, se manifestou interesse, e será qualificada.

A indústria do petróleo é muito grande. Oferta e potenciais existem, desde pequenos campos em terra até o pré-sal em águas profundas, este obviamente para empresas de grande porte, porque podem investir num poço de dezenas de milhões de dólares, e áreas de novas fronteiras. O Brasil, um país continental, um país com muitas oportunidades, com diversas bacias sedimentares, permite um portfólio bem amplo para empresas pequenas, médias e grandes.

A Petrobrás, até por conta da cessão onerosa, foi cedida a ela, onerosamente, cinco bilhões de barris de óleo equivalente. Para uma empresa de petróleo, ainda mais de grande porte como a Petrobras, o importante é ter acesso ao recurso petrolífero, e isso, com a cessão onerosa e com a carteira de projetos que ela já tem, é importante garantir.

Não consigo avançar muito mais em relação a críticas à Petrobras, e já respondendo também à pergunta do Senador Ivo Cassol, embora, ao responder à pergunta do Senador Fernando Collor, eu também vou pontificar um pouco o papel da Agência, o que ela tem feito em relação a atender a Petrobras na parte de produção.

V. Ex^a o Senador Fernando Collor me perguntou o papel da ANP. A ANP contrata, regula e fiscaliza as atividades integrantes da indústria do petróleo, gás natural e biocombustível. Então, na parte de contratação, por exemplo, ela primeiro leva a licitação, obviamente determinada pelo CNPE, os blocos exploratórios. Pri-

meiro, faz estudos, pesquisas, inclusive com muitas universidades, porque, por exemplo, quanto à Bacia de Campos, à Bacia de Santos, já se tem muita informação, já há muitas empresas. Mas existem outras bacias sedimentares que, se a ANP não tomar a dianteira para fazer um levantamento inicial de geologia e geofísica, pode ser que haja muito petróleo e gás lá, mas que não haja interesse inicial do investidor para tomar esse passo inicial. Então, a ANP tem esse papel primeiro de pesquisa, de contratação, etc.

Uma vez determinadas as bacias, as áreas de concessão, leva-se a licitação, os vencedores da licitação assinam os contratos de concessão com a ANP, e aí começa a exploração e a produção de petróleo.

Na exploração, ao se fazerem levantamentos de geologia, a ANP tem justamente esse papel de regular e de fiscalizar todo acompanhamento do contrato de concessão. Então, dentro da perfuração do poço, é preciso pedir licença à ANP. Perfura-se o poço exploratório, acham-se indícios de petróleo ou gás, há que se avaliar se aquela descoberta é comercial; uma vez descobrindo, declara-se a comercialidade; declarando-se a comercialidade, o concessionário apresenta um plano de desenvolvimento, ou seja, como é que o concessionário planeja desenvolver aquela jazida, aquela descoberta. Ela está lá embaixo do subsolo e ela tem que vir à terra.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – O senhor permite só uma participação?

O SR. JOSÉ GUTMAN – Claro, claro.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Se o Presidente permitir...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Por favor, pela ordem, com a palavra, o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Quero dar um exemplo da Bacia de Urucu, no Estado do Amazonas...

Nós temos um parque térmico em Porto Velho, instalado pelo próprio Governo Federal, e há dois usos de combustíveis: o gás e o diesel, que não é bem o diesel: é outro tipo de produto parecido com o diesel. E eu queria entender por que – e aí não sei se seria da sua alçada – a Petrobras, por que a ANP não viabilizou até agora.

Demorou anos e anos para levar o gás para o Estado do Amazonas, deixando o Estado do Amazonas em situação precária de energia elétrica, dependendo de motores, parque térmico, no passado – está aqui a Senadora Vanessa, que acompanhou a escuridão que ficou –, e até hoje eu não vejo perspectiva de aproveitar nossa riqueza, enquanto nós temos no solo o que é

muito mais barato, muito mais econômico, muito mais viável para se tirar e produzir e gerar...

Está hoje: o Brasil vive num apagão. Não está num apagão, mas já houve. Tem 18 mil MW de geração térmica, com combustível. Porto Velho, Rondônia, participa com 406 megas. Está ligado no sistema. Por que não viabilizar a utilização desse gás para nós podermos aproveitar? Sem contar que também existe gás na divisa com o Acre, na Ponta do Abunã. Há vários poços no Amazonas em que foram feitas perfurações em que constataram gás, e não é de hoje: é de muitos anos atrás.

Eu queria saber qual é o esquema que há dentro desse sistema que faz com que, infelizmente, nós continuemos com o pires na mão. Quer dizer, não é só pelo lado da Petrobrás, Presidente, mas também nessa outra situação que vivemos no Amazonas. Eu sou de Rondônia, sou Senador pelo Brasil, mas sou de Rondônia, e nós estamos lá o tempo inteiro tentando viabilizar o gasoduto até Porto Velho, para também utilizar em frota de táxis, para diminuir custos, e não conseguimos. Não conseguimos. Eu quero entender a situação, porque citar ele cita; a Petrobras tem; é obrigatório fazer, mas não acontece. Eu sei que vem questão ambiental, vem interesse disso, interesse daquilo. Agora, por que – daí vem o outro lado – para fazer investimento fora o pessoal tem interesse? Fazer investimento onde os “caras” podem fazer “cambiocós” os “caras” fazem! E, aqui, nós não podemos aproveitar a nossa própria riqueza!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Ivo Cassol.

Passo novamente a palavra ao Sr. José Gutman.

O SR. JOSÉ GUTMAN – Essa situação dos Campos de Urucu no Amazonas, realmente já vem de longa data. Durante muito tempo aqueles Campos sudeste Urucu, leste Urucu, Rio Urucu produziam petróleo e gás. O petróleo embargava e o gás passava por uma unidade de processamento de gás natural. O GLP ainda tinha uso econômico, e o gás processado, que é o gás industrial, era reinjetado. Hoje em dia, não sei precisar há quantos anos, foi construído o gasoduto Coari-Manaus, que demorou bastante tempo também. Do ponto de vista da ANP, ela autoriza a criação do gasoduto, agora a decisão de construir ou não – nesse caso era da Petrobras – era do investidor. Hoje já existe esse gasoduto. A última informação que eu tive é que ainda havia gás sendo reinjetado, mas uma parte, talvez metade...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente Collor, será que é possível?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Claro. A Senadora Vanessa Grazziotin pede a palavra pela ordem.

A SR^a. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Na realidade, só para tentar contribuir com o debate, mas a decisão pela construção do gasoduto foi uma luta de quase 10 anos.

Na realidade, o que se queria fazer, e com a complacência em determinado período, acho que antes do Presidente Lula, era passar a conceder toda a reserva de gás do Estado do Amazonas, que é a maior em terra firme do Brasil, a empresa privada. A ANP deu até autorização para que o Governo do Estado do Amazonas providenciasse todo o processo licitatório, uma chamada pública chegou a ser feita, mas anulada, cancelada por decisão judicial. Foi um processo que nós entramos na Justiça à época. Então, foi cancelada, época em que o Presidente Lula chegou à Presidência da República, e, por uma decisão política juntamente com a Petrobras, o gasoduto foi construído.

E hoje, claro, demorou, é uma crítica que a gente faz muito, quase uma competição nesse segmento de produção de energia entre a Eletrobrás e a Petrobras, mas hoje, pouco mais de 40% da energia gerada na cidade de Manaus já é gerada a partir do gás natural. Brevemente chegará até Manaus o linhão de Tucuruí. Então, nós teremos também energia hidráulica em Manaus vinda pelo linhão. O que significa dizer que nós poderemos utilizar o gás natural para outros fins que não exatamente a geração de energia.

Mas o Estado de Rondônia que sempre reivindicou também o gasoduto até lá, nós nunca conseguimos. Então, está nessa situação.

O fato é que a gente tem progredido, conseguimos o gasoduto, mas a nossa luta, Senador Cassol, é para que a gente possa, além do gasoduto, que eu acho importante, porque não é apenas a geração de energia, o gás tem outro tipo de uso, que vá até Porto Velho, mas penso que a atuação da ANP, nesse aspecto, ela melhorou muito do que era. A ANP tem zelado muito na região pelos interesses diferentes.

Eu, aqui, repito, houve um período em que a ANP, no meu entendimento, à revelia da lei, da legislação brasileira, havia concedido, autorizado o Governo do Estado do Amazonas a licitar, por 50 anos, toda a reserva de gás natural que tem na região. Isso – repito – foi cancelado por uma decisão judicial, o Governo voltou a atuar e a ANP voltou a atuar também de forma correta. Um pouco isso para que haja um melhor entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a a Senadora Vanessa Grazziotin.

Passo a palavra a S. Ex^a Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Presidente, quero voltar à questão de planejamento. A pergunta é para o Dr. José Gutman.

Está sendo feito um projeto que sai de São Carlos e que vai até o Triângulo Mineiro, passando por Uberaba, Uberlândia e possivelmente até Araguari. É um absurdo fazer um projeto como esse, Sr. Presidente! Imaginem todas essas licenças – também hoje está-se fazendo uma faixa de domínio – para um projeto que está sendo programado para ter uma bitola, parece-me, de 12mm, mas que poderia ser projetado para 20mm, podendo chegar até Goiás, até a Capital brasileira, Brasília. Imaginem o investimento que será feito nessa fase sem planejamento prévio, peso no Brasil como um todo, se essa linha for feita como está planejada para chegar a Uberaba e Uberlândia, se ela fosse projetada sob uma bitola que, amanhã, num processo de viabilidade econômica ou técnica, não aproveitasse esse trecho, Dr. José, como uma oportunidade, pensando no futuro. Se existe viabilidade ou não para Goiás ter o gasoduto agora ou Brasília, mas isso precisa ser feito.

Então, essa licitação que está sendo feita, vai-se gastar recursos e que daqui a alguns anos, nós vamos perder esse trecho longo, porque está sendo feito com uma bitola inferior.

Eu queria que você falasse um pouco sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Wilder Moraes.

Passo, agora, a palavra a S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Dr. José Gutman, desejo explorar a sua avaliação a respeito da mudança do marco regulatório para a exploração de petróleo e gás em nosso País.

Sr. Presidente, a minha convicção é a de que enquanto nós mantivermos a Petrobras sob o absoluto domínio público, nós acertamos. Não há como se pensar em privatizar uma empresa como a Petrobras, que é um patrimônio apropriado pela população brasileira. E nós acertamos de novo quando nós estimulamos a competição no mercado de exploração de petróleo em nosso País.

Foi bom para a Petrobras que, a se ver em um mercado que se estabelece com muita competição e com muita concorrência, nesse período, alcançou os seus melhores resultados em pesquisa, em exploração, em produção, em qualidade técnica, em competitividade, em inovação, em ciência e tecnologia, em números, o seu ebitda, o seu PL, os seus resultados, enfim, foi bom para o Brasil e foi bom para a Petrobras que nós

víssemos a nossa Petrobras mergulhada no mercado de competição. Nós aumentamos a nossa produção. Enfim, todas as variáveis são muito positivas.

Em algum momento, nós não consideramos isso, em algum momento nós mudamos o marco regulatório para exploração de concessão para partilha. E aí, de certa forma, nós submetemos o mercado muito mais, a meu juízo, ao interesse da Petrobras do que ao interesse do País. Porque a Petrobras, pelo sistema de partilha, ela obriga qualquer empresa que participe do processo de concorrência, de concessão tem que ter a Petrobras como sócia e, na prática, nós não sabemos da capacidade da Petrobras em dar aporte, suporte à necessidade premente do nosso País, face aos diversos compromissos que a Petrobras tem – inclusive o compromisso imediato e urgente –, com a expansão do refino em nosso País. O Brasil está importando e vai continuar importando derivados até 2018/2020 para suportar a taxa de crescimento da economia brasileira.

O fato é que, quando nós mudamos de concessão para partilha, paramos no tempo e no espaço. É verdade que nós estamos aí com produção próxima a 300 mil barris de pré-sal, mas tudo isso é concessão. Da partilha, até agora, nós não conseguimos identificar objetivamente, de forma concreta os seus benefícios, até porque a ANP ficou quase cinco anos sem fazer licitação de novas áreas para que nós pudéssemos ampliar nossa produção.

Eu gostaria que V. S^a pudesse abordar qual avaliação que faz do regime de concessão, do regime de partilha, das mudanças que fizemos em nosso País e dos resultados que isso produziu para nosso País. Eu gostaria que V. S^a fizesse uma abordagem, uma avaliação ampla sobre essas questões, os resultados e as perspectivas, inclusive, da 11^a Rodada, que nós aguardamos com muita expectativa.

E eu, de certa forma, não sei se responsabilizo a ANP. Nós assistimos, aqui no Congresso brasileiro, um conflito federativo em torno dos *royalties*, sem nenhuma necessidade. Na verdade, a 11^a Rodada corrige um pouco isso na medida em que ela amplia a possibilidade de exploração de petróleo em várias regiões e em muitos Estados brasileiros.

A ANP, historicamente, manteve, concentrou, priorizou a exploração de petróleo e gás nos Estados do Rio e do Espírito Santo, que tenho a honra de representar, e, por conta disso, esses dois Estados, hoje, são fortemente hegemônicos na produção de petróleo em nosso País. Se nós tivéssemos descentralizado isso, se nós viéssemos do Delta do Parnaíba, no Piauí e Maranhão, até São Paulo, até Santa Catarina, descentralizando a produção, talvez não tivéssemos

esse conflito federativo, porque muitos Estados estariam participando da produção, estariam compartilhando esses *royalties*, e nós não teríamos esse conflito federativo que teve como resultado a ação direta no Supremo Tribunal Federal e a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, pela Ministra Cármen Lúcia.

Portanto, eu queria aproveitar a presença aqui de V. S^a, que é candidato a Diretor da ANP, para explorar um pouco sua visão sobre esses aspectos que estou aqui relacionando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço ao nosso candidato José Gutman.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço, pela sua sempre brilhante participação.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente Fernando Collor, Sr. José Gutman, indicando à Diretoria da ANP, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço desculpas pela minha ausência durante um período. Eu estava em uma reunião no TSE com a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Dias Toffoli, que é Relator da resolução que vai mudar as normas da eleição de 2014 para todos os presidentes de partido.

Eu queria fazer apenas duas ou três indagações breves.

Como V. S^a resumiria os principais desafios da ANP no setor de petróleo e gás, que já foi bastante abordado pelos colegas Senadores?

Em segundo lugar, sabe-se que um dos principais desafios do setor de combustíveis do Brasil é de garantir a produção e o consumo de etanol em níveis compatíveis com a importância estratégica desse biocombustível.

Desde a crise de 2008, o setor alcooleiro vem apresentando dificuldades, a produção de etanol estagnou e o Brasil vem importando etanol dos Estados Unidos para atender à demanda crescente. Como a ANP poderia contribuir para que a produção de etanol retomasse a dinâmica acelerada do início da década de 2000? Como a ANP poderia contribuir para aumentar a produção e a utilização de biocombustíveis em geral?

Há um projeto novo agora, um processo de etanol à base de batata-doce, que não tem nenhuma restrição ambiental pelo Ministério do Meio Ambiente, pelos órgãos ambientais, nem estaduais nem federal, e pergunto se a ANP já está a par dessa situação e se já pode autorizar a produção de etanol à base de batata-doce, uma batata que foi desenvolvida pela Universidade Federal do Tocantins e que produz duas vezes mais etanol do que a cana-de-açúcar.

V. S^a acredita que a Petrobras tenha capacidade financeira para levar a cabo a expansão do pré-sal,

atendendo às expectativas do Governo e da sociedade? Qual a provável importância da venda de ativos da Petrobras no exterior para obter recursos para os investimentos necessários?

Em terceiro lugar, neste momento, devido ao nível baixo dos reservatórios das hidrelétricas, as termelétricas a gás natural estão produzindo na sua capacidade máxima. O setor industrial teme que não haja gás natural suficiente para atender conjuntamente à geração termelétrica e às aplicações industriais. Como V. S^a avalia o fornecimento de gás natural no Brasil? Corre-se o risco de faltar gás natural no País?

Pergunto, por último, sobre o gasoduto Urucu-Porto Velho, que já está projetado, com licença ambiental – até venceu a licença, mas pode ser renovada –, que abasteceria uma termelétrica de 400MW, que poderia ser ampliada em Porto Velho, inclusive para sustentar, no período do verão, a energia que vai faltar das usinas do rio Madeira. Nós sabemos que as usinas vão gerar perto de 7.000MW no período da cheia, mas durante seis meses elas vão gerar só 50% e durante três meses do ano elas só vão gerar entre 20% a 30%, e aí essas linhas enormes, gigantes que estão vindo de Rondônia para Araraquara, em São Paulo, para desaguar nos Estados mais industrializados não vão ter energia para ser escoada, e aí entraria a térmica, com gás da Bacia de Urucu, que tem gás em abundância, tem reserva já há muitos anos destinada a Rondônia dentro dos cronogramas. Pergunto se esse gasoduto é importante ou não para essa matriz energética.

Muito obrigado.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem. É só para fazer uma correção.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Valdir Raupp. Pela ordem, S. Ex^a o Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – José Gutman, é só para fazer uma correção, é que eu falei 12 milímetros, são 12 polegadas, para 20 polegadas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado.

S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, até para efeito de economicidade e para entrarmos no processo de apuração dos votos aqui, eu não ia falar. Todavia, como se abriu democraticamente, como V. Ex^a sempre faz, a questão das indagações, eu queria apenas fazer uma pontuação: acho que temos que mudar o critério na licitação desses blocos, ou seja, dessas áreas, pois muitas vezes a Petrobras vai lá, ganha e senta nessa concessão.

Vou só dar um exemplo, acho que o Raupp tem conhecimento também. No Mato Grosso foi licitado um campo, numa cidade chamada Campo Novo do Parecis, naquela região, que inclusive vai também para o Estado de Rondônia. Teve participação até da iniciativa privada, alguns empresários até do próprio Estado fizeram uma associação e participaram, perderam, e a Petrobras ganhou essa concessão e, lamentavelmente, está lá parada. A tese que defendia, inclusive, a Dr^a Magda, nossa Presidente da ANP, é de que nós temos que diminuir os prazos, porque hoje a regulamentação, pela informação que tenho, é de que são sete anos, e isso, naturalmente, traz um prejuízo enorme para uma região que depende também de energia e, sobretudo, do gás, que seria uma nova fonte de receita, pelo fato de gerar também tributos para o Estado e para o próprio Município.

Então, temos um vasto campo lá, já está prospectado... (*Ininteligível*)... existe volume suficiente não só nesse local, mas em outros locais da região, até indo na mesma área, na região de Rondônia.

E aqui quero de público dizer a nossa Presidente Dr^a Magda que é fundamental – fundamental – que essas matrizes energéticas tenham um novo critério.

Está, muito oportunamente, sendo discutido agora já o novo marco regulatório em relação também ao subsolo brasileiro, à questão da mineração, etc. V. Ex^a deve ter conhecimento de que há poucos dias o Senador Vital do Rêgo manifestou sua indignação pelo fato de isso estar sendo discutido entre quatro paredes, tendo excluído o Congresso Nacional de participar desse debate muito importante para o nosso País.

Acho esses questionamentos importantes; não estou nem questionando o José Gutman, porque ele está assumindo agora, imagino que seja aprovado seu nome, depois nomeado, mas acho que esta Comissão tem papel preponderante na discussão dessa matéria. Imagino que V. Ex^a vá fazer aqui audiências públicas para discutirmos os prazos. Os prazos são muito longos. O senhor imagine, são sete anos, é aquela velha história da questão da mineração, que pegam a cessão de lavra, de concessão, sentam nela, passam dez, quinze anos, fazem um projetozinho e depois vendem para terceiro, ou seja, ganhando milhões, bilhões de reais, às vezes. Eu acho que a Petrobras também tem que permitir à iniciativa privada participar. O Ricardo Ferraço disse aqui: houve um atraso pelo fato do compartilhamento que está havendo. A Petrobras quer participar de tudo e não tem nem caixa suficiente, imagino, pelo vasto campo de investimento que tem que ser feito; tem que abrir para a iniciativa privada para participar, abrindo mão da sua participação. Acho que isso seria muito democrático.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Então. Acho que seria muito meritório, pelo fato de que, nesse marco regulatório, nós temos que colocar os prazos menores e, assim, nós teremos, com certeza, um avanço significativo. O potencial de Mato Grosso naquela região de Campo Novo do Parecis, a própria Presidente da ANP já disse: é um belo campo, que vai permitir que nós tenhamos, com certeza, dentro em breve, o início dos trabalhos, e assim, dada essa fonte de energia renovável, que é fundamental para nosso País.

Há poucos minutos, estive aqui um representante do Ministério de Minas e Energia e mostrou aqui nossas potencialidades e, sobretudo, que tipo de energia é gerado não só no setor hidráulico, mas no setor de gás, etc. Entretanto, temos que abrir as coisas e facilitar, aí teremos, com certeza, a tranquilidade de que não vai faltar energia para o Brasil e, sobretudo, teremos desenvolvimento e melhor qualidade para a população brasileira.

Essa é minha pontuação. Talvez V. Ex^a não tenha conhecimento, mas eu já havia manifestado, certa feita aqui, de que nós tínhamos potencial enorme só que a Petrobras foi lá ganhar a concorrência, e faz três anos ou mais que está sentada nele e não abriu espaço para os empresários locais, que tinham recurso suficiente para começar a fazer a operação dos campos em que foram vencedores nesses blocos de concorrência pública.

Essa é minha pontuação.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

Pela ordem, S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Um questionamento adicional, Sr. Presidente, ao Dr. José Gutman, que me parece fundamental.

Dr. Gutman, na visão de V. S^a, a agência reguladora deve estar submetida aos interesses do Estado, dos usuários ou deve estar submetida aos interesses dos Governos?

Há uma diferença absurda entre estar submetido ou subordinado, Sr. Presidente, a Governos e a Estados; a Governos, a Estados e a usuários.

Qual é a visão de V. S^a? V. S^a considera que a Agência Nacional do Petróleo é uma agência soberana, autônoma e que, acima de qualquer compromisso, tem compromisso com o contribuinte e com a sociedade brasileira? Qual a visão de V. S^a? A agência pode ser

aparelhada? Deve ser aparelhada por outros instrumentos que não aqueles que interessem ao conjunto da sociedade brasileira ou deve estar submetida às vontades ou aos humores dos governos de plantão? Queria perguntar a V. S^a sua visão a respeito desse conceito, desse valor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores; nosso Relator, Valdir Raupp; nosso sabatinado, Sr. José Gutman, cumprimento-os e também a nossa Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Magda Chambriard, seus diretores que a acompanham aqui, Helder e Florival, demais membros da ANP que estão aqui presentes, técnicos e assessores que estão acompanhando está sabatina, que considero muito importante. Sempre discuto na Comissão de Relações Exteriores, porque os embaixadores consideram as vagas nas embaixadas como uma prerrogativa exclusiva de diplomatas de carreira, que isso não é verdade: qualquer cidadão brasileiro pode ser indicado embaixador do Brasil em qualquer posto. O mesmo nas agências: qualquer cidadão poderia ser indicado diretor da Petrobras, da Agência Nacional do Petróleo, da Agência Nacional de Energia e das demais agências.

Mas fico muito satisfeito quando a gente consegue fazer uma integração, tendo profissionais qualificados que vêm de outras áreas, como de universidades ou mesmo do setor privado brasileiro nessa área específica do petróleo, e ao mesmo tempo um profissional que é de carreira, que está ali dentro da instituição, que fez concurso para aquela instituição. Acho que isso valoriza muito a carreira desses profissionais, mostra que eles podem chegar ao topo da carreira, que é ser o diretor da própria agência.

É o caso a que aqui assistimos com o Gutman, que é um profissional concursado da Agência Nacional do Petróleo, que vai chegar a diretor, se nós, no resultado final – e a urna já está ali, o Gutman já esperando que ela seja aberta –, se esta Comissão considerar o relatório do Senador Valdir Raupp e escolher. O Gutman vai ser um profissional de carreira chegando também ao topo da Agência Nacional de Petróleo, compondo a sua diretoria. Acho que esse é um fato muito importante, muito alvissareiro para a Agência Nacional de Petróleo e também para as agências que se possa sempre mesclar as agências também com os profissionais que a compõem.

Uma preocupação muito grande minha é o diálogo das nossas agências com os órgãos ambientais, Gutman, porque nós temos, no caso do Estado que represento, embora aqui pensemos o Brasil, o nosso País como um todo, mas, ali no meu Estado, o Ceará, sempre teimam com as coisas. Lembro-me de quando discutíamos com a nossa Diretora-Geral Magda sobre a possibilidade de haver petróleo lá no Cariri. Eu disse: será que só tem petróleo ali no Rio do Peixe, na Paraíba? Não é possível que não tenha ali também, no Crato, no Juazeiro. Não é possível que o Padre Cícero não tenha abençoado aquele pedacinho também e não haja um petroleozinho debaixo daquele chão. E a gente teima. Pede: façam ali um exame, examinem.

No caso do litoral, a gente tem ainda uma ideia de que pode haver uma área de gás importante naquela região. Essa área que não foi identificada até hoje está na chamada faixa de águas rasas. E os órgãos ambientais têm travado um embate com as agências, antes com a Petrobras e agora com a própria agência Nacional de Petróleo, e não temos conseguido colocar essas áreas em leilões. Acho que esta é uma coisa muito importante que nós devemos também considerar na agência, um diálogo com o Ibama e com o Ministério do Meio Ambiente, para que a gente possa, com segurança, porque a tecnologia e a sua evolução vão permitindo cada vez mais possibilidades, abrir essas áreas para que sejam examinadas, porque o gás é uma riqueza muito importante para o Brasil inteiro.

Anteontem eu estive na Petrobras discutindo empreendimentos no setor de gás para o meu Estado. E a ideia é até importar o gás. A gente está ali com um “gazinho”, não sei qual é o volume daquele gás, mas há gás no litoral. Entretanto, de repente, tenho que importá-lo, porque estou impossibilitado de usar aquele que está na minha mão.

Então, levaria muito em conta se a Agência, com a ascensão do novo Diretor, pudesse estabelecer um debate com os órgãos ambientais e, se for necessário, com a nossa intermediação aqui do Congresso Nacional, para que se possa abrir áreas novas e importantes para a produção de gás no Brasil.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente.

E quero dar os parabéns à nossa Presidente Dilma, à Agência e ao Ministro Lobão pela indicação de um diretor que é membro da carreira de funcionários ali da Agência Nacional de Petróleo.

Espero a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senador Inácio Arruda.

Volto a palavra ao Sr. José Gutman, indicado para a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O SR. JOSÉ GUTMAN – Com relação a Urucu, pegando o final, um pouco da pergunta do Senador Ivo Cassol, com inserção daquela da Senadora Vanessa Grazziotin, a ANP atua muito na precificação do gás para efeito de *royalties* de participação especial. Até por conta, ao longo do tempo, de sugestões do próprio Estado do Amazonas, entre outros, em 2009, foi editada uma resolução precificando o gás para fins de participações governamentais, levando em conta não apenas as frações pobres, o C1 e C2, etano e metano, mas toda a sua riqueza.

Em 2011, até por conta de um requerimento do próprio Estado do Amazonas, o que acontecia lá e que ainda acontece? O gás rico, o gás com todas as suas frações extraídas passa pela unidade de processamento de gases naturais, uma espécie de refinaria de gás natural, sai o GLP, C3, C4, que vai para mercado; o chamado C5+, que é aquela corrente líquida com as frações de etano para cima, que é injetado no petróleo para torná-lo ainda mais rico, porque o de lá, o do Urucu já é bastante rico; e C1, C2, gás processado, frações de etano e metano, uma parte era injetada no gasoduto e a outra reinjetada. Então, na metodologia até então vigente, precificava-se o gás pobre, que era reinjetado, como gás rico. Então, isso dava um certo desequilíbrio e, a partir do próprio requerimento do Estado do Amazonas, foi corrigido esse procedimento. Esse é um dos papéis em que a ANP efetivamente atuou.

Pergunta do Ex^{mo} Sr. Senador Wilder Moraes referente a gasoduto. A ANP analisa os gasodutos. Quando tem projeto de gasoduto, ela analisa, para fins de licença de construção e depois para fins de licença de operação. Então, nesse caso, pelo que eu depreendi – o projeto eu não sei se já foi submetido à apreciação da ANP pelo detentor desse gasoduto –, certamente os aspectos técnicos relacionados, por exemplo, a tamanho da bitola, vis-à-vis, à demanda do energético no seu destino, são analisados.

Em relação aos questionamentos do Ex^{mo} Sr. Senador Ricardo Ferraço, que foram três, quanto ao novo marco regulatório adotado pela Lei de 2010, que, até então, era concessão e, a partir de então, para novas licitações, novas contratações, adotou-se o critério de partilha, o regime de concessão ou o regime de partilha são regimes que já existem no mundo. As próprias empresas petrolíferas, o IBP já falou isso, operam tanto em concessão quanto em partilha. Partilha há muito na África e no oriente Médio. Alguns países têm os dois modelos, como a Rússia. Enfim, o regime em si, de concessão ou partilha, é indiferente. O que é importante é o substrato, o que se coloca dentro desse regime em termos fiscais, em termos de regulamentação etc. Mas foi uma proposta do Poder Executivo à época, foi

adotada pelo Congresso, virou lei e, como eu falei na minha apresentação oral, este ano é que vai haver a primeira rodada do pré-sal.

Perguntas como se a Petrobras vai ter capacidade seria mais adequado a própria Petrobras analisar, o seu portfólio. É uma pergunta que teria de ser respondida pela Petrobras. Como candidato a Diretor da ANP não tenho como me estender sobre, digamos, capacidade financeira da Petrobras. Mas, ressaltando um ponto importante, já foi, até por conta da cessão onerosa, garantido acesso a recurso petrolífero do pré-sal à Petrobras.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Vou mudar a pergunta: qual a opinião de V. S^a em relação aos resultados que o sistema de concessão produziu para o País e para a Petrobras?

O SR. JOSÉ GUTMAN – Para o País foram bons.
O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – E para a Petrobras?

O SR. JOSÉ GUTMAN – Para a Petrobras, em termos... A produção aumentou, a Petrobras, me parece, se fortaleceu. Sob esse regime, realmente ela teve um aumento de produção, e me pareceu, analisando grandes números, favorável. Agora, é o máximo que eu consigo, Excelência, me estender.

Em termos do conflito federativo existente, obviamente, nas duas audiências públicas de que participei aqui nesta Casa, no Senado Federal, sobre a Medida Provisória nº 592, de 2012, em 14 e 19 de março, é o seguinte: quanto ao mérito constitucional, ao mérito legislativo, a ANP se atém ao trabalho estritamente técnico. Do que for definido na legislação, a ANP faz a distribuição. Atualmente dez Estados produzem petróleo e gás. Embora obviamente o Espírito Santo, por dados de fevereiro, o Rio de Janeiro e o Espírito Santo produzam a maior parte do petróleo e gás.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Qual é o percentual? Oitenta e...

O SR. JOSÉ GUTMAN – Digamos assim, em barris de óleo equivalentes, 2,5 milhões de barris equivalentes no total: 1,6 milhões para o Rio e 0,4%... Em torno de 80%, embora haja mais oito Estados produzindo, além do Paraná, com o xisto. Entendo que é um processo em andamento. Já foram ofertados, nessa R11, nessa 11^a Rodada, novas áreas. Existe já exploração em algumas bacias, então, pode ser que o próprio Estado do Amazonas, que tem uma expectativa grande...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – E V. S^a acha que o processo de definição de critérios para a determinação de *royalties*, que está *sub judice*, vai atrapalhar a 11^a Rodada? Quer dizer, qual é a avaliação que os senhores estão fazendo a respeito

de termos uma 11ª Rodada e um processo *sub judice* no Supremo Tribunal Federal?

O SR. JOSÉ GUTMAN – O sentimento é que não atrapalha, tanto que as empresas interessadas – 71 empresas manifestaram interesse e estão em vias de qualificação –, embora não seja a área que eu atuo no dia a dia, na minha percepção, não está havendo aí, digamos assim, uma problemática nesse sentido, até porque a MP 592, que não foi questionada, faria distribuição dos *royalties* a partir das novas licitações. Então, me parece que a grande discussão, sem poder me aprofundar muito nisso, é em relação aos contratos já concedidos, à distribuição. Sendo bem objetivo, não vejo sinais de que atrapalhem a rodada.

Um terceiro ponto importantíssimo que V. Exª perguntou foi sobre o papel da agência. A agência é uma agência de Estado. Ela não formula política. Ela implementa políticas. Então, tem quadro de servidores concursados. Recentemente tivemos um terceiro concurso. Concurados devem tomar posse nos próximos meses. É recente também, criada em 1998. O primeiro concurso foi o de 2005, do qual participei. Caso venha a ser aprovado por V. Exªs aqui e, depois, no plenário, serei o primeiro concursado a ser diretor. Então, são sinais de uma evolução, porque é uma carreira relativamente nova. Hoje já temos vários quadros, muitos quadros de superintendentes que são da carreira, são concursados. Então, é uma carreira de Estado.

Obviamente não é papel da ANP formular política. É papel da ANP, por exemplo, entre outros, garantir o abastecimento nacional, dar subsídios à formulação da política. Então, não é uma agência que pode ser inerte, mas é uma agência que vai dar subsídios para que os tomadores, os formuladores de políticas, o Poder Executivo, seja esta Casa e também a Câmara, possam formular as melhores políticas para o nosso País. Nesse contexto, eu particularmente sempre fiquei honrado e sempre gostei muito quando havia audiência pública aqui no Senado ou na Câmara. Eu era convidado. Eu não pessoa física, mas a ANP era convidada. E era uma oportunidade de dar subsídios, debates para melhor tomada de decisão. Só se toma boas decisões com informações. Nesse ponto, a ANP tem papel fundamental de realmente dar subsídios.

Evoluindo nas perguntas, Ex^{mo} Senador Valdir Raup. Os principais desafios da ANP. São muitos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ GUTMAN – Agradeço o relatório elogioso que V. Exª fez. E os principais desafios: a rodada é um desafio grande, para que se tenha sucesso. E a rodada vai ser em maio, mas há um processo antes, diário, dentro da ANP, de definição de blocos, de dados técnicos. Faz-se todo o mapeamento do Brasil,

vislumbram-se oportunidades, contatam-se universidades, tentam-se ver melhores ares dentro de um *portfolio* de possível interesse de investidores. Uma vez definido, subsidia-se o CNPE, o Conselho Nacional de Política Energética, que é quem determina a realização da rodada.

Mas a ANP, ainda dentro da lógica do que eu falei, subsidia com bastante informação dentro do possível. Então, a rodada é um desafio grande. Nós vamos ter, neste primeiro ano, a expectativa forte da primeira rodada do pré-sal. Então, esse é um desafio. Já existem contratos de concessão, fiscalizações na concessão. E, agora, é um regime de partilha que vai coexistir com o regime de concessão. Então, esse também é o desafio.

Há a garantia do abastecimento, a questão do biodiesel, do etanol, que V. Exª abordou. Como é que a ANP pode contribuir para a questão do etanol? Com informação. E, na questão do biodiesel também, a ANP participa da Ceib, Comissão Executiva Interministerial de Biodiesel, que é coordenada pela Casa Civil. Então, a ANP está ali mais perto do contribuinte, do cidadão – ela tem muito dado – e também das empresas. Ela tem muito dado e tem muito para subsidiar para contribuir com esse debate, mesmo não formulando política, mas implementando. Mas, nesse papel de formulação, ela não é um ente inerte. Ela é um ente participativo.

Quanto à questão da batata doce, eu confesso que não tenho conhecimento, Exª, mas há três diretores da ANP justamente circundando V. Exª que certamente poderão responder melhor do que eu.

Em relação a se existe risco de faltar gás, não me parece que isso esteja sinalizado, até por conta desse aumento de produção que se avizinha.

Quanto às perguntas do Ex^{mo} Sr. Senador Jayme Campos: o que a ANP faz para evitar que o concessionário “sente” no bloco? Não é interessante. Ele vai e licita, o concessionário licita e, tudo bem, vai pagar um bônus de assinatura, que é receita para a União, para o Tesouro, mas não é interessante que ele fique lá cinco, seis, oito anos sem fazer nada. Por quê? Porque só se ele fizer efetivamente que vai gerar emprego, renda, participações governamentais, conteúdo local etc. Então, existem dois mecanismos para evitar isso, para forçar realmente. E isso está bem claro. É regra do jogo, é regra de edital, inclusive. Um é o pagamento pela ocupação e retenção de área. Independentemente de ele estar fazendo algo ou não, ele vai ter que pagar. Quer dizer, como se fosse um aluguel. Se estão usando ou não o imóvel, fazendo uma analogia, vão pagar o aluguel, independentemente ou não de estar desenvolvendo.

Mas há outro que é mais contundente, que é o Programa Exploratório Mínimo. Então, quando o con-

cessionário assina o contrato de concessão com a ANP já sabe que, no primeiro período exploratório, ele vai ter que fazer “x” de levantamento de sísmica, de geologia, de geofísica; passando por um segundo período exploratório, ele vai ter que perfurar um poço, porque, por mais que se faça geologia, geofísica, que são insumos muito bons. São indicadores para tomada de decisão. Mas só quando perfurar é que vai saber se há petróleo, gás. Às vezes, pode até encontrar, mas há que ser numa quantidade suficiente para que seja comercial.

E realmente a exploração tem um *timing*. A ANP, quando fixa aqueles prazos no contrato de concessão, é porque já leva em conta também um tempo necessário de aquisição de trabalhos, de obtenção e licenças, para perfurar, conseguir sondas de perfuração. Nem sempre vai estar no momento em que aquele determinado concessionário deseja.

Em relação à pergunta do Exmº Sr. Senador Inácio Arruda, na verdade, não foi uma pergunta. Foram umas observações. Mas eu acho muito importante Senador, dizer que a ANP não tem essas atividades todas, essas atribuições todas que a lei passou para a ANP. Ela não pode atuar sozinha. Aliás, nenhum órgão dentro do regime democrático consegue ficar hermeticamente fechado. Então, é muito importante, sim, essa integração com os órgãos ambientais Ibama, eu diria mais, Marinha, na parte de fiscalização, bombeiros, IBGE, na parte de traçados, participações governamentais. Enfim, diversos órgãos estaduais, municipais, federais, convênios com receitas estaduais. Enfim, é importante saber isto: a ANP tem o seu papel grande e tem que saber também atuar e interagir para maximizar a sua atuação na sociedade brasileira. É o que eu poderia avançar.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Eu tive que ir a uma outra Comissão e fiz uma pergunta ao José Gutman. Há uma decisão da Petrobras de fazer uma planta de amônia lá em Uberaba que motivou a construção desse gasoduto, que está projetado com diâmetro de 12 polegadas. Desse gasoduto, praticamente, a fábrica vai utilizar 70% de quase todo esse gás fornecido, ficando uma faixa muito pequena que vai atender as outras cidades.

A preocupação, pensando em país, pensando no Estado de Goiás, pensando em Brasília, pensando no Brasil como um todo, eu queria ouvir do senhor a opinião sua: por que não fazer um gasoduto com a bitola maior, já pensando no futuro, e aproveitar esse trajeto de São Carlos, que já é uma distância longa.

Com certeza, tem-se levado um grande tempo para fazer esse projeto. No meu ponto de vista, o custo para mudar essa bitola em relação aos incrementos que há na obra é muito pequeno. E poderia deixar isso pronto para a gente ter a oportunidade de ter o gás até Brasília.

O SR. JOSÉ GUTMAN – Está bom. Exª Senador Wilder Moraes, certamente a ideia parece boa. Quando submetido um gasoduto, a construção de um gasoduto para a ANP, isso é bem avaliado lá, existe superintendência que avalia sob os aspectos técnicos. Então, certamente, essa questão, quando submetida, vai ser objeto de estudos. A parte da bitola, que é um item técnico, vai estar adequada à demanda, talvez não à demanda presente, mas a uma demanda futura. Então, certamente essa questão vai ser avaliada e analisada tecnicamente quando da construção do gasoduto, pois deve haver uma licença da ANP para construção e, depois, para operação. Nesse sentido, certamente, essa questão, entre outras, será analisada nesse caso concreto. Eu aqui não tenho como evoluir mais profundamente.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Como esse projeto está em andamento e a Petrobras já tem aprovado um ato sobre isso, então, com certeza, com a sua posse, eu gostaria que, de agora para frente, houvesse mais uma pessoa preocupada com esse projeto, para que a gente não perdesse essa rede inteira e, daqui a alguns anos, talvez bem próximo, a gente tenha que fazer uma outra rede, paralela a essa. Poder-se-ia ganhar com certeza quase 400 quilômetros de rede, o que poderia beneficiar muito o nosso Estado de Goiás e o Distrito Federal.

O SR. JOSÉ GUTMAN – Com certeza, Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Eu indagaria se algum Sr. Senador ou alguma Srª Senadora ainda gostaria de fazer alguma demanda ao nosso sabatinado. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira formular perguntas ao Sr. José Gutman, indicado para a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, a ANP, declaro encerrada a sabatina.

Vamos proceder à apuração dos votos.

Indago a algum Senador ou alguma Senadora que ainda não tenha votado se deseja votar.

Não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que não tenha ainda votado, declaro encerrado o processo de votação.

Convido os Srs. Senadores Jayme Campos e Inácio Arruda para atuarem como escrutinadores.

Continua aberta a reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura. (*Pausa.*)

Antes de ser declarado o resultado, eu perguntaria a S. Exª o Senador Jayme Campos se S. Exª poderia abrir mão da condição de relator *ad hoc* da indicação

do Sr. José Gutman, pois assim ele foi indicado em função da ausência temporária do Relator, Senador Valdir Raupp, para que nós pudéssemos dar início à esta segunda parte da nossa reunião.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, atendendo não só à solicitação de V. Ex^a, eu abro mão da nossa proposta inicial, que é o nosso requerimento para que fosse encaminhado em regime de urgência para o Plenário da CAE. Eu abro mão e imagino que os demais membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado. Então, coloco à deliberação dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras a volta da relatoria da indicação do Sr. José Gutman à mão de S. Ex^a o Sr. Senador Valdir Raupp.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Continua como Relator S. Ex^a o Senador Valdir Raupp, da indicação do Sr. José Gutman, diretor da ANP.

Agora, sim, passo a palavra aos escrutinadores, ao Secretário, S. Ex^a o Senado Jayme Campos.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – V. Ex^a disse que o Senador Jayme Campos havia pedido regime de urgência para o Plenário.

Continua o pedido?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – S. Ex^a retirou o pedido de urgência.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Retirou, mas vou sondar..

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Na relatoria *ad hoc*, Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu pediria, se houver concordância do Plenário, como já faz muito tempo que está aqui, o regime de urgência.

Eu pediria licença a V. Ex^{as} para que, com a devida vênia, pudéssemos proclamar o resultado da votação.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, após meu colega Inácio Arruda e eu fazermos a proclamação dos votos, os resultados é amplamente positivo, vitorioso o nosso companheiro José Gutman. São 25 votos favoráveis, “sim”, ou seja, 20. São 20?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – São 20 votos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – São 20 votos, e eu já estava aumentando o número de votos, daqui a pouco não há nem membros aqui para tantos votos *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – É o numero do partido.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Votaram SIM 20 Srs. Senadores; Houve um voto NÃO, contrário. Esse é o resultado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^{as}, Senadores Jayme Campos e Inácio Arruda, que funcionaram como escrutinadores desta indicação.

Aprovada a indicação do Sr. José Gutman, com 20 votos favoráveis e um contrário para o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. A indicação do Sr. José Gutman para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ANP, seguirá para a Mesa Diretora.

Eu gostaria de agradecer a presença do Sr. José Gutman, desejando-lhe uma profícua e exitosa missão, em nome de todos os integrantes desta Comissão.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Agora posso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – É porque não havia sido feita a proclamação do resultado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Não havia o resultado da votação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Não é necessário solicitação de regime de urgência nesse caso, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Será encaminhada?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Será encaminhada

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não é necessário pedir, já é urgente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Vamos continuar. Temos aqui uma pauta. Peço aos Srs. Senadores que permanecessem.

Agradeço a presença, nesta reunião, da Diretora-Geral da ANP, Sr^a Magda Maria de Regina Chambríard; do Diretor Florival Rodrigues de Carvalho e do Diretor Helder Queiroz Pinto Júnior, também da ANP, em nossa reunião.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 12, DE 2012

– Não Terminativo -

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Sérgio Souza

Relatoria: Senador José Pimentel (Substituído por *ad hoc*)

Relatoria *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação com emendas.

Observação: No dia 03/04/2013 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria.

O relatório continua em discussão.

Para discutir, com a palavra o Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, de acordo com os arts. 312 e 92 do Regimento Interno, faço um destaque na emenda apresentada pelo Exmº Sr. Senador José Pimentel. Ela inclui no projeto também as cooperativas de táxi, a regra estabelecida no texto original. Ela está incluindo as cooperativas de táxi e não somente as empresas de taxistas.

Em reunião com a Deputada Gabrilli, que é cadeirante, e com representantes de cooperativas, viu-se que isso não é possível ser feito em cooperativas, tendo em vista que os donos dos táxis são os cooperados. Como colocar, em uma cooperativa de 20 táxis, 5%? Teria que haver um sorteio para ver quem gostaria de adaptar o seu carro para táxi. Essa é a minha colocação. Portanto, Isso seria inviável tendo em vista que a viabilidade financeira para os cooperados impede que isso vá acontecer.

Portanto, eu gostaria de votar favoravelmente ao projeto com ressalva a essa emenda feito pelo Exmº Sr. Senador José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – Continua em discussão o Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2012, com a emenda sugerida por S. Exª o Sr. Senador Wilder Moraes.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2012, acrescido da emenda do Senador Wilder Moraes permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovada a matéria e as Emendas nº 1 e 2 desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, a matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para seguimento da tramitação.

Desculpem-me.

Voltando, imaginei que a emenda a que o Senador Wilder Moraes estivesse se referindo fosse a emenda já apresentada, mas não foi isso? (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, talvez tenha havido um equívoco, que foi o seguinte: ao projeto original foi feita uma emenda pelo Senador José Pimentel, que incluía também as coope-

rativas ao projeto original. Fazendo um estudo, com a Deputada Mara Gabrilli e representantes de cooperados, viu-se que isso não é possível ser feito tendo em vista que os carros das cooperativas são particulares, são dos cooperados. Então, uma cooperativa de 20 táxis não tem como eleger quem vai transformar o seu carro ou adaptá-lo para os cadeirantes. Então, teria que haver outro projeto, com incentivo de governo, ou criar novas concessões. Por isso, sugiro que se retire essa emenda, para que o projeto seja votado sem essa ressalva do Senador José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – V. Exª, então, discutindo a matéria, o Projeto de Lei do Senado nº 12, sugere e pede para ser colocada em deliberação do Plenário a retirada das duas emendas de S. Exª José Pimentel. São as emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Infraestrutura. E pede que o Projeto de Lei do Senado nº 12 seja deliberado sem essas duas emendas, ou seja, sem as emendas do Relator.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E onde está o Relator, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – Desculpe-me, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E o Relator? São emendas do Relator, e o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – Sugiro a V. Exªs e coloco sob a deliberação do Plenário que, tendo em vista não estar presente o Relator, Senador José Pimentel, e tendo em vista a colocação de S. Exª o Senador Wilder Moraes pela retirada dessas emendas, o que muda substancialmente o teor do projeto de lei, retiremos de pauta o Item 2, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 12, e deixemos para apreciar em uma próxima reunião, solicitando, na ocasião, que estejam presente S. Exªs o Senador José Pimentel e o Senador Wilder Moraes.

As Srªs e Srs. Senadores que estiverem de acordo com a retirada de pauta do item nº 2 permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Solicito a V. Exª, se possível, fazer inversão de pauta. Trata-se do Item 5, requerimento de minha autoria. Gostaria que V. Exª colocasse em votação esse nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – S. Exª o Senador Jayme Campos solicita inversão de pauta, colocando para ser deliberado, agora, em seguida, o Item 5 da pauta.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que estiverem de acordo com inversão da pauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos à leitura do Item 5 e consequente deliberação.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 17, DE 2013

Requeremos, de conformidade com o disposto no inciso XI do art. 90, combinado com o art. 104 e com o art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências nas áreas de entorno dos portos, rodovias e ferrovias federais utilizadas para escoamento de produtos agrícolas em grande escala, com a finalidade de ouvir profissionais do transporte, empresários e moradores, no sentido de colher sugestões e apresentar propostas de melhorias logísticas, ficando a critério do Colegiado a especificação das localidades, assim como a agenda de trabalhos e a designação dos participantes.

Autoria: Senador Jayme Campos e Walter Pinheiro.

Observação: O Requerimento foi lido na reunião do último dia 03 de abril de 2013.

Em discussão o requerimento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – Para encaminhar, S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, proponho esse requerimento pelo fato de que é quase consensual nesta Comissão, na medida em que é importante para esta Comissão recebermos visitas até mesmo de fiscalização em relação às problemáticas...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – Diligências.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Diligências que está havendo nas nossas rodovias e nos nossos portos. Todos têm acompanhado, a sociedade brasileira de um modo geral, o caos que se instalou nos portos brasileiros. Nesse caso, a finalidade maior dessa diligência que vamos tentar promover, por delegação e orientação de V. Ex^a, é irmos *in loco* ver os problemas, trazê-los a esta Comissão e ajudarmos, naturalmente, a resolvê-los, buscando soluções.

Por outro lado, é bom que se acrescente – é muito importante, Senador Inácio Arruda – o fato de que ontem o Presidente desta Comissão, Fernando Collor, promoveu um evento muito importante, uma reunião entre a Ministra Ellen Gracie e o Ministro Secretário Bernardo Figueiredo. Ali, tivemos um momento ímpar para esta Comissão porque ali houve apresentação de painel e de informações acerca das nossas ferrovias e, por conseguinte, também do modal das nossas rodovias. Causou-me surpresa o volume de obras que está definido, prospectado para ser encaminhado através de projetos, licitação e, depois, ordem de serviço. Se, de fato, aquilo que foi apresentado ali acontecer, o Brasil vai avançar talvez mais do que em seus 500 anos de existência. Particularmente, é fundamental que esta Comissão tenha essa prerrogativa de fazer diligências na medida em que ali foram anunciadas obras já para o mês de setembro e outubro. Já tive audiências com Ministros, com o Presidente da Valec, e, acerca dessas obras anunciadas ontem, nem projeto ou pelo menos licitação para esses projetos estavam sendo feitos. Acho, então, que é oportuno para termos direito até de cobrar aquilo que nos foi apresentado. Longe de mim, faço-o sem nenhuma questão política ou partidária, mas pelo fato de que são muito importantes essas obras anunciadas. E esta Comissão deve ter essa prerrogativa de não só cobrar das autoridades competentes, mas, acima de tudo, tomar as providências necessárias para o bom andamento. Sendo assim também poderemos dar a nossa contribuição até para ajudar a encontrar soluções. No caso, estou solicitando aqui, Presidente Collor.

O senhor sabe hoje temos, nas margens das estradas – o DNIT exige, por força de lei federal – um recuo de “x” metros. Entretanto, havia muita dificuldade para construção de algumas rodovias em determinados locais desse Brasil. Lá no Mato Grosso, particularmente, na BR-174, foi aprovado um projeto de lei nosso, e todos os proprietários – literalmente todos –, cederam, doaram para o DNIT, para o Governo Federal, para o Ministério dos Transportes parte da sua área, ou seja, 50 metros da esquerda e 50 metros da direita. Isso facilita sobremaneira, para não haver, lá na frente, entaves, ter de desapropriar... Às vezes, tem dinheiro para a rodovia, mas não existem recursos para desapropriação. Isso causa sério transtorno, facilitando sobremaneira que o Governo Federal licite a obra.

Imagino que isso poderá também ser feito em relação às ferrovias. Qual proprietário de uma região que não quer que passe uma ferrovia dentro da sua propriedade, ou margeando sua propriedade? Vai chegar a valorização, as terras vão ficar mais valorizadas, etc.

De maneira que acho que esse requerimento é oportuno. Imagino que todos os Senadores que estavam aqui conosco concordaram e quero crer que, com essa diligência, poderemos dar a nossa contribuição.

E quero parabenizar V. Ex^a, uma vez mais, repito, pela maneira como conduziu esta audiência lá com a Ministra e com o Bernardo Figueiredo. Acho que só assim teremos conhecimento de causa: o que está ocorrendo e o que poderá ocorrer em termos de investimento em relação à logística, seja rodoviária, hidroviária ou ferroviária.

Quero cumprimentar V. Ex^a e espero que em mais eventos como este V. Ex^a nos capitaneie e nos lidere para o bom conhecimento de cada parlamentar que compõe esta Comissão de Infraestrutura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Jayme Campos, pelas suas palavras.

S. Ex^a acaba de encaminhar requerimento de sua autoria, que está em discussão. Continua em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento de autoria de S. Ex^a, o Senador Jayme Campos, que estabelece uma sistemática de diligências às obras que esta Comissão entender necessárias sejam feitas.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 15, DE 2013

Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome do Sr. Luis Antônio Fayet, Consultor da área da infraestrutura e logística da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 9 de 2013 – CI

Autoria: Senador Wilder Moraes.

Observação:

Lido na Reunião do dia 3 de abril de 2013.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 16, DE 2013

Em aditamento ao requerimento aprovado nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para realização de audiência pública para discutir aspectos relacionados com a aplicação da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista, requeiro, na forma regimental, seja convidado o Senhor JAIME BUENO DE AGUIAR, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT), para, igualmente aos demais convidados, expor opiniões e responder aos questionamentos dos senhores parlamentares.

Autoria: Senador Sérgio Souza e outros.

Observação:

Lido na Reunião do dia 3 de abril de 2013.

S. Ex^a não está presente.

Pergunto se o Senador Wilder Moraes poderia ser coautor deste requerimento, solicitando a presença do Sr. Jaime Bueno de Aguiar, Diretor da CNTTT, para participar da audiência pública que vai discutir aspectos relacionados com a aplicação da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista. *(Pausa.)*

Então, passa o Senador Wilder de Moraes a ser coautor deste requerimento, com a observação de que o requerimento foi lido na última reunião do dia 3 de abril.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu pediria a S. Ex^a, o Senador Jayme Campos, se ele pudesse, por favor, também estar aqui.

Temos, então, a terceira parte da nossa reunião, que se refere a um ato administrativo desta Comissão, Ato nº 5, de 2013, desta Comissão, que altera o Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, para dispor sobre o horário das reuniões ordinárias da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

ATO Nº 5, DE 2013

Assunto/Finalidade:

A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DO SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Dê-se ao art. 1º do Ato nº 2, de 2009 – CI, a seguinte redação:

“Art. 1º Até que seja alterado por Resolução o art. 107, inciso I, alínea b do Regimento Interno

do Senado Federal, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) reunir-se-á semanalmente durante a sessão legislativa ordinária, para fins deliberativos e demais atividades regimentais e ordinárias que lhe competem, às quartas-feiras, às sete horas e trinta minutos. ” (NR)

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Autoria: Senador Fernando Collor

Coloco em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Ato nº 5 da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de 2013.

Gostaria de passar informações às Sr^{as} e aos Srs. Senadores em relação aos prazos que nos foram dados em audiência pública pelo Diretor-Geral do DNIT, General Jorge Fraxe.

Em decorrência daquela audiência pública que se realizou no dia 20 de março deste ano com o diretor-geral do DNIT, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura vem acompanhando *pari passu* a execução dos compromissos assumidos por aquela autoridade, o diretor-geral do DNIT, já tendo recebido as primeiras informações, que dão conta do seguinte:

1 – Sobre a BR-364, principalmente no Acre, está sendo providenciado o contrato de Crema – Conservação, Recuperação e Manutenção, para a manutenção de alguns trechos pela Diretoria de Infraestrutura Rodoviária. Outras medidas e soluções adotadas atendendo o Tribunal de Contas da União serão informadas com brevidade por parte do general, diretor-geral do DNIT.

Esse é o prazo de 15 dias, dado pelo general, que foi encerrado no último dia 4 de abril.

Então, o que o senhor general aqui afirmou em relação ao prazo, que estava se dando e dando à sua equipe para trazer a esta Comissão, vem sendo cumprido em relação à BR-364.

2 – Sobre a BR-174, o DNIT formalizará convênio com o Governo de Mato Grosso neste mês, englobando projeto e obra. A partir da formalização do convênio – palavras do General Fraxe nessa audiência pública do dia 20 de março deste ano sobre a BR-174, o DNIT estaria formalizando convênio com o Governador do Mato Grosso ainda no mês de março – enfim, estamos em abril, mas faltavam somente dez dias para o fim –, englobando projeto e obra. A partir da formalização do convênio – continuam as palavras do general na audiência pública – o empreendimento segue cronograma do Estado, o qual prevê a contra-

tação por RDC integrado – Regime Diferenciado de Contratação, como V. Ex^{as} sabem.

Segundo o plano de trabalho, o projeto deverá encerrar-se em setembro, sendo dado início às obras no final de 2013, início de 2014.

No dia de ontem, portanto, 9 de abril, S. Ex^a o Governador do Mato Grosso esteve em audiência com o Ministro dos Transportes, audiência essa da qual o General Fraxe participou, tratando desse assunto.

Concluindo, não há resultado ainda da reunião que foi realizada ontem entre o Governador do Mato Grosso, o Diretor-Geral do DNIT e o Sr. Ministro dos Transportes sobre a formalização do convênio que deve ser assinado entre o Governo do Estado e o DNIT para que a obra da BR-174 possa prosperar.

Aguardamos o resultado dessa reunião.

3 – Sobre a BR-425, em Rondônia, foi lançado o Edital nº 168, de 2013, e está prevista a abertura das propostas em 24 de abril de 2013, na modalidade do RDC eletrônico, conforme havia se comprometido o General Fraxe, Diretor-Geral do DNIT.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo mais uma vez a presença das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, convoco a nossa próxima reunião a ser realizada no dia 13 de abril, segunda-feira, às 18h, neste plenário, quando daremos continuidade ao nosso ciclo de audiências. Nessa ocasião discutiremos o tema Eletricidade Alternativa, dentro do ciclo Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País.

A audiência pública contará com a presença do Prof. Alexandre Costa, Diretor de Eólica do Centro de Energias Renováveis do Centro Brasileiro de Energia Eólica da Universidade Federal de Pernambuco; do Dr. Ricardo Rütter, da Universidade Federal de Santa Catarina; e do Dr. Luiz Augusto Horta Nogueira, da Universidade Federal de Itajubá.

Agradecendo mais uma vez a presença das senhoras e dos senhores e as S. Ex^{as} as Sr^{as} e os Srs. Senadores, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 07 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 42 minutos.)

ATA DA 24ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL, COM A 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM ONZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DOZE, TERÇA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NO PLENÁRIO TREZE DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e doze minutos do dia onze de dezembro de dois mil e doze, no Plenário treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Sena-

do **João Costa**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, com a presença dos Senadores **Flexa Ribeiro, Inácio Arruda, Ivo Cassol, João Capiberibe, José Pimentel, Lindbergh Farias, Marco Antônio Costa, Sérgio Souza, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, e Wellington Dias**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificou ausência o Senador **Walter Pinheiro**. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente convida a tomarem assento à Mesa os expositores desta Reunião: **Francisco José de Siqueira**, Diretor Jurídico da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero; **Ricardo Nogueira, Presidente da Associação Brasileira de Aviação Geral – ABAG; Wolner Aguiar**, Representante do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo – SNETA; e **Rui Thomaz de Aquino**, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Táxis Aéreos – ABTAer; representando **Milton Arantes Costa**, Presidente da Associação Brasileira de Táxis Aéreos – ABTAer. O Diretor Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, Marcelo Pacheco Guarany, justificou sua ausência. O Presidente informa que a presente reunião destina-se a discutir os termos de concessões dos espaços aeroportuários e a maneira como o mesmo vem se realizando pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, em atendimento ao Requerimento nº 46, de 2012-CI. O Presidente concede a palavra a cada um dos expositores. O Presidente tece considerações a respeito das apresentações e passa uma lista de questionamentos aos expositores para serem respondidas e encaminhadas à Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **João Costa**, Presidente da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a 24ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 37ª Reunião da Comissão de Infraestrutura e da 23ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovadas.

Passemos à pauta, mas antes convido para que tomem assento à mesa os convidados: Francisco José de Siqueira, Diretor Jurídico da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); Ricardo Nogueira, Presidente da Associação Brasileira de Aviação Geral (Abag); Milton Arantes Costa, Presidente da Associação Brasileira de Táxis Aéreos; Rui Thomaz de Aquino, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Táxis Aéreos; Wolner Aguiar, representante do Sindicato Nacional de Empresas de Táxi Aéreo.

O Diretor-Presidente da Anac, Marcelo Guarany, apresenta justificativa com relação a sua ausência.

A presente reunião tem a finalidade de discutir os termos de concessões dos espaços aeroportuários e a maneira como o mesmo vem se realizando pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, especialmente em face da aviação geral: táxis aéreos e oficinas de manutenção, cujos contratos vêm sendo reajustados de sobremaneira e denunciados à revelia, segundo determinações do Ato Administrativo nº 3.139/2012, da Infraero, que não acata o que determina a Resolução nº 113, de 2009, da Anac, e desobedece às determinações legais contidas na Lei nº 7.565, de 1986, o Código Brasileiro de Aeronáutica, em seus arts. 40, 175, 220 e outros, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 46, de 2012, da Comissão de Infraestrutura, de minha autoria.

Informo que, para melhor andamento dos trabalhos, vou conceder o tempo de 15 minutos para cada convidado.

Concedo a palavra ao Sr. Francisco José de Siqueira, Diretor Jurídico da Infraero.

O SR. FRANCISCO JOSÉ DE SIQUEIRA – Bom dia, senhores. Eu saúdo a todos, na pessoa do Presidente da mesa, o Senador João Costa; saúdo os colegas integrantes dos organismos de representação da aviação geral e do sistema de táxi aéreo. Quero lhes dizer, Sr. Senador e senhores ouvintes, que é um prazer estar aqui falando em nome da Infraero para trazer esclarecimentos a respeito das dúvidas que, porventura, existam a respeito desse marco regulatório que rege a atuação da empresa.

Pertenço aos quadros da Infraero há 1 ano e meio. Já cheguei para assumir o cargo de Diretor Jurídico, e vimos fazendo um esforço muito grande, Senador, para demarcar o espaço de atuação da empresa no cenário econômico a partir de um lastro operacional constituído por serviço público, serviço aéreo público, serviço aéreo privado, provendo a infraestrutura necessária para que o Brasil possa voar.

A sociedade brasileira vem, nos últimos anos – os senhores são testemunha viva e são atores desse processo –, ocupando mais e mais os serviços de transportes aéreos. Por uma razão óbvia, houve uma ascensão social significativa nos últimos anos e, por deficiência de nossos serviços de infraestrutura rodoviária, ferroviária, aquaviária, o serviço de transporte aéreo é aquele que melhor atende à vocação de um país continental como o Brasil.

Nesse contexto, chegando à Infraero essa nova administração, em um ambiente sabidamente momentoso de prestação de contas dessa infraestrutura aeroportuária, com obras em 44 dos 66 aeroportos que administrávamos, três deles, recentemente, foram entregues a operadores privados como decorrência de um processo de concessão conduzido pelo Governo a partir do ano passado.

São 44 obras em 63 sítios aeroportuários. Obras de infraestrutura, de construção de terminal, de construção de pista, de parte de estacionamento de aeronave, de parte de estacionamento de veículos, garagens, reformas, instalação de equipamentos novos. Enfim, para modernização de nossos espaços aeroportuários diante não apenas de um apelo evidente que existe na mídia de que temos um déficit e de que precisamos cumpri-lo até que chegue a Copa das Federações, a Copa do Mundo, as Olimpíadas ou uma forma localizada, o Encontro Mundial da Juventude no Rio de Janeiro. Não é só isso, evidentemente. O nosso compromisso é, antes de tudo, com a sociedade brasileira.

O déficit existe para com a sociedade que, por conta dessa demanda pelos serviços de transporte aéreo, precisa, sim, ser bem acolhida, bem acomodada em aeronaves, ser transportada com a velocidade necessária para atender a seus compromissos, para realizar seus sonhos. A ascensão a esse transporte, às vezes, traz uma marca bonita de você entrar em uma aeronave se deslocando por recantos deste País e se deparar com pessoas que voam pela primeira vez, que formam, às vezes, uma pequena romaria ao entregar o membro da família à companhia aérea para vê-lo ser transportado de um espaço para outro. Isso é a vocação do Brasil nesta quadra que estamos vivendo, e a Infraero está bem encartada nesse contexto, bem incorporada a esse processo como gestora dessa política de governo voltada à exploração da atividade aeroportuária, para o provimento adequado de infraestrutura aeroportuária para que o País possa avançar.

Nesse contexto, portanto, a Infraero se viu diante de uma necessidade de rever o marco regulatório de suas atividades voltadas para todos os segmentos de operação dos aeroportos, aviação regular e aviação não regular. Dentro desse contexto, da não regular e

da aviação geral, há a disciplina relativa à ocupação dos espaços aeroportuários destinados à vocação operacional do sistema. Foi aí que, revendo o marco que vinha desde os anos 80, S. Ex^a o Senador João Costa mencionou o Código Brasileiro da Aeronáutica como sendo um marco de partida de 1986, posto e positivado o direito em um contexto em que vivíamos sob a regência de outro texto constitucional. Anos depois, veio a Carta de 1988, mudando significativamente os conceitos, os parâmetros, os princípios relativos à gestão pública.

Nós, como integrantes de uma empresa pública federal, estamos rigorosamente encartados nesse contexto e devemos obediência plena a esse marco legal, constituído, primariamente, por atos emitidos por esta Casa do Congresso Nacional e sua irmã, a Câmara dos Deputados.

Veio, em 1993, a Lei de Licitações, exatamente para dar um novo direcionamento aos princípios de contratação pública vigentes à época como uma herança do marco constitucional anterior. E nós acompanhamos todo esse processo. Houve uma disciplina. A lei se diz muito rígida, não branda.

Lia, ontem, uma referência de que há uma disposição, em algum momento, de enrijecer mais do ponto de vista de exigências dos atores que contratam com a administração pública, satisfazerem a determinados requisitos além daqueles que já hoje são previstos no ordenamento positivo. Mas não vem ao caso... Não venho analisar a norma de *lege ferenda*, eu estou apenas fazendo uma referência para mostrar o contexto em que vivemos sob a regência de um ordenamento legal que nos compete dar cumprimento e nos compete, dentro da competência marginal que existe no âmbito da administração pública, regulamentá-la de forma adequada, obedecidos os preceitos legais para melhor atendimento das finalidades institucionais legadas às empresas públicas, como é o caso da Infraero.

Nesse contexto, pois, sobreveio a lei da Anac, de 2005; sobreveio, depois, uma resolução posta pela Anac, em 2009; sobreveio, em 2009, ainda, o regulamento de licitações da Infraero, baixado por portaria do Ministro da Defesa, que era o órgão supervisor da Infraero ao tempo. Hoje temos um Ministério próprio, cuidando especificamente da aviação civil, que é a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

Veio, em 2010, um ato normativo já posto pela Infraero dentro dessa consubstanciação da norma infralegal, posta pelo Ministro da Defesa, na portaria que aprovou o regulamento de licitações da Infraero. Na Resolução 113, da Anac, baixou ela – Infraero – um ato normativo próprio em matéria de distribuição e alocação dos espaços aeroportuários, obedecidos,

naturalmente, os pressupostos básicos, centrais, estabelecidos, seja pela norma do Ministério da Defesa, seja pela norma posta pela Anac como Agência reguladora do setor.

Em que pese toda essa iniciativa, verificamos nós, ao chegarmos, ano passado, na Infraero, que havia sim uma dúvida subjacente na aplicação desse marco normativo e que não permitia uma uniformidade de entendimento em todos os espaços ocupados pela empresa pública Infraero, representada por suas várias superintendências regionais ou de aeroportos espalhados pelo País.

Houve, então, em abril deste ano, uma iniciativa nova, já patrocinada por nós, de rever esse marco regulatório interno para conformá-lo a um contexto de melhor compreensão das leis e dos atos normativos de regência, sobretudo, dos espaços aeroportuários destinados à aviação geral. E, em decorrência dela, as atividades conexas, correlatas, auxiliares desse sistema de operação.

Baixamos um novo ato normativo interno a respeito dessa matéria, estabelecendo, claramente, uma disciplina para efeito de concessão de áreas aeroportuárias de natureza operacional, mediante dispensa de licitação, assentada aí, especialmente no plano da aviação regular mediante licitação normal no ambiente voltado para a atividade da aviação não regular e atividades conexas como eu mencionei.

Esse marco regulatório tem o efeito de enquadrar a empresa Infraero em um ambiente mais adequado a sua atuação como empresa. Conquanto nós executemos uma atividade lastreada em serviço público, nós exercemos uma atividade de natureza econômica. Por que de natureza econômica? Conceitualmente, por ser a Infraero uma empresa pública, já a partir do Decreto-Lei nº 200/67, ela exerce uma atividade de natureza econômica. Não bastasse isso, Senador João Costa, depois de criada a Infraero, ela acabou se transformando, em face de uma participação que havia entre a União e um fundo público de investimento como sócio, em uma sociedade anônima. Empresa pública e sociedade anônima; não de economia mista, mas anônima.

Por expressa disposição do art. 2º da lei de sociedade anônima, Lei 6.404/76, a atividade da sociedade anônima, qualquer que seja seu objeto, será sempre mercantil. Então, somos uma empresa que exerce uma atividade econômica. Por que eu estou qualificando esse objeto com esses contornos? É para dizer o seguinte: embora o lastro em que repousa a atividade econômica da Infraero atenda pela marca do serviço público, este serviço público deve ser bem qualificado para que a empresa funcione como empresa. A aviação regular, que traz a marca do interesse público, está

encartada em um bloco que atende por essa marca de interesse – supremacia do interesse.

Então, essa modalidade de prestação de serviço está claramente definida na norma interna da Infraero como submetida a um processo de concessão mediante dispensa regular de licitação. O serviço não pode faltar. É uma empresa que é acreditada, seja no ambiente interno nacional, porque o capital é marcadamente nacional, ou seja autorizada a operar no País, aqui, ela tem de ter um espaço adequado para operar e prestar o serviço de natureza pública que é a marca de sua atividade.

A aviação geral, no entanto, tem a marca da atividade comercial. Não estou negando que as empresas que explorem atividade de aviação regular não sejam empresas comerciais. Estou falando do serviço! O serviço é marcadamente de natureza pública, de interesse público. O outro, embora mesmo o serviço da aviação geral – e vou mencionar, permitam-me os senhores membros das entidades de representação do sistema de táxi aéreo – seja também qualificado hoje, a partir do Código Brasileiro da Aeronáutica, também como um serviço aéreo público, há de se seguir, conceitualmente, o que o legislador entendeu que deveria ter aquele tratamento, há mais de três décadas ou quase, e realidade subjacente ou vigente hoje nesse sistema, tanto que o projeto enviado pelo Poder Executivo para o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados mais especificamente, e que é objeto hoje de discussão já em um contexto de emenda substitutiva, pautada pela Mesa da Câmara, trouxe, conceitualmente, o sistema de táxi aéreo como serviço aéreo privado.

Então, é uma questão de conceito apenas, por quê? Porque as exigências que se fazem para a operação da companhia aérea regular são muito mais gravosas, muito mais onerosas e momentosas mesmo do que as exigências que se fazem para o sistema de táxi aéreo. A regularidade do voo, a partida, a chegada; a origem, o destino. A obrigação de prover, a tempo e hora, uma infraestrutura própria para manter essa sistemática não é a mesma exigência que se faz para o sistema de táxi aéreo, por exemplo. Por isso mesmo, o Governo entendeu que poderia conceituar o sistema de táxi aéreo como serviço aéreo privado, não mais como um serviço aéreo público.

É uma discussão que o Congresso vai resolver quanto a ir a uma direção ou outra – o que não importa muito. Eu apenas estou colocando, à barca do tratamento que o Governo, em determinado momento histórico, entendeu que melhor qualificava esse serviço em face da natureza operacional dele perante a comunidade.

Diante disso, pois, Senador, eu trago essa mensagem em nome da Infraero. Estou pronto para parti-

cipar do debate e trazer a esta Comissão do Senado os esclarecimentos necessários por parte da Infraero. Estamos sempre prontos a debater, abertos à discussão, abertos às sugestões; enfim, prontos para buscar, em uma trilha bem definida, o melhor objetivo para atender à finalidade institucional perseguida por nossa empresa.

Então, eu quero, em nome da Infraero, mais uma vez, deixar aqui meu registro, meu testemunho de agradecimento à Comissão de Serviços de Infraestrutura, à Subcomissão da Aviação Civil pela oportunidade de vir, em nome de minha empresa, debater esses assuntos para esclarecimento da sociedade e dos senhores que são representantes dela. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Agradeço as palavras do Dr. Francisco Siqueira.

Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Nogueira, Presidente da Associação Brasileira de Aviação Geral (Abag), por 15 minutos.

O SR. RICARDO NOGUEIRA – Obrigado, Senador João Costa. Quero agradecer o convite enviado à Abag para participar, neste dia, desta reunião. Cumprimento também o Dr. Siqueira, meu colega Wolner; meu Conselheiro na Associação, Rui Thomaz, hoje aqui com a camisa de outra associação. Aos Presentes, meu bom dia.

Senador, ouvindo as palavras do Dr. Siqueira, eu quase fiquei com vontade de ir embora por não ter mais nada o que dizer aqui, porque ele já explicou tudo.

Mas, prestando um pouco de atenção, a gente observa que tem alguns *gaps*, algumas falhas no entendimento, pelo menos passado, do que é a aviação civil, qual é a finalidade dos aeroportos e qual é a função da empresa. Evidentemente, é uma posição um pouquinho diferente da que foi defendida pelo Dr. Siqueira.

Senador, eu trouxe uma apresentação, um pouco educativa, mas me permito, com sua autorização, evidente, passar, porque a gente coloca, educadamente... Não educadamente, mas professoralmente, explicamos o que é a aviação civil que está em um País e que depende, essencialmente, de aeroporto, porque avião depende de aeroporto.

Simbolizando um triângulo, nós temos as várias camadas onde estão os vários segmentos que compõem toda aviação civil. No topo da camada – um pouco difícil de ler para alguns –, nós temos a aviação regular doméstica no segundo piso; no primeiro topo do triângulo, a aviação regular internacional.

A base, toda ela, é a aviação geral. Essa é a base! Qual é a finalidade desse triângulo? É a que, se não tiver as camadas mais baixas ativas, produtivas e funcionando, não existirá a ponta do triângulo, pelo menos de verde e amarelo; pelo menos, não de bra-

sileiros; pode, sim, ter de estrangeiros. Mas não sei se é isso que o Estado quer.

Por favor, o seguinte.

Também só para mostrar o tamanho do que é a nossa aviação segmentada.

O topo, o que representa em termos de aviação, em número, em quantidade. Eu não vou nem entrar na qualidade da aviação.

O seguinte, por favor.

Dentro da aviação geral, como mostrou o eslaide anterior, um dos segmentos é o táxi aéreo.

Aqui, são números só de táxi aéreo, mas nós temos uma ordem, uma noção de grandeza do que é o táxi aéreo no País.

Embora tenha, aqui, duas associações, me desculpem os colegas, o Wolner e o Rui, mas eu já tinha isso levantado no nosso anuário e confrontado com informações do Snet.

Essa é a quantidade de aeronaves que estão prestando serviço neste País.

Por favor, o seguinte.

Cem por cento de transporte de passageiros de plataformas, que é um serviço estritamente feito por táxis aéreos.

Eu vou passar os eslaides, mas vou me deter muito pouquinho, senão eu vou tirar a fala do meu colega Wolner e do colega Rui.

O seguinte, por favor.

Isso é aviação geral. Não é só passageiro, não é só mala. Isso é aviação geral.

Se isso não for serviço aéreo público, se isso não for de interesse, eu rasgo a minha carteirinha da ordem, Dr. Siqueira. Rasgo, não; quebro, porque é de plástico.

Se isto aqui não for de interesse do Estado, o que será?

Adiante, por favor.

Geração de emprego.

A aviação geral brasileira vem crescendo numa curva muito superior às congêneres de outros países.

Em 2010, nós atingimos o segundo lugar em termos de quantidade. A aviação brasileira, a aviação geral, hoje, é a segunda do mundo e só perde para os amigos, para os irmãos do Tio Sam. Todo o restante nós passamos e é um movimento que tem 4, 5 anos com o mais forte.

Ele gera o dado... O coeficiente, direto e indireto, foi buscado no Sindicato Nacional dos Aeronautas. Para cada emprego direto, ele gera, tem uma consequência de dez indiretos, então, a gente pode, por baixo, imaginar que são 330 postos de trabalho ligados à aviação geral no País inteiro – no País inteiro, eu enfatizo, porque a Infraero não está no País inteiro, em termos de aeroportos.

O seguinte, por favor.

Na Abag, a gente está, há dois anos, trabalhando dados e temos um Anuário Brasileiro de Aviação Geral, e esse eslaide é um Boletim de Inteligência que a gente solta a cada 15 dias, sobre pontos de interesse.

Frota distribuída.

A frota de aviação geral distribuída, de aviões convencionais, motor a hélice, espalhada pelo País.

O seguinte, por favor.

A frota de helicópteros, também espalhada pelo País.

O seguinte, por favor.

Os táxis aéreos espalhados no País.

Observem que ele é, realmente, distribuição no País.

O seguinte, por favor.

Oficinas de manutenção.

A distribuição territorial das oficinas que dão suporte ao voo das aeronaves da segunda frota de aviação geral do mundo e, por que não, muitas delas atendem o Governo Federal, atendem o Governo estadual e até alguns Municípios. E atendem, também, a aviação regular, em determinados serviços.

A distribuição territorial.

O seguinte, por favor.

Empregos diretos. É no País inteiro.

O seguinte, por favor.

Este aqui é só um dado do crescimento no ano passado, o que gerou de novos empregos.

A distribuição desses quatro últimos eslaides é para mostrar que a aviação geral é que faz o Brasil ter asas. Não é a aviação regular.

Quem faz o Brasil ter asas é a aviação geral, distribuída em todo o território por empresas que voam, empresas que mantêm o voo, que geram empregos, que pagam impostos, que têm um aspecto social extremamente importante. É um setor que requer profissionalismo, que requer técnica, que requer preparo.

Por que estou mostrando o tamanho e a distribuição? Porque um simples ato de uma empresa executiva de orientações de legislação, no caso a Infraero, um simples ato, por mais nobres que sejam as causas, os motivos – o Dr. Siqueira nos explicou –, por mais nobres que possam parecer, ainda assim, parece que está olhando somente uma ou duas árvores, mas nós estamos tratando de uma floresta do Brasil inteiro.

É muito fácil entender, porque estamos falando de Brasil inteiro, que um ato que olha, pontualmente, os interesses da empresa pode destruir tudo isso.

A aviação se dá por ligações que nós chamamos de capilaridade.

Nenhum avião é feito, fora os de instrução... Claro, o de instrução é feito para voar localmente. Ele decola de “a” e pousa em “a”.

O avião é para transporte, ele é para viajar, ele é para sair de “a” para “b”, para “c”, para “d”.

Quem é, hoje, que voa de um ponto “a” para um ponto “b” sem ter certeza de que, quando chegar lá, vai ter apoio? Ninguém. Ninguém. Ou ele tem apoio próprio, ou ele tem apoio de uma outra empresa para atendimento, até para manutenção.

Se não fosse assim, seria inviável se voar num País deste tamanho, porque, além de passageiro, além de mala, além de carga, ia ter de colocar ferramenta e mecânico de elétrica, de pneu, de motor. Ninguém voa com uma oficina a bordo.

As pessoas entram num avião esperando que ele não dê pane, mas como é máquina, pode dar pane. Como é máquina, pode falhar.

A rede, aquela que mostrei ainda há pouco, das oficinas de manutenção é que dá a garantia de que a aeronave saia da sede por esse Brasilzão todo e vá conseguir ser apoiada onde pousar.

O próximo eslaide, por favor.

Então, a gente chega ao nosso grande óbice, Dr. Siqueira, perdão, Senador João Costa: a Resolução Anac.

Essa Resolução Anac, 113, de setembro de 2009, veio substituir uma portaria antiga, uma portaria do antigo e ex-Departamento de Aviação Civil, que era a Portaria 774, em que estava bem pacífico o entendimento de quem podia estar dentro do aeroporto, porque, na verdade, a portaria ditava procedimentos, mas ela não inventava outros tipos de alcance. Ela se limitava ao que estava previsto no Código Brasileiro de Aeronáutica e dava procedimento à realização da legislação.

A 113, a Resolução 113, de setembro de 2009, já começou a inventar. Ela já fugiu um pouquinho ao que está previsto no Código Brasileiro de Aeronáutica.

Eu queria abrir um parêntese sobre um entendimento diverso sobre a aplicação da lei.

Várias leis podem ser citadas, e até as de concorrência, de licitação, mas o meu entendimento, o entendimento de meus companheiros, nesta sessão, é de que quando a área é específica, o tratamento deve ser dado pela lei específica. E a lei específica que rege tráfego aéreo e aeroportos é o Código Brasileiro da Aeronáutica.

Outras leis, leis gerais, podem até ser chamadas, mas o que rege, realmente, é a lei específica e o CBA, a 7565, é específico.

Bom, fechando o meu parêntese, a Resolução 113 já trouxe alguns conceitos, segundo a Anac da

época, inovadores, mas que já não estavam previstos dentro do Código Brasileiro da Aeronáutica.

Tanto é, essa Resolução foi tão ruim, tão ruim, que nós estamos há quase 4 anos, toda a sociedade de aviação, em diversos fóruns, reunidos para modificar essa resolução.

Eu, pessoalmente, sou conselheiro da Anac e, como conselheiro da Anac, juntando-me a outros conselheiros, dentro do Conselho Consultivo da Agência, montamos uma câmara técnica, conforme o Regimento, de infraestrutura.

Essa câmara técnica foi criada no meio de 2010. Já gerou três versões de propostas de emenda à Resolução 113 e essas distintas versões foram sempre acomodando pontos de vistas de técnicos da Agência.

Estava previsto sair, agora, Senador, uma nova versão dessa resolução, que trata justamente sobre as áreas aeroportuárias, no dia 30 de novembro, mas eu creio que os acontecimentos recentes que envolveram a Agência acabaram tumultuando um pouquinho o processo interno e não saiu.

Essa versão que estava previsto sair agora, no dia 30, e não foi publicada, foi costurada a ponto fechadinho, durante um ano e meio.

Então, nós estávamos aguardando que essa resolução saísse, porque ela aclararia pontos obscuros. A primeira edição, a 113, de 2009, colocou no mercado muitos pontos obscuros, permitindo interpretações diversas.

Após quase 4 anos, o mercado amadureceu bastante o entendimento e o que nós fizemos, nós, câmara técnica, em que estavam presentes 43 entidades de representação, inclusive a Infraero participava das discussões... Nós chegamos a um ponto que acomodava o interesse de todos: da Agência, com seus interesses de Estado, e do mercado, da sociedade em geral, com a comunidade de aviação também aceitando perder – porque, inicialmente, o pessoal quer ganhar 100%, mas, aí, não tem como. Sangrando não tem como. Sangrando a carne de um e de outro, nós chegamos a um texto que atenderia, mas, infelizmente, não quis o destino que isso acontecesse agora. Tardamente, e ainda assim não aconteceu.

Bom, nesse meio tempo, desde a Resolução 113 – a primeira versão vem sendo adiada, porque ela tinha um prazo de um ano e foi adiada, então, duas ou três outras resoluções saíram, modificando somente a data fatal da 113, mas o conteúdo permaneceu, nesses quatro anos, o mesmo –, a Infraero soltou alguns atos administrativos orientando seus aeroportos, as suas administrações locais como proceder na execução mais direta, administrativa, atendendo à Resolução 113.

O que aconteceu no 3139, que causou, inicialmente, espécie e, depois, um pouco de revolta, e, depois, muita revolta, é que o 3139 foi além do que previa a 113. Foi além.

A 113 prevê, por exemplo, que os táxis aéreos estão igualmente dispensados de licitação nos aeroportos, conforme está a empresa regular, e o 3139 foi além disso. Mas, além disso, teve a maneira como foi: truculenta. A maneira foi truculenta.

Eu não sei se foi a orientação, acredito que não, porque o Dr. Siqueira é um *gentleman*, então, jamais sairia da sede uma orientação para os aeroportos serem truculentos com as empresas, mas, saiu ou não essa orientação, ela foi executada com truculência: aumento abusivo de preços, notificação de 10 dias, desocupada e utilizada, contrato novo a cada 5 anos.

Nada disso, nenhuma legislação, desde que o Santos Dumont voou, nenhuma legislação disse que isso tem de ser executado. No entanto, o 3139 trouxe isso para o mercado.

O seguinte, por favor.

Efeitos esperados da truculência.

Insegurança jurídica. É evidente, numa empresa que está com seu contrato para vencer, em que todos os seus colaboradores sabem que a truculência vai entrar pela janela, pela porta, pelo telhado, sabedores de que poderá ou não a empresa continuar, a insegurança jurídica está perfeita ali dentro, na insatisfação, na insegurança dos seus colaboradores, na continuidade da realização de contratos com terceiros.

Todas as oficinas de manutenção, e algumas muito mais que as outras, são credenciadas, homologadas por fabricantes de peças de aeronaves. São milhares os componentes de um avião.

As empresas são treinadas, recebem um certificado e fazem, têm um contrato de execução, de manutenção, e nenhum contrato é pequenininho, de pouco tempo, dada a especificidade, dada a técnica requerida, a habilitação da empresa. Então, são contratos, relativamente, de médio prazo.

E como a oficina fica perante suas instalações, porque é exigido, pela Anac, que tenha? É exigido. No ato de autorização de funcionamento, ela tem de comprovar que tem uma área separada, e não pode ter garfo misturado com colher e misturado com prato. Cada um tem de ter o seu lugar. Cada equipamento tem de ter o seu espaço dentro daquela área da oficina, porque assim a Anac exige, assim está previsto para os operadores do RBAC 145.

No entanto, com 5 anos, contratos de R\$10 mil, R\$20 mil... Não vou entrar em discussão se está bombástico, mas de 140 mil... É desconhecer como funciona o mercado, é desconhecer como funcionam as

margens, por isso eu comentei que podem ser bastante nobres as razões da Infraero, mas ela não trabalha para si, ela trabalha para outros. Ela é uma prestadora de serviços, então, ela tem de considerar o outro.

Redução da segurança operacional. Eu, na minha empresa, trabalho com uma margem de lucro pequena e para manter o meu negócio sou truculentamente obrigado a pagar um custo muito maior do que eu vinha pagando anteriormente. Eu vou começar a reduzir custos. Todos nós faremos isso. Dentro de casa nós fazemos isso. E um dos primeiros pontos que a empresa vai fazer é reduzir na segurança operacional. O piloto e o mecânico não vão fazer mais a reciclagem, não vão fazer o treinamento. Há pessoas voando com pilotos com Certificado de Capacidade Física vencido, porque se paga e não se paga barato para cada tripulante fazer a renovação do seu exame físico.

(*Soa a campanha.*)

O SR. RICARDO NOGUEIRA – Segurança operacional. Redução da capilaridade. Aquilo que eu mostrei, a distribuição territorial, vai terminar. Redução na formação de recursos humanos, porque é a base. Os segmentos mais baixos estão exatamente na formação dos recursos humanos para todo o sistema de aviação.

Desatendimento da frota governamental. Todos os governos que possuem frota são apoiados por oficinas ou por uma empresa de táxi aéreo, porque tem serviço de manutenção, porque são credenciadas pelo fabricante. É a aviação geral que atende.

Aparece o táxi aéreo pirata. Já se falou muito em táxi aéreo pirata. Inclusive, Senador, a Abag é filiada a um organismo internacional que participa, que tem assento no *International Business Aviation Council* (Ibac). O Ibac está promovendo, neste mês de dezembro, uma reunião em Montreal só para tratar de táxi aéreo pirata no mundo. E nós temos muitos aqui.

O que é o táxi aéreo pirata? O que é o táxi normal que tem na rua, que obedece às exigências da prefeitura para tirar uma série de selos para funcionar? E aí o privado, que não tem esse custo, consegue oferecer um preço mais baixo. No entanto, ele é pirata, porque não obedece à legislação prevista para isso, o carro e o motorista não estão habilitados para isso. O passageiro está inseguro. Se tiver algum problema, nada o socorre, diferentemente do táxi aéreo normal.

Bom, expectativa: redução dos postos de trabalho, redução no consumo de combustível, recolhimento... Ou seja, são efeitos esperados que nós estamos vendo que estão começando a aparecer, simplesmente por causa desse ato.

Já estou terminando.

O seguinte eslaide, por favor, só para fecharmos o raciocínio.

Então, já comentamos a respeito disso. Esse ato não tem nada de razoabilidade. O princípio de razoabilidade e de especificidade devem ser perseguidos, até em respeito ao que temos hoje.

A aviação geral é patrimônio nacional.

Último eslaide, por favor.

Senador, muito obrigado pela paciência de me ouvir. Estou à disposição da mesa para eventuais esclarecimentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Eu que agradeço a presença e as palavras.

Concedo a palavra ao Sr. Rui Thomaz de Aquino, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Táxis Aéreos, por 15 minutos.

O SR. RUI THOMAZ DE AQUINO – Bom dia, Senador João Costa, Dr. Francisco Siqueira, Wolner, Nogueira, amigos, alguns associados.

Obrigado pelo convite, pela oportunidade de estarmos aqui e podermos discutir um pouquinho a preocupação e o momento que vivemos no Brasil.

Eu pediria, por gentileza, se pudesse colocar a apresentação da Abag de novo, no segundo eslaide da pirâmide.

Senador, por 10 anos, eu fui Presidente da Abag. Hoje eu sou membro do Conselho da Abag, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Táxis Aéreos e fui Presidente, sou Vice-Presidente e serei o Presidente novamente da Associação do Ibac – International Business Aviation Council, que é um conselho de aviação executiva mundial, com sede em Montreal. Temos 15 países, representamos 85% da aviação executiva no mundo. Isso é para dizer há quantos anos e há quanto tempo vimos lutando contra algumas forças inexplicadas.

Esse quadro é simples, é básico, é objetivo, reflete uma realidade e me admira quando as pessoas não o entendem.

Quando falamos de uma empresa regular de transporte aéreo, regular, nós temos que lembrar o seguinte: a primeira coisa que precisa é piloto. Se esse piloto não nascer na primeira linha embaixo, depois fazer uma escola, depois passar por algum tipo de aviação privada. Assim é a lei. São 40 horas, tira o piloto privado. Aí ele não é nada. Ele tem que fazer 150 horas para virar um piloto comercial e aí pode vender o serviço dele. Ninguém o contrata porque ele é 150 horas, inexperiente. Aí pergunto: e como ele faz de 150 para mil horas, que é o mínimo que uma empresa de linha aérea requer para contratar o piloto? Ele precisa voar em algum lugar. Agora, ele voa neste intermédio, onde temos entendido que cada vez mais está difícil nós sobrevivermos. Os custos estão aí e as importâncias

não são dadas da forma como elas assim o são. Não me canso de repetir que a TAM atende 42 cidades no território brasileiro; a Gol atende 45 cidades. Então, nós estamos concentrando os nossos esforços, os nossos benefícios a quem atende 45 cidades, que são as mesmas cidades. Não são 42 mais 45. Não. São as mesmas cidades. Então, estamos concentrando os benefícios, as vantagens todas para elas. Fica tudo para elas. Agora, o País fica com 45 cidades, é atendido.

E táxi aéreo aviação geral? Não, esses caras estão incomodando. Precisam tratar com negócio. Como negócio? Quem faz as remoções desse interior? Quem vai a esse interior? Nós temos quase 4 mil aeroportos no Brasil. Não temos 45. Não existem 45 cidades. São 5.585 Municípios, quase 4 mil aeroportos, e nós estamos discutindo aqui como tirar o táxi aéreo, aonde precisamos chegar. Nunca, nunca. Em todos esses anos, eu sempre disse o seguinte: a aviação executiva do táxi aéreo é um complemento à aviação regular. Ou, então, vamos fazer o seguinte: vamos mandar um Airbus 320 operar numa pista de 700 metros para buscar passageiro. Ah, não. Ah, mas tem um táxi aéreo de quatro lugares que vai lá e atende a demanda que tem lá no mercado. Só que, quando ele volta e vai pousar no aeroporto principal, não tem hangar, não pode, não tem *slot*, não dá, não vai. Espera um pouquinho. Existe uma diferença muito grande entre os objetivos e aonde queremos chegar.

Os custos – e o meu colega Nogueira colocou –, da forma como são colocados, são de maneiras inesperadas, de maneiras abruptas, onde, aparentemente, se entende que seria simples se nós conseguimos chegar aqui. Ah, você cobra de mim e eu cobro de alguém. Temos um mercado restrito. Temos um mercado de compromissos com governos, com ambulâncias, com remoção aeromédica, com prestação de serviço, onde não conseguimos fazer esse repasse. Não existe como, não existe essa margem, não existe esse mercado.

É simples: quem quer entender mercado de aviação? Vamos, sem grandes coisas, contar quantas empresas faliram nos últimos 5 anos? Não precisa ser muito inteligente para saber o que aconteceu. E cito mais três ou quatro em processo neste momento. Está aí a Passaredo. A Anac está para suspender a operação dela e tudo bem. Alguém sentou para tentar entender o que está acontecendo? Qual a participação desses custos quando a Infraero diz o seguinte: aeroporto de Ribeirão preto não pode, não pode... Agora, o que eu posso dizer é o seguinte: a minha empresa tem um hangar no aeroporto de Jundiaí. Há 11 anos foi estendida a pista de 1.100 para 1.400 metros para que pudesse operar aeronaves maiores.

Há 11 anos, todas as semanas, faço uma ligação e pergunto por que não regularizaram a pista de 1.100 para 1.400 metros. A última explicação que tive da Anac era: há algumas coisas aí que não podemos aceitar. Falei: então, fecha o aeroporto. Acabou, simples. Fecha o aeroporto, encerramos, porque aí vocês não têm obrigação, vocês não têm risco, a posição é mais cômoda, e nós acabamos. Esse é o caminho, porque a outra forma é a escassez de espaço.

Obviamente já foram comentadas aqui quais são as dificuldades que vamos enfrentar pela frente. Esse assunto de custo, de espaço, obviamente, quando chegamos, pouca gente tem noção. Vou dar um exemplo para vocês: operar um táxi-aéreo no aeroporto de Brasília. Você tem que ir para o terminal 2. Devido ao tráfego, às vezes você leva entre 20 e 30 minutos taxiando a aeronave até a outra pista, na cabeceira da pista, para poder decolar de lá. Existe um lugar no mundo que acontece desse jeito: chama-se Brasil, cidade Brasília. É meio óbvio que, se há uma pista do lado, você taxia para ali e decola dali. Então, essa é a realidade que vivemos. Agora, estamos queimando combustível, meio ambiente, gastando tempo, queimando freio, táxi. É tudo custo. E isso não é considerado em nenhum momento. Ou seja, para mim é muito óbvio; para qualquer um que está aqui é óbvio; a única coisa é o seguinte: nós precisamos tirar os táxis-aéreos daqui dos aeroportos. Tudo bem. Se arrumar outro lugar para colocar, tudo bem. Não tem.

Eu participo de algumas comissões onde estamos discutindo o assunto Copa do Mundo. Por quê? Porque a Fifa determinou o seguinte: os convidados da Fifa ou quem for só podem em aeronave TPX, táxi-aéreo. Beleza. Então, chamaram-nos. Nós fomos para lá, táxi-aéreo. Eu vou dar um número para vocês: haverá 180 mil jornalistas no Brasil durante o período da Copa. A base será Rio de Janeiro. Se nós pegarmos 1% dos jornalistas que resolverem ou que tiverem a necessidade de se movimentar entre as cidades dos jogos, estamos falando em 1.800. Como não estamos falando em aviões de quatro, seis, oito lugares, vocês imaginam o tamanho do transporte, o que vai acontecer nesses 60 dias de Copa. Não estou nem falando que não há lugar para esses aviões pousarem, porque a decisão mais sábia que houve, recentemente, no Rio de Janeiro... Ah, nós estamos com problemas de infraestrutura aeroportuária. O que fizeram? Os táxis-aéreos estão proibidos de vir para o Rio de Janeiro. Essa foi a decisão mais sábia que aconteceu. Essa é simples: ah, estão proibidos de vir para cá.

Senador João Costa, sábado, a ABTAer teve uma reunião em São Paulo, com a maior representatividade que eu já vi até hoje, em termos de empresa, porque é

o clamor do momento que vivemos, é a preocupação que nós temos. Havia mais de 50 empresas presentes: Macapá, Belém, Campo Grande, Porto Alegre, Fortaleza, Salvador – há alguns amigos nossos de Salvador –, enfim, do Brasil. E o momento é o seguinte: o caminho é, num curto espaço de tempo – dessas 183, que já foram 400 –, cairmos para algumas empresas ou este mercado desaparecer. Este mercado não tem condição de sobrevivência da forma como está. Nós não temos renovação de frota. Mais de 50% da nossa frota aqui, no Brasil, têm mais de 30 anos. E as únicas notícias que nós recebemos é assim: você está interdito, você não pode, o preço subiu, está mais caro o custo. Enfim, é essa preocupação.

O que eu queria dizer é o seguinte, corroborando as palavras do companheiro Nogueira e mostrando esse quadro: nós sabemos das importâncias, da importância da aviação internacional, da aviação regular, da aviação regional, de todas elas, mas nós queríamos ter o mesmo respeito, a mesma consideração para com aquelas que são consideradas de serviço público, e assim o fizemos a vida inteira. Então, a importância tem que ser considerada, a importância tem que ser respeitada. Nós já explicamos cada um deles aqui, e o que eu posso dizer é o seguinte: hoje, provavelmente, aqui, em Brasília, já devem ter morrido cinco ou seis pessoas de moto ou de carro, mas, se um monomotor com um piloto decolar e cair, nós vamos ser capa de todos os jornais amanhã de manhã. Nós sabemos disso. Assim é a aviação e assim é a forma como somos tratados. Então, fica aqui o clamor da Associação Brasileira das Empresas de Táxi Aéreo, a preocupação que a gente tem. Os fatos lhes são claros, os fatos são evidentes, e condições de resolver a gente tem.

Contamos com o Senado, com a Câmara, com os Srs. Senadores, e, quanto à Infraero, que ela tenha a devida consideração para com o nosso setor, que é de suma importância. É inquestionável: cada um no seu pedaço. Ou seja, se a aviação regular tem a importância dela, o táxi aéreo tem toda a sua importância. Não estou dizendo que um é mais importante que o outro, mas ela também tem importância e tem de ser considerada e respeitada.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Nós precisamos incluir nesse rol o Governo. Esse problema é grande demais para resolvermos sozinhos. O Governo tem de estar com disposição para solucionar.

Concedo a palavra ao Sr. Wolner Aguiar, representante do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo.

É Vólner ou Vonei?

O SR. WOLNER AGUIAR – [Vólner].

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – [Vólner].

Então, apenas para repetir o nome, Wolner Aguiar, representante do Sindicato das Empresas de Táxi Aéreo.

O SR. WOLNER AGUIAR – Senador, bom dia.

Meus cumprimentos ao senhor; ao Ricardo, nosso colega; ao Rui Aquino; ao Dr. Siqueira, já velho conhecido nosso. Bom dia aos presentes.

Bem, falar por último, depois até do Nogueira, é complicado para mim, porque ele não deixou nenhuma palavra para eu discorrer.

Mas vou tentar, dentro do nosso conhecimento, do nosso pouco conhecimento, complementar, então, o que o Nogueira falou, o que o Rui também falou, mas abordando especificamente o táxi aéreo.

Então, em nome aqui das empresas de táxi aéreo, através do SNETA, nós agradecemos a oportunidade de voltar à Casa e de discutir novamente esse assunto, que tem deixado a indústria da aviação geral numa insegurança, como o próprio Nogueira e o Rui colocaram, sem precedentes.

Durante a apresentação, a gente vai então comentando e complementando os dados. Com a devida permissão, então, do Senador, vou fazer a apresentação, também um pouco didática, para que os presentes conheçam um pouco do táxi aéreo. E, no passar dos eslaides, vou complementando com algumas informações adicionais.

Cento e oitenta e oito empresas atuando em todo o território nacional.

Esse eslaide meu está um pouco desatualizado. O Rui falou em empresas que faliram, o Nogueira apresentou 183, acho que cinco já foram, então, para o espaço.

Mil duzentos e trinta e sete aviões, 325 helicópteros, para uma média de 1,5 milhão de passageiros transportados por ano, 80 mil empregos diretos e indiretos e R\$1 bilhão em impostos recolhidos por ano. Então, esse é o tamanho do táxi aéreo no Brasil.

Essas empresas associadas ao SNETA colocamos só para o conhecimento dos presentes. Algumas empresas, a Líder, a TAM, a Aeróleo, BHS, Senior, Helisul, Global, Sete, Algar, Morro Vermelho, Sotan, Atlanta, Bertol, Weston, Rio Branco, Palmas e Fast Flight. São 188, 183, uma média de 180 empresas que estão sobrevivendo ao cenário atual, associadas ao SNETA.

Essa tela mostra um grande serviço que o táxi aéreo executa, hoje, no Brasil e que é por muitos desconhecido: o suporte à indústria de exploração de petróleo e gás no Brasil. Muita gente desconhece que esse serviço só pode ser executado através do táxi aéreo. Então, ele é fundamental para a indústria de óleo e gás.

Cem por cento dos passageiros das empresas exploradoras de petróleo e gás são transportados diariamente por helicópteros, por táxi aéreo. Não há nenhuma empresa privada ou governamental. Todas as empresas são de táxi aéreo. Mais de um milhão de passageiros transportados por ano – 100%, mais de um milhão.

Ali, só uma comparação: enquanto as embarcações mais rápidas navegam a uma velocidade de 40 quilômetros por hora, os helicópteros atingem a velocidade de 280 quilômetros por hora. Isso está sendo muito mais constante e presente devido à distância cada vez maior em que as plataformas são instaladas.

Hoje, são 160 helicópteros de médio e grande porte que atuam nesse serviço, cada um com uma média de 110 horas de voo mensalmente.

Estima-se que essa frota, em 2020, deverá atingir a marca de 271 aeronaves – de 160 para 271 aeronaves –, pulando, então, desse patamar de 1 milhão de passageiros transportados para 2 milhões de passageiros transportados por ano, com um investimento de mais de R\$2,5 bilhões em novos equipamentos.

Nesse setor as maiores operadoras são a Líder, a Aeróleo, a BHS, a Omni e a Senior.

É um serviço que... Até indo na esteira do Dr. Siqueira, quando ele fala da marca do interesse público, em que a Infraero direciona seus esforços para a aviação regular, vou me permitir, Dr. Siqueira, com o devido respeito, discordar do senhor, porque isso é interesse público. Então, a Infraero deveria também direcionar as suas energias, as suas atividades para as empresas de táxi aéreo. Esse aí é apenas um dado do que o Nogueira já falou e do que o Rui já falou.

Só para ilustrar, são as maiores contratantes, os maiores exploradores de petróleo e gás no Brasil. São a Petrobras, Schell, Eksons, Repsol, OGX, Chevron, Statorium, BG Grupo, BP, Anadarko, Maersk, Perenco, Queiroz Galvão e Transpetro. Essas são as empresas que contratam o serviço de táxi aéreo para exploração de gás e óleo.

A integração nacional através do táxi aéreo.

Ao contrário do que se pensa, do que muita gente, hoje, no Brasil pensa – isso é algo que temos de rebater –, táxi aéreo não é somente o transporte de passageiro de alto poder aquisitivo; não é aquele empresário que comprou seu avião e que voa pelo Brasil afora. Táxi aéreo é muito além disso.

As receitas líquidas das 100 maiores empresas brasileiras em 2011 foram de quase R\$1 trilhão, quase um terço do PIB brasileiro. Todas essas empresas utilizam regularmente a aviação geral de maneira privada ou através das empresas de táxi aéreo.

Conforme vários estudos internacionais, a maior parte das aeronaves da aviação executiva são utilizadas para negócio. Nós vamos mostrar no próximo quadro a expressão gráfica dessa frase.

O transporte de passageiros, através da aviação geral, viabiliza o transporte para estudo e realização de novos projetos, que, por fim, facilitam a fixação de populações em suas regiões de origem, onde os novos empreendimentos serão instalados.

É programa do Governo descentralizar os grandes polos industriais, e isso só é feito através do atingimento dessas cidades mais longínquas, desses Estados menos favorecidos, tirando-se um pouquinho do eixo econômico Rio, Minas e São Paulo. Isso só é feito, só é conseguido através do táxi aéreo.

Nesse sentido lembramos que o Governo... Bem, aí já falamos. Está-se repetindo o que falei.

É importante destacar ainda que a aviação geral é a maior formadora de mão de obra, pilotos, engenheiros e mecânicos para as empresas de aviação regular. Já é, então, uma repetição do que o Rui colocou, do que o Nogueira colocou. Não vou ser repetitivo aqui, explanando mais sobre o assunto, mas é um fato: não há como se questionar a importância do táxi aéreo no desenvolvimento de pilotos, mecânicos e engenheiros, sempre levados para a aviação regular. Esse é o grande celeiro de formação de mão de obra.

Esse gráfico retrata um pouco o que o Rui falou sobre a questão da amplitude da aviação regular e, em contrapartida, da amplitude da aviação não regular, o táxi aéreo, aviação geral.

No quadro da esquerda, temos representadas graficamente as 134 localidades onde a aviação regular opera, e, no gráfico da direita, a representação gráfica dos locais onde o táxi aéreo alcança. Ora, não precisa de confirmação: aviações complementares. A aviação regular não compete com a aviação não regular; elas são complementares, uma praticamente não sobrevive sem a outra.

Esse é o quadro, de que falei atrás, sobre a questão da utilização do táxi aéreo e da aviação regular. A barra azul, a aviação comercial, a aviação regular, e a barra verde, a aviação do táxi aéreo.

Atividades não relacionadas a negócios. Nisso a aviação regular é bem maior. Férias e descanso, *idem*. Gestão de negócios já existentes: já se vê aí uma ascensão considerável do táxi aéreo e da aviação geral. Reuniões com clientes e tratamento de novos investimentos: aí a aviação geral e o táxi aéreo se sobrepõem à aviação regular, de forma expressiva – 75% dos propósitos estão dedicados a negócios, 40% ligados a investimento, 28% à gestão operacional e 7% a reuniões com clientes.

Esses dados comprovam, então, aquela questão da utilização do jato executivo, do bimotor em voos. Não é a questão só da utilização pelo empresário rico, que utiliza suas aeronaves, há um propósito muito maior.

Por favor.

Esse quadro mostra outros serviços, também frutos do táxi aéreo. São essenciais e oferecidos pelas empresas de táxi aéreo, que também muita gente desconhece. O Rui já citou, o Nogueira, também: a questão de transporte de enfermos em UTIs aéreas e de transporte de órgãos. Isso é feito pelo táxi aéreo, devidamente regularizado. Aeronaves do tipo helicóptero para inspeção de linhas energizadas, torres, antenas e gasodutos. Isso também é feito pelo táxi aéreo. E os voos de inspeção, transporte de equipamentos e pessoas e para o combate a incêndio na região da Amazônia, provendo-se suporte às ações do Ibama. Isso também é táxi aéreo.

Então, são serviços... Nesses anos todos, conversando com entidades e com o Governo, percebemos o desconhecimento dessas pessoas sobre a real utilização do táxi aéreo.

Por favor.

Além disso, como o Rui falou e o Nogueira também, ninguém decola de um ponto a outro sem o devido suporte. A aeronave, apesar de feita para voar sempre, é uma máquina, necessita de reparos, de inspeções programadas, de reparos de panes. Esse suporte é necessário principalmente para as oficinas de táxi aéreo instaladas pelo Brasil todo.

Quase todo o suporte técnico da frota de aeronaves que serve ao táxi aéreo é prestado localmente, gerando-se uma enorme quantidade de empregos diretos e indiretos.

Aí a formação de mecânicos. Todas as empresas que prestam serviço de manutenção das aeronaves treinam seus colaboradores locais, transferindo conhecimentos técnicos de itens de alta tecnologia.

Nesse sentido, para prestar esse suporte técnico, estão instaladas no Brasil, com modernos centros de manutenção, diversas empresas internacionais, através de parcerias com empresas locais ou diretamente, tais como Pratt Whitney, GE Aviation, Turbomeca, Dassault, Bombardier, Hawker Beechcraft, Embraer e Helibrás – Eurocopter, transferindo tecnologia e capacitando mão de obra local que, daqui a algum tempo, vai ser absorvida pela aviação regular.

Não obstante a importância das oficinas de manutenção – e aí a necessidade de áreas aeroportuárias –, todo o suporte em terra para a aviação executiva – tudo que o avião, passageiro e tripulação necessitam em solo – é provido pelas oficinas de apoio a esses serviços.

Todo o suporte em terra aos passageiros do táxi aéreo e das demais aeronaves privadas é executado pelas empresas especializadas de atendimento aeroportuário.

Tais empresas prestam suporte em solo para aeronaves privadas e de táxi aéreo, com equipamentos de rampas, serviço de estacionamento, comissariaria e limpeza.

Além disso, essas empresas auxiliam no posicionamento das aeronaves de táxi, fora das pistas, em segurança. As empresas de suporte em terra também atendem às aeronaves executivas estrangeiras, que trazem diariamente executivos e autoridades para reuniões e eventos internacionais, como, por exemplo, a Rio+20, a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

No período de janeiro a agosto de 2012, mais de mil aeronaves estrangeiras operaram somente no aeroporto de Guarulhos; no mesmo período, os investimentos estrangeiros diretos no Brasil ultrapassaram a marca de US\$30 bilhões.

Bem, Senador e presentes, esses são os eslaides complementares aos já apresentados pelo Nogueira, já complementados também pelo Rui Aquino, e a nossa participação neste debate, mostrando, então, a importância do táxi aéreo para o setor.

Coloco-me à disposição e agradeço novamente a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Nós é que agradecemos a presença de todos.

Recebi algumas perguntas durante a reunião, encaminhadas ao Dr. Francisco de Siqueira, representante da Infraero; ao Ricardo Nogueira, representante da ABAG; ao Sr. Rui Aquino; e ao Sr. Wolner Aguiar.

Eu vou passar às mãos dos senhores as perguntas e gostaria que me respondessem por escrito futuramente, que me encaminhassem as respostas por escrito.

Este problema é muito maior que todos nós – o que está acontecendo com a aviação geral e com a aviação regular. Essa classificação de que a aviação regular desempenha um serviço público e que a aviação geral desempenharia um serviço privado e que, portanto, precisaríamos adequar isso aos conceitos de mercantilização e trazer cobranças de taxas diferenciadas para um setor e para outro setor é uma discussão que não vai ser resolvida hoje, que não será resolvida nesta mesa, nesta reunião, mas que deve ser resolvida.

É preciso criar uma equação em que a aviação geral permaneça de pé, com toda a segurança que esperamos da aviação, e que o Governo também permaneça de pé. Ou seja, é preciso encontrar uma equação em que as partes consigam encontrar um denominador comum que seja bom para todos e, prin-

principalmente, bom para os usuários do serviço. Esses, sim, precisam ser protegidos por nós e tratados com absoluta responsabilidade.

Se, encarecendo os custos de operação, nós diminuimos a segurança e aumentamos os riscos, precisamos sentar à mesma mesa, o Senado, a Câmara, representantes do Senado, representantes da Câmara, representantes do Governo, representantes da aviação geral, e, sim, depois de uma boa linha de negociação, de composição, encontrar a solução.

Então, passarei às mãos de cada um as perguntas que me foram encaminhadas. Espero as respostas por escrito, agradeço a presença de todos, de maneira especial, dos convidados.

Agradeço muito, em meu nome e no do Senado, os esclarecimentos que foram feitos, a contribuição que cada um dá neste momento tão difícil que a aviação passa.

Estamos enfrentando novo desafio, que é o desafio da Copa do Mundo, o desafio de eventos internacionais e nacionais que vão surgindo e que dependem da aviação geral.

Espero em breve encontrar uma solução, que será divulgada.

Muito obrigado a todos. Tenham um bom dia.

Declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.)

Obs.: Seguem abaixo as respostas enviadas pelos convidados.

Resposta do Convidado **Francisco José de Siqueira**, Diretor Jurídico da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero:

Pergunta nº 1:

Existe algum procedimento por parte da Infraero no sentido de prover incentivos para as atividades dos táxis aéreos e oficinas de manutenção como concessionárias dos sítios aeroportuários?

Resposta: Os Planos Diretores elaborados pela Infraero contemplam a distribuição das áreas aeroportuárias de modo a proporcionar o desenvolvimento de todas as atividades relacionadas à aviação civil, especialmente a atividade de táxi aéreo e de oficina de manutenção de aeronaves.

Pergunta nº 2:

Algumas empresas vêm recebendo correspondências de Superintendentes da Infraero informando que a renovação de seus contratos não seria possível devido ao Ato Administrativo nº 3139/PR/2012. Qual é a posição da Infraero ante tal situação?

Resposta: Sobre esse tema, relativo à prorrogação dos prazos de vigência dos contratos, há de se esclarecer que a concessão de uso de áreas aeroportuárias

administradas pela Infraero se encontra disciplinada no Regulamento de Licitações e Contratos da empresa, editado pela Portaria Normativa nº 935/MD – Ministério da Defesa, de 26 de junho de 2009, no Ato Administrativo nº 3139/PR/2012, de 18 de setembro de 2012.

A concessão de uso de área comercial nos aeroportos encontra regulamentação específica nos artigos 11 a 23 do Regulamento de Licitações da Infraero e a concessão de uso de área operacional encontra disciplina no Ato Administrativo nº 3139/PR/2012, de 18 de setembro de 2012. O referido Ato Administrativo estabelece a obrigação de a Infraero realizar, em regra, licitação para promover a concessão de uso de área para as empresas prestadoras de serviço aéreo público não regular e para as atividades que lhe sejam comuns ou assessórias. Com base no referido arcabouço normativo, devem os Superintendentes da Infraero acompanhar e fiscalizar os contratos de concessão de uso de áreas aeroportuárias, informando aos concessionários o termo inicial e final das referidas relações jurídicas e as hipóteses em que são admitidas as prorrogações dos prazos de vigência dos instrumentos contratuais.

Pergunta nº 3:

Resposta: Quais são os critérios da Infraero para redefinir os valores das atuais concessões, e qual a orientação que a mesma passou para as concessionárias dos aeroportos privatizados, como O de Brasília, que também estão subindo os valores das concessões para os usuários da aviação geral e táxis aéreos?

Resposta: A Infraero realiza pesquisa nos aeroportos sob sua administração para fixar o lance mínimo a ser ofertado nos certames públicos destinados às concessões de uso de áreas aeroportuárias, entretanto, o preço específico para utilização da área é ofertado pelo próprio concessionário no curso da licitação. Por seu turno, a fixação do preço para a concessão de uso de áreas destinadas ao despacho de aeronaves, passageiros e respectivas bagagens, carga e descarga de aeronaves ou instalação de escritórios administrativos, não precedida de licitação, ocorre por intermédio da Tabela de Preços Específicos, publicada anualmente no Diário Oficial da União – DOU, a qual é formada por quatro grupos de aeroportos, com preços do metro quadrado de área fixados de acordo com a inserção do aeroporto em cada grupo. Por fim, cabe registrar que a política de preço relativa à distribuição de áreas nos aeroportos concedidos pela União obedece às regras do

mercado, dentro do princípio da livre iniciativa.

Resposta do Convidado **Rui Thomaz de Aquino**, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Táxis Aéreos – ABTAer:

Pergunta nº 1:

Além dos reajustes quanto às alocações dos hangares e de sua colocação e em licitação, quais outros reajustes de taxas e tarifas tem imposto a INFRAERO para a categoria?

Resposta: As outras tarifas que mais tem impactado e comprometido na composição de custo dos serviços do táxi aéreo são as de pouso / decolagem. Para melhor evidenciar os abusos, tomamos a liberdade de enviar em anexo a minuta do Ofício ABTAer 032/2012, que está sendo protocolado na INFRAERO. Reclamações sobre este mesmo assunto (tarifas aeroportuárias), também estamos protocolando Ofícios no DECEA – Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Ofício 031/2012) e na ANAC (Ofício 033/2012).
Ofício ABTAer 032/2012

São Paulo – SP, 08 de Dezembro de 2012

A

INFRAERO – Aeroportos

At. do Presidente, Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale

Prezados Senhores:

A ABTAer – Associação Brasileira das Empresas de Táxi Aéreo, na condição de representantes de seus associados vem, respeitosamente, **solicitar a INFRAERO a isenção das tarifas de Pousos que incidem sobre todas as aeronaves TPX com PMD até 12.500 lbs.**

A motivação para esse pedido ser feito de forma direta é resultado da situação crítica com custos elevadíssimos que são impostos às empresas de táxi aéreo, de forma não justificada. Comparado com o exterior, mesmo com a crise econômica mundial, percebe-se que nos outros países o táxi aéreo vive um momento especial, e no Brasil, apesar de uma economia mais robusta e dos inúmeros problemas de mobilidade, o cenário é bem menos otimista para o segmento.

Por isso, muitos empresários do setor reclamam do aumento abusivo de taxas aeroportuárias e das exigências que inviabilizam os pequenos operadores. Segundo eles, tanto a legislação quanto as taxações são voltadas para linhas aéreas, deixando o serviço de táxi aéreo sufocado. Temos visto muitas empresas de táxis aéreos sendo fechadas ou com seus certificados suspensos devido aos altos encargos e requerimentos.

Caracteriza **Tarifa de Pouso** – Remunera os custos dos serviços e das facilidades proporcionados às operações de pouso, rolagem e permanência da aeronave em até três horas após o pouso. Afinal, quais facilidades que justificam a cobrança do valor da tarifa de pouso para aeronaves na faixa de PMD até 6? As aeronaves TPX até a faixa citada, suas operações não podem ser niveladas às aeronaves da aviação regu-

lar – No Art. 2 da Lei 6009/73 fala da efetiva utilização aos preços que incidirem sobre a parte utilizada. Ora, as aeronaves TPX utilizam em proporção muito inferior aos serviços para aviação regular.

Os critérios de cobrança de tarifas e os reajustes praticado e previsto sem fundamento para os aumentos abusivos, em percentual muito desproporcional da realidade atual, em rota contrária à política econômica, um ato de arbitrariedade, pois devemos ter reajustes apoiados e justificados em índices oficiais como IGPM, IPCA. Isso elevou em muito, de forma muito significativa, o comprometimento das despesas com tarifas na composição dos custos das empresas de táxi aéreo, que hoje passam por inúmeras dificuldades, em grande parte corroborada por estas penosas cobranças de tarifas, expondo a risco de falência do segmento.

Ao compararmos a tarifa cobrada para uma aeronave mais popular, um Sêneca, pela Resolução Nº 103 de 23 de Junho de 2009 com a atual temos um reajuste de 304,46%.

Ora, se os valores que eram praticados em 2009 já eram elevadíssimo para o porte das empresas / aeronaves de táxi aéreo, o valor atual, inviabiliza o setor, responsável pelo transporte de pessoas, cargas (*destinadas ao desenvolvimento do país e numerário*), UTI em mais de 3.000 municípios.

Portanto, pelos relevantes serviços prestado a Nação pelas empresas de táxi aéreo no desenvolvimento do país, por si só justifica a isenção da tarifa retro mencionada, inclusive se verificado o ônus elevado para as empresas e a representatividade ao arrecador. Ainda como sugestão, no contexto da Aviação Geral, poderiam excluir o táxi aéreo – Aviação Não Regular por Demanda e taxar mais o restante que são particulares, onde muitas são aeronaves utilizadas no transporte aéreo clandestino, com custo muito menor por não haver exigências / acompanhamento, e alto risco para as pessoas transportadas, a exemplo de recentes acidentes.

Temos observado que as justificativas para os reajustes abusivos seriam por corte do subsídio, Investimentos e atualizar para privatizar. Também argumentam que pelo tempo decorrido sem reajustes, se aplicar a correção os reajustes ainda ficam abaixo. Essa não é a metodologia mais adequada, considerando que o correto é comparar o que justifica o volume cobrado, a proporção aplicada em relação ao tipo / porte e o impacto sobre o onerado. A permanência desses critérios de cobrança de tarifas viram um objeto incerto e duvidoso.

Neste ato a ABTAer, visando respaldo no pleito, esta solicitação esta sendo representada pelo Presidente, Cmte Milton Arantes Costa, Vice-Presidente Rui

de Thomaz de Aquino, Superintendente Enio Paes de Oliveira, Tesoureiro Leo Cassiano Moreira Rezende e as Empresas Associadas assinantes deste ato mandatário.
Respeitosamente,

Cmte Milton Arantes Costa
Presidente | ABTAer

Rui Tomaz Aquino
Vice – Presidente | ABTAer

Enio Paes de Oliveira
Superintendente | ABTAer

Leo Cassiano Moreira Rezende
Tesoureiro | ABTAer

ADDEY Taxi Aereo Aerotop Taxi Aereo Algar Aviation
Táxi Aéreo

AMAPIL Taxi Aereo AMAZONAVES Taxi Aereo APUI
Táxi Aereo

ATA – Aerotáxi Abaeté Bitten Táxi Aéreo Brasil Vida
Táxi Aereo

Ceara Taxi Aereo CENTRAL Taxi Aereo CHC Taxi Aereo

Colt Táxi Aéreo CTA Taxi Aereo FLEX Taxi Aereo

FRETAX Taxi Aereo Global Táxi Aéreo GLOBO Táxi
Aéreo

Goair Táxi Aéreo HEISS Taxi Aereo Helimarte Taxi Aereo

HERINGER Taxi Aereo JACARÉ Taxi Aereo JAD Taxi
Aereo

JATO Taxi Aereo JUTA – Junqueira Taxi Aereo Logika
Táxi Aéreo

Manaus Aerotaxi NHR Taxi Aereo – Financeiro NO
LIMITS Taxi Aereo

PEC Taxi Aereo RIMA – Rio Madeira Aerotaxi Rio
Norte Táxi Aéreo

SANTAFE Taxi Aereo STILUS Taxi Aereo TAP – Táxi
Aéreo Piracicaba

Tio Táxi Aéreo TWO Taxi Aereo UIRAPURU Taxi Aereo

VOAR Táxi Aéreo WDA Táxi Aéreo

Ofício ABTAer 031/2012

São Paulo – SP, 08 de Dezembro de 2012

Ao

DECEA – Departamento de Controle do Espaço Aéreo
At. do Vice-Diretor Major-Brigadeiro-do-ar José Rober-
to Machado e Silva

Prezados Senhores:

A ABTAer – Associação Brasileira das Empre-
sas de Táxi Aéreo, na condição de representantes de
seus associados vem, respeitosamente, ***solicitar ao
DECEA a isenção das tarifas de Navegação Aérea
que incidem sobre todas as aeronaves TPX com
PMD até 12.500 lbs.***

A motivação para esse pedido ser feito de forma
direta é resultado da situação crítica com custos eleva-
díssimos que são impostos às empresas de táxi aéreo,
de forma não justificada. Comparado com o exterior,
mesmo com a crise econômica mundial, percebe-se
que nos outros países o táxi aéreo vive um momento
especial, e no Brasil, apesar de uma economia mais
robusta e dos inúmeros problemas de mobilidade, o
cenário é bem menos otimista para o segmento.

Por isso, muitos empresários do setor reclamam
do aumento abusivo de taxas aeroportuárias e das
exigências que inviabilizam os pequenos operadores.
Segundo eles, tanto a legislação quanto as taxações
são voltadas para linhas aéreas, deixando o serviço de
táxi aéreo sufocado. Temos visto muitas empresas de
táxis aéreos sendo fechadas ou com seus certificados
suspensos devido aos altos encargos e requerimentos.

Os critérios de cobrança de tarifas e os reajustes
praticado e previsto sem fundamento para os aumen-
tos abusivos, em percentual muito desproporcional da
realidade atual, em rota contrária à política econômica,
um ato de arbitrariedade, pois devemos ter reajustes
apoiados e justificados em índices oficiais como IGPM,
IPCA. Isso elevou em muito, de forma muito significa-
tiva, o comprometimento das despesas com tarifas na
composição dos custos das empresas de táxi aéreo,
que hoje passam por inúmeras dificuldades, em gran-
de parte corroborada por estas penosas cobranças
de tarifas, expondo a risco de falência do segmento.

Também, outro fato que justifica a isenção é que,
de acordo com a Portaria nº 44 / DECEA de 29de Março
de 2012, no Capítulo IV – Das Isenções, Art. 49, item
II, na sua redação “aeronaves privadas brasileiras uti-
lizadas em serviços da Administração indireta Federal,
Estadual, Municipal e do Distrito Federal”, enquadram
na isenção de tarifas, considerando que grande parte
dos serviços prestados pelas empresas de táxi aéreo
são através de contratos com esses Órgãos citados

e, também, para a Administração direta, ambos enquadradas nessa condição de isenção.

Ainda, na Portaria nº 2/GC5 de 05 de Janeiro de 2012 trata sobre recomposição de valores das tarifas que, além dos 175% de reajustes aplicados entre 2011/2012, a partir de Janeiro/ 2013 terá mais 83,85%.

Ora, se os valores que eram praticados antes de 2011 já eram elevadíssimo para o porte das empresas / aeronaves de táxi aéreo, o valor atual, acrescido do reajuste a partir de Janeiro / 2013 inviabiliza o setor, responsável pelo transporte de pessoas, cargas (*destinadas ao desenvolvimento do país e numerário*), UTI em mais de 3.000 municípios.

Portanto, pelos relevantes serviços prestado a Nação pelas empresas de táxi aéreo no desenvolvimento do país, por si só justifica a isenção das tarifas retro mencionadas, inclusive se verificado o ônus elevado para as empresas e a representatividade ao arrecadador. Ainda como sugestão, no contexto da Aviação Geral, poderiam excluir o táxi aéreo – Aviação Não Regular por Demanda e taxar mais o restante que são particulares, onde muitas são aeronaves utilizadas no transporte aéreo clandestino, com custo muito menor por não haver exigências / acompanhamento, e alto risco para as pessoas transportadas, a exemplo de recentes acidentes.

Temos observado que as justificativas para os reajustes abusivos seriam por corte do subsídio, Investimentos e atualizar para privatizar. Também argumentam que pelo tempo decorrido sem reajustes, se aplicar a correção os reajustes ainda ficam abaixo. Essa não é a metodologia mais adequada, considerando que o correto é comparar o que justifica o volume cobrado, a proporção aplicada em relação ao tipo / porte e o impacto sobre o onerado. A permanência desses critérios de cobrança de tarifas viram um objeto incerto e duvidoso.

Neste ato a ABTAer, visando respaldo no pleito, esta solicitação esta sendo representada pelo Presidente, Cmte Milton Arantes Costa, Vice-Presidente Rui de Thomaz de Aquino, Superintendente Enio Paes de Oliveira, Tesoureiro Leo Cassiano Moreira Rezende e as Empresas Associadas assinantes deste ato mandatário.

Respeitosamente,

Cmte Milton Arantes Costa
Presidente | ABTAer

Rui Tomaz Aquino
Vice – Presidente | ABTAer

Enio Paes de Oliveira
Superintendente | ABTAer

Leo Cassiano Moreira Rezende

Tesoureiro | ABTAer

ADDEY Taxi Aereo Aerotop Taxi Aereo Algar Aviation Táxi Aéreo

AMAPIL Taxi Aereo AMAZONAVES Taxi Aereo APUI Taxi Aereo

ATA – Aerotáxi Abaeté Bitten Táxi Aéreo Brasil Vida Taxi Aereo

Ceara Taxi Aereo CENTRAL Taxi Aereo CHC Taxi Aereo

Colt Táxi Aéreo CTA Taxi Aereo FLEX Taxi Aereo

FRETAX Taxi Aereo Global Táxi Aéreo GLOBO Táxi Aéreo

Goair Táxi Aéreo HEISS Taxi Aereo Helimarte Taxi Aereo

HERINGER Taxi Aereo JACARÉ Taxi Aereo JAD Taxi Aereo

JATO Taxi Aereo JUTA – Junqueira Taxi Aereo Logika Táxi Aéreo

Manaus Aerotáxi NHR Taxi Aereo – Financeiro NO LIMITS Taxi Aereo

PEC Taxi Aereo RIMA – Rio Madeira Aerotáxi Rio Norte Táxi Aéreo

SANTAFE Taxi Aereo STILUS Taxi Aereo TAP – Táxi Aéreo Piracicaba

Tio Táxi Aéreo TWO Taxi Aereo UIRAPURU Taxi Aereo

VOAR Táxi Aéreo WDA Táxi Aéreo

ATA DA 25ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2012, SEXTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia catorze de dezembro de dois mil e doze, no Plenário treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **João Costa**, Presidente desta Subcomissão, reúne-se a Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil – CISTAC. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificou ausência o Senador **Walter Pinheiro**. O Presidente declara aberta a reunião. O Presidente informa que a presente reunião

destina-se a debater e subsidiar o Relatório Final a ser elaborado pela Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2012 – CISTAC. Esta reunião divide-se em duas partes. Na primeira, será franqueado aos convidados o tempo de 10 minutos para as suas exposições, podendo o mesmo ser estendido para proferir conclusões. Na segunda parte, após as exposições dos senhores convidados, abriremos para os debates. O Presidente registra as seguintes presenças: Senhor Paulo Bruno Ferreira, Empresa Brasileira de Aeronáutica – EMBRAER; Fábio Augusto, Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil – ABRAPAC; Herbert Fander, ABRAPAC; Celso Linhares, ABRAPAC; Luciano Malman, ABRAPAC; Carlos Seixas, ABRAPAC; Doriêdo Luiz dos Prazeres, Assessor Técnico da Diretoria da ANAC; e Stella Cruz, Associação Brasileira de Empresas Aéreas – ABA. Justificaram a ausência os seguintes convidados: **George William Cesar de Araripe Sucupira**, Presidente da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves – APPA; e **Renato Cláudio Costa Pereira**, Major-Brigadeiro-do-Ar (Reserva), Ex-Secretário-Geral da Organização Internacional da Aviação Civil – OACI e Consultor em Aviação. **Celso Faria de Souza**, Engenheiro Mecânico Aeronáutico, não compareceu. O Presidente concede a palavra a cada um dos convidados: **Georges de Moura Ferreira**, Professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO; **Walter Bartels**, Presidente da Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil – AIAB, representando Jackson Schneider, Vice-Presidente de Relações Institucionais da Empresa Brasileira de Aeronáutica – EMBRAER; **Respício Antônio do Espírito Santo Júnior**, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; **Carlos Ebner**, Diretor da Associação Internacional de Transportes Aéreos – IATA; **Carlos Montino de Oliveira**, Diretor Presidente da Associação dos Servidores da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) – ASA; **Wolner Aguiar**, do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo – SNETA, representando Ricardo Nogueira, Presidente da Associação Brasileira de Aviação Geral – ABAG; **Nelson Paim**, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola – SINDAG; **Cairon Ribeiro dos Santos**, Advogado Tributarista; e **Engº Benevides Carvalho**, Consultor da Associação Brasileira de Empresas Aéreas – ABEAR e do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas – SNEA, representando Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas – ABEAR. Suspende-se a Reunião às doze horas e dois minutos e reabre-se às catorze horas e trinta e oito minutos. O Presidente concede a palavra a cada um dos convidados para as considerações finais. Nada mais havendo a tratar,

encerra-se a Reunião às quinze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Subcomissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **João Costa**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Após a realização de 19 audiências públicas por esta Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil com a finalidade de debater políticas públicas para a aviação civil, observamos, no transcorrer dessas audiências, diversos problemas apontados pelos representantes dos vários setores da aviação, que, mesmo após um ano de debates, persistem.

A presente reunião objetiva obter dos senhores convidados as recomendações de melhoria para os problemas apontados e, acima de tudo, colher subsídios para a elaboração do relatório final, em atendimento ao Requerimento nº 2/2012 – Cistac, de minha autoria.

Esta reunião será dividida em duas partes. Na primeira, será franqueado aos convidados o tempo de 10 minutos para as suas exposições, podendo o mesmo ser estendido para proferir conclusões. Na segunda parte, após as exposições dos senhores convidados, abriremos para os debates, visando colacionar as recomendações aqui ditas, com o objetivo de encaminhá-las às autoridades responsáveis e àquelas demais que possam contribuir com a solução das circunstâncias aqui deliberadas.

Vale a pena lembrar que estamos na fase de elaboração do relatório final da Cistac, para o que, certamente, os senhores serão novamente convidados para que possam dar, mais uma vez, uma valiosa colaboração.

Informo também que esta reunião será suspensa às 12 horas, para intervalo de almoço, e reaberta às 14 horas.

Assim, passamos a palavra ao primeiro convidado.

Concedo a palavra ao Sr. Georges de Moura Ferreira, Professor da PUC de Goiás, por 10 minutos.

O SR. GEORGES DE MOURA FERREIRA – Obrigado.

Bom dia, Senador, bom dia a todos os presentes que se deslocaram dos mais distantes rincões do País.

Sr. Senador, hoje, estão diante do senhor grandes *players*, pessoas responsáveis, praticamente, pelo sistema de aviação como ele é hoje no Brasil. Se hoje o Brasil possui uma grande aviação regular, se hoje o

Brasil possui a segunda maior aviação geral do mundo, boa parte dos responsáveis por isso estão aqui hoje. São pessoas que trabalham, mas, principalmente, Senador, são pessoas que têm sonhos. Todos que estão aqui, praticamente, são da área da aviação.

Quando falamos em aviação e quando falamos o que significa ser da área, posso dizer que é algo diferente de qualquer outra atividade, senhores. Por exemplo, quando existe um acidente de automóvel ou um acidente de ônibus em que vêm a falecer pessoas, dificilmente nós temos alguma reação. As pessoas, o homem médio, perguntam o quê? “Ah, um acidente? Puxa, infelizmente, isso é uma coisa normal.” Senador, como aviadores, não somos assim. Quando acontece um acidente com um avião em Roraima, quando acontece um acidente com um avião em Minas Gerais, a primeira coisa que a maioria, se não todos, aqui da Mesa pergunta é: “Qual era o prefixo dessa aeronave? Quem estava?”. E é bem provável, Sr. Senador, que todos conheçam alguém da aviação, que todos saibam quem se acidentou, quando, e todos querem saber o porquê. Então, na aviação, nós não trabalhamos como partes separadas. Todos aqui fazemos parte de um conjunto, de um sistema.

E seria também importante, como se diz, já que estamos aqui agora reunidos, já que todos que estão aqui praticamente colaboraram com a Subcomissão da Aviação Civil, que é um esforço inédito na história da aviação no Brasil, que pudesse acontecer o quê? Que das soluções aqui colocadas, aquelas que possam acontecer, independente mesmo das ações legislativas que esta Casa precisa fazer, que possam apontar essas soluções. E essas soluções, Senador, precisam chegar em quem pode decidir. E de forma imediata. Porque será debatido aqui que nós temos muitos gargalos de infraestrutura, mas também possuímos um gargalo político, um gargalo que é sério, e que é função do Senado administrar.

Tenho visto a preocupação do senhor, tenho visto os pronunciamentos do Senador Randolfe Rodrigues, que, por 4 vezes este ano, voltou a debater a aviação, cobrando pontos pesados. E por mais que o Senador Randolfe, por exemplo, por mais que o Senador Flexa Ribeiro, por mais que o Senador Vicentinho, por mais que todos falem em tribunas, as coisas instam em não mudar. Ou instam em seguir por um caminho totalmente contrário ao bom senso para quem é da área da aviação. E, para nós da aviação, isso incomoda muito, Sr. Senador. Porque, como professor de Direito Aeronáutico que sou há dez anos, digo uma coisa para o senhor: já tive mais de mil alunos. Tive alunos que faleceram em acidentes. Eu fui ao sepultamento de todos. Porque na aviação nós somos assim, nós somos unidos.

E parece que falta alguma sensibilidade, falta alguma coisa. Todos aqui sabem quais são as soluções, mas é preciso alguma coisa diferente acontecer para que ela possa acontecer.

Até mesmo para auxiliar aqui, talvez, os trabalhos de hoje, fiz um breviário a respeito do que foi a Subcomissão de Aviação Civil, os trabalhos que ela realizou até agora e o que precisa continuar fazendo. Porque isto não se encerra aqui, nós temos a obrigação de fazer um relatório final. E o senhor tem cobrado isso. Tem que ser um relatório completo porque, afinal de contas, a aviação tem uma função social, a aviação é integração de população carente, a aviação chega onde carro nunca vai chegar neste País. Na Amazônia, não se pode construir estradas, é muito complicado. E a Amazônia é uma parte esquecida.

Por favor, pode passar o próximo eslaide?

A Subcomissão da Aviação Civil nasceu de iniciativa inédita na história do Legislativo brasileiro. Foi criada pelo Senador Vicentinho Alves, que ora está sendo brilhantemente substituído pelo Senador João Costa, que está tocando um trabalho realmente pioneiro. E muitas vezes, quando existe um trabalho pioneiro, muitos de nós nos perguntamos o que fazer e como fazer. Eu acho que nós vamos descobrir isso aqui ao longo do dia.

Pode passar o próximo, por favor.

A Subcomissão foi criada, então, como todos sabem, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado. Foram eleitos como seu Presidente o Senador Vicentinho Alves, Vice-Presidente o Senador Flexa Ribeiro e Relator o Senador Vital do Rêgo. Atualmente está sob o comando do Senador João Costa, do PPL do Tocantins.

Próxima, por favor.

Temos aí a composição da Mesa.

Pode passar, até para ganharmos tempo.

Inclusive quero destacar – volta só um – que o Senador Delcídio do Amaral, que faz parte da Cistac como membro, foi o relator da Lei da Anac. Ou seja, temos aqui Senadores brilhantes e que têm experiência no assunto. O próprio Senador Delcídio do Amaral, em uma das audiências públicas, reconheceu a necessidade inclusive de rever o papel da Anac, de como ela está funcionando e como foi idealizada. Aqui temos representantes da Associação dos Servidores da Anac, que, tenho certeza, poderão corroborar essas expectativas.

Próximo eslaide, por favor.

Bom, o que existe de ineditismo em relação à Cistac, que é da Comissão de Infraestrutura, a Subcomissão Temporária da Aviação Civil, é que, pela primeira vez, todos os *players* da aviação civil estão

sendo ouvidos, têm a oportunidade de falar. Tivemos aqui aviação experimental, infraestrutura, aviação aerodesportiva, ultraleve, indústria aeronáutica, enfim... E hoje, aqueles que contribuíram, espero, terão novamente oportunidade. Espero que sejam chamados para compor este documento inédito na história do País, este relatório final.

Próximo, por favor.

O que descobrimos ao longo desta Subcomissão? Que o Brasil não possui apenas os 127 aeroportos servidos pela aviação regular. Vimos que o Brasil possui 4.200 pistas, que existem 714 aeródromos e aeroportos espalhados pelo País. Porém, nós vimos que apenas 65 pistas têm 2 mil metros ou mais de comprimento, e 100 com operações VFR, que é voo por instrumento noturno. Ou seja, enquanto a aviação regular atende cerca de 130 aeroportos e opera 600 aeronaves...

Próximo eslaide, por favor.

Há várias aviações no Brasil que compõem as outras 14 mil aeronaves: táxis-aéreos, aviação em geral, serviços aeroespecializados, aviação experimental, manutenção de aeronaves, indústria aeronáutica, enfim... E o mais importante que todos descobriram aqui, Sr. Senador, é que todos são serviços que estão interligados, não se isolam, são *players*, componentes da aviação.

Próximo, por favor.

Por exemplo, táxis-aéreos. O que se pensa de um táxi-aéreo?

Próximo, por favor.

O que é a realidade de um táxi-aéreo? Ou seja, nós temos que desmistificar muita coisa. Existe inclusive a ideia, por exemplo, que foi debatida aqui na última reunião até por parte da Infraero, de que os táxis-aéreos querem se transformar em serviço público privado. E também tivemos a oportunidade de ver aqui várias partes presentes discordarem dessa premissa. Porque, inclusive, um dos fatores que vamos colocar aqui é quando um órgão estatal como a Infraero decide lançar mão de uma norma, de uma portaria absurdamente ilegal, como foi aquele Ato Administrativo 3.139, que discrimina as atividades de táxis-aéreos dentro dos serviços portuários federais, sendo que os táxis-aéreos, sim, fazem a integração de mais de 4 mil Municípios.

A próxima, por favor.

Isso é apenas um plano de setor, que também praticamente ninguém conhecia. Esses dados aí são dados da Abag e dados do Sindicato Nacional dos Táxis-Aéreos. Porque, quando você fala em táxis-aéreos, você pensa naquelas pequenas aeronaves, mas nós temos um setor que movimenta, só em impostos, mais de R\$1 bilhão por ano, impostos federais.

Próxima, por favor.

Aí descreve algumas das audiências públicas que aconteceram, para que todos possam ver que todos os ambientes da aviação foram ouvidos.

A próxima. A próxima. A próxima.

Bom, nós temos, por exemplo, algumas proposições que foram feitas em audiências públicas. Por exemplo, em aeroportos, nós vimos as exigências demasiadas que existem para os TPX – TPX são os táxis-aéreos, por exemplo – e muitas dessas exigências podem ser modificadas, Sr. Senador, por um simples despacho da Presidência da Anac, por uma reunião do Conselho Deliberativo. E essas providências estão sendo pedidas há mais de dois anos, e essas providências não se transformam apesar do bom senso, orientar o que é correto. A questão de caminhões de bombeiros, que tem atrapalhado também – porque, afinal de contas, cidades que nunca sofreram incidentes, podem as prefeituras municipais fornecer carros e têm tido problema. E tivemos problemas no seu Estado, em Gurupi e Araguaína, em relação a isso.

Serviço de entrada de voos internacionais e a falta de política de abastecimento, sendo que aqui no Brasil os aviões têm que pagar em dinheiro. E pior, Sr. Senador, agora, falando também em aviação geral, o que acontece? Um aluno meu estava pilotando uma aeronave e me ligou de Nova Iorque. Ele me disse: “Professor, sabe o que está acontecendo comigo?” Não, não sei. “Eu estou aqui em Nova Iorque e estou com 4 aeronaves Papa Romeu aqui na minha frente” – que é prefixo de aeronave brasileira. Eu falei: Está bem, e daí? “Não, professor, eu só quero lhe falar uma coisa: o Brasil está saindo do *business jet set international*. Quer dizer, o Brasil está saindo do rumo do negócio internacional da aviação”. E eu falei: Por quê? “O senhor sabe quanto é que eu pago no avião aqui do meu patrão para vir aqui para Nova Iorque pousar na pista, usar a pista, dormir aqui e fazer tudo? Cem dólares, se eu abastecer aqui. Se meu patrão for usar Guarulhos, ele não pode ficar em Guarulhos, não há um serviço que possa receber essa aeronave em Guarulhos 24 horas; muitas vezes um homem de negócios tem que dormir no avião, o avião não pode ficar estacionado em Guarulhos, tem que ir para Sorocaba, tem que ir para São José. E, das taxas que eles pagam para fazer essa manobra, resultam mais de R\$21 mil”.

Quer dizer, é uma diferença bem interessante.

E mais: o planejamento para o setor aeroviário brasileiro deve ser feito por um grupo multidisciplinar, composto não só de legisladores, mas também e principalmente pelas instituições responsáveis e operadoras.

Próxima, por favor.

Outros pontos que nós devemos colocar.

Em 2008, as tarifas aeroportuárias foram acrescentadas, no Brasil, em 54%; em 2011, teve outro aumento, do Departamento de Controle do Espaço Aéreo da Infraero, de 179%; e mais, nós teremos agora mais um aumento previsto de 14%. Ora, se nós estamos falando aí nos últimos dois, três anos, se você acumular todos esses aumentos, eles passam de 200%. Dez por cento das receitas das empresas aéreas hoje basicamente são compostas de tarifas.

Passa o próximo, por favor.

Bom, vemos que as atuais exigências, a regulamentação não leva em consideração a questão de operação de aeroportos menores. As regras de contratação de pilotos estabelecem exigências parecidas com aquelas propostas para empresas de grande porte; e temos também uma carga burocrática desnecessária e que poderia ser reduzida, se a legislação fosse adequada à escala operadores.

Mais uma, por favor. Já estamos terminando.

Bom, em relação à aviação civil e aos serviços aéreos especiais, senhores, nós não temos falta de subsídios para as empresas que queiram prestar serviços aeroespaciais. Temos aqui o Sindicato Nacional das Empresas Agrícolas, que vai falar sobre esse problema. Os próprios táxis-aéreos têm problemas. As empresas que queiram ter aeronaves também não têm um plano específico para financiamento de todos os tipos que eles precisam. Temos a questão do alto valor do combustível, que hoje são 40% do valor da operação das empresas aéreas.

Pode passar o próximo, por favor.

A Anac – parece que a dedicação que ela faz é exclusiva aviação regular. A Anac padece cronicamente de servidores. Mas isso nós vamos verificar com os próprios servidores que estão ali presentes.

Nós temos que rever a situação quanto aos usuários em relação aos (*ininteligível*) portuários; normas ilegais que estão regendo. Agora a ordem é botar fora, a lei do mais forte, como nós colocamos ali. Os preços das concessões tornaram-se um pesadelo para as empresas. Vivemos uma insegurança jurídica; ou seja, temos que cobrar a segurança jurídica, porque parece que hoje a lei do mais forte acabou. A Infraero fala: temos que licitar, temos que ganhar mercado. Tudo bem, mas temos as empresas de aviação geral, nós temos os táxis-aéreos, temos as empresas de manutenção que são discriminadas à margem da legalidade.

A próxima, por favor.

A Amazônia, segundo plano. Poucos locais para abastecimento de aeronaves, medida que independe do Legislativo. Pista de pouso inadequada, operações irregulares, medidas que podem ser tomadas pelos órgãos fiscalizadores e reguladores.

Nós temos a possibilidade de utilização de linhas aéreas sistemáticas, o que pode ser realizado por táxis-aéreos locais no serviço pela aviação, como o próprio Senador Randolfe coloca. E ausência de uma política específica para a Região Amazônica, que desperdiça um potencial turístico fantástico. Segundo o Jorge Sucupira, e espero que ele chegue aqui, só o Caribe fatura quase US\$180 bilhões por ano com o turismo aéreo, enquanto que no Brasil, Sr. Senador, a Amazônia só tem 18 aeronaves anfíbias. São problemas que foram detectados aqui na subcomissão.

A próxima.

Por fim, as soluções.

Aproximar os setores, especialmente aqueles vinculados à cadeia produtiva, com o intuito de incluir a indústria da aviação nas pautas de solução. Indústria da aviação, com todo o respeito, não é apenas a Embraer, que é a querida a aviação brasileira – graças a Deus. A aviação experimental, nós chegamos a ter no Brasil 40 empresas de aviação experimental; hoje, nós temos 6 no Brasil. O que está acontecendo?

Incluir na aviação as discussões voltadas a qualquer questão envolvendo a mobilidade, sendo que a recíproca também deve acontecer.

Encerrando, Sr. Senador, foi criada a Empresa Brasileira de Logística. Mas observem só: a Empresa Brasileira de Logística foi convidada para participar de uma das audiências públicas e parece que a mesma não pôde participar. E o motivo – porque depois foram feitas algumas consultas, o pessoal resolveu trabalhar – qual foi? Porque, Sr. Senador, não existe na Empresa Brasileira de Logística qualquer planejamento que vislumbre o modal aéreo! Como se cria uma empresa de logística e se exclui dela o modal aéreo? Ora, é importante trens, ferrovias e tudo o mais; mas o modal aéreo realmente é que interliga esta Nação.

Próxima, rapidamente.

Por fim, senhores, o exercício que estamos fazendo aqui hoje é como se fosse aquela corda de bacalhau: se você pega um fio de bacalhau, você quebra.

Desculpa se estamos sendo piegas ou se estamos sendo um pouco românticos. Eu não sei, mas só que está precisando o setor realmente se unir para cobrar, tomar atitude. Eu entendo que a Subcomissão da Aviação Civil é realmente um canal que inclusive tem sido desperdiçado. Muitos participantes da aviação poderiam estar aqui presentes, os órgãos reguladores deveriam ter participado de todas as audiências independente de convite, e também a própria Secretaria, porque o material produzido aqui é muito rico e de pronto emprego.

A última.

No mais, senhores, eu agradeço muito a paciência. Espero que tenhamos um dia de trabalho muito bom. Desculpem-me se delonguei, mas encontrei o máximo possível a apresentação. Ficamos à disposição para qualquer outra colocação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Costa. PMDB/PPL – TO) – Registro entre nós a presença de Paulo Bruno Ferreira, da Embraer; Fábio Augusto, da Abrapac – Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil; Herbert Fander, da Abrapac; Celso Linhares; Luciano Mallmann; Carlos Seixas; Doriêdo Luiz dos Prazeres, Assessor Técnico da diretoria da Anac; Estela Cruz, da Associação Brasileira de Empresas Aéreas; e Dr. Benevides Carvalho, Consultor Engenheiro da ABA – Associação Brasileira de Empresas Aéreas.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Concedo a palavra ao Sr. Walter Bartels, Presidente da Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil – AIAB, representando o Sr. Jackson, Vice-Presidente das Relações Institucionais da Empresa Brasileira de Aeronáutica – Embraer, por 10 minutos.

O SR. WALTER BARTELS – Excelentíssimo Senhor Senador João Costa, eu agradeço ao convite para a indústria aeronáutica estar aqui presente e, em nome do senhor, saúdo todos os outros membros desta Subcomissão.

O tópico que quero colocar aqui seria o desenvolvimento da aviação regional com incentivos aos mercados de média densidade no Brasil.

Sem dúvida alguma, a aviação doméstica no Brasil de transporte regular cresceu enormemente. Um estudo da IATA prevê que o Brasil, em 2014, deve ser o 4º país no mundo com transporte de passageiros domésticos. E é de se destacar que, no ano passado, houve mais passageiros, entre Estados, transportados por avião do que de ônibus. Tudo isso é decorrente da valorização do real em relação ao dólar. Normalmente, o custo da operação é em dólar, então, em reais, ficou mais barato e houve esse crescimento de transporte aéreo monumental.

Obviamente, talvez, as companhias fizeram um pouco de disputa de mercado e houve um resultado aí de balanço negativo.

Mas o problema que a gente vê é que o crescimento de uso de aviões maiores, que é o normal dentro das companhias aéreas, levou a diminuir o atendimento de cidades. Inclusive a introdução dos E-Jets da Embraer, que são aviões que atendem a linhas de baixa densidade, permitiu um aumento de aeroportos a serem atendidos pela aviação regular. Então, o que estamos defendendo é essa possibilidade de atender mais a população, abrir novas linhas onde com baixa

densidade de tráfego, digamos 200 passageiros por dia, tenham novas cidades que possam fazer ligações diretas e aumentar a quantidade de comunidades atendidas pela aviação geral.

Se o senhor olha a política nacional de aviação civil, ela é muito vaga na definição de aviação regional. Ela coloca a seguinte frase:

Serviços aéreos. Incentivar o desenvolvimento e a expansão dos serviços aéreos prestados em ligações de média e baixa densidade de tráfego, a fim de aumentar o número de cidades e municípios atendidos pelo transporte aéreo.

Então, isso já está colocado na própria política. Nós temos é que implementar ações ligadas a essa determinação feita pela política nacional de aviação civil.

Do lado da indústria aeronáutica, esse decreto fala: aprimorar os mecanismos de financiamento e a política tributária para desenvolver a indústria e também estimular a promoção comercial de produtos e serviços aéreos e aeronáuticos.

Então, estamos defendendo aqui, Sr. Senador, a necessidade de a gente aplicar a política e melhorar o atendimento de outras comunidades que não tenham sido atendidas pela aviação brasileira.

Diga-se de passagem, como foi citado aqui, nós temos até uma particularidade. A aviação é um vetor de desenvolvimento econômico, mas nós temos regiões no Brasil, tipicamente a Amazônia, como foi colocado aqui, que o atendimento pela aviação passa a ser um atendimento social à população que vive à margem das cidades onde você pode ter benefícios de hospitais, de tratamento de saúde. Então, nós também temos de fazer uma orientação para que haja um modo com que o Governo consiga promover ou induzir a atividade da aviação geral nesse ambiente.

Nós aqui temos uma série de sugestões. Eu acho que algumas delas até já são colocadas aqui, mas eu vou colocar algumas e, talvez, fazer o envio dessas posições para o senhor. Eu achei que o tempo da apresentação não me permitia entrar tanto em detalhe.

A famosa questão da exigência de serviços de combate a incêndio em aeroportos que tenham um, dois ou três movimentos de aviação comercial por dia prejudica enormemente o atendimento dessas comunidades dentro da Amazônia.

Também nós deveríamos ter que pensar num trabalho... Já que hoje o Brasil fala muito no Unasul, União dos Países da América Latina, existe um acordo celebrado, chamado Acordo de Fortaleza, para que haja também uma interação de linhas internacionais não somente de Manaus para Caracas ou coisa desse tipo, mas de comunidades menores do Brasil com outras comunidades vizinhas dos outros países.

Existe um documento que, inclusive, coloca condições para facilitar a questão do controle do trânsito de pessoas e materiais. Isso deveria ser incentivado, E, novamente, são linhas de baixa intensidade que podem ser atendidas por aviões menores, tipicamente dos que são produzidos pela Embraer.

Então, nós precisamos criar um plano de investimento aeroportuário na rede para atender a cidades com baixa densidade de tráfego.

Eu vi, na imprensa, ontem, que a Presidenta Dilma falou do lançamento de 600 novos aeroportos no Brasil. É um plano de certa dimensão. Mas eu acho que nós temos que fazer um planejamento de aeroportos para atender a esse mercado de média e baixa intensidade.

Outra coisa. Ligado a isso, aproveitaremos para fazer um projeto para que algum desses aeroportos seja internacionalizado para linhas de baixa frequência.

O que nós temos de grande problema, como foi colocado aqui, é a questão do preço do combustível aeronáutico. Acho que isso já está muito bem comentado. Talvez a gente possa, no futuro, fazer um incentivo para baixar o preço do combustível usando biocombustíveis, usando o bioquerosene de aviação.

Existe um grande programa sendo feito no Brasil, de que a indústria aeronáutica está participando, com institutos de pesquisa, para desenvolver biocombustíveis para a aviação. O Brasil é um líder mundial no uso de biocombustível, através do etanol, e tem que aproveitar essa oportunidade. E o incentivo ao uso desse biocombustível viria, inclusive, a melhorar, digamos assim, a compensação da emissão de CO₂ derivada da aviação brasileira.

Então, quanto aos preços, isso tem que ser colocado. Hoje, a Petrobras põe o preço no mercado *spot* mais o transporte desse combustível Brasil como preço de referência. Fora isso, depois vêm aqueles sucessivos impostos que são colocados. Isso prejudica enormemente o transporte aéreo brasileiro, especialmente nas regiões onde há baixa densidade de tráfego na Amazônia.

Nós também achamos que deve ser melhorado o ambiente para financiamento de aviões brasileiros em reais para as empresas aéreas brasileiras. Esse tipo de financiamento existe, mas o processo de garantia, apesar de existir uma lei... Existe uma lei que permite o uso de fundo garantidor de exportações para ser aplicado como garantia nas compras dos aviões brasileiros pelas companhias aéreas brasileiras. Mas, infelizmente, até hoje, após três anos da aprovação da lei pelo Congresso e de sua sanção, ainda não foi regulamentada pelo Ministério da Fazenda. Então, isso também vem em benefício da questão do financiamento.

A gente, então, entende que nós temos grandes oportunidades políticas. Elas talvez necessitem ser melhoradas, mas elas devem ser implementadas. Não adianta ter a política e não fazer a implementação.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Passo a palavra a Renato Cláudio Costa Pereira, consultor em aviação.

Quando a campanha toca, nós estamos no nono minuto. Então, existe mais um e eu concedo mais dois. Então, quando ela tocar, vocês ainda vão dispor de mais três minutos. Apenas para informar.

Desculpem-me, pois o Renato está em trânsito.

Vamos conceder a palavra a Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Senador João Costa, muito obrigado.

Agradecendo ao senhor, agradeço a todos os Senadores que compõem a subcomissão. Parabeno todos os senhores e seus assessores pela condução até o momento e, acredito, com certeza, até o relatório final. Eu tive o privilégio de estar aqui naquela primeira reunião, em que o Prof. Georges falou, lá em cima, sobre políticas públicas, junto com a Secretaria de Aviação Civil, numa audiência presidida pelo Senador Vicentinho.

Eu vou levantar 9 pontos aqui. De alguns eu falei diretamente naquela oportunidade da primeira reunião, da primeira audiência, e outros foram incorporados devido a alguns pontos que surgiram e eu acredito ser interessante levá-los aqui.

Apenas reforçando que a aviação não é apenas concessão de aeroportos, Infraero, TAM, Gol, Decea... A aviação civil, em qualquer lugar do mundo, é muito maior do que apenas isso que eu citei. Isso tem que sempre ser levado em consideração.

Por isso, eu já começo o primeiro ponto, dizendo que, na minha visão, o Brasil deveria tratar de forma diferente os diferentes. Então, nós precisamos de políticas públicas, de ações, de regulações, de regramentos e também de profissionais que desenhem as políticas públicas, que executem, que façam as ações, que elaborem as regulações e que sejam voltados, que sejam – vou usar uma palavra um tanto quanto forte – o mais especializados e conhecedores possível de cada um desses segmentos.

Eu vou voltar a esse ponto de conhecimento da aviação um pouquinho mais à frente.

Segundo ponto. Em minha opinião também, nós devemos acabar com a promiscuidade que existe hoje em dia com relação a servidores da Anac irem para a Secretaria de Aviação Civil e vice-versa, com relação

a contratados e cargos de confiança da SAC um dia estarem na Anac. Um é Estado e outro é Governo. Se nós começarmos a misturar uma coisa com a outra... Então, nós devemos escolher se vamos ficar com o Estado ou com o Governo, porque o que não dá é para uma semana o servidor estar na Anac, porque ele é concursado, e na semana seguinte estar na SAC. Ele não pode pegar o chapéu do Estado e jogar longe e colocar o chapéu do Governo. São interesses diferentes, são ambientes diferentes, são forças políticas diferentes, muito diferentes.

Então, não há... “Ah, a Secretaria não tem quadro”. Então, ela já nasceu errada e precisamos consertar a Secretaria de Aviação Civil o mais urgentemente possível. Então, não há como ficar com isso. Já estive em vários eventos onde havia um representante da SAC e um representante da Anac. A pergunta era direcionada para a SAC e o representante da Anac perguntava: “eu posso responder?” Que é isso? Isso não existe. Não pode existir num país sério como o Brasil.

Terceiro ponto. Nós temos que acabar com o Conselho de Aviação Civil, que não serve para nada. Nunca serviu. O Conac se reuniu pela primeira vez quando foi criado, no primeiro ano do Presidente Lula, e só se reuniu novamente na base da reação a acidentes aéreos, à causa aérea. Então, para que serve o Conac se ele só reage?

Pelo que eu me lembro do decreto de criação do Conac, lá no Governo Fernando Henrique, o Conac tinha a função exatamente de elaborar as políticas públicas. Se ele não faz isso e só reage ao que acontece no mercado e, pior ainda, a grandes catástrofes, é melhor que ele seja extinto. Esta é a minha visão.

Quarto ponto. Na minha visão, a Secretaria de Aviação Civil deveria estar com os dias contados com relação ao *status* de Ministério. Ela deveria ter uma inserção, o mais rapidamente possível, dentro do Ministério dos Transportes, porque é estranho a aviação civil, que tem um componentezinho lá dentro dela que é o transporte aéreo comercial ou então o transporte aéreo privado, estar fora do Ministério dos Transportes. Então, fica muito estranho. Assim, a vinculação da Agência Nacional de Aviação Civil não mais deveria ser desta SAC, que perderia o *status* de Ministério, mas estar vinculada ao Ministério dos Transportes. Então, transporte tem que ser dentro de transporte. Senão, daqui a pouco estaríamos criando a secretaria de transportes ferroviários, a secretaria de etc, etc. Em minha opinião, se existe Ministério para isso, ele deve ser usado para tal.

Na esteira disso, hoje em dia é impressionante a quantidade de entes de Governo que falam, que decidem – pior de tudo – a respeito de aviação civil.

Então, é mais um ponto para se pensar. Hoje em dia, como o Prof. Georges lembrou, a Empresa Brasileira de Projeto, a Empresa Brasileira de Logística, a Casa Civil, todo mundo decide a respeito de aviação civil. As que menos decidem sobre aviação civil são a Secretaria de Aviação Civil e a Anac. Então, tem alguma coisa errada. O Conac nem se manifesta. A Casa Civil fala que vai fazer isso, o Ministério do Planejamento fala que vai fazer aquilo, a Empresa Brasileira de Logística fala que vai fazer aquilo outro, todo mundo fala de concessão... Então, desculpem-me a palavra, mas isso está uma verdadeira bagunça com relação a quem decide o que na aviação civil brasileira. Então, quando você tem bagunça na decisão, você não tem decisão, e, quando tem, as decisões são ruins.

Nessa reformulação da SAC, que eu sugeri naquela primeira audiência pública, devemos fazer com que a SAC preste atenção, muita atenção, elabore políticas a respeito de todos os outros segmentos.

Hoje em dia, quando você olha a estrutura da Secretaria de Aviação Civil, você não vê absolutamente nada com relação à aviação geral executiva, nada com relação à aviação agrícola, nada com relação a serviços auxiliares, nada com relação à fabricação de aeronaves, peças e equipamentos, nada com relação à hidroaviação, zero com relação a aeroclube... Então, vamos trocar o nome da Secretaria de Aviação Civil para Secretaria de Transporte Aéreo Comercial, STAC, porque, de aviação civil, ela não tem 99% ali dentro.

Sexto ponto. Em minha opinião, nós devemos parar de emendar o CBA. Nós precisamos começar o CBA, Senador, daqui, de uma folha de papel em branco, porque de Frankenstein nós já estamos cheios. Então, na minha visão, nós precisamos de um grupo de trabalho específico daqui do Legislativo, do Executivo, do Judiciário – por que não? –, com uma agenda bastante definida, que busque um CBA, ou outro nome qualquer que tenha, sem vícios, sem emendas daqui e que seja realmente para o Brasil do século XXI, do Brasil que é um país que já domina uma expertise, em frentes sociais, econômicas e políticas, uma boa parte do mundo. Nós somos o início dos Brics. É com o “bezinho” do Brasil que começa o Brics. Não começa pelo “c” da China, mas pelo “b” do Brasil.

Aqui foi colocado várias vezes – o Georges colocou, Dr. Walter colocou também –, nós precisamos de uma política 100% focada para serviços aéreos essenciais. Há até uma siglzinha que nós já usamos em várias oportunidades, sigla que representa o Programa de Serviços Aéreos Essenciais, o PSAE. Se nós temos que copiar algumas coisas do exterior, que copiemos as boas coisas. Muitas vezes nós copiamos as coisas ruins e, então, erramos duas vezes. Aliás, copiar não

é ruim, então, não é nem erro, mas que copiemos as coisas boas.

Nós precisamos de uma literal sacudida com relação às principais autoridades...

(Interrupção na gravação.)

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – A aviação civil é um segmento, assim como acontece em vários outros, em que o conhecimento técnico é fundamental. Boa vontade de quem está lá em cima não basta; ela é necessária, mas ela não é suficiente. Nós temos pessoas de extrema boa vontade lá em cima, pessoas extremamente honestas, mas que não são profissionais da aviação civil, não lidam com a aviação civil, não respiram querosene de aviação civil, não têm a mínima ideia a respeito do que acontece se você impõe uma regulação em cima de uma empresa aérea de grande porte, não têm a mínima ideia do que acontece ou deixa de acontecer se você impõe uma regulamentação em cima de táxi-aéreo ou de qualquer outra operação, não têm a mínima ideia de qual é a importância de um distribuidor de combustível no aeroporto e tudo mais.

Então, essas pessoas não precisam ter apenas boa vontade, essas pessoas não podem ser burocratas profissionais. E quando falo em burocratas profissionais, refiro-me àquelas pessoas que dominam o que acontece no setor público, dominam toda a ritualística do que acontece ou deixa de acontecer para se criar uma legislação, uma regulação, mas não entendem nada a respeito da atividade econômica, da atividade social, da atividade cultural, da atividade técnica que elas estão regulando. Então, se há alguma coisa errada, essas pessoas regulam, elaboram alguma coisa, desde a política pública até o regramento técnico, a respeito de algo que não faz parte do seu dia a dia – estão lá na ocasião porque amanhã podem ser chamadas para trabalhar na Anvisa, talvez para ocupar o cargo de diretor da ANS. Então, não dá, curinga não serve na aviação civil.

Por fim, Senador – volto a dizer: algumas dessas pessoas que estão lá têm extrema boa vontade, são pessoas honestas –, entendo que o Senado Federal tem uma parcela de responsabilidade pelo fato de essas pessoas estarem lá, porque é por aqui que elas passam, na sabatina. Se o Senado não consegue identificar que essas pessoas não têm conhecimento específico da área, então também é uma questão aqui da Casa. Sendo assim, na minha visão, a Casa também precisa se reformular com relação a como fazer uma sabatina para determinados setores, a aviação inclusive, porque nós não podemos ter pessoas que apenas são honestas e têm boa vontade, nós precisamos ter pessoas que têm conhecimentos específicos

dos vários segmentos possíveis para criarem políticas públicas de aviação civil, regramentos técnicos, regramentos econômicos, sociais e tudo mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Concedo a palavra ao Sr. Carlos Ebner, Diretor da Associação Internacional de Transporte Aéreo.

O SR. CARLOS EBNER – Senador, primeiro, bom-dia. Quero agradecer aqui a oportunidade de poder colocar os comentários da lata.

A lata, não sei se o senhor sabe, é uma associação da indústria de comércio global que inclui 240 membros e representa 84% do tráfego internacional de passageiros e carga. A missão dela é representar, liderar e servir a indústria. Para tanto, objetiva trazer padrões e soluções que garantam um transporte aéreo mais seguro e bem sucedido.

São várias as ações em que nós representamos nossos associados, principalmente na parte de meio ambiente, segurança operacional, sistema financeiro – fazemos toda a compensação entre agentes de viagens e empresas aéreas, o que significa um valor em torno de US\$250 bilhões por ano. Além disso, ela também procura simplificar a vida do passageiro, dando-lhe três pilares: comodidade, segurança e velocidade.

Há vários programas, e eu vou citar um, do qual o senhor deve se lembrar bem. Algum tempo atrás, nós voávamos ainda com bilhetes de passagem, papel, mas esse bilhete tornou-se agora um bilhete eletrônico: simplesmente vamos ao balcão, apresentamos uma carteira de identidade ou um documento e fazemos o nosso *check-in*. Isso tudo são programas incentivados e nascidos dentro da lata, assim como os quiosques nos aeroportos, o embarque com código de barras – não o temos ainda no Brasil, mas isso já se faz em outros locais –, e há uma série de outros programas sempre focados na melhoria da vida do passageiro e também das empresas aéreas.

Uma coisa importante que a lata tem colocado: a relevância do transporte aéreo no mundo dos negócios, no mundo do comércio. Não tenha dúvida de que ele é a força motriz da economia mundial. Se nós olharmos o que ele representa hoje em termos mundiais, veremos que são 3,5%, gera 3,5% do PIB mundial. Se a aviação fosse comparada com países, ela ocuparia o 19º lugar no mundo – o negócio da aviação, com todos os seus *players* –, ela gera 56 milhões de empregos diretos e indiretos.

Mas, quando da formação do transporte aéreo – e o transporte aéreo é essencialmente internacional –, foi necessário que se buscassem padrões, tanto padrões de segurança como padrões de procedimentos. E eles são indispensáveis, porque, se cada país solicitasse

uma documentação diferente, uma padronização diferente de segurança, os aviões estariam, metade deles, carregando os manuais que seriam necessários. Então, trata-se da criação de regras comuns e formas especiais de tratados de lei para serem aplicados no transporte aéreo internacional, e muitos países são signatários disso, inclusive o Brasil.

Nós tivemos aí a Convenção de Chicago, a criação da Oaci, que é a Organização da Aviação Civil Internacional – ela é o braço da ONU voltado para a aviação. Os direitos de tráfego entre os países – são os acordos bilaterais – regulam quantos voos há de cada país e suas respectivas frequências. Então, o transporte aéreo é um transporte regulado, e muito regulado.

Como lhe falei, temos a Oaci, que cuida das técnicas comuns e padronizadas, orienta as convenções internacionais que olham muito as responsabilidades das empresas aéreas em caso de mortes, lesão, atraso de viagem. E um ponto importante que traz essa última convenção, da qual o Brasil também é signatário, a Convenção de Montreal de 1999, aparece no art. 19, que fala da responsabilidade do transportador. Ele só seria responsável se não pudesse provar que todas as medidas necessárias haviam sido tomadas a fim de evitar o dano naquele momento. Alguns países não têm acompanhado essa convenção, e o Brasil infelizmente é um deles – a Anac, em resolução, imputa às empresas aéreas qualquer responsabilidade por atraso, inclusive, se São Pedro resolver fazer chuva em Manaus e atrasar o voo de Porto Alegre, a empresa aérea é responsável. E há também outros mecanismos de indenização que hoje – nós aqui no Brasil sentimos bastante – não são seguidos pelos tribunais de primeira instância, o que torna a aviação mais cara.

Então, essas regras universais foram feitas, foram elaboradas, para permitir que as empresas se planejem melhor, que elas possam melhor prever o potencial de suas responsabilidades. Não havendo, ficando sem critério, não se conseguirá o que se tem conseguido até hoje: menores custos e menores tarifas para os passageiros.

Queria colocar também algo sobre a performance financeira em nível mundial. Hoje nós temos visto uma pequena recuperação das empresas aéreas internacionais. Está previsto – a lata faz estimativas – um resultado de 6 bilhões para o ano de 2012, que o percentual em cima da receita total a ser gerada, de 670 bilhões, representará 1% do resultado financeiro das empresas aéreas projetado para 2012. Isso é bom? Não, não é, e isso se constata quando se vê que só o custo de capital das empresas aéreas é de 6% a 7%.

O que faz essas empresas não produzirem o necessário? O grande vilão da história é o combustível,

que hoje representa 34% dos custos das empresas. Elas têm feito bastantes esforços de redução de custos, as aeronaves vêm com novas tecnologias, nos últimos 40 anos houve uma redução substancial dos custos, procedimentos, tecnologias que propiciaram a redução de custos, mas, ao mesmo tempo, dado ser um transporte num ambiente extremamente competitivo, extremamente aberto, os preços das passagens também seguiram, e hoje nós temos passagens a preços bem inferiores aos praticados 40 anos atrás.

Há outro ponto em relação ao qual a lata também tem buscado uma melhoria contínua. Nós falamos na segurança operacional. Podemos dizer que o ano de 2012 tem sido o melhor ano da aviação, principalmente para as empresas que adotam o procedimento losa, que é um procedimento de qualidade e de segurança desenvolvido para a lata. Todas as empresas, para serem membros da lata, têm que implantar o losa, e hoje o transporte aéreo, nós podemos dizer, é o modal mais seguro entre todos os modais.

Outra observação que gostaria de fazer tem relação com o meio ambiente. As empresas aéreas, o transporte aéreo, geram 2% da queima de gás carbônico na atmosfera. As empresas têm se preocupado muito com isso, hoje a parte climática tem sido muito discutida, e as empresas, através da lata e de outras associações, inclusive entre fabricantes, criaram o que denominaram quatro pilares da aviação. Esses quatro pilares buscam, até 2050, reduzir as emissões em 50%. Eles são baseados em novas tecnologias, aviões mais modernos, mais leves, motores com menos consumo, biocombustível. São várias ações que vêm sendo adotadas, mas nós temos sentido bastante a falta de posicionamento do governo brasileiro nas reuniões da Oaci. O Brasil hoje – o nosso colega falou que seria o 4º colocado no mercado mundial –, segundo as nossas previsões, já seria o terceiro maior mercado mundial da aviação.

Aqui no Brasil nós fizemos um estudo com relação aos benefícios econômicos da aviação, com relação aos benefícios do transporte aéreo no Brasil, na economia brasileira. O transporte aéreo como um todo gera 1% do PIB brasileiro e gera 684 mil empregos diretos, mas, quando vemos o total de empregos de toda a cadeia de transportes aéreos, nós temos quase um milhão de empregos, o que é significativo. Mas isso poderia ser muito melhor, os índices de conectividade poderiam ser muito maiores.

Vou lhe dar um exemplo. Até oito anos atrás, para chegar a Recife vindo do exterior, era preciso sempre passar pelo Rio ou por São Paulo. Ao longo do tempo foi sendo construída a possibilidade, se não me engano através da TAP, de se ter o Nordeste com liga-

ção direta para a Europa. Essas são conectividades que, ponto a ponto, vão se desenvolvendo. Com isso, desenvolveu-se muito o Nordeste: a parte hoteleira, a parte de entretenimento. Houve um desenvolvimento muito grande com a ligação do Nordeste à Europa, sem mais precisar ir para Rio e São Paulo. Então, esse aumento da conectividade, esse aumento de ponto a ponto é algo muito importante para o Brasil.

Hoje, no Brasil, há 0,4 viagens por habitantes; no México, 0,7; e, nos Estados Unidos, mais de 1,6. Então, nós temos muito a avançar; o Brasil tem muito a avançar nisso.

Mas quais são os grandes obstáculos? O primeiro deles é o combustível. Foi colocado aqui pelo meu colega que o combustível é um problema sério no Brasil. Ele representa hoje 40% do custo das empresas aéreas no Brasil, sendo que, no exterior, a média é de 34%. Se nós analisarmos os três últimos anos, o combustível no Brasil cresceu 59% contra uma média mundial de 27%. Esse é um problema sério.

A Petrobras cobra como se todo combustível fosse importado, e 75% do combustível é refinado no Brasil. Não haveria custo de importação nem haveria frete de marinha mercante, que lhe é imputado – nós fizemos um estudo nesse sentido. Portanto, esse é um problema muito sério, que tem que ser resolvido para que a aviação possa se colocar. Hoje, as empresas no Brasil estão tendo resultados negativos, e um dos pontos importantes é o combustível.

Finalmente, eu queria falar sobre a infraestrutura aeroportuária. O Brasil se lançou agora no programa de concessões, que nós apoiamos bastante. Os valores que têm sido pagos pelas concessionárias nos preocupam muito em função dos valores mínimos. Isso, a longo prazo, pode trazer custo para as empresas aéreas nos preços não regulados, como o combustível fornecido nos aeroportos. As empresas que distribuem combustível têm que pagar um percentual para a utilização do sistema de tanques, do sistema de *pipelines*, mas esse custo não é regulado hoje no Brasil.

Outro ponto que também foi colocado e ressaltamos é a parte do profissionalismo: a falta de profissionais e a necessidade de o Brasil procurar, cada vez mais, desenvolver o seu profissional da aviação.

Bom, Sr. Senador, seria isso que eu gostaria de dizer.

Existem muitas oportunidades para o Brasil. Nós temos feito vários estudos. Podemos aumentar a conectividade, mas precisamos atacar certos pontos com rapidez, e um deles é a parte do combustível.

Para finalizar, registro que, quando nós olhamos a situação no Brasil em relação às autoridades, sentimos muita falta de chamar as empresas aéreas,

chamar os participantes para as discussões de investimentos de longo prazo, para as discussões também das concessões dos aeroportos, porque temos muito a oferecer. Na verdade, nós somos o maior cliente dos aeroportos, mas não somos chamados para participar das grandes decisões.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – O que os senhores estão relatando eu gostaria de que fizessem também por escrito e encaminhassem à Presidência da Comissão em razão do tempo, que é curto.

No segundo momento, na parte da tarde, nós vamos colocar os problemas, e cada um vai sugerir a respectiva solução. Então, já podem começar a se preparar, porque o que nós vamos decidir aqui, o que vamos ponderar vai chegar ao Governo, e nós vamos tomar uma providência.

Então, é preciso que tudo isso esteja bem descrito, bem catalogado, para que possa chegar não só uma mensagem objetiva, simples, mas também que mostre o resultado que nós esperamos.

Eu concedo a palavra ao Sr. Carlos Montino, Diretor-Presidente da Associação dos Servidores (ASA) da Agência Nacional da Aviação Civil (Anac).

O SR. CARLOS MONTINO – ASA – Associação dos Servidores da Anac.

Muito bom dia, Sr. Senador João Costa. Muito bom dia a todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Só uma observação.

O SR. CARLOS MONTINO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Se o senhor puder, eu pediria que abordasse essa questão que o Prof. Respício falou muito bem sobre a relação entre órgãos de governo, órgãos de Estado e servidores que transitam livremente entre um e outro. Poderia dizer como isso funciona, se funciona bem, para que nós pudéssemos também fazer um contraponto ao que ele disse.

O SR. CARLOS MONTINO – Pode ser. Na nossa apresentação, há uma passagem que trata desse assunto. Inclusive nós já nos adiantamos, e algumas propostas vão constar desses eslaides que vamos apresentar. Depois disso, poderemos fazer um texto em Word, como um documento da Associação, e encaminhá-lo à Presidência para ficarem bem esclarecidos todos os pontos. O eslaide é só para *refresh*, só para eu lembrar, porque eu vou falar muito mais coisas do que aquilo que está escrito nesses eslaides.

Justamente por quê? Sr. Senador, tudo que foi falado aqui pelo Respício, pelos presentes, pelos meus antecessores nós vivemos, nós vemos no dia a dia da

Anac. Se eu fosse usar só os 10 minutos que o senhor me deu, eu poderia resumir e dizer por que isso está acontecendo – inclusive com palavras do Sr. Senador –, por que persistem ainda as deficiências debatidas aqui desde um ano atrás. E nós já sabemos a resposta: a ausência total de gestão profissional das altas autoridades que cuidam da aviação civil. Simplesmente isso.

Nós possuímos um mundo teórico fantástico e uma regulamentação pesada de detalhes, que, porém, não funcionam, não andam nem voam. Esse é a visão dos servidores da Agência Nacional de Aviação Civil.

O resumo é esse. O final dos eslaides vai mostrar o que nós vemos, ouvimos e até sofremos, e vamos mostrar também uma proposta.

É a segunda vez que nós vimos aqui. Na primeira vez, nós apresentamos alguma coisa parecida, mas, naquela oportunidade, Sr. Senador, nós tínhamos ainda a esperança de colaborar com a atual gestão para que as coisas funcionassem, porque há um descolamento enorme entre a vontade do servidor querer fazer alguma coisa prática, útil e a impossibilidade de ele fazer isso.

Vamos tentar, eslaide por eslaide, clarificar isso.

Bom, pode passar para os eslaides.

Próximo.

Nosso objetivo é apresentar propostas da Associação de Servidores da Anac para assegurar a efetividade das ações da Agência – simplesmente é isto que falta: a efetividade das ações, porque existem propostas, existe regulamentação, mas não funciona, não anda –, de sorte a atingir a sua finalidade para com a sociedade, bem como elevar o nível de segurança da aviação civil.

Então, Sr. Senador, nós, concursados para trabalhar na Anac, não temos apenas um conhecimento técnico, legal para dizer: “Vamos aplicar A, B e C, porque a legislação manda isso”. Nós temos a consciência de que trabalhamos para a sociedade, para o bem da sociedade, para que a sociedade tenha esse serviço não no nível teórico, mas no nível prático.

Trabalhando em conjunto e de comum acordo com pilotos, mecânicos, comissários, empresários, há uma simbiose. Se nós não entendermos a ambiência que é a aviação civil, essas coisas continuarão descoladas conforme foi falado aqui. Todos conhecemos, mas não aplicamos, não fazemos funcionar. Todos sabem do seu papel.

E qual é o resultado de que eu falei no início? Por que isso ocorre? Por falta de gestão. Não conseguem dar andamento a isso. Eu não sei se é por culpa; não sei julgar o porquê. Não consigo ver nas entrelinhas por que passam algumas pessoas com altos currículos por aqui, por esta Comissão, pelo Palácio do Planalto, mas não fazem funcionar a aviação civil. Não sabemos.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – A sensação que eu tenho – eu fui Secretário de Segurança – é de que eles estão colocando um civilista para ser diretor de presídio. Não adianta. Ou seja, para exercer Direito Penal tem que ter sensibilidade. Para trabalhar no presídio, tem que ter sensibilidade social. Não adianta colocar um exímio professor de Direito Civil para dirigir ou comandar a polícia. Não faz sentido.

Transplantando essa experiência para a aviação, a sensação que eu tenho é a mesma. São pessoas notáveis, mas que estão no local errado e não têm sensibilidade para a aviação. Acho uma coisa tão simples!

O Professor disse muito bem: é o cheiro do que-rosene. É necessário sensibilidade social para cuidar das pessoas. Eu vi muito isso quando eu tratava dos drogados. É preciso ter muita sensibilidade para cuidar dos viciados em drogas lícitas ou ilícitas: álcool e drogas ilícitas. Às vezes, nós colocamos pessoas que não têm sensibilidade social nenhuma. Não adianta. Isso ocorre na segurança pública.

No caso da aviação é um pouco diferente, mas acho que o problema é muito parecido. São pessoas boas, corretas, probas, mas que, infelizmente, estão no lugar errado, eu penso.

Por favor, Professor, nós só pedimos aqui um aparte.

O SR. CARLOS MONTINO – Com certeza.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Obrigado, Senador. Obrigado, Carlos.

Pegando o gancho exatamente do que o senhor falou a respeito de sensibilidade, a sensibilidade, somada com o conhecimento e a integridade da pessoa, do indivíduo, faz com que esse indivíduo tenha compromisso e comprometimento com aquele setor. Se ele só for honesto, íntegro, tiver boa vontade, mas não tiver as outras virtudes e qualidades, ele não consegue ter compromisso e comprometimento. Ele pode estar em qualquer lugar porque ele é bom teoricamente. Isso é necessário, mas, como eu falei, não é suficiente.

Então, esse compromisso e esse comprometimento da altíssima autoridade, de quem está nos cargos de decisão, de elaboração da política e de execução, hoje em dia faltam na aviação. Essa é a minha percepção.

É exatamente isto que o senhor acabou de colocar: a sensibilidade, a meu ver, leva ao compromisso e ao comprometimento, que hoje em dia não existem.

Muito obrigado.

Obrigado, Carlos.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Por favor.

O SR. CARLOS MONTINO – Então, esse é o tom da nossa apresentação, do que nós vivemos na Anac como servidores.

Vamos passar para o próximo eslaide.

O que nós pretendemos apresentar para os senhores? A situação atual da Anac e, em seguida, as propostas da Associação que já foram apresentadas anteriormente às autoridades da Anac. Como o Sr. Senador disse, persistem ainda as deficiências.

Então, resumindo tudo que vai ser apresentado de novo, a razão dessa situação é a falta de gestão, Sr. Senador. Infelizmente, não sei qual é o motivo: se é a origem das pessoas, a formação das pessoas que estão lá, mas realmente elas estão fora do lugar.

Depois, vamos subir um pouco mais o diálogo para a situação atual da aviação civil no Brasil e a proposta, que, nesse ponto, vai incluir a SAC e uma comparação com o governo norte-americano, que tem a maior aviação do mundo. Realmente, nós temos que copiar deles muitas coisas e praticá-las. Algumas coisas boas nós copiamos e não praticamos; às vezes, copiamos coisas ruins ou até modificamos e aplicamos mal também.

Vamos para o próximo eslaide.

Vou fazer um breve histórico. A Anac foi criada em 2005 e começou a funcionar em 2006, quando houve as duas grandes catástrofes da aviação civil brasileira, sendo que os primeiros servidores, Sr. Senador, tomaram posse em dezembro de 2007, ou seja, não tivemos nenhuma ligação com o descalabro daquela época.

O segundo concurso ocorreu em março de 2010, bem distante desse grande caos. Desde essa posse, nós deparamos com um grande problema, Sr. Senador. A lei de criação da Anac deu um prazo de cinco anos para haver uma transição e uma tranquilidade para essa transição. Mas, infelizmente, as pessoas que estavam lá naquele momento para tratar especificamente disso não tiveram equilíbrio, não tiveram possibilidade, não permitiram que essa transição ocorresse. Simplesmente houve a ruptura. As pessoas que saíram ficaram magoadas, e as pessoas que entraram encontraram a casa arrasada. Foi isso que nós encontramos lá nessa época.

Essa lei previu o prazo para a saída dos últimos militares em dezembro de 2010, mas, infelizmente, até hoje há militares na Anac. Sete anos depois, pessoas na ativa e também pessoas que não estão na ativa estão ainda determinando os rumos da Anac. Então, são pessoas que tiveram a formação com outra visão, muito diferente do ambiente da aviação civil. A forma de tratar a gestão pública, a forma de tratar as pessoas, de receber críticas, de receber ponderações, de receber propostas é muito diferente.

E é isso que nós sofremos hoje. Quando ouvem, ouvem e não praticam. Atendi vocês, escutei, mas nada. Estamos feitos. Fizemos a nossa parte. Ou seja, para

inglês ver que tem acontecido essas coisas. Então, ainda temos militares.

Após a nossa vinda aqui em abril deste ano, depois da nossa apresentação, houve algumas mudanças burocráticas. Houve mudanças burocráticas, mas não sob o ponto de vista que foi apresentado de servidores. Faça assim que vamos ter esse resultado. Nós vamos trabalhar juntos e trabalhar. Não, fizemos assim, mas para atender esse e outro objetivo, que, para nós, tem sido visto como objetivo personalísticos, pessoais, para engrossar currículo, para melhorar currículo, para alguma coisa que não o interesse público na aviação civil, para fazer funcionar a aviação civil.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – São quantos servidores atualmente na Anac, entre servidores efetivos, comissionados e terceirizados?

O SR. CARLOS MONTINO – Eu tenho, de memória, Senador, os efetivos. Sete anos depois de criada a Anac, fizemos 2 concursos, o terceiro está em andamento agora, conseguiremos colocar 1.600 pessoas para dentro. De 2007 até agora, mais de 170 já saíram. Aí abrimos um concurso agora para 170. Então, um enorme esforço para não avançar em nada, sendo que a lei que criou a Anac já previu 1.755 servidores. E o DAC constava, no final dele, o nosso antecessor, com 2.300 servidores, só na organização do Departamento de Aviação Civil, sendo que esse departamento utilizava recursos de outras organizações militares, hospitais, bases aéreas. Tinha apoio. Então, olha a diferença de pessoal.

Então, não dá para julgar a existência da Anac e o papel dela a ser executado por vários motivos. E o básico dele é que os servidores que deveriam estar ocupando, para dar velocidade à agência, não são nem a metade dos servidores. Estamos em torno de 900 hoje. São 1.750 previstos na lei. Nós estamos em 900, 7 anos depois de criação da Anac.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – E, desses 900, deve ter aquele grupo cedido para outros órgãos. Ou não?

O SR. CARLOS MONTINO – Exatamente, Sr. Senador. Além disso, 900 que entraram no concurso, tirando os que já pediram para sair. E nós temos listas de discussão eletrônica e vemos algumas queixas de que há concurso melhor por ser mais tranquilo de trabalhar, mais estável, mais perspectiva de eu fazer a minha palavra, a minha opinião ser ouvida e ter resposta. Por isso, simplesmente por isso. Não é por ser concursado, que sabe estudar e pegar salários maiores. Também por isso, mas não só por isso. Nós vemos em lista de discussão. E, desses 900, alguns, como falou o colega Respício, também cedido para SAC e

provavelmente para outros órgãos da Administração Pública também.

A Anac, como também nova instituição, com nova metodologia, como nova filosofia, não pode ser cobrada em relação aos servidores, porque nem o quadro se completou. As pessoas que tomaram posse da Anac, que tomaram posse da Anac e não posse na Anac, que dominam a Anac não entendem disso. Não conhecem o ambiente “aviação civil”...

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS MONTINO – Que envolve pessoas, que envolve passageiros, que envolve famílias viajando. Nossas famílias viajando. Parece que há um descolamento enorme sobre isso, Sr. Senador, o que causa uma enorme frustração no servidor público concursado para a Anac, uma enorme frustração.

Vocês não têm ideia de como é a gente ver nos jornais notícias de que caiu a menor aeronave do País, com um tripulante só a bordo. Para a gente, um colega que pegou aquele processo na mão, da habilitação daquele piloto, do xequê de competência e vôo daquele piloto, da manutenção daquela aeronave, qualquer coisa, da mudança de proprietário daquela aeronave, isso passou pela minha mão e agora o cara que está ali dentro morreu. Isso é um choque enorme para o servidor. Realmente, é enorme o choque para o servidor.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Eu até penso... Eu não discordo, porque eu não estou aqui para discordar, mas penso que é hora de reavaliar essa incorporação da SAC ao Ministério dos Transportes, porque nós temos um transporte aéreo que ainda é o mais seguro, não é? Se nós tivermos a quantidades de acidentes com aviões como temos com carros, ninguém voava mais. É como o senhor disse: às vezes um simples acidente aéreo, com um único tripulante, uma única pessoa, já é uma tristeza muito grande para todos nós. Acho que nós precisamos melhorar ainda mais a segurança de voo, a segurança, para não nos nivelarmos por baixo com o transporte rodoviário.

Às vezes, essa incorporação, professor, pode criar uma perda de qualidade ainda maior.

Não sei se seria o caso, mas eu vejo o Ministério dos Transportes com tantas dificuldades, e, como o transporte aéreo tem uma repercussão muito grande internacional... Disseram muito bem aqui sobre essa repercussão, eu acho que, se nós tivéssemos cada vez mais segurança, nós estaríamos cada vez mais habilitados internacionalmente para nos colocarmos de pé diante desse transporte aéreo.

Mas é apenas uma observação, não é uma crítica nem nada.

O SR. CARLOS MONTINO – O.k.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Mas pode continuar.

O SR. CARLOS MONTINO – E nós temos essa possibilidade, Senador, de melhorar a aviação civil brasileira em vários aspectos – econômicos, financeiros, segurança, tranquilidade. É só a gente se juntar, conversar e colocar em prática o que nós sabemos. Não precisa aprender, não precisa ir à França fazer curso de 5 anos para trazer tecnologia, informação para a gente. Nós já sabemos, tanto os servidores que estão lá dentro, como os que estão aqui fora cuidando cada um das suas atividades específicas.

Então, houve mudança depois da nossa vinda aqui, e entendemos, lemos essa mudança como um prestígio desta Subcomissão, que foi apresentar ao Ministro um relatório parcial. Mas, infelizmente, mais uma vez, uma quase maquiagem do que precisava ser feito com um direcionamento foi feita com outro direcionamento. E uma dessas mudanças foi uma reforma de um regimento interno da Anac, que ocorreu agora em setembro de 2012, e os servidores tivemos conhecimento agora dessa discussão uma semana antes de ser colocado em votação pela reunião de diretoria. Ou seja, oculto, às escondidas, um debate desse tão importante entre os altos especialistas, específicas esferas da administração da Anac. Quando tivemos conhecimento, foi a um acaso, corremos atrás e tentamos apresentar a propostas.

Propostas baseadas em um regimento devem ser escritas baseadas no processo que eu tenho. O que a Anac faz naquele setor? Ela faz a, b e c. Então, para fazer a b e c, você precisa ter um gerente que seja... Um gerente que vai cuidar desse processo. Então, fomos colocando caixinhas assim e apresentamos. Mas o resultado, a partir da nossa proposta, foi zero. Não houve nenhuma repercussão. E as caixinhas se multiplicaram, sem se balizar no processo da Anac. E nós o apelidamos de “personograma” e não de organograma. Porque é inconcebível você pedir cargos, você aumentar cargos, como a Anac pediu cargos agora para melhorar, para atender aeroportos – há uma justificativa plausível, mas não é a única, há outras possibilidades. Alargam a quantidade de cargos, sem se preocupar com os processos que estão lá sendo executados pela Anac.

Então, foi uma das mudanças, sendo que uma das mudanças é para o lado negativo, para o lado contrário do que gente queria.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Só vou pedir ao senhor que seja um pouco mais breve.

O SR. CARLOS MONTINO – Temos que adiantar.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Vou conceder-lhe mais 2 minutos só.

O SR. CARLOS MONTINO – Então, vamos publicar alguns *slides* aí. Depois o pessoal lê os *eslaides*.

Essa missão e a visão de valores da Anac.

Passa.

Nenhum deles nós entendemos que está sendo executado. Bem escrito, mas nada executado.

Passa.

Aqui está o quadro de servidores, ocupado por pessoas realmente estranhas não só à Anac, mas também à aviação civil.

Mais.

Isso implica numa má gestão de orçamento, em geral, inclusive na questão de capacitação. A Anac vem devolvendo recursos de capacitação por não aplicá-los ano a ano. Temos um grande problema que é a verificação de competência em voo...

(*Soa a campanha.*)

O SR. CARLOS MONTINO – A Anac permite que pessoas com habilitação não em dia e até credenciados estrangeiros em simulador assinem fichas de avaliação de piloto, aprovando ou reprovando aquele piloto.

Então, realmente tudo o que está escrito não está sendo nada cumprido.

Fechamento da capilaridade da Anac, que foi uma grande bobagem administrativa que fizeram. Tentaram reverter, mas não há pessoal. O pessoal foi embora.

E nós propomos isso.

Passa.

Contratação temporária, realização de concurso, que é o básico para começar, e a ocupação de cargos de mando da Anac por servidores que passaram em concurso público para ali trabalhar.

Passa.

Alteração da lei, para que seja ocupado pelo menos 60% dos cargos na direção, e que a fiscalização seja intensificada.

Passa. Passa mais para a frente. Mais.

Aqui nós temos uma comparação entre os Estados Unidos da América e a situação da aviação no Brasil. Lá, com dois poderes, o Executivo e o Legislativo e mais 3 órgãos, eles cuidam da aviação civil, lá nos estados Unidos, com 281 mil aeronaves. No Brasil, nós precisamos de 1, 2, 3, 4, 5, 6 órgãos técnicos debaixo do Poder Executivo para tomar conta de 13 mil aeronaves.

A nossa proposta.

Pode passar para outra imagem.

A nossa proposta...

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – As soluções podem ser dadas à tarde.

O SR. CARLOS MONTINO – Sim, só para resumir. A nossa proposta é esta, simples: que nós criemos no Brasil uma Agência Nacional de Investigação de Acidentes, que não só se prenderia a acidentes aéreos, exatamente como é nos Estados Unidos. Uma agência que cuida disso e que cuide de todos os modais, porque, quando a gente tem um acidente terrestre, aquaviário no Brasil, a investigação é só para apurar responsabilidade só. E pode se repetir quantas vezes for possível, porque não há uma autoridade para fazer essa avaliação para prevenção.

Então, é um grande presente para o Governo brasileiro, para o Estado brasileiro, para a população brasileira, para que não se repita. E que outros modais de transporte que não aéreo, Senador, tenham o mesmo nível de segurança que o nosso, porque nós temos essa segurança não é à toa. É porque temos a investigação, temos a prevenção e temos regulamentos fortes para isso. Mas houve uma autoridade para fazer isso. E, no Brasil, com relação a outros modais, nós não temos isso.

Com relação à aviação civil, essa mudança de estratégia de gerenciamento, de gestão, que o serviço tráfego aéreo fique também sob o poder civil, porque a cada dia fica mais difícil desmilitarizar a Anac, que era um órgão militar e ainda continuar militar.

Vamos passar.

O que posso destacar aqui para a gente conversar mais à tarde?

Aeroportos. Nós erramos em alguns pontos críticos de aeroportos. Nós entregamos os aeroportos para atividade privada sendo que nós não tínhamos conhecimento do nível de segurança daquela atividade.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Vou pedir ao senhor, porque o prazo já extrapolou muito, que não prejudiquemos os outros que vieram também. Vamos deixar para a parte da tarde essa parte.

O SR. CARLOS MONTINO – Concordo. Pois, não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – A exposição é pertinente. Os dados são importantes, mas nós temos também outros convidados. Na parte da tarde, acho que nós vamos nos sentir até mais à vontade para debater esses temas.

Eu passo a palavra ao Sr. Wolner Aguiar, do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi-Aéreo, representando o Ricardo Nogueira, Presidente da Associação Brasileira de Aviação Geral, Abag.

O SR. WOLNER AGUIAR – Bom dia, Senador, bom dia aos presentes.

Bom, em primeiro lugar, eu queria agradecer novamente o espaço aberto aqui para a Abag e para o Sneta. Vou tentar representar o Nogueira, da Abag,

Associação Brasileira de Aviação Geral, e o Snet, Sindicato Nacional das Empresas de Táxi-Aéreo.

Parabenizo aqui novamente a oportunidade de discutirmos o assunto. É um assunto pertinente, preocupante, que está na superfície dos entendimentos do Governo. Muita gente vendo aí o CBA. Mas eu queria destacar que, ouvindo os colegas falando aqui... Eu até vim com uma prévia apresentação, mas, ouvindo os colegas expondo, cheguei à conclusão de que o diagnóstico de nosso problema está feito aqui. Eu acho que não há muito mais o que discutir a não ser, lógico, na parte da tarde, apresentar as melhorias. Diante das exposições dos colegas, o diagnóstico está feito: má gestão dos órgãos competentes para gerir a aviação brasileira e gente incapacitada operacionalmente, sem conhecimento técnico para gerir o negócio.

Venho acompanhando os processos da aviação aqui em Brasília e não me recordo de ter me reunido ou de ter conhecido em várias reuniões de que participei pessoas com má-fé ou com má-vontade; todas elas eram bem-intencionadas, mas, como os colegas disseram, são bem-intencionadas, têm bons currículos, mas estão no lugar errado; não vivem da aviação, não conhecem a aviação e, principalmente, não chamam a indústria para conversar, para definir diretrizes para a indústria aeronáutica.

Eu me recordo de que, logo no começo da Anac, quando se começou a falar da Resolução 113, que vinha substituir a 774, em uma das reuniões eu solicitei ao então Diretor da Anac, Dr. Alexandre, que chamasse a indústria para que junto com a Infraero, enfim, todos os *players* envolvidos, essa Resolução fosse discutida e bem embasada para o seu prosseguimento. Isso não foi feito. Ela foi colocada em audiência pública e várias entidades, várias empresas, apresentaram sugestões de melhorias – e não foram poucas –, a própria Infraero apresentou mais de oitenta, pelo que o pessoal nos disse, e nada foi alterado na Resolução 113. Ela está até hoje em discussão na Anac – deve estar caminhando para o quinto ano – e não se define nada.

O nosso CBA, que é a nossa lei máxima, está em discussão na Câmara e, como o Prof. Respício disse, está sendo emendada – é quase um Frankenstein. Também não se define. Eu acompanho essa discussão há dois ou três anos.

Entendo que, aproveitando da fragilidade da Resolução 113, que não se define, mais o CBA, que também está em discussão e não se define – está coberta de emendas –, recentemente, a Infraero, de forma – vou pegar a palavra do meu colega Nogueira – truculenta, emitiu o Ato 3.139.

Esse Ato 3.139, como eu já disse, foi colocado de forma truculenta em cima das empresas. Ele está

se sobrepondo, ou está querendo se sobrepor à legislação, que é o CBA.

Ora, se o próprio CBA diz que a aviação regular e a aviação não regular são serviços aéreos públicos e, por conseguinte, estão isentos de licitação para as áreas aeroportuárias, por que o Ato 3.139, que é um ato que só teria o dever de fazer cumprir a legislação, desgarrar essa determinação da legislação, colocando, então, as empresas regulares dispensadas de licitação e colocando as empresas não regulares e as empresas que fazem manutenção de aeronaves subordinadas à licitação para uso de áreas operacionais, ou melhor, de áreas aeroportuárias?

No nosso entendimento, isso é descabido. O Ato 3.139 não poderia fazer o que está fazendo.

Então, a gente sente, eu percebo agora, ouvindo os colegas falando e vendo as consequências que todos nós da aviação estamos sofrendo, que o diagnóstico está mais do que feito aqui: má gestão, pessoas não compromissadas, incompetentes, no bom sentido da palavra, no modal aviação, tomando decisões, afetando milhares e milhares de pessoas, e não só as pessoas que trabalham na aviação, que dependem da aviação, que fazem a aviação rodar, como também o próprio usuário, que acho que está sendo esquecido nessas decisões que estão sendo tomadas.

Eu termino a minha breve apresentação, complementando o que o colega disse. Eu participei de várias reuniões com pessoas da Anac, da SAC, da Infraero, do Governo, para discutir as questões da aviação e, em muitas dessas reuniões, Senador, a gente sentiu falta quando não da Infraero da Anac ou de ambas as entidades.

Então se discutiu muita coisa nessas reuniões, e, praticamente, as palavras foram ao vento, porque de decisão mesmo, para corrigir alguma coisa, nada foi tomado porque faltava ali ou peça importante, ou duas peças importantes, que poderia ali nos ajudar, que era muitas vezes a Anac, muitas vezes, a Infraero ou até mesmo ambas.

Cito como exemplo muito recente a nossa audiência de terça-feira, quando esteve aqui o Dr. Siqueira, representando a Infraero, mas da Anac não veio ninguém. Então, a gente vem sofrendo, ao longo desses anos todos, com essa letargia, essa inoperância dos órgãos reguladores e da própria Infraero, sem poder, junto com a aviação e com a indústria, discutir, tentar chegar a um consenso com aquelas medidas que seriam bem aplicáveis ao setor. O que a gente está vendo é um retrocesso, são medidas descabidas, que prejudicam o setor como um todo, desde a formação de mão-de-obra, como foi dito aqui na terça-feira, do mecânico, do piloto, as dificuldades que essa turma

enfrenta para se formar e para trabalhar, até o usuário final, com uma agravante: ações como essa que estão sendo executadas pela Infraero e pela Anac – é lógico que a gente não concorda com isso, porque está errado, – às vezes até obrigam as empresas que são sérias a começarem a encurtar seus investimentos em reciclagem de mecânicos, reciclagem dos pilotos, compra de ferramentas especiais, de publicações técnicas, de aparelhamento apropriado para manutenção das aeronaves, que são essenciais, em detrimento do que está sendo exigido pelo outro lado. Por exemplo, os aumentos abusivos que a Infraero tem aplicado sobre o valor mensal para as empresas, em questão de concessão de áreas. Isso só vai afetar o passageiro porque começa a comprometer a segurança do usuário.

A gente está vendo aqui, está presenciando, está vivendo aqui, o momento delicadíssimo por que passa a aviação.

O senhor disse na audiência passada que o problema é muito maior. O governo deveria intervir e ser presente nas decisões, porque o problema não é questão de empresas, de oficinas, de Anac; ele é muito maior. O que a gente está presenciando, realmente, com a palavra dos colegas, o diagnóstico está feito; má gestão e pessoas mal colocadas nos postos que estão ocupando.

Para complementar, Senador, o que a gente vem sofrendo com as questões de desmando e de inoperância da Anac, eu vou dar um exemplo bem breve do que hoje as empresas de exploração de petróleo, desculpe, as empresas que são contratadas pelas exploradoras de petróleo, estão passando lá no nosso litoral. É notório o crescimento das áreas de exploração. Até com o Pré-Sal, cada vez mais plataformas, cada vez mais distantes e cada vez mais dependentes do uso de helicópteros.

Houve um estudo recente que dos 160 helicópteros que hoje operam nessa indústria para 2020, a previsão é que passe de 160 para 270 aeronaves para atender o setor.

Ora, se a indústria já está sinalizando que até 2020 nós vamos pular de 160 helicópteros de médio e de grande porte para mais de 270 – a previsão é de 275 – helicópteros, é lógico que as empresas que fazem manutenção, que operam essas máquinas, necessitam de mais hangares para sua manutenção.

O que está acontecendo?

É uma medida na contramão. Esse Ato 3.139, que a Infraero editou recentemente, além de desobedecer o CBA, art. 40, desgarrando as empresas não regulares do benefício da dispensa de licitação, também dita que se uma empresa que já opera em um aeródromo, que possui hangar, mas que com a demanda crescen-

te necessita de outro hangar porque vão chegar mais helicópteros para ela operar, ela tem que dispor desse hangar que ela já ocupa para entrar na licitação do que a Infraero vai abrir.

Ora, se o mercado está crescendo, se a indústria está crescendo, o Ato está vindo na contramão desse crescimento. Esse é um exemplo clássico do que a empresa, do que a indústria está sofrendo com essa falta de gestão, já aqui tão sedimentada, debatida e sacramentada.

Tenho algumas sugestões para apresentar. Vou deixá-las com o Jorge, porque na parte da tarde não estarei presente. Deixo, então, com o Jorge as sugestões da Abag e do Snet.

Agradeço a participação e me coloco à disposição dos senhores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Concedo a palavra ao Sr. Nelson Paim, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag) .

O SR. NELSON PAIM – Bom dia, Senador. Bom dia, colegas da aviação.

Quero agradecer a oportunidade para que o Sindag possa colocar seus problemas. Já participamos de uma audiência pública. Essa é a segunda vez que voltamos a participar.

Também concordo com os colegas que já me antecederam que, basicamente, os problemas da aviação civil no Brasil estão vinculados a poucos fatores. A aviação agrícola é parte da aviação civil também. Hoje, no Brasil, nós operamos 1.700 aeronaves, portanto, quase 16% das doze mil e poucas que existem no Brasil. Temos, para 1.700 aeronaves, 1.200 pilotos, portanto há falta de pilotos. Os problemas são, basicamente, os que envolvem toda a aviação civil.

Eu fiz um resumo rápido do que a gente vem sofrendo. Diante das colocações dos companheiros nem precisamos nos estender muito, Senador.

Em nossa visão, a aviação civil no Brasil precisa de poucos fatores.

Primeiro, precisa de uma política sólida e aviação civil, que envolva a Secretaria de Aviação Civil e que coloque a responsabilidade para a Anac, para que, realmente, faça a regulamentação necessária para o setor, e uma política sólida da Secretaria, que crie parâmetros e consiga desenvolver esse setor. A aviação civil no Brasil não se restringe somente à aviação regular, à aviação de transporte aéreo. É lógico que a aviação de transporte regular é essencial para o crescimento do Brasil, mas, após essa aviação, todos os outros elos, a aviação geral, a aviação agrícola, a aviação de helicóptero, todos os outros entes da aviação, fazem parte de um conjunto que faz parte da avia-

ção civil e faz parte do crescimento do nosso País. O Brasil vem crescendo, em média, 5% a 6% ao ano, e hoje, a aviação civil que vemos em todos os setores é resultado do crescimento do Brasil. Basicamente, o que entendemos é que precisa de uma política sólida – acredito que vamos sugerir na parte da tarde alguns subsídios –, precisa de investimento em infraestrutura aeroportuária, precisa urgente, e aí todos os setores já reclamaram desses problemas, a questão da falta de mão de obra, desde mecânicos, pilotos, especificamente pilotos.

Para um jovem ingressar na aviação civil é um custo alto. Normalmente, são jovens que não têm condições financeiras de bancar os custos; precisa de uma política de financiamento por parte do governo, para que esses jovens possam fazer os cursos de piloto, mecânico e todas as áreas. Precisa, urgentemente, a redução dos custos do combustível.

Em todas as audiências que nós participamos, em todos os fóruns de discussões, a questão do combustível é primordial; todas as áreas da aviação civil dependem do combustível. E como o colega da lata colocou, e também o pessoal do helicóptero e da aviação em geral, o combustível corresponde, hoje, a quase 40% do custo operacional de todas as áreas da aviação. Então, precisa baixar os custos urgentemente, e na última audiência que participamos nós até sugerimos – e até passou um projeto de lei pelo Congresso, na redução da Cide, que, aparentemente, não representa nada para a arrecadação de impostos do Governo, mas para a aviação civil é importante. Nós acreditamos que somente no querosene haja uma redução de quase R\$1,00 por litro, e isso é muito em relação ao custo; a carga tributária, e aí todo o setor, não somente a aviação agrícola, mas todo o setor. A carga tributária corresponde, hoje, em custos diretos, a quase 28% da área da aviação agrícola e aviação civil de táxi-aéreo. É muito alta a carga tributária.

E, por fim, que vem adicionado à política, uma política sólida da aviação civil, é a questão da burocracia que as empresas de aviação civil sofrem diante da Anac e diante dos órgãos reguladores.

Cada setor com o seu problema. O setor das empresas aéreas tem o problema nos aeroportos; o setor da aviação geral tem o problema dos pátios; o setor da aviação agrícola tem o problema de regulamentação.

Então, precisa simplificar. E, após as colocações do colega da Associação da Anac, a gente vem a confirmar que, realmente, existe um problema sério: falta de servidores na Anac e excesso de burocracia. Como todos os colegas já colocaram também, algumas pessoas que têm até uma formação acadêmica boa, mas estão nos setores que, realmente, não vivem a versão

agrícola, não têm – como o colega colocou – o cheiro de gasolina ou querosene.

Então, é simples. No período da tarde, quando montarmos um roteiro de sugestões, precisamos basicamente que a SAC crie uma política sólida de aviação civil que envolva todos os setores. Precisamos desburocratizar principalmente a regulamentação da Anac e que os processos andem.

Hoje, para uma empresa se formar, demora no mínimo em torno de 7 meses no Brasil. Então, é inviável. Uma empresa, com o crescimento, que queira crescer fica amarrada em burocracia.

E, por último, Senador, com toda essa demanda de crescimento do Brasil, em todas as áreas da aviação, precisa criar um processo de financiamento para que as empresas possam renovar a frota de aeronaves, conseguir comprar mais aeronaves, que elas possam investir nas suas empresas, porque o problema é geral, desde a falta de mão de obra devido à formação de custos aos investimentos das empresas, investimentos em aeroportos, investimentos em infraestrutura e, ainda, por fim, a burocratização da regulação a aviação civil tem sofrido. E aí, eu envolvo todos os setores.

Na última audiência que participei, havia um colega da área de helicópteros, e vejo que os problemas são os mesmos em todos os setores.

Então, eu espero que na parte da tarde, na nossa outra reunião, a gente consiga... É simples, são fatos simples, 5 ou 6 itens que precisam ser criados e seguidos, e irá melhorar muito a questão da aviação civil brasileira.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Passo a palavra ao Sr. Cairon Ribeiro dos Santos, advogado tributarista.

O SR. CAIRON RIBEIRO DOS SANTOS – Exmº Senador João Costa, no nome de quem cumprimento os demais componentes desta Comissão, o meu conhecimento é da área tributária e fui convidado para tecer algumas sugestões sobre a melhoria e a possível reorganização e redução da carga tributária do setor.

Bem, o sistema tributário brasileiro, como um todo, e aí nós vamos chegar na questão do sistema tributário da área da aviação, ele é um sistema tributário que todos sabem que ele é complexo e com uma carga tributária alta. Essa carga tributária alta, talvez seja em função de que ainda existe no Brasil uma sonografia muito grande. Então, poucos pagam por muitos e a carga tributária acaba ficando alta. Mas esse é um problema que a longo prazo nós vamos resolver.

O sistema tributário brasileiro está dividido respeitando o sistema federativo. Nós temos uma carga tributária federal, estadual e municipal; o imposto de

consumo, que é o principal imposto. Nós temos um imposto federal representando pelo IPI; nós temos o imposto estadual, representado pelo ICMS, de consumo de mercadorias e serviços; e por fim o imposto municipal, que é o imposto de serviço.

Esta carga tributária federal tem uma repartição, dentro do sistema federativo, com os Estados, menos as contribuições, e nessas contribuições nós temos uma que incide sobre o setor da aviação, que é a Cide Combustíveis.

O sistema tributário que seria o ideal para o setor da aviação é o sistema tributário em que houvesse um planejamento estratégico e um estudo científico, no sentido de se fazer uma redução da carga tributária setorizada. Essa setorização – essa palavra setorização causa certo estresse na Receita Federal e em alguns doutrinadores também, e até no Poder Judiciário, porque tem-se uma visão de que o sistema tributário tem que atender o princípio da isonomia.

Mas, sinceramente, em alguns estudos que tenho feito e tenho lido no Brasil e também em outros países, essa igualdade ou essa isonomia me parece ser uma ideia de ontem, antiquada, que não será uma ideia do futuro. A ideia do futuro talvez seja a da razoabilidade e da proporcionalidade, porque você pegar uma alíquota de um tributo idêntica para um produto da indústria que tem uma produção longa ou uma produção curta e tem uma mesma alíquota é inadequado cientificamente. Se você pegar a mesma tributação para um produto da indústria, do comércio e do serviço, de forma idêntica, também é inadequado. Então, eu acho que o estudo tem que ser setorizado.

O Brasil tem experimentado algumas ideias novas nesse sentido. Eu posso citar algumas coisas que nós experimentamos e que vêm dando certo. A questão do lucro presumido, a questão da micro e pequena empresa, que são ideias novas que estão dando certo, e que eram coisas inimagináveis no futuro.

Eu acho que o sistema tributário brasileiro, essa reforma tributária tão preconizada por todos, ela acontece, mas ela simplesmente não acontece de uma vez só. Não há como fazer essa reformulação; ela tem que ser pinçada por setor.

Com o que eu posso contribuir? O que a gente pode ter como uma ideia de contribuição? É claro que o que tem que ser feito é simplificar, reduzir carga tributária. A questão é como fazer isso e como trazer isso para dentro do setor da aviação civil.

Então, nós vamos simplificar e reduzir a carga tributária da indústria, da aviação; vamos simplificar e reduzir do serviço que é prestado, todo o serviço de transporte de pessoas e de cargas e o serviço da área de aviação agrícola também, e vamos também

fazer uma simplificação em toda a cadeia tributária dos aeroportos, da estrutura, para se fazer esse transporte de cargas. A questão é: como fazer essa redução.

Na primeira vez que participamos aqui nesta operosa Comissão, nós tecemos alguns comentários que a gente acha possíveis de serem operados, dentro de uma visão futurista, dentro de uma visão do que, realmente, pode acontecer no médio prazo, no meu entendimento.

Primeiro, é necessário estudar, fazer um levantamento, é necessário um estudo científico de cada um dos setores; o setor da aviação civil – eu já falei – você tem a indústria, o comércio e o serviço; dentro do serviço você tem o serviço de transporte de cargas, você tem o serviço da área agrícola, há uma série de pormenores que precisam ser verificados e fazer um estudo com matemática, com números, verificar quais são esses percentuais. Nós temos aí um número médio, já foi falado aqui, em torno de 40%, no Brasil, de tributação no setor, notadamente, dos combustíveis. Se você vai aos Estados Unidos é em torno de 20; nós temos o caso da França, que é em torno de 10%. Então, nós temos uma tributação alta. Ah, mas há uma sonegação...

Então, eu acho que o Brasil tem uma carga tributária alta porque tem sonegação – eu disse isso já no início –; ainda tem sonegação no Brasil. Será que lá não tem? Por que a carga é menor? Ou será que o serviço lá é maior e uma alíquota menor proporciona uma arrecadação até maior? Será que se reduzir uma alíquota tributária é possível você arrecadar ainda mais, porque você fomenta o desenvolvimento? Até que ponto isso é verdade? Até que ponto essa máxima, que é muito falada, de que se você reduzir uma alíquota de tributa você pode conseguir até um aumento da arrecadação, porque você fomenta o setor e o setor estando aquecido você vai ter mais empresa, vai ter mais comércio de aviões, fabricar mais aviões, mais pessoas irão usar o transporte.

Já foi dito aqui que, hoje, o transporte aéreo transporta mais pessoas do que o transporte rodoviário, de ônibus. Então, essa carga tributária do setor tem que ser reduzida e nós temos que reduzi-la, hoje, me parece, a curto prazo, dentro do combustível. Esse combustível é possível fazer a internalização dele.

Hoje, o combustível brasileiro a querosene é considerado como importado, mesmo fabricado pela Petrobras, porque você importa uma parte e a Petrobras fabrica a outra parte. Mas o que a Petrobras fabrica ela não coloca os custos desse combustível e vende ele aqui mais barato. Não, porque o que vem de fora é mais caro, ela mistura tudo e vende como se fosse o preço mais caro. Parece-me que nesse ponto há uma

possibilidade interessante de se fazer a curto prazo uma redução da carga tributária dos combustíveis.

Uma outra possibilidade que nós temos que pensar é apresentar um trabalho, um trabalho sério, no sentido da mudança do pensamento não somente da sociedade, mas de todo o setor e do Governo, nas três esferas de governo – federal, estadual e municipal – porque temos um entendimento no Brasil – e isso é uma realidade – de que o setor de aviação é elitizado. Oligopolizado, sim, ele pode ser, mas o setor de aviação, talvez no passado, ele foi só das elites. Hoje não é mais, hoje você tem que ter um viés no sentido do transporte de pessoas e o transporte de cargas, e não que o avião é coisa de rico, de milionário. E esse pensamento existe no seio da sociedade. Tenta fazer uma redução de carga tributária no setor elétrico; vai sair no jornal, na televisão falando que há uma redução de impostos para a elite. Acho que todo mundo já viu isso, eu já vi isso lá no meu Estado. Quando você vai tentar fazer redução de carga tributária de impostos, o governador do Estado fica acanhado de fazer porque há um entendimento de que ele está beneficiando a elite.

Como é que se faz para reduzir esse pensamento equivocado, porque o transporte aéreo ele vai crescer cada vez mais, estamos crescendo aí para quase dois dígitos esse setor de transporte de carga e de pessoas, e o serviço também da área agrícola. Então, é preciso ter essa mudança.

Eu poderia fazer um resumo, até, de todas essas propostas que eu fiz e que vamos apresentá-las na parte da tarde; eu poderia fazer um resumo no sentido de três situações que poderiam, efetivamente, contribuir para a redução da carga tributária das aeronaves, do comércio das aeronaves e, principalmente, a curto prazo, entendo, do combustível.

O que poderia ser feito? Primeiro, um trabalho no sentido de entender esses números, planilhar esses números, verificar o que tem realmente no combustível do avião de transporte de carga, do transporte de pessoas, o avião que só faz um serviço de ambulância, um avião que faz o trabalho agrícola; o que é essa contribuição departamentalizada, cientificamente. Você pega cada departamento e planilhar o que cada tributo incide e qual o percentual. Se nós encontrarmos esse percentual médio para o transporte de pessoas, o transporte de cargas, o serviço agrícola; se for uma média idêntica para todos esses setores, está errado. Aí nós temos um argumento para fazer uma alteração. Argumentando que o transporte de pessoas é uma coisa, o transporte de carga é outra, e juntar as planilhas de custo de cada setor. O que é o custo de uma empresa, por exemplo, que presta um serviço de pulverização das lavouras de soja, ou empresa de

transporte aéreo? O que é o principal custo de um comércio? Custo: a mercadoria é vendida, folha de pagamento, e o terceiro é o imposto da indústria. Você tem matérias primas empregadas, e o terceiro custo qual é? Imposto. Praticamente, todas as empresas têm um custo tributário em terceira fase. O terceiro maior custo de todas as empresas é o custo tributário. E esse custo tributário no Brasil, Senador, ele carece de um estudo científico, na minha modesta análise, porque o sistema tributário desde quando foi formulado, desde quando nós tivemos lá no século XII, ainda, quando os ingleses colocaram que a tributação tem que ter uma lei especificando ela na famosa Magna Carta, o Direito Tributário tem que ter uma prevendo ele. Essa legislação tem que ser modernizada. Só que o Direito Tributário tem uma influência na economia que talvez os economistas até não se apercebiam, e talvez nem o governo.

Com o sistema tributário você na economia de um dia para o outro. Vamos dar um exemplo aqui. O IPI dos carros, o IPI da linha branca, IPI do material de construção; ou o IOF. Você faz uma interferência macroeconômica, uma interferência a nível de país, de nação, com alíquotas tributárias. Esse poder fantástico, esse tiro de canhão que você tem com o tributo, de poder fazer interferências econômicas no setor, ele tem que ser departamentalizado; você não pode dar um tiro para matar a pomba, a rolinha, o sabiá e o beija-flor com um tiro só; você não pode ter uma alíquota média. E esse é um problema sério, porque se você pega os economistas – é bom a gente prestar atenção quando algum economista vai fazer de tributação –, os maiores aí do Brasil, esses que estão todos em evidência na televisão, nos jornais, nas colunas, todos os dias, quando eles vão falar de tributação, eles falam que é um absurdo a tributação não ser isonômica, não ser igualitária. Quando você pega e coloca um IPI menor para material de construção ou para a linha branca, há uma acusação dos economistas de que o Governo Federal está beneficiando indevidamente setores da economia. Essa é uma ideia atrasada, é uma ideia errada, no meu ponto de vista, como tributarista, porque eu acho que no sistema tributário você não tem que atirar na multidão, você tem que selecionar uma mais alta, outra mais baixa; um tem um custo, o outro é agrícola, outro é pessoas, outro é carga. Acho que o sistema tributário, com esse poder de ingerência na economia, tem que ser estudado cientificamente; você tem que pegar produto por produto, planilhar e identificar a alíquota. Como fazer isso? Não tem jeito de fazer isso por enquanto; isso que estou falando aqui é uma utopia. Ah, mas você está falando que é... A utopia, uma vez um professor meu, lá em São Paulo,

me falou que a utopia é necessária, ela é como o horizonte; você anda dez passos e o horizonte anda dez passos. Você anda um quilômetro, o horizonte anda um quilômetro. Então, a utopia serve para que continuemos caminhando.

Então, o sistema tributário, no futuro, entendo, será departamentalizado por produto. O Governo Federal tem experimentado algumas situações de fazer essas reduções setorializadas, e eu concordo com essas reduções setorializadas, eu concordo. É claro que elas não podem ser benesses para um setor, tem que ter uma argumentação, tem que ter uma fundamentação, tem que ter uma planilha, tem que ter matemática em cima, tem que estar provando por que isso está sendo feito.

Agora, essa redução, que nós podemos chamar de incentivo ao setor, primeiro, tirar essa ideia de que o setor é um setor da elite, só de milionários. Segundo, fazer a redução da carga tributária de forma setorializada; pegar cada setor desse e fazer um estudo e mostrar para a casa responsável, a Casa de Leis, o Senado, a Câmara, o Congresso Nacional para que se faça uma alteração na legislação, primeiro, mostrando que o transporte não é para elite, que é um setor estratégico...

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Doutor, eu vou conceder mais 2 minutos para o senhor encerrar. O seu prazo já terminou, eu já proroguei, e vou conceder mais 2 minutos.

O SR. CAIRON RIBEIRO DOS SANTOS – Sim.

Então, essa estratégia da redução dos tributos tem que ter um estudo científico para que possa ser feita a proposta de redução.

E resumindo, finalizando, eu falei aqui da redução da carga tributária, do estudo e da dosimetria científica da carga tributária. E, em terceira e última análise, para que tudo isso seja viabilizado, entendo que esta Comissão tem um papel muito importante nesse sentido. É a questão do associativismo, é incentivar o associativismo. Nós temos uma intenção muito interessante. Um trabalho muito interessante está sendo feito, eu tenho acompanhado, mas é um trabalho ainda gestacional. Acho que ele tem que ser implementado; fazer associações regionais, estaduais e nacionais, incentivar, para que o setor da aviação como um todo tenha maior representatividade e a gente separe um pouco aquele dono do avião, que é o milionário. Acho que a gente tem que fazer essa separação. Última análise, encerrando, fazer a redução e a reorganização tributária para o setor com cheiro de querosene, com cheiro de gasolina.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Concedo a palavra ao Sr. Engenheiro Benevides Carvalho, consultor da Associação Brasileira de Em-

presas Aéreas – Abear e do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, representando o Sr. Eduardo Sanovicz, Presidente da Abear.

O SR. BENEVIDES CARVALHO – Primeiramente, bom dia, Sr. Senador, e todos os presentes. É um imenso prazer poder estar aqui e discutir esses temas bem amplos da aviação.

Gostaria até de me permitir cobrir um pouquinho de cada segmento, apesar de que o nosso foco específico é o setor de aviação civil comercial. Porém, como eu comecei minha atividade nessa área desde 1984 e tive oportunidade de passar pelo DAC, um bom tempo pela Anac, nas gerências regionais da Anac, como gerente-geral da Anac. Depois, no Departamento de Controle de Espaço Aéreo. Hoje, a gente labuta intensamente na área privada com táxis-aéreos, empresas aéreas. Tenho uma visão que me deixa bem à vontade para colocar alguns pontos e quase 95% coincidem com tudo aquilo que a gente já falou.

A primeira questão básica: a aviação tem uma característica precípua, intrínseca, que é segurança. E quem sobe e faz segurança na aviação é o piloto. O piloto é o agente mais importante desse processo. Durante esses anos todos na aviação, vimos que, hoje, nós temos um quadro. Quantos pilotos nós temos na gestão da aviação? Quantos pilotos nós temos na Anac? O senhor poderia perguntar: o senhor é piloto? Não sou, sou engenheiro. Mas o piloto tem a sensibilidade daquilo que se pode ou não fazer, daquilo que se pode ou não regular. O piloto coloca o avião no chão, o piloto não voa porque ele sabe que lá em cima, além da vida dos passageiros, ele tem a própria vida. Essa é uma característica intrínseca.

Aí, nós vamos para a regulação. É uma atividade em que o piloto dispensa? Não, é a segunda atividade que tem uma regulação mais intensa. Ela só perde para a nuclear. Então, nós temos uma regulação superforte e um conceito superforte.

O que acontece com isso? É uma atividade que tem custo. Sem cumprir todos os requisitos, você não voa porque está sujeito a ter um acidente, que é um fato que ninguém deseja, principalmente quem está dentro do avião. Então, é uma atividade que tem uma característica própria.

Durante os últimos anos que a gente passou na Anac, o que a gente viu que deixou uma marca muito grande? Foi a questão da desativação dos aeroclubes. Os aeroclubes fazem a formação básica. São eles que colocam, são eles que fornecem a mão de obra para as empresas, para os táxis-aéreos. Então, tem que começar dali. O grande investimento não é fazer 100 pilotos, não é dar 100 bolsas. É você ter mil pessoas podendo cursar. Para um aluno tirar as 30, 40 horas

iniciais para tirar um PP, ele precisa gastar trinta, quarenta mil reais. A população brasileira não tem isso. Para ser um PC, tem que ter 150 horas. Muito menos vai chegar a isso. Então, você tem que ter esse segmento extremamente fortalecido para você conseguir impulsionar a aviação. E hoje nós temos uma lacuna aí.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Eu só tenho uma observação, Dr. Benevides. Eu nunca gostei de hierarquizar níveis de importância na minha vida. Existe uma passagem muito interessante sobre os órgãos do ser humano. Eles começaram uma guerra para saber quem era o mais importante – o senhor deve conhecer isso melhor do que eu – e o coração logo disse que era o mais importante. Depois, eles acharam que o cérebro era mais importante. No final, encontraram um que, segundo os outros órgãos, era o menos importante. E esse menos importante resolveu simplesmente, diante de tanta ofensa, parar de funcionar, e isso estrangulou o corpo humano.

Isso significa o quê? Que não existe nível de importância em nada que trabalhe em grupo. Desde que nós criamos uma equipe, não existe nível do mais importante ou menos importante. Todas as vezes que nós classificamos esse nível de importância, nós prejudicamos toda uma equipe de trabalho. É como o ser humano.

Por esse motivo, eu acho que os pilotos são muito importantes, mas temos também um simples mecânico de voo, de aeronave. E não adianta nada termos um excelente piloto se a aeronave está com a manutenção ruim, ou se aquele que fez a manutenção da aeronave é ruim. Então, é apenas esse pormenor. Não que eu esteja discordando do senhor, mas é apenas para dizer e reafirmar minha posição, publicamente, de que todas as vezes que trabalhei em equipe, eu nunca admiti que um era mais importante que o outro. Eu nunca admiti que o soldado é menos importante do que o coronel ou o oficial. Pelo contrário, na minha escolta, eu sempre mantive os praças. Eu nunca gostei de oficial na minha escolta. É apenas uma observação. Não estou fazendo nenhuma objeção a sua fala, mas é apenas para registrar o meu ponto de vista.

O SR. BENEVIDES CARVALHO – Senador, exatamente é esse ponto. Eu só colocaria uma característica fundamental: é que o piloto é a última fronteira da segurança. Essa é que é a característica. Porque, numa empresa aérea, você tem que ter um bom gestor. O mecânico – esse nome, inclusive, é errado – seria o médico da empresa. Na verdade, quem toma conta, quem conhece a aeronave é o mecânico. A importância dele é bárbara. O nome “mecânico” não é adequado para a atividade que esse profissional exerce, porque é um profissional importantíssimo.

O piloto é a última barreira para que a segurança seja efetivamente aplicada. Então, é esse o conceito. Esse profissional é muito importante para nós.

Eu olho para a questão da formação e vejo que tivemos uma desaceleração na formação do incentivo ao aeroclube. Aquilo me deixou extremamente frustrado. Por quê? Quando eu estava em São Paulo, a gente ia passar todo fim de semana com os jovens. E os jovens, tanto os mecânicos quanto os pilotos, vibravam. Aquilo era o fomento. E nós desativamos todos os nossos Aero Boeros, que, há algum tempo, nós patrocinávamos. Então, foram quatrocentos e poucos Aero Boeros que nós tínhamos e que tiramos. Hoje, os aeroclubes estão em extinção.

Então, esse é um problema que nós temos. Nós precisamos da área de formação. A área de formação diz: mecânicos e pilotos precisam ser fomentados para a gente ter uma base grande, principalmente porque o custo de formação é muito alto.

E passamos para o segmento de táxi-aéreo. No Brasil, temos cinco ou seis táxis-aéreos. Temos grandes problemas financeiros com esses táxis-aéreos, porque é uma atividade extremamente cara. Hoje, para trabalhar para a Petrobras, se você botar um táxi-aéreo no chão, ficar cinco dias, você vai virar no vermelho, porque a regulação é extremamente forte para prestar aquele serviço e toda a carga tributária, toda a gestão de custo dessa atividade é extremamente alta.

Se observarmos o setor de táxi-aéreo, vamos ver que há dificuldades da mesma monta que temos no segmento 121. Ultimamente, quem está fazendo a gestão sobre esse processo da 113, que estão expulsando os táxis-aéreos dos aeroportos e dando uma insegurança jurídica ao táxi-aéreo. Há táxis-aéreos estabelecidos há dez anos e têm que largar o hangar de uma hora para outra. Eu nunca vi uma gestão desse tipo.

O que a gente observa é aquilo que foi mencionado desde o início: há pessoas que estão direcionando o setor sem conhecer quais são as consequências daqueles atos. Possivelmente, essas pessoas também nem sabiam que iria acontecer aquilo, porque esse não era o objetivo. Então, tem que se adequar os profissionais de alto nível, que estão nos altos postos, para conhecer o sistema de maneira mais intensa.

Se nós passarmos para o 121, para a empresa aérea, vamos ver que, nos dois últimos anos, olha a situação em que nós estamos. Estamos com prejuízos na casa de bilhão. Com certeza, esse setor é estratégico para o País. Ele é um setor derivado da atividade econômica. A atividade econômica do País é que o impulsiona, não ele que impulsiona a atividade econômica.

Quando dizemos que vamos fazer mais cem, duzentos, trezentos aeroportos, vamos embora. Nós

temos o mercado normal, que já é desenvolvido, e temos aqueles mercados em que você não consegue estabelecer uma sustentabilidade imediata. Então, têm que ser tratados de maneira diferente.

Todos já falaram aqui. No setor aéreo, temos custos de combustível, que têm que ser tratados, custos tributários e uma série de outros custos decorrentes das legislações que estão sendo aplicadas.

Só para mencionar, rapidamente, de 2011 até agora, tivemos 150% de aumento de tarifas aeroportuárias e estamos indo para mais de 250% de aeronáuticas. Se somarmos esses dois tributos, que, com certeza, não eram previstos em nenhum orçamento e planejamento de uma empresa aérea, vamos para a ordem de bilhão. Se nós olharmos, hoje, para qual é o prejuízo, com duas novas ações, novo reajuste de tributos, nós passamos uma indústria que é extremamente sensível, de uma situação A para uma situação B. Se nós agregarmos aí a variação do combustível e as alíquotas que temos aí, a gente consegue ver claramente que é uma situação extremamente delicada.

Dessa forma, um fórum dessa natureza, é extremamente importante que olhemos o problema por todos os ângulos. Não vai ser só da redução do combustível ou a redução da tarifa. Na verdade, o setor é estratégico e precisamos desenvolver uma política que abrace todos os pontos, desde o tarifário, a formação, até a estrutura de custos dos aeroportos.

Eu só gostaria de colocar uma questão na concessão dos aeroportos. Tem aeroporto que vai ter que pagar um bilhão, anualmente, no valor da concessão. Esse um bilhão, antigamente, a Infraero arrecadava e ele voltava para o sistema. Esse um bilhão, hoje, possivelmente, vai para os outros aeroportos. Eles vêm dos passageiros. Como é que isso vai ser reposto dentro do sistema? É mais um agregado de custo que tem que ser pensado, tem que ser estruturado, para que não coloquemos o transporte aéreo comercial brasileiro numa situação extremamente difícil.

O nosso amigo da lata mesmo mencionou: nós estamos num cenário que, aparentemente, mundialmente, nós estamos com crescimento. E aqui, no Brasil, os resultados para o ano que, pelo menos no primeiro semestre, não vão ser muito favoráveis.

Algumas pessoas podem até falar: não vamos aumentar a tarifa. Não é questão de aumentar a tarifa. Você tem aeronaves, você não pode devolver essas aeronaves. Você tem uma estrutura que não consegue mudar facilmente, em curto prazo. Você tem uma estrutura de custo, uma estrutura do negócio que, dificilmente, consegue alterar em curto prazo.

A nossa sugestão, basicamente, é que consigamos trazer para uma discussão bem ampla com todos

os setores, chamando, principalmente, os atores que são extremamente sensíveis a esse processo, que são as empresas 121, de transporte aéreo regular, e 135, de táxi-aéreo, e, com certeza, os outros segmentos, para uma discussão ampla, para que essas decisões sejam tomadas de maneira bem racional e que sejam estudadas exatamente as repercussões, porque uma decisão, em âmbito da aviação, que não seja adequada ao tipo de negócio reflete rapidamente em prejuízo, em resultados negativos e, com certeza, não é bom para nenhum dos atores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Já são 12 horas e 5 minutos. Eu iria passar a palavra para alguns para haver um complemento, mas vou suspender a sessão.

Suspendo esta reunião e reabriremos às 14 horas. Às 14 horas, eu concedo o prazo, para não haver um desequilíbrio na agenda de cada um.

Muito obrigado.

(Suspensa às 12 horas e 02 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 38 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Boa tarde a todos.

Declaro aberta a presente reunião, que tem a finalidade de debater e subsidiar o Relatório Final a ser elaborado pela Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, em atendimento ao requerimento nº 2, de 2012 – Cistac, de minha autoria.

Informo que o Sr. Walter, Presidente da Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil – Aiab, e o Sr. Wolner Aguiar, representando a Associação Brasileira de Aviação Geral – Abag, não iram participar dessa parte da reunião, devido a compromissos assumidos anteriormente.

Pergunto aos senhores se alguém, com relação à primeira parte desta reunião, quer fazer algum esclarecimento com relação ao primeiro ponto da reunião.

Por favor, professor, o senhor tem a palavra por cinco minutos.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Obrigado, Senador.

Apenas para pontuar a minha visão da inserção da aviação civil no Ministério dos Transportes.

Eu acredito que um país de dimensões continentais e com uma população tamanha, com economia crescente, de importância crescente no cenário mundial, não pode continuar tendo um Ministério dos Transportes tão acanhado, tão limitado em todos os sentidos possíveis e imaginários.

Então, eu acredito que o Brasil tem o dever de casa, que inclui a aviação – na minha visão, novamente

ressaltando – de tornar o Ministério dos Transportes tão grande quanto o Brasil, e inserindo a aviação civil nesse Ministério auxiliaria inclusive para que o mesmo pudesse ser realmente do tamanho do Brasil e abarcasse tudo que tem direito em todos os sistemas de transporte.

Somando-se a isso, apenas fazendo uma concordância com o Carlos Montino, da Associação dos Servidores da Anac, como relação à Agência de Segurança dos Transportes que, aos moldes da NTSB, já tive oportunidade de escrever vários artigos sobre isso, nós apenas discordamos – não é, Carlos? – com relação à sigla, mas é apenas uma perfumaria. Na minha concepção, deveria se chamar Agência Nacional de Segurança dos Transportes. Abarcaria todos os meios de transportes, inclusive o dutoviário, que todo mundo esquece que é um meio de transporte inclusive dos mais eficientes.

Esses seriam os dois pontos que eu gostaria de levantar aqui como reforço e como esclarecimento com relação à primeira parte da nossa audiência.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – O.k. Eu que agradeço.

Concedo a palavra ao Sr. Carlos Montino, Diretor Presidente da associação dos Servidores da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) – ASA, pelo prazo de 15 minutos.

O SR. CARLOS MONTINO – Muito obrigado, Sr. Senador.

Como nós tínhamos muitas coisas para falar, a partir do gráfico, há muitas informações ali, realmente não deu tempo de concluir o raciocínio.

Eu queria passar para a transparência nº 13, porque vou resumir.

De acordo com a palavra do colega Respício, em relação a saque, as atribuições dela, de governo, se confundem com as atribuições da Agência de Estado, a Anac, que deveria ser, se mostrar todo o tempo como agência de Estado, a Anac tem algumas atribuições, que a QECR trata, que facilmente se verifica que não precisaria estar na Anac e sim na SAC, separando um pouco mais um órgão de governo de um setor, uma agência de Estado.

Próximo, por favor.

Baseado nesse eslaide, que foi onde parei, podemos ver, Sr. Senador, a diferença que é da primeira aviação civil, que deveria ser o nosso modelo, como simples o sistema dele, que funciona, e com aquele enorme número de aeronaves voando enormemente naquele país, eles conseguem ter um índice de acidentes menor do que o nosso.

Então, é claro que na nossa organização, de todo o Estado brasileiro, tem alguma coisa errada. Como disseram outros colegas, é como se tivesse muita gente mandando para pouca gente obedecer, ou para pouca gente desobedecer às vezes. É o que acontece.

Então, muita mistura, muita confusão de autoridades dispersa a coerência até dos atos normativos. O que poderemos fazer mais simplesmente – próximo eslaide, por favor – simples assim: se a Comissão, as autoridades políticas e executivas do nosso País entenderem que fazer simples é mais fácil, mais seguro, não teremos nenhum problema, ou pelo menos seríamos iguais à primeira aviação civil do mundo, os Estados Unidos, em conforto, segurança, rapidez, preços de tarifas. É uma coisa fantástica para quem ver: o controle do tráfego aéreo, os aeroportos norte-americanos, a quantidade de voos que tem com aquela estrutura simples, que nós poderíamos simplesmente fazer aqui também no Brasil.

Próximo eslaide.

Outro. Outro.

E nós evitaríamos esse trágico índice de acidentes do ano de 2012.

Ali, Senador, a RBAC 913, que cuida da aviação geral, onde parlamentares, brasileiros milionários voam por este País. Temos, em 2012, 131 acidentes nesse tipo de aviação.

Na grande aviação, já temos 2, em 2012 e nos táxis-aéreos, que o professor Georges fala bastante, temos 22, num total de 155 acidentes nesse ano de 2012, que deve ultrapassar a marca do ano passado.

Então, se nós simplificássemos a gestão da aviação civil no Brasil, com certeza teríamos muito mais chances de diminuir isso e trazer tranquilidade para a família brasileira voar no espaço aéreo do nosso País nos níveis parecidos com os da primeira aviação do mundo. Em geral, é isso, e isso não acontece ainda por problemas de gestão e de vários níveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – O.k., eu que agradeço.

O senhor já tem a palavra inclusive para iniciar a segunda etapa, se o senhor quiser.

O SR. CARLOS MONTINO – De propostas?

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Isso. Pode trazer as propostas.

O SR. CARLOS MONTINO – O.k.

O SR. PAULO BRUM – Eu queria fazer uma indagação.

A Anac tem um colegiado, um conselho que funciona dentro da Anac? Uma SAC também, não é?

Qual o caráter desse conselho? Qual a composição dele? Ele funciona? Ele tem um papel, digamos, regulador, ou consultivo?

Isso diz respeito à própria gestão do órgão, evidentemente. É uma indagação que faço.

O SR. CARLOS MONTINO – Bom, ele existe no papel, assim como outras coisas que existem dentro da Anac, mas não importa a assessoria, não importa de onde vem a informação, não importa de onde vem o conhecimento, se ele não chega à prática, se ele não chega a funcionar, de nada adianta. E o que nós vemos é isso, independentemente de existir conselho. Existe o Conselho Nacional de Aviação Civil, existe o Conselho Consultivo da Anac, formado por pessoas convidadas pela própria Anac, aprovadas pela própria Anac, mas eu não sei das propostas deles, que são apresentadas à diretoria. Mas, se há boas propostas, não vemos a eficácia delas, a prática delas, e chega a essa realidade, que é retirada do Cenipa – Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, que mostra essa realidade. E nós, servidores, nos entristecemos muito com isso e queremos mudar essa realidade, queremos participar dessa modificação, para que isso se modifique, seja igual à primeira aviação civil do mundo. E nós temos certeza de que podemos fazer isso, de que podemos chegar lá, basta nos unirmos e praticarmos aquilo que sabemos.

Propostas, então – pode passar o eslaide.

Claro, se a Anac não for estruturada ainda hoje com um número de servidores, é fazer concurso com a característica de agência de Estado, cujos servidores têm que ter forma de remuneração e gestão por competência – há decreto falando isso. A estratégia e implementação efetiva e transparente de um programa de capacitação continuada – nós não temos isso.

Próximo eslaide.

Prestação de serviço. Naquela proposta que a prestação de serviço pela Infraero, regulada e fiscalizada pela Anac, temos esse pessoal. Ainda precisamos dele como mão de obra na Anac, mas não com cargos de gerência ou de direção.

Criação de uma agência de investigação de acidentes, de gestão integrada e participativa, presente em todo território nacional. Temos proposta de como alcançar essa presença. Perdemos muito pessoal com o enxugamento da Anac, e temos proposta de recompor esse pessoal, usando a Lei nº 8.745, numa forma de contratação simples, de pilotos, mecânicos, despachantes operacionais de voo, comissários de voo que estão no mercado, disponíveis para serem servidores públicos na Anac, até que se recomponha o cargo pelo concurso público não temporário, que é o nosso caso.

Próximo.

Há outras propostas lá atrás, mas que praticamente passam por essas, que poderíamos resolver o problema da aviação civil no Brasil. Fazer a Anac, estruturar a Anac e modificar a forma de gestão, ou com as pessoas que aí estão ou com outras pessoas.

Essa é a nossa proposta, que gostaríamos que fosse apreciada pelos colegas e até criticada.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Concedo a palavra ao Sr. Nelson Paim, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola – Sindag, pelo prazo de até 15 minutos.

O SR. NELSON PAIM – Obrigado novamente, Senador.

Quero reforçar o que falei na parte da manhã, que, na nossa visão, como a aviação agrícola está incluída na área da aviação civil, que realmente nós vemos, na área da aviação civil e também na aviação agrícola um problema gravíssimo que deve ser adicionado no nosso pleito, professor Georges, a questão da reestruturação da formação de mão de obra de pilotos. Acho que a SAC deve, numa política sólida de aviação civil, criar um programa de formação de pilotos com financiamento público para que esses jovens consigam fazer os seus cursos de formação, jovens pilotos, mecânicos, técnicos, porque para um jovem chegar a concretizar o curso de piloto deve fazer um investimento no mínimo de R\$70 mil mais ou menos. Isso é um custo alto para aqueles que querem ser pilotos.

Outro problema que vem afetando: com a falta de política de apoio aos aeroclubes, estamos enfrentando no Brasil uma deficiência de escolas de formação de pilotos. Hoje as escolas são empresas privadas e como não têm uma política de financiamento de equipamentos e aeronaves, isso dificulta a formação de pilotos, mecânicos e técnicos envolvidos na aviação.

Normalmente, hoje, o que tem acontecido é que as empresas fazem os investimentos nos seus pilotos, praticamente em todas as áreas da aviação geral; esse piloto deve chegar aí, no mínimo, a 370 horas, e aí esse piloto vai ser utilizado ou na aviação comercial ou na aviação geral, aviação agrícola, aviação de helicóptero, aviação de táxi-aéreo, e muitas vezes as empresas têm que fazer o investimento e o piloto vai para uma outra atividade. E não existe nenhuma lei, não é possível também manter esse piloto na empresa que o ajudou a fazer os cursos de formação.

Então, existe uma transição de pilotos de uma área para outra, o que prejudica todo o setor.

Volto a reforçar a questão do investimento em formação de pilotos, mão de obra, mecânicos e técnicos envolvidos no setor da aviação.

Sobre também a questão de financiamentos de aeronaves, um problema que todas as empresas enfrentam, desde a aviação geral até a comercial, as empresas não têm recursos e quando têm algum tipo de financiamento há uma exigência muito grande de garantia, e muitas vezes as empresas não têm essas garantias.

Nós já sugerimos, na primeira audiência de que participamos, que seja criado um plano de financiamento também de aeronaves e equipamentos para as empresas de aviação civil.

Também, na carga tributária e tarifária, que vem sofrendo, como foi colocado por vários colegas na nossa reunião, há um grande impeditivo para que o setor continue crescendo, para que o setor continue possibilitando a integração de cidades e o desenvolvimento de áreas como a da aviação de táxi-aéreo, da aviação agrícola, na agricultura; as tarifas aeroportuárias cada vez mais altas para as aeronaves de pequeno porte: fica praticamente inviável essas aeronaves operarem em aeroportos, e são muitas vezes destinadas a operar em pistas sem preparação ou sem uma estrutura, o que muitas vezes vem causando uma deficiência de segurança operação.

A questão do custo dos combustíveis também. Esse é um ponto que vem sendo debatido em todas as reuniões e precisa ser criado urgente um programa de incentivo ou, no mínimo, uma redução. Tivemos até a passagem do projeto da redução da Cide, só que, infelizmente, ele foi vetado pelo presidente Lula e acabou o projeto passando por todos os trâmites e, no final, voltou à estaca zero. Então, como nós falamos na parte da manhã, o custo dos combustíveis em todas as áreas da aviação, desde a aviação agrícola até a aviação comercial, é o maior custo, e esse custo tem correspondido a 35%, 36% do custo operacional.

Como medida imediata e sugestão que nós deixamos é que seja, no mínimo, reduzido o custo da Cide, que é um imposto que não retorna em nada para o setor da aviação. Ninguém sabe onde é aplicado o custo do imposto da Cide. Somente com esse custo, já existe uma redução de quase 30% no custo dos combustíveis.

Por último, é necessária e urgente uma diminuição da burocracia dos órgãos reguladores, desde a Anac a todos os órgãos que fazem a regulamentação da aviação civil. Existe um tempo exagerado de formação de empresa, um tempo exagerado no processo de revalidação das carteiras de habilitação dos pilotos e isso causa muitas vezes um problema para as empresas que operam. Então, não sabemos se realmente é um problema de falta de pessoas dentro das agências, falta de servidores, mas a burocracia e

a demora nos processos causam um prejuízo enorme para as empresas.

Basicamente, é isso. Eu queria que esses pontos fossem incluídos no nosso texto final, professor Georges, para que essas medidas possam ser discutidas, debatidas, ouvidas e colocadas em prática pelos órgãos reguladores, seja a Anac, seja a SAC, porque realmente a aviação civil e dentro dela a aviação agrícola vêm sofrendo muito com esses problemas.

Eu queria apenas, para finalizar, fazer um comentário em relação à aviação agrícola que nós apresentamos.

A aviação agrícola, como eu falei na parte na manhã, representa hoje 15% dos aviões no Brasil, de 12.800 aviões, temos 1.700 aviões e eles vêm crescendo ao ano em 6% devido ao crescimento da agricultura brasileira, e a agricultura brasileira hoje corresponde a 37% do PIB do Brasil. Então, é uma operação característica. Não utilizamos muito a infraestrutura aeroportuária, que é um dos gargalos da aviação civil, mas representamos um setor que contribui muito para o Brasil e para o crescimento da economia.

Para nós é importante, é muito importante que haja uma redução na carga tributária e tarifária, e na carga dos combustíveis, e que diminua a burocracia, como nós já falamos.

É isso, Presidente. Espero que de todas essas discussões seja realmente feito um relatório que seja proposto para os órgãos que possam direcionar os rumos da aviação civil.

A aviação civil vem crescendo muito no Brasil e integra todos os Estados e todos os setores da economia. Então, ocupamos uma parte importante do crescimento do Brasil. Existe um volume muito grande de pessoas envolvidas num setor importante para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Agradeço as palavras e concedo a palavra ao engenheiro Benevides Carvalho, Consultor da Associação Brasileira de Empresas Aéreas – Abaer e do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, representando o Sr. Eduardo, Presidente da Abaer.

O SR. BENEVIDES CARVALHO – Boa tarde a todos, obrigado, Ex^{mo} Sr. Senador.

Infelizmente, o vôo está muito próximo, eu gostaria realmente de fazer basicamente um levantamento dos pontos principais que temos como relevantes para proposta de integrar esse documento, o principal ponto é desoneração do setor. Nós temos uma série de tarifas aeroportuárias e aeronáuticas, a questão do combustível, a própria questão tributária. Um outro ponto que a gente pouco mencionou é com relação às multas, há até projetos de 20 milhões. Deve ser repensado se

esse é um instrumento correto a ser aplicado dessa maneira. Então, uma revisão nesse processo todo é extremamente adequada e oportuna para que a gente consiga manter a saúde financeira do setor.

Outras questões que têm aparecido são uma quantidade de projetos enorme no Legislativo, que falam de assento conforto, que falam de banco, de piso, de bagagem. Então, estamos, na verdade, desvirtuando um pouco a característica no setor, é uma coisa igual jabuticaba, só vai haver no Brasil, não vai haver em mais lugar nenhum. São alguns cuidados que temos que ter com a caracterização do tipo de serviço que é prestado e com o tipo de relação consumidor-empresa área, o que é o contrato, o que é esse? Eu acho que nos últimos tempos saímos um pouco disso e estamos trazendo algumas outras variáveis que têm perturbado o setor de maneira muito intensa.

O outro ponto importante que a gente tem que mencionar é a questão do planejamento estratégico do sistema aeroportuário. Nós vimos que em Viracopos caiu um avião e parou o Sistema Aeroportuário Brasileiro, causou um impacto muito grande. Então, toda capital tem que ter dois aeroportos, no mínimo. Os aeroportos principais devem ter duas pistas. É muito difícil ter uma pista só num aeroporto de grande porte. Nós hoje temos Recife com uma pista, Manaus com uma pista. Então, se nós temos uma aeronave que interdite, você vai ter uma sociedade não atendida. Então, planejamento estratégico das capitais, pelo menos para haver duas pistas, isso é extremamente importante.

Outro detalhe importante, hoje está havendo uma audiência em Goiânia, que tem uma pista só, para fazer obra. A proposta é fechar por 10 horas. Hoje, não existe mais nenhum centro urbano que possa ficar por 10 horas sem ligação aérea. Não é a questão apenas da empresa aérea, a sociedade na sua atividade econômica é extremamente prejudicada. Então, temos que hoje encontrar soluções rápidas para que possamos evitar impactos dessa natureza.

Finalmente, uma questão que eu gostaria de esclarecer. Na verdade, quando mencionei piloto, fomento à capacitação do setor. Esse fomento da capacitação do setor, indiscriminadamente, para todos os agentes principais, essa é a ideia.

Basicamente, são esses os pontos.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – A Presidente do Sindicato dos Aeroviários trouxe aqui uma planilha. Um mecânico ganha R\$1,4 mil.

O SR. BENEVIDES CARVALHO – Depende.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Ela trouxe aqui a planilha, disse que varia de R\$1,4 mil, a média, a R\$1,7 mil.

O SR. BENEVIDES CARVALHO – Por exemplo, no *offshore* ganha um mecânico inicial acho que R\$2,5 mil, mas um mecânico com experiência, inspetor, R\$6 mil e se for para campo chega a R\$10 mil. *Offshore* é uma atividade diferente.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Mas vamos falar de uma atividade diferente.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Mas vamos falar de uma atividade comum. Eles trouxeram dados de uma coisa normal. Quer dizer, R\$1,4 mil para um mecânico de avião.

O SR. BENEVIDES CARVALHO – O que eu conheço basicamente é que um mecânico inicial R\$2,2 mil. Esses que, pelo menos que...

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Mas, se ela trouxe um dado que foi divulgado e publicado, eles estão lutando para aumentar um pouquinho mais. Então, veja que o problema é muito maior do que a gente imagina, está na ponta, está na base.

O SR. BENEVIDES CARVALHO – Está. Esse problema tem que ser analisado, porque o mecânico é uma peça extremamente vital nesse processo todo. Eu não tenho... Só os mecânicos que a gente chama de auxiliares que começam por esse salário, que eu conheça. Mas eu não sei, eu não tenho essa... Porque isso deve estar estabelecido na lei. Conheço, porque, como exerci essa atividade há muito tempo, eu sei que esse é o inicial que acabou de sair da escola, você coloca, porque os mecânicos são bem remunerados basicamente ao longo do tempo, é uma bela profissão. Então, eu teria que analisar e ver no âmbito total, numa grande empresa, como está. Eu não tenho esse dado. Mas é um estudo que merece levantarmos e avaliarmos.

Mas, basicamente, eu só reforçaria uma posição com os senhores, com todos para o documento, é que hoje nós estamos numa situação emergencial e necessitamos da ajuda de todos os atores, principalmente das nossas autoridades, para fazermos uma desoneração no setor para que essa atividade continue sendo sustentável. Caso contrário, realmente vamos passar por períodos... Hoje, somos muito sensíveis à tarifa, o que também não resolve o problema. Com aumento de tarifa se perde demanda, não resolve o problema, então, acho que a desoneração é uma das únicas soluções que temos para manter a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico do País como um todo.

Essa é a nossa principal observação.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Eu que agradeço.

O SR. BENEVIDES CARVALHO – Peço desculpas por ter que me retirar, porque senão não pego o voo.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Agradeço a sua presença, agradeço a pertinência das suas palavras, das suas sugestões, peço que leve àqueles que nos deixaram antes, durante o almoço, também levem o nosso agradecimento em meu nome e em nome do Senado, por favor.

Concedo a palavra ao Prof. Georges de Moura Ferreira, professor da PUC de Goiás para suas considerações e os termos das soluções que o senhor sugere para resolver o impasse na aviação civil.

O SR. GEORGES DE MOURA FERREIRA – Pela ordem, peço licença. Peço apenas que se passe a palavra o Dr. Carlos Ebner, porque ele também precisa se retirar, se o senhor permitir.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Por favor.

Diante da ponderação do Prof. Georges, passo a palavra ao Sr. Carlos Ebner para suas considerações com relação às soluções que o senhor sugere.

Por favor.

O SR. CARLOS EBNER – Obrigado, Senador.

Realmente, estamos atropelados, os vôos estavam difíceis hoje para fim de ano, então, ficamos apertados.

Eu gostaria de colocar, ouvindo todos os colegas, e de ressaltar a complexidade do setor aéreo. Ele é um setor extremamente complexo e nós não vemos que haja um remédio para todos, que vai fazer efeito em todos. Ele é formado, tem empresas regulares, empresas de táxi-aéreo, aviação geral, agrícola, tem a parte terra e a parte ar, que no Brasil têm gerenciamento totalmente independente. Então, temos que olhar essa complexidade e de que forma nós vamos endereçar os assuntos. Mas uma coisa é sempre muito importante na aviação, o ponto da segurança. Daí que a aviação vem sendo, é um dos setores, como falamos, um dos setores mais regulados que há hoje no mundo, é a aviação.

Vou lhe dar um exemplo. Pegamos o exemplo da Varig, que estava no final, ia quebrar, mas ninguém tinha nenhum problema de viajar num avião da Varig, porque todo mundo sabe que o piloto não decola se ele não estiver bem. O avião pode atrasar, pode ser cancelado o voo, mas ele não decola.

Então, esse ponto de segurança é uma coisa na qual temos que nos focar sempre, nessas melhorias contínuas. A aviação é um setor que sempre está em melhoria contínua, novas tecnologias, e eu acho que nós temos que ter um diagnóstico bem claro do que nós queremos abordar em termos do setor de transporte aéreo.

Eu diria que a primeira coisa é que temos que focar agora em assuntos emergentes. Temos assun-

tos que vão levar mais tempo, mas vemos como muito emergente a parte do combustível, que está onerando demais as empresas, tanto as empresas nacionais, que são mais oneradas, porque ainda têm o ICMS, do que as internacionais, isso provoca uma falta de competitividade. Vou dar um exemplo: hoje temos dois aeroportos na América do Sul que estão sendo considerados como atrativos para chegada de vôos: Lima e Colômbia. Eles renovaram, estão renovando a sua aviação, são países que estão crescendo. Então, existe também uma saída, os passageiros começam a olhar outros países como um ponto de maior facilidade para fazerem suas conexões. Outro exemplo é o Panamá. O Panamá não tem nada, o que é o Panamá? Mas tem um fluxo muito grande, porque ele se tornou um *hub*. Ele faz todo o serviço da América e do Caribe.

Então, temos que olhar essas vocações e o Brasil é a porta de entrada. Guarulhos é a porta de entrada. Então, temos que olhar muito bem isso, mas não podemos deixar que as companhias aéreas façam pouso em Guarulhos e coloquem combustível na Argentina, porque é mais barato; que fiquem entre Estados os aviões pesados, com arrasto, porque o combustível é mais barato no Rio Grande do Sul do que em São Paulo. Acho que temos que olhar muito detidamente a parte do combustível, que ele tenha uma fórmula transparente e que seja discutida pela sociedade. Hoje, não temos uma fórmula transparente da Petrobras.

Outro ponto que colocamos inicialmente, achamos e vimos isso em várias partes do mundo, é a participação efetiva das empresas, dos participantes junto aos setores como a Anac. Eu não digo audiência pública, ir lá e dar uma opinião. Não, é participação mesmo. Nós temos agora, foi formado, o Funac – Fundo Nacional de Aviação Civil. Ele receberá recursos das novas concessões, ele receberá recursos das tarifas inerentes e não vemos a participação de nenhum membro, não vemos a participação no Fundo Nacional de Aviação Civil – esse fundo vai gerir em 10 anos mais de 10 bilhões e vai fazer investimentos –, nós não vemos nenhuma participação das empresas aéreas. Porque, onde vamos construir aeroportos? As empresas aéreas têm suas estratégias e podem estar alinhadas com as do fundo. De repente, vamos construir uma catedral no deserto, que não é do interesse. Então, sentimos muita falta da participação das empresas aéreas neste Fundo Nacional de Aviação Civil. Isso vemos como assuntos emergentes.

Hoje, falamos em 800 aeroportos. Eu me assusto em ouvir falar de 800 aeroportos no Brasil, talvez existam campos de aviação, mas, aeroportos eu não acredito.

Finalmente, o caso da vontade política, de uma política pública, que é o CBA. Nós vemos que é muito importante que se tenham os marcos regulatórios bem estabelecidos. Então, vemos que o CBA é um ponto emergente que tem que ser visto o mais rápido possível pela sociedade.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – O senhor é a favor...

O SR. CARLOS EBNER – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – ... de num anteprojeto com novo CBA ou apenas ainda suporta alguma reforma pontual até que esse novo projeto venha a ser publicado e elaborado?

O SR. CARLOS EBNER – Vejo que, a curto prazo, poderíamos trabalhar com o atual CBA e fazermos algumas correções, atualizando-o ao que é hoje.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Na correspondência que o senhor vai me enviar, que eu pedi a todos que me enviem por escrito.

O SR. CARLOS EBNER – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – O senhor poderia colocar...

O SR. CARLOS EBNER – Posso colocar...

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – ... quais pontos.

O SR. CARLOS EBNER – Posso colocar.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – ... nessa linha urgência urgentíssima, que nós poderíamos tratar. Porque uma reforma ampla do CBA pode demorar.

O SR. CARLOS EBNER – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Pelo menos 2,5 anos. Temos que passar por aqui, ir para a Câmara, ou começar lá e passar por aqui. Tudo isso aqui é muito tempo. Nós temos o ano que vem. Talvez uma reforma pontual, num ponto específico, possa ser mais rápida.

O SR. CARLOS EBNER – Sem dúvida. Vou-lhe colocar isso.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Sempre envolve interesses, uma reforma ampla envolve muitos interesses. Uma reforma menor, uma emenda, uma alteração de dispositivo pode ser mais fácil. Então.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Senador, posso fazer um aparte com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Por favor.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Ebner, se me permite também, meio minuto para você pegar seu voo. Permita discordar, Senador, acredito que se começarmos a emendar

pontos determinados, mesmo que sejam dois ou três... Dois ou três pontos do CBA estão para ser emendados, modernizados – a palavra que seja – há mais de 10 anos e não saem do papel, não são votados nesta Casa, não são votados na Câmara. Então, fazer um projeto do zero, moderno com muito menos artigos, como se fosse um guarda-chuva amplo para todo o setor, eu acredito que seja muito mais eficiente, mesmo demorando, 2,5 anos. Só para eu citar ao senhor o exemplo dos 49% de capital estrangeiro nas empresas aéreas, desde 2002 temos os PLs nesta Casa e na Câmara com relação a isso e ninguém consegue mudar, um artigo do CBA.

Então, acredito que se um artigo não consegue ser mudado em 10 anos, se fizermos n artigos, 50, 60, 70 artigos para serem votados e preparados em 2,5 anos ou 3 anos e forem à frente, sou muito mais a favor de começar pela folha em branco. Porque, se começarmos a emendar o Frankenstein de novo... Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – O Código Civil demorou 10 anos. O Presidente Sarney tentou fazer um novo Código Penal, criou uma comissão de notáveis, que fez um anteprojeto, um projeto em 6 meses, mas também já dá sinais de que precisa de mais tempo. Então, às vezes, poderíamos fazer as duas coisas, uma sem prejuízo da outra, construímos uma mudança pontual e tentamos dar efetividade a essa mudança, fazendo-a realmente nascer de verdade e podemos começar um projeto, um estudo, uma nova Comissão para fazer um novo CBA. Pendo que é isso.

O SR. CARLOS EBNER – O.k. Só esses seriam os pontos, vou-lhe mandar as propostas que nós vemos. Quanto ao CBA, desculpe-me, Respício, acho que temos uma divergência, mas podemos conversar sobre ela.

E, no final, só para fechar, o profissionalismo. Nós, na lata, até apresentamos para a SAC um projeto de profissionalismo com treinamento via Internet com carteiras, com a projeção de carreira, estamos nesse projeto que a gente já usou em vários lugares no exterior e provocaria um atrativo para pessoas trabalharem na aviação. Posso até lhe mandar esse projeto também, junto com minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Tudo bem. Agradeço muito sua presença.

O SR. CARLOS EBNER – Só vou lhe pedir agora para sair correndo.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Agradeço a valiosa colaboração. Muito obrigado por estar aqui.

O SR. CARLOS EBNER – Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Há algumas perguntas. O setor produtivo se resente de mão de obra especializada. A Universidade de São Carlos tem investido na formação. A Embraer, devido a essa dificuldade, criou um sistema de formação profissional interno. Hoje, a empresa mantém 3,5 mil engenheiros trabalhando só em pesquisa tecnológica e em inovação. Como existem o Senac e o Senai, sem prejuízo dos aeroclubes, não seria o caso de se criar um serviço local para atender às necessidades do setor com recursos privados do Fundo Aeronáutico do MEC? Essa é a pergunta. Vocês podem respondê-la.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Vou começar não respondendo, mas fazendo uma consideração. O Benevides não está mais aqui, mas a Abear se filiou à Confederação Nacional do Transporte, inclusive, a cerimônia foi na semana passada ou retrasada.

A partir disso, eu tenho certeza de que agora as empresas aéreas vão contar com um Sistema S de transportes, o Senat, que poderá, inclusive, passar a oferecer cursos de mecânico de aeronave, mecânico de helicóptero, que é mais demandado do que mecânico de aeronaves. Não acredito que se passe, por exemplo, a parte dos aeroclubes e da formação básica do profissional aviador. Mas acredito que uma parte possa ser abarcada pelo Senat desde que haja um repasse, um investimento do Fundo Nacional de Aviação Civil controlado, é claro, para que haja uma formação desses profissionais, mecânicos de aeronaves, mecânicos de helicópteros e tudo mais.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Acho que isso é fundamental, não é? É muito importante nós podermos contar com o Sistema S na capacitação, qualificação e reciclagem também, penso que os três níveis.

Alguém mais quer falar sobre esse ponto? (*Pausa.*) Não.

Prof. George, o senhor tem a palavra para apresentar sugestões.

O SR. GEORGE WILLIAM CESAR DE ARARIPE SUCUPIRA – Srs. Senadores, demais presentes, hoje estiveram e ainda estão aqui representantes da Embraer, que é a terceira maior indústria aeronáutica do mundo, aeronáutica civil; o Presidente da Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil. Olha, isso envolve Embraer, isso envolve empresas de tecnologia de radares, isso envolve empresas que tenham uma série de infraestrutura também, que estão envolvidas nesse sistema. Tivemos aqui a lata – Associação Internacional de Transportes Aéreos, e, como bem colocou,

corresponde a mais de quase 90% do transporte aéreo regular do mundo e coordena todas as empresas. Tivemos aqui a Abear – Associação Brasileira das Empresas Aéreas Regulares; tivemos aqui representantes da aviação geral; tivemos representantes dos táxis-aéreos; estamos aqui com acadêmicos que compõem a Mesa. Digo isso porque o Dr. Cairon também é um acadêmico, é um professor assim como nós.

Estamos aqui com representantes da aviação agrícola, que tem um papel fundamental, porque a aviação agrícola brasileira tem um detalhe: ela consegue ser muito mais eficiente do que a aviação agrícola americana, e isso é até pouco divulgado. Estamos aqui também com o pessoal da Associação dos Servidores da Anac. E, neste exato momento, está acontecendo uma reunião na Casa Civil para tratar das novas concessões de aeroportos, Senador, e nenhum dos que estavam aqui foram convidados a participar. Ou seja, nenhuma dessas decisões que estão acontecendo agora, envolvendo a aviação, possuem os *players*, possuem as pessoas que vivem, os usuários do sistema, para darem sua opinião.

Isso, como os próprios representantes aqui da Anac têm colocado, representantes da ASA, por favor. Isso está causando uma série de gargalos, porque estivemos aqui, durante o intervalo, conversando a respeito de algumas considerações, e realmente essas conclusões precisam chegar à Presidência da República, ou seja, não estamos aqui para falar que a Anac é ruim, que a SAC não funciona. Não. Mas precisamos fazer com que chegue à Presidência da República a opinião verdadeira do setor, ou seja, quem vive o setor, porque parece que nós temos um gargalo institucional nisso daí. Porque parece que está tudo sempre bem. Talvez para o Planalto a situação esteja bem, esteja se resolvendo, enquanto a realidade está se desenrolando de maneira muito diferente.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Penso, Professor, que o Planalto tem a informação correta sobre o que está acontecendo. A preocupação da Presidente é visível, e ela pode até não ter convidado um ou outro para comparecer a essa reunião a que o senhor está se referindo, mas não tenho dúvida de que ela vai ouvir o que nós falamos, ela vai ler o nosso relatório; ela vai tomar conhecimento.

O SR. GEORGE WILLIAM CESAR DE ARARIPE SUCUPIRA – Senador...

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Por isso nós temos que fazer tudo bem feito, porque nós temos a certeza de que essa informação vai chegar à Presidente, vai chegar ao Palácio, vai chegar às pessoas que precisam conhecer as informações para tomar as suas decisões. Então, não se preocupe

com eventual ou suposto descaso ou desconsideração de ninguém. Tudo que for decidido aqui chegará às mãos de quem deve tomar a decisão. O Senado está preocupado com o caos aéreo. Nós temos eventos importantíssimos nos próximos dias, nos próximos anos, e nós também não precisamos viver, a aviação civil não precisa viver em torno de eventos. Ela tem de estar apta todos os dias. Então, não precisamos falar que a aviação tem que estar pronta para a Copa, não. A aviação tem que estar pronta para o Natal, para o Ano Novo, ela tem que estar pronta para amanhã de manhã. Ela precisa estar preparada todos os dias e precisa estar se preparando todos os dias, inclusive para os dias de um evento maior, como é a Copa.

Então, não se preocupe muito. Sei que isso às vezes angustia alguns, seja por esse fato, seja por outros, mas o senhor pode ficar tranquilo. Tudo vai chegar; num primeiro momento, pretendo fazer um ofício com esses dados mais emergenciais, antes do relatório. Então, vamos comunicar. Vou levar à Presidência do Senado e vai dar tudo certo. Não se preocupe.

O SR. GEORGE WILLIAM CESAR DE ARARIPE SUCUPIRA – Senador, todos nós temos uma confiança muito grande no senhor e nesta Subcomissão. Nós também temos confiança na nossa Presidente. Nós sabemos que ela está sensível a essas ponderações. Agora, mais importante ainda é entender que todos aqui somos brasileiros, somos patriotas, e nós queremos o bem de uma Nação e talvez isso nos angustie, porque é aquilo que nós colocamos aqui: ninguém está aqui para jogar pedra. Não queremos vitrine. Muito pelo contrário, nós queremos é construir. Então, nós confiamos muito nessa função que o Senado tem feito e de forma inédita inclusive. Ora, estive comentando com todos aqui durante o intervalo. Isso nunca aconteceu na história da aviação aqui no Brasil, até onde eu saiba, dentro de uma Casa Legislativa, de chamar todos os atores, todos os setores para discutir, para colocar às claras. Entendo que, talvez, pudéssemos ter tido um pouco mais de atenção dos próprios órgãos reguladores. Porque, do meu ponto de vista, eles deveriam ter acompanhado todas as audiências, independentemente de convite ou não, para anotarem, para ponderarem, e também a própria Secretaria de Aviação Civil.

Estou confiante nesse trabalho desta Subcomissão, de todos que estão aqui presentes, porque, como se fala, temos opiniões divergentes aqui na frente também. Nem todos têm o mesmo ponto em comum, mas precisamos de uma delegação e que enxerguemos a necessidade de fazer chegar essa situação emergencial para a Presidente, para que soluções possam andar um pouco mais rápido, isso aqui está sendo praticamente uma unanimidade.

Então, precisamos de que o Brasil desenvolva a integração nacional, que vai se dar pelo meio aéreo, porque, se não conseguirmos fazer isso, Senador, com empresas brasileiras, as estrangeiras farão. Perdemos inteligência sensível, perderemos uma indústria. Vamos perder muito, até mesmo em relação a nossa soberania.

Não estou aqui dizendo que o Planalto não esteja atento, não estou aqui fazendo essas colocações, mas que precisamos estreitar esse relacionamento com o próprio setor operativo, o que será em favor do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – O senhor tenha a tranquilidade de que a ausência dos representantes do Governo não vai diminuir a qualidade do nosso relatório e também não vai diminuir a qualidade do trabalho que o Senado vai fazer. Então, o fato de não termos hoje o representante da Anac, da SAC, da Infraero, não importa, não vai diminuir em nada a qualidade do que nós vamos fazer e do que vamos decidir. Eles foram convidados, não vieram porque não quiseram. Então, eles vão... Pronto.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Só uma colaboração ao que o senhor falando e ao que o George está falando também. Eu me lembro, e aí volta aquela nossa conversa sobre copiar coisas boas, coisas positivas. Se não me engano, em 1992, recém-chegado ao governo, o Presidente Bill Clinton viu que as empresas aéreas americanas, o setor aéreo americano – aí, no caso, mais transporte aéreo mesmo e não aviação civil – estava passando por uma situação um tanto quanto delicada. O que ele fez? Ele formou um conselho para que o assessorasse diretamente a fim de que soluções fossem propostas e encaminhadas a ele as soluções, as proposições, e ele, junto com o Congresso dos Estados Unidos, tentaria, o máximo possível, colocar em prática aquilo. Todos os presidentes das empresas aéreas americanas faziam parte do conselho, assim como o diretor-geral da FAA, que seria o correspondente a nossa Anac, vários outros acadêmicos, consultores, escritórios de advocacia e de consultoria. Esse foi o conselho consultivo do Presidente dos Estados Unidos da América para reformar, modernizar o transporte aéreo nos Estados Unidos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Penso que essa pode ser inclusive uma boa sugestão à Presidente Dilma.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Nós nunca tivemos isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Instituímos um conselho. O problema é que estamos aqui – a questão, desculpem-me – exatamente para encontrarmos uma ou mais soluções. Certamente

vamos encontrar mais de uma. Ela vai poder optar entre o que achar melhor. Acho que é uma grande sugestão: criar um conselho que não seja tão grande, mas que seja um conselho com muita qualidade, que possa ser assessorá-la e levar à Presidente, ao Governo Federal, as mudanças que precisam ser implementadas urgentemente para transformar e tornar ainda maior a aviação brasileira.

Alguém mais quer falar? (*Pausa.*)

Passo a palavra ao Prof. Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Antes, Senador, acredito que o George não tenha terminado aqueles temas e os apontamentos... Depois, entro, por favor.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Ah, desculpe-me. Prof. George, por favor, termine. Peço desculpas, Professor, por um minuto eu tomei a palavra, falei e acabei me esquecendo de devolvê-la ao senhor. Eu devolvo a palavra ao senhor, para as suas considerações. Está dentro do tempo, não tenha pressa.

O SR. GEORGE WILLIAM CESAR DE ARARIPE SUCUPIRA – Sem problema, porque, com certeza, o Respício faria até com mais propriedade e mais experiência, porque experiência ele tem muito mais do que eu tenho, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Mas eu sempre prego que não existe ninguém mais importante do que o outro.

O SR. GEORGE WILLIAM CESAR DE ARARIPE SUCUPIRA – Sim, senhor, Senador, claro.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Falei isso no início e volto a falar.

O SR. GEORGE WILLIAM CESAR DE ARARIPE SUCUPIRA – Mas, enfim. Então, Senador, em uma prévia, como nós falamos aqui no começo, o nome é até bonito, em inglês, *bullet points*, que seriam aqueles pontos bem exatos de algumas que poderiam ser tratadas de maneira imediata aqui, porque, é claro, as pessoas voltarão com suas considerações. Isso aqui seria como se fosse um *release* dos pontos mais emergenciais que existem aqui. Não vou entrar em mérito de RDHA e RBAC, uma série de coisas que fazem ou deixam de fazer, mas, primeiro, vimos aqui a necessidade de encontrar uma forma em que todos os atores públicos e privados, como o Respício falou, do sistema tenham participação direta em todos os processos de tomada de decisão envolvendo a aviação, inclusive a elaboração de políticas públicas, porque até hoje no Brasil isso não há. E também está sendo uma das propostas desta Subcomissão, para que haja realmente uma formação de política pública contínua e com a

participação de todos os atores, como têm sido em todas as audiências públicas que o senhor inclusive tem conduzido aqui, porque isso nunca aconteceu na história do Brasil.

Buscar mecanismo para resolver a irracionalidade na precificação dos combustíveis de aviação no Brasil, porque temos o combustível de aviação mais caro do mundo.

Revisar o formato de avaliação dos profissionais indicados para os mais altos cargos da aviação civil no Brasil. Conforme o próprio Montino aqui colocou, é uma coisa que, de repente, sim, é urgente e pode ser alterada sem muita complicação até.

Considerar a aviação civil no Brasil como um sistema indissolúvel, formado de diversos segmentos interdependentes e que necessitam de políticas públicas específicas. Ou seja, não dá, embora aqui tenha as empresas de linhas aéreas, embora aqui tenha uma Embraer, não podemos nos esquecer da base, do experimentalismo, do que é a aviação experimental, das oficinas de manutenção de aeronaves que atendem a aviação de pequeno porte, mas que a aviação que voa mais de três mil aviões no Brasil. Enfim, não tem, na aviação – como o senhor muito bem colocou –, ninguém mais importante. Aí, sim, todos têm que fazer parte de um sistema. É como um organismo. Se a unha encrava, simplesmente trava todo o corpo.

Então, precisamos ter essa visão global e aplicada. E temos brasileiros competentes para fazer isso, Sr. Senador. Nós somos bons, mas precisamos de mais iniciativas como essa que o senhor está conduzindo. E mais: sair do campo do pensamento e passar para o campo da ação, porque pensadores nós temos muitos, e todos somos pensadores até. Agora, pessoas de ação e realmente isso é o que espero que surta como um dos efeitos desta Subcomissão e desta reunião de agora.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Agradeço muito as suas palavras e também a contribuição rica que o senhor tem dado a este projeto. Aguardo as suas considerações escritas, assim como as de todos, para que eu possa, antes do relatório, fazer esse ofício e encaminhar à Presidência da República. De preferência, antes do dia 1º de janeiro, que a gente possa levar ao conhecimento da Presidente os problemas que temos, as soluções que demos.

Por favor, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Respício Antônio. O senhor tem a palavra para suas considerações com relação às soluções que o senhor acredita que podem ser implementadas e que podem dar certo, as mais urgentes e aquelas que podem ser implementadas com um tempo maior.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Obrigado, Senador.

Só apontando, pontuando um caso que com certeza nenhum de nós aqui gostaria de ver, mas, como aconteceu há cerca de alguns poucos meses, um acidente com uma pessoa de uma certa projeção econômica e social, em um acidente da aviação aerodesportiva. Eu pontuei isso aqui na minha primeira participação na audiência, no dia 7 de março deste ano, e o caso havia acontecido, se não me engano, há pouco tempo, ou veio a acontecer logo depois, até me comuniquei com o Senador Vicentinho sobre isso, e esse acidente aconteceu pouco depois dessa audiência. E vem aquele jargão do comercial na televisão. Imaginem na Copa. Imaginem se um grande empresário, visitando aqui o Brasil, com ingresso da Fifa na mão, sofre um acidente, e vem a falecer, da aviação aerodesportiva brasileira. Quem vai ser o culpado?

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Eu vejo, Professor, com muita preocupação, tudo isso que está acontecendo. Olha só, nós temos os maiores juros do mundo. Nós temos o maior *spread* bancário do mundo. E, junto com isso tudo, temos o combustível mais caro do mundo na aviação civil. Então, a aviação civil até agora está sem jeito; ela perde no juro, quando precisa pedir dinheiro emprestado; ela perde no *spread* bancário; ela perde no combustível; ela perde nas taxas de concessão de uso. Então, ela está sufocada, estrangulada. Os outros, é certo que eles perdem nos juros, no *spread* bancário, mas eles compensam em outros momentos, em outras áreas. A aviação está encurralada.

Então, é preciso tratar isso e encontrar uma solução. Acredito que estamos no caminho certo.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Exatamente. Como o Ebner, da lata, levantou, e todos aqui levantaram também, com relação à segurança, porque, na hora em que acontece um acidente desse, não é culpa de ninguém, não é responsabilidade de ninguém ou, então, é responsabilidade do coitado que tinha o planador, do coitado que tinha a asa delta, da micro, micro, microempresa de turismo que fez a reserva naquele voo panorâmico e tudo mais. Então, para nós atentarmos para isso, que é mais um segmento da aviação civil que é completamente esquecido pelas autoridades atuais, que é a aviação aerodesportiva.

Então, partindo para as ideias, as propostas ideias, ideias propostas, acredito que precisamos encontrar alguma forma ou fórmula de acabar com aquele troca-troca de que falei. Não há possibilidade de ter profissionais que são dos quadros da Infraero dentro da Anac ou da SAC. Na minha opinião, isso é inconcebível.

vel. A Anac regula a Infraero. Então, um profissional de um ente que é regulado não pode estar no regulador, senão ele fica impedido de regular o regulado. Esse tipo de problema de quadro, na minha opinião, é muito grave. Não é pouco grave, é muito grave.

Assim como acredito que é fundamental para o Brasil, principalmente para o Centro-Oeste e para as Regiões Norte e Nordeste, criarmos um programa de serviços aéreos essenciais, com uma boa semelhança aos que existem no exterior. O exterior está aí para nos ensinar muitas coisas. Nós ensinamos muitas coisas para eles e eles têm como nos ensinar também algumas coisas. De aviação, então, nem se fala, porque eles têm mercados e uma complexidade às vezes muito maior do que a nossa. Estávamos comentando aqui, antes da nossa audiência começar, na parte da manhã, sobre os atrasos de vários dos nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Alguns até desistiram...

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Porque não conseguiram, e o próprio retorno também. Alguns tiveram de deixar a audiência ou falar antecipadamente para tentar pegar seus voos, porque não encontraram voo.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Aí uma das justificativas é o clima, choveu muito. Eu falei assim: imagina se nós tivéssemos neve. Aí, realmente, ninguém viria, ninguém viria.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Mas Deus é brasileiro.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Deus é brasileiro. Exatamente. Então, precisamos falar para a Presidenta que ela não pode colocar nenhum aeroporto em São Joaquim, na Serra Catarinense, porque lá neva. Então, fica difícil.

Tratar de forma diferente os diferentes é exatamente o que todos nós temos falado aqui com palavras um pouco distintas, mas cada segmento da aviação precisa ter uma política própria, precisa ter uma regulamentação própria.

Novamente, sustento à frente de que precisamos elaborar uma lei geral da aviação civil, para fugirmos do termo CBA. Fala-se em novo CBA, pensa-se em revisar o anterior. Então, vamos falar com uma outra forma: lei geral da aviação civil, a partir de uma folha em branco de papel. Se for paralelo ou, como o senhor teve a ideia, fazer algumas pequenas emendas e conduzir esse processo paralelamente, aí a Casa, com certeza, vai saber encaminhar a melhor forma. Mas acredito que uma lei geral de aviação civil moderna, com vistas a auxiliar o País, a sociedade brasileira, a

cada vez mais ingressar no século XXI como uma nação não mais de futuro, mas como de presente, nós precisamos de alguma coisa muito moderna, de uma folha em branco de papel.

Reformar a Secretaria de Aviação Civil para que ela abarca a elaboração de políticas de todos os segmentos, coisa que ela não faz hoje, assim como a Anac não faz a parte de regulação, e dois pontos que eu não falei anteriormente, mas já que o senhor me incentivou com relação ao que o Presidente Bill Clinton fez, eu deixo aqui a proposta de que a Presidenta Dilma crie, convoque um comitê executivo para listar 20, 30, 50 itens de melhoria para o setor como um todo e que o setor como um todo seja representado.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Acho que nesse ponto nem vai precisar, porque nós vamos oferecer.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Ela precisa pensar daqui para a frente, depois do relatório da nossa Comissão para frente, porque até o relatório da nossa Comissão nós vamos apresentar todos esses pontos.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Perfeito, perfeito! Então que fosse alguma coisa...

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Porque, na verdade, a Comissão se encerra, mas os problemas não, eles só começam. Problemas novos...

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Exatamente.

Um item que eu não levantei, mas que eu fiz questão de conversar aqui no intervalo é que, em um acórdão do TCU de 2009/2010, eu vou ficar devendo esse número para o senhor, Senador, o Senador questionou a Anac do por que do termo concessionária de serviço público das empresas aéreas regulares.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – O senhor falou Senador. Foram os ministros do TCU que questionaram?

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Eu falei Senador me referindo ao senhor. Eu fico devendo ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Ah, sim. Os ministros do TCU questionaram a Anac.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Os ministros do TCU questionaram no acórdão, porque eles olharam... Naquela época do caos aéreo, em que o TCU entrou e fez aquela investigação toda, e foi um trabalho muito, muito bom que o TCU fez, foi excelente o trabalho que eles fizeram, eles le-

vantaram a questão: “Anac, por favor, onde estão os contratos de concessão das empresas aéreas?”. Aí a Anac falou o seguinte: “Isso aqui eu recebi do DAC.” O TCU falou assim: “Não, não, eu quero o contrato de concessão.” “Não, mas isso é o contrato de concessão.” “Negativo, isso não é contrato de concessão. Vocês vão me desculpar, mas isso não é contrato de concessão. Não tem área definida, não tem tarifa definida, não tem nada lidando com concessão de um serviço público; nada, nada, não tem característica nenhuma.” O próprio TCU, nesse acórdão, falou que toda a característica do setor de transporte aéreo regular no Brasil é de uma autorização, ou seja, as empresas seriam autorizatórias e não concessionárias de um serviço público. Se isso for oficialmente reconhecido, já seria um ganho para o setor imenso, imenso.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Boa parte desses problemas também são resolvidos na aviação geral com o próprio reconhecimento de que a aviação geral presta um serviço público, um serviço de utilidade pública, porque o grande problema que eu vejo é essa separação entre aviação regular, que é considerada serviço público, e a não regular ou aviação geral, que não é considerada. É isso, Prof. George? Isso aí causou um mal, um disparate muito grande de tratamento, com dois pesos e uma medida diferente. Acho que se nós solucionarmos esse ponto, já avançamos bastante também. Não é o único ponto, mas é preciso estender essa qualificação de serviço público ou de utilidade pública também à aviação geral. É isso mais ou menos, Prof. George?

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Deixa só eu terminar...

O SR. GEORGES DE MOURA FERREIRA – Bom, Senador...

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Eles estavam aqui na semana passada e nós discutimos isso na terça-feira. Foi isso, não foi, que ficou colocado?

O SR. GEORGES DE MOURA FERREIRA – Sim, é porque a situação é que, na verdade, até o que os táxis-aéreos colocaram...

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – As concessões surgiram com a licitação etc. Mas o ponto principal, a aviação regular, nesse ponto, foi considerada como serviço público e a aviação geral como não. É isso?

O SR. GEORGES DE MOURA FERREIRA – É o seguinte: a aviação regular é um prestador de serviço aéreo público. Dentro da aviação geral, nós temos os táxis-aéreos que são prestadores de serviços aéreos públicos não regulares. Porque a aviação geral é par-

ricular, quer dizer, aquela aviação em que eu posso ter uma aeronave...

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Sim, mas eu posso ser particular e prestar um serviço público ou de natureza.

O SR. GEORGES DE MOURA FERREIRA – Pode prestar, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – É essa a dúvida. Eles não estão reconhecendo essa prestação à aviação geral. É isso?

O SR. GEORGES DE MOURA FERREIRA – Quem não está reconhecendo são alguns órgãos do Governo, porque a lei determina que eles são prestadores de serviço público.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Eu sei, professor. Eu entendi bem. Mas existe essa diferença?

O SR. GEORGES DE MOURA FERREIRA – Sim, senhor, existe.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Por favor, Prof. Respício.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Exatamente, então todos continuariam a ser prestadores de serviço público, mas dependendo da natureza, e essa natureza muda muito. Por quê? Porque, lastimavelmente, muitos órgãos, dentro do Governo, muitos entes públicos, usam da condição, da natureza de ser concessionário para ameaçar determinadas empresas: “Não se esqueça que você é concessionária, vou cassar a sua concessão.” A partir do momento que você é uma autorizada, você tem garantida a sua liberdade tarifária, segurança jurídica. Uma infinidade de outras coisas ficam muito mais fáceis a partir do momento que você... “O negócio está sob sua conta e risco.” Isso não existe na concessão do serviço público normal, mas dentro da autorização, sim. Hoje em dia, nós vivemos um modelo 100% de autorização. Mas ainda é utilizado como ameaça: “Ó, não esquece que você é uma concessionária.” Então, acredito que isso precisa ser alterado o mais rapidamente possível para que, primeiro, esse tipo de ameaça não exista mais e para que haja mais liberdade no sentido das empresas aéreas fazerem aquilo que pode ser feito dentro da razoabilidade.

Mais uma vez, agradeço ao senhor e à Subcomissão, ao Senador Vicentinho também, que me convidou pela primeira vez, em março deste ano, e fico à disposição do senhor, do Senado e da Subcomissão para qualquer item. Vou mandar também por escrito para o senhor essas considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Eu agradeço muito a sua presença, agradeço

por estar aqui, por apresentar as suas ponderações relevantes, importantes, nesse projeto de grande mudança que a aviação vai passar.

Passo a palavra ao Dr. Cairon Ribeiro dos Santos, advogado.

Na primeira parte, o senhor já adiantou alguns pontos. O senhor quer concluir? Tem a palavra por 15 minutos.

O SR. CAIRON RIBEIRO DOS SANTOS – Sr. Senador, senhoras e senhores, muito rapidamente, quero só focar e trazer para a nossa análise uma experiência que eu tive assessorando algumas outras entidades, sindicatos, entidades representativas de empresários, o Sebrae nessas demandas de desoneração tributária. Eu me lembro que, nessa época, a gente reunia na comissão, conversava muito e havia um aspecto muito importante. Primeiro, fazer um bom relatório, fazer uma demanda justa, explicar essa demanda, pormenorizá-la com dados matemáticos reais e apresentar isso de forma factível, com argumentações razoáveis, demonstrando de fato o que a demanda pode reduzir de tributos, se o Estado vai perder tributo ou que talvez com essa redução possa haver uma implementação no serviço, possa haver mais ainda negócios que a arrecadação não vai cair. Toda essa argumentação é importante.

Há uma outra questão que talvez seja muito importante também, que é a questão do momento, se existe o momento correto, o *time* dessa demanda. Estou firme no sentido de que existe o momento adequado atualmente para se fazer essa demanda da regulação do sistema, do sistema como um todo, e, dentro desse sistema, dentro dessa regulação, fazer essa desoneração tributária, tirando o viés de tributação sobre produto não essencial. O Brasil tem uma tributação altíssima sobre produtos não essenciais: perfumes, bebidas, cigarros.

A aviação tem um pouco deste viés de desnecessidade. O que nós estamos comprovando, e sabemos, é que isso não é verdade. É importante que isto seja argumentado também: por que esse viés de altas alíquotas existe no setor aéreo? Ele existe, de fato ele existe. Estamos comprovando que ele existe, porque uma carga tributária de 40% é inviável para qualquer negócio. O senhor estava falando ainda há pouco, e eu entendo da mesma forma, que o Brasil tinha a maior inflação do mundo, tem os maiores juros do mundo, tem problemas gigantescos a serem resolvidos, ainda estruturalmente, tem uma sonegação alta, que talvez seja o motivo pelo qual as alíquotas tributárias ainda são altas, mas acho que existe o momento adequado para se fazer esse pedido – e acho que é agora. O Brasil vai participar de eventos grandiosos e temos aí um

espanto da sociedade brasileira quando vê um setor aéreo supereficiente, com poucos acidentes, com índices percentuais muito interessantes e, do outro lado, uma ausência de boa regulamentação.

Eu que sou burocrata, eu que sou uma pessoa que lida com leis, com interpretação e ajudo a formulá-las também, vejo que a falta da regulamentação pode ser um desastre. Podemos pensar no que aconteceu nos Estados Unidos, em 2008, com a *Subprime*; podemos pensar no que aconteceu na Europa, agora nessa última crise. Parece-me que tudo isso resulta de ausência de regulação. Então, eu acho que a Presidente Dilma será sensível a esse pedido do setor de regulação, especialmente no que toca a mim, fazer esse pedido de desoneração tributária do setor, de simplificação do setor, isso em médio e longo prazo. E a curtíssimo prazo, porque curtíssimo prazo nem tudo é muito simples de ser feito, acho que poderíamos fazer uma desoneração do combustível. Essa desoneração de curtíssimo prazo era possível de ser feita, então fica minha sugestão para, a curto prazo, desonerar o combustível. Médio e longo prazo, dentro de uma regulação, fazer essa simplificação e a desoneração tributária, tudo no sentido do crescimento do setor, que certamente virá.

Em última análise, fazer uma sugestão que seja criado um código brasileiro de aviação. Nós, como latinos, temos essa característica de fazer uma Constituição bastante prolixa, diferente dos outros países anglo-saxônicos, que têm Constituições muito pequenas, e temos também uma característica de fazer códigos. Código Civil, Código de Processo Civil, Código de Trânsito – que está aí funcionando –, Código do Consumidor, que também está aí funcionando. Quando foi criado o Código do Consumidor, quem acreditava que iria dar certo você colocar data de vencimento em todos os produtos? Na época, achava-se que isso era impossível de acontecer. Lembro-me dos empresários falarem que isso era conversa de lunático, que era utopia. Hoje, utopia é você comprar um produto sem olhar a data de vencimento.

Então, veja que o brasileiro entende a lei, ele segue a lei. O nosso mais recente código, o Código de Trânsito, foi implantado e está dando certo. Por que um código aeronáutico não daria certo? Eu acho que daria, acho que podemos pensar nisso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Agradeço. Alguém quer a palavra para mais alguma consideração? (*Pausa.*)

Agradeço a presença de todos, registro... Acho que ele já falou. Falou sim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Eu espero as sugestões escritas. Agradeço a presença de todos, peço desculpas por qualquer transtorno que causei ou que a estrutura da Casa causou.

Voltem com Deus para suas casas, façam uma boa viagem de retorno e vamos nos encontrar outras vezes, se Deus quiser, com uma solução boa, já com tudo isso implementado.

Muito obrigado, um abraço a todos e declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 53 minutos.*)

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL – CISTAC, 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 9:30 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas do dia vinte e seis de março de dois mil e treze, no Plenário nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Walter Pinheiro**, Presidente em exercício da Subcomissão, nos termos do artigo 88, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, inicia-se a reunião de instalação e eleição da Subcomissão Temporária de Aviação Civil – CISTAC. Presentes os Senhores Senadores **João Costa**, **Vital do Rêgo** e **Flexa Ribeiro**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a sessão. O Presidente comunica que o Senador **Flexa Ribeiro** e o Senador **João Costa** foram indicados para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. O Presidente consulta os Senadores sobre a possibilidade de realizar a eleição por aclamação, pois há apenas uma chapa registrada. É aberta a votação para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão por aclamação. O Presidente comunica que ficam eleitos os Senadores **Flexa Ribeiro** e **João Costa** para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente. O Senhor Presidente em exercício, Senador **Walter Pinheiro**, transfere a direção dos trabalhos ao Vice-Presidente eleito, Senador **João Costa**, que faz uso da palavra, e indica como Relator da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil o Senador **Vital do Rêgo**. Faz uso da palavra o Senador **Vital do Rêgo**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e doze minutos, lavrando eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Subcomissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Walter Pinheiro**, Presidente em exercício.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, que é uma subcomissão da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão. Até o presente momento, nós temos a seguinte chapa. Para Presidente, o Senador Flexa Ribeiro e, para Vice-Presidente, o nosso Senador João Costa.

Já que temos uma única chapa registrada e há um consenso, efetivamente não há nenhum sentimento de disputa, meu caro Senador, eu queria propor que nós fizéssemos por aclamação a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, forma que já foi utilizada diversas vezes não só em subcomissões como também em comissões temáticas desta Casa.

Com a concordância das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, vou proceder à abertura do processo de votação – com a chegada, de avião, do Senador Vital do Rêgo.

Declaro aberto o processo de votação, que será feito por aclamação. Reitero a informação aos Srs. Senadores de que só há uma chapa registrada: candidato à Presidência, o Senador Flexa Ribeiro; à Vice-Presidência, o Senador João Costa.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a votação por aclamação queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a chapa apresentada e, portanto, com a aclamação, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Portanto, eleita a chapa com o Senador Flexa Ribeiro como Presidente e, como Vice-Presidente, o Senador João Costa.

Encerrada a votação.

Já conhecida a Mesa Diretora, convido o Senador João Costa, que é Vice-Presidente, para que proceda, a partir de agora, à condução dos trabalhos desta Comissão.

Assim, encerro minha participação aqui no processo eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Primeiro, bom-dia a todos.

Passo a palavra ao Senador Vital do Rêgo para que faça uso da palavra.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador João Costa, inicialmente, agradeço ao Senador Walter Pinheiro, que, como bom piloto, conduziu a jato a nossa votação, restabelecendo a eficácia dentro dos limites regimentais da nossa Subcomissão, que vem desenvolvendo, para tratar da aviação civil no Brasil,

um trabalho gigantesco, do tamanho que merece o assunto, a partir da iniciativa do primeiro Presidente, Senador Vicentinho Alves, que foi o idealizador desta Subcomissão, quando propugnou, na Presidência da Comissão de Infraestrutura, tendo à frente a Presidente Lúcia Vânia, a instalação desta Subcomissão. De lá para cá, nós tivemos a participação do Senador Eduardo Braga na primeira relatoria, e eu tive a oportunidade de participar, como Vice-Presidente, desta Comissão. Iniciamos os nossos trabalhos, tivemos diversas audiências públicas. O Relator Eduardo Braga acumulava a Liderança do Governo, e, por força de uma série de atividades múltiplas, declinou dessa relatoria, e eu passei a ocupá-la, para a minha honra.

O Senador Vicentinho Alves precisou licenciar-se e nos deu a satisfação de poder contar com a presença de V. Ex^a no nosso convívio, Senador João Costa. E o Senado tem, entre os seus quadros, um nome de inegável valor para todos nós seus colegas, que passamos a conviver com o jurista, o homem elegante, amável, dócil, competente e capaz. Sabemos que foi e é para nós um orgulho muito grande, como é para o povo do Tocantins, ter aqui a parceria de V. Ex^a.

E V. Ex^a, ao longo dos últimos meses à frente desta Comissão, sucedendo na Presidência o Senador Vicentinho Alves, pôde dar fim, dar cabo dos nossos trabalhos na Subcomissão. Só que, ao encerrar o mandato da Presidente Lúcia Vânia, nós tínhamos que renovar a Subcomissão para concluirmos o relatório. E hoje nós estamos restabelecendo a eficácia desta Subcomissão, criando um novo prazo para a conclusão do nosso relatório, que está absolutamente pronto. Pedimos ao Senador Presidente Fernando Collor de Mello um novo prazo, que foi votado na reunião passada. Nós estabelecemos esse prazo para a primeira reunião da segunda quinzena do mês de abril, a primeira quarta-feira, portanto, da segunda quinzena do mês de abril, para concluirmos a entrega e a votação desse relatório, já com a presença do Senador Vicentinho Alves, que estará voltando, me parece, no dia 14, à titularidade do seu mandato.

Já posso afirmar a todos os presentes que o relatório se encontra fechado. Nós vamos, entre esse prazo, esse lapso, entregá-lo oficialmente ao Ministro da Secretaria de Aviação Civil, Moreira Franco, em visita a Sua Excelência. Vamos ultimar as linhas gerais da apresentação desse relatório até o prazo já definido, e, certamente, com o apoio de V. Ex^a e agora com o Presidente eleito, Flexa Ribeiro, nós haveremos de concluir a nossa missão, que se traduz num desafio muito grande não apenas para todos nós que compomos a Comissão de Serviços de Infraestrutura, mas também para o Senado Federal.

A aviação civil brasileira precisa, efetivamente, de uma remodelagem em todos os seus aspectos, que estão atrasados há décadas. Esses aspectos, na sua integralidade, foram diagnosticados pela Subcomissão, foram tratados. E foram estabelecidos remédios, para que houvesse prognósticos melhores para um futuro mais alvissareiro para o Brasil.

Foi esse o tratamento que nós demos, com o apoio de todos os membros que compuseram a Subcomissão de Aviação Civil.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Senador Vital do Rêgo, agradeço a gentileza de suas palavras, sempre amigas e generosas. Reconheço também a autoridade jurídica e acadêmica de V. Ex^a. Não tenho dúvida de que o relatório que será apresentado será o melhor possível e trará um diagnóstico da aviação civil, com seus problemas e com suas soluções. Mais uma vez, eu lhe agradeço muito.

Agradeço a presença dos demais Senadores.

De maneira especial, agradeço ao Senador Walter Pinheiro, que, na Presidência, deu início a esta reunião de hoje, para que fosse possível a eleição. O Senador Walter Pinheiro é um orgulho para a Bahia e para todos os brasileiros.

Antes de encerrarmos a presente reunião, convoco as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, a realizar-se imediatamente após a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

Tenham todos um bom-dia!

(Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 10 horas e 11 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 11 DE ABRIL DE 2013.

Às oito horas e trinta e um minutos do dia onze de abril de dois mil e treze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, ACIR GURGACZ, SÉRGIO SOUZA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, KÁTIA ABREU, WALDEMIR MOKA, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, LUIZ HENRIQUE, FLEXA RIBEIRO E BLAIRO MAGGI**. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores Zeze Perrella, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade e Gim. O Senador Antonio Russo entrou de licença por 180 dias, a partir de 22.01.2013, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, confor-

me Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, informa que a presente reunião se destina à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, de 2010 – Não Terminativo – EMENTA:** Modifica a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta a alínea c do art. 159 da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências. (Restringe a aplicação dos recursos dos Fundos à região onde foram contratadas as operações). **Autoria:** Deputado José Guimarães. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela rejeição do PLC nº 18, de 2010. Colocado em discussão o Projeto, após a leitura do Relatório pelo Senador Cyro Miranda, não houve oradores inscritos para discutir. Colocado em votação, o referido Relatório é aprovado. **Resultado: Aprovado o Relatório do Senador Cyro Miranda, que passa a constituir Parecer da CRA, pela rejeição do PLC nº 18, de 2010. O Projeto será apreciado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, em decisão terminativa. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 144, de 2010 – Não Terminativo – EMENTA:** Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), nos termos da Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, para redefinir as dimensões da área de reserva legal e concede anistia em relação a sanções administrativas ou penais referentes a áreas de reserva legal. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela prejudicialidade do PLS nº 144, de 2010, nos termos do art. 334, II, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF. Colocado em discussão o Projeto, após a leitura do Relatório pelo Senador Cyro Miranda, o Senador Acir Gurgacz faz uso da palavra para discutir. Colocado em votação, o referido Relatório é aprovado. **Resultado: Aprovado o Relatório do Senador Cyro Miranda, que passa a constituir Parecer da CRA, pela prejudicialidade do PLS nº 144, de 2010. A Matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em decisão terminativa. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, de 2011 – Não Terminativo – EMENTA:** Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para disciplinar o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário. **Autoria:** Senador Cyro Miranda **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner. **Rela-**

tório: Pela aprovação do PLS nº 148, de 2011. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator, Senador Casildo Maldaner, para reexame. **ITEM 4: REQUERIMENTO Nº , DE 2013 – EMENTA:** Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, para discutir sobre o planejamento logístico integrado ao Agronegócio, convidando o senhor Bernardo Figueiredo, Presidente da Empresa Brasileira de Planejamento Logístico, para exposição sobre o assunto.

Autoria: Senador Clésio Andrade. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 11, de 2013**

– **ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 93, inciso I, combinado com art. 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com participação da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, para debater a situação da renegociação das dívidas dos produtores rurais atingidos pela estiagem na Região Nordeste. **Autoria:** Senadores Benedito de Lira e Kátia Abreu. No encaminhamento, o Senador Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que o Requerimento foi aprovado por unanimidade. **Resultado:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. **ITEM 6: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 12, de 2013 – ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a finalidade de debater possíveis impactos sócio-econômicos da ferrugem asiática sobre a cultura da soja brasileira. **Autoria:** Senador Blairo Maggi. No encaminhamento, o Senador Blairo Maggi faz uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que o Requerimento foi aprovado por unanimidade. **Resultado:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. **EXTRAPAUTA: ITEM 7: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 13, de 2013 – ASSUNTO:** Requer que seja realizado Seminário do Ciclo de Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na cidade de Espigão do Oeste, estado de Rondônia, no dia 21 de junho do corrente, sexta-feira, às 14 horas, com o objetivo, de avaliar a infraestrutura para o escoamento de safra e produtos da agropecuária, a revitalização da RO 387, as atuais intervenções para a reconstrução da BR 364, bem como debater a implantação de um Programa Nacional de Estradas Vicinais.

Autoria: Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, o Senador Acir Gurgacz faz uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que o Requerimento foi aprovado por unanimidade. **Resultado:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. **ITEM 8: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 14, de 2013 – ASSUNTO:** Requer que seja realizado Seminário do Ciclo de Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na Cidade de Jarú, Estado de Rondônia, no dia 10 de maio de 2013, sexta-feira, às 14 horas, com o objetivo de debater e avaliar a regularização fundiária no Estado de Rondônia, nas áreas urbanas e rurais, bem como as implicações nos repasses de recursos federais, estaduais, e obtenção de financiamentos, para implantação de projetos dos programas do Governo Federal. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, o Senador Acir Gurgacz faz uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que o Requerimento foi aprovado por unanimidade. **Resultado:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. **ITEM 9: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 15, de 2013 – ASSUNTO:** Requerem, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o que dispõe o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – (MAPA), Senhor Antônio Andrade, as seguintes informações: 1 – A Embrapa possui informações sobre as áreas indígenas existentes em cada estado da Federação, sendo capaz de analisar sua dimensão e o que representam em termos absolutos e relativos em cada estado da federação em relação à população indígena e áreas ocupadas? 2 – A Embrapa poderia, através de imagens de satélite, mapas e outros dados, apresentar quais as terras indígenas estão claramente inseridas em áreas rurais, qual sua produção agrícola, quais os sistemas produtivos utilizados pelos índios e sua inserção socioeconômica onde se encontram, e se há exemplos de pesquisas e trabalhos técnicos dessa natureza? 3 – A Embrapa possui informações territoriais que possam levar à detecção e à identificação dos diversos conflitos de natureza agrária e agrícola envolvendo índios e produtores rurais nos diversos estados da federação, informando se há exemplos de pesquisas e trabalhos técnicos aplicando inteligência estratégica, planejamento e gestão territorial para situações como essas? **Autoria:** Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. No encaminhamento, os Senadores Benedito de Lira, Luiz Henrique, Sérgio Souza, Jayme Campos, Casildo Maldaner, Waldemir

Moka e as Senadoras Ana Amélia e Kátia Abreu fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que o Requerimento foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. O Requerimento de Informações será encaminhado à Mesa do Senado para decisão, nos termos do art. 215, I, “a”, do Regimento Interno do Senado Federal.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira**, Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias previstas na pauta desta manhã.

Antes de passarmos a palavra aos relatores dos referidos projetos, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, gostaria de dar algumas informações para aqueles que, na verdade, estão precisando das ações governamentais.

A Presidenta Dilma no costumeiro café da manhã desta semana, segunda-feira, anunciou uma série de medidas que, com certeza, vão atenuar os efeitos da seca do Nordeste. Trata-se da liberação de um total de R\$32 bilhões, que serão investidos nas chamadas obras estruturantes. Essas obras visam a garantir o abastecimento de água por meio de barragens, canais, adutoras e estações elevatórias.

Nesta semana, durante o programa semanal de rádio Café com a Presidenta, a Chefe do Governo explicou em detalhes como será a estratégia em socorro ao povo nordestino. A Presidente demonstra mais uma vez a sua sensibilidade diante da gravidade do problema. Outra vez, o Governo realiza um esforço para minimizar o sofrimento do povo nordestino. Palavras da Presidente – abre aspas:

“O Governo Federal não vai permitir que o povo do Semiárido e de todo o Nordeste fique desamparado. Enquanto houver seca, nós vamos agir. Vamos acelerar as obras estruturantes, vamos acelerar as ações emergenciais para ajudar a população a enfrentar todas as dificuldades.”

Fecha aspas.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, não é exagero afirmar que esta é a mais grave seca de todos os tempos. Trata-se de estiagem mais prolongada de que temos notícia. Sem dúvida, é a maior dos últimos 50 anos e já atingiu cerca de 1.415 Municípios. Os nordestinos chegaram ao seu limite, e as novas gerações já não sabem lidar com os efeitos da estiagem. Esse é o lado perverso da seca do Nordeste, porque faz perder a esperança. E, quando o sertanejo perde a esperança, perde a fé e desacredita no futuro.

A decisão da Presidente Dilma nos oferece um novo alento. Posso garantir que a atitude do Governo, da União, representa um grande ativo para os prefeitos do meu Estado de Alagoas e dos demais Estados do Nordeste castigados pela seca.

Gostaria só de fazer uma ressalva e dizer que V. Ex^a é um privilegiado da natureza, pois o Estado do Mato Grosso não passa por essas provações.

Cada Município atingido deverá receber uma retroescavadeira, uma motoniveladora, dois caminhões, um caminhão-caçamba, um caminhão-pipa e uma pá carregadeira. Além disso, o Governo vai fornecer também 340 mil toneladas de milho nos meses de abril e maio, para serem vendidas a preços subsidiados para os produtores. Com a sensibilidade de todos conhecida, a Presidenta Dilma afirmou: “Enquanto a seca durar, nós vamos colocar 160 mil toneladas a cada mês”.

Nós vendemos esse milho a um preço muito subsidiado, a um preço de R\$18,00 a saca. Para o pequeno produtor, a oferta do Governo significa uma ajuda muito importante. O milho subsidiado poderá ser adquirido ao preço médio de R\$0,30 o quilo, o que representa uma grande ajuda. Com a responsabilidade de Chefe do Governo, a Presidenta Dilma está convencida de que a seca prejudica a economia dos Municípios mais afetados e, consequentemente, afeta também, a economia do Nordeste. E, com esse entendimento, o Governo também autorizou a criação de uma linha de crédito especial com juros mais baixos – deveria ser sem juros, porque esse negócio de juros para a agricultura, principalmente no Semiárido, não pega bem –, para apoiar os produtores rurais, o comércio e as pequenas e médias empresas dessas localidades. Mais uma vez cito as palavras da Presidente – abre aspas:

“Nós liberamos R\$2,4 bilhões e, agora, estamos liberando mais R\$350 milhões, justamente para esse crédito emergencial para toda a atividade produtiva na região do Semiárido. O Nordeste foi a região do nosso País que mais cresceu nos últimos anos. E faremos tudo para não deixar que essas conquistas alcançadas nos últimos dez anos se percam. Agora, nosso

desafio é garantir segurança hídrica e segurança produtiva à população do Semiárido.”

Fecha aspas.

Como Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal, sobretudo, como nordestino, representante do Estado de Alagoas no Senado Federal, não poderia deixar de felicitar a Presidente Dilma Rousseff por sua ação ágil e corajosa em defesa dos irmãos nordestinos.

Mas eu gostaria, a par dessas manifestações da Presidenta com relação àquilo que está acontecendo no Semiárido do Nordeste, de dizer à Presidenta Dilma, através da Comissão de Agricultura, que estamos empenhados, não só a Presidência, mas todos os Senadores que compõem esta Comissão, estão identificados, sem dúvida nenhuma, com o setor primário do País.

Mas, Presidenta Dilma, o Nordeste e o Semiárido agradecem a V. Ex^a as ações que têm sido adotadas emergencialmente para atender ao flagelo da seca. Contudo, Presidenta, baseado nessas dificuldades, seria interessante que V. Ex^a convocasse todos do seu Governo para que, ao terminar o seu mandato, este primeiro mandato, melhor dizendo, de Presidência da República, V. Ex^a pudesse lançar um programa de Estado para o Semiárido brasileiro, porque, do contrário, nunca teremos soluções eficazes, duradouras com relação ao que acontece todos os anos nessa região.

Então, as ações emergenciais são necessárias. Agora, se fizermos uma retrospectiva do passado, chegaremos à triste conclusão de que muitos bilhões de reais já foram gastos e resultado absolutamente nenhum. Ou se faz um programa de Estado, não é nem programa de Governo, Senador Blairo Maggi, não é nem um programa de Governo, programa de Estado, para cuidar da convivência com a seca, do contrário, nunca teremos paz naquela região. A paz, digo, que é o sossego da família, é a subsistência da família, é a tranquilidade da família, é o não êxodo para os grandes centros.

Qual é a esperança que têm os jovens nordestinos do meu País, no cada dia mais difícil o Semiárido? Por quê? Porque não temos, infelizmente, um programa de ação de Governo, um programa de Governo, um projeto de Estado, porque o Governo chega e amanhã sai, e o Estado é permanente.

Por isso, eu gostaria, dando continuidade a esta reunião...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, a palavra, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, nosso querido Senador Benedito de Lira,

Senadora Ana Amélia, demais Senadores, V. Ex^a inicia nossa reunião da Comissão de Agricultura (CRA), fazendo um breve histórico e um alerta ao Governo e também à Presidente Dilma sobre a questão do flagelo da seca no Nordeste.

Eu, pessoalmente, estive uma única vez no interior do Nordeste e faz muitos anos, mas tenho as lembranças vivas de quando passei nessa viagem que fiz, das condições em que o agricultor, o povo do interior dos Estados que fazem parte do Nordeste, principalmente desse Polígono da Seca, sofrem no dia a dia, no mês a mês, no ano a ano com essas secas.

E contra a natureza, as lutas e as brigas são muito difíceis. E a seca vem se repetindo no Nordeste, com pequenos intervalos com chuva, para se ter uma agricultura de subsistência que seja boa para os agricultores que permaneçam no campo, que criem seus filhos nas cidades menores etc. Porém, também acho que não devemos esperar que não ocorram novas secas no futuro no Nordeste. Se já vem acontecendo há centenas e centenas de anos, muito provavelmente acontecerá para sempre, porque o clima é repetitivo, marca suas posições, e devemos observar essas questões.

Como V. Ex^a colocou, o meu Estado do Mato Grosso, o Centro-Oeste, o Sul do Brasil, mas principalmente o Centro-Oeste e o Mato Grosso, em especial, não têm históricos de seca. Temos um histórico, pelo contrário, de chuvas abundantes, com um clima também bem marcado ou demarcado. Temos o início das chuvas sempre em setembro, que ocorrem até maio, em abril chove bastante, como está chovendo este ano. Nos últimos anos, a agricultura do Mato Grosso cresceu muito. Saímos, há 30 anos, quando cheguei em Mato Grosso, de 30 mil toneladas de grãos, para mais de 40 milhões de toneladas de grãos neste ano. As chuvas estão sendo fartas ainda neste momento. Aprendemos, nos últimos anos, que poderíamos fazer duas safras naquele Estado. Fizemos uma safra de soja, que já colhemos, e ainda estamos fazendo uma safra de milho ou de algodão. Também pode ser sorgo, girassol e outras coisas.

Enfim, o Mato Grosso e a Região Centro-Oeste, mas principalmente o Mato Grosso e, dentro do Estado, a região do médio norte e oeste, tem condições de fazer duas safras com muita tranquilidade. Então, muito diferente do que acontece no Nordeste, Senadora Ana Amélia, nós temos condições, no Centro-Oeste, no Mato Grosso, de produzir a quantidade de alimentos necessários para atender aos irmãos nordestinos em seus interesses.

Caímos, mais uma vez, na vala comum que temos discutido o tempo inteiro aqui, que é a logística, a infraestrutura, de como chegar. Hoje, para se pegar

uma carga em Mato Grosso e levar para o Nordeste, tem que, praticamente, ir ao Sul. Vem aqui embaixo, vem descendo para o Sul, chega em Goiás, em Goiânia, começa a subir de novo e vai em direção ao Nordeste.

Produção não é problema para o País. Tem e tem de sobra. Acho que a safra de milho, neste ano, no Mato Grosso, será recorde novamente, os preços cairão muito. Provavelmente, o Governo terá de intervir com suas políticas de preço mínimo, mas não conseguimos chegar com milho barato no Nordeste. Mais uma vez, logística.

Esta semana, estive em uma reunião com a nossa Comissão de Infraestrutura na Casa Civil, onde fomos recebidos pela Ministra Gleisi e pelo Bernardo Figueiredo, Presidente da EPL. E foi-nos mostrado um planejamento do que acontecerá no País com as políticas integradas de rodovias com ferrovias, com portos, com aeroportos. Nos próximos anos, talvez nos próximos dez anos, com essa política toda implantada, esta discussão de não podermos levar milho para o Nordeste estaria superada, uma vez que teríamos ligações ferroviárias desde o Centro-Oeste, desde o Mato Grosso, indo para o Nordeste, para o Rio Grande do Sul, enfim, o Brasil seria outro.

Quando contei para a Senadora Ana Amélia o que ouvi, ela falou: “Espero que não seja mais uma promessa política.” Eu também espero que não seja um plano político, só porque temos eleições daqui a dois anos novamente.

Podemos minimizar as dificuldades do nordestino devido à seca, com produtos de outros Estados, como Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e outros. Mas precisamos da logística. E quando falamos de logística, muitas vezes as pessoas ficam pensando que isso é interesse só do agricultor. Não, não é só interesse do agricultor, é interesse de todo mundo. É interesse do pequeno produtor lá do interior do Ceará, da Bahia, dos lugares que estão com problema. Se tivermos uma boa logística, chegaremos rápido e mais barato. Se chegarmos mais barato, chegarão produtos mais abundantes. E assim é em todos os setores da economia.

Então, quero dizer, meu querido Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que, infelizmente, essas reclamações que nós ouvimos de V. Ex^a, que faz parte da Bancada do Nordeste e que é um nordestino, nós podemos minimizar com a infraestrutura. Se tivéssemos feito isto no passado, nós, com toda certeza, não estaríamos hoje aqui lamentando esse tipo de coisa.

Como eu disse, da tribuna, outro dia, eu espero, sinceramente, que, daqui a 30 anos – com certeza, eu não estarei, nenhum de nós estará neste Senado –, meu substituto de Mato Grosso que estiver aqui nesta

cadeira não esteja discutindo as mesmas coisas que nós estamos discutindo, que não há logística, que não há ferrovia, que não há hidrovias, que não há aeroportos, que não há rodovias.

O nosso trabalho aqui, no Senado, tem sido não só no sentido de alertar, mas de apresentar soluções, e uma das soluções que a gente tem para o Nordeste brasileiro é boas estradas, boas ferrovias, porque isso encurtaria o caminho, a gente ganharia tempo e, com toda certeza, não veria aquele sofrimento que a gente vê no rosto do nordestino quando as imagens da televisão ou das revistas nos mostram o quanto esse povo está sofrendo com a seca, que é uma das piores da história do Nordeste brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedita de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço ao nobre Senador e concedo a palavra à eminente Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Benedito de Lira, eu já me solidarizei no plenário quando o tema do agravamento da seca no Nordeste ganhou espaço nas manifestações de diversos Senadores de Estados nordestinos, como do seu, Alagoas, que se mostraram preocupados. A partir da Bahia, até chegar ao Piauí, à Paraíba, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, todos, de maneira unânime, mostraram a gravidade da situação. Algumas medidas foram tomadas e a própria Presidente da República foi lá para verificar no local a gravidade dessa situação.

Como disse o Senador Blairo Maggi, o que agrava a situação da seca é exatamente essa dificuldade de levar a comida para lá. Por conta disso, demora para se levar o milho que está no Sul para alimentar o gado que está morrendo de sede e de fome.

É inacreditável que nós, no século XXI, ainda estejamos debatendo questões que já deveriam ter sido resolvidas, porque isso é questão de infraestrutura. O que foi feito no pós-guerra na Europa existe até hoje. Estradas magníficas, as mesmas estradas. Nossas estradas duram, no máximo, de seis a dez anos, Senador Benedito de Lira. É que as estradas são de estrutura adequada para um tipo de veículo, e hoje caminhões bitrens, caminhões muito maiores, com cargas maiores, andam pelas estradas. Elas não estão preparadas para isso. Então, a estrada dura pouco tempo.

Eu queria fazer uma comparação singela. O Brasil tem muitos problemas, não só de logística, mas de saúde pública. Agora mesmo, o Governo está sinalizando com a importação – entre aspas – de “médicos” de Portugal e da Espanha para atender ao Nordeste e ao interior do Brasil. Claro que são soluções emergenciais. Por que não se preparou isso também para essa

necessidade, porque, com a população aumentando, criaram-se as necessidades?

Vamos ter uma Copa do Mundo. Aqui, em Brasília, se investiu mais de R\$1 bilhão para construir um estádio em muito pouco tempo, Senador Benedito de Lira. O estádio está pronto para ser inaugurado este ano. E por que as estradas, que são o instrumento mais importante para escoar a produção, não são feitas? Por que não se desenvolvem os modais de transporte ferroviário e hidroviário para melhorar as condições e aliviar as estradas que já estão saturadas?

Então, quando eu digo que estádios foram feitos em tempo recorde, ficam as perguntas: por que não fizeram as estradas também em tempo recorde? Por que não construíram hospitais em tempo recorde? Por que não formaram os médicos em tempo recorde para ir lá atender à região que está mais necessitada? Estas são as perguntas que ficam.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço à nobre Senadora.

Isto é absolutamente trivial, que a gente vê no dia a dia. Quando se pretende fazer, faz-se. Quando o Governo se dispuser a fazer, ele fará. Agora, eu acho que a comparação que V. Ex^a fez é sintomática. É mais importante, por exemplo, se construir um campo de futebol, com todas as exigências da FIFA, do que se construir um hospital.

Até confesso a V. Ex^{as} que não dá muito prazer fazermos esse tipo de explanação. Estamos no século XXI. Milhões de brasileiros ainda não têm o direito de tomar um copo d'água potável no Nordeste brasileiro. Tem cabimento isso? Não. Agora, é por que o Estado brasileiro não tem condição de resolver isso? Tem. É porque, infelizmente, no passado, a bem da verdade, alguns governos, diversos governos que se instalaram no País não tiveram a menor preocupação com esta região.

Teremos que fazer uma observação. No governo do Presidente Lula e no Governo da Presidenta Dilma, o Nordeste começou a experimentar um pouquinho das ações governamentais, porque, até então, o que cresceu, o que sobreviveu foi em função da força de trabalho daquele povo sofrido.

Então, vamos pensar – e eu gostaria de conclamar aqui os Senadores da Comissão de Agricultura – em uma ação conjunta para que possamos levar sugestões, Senador Acir, à Presidenta Dilma, porque, se o Governo não tomar a providência de implementar um programa, um projeto de Estado, repito, um programa de Estado, jamais acabaremos com as dificuldades da seca no Semiárido. Porque acabar com a seca,

não acabaremos nunca. Esse é um ciclo da natureza. Agora, há todas as condições de se conviver com ela.

Dando continuidade, com a palavra, o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Cumprimento V. Ex^a, Sr. Presidente, pelo tema abordado, tanto por V. Ex^a quanto pelo nosso colega Senador Blairo, pela Senadora Ana Amélia.

Gostaria de colocar também a nossa preocupação com relação à nossa BR-364, lá em Rondônia. Enquanto a seca afeta o Nordeste, o excesso de chuva afeta a Região Norte do País, principalmente o nosso Estado de Rondônia.

Isso também não é motivo para não terem começado a restauração da BR-364, que já foi licitada no ano passado, já há ordem de serviço, que foi emitida em setembro, e até agora a empreiteira não começou a fazer a restauração da rodovia. Nada aconteceu. E não é por causa da chuva. Se fosse pela chuva, as obras das usinas hidrelétricas não estariam sendo feitas; a ponte do Rio Madeira, em Porto Velho, também não estaria em obra; a duplicação em Ji-Paraná também não estaria sendo feita. Então, não é mais por essa desculpa de excesso de chuva que não se pode fazer obra.

Fica aqui mais esse comentário para que o DNIT tome providência com relação a nossa BR-364, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço a manifestação do nobre Senador Acir.

Eu gostaria de, por sugestão e por solicitação do Senador Blairo Maggi, por ter um compromisso com a Comissão de Meio Ambiente, fazer a inversão de pauta para que possamos apreciar um requerimento.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2013

Requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a finalidade de debater possíveis impactos socioeconômicos da ferrugem asiática sobre a cultura da soja brasileira.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Com a presença dos seguintes convidados: Ana Maria Vekic, Gerente-Geral de Toxicologia da Anvisa; Márcio Rosa Rodrigues de Freitas, Coordenador-Geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas do Ibama; Luiz Eduardo Pacifici Rangel, Coordenador-

-Geral do Regime de Agrotóxicos e Afins, do Mapa; Glauber Silveira, Presidente da Prosoja Brasil; Rui Prado, Presidente da Comissão Nacional de Grãos, Cereais, Fibras e Oleaginosas da CNA; e Eduardo Daher, Diretor Executivo da Andef.

O nobre Senador está requerendo isso para o dia 9 de maio.

Com a palavra o Senador Blairo, para defender seu requerimento.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Obrigado, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras.

Eu faço esse requerimento, Sr. Presidente, caros colegas, porque o Brasil, nos últimos anos, vem sofrendo a invasão ou o surgimento de novas doenças, sejam fungos, vírus, nematóides, pragas de lagartas – agora está acontecendo uma invasão, um ataque de uma lagarta australiana, nova no Brasil, que não escolhe o que quer comer, sendo verde, vai tudo. Isso é um problema, inclusive, porque não temos ainda remédios ou venenos para o combate dessa *helicopterpa zea* – ou não é bem a zea, é uma outra que nós temos.

Especificamente sobre esse assunto ‘ferrugem asiática’, nós não temos, no Brasil, uma gama de produtos, Senadora Ana Amélia, que o produtor possa escolher – um princípio ativo diferente do outro para fazer a alternância para que esse fungo não ganhe resistência e que possamos ser eficientes.

O que está acontecendo? Como no Brasil só existe um princípio ativo desse produto e nós viemos aplicando isso já há mais de oito anos, quando surgiu essa ferrugem asiática, hoje, o fungo viciou, se acostumou com ele, virou Biotônico Fontoura para ele. É um problema, porque os produtores gastam muito dinheiro com isso, as empresas que fabricam estão temerosas também, pois elas começam a sofrer ações na justiça, porque vendem para um determinado tipo de combate e não acontece e o prejudicado vai querer cobrar.

Na semana passada, eu me reuni com todos esses segmentos e, na verdade, as empresas que fabricam esse fungicida já nem querem mais fazê-lo, sob pena de ter que pagar uma multa milionária, no futuro, para indenizar aqueles que compraram. Então, estamos assim: eles não querem mais fabricar, a agricultura não pode existir, neste momento, sem esse tipo de proteção, porque não temos uma proteção natural para isso, e essa situação requer novos agrotóxicos. Aí entra Anvisa, entra Ibama, com a sua demora, com a sua não compreensão do processo; ficam olhando o próprio umbigo e não olham para fora, para o negócio do Brasil, o que é e o quanto representa.

Então, a ideia dessa audiência pública é trazê-los todos aqui: Anvisa, Ibama, os fabricantes, os representantes dos agricultores, para que façamos um debate

no dia 9 de maio e sair daqui com algumas tarefas definidas, pela Anvisa, pelo Ibama e também pelos fabricantes e agricultores. Caso contrário, nós poderemos ter um problema – poderemos, não, teremos, com toda certeza! – nas safras futuras de 2015/2016, muito sério no Brasil.

É passada a hora de a gente discutir, de a gente cobrar dos órgãos de governo que são responsáveis por isso e acho que o fórum ideal para esse debate, Presidente, é a Comissão de Agricultura do Senado Federal.

Peço aos colegas Senadores que me acompanhem nesse requerimento, aprovando-o, para que possamos fazer a audiência pública no dia 9 de maio, para ajudar a agricultura brasileira e encontrar uma solução para esse problema.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em votação o requerimento.

As Srs. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos para a pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 18, DE 2010

– Não Terminativo –

Modifica a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta a alínea c do art. 159 da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), e dá outras providências. (Restringe a aplicação dos recursos dos Fundos à região onde foram contratadas as operações.)

Autoria: Deputado José Guimarães

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela rejeição do PLC nº 18, de 2010.

Observações:

1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CAE.
2. O Projeto foi apreciado pela CAE, tendo sido aprovado Parecer contrário ao Projeto.
3. A Matéria será posteriormente apreciada pela CDR em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda, Relator desta matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Benedito de Lira. Bom dia, Senadora Ana Amélia, Acir Gurgacz.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária analisa o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2010, que objetiva restringir a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) à região onde foram contratadas as operações.

Como justifica o Deputado José Guimarães, autor do projeto em exame, a exigência de que os recursos do FNO, FNE e FCO sejam aplicados, exclusivamente, nas respectivas regiões irá assegurar a correta destinação desses recursos, sobretudo nas situações em que o financiamento tenha atuação interregional ou de alcance nacional.

O Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2010, foi distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos, que decidiu pela rejeição. Ele é terminativo na CDR.

Vamos à análise.

Em razão da atribuição da CDR do exame terminativo do Projeto, deixaremos àquela Comissão a apreciação dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Quanto ao mérito, entendemos que normatizar, como quer a proposta apresentada, a proibição de financiamentos com recursos dos fundos constitucionais a empreendimentos localizados fora do território de atuação do respectivo fundo criaria uma regra sem efeitos práticos, tendo em vista que a diretriz desejada já encontra previsão na Lei nº 7.827, de 1989, que veda a aplicação dos recursos dos fundos constitucionais de financiamento fora das respectivas regiões.

Com efeito, o art. 2º da referida lei estabelece que os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social das respectivas regiões, por meio das instituições financeiras federais de caráter regional. Para estarem em harmonia com o atual ordenamento jurídico, os financiamentos devem estar em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

Eu vou ao voto, Sr. Presidente.

Finalmente, enfatizamos que os objetivos buscados pelo PLC nº 18, de 2010, ainda que louváveis, não inovam a legislação vigente no País, sendo essa a principal razão por que recomendamos sua rejeição.

Em conformidade com as razões apresentadas, votamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2010.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o relatório do Senador Cyro Miranda, que passa a constituir o parecer da CRA, pela rejeição da matéria.

A matéria será apreciada pela CDR, em decisão terminativa.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 144, DE 2010

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), nos termos da Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, para redefinir as dimensões da área de reserva legal e concede anistia em relação a sanções administrativas ou penais referentes a áreas de reserva legal.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela prejudicialidade do PLS nº 144, de 2010, nos termos do art. 334, II, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF.

Observações:

1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CMA.
2. A matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado Parecer pela prejudicialidade do Projeto.
3. A matéria será posteriormente apreciada pela CCJ em decisão terminativa.
4. O Projeto constou da Pauta da 4ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 21/03/2013.

Informo que foi aprovado parecer na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle pela prejudicialidade da matéria.

Com a palavra, o Relator, Senador Cyro Miranda, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Benedito de Lira, Sr^{as} e Srs. Senadores, contrariado, eu declaro a prejudicialidade deste projeto, porque, no mérito, na época, ele realmente era extremamente necessário.

Essa lei do Senado de 2010, do Senador Acir Gurgacz, em que ele redefine as dimensões da Reserva Legal (RL) dos imóveis rurais localizados em áreas

de floresta e de cerrado da Amazônia Legal, de modo a, conforme justifica o autor do projeto, “corrigir um erro histórico cometido em relação aos proprietários rurais da Amazônia Legal, penalizados por mudanças na legislação florestal”.

Mas, como as coisas são morosas aqui, Sr. Presidente, no Senado, quando nos chegou para relatar, já na segunda Comissão, já havíamos aprovado a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que estabelece as novas regras para proteção da vegetação nativa – inclusive quanto ao percentual de área de Reserva Legal a ser obrigatoriamente mantida no interior da propriedade rural – e revoga a lei florestal de 1965. A nova lei, entre outros preceitos, disciplina as atividades agrosilvopastoris em áreas consolidadas em “imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008”.

Diante do exposto, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2010, nos termos do inciso II do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Esse é o voto, que poderia já ter beneficiado, desde 2010, esta questão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o relatório e o voto do Senador Cyro Miranda.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Acir Gurgacz, autor do projeto.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Eu cumprimento o Senador Cyro Miranda pelo relatório e pelo voto. Foi feito um estudo, e, realmente, é exatamente isto o que aconteceu, Senador Cyro: a nossa intenção em 2010 era beneficiar toda a população rural do meu Estado de Rondônia e também da Região Amazônica do nosso País. Mas, como o projeto não andou – como V. Ex^a bem colocou, demora muito para que as coisas aconteçam no Congresso Nacional, especialmente no Senado –, nós conseguimos incluir, no novo Código Florestal, esse artigo, beneficiando os agricultores que, nos anos 60, 70 e 80, migraram para a Região Amazônica, em especial para o nosso Estado de Rondônia, promovendo lá a transformação das florestas em áreas de plantio, promovendo desmatamento – só que nós não podemos mais falar em desmatamento; é transformação de área de floresta para área de plantio. Dessa forma, dentro do Código Florestal, nós trouxemos toda essa população para a legalidade.

Portanto, cumprimento V. Ex^a pelo relatório e me sinto contemplado pelo trabalho que foi feito por todos os Senadores no Código Florestal brasileiro.

Eram essas as minhas colocações, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o relatório do Senador Cyro Miranda, que passa a constituir o parecer da CRA, pela prejudicialidade da matéria.

A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

O Item 3 o Senador Maldaner pediu para retirar de pauta.

Está deferido o pedido de S. Ex^a.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 148, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para disciplinar o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Relatoria: Senador Casildo Maldaner)

ITEM 5

REQUERIMENTO

Nº 11, DE 2013

Requerem, nos termos do art. 93, inciso I, combinado com art. 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com participação da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, para debater a situação da renegociação das dívidas dos produtores rurais atingidos pela estiagem na Região Nordeste, com a presença dos seguintes convidados: Ministro da Fazenda Guido Mantega; presidente do Banco do Nordeste do Brasil; presidente do Banco do Brasil; presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Social; presidente da Superintendência da Sudene; representante da Confederação da Agricultura e Pecuária

do Brasil; representante do Instituto Nacional de Cidadania; representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Ceará.

Autoria: Senador Benedito de Lira e Senadora Kátia Abreu.

A Câmara dos Deputados já aprovou requerimento marcando esse encontro numa ação conjunta das duas Casas para o dia 07/05, às 14h30.

Ao longo dos anos, nós sempre tratamos desse assunto de renegociação de dívidas.

Eu não sei se V. Ex^{as} tiveram oportunidade de ver, nesta semana, uma manifestação que demonstrou toda a indignação dos pequenos criadores e produtores do Semiárido, quando uma caçamba de ossadas de animais fora colocada à frente do Banco do Nordeste, na Paraíba. Aquilo, realmente, é o retrato do que é o Semiárido do Nordeste hoje. E sempre se trata de renegociação. Eu acho que nós deveríamos mudar o termo: em vez de renegociação, estabelecer, Senador Acir, Senadora Ana Amélia, um teto na origem para tratarmos da anistia, porque o pequeno, o agricultor familiar não tem como pagar, convivendo com o que está convivendo hoje, vivendo naquele ambiente de trabalho, no ambiente de trabalho que oferece o Semiárido do Nordeste.

Então, é mais uma protelação. É aquela história: o doente, na UTI, em estado terminal, e coloca-se sempre uma gotinha de oxigênio para ele tentar sobreviver por mais um tempo, mas vai terminar morrendo. Não tem saída.

Portanto, é preciso que estas Casas do Congresso Nacional, em comum acordo, numa ação conjunta com o Governo, com essas instituições, façam algo.

Eu me lembro. Li, quando cheguei aqui, em 2005, como Deputado Federal. O Presidente Lula assumiu o governo em 2003. Existia uma dívida dos mutuários do antigo Banco Nacional de Habitação (BNH) impagável. Ninguém pagava. Quanto mais você pagava mais devia. E o Presidente, impaciente com aquela situação, convocou a Caixa Econômica e perguntou: “Qual é o caminho que tenho que seguir para resolver esse impasse?” E a informação que a Caixa deu ao Presidente foi que aquele débito já estava pago há muito tempo. “Pago?” “Pago.” Então, o Presidente da República não teve outra alternativa senão baixar decreto anistiando, acabando com aquele débito dos mutuários do BNH.

É a mesma coisa. Os débitos com os pequenos agricultores, pelo tempo que vêm sendo prorrogados, parece-me também que já estão pagos. Está faltando só boa vontade do Ministro da Fazenda para dizer à Presidenta Dilma a mesma coisa que a direção da Caixa Econômica disse ao Presidente Lula em 2003.

Ou se parte para um processo de anistia, ou não tem solução. Se continuarem sempre devedores, o que acontece? Os pequenos começam a perder até a bicicleta para ir para o trabalho, com as execuções que são realizadas pelas instituições financeiras.

Então, vamos promover essa audiência, lógico, se for aprovado esse requerimento, motivo pelo qual nós o estamos apresentando para a apreciação de V. Ex^{as}, objeto desta tratativa.

Submeto-o à votação.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, porque me parece que V. Ex^a deu sinal que quer fazer uma manifestação.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria. O senhor adivinha pensamentos, Presidente! Isso é ótimo, facilita o nosso trabalho!

Eu queria apenas ratificar o apoio a esse requerimento, mas eu queria fazer um breve comentário, porque estive reunida na segunda-feira, em Porto Alegre, com as lideranças do setor da avicultura do meu Estado. No Rio Grande do Sul, como em Santa Catarina e no Paraná – hoje a avicultura é uma atividade que está espalhada pelo território brasileiro, inclusive em Rondônia, do Senador Acir Gurgacz, e em Alagoas da mesma forma –, o setor está muito preocupado com a reincidência da gripe H1N1 na China, já ampliando o número de casos naquele país.

Hoje, a mobilidade das pessoas viajando e a própria situação das aves migratórias podem representar um risco. Por isso, eu gostaria, Sr. Presidente, de contar com o apoio de V. Ex^a para, digamos, pedir ao Ministério da Agricultura, um reforço na defesa sanitária animal.

Nós não podemos baixar guarda nessa fiscalização e na política de defesa sanitária agropecuária. Eu acho que os fiscais federais agropecuários também têm demandado questões relacionadas a essa matéria, um reforço na fiscalização, mas uma política nacional, porque isso diz respeito não apenas aos criadores de aves, mas também ao próprio risco de contaminação das pessoas. Nós já tivemos, no passado, essa preocupação. Penso que seja um tema relevante, e é melhor prevenir do que remediar.

V. Ex^a, como eu, pensa que esse é o melhor caminho. Então, faço, em nome do presidente da Asgav, que é a Associação Gaúcha de Avicultura, Nestor Freiburger, com quem eu estive na segunda-feira, um apelo para que a Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária reforce os cuidados e para que também o orçamento não sofra contingenciamento para evitar

um mal maior, que seria isso também acontecer no território brasileiro.

Essa é a minha solicitação, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço a V. Ex^a a comunicação.

Realmente, nós tivemos a oportunidade de ler, recentemente, que eles fizeram um sacrifício de mais de 20 mil aves na China, quando foi detectado esse foco.

E gostaria de dizer a V. Ex^a o seguinte: eu vou pedir, ainda hoje, um encontro com o Secretário Nacional de Defesa Agropecuária, e nós iremos juntos...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ótimo! Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – ... tratar deste assunto, que realmente preocupa aqueles que são criadores de aves neste País.

Há dois requerimentos de autoria do Sr. Senador Acir Gurgacz extrapauta.

Pergunto a V. Ex^{as} se há algum impedimento de os colocarmos na pauta de hoje. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, passo a ler o primeiro requerimento.

Estão incluídos, nobre Senador Acir.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO

Nº 13, DE 2013

Requer, nos termos regimentais, seja realizado ciclo de debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na cidade de Espigão do Oeste, Estado de Rondônia, no dia 21 de junho do corrente, sexta-feira, às 14 horas, com o objetivo, de avaliar a infraestrutura para o escoamento de safra e produtos da agropecuária, a revitalização da RO 387, as atuais intervenções para a reconstrução da BR 364, bem como debater a implantação de um Programa Nacional de Estradas Vicinais, com a presença dos seguintes convidados: Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte – DNIT; Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Governo do Estado de Rondônia – Departamento de Estradas de Rodagem; Governo do Estado do Mato Grosso – Departamento de Estradas de Rodagem; Fundação Nacional do Índio e Sindicato dos Produtores Rurais.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Com a palavra, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Inicialmente, agradeço, Sr. Presidente, a sua presteza em colocar extrapauta o nosso requerimento.

Este tem o intuito de discutir e debater as questões relacionadas às estradas vicinais do Estado de Rondônia, as estradas que não são asfaltadas, as estradas que chegam até as residências, até os sítios menores dos nossos agricultores do Estado de Rondônia.

Nós entendemos que precisamos de uma política pública específica para as estradas vicinais. Nós estamos aqui sempre debatendo e falando que precisamos manter o homem do campo no campo, que precisamos mantê-lo lá, trabalhando e morando, para que ele não venha para as grandes cidades para engrossar as filas de desempregados. Mas, para isso, nós temos de levar conforto para essas famílias, e o básico que precisamos fazer é melhorar as estradas, para que ele possa vir à cidade e contar com o trânsito livre o ano inteiro. Nós queremos debater, discutir sobre isso.

A rodovia RO-387 liga Espigão do Oeste até Mato Grosso. Essa estrada não tem a devida manutenção durante o ano. E nós queremos discutir, debater com o DNIT no sentido de que o DNIT nos ajude a dar a manutenção devida a essas estradas.

No ano passado, nós debatemos aqui e colocamos uma emenda no Ministério da Agricultura, para que houvesse uma política nacional para cuidarmos das estradas vicinais, para que nós pudéssemos melhorá-las. É preciso que comecemos a asfaltar as estradas vicinais brasileiras mesmo com um asfalto de menor qualidade, mas de acordo com o fluxo de veículos.

Nós queremos, então, iniciar esse debate, para que possamos chegar ao ponto de iniciarmos esse trabalho de melhorias das estradas vicinais que atendem aos nossos agricultores brasileiros, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovado.

Há um requerimento de autoria do Senador Acir Gurgacz:

ITEM 8

REQUERIMENTO

Nº 14, DE 2013

Requer, nos termos regimentais, seja realizado ciclo de debates no Âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na Cidade de Jarú, Estado de Rondônia, no dia 10 de maio de 2013, sexta-feira, às 14 horas, com o objetivo de debater e avaliar a regularização fundiária no Estado de Rondônia, nas áreas

urbanas e rurais, bem como as implicações nos repasses de recursos federais, estaduais, e obtenção de financiamentos, para implantação de projetos dos programas do Governo Federal, com a presença dos seguintes convidados: Governo do Estado de Rondônia, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária de Rondônia (Seagri/RO), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia (Emater/RO).

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Com a palavra, o Senador Acir, para fazer a defesa do seu requerimento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, mais uma vez, agradeço a V. Ex^a por colocar extrapauta esse requerimento.

Nós queremos debater a questão da regularização fundiária no Estado de Rondônia. Nós temos um grave problema no Estado, que é a falta de documentação por parte dos agricultores que já estão na sua área há muitos anos e que não têm o documento da sua terra.

Nós já iniciamos esse debate há três anos com o MDA e com o Incra e queremos avançar no debate, porque ainda não aconteceu aquilo que foi comprometido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, como o programa Terra Legal.

Nós queremos debater, discutir esse tema em Jarú, que é uma cidade que concentra um dos grandes problemas de falta de documentação nas áreas urbana e rural. É nesse sentido que nós queremos fazer esse ciclo de palestras e de debates, para discutir esse assunto da maior importância para os agricultores do Estado de Rondônia e também para aquelas pessoas que moram nas cidades e que também não têm o documento do seu terreno, da sua casa, que não têm a escritura pública. Nós queremos avançar no sentido de que essas pessoas tenham, no mínimo, o documento das suas áreas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

Está esgotada a pauta.

Eu gostaria de dar uma informação aos meus companheiros Senadores. É o seguinte: estava previsto para o dia 18, por iniciativa desta Comissão, com a aprovação de requerimento, que o convidado, o Ministro da Justiça, debateria, nesta Comissão, com esta Casa os problemas relacionados, Senador Luiz Henrique, às terras indígenas. E, em virtude de ter ha-

vido uma falha nas anotações da Secretaria da nossa Comissão, nós estávamos com essa data já ocupada, para aqui discutirmos exatamente o que podemos fazer, inclusive estivemos pessoalmente no Ministério da Agricultura, sobre aquela denúncia apresentada à Nação pelo Fantástico, com relação aos abatedouros clandestinos, aquela situação que criou uma expectativa para o País como um todo, principalmente para a cadeia produtiva da carne bovina.

Então, em virtude desse condicionamento de preenchimento de espaço nessa data, nós vamos manter contato de novo com o Ministro da Justiça para remarcar esse encontro, e que possamos discutir aqui exatamente aquilo que é um processo que preocupa os produtores da Região Sudeste, Norte e da Região Centro-Oeste.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Da Região Sul: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Inclusive parece que até V. Ex^a fez essa observação, no que lhe concedo a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Presidente, é importante que essa iniciativa se verifique o mais rápido possível, porque nós tememos inclusive que ocorram conflitos. No caso de Santa Catarina, os agricultores que estão localizados em áreas reivindicadas pela Funai são filhos e netos daqueles que compraram legalmente aquelas terras, num projeto de colonização e de reforma agrária executado no Governo Celso Ramos, na década de 60. Essas pessoas vieram, em sua grande maioria, do Rio Grande do Sul, adquiriram as glebas, estão lá produzindo, e hoje estão ameaçados de perder a sua propriedade.

Há um exemplo claro de como essa política é nefasta para o País, que é uma localidade chamada Sede Trentin, no Município de Chapecó. Era uma região altamente produtora de grãos, as terras foram desapropriadas, os colonos foram desalojados, e hoje não produz nada.

De modo, Sr. Presidente, que é muito importante que essa audiência se efetive. Como é mais importante ainda que o Congresso tome a frente nessa questão, para que nenhuma restrição à propriedade privada, principalmente a propriedade agropecuária, seja feita sem base de lei aprovada neste Congresso.

Eram essas as observações que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço a V. Ex^a pelas informações e, imediatamente, nós vamos tratar desse assunto de novo como o Ministro da Justiça, para fazermos isso. Nós desejávamos fazer isso possivelmente lá pelo dia 25,

mas vamos ver como conciliar a agenda do Ministro nessa oportunidade.

Gostaria de comunicar a Comissão que, pelos resultados das nossas audiências públicas, aquilo que nós temos conversado é que os assuntos nelas tratados não se restrinjam às quatro paredes da Comissão. A primeira audiência pública que foi feita pela Comissão neste ano foi para tratar de assuntos relacionados a colônias de pescadores. E uma portaria baixada pelo Ministro Brizola Neto criou algumas dificuldades para que as colônias de pescadores pudessem ver seus processos tendo continuidade de análise lá no Ministério do Trabalho. Isso gerou uma expectativa, e eu queria aqui agradecer ao nobre Senador Acir pela intervenção que fizera, antes até das ações promovidas pela Comissão.

Nesta semana, o atual Ministro do Trabalho nos comunicou, para que eu pudesse transmitir à Comissão, após uma reunião com a área técnica do Ministério – apesar de esta se mostrar contrária à revogação da portaria publicada em dezembro próximo passado –, que ele estava convencido de que havia necessidade de revogar a portaria. Ia fazer uma comissão para alguns ajustes.

Ontem, nós conversávamos com o Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores, Abraão Lincoln, e tenho que dar essa informação à Comissão, porque os resultados saíram por conta daquela audiência pública que fora promovida pela Comissão de Agricultura com as federações e com a Confederação Nacional dos Pescadores.

Então, é exatamente esse o caminho que nós temos que trilhar. Após as audiências públicas que nós estamos realizando, espero que os problemas graves não fiquem sem solução, o que faz com que nós os discutamos aqui.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Antes de passar a palavra ao Senador Sérgio, que chegou agora, quero comunicar que a audiência que estava marcada para o dia 18, para que pudéssemos discutir com o Ministro da Justiça as terras indígenas, fora suspensa, pelo fato de, no dia, já haver outro compromisso. Houve falha da nossa parte. Mas vamos entrar em contato com o Ministro da Justiça para fazer isso o mais rápido possível. Se possível, até o dia 25. Vai depender também exatamente da agenda do Ministro Eduardo Cardozo.

Então, são essas as informações que eu desejava dar.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, recentemente, eu e mais alguns Senadores do Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso estivemos reunidos na Casa Civil com a Ministra Gleisi, com a Ministra Miriam Belchior, com o Ministro Cardozo e com a Ministra Izabella, tratando dessa questão, da questão da terra indígena.

Naquela reunião, nós ficamos incumbidos de, aqui, no Senado, procurar uma audiência com o Supremo Tribunal Federal para tratar do julgamento dos embargos no acórdão da Raposa Serra do Sol, daquela demarcação ocorrida em Roraima, julgada, e amplamente divulgada pela imprensa nacional através do Supremo Tribunal Federal. Mas pende ainda do julgamento desses embargos. Enquanto não se julgam esses embargos, há uma movimentação gigantesca a esse respeito, em vários Estados brasileiros, e, aqui, cito o Paraná, que faz fronteira com o Paraguai.

Para V. Ex^a ter uma ideia, Sr. Presidente, há quase milhares de índios invadindo a região fronteira, Paraguai, especialmente a região de Guaíra e Terra Roxa. Estão aos milhares espalhados pelas cidades, a ponto de alguns dizerem que a ideia é colocar nesses centros um índio para cada habitante, porque, se houver um confronto, aí eles teriam uma quantidade de pessoas envolvidas, imbuídas num confronto, muito maior do que os cidadãos que moram naquela região. E há muitos desses até mesmo não índios: falam o Guarani, moram no Paraguai, vêm para o Brasil, terras caras, produtivas, têm título de propriedade dado pelo próprio governo, ou adquirido, pago para o governo, na década de 40, 50. Isso está nos preocupando.

Ontem, terminamos de tomar as assinaturas de todos os Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras. Pegamos de Rondônia ao Rio Grande do Sul, de toda essa região fronteira, com exceção de um Senador, que não assinou, mas nós não vamos esperar mais, e vamos protocolar, e vamos pedir audiência como Ministro Joaquim Barbosa, para solicitar ao Presidente do Supremo Tribunal Federal que aprecie, o mais rápido possível, esses embargos no acórdão da Raposa Serra do Sol. Porque, enquanto não apreciados os embargos, eles têm efeito suspensivo ao acórdão. Então, não se formou um marco regulatório pelo acórdão. Por mais que alguns digam que não servem para as demais demarcações, está havendo uma corrida absurda.

Eu acho, e aqui ressalto, Sr. Presidente, todo o meu respeito por todas as etnias, inclusive a indígena. Eu acho que nós temos que respeitar esse povo que vive neste continente há milhares e milhares de anos. Passaram por aqui nesta região, onde está hoje o

Congresso Nacional – não tenho dúvida disso –, como andaram pelo continente sul-americano, pela América inteira, que tem pouco mais de 500 anos. Agora, veio a civilização, veio o direito fundiário, veio o direito de propriedade, veio a transformação dessa propriedade com valor agregado e que ajuda a sustentar a economia e a balança comercial brasileiras. Então, nós, brasileiros, precisamos fazer algo com relação a isso, e o Congresso Nacional, o Senado Federal tem esse papel.

E para encerrar, Sr. Presidente, quero manifestar a minha preocupação, profunda preocupação, quanto à burocracia brasileira.

Hoje, para se conseguir fazer avançar qualquer projeto, seja ele na área privada industrial ou na área pública, uma ferrovia, uma rodovia, um porto, é necessário passar pelo crivo de uma Funai, de um instituto de meio ambiente local, municipal às vezes, estadual, nacional; tem-se que passar por um Chico Mendes...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ainda há o IPHAN.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – O IPHAN. E o custo disso – dois, três anos para o projeto conseguir andar; para abrir um processo de licitação, dois, três anos – quem paga? A sociedade brasileira.

Então, nós temos que rever esses conceitos, porque eu acho que nós estamos muito bem, no Brasil, de controle. Temos controles em toda e qualquer esfera, e isso acaba travando este nosso País. Nós temos até mesmo um excesso de controle. Daqui a pouco, nós vamos criar controle daqueles que controlam. Eu acho que está caminhando para isso, porque está excessivo: criação de agências reguladoras. Estou muito preocupado com relação a isso, Senador Jayme.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Então, Sr. Presidente, eram as minhas manifestações, a minha preocupação com o custo Brasil.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Apenas para aduzir ao que disse o Senador Sérgio Souza e também, voltando ao primeiro requerimento aprovado hoje, do Senador Blairo Maggi, para uma audiência pública para debater a questão da ferrugem asiática na soja, que é um problema também para o Paraná.

E reforçando o argumento do Senador Sérgio Souza sobre a burocracia e os custos do nosso País, veja só o que está aqui no *Valor Econômico*: “Fila para registro de defensivo agrícola levaria 117 anos” – para serem julgados, Senador Jayme Campos, meu caro Acir Gurgacz.

Mesmo se não recebesse mais nenhum pedido de registro, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) demoraria 117 anos para avaliar todos os 1.287 processos de aprovação de agrotóxicos atualmente na fila. Os produtores de soja reclamam que a demora já causou um prejuízo estimado em R\$ 49 bilhões nas últimas dez safras. [A falta desse defensivo, que foi o tema levantado pelo Senador Blairo Maggi.]

A Anvisa conta hoje com 17 técnicos na área. Com esse quadro, a agência avalia apenas [apenas] 11 processos por ano.

Onze processos por ano! Então, é um processo e meio por mês.

Então, vejam só:

Segundo a própria agência, pelo menos dez novos servidores seriam necessários, de imediato, para acelerar a análise técnica de produtos. Mas o déficit de funcionários de nível superior é de 42 profissionais. Para analisar todo o passivo de registros em um ano, seriam necessários 117 técnicos.

Claro, temos que reforçar a estrutura das agências reguladoras, mas não é cabível que, num país agrícola, se leve tanto tempo.

É claro que a indústria também, muitas vezes, pede um registro mas não fabricam o produto. Então, aí há o outro lado da questão. Mas vamos falar, em tese, sobre a questão da dependência que tem o produtor desses produtos que são necessários para combater as pragas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – É o excesso de zelo que existe no País, infelizmente ou felizmente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, há um requerimento de pedido de informação subscrito pelos Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Jayme Campos, Acir Gurgacz, Benedito de Lira e Ana Amélia.

Logo, vou pedir a assinatura de V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

Vou passar a lê-lo, para dar conhecimento às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores, para que ele seja aprovado:

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2013

Requerem, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o que dispõe o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento –

(MAPA), Senhor Antônio Andrade, as seguintes informações:

1 – A Embrapa possui informações sobre as áreas indígenas existentes em cada estado da Federação, sendo capaz de analisar sua dimensão e o que representam em termos absolutos e relativos em cada estado da federação em relação à população indígena e áreas ocupadas?

2 – A Embrapa poderia, através de imagens de satélite, mapas e outros dados, apresentar quais as terras indígenas estão claramente inseridas em áreas rurais, qual sua produção agrícola, quais os sistemas produtivos utilizados pelos índios e sua inserção socioeconômica onde se encontram, e se há exemplos de pesquisas e trabalhos técnicos dessa natureza?

3 – A Embrapa possui informações territoriais que possam levar à detecção e à identificação dos diversos conflitos de natureza agrária e agrícola envolvendo índios e produtores rurais nos diversos estados da federação, informando se há exemplos de pesquisas e trabalhos técnicos aplicando inteligência estratégica, planejamento e gestão territorial para situações como essas?

Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (PERMANENTE)

Submeto à discussão o requerimento, considerando que o autor principal não se encontra presente aqui. (Pausa.)

Não havendo que queira discuti-lo, eu o submeto à votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Esse requerimento será encaminhado à Mesa do Senado Federal, que tem a competência para se dirigir às autoridades constituídas para pedir informações, de acordo com o inciso I do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal.

Vamos pegar a assinatura da Senadora Ana Amélia.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, V. Ex^a já colocou em votação o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Já está aprovado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Já foi votado.

Então, Sr. Presidente, pela ordem, eu queria apenas fazer aqui um pequeno adendo às palavras do ilustre Senador Sérgio Souza. É uma questão embaraçosa a questão indígena no nosso Brasil.

Nós tivemos a oportunidade, há poucos dias – inclusive, o Senador Sérgio esteve conosco –, de fazer uma reunião, promovida pelo Senador Delcídio do Amaral, com a Ministra Ellen Gracie no Palácio do Planalto.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Ministra Gleisi Hoffmann.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Fizemos a reunião com a Ministra Gleisi Hoffmann. Particularmente, saí de lá muito decepcionado, Senador, pelo fato de que não há nenhum encaminhamento que possa minimizar esse trauma que, todos os dias, está sendo criado no nosso Brasil.

Hoje, há total insegurança no campo. Acho que V. Ex^a e os demais Pares acompanharam a situação de ontem, se não me falha a memória – não sei se o senhor acompanhou a notícia pelos canais de televisão do nosso País –, em que um hotel na Bahia, um hotel consolidado e tradicional, um hotel-fazenda, foi invadido pelos índios. Esse hotel está em reforma, e os índios foram lá e acharam que também eram proprietários. Estão lá por volta de 30 a 40 índios. Imagino que vão depredar totalmente aquele empreendimento hoteleiro.

O que nós precisamos urgentemente... O que senti nessa audiência no Palácio do Planalto com a Ministra é que o Governo está acuado. É aquela velha história, Senador Benedito de Lira: quer acender vela para Deus e para o diabo. Tem de ter o quê? Tem de ter lado, tem de tomar decisão. O Governo, infelizmente, não tem tomado as atitudes que deveria tomar. Eu falo porque tenho acompanhado alguns Estados da Federação e visto coisas que não aconteciam no nosso Brasil nem no regime da ditadura. Particularmente, em Mato Grosso aconteceu, há poucos dias, uma “desintrusão” de sete mil pessoas que estão há 40 anos numa propriedade, toda ela com infraestrutura, sendo que, inclusive, o próprio Governo do Estado e o Governo Federal foi lá e colocou água, luz, escola, uma rodovia federal, rodovias estaduais. Eram simplesmente sete mil pessoas. Só de alunos matriculados na rede pública de ensino lá eram 700 crianças. Saíram a toque de caixa, à base da metralhadora, do cassetete, da bomba de gás lacrimogêneo, sem direito a nada, sequer a um velório digno, um enterro digno, porque alguns já foram até a óbito, porque o que cidadão o que tinha estava lá e perdeu da noite para o dia, passando a ser miserável.

Então, nós não podemos, em hipótese alguma, permitir que isso continue ocorrendo. É bom que se

esclareça que ninguém é contra índio aqui. Ninguém. Ninguém é contra índio. Agora, tem que haver um limite. No Brasil, Senador, o senhor sabe quantos milhões de hectares estão à disposição dos povos indígenas? Hoje, são 123 milhões de hectares à disposição dos povos indígenas. É o único país no planeta, Senador Sérgio...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – E querem mais o dobro disso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Pelo que me informaram ontem, parece-me que querem criar, pelo menos... Isto é informação que corre à boca pequena, ou seja, na “rádio-peão”:

Agora, no dia 20, o Ministério Público de todo o Brasil quer criar pelo menos mil novas reservas indígenas. E, por essa audiência com a Ministra, eu, particularmente, tive a sensação de que depende apenas e exclusivamente do Ministério Público Federal, pelo fato de que o Governo está recolhido, está, de fato, mostrando que, se o Ministério Público concordar com determinadas ações, ele vai parar. Caso contrário, ninguém vai assumir o compromisso de defender o pobre coitado, o miserável produtor rural deste País. Seja ele pequeno, médio ou grande, estão todos fadados a, amanhã ou depois, serem penalizados.

Vou lhe dar um dado: só Mato Grosso está, hoje, na marca do pênalti, ou seja, já está definida a criação ou ampliação de algo em torno de 47 novas reservas indígenas. Chegou ao cúmulo do absurdo, Senador Benedito de Lira, de uma etnia que está no Pará, Estado do Senador Flexa Ribeiro, que tem, hoje, 600 mil hectares, quer atravessar o rio, ir para Mato Grosso e pegar mais 1,1 milhão de hectares. Sabe quantos índios querem isso aí? Cento e cinquenta índios! Cento e cinquenta índios! A que ponto chegou?

Dentro do Estado de Mato Grosso, tirando os 1.100, parece-me que em 400 mil hectares estão, mais ou menos, hoje, 386 pequenos proprietários rurais. Imagine, Sérgio, como vamos fazer com 386 pais de família que estão ali, alguns há 40 ou 45 anos, sendo que eles estão, o que é o mais grave, com documento na mão, ou seja, com título da terra que o Governo Federal deu, através do Incra ou, aqueles que não foram através do Incra, do Intermat, que é o departamento de terras do Estado de Mato Grosso.

Então, quando o senhor fala, e eu, inclusive, fui signatário do seu documento que estamos encaminhando ao Ministro Joaquim Barbosa, para nós julgarmos os embargos, se for o caso. Tem que julgar os embargos que estão lá, a comunidade não vai parar.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – É isso aí.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – E isso vai chegar ao ponto da exaustão. A corda vai

arrebentar. Não sei onde vai parar: no Pará, em Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul, no Paraná. Enfim, a informação que eu tenho é que estão, agora, trazendo índio colombiano. O Paraguai é fácil para vocês, para atravessar.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Fronteira seca em alguns casos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Fronteira seca é bem fácil no Mato Grosso do Sul e no seu Estado do Paraná. Agora, não estão satisfeitos: estão fretando avião, alugando avião e trazendo índios colombianos! Aqui, ouvimos a informação do próprio Senador Ruben Figueiró, de Mato Grosso do Sul, que deu esse testemunho aqui na semana retrasada.

Então, é de se lamentar. Acho que o Congresso Nacional tem que se posicionar de uma forma mais contundente, ou seja, fazer com que prevaleça aqui, naturalmente, a nossa Constituição Federal. O problema no art. 24 é claro, que fala em relação à ampliação de reservas indígenas.

Precisamos cobrar a decisão do Ministro Carlos Alberto Direito, que foi muito claro. Quando ele decidiu em relação à Raposa Serra do Sol, ele deixou claro que as ampliações da reserva teriam, daquele momento em diante, que passar pelo Congresso Nacional. É óbvio, evidente, que isso tem que ter uma regulamentação, uma aprovação, e nós fazemos com que algo tenha que ser feito em termos da defesa dos interesses coletivos e nacionais, que é a maioria absoluta dos Senadores.

Chama-se interferência internacional. Eu quero levar o senhor um dia lá ao Mato Grosso. O senhor vai ter a oportunidade, vou lhe convidar para fazer uma visita lá, em uma propriedade nossa e em alguma região. Tem participação lá de francês, americano, italiano, que estão capitaneando lá. Não é o povinho nosso aqui – eu digo “povinho” no bom sentido, força de expressão. É só interesse internacional e ONGs de malandros. O Brasil é o país que tem mais ONGs no mundo: 100 mil ONGs, dados comprovados, porque foi feito esse trabalho, muito bem feito, pelo Senador Mozarildo Cavalcanti. É esse povo aí que está usando os índios lá. E é só italiano, francês, americano, é o escambau que tem lá, e usando o pobre coitado do índio, que precisa de quê? De saúde, de educação, etc.

Eu estou me posicionando, não tenho nada contra, não sou radical. Não sou radical coisa alguma. Agora, eu sou um brasileiro. E, sobretudo, eu sou um Senador da República, que tem que defender, realmente, boas leis para o nosso País. De maneira que, eu acho que quando V. Ex^a está propondo esse pleito, nosso pedido de informações à Embrapa... A Embrapa tem todas essas informações. E nós temos que fazer algo. Sobre tudo, o Supremo Tribunal Federal tem que julgar;

caso contrário, vamos ter aquela resposta que a Presidenta Dilma deu, que o que o Ministro deu lá para nós, e todos que participaram da reunião. Olha, precisamos ter uma decisão do Supremo Tribunal Federal; caso contrário, estaremos atados aqui, sob a pressão do Ministério Público Federal.

Essa é minha opinião.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, Senador Sérgio.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, por ocasião daquela reunião na Casa Civil, a Ministra Gleisi disse que demandaria junto ao Ministro Adams, da AGU, a elaboração de um parecer cuja finalidade seria suspender qualquer relatório por antropólogo. Não sei se é de competência, e consulto V. Ex^a e a assessoria da Mesa, se nós poderíamos fazer um expediente da Comissão de Agricultura para que o Governo se posicione, se está fazendo esse parecer, se já está pronto, se tem um prazo, porque nós não temos mais prazo. Nós precisamos disso de forma urgente.

E, para reforçar um pouco o que o Senador Jayme Campos falou, o pior ainda é que a terra indígena antecede ao Estado. Então, você não pode indenizar a terra nua, somente as benfeitorias. E a Constituição nossa também não permite isso. Então, nós estamos em um momento realmente delicado. O antropólogo, em alguns casos de forma totalmente tendenciosa, faz um relatório, acha lá uns cacos de cerâmica, uma ossada que não se sabe do quê, muitos até dizem que se há dez anos tivessem passado por lá, não haveria isso, mas talvez alguém tenha passado por lá e plantado aquele determinado artefato para caracterizar que ali algum dia passou índio, ou viveu, e assim por diante, e demarca, faz um relatório, e depois vem todo um processo que tem prazos, e os prazos são rápidos. E aí, a partir do momento em que se publica esse relatório, rapidamente já há uma invasão.

Eu queria sugerir aqui – e estou fazendo um estudo, inclusive, para ver como é que nós podemos trabalhar isso – desapropriação. Se o Governo Federal quer criar uma reserva indígena, então ele desaproprie, deposite 80% do valor, que é o que determina a lei, e os outros 20% se discutem durante o processo. Se é amigável, pagam 100%, e assim por diante. Outro ponto, como foi feito no Governo Fernando Henrique para as ocupações por movimentos dos sem-terra, de que a propriedade invadida não possa ser objeto de desapropriação e nem mesmo de demarcação de terra indígena.

Então, acho que temos que começar a colocar um freio. E, se nós pegarmos o que foi feito até hoje, no que diz respeito à reforma agrária, talvez consigamos também estancar um pouco essa questão indígena no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, o Senador Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Caro Presidente e colegas, serei breve, até em cima do que expressou o Senador Sérgio Souza.

A verdade é que, se nós analisarmos bem a questão indígena, antes de vir o europeu para cá, os nossos ancestrais, se partirmos dessa premissa, toda ela, toda ela... eles eram os primeiros. E aí fica uma situação muito crítica.

Na BR-101, no trecho que vai de Florianópolis a Porto Alegre, há o Morro dos Cavalos. Aliás, queríamos até preservar, mas há alguns resquícios muito leves. Para fazer um túnel ali, tem que desviar. E agora veio mais uma informação: querem levar, não sei se do Mato Grosso, cinco mil índios para a região do Morro dos Cavalos, na BR-101, no sul de Florianópolis. É uma questão muito complicada.

Nós temos, no oeste catarinense, algumas áreas que, há cem anos, são já escrituradas e ocupadas por trabalhadores, e as famílias se encontram na iminência de serem retiradas. Isso gera uma insegurança muito forte.

Então, acho que essa tese que o Senador Sérgio Souza levanta de que, onde houver invasão, não pode haver desapropriação – porque, às vezes, fazem a invasão, e aí é uma razão de o Governo chegar e desapropriar. Às vezes, invadem até indiretamente, aconselham que invada porque vão dar um jeito. Quer dizer, é uma insegurança total. Terras produtivas, muitas vezes, e isso oferece uma repercussão não só para nós, mas, inclusive, para outros setores da própria economia, e fica difícil para trabalhar.

Eu vi, ainda ontem, a Senadora Kátia Abreu, que, por sinal, está aqui com uma preocupação muito grande também, em outros setores da economia, do agronegócio brasileiro, num pronunciamento que fez da tribuna do Senado.

Isso cria uma insegurança, porque alguém falou que o Governo se encontra recolhido. Eu vinha andando e escutei pela Rádio Senado – se não me engano, foi o Senador Jayme Campos – que o Governo se encontra recolhido, como que indefeso, não sabe como agir e não tem uma pauta clara para poder enfrentar essa questão, orientando os seus Ministérios, os seus segmentos. Quer dizer, se ele se recolhe, fica difícil, como quem permite que a coisa aconteça e fica, assim, na espreita.

Então, eu trago aqui uma manifestação de que precisamos clarear isso, respeitando, claro, as áreas, preservando. Eu acho que isso é fundamental. Temos que preservar, manter essa questão eclética, essa miscigenação no Brasil. Acho que é importantíssimo para nós todos que haja uma respeitabilidade no mundo, que o Brasil mantenha essa tradição. É um País em que vale a pena se viver, mas temos que ter uma organização, temos que ter um limite para essas circunstâncias.

Essas foram algumas ponderações que queria trazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, a Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero apenas me aliar aos meus colegas nessa questão que, talvez – eu não tenho medo de errar –, hoje, seja a questão mais quente, a questão mais problemática no mundo rural que é a questão indígena.

Nós estamos vendo problemas onde nunca existiram.

Ainda ontem, um jornalista da revista *Época* me procurou e me surpreendeu com uma pergunta a respeito de uma grande reserva que iniciará pelo Mato Grosso, entrará pelo Tocantins, por Goiás, e que, provavelmente, ficará com a dimensão do Estado de São Paulo. Eu fiquei chocada, levei um susto, porque nunca ouvi falar disso, mas os jornalistas estão percorrendo a Funai, e eles sabem das coisas. Eu fiquei bastante preocupada.

Como é que está a situação hoje? Apenas para reiterar, que eu sei que todos os colegas aqui já estão a par. Nós tivemos um julgamento de Raposa Serra do Sol há alguns anos. Nesse julgamento, os Ministros do Supremo Tribunal Federal fizeram praticamente um *check list*, um roteiro, um *script* de como deve ser feita uma análise para terras indígenas no País. Fez um rito, que, na verdade, veio apenas reiterar o que já está na Constituição: que terra demarcada não pode ser ampliada, que o fato indígena ocorreu em 1988. Se os índios estavam lá antes ou depois de 1988, só se mudar a Constituição, não sei nem se pode. Mas essa é a regra.

Isso posto, a Funai fez de conta que não existe o Supremo Tribunal Federal – como ela costuma fazer sempre e acha que está acima do bem e do mal, inclusive da Presidência da República, como se não houvesse chefe, nem comando, nem diretriz – e continuou ampliando terras indígenas por todo o País, insuflando os índios e recebendo ordens expressas do Cimi.

Quando a Casa Civil me perguntou a respeito do Ministério Público, na verdade, existe um conluio do

Ministério Público com a Funai. O Ministério Público pede a área, a Funai não se defende propositadamente para seguir o processo de demarcação. A Funai tem o direito de dizer: “Não é possível, é ilegal, essa área não é indígena.” É uma obrigação da Funai se defender legitimamente, legalmente, mas ela não faz e faz isso combinada com o Sr. Ministério Público, para que as terras sejam ampliadas.

Neste exato momento, nós estamos aguardando a nomeação do novo ministro do Supremo, a indicação do novo Ministro do Supremo que a Presidente da República deverá fazer. Por quê? Porque esse novo Ministro ou Ministra deverá ser a relatora dos embargos declaratórios. Era o Ministro Ayres Britto, que, no final do ano, não conseguiu julgar porque havia aquela questão do amianto na frente. E eu tinha a convicção, pelas visitas que fiz em todo o Supremo, de que os Ministros, lógico, os mesmos que votaram Raposa Serra do Sol, vão referendar e dizer que aquele é o rito mesmo. Não há como ser diferente. Não estou querendo aqui adivinhar o que o Ministro vai dizer, mas, se eu julguei hoje, eu vou julgar amanhã, não pode mudar de ideia numa situação tão complexa, que foi tão estudada pelos Ministros, como foi esse caso.

Bom, mas enfim, seja como for – nós temos confiança na Justiça –, esse Ministro herda todos os relatórios do Ayres Britto. Então, sem essa nomeação, não há embargos julgados.

No ano passado, nós conseguimos na AGU – muitas pessoas, inclusive a CNA – que aquele decreto pudesse ser publicado, dizendo que os ritos deveriam ser baseados em Raposa Serra do Sol. E o decreto foi publicado.

Depois de 30 dias, houve um recuo da AGU, entendendo, então, que tinha que votar os embargos declaratórios para, enfim, definir terra indígena.

Nesse meio tempo, o que é que nós pedimos à Presidente da República, lá em Cascavel, quando nós estivemos num evento, na Feira de Cascavel, a que a Presidente foi com a Ministra Gleisi Hoffmann?

Eu tive a oportunidade de ir junto. E havia lá uma manifestação de produtores com problemas graves na fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraná, em que era para haver 15 mil produtores. Nós tivemos que acomodar as pessoas para não haver nenhuma violência, nenhuma briga, mas, mesmo assim, ainda havia lá uns 300 produtores.

E o que é que foi solicitado diretamente à Presidente? Que, até que os embargos declaratórios sejam julgados, suspendam-se todas as demarcações. É uma coisa justa. Porque pode estar se jogando dinheiro fora, pode estar se criando uma expectativa que não vai ocorrer, caso o Supremo julgue que, de

fato, Raposa Serra do Sol é um marco para todas as áreas do Brasil. Isso, pelo menos, acomodaria, traria uma certa paz e tranquilidade de que as coisas não pudessem ter continuidade.

Eu não consigo compreender como é que é esse órgão Funai, que tipo de independência ele tem, porque ele age como se fosse o Ministério Público. O Ministério Público tem a sua independência para agir, investigar e propor ações. Agora a Funai é um órgão do Poder Executivo. Então, eu não consigo compreender essa autonomia, esse topete que a Funai tem em desobedecer a ordens, em não cumprir determinações estratégicas do País.

Porque, quando isso for julgado, se for julgado, se for julgado favorável à Raposa Serra do Sol, não significa que o Brasil não terá mais terra indígena. Significa, apenas, que o rito será modificado. Hoje, terra indígena é uma expropriação, a terra é tomada do produtor rural, muitos já estão titulados há mais de 40, 100 anos, em todo Brasil, e a lei, a Constituição diz que terra indígena não tem indenização, apenas das benfeitorias, mas o valor da terra nua não tem. Por isso, causa essa violência, porque o produtor não pode pegar o dinheirinho dele para comprar terra em outro lugar.

Então, daqui em diante, se isso posto, como será o rito de área indígena? O mesmo de reforma agrária. O Governo tem de comprar a terra, indenizar o produtor rural e pode dar terra para quem quiser, pode até dar o Brasil inteiro, não vou dizer nada. Agora, indenize o povo, pague, indenize, porque este Brasil vive em um Estado de direito. O direito de propriedade tem que ser respeitado.

Sr. Presidente, essa é a situação em que nos encontramos hoje. O Ministro da Justiça...Sinceramente, a justiça, naquele Ministério, só funciona para o lado dos índios, só funciona para o lado do Cimi. Lá virou uma representação de classe, lá não existe justiça para quem é fazendeiro. É como se tivéssemos sido expurgados. Tínhamos que ter outro Ministério da Justiça para os produtores rurais do País, porque lá é totalmente parcial, não há imparcialidade no Ministério. Se houvesse imparcialidade, a atitude daquele Ministério seria outra. Conheço o Ministro de longa data, fui Deputada juntamente com ele, não tenho nenhum reparo a fazer a sua conduta ética e moral, a seu caráter, mas está sendo omissa, está sendo leniente com o Cimi e atendendo a pressões de movimentos artificiais que inflamam os índios.

Existem algumas reservas no País que estão pequenas, de acordo com o tamanho da tribo, da aldeia, da reserva? Concordamos com tudo isso, não há nenhum problema. Não queremos tirar o direito de ninguém a

ter sonho por terra; todo mundo pode sonhar por terra. Mas o sonho dele não pode custar o meu, Presidente. O sonho dos índios não pode custar o meu. O sonho dos sem-terra não pode custar o nosso.

O Brasil é grande demais, para que possamos viver na Idade Média. Invasão de terra em terceiro milênio é atitude medieval, de país subdesenvolvido. O agronegócio, um dos mais invejados do mundo, pois produzimos uma das maiores agriculturas do planeta, é a cabeça enfiada no terceiro milênio e os pés soterrados na lama, no arcaico, no atraso, nas invasões, em uma coisa primitiva. Que dia vamos parar com tudo isso?

Estamos vendo o Armínio Fraga agora, a repercussão que isso vai dar contra nós. Não é porque é o Armínio Fraga, mas é um economista brasileiro conhecido por todos, que tem um relacionamento imenso no Brasil e lá fora. Isso vai dar repercussão negativa contra nós. Não tem a menor cerimônia com nada neste País. Estamos à deriva. O direito de propriedade no Brasil está sendo relativizado todos os dias. É, mas nem tanto. Estou cansada de ouvir discurso: "O direito de propriedade tem que valer, mas..." Com esse 'mas', Sr. Presidente, o que o Governo está querendo fazer, parte do Governo quer fazer e alguns movimentos que se dizem representantes?

Eles querem terceirizar a nós, à iniciativa privada, problemas sociais insolúveis que não são nossos, Sr. Presidente. Esses problemas não são dos produtores, não venham terceirizar para nós. Está querendo que nós sentemos com invasores para discutir posse? O que tenho para dar para ele? A minha terra? Não, Sr. Presidente! Não tenho que dialogar com invasor de terra. Quem tem de dialogar com invasor de terra é o governo. A obrigação de dar solução à vida de quem precisa é do governo, e não do produtor rural. É exigir demais! A única coisa que posso dizer para ele, para ter um acordo, é que vou dar um pedaço da terra para ele. Você acha que isso pode acontecer? Não há possibilidade de isso acontecer! Então, ele tem de chorar no pranto correto, no colo correto, não no nosso.

Com relação a essas sugestões que existem por aqui de alguns colegas de que tem de haver negociações, me inclua fora delas, Sr. Presidente. Inclua os produtores fora delas. Não temos que discutir com sem-terra. Quem tem de discutir com eles é quem promete terra para eles, é quem promete reforma agrária, é quem ilude a cabeça deles. Portanto, não terceirizem, repito, problemas sociais que são de obrigação do Estado, para os produtores do País, porque a nossa parte nós temos cumprido à risca. Neste País, o trabalhador já gastou 50% do seu salário médio com comida; hoje, gasta 20% e poderá gastar muito menos, se nos deixarem trabalhar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Quero agradecer à Senadora Kátia.

Concedo a palavra ao Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, essa amizade minha e da Kátia já rendeu até... Mas, na verdade, Sr. Presidente, eu realmente acho que a Senadora Kátia Abreu tem uma visão exatamente correta. E, Senadora Kátia, no final do ano passado, vocês viram, que eu travei uma luta aqui na Comissão de Constituição e Justiça para a gente aportar recursos no orçamento, porque a única forma de a gente evitar um conflito, essa tensão, é se o governo tiver no orçamento da União, como diz a Senadora Kátia, o que nós...

Isso daí, Sr. Presidente, no Mato Grosso do Sul, numa reunião na Assembleia Legislativa com a Presidente da Funai... e é isso que eu estranho, Senador Jayme, de o Ministério Público Federal, Estadual, de várias lideranças, de várias etnias, dos Deputados estaduais. Chegamos à seguinte conclusão: no Mato Grosso do Sul, que é o exemplo que eu conheço, nós não temos invasão, não temos grilo, não temos nada disso. Os produtores que lá estão têm título das suas propriedades, têm documento, cadeia dominial. Isso é pacífico lá no Estado.

Então, lá, não cabe a figura da expropriação. A única coisa a ser feita lá é desapropriar e pagar, indenizar o valor das benfeitorias e o valor da terra nua. Qual o problema aqui? É que, na nossa legislação, se chegar ao final uma demarcação... porque é a demarcação uma coisa quase que unilateral, a Funai vai, ela faz os estudos e, depois, ela mesmo julga se aquilo está certo ou está errado. É um negócio de maluco isso.

Então, chegou-se à conclusão de que é terra indígena, terra indígena é igual terra da União. Essa é a leitura da atual legislação. E terra da União, em tese, o governo não pode pagar aquilo que, em tese, já seria seu. Essa é a dificuldade.

Então, nós temos que, primeiro, fazer com que... e a Senadora, por várias e várias, já ouvi, tantas vezes, a Kátia dizer isso, “Não adianta enquanto a Presidente não indicar um novo Ministro ou uma nova Ministra para o Supremo” Porque é ela que vai herdar a relatoria do ex-Ministro Ayres Britto, que é quem cuidava dessa questão que são os embargos declaratórios sobre a decisão da Raposa Serra do Sol.

E aí, lembrando da Raposa Serra do Sol, olha como que isso é perverso para o produtor. Lá, o argumento usado para que os produtores de arroz saíssem das terras é que, quando na promulgação da Constituição de 1988, não havia produtor, havia índios. Os produtores foram para lá pós 1988. Então, interpre-

tando o texto da Constituição, em 1988, eram terras que os índios habitavam, e habitam. Estavam ali, no presente, 1988. Em função disso, tomou-se a decisão de tirar os produtores de lá.

Pois, muito bem. Em 1988, nessas terras que querem demarcar no Mato Grosso do Sul, não havia nenhuma aldeia, nenhum índio. Quem estava lá, em 1988, era produtor rural. Então, o que valeu para Raposa Serra do Sol tem que valer, também, para o conjunto do País. É isso que nós precisamos colocar com clareza. Falam: “Ah, não, mas aí tem o princípio não sei do quê, os ancestrais, por aí, há não sei quanto tempo, os índios andavam por aí”. Então, nós temos que desapropriar Copacabana, todo o Rio de Janeiro, Salvador...

Então, nós temos que estabelecer um limite. Qual que é o limite? E aí, a minha tese, Senadora Kátia, Senador Jayme, Presidente Benedito, Vice Casildo e o meu amigo Sérgio Souza: dinheiro no orçamento da União, todos os anos. Todos os anos você desapropriar se é preciso desapropriar, coloca dez anos seguidos. Vamos fazer todas as demarcações que precisam ser feitas e que, certamente, devem existir também.

Muito bem, depois de dez anos, Senadora Kátia Abreu, não há mais que se falar em demarcação de terras indígenas no Brasil, senão esse conflito será *ad infinitum*. Essa é uma tese.

E aqui, Sr. Presidente, agradeço aos Srs. Senadores que subscreveram o meu requerimento. Eu estava numa audiência com o Presidente do Tribunal de Contas da União – aliás, uma iniciativa louvável –, que me chamou, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, para o Tribunal de Contas da União fazer uma parceria com as principais Comissões do Senado, no sentido de mostrar auditorias. Para exemplificar, há uma auditoria que mostra que, no Brasil, 43% dos remédios estão acima do preço médio, se comparados ao preço mundial.

Eu fui lá, então quero parabenizar a iniciativa do Tribunal de Contas da União no sentido de se colocar como órgão mesmo que possa auxiliar aqui o Congresso Nacional.

Mas, voltando ao tema, Senadora Kátia Abreu, eu fiz esse requerimento porque a Embrapa tem um departamento que, por meio de satélites, tem como nos dizer o que existia lá nos últimos 30 ou 40 anos, que tipo de agricultura, se havia população indígena ou não. Porque senão nós vamos ficar discutindo aqui, muitas vezes, no escuro.

Eu tenho certeza de que a Embrapa é um órgão com credibilidade suficiente para passar a esta Casa informações. Por isso, eu requeri e acho que a Embrapa pode dar uma contribuição importante nessa discussão,

para tirar a tensão e para permitir que a gente coloque argumentos reais – por que essa terra aqui é importante? Por que isso aqui tinha ou não tinha? Temos que tratar isso com transparência. Porque, senão, Sr. Presidente – e isso é o que eu lamento –, fica de um lado o produtor e do outro lado, populações indígenas. E, às vezes, alguém estimulando: “Invadam, porque a terra é de vocês. Vocês têm que invadir.” Ficam estimulando esse tipo de coisa. Aí o produtor rural, que está lá inseguro, acaba cometendo uma besteira, um ato. E nós temos que evitar isso, Sr. Presidente.

Então, eu acho que o Ministro da Justiça vai vir aqui, Sr. Presidente. E eu estava lendo aqui que, no dia 18 de abril, ele vai estar na Comissão de Direitos Humanos, a pedido da Senadora Ana Rita. E, certamente, logo depois, uma semana, duas semanas depois, ele poderá vir aqui.

E tenho informação de que a Ministra Gleisi Hoffmann, nossa colega Senadora, também foi convidada a ir à Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ela foi convocada.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Então, quero agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Interessantes essas observações.

Eu gostaria apenas de levantar aqui uma preliminar. Considerando esse requerimento, que eu acho que vai servir como base para a presença do Ministro, para que não venha aqui com aquelas conversas de que tem ou não tem, é ou não é; considerando a credibilidade que tem a Embrapa para fornecer esses dados – e traremos esse requerimento ainda hoje ao Plenário do Senado, para aprová-lo e para pedir essas informações –, então, como sugestão, é interessante que aguardemos essas informações, para que possamos marcar a data da vinda do Ministro, ou chamá-lo independentemente das informações que possamos ter aqui em mãos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu requeiro urgência para esse requerimento, para que possa ser apreciado no Plenário do Senado ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Perfeito.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Essa ideia é ótima.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Fica definido isso. A gente vai pedir urgência ao requerimento. Aprovado, a Embrapa nos fornece isso. De posse desses elementos, desses dados, aí o debate fica mais virtuoso.

Combinado? Pronto.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. *Fora do microfone.*) – Vamos tirar o Governo da retranca.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Então, encerrada a Ordem do Dia.

É interessante dizer-lhes que, na próxima quinta-feira, a audiência será com frigoríficos e abatedouros, para tratarmos desse assunto sério.

Convoco os Srs. Senadores para a reunião do próximo dia 11 e encerro a presente.

Muito obrigado.

(Iniciada às 08 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 21 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2013.

Às nove horas e onze minutos do dia nove de abril de dois mil e treze, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Lobão Filho, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, Ivo Cassol e Benedito de Lira, e também dos Senhores Senadores Eduardo Suplicy e Jorge Viana, não membros, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer as Senhoras e os Senhores Senadores João Capiberibe, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino e Gim. O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento n.º 01 de 2013-CCT**, de autoria do Senhor Senador Zeze Perrella, que requer “... nos termos regimentais, pelo presente, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite aos Excelentíssimos Senhores Paulo Bernardo, Ministro de Estado das Comunicações, e João Batista Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, para a realização de debates em torno dos temas ‘15 ANOS DA LEI GERAL DE TELECOMUNICAÇÕES – AGENDA REGULATÓRIA 2013/2014 – TELECOMUNICAÇÕES E INTERNET E NOVA ESTRUTURA DA ANATEL’”. Compareceram

os Excelentíssimos Senhores Paulo Bernardo e João Batista de Rezende. Feita a exposição pelo Ministro Paulo Bernardo, em seguida o Presidente Senador Zeze Perrella franqueou a palavra às Senhoras e Senhores Senadores na ordem de inscrição, fazendo uso dela Walter Pinheiro, Benedito de Lira, Lobão Filho, Eduardo Suplicy, Sergio Petecão, Angela Portela, Vital do Rêgo e Jorge Viana. Prosseguindo, em virtude do horário, a mesa deliberou pela realização de nova Audiência Pública para a exposição pelo Presidente da ANATEL, Sr. João Batista de Rezende, com a concordância do convidado e aprovação pelo plenário, agendando então o dia 07 de maio como data prevista. Em seguida, o Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e quarenta e cinco minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Zeze Perrella**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(texto com revisão)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de abril de 2013.

Antes de iniciarmos os trabalhos da nossa reunião, submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Iniciando agora os trabalhos da reunião, tenho a honra de receber para esta audiência pública o Ex^{mo} Ministro de Estado das Comunicações, Sr. Paulo Bernardo, e também o Ex^{mo} Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Sr. João Batista de Rezende, que já se encontram à mesa.

Esta audiência pública é realizada em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2013, desta Presidência, para debate dos temas “15 Anos da Lei Geral das Tele-

comunicações – Agenda Regulatória 2013/2014 – Telecomunicações e Internet e Nova Estrutura da Anatel”.

Ressaltamos a importância da realização desta audiência mais ainda pela vinda do Ministro das Comunicações e do Presidente da Agência, responsável pela fiscalização do setor de telecomunicações.

Receberá o plenário da CCT, nesta oportunidade, informações e dados sobre as atividades e a agenda estatal para o setor. Também poderemos debater com o Ministro Paulo Bernardo e com o Presidente João Rezende as diretrizes das respectivas pastas.

Assim sendo, passo a palavra, inicialmente, ao Ministro Paulo Bernardo.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Muito bom dia, Presidente desta Comissão, Senador Zeze Perrella, do Estado de Minas.

Sras e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero agradecer o convite e dizer que é uma satisfação estar nesta Comissão que é a mais relacionada com os temas que estão a cargo do Ministério das Comunicações. E quero registrar que temos contado com enorme apoio do Senado e principalmente desta Comissão.

Registro que, no ano passado, nós estivemos aqui e participamos de uma audiência como esta, em que defendemos a votação de uma lei federal de antenas para regular essa questão no Brasil inteiro, e o Senador Vital do Rêgo nos informou, na mesma reunião, que havia um projeto já em elaboração. A partir dessa conversa, nós fizemos um acordo. O Governo abriu mão da autoria do projeto e o Senador Eduardo Braga, que também era Presidente da Comissão, foi Relator do projeto, que foi votado em pouco mais de dois meses aqui.

Acabei de falar com o Presidente da Câmara dos Deputados, que vai pautar no plenário – pelo menos é a proposta que o Presidente está levando para os Líderes. Se houver concordância, deve ser pautado no plenário.

Portanto, um avanço enorme que se deve a uma conversa que nós tivemos em uma audiência realizada nesta Comissão, que entendeu a oportunidade, a importância e a conveniência de ajudar. O Governo abriu mão de ser autor. Portanto, o Senador Vital do Rêgo foi o autor, com a relatoria do Senador Eduardo Braga.

Vamos falar sinceramente: isso resolveu um problema. Se fosse um projeto mandado por nós, provavelmente demoraríamos uns dois meses para enviar.

Passando ao tema, ele é bastante amplo, quase que um balanço. Considero oportuno que os Senadores e as pessoas que acompanham os trabalhos do Senado vejam o que estamos fazendo, as perspectivas.

E eu começaria, Sr. Presidente, dizendo que, no ano passado, a União Internacional de Telecomu-

nações, órgão multilateral que cuida dessa área de telecomunicações, divulgou um relatório mostrando a situação de 155 países analisados. Nesse quadro, o Brasil se destacou como um dos três países que mais subiram no *ranking* de uso de tecnologias da comunicação e da informação no período avaliado. O relatório foi divulgado em 2012, mas o período era 2010/2011. No mesmo período, entre 2010 e 2011, houve uma queda de 46% no preço da banda larga no Brasil. Hoje somos o quarto maior mercado do mundo para serviços de telecomunicação. Isso na média do serviço, porque, se analisarmos, por exemplo, computadores pessoais, somos o terceiro maior mercado; em termos de telefonia celular, estamos em quinto lugar no volume de vendas. Fomos considerados o quarto maior mercado do mundo para telecom, com a quarta maior contribuição do setor de telecom para o PIB. E assumimos o primeiro lugar na América Latina na densidade de acesso de banda larga móvel.

Só para observarmos o que está acontecendo, esse gráfico mostra dados referentes à banda larga fixa, que atingiu, em fevereiro de 2013, quase 21 milhões de conexões, 20 milhões e 700 mil conexões, e a banda larga móvel, que passa de 65 milhões. É um serviço que começou em 2008 e já conta com mais de 65 milhões de usuários. Nesse dado me parece que não estão computados os serviços máquina a máquina, cuja sigla é M2M, que deve somar mais uns 8 a 10 milhões. A Anatel passou a computar isso separadamente e acho que, à medida que esse serviço for crescendo, vai passar a compor uma estatística à parte, até porque, Presidente, a previsão é de que esses dispositivos máquina a máquina cheguem, em 2020, a beirar 1 bilhão de dispositivos. E não são dados do Governo, mas de várias projeções feitas inclusive pelo próprio mercado.

O número de celulares no Brasil chegou a 263 milhões, sendo que 80% deles são pré-pagos. Em telefonia fixa, temos hoje 44,5 milhões de linhas de telefone fixo, sendo 30 milhões de telefones conectados pelas concessionárias e 14 milhões de empresas autorizadas. Notem que o número de telefones das concessionárias tem diminuído. Estabilizou-se. No ano passado, não houve grandes mudanças, mas em 2011 houve uma queda de quase 1 milhão de usuários.

A televisão por assinatura é o exemplo de como uma legislação propícia pode ajudar muito. O Senado aprovou, em 2011, a nova lei, que havia sido aprovada na legislatura anterior pela Câmara. E esse serviço está crescendo perto de 30% ao ano: 2009, 2010, 2011 e 2012. No ano passado, atingimos 27% dos domicílios, algo em torno de 17 milhões de assinantes de TV por assinatura.

Ali está a lista das tecnologias. Veja que a faixa vermelha, que indica televisão por satélite, hoje é a maior. Está mais popularizada pelos preços, pela facilidade de instalar em qualquer região, mas nós estamos prevendo que vai haver um grande crescimento da TV por cabo, com cabo coaxial ou fibra ótica. Basta dizer que na Anatel nós já temos mais de 300 pedidos de licença para operar a TV por cabo. Quer dizer, com certeza esse é um serviço que vai avançar bastante.

Ali há um quadro que mostra, com dados em uma pesquisa da Cetic, que é um órgão ligado ao Comitê Gestor da Internet, a penetração da Internet de acordo com a renda das famílias.

Se nós olharmos a área rural e, principalmente, olharmos as famílias de menor renda, é quase ausente. Até um salário mínimo, há 3% de penetração. De fato, é muito menor. Quando passamos para famílias de alta renda, acima de 10 salários mínimos, nós temos, em 2010, 86% e, em 2011, foi para 91%. Nós não temos os dados ainda de 2012, mas tudo indica que pode ter aumentado um pouquinho.

E uma das coisas de que temos falado muito, Senador Zeze Perrella, é que essa pesquisa mostra por que a pessoa não tem Internet. O primeiro fator é porque é caro, tem alto custo; 50% deram essa resposta nos domicílios urbanos. Nos domicílios rurais, 33%. Mas não porque o pessoal acha caro, e sim porque não existe oferta.

O outro ponto, então, é ausência de cobertura. Nos domicílios urbanos, 21% não têm porque não há oferta e 54% na área rural.

De fato, uma das coisas que nós fizemos no ano passado, quando licitamos o 4G, foi licenciar também a frequência de 450 MHz para fazer Internet e telefone rural, porque temos que cobrir essa lacuna dos pequenos Municípios, dos pequenos distritos, da população rural, em muitos lugares, com adensamento bem razoável. Não estou falando da Amazônia, que é outra coisa, onde nós temos que fazer com satélite. O Nordeste e algumas regiões dos Estados do Sul e de Minas têm um alto adensamento populacional, mesmo na área rural, em pequenas propriedades e tudo mais. Então isso vai cobrir uma lacuna grande.

Eu queria mostrar algumas ações que nós já realizamos ou que estão em curso.

Uma coisa que está tramitando e que nós achamos que vai ser um sucesso é uma regulação dos pagamentos móveis. Isso significa que a pessoa vai poder usar o aparelho celular para fazer pagamento, como usa o cartão de crédito. Esse é um trabalho que foi feito junto com o Banco Central e a Anatel. Nós produzimos uma proposta que está no bojo de um projeto que foi para a Casa Civil esses dias, que é mais amplo,

regula meios de pagamento. Isso já não é atribuição do Ministério das Comunicações, e sim do Banco Central e da Fazenda, mas o capítulo que trata de pagamentos móveis está muito bom.

Nós estamos trabalhando num projeto de banda larga 0800, que seria para fazer atendimento gratuito, principalmente atendimento ao consumidor. Estamos discutindo o Programa Geral de Metas para a Universalização III, que, na verdade, oficialmente, começaremos no ano que vem, porque está previsto para 2015. Aliás, o PGMU III já foi, vamos discutir o próximo, o IV.

O telefone com acesso especial para família de baixa renda.

A desoneração dos *smartphones*, que foi votada na lei no ano passado, em setembro, cujo decreto nós mandamos há algum tempo para a Casa Civil, foi assinada ontem pela Presidenta, Senador. Está no Diário Oficial de hoje a desoneração dos *smartphones*. Nós dependemos apenas de uma portaria que vamos publicar ainda esta semana. Vamos fazer esta semana a portaria para entrar em vigor a desoneração dos *smartphones*.

Temos um programa de cidades digitais para o qual recebemos inscrições de Municípios com até 50 mil habitantes, para dar apoio a esse projeto. E estamos até um pouco assustados, porque tivemos algo em torno de 1,9 mil Municípios inscritos. É evidente que nós não vamos ter dinheiro para isso. Vamos ter de ver como é que vamos selecionar isso e ver se fazemos uma programação para mais de um ano, para conseguir mais recursos com a equipe econômica. Mas, de fato, isso surpreendeu. A Senadora Angela Portela se interessa muito por esse tema. Temos 1,9 mil Municípios interessados. Então, nós vamos ter de trabalhar isso bastante.

Estamos fazendo avançar o processo de digitalização da TV. Temos um cronograma que estabelece que o sinal analógico da TV seja desligado no dia 30 de junho, ou melhor, no dia 1º de julho de 2016. E nós temos uma proposta para mudar isso, para antecipar algumas regiões para 2015. Para outras regiões, vamos deixar o prazo até 2016. E vamos postergar o prazo até 2018 para algumas regiões.

O Regime Especial do Plano Nacional de Banda Larga já foi regulamentado. Nós temos uma demanda. As empresas estão preocupadas com o prazo exíguo e estão nos procurando. Não há ainda uma decisão, mas é possível que nós discutamos no Governo uma eventual prorrogação desse prazo. Já fomos procurados pelas empresas para mudar isso.

Sobre a Lei das Antenas eu já falei. Essa foi uma produção desta Comissão, que convenceu o Senado, que, em pouco mais de dois meses, votou. A matéria

está agora na Câmara dos Deputados. Aachamos que há grande chance de ela ser votada neste semestre. É claro que este semestre pode até ser um prazo muito elástico, considerando que o Deputado Henrique Alves nela está interessado e pode colocá-la na pauta logo. Nós achamos que se vota essa matéria neste semestre.

Já falei da licitação de 4G e de 450MHz, Senador. No ano passado, fizemos essa licitação e tivemos uma arrecadação de R\$2,9 bilhões. Eu até queria esclarecer que nós, na ocasião, fizemos a seguinte opção: nós preferimos imputar obrigações de se fazer, de se cumprir prazo, de se ter maior abrangência e de se fazerem investimentos pelas empresas a dar um viés de arrecadação. Então, nós não priorizamos a arrecadação. Nós estamos preparando a licitação da faixa de 700MHz para o começo do ano que vem, e já há no Governo o convencimento de que também não vamos dar ênfase para a arrecadação. É claro que vai haver alguma arrecadação, porque, no fim, a disputa se dá em função dos recursos: quem paga mais leva. Mas nós vamos também colocar uma série de obrigações de fazer, principalmente nas grandes redes de fibra ótica. E achamos que isso vai ajudar muito a desenvolver a banda larga no País.

Estamos fazendo tudo isso com política industrial: 50% dos equipamentos têm de ser fabricados no Brasil com o critério de PPB, que é o Processo Produtivo Básico, e até 20% dos equipamentos têm de ser fabricados com tecnologias desenvolvidas aqui.

O que esperamos com esse Regime Especial de Banda Larga, que já mencionei? Nós desoneramos os impostos federais, PIS/Pasep, Cofins e IPI. Quanto ao IPI, isso se dá basicamente na etapa de construção. Se vai construir uma torre, se vai construir um duto, este fica desonerado também do IPI, como acontece em outras áreas de construção.

Nós pretendemos reduzir as diferenças regionais, modernizar as redes de telecomunicações e elevar os padrões de qualidade percebidos pelos usuários, com massificação do acesso às redes e ao serviço de telecomunicações que suportam acesso à Internet em banda larga.

Fizemos a regulamentação de um instrumento de debêntures para infraestrutura. Isso serve para as empresas interessadas em fazer captação de recursos e já foi regulamentado.

E uma coisa boa que acho que a Anatel está agora regulando e vai colocar em consulta pública se refere às pequenas células...

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Está terminando.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Está terminando já, não é? É o que diz aqui o Presidente.

Isso serve para melhorar o atendimento dentro de ambientes fechados ou em pequenas localidades nas vizinhanças de um lugar em que você queira reforçar a rede. A principal característica é que ela capta o sinal do celular e remete para a rede fixa. Então você desafoga as antenas de celular.

Já falamos da Lei de Antenas e também de meios de pagamento.

Uma coisa que eu queria frisar, Presidente, é que a Telebrás está fazendo um bom trabalho, agora com mais visibilidade, porque está fazendo a ligação em todos os estádios que vão receber a Copa do Mundo, os seis da Copa das Confederações deste ano e seis outros que também estarão na Copa das Confederações. Basicamente, as redes de fibra ótica que darão condições de gerar imagem para a FIFA estão sendo feitas pela Telebrás e a empresa deve fechar este ano com mais de vinte mil quilômetros de rede de fibra ótica pronta e em operação.

Já conseguimos fazer... Não é bem visível para quem está lá atrás, mas ali tem um anel, em azul, que mostra o que já foi feito chegando a todos os Estados do Norte, essa parte mais leste da Região Norte, todos os Estados da Região Nordeste, Minas, Espírito Santo e chegando a Brasília. Quer dizer, faz um anel ali que é importantíssimo para gerar tráfego de Internet e melhorar os preços, melhorar a qualidade lá nas Regiões Norte e Nordeste.

Estamos montando um satélite, que deve ser lançado em 2015, todo voltado para comunicações. Vai ter dois *spots* para comunicações estratégicas, basicamente das Forças Armadas e outras comunicações estratégicas de Governo, e os demais *spots* serão operados na chamada banda Ka, uma banda relativamente nova para satélite, que vai servir para a banda larga civil, principalmente em regiões mais distantes. Onde é mais difícil chegar com rádio e, principalmente, com fibra ótica, nós vamos fazer o atendimento por satélite.

Destaco aqui – o João pode melhorar essa fala depois – que foi feito o regulamento de exploração industrial de linha dedicada. Isso é para regular a relação entre as empresas na compra e venda de Internet. Isso significou uma redução de 30% nos custos. Quer dizer, vai baixar a Internet no atacado e possibilita baixar também no varejo. E fizeram, lá na Anatel, o Plano Geral de Metas de Competição, que é, basicamente, também para regular o atacado. Acho que é importante porque a Anatel ainda não tinha se debruçado, nos anos anteriores, nessa questão do atacado. Então, ela determina o compartilhamento de redes e infraestrutura, reduz barreira à entrada de novos competidores e faz uma regulação que não é simétrica, pois trata de forma diferente os diferentes.

Nós fizemos, em 2011, a chamada Banda Larga Popular, que estabeleceu a oferta de um megabyte por R\$35,00. É bom lembrar que, na época, a média nacional era de, praticamente, R\$70,00 o preço de um megabyte. Nós já temos, hoje, 2.850 Municípios atendidos e 2,5 milhões de acessos contratados. Na verdade, esse programa tem funcionado como uma entrada. O usuário entra nesse primeiro estágio e depois contrata um combo, contrata velocidades maiores, tanto que a velocidade média da Internet no Brasil atingiu, no ano passado, 2,3 megabytes por segundo.

Conectamos 64.500 escolas urbanas e, com a frequência de 450 que vai fazer a área rural, vamos conectar mais 82 mil escolas da área rural. Isso ficou estabelecido como obrigação. Fizemos desonerações, várias, *modems*, *tablets*, roteadores digitais, *smartphones*, em documento que, repito, foi assinado ontem pela Presidenta e está no Diário Oficial de hoje: isenção de tributos federais para banda larga rural, o 450. Quando for prestado o serviço no 450, não vai ter imposto federal. E também, para estações de satélite que vão receber banda larga, reduzimos as taxas para comunicações máquina a máquina.

Senadores, uma coisa acho importante mostrar. Isso não tem solução no curto prazo, mas é importante insistir. É que no preço da banda larga, como de maneira geral nas telecomunicações, nós temos uma importante carga de tributos. Se olharmos essa tabela veremos que numa fatura de R\$76 temos R\$24 de tributos, isso significa 32%, o que com certeza é um inibidor do maior uso da Internet.

Tivemos um regulamento de qualidade aprovado pela Anatel, que estabelece, para este ano, o mínimo de velocidade no momento de 20% e média de 60%. O gráfico vermelho mostra a média. E essa média vai aumentar, no ano que vem, para 70% e depois para 80%. Ou seja, o cidadão contrata a Internet e com esse parâmetro terá direito a no mínimo 40% em qualquer momento. É o mínimo a que pode cair o tráfego. Mas na média terá que ser 80% daquilo que foi contratado.

Isso significa que aqueles contratos em que o cidadão assinava e não olhava nas letras pequenas, quando ia saber, a obrigação era dar pelo menos 10%, isso aí acabou. Começou com 20%, aumenta para 30% e depois vai para 40% num determinado momento, mas a média, que é o mais importante, já começa com 60%.

Só para encerrar, Senador, o Governo lançou um conjunto de medidas para melhorar o atendimento ao consumidor. E nós, da área de comunicações, fomos convocados. A Anatel tinha um regulamento em trânsito que trata de relações com o consumidor. O que nós recebemos de orientação do Governo levou a Anatel a acelerar a tramitação disso, de maneira que também

estamos engajados num esforço para garantir boas condições de atendimento.

O Governo vai fazer um decreto que estabelece os itens essenciais. Pelo menos do que tenho visto, o celular deve ser enquadrado quanto a essa coisa de troca: deu defeito tem que trocar. Ele vai ser considerado um item essencial. E é mesmo. Hoje todo mundo usa celular para trabalhar e se comunicar, de maneira que é fundamental.

Então, encerro por aqui, Senador, e me coloco à disposição dos nossos líderes da Casa para responder às questões.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – O Ministro Paulo Bernardo tem uma audiência com a Presidente às 10h30. Então, ele fez a sua explanação e está à disposição para responder às perguntas. Em seguida, o Presidente da Anatel, João Batista, falará também para nós. O Ministro terá de sair até 10h30, não é, Ministro?

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Mas o João Batista continua aqui com a gente. Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, quero só salientar duas coisas. É importante a vinda tanto do Ministro quanto do Presidente da Anatel a esta Comissão, assim como fizemos no período passado em relação ao início dos trabalhos. E acho que é fundamental esse balanço que o Ministro faz em relação a diversas medidas e, dentro do balanço, inclusive o próprio trabalho desempenhado aqui, pelo Senado, no aspecto da aprovação de medidas para incentivar o setor – desoneração, estímulo – no momento da economia com dificuldades.

É bom lembrar que esse é um setor que cresce, Ministro, de forma completamente diferente do que acontece com outros setores da economia. Mas é importante que o incentivo venha para alcançarmos alguns objetivos aqui pautados, entre eles a questão da cobertura, ampliação e interiorização dos serviços. Portanto, esse é um ponto fundamental no que V. Ex^a coloca.

Queria também chamar a atenção para a utilização, principalmente dessas virtudes do setor de telecomunicações, para ir ao encontro da demanda de serviços. O Ministro falou aqui na questão dos pagamentos, por exemplo. Essa é uma luta histórica do Congresso Nacional para a introdução desse serviço. Hoje há, por parte do Governo e do próprio Banco Central, encaminhamentos claros para isso.

Ministro, eu conversava com a Ministra Miriam, no dia 2, lá em Fortaleza, quando do anúncio das medidas em relação aos efeitos da seca, e um dos pon-

tos em que eu tenho insistido muito é a utilização do celular ou da tecnologia móvel nessa área, portanto, a bancarização e a chegada dos serviços.

Temos a maior dificuldade hoje para fazer chegar ou garantir a safra em todos os lugares onde os efeitos da seca vão já criando dificuldades. Primeiro, o Banco do Nordeste é um banco que não tem capilaridade. Consequentemente, o agricultor é obrigado a se deslocar para cidades onde o Banco do Nordeste tem sede. Isso poderia, tranquilamente, ser feito utilizando-se essa estrutura para esses serviços, ou seja, promover o pagamento, promover a movimentação. E não há nenhum bicho de sete cabeças, porque quem opera um celular pré-pago faz uma operação de crédito. Então não é nenhuma nova descoberta para quem já tem.

Hoje, todos nós sabemos que o celular está na mão de todo mundo. Portanto, haveria grande facilidade da aplicação desse serviço. Sem contar a outra parte, que considero fundamental, que diz respeito a esses aplicativos que envolvem clima, emergência, agricultura e saúde, portanto, a utilização desses serviços para fazermos chegar serviços de atendimento à população usando verdadeiramente a tecnologia móvel como um canal, uma ferramenta para atingir todos esses lugares.

É importante salientar isso, Sr. Presidente, porque essa tem sido uma das contribuições, uma das buscas que aqui, permanentemente, os Senadores vêm fazendo. Quando muitos clamam por expansão da banda larga, por chegada, não é só para levar isso numa expectativa de ampliação dos serviços de voz no interior, mas também para criar um mecanismo de qualidade e de cobertura desse serviço e, principalmente, usar isso como uma ampliação para oferta de outros serviços em nosso País.

É importante, nesse tempo, associar isso a medidas que esta Casa tem tomado, ou seja, superar as dificuldades, como o caso citado pelo Ministro, a Lei das Antenas, ou até a boa contribuição que este Parlamento deu no caso da Lei do Audiovisual, Ministro Paulo Bernardo. Além da questão da TV por assinatura, nós impulsionamos uma área importantíssima da economia, portanto, economia que advém da cultura.

Até outro dia, Paulo, fiquei muito feliz porque, numa dessas revistas de bordo de uma companhia aérea, há uma boa reportagem do que esta lei produziu do ponto de vista da produção cultural no Brasil e do incentivo à cultura. Desconcentrou e, ao mesmo tempo, sai, eu diria, até garimpando essa rica produção cultural no Brasil. Isso não existe só no Centro-Sul, mas no Brasil inteiro. Agora, além do financiamento, além das condições, você ganha também, com a Lei do Audiovisual, a oportunidade para que isso seja veiculado. A

obrigatoriedade que colocamos na lei foi exatamente para permitir o ganho de capacidade para apresentar isso ao povo brasileiro e, na outra ponta, usar a capacidade de produção cultural do povo brasileiro. Portanto, acho que essas medidas vão chegando em boa hora para se fazer uma verdadeira cobertura em todas as frentes, usando aquilo que esse insumo de telecomunicações tem de mais importante.

Por último, eu só queria inserir uma coisa, Paulo. Acho que o que fizemos com o setor elétrico agora, no que diz respeito a desonerar e, ao mesmo tempo, reduzir a tarifa na ponta, precisamos colocar na ordem do dia, na cabeça das pessoas. Temos agora a própria redução de tarifas nas chamadas. E é importante lembrar essa questão do *roaming* ou do interurbano, como é mais chamado aqui, meu caro João, porque isso abrange exatamente a população mais carente. E que as pessoas passem a entender também na economia que telecomunicações são um insumo tão decisivo quanto a energia. Então, esse é um aspecto. E é estruturante, é ponto central para a atração de investimentos.

Estamos estudando a aprovação de medidas para essa questão da guerra fiscal. Um dos elementos fundamentais hoje, nessa guerra fiscal, é exatamente esse insumozinho chamado telecomunicações. Neste novo tempo, sem esse transporte da informação, sem essa utilização, não se consegue, de forma alguma, levar o desenvolvimento para o interior do Brasil.

Para se ter uma ideia, Paulo, estamos levando lá para o interior da Bahia uma unidade de produção de aerogeradores da Alstom francesa. É óbvio que ela foi para um local próximo de onde vamos ter um grande parque eólico, mas uma das exigências...

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Qual é a região?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Na região de Caitité, Guanambi, no sudoeste baiano, onde temos um grande parque eólico. A Alstom fez um investimento de R\$1 bilhão para a construção de 440 aerogeradores naquela região. Um dos grandes pleitos da Alstom, obviamente, como eles vão tirar energia do vento não seria energia elétrica. Portanto, para o complemento da sua atividade, foi exatamente a questão da oferta de serviços de banda larga, serviços de comunicação. E isso tem sido constante para a atração de investimentos. E, agora, a gente viu aí para a Copa do Mundo. Temos que aproveitar essa experiência da Copa do Mundo e consagrar de uma vez por todas os nossos centros de emergência. Portanto, os centros de serviço para atender à população e não só à Copa do Mundo.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Com a palavra o Ministro Paulo Bernardo.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Primeiro, essa questão dos aerogeradores no sudoeste da Bahia. É uma notícia fantástica o fato de ser instalado em uma região onde, com certeza, vai ter um impacto muito maior do que teria numa capital.

Respondendo objetivamente à questão colocada por V. Ex^a, acho que temos hoje condição de atender com alguma celeridade a demanda por banda larga. É evidente que, se fizermos o atendimento a esse empreendimento industrial, vamos fazer o atendimento à região também, e isso tem outro...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Já usar as torres de eólica para retirar...

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – ...impacto também para a região. Com certeza, um benefício adicional para toda aquela população.

Com relação à questão do audiovisual, V. Ex^a foi um dos líderes que conduziram esse processo na Câmara primeiro, depois no Senado. Coincidentemente, mudou de Casa no intervalo entre as duas votações. E, de fato, o mercado de produção audiovisual no Brasil está num momento privilegiado. Todas as informações que nós recebemos da ANCINE e das associações de produtores são de que estão num momento especial. As empresas têm obrigação de apresentar produção nacional. Então, o que está acontecendo é que elas estão comprando o que já estava sendo produzido e financiando novas produções. Com certeza há um impacto enorme na formação desse mercado importante, que, se qualificado, gera um grande valor agregado.

Foi muito importante a contribuição que a Câmara e o Senado deram nessa votação, e nós achamos que isso ainda vai se estender mais, porque a TV por assinatura está crescendo quase 30% ao ano, quer dizer, o impacto dessa exigência de ter cotas nacionais e cota independente é maior ainda.

No mais, eu acho que nós estamos de acordo. Quero registrar aqui como uma pitada de brincadeira, que nós temos outro petista defendendo desoneração para o setor de telecomunicações.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mas eu, inclusive, saí em defesa de V. Ex^a.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Eu sei, eu li. Muito bem, Senador. Agradeço.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – As pessoas precisam saber a diferença entre o que é a desoneração para baixar o custo – é exatamente isso –, para que a população possa ter acesso a isso, e o outro debate sobre a questão da mídia, comunicação e produção cultural. Nós precisamos, inclusive, fazer a

separação das coisas. Isso é fundamental. E acho que esse foi o erro daqueles que fizeram crítica a V. Ex^a. Portanto, eu defendo, sim. Nós temos que desonerar para chegar à ponta, para isso não se tornar instrumento de consumo somente de uma camada da sociedade que pode pagar para ter esse tipo de serviço. Acho que essa é a questão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Com a palavra, o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Presidente da Anatel, companheiros Senadores e Senadoras, a minha proposição é muito rápida. Nós vivemos, no momento, uma situação que continua, na minha observação, ruim, que é exatamente o serviço de telefone celular não só dos grandes centros, mas especialmente quando você chega aos Estados e vai para as regiões do interior. No meu Estado, por exemplo, praticamente dentro da cidade de Maceió, se sair 10km, 20km, você fica sem sinal de telefone. Você está, às vezes, numa conversa, e a ligação cai com frequência. Dando um exemplo: eu preciso falar com o Senador Walter Pinheiro, lá na Bahia; faço a ligação, e vem aquela mensagem de que o telefone dele não recebe ligação ou de que o telefone não existe. Quer dizer, é um péssimo serviço prestado por essas empresas, pela TIM, pela Oi, pela Claro ou qualquer uma delas.

Eu gostaria de saber, Ministro – queria cumprimentar V. Ex^a pelo trabalho que tem desenvolvido à frente do Ministério das Comunicações. Pelos gráficos apresentados aqui, a gente sabe da evolução que se está dando nesse Ministério, que, apesar de todas essas dificuldades, tem desenvolvido um trabalho que é digno de referência e de elogios por parte de todos nós –, o seguinte: quais são as ações que têm sido adotadas pelo Ministério e pela Anatel para coibir esse abuso e como proceder para expandir, logicamente, para as áreas em que ainda não chega sinal do telefone celular? Como bem disse o Ministro: celular hoje não é apenas um insumo para se comunicar, mas um instrumento de trabalho, uma vez que milhões de brasileiros usam o celular para exercer a sua atividade de trabalho no dia a dia. Mas, infelizmente, o serviço não está ainda à altura da exigência, da capacidade e, inclusive, do esforço que tem sido desenvolvido pelo Ministério das Comunicações.

Então, o que é que falta? É um maior volume de ações, de recursos contra as empresas que têm o comando e o domínio desse setor de comunicação ou a incapacidade do Ministério de dotar esses sinais frequentes na hora em que se precisa deles?

Era exatamente isso, Ministro, que eu gostaria de saber de V. Ex^a.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira.

Primeiro, quero concordar com V. Ex^a. Nós temos deficiências que exasperam o consumidor, com razão, até porque não temos hoje mais divergências sobre isso, é um serviço essencial, as pessoas usam o tempo todo no seu dia a dia, para trabalhar, para se comunicar com os familiares, para monitorar o que os filhos estão fazendo, monitorar o que os maridos estão fazendo. Eu não sei se para isso usam, mas é essencial. Eu vou cuidar com as brincadeiras aqui, não é, Senadora Angela, senão daqui a pouco levo uma bronca.

Então, de fato, a deficiência existe. Eu atribuo como principal causa o crescimento muito rápido e expressivo que nós tivemos no último período. Em 2011, o 3G cresceu 100%, dobrou. Em 2012, cresceu mais 80% sobre esse patamar. Se contar esse pedaço de 2013, temos hoje três vezes mais terminais habilitados no 3G do que tínhamos em 2010. Se pegarmos o que aconteceu nos últimos dez anos, nós temos hoje sete vezes mais aparelhos celulares. E a crítica que faço às empresas é que elas não se prepararam devidamente e não fizeram os investimentos. Se V. Ex^a pergunta: e o Governo? Acho que nós podemos assumir a carapuça de que também não prevíamos esse crescimento e não tivemos a percepção de que haveria esse tipo de problema e essa dificuldade.

O Governo tem agido, estamos cobrando das empresas; a Anatel fez regulamentos de qualidade para a Internet, fez normas de qualidade mínima para o atendimento no celular. No ano passado houve uma medida dura, que foi suspender a venda de *chip*. Essa não é uma medida que se toma qualquer dia porque, na verdade, trabalhamos para que se venda mais e não para parar de vender. Mas a Anatel, naquele momento, achou que tinha que fazer um freio de arrumação, e acho que foi positivo. E nós estamos apostando que vamos superar essas deficiências. Primeiro, o consumidor tem todo o direito de cobrar e os Parlamentares, que são representantes, também têm não só o direito, como a obrigação de transmitir para nós essas questões.

Nós temos algumas ações articuladas, Senador, que são, primeiro, a partir do ano que vem, começar a implantar a Internet e telefonia rural. E temos expectativa de que isso vai ocorrer com tecnologia LTE, ou seja, com serviço de quarta geração, o que vai eliminar um problema que nós temos nos distritos, por exemplo, que não são atendidos ou nas escolas da área rural que não têm Internet ainda.

Na licitação para 700 megahertz, que também vai ser de quarta geração, a Anatel está trabalhando com a possibilidade de colocar a exigência de cober-

tura ao longo das principais rodovias, para resolver aquela coisa de que a pessoa está na rodovia, alguém quer conversar com ela e não consegue porque na rodovia não há atendimento. Temos também a previsão de ampliação forte para todo o território nacional dos serviços 3G, com a implantação do 4G a partir do fim deste mês, com a licitação dos 700.

Agora, dentro de tudo isso, Senador, o grande ponto comum para todas essas alternativas é que nós precisamos ter infraestrutura de telecomunicações. A Presidenta Dilma nos orientou a tratar a questão da infraestrutura para telecomunicações de maneira tão prioritária como se trata rodovia, ferrovia, aeroporto. Tem que ser uma preocupação básica.

Como o Senador Walter acabou de relatar, uma grande empresa vai instalar um complexo industrial no sudoeste da Bahia e tem que ter banda larga de qualidade lá. E a população de lá também quer.

Então eu acho que as cobranças são pertinentes, elas são justas, mas podemos assegurar a esta Comissão e ao Senado que as medidas que estamos tomando serão capazes de propiciar um serviço de melhor qualidade. Talvez não no curtíssimo, mas no curto ou no médio prazo nós já vamos ter resultados.

De resto, precisamos fazer um grande investimento em infraestrutura no País, senão não vamos conseguir de fato dar conta desse recado.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – MG) – Com a palavra o Senador Lobão Filho. O próximo é o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, Ministro Paulo Bernardo, bom dia.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Bom dia, Senador.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Eu também acredito que a grande revolução tecnológica do nosso século é o celular. O instrumento consegue convergir vídeo, dados, voz e a cada dia assoma ainda mais a população brasileira.

Portanto, nada mais justo do que criarmos novos espaços para o 4G, que é uma evolução do 3G, dando mais velocidade e eficiência aos serviços hoje já ofertados pelas operadoras.

Sr. Ministro, a minha dúvida é exatamente em relação à faixa de 700 MHz que vai ser ofertada à banda larga, com 200 e tantos milhões de usuários. Portanto, acredito sim que, de forma prioritária, nós temos que tornar esses serviços melhores. Mas como ficam os serviços gerais de radiodifusão que estavam alocados nesse espectro, nessa faixa de radiofrequência com essa licitação para a banda larga que não estava prevista no início?

Essa é a única dúvida que eu tenho. Ainda assim, mesmo que eles não fossem realocados, certamente seria necessária a priorização do 4G, tendo em vista a demanda absurda por esse tipo de serviço de que a sociedade brasileira hoje dispõe.

Então, Ministro, gostaria apenas... Eu faltei aqui. Com essa nova lei de domésticas a gente tem que acabar lavando louça, prato e roupa. Isso acaba atrapalhando tudo.

Perguntaria então a V. Ex^a se seria possível esclarecer esse ponto.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Olhe Senador, eu tenho um problema parecido com o de V. Ex^a e quero dizer o seguinte: lá em casa, eu lavo louça, mas não enxugo de jeito nenhum. Se quiser deixe no escorredor.

Brincadeira à parte, essa pergunta diz respeito a uma das grandes polêmicas para viabilizar a licitação da frequência de 700 MHz, porque o setor de radiodifusão, embora não seja contrário à adoção de um pedaço da faixa, da faixa de 700, para a banda larga, quer garantia de que todas as televisões, todas as emissoras e retransmissoras serão alocadas convenientemente.

O princípio básico é o seguinte: quando nós temos o serviço analógico de televisão, se isso fosse um espectro, teríamos um canal e um intervalo de igual tamanho, um canal e um intervalo de igual tamanho e assim por diante. São 6 MHz que se usam para cada canal. Então há um canal e 6MHz de intervalo. Portanto você usa uma faixa mais ampla. Com a TV digital nós podemos fazer sem intervalos. Podemos alocar os canais com a mesma banda, mas sem intervalos.

É claro que essa é uma explicação bem simplificada. Depois, se precisar de esclarecimento de um técnico, de um engenheiro, isso será feito com mais precisão.

É justamente isso que gera o que muitos chamam de dividendo digital. A partir do momento em que se digitalizar, nós poderemos reacomodar os canais e teremos uma folga que é essa faixa de 700MHz. Ela tem 108MHz de largura. Esse é o tamanho da faixa. Ela vai de 698 até 806. Eu já estou aprendendo tudo isso. É do canal 52 ao 69.

Então, veja bem. Para fazer a solicitação, nós precisamos digitalizar tudo. E digitalizar, quando nós falamos em emissoras de televisão, está praticamente resolvido. Quase todas as emissoras estão acomodadas, já estão digitalizando ou já digitalizaram.

Nós precisamos resolver o problema da ponta, do telespectador que tem que ter equipamento digital, porque, se não, não tem como desligar.

Eu não posso dizer assim: olha, a partir de amanhã, mesmo considerando que há dez milhões de

famílias ou cinco milhões, numa região, que não têm televisão digital, não têm conversor, eu vou acabar com a analógica e vou ficar só com a digital. Não vai funcionar, porque vai dar uma gritaria justa, correta, que não vai resolver.

Então, nós precisamos resolver o problema da recepção digital. E o Governo está estudando, inclusive, incentivo. Ver como é que nós vamos resolver isso. Quando isso estiver resolvido, nós poderemos desligar o digital.

A destinação para o 700 é importantíssima, porque é uma faixa que exige menos infraestrutura, tem mais alcance, vai permitir massificar a banda larga no Brasil.

Mas nós asseguramos, para os rádios difusores, que não deixaremos de fora ninguém que esteja hoje outorgado. Então, todas as emissoras que receberam outorga e as retransmissoras vão ser acomodadas no digital.

As pessoas falam assim: “Ah, mas existem casos em que não vão conseguir”. Já falaram isso. Por exemplo, em Campinas, onde há muitos canais de televisão, não vão conseguir; no Rio de Janeiro.

Bem, se não conseguir, nós vamos licitar a faixa de 700, tirando Campinas, ou tirando o Rio, ou tirando onde precisar para manter, porque o serviço de radio-difusão vai ser mantido.

Não seria correto e justo a televisão estar presente em 98% dos domicílios no Brasil... Se a gente fizesse uma coisa para prejudicar emissoras, com certeza seria um desserviço à população brasileira.

Então, nós achamos que vai caber, temos certeza de que vai caber, mas, se não couber, nós vamos fazer um recorte em algum lugar para atender. E de maneira geral nós vamos acomodar tudo isso.

Então, por isso nós estamos mudando inclusive o cronograma de digitalização. O cronograma vai levar em consideração onde se precisa digitalizar com prioridade, que é onde há mais canais, onde há mais gente também. As grandes cidades, as grandes regiões metropolitanas seriam o começo. Apaga o analógico, e você começa a utilizar o dividendo digital. N

Nós temos hoje aproximadamente 4.700 Municípios onde não há nenhuma utilização para o 700, está totalmente vazio. Então, nessas áreas é possível, depois da licitação, já começar a usar para a banda larga, sem nenhum problema.

Então, mais ou menos assim, de maneira não técnica, é isso o que nós pensamos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Muito bem.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) –

Sr. Presidente, Senador Zezé Perrella; Sr. Presidente da Anatel, João Batista; meu querido Ministro Paulo Bernardo, meus cumprimentos pela exposição e pelo desempenho do Ministério das Comunicações, desde que V. Ex^a assumiu com a expansão tão significativa do setor das comunicações no Brasil. Compartilho com V. Ex^a o entusiasmo e a importância que V. Ex^a dá para que, mais e mais, os brasileiros tenham acesso ao serviço de telefonia, sobretudo telefonia móvel.

Cada vez mais nós percebemos a importância da telefonia móvel, como há pouco V. Ex^a mencionou, para todo serviço de que cada ser humano precisa.

Faz dez dias, eu estive, por exemplo, na região de Divinolândia, São Sebastião da Gramma, Caconde, ali próximo a Poços de Caldas, na fronteira do Estado de São Paulo com Minas Gerais, e, ao dialogar com as pessoas, na área rural, muitos nos diziam: “Ah, puxa vida, aqui nós ainda não temos o acesso a poder falar em telefone. Então, às vezes, estamos na estrada, ocorre um acidente e não conseguimos sequer telefonar para, digamos, comunicar que estamos precisando de socorro, ou ligar para a família, algo assim.” Imagino que isso ocorra em muitas regiões do Brasil, inclusive no interior do Paraná. Eu agradeceria se V. Ex^a pudesse nos dar uma informação e também para a população dessas áreas rurais sobretudo, porque alguns diziam assim: “Ah, parece que as empresas responsáveis por instalar as antenas de televisão não teriam tanto interesse aqui em colocar”. Então, que tipo de diálogo tem o Ministério das Comunicações com as empresas que colocam aquelas antenas, para proporcionar maior facilidade de acesso? E em que medida isso poderá se expandir, seja para a região que mencionei, seja para tantas outras no Brasil?

Percebemos, cada vez mais, a importância da Internet para a educação dos brasileiros. Na medida em que um aluno da escola rural, uma pessoa que mora no interior, ou mesmo nas grandes cidades, passa a ter acesso à Internet, essa pessoa multiplica de uma maneira extraordinária o seu acesso à informação, à cultura, à educação, ao conhecimento nos mais diversos campos. Então, agradeço se puder nos informar qual a perspectiva de expansão do acesso à Internet, digamos até o final do Governo Dilma, para a população do território brasileiro, tanto rural quanto urbana, que não tem acesso a ela.

Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Essas questões que V. Ex^a levanta referem-se ao interior de São Paulo, região mais próxima à divisa com Minas, mas isso acontece no Brasil inteiro. Senadores

e Deputados Federais e Estaduais nos procuram para reclamar sobre essas questões.

Respondendo objetivamente, quando foram feitos os editais de licitação para as várias modalidades de tecnologia móvel, o celular, não foram incluídos todos os territórios dos Municípios. Foram incluídas as sedes até uma distância de 30 km delas. Então, se um distrito de um Município do interior de Alagoas ficar mais de 30 km da sede, não foi criada a obrigação de a empresa fazer o atendimento.

Da mesma forma, Senador, não foi criada nenhuma obrigação de fazer atendimento ao longo das rodovias. Se você transita no interior de São Paulo, na verdade, está usando na estrada o acesso que é dado às cidades. Como as cidades têm muito atendimento – é uma região rica, com grandes cidades –, você é atendido pelos serviços das cidades.

Nós estamos colocando na licitação de setecentos a exigência de atendimento ao longo das rodovias federais. As grandes rodovias serão atendidas. Já fizemos a licitação para atendimento na área rural. Isso foi feito no ano passado, em junho. Quem levou o serviço de 4G levou terá também a obrigação de fazer o atendimento na área rural. *(Pausa.)*

O 4G começa agora a ser implantado. A sua implantação para a área rural ficou para 2014 por uma razão tecnológica que acho importante. Como está sendo desenvolvida a tecnologia 4G para frequência de 450MHz, nós acreditamos que, até o fim do ano, vamos ter essa tecnologia disponível para implantar um serviço de melhor qualidade.

V. Ex^a cobrou, no final da sua pergunta, do seu questionamento, o cronograma, que é o seguinte: de 2014 até junho de 2014, tem que atender a um terço do território nacional; no segundo semestre, até 31 de dezembro de 2014, mais um terço; e o outro terço, que deve ser o mais difícil, o mais complicado, fica para 2015, dependendo das distâncias, do relevo, das dificuldades; da distância das redes já existentes. Então, é esse o cronograma com o qual estamos trabalhando. Para as estradas, nós vamos colocar no leilão dos 700 MHz que vai ser feito no ano que vem.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – MG) – Com a palavra o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Bom dia, Ministro Paulo Bernardo!

Eu sou do Acre, sou Senador pelo Acre. Eu gostaria, e, na verdade, não seria nem uma pergunta, que o senhor fizesse a avaliação de uma situação com a qual nós convivemos na Amazônia.

Fala-se muito que as empresas, todas, sem exceção, investem onde há maior retorno, onde há um maior número de usuários. Isso no meio empresarial é o básico, é o lógico. Toda empresa visa o lucro. Eu queria saber como é que o Ministro vê essa situação da Amazônia. Por exemplo, no Acre, um Município como Taumaturgo, que fica no extremo do nosso País, jamais vai ter condições de dar retorno financeiro para qualquer empresa que venha investir na região. Existe uma preocupação do Ministério no sentido de a empresa não visar só o lucro, a fim de que possa dar aos brasileiros que estão nessas cidades, nesses Municípios de difícil acesso... Para o senhor ter ideia, nós temos Municípios onde só se tem acesso de avião. Lá a telefonia celular deixa de ser luxo e passa a ser uma necessidade.

Então, eu gostaria que o senhor fizesse uma leitura dessa situação; explicasse como o senhor vê essa situação na nossa região, na Região Amazônica.

Obrigado, Ministro.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Muito obrigado, Senador Sérgio Petecão.

Bom, primeiro ...

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Ministro, Sr. Ministro, eu queria só complementar...

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Pois não, Senadora Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – ...a fala do Senador Petecão...

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Pois não.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – ...e a fala do nosso amigo aqui em relação à precariedade da Internet banda larga no Brasil de um modo geral, mas especialmente na Região Norte, na Região Amazônica.

Como bem colocou aqui o Senador Petecão, a gente observa um esforço muito grande do Ministério das Comunicações para ampliar, universalizar o acesso à Internet, à banda larga em todo o País. Inclusive, vimos que já existe um estudo do Ministério das Comunicações com a Casa Civil para o lançamento do Plano Nacional de Banda Larga 2.0, como o senhor o apelidou, e que eu achei muito interessante.

E eu gostaria de também saber como esse Plano Nacional de Banda Larga que está sendo gestado pode olhar, com atenção especial, a Região Norte, a Região Amazônica, o Acre e Roraima especificamente.

Nós já dissemos em outras ocasiões que existe uma estrutura de rede de cabos de fibra óptica no Estado de Roraima. Quem utiliza essa estrutura é a operadora Oi, a única. A Telebrás ainda deverá atuar no Estado, mas no momento ainda não atua.

Eu gostaria que o senhor explicasse aqui para a gente, explanasse, a nosso pedido e do Senador Petecção, como o Ministério das Comunicações vai dar essa atenção especial à Região Amazônica, considerando a extrema dificuldade de Internet banda larga lá. Qual é a previsão de chegada do Plano Nacional de Banda Larga Popular, que oferece 1 megabit por R\$35,00, esse benefício tão importantes, na Região Amazônica, para o desenvolvimento daquele povo que chega a 20 milhões de habitantes, Ministro? Eu gostaria que o senhor falasse um pouco mais sobre isso.

Obrigada.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Muito obrigado, Senadora Angela Portela.

Respondendo a V. Ex^a e ao Senador Sérgio Petecção, primeiro, nós temos consciência de que os serviços na Região Norte são os mais precários do Brasil. O volume de penetração da Internet é o mais baixo. O serviço de telefonia é o mais baixo. E, além de os serviços serem deficientes, são caros. E nós pensamos, e estamos trabalhando, que é prioridade resolver parte da situação da Região Norte ainda neste Governo. Eu digo “parte”, porque não vai resolver tudo. Todo mundo tem consciência disso.

No ano passado, destinamos para a Telebrás R\$66 milhões, especificamente para construir redes de fibra ótica na Região Norte do Brasil. Esses recursos estão sendo aplicados. Nós já conseguimos, como eu disse, fazer aquele anel por todo Nordeste, saindo de Brasília, cruzando Goiás, Tocantins, Pará, Maranhão, Piauí, todos os Estados do Nordeste, e voltando a Brasília. Isso é importante para haver redundância de rede. Se a fibra quebra num lugar, ela pode trafegar por um dos dois lados.

Fizemos o lançamento no Pará do Programa Banda Larga Popular.

É interessante V. Ex^a mencionar isso, Senadora Angela, porque eu já ouvi, por exemplo, em um debate sobre isso na TV, de uma pessoa muito influente nessa área, com bastante conhecimento, que: “Mas você está lançando o Plano de Internet R\$35,00 e, se for desonerado, R\$29,00 em Perdizes [Perdizes é um bairro de São Paulo], mas isso já existia”. Eu repliquei: “Claro! Mas nós não fizemos um Plano Perdizes Banda Larga. Nós estamos fazendo um Plano Nacional Banda Larga. Estamos tentando atender ao território todo”.

O Governo do Pará tinha feito um levantamento. Quando nós lançamos o nosso programa lá, em Breves, eram R\$400,00 o megabit; em Marabá, Santarém, cidades do interior do Pará, R\$300,00, R\$400,00, e, às vezes, com velocidade menor. Conseguimos fazer no Amapá. Cruzamos o rio com uma rede formada de rádio e estamos vendendo 1 gigabite de velocidade.

Até quero saber a quantas anda o Amapá, porque pararam as reclamações. Aquele volume imenso de reclamações justas, corretas diminuiu. Não quer dizer que está uma beleza, mas melhorou.

No caso do Acre, do Senador Petecção, eu queria dizer que fizemos uma grande rede de fibra ótica de Brasília até Rondônia. Já estamos em Rondônia e interligando as cidades de Rondônia. O Governador Confúcio Moura fez um belíssimo trabalho, fez redes de fibra ótica nas principais cidades de Rondônia, e nos pediu conexão. Nós estamos conectando a Telebrás com as redes locais do Estado de Rondônia. Isso já está sendo feito, Senador. No Acre, nossa previsão é de chegar em setembro.

Recebi esses dias o Senador Jorge Viana. Quando nós lhe dissemos que nós vamos chegar em setembro, ele disse: “É bom! Mas eu penso que é muito tempo. Não dá para chegar em agosto?” Eu afirmei: “Vamos conversar para ver se a gente vai antecipar para agosto, para julho, se der”. Mas a Telebrás vai chegar com a sua rede, o cabo de fibra ótica, ao Estado do Acre, que é a mesma. Na verdade, ela atravessou Mato Grosso e está atravessando Rondônia, e nós vamos fazer a conexão no Acre e podemos fazer, então, também a interligação.

A nossa prioridade tem sido a seguinte: vamos fazer as conexões com todas as universidades, com as instituições públicas e vamos vender serviço para pequenos provedores, quem quiser fazer. As prefeituras, por exemplo, podem fazer Wi-Fi mediante o Cidade Digital ou outro programa. No Acre, há um programa Floresta... Como se chama?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Floresta Digital.

Eu sei, Senador, a velocidade é lenta, mas é normal isso, porque, como não há tráfego da rede, o serviço fica deficiente. Eu fui falar com o Prefeito Fernando Haddad nesses dias. Ele tem um grande programa de fazer o Wi-Fi em áreas públicas. Eu lhe disse: “Olhe, se você fizer com velocidade baixa, instala, é uma festa, e no outro dia começa a reclamar. É a mesma coisa.”

E no Acre, essa rede de fibra ótica vai resolver esse problema, inclusive do Floresta Digital.

No caso de Roraima, nós estamos negociando para levar o Linhão. Vai chegar o Linhão agora em junho, o Linhão de energia e também de fibra ótica. Vai chegar a Manaus, vai cruzar o Rio Amazonas, é uma coisa, não é? Do Pará, de Tucuruí a Manaus, e também depois vai para Amapá, mas só vai chegar no fim do ano. Essa fibra que vai chegar a Manaus, nós queremos estendê-la até Roraima.

Agora, em alguns casos – alguns não, isso talvez seja até uma regra na Região Norte –, no Acre, em Roraima, no Amapá, nas pequenas comunidades, nós com certeza vamos fazer esse serviço por satélite, porque é muito penoso atravessar setores da floresta com fibra ótica. Há problema ambiental, há problemas de engenharia. Transpor os rios amazônicos é uma atividade, do ponto de vista da engenharia, muito complicada. Mas em alguns lugares, com rádio, e em outros lugares, nós vamos fazer com satélite.

A Anatel licitou em 2011 quatro satélites, dois dos quais entraram em operação já, mas são mais voltados para TV por assinatura. E agora vão entrar dois em operação, que são mais especializados em banda larga. Com certeza isso vai aumentar.

Inclusive nós estamos discutindo, Senador – além do satélite da Telebrás, que está sendo feito para lançar em 2015 –, estamos discutindo que medidas nós podemos adotar, o Governo Federal e os governos dos Estados, para baratear esse acesso via satélite. De repente baixar o imposto. Nós já tiramos, por exemplo, aquele receptor pequeno, de casa, por satélite, já foi desonerado. O Senado aprovou, a Câmara aprovou, então nós já vamos ter um terminal para o usuário comprar mais barato. Mas ainda dá para baratear. Nós poderíamos tirar um pedaço do imposto sobre o serviço que é prestado, é uma carga tributária alta.

Então acho que há muita coisa que vai ser feita ainda em 2013 e 2014, para melhorar, não para resolver. Vou pedir essa compreensão, porque não vai resolver nesse período, porque a Região Norte tem muita deficiência, é uma região de dimensões continentais. Mas nós vamos melhorar muito a Internet este ano e no ano que vem no Acre e Roraima e todos os Estados da Região Norte.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD – AC) – Presidente Zeze, o Sr. me permite, só para agradecer o Ministro?

Ministro, sou grato pela sua sensibilidade e vejo que o senhor está atento aos problemas deste País quando o senhor se preocupa com o Acre. Agora, a minha preocupação maior, porque, por exemplo, lá no meu Estado, no Estado do Acre, nós vivemos um Estado virtual. O senhor falou de Internet, do Flores Digital. A minha preocupação é que a imagem do Governo Federal seja de que esses serviços estejam chegando ao povo, ao cidadão, principalmente às pessoas mais simples, com qualidade, e não é verdade. Por mais que o Governo do Estado tenha se esforçado, esse serviço é horrível, é precário.

Então é importante que o senhor tenha essa sensibilidade, da importância que é a nossa dificuldade na Região Amazônica, especialmente no meu Estado,

o Estado do Acre, para que nós possamos, se Deus quiser, incluir o Acre em tudo isso que o senhor nos falou hoje aqui nesta Comissão.

Obrigado, Presidente Zeze.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Só uma coisa, eu não usaria a expressão “horrível”, mas eu sei que é deficiente. E eu conversei com o Governo do Estado do Acre. É um serviço com deficiências. Não há uma infraestrutura para dar vazão à rede.

Então a chegada das fibras da Telebrás – isso está previsto, repito, para setembro; nós, se pudermos, vamos antecipar – vai melhorar bastante esse serviço, até porque vai haver também outras opções de pequenos provedores que vão comprar da Telebrás e vender também e prestar outro tipo de serviço. As prefeituras poderão fazer os seus programas. Mas de fato, nós sabemos, temos consciência da importância de se fazerem os investimentos na Região Norte do País.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – E como bem lembrou a Senadora Angela Portela, é uma região de 20 milhões de pessoas, é três vezes a população do Uruguai, não é, Ministro?

Mas a gente sabe da preocupação dos senhores com essa região. A gente é de Minas Gerais, mas é muito sensível a esses problemas. A gente sabe das dificuldades, mas houve muitos avanços. A gente tem que reconhecer. E tem que reconhecer também o esforço do Governo para que todos esses problemas sejam devidamente solucionados.

O Ministro vai ter que se retirar porque tem um compromisso com a Presidente, mas o Presidente da Anatel, João Batista de Rezende, continuará aqui conosco e fará uma explanação para a gente.

Ministro tem a palavra para suas considerações finais.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Muito obrigado, Senador Zezé Perrella.

Quero dizer que eu não tenho costume de pedir para sair antes. Eu acho que o debate tem de ser esgotado, mas eu me coloco à disposição. Assim que tiver outras questões importantes, me chame que eu venho aqui para discutir.

Quero dizer ao Senador Vital do Rêgo que eu liguei para o Presidente Henrique Eduardo Alves que me disse que vai defender a inclusão do Projeto de Lei de Antenas no Plenário – votação no Plenário. Quer dizer, isso, com certeza, para nossa área, vai ser uma beleza de decisão, assim como foi a contribuição que esta Comissão e o Senado deram ao votar o projeto em pouco mais de dois meses. Isso nos ajuda muito, muito e muito. Então, quero agradecer e informar a V. Ex^a que o Presidente Henrique Eduardo Alves está atento lá para as necessidades de nossas áreas e já

me disse que vai propor. Espero que os Líderes também aceitem.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Provocado por V. Ex^a, quero dizer da satisfação de tê-lo também nesta Comissão, Ministro. V. Ex^a que nos brinda, novamente, com sua presença pelo vasto conhecimento técnico que possui nesses assuntos. O assunto que V. Ex^a sugere...

Ontem, o Presidente Renan Calheiros convidou o Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, para que o primeiro projeto de lei expressa, definidos entre Câmara e Senado, fosse exatamente a Lei Geral das Antenas, como testemunho da integração do Congresso Nacional em um tema tão importante e do qual V. Ex^a foi o autor intelectual dessa legislação.

Nós aqui do Congresso, Senador Eduardo Braga e tantos outros (eu próprio) fomos apenas instrumentos de uma ação já bem trabalhada no Ministério das Comunicações por intermédio de técnicos que assessoraram tão bem V. Ex^a.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Senador, vou agradecer sempre e muito a iniciativa que os senhores tiveram, isso vai nos ajudar muito. Vou agradecer também à Câmara, depois.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Era mais para poder cumprimentar nossos convidados: o Diretor da Anatel e o Ministro de Estado das Comunicações, meu bom e antigo amigo Paulo Bernardo.

Eu só queria, além de cumprimentar V. Ex^a, Senador Zezé Perrella, por nossa Comissão ter tido essa iniciativa de tê-los aqui, é que tive, recentemente, com o Ministro Paulo Bernardo. Ele nos deu a boa notícia que passei ao Governador. Ele acabou de se referir a isso. Essa notícia teve uma repercussão enorme no Acre, que é a perspectiva da chegada da banda larga no Acre até setembro nesse empenho do Ministério. Hoje é de baixíssima qualidade o serviço que nós temos. O Acre é um dos poucos Estados em que a gente começou... Eu ainda estava no Governo, mas ganhou uma dimensão maior quando o Governador era o Binho Marques. O Acre foi um dos primeiros Estados a pôr Internet nas cidades com floresta digital. Foi pioneiro nisso.

Então, o jovem chega à biblioteca, chega às praças e liga seu computador nas escolas, nos bairros e tem acesso a isso que hoje é sinônimo de cidadania, ou seja, o acesso às redes sociais, ao uso da Internet.

Mas, aproveitando o Presidente da Anatel e o Ministro, quero dizer que também fiquei com outra missão, Ministro. Eu tenho duas missões nesta intervenção: a primeira é por que piorou tanto a qualidade

dos serviços de comunicação, seja telefônico, seja de Internet no País, tendo em vista que isso foi vendido como a joia da coroa da privatização no Brasil. Eu não estou me colocando contra o serviço de telefonia ter sido privatizado. Para mim, não há nenhum dogma com relação a isso. Mas, o certo é que é um mercado crescente, todos reclamam do custo no Brasil... Eu, agora, vi mesmo os haitianos no Acre, no domingo: eles pegam e compram o cartão na Bolívia, para fazer uso de ligação daquele país (usando seu sistema de telefonia). Ou seja, vão para o outro lado, compram o cartão e usam o do lado de cá, porque é barato, para fugir do preço do custo de nosso País.

Então, nós temos um mercado grande, um dos mercados mais cobiçados do mundo, que foi privatizado e a qualidade dos serviços e o preço são sofríveis. Hoje, está impraticável a comunicação.

Eu sou Vice-Presidente do Senado, um dos lugares onde há... Um dos piores sinais do Brasil está dentro do Senado Federal. Eu acho que temos que ser um exemplo. Falei lá na Mesa. Estou defendendo que sejamos uma referência de órgão público, de ter um bom sinal, de ter uma boa qualidade de um serviço.

Se pudesse ter algum comentário nesse aspecto, mas vim também com a outra missão, que é agradecer o Ministro Paulo Bernardo pela decisão que ele tomou, uma decisão de governo, da Presidenta Dilma, do Ministro, de levar a banda larga para o nosso Acre até setembro. Essa é uma notícia que nos alegra e que é sinônimo também de negócios.

O Governador Tião Viana está trabalhando, dedicadamente, para que exista esse *call center* no Acre. E como vamos ter *call center*, no Acre, se nós não temos uma boa comunicação?

Então, agradeço e peço desculpa por ter vindo, mas eu vim cumprimentar e agradecer o Ministro por essa decisão que repercutiu, enormemente, no Acre, de termos banda larga até setembro, chegando a Rio Branco.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Senador Jorge Viana, é uma satisfação falar com V. Ex^a novamente.

Fui questionado aqui pelo Senador Petecão, que apresentou um quadro, e eu concordo com a visão que ele entende de que há uma deficiência muito grande nos serviços na Região Norte, e tive a oportunidade de relatar justamente a nossa conversa de que nós já estamos a caminho do Acre, Senador.

Fizemos toda a fibra, em Mato Grosso, estamos em Rondônia. Como o Governador de Rondônia já havia demandado e já tinha feito uma parte importante do trabalho, que foi fazer redes de acesso nas suas cidades, nós já estamos neste momento... Foi orçado em R\$4 milhões para fazer só as conexões entre a nossa

rede e as redes de Rondônia. Então, eu diria que assim, um pouco antes do Acre, Rondônia vai ficar com uma situação muito melhor. E aí nós estamos a caminho. A nossa previsão é chegar, em setembro, ao Acre, e podemos nos interligar com todos esses serviços.

Conversando com o Senador Petecão, falei: olha, tenho certeza de que o Floresta Digital é deficiente, porque como é que você atende sem ter tráfego de internet, é igual você ter uma torneira e não ter uma rede de água para atender isso. Então, acho que nós vamos ter um complemento importante com essas ações. Quer dizer, quando interligarmos as redes, nós vamos ter uma mudança de qualidade para o morador do Acre.

Uma coisa que eu me esqueci de falar, quando o Senador Petecão perguntou, é que nós estamos negociando com a Colômbia, com o Peru, uma conexão internacional com esses países. A nossa ideia é fazer ali por Assis Brasil, que tem a estrada que vai até o Pacífico. Então, provavelmente... Não quer dizer que vamos fazer exatamente o traçado da estrada, mas é o mais razoável até porque é um trecho bastante difícil de passar. Então, o mais provável é que se faça...

Disseram-me que já...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – E metade do trecho já tem fibra ótica do outro lado. Acho que vai ter que andar ali uns 800 km de distância para conectar e nós ficaríamos conectados, internacionalmente, com vários países irmãos aqui da região, que também tem uma coisa importante.

Então, acho que... Eu quero mais uma vez dizer. Chegou aqui, agora há pouco, passou a Senadora Vanessa. Nós não nos orgulhamos do serviço que é oferecido na Região Norte. Nós achamos que é deficiente, ruim, precário, mas falei para o Senador Petecão que, ainda neste Governo da Presidenta Dilma, nós vamos melhorar bastante. Não vamos resolver tudo, porque tem coisa que só vai por satélite. Em algumas regiões da Região Norte, que os senhores conhecem melhor do que eu, só chega com satélite, não tem como fazer fibra e mesmos os rádios não têm alcance pelas distâncias.

Mas eu queria aproveitar que estão aqui os três Senadores do Acre para dizer que estou para ir, em breve, a Rondônia e quero marcar também uma ida ao Acre para conferirmos.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Se for convidado, estarei lá com o maior prazer do mundo, viu, Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Eu agradeço, Ministro, a presença de V. Ex^a. Muito obrigado pela explanação e pela paciência.

Sabemos que o senhor tem que sair agora, mas, de qualquer forma, nós colocamos aqui a nossa Comissão à disposição do seu Ministério, para o que nós pudermos fazer de trabalhar juntos. Nós reconhecemos o esforço que o senhor tem feito, que o Governo tem feito dentro da sua área. Parabéns pela grande trabalho que o senhor tem realizado.

Muito obrigado pela presença.

O SR. PAULO BERNARDO SILVA – Muito obrigado, Senador José Perrella. Continue nos ajudando aqui. Nós temos contado com o grande apoio desta Comissão e do Senado. Para nós é importantíssimo esse apoio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – *(Pausa.)*

E se eu puder ajudar o seu Palmeiras, que caiu para a 2^a divisão, eu vou ajudar, viu? *(Risos.)*

Eu estou sugerindo aqui ao nosso Presidente João Batista, já que hoje está funcionando várias comissões na Casa ao mesmo tempo, além de termos as presenças aqui de mais dois ministros, e sabemos que os Senadores, às vezes, participam de duas ou três comissões simultaneamente...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, eu queria sugerir, acho que a presença do Dr. João Batista aqui como Presidente da Anatel é tão importante, é tão significativa que nós acabamos dividindo-a com a presença do Ministro e não vamos, possivelmente, ter a oportunidade de ouvi-lo na integralidade de tudo o que a gente precisa ouvir. Eu sugeriria que pudéssemos trazer o Dr. João Batista em outra oportunidade, e que tivéssemos mais Senadores presentes e termos mais tempo para ouvi-lo. Porque eu acho que volume de informações que ele detém é extremamente importante e grande. Portanto, justificaria uma audiência só com ele.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Eu trocava ideia aqui com o presidente exatamente sobre isso. Nós reconhecemos e sabemos a importância do presidente da Anatel que, tecnicamente, obviamente, tem mais conhecimentos até do que o próprio ministro, porque é uma área... Obviamente em determinadas áreas. Mas é aquela história: de o Pelé e o Coutinho estarem juntos.

Nós sabemos da competência do Ministro, mas sabemos da sua competência, Presidente João Batista, como técnico. Obviamente o senhor tem grande contribuição a nos oferecer.

Acato a sugestão do Senador Lobão.

Se o senhor estiver de acordo, nós podemos convocar uma nova reunião, obviamente, somente para ouvi-lo, com a presença de mais Senadores.

Se os demais Senadores estiverem de acordo...

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Eu fico à disposição.

Posso trazer aqui inclusive algumas questões que estão em andamento hoje na Agência, como monitoramento da implantação do 4G da 4ª Geração na Copa das Confederações e para a Copa do Mundo. O próprio debate para a reestruturação da Anatel, nos qual estamos trabalhando para fazer uma reestruturação, para buscar esse mercado convergente. A discussão dos 700, que eu acho que a gente também pode trazer aqui.

Fico à disposição do Senado, da Comissão, para voltar aqui outra hora. Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Eu estou sendo lembrado aqui pela minha assessoria que 7 de maio é o Dia das Comunicações e cai numa terça-feira. Se puder ser nesta data. Aliás, dia 5 é o Dia das Comunicações e cai num domingo.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Estou à disposição no dia 7.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Ok.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Dia 5 é domingo, aí ninguém vai trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Declaro encerrada a reunião.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 09 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 45 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2013.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia dezois de abril de dois mil e treze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Agripino, Alfredo Nascimento, Delcídio do Amaral, Cristovan Buarque, Vital do Rêgo, Sérgio Souza e Cícero Lucena. reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Gim e Eduardo Amorim. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O

Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 387, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que “Dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências.” O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o relatório é favorável, com as emendas que apresenta. É concedida Vista à Senadora Angela Portela, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 2: Projeto de Lei do Câmara n.º 54, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Valdir Colatto, que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 – Lei Geral de Telecomunicações, para estabelecer a possibilidade de utilização das redes de telefonia móvel para localização de pessoas desaparecidas.” O relator designado é o Senador Walter Pinheiro. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 3: Requerimento n.º 3, de 2013-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Luiz Henrique e Vital do Rêgo, que requer, “..., nos termos do art. 58, § 2º, incisos II, V e VI da Constituição Federal e dos arts. 90 e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiências públicas, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em conjunto com a Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o País, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor. É necessário que o Brasil desenvolva um programa de pesquisa e desenvolvimento para os minerais estratégicos, para transformar esses minerais raros que possuímos em nosso território em insumos para a criação de produtos complexos e sofisticados, importantes para a nossa economia no contexto mundial. Sendo a exploração de terras raras uma questão de soberania nacional, pela multiplicidade de seus usos, inclusive na área de defesa e na indústria petrolífera, precisamos de uma política de fomento à sua produção e arrojo empresarial para promover o aproveitamento das jazidas. De início, postulo a realização da primeira audiência pública no Senado Federal, e para tanto, sugiro sejam convidados para participar destas discussões, e fornecer subsídios a esta Subcomissão as seguintes pessoas: 1) Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCTI, Ilmo. Sr. Dr. Álvavo Toubes Prata; 2) Diretor Geral do

SENAI/DN, Ilmo. Sr. Dr. Rafael Lucchesi; 3) Secretário de Geologia e Mineração do MME, Ilmo. Sr. Dr. Carlos Nogueira; 4) Diretor do Centro de Tecnologia Mineral, Ilmo. Sr. Dr. Fernando Antonio Freitas Lins; 5) Superintendente Geral da Fundação CERTI – Centro de Referência em Tecnologia Inovadoras, Ilmo. Sr. Professor Dr.-Ing., Carlos Alberto Schneider; 6) Vice-Presidente do BNDES, Ilmo. Sr. João Carlos Ferraz.” O requerimento é aprovado. **Item 4: Projeto de Decreto Legislativo n.º 544, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA TIMBAÚVA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul.” A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Cícero Lucena. **Item 5: Projeto de Decreto Legislativo n.º 558, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Luiz Henrique e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Cícero Lucena. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 552, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Luiz Henrique e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Cícero Lucena. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 559, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ALFA CENTAURO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Muaná, Estado do Pará.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Luiz Henrique e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Cícero Lucena. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 8, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga per-

missão à RÁDIO E TELEVISÃO DI ROMA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Luiz Henrique e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Cícero Lucena. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 9, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga concessão à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PIEMONTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.” O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Cícero Lucena. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 563, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ULTRA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Cícero Lucena. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 704, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE TRÊS RANCHOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Ranchos, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Cícero Lucena. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 579, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SP-1 LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diadema, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Cícero Lucena. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 27, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campanha, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Se-

nador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Cícero Lucena. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 556, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO COSTA NORTE para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bertioga, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Cícero Lucena. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 564, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RUA MEDINA E ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nanuque, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Cícero Lucena. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 444, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA ROSALINA DA SILVEIRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florínea, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Luiz Henrique e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Cícero Lucena. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 6, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à REDE MULHER DE TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Luiz Henrique e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Cícero Lucena. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 3, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CIDADE ARAÇATUBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Luiz Henrique e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Cícero Lucena. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 560, de 2012**, de caráter ter-

minativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO LAVRAS FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Luiz Henrique e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Cícero Lucena. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 565, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA MORUMBI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Sérgio Souza e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Cícero Lucena. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 464, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOMBRASIL COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Cícero Lucena. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 471, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GRAVATAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gravatal, Estado de Santa Catarina.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Cícero Lucena. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 567, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CASEIRENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caseiros, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Vital do Rêgo e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Cícero Lucena. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 6, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E COMUNI-

TÁRIO DE MATRIZ – DISTRITO DE IPUEIRAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipueiras, Estado do Ceará.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Vital do Rêgo e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Cícero Lucena. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 571, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à MEGGA FM LTDA. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capela, Estado de Sergipe.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Vital do Rêgo e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Cícero Lucena. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e dezenove minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Zeze Perrella**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 16 de abril de 2013.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 387, DE 2011

– Não Terminativo -

Dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vistas deste projeto para que possamos, inclusive, realizar audiências pú-

blicas para subsidiar melhor, de acordo com o nosso Relator, Senador Cristovam, e, obviamente, com a permissão do Senador autor do projeto, Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Pois não, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Este é um projeto muito importante, muito bom, mas eu jamais ficarei contra uma audiência, que sempre permite melhorar. Então, de minha parte como Relator, nada contra, Senadora Angela.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – De qualquer forma, Senador Cristovam, V. Ex^a teria que ler o relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Perrella, nós estamos analisando o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 387, de 2011, do Senador Rodrigo Rollemberg, que, entre outras providências, propõe disciplinar o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil.

De fato, é um projeto que se faz muito necessário, porque hoje em dia cada instituição trabalha por sua conta. Não há uma centralização das informações e, além disso, não publicizam como deveriam essas informações resultados de pesquisas.

O projeto determina que as instituições de educação superior de caráter público e as unidades de pesquisa constituam repositórios institucionais de acesso livre na rede mundial de computadores à sua produção técnico-científica. Nesses repositórios, espécie de plataforma da Internet, deverá ser obrigatoriamente depositado o inteiro teor da produção técnico-científica conclusiva dos estudantes aprovados em cursos de mestrado, doutorado, pós-doutorado ou similar, assim como da produção técnico-científica resultado de pesquisas científicas realizadas por seus professores, pesquisadores e colaboradores apoiados com recursos públicos.

Relatórios e monografias deverão ser depositados assim que forem aprovados pela respectiva instituição de ensino ou pesquisa.

Caso a produção técnico-científica seja protegida por contratos de direito de propriedade intelectual ou contenha invenções ou modelos de utilidade passíveis de patenteamento, os pesquisadores depositarão informações que descrevam a pesquisa, tanto dados bibliográficos como aqueles relacionados a questões de direitos, mantendo-se provisoriamente, obviamente, o acesso restrito a essas informações, por causa da confidencialidade que certas invenções merecem.

Os diversos repositórios institucionais deverão ser compatíveis com padrões de interoperabilidade adotados internacionalmente, de forma a possibilitar a sua integração com repositórios estrangeiros.

A avaliação da produção científica do pesquisador, promovida por agências de fomento e pelas universidades, deverá considerar o número de artigos publicados em revistas com revisão por seus pares.

O projeto prevê a constituição de “comitê de alto nível, composto por representantes dos principais segmentos da comunidade científica envolvidos na cadeia produtiva da pesquisa científica, com o objetivo de propor uma política nacional de acesso livre à informação científica”.

De acordo com o Senador Rodrigo Rollemberg, autor da proposição, “a instituição de mecanismo de acesso aberto à produção técnico-científica dará mais visibilidade e transparência àquilo que é produzido pelas universidades”.

A minha análise, Sr. Presidente.

As desigualdades entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento estão relacionadas em boa medida com desigualdades tecnológicas. O crescimento vertiginoso da renda *per capita* nos países desenvolvidos, desde o início da Revolução Industrial, decorreu do aumento da produtividade dessas economias, resultado principalmente da revolução tecnológica associada ao processo de industrialização. Em boa hora, esse PLS 387, de 2011, busca concretizar no Brasil uma ideia cada vez mais praticada em todo o mundo: o acesso livre à produção científica.

Líderes mundiais concordam em criar estratégia para facilitar o acesso ao resultado de pesquisas científicas. Na mesma ocasião em que a OCDE e seus países membros assinaram documento conjunto nesse sentido, os países estabeleceram uma série de objetivos e princípios para o regime de acesso livre aos resultados das pesquisas.

Em novembro de 2007, representantes dos Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa assinaram documento em que resolvem estabelecer diálogo técnico com vistas à formação de rede permanente de instituições dedicadas à produção do acesso livre ao conhecimento, bem como à promoção do conteúdo científico e cultural em língua portuguesa.

No mundo, diversas universidades e institutos de pesquisa já aderiram a esses preceitos. Acompanhando a tendência que se espraia pelo mundo, o Governo dos Estados Unidos da América, recentemente, determinou que todas as agências federais de pesquisa criem seus repositores públicos, ampliando o escopo da legislação criada.

No mérito, portanto, consideramos o PLS nº 387, 2011, uma proposição de fundamental importância. Entendemos, contudo, que o projeto merece aprimoramento de técnica legislativa, que promovemos com algumas emendas que apresentarei durante os debates.

Um desses ajustes diz respeito à compatibilização da proposta com o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que prevê não estarem compreendidas em seu escopo as informações referentes a projetos de pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – RO) – Vista concedida à Senadora Angela Portela por cinco dias úteis.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II, V e VI da Constituição Federal e dos arts. 90 e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiências públicas, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em conjunto com a Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil, com afinalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o País, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor. É necessário que o Brasil desenvolva um programa de pesquisa e desenvolvimento para os minerais estratégicos, para transformar esses minerais raros que possuímos em nosso território em insumos para a criação de produtos complexos e sofisticados, importantes para a nossa economia no contexto mundial. Sendo a exploração de terras raras uma questão de soberania nacional, pela multiplicidade de seus usos, inclusive na área de defesa e na indústria petrolífera, precisamos de uma política de fomento à sua produção e arrojo empresarial para promover o aproveitamento das jazidas. De início, postulo a realização da primeira audiência pública no Senado Federal, e para tanto, sugiro sejam convidados para participar destas discussões, e fornecer subsídios a esta Subcomissão as seguintes pessoas: 1)

Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCTI, Ilmo. Sr. Dr. Álvavo Toubes Prata; 2) Diretor Geral do SENAI/DN, Ilmo. Sr. Dr. Rafael Lucchesi; 3) Secretário de Geologia e Mineração do MME, Ilmo. Sr. Dr. Carlos Nogueira; 4) Diretor do Centro de Tecnologia Mineral, Ilmo. Sr. Dr. Fernando Antonio Freitas Lins; 5) Superintendente Geral da Fundação CERTI – Centro de Referência em Tecnologia Inovadoras, Ilmo. Sr. Professor Dr.-Ing., Carlos Alberto Schneider; 6) Vice-Presidente do BNDES, Ilmo. Sr. João Carlos Ferraz.

Autoria: Senador Luiz Henrique

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o requerimento visa a iniciarmos o processo de coleta de subsídios para a realização de um projeto de lei que estabeleça o marco regulatório sobre todo o processo de exploração das terras raras.

Essa é uma legislação necessária para que se possa engajar o setor público e o setor privado em todos os processos de produção a partir desses 17 elementos minerais que os cientistas chamam de terras raras, desde a mineração, a concentração, a seleção e a produção.

Sabe-se que dessas terras raras depende a fabricação de ímãs permanentes, que são fundamentais para a nova era industrial que se inicia. Os futuros automóveis, tomógrafos, ressonâncias magnéticas e até mesmo simples aparelhos eletroeletrônicos vão ter mais eficiência, vão reduzir o consumo de energia se usarem esses ímãs permanentes.

Por essa razão, Sr. Presidente, Senador Zeze Perrella, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Vital do Rêgo, e eu estamos requerendo a primeira das audiências públicas envolvendo no caso pessoas ligadas a órgãos governamentais ou não governamentais que tenham atuação nessa área, como o Dr. Álvaro Prata, ex-Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina e hoje Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, o Dr. Rafael Lucchesi, Diretor Geral do SENAI, que atua na área de ciência e tecnologia como representante da CNI, o Secretário de Geologia e Mineração do Ministério de Minas e Energia, Dr. Carlos Nogueira, o Diretor do Centro de Tecnologia Mineral, Dr. Fernando Antonio Freitas Lins e o Superintendente Geral do CERTI – Centro de Referência em Tecnologias Inovadoras, Prof. Dr. Carlos Alberto Schneider, salientando que o Dr. Schneider foi designado pela parte brasileira para tratar, junto com a Fundação Fraunhofer, da Ale-

manha, do processo de construção de um laboratório-fábrica para a produção desses ímãs de terras raras.

Então, Sr. Presidente, eu peço aos pares que aprovem esse requerimento e peço a V. Ex^a que designe, o quanto antes, essa audiência pública da Subcomissão das Terras Raras, em conjunto com os membros da próspera Comissão que V. Ex^a dirige.

É o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento, subscrito também pelo Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador, é com prazer que subscrevo esse requerimento, tendo em vista que a sua autoria primária, do Senador Luiz Henrique, traz à apreciação desta Comissão e da Subcomissão de Terras Raras um assunto que é fundamental para o futuro deste País, e que lamentavelmente ainda não tramitou com a devida importância neste Congresso Nacional.

Então, o Senador Luiz Henrique, em boa hora, se antecipa a esses fatos, para que nós, do Congresso, não sejamos surpreendidos com projetos ou medidas provisórias que possam vir legislando essa matéria, que é de nossa competência primária.

Por isso eu tenho a honra de subscrever esse requerimento, entendendo já que a reunião, no dia 21 de maio, seria de caráter extremamente oportuno para esta Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Com a palavra, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu só gostaria de destacar que a Diretoria de Comunicação do Senado obsequiou esta matéria com duas páginas no *Jornal do Senado*, da última segunda-feira, demonstrando assim à Direção da Casa a importância que o Senado vai dedicar a esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – MG) – Vamos ao Item nº4.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 544, DE 2012 – Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Timbaúva de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Angela Portela.

Com a palavra, a Relatora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, nós vamos fazer a leitura imediata do voto, considerando que todos os Senadores têm em mão o relatório e a análise do projeto.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 544, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão ao Sistema Timbaúva de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Barra do Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. PDT – MG) – Dos Itens 5 a 8, indico como Senador *ad hoc* o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. PDT – MG) – Pois não, Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, vou localizar aqui as matérias.

Sobre a Mesa os PDSs nºs 558, 552, 559, de 2012, e o nº 08, de 2013.

Os pareceres foram devidamente distribuídos e são de conhecimento pleno dos membros da Comissão.

São matérias constitucionais, legais e dotadas de juridicidade.

Por isso opino pela aprovação dos projetos.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – A discussão será encaminhada no final.

Passamos ao item 9.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 9, DE 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga concessão à Empresa de Comunicação Piemonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, já que o Senador Vital do Rêgo não pode relatar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, o senhor se refere ao Item 9 – o meu, não é? Por isso ele não pôde... Entendi agora. Mas eu sou quase paraibano.

Sr. Presidente, vou direto à posição para ganhar tempo.

A análise do processo diz que é entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional.

Por essa razão e tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 9, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Empresa de Comunicação Piemonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – A discussão será encaminhada no final.

Passamos agora aos Itens 10 a 15.

Indico o Senador Cristovam Buarque como relator. (São os seguintes itens a ser apreciados:

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 563, de 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ultra Fm Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia,
Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Eduardo Lopes

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 704, DE 2010
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Três Ranchos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Ranchos, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia,
Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 579, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio SP-1 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diadema, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia,
Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Gim

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 27, de 2013
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campanha, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia,
Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Gim

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 556, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Costa Norte para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bertioga, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia,
Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Ivo Cassol

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 564, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores da Rua Medina e Adjacências para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nanuque, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia,
Comunicação e Informática
Relatoria: Senador João Alberto Souza

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Sr. Presidente, trata-se de ato que outorga permissão à Rádio Ultra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais.

Depois de toda a análise do processo e tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 563, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Ultra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 704, de 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Três Ranchos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Ranchos, Estado de Goiás.

Passo, Senador, agora à leitura do voto sobre o PDS nº 579, de 2012.

Não evidenciou a análise violação da legislação pertinente e opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio SP-1 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diadema, Estado de São Paulo.

Passo à leitura agora do parecer que recomenda a aprovação do ato que outorga a permissão ao Sistema Itaunense de Radiodifusão LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campanha, Estado de Minas Gerais.

A análise da documentação que acompanha o PDS nº 27, de 2013, permite perfeitamente votar pela aprovação do ato que outorga a permissão ao Sistema Itaunense de Radiodifusão LTDA.

Passo agora à leitura do voto que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Costa Norte, que fica na cidade de Bertioga, Estado de São Paulo.

Nesse também, depois da análise da documentação que acompanha o PDS 556, de 2012, opinamos pela aprovação do ato que outorga a concessão à Fundação Costa Norte, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos na cidade de Bertioga, Estado de São Paulo.

E, finalmente, o 15, que outorga autorização à Associação de Moradores da Rua Medina e Adjacências para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nanuque, Estado de Minas Gerais.

A análise da documentação que acompanha o PDS nº 564, de 2012, permite opinarmos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Moradores da Rua Medina e Adjacências para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Nanuque, Estado de Minas Gerais.

Essas são as opiniões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Pois, não, Senador Cristovam.

Nós vamos para os Itens 16 a 19, como relator *ad hoc*, o Senador Luiz Henrique.

(São os seguintes itens a ser apreciados:

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 444, de 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunicação Comunitária Rosalina da Silveira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Florínea, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Capiberibe

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 6, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rede Mulher de Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador José Agripino

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 3, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade Araçatuba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 560, de 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Lavras FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se dos PDS nº 444, de 2012, nº 06, de 2013, nº 03, de 2013, e nº 560, de 2012, relatores designados, respectivamente, Senadores João Capiberibe, José Agripino, Lídice da Mata e Sérgio Petecão.

As matérias são de conhecimento de todos os membros desta Comissão, já que se encontram publicadas em avulsos às mãos de cada um dos Srs. e das Sr^{as} Senadoras.

Os projetos são constitucionais, legais e dotados de juridicidade e, no mérito, opinamos também pela aprovação.

Salvo melhor juízo, é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

Nós vamos para o Item 20, PDS nº 565, de 2012.

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 565, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Morumbi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Com a palavra, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS, que não evidenciou violação à legislação pertinente e não havendo reparos, nós somos pela aprovação do ato que outorga à Associação Cultural Comunitária Morumbi serviços de radiodifusão.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Obrigado, Senador Sérgio Souza.

Agora os Itens 21 e 22.

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 464, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sombrasil Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 471, de 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Gravatal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gravatal, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Indico como Relatora *ad hoc* a Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Vou fazer a leitura do voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 464, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Sombrasil Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O voto do PDS nº 471, de 2012.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 471, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos também pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural de Gravatal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gravatal, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esses são os votos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Obrigado, Senadora Angela Portela.

Vamos ao item 23:

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 567, de 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Caseirense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caseiros, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Para os Itens 24 e 25, indico como Senador *ad hoc* o Senador Vital do Rêgo.

(São os seguintes itens a serem apreciados:

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 6, de 2011

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Cultural e Comunitário de Matriz – Distrito de Ipueiras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipueiras, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 571, de 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à Megga FM Ltda. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capela, Estado de Sergipe.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – O Item 23 se refere à autorização à Associação Comunitária Caseirense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caseiros, Estado do Rio Grande do Sul.

Não há óbice regimental, constitucional e jurídico da matéria.

Por isso somos pela aprovação.

No Item 24, aprova o ato de outorga para a Associação de Desenvolvimento Cultural e Comunitário de Matriz – Distrito de Ipueiras, no Estado do Ceará, cidade de Ipueiras, também de conhecimento de todos.

Somos pela aprovação.

Não há óbice constitucional, regimental ou jurídico da matéria.

Item 25.

Aprova permissão à Megga FM Ltda. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capela, Estado de Sergipe.

Após verificação da documentação, não há nenhum óbice de ordem constitucional e jurídica da matéria.

Somos pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – As matérias estão em discussão. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação nominal os projetos.

Em votação os projetos.

Quem vota com os Relatores vota “sim” aos projetos.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Voto pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Como vota o Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Como vota o Senador Vital do Rêgo?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

(Pausa.)

Estamos aguardando mais dois Senadores, que já se encontram aqui fora. *(Pausa.)*

Como vota o Senador Aloysio Nunes?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Voto sim.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – MG) – E como vota o Senador Ciro Nogueira, que salvou a nossa reunião? *(Pausa.)*

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – MG) – Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.)



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 806 páginas
(OS: 11997/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

